

XXXII SEMANA DE HISTÓRIA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

**O PAPEL SOCIAL DO HISTORIADOR:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS PARA A ESCRITA DA
HISTÓRIA**

17 A 21 DE OUTUBRO DE 2016 – ICH/UFJF

ANAIS DO EVENTO

Alyson José Toledo Alvim

Beatriz Sales Dias

Cristiane de Paula Ribeiro

Edmo Videira Neto

Geraldo Homero do Couto Neto

Janaína Di Lourenço Esteves

João Victor de Oliveira Calegari

Karine Farias Vasconcellos de Paula

Letícia Maia Dias

Luan Pedretti de Castro Ferreira

Marianne Ribeiro de Almeida

Nathalia Guimarães e Sousa

Paulo Henrique Silveira Damião

Thomaz Santos Leite

Tomás Santos Lopes de Freitas

(Organizadores)

XXXII SEMANA DE HISTÓRIA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – ICH
CENTRO ACADÊMICO DE HISTÓRIA –
GESTÃO “LINHA DE FRENTE”

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. “O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”, Juiz de Fora, 2017. ISSN: 2317-0468.

1554p.

1: Historiador. 2: Escrita da História. 3: Contemporaneidade.

Comissão Organizadora:

Alyson José Toledo Alvim
Beatriz Sales Dias
Cristiane de Paula Ribeiro
Edmo Videira Neto
Geraldo Homero do Couto Neto
Janaína Di Lourenço Esteves
João Victor de Oliveira Calegari
Karine Farias Vasconcellos de Paula
Letícia Maia Dias
Luan Pedretti de Castro Ferreira
Marianne Ribeiro de Almeida
Nathalia Guimarães e Sousa
Paulo Henrique Silveira Damião
Thomaz Santos Leite
Tomás Santos Lopes de Freitas

Diagramação e Normatização:

Paulo Henrique Silveira Damião
Thomaz Santos Leite

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

SUMÁRIO

Simpósios Temáticos:

ST01: Possibilidades de estudo sobre a Idade Média (séculos IV-XV).

1: Antiguidade Tardia: uma discussão bibliográfica sobre o conceito e sua utilização nos estudos sobre o fenômeno do martírio.

Flora Gusmão Martins15

2: Reflexões iniciais sobre as representações das batalhas de Mamede e Ourique como indício de datação da *Chronica Gottorvm*.

Jonathas Ribeiro dos Santos Campos de Oliveira27

3: Haxan, a feitiçaria através dos tempos e o diálogo entre Bruxaria e mentalidades do século XV.

Tatiana de Carvalho Castro40

ST02: Mundos do Trabalho.

1: O perfil da regulação do ofício e dos oficiais da alfaiataria no Termo de Mariana (1735 – 1750).

Letícia Silva Batista55

2: Escravos, terras e tropas: composição da riqueza dos Garcia de Mattos na região cafeeira da zona da mata mineira (XIX).

Thiago de Castro Braga71

ST03: Redes de sociabilidade, compadrio, relações familiares e matrimônios – séculos XVII-XVIII.

1: Casamentos e diplomacia na Restauração Portuguesa.

Luciano Cesar da Costa84

2: Relações de compadrio e frequência na pia batismal: Um padrinho e muitos afilhados.

Diana Fernanda Vaz de Melo dos Santos96

ST04: História da África, desafio da pesquisa e aplicações do ensino.

- 1: O Cálice da Salvação: as influências dos missionários cristãos antes e após a Independência da Nigéria nas obras de Chinua Achebe e Chimamanda Ngozie Adichie.
Denise do Nascimento Santos & Mariana Gino112
- 2: Os quilombos Brasileiros: representatividade da cultura africana e seu atual cenário nas escolas.
Pablo Gomes Goulart123
- 3: A Lei 10.639/03: pensando o difícil caminho da relação entre teoria e prática.
Shirley da Silva Oliveira136

ST05: Nova História Política: conceitos, práticas e linguagens.

- 1: Jornal O Globo e o projeto neoliberal no Brasil: depreciação do funcionalismo público nas páginas do periódico da família Marinho (1990-1999).
Bruno Ferrari Baptista152
- 2: Imprensa político-partidária e a tradição Trotskista na Argentina: ideologia, crítica e programa revolucionário do Jornal *Solidaridad Socialista* (1982-1983).
Taillan Rivail Ismael de Miranda164
- 3: Remanescentes das comunidades dos quilombos: a ressignificação do conceito e a valorização da memória.
Ana Cláudia Gonçalves180

ST06: Juiz de Fora: História e pesquisa.

- 1: Assistência à saúde em Juiz de Fora na belle-époque (1897 - 1914).
Maciel Antonio Silveira Fonseca195
- 2: Bancos em Juiz de Fora: Uma análise do caso do Banco de Crédito Real de Minas Gerais (1889-1930).
Wesley Venancio206
- 3: Calçadões e Cidades: a Rua Batista de Oliveira em Juiz de Fora – MG.
Fabrício Teixeira Vianna & Antonio Ferreira Colchete Filho221

4: “A meu coração juizforense”: Lindolfo Gomes e sua contribuição para a história de Juiz de Fora.

Fabiana Aparecida de Almeida238

5: Os Festivais de Música Popular Brasileira de Juiz de Fora (1968-1973): aspectos musicais, sociais e políticos.

Nayara Cristina Machado Costa248

6: Os Atos Institucionais (1964-1969), seus impactos e repercussões no cenário político local de Juiz de Fora.

Bárbara Vital de Matos Oliveira260

ST07: Ensino de História em tempos turbulentos.

1: Ideologia e luta de classes no âmbito escolar: uma análise das raízes ideológicas do grupo Escola Sem Partido.

Fernando Gaudereto Lamas & Felipe Dias278

2: Temática indígena e ensino de História: o livro didático como desafio na atualidade.

Letícia Maia Dias & Luisa Pereira Vianna287

3: Tortura de amor: a música cafona na construção do conhecimento histórico de alunos da EJA.

Bruna Aparecida Gomes Coelho & Bruno Henrique Fernandes301

4: Uma proposta interdisciplinar para o ensino: A utilização de mangás como instrumento didático.

Breno Henrique da Silva Ricardo & Klinsman Elias da Costa315

ST08: Racismo e construção de identidades: O que temos a ver com isso?

1: “Caráter”, cor e branqueamento nas Sapatarias de Debret.

Lucas dos Santos Silva321

2: Disputas em sala de aula: o papel do historiador professor frente ao racismo, o caso João XXIII.

Natália Lopes de Souza334

3: As Interfaces do racismo Religioso no Congado em Conselheiro Lafaiete.

Maria Luiza Iginio Evaristo349

ST09: “Dimensões do Mundo Rural: Territórios, gentes e suas lutas (Séculos XIX e XXI).

1: Organização da estrutura agrária da Freguesia de São Pedro do Fanado de Minas Novas no século XIX.

Juliana Pereira Ramalho363

2: Fazendeiros e lavradores foreiros em Itaguaí: Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Bananal (1850-1900).

Max Fabiano Rodrigues de Oliveira373

3: Políticas públicas e desenvolvimento rural: conceitos, instituições, arenas e modalidades.

Gabriel Magalhães Rodrigues387

4: Educação no campo: o caso da EMATER-Rio em Magé.

Vinícius da Silva Ramos403

ST10: Religiosidades, cultura e política: séculos XIX e XX.

1: Sigmund Freud em Norbert Elias: uma análise dos conceitos freudianos presentes no “Processo Civilizador”.

Estevão Mascarenhas Lobo413

2: A configuração do mal no pensamento pós-moderno.

Samantha Carvalho Luz & Angélica Cruz Bernardo428

3: A Igreja no Centenário da Independência: uma análise da Carta Pastoral do Episcopado Brasileiro.

José Leandro Peters443

4: A maquieta e a devoção dentro do Museu Mariano Procópio.

Janaína de Paula Almeida & Paula Oliveira Carvalho Aguiar458

5: Jonas: de pecador a Mestre.

Nathalia Guimarães e Sousa470

6: A questão religiosa no Império do Brasil: A Revolução e o Iluminismo no discurso secularista de Saldanha Marinho, Rui Barbosa e Joaquim Nabuco.

Dievani Lopes Vital477

7: Entre Representações e Requerimentos: O Poder Político Provincial de Minas Gerais e a construção dos cemitérios extramuros.

Pâmela Campos Ferreira490

ST11: Por outras dimensões do Brasil Oitocentistas: instituições, poder e elites locais.

1: O surgimento da Sociedade Defensora e da Guarda Nacional em Pouso Alegre (1831).

Alex Lombello Amaral500

ST12: Formação e ocupação do território de Minas Gerais: Espaços, paisagem, justiça – séculos XVIII e XIX.

1: Estado, Igreja e irmandades na organização da caridade na sociedade mineradora do Setecentos.

Manoela Vieira Alves de Araújo512

ST13: Biografias e trajetórias na escrita da História.

1: Tramas do poder e redes de familiares: a trajetória de João Borrego em Capoeiras-PE.

Luís Gustavo de Azevedo Macedo527

2: De bancário a aspirante à presidência: análise da trajetória de Magalhães Pinto como homem público e político a partir da UDN.

Esther Itaborahy Costa542

3: Carlos Lacerda e suas contribuições para a literatura brasileira no século XX: Análise da sua principal obra “A casa do meu avô, 1977”.

Fernanda Gallinari Machado Sathler Mussi557

ST14: História da Arte: seus objetos, funções e sua escrita.

1: A História da Arte como o lugar do entrevisto nos últimos livros de Plínio, o Velho.

Antônio Leandro Barros562

2: A nudez no retrato romano imperial na época de Augusto.

Mayara Amaral Fernandes574

3: Pintura como desenho em Filippe Nunes. Júlia Dias Möller	585
4: Nossa Senhora do Perpétuo Socorro – imagens de Antônio Nardi em uma igreja do Rio de Janeiro. Dirceu Ferreira Barbuto	593
5: Murilo Mendes e Guignard: relação pessoal entre retratante e retratado. Gabriele Oliveira Teodoro	610
6: Homenagem a Oswaldo Goeldi. Tammy Senra Fernandes Genú	621
7: A bengala do Museu Mariano Procópio. Igor Sanches Marini & Ludmila Cristina Silveira	631
8: Entre Aby Warburg e Walter Benjamin: uma imagem e seus movimentos. Andreia de Freitas Rodrigues	643

ST15: O Brasil Republicano: entre avanços e retrocessos.

1: Federalismo republicano de 1891: mudanças ou permanências? Lucas Neto Teixeira	654
2: O Estado na Primeira República: considerações sobre a relação do Estado com os grupos médicos. Nittina Anna A. Bianchi Botaro	663
3: A Segunda República entre Plínio, Prestes e Vargas: conflitos entre integralistas e aliancistas e a repressão do Estado varguista. Pedro Ivo Tanagino	674
4: O setor automotivo no governo JK: políticas e empresas. Fernando Marcus Nascimento Vianini	689
5: Um belo legado no horizonte? As relações de poder em torno dos megaeventos esportivos (2013-2014). Raul Castro	705

ST16: Partidos políticos, movimento sociais e mundo do trabalho no Brasil Republicano.

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016*

1: Primeira República: Anarquismo e Movimento operário. Nilciana Alves Martins & Dalila Varela Singulane	720
2: A Organização Internacional do Trabalho como Objeto de Estudo no Brasil. Denilson Gomes Barbosa	732
3: A luta dos trabalhadores metalúrgicos na década de 1950 em Juiz de Fora/MG: A corte trabalhista, o sindicato e as greves. Luisa de Mello Correard Pereira	744
4: Trabalhadores e Comunistas na Saint John D'el Rey Mining Company Limited (1950-1953). Camila Gonçalves Silva Figueiredo	755
5: A “docilização” dos corpos sob a ótica do pensamento foucaultiano nas relações de trabalho: uma abordagem histórica – Estudo de caso da Siderúrgica Mendes Júnior/JF (1984-1995). Myrtes Raposo	772

ST17: Patrimônio, História e memória: os desafios da interdisciplinaridade.

1: Instrumentos urbanísticos em áreas protegidas: Considerações e Contribuições Para o Patrimônio Ambiental Urbano de Mariana (MG). Wagner Muniz	788
2: Além de Vital Brasil e Campanha: Uma nova abordagem de Vital Brasil a partir de seu diário pessoal. Matheus Barbosa Martins & Flavio Henrique Costa Costanti	803
3: Uma face da glória: os museus da Força Expedicionária Brasileira. Humberto Ferreira Silva	812
4: Nas linhas da memória: a estação ferroviária de Visconde do Rio Branco como patrimônio cultural. Priscila de Oliveira Teixeira	828
5: O modernismo e a preservação do patrimônio: influência dos modernistas na criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Carolina Martins Saporetti	839

ST18: Impérios Ibéricos no Antigo Regime: poder, sociedade e cultura.

1: O governo geral do Estado do Brasil e o provimento das serventias de ofícios militares (1648-1657).	
Hugo André Flores Fernandes Araújo	852
2: A venalidade de ofícios em Minas Gerais: uma prática presente.	
Rafael José de Paula Braga	870
3: Conflitos Político-Administrativos e ilegalidade no terceiro contrato de extração de diamantes. Arraial do Tejuco, (1748 -1753).	
Joelmir Cabral Moreira	884
4: A relevância de um mito na construção do modus operandi do Império português.	
Thays Alves Rodrigues	893

ST19: História e Gênero: Relações de Poder, Memórias e Identidades.

1: Os estudos de gênero como perspectiva metodológica para a análise da cerâmica grega.	
Michelle Borges Pedroso	908
2: Sexismo e misoginia no banco dos réus: Análise do livro O Martelo das Bruxas (Malleus Maleficarum) e sua contribuição para perseguição feminina na Inquisição.	
Jocilane G. Barbosa; Dalila V. Singulane & Nilciana A. Martins	917
3: “Século Cristão no Japão” ou “Século das mulheres cristãs no Japão”? O jardim nipônico de Agostinho de Santa Maria.	
Luciana Nogueira da Silva	922
4: Maria Quitéria: apropriações e representações na construção de um mito.	
Claudius Gomes de Aragão Viana	936
5: Os desígnios de Dona Anna Rosa Roberta de Vasconcellos, seus bens e herdeiros – Itaguaí (1830-1856).	
Joyce Cristina Machado Figueiredo	953
6: De Pemberly a Netherfield: A vida em sociedade da mulher inglesa do século XIX.	
Laura Silva Dulci	966
7: Desafios e possibilidades em análises sobre operárias têxteis do Distrito Federal do início do século XX.	
Isabelle Cristina da S. Pires	974

8: Relações de gênero na fábrica de tecidos do Biriri (1920-1940). Kátia Franciele Corrêa Borges	989
9: O discurso da Igreja Católica perante o papel das mulheres nas famílias brasileiras (1930-1945). Mônica Euzébio da Costa	1002

ST20: Memórias da Cidade – O Patrimônio Cultural Urbano como Fonte para o Historiador.

1: Entre os espaços que habitam a cidade contemporânea: o que há entre o sujeito e o muro? Maria Fernanda Bertholdo	1017
2: O cinema no interior: reflexões acerca da sociabilidade do Cine-Theatro de Visconde do Rio Branco/MG (1915-1960). Aline da Fonseca Campos	1029
3: O Palácio do Catete como fonte para a história do Rio de Janeiro do século XIX. Marcus Vinícius Macri Rodrigues	1044
4: Locais de rememoração e convívio urbano: uma análise dos jardins públicos. Guilherme Nogueira Ragone	1059
5: A Paisagem em Movimento: Aulas de Campo e a Ressignificação de Conceitos através da Educação Patrimonial. Edylane Eiterer & Joel dos Santos Pereira	1069
6: Memória e patrimônio: a azulejaria empregada na arte tumular do cemitério de Nossa Senhora das Dores, em Juiz de Fora. Aline Medeiros de Vasconcellos & Maciel Antonio Silveira Fonseca	1086
7: Memórias Tangíveis na afirmação e desconstrução da identidade alemã entre Católicos e Luteranos no Cemitério Nossa Senhora da Glória. Max A. Mendes Lira	1095
8: Oh! Minas Gerais: Um Matuto na cidade e o hino que o Estado escolheu. Fabricio da Silva Fernandes & Taís Daiele Alves	1112
9: Uma história ritmada: Sociedade Musical de Beneficência e Cultura 22 de Maio - Ubá/ MG. Thamyres Alves Rodrigues	1127

ST21: Autoritarismos e democracia no Brasil Republicano.

1: Além do Estado Novo: “Democracia substantiva” (corporativa, social e sindical) nos anos 1950.

Juliana Martins Alves1143

2: O “populismo udenista”: a campanha eleitoral de 1958.

Ramonn Rodrigues Magri1160

3: A ditadura civil-militar brasileira: debates e contribuições em torno do IHGB.

Daniela de Miranda dos Santos1174

4: O papel da imprensa conservadora de Diamantina na ditadura civil-militar brasileira.

Kamila Nunes da Silva1183

ST22: O “mundo português” nas malhas do Tribunal do Santo Ofício: fontes, personagens e possibilidades de pesquisa.

1: O “Efeito Lúcifer” durante a inquisição católica.

Melquisedeque Oliveira de Castro1200

2: Resistência e sincretismo religioso: a santidade de Jaquaripe no Tribunal Inquisitorial.

Willian Dias da Silva & Letícia Maia Dias1209

3: O caso de relapsia do cristão-novo Félix Nunes de Miranda.

Daniela Cristina Nalon1224

4: A demonização feminina: um retrato inquisitorial em terras Luso-americanas (1591-1595).

Aieska Pandolfi Monfardini1236

ST23: História da Arte / História das imagens: a construção histórica pelas imagens.

1: O conto de fadas da princesa dos trópicos.

Aline Medeiros de Vasconcellos1244

2: *A Rendição de Uruguaiana*, de Pedro Américo, e as litografias na Guerra do Paraguai.

Álvaro Saluan da Cunha1260

3: *Dança Mexicana* e a vida cotidiana.

Bárbara Silva Borges1274

4: A estatuária de Mathurin Moreau no Passeio Público e na Praça Tiradentes: A indústria e a arte do ferro das <i>fonderies du Val d'Osne</i> no Rio de Janeiro Antonio Ferreira Colchete Filho & Camila Caixeta Gonçalves	1283
5: O legado da pedagogia visual, nas representações pictóricas de São Francisco de Assis, na idade média e moderna. Aline Hübner Freitas	1291
6: O tarô Visconti-Sforza como espaço de relações e transferências no século XV italiano. Ligia Balestra Vasconcelos	1308
7: A humanidade das personagens negras nas aquarelas brasileiras de Paul Harro-Harring. Leonardo Campos Gomes & Vitória dos Santos Acerbi	1323
8: A impossibilidade cronológica da escultura contemporânea – uma abordagem pós-histórica. Henrique Grimaldi Figueredo	1339
9: MADAME X: Considerações de um escândalo. Eponina Castor de Mello Monteiro	1355
10: De modelo a artista: diálogos acerca do posicionamento feminino nas artes. Caroline Farias Alves	1369

ST25: Imagens, História e Política.

1: Charge, História e Política: teoria e método. Marcelo Almeida Silva	1380
2: A fotografia da menina que não cumprimentou João Figueiredo: apontamentos sobre a memória da Ditadura Civil-Militar. Natália Aparecida Godoy da Silva	1389
3: A representação do homossexual e do desejo homossexual na pornochanchada. Nelson C. Neto	1402
4: Imagens e representações críticas à ditadura militar contidas na telenovela “O Bem-Amado” (1973). Emilla Grizende Garcia	1418

Comunicações Livres:

1: O que há em comum entre Islamismo e Cristianismo?	
Roberto Dutra Nogueira	1430
2: Surrealismo literário e pauta social nas Declamations maiores (XIV-XV): magia, prostituição e persuasão.	
Beatriz Rezende Lara Pinton	1443
3: Imaginários de uma era romantizada: Sengoku Jidai.	
Petrus Lucchesi Moreira	1452
4: Novo narrador em um mundo globalizado: Autres Brésils e a missão de fomentar a desconstrução um imaginário clichê e estreito do Brasil na França.	
Janaína Cardoso da Silva	1470
5: Para além de “simples representações” ou meros “jogos de fantoches”: Georg Simmel e a ideia de compreensão histórica.	
Edmo Videira Neto	1485
6: As possibilidades e desafios do uso de tecnologias digitais como instrumento de salvaguarda do Patrimônio Histórico Cultural Edificado.	
Jéssica de Fátima Rossone Alves & Claudia dos Reis Paiva	1494
7: Práticas corporais esportivas e de lazer através do Jornal Boletim Informativo: uma análise do cotidiano.	
Priscila G. Soares; Willian dos S. Bento & Roberta T. Vieira	1506
8: Terrorismo no século XXI: um marco para a nova história mundial.	
Jéssica Castro	1513
9: João Batista da Costa e o Nu Feminino no Museu Mariano Procópio.	
Thiago Rodrigues Tavares	1531
10: As primeiras conquistas trabalhistas e sua memória: a possibilidade de desregulamentação dos Direitos Trabalhistas no atual cenário político brasileiro.	
Paulo Henrique Silveira Damião	1543

Simpósio Temático 01: Possibilidades de estudo sobre a Idade Média (séculos IV-XV).

Coordenadores: Flora Gusmão Martins (Mestranda UFRJ) & Thaiana Gomes Vieira (Mestranda UFJF)

Antiguidade Tardia: uma discussão bibliográfica sobre o conceito e sua utilização nos estudos sobre o fenômeno do martírio

Flora Gusmão Martins

Resumo:

Em nossa pesquisa de mestrado temos como objetivo analisar comparativamente alguns relatos sobre o fenômeno do martírio escritos nos séculos VI e VII no reino visigodo. Privilegiaremos como *corpus* documental nove paixões que se encontram inseridas em uma compilação litúrgica denominada *Pasionario Hispánico*. Considerando este *corpus* documental como parte de uma produção literária com função litúrgica realizada pelo episcopado em um processo de fortalecimento da instituição eclesiástica visigoda, pretendemos pensar a relação entre o fenômeno do martírio relatado nestas paixões com a política eclesiástica empreendida no período.

A partir de algumas leituras e discussões promovidas em sala de aula, encontramos a necessidade de discutir o conceito de Antiguidade Tardia, expressão esta utilizada por muitos historiadores que se dedicam ao mesmo período que nós. Estamos também tratando em nossa pesquisa de um fenômeno que teve suas origens no princípio do cristianismo, questão relevante para o debate acerca do conceito a ser aqui discutido. Portanto, temos como objetivo apresentar nesta comunicação um debate historiográfico sobre a expressão Antiguidade Tardia e sua utilização nos estudos sobre o martírio, objeto de nossa pesquisa.

Palavras-chave: Antiguidade Tardia, martírio, *Pasionario Hispánico*

Abstract:

One of our Master's research objective is comparatively analyze some reports about the martyrdom phenomenon written in the VIth and VIIth century on the Visigothic Kingdom. Our documentary *corpus* is composed by nine passions inserted on a liturgical compilation called *Pasionario Hispánico*. Considering this compilation as part of a literary production that had a liturgical function and was produced by the episcopate inside an expansion process, we intend to understand the relations between the martyrdom phenomenon and the ecclesiastical politics undertaken on this period.

Due to some reading and discussion carried out on disciplines, we found the need to discuss the concept of Late Antiquity, expression used by many historians that dedicate themselves to this period. We are also working with a phenomenon that had it's origins in the beginning of Christianity, a relevant point to the debate about the aforementioned

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
 “O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
 Juiz de Fora, 2017, 1554p.
 ISSN: 2317-0468
 17 a 21 de outubro de 2016

concept. Therefore we intend to present on this paper a bibliographical discussion about the expression Late Antiquity and its utility to the martyrdom studies.

Key-words: Late Antiquity, martyrdom, *Pasionario Hispánico*

Considerações introdutórias

Em nossa pesquisa de mestrado temos como objetivo analisar comparativamente alguns relatos sobre o fenômeno do martírio escritos nos séculos VI e VII no reino visigodo. Privilegiaremos como *corpus* documental nove paixões que se encontram inseridas em uma compilação litúrgica denominada *Pasionario Hispánico*. Considerando este *corpus* documental como parte de uma produção literária com função litúrgica realizada pelo episcopado em um processo de fortalecimento da instituição eclesiástica visigoda, pretendemos pensar a relação entre o fenômeno do martírio relatado nestas paixões com a política eclesiástica empreendida no período. Assim, neste trabalho, temos como objetivo apresentar um debate historiográfico acerca do conceito de Antiguidade Tardia e sua aplicabilidade em nosso principal objeto de pesquisa, o fenômeno do martírio.

As discussões sobre o fim do mundo antigo

O tema do fim do Império Romano tem sido bastante discutido pelos historiadores, desde muito tempo. Segundo Gilvan Ventura da Silva questionamentos sobre as razões que teriam levado ao fim da sociedade romana aparecem em alguns relatos de pensadores contemporâneos aos acontecimentos, como Comodiano (século III) e Ambrósio (século IV), que atribuíam às chamadas invasões bárbaras a maior responsabilidade pela desagregação do Império (SILVA, 2001: 61). D'Assunção Barros cita também Agostinho, Salviano e Orósio, como participantes do que ele chama de um combate intelectual entre defensores do paganismo e do cristianismo, surgido após os saques de Roma e a crise do Império. De acordo com este autor Agostinho teria buscado livrar o cristianismo da acusação de responsabilidade pelo fim do Império, perspectiva esta defendida por intelectuais que insinuavam que os romanos estavam sendo punidos

pelos deuses por terem adotado a religião cristã. A posição expressada por Agostinho, segundo Barros, seria retomada posteriormente (BARROS, 2009: 552).

No período que comumente chamamos Renascimento, este tema também recebe uma maior preocupação de pensadores, como Petrarca, Maquiavel, Flavio Biondo, Bodin, Groutius, entre outros. Nomes como Montesquieu, Voltaire e Gibbon atribuíram a maior parte da responsabilidade do fim do Império Romano à religião cristã (SILVA, 2013: 77). Este último autor, Edward Gibbon, é citado por grande parte dos autores que tratam tanto do conceito de Antiguidade Tardia, como do fim da sociedade Antiga. Gibbon lançou na segundo metade do século XVIII uma obra emblemática para tais discussões, denominada *A História do Declínio e queda do Império Romano*, na qual o autor reformula a ideia de um declínio interno, em oposição à perspectiva de que os culpados pelo fim do mundo antigo teriam sido os povos bárbaros, sugerindo em certas passagens que o cristianismo teria exercido um papel considerável no declínio da sociedade romana (BARROS, 2009: 560).

Em relação a esses debates, consideramos relevante trazer algumas questões apresentadas por Leandro Rust. Este autor demonstra que a chamada Era de Constantino tem significativo papel nas discussões sobre a relação entre poder político e poder religioso e as interferências de uma esfera na outra (RUST, 2015: 78). Consideramos também que esta questão é relevante nas discussões sobre o fim do mundo antigo e, portanto, na construção do conceito de Antiguidade Tardia.

Com Constantino o cristianismo deixa de ser clandestino e passa a ser parte integrante do Império. Segundo Rust o reinado de Constantino marcaria um processo histórico ocorrido em dois atos simultâneos: a cristianização do Estado romano e institucionalização da religião cristã. Para alguns intelectuais este processo teria resultado no fim do chamado cristianismo primitivo, conceito este muitas vezes usado de forma a associar o cristianismo dos primeiros séculos com um ideal de perfeição e de separação dos interesses políticos. Rust atenta para o conceito de cristianismo primitivo, utilizado com frequência por historiadores que tratam do período. O autor, porém, apresenta duas ressalvas em relação a este termo: primeiro, ao utiliza-lo, é necessário ressaltar que o cristianismo dos primeiros séculos não era homogêneo, e sim composto por comunidades cristãs diversificadas, marcado por diferenças regionais, temporais e culturais; em

segundo lugar o termo faz referência ao cristianismo até Constantino, como se as ações do imperador tivessem provocado mudanças que decretaram o fim do cristianismo antigo, herdado da época dos apóstolos (RUST, 2015: 82). Assim, concordamos com este autor que de fato a chamada Era de Constantino é um ponto de extrema relevância para a história do cristianismo, porém não significa que a partir deste imperador a religião mudou completamente como muitos autores sugerem, e sim sofreu transformações, mantendo características anteriores e também criando novas, necessárias para se adaptar a conjuntura.

Para nossa pesquisa analisaremos uma documentação produzida nos séculos VI e VII, mas que trata de acontecimentos anteriores, no caso os martírios sofridos por cristãos, em sua maioria no período das perseguições, ou seja, em um período anterior a Constantino. Apesar de considerarmos a chamada Era Constantiniana essencial para a compreensão do cristianismo e sua expansão institucional por todo o Ocidente medieval, não pensamos que a partir deste período os problemas e dificuldades da instituição cristã tenham se acabado, nem que este momento tenha significado o fim de algumas características do chamado cristianismo primitivo.

Com Constantino o cenário é modificado e a instituição eclesiástica começa a adquirir benefícios e maiores facilidades para se expandir, o que também acontece em alguns reinos posteriores, porém ressaltamos aqui que o fenômeno do martírio não chega ao fim neste momento, nem perde seu prestígio. Com o fim das perseguições a quantidade de martírios diminui significativamente, mas não deixa de existir, aparecendo ao longo do período medieval todo, principalmente em momentos de conflitos. No caso do reino visigodo é possível encontrar mártires que foram mortos por judeus em um período em que os conflitos com este povo eram intensos, e, após a chegada dos árabes no território no princípio do século VIII há uma nova proliferação de relatos sobre mártires. Além disso, podemos perceber que tal fenômeno continua a ter significado dentro do cristianismo mesmo após Constantino pela quantidade de relatos hagiográficos que tratam de mártires, mesmo da época das perseguições, que são produzidas pela hierarquia eclesiástica ao longo do Medievo. Portanto, o fenômeno do martírio possui um papel significativo para instituição eclesiástica, principalmente na difusão do culto aos santos.

O conceito de Antiguidade Tardia

O conceito Antiguidade Tardia, como apresentado pela grande maioria dos autores que tratam do mesmo, teria surgido no campo da História da Arte, na obra denominada *Die Spätantike Kunstindustrie*, lançada em 1901 pelo austríaco Alois Riegl. De acordo com Carlos Augusto Ribeiro Machado a identificação da Antiguidade Tardia como uma época autônoma começou a ser mais discutida na primeira metade do século XX (MACHADO, 2015: 84). Machado, assim como outros historiadores que discutem sobre o tema, menciona o livro de Peter Brown, *The world of late Antiquity: from Marcus Aurelius to Muhammad*¹, lançado em 1971, como o primeiro a definir os contornos e a perspectiva de como a historiografia entenderia o termo Antiguidade Tardia. De acordo com Machado, nesta obra Brown trata do período que se estende do reinado de Marco Aurélio (161-180) ao século posterior à ascensão do Islã, reconhecendo relevantes mudanças sociais e políticas e ao mesmo tempo enfatizando determinadas continuidades e vitalidades culturais (MACHADO, 201: 88).

Outro autor que, assim como Peter Brown, conduziu de certa forma as perspectivas do conceito de Antiguidade Tardia foi Henry-Irénée Marrou. Em sua obra de 1980, Marrou, de acordo com o historiador José D'Assunção Barros, examina a passagem da Antiguidade à Idade Média considerando questões ligadas à psicologia e à cultura, atentando aos desenvolvimentos estéticos como importantes sinais para a compreensão das singularidades do período, no qual as permanências, assim como as transformações, devem ser entendidas como importantes elos que conduzem a história (BARROS, 2009: 562). Ressaltamos aqui também que tanto Marrou quanto Brown estão inseridos em um período em que há uma preocupação da historiografia em abordar aspectos culturais e questionar a história tradicional e seus métodos.

Segundo Gilvan Ventura da Silva, de acordo com a nova perspectiva lançada pelos dois autores mencionados acima, o fim do mundo antigo não deve ser visto como um período de decadência, queda ou declínio, e sim como o momento de surgimento de novas concepções religiosas e estéticas, e o conceito de Antiguidade Tardia teria a atribuição de

¹ O título do livro foi traduzido para português como *O fim do mundo clássico: de Marco Aurélio a Maomé*, o que esvazia completamente o sentido apresentado pela obra.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
 “O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
 Juiz de Fora, 2017, 1554p.
 ISSN: 2317-0468
 17 a 21 de outubro de 2016

valorizar a especificidade de um mundo marcado pela fusão da cultura pagã clássica com os valores cristãos e bárbaros (SILVA, 2001: 68).

Para Machado a Antiguidade Tardia, como lançada por estes autores, teve grande impacto sobre os historiadores, levando à consolidação de um campo intelectual específico. Porém, para este autor, as publicações de Brown e outros que também utilizam o termo, mais colocam dificuldades do que as resolvem. A primeira questão, como atenta Machado, seria se a Antiguidade Tardia é um período histórico específico (MACHADO, 2015: 87). Considerando que atualmente existem laboratórios e grupos de pesquisa que utilizam o termo e se especializam em investigações sobre os séculos enquadrados por Brown e Marrou, entre outros, pensamos que a Antiguidade Tardia pode ser sim vista como um período histórico específico. Concordando ou não com o termo, e tendo em mente todos os problemas que ele pode trazer, é um período que parece não se encaixar no que chamamos de Antiguidade nem no que denominamos Idade Média, portanto acreditamos que podemos considerar este um período diferenciado do devir histórico, mas que ainda está se definindo dentro do campo historiográfico.

Machado ainda levanta outros problemas em seu texto. Segundo ele os historiadores sempre tiveram dificuldades em definir o fim da Antiguidade. Assim, intelectuais como Peter Brown e Averil Cameron defendem a ideia de uma longa Antiguidade Tardia, que se estenderia do século II ao VIII. Machado ressalta, porém, que ambos trabalham com o Mediterrâneo oriental, onde as continuidades são representativas. Considerando também que muitos historiadores trabalham com a ideia de uma crise geral para definir o fim da Antiguidade, Machado questiona até que ponto uma crise, caracterizada por processos e elementos comuns, precisa ser observável ao mesmo tempo e do mesmo modo em todos os lugares para ser reconhecida como geral. Além disso, o autor menciona que redefinição geográfica da área a ser estudada é outro aspecto crucial no modo como o período é definido (MACHADO, 2015: 87).

Ao refletir sobre essas questões apontadas por Machado, concordamos que o termo Antiguidade Tardia pode não ser o mais adequado, pois podemos pensar inclusive, como mencionado pelo autor, que certos lugares podem não ter tido uma Antiguidade, do modo como ela é entendida². Porém, consideramos também que todo termo utilizado para

² O autor Philip Rousseau, em uma conferência sobre Antiguidade Tardia, apresenta também que termo *Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora*. “O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”, *Juiz de Fora, 2017, 1554p.*
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

definir um período histórico pode carregar problemas, a especificidade dos séculos que compõem o que estamos chamando de Antiguidade Tardia é justamente sua duração – não é um curto período de transição, e sim séculos em que grande parte dos elementos não são definidos nem como antigos nem como medievais. Como afirma Machado, definir estes séculos como uma época de transição e, ao mesmo tempo, um período autônomo que deve ser tomado em seus próprios termos é uma contradição. Portanto, para nós, parece ser mais lógico entender a Antiguidade Tardia como um período autônomo, desde que se tenha em mente os problemas que o termo pode causar e levando em conta principalmente o espaço geográfico estudado.

Devemos também considerar aqui o conceito de Primeira Idade Média. O historiador Paulo Duarte Silva apresenta os conflitos entre os defensores da ideia de Antiguidade Tardia, como Marrou e Brown, com aqueles que preferem o termo Primeira Idade Média, como Le Goff, Franco Jr. e Wickham. Silva enumera algumas características do termo Antiguidade Tardia: enfatiza as continuidades; privilegia os estudos das regiões do mediterrâneo oriental, esquivando-se assim dos problemas do fim do Império Romano do Ocidente; substitui termos como crise e decadência por transição, transformação, mutação ou interação, conferindo uma tendência positiva ao período associada frequentemente ao pensamento contemporâneo; tem como principais objetos a vida cultural, religiosa ou espiritual; aborda as expressões artísticas, intelectuais e estéticas, incorporando visões antropológicas e arqueológicas e questionando o declínio; os autores que fazem uso do termo consideram a Antiguidade Tardia como um momento histórico dotado de especificidades.

Considerando os aspectos explicitados acima ainda pensamos que o conceito pode sim ser utilizado, desde que com certos cuidados. Pensamos ser melhor para a investigação histórica considerar tanto as permanências quanto as transformações, de forma a ser compreender melhor os objetos analisados. Os estudos de Antiguidade Tardia talvez tenham se baseado durante muito tempo nas continuidades, porém não significa

Antiguidade pode ser tão problemático quanto o termo Tardia, pois, remete, em grande parte, a Grécia e Roma, o que influencia diretamente o conceito aqui analisado, desconsiderando regiões e culturas do mesmo período, reforçando uma perspectiva eurocêntrica da História. ROUSSEAU, Philip. Can “Late Antiquity” be saved? *Marginalia*: Los Angeles Review of Books. Disponível em <http://marginalia.lareviewofbooks.org/can-late-antiquity-be-saved-philip-rousseau/> Acesso em agosto de 2016.

que não possam abordar ambas as perspectivas e pensar o porquê das continuidades ou o porquê das transformações. Compreendemos, porém, que o termo pode não ser o melhor para ser utilizado para tratar de todas as regiões ou para análises de campos historiográficos que não o cultural, mas que a falta de um termo melhor que defina um período em que os historiadores não conseguem de fato enquadrar nas definições tradicionais de Antiguidade e Idade Média, abre espaço para a utilização do conceito Antiguidade Tardia.

Silva apresenta também a noção de Primeira Idade Média, que, segundo ele, ainda que considere elementos de tensão e atritos, aparece como uma terminologia alternativa que compreende o período entre o início do século IV e meados do século VIII. O autor cita um trecho do historiador Hilário Franco Júnior, no qual afirma que o período em questão apresenta uma feição própria, que não se enquadra na ideia de antiga, mas também ainda não pode ser chamada de medieval, defendendo que é melhor utilizar o termo Primeira Idade Média, pois nela teria se iniciado a convivência de três elementos que comporiam o período medieval: a herança romana, herança germânica e o cristianismo. Para Silva a proposta da nomenclatura Primeira Idade Média centra-se nos fenômenos desenrolados no Ocidente sem empregar o tom depreciativo atribuído aos germânicos (SILVA, 2013: 78), sendo assim também uma possibilidade de nomear este período. Considerando os dois conceitos, pensamos que ambos possuem pontos positivos e negativos, porém Antiguidade Tardia parece ser mais aceito e mais utilizado por historiadores de forma geral, incluindo a maioria dos autores que tratam do fenômeno do martírio.

O conceito Antiguidade Tardia e o fenômeno do martírio

Ao pensar aqui sobre a bibliografia que trata do fenômeno do martírio, temos que levar em consideração alguns pontos: primeiro parte significativa desta bibliografia é composta por filólogos ou teólogos, ou seja, autores que não possuem necessariamente uma formação histórica e conseqüentemente podem não ter uma preocupação tão grande com a definição dos períodos históricos e a discussão sobre o conceito de Antiguidade Tardia; em segundo lugar, parte desta bibliografia também trata, em muitos casos, da

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016*

Antiguidade, considerando relatos bíblicos e da época da perseguição de Diocleciano como pertencentes ao período Antigo; em terceiro lugar a bibliografia acerca deste fenômeno não é abundante, principalmente em relação a produção literária sobre o martírio dos séculos de nosso interesse, VI e VII; e, por último, esta bibliografia é em sua maioria norte-americana e europeia, locais em que o conceito de Antiguidade Tardia, apesar de ainda muito discutido, encontra-se bem mais difundido do que no Brasil.

Em nosso levantamento bibliográfico podemos perceber que alguns autores não se preocupam em definir um período histórico específico, muitas vezes fazendo referência ao século de produção do documento analisado, e, outros, no geral os historiadores que tratam do assunto, utilizam, em sua maioria o conceito de Antiguidade Tardia, mas sem a preocupação de defini-lo ou discutir sua utilização. Assim, levantamos algumas questões.

Alguns autores defendem uma analogia entre os mártires e heróis gregos e romanos, perspectiva esta que o historiador Vauchez discorda, pois, segundo ele, a morte seria um ponto essencial de diferenciação entre os dois, já que na Antiguidade a morte seria uma fronteira intransponível entre os homens e os deuses, enquanto que para o cristianismo, seria justamente por terem morrido como seres humanos, seguindo Cristo e sua mensagem, que os mártires teriam acesso ao paraíso e à vida eterna. Assim, o historiador defende que o culto aos mártires teria se enraizado na característica mais autêntica do cristianismo em relação às outras religiões, a salvação. Este historiador utiliza o termo Antiguidade Tardia, e afirma que, neste período, já existia uma crença bastante difundida em seres protetores dos indivíduos, como demônios, gênios, anjos, etc., e alguns bispos teriam se empenhado em transferir para seres humanos, os santos, a relação que as pessoas tinham com esses seres, propondo assim uma continuidade de um elemento antigo para o período medieval, apropriado e adaptado pelo cristianismo.

Já o historiador González Fernández defende que algumas características da religião pagã sobreviveram sob fórmulas cristãs, e que possivelmente essa cristianização de modelos pagãos tenha sido motivada, em certa medida, por dar conta de um novo mundo cristão para fiéis que haviam nascido em um universo cultural e religioso pagão. Outros autores, de acordo com o historiador, defendem uma progressiva substituição da personalidade dos heróis pela dos santos, porém com uma nova escala de valores.

González Fernández também ressalta que frequentemente lendas mitológicas que contam as façanhas e proezas dos heróis, ao serem comparadas com relatos hagiográficos, apresentam numerosos aspectos coincidentes. O autor, porém, atenta que, apesar das evidentes semelhanças, existem também uma série de diferenças substanciais, sendo a principal que o herói pagão não apresenta a capacidade de interceder pela salvação dos fiéis, já que não é eterno como o mártir, que adquire a salvação eterna, o dom profético e é, essencialmente, intermediário e intercessor entre os seres humanos e o divino (GONZALEZ FERNÁNDEZ, 2000: 170).

A partir da bibliografia lida podemos perceber que a discussão sobre a relação entre o herói e o mártir é intensa no campo historiográfico, teológico e filológico. Alguns acentuam as continuidades de elementos do culto aos heróis antigos, enquanto outros valorizam as particularidades cristãs do fenômeno do martírio. Essa dualidade apresentada pelos autores é de certa forma uma das questões apresentadas em relação ao conceito de Antiguidade Tardia, que, de forma geral, enfatiza mais as continuidades do que as rupturas. Pelas leituras feitas, percebemos que a maior parte dos autores utiliza o conceito de Antiguidade Tardia e atenta para as influências do culto aos heróis pagãos no culto aos mártires, porém prioriza as características cristãs do fenômeno do martírio e seu papel na história do cristianismo, o que pode apresentar uma certa contradição ao pensarmos que esses autores utilizam um conceito que valoriza as continuidades, enquanto que o que eles fazem, no geral³, é priorizar as rupturas. Neste sentido, consideramos ser necessário uma maior discussão entre os autores preocupados com o tema sobre a adequação do conceito para se falar do fenômeno do martírio.

Considerações finais

Refletindo sobre as questões discutidas aqui, pensamos, primeiramente, que os historiados têm dificuldades em analisar o período que compreende do século IV (para alguns desde o século II, III) ao século VIII. Estas dificuldades se apresentam por diversos motivos: a própria tradição historiográfica de definir períodos com uma nomenclatura que

³ Deixamos explícito aqui que esta é uma análise feita a partir de um levantamento bibliográfico realizado no início de uma pesquisa de mestrado, e os apontamentos aqui feitos foram pensando a partir desta bibliografia.

dê conta dos mais diversos aspectos e regiões do mundo; a dificuldade em inserir o período mencionado em uma dessas nomenclaturas; a dificuldade de, considerando todas as críticas que a historiografia atual tem em relação à historiografia mais tradicionalista na qual os termos foram criados, em criar uma nova nomenclatura que dê conta, ao mesmo tempo, de permanências e diferenças; a prática atual do historiador de analisar objetos cada vez mais específicos, e não elementos generalizantes que são capazes de definir períodos históricos; a própria discordância entre pesquisadores da definição cronológica, entre muitas outras. Além disso, o termo surgiu em um momento em que havia uma maior preocupação com a história cultural, e, talvez por isso, grande maioria de seus estudos estejam relacionados a este campo. Talvez precisemos que historiadores que se preocupem com os mais diversos campos historiográficos se juntem para discutir e criar um conceito que possa abarcar melhor todos os tipos de análises.

Concluimos, portanto, que esse tema ainda continuará em aberto. Em relação ao fenômeno do martírio ainda há muito a ser discutido, principalmente em relação aos períodos enquadrados. Enquanto não criar-se termos que não remetam à Antiguidade ou à Idade Média, ou enquanto os historiadores não chegarem à um consenso de que de fato é necessário, ou não, criar uma nova nomenclatura para referir-se ao período aqui tratado, nós, historiadores que nos preocupamos com conjunturas inseridas no século II ao VIII, temos que considerar todos os prós e contras de ambos os termos aqui apresentados, explicitá-los em nosso trabalho e fazer uma escolha que melhor se encaixe em nosso objeto.

Voltando à nossa pesquisa de mestrado, após essa discussão aqui apresentada, pretendemos evitar a utilização de qualquer um dos dois termos aqui tratados. Estudando um reino que se encontra na região da Península Ibérica a partir de documentos produzidos nos séculos VI e VII, acreditamos que o conceito de Antiguidade Tardia traz maior ênfase ao fenômeno com o qual nos preocupamos: o martírio. Porém, tendo em mente que há uma intensa discussão bibliográfica empreendida por historiadores, filólogos e teólogos, sobre a herança clássica do culto aos mártires e sobre a especificidade ou não⁴ do fenômeno dentro do cristianismo, consideramos que a

⁴ Alguns autores defendem que o martírio surge como novidade no cristianismo, sendo um fenômeno especificamente cristão, enquanto outros defendem que os mártires como são apresentados pela religião cristã foram influenciados pelo Antigo Testamento e pelo culto aos heróis clássicos.

utilização de um dos termos aqui trabalhados pode ser um obstáculo ao nosso posicionamento dentro de tal debate – apesar de nos preocuparmos com a relação do martírio com a política eclesiástica do período visigodo, a utilização de Primeira Idade Média pode dar a entender que compreendemos o martírio como fenômeno exclusivamente cristão, além de ignorar seu surgimento e relevância na época das perseguições, que apesar de não ser o período que pretendemos analisar, tem papel relevante em nossa pesquisa.

Assim, trataremos em nossa pesquisa de mestrado do fenômeno do martírio e sua relação com a política eclesiástica empreendida no reino visigodo dos séculos VI e VII – ou seja, de um fenômeno surgido ainda no Império Romano, mas que possui características essencialmente cristãs e pensado dentro de um processo de fortalecimento da instituição eclesiástica. Dito isto, pretendemos discutir sobre os dois conceitos acima mencionados, sem nos ater a utilização de nenhum deles, nos preocupando em apresentar o objeto de nossa análise da forma mais específica possível.

Bibliografia:

BARROS, J. D'A. Passagens de Antiguidade Romana ao Ocidente Medieval: leituras historiográficas de um período limítrofe. *História*, v. 28, N 1, 2009. p. 547-573.

GONZÁLEZ FERNÁNDEZ, Rafael. El culto a los mártires y santos em la cultura cristiana. Origen, evolución y factores de su configuración. *Kalakorikos*, v. 5, p. 161-185, 2000.

MACHADO, C. A Antiguidade Tardia, a Queda do Império e o debate sobre o “Fim do Mundo Antigo”. *Revista de História*, São Paulo, n. 173, p. 81-114, 2015.

RUST, L. O cristianismo primitivo, Constantino e a utopia do público. In: _____. *Mitos Papais: Política e Imaginação na História*. Petrópolis: Vozes, 2015. p. 75-110.

SILVA, G. V. O fim do mundo antigo: uma discussão historiográfica. *Mirabilia*, v. 01, 2001. p.57-71

SILVA, P. D. O debate historiográfico sobre a passagem da Antiguidade à Idade Média: considerações sobre as noções de Antiguidade Tardia e Primeira Idade Média. *Revista Signum*, v. 14, n. 01, 2013. p.73-91.

Reflexões iniciais sobre as representações das batalhas de Mamede e Ourique como indício de datação da *Chronica Gottorvm*

Jonathas Ribeiro dos Santos Campos de Oliveira¹

Resumo:

Nossa proposta tem por objetivo analisar como as batalhas de Mamede (1128) e Ourique (1139) foram representadas na *Chronica Gottorvm*, de forma a podermos perceber, através delas, os indícios de datação da obra. Em parte das narrativas medievais portugalenses, a memória literalmente construída de sua formação monárquica trazia consigo uma lógica discursiva da qual o contexto de produção era indissociável. Assim sendo, debruçado sobre a *Chronica Gottorvm* e outras obras, nossa preocupação se volta em refletir e tentar datar a referida produção a partir da variação narrativa sobre as batalhas mencionadas.

Palavras-chave: Crônica; Mamede; Ourique.

Abstract:

Our proposal aims to analyze how the battles Mamede (1128) and Ourique (1139) were represented at the *Chronica Gottorvm*, so that we may realize the dating evidence of the work. In part of the medieval narratives Portucalian, memory literally built his monarchical training carried a speech associated with the production context. Therefore, analyzing *Chronica Gottorvm* and other works, our concern turns to reflect and try to date the said production from the narrative variation on the aforementioned battles.

Keywords: Chronicle; Mamede; Ourique.

Introdução

Há algum tempo, ao nos debruçarmos sobre uma das obras produzidas no mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, a *Chronica Gottorvm*, escrita entre os séculos XII e XIII, havia me deparado com uma das dimensões que envolvem, em complexidade, as narrativas literárias medievais. A possível existência de outra versão da referida produção, mais breve, que aparece inicialmente mencionada por Antônio Brandão, na *Monarchia*

¹¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHC/ UFRJ), colaborador do Programa de Estudos Medievais (PEM/ UFRJ) e Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: jonathas_hist@yahoo.com.br

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

lusitana,² de 1632, levantaria uma questão: qual das duas obras seria a produzida entre os séculos XII e XIII?

Partindo de tal problemática, alguns pesquisadores, como, por exemplo, Alexandre Herculano, Pierre David, Alfredo Pimenta, Luís Gonzaga de Azevedo, entre outros, desenvolveram hipóteses defendendo ora a versão breve como sendo a mais remota, ora a versão longa. Nenhum consenso amplamente defendido entre eles ficou claro, demandando dos que viessem posteriormente a estudar a obra um fôlego a mais na argumentação da linha hipotética escolhida.

Dado que definir minimamente a datação da narrativa, à época, se tornava um elemento fundamental para o desenvolvimento de nossa pesquisa,³ sentimos a necessidade de escrever um Artigo, *História e Historiografia: a Crônica dos Godos e sua problemática de datação* (OLIVEIRA, 2014: 362-376), no qual estabelecemos diálogo com os diversos pesquisadores voltados ao tema, e nos posicionando conseqüentemente sobre a referida questão.

A proposta aqui desenvolvida tem por objetivo, *a priori*, vir como suplemento aos argumentos apresentados na nossa produção anterior. Buscamos sustentar a hipótese de ser a versão longa a mais remota, portanto, a de escrita iniciada entre os séculos XII e XIII.

Partindo do pressuposto de que os interesses que permeiam um dado contexto ficam, em algum nível, evidentes pela forma como determinadas representações literárias são apresentadas, buscaremos, a partir da análise das reproduções das batalhas de Mamede (1128) e Ourique (1139), reforçar o conjunto argumentativo que entende a *Chronica Gottorvm*, em sua versão longa, como sendo um produto do contexto compreendido entre os séculos XII e XIII. Nossa preocupação se volta, em linhas gerais, em refletir e tentar

² Nesta obra, a versão longa da *Chronica Gottorvm* seria publicada na sua parte final, dedicada aos documentos que corrobora as informações apresentadas, por Brandão, ao longo de sua produção. A menção à versão breve da narrativa é feita no prólogo que antecede a exposição da versão longa. De acordo com o autor, no fl. 271, ao se referir à *Chronica Gottorvm*, destaca “Que he a hiftoria dos Godos, ferve para muitos lugares defta hiftoria; ha dous exemplares della, o que aqui vay impreffo foy do Mefre Andre de Refende, & o tem em feu poder o Chantre de Euora Manoel Seuerim de Faria. Outro mais breue, cujas palauras por effa mefma caufa alego mais vezes, fe tirou de Alcobaça, & S.Cruz de Coimbra.” (BRANDÃO, 1973: 271)

³ Nossa pesquisa estava voltada para o estudo das masculinidades entre duas obras coimbrãs, a *Vita Sancti Theotonii* e a *Chronica Gottorvm*, produzidas entre os séculos XII e XIII.

alocar, temporalmente, a *Chronica Gottorvm* a partir das variações narrativas sobre ambas as batalhas.

Para tal intento, fizemos uso da versão longa da crônica presente em uma reedição da obra de Antônio Brandão, *Monarquia lusitana*, de 1973 (BRANDÃO, 1973: 271-276), com uma tradução feita pelo Prof. Albino de Faria. Já para trabalhar a versão breve da narrativa, lançamos mão da edição latina viabilizada por Alexandre Herculano, no *Portugaliae Monumenta Historica: Scriptores*, de 1856 (HERCULANO, 1856: 8-16).

Entre batalhas e suas representações

O século XII, conforme apresenta a historiografia, representa um período de não pouca relevância no que diz respeito ao processo fundacional da monarquia portuguesa. Tais posicionamentos se fundamentam nas significações dadas às informações constantes em diversos documentos, dentre eles, as narrativas literárias. Estas trariam um discurso peculiar, fundamentalmente no que diz respeito às remotas obras coimbrãs da segunda metade do século XII, cujo conteúdo, dentre outros possíveis, daria os primeiros passos no sentido de uma construção memorialística de um reino, ainda incipiente, mas, contudo, necessitado da construção discursiva de uma embrionária identidade.

Em continuidade e concordância ao que diz parcela dos estudiosos, obras posteriores, dos séculos XIII, XIV e XV, por exemplo, ainda no âmbito português de produção, fizeram manutenção e releitura das variadas passagens que trabalhavam as ações militares de Afonso Henriques durante seu reinado. Ao passo que esse passado era literalmente perpetuado, sendo reconstruído de múltiplas maneiras, progressivamente, determinados eventos acabavam ganhando mais evidência em relação a outros. Assim, em determinadas narrativas, tanto a Batalha de Mamede (1128) quanto a de Ourique (1139) teriam ganhado notoriedade.

As demandas dos contextos traziam ressignificações das representações de ambos os conflitos, o que acabava por construir uma identidade peculiar de cada um deles, vinculando-os aos seus períodos de produção. É, justamente, partindo do que cada representação tem de particular, que buscaremos datar uma de suas obras, qual seja, a

Chronica Gottorvm. No entanto, é interessante que minimamente façamos uma breve apresentação de cada um dos eventos.

Segundo o que a historiografia trabalha, e o que as fontes nos permitem perceber, a batalha de Mamede teria ocorrido no ano de 1128, tendo por palco o conflito de interesses de Afonso Henriques, juntamente com integrantes da aristocracia minhota e do bispado de Braga, contra as intensões nutridas por sua mãe, D. Teresa, e seus partidários galegos, representados na figura de Fernão Peres de Trava. Tal conflito culminaria com a perda da batalha por parte de D. Teresa e sua, consequente, expulsão juntamente com os Trava do território portugalense, assumindo assim, Afonso Henriques, a dianteira do Condado.

Já a batalha de Ourique, por sua vez, teria ocorrido em 1139, quando o exército de Afonso Henriques, que, segundo as narrativas, se apresentava em quantidade numérica inferior, ao avançar pelas terras sob domínio muçulmano, teria sido surpreendido pelas tropas sarracenas comandadas pelo rei Esmar, tendo-as enfrentado e vencido.

Ambas as batalhas acabariam ocupando um lugar especial nas narrativas historiográficas portugalenses, sendo marcadas como momentos decisivos do processo de consolidação do próprio reino.

Mamede e Ourique: a identidade de um período

Dois pontos, em relação aos eventos de Mamede e Ourique, nos são fundamentais para o desenvolvimento da reflexão ora proposta: o primeiro deles é relativo à ênfase em importância concedida à Batalha de Mamede como ponto a partir do qual se pode pensar o início da formação do reinado português; o segundo se alinha ao caráter sagrado e miraculoso conferido à vitória de Afonso Henriques e seu exército em Ourique.

É possível perceber em comum aos dois casos, quando o pressuposto de referencial se estabelece nos *Annales D. Alphonse Portugallensium regis*, que há um interesse do autor em construir uma imagem heroica de Afonso Henriques,⁴ de forma a deformar o caráter histórico que os acontecimentos pudessem conter, na medida em que podem ser

⁴ A imagem heroica é perceptível em obras oriundas fundamentalmente da comunidade regante de Santa Cruz de Coimbra, tendo por principal produto, os *Annales D. Alphonse Portugallensium regis*. As narrativas nortenhas posteriores ou castelhano-leonesas, por exemplo, tendem a questionar a imagem mitificada que no Mondego foi construída e difundida.

percebidos, em favor daquele que seria o grande precursor dos feitos. Segundo José Mattoso,

Os cronistas medievais mostraram indirectamente a sua importância rodeando-o [o acontecimento] de lendas que o mitificaram mais do que a qualquer outro feito do nosso primeiro rei. Mas as lendas não definem correctamente o significado da batalha, deturpam-no (MATTOSO, 1992: 12).

Dado que o próprio infante figurava como elemento central das supracitadas passagens, e que o interesse passava justamente pela sua representação simbólica associada ao processo de consolidação do reino, cada um dos acontecimentos, em contextos diferentes, foram reproduzidos por perspectivas particulares.

Até os séculos XIV, em linhas gerais, podemos considerar que os cronistas portugalenses fizeram mais ênfase sobre a Batalha de Mamede como sendo o momento a partir do qual começa a se delinear as origens da nacionalidade. É na importância nela verificada, na luta do jovem infante contra as pretensões de sua mãe, Teresa, associada aos condes galegos, que os autores identificariam os elementos de maior destaque desse processo. Nestas representações, é possível notar um enfoque mais assíduo às ações do Infante, sendo ressaltados seus aspectos militares e o imprescindível apoio divino recebido.

Após o século XV, inclusive, uma guinada é verificada desse momento da gênese monárquica, passando então a ser a Batalha de Ourique o ponto referencial, e, portanto, de mais notório desenvolvimento nas obras, em detrimento de Mamede.⁵

Chronica Gottorvm

Batalha de Mamede (1128)

Era de 1166. No mês de Junho, na festa de S. João Baptista, o ínclito infante D. Afonso, filho do Conde D.

Batalha de Ourique (1139)

Era de 1177. A 25 de Julho na festa de S. Tiago Apóstolo, no undécimo ano do seu reinado, o mesmo rei D. Afonso travou uma grande batalha com o rei dos Sarracenos, de nome Esmar, num lugar

⁵ De acordo com Mattoso, após o século XV, “[...] se começa a dar maior importância a outro facto, que passa a ser considerado o mais significativo das origens da nacionalidade: a batalha de Ourique.”. (MATTOSO, 1992: 13).

Henrique e da rainha D. Teresa, neto do grande imperador da Espanha, D. Afonso, com auxílio do Senhor, pela bondade divina, mais pela sua diligência e trabalho do que por auxílio ou vontade dos pais, tomou na sua mão forte o reino de Portugal. Porquanto, morto seu pai o Conde D. Henrique, como ele ainda fosse criança de dois ou três anos, alguns indignos estrangeiros usurpavam o governo de Portugal, com o consentimento de sua (dele) mãe, a rainha D. Teresa, querendo ela própria presunçosamente governar no lugar do seu marido, afastando o filho dos negócios do reino. Valente como era (tinha já bastantes anos e um bom carácter) de maneira nenhuma sofria esta afronta demasiadamente vergonhosa, tendo convocado os seus amigos e os mais nobres de Portugal, que sobremaneira preferiam o governo dele ao da mãe e dos indignos estrangeiros, travou com aqueles batalha no campo de S. Mamede, que fica próximo do castelo de Guimarães e foram destroçados e derrotado por ele, uns fugiram da sua vista e a outros mandou prendê-los. Ocupou

que se chama Ourique. Efectivamente aquele rei dos Sarracenos, conhecendo a coragem e a audácia do rei D. Afonso, e vendo que ele frequentemente entrava na terra dos Sarracenos fazendo grandes depredações e vexava grandemente os seus domínios, quis; se fazê-lo pudesse, travar batalha com ele e encontrá-lo incauto e despercebido em qualquer parte. Por isso uma vez, quando o rei D. Afonso com o seu exército entrava por terra dos Sarracenos e estava no coração das suas terras, o rei sarraceno Esmar, tendo congregado grande número de Mouros de além-mar, que trouxera consigo e daqueles que moravam aquém-mar, no termo de Sevilha, de Badajoz, de Elvas, de Évora, de Beja e de todos os castelos até Santarém, veio ao encontro dele para o atacar, confiando no seu valor e no grande número do seu exército, pois mais numerosos era ainda pela presença aí das mulheres que combatiam à laia de amazonas, como depois se provou por aquelas que no fim se encontraram mortas. Como o rei D. Afonso estivesse com alguns dos seus acampado num promontório foi cercado e bloqueado de todos os lados pelos Sarracenos de manhã até à noite. Como estes quisessem atacar e invadir o acampamento dos cristãos, alguns soldados escolhidos destes investiram com eles (Sarracenos), combatendo valorosamente, expulsaram-nos do acampamento, fizeram neles grande carnificina e separaram-nos. Como o rei Esmar visse isto, isto é, o valor dos Cristãos, e porque estes estavam preparados mais para vencer ou morrer do que para fugir, ele próprio se pôs em fuga e todos os que estavam com ele, e toda aquela multidão de infieis foi aniquilada e dispersa quer pela matança quer pela fuga. Também o rei deles fugiu vencido, tendo sido preso ali um seu sobrinho e neto do rei Ali, de nome Omar Atagor.

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.*

ISSN: 2317-0468

17 a 21 de outubro de 2016

*ele o governo e a Monarquia do reino de Portugal.*⁶

*Com muitos homens mortos também da sua parte, D. Afonso, com a ajuda da graça de Deus, alcançou um grande triunfo dos seus inimigos, e, desde aquela ocasião, a força e a audácia dos Sarracenos enfraqueceu muitíssimo.*⁷

Partindo do que apresenta a *Chronica Gottorvm*, é possível perceber que em ambos os eventos, o autor se preocupou em destacar tanto os aspectos que compõem a imagem afonsina, quanto o auxílio divino obtido para as ações. Se em Mamede, por exemplo, a valentia e a própria iniciativa, associados à imagem do Infante, apareciam como aspectos militares de destaque; a coragem e a audácia se fariam presentes em Ourique. Se, por outro lado, o “auxílio do Senhor” e a “bondade divina” afiançavam, em Mamede, a

⁶ “*Era 1166. mense Iunio infesto sancti Ioannis Baptista Infans inclytus Donnus Alfonsus Comitum Henrici, et Regina Donna Tarasia filius, magni Imperatoris Hispania Domini Alfonsi nepos Domino auxiliante et diuina clementia et propitiante studio et labore suo magis, quam parentum voluntate, aut innamine adeptus est Regnum Portugallis in manu forti. Siquidem mortuo patre suo Comite Domino Henrico cum ad huc ipse puer esset duorum aut trium annorum, quidam indigni, et alienigena vendicabant Regnum Portugallis matre eius Regina Donna Tarasia eis consentiente volens et ipsa superbe regnare loco mariti sui, amoto filio à negotio Regni. Quam iniuriam valde inhonestam nullatenus ferre valens (erat enim iam grandauius atate, et bona indolis) conuocatis amicis suis et nobilioribus de Portugal, qui eum multo maxime quam matrem eius, uel indignos et externos natione uolebant regnare super se. Commisit cum eis prelium in campo Sancti Mametis, quod est prope castellum de Vimaranes, et contriti sunt, et deuicti ab eo, fugerunt a facie eius, et comprehendit eos. Obtinuit ipse principatum, et Monarchiam Regni Portugallis.*” (BRANDÃO, 1973: 273r).

⁷ “*Era 1177. Octauo Calendas Augusti in festiuitate Sancti Iacobi Apostoli anno Regni sui undecimo. Idem Rex Donnus Alfonsus magnum bellum commicit cum rege Sarracenorum nomine Esmar in loco qui vocatur aulic. Ille namque Rex Sarracenorum cognita uirtute, et audacia Regis Donni Alfonsi, et uidens cum frequenter intrare in terram Sarracenorum, et depredari, nimirumque atterere suam regionem, uoluit si facere posset ut cum incautum, et imperatum alicubi inueniret, ut cum eo gereret bellum quadam itaque uice cum Rex D. Alfonsus cum suo exercitu intraret per terram Sarracenorum, et esset in corde terre eorum. Esmar Rex Sarracenus congregata infinita multitudine Sarracenorum transmarinorum quos secum adduxerat, et eorum qui morabant citra mare à termino Sibillie, et de Badalioz, et de Elvas, et de Elbora, et de Begia, et de omnibus castellis usque Santarem uenerunt ei obuiam, ut pugnaret cum eo, confidens in multitudine uirtutis sue, et sui exercitus, quia erat copiosus in tantum quod mulieres ibi affuerunt Amazonico ritu beligerantes, sicut exitus postea probauit in eis que ibi occise inuente fuerunt, licet Rex D. Alfonsus esset cum paucis suorum, et esset in quodam promuntorio fixis tentoriis ex omni parte obsessus, et circumuallatus est à Sarracenis à mane usque ad uesperam, cum uellent irrumpere, et inuadere castra Christianorum. Electi milites irruerunt in eos fortiter pugnantes cum eis, expulsos extra castra occiderunt et diuiserunt eos, quod cum uidisset Rex Esmar, seil. uirtutes Christianorum, et quod parati erant magis uincere, aut mori, quam fugere, fugit ipse, et omnes qui cum eo erant, omnisque illa multitudo Paganorum partim occisione partim fuga occisa est et dispersa. Rex etiam Esmar illorum superatus per fugam euasit, comprehenso ibi quodam suo consuprino, et nepote Regis Hali nomine Homar Atagor; et interfectis ex parte sua uiris innumeris, et sic D. Alfonsus diuina se protegente gratia magnum de inimicis obtinuit triumphum, et exilto tempore fortitudo, et audacia Sarracenorum ualde infirmata est.*” (BRANDÃO, 1973: 273r.-273v).

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.

“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”, Juiz de Fora, 2017, 1554p.

ISSN: 2317-0468

17 a 21 de outubro de 2016

iniciativa conflituosa contra Teresa e seus agregados; a “ajuda da Graça de Deus” garantia a vitória em favor do exército cristão portugalense em Ourique.

O conteúdo mais geral componente de ambas as narrativas se assemelha, parecendo ter um mesmo referencial de base para os aspectos atinentes à construção imagética afonsina, isto é, os *Annales D. Alphonse Portugallensium regis*.⁸ Tal fato, por si só, evidencia uma linha discursiva proveniente de uma casa específica: o mosteiro de Santa Cruz de Coimbra.

No entanto, o dado de maior interesse diz respeito ao fato de, no fragmento que narra Mamede, o autor destacar que Afonso Henriques teria ocupado o governo e a monarquia do reino,⁹ destacando aí o início o momento no qual o Infante se torna rei, o que não aparece no trecho relativo à Ourique. Ou seja, a partir de Mamede, indica o anônimo, teríamos então o princípio gestor da nacionalidade portuguesa. Em Ourique, por outro lado, ele já é apresentado como rei,¹⁰ o que significa que seu reinado havia iniciado antes do confronto com os reis Sarracenos.

Com isso, chegamos a uma conclusão parcial de que, dado a ênfase na batalha de 1128 (Mamede) ser uma característica cronística anterior ao século XIV, e por identificarmos na *Chronica Gottorvm* tal relevo, a chance de ela ser a versão mais remota aumenta consideravelmente. É, precisamente, na relevância conferida pelo anônimo ao referido conflito, cuja origem monárquica pode então ser verificada no mais remoto evento envolvendo a figura afonsina, que encontramos nosso argumento central.

Nas representações literárias a partir do século XIV, a tendência literária seria a de trabalhar a ideia de que Afonso Henriques não teria se tornado rei em Mamede, diferente do que antes apresentamos, mas sim em Ourique, tendo sido alçado pelo seu próprio exército. De acordo com a narrativa I das *Chronicas Breves e Memorias avulsas de S. Cruz de Coimbra*, a título de exemplo, “*ElRey dom afonso anriquez venceo em campo*

⁸ Conjunto de narrativas analísticas produzidas na segunda metade do século XII, no mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, tendo por principal característica, a construção imagética de Afonso Henriques pautada pelos aspectos relacionados ao pendor militar e ao apoio divino nas ações. Para mais, ver: (BLOCKER-WALTER, 1966).

⁹ “*Obtinuit ipse principatum, et Monarchiam Regni Portugallis.*” (BRANDÃO, 1973:273r).

¹⁰ “*Ille namque Rex Sarracenorum cognita uirtute, et audacia Regis Donni Alfonsi, et uidens cum frequenter intrare in terram Sarracenorum [...].*”; “[...] *ut cum eo gereret bellum quadam itaque uice cum Rex D. Alfonsus cum suo exercitu intraret per terram Sarracenorum [...].*”; “[...] *exitus postea probauit in eis que ibi occise inuente fuerunt, licet Rex D. Alfonsus esset cum paucis suorum [...].*” (BRANDÃO, 1973: 273r.-273v). [Grifo nosso]

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.

“*O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História*”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.

ISSN: 2317-0468

17 a 21 de outubro de 2016

cinquo Rex mouros em campo dourique, e foi alleuantado por Rey.” (HERCULANO, 1856: 24)¹¹

No mesmo sentido, na narrativa III do já referido conjunto de obras, destaca o autor que:

Mais ante que entrasse em batalha, conta a estoria que os seus que o acalçaram por Rey, e des entom se chamou Rey de portugal. E depois que os Reis foram vençudos, como dissemos, ElRey dom affonso de portugal, por memoria daquelle hoo aqueecimento que lhe Deus dera, pos no seu pendam cinco escudos por aquelles cinco Reis, e pose os em cruz por renembrancha da cruz de nosso senhor ieshu christo, e pos em cada huum escudo xxx dinheiros por memoria daquelles xxx dinheiros porque iudas uendeo Jeshu christo, e des y tornousse pera sua terra muy homramente e com grande vitoria. (HERCULANO, 1856: 26)¹²

Portanto, segundo tais obras, cuja data de produção se assenta no século XIV, é somente em Ourique, onze anos depois de Mamede, que Afonso Henriques pode ser pensado como rei, tendo ele sido reconhecido pelos que o cercavam. Mamede, na medida em que é citada,¹³ traz o Infante não como rei, mas sim “príncipe”, como é o caso da narrativa III.¹⁴

Com isso, chegamos a uma conclusão parcial de que, dado a gênese monárquica em 1128 (Mamede) ser uma característica das narrativas literárias anteriores ao século XIV, e por identificarmos na *Chronica Gottorvm* tal aspecto, é razoável trabalhar com a ideia de ela ser anterior às obras acima citadas, e, portanto, de escrita provável de entre os séculos XII e XIII. É, precisamente, na relevância conferida pelo anônimo ao referido conflito, cuja origem monárquica pode então ser atestada no mais remoto evento envolvendo a figura afonsina, que encontramos nosso argumento central.

Outro aspecto, diz respeito à sacralização do evento de Ourique. Seria outro autor, anônimo, que, em finais do século XIV início do XV, traria um caráter sobrenatural à batalha, “[...] fazendo intervir uma aparição divina.” (MATTOSO, 1992: 13).¹⁵

¹¹ [Grifo nosso]

¹² [Grifo nosso]

¹³ Na narrativa I, nenhuma menção à Mamede é feita.

¹⁴ “E os portugueses teuerom todos com o **príncipe**, e como souberom que se o enperador guisaua por vyr em portugal foronsse todos muy bem guisados a huum lugar que chamam uall de uez e atenderom hi.”; “E o **príncipe** matoulhe muita gente e prendeolhe VII condes e muitos cavalheiros (...)” (HERCULANO, 1856: 26).

¹⁵ Percebe-se, ainda, que em algumas obras de escrita anterior ao século XIV, *Chronicon Lamecense* e o *Chronicon Alcobacense*, por exemplo, que a narrativa da batalha de Ourique não traz um ar sacralizado,

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.

“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,

Juiz de Fora, 2017, 1554p.

ISSN: 2317-0468

17 a 21 de outubro de 2016

Havia já um contexto propício para tal guinada, qual seja, o período que cercou o prélio de Avis.

Não admira que, na época em que a consciência nacional se torna mais nítida, a partir da luta pela independência, em 1385, se tenha escolhido este acontecimento [Ourique], e não S. Mamede, como símbolo da nacionalidade. Com efeito, ele era muito mais adequado para fazer intervir o sobrenatural, porque punha em jogo a luta entre a Cristandade e o Islão, e para fazer revestir o rei de uma missão sagrada. O aspecto sobrenatural é constantemente acentuado nas diversas amplificações e sobretudo no facto de sacralizar também a própria insígnia da Nação, o escudo das quinas. É uma maneira de afirmar que a nacionalidade corresponde a um arquétipo divino que os homens não podem alterar (MATTOSO, 1992: 13-14).

Assim, levado pelos liames de interesses específicos, cuja consolidação de uma identidade perpassava o sentido do discurso, que o autor encontraria, na narrativa de Ourique, ambiente favorável para tornar manifesto o inimigo da pugna de Avis. Mamede, consequentemente em segundo plano, deixava de ocupar o centro narrativo para origem monárquica, em favor daquele que teria verdadeiramente expressado um conflito, não a partir de dissensões internas, conforme pode ser pensado Mamede, mas entre os defensores do reino cristão portugalense e os “inimigos” invasores: os “Sarracenos”. Com isso, o anônimo delineava de forma específica a contraposição entre os lados envolvidos no conflito: de um lado, o reino portugalense cristão com D. João I (1385-1433), de outro, o castelhano-leonês de D. João I.

O milagre na narrativa viria para cancelar a investida, associando paralelamente os dois conflitos (Ourique e Aljubarrota), revelando e estimulando, nos ânimos envolvidos, como um espelho, o pendor da vontade divina. De acordo com a narrativa II das *Chronicas Breves e Memorias avulsas de S. Cruz de Coimbra*,

E assy pellegou e uenceeo cincoo rex mouros no campo douryque omde lhe apareceeo noso Senhor ihesu christo posto em a cruz. Por cuiya e semelhança do diuinal mysteryo pos em seu escudo as armas que ora trazem os Reys de portugal. (HERCULANO, 1856: 25)¹⁶

com uma aparição divina em seu conteúdo. A matéria é muito mais sucinta, dando mostra da importância que ocupava no discurso, e já sinalizando Afonso Henriques como rei de Portugal. “*In loco qui dicitur oric fuit prelium inter paganos et christianos ‘preside’ rege Alfonso ‘Portugalie’ ex una parte, et rege paganorum examare ex altera qui ibidem mortem fugiento.....sitio cuasit in die sancti iacobi apostoli mense iulii. Era M. “C. “LXX. “VII.º”* (HERCULANO, 1856: 20); “*C. “LXX. “VII.º” habuit uitoriam famosam a rege esmare in campis duric.*” (HERCULANO, 1856: 21).

¹⁶ [Grifo nosso]

O apelo à sacralização teria por fim reunir, em um conjunto coeso, interesses comuns relativos aos valores religiosos. É a partir do vínculo que estabelece entre dois fenômenos, trabalhados em paralelo, sendo um deles já definido, que o correspondente, no outro, pode ser projetado e devidamente percebido. O fim é o equilíbrio, a plena equivalência, o espelho. Evidencia-se a repetição de um já acontecido; justifica-se sua construção e identificação, pelo devido efeito esperado, a partir da percepção e interesse concernente ao tempo presente.

Na *Chronica Gottorvm*, o que pode ser percebido da menção à Ourique não excede as dimensões panegíricas provenientes dos *Annales D. Alphonse Portugallensium regis*, estando o plano divino muito mais presente na narrativa apenas pelo apoio que confere ao infante no campo de batalha, que pelos milagres efetuados em prol deste. A ausência do milagre na representação de Ourique engrossa o argumento de ser, a *Chronica Gottorvm*, produto anterior aos conflitos de Avis.

Considerações finais

Em relação à *Chronica Gottorvm*, as representações das batalhas de Mamede e Ourique, face o que pode ser encontrado em outras narrativas, apresentam características condizentes com o que podemos supor dos interesses nutridos nos séculos XII e XIII. Dado que o avanço Almoada na península Ibérica, na segunda metade do século XII, colocava em risco os territórios conquistados pelo exército afonsino, o efeito gerado pelo perigo iminente seria a necessidade, à época, da construção discursiva, pelo mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, importante personagem nesse processo, de uma noção de “unidade” do reino, cujo expoente máximo de liderança seria constituído pela conjunção entre dois elementos: o pendor militar e o apoio divino. O milagre, não apareceria como aspecto perceptível neste momento, sendo um dado a ser notado posteriormente, do contexto de Avis.

Constituir uma noção de longevidade do reino, cujo caráter remoto demonstre um aspecto de legitimidade maior, faria com que a origem monárquica fosse buscada em Mamede, quando os primeiros feitos de Afonso Henriques podem ser identificados. A

preocupação em fazer de Ourique o momento da gênese monárquica é posterior, fundamentalmente quando a imagem positiva do Infante passa a ser questionada, sendo seus primeiros feitos, quando ainda jovem, esvaziados em importância.

Assim, por identificarmos na representação de Mamede a origem monárquica do reino português, e na de Ourique a ausência de milagres associados ao evento, entendemos que os referidos trechos, e, portanto, a *Chronica Gottorvm* em si, só poderia ter sido escrita entre os séculos XII e XIII.

REFERÊNCIAS

Fonte

CHRONICA Gottorvm. In: BRANDÃO, António. *Monarquia Lusitana: parte III*. Lisboa: Imprensa Nacional – casa da moeda, 1973. p.271-276.

CHRONICA Gothorum. In: HERCULANO, Alexandre. *Portugaliae Monumenta Historica: Scriptorum*. Lisboa: [s.n.], 1856.V.1.p.5-17.

CHRONICAS BREVES E MEMORIAS AVULSAS DE S. CRUZ DE COIMBRA in: _____. *Portugaliae Monumenta Historica: Scriptorum*. Lisboa: [s.n.], 1856.V.1.p.22-32.

CHRONICON LAMECENSE in: _____. *Portugaliae Monumenta Historica: Scriptorum*. Lisboa: [s.n.], 1856.V.1. p.19-20.

CHRONICON ALCOBACENSE in: _____. *Portugaliae Monumenta Historica: Scriptorum*. Lisboa: [s.n.], 1856.V.1. p.20-22.

Bibliografia

AZEVEDO, Luiz Gonzaga de. *História de Portugal*. Lisboa: BÍblion, 1942.

BLOCKER-WALTER, Monica. *Alfonso I von Portugal. Studien zu Geschichte und Sage des Begründers der portugiesischen Unabhängigkeit*. Zurich: Fretz und Wasmuth, 1966.

DAVID, Pierre. *Études historiques sur la Galice et le Portugal du VIe au XIIe siècle*. Lisboa-París: [s.n.], 1947.

MATTOSO, José. A primeira tarde portuguesa. In: _____. *Portugal Medieval: novas interpretações*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1992.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
 “O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
 Juiz de Fora, 2017, 1554p.
 ISSN: 2317-0468
 17 a 21 de outubro de 2016

OLIVEIRA, J. R. S. C. de. História e Historiografia: a Crônica dos Godos e sua problemática de datação. *História, Política e Poder na Idade Média: I Seminário Internacional de História Medieval; III Encontro da ABREM Centro-Oeste*. Goiás, V.1, n.1, 2014.p.362-376.

PIMENTA, Alfredo. *Migalhas Históricas, a chronica dos godos. Idade-Média (Problemas e Soluçoens)*. Lisboa: Edições Ultramar, 1946.

Haxan, a feitiçaria através dos tempos e o diálogo entre Bruxaria e mentalidades do século XV.

Tatiana de Carvalho Castro¹

RESUMO:

O presente trabalho tem como objetivo estabelecer diálogos entre o filme Haxan, a feitiçaria através dos tempos com as produções cinematográficas do século XX e como o mesmo reproduzia a imagem da Idade Média, Idade Moderna e também a imagem da mulher na contemporaneidade. Pretende-se também, trabalhar com o conceito de mentalidades no final do medievo e como a cultura popular da época veio ser retratada na década de 1920.

PALAVRAS-CHAVE: Cultura popular, Feminismo, Paganismo, Cinema, Europa.

ABSTRACT:

The purpose of this article is to create dialogues between the movie Haxan and the movies of the 20th century which recreated the Middle and Modern Age and women images at contemporary times. It also tries to work the concept of “Mentalities at the end of the Middle Age” and how popular culture of this time was pictured in the 1920’s.

KEYWORDS: Popular Culture, Feminism, Paganism, Movie, Europe.

INTRODUÇÃO

O cinema antes de ser uma manifestação artística, a mesma que hoje conhecemos como veículo de reprodução simbólica de atividades humanas, seja na área econômica, social e política, o cinema era como um mero produto eficaz de atribuir movimentos para as fotografias. As gravações tiveram seu início em meados do século XIX e sempre foram motivos de muita curiosidade. Os primeiros filmes, de fato, que se tem notícia foram produções familiares já no final do século XIX.

Como o processo ainda era muito arcaico, os mesmos não passavam de minutos ou até segundos. O filme passa a ser um referente político também no século XIX. Um dos primeiros atos políticos captados pela câmara foi o suicídio de uma sufragette

¹ Graduanda do curso de História pela Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG Campus Campanha. E-mail: tati_cpa8002@hotmail.com

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016*

(FERRO, 1992: 70). As filmagens passam a possuir um caráter de denuncia e prova de ações sociais – sejam conquistas políticas até manifestações sociais.

As obras cinematográficas se modificam de acordo com o tempo e espaço que são produzidas; o que faz com que o mesmo se torne um importante mecanismo para a investigação do historiador. Este trabalho traz uma visão artística atribuída ao período referente à caça às Bruxas na passagem da Idade Média para a Idade Moderna. Haxan, a feitiçaria através dos tempos¹ faz parte do conjunto de filmes europeus produzidos na primeira parte do século XX.

O mesmo é um filme independente dirigido e produzido pelo dinamarquês Benjamin Christensen dentro de uma conjuntura histórica que contribuiu muito para a sua elaboração. As mulheres europeias, do pós-guerra estavam dispostas a modificar sua maneira de viver e enxergar o mundo. Algumas já não precisavam mais sair de casa sempre acompanhadas pelo pai, irmão ou marido. No cenário do pós-primeira guerra à psicanálise ganhava cada vez mais atenção devido suas inovadoras formas de diagnosticar e tratar a histeria nervosa.

Eram novas mentalidades e novos tempos para as condições feministas. Com um diálogo cultural, sua contribuição para apreender a visão contemporânea dentro de um assunto que se remete ao final da Idade Média é evidente e importante.

A CAÇA ÀS BRUXAS DENTRO DE UM SENTIDO CULTURAL

A Europa no final do século XIII até XV estava em um contínuo processo de transformação social. A Igreja oferecia força e resistência por meio da Guerra Santa; a Peste Negra (meados do século XIV) e a crise socioeconômica foram devastadoras. Tudo isso contribuíra para que o continente Europeu adentrasse em um obscuro período de terror, supervalorização da morte e conceitos macabros envolta da concepção do ‘fim do mundo’. O clima e as chuvas, a guerra, a ira de Deus são as causas percebidas pelos contemporâneos. (LE GOFF, 2007: 222).

No âmbito econômico, o que antes era a única riqueza medieval – a terra – passa a perder espaço para a volta do dinheiro; e o feudo da Alta Idade Média, ainda administrado por um senhor feudal, se encontrava entregue aos interesses de uma

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
 “O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
 Juiz de Fora, 2017, 1554p.
 ISSN: 2317-0468
 17 a 21 de outubro de 2016*

embrionária burguesia que encontrava, através da crise, uma nova chance de emergir através dos comércios e feiras dentro de projetadas cidades, conhecidas como burgos. Tudo isso contribuíra muito para a modificação do pensamento do homem em transição; o mesmo que deixava para trás toda ideia controlada por um ciclo de plantação e servidão.

A Igreja Católica, durante esse período de transição, ainda exercia uma influência muito contemplativa sobre seus fiéis. Era importante estabelecer a ordem, seja por meios naturais ou sobrenaturais. A influência externa do que podemos referir como fim da Idade Média atuava diretamente no comportamento humano e estava ligado ao pessimismo e tristeza interna. Johan Huizinga, na sua obra *O Declínio da Idade Média*, analisa com detalhes quais os fatores causadores e as consequências para o mediterrâneo medieval:

A verdade é que nos documentos de todas as épocas o infortúnio deixa mais vestígios do que a felicidade. Os grandes males constituem os fundamentos da História. Somos talvez inclinados a concluir sem grande evidência que, de maneira geral e apesar de todas as calamidades, o total de felicidade pouco terá mudado de época para época. Mas no século XV, assim como durante o romantismo era, por assim dizer, de mau gosto elogiar francamente o mundo e a vida. Estava em moda ver apenas o sofrimento e a miséria, descobrir em tudo sinais de decadência e da aproximação do fim — em suma, condenar os tempos ou ter por eles desprezo. (HUIZINGA, 1992: 22).

Durante o apogeu feudal, a Igreja estabelecera que para salvar sua alma, o mesmo precisava se comportar e seguir uma vida de bom Cristão. Porém, já era previsto uma modificação estrutural quando o homem medieval começasse a morrer de fome e peste mesmo convicto do seu bom comportamento perante Deus. O controle social estava prejudicado e a Igreja novamente precisava redirecionar seus seguidores para uma plena esperança religiosa e mostrar que apenas ser ‘bom Cristão’ não seria o suficiente para projetar a salvação e a felicidade.

A imaginação era tida como uma ferramenta de extrema importância para os objetivos da Igreja. Era significativo projetar na mentalidade dos fiéis figuras diabólicas, fantasmas e outras criaturas que simbolicamente estariam contribuindo de forma sobrenatural na destruição viva e natural do espaço que viviam. A Igreja que até então era conhecida como a instituição plena que protegia sua comunidade contra os malefícios sobrenaturais toma agora um caráter místico de controle social. A representação do Inferno e do sofrimento eterno da alma surge com um novo discurso. O final da Idade

Média é também registrado através do homem absoluto, o mesmo que trabalha em conjunto com a Igreja para elevar seu espírito após sua morte através da valorização do seu corpo enquanto ser vivo temente a Deus.

Novas concepções surgem, a Europa entra no período da Idade Moderna repleta de interpretações simbólicas sobre a vida e a morte. O misticismo redescobriu sempre o caminho que vai das alturas vertiginosas da sublime contemplação até aos prados em flor do simbolismo. (HUIZINGA, 1992). É dentro de todo este sistema imaginário formado por simbolismos e temores que uma criatura intolerável reaparece. A Bruxa. Na sua maioria, mulheres.

A imagem da Bruxa está viva na Europa desde tempos que antecedem a formação do período referente à Alta idade Média

O termo bruxaria aparece pela primeira vez no ano de 589, diz respeito às campinas e é fundamentalmente no meio rural que permanecerá localizado, levando o que Charles Lancelin (...) afirma: “Por sua própria essência, a bruxaria só pode evoluir em um meio carente de instrução como a população camponesa. Não é na cidade onde se encontrava a verdadeira bruxa, mas sim nos campos.”. (NOGUEIRA, 1991: 36)

Porém, a bruxaria entra no cenário da Idade Moderna como algo repulsivo e digno de castigos carnis e espirituais. O temor pela feitiçaria recebe uma nova aparência. A bruxaria, que até então era algo negativo, horrível e até mesmo intolerável em algumas regiões, passa a ser um crime mortal contra a Igreja Católica e a vida humana.

É importante ressaltar que atrás de um Bruxo ou de uma Bruxa existe um pacto com o Demônio. No imaginário da época, acreditavam que o Diabo estava sempre presente e envolvido nas ações humanas. Ele era responsável pelo recrutamento de pessoas de pouca fé e dispostas a fazer o mal para um coletivo pensando apenas na sua própria felicidade e satisfação. É pensando nesta conjuntura que o alemão Johann Wolfgang von Goethe, no século XIX, produz uma peça teatral com o título de Fausto. O mesmo conta a história de um velho alquimista desprezado por uma cura da peste mal sucedida que resolve aceitar o pacto com o Demônio e voltar a ser jovem e belo. Fausto então, se apaixona por Gretchen, uma delicada e inocente garota. Fausto por uma infelicidade do destino acaba matando o irmão da amada e isso resulta na sua fuga. Gretchen, abandonada e com um filho, está só na vida. Sua criança de poucos dias começa

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016*

a morrer e a garota é acusada pela comunidade de infanticídio. Gretchen é levada à fogueira e Fausto chega a tempo de salvá-la. Antes de todo este enredo, Fausto havia entregado sua alma de bom grado para o Diabo. O mesmo que tinha uma missão contra a humanidade para poder dominá-la; ele havia combinado com um dos Anjos de Deus, porém acabou perdendo e teve que voltar para o inferno.

É interessante lembrar Goethe reproduzira uma antiga lenda Alemã que circulava por todos os cantos dentro da cultura popular moderna. Além de Goethe, outros escritores traziam a conhecimento os costumes populares através das produções literárias.

A descoberta da cultura popular foi, em larga medida, uma série de movimentos “nativistas”, no sentido de tentativas organizadas de sociedade sob domínio estrangeiro para reviver sua cultura tradicional. As canções folclóricas podiam evocar um sentimento de solidariedade numa população dispersa, privada de instituições nacionais tradicionais. (BURKE, 2010: 37).

Dentro do universo popular da Europa moderna, a bruxa é uma controvérsia. Julgar que a bruxa ou até mesmo o processo de pacto com o Diabo era o mesmo em toda Europa é um erro. É preciso levar em consideração as manifestações folclóricas que em alguns casos podem ser semelhantes na sua composição, porém se divergem em aspectos pequenos; como os costumes locais e os comportamentos singulares. Peter Burke, na sua obra, *Cultura popular na Idade Moderna* esclarece como a bruxa era inclusa em algumas sociedades, junto com a figura masculina:

A “mulher sábia” muitas vezes era parteira, que podia assistir a parturiente com fórmulas mágicas e preces oficiais; o “homem astuto” podia exercer qualquer tipo de profissão. No norte da Itália, no século XVI, há referências a curandeiros que eram camponeses, padres, pastores, pedreiros e tecelões. Na Suécia, kloka eram os lapões, que os suecos não consideravam humanos, e também os clérigos, ferreiros e músicos, três atividades tradicionalmente associadas a poderes mágicos. Alguns curandeiros se gabavam de ter nascido sob uma conjunção favorável ou com a cabeça coberta pela “coifa” (um fragmento da membrana amniótica). Raramente sabemos como vieram a aprender o ofício; provavelmente grande parte foi transmitida pela família, talvez complementada por memórias de um charlatão urbano, um sábio em escala maior. (BURKE, 2010: 151-2).

O que leva um indivíduo a pactuar-se com Satã? São vários os motivos, mas deve-se levar em conta que dentro de um imaginário católico ser um Bruxo ou Bruxa quer dizer possuir poderes mágicos e a capacidade de melhorar ou destruir a vida de terceiros. Em

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

algumas obras, como o livro *Bruxaria e História – As Práticas Mágicas no Ocidente* de Carlos Roberto Figueiredo Nogueira são possíveis compreender que alguns “pactos” eram feitos justamente para ir contra o princípio católico e por interesses individuais. Um vício da formação do homem moderno é sua concepção de ser absoluto, ser transcendental que muito das vezes faz com o que ele pense apenas no seu próprio bem estar se estiver seguindo as regras de Deus.

Em alguns fatos, a crença na feitiçaria é tão vigente que até mesmo duvidar da sua existência é caso de heresia.

A caça às Bruxas do século XV – XVIII surgiu para o controle social e moral da fé cristã. O *Malleus Maleficarum – O martelo das Bruxas* – foi redigido no final do século XV por dois monges dominicanos Kramer e Sprenger e entregue a Inquisição como um manual prático de identificação de Bruxos e Bruxas. O mesmo só foi possível com a ordem vigente da época através da Bula de Inocêncio VIII. O trabalho dos monges tinha por objetivo combater os empecilhos que a Igreja vinha encontrando nos últimos séculos de Idade Média. Horrendas ofensas, crianças que morriam antes mesmo de nascer, a morte do gado, da terra e o distanciamento da Igreja perante seus fiéis que resultava na busca pelas antigas práticas ancestrais e folclóricas.

Em suma, o manual era responsável não apenas em como identificar magos e feiticeiros, mas também como destruí-los. Além disso, o mesmo conta com um peso científico aprovado pelo Papa Católico para justificar como se dava a formação dos Bruxos Bruxas, que era unicamente através do contato sexual e espiritual com o Demônio, através dos íncubos e súcubos¹.

A CULTURA POPULAR E O MALLEUS MALEFICARUM

Com o concílio de Trento, a Igreja católica conduz sua missão para o controle de uma unidade religiosa. Um dos maiores causadores da Contrarreforma católica foi o surgimento das religiões protestantes. Reformas conduzidas por pensadores e cleros da época. Dentro delas, reconhece-se o trabalho de Martin Lutero e Calvino. É importante lembrar-se de como esse processo reformista estivera presente dentro do cenário cultural

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016*

dos pobres e camponeses. A comunicação ficou mais clara e acessível depois da contribuição de Gutenberg, as narrativas populares, o teatro e as canções.

Era fundamental que neste período de transição entre Idade Média para o Renascimento a Igreja adquirisse um caráter mais reacionário e científico. O *Malleus Maleficarum* não era apenas um Manuel, mas um avanço social para a Igreja. Era mais um dos produtos com fundamentos da Inquisição. Segundo a obra, são três importantes objetos para comprová-la: O Demônio, um Bruxo e a permissão de Deus Todo Poderoso (KRAMER., SPRENGER. 2007: 7).

O maior desafio da Igreja católica era que seu poderio fosse homogêneo por todo território que pudesse controlar. Com isso, era necessário erradicar com toda manifestação cultural que remetesse aos cultos folclóricos de ligação com o paganismo.

As reformas medievais foram essencialmente esforços esporádicos realizados em nível individual. Não eram capazes de se difundir ou durar por muito tempo, devido à natureza das comunicações medievais. Para um bispo reformador, era difícil chegar aos recantos mais distantes de sua diocese com a frequência necessária para lá converter suas intenções em realidade, e ainda mais difícil era-lhe assegurar que suas reformas sobreviveriam a ele. Daí a resistência da cultura popular (...) os ataques à cultura popular tradicional se tornaram mais assíduos e multiplicaram-se as tentativas sistemáticas de retirá-lhes seu “paganismo”. (BURKE, 2010: 293).

O controle imaginário da fé era tanto que até mesmo os protestantes seguiram com o plano de um tribunal inquisitorial com características bem parecidas com o da Católica. A magia também era denunciada como uma sobrevivência pagã (BURKE, 2010: 283).

Esta visão só é possível devido ao medo do oculto e do que uma pessoa mal intencionada poderia causar para toda uma população. A criatividade trabalhava a favor de todo esse medo. Está fora do padrão popular da época já era motivo para dúvidas; uma mulher velha, uma mulher jovem sozinha, pessoas cultas, felizes, infelizes. Para os escritores do manual, tudo era motivo para acreditar nas forças maléficas; apenas Deus poderia permitir que o mortal se relacionasse com o sobrenatural.

A MULHER E O MALLEUS MALEFICARUM

Segundo os autores dominicanos, as mulheres são mais suscetíveis aos poderes sobrenaturais. É comum relacionarmos a figura da Bruxa, inclusive nos dias de hoje, com

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

a mulher. Desde a antiguidade europeia a mulher está relacionada com a manutenção da natureza. O sistema patriarcal é, por natureza e essência, de culturas antigas e julgadas pagãs pela Igreja. Uma mulher, segundo esta interpretação, a mulher se diverge dos homens por está mais próxima aos cultos ancestrais devido ao espaço que elas ocupavam neste processo de continuidade dos poderes da Deusa e do Deus. Alguns estudos antropológicos feitos a partir da antiguidade europeia descreve o espaço de atuação feminina. Como por exemplo, atribuir o nome de Deusa-mãe para o cereal, para o local que habita e outros fatores da natureza como a manutenção da própria vida na imagem da tríplice: Jovem, Mãe e Anciã. (...) argumentos de ordem biológica, para afirmar que as mulheres apresentam uma tendência física que as predispõe, mais do que os homens, ao fantástico, ao sobrenatural, que as transforma em um ser delirante. (NOGUEIRA, 1991: 104).

Nesses mistérios, a ideia da semente enterrada no solo para renascer para uma vida superior sugere imediatamente uma comparação com o destino humano e fortalece a esperança de que, para o homem, também a sepultura pode ser apenas o começo de uma existência melhor e mais feliz em um luminoso mundo desconhecido. Essa reflexão simples e natural parece perfeitamente suficiente para explicar a associação da deusa dos grãos em Elêusis com o mistério da morte e a esperança de uma imortalidade bem-aventurada. (FRAZER, 1982).

O desempenho da caça às Bruxas, para o *Malleus Maleficarum*, está ligado à mulher como ser submisso e incapaz de lutar contra seus desejos oprimidos; este tipo de perfídia se encontra num sexo tão frágil. (KRAMER., SPRENGER. 2007: 49). Há controvérsias na escrita a respeito da Bruxa no manual de caça. É quase ilusório não interpretar que todas as mulheres eram de alguma forma, feiticeiras, pois por mais que fosse boa Cristã, justa, submissa ao marido, estaria na sua natureza de mulher ser falha.

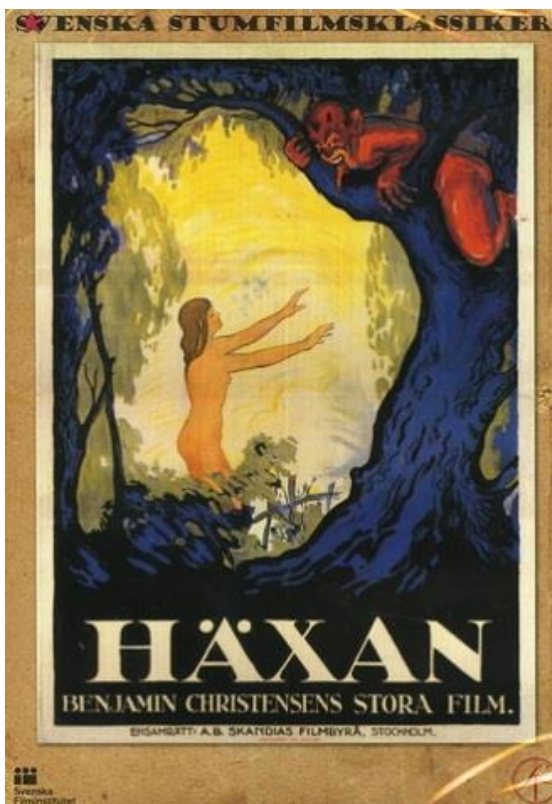
E devemos apontar o defeito na formação da primeira mulher, que foi formada de uma costela curva, isto é, a costela do peito, que se encontra encurvada, por assim dizer, em direção contrária a do homem. E devido a este defeito é um animal imperfeito, sempre enganosa. (KRAMER., SPRENGER. 2007: 52).

É pensando nesta conjuntura e nas conquistas atribuídas ao feminismo, nos últimos séculos, que podemos analisar com mais precisão os espaços e atuação da mulher em vários períodos históricos.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

PRODUÇÃO CINEMATOGRÁFICA E HISTÓRIA

Benjamin Christensen (1879 – 1959), um cineasta dinamarquês que escreveu e produziu o filme *Häxan*. A distribuição do filme ficou por conta da Janus Films no ano de 1922. Esta obra cinematográfica conta em detalhes como se deu o processo de perseguição das feiticeiras na Idade Média e Moderna. O mesmo inicia-se como um documentário histórico explicativo sobre como se deu o surgimento da má interpretação das culturas pagãs da antiguidade. Benjamin (1922) descreve sua produção da seguinte maneira: “Entraremos na história do misticismo e tentaremos explicar o misterioso capítulo chamado de A Bruxa”. Suas principais fontes, para a formação artística do filme foram baseadas em roteiros teatrais. O filme tem sete capítulos.



Disponível em: <http://www.filmweb.pl/film/Czarownice-1922-91325/posters>. Acesso em: 12/10/2016. il. color. 12cm.

Christensen justifica logo no início do filme que sua pesquisa para escrevê-lo foi entre os anos de 1919 – 1921. O autor buscou abastecer-se de fontes ilustrativas e obras medievais que retratasse o dia-a-dia da população comum no período de transição entre

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
 “O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
 Juiz de Fora, 2017, 1554p.
 ISSN: 2317-0468
 17 a 21 de outubro de 2016*

Idade Média e Renascença e também sobre as religiosidades da antiguidade. Entre suas referências, encontra-se o inglês Rawlinson (importante nome para as descobertas arqueológicas britânicas no Oriente) e o egiptólogo francês Maspero.

No segundo capítulo do filme, com o título de “A Bruxa”, a intenção do mesmo é explicar como se dava a crença popular na feitiçaria em torno de três importantes aspectos: O pacto – Sabbath – Voo Noturno

A Bruxa, com o nome de Karna, que aparece logo no início do filme, é uma velha e pobre mulher. Que produz poções mágicas através de elementos da natureza como sapos, galhos, pelo de gatos entre outras coisas comuns no espaço de vida do homem medieval. Uma donzela vai até Karna, pois quer conquistar o amor de um homem, mais especificamente, um padre. A imagem do clero é muito semelhante com os personagens protagonistas de François Rabelais em Gargântua e Pantagruel. Uma figura cômica, gorda que de alguma forma representa a baixa-cultura² do período renascentista.

É no terceiro capítulo que se abre o clímax do filme. É a parte em que se refere à atuação da Santa Inquisição no processo de identificação da Bruxa. Quando um pobre homem cai doente de cama, logo acreditam que só pode ser atuação maléfica de alguma bruxa. Bastava apenas apresentar um “olhar diabólico” de Maria, a fiadeira, para ser acusada preconceituosamente de causar o mal de alguém. Maria é levada a julgamento.

O quarto capítulo é envolta da confissão da bruxa Maria, após tortura. Ela descreve como se dava os encontros das Bruxas com o Diabo; como era feito a profanação de cruzes e elementos cristãos; e como as mulheres eram convocadas para os encontros noturnos. Dentro dessa estória, Maria confessa que a mulher que a acusou de praticar sortilégios também estava no Sabbath e viu-a beijar o traseiro do Diabo com muito respeito e vigor.

Logo quem acusara Maria, também estava presa pelo mesmo crime. Havia um ciclo infeliz de denúncias. O medo do oculto era tanto, que uma dúvida já era o suficiente para o clero considerar.

O beijo no traseiro do Demônio é uma forma de submissão e respeito pelos poderes mágicos que o mesmo oferece para quem o idolatra. A cerimônia de admissão,

² BAKHTIN, Mikhail. A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais. HUCITEC. UnB. Brasília, 1987.

segundo Murray (2003), está envolta do pacto, o batismo, a renúncia da antiga religião e a marca. Uma bruxa precisa submeter-se a estas etapas para se consagrar devota do Diabo.



Cenas do Sabbath – segundo o relato de Maria, a fiadeira. Filme Häxan. Janus Films, 1922. (1h 45 min) son., inclor., 16 mm.

Além de produtor e ator, Christensen também era médico. Durante seu período de atuação, a psicanálise ganhava cada vez mais espaço nas pesquisas científicas do pós-primeira guerra. O último capítulo do filme o autor propôs uma reflexão sobre os

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016*

estereótipos das Bruxas e como o preconceito contra mulheres velhas ainda era vigente no século XX. Christensen também relaciona a histeria nervosa com as tentações do Diabo; o autor deixa claro como estava o comportamento feminino depois da desastrosa guerra. Muitas haviam perdido maridos, filhos, irmãos e pais, um episódio traumático que poderia resultar em doenças nervosas.

Haxan explora também o novo campo de estudos do psicanalista Freud no período após a desastrosa Primeira Guerra Mundial (1914-8). A ideia de preservação e prazer. Essa ideia foi desenvolvida a partir da constatação da existência de duas tendências opostas, já observadas desde 1885: o princípio do prazer e o princípio da realidade. (SIMÕES JR. 1984,: 32). A satisfação de realizar algo que, conscientemente, o indivíduo não pode fazer. Christensen relaciona esta ideia com o comportamento de uma das freiras do filme; quando a mesma pede para os inquisidores mata-la, pois o Diabo controla seu corpo e sua mente.

Seja fictício ou real, o filme é um documento histórico. Na verdade não acredito na existência de fronteiras entre os diversos tipos de filmes, pelo menos do ponto de vista do olhar de um historiador, para quem o imaginário é tanto história, quanto História. (FERRO, 1992: 77). Apesar de o cinema contribuir muito para a pesquisa em História, este é um campo recente. Na época de Häxan, a intenção do filme não era fornecer fonte ou conhecimento histórico de fato, era apenas um instrumento do entretenimento.

Os historiadores, por sua vez, na época da fundação do cinema, estavam mergulhados na concepção positivista, atualizada na França por Langlois e Seignobos, para a qual “a história só se fazia com documentos”. O “documento”, para a mentalidade de então, era, sobretudo, o escrito, ponto de partida e de chegada para a reconstrução do fato histórico. (NÓVOA, 2012: 32).

Hoje o cinema além de contribuir para a pesquisa em História também é um importante aparato didático nas escolas e academias.

O cinema é um dispositivo utilizado de forma didática nas escolas muito antes de se tornar campo de pesquisa para os fatos históricos. O filme não é apenas uma representação audiovisual, mas um reproduzidor de imagens que contribui para a aprendizagem através da semiótica.

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016*

Para o estudo da percepção, da cognição, enfim, do funcionamento da consciência, a consequência é radical: no processo de ensino- aprendizagem, assim como na produção do conhecimento, não pode existir separação absoluta entre razão e emoção. (NÓVOA, 2012: 31).

A história medieval e moderna recriada e imaginada para ser uma resposta, uma justificativa das pesquisas médicas de Christensen. Häxan parte da percepção que seu autor teve ao estudar nos anos de 1919 e 1921 a influencia da “autoajuda” para a inquisição no manual O Martelo das Feiticeiras como um pretexto para possivelmente responder os malefícios que as doenças nervosas são capazes de fazer. Uma bruxa imaginada através da mulher psicologicamente enferma do século XX que após um trauma faz ações (como caminhar dormindo pela casa) que no medievo e na cultura popular moderna seria enxergado como ações diabólicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A visão que construímos hoje da bruxa ainda é um retrato perfeito da cultura popular da idade média e moderna. Os estudos medievais e modernos são imaginados através de fontes documentais da época que possibilitam presumir e recriar a história. A literatura, a pintura, os quadrinhos e os filmes são alguns entre vários veículos que asseguram esta distribuição imaginada. A mulher, que é retratada no filme Häxan, é o estereótipo da misoginia dentro do discurso do manual de caça às Bruxas. A mulher velha e infeliz e a mulher jovem e atraente; é um fardo para o sexo feminino carregar este julgamento (está pactuada com entidades malignas). Seria apenas mais uma alternativa encontrada por religiosos para controlar o perfil e a personalidade da mulher. O diálogo entre a representatividade feminina do medievo, moderno e contemporâneo que o filme assegura de passar é que as mulheres do pós-primeira guerra não estão mais tão submetidas a um regime de controle pelo pai, marido ou irmãos. A mulher está agora em vários âmbitos, inclusive na importância que é atribuída à sua saúde e bem estar que lhe permite se sentir mais livre da proteção masculina e responsável por si.

Como vimos, Häxan é uma produção da primeira parte do século XX que trabalha com conceitos como paganismo, feminismo, saúde mental, sociedade e história. É importante lembrarmos que o filme é uma produção do seu tempo e como tal, Haxan, a

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016*

feitiçaria através dos tempos não é apenas uma obra, mas também um documento histórico assim como os filmes reais, como os documentários. Todos (filmes reais ou de ambientação imaginária) é uma rica fonte de estudos para se compreender as realizações humanas, sejam com propostas artísticas ou socioculturais. A obra fílmica, não apenas no aspecto semiótico, mas também no ângulo dos estudos socioculturais é ainda algo muito recente como fonte para a pesquisa em história.

Fica evidente a contribuição histórica dos filmes não apenas como representações, mas também como tecnologia para o ensino de história, agente histórico e modo imaginário aplicável à história. Para retratar a imagem do tempo que é produzido e as ideias imaginadas de outros. Não há diferença entre realidade e ficção para os estudos históricos do cinema. O historiador, às vezes, é obrigado a reconstruir aspectos do passado, e por mais que se possa enxergar o século XIX e XX pelos primórdios das películas, a Idade Média e Moderna retratada em Haxan, como em vários outros filmes, precisa ser puramente fruto imaginário e literário da criação humana. A história é narrativa, a história é imaginada e quando possível representativa ou recriada. O cinema não é só mais um apetrecho do mundo do entretenimento, é uma fonte, é o resultado do trabalho humano; entre os vários que estão na sua possibilidade enquanto ser racional.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

CINEMA-HISTÓRIA: teoria e representações sociais no cinema. (org.) NÓVOA, Jorge. BARROS, José D'Assunção. 3ed. Rio de Janeiro Apicuri, 2012.

HUIZINGA, Johan. **O declínio da Idade Média**. [s.l.]. Editora Ulisseia. 1992.

MURRAY, Margaret Alice. **O culto das Bruxas na Europa Ocidental**. São Paulo: Editora Madras. 2013.

BURKE, Peter. **Cultura popular na Idade Moderna**. São Paulo. Editora Companhia de Bolso. 2010.

NATRELLA, Kayla Theresa. **Witchcraft and Women: A Historiography of Witchcraft as Gender History**. [s.l.: s.n.: s.d.] Disponível em: <<https://www.semanticscholar.org/>>. Disponíveis/2336c920525892e3329bce2b7e5fd3c53e38393c/>. Acesso em: 13 Ago. 2016.

FERRO, Marc. **Cinema e História**. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1992.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

KRAEMER, Heinrich; SPRENGER, James. **O Martelo das Feiticeiras**. Tradução: Alex H.S. Brasil, [s.n.], 2007.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas SP. Editora UNICAMP, 1990.

_____. **As raízes medievais da Europa**. Petrópolis RJ. Editora Vozes, 2007.

FRAZER, James George. **O Ramo de Ouro**. Versão Ilustrada. [s.l.]. Zahar Editores, 1982.

NOGUEIRA, Carlos Roberto Figueiredo. **Bruxaria e História**: Práticas mágicas no Ocidente Cristão. São Paulo. Editora Atica. 1991. p. 173.

PIMENTEL, Helen Ulhôa. Demonologia, bruxas e estereótipos. **Revista Trilhas da História**. Três Lagoas, v.1, nº 2 jan-jun, 2012. p 33-54. Tese de doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em História da UnB. Brasília, 2012.

BAKHTIN, Mikhail. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento**: o contexto de François Rabelais. HUCITEC. UnB. Brasília, 1987.

O PENSAMENTO VIVO DE FREUD. **Coleção**: O pensamento vivo. Tradução José Geraldo Simões Jr. Martin Claret, [s.l.], 1984.

Simpósio Temático 02: Mundos do Trabalho.

Coordenadores: Caio da Silva Batista (Doutorando em História – UFJF) & Ana Paula Boscaro (Doutoranda em História - UFJF)

O perfil da regulação do ofício e dos oficiais da alfaiataria no Termo de Mariana (1735 – 1750)

Letícia Silva Batista¹

Resumo:

O atual trabalho intenciona apresentar a regularização do ofício e dos oficiais da alfaiataria no Termo de Mariana entre os anos de 1735 e 1750. Para tanto, problematiza a sentença posta aos oficiais mecânicos, legitima tais personagens na qualidade de sujeitos históricos e, por fim, apreende que o trabalho livre nas Minas setecentista foi tão vivaz quanto o trabalho compulsório. Os alfaiates destacadamente se regularizaram no Senado da Câmara de Mariana entre os anos de 1735 e 1750. Por assimilação, foram homens especialistas na construção de peças têxteis para plural clientela da região do Ribeirão do Carmo. Logo, o estudo sistematizou e analisou as licenças mercantis e as cartas exames disponibilizadas e registradas pelo Senado da Câmara de Mariana entre os anos de 1735 e 1750, o que nos aponta algumas características do perfil da regularização da alfaiataria.

Abstract:

The present work intends to present the regularization of the profession and tailoring officials in Mariana Agreement between the years 1735 and 1750. Therefore, questions the decision to put mechanical officers, legitimizes such characters as historical subjects and, finally, apprehends that free labor in the eighteenth century Minas was so vivacious as compulsory labor. Tailors prominently is regularized in the Senate Chamber of Mariana between the years 1735 and 1750. By assimilation, experts were men in the construction of textile pieces for plural clients of Ribeirao do Carmo region. Therefore, the study systematized and analyzed the commercial licenses and examinations letters available and recorded by Senate Chamber of Mariana between the years 1735 and 1750, which points to some features of the profile of the regularization of tailoring.

¹ Mestranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAPES-DS).

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
 ISSN: 2317-0468
 17 a 21 de outubro de 2016

“Oficial de qualquer obra de mãos”²: *homens e mulheres especializados em ofícios necessários à vida moderna*

Nos aglomerados urbanos e seus entornos rurais do Império ultramarino português, alfaiates e outros tantos oficiais mecânicos buscaram uma construção social que os incluíssem na sociedade das distinções e da condenação do trabalho manual. Nesse contexto, os oficiais mecânicos eram marcados pela vilania do *trabalho manual* e na hierarquização social eram classificados enquanto possuidores do *defeito mecânico, povo e terceiro estado*³. Logo, os oficialatos mecânicos tinham o seu lugar delimitado e esse amplamente sentenciado na categoria de “povo popular” (MAGALHÃES, 1988: 327). À vista disso, enquanto uma condição dada e pouco questionada pelas pesquisas, as interpretações historiográficas pouco avançaram sobre o estudo dos homens mecânicos. Contudo, uma recente historiografia vem à tona para deslegitimar a recorrente abordagem do mundo do trabalho no Antigo Regime português pelas lentes da exclusão⁴. Parte da reformulação metodológica da história datada da década de 1980, os estudos sobre os oficialatos mecânicos legitimaram tais personagens enquanto sujeitos históricos⁵.

² BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário Portuguez, e Latino, aulico, anatomico, architectonico...* Coimbra, 1728, Vocabulo “Oficial”, p. 47.

³ MENESES, José Newton Coelho. Descrição nas cores e efeitos nas formas: emblemas, simbologias e manifestações da identidade dos ofícios mecânicos no mundo português dos séculos XVIII e XIX. In: FURTADO, Júnia Ferreira (Org.). *Sons, formas, cores e movimentos na modernidade atlântica: Europa, Américas e África*. Annablume: São Paulo, 2008, p. 402.

⁴ Ver: ALFAGALI, Crislayne Gloss Marão. “*Em casa de ferreiro pior apeiro*”: os artesões do ferro em Vila Rica e Mariana no século XVIII. Dissertação (Mestrado em História) – UNICAMP, Campinas, 2012; MENESES, José Newton Coelho. *Artes Fabris e Serviços Banais: o controle dos ofícios mecânicos pelas Câmaras de Lisboa e das Vilas de Minas Gerais (1750-1808)*. Belo Horizonte: Fino Trato, 2013; PEREIRA, Fabrício. *Mestres, arrematações e fazeres: os oficialatos mecânicos em Mariana na Segunda Metade do século XVIII*. *Revista Ágora*, Vitória, n.17, 2013, p.1-12; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. *Comércio, riqueza e nobreza: elites mercantis e hierarquização social no Antigo Regime português*. In: FRAGOSO, João... {et.al.}, organizadores. *Nas rotas do Império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português*. Vitória: Edufes; Lisboa: IICT, 2006, p. 67 - 88; SILVA, Fabiano Gomes. *Pedra e Cal: os construtores de Vila Rica no século XVIII (1730-1800)*. Dissertação (Mestrado em História), FAFICH/UFMG, Belo Horizonte, 2007; PUFF, Flávio Rocha. *Os pequenos agentes mercantis em Minas Gerais no século XVIII: perfil, atuação e hierarquia (1716 – 1755)*. 140 f. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2007; SILVA, Maria da Graça de Barros. *Leis e saberes do ofício de alfaiate na época moderna: o caso da cidade de Lisboa setecentista*. Tese de Mestrado (Mestrado em História Moderna), Universidade de Lisboa, Lisboa, 2012.

⁵ “Sob esse olhar, clareia-se a cena onde atuam seres históricos, desvelam-se ações importantes, evidenciam-se personagens centrais que não apenas figuram complementarmente no cenário” (MENESES, José Newton Coelho. *Artes Fabris e Serviços Banais: o controle dos ofícios mecânicos pelas Câmaras de Lisboa e das Vilas de Minas Gerais (1750-1808)*. Belo Horizonte: Fino Trato, 2013, p. 135).

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.

“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.

ISSN: 2317-0468

17 a 21 de outubro de 2016

Permitindo-nos assimilar que os oficiais mecânicos das sociedades de Antigo Regime, numa “busca participativa enfrentaram resistências, conciliaram interesses e forjaram identidades” (MENESES, 2013: 20). Como bem e diretamente afirma Fabiano Gomes da Silva em recente estudo:

não foram escassos os casos de colonos que venceram nas Minas Gerais com seus ofícios e negócios. Na primeira metade do século XVIII, os oficiais manuais livres abriam lojas e tendas nas sedes e arraiais das urbes, aceitavam encomendas à vista e fiado, aumentavam e diversificavam as suas oficinas com a compra de cativos, migravam temporadas inteiras para as franjas mais dinâmicas das vilas, arrematavam grandes obras e se associavam a homens de cabedal e importância na República. Tudo sem o propalado constrangimento que o labor provocava até nos mais vis homens do reino quando desembarcavam na colônia (SILVA, 2016: 5 – 6).

Posto isso, alfaiates, ferreiros, sapateiros, pedreiros, carpinteiros e outros tantos oficiais mecânicos garantiram bens necessários à plural vida das Minas. Para tanto e, além disso, outro aspecto a ser assimilado e defendido é que o mundo do trabalho nas Minas setecentistas caracterizava-se pela existência concomitante entre trabalho livre e trabalho compulsório. Exalta-se essa característica, pois, por muito tempo na historiografia sobre a temática, o trabalho compulsório foi considerado a principal e mais importante mão-de-obra na América portuguesa. Os estudos se limitavam na extremista lógica econômica-social “senhor-escravo”, afirmando que os cativos eram os trabalhadores dominantes em específicas e lucrativas atividades econômicas – como foi a mineração nas Minas setecentistas⁶. “Entretanto, o quadro se alterou nos últimos anos, pois as sociedades

⁶ Assim sendo, os trabalhadores livres pobres eram os *Desclassificados do ouro*: marginalizados no mundo do trabalho colonial e na sociedade das Minas, além disso, eram taxados enquanto vadios. Na extremista captação da sociedade colonial entre o senhor e o escravo, os trabalhadores livres eram homens e mulheres que ocupavam o meio dessa estrutura e não tinham função socioeconômica delimitada na lógica do sistema escravista e da economia colonial de exportação. A cerca da definição de vadios, “o desclassificado se tornou sinônimo de vadio. Nas paragens mineiras, a casta dos vadios expelida pelo sistema colonial escravista ganhou extensa relação, pois passou a incluir o “trabalhador esporádico, homem desprovido de dinheiro, criminoso, ladrão, sublevado e revoltoso”, que geralmente se identificavam aos pobres expropriados” (SILVA, Fabiano Gomes da. *Viver honradamente de ofícios*: trabalhadores manuais livres, mercado e rendeiros em Mariana (1709 – 1750). 148f. 2016. Texto de qualificação de doutoramento (Doutorado em História) – UFJF, Juiz de Fora, 2016, p. 9). E o vadio nas sociedades das Minas e na América portuguesa era “o indivíduo que não se insere nos padrões do trabalho ditados pela obtenção do lucro imediato, a designação podendo abarcar uma enorme gama de indivíduos e atividades esporádicas, o que dificulta enormemente uma definição objetiva desta categoria social” (SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro*. A pobreza mineira no século XVIII. 2ª edição. Rio de Janeiro: Graal, 1986, p. 64).

coloniais mineradoras e agroexportadoras deixaram de ser compreendidas sob o domínio absoluto da escravidão e/ou do binômio senhor vs escravo” (SILVA, 2016: 9). O que influenciou as pesquisas assimilarem que a base do trabalho colonial não foi integralmente compulsória⁷ e ampliarem a noção do mundo do trabalho colonial, incluindo e concedendo a devida importância para os trabalhadores livres.

À vista disso e em defesa dessas reformulações historiográficas sobre a temática, acreditamos que homens e mulheres livres e qualificados em serviços especializados fizeram parte da composição socioeconômica do Termo de Mariana na primeira metade do século XVIII. A disponibilidade do ouro em pó enquanto moeda, a agricultura e o comércio foram os chamarizes “para que muitos se dedicassem às mercadorias e aos ofícios. Sob as luzes do ouro, havia nas Minas Gerais o mercado mais importante a se saciar na América Portuguesa na primeira metade do século XVIII” (SILVA, 2016: 24). Os reclames iam por artigos de primeira necessidade aos mais supérfluos bens de luxo, sendo todos esses provenientes das mais distantes regiões do mundo moderno.

Por outro viés assimilamos que a localidade desde os seus primórdios dependeu e se desenvolveu por causa de um setor terciário local capaz de atender as necessidades ordinárias e de luxo daquela sociedade acomodada às margens do Ribeirão do Carmo e seus afluentes. Necessidades tais inerentes a uma conjuntura econômica dinâmica, variada e vivaz, que movimentava pessoas e objetos de qualidades e de origens mais distintas. Gêneros banais e opulentos que garantiram ao menos as demandas triviais, como a alimentação, vestimenta e habitação⁸.

Os alfaiates e a alfaiataria foram partes integrantes desse contexto do Termo de Mariana, pois, dimensiona-se que homens e mulheres do Carmo, no segundo quartel do século XVIII, vestiram peças de qualidades, formas, cores e têxteis variados. Diante de tais constatações, ressalta-se que o vestir era algo corriqueiro, mas também, intencional. Afinal, era a sociedade das apresentações e da exteriorização ao público, ou seja, do barraco mineiro. Nas vilas mineiras setecentistas ocorria em público o declarado jogo das

⁷ Vale o adendo de que não objetivamos diminuir a importância e o destaque do trabalho escravo em detrimento dos estudos sobre o trabalho livre. Ambos devem ser estudados a fim de melhor explicar o mundo do trabalho nas Minas setecentistas e deslegitimar uma abordagem historiográfica extremista sobre a temática.

⁸ Ver: MAGALHÃES, Beatriz Ricardina de. A demanda do trivial; vestuário, alimentação e habitação. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Belo Horizonte: n° 65, pp. 153 – 199, jul.1997.

aparências. E nesse jogo, o “ser” e o “parecer ser” confundiam-se legitimando ou não lugares, formalidades, ordens e hierarquias sociais.

Sujeitos históricos de condições várias participaram do generalizado jogo das aparências, e, nessa aposta as roupas⁹, sem dúvida, foram a melhor estratégia de distinção. A partir do século XVII, especialmente na sua segunda metade, “a roupa passa a ser o centro dos debates sobre riqueza e a pobreza, o excessivo e o necessário, o supérfluo e o suficiente, o luxo e a mediocridade” (ROCHE, 2007: 21). Nas sociedades de Antigo Regime as roupas e as suas representações estavam intrínsecos em dois discursos simultâneos inerentes à cultura das aparências: o do lugar social e o da distinção social. E, em ambos, as indumentárias permitiram que “cada um devia parecer o que era, mas também podia parecer o que ambicionava ser” (ROCHE, 2007: 68).

No jogo das aparências, a clientela plural das Minas – do Termo de Mariana – aclamou por trabalhadores especializados no ofício da alfaiataria para a produção de vestimentas de qualidades várias.

Sem dúvida alguma, toda uma economia, toda uma sociedade dependia disso: manufatureiros e comerciantes, o desenvolvimento de novas padronagens e de novos tecidos, a renovação permanente das formas e dos arranjos, que eram ao mesmo tempo causa e efeito da competição indumentária (ROCHE, 2007: 20).

Alfaiates, costureiras e lojistas de roupas prontas tinham uma posição mediadora de destaque entre a manufatura têxtil e os consumidores das roupas. Intermediários na cadeia produtiva da indumentária, os alfaiates, assim como os demais, garantiram à múltipla clientela das Minas, mais especificamente do Termo de Mariana, peças têxteis de formas, cores e qualidades diversas no segundo quartel do século XVIII.

Desse modo, os alfaiates tiveram decisiva importância econômica e social no mercado local, sendo, inclusive, um dos três grupos profissionais mais numerosos entre os ofícios manuais presentes na Comarca de Vila Rica (Mariana e Vila Rica)¹⁰. Tais personagens

⁹ Para o século XVIII “falemos de *roupa*, o termo que melhor convém a uma história social e cultural das aparências, numa época em que as práticas, como os estatutos sociais, estavam em ebulição” (ROCHE, Daniel. *A cultura das aparências: uma história da indumentária (séculos XVII – XVIII)*. São Paulo: Editora Senac, 2007, p. 20).

¹⁰ Em Vila Rica, 116 alfaiates foram lançados na derrama do ano de 1764, sendo o segundo maior grupo entre os trabalhadores manuais do termo da Vila. Os sapateiros formaram o maior grupo com 145 contribuintes. Ver: SILVA, Fabiano Gomes. *Pedra e Cal: os construtores de Vila Rica no século XVIII*

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.

“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.

ISSN: 2317-0468

17 a 21 de outubro de 2016

conectavam os mundos da produção e da comercialização de mercadorias de significativo valor financeiro e simbólico. Além disso, eram os senhores das *artes* da modelagem, da confecção e da comercialização de vestimentas para vasto rol de distintos indivíduos e grupos sociais.

Em tais conjunturas um grupo de trabalhadores especializado no ofício da alfaiataria regularizou o exercício de suas atividades especializadas nas instâncias da Câmara de Mariana, através de licenças mercantis e de cartas de exame. E, por conseguinte, ocupou o mercado regularizado dos ofícios mecânicos do Termo de Mariana no segundo quartel do século XVIII. Esse foi um momento específico da história da região do Ribeirão do Carmo, caracterizado pela construção urbana da sede administrativa do Termo e seus entornos rurais¹¹ e o assentamento econômico-social, que consolidou uma sociedade plural e uma economia heterogênea e complexa, que, além disso, vivia o auge minerador.

“De lo tocante al oficio de sastre”¹²: o perfil da regulação do ofício e dos oficiais da alfaiataria no Termo de Mariana (1735 – 1750)

Nas instâncias da Câmara de Mariana no segundo quartel do século XVIII um significativo número de alfaiates (323 oficiais) buscaram permissões temporárias e permanentes para o exercício legal do ofício da alfaiataria no Termo de Mariana. Destacadamente, tal ofício foi o que mais se regularizou em comparação as demais especialidades mecânicas¹³. Para tanto, a sistematização das licenças afiançadas e das cartas de exame nos possibilita notar significativa presença dos alfaiates, bem como, mais

(1730-1800). Dissertação (Mestrado em História), FAFICH/UFMG, Belo Horizonte, 2007, p. 87. Na mesma localidade, a alfaiataria foi a principal ocupação das testemunhas das devassas entre os anos de 1750 e 1769. Ver: SILVEIRA, M. *O universo do indistinto*. *Op. cit.*, p. 87 - 88. Já na cidade de Mariana, as cartas de exame da documentação camarária somaram 360 trabalhadores entre 1737 a 1806. Os alfaiates ficaram em terceiro lugar entre os oficiais manuais com 65 licenciados. Ver: ALFAGALI, Crislayne G. M.; OLIVEIRA, Kelly Eleutério M. de Oliveira. *Índice das Cartas de Exame de Ofício (1737-1806)*. In. PEREIRA, C.; TEDESCHI, D.; PEREIRA, F.; ALFAGALI, C. (Orgs.). *O espaço e os construtores de Mariana (século XVIII)*. Ouro Preto: Editora UFOP, 2016, p. 199 – 243.

¹¹ PEREIRA, C.; TEDESCHI, D.; PEREIRA, F.; ALFAGALI, C. (Orgs.). *O espaço e os construtores de Mariana (século XVIII)*. Ouro Preto: Editora UFOP, 2016.

¹² ALCEGA, Juan. *Libro de Geometria, Práctica y Traça*. Guillermo Drouy: Madrid, 1580.

¹³ SILVA, Fabiano Gomes da. *Viver honradamente de ofícios: trabalhadores manuais livres, mercado e rendeiros em Mariana (1709 – 1750)*. 148f. 2016. Texto de qualificação de doutoramento (Doutorado em História) – UFJF, Juiz de Fora, 2016, p. 91.

especificamente ao objetivo desse artigo, apontar o perfil da regulação do ofício e dos ofícios da alfaiataria entre os anos de 1735 e 1750. Desse modo, o recorte temporal justifica-se pelos anos ininterruptos de licenças disponíveis às pesquisas no acervo do Arquivo Histórico da Câmara de Mariana (AHCMM)¹⁴.

Ambas as documentações foram permissões cedidas pelo Senado da Câmara aos trabalhadores mecânicos. Tais os permitiam o exercício legal de suas atividades especializadas nos limites do Termo de Mariana e eram registradas nos livros do Senado da Câmara. Todavia, eram peculiares e distintas entre si em relação as suas origens, as abrangências territorial e temporal de suas autorizações e os processos de obtenções. Características tais julgadas as responsáveis pela discrepância entre os números de licenças e de cartas de exames obtidas na instituição administrativa local pelos oficiais mecânicos e, como será representado mais adiante, pelos oficiais da alfaiataria.

À vista disso, as licenças eram lançadas nos chamados livros de coimas (multas) e traziam informações como localidade de abrangência da autorização, agente fiado, fiador, tipo de licença (loja, venda, corte de carne, mascate ou ofício), escrivão da câmara e assinatura ou sinal público do fiador. Ademais, garantiam ao conselho local o pagamento de eventuais multas oriundas de alguma irregularidade cometida pelos comerciantes e trabalhadores¹⁵, afinal, no ato do seu requerimento, exigia-se um fiador que garantisse o possível pagamento¹⁶. E, quem as retirava tinha, por determinado prazo, a permissão para ter loja, venda e açougue abertos e/ou exercer o seu ofício nos limítrofes do arraial que elegia para abrangência da autorização. Os prazos eram de um ano para os estabelecimentos comerciais e de seis meses para os serviços especializados.

¹⁴ Arquivo Histórico da Câmara de Municipal de Mariana. Códices 123, 652, 133, 168, 570, 646, 172, 383, 648 e 664.

¹⁵ As irregularidades são as mais diversas: pesos e medidas mal aferidas, preços abusivos, a não retirada de licença, a questão sanitária dos estabelecimentos comerciais, dentre outras, sendo determinadas por lei pelas posturas da Câmara. Ver: CHAVES, Cláudia M. Graças, ANDRADE, Pablo de Oliveira. O comércio em Mariana: um estudo das posturas da Câmara no século XVIII. In: CHAVES, Cláudia M. Graças, PIRES, Maria do Carmo e MAGALHÃES, Sônia Maria de (orgs). Casa de Vereança de Mariana: 300 anos de história da Câmara Municipal. Ouro Preto: Editora da UFOP, 2008, p. 71 – 74.

¹⁶ Pelos oficiais mecânicos, os fiadores garantiam a qualidade das peças comercializadas no mercado interno e o cumprimento das exigências contratuais entre o oficial mecânico e os seus clientes na ausência da carta de exame do oficial. Ver: PUFF, Flávio Rocha. *Os pequenos agentes mercantis em Minas Gerais no século XVIII: perfil, atuação e hierarquia (1716 – 1755)*. 140 f. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2007.

A outra permissão disponibilizada aos oficiais mecânicos foi a carta de exame. Essa era uma autorização permanente que possibilitava o exercício lícito de atividades especializadas e a comercialização de suas obras em lojas abertas. Originária da cultura corporativa profissional ibérica, era cedida somente aos oficiais mecânicos aprovados em testes específicos a cada ofício. Assim, cabia ao juiz (ou a banca nomeada por esse) e ao escrivão do ofício de determinados trabalhos mecânicos¹⁷ julgar a habilidade do candidato no primeiro momento do processo¹⁸, seguida da carta de confirmação e a licença geral assinada e registrada em livros específicos pelos camarários do Senado da Câmara de Mariana¹⁹.

Após a sistematização de ambas as fontes descritas, o perfil geral da regularização do ofício da alfaiataria no Termo de Mariana no segundo quartel do século XVIII foi representado no Gráfico 1.

¹⁷ Os juizes e os escrivães específicos de cada ofício mecânico eram eleitos anualmente - normalmente entre os meses de abril e maio de cada ano-, invariavelmente nas instâncias das Câmaras municipais das vilas mineiras setecentistas. As funções dos juizes e escrivães dos ofícios mecânicos nas Minas eram avaliar e alegar nos processos de exame a habilidade dos oficiais mecânicos candidatos aos ofícios, quando esses últimos procuravam os juizes e escrivães para serem testados, E, participar das correições gerais convocadas pelas vereanças e construía e reformulavam os regimentos dos seus ofícios, juntamente com os oficiais camarários.

¹⁸ A análise das cartas de exame dos ofícios mecânicos no Termo de Mariana nos apresentou que a maioria dos exames habilitavam os candidatos ao ofício apenas com a afirmação de que eram capazes “de trabalhar em toda a obra” do ofício da alfaiataria. Provavelmente, a prática do ofício era normatizada pelo costume e, por conseguinte, há uma ausência de informações sobre os saberes do ofício. Contudo, para a Espanha Moderna sabemos da existência da publicação de seis tratados da alfaiataria didáticos e que continham ilustrações de *traças* (padrões) que permitiriam a feitura de distintas peças, a partir de diversos tipos têxteis. Em análise desses tratados, atestamos que ao longo do período moderno, os saberes do ofício de alfaiate aperfeiçoaram suas técnicas e normas. O ofício constitui-se como a profissão que escondia importantes conhecimentos atrás de “autênticas obras de mestria na arte da alfaiataria” setecentista. São eles: conhecimento da aritmética, da geometria e das proporções do corpo humano. Ver: ESCRIBANO, Ruth de La Puerta. Los Tratados del Arte del Vestido en La España Moderna. *Revista do Archivo Español de Arte*. Madrid, Instituto de História, vol. 74, n. 293, p. 45 – 65, 2001; SILVA, Maria da Graça de Barros. *Leis e saberes do ofício de alfaiate na época moderna: o caso da cidade de Lisboa setecentista*. 108 f. 2012. Tese de Mestrado (Mestrado em história Moderna), Universidade Federal de Lisboa/Faculdade de Letras de Lisboa/Departamento de História, Lisboa, 2012.

¹⁹ A efetivação das cartas ocorria por meio de um processo que poderia ser diferente a cada localidade das Minas. Mas, de modo geral, o processo passava por comuns etapas: a primeira seria o requerimento do oficial mecânico à Câmara para que o mesmo fosse examinado na sua atividade especializada, perante o juiz e o escrivão do seu ofício. Caso aprovado no exame seguia para a segunda etapa: a certidão emitida pelo escrivão – essa comprovaria a habilidade atestada do candidato frente à Câmara. Em sequência a certidão era encaminhada pelo candidato ao oficial mecânico às vereanças por meio de uma petição que solicitava a carta de confirmação e a licença geral. Sendo essa a próxima etapa do processo: a confirmação por parte da Câmara municipal e o registro da carta de exame num livro do Senado. Por fim, o oficial mecânico fazia o juramento oficial frente à vereança, selando seu compromisso público em exercer com dignidade e honestidade seu ofício.

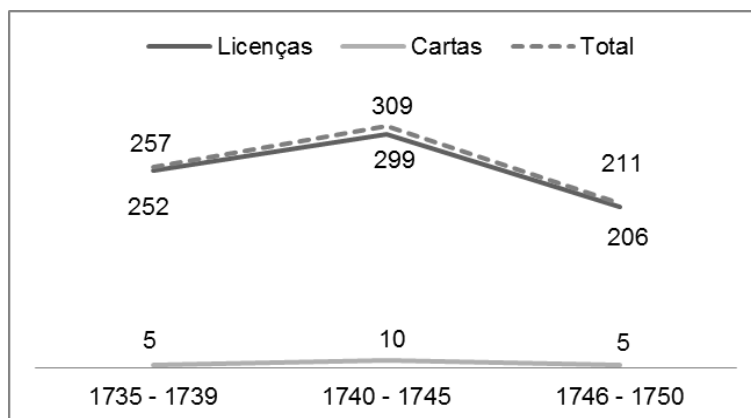


Gráfico 1 - Relação numérica entre Licenças e Cartas para o Ofício de Alfaiate por quinquênio. Fontes: AHCMM, Códices 123, 652, 133, 168, 570, 646, 172, 383, 648, 664 e 146.

O perfil aponta a maciça preferência dos alfaiates pelas licenças mercantis. Acerca disso, foram obtidas nas instâncias do Senado da Câmara de Mariana 757 permissões temporárias para o exercício regular do ofício da alfaiataria, por 298 oficiais alfaiates dentro do recorte temporal e espacial. E as cartas de exames estiveram longe de ser a permissão mais quista dentre oficiais da alfaiataria da localidade em estudo. Assimilamos que os oficiais mecânicos - incluem-se os alfaiates - estiveram presentes para sanar as carências de serviços e de produtos especializados demandados localmente. Tais trabalhadores seguiam as fronteiras dessas demandas e por onde passavam, de acordo com as conjunturas que viviam e seus particulares interesses, regularizaram ou não o exercício de suas atividades.

Tendo isso em vista, defendemos que as licenças viabilizavam maior mobilidade aos oficiais mecânicos no tempo, no espaço e nas atividades mercantis e mecânicas devido a suas características, diferentemente das cartas²⁰. Essas últimas eram permissões permanentes, porém, demandavam uma maior burocracia e tempo em comparativo às licenças mercantis²¹. Diante disso e dos dados revelados no Gráfico 1, as licenças

²⁰ Muitos foram os mecânicos que tiveram uma busca volátil no tempo, em diversos arraiais do Termo de Mariana e, alguns deles dentro do recorte espacial e temporal, buscaram licenças para distintos ofícios de comuns ou não matérias-primas ou para estabelecimentos comerciais. Ver: SILVA, Fabiano Gomes da. *Viver honradamente de ofícios: trabalhadores manuais livres, mercado e rendeiros em Mariana (1709 – 1750)*. 148f. 2016. Texto de qualificação de doutoramento (Doutorado em História) – UFJF, Juiz de Fora, 2016.

²¹ As permissões temporárias eram para os trabalhadores especializados a forma mais rápida e barata de assegurar o exercício lícito das suas atividades na dinâmica socioeconômica da região, em

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
 ISSN: 2317-0468
 17 a 21 de outubro de 2016

afiançadas foram as permissões preferidas das Minas setecentistas num momento dinâmico da economia e da sociedade mineira²². E, por conseguinte, nos permitem compreender um maior universo dos trabalhadores especializados, e, mais especificamente, dos alfaiates.

Seguindo as análises, de modo geral, a regularidade da alfaiataria sofre significativo aumento do primeiro para o segundo quinquênio. Os motivos foram a transformação social, espacial e material da população, da paisagem e do comércio para atender o processo de construção de uma sociedade e de uma região que receberia uma sede episcopal e se elevaria a condição de cidade anos depois, em 1745. O ofício das indumentárias nesse particular momento permitiu vestir e distinguir os seus agentes sociais por meio de peças mais elaboradas e de qualidade variadas. As suas demandas eram por pessoas de estamentos socioeconômicos diversos que poderiam pagar por gostos e predileções variadas²³.

O perfil geral da regularização dos alfaiates do Termo de Mariana por meio das licenças mercantis nos revelou que a busca foi volátil e constante por um restrito grupo laboral. Mais da metade (69%) dos oficiais da alfaiataria buscaram apenas uma ou duas licenças afiançadas ao longo dos 15 anos do recorte temporal. Os motivos podem ser a dedicação a outras atividades econômicas, a imigração para outras regiões, participação em grupos profissionais representados por um oficial regularizado, e, em menores casos, a obtenção da licença permanente para o exercício do ofício. Em contrapartida, cerca de 30% desses oficiais tiveram em mãos de forma regular suas licenças para o exercício legal do trabalho da alfaiataria no segundo quartel do século XVIII.

comparação às cartas de exame. Pois, para a posse da permissão permanente o oficial mecânico tinha que passar por algumas instâncias, sendo a primordial um exame realizado por uma banca profissional comum ao ofício do candidato. O que demandava não só a habilidade para a aprovação nos testes, como também, outros mecânicos de confiança e capazes para o julgamento e aprovação do candidato ao ofício.

²² O segundo quartel do século XVIII representa o assentamento social e econômico da Comarca de Vila Rica, no qual o auge minerador se destaca e as outras tantas economias locais desenvolvem-se paralelamente a econômica mineradora.

²³ Em comparação a mesma análise feita para os ofícios mecânicos, notamos que a queda da regulamentação da alfaiataria no último quinquênio de análise, mas, para o perfil geral dos misteres o mesmo período apresentou uma elevação. Diante tal constatação, entendemos que licenças e cartas para outros tipos de ofícios influenciaram esse aumento da regularização dos ofícios mecânicos no Termo de Mariana, como foi o caso dos pedreiros que se revelaram na década de 1740 e, principalmente, nos últimos anos entre 1745 e 1750.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

Desses, destacou-se Marcos Ribeiro que obteve 13 licenças afiançadas para o dito ofício constantemente entre 1738 e 1750, para a Vila de Nossa Senhora do Carmo e Cidade de Mariana. Sabe-se que em 1755 registrou sua carta de exame no Senado da Câmara. Provavelmente, durante o segundo quartel do século XVIII, as licenças atenderam os seus interesses quanto ao exercício lícito do seu trabalho especializado na sede do Termo e não achou necessária a obtenção de uma licença permanente ou se associar a uma agremiação de oficiais examinados do Termo de Mariana.

Outro destaque foi o forro Pedro Dias da Silva que obteve 12 licenças afiançadas para o trabalho especializado da alfaiataria no arraial de São Sebastião e Cidade de Mariana entre 1738 e 1749. O mesmo oficial buscou regularmente permissões para a sua loja de fazenda seca localizada também no arraial de São Sebastião entre os anos de 1738 e 1747. O exercício do trabalho da alfaiataria paralelamente a mercancia foi algo recorrente entre os alfaiates. Pedro Dias da Silva foi um daqueles alfaiates que foram no Termo de Mariana oficiais mecânicos e comerciantes que garantiram, principalmente para o arraial do São Sebastião, produtos diversos - comercializados em suas lojas - e serviços e produtos do trabalho especializado da alfaiataria.

Ademais, seguindo a análise do perfil da regularização o ofício de alfaiate por meio das licenças afiançadas, o Gráfico 2 apresenta a proporção numérica de licenças mercantis para o ofício de alfaiate por localidade (sede ou arraiais) e por quinquênio do recorte temporal.

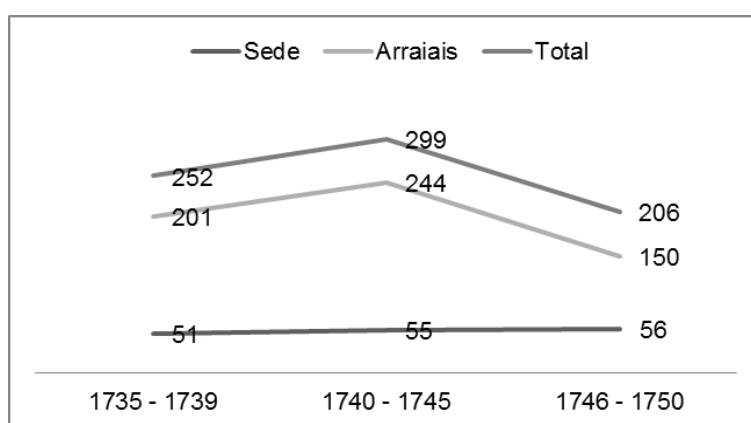


Gráfico 2 – Distribuição geográfica e temporal das licenças para Ofício de Alfaiate (1735 – 1750).
Fonte: AHCMM, Códices 123, 652, 133, 168, 570, 646, 172, 383, 648 e 664.

Os oficiais alfaiates buscaram mais licenças para os arraiais do Termo de Mariana, nos revelando assim um provável mercado consumidor vivaz nessas marginalizadas populações dispostas nos entornos rurais do Termo de Mariana em relação à sede. Desse modo, nos arraiais da região do Ribeirão do Carmo e dos seus afluentes, as vidas eram dinâmicas e necessitaram de diversos bens, inclusive de vestimentas e peças têxteis provenientes do trabalho especializado da alfaiataria. Assim, os oficiais alfaiates em perspectiva buscaram dentro do recorte temporal mais licenças para o exercício lícito da alfaiataria nas localidades independentes da sede administrativo-política, onde outras atividades econômicas se desenvolviam desde o principiar do século XVIII, como a destacada mineração e agricultura local.

A análise das licenças permitiu destacar outro aspecto bastante peculiar e importante sobre os oficiais da alfaiaria regularizados nas instâncias da Câmara de Mariana: a diversificação das atividades exercidas por esses oficiais. Aproximadamente 38% dos alfaiates obtiveram, concomitantemente ao ofício, licenças para o trabalho mercantil em lojas de fazenda seca, dados que podem revelar os motivos da permanência ou não no exercício da atividade especializada do ofício da alfaiataria.

Acreditamos que a maioria dos alfaiates era natural do Reino e chegaram às Minas já qualificados no ofício. Estabeleceram-se em remotas localidades do Termo de Mariana, traçaram relações diversas e, por assimilação mais geral, angariaram créditos sociais e econômicos para o desenvolvimento do seu comércio no Termo. Diante disso, alguns ao longo do recorte, transformaram a sua especialidade econômica do ofício para a mercancia²⁴. E, outros, conciliaram ambas as atividades econômicas²⁵.

²⁴ Como foram os casos de Gaspar Jorge Machado e Antonio Alves de Souza. Souza angariou licenças para o ofício até a década de 1740, posteriormente dedicou-se integralmente a mercancia frente à sua loja e venda na Cidade de Mariana até 1750. Já Machado angariou licenças para o ofício espaçado no tempo para Passagem, porém, integralmente se dedicou à regulamentação de sua loja no mesmo arraial entre 1736 e 1749. O seu testamento foi incisivo para a conclusão dessa dedicação à atividade comercial, quando afirma que possui vários créditos que pudessem ser quantificados e constatados em seus livros. Além de enfatizar que seus “bens acima declarados todos foram adquiridos por minha indústria e trabalho sem que deles herdasse coisa alguma” (AHCMM. Códice 46. 1º Ofício. Folha 7v. 1789). Fonte: AHCMM, Códices 123, 652, 133, 168, 570, 646, 172, 383, 648 e 664.

²⁵ Como o caso de Manoel da Silva Vieira e Silvestre Francisco Prado. Exerceram seus ofícios e abriram loja, respectivamente, no arraial de São Sebastião entre 1738 e 1749 e no arraial de São Caetano entre 1736 e 1748. Fonte: AHCMM, Códices 123, 652, 133, 168, 570, 646, 172, 383, 648 e 664.

Ademais, donos de lojas poderiam comercializar roupas sob encomenda e roupas prontas, tecidos²⁶, materiais de armarinho em geral e produtos provenientes do Reino²⁷. Portanto, o importante é compreender que a peculiaridade desse tipo de estabelecimento era justificada pela comercialização de tais produtos que demandavam um maior investimento de recursos²⁸. Conseqüentemente, tais estabelecimentos permitiam aos seus donos notoriedade frente ao comércio interno. Além do mais, diante o significativo mercado de tecidos importados nas Minas²⁹, os alfaiates donos de lojas mediarão inteligentemente as específicas demandas têxteis local em relação ao comércio externo de tecidos. Por conseguinte, os alfaiates eram convenientes para a rede mercantil têxtil, alcançando destaque frente aos abastados homens de negócio e a clientela local.

Considerações Finais

Sumariamente, o perfil da busca por licenças afiançadas e cartas de exame para o ofício da alfaiataria foi volátil em todo recorte temporal. Em contrapartida, destacou um grupo laboral de alfaiates que exerciam o ofício de modo regular em relação à busca por permissões temporárias e permanentes. Soma-se ao perfil mais geral, que foi nos arraiais do Termo de Mariana que os oficiais angariaram uma vasta e intensa clientela, o que justificou o perfil da busca por licenças para essas localidades à margem da sede administrativa. O exercício legal do ofício da alfaiataria relacionava-se diretamente com as outras economias desenvolvidas às margens do centro administrativo do Termo de Mariana, como foram as atividades da mineração e da agricultura. Ambas concomitantemente desenvolvidas desde as primeiras ocupações e assentamentos socioeconômicas da região do Ribeirão do Carmo na primeira metade do século XVIII. Diante de todas essas informações do perfil da regulação do ofício e dos oficiais da alfaiataria no Termo de Mariana entre os anos de 1735 e 1750, o aspecto da vida laboral

²⁶ Os tecidos nas lojas mineiras foi destacadamente um dos produtos mais vendidos. Ver: PEREIRA, Alexandra Maria. *Um mercador de Vila Rica: Atividade mercantil na sociedade do ouro (1737-1738)*. 172 f. 2008. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2008, p. 50.

²⁷ PUFF, Flávio Rocha. *Os pequenos agentes mercantis em Minas Gerais no século XVIII: perfil, atuação e hierarquia (1716 – 1755)*. 140 f. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2007, p. 94.

²⁸ PUFF, F. *Os pequenos agentes mercantis em Minas Gerais no século XVIII*. *Op. cit.*, p. 55 - 56.

²⁹ DRUMOND, Marco Aurélio. *Indumentária e Cultura Material: produção, comércio e usos na Comarca do Rio das Velhas (1711 – 1750)*. 217 f. 2008. Dissertação (Mestrado em História), FAFICH/UFMG, Belo Horizonte, 2008.

do ofício da indumentária pôde ser dimensionado e permitiu nesse artigo conclusões acerca da economia da alfaiataria na região do Ribeirão do Carmo num momento singular da história da localidade, no qual aconteceu a elevação da Vila de Nossa Senhora do Carmo à condição de Leal Cidade de Mariana e a chegada da sede episcopal a partir de 1745. A análise das licenças e das cartas de exame nos permitiu apreender que a economia da alfaiataria foi dinâmica no tempo e no espaço e inerente às conjunturas sociais e econômicas da região do Ribeirão do Carmo e seus afluentes no segundo quartel do século XVIII.

Os alfaiates foram partes constituintes da economia e da sociedade em estudo e na lógica participativa e laboral garantiram localmente peças têxteis que vestissem homens e mulheres de condições diversas, a fim de se protegerem e se distinguirem na sociedade das aparências e das distinções sociais. Além do mais, foram personagens históricas que tinham uma função profissional, como também, foram religiosos irmãos nas irmandades leigas, angariaram postos administrativos através dos cargos de juiz e de escrivão do ofício da alfaiataria, e participaram do comércio local, quiçá externo, enquanto donos de lojas de fazenda seca e comerciantes de tecidos importados. Apontamos nesse artigo apenas um viés sobre a importância, participação e adesão da alfaiataria e dos alfaiates num momento singular do Termo de Mariana no século XVIII. Todavia, a partir desses dados outros aspectos serão estudados com o intuito de compreender integralmente a importância dos oficiais das vestimentas num tempo e espaço específico e singular.

BIBLIOGRAFIA

Fontes

Impressas

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário Portuguez, e Latino*. Coimbra, 1712.

ALCEGA, Juan. *Libro de Geometria, Prática y Traça*. Guillermo Drouy: Madrid, 1580;

Manuscritas

Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana – AHCMM

Regimentos de coimas e fianças. Códices 123, 652, 133, 168, 570, 646, 172, 383, 648 e 664 (1735 – 1750);

Registro de cartas de exame de ofícios. Códices 146, 218 e 381 (1737 – 1806).

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.

“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”, Juiz de Fora, 2017, 1554p.

ISSN: 2317-0468

17 a 21 de outubro de 2016

Referências Bibliográficas

ALFAGALI, Crislayne Gloss Marão. “*Em casa de ferreiro pior apeiro*”: os artesões do ferro em Vila Rica e Mariana no século XVIII. 196 f. 2012, Dissertação (Mestrado em História) – UNICAMP, Campinas, 2012.

BOSCHI, Caio C. *O Barroco Mineiro: Artes e Trabalho*. São Paulo: Editora brasiliense, 1998.

CHAVES, Cláudia M. Graças, PIRES, Maria do Carmo e MAGALHÃES, Sônia Maria de (orgs). Casa de Vereança de Mariana: 300 anos de história da Câmara Municipal. Ouro Preto: Editora da UFOP, 2008.

DRUMOND, Marco Aurélio. *Indumentária e Cultura Material: produção, comércio e usos na Comarca do Rio das Velhas (1711 – 1750)*. 217 f. 2008. Dissertação (Mestrado em História), FAFICH/UFMG, Belo Horizonte, 2008.

ESCRIBANO, Ruth de La Puerta. Los Tratados del Arte del Vestido en La España Moderna. *Revista do Archivo Español de Arte*. Madrid, Instituto de História, vol. 74, n. 293, p. 45 – 65, 2001.

FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e Vilas D’el Rei: espaço e poder nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de negócio: a interiorização da metrópole e do comércio nas Minas setecentistas*. São Paulo: Hucitec, 2ª edição, 2006.

MAGALHÃES, Beatriz Ricardina de. A demanda do trivial; vestuário, alimentação e habitação. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Belo Horizonte: nº 65, pp. 153 – 199, jul.1997.

MENESES, José Newton Coelho. *Artes Fabris e Serviços Banais: o controle dos ofícios mecânicos pelas Câmaras de Lisboa e das Vilas de Minas Gerais (1750-1808)*. Belo Horizonte: Fino Trato, 2013.

PEREIRA, Alexandra Maria. *Um mercador de Vila Rica: Atividade mercantil na sociedade do ouro (1737-1738)*. 172 f. 2008. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2008.

PEREIRA, Carlos Alberto; TEDESCHI, Denise Maria Ribeiro; PEREIRA, Fabrício Luiz; ALFAGALI, Crislayne Gloss Marão (Orgs.). *O espaço e os construtores de Mariana (século XVIII)*. Ouro Preto: Editora UFOP, 2016.

PEREIRA, Fabrício. “*Officios necesarios para a vida humana*”: a inserção social dos oficiais da construção em Mariana e seu termo (1730 – 1808). 160 f. 2014. Dissertação (Mestrado em História) - UFOP, Mariana, 2014.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
 “O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
 Juiz de Fora, 2017, 1554p.
 ISSN: 2317-0468
 17 a 21 de outubro de 2016

PUFF, Flávio Rocha. *Os pequenos agentes mercantis em Minas Gerais no século XVIII: perfil, atuação e hierarquia (1716 – 1755)*. 140 f. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2007.

ROCHE, Daniel. *A cultura das aparências: uma história da indumentária (séculos XVII – XVIII)*. São Paulo: Editora Senac, 2007.

_____. Vestuário e Aparência. In. *História das coisas banais: Nascimento do consumo século XVII – XIX*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000, p. 256 – 291.

SILVA, Fabiano Gomes da. *Viver honradamente de ofícios: trabalhadores manuais livres, mercado e rendeiros em Mariana (1709 – 1750)*. 148f. 2016. Texto de qualificação de doutoramento (Doutorado em História) – UFJF, Juiz de Fora, 2016.

_____. *Pedra e Cal: os construtores de Vila Rica no século XVIII (1730-1800)*. 192f. 2007. Dissertação (Mestrado em História), FAFICH/UFMG, Belo Horizonte, 2007.

SILVA, Maria da Graça de Barros. *Leis e saberes do ofício de alfaiate na época moderna: o caso da cidade de Lisboa setecentista*. 108 f. 2012. Tese de Mestrado (Mestrado em história Moderna), Universidade Federal de Lisboa/Faculdade de Letras de Lisboa/Departamento de História, Lisboa, 2012.

SILVEIRA, Marco Antonio. *O universo do indistinto: Estado e sociedade nas Minas setecentistas (1735 – 1808)*. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro. A pobreza mineira no século XVIII*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

ZEMELLA, Mafalda. *O Abastecimento da Capitania de Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 2ª ed., 1990.

Escravos, terras e tropas: composição da riqueza dos Garcia de Mattos na região cafeeira da zona da mata mineira (XIX)

Tiago de Castro Braga¹

Resumo:

O presente trabalho tem por objetivo analisar a trajetória da família Garcia de Mattos, destacando seus processos migratórios dentro da Zona da Mata. Região esta, que estava em plena expansão na segunda metade do século XIX. Através das fontes, objetivaremos analisar a origem de suas terras em Juiz de Fora e São Paulo do Muriahé, e também a composição da riqueza desta família que ao longo do oitocentos, que teve como sua principal atividade econômica o tropeirismo. Apesar não de terem se caracterizados como grandes produtores de café, os Garcia de Mattos foram grandes possuidores de terras e de homens, foi através da acumulação de capital como tropeiros que esta família expandiu suas fronteiras agrícolas por várias freguesias da Zona da Mata mineira.

Palavras-chave: família, tropeiros, riqueza.

Abstract:

The present paper intends to analyze the history of Garcia de Mattos's family, and highlighting their migratory processes in the Zona da Mata. This region which was booming in the second half of the nineteenth century. This paper aims through the sources analyze the origin of their land in Juiz de Fora and São Paulo de Muriahé, and also the family's richness that over eight hundred, by its main economic activity was the tropeirismo. Despite not they are characterized as large coffee producers, Garcia de Mattos were large owners of land and slaves, it was through the capital's accumulation as tropeiros this family expanded its agricultural frontiers for several freguesias mining Zona da Mata.

Keywords: family, drovers, wealth.

Considerações iniciais

O tropeiro foi de fundamental importância para o desenvolvimento econômico da Zona da Mata no século XIX, seu protagonismo está relacionado ao processo de escoamento da produção agrícola para abastecimento da Corte antes da chegada das estradas de ferro. Com o desenvolvimento da cafeicultura, os burros e bestas foram utilizados para transporte do café

¹ Mestrando do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em História do Brasil na Universidade Salgado de Oliveira – UNIVERSO – Niterói Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: tiagod102008@hotmail.com.

para o porto, na província do Rio de Janeiro. Além do transporte de produtos, os tropeiros exerceram outro papel, o de transportar também informações, as notícias.

Nesta pesquisa será utilizada a metodologia de perseguição nominativa. O historiador Carlo Guinzburg nos alerta que “o fio de Ariana que guia o investigador no labirinto documental é aquilo que distingue um indivíduo de um outro em todas as sociedades conhecidas: o nome” (GUINZBURG, 1989: 174). Através deste método será possível localizar os vários membros da família Garcia de Mattos na Zona da Mata de Minas Gerais: suas terras no Livro de Registros Paroquiais de Terras e suas fortunas percebidas através dos Inventários *Post-mortem*. Esses documentos nos permitem analisar a origem de suas terras e a composição da riqueza desses indivíduos, sendo sua atividade principal o tropeirismo.

Dos muitos tropeiros que cruzavam Minas Gerais no início século XIX, estava José Garcia Pereira, oriundo das ilhas portuguesas que se deslocou para a Colônia, ele veio a se casar em Santa Rita do Ibitipoca, deixando numerosa descendência. Francisco Garcia de Mattos, um de seus filhos, residente de Santa Rita do Ibitipoca em 1810, se prontificou a ser o inventariante do seu finado irmão em Chapéu D’Uvas², alegando que o seu pai, João Garcia Pereira, não poderia sê-lo pelo fato de se encontrar em vários lugares (GUIMARÃES, 2006: 204).

Seguindo a mesma profissão do pai João Garcia Pereira seu filho Francisco Garcia de Mattos se tornou um tropeiro na Zona da Mata mineira. No ano de 1810 se encontrava em Santa Rita do Ibitipoca, onde provavelmente nasceu e se casou e em 1820 se encontrava em Chapéu D’Uvas, local onde se tornou grande possuidor de terras e de homens.

No decorrer do século XIX o arraial de Santo Antônio do Paraibuna foi tomando importância econômica e política, suas fronteiras foram se ampliando e em 1850 quando o arraial foi elevado a vila, iam “o distrito sede até a fazenda de Francisco Garcia de Mattos - o velho, passando as terras deste tropeiro a circunscrição administrativa do novo município”. Foi nesta cidade que Francisco Garcia de Mattos viveu seus últimos dias, falecendo em abril de 1866 (GUIMARÃES, 2006: 204).

Os movimentos dos Garcia de Mattos dentro da Zona da Mata mineira provavelmente seguiram uma lógica econômica, foi através da acumulação de capital que essa família foi se espalhando por várias localidades, sendo o Sertão Leste da mata onde eles se estabeleceram em

² A freguesia Chapéu D’Uvas neste período pertencia a Barbacena, assim como Santo Antonio do Paraybana, e com a emancipação de Santo Antonio do Paraibuna, em 1850, passou a pertencer ao mesmo.

várias freguesias. Na cidade de Juiz de Fora, no dia 26 de julho de 1866 o inventário de Francisco Garcia de Mattos foi aberto e nele é apresentando a localidade onde seus filhos estavam residindo na época da morte do pai. Os filhos Manoel Garcia de Mattos e Francisco Garcia de Mattos estavam morando em São Paulo do Muriahé. Joaquim Garcia de Mattos residindo em Angú, vila de Leopoldina; Francisco José Garcia casado com D. Rita Francisca Pires (falecida) residindo em Largo do Carangola e Mariano Garcia de Mattos, que havia falecido, também estava morando no Largo do Carangola, sendo que Mariano havia deixado filhos; Antônio Garcia de Matos casado, sendo morador em Chapéu D’Uvas, por fim D. Maria, casada que foi com Antônio José Reis, falecida e deixando filhos, mas não constando no inventário onde residiam.³

Origem das terras

Através do levantamento dos documentos que fazem menção aos membros da família Garcia de Mattos, podemos localizar várias fazendas pertencentes a este clã, podendo ser pequenas propriedades e até mesmo grandes fazendas com mais de 300 (trezentos) alqueires de terras. As fazendas encontradas na presente pesquisa estão localizadas em duas regiões da Zona da Mata, mais especificamente em São Paulo do Muriahé e Juiz de Fora. Na tabela abaixo será apresentado apenas as fazendas que foram encontradas, as pequenas porções de terras que não possuem denominação ou são partes de uma propriedade pertencentes a outrem.

Tabela I
Fazendas dos Garcia de Mattos

Denominação	Proprietário	Localidade
Fazenda Boa Vista	Francisco Garcia de Mattos	Chapéu D’Uvas (Juiz de Fora)
Fazenda Lambari	Francisco Garcia de Mattos	Chapéu D’Uvas (Juiz de Fora)
Fazenda da Vargem	Francisco Garcia de Mattos	Chapéu D’Uvas (Juiz de Fora)
Fazenda Boa Esperança	Francisco Garcia de Mattos	Chapéu D’Uvas (Juiz de Fora)
Fazenda Boa União	Manoel Garcia de Mattos	São Paulo do Muriahé
Fazenda Aventureira	José Garcia de Mattos	São Paulo do Muriahé
Fazenda Três Barras do rio Muriaé	Francisco Garcia de Mattos Junior	São Paulo do Muriahé

³ Inventario de Francisco Garcia de Mattos. AHUFJF, 1866.

Fonte: Registro Paroquial de Terras – São Paulo do Muriaé (1854-1857). Arquivo Público Mineiro. Folha 4. Registro Paroquial de Terras – São Paulo do Muriaé (1854-1857). **Arquivo Público Mineiro**. Folha 37-38. Registro Paroquial de Terras – Santo Antônio do Paraybuna (1855-1856). Arquivo Público Mineiro. Folha 21. Registro 116, 117, 118. Inventário de Francisco Garcia de Mattos. AHUFJF, 1866. Inventário de Manoel Garcia de Mattos. Fórum Tabelaio Pacheco de Medeiros. Muriaé, 1879. Maço 79.

Ao registrarem suas terras em Santo Antônio do Paraybuna (Juiz de Fora), Francisco Garcia de Mattos e seus filhos Manoel Garcia de Mattos e Francisco Garcia de Mattos Junior declararam serem “senhor e possuidor de uma sorte de terras” no lugar denominado Boa Esperança e no caso de Francisco Garcia de Mattos também em Boa Vista⁴. Seu outro filho, Antônio Garcia de Mattos registrou uma sorte de terras na Fazenda Vertente no lugar denominado Mato Virgem⁵. Em São Paulo do Muriaé, Francisco Garcia de Mattos Junior e José Garcia de Mattos declararam que a origem de suas terras era compra. Francisco declarou que a fazenda denominada Três Barras do rio Muriaé fora comprada e uma parte dela foi feita uma “berganha” com seu irmão Manoel Garcia de Mattos⁶.

Nos registros de São Paulo do Muriaé são apresentados um número maior de informações com quem confrontam as suas terras e o que cultivam. Esta localidade estava em plena expansão da cafeicultura, entretanto, não é feita a menção nos registros o cultivo do café, mas sim de milho, utilizado na produção da farinha e do angu. O milho também pode ser utilizado como alimento para animais, principalmente equino. Com esses dados pode-se considerar que apesar desses indivíduos estarem em uma região onde a predominava o cultivo do café, eles não se inserem no perfil de grandes cafeicultores da Zona da Mata, apesar de possuírem significativas extensões de terras. Na década de oitenta aparecem algumas plantações de café de membro da família, sendo de pequena projeção no montante da riqueza.

Composição da Riqueza

A composição da riqueza dos Garcia de Mattos será definida por uma tríade, se caracterizando como parte principal e fundamental de seus ativos, definida por escravo/terra/tropa. Um perfil diferenciado ao que é apresentado por Rita Almico, que aborda

⁴ Registro Paroquial de Terras – Santo Antônio do Paraybuna (1855-1856). **Arquivo Público Mineiro**. Folha 21.

⁵ Registro Paroquial de Terras – Santo Antônio do Paraybuna (1855-1856). **Arquivo Público Mineiro**. Folha 7.

⁶ Registro Paroquial de Terras – São Paulo do Muriaé (1854-1857). **Arquivo Público Mineiro**. Folha 37-38.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.

“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,

Juiz de Fora, 2017, 1554p.

ISSN: 2317-0468

17 a 21 de outubro de 2016

a composição da riqueza com base nos inventários de 1870 a 1914, para Juiz de Fora, revelando um perfil econômico baseado na tríade escravos/terras/café (ALMICO, 2001: 87).

Os inventários *Post-mortem* são documentos riquíssimos, apresentam uma série de informações de um indivíduo e também de suas relações de parentesco. Ele é o documento final de um indivíduo, representa o que se acumulou até a sua morte, podendo apresentar a riqueza e também as dívidas que foram contraídas, a sua fortuna é definida após a quitação das dívidas sobrando o total dos bens do finado, sendo este o Monte mor.

Em sua dissertação a historiadora Rita Almico define riqueza através da análise dos inventários, a respeito a autora considera que: “foi acumulado pelas pessoas da mostra durante toda a sua vida. Algumas conseguem constituir verdadeiras fortunas, outras nem tanto” (ALMICO, 2001: 59).

Em 1841 faleceu D. Ana Francisca Pires mulher do tropeiro Francisco Garcia de Mattos, deixando sete filhos todos casados⁷. Após o pagamento das dívidas o seu monte mor era de 53:296\$00 contos de réis. Na composição da riqueza é apresentado os bens do casal e os que o viúvo havia adquirido até o processo de inventário e partilha bens de sua mulher em 1848.

Tabela II
Composição da riqueza de Ana Francisca Pires 1848

Bens	Contos de réis	%
Dinheiro	689\$000	1,29
Escravos	20:680\$000	38,8
Animais	5:420\$000	10,16
Móveis	288\$740	0,54
Bens de raiz	25:363\$840	47,59
Dívida ativa	1:218\$360	2,28
Total	53:296\$100	100

Fonte: Inventário de Ana Francisca Pires. AHUFJF, 1848.

O casal possuía 58 escravos no ano da morte de D. Ana Francisca Pires em 1841, doze estavam com os filhos, não sendo inventariados. Em 1848 havia nascido mais cinco escravos sendo vistos e avaliados no valor de 890\$000 contos de réis e três estavam doentes não

⁷ Seus filhos eram: Manoel Garcia de Matos, Francisco Garcia de Matos, Mariano Garcia de Matos, Maria casada com Antônio Gonçalves, Joaquim Garcia de Mato, Antônio Garcia de Matos, Rita casada com Francisco José Garcia.

possuindo valor. O tropeiro Francisco Garcia de Mattos também havia comprado, após a morte de sua finada mulher mais nove escravos no valor de 20:680\$000 contos de réis.

Em 1841 a tropa era composta por 28 bestas arreadas vistas e avaliadas por 1:600\$000 contos de réis. Já em 1848 Francisco Garcia de Mattos havia comprado mais 40 animais, destas, 27 eram bestas arreadas, cinco eram bestas arreadas inferiores, seis eram bestas brabas, uma besta velha e um cavalo no valor de 2:298\$000 contos de réis. O aumento da tropa provavelmente está relacionado ao aumento da atividade e também do desenvolvimento econômico da região.

Após a morte de Anna Francisca Pires (1841), Francisco Garcia contraiu segundas núpcias com Theodora Maria de Souza, e desse consórcio não houve filhos. O tropeiro Francisco Garcia de Mattos faleceu em 1866, é possível perceber através de uma análise comparada entre o inventário de sua primeira mulher e o seu inventário, como a sua fortuna havia crescido neste período. Mesmo com a partilha dos bens com seus sete filhos.

Tabela III
Composição da riqueza de Francisco Garcia de Mattos 1868

Bens	Contos de réis	%
Utensílios domésticos	512\$880	0,67
Semoventes	2:798\$000	3,68
Escravos	53:045\$000	69,89
Animais	792:000	1,04
Bens de Raiz	18:743:000	24,69
Total	75:890\$880*	100

*Conta feita na pesquisa chegou ao número diferente do que é apresentado no monte mor.

Fonte: Inventario de Francisco Garcia de Mattos. AHUFJF, 1866.

Após ser feitos os pagamentos das dívidas passivas o *Monte mor* do finado Francisco Garcia de Mattos era de 68:093\$200 contos de réis. Possuindo setenta e seis escravos, esse foi o ativo que teve maior relevância do seu *Monte mor*, com 69,89%. Os escravos no período eram, sem dúvida, uma mão de obra muito cara. Um mancipio adulto apto para o trabalho com idade entre 18 e 30 anos custava em média 2:000\$000 contos de réis.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

Os seus semoventes eram sessenta e dois, uma tropa bastante significativa, levando em consideração que a tropa era dividida por lotes variando entre 9 a 12 animais, Francisco Garcia de Mattos possuía entre quatro e cinco lotes de animais. Para cada lote seriam necessárias três pessoas, os escravos que estavam diretamente ligados com suas tropas seriam aproximadamente doze (12) escravos envolvidos com a tropa.

Em 1879 Manoel Garcia de Mattos que era casado com Thereza Maria de Jesus Garcia veio a falecer, deixando dez (10) filhos⁸, sendo estes, seus legítimos herdeiros. Manoel Garcia de Mattos nesse período já era residente em São Paulo do Muriahé, possuía uma fazenda denominada Boa União, localizada no rio Preto. Nesta propriedade vivia-se em um ambiente caracterizado por um perfil comunitário, residindo os filhos já casados, os filhos solteiros e também seus escravos.

No inventário do finado Manoel Garcia de Mattos, é apresentado os seus bens móveis que são utensílios pessoais e da casa. Nos semoventes encontra-se a tropa, todos animais nominados, designando sua cor e seu valor, de um total 50 animais, entre burros e bestas 48 eram arreados e apenas dois eram sem arreio, o gado também era nominado num total de 20 cabeças, provavelmente são animais de carro. Seus escravos eram trinta e três entre jovens aptos para trabalhos, velhos e crianças. A matrícula de 1872 está anexo ao inventário, nesse período Manoela Garcia de Mattos possuía 38 escravos, sendo que dois haviam sido emprestados para seu genro, Sr. Antônio Pinto Monteiro e por ele fora matriculados. Neste inteirom alguns escravos faleceram e sua escravaria não fora ampliada. Nos bens de Raiz se encontram casa de vivenda, senzalas, paiol e produtos já colhidos, plantações etc. Os serviços foram trabalhos prestados pelo fiando, as dívidas ativas foram os empréstimos feitos a pessoas e as dez ações da Estada de Ferro do Carangola.

⁸ Os filhos do casal eram: D. Anna Thereza de Jesus casada com Candido José Cerqueira, D. Antônia Maria de Jesus casada com Antônio Pinto Monteiro, D. Maria Thereza de Jesus casada com Francisco Antônio, D. Rita Maria de Jesus casada com Firmino Corrêa de Almeida, D. Maria Verônica do Sacramento casada com Domingos Pereira da Silva, D. Euciana Maria de Jesus casada com Francisco Pereira da Silva, Mariano Garcia de Mattos falecido no mesmo anos deixando os filhos menores Antônio de 8 anos, Honório de 5 anos e Marcellina de 3 anos. E seus filhos solteiros Joaquina Maria de Jesus de 13 anos, Mariano Garcia de Mattos de 22 anos e Francisco Garcia de Mattos de 3 anos.

Tabela IV
Composição da riqueza de Manoel Garcia de Mattos – 1879

Bens	Valor	%
Móveis	1:002\$000	1,14
Semoventes	4:584\$000	5,24
Escravos	35:500\$000	40,58
Raiz	43:284\$000	49,48
Serviços	350\$000	0,40
Dívida ativa	754:300	0,86
Dez ações da Estrada de Ferro do Carangola Monte mor	87:474\$300	100

Fonte: Inventário de Manoel Garcia de Mattos. Fórum Tabelião Pacheco de Medeiros. Muriaé, 1879. Maço 79.

Na composição da riqueza de Manoel Garcia de Mattos seus bens de raiz representam 49,48% do monte mor, e seus escravos estão em segundo lugar com 40,58% e em terceiro lugar as suas tropas. Apesar de possuir seus investimentos em tropas, Manoel possuía também ações da estrada de Ferro, levando em consideração que a chegada da ferrovia poderia atrapalhar os seus negócios, talvez esteja relacionado ao sentido de progresso.

Nesse inventário foram declarados 50 mil pés de café na Fazenda Boa União, desse total 8 mil eram pés novos, 28 mil uma lavoura em bom estado e 14 mil pés de café velhos. Outro tipo de cultura que fora declarado por D. Thereza Maria de Jesus, inventariante do seu finado marido, são 160 alqueires de plantação de milho, um moinho para produção do fubá e da canjica. Não fora registrado plantação de cana, mas os indícios nos levam a acreditar que na propriedade havia a produção de cana para se fazer o melado e a cachaça, o que é perceptível pela declaração de um monjolo de cana e uma máquina de moer cana, com três “sentidos” e movidas por boi.

No mesmo ano que morreu Manoel Garcia de Mattos faleceu também o seu filho Marcelino Garcia de Mattos⁹. Ele era casado com D. Gertrudes Honória Gomes deixando três filhos menores. Com um monte mor pouco significativo de apenas 2:300\$000 contos de réis, seus bens eram uma casa de vivenda coberta de telhas e uma plantação de seis mil pés de café, sua casa e seus pés de café estão dentro da Fazenda Boa União, com a formação de uma nova família, seu pai Manoel Garcia de Mattos tinha lhe dado uma parte de terras para o seu cultivo como uma forma de começar uma nova “vida”.

O que chama atenção é essa brusca variação da riqueza de um membro desta família. No século XIX a riqueza poderia apresentar-se de maneira diferente de uma geração para outra. Analisando os dados que dispomos para essa pesquisa isso fica perceptível¹⁰. Talvez esse pequeno monte mor de Marcelino Garcia de Mattos esteja relacionado ao fato da riqueza da família girar em torno do que se herda e no caso específico de Marcelino, quando morreu não havia recebido a sua herança. Portanto, a herança era uma das principais formas de apropriação de capital, seja ela em terras, escravos ou na transmissão de empreendimentos.

Em 1872 faleceu José Garcia de Mattos tendo como inventariante seu filho único Vicente Garcia de Mattos com o monte mor em inventário de 5:356\$240 contos de réis possuía uma Fazenda Aventureira, foi declarado que possuía cinco escravos e teve a maior representação no montante de seus bens. Dos seus animais onze eram bois, todos nominados, com uma criação de quinze no total entre porcos e leitões. E tendo bastantes dívidas ativas.

Tabela V

Composição da riqueza de José Garcia de Mattos em 1872

Bens	Contos de réis	%
Escravos	4:600\$000	85,88
Animais	373\$000	6,96
Móveis	280\$240	5,23
Dívida ativa	103\$000	1,9
Total	5:356\$240	100

Fonte: Inventario de José Garcia de Mattos. Fórum Tabelião Pacheco de Medeiros. Muriaé, 1872. Maço 52.

⁹ Inventario de Marcelino Garcia de Mattos. Fórum Tabelião Pacheco de Medeiros. Muriaé, 1879. Maço 78.

¹⁰ A respeito da variação da riqueza Sheila de Castro Faria afirma que: “As oscilações da fortuna, no Brasil escravista, eram frequentes. Dificilmente a segunda ou terceira geração repetiam o grau da fortuna paterna. De maneira geral, o ditado popular “pai taberneiro, filho barão e neto mendicante” foi a regra. O enriquecimento, tanto no período colonial quanto no imperial, dava-se principalmente pelo comércio, lugar por excelência da acumulação de capital”(FARIA, 1995: 70).

Entre seus bens o que teve maior representação foram seus apenas cinco escravos, representado 85,88% do seu monte mor. Seus animais ficaram em segundo lugar com 6,96%, os bens moveis em terceiro com 5,23% e as dívidas ativas apenas 1,9%. Mesmo não sabendo precisar o grau de parentesco de José Garcia de Mattos com Manoel Garcia de Mattos, pode-se afirmar que eles faziam parte de um mesmo núcleo familiar pelo fato de Manoel aparecer como um dos herdeiros do finado José. Os seus bens de raiz não foram declarados, através de outros documentos, é possível saber que José Garcia de Mattos era possuidor da Fazenda Aventureira.

Na década final do século XIX, mais especificamente 1886 faleceu D. Thereza Maria de Jesus¹¹ mulher de Manoel Garcia de Mattos. Decorrentes das negações dos herdeiros em serem inventariantes, o Juiz determinou o sequestro dos bens da finada. Apesar de não terem sido avaliados os bens, podemos observar através do sequestro, que o que a mesma possuía estava na Fazenda Boa União. Nesse inventário não será possível uma análise da composição da riqueza de D. Thereza Maria de Jesus, pelo fato de os bens não terem sido avaliados, entretanto, é possível perceber nesse documento o processo de fragmentação da riqueza, decorrente da partilha dos bens deixados pelo patriarca Manoel Garcia de Mattos entre os filhos e genros.

No espólio de D. Thereza Maria de Jesus é declarado 90 alqueires de terras na Fazenda Boa União, uma “casa de vivenda assobradada com escada por baixo do assoalho, quatro janelas no eitão e oito na frente coberta com telhar, com água fartada (sic)”. Apenas um burro velho, quatro bois de carro, três vacas e um novilho, benfeitorias e utensílios de casa. Com a morte do tropeiro Manoel Garcia de Mattos seus filhos não continuaram a desenvolver atividade de tropeiro e como podemos perceber D. Thereza também não continuou com o empreendimento do marido após a sua morte. As tropas ficaram pelo caminho.

Considerações finais

¹¹ Inventario de D. Thereza Maria de Jesus. Fórum Tabelaio Pacheco de Medeiros. Muriaé, 1896. Maço 119.

Foi através da acumulação de capital com a atividade de tropeiro que os Garcia de Mattos conquistaram novas terras dentro de um território geograficamente específico: a Zona da Mata mineira. Muito provável que em alguns casos eles tenham se transferido para outras localidades da Zona da Mata através de novas alianças matrimoniais. Como disse João Fragoso “a nobreza vive em bandos” (FRAGOSO, 2003: 11).

Analisando a composição da riqueza da família Garcia de Mattos, observa-se que ela caracterizou-se por um perfil diferenciado, porque apesar de serem grandes possuidores de terras e de homens, esses indivíduos não se encaixam no perfil de grandes cafeicultores da Zona da Mata mineira. As suas relações com a cafeicultura ocorriam de maneira indireta, não como produtores, mas com o transporte da produção como tropeiros. De todos os inventários analisados foram encontrados apenas alguns pés de café em São Paulo do Muriaé.

O que pode-se observar através na análise da composição da riqueza desses indivíduos são suas variações de riqueza de uma geração para outra, podendo aumentar ou retroceder. Colocando em questão que a riqueza de um indivíduo pode estar relacionada ao fato de herdar e casar.

Fontes

Registro Paroquial de Terras – Santo Antônio do Paraybuna (1855-1856). **Arquivo Público Mineiro**. Disponível no site <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/>.

Registro Paroquial de Terras – São Paulo do Muriaé (1854-1857). **Arquivo Público Mineiro**. Disponível no site <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/>.

Inventario de D. Thereza Maria de Jesus. **Fórum Tabelião Pacheco de Medeiros**. Muriaé, 1896. Maço 119.

Inventario de José Garcia de Mattos. **Fórum Tabelião Pacheco de Medeiros**. Muriaé, 1872. Maço 52.

Inventário de Manoel Garcia de Mattos. **Fórum Tabelião Pacheco de Medeiros**. Muriaé, 1879. Maço 79.

Inventario de Marcelino Garcia de Mattos. **Fórum Tabelião Pacheco de Medeiros**. Muriaé, 1879. Maço 78.

Inventário de Ana Francisca Pires. **Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora**, 1848.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

Inventário de Francisco Garcia de Mattos. **Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora**, 1866.

Bibliografia

ALMICO, Rita de Cássia da Silva. Fortunas em movimento: um estudo sobre as transformações na riqueza pessoal em Juiz de Fora / 1870-1914. **Dissertação de Mestrado**. Unicamp, 2001.

FARIA, Sheila Siqueira de Castro. Fortuna e família em Bananal no século XIX. In: CASTRO, Hebe Maria Mattos. SCHNOOR, Eduardo *et al* (orgs.). **Resgate**: uma janela para o oitocentos. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995.

FRAGOSO, João Luis Ribeiro & PITZER, Renato Rocha. Barões, Homens Livres Pobres e Escravos: notas sobre uma fonte múltipla – inventário post-mortem. In. **Revista Arrabaldes**. Ano I, nº 2, set./dez. 1988.

FRAGOSO, João. A nobreza vive em bandos: economia política das melhores famílias da terra do Rio de Janeiro, século XVII. Algumas notas de pesquisa. **Tempo**, Rio de Janeiro, nº 15, pp.11-35. 2003.

FREIRE, Jones. Composição da riqueza em grandes propriedades do sudeste escravista, Minas Gerais século XIX. In. **Fronteiras**, Dourados, MS, v. 11, n. 19, p. 299-326, jan./jun. 2009.

GUIMARÃES, Elione Silva. **Múltiplos viveres de afrodescendentes na escravidão e no pós-emancipação**: família, trabalho, terra e conflito (Juiz de Fora-MG, 1828-1828). Elione Silva Guimarães. – São Paulo: Annablume; Juiz de Fora: Funalfa Edições, 2006.

GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. p.169-78.

LENHARO, Alcir. **Tropas da moderação**: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil – 1808-1842. – 2. ed.- Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esporte, Departamento de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1993.

MERCADANTE, Paulo. **Os sertões do leste**: Estudo de uma região: Mata mineira. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. Nas fronteiras do poder: conflito de terras e direito agrário no Brasil de meados do século XIX. **Tese de doutorado**. UNICAMP, 1996.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

REVEL, Jacques. Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. **Revista Brasileira de Educação**, v. 15 n. 45 set./dez. 2010.

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016*

Simpósio Temático 03: Redes de sociabilidade, compadrio, relações familiares e matrimônios – séculos XVII-XVIII.

Coordenadores: Débora Cristina Alves (Doutoranda UFJF) Kelly Sellani (Mestranda UFJF)

Casamentos e diplomacia na Restauração Portuguesa

Luciano Cesar da Costa¹

Resumo:

Tem-se por objetivos nesta pesquisa evidenciar o quanto a sociedade de corte no Portugal moderno tinha uma lógica própria de representação, manifesta em diversas cerimônias da monarquia lusa, entre elas os relatos de casamentos – um entre D. Catarina de Bragança e Carlos II e outro entre D. Afonso VI e D. Maria Francisca de Saboia² - nos quais eram decididas questões delicadas do reino. O ponto central é analisar como esses casamentos representavam no cenário internacional amplo, o apoio que a monarquia precisava para ter sua autonomia reconhecida, usando para tal a diplomacia dos casamentos. Assim, a pretensão é perceber como os casamentos auxiliaram no plano externo ao consolidar a Restauração Portuguesa³ de 1640 – processo de separação da coroa lusa da espanhola.

Abstract:

The goals for this communication are about showing how the court society in the modern Portugal had its own logic of representation, manifested in various ceremonies of the Portuguese monarchy, including marriages of reports - Queen Catherine of Braganza and Carlos II and forth between Alfonso VI and D. Maria Francisca of Savoy - in which sensitive issues of the kingdom were decided. The point is to analyze how these marriages represented the broad international scenario, the support the monarchy needed to have their autonomy recognized using for such diplomacy marriages. Thus, the intention is to see how marriages helped internally to consolidate the Portuguese Restoration 1640.

¹ Doutorando, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense. lucianocesar_3@hotmail.com

² Ambos os relatos encontram-se depositados no precioso arquivo da Biblioteca Nacional do Brasil. Cf. Coleção Barbosa Machado – Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro). *Ephitalamios de Reis, Rainhas e Príncipes de Portugal*. Lisboa: s.n.t. V. 1. Tomo I.

³ Cf. FRANÇA, Eduardo D'Oliveira. *Portugal na Época da Restauração*. São Paulo: Hucitec, 1997. Cf. VALLADARES, Rafael. *A independência de Portugal: guerra e restauração, 1640-1680*. Lisboa: A esfera dos Livros, 2006.

O presente artigo visa explicar como os casamentos eram ferramentas essenciais para a diplomacia durante a época moderna. Mais precisamente no período da Restauração Portuguesa (1640-1670), momento no qual Portugal, por meio da aclamação de D. João IV, duque de Bragança, separa-se da monarquia castelhana. A conjuntura restauracionista em si é bastante complexa, e a ausência de rei⁴ por mais de sessenta anos tornaria diversos cargos vacantes e a governança passaria por momento de incertezas. O que levou ao envio de embaixadores e diplomatas visando alianças com as demais monarquias, e o consequente reconhecimento da independência portuguesa.

Juntando-se a uma conjuntura internacional ainda mais delicada, na qual inseria-se Portugal usando dos seus embaixadores e da diplomacia para buscar um pequeno espaço de possibilidades. Cinco atores centralizavam as relações internacionais nesse momento histórico: Províncias Unidas, França, Inglaterra, Sacro-Império e a Espanha.

As Províncias Unidas guerreavam por sua emancipação contra Castela ocupando os territórios portugueses do ultramar. O *Brasil Holandês*⁵ permitiu o desfrute dos lucros da produção do açúcar essenciais para financiar a guerra e seu domínio marítimo. A Inglaterra via-se às voltas com uma sangrenta guerra civil entre os partidários do rei e os do parlamento⁶, e, ademais, disputava nos mares a hegemonia com as Províncias Unidas. Do outro lado da Mancha, a França de Luís XIV tentava impor sua hegemonia contra o resto do continente enfrentando rivais nas suas duas fronteiras: a oeste, a poderosa monarquia castelhana; e a leste o Imperador do Sacro-Império. Internamente, o levante da Fronda seria mais um aspecto de complicação.

Também no Sacro-Império as coisas não caminhavam bem. Fernando I concentrava em si os títulos de Imperador Romano-Germânico, Rei da Boêmia e Arquiduque da Áustria. Apesar dos inúmeros títulos seu poder estava longe de ser hegemônico, os príncipes protestantes atuavam enfraquecendo internamente o Imperador,

⁴ MEGIANI, Ana Paula Torres. *O Rei Ausente. Festa e cultura política na visita dos Filipes a Portugal (1581 e 1619)*. São Paulo, Alameda, 2004.

⁵ MELLO, Evaldo Cabral de (org.) *O Brasil Holandês (1630-1654)*. São Paulo: Penguin, 2010.

⁶ STONE, Lawrence. *Causas da Revolução Inglesa 1529-1642*. Bauru: Edusc, 2000.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.

ISSN: 2317-0468

17 a 21 de outubro de 2016

os turcos pressionam no sudoeste e ainda a oeste o grande rival do poder imperial, a França.⁷

A Espanha encontrava-se em um cenário delicado, uma vez que disputava o controle do continente com a França, sendo pressionada frequentemente pela máquina francesa e seu peso populacional. Enquanto dentro de suas fronteiras enfrentava os levantes na Catalunha e de Portugal. Ademais, outras regiões sob seu domínio, como Flandres e Sicília, também se rebelavam, franqueando assim maior margem de manobra para a diplomacia portuguesa. Assim, temos um conjunto de guerras durante o século XVII, sendo a mais expressiva delas a Guerra dos Trinta Anos (1618-1648).⁸

Some-se a guerra constante durante o século XVII a conjuntura geral de crise. Assim, o século XVII vai assistir inúmeras revoluções e mudanças políticas que se relacionam com essa conjuntura de crise. Resta desvendar, então os motivos para essa crise. Uma das interpretações mais consagradas sobre a temática foi escrita por H.R. Trevor-Roper.⁹ Para o autor inglês a primeira explicação para essa crise é a Guerra de Trinta Anos. Mas ao mesmo tempo reconhece que a guerra não pode ser a única chave de explicação, isso porque também o século XVI foi repleto de guerras, e ainda assim não passou por crise.

Ademais, a Alemanha, principal teatro de operações no século XVII, não sofreu nenhuma revolução neste período. A questão central está no embate entre a centralização monárquica e os Estados do reino. Cortes, Assembleias, Parlamentos, Dietas e Estados Gerais: todos se revoltaram contra a centralização do poder.

Para outros historiadores, sobretudo marxistas como Eric Hobsbawm e Maurice Dobb, as revoluções do XVII relacionam-se com uma grande crise produtiva, e, no fundo, com uma revolta contra as antigas relações feudais de produção em face ao capitalismo nascente. Suzanne Pillorget, por seu turno, vai dizer que parte dessa crise se relaciona

⁷ Para maiores informações sobre esse geopolítica da Europa do século XVII. Cf. LOUSADA, Pires Abílio. *A Restauração Portuguesa de 1640 – Diplomacia e Guerra na Europa do século XVII*. Lisboa: Instituto de Estudos Superiores Militares, 2012.

⁸ Sobre a Guerra de Trinta Anos. Cf. PARKER, Geoffrey. *Europa en crisis. La Guerra de los Treinta Años*.

Capturado em <http://historia.dosmildiez.net>

⁹ ROPER, H.R. Trevor. *Religião, Reforma e Transformação social*. Lisboa: Presença, 1981.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

com a grande entrada de metais na Europa durante o século XVI e seu consequente declínio no XVII, provocando a crise.

Por fim, temos o texto de A. D. Lublinskaya, que critica uma percepção geral sobre crise, defendendo a ideia de que a crise deve ser testada nas realidades locais. É justamente neste sentido que caminha a intenção do presente artigo, qual seja, mostrar como Portugal comportou-se ante essa crise.¹⁰

A situação portuguesa era delicada, pressionada que era, em terra pelos temíveis terços castelhanos e no mar pelo avanço holandês. Externamente, guerra e crise eram evidentes. Internamente, o novo rei carecia de maior legitimidade e força. O confronto bélico era assim inevitável, e os esforços de D. João novo rei caminhavam no sentido de reforçar as parcas defesas do reino e enviar diplomatas por toda Europa para viabilizar a formação de alianças.

Entre essas alianças, dois eram os caminhos possíveis: uma aliança com a França, inimiga declarada da Espanha; ou com a Inglaterra, potência marítima rival da Holanda.¹¹ A diplomacia portuguesa trabalhou então nas duas frentes.

Coube ao embaixador Francisco de Mello a missão diplomática francesa de 1641. Franco Barreto, secretário do embaixador, escreveu uma série dessas memórias, que nos permitem conhecer um pouco dessa embaixada.¹² Ainda no mesmo ano temos uma segunda embaixada, dessa vez com destino à Inglaterra e liderada por Francisco de Andrade Leitão. Essas duas embaixadas manifestaram as duas estratégias diplomáticas portuguesas, oscilando entre uma aliança inglesa e uma francesa.

Como sabemos, os casamentos apresentavam significado singular na época moderna. Isso porque formavam as alianças entre famílias contribuindo frequentemente para o enriquecimento familiar ou seu declínio através da instituição do dote. Todas as famílias buscavam sempre um casamento ascendente com uma família da mesma importância social, ou ao menos um casamento lateral, evitando assim a perda de prestígio.

¹⁰ Para um balanço geral dessa historiografia. Cf. MARQUES, Adhemar Martins; BERUTTI, Flávio Costa; FÁRIA, Ricardo de Moura. (org.) *História moderna através de textos*. São Paulo: Contexto, 2005.

¹¹ MAGALHÃES, José Calvet de. *Breve História Diplomática de Portugal*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1990.

¹² PRESTAGE, Edgar; BOCAGE, Carlos Roma du. *Relação da Embaixada a França*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1918.

Observa-se, deste modo, um comportamento endogâmico, ou seja, os casamentos ocorriam apenas entre os mesmos estamentos sociais.¹³ Essa situação deixava as casas reinantes em situação delicada, uma vez que apenas um casamento com outra casa reinante seria favorável.¹⁴ Assim, os Bragança, em busca de legitimidade, também procuravam um casamento endogâmico favorável. Novamente, as possibilidades apontavam para França e Inglaterra, e em parte, o envio dos embaixadores também trataria dos esponsais.

Desde 1552 não se realizava um casamento real em Lisboa. Assim, ser o primeiro casamento após o longo período filipino tinha grande importância.¹⁵ Tal tarefa coube a D. Catarina de Bragança, que casou-se com Carlos II, rei da Inglaterra. No âmbito do mestrado, abordei as celebrações festivas no âmbito deste casamento,¹⁶ viés a partir do qual a análise do conjunto de documentos ensejou a descoberta dos epitalâmios que serviram também para perceber a diplomacia que envolvia esse casamento. Durante as festividades, por exemplo, temos grande número de autoridades estrangeiras, como o comissário dos Estados Gerais da Holanda e o embaixador inglês.

Assim, o casamento consolidava uma aliança indispensável para Portugal, também porque o apoio e a intermediação inglesa foi crucial para a paz com a Holanda, cujo significado em boa medida representava a possibilidade de diminuir a pressão holandesa no Brasil açucareiro ocupado entre 1624-1625 (Bahia) e entre 1630-1654 (Pernambuco), e apesar da insurreição que expulsaria os holandeses do Recife, a ameaça ainda se fazia presente.

Porém, o sucesso diplomático do casamento esbarrava em inúmeras questões. Lembra-se então do intervalo entre o envio da primeira embaixada em 1641 e a confirmação do espório em 1661, como indicador das dificuldades diplomáticas. Justamente durante esses anos, vemos a Inglaterra envolvida em duas grandes guerras

¹³ MONTEIRO, Nuno Gonçalo. “Casamento, Celibato e Reprodução Social: a aristocracia portuguesa nos séculos XVII e XVIII.” In: *Análise Social*. Vol. XXVIII, 1993, p. 921-950.

¹⁴ CARDIM, Pedro; XAVIER, Ângela Barreto. *D. Afonso VI*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2008.

¹⁵ Antônio Lopes Cabral. Festas reais na corte de Lisboa ao feliz casamento dos reis da Grã-Bretanha Carlos e Catherena. Em os touros que se correram no terraço do Paco em outubro de 1661. Lisboa: Domingos Carneiro, 1661. In: *Ephitalâmios de Reis, Rainhas e Príncipes de Portugal*. Lisboa: s.n.t. V. 1. Tomo I. Coleção Barbosa Machado – Biblioteca Nacional do Brasil. Páginas do volume: 71-84.

¹⁶ COSTA, Luciano Cesar da. *A hierarquia das precedências no Portugal restaurado*. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Departamento de História, 2014.

civis. A diplomacia portuguesa, neste sentido, não podia declarar apoio aberto à causa parlamentarista de Cromwell, tampouco à causa Restauracionista de 1660 - ainda que por uma proximidade estamental ficasse evidente que D. João IV preferia tratar com outro nobre, apoiando a causa Restauracionista.

O relativo apoio à causa Restauracionista Inglesa custou caro para Portugal. Uma frota comandada pelo Capitão Drake e com ordens de Cromwell cercou a saída do Tejo, aprisionando navios portugueses e navios com aliados de Carlos II. Assim, a primeira dificuldade da diplomacia portuguesa foi lidar com as mudanças internas que vivia a Inglaterra.

A segunda grande dificuldade era religiosa. Como sabemos, desde Henrique VIII (1491-1547), a Inglaterra adotava o anglicanismo, o que implicava grandes dificuldades e constrangimentos por parte da diplomacia portuguesa junto à Santa Sé e ao Papa. Por fim, também uma parte da população portuguesa não aprovaria esse matrimônio “desigual”. Por fim, a diplomacia portuguesa tinha ainda que garantir o respeito à religião da rainha, sua liberdade de culto, bem como as rendas necessárias para manutenção de sua fé. Tal liberdade apresentava como contraponto a liberdade de culto que os portugueses deviam aos ingleses em seu território, exigência que os ingleses já faziam desde que Cromwell estava no poder.

A terceira dificuldade refere-se ao âmbito financeiro, tendo em vista que o reino português estava exaurido com a longa guerra de Restauração. Contudo, para a época moderna, a possibilidade de casamentos implicava o pagamento do dote para garantir os provimentos necessários para a noiva. O casamento entre casas reais levaria assim a uma quantia expressiva, que o reino teria dificuldades de suportar.

O ponto central para o pagamento do dote era a cessão das praças de Bombaim e Tânger para a Inglaterra. Os interesses comerciais ingleses eram evidentes desde os Atos de Navegação (1651) que garantiram a hegemonia inglesa nos mares frente a concorrência da Holanda. Tânger forneceria aos ingleses o acesso ao Mediterrâneo, já Bombaim seria fundamental para controlar a rota Arábica das especiarias.¹⁷ Ao mesmo tempo, a administração portuguesa, inclusive o Conselho Ultramarino criado em 1642 por D. João IV indicavam uma maior centralidade do comércio brásílico no Atlântico em

¹⁷ LOUSADA, Pires Abílio. Op. cit., p. 321.

detrimento ao comércio do Oriente, ambas as praças não atrapalhariam o comércio atlântico. Logo, ceder as praças não era confortável, mas certamente aceitável dentro daquele contexto.

Transmitir praças aos ingleses, aumentar os gastos com o pagamento do dote e liberdade religiosa para os ingleses eram questões delicadas para o reino português. Mas era igualmente delicada sua conjuntura internacional. O Tratado dos Pirenéus (1659) havia deixado Portugal isolado no contexto internacional. A paz firmada entre a Espanha e França limitava o apoio francês à causa portuguesa, urgindo a necessidade do apoio inglês, bem manifesto nesse enlace matrimonial.

Os espanhóis cientes disso não deixaram por menos, e também fizeram suas tentativas. A principal delas foi oferecer ao rei inglês Carlos II outro casamento. Ou o rei casava-se em Castela ou com uma princesa protestante, mas de qualquer forma a Espanha comprometia-se a pagar como dote a região de Dunquerque e a entregar a Jamaica.¹⁸ Felipe IV solicitaria ainda ao Papa a reprovação do enlace matrimonial entre Carlos e Catarina. Ainda assim, o sucesso diplomático português foi evidente com o acerto do casamento, colocando Portugal no círculo de famílias reais da Europa e marcando uma grande virada na posição portuguesa entre 1659-1662, saindo do isolamento provocado pela Paz dos Pirenéus..

A segunda embaixada de que temos notícia destinou-se à França. Em 1641 era enviado Francisco de Melo à França, que encontrava-se em guerra com a Espanha e via no movimento português um aliado fundamental. Felipe IV teria que combater em duas frentes: uma contra a França outra contra Portugal. O apoio da França à política portuguesa era então natural. Contudo, a supracitada Paz dos Pirenéus alteraria essa situação, enfraquecendo o apoio dado a Portugal pelos franceses. Ainda assim, nunca se perdeu de vista o apoio francês, maior monarquia da Europa e certamente fundamental no sentido de obter a adesão de outras autoridades como a Santa Sé.

A primeira embaixada portuguesa esbarrou em diversas dificuldades, uma das quais encontrava-se na ideia de que nenhum dos oficiais enviados dominava a língua

¹⁸ LOUSADA, Pires Abílio. Op. cit., p. 322

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

francesa, apesar do domínio que apresentavam do latim e do espanhol.¹⁹ A segunda e ainda mais evidente era a grande oposição que faziam os embaixadores espanhóis nas embaixadas que se seguiram. As embaixadas para a Santa Sé manifestam essa realidade. O não reconhecimento da realeza portuguesa pela Santa Sé implicava em grandes dificuldades para o reino português, das quais a maior era a quase ausência de bispos no reino. Sem a confirmação papal, os bispados ficavam vacantes alterando todo o ordenamento eclesiástico.²⁰ Neste sentido, o reconhecimento papal geraria um constrangimento aos espanhóis, inclinando-os a reconhecer Portugal.

Ademais, os grandes apoiadores dos portugueses na Itália eram franceses. Veja-se alguns relatos curiosos de confrontos entre espanhóis e portugueses, nos quais os franceses tomavam o partido português. O embaixador português que estava hospedado na casa do embaixador francês recebeu notícia que o embaixador castelhano - Marquês De Los Velles - continuavam armando seus homens. Embora o embaixador francês tenha aconselhado ao português para que permanecesse recluso a sua casa, o bispo de Lamego embaixador português não aceitou a proposta e junto com seus homens e a família do embaixador francês, bem como os catalães e portugueses daquela cidade se juntaram formando um grupo de sessenta homens.

Pouco havia o bispo andado, quando lhe fizeram aviso que o marquês De Los Velles se vinha chegando; mandou aos cocheiros que não parassem, e vieram a topar as carroças dos dois embaixadores em uma volta que faz a rua de Santa Maria *in via*. Gritaram os castelhanos que fizessem alto ao embaixador de Castela; responderam-lhe os portugueses que parassem ao embaixador de Portugal. Sem dilação saíram os castelhanos das carroças o mesmo fizeram os portugueses e franceses de uma e de outra parte se dispararam clavinhas e pistolas, de que logo ficaram mortos dos que acompanhavam o bispo um maltez, parente do embaixador de França, dois pajens seus e um criado de Pantalhão Roiz (secretario da embaixada). O estrado das armas de fogo se acrescentou com os golpes de espada, que os portugueses sabem esgrimir com grandes destreza. (MENESES, 1679, 191)

Naturalmente, o conflito acima descrito deixa evidente que cada um dos

¹⁹ PRESTAGE, Edgar; BOCAGE, Carlos Roma du. *Relação da Embaixada a França*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1918.

²⁰ PAIVA, José Pedro. *Os Bispos de Portugal e do Império. 1495-1777*. Coimbra: Editora da Universidade de Coimbra, 2006.

embaixadores reservara para si a razão. A descrição, ainda que parcial, destaca que as embaixadas estavam repletas de conflitos. Esse breve relato manifesta a importância da obra do Conde de Ericeira, que relata o período de 1640 à 1668. Outrossim, o embaixador castelhano marquês de Los Velles deu conta aos seu monarca e ao Conde Duque do que se realizou naquela embaixada, assim como o embaixador português fez protesto dos acontecidos na corte de Roma ao Sumo Pontífice, sendo estes documentos integrantes Coleção Barbosa Machado, previamente cotejada no mestrado.²¹

Além do apoio junto a Santa Sé, os franceses foram decisivos no Tratado de Westfália. Em face à oposição espanhola, os delegados portugueses não foram reconhecidos mas acompanharam a delegação francesa. Assim, por meio do apoio francês, Portugal esteve em Westfália. O saldo do encontro foi positivo aos portugueses, uma vez que França e Espanha mantiveram as hostilidades.²²

Todo apoio dado pelos franceses frente ao avanço espanhol mostra como centrais foram as embaixadas francesas para a diplomacia lusa. O casamento de D. Afonso VI e D. Maria Francisca de Saboia marca parte desse processo. As alianças entre a casa de Saboia e Portugal eram antigas²³ e os ajustes para o casamento foram realizados pelas respectivas embaixadas. A opção francesa era sem dúvida a primeira entre os portugueses, e a centralidade dos franceses no contexto europeu explica essa situação. Ainda assim, não cabe dúvida quanto ao fato de que o casamento com a Casa de Saboia não era um casamento lateral, uma vez que não era um casa reinante.

A opção francesa era defendida por muitas figuras preeminentes da corte, tais como Duque de Cadaval, Marqueses de Niza e de Gouveia e os Condes de Soure e Ericeira. Do lado inglês, eram expoentes Conde de Castelo Melhor, Sousa e Macedo e António Vieira. E como antes foi dito, havia muitas elementos favoráveis, sobretudo a presença de um casamento lateral entre realezas europeias. Certo foi que D. João IV, e

²¹ MACHADO, Diogo Barbosa (org.). *Notícias de embaixadas que os reys de Portugal mandarão aos soberanos da Europa*. Lisboa: s.n.t., t. I (1481-1653).

²² MAGALHÃES, José Calvet de. *Breve História Diplomática de Portugal*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1990, p. 72.

²³ BRAGA, Isabel Mendes Drumond. “D. Maria Francisca Isabel de Sabóia (1646-1683) rainha de Portugal” In.: *Portugal e o Piemonte: a Casa Real Portuguesa e os Sabóias. Nove séculos de relações dinásticas e destinos políticos (XII-XX)*. LOPES, Maria Antónia; RAVIOLA, Blythe Alice. (coord.) Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012.

mais tarde, a Rainha-regente D. Luísa de Gusman nunca deixaram de trabalhar nas duas possibilidades. Ainda que os nobres portugueses manobrassem procurando influenciar o arbítrio real.

A realização do casamento em 1666 foi assim o final de um longo processo de embaixadas. Sua concretização não apenas forneceria uma poderosa aliada à causa Restauracionista, como se deu no apoio francês em Roma, mas também forneceria um dote de casamento aliviaria os cofres públicos financiando a continuidade da guerra. Além disso o casamento acenava para outra realidade marcante, qual seja, a sucessão do reino. D. Afonso era herdeiro natural do trono, e seu futuro filho, seu sucessor.

A preocupação com a sucessão do reino esteve claramente presente nas festividades do casamentos. Nessas festividades eram comuns os arcos triunfais, ornamentos efêmeros construídos para mostrarem as intenções do reino com aquele casamento, e mais ainda, para representar a importância do rei e a felicidade da República. O estudo desses arcos triunfais nos forneceram algumas pistas da importância desse casamentos para a representação portuguesa e o significado mais amplo do esponsal real.

O arco dos Alfaiates invocava Ceres, deusa romana responsável pela agricultura e fertilidade, enquanto que o arco dos Neerlandeses mostrava inúmeros leões que venciam o leão de Castela, simbolizando a vitória na Guerra de Restauração. Já o Arco dos Franceses trazia a figura de D. Afonso Henriques, primeiro monarca portuguesa é descendente da Casa de Borgonha – importante casa francesa – mostrando que os laços luso-franceses era históricos. O arco dos Ingleses, por seu turno, centrado em São Jorge, filho da Inglaterra e patrono da Inglaterra, contemplava também Carlos e Catarina, simbolizando o matrimônio e comemorando cinco anos com a partida de D. Catarina de Lisboa.

As festividades também contavam com a presença de diplomatas, do quais o mais preeminente era sem dúvida, Cristóvão Soares Abreu, diplomata com grande experiência que esteve presente em Münster, uma das cidades do Tratado de Westfália. Nessa ocasião desempenhava o papel de vereador mais antigo da câmara de Lisboa. Apesar de diplomata, o importante personagem não deixou de sinalizar suas insatisfações com o novo monarca. Ressaltou que o rei deveria atentar para as “artes do livro de reinar que ensinam primeiro a vencer-se a si mesmo”. A frase já indicava as ressalvas ao

comportamento de D. Afonso, bastante preocupado com os desejos pessoais. A fala de Cristóvão Soares mostrava como o casamento indicaria a paz externa e a consolidação da aliança francesa, mas também mostrava que a guerra externa era substituída pelo conflito interno; e o envio de embaixadores substituído pelo envio de exilados.²⁴

A título conclusivo, os dois esponsais de 1661 e 1666 consolidaram a diplomacia portuguesa na Europa, ora com a Inglaterra, ora com a França. Reafirmaram, sobretudo, a importância dos casamentos na época moderna e sua função pública. Ao mesmo tempo, também representaram no âmbito interno a importância da família real e sua majestade. Certo que os diplomatas portugueses, ainda que desconhecendo as regras gerais da diplomacia, utilizaram-se das vivências cortesãs que já possuíam para manobrar entre aliados e inimigos, num verdadeiro jogo de xadrez, tal como na Restauração Portuguesa de 1640 ou na Europa dos seiscentos, repleto de atores e conflitos potenciais.

Bibliografia

Fontes:

i. Coleção Barbosa Machado – Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro).

- MACHADO, Diogo Barbosa. *Bibliotheca Lusitana, histórica, Critica, e Chronologica, &c.* Lisboa: 1741-1759.
- MACHADO, Diogo Barbosa (org.). *Notícias de embaixadas que os reys de Portugal mandarão aos soberanos da Europa.* Lisboa: s.n.t., t. I (1481-1653).
- MACHADO, Diogo Barbosa (org.). *Tratados de Paz de Portugal, celebrados com os soberanos da Europa.* Lisboa: s. n. t., t. I.

ii. Crônicas e memórias da Restauração Portuguesa

- MENESES, D. Luís de. (3^o Conde de Ericeira). *História do Portugal Restaurado – Tomo I e II.* Lisboa: Oficina de João Galvão, 1679.
- PERES, Damião. (Ed.) *Monstruosidades do tempo e da fortuna.* (1662-1669) Porto: Companhia Editora do Minho Barcelos, 1938, 4 v.

Livros, dissertações, teses e artigos:

BRAGA, Isabel Mendes Drumond. “D. Maria Francisca Isabel de Sabóia (1646-1683) rainha de Portugal” In.: *Portugal e o Piemonte: a Casa Real Portuguesa e os Sabóias.*

²⁴ CARDIM, Pedro; XAVIER, Ângela Barreto. Op. cit., p. 221.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
 “O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
 ISSN: 2317-0468
 17 a 21 de outubro de 2016

- Nove séculos de relações dinásticas e destinos políticos (XII-XX)*. LOPES, Maria Antónia; RAVIOLA, Blythe Alice. (coord.) Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012.
- CARDIM, Pedro; XAVIER, Ângela Barreto. *D. Afonso VI*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2008.
- COSTA, Luciano Cesar da. *A hierarquia das precedências no Portugal restaurado*. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Departamento de História, 2014.
- FRANÇA, Eduardo D’Oliveira. *Portugal na Época da Restauração*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- LOUSADA, Pires Abílio. *A Restauração Portuguesa de 1640 – Diplomacia e Guerra na Europa do século XVII*. Lisboa: Instituto de Estudos Superiores Militares, 2012.
- MAGALHÃES, José Calvet de. *Breve História Diplomática de Portugal*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1990.
- MARQUES, Adhemar Martins; BERUTTI, Flávio Costa; FARIA, Ricardo de Moura. (org.) *História moderna através de textos*. São Paulo: Contexto, 2005.
- MEGIANI, Ana Paula Torres. *O Rei Ausente. Festa e cultura política na visita dos Filipes a Portugal (1581 e 1619)*. São Paulo, Alameda, 2004.
- MELLO, Evaldo Cabral de (org.) *O Brasil Holandês (1630-1654)*. São Paulo: Penguin, 2010.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo. “Casamento, Celibato e Reprodução Social: a aristocracia portuguesa nos séculos XVII e XVIII.” In: *Análise Social*. Vol. XXVIII, 1993, p. 921-950.
- PAIVA, José Pedro. *Os Bispos de Portugal e do Império. 1495-1777*. Coimbra: Editora da Universidade de Coimbra, 2006.
- PRESTAGE, Edgar; BOCAGE, Carlos Roma du. *Relação da Embaixada a França*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1918.
- ROPER, H.R. Trevor. *Religião, Reforma e Transformação social*. Lisboa: Presença, 1981.
- STONE, Lawrence. *Causas da Revolução Inglesa 1529-1642*. Bauru: Edusc, 2000.
- VALLADARES, Rafael. *A independência de Portugal: guerra e restauração, 1640-1680*. Lisboa: A esfera dos Livros, 2006.
- Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.*
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

Relações de compadrio e frequência na pia batismal: Um padrinho e muitos afilhados.

Diana Fernanda Vaz de Melo dos Santos¹

Resumo:

O artigo tem como objetivo geral identificar e compreender as relações de compadrio de um conjunto de indivíduos que eram constantemente convidados para apadrinhar em Catas Altas, freguesia pertencente ao Termo da Vila do Carmo (atual Mariana) nas Minas Gerais, tendo como foco a primeira metade do século XVIII. A partir do banco de dados gerado com os registros de batismo da paróquia de Nossa Senhora da Conceição das Catas Altas, 12 nomes ganharam destaque como os mais convidados para serem padrinhos. O intuito é analisar o perfil social desses homens e dos afilhados que compunham suas redes de compadrio, para melhor compreender as relações de compadrio entre os indivíduos envolvidos e na sociedade colonial como um todo.

Palavras-chave: Relações de parentesco; Compadrio; Muitos afilhados.

Abstract:

The article has as main objective to identify and understand the crony relationships of a group of individuals who were constantly invited to patronize in Catas Altas, parish belonging to the term of Vila do Carmo (current Mariana) in Minas Gerais, focusing at first half eighteenth century. From the database generated with the baptismal records of the parish of Our Lady of Conception of Catas Altas, 12 names were highlighted as the most invited to sponsor. Who were these men and what the social profile of godchildren? From a perspective the possible gains or privileges that the crony relationship could provide both the sponsor and for his godson, the social profile analysis involved may uncover some questions and raise others.

Keywords: family relationships; cronyism; many godchildren

INTRODUÇÃO:

As relações originadas a partir dos sacramentos católicos, em especial no batismo, são de grande importância para a sociedade colonial. O parentesco fictício pode criar ou reforçar relações já existentes, tais como a amizade, vizinhança e a reciprocidade. As ramificações desse vínculo podem ultrapassar os preceitos religiosos e ganhar contornos econômicos e políticos. O compadre se torna membro da família e parte de uma rede de relações, onde seus participantes se ligam de forma direta ou indireta.

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

A proposta do artigo é identificar e compreender as lógicas de funcionamento das relações de compadrio em Catas Altas, freguesia pertencente ao termo da Vila do Carmo (atual Mariana) nas Minas Gerais, tendo como foco a primeira metade do século XVIII. Esse foi um período de grande efervescência econômica e aumento populacional, mas principalmente porque neste período a população está se assentando, ou seja, os grandes movimentos populacionais da descoberta do ouro agora estão diminuindo, a população está formando comunidades, vilas etc. e com isso criando vínculos afetivos e financeiros.

Dos 2.829 registros de batismos da paróquia de Nossa Senhora da Conceição das Catas Altas, alguns nomes se destacaram. Foi feito um recorte, segundo a frequência com que o padrinho é convidado a apadrinhar e a condição social livre ou forra. Seguindo esses critérios, doze homens aparecem como os padrinhos mais recorrentes na localidade. Tendo como perspectiva os possíveis ganhos ou privilégios que a relação do compadrio poderia proporcionar tanto para o padrinho quanto para o afilhado, o artigo propõe uma análise dos indivíduos envolvidos nessa relação. Sem desconsiderar os preceitos religiosos implícitos na ligação, mas ao mesmo tempo aprofundando o olhar para além desses, procuramos pensar a relação de compadrio também como uma forma de interação e articulação social. A existência de um conjunto de indivíduos que eram constantemente convidados para apadrinhar pode indicar a construção ou a participação em uma ampla rede de parentesco ritual.

Uma questão pode ser levantada apenas pela existência de um grupo que apadrinha muitas vezes, quem eram esses homens? Ao estabelecer o lugar social desses indivíduos, faz-se necessário o mesmo questionamento para os seus muitos afilhados e mais, se a formação de determinada rede de compadrio interfere no lugar social do padrinho. É recorrente na historiografia ressaltar os motivos pelos quais os escravos ou até mesmo os forros escolheram seus padrinhos, mas porque um homem apadrinha tantos indivíduos? A análise do perfil social dos doze indivíduos elencados a partir dos critérios anteriormente delimitados, poderá responder algumas questões e elevar outras.

PARENTESCO FICTÍCIO E AS RELAÇÕES SOCIAIS

As relações de parentesco e o compadrio são evidenciados como forma de articulação social no intuito de formar clientela ou ampliar as redes de parentesco e solidariedade.² O batismo e o casamento normalmente fazem o elo para tais objetivos, contudo, não podemos esquecer que outros elementos podem originar uma aliança. Levando em consideração que essa sociedade era organicamente estruturada e desigual, as relações afetivas podiam assumir diferentes formas.

Os trabalhos historiográficos que tratam das alianças políticas e econômicas, normalmente fazem uso da instituição do casamento para mostrar a ligação entre grupos ou famílias. Neste último caso, poderiam ser de ligações entre famílias distintas ou consanguíneas, como forma de manter o patrimônio econômico ou político dentro do próprio seio familiar. A ligação matrimonial para esses fins está naturalmente arraigada nessa sociedade, ou seja, faz parte do universo cultural e social.

Autores como Maria Fernanda Viera Martins e João Fragoso observam tais práticas como forma de articulação social.

Em análise do Brasil sobre meados do XVIII, Maria Fernanda Viera Martins observou que houve uma série de rupturas que modificou o equilíbrio de forças e interesses no interior da colônia. Com ênfase nos grupos de estudantes universitários pertencentes à elite do Rio de Janeiro mandados para a universidade de Coimbra, a autora propõe analisar o ingresso destes estudantes na instituição como uma estratégia de reiteração de *status* e ascensão política e social dos grupos e famílias. Contudo, o casamento não perdia sua importância como forma de união entre as famílias abastadas. O caso de Bernardo da Silva traduz esse panorama, seus três filhos foram enviados para a universidade de Coimbra e apenas um seguiu carreira eclesiástica, os outros dois seguiram carreiras ligadas à administração. Já suas duas filhas, casaram-se. Uma, com o sargento-mor de Sabará, Manoel da Rocha Brandão, e a outra, com o capitão Balthazar João Mayrink, famílias de políticos e magistrados importantes no II Reinado. Aqui, o casamento aparece como importante elo entre as famílias abastadas, demonstrando também a formação ou oficialização de rede clientelar através do sacramento do

² MARTINS, 2011; FRAGOSO, 2010; GIL, 2008.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

matrimônio. Outros casos são apresentados e mostram certa tendência das famílias abastadas em mandarem seus filhos à Universidade de Coimbra, com intuito de abrangerem suas redes de poder com cargos estratégicos na administração governamental. Ainda, através do casamento, formavam alianças político-administrativas importantíssimas para a manutenção do poder.³

João Fragoso também traz em seu texto exemplo de redes clientelares formadas pela ideia de parentesco e amizade entre senhores, cujas famílias, por meio do casamento, conseguiam manter ou estender seu domínio sobre a terra, homens e cargos administrativos. Cita como exemplo, o caso do coronel João Barbosa Sá Freire, de Miguel Pimenta Sampaio e de Miguel Rangel de Sousa, onde os filhos e sobrinhos dos mesmos estavam unidos por casamento, sugerindo um emaranhado parental como estratégia de domínio.⁴

As estratégias sócias usadas para obter distinções hierárquicas e de poder também podem ser observadas na instituição do batismo. O compadrio é um instrumento de grande importância para formação de redes e conexões sociais, como forma de estratégia de proteção social, formação e consolidação de comunidade, relações de reciprocidade, relações clientelares e outros.⁵

João Fragoso também discute a relação de compadrio numa sociedade movida pela normativa corporativa, como a América portuguesa. Para ele, o compadrio nesta sociedade ultrapassava as relações de vizinhança, pois estreitava as relações entre diferentes estratos sociais, possibilitando a formação de alianças de “parentesco fictício” ou até mesmo redes de clientela. Muitos outros trabalhos trazem a instituição do batismo como forma de articulação social com diferentes interesses ou intenções.

Segundo Renato Pinto Venâncio, as relações de compadrio, ou seja, o conjunto de compadres e afilhados de um indivíduo forma uma “rede social” com conectividades mais ou menos intensas, que podem ser evocadas em momentos e situações diferentes. Tais vínculos significavam privilégios e deveres, reconhecidos através da obediência, da fidelidade e da reverência do afilhado, em contrapartida às múltiplas responsabilidades

³ MARTINS, 2011.

⁴ FRAGOSO, 2010: 74-106.

⁵ MACHADO, 2006: 49-77. Ver também: GUDEMAN, S. e SCHWARTZ, S, 1988; NEVES, 1990; BOTELHO, 1997; SILVA, 2011.

dos padrinhos.⁶ De acordo com o mesmo, quase todo estudo sobre compadrio no Brasil colônia correspondem aos escravos. Em uma análise historiográfica, o autor destaca os estudos de Stephen Gudeman e Stuart Schwartz, Henry Koster, Maria de Fátima Neves, Tarcísio R. Botelho.

COMPADRIO: MUITOS AFILHADOS

A relação de compadrinho não é unilateral, o ato de aceitar ser padrinho também é uma escolha. Mesmo que isso não signifique uma imediata repartição dos bens, diferentemente do casamento, onde os bens podem ser comprometidos com a aliança, as relações de compadrio, como vimos acima, também demandavam certas obrigações de ambos os lados. Aceitar ser padrinho de um indivíduo é necessariamente se comprometer com ele e seus familiares. Essa escolha não pode ser banalizada e deve ser pensada como uma seleção apurada. Em outras palavras, não podemos entender esses muitos afilhados como uma escolha sem critérios, pois a ligação estabelecida entre o padrinho e o afilhado está imbuída de obrigações e expectativas.

Silvia Maria Jardim Brügger, em seu estudo sobre o significado do compadrio em São João del Rei nos séculos XVIII e XIX, descobriu que 17 homens apadrinharam mais de 40 afilhados. A existência de um conjunto de indivíduos que eram constantemente convidados para apadrinhar chamou sua atenção. Segundo a autora, isso pode indicar a construção ou a participação em uma ampla rede de parentesco ritual. Dados gerais sobre os padrinhos ajudam a entender quem eram estes homens. Eram homens livres, com apenas 21 casos de ex-escravos. Muitos foram designados com alguma distinção de prestígio social, tais como patentes militares, sacerdócio, etc; são 272 casos. Entre os “brancos”, 158 registros não tiveram designação de qualquer distinção social. Uma das principais características observadas pela autora sobre os padrinhos de muitos afilhados era a variedade na condição social desses, ou seja, livres, forros e escravos, isso significa

⁶ Rede social como noção contrária a “grupo social” que tem características sociais mais abrangentes, onde tem objetivos comuns, papéis interdependentes e uma sub-cultura peculiar. Já no caso da formação de redes apenas alguns e não todos os indivíduos componentes se relacionam uns com os outros. (BOTH, 1976: 76). In: VENÂNCIO, Renato Pinto. Redes de compadrio em Vila Rica: um estudo de caso. IN: OLIVEIRA, M.R e ALMEIDA, C.M.C. (Orgs). Exercícios de Micro História. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2009.

uma aproximação ideológica e simbólica dos diferentes grupos sociais na instituição do batismo.⁷

Neste sentido, ideologicamente, as distâncias sociais se minimizam. Simbolicamente, a hierarquia existente no compadrio se daria entre padrinhos e afilhados. Pais e padrinhos, em princípio, são tidos nesta relação como “iguais”. Entre eles deveria haver solidariedade, na intenção do benefício das crianças. (BRÜGGER, 2003: 6).

Para a autora a compreensão do processo de compadrio na localidade está no entendimento de que era uma sociedade patriarcal, onde os laços familiares, consangüíneos ou não, eram fundamentais para todos os aspectos da vida. O compadrio poderia servir para reforçar uma ligação já existente no intuito de torná-la mais sólida. As relações de compadrio então serviam para aumentar o prestígio das unidades familiares, assim como sua força política e/ou econômica.

Ao analisar redes de compadrio de um membro da elite de Vila Rica, Renato P. Venâncio⁸ reafirma os resultados de estudos que revelam as relações de compadrio como um mecanismo de criação de determinado “capital relacional”. Diferentemente dos estudos de Brügger, os afilhados desse membro da elite local eram todos livres, mesmo que a situação dos pais fosse considerada “pobre”, a condição “escravo” não aparece na teia relacional de compadrio para o indivíduo em questão. Segundo o autor, João Rodrigues de Macedo era muito requisitado como padrinho, entre 1775 e 1789, ele apadrinhou 15 crianças, 6 meninos e 9 meninas. Em relação aos afilhados, 12 eram brancas e 3 pardas livres. Mesma proporção foi observada segundo a filiação: 10 filhos legítimos, 3 ilegítimos e 2 enjeitadas.

Conforme foi possível perceber, a relação de compadrio não era segmentada socialmente. Ricos e pobres eram aceitos como compadres, sugerindo uma concepção de sociedade baseada na troca de favores, na circulação de dádivas e contra dádivas. (VENÂNCIO, 2009: 249)

⁷ BRÜGGER, 2003.

⁸ VENÂNCIO, Renato Pinto. Redes de compadrio em Vila Rica: um estudo de caso. IN: OLIVEIRA, M.R e ALMEIDA, C.M.C. (Orgs). Exercícios de Micro História. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2009.

A escolha de um padrinho ou a aceitação de um afilhado pode ser observada como uma ponte para interesses sociais, políticos ou econômicos. O compadrio gerava um “vínculo de mão-dupla”. Com isso, tais escolhas geravam expectativas em relação aos padrinhos, principalmente no que se refere ao reconhecimento, proteção e cuidados dos parentes rituais. Já os padrinhos, poderiam se beneficiar com os trabalhos, préstimos e fidelidade dos afilhados.

CATAS ALTAS

Com um recorte de trinta anos, período que compreende 1712 a 1742, os dados de Catas Altas permitem a observação de uma boa parte da vida dos padrinhos. Catas Altas aparece como importante pólo produtor de ouro na primeira metade do XVIII na historiografia da economia aurífera. Economicamente, a extração do ouro estava atrelada a uma economia de produção agrícola ou pecuária por parte dos grupos abastados ligados à mineração.⁹ Esse cenário econômico concomitante ao assentamento populacional desse período, na região, aurífera ganha destaque para este estudo, pois os vínculos criados pela instituição do batismo servem de cimento ao próprio assentamento populacional.

Nesse período, doze nomes ganharam destaque, com no mínimo dez apadrinhamentos. A seleção foi feita segundo o nome e a condição social. A condição de “escravo” foi retirada da equação pela dificuldade de garantir que um determinado nome pertence ao mesmo indivíduo. Primeiro, porque normalmente não possuem sobrenome, e segundo, porque os homônimos são comuns na comunidade escrava e nem sempre as informações nas atas batismais preenchem as lacunas.

Ao analisar os dados quantitativos encontrados para os doze nomes em destaque, em especial em relação à condição dos “muitos afilhados”, observamos que, em alguns casos, se apadrinhava mais escravos que livres, e em outros, o caminho inverso. A partir desse quadro, surge um questionamento no que tange às expectativas, tanto para aceitação do padrinho, quanto para o convite dos pais ou responsáveis pelo indivíduo. A própria ligação originada pelo batismo gerava expectativas de ambas as partes envolvidas. A segunda questão está relacionada ao lugar social do padrinho, as escolhas de afilhados

⁹ Ver em: BOTELHO, 2003; CARRARA, 1997; MATA, 2006.

interferem no lugar social do padrinho dentro da comunidade livre? A historiografia recente afirma a preferência dos escravos por padrinhos livres, mais que isso, que o dono raramente apadrinha seus escravos devido à incompatibilidade da instituição da escravidão e do batismo. E isso traria uma série de benefícios para o escravo, podendo ser observados benefícios econômicos testamentários, de alforrias ou diferenciação social dentro da senzala.¹⁰ Assim fica claro que as escolhas do padrinho interferem no lugar social do afilhado, o mesmo pode ser observado para os padrinhos?

Se levarmos em consideração o lugar social dos afilhados (livres, forros e escravos) dos doze padrinhos em Catas Altas podemos divididos em dois subgrupos. Os que apadrinham mais escravos e os que apadrinham mais livres. No geral, os homens têm afilhados em todos os grupos sociais, o que parece ser uma característica dos padrinhos de muitos afilhados. Contudo, reduzindo a escala de forma a observar cada rede individualmente, alguns são mais convidados para apadrinhar livres e outros mais convidados para apadrinhar escravos. Não se pode perder de vista a singularidade que cada indivíduo possui ao fazer suas escolhas, mas suas escolhas nos levam a inferir sobre o lugar social desse indivíduo dentro da comunidade livre.

Outro ponto importante é ter em consideração que as relações de compadrio não eram homogêneas. As relações estabelecidas entre seus respectivos afilhados eram diferentes mesmo que os padrinhos tivessem afilhados em todos os segmentos sociais. Silvia Maria Jardim Brügger destaca esse componente desigual das relações estabelecidas entre padrinho e afilhados.

No entanto, considero importante frisar mais uma vez que as relações de compadrio não eram homogêneas. As condições sociais das famílias interferiam nas implicações que o vínculo assumiria. Assim, um mesmo homem de boa posição social poderia apadrinhar um filho de uma escrava e outro de uma família de prestígio. As relações que se estabeleceriam entre o padrinho e seus dois afilhados seriam, com certeza, de natureza distinta. (BRÜGGER, 2003: 7)

O próprio conceito de reciprocidade para a sociedade de *Antigo Regime* estabelece mecanismos de solidariedade, caracterizados por um projeto social baseado na justiça distributiva e simultaneamente em uma rígida hierarquização social. Com isso, o lugar

¹⁰ Ver: GUDEMAN, S. e SCHWARTZ, S, 1988; NEVES, 1990; BOTELHO, 1997; SILVA, 2011.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
 ISSN: 2317-0468
 17 a 21 de outubro de 2016

social do afilhado interfere no tipo de relação estabelecida com seu padrinho. A particularidade de cada rede de compadrio pode estar ligada a um projeto social, político e econômico de forma individual. Assim, segundo Venâncio¹¹, o conjunto de compadrio e afilhados de um indivíduo não forma um “grupo social”, pois não há elementos de homogeneidade entre os grupos, mas sim uma rede social com conectividades e intensidades diferentes e que podem ser acionadas em momentos ou situações diversas.

Tabela I. Registros paroquiais de batismo de Nossa Senhora da Conceição de Catas Altas: Número de afilhados segundo a condição social

Padrinhos Livres: Maior frequência de afilhados Livres							
Padrinho	Livre		Forro		Escravo		Total
Bento Ferraz Lima, Capitão Mor	15	68,2%	7	31,8%	0	0,0%	22
Manoel Ferreira Pinto, Tenente Coronel	11	55,0%	3	15,0%	6	30,0%	20
Manoel "Casado" Jacome Vilas Boas	6	46,2%	3	23,1%	4	30,8%	13
Thomé Fernandes do Vale, Capitão	7	43,8%	2	12,5%	7	43,8%	16
Domingos Álvares da Costa	4	40,0%	5	50,0%	1	10,0%	10
Padrinhos Livres: Maior frequência de afilhados Escravos							
Padrinho	Livre		Forro		Escravo		Total
Pedro Gomes de Abreu, Alferes	7	29,2%	2	8,3%	15	62,5%	24
Joseph Ferreira de Araujo, Capitão	6	31,6%	1	5,3%	12	63,2%	19
João Gomes da Silva	4	22,2%	1	5,6%	13	72,2%	18
Custódio Álvares Ribeiro	4	30,8%	0	0,0%	9	69,2%	13
Domingos Rodrigues Fontes, Capitão	3	25,0%	1	8,3%	8	66,7%	12
José Francisco Ferreira	1	9,1%	0	0,0%	10	90,9%	11
Manoel Pereira Machado	1	10,1%	2	20,0%	7	70,0%	10

Fonte: Banco de dados obtido através dos registros paroquiais de batismo, disponível em <https://familysearch.org>.

Sete dos homens apadrinharam mais filhos de escravos ou até mesmo escravos adultos. Em três destes casos, a porcentagem de afilhados no grupo social de escravos ultrapassou 70%. Na tabela que estabelece a maior frequência de livres, cinco homens apadrinharam mais livres. As porcentagens ficaram assim: dois homens com apadrinhamentos entre 55 e 68% de livres e os outros três homens aqui observados entre 40 e 46%. O que mostra que mesmo quando as escolhas para afilhado tendem a permanecer no grupo social dos livres, as porcentagens não são tão elevadas quanto as

¹¹VENÂNCIO, 2009: 240

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
 “O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
 Juiz de Fora, 2017, 1554p.
 ISSN: 2317-0468
 17 a 21 de outubro de 2016

que apadrinham escravos. Isso reafirma os estudos historiográficos sobre as relações de parentesco espiritual dos escravos no que tange a suas escolhas por livres.

Um ponto importante observado na tabela acima é que em alguns casos, coincidentemente, o número de livres e escravos batizados pelo mesmo homem são iguais, colocando este homem no “grupo” que demonstra maior preferência por livres, por conta dos forros com os que teve relações. Um ponto interessante, já que o grupo social dos forros estaria em um lugar intermediário dentro da sociedade colonial na América portuguesa. E, curiosamente, em dois casos não aparece apadrinhamento de forros, o que é interessante, já que esses dois homens apadrinharam mais escravos. Custodio Álvares Ribeiro apadrinhou 4 livres e 9 escravos, já José Francisco Ferreira apadrinhou 1 livre e 10 escravos.

As distinções de prestígio social que aparecem no estudo de Catas Altas são as patentes militares. Diferente dos dados encontrados por Brügger em São João del Rei, nos quais além desses, os sacerdotes aparecem com maior destaque, com 69 casos, representatividade de 26,85% entre os brancos com atribuição social de status. Outra diferença é que 21 dos casos de um montante de 272 eram ex-escravos, e dos “brancos” 158 registros não tiveram qualquer designação de distinção social (percentual de 58,1%). Em Catas Altas, dos 12 nomes, 6 não tiveram designação de distinção social. Ou seja, 50% dos compadrios dos nossos indivíduos, não se diferenciam muito dos estudos em São João del Rei. No que tange aos ex-escravos, em Catas Altas, não aparece no estudo. , acredito que isso esteja relacionado com o recorte temporal muito menor que o de São João del Rei, que está empreendido entre 1736 e 1850, o que conotaria um maior número de registros, conseqüentemente de indivíduos. Outro fator que pode ter influenciado a “falta” de padrinhos ex-escravos foi o recorte aqui empregado, de um mínimo de dez afilhados. Além do mais, foi observado que esse segmento social aparece dividindo a pia batismal com os padrinhos nos registros de batismo de Catas Altas.

São variados os motivos que envolvem as escolhas tanto para padrinho quanto para afilhado. As questões religiosas de caridade e bondade são grandes influenciadoras nessas escolhas, mas estas também são orientadas por questões como vizinhança e

principalmente amizade. Segundo Venâncio, a amizade¹² é um dos princípios ordenadores das sociedades “pré-modernas”. Assim, tanto no reino quanto na América portuguesa a conquista de cargo de Estado ou de mercês era estritamente ligada à capacidade de estabelecer vínculos pessoais de amizade.

O compadrio atendia a inquietações teológicas, no sentido de sacralizar as relações sociais para além da família consanguínea, criando laços de parentesco espiritual regidos pela doutrina cristã, e, ao mesmo tempo, servia para incorporar ou ordenar interesses laicos de natureza diversa. (VENÂNCIO, 2009: 246)

O universo normativo do *Antigo Regime*, que permeia as relações sociais no Reino e na América portuguesa, podem ser observadas em todas as instâncias sociais. Com o sacramento do batismo a amizade e o amor ultrapassam o ceio familiar (consanguíneo) e ganha contornos religiosos e jurídicos, ou seja, serve de cimento para as relações sociais e políticas.

O caso do Capitão Mor Bento Ferraz Lima pode ajudar a entender tal universo sócio-cultural, principalmente as ligações sociais estabelecidas pelo mesmo, pois se a conquista de cargos ou mercês estava associada aos vínculos pessoais de amizade, a rede de compadrio constituída pelo capitão-mor o destaca na localidade pela teia de relações com os seus pares. Chegou ao Brasil muito novo para se dedicar à mineração, além de construir carreira militar, fez conexões com nomes importantes na sociedade mineira e fora dela.

Bento Ferraz Lima está no topo dos mais convidados para padrinho, com 22 convites, ficando atrás apenas de Pedro Gomes de Abreu, com 24 registros. Ele foi convidado para apadrinhar 15 livres e 7 forros. Entre os livres estão inclusos em sua rede um Capitão-Mor e um Sargento-Mor. O Capitão-Mor das Catas Altas, Bento Ferraz Lima, era natural e batizado na freguesia de São João da Ribeira, termo da Vila de Ponte de Lima, Arcebispado de Braga, consta ter emigrado para o Brasil com quinze anos. Morador

¹² Sobre o assunto ver: CARDIM, Pedro. *“Amor e amizade na cultura política dos séculos XVI e XVII”* in: Lusitania Sacra. Lisboa: Universidade Católica portuguesa, 1999, T. XI, 2ª Série.

nas Catas Altas da Minas do ouro, cavaleiro professo da Ordem de Cristo¹³. Foi citado no texto de Carlos Leonardo Kelmer Mathias como pertencente à elite pluriocupacional mineira.

Eram indivíduos detentores de escravos, patentes militares, hábitos de Cristo e ocupantes de cargos na república. Homens em posição de fazer valer o mando e, exatamente por isso, aptos a “ocupar” os vazios de poder próprios de uma monarquia ao mesmo tempo corporativista e pluricontinental. (MATHIAS, 2012: 154)

Carlos Leonardo Kelmer Mathias estuda o espaço econômico do ouro e sua elite *pluriocupacional* na formação da sociedade colonial no Setecentos. A partir das procurações emitidas no termo de Vila do Carmo para a capitania fluminense, o autor observa as relações econômicas e sociais entre os indivíduos das duas regiões. Com base nos diferentes interesses dos outorgantes na região fluminense, o autor conclui que os indivíduos da Vila do Carmo nomeavam para procuradores sujeitos com “prestígio social, prerrogativa de mando e capacidade de atuar em diferentes esferas da sociedade”¹⁴, principalmente nos campos jurídico e mercantil. Para além da região fluminense, as procurações conectavam indivíduos das localidades mineiras a região Nordeste e Portugal. Tendo como ponto de partida as procurações, o autor destaca a formação de redes sociais extensas e com conectividades diversas no âmbito econômico, político e social. Mercadores, homens de negócios, nobreza da terra e traficantes de escravos interligam regiões e interesses em comum. Contudo, não cabe hierarquizar regiões, mas sim os circuitos mercantis, ou em melhor medida, os indivíduos inseridos neste. Pois, “em se tratando de uma sociedade de Antigo Regime, indivíduo é sinônimo de relação pessoal, de rede de reciprocidade, de multiplicidade de interesses, de estratégias de ação, etc.”¹⁵ Como pano de fundo, Mathias discute a ligação da região mineradora, fluminense e do Nordeste com o tráfico e o abastecimento de mão de obra escrava, assim como as ligações comerciais e políticas dentro da América lusa e ultramarinas.

¹³Habilitação para a Ordem de Cristo de Bento Ferraz Lima. Letra B. Maço 11. Doc. 6. Ano: 1729. Instituto dos Arquivos Nacionais da Torre do Tombo. Mesa de Consciência e Ordens. Secretaria da mesa e Comum das Ordens. Habilitações da ordem de Cristo.

¹⁴MATHIAS, 2012, p.108

¹⁵ MATHIAS, 2012: 107

Dentre os principais nomes destacados em Minas, Ferraz está conectado diretamente ao traficante de escravos Manoel Gonçalo Viana, entre 1711 e 1750, período de ascensão e ápice da mineração, consecutivamente de forte demanda por mão de obra escrava. Viana e João Ferreira de Sousa atuaram como “traficantes procuradores” na Bahia. Viana foi considerado como um dos maiores traficantes de escravos na primeira metade do século XVIII. Segundo Carlos Leonardo Kelmer Mathias, este traficante realizou 58 viagens ao continente africano e desembarcou 18.170 escravos entre os anos 1707 e 1729. Viana, além de concentrar suas atividades na empresa negreira, também estabeleceu sociedade com outros traficantes de escravos, tais como Manoel Correa Seixas e Antônio Correa Seixas (irmão de Manoel Correa Seixas). Viana aparece pela última vez na documentação com ligação no tráfico de escravos no ano de 1729, depois disso Antônio Correa Seixas assume. (MATHIAS, 2012, p.131).

De forma indireta, Bento Ferraz Lima estabelece conexões com homens de negócio na capitania fluminense. Através da ligação com Antônio Ferreira Pinto seu procurador, membro da elite pluriocupacional mineira e outorgante do homem de negócio Francisco de Seixas da Fonseca. Fonseca recebe destaque no texto de Carlos Leonardo Kelmer Mathias, “*As múltiplas faces da escravidão*” devido à condição de elite mercantil e um dos principais negociantes fluminenses do início do Setecentos. Além do mais, por intermédio de Antônio Ferreira Pinto (foi procurador do governador das Minas dom Pedro de Almeida Portugal, conde de Assumar), Lima vai fazer parte da teia de relações dos principais nomes do período.

Nos registros de batismo em 05/11/1736 Bento Ferraz Lima é convidado para apadrinhar Izabel, filha do Sargento-mor Pantaleão Nunes de França, casado com Dona Clara Ferreira Coutinho dividindo a pia batismal com Dona Maria Rosada Coutinho. O mesmo casal, em 18/05/1733, convidou o Tenente Coronel Manoel Ferreira Pinto, irmão do já citado Antônio Ferreira Pinto, para batizar o seu filho Pedro Ferreira Pinto. A ligação social através do batismo fica por intermédio do Sargento-mor Pantaleão, até por que Manoel Ferreira Pinto não teve filhos e declarou em seu testamento não ter herdeiros Forçados.

Declaro que o **Sargento Mor Pantaleão Nunes de França** me é devedor de cento e tantas oitavas de ouro quer trinta e duas são procedidas de um cavalo

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

que lhe vendi e as mais de várias parcelas que lhe emprestei de que não há Clareza, as quais levando-me Deus desta doença lhas perdôo. Declaro que o dito Sargento Mor me é mais devedor de cento e cinquenta e sete oitavas de principal e custas que por ele paguei nos ausentes na cidade Mariana, que estes quero de ametade **o seu filho Pedro Ferreira Pinto, meu afilhado** e a outra ametade a **sua filha Dona Clara** #. Declaro que minha **comadre** Dona Clara mulher do dito Sargento Mor me é devedora de Trinta e tantas oitavas que levando-me Deus desta, lhas [perdoos].¹⁶

O mais interessante é que no testamento de Manoel Ferreira Pinto, datado de 1746, entre os bens testamentários deixados para os filhos do dito Sargento-mor, apenas um é seu afilhado. O Sargento Mor Pantaleão, teve três filhos registrados no livro de batismo da Capela de Nossa Senhora da Conceição de Catas Altas. A menina Clara, na época com onze anos é afilhada de Manoel "Casado" Jacome Vilas Boas, a Izabel afilhada de Bento Ferraz Lima e Pedro afilhado do já citado Manoel. Não foi incluída no testamento de Manoel Ferreira Pinto apenas a afilhada de Bento Ferraz Lima. No testamento de Bento Ferraz Lima apenas sua afilhada foi contemplada.

Item deixo, pelo amor de Deus, à minha afilhada Dona Izabel, filha do meu compadre o Sargento Mor Pantaleão Nunes de França duzentos mil réis para ajuda do seu estado.¹⁷

No termo de Vila do Carmo, as procurações vão interligar nomes como o alferes Pedro Gomes de Abreu, Manoel Ferreira Pinto, Capitão Domingos Nunes Neto dentre outros, ao Capitão-mor Bento Ferraz Lima.

Os ganhos econômicos e políticos podem vir expressos na documentação, como no caso de referências testamentárias ou cartas de recomendação para cargos e privilégios. Contudo, a proposta aqui defendida também está pautada na perspectiva dos possíveis ganhos e privilégios, que a relação do compadrio poderia proporcionar tanto para o padrinho quanto para o afilhado, sem desconsiderar os preceitos religiosos implícitos na ligação, mas ao mesmo tempo aprofundando o olhar para além desses. Podemos observar no estudo de Carlos Leonardo Kelmer Mathias e nas procurações emitidas no termo de

¹⁶ Arquivo da Casa Setecentista de Mariana, Livro: 62, página: 96, 1746; grifo meu.

¹⁷ Testamento incluído nos registros de óbito da igreja católica, com data de 15/04/1756: Catas Altas, Nossa Senhora da Conceição; óbito 1749, jan-1760, jul. imagem 102. Agradeço o prof. Dr. Tarcisio R. Botelho e ao Projeto Pronex "Família e Demografia em Minas Gerais, Séculos XVIII, XIX e XX", coordenado pelo prof. Douglas Cole Libby e financiado pela FAPEMIG e pelo CNPq em fornecer o banco de dados de óbito da primeira metade do século XVIII.

Vila do Carmo, que muitos desses homens vão estabelecer relações sociais, econômicas e políticas que ultrapassam regiões e continentes. Os laços estabelecidos pelos indivíduos têm contornos e influências sociais para além da localidade, através das ligações entre os procuradores e outorgantes. Que se conheçam ou eram próximos fica patente, mas a profundidade da relação é que determina o elo ou conexões em outros lugares sociais.

BIBLIOGRAFIA:

BOTELHO, Tarcisio R. *Família escrava em Catas Altas do Mato Dentro (MG) no século XVIII*. Anais da V jornada setecentista: Curitiba, novembro de 2003.

_____. *Batismo e Compadrio de escravas: Montes Claros (MG), século XIX*. Locus, 1997, vol.3. p.114.

BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. *Padrinhos de Muitos Afilhados: um estudo do significado do compadrio em São João Del Rei*. Anais do XXII Simpósio Nacional de História-ANPHU, João Pessoa, 2003.

CARDIM, Pedro. *“Amor e amizade na cultura política dos séculos XVI e XVII”* in: Lusitania Sacra. Lisboa: Universidade Católica portuguesa, 1999, T. XI, 2ª Série.

DELFINO, Leonara Lacerda. *Demografia e escravidão no sul de minas: Aspectos precedentes a “família escrava”*. *Freguesia de São Bom Jesus dos Mártires (1810-1873)*. (Dissertação, Mestrado), Juiz de Fora: UFJF. Instituto de Ciências Humanas, 2009.

FRAGOSO, João. *Efigênia Angola, Francisca Muniz forra parda, seus parceiros e senhores: freguesias rurais do Rio de Janeiro, século XVIII. Uma contribuição metodológica para a história colonial*. Topoi, v. 11, n. 21, jul-dez. 2010 p. 74-106.

GUDEMAN, S. e SCHWARTZ, S. *Purgando o pecado original: Compadrio e batismo de escravos na Bahia no século XVIII*. REIS, JJ (org.) *escravidão e invenção da liberdade*. Estudos sobre o negro no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1988. P.43

MATHIAS, Carlos Leonardo Kelmer. **Homens de negócio e traficantes de escravos, a redução da escala de observação**. In: MATHIAS, Carlos Leonardo Kelmer. *As múltiplas faces da escravidão: o espaço econômico do ouro e sua elite plurio-ocupacional na formação da sociedade mineira setecentista, c. 1711 – c. 1756*. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2012. p. 105-159.

MARTINS, Maria Fernanda Vieira. *Famílias, poderes locais e redes de poder: estratégias e ascensão política das elites coloniais no Rio de Janeiro (1750-1808)*[Congresso Internacional Pequena Nobreza nos Impérios Ibéricos de Antigo

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

Regime | Lisboa 18 a 21 de Maio de 2011] Disponível em:
<http://www.iict.pt/pequenobreza/arquivo/Doc/t5s1-02.pdf>

MACHADO, Cacilda. As Muitas faces do compadrio de escravos: o caso da freguesia de São José dos Pinhais (PR), na passagem do século XVIII para o XIX. In: Revista Brasileira de História. São Paulo, V. 26, n 52, p.49-77, 2006.

NEVES, Maria de Fátima R. *Ampliando a família escrava: compadrio de escravo em São Paulo do século XIX*. História e população: estudos sobre a América Latina. Belo Horizonte: SEADE/ABEP/IUSPP., 1990, p.242.

SILVA, Cristiano Lima da. *Senhores e também padrinhos: relações de compadrio e as alforrias na pia batismal em São João Del-Rei (1750-1850)*. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História-ANPHU, São Paulo, Junho 2011

VENÂNCIO, Renato Pinto. *Compadrio e rede familiar entre forras de Vila Rica, 1713-1804*. Anais da V Jornada Setecentista, Curitiba, 26 a 28 de novembro, 2003.

_____. *Redes de compadrio em Vila Rica: um estudo de caso*. IN: OLIVEIRA, M.R e ALMEIDA, C.M.C. (Orgs). Exercícios de Micro História. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2009.

XAVIER, Ângela Barreto; HESPANHA, António Manuel. “A representação da sociedade e do poder” In: HESPANHA, António Manuel. (coord.) *História de Portugal*. Vol. 4. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

XAVIER, Ângela Barreto; HESPANHA, António Manuel. “Redes Clientelares” in: António Manuel HESPANHA (coord.), *História de Portugal – vol.4*, Lisboa, Editorial Estampa, 1993b.

Simpósio Temático 04: História da África, desafio da pesquisa e aplicações do ensino.

Coordenadores: Edgleice Santos da Silva (Mestranda em História – UFJF) & Eduardo Augusto Vieira Ferraz (Mestrando em História – UFJF)

O Cálice da Salvação: as influências dos missionários cristãos antes e após a Independência da Nigéria nas obras de Chinua Achebe e Chimamanda Ngozie Adichie

Denise do Nascimento Santos¹

Mariana Gino²

Resumo:

O objetivo do artigo é analisar, em perspectiva comparada, as influências dos missionários cristãos nas sociedades Ibo em dois períodos da História nigeriana: na colonização britânica utilizando a obra ‘A Flecha de Deus’ do escritor Chinua Achebe (2011) e após a Independência da Nigéria a partir do livro ‘Hibisco Roxo’ da escritora Chimamanda Ngozie Adichie (2011). Em ‘A Flecha de Deus’ Chinua Achebe revela os impactos causados nas sociedades Ibo a partir do contato com os missionários. Em ‘Hibisco Roxo’, a Nigéria após a Independência é apresentada por meio das instabilidades políticas da década de 1980 e das influências deixadas pelos missionários ingleses na constituição das Igrejas e sociedades nigerianas contemporâneas, além disso aborda as ressignificações africanas nas religiões cristãs.

Palavras-chave: Nigéria. Ibo. Missionários. Colonização. Independência.

Abstract:

The objective of this article is to analyze, in comparative perspective, the influence of christians missionaries in the Ibo societies in two periods of the nigerian history: in the british colonization using the work 'The Arrow of God' of the writer Chinua Achebe (2011) and after Independence Nigeria from the book 'Purple Hibiscus' of the writer Chimamanda Ngozie Adichie (2011). In 'The Arrow of God' Chinua Achebe reveals the impacts on societies Ibo from contact with the missionaries. In 'Purple Hibiscus' Nigeria after Independence is presented through of the 1980s's political

¹ Pós-graduanda em História da África pela Universidade Federal de Juiz de Fora, membro do Grupo de Pesquisa Áfricas (UFJF) e do Grupo de Estudo Consciência e Realidade-Igualdade Racial em Pauta (UFJF).

² Pós-graduanda em História Comparada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, membro do Grupo de Estudos Áfricas (UFJF), do Grupo de Estudo Modernidade e Religião (PUCMINAS), do Grupo de Estudo Consciência e Realidade-Igualdade Racial em Pauta (UFJF), da Coordenadoria de Experiências Religiosas Tradicionais Africanas, Afro-brasileira, Racimos e Intolerância Religiosa e do Coletivo Candaces-Organização de Mulheres Negras e Conhecimento.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.

“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”, Juiz de Fora, 2017, 1554p.

ISSN: 2317-0468

17 a 21 de outubro de 2016

instability and of the influences left by english missionaries in the constitution of churches and contemporary nigerian societies, also broach the africans reinterpretation in the christians religions.

Keywords: Nigeria. Ibo. Missionaries. Colonization. Independence.

Análise das obras em perspectiva comparada

As obras de Achebe (2011) e Adichie (2011) são analisadas neste trabalho a partir de uma perspectiva comparada. Deste modo, a investigação busca entrever as conexões e interconexões e, as diferenças e similaridades entre narrativas comparadas (BLOCH, 1998: 119-120). Sendo a História Comparada um campo de alta complexidade marcado por modos específicos de observar a história e por múltiplas observações, utilizamos os romances de dois escritores que descrevem as interações entre missionários britânicos e a população Ibo na Nigéria (BARROS, 2007: 284).

A Literatura neste trabalho é então analisada como documento histórico capaz de fazer emergir a partir da ficção o contexto no qual estão inseridos personagens e escritores. Caracterizados como escritores pós-coloniais, Chinua Achebe e Chimamanda Ngozie Adichie transformam suas narrativas em instrumentos de análise e crítica dos impactos e consequências da colonização na Nigéria. Para Ashcott et al³ (2002: 24) apud Resende (2013: 12) as literaturas pós-coloniais apontam para um eventual estudo sobre os efeitos do colonialismo e entre a escrita em língua inglesa e a escrita em língua local em contextos como a África e a Índia, assim como a escrita da diáspora em diásporas linguísticas.

As narrativas produzidas pelos escritores constituem-se em uma nova reescrita da história africana que subverte as representações construídas sobre os africanos nos séculos XVIII e XIX, baseadas fundamentalmente nas ideias do racismo científico que em muito sustentaram a proposta imperialista de levar a Verdade e a Civilização para as populações do continente africano. Logo, os romances dos autores carregam também suas experiências com a colonização e independência nigeriana, pois para Said (2011: 53):

³ ASHCROFT, Bill et al. **The empire writes back**. London: New Accents, 2002, p. 24.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

Os escritores pós-imperiais do Terceiro Mundo, portanto, trazem dentro de si o passado — como cicatrizes de feridas humilhantes, como uma instigação a práticas diferentes, como visões potencialmente revistas do passado que tendem para um futuro pós-colonial, como experiência urgentemente reinterpretáveis e revivíveis, em que o nativo outrora silencioso fala e age em território tomado do colonizador, como parte de um movimento geral de resistência.

Breve relato sobre os autores

Chinua Achebe nasceu em Ogibi em 1930 e faleceu em 2013. Foi romancista, poeta e ensaísta atuando como diplomata na década de 1960 na época da guerra entre Nigéria e Biafra. Em 2002 recebeu o Prêmio da Paz oferecido pela Feira do Livro de Frankfurt na Alemanha e em 2007 o Man Booker Internacional. Diversas são as obras produzidas por Achebe, dentre elas destacam-se: *O Mundo se Despedaça* (1958), *A Flecha de Deus* (1964) e *A Educação de uma Criança sob o Protetorado Britânico* (2009).

Chimamanda Ngozie Adichie nasceu em Abba em 1977 e na atualidade é uma das escritoras mais proeminentes da Nigéria. Foi agraciada em 2007 com o prêmio Orange Prize pelo romance *Meio Sol Amarelo* (2006). Entre suas principais obras estão: *Meio Sol Amarelo* (2006), *Hibisco Roxo* (2003) e *Americanah* (2013).

A Flecha de Deus e a atuação missionária no período colonial

Nas últimas décadas do século XIX inicia-se a colonização nigeriana pelos britânicos. De acordo com Gueye e Boahen (2010: 151), a presença inglesa está presente por meio de missionários e comerciantes em território nigeriano desde 1851 na região da cidade de Lagos.

Na Nigéria a administração colonial era indireta, por meio de chefes tradicionais responsáveis também pela promoção da justiça em suas áreas de influência. Em 1901, a Nigéria se torna protetorado britânico e em 1914 o país é unificado tornando-se colônia.

A população Ibo na Nigéria organiza-se em grupos de linhagens patrilineares independentes, nas quais as relações de parentesco consanguíneo são legitimadas por meio da posse da terra e da sucessão ao poder. As sociedades organizadas em linhagens configuram-se em estruturas de poder descentralizado.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
 ISSN: 2317-0468
 17 a 21 de outubro de 2016

A atuação missionária entre os Ibo iniciou-se em 1856 na cidade de Onitsha, próxima ao Rio Níger, tendo como responsáveis pela direção o bispo Ajayi Crowther e outros escravizados libertos originários de Serra Leoa. Alguns destes missionários eram pertencentes a comunidades Ibo e membros da Church Missionary Society – criada em Londres em 1799 e ligada a Igreja Anglicana. As missões católicas instaladas as margens do Rio Níger integravam a Societé de Missions Africaines da cidade francesa de Lyon e começam a atuar entre os Ibo por volta de 1880 (ALAGOA, 2010: 858).

O livro *A Flecha de Deus*, publicado pela primeira vez em 1964, narra a história de Umuaro, uma comunidade formada por seis aldeias Ibo, que passa a ser influenciada pela Administração britânica e pelos missionários.

Ezeulu, o sumo sacerdote de Ulu – deus responsável por reger a comunidade – e personagem principal do livro envia seu filho Oduche para aprender os costumes e a religião do “homem branco” que chegara há alguns anos em Umuaro. Oduche é então um catequizando da missão presente nessa região.

Para a análise das dinâmicas estabelecidas entre população Ibo e missionários será utilizado o trecho cujo autor apresenta o acontecimento em torno da jiboia sagrada.

Em um domingo, logo após Oduche ir a missa, os familiares de Ezeulu descobrem uma caixa movendo-se violentamente no obi em que o mesmo vive com sua mãe e irmãos. Ao abrir uma fresta na caixa, Ezeulu descobre uma jiboia aprisionada. Em Umuaro a jiboia é tida como um animal sagrado e a atitude de Oduche torna-se uma abominação para Ezeulu e a população de Umuaro.

Oduche aprisiona a jiboia depois que seu professor, o missionário negro do Delta do Níger, Sr. Goodcountry incita os alunos a matarem os animais que são símbolos dos deuses da comunidade, pois segundo ele para ser cristão é necessário abandonar práticas pagãs. Chinua Achebe escreve a cena da seguinte forma:

O sr. Goodcountry contou aos convertidos de Umuaro muita coisa sobre os primeiros cristãos do Delta do Níger, que tinham lutado contra os maus costumes do seu povo, destruído altares e matado a iguana sagrada. Contou-lhes coisas sobre Joshua Hart, seu conterrâneo, que sofrera o martírio em Bonny.

— Se somos cristãos, devemos estar prontos a morrer pela fé — afirmou.

— Vocês precisam estar prontos para matar a jiboia, assim como o povo dos rios matou a iguana. Vocês se dirigem à jiboia como Pai. Ela não é senão

uma cobra, a cobra que enganou nossa primeira mãe, Eva. Se você tem medo de matá-la, não se considere um cristão (2011: 70).

Ao fazer essa afirmação o missionário é contestado pelo primeiro cristão convertido de Umuaro, Moses Unachukwu, que usa para explicar a proibição em matar a jiboia uma narrativa tradicional e um argumento presente na Bíblia.

Os ensinamentos do sr. Goodcountry sobre a jiboia sagrada deram a Moses a primeira oportunidade para desafiá-lo abertamente. Para fazer isso, usou não somente a Bíblia, mas, coisa muito estranha para um convertido, os mitos de Umuaro. Falou com convicção, pois, vindo de onde vinha, de uma aldeia que sediava o sacerdócio de Idemili, sabia, talvez muito mais que os outros, o que significava a jiboia. Todavia, seu grande conhecimento da Bíblia e sua estada em Onitsha, que era a fonte da nova religião, davam-lhe confiança. Disse ao novo professor, bruscamente, que nem a Bíblia nem o catecismo pediam aos convertidos que matassem a jiboia, que era um animal cheio de mau augúrio (ACHEBE, 2011: 72).

A inserção de um missionário negro africano em Umuaro corrobora com as análises de Santos (2001: 02), as quais indicam que a formação de missionários e cristãos africanos também vai de encontro aos interesses religiosos cristãos de se construir uma Igreja Cristã Nativa, a qual seria uma das fontes principais de seu enraizamento no continente.

Moses Unachukwu, usa um relato bíblico para explicar uma prática religiosa de Umuaro. As experiências religiosas cristãs e ibo se conectam e constroem uma perspectiva religiosa diferenciada mas legitimada pelas narrativas de ambas.

Para reafirmar a educação cristã dos nativos o missionário não responde as considerações de Moses mas espera que seus catequizandos respondam. É aí então que Oduche explica a partir de uma perspectiva cristã a possibilidade da jiboia ser morta:

— Não é verdade que a Bíblia não nos peça para matar a serpente. Deus não disse a Adão que esmagasse a serpente que enganara sua mulher? (ACHEBE, 2011: 73)

A resposta para o mito de Umuaro é novamente encontrada em um mito cristão. Ele então é desafiado por Moses Unachukwu a matar a jiboia sagrada.

Neste trecho analisado, as interações religiosas são ponto fundamental para a captação de africanos para religião cristã pois são as semelhanças em determinados

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016*

preceitos religiosos que podem persuadir outras pessoas a converterem-se. Os pontos comuns entre os mitos legitimam a supremacia de um Deus cristão que pode suplantar as “maldições” e “abominações” geradas pela destruição ou menosprezo de elementos sagrados.

Para Mudimbe (2013: 14), a organização colonial pode ser explicada a partir de 03 perspectivas: domínio do espaço físico, reforma das mentes nativas e integração de histórias econômicas por meio de uma perspectiva ocidental. A ação missionária na obra de Achebe (2011) pode abarcar esses objetivos tendo em vista que o estabelecimento de missões foi uma forma de concretizar a dominação do espaço e a soberania europeia sobre o território africano. Além disso, a reforma das mentes nativas foi atingida por meio da conversão e catequização de populações africanas, assim como pela implantação de estabelecimentos educacionais que tinham como objetivo disciplinar e civilizar os africanos. Já as escolas de ofícios, como confirma o personagem de Moses Unachukwu que aprendeu a carpintaria em uma missão tornando-se o único carpinteiro de Umuaro, corrobora com a formação de novas formas de trabalho e economia trazidas pelos europeus e baseadas na economia europeia (ACHEBE, 2011: 71).

Quando Oduche responde e contesta Moses Unachukwu é formada uma nova visão sobre o papel dos mais velhos nessa sociedade. Em grande parte das sociedades africanas os anciãos representam os conhecimentos e saberes ancestrais de um povo, constituindo-se em guardiões da tradição oral, esta entendida como repositório e o vetor do capital de criações socioculturais (KI-ZERBO, 2010: XXXVIII). Oduche tem cerca de 15 anos e de alguma forma coloca em discussão e dúvida a sabedoria de Moses. Possivelmente, as tradições orais são colocadas sob questionamento, tendo em vista que ao explicar a sacralidade da jiboia Moses utiliza uma história que foi transmitida por seus pais.

Hibisco Roxo e os resquícios da atuação missionária após a Independência

A Independência da Nigéria ocorreu em 1º de outubro de 1960. No período de 1967 a 1970 ocorre a guerra civil entre Biafra e Nigéria, na qual a população Ibo do norte do país em decorrência de diversos golpes e conflitos com a população Haussa, declara

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016*

sua independência e forma na região sudoeste a República de Biafra. Com o apoio da Inglaterra, o estado central da Nigéria recupera o território de Biafra. O conflito é marcado por um grande número de mortes e fome entre os Ibo.

Em ‘Hibisco Roxo’ (2011), a Nigéria após a Independência é apresentada a partir da família de Kambili, a narradora. O contexto do romance apresenta-se em um país com instabilidades políticas e econômicas ocasionadas após a guerra entre Nigéria e a República de Biafra.

Kambili e Jaja são filhos de Eugene, empresário de Enugu, dono do jornal Standard (crítico implacável do governo nigeriano) e casado com Beatrice. Eugene é um homem respeitado em Enugu e na comunidade de onde veio. Seus filhos estudam em uma escola dirigida por freiras inglesas da qual Eugene é o maior doador financeiro.

A construção do personagem passa por sua inserção em uma missão cristã no período anterior a Independência da Nigéria e possivelmente o personagem é um indivíduo que, de acordo com Fanon (2008: 34), assimila os valores culturais da metrópole escapando a todo momento de sua selva. É possível que Adichie (2011) analise a influência do imaginário criado em torno do africano pelo racismo científico e pela empreitada imperialista, nas quais a “solução” para as populações não europeias e não brancas estaria em aceitar a Civilização e a Verdade enquanto fatores de libertação do suposto primitivismo dessas sociedades.

Aquilo era um mau sinal. Papa quase nunca falava em igbo e, embora Jaja e eu usássemos a língua com Mama quando estávamos em casa, ele não gostava que o fizéssemos em público. Precisávamos ser civilizados em público, ele nos dizia; precisávamos falar inglês. A irmã de Papa, tia Ifeoma, disse um dia que Papa era muito colonizado. Disse isso de forma gentil e indulgente, como se não fosse culpa de Papa, como quem fala de alguém que tem um caso grave de malária e por isso grita coisas sem nexos (ADICHIE, 2011: 52).

Para Fanon (2008: 33),

o negro tem duas dimensões. Uma com seu semelhante e outra com o branco. Um negro comporta-se diferentemente com o branco e com outro negro. Não há dúvida de que esta cissiparidade é uma consequência direta da aventura colonial... E ninguém pensa em contestar que ela alimenta sua veia principal no coração das diversas teorias que fizeram do negro o meio do caminho no desenvolvimento do macaco até o homem. São evidências objetivas que dão conta da realidade.

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016*

O personagem também participa de obras sociais das igrejas cristãs tendo como principal mentor e conselheiro o padre inglês Benedict. Seu pai, Papa Nnukwu tradicionalista Ibo é considerado por ele, um ímpio e é renegado por não ter se convertido a religião cristã. Logo, o personagem configura-se em um cristão fervoroso que controla cada membro do núcleo familiar tendo por base os preceitos comportamentais cristãos.

A presença de Eugene no romance é marcada por uma tensão vinda da extrema violência com que sua família é tratada. Este trabalhou na juventude para missionários ingleses, sofreu castigos físicos que provavelmente eram uma forma de educação e disciplinamento cristão contra o pecado. Em algumas cenas do livro os castigos sofridos pelo personagem na infância são reproduzidos em seus filhos e esposa:

– Por que você acha que eu trabalho tanto para dar o melhor a você e a Jaja? Vocês têm de fazer alguma coisa com todos esses privilégios. Como Deus lhes deu muito, Ele espera muito de vocês. Espera a perfeição. Eu não tive um pai que me colocasse nas melhores escolas. Meu pai desperdiçava seu tempo adorando deuses de madeira e pedra. Eu não seria nada hoje se não fosse pelos padres e pelas irmãs da missão. Fui empregado do padre da paróquia por dois anos. Isso mesmo, um empregado. Ninguém me deixava na escola. Até terminar o ensino básico, andei doze quilômetros todos os dias até Nimo. Trabalhei como jardineiro para os padres enquanto frequentava a Escola de Ensino Médio St. Gregorys (ACHEBE, 2011: 53).

Ao referir-se a conversão cristã, Mudimbe (2013: 71) assinala que “uma pessoa cujas ideias e missão são provenientes e apoiadas por Deus tem o pleno direito de usar todos os meios possíveis, até a violência, para atingir os seus objetivos”. A violência infligida por Eugene a sua família pode ser vista como reprodução da violência sofrida.

A complexidade e violência do personagem pode ser explicada por sua história pessoal permeada pelos acontecimentos históricos nigerianos. O personagem viveu o período colonial, a Independência da Nigéria e a Guerra de Biafra, processos que podem ter causado no personagem perturbações e traumas. Para Fanon (1968: 212), a negação sistematizada do outro, a decisão furiosa em recusar ao outro qualquer atributo de humanidade, gerada pelo processo colonial, compele uma população a se perguntar quem ela é na realidade.

O contraponto a Eugene é Padre Amadi morador de Nsukka e amigo da irmã de Eugene. Os rituais cristãos presididos por ele tem então uma forte característica de africanização.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

Foi então que me lembrei do jovem padre que começara a cantar no meio de seu sermão, e para quem Papa disse que devíamos rezar, pois pessoas como ele traziam problemas para a igreja. Muitos outros padres haviam visitado nossa igreja e rezado a missa nos últimos meses, mas eu sabia que era ele. Tive certeza absoluta. E lembrei da música que ele cantara (ADICHIE, 2011: 147).

Padre Amadi reflete uma outra face cristã ressignificada por elementos culturais ibo como o canto, a linguagem e a expressão corporal. Os ritos cristãos estão mantidos porém considerando algumas expressões culturais nigerianas. Assim, Adichie (2011) apresenta as interações entre os agentes cristãos e a população Ibo dando novo significado aos sujeitos africanos no contato com as religiões trazidas pelos colonizadores. Ao contrário do que ocorre com o personagem Eugene, Padre Amadi representa as transformações e o protagonismo Ibo gerando outros olhares sobre as práticas religiosas.

Conclusão

As hipóteses das análises apresentadas convergem para uma ressignificação das religiões cristãs nas figuras de Moses Unachukwu em *a Flecha de Deus* (ACHEBE, 2011) e Padre Amadi em *Hibisco Roxo* (ADICHIE, 2011). Além disso, as missões serviram como ferramentas coloniais importantes para a implantação e manutenção do poder das metrópoles, contudo interações e ressignificações religiosas foram construídas a partir do contato entre missionários e africanos. Logo, o contato dos missionários com a população nigeriana permitiu não apenas a inserção do cristianismo em território Ibo com a formação de agentes cristãos africanos mas também novas formas de conceber as práticas religiosas cristãs a partir de elementos da cultura e da forma de ver e estar no mundo dessa população.

Como documento histórico e emergindo de um contexto no qual africanas e africanos tem elaborado suas próprias narrativas, as obras de Chinua Achebe e Chimamanda Ngozie Adichie abrem um campo de representações e desconstruções de imaginários que abarcam a diversidade africana.

Bibliografia

ACHEBE, Chinua. **A flecha de Deus**. Tradução Vera Queiroz da Costa e Silva. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

ADICHIE, Chimamanda N. **Hibisco roxo**. Tradução de Julia Romeu. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

ALAGOA, Ebiegberi. O delta do Níger e Camarões. In: AJAYI, Jacob F. A. **História geral da África volume VI: África do século XIX à década de 1880**. Brasília: UNESCO, 2010. p. 843-873.

BARROS, José D'Assunção. **História Comparada**: atualidades e origens de um campo disciplinar. História Revista, Goiânia. V. 01, n. 02, p. 279-315, jul/dez 2007. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/historia/article/view/5472/4454>.

BLOCH, Marc. Para uma História Comparada das sociedades europeias. In: **História e historiadores**. Lisboa: Teorema, 1998. p. 119-150rE.

FANON, Frantz O. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FANON, Frantz O. **Pele Negra Máscaras Brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

GUEYE, M'Baye. BOAHEN, Albert A. iniciativas e resistência africanas na África Ocidental, 1880-1914. In: BOAHGEN, Albert A. (Ed). **História geral da África volume VII: África sob dominação colonial, 1880 a 1935**. Brasília: UNESCO, 2010. p. 129-166.

KI-ZERBO, Joseph. In: KI-ZERBO, Joseph (Ed). Introdução Geral. **História geral da África Volume I: metodologia e pré-história da África**. Brasília: UNESCO, 2010. p. XXXI-LVII.

MUDIMBE, Valentin Y. **A invenção da África**: Gnose, filosofia e a ordem do conhecimento. Mangualde, Luanda: Edições Pedagogo; Edições Mulemba, 2013.

RESENDE, Roberta M. **Gênero e nação na obra de Chimamanda Nozie Adichie**. 2013. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-graduação em Letras, Universidade Federal de São João Del-Rei, São João Del-Rei, 2013.

SAID, Edward. **Cultura e imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras: 2011.

[SANTOS, Patricia T.](#) A África ou a morte! O projeto civilizatório católico para a África Central (1864-1881). In: **Simpósio Nacional da ANPUH**, 2001. Niterói, 2001. Disponível em: <http://proafrouerj.xpg.uol.com.br/patricia3.pdf>.

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016*

UZOIGWE, Gosfrey N. Partilha europeia e conquista da África: apanhado geral. In: BOAHGEN, Albert A. (Ed). **História geral da África volume VII: África sob dominação colonial, 1880 a 1935**. Brasília: UNESCO, 2010. p. 22-50.
<http://www.churchmissionsociety.org/our-history>

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016*

Os quilombos Brasileiros: representatividade da cultura africana e seu atual cenário nas escolas.

Pablo Gomes Goulart

Resumo:

O presente artigo propõe uma reflexão sobre o atual cenário da aplicação das diretrizes curriculares nacionais para a educação quilombola, datada de 2011, que obriga a utilização de um ensino voltado para a população remanescente de quilombos. Num primeiro momento será explicado, de forma resumida, o que é um quilombo e suas variações etimológicas ao longo do tempo, até chegar ao cenário atual. Portanto, este estudo tenta contribuir para uma análise mais contemporânea da temática quilombola, focando em uma área que é de suma importância para construir um sentimento de pertencimento e tradição entre os moradores destas comunidades que é a sua educação e valores próprios.

Palavras-chave: Quilombos; Educação; Ensino, África.

Abstract:

This article proposes a reflection on the current situation of the implementation of national curriculum guidelines for quilombola education, dated 2011, which demands the use of a oriented education to the remaining population of quilombos. At first, briefly, it will be explained what a quilombo is and its etymological variations over time, until it reaches the current scenario. Therefore, this study attempts to contribute to a more contemporary analysis of the quilombo theme, focusing on a very important area to build a sense of belonging and tradition among the residents of these communities, which is their education and self values.

Keywords: Quilombo; Education; Guidelines; Africa.

Quando falamos de educação, logo pensamos nas estruturas básicas do sistema, como Ensino básico, ensino médio ,e pra alguns Ensino superior; Mas no caso da Educação Básica, classifica-la apenas como uma mera fase do ensino, sem nenhuma peculiaridade é um erro do qual profissionais da área de ensino não pode cometer. Sob esta premissa, que as diretrizes e bases da educação incluíram em seu currículo, a educação quilombola. Esta abordagem se dá na educação básica, e tem como objetivo estabelecer um diálogo com a realidade sociocultural e política das comunidades e do movimento quilombola.

Mas antes de nos aprofundarmos sobre os detalhes da implantação destas diretrizes, é preciso mostrar o que é um quilombo afinal; Ao longo do tempo o termo

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016*

quilombo sofreu algumas modificações que dificultam essa resposta. Para começar a percorrer por estas denominações, de acordo com Flávio Gomes em seu livro *Mocambos e Quilombos: Uma história do campesinato negro no Brasil*, Em nosso país, primeiramente as comunidades quilombolas ficaram conhecidas como Mocambos e só depois Quilombos; Essas denominações, para este autor, são de origens africanas, “Eram termos da África Central, usados para designar acampamentos improvisados, utilizados para guerras ou mesmo apresamentos de escravizados. No século XVII, a palavra quilombo também era associada aos guerreiros imbangalas (jagas) e seus rituais de iniciação. Já mocambo, ou mukambu tanto em kimbundu como em kicongo (línguas de várias partes da África Central), significava pau de feira, tipo de suportes com forquilhas utilizados para erguer choupanas nos acampamentos.” (GOMES, Pg 10, 2015).

Alguns outros autores também relatam a origem da denominação quilombo em território brasileiro; Um dos mais importantes e pioneiros é Abdias Nascimento, um grande líder da causa do movimento negro no Brasil no século XX, Este escritor relata que “quilombo é um conceito próprio dos africanos bantos que vem sendo modificado através dos séculos” [...] Quer dizer acampamento guerreiro na floresta”, sendo entendido ainda em Angola como divisão administrativa.” [...]

Juridicamente, O termo “Quilombo” foi usado e explicado pela primeira vez pelo Conselho Ultramarino de 1740, onde o mesmo designa como Quilombo: “toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte desprovida, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles”. Ainda sobre este assunto, O autor Flávio Gomes apresenta no livro citado acima, que essas comunidades tinham diversas denominações ao longo da América escravocrata, “Cumbes” na Venezuela, No Caribe inglês e ao sul dos Estados Unidos “marrons”, na Colômbia “Palenques”, entre outros nomes...

Sobre as origens e etimologias do termo quilombo, não há grandes divergências historiográficas, mas quando o assunto, muda para o “sentido” dessas comunidades, e sua real participação na sociedade escravista, os estudiosos apontam alguns caminhos distintos; Pautados em linhas historiográficas e contextos históricos diferentes.

A história pautada na análise econômica foi a primeira a introduzir a questão da escravidão em seus debates, autores como Caio Prado Jr; vão mostrar que os escravos

estão completamente incorporados e submetidos a uma lógica mercantil. Gilberto Freyre em sua obra *Casa Grande e Senzala* relata a existência de uma “vida” dos escravos mesmo nessa lógica dominante da época.

Com novas descobertas historiográficas nesta área, a afirmativa de um escravo conhecido apenas como uma mera “ferramenta” da sociedade escravocrata perde um pouco de espaço, dando lugar a estudos que colocam o escravo como um agente participativo, e, a mais fundamental mudança de pensamento, como um agente da história. Autores como Florestan Fernandes, o poeta Solano Trindade, mais posteriormente Kabengele Munanga, Ciro Flamarion Cardoso e Lilian Schartz simbolizam essa evolução da historiografia; Que tem como objetivo principal explicar o papel do negro na sociedade Brasileira.

O estudo sobre Quilombos no Brasil, que acompanha a corrente historiográfica da escravidão, para muitos estudiosos, se iniciou com o líder comunista Astrogildo Pereira, ainda em 1929, pois é considerado o primeiro a dar um novo sentido à palavra quilombo, associando a histórica luta de Palmares à luta de classes. Mais tarde, Edson Carneiro escreve o livro “O Quilombo dos Palmares” que serve para tratar da resistência ao Governo Vargas (1945); Com isso, o termo “Quilombo” começa a ganhar novos significados, neste caso o de resistência.

A noção de um Quilombo com um caráter de resistência ao Status Quo, começou a ser mais explorado nos anos 70 e 80, a partir do fortalecimento de movimentos negros e de estudos, como os de Abdias Nascimento, denominado de “O Quilombismo”. “Para ele, “quilombismo” é toda forma de resistência física e cultural da população negra, tenha ela sido criada na forma de grupos fugidos para o interior das matas na época da escravidão ou, em um sentido bastante ampliado, na forma de todo e qualquer grupo tolerado pela ordem dominante, em função de suas declaradas finalidades religiosa, recreativa, beneficente, esportiva etc. Todos esses grupos teriam uma importante função social para a comunidade negra em geral já que sustentariam a continuidade da tradição africana como verdadeiros focos de resistência física e cultural. Para esse autor, todos foram e são quilombos, ainda que legalizados pela sociedade dominante.” (KOINOMIA, Boletins territórios Negros V,1. Nº 2, 2001).

Para Nascimento (1980), o Quilombismo é um “movimento político dos negros brasileiros”. Com isso, o mesmo propõe que este movimento seja adotado como um projeto de “Revolução não violenta”, com o objetivo de criar uma nova sociedade, o “Estado Nacional Quilombista”. Com isso o autor afirma que: “quilombismo não significa escravo fugido. Quilombo quer dizer reunião fraterna e livre, solidariedade, convivência, comunhão existencial”(KOINOMIA, 2001, PG 1).

A vertente de um Quilombo criado com o enfoque puramente de resistência vem perdendo espaço com os estudos mais atuais; Autores como Márcia Amantino, Manolo Florentino, João José Reis apontam em seus estudos que existia um espaço de negociação entre senhor e escravo, e que essa relação estava muito mais baseada em uma relação de poder, do que puramente econômica. Márcia Amantino e Manolo Florentino, em seu artigo Uma morfologia dos Quilombos nas Américas apresentam essa ideia; “A escravidão assim pensada assentava-se em um postulado básico: a sociedade escravista estaria movida por (e o devir histórico, associado a) uma férrea racionalidade econômica, sendo seu agente maior, o senhor, o homo economicus por excelência. No entanto, se uma imagem puramente econômica se adequa ao empresário capitalista, a sua transposição às fazendas, minas e cidades americanas do passado requer delicados manejos.”(AMANTINO,FLORENTINO, 2012, PG 260).

João José Reis e Eduardo Silva, em seu livro *Negociação e Conflito*, apresentam a ideia de um espaço de negociação entre senhor e escravo, caracterizando uma relação política dentre esses personagens. Inseridos nesse contexto, para estes autores, as fugas dos escravos era a “última instância de opções”, pois preferiam negociar melhores condições de vida com seu senhor para permanecer na fazenda.

Para Reis e Silva, os Quilombos são derivados das fugas dos escravos, mas não com um caráter de resistência pura ao Status Quo, mas sim reivindicativo por melhores condições de vida. Estes autores juntamente com os já citados Marcia Amantino, Manolo Florentino nos apontam que para se entender melhor os Quilombos escravistas, é necessário compreender melhor a relação senhor e escravo, e posteriormente as fugas por si só, pois suas finalidades sofrem variações. Neste caso existem dois tipos de fugas, as rompimento e as reivindicatórias.

As fugas-rompimento são fugas que possuem a finalidade de romper com o sistema escravista, sejam elas por motivos amorosos ou insatisfação total com o senhor. Já as Fugas-reivindicatórias têm por finalidade de “assustar” o seu senhor, para que ele aceite negociar algumas situações cotidianas, lembrando que essas fugas era a última opção de reivindicação, pois existiam outras formas, como: queima de plantações, corpo mole no campo de trabalho e motins.

No estudo de Ilka Boaventura Leite denominado de Quilombos e Quilombolas: Cidadania ou Folclorização. Podemos analisar um pouco da teoria do autor Clóvis Moura, grande intelectual da temática quilombola que “traz de volta a ideia de quilombo como fenômeno, como uma forma de organização. pois irá aparecer em todos os lugares onde ocorreu a escravidão. Para ele, a característica mais significativa tem sido justamente sua capacidade organizativa [...]”(LEITE, 1999, PG 123-149).

Moura, nos aponta a complexidade interna existente nos quilombos escravistas; Essa “organização operacional” presente no seio das comunidades quilombolas seria uma das causas, e para alguns estudiosos, a principal causa da permanência dos quilombos até os dias de hoje, tornando o que o autor Clóvis Moura denomina de “fato Normal”, onde, os Quilombos para este autor, viraram um fenômeno do cotidiano.

Por conta dessas estruturas, estudiosos mais contemporâneos como Márcia Amantino, Manolo florentino, Hebe Matos..., enfatizam para a necessidade de estudar os quilombos de forma separada, onde cada um deles tem que ser entendido de forma um pouco mais isolada e contextualizada, sem generalizações, que eram tão presentes em estudos anteriores. Foram diagnosticados quilombos que não possuíam uma elevada organização interna, e que tais comunidades formam a maioria dos quilombos brasileiros; Que foram denominados de Quilombos dependentes.

Estes “quilombos dependentes” tinham estruturas menores, porém constantes, que sobreviviam do saldo de ataques. A prática de saque era muito utilizada por estes quilombos, dentre outros motivos, por possuir um número baixo de habitantes que tinham mais facilidades de dispersar quando atacados, sem contar as enormes possibilidades de encontrar esconderijos com certa facilidade. Contudo, a partir de análises de Amantino, percebe-se que não se pode descartar a ideia de que estes “quilombos dependentes” eram um tipo de estágio inicial, para em seguida construir um quilombo com as características

semelhantes as do “Quilombo Autossustentável”. Pode-se afirmar então, partindo desta ideia, que a maioria dos quilombos brasileiros conhecidos, não teve condições de trilhar este caminho.

Os Quilombos autossustentáveis, são comunidades, como o próprio nome sugere, não dependiam estruturalmente da sociedade escravista para sobreviver, pois eles mesmos produziam seu próprio alimento e o excedente era vendido no comércio local. Por conta desta produção de alimentos, eles podem ser entendidos como comunidade e “as relações sócias estáveis, não raro hierarquizadas são um importante aspecto a ser mencionado e a junção destas características os levou a sobreviver por tanto tempo” (AMANTINO, 2012. pág.237). A autora alerta que estes quilombos necessitam de uma análise mais aprofundada para seu melhor entendimento como uma comunidade. Alguns documentos informam que estes quilombos possuíam uma variada gama de possíveis organizações. Sabe-se que a maior parte dos quilombos era formada por negros escravos, mas também existiam comunidades que acolhiam índios, mulatos e até mesmo brancos. Márcia Amantino relata ainda a ideia apontada pelo antropólogo Claude Meillassoux, de que a conversão destas comunidades à agricultura “tende a desencadear o aparecimento das relações sociais mais estáveis, uma vez que seus membros demandariam uma cooperação maior e mais constante para a sobrevivência (...). Além disso, gradativamente se estabeleceria um tipo específico de hierarquia, que foi fundida no seio das comunidades quilombolas especialmente agrícola” (AMANTINO, 2012. Pág. 241).

Essa constante evolução dos estudos sobre os quilombos no Brasil apresentam características que levaram os quilombos a serem denominadas “comunidades”, ao entender este termo como “um agregado de pessoas funcionalmente relacionadas que vivem numa determinada localização geográfica, em determinada época, partilham de uma cultura comum onde estão inseridas numa estrutura social e revelam uma conscientização de sua singularidade e identidade distinta como grupo”. Essas denominações são provenientes, para alguns pesquisadores, da predominância e aperfeiçoamento da agricultura, pois possibilitou grande aumento demográfico, melhores condições de vida e maior complexidade política, social e cultural.

Este termo de “comunidade” ganha um complemento a partir do século XX, o termo “remanescente”. Os quilombos não desapareceram com a abolição da escravatura,

muito pelo contrário, ganharam uma nova discussão para ser defendida, o do direito a terra. Mas acerca do tema, existe um debate acadêmico que ocupa lugar recente na história do Brasil. De acordo com José Maurício Arruti, antropólogo conhecido por seu empenho nas causas quilombolas, até meados do século XX não era conferida nenhuma particularidade a estas populações, e suas reivindicações integravam a agenda mais geral do direito a terra.

A autora Hebe Matos, em seu artigo “Remanescentes das Comunidades dos Quilombos: Memória do cativo e políticas de reparação no Brasil” apresenta a origem desses “novos quilombos”, onde ela afirma que: “Se não são necessariamente descendentes de antigos acampamentos de escravos fugidos, escondidos nas matas desde o tempo do Brasil monárquico, de onde afinal surgiram os novos quilombos? Como os mais críticos tendem a ressaltar, eles têm claramente uma origem recente nas demandas por garantia de direitos à posse coletiva de terras, apresentadas por colonos e posseiros negros tradicionais, a partir do apoio de novos aliados, entre os quais a Pastoral da Terra da Igreja Católica, os movimentos negros, a Associação Brasileira de Antropologia e alguns outros atores da sociedade civil brasileira pós-redemocratização, que ocuparam papel especial”.(MATOS,2006, PG 104)

Sobre esta análise é preciso enfatizar que as comunidades remanescentes de quilombos, a maioria delas, não são descendentes diretos de escravos fugidos, ou seja, dos antigos quilombos, mas sim de escravos que se fixaram em determinado local que possuem origens escravocratas, que reivindicam acesso a terra. A partir da análise de Hebe Mattos, pode-se perceber que este novo tratamento dado aos quilombos provêm de uma “dívida” que a sociedade contemporânea tem com os negros, e por isso, hoje, existe uma série de políticas de reparação para atenuar o grande mal praticado para estas pessoas. E a implementação do ART. 68 é um exemplo desta política adotada hoje.

Art. 68: “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhe os títulos respectivos”. A partir disto, os estudos sobre essas comunidades ganha um caráter multidisciplinar, onde além da história, a antropologia e o direito se sustentam como elementos fundamentais para entender esses novos quilombos. E o antropólogo José Maurício Arruti, nos relata o que é considerado uma comunidade remanescente de

quilombo. “Terras de uso comum: a área apossada de forma indivisa por um grupo de famílias ligadas entre si por estreitos laços de filiação e aliança [...], os limites físicos destas terras tendem a se confundir com os limites sociais e mesmo histórico-memoriais de uma determinada comunidade, na medida em que tal conjunto de famílias pensa e age como um grupo social dotado de uma identidade própria, vinculadas a sistemas simbólicos particulares e a regras de acesso ao uso das terras” (ARRUTI. 2011. Pág 287).

A partir da aplicação do Art. 68, as “comunidades remanescentes de quilombos” passaram a ser tratadas como um dever do Estado, que estabelece as normas que garante os direitos a esses moradores. Para realizar esta incumbência, foi criado a Fundação Cultural Palmares, que tem como objetivo legitimar as comunidades que possuem um histórico escravista, e que se “auto definem” como herdeiros deste passado. Esta instituição foi fundada pelo Governo Federal em 1988, e foi a primeira instituição pública voltada para a promoção e preservação da arte e da cultura afro-brasileira. É uma entidade vinculada ao Ministério da Cultura, que já emitiu cerca de 2.400 certificações para comunidades quilombolas. O documento reconhece os direitos das comunidades quilombolas e dá acesso aos programas sociais do Governo.

A instituição é dividida em três formas administrativas, que são: Departamento de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro, Departamento de Fomento e Promoção da Cultura Afro-Brasileira e o Centro Nacional de Informação e Referência da Cultura Negra. Esta entidade possui cinco representações por todo o Brasil, Alagoas, Bahia, Maranhão, Rio de Janeiro e São Paulo.

A outra instituição responsável por determinar as diretrizes das novas comunidades é o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) que é uma autarquia do Governo Federal, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, porém hoje não se encontra dessa forma, pois foi anexado ao Ministério da Educação e Cultura. Ela foi criada a partir do decreto nº 1,110, de 09 de julho de 1970, sendo que sua estrutura foi criada só a partir do decreto nº 5.735, de 27 de março de 2006. Esta instituição tem como missão principal, segundo a própria entidade, promover a Reforma Agrária de maneira justa e sistematizada, a médio e longo prazo, manter e gerir o cadastro nacional de imóveis rurais, administrar terras públicas, além de ação identificar

e registrar, demarcar e titular terras destinadas a assentamentos e comunidades tradicionais quilombolas - que é o ponto que interessa para a pesquisa.

Nessas comunidades remanescentes de Quilombos, não há uma divisão sistematizada como os quilombos datados no período escravocrata, mas apresentam singularidades organizacionais no seio de sua estrutura, que evidenciam a sua organização enquanto comunidade.

O processo de titulação das comunidades remanescentes de Quilombos é um fenômeno contemporâneo, que para alguns historiadores, como Hebe Mattos, é uma maneira de reparação com os descendentes de negros escravos devido a intensa escravidão ocorrida em solo Brasileiro.

E assim pode ser vista as diretrizes voltadas para a educação quilombola, como dívidas a serem pagas pela sociedade. De acordo com a cartilha quilombola, publicada em 2011, existem hoje, 3.754 comunidades remanescentes de quilombos identificadas, sendo encontradas com maior número nos estados do Maranhão, Bahia e Minas Gerais. Existe, ainda 1.561 escolas de ensino fundamental e 57 de ensino médio situadas nas áreas quilombolas, ou próximas que atendem a comunidade; Porém esses números ainda são insuficientes para atender a alta demanda.

De acordo com os dados apresentados pelo Ministério da Educação, podemos perceber a distância entre demanda e oferta. Confira no Quadro abaixo:

ESCOLAS EM ÁREA REMANESCENTE DE QUILOMBOS			
Unidade da Federação	Quantidade de:		
	Matrículas	Docentes	Escolas
Rondônia	39	2	2
Pará	16.138	652	181

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
 “O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
 Juiz de Fora, 2017, 1554p.
 ISSN: 2317-0468
 17 a 21 de outubro de 2016*

Amapá	1.078	77	12	
Tocantins	880	66	18	
Maranhão	34.229	1.705	423	
Piauí	1.160	58	23	
Ceará	2.724	84	11	
Rio Grande do Norte	1.093	55	17	
Paraíba	1.990	103	18	
Pernambuco	8.695	337	46	
Alagoas	3.545	120	16	
Sergipe	2.915	162	16	
Bahia	57.437	1.748	246	
Minas Gerais	6.845	441	81	
Espírito Santo	558	35	15	
Rio de Janeiro	2.570	144	9	
São Paulo	1.409	120	26	
Paraná	2.228	128	17	
Santa Catarina	73	6	6	
Rio Grande do Sul	3.230	263	30	
Mato Grosso do Sul	1.228	87	6	
Mato Grosso	285	13	2	
Goiás	1.433	87	32	

Total Brasil	151.782	6.493	1.253
-------------------------	---------	-------	-------

Ano: 2007

Fonte: INEP

Com base nestes dados, podemos ver a discrepância existente entre as matrículas em relação as escolas e profissionais atuantes, sendo que, como esta última publicação foi de 2007, ela está desatualizada, o que significa que estes dados é bem provável que esteja maior dos apresentados neste estudo.

Para estas diretrizes, a educação escolar quilombola deve ter como referência os “valores sociais, culturais, históricos e econômicos dessas comunidades” (Cartilha Quilombola, 2011, PG 15). Para realizar esta tarefa, de acordo com a cartilha, é necessário que a escola se torne um espaço que efetive o diálogo entre “conhecimento escolar e a realidade local”.

Portanto, ao final da cartilha, estima-se que a escola necessite de um currículo, projeto político-pedagógico, tempos, calendários e temas bem adequados às características de cada comunidade quilombola. Sendo assim, de acordo com este documento a educação escolar quilombola, seria uma parceira entre Estado e as comunidades quilombolas para que encontrem e articulem políticas públicas que atendam a necessidade da população. Mas como fazer isso quando o professor não é capacitado para tal tarefa, como fazer quando muitas das vezes o tempo para trabalhar uma matéria é a única coisa que o profissional não tem?, essas perguntas que evidenciam a distância entre teoria e prática são recorrentes nos profissionais que trabalham ou que se preocupam com a temática quilombola, e nos levam a questionar as maneiras e tratamentos dados a essas comunidades e seus moradores, que são de suma importância para a construção de uma sociedade que preserve e cuide das minorias, e que respeite suas diferenças e tradições que são tão importantes para a nacionalidade e identidade brasileira.

Referências Bibliográficas

- AMANTINO, Márcia, FLORENTINO, Manolo. Uma morfologia dos Quilombos nas Américas. Rev. Scielo. Dezembro de 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702012000500014>. Acesso em: 20 de março 2016.
- AMANTINO, Márcia. Sobre os quilombos do sudeste brasileiro nos séculos XVIII e XIX. In: Florentino, Manolo; Machado, Cacilda (Org.). *Ensaio sobre a escravidão I*. Belo Horizonte: Editora da Universidade Federal de Minas Gerais. p.235-262. 2003.
- ARRUTI, José Maurício. Relatório técnico-científico sobre a comunidade remanescente de Quilombo da ilha da Marambaia. Rio de Janeiro, Koinomia/Projeto EGBÊ, 2003.
- AMBROZIO, Júlio César Gabrich. *O presente e o Passado no Processo Urbano da Cidade de Petrópolis: uma História Territorial*. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- CARDOZO, Ciro Flamarion S. *Escravo ou camponês? O Protocampesinato negro nas Américas*. São Paulo, Brasiliense, 1987, p. 88.
- Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola: Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CNE)*. Brasília, DF, 2011.
- GOMES, Flávio S. *Mocambos e quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil*. São Paulo, Claroenigma, 1ª ed. 2015.
- MATTOS, Hebe. *Remanescentes das Comunidades dos Quilombos: Memória do Cativo e Políticas de reparação no Brasil*. Revista USP, São Paulo, n. 68, p. 104-111, 2005-2006.
- NETTO, Jeronymo Ferreira Alves. *Curso de história de Petrópolis*. Instituto Histórico de Petrópolis, p. 2-12, 2002.
- RABAÇO, Henrique José. *História de Petrópolis*. Instituto Histórico de Petrópolis: 1985.
- REIS, João José, SILVA, Eduardo. *Negociação e Conflito: A resistência Negra no Brasil escravista*. São Paulo: 3ª, ed. Companhia das Letras, 2009.
- VERAN, Jean François. *Rio das Rãs: Memória de uma comunidade Remanescente de Quilombo*. Afro-Ásia- Universidade Federal da Bahia, Bahia, p. 295-323, 1999.
- YABETA, Daniela Paiva. *Marambaia: História, Memória e Direito na luta de um território quilombola no Rio de Janeiro*. Tese (doutorado em História) Programa de pós graduação da Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2014.
- Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. "O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História", Juiz de Fora, 2017, 1554p.*
 ISSN: 2317-0468
 17 a 21 de outubro de 2016

Ministério da Educação. <http://portal.mec.gov.br/educacao-quilombola-2007>.

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016*

A LEI 10.639/03: PENSANDO O DIFÍCIL CAMINHO DA RELAÇÃO ENTRE TEORIA E PRÁTICA.

Shirley da Silva Oliveira¹

Resumo:

Este estudo tem como tema a escrita e o ensino da História, enquanto ofício do historiador e a prática docente, tendo como eixo a aplicação da Lei 10.639/03, a saber, a obrigatoriedade do ensino de História da África, em todos os níveis escolares das instituições de educação brasileiras, públicas e privadas. Tendo como meta também apontar alguns caminhos, para que a referida Lei aconteça de fato e produza os frutos esperados por aqueles que lutaram pela sua existência.

Palavras-chave: Ensino de História da África, Comunidade Escolar, Lei 10.639/03, Teoria e Prática.

Résumé :

Cette étude a pour thème l'écriture et l'enseignement de l'histoire, tandis que l'historien de l'artisanat, et la pratique de l'enseignement, avec l'axe de l'application de la loi 10.639 / 03, à savoir l'enseignement obligatoire de l'histoire de l'Afrique à tous les niveaux des institutions scolaires brésiliennes, publiques et privées. Dans le but également souligner une certaine façon, que cette loi qui se passe réellement et produire les fruits attendus par ceux qui ont combattu pour leur existence.

Mots-clés: Histoire de l'éducation Africaine, Communauté Scolaire, Loi 10.639 / 03, Théorie et Pratique.

Introdução

O presente estudo objetiva pensar a aplicabilidade da Lei 10.639/03, no espaço escolar, considerando interdisciplinaridade e interação entre a escrita da História e prática docente. Articulando algumas possibilidades diante das várias dificuldades engendradas fora e dentro das comunidades educacionais.

Inicialmente serão analisados como as publicações e materiais didáticos, muitos saídos da Academia, considerando este como centro do saber, por vezes desqualificando as práticas e saberes outros existentes no espaço escolar, carregam em si silêncios e

¹ - Graduada em História na Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG.

Pós-graduanda em História da África, Universidade Federal de Juiz de Fora, MG.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

intencionalidades. Acabando por cancelar o ideário civilizatório eurocêntrico, o qual a Lei 10.639/03 objetiva desconstruir, a fim de abarcar a diversidade e engendrar ações afirmativas a favor da inclusão. Demonstrando pontualmente alguns caminhos para realizar tal projeto.

O ambiente escolar é um importante espaço na construção do que somos da nossa identidade enquanto seres sociais, “Dentre os fatores de reprodução das desigualdades raciais, a educação ocupa lugar privilegiado pelo peso decisivo que ela tem...” (HENRIQUES, 2002: 6). Como o indivíduo passa muito tempo dentro deste espaço, a sua identidade pessoal, que aparece a partir do contato com o outro, pode ser alterada de forma positiva. O indivíduo, portanto, deve através da educação de qualidade entender os caminhos que os levaram a ocupar determinados lugares sociais. Estando estes lugares demarcados grandemente por projetos políticos estatais, forjados para atenderem interesses de determinados grupos privilegiados. Embora o sistema político e econômico aponte os indivíduos e suas escolhas como promotores de suas mazelas.

Tanto as divisões das grades curriculares no ensino superior, quanto dos níveis médio e fundamental não dão conta da inclusão do Continente Africano. Para, além disto, contribuem de forma perversa para a manutenção de estereótipos, racismos, desigualdades e exclusão da população não branca. Os conteúdos curriculares são objetos de disputas e repletos de ideologias, dando suporte ao racismo estruturante que abarca todas as áreas da sociedade.

A importância da formação de profissionais para a aplicabilidade da Lei 10.639/03, e a materialização de uma educação que abranja toda diversidade social brasileira, promotora da valorização do discente afro-brasileiro, também é uma questão deste estudo. A desconstrução do que está posto passa pela constituição de profissionais, que possam ter ferramentas teóricas e materiais para desincumbir esta missão nada fácil, mas edificante, “O trabalho escolar não comporta neutralidades.” (PEREIRA, 2011: 3). Iniciando-se nas salas de aula do ensino superior e perpassando posteriormente para a prática nas escolas. Uma aproximação da Academia com a Comunidade Escolar seria um passo assertivo para alcançar êxito e acelerar este processo de desconstrução e edificação. Os saberes construídos perpassam o conhecimento erudito e o adquirido na prática, por conseguinte ambos têm seu valor.

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016*

Outro ponto basilar para o acontecimento efetivo da Lei 10.639/03 é a interdisciplinaridade, a união docente das diversas áreas do saber, a fim de alavancar as ações afirmativas de inclusão. Definitivamente a união faz a força e nesta pesquisa pretende-se apontar como isso poderia sair da teoria para o campo das possibilidades. Em que pese o conturbado momento político pelo qual passa o país, não se pode deixar perder conquistas normatizadas, como a da Lei 10.639/03, resultado de lutas, seria trágico e impensável para a sociedade brasileira qualquer retrocesso neste sentido.

Teoria e prática: desafios e assertividade.

A efetivação da Lei 10.639/03 no ambiente escolar tem sido um grande desafio docente, assim como de toda a comunidade educacional. Dentro das escolas existe a grade tradicional de conteúdos, baseadas nas avaliações nacionais e provas de ingresso no ensino superior, que acabam por enrijecer o fazer do profissional da educação. Nas escolas particulares este fator é enormemente considerado pela comunidade escolar, como um todo, ficando as histórias africanas, indígenas e de outros povos, para além da Europa Ocidental, relegadas a tópicos isolados da disciplina de história. Para quebrar este paradigma são necessárias muitas ações afirmativas, nada fáceis, contudo extremamente importantes.

O livro didático é uma fonte útil para a cultura escolar desde que não mais seja considerado o lugar de toda a História. Submetido à leitura crítica, com a ajuda interpretativa do professor e colocado em diálogo com outras fontes de estudo. (SILVA E FONSECA, 2010, 29).

Com a Lei 10.639/03 os organizadores dos livros didáticos, dos campos de materiais didáticos em geral, tiveram que se adequar a legislação e a história da África passou a figurar nestes instrumentos de ensino. Não obstante pelo pouco conhecimento do tema, ou da falta de compreensão do real valor que a temática representa para a sociedade brasileira, no tangente a luta antirracismo e erradicação das desigualdades sociais históricas, estes conteúdos têm que ser problematizados, pois ainda carregam valores contrários e deturpados do Continente.

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016*

O recorte analisado são os livros didáticos empregados no ensino médio e fundamental. Embora os anos iniciais sejam de suma importância, no que tange à desconstrução e imaginário negativo sobre África e suas populações e posteriormente possibilitar ações afirmativas sobre o mesmo. O livro História e cultura africana e afro-brasileira na educação infantil, coordenação de Nilma Lino Gomes, se constitui em uma ferramenta primorosa neste intento. Voltando aos livros alvos da pesquisa a História da África fica então circunscrita à: África, o berço da humanidade, ao Egito, o período da escravidão e ao imperialismo. Tudo muito desvinculado do objetivo principal da Lei, a saber, combate ao racismo, reparação, valorização de ações afirmativas inclusivas da população afrodescendente.

A obrigatoriedade das temáticas africanas nos livros didáticos fez com que esta se tornasse mais abrangente, contudo estas ficam isoladas, desconectadas da história da humanidade, que sempre contemplou o espaço europeu, ocidental e suas realizações. Ademais existem erros nestes conteúdos, contribuindo para reafirmar estereótipos, já tão negativamente legitimados desde as teorias racistas e que tanto mal fez a população afro-brasileira. Portanto cabe ao docente o papel de fazer uma leitura crítica destes materiais, uma vez que este é um suporte educacional muito utilizado pela comunidade escolar.

Geralmente os livros didáticos têm como início o tema, África, o berço da humanidade, é fundamental buscar o conhecimento prévio do discente sobre o Continente. Fazer um esquema com o ideário destes alunos sobre o tema e problematizar este conhecimento, produzido socialmente, com uma intenção previamente concebida. Este será um momento inicial de catarse, de desmonte deste ideário racista, naturalizado por séculos de usos e desusos. As imagens constantes neste capítulo muitas vezes são objetos que possibilitam à desconstrução de estereótipos.

Outro capítulo observado é o das grandes civilizações, neste ponto é essencial reflexão sobre o conceito de civilização. No dicionário Infopédia, Dicionários Porto Editora, temos estas definições,

1. Conjunto das instituições, técnicas, costumes, crenças, etc. que caracterizam uma sociedade ou um grupo de sociedades determinadas.
2. Conjunto dos conhecimentos e realizações das sociedades humanas mais evoluídas, marcados pelo desenvolvimento intelectual, econômico e tecnológico.

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
 “O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
 Juiz de Fora, 2017, 1554p.
 ISSN: 2317-0468
 17 a 21 de outubro de 2016*

Muitos outros dicionários adotados em salas de aulas têm definições similares, estes conceitos precisam ser problematizados em sua essência, já que apontam para uma hierarquização das sociedades humanas considerando marcos definidos pelas sociedades européias ocidentais. Uma intervenção do docente no sentido de desconstruir este saber excludente se faz necessário, pois não abarca grupos sociais africanos, por exemplo, por não possuírem escrita, ou ser política e culturalmente diferentes do senso comum. Um parêntese é aberto aqui pela presença do Egito, desde muito tempo considerado uma grande civilização e, portanto o fato deste estar no Continente Africano sempre foi silenciado. Não obstante tal fato deveria servir para aplicar o objetivo da Lei 10.639/03, a saber, valorização dos povos africanos e dos discentes afrodescendentes, os conteúdos não perpassam por esta proposta. Cabe, portanto, ao docente promover um debate, através, por exemplo, de pesquisas sobre a importância da oralidade, tão presente nas sociedades africanas, a importância dos griôs, a contação de histórias. Os outros reinos africanos, que agora costumam aparecer nos livros didáticos, apresentam também grande oportunidade para aprofundamento na história antiga da África. Estas atividades são relevantes e quando são propostas de maneira a cativar o aluno, usando as artes como, teatro, literatura, em interdisciplinaridade com diversas áreas do saber, pode resultar em ações afirmativas profundamente positivas.

Observando a organização do espaço escolar, o isolamento das disciplinas e por muitas vezes dentro destas, considerando os turnos, nota-se diversos complicadores, no tangente à comunicação entre os docentes. No entanto a interdisciplinaridade, a construção de projetos em conjunto, são facilitadores do fazer docente, para além de colher bons frutos a toda comunidade escolar. “Comprendemos, assim, que a docência é uma profissão exercida de maneira compartilhada, em uma rede de partilhas criadas e recriadas em circunstâncias reais.” (PEREIRA, 2011: 4). A utilidade da literatura africana e os estudos das palavras de origem africana desembocam em diversas possibilidades e o compartilhamento entre as disciplinas história, língua portuguesa e literatura pode criar e proporcionar momentos de aprendizados reais.

Os capítulos relativos à escravidão, tão citados, mas de formas estereotipadas, precisam ser entendidos contemplando todas as realidades presentes neste contexto. No ensino escolar brasileiro o negro aparecia neste enquadramento, retirado deste toda ação

dentro da história, nas conjunturas racistas presente de forma explícita ou no subentendido. O grande empreendimento do professor é tornar estes indivíduos escravizados agentes da própria história.

Primeiramente levar para seus alunos as indagações sobre a inadequação do uso da palavra escravo, para nomear os indivíduos apresados na África e traficados, principalmente para as Américas. Estes, em sua maioria, não eram escravos lá, portanto, escravizada é a nomenclatura coerente. O cuidado com as palavras é um bom exercício para desconstrução de ideologias implícitas carregadas por estas, os conceitos mudam e tendem, pela repetição, a serem naturalizados.

A escravidão no Continente Africano, como já citado, existia, assim como em outras partes do mundo, em diversos períodos e sociedades, concluindo é uma instituição antiga. Entretanto a reprodução ocorrida nas Américas, onde os negros escravizados foram destituídos de sua humanidade e transformados em mercadorias, é marcadamente diversa da existente em solo africano. O modo de ver o mundo pelo africano se faz através do coletivo, o indivíduo se entende como tal dentro do grupo. Se este for por qualquer motivo afastado do seu grupo, passa a ser passível de se tornar dependente de outra sociedade. As pessoas escravizadas na África são por vezes assimiladas por estas comunidades e mesmo que isto não ocorresse estas não perdiam todos os direitos e muito menos eram destituídas de sua humanidade. As relações de dependências no Continente Africano são objeto de muitas pesquisas, desmistificadoras da justificativa da escravização fora do mesmo.

Para, além disto, há uma urgência em contextualizar e tornar o negro escravizado atuante na sua história, em que pese à grande violência a qual foram submetidos. Esta realidade não pode e não deve ser minimizada, mas as formas de resistência encontradas por estes sujeitos, mediante toda conjuntura adversa tem que aparecer nas aulas sobre o tema. Assim não fosse a cultura africana, com resignificação ocorridas aqui e no Continente, haja vista esta não ser estática, enfim a cultura africana não faria parte da formação do povo brasileiro, como faz. Ocorreram resistências pelas religiosidades, expressões artísticas, associações, negociações, enfrentamentos, fugas, etc., considerando o universo do qual estes indivíduos saíram, assim como a realidade encontrada aqui. A análise da longevidade da escravização existente no país, seus desdobramentos pré e pós-

abolição é uma parte do tema, que pode possibilitar várias intervenções do profissional da educação da disciplina de história em conjunto com outras áreas do conhecimento. Utilizar a música, (o chorinho, o samba, o rap) as expressões corporais e artísticas, (dança, capoeira, teatro) literatura, para viabilizar o entendimento das consequências da abolição, como foi engendrada, pensando as questões do racismo científico, projetos de branqueamento e higienização da sociedade e centros urbanos brasileiros. Estas interdisciplinaridades cativam mais os discentes e facilitam a interação entre todos os atores da comunidade escolar. Assim os festivais de canções, teatros, literatura africana, gincanas, concursos de redações e poesias, pesquisas das comunidades locais, apresentação de danças, cinemas, documentários, projetos que mobilizem a todos componentes deste universo formador dos indivíduos, o universo escolar.

A diversidade geral existente na África precisa estar sempre presente nestas falas, quebrar este imaginário homogêneo criado sobre o Continente tem que ser constante. A pluralidade linguística, política, social, religiosa explica muito sobre a África de ontem e de hoje. Este tema deve ser explorado pelo docente nos trabalhos escolares, de maneira a provocar inquietação nos alunos sobre os conhecimentos oriundos do senso comum, resultantes de ideologias servidoras de propósitos, beneficiadores de determinados grupo. O foco aqui, além de passar conhecimento, deve ser valorização dos indivíduos afrodescendentes dentro e fora do espaço escolar. Mostrando que a África e suas populações, embora em muitos aspectos estejam longe dos parâmetros ocidentais, aos quais somos tributários, tem valores diferentes, mas indubitavelmente preciosos para a humanidade e construção do que somos. Pontuar a diversidade estética, cultural, religiosa, política, valorizando e promovendo a inclusão dos diferentes.

Tendo o cuidado para não incorrer no erro de esconder os problemas das sociedades africanas, partir para o lado oposto, pois estes ocorrem como em todas as comunidades do mundo. Mistificar, idealizar, vitimizar não é o caminho a ser trilhado, mas desnaturalizar o conhecimento legitimado por séculos no ambiente escolar, que desembocou no racismo estruturante que perpassa a sociedade brasileira.

O imperialismo, fenômeno engendrado pelas potências européias, juntamente com expansão capitalista e suas necessidades, é um tópico da história da África, que muito contribuiu para legitimar a visão racista sofrida por este. A tão falada divisão do

Continente Africano pelas Potências Ocidentais a fim de “civilizar” o povo do mesmo, pelo controle do mundo do trabalho, através de organização de forma análoga à escravidão. Havia e infelizmente ainda há uma tendência a pensar o Continente com uma homogeneidade, não condizente com a realidade. Devemos pensar a África como várias Áfricas, pois são cinquenta e quatro países, com mais de duas mil línguas, várias religiosidades baseadas na ancestralidade, onde o sagrado explica e justifica os fatos da vida cotidiana, com cultura e organização políticas diversas.

Analisando estas colonizações percebem-se as variações em todo processo, a maneira como se deu e as resultantes do mesmo são diversificadas. Um dos exemplos foi a colonização do Congo pelo rei Leopoldo II, transformando o mesmo em sua propriedade particular, foi à representação da face mais desumana da colonização no Continente.

O fato dos países, a saber, Etiópia e Libéria não terem sofrido colonização também deve ser contextualizado, demonstrar como a primeira venceu a tentativa de invasão da Itália. A segunda é um território comprado por ex-escravizados norte-americanos, pela Associação Americana de Colonização, para o retorno dos mesmos ao Continente. Pela proximidade deste com os EUA não passou pelo processo de colonização. Situações que carregam em si temas para ações afirmativas sobre o Continente e seu povo, possibilitando debates ricos em conteúdos proveitosos em vários sentidos positivos.

Os processos de independências são complexos, mas cruciais para pensar a África contemporânea. O pan-africanismo, movimento nacionalista participaram destes processos através da luta armada ou pelas resistências pacíficas. Embora os conflitos tenham acontecido pelas duas formas em quase todos os casos, em algum momento. Os resultados advindos destes processos de emancipação são complexos, inicialmente pelo modo como ocorreu a ocupação colonial destes territórios. Estas ocupações tiveram uma lógica exploratória externa, assim as populações, cultural e politicamente diferentes ou mesmo antagônicas, foram colocadas dentro do mesmo Estado. Tal situação provocou e provoca embates sistemáticos e violentos, por vezes, dentro destes países, que conservaram a mesma conformação territorial engendrada pelos colonizadores. Haja vista haverem várias línguas no mesmo Estado à língua oficial é a do colonizador, além das línguas nativas se tem o árabe introduzido pelo Islã e a necessidade de ler o Alcorão. Uma

das coisas positivas, das muitas encontradas na África é o fato de que os africanos são políglotas, pois são faladas no mínimo duas línguas pelos mesmos, a nativa e a oficial.

Juntamente com as variadas intervenções dos estrangeiros dentro e fora do Continente, criaram-se outras realidades e resignificações nas formas de ver o mundo, porém sempre dentro da lógica ali existente. As ocupações estrangeiras, seja pela expansão islâmica, cristã e colonial, deixaram suas marcas nas várias unidades políticas encontradas hoje na África. A compreensão do Continente na atualidade perpassa pela forma como se deu a colonização, a formação dos países e a independência dos mesmos. O impacto do apresamento de indivíduos durante séculos para o tráfico e a colonização, esta última com menor duração, foram nefasto para suas estruturas sociais. As resistências, pelas armas ou não violentas, também aconteceram e estas precisam aparecer nas salas de aulas. Para além das mazelas apresentadas pelas mídias e necessário mostrar as coisas que deram certo, contextualizar os conflitos internos, as religiosidades advindas do contato com o islã e catolicismo, enfim sair do lugar comum, “do perigo de uma história única”, como afirma a escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie.

A religiosidade africana e as variadas organizações sociais no Continente é um tema muito importante a ser abordado nas aulas. Entretanto são conteúdos difíceis de serem tratados, afirmam os docentes, devido à satanização das mesmas, pelo projeto civilizacional cristão europeu. O cristianismo alicerçado na dicotomia, bem e mal, não reconhecia outras religiosidades, classificando-as como seitas maléficas. Nestas não existe o bem e mal isoladamente e têm praticas bem diversas das religiões cristãs, atualmente o fenômeno das religiões neopentecostais têm acirrado muito a intolerância religiosa contra as mesmas. Os negros escravizados quando chegavam ao país eram obrigados a aderir ao cristianismo, porém usaram de vários subterfúgios para continuarem a exercer suas práticas religiosas e suas culturas, línguas e tradições. Ainda hoje os estereótipos e preconceitos marcam as religiões de matrizes africanas, como dito acima a intolerância é um fator negativo, o qual vem causando muitos problemas quando os temas das aulas são sobre religiões e religiosidades africanas. Por isso a preparação dos docentes para abordar este assunto é fundamental, pois não tem como falar de África e das relações étnico-raciais deixando as religiosidades de fora. Para, além disto, é uma ferramenta no que toca a valorização do respeito às diferenças principalmente nesta área.

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016*

Em síntese o conhecimento dos docentes sobre as religiosidades africanas, a percepção do contato direto e constante entre sagrado e o humano, como isto foi resignificado em solo brasileiro dando origem às religiões de matrizes africanas é um facilitador para abordagem do mesmo. Os conflitos poderão acontecer, mas silenciar é sempre a pior opção, vai contra o ideal de uma educação transformadora.

Além destes marcos histórico convêm utilizar a temática da História da África e relações étnico-raciais durante as efemérides comemorativas recorrentes no espaço escolar, como por exemplo, a semana do livro, visto que a literatura africana é uma ótima opção. Quando das festas tradicionais brasileiras e suas representações artísticas, convidar alunos negros para fazer papéis comumente não lhes dado, pequenas atitudes que promovem grandes reflexões. Valorizar e contextualizar os saberes discentes e de suas comunidades, trazer as famílias, sempre que possível, para participar destas ações. Concluindo urge a necessidade de quebrar de vez com os elos racistas e preconceituosos presentes no espaço escolar. É de responsabilidade dos profissionais da educação colocar em prática os objetivos da Lei 10.639/03. A pergunta é: quais passos a serem dados nesta direção?

A importância da formação docente

Cursos de Licenciatura, disciplinas como história, arte, geografia e literatura africanas estivessem presentes, os futuros docentes não teriam tantas dificuldades em elaborar instrumentos teóricos e metodológicos fundamentais para o tratamento do assunto nas escolas. Porém, de uma forma geral, não é esse o quadro encontrado no Ensino Superior brasileiro, e, mais especificamente, nos cursos de História. (OLIVA, 2007: 233).

Como aponta Oliva o tema África não é dos mais fáceis de ser abordada em aula e ademais grande parte dos docentes que estão na ativa, receberam poucas ou nenhuma informação e formação crítica sobre a temática africana. Ficando a aplicabilidade da Lei 10.639/03 prejudicada. Para desconstruir estereótipos requer domínio de conteúdos, saber quais fontes usar para montar uma boa aula, que os alunos se sintam motivados, valorizados, promovendo equidade, tolerâncias étnico-raciais e religiosas, enfim fomentar a educação inclusiva de fato.

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016*

É fala corrente entre os docentes a falta de preparo para falar e aplicar a Lei, haja vista a temática não ter feito parte da grade curricular de suas graduações. Em que pese algumas incursões nos debates propostos pelos movimentos negros e alguns pesquisadores sobre a escravidão, imperialismo e relações étnico-raciais, não deram conta da complexidade que o assunto trás em si. O mito da democracia racial contribuiu para manter o conteúdo sem os questionamentos comuns a outras temáticas, ou no espaço do “não dito” legado aos assuntos perturbadores.

Os currículos de História – sejam aqueles produtos das políticas públicas ou da indústria editorial, sejam os currículos construídos pelos professores na experiência cotidiana da sala de aula – expressam visões e escolhas, revelam tensões, conflitos, acordos, consensos, aproximações e distanciamentos (SILVA E FONSECA, 2010: 16/17).

Outro agravante é a organização escolar, as grades curriculares, os conteúdos, em suma toda a estrutura educacional brasileira é alicerçada na educação praticada na Europa. Não somente a disciplina de história apresenta esta situação, mediante a obrigatoriedade da Lei 10639/03, criou-se uma disciplina História da África, na maioria das faculdades para o cumprimento da mesma. Fato que foi se dando há pouco tempo, mas ainda trazendo em si muitos problemas, devido o isolamento desta disciplina das demais. Outra questão a ser considerada é os professores que têm mais de cinco anos de formados, geralmente, não foram submetidos a este conteúdo de forma problematizada.

Consequentemente como falar do que não se sabe, ou pior, possui visão totalmente deturpada do assunto? A História da África e as relações desta com a formação do povo brasileiro são saberes marcadamente operoso, perpassa por caminhos espinhosos, na formação do povo brasileiro, na construção da identidade afro-brasileira, abarcando exclusão, preconceito, desigualdades sociais. É preciso empatia, autorreconhecimento de toda comunidade escolar, às vezes engajamento social e político. A realidade social das pessoas negras e afrodescendente no país requerem posicionamento imediato, porque disto depende o sucesso deste projeto explícito na Lei 10639/03, juntamente com as demandas dos movimentos negros.

Não precisamos ser profetas para compreender que o preconceito incutido na cabeça do professor e sua incapacidade em lidar profissionalmente com a diversidade, somando-se ao conteúdo preconceituoso dos livros e materiais

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
 ISSN: 2317-0468
 17 a 21 de outubro de 2016

didáticos e às relações preconceituosas entre alunos de diferentes ascendências étnico-raciais, sociais e outras, desestimulam o aluno negro e prejudicam seu aprendizado. (MUNANGA, 2005: 18)

Kabengele Munanga aponta, na introdução do livro que organizou a importância do professor, mediante o futuro do discente, uma vez que a escola deveria mitigar estas reproduções ideológicas racistas e estimular a inclusão, igualdades e tolerância. Como ele mesmo declara em que pese, na maioria das vezes, isto não ocorrer voluntariamente, o resultado não muda e sempre prejudica o desempenho do aluno negro.

Como a vida do afro-brasileiro é acentuadamente árdua, devido ao racismo internalizado, há uma tendência à negação da cor, por parte destes. No Brasil a declaração de cor, cobrada nos questionários e documentos públicos, tem como possibilidades as cores, branca, negra, parda, indígena e amarela, foi acrescentada, há poucos anos, a possibilidade de não se declarar a respeito. Poucas são as pessoas que se declaram negras, isto sugere ser um reflexo contra inúmeras situações desagradáveis a que foram expostas devido a sua cor. Os estereótipos grassam pelas relações sociais de forma cruel e são atenuados, encobertos, pelo mito da democracia racial assimilada por todos.

Assim o docente criado e educado dentro deste sistema de coisas tem que lidar com manifestações racistas de toda forma, inclusive a sua. São os apelidos pejorativos, as piadas depreciativas, os desestímulos, comentários e julgamentos racistas, implícitos e explícitos, permeando o espaço escolar e chancelado abertamente ou pelos silenciamentos do professor, da direção, dos funcionários e prestadores de serviço. Estas situações precisam de intervenção imediata e contundente, para tanto é essencial uma formação adequada e muito empenho.

As instituições governamentais têm que atentar para estas necessidades dos docentes e demais profissionais da educação brasileira. Estes têm que cobrar ações para a ocorrência destas formações, haja vista serem estes os caminhos possíveis para romper com este ciclo vicioso e para que a educação escolar cumpra o seu papel de promotora de acesso a oportunidades, inclusão, formação de identidades positivas, entre outras.

A disciplina de História da África nas escolas superiores tem que conversar com as demais, porque o isolamento da mesma não vai de encontro à proposta da Lei na sua completude, embora seja um avanço inegável. Juntamente com o sistema de cotas, a qual

abrange a proposta de reparação às inúmeras perdas sociais sofridas pela população não branca brasileira, ambas são avanços, porém outros se fazem urgentes.

Já em relação à educação superior, poderia se fazer uma maior ingerência junto ao CNE para que, no currículo mínimo obrigatório dos cursos da área de humanidades e ciências sociais, esteja presente a disciplina "História da África". Entretanto, consideramos que não basta apenas introduzir o estudo dessa disciplina no currículo desses cursos. Há que se pensar, também, na formação de profissionais em nível de pós-graduação (mestrado e doutorado) na temática dos estudos afro-brasileiros, a fim de contribuir com avanços na pesquisa científica dessa área. (FERNANDES, 2005: 384)

Como discorre Fernandes os cursos de extensão, pós-graduação são também um ganho significativo para ajudar o docente nesta empreitada, além do que instrumentaliza os mesmos para empregar ações afirmativas, proporcionando a integração e valorização dos atores envolvidos na comunidade escolar.

Como faz parte da formação docente à procura de ferramentas para engendrar conhecimento e práticas, encontram-se vários sites e propostas divulgadas na internet, espaço atualmente de grande valia e penetração social, que viabilizam trabalhos produtivos. As publicações de pesquisas sobre a temática são importantes, material em maior quantidade e qualidade após a aprovação da Lei 10639/03, grande parte encontrados na internet para domínio público. Sendo relevante o fato de muitos destas publicações serem obras de africanos, visão de dentro para fora do Continente, ou destas fontes alicerçarem as obras de especialistas no assunto. Os olhares dos pesquisadores africanos nos dão várias perspectivas do Continente, para além do viés positivista, no qual nós fomos educados. Demarcam as diversas realidades abarcadas dentro do vasto Continente, que vão além da cultura, clima, vegetação, fauna, organização política, línguas e algumas similaridades na forma de ver e estar no mundo.

Alguns dos sites que instrumentalizam em vários aspectos os profissionais da educação são, a saber, Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB) da Universidade Federal de Juiz de Fora – (<http://www.ufjf.br/neab/>); Centro de Estudos Africanos, Universidade de São Paulo (www.fflch.usp.br/cea/); Centro de Estudos Afro-Orientais, África e Africanidades – (<http://www.africaeaficanidades.com/index.html>); Universidade Federal da Bahia (www.ceao.ufba.br); Centro de Estudos Afro-Asiáticos e Centro de Estudos Afro-Brasileiros, Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
"O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História",
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016*

(www.ucam.br); Casa das Áfricas – (www.casadasafricas.org.br); Site Institucional da Universidade Federal Fluminense (www.uff.br/penesb/); UNESCO (www.unesco.org/new/pt/brasil/education/inclusive-education/general-history-of-africa/). Estes são sites confiáveis para consulta e têm outros com igual importância e confiabilidade, encontrados na internet com tópicos diversos, publicações, notícias, compartilhamento de experiências, etc..

No portal do MEC os docentes encontram algumas publicações para auxiliá-los e uma em especial, Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais, contem algumas dicas de como educar para as diversidades étnico-raciais. Composto de conteúdos muito práticos, que podem amparar os docentes e demais agentes da escola para estabelecer uma educação inclusiva.

Conclusão

Finalmente em que pese às dificuldades entre a teoria e a prática da Lei 10.639/03, os passos iniciais foram dados e os avanços devem adentrar cada vez mais no campo das ações. Considerando o espaço de autonomia do docente, é basilar na aplicação da Lei romper com a rigidez curricular, fazendo parte da rotina escolar, aproveitando todas as situações, datas, conteúdos. A História Africana e sua interação com a História e formação do povo brasileiro comportam uma gama enorme de suportes para produção de conhecimento. Cabem aos docentes, em parceria com outros colegas, representantes de outras disciplinas, introduzirem estes suportes diferenciados no ambiente escolar, de maneira a provocar no aluno inquietação, no tangente as suas realidades sociais e econômicas.

Para, além disto, a formação de professores é seguramente um fator basilar para fazer com que os objetivos da Lei se estabeleçam e prevaleçam, no intuito de garantir equidade entre os grupos sociais. Contribuindo de forma afirmativa para a construção de uma sociedade democrática entre iguais. A formação precisa acontecer de forma abrangente desde o ensino superior, graduação e seus seguimentos, promovendo maior interação entre academia e conhecimento escolar vivenciado pela comunidade educacional.

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016*

A normatização da luta contra o racismo é, como foi dito, um ganho das demandas do movimento negro e de toda sociedade brasileira, veio com a Lei 10.639/03 e não pode ser perdida e sim ampliada.

Referências

- Chimamanda Ngozi Adichie: **o perigo de uma única história**. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=wQk17RPuhW8>.
- FERNANDES, José Ricardo Oriá. Ensino de história e diversidade cultural: desafios e possibilidades. **Cad. CEDES** [online]. 2005, vol.25, n.67, pp.378-388. Disponível em www.scielo.br/pdf/ccedes/v25n67/a09v2567.pdf
- HENRIQUES, **Ricardo Raça e gênero no sistema de ensino: os limites das políticas universalistas na educação**. Brasília: UNESCO, 2002.
[Infopédia - Dicionários Porto Editora](http://www.infopedia.pt). Disponível em <https://www.infopedia.pt>.
- Ministério da Educação / Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais Brasília**: SECAD, 2006. Disponível em http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/orientacoes_etnicoraciais.pdf
- Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **História e cultura africana e afro-brasileira na educação infantil** / Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. -- Brasília: MEC/SECADI, UFSCar, 2014. Disponível em <http://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/publicacoes/Histria%20e%20cultura%20africana%20e%20afro-brasileira%20na%20educacao%20infantil.pdf>.
- MUNANGA, Kabengele. **Superando o Racismo na escola. 2ª edição revisada** / Kabengele Munanga, organizador. – [Brasília]: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. Disponível em http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/racismo_escola.pdf.
- OLIVA, Anderson Ribeiro. **Lições sobre a África: diálogos entre as representações dos africanos no imaginário Ocidental e o ensino da história da África no Mundo Atlântico (1990 - 2005)**. 2007. 415 f. Tese (Doutorado em História)-Universidade de Brasília, Brasília, 2007. Disponível em <http://repositorio.unb.br/handle/10482/1132>.
- PEREIRA, Junia Sales. **Diálogos sobre o Exercício da Docência** – recepção das leis 10.639/03 e 11.645/08. Disponível em <http://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/15073>.

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016*

SILVA, Marcos A., FONSECA, Selva G. Ensino de História hoje: errâncias, conquistas e perdas. **Revista Brasileira de História**, v.30, n.60, p.13-33, 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v30n60/a02v3060.pdf>.

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016*

Simpósio Temático 05: Nova História Política: conceitos, práticas e linguagens.

Coordenadores: Fábio de Souza Duque (Mestrando em História pela USP) Renato de Ulhôa Canto Reis (Doutorando em História pela UFJF)

Jornal O Globo e o projeto neoliberal no Brasil: depreciação do funcionalismo público nas páginas do periódico da família Marinho (1990-1999)

Bruno Ferrari Baptista¹

Resumo:

O presente estudo busca analisar nas páginas do jornal *O Globo* publicadas durante a década de 1990, sobretudo, os segmentos de opinião do periódico para entender o papel do jornal da família Marinho na construção de uma imagem depreciativa acerca da função e estrutura do Estado brasileiro, e a sua contribuição para a construção de um consenso em torno da agenda neoliberal no Brasil. Procuramos analisar, principalmente, a imagem do funcionalismo público construída através da narrativa opinativa do principal jornal das Organizações Globo.

Palavras Chave: *O Globo* – Estado - Funcionalismo Público.

Abstract:

This study analyzes the pages of the *O Globo* newspaper published during the 1990s, especially the journal opinion segments to understand the Marinho's newspaper role in building a derogatory image of the role and structure of the Brazilian State, and their contribution to building a consensus on the neoliberal agenda in Brazil. We tried to analyze mainly the civil service image constructed by opinionated narrative of the main newspaper of Globo Organizations.

Keywords: *O Globo* – State – Civil Service.

Introdução

O fim do século XX foi marcado por uma intensa defesa - por parte de diversos setores das classes dominantes - de uma ordem na qual “o capital tivesse ainda mais ‘liberdade’ de ação, sem as ‘amarras’ do Estado”: o Neoliberalismo, modelo sócio-

¹ Mestrando em História Política no Programa de Pós Graduação em História (PPGH) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), sob a orientação do Professor-Doutor Oswaldo Munteal Filho.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
 ISSN: 2317-0468
 17 a 21 de outubro de 2016

econômico entendido por Marilena Chauí (2006: 69) como o “encolhimento do espaço público e alargamento do espaço privado”. Houve, neste período, uma grande exaltação da iniciativa privada e do mercado. Em contrapartida, o Estado e o Poder Público eram tratados como “vagarosos”, “inoperantes”, “custosos” e “desperdiçadores”. A perspectiva difundida acerca do Estado era a de que este existia “para defender seus próprios interesses, emperrando o progresso que a ‘competição’ entre empresas privadas poderia desencadear”. Na década de 1990 observamos um fortalecimento desta visão neoliberal no Brasil (AREAS, 2012: 11).

Diante disto, somos estimulados a investigar o processo pelo qual um conjunto de valores neoliberais foi difundido às diversas classes da sociedade brasileira. Sem dúvida, a análise do papel dos grandes veículos de comunicação do Brasil neste processo é fundamental para a elucidação desta questão. A proposta do presente trabalho é a de analisar o discurso do maior jornal impresso da família Marinho, *O Globo* - através de suas matérias e, principalmente, editoriais – acerca de temas da agenda neoliberal no Brasil durante a década de 1990, mais especificamente a questão do funcionalismo público nesse contexto.

Os jornais têm forte importância na “batalha de ideias” que, numa perspectiva marxista, seria um ponto crucial na luta de classes contemporânea. É importante salientar que correlação entre os conflitos sociais e ideias foi ressaltada por Friedrich Engels e Karl Marx, que destacam o fato de que numa ordem social onde há exploração do Homem pelo Homem, as classes dominantes necessitam construir ou lançar mão de mecanismos já existentes para dar “universalidade” às suas perspectivas, visões e pensamentos. Precisam “representar o seu interesse como sendo interesse de todos os membros da sociedade” (MARX e ENGELS, 1989: 49).

Karl Marx salienta a condição de amplo privilégio da imprensa na difusão de ideias e de perspectivas, e afirma que os meios de comunicação “transportam signos; garantem a circulação veloz das informações; movem as ideias; viajam pelos cenários onde as práticas sociais se fazem; recolhem, produzem e distribuem conhecimento e ideologia” (MARX, 1977: 67).

Neste sentido, compreendemos que a imprensa possui um caráter político e que é um importante ator nas relações de poder. O discurso apresentado pelos grandes meios

de comunicação não é imparcial e isento de interesses. A perspectiva apresentada por Nelson Werneck Sodré (1999: 1), na obra *História da Imprensa no Brasil*, de que “a história da imprensa é a própria história do desenvolvimento da sociedade capitalista” reforça a relevância da investigação do papel político da imprensa ao longo da progressão do capitalismo no Brasil. Diante disto, entendemos que analisar a cobertura jornalística e os segmentos de opinião de um grande jornal como *O Globo* acerca da agenda neoliberal em curso no Brasil, sobretudo, durante a década de 1990, é bastante relevante para uma maior compreensão da ação política da grande imprensa nacional nesta conjuntura histórica e sócio-econômica.

Imprensa e Hegemonia

Em uma análise histórica da imprensa é fundamental considerar a forma como o próprio órgão de comunicação se auto-apresenta ao público. Quanto maior o grau de aceitação desta auto-imagem mais eficaz será sua atuação política. Os veículos de imprensa, de uma forma geral, não somente *O Globo*, apresentam-se como meios que informam à sociedade o que está acontecendo no Brasil e no planeta. Nesta perspectiva, estariam “prestando um serviço” à população, sem interesses particulares, ou seja, a imprensa atua em um lugar privilegiado travestido de “imparcialidade” (ARBEX JR, José, 2001: 105). As famílias que controlam os meios de comunicação lançam mão deste mito da imparcialidade para fortalecer sua credibilidade e influência diante do público. Portanto, a imprensa lança mão do “mito da imparcialidade” noticiando, de uma maneira engajada, temas que vão ao encontro dos seus interesses de classe e de empresa capitalista (COSTA, 2013: s./p.).

Na sociedade capitalista a imprensa atuaria como um importante instrumento das classes dominantes na disputa por hegemonia na sociedade. O conceito de hegemonia se origina do grego *eghestai*, significando “conduzir”, “ser guia” ou “chefe”, e do verbo *eghemoneuo*, que também corresponde a “guiar/conduzir”, e por consequência, “dominar”, “comandar” (MACCIOCCHI, 1977: 182). Silvano Belligni (1998: 579 e 580), ao tratar do conceito de hegemonia, a partir da perspectiva dos estudiosos marxistas, salienta que há uma “oscilação” entre dois “significados predominantes”:

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016*

Um dos significados tende a equiparar, ou, em torno do caso, a aproximar Hegemonia e domínio, acentuando mais o aspecto coativo que o persuasivo, a força mais que a direção, a submissão de quem suporta a Hegemonia mais que a legitimação e o consenso, a dimensão política mais que a cultural, intelectual e moral. É este o uso preponderante nos escritos dos teóricos da Terceira Internacional (...) A par deste significado, parece hoje prevalecer, um outro que vê na Hegemonia, acima de tudo, capacidade de direção intelectual e moral, em virtude da qual a classe dominante, ou aspirante ao domínio, consegue ser aceita como guia legítimo, constitui-se em classe dirigente e obtém o consenso ou a passividade da maioria da população diante das metas impostas à vida social e política de um país. É este o significado que se depreende da "teoria da Hegemonia" que Antônio Gramsci transformou em centro da sua reflexão sobre a política e o Estado moderno e se acha registrada nas páginas dos *Cadernos do Cárcere* (BELLIGNI *Apud* BOBBIO, 1998: 580).

O pensador Luciano Gruppi afirma que Antônio Gramsci apresenta este conceito em toda a sua amplitude, ou seja, “como algo que opera não apenas sobre a estrutura econômica e sobre a organização política da sociedade, mas também sobre o modo de pensar, sobre as orientações ideológicas e inclusive sobre o modo de conhecer” (GRUPPI, 1978, 3).

Gramsci, para abordar o exercício da hegemonia, diferenciou duas esferas na superestrutura que, “organicamente ligadas”, numa “relação de unidade-distinção”, constituem o “Estado ampliado”: a “sociedade política” e a “sociedade civil” (BRAVO, 2011: 2).

A sociedade política consiste no conjunto de mecanismos e instituições por meio dos quais a classe dominante detém o poder legal da repressão, da coerção e da violência. Nas palavras de Gramsci é o “aparelho de coerção estatal” que garante “legalmente” a disciplina dos grupos que não “consentem” (GRAMSCI, 2000: 21). Já a sociedade civil, “é constituída pelos organismos sociais responsáveis pela elaboração e difusão de ideologias (sistema escolar, partidos, **jornais**)” (COUTINHO *Apud* BRAVO, 2011: 3). Estes elementos da sociedade civil propagam e/ou produzem “ideologias enquanto concepção de mundo”. Então, “na sociedade civil, as classes procuram ganhar aliados para seus projetos através da direção e do consenso” (MORAES, 2010: 57).

Corroborando a perspectiva gramsciana, Noam Chomsky (2013: 14 e 15), na obra *Mídia: Propaganda Política e Manipulação*, ressalta que os instrumentos midiáticos atuam como ferramentas para “construir o consenso” e para “obter a concordância do povo a respeito de assuntos os quais ele não estava de acordo”. Neste sentido, também é

relevante lembrar os estudos de Jesús Martín Barbero sobre a disputa por hegemonia na sociedade, que reforçam a importância de:

pensar o processo de dominação social já não por imposição a partir de um *exterior* e sem *sujeitos*, mas como um processo no qual uma classe hegemônica, na medida em que representa interesses que também reconhecem como seus as classes subalternas (BARBERO, 2013: 112).

A disputa hegemônica dentro da sociedade civil, no âmbito da imprensa, está diretamente ligada à concepção de Poder Simbólico do sociólogo Pierre Bourdieu (1989: 7 e 8). O estudioso francês expõe que:

O poder simbólico é o poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e crer, de confirmar ou transformar a visão de mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for *reconhecido*, quer dizer, ignorado como arbitrário (...) O Poder Simbólico é um poder de construção da sociedade que tende a estabelecer uma ordem gnoseológica: o sentido imediato de mundo (e, em particular, do mundo social) supõe aquilo a que Durkheim chama o *conformismo lógico*, quer dizer ‘uma concepção homogênea do tempo, do espaço, do número, da causa, que torna possível a concordância entre inteligências (...) É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os ‘sistemas simbólicos’ cumprem a função política de instrumentos de imposição ou legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre a outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações que as fundamentam e contribuindo assim, para a ‘domesticação dos dominados’” (BOURDIEU, 1989: 9, 11 e 14).

Os grandes meios de comunicação lançam mão deste “poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos” para difundir visões de mundo e construir consensos (BOURDIEU, 1989: 7).

Ao analisar a imprensa brasileira é fundamental levar em conta o fato de que os meios de comunicação no país são monopolizados por poucas famílias. Altamiro Borges (2009: 58 e 59) salienta que, no fim da primeira década do século XXI, seis famílias dominavam cerca de 70% dos veículos de comunicação no Brasil. O pesquisador paulista ainda destaca que:

A ausência de uma legislação proibitiva da propriedade cruzada, o desrespeito à Constituição e às tímidas leis reguladoras, o respaldo da ditadura militar, as relações promíscuas com o Estado, e a própria lógica monopolista do

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
 ISSN: 2317-0468
 17 a 21 de outubro de 2016

capitalismo, entre outros fatores, explicam a brutal concentração da mídia. Na década de 1990, nove famílias dominavam o setor: Marinho (Globo), Abravanel (SBT), Saad (Band), Bloch (Manchete), Civita (Grupo Abril), Mesquita (Estado de São Paulo), Frias (Folha), Levy (Gazeta) e Nascimento Silva (Jornal do Brasil) (BORGES, 2009: 58 e 59).

Ou seja, sem nenhuma regulamentação efetiva, meia dúzia de famílias controlam megaempresas de comunicação, que se tornaram grandes monopólios midiáticos, e detêm o poder sobre a informação, lançando mão dessa ferramenta hegemônica para pautar os fatos através da ótica destes proprietários dos meios de comunicação e dos grupos dominantes aos quais os “Donos da Mídia” estão intimamente associados (BORGES, 2009: 58-65). Entre estes conglomerados midiáticos se destaca o maior deles: as Organizações Globo, que detém a “avassaladora hegemonia” no setor midiático nacional. Segundo o levantamento realizado pelo projeto “Donos da Mídia”, idealizado pelo jornalista Daniel Herz, o poder da empresa da família Marinho se expande por:

35 grupos afiliados que controlam, ao todo, 340 veículos..Sua influência é forte não apenas no setor de TV. A relação com empresas em todos os estados permite que o conteúdo gerado pelos 69 veículos próprios do grupo carioca seja distribuído por um sistema que inclui 33 jornais, 52 rádios AM, 76 rádios FM, 11 rádios OC, 105 emissoras de TV, 27 revistas e 17 canais e nove operadoras de TV paga. Além disso, a penetração de sua rede é reforçada por um sistema que inclui 3.305 retransmissoras (BORGES, 2009: 59).

Venício A. de Lima destaca o fato das Organizações Globo hegemonizarem o sistema de comunicação brasileiro:

A grande mídia privada, impressa e/ou eletrônica, se constitui na forma dominante através da qual a maioria de nossa população ainda hoje recebe, sem possibilidade de interação, as informações que moldam a sua percepção do que é e de como funciona o mundo, próximo e distante. E aí se incluem as construções de longo prazo dos direitos, dos valores e das representações sociais, inclusive de gênero, de etnia e, claro, da política e dos políticos (...) O sistema brasileiro de mídia, além de historicamente concentrado, é controlado por poucos grupos familiares, é vinculado às elites políticas locais e regionais, e é hegemonizado por um único grupo, as Organizações Globo (LIMA, *Apud* BORGES, 2009: p. 9 e 10).

É evidente que ao pensar a grande imprensa nacional é preciso analisar a dimensão política da atuação destes gigantescos monopólios da informação. Como salientamos anteriormente, os órgãos da imprensa se auto-apresentam à sociedade como instrumentos

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

comunicacionais isentos e imparciais que estão apenas prestando o serviço fundamental de informar à população; mas todo discurso que é veiculado nestes monopólios de informação parte de uma linha editorial ditada pelas famílias que controlam estes meios de comunicação. Ou seja, este discurso parte de uma opinião, não é neutro e descolado de interesses, é um discurso construído a partir da visão de mundo e da ideologia política dos grandes proprietários da mídia, que não hesitam em lançar mão de seus grandes instrumentos de comunicação para difundir ao conjunto da sociedade um discurso que vá ao encontro dos interesses privados dos “Donos da Mídia”.

Através deste domínio dos meios de comunicação os grupos oligárquicos que os controlam têm forte influência sobre a opinião pública. Esse poder de influenciar a opinião pública tem uma abrangência política enorme, pois qualquer governo ou instituição pública não pode “negar a importância da opinião dos cidadãos sobre questões públicas na elaboração da política ou se impedir a livre e pública expressão de tais opiniões, a opinião pública não existe” (SPEIER *Apud* FERREIRA, 2015: 58). A “opinião pública, em primeiro lugar, é uma comunicação entre os cidadãos e seu governo, e apenas secundariamente uma comunicação entre cidadãos” (SPEIER, 1972: 128).

Neste trabalho, balizados pela perspectiva gramsciana, partimos do entendimento de que o jornal *O Globo* é um “veículo de difusão de visões de mundo” e “ideologias burguesas – não considerando ideologia como falsidade ou mentira deliberada, mas como um condicionamento da percepção da realidade, um certo horizonte intelectual”. E claramente o “horizonte de *O Globo* são os valores da empresa privada capitalista”, que são apresentados como valores universais. “O mundo estabelecido é eternizado e seus problemas ou conflitos, atenuados ou mesmo negados” (ARÊAS, 2012: 40 e 41). Afinal, como salienta Leandro Konder (2002: 223) “a ideologia dominante está justamente no que não é visto, nas limitações dos horizontes de pensamento”. Neste sentido, é importante lembrar que:

a eficácia do jornal estará justamente em ocultar seus compromissos com o capital e com a ideologia dominante, mostrando-se como porta voz do público, imparcial, íntegro, guardião da moralidade e dos valores coletivos. Daí *O Globo* se valer da noção de opinião pública, ora entendida como se fosse a posição da ‘maioria’ da população, ora como se fosse a dos leitores. Porém, a existência de uma ‘opinião pública’ dependeria de oposições de ideias e debates prévios para que, a partir de então, cada um formulasse o seu ponto de vista. E não é isso que

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
 “O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
 Juiz de Fora, 2017, 1554p.
 ISSN: 2317-0468
 17 a 21 de outubro de 2016

ocorre no jornal que procurou transformar os valores neoliberais em dogmas” (ARÊAS, 2012: 41).

O Globo e depreciação do Estado: O funcionalismo como sinônimo do retrocesso e entrave ao progresso

A concepção de “Estado mínimo”, o modelo de privatizações e os seus respectivos valores foram amplamente discutidos no país durante a década de 1990 (CARVALHO, 2006: 41). Segundo João Braga Arêas (2012: 182-185) o jornal O Globo teve uma ação relevante na construção de um consenso acerca da ideia de ineficiência do papel do Estado na sociedade. O Globo, através de seus editoriais e matérias, “ressaltava os maus serviços prestados pelas estatais”, além de trazer textos sobre problemas específicos de certas estatais. O jornal “publicava reportagens panorâmicas, tratando do peso das estatais na economia brasileira e do caráter desorganizados das mesmas”. É importante destacar que “somadas às matérias, um número considerável de editoriais – presentes não só em sua parte tradicional, mas também espalhadas pelas demais páginas e nas capas – reforçava a imagem de crise das agências estatais”. E é evidente que essa construção discursiva anti-Estado produzida pelo jornal da família Marinho também precisava desqualificar os indivíduos que personificavam este espectro da empresa estatal: o funcionário público.

O jornal *O Globo* buscou construir, sobretudo através dos seus editoriais, uma ideia de que o funcionalismo público era uma espécie de “*casta*” privilegiada. Um segmento profissional que estava “segregado” da realidade da maioria da classe trabalhadora nacional.

O Globo afirmava que os servidores tinham privilégios e que isso representava um aspecto relevante do “peso absurdo” das empresas estatais, tentando elaborar a perspectiva de que os únicos com interesse na manutenção da estrutura pública eram os que tiravam proveito direto dela. Por exemplo, um editorial de 1993, que afirmava que os funcionários das empresas públicas eram “*privilegiados ocupantes*” de “*verdadeiros cartórios*”², e ainda reforçava que:

Qualquer tentativa de discutir o papel das empresas estatais na sociedade brasileira provoca uma reação em cadeia do mandarinato corporativista em

² Editorial Jornal *O Globo*. *Estratégico: o que não é e o que é*. 05/08/1993. p. 3.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
 “O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
 ISSN: 2317-0468
 17 a 21 de outubro de 2016

que se transformou o seu funcionalismo. Enrolados na bandeira nacional, os advogados de privilégios e mordomias entoam aos berros o coro da 'defesa dos setores estratégicos do país'.³

Segundo o jornal *O Globo* o serviço público “garante as mordomias jamais sonhadas pela massa dos trabalhadores brasileiros, os décimos terceiros salários antecipados, as generosíssimas aposentadorias”, que seriam “asseguradas pela pesada contribuição dos cofres públicos para o seu milionário fundo de pensão”.⁴ O periódico insistia nessa tese e afirmava que o país “precisava acordar” e questionar esses excessos e privilégios:

O Brasil precisa repensar a si mesmo. Impor o interesse verdadeiramente nacional ao desses grupos altamente favorecidos que desviam para seu benefício próprio – e não raro para a sua ociosidade – recursos que deveriam estar criando, com eficiência, as condições necessárias para a retomada do nosso desenvolvimento. Mas isso exige coragem e determinação (...).⁵

O jornal deixava claro em suas publicações que os problemas nacionais de um “Estado patrimonial” estavam personificados nos funcionários públicos, que supostamente tinham “acesso privilegiado” às “benesses” e “riquezas” do Estado brasileiro, transformando-o em um “condomínio de uma minoria”.⁶ *O Globo* ainda afirmava que:

Hoje, com o fortalecimento da concepção patrimonial do Estado, o que passava ao folclore pode se tornar corrente: não falta quem reclame como seu, em exclusividade, o que é público. Não se atina com o sentido de ficar sob tutela do Estado o que é público, justamente para o proteger de qualquer apropriação por indivíduos. E o Estado patrimonial distorce a mentalidade de seus servidores: eles se portam como condôminos – como cidadãos diferentes dos demais, com direitos especiais sobre o que deveria ser comum e público. (...) há muita gente convencida de que tem mais direitos que os demais cidadãos.⁷

O periódico da família Marinho também ataca a questão dos rendimentos do funcionalismo público, afirmando que os servidores tinham salários e benefícios muito

³ Idem.

⁴ Editorial de Capa Jornal *O Globo*. Ameaça ao plano. 05/04/1990. p. 1; Editorial Jornal *O Globo*. Estratégico: o que não é e o que é. 05/08/1993. p. 3.

⁵ Idem.

⁶ Editorial. Jornal *O Globo*. O Estado em condomínio. 06/04/1990. p. 4.

⁷ Idem.

dísparos em comparação aos demais profissionais brasileiros. *O Globo* afirmava que “o grosso das verbas de destinação social” era “desviado impiedosamente, para remunerar as saturadas folhas de pagamento oficiais, e cobrir déficits, aventuras e desperdícios dos estatocratas, de alta experiência no gasto e esbanjamento do dinheiro público”. O periódico destacava que “em consequência do espírito corporativo, a política salarial tornou-se uma variável autônoma dentro de muitas empresas estatais”, e assim, “benefícios, vantagens, e até mesmo os níveis salariais” eram “fixados ignorando-se a realidade econômico-financeira das companhias ou as condições do mercado de trabalho”. Segundo *O Globo* existia no Brasil “uma folha salarial totalmente distorcida no serviço público”, fato que gerava “um perfil de aposentadoria que” garantia “a inviabilidade da Previdência Social”⁸

O Globo também questionou a estabilidade no funcionalismo público, tratando-a como mais um privilégio absurdo, como algo “abominável” que deveria ser banido do país. Para o jornal, a estabilidade era um “tipo de garantia” que “foi concebido no passado para preservar o funcionalismo do uso político da máquina administrativa por governantes inescrupulosos”, que “**acabou se tornando um escudo para premiar a falta de empenho do servidor relapso**”. Os servidores públicos, segundo *O Globo*, poderiam até não serem assíduos e competentes, propagando a ideia de que a assiduidade não era “a tônica do serviço público”, na verdade seria uma raridade que, quando praticada, gerava até “gratificações” para o funcionário público. Tais fatores motivariam o péssimo “padrão de qualidade do serviço público no país”, e, para o jornal dos Marinho: “a alteração desse quadro somente ocorrerá quando ficar bem definido que não há garantia de emprego para os funcionários incompetentes ou que pouco se empenhem no serviço”.

Considerações Finais

Após a análise de diversos editoriais (e de algumas reportagens) do periódico da família Marinho percebemos o tom depreciativo acerca do papel do Estado e de sua estrutura, bem como, sobre o conjunto do funcionalismo público nacional.

⁸ Editorial Jornal *O Globo*. *Fora de controle*. 09/08/1993. p. 6; Editorial Jornal *O Globo*. *O que falta*. 27/02/1994. p.6; Editorial Jornal *O Globo*. *Esquerda e privilégios*. 19/04/1990. p.2.

Observamos que através de uma construção narrativa o jornal *O Globo* buscou consolidar em seu público leitor uma imagem depreciada do conjunto do funcionalismo público brasileiro, colocando os servidores em uma perspectiva negativa, afirmando que esse conjunto de trabalhadores compunha uma “casta” privilegiada, obsoleta, ineficiente e absolutamente prejudicial para o desenvolvimento nacional e para a qualidade dos serviços públicos.

Fica evidente nas páginas de *O Globo*, que o periódico principal das Organizações Globo, em sua batalha para consolidar positivamente a agenda neoliberal no Brasil, além de atacar a infraestrutura e o papel do Estado, também concentrou seu discurso depreciativo no funcionalismo público que personificava essa estrutura estatal supostamente falida e incompetente.

Fontes

- Exemplares do Jornal *O Globo* publicados entre os anos de 1990 e 1999.

Referências Bibliográficas

ARBEX JR, José. *Showornalismo, a notícia como espetáculo*. São Paulo: Casa Amarela, 2001.

ARÊAS, Braga João. *Batalhas de O Globo (1989 – 2002): O neoliberalismo em questão*. Tese de doutorado – Universidade Federal Fluminense (UFF), 2012.

BARBERO, Jesús Martin. *Dos Meios às Mediações: Comunicação, Cultura e Hegemonia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ. 2013.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BORGES, Altamiro. *A ditadura da mídia*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2009.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 1989.

BRAVO, Pigozzi Guilherme. “*O partido impresso: imprensa e hegemonia no pensamento de Gramsci*”. São Paulo. 2011.

CARVALHO, José Murilo. *História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura*. Rio de Janeiro: Topoi. v. 1, p. 123-152, jan. 2000.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
 “*O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História*”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
 ISSN: 2317-0468
 17 a 21 de outubro de 2016

- CHAUI, Marilena. *Simulacro e Poder, uma análise da mídia*. São Paulo: Perseu Abramo. 2006.
- CHOMSKY, Noam. *Mídia: Propaganda Política e Manipulação*. São Paulo: Martins Fontes, 2013.
- COSTA, Martins Luciano. *Mídia de Massas vs Massa de Mídias*. Ed. 758 do Observatório da Imprensa. 2013.
- FERREIRA, Vasques Fernanda. *Raízes históricas do conceito de opinião pública em comunicação*. Belo Horizonte: Revista *Em Debate*, v.7, n.1, p.50-68, jan. 2015.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- . *Textos* (3 v.). São Paulo: Edições Sociais, 1977.
- MORAES, de Denis. *Comunicação, Hegemonia e Contra-Hegemonia: a contribuição teórica de Gramsci*. In: Revista Debates, Porto Alegre, v.4., p. 54-77, jan-jun. 2010.
- GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do Cárcere – Introdução ao Estudo da Filosofia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- . *Cadernos do Cárcere – O princípio educativo do jornalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000
- GRUPPI, Luciano. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- KONDER, Leandro. *A questão da ideologia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- SODRÉ, Werneck Nelson. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1999.
- SPEIER, Hans. *O desenvolvimento histórico da opinião pública*. In: STEINBERG, Charles S. (org). *Meios de Comunicação de Massa*. São Paulo: Cultrix, 1972.

**IMPrensa POLÍTICO-PARTIDÁRIA E A TRADIÇÃO TROTSKISTA NA
ARGENTINA: IDEOLOGIA, CRÍTICA E PROGRAMA REVOLUCIONÁRIO
DO JORNAL *SOLIDARIDAD SOCIALISTA* (1982-1983)**

Taillan Rivail Ismael de Miranda¹

Resumo:

O presente trabalho tem como objetivo analisar o jornal trotskista *Solidaridad Socialista*, identificando as bases ideológicas, as críticas dirigidas às outras forças políticas e o programa de luta política elaborados por esse projeto editorial político-partidário no contexto da redemocratização argentina (1982-1983). Pretendemos contribuir, a um só tempo, com os estudos históricos sobre as imprensas e os discursos e projetos anticapitalistas que atuaram na Argentina, durante a transição democrática dos anos 1980.

Palavras-chave: imprensa socialista; trotskismo; cultura política.

Abstract:

This study aims to analyze the trotskyst socialist newspaper *Solidaridad*, identifying the ideological bases, the criticisms of other political forces and the political struggle program drawn up by that political party publishing project in the context of Argentine democracy (1982-1983). We intend to contribute, at the same time with the historical studies of the presses and the speeches and anti-capitalist projects that worked in Argentina, during the democratic transition of the 1980s.

Key-words: socialist press; trotskyism; political culture.

Muito embora nos tem ocorrido pensar os processos de transição política no Cone Sul latino-americano na década de 1980, pautados por uma perspectiva que elege as elites como propulsoras de uma negociação que determinaria a construção das estruturas institucionais e da articulação das vantagens legitimadoras do novo regime democrático avistado no horizonte, as redemocratizações na região incidiram sobre um campo muito mais amplo. O “pactualismo às portas fechadas” das elites nacionais não enseja, por si só, a compreensão das arquiteturas jurídicas e políticas, desenhadas no período da transição e que determinarão a recorrência do posterior funcionamento da nova democracia

¹ Graduando em História (9º período) na Universidade Federal de Minas Gerais. Pesquisador (estagiário) na Fundação João Pinheiro, em Belo Horizonte, Minas Gerais. E-mail: taillanrivail@hotmail.com

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
 ISSN: 2317-0468
 17 a 21 de outubro de 2016

Ao tratar do tema das transições e consolidações democráticas, Stéphane Monclaire teceu algumas críticas aos modelos teóricos que analisavam os processos transitórios de democracias enxergadas como “robustas”, “completas” ou “perfeitas” (notadamente a Europa Ocidental e os Estados Unidos), e chamou a atenção para a fragilidade dessas teorias, quando aplicadas na análise dos processos de construção das democracias “inacabadas” (seria o caso do Cone Sul latino-americano). Monclaire afirmaria, em algum momento de sua discussão, que “ocupar-se somente do Direito não basta” (MONCLAIRE, 2001: 67), ou seja, pensar a construção e consolidação das democracias, elegendo apenas as regras constitucionais como fatores explicativos das condutas dos diversos atores participantes do processo, não é apenas insatisfatório, como superficial e reducionista pois, como a autora segue elaborando,

É preciso também que não se tenha uma visão instrumental dos recursos jurídicos (mas, igualmente, dos políticos, econômicos, comunicacionais). Isso permitirá definir as instituições como quadros *regularizados* de interações juridicamente interligadas, frutos e ilustrações de um processo de divisão do trabalho social; quadros que são o objeto de enfrentamentos e constituem recursos na e para a conquista ou o exercício do poder do Estado. (MONCLAIRE, 2001: 68).

Num trabalho que discute o papel dos movimentos sociais na construção de esferas públicas locais no período da redemocratização brasileira, Sérgio Costa supera as análises que observam unicamente os fenômenos ocorridos na esfera institucional, e propõe que a contribuição dos movimentos ao processo de democratização no país operou-se pelo enraizamento em esferas sociais, em níveis “pré-políticos” (COSTA, 1997: 2), abrindo a possibilidade da comunicação, do debate e da circulação de ideias.

Assim, de um ponto de vista que considera relevantes as intervenções e representações de atores reunidos em coletividades, que agem de maneiras específicas no tecido social, porém intervém, de uma forma ou de outra, na reativação dos mecanismos da esfera pública, da experiência partidária e, em última instância, do sistema democrático, este trabalho seleciona como tema as linguagens e representações produzidas por um rebento da esquerda marxista no contexto da redemocratização argentina (1982-1983). Especificamente, tratamos de analisar o jornal *Solidaridad Socialista*, produzido pelo *Movimiento Al Socialismo* (MAS), organização trotskista que

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

atuou com relativo peso na Argentina durante a década de 1980 (ROJAS, 2006: 179-180). Num espectro mais geral, buscamos compreender as linguagens e representações de movimentos políticos tidos como marginalizados ou minoritários no processo histórico em questão, lendo, compreendendo e problematizando seus projetos editoriais. Num espectro mais estreito, este trabalho busca identificar as bases ideológicas, as críticas às outras forças políticas argentinas e o programa de luta do jornal, circunscritas numa cultura política socialista.

Renovações historiográficas e imprensa

A seleção dos tipos de materialidade e temática para este trabalho resulta das renovações historiográficas ocorridas ao longo do século passado, que operaram mudanças significativas em noções basilares na operação historiográfica, entre as quais destacamos a passagem de uma história que se colocava como ciência descritiva da verdade dos fatos para uma história que se autocompreende como ferramenta interpretativa das estruturas sociais e das contingências do humano, concomitante a uma virada na percepção do documento histórico, hoje compreendido como “produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de força que aí detinham o poder” (LE GOFF, 1996: 545). No bojo dessas renovações, a imprensa ascendeu na pesquisa histórica como objeto de estudo.

Passamos a compreender que a imprensa é “linguagem constitutiva do social, que detém uma historicidade e peculiaridades próprias, e requer ser trabalhada e compreendida como tal” (CRUZ; PEIXOTO, 2007: 258). Significa que as diversas materialidades oriundas da imprensa foram transformadas em fontes e objetos pelos historiadores, implicando numa abordagem que desmonta a percepção ingênua da imprensa enquanto veículo de informação neutra e objetiva; que busca compreendê-la enquanto fenômeno resultante das negociações e dos movimentos das forças políticas no interior de um determinado contexto histórico-social; que aplica uma metodologia para executar a problematização dos discursos intrincados nas páginas de suas materialidades, identificando os recursos simbólicos elaborados com o intuito de fomentar ação coletiva, significar o mundo e legitimar ideias.

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016*

Tânia Regina De Luca fala de um deslocamento nas pesquisas brasileiras na década de 1970 que proporcionou a transformação da imprensa em objeto de pesquisa histórica (LUCA, 2005: 118). Segundo a historiadora, aqueles anos assistiram a emergência de trabalhos que procuraram tratar de questões referentes aos vocabulários político-sociais de jornais que tiveram considerável inserção no cenário brasileiro em alguns períodos. Tratava-se de investigações alinhadas com uma proposta de perceber a imprensa enquanto agente interventor nas realidades sociais e, a partir disso, torná-la o próprio objeto de estudo por ser ela mesma integrante do processo histórico e que, em seus diversos formatos, assumem sentidos e se articulam com a sociedade nos momentos de sua circulação (LUCA, 2005: 132).

Cabe-nos refletir sobre a transformação da imprensa em objeto/fonte históricos como fruto de um movimento mais amplo que a historiografia vivenciou no decorrer do século passado, e que teve, em primeira instância, no projeto dos *Annales* o seu ponto de partida. Pois, se desde a fundação da revista *Annales d'histoire économique et sociale* (1929) a historiografia reavaliou sua concepção de documento histórico e os modelos explicativos da experiência humana no tempo, a pesquisa histórica que toma a imprensa como objeto de suas problematizações tem origem nas propostas de confrontar as fontes (PROST, 2008: 57) e de colocar em relevo as representações sociais que constroem o mundo, questões resultantes das renovações historiográficas que tiveram início na primeira geração dos *Annales* e percorreram nos debates posteriores ao longo do século XX.

Igualmente pertinente seria concatenar a pesquisa histórica sobre a imprensa à retomada do interesse pelo fenômeno político na historiografia, ocorrida nas décadas de 1970 e 1980, sob a égide da terceira geração dos *Annales* (BURKE, 1992: 79) e tendo seu ambiente preparado pelas teorias sobre o poder, elaboradas por Foucault. Depois de quase meio século, desde Bloch e Lefebvre, de “esquecimento”, o político foi resgatado por um conjunto de intelectuais, passando a ser o objeto da escrita da história sobre novas bases. Delineou-se o domínio da Nova História Política, que tratou logo de se diferenciar daquela “velha” história política produzida pelas gerações da Escola Metódica², no qual

² Para uma compreensão sobre a Escola Metódica e suas concepções de história e documento, ver BOURDÉ; MARTIN, 1996: 97-118.

própria” e se apresenta como “lugar de gestão da sociedade global” (REMOND, 2003: 445, 447).

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

a política passa a ser entendida como elemento que tem “incidência sobre o destino dos povos e as existências individuais” (REMOND, 2003: 23) e o político enquanto uma “realidade distinta” das outras esferas sociais, que tem uma “consistência

No bojo da Nova História Política, o desenvolvimento de uma linha de pesquisa sobre os comportamentos políticos (BERSTEIN, 1998: 349) foi significativo, pois conduziu um conjunto extenso de reflexões a propósito das formas como os homens se comportam em relação ao político, convocando o termo “cultura política”³ para definir os fenômenos históricos relacionados aos comportamentos políticos.

Nos marcos dessa “história política renovada”, a pesquisa histórica com a imprensa enseja a análise e a compreensão de jornais, revistas e outros veículos midiáticos enquanto espaços de confluência e representação do político, onde símbolos, linguagens e referentes expressam e delineiam comportamentos coletivos em relação ao político. Ao analisar o fenômeno das revistas culturais latino-americanas, Regina Crespo evidenciou que tais materialidades são resultados de uma ação coletiva, refletem o ponto de vista de um grupo, intervém politicamente e marcam identidades (CRESPO, 2010: 3, 5).

Não seria forçoso estender a análise da autora aos outros formatos de imprensa e mídia, principalmente para o caso da imprensa político-partidária (o objeto deste trabalho), que se inscreve justamente num modelo de imprensa atrelado à militância política e à concepção do jornal enquanto ferramenta de politização e arregimentação através da expressão, em suas páginas, das ideias, programas e leituras políticas do coletivo partidário que o produziu. Nesse sentido, a proposta da Nova História Política de compreender os comportamentos, imagens, valores e ações dos indivíduos em coletividade no âmbito da arena política, torna-se consequente com a proposta de identificar como a imprensa “se constitui como sujeito, como se coloca e atua em relação à correlação de forças naquela conjuntura” (CRUZ; PEIXOTO, 2007: 260).

³ O conceito de cultura política é tão complexo e extenso quanto sua origem nas ciências sociais. Para este artigo, é satisfatório seguir a proposta de Serge Berstein, um dos grandes expoentes da Nova História Política: “a cultura política retira sua força do facto de, interiorizada pelo indivíduo, determinar as motivações do acto político (...) por ser, em simultâneo, um fenómeno coletivo, partilhado por grupos inteiros que se reclamam dos mesmos postulados e viveram as mesmas experiências” (BERSTEIN, 1998: 361).

A imprensa socialista

Se efetuássemos um histórico da imprensa política – ou, pelo menos, da imprensa como voz ativa e interventora na política – certamente nele estariam contidos os episódios das revoluções Americana e Francesa do século XVIII. Para se ter uma ideia, durante o processo de independência das Treze Colônias inglesas a circulação de panfletos se constituiu como meio de expressão de uma extensa rede de sociabilidade e ativismo político, na qual estivera presente uma intensa troca de opiniões e debates, conformando um dos aspectos mais importantes do republicanismo norte-americano (STARLING, 2013: 232). No caso da Revolução Francesa, a mídia “desempenhou um papel necessário, tanto na destruição de tradições antigas quanto na invenção de novas, ao tentar criar uma nova cultura política sem igreja ou rei” (BRIGGS; BURKE, 2006: 106). Constatou-se que nesses dois processos o uso de jornais e panfletos, como veias da atividade política (seja o ativismo ou a criação de imagens e representações), gerou uma imprensa que, para além de sua função comunicativa, operou na criação de uma esfera pública civil e na elaboração de novas formas de conceber a política e se comportar perante ela.

Quando o movimento operário, os socialismos e o anarquismo surgem no Ocidente, durante o século XIX, um novo tipo de imprensa política se organiza, concatenada às demandas de representatividade nas emergentes repúblicas democráticas e de melhorias nas condições de vida e trabalho apresentadas pelos setores da classe operária. Interessante notar que o próprio Karl Marx, símbolo do pensamento socialista, efetuou uma carreira profissional na imprensa, e suas experiências no jornalismo político, especialmente sua passagem pela *Nova Gazeta Renana*, fincaram-se na memória dos socialistas como o germe da chamada imprensa operária, conforme apontava Lênin já na segunda década do século XX⁴.

⁴ Em Karl Marx: breve esboço biográfico seguido de uma exposição do marxismo, Lênin afirmaria que o semanário alemão *Nova Gazeta Renana*, escrito por Marx entre junho de 1848 e maio de 1849, seria o “insuperável órgão do proletariado revolucionário”. É interessante notar a forma como o líder da Revolução Russa encarou a experiência jornalística de Karl Marx, pois indica, de alguma maneira, a intenção de evidenciar a relevância da imprensa para a militância política e a tentativa de estabelecer como referência teórica e histórica da imprensa socialista a atividade jornalística de Marx. De fato, o filósofo alemão forjou aspectos importantes de seu pensamento filosófico no período em que editou a *Nova Gazeta Renana*, onde alinhou seus olhares à situação revolucionária da Alemanha naquele momento, tornando-se um exímio analista de conjunturas.

Mas sabemos que a imprensa operária consistiu num fenômeno muito mais amplo, não estando confinada aos socialistas de tendência marxista, tampouco à Europa industrializada. Os anarquistas produziram uma série de jornais com efeito arregimentador e politizador, que, através de uma análise bem acurada, é possível identificar as representações do operário e da sociedade capitalista elaboradas por esses projetos editoriais. Na Argentina e no Brasil, a passagem do século XIX para o XX testemunharia o florescimento do movimento anarquista e a conseqüente massificação de seus jornais.

A experiência do bolchevismo pré e pós-Revolução Russa é bastante significativa, pois nela se reúnem os significados da imprensa socialista, isto é, a percepção que os próprios impressos militantes fazem de si: o jornal socialista é ferramenta de agitação política e organização interna do partido revolucionário, segundo Lênin em seu artigo *Por onde começar?*, publicado no *Iskra*⁵ em maio de 1901. Assim, delineou-se uma tradição de imprensa no interior do socialismo que estabeleceu no jornal um ponto de referência para a atividade militante das organizações partidárias, na medida em que se atribuiu, aos periódicos, funções orgânicas e arregimentadoras, isto é, o jornal socialista seria o órgão oficial do partido revolucionário, através do qual o público selecionado (setores populares e trabalhadores) tomaria conhecimento das propostas políticas do grupo, ao mesmo tempo em que conduziria a base militante do partido à um tipo específico de ação política numa determinada conjuntura. Em última análise, o fator primordial da existência do jornal socialista seria sua função externa: provocar a adesão da classe trabalhadora ao programa de luta política, pactuado dentro dos limites do partido.

O jornal *Solidaridad Socialista* (1982-1983)

O projeto editorial do *Solidaridad Socialista* esteve em atividade na Argentina desde novembro de 1982 até o final da década de 1990 e cumpriu as funções estabelecidas pela tradição socialista, constituindo-se como ferramenta de agitação e arregimentação política dos setores populares e trabalhadores do país. Em sua primeira edição, de 10 de

⁵ Jornal do Partido Operário Social Democrata Russo, publicado entre 1901 e 1905.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

novembro de 1982, o periódico expôs o projeto de sociedade que colocaria em disputa na arena política argentina, como se pode observar a seguir:

Solidaridad Socialista será (...) una expresión de todo los anhelos y voluntades de los trabajadores y de los sectores populares argentinos, en la búsqueda incesante para alcanzar mejores niveles de vida y libertad humana. Que, para nosotros y para millones, sólo pueden alcanzarse a través del *socialismo*. (SOLIDARIDAD SOCIALISTA, nº 1: 1)

Este fragmento é parte do pequeno editorial que, escrito no interior de um quadro preto bem chamativo, ocupa metade da primeira página do jornal, com o título em letras garrafais “*Trabajemos por LA ALTERNATIVA SOCIALISTA*”, indicando, a um só tempo, a intenção do periódico em demarcar posicionamento político, de oposição aos partidos tradicionais (*Partido Justicialista* e *Unión Cívica Radical*), num campo de disputa de vários projetos de poder e a apresentação de seu programa como um caminho novo para a superação das contradições sociais impostas pelo capitalismo.

Como se trata de um projeto editorial de longa experiência (quase duas décadas), fazemos um recorte temporal que contempla apenas uma conjuntura e, a partir desse recorte, este trabalho levanta questões sobre os aspectos materiais e representações do jornal no contexto histórico-social selecionado. Assim, a crise do regime militar, a partir da derrota na Guerra das Malvinas em 1982, e a eleição do presidente civil em dezembro de 1983, Raúl Alfonsín, são os limites dentro dos quais estão confinadas as análises do jornal para este trabalho.

As edições com as quais trabalhamos, concentradas, portanto, no período da redemocratização argentina, são também as edições iniciais do projeto editorial. Encontradas digitalizadas no *Archivo Leon Trotsky*⁶, as materialidades integram um conjunto documental bastante extenso: no total, estão disponíveis 550 edições completas e em boa resolução. No mesmo arquivo, podem ser consultadas centenas de milhares de outros documentos produzidos por várias organizações trotskistas, inclusive documentos internos do MAS (a organização produtora do nosso jornal objeto/fonte) e literaturas que constituem o cânone da tradição trotskista. Até o momento, não dispomos de informações relacionadas aos processos técnicos de guarda e conservação das materialidades físicas.

⁶ <<https://www.archivoleontrtsky.org>

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
 “O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
 ISSN: 2317-0468
 17 a 21 de outubro de 2016

Prosseguindo com a análise historiográfica do jornal, cabe contextualizar as edições trabalhadas no período em que foram produzidas. O início da década de 1980 na América Latina marcou-se pela crise das ditaduras militares que, desde os anos 1960, configuraram o panorama político da região. As redemocratizações de países que experimentaram esses regimes autoritários desenharam um processo sincrônico naquela década (intrigante é pensar que a história da América Latina marca-se por sincronismos, desde os processos de independência, passando pelas experiências populistas e as ditaduras militares), pois acompanharam umas às outras e elencaram, em parte, os mesmos tipos de questões, como é o caso dos movimentos pela anistia e pelos direitos humanos.

Entretanto, as circunstâncias nacionais devem se sobrepor a uma análise generalista, pois nelas estão contidos fatores mais profundos, como as culturas políticas, os perfis das elites, das forças militares, dos atores sociais e as condições econômicas que influenciaram decisivamente no rearranjo institucional. No caso da Argentina, a transição democrática foi impulsionada pela crise financeira arrastada pelo país desde 1981 e a derrota na Guerra das Malvinas (1982), o que gerou uma crise no interior das forças armadas e o desgaste do governo militar perante a sociedade civil (NOVARO; PALERMO, 2007: 607). Nesse contexto, a reativação da esfera pública e da vida política ocorreu como uma explosão, acenando para o surgimento de novas formas organizativas: grupos culturais, coletivos religiosos, ativismo universitário e comissões internas de fábrica que reascenderam a participação sindical (ROMERO, 2006: 225-226). Os partidos políticos, inicialmente desmoteados no meio desse movimento, logo conseguiram se restabelecer na cena, recuperando a representatividade e a filiação partidárias, pois “na transição, os partidos eram sensíveis à mudança de humor, e a canalizavam. A novidade era que este humor os tinha por beneficiários diretos” (NOVARO; PALERMO, 2007: 678).

O *Movimiento Al Socialismo* integrou essa conjuntura de reativação da representatividade partidária, marcada pelo desgaste do regime militar e pela crise econômica que gerava motivos concretos para a mobilização social (ROMERO, 2006: 225), buscando meios de atuação no tecido sóciopolítico nacional. Enquanto rebento da

tradição trotskista, pertencente a uma vertente chamada *morenismo*⁷, o MAS adquiriu um caráter movimentista com inserção na área dos direitos humanos, chegando a ser a quarta maior força eleitoral da Argentina no final da década de 1980 (ROJAS, 2006: 180).

O jornal *Solidaridad Socialista*, como porta-voz do MAS, buscou cumprir uma função de agitação e arregimentação política junto aos setores da classe trabalhadora argentina. Possivelmente editado em formato tablóide⁹, com periodicidade semanal, o jornal circunscreveu seus temas no campo da política e apresentou poucos recursos imagéticos, indicando possíveis dificuldades financeiras e de técnicas para a produção do material.

Orientava-se por uma perspectiva claramente anticapitalista e anti-imperialista. Em várias edições, os Estados Unidos e as diretrizes do FMI para os países subdesenvolvidos foram duramente rechaçados através de análises políticas e econômicas que evidenciavam as contradições geradas no interior da sociedade argentina pela implementação das políticas neoliberais. As representações que se sucediam a partir de seu anti-imperialismo expressavam-se através de frases de efeito e títulos de matérias muito ácidos e, por vezes, cômicos, como é o caso de “*Estados Unidos, el vampiro del mundo*” (SOLIDARIDAD SOCIALISTA, nº 48: 6), ou de charges que ilustravam a violência da política externa e das relações econômicas dos Estados Unidos com os países subdesenvolvidos.

Figura 1. Título de matéria.



Fonte: SOLIDARIDAD SOCIALISTA, nº 48: 6.

⁷ O trotskismo não se constituiu como um movimento homogêneo. Em que pese as referências que as organizações trotskistas tiveram na IV Internacional, fundada por Trotsky em 1938 na França, o trotskismo foi marcado por inúmeras dissensões, rupturas e vertentes, das quais o *morenismo*, que recebe esta denominação em função da centralidade do pensamento de Nahuel Moreno (1920-1987), se constituiu como a tradição mais expressiva.

⁹ Em razão das fontes estarem digitalizadas e o autor deste trabalho não ter acesso às materialidades físicas, supõe-se o formato em que o jornal fora editado. A baixa quantidade de páginas e as informações que se tem a respeito de outros jornais análogos, são elementos que inferem tal suposição.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
 “O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
 Juiz de Fora, 2017, 1554p.
 ISSN: 2317-0468
 17 a 21 de outubro de 2016

Figura 2. Charge ilustra o símbolo do capitalismo norte-americano, a empresa Coca-Cola, violentando uma representação de operário.



Fonte: SOLIDARIDAD SOCIALISTA, n° 48: 5.

Também como reflexo de suas orientações ideológicas anti-imperialistas, o periódico dedicou espaços para leituras políticas sobre e apoio aos processos revolucionários que ocorriam na América Central na década de 1980, defendendo amplamente a revolução sandinista. Na edição número 49, de 17 de novembro de 1983, a primeira página destacava uma matéria em defesa aberta da Nicarágua. A página 8 dessa mesma edição, elaborou uma prédica de denúncia contra as tentativas reacionárias de desmantelamento da revolução sandinista, principalmente aquelas gestadas pela CIA e pelas elites militares da América Central. “*Es urgente defender a Nicaragua!*”, enfatizava o título da matéria, que conclamava o público leitor a uma campanha de defesa aos nicaraguenses contra uma reação agressiva preparada por Reagan, então presidente dos Estados Unidos. Ainda na página 8 (tratou-se de uma sessão inteiramente dedicada aos processos políticos da América Central nos anos 1980), consta outra matéria sobre a Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional, de El Salvador, permeada igualmente por um tom denunciativo e de alerta frente aos possíveis perigos de intervenção norte-americana no processo revolucionário daquele país. A matéria representava o processo salvadorenho como a luta de trabalhadores e camponeses que frustrava os negócios do “imperialismo yanque” (termo utilizado várias vezes pelo jornal para se referir aos Estados Unidos) e, por essa razão, estava na mira das armas norte-americanas controladas por Reagan.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
 “O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
 Juiz de Fora, 2017, 1554p.
 ISSN: 2317-0468
 17 a 21 de outubro de 2016

Figura 3. Fragmento de página, contendo matéria em apoio e defesa da revolução sandinista, com um tom denunciativo e de alerta às reações violentas dos Estados Unidos contra a Nicarágua.

ANTE INDICIOS CRECIENTES DE PELIGRO DE INVASION YANQUI

¡ES urgente defender a Nicaragua!

Cada vez se acumulan más elementos que hacen temer un ataque directo contra Nicaragua. Desde hace meses, miles de mercenarios reclutados, armados, entrenados y pagados por la CIA llevan a cabo una campaña de ataques y atentados terroristas contra Nicaragua, usando como plataforma el territorio de las vecinas Honduras y Costa Rica.

Pero ahora, ante la evidencia de que los mercenarios no consiguen quebrar la resistencia de los trabajadores y campesinos nicaragüenses, se prepara una intervención militar directa.

¡BESTIAS!
Los yanquis meten a los prisioneros en jaulas al aire libre

"Las tropas norteamericanas en Granada, en las tres semanas transcurridas desde el comienzo de la invasión de la república caribeña, el 25 de octubre, internaron en un campamento a 1.100 cubanos y granadinos, algunos de los cuales en jaulas de madera de tres por tres metros, al aire libre.

"Además de tiendas de campaña, en el campamento hay diez jaulas de aislamiento, construidas de madera, con cuatro pequeñas ventanas y hoyos de ventilación, en las que los prisioneros tienen que entrar de rodillas a través de un agujero." (Crónica, 15/11/83.)

"El 'New York Times' divulgó en su edición de ayer un documento confidencial en el que se asegura que el Consejo de la Defensa Centroamericana (Condeca) ha recomendado a sus estados miembros que estudien 'los instrumentos legales que les permitirán emprender una acción militar colectiva contra Nicaragua, que, formalmente, también integra esta alianza militar. De acuerdo con la versión del periódico, la iniciativa, que contempla la intervención de los Estados Unidos 'con todos sus recursos militares', fue tomada durante una reunión celebrada entre el 22 y el 23 de octubre en Tegucigalpa." (Tiempo Argentino, 12/11/83)

Este Condeca tiene una historia interesante: fue creado por iniciativa de Somoza (el dictador de Nicaragua hasta 1979) para unir las fuerzas militares de todas las dictaduras pro-yanquis de la región. El régimen somocista cayó y su jefe ya está muerto, pero el Condeca sigue cumpliendo su función contra los pueblos centroamericanos.

Los jefes militares de Centroamérica preparan una "acción militar colectiva" contra Nicaragua y, por supuesto, cuentan con "los recursos militares" del amo yanqui para hacerlo. A su vez, el gobierno de Estados Unidos manda 2.000 soldados más a Honduras y 1.000 a Costa Rica.

Y el enviado especial de Reagan a Centroamérica, Richard Stone, "defendió



ante la prensa el derecho de los Estados Unidos a intervenir en las naciones del área." (Tiempo Argentino (12/11/83).

Todos estos hechos son muy serios. Puede ser que los yanquis sólo estén aumentando su presión para forzar al gobierno sandinista a capitular. Pero el peligro de una invasión es demasiado grave para dejarlo de lado.

Una vez más, dirigimos un llamado a las fuerzas políticas que afirman ser democráticas, antiimperialistas o de izquierda, a los sindicatos y a las CGTs, a la FUA y los centros estudiantiles, a las organizaciones de artistas, científicos y profesionales:

- ¡Movilicémosnos para parar la mano asesina del imperialismo antes de que sea tarde!
- ¡Lancemos ya mismo una gran campaña en defensa de Nicaragua, contra toda intervención yanqui en ese país y por el retro de las tropas norteamericanas de toda América Central!

Fonte: SOLIDARIDAD SOCIALISTA, nº 49: 7.

Tratava-se de justificar o próprio título do projeto editorial, “Solidaridad”, que implicava no comprometimento em apoiar as lutas políticas de setores populares em nível mundial. Ao mesmo tempo, ocorria distanciar do dogmatismo presente em outras correntes trotskistas, vislumbrando em processos revolucionários distintos um meio de libertação dos povos.

A outra face do anti-imperialismo e do anticapitalismo do jornal se revelou na posição contrária ao pagamento da dívida externa argentina, entendida como submissão às potências internacionais e como um entrave para a superação dos problemas econômicos e sociais do país. Declarar a suspensão do pagamento da dívida era, na linguagem do *Solidaridad Socialista*, a própria declaração de uma “segunda independência”, como se pode observar no trecho abaixo:

Creemos que, en efecto, somos el único partido que pone esta vital medida de autodefensa nacional, obrera y popular en el centro de nuestra lucha política, y que em consecuencia, somos los que constantemente machacamos sobre el problema. (SOLIDARIDAD SOCIALISTA, nº 33: p. 4)

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

Nesse trecho, pode-se perceber a relação feita entre uma questão de “auto-defesa nacional” e a postura do MAS, indicando a imagem elaborada para representar seu partido como o único defensor das causas populares. Assim, o jornal demarcou território no campo da luta política, estabeleceu inimigos e buscou evidenciar ao público leitor o compromisso firmado pelo MAS com os interesses dos trabalhadores, identificando outras organizações políticas como meras ferramentas no jogo de interesses das classes dominantes.

Essa ideia do MAS como o legítimo defensor dos interesses populares percorreu a primeira fase do jornal e acabou por estabelecer lados opostos e inimigos políticos. Ainda que tenha convocado, em alguns momentos, uma unidade das forças socialistas para o avanço das lutas sociais pela democratização e contra o neoliberalismo, o *Solidaridad Socialista* teceu duras críticas às outras forças políticas argentinas, inclusive às localizadas no espectro da esquerda. Os peronistas estiveram no centro dessas críticas.

O peronismo foi representado pelo jornal como um aparato burocrático desmobilizador da classe trabalhadora argentina. A imagem que se pretendia passar, representava os peronistas como “sócios” das elites dominantes, que se interessavam apenas em manter as velhas estruturas burocráticas do sindicalismo argentino. Daí o jornal ter utilizado, também, as expressões “*partidos tradicionales*” e “*viejos partidos*” para se referir aos peronistas e aos integrantes da União Cívica Radical; um recurso simbólico, em última análise, mobilizado para convencer o público leitor a olhar para o que seria o novo, o alternativo, no caso, o MAS, que se apresentava justamente como uma alternativa inédita frente às antigas organização políticas do país.

Na edição número 28, de 9 de junho de 1983, a matéria de capa trazia um título enfático, com letras grandes, em negrito, que ocupavam a parte superior após o título do jornal: “*Sistema electoral: los dirigentes peronistas se oponen a la democracia*”. Para demarcar posições na arena política, estabelecer opostos e tecer críticas, normalmente o *Solidaridad Socialista* (e isto também será comum em outros jornais político-partidários de diversas tradições socialistas) utilizava expressões chamativas com tons denunciativos. Num contexto de reclames democráticos vindos da sociedade civil e de retomada da vida política democrática em grupos universitários e comissões de fábricas, dar ênfase a uma crítica contundente às linhas de ação do *Partido Justicialista* indicava a tentativa de

desgastar a imagem do peronismo como referência para a classe trabalhadora argentina, concomitante a arregimentação desta para o projeto de poder elaborado pelos socialistas do MAS.

O programa de luta política que o *Solidaridad Socialista* propôs para o contexto da redemocratização continha, em primeiro plano, a luta pelos direitos humanos e a pressão pelo esclarecimento dos casos de desaparecimento ocorridos durante a ditadura militar, sendo de destaque o apoio político ao movimento das Mães da Praça de Maio. Também foi notória a chamada do jornal à formação de uma frente única eleitoral de esquerda socialista, para cumprir com o objetivo de fazer oposição aos “partidos tradicionais” (peronistas e radicais), apresentando uma proposta cujo cerne era a retirada dos militares do poder, a suspensão do pagamento da dívida externa e a gestão da política do Estado pelos trabalhadores.

Conclusão

Este trabalho procurou discutir duas questões: a primeira delas incide sobre o campo da pesquisa histórica com a imprensa. Longe de uma história linear, que descreve os caminhos percorridos pela imprensa no Ocidente desde suas origens aos dias atuais, o viés teórico-metodológico deste trabalho propôs que a imprensa é materialidade e linguagem forjadas no interior de uma trama histórica. Essa forma de estudar a imprensa na história muda muito a visão que ainda permanece no meio da nossa sociedade e, inclusive, atinge o ensino escolar de história: perceber a imprensa (em seus diversos aspectos: conglomerados midiáticos, jornais de partidos políticos, panfletos religiosos etc.) como fenômeno histórico, isto é, agente interventor na realidade, dotado de um discurso e posicionamentos elaborados no bojo das negociações e das relações de poder que atravessam os tecidos sociais, é desconstruir visões paradigmáticas da objetividade e neutralidade dos meios de comunicação, ao mesmo tempo em que se incorpora suas diversas materialidades no ensino de história não como fontes comprobatórias, mas como objetos de estudo para a compreensão das experiências humanas no tempo.

A segunda questão que procuramos discutir relaciona-se, a um só tempo, à diversidade de linguagens, discursos e representações de grupos que estiveram em

atuação no período da transição democrática na Argentina (1982-1983). Deixando de lado a ideia de uma mera “transição pactuada” no seio das elites econômicas e militares, evidenciamos a participação de grupos políticos na base da sociedade civil que atuaram através dos mecanismos de participação que surgiam no externo da esfera institucional, contribuindo para a conformação de uma nova esfera pública na Argentina, ao suscitarem o debate, a troca de ideias e a disputa de projetos.

Referências bibliográficas

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998.

BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. A Escola Metódica. **As Escolas Históricas**. Lisboa: Europa/América, 1996.

BRIGGS, Asas; BURKE, Peter. A mídia e a esfera pública no início da Europa Moderna. **Uma história social da mídia: de Gutenberg à Internet**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2006.

BURKE, Peter. A Terceira Geração. **A Revolução Francesa da Historiografia: a Escola dos Annales (1929-1989)**. 2ª edição. São Paulo: UNESP, 1992.

COSTA, Sérgio. Movimentos sociais, democratização e a construção de esferas públicas locais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, vol. 12, nº 35, 1997. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69091997000300008>> Acesso em: 27/10/2016.

CRESPO, Regina. Las revistas y suplementos culturales como objetos de investigación. **Coloquio Internacional de Historia y Ciencias Sociales**. Colima: Universidade de Colima, 2010, publicação em CD-ROM, p. 1-15.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**. São Paulo, nº 35, p. 253-270, dez. 2007.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Editora Contexto, 2005.

MONCLAIRE, Stéphanie. Democracia, transição e consolidação: precisões sobre conceitos bestializados. **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba, nº 17, p. 61-74, nov. 2001.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

NOVARO, Marcos; PALERMO, Vicente. A transição para a ordem democrática. **A ditadura militar argentina, 1976-1983: do golpe de Estado à restauração democrática**. São Paulo: Edusp, 2007.

PROST, Antoine. Os fatos e a crítica histórica. **Doze lições sobre a história**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

REMOND, René. Uma história presente. In: REMOND, René (org.). **Por uma história política**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

_____ Do político. In: REMOND, René (org.). **Por uma história política**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

ROJAS, Gonzalo Adrián. As matrizes socialistas, comunistas e trotskistas na Argentina. **Os socialistas na Argentina (1880-1980): um século de ação política**. 2006. 476 f. (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo.

ROMERO, Luis Alberto. O Processo. **História contemporânea da Argentina**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

STARLING, Heloísa Maria Murgel. A matriz norte-americana. In: BIGNOTTO, Newton (org.). **Matrizes do republicanismo**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

Fontes

VISCONTI, Ruben. Trabajemos por la alternativa socialista. **Solidaridad Socialista**, Buenos Aires, 10 nov. 1982. Disponível em <<https://www.archivoleontrotsky.org/download.php?mf=011050>> Acesso em: 29 out. 2016.

MENDEZ, Andre. Unidad de acción contra la usura imperialista. **Solidaridad Socialista**, Buenos Aires, 14 jul. 1983. Disponível em <http://site.archivoleontrotsky.org/cgi-bin/wxis.exe?IsisScript=phl83/dos_ext.xis&cipar=phl83.cip&opc=tree&exp=11029&lang=por&tmp=/tmp/fileEDvTez> Acesso em: 29 out. 2016.

REMANESCENTES DAS COMUNIDADES DOS QUILOMBOS: A RESSIGNIFICAÇÃO DO CONCEITO E A VALORIZAÇÃO DA MEMÓRIA

Ana Cláudia Gonçalves¹

Resumo:

A pesquisa aborda a partir dos principais debates as diversas conotações aplicadas ao conceito de quilombo, além disto, apresento a significação e ressignificação de ser quilombola para estes sujeitos sociais, para tanto, trarei como exemplo os relatos dos membros da comunidade de remanescentes de quilombo do *Baú*, localizada no distrito de Itira, município de Araçuaí, na região nordeste do Estado de Minas Gerais. O objetivo consiste em mostrar que o significado histórico de quilombo deve ser repensado para se compreender as estratégias e as mobilizações das comunidades quilombolas, isto, pois, os estudos desenvolvidos a partir do fim do século XX revelaram que em cada periodização o conceito e a experiência histórica dos sujeitos que compõem estas comunidades se expressaram à sua maneira. O estudo a partir da comunidade do *Baú* mostrou que a memória coletiva deste grupo remete principalmente à concepção de liberdade, que norteia a seletividade das lembranças e que orienta a identidade de ser quilombola.

Palavras - chave: Quilombo, memória, comunidade do *Baú*.

Resume:

The research approach from the main debates the various connotations applied to the concept of quilombo, moreover, I present the significance and reframing be quilombo for these social subjects, therefore, I will bring as an example the reports members remnant of quilombo *Baú* community, located in Itira district, municipality of Araçuaí, in the northeastern state of Minas Gerais. The objective is to show that the historical significance of quilombo should be rethought to understand the strategies and the mobilization of the Quilombo communities, this, therefore, the studies developed from the end of the XX century revealed that in each periodization the concept and the experience historical subjects that make up these communities expressed themselves in their own way. The study from the *Baú* community showed that the collective memory of this group mainly refers to the conception of freedom, which guides the selectivity of memories and guides the identity of being quilombo.

Key - words: Quilombo, memory, *Baú* community.

A conceitualização de quilombo formulada durante os séculos XVIII e XIX, ainda se fazem presentes nas interpretações e ações de alguns gestores, operadores do direito,

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História na linha Narrativas, Imagens e Sociabilidades - Universidade Federal de Juiz de Fora.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
 ISSN: 2317-0468
 17 a 21 de outubro de 2016

acadêmicos e meios de comunicação. Neste sentido, tem se procurado mostrar que o significado histórico de quilombo deve ser repensado para se compreender as estratégias e as mobilizações das comunidades quilombolas, isto, pois, os estudos desenvolvidos a partir do fim do século XX revelaram que em cada periodização o conceito e a experiência histórica dos sujeitos que compõem estas comunidades se expressaram à sua maneira. Assim, os esforços têm perpassado fundamentalmente pelo exercício árduo de romper com a concepção de resquícios que associam de forma genérica as comunidades com as formas anteriores de existência.

A questão quilombola esteve presente, do ponto de vista legal, tanto na colônia quanto no império, nestes contextos, os quilombos foram criminalizados e penalizados, uma vez que eram categorizados como símbolo da subversão á ordem. Conforme afirma José M. Arruti a existência do quilombo nesta conjuntura “significava apenas identificar um objeto de repressão, sem que isso necessitasse ou implicasse qualquer conhecimento objetivo sobre tal objeto” (ARRUTI, 2008:104).

O Regimento dos Capitães-do-Mato, de Dom Lourenço de Almeida, em 1722, foi possivelmente o primeiro marco legal referente aos quilombos, na qual descreve: “pelos negros que forem presos em quilombos formados distantes de povoação onde estejam acima de quatro negros, com ranchos, pilões e de modo de aí se conservarem, haverão para cada negro destes 20 oitavas de ouro”(GUIMARÃES, 1988:131).

Já em 1740, o Conselho Ultramarino Português definiu quilombo como: “toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões nele” (SCHMITT; TURATTI; CARVALHO, 2002:2). Almeida aponta que estas conceitualizações buscavam abarcar uma generalização que se constituiu basicamente de cinco elementos: 1) a fuga; 2) um número exato de negros fugidos; 3) o isolamento geográfico, em locais de difícil acesso; 4) alguma forma de moradia, referida no termo “rancho”; 5) autoconsumo e capacidade de reprodução, simbolizados pelo pilão (ALMEIDA, 2002: 14-15).

Esta caracterização descritiva por estes cinco componentes, esteve presente no desenvolvimento dos trabalhos elaborados por estudiosos da temática quilombola até meados dos anos 70. Flávio dos Santos Gomes (2006) classifica os estudos situados no século XX, que analisaram os quilombos brasileiros, a partir de duas correntes:

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016*

culturalista e materialista. A primeira com força nos anos 30 a 50 difundiu a interpretação dos quilombos como um fenômeno de *resistência cultural*, nesta perspectiva os quilombos foram entendidos como espaço de manutenção das identidades étnicas africanas. Assim, sob a influência de Nina Rodrigues e das teorias da Antropologia Cultural, o quilombo foi compreendido a partir da ótica de Palmares, como manutenção do modo de vida africano. Argumentaram para esta visão de persistência da cultura africana, autores como Arthur Ramos, Roger Bastide, Edison Carneiro, que introduziram suas discussões fundamentando o quilombo sob a ótica do isolamento e da harmonia, cristalizados em um tempo histórico. Para Carneiro o quilombo se conceitualizava como “um fenômeno contra-aculturativo, de rebeldia, contra os padrões de vida impostos pela sociedade oficial e de restauração dos valores antigos” (CARNEIRO, 1988:14).

Arruti destaca que esta visão de cunho classicista ganhou forma acadêmica nos anos finais da década de 50, surge então à segunda corrente elaborada sob a ótica do marxismo estruturalista, que buscava realizar críticas à concepção de democracia racial cunhada por Gilberto Freyre e evidenciar a violência da escravatura. Nesta direção, os quilombos foram categorizados como o grande marco da reação de *resistência política* e da rebeldia dos cativos (ARRUTI, 2008:104). Corroboraram para esta visão os trabalhos de Clóvis Moura, Luis Luna, Alípio Goulart e Décio Freitas.

Para Gomes, ambas as correntes acabaram produzindo uma perspectiva engendradora, como reiteradamente *sublinha* Arruti, são:

analises e debates que, apesar de terem trazido importantes contribuições factuais, acabavam por enquadrar seus dados em uma camisa de força interpretativa que já não dizia tanto sobre os fenômenos históricos em si mesmos quanto sobre os usos políticos que se lhe desejava atribuir. (ARRUTI, 2003:17)

Além deste debate teórico, os movimentos sociais que impulsionaram o debate para a arena pública, tiveram igual importância para a construção do referencial conceitual de quilombo, a ênfase dada buscava expressar o quilombo como marco da resistência, os estudos que encabeçaram nesta direção acabaram por contribuir com uma concepção limitada do quilombo. Na década de 1930, a Frente Negra Brasileira realçou o quilombo como símbolo da resistência negra contra a opressão, nestes aspectos, defendeu-se a ideia de reparação pela “dívida histórica” no sentido de reparação dos

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

prejuízos trazidos pelo processo de escravidão e pelo “processo inacabado” de uma abolição que não foi acompanhada de nenhuma forma de compensação, neste sentido, buscava-se um conceito de quilombo que fosse capaz de expressar a identidade negra, denunciar a situação de marginalidade e que abarcasse as pautas da população negra (DOMINGUES, 2007). No início da década de 1970 o quilombo foi estreitamente ligado à luta pela redemocratização; já no fim desta década, fomentado pelo Movimento Negro Unificado (DOMINGUES, 2007), o quilombo foi associado à representação de Zumbi, personificado como ícone da resistência dos afro-descendente no combate ao racismo e a discriminação. Os estudos realizados neste período e na década seguinte trouxeram à tona outras dimensões sobre os quilombos no Brasil, nesta direção, destacou-se o trabalho de Abdias do Nascimento, que formulou uma proposta denominada *quilombista*, buscava-se com isto estabelecer um conceito que sistematizasse a experiência quilombola, de acordo com o autor, o *Quilombismo* seria a rede de “associações, irmandades, confrarias, clubes, grêmios, terreiros, centros, tendas, afochês, escolas de samba, gafieiras... esta praxis afro-brasileira” (NASCIMENTO, 1980:264). Assim, Nascimento propôs situar os quilombos a partir de um lócus de liberdade, harmonia e de atualização dos laços étnicos e da ancestralidade afro-brasileiros, o autor defendeu a proposta de um projeto “libertador” de cunho nacionalista, concebida a partir de perspectiva anti-imperialista, porém, articulada com o pan-africanismo, na qual deveria se congregar os embates de “raça” e “classe”, entretanto, a proposta de Nascimento não prosperou entre os debates dos militantes negros. Naquele momento de consolidação do Movimento Negro Unificado (MNU), redemocratização e efervescência das lutas sociais, a maior adesão foi para as correntes marxistas (DOMINGUES, 2007; HANCHARD, 2001).

Já no final do século XX, se constituíram novos aspectos para a definição de quilombos, neste contexto, o quilombo é reintroduzido legalmente a partir da constituição de 1988 recebendo o caráter de remanescente, em uma perspectiva de garantia dos direitos das comunidades, tal conjuntura levou a uma nova ressignificação do termo. Desse modo, teve-se uma revalorização da ideia do quilombo no imaginário social, possibilitada, sobretudo, pela visibilidade provinda da ação de movimentos sociais, operadores do Direito, jornalistas, ONGs, intelectuais, universidades, partidos políticos, Ministério Público e agendas dos governos em todas as instâncias (ARRUTI; FIGUEIREDO,

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

2005:76).

O ano de 1988, marcado pela promulgação da nova Constituição e pelo Centenário da Abolição, motivou historiadores a revisarem o passado escravista, bem como o processo da abolição e a questão quilombola. A abordagem preferencial dos pesquisadores se deu pela ênfase a Palmares, tanto intelectuais ligados à causa negra quanto o próprio movimento social opunham-se naquele momento ao 13 de maio e a representação da princesa Isabel, ressaltava-se nesse sentido outra datação e outro ícone, qual seja, o 20 de novembro exaltando-se a figura de Zumbi. Tais fenômenos traziam as relações raciais e as condições sociais dos negros brasileiros para a pauta dos debates públicos (DOMINGUES, 2007).

Neste contexto, implodiu-se uma intensa mobilização social, que adentrou no âmbito da constituinte, favorecendo para que as demandas territoriais das comunidades quilombolas fossem reconhecidas como legítimas pelo Estado brasileiro no ano de 1988 por meio do Artigo 68 da constituição.

Alfredo W. B. de *Almeida*, Ilka B. *Leite*, entre outros estudiosos da temática, bem como o próprio movimento social envolvido neste contexto, apontam que durante a elaboração da Constituição de 1988 o que parecia pairar sobre os legisladores era que os quilombos - vistos a partir dos elementos de fuga, isolamento e quantidade mínima - representariam casos isolados, este equívoco implicaria em não se reparar o problema de ordem maior, que era a marginalização das comunidades negras, logo não seriam beneficiadas com a posse da terra pelo Artigo 68 um grande número de comunidades. Outro problema levantado pelos autores foi a ausência de comprovação das comunidades originárias de escravos fugidos, o que implicou em se formular novos fundamentos para o entendimento de quilombo. A aplicação prática do artigo, entretanto, mostrou-se extremamente complexa, causando, inicialmente, profundas controvérsias entre antropólogos e historiadores. Maria de Lurdes Bandeira, Neusa M. M. de Gusmão e Ilka B. Leite² criticaram as limitações de se enquadrar as diversas comunidades existentes no artigo 68 do ADCT, apontava-se que havia uma “insuficiência conceitual, prática, histórica e política do termo ‘quilombo’” (GUSMÃO, 1991: 34.), pois, não iria atender à

²Em 1991, foi publicado o caderno *Textos e Debates* pelo Núcleo de Estudos sobre Identidade e Relações Interétnicas da Universidade Federal de Santa Catarina. Com o título “Terras e territórios de negros no Brasil”.

diversidade das formas de acesso à terra das comunidades negras.

Em 1990, a Fundação Cultural Palmares - criada em 1988 pelo presidente José Sarney com o propósito de promover a cultura nacional, sobretudo, a cultura negra - foi o primeiro órgão oficial a propor uma nova significação para o conceito de quilombo, a entidade definiu que “quilombos são sítios historicamente ocupados por negros que tenham resíduos arqueológicos de sua presença, inclusive as áreas ocupadas ainda hoje por seus descendentes, com conteúdos etnográficos e culturais” (ARRUTI, 2008: 13).

.A definição da entidade para fins de ressemantização se encontrava frágil ao ponto que utilizou a expressão “resíduos arqueológicos”, propondo uma compreensão única sobre a origem dos quilombos, isto é, quilombos originados por escravos fugidos. Já no ano de 1994, a partir de um seminário intitulado “Conceito de Quilombo”, a entidade amplia a conotação utilizando o termo “quilombos contemporâneos” para referir-se às comunidades negras não originadas de escravos fugidos (FIABANI, 2008: 40). A expressão não figurava a identificação das comunidades, se fazendo necessário caminhar para uma resolução da controvérsia, neste sentido, no ano de 1994 iniciou-se os debates que nortearam a ampliação da expressão, neste contexto, na tentativa de orientar e auxiliar a aplicação do Artigo 68 do ADCT, a Associação Brasileira de Antropologia (ABA), a partir de uma solicitação feita pelo Ministério Público, elaborou um documento cuja proposta consistia na definição operacional da expressão "remanescentes das comunidades dos quilombos", a ABA apresentou o seguinte entendimento:

Contemporaneamente, portanto, o termo não se refere a resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica. Também não se trata de grupos isolados ou de uma população estritamente homogênea. Da mesma forma nem sempre foram constituídos a partir de movimentos insurrecionais ou rebelados, mas, sobretudo, consistem em grupos que desenvolveram práticas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos num determinado lugar (ABA,1994:2).

O documento - destinado ao Seminário das Comunidades Remanescentes de Quilombos, promovido pela Fundação Cultural Palmares - considerou que o termo "quilombo" e a expressão "remanescentes dos quilombos" sofreram um verdadeiro processo de ressemantização, com base na mobilização das próprias comunidades negras rurais, que passaram a se autodenominar nesses termos. Com base nessa orientação, o

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
 “O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
 Juiz de Fora, 2017, 1554p.
 ISSN: 2317-0468
 17 a 21 de outubro de 2016*

Decreto nº 4.887 de 20/11/2003, que regulamenta o artigo constitucional, estabeleceu que "a caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos será atestada mediante auto-definição da própria comunidade", entendendo-as como "grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida" (MATTOS, 2010: 169-170).

Neste contexto, organizações de comunidades quilombolas contribuíram para que a discussão sobre o conceito ganhasse uma projeção nacional, assim, intencionavam que a compreensão buscasse reconhecer a existência dos variados quilombos. Deste modo, conforme destacado por Arruti, estes sujeitos sociais deslocaram o significado que havia sendo atribuído pelo movimento negro urbano, ganhando dimensão na associação entre o quilombo e a terra. Ainda de acordo com o autor, o conceito contemporâneo de quilombo abrange os aspectos levantados por ambos os grupos, estando associado “a duas militâncias políticas e a dois compromissos ideológicos distintos, que remetem, de um lado, à luta contra o preconceito racial e, de outro, à luta pela implementação de uma ampla reforma agrária” (ARRUTI, 2008: 111).

Na prática, o reconhecimento do Estado não significou que os problemas socialmente reconhecidos teriam fácil solução, sobretudo, devido aos que se opõe a legitimidade dessas comunidades. O partido Democrata (DEM), por exemplo, em discordância com os critérios para a regulamentação das terras quilombolas, pleiteou em 2004 uma ação questionando sua constitucionalidade, para Glória Moura o debate apresentado pelo DEM é “pelo menos anti-histórico”³ e visa desqualificar o pleito dos grupos auto identificados como quilombolas. Percebe-se que as proposições relacionadas a formação dos quilombos, apresentam múltiplos ângulos de averiguação. A tese da autonomia do quilombo, por exemplo, foi contestada por Jacob Gorender e Mário Maestri, estes autores caminharam nesta direção argumentando que os quilombos não haviam rompido com o sistema escravista⁴. Já Flávio dos Santos Gomes, Antonio Liberac

³ Entrevista do especial *Decreto 4887/2003 – constitucionalidade da regulamentação quilombola*. Disponível em: http://www.cedefes.org.br/?p=afro_detalhe&id_afro=8296 Acesso 28/03/2016.

⁴ Ver GORENDER, Jacob. O escravismo colonial. 6. ed. São Paulo: Editora Ática, 2001; MAESTRI, Mário. A servidão negra. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988. _____. Deus é grande! O mato é maior! Trabalho e resistência escrava no RS. Passo Fundo: EdUPF, 2002; _____. Terra e liberdade: as comunidades
Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.

“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.

ISSN: 2317-0468

17 a 21 de outubro de 2016

C. S. Pires e João José Reis, partem do princípio que as comunidades quilombolas são diversas e não necessariamente seguem o modelo palmariano⁵.

Estudos mais atuais sobre o tema quilombola, tem buscado valorizar as peculiaridades das experiências que se constituíram ao longo da História no Brasil, como salientado por Schmitt et al.(2002) os grupos que hoje são legalmente definidos como remanescentes de quilombo constituem-se por uma pluralidade de experiências e formas de acesso a terra, que incluem fugas com ocupação de terras livres, heranças, doações, pagamento de hipoteca, recebimento de terras como pagamento de serviços prestados ao Estado, terras abandonadas por fazendeiros, bem como a compra de terras.

Nesta perspectiva, ressaltamos as várias denominações que podem ser identificadas como remanescentes das comunidades dos quilombos, tais como: populações tradicionais, comunidades e bairros rurais negros, terras de preto, quilombos, mocambos, terras de santo, dentre outras denominações existentes para essas comunidades.

Para Carlos Eduardo Marques e Lílian Gomes, o quilombo pode apresentar todas ou algumas das características seguintes: “definição de um etnônimo, rituais ou religiosidades compartilhadas, origem ou ancestrais em comum, vínculo territorial longo, relações de parentesco generalizado, laços de simpatia, relações com a escravidão e, principalmente, uma ligação umbilical com seu território” (MARQUES; GOMES, Lílian, 2013. p. 142).

Já de acordo com Almeida os chamados remanescentes de quilombo se caracterizam por:

(1) identidade e território indissociáveis; (2) processos sociais e políticos específicos que permitiram aos grupos uma autonomia; e (3) territorialidade específica, cortada pelo vetor étnico no qual grupos sociais específicos buscam ser reconhecidos (ALMEIDA, 2002: 83-108 apud MARQUES; GOMES, 2013: 141).

autônomas de trabalhadores escravizados no Brasil. Versão atualizada do artigo: “Em torno do quilombo”. HISTÓRIA EM CADERNOS. Revista do Mestrado em História da UFRJ. n.º. 2. Rio de Janeiro, 1984.

⁵Ver GOMES, Flávio dos Santos & PIRES, Antonio Liberac C. S. Origens da roça negra. Revista de História da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, n. 27, pp. 24-27, dez. 2007; GOMES, Flávio dos Santos. Experiências atlânticas: ensaios e pesquisas sobre a escravidão e o pós-emancipação no Brasil. Passo Fundo: EdUPF, 2003; REIS, João José. Ameaça negra. In: *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, n. 27. pp. 18-23, Dezembro de 2007; _____. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835*. Edição revista e ampliada. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.

“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”, Juiz de Fora, 2017, 1554p.

ISSN: 2317-0468

17 a 21 de outubro de 2016

Assim sendo, a fundamentação da identidade quilombola no presente perpassa por critérios étnicos; político-organizativos; *territoriais*; e uma ocupação singularizada, que abarca elementos culturais, históricos, sociais e políticos.

O termo quilombo em uma perspectiva histórica tem raízes africanas, ligadas a região centro-ocidental da África, sobretudo Angola. A expressão surgiu pela primeira vez no século XVII atrelado a expansão de reinos existentes no território ligados aos grupos de guerra “Imbangalas”. A origem dos “Imbangalas”, segundo Hebe Mattos (2010) é controversa, mas sabe-se que eram originalmente grupos exclusivamente masculinos, que viviam em acampamentos militarizados, chamados *Kilombos*, formados a partir da aliança entre jovens guerreiros que negavam as estruturas tradicionais do parentesco e a supremacia dos anciãos.

Na atualidade o conceito se ampliou e não está mais preso às origens históricas, as comunidades negras tradicionais se identificaram e se apropriaram do termo transportando-o do campo arqueológico, histórico e patrimonial para o campo político e contemporâneo⁶. Esta ressemantização tem unido as comunidades de distintas regiões e contextos em um movimento mais amplo fundamentado na identidade e no território quilombola.

Neste sentido, se por um lado os pesquisadores empreenderam uma busca por uma nova concepção dos quilombos, por outro lado agentes sociais, movimento negro e lideranças das comunidades tem se mobilizado para garantir a efetivação dos direitos.

Entretanto, a problemática do conceito de quilombo perpassa não apenas por uma questão de ordem institucional, como também social, que podem ser mais bem detectados aos serem analisados localmente, em várias pesquisas verificasse o preconceito racial vivenciado pelas comunidades quilombolas, o que em medida contribui para que o processo de aplicabilidade das políticas públicas apresente-se demasiado lento.

O sentido de ser quilombola na comunidade do quilombo *Baú*

A partir de 1994, incentivados por pesquisadores e agentes sociais, iniciaram se as conversas sobre a comunidade do *Baú* ser reconhecida como quilombola, os membros

⁶ CEDEFES/www.cedefes.org.br

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

identificaram-se como tal por serem descendentes de escravos, nas narrativas invocam os acontecimentos vividos pelos antepassados, as práticas socioculturais e as formas de sobrevivência vivenciadas na comunidade. Desde modo, verificasse que o auto reconhecimento como quilombola é legitimado e justificado a partir da historicidade que lhes foram passados a partir da oralidade, a moradora da comunidade Daiane Santos das Neves diz que ser quilombola é ter a *cultura quilombola*, e esta cultura é identificada por ela nos ensinamentos que lhes foram transmitidos por seus pais e avôs, como por exemplo, o batuque que hoje ela ensina para as crianças da comunidade, o que faz com que as mesmas também se identifiquem como quilombola, isto é, o entendimento de ser quilombola perpassa pelas tradições que foram herdadas.

Verifica-se também que na memória dos membros da comunidade do *Baú* a herança escravista, bem como as experiências do trabalho nas fazendas, são elementos expressivos para identificarem-se como quilombolas, uma vez que revelam situações vivenciadas até meados dos anos 80 que são análogas ao período da escravidão, neste sentido, o auto reconhecimento como quilombola fundamenta-se no entendimento da comunidade a partir de uma estreita relação com o sentimento de liberdade, Romilda Santos das Neves é enfática ao dizer isto:

Eu creio que ser quilombola é ser livre, é cê poder escolher onde que você quer ir, o que cê quer fazer, ter direito de ir e vir como qualquer outro, ter direitos de trabalhar, de estudar, de correr atrás, de ter alguma coisa(...). Tem uns que até hoje são leigo nessa parte, de que isso é direito meu, tem muitos que não vai saber falar né ‘não, isso aqui eu tenho direito que eu sou quilombola, tá na lei’ nem todos vai fazer isso, mas a maioria eu creio que já tem essa consciência⁷.

Outra fala que narra está concepção é de Elisangela Pereira Chaves de 34 anos:

Naquela época eu achava que era porque a gente era pobre, hoje olhando o lado dos direitos que nós temos, hoje eu posso ver que a forma que eles tratavam a gente não era porque era pobre, era porque agente era negro (...). Hoje ser quilombola pra mim é renascer, hoje eu tenho uma coisa que eu nem sabia que a gente tinha que é o direito, que é a lei, hoje eu tenho o direito de ir e vir, de chegar em uma faculdade e poder andar de cabeça erguida, chegar em um banco e ser atendido como qualquer um outro cidadão⁸.

⁷Entrevista concedida a pesquisadora pela moradora da Comunidade *Baú*, Romilda Santos das Neves em 22/04/2016.

⁸Entrevista concedida a pesquisadora pela moradora da Comunidade *Baú*, Elisangela Pereira Chaves em 21/04/2016.

O presidente da comunidade diz que ser quilombola é ser reconhecido “dentro das leis”, entende que o conceito propõe pensar uma dívida histórica devido ao sofrimento passado, diz ainda que os *Baús* não conheciam esse termo e não sabiam da existência dos seus direitos, além disto, ressalta uma crítica aos impasses que são criados para a implementação efetiva das políticas públicas, em seus dizeres:

Na verdade tá bonitinho no papel, mas pra sair do papel é uma grande luta, é uma grande dificuldade, mas pelo menos, hoje nós somos respeitados como gente, somos respeitado dignamente, eu acho que resumindo tudo, hoje ser quilombola pra nossa família é uma esperança, é isso, acho que é tudo pra nós ser quilombola (...) Hoje nós que simplesmente vê cumprir a lei, só a justiça ser feita, hoje eu tenho parente meu aí que tem vergonha de mostrar, mas para nós que é da família sabemos que existem muitos ainda com corte de pirata, isso ai não foi no século XIX, foi no século XX, porque uma pessoa não tá lá dentro do século XIX ou século XVIII e vivo até hoje com quase 200 anos, então eles continuaram a escravizar nosso povo foi até recente, machucado, eu tenho uma tia minha mesmo que tem rastro de pirata nas pernas, nas costas de pirata, feita por esse povo ai, pessoa com 80 anos, cê analisa bem pra você vê se a escravidão acabou aqui no século XIX, não, na lei áurea, nunca foi, foi pra outro lugar mas aqui nunca existiu isso, a escravidão continuou aqui até nos anos 80⁹.

Sobre a memória, que traz elementos análogos à escravatura, é preciso ressaltar que apesar do direito a liberdade ter se respaldado na Lei Áurea, a ausência de ações reparatorias depois de mais de 300 anos de escravidão, fez com que a liberdade adquirida permanecesse como um debate em aberto, pois, há uma distancia entre o que estabelece a Lei e sua situação prática. Para a dimensão implementativa de uma Lei é preciso que se criem mecanismos definitivos para sua aplicação, bem como é preciso pleitear a informação sobre o direito para toda a sociedade, algo que se tratando das comunidades quilombolas só ocorreu em 1988. Neste sentido, verifica-se o quanto falha apresentou-se o fim da escravidão no Brasil, uma vez que nos deparamos com um grupo descende de escravos afirmando que *pelo menos, hoje nós somos respeitados como gente*, isto nos revela que nem a experiência história nem os mecanismos que se propuseram a intervir na exclusão foram suficientemente versados a ponto de produzirem significativas mudanças na estrutura social.

⁹ Entrevista concedida a pesquisadora pelo morador da Comunidade *Baú*, Antônio Cosme das Neves em 22/04/2016.

Ainda que a implementação dos direitos das comunidades quilombolas se apresentem ineficaz, isto não tem anulado a significativa tentativa de reenraizamento social e espacial deste grupo. Sobre isto, verificasse nos depoimentos dos membros da comunidade do *Baú* que a permanência no território tem a sua dimensão tanto pelo que foi vivido diretamente pelos membros que compõe a comunidade atualmente, como pelo que foi vivido por seus antepassados. Constata-se, então, que o sentimento de justiça é um fator decisivo para a permanência no território e para a busca pela implementação dos direitos legais destinados as comunidades quilombolas, senhor Inácio Pereira dos Santos conta que sua persistência em se manter no território, mesmo com todos os conflitos e impasses políticos, é devido ao fato que seu “pai foi escravizado mesmo, morreu arrebetado pra dizer em serviço, agora hoje se tiver uma chance eu luto até o fim, certo? Luto até o fim!”¹⁰ (grifo meu para expressar sua ênfase). Outra fala nesta direção é a de Antônio C. das Neves:

Porque que hoje eu luto com tanta força assim, pelo nosso povo, porque eu sei que o nosso povo (pausa), meu pai morreu arrebetado aqui dentro, meu avô morreu sem ter direito a nem a um caixão honesto, digno, foi feito de tábua aqui dentro, minha mãe hoje ta aleijada de cozinhar na beira do fogão e pra gente, nós filho, não passar fome¹¹.

Compreender os avanços relacionados à cidadania nos territórios quilombolas após o reconhecimento do Estado, não significa dizer que anterior a este marco vivia-se na apatia social e política.

Neste sentido, tornam-se fundamentais os exemplos provenientes das realidades locais para se perceber o que está em jogo nas diversas situações analisadas, suas dimensões, articulações, formas e realces. E é sob esse prisma que a territorialidade negra pode ser referida não a uma realidade equívoca e distante, mas se reportando a uma dimensão simbólica da identidade (LEITE, 2008:997).

Assim, ao analisar as práticas cotidianas sobre o trabalho na comunidade do *Baú*, verificasse que a estratégia de plantar roças em lugares de difícil acesso como meio de

¹⁰Entrevista concedida a pesquisadora pelo morador da Comunidade *Baú*, Inácio Pereira dos Santos em 21/11/2015.

¹¹Entrevista concedida a pesquisadora pelo morador da Comunidade *Baú*, Antônio Cosme das Neves em 22/04/2016.

sobrevivência, representa uma dimensão organizativa da comunidade, pois, foi uma ação coletiva, consciente e estratégica, revelando que as ações não se limitavam a uma atuação servil, neste sentido, considero que não há ausência de protagonismo social e sim práticas sociais veladas, uma vez que a percepção sobre o trabalho mostrou uma dimensão estratégica historicamente construída. Neste sentido, o trabalho sendo uma forma de organização social e de sobrevivência, se torna um aspecto crucial para pensar a identidade quilombola e suas demandas, desse modo, pode ser compreendido como elemento de análise para entender a cidadania na comunidade, uma vez que a diversidade de atuação dos grupos não pode ser compreendida apenas dentro de uma perspectiva unilateral.

Assim, o estudo a partir da comunidade do *Baú* mostrou que a memória coletiva deste grupo remete principalmente a concepção de liberdade, que norteia a seletividade das lembranças e que orienta a identidade. Desde modo, as experiências do passado narradas pelo grupo e a relação com as políticas públicas, mostra que a principal peculiaridade relacionada à cidadania na comunidade, reside no contexto em que a associam com a liberdade - passado 128 anos da libertação dos escravos - a qual somente foi conquistada após a década de 80, juntamente com o advento do reconhecimento legal das comunidades quilombolas.

Considerações Finais

As identidades são construídas de acordo com a própria percepção da estrutura das relações sociais e, portanto, desencadeadas em função dos contextos históricos, conforme tentei mostrar em relação à compreensão da identidade quilombola, que apresentou múltiplos aspectos ao decorrer das mudanças sociais.

Na atualidade, a diversidade de experiências ligadas à cidadania instiga a refletir sobre as exclusões sociais históricas com implicações *étnico-raciais*. Nesse sentido, a própria categoria comunidade de remanescente dos quilombos trouxe uma nova dimensão para pensar estas implicações, sendo assim, o estudo de uma comunidade no século XXI possibilita elevar as representações ao conceito (Lefebvre, 1983). Assim, há que se

considerar a especificidade do fenômeno enquanto expressão política de uma formação social diversa (LEITE, 2000).

Portanto, analisar a pluralidade envolta na experiência quilombola permite identificar como os vários sujeitos sociais arquitetaram caminhos históricos alternativos, uma vez que ninguém é motivado por interesses universais, sendo assim, a análise das experiências da comunidade do *Bau* podem corroborar para ampliar as compreensões relacionadas as constituições sociais.

Referências

ABA. Documento do Grupo de Trabalho sobre as comunidades Negras Rurais. *Boletim Informativo NUER*, n.1. 1994.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Os Quilombos e as Novas Etnias. In: O'DWYER, Eliane Cantarino (org.). *Quilombos: identidade étnica e territorialidade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

ARRUTI, José Maurício. Quilombos. In: SANSONE, Livio; PINHO, Osmundo Araújo (Org.). *Raça Novas Perspectivas Antropológicas*. Salvador: Associação Brasileira de Antropologia: EDUFBA, 2008.

ARRUTI, José Maurício. Relatório técnico científico sobre os remanescentes da comunidade de quilombo de Cangume município de Itaóca SP. *RTC / ITESP Cangume*. 2003.

ARRUTI, José Mauricio; FIGUEIREDO, Andre. Processos Cruzados: configuração da questão quilombola e o campo jurídico no Rio de Janeiro. *Boletim Informativo NUER / Núcleo de Estudos sobre Identidade e Relações Interétnicas*, Florianópolis, UFSC, v. 2, n.2, 2005.

CARNEIRO, Edison. *O Quilombo dos Palmares*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1988.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. *Tempo*, Rio de Janeiro, Departamento de História-UFF, n. 23, 2007.

FIABANI, Adelmir. *Os novos quilombos: Luta pela terra e afirmação étnica no Brasil [1988-2008]*. Tese (Doutorado) – História, UNISINOS, São Leopoldo. 2008.

GOMES, F. D. S. *Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, séc. XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

GUIMARÃES, Carlos Magno. *Uma Negação da Ordem Escravista. Quilombos em Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo, Icone Editora, 1988.

GUSMÃO, Neusa. A questão política das chamadas 'terras de preto'. Em: Terras e territórios de negros no Brasil. / org. de Leite, Ilka B. *Textos e Debates* - NUER/UFSC, ano 1, n. 2. 1991.

HANCHARD, Michael George. *Orfeu e o poder: o movimento negro no Rio de Janeiro e São Paulo (1945-1988)*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.

LEFÈBVRE, H. *Lógica Formal, Lógica Dialética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

LEITE, Ilka Boaventura. O Projeto Político Quilombola: desafios, conquistas e impasses atuais. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 16(3): 424, setembro-dezembro/2008.

LEITE, Ilka Boaventura. "Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativa". In: *Etnográfica*, v. IV, n. 2, 2000.

MARQUES, Carlos Eduardo; GOMES, LÍlian. A Constituição de 1988 e a ressignificação dos quilombos contemporâneos Limites e potencialidades. *RBCS* Vol. 28 n° 81 fevereiro/2013.

MATTOS, Hebe. "*Guerra Preta*": culturas políticas e hierarquias sociais no mundo Atlântico. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (org.) *Na Trama das Redes: política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

NASCIMENTO, Abdias. *O Quilombismo*. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 1980.

SCHMITT, Alessandra; TURATTI, Maria Cecília & CARVALHO, Maria Celina. A Atualização do Conceito de Quilombo: identidade e território nas definições teóricas. Comunicação de Resultados/ *Research Results, Ambiente e Sociedade*, ano V, n° 10, 1° semestre de 2002.

Simpósio Temático 06: Juiz de Fora: História e pesquisa.

Coordenadores: Felipe Marinho Duarte (Doutorando UFJF) & Bruno Novelino Vittoretto (Doutor UFJF)

Assistência à saúde em Juiz de Fora na *belle-époque* (1897 - 1914)¹

Maciel Antonio Silveira Fonseca²

Resumo:

O objetivo deste trabalho é apresentar a assistência à saúde em Juiz de Fora na transição do século XIX para o século XX, conhecido como o período da "belle-époque", a partir da análise da Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora. O período foi marcado por uma intensa transformação na estrutura do hospital. Novas proposituras no campo científico dotaram a instituição com um caráter adverso ao modelo lusófono. Interessamos investigar neste estudo a forma como a instituição se desenvolvia, mostrando como os seus membros lidavam com a crescente demanda pelo atendimento, apontando novos e velhos atores que compuseram esta relação da dádiva, para que assim seja possível entender a modernização como um processo de diversificação do atendimento, pautando-se nos relatórios anuais da instituição.

Palavras-chave: Assistência, modernização, hospital, Santa Casa de Misericórdia.

Abstract:

The aim of this paper is to present to health care in Juiz de Fora in the transition from the 19th to the 20th century, known as the period of "belle époque-", from the analysis of Holy House of Mercy from Juiz de Fora. The period was marked by an intense transformation in the hospital structure. New propositions in the scientific field have endowed the institution with an adverse character to Lusophone model. We are interested in investigating this study how the institution developed, showing how its members dealt with the growing demand for the service, pointing out new and old actors who made up this relationship of the gift, so that we can understand the modernization as a process diversification of care, basing on the annual reports of the institution.

Keywords: Assistance, modernization, hospital, Holy House of Mercy.

¹ Trabalho apresentado na XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. 19 de outubro de 2016.

² Mestrando do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Email: maciel.s.fonseca@gmail.com

INTRODUÇÃO

Este trabalho faz parte de mais um projeto de pesquisa que tem por escopo compreender a formação de Juiz de Fora e o seu desenvolvimento, que neste caso busca analisar a assistência aos pobres, tendo como objeto específico a Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora (SCMJF). O período escolhido foi a transição do século XIX para o século XX, precisamente quando o Provedor Braz Bernardino assume a instituição, em 1897. O principal motivo para este período é o fato de somente a partir de sua gestão que a instituição começou a produzir os relatórios anuais, documentos responsáveis pelo levantamento quantitativo e qualitativo do funcionamento do hospital; tratava o número de assistidos, o sexo, as moléstias (TRAVASSOS, 1993:74). Apresentava, também, a receita da Santa Casa, das despesas, das compras, das dívidas, das formas como propuseram pagar tais dívidas, reuniões do Egrégio Conselho, número de óbitos, entrada e saída de indivíduos, doações recebidas, quais tipos de doações, e assim por diante.

No caso deste projeto, trabalha-se a relação entre doador e donatário observando o conceito de reciprocidade que é trabalhado principalmente por Marcel Mauss (2008: 64), quando diz que nenhuma ação é desinteressada e, portanto, quando se pratica a caridade há uma sentimento de obrigação de retribuição ao passo em que o doador amplia a sua rede clientelar. Sob semelhante perspectiva, Bourdieu (1973: 38-53) vai abordar o tema sob a ótica webberiana com a verticalização da assistência, quando uma esfera da sociedade estabelece relações com uma outra de posição inferior ou superior, não se atendo aos seus pares, mas sim àqueles que podem lhes render algum prestígio ou que possa lhe enriquecer socialmente.

No caso específico do trabalho apresentado, é tratado a assistência à saúde em Juiz de Fora no período da belle-époque. O recorte temporal se dá do período entre a posse de Braz Bernardino na provedoria da SCMJF até a data que se atribui ao fim do período denominado belle-époque. A intenção é estudar as transformações ocorridas na instituição e que foram fundamentais para ampliar a assistência aos pobres na cidade, por meio da expansão física do hospital, da incorporação de novos equipamento para melhor prestar os serviços inerentes à instituição, ao novo quadro de funcionários atuantes no

hospital e nas relações estabelecidas com credores para que as dívidas fossem quitadas, permitindo novos empréstimos para financiar este processo de modernização.

A Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora e o seu impacto na assistência

A instituição surgiu com o nome de "Casa de Caridade", por iniciativa do comendador José Antônio da Silva Pinto, posteriormente Barão da Bertioga, no ano de 1854 (LESSA, 1985: 95). Este, sem ter descendentes, designava parte da sua fortuna acumulada pela prática da cafeicultura em irmandades leigas de caráter religioso, como Irmandade do Carmo do Rio de Janeiro, Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro e Nossa Senhora Mãe dos Homens, de Barbacena (TRAVASSOS, 1993:36). Enquanto vereador de Juiz de Fora, entre 1853 e 1853, destinou uma série de recursos para melhoria e modernização da cidade; posteriormente, designou considerável fortuna para a criação do cemitério municipal (OLIVEIRA, 1953:32), construção de uma coluna hidráulica, que era responsável pelo fornecimento de água gratuita à população (TRAVASSOS, 1993: 29-32), e a Casa de Caridade, cujos recursos foram elencados a partir do investimento de seus recursos e escravos na criação do chamado "Teatro da Misericórdia", cujo objetivo principal era a captação de recursos que financiariam, em parte, a construção da casa de acolhimento aos enfermos (LESSA, 1985: 95).

A irmandade Nosso Senhor dos Passos foi criada em 1855 com a finalidade de "promover o culto religioso e a socorrer os pobres", constando no 1º artigo do Compromisso estabelecido (FONTES, 1855) ficando também responsável pela manutenção da Casa de Caridade, conforme previsto no artigo 40º do mesmo Compromisso. Quando criou este documento, Silva Pinto ocupou a posição de provedor perpétuo, conforme consta em seu artigo 9º, e enquanto este vivesse, não poderia haver eleição de novo provedor.

Sua gestão durou pelos próximos 16 anos, até a sua morte em 1870. Em testamento, deixou uma série de imóveis para a instituição, além de apólices estatais, escravos e dinheiro para a manutenção da caridade, que se propõe no artigo 1º do compromisso e cujas doações eram semelhantes ainda em vida (TRAVASSOS, 1993: 52-60; LESSA, 1985:96). Contudo, estes 27 anos seguintes foram marcados pela decadência

da instituição, que chegou a fechar suas portas e deixar de atender os necessitados por alguns meses, em vista da falta de recursos que impossibilitava o oferecimento de alimentação aos enfermos, de lençóis, toalhas e até mesmo materiais de limpeza. Este fato pode ser evidenciado a partir da leitura de uma reportagem do jornal "O Pharol"(FONTES, 1877), que parece chamar a atenção em edições anteriores sobre as mazelas da instituição, o que fazia necessário a criação de entidades associativas para promover a assistência mútua, difundida pelo jornal como pode ser visto a seguir:

A existência de uma casa de misericórdia faz com que algumas pessoas julguem supérfluo um estabelecimento de beneficência e para o qual temos procurado chamar a atenção dos nossos leitores. Não entendemos porém que seja assim. Por motivos que ignoramos a casa da misericórdia desta cidade poucos ou nenhum serviço tem prestado; existe de nome somente, não deve pois servir de exemplo e em nada pode obstar à criação da associação que nos ocupamos. (...)

Neste período constatei que dos 16 Provedores que assumiram a gestão do hospital, 8 deles, ou seja, metade (50%) era composta por Vereadores da Câmara, que não necessariamente atuaram em paralelo com o seu mandato, o que dificulta dizer se utilizaram a posição de Provedor como pedestal para alcançar o cargo público. Tal posição era sinal de privilégio a quem quer que a assumisse, dado ao prestígio de se manter à frente de tão importante instituição. Destes, 25% eram proprietários de terra e cafeicultores, sendo inclusive dois deles sobrinhos do Barão e um deles irmão do Barão, que também ocupou o cargo de Vereador do município, conforme pode ser visto na tabela abaixo.

Quadro 1
Profissão dos dirigentes (1854 - 1896)

Provedor	Ocupação	Cargo Político	Período de Gestão
Comendador Antônio José da Silva Pinto	Cafeicultor	Vereador 1853- 1856	1854 - 1870
Elias Antônio Monteiro da Silva	Cafeicultor	X	1870 - 1871

José Vieira de Figueiredo e Silva	Cafeicultor	X	1873-1874
Cristóvão de Andrade	Cafeicultor e Comerciante	X	1874-1876
Gervásio Monteiro da Silva	Cafeicultor	Vereador 1877-1880	1876-1877
Coronel João José Vieira	Cafeicultor e Investidor Mobiliário	X	1877-1886
Geraldo Augusto de Miranda Resende - Barão do Retiro	Cafeicultor	Vereador 1869-1872 Prefeito 1880-1889 Presidente da Câmara	1887-1888
José Joaquim Fernandes Torres	X	X	1888-1889
Lindolpho de Assis	X	X	1890
Joaquim Martins Ferreira	Empresário, Investidor Imobiliário	X	1891
Comendador Manoel José Pereira da Silva	X	Vereador 1881-1884	1891
José Caetano de Moraes e Castro	Advogado	Vereador 1860-1864/ 1873-1878	1891
Manoel Antônio Lopes	X	X	1892
José Caetano de Moraes e Castro	Advogado	Vereador 1860-1864/ 1873-1878	1892-1893
Francisco Cândido da Gama Jr	X	Vereador 1895-1898/1901-1904	1893

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. "O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História", Juiz de Fora, 2017, 1554p. ISSN: 2317-0468 17 a 21 de outubro de 2016

Coronel Francisco Pereira Sygmaringa	X	Vereador 1895-1898	1894-1895
Capitão Antônio Pinto Monteiro	X	Vereador 1892-1895/1895-1898/1901-1904	1895-1896 ³

Fonte: Elaboração própria com base na bibliografia local (PROCÓPIO Filho, 1979: 179, 84, 167, 131, 175, 230, 182; FONTES, 2016).

Em 1897, em vista da crise na qual a Santa Casa estava inserida, decidiram convidar Feliciano Pena, Senador da República e Juiz de Direito, que também atuava como jornalista no "O Pharol" e lecionava na Academia do Comércio (PROCÓPIO Filho, 1979: 109-110; TRAVASSOS, 1993: 68-70). Este, alegou incapacidade para ocupar tal cargo em vista das inúmeras atividades que exercia e que, segundo ele, consumia todo o seu tempo e seus esforços. Na ocasião, decidiu indicar outro juiz da comarca de Juiz de Fora, que apesar de gênio forte, ríspido e intransigente, possuía um inigualável senso de gestão de ordem e que, poderia realizar esta tarefa melhor do que ele. No caso, indicava Braz Bernardino Loureiro Tavares.

Em seu primeiro ano de provedoria, foi perceptível a melhoria no hospital e nas relações que mantinha com a sociedade civil. Alterou o quadro de funcionários, fazendo um corte de gastos que julgou menos importante naquele momento; também membro de uma série de irmandades leigas de caráter religioso, entrou em contato com um irmão Franciscano de Petrópolis com quem firmou contrato aderindo os serviços de três irmãs de Santa Catarina, que foram trazidas da Alemanha exclusivamente para administrar as alas do hospital e zelar por seu funcionamento (TRAVASSOS, 1993: 75-76; TAVARES, 1897: 12). Não demorou a regularizar juridicamente a instituição, enquadrando-a nos moldes dos hospitais modernos ao passo que garantiu credibilidade aos credores. Por meio de pedidos de donativos à população, foi possível dar início à construção de duas novas alas do edifício, tendo em vista a ampliação no acesso à saúde, abrangendo a capacidade de assistência aos necessitados (TAVARES, 1898; 19).

Em seu relatório referente ao ano que assumiu, relata uma série de irregularidades na parte financeira. As dívidas eram muitas, os equipamentos precários e o quadro de

profissionais defasados, sem especialização ou conhecimento apropriado ao cargo que exerciam. Por conta disto, no ano de 1898 tomou a iniciativa de reformar o estatuto da Mesa Administrativa, atribuindo aos irmãos dirigentes novas funções e legando a cada um deles o pagamento da jóia ao assumir e os valores da anuência, além de solicitar o levantamento de fundos através da arrecadação das esmolos para que fosse possível executar os projetos que tinha elaborado (TAVARES, 1898: 14).

Neste mesmo ano, conseguiu estabelecer relações com Bernardo Mascarenhas que, juntamente com a ajuda do Dr. Constantino Paletta que era membro da Mesa Administrativa, substituiu a querosene pela luz elétrica gratuitamente, doando à Casa de Caridade toda a instalação, materiais e equipamentos para que fosse possível a utilização da energia elétrica. Não obstante, conseguiu a doação de um aparelho telefônico, na época objeto altamente custoso mas igualmente necessário para a melhoria da comunicação com outras entidades ou membros da elite que pudessem doar para a irmandade. Por fim, ainda neste ano, firmou contrato com a Câmara Municipal, que passou a custear todos os remédios da farmácia que se destinavam à prescrição de pacientes pobres (TAVARES, 1898: 14-18 apud TRAVASSOS, 1993: 76-77) .

Os anos que correspondem entre 1901 a 1907 foram marcados por intensas transformações na prestação da assistência e nas melhorias das condições de trabalho e da prestação da assistência. em 1901 o Dr. Hermenegildo Villaça é nomeado cirurgião da Santa Casa, que até então realizava os procedimentos mesmo sem a necessária especialização para tal. No ano seguinte, cria-se um pavilhão de isolamento para evitar que o enfermo entrasse em contato com outro de grave moléstia ou aquele que se encontrava em profunda dor e, por conta disso, causava pânico aos demais por conta de seus gritos intermináveis (TAVARES, 1901: 8-9; TAVARES, 1902: 11-13).

A Capela, tão importante para a manutenção do culto religioso, foi reformada gratuitamente, assumindo as dívidas o Coronel Manoel Honório. Outra melhoria para o espaço físico, naquele mesmo ano, foi a criação do jardim central, possibilitando aos visitantes um espaço para descanso e para aliviar a tensão de se visitar um ente enfermo (TAVARES, 1905: 13-16). No ano de 1907, com a visita do Dr. Hermenegildo Villaça em centros médicos da Europa, foi incorporado à Santa Casa um novo arsenal cirúrgico que o Dr. Villaça trouxe de Berlim e Paris (TAVARES, 1907: 11).

No relatório de 1908, Braz anuncia que todas as dívidas da Santa Casa estavam solvidas (TRAVASSOS, 1993: 79). Neste momento a receita interna da instituição aumentou significativamente, permitindo a importação de fármacos de Nova Iorque e possibilita a criação de um gabinete dentário, sob o comando do Dr. Clóvis Jaguaribe e a inauguração da maternidade, ficando responsável por esta o Dr. Edgard Quinet.

Em 1910 é iniciado um processo de aquisição de terrenos para a construção de imóveis a fim de gerar lucros através de arrendatários. Estes imóveis se concentrava na região central da cidade, em específico na Halfeld, Avenida Rio Branco e na Batista de Oliveira. Com isso, foi possível adquirir mais apólices estatais que geravam grandes lucros à instituição, permitindo a compra de novos equipamentos e um atendimento mais rápido e eficaz aos pacientes (VILLAÇA, 1910: 19-26).

Com esta renda, foi possível financiar a construção do sanatório, que atendia principalmente às vítimas do Cólera Morbus e tísica, que então se tornavam crescentes na sociedade juizforana. Tendo sido Pantaleone Arcuri membro da Mesa Administrativa, este firmou parceria com a Santa Casa na elaboração e execução dos projetos, juntamente com a Companhia Henrique Surerus & Irmãos. Se encontrando em estado de avançada deterioração, foi necessário a remoção das duas torres da antiga capela Nosso Senhor dos Passos. Sob projeto de Rafael Arcuri e execução de Henrique Surerus, o fachada da capela foi remodelada ao que podemos ver atualmente, concentrando-se o campanário em apenas uma única torre central. Ainda neste processo, foi construída mais duas alas de enfermaria, dado o grande fluxo pacientes que buscavam socorro na instituição (VILLAÇA, 1910: 17-19).

O relatório de 1914 atesta uma prosperidade que o hospital jamais havia vislumbrado, mesmo durante o período do Barão da Bertioga. Com a descrição de um completo arsenal cirúrgico, farmácia equipada e corpo médico especializado em diversas áreas da medicina, o fluxo de pacientes praticamente triplicou desde que Braz Bernardino assumiu a provedoria. Ao fim deste período, contava-se nove o número de irmãs de Santa Catarina trazidas da Alemanha e que cuidavam dos diversos afazeres da instituição, garantindo uma alimentação saudável, roupas limpas, equipamentos desinfetados e maior distribuição dos leitos para atender a grandes demandas. Este período foi de notável

prosperidade, garantindo a credibilidade necessária para estar aptas a receber novas doações de seus beneméritos e benfeitores (TAVARES, 1914: 29-35).

Conclusão

Foi perceptível o empenho do provedor Braz Bernardino Loureiro Tavares (1897 - 1919) em reestruturar a Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora. Tendo notória posição no cargo de juiz ordinário do município somado à sua participação em outras irmandades, o que ampliava o seu leque de sociabilidade, foi possível abater as vultuosas dívidas que a instituição contraiu durante os 27 anos que seguiram da morte do Barão da Bertioga.

Sua ampliação do corpo médico, especialização da assistência e a dissonância das diretrizes que caracterizava o modelo luso das Misericórdias no qual se priorizavam a caridade em observância às 14 obras da misericórdia, tornava-se agora elementos secundários na administração. Esta característica acompanhou o processo de modernização da cidade, cuja ruptura com o sistema imperial buscou se colocar a par dos grandes centros de desenvolvimento que estabeleciam novos padrões a parâmetros do ideal e do moderno.

Esta modernidade refletiu no intercâmbio de funcionários nestes centros urbanos, incorporando aos seus conhecimentos e aplicando-os na assistência local, garantindo melhorias, eficiência e agilidade no atendimento. Também, possibilitou a melhoria nos equipamentos e a expansão do espaço físico, promovendo a abertura de novas alas e centros de especializações.

Referências

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1973.

FONTES. Arquivo da Cúria Metropolitana de Juiz de Fora. **Compromisso da Irmandade Nosso Senhor dos Passos**, 1855.

FONTES. Reportagem do jornal "O PHAROL". Ano XI n.35. 06 de maio de 1877.

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
"O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História",
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016*

FONTES. Sítio Virtual da Câmara Municipal de Juiz de Fora. Legislaturas Anteriores. Juiz de Fora. Disponível em: <<http://www.camarajf.mg.gov.br/legislaturas-passadas.php>>. Acesso dia 29/09/2016.

LESSA, Jair. **Juiz de Fora e seus pioneiros: do Caminho Novo à Proclamação**. Juiz de Fora: FUNALFA Edições. 1985.

MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a dádiva**. Lisboa: Edições 70. 2008.

OLIVEIRA, Paulino. **História de Juiz de Fora**. Juiz de Fora: Companhia dias Cardoso, 1953.

PROCÓPIO Filho, José. **Salvo erro ou omissão**. Gente Juiz-Forana. 1979.

TAVARES, Braz Bernardino Loureiro. **Relatorio da administração da Irmandade do Senhor dos Passos e da Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora concernente ao anno compromissal de 1897 apresentado em reunião da Mesa Administrativa de 26 de dezembro de 1897 pelo provedor dr. Braz Bernardino**. Typographia. Mattoso, 1897.

_____. **Relatorio da administração da Irmandade do Senhor dos Passos e da Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora concernente ao anno compromissal de 1898 apresentado em reunião da Mesa Administrativa de 25 de dezembro de 1898 pelo provedor dr. Braz Bernardino**. Typographia Mattoso, 1898.

_____. **Relatorio da administração da Irmandade do Senhor dos Passos e da Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora concernente ao anno compromissal de 1901 apresentado em reunião da Mesa Administrativa em 1º de janeiro de 1902 pelo provedor dr. Braz Bernardino**. Typographia Mattoso, 1901.

_____. **Relatorio da administração da Irmandade do Senhor dos Passos e da Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora concernente ao anno compromissal de 1902 apresentado em reunião da Mesa Administrativa em 1º de janeiro de 1903 pelo provedor dr. Braz Bernardino**. Typographia Mattoso, 1902.

_____. **Relatorio da administração da Irmandade do Senhor dos Passos e da Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora concernente ao anno compromissal de 1905 apresentado em reunião da Mesa Administrativa em 1º de janeiro de 1906 pelo provedor dr. Braz Bernardino**. Typographia Mattoso, 1905.

_____. **Relatorio da administração da irmandade do senhor dos Passos e da Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora concernente ao anno compromissal de 1906 apresentado em reunião da Mesa Administrativa de 1 de janeiro de 1907 pelo provedor dr. Braz Bernardino Loureiro Tavares**. Typographia Brazil, 1907.

_____. **Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora. Relatorio do anno de 1913 apresentado pelo provedor dr. Braz Bernardino Loureiro Tavares à Mesa**

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

Administrativa em 1 de janeiro de 1914 e unanimemente aprovado. Typographia Brazil, 1914.

TRAVASSOS, Miriam. **Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora.** Uma reportagem para a história. Juiz de Fora: ESDEVA, 1993.

VILLAÇA, Hermenegildo Rodrigues. **Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora. Relatório do ano de 1909 apresentado pelo provedor dr. Hermenegildo Rodrigues Vilaça à Mesa Administrativa em 1 de janeiro de 1910.** Typographia Brazil, 1909.

Bancos em Juiz de Fora: Uma análise do caso do Banco de Crédito Real de Minas Gerais (1889-1930).

Wesley Venancio¹

Resumo:

A proposta desse trabalho é fazer um breve levantamento bibliográfico sobre os aspectos econômicos do município de Juiz de fora, no período compreendido de 1889 à 1930. Com um enfoque especial na formação dos estabelecimentos bancários na cidade, como o surgimento do Banco Territorial e Mercantil em 1887 e do Banco de Crédito Real de Minas Gerais em 1889. Será necessário relacionar o surgimento dessas instituições financeiras ao contexto de transição capitalista que o Brasil viveu ao longo da primeira década republicana. Transição essa que culminou com mudanças estruturais profundas nas relações de crédito, trabalho e produção. Será necessário a utilização de algumas fontes primárias que dispomos, que em nosso entendimento irão contribuir ao demonstrar a particularidade e a importância das atividades bancárias que ocorreram na cidade no período delimitado.

Palavras Chaves: Bancos – Juiz de Fora – Minas Gerais

Summary:

The purpose of this work is to make a brief literature on the economics of the city of Juiz de Fora, in the period 1889 to 1930. With a special focus on training of banking establishments in the city, such as the emergence of the Territorial Bank and Mercantil in 1887 and the Royal Credit Bank of Minas Gerais in 1889. it will be necessary to relate the emergence of these financial institutions to the capitalist transition context that Brazil experienced during the first republican decade. This transition that led to profound structural changes in credit relationships, work and production. the use of certain primary sources that we have, which in our view will contribute to demonstrate the peculiarity and the importance of banking activities that occurred in the city in the delimited period is necessary.

Key Words: Banks - Juiz de Fora - Minas Gerais

Condições Gerais da economia da Zona da Mata mineira

As condições em que ocorreu o processo da transição capitalista da economia de Minas Gerais, e em especial a da Zona da Mata mineira, tem sido um campo de importante debate no interior da historiografia sobre o tema. Nesse sentido, muito tem se debatido

¹ Mestrando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

sobre a real contribuição dos recursos oriundos da economia agroexportadora de café da Zona da Mata para o processo de desenvolvimento da economia mineira e para a organização de seu sistema bancário. Esse debate tem se dividido entre dois pontos de vista principais. Há pesquisas que caracterizaram o processo da economia agroexportadora ocorrido na região como uma economia de enclave (MARTINS, 1982: 39), ou seja, com um processo histórico sem entrelaçamento econômico e social com as demais regiões do estado de Minas Gerais, e há outros pesquisadores que defendem as especificidades do processo ocorrido na região, processo esse que foi dotado de ritmos e dinâmicas próprias em seu desenvolvimento. Esse último ponto de vista é o que norteará os nossos argumentos e objetivos.

É certo que esta historiografia deu suas contribuições para o universo histórico-regional. No entanto, uma visão mais apurada tem revelado o quanto estas mesmas interpretações têm se distanciado da realidade histórica do município e região. Partindo de um ponto de vista que integra, *a priori*, o universo interno das categorias e estruturas que caracterizaram Juiz de Fora e região ao seu arsenal explicativo, outra tem sido a percepção de sua natureza histórica e seus padrões de crescimento, ritmo, dinâmica social e econômica têm revelado uma experiência de desenvolvimento econômico relativamente singular quando confrontada com aquela de outros centros de produção agroexportadores existentes no país no mesmo período. Em primeiro lugar, seu ciclo básico de produção cafeeira ocorrera dentro dos marcos cronológicos deste trabalho. Dotando o núcleo agroexportador desta economia de uma dinâmica suficiente para gerar inúmeros efeitos de encadeamento cuja efetivação acabou por constituir-lhe uma diversificação setorial digna de qualquer “complexo agroexportador cafeeiro” que tenha surgido no período, desde que saíamos de modelos que se pretendam ser tipificadores do conjunto da realidade brasileira (PIRES, 2005: 4).

Os estabelecimentos bancários não eram algo estranho à realidade mineira. Em uma pesquisa extensa sobre os bancos mineiros, Cláudio de Albuquerque Bastos (1997: 4) destacou uma “vocação mineira” para os negócios bancários, sendo a inaugura o da Caixa Filial do Banco do Brasil na então Villa Rica, no dia 1  de Janeiro de 1819, o primeiro estabelecimento bancário de Minas Gerais. O autor destacou que a realiza o de empréstimos era uma atividade comum entre os homens de posse da então província, muito antes da cria o das institui es financeiras propriamente ditas, um importante personagem nesse sentido foi João Batista Machado, rotulado como “o primeiro banqueiro de Minas”, mesmo que suas atividades fossem marcadas por um caráter informal e irregular (BASTOS, 1997: 35).

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

Analisando o caso do Banco de Crédito Real, e a origem do capital de sua formação, também foi um ponto analisado por Cláudio Albuquerque de Bastos,

De nossa parte acreditamos que a geração de recursos, na área rural, como desenvolvemos adiantes, foi a propiciadora do surgimento dos bancos, sem vinculação com o surto industrial, pois é a própria história desses ciclos econômicos que demonstra a incompatibilidade entre bancos e indústrias. Houve sim, uma interação muito grande entre fazendeiros e banqueiros.

Fernando Costa, nega que tenha saído dinheiro dos cafezais para os bancos e indústrias (“Bancos em Minas Gerais – 1889-1964” p. 25), o que não nos parece lógico, pois os fazendeiros sempre praticaram o empréstimo de dinheiro a outros fazendeiros em dificuldades momentâneas. O ponto de vista de Fernando Costa está mais próximo da opinião de Haselbalg e Brigagão, para os quais os bancos surgiram das economias de pequenos e médios comerciantes (“O setor Financeiro e o Desenvolvimento Econômico no Brasil, citado por Costa – p. 33). (...)

João Heraldo Lima posiciona-se de forma ambígua, ao assinalar que “a indústria mineira, ao contrário da paulista, não era tão exclusivamente vinculada a economia cafeeira”

Admite-se, pela demonstração histórica que estamos realizando, que o ciclo econômico adequado para definir a origem dos bancos mineiros seria, portanto, o da atividade agrícola ou mais especificamente cafeeira e não do surto de industrialização que se espalharia por Minas ao fim daquela centúria. Esse foi o ponto de partida para o incremento e estruturação, à nível empresarial, de uma atividade comum a inúmeros fazendeiros da região compreendida entre São João Del Rey e Juiz de Fora (BASTOS, 1997: 6).

Foi de autoria de J. Procópio Filho (1966), um dos primeiros registros sobre a história bancária de Juiz de Fora. Embora tenha sido um trabalho de caráter mais erudito do que propriamente acadêmico, o cuidado do autor em pesquisar em algumas fontes oficiais tornou o seu trabalho como um instrumento importante para as seguintes pesquisas sobre o tema.

Mesmo tendo cometido algumas imprecisões, como afirmar que o Banco Territorial e Mercantil de Minas Gerais, fundado em 1887, tivesse sido o primeiro banco criado na então província. Como já mencionado anteriormente, o primeiro Banco de Minas Gerais foi criado em 1819, em Villa Rica. Sua pesquisa trouxe importantes informações, como quando apontou os reflexos da crise do Encilhamento no âmbito da economia da cidade de Juiz de Fora, e os desdobramentos dessa sobre os dois Bancos em atividade na cidade,

Caminhava normalmente este estabelecimento (Banco Territorial), fundado pelo Visconde de Monte Mario (Marcelino de Brito Pereira de Andrade), pelo comendador Manoel Matos Gonçalves e por Francisco Batista de Oliveira,

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

quando Batista de Oliveira se desentende com Matos Gonçalves e se retira do Banco. Logo após, começam a eclodir os primeiros reflexos do “Encilhamento” (Encilhar: lograr, enganar, iludir) e o Banco não resiste a seus efeitos, principalmente porque Matos Gonçalves havia se mudado para o Rio de Janeiro, depois de obter, de má fé, uma procuração ampla da diretoria, e se metido em altas operações da Bolsa, com os fundos do Banco.

Encerrou por isso, as suas operações em Maio de 1892, quando foi necessário requisitar força policial de Ouro Preto, a então capital, pois o povo enfurecido ameaçava depredar o estabelecimento.

E quase leva consigo o Banco de Crédito Real de Minas Gerais, nessa ocasião existente, tendo sido fundado em 1889, porque este lhe havia emprestado, por caução de títulos, seiscentos contos de réis. Tal empréstimo fora impugnado pelo síndico da falência, Dr. Feliciano Penido, por ter sido a operação efetuada pelo Visconde de Monte Mário, ao mesmo tempo diretor dos dois Bancos, ou seja, assinando como credor e devedor ao mesmo tempo. Por fim, o Crédito Real ganha a causa e safa-se desse grande perigo, pois o seu capital social era, em Junho de 1890, de quinhentos contos de réis (PROCÓPIO FILHO, 1966: 117).

O Banco de Crédito Real foi organizado como uma sociedade anônima, por isso, em respeito à Lei de Sociedades Anônimas era obrigado a apresentar anualmente um Relatório a Assembleia de acionistas. No relatório apresentado no ano de 1902, logo após o período crítico do Encilhamento e da conseqüente crise bancária de 1900, que levou a falência todas as casas bancárias do Brasil, exceto o Banco de Crédito Real e o Banco da Lavoura e Comércio do Rio de Janeiro (CROCE, 2009), o diretor do Banco João Ribeiro fez questão de ressaltar a situação da instituição, “Tivemos a grata satisfação de assinalar a situação firme de nosso banco no período mais agitado e melindroso da história bancária do Brasil.”² O parecer do Conselho Fiscal, no mesmo documento, atesta a declaração prestada pelo diretor João Ribeiro, entre os muitos elogios a competência do corpo administrativo cabe destacar a seguinte passagem.

O acerto e competência na direção do Banco, há muito tem sido reconhecido e proclamado pelos senhores acionistas, na atualidade mais se acentuam pela firmeza com que esse estabelecimento de crédito vem atravessando incólume a tremenda crise econômica, que há combalido instituições congêneres. A confiança que sempre inspirou e por ora sobe de ponto, deve-se ao critério, energia e prudência de sua diretoria.³

² **Relatório do Banco de Credito Real de Minas Gerais. Apresentado a assembleia geral.** Rio de Janeiro, Tipografia Leuzinger, 1902. p.7

³ *Ibiden.* p. 5

Além do Banco Territorial e Mercantil e do Banco de Crédito Real, J. Procópio Filho também destaca a inauguração da filial do Banco do Brasil em Juiz de Fora em 1918, a fundação da Casa Bancária Dias Cardoso em 1919. Em 1920, abriram agência em Juiz de Fora o Banco Hipotecário e Agrícola do Estado de Minas Gerais e o Banco Pelotense (PROCÓPIO FILHO, 1966: 122-123). Esse número de estabelecimentos bancários nos serve como uma amostra sobre o dinamismo e importância da praça de Juiz de Fora no contexto da economia regional e mineira.

Uma necessária delimitação histórica e regional.

A escolha da instituição e o recorte temporal estabelecido, 1889-1930, correspondem aos resultados de pesquisas anteriores já realizadas sobre a história econômica regional nesse período, que em nosso entendimento contribuíram ao elucidar alguns pontos que serão capitais para o desenvolvimento do trabalho. No período delimitado, ocorreu uma transição capitalista na economia brasileira e mineira, sendo a fundação do Banco de Crédito Real de Minas Gerais em 1889 um reflexo desse processo. O fechamento de nosso recorte cronológico em 1930 se deve as mudanças ocorridas no sistema financeiro nacional no período posterior aos desdobramentos da crise de 1929 e os eventos políticos da revolução de 1930, que teve como consequência uma remodelação do sistema financeiro nacional.

Em consequência dos efeitos da tempestade da crise econômica mundial, a qual se juntaram ainda revoluções internas, está praticamente interrompido há dois anos o aumento da rede bancária brasileira, do qual tanto se ocuparam as primeiras edições do Manual dos Bancos no Brasil.

Esta interrupção de um desenvolvimento tão importante para o progresso geral do país é bastante lamentável, mas sua significação parece ser somente secundária, quando é comparada com os graves prejuízos sofridos pela economia nacional, pela paralisação parcial do alto comércio, pela escassez de negócios bancários seguros ou pela tendência geral: reduzir despesas; fatores que atualmente não podem permitir aos grandes Bancos a expansão das suas redes de filiais.

Se é de esperar, que o futuro próximo não ofereça condições melhores para o desenvolvimento dos negócios financeiros, acha-se em todo caso a organização bancária brasileira hoje melhor aparelhada, para resistir a novas dificuldades e crises, com a fundação da Caixa de Mobilização Bancária, com o restabelecimento da Carteira de Redescontos, e com a remodelação dos serviços de Fiscalização Bancária exercidos desde 1931, severamente pelos

técnicos do Banco do Brasil (MANUAL DOS BANCOS NO BRASIL, 1932: 3).

A escolha do banco como objeto de pesquisa está diretamente relacionado ao contexto econômico em que foi fundado e no qual sempre manteve a base de suas operações ao longo de sua trajetória, o município de Juiz de Fora. Criado ainda no período monárquico, através do decreto imperial nº 10317 de 22 de Agosto de 1889, a fundação do banco teve como origem de seus capitais de formação, segundo Antônio Lopes de Sá (1992: 22-23), a atividade agrícola exportadora de café de Juiz de Fora e da região da Zona da Mata, associado ao capital de importantes comerciantes e industriais do município.

Os recursos vertidos no banco tiveram como origem a atividade rural. Uma rápida verificação da lista de subscritores leva-nos a constatar que 60% do dinheiro provinha de “fazendeiros”. Os barões de Monte Mario e Santa Helena e Prudente Augusto de Rezende formavam, só eles, quase 40% de todo o capital subscrito pelos 12 acionistas fundadores. O Banco nascia para socorrer a região, rica em produção agrícola e pastoril, e era natural, portanto, que aquelas atividades oferecessem os meios (SÁ, 1992: 25).

Alguns pontos da citação acima nos permite tecer alguns breves comentários sobre a economia regional. Podemos perceber a importância dos recursos de origem local para a formação do Banco, com o objetivo a princípio de formação de créditos de longo prazo para o financiamento da economia agrícola-exportadora. Essa demanda por financiamento de longo prazo para o setor, que já era uma questão problemática desde o período imperial, teve continuidade no início do período republicano, e a consequente organização do sistema financeiro regional pode ser compreendida através das profundas transformações estruturais pela qual passou a região e a economia nacional no período.

A primeira década do regime republicano foi das mais difíceis para a política econômica. Em primeira instância, essas dificuldades se devem ao fato de que aí se observam os momentos cruciais de importantes transformações “estruturais” na economia do país, destacadamente a súbita disseminação do trabalho assalariado no campo e o reordenamento da inserção do país na economia internacional. A primeira estava relacionada ao fim da escravidão e à maciça entrada de imigrantes ao longo da década de 1890, e a segunda, ao extraordinário florescimento das relações financeiras do Brasil com o exterior (FRANCO, 1990: 11).

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016*

As características da produção agrícola de café da Zona da Mata mineira, sua estrutura produtiva e a possibilidade de geração de excedentes já foi o foco de pesquisa de diversos pesquisadores. Um trabalho importante nesse sentido foi o de João Heraldo Lima (1981), que pesquisando principalmente em fontes oficiais, como o Relatório Carlos Prates, que não retratavam fielmente a realidade da região, caracterizou a estrutura fundiária local pelo predomínio de médias propriedades na produção de café, tal fator na concepção do autor inviabilizou a acumulação de capitais internos na economia regional, com o fluxo constante desses capitais em direção a praça do Rio de Janeiro, por onde se dava a exportação do café produzido na Zona da Mata. Esta historiografia analisou a história da região de forma marginal, em comparação ao ocorrido no processo de expansão da economia agrícola-exportadora nacional, caracterizando a economia matense como pouco dinâmica, decadente e dependente dos recursos financeiros externos, dando grande destaque a figura do comissário de café como o agente financiador das unidades de produção (CANO, 1985).

Um artigo elaborado por pesquisadores locais (LAMAS, 2003), que buscaram compreender o desenvolvimento da historiografia sobre a Mata mineira, demonstrou como pesquisas posteriores às acima citadas conduziram à uma renovação na compreensão da história regional. Renovação empreendida principalmente por uma geração de historiadores das décadas de 1980 e 1990 que contestaram esse caráter marginal e dependente da economia da região, como foi caracterizada por certa historiografia externa (CANO, 1985). Basearam suas pesquisas principalmente em fontes inovadoras como inventários post mortem, documentos cartoriais, registros hipotecários, lista de leilões, ou seja, um conjunto de documentos que foram organizados nos arquivos locais na época e que permitiram uma análise pormenorizada dos agentes envolvidos na economia matense. Como um dos resultados dessas novas pesquisas, a estrutura agrário-exportadora da Zona da Mata Mineira da segunda metade do século XIX e início do XX, passou a ser compreendida como um complexo cafeeiro, embora dotada de ritmos e dinâmicas próprias em seu desenvolvimento (PIRES, 2005).

Análise como a de Monica Ribeiro de Oliveira (2005), que pesquisou principalmente em inventários post mortem de grandes fazendeiros da região no período correspondido entre 1840-1870, buscou estabelecer as principais características da

origem, organização da produção e reprodução da cafeicultura da *região mineira* no período. Entre os resultados de sua pesquisa a autora concluiu que a formação da cafeicultura regional esteve relacionada à acumulação endógena de capital na província, capital este representado pelas elites mercantis mineiras estabelecidas na Comarca do Rio das Mortes, que buscaram na atividade agrícola-exportadora desenvolvida posteriormente na Zona da Mata transformar a sua riqueza mercantil em riqueza agrária.

A pesquisa de Monica Ribeiro de Oliveira ressaltou que foram principalmente fatores não econômicos os responsáveis pela formação da economia agrário-exportadora regional no período delimitado em sua pesquisa, tais como casamentos entre grupos com algum grau de parentesco para a manutenção da riqueza. Um ponto importante levantado pela autora para a nossa proposta de projeto foi a concepção da existência de dois sistemas de financiamento dos agentes da economia regional. Um sistema principal submetido ao jogo familiar e de prestígio, caracterizado pela sobreposição das relações pessoais e familiares às econômicas, e outro sistema de menor porte, caracterizado por uma série de pequenos e médios empréstimos voltados às atividades mercantis e de pequenos produtores, exercido por pequenas casas bancárias ou capitalistas propriamente ditos da região. Em nossa concepção, a presença desse pequeno crédito, movido por razões mais econômicas, percebemos um importante ponto de partida para as transformações das relações de crédito, mais próximas das transformações capitalistas, que se efetuariam na economia de Juiz de Fora e região nos finais do século XIX (CROCE, 2008).

Através de informações disponibilizadas no primeiro Relatório apresentado a assembleia geral dos acionistas⁴, divulgado pelo Banco de Crédito Real em 1890, é possível observar a importância das relações de amizade e parentesco para a integralização do capital da instituição. Conforme já citado por Sá (1992), dois importantes fazendeiros da região, Barão de Santa Helena e Visconde de Monte Mario possuíam mais de 40% das ações de formação do banco. Ao pesquisarmos a lista de acionistas do primeiro relatório da instituição é possível notar a participação de importantes personagens e famílias da região no corpo de acionistas, como o caso de Bernardo Mascarenhas, que além de ser diretor-secretário do banco também possuía um

⁴ Relatório apresentado a assembleia geral dos acionistas do banco de crédito real de Minas Gerais. Juiz de Fora, Typografia Pereira, 1890, p. 9-12.

volume expressivo de ações, 170. João Ribeiro de Oliveira e Souza diretor-gerente com 155 ações, Francisco Batista de Oliveira com 85 ações. Além dessas figuras principais que formavam o corpo administrativo do banco, é possível encontrar na lista de acionistas diversos parentes desses personagens, fato que corrobora o argumento de que as relações de parentesco, amizades e principalmente a reputação e o prestígio social tiveram um papel importante para a formação do Banco de Crédito Real de Minas Gerais.

A pesquisa de Anderson Pires (1993) é essencial para o nosso objetivo, pois também questionou as antigas teses que associavam a expansão e a organização da produção cafeeira da Zona da Mata do século XIX à do Vale do Paraíba fluminense, conseqüentemente compreendida por essa historiografia como em franca decadência econômica e produtiva no período (LIMA, 1981). Pires demonstrou como a produção na região permaneceu em índices elevados até o final da década de 1920, e responsável em média por até 20% da produção cafeeira nacional, além de ser responsável por 70% da arrecadação estadual em alguns períodos. Outra questão importante assinalada pelo autor sobre a economia da região foi a de que o predomínio do latifúndio em suas unidades produtoras possibilitou a acumulação e inversão dos capitais excedentes do setor agrícola no processo de urbanização e industrialização de Juiz de Fora.

No que corresponde às transformações propriamente urbanas sobre o município de Juiz de Fora um trabalho clássico da historiografia local sobre o assunto foi a obra de Paulino de Oliveira (1966). Pesquisando principalmente em fontes da câmara municipal, o livro do autor se tornou um importante instrumento para os pesquisadores que se debruçam sobre a história regional, apesar do caráter demasiado positivista do autor e a pouca problematização com as fontes. Outra importante pesquisa sobre a cidade de Juiz de fora e seu desenvolvimento urbano e industrial foi a de Domingos Giroletti (1998), para o autor a cidade de Juiz de Fora no período que de nossa pesquisa foi o polo central de uma importante economia agrário-exportadora de café, além de importante centro comercial e industrial do Estado de Minas Gerais. O município segundo o autor possuía um diversificado parque industrial voltado principalmente para o mercado de consumo interno da região da Zona da Mata. Exercia então a cidade uma função de entreposto comercial, mesmo que esse tenha sido caracterizado como de 2ª grandeza por Giroletti, dado a sua dependência econômica externa ao Rio de Janeiro (GIROLETTI, 1998: 113).

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

O livro *Café, Finanças e Indústria* de Anderson Pires (2009), ofereceu para a historiografia regional um contraponto a análise de Domingos Giroletti. Trabalhando também com a noção de entreposto comercial da região agrário-exportadora assumida por Juiz de Fora, o autor demonstrou que foi a acumulação de capitais no interior da economia agrícola que possibilitou a emergência de um complexo cafeeiro regional, resultado de efeitos de encadeamento decorridos da produção do produto principal, o que possibilitou a formação na economia regional de um sistema financeiro próprio, sendo a criação do Banco Territorial e Mercantil em 1887 e principalmente o Banco de Crédito Real em 1889 um fator determinante para elucidar a capacidade da economia regional em reter uma parcela significativa do excedente gerado no processo de produção.

A região da Zona da Mata sofreu um processo significativo de diversificação econômica, induzido pelas exportações, que se concretizou num espectro relativamente variado de setores e atividades presentes no próprio espaço regional (um parque industrial relativamente diversificado, um setor financeiro e bancário próprio, serviços públicos, produção agrícola de subsistência, uma rede de transportes e comercialização entre outros), cujo relacionamento recíproco permite sua caracterização como um “complexo agroexportador”, mesmo que várias de suas características lhe confirmem, como já tivemos oportunidade de afirmar uma natureza visivelmente “secundária” ou “periférica” frente aos complexos identificados com o Rio de Janeiro e São Paulo (PIRES, 2009: 22).

Esta natureza “periférica” ou “secundária” do complexo cafeeiro regional expressava a forma como era realizada a comercialização do café produzido internamente. Dado as características naturais e geográficas da região da Zona da Mata mineira, desprovida de um canal direto de comunicação com o mercado internacional para a exportação de sua commodity, a quase totalidade de suas exportações ocorria através do porto da cidade do Rio de Janeiro (PIRES, 2009: 22-24).

Outro fator determinante para a caracterização periférica do complexo agroexportador regional se refere a sua posição dentro do aparelho administrativo e político da Província/Estado de Minas Gerais. A sua formação no interior de uma economia essencialmente voltada para a produção de mercado interno, como era a mineira no período, diferenciou significativamente a mata mineira das demais regiões do Estado, apesar de sua produção corresponder a quase 70% da arrecadação estadual através do imposto de exportação, o aparelho político sempre esteve deslocado da região, não

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016*

ocorrendo dessa forma uma “convergência de forças” e uma centralização das funções políticas na principal região produtora como o ocorrido no mercado de São Paulo.

Alguns subsídios da historiografia econômica

Tendo já realizado algumas considerações sobre a historiografia regional que pesquisou sobre as transformações da estrutura econômica da Zona da Mata e da cidade de Juiz de Fora, que de alguma forma dialogam com o nosso tema, gostaríamos de destacar algumas pesquisas anteriores sobre a formação do sistema financeiro no Brasil. Flávio Saes (1986), Eugenio Lagemann (1985) e Fernando Nogueira da Costa (1978), em suas pesquisas sobre os sistemas financeiros regionais (paulista, gaúcho e mineiro) destacaram como que no período da Primeira República os bancos regionais viveram um período de grande prosperidade.

Segundo Fernando Nogueira da Costa (1978: 20), entre 1890-1930 o sistema bancário no Brasil se caracterizou como estritamente regional, reflexo da economia nacional do período marcada por baixa integração. Os bancos em partes consideráveis dos casos limitavam seu raio de ação a seus Estados de origens, para o autor apenas após a 2ª Guerra Mundial pode-se conceber um sistema bancário a nível nacional. A expansão de agências além de sua região de atuação natural no período da primeira república foi analisada como uma busca dos Bancos em alguns casos em superar os limites que eram impostos pelas economias regionais a que estavam atrelados, como foi o caso da expansão do Banco Pelotense pesquisado por Lagemman.

Sendo assim, caracterizado o sistema financeiro do período como estritamente regional, podemos destacar a atuação do Banco de Crédito Real sobre a economia da Zona da Mata, nosso argumento se apoia sobre as informações que dispomos através de pesquisas anteriores que verificaram a expansão no número de agências do Banco pelo Estado de Minas Gerais, contando ao final do período em análise com um total de 17 agências, concentrando suas atividades principalmente nas regiões da Zona da Mata mineira e Sul do Estado, principais produtoras de café (SÁ, 1992).

A expansão física do Banco de Crédito Real, como parte da evolução de seus depósitos está relacionada a contratos firmados entre a instituição e o governo estadual. Alguns anos após a sua fundação, em 7 de Abril de 1894 foi firmado acordo entre a instituição e o governo de Minas para que o Banco recolhesse os Fundos do Tesouro

estadual. Coube também ao Banco de Crédito Real o arrendamento de acordo com Estado de Minas Gerais no qual se comprometeu a oferecer linhas de crédito de longo prazo para a lavoura e os industriais, através da emissão de letras hipotecárias, como resultado dessa empreitada o Banco teve um aumento significativo em seu capital integralizado, que saltou para 7 mil contos de réis (SÁ, 1992: 38-39).

A relação entre o Banco e o governo estadual atingiu proporções tão amplas ao ponto de que em 1919 3/4 de suas ações já estavam sobre o controle do Tesouro Estadual, dessa forma o banco passou a constituir serviço do Estado de Minas através da lei número 740 de 16 de Setembro de 1919, tornando-se uma medida clara do governo estadual para o incentivo ao crédito rural a criação da Carteira de Crédito Agrícola. Coube ao Banco também em 1925 a organização do plano regional de defesa do preço do café (SÁ, 1992: 78-113).

Percebido essa relação próxima entre o Banco de Crédito Real e o governo estadual, podemos problematizar essa questão da influência do poder político sediado na capital sobre a gestão financeira da instituição. Apesar do controle acionário por parte do Estado, a continuação da matriz na cidade de Juiz de Fora durante todo o período de funcionamento do Banco é um ponto a ser destacado. Sendo a região através do imposto sobre a exportação de café a responsável por parcela significativa da arrecadação estadual (PIRES, 1993), entendemos que a continuidade da gestão do Banco no município correspondeu ao seu entrelaçamento aos interesses da cafeicultura regional.

Fernando Nogueira da Costa analisou o aumento do controle acionário estadual sobre o Banco de Crédito Real, “foi o Estado que, dando-se conta da fragilidade desse embrião, tutelou-o, amparando o seu crescimento” (COSTA, 1978: 43). Discordamos desse argumento do autor, pois a origem regional dos capitais que formaram o banco, como a sua sobrevivência em seus anos iniciais a uma conjuntura extremamente delicada como a do Encilhamento, que levou a falência o Banco Territorial e Mercantil em Juiz de Fora, nos serve de subsídios para destacar a solidez da instituição e a correção de seus diretores na condução dos negócios. Cabe destacar a liberdade de ação da instituição no que se refere às operações comerciais de curto prazo, estando a participação de recursos provenientes do tesouro estadual direcionados principalmente para empréstimos de longo prazo, destinados em sua maioria aos negócios do café. Sendo assim, percebemos o

controle acionário do Banco por parte do Estado como o resultado de uma política deliberada para fortalecer uma instituição ligada diretamente à região produtora da principal fonte de arrecadação estadual, do que propriamente um sintoma de debilidade financeira do Banco de Crédito Real.

A economia brasileira na primeira república foi marcada por constantes flutuações, a condução da política monetária estava diretamente relacionada ao desempenho da exportação do café, períodos de ciclo ascendente ou decrescente do preço do produto determinaram em alguns casos a expansão ou retração da atividade bancária (PELAEZ, 1981). Períodos de queda nas exportações do café ou retração da emissão monetária foram cenários típicos para diminuição da oferta de créditos por partes dos bancos (SAES, 1986). Tendo em vista esse cenário, a forma como o Banco de Crédito Real se portou mediante as flutuações das conjunturas da política econômica foi essencial, como já foi mencionado, a instituição assumiu no interior do aparelho financeiro do Estado de Minas Gerais importantes funções na condução do fornecimento de crédito de longo prazo para os setores agrícola, e o de curto prazo para o setor industrial e comercial, nesse aspecto o Banco manteve-se atrelado ao financiamento de sua região de origem.

Para uma melhor compreensão do controle acionário do banco por parte do governo estadual, e a solidez da instituição ao longo do tempo, segue-se uma citação extraída do Relatório Anual da Diretoria do Banco de Crédito Real de Minas Gerais do ano de 1921.

Houve, nesses 18 anos de sua administração (administração do Doutor João Ribeiro, N.A), várias crises econômicas e financeiras, no nosso país, determinando o desaparecimento de muitos estabelecimentos bancários, sem que nunca fosse atingido o Banco de Crédito Real, pela vigilância e prudência com que observava e agia a gerência, e a confiança que essa espirava ao público.

Este banco, pela lei 740 de 15 de Setembro de 1919, na presidência do Dr. Arthur Bernardes e referendado pelos secretários drs. Affonso Penna Jr. e Clodomiro Augusto de Oliveira, passou a constituir serviço do Estado, o qual possui mais de dois terços de suas ações.

Hoje, como ontem, em situação próspera, este estabelecimento tem o seu presente certo e o seu futuro garantido.⁵

⁵ **Relatório do Banco de Crédito Real de Minas Gerais** apresentado a assembleia geral ordinária em 14 de Abril de 1921. Typographia Brasil, 1921, p.23.

Sendo a economia estadual voltada principalmente para produção de mercado interno, o estabelecimento de uma economia agroexportadora como a da Zona da Mata e a expansão das agências do banco pela região demonstram em nosso entendimento o entrelaçamento dos negócios do Banco à sua região de origem e aos negócios do café, que como já mencionados proporcionavam o grosso da arrecadação de tributos do estado de Minas Gerais.

Referências Bibliográficas

- BASTOS, Claudio de Albuquerque. **Instituições Financeiras de Minas: 1819-1995**. B.D.M.G, Belo Horizonte, 1997.
- CANO, Wilson. **Padrões diferenciados das principais regiões cafeeiras (1850-1930)**. In: Estudos econômicos. São Paulo, v.15, nº 2, (mai/ago), 1985.
- CROCE, Marcus. **O Encilhamento e a economia de Juiz de Fora: O balanço de uma conjuntura, 1888-1898**. Juiz de Fora, ed. FUNALFA, 2008.
- COSTA, Fernando Nogueira Da. **Bancos em Minas Gerais (1889-1964)**. Dissertação de Mestrado, Departamento de Economia e Planejamento Econômico do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, 1978.
- FRANCO, Gustavo H.B. A primeira década republicana. In: ABREU, Marcelo de Paiva (org.). **A Ordem do Progresso**. Cem anos de política econômica republicana, 1889-1989. Rio de Janeiro, ed. Elsevier, 1990.
- GIROLETTI, Domingos. **Industrialização de Juiz de Fora: 1850-1930**. Juiz de Fora, EDUFJF, 1998.
- LAGEMANN, Eugenio. **O Banco Pelotense & o Sistema Financeiro Regional**. Porto Alegre, ed. Mercado Aberto, 1985.
- LAMAS, Fernando Guadereto. et alii. **A Zona da Mata Mineira: Subsídios para uma Historiografia**. Jornal eletrônico de Economia do Vianna Junior, v. único, 2003, p. 1-20.
- LIMA, João Heraldo. **Café e Indústria em Minas Gerais – 1870-1920**. Rio de Janeiro, ed. Vozes, 1981.
- MARTINS, Roberto Borges. **A Economia Escravista em Minas Gerais no Século XIX**. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1982.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

OLIVEIRA, Monica Ribeiro de. **Negócios e Famílias: mercado, terra e poder na formação cafeeira mineira 1780-1870**. Bauru, ed. EDUSC; Juiz de Fora: FUNALFA, 2005.

OLIVEIRA, Paulino. **História de Juiz de Fora**. Juiz de Fora, Gráfica Comércio e Indústria, 1966.

PELAEZ, Carlos M; SUZIGAN, Wilson. **História monetária do Brasil**. Editora UnB, Brasília, 1992.

PIRES, Anderson. **Café, Finanças e Indústria: Juiz de Fora, 1889-1930**. Juiz de Fora, ed. FUNALFA, 2009.

_____. Capital agrário, investimento e crise na cafeeira de Juiz de Fora (1870- 1930). 143f. (Dissertação de Mestrado) – UFF, Niterói, 1993.

_____. Complexo cafeeiro e estrutura financeira: Uma observação sobre a economia da Zona da Mata de Minas Gerais (1889-1930). **VI Congresso Brasileiro de História Econômica e 7ª Conferência Internacional de História das Empresas**, ABPHE, Conservatória, Setembro de 2005.

PROCÓPIO FILHO, J. Procópio. **Retalhos do Passado**. Juiz de Fora, 1966.

SÁ, Antônio Lopes. **Origens de um Banco Centenário**. Edição comemorativa do Banco de Crédito Real, Juiz de Fora, ed. Credireal, 1992.

SAES, Flávio Azevedo de Marques. **Crédito e bancos no desenvolvimento da economia paulista, 1850-1930**. São Paulo, ed. IPE/USP, 1986

Fontes

Manual dos Bancos no Brasil. George Hoelzi, Rio de Janeiro 1932, 3ª Edição.

Decreto imperial nº 10317 de 22 de Agosto de 1889. Disponível em:
<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-10317-22-agosto-1889-542667-publicacaooriginal-51894-pe.html>.

Relatório apresentado a assemblea geral dos acionistas do banco de crédito real de Minas Gerais. Juiz de Fora, Typografia Pereira, 1890, 1902, 1921.

Relatório Carlos Prates. Disponível em:
http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/gravata_brtdocs/photo.php?lid=8673.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

Calçadões e Cidades: a Rua Batista de Oliveira em Juiz de Fora – MG

Fabício Teixeira Vianna¹

Antonio Ferreira Colchete Filho²

Resumo:

O processo de urbanização ocorrido nas cidades brasileiras nos últimos anos ocasionou muitos problemas urbanos que podem ser observados principalmente em seus espaços públicos. Dessa forma, a manutenção e preservação dos calçadões na cidade de Juiz de Fora, Minas Gerais, são de extrema importância para a garantia da mobilidade urbana e maior apropriação da cidade por parte dos juiz-foranos. Assim, a rua Batista de Oliveira foi escolhida como estudo de caso, tirando partido da sua história, representatividade, vocação comercial e implantação privilegiada na cidade. Este artigo apresenta os resultados de diversas análises (históricas, ambientais, culturais), que possibilitarão o entendimento pleno da rua. Só assim é possível então apontar os possíveis caminhos para efetivar a preservação de suas características de vitalidade, centralidade e diversidade urbana para as gerações futuras.

Palavras-chave: calçadão de pedestre, espaço público, mobilidade urbana, vida urbana, Juiz de Fora – MG.

Abstract:

The urbanization process that took place in Brazilian cities in recent years has caused many urban issues that can be seen mainly in its public spaces. As a result, the maintenance and preservation of pedestrian streets in the city of Juiz de Fora, Minas Gerais, are of utmost importance for the guarantee of urban mobility and greater ownership of the city by the juiz-foranos. Thus said, the Batista de Oliveira street was selected as a case study, taking advantage of its history, representativity, commercial vocation and privileged implantation in the city. This article presents the results of several analyzes (historical, environmental, cultural) that will allow the full understanding of the street. Only in this way it is then possible to identify possible ways to effect the preservation of their characteristics of vitality, centrality and urban diversity for future generations.

Key-words: pedestrian street, public spaces, urban mobility, urban life, Juiz de Fora - MG.

1. INTRODUÇÃO

O intenso processo de urbanização que há décadas vêm ocorrendo nas principais cidades brasileiras traz como principal consequência o crescimento urbano desordenado.

¹ Universidade Federal de Juiz de Fora - e-mail: fabricioviana.arq@hotmail.com.

² Universidade Federal de Juiz de Fora - e-mail: arqfilho@globo.com.

Nesse sentido, potencializa-se a degradação urbana e ambiental destas cidades, o que repercute na perda da qualidade de seus espaços públicos. Tal fato tem motivado o desenvolvimento de projetos urbanísticos que requalifiquem estes lugares, importantes no contexto de suas cidades.

Porém, nota-se que ao se tratar de intervenções em cidades pequenas e médias, muitas carecem de diretrizes e normas específicas para uma correta atuação em seus espaços públicos. Em muitos casos, o que acontece é a repetição de “projetos padronizados”, que retomam aqueles realizados em grandes centros, e que não se adequam às características e necessidades na esfera local. Portanto, torna-se fundamental realizar nesses lugares diversas análises (históricas, urbanas, paisagísticas, econômicas, ambientais e sociais) que possibilitem um conhecimento pleno do local e a adoção de medidas mais eficazes e direcionadas.

Sob essa ótica, o artigo em questão esclarece alguns conceitos que descrevem a evolução e o entendimento atual do espaço público nas cidades. Além disso, explica um pouco sobre as funções desempenhadas pelos calçadões como espaços públicos e a importância como mantenedores da escala do pedestre nas cidades contemporâneas.

Assim, adota-se como estudo de caso a rua Batista de Oliveira, em Juiz de Fora, Minas Gerais. Ressalta-se a importância desta via como um espaço dotado vitalidade, de centralidade e diversidade. Observa-se que o entendimento da história urbana, memória social e vocação não só desta rua, mas de todo o centro da cidade é de fundamental importância para a requalificação de toda essa área da cidade.

Nesse sentido, deve-se pensar em medidas que vão além do simples fechamento do trecho central dessa via ao tráfego, que é entendida como a solução parcialmente adotada atualmente. Encontrar saídas mais eficazes e que considerem os efeitos que tal decisão provocaria no contexto urbano da cidade fazem-se necessárias. Conhecer minuciosamente as origens da rua, sua trajetória e realidade atual tornam-se fundamentais para que se possa intervir com qualidade e se garantir a permanência da vitalidade, centralidade e diversidade, ainda presentes em todo o centro de Juiz de Fora.

2. CONCEITUANDO ESPAÇO PÚBLICO E SUAS TRANSFORMAÇÕES ATUAIS.

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016*

De acordo com Gomes (2008: 14), o espaço público, em linhas gerais, é entendido como um espaço não privado e de acesso público na cidade. Além disso, é o “espaço que se constrói pela diferença entre os membros de uma sociedade, projetando a partir de então relações que envolvam a igualdade de direitos, através de leis e normas de conduta”.

No que se refere à origem do espaço público, Borja (2006: s/p) assinala que:

a origem do espaço público é uma resposta classista ao processo de apropriação privada da cidade. Depois, como ocorreu em outros aspectos da vida social, por sorte, há um processo de democratização urbana que é de progressiva apropriação social.

Os espaços públicos devem ser encarados como espaços físicos apropriados pelo homem, sendo frutos de uma construção social, política e cultural. Estes assumem diversas tipologias de acordo com suas funções, como vias, praças, parques e reservas, todos estes equipamentos de uso coletivo. Em suma, considera-se que o espaço público é o espaço de todos, que serve de conexão, circulação e apropriação pela cidade entre espaços privados, de convivência e lazer, entre outras atividades inerentes à cultura urbana. (VAZ, s/d: 1)

Atualmente, pode-se notar uma transformação da vida pública resultando em novos arranjos espaciais. Além disso, durante o fim do século XX, o espaço público perdeu a primazia na difusão da esfera pública para os meios de comunicações virtuais que se expandiram e intensificaram o contato entre as pessoas (MAYA MONTEIRO, 2008: 143).

Nesse sentido, Santos (1994: 110) alerta que, para uma abordagem correta do espaço, deve-se considerar além dos elementos fixos nele situados, também os fluxos que o percorrem. Assim, vivemos na atualidade um momento de grandes avanços técnico-científicos e da aceleração da circulação de bens e de pessoas.

Além disso, para Caldeira (2000: 11), outro grande problema urbano que afeta a atual apropriação e uso dos espaços públicos pelos cidadãos da cidade é no que se refere à segurança nas cidades. Com isso, surgem os chamados “enclaves fortificados” que são espaços privatizados, fechados e monitorados, destinados à residência, lazer, trabalho e consumo. A mesma autora (2000: 12) nomeia *shopping centers*, conjuntos comerciais e empresariais, ou condomínios residenciais como “áreas de segregação”, entendidas como

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

lugares de estímulo às desigualdades urbanas. Nesse sentido, os espaços públicos passam a ser entendidos como não democráticos e não modernos.

Observa-se que, ao mesmo tempo em que os espaços públicos continuam sendo ambientes desejados pela população e reivindicados por esta ao poder público, existem uma série de situações controversas que possibilitam a difusão de “espaços públicos” de outra natureza, que surgem propiciados pelo uso da internet e em resposta ao binômio medo-segurança nas cidades contemporâneas.

3. CALÇADÕES ENQUANTO ESPAÇOS DE TROCA

Para Borja (2006: s/p), o elemento central do urbanismo de nossa época é fazer da cidade um lugar de intercâmbio. O comércio nada mais é que um intercâmbio. Além desse autor, Vargas (2001: 299) também destaca a função do comércio para a vitalidade nos espaços públicos. O autor afirma que, para que haja qualquer troca, deve-se haver o encontro. E esse encontro não garante apenas a troca de mercadorias, mas também de ideias, experiências e sensações.

Assim, Borja (2006: s/p) apresenta três critérios para que atividades econômicas sejam favorecidas no espaço público:

Em primeiro lugar, pensem sempre que as cidades em si são o comércio. Sem comércio não há cidade. Segundo, que a cidade como espaço público depende muito da existência de um comércio desenvolvido no conjunto do espaço urbano. Terceiro, que o urbanismo pode favorecer a animação urbana integrando o comércio em suas concepções.

Em contrapartida, Braida (2011: 70) reconhece que o elevado número de estabelecimentos comerciais nos espaços públicos garante o intenso uso durante os horários comerciais, além dos usos de serviços.

Assim, na hora de se pensar o espaço público, incluindo estes destinados às áreas comerciais como os calçadões, deve-se levar em conta não apenas a opinião dos planejadores do setor público, mas também a opinião dos atores sociais: os comerciantes da área de intervenção, os vizinhos e até os departamentos universitários que estudam estes processos. Sendo assim, a produção do espaço público incluindo a presença do comércio, tem que ser uma produção participativa. (BORJA, 2006: s/p)

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016*

4. A GARANTIA DA ESCALA DO PEDESTRE

De acordo com Hazan (2009: s/p), o estímulo à criação das áreas de pedestres vem ocorrendo desde a década de 1970, através da valorização do espaço público, do comércio de rua, das ruas de passeio, reduzindo-se assim distâncias e obstáculos para fluxos de pessoas.

Waterman (2010: 102) defende que “os pedestres vivem as experiências mais intensas da paisagem”. É através da caminhada que o observador pode perceber o máximo de detalhes possível em determinado meio urbano, que se modifica constantemente. Nesse sentido, os automóveis são encarados como o grande desafio da arquitetura paisagística, e são classificados por este autor como “letais, venenosos e pesados”.

Observa-se que “há uma queda de braço infinita entre as necessidades dos automóveis e as necessidades das pessoas” (WATERMAN, 2010: 103). De um lado, há a preocupação com o fluxo fácil e velocidade dos veículos, já do outro a preocupação em se construir lugares para as pessoas e para a preservação ecológica do ambiente. Como mediadora, a saída apontada pelo autor seria a valorização e inovação na rede de transporte público, além da diminuição do tráfego de automóveis, desobstruindo as vias e facilitando o acesso dos pedestres pelas ruas.

Hazan (2009: s/p) também defende esta ideia. Ao passo que se investe em projetos de reurbanização, com melhoria da pavimentação das calçadas, criação de travessias acessíveis, instalação de mobiliário urbano, iluminação pública e arborização, deve-se também se fazer investimentos na rede de transportes públicos de massa na tentativa de se reduzir os veículos individuais na cidade. Para a autora, é esse excesso de veículos que levou ao colapso de muitos centros urbanos, e o que causou o processo de pedestrianização de algumas vias.

Na busca de se chegar a tão almejada escala do pedestre, deve-se prezar por projetos de mobilidade urbana sustentável, voltados para as mais variadas faixas de usuários do espaço público, sejam eles pedestres, ciclistas e/ou portadores de necessidades especiais. Através destas medidas, será possível nas cidades brasileiras, a valorização dos espaços públicos, principalmente aqueles de uso cultural, comercial e até mesmo residencial, permitindo maior circulação de pessoas nestas áreas da cidade. A rua

deve reforçar esse caráter de lugar de relações, que garantem além da vitalidade do lugar, sua sustentabilidade e manutenção. (HAZAN, 2009: s/p)

5. O DESENVOLVIMENTO DOS CALÇADÕES EM JUIZ DE FORA.

Considerando-se que o atual centro de Juiz de Fora permanece no mesmo local do seu centro histórico original, observa-se a importância que alguns elementos formadores desse contexto urbano vão adquirindo, especialmente os relacionados aos espaços públicos com enfoque nas vias de pedestres da área central. (VIANA, 2013: 25)

De acordo com Fonseca (2012: 96), a reestruturação do centro de Juiz de Fora ocorreu em função de alguns acontecimentos específicos: a implantação de diversas galerias no centro da cidade, que se iniciou na década de 1920 com a construção da Galeria Pio X; a abertura da avenida Independência (atual avenida Itamar Franco), na década de 1970; e a transformação da rua Halfeld em calçadão, e posteriormente de outras vias.

Ainda segundo esse autor (2012: 97), a justificativa inicial para implantação deste último modelo de via na cidade foi uma forma de se evitar o conflito entre o trânsito de veículos e pedestres que se intensificou a partir da década de 1960. Porém, essa motivação inicial se tornou secundária no decorrer do tempo em função da valorização do comércio e multiplicação dos usos, apropriações, encontros e relações possíveis no espaço público.

Nesse sentido, a rua Halfeld é pioneira, pois testemunhou toda a evolução urbana do núcleo histórico de Juiz de Fora. De acordo com Oliveira (1966: 27), esta rua foi aberta em 1853, ano de elevação da vila à categoria de cidade. Seu traçado é atribuído ao engenheiro Henrique Halfeld, e funcionou como um eixo balizador para a instalação das outras ruas da malha urbana. Neves ([s.d.]: 52), indica que a rua era chamada inicialmente de “Rua da Califórnia” e progrediu rapidamente devido à sua posição central. Em 1881 recebeu uma das primeiras linhas de transporte público da cidade: os bondes. O intenso trânsito de carruagens, em 1884, já causava preocupações e sugestões para a implantação de mão única, o que anunciava o movimentado futuro da rua. A iluminação pública através de energia elétrica foi inaugurada no final da década de 1880.

Já na década de 1970 do século XX foi instalado o calçadão, considerado por Neves ([s.d.]: 50) como “a síntese da rua Halfeld dos bons tempos”, onde são concentrados os símbolos das diversas épocas que marcaram o desenvolvimento da rua. A inauguração do calçadão no trecho central da rua, fez dela novamente pioneira. Seu calçadão foi construído apenas três anos depois da inauguração do calçadão da rua XV de Novembro, em Curitiba, o primeiro do país, que foi inaugurado em 1972. O próprio Diário Mercantil (jornal de circulação na época), afirmava que inicialmente os comerciantes temiam que a transformação da rua em calçadão prejudicasse as vendas, mas depois perceberam que o calçadão ampliou o movimento de pedestres, incrementando as vendas do comércio. (FONSECA, 2012: 101),

A partir de então, de acordo com a Secretaria de Obras, o calçadão da rua Halfeld passou por diversas intervenções. Dentre elas, destacam-se como mais importantes as que são datadas de 1975, 1987, 1989, 2004, 2007 e 2008. Tais modificações representam marcos na história do calçadão, com alterações no espaço físico relacionadas diretamente com a qualidade urbana da área central da cidade.

Atualmente, a rua Halfeld, intercepta alguns dos principais eixos viários da área central, e sua extensão liga também os dois principais marcos naturais encontrados no Centro: o Morro do Imperador e o Rio Paraibuna. Apresenta trecho sob a forma de calçadão onde o trânsito de pedestres é livre e o acesso de veículos é proibido. As edificações apresentam uma grande diversidade de usos, contribuindo para sua vitalidade tanto no período do dia como à noite. Eventualmente, o espaço do calçadão é usado também para apresentações de música, rodas de capoeira, manifestações políticas, passeatas e blocos de carnaval.



Figura 1: Mapa demarcando os calçadões da área central de Juiz de Fora. **Fonte:** Elaborado pelo autor com base no mapa do “Google Earth”.

Todos estes usos e acontecimentos formam uma intensidade e variedade que permitem a sociabilidade e a convivência de diferentes grupos de pessoas, com variados interesses e destinos. Como resultado desta conjunção de características, a rua Halfeld é considerada, por muitos, como símbolo da cidade, sintetizando a cultura urbana e identidade de Juiz de Fora.

6. RUA BATISTA DE OLIVEIRA: DA ANTIGA ‘RUA DO COMÉRCIO’ AO CALÇADÃO NA ÁREA CENTRAL.

Segundo Genovez *et al* (1998: 19) foi logo depois que a vila de Santo Antônio do Paraibuna transformou-se em cidade que o centro do município foi configurado. O vereador Alves Garcia propôs a abertura de cinco novas ruas: Rua do Cano (atual Rua Sampaio), da Califórnia (atual Rua Halfeld), Imperial (ou Imperatriz, atual Rua Marechal Deodoro), Santo Antônio e Rua Formosa (a Rua do Comércio, atual Rua Batista de Oliveira). Estava assim traçado o centro da cidade, local de concentração do comércio, da política e da cultura.

De acordo com Lessa (1985: 83), a nova Rua do Comércio foi projetada paralela à Rua Direita (atual Av. Rio Branco), ligando a Travessa do Sampaio à Rua São Sebastião. Para o autor, essa era a extensão indicada no mapa da Câmara, desaparecido entre 1853 e 1856. Neste mapa, constavam apenas duas ruas paralelas à Estrada do Paraibuna (atual Avenida Rio Branco): a Rua Santo Antônio e Rua Florida, esta última que também já foi denominada Rua Formosa e Rua do Comércio, é a atual Rua Batista de Oliveira.

A preocupação constante com uma urbanização disciplinada permaneceu na década de 1860, quando foi encomendada uma planta da cidade ao engenheiro Gustavo Dodt. Além disso, essa planta teve o mérito de registrar o pouco que existia de cada rua edificada. Já em 1877, a Rua do Comércio figurava entre as nove ruas que funcionavam no núcleo cidade. E em 1881, a rua foi uma das pioneiras a serem servidas pelo transporte de bondes de tração animal, funcionando como um eixo do transporte público naquela época, fato que reitera sua importância dentro da formação do centro da cidade. (LESSA, 1985: 146)

Já em 23 de janeiro de 1884, foi elaborada uma planta na área central da cidade o arquiteto Miguel Antônio Lallemond, que já demonstrava a então dimensão atual da rua Batista de Oliveira.

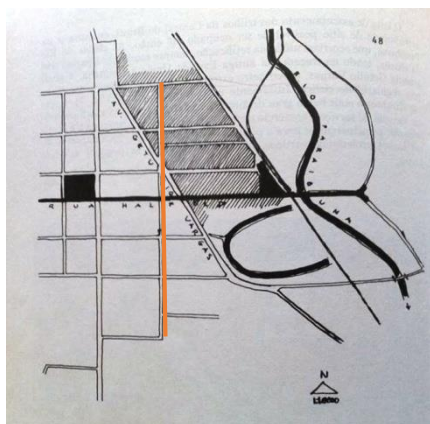


Figura 2: Parte da planta da cidade levantada, organizada e desenhada pelo arquiteto Miguel Antônio Lallemond. Juiz de Fora, 23 de janeiro de 1884. **Fonte:** Esquema retirado do livro "A preservação do Patrimônio histórico de Juiz de Fora". PASSAGLIA, Alberto P.

Observa-se que na década de 1880 houve uma grande melhoria na estrutura urbana e nos serviços prestados à cidade, o que ocorre em meio ao processo de transição da mão de obra escrava para o trabalho livre, trazendo implicações imediatas na conformação urbana da cidade ao alargar o mercado de consumo interno. (GENOVEZ *et al*, 1998: 22)

A partir daí, muitas famílias de imigrantes começaram a se fixar na cidade e exercer atividades comerciais. Raminelli ([s.d.] apud GENOVEZ *et al*, 1998: 30) destaca que é urgente perceber que a cidade é “um fato cultural, um caldeirão de impressões, de sentimentos, de desejos e frustrações”. Principalmente, se levarmos em consideração as inúmeras etnias que congregavam nas ruas do centro da cidade, mais especificamente, na Batista de Oliveira. Rua de variedade não apenas étnica, mas, sobretudo, comercial.

Vale verificar, de acordo com Genovez *et al* (1998: 31) “com base nos almanaques e catálogos telefônicos, a fixação de um tipo de comércio voltado para as necessidades do cotidiano e preços mais populares”. Essas ruas, usualmente, recebiam transeuntes que iam e vinham das fábricas de menor porte, nelas fixadas, e daquelas situadas nas proximidades da Praça Antônio Carlos. Não possuíam, portanto, o glamour e nem o requinte da Rua Halfeld e Avenida Barão do Rio Branco.



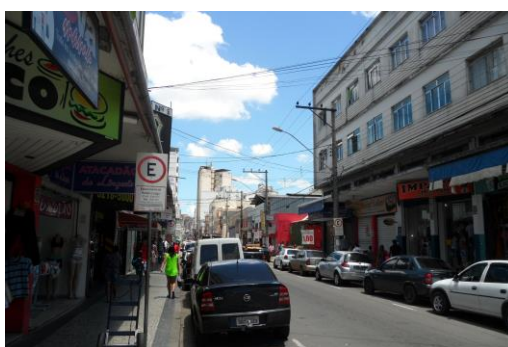
Figura 3: Rua Batista de Oliveira esquina com avenida Getúlio Vargas. Enchente do rio Paraibuna: 24 de dezembro de 1940 (arquivo de H. Ferreira).

Figura 4: Rua Halfeld esquina com Rua Batista de Oliveira. Década de 1950 (arquivo de H. Ferreira).

Fonte: Disponível em <<http://www.mariadoresguardo.com.br>>. Acesso em 10/07/2016.

6.1. A formação atual da Rua Batista de Oliveira.

Atualmente, a localização da Rua Batista de Oliveira e sua longa extensão (aproximadamente 1,5 km) podem caracterizá-la através de sua divisão em três partes: a parte baixa, entre as avenidas Francisco Bernardino e Getúlio Vargas; a parte central, entre as avenidas Getúlio Vargas e Itamar Franco; e a parte alta, a partir desta última avenida em direção ao bairro Granbery. As duas primeiras partes, localizadas na área central da cidade, apresentam traços com certa homogeneidade, onde predominam o comércio e serviços, possuindo grande movimentação de pessoas durante o dia. Já na dita “parte alta”, a presença de residências é predominante, acompanhada de instituições, como o Instituto Metodista Granbery. (VIANA, 2013: 36)





Figuras 5, 6 e 7: Imagens atuais da rua Batista de Oliveira nos trechos “parte baixa”, área central e bairro Granbery, respectivamente. **Fonte:** O autor.

Figura 8: Mapa demarcando a rua Batista de Oliveira no contexto da área central. **Fonte:** Elaborado pelo autor com base no mapeamento digital da Prefeitura de Juiz de Fora.

Sendo assim, interessa-nos a parte central da rua, trecho entre as avenidas Getúlio Vargas e Itamar Franco, onde um trecho de cerca de 200 metros é apropriado como calçadão, tendo acesso de veículos limitado, mas ainda não formalizado por meio da retirada de seu leito carroçável. Este calçadão encontra-se em posição perpendicular, cruzando com outros três, existentes nas seguintes ruas: Marechal Deodoro, Halfeld e São João. Sendo assim, de acordo com Fonseca (2012: 122), apesar de ser o menor calçadão da cidade, atua como conector, fortalecendo a rede de deslocamentos de pedestres pelo centro.

A rua Batista de Oliveira atualmente tem caráter de calçadão. Em 2001 foi desenvolvido o plano de reurbanização e extensão para o calçadão da rua Batista de Oliveira (PREFEITURA DE JUIZ DE FORA, 2001). Seguindo as propostas de revitalização do centro da cidade, este plano não previa grandes alterações espaciais, nem mudanças nos usos estabelecidos na rua. O projeto relacionava-se a melhorias nas

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.

ISSN: 2317-0468

17 a 21 de outubro de 2016

condições espaciais, estéticas, ordenação das apropriações, do uso e tráfego na via, além da extensão do calçadão até a atual Avenida Itamar Franco. Observa-se que o objetivo era implantar um padrão de intervenção semelhante ao utilizado alguns anos antes no calçadão da Rua Mister Moore.

No projeto, estava prevista a manutenção do leito carroçável da rua e das vagas já existentes para o ponto de táxi e estacionamento de veículos para a carga e descarga de mercadorias que atendem ao comércio local. Porém, seria realizado um alargamento das calçadas, reafirmando a prioridade dada à circulação de pedestres. O comércio ambulante seria beneficiado com a instalação de “módulos comerciais”, prevendo a normatização e padronização de suas barracas. Além disso, o calçadão seria estendido ao longo de mais uma quadra, entre as ruas São João e Santa Rita. Entre os aspectos paisagísticos, foram previstas a paginação de pisos, instalação de mobiliário urbano, projeto para ilhas de serviço (como telefones públicos e cadeiras de engraxates), e jardineiras rodeadas por bancos.

7. ANÁLISE APLICANDO OS CONCEITOS DE KEVIN LYNCH

Esta análise tem por objetivo relatar visualmente o trecho central da Rua Batista de Oliveira, referente à utilização enquanto calçadão, no centro de Juiz de Fora. Diversos aspectos relacionados à “imagem ambiental” são desenvolvidos por Kevin Lynch em seu livro. Tal autor (2006: 7) define a imagem ambiental como:

o resultado de um processo bilateral entre o observador e seu ambiente. Este último sugere especificidades e relações, e o observador – com grande capacidade de adaptação e à luz de seus próprios objetivos – seleciona, organiza e confere significado àquilo que vê.

Para o autor (2006: 51) a imagem da cidade pode ser classificada em cinco tipos de elementos: **vias**, **limites**, **bairros**, **pontos nodais** e **marcos**. As definições de tais elementos serão aqui apresentadas, como forma de se compreender melhor o potencial visual dessa rua, além das apropriações e sensações existentes.

Em primeiro lugar, destacam-se as **vias** que, de acordo com o Lynch (2006: 52), são os elementos predominantes na imagem da cidade. Basicamente, “as vias são os

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016*

canais de circulação ao longo dos quais o observador se locomove de modo habitual, ocasional ou potencial” (LYNCH, 2006: 52). No caso do objeto de estudo – trecho central da Rua Batista de Oliveira – os transeuntes se locomovem de modo potencial, justificado pelo intenso fluxo de pessoas que, diariamente, dirigem-se para o centro da cidade e utilizam o comércio e serviços da área. Como consequência, é notório que a superlotação dos passeios desse trecho força os transeuntes a utilizarem a rua como lugar de passagem, o que gera desconforto e confusão entre aqueles e os veículos que passam pela área.

O segundo elemento, importante relacionado à imagem da cidade e, mais especificamente à rua Batista de Oliveira, é com relação aos **limites** entendidos por Lynch (2006: 69) como “as fronteiras entres dois tipos de áreas”. Observa-se que “os limites, sejam eles ferrovias, rodovias, limites de bairros ou de topografia, são uma característica típica desse ambiente e tendem a fragmentá-lo” (LYNCH, 2006: 71). No caso da Rua Batista de Oliveira, verifica-se como limites da rua as duas avenidas que a cortam em seu percurso, delimitando o trecho de interesse que é utilizado em quase sua totalidade como calçada. Estas vias apresentam larguras consideráveis e fluxo rápido de veículos que conferem esse caráter de descontinuidade da rua.

Tirando partido do limite desempenhado pela Avenida Itamar Franco, observa-se que esta via divide a rua Batista de Oliveira em dois bairros: Centro e Granbery. Assim, **bairro** seria o terceiro elemento da análise ambiental de Lynch. Para o autor (2006: 74), “bairros são áreas relativamente grandes da cidade, nas quais o observador pode penetrar mentalmente e que possuem algumas características em comum”.

O quarto elemento dentro do contexto da imagem da cidade refere-se aos **pontos nodais**. Lynch (2006: 80) define-os como “focos estratégicos nos quais o observador pode entrar; são, tipicamente, conexões de vias ou concentrações de alguma característica”. No trecho de estudo, observam-se três pontos nodais principais: cruzamento desta rua com avenida Itamar Franco; cruzamento da avenida Getúlio Vargas com a referida rua; e o cruzamento da mesma rua com a rua Halfeld, pioneira na conformação da cidade.

Como quinto elemento de relevância estão os **marcos**, entendidos como “pontos de referências externos ao observador, são apenas elementos físicos cuja escala pode ser bastante variável” (LYNCH, 2006: 88). Além disso, a principal característica física dessa

classe é a singularidade que tal objeto pode ter dentro de um dado contexto. Destacam-se como marcos importantes no trecho central: o edifício do Cine Palace; o prédio de esquina entre Halfeld e Batista, onde funciona uma escola de dança atualmente; o edifício de esquina entre a avenida Getúlio Vargas e a Rua Batista de Oliveira, com forma triangular. Observa-se também a relevância do edifício do Instituto Granbery (já no trecho da rua pertencente ao bairro de mesmo nome) como marco de relevância na paisagem.

ANÁLISE DOS ELEMENTOS URBANOS NA RUA BATISTA DE OLIVEIRA SEGUNDO KEVIN LYNCH

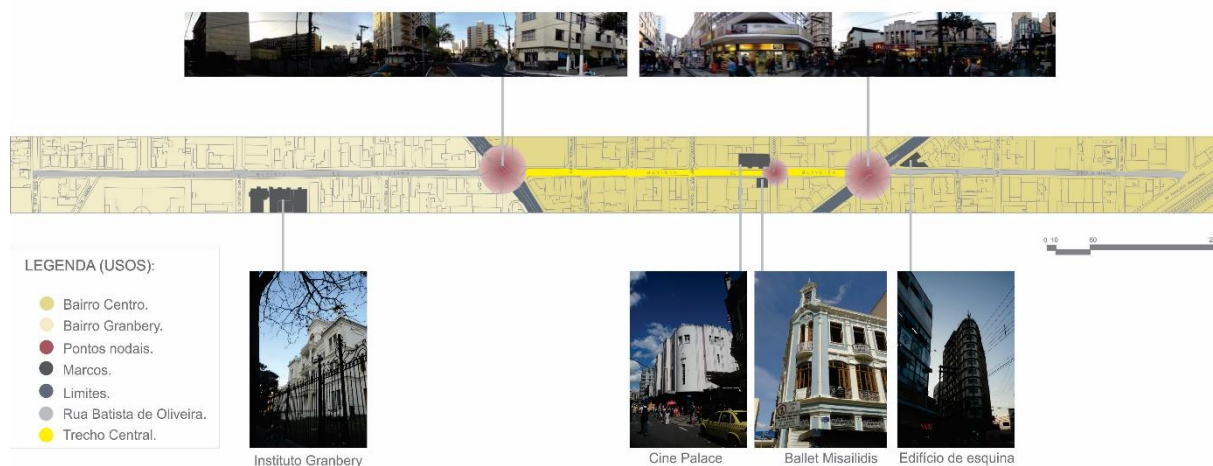


Figura 8: Mapa demarcando os elementos urbanos presentes rua Batista de Oliveira. **Fonte:** Elaborado pelo autor com base no mapeamento digital da Prefeitura de Juiz de Fora.

Por fim, ressalta-se a possibilidade de mutação desses elementos, que podem assumir papéis variados ao longo do tempo, ou até a convergência de classificações em um dado objeto. Assim, observa-se que:

Estamos constantemente tentando organizar nosso entorno, estruturá-lo e identificá-lo. Vários ambientes são mais ou menos receptivos a semelhante tratamento. Na reformulação das cidades, deveria ser possível dar-lhes uma forma que facilitasse essas tentativas de organização, em vez de frustrá-las. (LYNCH, 2006: 100)

8. CONCLUSÕES

Ao fim do presente artigo, torna-se difícil não associar o termo “diversidade” ao entendimento do espaço público da rua Batista de Oliveira. Observa-se a grande variedade

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016*

de usos, fluxos, formas de apropriação do espaço, tipologias edilícias, características físicas e sociais que o trecho em questão apresenta e, que somados, dão a cara da rua.

Pode-se observar que a importância da rua está atrelada a sua história, cujo surgimento confunde-se até mesmo com a conformação inicial da cidade de Juiz de Fora. É nesse local privilegiado, o centro da urbe, que a rua se insere, sendo de primordial importância a conservação de suas características de centralidade, visibilidade e vitalidade que estão presentes até os dias atuais. Além disso, a realização de atividades comerciais nesta rua teve início desde a formação da mesma. Tal característica foi fundamental para que as características supracitadas se mantivessem até os dias atuais.

Observa-se que o trecho central da rua, principal foco deste trabalho, possui características peculiares que indicam a necessidade em se formalizar parte deste trecho como uma rua de acesso livre aos pedestres. Este trecho encontra-se limitado pelo cruzamento desta rua com avenidas de grande movimentação e relevância para a cidade - Itamar Franco e Getúlio Vargas. É de extrema importância lançar luz sobre todos os problemas que afetam esse trecho da rua, principalmente os que comprometem a mobilidade e acessibilidade no local e a realização de suas atividades comerciais formais e informais. Estes fatores são fundamentais na conservação da vitalidade da área e na manutenção das múltiplas características desse espaço público.

Através desse entendimento, deve-se pensar em um projeto de formalização da rua enquanto espaço de circulação privilegiada de pedestres que sintetize suas demandas sem perder a identidade do local. Observa-se que o centro de Juiz de Fora ainda mantém forte influência no contexto da cidade, servindo até os dias atuais como polo de atração de pessoas, serviços, bens. Mas também é um polo de demandas por melhorias em seu espaço público, já que por ali circulam milhares de pessoas todos os dias. A necessidade de uma gestão integrada do espaço dessa rua englobando os diversos agentes sociais envolvidos - poder público, iniciativa privada, usuários, comerciantes informais, entre outros - torna-se fundamental para a garantia da unidade e vitalidade de seus espaços públicos.

9. REFERÊNCIAS

BORJA, Jordi. **Espaço público, condição de cidade demográfica**: a criação de um lugar de intercâmbio. Disponível em:

<<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/06.072/353>> Acesso em: 10 Jul.2016.

BRAIDA, Frederico. **Passagens em rede**: a dinâmica das galerias comerciais e dos calçadões nos centros de Juiz de Fora e de Buenos Aires. Juiz de Fora. Funalfa. Ed. UFJF, 2011.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Ed. 34 / EDUSP, 2000.

ESTEVES, Albino; LAJE, Oscar Vidal Barbosa. **Álbum do Município de Juiz de Fora**. Juiz de Fora: FUNALFA Edições, 2008.

FONSECA, Fábio Luiz. **Os calçadões e sua importância para a qualidade urbana na área de Juiz de Fora**. Juiz de Fora, 2012. 164f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Ambiente Construído, Universidade Federal de Juiz de Fora.

GENOVEZ, Patrícia Falco, LEITE, Mônica C. Henriques, GAWRYSZEWSKI, Paulo, FRAGA, Raquel de Oliveira. **Núcleo Histórico e Arquitetônico da Rua Batista de Oliveira (parte central) e Avenida Getúlio Vargas**. Nota prévia de pesquisa. Juiz de Fora: Clio Edições Eletrônicas, 1998.

HAZAN, Vera Magiano. **A cidade do pedestre e da bicicleta**. Disponível em:

<<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquiteturismo/03.028/1531>> Acesso em: 05 Ago.2016.

LESSA, Jair. **Juiz de Fora e seus pioneiros** (do caminho novo a proclamação). Juiz de Fora: UFJF e Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lage, 1985.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

MAYA MONTEIRO, Patrícia Menezes. **Paisagem, Lugar e Espaço Público**: presença e ausência nos espaços da cidade. Rio de Janeiro, 2008. 380f. Tese (doutorado).

Programa de Pós-graduação em Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

NEVES, Marcos. **Juiz de Fora em dois tempos**. Juiz de Fora: Esdeva, [s.d.].

MENDONÇA, Eneida Maria Souza. **Apropriações do espaço público**: alguns conceitos. Estudos e Pesquisas em Psicologia, UERJ, ago. 2007. Disponível em:

<<http://www.revispsi.uerj.br/v7n2/artigos/pdf/v7n2a13.pdf>> Acesso em: 20 Ago.2016.

OLIVEIRA, Paulino de. **História de Juiz de Fora**. Juiz de Fora: Companhia Dias Cardozo, 1966.

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016*

PREFEITURA DE JUIZ DE FORA – SECRETARIA DE OBRAS. **Reurbanização da rua Batista de Oliveira**. Juiz de Fora: Prefeitura Municipal. 2001. (Projeto – Secretaria de Obras)

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: HUCITEC, 1994.

VARGAS, Heliana Comin. **Espaço terciário**: o lugar, a arquitetura e a imagem do comércio. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2001

VAZ, Nelson Popini. **Espaços públicos urbanos**. Disponível em: <<http://soniaa.arq.prof.ufsc.br/arq5605/Espacospublicos.htm>> Acesso em: 23 Set.2016.

VIANA, Fabrício. **Espaço Público Central**: a Rua Batista de Oliveira em Juiz de Fora / MG. 112f. Monografia – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2013.

WATERMAN, Tim. **Fundamentos do Paisagismo**. Porto Alegre: Bookman, 2010.

“A meu coração juizforense”¹: Lindolfo Gomes e sua contribuição para a história de Juiz de Fora

Fabiana Aparecida de Almeida

Resumo:

O objetivo deste trabalho é demonstrar a contribuição do intelectual Lindolfo Gomes para a história de Juiz de Fora. Natural de Guaratinguetá (SP), Lindolfo se mudou para Juiz de Fora aos 19 anos de idade onde construiu grande parte de sua carreira como literato, jornalista e professor, se dedicando também a estudos sobre a história da cidade. Tais estudos, como quem teria sido o juiz de fora que dera nome à cidade, ou sobre a antiga Fazenda Velha, foram publicados através de artigos escritos pelo professor no jornal *Diário Mercantil*, e nos ajuda a perceber como “desvendar” a história da cidade era recorrente nos estudos de Lindolfo. Destacaremos, inclusive, um pouco mais a questão da Fazenda Velha por ter sido de Lindolfo a iniciativa para seu possível tombamento no fim da década de 1930, sendo essa iniciativa a pioneira em preservação em Juiz de Fora.

Palavras-chave: Lindolfo Gomes; Juiz de Fora; Fazenda Velha.

Abstract:

The objective of this study is to demonstrate the intellectual Lindolfo Gomes and his contribution to the history of Juiz de Fora. Born in Guaratinguetá (SP), Lindolfo moved to Juiz de Fora when was 19 years old and built much of his career as a writer, journalist and teacher, and also dedicated his studies on the history of the city. Such studies, such as who would be the judge out who had given the town its name, or the old Fazenda Velha, were published through articles written by the professor in the *Diário Mercantil* newspaper, and helps us to understand how "unravel" the city's history recurred in Lindolfo's studies. We highlight even a bit more the issue of the Fazenda Velha to have been Lindolfo the initiative for possible overturning at the end of the 1930s, and this initiative pioneered preservation in Juiz de Fora.

Key words: Lindolfo Gomes; Juiz de Fora; Fazenda Velha.

Lindolfo Gomes

Nascido em Guaratinguetá (SP) em 1875, Lindolfo Eduardo Gomes pertencia a uma família tradicional da região: era neto do Barão de Mambucaba e filho do médico Dr. Antônio Francisco Gomes. Aos dois anos de idade, com o falecimento de sua mãe foi morar em Volta Redonda (RJ) com as tias paternas e mais tarde foi para a cidade do Rio

¹ Frase adaptada de Lindolfo Gomes. *Diário Mercantil*. 28/11/1940.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. “O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”, Juiz de Fora, 2017, 1554p. ISSN: 2317-0468 17 a 21 de outubro de 2016

de Janeiro concluir os estudos secundários, onde também começou a colaborar com alguns jornais. Foi residir em Juiz de Fora em 1894, aos 19 anos de idade.

Descrito por Wilson de Lima Bastos como:

Professor emérito, jornalista infalível, filólogo consagrado, historiador de grande reputação, teatrólogo aplaudido, pesquisador metuculoso, folclorista eminente, podendo ser considerado como um dos pioneiros dos estudos folclóricos no Brasil, ao lado de João Ribeiro, Sílvio Romero e outros, escritor aclamado, conferencista e orador de grandes recursos [e] técnico de ensino com notável folha de serviços prestados à causa pública. (BASTOS, 1975: 7).

Lindolfo Gomes foi o que podemos chamar de “intelectual multifuncional” e é considerado também como um dos “poetas esquecidos” de Juiz de Fora, na visão de Leila Barbosa e Marisa Rodrigues, tendo sido, segundo as autoras, um “escritor de uma erudição linguística requintada [...] extremamente arguto e engenhoso, pois através de pesquisas e estudos, correlacionou cenas discursivas as mais diversas em busca das identidades [...]”. (BARBOSA; RODRIGUES, 2002:41).

Como jornalista, atuou em diversos jornais de Juiz de Fora, São Paulo e Rio de Janeiro, principalmente, tendo sido presidente honorário e um dos fundadores da Associação de Imprensa de Minas. Foi ainda membro e fundador da Academia Mineira de Letras (fundada em Juiz de Fora em 25 de dezembro de 1909), membro das Academia Carioca de Letras, Academia Brasileira de Filologia, Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, Instituto Histórico e Geográfico de Ouro Preto e Academia Fluminense de Letras e representante da Academia Mineira de Letras na Federação das Academias de Letras do Brasil. (BASTOS, 1975:8). Como historiador, dedicou grande parte de suas pesquisas a descobrir quem teria sido o juiz de fora que deu o nome de seu cargo a cidade onde passou a maior parte de sua vida, dúvida essa que até hoje não foi esclarecida.

Quem teria sido o juiz de fora?

Uma das muitas pesquisas sobre a história da cidade realizadas por Lindolfo Gomes foi a tentativa de se descobrir quem teria sido o juiz de fora que acabara nomeando a cidade.²

Há várias especulações por parte de vários estudiosos, mas não existe, ou pelo menos ainda não foram encontrados, documentos que provem o nome do verdadeiro juiz de fora. Dois nomes aparecem com mais frequência nos estudos sobre o assunto: Luis Fortes de Bustamante e Sá e Vital Casado Rotier. Ambos ocuparam o cargo de juiz de fora, que em Minas Gerais, só passou a existir depois que foram criadas as chamadas “vilas do ouro” em 1711. Vale destacar também que, geralmente, os juizes de fora, escolhidos pelo rei, não eram bem vistos nas regiões que legislavam, pois sua função era regular as medidas tomadas pelos juizes ordinários, além de receberem os tributos para a coroa. (PINTO:1982). Luis Fortes de Bustamante e Sá foi juiz de fora em 1711 e segundo o historiador Edelweiss Teixeira, teria possuído uma sesmaria fronteira a São João Del’Rei, porém havia uma pergunta indispensável: quando ele adquiriu a sesmaria? Segundo o historiador, o juiz também teria residido em Ibitipoca (falecendo inclusive nessa localidade em 1742) podendo assim, ter adquirido terras também próximo ao Caminho Novo. Esses dois fatos fizeram Teixeira supor, assim como Sinval Batista Santiago, ser Bustamante e Sá o desconhecido juiz. (ALMEIDA, 2015: 238).

Vital Casado Rotier exerceu o cargo de juiz de fora em 1713 e foi citado por Albino Esteves como o suposto dono da referida fazenda. Segundo o historiador, em sua cansativa pesquisa pela Biblioteca Nacional, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Arquivo Nacional e Arquivo Público Mineiro, acabou encontrando, nesse último, o índice geral dos livros de sesmarias, com a informação de que no 9º livro, à página 258V, havia a citação de que o juiz de fora do Rio de Janeiro – Vital Casado Rotier – recebera, em 1717, da Fazenda de Minas Gerais, uma sesmaria próxima onde se localiza hoje Juiz de

² Discutiremos nesse momento apenas as pesquisas de Lindolfo Gomes sobre quem teria sido o juiz de fora, não demonstrando as pesquisas envolvendo outros estudiosos. Para mais informações sobre o tema, consultar: ALMEIDA, Fabiana Aparecida de. **Narrativas preservacionistas na cidade: a trajetória da defesa do patrimônio de Juiz de Fora contada através de manifestações populares.** Juiz de Fora: Funalfa, 2015. Anexo 1.

Fora. Além de enumerar outros fatores que beneficiavam sua teoria, Albino Esteves buscou documentos que comprovasse que a sesmaria de Rotier ficava ao lado do Caminho Novo. No entanto, relata que não conseguiu nada na Prefeitura de São João Del’Rei, no Arquivo Nacional ou no Arquivo Público Mineiro.

Sobre essa hipótese levantada por Esteves, Lindolfo Gomes, escreveu em sua coluna no jornal “*Diário Mercantil*”, intitulada “*Nótulas*”, que o índice do referido livro 9º das Sesmarias (que não fora encontrado por Albino Esteves) foi publicado na Revista do Arquivo Público Mineiro (ano XXI de 1927) pelo historiador Feu de Carvalho. Nesse documento estaria indicado o local da sesmaria concedida a Vital Casado Rotier, e essa não ficava em Juiz de Fora:

13 de julho de 1917:

A Vital Casado Rotier, morador no Bequinho, freguesia de S. Antonio do Arraial Velho, comarca do Rio das Mortes, foi-lhe concedida por Sesmaria meia légua de terras em quadra que pedia “na mesma paragem”, que “principiaria na cerca do serviço de água que foi dos religiosos do Carmo, para parte da ponta do morro (...).³

Dias após a publicação de Lindolfo Gomes que “desmentia” Albino Esteves, esse enviou a Lindolfo uma carta comentando o assunto. Tal correspondência foi publicada na mesma coluna e segue abaixo:

Caro Lindolfo,

Lamento que você, com o fascículo do Feu (o único que me faltava), com “dois trancos” haja inutilizado a trabalhadeira de tantos anos! Enfim, é verdade. Recomeçemos. Teremos que ir ao fim. Agora, o “juiz” aparecerá, ou desaparecerá, de vez, pois as fontes se esgotam (...). Eu continuo a supor, por certos motivos, que Vital Casado Rotier é o nosso ansiosamente aguardado “juiz”. O fato de haver ele conseguido uma sesmaria no local indicado (...) não o impedia adquirir outra, no Caminho Novo, e ali fosse fazendeiro (...). Com um novo abraço, fraternalmente, o Albino Esteves.⁴

Lindolfo Gomes não considerava a hipótese levantada por Esteves deveras sem fundamento. Para ele o que faltava era a documentação que provasse que Rotier teria tido terras na região do Caminho Novo. No mesmo mês de outubro, o professor voltou ao assunto em sua coluna dizendo que J. Lopes Sobrinho, historiador e ex-tabelião de São

³ GOMES, Lindolfo. *Nótula*. *Diário Mercantil*. 24 de setembro de 1940.

⁴ GOMES, Lindolfo. *Nótula*. *Diário Mercantil*. 10 de outubro de 1940.

João Del’Rei, enviou-lhe um documento sobre a sesmaria pertencente a Rotier. Tal propriedade teria sido concedida pelo referido juiz enquanto exercia o cargo de juiz de fora na freguesia de Santo Antônio do Arraial Novo, comarca do Rio das Mortes, que hoje é São João Del’Rei, no local chamado “Biquinha”, e não “Bequinho”, como havia dito anteriormente. Assim, concordou com Esteves ao se questionar: se o juiz de fora possuiu essas terras “*não seria também aceitável a hipótese de que além dessas terras lhe fossem concedidas outras lá para as bandas do Caminho Novo, nas proximidades da Manchester Mineira?*”.⁵ Apenas a tipo de informação, Lindolfo ainda destacou que Rotier não fora juiz de fora de São João Del’Rei entre 1717 e 1719, uma vez que o cargo só foi criado para essa localidade em 1811, e sim, foi procurador da Coroa e da Fazenda, lembrando que o juiz de fora podia exercer também outros cargos ao mesmo tempo.⁶ No entanto, o professor admitiu que, “*por suposição*”, Rotier poderia ter residido temporariamente no sobrado do juiz de fora apesar de sua sesmaria ter ficado em outra região (hipótese cabível pelo cargo de procurador da coroa que ocupava) ou também poderia estar de visita a algum parente e ter ficado conhecido por “juiz de fora” pelo cargo que ocupara anteriormente.⁷

A Fazenda Velha ou Fazenda do Juiz de Fora

O interesse de Lindolfo Gomes pelo juiz de fora acabou lhe chamando a atenção para o imóvel que tal juiz residira, a Fazenda Velha, levando-o a dar uma grande contribuição para a cidade de Juiz de Fora: foi principalmente através da iniciativa do professor em tomar o imóvel através do então SPHAN (Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) que começou a se desenvolver o pensamento preservacionista em Juiz de Fora. Interessado no imóvel (um dos poucos exemplares coloniais que Juiz de Fora possuía), Rodrigo Melo Franco de Andrade, então diretor do SPHAN, incumbiu Lindolfo de fazer um memorial sobre o casarão para seu melhor conhecimento. Tal

⁵ GOMES, Lindolfo. *Nótula. Diário Mercantil*. 24 de outubro de 1940.

⁶ Fato observado e narrado por Saint Hilaire em sua “Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais”.

⁷ GOMES, Lindolfo. *Nótula. Diário Mercantil*. 25 de outubro de 1940.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
 ISSN: 2317-0468
 17 a 21 de outubro de 2016

memorial resultou em uma série de cerca de 77 documentos diversos que destacavam a importância de se preservar a Fazenda Velha. (SILVA, 2006: 63).

No referido documento apresentado por Lindolfo, o destaque recaía na importância da Fazenda Velha como patrimônio nacional. Entre os motivos apresentados estavam o fato do casarão existir desde 1719 (segundo Albino Esteves em seu “*Álbum do Município de Juiz de Fora*”), sendo assim, considerado por ele (Lindolfo) o imóvel mais antigo da cidade; o fato de ter sido a possível residência, ou local de pouso de um juiz de fora que dera nome a cidade; ter hospedado ilustres viajantes estrangeiros com o exemplo de Saint-Hillaire; e ter sido residência de importantes nomes para a história local como Antônio e Manuel Dias Tostes e Guilherme Henrique Fernando Halfeld (genro do primeiro), fundamentais para a fundação de Juiz de Fora. Mas o fato que fez Lindolfo requisitar o tombamento do imóvel ao SPHAN foi ele ter sido também a residência dos inconfidentes Domingos Vidal de Barbosa e do Padre Francisco Vidal de Barbosa, fato esse narrado no livro “*História da Conjuração Mineira*” de Joaquim Norberto e confirmado também em depoimento de ambos prestados ao processo de Devassa da Inconfidência Mineira, onde se declararam moradores da Fazenda do Juiz de Fora no Caminho Novo do Rio de Janeiro. Em uma de suas “*Nótulas*”, Lindolfo declarou ainda que Albino Esteves havia lhe dito que possuía cópias de documentos assinados por Tiradentes e datados de 1754 declarando serem os irmãos, Domingos e Francisco, proprietários da Fazenda do Juiz de Fora.⁸ Esses moradores em particular faziam o imóvel adquirir também uma importância nacional, legitimando assim, a possível proteção por parte do SPHAN. Ainda no memorial, Lindolfo relatou que provavelmente o imóvel tivesse sofrido algumas intervenções, principalmente após a enchente de 1906, onde as paredes internas foram substituídas por paredes de tijolos. Lembrou ainda que o imóvel necessitava de uma restauração urgente, sendo inclusive condenado pela prefeitura por perigo de desabamento, mas acreditava que seu relato era suficiente para transformá-lo em monumento nacional.

Enviada a documentação ao órgão federal de preservação, o mesmo, em seguida, notificou os proprietários do imóvel sobre o interesse na preservação e começou também uma “conversa” com a Prefeitura de Juiz de Fora para que essa adquirisse o imóvel uma

⁸ GOMES, Lindolfo. *Nótulas*. *Diário Mercantil*. 12 de maio de 1942.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

vez que se o mesmo fosse um bem público o processo de tombamento seria facilitado. O SPHAN se comprometeu também em realizar as obras de restauração no imóvel desde que a prefeitura o adquirisse.⁹ Sobre esse fato, Lindolfo se manifestou em suas “Nótulas”, relatando que, graças ao prefeito Valadares Pinto, a prefeitura se propôs a adquirir A Fazenda Velha e doá-la ao patrimônio nacional para sua preservação. O ato, inclusive, ainda não teria ocorrido em decorrência do imóvel se encontrar em estado de inventário judicial o que teria atrasado o seu tombamento pelo SPHAN. Quanto a atitude do prefeito, Lindolfo disse que “*o povo conterrâneo bate palmas*”, pois o chefe do município sabia “*compreender as lídimas aspirações dos juizforenses e cultivar as suas respectivas tradições*”.¹⁰

Enquanto esse processo acontecia, os jornais continuavam a chamar a atenção para o estado deplorável que a Fazenda se encontrava. O “*Diário Mercantil*”, em 1º de setembro de 1943, noticiara: “*Vai ser demolida a Casa do Juiz de Fora*”. Na reportagem esclarece que, em visita ao local, os repórteres recolheram de parentes dos proprietários a informação que os mesmos pretendiam demolir o sobrado “*afim de que o terreno seja aproveitado, em coisa mais rendosa*”. O periódico ainda se propôs a “*chamar a atenção dos poderes públicos no sentido de que sejam tomadas providências imediatas*”, se não “*desaparecerá pela gula utilitarista o mais belo, o mais expressivo e o mais notável documento vivo da história local*”.¹¹

No entanto, antes da possibilidade de se abrir um processo de tombamento pelo então SPHAN, o imóvel fora destruído em 1946 sobre a alegação do proprietário de que iria usar o terreno para uma construção mais rentável, mas o mesmo se manteve desocupado por muito tempo. Quando a Fazenda Velha deixou de existir, o que se percebeu na análise dos jornais foi a indignação daqueles que tentaram protegê-la. Em reportagem do “*Diário da Tarde*”, intitulada “*Como se acabam as coisas*”, de 10 de maio de 1950 podemos perceber claramente esse fato:

⁹ Para maiores informações sobre o caso consultar ALMEIDA, Fabiana Aparecida de. **Narrativas preservacionistas na cidade**: a trajetória da defesa do patrimônio de Juiz de Fora contada através de manifestações populares. Juiz de Fora: Funalfa, 2015. capítulo 3.

¹⁰ GOMES, Lindolfo. *Nótulas. Diário Mercantil*. s/d. In: IPHAN. **Inventário Fazenda Velha**. Op. Cit

¹¹ *Vai ser demolida a Casa do Juiz de Fora. Diário Mercantil*. 1 de setembro de 1943. (PASSAGLIA, 1982: 176).

De nada valeram os vinte e muitos artigos de Lindolfo Gomes, numerosos de Albino Esteves, de Brant Horta, Antonio Pereira e muitos outros.

Os proprietários dos monumentos não liam ou não sentiam a palpitação patriótica dos escritores. A Prefeitura Municipal, pelos seus responsáveis, tinha outros assuntos de “mais importância” para tratar. (...).

Para essa espécie de gente, Alexandre Herculano era um tolo quando afirmou que “a falta de amor das coisas da pátria é o indício certo da morte da sociedade e, conseqüentemente, do estado decadente e da última ruína de qualquer povo”.

(...) Para a mentalidade dos donos da “Fazenda Velha” e dos homens que passavam pela Prefeitura, sem olhar por ela, outras coisas interessavam mais.¹²

Lindolfo também se manifestou nas páginas do “*Diário Mercantil*”:

Até a pouco existia em Juiz de Fora um monumento histórico que, não obstante, acaba de desaparecer agora, pois foi demolido (...) em virtude de se retardarem as providências da Prefeitura, uma das aspirações mais justas e mais altas do povo da “Atenas de Minas”.¹³

Mesmo com a demolição do sobrado, o fato chama a atenção por Lindolfo ter tentado sua preservação apenas alguns anos após a criação do SPHAN (sendo esse criado pelo decreto-lei n. 25 de 1937 e as primeiras manifestações do professor para com a Fazenda dataram de 1939) e por essa ter interessado ao próprio Rodrigo Melo Franco de Andrade que se correspondia diretamente com Lindolfo sobre os assuntos referentes ao citado casarão, tendo sido assim, como já destacamos acima, o passo importante para os inícios das discussões sobre preservação e patrimônio em Juiz de Fora.

Conclusão

Os estudos e o amor de Lindolfo Gomes para com Juiz de Fora vão além desses dois fatos relatados no presente artigo. Ele se dedicou também a pesquisar a origem dos bairros, escreveu sobre outros imóveis que se tornaram referências em Juiz de Fora (como

¹² Diário da Tarde de 10 de maio de 1950. (PASSAGLIA, 1982:181).

¹³GOMES, Lindolfo. *Um monumento histórico*. *Diário Mercantil*. 3 de setembro de 1946. (PASSAGLIA, 1982:177 e 179).

a Catedral) e sobre outras curiosidades que englobam a cidade. Decidimos aqui destacar as pesquisas sobre quem teria sido o juiz de fora e posteriormente a tentativa de tombar a Fazenda Velha, por entendermos que esses fatos em especial nos mostra a influência do professor e também suas atitudes em não só reconhecer mais também em preservar a história do município de que tanto gostava.

Gostaríamos de terminar essas linhas voltando um pouco ao título do artigo, onde Lindolfo Gomes usa o termo “juizforense” ao se referir aos habitantes de Juiz de Fora. Como filólogo, Lindolfo dedicava uma “Nótula” semanal para discutir termos e expressões para com seus leitores, e uma de suas discussões era justamente como seria a forma correta de nomear aqueles que nasceram em Juiz de Fora.

Na “Nótulas” de 28 de novembro de 1940, Lindolfo escreve sobre os elogios à Juiz de Fora de dois escritores da Academia Brasileira de Letras que vieram a cidade na ocasião da inauguração do busto de Belmiro Braga: Roquete Pinto e Fernando Neri. Assim, ele diz: “*A meu coração sinceramente mineiro e juizforense, nada é mais agradável que ouvir dizer bem de nossa terra e de nossa gente*”.¹⁴ Em outros artigos (pelo menos 4) ele volta a questão explicando gramaticalmente porque deve-se usar os termos juizforense ou juizforano, dizendo ainda que prefere juizforense, e que as formas “juiz de forense” ou “juiz de forano”, comuns em alguns escritos da época estavam erradas. Segundo Lindolfo:

A forma juizdeforense os que não são alheios às prescrições gramaticais sabem que é errada e, portanto, inadmissível. Para que no caso aquela preposição de, se a forma adjetiva analítica quando é mister só pode ser representada por outra correspondente sintética? Qualquer estudantinho de grupo escolar sabe que na frase campo de flores – a expressão adjetiva analítica “de flores” passa à sintética – florido, e assim temos: homem de Minas, ao lado de homem mineiro; casa de campo, casa campestre; himem de Juiz de Fora, homem juizforense ou juizforano, ou mesmo juiz-forense, juiz-forano, sem o emprego do “de” que se torna demasiado e constitui erro palmar.¹⁵

¹⁴ GOMES, Lindolfo. *Nótulas*. **Diário Mercantil**. Juiz de Fora: 28/11/1940.

¹⁵ GOMES, Lindolfo. *Nótulas*. **Diário Mercantil**. Juiz de Fora: 09/01/1939.

Bibliografia

ALMEIDA, Fabiana Aparecida de. **Narrativas preservacionistas na cidade: a trajetória da defesa do patrimônio de Juiz de Fora contada através de manifestações populares.** Juiz de Fora: Funalfa, 2015. 252 p.

BARBOSA, Leila Maria Fonseca; RODRIGUES, Marisa Timponi Pereira. **Letras da cidade.** Juiz de Fora, Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lage, 2002. 336 p.

BASTOS, Wilson de Lima. **Lindolfo Gomes.** S. L., Ministério da Educação e Cultura, 1975.

PASSAGLIA, Luiz Alberto do Prado. **A preservação do patrimônio histórico de Juiz de Fora.** Juiz de Fora: PJF/IPPLAN, 1982. 193 p.

SILVA, Daniel Roberto dos Reis. As cidades e suas retóricas patrimoniais: considerações sobre o caso de Juiz de Fora. In: OLIVEIRA, Ana Paula de Paula Loures (coord.). **Arqueologia da Zona da Mata Mineira:** Juiz de Fora. Juiz de Fora, Editar, 2006. 220 p.

Fontes

IPHAN. **Inventário Fazenda Velha.** Rio de Janeiro: Arquivo Noronha Santos. Série Inventários. Notação I. MG-0947.01.

GOMES, Lindolfo. *Nótulas.* **Diário Mercantil.** Juiz de Fora: 09 de janeiro de 1939.

GOMES, Lindolfo. *Nótula.* **Diário Mercantil.** 24 de setembro de 1940.

GOMES, Lindolfo. *Nótula.* **Diário Mercantil.** 10 de outubro de 1940.

GOMES, Lindolfo. *Nótula.* **Diário Mercantil.** 24 de outubro de 1940.

GOMES, Lindolfo. *Nótula.* **Diário Mercantil.** 25 de outubro de 1940.

GOMES, Lindolfo. *Nótulas.* **Diário Mercantil.** Juiz de Fora: 28/11/1940.

GOMES, Lindolfo. *Nótulas.* **Diário Mercantil.** 12 de maio de 1942.

PINTO, José Damasceno. *Comprovações de topônimo.* **Diário Mercantil.** 12 de junho de 1982.

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
 “O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
 Juiz de Fora, 2017, 1554p.
 ISSN: 2317-0468
 17 a 21 de outubro de 2016*

Os Festivais de Música Popular Brasileira de Juiz de Fora (1968-1973): aspectos musicais, sociais e políticos

Nayara Cristina Machado Costa¹

Resumo:

O objetivo do presente artigo consiste na compreensão da cena musical da cidade de Juiz de Fora a partir dos Festivais de Música Popular Brasileira realizados no período de 1968 e 1973, tendo as canções apresentadas nestes eventos como fontes privilegiadas, buscando sua articulação com as questões sociais e o debate político daquela sociedade. Para isso, parte de nossos esforços se articulará em torno de uma análise das partituras destas canções, como também de notícias relacionadas aos festivais publicadas em periódicos locais como *Gazeta Comercial* e *Diário Mercantil*. Diante de tais objetivos, visamos uma maior compreensão das relações entre o cancionário apresentado nos festivais e o debate político local.

Palavras-chave: Festivais de Música; Ditadura Militar; Juiz de Fora; Política Cultural.

Abstract:

The purpose of this article is to understand the music scene in the city of Juiz de Fora from Brazilian popular music festivals held in the 1968 period and 1973, with the songs presented in these events as privileged sources, seeking their cooperation with the social issues and the political debate that society. For this part of our efforts will be structured around an analysis of the scores of these songs, as well as news related to festivals published in local newspapers as *Gazeta Comercial* and *Diário Mercantil*. Given these objectives, we aim at a better understanding of the relationship between the songbook presented in festivals and local political debate.

Keywords: Music Festivals; Military dictatorship; Juiz de Fora; Cultural Policy.

Introdução

Durante os primeiros anos da década de 60 iniciou-se no Brasil um regime político ditatorial militar que, por meio de seu autoritarismo e repressão, manteve controle sob diversos aspectos da vida social brasileira. Este regime teve seu início com o Golpe Militar de 31 de março de 1964, resultando no afastamento do Presidente da República, João Goulart, e tomando o poder o Marechal Castelo Branco.

Mesmo diante deste cenário repressivo sob o qual vivia o país, as décadas de 1960 e 1970 representaram para o Brasil a realização de projetos culturais e ideológicos

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da UFRRJ.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

alternativos lançados na década de 1950 e do surgimento de várias formas de protestos contra o regime em vigor. Especialmente na música, surgiram canções de caráter social e de protestos. Neste mesmo período, instalou-se no Brasil a cultura da música em programas de televisão. Não obstante, podemos também destacar a intensa relação entre o rádio e a música, sendo este o modelo inicial para as produções televisivas. Isso proporcionou a uma grande parcela da população o acesso a este novo gênero de canções devido principalmente à participação de músicos em grandes festivais realizados pelas emissoras.

Assim sendo, os festivais musicais ganharam notoriedade na cultura dos anos de 1960 e contribuíram para a consolidação da MPB. No entanto, alguns compositores procuraram com a politização de suas canções utilizar os festivais como espaço para manifestarem suas insatisfações com o Regime Militar e também como conscientização das massas, tornando estes eventos mais do que meros festivais, mas sim um grande difusor de ideologias e críticas. Tais manifestações artísticas intervieram na conjuntura política e cultural dos anos 60 e 70, propondo maneiras de se questionar aquela sociedade marcada pela censura.

Tais Festivais de Música Popular Brasileira, realizados inicialmente em grandes centros, influenciaram a vida musical de várias outras cidades. Em Juiz de Fora, devido principalmente à sua proximidade com cidades como o Rio de Janeiro, o exemplo é seguido e em 1968 é organizado o primeiro festival da cidade. Estes eventos contribuíram de forma direta para a formação de um novo contexto musical, político, ideológico e cultural em Juiz de Fora, como também serviram de base e incentivo para as gerações futuras.

No entanto, no que se refere aos trabalhos sobre os festivais de música na cidade de Juiz de Fora, alegamos a necessidade investigativa sobre o período destacado, posto que, em sua maioria, não visavam questionar ou muito menos analisar tais eventos, apresentando muitas vezes apenas histórias do cenário musical juizforano ou uma catalogação destes festivais. Assim sendo, muito ainda há para se debater e analisar para preencher as várias lacunas existentes sobre o temática proposta.

A gênese dos festivais musicais em Juiz de Fora

A história dos festivais em Juiz de Fora tem início a partir de uma conversa entre o compositor João Medeiros Filho e o chefe de escritório do prefeito Itamar Franco, Mauro Durante. Como os festivais haviam se tornado uma febre em todo país, Medeiros propõe a Durante a realização de um evento em favor da música popular brasileira e em comemoração do aniversário da cidade. A proposta é aceita de forma positiva pelo secretário de Educação e Cultura, Avelar Murilo Hingel, e em março de 1968 tem início a organização para a realização do primeiro festival de Juiz de Fora.

Aqui, se faz necessário e de suma importância contextualizarmos a cidade de Juiz de Fora no período ao qual desenvolveu-se a ideia de se organizar o I Festival de Música Popular de Juiz de Fora. Assim sendo, as décadas de 1960 e 1970 trazem uma série de modificações para cidade. O crescimento populacional, a urbanização descontrolada, a economia baseada na prestação de serviços, e principalmente, o acirramento das questões sociais e o intenso debate político, característico deste período, destacam-se como as mais importantes mudanças ocorridas. Um dos fatores que contribuiu para isso foi a criação da Universidade Federal de Juiz de Fora, no governo do presidente Juscelino Kubitschek que atraiu milhares de estudantes e trabalhadores para a cidade, favorecendo assim um maior intercâmbio de ideias e possibilitando, inclusive, a ampliação do debate político.



Figura 1: Diário Mercantil - Sexta-feira, 31 de maio de 1968.

Voltando ao evento, o I Festival de Música Popular Brasileira de Juiz de Fora seria realizado em duas etapas, a primeira de caráter regional e a segunda nacional. O então

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
"O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História",
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

prefeito Itamar Franco estava responsável pelos custos de administração e suportes técnicos (por exemplo, alojamento, transporte, alimentação, orquestra, som, etc.), mas não poderia se responsabilizar pelo dinheiro das premiações. Assim sendo, a solução foi encontrada na iniciativa privada através de uma proposta realizada ao empresário Agostinho Pestana da *Móveis RS*, no qual este patrocinaria as premiações em troca da propaganda de sua empresa durante o festival. Reuniões com os canais de televisão do Rio de Janeiro sobre a possibilidade de transmissão do festival também foram realizadas, sendo estabelecido um acordo com Mauricio Sirotsky, diretor da *TV Excelsior*, onde o festival seria televisionado pelo canal.

A primeira etapa do I Festival de Música Popular Brasileira de Juiz de Fora teria sido dedicada aos compositores da cidade e da região vizinha, com o objetivo de dar a eles maior apoio e oferecer aos inexperientes a oportunidade de estar no palco de um grande evento.

Não foi possível contestar o compositor local, ainda inexperientes, com os artistas nacionais já estabelecidos. Seria, pelo menos para o primeiro ano, criada uma espécie de divisão, tendo um palco exclusivo para os compositores da cidade.²

Para participar desta fase foram selecionadas vinte músicas, nas quais cinco ganharam o lugar de representantes da cidade de Juiz de Fora na fase nacional. Para motivar os compositores, as inscrições foram livres e não havia um número limitado de

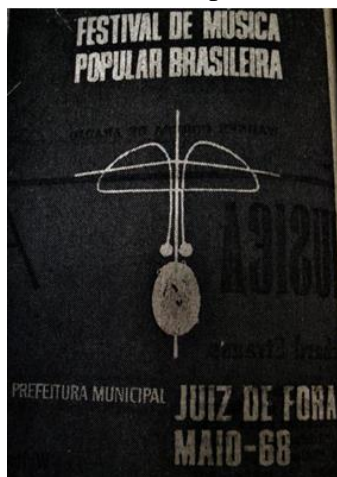


Figura 2: Cartaz do I Festival de Música Popular de Juiz de Fora.

canções por compositor. A Comissão de Seleção foi formada por cinco juízes, onde seu presidente tinha o poder de decisão em caso de empate. O resultado desta etapa foi divulgado na recepção do Hotel Plaza Hitz, na presença da comissão e dos participantes do evento.

² MOSTARO, Carlos Décio et al. **História recente da música popular em Juiz de Fora**. 1º tomo. Juiz de Fora: Edição dos autores, 1977, p. 347.

Já para a fase nacional dezesseis compositores foram convidados a apresentar suas canções. No entanto, dois compositores não puderam estar presentes. Por esta razão, outras três canções da fase regional foram incluídas na competição. O intercâmbio cultural entre artistas foi uma das grandes contribuições dos compositores do Festival de Juiz de Fora. Isso foi feito durante o Festival, mas também nos ensaios e nas comemorações. Carlos Décio Mostaro destaca este intercâmbio cultural proposto pelo festival em seu livro *História recente da música popular em Juiz de Fora*:

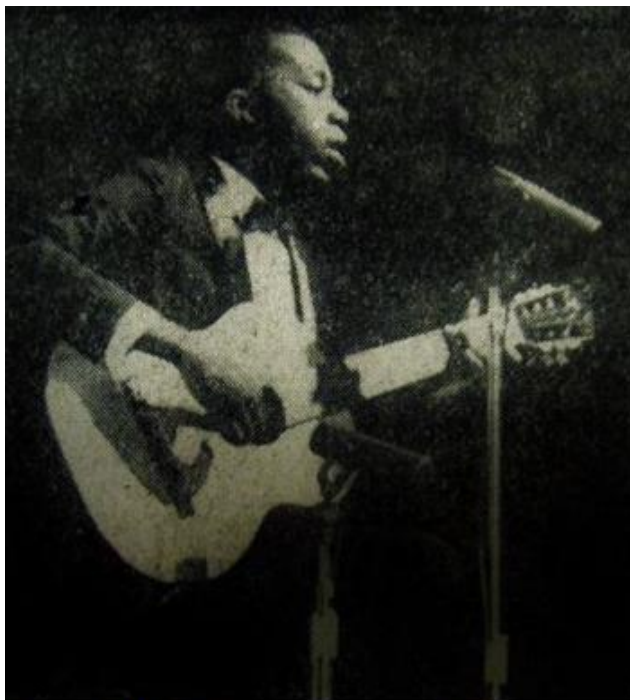


Figura 3: Milton Nascimento apresentando-se no Cine Theatro Centro, um dos exemplos do intercâmbio cultural proposto pelo festival.

"Um ponto importante foi a ausência de concorrência entre os participantes. Todos estavam interessados no bom desempenho. Nos bares havia sempre alguém com uma guitarra em seus braços. O evento desta forma também ocorreu fora das portas do teatro. O resultado torna-se menos importante. Podemos concluir que Juiz de Fora tem dado um passo importante na produção cultural que permitiu a troca e o encontro. Seus compositores agora estão cheios de confiança para a realização de mais trabalhos profissionais."³

Como representante dos três primeiros lugares deste festival estão "Sem Assunto", de Sidney Miller (interpretado por Cynara e Cybele), "Bloco da Vida" de Guarabyra e J. Capinan (interpretado por L.Helena e Grupo Manifesto), e "Carta ao Mar" de Roberto Menescal e Ronaldo Bôscoli (interpretado por Luiza), ganhando, respectivamente a premiação de Cr\$ 12.000 e o troféu "Cidade de Juiz de Fora", Cr\$ 4.000 e Cr\$ 2.000. Já o prêmio de Melhor Intérprete ficou com Neyde Mariarrosa, que interpretou "Culpas,

³ MOSTARO, Carlos Décio et al. **História recente da música popular em Juiz de Fora**. 1º tomo. Juiz de Fora: Edição dos autores, 1977, p. 352.

desenganos" de Maurício Tapajós, Mauro Duarte e Herminio Bello de Carvalho, faturando Cr\$ 1.500.

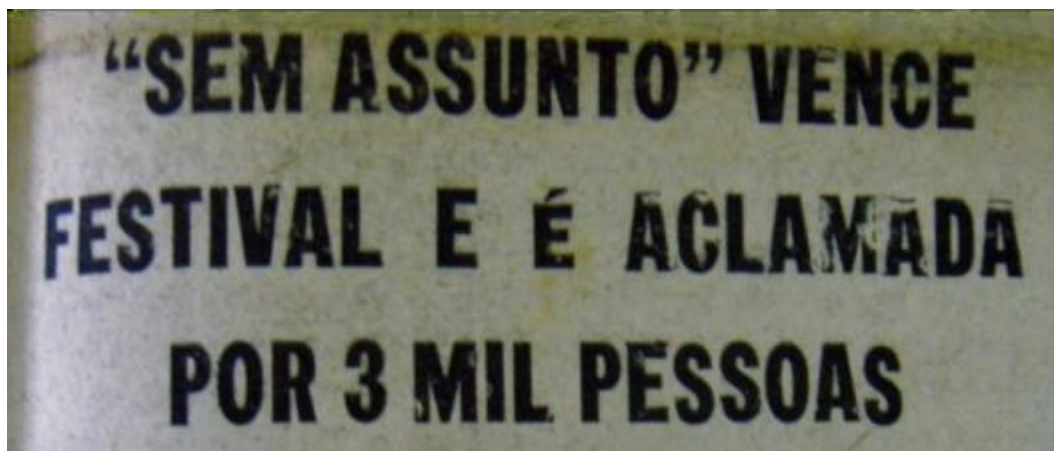


Figura 4: Diário Mercantil - Quinta-feira, 6 de junho de 1968.

Depois do sucesso do I Festival de Música Popular Brasileira de Juiz de Fora, o município decidiu institucionalizá-lo, organizando outras cinco edições realizadas durante as décadas de 1960 e 1970.

Partituras como fontes privilegiadas

Durante o século XIX e início do XX, antes do surgimento da gravação mecânica e de sua democratização, a partitura era considerada o principal suporte para registro da moderna música popular urbana. Assim, as músicas compostas no Brasil deste período eram escritas em partituras e publicadas. As práticas musicais e sonoridades urbanas que não fossem documentadas neste suporte perdiam-se irremediavelmente com o tempo. No entanto, mesmo com o advento de técnicas de registro e reprodução do material sonoro e de sua popularização em meados do século XX, a partitura continua desempenhando papel importante para a música popular urbana. Tanto que durante a década de 1980, ocorre no país um aumento da oferta de partituras a partir da publicação dos *Songbooks*

editados por Almir Chediak⁴. Essa indiscutível importância deste suporte o torna uma fonte primária primordial para estudo da música popular.

Uma breve análise dos festivais das décadas de 1960 e 1970 evidencia uma grande variedade de ritmos e gêneros musicais em todas as suas edições. Essas transformações dizem respeito à múltiplos aspectos, como sociais, musicais, políticos e culturais da sociedade daquele período. Assim sendo, parte dos nossos esforços se articula em torno de uma análise das partituras de músicas apresentadas nas edições do Festival de Música Popular Brasileira de Juiz de Fora, de onde propomos extrair informações para compreensão dos sentidos para o termo música popular brasileira a partir das sugestões melódicas, rítmicas e harmônicas propostas por compositores, músicos e intérpretes. Para isso, utilizamos o trabalho de Carlos Sandroni⁵ como referência metodológica para a utilização de partituras como fontes para a história. Nele, Sandroni trata da construção e do amadurecimento do samba como gênero musical no Rio de Janeiro, combinando análise sociológica, literária e musical através de partituras.

No presente artigo, propomos analisar a música *Casa no Campo* de Zé Rodrix e Tavito, ganhadora do IV Festival de Música Popular Brasileira de Juiz de Fora de 1971 e reflexo do contexto político e social que vivia o país naquele momento. Governado pelo general Emílio Médici, o Brasil passava pelo período considerado o mais duro e repressivo da Ditadura, conhecido como "anos de chumbo". Uma severa política de censura foi estabelecida e muitos dos principais cantores surgidos entre 1964 e 1968, que se destacaram nos principais festivais de então, foram exilados, como Caetano Veloso, Gilberto Gil, Edu Lobo, Chico Buarque e Geraldo Vandré. Os que permaneceram participaram de um confronto com a censura, como foi o caso de Gonzaguinha, Paulo César, MPB-4, entre outros. Mas por outro lado, alguns optaram por uma música fácil, bem feita embora anódina, que representasse sua insatisfação mas, no entanto, não batesse de frente com o regime vigente. Este tipo de música dominou as paradas nacionais entre 1970 e 1974 e *Casa no Campo* é uma de suas representantes.

⁴ Músico, produtor, professor e violinista, Chediak produziu um trabalho inédito no Brasil ao lançar sua série de Songbooks no final dos anos de 1980. Também teve participação definitiva na carreira de diversos músicos de peso da nossa música ao produzir suas obras e fomentar o mercado brasileiro.

⁵ SANDRONI, Carlos. **Feitiço Decente**: transformações do samba no Rio de Janeiro (1917 - 1933). Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
"O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História",
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

Figura 5: Partitura da música *Casa no Campo*.

Como podemos perceber em sua partitura, *Casa no Campo* apresenta uma linguagem poética referindo-se a temas do campo. Essa característica, juntamente com seu compasso 4/4, resulta em uma musicalidade com o ritmo de balada pop, sendo este gênero representado por músicas lentas, ou de andamento lento, que possuem elementos líricos sentimentais, não necessariamente amorosos. Sua linha melódica simples e sem muitas nuances em suas notas denotam uma influência com a Jovem Guarda. Já diante da linha harmônica mais elaborada e sofisticada percebemos a influência da Tropicália, que incorporou à "linha evolutiva de João Gilberto" o rock.⁶

Assim sendo, *Casa no Campo* foi uma das composições mais famosas de seu período, tornando-se um grande sucesso na voz de Elis Regina, e cujo trecho da letra ("compromer rocks rurais") batizou o estilo de música conhecido como Rock Rural, com influências regionalistas, tropicalistas, folk, country e rock, como podemos observar nesta simples análise. Outra característica fundamental que percebemos em *Casa no Campo* são os traços marcantes do estilo da época, o arcadismo, que pregava a paz e o sossego, a simplicidade da vida no campo em contraste com o caos e os tumultos da vida urbana diante da Ditadura.

Os festivais e a imprensa juiz-forana

Em Juiz de Fora, o surgimento da imprensa está intimamente ligado à consolidação do núcleo urbano, na segunda metade do século XIX. Nesse período, mais

⁶ NAPOLITANO, Marcos. **Seguindo a canção:** engajamento político e indústria cultural na MPB (1959-1969). São Paulo: Annablume: Fapesp, 2001. p. 137.

de trinta publicações foram realizadas na cidade. No entanto, foi na virada do século que o município recebe investimentos na construção de fábricas, crescendo sua influência e o número de publicações em circulação. Pela sua quantidade de revistas e jornais, Juiz de Fora era considerada a "capital intelectual do estado de Minas Gerais". Aqui, nos limitaremos aos dois principais jornais nas décadas de 1960 e 1970, conhecidos como *Gazeta Comercial* e *Diário Mercantil*.

A *Gazeta Comercial* teve grande importância na sociedade juizforana como órgão oficial da Prefeitura na segunda metade do século XX. O jornal apareceu em 1924 como instrumento da Associação Comercial da cidade. No entanto, por uma série de dificuldades financeiras parou de circular no final da década de 1970. Já o *Diário Mercantil* circulou em Juiz de Fora entre 1912 e 1983 e foi considerado o *alter ego* da cidade. Segundo o jornalista Wilson Cid, sua tendência era de direita, visto que as pessoas que detinham expressão administrativa no jornal eram vinculadas a partidos e a setores militares, apresentando assim amplo espaço para as matérias de interesse da Ditadura Militar. Ambos os periódicos encontram-se arquivados na Biblioteca Municipal Murilo Mendes.



Figura 6: Diário Mercantil - Sexta-feira, 1 setembro de 1972.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
 "O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História",
 Juiz de Fora, 2017, 1554p.
 ISSN: 2317-0468
 17 a 21 de outubro de 2016

A repressão militar, bastante intensa na cidade, sede da 4ª Região Militar e de sua Auditoria, não estancaram a produção artística de Juiz de Fora. Uma breve análise das edições dos periódicos *Diário Mercantil* e *Gazeta Comercial* do período de 1968 e 1973, percebemos que a produção cultural da cidade ocupou um espaço nobre em suas colunas, destacando-se diversas matérias sobre os Festivais de Música Popular Brasileira de Juiz de Fora. Desta forma, percebemos a imprensa tendo um papel fundamental dentro da cidade de Juiz de Fora e também dos festivais, destacando-se como uma fonte rica e diversificada para a elucidação de vários aspectos desta sociedade.

Considerações Finais

Ao longo de toda a história da cidade de Juiz de Fora encontramos relatos de movimentos musicais muito expressivos. Devido a este fator, as atividades musicais da cidade são importantes fontes de análise de sua sociedade. Desta forma, procuramos com nossa pesquisa compreender a influência destes movimentos nos contextos aos quais estão inseridos.

Os Festivais de Música Popular Brasileira de Juiz de Fora têm, deste modo, um papel crucial para tal compreensão, visto que abriram caminhos para um intercâmbio de ideias, dando-lhes relativa visibilidade, ao qual permitiu inseri-los em um contexto nacional. Estes eventos contribuíram de forma direta para a formação de um novo contexto musical, político, ideológico e cultural em Juiz de Fora, como também serviram de base e incentivo para as gerações posteriores.

Referências Bibliográficas

Obras:

AQUINO, M. A. **Censura, imprensa e estado autoritário (1968-1978):** o exercício cotidiano da dominação e da resistência. Blumenau: Edusc, 1999.

CAROCHA, Maika Lois. A censura musical durante o regime militar (1964-1985). In: **História: Questões & Debates**. Curitiba: Editora UFPR, 2006, n.44, p. 189-211.

DOLORES, Maria. O Festival dos Festivais. In: **Revista Bravo**, julho de 2009.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

ITABORAY, Marcio. **Assuntos de Vento**: Breves historias da MPB em Juiz de Fora. Juiz de Fora: Editora Esdeva, 2011.

LISBOA JÚNIOR, Luiz Américo. Os Festivais de Música Popular. In: **História da MPB**.

MELLO, Zuza Homem de. **A Era dos festivais**. São Paulo: Ed. 34, 2003.

MOBY, Alberto. **Sinal fechado**: a música popular brasileira sob censura. Rio de Janeiro: Obra Aberta, 1994.

MOSTARO, Carlos Décio et al. **História recente da música popular em Juiz de Fora**. 1º tomo. Juiz de Fora: Edição dos autores, 1977.

MUSSE, Christina Ferraz. **Imprensa, cultura e imaginário urbano**: exercícios de memória sobre os anos 60/70 em Juiz de Fora. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006. Tese de doutorado.

NAPOLITANO, Marcos. **A arte engajada e seus públicos (1955/1968)**. Estudos Históricos. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, n. 28, 2001.

_____. **História e música**: história cultural da musica popular. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

_____. **Seguindo a canção**: engajamento político e indústria cultural na MPB (1959-1969). São Paulo: Annablume: Fapesp, 2001.

RIBEIRO, Solano. **Prepare seu Coração - A História dos Grandes Festivais**. Geração Editorial, 2002.

SANDRONI, Carlos. **Feitiço Decente**: transformações do samba no Rio de Janeiro (1917 - 1933). Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

TINHORÃO, José Ramos. **História social da música brasileira**. São Paulo: Ed. 34, 1988.

VIDIGAL, Adriano; PERRONE, Bruno; FERENZINI, Edson; CAMPOS, Ricardo. **Memória de Músicos - A trajetória da musica Popular em Juiz de Fora**. Grupo de Estudos Sobre Historia e Musica. IASPM. Buenos Aires, 2005.

VILARINO, Ramon Casas. **A MPB em movimento**: música, festivais e censura. São Paulo: Olho d'Água, 1999.

XAVIER, A M. C. **Os grandes festivais de MPB (1965-1968)**. Dissertação de Mestrado em Filosofia. São Paulo, 1989.

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016*

Periódicos:

DIÁRIO MERCANTIL, Juiz de Fora, 1968-1973.

GAZETA COMERCIAL, Juiz de Fora, 1968-1973.

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016*

Os Atos Institucionais (1964-1969), seus impactos e repercussões no cenário político local de Juiz de Fora¹

Bárbara Vital de Matos Oliveira²

RESUMO:

Essa comunicação de pesquisa tem como objetivo analisar as principais alterações das regras institucionais no nível federal, os Atos Institucionais, promulgadas entre 1964 e 1969, durante a ditadura no Brasil, e como essas regras formais impactaram e repercutiram, na prática, no cenário político local de Juiz de Fora e seus atores. Os Atos Institucionais trouxeram uma gama variada de modificações em relação a autonomia política dos municípios e os poderes Legislativo e Executivo municipais. Em Juiz de Fora, algumas dessas regras tiveram mais impacto e/ou repercussão do que outras. A pesquisa conta com a análise documental do periódico *Diário Mercantil*, das Atas das Sessões da Câmara Municipal de Juiz de Fora e dos Atos Institucionais promulgados.

Palavras-Chave: Atos Institucionais. Juiz de Fora. Impactos formais. Repercussões.

ABSTRACT:

This communication research aims analyzing the main federal level institutional rules changes, Institutional Acts, enacted between 1964 and 1969, during the dictatorship in Brazil, and how these formal rules impacted and reflected in practice in the local political scene and its actors in Juiz de Fora. A wide range of changes related to political autonomy of municipalities and municipal legislative and executive powers were brought by these Institutional Acts. Some of these rules have had more impact and / or impact than others in Juiz de Fora. Document analysis of the periodic Mercantile Journal, Juiz de Fora's city council meetings and the enacted Institutional Acts are included in this research.

Keywords: Institutional Acts. Juiz de Fora. Formal impacts. Repercussion.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por objetivo principal analisar os Atos Institucionais promulgados no período de 1964 a 1969. Mas para analisar essas alterações é necessário,

¹ Esse artigo é fruto da pesquisa de dissertação: OLIVEIRA, Bárbara Vital de Matos. *A Câmara Municipal de Juiz de Fora no período autoritário (1964-1985): Impactos sobre a instituição e a dinâmica político-eleitoral*, da autora Bárbara Vital de M. Oliveira, defendida em 2015, no âmbito do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora.

² Mestre (2015) e Doutoranda pelo PPGCSO da UFJF. Email: vital.barbara@hotmail.com

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
 ISSN: 2317-0468
 17 a 21 de outubro de 2016

antes, trazer algumas informações contextuais e conjunturais sobre o período, a cidade e, principalmente, sobre o evento que inaugura a ditadura no Brasil, o golpe de 1964. Juiz de Fora é conhecida como a cidade da qual saíram as tropas comandadas por Olímpio Mourão Filho rumo à Guanabara com o objetivo de destituir João Goulart do poder. Mas, para além disso, muitos foram os acontecimentos que precederam o golpe, que ocorreram durante e pós-golpe na cidade. O clima de tensão pré-golpe observado em todo o país apresentou reflexos no cenário local, e se intensificou bastante até o dia 31 de março de 1964, dia em que as tropas saem de Juiz de Fora. Mas nesse dia, também começam prisões arbitrárias de políticos e sindicalistas juiz-foranos, como o Deputado Estadual Clodesmidt Riani³.

Em relação ao poder Legislativo local, quatro vereadores do PTB foram presos: Peralva de Miranda Delgado, Jair Reihn, Francisco Afonso Pinheiro, Nery Mendonça. Em relação ao Executivo, o prefeito eleito Ademar de Andrade não foi destituído de seu cargo e declara apoio ao golpe, mas foi instituído o cargo de prefeito militar, dado ao General Frederico Fassheber (CMJF, 2014; CMV-JF, 2015; OLIVEIRA, 1966; OLIVEIRA, 2015)⁴.

Vale ressaltar que todos esses impactos descritos acima foram impactos trazidos no decorrer dos acontecimentos e as prisões, principalmente, foram atos arbitrários, sem regras formais que as regessem.

Em um panorama geral, Juiz de Fora, por não ser capital, município de interesse da segurança nacional ou estância hidromineral, não teve prefeitos nomeados, levando em consideração que o prefeito Ademar de Andrade não foi destituído de seu cargo e o cargo de prefeito militar foi criado na conjuntura do golpe e não existiu por muito tempo. De 1964 até 1985, a cidade teve seis (6) prefeitos, todos eleitos diretamente⁵, sendo um deles eleito duas vezes nesse período. A maioria era do MBD, apenas Mello Reis foi eleito pela ARENA. A Câmara Municipal de Juiz de Fora não foi fechada em nenhum momento

³ Sobre o trabalhismo e a trajetória de Clodesmidt Riani, ver: HELENO, Alexandre Peixoto. *Trabalhismo e História: Um percurso nas memórias de Clodesmidt Riani*. Fundação Perseu Abramo, nº 6, Ano 5, 2011.

⁴ Para mais informações sobre as prisões e cassações, ver as obras referenciadas acima. Para mais informações sobre Frederico Fassheber, ver: PROCÓPIO FILHO, José. *Salvo erro ou omissão: gente juiz-forana*. Juiz de Fora: Esdeva Empresa Gráfica LTDA, 1979.

⁵ Prefeitos: Ademar Rezende de Andrade (1964-1967); Itamar Franco (dois mandatos: 1967- 1970 / 1973-1974); Agostinho Pestana da Silva Neto (1971-1972); Saulo Pinto Moreira (1975-1976); Francisco Antônio de Melo Reis (1977-1982) e Tarcísio Delgado (1983-1988).

no período entre 1964 e 1985. Ao analisar as Atas das Sessões da CMJF, de maneira mais superficial, não ocorreram grandes mudanças em relação à realização das sessões comparado com o ano anterior ao golpe.

A Câmara Municipal teve seis (6) legislaturas⁶, de 1963 a 1988, com vereadores eleitos diretamente. A análise dos dados eleitorais mostra que das cinco eleições realizadas no período autoritário⁷, com a vigência do bipartidarismo ARENA *versus* MDB, a única em que a ARENA obteve maioria na Câmara foi a mesma que elegeu Francisco de Mello Reis, também arenista. Devido às peculiaridades do sistema proporcional instituído em 1965, todos os prefeitos eleitos do período tiveram maioria na Câmara.

OS ATOS INSTITUCIONAIS E A QUESTÃO DA AUTONOMIA POLÍTICA: IMPACTOS SOBRE OS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO MUNICIPAIS

A partir das explicitações acima é possível tratar mais especificamente dos impactos trazidos pelos Atos Institucionais. As alterações mais importantes e severas para a autonomia municipal, que afetaram o cenário político local, e tanto o Executivo quanto o Legislativo municipais, vieram por meio dos atos institucionais, introduzindo alterações que incidiam sobre a autonomia política dos municípios de diversas formas, alterando prerrogativas desses dois poderes. Dos 17 atos institucionais expedidos no período de 1964-1969, pelo menos 8 apresentam impactos diretos e indiretos, imediatos ou de longo prazo, sobre a autonomia política municipal e serão tratados a seguir.

Quadro 1 - Modificações introduzidas pelos atos institucionais com impactos potenciais sobre a autonomia dos municípios

Tema	Modificação	Atos institucionais
Escolha do chefe do Poder Executivo	Nomeação de prefeitos dos municípios das capitais, quórum para eleição dos prefeitos dos demais municípios, permissão para deputado e senador ocupar cargo de prefeito de capital.	3/1966

⁶ Legislaturas: 1963-1966; 1967-1970; 1971-1972; 1973-1976; 1977-1982; 1983-1988.

⁷ Eleições: 1966; 1970; 1972; 1976; 1982. É possível perceber que na eleição de 1982 já não havia mais bipartidarismo, entretanto, os vereadores eleitos pertenciam a dois partidos: PMDB (ex-MDB) e PDS (ex-ARENA).

Direitos políticos	Suspensão de direitos políticos e cassação de mandatos	1/1964; 2/1965; 5/68; 10/1969
Apreciação judicial dos atos praticados pelo regime	Excluía da apreciação judicial os atos praticados pelo regime	1/1964; 2/1965; (excluía da apreciação judicial os casos de cassação de mandatos legislativos federais, estaduais e municipais); 3/1966; 5/1968; 11/1969; 15/1969 (excluía todos atos praticados)
Composição do Poder Legislativo	Não substituição dos membros dos Legislativos federais, estaduais e municipais que tivessem seus mandatos cassados.	2/1965; 5/1968;
	Vacância dos cargos de prefeito e vice-prefeito	7/1969; 11/1969; 15/1969
Remuneração dos agentes públicos municipais	Remuneração de vereadores	2/1965; 7/1969
Recesso das Câmaras Municipais	Possibilidade de o Presidente da República declarar recesso das Câmaras Municipais e define novas regras para fiscalização financeira e orçamentária nesses casos.	5/1968
Sistema eleitoral e partidário	Extinção dos Partidos Políticos	2/1965
	Suspensão de eleições gerais ou parciais para os cargos do Executivo e do Legislativo, da União, dos Estados, dos Territórios e dos municípios	7/1969; 11/1969
	Dilatação de mandatos, eleições de 1969 1970, 1971 e 1972	11/1969; 15/1969

Fonte: Elaboração própria

Como podemos ver na tabela acima, esses Atos destacados trouxeram impactos e repercussões em vários aspectos, e adiante, veremos como isso se deu em Juiz de Fora, impactando e repercutindo em seus poderes Legislativo e Executivo, percebendo como alguns tiveram mais impactos que outros, assim como tiveram mais ou menos repercussão.

Devido ao que foi ressaltado, o artigo acaba por focar mais os impactos iniciais, imediatos, logo após a promulgação de tais regras, colocando em segundo plano os impactos que decorreram dessas regras em momentos posteriores, principalmente, pela limitação trazida pelas fontes. Consequentemente, ao analisar os impactos imediatos, focamos na Legislatura 1963-1966 e na administração de Ademar de Andrade, e na Legislatura 1967-1970, e Administração de Itamar Franco, eleitas em 1966. É necessário ressaltar que apenas as regras expostas no Quadro 1 impactaram o cenário político local de diferentes maneiras.

No que diz respeito à Constituição de 1967 e a Emenda Constitucional nº 1, de 1969, nota-se que elas não trazem grandes alterações para o município e para a Câmara

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.

ISSN: 2317-0468

17 a 21 de outubro de 2016

Municipal de Juiz de Fora, por isso não são colocadas como centrais para o trabalho, pois as regras que mais impactam o município e seus poderes Legislativo e Executivo municipais são os Atos Institucionais, como veremos adiante.

O **Ato Institucional nº 1**, de 09 de abril de 1964, é a primeira regra pós golpe de 1964, promulgado dia 09/04/1964, e impacta todo o sistema político do país, no nível federal, estadual e municipal, uma vez que instaura a “revolução”. Também é a primeira regra a impactar diretamente o Legislativo Municipal em Juiz de Fora, tendo como consequência principal para a Câmara, entre outras, a Resolução nº 141 (CMJF, 2014), que cassou quatro vereadores do PTB, já presos no momento do golpe, Peralva de Miranda Delgado, Francisco Afonso Pinheiro, Jair Reihn e Nery de Mendonça; deixando um quinto vereador, Newton Viana de Oliveira, do PSB, *sub judice*. Instituiu que não haveria apreciação judicial, fazendo com que os cassados não tivessem direito de defesa, de argumentação.

Essa regra teve grande repercussão na imprensa, como pôde ser observado nas pesquisas feitas no *Diário Mercantil*⁸, e nas Atas da Câmara Municipal de Juiz de Fora⁹, durante o período de abril e maio de 1964, aonde nota-se, no dia 13/04/1964, que os vereadores congratularam os participantes militares e civis do golpe, prestando homenagens e propondo títulos honoríficos, e juntamente com isso, já anunciavam o processo de cassação de mandatos dos vereadores.

Assim, ocorreram substituições dos mandatos dos vereadores cassados pela Câmara Municipal de Juiz de Fora, sendo convocados os suplentes do mesmo partido, pois o AI 1 não instituiu a não substituição de membros dos Legislativos nos três níveis de governo que tivessem seus mandatos cassados.

Além das consequências para o poder Legislativo, a cidade também teve vários de seus cidadãos com seus direitos políticos suspensos e mandatos cassados, como o caso de Clodesmidt Riani (já citado anteriormente), e servidores públicos, como Ney Jacinto Pereira, funcionário da Câmara Municipal de Juiz de Fora, entre vários outros casos de cidadãos juiz-foranos que tiveram seus direitos suspensos. Além disso, durante todo o

⁸ Ver: *Diário Mercantil* dos dias 28/04/1964, 12/05/64 e 27/05/64.

⁹ Ver: Ata da Sessão da Câmara Municipal de Juiz de Fora dos dias 13/04/64, 14/04/64, e 07/05/64.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

período, a cidade foi núcleo relevante, devido à localização da 4ª Região Militar, mantendo diversos presos políticos¹⁰, como Dilma Vana Rousseff.

Já o **Ato Institucional nº 2**, de 27 de outubro de 1965 mantém a suspensão de direitos políticos e cassações de mandatos, também com a exclusão da apreciação judicial, mas previa a não substituição de mandatos legislativos municipais, entre outros, que fossem cassados. Tal Ato não tem repercussão imediata na Câmara Municipal de Juiz de Fora, de acordo com as Atas da instituição dos dias 27 e 28 de outubro.

Já no *Diário Mercantil*, no mês de fevereiro de 1966¹¹, nota-se que o AI 2 afetou o município e a Câmara Municipal de Juiz de Fora, mesmo que de maneira menos incisiva que as consequências do AI 1 (cassação de mandatos de vereadores). Não houve mais casos de cassações de mandatos legislativos, entretanto, vários vereadores e ex-vereadores (incluindo os vereadores cassados) foram indiciados, e tiveram seus processos reabertos.

Uma notícia do dia 1º de fevereiro de 1966¹² trazia informações sobre o processo de subversão que voltou à Justiça Militar, à 4ª Região Militar, contendo o nome dos vereadores indiciados, mas também de ex-vereadores e outros cidadãos juiz-foranos, por força do AI 2, incluindo também militares e advogados. Na lista, constavam vereadores que representaram e representavam a Câmara Municipal naquele momento, incluindo os quatro vereadores já cassados, Peralva de Miranda Delgado, Nery Mendonça, Jair Reihn, Francisco Pinheiro. Os vereadores em exercício (4 deles que assumiram como suplentes): Godofredo Baziliço Botelho, Pedro de Castro; Newton Vianna, Francisco de Paula Fonseca, Radinel Pimenta Braziel. E, ainda, Hélio Zanini, ex-vereador e sargento do Exército. Dentre esses nomes, notamos que Newton Vianna quase teve seu mandato cassado em maio de 1964, junto dos outros quatro vereadores, e que também, toda a bancada trabalhista que assumiu os mandatos dos cassados, e que, desde o momento que assumiu, sofreu pressão e rumores de ser cassada, também teve seus integrantes indiciados pelo processo referido: Godofredo Baziliço, Francisco de Paula Fonseca, Radinel Pimenta Braziel e Hélio Zanini. No mesmo processo, aparecia ainda o nome do

¹⁰ Para mais informações sobre cidadãos que perderam direitos políticos, presos políticos, o aparelho repressivo em Juiz de Fora e outras questões relacionadas a esses temas, ver: CMV-JF, 2015.

¹¹ Devido à pesquisa voltada para os impactos do AI 3.

¹² Notícia completa, ver: *Diário Mercantil* do dia 1º de fevereiro de 1966.

então secretário executivo da Câmara, Ney Jacinto Pereira. Um caso que surpreende no inquérito, devido às declarações e posicionamentos vistos no decorrer da pesquisa em favor do regime autoritário, é o nome do vereador Pedro de Castro (OLIVEIRA, 2015).

O mesmo encarregado do IPM excluiu da “capitulação” o nome dos seguintes cidadãos: José Pereira Junior, José Pery Zanetti, Olavo Gomes da Silva (suplente na legislatura 1963-1966), José Tito de Aragão Vilar, Agostinho Rodrigues de Abreu, Manuel de Almeida¹³, Francisco Marangon Neto, Geraldino Rodrigo Novaes e Luiz Abraão Sefair (futuro vereador, eleito em 1970) e a sra. Mariana de Almeida. Entretanto, isso não representava que os nomes estariam salvos da denúncia do promotor, embora excluídos do IPM. Segundo a notícia, o ex-vereador Francisco Afonso Pinheiro também foi excluído das citações do IPM, por ser considerado “um mero joguete” nas mãos dos vereadores Peralva e Reihn (DM, 01/02/66). Todos eles estavam incursos na Lei de Segurança Nacional – Lei nº 1802, de 1953.

Outra grande alteração do AI 2 que impactou todo o sistema político-partidário do país com a extinção dos partidos políticos, fim dos partidos políticos, que tem como consequência a implementação do bipartidarismo ARENA-MDB, em 1966.

O *Diário Mercantil* no período anterior e posterior à promulgação de tal Ato, podemos fazer várias colocações importantes. No dia 16 de outubro, 11 dias antes da promulgação do ato, já era possível observar o debate do fim dos pequenos partidos, no cenário nacional. Também já se falava na formação de novos partidos, e na congregação entre vários partidos. Nos dias que se seguiram, vários partidos foram tomando posições. No dia 28 de outubro, o jornal traz uma manchete informando que depois do AI nº2 poderia vir o Estado de Sítio. Nessa edição, ainda informava que o Ato seria publicado no *Diário Oficial* ainda no corrente dia. Um editorial intitulado “Revigoroamento da revolução”, sobre o Ato em questão expunha que ele foi recebido com compreensão pela população, claramente uma visão que o jornal queria passar, e que o Ato foi aprovado por políticos, como Magalhães Pinto, por exemplo.

¹³ O nome de Manoel de Almeida consta no site da CMJF na lista de vereadores da legislatura 1963-1966. Entretanto, ele não foi eleito para essa legislatura e também não foi possível saber se ele substituiu algum vereador.

O periódico mostra como os partidos passam a se organizar e agregar em blocos e grupos. Um quadro publicado no dia 29 de outubro informa que os Partidos duraram 20 anos:

Diário Mercantil absorve a linguagem dos jornais nacionais (nesse caso, o Meridional) e difunde uma visão positiva do AI 2 e da aceitação do ato pelos políticos, trazendo declaração de políticos que tiveram excelentes entendimentos sobre o ato, uma medida de um governo democrático e “revolucionário”.

O fim dos partidos políticos tem como consequência posterior a implementação do bipartidarismo em 1966, que altera todo o sistema político-partidário e eleitoral, nos três níveis federativos, e em seus poderes, e não foi diferente em Juiz de Fora. O *Diário Mercantil* trata apenas das alterações no nível federal. Sobre o impacto desse ato no nível local, não observamos muitas questões levantadas imediatamente à sua implementação, mas como resultado do bipartidarismo, uma predominância do MDB, prefeitura e Câmara, composição partidária na Câmara Municipal de Juiz de Fora, trabalho aprofunda como se deu a recomposição e a dinâmica partidária diante dessa grande alteração, e como os atores políticos se arranjaram e rearranjaram diante do novo cenário (OLIVEIRA, 2015)¹⁴.

O **Ato Institucional nº 3**, de 05 de fevereiro de 1966, mantém a exclusão de apreciação judicial prevista nos atos anteriores, e institui a nomeação de prefeitos dos municípios das capitais, o quórum para eleição dos prefeitos dos demais municípios, e permissão para deputado e senador ocupar cargo de prefeito de capital. Dessa forma, o que influencia na eleição municipal é a instituição do quórum, sendo que as outras regras não impactam a política em Juiz de Fora, em relação a eleição para o Executivo municipal, pela cidade não ser Capital, dizendo respeito, portanto, apenas ao poder Executivo municipal.

No *Diário Mercantil* do dia 08 de fevereiro¹⁵, quando o jornal traz uma notícia intitulada “Deputados criticam o AI 3”, que dizia que a sessão do dia anterior da Câmara Federal foi dedicada em sua maior parte aos debates relacionados ao AI 3. O mesmo

¹⁴ Sobre bipartidarismo e competição partidária, ver mais em: REIS, Fábio W. (organizador). *Os Partidos e o Regime: a lógica do processo eleitoral brasileiro*. Rio de Janeiro: Biblioteca Virtual de Ciências Humanas – Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009 – Edição online (1ª - 1978).

¹⁵ A partir da data de publicação do AI 3, 05/02/1966, não foi possível observar nenhuma notícia sobre sua publicação até o dia 08 de fevereiro.

movimento de legitimação e divulgação positiva observado no Ato descrito anteriormente também pode ser observado com a divulgação desse Ato pelo *Diário Mercantil*, com editoriais trazendo explicações e argumentações a favor do AI 3 e do governo. O editorial do dia 9 de fevereiro é um bom exemplo, falando do “ecletismo” do sistema político adotado pela “revolução”.

Ao consultar as Atas da Câmara Municipal de Juiz de Fora referentes ao momento pós promulgação do AI 3, a partir de 14 de fevereiro (primeira reunião após) até 24 de fevereiro de 1966¹⁶, não foi possível encontrar nenhuma referência ao Ato Institucional número 3.

Como ressaltado na primeira parte desse trabalho, a **Constituição Federal de 1967**, outorgada em 27 de janeiro de 1967, que passou a vigorar em 15 de março de 1967, apesar de ser uma importante mudança, não traz grandes impactos para os municípios e seus poderes Executivo e Legislativo, somente para o poder Executivo das Capitais, e de municípios consideradas de interesse da Segurança Nacional ou estâncias hidrominerais, devido às nomeações de seus prefeitos.

Nota-se uma repercussão em relação à promulgação da nova Constituição no *Diário Mercantil*, divulgando e debatendo positivamente a nova Constituição, como uma regra que seria a instituição formal da “revolução”¹⁷. Na Câmara Municipal de Juiz de Fora, encontramos referência à Constituição em algumas sessões¹⁸, aonde nota-se também um tom elogiosa por parte de alguns vereadores. Depois de pronunciamentos de outros vereadores, o vereador Newton Vianna tomou a palavra e fez referência a nova Constituição como a instituição de uma nova ordem constitucional que reestabelecia a ordem democrática e as garantias individuais (Ata da Sessão da CMJF do dia 16/03/1967). Vale lembrar que Newton Vianna foi um dos indiciados à cassação de mandato em 1964, e ficou *sub judice*, sendo o único que não foi preso nem cassado. Além disso, o processo que incluía seu nome voltou à Justiça Militar por consequências do AI 2, referenciado acima. Assim, podemos interpretar a fala de Newton Vianna como demonstrando mais alinhamento político do que crítica, mas, mesmo assim, o vereador deixa entrelinhas a

¹⁶ A primeira reunião após a promulgação do AI 3 (05 de fevereiro de 1966) foi no dia 14 de fevereiro de 1966. Assim como a sessão do dia 14, que não teve quórum, foram feitas as leituras das Atas da Câmara do dia 15, 16, 17 (ordinária e extraordinária), 18 (ordinária e extraordinária) e 24 de fevereiro de 1966.

¹⁷ Para mais informações sobre o noticiado, ver: *Diário Mercantil* dos dias 03/01/1967 e 08/02/1967.

¹⁸ Ver: Atas das Sessões da Câmara Municipal de Juiz de Fora dos dias 15 e 16 de março de 1967.

denúncia, mesmo que de maneira suave, de que as garantias individuais precisavam ser reestabelecidas.

O **Ato Institucional nº 5**, de 13 de dezembro de 1968, é considerado o Ato institucional mais severo, por diversos motivos. No que tange ao poder Legislativo municipal, tal AI abre a possibilidade de decretação de recesso das Câmaras Municipais, entre as outras instituições parlamentares, definindo também novas regras para fiscalização financeira e orçamentária. Podemos notar que ele abre a possibilidade de decretação de recesso das Câmaras Municipais, e isso de fato pode ser percebido no ano de 1969, por meio do jornal. Mas a Câmara Municipal de Juiz de Fora, em nenhum momento entre 1964 e 1985, é fechada, ou recesso é decretado.

No período anterior a promulgação do AI 5 - notamos o clima de tensão existente, principalmente, na arena federal, através do *Diário Mercantil*. Mas isso se ressalta depois da promulgação do AI 5, em 13 de dezembro de 1968. De 14 a 28 de dezembro, várias notícias saem no jornal sobre o Ato. A manchete do dia posterior à promulgação é: “Governo baixa Atos e decreta recesso do Congresso Nacional” (DM, 14/12/1968). O discurso presente e difundido no jornal seguia o percebido nos atos anteriores, com um discurso de legitimação, como algo necessário para manter a “revolução” e a permanência das instituições democráticas: “Costa e Silva diz que revolução continua alerta contra a derrubada da Democracia” (DM, 17/12/1968).

No dia 21 de dezembro de 1968, o *Diário Mercantil* traz um editorial sobre o AI 5, mostrando como entendia tal Ato e também qual o discurso que adotaria para difundir-lo na sociedade. O editorial era intitulado de “Sinceridade de propósitos” (DM, 21/12/1968) e pontua, entre outras coisas, a continuidade dos Legislativos municipais na vida política dos municípios como ponto de “honra” para o regime, e que o AI 5 revivia os ideais patrióticos do País.

Dessa forma, notamos que o AI 5 é pouco tratado pelo jornal, no sentido de críticas, já que nos atos anteriores isso também não podia ser percebido, porque o posicionamento do jornal era de apoio aos atos do Governo. Mas nesse momento, devemos ressaltar que a imprensa estava passando por uma fase de grande censura, e mesmo que o jornal tentasse demonstrar críticas, poderia ser censurado. As Atas das

Sessões da Câmara Municipal de Juiz de Fora referentes ao período posterior à promulgação do Ato não fazem referência sobre a situação e as consequências de tal ato.

O **Ato Institucional nº 7**, de 26 de fevereiro de 1969, entre outras questões, proibia a remuneração a vereadores de cidades com menos de 300 mil habitantes. Assim, Juiz de Fora sai do rol de municípios em que os vereadores eram remunerados¹⁹.

Como analisado acima, essa regra trouxe muita repercussão no jornal local da cidade e na Câmara Municipal de Juiz de Fora, acabando, arbitrariamente, de uma hora para outra com a remuneração dos vereadores em exercício, causando grande polêmica e até mesmo críticas pouco vistas em relação ao governo. O *Diário Mercantil* de 27 de fevereiro de 1969 (um dia após a publicação de tal Ato) informava que modificava a Constituição Federal de 1967, estabelecendo que somente seriam remunerados os vereadores de Capitais e dos municípios com população superior a 300 mil habitantes, trazendo logo depois a íntegra do documento (DM, 27/02/1969). Várias outras repercussões no jornal foram observadas, com grandes notícias polêmicas, envolvendo até mesmo índices do IBGE para informar que o município ainda não tinha 300 mil habitantes e por isso seus vereadores não seriam remunerados.

Na Câmara Municipal de Juiz de fora, obviamente, esse foi o Ato que mais repercutiu entre os vereadores, levando em conta as fontes analisadas, e por se tratar de um impacto direto no cotidiano desses atores. Como exposto na mensagem acima, a regra prejudicava aqueles que estavam em exercício já, e não aqueles que ainda seriam eleitos. Dessa forma, nota-se como os atos institucionais, e especificamente esse, tinham o poder de retroagir e prejudicar, ferindo a regra do Direito de que nenhuma regra pode retroagir para prejudicar ninguém, uma vez que de uma hora para outra, eles pararam de ser remunerados, e isso afetava-os diretamente. O vereador Tarcísio delgado manifestou em

¹⁹ Em relação à remuneração de vereadores, vale ressaltar que antes de 1964 os cargos gratuitos, porém o vereador poderia receber ajuda de custo. O AI 7 estabelecia que os vereadores não receberiam remuneração a que título fosse, somente os que exerciam o cargo poderiam continuar recebendo até o fim do mandato sem que a quantia fosse superior à metade da remuneração dos deputados do Estado. A Constituição Federal de 1967 introduz remuneração aos vereadores de capitais e cidades com mais de cem mil habitantes, o que incluía Juiz de Fora. Em 1968, vereadores da cidade passam a ganhar um quarto do deputado de MG, como informa o diário mercantil. Os vereadores de Juiz de Fora voltam a ser remunerados meses depois com as alterações trazidas pelas Emendas Constitucionais Federal e Estadual (MG), de 1969 e 1970, respectivamente, com novos critérios de remuneração para vereadores de municípios, fixando remuneração nos municípios com mais de duzentos mil.

plenária com tom de crítica ao Ato e alguns vereadores se manifestam solidários ao requerimento dele, mesmo vereadores da ARENA.

O **Ato Institucional nº 10**, de 16 de maio de 1969, é visto pelo *Diário Mercantil* como o ato que uniformiza as normas punitivas a serem impostas a servidores públicos, que já haviam sido ou viriam a ser atingidos pelos atos institucionais anteriores. O jornal também informava sobre a perda de cargo, estabelecendo a suspensão de direitos políticos ou a cassação dos mandatos eletivos nos três níveis federativos (DM 17/05/1969). As Atas das Sessões da Câmara Municipal de Juiz de Fora não fazem referência ao ato ou aos impactos trazidos por ele.

O **Ato Institucional nº 11**, de 14 de agosto de 1969, também foi um ato que repercutiu na cidade por meio do jornal local, pois trazia impactos em relação ao calendário eleitoral, a marcação de eleições e prorrogação de mandatos. O *Diário Mercantil* do dia 15 de agosto informa sobre o estabelecimento da data das eleições (suspensas pelo AI 5) para os cargos políticos locais para o dia 30 de novembro e a data de posse. O jornal informa ainda que o AI 11 dispunha sobre a alteração no tempo de mandato de prefeito de quatro para dois anos, estabelecendo novas eleições municipais em todos os municípios do país, para 15 de novembro de 1972, sendo empossados os eleitos em 31 de janeiro de 1973 (DM, 15/08/1969). As notícias mostravam algumas preocupações dos políticos locais com a diminuição do tempo de mandato, como no jornal do dia 17 e 18 de agosto, pois os possíveis candidatos à sucessão municipal poderiam ficar sem disposição para uma campanha eleitoral de grande intensidade e porte para exercer um mandato de apenas 24 meses (DM, 17 e 18/08/1969).

Essa regra impactou Juiz de Fora, pois o mandato do prefeito eleito em 15 de novembro de 1970, Agostinho Pestana Silva Netto (MDB), foi mesmo de dois anos, assim como o tempo de mandato da legislatura 1971-1972, da Câmara Municipal de Juiz de Fora, eleita em 1970.

O **Ato Institucional nº 15**, de 11 de setembro de 1969, também trazia modificações em relação às eleições municipais e ao calendário eleitoral e início da propaganda, e foi noticiado junto do AI 14, que fazia referência à questão da pena de morte, mantendo sua proibição, salvo nos casos de guerra externa, guerra psicológica

adversa e guerra revolucionária e subversiva, conforme a notícia do *Diário Mercantil*, publicada no dia 10 de setembro de 1969.

Já na Câmara Municipal de Juiz de Fora, a primeira reunião após a promulgação do AI 15, de 11 de setembro de 1969, foi realizada no dia 16 de setembro, sem nenhuma referência a tal Ato Institucional, assim como nas sessões que se seguiram.

A **Emenda Constitucional número 1**, de 15 de outubro de 1969, também foi uma regra que trouxe importantes alterações. Mas, assim como a Constituição de 1967, não trouxe grandes alterações no tocante à autonomia política dos municípios, como observamos anteriormente. Mas essa regra traz um ponto importante, pois permitiu que os vereadores de Juiz de Fora voltassem a receber remuneração, conforme o divulgado pela coluna “Flagrante político” do *Diário Mercantil* do dia 20 de outubro de 1969.

Em Juiz de Fora, já em maio de 1969, é possível notar o debate sobre uma Nova Constituição no *Diário Mercantil* (DM, 13/05/1969). Ressalta-se que a Constituição de 1967 tinha sido promulgada há pouco mais de dois anos, e torna-se claro o objetivo da promulgação da Emenda Constitucional como forma de institucionalizar os atos praticados desde a edição do AI 5, promulgado depois de 1967 (DM, 16/05/1969)²⁰. Assim, várias notícias demonstram como o jornal difundia uma visão positiva da Emenda Constitucional nº 1, de 1969, com a postura de expor a defesa dessa Nova Carta (DM, 18/10/1969).

Na Câmara Municipal, um dia depois da promulgação da Emenda Constitucional nº 1 (dia 15 de outubro de 1969), acontece uma reunião da Câmara Municipal (dia 16 de outubro de 1969), onde o acontecimento retratado é a escolha do novo Presidente, e não a “nova Constituição”, com congratulações do vereador Ignácio Halfeld aos Ministros Militares pela escolha de Médici para a Presidência da República (Ata da Sessão da CMJF do dia 16/10/1969).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscando uma síntese do descrito acima e analisado nas fontes trabalhadas nesse artigo, nota-se que, no *Diário Mercantil*, de uma forma geral, as repercussões das regras

²⁰ Para mais informações sobre a repercussão, ver: *Diário Mercantil*, 19/08/1969, 24 e 25/08/1969.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

discutidas e analisadas são repercussões divulgadas como positivas, necessárias para a manutenção da “Revolução Democrática”, difundidas como necessárias para a manutenção das “instituições democráticas” resgatadas pela “revolução” de 1964. As repercussões também se dão muito a partir do âmbito federal, sendo que a repercussão no município fica atrelada às opiniões e posicionamentos difundidos na esfera federal, devido à fonte *Diário Mercantil* pertencer ao grupo dos *Diários Associados*, presente em vários Estados e com jornais de circulação nacional, sendo influenciado e vinculado por esses fatos.

Em relação à Câmara Municipal de Juiz de Fora, apenas algumas regras institucionais ganham espaço nas sessões legislativas logo após promulgação. A Constituição Federal de 1967 é citada em Ata em tom de elogios, assim como outros elogios feitos ao Governo, por exemplo, de Garrastazu Médici, pouco depois da promulgação da Emenda Constitucional nº 1, de 1969.

A regra que mais teve repercussão na Câmara Municipal de Juiz de Fora, como observamos no *Diário Mercantil* e nas Atas da Câmara Municipal de Juiz de Fora, foi o AI 7, por retirar Juiz de Fora do rol de municípios com vereadores remunerados. A repercussão, logicamente, foi feita em tom de críticas ao Governo Federal, principalmente, pelo vereador emedebista Tarcísio Delgado. A remuneração voltou a ser permitida somente com a Emenda Constitucional nº 1, de 1969.

Faz-se necessário ressaltar que existem diferenças entre as repercussões e os impactos, algumas normas tiveram mais repercussão, como o AI 7. Outras tiveram grande impacto, mas não tiveram tanta repercussão, como o AI 2 e até mesmo o AI 5. Por exemplo, outras tiveram bastante repercussão, como as duas grandes regras promulgadas nesse período, Constituição Federal de 1967 e Emenda Constitucional nº 1, de 1969. Entretanto, ao olhar para os Legislativos municipais, e para a Câmara Municipal de Juiz de Fora, estas regras tem pouco impacto nos Legislativos municipais, impactando os executivos municipais de capitais e determinados tipos de municípios, excluindo Juiz de Fora.

Os atos institucionais expostos acima impactaram Juiz de Fora, o Executivo e o Legislativo Municipal, principalmente, e de diversas formas. O AI 1, pelo seu caráter de institucionalização do golpe. Nota-se que Juiz de Fora foi bastante impactada pela

conjuntura, por ser considerado o lugar de onde partiu o golpe, e a sede da Quarta RM, lugar onde vários presos políticos foram presos e julgados. Como consequência do AI 1, a Câmara Municipal de Juiz de Fora teve quatro mandatos legislativos cassados, pela Resolução nº 141, ficando um vereador *sub judice*. Além da cassação de mandatos de vereadores, deputados foram cassados e muitos cidadãos juiz-foranos perderam seus direitos políticos. O AI 1 teve bastante repercussão em Juiz de Fora, principalmente, pelo papel da cidade diante dos acontecimentos nacionais, sendo motivo de honra para os atores políticos juiz-foranos, principalmente, para alguns vereadores da Câmara Municipal de Juiz de Fora, como consta em ata.

O AI 2 permitiu que processos de cassação de mandatos de vereadores e ex-vereadores voltassem para a Justiça militar. Mesmo não tendo cassado mais mandatos legislativos, o clima de tensão continuava presente na Câmara Municipal, com a possibilidade de novas cassações. Clima esse que se refletia também na sociedade juiz-forana, com a possibilidade de prisões, aposentadorias compulsórias, entre outras questões. Além disso, o AI 2 extinguiu os partidos políticos existentes, mexendo com todo o sistema partidário, da União aos municípios. Como consequência, fez com que os atores políticos dos três níveis (federal, estadual e municipal) tivessem que aderir a um sistema distinto do qual faziam parte, um sistema bipartidário, dividido entre ARENA e MDB. Tal AI teve grande repercussão no jornal. Entretanto, essa repercussão estava atrelada ao cenário nacional, deixando de lado os arranjos e rearranjos trazidos por essa nova conjuntura no município de Juiz de Fora.

O AI 3 teve mais repercussão por meio dos editoriais do *Diário Mercantil*, e trouxe impactos para o poder Executivo municipal, levanto a questão do quórum para eleições. O AI 5 trouxe a possibilidade de fechamento e decretação de recesso nas casas legislativas, incluindo Câmaras Municipais. O que pode ser percebido por meio na análise do jornal é que, apesar de a Câmara Municipal de Juiz de Fora não ter sido fechada, outras Câmaras Municipais foram fechadas. Mesmo não tendo sido fechada em nenhum momento, somente a possibilidade de ser fechada já era um impacto grande, devido à tensão trazida por esse Ato para toda a sociedade, pois expressa o caráter arbitrário trazido por ele, junto do clima de incerteza. Assim como os outros atos, o AI 5 teve uma repercussão com o intuito de legitimar o Governo e o regime imposto. A Constituição

Federal de 1967 tinha sido promulgada apenas um ano e meio antes, e o ato em questão foi uma imposição mais severa, fechando o ainda mais o regime.

O AI 7, como já referido acima, foi um ato que teve grande repercussão na Câmara Municipal e na sociedade juiz-forana. Mas além de ser o único ato que repercutiu negativamente, podemos apontar que a principal alteração trazida por esse ato, colocando fim a remuneração dos vereadores, impactando mais diretamente os vereadores em seus cotidianos, trazendo impactos que afetaram a vida deles não somente pública, mas privada, pessoal. Em relação ao AI 10, foi possível notar alguma repercussão no *Diário Mercantil*, entretanto, não foi possível notar impactos imediatos à sua promulgação.

Os Atos Institucionais 11 e 15 tiveram repercussão no jornal local e trouxeram impactos para as eleições municipais, para a Câmara Municipal, prorrogando pleitos, dilatando mandatos, diminuindo tempo de mandatos. Assim como eles, o AI 2 também alterou de maneira crucial a dinâmica política local, sobre as siglas, agora, ARENA-MDB.

Nota-se assim que a Câmara, de uma forma geral, e quando foi possível avaliar a repercussão das alterações institucionais na instituição, mostrava mais alinhamento do que oposição às novas regras, com posicionamentos em tons de elogio, mesmo que por parte da oposição representada pelo MDB, de uma forma geral. Newton Vianna faz um discurso que pode ser interpretado como um alinhamento em relação às regras e à Constituição de 1967, mas deixa subentendido também uma crítica ao regime, ao falar de democracia.

Uma das únicas repercussões que pode ser analisada apresentando tons de crítica e oposição à regra implementada foi a que retirava dos vereadores remuneração, trazida pelo AI 7. Nesse momento, foi possível analisar um posicionamento crítico por parte do vereador Tarcísio Delgado, nas Atas da Sessão da Câmara Municipal. Fora este episódio, tanto a postura da Câmara, como a postura dos meios de comunicação, por exemplo, é de apoio às alterações institucionais como medidas para garantir os “anseios democráticos”, os ideais da “revolução”.

Assim, pode-se supor que, de alguma forma, as mudanças institucionais, muitas delas dramáticas e com grandes impactos ao nível federal e estadual, como fechamento de Câmaras Municipais e nomeação de prefeitos, tiveram impacto e efetividade distintos

no dia a dia dos representantes do Executivo e do Legislativo Municipal, no plano dos municípios de pequeno e médio porte, incluindo Juiz de Fora. Vale lembrar que no mesmo período, Juiz de Fora continuava exercendo um papel central no aparelho repressivo do Estado como evidencia o relatório da CMV-JF (2015). A Quarta Região Militar permanecia em intensa atividade, com muitas pessoas sendo presas, julgadas ou encaminhadas para Juiz de Fora.

Dessa forma, esse cenário sinaliza para a convivência de duas realidades: de um lado, uma intensa atividade por parte das forças da repressão; por outro, o órgão representativo local, de alguma forma, parecia ter se enquadrado na nova ordem e se adaptado ao novo cenário. Os vereadores voltaram a se ocupar dos assuntos locais, cientes das limitações constitucionais (muitas delas já experimentadas na experiência democrática anterior) e dos constrangimentos políticos introduzidos pelo regime.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. *Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-01-64.htm - Acessado em: 15/01/14.
- BRASIL. *Ato Institucional nº 10, de 16 de maio de 1969*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-10-69.htm - Acessado em: 15/01/14.
- BRASIL. *Ato Institucional nº 11, de 14 de agosto de 1969*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-11-69.htm - Acessado em 15/01/14.
- BRASIL. *Ato Institucional nº 15, de 11 de setembro de 1969*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-15-69.htm - Acessado em: 15/01/14.
- BRASIL. *Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-02-65.htm - Acessado em: 15/01/14.
- BRASIL. *Ato Institucional nº 3, de 5 de fevereiro de 1966*. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/atoinst/1960-1969/atoinstitucional-3-5-fevereiro-1966-363627-publicacaooriginal-1-pe.html> - Acessado em: 15/01/14.
- BRASIL. *Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm - Acessado em: 15/01/14.
- BRASIL. *Ato Institucional nº 7, de 26 de fevereiro de 1969*. Disponível em: http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=7&tipo_norma=AIT&data=19690226&link=s - Acessado em: 15/01/14.
- BRASIL. Constituição (1967). *Constituição do Brasil*. Disponível em: http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/1738/constituicao_1967_texto.pdf?sequence=7 - Acessado em 10/08/2013.
- BRASIL. Constituição (1967). *Emenda constitucional número 1, de 17 de outubro de 1969*. Disponível em: http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/1738/Emenda_01_1969.pdf?sequence=2 - Acessado em: 10/08/2013

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
 “O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
 Juiz de Fora, 2017, 1554p.
 ISSN: 2317-0468
 17 a 21 de outubro de 2016

CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA. *Resolução nº 141: vereadores cassados*. Juiz de Fora: CMJF, 2014.

COMISSÃO MUNICIPAL DA VERDADE – JUIZ DE FORA. *Memórias da Repressão: Relatório da CMV-JF*. Juiz de Fora: MAMM, 2015.

JUIZ DE FORA. *Resolução nº 141, de 07/05/1964*. Cassa mandatos legislativos de vereadores.

OLIVEIRA, Bárbara Vital de Matos. *A Câmara Municipal de Juiz de Fora no período autoritário (1964-1985): Impactos sobre a instituição e a dinâmica político-eleitoral*. Juiz de Fora: UFJF – Dissertação de Mestrado do PPGCSO, 2015.

OLIVEIRA, Paulino de. *História de Juiz de Fora*. Juiz de Fora: Comércio e Indústria, 1966.

FONTES

Atas das Sessões da Câmara Municipal de Juiz de Fora (Atas das Sessões da CMJF) - Disponível no Arquivo da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora.

Diário Mercantil (DM) – Disponível no Arquivo da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora.

Simpósio Temático 07: Ensino de História em tempos turbulentos.

Coordenador: Fernando Gaudereto Lamas

Ideologia e luta de classes no âmbito escolar: uma análise das raízes ideológicas do grupo Escola Sem Partido

Fernando Gaudereto Lamas¹

Felipe Dias²

Resumo:

O presente momento vivido pela sociedade brasileira deve ser compreendido dentro de um panorama maior de cunho conservador. Dentro desse contexto, o surgimento e o desenvolvimento do movimento Escola Sem Partido (ESP) deve ser entendido como uma das frentes empreendidas pelo pensamento conservador. Este movimento surgiu com a pretensão de defender os alunos das escolas brasileiras, pois estes estariam sendo vítimas de doutrinação ideológica de professores esquerdistas. A utilização de uma linguagem jurídica com objetivos de criminalizar a ação dos professores é respaldada por uma percepção equivocada de educação, confundida por este movimento com instrução formal. Este artigo pretende realizar uma análise das raízes ideológicas desse movimento.

Palavras-chave: Escola Sem Partido; Ideologia; Luta de Classes.

Abstract:

The present moment experienced by the Brazilian society must be understood within a larger panorama of conservative nature. In this context, the emergence and development of the movement Escola Sem Partido (ESP) should be understood as one of the fronts undertaken by conservative thinking. This move came with the intention to defend the students of Brazilian schools, as they were being victims of ideological indoctrination of leftist teachers. The use of a juridical language with aims to criminalize the action of teachers is supported by a misperception of education, confused by this movement with formal education. This article intends to conduct an analysis of the ideological roots of this movement.

Keywords: Escola Sem Partido; Ideology; Class struggle.

¹ Doutor em História (UFF) e professor do Colégio de Aplicação da UFJF.

² Graduando em História (UFJF).

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
 ISSN: 2317-0468
 17 a 21 de outubro de 2016

1 – Introdução:

Recentemente um vereador do Partido Social Cristão (PSC) André Mariano apresentou na Câmara Municipal da cidade mineira de Juiz de Fora um projeto de lei que pretendia estabelecer, de maneira institucional, as diretrizes elaboradas pelo projeto Escola Sem Partido nas escolas da rede municipal. Após a realização de um ato público em frente à câmara, o supracitado vereador adiou a votação por 90 dias.³ Projetos semelhantes tem se espalhado por todo o país, em diversas esferas legislativas, alcançando até mesmo a câmara dos deputados com, por exemplo, o projeto de lei N.º 867, DE 2015⁴, cujo primeiro artigo objetiva que “ Esta lei dispõe sobre a inclusão entre as diretrizes e bases da educação nacional do “Programa Escola sem Partido” e até mesmo com Propostas de Emendas Constitucionais (PECs) que pretendem alterar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), sempre visando incluir ou criar dispositivos de controle ideológico nas escolas brasileiras.⁵

Buscaremos, neste artigo, realizar uma investigação acerca dos reais objetivos do conglomerado intitulado Escola Sem Partido, fruto de inspiração para projetos de lei em distintas instâncias legislativas, através da discussão sobre o que é definido como doutrinação ideológica e a consolidação deste termo presente no projeto como um marco ideológico em si mesmo, uma tentativa de hegemonizar uma concepção de realidade dentro dos processos de ensino e aprendizagem através da redução do ensino à transmissão de informações e do cerceamento da liberdade dos professores em sala de aula.

Para tal, realizamos uma análise documental do site do projeto, baseada na perspectiva do materialismo histórico-dialético. Procuramos, através da compreensão da sociedade como uma totalidade contraditória, observar a educação como uma categoria que possui objetivos para além da formação para o mercado de trabalho, mas também importante para a configuração de indivíduos formados para ser, pensar e agir de maneira

³ TRIBUNA DE MINAS. Cidade, Vereador retira projeto de “Lei da Mordaca” da Câmara. 15 de julho de 2016. In: <http://www.tribunademinas.com.br/vereador-retira-projeto-de-lei-da-mordaca-da-camara/> Acessado em 22 de julho de 2016 às 19h 24min.

⁴ Visto em: <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/1317168.pdf> acessado no dia sete de agosto de 2016.

⁵ Como pode ser verificado no seguinte link: <http://www.programaescolasempartido.org/pl-federal/> acessado no dia sete de agosto de 2016 às 14h10min.

adequada às demandas do capital⁶. Sendo assim, é importante enxergar, em suas primeiras apresentações, o projeto "Escola sem Partido" como um fenômeno, ou seja, uma manifestação específica da totalidade na materialidade das coisas. É de nossa competência aqui, retirar o véu que impede-nos de enxergar o fenômeno em sua essência e, dialeticamente, da totalidade concreta do real.

O movimento intitulado Escola Sem Partido surgiu quando o seu fundador Miguel Nagib, indignou-se com o que considerou “doutrinação ideológica” praticada pelos professores nas escolas. Segundo o mesmo:

EscolasemPartido.org é uma iniciativa conjunta de estudantes e pais preocupados com o grau de contaminação político-ideológica das escolas brasileiras, em todos os níveis: do ensino básico ao superior.

A pretexto de transmitir aos alunos uma “visão crítica” da realidade, um exército organizado de militantes travestidos de professores prevalece-se da liberdade de cátedra e da cortina de segredo das salas de aula para impingir-lhes a sua própria visão de mundo.

Como membros da comunidade escolar – pais, alunos, educadores, contribuintes e consumidores de serviços educacionais –, não podemos aceitar esta situação.⁷

Nossa análise recairá sobre aquilo que é classificado como “contaminação político-ideológica”, isto é, com o conceito de ideologia defendido pelo movimento Escola Sem Partido. A análise desse conceito partirá do princípio de que o próprio movimento é ideológico e sustentado por um mecanismo de aporte da realidade conservador, que sustenta e ao mesmo tempo é sustentado por uma realidade material concreta, a saber: as transformações técnicas e tecnológicas que alteraram as relações de trabalho. O mundo do trabalho, com a necessária reestruturação da cadeia produtiva dentro da ordem do capital, de uma forma ou de outra, precisou e continua a ser reconfigurado através da:

(...) incorporação cada vez maior da ciência e da tecnologia à produção, pela flexibilidade, pela descentralização, pela necessidade de um giro muito rápido dos produtos e por uma produção voltada para o atendimento de uma demanda mais individualizada. (TONET, p. 13-14)

⁶ Sobre este tema cf. (OLIVEIRA, 2008).

⁷ Informação acessada na página do movimento: <http://www.escolasempartido.org/quem-somos> acessado no dia seis de outubro de 2016 às 12h27min.

O rearranjo das relações de trabalho entrou em aceleração ainda maior após o desencadeamento da crise do subprime que, como afirma Carcanholo (2011) - e que vem se confirmando ao longo do tempo, possui potencial de alterar os marcos socioeconômicos e a história global. Obviamente, outro tipo de formação do capital humano passa a ser necessária para redesenhar a sociabilidade capitalista.

O cenário brasileiro não escapa do movimento supracitado que, em meio a um grande caldeirão de fatores políticos, econômicos e sociais - que não serão tratados aqui mas já foram discutidos exaustivamente por outros autores - abre espaço, dentro do campo educacional, para que setores da sociedade civil participem, direta ou indiretamente, da reconfiguração da sociabilidade no mundo do capital⁸ de forma que seja mantida a hegemonia cultural e espiritual dominante, vital para a manutenção das forças produtivas.

Neste contexto é possível inserir o projeto "Escola sem Partido" que, segundo seu site, nasceu através da iniciativa de estudantes e pais aflitos com uma suposta doutrinação político-ideológica travestida de "visão crítica" que permeia as mais variadas instituições de ensino no país em seus diferentes níveis de formação.

O espaço escolar público configura-se plural, carregado de diversas construções ideológicas sobre a real, que, vale ressaltar, também se tornam reais na medida em que alteram a materialidade que vivemos, em virtude da diversidade da origem dos alunos e professores, das políticas públicas vigentes e da formação dos docentes. Um ambiente com esta diversidade torna-se uma grande arena de disputa pela hegemonia ideológica presente nas relações sociais ali construídas.

A hegemonia se constitui como combinação da elaboração de consenso e força coercitiva. Nos processos pedagógicos a formação do consenso se faz ainda mais importante em um momento de crise, onde abrem-se novos horizontes de discussão sobre questões importantes - e , por vezes, ainda em abertas -na sociedade. Como, por exemplo, as discussões sobre gênero e sexualidade, sobre a laicidade do Estado, a desigualdade e as formas de organização da sociedade.

A burguesia como classe social detentora dos aparelhos de produção de hegemonia busca, por sua vez, garantir suas bases ideológicas conservando a ordem dos processos de produção e reprodução da vida através de uma determinada ótica de se

⁸ A este respeito cf. (MARTINS, 2009).

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

enxergar a sociedade, naturalizando o caráter mercantil da sociedade como algo de sua própria natureza e a admissão de que a função essencial da educação seria formar os indivíduos para o mercado de trabalho (Tonet, 2012). A ação de “formar os indivíduos para o mercado de trabalho”, explicitada aqui, vai muito além de uma formação meramente técnica. É necessário, antes de mais nada, formar também para a adequação dos indivíduos às relações de produção.

O ponto principal em que o ESP atua acaba se cristalizando justamente em torno disso: de forma consciente ou não, sua interferência na realidade acaba sendo, em última instância, de fortalecer a busca pelo consenso das classes que foram colocadas à parte do processo do desenvolvimento das forças produtivas através da naturalização da ordem do capital como a única alternativa societária que podemos alcançar. É necessariamente o descompasso entre o que o gênero humano produz e o que a esmagadora maioria possui acesso que precisa ser acobertado no interior deste processo.

2 – O conceito de ideologia e sua atualidade histórica

As discussões acerca da ideologia e de suas implicações reais no mundo foram classificadas como “fora de moda” dentro da academia após a crise do Socialismo Real e do marxismo estruturalista entre o final da década de 1980 e início dos anos 1990. Esse mesmo período foi marcado por um novo modelo de reestruturação produtiva, que iniciasse nos países Centrais após a crise do petróleo em 1970 e se consolida de maneira global nos anos 1990. Tal modelo acaba sendo denominado como Neoliberalismo. Onde podemos notar tanto no plano econômico, quanto nos planos social e político através da presença das Organizações sociais (à época chamadas de Organizações Não Governamentais – ONGs) e da democracia burguesa (baseada numa institucionalização e numa pasteurização da participação popular por meio de eleições).

Entretanto, é salutar reconhecermos que “em nossas sociedades tudo está impregnado de ideologia, que percebamos, ou não” (MÉSZÁROS, 2004, p. 57). A grande diferença é que, como salientou Mézáros (2004, p. 59):

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016*

(...) a ideologia dominante tem uma grande vantagem na determinação do que pode ser considerado um critério legítimo de avaliação do conflito, já que controla efetivamente as instituições culturais e políticas da sociedade.

Ao fim e ao cabo, a ausência de discussões sobre ideologia não significa a ausência da ideologia no mundo. Enquanto o ser social existir, viver em uma materialidade concreta e interpretá-la dentro de uma sociedade de classes, a ideologia irá permanecer como um complexo ontológico de sua própria existência. O assunto em questão possui, desta forma, uma determinação ontológica, como sustenta G. Lukács, de forma que as diversas maneiras de se enxergar este fenômeno ao longo da História, pela perspectiva gnosiológica são impossibilitadas de alcançar o cerne da questão e de definir, de maneira real, o que é ou não ideologia. Pelo tamanho proposto para a confecção deste artigo, seria impossível explanar completamente o conceito de ideologia e as determinações do Escola Sem Partido. Mesmo assim, vale a pena situar nesta discussão alguns apontamentos realizados por Ester Vaisman sobre o assunto em questão, para que possamos tecer certas reflexões posteriormente.

Dentro do pensamento marxista, por muito tempo a ideologia foi sintetizada como a criação de uma alegoria capaz de ocultar os fins reais de uma determinada ação humana. Posteriormente, uma diversa gama de autores - podemos citar aqui as obras de Antônio Gramsci e Gyorgy Lukács, que assumem posicionamentos e marcos diferentes para a leitura e interpretação do pensamento marxista, desenvolveram este conceito dentro da linha de raciocínio de Marx.

Ester Vaisman demonstra, na história do desenvolvimento deste conceito, que:

(...) de uma forma ou de outra, a grande maioria dos trabalhos sobre o assunto – dos mais consistentes e densos teoricamente até os mais débeis exemplares da reflexão política – tem como denominador comum o fato de tomar a questão ideológica a partir do prisma gnosiológico. Em outras palavras, a preocupação com a questão ideológica, sob certos tipos de orientação teórica, tem estabelecido, de maneira geral, um vínculo estreito entre ideologia e a problemática do conhecimento. (VAISMAN, 2010)

Esta apreensão da questão ideológica através da ótica gnosiológica continua se mantendo mesmo dentro do pensamento marxista, em que:

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
 “O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
 Juiz de Fora, 2017, 1554p.
 ISSN: 2317-0468
 17 a 21 de outubro de 2016*

(...) embora se possa reconhecer a existência de duas tendências distintas, mas que muitas vezes se entrecruzam: uma concebendo a ideologia enquanto superestrutura ideal e a outra tomando o fenômeno enquanto sinônimo de falsa consciência. De qualquer forma, esta última – com honrosas exceções, como é o caso de Antônio Gramsci – tem sido colocada como aquela que expressaria rigorosamente a perspectiva de Marx. Desde Althusser, a partir da noção de “corte epistemológico”, até outras interpretações distintas como a de Henri Lefebvre (1969), há uma tendência clara para a contraposição entre ciência e ideologia, ou seja, entre o que seria supostamente verdadeiro e falsidade. (VAISMAN, 2010)

Esta contraposição entre ciência e ideologia está relacionada a uma outra série de dicotomias como, por exemplo, a distinção entre a subjetividade e a objetividade como categorias autônomas, indicando um descolamento do pensamento e das interpretações da realidade, do que é fruto do exercício intelectual e da materialidade concreta que vivemos.

O complexo da ideologia não pode, desta forma, ser caracterizado apenas como um produto da falsidade, mas sim como interpretações sobre o mundo concreto - que podem ou não se apresentarem como falsas - que, quando cristalizadas, alteram diretamente a matéria na mesma medida em que são tomadas e defendidas como explicações assertivas da realidade.

3 - Ideologia e Escola Sem Partido

O ESP, na condição de um movimento que ganha força proporcionalmente à constatação de um crescimento do pensamento conservador no Brasil, juntamente com o recrudescimento do pensamento de esquerda em virtude do fracasso do projeto político proposto pelo Partido dos Trabalhadores e da incapacidade da esquerda pré 1964 de atualizar seu discurso, enterrar o estruturalismo e aglutinar as forças sociais ao seu redor, atua no sentido exposto por Mészáros, ou seja, na condição de divulgador e defensor de uma ideologia conservadora que baseia-se em um senso comum a respeito da função do professor em sala de aula.

O ESP sustenta seus argumentos na ideia do filósofo Armindo Moreira que se baseia na distinção entre educar e instruir, construída historicamente mas tomada como uma distinção meramente natural, e serve para que o ESP sustente a acusação de

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
 “O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
 Juiz de Fora, 2017, 1554p.
 ISSN: 2317-0468
 17 a 21 de outubro de 2016*

doutrinação ideológica por parte dos professores. Essa argumentação nega qualquer possibilidade de se entender o ensino como um processo complexo e heterogêneo, baseado em uma relação humana, ou seja, nega o fato de que ensinar não é meramente instruir (FREIRE, 1996, p. 47).

Outra questão que o ESP não percebe é que o currículo escolar, para além dos conteúdos ministrados em sala de aula, inclui também “o que a turma traz para a sala de aula” (ARROYO, 2011, p. 28), ou seja, ao contrário do que diz um dos princípios básicos do movimento ESP, o aluno não é um ser neutro, mas possui uma carga que é social, oriunda da família, da classe social, em suma da sociedade em que vive. Logo, a escola reflete as desigualdades sociais que já estão postas e podem ser constatadas no mundo e, muitas vezes, ajuda a perpetuar essas desigualdades, legitimando uma retórica de eficácia exclusivamente individual (SNYDERS, 1976, pp. 24-25)

4- Considerações Finais

O entendimento da ideologia como uma categoria ontológica do ser social nos permite entender o movimento do Escola Sem Partido como uma síntese de múltiplas interpretações da realidade dentro do espectro do pensamento conservador. Esta síntese é tomada como natural e, sendo assim, a única alternativa possível e viável de construir conhecimento dentro do espaço escolar. Caso contrário, não há conhecimento, apenas a manipulação dos alunos como marionetes em um teatro mórbido.

As teses defendidas pelo ESP, independentemente do juízo de que elas sejam corretas ou erradas, alteram a realidade que vivemos quando começa a disputar a consciência da sociedade civil acerca do papel do professor e se inserem no bojo de possíveis políticas públicas que serviriam como alternativa para uma sociedade melhor.

Sendo assim, o principal argumento que os define, de que o ESP é um projeto completamente isento de ideologia pode ser visto comprovadamente como uma falácia, tendo em vista que ele mesmo torna-se uma ideologia na medida em que realiza uma síntese dialética de múltiplas concepções da realidade construídas historicamente e apresenta propostas capazes de interferir diretamente no mundo em que vivemos,

baseadas em um amplo conjunto de discursos que se posicionam e defendem um projeto específico de sociedade.

Referências Bibliográficas:

ARROYO, Miguel. **Currículo, território em disputa**. Petrópolis: Vozes, 2011.

CARCANHOLO, Reinaldo. A atual crise capitalista. In: **O Olho da História**, n. 16, Salvador (BA), 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz & Terra, 1996.

MARTINS, André. **A Direita Para o Social – A educação da sociabilidade no Brasil contemporâneo**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2009.

MÉSZÁROS, István. **O poder da ideologia**. Tradução: Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2004.

OLIVEIRA, D. M.. Formação de Professores em nível superior: o Projeto Veredas e a nova sociabilidade do capital. In: **31ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação - Anped**, 2008, Caxambu. Rio de Janeiro: Armazém das Letras, 2008.

SNYDERS, Georges. **Escola, classe e luta de classes**. Tradução: Maria Helena Albarran. 2ª ed. Lisboa: Moraes Editores, 1976.

TONET, Ivo. **Educação contra o capital**. Instituto Lukács, 2012.

VAISMAN, Ester. **A ideologia e sua determinação ontológica**. Verinotio - revista online de educação e ciências humanas. n. 12, 2010.

TEMÁTICA INDÍGENA E ENSINO DE HISTÓRIA: O LIVRO DIDÁTICO COMO DESAFIO NA ATUALIDADE

Letícia Maia Dias¹

Luisa Pereira Vianna²

RESUMO:

A Lei 11.645 de 2008, determinou a obrigatoriedade da abordagem referente a História e a Cultura Indígena e Afro-Brasileira no currículo oficial das escolas de Ensino Básico e Médio em todo o Brasil. Neste sentido, ao trabalhar as sociedades indígenas como objeto de pesquisa, torna-se imprescindível compreender os livros didáticos como elementos mediadores essenciais para a efetivação da lei no contexto escolar. Sendo assim, gostaríamos de promover uma análise sobretudo reflexiva sobre como ela interpretada e trabalhada pelos livros didáticos. Portanto, apesar dos desafios, acreditamos que sua eficácia só será possível quando a questão indígena for abordada nos livros didáticos sob a perspectiva dos Direitos Humanos, através de uma colaboração entre autores, professores e a comunidade acadêmica .

PALAVRAS-CHAVE: CULTURA INDÍGENA, LIVRO DIDÁTICO E EDUCAÇÃO.

ABSTRACT:

The law 11.645 of 2008 determined the obligatoriness of the approach regarding History and Indigenous and Afro-Brazilian Culture in the official curriculum of primary and secondary schools throughout Brazil. In this sense, in working with indigenous societies as an object of research, it is essential to understand textbooks as essential mediators for the implementation of the law in the school context. Therefore, we would like to promote a particularly reflexive analysis of how it is interpreted and worked through textbooks. Therefore, despite the challenges, we believe that its effectiveness will only be possible when the indigenous issue is addressed in textbooks from the perspective of Human Rights, through a collaboration between authors, teachers and the academic community.

KEY WORDS: INDIGENOUS CULTURE, TEACHING BOOK AND EDUCATION.

¹ Aluna graduanda do curso de História da Universidade de Juiz de Fora.
Email: leticiamaiadias@hotmail.com.

² Aluna graduada do curso de História da Universidade de Juiz de Fora.
Email: luisa_vianna@yahoo.com.br.

INTRODUÇÃO

A lei 10.639 promulgada no ano de 2003, determinou a obrigatoriedade no currículo oficial de todas as Rede de Ensino Fundamental e Médio a temática "História e Cultura Afro-Brasileira". Em 2008, esta lei se modificou com a implementação da lei 11.645, ao inserir também nas diretrizes e bases da educação nacional, a temática associada a "História e Cultura Indígena". Ficando assim estabelecido :

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras (BRASIL, 2008).

A promulgação da lei 11.645/2008, surge então como resultado de um contexto em que os povos indígenas buscam constantemente a autoafirmação e lutam pela vinculação de imagens mais condizentes com as suas realidades (BERGAMASCH; GOMES, 2012, p.58). Mas simultaneamente esta obrigatoriedade diz muito sobre o lugar de exclusão que esta temática ocupa no campo educacional.

Ao trabalhar as sociedades indígenas no ensino de história enquanto objeto de pesquisa, torna-se imprescindível compreender os livros didáticos enquanto elementos fundamentais na construção do processo de ensino-aprendizagem e na efetivação desta lei no contexto escolar, já que constituem -se como uma das principais , e as vezes únicas fontes de informações as quais os alunos possuem acesso.

Logo, através do entendimento de que a escola configura-se como ambiente de contato direto com outras realidades e culturas, é elencado ao livro didático também um papel enquanto importante formador da concepção que os alunos desenvolvem acerca da alteridade, o que evidencia uma grande responsabilidade educacional e social, uma vez que estes alunos constituem o futuro do Brasil.

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
 “O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
 Juiz de Fora, 2017, 1554p.
 ISSN: 2317-0468
 17 a 21 de outubro de 2016*

Com a lei em vigor, torna-se necessário o estudo mais aprofundado da cultura indígena, para abandonar diversos estigmas e preconceitos, tão enraizados na cultura popular. Paulo Freire (2002) defende que a noção da representação indígena que os brasileiros têm, é, na maioria das vezes, aquela que foi transmitida pela escola.

Entretanto, o modo com que os povos indígenas brasileiros ainda são tratados em grande parte dos livros didáticos, essencialmente sob a concepção dicotômica de mau ou bom selvagem, sem levar em conta suas diversidades, suas dificuldades de sobrevivência (cultural, social e econômica) e o processo de aculturação pelos quais foram submetidos, mesmo após a promulgação desta lei, mostra-se preconceituoso, superficial e insuficiente, e em nada colabora para uma compreensão crítica e profunda dos índios enquanto elementos formadores da identidade, cultura e sociedade nacional, dado que não é tratado mediante a lógica dos Direitos Humanos.

Além disso, torna-se claramente perceptível uma hierarquização na produção e disseminação do conhecimento histórico brasileiro, e a urgente necessidade de romper com este modelo, que acaba por determinar barreiras que impedem a formação de uma mentalidade mais crítica e responsável por parte dos alunos de ensino fundamental e médio não só com relação a questão indígena, mas no que diz respeito a cultura afro-brasileira, questões de gênero entre outros.

DIREITOS HUMANOS E EDUCAÇÃO

A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi adotada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1948. Esse documento foi, em grande parte, resultado dos fatos ocorridos ao longo da Segunda Guerra Mundial. A criação de novos alicerces ideológicos visou então evitar futuras guerras e promover a paz mundial.

Conforme a Organização das Nações Unidas, os Direitos Humanos são direitos inerentes a todos os seres humanos, independentemente de raça, sexo, nacionalidade, etnia, idioma, religião ou qualquer outra condição. Os Direitos Humanos incluem o direito à vida e à liberdade, à liberdade de opinião e de expressão, o direito ao trabalho e à educação, entre e muitos outros. Todos merecem estes direitos, sem discriminação (FRANZEN, 2015, p. 3).

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016*

Com essa base, o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) de 2006 tem como proposta um projeto de sociedade baseada na democracia e o reforço da cultura de direitos humanos.

Não é apenas na escola que se produz e reproduz o conhecimento, mas é nela que esse saber aparece sistematizado e codificado. Ela é um espaço social privilegiado onde se definem a ação institucional pedagógica e a prática e vivência dos direitos humanos. Nas sociedades contemporâneas, a escola é local de estruturação de concepções de mundo e de consciência social, de circulação e de consolidação de valores, de promoção da diversidade cultural, da formação para a cidadania, de constituição de sujeitos sociais e de desenvolvimento de práticas pedagógicas (PNEDH, 2007, p. 31).

Desta forma, a elaboração do PNEDH busca promover os direitos humanos e a igualdade social, uma vez que a escola é entendida como um espaço de produção de conhecimento e diversidade cultural.

Quando apreendemos a educação como um instrumento fundamental para o desenvolvimento dos indivíduos enquanto seres humanos, podemos conferir a ela o caráter de direito humano justamente por ser componente integrativo da dignidade humana, contribuindo para sua ampliação (LEITE, 2011, p. 4).

Sabe-se que essas concepções dos direitos humanos são encontradas em propostas nacionais e em projetos políticos pedagógicos das escolas públicas. Porém, mesmo entendendo que o ambiente escolar é propício para o desenvolvimento dessa aplicação, no dia a dia a prática social acaba por se tornar bem diferente.

(...) No entanto, o simples fato da existência de uma regulamentação oficial não remete necessariamente a efetiva prática no ambiente escolar, e isso se comprova pela tímida evolução dos Direitos Humanos nos currículos e práticas de ensino e aprendizagem nos ambientes escolares (FRANZEN, 2015, p. 5). A oposição entre os *discursos normativos* e *metodológicos* e a carência de efeitos práticos suficientes no âmbito da educação para os direitos humanos pode ser esclarecida quando observamos a deficiente formação dos professores da educação pública, a ausência de materiais didáticos adequados, a insistência numa cultura escolar insuficientemente aberta a “inovações curriculares” ou à “renovação de práticas docentes” (LEITE, 2011, p. 5).

No entanto, há uma grande dificuldade, no ofício do educador, em resignificar práticas e metodologias do ensino. Os alunos sempre procuram novidades, e dentro desse ofício cabe ao educador a tentativa de despertar o interesse dos mesmos. Esse movimento

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016*

constante cria sempre uma busca por parte do professor em se reciclar e buscar novos dispositivos para as práticas educacionais.

(...) O marasmo das mesmas posturas e dos mesmos métodos farda a docência a um sentimento de falta de perspectiva e inovação, onde o mais do mesmo torna o ato de ensinar cansativo e pouco prazeroso com o passar dos anos. Inovar e ressignificar são ofícios necessários para a prática da docência (FRANZEN, 2015, p. 7).

Por conseguinte, entendemos que a primeira noção que o educador tem que trabalhar com o aluno é a visão de história como um processo que sempre está em construção, dado que a construção de uma perspectiva histórica não é a mesma nos indivíduos pertencentes a segmentos sociais distintos. Destarte, no caso do livro didático, a opção por tratar algumas culturas em detrimento de outras, já indica o lado político que o caracteriza, o lugar social que determinados grupos ocupam e a importância histórica que possuem em uma determinada sociedade.

DIREITOS HUMANOS , TEMÁTICA INDÍGENA E ENSINO DE HISTÓRIA

Os Direitos Humanos, ideia política de base moral, estão intimamente relacionados com os conceitos de justiça, igualdade e democracia e exprimem o relacionamento entre os membros de uma sociedade e entre indivíduos e Estados. Podem ser conceituados como a categoria jurídica instituída com a finalidade de proteger a dignidade humana em todas as dimensões. Por isso, tal qual o ser humano ,tem natureza polifacética,buscando resguardar o homem na sua liberdade (direitos individuais),nas suas necessidades (direitos sociais, econômicos e culturais) e na sua preservação (direitos relacionados à fraternidade e à solidariedade) (ARAUJO; NUNES JUNIOR, 2001, p.83).

No que se refere a questão indígena especialmente na área do ensino de história, é de suma importância que haja o desenvolvimento de uma abordagem que respeite a concepção dos Direitos Humanos, uma vez que ainda vivenciamos um país marcado por desigualdades que determinam fortemente as condições políticas, sociais e econômicas dos vários grupos étnico -raciais que compõem a realidade brasileira.

Tais desigualdades também refletem no campo e nos meios educacionais , pois estão diretamente associadas a maneira com que esta diversidade etnico-racial é tratada pelos pesquisadores, professores e escritores que em suas atividades cotidianas acabam por hierarquizar determinados saberes e culturas em detrimento de outros. Deste modo, a

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

utilização e a consolidação de práticas democráticas no ensino de história torna-se a condição primordial para que a cultura, a história e a diversidade das comunidades indígenas sejam reconhecidas e valorizadas em nossas escolas e na sociedade como um todo.

Neste sentido, trabalhar a questão indígena mediante a perspectiva dos Direitos Humanos exige uma colaboração mútua de todos os que trabalham com o ensino de história, no sentido de dar voz as próprias sociedades indígenas. Consequentemente, é preciso incentivar e possibilitar aos alunos terem acesso não só as especificidades culturais indígenas, mas sobretudo as lutas e as dificuldades travadas diariamente por eles, que os impedem de terem seus direitos preservados: como a questão da usurpação de suas terras, do precário acesso a saúde e da destruição do meio ambiente que afeta os meios de sua subsistência.

Ademais, trabalhar a temática indígena a partir da lógica dos Direitos Humanos na disciplina histórica, é antes de tudo, estimular uma consciência mais crítica e cidadã dos alunos, o que sem dúvida é um passo importante para eliminar alguns estereótipos e preconceitos que grande parte da comunidade nacional ainda reproduz acerca dos indígenas.

Assim, “esforços deverão ser envidados para assegurar que livros de história e demais materiais didáticos ofereçam descrição correta, exata e instrutiva das sociedades e culturas dos povos indígenas e tribais” (Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, BRASIL, 2003).

COMO AS SOCIEDADES INDÍGENAS APARECEM NO LIVRO DIDÁTICO

Os livros didáticos precisam, sem dúvida, conter ferramentas que incitem a discussão sobre o conteúdo teórico a fim de permitir sua conversão em conhecimento [...] produção de conhecimento útil, aplicável e presente no cotidiano do aluno (VASCONCELOS e SOUTO, 2003, p. 101).

Ao conceber o livro didático como mediador, é indispensável analisar criticamente o modo como os autores responsáveis pela produção dos livros didáticos compreenderam e aplicaram a lei 11.645, e se através destes livros foi possível dar aos professores de ensino fundamental e médios subsídios necessários para trabalhar tal temática de acordo

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016*

com a perspectiva dos Direitos Humanos, valorizando sua multiplicidade étnica e cultural, e sobretudo problematizando as dificuldades vividas por estes povos e a mentalidade discriminatória que apesar dos esforços de alguns estudiosos e ativistas ainda permanece em grande parte da sociedade contemporânea brasileira a respeito dos indígenas.

Posto isto, o objetivo ao trabalhar este eixo, não é o de simplesmente indicar os autores que ainda reproduzem nas páginas de seus livros um conteúdo superficial, insuficiente e equivocado acerca dos nossos nativos. Mas sobretudo, reforçar que é preciso encontrar métodos e principalmente estratégias de ação mais significativas, que tirem os grupos indígenas da invisibilidade histórica em que se encontram há séculos, compreendo-os assim, como elementos primordiais na construção da identidade e da cultura brasileira.

Estas estratégias de ação encontram no livro didático um amplo espaço, que no entanto, apesar da lei 11.645 não provocaram alterações efetivas no tratamento destas comunidades, que ainda são apresentadas de forma restrita, uma vez que, aparecem presas a um recorte temporal bem definido: o período colonial.

Tal concepção que atribui ao índio uma existência e principalmente uma história de curta duração no território brasileiro precisa ser desconstruída e reformulada, pois muitas vezes impossibilita que o aluno entenda que os índios continuaram existindo ao longo da história nacional mesmo não aparecendo nos livros didáticos, e que atualmente convivem com questões que precisam ser colocadas por meio de uma visão crítica e cidadã.

Se pensarmos que o livro didático não produz um conhecimento diferenciado, colocando o índio em um papel de invisível e à margem da sociedade brasileira, temos a reprodução de uma representação indígena que permeia fortemente o senso comum de muitos brasileiros: a do preguiçoso, burro e selvagem.

Portanto, as representações presentes nos livros didáticos produzem valores e estabelecem diferenças, bem como relações de poder. Os indígenas figuram como dominados e subordinados à cultura dos brancos. (REIS, BARBOSA e RODRIGUES, 2012, p. 6).

Maria Regina Celestino de Almeida em sua obra intitulada de “Os índios na História do Brasil” identifica nas análises sobre o período colonial três imagens mais recorrentes

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016*

dos povos indígenas: “idealizados no passado”, “bárbaros do sertão” e “degradados” (ALMEIDA, 2010). Por conseguinte, abordar a questão indígena na sala de aula exige um trabalho contínuo de construção e sobretudo desconstrução de informações que são frequentes na realidade social dos alunos, sendo reforçados cotidianamente pela mídia.

A questão da diversidade de culturas e hábitos é um ponto que pode ser bem utilizado e aperfeiçoado pelos professores na sala de aula, porque apesar de em grande parte dos livros didáticos ainda permanecer uma visão que desconsidera a heterogeneidade das sociedades indígenas, torna-se possível ao professor problematizar a falta de certos conhecimentos nos conteúdos abordados no livro.

Outro elemento que permeia o senso comum é a ideia associada ao extermínio dos considerados índios de "verdade", ou seja, aqueles que aparecem na maioria das imagens da época da colonização: pintados, nus, em contato direto com a natureza, representados como indivíduos inocentes e exóticos. Em contrapartida, essa ideia de que o índio de hoje não é mais índio, encontra respaldo em imagens que mostram o índio na cidade, usando o celular e outras tecnologias, calça jeans, tênis, entre outros elementos da contemporaneidade, que muitas vezes acabam por enfatizar a noção de extermínio e de total aculturação.

Esse índio, objeto de conhecimento e celebração num espaço delimitado nos calendários escolares, é quase sempre amalgamado à natureza e reconhecido por atributos como alegria, ingenuidade, liberdade. Um efeito dessas representações é o estranhamento que nos causa o encontro com indígenas em contextos urbanos, participando de atividades comerciais, ou em noticiários que deixam ver, de relance e de modo fugaz, a situação de miséria e violência a que estão submetidos muitos povos indígenas na atualidade brasileira (BONIN, 2008, p.318).

Todavia, essa percepção pode ser problematizada com o aluno, mediante ao debate que também dialoga diretamente com a noção dos Direitos Humanos: se é negada às comunidades indígenas o acesso à terra, à natureza e aos meios de subsistência que constituem parte essencial da sua cultura, são impostas barreiras que dificultam a preservação de certas práticas que necessitam do contato direto com a natureza, contato este muitas vezes negado, o que os obriga a ir para a cidade e a se adaptar com uma dinâmica cultural totalmente distinta. Ademais, assim como outras culturas da

humanidade, as sociedades vão passando por transformações ao longo da história, o que não determina uma ruptura total com sua identidade étnica.

Segundo a pesquisa feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2010, existem indígenas pertencentes a 305 etnias e falantes de 274 línguas e/ou dialetos diferentes, o que representam aproximadamente 0,47% da população total do país (GUIRAU; SILVA, 2013, p.7).

[...] a população indígena, residente no Brasil, contabilizada pelo quesito cor ou raça corresponde a aproximadamente 818 mil pessoas. Isso sem contar o acréscimo de 78,9 mil pessoas, as quais se declararam de outra cor ou raça, mas se consideravam indígenas de acordo com tradições, costumes, cultura e antepassados, entre outros aspectos. Com isso, a população indígena registrada pelos dados do IBGE soma um total de 896,9 mil pessoas (GOULARTE ; MELO, 2012, p.2).

Apesar da colonização, do genocídio, da exploração, da catequização, da tentativa de assimilar os indígenas à sociedade nacional, estes povos mantiveram-se aqui, resistentes, mesmo que por vezes silenciosos. Se apresentam fortes, num movimento político de afirmação étnica, mostrando que aqui estão e permanecerão (BERGAMASCHI; GOMES,2012, p.55) . Logo, não se pode ignorar a existência e a necessidade de inserção destas comunidades no contexto saber histórico nacional.

A desconstrução e a reflexão de certos estereótipos imputados aos índios também devem se fazer presentes nas obras didáticas, de forma a incentivar o desenvolvimento de uma consciência e uma mentalidade histórica mais crítica dos alunos. Por exemplo , a noção do índio enquanto um indivíduo preguiçoso perpetuada desde o início do processo de colonização, é um tema que propicia uma profunda e interessante discussão, que nos permite compreender as especificidades de cada sociedade, que percebem o mundo ao seu redor de modo diferente: os índios entendiam que o essencial a sua subsistência encontrava-se na natureza,sendo assim, só tiravam dela o que era necessário para sobreviver , somente com a chegada dos portugueses que tiveram contato com a lógica mercantil, pautada na acumulação constante de bens .

A história que a maioria dos livros didáticos reproduz por inúmeras vezes desconsidera a existência de saberes e técnicas desenvolvidas e aplicadas pelos grupos nativos residentes aqui no período anterior a 1500, como a fabricação de bolsas e

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

instrumentos de palha, flechas, construção de canoas, produção de tintas naturais (tiradas de árvores , frutos e sementes) e diversos objetos feitos de cerâmica.

Quando os brancos chegaram no Brasil, já existiam as fábricas de cerâmica indígena, locais onde nossos antepassados, homens e mulheres, faziam *kukrüg*/panelas, *iové*/pratos de barro. Nessa época, aqui não existiam as fábricas dos brancos, nem panelas de ferro, mas nós, índios, tínhamos nossas vasilhas onde cozinávamos e comíamos nossas comidas. Para fazer a cerâmica, os homens cavavam buracos bem fundos para buscar a argila boa, no fundo da terra, enquanto as mulheres amassavam o barro e faziam as vasilhas. Depois, os homens buscavam a lenha na mata e as mulheres faziam o fogo, para queimar as peças. Os dois, homens e mulheres, das duas marcas, *kamé* e *kairukré*, trabalhavam juntos. Para mim é uma grande alegria voltar a fazer os trabalhos com barro para meu próprio uso, como nossos avós faziam. Em todo o nosso território brasileiro, essa prática foi esquecida, e é uma alegria para nós, os Kaingang do sul, estarmos retomando e voltando a fazer a cerâmica e obter dela a nossa sustentabilidade (BÁLSAMO, BERTOLAZZI e Rodrigues, 2008, p. 12).

O LIVRO DIDÁTICO ENQUANTO MEDIADOR DO CONHECIMENTO ACADÊMICO E ESCOLAR

O Brasil que vai completar 500 anos no ano de 2000, desconhece e ignora a imensa sociodiversidade nativa contemporânea dos povos indígenas. Não se sabe ao certo sequer quantos povos nem quantas línguas nativas existem. O (re) conhecimento , ainda que parcial desta diversidade, não ultrapassa os restritos círculos acadêmicos especializados. Hoje , um estudante ou um professor que quiser saber algo mais sobre os índios brasileiros contemporâneos, aqueles que sobraram depois dos tapuias, tupiniquins e tupinambás, terá muitas dificuldades (RICARDO, 1998, p.29) .

Os livros didáticos devem promover o contato do aluno com o conhecimento disponível, possibilitando a compreensão da realidade que o cerca (VASCONCELOS e SOUTO, 2003, p.96) . Sendo assim, através do entendimento de que a escola configura-se como ambiente de contato direto com outras realidades e culturas, é elencado ao livro didático também um papel enquanto formador da concepção que os alunos desenvolvem acerca da alteridade.

As universidades possuem uma responsabilidade perante o processo e as ações educativas , já que os conhecimentos produzidos devem atender as demandas da sociedade, no sentido de torná-la mais justa, cidadã e democrática, valorizando as diversas culturas étnicas presentes na realidade brasileira , atendendo assim a concepção de direitos humanos.

Porém, é notável a presença de uma hierarquização do conhecimento histórico
Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

brasileiro pode ser verificado também nas universidades, já que a problemática indígena é pouco pesquisada e vem sendo relegada e considerada como temática meramente auxiliar, sendo outros campos das humanidades como a antropologia e a sociologia encarregados de desenvolver abordagens sobre tal temática.

Grupioni (1996, p. 424) constatou que "dentro da sala de aula, os professores revelam-se mal informados sobre o assunto, e os livros didáticos, com poucas exceções, são deficientes no tratamento da diversidade étnica e cultural existente no Brasil [...]". Confirmando esta fala, é possível observar a pequena existência de matérias na graduação relativas a temática indígena. Consequentemente, existe uma pequena parcela de historiadores que se dedicam a trabalhar com tal temática, o que determina a escassa produção de conhecimento disponível a ser trabalhada pelos professores do ensino médio e fundamental na sala de aula.

Outro aspecto relevante a ser destacado é o crescente número de indígenas presentes no âmbito universitário dedicados a pesquisar sobre sua comunidade nas áreas de História ou Antropologia. De acordo com Cavalcante:

[...] percebe-se a necessidade de um diálogo realmente efetivo e constante que propicie a estes conhecimentos romper os muros restritos das universidades e dos grupos de pesquisa, adquirindo assim um caráter mais abrangente e acessível, pois somente desta forma será possível significar, potencializar e socializar o conhecimento histórico e historiográfico sobre as sociedades indígenas (CAVALCANTE, 2011, p.358).

Neste aspecto, percebe-se a necessidade de um diálogo realmente efetivo e constante que propicie a estes conhecimentos romper os muros restritos das universidades e dos grupos de pesquisa adquirindo assim um caráter mais abrangente e acessível, pois somente desta forma será possível significar, potencializar e socializar o conhecimento histórico e historiográfico sobre as sociedades indígenas.

CONCLUSÃO

Enfim, por isso o livro didático é concebido enquanto desafio, visto que é preciso que seus autores, professores e a comunidade acadêmica o compreendam o enquanto elemento educacional mediador de um conhecimento histórico mais crítico, acessível, e

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
 "O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História",
 Juiz de Fora, 2017, 1554p.
 ISSN: 2317-0468
 17 a 21 de outubro de 2016*

menos preconceituoso, não só com relação as sociedades indígenas , mas com todas as que fazem parte e contribuem para a formação da sociedade e da cultura brasileira .

Contudo, esta compreensão só existirá no momento em que a História e a Cultura indígena forem trabalhadas tanto nos materiais didáticos como no âmbito acadêmico escolar mediante a concepção dos Direitos Humanos, dado que somente através de um conhecimento mais democrático será possível atribuir a real importância das comunidades indígenas para a história e a formação social, cultural e identitária da nação brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Os índios na história do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

ARAÚJO, Luiz Alberto David; NUNES JÚNIOR, Vidal Serrano. **Curso de Direito Constitucional**. 2001, p. 83.

BÁLSAMO, Adela; BERTOLAZZI, Carlos José; RODRIGUES, Maria Aparecida da Costa (Org.). **Fazendo cerâmica como nossos avós** (Gohor hanja ũri ãg jóg si ag rikén). Porto Alegre: Prefeitura de Porto Alegre, 2008.

BERGAMASCHI, Maria Aparecida; GOMES, Luana Barth. A temática indígena na escola: ensaios de uma educação intercultural. **Currículo sem Fronteiras**, v.12, n.1, pp. 53-69, Jan/Abr 2012.

BONIN, Iara Tatiana. Com quais palavras se narra a vida indígena na literatura infanto-juvenil que chega às escolas? In: SILVEIRA, Rosa Hessel (Org.). **Estudos culturais para professores**. Canoas: Editora da Ulbra, 2008.
BRASIL. **Lei nº 11.645**, de 10 de março de 2008.

BRASIL. **Convenção nº 169** sobre povos indígenas e tribais em países independentes e Resolução referente à ação da OIT sobre povos indígenas e tribais. Brasília: OIT, 2003.

CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. Etno-história e história indígena: questões sobre conceitos, métodos e relevância da pesquisa. **História [online]**, 2011, vol.30, n.1, p. 349-371.

FRANZEN, Douglas Orestes. **Ensino de história numa perspectiva de Direitos Humanos: métodos e abordagens possíveis no ambiente escolar**. Revista Interativa: Ipatinga, 2015.

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016*

FREIRE, A imagem do índio e o mito da escola. In MARFAN, Marilda A. org. Congresso Brasileiro de Qualidade na Educação- **Formação de Professores**: educação escolar indígena, Brasília: MEC, 2002, p.93-99.

GOULARTE, Raquel da Silva Goularte; MELO, Karoline Rodrigues de . **Entretextos**, Londrina, v.13, nº 02, p.33-54, jul./dez 2013.

GUIRAU , Kárine Michelle; SILVA , Carolina Rocha. **Povos Indígenas no espaço urbano e políticas públicas**. Araraquara: Faculdade de Ciências e Letras , UNESP, p. 1-25, abril 2013.

GRUPIONI, Luís Donisete Benz. **Índios no Brasil**. São Paulo: Global, 2005.

LEITE, Talita Soares. **Direitos humanos e educação pública: uma leitura crítica acerca da educação em direitos humanos**. 2011.

PLANO Nacional de Educação em Direitos Humanos. Comitê **Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2007.

REIS, Elisângela Alves; BARBOSA, Rosimari Bueno; RODRIGUES, Elaine. **A representação do índio no livro didático**. Anais da Semana de Pedagogia da UEM. vol .1, n 1, Maringá: UEM, 2012, p.1-13.

SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (orgs). **A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus**. 2ª edição. São Paulo: Global; Brasília: MEC: MARI: UNESCO, 1998.

VASCONCELOS, S. D.; SOUTO, E. O livro didático de ciências no ensino fundamental proposta de critérios para análise do conteúdo zoológico. **Revista Ciências & Educação** , v. 9, p. 93-104, 2003.

FONTES:

FERNANDES, Angela Viana Machado; PALUDETO, Melina Casari. **Educação e direitos humanos: desafio para a escola contemporânea**. 2010.

GATTY JÚNIOR, Décio. Estado, Currículo e Livro Didático no Brasil (1988-2007) In: LEMOS, César de Miranda. **Os índios invisíveis: o ensino de História sem etnicidade** in: Maria Cristina Bohn Martins As sociedades indígenas, a história e a escola Antíteses, vol. 2, n. 3, jan/jun., 2009, p. 153-167.

IBGHE. **“Os Indígenas no Censo Demográfico 2010 – Primeiras Considerações com Base no Quesito Cor ou Raça”**: In Censo Demográfico 2010. Rio de Janeiro.

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016*

LAJOLO, M. Livro didático: um (quase) manual de usuário. **Em Aberto**. Brasília, v. 16, n. 69, jan./mar. 1996.

OLIVEIRA, João Pacheco de ; FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. **A Presença Indígena na Formação do Brasil**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

PALADINO, Mariana. **Educação escolar indígena no Brasil contemporâneo**: entre a “revitalização cultural” e a desintegração do modo de ser tradicional. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: Programa de Estudos de Pós-graduação em Antropologia Social, Museu Nacional/ UFRJ, 2001.

REIS, Rosani Clair da Cruz. *Leitura Imagética, Relações Étnico-raciais e Formação de Professores de Línguas*. In: CASTILHO, Maria Roseli; FERREIRA, Aparecida de Jesus (org). **Formação de Professores de Línguas**: investigações e intervenções. EDUNIOESTE. Cascavel, 2009.

VALENTE, Ana Lúcia. “Conhecimentos Antropológicos nos Parâmetros Curriculares Nacionais: para uma discussão sobre a pluralidade cultural”. In: GUSMÃO, Neusa (org.). **Diversidade, cultura e educação**: olhares cruzados, São Paulo: Biruta, 2003.

TORTURAS DE AMOR: A MÚSICA CAFONA NA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO HISTÓRICO DE ALUNOS DA EJA

Bruna Aparecida Gomes Coelho*
Bruno Henrique Fernandes**

RESUMO:

Esta pesquisa visou esclarecer alguns aspectos do processo de construção do conhecimento histórico de alunos da EJA, bem como a importância de utilizarmos documentos em sala de aula, além de avaliar a música cafona como um recurso didático específico para esse público. Os dados foram coletados em uma escola estadual localizada na cidade de São João del-Rei. Como fontes históricas, selecionamos duas músicas cafonas produzidas durante o período da Ditadura Civil-Militar¹ (1964-1985). Aplicamos um questionário prévio, uma aula-oficina (BARCA, 2004) e um questionário final. Verificamos que a música cafona se mostrou um recurso didático mais próximo deste público e que ao utilizarmos os conhecimentos prévios dos alunos, aliados a fontes históricas, podemos alcançar melhores resultados no processo de aprendizagem, além de progressos na alfabetização histórica dos educandos.

Palavras-Chave: Ensino de História, EJA, conhecimentos científicos, música cafona.

ABSTRACT:

This research sought to clarify some aspects of the historical knowledge construction in EJA students as well as the importance of using documents inside the classroom, and to evaluate the corny music as a specific teaching resource to that public. The data were collected in a public school based in São João del-Rei. As historical sources, we selected two corny songs produced during the civil and military dictatorship (1964-1985). We applied a previous questionnaire, a “workshop class” (BARCA, 2004) and a final questionnaire. We verified that the corny music has shown itself as a teaching resource closer to that public, and once used the student’s previous knowledge, combined with historical sources; we could achieve better results in the learning process, as well as in the student’s historical literacy progress.

Keys-Words: Historical Teaching, EJA, scientific knowledge, corny music.

* Mestranda do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ) - Bolsista Capes.

**Licenciado e Bacharel pela Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ)

¹ Entendemos com Reis (2000) que o termo ditadura Civil-Militar busca contrapor o de ditadura militar, por considerar que este é pobre em sua dimensão do fato, excluindo os civis que participaram do processo histórico, desde o início até o seu fim, englobando as lideranças civis, eclesiais, empresariais, dentre outras. O autor procura, desta forma, não simplesmente retirar da obscuridade estas camadas que apoiaram o governo militar, mas também compreender as complexas relações entre os militares e a sociedade ao longo da ditadura que se instaurou no país.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.

*“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.*

ISSN: 2317-0468

17 a 21 de outubro de 2016

INTRODUÇÃO:

As atuais pesquisas sobre o Ensino de História buscam aprofundar as discussões e investigações acerca do processo de aprendizagem dos alunos, numa tentativa de indicar melhores mecanismos que possam auxiliar os professores em tal processo. Desta forma, nossa proposta foi averiguar como os alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) realizam a construção do conhecimento histórico, sendo que, em nossa perspectiva, tais alunos possuem uma maior vivência em sociedade, podendo apresentar um maior arcabouço de conhecimentos prévios.

Os dados foram coletados em uma escola estadual na cidade de São João del-Rei, em uma turma de terceira série do ensino médio da EJA. O intuito de selecionarmos o último ano desta modalidade de ensino é por este contemplar o conteúdo referente ao período histórico selecionado para a pesquisa com os alunos: a ditadura civil-militar (1964-1985). Nesta direção, elegemos duas canções produzidas durante o regime, *Torturas de Amor* (Waldick Soriano) e *Uma Vida Só*, mas conhecida por *Pare de Tomar a Pílula* (Odair José) que foram trabalhadas com os alunos como fontes capazes de contribuir para o processo de análise histórica desse período.

Sobre a EJA, é importante ressaltar que as primeiras iniciativas em sua direção surgiram na década de 1940, quando o governo passou a lidar com o analfabetismo, uma vez que sua erradicação era vista como um dos fatores necessários ao crescimento econômico. Já na década de 1950, o combate ao analfabetismo passou a ser visto como uma estratégia de ampliação do eleitorado. Ao mesmo tempo, no calor dos movimentos estudantis e sindicais, a questão do analfabetismo passou a ser vista como consequência direta da pobreza e de uma política de manutenção de desigualdades. É nesse contexto que as ideias de Paulo Freire ganharam dimensão nacional, visando à libertação e conscientização, transferindo tal questão também para o campo político. Em 1971 são criados os Centros de Estudos Supletivos, os quais foram a base para as atuais escolas de Educação de Jovens e Adultos. A Constituição de 1988 garantiu educação para todos, através da obrigatoriedade do ensino fundamental pelo estado. Por fim, em 1996, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a proposta de uma educação voltada para o ensino

de jovens e adultos recebe uma visão político-pedagógica². De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB 934/96, artigo 3º), a educação das pessoas a quem se destina a EJA deve garantir o seu acesso e permanência, o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, o padrão de qualidade, a valorização da experiência extraescolar, o trabalho e as práticas sociais. Nesse sentido, as propostas de ensino para a EJA têm buscado um vínculo mais estreito com a vida, através da incorporação de saberes e práticas extraescolares, do favorecimento da expressão dos alunos e do seu grupo social (HICKENBICK, 2009).

Todavia, há uma interrogação sobre como é realizada a construção do conhecimento histórico por estes alunos da EJA. Segundo Circe Bittencourt (2004), o conhecimento histórico é elaborado a partir da transformação do conhecimento prévio em conhecimento científico, ou seja, a partir das próprias vivências dos alunos como ponto de partida na transformação do senso comum em um saber científico sobre os conteúdos históricos. Portanto, pode-se afirmar que este público possui experiências mais amplas e complexas se comparadas aos alunos do ensino regular, porque em grande parte já se inseriram no mercado de trabalho, constituíram família, dentre outros fatores. Assim, o seu conhecimento prévio apresenta-se razoavelmente estruturado devido a uma ampla gama de experiências sociais e culturais que, se trabalhadas apropriadamente no contexto escolar, podem ser ressignificadas e contribuir para a construção de conhecimentos históricos significativos.

Estudos na área da educação e do ensino de história apontam que a construção de um conhecimento crítico envolve a utilização dos saberes dos próprios alunos e a demonstração de como estes podem estabelecer ligações significativas com o conteúdo que está sendo abordado pelo professor. A Educação Histórica como campo de pesquisa tem se debruçado em torno do processo de formação da consciência histórica. São estudos alinhados à ideia de que a apreensão do sentido do tempo está diretamente relacionada com o sentimento de historicidade, isto é, para a compreensão das noções temporais e dos conceitos históricos, a tomada de consciência da historicidade da própria vida e de seu grupo social de referência (RÜSEN, 2006; LEE, 2006; BARCA, 2006).

² (Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2008, p. 26).

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

Segundo Paulo Freire (2011) no processo de ensino o professor deve encontrar mecanismos pautados no diálogo, onde este e seu aluno estejam na mesma escala, não sendo algo vertical e sim horizontal, ou seja, o docente deve criar uma relação baseada no mundo onde seus educandos estão inseridos, pois o processo de construção das ideias prévias ocorre neste meio. Deste modo, o desenvolvimento da formação do aluno/cidadão ocorre ao longo de sua vida, através de seus espaços de vivência e das experiências acumuladas. Por isso, torna-se fundamental que o professor incorpore em seus métodos de ensino novas linguagens que se aproximem do mundo vivenciado por este aluno fora da escola como, por exemplo, o uso de canções, cinema e televisão. Portanto, as pesquisas na área de Educação Histórica tem sido desenvolvidas a partir da consciência histórica (RÜSEN, 2001) dos sujeitos investigados, pois esta consciência histórica é constituída, inicialmente, na vida prática, na qual os feitos do ser humano “sintetizam originalmente a experiência do passado e a expectativa do futuro, no sentido de uma orientação no tempo” (AZAMBUJA & SCHIMIDT, 2011). Ou seja, a consciência histórica dos alunos é um dos fatores essenciais na construção do conhecimento histórico escolar destes sujeitos.

Assim, nosso objetivo foi o de analisar como os alunos da EJA realizam o processo de construção do conhecimento histórico, com o intuito de compreender o papel dos conhecimentos prévios neste processo de construção, além de avaliar as possibilidades do uso da música cafonca como recurso didático para o ensino de história.

DESENVOLVIMENTO:

A pesquisa foi desenvolvida na Escola Estadual Governador Milton Campos, situada na cidade de São João del-Rei, bairro Matozinhos. É uma das duas escolas do município que oferece o Ensino Médio na modalidade do Ensino de Jovens e Adultos. Antes da aplicação do questionário prévio foram realizadas observações nas turmas, no intuito de avaliar qual delas responderia melhor as questões relacionadas ao regime militar. As observações também proporcionaram um primeiro contato com os alunos e com o método de ensino do professor.

Após esta etapa, optamos pela turma do terceiro ano “D”, por sua composição etária heterogênea, disciplina e dinâmica de comunicação e participação. É importante frisarmos que o perfil das turmas da EJA se modificou drasticamente na Escola Estadual Governador Milton Campos. Segundo o professor de História que ministra aulas na EJA desde a sua fundação na escola, anteriormente esta modalidade era constituída em sua maioria por alunos de faixa etária avançada, mas atualmente forma-se majoritariamente por alunos que ainda não alcançaram os trinta anos. Conseqüentemente, todas as turmas observadas não possuíam o perfil proposto inicialmente nesta pesquisa: uma maioria de alunos acima de quarenta anos. Este pressuposto de idade dos discentes foi o critério para optarmos pelo conteúdo histórico referente ao regime militar, pois por se tratar de um acontecimento recente no âmbito nacional haveria a possibilidade de alguns alunos terem vivido neste período, ou terem adquirido conhecimentos sobre o assunto através de memórias de seus pais, avós, dentre outros.

Nesta turma, desenvolvemos nossa pesquisa com 24 alunos, dos quais apenas 4 possuíam idade acima de 25 anos, sendo uma aluna de 28 anos e três alunos respectivamente de 35, 51 e 56 anos. Os demais alunos apresentavam idade entre os 18 e 25 anos. Mesmo com este quadro, optamos por dar continuidade à pesquisa, utilizando como referência os alunos mais velhos frente aos alunos mais novos.

Inicialmente foi aplicado um questionário com o intuito de realizar uma coleta das ideias prévias dos alunos sobre o período histórico, além de definirmos um perfil da turma em relação ao papel da música em seu cotidiano. Segundo Brandão (2002) na análise de questionários é possível estabelecer uma relação entre as questões levantadas através de uma articulação dos conhecimentos prévios dos alunos, resultado de sua cena cotidiana. Por isso, interrogamos os alunos sobre alguns aspectos de sua vida diária como, por exemplo, se eles gostavam de música e o porquê, qual o tempo diário eles lhe dedicavam e se os seus pais ouviam música quando eles eram crianças. Assim, conseguimos compreender o quadro geral dos alunos em relação à fonte histórica em questão.

Primeiramente, questionamos aos alunos se eles gostavam de ouvir música. Assim, 21 alunos disseram gostar de ouvir música (87,6%), 1 aluno afirmou não gostar (4,1%) e 2 alunos não responderam a pergunta (8,3%). Em seguida, perguntamos o

motivo deles gostarem (ou não) de canções e uma estimativa de quanto tempo diário eles ouviam música. Alcançamos os seguintes resultados:



Gráfico I: "Por que você gosta de ouvir música?"

Legenda: Selecionamos as respostas de acordo com palavras-chave utilizadas pelos alunos em suas respostas. Desta forma, 12 alunos citaram as palavras distrair ou relaxar; 8 alunos afirmaram que a música os alegra; 2 alunos mencionaram que a música mostra a realidade do mundo; 1 aluno disse não gostar de ouvir música; e 2 alunos não responderam.



Gráfico II: "Quanto tempo você passa ouvindo música?"

Legenda: Os alunos tiveram de marcar com um "X" o tempo diário que passam ouvindo música. Assim, 11 alunos marcaram a alternativa "menos de 2Hs"; 3 alunos marcaram a opção "2Hs diárias"; 9 alunos escolheram "mais de 2 Hs"; e 1 aluno afirmou que "não ouve música".

Indagamos aos alunos se os seus pais ouviam música quando estes eram crianças. Nesta questão o intuito era saber se eles tiveram contato com a música desde a infância, o que aumentaria as chances de conhecerem alguma canção do período ditatorial. Desta forma, 18 alunos afirmaram que "sim" (75%); 3 alunos responderam que "não"(12,5); e

3 alunos disseram “não se lembrar”(12,5). Além disso, os alunos indicaram cantores que seus pais ouviam, sendo citados, por exemplo, Fagner, Chico Buarque, Roberto Carlos, Roberta Miranda, dentre outros. Tais resultados demonstraram que a maioria dos alunos ouviam e gostavam de música, que mesmo com um tempo diário curto estes não deixavam de consumir este produto midiático, e, por fim, que desde criança a canção já estava inserida em suas vidas, o que aumentou as chances deles conhecerem as fontes selecionadas no período ditatorial. Além disso, era importante verificarmos se os alunos gostavam do documento histórico escolhido, pois assim teriam um maior interesse pela fonte, facilitando o processo de análise.

Contudo, a questão básica deste questionário prévio foi o conhecimento dos alunos sobre o período histórico selecionado. Como resultado obteve-se os seguintes dados:

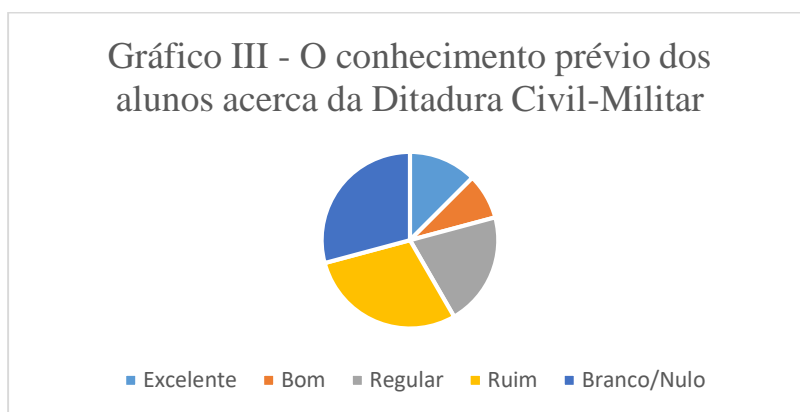


Gráfico III: O conhecimento prévio dos alunos acerca da Ditadura Civil-Militar.

Legenda: Nesta questão nos utilizamos dos critérios e conceitos já citados. Assim, posteriormente, dividimos os questionários em categorias, obtendo o referido resultado: Excelente 3; Bom 2; Regular 5; Ruim 7; e Branco/Nulo 7.

Classificamos na faixa entre “excelente” e “boa” as respostas que com um melhor ou razoável nível de complexidade conseguiram explicar de forma clara algum aspecto sobre a ditadura (como a censura, a repressão) e indicar que neste período o país foi governado por militares. Qualificamos como “regular” as respostas que apenas fizeram algum tipo de alusão aos militares neste período e “ruim” os alunos que não apresentaram respostas com relação pertinente ao tema. “Branco/nulos” são os questionários sem respostas. Além disso, interrogamos aos alunos através de qual meio eles obtiveram as

informações indicadas. Assim, 12,5% afirmaram ter visto em um filme/documentário; 4,1% ter lido em um livro; 16,7 ter lido em um jornal; 8,3% aprendeu na escola; e 41,7% não responderam esta pergunta específica.

Observarmos durante este primeiro contato que os alunos mais velhos nem sempre se utilizaram de suas memórias. Assim como os demais discentes, tentaram reproduzir um discurso considerado “correto”, tal como é apresentado nos livros didáticos³ buscando sintetizar todo o período. Neste discurso, afirmou-se que os brasileiros viveram sobre um regime militar, no qual os cidadãos perderam muitos de seus direitos básicos e se alguma pessoa se opusesse ao governo era duramente torturada ou exilada, além de explicar o que era a censura e como isso interferia na vida dos cidadãos. Logo, um dos fatores essenciais de nossa pesquisa, a análise dos conhecimentos prévios através dos registros de memórias dos indivíduos mais velhos, não puderam ser bem evidenciados nas respostas coletas por este primeiro questionário⁴, sendo possível somente na etapa posterior da metodologia, a partir de uma prática dialógica com o conjunto dos alunos.

Isto posto, a partir dos dados prévios gerais executamos a segunda fase de nossa metodologia, através de uma aula-oficina (BARCA, 2004), na qual utilizamos como referência os dados mais citados pelos alunos e os fatos não citados por nenhum deles. Nesta proposta de aula-oficina optamos pelas fontes musicais. Marcos Napolitano (2001) concebe a canção como um conjunto, considerando-a uma materialidade sonora portadora de mensagens poéticas, políticas, e que ao mesmo tempo age em nossos desejos. A canção, para o autor, é um documento histórico que nos possibilita ter várias interpretações sobre um mesmo período, pois se trata de algo produzido em determinado contexto e por determinados sujeitos. Por se tratar de uma fonte que pode apresentar múltiplas leituras e análises, conseqüentemente permite ao ouvinte sentir várias reações,

³ Utilizamos como referência o livro didático adotado pelo professor da referente turma: VAINFAS, Ronaldo; FERREIRA, Jorge Luiz; FARIA, Sheila Siqueira de Castro. História: o mundo por um fio: do século XX ao XXI. Volume 3. São Paulo: Saraiva, 2010.

⁴ Nos registros realizados em nosso caderno de campo a partir de conversas dentro de sala de aula, foi possível perceber que as ações do regime não tiveram impacto direto em suas vidas. O aluno de 56 anos é porteiro há mais de 30 anos, afirmou não se recordar de ouvir falar de nenhuma tortura ou de censura na cidade de São João del-Rei, onde reside desde o nascimento. O aluno de 51 anos também afirmou não se recordar de nenhum fato marcante nesta época, e nem mesmo quando já maduro se tornou motorista ouviu comentários deste tipo, apenas se recordou de ter lido algo sobre artistas que voltavam do exílio.

despertando o interesse dos alunos e os motivando no desenvolvimento das atividades propostas (NAPOLITANO, 2001).

Selecionamos duas músicas cafonas que obtiveram destaque durante a ditadura: *Torturas de Amor* de Waldick Soriano e *Uma Vida Só (Pare de Tomar a Pílula)* de Odair José. Nosso objetivo era que os alunos percebessem que a música cafona esteve no centro da censura e repressão durante a ditadura, por realizar denúncias mais populares como a segregação social ou até mesmo acerca do autoritarismo existente. Como enfatiza o autor Paulo César Araújo:

Quando relacionam produção musical e regime militar, os críticos, pesquisadores e historiadores da nossa música são pródigos em ressaltar a ação de combate e protesto empreendida por diversos compositores da MPB, que se valiam de metáforas, imagens truncadas e herméticas, com o objetivo de driblar a censura e manifestar o seu inconformismo com o quadro político-social vigente. O que estes analistas nunca ressaltam, ou simplesmente ignoram, é o papel de resistência desempenhado naquele mesmo período por artistas populares como Paulo Sérgio, Odair José, Benito di Pauta e, não se surpreenda, a dupla Dom & Ravel. (ARAÚJO, 2002, p.12).

Indagamos aos alunos suas primeiras impressões sobre as músicas, o que sentiam ao ouvi-las e o que elas lhes remetiam como cidadãos brasileiros, dentre outras questões. As respostas foram diversificadas e registradas durante toda a aula-oficina através de gravação, além de anotações no caderno de campo após a prática de ensino.

Ao longo da aula e com a mediação da pesquisadora, os alunos passaram a discutir o período histórico analisando as canções e refletindo sobre aspectos de seu cotidiano, como o conceito de democracia e a liberdade de expressão. Tanto os alunos mais velhos quanto os mais novos, durante toda a aula, estiveram no mesmo nível nas discussões, os alunos mais velhos não mencionaram nenhuma memória em particular e todas as opiniões permaneceram em um mesmo grau de análise. Ou seja, neste momento da pesquisa não foi detectado nenhum nível de distinção no desenvolvimento da turma.

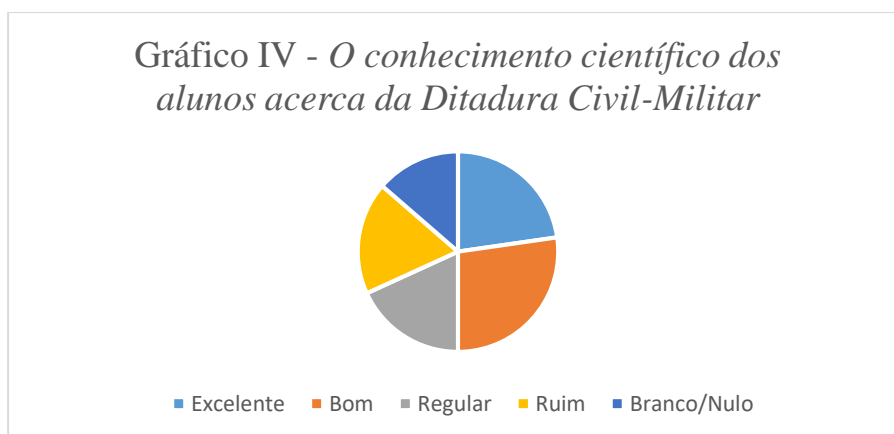
RESULTADOS:

Posteriormente ao término da aula-oficina seguiu-se o intervalo de uma semana para a aplicação do questionário final, no qual recolhemos os dados referentes ao processo

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

de aprendizagem. Elaboramos duas questões aos alunos: na primeira o foco era o que eles tinham aprendido sobre o conteúdo discutido na aula-oficina; e na segunda os interrogamos se o uso da música cafona como fonte histórica os auxiliaram em sala de aula.

Obtivemos os seguintes resultados:



Gráficos IV: O conhecimento científico dos alunos acerca da Ditadura Civil-Militar (questão 01)

Legenda: Os questionários finais foram respondidos por 22 alunos e posteriormente divididos em 5 categorias. Na questão 01 os resultados foram: Excelente 5, Bom 6, Regular 4, Ruim 4, Branco/Nulo 3.

Classificamos na faixa entre “excelente” e “bom” as questões em que os alunos conseguiram sintetizar o que foi a ditadura civil-militar, citando as camadas sociais que apoiaram o golpe ou ainda exemplificando como se deu a censura e as medidas tomadas contra quem se opunha ao regime. Qualificamos como “regular” as questões em que somente um aspecto sobre o tema foi trabalhado pelos alunos como, por exemplo, a menção às censuras e agressões. As respostas consideradas “ruins” não conseguiram sistematizar as questões trabalhadas em uma narrativa coerente, embora expressões-chave discutidas na aula-oficina tenham sido contempladas. Por fim, as questões classificadas no quesito “branco/nulo” se referem a ausência de resposta na Questão 01. Este último critério também foi utilizado na Questão 02, referente ao Gráfico V.

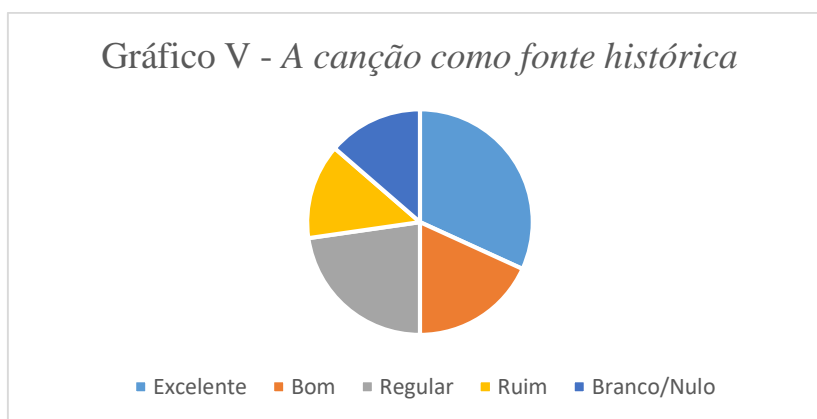


Gráfico V: A canção como fonte histórica (questão 02)

Legenda: Na questão 02 os resultados foram: Excelente 7, Bom 4, Regular 5, Ruim 3, Branco/Nulo 3. Os alunos considerados “Branco/Nulos” afirmaram não terem assistido a Aula-Oficina.

Consideramos na faixa entre “excelente” e “bom” os alunos que explicaram a importância da música como fonte histórica, relacionando-a com o período histórico debatido e expondo a importância que elas tinham para os artistas da época. Todavia, as respostas avaliadas na faixa “regular” apenas mencionaram a música como um auxílio na compreensão do período histórico. As respostas que não indicaram a música como uma fonte histórica, ou não citaram o seu uso pelos artistas na ditadura, foram consideradas “ruins”, pois os alunos apenas mencionaram que gostavam de música.

Através destes dados é possível analisarmos a importância do uso dos conhecimentos prévios dos alunos no processo de ensino. Durante a formulação da aula-oficina empregamos as questões que os alunos indicaram nos questionários, usando-as como ponto de partida. Como a aula-oficina foi ministrada em apenas uma aula, evidentemente não pudemos realizar um trabalho sistemático sobre o conteúdo trabalhado. Entretanto, a maioria dos alunos demonstraram em suas respostas que compreenderam o que é uma fonte histórica. Além disso, associaram as canções às discussões sobre o período histórico em suas respostas na Questão 01 (Gráfico IV).

Podemos afirmar que o grupo de discentes mais velhos, sendo composto por apenas 4 alunos, alcançou um nível razoável de compreensão sobre o período histórico. Já os alunos mais novos, abaixo dos 25 anos de idade, em um quadro geral, tiveram respostas que puderam ser consideradas na faixa entre “excelente” e “boa”. Entendendo

que os conhecimentos prévios são sempre fragmentados e dispersos, destacamos que junto aos nossos alunos mais velhos a experiência de viver durante o regime militar não foi necessariamente aglutinadora de referências mais significativas que pudessem auxiliá-los na construção do conceito. Contudo, na avaliação da segunda questão as respostas de ambos os grupos foram mais claras, pois eles conseguiram fazer relação das fontes musicais com a ditadura, ou seja, o uso da música cafonas como documento histórico pôde efetivamente auxiliar no processo de construção do conhecimento histórico de ambos os grupos.

CONCLUSÃO:

O autor inglês Peter Lee ao trabalhar com a cognição em história distingue os chamados conceitos substantivos dos conceitos de segunda ordem. Em sua linha de raciocínio, o conceito aqui trabalhado de “ditadura civil-militar” seria um *conceito substantivo*, voltado para o “conteúdo histórico”, enquanto os *conceitos de segunda ordem*, seriam aqueles do universo da epistemologia da Ciência da História (LEE, 2006), como a própria concepção de fonte; no nosso caso, as fontes musicais. Neste nosso trabalho buscamos analisar tanto o que os alunos compreenderam do conceito substantivo “ditadura civil-militar” quanto a potencialidade que a fonte musical poderia nos trazer junto ao processo de aprendizagem. Nas palavras de Isabel Barca,

A interpretação de fontes históricas que refletem diversos pontos de vista constitui um elemento fundamental na progressão do conhecimento histórico. Mas, em História, a interpretação das fontes depende da própria literacia histórica. Reconstroi-se mentalmente uma dada situação histórica a partir das fontes, por adução (Booth, 1978; Shemilt, 1987; Van der Dussen, 1991). Por outras palavras: a interpretação das fontes está intrinsecamente relacionada com o seu nível de contextualização. (BARCA & GAGO, 2001).

Assim, à partir dos dados coletados foi possível percebermos que de fato o interesse dos alunos direciona a sua compreensão histórica, a qual, por sua vez, permite que eles se orientem no tempo (RÜSEN, 2006). As respostas dos questionários finais, em certa medida, se valeram dos registros relativos aos seus conhecimentos prévios já indicados nos questionários, porém, foram reelaboradas de forma mais aprofundada. Ou

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

seja, tais conhecimentos prévios só foram úteis ao processo de aprendizagem porque foram utilizados na formulação da própria aula-oficina, figurando como ponto de partida para o nosso trabalho. Constatou-se ainda que a escolha das fontes foi fundamental para um bom resultado no processo de ensino. Optamos por canções mais populares, de intérpretes que foram citados pelos alunos nos questionários prévios, aproximando-os da fonte histórica.

Ao analisarmos as respostas dos questionários finais, tornou-se evidente que o uso das canções como documentos contribuiu significativamente no processo de ensino e aprendizagem histórica. Tal contribuição, aliada aos conhecimentos prévios dos alunos, potencializaram o acesso ao passado, ajudando nos passos de uma “literacia” (LEE, 2006), o que significa compreender a natureza do conhecimento histórico, além de dominar alguma história substantiva, englobando de forma mais eficiente uma alfabetização histórica dos educandos.

REFERÊNCIAS:

AZAMBUJA, Luciano de. & SCHIMDT, M. Auxiliadora. “Aprendi a pensar que música também é história: perspectivas da educação histórica”. In: **Educação e Consciência Histórica na Era da Globalização**. Org: Isabel Barca. Braga, 2011.

ARAÚJO, P. C. **Eu não sou cachorro, não**. Música popular cafona e ditadura militar. RJ: Record, 2002.

BARCA, Isabel. Literacia e consciência histórica. **Educar**, Curitiba, Especial, p. 93-112, 2006.

_____. Aula Oficina: do Projeto à Avaliação. In: **Para uma educação de qualidade: Atas da Quarta Jornada de Educação Histórica**. Braga, Centro de Investigação em Educação (CIED)/Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho, 2004, p. 131-144.

BARCA, Isabel & GAGO, Marília. Aprender a pensar História: um estudo com alunos do 6º ano de escolaridade. **Revista Portuguesa de Educação**, 2001, 14(1), pp. 239-261. CEEP, Universidade do Minho, Portugal.

BITTENCOURT, C. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2004.

BRANDÃO, Z. Entre Questionários e Entrevistas. In: **Pesquisa em Educação**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2002, p.27-43.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais. História, Brasília, 1998.

DUARTE, R. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n.115, 2002.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 14. ed. ver. Atual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

HICKENBICK, Claudia. “**Lembrança, interesse e história substantiva: significados do ensino e aprendizagem da história para os sujeitos da educação de jovens e adultos**”. Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná – Curitiba, 2009.

LEE, Peter. “Em direção a um conceito de literacia histórica”. **Revista Educar**, Curitiba, Especial, p. 131-150, 2006.

NAPOLITANO, Marcos. Fontes audiovisuais. A História depois do papel. In: PINSKY, Carla B. & Outros. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

_____. M. **História e Música**. História cultural da música popular brasileira. Belo Horizonte. Ed. Autêntica, 2001.

REIS, D. A. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

RÜSEN, Jörn. Didática da História: passado, presente e perspectivas a partir do caso alemão. **Práxis Educativa**. Ponta Grossa: v. 1, n.2, p.07, 2006.

_____. Razão histórica. **Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica**. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Ed. UNB, 2001, 194p.

Uma proposta interdisciplinar para o ensino: A utilização de mangás como instrumento didático

Breno Henrique da Silva Ricardo

Klinsman Elias da Costa

RESUMO:

O livro *Thermae Romae*, escrito por Mari Yamazaki, foi publicado em 2009 em Tóquio. A partir dessa obra objetiva-se contribuir em projetos para formação de leitores, integrando o ensino de História e Língua Portuguesa, aproximando-o da realidade do aluno; desenvolver neste a habilidade de compreender as diversas leituras sobre o passado; e proporcioná-lo um primeiro contato com a língua latina. Buscaremos além disso comparar a abordagem de Roma Antiga feita pelo mangá com a perspectiva do livro didático.

PALAVRAS CHAVES: Mangá, História em Quadrinhos, Mari Yamazaki, *Thermae Romae*, Império Romano, Ensino Interdisciplinar.

ABSTRACT:

The book *Thermae Romae*, write by Mari Yamazaki, was first published in 2009, Tokyo. The objective of the present article is to contribute with a project for the formation of readers, integrating the Portuguese Language and History subjects, approaching it to the student's reality; the develop of comprehension's skills about the many ways we can read the past; and a first contact of the student with Latin. Besides that, we will compare the Ancient Roma's approach made by the manga and the textbook.

KEY WORDS: Manga, Comics, Mari Yamazaki, *Thermae Romae*, Roman Empire, Interdisciplinary Teaching.

INTRODUÇÃO:

O presente artigo pretende discutir a utilização de ferramentas contemporâneas no ensino de Português e História, bem como propor novas perspectivas no ensino interdisciplinar. Utilizaremos a obra *Thermae Romae*, de Mari Yamazaki e abordaremos os componentes que se mostram interessantes no Ensino Básico e Médio, levando em consideração o peso cultural e pedagógico que as histórias em quadrinhos possuem atualmente e a necessidade da aproximação da escola com a realidade dos alunos. O mangá conta a história de um arquiteto romano chamado Lucius, que enfrenta dificuldades para ter novas ideias. Certo dia, no banho público, ele descobre um túnel secreto que o leva para uma casa de banho do Japão contemporâneo. Inspirado pelas

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.

ISSN: 2317-0468

17 a 21 de outubro de 2016

inovações que encontra ali, cria sua própria casa de banho quando volta à Roma Antiga, inserindo nela tais inovações com grande sucesso.

1. Contexto histórico e apresentação inicial do gênero

As histórias em quadrinhos, historicamente, sofreram e sofrem para se afirmarem enquanto gênero e objeto cultural desvinculado do estereótipo negativo estabelecido na década de 1950 nos EUA e, conseqüentemente, no ocidente influenciado pelo país norte-americano. A publicação do livro “*Seduction of the innocent*”, do psicólogo Fredric Wertham, contribuiu fortemente para que os quadrinhos fossem vistos como inimigos da moral e bons costumes americanos, e acarretou uma série de medidas sociais e governamentais como a criação de uma censura especializada a qual limitava a produção artística de acordo com os valores estadunidenses. Temas como drogas, violência explícita e homossexualidade recebiam forte repressão.

Com os avanços sociais e a expansão do gênero, os quadrinhos aos poucos se consolidaram no mercado e seu reconhecimento enquanto objeto artístico e educacional tornou-se inevitável. Na academia, principalmente na área da pedagogia, o tema se solidificou através de pesquisas e dissertações. No mercado, várias editoras tratando de diversas temáticas se estabeleceram e impulsionaram o gênero à grande massa.

É importante ressaltar que o gênero história em quadrinhos apresenta composições estruturais únicas as quais necessitam um processo diferenciado de identificação dos significados praticado pelo receptor. Os balões e suas diferenças, a disposição de cenas nos enquadres, a ordem de leitura e a junção da linguagem verbal e não-verbal são apenas alguns dos fatores que precisam ser dominados pelo leitor. Podemos falar então de um processo de alfabetização, elevando o status da arte, texto, letras e edição compositoras da HQ a uma linguagem específica.

2. A utilização de *Thermae Romae* para um contato inicial com o Latim e discussões acerca de linguagem

Mari Yamazaki, autora do mangá *Thermae Romae*, argumenta no prefácio da primeira edição que o objetivo inicial do desenvolvimento do livro era proporcionar um contato dos japoneses com a cultura romana. O mangá é uma produção artística extremamente popular e de livre circulação no Japão, o que é um dos facilitadores de seu objetivo. Através da arte que remete às esculturas romanas, mas sem perder a identidade japonesa desenvolvida pela arte característica das produções nipônicas, a autora nos conta a história de um arquiteto romano do século II que inexplicavelmente viaja para o Japão contemporâneo, utilizando a comédia e o non sense em sua narrativa. Quando Luciusse encontra no Japão, nos é apresentado a língua latina em seus balões de fala (enquanto os personagens japoneses se comunicam em português na tradução de Drik Sada, e em japonês na obra original), o que abre precedentes para vários assuntos da Língua Portuguesa. Primeiramente o contato com a própria língua latina, o qual os alunos dificilmente terão, visto que o ensino de latim não é obrigatório desde 1964. Essa apresentação de uma língua estudada apenas em ambientes acadêmicos é essencial para entendermos a formação histórica da nossa própria língua portuguesa e pode servir como um iniciador do estudo sobre variações linguísticas. Em segundo, podemos evidenciar estudos referentes ao multiculturalismo e correlação entre línguas distintas.

3. Uso de histórias em quadrinhos no Ensino de História

Os primeiros trabalhos acadêmicos publicados no Brasil sobre o uso das histórias em quadrinhos como suporte para o ensino de História datam da década de 1980. No entanto, atualmente ainda há considerável resistência ao seu uso em sala de aula.

Incluimo-nos nesse debate a fim de colaborar com a difusão do conhecimento por meio das histórias em quadrinhos, ampliando a perspectiva do aluno para um consumo crítico da cultura de massa. Esse tipo de material possibilita o despertar do interesse do aluno pela leitura e pelo conteúdo didático, além de consciência crítica sobre o que está consumindo em seu dia-a-dia.

A escola tende a privilegiar em seus projetos a leitura de livros consagrados. As histórias em quadrinhos e os Best-sellers tendem a ser relegados como inferiores e incapazes de ser utilizados como instrumento didático.

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016*

Compreendemos que projetos escolares que objetivem a formação de leitores, sendo interdisciplinares, possibilitam abranger todo o universo da literatura, afinal, estamos inseridos em um sistema globalizado e fortemente massificado que deve ser compreendido e visto pelo aluno de forma crítica. O desafio de aproximação do ensino ao contexto do aluno por meio da literatura comercial pode ser conjugado ao uso da literatura clássica objetivando a ampliação dos seus horizontes.

Conscientes de que nenhum suporte didático é cartilha imbuída de verdade absoluta, é necessário adaptar os métodos de trabalho ao suporte utilizado. É papel do professor fazer perguntas pertinentes que direcionem o aluno à crítica. O mangá, especificamente, diz respeito a uma cultura que o produz e um público que o consome. Cada história apresenta visões de mundo de seus autores e reflete interesses dos agentes econômicos que investem em sua publicação. É possível também debater questões como o efeito da publicidade sobre o gosto e da globalização sobre a distribuição e o intercâmbio cultural; pensar os motivos pelos quais certas obras são consagradas como clássicas e tradicionalmente compõem os currículos escolares e outras, como o mangá, geralmente são consideradas entretenimento sem importância acadêmica.

Escolhemos comparar o livro didático a esse suporte, devido à sua posição ainda central no ambiente de ensino, por vezes, como um cânone portador de indiscutível verdade. Colaborar para a compreensão do aluno de que o livro didático expressa um posicionamento político e representa interesses sócio-econômicos, desde os temas selecionados até a forma como os trata; atentar para as ausências e o que elas podem dizer sobre as realidades contemporâneas e passadas; esclarecer, do ponto de vista teórico, que a História é escrita de variadas formas e a análise dessa diversidade diz sobre a complexidade das realidades sociais em diversas épocas.

Selecionamos o mangá *Thermae Romae*, considerando-o um meio de aplicação dos objetivos acima elencados. Ele traz diversas possibilidades de abordagem sobre tempo, os modos de percebê-lo e as relações entre passado, presente e futuro; a organicidade das transformações históricas; e a história vista de baixo.

Do ponto de vista do conteúdo, uma das possibilidades é trabalhar o auge do Império Romano, no século II, governo do imperador Adriano. O livro didático

selecionado para os fins comparativos foi “História para o ensino médio: volume 1”, dos historiadores Marcos Napolitano e Mariana Villaça.

Os livros didáticos de um modo geral e, especificamente o que selecionamos, privilegiam os grandes acontecimentos, destacando a ação de líderes ou grandes movimentos, guerras e instituições, deixando a desejar as articulações em contextos micro. Lecionando o tema a partir do mangá, é possível acrescentar a essa visão macro, mostrando ao aluno que a história é construída por diversos agentes, muitas vezes anônimos. A protagonista Lucius é um arquiteto o qual sem pretensões que não a de garantir o próprio emprego, acaba contribuindo para a mudança nos rumos culturais e políticos do Império.

Além disso, é importante salientar que o quadrinho histórico diz mais da época em que foi produzido que da época em que é ambientado. Afinal, para a sua produção envolve-se um corpo editorial inserido em determinada cultura, regime político e sistema econômico que o influencia. Da mesma forma, os livros didáticos não possuem a neutralidade que diz o senso comum. A própria ideia e pretensão de ser neutro diz respeito à influência de um contexto social e época específicos.

Após extrair dos alunos as suas primeiras impressões e interpretações do mangá, o professor tem por função direcionar a leitura e mediar o debate, discernindo o que no livro há de embasamento historiográfico, e o que nele representa visões de mundo e invenções dos autores ou motivos e influências editoriais. Exemplos dessa mediação são: salientar que os objetos produzidos por Lucius inspirados no que ele via no Japão contemporâneo não existiram no Império Romano; e esclarecer que a fala informal do mangá tenta simular as conversas em latim vulgar, entre outros.

Um dos direcionamentos possíveis é a comparação com o livro didático. O que selecionamos tem no capítulo sobre Roma Antiga, uma sessão chamada “A cidade romana”. Esta, de modo genérico, apresenta ao estudante a arquitetura, o urbanismo e a vida cultural romana, citando, inclusive, as termas e banhos públicos (NAPOLITANO; VILLAÇA, 2013: 96)

Visto a impossibilidade de se acessar empiricamente o passado, estudá-lo demanda um processo imaginativo. No ensino de História, o professor esforça-se por construir na mente do aluno uma imagem desse tempo. O mangá ajuda nesse objetivo,

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
 “O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
 Juiz de Fora, 2017, 1554p.
 ISSN: 2317-0468
 17 a 21 de outubro de 2016*

permitindo, por exemplo, imaginar a vida privada do cidadão romano em relação às determinações do poder e pensar as continuidades e rupturas nessas relações. Afinal, o sistema político apesar de mudar em sua forma, continua influenciando e sendo influenciado por toda a sociedade, seja por participação ativa ou pelo silêncio de seus agentes.

O mangá como instrumento didático tem, portanto, grande potencial como meio de aproximar o ensino da realidade do aluno e facilitar a explanação de conceitos complexos da Teoria da História. Possui também potencial simbólico, na medida em que desconstrói os paradigmas acadêmicos sobre o que é ou não digno de ser estudado.

BIBLIOGRAFIA:

BARBOSA, A. *Como usar as histórias em quadrinhos na sala de aula*/ Alexandre Barbosa, Paulo Ramos, Túlio Vilela; Angela Rama, Waldomiro Vergueiro, (org). 4 ed. 2ª Reimpressão. São Paulo: Contexto, 2014. (Coleção como usar na sala de aula)

NAPOLITANO, M.; VILLAÇA, M. *História para o ensino médio: volume 1*. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. 352 p.

FONTE:

YAMAZAKI, Mari. *Thermae Romae* vol. 1. São Paulo: JBC, 2013.

Simpósio Temático 08: Racismo e construção de identidades: O que temos a ver com isso?

Coordenadores: Giovana de Carvalho Castro (Mestre em Ciência da Religião) & Carla Cristina Carvalho Pereira (Mestre em Educação)

“Caráter”, cor e branqueamento nas *Sapatarias* de Debret

Lucas dos Santos Silva¹

Resumo:

Este trabalho investiga o “caráter” das raças construído por Debret e as possibilidades de branqueamento da população brasileira preconizadas pelo pintor, as quais inserem-se no projeto mais amplo de representar o irradiar da civilização no Brasil. Objetiva-se sustentar a tese de que a caracterização do negro, do mulato e do branco presente nos textos de *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil* legitima as relações interraciais vigentes e, além disso, repercute nas construções imagéticas de Debret. Para tanto, analisa-se a litogravura *Sapatarias*, na qual coexistem e interagem em um mesmo plano o negro, o mulato e o branco. Partindo disso, defende-se a existência de um diálogo constante entre o projeto civilizatório debretiano e suas formulações acerca do branqueamento, as quais, por sua vez, alinham-se as demais teorias formuladas sobre este tema naquele contexto.

Palavras-chave: Debret. Branqueamento. “Caráter”. Cor. *Sapatarias*.

Abstract:

This work aims to investigate the features of the races constructed by Debret, and the racial whitening possibilities, asserted by the artist, for the Brazilian population, which fits into a broader project of representing the rise of civilization in Brazil. It is intended to sustain the thesis that the racial descriptions presented in *Voyage Pittoresque and Historique au Brésil* legitimize the current interracial relationships. Besides that, the inter-racial issues are reflected in the images produced by Debret. Therefore, it analyzes the lithograph *Boutique de cordonnier*, in which the black, the mulato and the white coexist and interact. It is believed that the existence of a constant dialogue between Debret civilization project and his formulation about racial whitening is aligned with the other theories formulated, in the presented historical context, upon this topic.

Key-words: Debret. Racial whitening. Features. *Boutique de Cordonnier*.

¹ Graduando em história na Universidade Federal de Juiz de Fora.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
 “O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
 ISSN: 2317-0468
 17 a 21 de outubro de 2016

1. Introdução

A abertura dos portos às nações amigas, em 1808, torna o Rio de Janeiro um ponto para o qual convergem múltiplos olhares. Seja a partir de pretensões econômicas ou impelidos pela busca do exótico, viajantes de diversas origens e ofícios relatariam suas observações acerca da Colônia e mais detidamente de sua capital. Nesse movimento insere-se Jean Baptiste Debret (1768 – 1848), integrante da Missão Artística Francesa, incumbida de inaugurar uma Academia de Belas Artes e de construir a imagem da capital do Vice-Reino. A contribuição debretiana neste sentido dá-se através do livro *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*, que tem como intento central representar a *démarche* do processo civilizatório que estaria em curso no Brasil do século XIX. Publicada na França, entre 1834 e 1839, esta obra compila relatos de outros indivíduos e da própria observação de Debret durante sua estadia no Brasil entre 1816 e 1831.

Apesar de sua formação Neoclássica como pintor de corte, em *Viagem* Debret pode ser perscrutado como artista viajante, na medida em que busca a representação de uma sociedade dos trópicos, até então pouco conhecida pela maior parcela dos viventes na Europa. O conceito de artista viajante, cujo gérmen situa-se no intento de representar o desconhecido e o *pitoresco*, precisa ser pensado às luzes da tensão entre os dois termos que o compõem (MATTOS, 2004). Para o público (sobretudo Europeu) que consumia estas obras, a faceta de “viajante” se sobrepunha a de “artista”, sendo desconsiderada a liberdade criativa e as técnicas de representação, naturalmente particulares, distintas e subjetivas. Essa visão enviesada das imagens, que toma os artistas viajantes como testemunhas oculares, faz com que se confira a estas representações um tom de objetividade inexistente. No caso de Debret tal questão é particularmente significativa, na medida em que seus relatos e imagens estão umbilicalmente alinhados e articulados ao seu intento de representar o progresso da civilização no Brasil. É preciso lembrar que, conforme aponta Valéria Lima (2007), para além de representar o que há de pitoresco na América Portuguesa, faz parte do projeto debretiano pensar, representar e reconstituir a sua própria história do Brasil.

Debret ressalta em *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil* a centralidade do papel do negro para o funcionamento econômico do nascente Império do Brasil, apontando a

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

importância de sua atuação como base da mão de obra nas mais diversas atividades econômicas, com múltiplos níveis de especialização. Nesse sentido, ao representar o Rio de Janeiro - polo irradiador da civilização para o restante do território – o francês constrói a imagem do negro como a do principal ocupante das ruas, responsável por garantir a dinamicidade e a efervescência da cidade capital do Império. Articulado a este “irradiar da civilização”, J.B. Debret tece também formulações acerca das possibilidades de branqueamento da população brasileira, as quais dialogam substantivamente com as concepções debretianas acerca do “caráter” das raças.

Em relação a escravidão, a postura debretiana é a de reporta-la como algo estabelecido e naturalizado na sociedade brasileira. Nesse sentido, Debret não a legitima ou defende e tampouco pretende criticá-la ou denunciá-la, o que é aferível em seus escritos é a constatação do uso deste tipo de mão de obra na dinâmica econômica brasileira. Não sendo, portanto, propriamente um abolicionista, as críticas de Debret direcionam-se somente aos excessos por vezes cometidos pelos senhores durante a punição de seus escravos, sobretudo quando isso ocorre sem um fundamento ou aval jurídico.

É no segundo Volume do primeiro Tomo de *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil* que concentram-se as reflexões debretianas acerca do trabalho do negro, particularmente no ambiente urbano. Ademais, é onde localizam-se os escritos de Debret que versam sobre o negro, o mulato e o branco, bem como um panorama da economia e da situação política do Brasil no contexto do Primeiro Reinado. A prancha *Sapatarias* (DEBRET, T 2: 251), que será abordada neste trabalho, também encontra-se neste volume.

2. O “caráter” das raças

Conforme citado anteriormente, observa-se nos escritos de Debret uma articulação entre o progresso civilizatório e o branqueamento da população brasileira. Com efeito, dá-se, paralelamente ao processo de civilização traçado em *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*, a enunciação de um projeto racial, o qual daria-se em dois movimentos. Através das relações inter-raciais, as quais seriam responsáveis por “materialmente” conduzir a

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

diminuição das diferenças entre as raças. E por meio do “progresso da educação”, o qual inculcava na população o respeito pelas características e pelo “mérito” de cada uma das raças.

Sòmente a **civilização** poderá destruir esses elementos de desordem: **materialmente**, pela **mistura** mais frequente **dos dois sangues**, e **moralmente**, pelo **progresso da educação** que retifica a opinião pública e a induz a **respeitar o verdadeiro mérito onde quer que se encontre** (DEBRET, Tomo I, v. II, 1972: 108, grifo nosso)

No trecho acima, é perceptível que o projeto racial de Debret supera a ideia de miscigenação e branqueamento da população. Na perspectiva debretiana, faz-se necessário também que, através da “razão”, o “caráter” de cada uma das raças seja respeitado, de modo a viabilizar a conciliação e a estabilidade nas relações raciais. Mas qual seria o “caráter” correspondente a cada uma das raças na visão de Debret?

Nas páginas iniciais do segundo Volume do primeiro Tomo de *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*, Debret delineia de modo bastante explícito sua concepção de cada uma das raças. O “caráter” do brasileiro branco, por exemplo, é definido como sendo afável e preguiçoso. Segundo Debret, esta última característica decorre de fatores climáticos. O calor dos trópicos, afirma o francês, atinge o branco de modo muito mais intenso que a outras raças, tornando-o enfraquecido e pouco afeito ao labor. Além desses atributos, a população branca idealizada por Debret é tida como criativa, imaginativa e “fértil em projetos”, os quais, em virtude de seu constante estado de inércia, não são por ela executados. Por outro lado, os indivíduos de pele clara retratados não são por isso menos criteriosos na avaliação do cumprimento de seus desejos, isto é, são exigentes, vigilantes, ativos e críticos no que concerne à realização de suas vontades. Nas palavras do próprio Debret:

(...) Suas faculdades naturais declinam na proporção da menor altitude em que habita. Mais fraco, então, e conservando apenas a vivacidade do espírito brasileiro, nos outros unida à força, **não passa de um homem fértil em projetos, subjugado pelos seus desejos, que se sucedem demasiado rapidamente e cuja execução êle abandona por completo**, julgando-a frivolumente penosa ou aborrecida. **Nem por isso se mostra menos exigente quanto à perfeição dos objetos submetidos à sua crítica**; mas é suficiente satisfação para seu amor-próprio descobrir-lhes os defeitos. (DEBRET, Tomo I, v. II, 1972: 109, grifo nosso)

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
 ISSN: 2317-0468
 17 a 21 de outubro de 2016

No excerto supracitado, o “caráter” do branco construído por Debret tornaria tal raça propensa à supervisão do labor alheio. Segundo Debret, os brancos instalados no Brasil e inseridos na dinâmica econômica do país dão-se por satisfeitos ao tecerem críticas e sua inserção na economia dá-se com este propósito. Debret afirma ainda em uma outra passagem que pairava entre a população luso-brasileira uma tendência a condenar o trabalho de qualquer espécie:

(...) o **orgulho e a indolência do português consideram desprezível quem se mostra no Brasil com pacote na mão**, por menor que seja. E essa exigência vai tão longe, que na época de nossa chegada, vimos um de nossos vizinhos no Rio de Janeiro voltar para casa, dignamente seguido por um negro, cujo enorme cêsto continha nesse momento um lápis de cera para lacrar e duas penas novas”. (DEBRET, Tomo I, v. II, 1972: 159, grifo nosso)

A citação acima, para além de caracterizar o desprezo pelo labor por parte da população branca que habitava o Brasil, preconiza que o negro debretiano está indissociavelmente atrelado ao trabalho, substituindo o branco no desempenho deste. J.B. Debret chega a afirmar que “Tudo assenta pois, neste país, no escravo negro” (DEBRET, Tomo I, v. II, 1972), seja no campo como agricultor, ou mesmo na cidade, ambiente no qual a população negra desempenhava diversas funções. Nesse sentido, acerca do “caráter” desta raça, Debret caracteriza-o como sendo intelectualmente limitado, vigoroso e dócil, o que o tornaria mais suscetível a escravidão do que a população indígena. Nota-se, portanto, que há no discurso de Debret a intenção de adequar as características raciais por ele construídas a função desempenhada por negros e brancos na lógica econômica do Brasil. Nesse arranjo, caberia ao branco fiscalizar o trabalho do negro, seja ele livre ou escravo.

Os mulatos, nessa dinâmica, inserem-se de modo menos harmônico. As descrições que os abordam, em *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*, são mais díspares, complexas e nuançadas. O temperamento da população mulata, na perspectiva debretiana, é aquele que mais harmoniza com o clima e resiste ao calor tropical. Ademais, o mulato construído e retratado por Debret possui mais energia que o negro e se coloca moralmente e fisicamente acima deste, na medida em que herda uma parte da inteligência do branco.

Nessa perspectiva que, em simultâneo, concilia e hierarquiza as raças, a condição da população mulata é bastante tensa. Ora são apresentados por Debret em posição quase equânime a dos brancos, ora são representados como escravos. Seu “caráter” é descrito como “presunçoso, libidinoso”, “irascível e rancoroso”, em virtude do desprezo recebido tanto por negros quanto por brancos:

É naturalmente presunçoso e libidinoso, e também irascível e rancoroso, oprimido, por causa da côr, pela raça branca que o despreza e pela negra que detesta a superioridade que êle se prevalece (DEBRET, Tomo I, v. II, 1972: 108)

No entanto, em outras passagens, Debret afirma que o mulato civilizado tende a progressivamente “libertar-se da posição indecisa que o branco lhe assina na ordem social” (DEBRET, Tomo I, v. II, 1972), i.e., o artista vislumbra a possibilidade de integração desta população. Nesse sentido, civilização e branqueamento novamente articulam-se, na medida em que, na perspectiva debretiana, estes dois elementos com o passar do tempo farão com que a “linha de demarcação” que separa estas duas raças seja esquecida. Para Debret, o mulato dito “civilizado” teria a possibilidade de se integrar aos brancos, imiscuindo-se a estes com o passar do tempo:

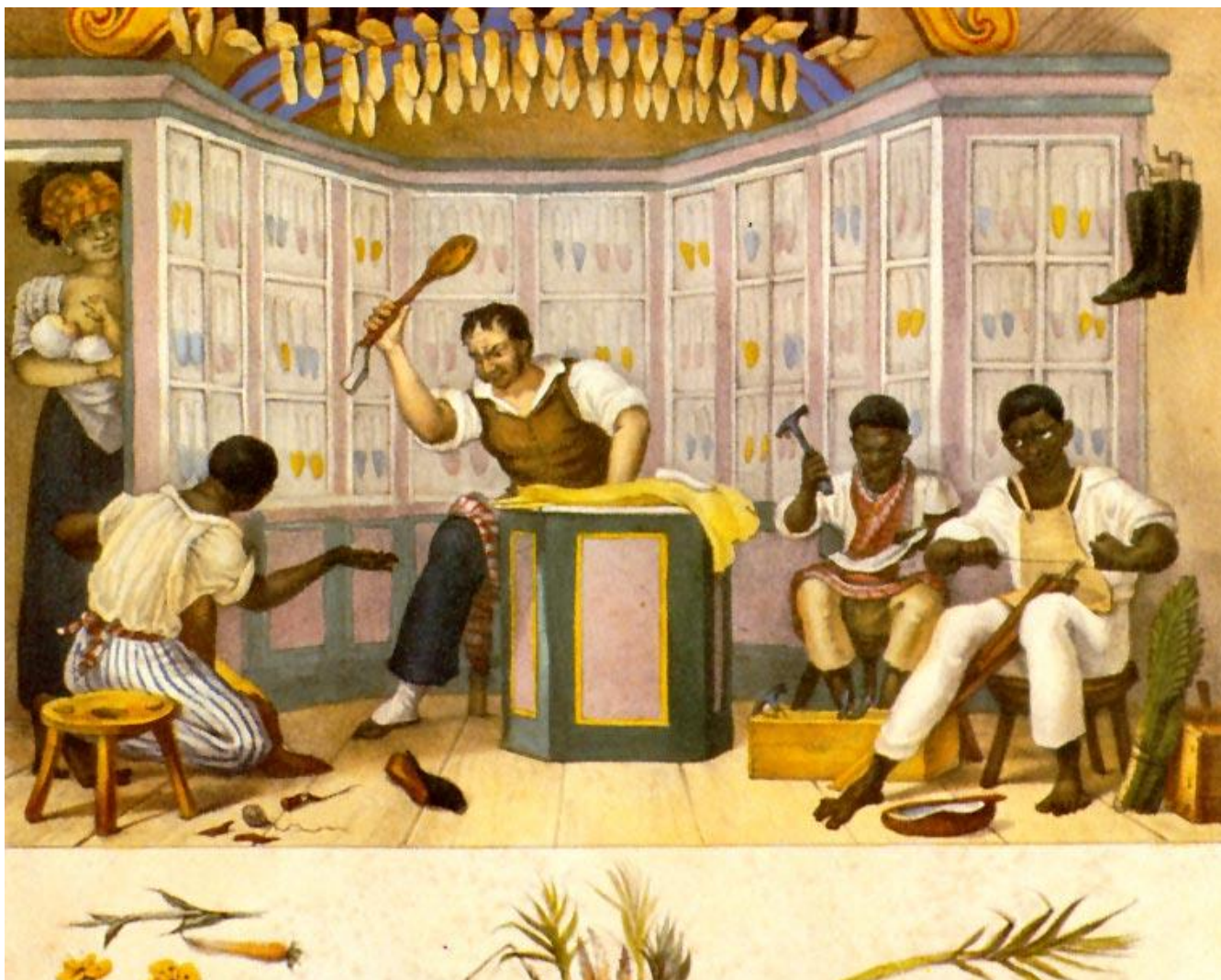
(...) A classe dos **mulatos, muito acima da dos negros pelas suas possibilidades naturais, encontra, por isso mesmo, maiores oportunidades para libertar-se da escravidão** (...) pois **examinando êsses mestiços no seu estado de perfeita civilização**, particularmente nas principais cidades do Império, **já se encontravam inúmeros gozando da estima geral** que conquistaram com seu êxito nas ciências e nas artes, na medicina ou na música, nas matemáticas ou na poesia, na cirurgia ou na pintura, êxitos **cuja utilidade ou encanto deveriam constituir um título a mais em pról do esquecimento futuro dessa linha de demarcação, que o amor-próprio traçou mas que a razão deverá apagar um dia.** (idem, p.108-109)

Conforme exposto anteriormente, há no discurso de Debret uma associação direta entre o “caráter” das raças e a “ordem social” por elas ocupada. Para além disso, é visível que a construção discursiva acerca do progresso da civilização brasileira tem em vista esta associação e, partindo desta, vislumbra a possibilidade do branqueamento em paralelo ao “irradiar da civilização”. Isto posto, é fundamental destacar que tais questões extrapolam os textos que permeiam o segundo volume do

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

primeiro tomo de *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. A definição do “caráter” das raças, bem como a enunciação de um projeto de civilização articulado ao branqueamento têm implicações diretas nas construções imagéticas realizadas por Debret, como pode-se observar na prancha *Sapatarias*.

3. *Sapatarias*



“Sapatarias”, *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*, tomo II, prancha 29.

Em *Sapatarias*, há no centro da composição quatro personagens, três negros e o seu senhor branco. Segundo o comentário de Debret, o homem com a palmatória em mãos é um sapateiro português; o negro ajoelhado, cuja face não é possível ver, é seu escravo.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
 “O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
 Juiz de Fora, 2017, 1554p.
 ISSN: 2317-0468
 17 a 21 de outubro de 2016

Os outros dois negros, afirma Debret, são escravos diaristas que presumivelmente trabalham em regime de ganho ou de aluguel², na medida em que não utilizam sapatos, os quais positivam o status de livre ou liberto. Apesar da não utilização de calçados - particularmente notável pelo fato de a prancha representar trabalhadores de uma sapataria - ao compararmos os escravos aqui representados com as representações presentes em outras pranchas de Debret é perceptível as melhores condições físicas e de vestimenta destes em relação aos retratados em outras litogravuras.

Compondo o segundo plano, tem-se armários envidraçados (vitrinas), que indicam certo grau de opulência no estabelecimento. As cores das sapatilhas expostas seguem um padrão cromático, são sempre amarelas, rosas ou azuis. Debret afirma que as cores mais comuns eram o branco, o azul e o rosa, e que tal paleta foi enriquecida após 1832 com o verde e o amarelo, cores imperiais e usadas na corte. O pintor aponta também que havia um padrão na distribuição e harmonização interna dessas sapatarias, em que sempre se adotava o rosa, o verde claro e o branco. Na parte de cima do litogravura encontram-se armazenados mais exemplares de calçados fabricados nesta oficina. Há ainda uma quinta figura, posicionada no canto esquerdo, a qual Debret afirma ser a esposa do mestre sapateiro. De cor mulata e representada amamentando uma criança branca, a mulher tem atrás de si uma zona escura, o que a insere no segundo plano da imagem.

Esta litogravura e o texto descritivo que a acompanha são especialmente pertinentes por estruturarem-se a partir da descrição e representação do negro, do mulato e do branco interagindo em um mesmo ambiente. Centralmente, estabelece-se a relação entre negro e branco, a qual é marcada pela vigilância deste em relação àquele. Situado em posição mais elevada na imagem, o mestre sapateiro supervisiona e pune os escravos. O fato de usar a palmatória é simbólico, na medida em que enseja o caráter altivo, exigente

² Cumpre lembrar que haviam múltiplas modalidades de trabalho urbano no regime escravista. Tanto os escravos de ganho quanto de aluguel poderiam trabalhar para outro indivíduo que não o seu proprietário. O que os diferencia, no entanto, é que na modalidade de aluguel o pagamento pelo trabalho era feito diretamente ao senhor, enquanto no regime de ganho o escravo era quem recebia o montante oferecido por seus serviços, repassando uma fração deste ao proprietário. Neste último caso, era viável ao escravo, inclusive, acumular um pecúlio, o qual poderia ser utilizado na compra de sua liberdade. Deste modo, na relação com aquele que contratava seus serviços, o escravo era tratado de modo muito similar a um trabalhador assalariado. Luiz Carlos Soares (1998) chama tal conjuntura de “Brecha Assalariada”, o que evidencia a possibilidade de libertação do cativo. É mais presumível que os negros aqui representados sejam escravos, em virtude de não usarem sapatos. A utilização de calçados era um indicador de liberdade, haja vista que o uso destes por escravos se dava somente em situações extraordinárias, predominantemente entre os escravos da elite.

e crítico que segundo Debret caracteriza os luso-brasileiros viventes no Brasil. Ademais, a feição do sapateiro demonstra a “satisfação” por descobrir os defeitos dos “objetos submetidos a sua crítica”. Observa-se, portanto, a conformidade entre os textos e a litogravura no que concerne a definição do branco.

Os negros, nesta litogravura, também são retratados em consonância ao seu “caráter”. Aquele que sofre a penalidade está ajoelhado e de mão estendida. Sua resignação reitera a construção do negro debretiano. Os demais também são submissos em relação ao branco. O negro que trabalha com o martelo nem sequer desvia o olhar no momento da punição e o outro, por suas feições, observa a cena de soslaio e receoso. Ambos permanecem trabalhando, o que reforça a associação construída entre a população negra e o labor. Os três estão profundamente imersos em uma conjuntura de repressão, o que faz o ato punitivo ser naturalizado e, até mesmo, parecer corriqueiro. Nota-se, por conseguinte, que apesar de não defender propriamente a escravidão, Debret legitima a visão do negro como o sustentáculo da dinâmica econômica brasileira.

A mulata, por outro lado, apesar de encontrar-se ao fundo, parece destoar da atmosfera de austeridade e repressão. As suas feições, bem como a descrição feita por Debret no texto que acompanha a litogravura, ensejam que esta personagem parece apreciar a punição que está sendo aplicada pelo sapateiro. Segundo o texto de apoio: “a mulata, sua mulher, embora aleitando uma criança, não resiste ao prazer de apreciar o castigo” (DEBRET, Tomo I, v. II, 1972). Mais uma vez, é perceptível o alinhamento entre o “caráter” e a representação. O mulato, idealizado por Debret como “irascível e rancoroso”, contemplaria então com prazer a punição daquela raça que julga inferior. Ao fitar tal cena, a mulher vê-se desvencilhada da “ordem social” do negro, afirmando sua posição social superior em relação a este.

Para além disso, esta personagem de Debret reafirma a possibilidade de imiscuírem-se as populações mulata e branca, bem como a viabilidade de interpenetração e aproximação destas duas “ordens sociais” por meio do relacionamento entre as raças. Retorna-se, neste momento, a questão do branqueamento, a qual é preconizada pela criança de pele clara, fruto do matrimônio inter-racial. A cor do bebê, mais alva que a da mulata, explicitaria o progresso “material”, o qual ocorreria exatamente pela “mistura” dos sangues e já estaria em curso. Percebe-se, portanto, a positivação das ideias

enunciadas por Debret em suas representações imagéticas da sociedade brasileira, o que, ao mesmo tempo, denuncia a pretensa neutralidade do viajante e reitera o projeto civilizatório debretiano.

4. Debret e as teorias de Embranquecimento no início do século XIX

A ideia de branqueamento formulada por Debret - explicitada em *Sapatarias* por meio do matrimônio entre o branco e a mulata, o qual culmina no nascimento do bebê - veicula um discurso bastante difundido no território brasileiro. Ou seja, as concepções debretianas acerca das possibilidades de clareamento da população brasileira alinham-se às teorias de branqueamento que lhe são contemporâneas e que estão sendo debatidas no Brasil e na Europa. Estava em pauta também, por exemplo, quais seriam as justificativas para a existência das diferenças raciais, particularmente com relação a pele negra.

Neste início de século, persistia o discurso religioso de associação da pele branca a “pureza divina”. Por esta razão, partia das instituições cristãs a articulação entre branqueamento e redenção da população negra. O cumprimento “Deus te faça branco”, sobretudo utilizado entre negros ou mestiços e documentado por diversos viajantes que escreveram sobre o Brasil, é emblemático ao dimensionar o nível de circulação de tais ideias. Ademais, evidencia-se também a partir deste que, por vezes, aqueles que eram inferiorizados por sua raça também almejavam o branqueamento, o que demonstra a disseminação destas ideias mesmo entre as camadas mais marginalizadas da sociedade.

Em paralelo as elucubrações religiosas, estruturavam-se discursos mais científicos, os quais consideravam as diferenças climáticas como fatores significativos das diferenças entre as raças e realizavam previsões acerca do número de gerações necessárias para que se atingisse o embranquecimento completo de um indivíduo (LOTIERZO, 2014). Como exemplo destes tem-se a *Tabuada das misturas para ficar branco*, a qual presumivelmente tivera bastante circulação em seu contexto. Postulando uma espécie de gradação das cores de pele, a tabuada sustenta a possibilidade de embranquecimento completo em quatro gerações. Esta, também fora citada por J. S. Gayoso (1818) na obra *Compendio histórico-político dos princípios da lavoura do Maranhão*:

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

TABUADA DAS MISTURAS
PARA FICAR BRANCO

1 branco com uma negra produz mulato
Metade branco, metade preto.

1 branco com uma mulata produz quartão
Trez quartos branco, e um quarto negro.

1 branco com uma quartão produz outão
7/8 branco e 1/8 negro.

1 branco com uma outona produz branco
Inteiramente branco

. (SOUZA citado por FREYRE: p. 778)

Em contraposição as teorias que sustentavam o embranquecimento completo, cumpre notar que é também nas primeiras décadas do século XIX que as teses que condenavam o branqueamento desenvolveram-se de modo mais substantivo. No entanto, dada a conjuntura do Brasil, na qual o negro era uma parte extremamente expressiva da população, tais teorias não tornaram-se predominantes. Até mesmo ao fim do século XIX, quando a maior parte dos discursos cientificistas europeus demoliam a viabilidade de branqueamento, ainda havia no Brasil teorias que pretendiam sustentar tal possibilidade. Em outras palavras, enquanto na Europa, a partir da segunda metade do século XIX, condenava-se o relacionamento inter-racial associando-o a degeneração, no Brasil, sobretudo após o fim da escravidão, tal proposição adquiria fôlego e era substantivamente debatida.

Diante das principais teses acerca do branqueamento que circulavam no Brasil nas primeiras décadas do Século XIX, torna-se perceptível o alinhamento entre estas e as proposições de Debret. A perspectiva debretiana é otimista em relação as possibilidades de “civilizar” o Brasil “materialmente” através das relações inter-raciais. A questão do clima, a qual aparece nos discursos científicos, também se apresenta, ainda que de modo difuso, nos escritos de Debret, que o associa a predisposição ao trabalho de cada raça. Para Debret, o clima tropical afligia mais ao branco, debilitando-o. Já o negro e, particularmente, o mulato, tinham características mais favoráveis a este.

Um outro ponto de convergência entre os escritos de Debret e as concepções raciais no Brasil do dezenove era a situação do mulato, o qual, conforme exposto anteriormente, dependendo de sua “ordem social” poderia ser considerado branco ou tratado como tal. Os aspectos físicos, deste modo, eram secundários, na medida em que

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.

ISSN: 2317-0468

17 a 21 de outubro de 2016

havia uma primazia da posição, do prestígio e da integração social em relação a estes. A mulata de *Sapatarias* é emblemática neste sentido, na medida em que evidencia a ambiguidade e a complexidade da inserção daqueles que possuem esta cor de pele em uma sociedade escravista. Conforme identifica Rugendas:

Por mais estranha que pareça a afirmação que vamos fazer, cabe menos à fisiologia do que à legislação e à administração resolver sobre a cor de tal ou qual indivíduo. Os que não são de um negro muito pronunciado, e não revelam de uma maneira incontestável os caracteres da raça africana, não são, necessariamente, homens de cor; podem, de acordo com as circunstâncias, ser considerados brancos. (RUGENDAS, 1979 apud HOFBAUER, 2006: p. 176)

Percebe-se, portanto, que no caso de Debret o discurso de branqueamento, bastante similar as ideias que lhe eram contemporâneas, dialogava com a sua proposta de representar o progresso civilizatório do Brasil. Neste sentido, no discurso e nas litogravuras debretianas é perceptível a instrumentalização da tese do embranquecimento como um passo importante rumo a civilização. A medida em que Debret define de modo hierarquizado o “caráter” de cada raça, cristaliza-se o intento de “melhorar” a população do Brasil. No entanto, o pintor salienta a necessidade de que se respeite o “verdadeiro mérito onde quer que se encontre”, isto é, tem em vista que é necessário evitar conflitos de natureza inter-racial, promovendo a harmonia entre as raças. Portanto, o “caráter” de cada uma do negro, do mulato e do branco, expostos de modo grandiloquente em *Sapatarias*, não deveriam sobrepujar a “razão”, a qual conciliaria a dinâmica racial brasileira e catalisaria a *démarche* civilizatória.

5. Considerações Finais

É patente nos escritos e nas imagens de Debret que a construção do “caráter” de cada uma das raças é tomada como instrumento de naturalização das relações socioeconômicas vigentes no Brasil das primeiras décadas do século XIX. Neste sentido, ao preconizar a importância do respeito às características inerentes a cada uma dessas raças, Debret também legitima a própria dinâmica inter-racial estabelecida. Alinhado a isso, tem-se também no discurso do francês a possibilidade de branqueamento da população brasileira, a qual insere-se em um processo mais amplo de “irradiar da

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
 ISSN: 2317-0468
 17 a 21 de outubro de 2016

civilização”. Nota-se, portanto, que o projeto civilizatório debretiano tem em seu cerne a conciliação das raças e, em paralelo, o progressivo branqueamento da população brasileira. Em *Sapatarias*, cristaliza-se a visão de Debret acerca do negro, do mulato e do branco e é reiterada a possibilidade de embranquecimento da população por meio do matrimônio inter-racial. Através da abordagem desta litogravura, salienta-se que as imagens de Debret que versam sobre o Brasil de modo algum são objetivas e neutras, na medida em que incorporam e veiculam uma forma de perceber o mundo, a qual é, naturalmente, subjetiva.

6. Referências:

- DEBRET, Jean-Baptiste. **Viagem pitoresca e histórica ao Brasil**. São Paulo: Martins/Editora da Universidade de São Paulo, 1972
- FREYRE, G. *Sobrados e Mocambos*. 3a ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1961.
- HOFBAUER, Andreas. **Uma história de branqueamento ou o negro em questão**. São Paulo: Unesp, 2006.
- LIMA, Valéria. **J-B Debret, historiador e pintor**. A viagem pitoresca e histórica ao Brasil (1816 -1839). Campinas: Ed. UNICAMP, 2007
- LIMA, Valéria. **Uma viagem com Debret**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.
- LOTIERZO, Tatiana H.P. “Racismo e pintura no Brasil: notas para uma discussão sobre cor, a partir da tela A redenção de Cam”. **19&20**, Rio de Janeiro, v.IX, n.2, jul/dez. 2014. Disponível em: < http://www.dezenovevinte.net/obras/tl_redencao_cam.htm>
- MATTOS, Cláudia Valladão de. **Artistas viajantes nas fronteiras da História da Arte**. Comunicação apresentada no III Encontro de História da Arte, promovido pelo IFCH- UNICAMP, em maio de 2007 (inédito)
- SOARES, Luís Carlos. Os escravos de ganho no Rio de Janeiro do século XIX. **Revista Brasileira de História**, nº16. São Paulo, ANPUH/Marco Zero, 1998.
- SOARES, Luís Carlos. **Urban slavery in nineteenth-century** Rio de Janeiro, tese de Ph.D., University of London, 1998

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

Disputas em sala de aula: o papel do historiador professor frente ao racismo, o caso João XXIII

Natália Lopes de Souza¹

Resumo:

O presente trabalho tem por função debater a temática do racismo no ambiente escolar. A partir disso, a discussão gira em torno dos embates em sala de aula acerca do tema, trazendo como pano de fundo uma atividade realizada no Colégio de Aplicação João XXIII, esta evidencia as demandas que os alunos impõem aos docentes e a escola como um todo. A sala de aula é um espaço onde os alunos também precisam ser ouvidos, formando um diálogo interessante com o docente, além de mostrarem o silenciamento por parte da instituição em relação aos problemas gerados pelas práticas discriminatórias. Em seguida, há uma breve discussão acerca do papel do historiador professor em sala de aula como mediador da disputa de discursos e memórias na sala de aula, além de possíveis formas de combate ao racismo tendo como foco a igualdade e tolerância.

Palavras-chave: Racismo, Historiador professor, sala de aula, Igualdade

Abstract:

This work is due to debate the theme of racism in the school environment. From this, the discussion revolves around the conflicts in the classroom on the subject, bringing the background of an activity carried out in the Colégio de Aplicação João XXIII, this highlights the demands that students require the teachers and the school as a whole . The classroom is a place where students also need to be heard, forming an interesting dialogue with the teacher, besides showing silencing by the institution in relation to the problems caused by discriminatory practices. Then there is a brief discussion about the teacher historian's role in the classroom as a mediator of the dispute speeches and memories in the classroom, as well as possible ways to combat racism with a focus on equality and tolerance.

Keywords: Racism, historian teacher, classroom, Equality

Introdução:

No Brasil, como afirma Júnia Sales Pereira, vigora uma autorrepresentação marcada pela tolerância racial e distinção raciais difusas. Todavia, a informalidade do racismo está vinculada a ideia de democracia racial, o que acarreta consequências para vários segmentos da sociedade, incluindo o ambiente escolar.

O racismo aparece mais fortemente com a autora salienta em ambientes íntimos e privados, visando isso a escola é um espaço onde práticas racistas ocorrem com

¹ Graduanda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

frequência e são naturalizadas. Pensando nisso, o desafio é dado ao historiador professor para lidar com essas situações de embates de discursos em sala de aula.

Se tomará por análise o Colégio de Aplicação João XXIII² situado na cidade de Juiz de Fora, Minas Gerais, mais detidamente as turmas de 9º ano da presente instituição. A atividade realizada com esses alunos e análise deles se deu através de uma observação feita por estagiários graduandos de História pela Universidade Federal de Juiz de Fora que exerciam estágio obrigatório na instituição.

Com o decorrer do estágio, os alunos da graduação perceberam nos alunos um forte sentimento de segregação e práticas racistas, dentre elas brincadeiras do tipo “Tu é preto e tem que me aguentar” e outras brincadeiras de cunho discriminatórias. Além de um silenciamento por parte da escola acerca de tais temas considerados tabus ainda.

Visando desconstruir tais discursos mostrando que o racismo é uma permanência da época da escravidão e que tais práticas são de cunho intolerantes, a atividade proposta ensinaria nos alunos um protagonismo, pois eles dariam possíveis soluções para o enfrentamento do racismo, evidenciando que esse problema está presente na sociedade e se remete de um período histórico do Brasil que os afetam diariamente, além de perceberem que essas práticas não acabaram com a abolição, mas que reside até hoje.

Com o decorrer da atividade, os estagiários perceberam que os alunos dentro de uma mesma sala de aula se sentiam ofendidos por tais brincadeiras e a grande maioria das soluções passavam por debates e discussões sobre esses temas presentes. A atividade além de denotar um caráter de demanda que os alunos estão impondo ao docente, denuncia também a instituição como um todo pois se percebe um silenciamento desta perante aos problemas que a escola vem enfrentando.

O caso João XXIII, serve de base para outras escolas que enfrentam os mesmos problemas recorrentes do silenciamento da instituição a temas tabus, e ainda há questões envolvendo senso comum dentro de sala de aula. Além disso, evidencia a grande

²O Colégio de Aplicação João XXIII foi fundado em 1965 sendo hoje uma Unidade Acadêmica da UFJF. Atualmente, o Colégio conta com cerca de 1320 alunos, matriculados em 28 turmas de Ensino Fundamental, 09 turmas de Ensino Médio e 09 turmas atendendo a alunos do Curso de Educação de Jovens e Adultos. O quadro docente conta hoje com 89 professores efetivos em regime de dedicação exclusiva e 11 professores substitutos. UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Colégio de Aplicação João XXIII. Disponível em: < <http://www.ufjf.br/joaouxiii/> >. Acesso em: Agosto 2016.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

defasagem do ensino básico, principalmente na área de História, de não tratar de temas recorrentes aos alunos e que afetam a vida educacional deles.

Num modelo engessado onde se precisa cumprir o cronograma de atividades, as demandas sociais que afetam os alunos são deixadas de lado e não são discutidas. Deste modo, cabe ao historiador professor ter o papel social de orientar e ouvir as demandas do tempo presente de seus alunos levando a desconstrução de estereótipos ensejando a tolerância e a igualdade no espaço da sala de aula.

Portanto, o historiador professor precisa mediar os discursos colocados em sala de aula tendo como foco sempre a igualdade dos alunos não esquecendo a realidade a qual eles estão inseridos, pois o espaço de sociabilidade do aluno, seja a escola, o bairro ou a casa afeta a maneira deste de ver o mundo e de reproduzir ou apropriar discursos do senso comum. Portanto, o meio de convivência do aluno reflete na relação professor-aluno/ensino-aprendizagem e na forma que ele vai se associar a escola. Assim sendo, o docente precisa ouvir seus alunos para proporcionarem uma igualdade entre eles além de incutirem nos alunos o sentimento de tolerância com o que é diferente e não naturalizado pela sociedade que ele vive.

1. O diálogo entre racismo e sala de aula

Falar sobre o racismo no âmbito escolar muitas vezes é difícil, principalmente por ser tratado como um assunto tabu ou pior ainda, quando adquire um tratamento de invisibilidade, de fingir que este preconceito não atinge determinada escola. Todavia, não se deve negar que não só os movimentos negros e órgãos antirracistas buscam demandas que almejam a igualdade étnica. Dentro das escolas, base da sociedade, as demandas para erradicação da segregação racial ganham força e os alunos se veem inseridos no debate público que envolve o racismo, pois o espaço da escola está em constante disputa acerca do discurso que perpassa a questão étnica.

Sabe-se que o racismo persiste na sociedade até os dias atuais, seja através de comentários velados, “brincadeiras” ou discursos violentos, este tipo comportamental está presente principalmente no plano privado. Deste modo, na informalidade é que os

preconceitos aparecem e ganham forma, fazendo com que os discursos de cunho racistas sejam reproduzidos nos diversos segmentos de sociabilidades, dentre eles, a escola.

Como afirma Júnia Sales Pereira “Praticamos o preconceito no plano privado – na intimidade e na informalidade – e o negamos no plano da sociabilidade pública: assim, permitindo que ele se perpetue, inviabilizando sua extinção” (PEREIRA,2012: 306). Deste modo, a reprodução do discurso racista se liga desde a arena domiciliar até o espaço escolar, pois os dois espaços constituem-se a partir de relações sociais intrincadas na intimidade e convivência diária, portanto, essa reprodução ganha força inviabilizando a extinção do racismo e gerando um apartheid dentro da sala de aula ocasionando um ambiente de intolerância.

A função do docente de história, além do que Júnia Sales Pereira propõe de tratar dos assuntos referentes a escravidão e conteúdos étnicos-raciais de forma a não dicotomizá-los para os alunos, o professor tem como foco orientador as demandas impostas pela sala de aula e pelo tempo presente, onde os temas variam, mas sempre se encontra a intolerância racial.

Portanto, “Uma questão do tempo presente – a saber, a luta pela resolução da questão racial no Brasil contemporâneo – pressiona a compreensão e o ensino do passado, de forma a exigir uma reconfiguração da história e da memória.” (PEREIRA, 2012: 318). Pautado nas demandas do tempo presente em sala de aula que dizem respeito sobretudo às questões sociais, o docente pode inferir nos alunos uma necessidade de reconfiguração de questões do passado e da memória, trazendo à tona histórias emergentes ou silenciadas, buscando evidenciar as diversas identidades e pluralidades culturais no país a fim de acabarem com a intolerância e com o racismo que perdura desde a escravidão. Esses resquícios de memória naturalizados, precisam ser desconstruídos para acabar de vez com as referências pejorativas a povos diferenciados.

Outro ponto que vale tocar é que a construção do tema racismo passou por uma construção de um discurso coletivo do que é racismo. Na escola, não é diferente, a memória coletiva presente é sempre a de que o negro foi vítima e o branco o algoz, não há uma complexificação desta dicotomia, uma desnaturalização do tema que foi dado como memória coletiva.

Henry Rousso afirma em seu texto que a memória coletiva é uma construção social compartilhada, mas vivida individualmente, ou seja, cada um se apropria dessa memória coletiva de uma forma, de acordo com suas experiências de vida, além de que elas são naturalizadas e tidas como naturais, sem um questionamento do porquê são naturais. Essa discussão transpassa para o nível educacional pois os alunos se apropriam do assunto racismo, e de acordo com suas experiências vão construindo novos argumentos e desnaturalizando ou não os discursos em torno do tema.

Assim sendo, a escola é um espaço de constante embate e construção de concepções de vida e sociedade, lá o aluno irá debater e desconstruir discursos dados para eles, ou seja, naturalizados, onde eles poderão problematizar e visualizar a disputa de memória pública em torno do tema e que atinge diretamente a convivência e sociabilidade deles na escola.

2. O grito da sala de aula, o caso João XXIII

Hoje em dia, o racismo se manifesta de forma velada, principalmente através de brincadeiras, pois estas são tachadas como inocentes ou ingênuas, como nos diz Júnia Sales Pereira, isto denota o quão profundo é o racismo na sociedade onde tais práticas são tidas como naturais e corriqueiras.

Esse sentimento remete-se a períodos onde a política do branqueamento, a escravidão e a democracia racial vigoravam, e tais medidas afetou e acirrou profundamente os laços entre brancos e negros. O racismo nada mais é do que uma construção de memória acerca de um período onde por mais de 300 anos era natural a submissão da mulher, a escravidão e as identidades negras tidas como inferiores. E tal memória vem ganhando destaque no tempo presente justamente por agendas afirmativas ganharem importantes conquistas para o movimento negro, como por exemplo a obrigatoriedade do ensino de conteúdos relacionados a África e história afro-brasileira, cotas dentre outras pautas favoráveis para o desenvolvimento da igualdade entre as identidades brasileiras.

Pensando nisso, e no esboço acima acerca das práticas educacionais e o ensino de história, objetivamos por uma análise do caso do Colégio de Aplicação João XXIII, onde

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016*

se percebe um forte sentimento racista e uma disputa de memória onde os próprios alunos se veem envolvidos no combate a essas práticas tidas como brincadeiras por parte dos mesmos.

A análise se pauta em uma atividade realizada com os alunos do 9º ano devido ao fato de serem com essas turmas que o racismo estaria mais naturalizado em brincadeiras do tipo “Tu é preto então tem que me aguentar”. Sabe-se que nestes ambientes as práticas racistas são mais corriqueiras por se encontrarem em um ambiente natural e íntimo para os envolvidos. A atividade consiste em uma análise por parte dos alunos de duas práticas de ofensas aos negros, uma recente e outra fonte que era memória de um descendente de escravos. A partir disso precisariam evidenciar uma ruptura e uma continuidade das práticas racistas e logo em seguida teriam que dar uma possível medida de enfrentamento do racismo na sociedade.

É interessante notar, que ao trabalhar com um depoimento da memória de um descendente de ex escravos, memória esta que foi passando pelas gerações dessa família, os alunos tenderam a achar que estas práticas aconteciam com todos os negros após o fim da escravidão, esse fato é importante para pensarmos até que ponto a memória serve como parâmetro para a verdade. E esta suposta verdade é acerca da vida de um ator e não do conjunto de negros no pós-abolição, ter em mente a noção de que a memória é individual do trauma da escravidão e da complexificação das relações deste com a sociedade, são temas que precisam ser trabalhados visando a desconstrução da bipolaridade entre brancos e negros, levando em conta sempre a cautela com a relativização. Deste modo, o aluno pode entender que a escravidão foi suave ou foi extremamente dura sem condições de mobilidade social. Portanto, é necessário trazer a luz a intrincada sociedade brasileira neste período para se entender as práticas racistas no presente.

Voltando ao caso do Colégio, é um espaço de elite totalmente segregador, onde se vê uma clara separação entre brancos e ricos de um lado, pobres brancos de outro e ainda de forma isolada os negros. Isso se deve em grande parte pela maioria populacional da escola ser branca de elite, apesar de a entrada ser através de sorteio, nota-se que em cada turma se encontra um ou dois negros, quando encontra. Essa hegemonia branca acaba por silenciar as demandas vindas dos alunos negros ou ainda dos alunos pobres de uma forma geral.

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016*

Nos corredores e nas salas de aula, percebe-se uma manifestação de tais práticas racistas, num dos casos o aluno é excluído ou rejeitado pela turma quando fala, sendo tachado de “chato” ou ainda com brincadeiras do tipo “Tu é preto então tem que me aguentar”, quando se vai na raiz do problema e volta-se para a sociedade escravista, nota-se que grande parte do racismo vem das tendências de branqueamento. Uma vez em minha escola, escutei a seguinte expressão de meu colega de turma negro “Eu quero ter filho com mulher branca, quero clarear não escurecer mais”, isto denota como a política de branqueamento e a dita democracia racial afeta a sociedade naturalizando tais discursos pois, a minha sala riu e disse que ele estava certo, estas memórias que foram legitimadas e posições políticas aprofundaram o racismo e não permite que esse se erradique.

Retornando para a atividade realizada com os alunos do 9º ano, na primeira parte onde deveriam apontar permanências e rupturas eles apontam que todos os negros sem exceção sofriam castigos físicos e que hoje o racismo é mais “brando” com ataques somente verbais e olhares quando um negro entra em alguma loja, e que de ruptura os negros ocupam lugares antes colocados apenas para os brancos e que as formas de racismo mudaram, além de direitos conseguidos por este segmento.

Em uma turma marcada por comportamentos de cunho racistas e por opiniões pautadas acima, nota-se uma constante disputa de memória e de discurso, sobre qual vai prevalecer, o discurso do branqueamento e democracia racial ou o discurso da pluralidade das identidades brasileiras. Dentro da sala de aula há um campo de combate entre os que estão sendo silenciados pelos comportamentos racistas e os que silenciam. Essa atividade denota um apelo da sala para medidas de cunho igualitárias, onde a discussão sobre as etnias é de vital importância pois foram a partir delas que a sociedade do tempo presente está ancorada.

Há uma tentativa por parte dos alunos de desconstruírem essas análises mais distantes trazendo para perto essas questões. Além de evidenciar um problema encontrado nas diversas escolas que é a dicotomização da sociedade entre brancos e negros, onde os primeiros eram os opressores e os segundos eram passivos alienados sem força para resistência. Aí consiste o papel essencial do docente, ou seja, do historiador professor (pois uma coisa não está dissociada da outra, elas andam juntas e se completam), orientar

os alunos para um pensamento mais tolerante, desconstruindo estereótipos e discursos naturalizados, desconstruindo esses paradigmas e reforçando que a sociedade é fundada na mistura de diversas identidades que se misturam, uma não sendo superior ou inferior a outra. Isso contribui para que o racismo seja superado na sociedade possibilitando a ascensão de uma convivência social pautada na igualdade entre todos os agentes sociais brasileiros.

Quando se pergunta para os alunos como combater o racismo, surge uma resposta muito interessante e crítica ao ensino de história, os alunos escreveram:

“Para o nosso grupo o modo de ensinar história dos negros nas escolas brasileiras tem que ser alterado pois essa não valoriza realmente os negros que fizeram mudanças importantes no Brasil, e sim os brancos considerados heróis nacionais”³

Acerca dessa solução proposta pelos alunos, pode-se evidenciar como o próprio ensino fundamental e médio demandam os conhecimentos produzidos na academia. O debate acerca da distância entre educação e academia não é algo inédito, inúmeros docentes acadêmicos, principalmente na área de História vem debatendo sobre essa defasagem do ensino nas escolas. E quando a crítica vem da própria escola nos faz refletir para quem este conhecimento é dirigido? Será que esses conhecimentos produzidos não deveriam chegar com mais rapidez no ensino básico? E quais as formas dessa nova produção historiográfica se tornar acessível para os alunos do fundamental e médio? São indagações que nos acompanham durante a graduação e que até hoje não conseguimos claras respostas, o que se pode fazer é trabalhar com eles aquilo que produzimos na academia.

Essa crítica tão direcionada para o ensino de história nos faz repensar quais as demandas do tempo presente estamos ignorando pelo fato de tais temas vinculados a História do tempo presente serem ainda hoje na academia tratados com certo descaso, assim sendo, o historiador professor deve resgatar essas memórias silenciadas, evidenciando outras perspectivas que não o eurocentrismo para incutir nos alunos um sentimento de tolerância e igualdade, que eles próprios estão pedindo a academia, para

³ Tirado da atividade realizada pelos alunos do 9º do Colégio de Aplicação João XXIII no dia 07/07/2016.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

revisar as demandas sociais e trabalharem a partir delas, revolucionando o ensino de história, quebrando com paradigmas historiográficos tradicionais ultrapassados na academia mais que persiste no ensino básico.

Ainda nos debruçando sobre as soluções propostas pelos alunos, nota-se um sentimento de severidade por parte deles, onde pedem medidas mais sérias, tais como prisões e leis mais rigorosas e outros, como eles mesmo disseram “olho por olho, dente por dente”. Isso evidencia ainda que deve se ter um cuidado ao se falar de racismo justamente para não se cair em discursos de ódios voltados sobretudo para os brancos. É importante evidenciar as diferentes formas de pensar e agir.

Esta sala de aula, grita por meios de combater o racismo, tais como segundo eles, debates, inclusão de matérias que discutam temas relacionados a discriminações de forma geral, movimentos contra essas práticas, palestras com pessoas que sofrem com as práticas discriminatórias, estudos com profissionais de sociologia e outros, além de projetos de leitura e interação entre os alunos. Percebe-se nestes alunos que convivem com práticas racistas anseios para conscientização de que todos são iguais, isso bate de frente com outras práticas voltadas para a discriminação. No momento em que se percebem tão grande apelo por debates e palestras sobre o tema, se percebe que os próprios estão pedindo demandas transformadoras do convívio, traz a luz a denúncia de práticas mesmo que veladas de racismo.

Para os alunos, a forma de combate primordial ao racismo se dá dentro de sala de aula, na escola, portanto, a mudança para eles, começa justamente com eles, combatendo as práticas que diariamente os afetam, além de enfatizarem que o debate é fundamental, isso expressa atitudes mais tolerantes em relação as opiniões e ideologias dos demais.

Outra grande questão trazida a luz por essa atividade diz respeito ao espaço da escola como um todo, nota-se, a partir das sugestões dos alunos um silenciamento por parte da escola quando esses temas são enfatizados, não se percebe no âmbito escolar qualquer intenção ou projeto que ajude a erradicar a discriminação e o racismo dentro da mesma. Os alunos pedem:

“reconhecer que todos os seres humanos independente de cor, raça ou gênero são iguais. Merecem respeito pelo passado que seus ancestrais

*tiveram, infelizmente sem chances de optar por uma alternativa.*⁴

Deste modo, as demandas referentes a igualdade entre negros e brancos, são pautas que para os alunos são importantes e que são deixadas de lado pela escola. O tratamento de questões tabus como o racismo não deve ficar apenas no plano das ideias, é necessário tomar medidas afirmativas de erradicação do racismo. Plantando a semente da igualdade nos alunos, a escola contribui para que a sociedade seja mais tolerante e igual, quando se silencia ou ignora demandas tão caras aos alunos, contribui para uma conjuntura de intenso conflito no ambiente escolar que irá se projetar nas experiências futuras destes alunos.

Esta atividade realça que no mesmo ambiente da sala de aula, percebe-se visões e subjetividade de alunos que querem uma mudança para erradicação do racismo e outros que acham que as ditas brincadeiras devem continuar e não são de cunho racistas o que fortalece as práticas discriminatórias. Diante dessa disputa incessante na sala de aula, qual a função do historiador professor frente a essa disputa de discursos? E qual o papel social que ele deve desempenhar quando bate de frente com questões preocupantes, dentre elas o racismo?

3. Uma conversa sobre o papel dos historiadores professores

Pensando ainda sobre questões que envolvem o racismo e os embates dele em sala de aula, qual seria o papel do historiador professor frente a esses embates e desafios? Como lidar com questões presentes que envolvem práticas e discursos racistas?

Primeiramente, deve-se explicar o porquê da preferência de professor historiador em detrimento do professor de história. Quando se fala de professor de história o aluno geralmente se remete à aquele ator como um profissional que vai ensinar coisas que já aconteceram evidenciando a verdade e imutabilidade dos acontecimentos históricos, essa perspectiva parte muito da construção do senso comum.

⁴ Tirado da atividade realizada pelos alunos do 9º do Colégio de Aplicação João XXIII no dia 07/07/2016.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

Quando se utiliza a expressão historiador professor, há uma quebra do paradigma construído em torno dele, onde é possível evidenciar que a história está diretamente relacionada com as demandas impostas do presente e que o docente poderá levar o aluno para um universo totalmente flexível, ensinando-a a pesquisar e analisar as várias visões e perspectivas do mesmo evento histórico, e não uma coisa imutável que aconteceu e que era verdade e que ficou no passado, sem consequências para o futuro ou ainda para a realidade do aluno.

Deste modo, há uma reciprocidade do historiador e do professor, que antes eram considerados dissociados um do outro. Portanto, um dos papéis do historiador professor, é não perder a dimensão que ele é historiador e professor, uma mutualidade que reforça a quebra do senso comum do que é ensinar história.

Pautado nessa argumentação e na atividade realizada pelos alunos do Colégio de Aplicação João XXIII, pode-se pensar acerca dos desafios que o docente de história irá enfrentar ao lidar com essas questões consideradas traumáticas e tabus. E o papel que ele vai assumir em sala de aula. Muito se debate sobre o papel social do historiador, ou seja, sobre a relevância do papel dele na sociedade. Mas pouco se discute sobre a principal arena de trabalho do historiador, a sala de aula.

Tendo como pano de fundo a sala de aula, uma das funções do historiador professor é evidenciar as diferentes interpretações de um mesmo evento levando em conta que uma não exclui a outra e sim que elas são produzidas em conjunturas específicas. Deste modo, o docente precisa mediar o conhecimento selecionando recortes que fazem significado para os alunos e que de alguma forma se liguem aos eventos presentes, pois assim, o aluno terá uma percepção que a história não é imutável e que ficou no passado mas que ela reverbera na sociedade como um todo.

O papel do historiador se encontra na missão de incutir nos alunos sentimentos de igualdade e tolerância em relação a religião, etnia, ou seja, tolerância ao que é diferente. Além de evidenciar que problemas presentes tem causas mais profundas que se remetem a períodos históricos, e que tais problemas precisam ser discutidos para que a erradicação deles aconteça.

Podemos listar outra função importante que dialoga com a produção de conhecimento academicista, como se sabe, a maioria do conhecimento produzido não

chega ao ensino básico, portanto, o historiador professor precisa sempre fazer a mediação do conhecimento produzido na academia para a escola, desconstruindo visões historiográficas já ultrapassadas. Nota-se que é importante essa mediação pois a sociedade vive em profunda mudança constantemente e assim os próprios alunos reivindicam o direito de estudar memórias que foram silenciadas pela política, pela sociedade, pela escola, pela academia.

Acerca da segunda questão, o historiador professor tem uma difícil missão, no que diz respeito a temáticas que envolvem o racismo, o profissional é o principal mediador entre as disputas pelo discurso dominante, seja ele favorável ao racismo ou não. Ele precisa tratar dessas questões presentes, não as ignorando ou deixando de lado as demandas colocadas pelos alunos em sala. Ao tratar dessa temática, o professor historiador tem um grande papel social, ajudar através de seus recursos na erradicação de preconceitos e desconstrução dos estereótipos.

Não é uma função fácil pois ela lida com o senso comum construído ao longo de vários anos, e perpassa ainda na “delicadeza” ao se tratar do racismo e das memórias e experiências das vítimas não tomando os depoimentos como a verdade absoluta ou hegemônica.

O trabalho realizado no colégio demonstra que o profissional tem que estar atento as demandas dos alunos buscando sempre um debate entre os discursos em disputa, escutando o aluno, o docente pode descobrir problemas vinculados a qualquer tipo de ação discriminatória. Além disso, através de suas ações o profissional ajuda a erradicar pelo menos no âmbito escolar o racismo exacerbando a igualdade de todos.

Essa atividade demonstra que muitas vezes o docente precisa estar atento a sua sala de aula para promover as mudanças necessárias, tais como reivindicar palestras, discursos, ou até mesmo buscar recortes que dialoguem com as questões racistas evidenciando sempre a pluralidade das identidades brasileiras.

Partindo desse pressuposto, o papel do historiador professor é tão complexo que ultrapassa os limites do ensino-aprendizagem, é um verdadeiro diálogo onde um precisa escutar ao outro, para assim juntos promoverem uma mudança gradual nas concepções históricas e sociais quebrando paradigmas impostos por muito tempo e corroborado pela sociedade.

Não é nada fácil ser um historiador professor, principalmente quando devemos tratar de assuntos importantes que são deixados de lado, o combate ao racismo e outras práticas discriminatórias, fazem parte do papel do historiador, e sinceramente, cada caso é um caso e só o tempo e a experiência ajudarão na difícil tarefa de transformação social. Não vai ser fácil, não é fácil, mas a verdadeira revolução começa com o diálogo em sala de aula.

Considerações Finais

A partir das argumentações acima, pode-se observar que o diálogo entre racismo e sala de aula é um tema delicado, mas ao mesmo tempo é indispensável na sociedade. Uma sociedade pautada a mais de trezentos anos pela escravidão, que viveu um processo abolicionista gradual e a única forma de manter o controle dos negros era a abolição. Mesmo com a abolição os desmandos e descasos com os negros e o serviço forçado continuaram, a sociedade atual vive um pouco mais de cem anos de liberdade e percebe-se o racismo ainda fortemente impregnado nos segmentos sociais.

Assim, a grande luta é contra os resquícios do período como agressões físicas e verbais e comportamentos travestidos de brincadeiras. Essa luta é em grande parte mediada pelo historiador professor que deve mostrar aos alunos as complexidades dos fatos históricos e das sociedades precedentes a atual. Só assim, ganhará novo vigor para combater o racismo.

Ao tratar de uma escola tida como da elite juiz-forana, nota-se que há uma segregação forte entre negros e brancos e nenhuma tentativa por parte da escola como um todo para reverter esse processo. Esse caso específico, de silenciamento por parte da escola enquanto os alunos pedem por demandas que garantem uma inclusão maior ou que de certa forma acabam por denunciar comportamentos racistas cotidianos e naturalizados, serve como pano de fundo para muitas outras escolas que enfrentam os mesmos problemas ou até piores. Escolas principalmente de periferias são tratadas com descaso, e os alunos principalmente, nesta conjuntura o diálogo sobre racismo, resquícios da escravidão, memória e identidade negra ganham uma importância ainda maior.

Em uma sociedade onde se tem uma intolerância religiosa e étnica sendo exacerbada, esses comportamentos sociais acabam refletindo na escola, onde a reprodução de discursos do senso comum é propagada ocasionando uma disputa pelo discurso hegemônico dentro de sala. Assim sendo, cabe ao historiador professor mediar estas tensões colocando a luz esses temas importantes, propondo debates e discussões à guisa de desconstrução de estereótipos e de preconceitos ajudando a fortalecer uma sociedade pautada na igualdade e na tolerância.

Ao mesmo tempo que o papel do historiador em sala de aula é desafiador ele também é maravilhoso, pois há uma troca, uma reciprocidade na relação aluno-professor. Juntos, a desconstrução do senso comum se torna mais viável, saber escutar o aluno é importante para a prática docente pois assim ele pode saber das demandas que mais afetam esses alunos e propor junto com eles soluções para o mesmo.

Assim como a história é uma constante construção de teorias e conhecimento, a relação aluno-professor também perpassa por essa construção onde se evidencia a participação do aluno na construção da história, bem como mostrando seu caráter central nas discussões acerca de temas que os afetam diretamente.

Deste modo, encerro fazendo um apelo aos historiadores professores, por mais que sejam difíceis a conjuntura social ou escolar ou ainda as desconstruções de preconceitos, não desistam, pois parte do seu papel é ajudar os alunos a terem pensamento crítico sobre tudo, inclusive discursos naturalizados, ou seja, exerce papel importante na transformação social. Não desistam da docência, ela pode ser surpreendente.

Referências Bibliográficas:

PEREIRA, Júnia Sales. *Do colorido à cor: o complexo identitário na prática educativa*. In: Monteiro, Ana Maria et. all (Orgs.), *Qual o valor da história hoje?* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012, p.306-322.

ROUSSO, Henry. *A memória não é mais o que era*. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro 8º ed. Fundação Getúlio Vargas, 2008. P.93-101.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Colégio de Aplicação João XXIII. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/joaouxiii/>>. Acesso em: Agosto 2016.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

Fontes: Análise das respostas dos alunos a partir da atividade realizada em sala de aula e observação na escola.

As Interfaces do racismo Religioso no Congado em Conselheiro Lafaiete

Maria Luiza Igino Evaristo

Resumo:

O Congado é uma manifestação cultural presente em Minas Gerais desde o século XVII. Festejo tipicamente negro que homenageia santos de devoção desse grupo, ao longo dos séculos tem superado diversas dificuldades para a manutenção dessa tradição. Uma das superações a ser enfrentadas encontra-se no preconceito racial que se manifesta tanto pela sociedade quanto pelos poderes eclesiásticos. Objetivando analisar como as Guardas de Congado de Conselheiro Lafaiete tem superado o preconceito para permanecerem exercendo sua devoção essa pesquisa se valerá da história oral para recolha de dados. Como conclusão preliminar observa-se a tendência de parte da Igreja em desqualificar o Congado e seus membros, numa atitude menos religiosa e mais mundana por quererem uma “higienização” da festa nos locais nobres da cidade.

Palavras-Chave: Preconceito Racial. Congado. Conselheiro Lafaiete.

Resume:

The Congado is a cultural manifestation existing in Minas Gerais since the seventeenth century. Typically black celebration that honors devotion of saints that group, over the centuries has overcome various difficulties to maintain that tradition. Of the overruns to be faced is the racial prejudice that manifests itself both by society as by ecclesiastical powers. Aiming to analyze the Guards Conselheiro Lafaiete Congado has overcome the bias to remain exercising their devotion this research will make use of oral history for data collection. As a preliminary conclusion we observe the Church's part of trend disqualify the Congado and its members, in a less religious and more worldly attitude for wanting a 'cleaning' of the party in the noble city.

Keys-Word: Racial Prejudice. Congado. Conselheiro Lafaiete.

Introdução

O Congado é uma manifestação marcada pela diversidade cultural afro-brasileira e religiosa, sua presença no território brasileiro se dá desde o século XVIII e conseqüentemente em Minas Gerais, onde os grupos Congadeiros têm sido observado por todo o estado como uma manifestação popular (SILVA, 2012).

De acordo com Silva (2012) a origem histórica dessa manifestação no Brasil encontra-se na coroação de “reis de nação” escolhidos por africanos de diferentes etnias para que representassem o Brasil, assim como suas nações de origem, dessa forma seria possível o compartilhamento de valores e crenças de seus antepassados da distante mãe-

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
 “O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
 Juiz de Fora, 2017, 1554p.
 ISSN: 2317-0468
 17 a 21 de outubro de 2016*

África. A eleição de rei e rainha nasce no ceio das irmandades religiosas cuja fundação teria sido feita por escravos africanos e seus descendentes. Em frente à igreja, usualmente, consagrada à invocação da Virgem Maria, pertencente ao santo de devoção da associação, ocorria o coroamento dos monarcas, feito por um padre; em seguida o cortejo seguia pelas ruas entoando músicas e dançando. Em meio aos costumes congolezes para a eleição de um novo rei, havia as atividades de festas e danças promovidas pelas Irmandades e, entre os Bantos era costume que os reis excursionassem seguidos por sua corte em meios a cantos e danças. Segundo Alvarenga,

Da sagração dos reis pela Igreja, do costume da coroação coincidir sempre com datas católicas e do cortejo se incorporar às procissões das festas celebradas, os ranchos que representam Congos e Congadas conservam até hoje o hábito de dançar diante de igrejas, sendo por vezes os templos o primeiro lugar a que se dirigem. (ALVARENGA, 1982, p. 100).

A respeito do aparecimento da manifestação do Congado em terras brasileiras há um descompasso nas opiniões de Bastide (1971) para quem a primeira ocorrência teria sido em 1700 na cidade de Igarassu (PE), ressaltando possíveis vestígios do evento no século XVII; de acordo com Alvarenga (1982), é de 1760, ano em que ocorreram os festejos em homenagem às bodas de Dona Maria I, rainha de Portugal; já para Silva (2012) a primeira manifestação de desfiles de reis Congos no Brasil que se tem notícias ocorreu no Recife em torno de 1706.

A respeito do aparecimento da manifestação do Congado em terras brasileiras há um descompasso nas opiniões de Bastide (1971) para quem a primeira ocorrência teria sido em 1700 na cidade de Igarassu (PE), ressaltando possíveis vestígios do evento no século XVII; de acordo com Alvarenga (1982), é de 1760, ano em que ocorreram os festejos em homenagem às bodas de Dona Maria I, rainha de Portugal; já para Silva (2012) a primeira manifestação de desfiles de reis Congos no Brasil que se tem notícias ocorreu no Recife em torno de 1706.

Muito antiga em Minas Gerais a tradição do Congado na região advém do século XVIII Neste mesmo período temos a fundação das primeiras Irmandades¹ de Nossa

¹ De acordo com Silva (2010, pp. 23-24) “Diferentes autores, reconhecendo a complexidade e as contradições inerentes à própria sociedade colonial, percebem as irmandades como espaço que propiciou a organização da identidade étnica, deste segmento social brasileiro”.

Senhora do Rosário dos Homens Pretos, a primeira foi a de Vila do Serro, atual Serro (1704), seguida pela de Vila Rica, atual Ouro Preto (1711). Contudo, nota-se que mesmo em regiões onde foram criadas irmandades tem-se o surgimento do Congado como associação autônoma, mas sempre atrelado às festas católicas locais. (SILVA, 2012).

Em Conselheiro Lafaiete o Congado é uma manifestação bem conhecida entre os moradores. Ao todo existem 16 Guardas na localidade, os santos prestigiados, Nossa Senhora do Rosário, Santa Efigênia, São Benedito, Nossa Senhora Aparecida são apenas algumas santidades que dão nome ao mesmo tempo em que revelam a principal devoção de cada grupo. A maioria das Guardas se encontra na periferia local e sua composição se dá basicamente por negros.

O Congado de Conselheiro Lafaiete

De acordo com Cordeiro (1996), as bandas de Congados e de Folias de Reis de Conselheiro Lafaiete levou a cidade a ser conhecida como a capital dos festivais de Congado, fato que contribui fortemente para a manutenção da cultura popular de rua, onde se observa nos festejos a preservação de um simbolismo da cultura africana presentes nas vestimentas coloridas e na forma de dançar. Que para o autor remete ao modo Bantu no Brasil colônia quando de suas festas saiam em grupos, alegres, falando alto, cantando músicas e contando casos. Ainda se assemelha no modo em que seguem os funerais, a importância dada ao enterro, a forma de rememorar e prestar cultos aos ancestrais, no que se refere ao batuque dos tambores e os ritmos dançantes, que algumas vezes carregam consigo um traço nostálgico e a farta alimentação festiva. Sem se esquecer da benzedura e rezas e o sincretismo religioso.

O bairro JK que acolheu a festa do dia 18 de setembro em Homenagem a Nossa Senhora do Rosário também foi palco do nascimento de um grupo de Congado nos anos 90. Maria Aparecida, conhecida na comunidade apenas como Cida, lembra o que representou a criação do Congado de Nossa Senhora Aparecida.

Maria Aparecida: O momento da criação do Congado aqui no JK foi muito bom. Tiramos as crianças da rua. A gente ensina a criança a ter amor pela cultura. (Dançante do Congado de Nossa Senhora Aparecida, 2015).

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016*

Facilmente se percebe nos discursos dos congadeiros mais velhos a importância de terem próximos a presença das crianças, uma vez que o Congado é visto também como uma forma de educar as futuras gerações, ao mesmo tempo que garante a permanência da tradição. Maria Aparecida relata também as dificuldades financeiras encontradas por ela e o marido para dar vida a uma nova guarda.

Maria Aparecida: [...] O Zé Paulo [ex-marido] era congadeiro e quis fazer a guarda. Aí eu fazia de tudo para agradar. Eu via o esforço dele e comecei a ajudar. Eu vendi minhas roupas de cama nova para ter dinheiro pra comprar couro. A gente fazia rifa pra comprar couro. (Dançante do Congado de Nossa Senhora Aparecida, 2015).

A dificuldade financeira é uma questão que aparece recorrentemente entre os grupos de Congado. Entretanto, os envolvidos costumam fazer o que podem para manter o grupo dispendo, inclusive, de seus pertences, como no relato acima. Confeccionar seus tambores para alguns congadeiros é importante porque aquele instrumento é sagrado, por isso a importância de se comprar o couro.

Wanderlei: Tem uns tambores que qualquer um pode tocar, os que a gente leva na festa e trabalha, esse é importante, porque ele é sagrado, né? Eu faço meu próprio tambor. Os tambores que eu faço são sagrados. O toque é sagrado, faz o som de chamado. (Guarda de Santa Efigênia do bairro São João, 2015).

De acordo com Eliade (1992) o homem ocidental moderno se incomoda diante de determinadas formas como o sagrado vem a se manifestar, pois não é fácil aceitar que numa pedra, árvore, ou no Caso do Congado os tambores possam ser manifestações do sagrado. É salutar entender que a pedra, a árvore e mesmo os tambores deixam de ser adorados como tais, uma vez que são hierofanias já que revelam algo que não é mais pedra, árvore, ou os tambores do Congado.

Saber confeccionar seu próprio tambor e os de outras pessoas parece dar um status para Wanderlei. De acordo, com sua esposa, Margareth, Wanderlei é sempre muito calado, mas falar de Congado pra ele é sempre muito prazeroso. Realmente, sua timidez era aparente, contudo falamos por dias sobre Congado. Ele e a esposa não pertencem a mesma guarda, pois no seu grupo só se aceitam homens. Aparentando não estar muito aberto as mudanças, talvez por influência de seu grupo, ele se mostra reticente sobre determinados pedidos da esposa.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

Com relação a Festa do Rosário, percebe-se que ela se edificou num universo imagético extremamente rico, uma vez que é marcada por momentos festivos e devocionais² que se materializam em diferentes tipos de representações que se reconstruem alicerçados numa ludicidade que procura trazer à tona o passado, presentificá-lo e atualizá-lo, construindo um sentido que perpassa a expressividade visual, já que é uma tentativa de manter viva uma tradição secular. (REIS, 1991).

No Brasil contemporâneo as transformações no campo religioso tem sido observadas por vários aspectos, tais como a perda da hegemonia católica, embora ainda seja majoritária; o crescimento e a multiplicação de denominações neopentecostais; o aparecimento de novas denominações religiosas ligadas a Nova Era; perseguições às religiões de matriz africanas por outros grupos religiosos, apenas para enumerar alguns aspectos atuais.

Deste modo, estudar estes grupos de Congados que tem resistido ao tempo, superando as dificuldades, em constante negociação com a Igreja Católica, com a Irmandade de onde a presente manifestação se originou, conjugando uma vivência com religiões de matriz africana se faz importante para entender o que tem tornado possível sua permanência no campo religioso e cultural nacional.

A festa em homenagem a Nossa Senhora do Rosário promove sua reatualização a cada ano em que, ciclicamente, ocorre a comemoração, possibilitando, desta forma, a construção de uma memória negra dos congadeiros. A devoção a Nossa Senhora do Rosário, ao ser ritualizada, reafirma a fé neste orago, ao mesmo tempo em que demarca um espaço social e religioso (QUEIROZ, 2013).

As Congadas, os Congados ou Congos são denominações dada às “danças dramáticas” que mesclam ao seu enredo tradições e costumes africanos, tal como elementos tomados a bailados de origem luso-espanhola. São formados, principalmente por um cortejo real, a que se liga uma parte representada, a que se chama de Embaixada, em que ocorre o versamento de assunto guerreiro. Embora apresentem uma origem comum, são as Embaixadas dos Congos e Congadas que se diferem um dos outros (ALVARENGA, 1982).

² O termo devoção tem sua origem no latim e significa veneração (*devotio, onis*, ação de se dedicar, voto com que alguém se dedica, se consagra, culto maldição) (SCHWIKART, 2001).

A origem do surgimento do Congado em Minas Gerais possui explicações variadas, entretanto, é salutar destacar que as versões não são excludentes e, nem são motivo para abalar a fé e a crença do congadeiros das diversas localidades onde a manifestação ocorre. A esse respeito, Silva (2012) diz que

As explicações para as origens do ritual Congado em Minas Gerais têm também como fonte o imaginário coletivo, expresso em relatos orais e escritos. As versões sobre esta história são variadas e nem sempre convergentes, pois nas várias narrativas existentes pôde-se constatar a diversidade de relatos para o aparecimento de Nossa Senhora do Rosário: alguns ora afirmam que tal aparição ocorreu no “mar”, outros já afirmam que foi numa “gruta”, outros ainda consideram que seu deu numa “lapa” ou num barreiro nos tempos antigos da escravidão. Existem as versões que dão ênfase, sobretudo, à figura de um africano que contam ter se tornado muito conhecido em Vila Rica (atual cidade de Ouro Preto – MG) pela alcunha de “Chico Rei” e cujo nome de batismo cristão é relatado, igualmente, de maneira diversa: por vezes, afirma-se que foi chamado “Francisco da Natividade”, outras vezes de “Francisco Lisboa da Anunciação”; ou ainda, de Francisco Lázaro”. (SILVA, 2012).

Por conseguinte, é imperativo reconhecer a Festa do Rosário como fenômeno humano, de cultura, criação do espírito, que remete aa uma narrativa que fa reviver uma realidade primeira, que satisfaz a profundas necessidades religiosas, aspirações morais, a pressões e a imperativos de ordem social e mesmo exigências práticas. Conforme Segalen (2002), o pensamento religioso inclui dois elemento, quais sejam, as crença e os ritos. As primeiras são representações que exprimem a natureza das coisas sagradas e as relações que elas mantêm uma com as outras ou com as coisas profanas; os segundos são as regras de comportamento que prescrevem como o homem deve comportar-se com as coisas sagradas. Os ritos possuem um suporte corporal, seja ele verbal, gestual, ou postural, com caráter repetitivo e forte carga simbólica para atores e testemunhas.

Durkheim (1983) estabelece uma classificação dos ritos (negativos, positivos e expiatórios) que organizam os tempos sociais no seu duplo ritmo, alterando os tempos profanos e os sagrados. Os cultos positivos estão ligados às festas; e os cultos expiatórios (*piaculum*) são relativos a uma expiação, inspiram um sentimento de angústia. Como culto positivo, a Festa do Rosário associa a comunhão através da ingestão de elementos

sagrados, e oblação (gestos de oferta). Os cultos positivos são periódicos, pois o ritmo que exprime a vida religiosa exprime o ritmo da vida social. Por conseguinte, épocas profanas se alternam com épocas sagradas, e o objetivo do culto é regularizar o curso dos fenômenos naturais (SEGALEN, 2002). Segundo Borges (2005), os participantes negros da Festa do Rosário

[...] podiam transcender a realidade cotidiana e integrar-se no drama subjacente à estrutura do rito. Na história mítica eles eram os vencedores, porque eleito de Nossa Senhora. Vivenciando o acontecimento festivo, resgatavam o mito do aconchego de uma mãe protetora; parte dos diversos significados veiculados no conjunto do cerimonial. Era na Festa do Rosário que os irmãos envolviam-se com os elementos sagrados da religião dos grupos dominantes. [...] Era um acontecimento em que o irmão invertia, simbolicamente, sua condição de escravo, de forro de oprimido, e entrava num novo tempo, o do encontro e do aconchego, momento em que o grupo de irmãos se tornava forte pela convivência ritual (BORGES, 2005, pp. 196-197).

Na cidade de Conselheiro Lafaiete as 16 Guardas de Congado buscam o apoio do poder público, centrado na prefeitura, para sua manutenção. Algumas Guardas desenvolve, trabalhos paralelos com os jovens de sua comunidade.

Mesmo ainda não tendo sido possível para essa pesquisa observar um número significativo de congadeiros em Conselheiro Lafaiete é possível observar que a maioria dos praticantes são pessoas simples e de baixa renda de cor negra ou mestiça, a maioria localizados na periferia da cidade. Entre os principais entrevistados encontram pedreiros, donas de casa, aposentados da construção civil, gari, carregador de placa de propaganda, estudantes, domésticas e desempregados.

O primeiro contato que esta pesquisa teve com um dos Congados de Lafaiete se deu pela figura de Margareth, que foi anfitriã durante as festas e nos dias que se sucederam. O primeiro encontro se deu em um evento na cidade de Juiz de Fora realizado por uma mãe de santo local que se discutia as religiões de matriz africana no país.

O grupo de Margareth fez uma apresentação com batuques e cantos. Naquela ocasião estavam reunidos acompanhando-a ao evento, aproximadamente, vinte pessoas, sendo alguns de sua família como mãe, irmã, marido, filhas.

Pertencente ao Congado de Nossa Senhora do Rosário e da Guia do bairro Lajinha e coordenadora do Projeto União do Morro da Cultura Afro no bairro JK³, Margareth se posiciona de forma bastante crítica a respeito da relação estabelecida entre o poder público e a sociedade lafaietense no que se refere ao Congado. Ela tem encontrado na leitura a melhor forma de se preparar para o enfrentamento que as experiências com o Congado suscitam. Agora aos 43 anos de idade ela retornou aos estudos supletivos e inicia o ensino médio, em sua biblioteca particular encontra-se livros utilizados na presente pesquisa, como os de Rubens Alves Silva. Prandi também fazem parte de suas leituras, assim como o professor Edmilson Pereira.

Uma parcela significativa dos congadeiros de Conselheiro Lafaiete possui dupla pertença religiosa como fez questão de enfatizar dona Aparecida, ex-esposa do fundador do Terno de Congado de Nossa Senhora Aparecida.

É raro um capitão não ser chefe de terreiro. (Aparecida – dançante do Congado de Nossa Senhora Aparecida do bairro JK, 2015).

Coincidência ou não, no mesmo dia que entrevistei dona Aparecida, fui visitar um capitão de Congado considerado um dos mais respeitados da região e o senhor Sílvio possui no terreno onde se encontra a sua residência e a de alguns de seus nove filhos um centro umbandista. Foi tomado cuidado para que a entrevista com o Capitão Sílvio, não se estendesse sobremaneira o que interferiria na seção que haveria em seu terreiro naquela noite.

A umbanda, tão comum na vida de parte significativa dos congadeiros de Conselheiro Lafaiete, “retrabalha os elementos religiosos” que se encontram “incorporados á cultura brasileira” através do segmento negro que “se dilui e se mistura” no remodelamento das classes. (PRANDI, 1991, p. 49).

Margareth também não esconde sua dupla pertença religiosa. A todo momento em sua fala ela louva Nossa Senhora do Rosário, Santa Efigênia, Nossa Senhora Aparecida, mas igualmente, afirma ser umbandista fazendo questão de mostrar seu altar onde santos

³ Duas comunidades distantes que realizam trabalhos relacionados a valorização da cultura Afro. De acordo com Margareth, através da cultura que se vence o preconceito, a marginalidade e a discriminação racial, social e religiosa. Ela destaca também que esses bairros, principalmente Linhasinha, é conhecido por serem bairros de alta periculosidade. (informações Margareth, 2016).

católicos dividem espaços com as entidades umbandistas (cenário também visto em Ouro Preto).

Caso singular é o da filha mais velha de Margareth. A jovem de vinte dois anos mora com o noivo, com quem pretende se casar em dezembro de 2015 e com quem possui um filho de dois anos. Desde muito nova frequenta centros de umbanda com seus pais, assim como sempre os acompanhou no Congado. O convívio com a família de seu companheiro a levou a acompanhar os cultos de uma igreja neopentecostal. Contudo, o casamento do casal será realizado na igreja de Nossa Senhora Aparecida no bairro JK. Todas segundas e quartas o casal se desloca de outro bairro para fazer o curso de noivos que lhe garantirão a participação no casamento coletivo. A esse respeito a jovem Jéssica diz:

Não importa aonde eu vou, o que importa é o que eu sinto por Deus. Porque as pessoas estragam todas as religiões. Então, não tem importância aonde você vai, o que importa é só sua relação com Deus. Eu adoro dançar Congado, viajar tá com todo mundo junto, vou no centro com minha mãe e meu pai e também é bom. Lá na igreja de crente eu vou por causa da família do meu marido, eles gostam. [...] casar tem que ser na igreja católica, minha vó vai me dá o vestido. (Jéssica – Guarda de Nossa Senhora dos Rosários e das Guias, 2015).

A fala de Jéssica revela o quão mais importante é sua comunhão pessoal com Deus, não importando as diferenças dogmáticas dos espaços por ela frequentados. Ao mesmo tempo em que critica a forma como as pessoas são capazes de “estragar” as religiões. Em outro trecho de sua entrevista ela disse:

As pessoas ficam brigando por causa de religião, quebram igreja e terreiro, mas toda religião quer a mesma coisa, quer o bem. (Jéssica – Guarda de Nossa Senhora dos Rosários e das Guias, 2015).

Novamente, a fala de Jéssica demonstra o quanto pra ela não tem sentido frequentar um único segmento religioso, uma vez que todos buscam o mesmo fim. Também mostra que ela está ciente da intolerância que há entre as diferentes religiões e que tem causado diversos conflitos.

O que parece é que para Jéssica o sagrado é tudo aquilo que se encontra fora do profano (ELIADE, 1992), não importando em que meio ela fará a sua comunhão com seu Deus, seja no terreiro ou num templo católico, ou ainda numa igreja neopentecostal.

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016*

O Censo de 2010, no que tange a religiosidade, confirma a transformação do campo religioso brasileiro, cujo aceleramento se deu a partir dos anos de 1980. Uma das principais marcas tem sido a intensa queda no número de católicos, ao mesmo tempo que se observa um grande avanço de pentecostais. Outros grupos como os sem religião, os praticantes de religiões de matriz africana também se elevaram em diferentes proporções. Apesar de nos anos de 1980 ter havido uma variação na pertença religiosa o caráter cristão se manteve majoritário. (MARIANO, 2013).

Certamente a dupla, ou mesmo múltipla pertença religiosa não é uma característica apenas do Congado de Conselheiro Lafaiete. Vilarino (2014) em análise sobre o Congado na cidade de Belo Horizonte constatou duas formas comportamentais distintas, uma vez que havia um grupo que assumia sua dupla pertença, enquanto outro negavam veementemente essa possibilidade.

De acordo com Soares (2014), a dupla pertença religiosa se mostram mais disseminados, ou amenos mais evidentes, sem contudo representar “perversões do cristianismo”. Ao contrário apresentam-se como uma crítica um tanto velada ao que chama de catolicismo real vivido pelas pessoas. Não se pode esquecer que por três séculos o Brasil experienciou o catolicismo possível, que o sistema do padroado permitia.

O fato de uma pessoa frequentar a missa ao mesmo tempo que mantém práticas relacionadas as religiões de matriz africana pode-se levar a interpretar que sua visão pragmática qualifica de forma positiva e eficaz ambos os rituais. (SOARES, 2014).

Outra personagem que merece destaque é dona Marisa, mãe de Margareth, ela traz em seus relatos que o Contato com o Congado se deu quando ainda era menina, mas que na época em função da pouca idade não poderia participar. Sua mudança de um pequeno vilarejo, Caranaíba, para a uma cidade maior, Conselheiro Lafaiete, acabou retardando sua participação no Congado. Ainda criança na cidade maior foi trabalhar como babá e doméstica e aos dezessete anos já se encontrava casada e por ter cuidado “direitinho do casamento, do marido” (Marisa dançante do Congado de Nossa Senhora do Rosário, 2015) e dos filhos somente após ficar viúva pode realmente se dedicar ao Congado.

No que se refere a realização da Festa a prefeitura fica com a responsabilidade de determinadas infraestruturas como policiamento, o fechamento de algumas ruas e mesmo uma certa quantia em dinheiro para que os congadeiros possam investir em materiais.

Entretanto, de acordo com informações da Margareth, tal verba nem sempre chega a tempo de ser investida na festa, assim os Congadeiros acabam se responsabilizando para a manutenção ou aquisição de seus trajes.

O dinheiro não é muito, mas quando chega nos ajuda a visitar uma outra festa, né? Mas a maior parte das vezes a gente vai com nosso dinheiro. (Margareth – integrante do Congado de Nossa Senhora do Rosário e das Guias, 2015).

Algumas pessoas não envolvidas com o Congado também acabam contribuindo monetariamente para a festa, como a pesquisa pode observar ao circular pelo centro da cidade a caminho de uma entrevista acompanhada de uma informante que também faz parte do Congado quando uma senhora cumprimentou-nos e logo em seguida retornou e ofereceu um dinheiro para a congadeira dizendo que era para ajudar nas despesas da festa.

O principal apoio da Igreja encontra-se na divulgação dos eventos e na fala favorável ao Congado. Entretanto, conforme a fala de alguns congadeiros não são todos os párocos que se mostram simpáticos ao Congado. De acordo com o senhor Sílvio

Pesquisadora: Qual a relação que os congadeiros têm com a igreja católica? Tem algum problema com padre ou com bispo? Eles aceitam bem?

Sr. Sílvio: É... as vezes sim, as vezes não. Por quê? Porque hoje a gente está encontrando muitos padres que realmente está igual a justiça, matando gente, discriminando. Muito padre discrimina o Congado. É porque ele tem um pouco de racismo. As vezes as festas, conforme, várias cidades que a gente já teve a gente vê que padre não gosta da festa do Congado. É... a gente fica assim, as vezes muito triste porque as vezes a gente acha que está fazendo uma apresentação boa e num ta. Mas felizmente tem local que a gente chega o padre colhe a gente com aquele carinho, com aquele prazer, entra no meio, sabe? Participa, pede pra cantar. “Vamos cantar isso que é bonito ouvi vocês cantando”. Então essas são as forças que a gente tem que não deixa a gente se desanimar. É muito importante. (Congado de Nossa Senhora do Rosário e Nossa Senhora da Guia, 2015).

A fala de Margareth demonstra, igualmente, a falta de simpatia de alguns padres em relação ao Congado.

Margareth: A nossa festa era lá na igreja de Santa Efigênia, aquela grande e bonita que você passou quando tava vindo pra cá. Lá tem um mirante, a vista é linda. Mas o padre lá começou a implicar com o Congado e não deixa mais a festa acontecer lá. Por isso que a festa foi aqui na igreja de Nossa Senhora Aparecida. No dia da festa lá o padre coloca os policiais militares carregando a santa no centro da cidade até lá. (Congado de Nossa Senhora do Rosário e das Guias, 2015).

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

Embora exista mais de um Congado em homenagem a Nossa Senhora do Rosário na cidade não há uma igreja dedicada a santa, porém é sabido que no passado houve uma irmandade destinada a ela. De acordo com Vital (2009), a capela de Santo Antônio que foi edificada em 1758 foi edificada num terreiro doado à Irmandade dos Pretos de Nossa Senhora do Rosário pelos irmãos José e Manoel Tinoco. A capela que se localiza no antigo Morro das Cruzes.

O Frei Franciscano Jerônimo teria, por volta de 1741, abençoado um pedaço de terra onde a Irmandade do Rosário dos Homens Pretos deveria edificar o templo em homenagem à santa. Após dez anos sem condições de construção da capela o capitão Manoel de Sá Tinoco fez requerimento ao bispo de Mariana para que no local fosse erigida uma capela em honra de Santo Antônio. Dom Frei Manoel da Cruz, bispo de Mariana, em 1751, deu permissão para o empreendimento. Passados seis anos o Capitão Manoel Sá Tinoco comunica ao bispo o término da capela e solicita provisões para a constituição de patrimônio. (CONSELHEIRO LAFAIETE SÍTIO HISTÓRICO, 2004).

Conclusão

A dificuldade financeira do passado impediu que os negros escravizados pudessem erigir um templo a Nossa Senhora do Rosário. Na atualidade observa-se que na cidade de Conselheiro Lafaiete os negros continuam sendo desprivilegiados de bens materiais que dificulta a aquisição de materiais para adornar suas vestimentas, seus instrumentos, entretanto, nunca deixaram de colocar a festa em homenagens aos santos devocionais na rua.

As autoridades católicas tem se mostrado oscilante em relação ao convívio e aceitação das festas de Congado e seus congadeiros. Nos últimos anos o bispo tem contribuído, na visão dos congadeiros, para um processo de embranquecimento da festa ao dificultar que as guardas festejem nos centro da cidade e que o andor de Nossa Senhora do Rosário na principal festa da cidade seja carregada pela polícia militar.

Há uma divisão entre a sociedade local em relação a presença negra, na única igreja na cidade erigida a uma santa de devoção negra, Santa Efigênia. Localizada numa

área nobre causa incômodo para certos moradores terem que celebrar com a gente simples e pobre da cidade.

Este trabalho não trás conclusões fechadas e inflexíveis uma vez que não se teve a oportunidade de conversar com o bispo local sobre as queixas dos congadeiros de Conselheiro Lafaiete.

Referências:

ALVARENGA, Oneida. **Música popular brasileira**. São Paulo: Duas Cidades, 1982.

BASTIDE, Roger. **As religiões africanas no Brasil**: contribuição a uma sociologia das interpenetrações de civilizações. São Paulo: Pioneira, 1971.

CONSELHEIRO LAFAIETE SÍTIO HISTÓRICO, 2004.

DURKHEIM, Émile. As formas elementares da vida religiosa. In: **Os Pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

ELIADE, Mircea. *Mito e realidade*. São Paulo: Perspectiva, 1972.

MARIANO, Ricardo. Declínio Católico: destradicionalização e diversificação religiosas. **Debates do NER**, Porto Alegre, ano 14, nº 24, pp. 119-137, jul/dez, 2013.

Disponível em:

<http://sociologia.fflch.usp.br/sites/sociologia.fflch.usp.br/files/Campo%20religioso%20no%20Censo%202010.pdf>. Acesso: 13 de dezembro de 2013.

PRANDI, Reginaldo. **Os candomblés de São Paulo**. São Paulo: HUCITEC e Universidade de São Paulo, 1991.

QUEIROZ, Giane Rena Cardoso. **A festa de Nossa Senhora do Rosário de Paula Cândido (MG)**. Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião da UFJF para obtenção do título de mestre. Juiz de Fora, 2013.

REIS, João José. Identidade e diversidade étnicas nas irmandades negras no tempo da escravidão. **Revista Tempo**. v. 2, n. 3, 1996, pp. 7-33.

SCHWIKART, Georg. **Dicionário Ilustrado das Religiões**. Aparecida: Editora Santuário, 2001.

SEGALLEN, Martin. *Ritos e rituais*. Rio de Janeiro: EdFGV, 2002. BORGES, Célia Maia. **Escravos e libertos nas Irmandades do Rosário**: devoção e solidariedade em Minas Gerais – séculos XVIII e XIX. Juiz de Fora: EdUFJF, 2005.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

SILVA, Rubens Alves da. **A atualização de tradições:** Performances e narrativas afro-brasileiras. São Paulo: LCTE, 2012.

_____. **Negros católicos ou catolicismo negro?** Um estudo sobre a construção da identidade negra no Congado mineiro. Belo Horizonte: Nandyala, 2010.

SOARES, Afonso Maria Ligório. Sincretismo afro-católico no Brasil: lições de um povo no exílio. **Estudos da Religião**, nº 3, 2002, pp. 45-75. Disponível em: http://www.pucsp.br/rever/rv3_2002/p_soares.pdf. Acesso: 4 de março de 2014.

VILARINO, Marcelo de Andrade. **Festas, cortejos e procissões: tradição e modernidade no congado belo-horizontino.** Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em ciência da Religião da UFJF para obtenção do título de mestre. Juiz de Fora, 2007.

Entrevistas:

Jéssica – dançante da Guarda de Nossa Senhora do Rosário e de Nossa Senhora das Guias, 2015.

Margareth – dançante da Guarda de Nossa Senhora do Rosário e de Nossa Senhora das Guias, 2015.

Maria Aparecida – dançante do Congado de Nossa Senhora Aparecida do Bairro JK, 2015.

Senhor Sílvio – Capitão do Congado de Nossa Senhora do Rosário e Nossa Senhora da Guia

Wanderley – Guarda de Santa Efigênia do Bairro São João, 2015.

Simpósio Temático 09: “Dimensões do Mundo Rural: Territórios, gentes e suas lutas (Séculos XIX e XXI).

Coordenadores: Henrique Sobral (Mestrando em História PPHR-UFRRJ) & Max Porfirio (Mestre em História PPHR-UFRRJ)

Organização da estrutura agrária da Freguesia de São Pedro do Fanado de Minas Novas no século XIX

Juliana Pereira Ramalho¹

Resumo:

O intuito deste trabalho é analisar o povoamento e expansão da fronteira na freguesia de São Pedro do Fanado de Minas Novas, assim como a constituição da sua estrutura agrária, na segunda metade do século XIX. Para isto tomamos como base os pressupostos da história agrária com enfoque para o estudo da apropriação do solo e a organização da estrutura agrária. A combinação de diferentes estratégias de acesso à terra como a compra, herança, posse, dádiva e dote, sinalizaram para a constituição de um mercado doméstico de terras que combinado às estratégias não mercantis de acumulação possibilitaram a ampliação e concentração da propriedade agrária nas mãos da elite local.

Palavras-chave: história agrária, terra, Minas Novas.

Abstract:

The purpose of this study is to analyze the settlement and expansion of the border in the parish of São Pedro of Fanado of Minas Novas, as well as the constitution of its agrarian structure, in the second half of the nineteenth century. For this we take as a basis the conditions of agrarian history with a focus on the study of land ownership and the organization of the agrarian structure. The combination of different land access strategies such as the purchase, inheritance, ownership, endowment and dowry, signaled for the establishment of a domestic market of land which combined to non-market strategies of accumulation gave possibility to the expansion and concentration of land ownership in the hands of local elite.

Keywords: agrarian history, land, Minas Novas.

¹As reflexões presentes neste trabalho encontram-se em fase de desenvolvimento na tese de doutorado em curso no departamento de História da Universidade Federal de Ouro Preto.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

Introdução

O município de Minas Novas, no início do século XIX, era limitado ao norte pela província da Bahia, ao sul pela Vila do Príncipe, à oeste com a Comarca de Sabará e à leste com florestas (Saint-Hilaire, 2000, p. 193). Esta região que Saint-Hilaire identificou, em sua passagem pela região em 1817, como área de floresta fazia parte do que se conhecia como sertão do leste: formado pelas bacias dos rios Jequitinhonha, Mucuri, e parte do Paraíba do Sul (CAMBRAIA *et al*, 1988, p.1). Utilizado como barreira natural para impedir o avanço da exploração do ouro, os sertões do leste permaneceram, na primeira metade do XVIII, inacessível ao povoamento e à colonização (AMANTINO, 2014, p.95). Tal fato, contribuiu para que ali se constituísse em zona de refúgio para diversos povos indígenas, que por sua vez, constantemente entravam em conflitos com exploradores que avançavam sobre suas terras (RESENDE; LANGFUR, 2007, p.8-9.).

No XIX, com a diminuição da produção aurífera, estes sertões, passaram de “zonas proibidas – usada como muralha contra o contrabando, para se tornar o Eldorado” (LANGFUR, 1999 *apud* MATTOS, 2013, p.72) para aqueles que ambicionavam por riquezas. Caracterizado como oponente às vilas e povoados, os sertões era visto pelos exploradores e aventureiros como espaço do descontrole e do perigo aos civilizados (AMANTINO, 2014, p.96), e que, portanto, necessitavam de dominação.

Dentro do termo de Minas Novas dois eram os caminhos tomados pelos seus habitantes que se direcionavam ao interior deste sertão: um pela barra do Rio Araçuaí, seguindo o leito do rio Jequitinhonha, região que daria origem ao que conhecemos hoje como baixo Jequitinhonha; e o outro caminho se dava pelas cabeceiras dos rios Fanado e Setubal, em direção ao povoado de Alto dos Bois e às nascentes do Rio Mucuri (RIBEIRO, 1996, p.18). A nossa análise, neste trabalho, priorizará este segundo itinerário, tendo em vista que era esta região o foco da investida dos moradores da freguesia de São Pedro do Fanado de Minas Novas que na expansão de sua atividade agrícola e pecuária, lançavam posses e ambicionavam colonizar os índios botocudos habitantes daquelas matas (RIBEIRO, 2013). À medida que avançavam em direção às terras indígenas, ampliando seus domínios agrários, os fazendeiros de Minas Novas lançavam mão não apenas da posse na manutenção e preservação de seus domínios. A

associação da posse com a herança, com a compra, doação e dote constituíram os pilares da concentração fundiária.

Ângelo Alves Carrara (1999), em estudo sobre a ocupação inicial do solo e acesso à propriedade da terra na Capitania de Minas Gerais, apontou que o precoce mercado de terras, sobretudo nas áreas próximas às zonas de mineração, proporcionada pela circulação monetária, proveniente da mineração, não foi suficiente para impedir o aparecimento de outras formas de acesso à terra. Apesar da existência deste mercado de terras, ressalta o autor, “o lançamento de posse estava na origem do acesso à propriedade” (CARRARA, 1999, p. 12), na capitania de Minas Gerais. Para São Pedro do Fanado, a posse, juntamente com o mercado de terras e estratégias não mercantis de acumulação e transferência da riqueza nortearam a sua estrutura agrária. Entretanto, é necessário que se faça algumas ressalvas ao discutirmos o mercado de terras em um contexto em que as relações capitalistas não são dominantes ou determinantes das relações econômicas.

Giovani Levi (2009), em estudo sobre o mercado de terra, em Santena, nos chama a atenção para os problemas sobre a mercantilização da terra nos debates historiográficos. O autor defende que a máxima de que tudo aquilo que é comprado e vendido foi produzido para a venda não pode ser aplicado para a terra, especialmente quando se diz respeito ao Antigo Regime. Basta lembrar que a terra era, não só o pilar da produção, mas também estava no centro do sistema de poder e de proteção social, o que tornava a sua mercantilização um processo complexo e viscoso. Levi chega à constatação de que, na região de Santena, o preço da terra não era determinado pela lei da oferta e da procura, mas “eram diferentes, caso as transações ocorressem entre parentes, vizinhos ou estranhos, e era sensivelmente mais alto à medida que se reduzia a distância de parentesco” (LEVI, 2009, p.93). Isso porque, de acordo com o autor, mudava-se o conteúdo das reciprocidades.

Karl Polanyi (2012), ao analisar a sobreposição da economia de mercado aos demais sistemas sociais, também trouxe importante reflexão acerca do significado e da função da terra na organização das sociedades não capitalistas. De acordo com o autor, nas sociedades em que não impera a economia de mercado, a terra é “*um elemento da natureza inexplicavelmente entrelaçado com as instituições do homem*” (POLANYI, 2012, p. 199). Para Polanyi, a terra é intrínseca ao homem, porque ela é indissociável ao

trabalho. E o trabalho é parte da vida, portanto, “*vida e natureza formam um todo articulado*” (POLANYI, 2012, p. 199), sendo interdependentes. Em outras palavras, significa dizer que a terra se confundia com o próprio homem e com as suas organizações sociais – “*organizações de parentesco, vizinhança, profissão e credo*” (POLANYI, 2012, p. 199). Nesse enlace de homem e natureza, a função econômica era apenas uma “*entre as muitas funções vitais da terra*” (POLANYI, 2012, p. 199). Ela constituía-se na fonte de estabilidade humana – seu local de habitação e condição de sua segurança física.

Outro elemento importante para o qual Polanyi chama a atenção é para o fato de, nas sociedades não capitalistas, os usos e as transferências da terra estarem subordinados aos costumes e às regras legais, e não aos ditames da compra e venda. Na sociedade feudal, por exemplo, se a posse da terra era “*transferível ou não e, em caso afirmativo, a quem e sob quais restrições; em que implicavam os direitos de propriedade, e de que forma podiam ser utilizados alguns tipos de terra*” (POLANYI, 2012, p. 75) eram questões decididas à parte da organização de compra e venda. O que se percebe é que a terra era o centro das orientações da vida cotidiana, “*outro nome para natureza*” (POLANYI, 2012, p. 73), e que não foi produzido pelo homem e nem tinha caráter de mercadoria. O desenlace da terra dos sistemas sociais que a regulamentavam e a sua consequente absorção ao mercado é que a introduziu na economia de mercado. (POLANYI, 2012, p. 73).

Para o Brasil, importantes estudos foram realizados, problematizando a formação e a natureza do mercado imobiliário rural. Hebe Mattos ao analisar o mercado de terras em Capivari, argumenta que, devido ao sentido comercial da colonização, desde o Regimento de Tomé de Souza, a legislação fundiária portuguesa havia sido adaptada para as condições da colônia, “*priorizando o ter recursos para defender e explorar a terra sobre o mérito e posição social*” (CASTRO, 1987, p. 117). Para a autora, fatores econômicos e culturais de época e regiões diferentes são determinantes no processo de concentração fundiária (CASTRO, 1987, p. 118), o que confere ao mercado de terras antes de meados do XIX um caráter doméstico. Ou seja, diferentemente do mercado de escravos, o mercado de terras reflete as diferenciações regionais do Brasil imperial. Esta especificidade, classificada por Hebe Mattos como “*dimensão doméstica do mercado de*

terras” (CASTRO, 1987, p. 122) é de fundamental importância para problematizarmos a organização da estrutura agrária da freguesia de São Pedro do Fanado de Minas Novas.

Ao analisarmos os registros paroquiais de terra para a freguesia de São Pedro do Fanado, fica evidente que havia ali um considerável mercado de terras. Dos 823 registros encontrados para a freguesia, 275 declararam ter adquirido a terra por meio da compra. Este mercado de terras estava diluído por toda a freguesia, sendo que havia certas diferenças ao que se refere à finalidade deste mercado nas diferentes regiões da freguesia. Na parte central da freguesia, área mais próxima da cidade de Minas Novas, este comércio ocorria de forma mais intensa, sobretudo, devido ao esfacelamento das propriedades herdadas, o que possibilitava que os proprietários de pequenas parcelas as destinassem à venda. Nestes casos era muito comum que parentes e familiares comprassem partes de algum dos herdeiros.

A partilha, sobretudo após a morte do pai, nos revela que alguns filhos não se mantinham como proprietários da terra o que ocasionava a venda da parte que lhes era destinada. Aqui é importante problematizar que a terra mesmo não tendo “um valor em si” porque “não era um produto” (FRIDMAN, 1999, p. 261) adquiriam importância econômica à medida que garantia “a reprodução extensiva do empreendimento agrícola” (CASTRO, 1987, p. 119). Se de um lado os pequenos pedaços de terra herdados não eram atrativos para seus proprietários herdeiros, eles se tornavam de suma importância para aqueles que necessitavam de grandes extensões para a reprodução econômica seja para o desenvolvimento da agricultura ou da pecuária.

Da nossa amostra de 275 registros referentes à compra, apenas 66 informaram os nomes dos antigos proprietários, ou seja, o nome do vendedor. Destas 66 transações, 19 ocorreram entre parentes ou vizinhos, o que corresponde à 28% das transações realizadas. Constata-se, portanto, duas direções neste mercado de terra em São Pedro do Fanado: uma que ocorre entre parente, configurando uma tentativa de manter as propriedades no seio familiar e em condições de reprodução econômica do seio familiar e outra que se destaca especialmente os grandes fazendeiros na tentativa de ampliar seu patrimônio agrário. Tal estratégia é reforçada pela associação da compra com mecanismos não mercantis de acumulação e transmissão da riqueza como a doação (SECRETO 2011),

além da associação da compra com o dote; da compra com a herança e a dádiva; da compra com a herança e a posse, ou da compra com a herança.

Para exemplificar este tipo de prática vamos citar o caso do coronel José Bento Nogueira, casado com a filha do coronel Jacinto Alves da Costa², o qual, também, era conhecido como Jacinto do Engenho. O coronel José Bento Nogueira declarou em um único registro³ cinco propriedades: a fazenda Buriti, comprada aos herdeiros do Comendador João Pereira de Araújo Pinto, que fazia divisas com a fazenda do Pombinho de seu sogro, Jacinto Alves da Costa; um sítio que também fazia divisas com a fazenda de seu sogro e com os herdeiros de Pedro Soares; uma parte de terras que se encontrava “em comum com os herdeiros de Pedro Soares”, uma parte de terras na fazenda Pombinho, que ele mantinha “em meação” com seu sogro Jacinto; e, por fim, um sítio comprado a João Soares Cardoso e a sua mulher. O que pudemos observar neste caso do coronel José Bento Nogueira é o fato dele ter se interessado pela compra de terras circunvizinhas à sua fazenda e à fazenda de seu sogro, uma clara demonstração do seu interesse em ampliar a extensão de suas propriedades. Há que considerar também que, com a morte de seu sogro, provavelmente partes das terras deixadas por ele passariam a pertencer ao coronel José Bento Nogueira.

Não queremos afirmar com a análise exposta acima que a compra da terra estava fechada em um círculo de sociabilidades de vizinhança ou parentesco. Havia transações que ocorriam sem que os envolvidos possuíssem laços de parentesco ou de vizinhança. Na região de ocupação mais recente da freguesia, banhada pela bacia do Rio Mucuri, a venda de áreas recém-colonizadas também era praticada, o que vem corroborar com a tese de Hebe Mattos de que os benefícios produzidos pelo fruto do trabalho “que poderia ser vendido ou comprado” tornava “a fazenda já estabelecida um empreendimento mais interessante que a instalação de uma nova fazenda” (CASTRO, 1987, p. 120). Tófilo Ottoni, fundador da Companhia de Navegação e Comércio do Vale do Mucuri em 1847 (DUARTE, 2002, p.13), testemunhou e registrou este comércio de terras na freguesia de São Pedro, na região, à época recentemente ocupada às margens do Mucuri. Em relatório

² APM, Registro Paroquial de Terra da Freguesia de São Pedro do Fanado, 1855. Cadastro 1298/65, Jacintho Alves da Costa.

³ APM, Registro Paroquial de Terra da Freguesia de São Pedro do Fanado, 1855. Cadastro 1260/4, José Bento Nogueira.

enviado aos acionistas da Companhia de Navegação e Comércio do Mucuri, em 1857, ele revelou:

as terras já começam a ter valor no Mucuri, a tal ponto que um colono vendeu por 3:000\$, com consentimento da companhia, o direito que tinha ao seu lote de terras, que aliás lhe custaria, na forma do contrato, somente 300\$000! O vendedor foi o Sr. Fernando Schlobach, e o comprador a Exm. Sra. D. Francisca José Coelho da Silva. (OTTONI, 1857, p. 24).

Dona Francisca Coelho era filha do falecido mestre quartel Antônio José Coelho⁴ que, desde 1830 era possuidor de fazendas na região de Alto dos Bois, povoado que demarcava, naquela época, os limites da fronteira agrícola da freguesia de São Pedro do Fanado com as terras dos índios denominados botocudos. Antônio José Coelho estava envolvido em diferentes atividades econômicas. Ele era do tipo que pode ser classificado tropeiro-comerciante, para utilizarmos a expressão de Alcir Lenharo (1993), possuía sua própria tropa que transportava os produtos de suas fazendas. Detentor de dezessete propriedades, obtidas pela posse e compradas a diferentes pessoas, produzia feijão, mandioca, milho e cana para produção de aguardente. Foram avaliadas pelos louvados, por ocasião da feitura de seu inventário, duzentos e quinze barris de aguardente no tanque, avaliados em 215\$000; um canavial avaliado em 142\$000; quarenta alqueires de feijão avaliados em 48\$000; quatrocentos alqueires de milho avaliados em 400\$000; um mandiocal avaliado em 80\$000; e outro mandiocal avaliado em 60\$000. Estes produtos eram processados internamente às propriedades de Coelho, como atestam a referência à alambique, moinho, gangorra, prensa, e recipientes para armazenamento dos mantimentos como caixas grandes e pequenas, e garrafões para depósito da cachaça, descritos em seu inventário.

Além da atividade agrícola e do comércio, Coelho se dedicava à pecuária. Com um rebanho formado por cento e quarenta e nove cabeças de gado vacum, a maior parte deste rebanho era destinada ao comércio, especialmente pelo alto número de animais machos em relação ao número de fêmeas: trinta e duas vacas de toda sorte, quarenta e três novilhos de dois anos e cinquenta e cinco novilhos de ano. Além destes havia também os animais destinados ao auxílio no processamento dos produtos agrícolas e seu transporte, como os dezenove bois de carro com um carro e um carretão, e a tropa de gado cavalari

⁴ Fórum de Minas Novas. Inventário de Antônio José Coelho, Maço 155.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

muar. Para realização de todas estas atividades Antônio José Coelho contava com uma escravaria composta de 98 escravos, além da mão-de-obra indígena que ele empregava em suas fazendas⁵.

Assim como seu pai que era grande proprietários de terras e de escravos, dona Francisca Coelho também se destacou na documentação consultada como grande proprietária de terras. Além de seu envolvimento no comércio imobiliário rural como vimos acima, várias outras propriedades foram adquiridas por meio da posse, o que a tornou dentre os primeiros colonizadores do Rio Mucuri, senhora de engenho de grande importância, conforme assinalou Téofilo Ottoni (1860, p.32).

Há que considerar também que a compra era o mecanismo acionado não apenas pelos grandes proprietários no processo de acumulação do seu patrimônio agrário, como também se constituiu no mecanismo predominante na origem das pequenas propriedades. De um total de 220 propriedades que classificamos como pequenas propriedades, ou seja, com área menor que 400 hectares, 45% dos proprietários adquiriram suas terras através da compra. Isso equivale à 46% da área ocupada pelas pequenas propriedades.

Quando comparamos o papel desempenhado pela compra na composição das pequenas e grandes propriedades vemos que a compra representa uma participação de 16% na composição da área ocupada pelas grandes propriedades. Isto significa que, mesmo sendo utilizada para ampliação das grandes fazendas, a compra não era o fator determinante na concentração fundiária, papel que era assumido pela posse. Dizendo de outro modo, a compra apesar de contribuir, sobretudo através da combinação com outros meios de acesso como a herança, barganha, dote e dádiva, era a posse o instrumento primordial na constituição das grandes propriedades em São Pedro do Fanado.

Assim podemos concluir que, em São Pedro do Fanado, a compra de terras apesar de ser uma prática difundida entre as pessoas, resultante sobretudo do esfacelamento das propriedades entre os herdeiros que desfaziam das parcelas herdadas através da venda, não era determinante na concentração fundiária. Apesar dos grandes fazendeiros utilizarem a compra como meio de apropriação das áreas circunvizinhas às suas fazendas, era a posse o elemento fundamental na constituição dos grandes domínios de terra. Fator

⁵ Sobre a utilização da mão de obra indígena em suas fazendas ver a Arquivo Público Mineiro, PP1/33, caixa 130, documento nº 63, de 12/11/1834.

este que associado especialmente à herança acabavam por acentuar a concentração fundiária da freguesia.

BIBLIOGRAFIA

AMANTINO, Márcia. Sertões, índios e quilombolas. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, v. 50, nº1, janeiro-junho de 2014.

CAMBRAIA, Ricardo de Bastos; MENDES, Fábio Faria. A colonização dos sertões do leste mineiro: políticas de ocupação territorial num regime escravista (1780-1836). **Revista do Departamento de História**, n. 6, julho de 1988

CARRARA, Angelo Alves. **Contribuição para a História Agrária de Minas Gerais (séculos XVIII-XIX)**. Mariana: UFOP, 1999.

CASTRO, Hebe Maria Mattos de Castro. **Ao sul da História**. São Paulo: Editora brasiliense, 1987.

DUARTE, Regina Horta (Org). **Notícia sobre os selvagens do Mucuri**. Belo Horizonte: editora UFMG, 2002.

FRIDMAN, Fania. **Donos do Rio em nome do rei: uma história fundiária da cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed: Garamond, 1999.

LENHARO, Alcir. **As tropas da moderação**. Rio de Janeiro: Secretaria municipal de cultura, turismo e esportes, departamento geral de documentação e informação cultural, divisão de editoração, 1993.

LEVI, Giovanni. Economia camponesa e mercado de terra no Piemonte do Antigo Regime. In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho (orgs). **Exercícios de micro-história**. Rio de Janeiro: Editora DGV, 2009.

MATTOS, IZABEL Missagia. Povos em Movimento nos sertões do Leste. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos. **A Província de Minas**. Volume 1. Belo Horizonte: Autêntica Editora: Companhia do Tempo, 2013.

MOTA, Maria Sarita; SECRETO, María Verónica. Por Última Vontade: Doação e Propriedade no Oitocentos. In: MOTTA, Márcia; SECRETO, María Verónica **O Direito às Aversas: por uma história social da propriedade**. Guarapuava: Unicentro, 2011.

RESENDE, Maria Leônia Chaves; LANGFUR, Hal. Minas Gerais indígena: a resistência dos índios nos sertões e nas vilas de El-Rei. *Revista Tempo*, nº 23, 2007.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens de nossa época**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

RIBEIRO, Eduardo Magalhães. **Lembranças da Terra**. Belo Horizonte: CEDEFES: 1996.

RIBEIRO, Eduardo Magalhães. **Estradas da vida: terra e trabalho nas fronteiras agrícolas do Jequitinhonha e Mucuri**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

FONTES

Fórum de Minas Novas. Inventário de Antônio José Coelho, Maço 155

Arquivo Público Mineiro, PP1/33, caixa 130, documento nº 63, de 12/11/1834.

Registros paroquiais de Terra de Terra de São Pedro do Fanado de Minas Novas, 1855-1857.

OTTONI, Teófilo Benedito. *Relatório apresentado aos acionistas da Companhia do Mucuri por Teófilo Benedito Ottoni em 15 de outubro de 1857*, p. 27. In: ARAÚJO, Valdeci Lopes (org). **Teófilo Ottoni e a Companhia do Mucuri: a modernidade possível**. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura; Arquivo Público Mineiro, 2007.

OTTONI, Teófilo Benedito. *Relatório apresentado aos acionistas da Companhia do Mucuri por Teófilo Benedito Ottoni em 15 de maio de 1860*, p. 32. In: ARAÚJO, Valdeci Lopes (org). **Teófilo Ottoni e a Companhia do Mucuri: a modernidade possível**. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura; Arquivo Público Mineiro, 2007.

Saint-Hilaire, Auguste. **Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Ltda, 2000.

Fazendeiros e lavradores foreiros em Itaguaí: Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Bananal. (1850-1900)

Max Fabiano Rodrigues de Oliveira¹

Resumo:

O objetivo desta pesquisa é analisar a estrutura fundiária da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Bananal, no município de Itaguaí, na segunda metade do século XIX. Região onde hoje se localiza o município de Seropédica. Queremos perceber durante o recorte definido, que tipo de mudança pode ter ocorrido na composição daquelas propriedades. Alterações no que diz respeito ao que era produzido naquela localidade ao longo dos anos e quais as razões para que uma família optasse por um tipo de plantação em um período e decidisse por outro em um momento posterior.

Palavas-chave: História Agrária – Itaguaí – Fazendeiros

Abstract:

The objective of this research is to analyze the land structure of the Parish of Our Lady of Conception Bananal, in the municipality of Itaguaí, in the second half of the nineteenth century. Region where today is located the city of Seropédica. We want to perceive during the defined cut, what kind of change may have occurred in the composition of those properties. Changes with regard to what was produced in that area over the years and the reasons for a family chose a type of planting in a period and to decide on the other at a later time.

Keywords: Agrarian History - Itaguaí – Farmers.

Introdução.

Esta pesquisa se insere nos estudos dedicados à história agrária no plano da história regional e local, centradas no estudo das estruturas e das paisagens agrárias, bem como a organização do espaço rural. Sem perder de vista a dinâmica presente neste ambiente rural, Linhares e Silva (1981) afirmam que o historiador da história agrária deve perceber as discontinuidades e as mudanças bruscas que dizem respeito a conjuntos socioeconômicos maiores e mais complexos, possibilitando, assim, e através da reconstituição de situações locais, compreender a complexidade contida em um recorte regional por vezes generalizada em uma análise macro.

¹ Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Mestre pelo mesmo programa. E-mail: maxdeoliveira@msn.com

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

Por isso, analisar a história agrária de Itaguaí nos permite perceber sua relação direta com eventos nos âmbitos regional e nacional na segunda metade do século XIX, e como essas esferas interagiam. Tal exercício contribuirá também para uma análise comparativa com outros trabalhos que analisaram localidades diversas.(CARDOSO, 1982).

A história de Itaguaí, município fluminense, é remontada a partir da fixação de uma aldeia de indígenas fundada por Mem de Sá, inicialmente, em uma localidade chamada Itinga, depois transferida para o sul do município, próximo ao mar, por orientação dos missionários da Companhia de Jesus, em meados do século XVII. Posteriormente, os religiosos construíram, em 1729, a capela em devoção a São Francisco Xavier. (IBGE, 1948).

Elevada a freguesia em 15 de novembro de 1795 com o nome de São Francisco Xavier e depois sendo alçada ao patamar de vila, através do alvará que criou o município em 5 de junho de 1818, sendo efetivado em 1820, Itaguaí cujo o território e limites deverão compreender a Freguesia de Itaguaí do alto da serra para a vargem, a Freguesia de Marapicu, do rio Guandú subindo até a parte esquerda, todo o Ribeirão das Lages e a Freguesia de Mangaratiba. (IBGE, 1948).

Compreendendo a parte meridional do estado do Rio de Janeiro, o território de Itaguaí na segunda metade do século XIX compreendia 428,90 Km² (LAEMMERT, 1879), já tendo sido desmembrado de Mangaratiba. Os rios da região, importantes rotas de escoamento da produção do Vale do Paraíba e da própria região no século XIX, eram os rios Guandú, Guandú-mirim, Itaguaí, Ribeirão das Lages e Macacos. É importante perceber que estamos falando não do município de Itaguaí dos dias atuais que compreende em seu território 274,401 Km² (IBGE, 2016), mas sim, de uma Itaguaí que tinha em seu território as localidades que hoje são os municípios de Seropédica e Paracambi.

Na segunda metade do século XIX o município de Itaguaí estava dividido em três freguesias: São Francisco Xavier, conhecida também como a freguesia da vila, São Pedro e São Paulo do Ribeirão das Lages e Nossa Senhora da Conceição do Bananal. As duas últimas eram separadas por uma estrada. Estas freguesias se diferenciavam em suas dimensões geográficas e pelo tipo de cultura praticada por seus fazendeiros. Fazia parte do território do município também a Ilha da Madeira, com sua população de

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.

ISSN: 2317-0468

17 a 21 de outubro de 2016

menos de mil habitantes no século XIX, voltada para a cultura de cereais e verduras para o abastecimento da vila de São Francisco Xavier que tinha em seus limites as povoações de Mazomba, Coroa Grande e Leandro.

Nossa Senhora da Conceição do Bananal ficava ao norte do município na margem direita do rio Guandu, tendo o início da construção de sua capela em 1838, sendo elevada a curato do Bananal em 1846 e em 1851 à freguesia, através do decreto nº 549 de 30 de agosto. Suas povoações compreendiam Mangueiras, Saco da Prata, Patioba e Coroa Grande. (IBGE, 1948).

Utilizamos como principal fonte desta análise os Inventários *Post Mortem* depositados nos arquivos do Museu do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro e, cruzamos os Registros Paroquiais de Terras e o Almanak Laemmert. A metodologia aqui empregava se valeu dos dados extraídos dos montes *mor* de cada inventário de proprietários que tinham seus sítios e fazendas nas terras da freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Bananal. Nosso objetivo foi perceber qual mudança no perfil do que era produzido entre os anos de 1850 até 1905, data de abertura do último inventário analisado. Vamos analisar a seguir os sinificacos desta fonte e sua utilização pela historiografia.

Inventários *post mortem*.

Pode ser interpretado como uma ação especial jurídica que tem o objetivo de realizar o levantamento de todos os bens do inventariado falecido com ou sem testamento. Temos na figura do inventariante a pessoa que está a frente deste processo, desde a abertura do inventário em um cartório local até a partilha dos bens, passando pelas declarações pertinentes, escolha dos avaliadores que terão a função de listar os bens do finado que estão em sua posse e também os que se encontram em posse de terceiros, mas que pertençam ao inventariado.

Os inventários nos dão uma exata noção da condição econômica do inventariado no momento de seu falecimento, pela presença de suas dívidas ativas e passivas. Desta forma, podemos compreender se o mesmo se encontrava em uma situação de estabilidade financeira ou imerso em dívidas que recairão sobre seus herdeiros. Pelo seu caráter massivo é possível não só recuperar uma personagem, mas sim várias. Diversas vidas de

diferentes grupos sociais podem estar arroladas a um inventário de diferentes maneiras, sempre demonstrando o tipo de relação com o falecido

Já o seu carácter seriado, ou seja, aquele que faz esta fonte se repetir no tempo, permite ver a região escolhida em movimento, a sociedade considerada passando pelo tempo, com as suas permanências e mudanças. O que seria uma fotografia, torna-se um filme. Um filme onde as personagens não se resumem no grande político ou empresário, mas onde aparece também o homem anônimo, o homem das ruas. Assim sendo, a totalidade de inventários *post mortem* de certo ano, em uma região, permite apreender a sociedade considerada com sua economia e diferenciações sociais de um dado momento. É como se tivéssemos uma fotografia daquela sociedade naquele ano. (FRAGOSO e PITZER, 1988: 29-51).

Podemos, ao cruzar suas séries, detectar as contradições e desgastes das estruturas, os padrões repetidos de comportamento e reação pelas quais as pessoas constroem um sistema. Esta fonte possibilita apreender a sociedade no tempo, no movimento de suas contradições. A relação dos inventários como sendo uma fonte meramente econômica, empobrece sobremaneira a sua utilização, quando na verdade, seu carácter é plural. Contendo informações que servem tanto para o campo da História Social, Econômica, Demográfica, Política e das Mentalidades. Podendo ser utilizado em pesquisas quantitativas e qualitativas. (FRAGOSO e PITZER, 1988: 29-51).

A partilha é a razão de ser de todo o inventário: Todas as outras partes do inventário existem em função desta. Para ter uma visão geral o monte *mor* é onde o historiador deve de imediato ir. Em primeiro lugar divide-se o monte líquido do inventário por dois, para que assim se possa pagar a metade (meação) devida ao cônjuge do inventariado. Em seguida divide-se a metade restante do falecido pelo número de herdeiros, para que se possa pagar o que de legítimo caiba a cada um deles. Assim, temos os nomes completos dos herdeiros e beneficiários, o grau de parentesco com o falecido e os bens que lhe couberam com os respectivos valores. (FRAGOSO e PITZER, 1988: 29-51).

Bananal e sua história.

A freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Bananal foi criada por Lei Provincial n. 549 de 30 de agosto de 1851. Superfície calculada de 213, 94 quilômetros

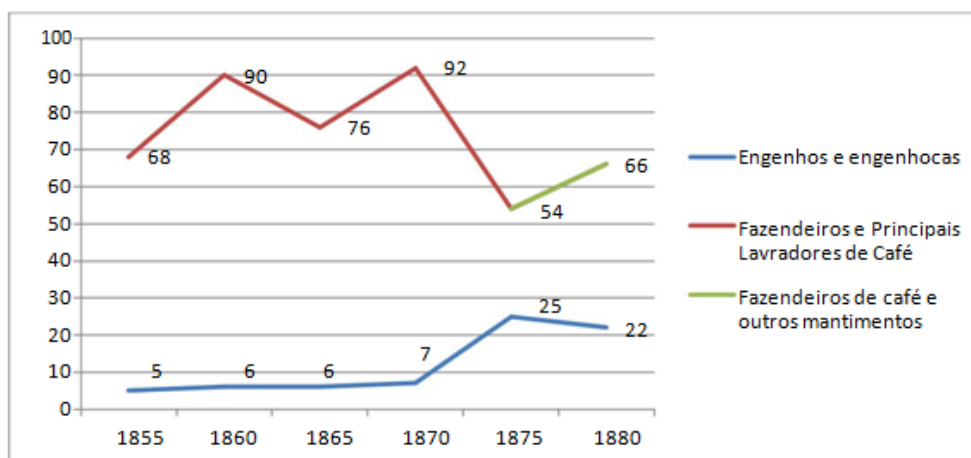
Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
 “O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
 Juiz de Fora, 2017, 1554p.
 ISSN: 2317-0468
 17 a 21 de outubro de 2016

quadrados, com 13 habitantes por quilômetro quadrado, sua população livre em 1880 chegava a 2.730, entre eles 10 eram eleitores. (Almanak Laemmert, 1880) Fizemos inicialmente uma análise do que era produzido na freguesia do Bananal através das listagens do *Almanak Laemmert* entre os anos de 1850 e 1880.

Foi possível verificar alterações na nomenclatura das listagens publicadas, por exemplo, a partir do ano de 1875 para esta freguesia, a categoria de “fazendeiros de café” é descrita como “fazendeiros e lavradores de café e outros mantimentos”. Isso pode indicar a necessidade de diversificação da produção, devido á crise da mão de obra escrava nas últimas décadas do século XIX e uma intensificação da necessidade da policultura como uma saída para esta crise. Desta forma, a mudança na nomenclatura das listas pode indicar uma tentativa de adequação as mudanças que ocorriam no perfil produtivo daquelas propriedades.

Alguns proprietários ao longo da amostragem aparecem pela primeira vez nas listas como lavradores e, migram para as listas de fazendeiros de café. Outros começam como fazenderios de café nos anos de 1850 e, nos anos de 1880, período onde o café perde espaço no município para a cana de açúcar e a policultura, aparecem como lavradores de cereais e outros mantimentos. Essas mudanças podem estar ligadas a alterações no produtivo das fazendas e sítios da região e, conseqüentemente, no estatus social de fazendeiros e lavradores. Portanto, é possível acompanhar pelas listas do *Almank Laemmert* uma sugestão de trajetória social para cada indivíduo. Os nomes publicados nestas listas nos serviram de material na busca por seus inventários *post mortem*, na tentativa de confrontar essas informações iniciais com uma fonte mais completa, os inventários.

Gráfico 1
Número total de propriedades e o que cultivavam.



Fonte: *Almanak Laemmert*: Número total de propriedades da Freguesia do Bananal por ano de amostragem.

No gráfico acima é possível verificar a partir do intervalo entre os anos 1870 e 1875 que diminui quase pela metade o número de fazendeiros dedicados ao café. É importante frisar que a partir de 1875 a lista não apresenta mais fazendeiros apenas dedicados ao café, mas estão associados à produção de outros “mantimentos”, o que reforça a ideia de diversificação na produção. Apenas a categoria “engenhos e engenhocas” mantém uma nomenclatura exclusiva, o que nos sugere um aumento real nas unidades produtivas dedicadas a este tipo de cultura.

Quando cruzamos estes dados com os inventários *post mortem* percebemos que em todo o período analisado, as fazendas mantinham uma diversidade de cultivos, mesmo que eventualmente, tivessem como principal cultivo o café ou a cana. Portanto, as fazendas podiam ser predominantemente de café em um período, já em outro, dedicadas a cana, mas sempre mantendo outras formas de cultivos paralelos em menor escala como plantações de mandioca, feijão, laranja, entre outros.

Somente a partir das últimas décadas do século XIX percebemos de maneira mais forte essa diversificação na produção, ou seja, cultivam não só café, associado a pequenas produções de alimentos, ou somente a cana, também associada à policultura, mas a partir, principalmente, dos anos 1880 ganham força outras formas de produção como a mandioca, o milho, a laranja, que conseguimos verificar apenas quando analisamos os inventários.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
 “O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
 Juiz de Fora, 2017, 1554p.
 ISSN: 2317-0468
 17 a 21 de outubro de 2016

Já nos anos de 1890 a vila era considerada “decadente e pouco salubre. O canal de Itaguaí atualmente está condenado, servindo apenas a diminuto número de estabelecimentos rurais.” (CAETANO, 1906) Podemos confrontar estas informações com o que foi publicado nas páginas do *Almanak Laemmert* em 1885, existe uma descrição do município.

Este município é de excellentes terras que se prestão a qualquer cultura, porem, a falta de braços o faz extremamente decadente, e proxicamente ficará sem via de comunicação para a corte, porque de dia para dia se danifica consideravelmente o aterrado que daqui vai para Santa Cruz, já porque está muito baixo, (com qualquer pequena chuva fica coberto d’agua), já pelo grande transito de gado que busca o matadouro, tornando-se impossível a ferril-carril, ter a sua linha em ordem e collocada solidamente. (LAEMMERT, 1885: 943).

O relato acima afirma que Itaguaí estava decadente nas últimas décadas do século XIX, mas algumas fontes que analisamos durante a dissertação desenvolvida no programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro demonstra que apesar dos problemas enfrentados pelos fazendeiros, o município manteve de certa forma, sua rotina. Portanto, acreditamos que os relatos dão conta apenas de uma parte do cotidiano vivido pelos moradores da região.²

Fazendeiros e Lavradores da freguesia do Bananal.

Devido à natureza de nossa amostragem, dispomos de um número limitado de inventários, mas acreditamos que eles cumprem sua função de nos permitir analisar as condições das propriedades ao longo da segunda metade do século XIX na freguesia do Bananal. Verificamos algumas variações sobre o montante das fortunas, as plantações, dívidas, entre os anos de 1850 e 1900, o que veremos a seguir.

Para os anos de 1850 analisamos 10 inventários.³ Neste período o valor do prazo foreiro, para fins de inventário, na fazenda Imperial de Santa Cruz variava de 700\$000

² Cf. OLIVEIRA, Max Fabiano Rodrigues de. **Do café à policultura: Fazendeiros, lavradores foreiros e as transformações na estrutura fundiária de São Francisco Xavier de Itaguaí. (1850-1900).** 2015. 118 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2015.

³ MTJRJ – *Inventários post mortem*, comarca de Itaguaí: Custódio Gonçalves Maia, ano 1850; Hygino Gomes de Noronha, ano 1852; João José Borges, ano 1852; Maria Angélica Benedita, ano 1852; Manoel

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
 “O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.

ISSN: 2317-0468

17 a 21 de outubro de 2016

(Setecentos mil réis) a 2:000\$000 (Dois contos). Para entendermos melhor a condição socioeconômica desses foreiros vamos recorrer à divisão por intervalos que utilizamos para compreender a estrutura fundiária de Itaguaí e o seu nível de concentração.

João José Borges declara nos *Registros Paroquiais de Terras* possuir meio prazo de terras avaliado em seu inventário *post mortem* em 600\$000 (Seiscentos mil réis), que correspondiam a 10,89 hectares. Em suas terras existiam quatro cafezais que juntos somavam 1:354\$000 (Um conto trezentos e cinquenta e quatro mil réis), correspondiam a 30% do total dos seus bens avaliados que somavam 4:394\$650 (Quatro contos trezentos e noventa e quatro mil e seiscentos e cinquenta réis). Todos os seus cafezais estão plantados em “morros”, nos sugerindo uma forma de tentar evitar que as enchentes constantes da região atrapalhassem seu cultivo.

Ainda encontramos plantado em suas terras, laranjeiras, bananeiras, jabuticabeiras e mangueiras. Suas dívidas alcançavam 34% de seus bens, portanto, estava endividado no momento de sua morte. Seus dois escravos, Antonio e Izidoro avaliados em 1:400\$000 (Um conto e quatrocentos mil réis), são arrematados em praça pública para o pagamento de suas dívidas.⁴

Outro proprietário, Francisco Pereira de Farias, seu monte mor foi avaliado em 46:036\$558 (Quarenta e seis contos e trinta e seis mil quinhentos e cinquenta oito réis). Sua dívida passiva não chega aos dois contos, portanto não era um homem endividado a ponto de comprometer sua herança, estava dentro de um padrão de dívidas que podemos chamar de “naturais”. Possuía um prazo e meio de terras foreiras a Fazenda Imperial de Santa Cruz no lugar denominado Vala do Piloto que valiam, em 1858, ano da abertura do seu inventário, 2:000\$000 (Dois contos). O prazo e meio representava em hectares 65,34.⁵

Possuía nove plantações de café que somavam o valor de 3:061\$000 (Três contos e sessenta e um mil réis) correspondendo a um total de 31.700 pés. Cada pé podia valer de sessenta a cento e vinte réis. Portanto, o café era sua maior produção, apesar de corresponder menos de 7% do valor total de seu inventário. Apesar de o café ser majoritário em suas terras, ele plantava também milho, mandioca, arroz, laranja e cana

Joaquim Pereira Pinto Sayão, ano 1854; Serafim da Costa Soares (inventariante), ano 1854; Luiz Manoel da Silva Leal, ano 1855; Antonio Soares da Silva, ano 1857; José Antonio Nunes, ano 1858; Julião Rangel de Azevedo Coutinho, ano 1858.

⁴ MTJRJ – *Inventário post mortem* de João José Borges. Comarca de Itaguaí, ano 1852.

⁵ MTJRJ – *Inventário post mortem* de Francisco Pereira de Farias. Comarca de Itaguaí, ano 1858.

que não chegavam a representar 1% do montante inventariado. Portanto, podemos presumir que esta plantação deveria ser para o consumo da própria fazenda. Seus 27 escravos foram avaliados em 23:090\$000 (Vinte três contos). Aproximadamente equivaliam a 50% de toda a sua fortuna, portanto a sua escravaria era o seu maior bem.⁶

Já na década de 1860 há uma ligeira diminuição no valor médio do prazo que fica em 968\$708 (Novecentos e sessenta e oito mil setecentos e oito réis), uma queda de 19%. Os valores variaram de 600\$000 (Seiscentos mil réis) até 2:000\$000 (Dois contos). Na década de 1850 o prazo mais barato que encontramos listado nos inventários custava 700\$000 (Setecentos mil réis).⁷

O café por sua vez tinha uma média que ficava em \$125 (Cento e vinte e cinco réis) cada pé. Os preços variaram \$240 réis a \$40 réis o pé. O preço mais comum era \$100 réis o pé. Nos anos 1850 o preço do pé de café variou de \$200 a \$80 réis, o valor mais baixo se relaciona aos cafezais mais velhos, e sua média ficou em \$103 réis, portanto há um aumento no preço que chega a aproximadamente 21%.⁸

Nos anos 1870 o prazo tem seu valor médio em 1:218\$750 (Um conto duzentos e dezoito mil setecentos e cinquenta réis), um aumento de 25%. O maior valor do prazo que encontramos estava em 400\$000 (Quatrocentos mil réis).⁹ Por isso, apesar de termos nesse período uma média maior que os anos 1850 e 1860 algumas localidades o valor do prazo caía ao seu valor mais baixo.

Já o café tinha seu valor médio novamente reduzido e chegava a \$88 réis. Pela primeira vez encontramos um cafezal em que o valor chegou a \$20 réis o pé. John Schulz em *A Crise Internacional da Abolição* relata que em maio de 1875 uma depressão econômica chegava ao Brasil devido a um *crash* na bolsa de Viena, o que levou a uma queda nos preços do café.

Encontramos apenas um inventário que se enquadrasse nos critérios de nossa amostragem para os anos 1880, por isso não é possível tomá-lo como parâmetro de

⁶ Idem.

⁷ MTJRJ – *Inventários post mortem*, comarca de Itaguaí: Domingos José do Couto, ano 1869; Gertrudes Maria da Conceição, ano 1867; João Antonio Dias, ano 1861; Manoel Pereira Dias, ano 1862; Rosa Maria da Silva, ano 1865; Serafim da Costa Soares, 1862; José Antonio dos Santos Mendes, ano 1862; Francisco Pereira Maciel, ano 1862.

⁸ Idem.

⁹ MTJRJ – *Inventários post mortem*, comarca de Itaguaí: Francisco Antonio Soares da Silva, ano 1873; Mafalda Guimarães Lima, ano 1874; Francisco José da Costa, ano 1875; Manoel Francisco de Oliveira, ano 1874; João Antonio Rangel, ano 1874; Francisco José da Costa, ano 1877; Manoel Custódio Gonçalves Maia, ano 1875.

verificação de alguma variação nos preços do café e das terras da freguesia do Bananal. Apesar disso, vamos aos dados encontrados no inventário de Manoel Gomes de Oliveira Lima. Sua propriedade tinha quatro cafezais que variavam de preço de \$40 até \$120, com um valor médio de \$75 réis, abaixo dos \$88 réis anteriores para os anos 1870. O valor do prazo era um dos mais altos que encontramos, dois contos cada um dos seus dois prazos, somando 4:000\$000 (Quatro contos) em terras.¹⁰

Seus quatro cafezais somam 15 mil pés num valor total de 1:340\$000 (Um conto trezentos e quarenta réis), além de 270 sacas de café num valor de 600\$000 (Seiscentos mil réis). Encontramos ainda plantações de milho, mandioca, banana e diversas árvores frutíferas. Ao contrário dos primeiros inventários que vimos para 1850 onde a diversidade de culturas era bastante reduzida o que nos sugeria um cultivo para consumo e suprimento da unidade produtiva, no inventário de Manoel Gomes de Oliveira Lima, o milho e a mandioca têm uma produção expressiva, juntos somavam 1:114\$000 (Um conto cento e quatorze mil réis). Portanto, era uma produção para ser vendida no mercado interno.¹¹

O que mais nos chama a atenção neste inventário são as dívidas, Manoel Gomes de Oliveira Lima estava no momento de sua morte completamente endividado. Dos 19:069\$053 (Dezenove contos sessenta e nove mil e cinquenta e três réis) que constavam no montante a ser partilhado, 14:269\$054 (Quatorze contos duzentos e sessenta e nove mil e cinquenta e quatro) estavam empenhados no pagamento de dívidas, numa situação que poderíamos considerar como uma quase falência.¹²

Nos anos de 1890 conseguimos analisar três inventários e verificamos que o prazo variava de valor entre 400 e 600 mil réis e o único cafezal que encontramos era muito pequeno em comparações com os vários milhares de pés facilmente encontrados nas décadas anteriores, este tinha apenas 200 pés. Cada pé foi avaliado em apenas \$40 réis, somando o modesto valor de 40\$000 (Quarenta mil réis). Pela primeira vez os valores das plantações de cana e milho tinham um somatório maior do que um cafezal, exceto nos inventários onde a cana era a produção principal da fazenda.¹³

Antonio Ferreira dos Santos Lima tinha no momento da abertura do seu inventário, em 1894, pouco mais de um prazo de terras. Seu *monte mor* chegava a

¹⁰ MTJRJ - *Inventário post mortem* de Manoel Gomes de Oliveira Lima. Comarca de Itaguaí, ano 1882.

¹¹ *Idem*.

¹² *Idem*.

¹³ *Idem*.

4:878\$979 (Quatro contos oitocentos e setenta e oito e novecentos e setenta e três réis). Suas dívidas representavam pouco mais de 20% de suas rendas, portanto, não estava em uma situação confortável, e inviabilidade de reproduzir sua condição era um risco. Se seu cafezal custava apenas 40\$000 (Quarenta mil réis), seus quatro canaviais somavam 450\$000 (Quatrocentos e cinquenta mil réis), e seus mandiocais valiam 190\$000 (Cento e noventa mil réis).¹⁴

Ao longo da análise dos inventários os escravos eram geralmente o maior bem destes foreiros e, por isso, acabavam indo para o pregão em praça pública para o pagamento das dívidas. No inventário de Antonio Ferreira dos Santos Lima já em 1894 não havia mais o escravo para ser arrematado, por isso para pagar as dívidas o que vai a pregão são justamente os bens que mais lhe valiam naquele momento: suas plantações de cana e milho.¹⁵

O último inventário que analisamos se refere ao foreiro Manoel Antonio Soares da Silva, de 1905. Possuía duas propriedades, uma na vargem do Guandu e a outra em Capoeira. A descrição de suas propriedades se refere a três porções de terras, nos dando a entender que as terras de uma das propriedades estavam divididas. Nas três porções de terras, que estavam em locais diferentes, o valor do prazo foi o mesmo 300\$000 (Trezentos mil réis). O menor valor que encontramos em um inventário desde 1850.¹⁶

Manoel Antonio Soares da Silva se dedicava a produção de aguardente e café, estavam listados em seu inventário: casa de engenho com engenhoca pra moer cana, alambique, tacho, três cafezais, entre outros, que somavam um investimento de 1:424\$000 (Um conto quatrocentos e vinte quatro mil réis).¹⁷

Conclusão.

Através das descrições desses inventários podemos verificar que apesar de encontrarmos desde os anos de 1850 nos inventários dos menores foreiros o cultivo de vários gêneros em suas propriedades, o café era predominante nessa faixa de lavradores com menos de 50 hectares. Os escravos sempre representaram seu bem mais valioso,

¹⁴ MTJRJ – *Inventários post mortem*, comarca de Itaguaí: Antonio Ferreira dos Santos Lima, ano 1894; José Francisco Rodrigues, ano 1897; Rodrigo Fernandes Ramos, ano 1894.

¹⁵ *Idem*.

¹⁶ MTJRJ - *Inventário post mortem* de Manoel Antonio Soares da Silva. Comarca de Itaguaí, ano 1905.

¹⁷ *Idem*.

tinham em torno de dois a quatro cativos, que eram quase sempre arrematados para os pagamentos das dívidas. Essa faixa de foreiros é a que primeiro aparece endividada.

Já os foreiros que dispunham de mais terras se dedicavam mais fortemente ao café e os outros gêneros apareciam em uma escala que nos sugere ser apenas para o consumo próprio. Já nos anos 1880 percebemos que o café perde em valor e, conseqüentemente, há uma diminuição no tamanho das plantações. Por outro lado, existe uma tentativa de investimento por alguns no cultivo da cana e também em diversos gêneros, principalmente a mandioca e o milho.

Entendemos que a diversificação da produção das unidades produtivas, o que podemos chamar de policultura, está de acordo com a mudança nas nomenclaturas do *Alamanak Laemmert* que tínhamos percebido no início de nossa pesquisa. Quando é feita, por exemplo, a mudança no título das listagens de “Fazendeiros de Café” para “Fazendeiros de Café e Outros Mantimentos”, era uma tentativa de adequação à nova realidade trazida pela crise do café que podemos verificar com a diminuição do seu preço entre os anos de 1880 e 1900 na freguesia do Bananal, em Itaguaí.

Podemos notar também um aumento no valor do prazo foreiro, para fins de inventário, nos anos próximos a aplicação da lei de terras, mas já nos anos 1880 o valor cai chegando ao sua menor avaliação em 1900. Portanto, a crise que viveu a região estava ligada à desvalorização do café e à mão de obra escrava que migrava para localidades em que o café encontrava o seu apogeu. Desde os anos de 1840 a migração já é percebida por Ricardo Ruiz, ao analisar os inventários para a década de 1840, encontra não só uma diminuição no número de escravos, mas também uma concentração da mão de obra cativa. (RUIZ, 1997: 39).

Outra questão que intensificou a crise da segunda metade do século XIX em Itaguaí, estava ligada às questões de saneamento básico da região, que sofria com constantes epidemias de malária, causadas pelas águas retidas em terrenos baixos e alagadiços. Percebemos um momento de reconfiguração do que era plantado na região, da mão de obra escrava, a necessidade de aterramentos, aberturas de estradas, o surgimento das ferrovias, como elementos que se somaram para o declínio econômico da freguesia do Bananal em Itaguaí.

Bibliografia

CAETANO, Antonio José. *Chorographia Fluminense*. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, 1906.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. **Agricultura, Escravidão e Capitalismo**. Petrópolis. Ed, Vozes, 1982.

CARDOSO, Ciro e VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FONTE. Almanal Laemmert: Almanak Laemmert: <http://www-apps.crl.edu/brazil/almanak> (1850,1855,1860,1865,1870,1875,1880,1885)

FONTE. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. *Registros Paroquiais de Terras da freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Bananal*. (1854-1857)

FONTE. Museu do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Comarca de Itaguaí.

Inventário post mortem de Custódio Gonçalves Maia, 1850.

_____ *Inventário post mortem* de Hygino Gomes de Noronha, 1852.

_____ *Inventário post mortem* de João José Borges, 1852.

_____ *Inventário post mortem* de Maria Angélica Benedita, 1852.

_____ *Inventário post mortem* de Manoel Joaquim Pereira Pinto Sayão, 1854.

_____ *Inventário post mortem* de Serafim da Costa Soares (inventariante), ano 1854.

_____ *Inventário post mortem* de Luiz Manoel da Silva Leal, ano 1855.

_____ *Inventário post mortem* de Antonio Soares da Silva, 1857.

_____ *Inventário post mortem* de José Antonio Nunes, ano 1858;

_____ *Inventário post mortem* de Julião Rangel de Azevedo Coutinho, 1858.

_____ *Inventário post mortem* de Francisco Pereira de Farias, 1858.

_____ *Inventário post mortem* de Domingos José do Couto, ano 1869;

_____ *Inventário post mortem* de Gertrudes Maria da Conceição, ano 1867;

_____ *Inventário post mortem* de João Antonio Dias, ano 1861;

_____ *Inventário post mortem* de Manoel Pereira Dias, ano 1862;

_____ *Inventário post mortem* de Rosa Maria da Silva, ano 1865;

_____ *Inventário post mortem* de Serafim da Costa Soares, 1862

_____ *Inventário post mortem* de José Antonio dos Santos Mendes, ano 1862

_____ *Inventário post mortem* de Francisco Pereira Maciel, ano 1862.

_____ *Inventário post mortem* de Francisco Antonio Soares da Silva, ano 1873

_____ *Inventário post mortem* de Mafalda Guimarães Lima, ano 1874

_____ *Inventário post mortem* de Francisco José da Costa, ano 1875

_____ *Inventário post mortem* de Manoel Francisco de Oliveira, ano 1874

_____ *Inventário post mortem* de João Antonio Rangel, ano 1874

_____ *Inventário post mortem* de Francisco José da Costa, ano 1877

_____ *Inventário post mortem* de Manoel Custódio Gonçalves Maia, ano 1875.

_____ *Inventário post mortem* de Manoel Gomes de Oliveira Lima, 1882.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
 “O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
 Juiz de Fora, 2017, 1554p.

ISSN: 2317-0468

17 a 21 de outubro de 2016

- _____ *Inventário post mortem* de Antonio Ferreira dos Santos Lima, 1894.
_____ *Inventário post mortem* de José Francisco Rodrigues, ano 1897.
_____ *Inventário post mortem* de Rodrigo Fernandes Ramos, ano 1894.
_____ *Inventário post mortem* de Manoel Antonio Soares da Silva, 1905.

FRAGOSO, J. L. R.; PITZER, R. R, *Barões, Homens Livres Pobres e Escravos: notas sobre uma fonte múltipla – inventários post-mortem*. In. **ARRABALDES**, v.1, n° 2, p. 29-51, 1988.

IBGE, **Sinopse Estatística do Município de Itaguaí**, Rio de Janeiro, 1948.
_____ <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=330200> (Acessado em 28/10/2016).

LINHARES, Maria Yedda e SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **História da agricultura brasileira: combates e controvérsias**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

OLIVEIRA, Max Fabiano Rodrigues de. **Do café à policultura: Fazendeiros, lavradores foreiros e as transformações na estrutura fundiária de São Francisco Xavier de Itaguaí. (1850-1900)**. 2015. 118 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2015.

RUIZ, Ricardo Muniz. **Sistema agrário, demografia da escravidão e família escrava em Itaguahy – sec. XIX (1820 – 1872)**. 1997. 165 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 1997.

SCHULZ, John. **A crise financeira da abolição. (1875 – 1901)**. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo: Instituto Fernand Braudel, 1996.

POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO RURAL: CONCEITOS, INSTITUIÇÕES, ARENAS E MODALIDADES.

Gabriel Magalhães Rodrigues¹

Resumo:

Este trabalho consiste em realizar uma argumentação relacionando importantes conceitos presentes no campo das políticas públicas às atuais políticas voltadas ao desenvolvimento rural brasileiro, sobretudo as direcionadas à agricultura familiar. Para isso, primeiramente será realizado um levantamento bibliográfico apresentando conceitos vinculados ao campo das políticas públicas e do desenvolvimento rural. Em seguida, à luz desses conceitos serão apresentadas algumas políticas públicas destinadas ao meio rural brasileiro, evidenciando as redes políticas, os formuladores, as arenas decisórias e modalidades, e trazendo exemplos de políticas existentes ou pré-existentes. Por fim, serão feitas as devidas considerações a respeito da importância da compreensão dos conceitos para a obtenção de resultados positivos nas políticas públicas.

Palavras-chave: Desenvolvimento Rural, Políticas Públicas, Policy Networks, Policy Makers, Policy Arena.

Abstract:

This work consists in making an argument relating important concepts in the public policies field to the current policies aimed at the Brazilian rural development, especially aimed at family farming. For this, it will be first carried out a literature presenting concepts related to public policies and rural development. Then, in the light of these concepts, public policies for the Brazilian rural areas will be discussed, highlighting the political networks, formulators, making tiers and arrangements, and bringing examples of existing or pre-existing policies. Finally, due consideration will be made about the importance of understanding the concepts for achieving positive results in public policy.

Key words: Rural Development, Public Policy, Policy Networks, Policy Makers, Policy Arena.

1. Introdução

O debate acerca das relações entre políticas públicas e desenvolvimento no meio rural brasileiro pode se apresentar como relativamente recente, todavia esta é uma questão que está atrelada ao processo de colonização e divisão das terras do país, passando pela consolidação das grandes propriedades rurais, seguros agrícolas, políticas de ocupação do

¹ Graduado em Ciências Econômicas – Economia, pela Universidade Federal de Viçosa (UFV); Mestrando em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas, pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

interior do território, modernização da agricultura, êxodo rural, crescimento da agroindústria, do agronegócio, da agricultura familiar, debate da educação e permanência da juventude no campo, entre outros acontecimentos.

Para (SOUZA, 2006: 20) as últimas décadas registraram o ressurgimento da importância da área de conhecimento denominada políticas públicas, assim como das instituições, regras e modelos que regem sua decisão, elaboração, implementação e avaliação, graças à adoção de políticas restritivas de gasto, novas visões sobre o papel do Estado, e a ausência de coalizões políticas capazes de apontar uma solução para problemas de desenvolvimento econômico e inclusão social.

A análise do contexto em que estão inseridas essas políticas, à luz dos diferentes conceitos trazidos do campo das políticas públicas (por exemplo, *policy analysis*, *policy makers*, *policy networks*, *policy arena*, *policy cycle*) auxilia na obtenção de uma visão mais clara sobre os processos percorridos, problemas encontrados e possíveis caminhos a serem tomados pelos agentes da sociedade para a construção de um meio rural e urbano mais desenvolvido, livre e menos desigual.

Dessa forma o objetivo geral deste trabalho é realizar uma argumentação situando as principais correntes teóricas presentes no campo das políticas públicas ao contexto das atuais políticas voltadas ao desenvolvimento do meio rural brasileiro, sobretudo as direcionadas à agricultura familiar. Como objetivo específico tem-se analisar algumas modalidades de políticas públicas, instituições e arenas decisórias direcionadas ao desenvolvimento rural no Brasil.

Para isso, primeiramente serão apresentados no referencial teórico conceitos relacionados à análise de políticas públicas e também ao desenvolvimento rural. Em seguida, serão discutidas as políticas públicas destinadas ao meio rural brasileiro, evidenciando as instituições e arenas decisórias, exemplos de políticas existentes os pré-existentes e suas modalidades.

Os conceitos trazidos do campo das políticas públicas por autores como Simon (1957), Lowi (1972) e Kickert et.al (1997) e também do campo do desenvolvimento rural por pesquisadoras como Wanderley (1998), Kageyama (2004), e Schneider e Grisa (2015), foram os utilizados para relacionar essa nova visão do rural ao processo no qual está inserido uma política pública.

2.Referencial Teórico

2.1.Políticas Públicas

As políticas públicas são partes componentes do arranjo institucional mundial e também do brasileiro, e sua análise é critério fundamental para a promoção e manutenção de um desenvolvimento sustentado. De fato, ainda não existe consenso na literatura no que diz respeito a uma definição clara do termo Políticas Públicas. Uma definição interessante é apresentada por (RUA, 1998: 731) que entende uma política pública como um conjunto de decisões e ações destinadas à resolução de problemas políticos.

O autor Mead (MEAD, 1995: 02) acredita que o estudo de política pública deve contemplar a ação do Estado diante das grandes questões públicas. No entanto, instituições privadas também podem elaborar políticas públicas, desde que estejam relacionadas à *res pública*, como mostra (SCHNEIDER, 2006: 07) utilizando a expressão “redes de políticas públicas” para explicar que a problematização, deliberação, implementação e processamento de uma política são processos, inseridos em redes, que envolvem organizações públicas e privadas.

A *policy analysis* é uma expressão criada nos anos 1930, que entendia a análise de políticas públicas como uma forma de conciliar conhecimento científico e acadêmico com a práxis do governo, devendo estar focada em responder quem ganha, o que ganha, porque ganha e que diferença faz. Aproximadamente trinta anos após, surgiria o conceito de racionalidade limitada dos elaboradores de políticas públicas (*policy makers*), que estaria relacionada a informações imperfeitas, escassez de tempo para tomada de decisão e auto interesse dos agentes, por exemplo, mas que poderia ser minimizada por meio de conhecimento racional (LASWELL, 1936; SIMON, 1957).

O termo *Policy Networks* é bem definido por (KICKERT ET.AL,1997:06) quando estes afirmam que as redes de políticas públicas podem ser consideradas padrões estáveis de vínculos sociais entre atores interdependente em relação a determinados problemas ou programas de políticas públicas. Os estudos dessas redes incluem as relações de poder e a integração entre as diferentes fases do processo decisório.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

(LOWI, 1972: 299) afirma que as relações nas quais está inserida uma política pública estão dentro de uma *policy arena* (arena política) em que as expectativas das pessoas afetadas pelas políticas têm efeitos antecipativos para o processo político de implementação. Essas arenas representam relações interativas entre os formuladores de políticas públicas e podem ser distributivas, redistributivas, regulatórias ou constitutivas.

As arenas distributivas (por exemplo, onde estão inseridas algumas políticas de educação, saúde, segurança, defesa, saneamento, habitação, renda, benefícios...) alocam bens e serviços, tendo seus benefícios claramente concentrados em uma área, localidade, setor, grupo ou segmento populacional, e seus custos dispersos entre todos os contribuintes. As arenas redistributivas (por exemplo, reforma agrária) transferem diretamente bens materiais, direitos e outros valores de um grupo ou classe social para outra, sendo que seus benefícios e custos são claramente definidos e concentrados em classes ou categorias sociais (RUA, 1997: 07).

Já as arenas regulatórias (por exemplo, códigos de trânsito, leis ambientais, leis trabalhistas...), estabelecem imperativos e proibições que limitam o poder discricionário dos indivíduos e das organizações, tendo seus benefícios dispersos entre os grupos ou classes caracterizados por interesses exclusivos, e seus custos concentrados em categorias ou grupos. Por fim, as arenas constitutivas (por exemplo, constituição federal e estaduais, regimes legislativos...) estabelecem ou alteram as regras para outras decisões, ou seja as condições gerais sob as quais serão negociadas as demais arenas (RUA, 1997: 07).

O Quadro 1 explicita os conceitos escolhidos, no campo das políticas públicas, para aprofundar essa discussão e a utilização deles no trabalho, bem como os autores proponentes. As políticas públicas estão presentes tanto no meio urbano quanto no meio rural. Na atualidade é difícil mensurar os limites destes meios, uma vez que eles se mostram complementares e indissociáveis, devido aos meios de transporte, comunicação e à integração produtiva e social de uma maneira geral. Hoje o urbano já conta com atividades agrícolas, o rural com atividades industriais, e a urbanização chega a todos os lugares.

Quadro 1- Políticas Públicas: autores, conceitos e utilização

Autor/Referência	Teoria/Conceito	Utilização
------------------	-----------------	------------

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
 “O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
 Juiz de Fora, 2017, 1554p.
 ISSN: 2317-0468
 17 a 21 de outubro de 2016

KICKERT ET AL., 1997: 07	Policy Networks	Realizar uma revisão histórica para visualizar os padrões de relações sociais entre os atores, em relação aos problemas de políticas públicas rurais, sobretudo nas fases de agenda e formulação.
SIMON, 1957	Policy Makers	Identificar os principais formuladores das atuais políticas direcionadas ao desenvolvimento rural brasileiro.
LOWI, 1972: 299	Policy Arena	Situar as modalidades de políticas destinadas ao meio rural brasileiro às diferentes arenas políticas.

Fonte: Elaboração própria.

2.2.Desenvolvimento rural

Dentro dessa aparente dialética urbano/rural é possível traçar algumas diferenças ainda perceptíveis, que podem auxiliar no planejamento de ações destinadas a estes universos, objetivando o desenvolvimento. Algumas delas são as diferenças *ambientais* (trabalhadores mais expostos a variações climáticas no mundo rural), de *tamanho das comunidades* (caráter da atividade agrícola dificulta a concentração em grandes comunidades), de *densidade populacional* (quanto maior a densidade, mais urbano), na homogeneidade da população (maior homogeneidade psico-social nas comunidades rurais), na *complexidade e mobilidade social* (menor complexidade e mobilidade social nas comunidades rurais), no *sistema de integração social* (mais relações diretas no mundo rural, indo além da “roupagem social”), entre outras (SOROKIN, 1986: 200).

Ao longo do tempo a expressão desenvolvimento rural passou por grandes mudanças de sentido, de simples progresso econômico e tecnológico com expansão das atividades agrícolas, à constituição de um espaço integrado, pluriativo e que englobe crescimento, mas também desenvolvimento².

(TERLUIN, 2003: 329) conceitua o desenvolvimento rural como desenvolvimento econômico em áreas rurais, que pode ser estudado nos campos da

² Bresser Pereira (2008), em sua nota “Crescimento e desenvolvimento econômico” realiza uma revisão teórica e define bem as diferenças entre crescimento e desenvolvimento. Grosso modo, o primeiro estaria mais relacionado a expansão do produto e o segundo à melhoria das condições gerais de vida.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
 ISSN: 2317-0468
 17 a 21 de outubro de 2016

economia rural, sociologia rural, geografia rural, demografia e outros, e que pode tomar três enfoques: desenvolvimento exógeno, desenvolvimento endógeno, e uma combinação dos dois.

Desenvolvimento, na concepção de Amartya Sen, (SEN, 2010) vai além do crescimento econômico, da industrialização, do progresso tecnológico e da modernização social. As disposições sociais e econômicas, a exemplo dos serviços de educação e saúde, e os direitos civis, como a liberdade política, são tidos como exemplo de fatores de promoção de liberdades substantivas e conseqüentemente de desenvolvimento.

Atualmente ainda existem muitas maneiras de entender o termo desenvolvimento rural, elas podem levar em conta diversos aspectos desse ambiente como um maior nível de bem estar social, ou maior produto e renda oriundos dessas áreas, ou ainda uma grande diversidade de atividades econômicas, maior tecnificação, preservação do ecossistema e da agrobiodiversidade, permanência da população no campo, distribuição e uso de terras, educação rural...

(KAGEYAMA, 2004: 388) realizou uma revisão bibliográfica sobre o tema do desenvolvimento rural, e concluiu que dentre as diversas definições apresentadas para o termo, uma ideia comum a todas era a de que o desenvolvimento rural deve levar em consideração tanto o viés econômico (estabilidade e elevação da renda familiar), quanto o social (obtenção de um nível de vida socialmente digno), buscando a diversificação das atividades geradoras de rendimentos em uma dada base territorial, local ou regional.

O desenvolvimento do meio rural também passa pelas questões agrícolas (produção agropecuária), agrárias (regulação e distribuição de terras), territoriais (participação popular, cultura e identidade, arranjos produtivos locais), ambientais (conservação e proteção), e sociais (previdência, benefícios, habitação).

Alguns elementos podem ser considerados chave na atual discussão do desenvolvimento rural como os mercados abertos, intensificadores da competitividade, as cadeias agroalimentares, mas também uma diversidade de iniciativas alternativas ao padrão técnico dominante. A complementaridade setorial, a mudança no papel do poder público e das instituições que atuam no mundo rural e a ênfase nas dimensões ambientais e sustentáveis também são aspectos relevantes para o debate do desenvolvimento rural (SCHNEIDER, 2004: 92).

A agricultura familiar aparece intrínseca a diversas questões relacionadas ao desenvolvimento do meio rural, como as questões agrícolas, uma vez que realizam práticas produtivas na agricultura e também na pecuária, e questões agrárias, dado que são proprietários, ocupantes, meeiros... Está também diretamente relacionada às questões ambientais, sociais e econômicas. Com o passar do tempo, diante de mudanças históricas e lutas políticas, a agricultura familiar tornou-se uma categoria social e ocupa espaço na pauta das políticas públicas.

Quadro 2- Desenvolvimento rural: autores, conceitos e utilização

Autor/Referência	Teoria/Conceito	Utilização
KAGEYAMA, 2004: 388	Desenvolvimento Rural	Apresentar o que é (ou deveria ser) o objetivo final das políticas públicas destinadas ao meio rural. Reflexões a partir desse conceito facilitam a compreensão das demandas advindas de muitos ocupantes do meio rural e urbano, podendo orientar as ações de forma mais coesa.
WANDERLEY, 1998: 03	Agricultura Familiar	Demonstrar a relativa dualidade existente entre a agricultura familiar e a agricultura patronal, e o que isso implica no processo político.

Fonte: Elaboração própria.

O Quadro 2 deixa claro os conceitos escolhidos, no campo do desenvolvimento rural, para aprofundar essa discussão e a utilização deles no trabalho, bem como os autores proponentes. Dessa maneira, torna-se possível passar à identificação de algumas políticas públicas direcionadas ao desenvolvimento rural brasileiro, o contexto em que foram criadas, o tipo de modalidade em que elas se inserem, bem como as arenas decisórias a qual estão vinculadas.

3. Políticas Públicas voltadas para o desenvolvimento rural brasileiro

Os teóricos que analisam as políticas públicas trazem conceitos importantes que podem ser relacionados ao contexto das políticas públicas rurais brasileiras, como é o caso do termo *Policy Networks* ou rede de políticas públicas.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

Observando o papel e o lugar do rural no desenvolvimento nacional a partir da década de 1970, Delgado (DELGADO, 2005) concluiu que o papel imaginado pelas elites e os formuladores da política econômica para a agricultura na economia nacional não foi fixo ao longo da história, mas de alguma maneira tem sido adaptado, em primeiro lugar, para responder aos estímulos do mercado externo ou para enfrentar as crises recorrentes do balanço de pagamentos, por meio do aumento das exportações, e, subsidiariamente, para dar conta do abastecimento alimentar interno. O lugar do rural, por sua vez, antigamente era central, e agora passou a ser subordinado ao urbano.

As mudanças nos conceitos de desenvolvimento rural, para Freitas (FREITAS ET.AL, 2012: 1584), exercem influências nas políticas públicas. O antigo desenvolvimento, associado principalmente ao progresso econômico, e o rural associado ao atraso ou simplesmente à agricultura, dão lugar ao novo rural, que tem considerado as questões sociais e políticas, além da produção, entendendo o mundo rural como um espaço integrado e de pluriatividade.

Essa fato acontece, como dito, devido à mudanças na dinâmica econômica, política e social. Após a Segunda Guerra Mundial, intensificou-se o processo de modernização da agricultura, com a implantação de parte dos maquinários e produtos químicos usados durante a guerra, adaptados para substituírem mão de obra humana e insumos agrícolas. Naquela época acreditava-se que o rápido crescimento populacional, aliado a uma distribuição inadequada de alimentos, eram as principais causas da fome e da instabilidade política nas economias periféricas. Esse modelo denominado tinha como eixos a monocultura e a produção estável de alimentos, através da mecanização, uso de sementes geneticamente modificadas, pesticidas, herbicidas e irrigação.

No Brasil entre 1965 e 1979, de acordo com Martine (MARTINE, 1991: 18), duas visões distintas predominavam, a primeira defendia o aumento da produtividade por meio da reforma agrária (vertente camponesa/ familiar) e a segunda, que se concretizou, visava a adoção de pacotes tecnológicos pelos agricultores, entretanto sem tocar na questão fundiária (vertente patronal/empresarial). A predominância da segunda visão, devido à força política e econômica dos grandes produtores rurais e do regime autoritário que se instaurara, aumentou a exclusão dos agricultores familiares na participação do cenário

econômico brasileiro, tanto pela falta de políticas de microcrédito condizentes à realidade desses agricultores, quanto pela manutenção da concentração de terras ociosas.

Esse mesmo autor (MARTINE, 1991: 11) ressalta que na primeira metade da década de 1980 o sistema de financiamento vigente para a agricultura fraquejou (devido à crise política e econômica). Na segunda metade dessa década, buscando estimular a produção para o mercado interno, foram adotados preços de garantia mais elevados para os produtos da cesta básica, taxas de juros reais negativas do crédito rural, aumentos no volume de crédito para custeio, investimento e sustentação de perdas, no entanto beneficiando, em geral, a agricultura patronal e não familiar.

Já na década de 1990, uma série de fatores resultaram em manifestações e atos por parte dos trabalhadores rurais organizados em movimentos sindicais, que tiveram como fruto políticas públicas específicas para a agricultura familiar. O ambiente democrático que se reinstaurara a partir de 1985, possibilitou ações mais incisivas dos trabalhadores rurais diante da contínua precarização das condições de vida no campo, concentração fundiária, massacres ocorridos no meio rural brasileiro e da escassez de infraestrutura e crédito.

A partir dos anos 2000 notou-se um relativo fortalecimento da agricultura familiar (no âmbito institucional e econômico) com a consolidação do Ministério do Desenvolvimento Agrário, a criação da Secretaria da Agricultura Familiar e a regulamentação da Lei da Agricultura Familiar. Esse fato foi possibilitado devido à boa governabilidade existente no governo Lula, eleito com apoio e participação de diversos partidos.

Fato é que as redes políticas relacionadas às políticas públicas de desenvolvimento rural brasileiras historicamente beneficiaram os agricultores mais capitalizados, por nosso passado baseado na monocultura de exportação e os efeitos disso na formação institucional, pelo próprio poder político proporcionado pelo acúmulo de capital (pensando na chamada “bancada ruralista”), mas também pela dinâmica da economia mundial. Esses agricultores mais capitalizados estão, em geral, inseridos no que é denominado agricultura patronal, esta que em muitos pontos é divergente da agricultura familiar, termos que serão melhor definidos na próxima subseção.

3.1. Formuladores de políticas

Primeiramente serão feitas considerações a respeito da relação do Estado com o espaço rural, e com os agricultores ou produtores rurais. Ainda nesta subseção utilizando o conceito de *policy makers* (formuladores de política pública) serão evidenciados alguns agentes/atores e seus posicionamentos políticos.

Seguindo o pensamento de (MEDEIROS ET AL., 2014: 139) o rural é um espaço social, político e cultural, de moradia e de vida econômica. Essas características, pelo menos no Brasil, não são levadas em consideração pelo Estado, prova disso é o Estatuto da Cidade que indica o rural como extensão do urbano apontando uma proposta de urbanização do rural.

Dentro deste mundo rural a agricultura, tanto familiar quanto patronal, recebe políticas públicas específicas. Na agricultura patronal o processo produtivo é organizado por um capitalista (que, muitas vezes, arrenda a terra) e executado por um grande número de assalariados. Já na agricultura familiar o modo de produção combina propriedade e trabalho, assumindo no tempo e no espaço uma diversidade de formas sociais. Nesse tipo de agricultura, a família é proprietária dos meios de produção e as transformações trazidas com a modernização não representam necessariamente uma ruptura com as categorias pré-existentes, desta maneira a agricultura familiar está intimamente relacionada ao desenvolvimento rural (DA VEIGA, 1996: 383; WANDERLEY, 1998: 03).

A agricultura familiar também demonstra uma melhor distribuição de renda quando comparada à patronal, uma vez que em sua maioria, os próprios agricultores comercializam seus alimentos e produtos, sendo que o lucro é destinado diretamente aos trabalhadores. No entanto, não se pode ignorar também que dentro dos agricultores familiares existem grupos mais capitalizados e inseridos nas grandes cadeias agroalimentares domésticas e internacionais, o que não representa necessariamente um caminho para o desenvolvimento rural.

Essas duas categorias da agricultura recebem políticas públicas específicas, e de acordo com (VITAL ; SAMPAIO, 2011: 61) possuem seus órgãos representativos, podendo-se citar como exemplo na agricultura patronal a Confederação Nacional da Agricultura (CNA), a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e no nível do poder público o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016*

Quando se trata da relação institucional do Estado com os agricultores e produtores é necessário dar atenção devida ao MAPA, ministério existente desde 1860, atualmente responsável pela gestão das políticas públicas de estímulo à agropecuária, pelo fomento do agronegócio e pela regulação e normatização de serviços vinculados ao setor. Essa gestão das políticas públicas é realizada por meio de câmaras setoriais destinadas aos diferentes segmentos (elos da cadeia produtiva) do agronegócio, tendo um viés focalizado na esfera produtiva e mercadológica.

Já na agricultura familiar e classe trabalhadora outros órgãos representativos podem ser citados, por exemplo a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), a Federação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF - CUT), o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) e no nível do poder público, até o dia 11/05/2016 era possível citar o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que foi fundido ao Ministério de Desenvolvimento Social (MDS) por meio da criação da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, com a entrada do vice Michel Temer, após o afastamento da presidente Dilma Rousseff.

Quando se trata da organização dos agricultores familiares a nível de poder público deve-se lembrar do inexplicavelmente extinto MDA. Esse ministério teve sua origem em 1982 (Ministério extraordinário para assuntos fundiários) buscando captar e executar demandas por reforma e regularização fundiária, e foi renomeado para MDA apenas em 1999, redirecionando suas ações para além da reforma agrária mas também para a busca do desenvolvimento sustentável no meio rural, tendo como público alvo os agricultores familiares, remanescentes de quilombos e ribeirinhos.

A estrutura básica desse ministério contava com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CNDRS que em 2003 tornou-se CONDRAF), órgão colegiado responsável por articular os diferentes níveis de governo e a sociedade civil. Com a extinção do MDA, é notório que a classe dos agricultores familiares tende a ficar enfraquecida, no que diz respeito à sua força e representatividade política diante do governo federal, pelo menos temporariamente.

Esses órgãos representativos buscam elaborar e executar as políticas de maneira a atender as demandas dos agentes com maior poder de barganha, utilizando como meio de

diálogo as câmaras setoriais e os conselhos, mecanismos estes que foram criados diante de pressões e conflitos realizados pelos agricultores e/ou produtores.

Os diversos agentes envolvidos no processo político apresentam suas propostas e se articulam para obter a aprovação de suas demandas, que podem se concretizar por meio da aprovação e implementação da política pública.

3.2. Modalidades e Arenas Políticas

Algumas modalidades de políticas públicas estão diretamente vinculadas ao mundo rural. Muitas delas buscam assegurar safras, distribuir insumos produtivos, facilitar o crédito, melhorar as condições de saneamento e habitação, preservar o meio ambiente, criar mercados, entre outros.

As políticas agrárias dizem respeito à regulação e a redistribuição de terras, (arenas regulatória e redistributiva), ao passo que as políticas agrícolas são caracterizadas pela relação com o processo de produção da agropecuária (arena distributiva). Já as políticas de desenvolvimento territorial são experiências mais recentes, e estão relacionadas ao espaço físico, costumes e práticas (arena distributiva).

As políticas de segurança alimentar dizem respeito ao abastecimento e a qualidade dos alimentos comercializados (arena regulatória). Políticas ambientais estão mais relacionadas à conservação e proteção do meio-ambiente (arena regulatória), e por fim as políticas sociais buscam obter melhorias na qualidade de vida de determinadas populações (arena distributiva).

A agricultura familiar, de uma maneira geral, está intimamente relacionada ao desenvolvimento rural, justamente por estar mais ligada à busca por melhores condições de trabalho e de vida no campo, à desconcentração da renda, à dinamização do mercado local e à preservação de saberes e da cultura tradicional.

Dentro deste ramo da agricultura existiram basicamente três gerações de políticas públicas, sem sequencia de tempo definida. A primeira atende a demandas mais agrícolas e agrárias, como crédito rural, garantia de preços mínimos, seguro agrícola, expansão da fronteira agrícola... As políticas da segunda geração têm um viés mais social e assistencial, buscando a redução da pobreza e das desigualdades no meio rural, deixando à mercê a questão da inclusão produtiva e do mercado de trabalho. A terceira geração está

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016*

mais pautada nos mercados para a segurança alimentar e sustentabilidade ambiental (GRISA; SCHNEIDER, 2015: 43).

Como exemplo destas políticas públicas é possível citar o Plano de Safra da Agricultura Familiar, Seguro da Agricultura Familiar (Seaf), Selo da Agricultura Familiar (Sipaf), Programa de garantia de preços para a agricultura Familiar (PGPAF), Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (Pronat), Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) - no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida, Programa Territórios da Cidadania (PTC), Programa Bolsa Família, Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), os dois últimos dentro do Programa Fome Zero.

Todas essas políticas são resultado de anos de articulação e luta por parte dos antigos “pobres da terra” frente aos conflitos políticos, físicos, ideológicos e sociais. A análise do ciclo de cada uma dessas políticas públicas, bem como o tipo e a modalidade em que elas se inserem, os *policy makers* e arenas a elas relacionadas, e os efeitos e impactos dessas políticas nos públicos alvos e na sociedade como um todo auxiliam na elaboração de novas políticas ou no aperfeiçoamento das já existentes, podendo proporcionar assim melhores possibilidades de desenvolvimento rural com equidade social, crescimento econômico e equilíbrio ecossistêmico.

Considerações Finais

Este trabalho apresentou alguns conceitos básicos relacionados ao campo das políticas públicas e desenvolvimento rural, e também algumas das principais instituições vinculadas à formulação e implementação de políticas para o mundo rural no Brasil, buscando estabelecer uma conexão entre a teoria e a prática.

A concretização de políticas públicas para o desenvolvimento rural partiu de mobilizações de agricultores, ativistas do meio-ambiente, empresários do setor agrícola/extrativista e energético, movimentos sociais, meios de comunicação e sociedade civil, dentro de um campo de constante conflito de interesses.

Nos últimos anos, o direcionamento das políticas rurais partiu mais para um referencial agrícola, tanto no que diz respeito às políticas para agricultura patronal, quanto

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016*

para a agricultura familiar, podendo ser citados como exemplo programas de crédito agrícola e criação de mercados.

A recente extinção do MDA e criação da Secretaria Especial da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, todavia, chama a atenção para a mudança de posicionamento dos *policy makers* mais influentes no processo político, quanto ao entendimento das políticas públicas de desenvolvimento rural direcionadas à agricultura familiar, passando cada vez mais para um referencial social e assistencial, como as políticas da segunda geração. Além disso, essa atitude indica que a base do governo do vice presidente Michel Temer vê o MAPA como ministério estratégico para lidar com boa parte dessas questões do mundo rural.

No entanto, entendendo o desenvolvimento como mecanismo promotor de liberdade, é necessária uma ressignificação do mundo rural, passando a entendê-lo como complementar ao urbano, como meio diversificado, integrado e ao mesmo tempo imbuído de particularidades, atribuindo essas características nos ciclos das políticas públicas destinadas a este meio. A aplicação desses conceitos na prática é facilitada pela gestão social, que é baseada na participação popular, pautada em uma racionalidade dialógica, com um foco sociocêntrico.

Apesar de não terem sido apresentados com enfoque central, o debate da preservação e conservação ambiental e as políticas do Ministério do Meio Ambiente também estão diretamente relacionados ao difícil objetivo de caminhar para um desenvolvimento rural com crescimento, avanço tecnológico, e respeito à cultura, ao meio ambiente e à dignidade humana.

É fundamental compreender bem a existência, os objetivos, o funcionamento e os resultados de uma política pública, bem como a complexidade relacionada aos processos perpassados, para que seja possível propor alternativas capazes de tornar as ações do setor público (em cogestão com a sociedade) mais eficientes e equitativas. Cada política está inserida em uma modalidade e em uma arena, possui um ciclo, e uma diversidade de agentes ou atores envolvidos, o que indica que ainda há muito a ser analisado e sugerido para traçar novos rumos ao desenvolvimento nacional.

Bibliografia

DA VEIGA, José Eli. Agricultura familiar e sustentabilidade. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 13, n. 3, p. 383-404, set./dez. 1996.

DELGADO, Guilherme da Costa. A questão agrária no Brasil, 1950-2003. In: JACCOUD, Luciana (Org.). **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: IPEA, 2005. p. 51-90. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/59361740/DELGADO-Guilherme-C-A-questao-agraria-no-Brasil-1950-2003>>. Acesso em: 15 abr. 2009.

FREITAS, Alan F. de; FREITAS, Alair Ferreira de; DIAS, Marcelo Miná. Mudanças conceituais do desenvolvimento rural e suas influências nas políticas públicas. **Rev. Adm. Pública**, v. 46, n. 6, p. 1575-1597, 2012.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sérgio. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. In: **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015, p. 19-50.

KAGEYAMA, Ângela. Desenvolvimento rural: conceito e medida. In: **Cadernos de Ciência & Tecnologia. Brasília**, v. 21, n. 3, p. 379-408, set./dez. 2004.

KICKERT, W; KLIJN, E; KOPPENJAN, J. (org). **Managing Complex Networks: strategies for public sector**. London: SAGE Publications, 1997.

LASWELL, H.D. **Politics: Who Gets What, When, How**. Cleveland, Meridian Books. 1936/1958

LOWI, Theodor. "Four Systems of Policy, Politics, and Choice". **Public Administration Review**, 32: 298-310. 1972.

MARTINE, George. A trajetória da modernização agrícola: a quem beneficia?. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 23, p. 7-37, mar. 1991.

MEAD, L. M. "Public Policy: Vision, Potential, Limits", **Policy Currents**, Fevereiro: 1-4. 1995.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de; QUINTANS, Mariana Trotta Dallalana; ZIMMERMANN, Silvia Aparecida;. Rural e urbano no Brasil: marcos legais e estratégias políticas. **Revista Semestral do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar**, 2014. v. 4, n. 1, p. 117,142.

RUA, Maria das Graças. Análise de políticas públicas: conceitos básicos. **Manuscrito, elaborado para el Programa de Apoyo a la Gerencia Social en Brasil. Banco Interamericano de Desarrollo: INDES**, 1997.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
"O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História",
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

RUA, Maria das Graças. As políticas públicas e a juventude dos anos 90. **Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas**. 2 v. Brasília: CNPD, p. 731-752, 1998.

SCHNEIDER, Sergio. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologias**, v. 6, n. 11, p. 88-125, 2004.

SCHNEIDER, Volker. Redes de políticas públicas e a condução de sociedades complexas. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 5, n. 1, p. 29-58, 2006.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SIMON, Herbert. **Comportamento Administrativo**. Rio de Janeiro: USAID. 1957.

SOROKIN, P.A.; ZIMMERMAN, C.A.; GALPIN, C.J. Diferenças fundamentais entre o mundo rural e o urbano. In: Martins, J.S. (org.). **Introdução crítica à Sociologia Rural**. São Paulo: Hucitec, 1986. p. 198-224

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão de literatura. In: **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

TERLUIN, I. J. Differences in economic development in rural regions of advanced countries: an overview and critical analysis of theories. **Journal of Rural Studies, Oxford**, v. 19, p. 327-344, 2003.

VITAL, Tales; SAMPAIO, Yoni. Política agrícola e agrária no Brasil: nova institucionalidade. In: **Anais da Academia Pernambucana de Ciência Agronômica, Recife**, vols. 8 e 9, p.59-71, 2011/2012.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: Encontro Anual da ANPOCS, 20, Caxambu, 1996. **Agricultura familiar: realidade e perspectivas**, Passo Fundo, 1998. v. 3, p. 21-55.

Educação no campo: o caso da EMATER-Rio em Magé.

Vinícius da Silva Ramos¹

RESUMO:

O presente artigo tem por objetivo analisar as relações educacionais entre os profissionais da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro (EMATER-RIO) e os trabalhadores rurais atendidos pelos programas de ensino e extensão promovidos no município de Magé.

PALAVRAS-CHAVE: Educação, extensão rural, campo.

ABSTRACT:

This article aims to analyze the educational relations between professionals from the Technical Assistance and Rural Extension of the State of Rio de Janeiro (EMATER-RIO) and rural workers attended by education and extension programs promoted in the city of Magé.

KEYWORDS: Education, rural extension, field.

Nossa tentativa é de entender como os profissionais da EMATER-RIO se vêem – se é que o fazem - como educadores e intelectuais produtores de conhecimento sobre a terra, assim como debatermos a recepção das intervenções de ensino entre alguns dos agricultores. Buscamos entender de que maneira o conhecimento produzido na Academia chega na ponta final da sua aplicação, ou seja, na mão do pequeno produtor.

Para tanto contaremos com os registros orais de alguns profissionais envolvidos nos projetos de educação e extensão, de trabalhadores rurais que passaram pelos cursos, assim como os relatórios anuais do Escritório Local de Magé (ESLOC-Magé) da EMATER-RIO para melhor nos situarmos das estatísticas do alcance dos cursos, assim como para termos um melhor panorama da produção agrícola do município atingida diretamente pela equipe da EMATER-RIO.

O interesse na temática se deu a partir de visitas empreendidas por um dos autores à área rural do município de Magé acompanhando o engenheiro agrônomo responsável pelo ESLOC-Magé para conhecer a variedade de produtos que o município conta, como um dos grandes celeiros de abastecimento do estado do Rio de Janeiro.

¹ Doutorando em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

O trabalho será dividido em duas partes: uma primeira, explicitando a relação entre Estado e classe dominante para esclarecermos como a concentração de terras se dá no contexto de uma sociedade capitalista, além de localizarmos o leitor na situação das lutas camponesas pelo acesso à terra do pequeno proprietário no Brasil e uma discussão acerca das possibilidades de agentes humanos serem vistos como educadores e intelectuais nas mais diferentes situações; e um segundo momento de apresentação do trabalho da EMATER-RIO, mais especificamente do Escritório Local de Magé e um panorama da produção de alimentos no município assim como nossas análises acerca do trabalho dos profissionais. Procuramos nos situar como colaboradores de um debate sobre as possibilidades de intervenção do Estado como agente financiador e educador das mais diferentes áreas do conhecimento.

I.

As lutas camponesas têm sido uma constante no cenário político brasileiro. A utilização do aparelho do Estado pela classe dominante na intenção de reprimir a luta pela terra fez parte da agenda política de vários governos, da Primeira República até a Ditadura Militar, da Era Vargas até o advento do neoliberalismo nos anos 1990. Aliás, sem sombra de dúvida o Estado tem sido o maior amigo do latifúndio monocultor desde os tempos da Lei de Terras do Império.

Os pais do socialismo na Europa, Marx e Engels, compreenderam como poucos as relações entre o Estado, a classe dominante e a classe explorada. “O poder do Estado Moderno não passa de um comitê que administra os negócios comuns da classe burguesa como um todo” (MARX e ENGELS, 2008; 12). Esta citação para nós é reveladora na medida em que relacionamos o poder do Estado com a manutenção dos latifúndios e das propriedades rurais improdutivas. Ou seja, em nossa análise aquilo que é entregue do Estado para a classe trabalhadora, seja em medidas de proteção social ou mesmo um pedaço de terra para produção, não passa de uma estratégia de contenção de conflitos, de uma arquitetura moldada para através de pequenos “afagos”, de prosseguir com a manutenção de um *status quo* que beneficia apenas aqueles que herdaram do Brasil colonial as terras em forma de latifúndios.

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016*

Ainda em Marx e Engels (2008), encontramos mais pistas para entendermos como se processa a concentração de terras em qualquer lugar do planeta onde o capitalismo tenha penetrado. A ideia dos autores é de que o sistema capitalista tem um caráter intrinsecamente concentrador da riqueza, e que sua evolução significava necessariamente a concentração dos meios de produção e de todos os elementos que possam gerar riqueza, o que não seria diferente com a terra. E não seria nem com o poder político, ou com o Direito, que tantas vezes vimos dando ganho de causa aos especuladores fundiários em detrimento dos produtores da terra. Este último também foi alvo de análise pelos dois autores: “Suas ideias são produto das relações burguesas de produção e de propriedade, assim como o Direito não é nada mais que a vontade de sua classe erigida em lei, uma vontade cujo conteúdo é determinado pelas condições materiais de sua vida” (MARX e ENGELS, 2008; 37). Quando nos deparamos com o poder judiciário despachando medidas repressivas e contrárias aos que lutam pela terra, percebemos o quanto os escritos de mais de 150 anos de idade são ainda atuais. Devemos compreender como o Estado atua como um todo na manutenção de privilégios daquela classe que ele representa, perpassando todos os poderes que fazem parte dele, mesmo naquele que deveria manter-se imparcial.

No século XIX, Engels (1984) já havia desnudado a relação entre o Estado e a classe dominante, considerando-o como um instrumento nas mãos da classe possuidora que legitima e reproduz sua dominação sobre a classe não-possuidora. A defesa do credor frente ao devedor, do proprietário frente ao não-proprietário, ou seja, um mantenedor e vigilante da propriedade que antes de ser privada, era comum. Em seu estudo revelador, Engels (1984) mostra como a posse da terra foi sendo deslocada de seu caráter comunal para o privado juntamente com a mudança no paradigma judiciário do direito matriarcal. A captura da terra por indivíduos estaria totalmente ligada à dominação que o homem passava a exercer sobre a mulher a partir do desenvolvimento que as forças produtivas tiveram e que foram suficientes para produzir um excedente que possibilitava o comércio.

Outra característica intrínseca do Estado seria a formação de um corpo armado que serviria de salvaguarda da propriedade privada ameaçada pelo risco de rebelião das classes exploradas. O que se inicia como um corpo de cidadãos em armas, se desenvolve para o papel das polícias que tanto se empenham em garantir a posse de terras que não

são e nunca serão suas. E a História é repleta de casos onde a polícia fez o papel de protetor dos especuladores e latifundiários em detrimento daqueles que querem produzir.

Compreendemos ser de grande importância contextualizar o cenário da luta pela terra no Brasil, e o faremos através de um breve histórico sobre a situação, perpassando os períodos de maior tensão e visibilidade da questão agrária.

Começaremos pela trajetória das Ligas Camponesas, que pode ser considerado o primeiro grande movimento organizado pela luta campesina no Brasil. Antônio Torres Montenegro (2010) é um dos autores que se dedica ao estudo deste fenômeno típico da sociedade rural brasileira. Iniciadas pela experiência cooperativa de agricultores da região da Galiléia, em Pernambuco, as Ligas Camponesas surgem como simples associações de ajuda mútua numa tentativa de frear as ações que vinham rompendo as antigas relações clientelísticas do sertão nordestino que proporcionavam algum tipo de proteção social aos trabalhadores, tal como a proibição dos “sítios” - pequenas propriedades cedidas pelos grandes fazendeiros para produção própria dos arrendatários.

As condições de vida desses trabalhadores se deterioravam a cada dia no qual o capitalismo penetrava com mais força nas relações da terra. A dificuldade de fundação de sindicatos rurais, o impedimento da aplicação das leis trabalhistas no campo e a famigerada “indústria da seca” – movimento pelo qual os grandes proprietários transformavam o recebimento de recursos e as obras públicas de combate à seca em questões particulares - são apenas alguns exemplos do quanto os grandes proprietários mostravam força na política brasileira nas décadas de 1950 e 1960.

As Ligas Camponesas – com sua atuação direta em passeatas, intervenções jurídicas, protestos, etc. - foram assim, juntamente com a atuação do deputado Francisco Julião, as grandes responsáveis pela colocação da questão da terra no debate nacional. Aos poucos as práticas dos grandes proprietários rurais que visavam açambarcar os poucos recursos que advinham dos trabalhadores braçais foram sendo expostas e desnudadas em cadeia nacional. A famosa “caderneta do barracão” – local onde eram anotadas as dívidas do trabalhador com alimentos e despesas – pareciam estar com os dias contados. A Revolução Cubana mostrava ser possível em *Nuestra América*, através da força dos campesinos, a luta por melhores condições de vida, até mesmo a derrubada de um governo despótico e sua substituição por uma associação geral dos trabalhadores.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

Entretanto toda a experiência acumulada pelos trabalhadores, todos os direitos conquistados com dificuldades se tornam alvo de ataques pelo golpe civil-militar de 1964. Suas implicações na política agrária se farão sentir até os dias de hoje.

Mários Grynszpan (2010) é quem nos vai servir de referência para pensarmos a questão da terra dos pós-1964, novamente lembrando se tratar apenas de uma breve contextualização para melhor entendimento do leitor das características do campo brasileiro. Como já dito, a questão da terra e particularmente a da reforma agrária ganharam grande fôlego no Brasil antes de 1964, em um momento de grande politização da sociedade brasileira. Logo, foi necessário para a ditadura instaurar medidas de repressão aos movimentos contestatórios no campo, seja através da dissolução de sindicatos rurais, seja através da prisão e morte de lideranças combativas. Entretanto, a roda da História não gira para trás, e a reforma agrária passou a figurar como parte importante da agenda na política brasileira mesmo em tempos de violência sufocante.

Soma-se a isso o fato do governo dos Estados Unidos recomendar aos mandatários da ditadura algumas medidas que visassem reduzir as tensões no campo, claramente aludindo ao movimento revolucionário cubano e suas implicações no continente em geral. O pagamento das indenizações por desapropriações em títulos da dívida pública e não em dinheiro, foi um exemplo dessas medidas. O que alguns meses antes tinha sido debatido por João Goulart e sido motivo de pânico entre os proprietários, foi aprovado sem maiores problemas no governo Castello Branco a partir do momento em se soube que fazia parte de recomendações estadunidenses. Mas logicamente essas recomendações de Washington não faziam parte de uma agenda de aumento da participação política dos trabalhadores rurais, era encarada apenas como uma ferramenta de melhoria da produtividade no campo implementada pela tecnocracia autoritária brasileira tão característica das décadas de 1960 e 1970. Assim, o caráter econômico vai paulatinamente substituindo o político quando o assunto é reforma agrária.

Outra tática utilizada pelo regime militar foi a da colonização. Embebida da Doutrina de Segurança Nacional, a colonização foi efetivada na tentativa de povoar áreas inóspitas do território brasileiro numa dupla função: aliviar as tensões em áreas densamente povoadas e preencher vazios demográficos que pudessem prejudicar a ideia de soberania nacional alardeada pelos militares, mas que ela mesma vinha sendo aviltada

cotidianamente pela intromissão de Washington em assuntos brasileiros. O incentivo a grandes projetos agropecuários e mineradores que permitiam à burguesia nacional e internacional aumentarem seus lucros às custas da degradação da natureza foi outra “recomendação” seguida à risca pelos tecnocratas. Ou seja, o reclamado pelos militares em um lado, era entregue aos estadunidenses por outro. E o que parecia promissor, acabou tornando-se um fracasso. O abandono das faraônicas obras do regime militar, como a Transamazônica, acabou por permitir o retorno de conflitos e tensões no campo que apenas haviam sido adiadas pela colonização. Entretanto, um aspecto positivo foi fruto dessas decepções: o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). Em 1984 é fundado o MST sob o lema “Ocupação é a única solução”. A partir daí, boa parte do cenário rural brasileiro será protagonizado por esse grupo.

Feito esse breve histórico sobre a situação agrária no Brasil nos últimos decênios, nos concentraremos na questão da educação – em geral e no campo –, buscando compreender como o conhecimento pode chegar até os trabalhadores rurais inseridos nas práticas da classe dominante de conceder pequenas melhorias na produção e na qualidade de vida do proletariado para evitar sua rebeldia. Não nos iludimos quanto à bondade do Estado em proliferar essas práticas como uma forma de inserir o agricultor na possibilidade de busca da riqueza pessoal. Sabemos que o Estado apenas gere os recursos de acordo com os interesses da burguesia, seja no campo, ou na cidade.

Paulo Freire (2016) já há algum tempo havia chamado a atenção para a construção do conhecimento como uma necessidade de articular os saberes do educando com as práticas docentes, ou seja, a aprendizagem não poderia ser produtiva se o educador não se propusesse a aceitar que aquele que está aprendendo também produz conhecimento. Isso fica claro na medida em que percebemos o quanto a sabedoria dos trabalhadores rurais do caso específico de Magé se materializava nas conversas com os técnicos responsáveis pela extensão rural.

Não há como pensar numa forma de docência que não leve em consideração a formação do educando, não há como pensar em educador que imagina depositar seus conhecimentos sobre o educando como uma caixa vazia. Na medida em que o portador do conhecimento mais acurado se relaciona com o educando, este também ensina àquele outras formas de produção do conhecimento, ou seja, não há projeto governamental que

não seja “deformado” pelas práticas educacionais que acontecem entre um educador progressista e consciente e um educando que utilizará aquele conhecimento para sua vida. E é justamente nesse ponto que se encontra o trabalho do Esloc-Magé, pois apesar de receber do Estado (classe dominante) a incumbência de prestar somente a assistência técnica para os agricultores, esses técnicos/educadores transformam essa assistência em um conhecimento radicalmente distinto do que este se apresentava no papel, como um simples curso de capacitação: ele se transforma em conhecimento vivo.

Ou seja, Freire (2016) entendia que o educador deve relacionar sempre o conhecimento levado ao educando pensando na sua formação anterior, em seus saberes comunitariamente construídos, sem a necessidade de nenhuma intervenção do Estado. Aquilo que é construído sem a educação formal faz parte do edifício que se construirá com os novos conhecimentos adquiridos. Nossa ideia é de que apesar do esforço do Estado capitalista em manter sob seu domínio a classe dos trabalhadores, através da intervenção dos educadores conscientes da luta do proletariado é possível construir um conhecimento que manobre com a estrutura oficial, que se manifeste criticamente, implodindo a estrutura de dominação por dentro, usando muitas vezes o próprio recurso do Estado financiador. A ideia de que o educador da escola pública é pago pelo próprio Estado e deve ter a ambição de torná-lo diferente do que é atualmente é ilustrativa.

Assim, o papel desses educadores deve ser o de instigar a natural curiosidade desses que recebem o auxílio da extensão e estimulá-la para que se torne crítica e empenhada em entender quais as razões para a cruel distribuição das terras no Brasil. Ao trocarem experiências com os trabalhadores rurais, esses profissionais se mostram como verdadeiros educadores críticos e progressistas na medida em que constroem conjuntamente o conhecimento que será levado a outros locais atendidos. Nada deve impedir que a poda de uma goiabeira feita por produtor tenha mais sucesso nas condições climáticas da área do que aquela apresentada pelo agrônomo. Seu papel de educador progressista se encontra justamente em reconhecer esse caráter dialógico da extensão.

II.

A contar com a precisão do Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de 2000, Magé possui pouco mais de 200 mil habitantes, com 386km² de extensão, numa população majoritariamente urbana. Dividido em 6 distritos, é o 56º lugar no ranking do IDH do estado do Rio de Janeiro. Em um estado com 92 municípios, sua colocação não é das mais invejáveis, o que só acentua o caráter fundamental da EMATER-RIO no município. Isso fica claro já missão pretendida pela mesma:

Como Missão a EMATER-RIO busca contribuir para o desenvolvimento do setor agropecuário, especialmente dos pequenos e médios produtores, de forma integrada e sustentável, por meio da transferência de conhecimentos de natureza técnica, econômica e social, incorporando o agronegócio nos Programas de Assistência Técnica, Extensão e Engenharia Rural, beneficiando a população do Estado do Rio de Janeiro. (EMATER-RIO, 2015)

Em valores, as maiores produções do município são as de aipim, quiabo, milho verde e batata doce. Em produção absoluta, o milho verde desponta como a maior produção, com mais de 2.500 toneladas. A avicultura de corte lidera a produção em valores, com uma produção de mais 2 milhões de reais por ano.

A atuação da EMATER-RIO trata especificamente dos pequenos e médios produtores, algo comum no município de Magé, que não possui grandes latifúndios em mãos de um único proprietário. Com orçamento modesto – em 2015 foram repassados R\$28.000,00 da Prefeitura – e carência de funcionários, o ESLOC-Magé sobrevive com criatividade e excelência nos recursos humanos. Sua atuação remonta ainda da época da Ditadura Militar, quando foi fundada em 1969. O ESLOC-Magé busca além do desenvolvimento da agricultura no município, privilegiar estratégias que poupem a natureza de um desgaste desnecessário, além de lutar pelo empoderamento e pela segurança alimentar das áreas carentes do município. Isso é reflexo da filosofia implantada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, recentemente extinto pelo ilegítimo governo federal instalado em 2016. Diferentemente do Ministério da Agricultura, esse tem como uma de suas principais funções incentivar práticas que estejam mais de acordo com a realidade dos pequenos agricultores (EMATER-RIO, 2015).

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016*

Este tipo de atuação fica patente no próprio relatório anual de atividades produzido pelo ESLOC-Magé:

Os extensionistas são possuidores de saberes especializados que levam conhecimentos e estimulam o desenvolvimento de atributos pessoais para que os indivíduos desempenhem seus papeis sociais e com isso promovendo transformações na sociedade rural. (EMATER-RIO, 2015)

Ao pensar no binômio “saberes especializados/atributos pessoais”, fica claro como o desenvolvimento de uma política que pense nas experiências e expectativas do trabalhador rural tem a oportunidade de sucesso ampliada. Nossa intenção não é de promover um ato de desagravo à instituição EMATER-RIO, mas sim comprovar empiricamente como foi possível “desviar” os recursos do Estado, que deveriam ser empregados na melhoria da qualidade de vida material da população visando a contenção de conflitos na terra, em um verdadeiro motor de novas experiências que deem consciência e poder para os agricultores, quando estes se veem reconhecidos no conhecimento construído para a prática de seu trabalho. Juntamente com isso, temos o caráter grupal dos trabalhos desenvolvidos pelo ESLOC-Magé, o que permite ao trabalhador rural o reconhecimento de pertencimento a um grupo e as possibilidades daí advindas.

BIBLIOGRAFIA:

EMATER-RIO. *Relatório das atividades da EMATER-RIO*. Rio de Janeiro: Embrapa, 2015.

ENGELS, Friederich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

FERNANDES, Fernanda Rausch [et al.]. *Biofortificação: batata-doce Beauregard*. Brasília: Embrapa, 2014.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

GRYNSZPAN, Mário. *A questão agrária no Brasil pós-1964 e o MST*. in: *O Brasil Republicano: o tempo da ditadura, regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

MARX, Karl, ENGELS, Friederich. *Manifesto do partido comunista*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MONTENEGRO, Antônio Torres. *Ligas Camponesas e sindicatos rurais em tempos de revolução*. in: *O Brasil Republicano: o tempo da ditadura, regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010

Simpósio Temático 10: Religiosidades, cultura e política: séculos XIX e XX.

Coordenadores: José Leandro Peters (Doutorando em História/UFJF) & Alexandre Luis de Oliveira (Doutorando em História/PUCRS)

**SIGMUND FREUD EM NORBERT ELIAS: UMA ANÁLISE DOS CONCEITOS
FREUDIANOS PRESENTES NO “PROCESSO CIVILIZADOR”**

Estevão Mascarenhas Lobo

Resumo:

O trabalho em questão propõe uma discussão conceitual acerca de dois autores contemporâneos do começo do século XX, a saber: Norbert Elias e Sigmund Freud, estudando respectivamente as obras: *O processo civilizador* (1939) e *O mal estar da civilização* (1930). Assim, pretende-se analisar como Elias se apropria de Freud para explicar o instinto de agressividade do homem, e como a sociedade, a partir do desenvolvimento do Estado precisou censurar e tolher tal manifestação para seu bom funcionamento. Parte-se do pressuposto de que, ao se apropriar de conceitos freudianos, Elias os articula com exemplificações históricas sobre os costumes e hábitos. Para tanto, trata-se de entender a transformação advinda com a curva civilizatória proposta por Elias, que paulatinamente atinge o indivíduo, suas relações e a sociedade, e que ao longo de séculos transformou o homem medieval no homem moderno, civilizado, comedido, e sublimado.

Palavras-chave: Processo Civilizatório; Conceitos Freudianos; Psicogênese e Biogênese.

Abstract:

This work seeks for a theoretical discussion about two contemporary authors from the beginning of the 20th century: Norbert Elias and Sigmund Freud, studying respectively the following books: *The Civilizing Process* (1939) and *Civilization and Its Discontents* (1930). Therefore, we intend to analyze how Elias appropriates Freud's concepts to explain the men's aggressive instinct, and how the society, starting from the State's development needed to censure and refine that manifestation in order to work in a safe way. That is on the assumption that, by appropriating the Freudian concepts, Elias articulates with the historical exemplification about the customs and habits. Therefore, we intend to understand the transformation arising with the civilizing curve proposed by Elias, which gradually affects the individual, its relationships and society, and that over the centuries has turned the medieval man into a modern, civilized, moderate, and sublimated man.

Key-words: Civilizing Process, Freud's concepts, Psychogenesis and Sociogenesis.

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016*

Para compreender como Elias se apropria dos conceitos freudianos em sua análise do desenvolvimento da civilização, se faz necessária uma análise a priori das ideias de Freud presentes em seu livro “*O Mal Estar na Civilização*”.

O diagnóstico de Freud para o começo do século XX, ao analisar o indivíduo inserido nas sociedades capitalistas industrializadas pós Primeira Guerra Mundial imersas na crise econômica de 1929 é indiscutivelmente pessimista. Em uma formulação superficial, seu pessimismo decorre do fato de que a Modernidade trouxe consigo no conceito de civilização, a necessidade do indivíduo se sacrificar, abrir mão de grande parte de sua liberdade, portanto, de sua felicidade para em troca receber certa proteção da mesma.

Não é somente o medo – o qual será trabalhado com mais minúcia nesse trabalho – que faz com que os indivíduos formem comunidades. Existem, portanto, dois aspectos que, segundo Freud caracterizam-se como os “pais da humanidade”; Ananke e Eros, [Necessidade e Amor]. Respectivamente, “a compulsão para o trabalho criada pela necessidade externa, e o poder do amor, que fez o homem relutar em privar-se de seu objeto sexual – a mulher” (FREUD, 1969, 121). Ou seja, a ideia de que juntos, os homens poderiam construir algo mais grandioso e efetivo do que trabalhando de forma individual, e o fato do mesmo querer trazer consigo seu objeto de desejo são as primeiras forças que o impelem a formar e constituir uma sociedade e uma vida comunitária.

No entanto, tais forças transformam e são transformados pelos homens. O amor servirá como um reforço positivo, se determinadas regras de comportamento não forem violadas. Se forem, a ausência do amor será o reforço negativo. Ou seja, o reforço positivo seria a integração social desse sujeito, e o reforço negativo a sua exclusão. Tal processo, segundo Freud, é um dos pilares para o insucesso de uma civilização dúbia, que propicia benefícios e proteção a seus componentes, mas os impele ao sofrimento. “Esse argumento sustenta que o que chamamos de nossa civilização é em grande parte responsável por nossas desgraças e que seríamos muito mais felizes se a abandonássemos e retornássemos às condições primitivas.” (FREUD, 1969, 105) ¹. Apesar de afirmar que em tais

¹ Apesar de não fazer referência, Freud ao caracterizar o homem primitivo, se remete ao estado de natureza presente em Hobbes e Rousseau caracterizando o período anterior ao contrato social, e a toda tentativa humana de vida comunitária através de um pacto entre indivíduo e Estado. Para Freud, o

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.

“*O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História*”,

Juiz de Fora, 2017, 1554p.

ISSN: 2317-0468

17 a 21 de outubro de 2016

condições, o homem dificilmente desfrutaria ou gozaria de tal liberdade uma vez que não havia Estado centralizado, e nem monopólio da força física. Mas se, se tem liberdade para matar, tem-se também a possibilidade de ser morto. E assim, portanto, “o homem civilizado trocou uma parcela de suas possibilidades de felicidade por uma parcela de segurança.” (FREUD, 1967, 137).

O indivíduo começa a se tornar hostil à sociedade a partir do momento em que a vida comunitária se constitui. Primeiramente na imposição de uma suposta vontade da maioria sob o restante, e em seguida, na tentativa de aniquilar ou tolir a ação do indivíduo censurando a manifestação natural de suas pulsões instintivas. Portanto, “a vida humana em comum só se torna possível quando se reúne uma maioria mais forte do que qualquer indivíduo isolado e que permanece unida contra todos os indivíduos isolados.” (FREUD, 1967, 115).

Em decorrência desse processo de coerção e poda das pulsões, que segundo Freud afete a todos os indivíduos a sublimação dos instintos constitui um aspecto particularmente evidente do desenvolvimento cultural; é ela que torna possível “às atividades psíquicas superiores, científicas, artísticas ou ideológicas, o desempenho de um papel tão importante na vida civilizada”. (FREUD, 1967, 119).

A análise de Freud segue no caminho de se perguntar; por que as pessoas foram levadas a assumir uma postura tão hostil em relação à civilização? A resposta está nas grandes castrações que a sociedade exerce ao indivíduo no tocante aos seus instintos, à sua estrutura psíquica, e mais especificadamente no tocante à manifestação de suas pulsões, como sexualidade e agressividade. Essa castração gera uma renúncia aos instintos relacionada a um sentimento de culpa que provoca no sujeito a chamada neurose², resultado do declínio da possibilidade de gozo do prazer por parte do ego, e da censura desmedida do superego. Assim, podemos afirmar “que talvez toda neurose oculte uma quota de sentimento inconsciente de culpa, o qual, por sua vez, fortifica os sintomas, fazendo uso deles como punição.” (FREUD, 1967, 163).

indivíduo aceita ser tolhido de determinadas liberdades individuais e de uma parcela de felicidade própria para usufruir da segurança que a vida comunitária pode lhe proporcionar.

² Para Freud, o superego não deve agir sem limites no processo de censura e coerção das manifestações instintivas do ego. “Caso se exija demais de um homem, produzir-se-á nele uma revolta ou uma neurose, ou ele se tornará infeliz.” (FREUD, 1967, p. 168)

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

Dentre esses instintos sublimados, a agressividade se constitui em um dos mais potencialmente perigosos para o bom funcionamento da civilização, uma vez que a própria “defesa contra ela pode causar tanta infelicidade quanto a própria agressividade”. (FREUD, 1967, 168) O instinto agressivo se caracteriza como uma derivação do chamado instinto de morte, “que descobrimos lado a lado de Eros e que com este divide o domínio do mundo.”. Se por um lado, “as vantagens do trabalho em comum” (FREUD, 1967, 145), e os benefícios do amor – “inibido em sua finalidade ou afeição” (FREUD, 1967, 123), quando lidamos com relações como pais e filhos e amigos, ou não, no caso das relações carnis – ajudaram a construir as bases que se sustenta a civilização, por outro é o instinto agressivo aquele que a corrói e a enfraquece. Assim, “o significado da evolução da civilização não mais nos é obscuro. Ele deve representar a luta entre Eros e a Morte, entre o instinto de vida e o instinto de destruição, tal como ela se elabora na espécie humana.” (FREUD, 1967, 145).

Uma vez tão prejudicial ao bem estar da civilização, há de se encontrar meios para que tornar inofensiva o instinto da agressividade. A sociedade se valerá de instrumentos que internalizem a agressividade, para que “seja enviada de volta para o lugar de onde proveio, isto é, dirigida no sentido de seu próprio ego”. (FREUD, 1967, 146) Essa internalização sob a forma da ‘consciência’ assumirá uma postura contrária ao “id ou isso, como reservatório das pulsões,” e ao “eu ou ego como estrutura psíquica consciente” (LAHIRE, 2013, 206) e imporá a eles a mesma agressividade que o sujeito supostamente aplicaria em outros indivíduos. Tal estrutura se caracteriza como o superego.

É a partir da tensão constante entre a severidade do superego e do ego que surge o chamado sentimento de culpa, caracterizado como remorso³, após feito algum ato mal. Tal conceito de bom ou mal segundo Freud é extremamente impreciso e variável, uma vez que nem sempre aquilo que se considera mal é prejudicial ao ego. Pelo contrário, muitas vezes aquilo que é prejudicial à sociedade, se mostra como algo prazeroso e desejável a ele, e apesar disso o ego escolhe por deixar de se satisfazer para agradar a autoridade externa, motivado pelo medo, (citado anteriormente, e agora definido mais claramente como medo) de perda do amor das outras pessoas. Tal medo, nos faz sentir

³ “Remorso é um termo geral para designar a reação do ego num caso de sentimento culpa.” (FREUD, 1967, p. 161)

ameaçados e inseguros, e, por conseguinte nos faz evitar que comportemos de forma que contrarie esta autoridade externa, mas principalmente nos traz a uma definição mais precisa do que é um comportamento bom ou mal. Nesse estágio, ainda é possível que as pessoas se permitam “fazer qualquer coisa má que lhes prometa prazer”, mesmo que contrários ao programa da civilização, sob a segurança de ninguém saberá nada a respeito, e, portanto, elas “só têm medo de serem descobertas” (FREUD, 1967, 149).

Entretanto, no estágio posterior, as possibilidades de contravenção diminuem gradativamente, pois a autoridade externa se interioriza sob a forma do superego, e age diretamente sob a forma da consciência, sublimando instintos e comportamentos inadequados. Enquanto anteriormente, a ação carecia de punição, agora o mais inofensivo pensamento não passa despercebido do onisciente e onipresente superego, o qual intermedeia as relações diretas entre o id e o ego.

Assim, o chamado sentimento de culpa passa por duas instâncias, “uma que surge do medo de uma autoridade”, onde “renuncia-se às próprias satisfações para não perder o amor da autoridade” e outra, posterior, que surge do medo do superego, “que ao mesmo tempo em que faz isso, exige punição, uma vez que a continuação dos desejos proibidos não pode ser escondida do superego”. (FREUD, 1967, 151).

De forma mais clara, Freud organiza cronologicamente a constituição de cada um desses conceitos psíquicos. Primeiro surge a renúncia aos instintos, gerada pelo medo da agressão da autoridade externa, e simultaneamente pelo medo de perda de seu amor, e sua proteção. “Depois vem a organização dessa autoridade *interna* e a renúncia ao instinto devido ao medo dela, ou seja, devido ao medo da consciência”. (FREUD, 1967, 151-152) Assim se estabelece o superego. Uma vez sólido, é possível se dizer da existência da consciência, cuja força de coerção aumenta a cada nova renúncia dos instintos e a cada novo sentimento de culpa internalizado.

Para além das simplificações teóricas, é válido resumir a extrema importância do sentimento de culpa para o desastre civilizacional a que Freud se refere. Uma vez propiciado pela consciência, e pela severidade do superego, ele se torna um reflexo da sociedade internalizada que vigia e pune o ego. A renúncia dos instintos, e a opção pela não manifestação das pulsões do id por parte do ego pode ser entendida como uma perda de felicidade que intensifica e é intensificada por ele. No entanto, tal processo não é

inteiramente cognoscível ao indivíduo, uma vez que o sentimento de culpa se manifesta primordialmente no inconsciente.

Por conseguinte, é bastante concebível que tampouco o sentimento de culpa produzido pela civilização seja percebido como tal, e em grande parte permaneça inconsciente, ou apareça como uma espécie de *mal-estar*, uma insatisfação para a qual as pessoas buscam outras motivações. (FREUD, 1967, 160).

A cada vez que o indivíduo renuncia aos seus instintos, abre possibilidades de que a consciência tome forças e que o superego se constitua de forma sólida em suas estruturas psíquicas. Ambos os conceitos; consciência e renúncia dos instintos têm entre si uma relação única. Quando a autoridade externa se interioriza, a renúncia dos instintos acontece graças à coerção da consciência. Posteriormente o quadro se inverte. Portanto, “toda renúncia ao instinto torna-se agora uma fonte dinâmica de consciência, e cada nova renúncia aumente a severidade e intolerância desta última.” (FREUD, 1967, 152) Quando o superego se estabelece firmemente, estamos falando de uma sociedade altamente civilizada, onde o instinto de morte sequer existe em pensamento. “Nesse ponto, não podemos deixar de ficar impressionados pela semelhança existente entre os processos civilizatórios e o desenvolvimento libidinal do indivíduo”. (FREUD, 1967, 117).

A semelhança estrutural a que se submetem o processo de desenvolvimento do indivíduo e o processo civilizatório é tanto, que podemos de falar de um superego histórico, cultural, político e social, inteiramente influenciado pelas conjunturas vigentes em uma determinada sociedade.

Para além da simples união dos superegos individuais, temos a construção e remodelação constante de diversos paradigmas da sociedade a partir de diversos parâmetros referenciais que levam à formulação de um superego macro social, cuja tendência é representar anseios e necessidades como normas de conduta para o indivíduo. Como resultado de uma interiorização dessas normas, podemos afirmar, portanto, que “o superego de uma época de civilização tem origem semelhante à do superego do indivíduo,” (FREUD, 1967, 166) uma vez que não podemos fazer uma análise efetivo do último, em uma perspectiva isolada, e sim somente se seu comportamento for inserido em uma comunidade cultural.

Para tanto, existe, por exemplo, como parâmetros referenciais de construção do superego cultural, a influência de grandes homens na História, a “impressão deixada atrás de si, pelas personalidades dos grandes líderes – homens de esmagadora força de espírito.” (FREUD, 1967, 166) Tais homens partem de suas posições privilegiadas para criarem novos conceitos de comportamento, dividido, portanto naquilo que é aceitável em determinada sociedade, e o que deve ser extirpado a qualquer custo.

Concretamente, cita-se o exemplo de Jesus Cristo, que para além das discussões religiosas, representou uma nova fonte referencial daquilo que o superego iria posteriormente interiorizar como censura às manifestações de prazer do id pelo ego e como uma força coercitiva que levaria o indivíduo a reprimir e recalcar tais instintos em nome do medo da autoridade externa. Aos poucos, Jesus Cristo – aquele que um dia fora homem – se transfigura de uma autoridade externa para uma figura alegórica e simbólica que se interioriza, e que agora vigia constantemente ao indivíduo em suas entidades psíquicas.

Como manifestação social clara de repúdio ao instinto de agressividade, a cultura cristã virá com o mandamento: “Amarás o próximo como amas a ti mesmo”. Tal premissa “se constitui a defesa mais forte contra a agressividade humana e um excelente exemplo dos procedimentos não psicológicos do superego cultural.” (FREUD, 1967, 168). Diante da impossibilidade efetiva de execução deste mandamento, a sociedade cria a ideia de que o mérito de sua realização é proporcional às dificuldades coercitivas e desafios impostos pelo superego ao ego, seja no âmbito do indivíduo, seja no âmbito da análise na sociedade.

Assim, tanto para o estudo psicanalítico do indivíduo, quanto para a análise histórica do comportamento do homem é imprescindível fazê-lo correlacionando-os diretamente, e entendendo de que maneira eles interagem, uma vez que isolados não dizem praticamente nada. Para entender o conceito de superego é necessário ter compreensão mínima dos fatores sócio-culturais que fazem com que o indivíduo renuncie a seus instintos, motivado pelo medo de perder o amor de seus semelhantes, e se sinta culpado se infringe uma lei estabelecida. Por outro lado é impossível fazer um estudo analítico da sociedade sem se recordar de que ela é composta por indivíduos, quase nunca vistos de maneira isolada, mas sim na perspectiva da associação comum em grupos. Para

tanto, Freud traz uma analogia que delinea em parte a relação que o indivíduo tem consigo mesmo, e com a sociedade.

No fim de sua argumentação, Freud abre brechas para a necessidade do estudo psicanalítico ser alargado e ampliado no que diz respeito aos limites da aplicação conceitual no estudo das sociedades, e diz: “[...] podemos esperar que um dia, alguém se aventure a se empenhar na elaboração de uma patologia das comunidades culturais” (FREUD, 1967, 169). É exatamente o que Norbert Elias faz ao descrever o processo civilizatório pautado nas ideias principais de Freud, e que será trabalhado com maior minúcia no capítulo III, referente às formas de apropriação destas ideias presentes em sua obra “*O Processo Civilizador*”.

Partindo do pressuposto de que o estudo do indivíduo e da sociedade deve se basear na análise da relação complexa e indissociável entre ambos, e entendendo que o desenvolvimento da civilização criou aos poucos formas de coagir o comportamento das pessoas, baseado em argumentos variados, o presente capítulo pretende compreender de que forma aparecem na obra de Norbert Elias, preceitos freudianos que são re-apropriados e revestidos de uma substância empírica que correlaciona os conceitos de psicogênese e sociogênese. Em seu livro *O processo civilizador, uma história dos costumes*, o autor, analisa os diversos manuais de cortesia e comportamento que surgiram nos séculos XV a XVII e descreve indícios claros da expressão material e histórica do conceito de superego em um processo não-linear e não progressivo. Delineado por Freud, esse conceito é recorrente na obra de Elias, em sua análise dos costumes e hábitos do homem, e, se constitui a matéria bruta em que se baseia a argumentação deste trabalho, com enfoque no estudo do instinto da agressividade.

Elias descreve em seu livro a transformação das sociedades ao longo do período de transição da Idade Média para a Idade Moderna. Tal transformação, além de política e econômica, é centrada na tentativa de analisar os aspectos culturais, trazendo assim novos olhares historiográficos que tentam compreender o que leva os indivíduos a mudarem seus costumes, valores e comportamento e, principalmente, como são criados e impostos novos padrões. “Destá forma, o processo sócio-histórico de séculos, no curso do qual o padrão do que é julgado vergonhoso e ofensivo é lentamente elevado,” leva as pessoas, pouco a pouco, a assimilarem novos padrões e normas de conduta inicialmente

sob a forma de uma restrição externa e, posteriormente, incorporando “no seu íntimo através de um autocontrole que opera mesmo contra seus desejos conscientes.” (ELIAS, 1994, 135).

Ao citar um desses âmbitos do estudo comportamental, o autor descreve a utilização do garfo e faca e sua difusão lenta pelas cortes reais, e então, faz as primeiras apropriações do conceito de superego enquanto “um automatismo interior, a marca da sociedade no ser interno, [...] que proíbe ao indivíduo comer de qualquer maneira que não com o garfo” (ELIAS, 1994, 135). Tal proibição se baseia na “consideração para com o próximo, por "polidez", para poupar a outros um espetáculo desagradável, e a si mesmos a vergonha de serem vistos com as mãos sujas”. Enquanto a consideração para com o próximo está ligada à ideia de altruísmo, a vergonha, por sua vez, interpreto como a reação imediata da consciência, que, ao se comportar de forma diferente das outras pessoas, sente-se culpada, e manifesta o medo que tem de perder o amor das mesmas. Ambas ideias presentes na exposição de Freud no primeiro capítulo.

Para o autor, portanto, a imposição inicial de tais regras de comportamento tem origem em dois fatores: a preocupação com a “falta de respeito” com as pessoas próximas ao se desobedecer tais imposições, o que aparece como, a vergonha; o outro está intimamente ligado à reafirmação e diferenciação cultural dos costumes e comportamentos da nobreza e dos camponeses. Os primeiros livros de etiqueta, que traziam novos valores de como se comportar, foram destinados a um público específico. Normalmente, nobres que compunham a corte do rei, e afins. Como forma de coagi-los a mudar seus hábitos, diferenciando-se assim da plebe e dos camponeses, foi usada a justificativa que determinadas atos não eram aceitáveis para um nobre. Enquanto os nobres comem com talheres, os camponeses com as mãos, como “pessoas não civilizadas”.

No primeiro fator, a pressão externa – inicialmente exercida no sujeito – deixa brechas para o indivíduo manifestar, agora de modo mais circunscrito, seus instintos e desejos inconscientes quando não está sob a vigilância de outras pessoas. Isso aconteceu nas origens imprecisas do processo civilizador, principalmente nas cortes européias, quando os Estados Absolutistas se formavam, e acontece cotidianamente na educação das crianças, sendo ambos bastante comparáveis nesse estágio. “As inclinações e tendências

individuais que os escritos medievais sobre a etiqueta buscavam controlar eram com frequência, as mesmas que podem ser hoje facilmente observadas nas crianças.” (ELIAS, 1994, p.140)

Com a ascensão burguesia, as pressões deixam de ser tão determinadas por pessoas particulares, e passam a ser formadas por “compulsões menos visíveis e mais impessoais da interdependência social, a divisão do trabalho, o mercado, a competição” (ELIAS, 1994, 149). Com o passar dos séculos, o que se pode notar é a paulatina interiorização dessa pressão externa, sob a forma de uma sociedade onipotente e onisciente, que não deixa brecha ao indivíduo para pensar fora dos limites estabelecidos. “Desta forma, impulsos, ou inclinações socialmente indesejáveis são reprimidos com mais rigor. São associados ao medo, à vergonha ou à culpa, mesmo quando o indivíduo está sozinho.” (ELIAS, 1994, 148). É notório que quanto mais sofisticada uma sociedade, mais bem consolidado e automatizado é o superego na psique do homem, e menor é o conflito entre o “padrão de exigências feitas ao indivíduo” e os “impulsos e tendências socialmente inadmissíveis.” (ELIAS, 1994, 148), sendo maior o número de neuroses⁴.

O segundo fator referência como os manuais de etiqueta e comportamento que são escritos ao longo dos séculos XV a XIX, funcionaram primordialmente como um fator de hierarquização social ao regularem as ações e manifestações das pulsões do homem. A associação entre a sofisticada nobreza, e a classe burguesa tornou cada vez mais forte, o confinamento de desejos e expressões da psique humana. Constituiu uma elite que passa a ser diferenciada pelos atos mais triviais, na mesa, na cama, na excreção de líquidos, no sexo ou na agressividade. Para diferenciá-la da plebe, foram instituídas regras de comportamento que dizem como seus membros devem ou não se portar, e “o rei, como ‘sinal de respeito’, exige esse comportamento de seus cortesãos. Nos círculos da corte, este sinal da dependência em que ela vive, a crescente compulsão para controlar-se e moderar-se, torna-se uma ‘marca de distinção’.” (ELIAS, 1994, 161)

Para Freud, grande parte dessas neuroses é consequência das premissas coercitivas as quais o indivíduo é submetido, que são indispensáveis ao bom funcionamento da sociedade, dentre elas “a beleza, a limpeza e a ordem”. (FREUD, 1969, 114). Em Elias,

⁴ Ao falar sobre as neuroses, Elias elucida como devem ser analisadas no âmbito da especificidade histórica em que estão inseridas: assumem “a forma rigorosamente definida e fundamental às teóricas psicológicas dos tempos modernos – acima de tudo, a psicanálise.” (ELIAS, 1994, p. 148).

tais premissas aparecem com os exemplos empíricos que dizem respeito aos aspectos cotidianos do comportamento do homem, que mesmo em Freud aparecem dotados de materialidade histórica. Ao referenciar sobre a limpeza, e posteriormente à higiene, Freud nos leva a ficar estupefatos “ao saber que o *Roi Soleil* emanava um odor insuportável,” (FREUD, 1994, 113), e mais ainda “quando nos é mostrada a minúscula bacia em que Napoleão se lavava todas as manhãs.” (FREUD, 1994, 113). Certamente tais exemplificações históricas foram lidas por Elias, e complexificadas e aprofundadas em sua análise dos diversos manuais de cortesia e etiqueta produzidos na Idade Moderna.

A paulatina transformação da psique humana sugere, portanto, que as forças que coadunam nesse processo têm limites imprecisos entre si e de tão correlacionadas é difícil distinguir a importância de uma em detrimento da outra. Se por um lado, “a modificação do hábito de escarrar e, finalmente, a eliminação mais ou menos completa de sua necessidade constitui um bom exemplo da maleabilidade da vida psíquica,” existem outros fatores que atestam para uma espécie de longa duração dos costumes, que se mostra menos flexível. Apesar de Elias atestar que em sua época não existiam estudos mais profundos que levassem em consideração até que ponto tais forças interagem entre si, “a formação de sentimentos de vergonha e asco e os avanços no patamar da delicadeza são simultaneamente processos naturais e históricos.” (ELIAS, 1994, 161-162). Fator que reafirma a necessidade de diálogo da psicogênese com a biogênese articulados com o contexto histórico, e que se caracteriza como uma das justificativas de re-apropriação de Freud por Elias.

No entanto, o “processo civilizador torna mais íntimas todas as funções corporais” (ELIAS, 1994, 181), e num estágio subsequente, o superego será responsável por repelir tais prospecções ou ações do inconsciente mesmo no âmbito da individualidade, e, assim, “as proibições apoiadas em sanções sociais reproduzem-se no indivíduo como formas de autocontrole”. (ELIAS, 1994, 181). Mais do que interiorizados, tais padrões e imposições passam a figurar como constituintes da própria personalidade do indivíduo, sendo tão enraizados que podem muitas vezes ir contra a própria vontade do indivíduo, o que sem dúvida propicia o surgimento de neuroses. Elias defende também a ideia de que existe uma relação forte entre o superego dos indivíduos e seu contexto social, cultural, e político. Ou seja, a imposição e restrição dos indivíduos no âmbito da sociedade têm

influência direta nos padrões e superego individual. “E este elemento, o superego, tal como a estrutura da personalidade do indivíduo como um todo, necessária, e constantemente muda com o código social de comportamento e a estrutura da sociedade.” (ELIAS, 1994, 181).

Uma das grandes imposições feitas ao indivíduo pelas coerções do processo civilizacional é a repressão e sublimação do instinto agressivo, que por figurar mais no âmbito da natureza, do que é caracteristicamente animalesco do homem, e menos no âmbito da sociedade e do altruísmo, se constitui como um dos grandes entraves para a preservação de sua própria espécie. A pulsão de morte caracterizada por Freud é utilizada por Elias quando esse descreve o processo de sublimação e canalização dessa agressividade para outras formas de extravasamento. A mudança de valoração sobre a guerra, assim como na relação do homem com a morte, é extremamente visível no processo civilizador, pois interfere na paulatina tentativa de pacificação dos recém constituídos Estados Nacionais e do cumprimento dos contratos sociais que são firmados quando o indivíduo troca uma parcela de sua felicidade para receber proteção e segurança. É compreensível por que a pulsão agressiva foi “tão transformada, ‘refinada’, ‘civilizada’, como todas as outras formas de prazer, e sua violência imediata e descontrolada aparece apenas em sonhos ou explosões isoladas que explicamos como patológicas.” (ELIAS, 1994, 183). O cenário que percebemos anteriormente é que

A vida na sociedade medieval tendia na direção oposta. A pilhagem, a guerra, a caça de homens e animais – todas estas eram necessidades vitais que, devido à estrutura, da sociedade, ficavam à vista de todos. E assim para os fortes e os poderosos, formavam parte dos prazeres da vida. (ELIAS, 1994, 183)

Além de ficar a vista de todos, essas necessidades vitais se caracterizavam como meio de vida de grande parte da elite, uma vez que “a maior parte da classe governante secular da Idade Média levava a vida de chefes de bandos armados” (ELIAS, 1994, 185) e a guerra não era somente um acontecimento político na vida desses dirigentes, era também uma razão pela qual os fazia viver. O guerreiro medieval era aquele que “passava a juventude preparando para isso. Ao chegar à idade apropriada, era armado cavaleiro e fazia a guerra enquanto as forças lhe permitiam até a velhice.” (ELIAS, 1994, 185-186). Sua vida não tinha outra razão de existir a não ser guerrear, mesmo em tempos de paz,

quando sua atenção se voltava para torneios de justas ou duelos pessoais. Apesar de atestar que o processo civilizador não é linear e progressivo, podemos perceber que o extravasamento das emoções e pulsões agressivas durante a Idade Média, “não era, talvez, tão desinibida como no período anterior das Grandes Migrações” (ELIAS, 1994, 183) e nem tão inibida como no fim de Idade Moderna.

A supressão ou canalização do instinto agressivo se deu intimamente ligada, portanto, à centralização política que acontece no decorrer da Idade Moderna, e da decorrente monopolização da força física pelo Estado, que forçou “as pessoas a viver em paz entre si”, e fez com que “a modelação das emoções e os padrões de economia dos instintos lentamente” mudassem (ELIAS, 1994, 191). Sem dúvidas, os primeiros locais que impõe a paz entre aos indivíduos, são as cortes reais que vão se formando durante a constituição dos Estados Absolutos.

Para Elias, a relações entre os membros da corte se caracteriza pela “ambivalência de interesses”, ou seja, apesar de serem concorrentes entre si, os senhores e burgueses que viviam sob a égide de um mesmo rei, deveriam agora conter e sublimar suas pulsões agressivas, agindo como se fossem parte de uma mesma família. Se alguém desobedece às determinações reais e manifestasse seus instintos agressivos, seja pelo desrespeito dentro da corte, seja por conflitos privados (duelos, por exemplo) fora dela, esse indivíduo sofreria as repreensões necessárias de um poder centralizado que possui maior exército e não hesitaria em considerá-lo como criminoso, podendo, portanto, empregar o uso da força física também cada vez mais centralizada para manter a estrutura vigente.

De forma imprecisa – mas útil – graças à analogia, a organização das cortes e suas imposições a seus membros pode ser comparada à forma como a sociedade vai agir ao longo do extenso processo civilizador, o qual o indivíduo reprime de alguns de seus instintos, ou felicidade, nos termos de Freud, para adquirir benefícios em troca. A situação era semelhante na corte, uma vez que os senhores precisavam recalcar seus verdadeiros desejos e vontades – nesse caso, referentes ao instinto agressivo – para usufruírem dos benefícios que a proximidade do rei poderia proporcionar.

Apesar disso, Freud chega a dizer que tal pacto firmado entre sociedade e indivíduo trás mais malefícios que benefícios, uma vez que no chamado estado de natureza, o homem para ele era mais feliz, pois não conhecia tantas restrições e limites

impostos a sua própria vontade, como conhece o homem moderno, e conseqüentemente não sofria de tantas neuroses. Elias por sua vez, partindo de uma análise menos pessimista da civilização entende que “os instintos, as emoções, eram liberados de forma mais livre, mais direta, mais aberta, do que mais tarde”. (ELIAS, 1994, 190) e que, no entanto, tal incorporação das regras repressivas se deve à curva civilizacional que modera, “humaniza” (ELIAS, 1994, 192) e transforma as emoções dos indivíduos que compõem as sociedades modernas.

Para a re-canalização do instinto da agressividade, Elias dá os exemplos de como a “beligerância e a agressão encontram expressão socialmente permitida nos jogos esportivos.” (ELIAS, 1994, 191). Ou seja, a ideia de exercer a violência de forma danosa ao progresso civilizacional é redirecionada no sentido de tornar simbólica a manifestações dos instintos agressivos, muitas vezes em formas teatrais de guerra, como o futebol, ou até mesmo no boxe. Isso quando esse simbolismo não se dá pela mera ilusão “em participar como ‘espectador’ [...] na identificação imaginária com um pequeno número de combatentes.” (ELIAS, 1994, 191).

Portanto, a grande contribuição de Freud nos estudos civilizacionais de Elias é exatamente a necessidade de co-relação das teorias sociológicas com as teorias de análise do indivíduo a partir do estudo da psicogênese e da psicanálise, pensando na correlação e influência direta do superego do indivíduo com as regras de comportamento da sociedade. A análise sociológica presente no *processo civilizador* é extremamente rica, pois leva em conta as inquietações dos indivíduos expressas nos recalques, neuroses e remorsos descritos por Freud. No entanto, na outra via, da obra de Freud analisada neste trabalho, como estudar do indivíduo e de seu superego, emergem estruturas psíquicas do indivíduo e o papel da sociedade nesse processo. Podemos falar, que além de um superego individual que funciona como um agente interno que tudo controla e censura, existe um forte elemento da cultura que determina a vida social, molda e influencia sua constituição, sob a pena de excluir de seu meio, aqueles que não acatam tais padrões. Em consequência da constante ameaça como elemento de chantagem e coerção, surge o medo de não mais receber o amor das pessoas que estão ao seu redor e o sentimento de culpe o impele quando alguma regra social é transgredida.

Referências Bibliográficas

CERTEAU, Michel de. *História e psicanálise: entre ciência e ficção*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

ECO, Umberto. *Como se faz uma tese em ciências humanas*. 1980.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

EM CURSO, Avanço de Investigação; GOIANA, Francisco Daniel Isis; PAIVA, Antônio Cristian Saraiva. “*A Teoria Social de Freud e a Sociologia Processual de Norbert Elias: Uma Relação Rizomática*.”

FREUD, Sigmund. *O mal-estar na civilização*. Rio de Janeiro: Imago, 1969.

GAY, Peter. *Freud para historiadores*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1989.

LAHIRE, Bernard. Elias, Freud e a Ciência do Homem. *Revista Pensata*, Guarulhos, v. 2, n. 1, p.202-212, 2012.

LEÃO, Andréa Borges; FARIAS, Edson. Dossiê: Reinventar Norbert Elias. *Sociedade e Estado*, v. 27, n. 3, p. 458-468, 2012.

A CONFIGURAÇÃO DO MAL NO PENSAMENTO PÓS-MODERNO

Samantha Carvalho Luz¹

Angélica Cruz Bernardo²

Resumo:

A proposta desse trabalho é analisar a notícia redigida pelo Cardeal Dom Alfredo Vicente Scherer, publicada no jornal “Voz Diocesana de Campanha” em 1974, tendo em vista os movimentos ocultistas ocorridos no Estados Unidos, os quais o Cardeal relacionava em sua publicação. Pretende-se também explicar o pensamento pós-moderno que afetará o tradicionalismo cristão, bem como fazer uma reflexão sobre a crítica do Cardeal Vicente Scherer sobre o filósofo Friedrich Wilhelm Nietzsche, cujo pensamento tem correlação com o movimento “A morte de Deus”. Foi estabelecido o período 1960-1974 para melhor visualização dessa mudança no pensamento e compreensão da mentalidade refletida na publicação do jornal.

PALAVRAS-CHAVE: Pós-moderno, Tradicionalismo Cristão, Nietzsche, Scherer, Movimento “A Morte de Deus”.

Abstract:

The purpose of this study is analyze the news written by Emperor Dom Alfredo Vicente Scherer, published in the newspaper “Voz Diocesana de Campanha” in 1974, in view of occult movements in the United States that Emperor related in his publication. It is also intended to explain the postmodern thinking that will affect the Christian traditionalism, as well as to reflect about the review of Emperor Vicente Scherer about the philosopher Friedrich Wilhelm Nietzsche, whose thought correlates with the movement "The death of God". Was established the period 1960-1974 to better visualization this change in thinking and comprehension of the mentality reflected in the newspaper publication.

KEYWORDS: Postmodern, Christian traditionalism, Nietzsche, Scherer, Movement "The death of God".

INTRODUÇÃO

Em 1964, uma época de crise política no Brasil, a ruptura democrática levou a sociedade a repensar valores, pois a crise era uma chamada para a quebra do “tradicional”. No final de março de 1964, o presidente Jango Goulart foi deposto com um golpe civil-

¹ Graduanda do curso de História pela Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG Campus Campanha. Email para contato: carvalholuzs@gmail.com

² Graduanda do curso de História pela Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG Campus Campanha. Email para contato: angel.angelicacruz@hotmail.com

militar em várias partes do Brasil. O presidente se viu obrigado a fugir para outro país, e assim se iniciou o golpe no Brasil. O golpe atingiu os mais diversos setores da sociedade na época: educação, economia, cultura, igreja e o social, causando transformações em todos estes setores.

A atuação de Vicente Scherer, após o golpe de 1964, era de propagação de ideias anticomunistas, assim como outras que se chocasse com sua perspectiva conservadora, que eram principalmente transmitidas em suas alocações no programa radiofônico “Voz de um Pastor”. Segundo Rafael Kasper, em sua tese de Mestrado intitulada “Movendo as peças do tabuleiro: a atuação de Dom Vicente Scherer à frente da Arquidiocese de Porto Alegre” (2012), diante do quadro político que se apresentava, Vicente Scherer soube articular o seu discurso perante a igreja e assim, perante a sociedade. Como era fluente nas transmissões midiáticas, não só em Porto Alegre, mas em outras demais regiões como em Minas Gerais, em 1974 Scherer redigiu no Jornal Voz Diocesana de Campanha (Minas Gerais), na qual o atual bispo era Dom Otho Motta, uma notícia intitulada: “Demônio, Possessão e Exorcismo – Uma Psicose de Nosso Tempo”.

Começa seu artigo falando do filósofo alemão F. Nietzsche, citando a frase “A morte de Deus”, cunhada pelo próprio filósofo e fazendo menção ao super homem glorioso, ao qual o próprio Nietzsche idealizava o Sobre humano, como um ser capaz de agir por si mesmo e não dependente de Deus.

Apesar da expressão “A morte de Deus” ser escrita por Nietzsche, esta ganhou forma e movimento no que viria a ser conhecido na década de 60 como “Movimento a Morte de Deus”. O movimento “a morte de Deus” se caracteriza pelo rompimento da fé do homem em Deus, ou seja, o homem irá atingir um novo estágio de pensamento se desvinculando da transcendência divina.

O ocultismo surgiu mediante essas crises “teóricas narrativas”, que estão pensando a humanidade como a ausência de Deus. Em meio a esse conturbado momento de crise de identidade, Anton Lavey fundou a primeira igreja satânica em 1966 na cidade de São Francisco da Califórnia, e, em 1969 escreveu a Bíblia Satânica com intuito de legitimar o Satanismo como religião. Nietzsche desde do século XVIII estava pensando o homem natural e escreveu “Vontade de Potência ou Além do Bem e do Mal” como uma referência ao controle individual do corpo e da vontade, o que irá colocar o homem a

pensar em si mesmo diante da natureza agindo por instinto. Somente através dessa experiência ou da sua potencialidade é que o homem diante de seus instintos escolherá sua potencialidade, ou talvez volte em um eterno retorno.

Na mesma notícia citada acima Scherer, também expunha movimentos ocultistas que eclodiam e fascinavam toda a nação, e sua preocupação demonstrada era com o perigo eminente que o movimento estava expondo seus praticantes a uma suposta ação do maligno.

A visão de Scherer era equivocada com relação a esses movimentos, pois como também os cita não poderiam provar através da ciência e do campo experimental a ação do mal, mas caberia a ele julgar a doença de Nietzsche uma ação do maligno sem a experimentação ou respaldo da ciência? O que ele estaria disposto era a legitimação do discurso tradicional, chamando a atenção de teóricos seculares e dos movimentos ocultistas que a ideologia do homem estava se corrompendo com os perigos iminentes do pensamento maligno, que simbolizava os desejos terrenos. Assim, desde o império romano a igreja tenta controlar a ação do homem sobre a carne. Scherer queria tentar preencher, ou não deixar que se fizesse um rombo na teologia tradicional que estava vinculada ao discurso cristão das elites e também das massas. A crise de teorias do século XX, crises políticas, religiosas e teológicas, se compreende através de mentalidades diferentes e que foram construídas através do quadro político social que se encontravam, mais do que um conflito de ideologias era também uma cisma da metafísica, dualidades entre o mundo físico e espiritual, e o envolvimento ou não da igreja no pensamento pós moderno.

Movimento “A Morte de Deus”

A expressão “Deus está morto” foi cunhada pelo filósofo Nietzsche em seu livro “A Gaia ciência” (NIETZSCHE,1881/82). Esta expressão daria vida ao movimento “A morte de Deus”, que teve seu estopim em 1960. Vários filósofos e teólogos se apropriaram desta expressão para poder explicar uma nova mentalidade do homem, acerca da credibilidade na presença e interferência onipotente de Deus.

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016*

Repensar a teologia em um novo contexto é aproximar sua abordagem de um novo propósito ou novo significado não só para a teologia, mas para a concepção base desses movimentos. Dessa forma era fulcral entender o homem enraizado no contexto da modernidade, e por isso entender que as novas necessidades do homem estavam implicadas com a ideia da transcendência, o homem estava posto a entender uma outra temporalidade. Nessa época houve uma gama de movimentos culturais onde o pensamento entrou em conflito com a nova produção de seu tempo, tanto material como intelectual, que era o conflito entre o espiritual e o racional, onde a transição veicularia uma nova filosofia de vida em sociedade. Conflitos entre a igreja tradicional com o pensamento tradicional e o pensamento secular envolvida com a ideia social

Ao declarar a morte de Deus o homem irá romper com a ideia de transcendência de Deus, irá se libertar de uma escravidão, e se tornará livre, não dependendo mais de uma intervenção e de uma figura de superioridade divina. Esse cisma vai desencadear consequentemente um rompimento também com a própria metafísica, se torna um homem livre dos valores absolutos e detentor do seu livre-arbítrio, pois a ideia de castigo também se extinguirá.

Deus morreu. Mas ele nasceu também. Nasceu como parte da história do homem, como símbolo que as culturas criaram para fazer sentido do seu mundo. Sua morte, portanto, é um evento, não da história dos deuses, mas da história do próprio homem. Foi o homem que mudou (ALVES, 1975: 38).

A “Morte de Deus” ocorreu com o advento da modernidade, que levaria o homem a sua completa autonomia. No domínio do campo moderno toma a frente como líder (como super homem), o mundo físico não dependerá mais do mundo ideal, a imanência não dependerá mais da transcendência. O homem mudou, ele resignificou a tradição na perspectiva de uma nova interpretação, agora ele olha ao seu redor de forma diferente.

O pensamento moderno é interpretado muitas vezes como uma “crise de identidade”, onde as formas estruturais de se pensar a sociedade estão modificando as bases tradicionais. Os embates entre o tradicionalismo cristão e o cientificismo servem como um exemplo dessas “crises” de pensamentos e assim como estes dois pólos, também a produção feita por eles podem ajudar a visualizar. Esse pensamento moderno está atrelado ao pensamento individual perante a sociedade, assim a contemplação do homem

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016*

perante a natureza evidencia o caráter a uma nova maneira de pensar. As ciências, entendida como uma forma de visualizar essa experiência com a natureza, vai inviabilizar seu auto-entendimento sobre o “eu” e sobre a sociedade.

Teóricos como Goffman estavam profundamente atentos ao modo como o "eu" é apresentado em diferentes situações sociais, e como os conflitos entre estes diferentes papéis sociais são negociados. Em um nível mais macrossociológico, Parsons estudou o "ajuste" ou complementaridade entre "o eu" e o sistema social. Não obstante, alguns críticos alegariam que a sociologia convencional mantivera algo do dualismo de Descartes, especialmente em sua tendência para construir o problema como uma relação entre duas entidades conectadas mas separadas: aqui, o "indivíduo e a sociedade (HALL, 2006:8).

O movimento “a morte de Deus” foi um estopim da transição do pensamento teológico da segunda metade do século XIX e começo do XX, os teólogos e filósofos estavam pensando na imanência de Deus e assim, tramando uma conflituosa relação com os teóricos que visavam entender Deus por meio de Cristo no Novo Testamento. Entender Deus por meio de Cristo era realizar o que chamavam de "Jesus Histórico³", ou seja, avaliar a "revelação" de Deus por meio de Cristo, um novo olhar sobre o Novo Testamento, um olhar cientificista. Estavam tentando entender Deus por meio de Jesus e assim a imanência de Deus na terra, ou seja, queriam uma comprovação de revelação de Deus em Jesus e assim, o homem entraria em uma revelação com a transcendência. Teóricos como Albert Schweitzer que dissertaram e escreveram livros como “Em sua obra monumental, A Busca do Jesus Histórico⁴ (1906)...” mas no entanto ele “...conclui que a busca havia sido um grande fracasso”. Bultmann um teólogo alemão do século XX veio em contraposição a essas idéias conseqüentes da transição do pensamento teológico do século XIX para o XX, ele em contradição com o Jesus Histórico vai usar da teoria existencialista para explicar não a “revelação de Deus”, mas antes a fé, por isso sua crítica em cima desses teóricos que buscavam através da ciência identificar o poder de Deus e “Portanto, o agir de Deus nos acontecimentos históricos não pode ser determinado através da pesquisa histórica, mas se revela apenas aos olhos da fé.” (GRENZ, Stanley J.; OLSON, Roger E., 2003:104)

³ GRENZ, Stanley J.; OLSON, Roger E. *Teologia do Século 20*. São Paulo, Editora: Cultura Cristã, 2003.

⁴ Idem.

Na década de 60 teólogos começaram a recoger a ideia de imanência de Deus a partir de modelos trabalhados pelos Neo-ortodoxos⁵ que haviam pensado na década de 20:

à medida que os teólogos mais jovens buscavam novas expressões e novas abordagens para um exercício da teologia em que a imanência de Deus pudesse mais uma vez ressurgir. 173. Gerou-se um pessimismo em relação ao século XIX e mais otimistas “em relação à experiência humana, mais abertos para celebrar a cultura secular emergente e para envolver-se com a ação política (GRENZ, Stanley J.;OLSON, 2003:173).

Esses teólogos ganharam uma expressão de anarquistas e esses movimentos tiveram como resultado uma conflituosa orientação teológico onde GRENZ e OLSON irá chamar de “modismos” . O caráter mais radical do movimento da morte de Deus se deu através do pensamento da Cristologia, pois “A graça barata refere-se àquilo que poderíamos chamar de “igrejismo”,o tipo de religião que acredita que a salvação é facilmente alcançada através da crença em doutrinas” (GRENZ, Stanley J.;OLSON, Roger, 2003:180).

Willian Hamilton foi um dos teólogos radicais do movimento “a morte de Deus”. Escreveu um livro chamado “A nova essência do Cristianismo”, em 1961, se embasando no pensamento de Nietzsche para falar sobre a Morte de Deus. Partia do pressuposto que a dominação pela transcendência divina não seria mais crível, e frisava que a doutrina Cristã deveria elidir o teocentrismo. Para Hamilton o homem moderno não via mais vantagem em crer em Deus, muito menos, em sua ajuda divina. Ou seja, o pensamento religioso ainda estava atrelado à concepção de que todo religioso deveria se voltar para o espiritual, para o metafísico, para o transcendental, esses radicais lutava para que esse pensamento se tornasse voltado ao outro ou o que os ocultistas vão falar de uma “religião do self”. Hamilton chegou ao extremo de tornando ateu e tendo como vértice de seu pensamento sempre a crítica ao pensamento teológico ortodoxo.

Para Altizer a morte de deus na verdade era a ausência de Deus, e esta proporciona ao homem uma libertação, muito mais expressivo que Hamilton. Altizer leu Nietzsche e filósofos como Hegel que foram expoentes no pensamento do século XIX, onde

⁵ Grupo de teólogos que estão pensando a imanência de Deus dentro de um grupo que está preocupado com a transcendência, esses neo-ortodoxos vão caracterizar uma continuação desse pensamento de continuidade.

influenciaram na teoria radical, onde resultou em seu livro *Teologia Radical* e a morte de Deus. A teoria da secularização era repensada por alguns teólogos que já não concebiam uma religião dogmática na metafísica, mas uma teoria onde o centro de reflexões estaria na ação social. Essas teorias vão ser condenadas pelos concílios que vão acontecer, sobretudo no Concílio Vaticano segundo, ao qual começa com o Papa João XXIII em 1959 e depois quem sucede é o Papa Paulo VI, que condena esse teóricos da secularização que também irá se configurar em um outro movimento chamado teoria da libertação. No Brasil a configuração política estruturada no golpe civil militar e na qual em Porto Alegre o bispado e alguns padres apoiaram o golpe, irá separar o clero entre aqueles da teoria da libertação e o clero tradicionalista.

Nietzsche

Friedrich Wilhelm Nietzsche foi o maior expoente filosófico do século XIX, nasceu em 15 de outubro de 1844 na cidade Rocken na Alemanha. De família com raízes protestantes, tinha desejo de ser pastor, e quando criança era chamado de “pequeno pastor”. Foi no meio acadêmico que começou a interpelar os ensinamentos cristãos e se dissociar do cristianismo. Mais tarde o ateísmo de Schopenhauer⁶ irá chamar atenção, e também crescerá uma admiração pelo trabalho do compositor Richard Wagner⁷. Na verdade Nietzsche não se refere a uma morte propriamente dita de Deus, mas ao seu rompimento com Deus alimentado pela fé Crista e põe em dúvida os valores morais impostos por esta religião, este rompimento também resulta uma ruptura com a própria metafísica. Assim anunciando a morte de Deus o homem atingiria o grau da Vontade de Potência se viria livre de um dogmatismo moral subordinado a um Ser transcendente (Deus) se elevando ao patamar de Super-Homem. Esse super homem se torna adepto dos valores da vida, que não existiam quando o homem estava sobre coerção do cristianismo. A religião para Nietzsche era um sistema que prendia o homem, ou domava o homem, e assim passava a não mais ter vontade própria ele começava agir da maneira com que outros queriam. Ele também irá criticar o “fator histórico” dizendo que o homem está

⁶ Schopenhauer concebia a vontade humana parte da realidade vital do psicológico.

⁷ Giacóia em “Um encontro com Friedrich Nietzsche” vai falar de certa decepção com a falsa intenção do compositor em “pleitear um projeto imaginado”.

sempre precisando de uma desculpa ou uma concepção para justificar a situação em que se encontra e o homem usa-se da história para justificar a sua situação. Para Nietzsche adotar o modo dos gregos que :

É o mesmo paralelo traçado entre logos e Eros, sendo que segundo Nietzsche, nos antigos gregos o que havia era o domínio da vontade, ou seja, do espírito dionisíaco, somente superado após Sócrates e a instituição de uma moral contrária à plena realização do homem. Tal moral se perpetua até os dias atuais, em grande parte assumida pelos preceitos da igreja (FILHO; SANTOS, 2010:2).

Nietzsche não concorda e faz duras críticas a “adaptação de condições internas aos externos” e que a metafísica passa a ser “uma estrutura moral vigorante (...) em conceitos e definições extra humanos”. A expressão a morte de Deus para Nietzsche seria então “uma expressão simbólica do desaparecimento desse horizonte metafísico baseado na oposição entre aparência e realidade, verdade e falsidade, bem e mal...”. Então para ele tudo que era imposto de uma forma dominante e que inibisse a vontade do homem, era uma forma prejudicial a sua vontade, ao seu instinto, sumir com essa realidade era libertar o homem de toda a transcendentalidade que coloca o homem na mão de uma força tradicional sustentada pela história de uma instituição.

De pensamento racionalista, Nietzsche vai romper com a ideia de metafísica e para ele o cristianismo virá a ser a religião dos fracos e oprimidos sustentada por uma ideia de *decadence*. Em seu livro o “Anticristo” Nietzsche faz uma análise fria e aguçada do cristianismo, sendo alvo de injúrias e preconceitos dos cristãos. A palavra “anticristo” em alemão pode significar tanto “anticristo” como “anticristão”, e em seu livro ele se atenta para ideia que o único e verdadeiro cristão morreu na cruz, e que seus seguidores somente deturpam seus verdadeiros ideais e não conseguem seguir seus ensinamentos. “Já a palavra “cristianismo” é uma mal-entendido – no fundo, houve apenas um cristão, e esse morreu na cruz. O “evangelho” morreu na cruz.” (NIETZSCHE, 2016:71).

No livro *Gaia a Ciência* Nietzsche lança o aforismo que anunciará a “Morte de Deus” onde um louco sai ao mercado perguntando sobre o paradeiro de Deus e encontrando várias pessoas que não tinham fé em Deus foi alvo de deboche e chacota. Logo após ele faz uma revelação intrépida que Deus está morto e que todos que estavam ali eram seus assassinos.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

O anúncio da morte de Deus culminaria no fim da era cristã e seria o estopim para a era do homem, ou do super-homem. Na verdade Nietzsche não se refere a uma morte propriamente dita de Deus, mas ao seu rompimento com Deus alimentado pela fé Cristã e põe em dúvida os valores morais impostos por esta religião, este rompimento também resulta uma ruptura com a própria metafísica. Assim anunciando a morte de Deus o homem atingiria o grau da vontade de potência se viria livre de um dogmatismo moral subordinado a um Ser transcendente (Deus) se elevando ao patamar de Super-Homem. Esse super homem se torna adepto dos valores da vida, que não existiam quando o homem estava sobre coerção do cristianismo.

“Demônio, Possessão e Exorcismo – Uma Psicose de Nosso Tempo” Jornal Voz Diocesana de Campanha de 1974.

Alfredo Vicente Scherer era de descendência alemã, nasceu em 1903 na cidade de Bom Princípio, já pequeno entrou na escola paroquial para estudos. Depois veio a formação de padre que o levou a ser secretário de um dos expoentes do ultramontanismo no Rio Grande do Sul Dom Becker. Segundo Rafael Kasper em sua tese de mestrado Vicente teria sido enviado por Dom Becker ao Rio de Janeiro como “sendo capelão militar das tropas de Getulio Dorneles Vargas, que havia tomado o poder político nas mãos da elite paulista, e restaurado, mesmo de forma subterrânea, a aliança entre igreja e estado” (KASPER, 2012:9). Em sua tese defende que Vicente Scherer foi um jogador hábil e sagaz no jogo político, sua relação com a política era em aproveitamento da igreja o que em cargo do bispado de Porto Alegre onde o Papa Paulo VI ordenou Cardeal em 1969. Nutriu um sentimento anticomunismo e seu conservadorismo o fez tomar decisões que tirassem a ordem da igreja, como a teoria da libertação onde alguns clérigos estavam pensando em tomar posições mais sociais e foi com o Concílio Vaticano II o marco para reajustar às instituições a demanda da modernidade.

Scherer foi ativo também nos meios de comunicação, como jornais e rádios, assim também estava a favor do poder de atuação da igreja, apesar de atuar contra o comunismo resolveu prestar apoio a Brizola. A igreja precisava se reorganizar depois do Concílio Vaticano II, seu interesse pelas ações sociais fazia-se que inclusive desrespeitasse os

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
 “O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
 Juiz de Fora, 2017, 1554p.
 ISSN: 2317-0468
 17 a 21 de outubro de 2016*

militares e escrevendo “que estão privados do mínimo bem-estar vital e as estruturas opressoras oriundas do abuso de posse e do poder, da exploração dos trabalhadores e da injustiça das transições”.

Scherer já articulava contra o comunismo antes do golpe, porém em 1966, durante seu programa “A voz de um pastor”, ele deu uma declaração onde se atenta mais para o lado social, ao afirmar “Não é só com armas que se vence o comunismo, é preciso organização social, é preciso pão na mesa.” (FGV)

Com uma atitude mais radical Scherer não conseguiria jogar ao lado dos poderes político, eclesiástico e social, sua atitude deveria ser mais balanceada, o que comprova isso que Scherer vai vir a condenar a participação de religiosos em política.

Em 1974 o Cardeal Scherer fez uma publicação polêmica no Jornal Voz Diocesana de Campanha onde ele começa fazendo uma crítica ao filósofo Nietzsche e a expressão de maior impacto Nietzscheiana “A morte de Deus”, dando uma ênfase contra os movimentos de ocultismo. A publicação foi intitulada “Demônio, possessão, exorcismo – Uma psicose do nosso tempo”.

No subtítulo “A morte e o enterro do diabo” Scherer dá entrada a suas críticas ao filósofo alemão Nietzsche, onde o chama de infeliz e se vangloria pela demência do filósofo que ocorreu no ano de 1900.

O filósofo Nietzsche, possuído de orgulho delirante, cunhou a frase da <<morte de Deus>> . Fez ele também com alguma coerência, apologia do <<super homem >> glorioso, soberano e dominador, como ele mesmo se considerava. O infeliz terminou a vida envolto na escuridão da demência (SCHERER,1974).

Scherer ainda se atenta para o número de livros, artigos de jornais e revistas que foram lançados trazendo ao conhecimento do público o movimento “A morte de Deus”. O cardeal ainda alega que os líderes do movimento conseguiram um período rápido de reconhecimento: “teólogos não católicos conseguiram seu período de fugaz notoriedade”.

Em suas palavras ridiculariza morte de Nietzsche:

Chegou a vez do demônio. A notícia de sua morte e o convite para o enterro aparecem sem cessar nas páginas de autores racionalistas e descrentes do último século. É um prato bem saboroso bem aproveitado para ridicularizar a crença em sua existência e ação do mundo. Trata-se evidentemente, de um

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016*

assunto que ultrapassa o campo da verificação experimental e da pesquisa própria das ciências humanas. Mas o príncipe das trevas teima em reaparecer. Desmente os negadores de sua presença indesejada (SCHERER, 1974).

Nota-se na postura do cardeal uma exacerbada preocupação com os impactos da ideia de Nietzsche sobre a modernidade. O pensamento de Nietzsche atacava diretamente a igreja católica, em seu livro o “Anticristo” faz apologia a ideia do sobre humano apoiado em suas vontades, ao ver da igreja esse seria um movimento que deslegitimasse o tradicionalismo cristão apoiado e sustentado pelo fundamentalismo histórico. E no seu livro “Gaia a Ciência” seu aforismo sobre a morte de deus evidência não somente o rompimento com Deus que também significaria o esfacelamento do cristianismo visto que esta postura os ideais, dogmatismo e tradicionalismo da igreja estavam ameaçados. O aforismo de Nietzsche sobre a morte metafísica não é nada mais do que os filósofos iluministas tentaram e a se voltar aos gregos onde se pode ver um pensamento natural do homem sem o ensejo de poder desumano da qual os interesses políticos passasse por cima das camadas sociais. Pode-se dizer que Nietzsche trajou a humanidade aquilo que já era se esperado na modernidade.

Com ideais libertários esses movimentos surgem aos olhos da igreja como um movimento de revolução onde temem que a ideia comum de libertação da igreja com os seus fiéis e mais que esses pensamentos afetem mais clérigos possíveis. Pois, com a participação e a adesão deles estariam promovendo uma instituição sem onde pudessem coordenar, uma instituição secular que viria sobre a forma do maligno instituindo voz sobre o domínio da igreja que é o homem.

Scherer no subtítulo “A volta de Satanás” faz referência a uma publicação feita pela revista TIME em 19 de junho de 1972, cujo a capa tem a imagem de um demônio e a edição foi intitulada “A volta de satanás”. Na publicação da revista trazia a notícia da fascinação por elementos ocultistas que estavam em alta na população. E em 1966 houve a fundação da igreja satânica por Anton Lavey onde conseguiu mais de 1000 seguidores em todo o país.

Ao longo da notícia Scherer se mostra bem informado, além de saber o que acontecia em seu país, se atentava também para acontecimentos fora do país e que teriam repercussão mundial. Se intuito era, portanto, ter mais argumentos para embasar sua tese e conseguir articular sua fala afim de convencer os cristãos. Em sua publicação há várias

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
 “O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
 Juiz de Fora, 2017, 1554p.
 ISSN: 2317-0468
 17 a 21 de outubro de 2016*

alocações do papa mostrando o perigo destes acontecimentos que, para ele significavam a ação do espírito maligno sobre o advento dos fatos ocultos da modernidade:

O papa em 15 de fevereiro de 1972 fez uma alocução ou catequese sobre o demônio. Teve repercussão mundial. A doutrina clara e firme do Santo padre pode resumir-se na seguinte passagem: ‘ Nós sabemos que este ser mesquinho e perturbador existe realmente e que ele ainda age com astúcia traiçoeira: é o inimigo oculto que semeia ervas e desgraça na história humana (SCHERER, 1974).

Scherer faz menção ao filme Exorcista de 1973 onde teve grande repercussão e audiência, para ele as pessoas estavam sendo ovelhas rebeldes que tomavam outro rumo fora da igreja e que pra ela “as ideias e a crença do povo sobre a realidade e as insídias do demônio tiveram a explícita aprovação de Jesus em numerosas ocasiões e em sua palavra se firmam toda a fé cristã e todo o ensinamento da igreja” (SCHERER, 1974)

Se Deus morresse para o homem a igreja já não seria mais sustentável e o homem também iria morrer como filho de Deus e renascer como fruto da modernidade e que mais do que tentar provar a existência do demônio no pensamento popular ele irá se propor tornar real as relações onde o mal existe e:

a possessão de pessoas pelo demônio é um fato possível mas sem dúvida extremamente extraordinário e raro. Muitos fenômenos, insólitos e incompreensíveis na aparência, que antigamente se atribuíam a maquinações do demônio, hoje se explicam perfeitamente como criações da imaginação, vulgares supertições ou efeito normal de energias e qualidades ainda pouco conhecidas do psiquismo humano, histeria ou enfermidade mentais (SCHERER, 1974).

Mas, contudo, o que estava no cerne de seu pensamento era a provocação que os cristãos descartassem o imaginário medieval das representações do mal, para se observar que o mal estava configurado num pensamento moderno que estava se dirigindo ao pensamento sem Deus e que essa seria sua atuação, o mal estava oculto na negação da igreja, na negação de Deus, pois como citou Scherer "Baidelaire coloca nos lábios de um pecador: 'Meus irmãos a mais perfeita artimanha do demônio é persuadir-nos de que ele não existe."

O demônio é aquele que causa o caos, senão a origem de todo caos, a desordem do mundo natural, então estes movimentos tem ação personificada no demônio, pois logo

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

eles também tentam causar a desordem e o caos sobre a ideologia das antigas instituições (igreja), para tentar colocar uma nova ordem mundial, assim estes movimentos tem a ação do mal e do maligno.

Os demônios ou espíritos maus valem-se de agentes naturais para levar ao mal e <<perder as almas>> , como se diz em bela e conhecida oração de S. Miguel. Mas é um inimigo, um adversário, que tem influência e o poder limitados e condicionados em virtude da redenção de Cristo que <<lançou fora o príncipe deste mundo>> (SCHERER,1974)

Assim Nietzsche foi o mal do século XX para os teólogos e conservadores, ele escreve um poema dedicando aquelas pessoas que o interpretam errado chamando de Almas Incertas.

Quero uma alma de morte
 A estas almas incertas.
 Tortura-as a honra que vos fazem,
 Pesam-lhes, dão lhe vergonha os seus louvores.
 Porque não vivo
 Preso à sua trela.
 Saúdam-me com um olhar agridoce.
 Onde passa uma inveja sem esperança.

Ah! Porque não me amaldiçoam!
 Porque não me viram francamente as costas!
 Aqueles olhos suplicantes e extraviados
 Hão-de enganar-se sempre a meu respeito.

Friedrich Wilhelm Nietzsche – A Gaia Ciência escrita entre os anos de 1881 e 1887.

Considerações Finais

O processo racionalista do século XX foi marcado por ideais libertários de um novo pensamento, refletindo-se em ideias liberais e movimentos pós modernistas. Esta mudança ocasionou uma nova perspectiva sobre o ideal Cristão e também a ideias ocultista e movimentos reacionários, que de certa forma feria os ideais ultramontanos e conservadores da Igreja quebrando o vínculo com o tradicionalismo empregado pela igreja católica que estava se reestruturando em sua base social.

A preocupação não era somente local. Com o estabelecimento da nova ordem social, a preocupação do Pontífice Romano com seu rebanho era grande, pois precisava reestretar e recuperar laços que de certa forma estavam dando abertura a movimentos maçons, protestantes, ocultistas etc. Estes eram contrários à doutrinação dogmática do Pontificado Romano.

Enfim os movimentos que cercaram estes acontecimentos tiveram incumbência em uma nova ordem social e cultural, e a Igreja ao longo do tempo teve que reajustar seu dogmatismo moral para que não houvesse dissipação de fiéis. A condenação de Vicente Scherer perante Nietzsche e sua imagem de não só foi uma abordagem contra o pensamento racional dele, mas também uma forma de encerrar todo o movimento pós-moderno do século XX. Mais do que movimentos que encararam a pós-modernidade como um advento do pensamento humanista e existencialista, ainda continua a velha procedência desde Nietzsche quando rompe com toda a metafísica e inaugura o homem.

Referências Bibliográficas:

ALVES, Rubem. **O enigma da religião**. 2ª Ed. Petrópolis, RJ: Editora VOZES, 1975.

FILHO, José Reinaldo Felipe Martins; SANTOS, Maria da Conceição Rodrigues. **Um Encontro com Friedrich Nietzsche**, promovido pela ESE João de Deus. Lisboa Portugal, 2010, Anais II Congresso Internacional de Gerontologia e Geriatria. Acesso em: < http://www.psicologia.pt/artigos/ver_artigo.php?codigo=A0548> Acesso em: 18 ago. 2016.

GRENZ, Stanley J.; OLSON, Roger E. **Teologia do Século 20**. São Paulo, Editora: Cultura Cristã, 2003.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**, DP&A Editora, 1ª edição em 1992, Rio de Janeiro, 11ª edição em 2006, 102 páginas, tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro.

Disponível em: <<https://www.passeidireto.com/arquivo/1087808/identidade-cultural-e-pos-modernidade---stuart-hall>> Acesso em: 23 set. 2016.

KASPER, Rafael. **Movendo as peças do tabuleiro: a atuação de Dom Vicente Scherer à frente da Arquidiocese de Porto Alegre (1961-1981)**, 2012. 117f. Dissertação (Mestre em História), Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos, São Leopoldo, 2012.

Disponível em:

<<http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/4413/45b.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em: 08 jun. 2016.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **O anticristo**. Tradução de Renato Zwick. Porto Alegre, RS:L&PM POCKET, 2016.

Fontes:

Biografia de Alfredo Vicente Scherer. Elaborado pela FGV e disponível em:

<<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/alfredo-vice-scherer>>

Acesso em: 26 jun. 2016.

“Demônio, possessão, exorcismo – uma psicose do nosso tempo.” publicada no Jornal Voz Diocesana, 10 de agosto de 1974, Campanha: Minas Gerais.

A Igreja no Centenário da Independência: uma análise da Carta Pastoral do Episcopado Brasileiro

José Leandro Peters¹

Resumo:

Neste artigo analiso a *Carta Pastoral do Episcopado Brasileiro ao clero e aos fiéis de suas dioceses por ocasião do Centenário da Independência* (1922). O referido documento constitui-se em uma longa análise da história do Brasil feita pela Igreja e apresentada em forma de carta ao clero e ao povo com o objetivo de afirmar oficialmente uma determinada leitura da história do Brasil. Ao longo do trabalho procuro compreender qual foi a história que a igreja procurou afirmar como oficial para a nação brasileira e como os membros da própria Igreja enquadraram a instituição nessa narrativa. Compreendo que essa carta pastoral é um documento chave para entender a forma como pensava e agia a alta hierarquia da Igreja Católica no Brasil ao longo da Primeira República, uma vez que ele foi escrito por uma das maiores autoridades da Igreja no Brasil, o cardeal Joaquim Arcoverde, que além de cardeal era um dos mais influentes católicos entre o corpo eclesiástico do Brasil. Sua análise permite acessar a forma como eles pretendiam que a Igreja fosse interpretada nessa história e qual a religiosidade que se pretende ver manifestada pelo povo.

Palavras-chave: Carta pastoral. História do Brasil. Centenário da Independência.

Abstract:

In this paper I analyze the *Pastoral Letter of Brazilian Bishops the clergy and the faithful of their dioceses on the occasion of the Centenary of Independence* (1922). The document is constituted in a long analysis of Brazilian history made by the Church and presented in form of letter to the clergy and people with the aim of informing officially one of Brazilian history reading. In paper I want to understand what was the history of the Church wanted to say as an officer for the Brazilian nation and as members of the Church itself falls within the institution in this narrative. I understand that this pastoral letter is a key document to understand how thought and acted the high hierarchy of the Catholic Church in Brazil during the First Republic, because it was written by one of the largest church authorities in Brazil, Cardinal Joaquim Arcoverde, that besides cardinal was one of the most influential Catholics among the ecclesiastical body Brazil. The chart analysis allows access to how they wanted the Church to be interpreted in this story and what religion you want to watch manifested by the people.

Keywords: Pastoral Letter. History of Brazil. Centennial of Independence.

¹ Mestre e doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Bolsista Capes/Cnpq. Email: joseleandropeters@yahoo.com.br.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
 ISSN: 2317-0468
 17 a 21 de outubro de 2016

Introdução:

Nas cercanias de 1922 houve, no Brasil, uma expressiva movimentação em torno da construção e recuperação de uma memória nacional. Naquele ano comemoraram-se os cem anos de independência do Brasil e diversos eventos e movimentos políticos e sócio-culturais se colocaram a pensar a história e a identidade do país. Entre os eventos ocorridos nesse ano ganharam destaque na historiografia a Exposição Internacional do Centenário da Independência do Brasil e a Semana de Arte Moderna. Os dois eventos propuseram um duplo movimento em torno da memória: um que afirmava a identidade brasileira a partir do modelo eurocêntrico, valorizando padrões artístico-culturais europeus, tomando a fauna, a flora e os nativos como símbolos nacionais e outro que propunha novas formas de se pensar o Brasil, indo em busca de uma identidade essencialmente brasileira. Essa conjuntura teve repercussão direta nos estudos sociológicos e históricos dos anos posteriores, quando intelectuais como Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda elaboraram estudos da sociedade em que buscaram ressaltar a participação de europeus, indígenas e africanos na construção do país.

A Carta Pastoral do Episcopado Brasileiro ao Clero e aos fiéis de suas dioceses por ocasião do Centenário da Independência – 1922 insere-se nesse contexto de construção e afirmação de uma memória nacional. No caso específico desse documento, há o esforço de enquadrar uma memória em que a Igreja Católica figure como protagonista na construção da nação brasileira. O referido documento, publicado em junho de 1922, foi escrito propositalmente em comemoração ao centenário da Independência do Brasil, tal como foram projetados a Exposição do Centenário e a Semana de Arte de 1922. A carta foi escrita pela alta hierarquia da Igreja Católica no Brasil – segue assinada pelo Cardeal D. Antônio Joaquim Arcoverde e por todos os arcebispos e bispos brasileiros – com o objetivo de expressar a leitura oficial da instituição sobre a história da nação brasileira. Esperava-se que esse documento circulasse pelas paróquias brasileiras e apresentasse essa memória a todo o corpo eclesiástico, bem como aos fiéis que frequentavam as igrejas, uma vez que em meio a carta recomenda-se que se fizesse a leitura dela durante as missas, de modo que até o final daquele ano o teor da carta fosse conhecido em sua totalidade pelos católicos brasileiros.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

O documento é extenso, cerca de 130 páginas, e carregado de informações e reflexões de grande importância para a compreensão da Igreja e do pensamento católico do período. Em função do tempo e espaço disponível para esse trabalho, faço uma análise superficial dessa carta pastoral, uma vez que o objetivo central nesse momento é apresentar o documento e entender qual identidade da nação brasileira que a Igreja se preocupou em afirmar nesse momento, e como os membros da instituição a enquadraram nessa proposição de memória nacional.

Percebo que a carta pastoral aborda questões relevantes para a Igreja em três temporalidades distintas: passado, presente e futuro. E é sobre essa tríade que pretendo desenvolver esse trabalho. No primeiro momento quero analisar qual memória do passado é evocada no documento e como ele enquadra a atuação da Igreja nesse histórico produzido para afirmar a identidade do brasileiro. Em um segundo momento, procuro perceber no documento os desafios do presente vivido pela instituição e como os homens que escreveram a carta se posicionaram sobre os assuntos tratados. Por último, faço um esforço para perceber qual futuro a alta hierarquia da Igreja projeta para a instituição e para a sociedade brasileira.

1- Passado: qual foi o papel desempenhado pela Igreja na história do país?

De início, é importante compreender qual a visão de história que o documento toma como condutora da análise, uma vez que esse é um fator que define a forma como o conteúdo será trabalhado. Sobre esse ponto, logo nos primeiros parágrafos fica claro que os seus autores compreendem o devir histórico como resultado da vontade e interferência divina, afirmam no documento: “Louvores à divina Providencia que em nosso proveito dispoz os acontecimentos, pois nenhum deles entra às cegas ou por acaso no tecido da história humana”.² Por essa passagem, compreende-se que, para os autores da carta, a história é o resultado da manifestação divina e não da ação direta do homem. Segundo essa concepção, todas as ações humanas resultam da interferência direta de Deus e não da vontade humana; o homem não pensa e age por conta própria, ele é movido pela

² CARTA PASTORAL DO EPISCOPADO BRASILEIRO AO CLERO E AOS FIÉIS DE SUAS DIOCESES POR OCASIÃO DO CENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA – 1922. Rio de Janeiro: Pap. E Typ. Marques, Araujo e C., 1922. P. 3.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
 “O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
 Juiz de Fora, 2017, 1554p.
 ISSN: 2317-0468
 17 a 21 de outubro de 2016

manifestação divina em sua consciência que, por sua vez, determina as suas ações. Dentro desses preceitos, não há liberdade ao homem, todas as suas ações são o resultado da vontade divina e não de suas experiências e expectativas. Por essa leitura, a Igreja, na sua função de porta voz de Deus na terra, seria a principal instituição no controle e interpretação dos eventos históricos. O que traz duas possíveis implicações para o enquadramento da memória nacional: a Igreja passa a ser vista como a única instituição capaz de acessar e interpretar de modo efetivo a história e, da Igreja depende todos os grandes eventos que marcam a história da nação.

Começamos analisando como o documento compreende o processo de independência do país. Ele defende que a independência foi fruto de uma insatisfação do Brasil para com a situação de inferioridade e submissão a Portugal. Argumenta que: “o nosso estremecido Brasil, cançado de servidão, ansioso de vida própria, num porvir todo novo, conseguiu, após mui suados esforços, quebrar os grilhões coloniaes e cingir a fronte com a coroa de Nação livre e soberana”.³ Percebe-se que ele trabalha com a ideia de um sentimento de insatisfação para com o julgo a Portugal e não com um sentimento patriótico que motiva o processo independentista. A independência é fruto de uma revolta do Brasil contra a opressão portuguesa e não de um sentimento nativista que motiva um conflito em prol da liberdade. A nação sucede à independência e não o contrário. É o que leva a concluir frases do tipo “o amanhecer de nossa vida nacional” ao se referir ao momento exato da independência e “para offerecer á sociedade hodierna e aos porvindoiros lições vivas de acendrado patriotismo”, quando o clero manifesta um dos objetivos do documento. No caso da primeira frase, entende-se que a nacionalidade só é despertada com a independência, ela não a antecede e no caso da segunda, subentende-se que ainda em 1922 fazia-se necessário oferecer à sociedade elementos que ajudassem no reforço ao sentimento patriótico.

O único valor nacional que se considera como firme e atuante no Brasil antes de 1822 é o religioso. Esse é ressaltado em vários momentos ao longo do texto. O catolicismo é tomado como o fator aglutinador da sociedade brasileira, em torno do qual se reforçaram laços identitários associando a ele elementos típicos da natureza e da sociedade. Procura-se associar religião e nação desde a narrativa dos primeiros eventos históricos brasileiros

³ *Ibidem*, p. 3.

até às expectativas para o período posterior a 1822. Já no relato da Primeira Missa, fazem-se associações que buscam descrever a Igreja como a mãe do sentimento patriótico brasileiro. O documento afirma que o elemento que marcou a chegada de Portugal no Brasil foi uma cruz e ela fora “feita de madeira das soberbas florestas de nossa terra!”⁴ Afirma-se com essa narrativa que “a Elle, pois, pertence desde a sua origem a *Terra de Santa Cruz*”.⁵ O texto está longe de querer traçar a gestação e o amadurecimento de uma nacionalidade brasileira, ele se coloca na defesa da Igreja Católica como o elemento primordial ao país. Sentir-se brasileiro, seria sentir-se católico.

Formando crentes, diz o Padre Didon, formamos patriotas; armando a razão de nossos discípulos com robustas convicções, preparando homens de acção, de espírito recto, capazes de toda iniciativa e promptos para todas as fadigas, inimigos de toda baixaza e mentira, ensinando-os, em nome de Deus e da religião, a não obedecerem sinão á consciência, a terem na mais alta estima a dedicação e o sacrificio, formando caracteres, certos estamos que ao paiz daremos almas marciaes, chefes experimentados, servos promptos a todo appello da pátria. O verdadeiro patriota quer a nação uma e forte, elle arde no zelo da liberdade dos outros como no da sua própria independência.⁶

No trecho citado fica claro que concebe-se como nacionalista o indivíduo doutrinado pela Igreja. O brasileiro desejado é indivíduo católico que comunga dos valores culturais europeus e não desponta como um insurgente. O patriota é um indivíduo civilizado, pacífico e católico. Esse fora forjado pela própria Igreja no Novo Mundo através da entrada do português, essencialmente católico, da cristianização dos índios pelos jesuítas e da conversão dos africanos. Para os autores da carta foi a Igreja que conservou o patriotismo antes do processo de independência, ela foi o elemento solidificador da sociedade brasileira, responsável pela conservação da unidade político-cultural do território e não o Estado. A esse coube a tarefa de construir a ideia política de Estado Nação no pós-independência.

Em nenhum momento o documento se refere ao termo “povo brasileiro”. Não posso precisar se a alta hierarquia da Igreja excluiu o termo de modo proposital a fim de reconhecer que o povo não participou do processo, conforme importantes estudos sobre o período afirmam, penso que a ausência do termo não pode ser utilizada como indício

⁴ *Ibidem*, p. 5.

⁵ *Ibidem*, p. 5.

⁶ *Ibidem*, p. 11.

desse pensamento. Talvez quando utilizou o termo “Brasil” como sujeito mor da independência, esses religiosos englobaram todos aqueles que viviam no país: membros da elite e das classes inferiores, projetando a ideia de que houve uma união dos grupos sociais no momento da independência, mas é possível também que o termo “Brasil”, amplamente utilizado, refira-se a uma estrutura política atuante no país e que essa tenha sido responsável por tal processo.

Há nesse documento um esforço imenso do prelado em afirmar que o Brasil só existe como tal em função da intervenção direta de Deus e da Igreja. Defende-se que a “descoberta” e conquista do território ocorreu sob os desígnios divinos. Cabral navegou iluminado por Deus e sua nau foi conduzida ao Novo Mundo por mãos divinas.

Antes de partir mar em fóra, deixando águas do Tejo, a poderosa armada que de Portugal ia para o Oriente e, por divina disposição, devia ancorar em nova terra, Terra da Vera Cruz, hoje Brasil, uma solemne festa religiosa implorou a proteção de Deus para a importante missão.

Após a audição da missa e do sermão pregado pelo Bispo de Ceuta, perante o rei D. Manoel, todos os grandes da sua côrte, Pedro Alvares Cabral e seus companheiros, foi bento o chapéu oferecido pelo Santo Padre e collocado pelo Rei na cabeça do illustre Capitão Mor, a quem o mesmo Rei entregou a bandeira da Cruz da Ordem de Christo. Assim, Rei e povo, homens de vontade sã, confessando que do céu esperavam todos os benefícios, bem se apercebiam, sem que o soubessem, para um raríssimo, como era o descobrimento desse portentoso Brasil e sua conquista para a fé verdadeira.⁷ (Grifos meus).

As passagens destacadas no texto dão um tom místico para a narrativa da conquista do Brasil. Pela narrativa constituiu-se uma memória que afirma ser o descobrimento e dominação do Brasil um processo controlado por Deus, “por divina disposição”. A chegada de Cabral à Terra de Vera Cruz não é o resultado do acaso ou de projetos políticos, mas da interferência divina. A Igreja desempenha assim um papel atuante no processo, uma vez que é ela a instituição que detém o poder de representação de Deus na terra, o que também é ressaltado no texto. O chapéu abençoado pela papa e colocado sobre a cabeça de Cabral ilumina a sua mente e visão, abrindo horizontes para que ele descortine o Novo Mundo para os cristãos. Pela narrativa, a missão de Cabral parece muito mais religiosa que política e econômica: a ele cabe a tarefa de levar a verdadeira fé aos infiéis. No discurso construído pela alta hierarquia da Igreja afirma-se

⁷ *Ibidem*, p. 4.

que Deus desejou que o Brasil fosse colonizado pelos portugueses e com a interferência direta da Igreja, determinou a descoberta e a conquista do território. Ao ler essas memórias construídas, concluo que a Igreja quer afirmar que o Brasil pertence a Deus, e como a Igreja Católica considera-se como a detentora da verdadeira fé, por essa narrativa somos levados a concluir que o Brasil deve toda a sua trajetória à Igreja Católica, pertence a ela.

Na tentativa de afirmar essa visão, o documento se esforça por apresentar os padres jesuítas como os heróis e mártires da nação brasileira. Considera que foram eles os responsáveis pela civilização dos Brasil. Ao promoverem a educação e a cristianização dos nativos eles permitiram a formação dos verdadeiros patriotas, aqueles que perseguindo os valores culturais e religiosos europeus se mostraram subordinados às ordens dos colonizadores. “O elemento moral dessa sociedade... Foi a Companhia de Jesus”, afirma o documento.⁸ Ao mesmo tempo em que faziam o bem ao Brasil, esses padres sofriam com a estada em uma terra desconhecida, repleta de perigos e incertezas por todos os lados, alguns inclusive foram devorados pelos canibais infieis dessa terra. Mas, mesmo com todas essas incertezas, esses padres não deixavam de atuar como defensores dos indígenas contra o autoritarismo e a ganância dos colonizadores. Aqui reside a tentativa de afirmar a imagem dos jesuítas como heróis nacionais: eles foram os primeiros a defenderem os nativos, mesmo sendo devorado por esses. Na memória histórica da nação brasileira afirmada pela Igreja o herói está longe de ser Tiradentes ou D. Pedro I, ele é um grupo de religiosos que defendeu a verdadeira fé e a liberdade dos nativos contra o autoritarismo dos portugueses, ao mesmo tempo em que contribuía para a afirmação da imagem de Deus e da doutrina na Igreja Católica.

Com esse discurso, a Igreja se coloca como a protetora dos indígenas que, em 1922, eram tomados como símbolos maiores da nação tropical. Ampara-se na bula papal *Veritas ipsa* de 1537 para afirmar que a Igreja foi uma das mais atuantes defensoras dos direitos dos indígenas, considerando que “os índios tinham todo o direito à sua liberdade, da qual não podiam, nem deviam ser privados e tão pouco do domínio de seus bens”.⁹ Com esse discurso procurou-se fincar as raízes da Igreja na memória nacional brasileira,

⁸ *Ibidem*, p. 8

⁹ *Ibidem*, p. 9.

compreendendo-a como a primeira instituição a se preocupar com o bem estar e os direitos dos brasileiros.

Afora o processo de conquista, o documento destaca o papel de variados membros da instituição em momentos decisivos da história brasileira, evitando o desmembramento do território, ou a subjugação por outro Estado que não Portugal. Recorda, por exemplo, a atuação decisiva de Nóbrega e Anchieta aconselhando os guerreiros e “reclamando a Mem de Sá reforços de naus e homens” para a expulsão dos franceses do Brasil no século XVI e o desempenho do padre Antônio Vieira na guerra contra os holandeses no século XVII. A narrativa destaca ainda o papel da Igreja no desbravamento dos sertões brasileiros contando não só com os jesuítas nos séculos XVI e XVII, como também com padres seculares e missionários que acompanharam o movimento das Bandeiras no século XVIII.

Outros momentos em que se ratifica a atuação da Igreja, são: 1- o Fico de D. Pedro I, em que se afirma que o Bispo de São Paulo e o clero do país se juntaram ao jovem príncipe no movimento de contrariar as ordens de retorno de D. João VI. 2- A Inconfidência Mineira, em que se afirma que cerca de cinco membros da Igreja atuaram no movimento em prol da aceleração da independência. A Igreja atuou também no amparo à Tiradentes em seu cadafalso, o qual morreu como religioso, temente a Deus e à Igreja. 3- Nas revoltas do período regencial, entre as quais destaca a Cabanagem, quando padres e bispos atuaram retoricamente em auxílio às forças do Estado para garantir a vitória do governo central e a unidade do Império. 4- A Guerra do Paraguai, em que se podiam perceber homens de fé na posição de generais, os quais foram agraciados por Deus com a vitória no conflito.

De todos esses argumentos, parece que a narrativa da Igreja propõe uma memória de Brasil em que se afirma que o brasileiro é resultado direto da manifestação divina. O brasileiro é de Deus, e não o contrário. O clero se esforça por mostrar que em todos os grandes eventos históricos que afirma a identidade e unidade do Brasil a Igreja esteve atuante como protagonista e não como coadjuvante. Portanto, dar vivas à pátria era dar vivas também à Igreja Católica. É essa memória nacional que a Igreja quer instituir na década de 1920, uma ideia de nacionalidade que concilie Igreja e Estado, cada qual com

as suas atribuições, sem interferência de um no outro, seguindo um caminho paralelo rumo a afirmação de uma identidade brasileira.

Por último, destaco nesse olhar sobre o passado do Brasil pela Igreja, a forma como a instituição, em 1922, leu a escravidão e o processo abolicionista. Há duas leituras do processo no documento: uma para a escravidão indígena e outra para a escravidão de africanos. A primeira é duramente criticada: reduzir o gentio ao cativo era pisar nas leis divinas e humanas por fugazes anseios financeiros. A alta hierarquia da Igreja desenvolve uma narrativa em que procura afirmar a imagem de uma instituição atuante na defesa dos nativos contra as atrocidades dos seus colonizadores e do tratamento desumano e desigual destinado a eles. Procura-se com esse discurso negar um passado de conivência e apoio da instituição à escravidão e dizimação indígena. Afirma-se que desde um longínquo passado a Igreja se posicionava contra a escravidão dos índios e a coíbia. Tratamento diferente é dado para escravidão de africanos; o discurso é menos crítico que o construído para admoestar a escravidão indígena. Ele se reserva a descrever o apoio da Igreja ao movimento abolicionista e a criticar a Lei Áurea. Narra-se que ao longo da segunda metade do século XIX a Igreja vinha oferecendo cuidados diferenciados aos seus cativos, defendendo um tratamento mais humano aos escravos. Antes que a lei da abolição fosse assinada o papa já se movimentava para coibir a escravidão e instruir os seus subordinados a apressarem a libertação dos seus cativos com o oferecimento de cartas de alforria. “Em suma, as Auctoridades ecclesiásticas em todas as Dioceses brasileiras, com prudência e força movimentaram pela palavra e pela acção a humanitária obra da abolição do cativo, no Brasil.”¹⁰ Há nesse discurso o desejo de que a Igreja não seja associada ao trabalho escravo, que ela seja vista como uma instituição que atuou na contramão do tráfico, defendendo valores humanitários em detrimento de vantagens econômicas. Esperava-se que na memória da nação brasileira, a Igreja fosse compreendida como atuante contra a escravidão.

A Lei Áurea é tomada como um grande feito, pelo qual o papa Leão XIII agraciou a princesa Isabel com a Rosa de Ouro, no entanto não está livre de críticas nessa Igreja de 1920 que se quer reconhecida como a defensora dos pobres e oprimidos. “Dar a liberdade e abandonar ao ócio e à ignorância seria sujeitar esses infelizes a peor

¹⁰ *Ibidem*, pp. 29-30

captivoiro”, afirma o documento.¹¹ Como a lei não veio acompanhada de estratégias de inserção dos ex-escravos à sociedade, cabia a Igreja a tarefa de organizar sociedades que amparassem os libertos. Ao mesmo tempo, como uma instituição capaz de manter o controle social através do discurso de seus membros, a igreja assumiu nesse momento a tarefa de manter a ordem e evitar convulsões sociais no Brasil. Interessante que em nenhum momento o discurso aborda o papel das irmandades e associações leigas nesse amparo aos desvalidos. A narrativa gira em torno da construção de uma memória em que a Igreja foi a instituição que mais se preocupou com a situação dos cativos e com a assistência àqueles que adentravam o mundo dos libertos.

A narrativa do passado tem como objetivo construir uma história da nação brasileira a partir da atuação da Igreja Católica no Brasil. Sem Igreja não haveria nação: o patriota é o religioso. São os padres que defenderam o país e seus habitantes contra a exploração do colonizador, foram eles que ampararam os desvalidos, há portanto uma relação íntima entre ser brasileiro e ser católico. Pela memória proposta pela Igreja em 1922, os dois caminhos não podem ser traçados sozinhos.

2- Presente: quais eram os principais obstáculos enfrentados pela Igreja em 1922?

A memória projetada sobre o Brasil e os brasileiros nesse documento está intimamente relacionada ao presente vivido pela Igreja Católica na década de 1920. Foram as experiências vividas ao longo dos 30 anos de república e as expectativas geradas nesse curto período que levou o alto clero a externar boa parte das ideias e críticas que encontramos no documento. A narrativa diz muito mais sobre o presente vivido pela Igreja do que sobre a história do Brasil em si.

Conforme descrito na primeira parte desse trabalho, há uma insistência muito grande no texto em afirmar a importância da Igreja para a formação do Estado brasileiro e para a consolidação da ideia de nação. Persegue-se o princípio de que todo discurso que dava vivas a nação no Brasil fora seguido por outro que dava vivas à religião. Percebo nessa insistência em demarcar um lugar da Igreja no Brasil a necessidade de afirmação

¹¹ *Ibidem*, p. 27

da instituição em um Estado declarado laico pela constituição de 1891. A República trouxe consigo o fim do regime do padroado que esteve vigente no Brasil desde o período colonial. O padroado tinha duas conseqüências diretas para a atuação da Igreja, uma benéfica e outra vista com maus olhos pelo prelado: a Igreja Católica era a religião oficial do Estado o que diminuía a possibilidade de concorrência e perda de fiéis, mas, por outro lado, o clero era tratado como funcionário do Estado, subordinado a interesses políticos e econômicos. Houve, no alvorecer da República, um grande debate na Igreja sobre o fim do padroado e suas conseqüências para o catolicismo no país. A maior parte do clero se colocou a favor da liberdade de ação da Igreja, argumentando que era necessário o fim da subjugação da instituição aos desejos do Estado, entretanto não concordava com o princípio do Estado Laico que tratava outras Igrejas e profissões de fé da mesma forma que a Católica. Foi contra esse princípio que a Igreja se posicionou ferrenhamente e é ele que foi criticado ao longo de toda a Primeira República. A Igreja era contra o protestantismo e o espiritismo receberem o mesmo tratamento do catolicismo.

A meu ver é essa insatisfação que leva o clero a afirmar a necessidade de considerar a Igreja como um elemento importante na formação da nacionalidade brasileira, como o elemento aglutinador da sociedade que contribuiu para a preservação da unidade territorial e a formação do verdadeiro patriota. Ao trazer esse discurso, a Carta Pastoral afirma que a Igreja não pode ser diminuída ou desconsiderada como elemento da nacionalidade brasileira. Logo, o Estado ao reduzir o catolicismo às mesmas condições do protestantismo e espiritismo estaria jogando ao vento a instituição que prezou pela consolidação da nação e defendeu desde o início o povo brasileiro. O discurso presente no documento constrói uma memória do Brasil em que reforça a importância do catolicismo para a preservação do Estado, o objetivo é afirmar perante ao governo e à sociedade que a Igreja tinha de ocupar um lugar de destaque e não um papel de coadjuvante como lhe foi imposto pela República.

A carta soa ainda como um grito da hierarquia católica contra uma legislação estabelecida na República que diminuía a importância dos sacramentos como o casamento e o batismo. Sabe-se que a partir da segunda metade do oitocentos a Igreja procurou rever a prática religiosa do corpo eclesiástico, bem como dos fiéis em um movimento que ficou conhecido como ultramontanismo. Os ultramontanos defendiam

uma prática religiosa de valorização dos sacramentos, principalmente do batismo, da comunhão e do casamento. As ideias republicanas e positivistas entravam em choque com esses anseios. Ao defenderem o registro e o casamento civil, os republicanos atacavam diretamente a utilidade dos sacramentos, uma vez que existiriam para além dos livros de batismo e de casamento outros registros oficiais com caráter legal. Aos olhos dos membros da Igreja que participavam do movimento de reforço dos sacramentos, a defesa do casamento civil atacava diretamente o casamento religioso, diminuindo a importância do sacramento. Penso que é o novo conjunto de ideias que impera no domínio público e principalmente no governo da Primeira República associado a um movimento interno da Igreja de valorização dos sacramentos, que levou a alta hierarquia da instituição a constituir um discurso em prol da utilidade e necessidade dos sacramentos para vida humana e o desenvolvimento da sociedade, conforme é posto na carta pastoral.

Ao afirmar no documento a proficuidade do casamento e da conservação da família para o bem moral e religioso da sociedade, os autores da Carta Pastoral reforçaram que ele seria útil tanto à Igreja, quanto ao Estado. Pelo documento, a conservação dos laços familiares seria necessária para a manutenção da ordem e perseguição do progresso. Nas últimas páginas da carta, o discurso reforça que os desejos da Igreja são os mesmos do Estado, portanto, nas entrelinhas, permite-se concluir que os bispos brasileiros defendem que não há motivos que expliquem o ataque do Estado às diretrizes da Igreja, ambos querem chegar ao mesmo lugar. Ao mesmo tempo em que criticava a legislação republicana, a forma como a Igreja e o Estado são enquadrados na memória da nação brasileira exalta a todo o tempo os benefícios da união. Certamente, a carta projeta para o futuro uma possibilidade de reforço dos laços entre as duas instituições.

3- Futuro: qual Igreja o documento propõe para o pós 1922?

Conforme já trabalhado na parte anterior desse artigo, os autores da carta propõem uma reaproximação entre Igreja e Estado. Entretanto, essa união não seria conforme as diretrizes vigentes no padroado: queria-se uma Igreja próxima ao Estado, mas não submissa a ele. Esperava-se uma reaproximação entre os dois poderes para que o catolicismo voltasse a figurar como Igreja oficial e deixasse de ser tratada do mesmo

modo que o protestantismo. Por esse motivo, no documento o clero insiste que a nacionalidade brasileira é uma nacionalidade católica, portanto a religião deveria figurar como oficial e não da forma secundária como vinha sendo tratada. A última parte do texto é enfática ao propor essa reaproximação, defende que os princípios sociais almejados pela Igreja eram os mesmos que os desejados pelo Estado e se efetivados engrandeceriam as duas instituições. A atuação de um dos poderes ajudaria no fortalecimento do outro. Desejava-se atuações paralelas sem um intervir na área do outro.

Como a Igreja de 1922 vivia com força o discurso ultramontano, não podemos desvinculá-lo do projeto futuro para o catolicismo. Todas as projeções feitas pela Igreja desse período perpassavam pelo ultramontanismo. A reaproximação com o Estado, por exemplo, era desejada desde que respeitasse o princípio da infalibilidade papal: as decisões do papa tinham de prevalecer na Igreja brasileira e não as do Estado. Toda e qualquer decisão referente ao catolicismo deveria ser reportada ao Sumo Pontífice e só aplicada depois da devida apreciação de Roma, bem como, toda bula papal deveria ser respeitada no país independente dos projetos e das vontades políticas.

Ainda seguindo as diretrizes ultramontanas, o documento desejou uma Igreja que valorizasse o catolicismo internalizado e a moralização do clero. A carta aconselha aos fiéis o exercício de uma religiosidade que priorize os sacramentos em detrimento das devoções. Entendia-se que as práticas devocionais abriam espaços para a idolatria e profanação no espaço sagrado e afastavam o católico da “boa fé”. Esperava-se que o fiel fosse frequente a missa, respeitasse o batismo e o casamento religioso, mesmo frente às ideias republicanas que defendiam o estado laico e a instituição do registro e do casamento civil. Quanto ao clero, desejava-se que fosse composto por membros idôneos que prezassem pela mesma valorização dos sacramentos e da boa moral almejada pelos bispos, para tanto incentiva-se a formação do corpo eclesiástico em bons seminários que fossem dedicados exclusivamente à formação de religiosos.

Para os autores da carta, a Igreja na República deveria espelhar-se na Igreja primitiva e pautar a sua ação pelo princípio da evangelização. Assim, assume importância primaz no pensamento católico do período as missões religiosas e a catequese. Andar pelos sertões brasileiros, atender espiritualmente a populações de centros urbanos e das áreas periféricas, evangelizar e administrar os sacramentos era fundamental para dar

corpo ao projeto ultramontano, ao mesmo tempo em que era fundamental para combater o avanço do protestantismo. Desse modo, esperava-se que a Igreja futura fosse militante no sentido de afirmar uma religiosidade internalizada e expandir o número de fiéis combatendo o discurso protestante e espírita.

Nesse processo de avanço do catolicismo e de evangelização desejava-se que a Igreja conquistasse cada vez maior espaço no domínio público. A instituição deveria expandir seus tentáculos e lançar mão de estratégias variadas para efetivar o processo de evangelização e afirmação institucional. Um dos meios para a prática desse projeto era fazer amplo uso da imprensa. Desejava-se que a instituição utilizasse os jornais já existentes para externar as suas crenças e os seus anseios, fazendo seu discurso ecoar por regiões diversas e não somente nas igrejas e nos locais de missão. Para além da utilização da imprensa já existente, aconselhou-se que a instituição investisse no fortalecimento de canais próprios de comunicação com os fiéis, criando jornais e publicando livros que a permitissem expressar livremente o seu pensamento e propagar a sua visão. Compreendia-se que o uso da imprensa era de fundamental importância para o fortalecimento e o crescimento da instituição.

A leitura do documento conduz à conclusão de que o clero fez uso da memória do passado para evocar uma Igreja que no futuro fosse aliada ao Estado, mas não inferior a ele. Uma igreja militante que tomasse a evangelização como o princípio básico de sua atuação com as finalidades de impedir o avanço do protestantismo, garantir privilégios à instituição e moralizar à sociedade. Uma Igreja que estivesse presente de vários modos na sociedade: com um corpo eclesial moralizado; atuante na imprensa; com espaços de culto limpos, organizados e sacralizados e demarcando seu lugar no espaço público por meio de imagens, representações e discursos.

Palavras finais:

Após esse estudo preliminar do documento conclui-se que ele expressa muito mais as expectativas futuras da Igreja que a externalização de uma visão do passado. A memória construída pela Igreja em 1922 afirma a instituição como a grande responsável pela conservação da integralidade territorial do Brasil e pelo desenvolvimento e

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016*

conservação do sentimento de nacionalidade. Na visão dos autores desse documento, o verdadeiro patriota era o bom católico. Toda essa memória é evocada para justificar a necessidade de o Estado considerar o catolicismo como a religião dos brasileiros e não delegar a ele o mesmo espaço do protestantismo. Afirma-se o desejo de um catolicismo internalizado e moralizado que contribuía para o fortalecimento e crescimento da nação. O documento traz um discurso ultramontano forte que considera necessária a união entre Estado e Igreja, mas que respeite a Igreja como uma instituição supranacional que segue as diretrizes e vontades do Sumo Pontífice e não as do presidente da República.

Referências Bibliográficas:

- AZZI, Riolando. *O Altar Unido ao Trono: um projeto conservador*. (História do pensamento católico no Brasil – III). São Paulo: Edições Paulinas, 1992.
- CARTA PASTORAL DO EPISCOPADO BRASILEIRO AO CLERO E AOS FIÉIS DE SUAS DIOCESES POR OCCASIÃO DO CENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA – 1922*. Rio de Janeiro: Pap. E Typ. Marques, Araujo e C., 1922.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 51ª edição. São Paulo: Global, 2006.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- MATA, Sérgio da. *História e Religião*. Belo Horizonte: Autêntica Editora. 2010.
- MICELI, Sergio. *A Elite Eclesiástica Brasileira: 1890-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- PETERS, José Leandro. *A Mãe Compadecida do povo brasileiro: Nossa Senhora Aparecida no discurso da Igreja Católica no Brasil (1854-1904)*. Curitiba: Editora Prismas, 2015.
- RICCEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
- SOUZA, Juliana Beatriz Almeida de. *A Identidade Posta no Altar: devoção a Nossa Senhora da Conceição Aparecida e Questão Nacional*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal Fluminense. 1996.

O MAQUINETA E A DEVOÇÃO DENTRO DO MUSEU MARIANO PROCÓPIO

Janaína de Paula Almeida

Paula Oliveira Carvalho Aguiar¹

Resumo:

O estudo acerca das religiosidades e historiografia vem se tornando necessário na atualidade. A perspectiva da religião no domínio privado é um aspecto fundamental na história cultural e social brasileira dos séculos XIX e XX. Diante dessa problemática, a presente pesquisa tem por objetivo apresentar o oratório maquineta, parte do acervo do Museu Mariano Procópio, datado de fins do século XVIII e início do XIX e o significado popular das imagens que o compõe. Observando a presença desse oratório dentro de um museu, objetivamos entender qual a representação desse tipo de peça dentro de um contexto diferenciado. O que nos interpela é a presença de oratórios muito parecidos em meio outros acervos. O que torna plausível a ideia de que esses oratórios pertenciam muito mais ao meio em que eram produzidos do que as pessoas que o adquiriram.

Palavras-chave: Devoção popular. Lapinha. Museu Mariano Procópio. Oratório. Santeiros.

Abstract:

The study about religiousness and historiography has become necessary nowadays. The perspective of religion in the private domain is a fundamental aspect of cultural and social Brazilian history in the 19th and 20th centuries. On this question, this research has for its aim present the “oratório maquineta”, part of the collection of the Mariano Procópio Museum, dated from the late 18th and early 19th century and the popular meaning of the images that make it up. Observing the presence of this oratory inside the museum, we aim to understanding which is the representation of this sort of piece inside a differentiated context. What questions us is the presence of the very similar oratories among other collections. What makes plausible the idea that these oratories have belonged much more to the environment in which they were produced rather than the people who purchased it.

Key-words: Popular devotion. Lapinha. Mariano Procópio Museum. Oratório. Santeiros.

No Brasil, desde os tempos da colônia existiram estreitas relações entre santos e católicos devotos, tradição proveniente das caravelas e uma coroa extremamente religiosa. Esta devoção criou raízes que perduram até hoje, passando pelos séculos e

¹ Licenciadas em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora/MG.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

seguindo o curso da História. A tradução dessa religiosidade foi além do culto público passando para o ambiente doméstico-particular e se solidificou com os oratórios. Objetos de culto eram então imprescindíveis para que a população exercesse seus sacramentos católicos sem que fosse necessário que saíssem de suas residências, seja devido a distância de uma paróquia ou a importância da proximidade com o sagrado.

Oratórios são objetos que apresentam fé e devoção do universo religioso. Originados na Europa, os oratórios eram destinados somente a moradia do rei, esse objeto era ainda uma forma de afirmar a diferenciação social e econômica do soberano. A partir da propagação do culto privado as famílias ricas passam a construir essas pequenas capelas dentro de suas próprias casas.² Símbolo de proteção, essas capelas passaram a fazer parte do cotidiano e a necessidade de sua presença era imprescindível.

Esse hábito se populariza e chega às colônias portuguesas na América através das caravelas, acaba se espalhando pelas fazendas, senzalas e residências como local de culto público e privado. Registros encontrados atestam que as primeiras caravelas que aqui chegaram traziam um oratório que guardava imagem de Nossa Senhora da Esperança. (GUTIERREZ, 1998: 7). Segundo Vera Irene Jurkevics, podemos observar que a devoção santoral advinda da Metrópole está por toda parte “(...) as imagens de santos povoam nichos, nos cantos das ruas, em altares, oratórios e capelas (...)”³. Nessa devoção particular a ligação com o sagrado se intensifica na busca de milagres, a partir de então a santidade passa a ser aquilo que representa. O uso generalizado dos oratórios nas casas brasileiras só aconteceu no século XVIII, permanecendo até o século XX, quando muitos foram abandonados nas capelas. (JURKEVICS, 2004: 35)

O livro História da Igreja no Brasil, no capítulo sobre a manifestação cultural e evangélica no povo, argumenta que além de serem muito ricas essas manifestações, a religião do povo brotava em raízes, a herança das crenças medievais reunindo o sagrado e o misterioso no cotidiano. Uma religiosidade em família passava de pessoa para pessoa numa troca de experiências, com certas orações, devoções e “benzeções”. Uma religiosidade chamada ontocrática que buscava intermediários bem próximos e sensíveis

² Informações apuradas no site do Museu do Oratório de Ouro Preto. Disponível em: <http://museudooratorio.org.br/conheca/acervo/>

³ Essa citação extraída do texto “Os santos da igreja e os santos do povo: devoções e manifestações de religiosidade popular” transcrito de: RIOS, J. A. Sentimento religioso no Brasil. HORTA, L. P. **Sagrado e Profano: XI Retrato de um Brasil Fim de Século**. Rio de Janeiro: Agir, 1994. P.24

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.

“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”, Juiz de Fora, 2017, 1554p.

ISSN: 2317-0468

17 a 21 de outubro de 2016

para o relacionamento com o sobrenatural, o divino, neste caso serviam-se de imagens (HAUCK. 1992: 112)

As necessidades do oratório para a religiosidade externada de um povo, ressalta que o apelo visual nele encontrado é de grande importância. É preciso impor ao devoto uma impressão positiva da beleza do sagrado, para tanto, o oratório mais que um objeto sagrado é uma obra de arte. É importante destacar que o oratório possui um papel importante no século XVIII, sendo particular ou não, fazia parte daquela sociedade, principalmente em Minas Gerais. Mas além de ser uma obra sacra, contém uma forte ligação com a cultura popular sobretudo nos séculos XVIII e XIX. Evidente que a beleza da obra sacra visa – dentro de uma visão ampla do que é a devoção íntima de um povo – a tentativa de expor o Santo a um ambiente de beleza única e agradável.

Parte de uma sociedade, esses objetos sacros tanto como arte como objeto de culto evoca um passado a ser descoberto. Ao pensarmos em um Museu que evoca a história nacional, como o Museu Mariano Procópio, esses objetos podem representar muito o período aurífero mineiro, a religião católica e a devoção.

Alguns pesquisadores do Museu citam a arte sacra dentro da coleção, o que representam no contexto geral. Apesar da ausência de trabalhos específicos sobre os oratórios dentro do Museu, estes objetos aparecem na bibliografia de uma forma ou de outra. Rogério Rezende Pinto ao tratar da coleção de Alfredo Ferreira Lage e a constituição do MAPRO destaca que as coleções de Lage comportariam vasos decorativos, relógios e peças sacras como ostensórios e oratórios. (PINTO. 2008: 175)

Os sete oratórios presentes no MAPRO, encontrados apenas no Arrolamento dos Bens do Museu, feito em 1944, são autênticas alusões da presença marcante da Igreja e do culto privado no Brasil. Na página do MAPRO no site da Prefeitura de Juiz de Fora encontramos a seguinte descrição em relação da sala Dom João V, onde provavelmente estava exposto o oratório lapinha sobre o qual nosso estudo se dedica:

Século XVIII: Sala D. João V

Aqui o mobiliário D. João V ou Barroco, representado pelas mesas de centro e de encostar, cadeiras e leito, exibem nas exuberantes formas curvas, nos espaldares côncavos, nas cartelas vazadas e na decoração de conchas, a influência inglesa e francesa.

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016*

Destacamos o pequeno oratório doméstico mineiro chamado de lapinha ou joanino, feito em madeira com recortes e entalhes, douramento e policromia com figuras em calcita. (Grifos nossos) (TRIBUNA, 1995: 7)

Observando a seguinte imagem disponível no Catálogo *Museu Mariano Procópio*, publicado pela Tribuna de Minas encontramos a seguinte imagem da sala:



Figura 1: Sala Dom João V

Foto da exposição da sala Dom João V, MAPRO. O oratório lapinha encontra-se a direita, sobre a mesa.⁴

Na exposição permanente organizada pelo MMP na década de 1980 essa peça encontrava-se na sala Dom João V. Seguindo sua tradição monarquista de exaltar a boa imagem de Portugal em relação ao Brasil, essa sala homenageia o monarca com um dos reinados mais longos da história Portuguesa. Reinou entre 1707 e 1750 (ano de sua morte) período do auge da produção aurífera no Brasil. Os impostos pagos pela então colônia

⁴ Museu Mariano Procópio. Juiz de Fora: Edição do Jornal Tribuna de Minas. 1996. Consultado no Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. "O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História", Juiz de Fora, 2017, 1554p. ISSN: 2317-0468 17 a 21 de outubro de 2016

sustentavam o luxo da metrópole e da corte. Defensor nato do absolutismo ficou conhecido como o magnânimo, e talvez pode ser chamado de “Rei-Sol Português”, um comparativo com o absoluto da França, Luiz XIV.

Segundo Carina Costa e Robert Daibert Jr. a sala D. João V foi a primeira a ser nomeada homenageando alguém, estavam em exposição medalhas enaltecendo os feitos do monarca. Dentro do circuito histórico do museu nessa sala se encontram “(...)móveis do período, imagens de arte sacra, oratórios, medalhas referentes à ocupação holandesa e quadros retratando bandeirantes e índios.” Ainda nesse mesmo artigo os historiadores mostram que o estudo disponível para os visitantes da exposição: “(...) destaca o fato de a religião católica ser a única admitida no Brasil a importância dos seus objetos de culto.” (COSTA; DAIBERT Jr., 2008: 8)

Merecendo maior ênfase, os oratórios “lapinha”, dentro dessa exposição, conhecidos também como “maquineta”, são confeccionados em Minas Gerais em diversos tamanhos e apresentam duas cenas diferentes da vida de Jesus: visualmente abaixo o presépio (representação do nascimento) e acima a cena do Calvário (representação da morte de Cristo) podendo ser utilizados em várias ocasiões e festividades como o Natal e a Semana Santa. (GUTIERREZ, 1998: 8).

O maquineta – redoma de vidro que contém a imagem de algum santo (AURÉLIO, 2008: 237) – em análise, é um oratório particular dividido em dois pavimentos, datado aproximadamente em meados do século XVIII início do século XIX, em estilo rococó. A peça é uma clássica representação do rococó com cores claras ao fundo manifestações em dourado e entalhamentos curvos e delicados. O luxo e a riqueza do período joanino no Brasil é evidente nos detalhes em ouro. A maquineta possui 75 centímetros de altura, 40 de comprimento e 20 de largura, tamanho regular desse tipo de oratório, composto por cedro, vidro e calcita.

Figura 2: O oratório maquineta⁵



Rococó vem do termo em francês *rocaille*, cuja tradução é concha. Surgido na França com intenção de ser sutil, contrapondo aos excessos do barroco. Com essa intenção usava cores suaves, porém luminosas, utilizava linhas curvas e delicadas, temas relacionados à natureza e as relações humanas, buscava por retratar os prazeres da vida e a felicidade e, portanto, profano, não influenciava em ambientes religiosos. Em meados dos anos setecentos chega a América Portuguesa e completamente diferente da Europa esse estilo artístico se manifesta na arquitetura religiosa é melhor representado em Minas Gerais, Belém e Pernambuco. Posterior aos já consagrados movimentos Arcadismo e Barroco, o Rococó por ser alusivo a alegria, palácios e residências nobres começaram a incorporar o design das conchas. (CAMPOS, 1998: 23).

Sobre o Maquineta, não foi possível encontrar uma documentação exata de sua criação, ou o artista responsável. A informação que possuímos sobre pode ser encontrada no catálogo editado pelo Banco Safra, atesta sua confecção parte da região de Santa Luzia, um lugarejo as margens do Rio das Velhas subordinado a Sabará. A vila cresceu e floresceu em função do comercio e da mineração, atualmente, a cidade de Santa Luzia é parte da região metropolitana de Belo Horizonte/MG.

⁵ Imagem disponível do Catálogo de peças do Museu Mariano Procópio, publicado pelo Banco Safra. P. 248.

A parte superior do maquina representa Jesus Cristo crucificado ao centro, a sua esquerda Nossa Senhora da Conceição e a sua direita a imagem de São José de Botas. Mais abaixo no centro da imagem temos Sant'Ana ao seu lado esquerdo Santo Antônio e a sua direita o que acreditamos ser São Francisco de Sales.

Utilizando aqui as palavras de Erwin Panofsky, a iconografia como o ramo da história da arte que trata do conteúdo temático ou significado das obras de arte além de uma mera descrição física, esse é nosso objetivo. Portanto buscamos verificar a importância de cada santo para compor esse oratório e entender qual sua participação na devoção popular. (GUTIERREZ, 1998: 11)

Começamos então pela imagem de Cristo Crucificado. Segundo o livro da Coleção de Ângela Gutierrez a devoção a Bom Jesus insere-se no contexto da paixão de Cristo, no culto do Senhor morto. Sua veneração aparece desde o século XIII disseminada pelos frades franciscanos base da pregação missionária da Ordem de São Francisco. A devoção a essa imagem ganhou força em Portugal atraindo milhares de devotos. No Brasil floresceu logo com a chegada dos imigrantes vindos principalmente do norte da metrópole, citando nesse caso Feliciano Mendes, responsável pela iniciativa da construção do Santuário mineiro de Bom Jesus do Matozinhos em Congonhas. (GUTIERREZ, 1998: 17)

A esquerda, do alto, temos a imagem de Nossa Senhora da Conceição representando Maria, a mãe de Jesus. O estudo da devoção da Virgem da Conceição está associado ao dogma da Imaculada Conceição através da qual a Virgem Maria teria sido concebida sem o pecado original. Apesar das divergências dentro da própria Igreja acerca do assunto, no Concílio de Trento, em 1545, o Papa Pio IX determinou a Imaculada Conceição como dogma de fé imprescindível e imutável da Igreja católica.

Contribuiu para a disseminação do culto, a ação missionária dos frades franciscanos também aqui no Brasil. Nossa Senhora da Conceição era protetora do Brasil durante o período colonial, proclamada por D. Pedro I padroeira do Império, e sendo substituída por Nossa Senhora Aparecida no início da República. Em Minas Gerais, de todas as invocações de Nossa Senhora, a da Conceição foi a mais aceita, cultuada e referenciada pela fé popular sendo associada ao triunfo a esperança e alegria pela descoberta das minas de ouro e diamante. (GUTIERREZ, 1998: 12)

São José está presente no oratório, nesse caso é representado com calçados em alusão a fuga para o Egito, é popularmente conhecido como São José de Botas. Várias congregações tornaram o seu culto mais popular, como a Ordem Carmelita e a Companhia de Jesus. Em 1621, o Papa Gregório XV decidiu que a Igreja celebraria a festa em honra a São José no dia 19 de março, e em 1850 Pio IX proclamou-o patrono da Igreja Universal. São José é escolhido mais tarde pelo povo como padroeiro dos trabalhadores por isso a denominação São José Operário. Importante de se considerar, é que no Brasil colonial ele foi associado ao patriarca ao senhor de engenhos e escravos, ao “homem de bem”. Em Minas se criou uma verdadeira raiz de fé na criatividade popular, pois possibilitou o surgimento de vários presépios onde São José é importante personagem exercendo sua profissão. (GUTIERREZ,1998: 17)

Neste ponto faz-se extremamente necessário ressaltar que a composição superior do oratório é constituída pelo que a Igreja Católica reconhece como Sagrada Família – Jesus, Maria e José. Considerando que esses objetos de culto compõem parte de uma casa de família, no uso de suas atribuições originais, a importância da família de Nazaré é extremamente importante do ponto de vista da proteção e da proximidade dos pais e filhos que participavam daquela devoção.

Ao centro mais abaixo temos a imagem de Sant’Ana que, segundo a tradição cristã, seria mãe de Maria e esposa de São Joaquim. Muitas vezes aparece com o aspecto de uma mulher mais velha, quase sempre vem acompanhada da Virgem Maria, a quem ensina a ler as escrituras, o que simboliza a transição do Velho para o Novo Testamento. A devoção a Sant’Ana no Brasil está ligada a vida nos engenhos, pois ela é a mãe que ensina catecismo, a senhora da Casa grande, a esposa do patriarca. É considerada protetora das mães de família, costureiras e donas de casa, sendo invocada para resolver problemas de esterilidade, ou problemas de questões financeiras e calamidades públicas. Em Minas Gerais posto que a colonização se fundamentou na mineração, o culto a Sant’Ana se disseminou amplamente por ser considerada padroeira dos mineradores. (GUTIERREZ, 1998: 13)

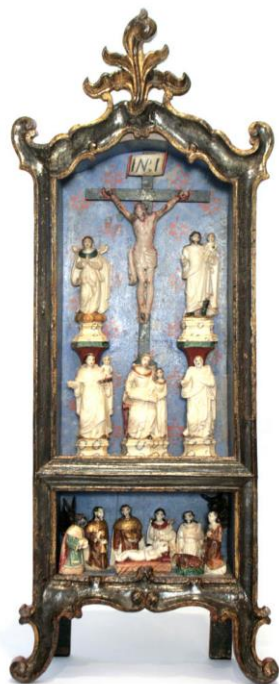
Ao lado esquerdo de Sant’Ana, temos Santo Antônio, que nasceu em Portugal, sua história se passa principalmente nas cidades de Pádua e Lisboa. Após o século XV sua devoção se espalhou e ganhou o mundo. É representado sempre jovem, sem barba,

trazendo o menino Jesus, sentado ou em pé sobre o livro e pode trazer flor de lís e uma de suas mãos. Até hoje é conhecido como santo casamenteiro, o que pode ter sua origem nos tempos coloniais quando o casamento e a procriação e o importante aumento demográfico eram decisivos para a sociedade da época, e a ocupação portuguesa em novas possessões. (GUTIERREZ, 1998 p. 12)

A última imagem à direita, acreditamos ser a representação iconográfica de São Francisco de Sales, bispo em Genebra durante a reforma protestante. (ATTWATER, 1991). Atribuímos a presença desta imagem no oratório, devido a existência de uma iconografia semelhante na Basílica de Santa Luzia, edificada no mesmo período e local em que o oratório teria sido confeccionado. (SANTANA; MARQUES, 2011). É importante ressaltar que o santeiro, artesão que produzia as imagens sacras, possivelmente não possuía contato com o rebuscado estudo iconográfico, reproduzindo, por tanto, os santos que lhe eram mais próximos.

Na parte inferior, o presépio é representado nas imagens em pedra calcita de Maria e José, os três Reis Magos e um pastor presentes na cena no nascimento de Jesus segundo a história bíblica. Na cena bem no meio do objeto está a manjedoura com o bebê em destaque. A forma visual de diferenciação entre os pais do bebê e os demais componentes da cena se dá pela aplicação branca nas vestimentas, enquanto os reis são representados com indumentária dourada, diferente do pastor que se encontra de vermelho. A divulgação do presépio se deve a uma necessidade didática de catequisar sobre o nascimento de Jesus.

Observando objeto dentro de sua época e o contexto de sua produção – no interior de Minas – devemos compreender que o oratório maquete não é um objeto único e exclusivo, pelo contrário, é fruto de uma produção de arte sacra intensa e tradicional na região do Rio das Velhas. Nas duas imagens que se seguem vemos dois oratórios lapinha, parte do acervo do Museu do Oratório em Ouro Preto:

**Figura 3**Lapinha MO 195⁶**Figura 4**Lapinha MO 196⁷

Observamos, portanto, que os dois oratórios são extremamente semelhantes ao maquina presente no MAPRO. Fica evidente no Lapinha MO195 tal semelhança, visto que os santos presentes no interior da redoma são exatamente os mesmos daquele. No Lapinha MO196, o santo diferente é São Sebastião. O santo, mártir da Igreja Católica, é invocado contra as pestes e plantações. É possível que a disseminação dessa devoção se deva ao próprio patronato de São Sebastião, protetor em casos de pestes, fato corrente nas Minas do século XVIII. (GUTIERREZ, 1998:14). Apesar dessa inversão de Santo Antônio por São Sebastião, vemos que ambos possuem um sentido dentro da devoção próxima ao devoto, mas principalmente do santeiro.

Dessa maneira é plausível imaginar que os oratórios pertencem muito mais ao seu lugar de produção do que a devoção pessoal daquele que o adquire. Visto que os três lapinhas aqui apresentados tem sua composição extremamente parecida e também seus

⁶ Disponível em: <http://museudooratorio.org.br/oratorio/oratorio-lapinha-mo-195/>, acesso em: 17 de outubro de 2016

⁷ Disponível em: <http://museudooratorio.org.br/oratorio/oratorio-lapinha-mo-196/>, acesso em: 17 de outubro de 2016

contornos e materiais utilizados. As imagens ali presentes são parte da realidade do santeiro.

Com vimos a religião católica veio junto com os colonizadores e ultrapassa os limites entre o clero, e o povo. As representações de imagens de santos em casa, se ornaram uma tradição secular, passada de geração e geração fazendo parte de uma significativa manifestação cultural do povo mineiro.

Olhando a vida desses santos, sua história, e sua relação com a devoção do povo, vemos que essas imagens encontradas no Maquineta não foram colocadas aleatoriamente. Temos uma Nossa Senhora da Conceição intercedendo pela alegria na descoberta do ouro e diamante padroeira do Império; o São José que é o pai, o trabalhador, a Sant'Ana também que protege e guia os engenhos e um Santo Antônio com promessas de casamento e fertilidade.

Ou seja, eles estavam junto da população no seu dia-a-dia, para as orações diárias, e para as festividades. A crença sobre eles é tão importante que até os dias de hoje vemos igrejas repletas de suas imagens, nas casas, nas antigas fazendas onde várias eram construídas com o local separado para as capelas e oratórios.

“Mas além de Aleijadinho, outros artistas muitos deles anônimos também deixaram importantes exemplos de sua arte, os chamados ‘santeiros’” (TRIBUNA, 1995: 27) Concluimos que a obra dos santeiros é de suma importância para a história do catolicismo mineiro. Mesmo sem muitas referências sobre esses homens, sabemos que seu trabalho é parte fundamental da devoção popular. Tão importante que chegaram, nos dias de hoje, as galerias dos museus.

Fontes

ARROLAMENTO DE BENS DO MUSEU MARIANO PROCÓPIO. Juiz de Fora:
DIPAC/ Fundação Alfredo Ferreira Lage – Funalfa. 1994

Referências Bibliográficas

ATTWATER, Donald. **Dicionários de Santos.** (trad. Maristela R. A. Marcondes, Wanda de Oliveira Roselli). São Paulo: Art Editora, 1991.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

CAMPOS, Adalgiza Arantes. **Cultura barroca e manifestações do rococó.** Ouro Preto/MG: Fundação de Arte de Ouro Preto. 1998.

COSTA, Carina Martins e DAIBERT JR. Robert. **Sentidos do passado: visões da história nacional nas galerias do Museu Mariano Procópio.** (Texto apresentado no IV Congresso Internacional Patrimônio Cultural, promovido pelo Centro Cultural Canadá Córdoba e pelo Museu Histórico da Universidade Nacional de Córdoba, entre os dias 8 e 10 de maio de 2008, na cidade de Córdoba, Argentina).

HAUCK, João Fagundes et. al. **História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo, segunda época – a igreja no Brasil no século XIX.** Petrópolis e São Paulo: Vozes e Paulinas. 3ª ed.1992.

JURKEVICS, Vera Irene. **Os santos da Igreja e os santos do povo: devoções e manifestações de religiosidade popular.** (Tese de doutorado). Curitiba: Universidade Federal do Paraná. 2004.

MUSEU MARIANO PROCOPIO. Juiz de Fora: **Tribuna de Minas** 1995

O MUSEU MARIANO PROCOPIO. São Paulo: **Banco Safra**, 2006.

OBJETOS DA FÉ ORATORIOS BRASILEIROS COLEÇÃO DE ANGELA GUTIERREZ, 3ª Edição 1998.

PINTO, Rogerio Rezende. A coleção. In: **Alfredo Ferreira Lage, suas coleções e a constituição do Museu Mariano Procópio- Juiz de Fora, MG.** Juiz de Fora: (Dissertação de Mestrado, Historia UFJF). 2008

SANTANA, Ailton Pereira; MARQUES, Rosana de Souza. **Basílica de Santa Luzia. Guia dos Bens Tombados.** Belo Horizonte: IEPHA. Agosto, 2011

Jonas: de pecador a Mestre

Nathalia Guimarães e Sousa¹

Resumo:

Este trabalho é fruto da leitura dos primeiros versos da obra *Moby Dick*, de Herman Melville (2013), e dos acordes da música *Mestre Jonas*, de Sá, Rodrix e Guarabyra (1973) que foram entoados no momento em que me debruçava sobre a referida obra. Tomei como aporte teórico os estudos de Laurence Bardin (2011) sobre análise de conteúdo, com intuito de compreender o discurso do Padre Mapple, por meio de possíveis interpretações acerca de seu “Sermão”.

Palavras-chave: Discurso; Liberdade; Dialética.

Résumé:

Ce travail est le fruit de la lecture des premières vers de l'oeuvre *Moby Dick*, de Herman Melville (2013), et des sons de la musique *Mestre Jonas* de Sá, Rodrix e Guarabyra (1973) qui ont été chanté au moment auquel je me penchais sur l'oeuvre cité. J'ai pris comme support théorique les études de Laurence Bardin (2011) sur l'analyse de contenu, avec l'idée de comprendre le discours du Prêtre Mapple, à partir de possibles interprétations de son “Sermão”.

Paroles-clé: Discours; Liberté; Dialectique.

A obra *Moby Dick* de Herman Melville (2013) é uma novela, que conta a história da perseguição de uma baleia cachalote branca por Ismael, Queequeg, capitão Ahab, Stubb, Starbuck, Elijah e capitão Boomer, personagens marcantes a bordo do navio Pequod.

O sermão compreende o nono capítulo do livro e apresenta o discurso do Padre Mapple a seus fiéis. O capítulo inicia-se com a pregação do Padre no espaço da Igreja. Sua linguagem, em tom metafórico, apresenta nuances autoritárias, na medida em que se comporta como um capitão a bordo de seu navio, exigindo que os fiéis o acompanhem como tripulantes de sua jornada.

O padre Mapple levantou-se e, com a voz tranquila de uma modesta autoridade, ordenou às pessoas espalhadas que se agregasse. “Prancha de estibordo, ali! Corre a bombordo! – E da prancha de bombordo, a estibordo! À meia-nau! À meia-nau!” Ouviu-se entre os bancos um leve rumor de botas pesadas de marinheiros, e um ainda mais leve arrastar de sapatos femininos, e

¹ Graduanda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). E-mail: nathaliagsb@yahoo.com.br

tudo retornou ao silêncio, e todos os olhares se fixaram no pregador. (MELVILLE, 2013, p.62)

A entonação de sua voz, bem como a postura corporal de Mapple, descritos em seguida, nos mostra um perfil comum nos líderes religiosos: voz tranquila, solene e prolongada, pausas, mãos cruzadas sobre o peito, joelhos flexionados, olhos fechados, indicando alguns dos protocolos seguidos por padres, pastores e religiosos com o intuito de cumprir a função mediadora entre o céu e a terra, como se fossem o Deus encarnado e salvadores das almas pecadoras.

Num estilo performático, Padre Mapple entoava um hino recheado de referências a flagelos, tragédias, desventuras, adversidades e atribulações. É neste contexto que surge a figura da baleia como representação do inferno, das trevas e de todo mal que há no mundo. No trecho, que destaco abaixo, podemos depreender que o medo e o desespero provocam o apelo ao Senhor, objetivando alcançar a salvação eterna.

É possível perceber também que, ao despontar de um problema, a única forma de solucioná-lo está no acesso a Deus, ou seja, Ele seria o libertador de todo desassossego e angústias.

Eu vi a boca aberta do inferno. Com as suas dores e pesares infinitos; Só quem sentiu pode saber – Oh! Afundei-me no desespero! Na minha angústia chamei pelo Senhor, Que mal podia crer que fosse meu, Ele prestou ouvido às minhas queixas, E a baleia me pôs em liberdade. (MELVILLE, 2013, p.62)

Em seguida, o Padre apresenta o último versículo do primeiro capítulo de Jonas, presente no Antigo Testamento, uma “poderosa corda das Escrituras” como salienta Mapple. (MELVILLE, 2013, p.63)

A intenção em apresentar a história de Jonas está em servir de lição a todos os fiéis presentes. A perspectiva didática, artifício utilizado desde tempos remotos pelas Igrejas, tem o propósito de adestrar todos aqueles que, na iminência de cometer algum pecado, saibam que seu destino será como o de Jonas: engolido por uma baleia, ou seja, o fadário abismal. Ademais, o sortilégio de Jonas também é basilar para o próprio Padre Mapple, que se auto-intula piloto do Deus vivo, pescador de almas, e que não pode se abster de sua missão religiosa.

A imagem de Jonas, como um sujeito desobediente frente ao mandado de Deus, determinou seu destino trágico, qual seja o de ser condenado a viver dentro da baleia

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

para o resto de sua vida. A moral, como um conjunto de valores e princípios éticos e religiosos, defendida pelo padre Mapple, e apresentada aos seus "marinheiros", através da parábola de Jonas, remete à dicotomização entre obediência e desobediência, entre nossas escolhas e o "destino manifesto". Portanto, obedecer a Deus significa que devemos desobedecer a nós mesmos. Sendo assim, obedecer ao Senhor se torna uma tarefa muito árdua.

Uma análise mais acurada dos gêneros textuais que dão corpo a este artigo permite a ampliação do espectro de possibilidades argumentativas. Portanto, a referência à desobediência de Jonas alude à ideia de liberdade, ação baseada em escolhas, deliberações e não em opções irrefletidas, mas fundamentadas num ideal emancipador e democrático.

A peça chave do discurso religioso, presente no sermão do Padre Mapple, é o maniqueísmo, filosofia dualística, binária, e que se impõe deterministicamente. Deus está de um lado e a consciência de Jonas está de outro. Ele vive num dilema constante entre a dúvida em obedecer à sua consciência ou aos ordenamentos de Deus e, apesar do risco de ser devorado, Jonas opta por seguir a sua consciência.

Jonas tenta fugir de Deus e busca um navio que o leve para bem longe. Entretanto, a culpa, característica de religiões cristãs, é vivenciada pelo sujeito dessa história, que viola sua consciência moral pessoal.

Se atentarmos para o sentido original da palavra revolução, que designava o movimento cíclico das estrelas, ou seja, o *continuum* do movimento, podemos inferir que Jonas acataria a essência da irreversibilidade de seu destino.

Entretanto, Arendt (1988), absorve o conceito de revolução, subtraído da terminologia astronômica e, em linhas gerais, apresenta o sentido moderno desse conceito, atribuindo-lhe outro significado: como algo inteiramente novo. Novidade expressa na decisão de Jonas que, ao se considerar pecador, inaugura a libertação, poder criador que nos confere a chance de construir mundos, materializar sonhos, realizar projetos.

Padre Mapple, então, estabelece o julgamento de Jonas e o culpa com o escopo de mostrar para seus fiéis, através deste castigo exemplar, que o mesmo pode acontecer com eles, caso cometam algum delito reprovado por Deus. Equívoco disseminado e legitimado

por diferentes instâncias da sociedade e aceita como função, acomodação, condenação e não como ação.

No decorrer da parábola, percebemos que Jonas sente-se culpado quando paga sua passagem para embarcar no navio que o levará à Tárzis. Todos a bordo do navio acham que Jonas é suspeito de algum crime e o capitão tem a certeza disso quando triplica o preço da passagem e, mesmo assim, Jonas aceita pagar por ela.

Em uma cabine muito pequena, sem refrigeração, com ar estagnado e teto bem baixo, Jonas se sente sufocado. Abaixo do nível do mar, apresenta dificuldades para dormir. Embora em estado de apatia, sua consciência arde como uma ferida que se esvai em sangue. E o sentimento de culpa e pecado o assombra.

A presença de Jonas atribui ao navio um *status* amaldiçoado. Jonas é revelado como o contrabando do primeiro navio contrabandista registrado na história. Mesmo com o pensamento aniquilado por profundo sofrimento, após reavaliar sua conduta impertinente frente a Deus, embarca num sono profundo. Neste momento o navio se depara com uma grande tormenta e está quase afundando. Essa tormenta significa a ira de Deus diante do pecado de Jonas. Ele era o mau agouro, ou seja, o responsável pelos desastres da natureza em função dos pecados humanos cometidos contra a ordem divina.

O mundo se movimenta acima de Jonas, que continua dormindo e não percebe que a baleia já se aproxima com sua grande boca aberta pronta para engoli-lo. Ele é acordado pelo seu mestre, que o leva até o convés para observar o mar. A baleia desponta no oceano e vê Jonas, o fugitivo de Deus.

Nessa passagem há uma distinção categórica entre os homens e os animais. Esses, por sua própria natureza instintiva, são seres acabados, definitivamente prontos. A regularidade, a constância, a invariância, a permanência são características inerentes aos animais. É esta distinção, invariavelmente ligada ao tempo, que dá lugar à apreciação do homem como um ser diferenciado, devido à capacidade de se transformar no que ainda não é.

[...] e a baleia cerra os dentes de marfim, como inúmeros ferrolhos brancos, sobre sua prisão. Então Jonas orou ao Senhor de dentro da barriga do peixe.
[...] (MELVILLE, 2013, p.67)

Assim, Jonas assume seus pecados e pede que os marinheiros o atirem ao mar, porque sabe que a culpa dessa tormenta é unicamente sua e os outros não merecem perder sua vida em seu detrimento. E o destino se cumpriu: Jonas foi abocanhado pela baleia.

Vejam agora Jonas, erguido como uma âncora, ser jogado ao mar; quando instantaneamente uma calmaria untuosa vem do leste, e o mar fica imóvel, enquanto Jonas afunda levando consigo o vendaval, deixando a água serena atrás de si. Ele desce no coração rodopiante dessa comoção desgovernada e mal percebe que cai em direção à boca escancarada que o aguarda; [...] (MELVILLE, 2013, p.67)

Logo após, o Padre ressalta que Jonas não lamenta sua sorte e não pede por sua libertação, pois acredita que seu castigo é justo, encarregando a Deus a escolha em libertá-lo ou não. Jonas chega ao auge de seu arrependimento, embora não peça perdão e aceite o castigo de bom grado.

A partir daí, como Jonas se arrepende, Deus fica satisfeito e decide libertá-lo. Ou seja, os pecados só serão perdoados se se arrepender verdadeiramente perante Deus. E, mais uma vez, a história de Jonas serve como exemplo de comportamento para os fiéis do Padre Mapple.

Companheiros de bordo, não ponho Jonas diante de vocês para que lhe copiem o pecado, mas sim como modelo de arrependimento. Não pequem; mas, se o fizerem, arrependam-se como Jonas. (MELVILLE, 2013, p.68)

Deus, por sua vez, ouviu as preces de Jonas do fundo do mar, conversou com a baleia, que saiu das profundezas em direção ao calor do sol e expeliu Jonas de volta à terra firme. Cumprem-se as ordens do Senhor: “Pregar a Verdade diante da Falsidade!”. (MELVILLE, 2013, p.69)

Surpreendentemente, mesmo considerando-se como o representante de Deus na Terra, Padre Mapple se coloca como um pecador maior do que os fiéis presentes. Como se o seu lugar como sacerdotal fosse um castigo justo e terrível pelos seus pecados e eleito pelo Senhor para proferir as palavras do Evangelho. A partir de uma nova compreensão, Mapple conquista a autonomia através da autorreflexão.

Sem a pretensão de enveredar em análise mais apurada sobre os discursos, aproprio-me das palavras de Laurence Bardin que assevera que “enquanto esforço de

interpretação, a análise de conteúdo oscila entre os dois pólos do rigor da objectividade e da fecundidade da subjetividade”. (BARDIN, 2011, p.11)

Nesse caso, o padre é o *emissor* que, segundo Bardin (2011) possui a função expressiva ou representativa da comunicação, podendo identificar o emissor como representativo da mensagem. (BARDIN, 2011)

Estabelecendo diálogos entre o sermão envolvendo a parábola de Jonas e a música de Sá, Rodrix e Guarabyra (1973) *Mestre Jonas*, percebemos que o refrão exprime justamente a relação entre Jonas, Deus e a Baleia quando cantam:

E ele diz que se chama Jonas,
E ele diz que é um santo homem,
E ele diz que mora dentro da baleia por vontade própria,
E ele diz que está comprometido,
E ele diz que assinou papel,
Que vai mantê-lo dentro da baleia,
Até o fim da vida,
Até o fim da vida.²

A utilização da expressão Mestre, no título da canção, é indicativa de um outro olhar sobre a figura que Jonas representa. É irresistível estabelecer uma analogia. De pecador, nas palavras de Padre Mapple, a um ator dotado de conhecimento e experiência, próprios daqueles que ensinam. Entretanto, toda parábola tem com pressuposição a instrução. A alegoria utilizada, tanto no “Sermão” quanto na música, dialeticamente se complementam, ou seja, Jonas acaba por personificar a ideia de Deus.

O fato de Jonas assumir que mora dentro da baleia, por vontade própria, diz sobre o domínio de sua consciência. A alusão a aspectos e dogmas religiosos denota o poder sobre o comportamento humano imposto por diferentes doutrinas. Incrivelmente há uma subversão: o “Sermão” absolve e a música absorve.

Neste sentido, importa referendar que a educação propugnada pelo Padre Mapple teria portanto, como objetivo primordial, desenvolver habilidades propícias ao aperfeiçoamento moral. Disciplina, instrução e moralidade seriam os instrumentos

² GUARABYRA, G.; RODRIX, Z.; SÁ, L. C. Mestre Jonas. Intérprete: Sá, Rodrix e Guarabyra. In: Sá, Rodrix & Guarabyra. Terra. [S. I.]: Emi, 1973. 1CD. Faixa 3.

utilizados em favor da inibição dos instintos selvagens, do qual Jonas é o modelo, e do estímulo às disposições para o bem, aguilhoadas pela bondade de Deus.

Jonas sabe que escolheu seguir sua consciência e negar as ordens do Ser Supremo justificando sua aspiração por morar dentro da baleia. Não obstante, nosso personagem elegeu-se responsável pelo seu destino, seja ao encontro da autonomia, seja ao encontro de seus próprios grilhões.

Como escreve Lacan: “Qualquer discurso pode ser alinhado nas várias pautas de uma partitura”. E várias chaves podem servir para ouvir a música de múltiplas vozes que brotam de seres humanos que comunicam. (LACAN, apud BARDIN, 2011, p. 274)

Nesta medida, o presente artigo é uma reflexão sobre as possibilidades de transformação, que podem ser buscadas naquilo que cada um de nós pensa, acredita e faz da vida. “Até o fim da vida”.

Referências

ARENDDT, Hanna. **Da Revolução**. São Paulo: Ática, Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1988.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

GUARABYRA, G.; RODRIX, Z.; SÁ, L. C. Mestre Jonas. Intérprete: Sá, Rodrix e Guarabyra. In: Sá, Rodrix & Guarabyra. **Terra**. [S. I.]: Emi, 1973. 1CD. Faixa 3.

MELVILLE, Herman. **Moby Dick, ou, A baleia**. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

**A QUESTÃO RELIGIOSA NO IMPÉRIO DO BRASIL: A REVOLUÇÃO E O
ILUMINISMO NO DISCURSO SECULARISTA DE SALDANHA MARINHO,
RUI BARBOSA E JOAQUIM NABUCO**

Dievani Lopes Vital¹

RESUMO:

Neste artigo, buscamos apreender a apropriação do ideário francês iluminista e revolucionário pelas produções de alguns dos nomes selecionados da chamada “Geração 1870” brasileira, no que diz respeito às propostas de secularização da ordem social e política do Império. Para isso, tomamos como contexto o momento em que eclode no Brasil a chamada Questão Religiosa, conflito que opôs as autoridades leigas e religiosas do país, chamando para o debate alguns dos mais ilustres homens de letras daquela geração. O discurso político de Saldanha Marinho, Rui Barbosa e Joaquim Nabuco são analisados neste trabalho. Apesar da diferença entre esses atores sociais, suas posições são conjuntamente analisadas aqui pois eles catalisaram o debate em torno da luta pela separação da Igreja em relação ao Estado na década de 1870.

Palavras-chave: “Geração 1870” brasileira; Secularização; pensamento francês.

RÉSUMÉ:

En cet article nous recherchons l'appropriation de la pensée française des Lumières et de la Révolution de 1789 à travers des ouvrages des quelques noms sélectionnés de la «Génération 1870» brésilienne, en ce qui concerne aux propositions de sécularisation de l'ordre social et politique de l'Empire du Brésil. Pour ça, nous avons pris le context de la "Question Religieuse", conflit qui a opposé les autorités laïques e religieuse du pays. Plusieurs figures illustres de cet génération ont participé du débat autour de cette « Question », tels que Saldanha Marinho, Rui Barbosa et Joaquim Nabuco, lesquels ont produit quelques oeuvres qui sont analysées dans ce travail. Cet trois acteurs social ont catalysé le débat dans la lutte pour la separation entre l' Église et L'État dans les années 1870 au Brésil.

Mots-clés: « Génération 1870 »; Sécularisation ; Pensée française.

O presente artigo expõe ao leitor os resultados de pesquisa obtidos no terceiro capítulo da dissertação de mestrado intitulada *Iluminismo e Revolução nas ideias e nas práticas políticas da “Ilustração” brasileira* (VITAL, 2015) capítulo no qual buscou-se investigar a apropriação e a ressignificação do ideário iluminista e revolucionário francês por letrados brasileiros vinculados ao movimento político-intelectual de 1870, pela ótica

¹ Doutorado em História (UFJF). Orientador: Prof. Dr. Ronaldo Pereira de Jesus

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.

*“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.*

ISSN: 2317-0468

17 a 21 de outubro de 2016

do conceito de secularização². O contexto histórico selecionado foi o da Questão Religiosa no Império do Brasil³. Este momento da história brasileira demonstrou-se oportunamente favorável para que o propósito da pesquisa pudesse ser alcançado, posto que foi constatado que a reação conservadora da Igreja de meados do século XIX foi uma reação contra os princípios constituintes do pensamento e da sociedade moderna, ambos decorrentes do projeto iluminista de sociedade moderna na esteira das conquistas advindas com a Revolução Francesa (TEIXEIRA, 1988: 24).

Saldanha Marinho (1816-1895), Rui Barbosa (1849-1923) e Joaquim Nabuco (1849-1910) foram os nomes selecionados daquela consciência letrada. No período em que eclode a Questão Religiosa no Brasil, esses três atores sociais estiveram estreitamente vinculados à Franco-maçonaria brasileira. Por serem maçons e exercerem a atividade de jornalista na imprensa periódica dos anos de 1870 no país, os três representantes do movimento político-intelectual brasileiro se inserem entre aqueles que catalisaram, através de suas obras, o debate político em torno da questão, se colocando em franca

² Entre os dicionários de épocas consultados para investigar a evolução semasiológica do conceito de “secularização” no dezanove brasileiro, encontram-se: PINTO, Luiz Maria da Silva. **Dicionário da Língua Brasileira por Luiz Maria da Silva Pinto, natural da Província de Goyaz**. Ouro Preto: Na Typographia de Silva, 1832; DOMINGOS, VIEIRA. **Grande dicionário português ou Thesouro da Língua Portuguesa**. Porto: Typografia de Antonio José da Silva, 1874, vol. 5, p. 434; MORAES e SILVA, Antonio. **Dicionário da Língua Portuguesa**, v. II, Ed. 8, f-z. Empreza litteraria Fluminense, RJ, 1891, p. 781.

³ Algumas obras da Historiografia tradicional, como *O Ocaso do Império* (1925) de Oliveira Viana e *Os Donos do Poder* (1958) de Raymundo Faoro, não discutem em suas páginas a Questão Religiosa no Brasil. José Murilo de Carvalho em *A Construção da Ordem/Teatro da Sombra* (1988) aborda sintética e esparsamente o conflito político-religioso. Em *A Elite eclesiástica brasileira* (1985), Sérgio Miceli apresenta um estudo sobre o clero brasileiro. Na obra, o autor destaca que a organização institucional da Igreja católica brasileira esteve atrelada às novas diretrizes doutrinárias empreendidas pela santa Sé a partir de meados do século XIX, com destaque para a publicação do *Syllabus* e do *Quanta Cura* (1864). No tocante à Questão Religiosa, o autor também situa o choque da alta cúpula eclesiástica contra as leis imperiais no cenário de reação conservadora da Igreja ao avanço da sociedade liberal moderna (BARROS, Sérgio Miceli Pessoa de. **A Elite eclesiástica brasileira (1890-1930)**, 1985. Tese apresentada ao concurso de livre docência em Sociologia do Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, São Paulo, 1985, p. 32-56). Há ainda uma série de estudos produzidos por autores católicos que abordam temas diversos como a história da Igreja, o pensamento católico e sobre a Questão religiosa no Brasil, propriamente dita. Dentro dessa série destaca-se *História da Questão Religiosa* (1974), obra na qual Antônio Carlos Villaça sustenta a tese de que o conflito foi um dos principais fatores para a falência do regime monárquico-imperial. Essa supervalorização do conflito enquanto fator favorecedor do advento da República é questionado por Emília Viotti da Costa (1999). Ainda fazem parte dessa série os seguintes trabalhos: PEREIRA, Nilo. **Conflitos entre a igreja e o estado no Brasil**. EdUFPE, Recife, 1970; LUSTOSA, Frei Oscar de Figueiredo. **A presença da Igreja no Brasil**. Ed. Giro, São Paulo, 1977; VIEIRA, David Gueiros. **O protestantismo, a maçonaria e a questão religiosa no Brasil**. 2ª ed. Ed. UNB, Brasília, 1980; AZZI, Riolando. **A crise da cristandade e o projeto liberal** (História do pensamento católico no Brasil, v. 2). Paulinas, São Paulo, 1991; CASTELLANI, José. **Os maçons e a questão religiosa**. Editora A Trolha, Londrina, 1996.

oposição à hostilidade com a qual os bispos ultramontanos trataram a instituição leiga de inspiração iluminista, integrante do espaço público aberto e expansão no período, o alvo das investidas desses preladados no conflito político-religioso. Eles conseguiram expressar o anseio da necessidade por reformas no tocante à separação da Igreja do Estado imperial e as implicações daí decorrentes para o país.

A NATUREZA DA QUESTÃO RELIGIOSA NOS ANOS DE 1870 E A NECESSIDADE DE SECULARIZAR A ORDEM IMPERIAL BRASILEIRA

O intento de desvelar o alcance e o significado mais profundo da Questão Religiosa a partir de sua inserção na conjuntura internacional da época, sem desprezar os seus desdobramentos no país foi o caminho através do qual foi permitido demonstrar em bases empíricas a apropriação e a ressignificação do ideário iluminista e revolucionário francês para o contexto brasileiro em pauta, a partir das obras dos letrados de 1870 selecionados. A percepção de que a reação ultraconservadora da Igreja Católica de meados do dezenove era contra os valores e os princípios ilustrados da sociedade liberal moderna, edificada a partir da Revolução Francesa, foi efetuada pelos próprios contemporâneos no Brasil. O combate por parte de setores ultraconservadores do clero à Maçonaria, uma instituição de arraigadas tradições iluministas e atuante no país desde os primórdios da Independência, se revelara um reflexo claro dessa postura de enfrentamento.

A Franco-Maçonaria foi o alvo de d. Frei Vital e d. Antônio Macedo Costa no conflito, o qual fora iniciado com o afastamento do padre Almeida Martins, do púlpito e do confessionário, pelo Bispo do Rio de Janeiro d. Pedro de Maria Lacerda, após o padre católico e maçom ter homenageado o Visconde do Rio Branco em Loja maçônica (CASALECCHI, 1992: 62-3; ELLIS, 2004: 371-378), em decorrência da aprovação da Lei do Ventre Livre. A ação dos bispos reformadores do Recife e de Belém no país se inseria no âmbito das novas diretrizes adotadas pela Igreja Católica de meados do dezenove, expressas através do *Syllabus*⁴ e da Encíclica *Quanta Cura*, ambos documentos

⁴ O termo *Syllabus* em latim significa lista. No contexto em que estamos investigando, o termo denomina o documento papal, expedido juntamente com a Encíclica *Quanta Cura* em 8 de dezembro de 1864, através do qual Pio IX cataloga os oitenta “erros” que se faziam presentes nas constituições dos Estados modernos

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.

“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.

ISSN: 2317-0468

17 a 21 de outubro de 2016

papais ratificados pelo Concílio Vaticano I, nos quais se atestava a aversão opositora da Igreja aos princípios ilustrados e ao avanço da sociedade liberal moderna desde os tempos da Revolução Francesa (TEIXEIRA, 1988: 24-25).

Enquanto sociedade secreta, a Franco-maçonaria encontrava-se catalogada entre os “oitenta erros” da sociedade moderna enumerados pelo Sumo pontífice Pio IX, na lista de 1864⁵. Essa circunstância explica o fato de os bispos reformadores no país terem orientado sua ação de modo a exigir o afastamento de todos os irmãos ligados à maçonaria nas confrarias de suas respectivas dioceses, interditando algumas em seguida, a despeito dos decretos do governo imperial. Na verdade, eles buscaram definir a orientação do catolicismo segundo a inspiração universalista de Roma, contrária à modernidade com seus valores, encontrando no Concílio Vaticano I ressonância para esse projeto. Eles foram igualmente os responsáveis pela revitalização do ultramontanismo⁶ no catolicismo brasileiro, após quatro séculos de submissão da Igreja ao Estado devido ao regime do Padroado.

A natureza da Questão Religiosa no Império brasileiro e no mundo ocidental da época foi discutida de maneira explícita por Saldanha Marinho e Rui Barbosa, através das páginas de *A Igreja e o Estado* (1873) e de *O Papa e o Concílio* (1877), respectivamente (MARINHO, 1873; BARBOSA, 1877). Como é possível verificar por meio da leitura

até a presente década de 70 do século XIX. Podemos afirmar que os “erros” catalogados faziam menção a vários princípios herdeiros do Iluminismo Setecentista conjugados às conquistas da Revolução de 1789, tais como: o racionalismo absoluto; a liberdade de pensamento; a liberdade civil de todos os cultos e sua liberdade de manifestação; separação entre as esferas religiosa e política, com a submissão da autoridade eclesial à autoridade civil; a escola leiga; a laicização do direito; o combate à ideia de progresso, à modernidade, ao pensamento liberal, às sociedades secretas.

Esses e outros pontos condenados pelo *Syllabus* encontra-se disponíveis em:

<http://www.montfort.org.br/old/index.php?secao=documentos&subsecao=enciclicas&artigo=silabo&lang=bra>. Acesso em: 29 maio 2014

⁵Ver: <http://www.montfort.org.br/old/index.php?secao=documentos&subsecao=enciclicas&artigo=silabo&lang=bra>. Acesso em: 5 ago. 2015.

⁶No que diz respeito ao ultramontanismo podemos afirmar que se trata de uma doutrina de caráter político desenvolvida principalmente na França em oposição ao Galicanismo, que pregava desde o séc. XIV a interferência dos reis franceses nos assuntos de fórum eclesiástico, e que a partir do século XVII, passou a propugnar pela autonomia dos bispos franceses frente às decisões do Pontífice Romano. A ideia era a de criação de uma Igreja nacional francesa. O Ultramontanismo, portanto, consiste na busca de apoio e orientação além dos montes (Alpes), isto é, na Cúria Romana, para fazer frente à sua opositora, defendendo desse modo a autoridade absoluta do Sumo Pontífice em matérias de fé e disciplina. (GODECHOT, Jacques. **A Europa e a América no Tempo de Napoleão**. Trad. Miriam Lifchitz Moreira leite. São Paulo: Pioneira: Ed. Da USP, 1984, p. 101). No século XIX o que se observa é um recrudescimento afirmativo dessa doutrina diante da mudança de postura da Igreja frente aos valores dos novos tempos decorrentes da explosão revolucionária de 1789.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.

“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.

ISSN: 2317-0468

17 a 21 de outubro de 2016

das fontes, ambos letrados de 1870 perceberam que o embate gerado pelo conflito político-religioso, cujos reflexos se faziam sentir pelo país, de fato era um embate entre os princípios do *Syllabus* e os princípios da Revolução.

Da obra de Saldanha Marinho é possível destacar algumas passagens nas quais podemos notar o entendimento amplo que teve o autor acerca da natureza da Questão Religiosa iniciada no Império do Brasil a partir de 1872. Enquanto liberal republicano, Saldanha Marinho concorda com a ideia do político espanhol Emílio Castellar de que a Revolução Francesa traz em seu desenvolvimento a “fulguração do espírito moderno”. Em estreita concordância com Castellar, no artigo XIII Saldanha Marinho mostra que o clero não descobriu por detrás da eclosão da Revolução Francesa a ideia cristã: “Desencadeia-se a revolução que desperta as nações, que, emancipa os escravos, que escreve os direitos naturais; e o clero não descobre nesta fulguração do espírito moderno, o esplendor da ideia cristã! Disse-o Castellar. E é assim” (CASTELLAR *apud* MARINHO, 1873: 81).

Saldanha Marinho demonstra que no Brasil, em meio à questão religiosa, o clero se mostrava relutante para aceitar a implantação dos Direitos do Homem decorrentes da Revolução. Eles eram sumariamente execrados pela prelazia romana atuante nessa parte das Américas: “As tendências desta terra para a efetividade dos direitos do homem, longe de ter a coadjuvação pacífica do clero romano, encontra-o obstinado, em sistemática oposição; (...) está ele sempre de lança em riste, para embaraçar todos os melhoramentos sociais” (MARINHO, 1873: 81). Lembremos que assim como Castellar, Saldanha Marinho também está em comum acordo com o fato de ser a Revolução de 1789 a promotora do espírito moderno.

No discurso de Saldanha Marinho, em seu artigo XVII, fica claro que o embate gerado pelo ultramontanismo da Igreja de meados do Oitocentos consiste numa investida contra os princípios liberais decorrentes da Revolução Francesa, que fundam a sociedade moderna. A Encíclica de 8 de dezembro de 1864, razão de ordem do *Syllabus*, toma como heréticas todas as liberdades modernas:

Por ela são heréticas e como tais condenadas as verdades as mais claras e evidentes da sã política, da ciência e da moral dos povos cultos. A liberdade de consciência, (...) dos cultos, a liberdade de comunicar o pensamento por palavra, por escrito, ou pela imprensa, são heresia (MARINHO, 1873: 142).

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
 “O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
 ISSN: 2317-0468
 17 a 21 de outubro de 2016

Em *O Papa e o Concílio*, ao estabelecer equivalência entre os jesuítas e o romanismo (ultramontanismo), Rui Barbosa indica ao leitor a que sociedade “moderna” faziam antagonismos os partidários do Papa Pio IX:

Sem dúvida nenhuma na religião de Loyola está, na mais elevada potência, o ódio à sociedade moderna, leiga, independente; mas esse ódio é o sangue, o leite, a vida, que recebeu nas entranhas, no seio materno da Roma pontifícia, que nunca se nutriu, nem subsiste ainda hoje, senão dessa ingênita maldade, desse rancor hereditário, dessa hostilidade perpetua á fôrma cristã da sociedade civil triunfante com a revolução francesa (BARBOSA, 1877: XXVIII)⁷.

Fica evidente ao leitor que Rui Barbosa entende por sociedade moderna, leiga e livre, o modelo de sociedade vitorioso com a Revolução que irrompeu em solo francês a partir de julho de 1789, modelo de sociedade cujo projeto fora esboçado pelo Iluminismo. É precisamente no trecho abaixo que o jornalista e advogado baiano elucida a característica do embate no qual se centra a questão religiosa. Ele é um embate entre o *Syllabus* e a Revolução Francesa em seu entender. É um embate causado pela reação clérigo-romana frente ao processo de secularização pelo qual passava a sociedade ocidental moderna desde a data de 1789. Indaga Rui Barbosa:

Qual é o grande facto, o facto imortal, universal, providencial que arrasou pelos fundamentos a idade média? Sem dúvida nenhuma, a revolução de 89, destruindo pela raiz o feudalismo, e secularizando a ordem civil. Ora, a revolução francesa - e sobretudo por esse crime atroz de haver libertado as instituições da ação clérigo-romana - é severamente condenada pela igreja como « obra prima da táctica infernal. » (*) Esta « secularização da ordem civil que a democracia revolucionaria consummou » e que, entretanto, é a base, a essência, a razão de ser do estado moderno, afigura-se intolerável a Roma. Os princípios de 89, que aliás estão perfilhados na constituição brasileira, como, mais ou menos, nas constituições mais conservadoras deste seculo, são, declara-o a gazeta oficial do papa, « absurdo, sandice, estupidez, vaidade, orgulho falsidade, fanfarrice, pedantismo, extravagancia; são, para dizer tudo, ímpios e puerilmente pretenciosos»(BARBOSA, 1877: XXXVIII)⁸.

Tanto no discurso *A invasão Ultramontana (1873) (NABUCO, 1873)*, proferido no Grande Oriente Unido do Brasil, sob a presidência de Saldanha Marinho, quanto nos discursos *Secularização dos Cemitérios* (30 de setembro de 1879) e *Liberdade Religiosa*

⁷ Esse antagonismo, o qual Rui também percebe existir entre o *Syllabus* e a Modernidade inaugurada pela Revolução Francesa e os seus princípios iluministas, podem ser identificados igualmente nas páginas XCVI, CI e CXLII e CXLIV da introdução da versão brasileira de *O Papa e o Concílio*.

⁸ Entre as fontes citadas por Rui Barbosa nesse trecho estão: *Les Doctrines romaines*, de Ramière; e a folha *Civiltà Catholica*.

(16 de junho de 1880) (NABUCO, 2010), ambos proferidos na Câmara dos Deputados do Império, Joaquim Nabuco em momento algum chega a expor explicitamente para o leitor a natureza desse embate, contudo ele constatava que a oposição da Igreja de Pio IX e de seus segmentos ultramontanos era uma oposição aos valores da sociedade moderna, que em última instância é uma sociedade esboçada pelo projeto iluminista de modernidade na esteira da Revolução Francesa, pautado nas concepções de progresso, de perfectibilidade, de civilização, de liberdade, de ciência, na crença no poder da razão, concepções estas compartilhadas pelas teorias científicas do século XIX, as quais eram tributárias das concepções daquele projeto.

Em *A invasão Ultramontana*, se valendo da interpretação de um jornal da Alemanha do Sul, cujo nome não é citado, Joaquim Nabuco constata que a guerra para a qual se preparava a Igreja era uma guerra contra o Estado moderno, um Estado que Saldanha Marinho, em *A Igreja e o Estado* (1873), obra publicada no mesmo ano em que J. Nabuco discursa no auditório do Grande Oriente, identifica como aquele edificado pela Revolução Francesa⁹. Afirma Joaquim Nabuco:

Senhores, os jesuítas que fizeram o concílio de Trento fizeram também o do Vaticano, e foram eles que empenharam com a sociedade moderna uma luta terrível. « A igreja não obedece senão à lei e sua própria conservação, quando se prepara para uma guerra de morte com o estado moderno saído do radicalismo » [grifo nosso]. É essa uma observação de um jornal da Alemanha do Sul, onde a luta religiosa tomou todas as proporções que vai alcançando entre nós. Eis aí a invasão ultramontana (NABUCO, 1873: 27)¹⁰.

Como solução para o impasse no país, e expressando o anticlericalismo característico da dita “Geração 70”, esses letrados reivindicaram a separação da Igreja do

⁹ Sobre a associação que Saldanha Marinho faz entre o espírito da sociedade e do Estado modernos com a Revolução Francesa encontra-se nas páginas 81, 141, 145 de *O Estado e a Igreja*.

¹⁰ O que chama a atenção nesse trecho, extraído do discurso que Joaquim Nabuco proferiu no Grande Oriente Unido do Brasil, é o fato do letrado de proveniência pernambucana conseguir captar o momento em que a folha alemã identifica o Estado moderno com aquele que emerge do radicalismo. É possível perceber a que espécie de radicalismo, do qual se origina o Estado moderno, o jornal alemão citado se refere. É o radicalismo da mesma natureza que o discursista nos indica na página 14. É o radicalismo necessário para a humanidade poder reivindicar de novo o princípio da liberdade religiosa no século XIX. Um radicalismo de mesma natureza, porém de maior intensidade ao radicalismo exemplificado no massacre ocorrido nas Tulherias em 1792, ao qual o próprio Joaquim Nabuco faz alusão no trecho do discurso situado naquela página do panfleto. Ou seja, assim como para o seu contemporâneo citado, Saldanha Marinho, entendemos que também para Joaquim Nabuco esse Estado moderno emerge da Revolução Francesa.

Estado Imperial e todas as consequências daí decorrente: o reconhecimento definitivo da liberdade de cultos como incentivo à imigração, o reconhecimento do casamento civil, a laicização do ensino, a secularização dos cemitérios, dos registros de óbito e de nascimento. Isso implicava em abolir os privilégios dos quais gozava a Igreja oficial do Estado. Através da leitura de suas produções percebemos que a secularização da ordem política e social do Império era vista como condição imprescindível ao progresso dessa sociedade moderna à qual reivindicavam a inserção do país

A RELEITURA DOS TEXTOS NO CONTEXTO

Como Saldanha Marinho, Rui Barbosa e Joaquim Nabuco reapropriaram e ressignificaram o ideário francês iluminista e revolucionário, na condição de catalisadores dos debates que ocorreram no país em decorrência da Questão religiosa? Para responder a essa indagação, atenhamo-nos à qualidade das fontes que foram escolhidas de cada um desses homens de letras para tratar da temática da secularização em meio à Questão Religiosa, isso tendo em vista o propósito apresentado.

De Saldanha Marinho, temos em *A Igreja e o Estado* uma obra de caráter bibliográfico, resultado da compilação de vários artigos escritos pelo letrado pernambucano no ano de 1873, e publicados no *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro. Por se tratar de artigos publicados na imprensa periódica em momentos diversos daquele ano, a obra não traz notas de páginas, o que torna difícil constatar em quais referenciais Saldanha Marinho teria se apoiado para fundamentar sua argumentação diante dos eventos da Questão epíscopo-maçônica. Porém, mesmo sem nos indicar suas referências, ele evoca por exemplo o jurista francês *Jéan-Étienne-Marie Portalis* da época da Revolução e do primeiro Império Napoleônico. Evoca também o nome do notório político espanhol *Emílio Castellar*. De ambos ele retira argumentos sobre a Revolução para discutir a Questão Religiosa no Brasil, de um ponto de vista estritamente favorável à maçonaria brasileira.

Para além disso, há os momentos em que ele descreve fatos atrelados à Revolução como a promoção do casamento civil, os Direitos do Homem, a conflituosa relação entre a Igreja e o movimento revolucionário, sempre numa linha associativa com os fatos que

aconteciam no Império, em decorrência da eclosão conflito político-religioso. Isso suscitou a hipótese de haver um considerável conhecimento da Revolução por parte do publicista republicano. Como foi pontuado, a linguagem de Saldanha Marinho em favor dos maçons mobiliza algumas das categorias do pragmatismo e da atmosfera intelectual do Iluminismo, igualmente presentes na mentalidade do século em que viveu. Temos em seu discurso explicitamente a crença no poder da Razão, a defesa da liberdade, da tolerância, a confiança na racionalidade das leis, a oposição à perseguição religiosa, ao fanatismo, à ignorância, a prefiguração da metáfora das luzes.

Para o caso da introdução da versão brasileira de *O Papa e o Concílio* (1877), elaborada por Rui Barbosa, a situação foi outra, e muito mais favorável ao objetivo pretendido. Obra também de caráter bibliográfico, nela há notas de pé de página, o que permite a identificação das referências que foram consultadas pelo letrado baiano para aplicar os conceitos do livro do teólogo Johann Joseph Ignaz Von Döllinger (Janus) ao contexto brasileiro da Questão Religiosa. Em uma análise das notas de página presentes na introdução, constata-se a citação por Rui Barbosa das obras de nomes importantes da política francesa oitocentista, tais como *Édouard René de Laboulaye Lefèvre, Jules Simon*. Do jurista e político *Jéan-Étienne-Marie Portalis* (1746-1807), do período da Revolução e do Primeiro Império Francês, Rui Barbosa cita *Rapport sur le Concordat de 1801* (BARBOSA, 1877)¹¹.

O mais significativo é destacar a citação das obras, que foram lidas por Rui, de católicos liberais franceses do século XIX, visto que entre eles se encontram os que lutaram pela conciliação do catolicismo romano com os princípios liberais decorrentes da Revolução Francesa. Do filósofo, escritor e clérigo *Hughes Felicité Robert de Lamennais* (1782-1854), Rui Barbosa cita *Dès Progrès de la Rèvolution et de la guerre contre l'Eglise* e *Oeuvres de Lamennais*. Do filósofo cartesiano *Jean Baptiste Bordas-Demoulin* (1798-1859), defensor da conciliação das doutrinas da Revolução Francesa com a tradição religiosa, o letrado baiano se vale de *Essai sur la Réforme Catholique* e de *Mélanges Philosophiques et religieuses*. De *Charles Forbes René de Montalembert* (1810-1870), político e publicista defensor da obra edificada pela Revolução, Rui

¹¹ *La Liberté Religieuse* de Laboulaye é citada por Rui Barbosa na página 200. De Jules Simon, Rui Barbosa faz referência a *La Liberté de Conscience* e *La Politique Radical* nas páginas 209 e 229. Ele cita também *Discours, rapports et travaux inédit sur la Concordat de 1801* de Portalis na página 209.

Barbosa toma por referência *Testament Spirituel de Montalembert e L'Eglise Libre dans l'État libre* (BARBOSA, 1877: XXXVI, XCIII, CXXXVII, CLI, CCXXXI).

Dentro do propósito pretendido já indicado, do letrado de procedência pernambucana, Joaquim Nabuco, foram tomados três discursos para discutir a temática da secularização no âmbito da Questão Religiosa. Um proferido no auditório do GOB no ano de 1873, e os outros dois na Câmara dos Deputados do Império, nos anos de 1879 e 1880. De Joaquim Nabuco tivemos que nos valer de seus discursos, pois não identificamos obra bibliográfica alguma do letrado produzida no calor dos acontecimentos do conflito político-religioso. A única obra bibliográfica em que Joaquim Nabuco narra a Questão Religiosa é *Um Estadista do Império* publicado em 1899, num período bem posterior, já na República.

Por se tratar de discursos, não é possível saber em quais obras ou autores Joaquim Nabuco buscou sustentar seus argumentos contrários ao reacionarismo da Igreja e seus privilégios. Em decorrência disso, focou-se naquilo que era caro ao objetivo do capítulo, a saber: o letrado pernambucano também via na reação ultramontana da Igreja de meados do século uma reação contra os princípios basilares da sociedade moderna, concebida pelo projeto iluminista e edificada a partir das conquistas da Revolução Francesa? Ou seja, assim como seus coetâneos Saldanha Marinho e Rui Barbosa, Joaquim Nabuco também entendia o fundamento da luta que a Igreja universal se propunha a travar no período?

A partir da leitura integral das fontes citadas, pode-se dizer que a resposta é positiva. Mesmo não tendo como constatar em quais fontes Joaquim Nabuco ampara seus argumentos nos discursos que proferiu em decorrência da Questão Religiosa no Brasil, a sua autobiografia *Minha Formação* (1900) nos permite validar que o letrado pernambucano se apropriou do ideário iluminista e revolucionário francês através da leitura das obras dos principais historiadores da Revolução no século XIX, tais como *Alphonse de Lamartine, Hughes Felicité Robert de Lamennais, Edgar Quinet, François Mignet*. Além disso, ele nos aponta que lia Mirabeau (NABUCO, 1998: 34-5). O historiador da Revolução Francesa da primeira metade do século, Alexis de Tocqueville, era outro autor francês apreciado por Joaquim Nabuco. Não podemos deixar de elencar a

referencial figura de Voltaire, mencionada tanto no discurso de 1873 quanto no discurso de 1880, para tratar de temáticas como a liberdade e a intolerância religiosas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Devido ao propósito do terceiro capítulo da dissertação que esse artigo descreve, ao se ter selecionado as produções de Saldanha Marinho, Rui Barbosa e Joaquim Nabuco, três representantes do movimento político-intelectual de 1870 estritamente vinculados à maçonaria no país, foi posto em foco forçosamente apenas um dos lados da versão acerca do conflito que pôs em rota de colisão as autoridades civis e eclesiásticas do Império brasileiro nos anos de 1870, qual seja, a versão favorável à maçonaria, visto que há a versão dos bispos¹².

José Honório Rodrigues mostra que Saldanha Marinho procurou sustentar a sua (meia-) verdade, a qual era uma verdade maçônica, regalista, anticatólica, e sobretudo jornalística. Na mesma linha interpretativa, ligada à Ganganelli, pelas mesmas inspirações ideológicas, e pelos mesmos fundamentos filosóficos e de sentimentos, está a introdução que Rui Barbosa deu à sua versão traduzida para o português de *O Papa e o Concílio*. Esta é igualmente uma versão maçônica, regalista e anti-ultramontana. Saldanha Marinho não abjurou em momento algum a sua obra, enquanto Rui Barbosa maldisse mais tarde tudo o que escrevera contra a Igreja.

A interpretação de Joaquim Nabuco procurou ser original, numa linha não regalista, não-ultramontana, mas também não católica ortodoxa. Contudo, ele acabou sendo regalista e anti-ultramontano de acordo como está transparente em seus discursos, um no Grande Oriente Unido, e os outros dois no Parlamento brasileiro nos anos de 1879 e de 1880¹³. Somente nos dez últimos anos de sua vida, quando o Império já estava

¹² Entre os trabalhos que conseguimos identificar e que compõem a visão dos prelados sobre o conflito político-religioso no Brasil estão: **O Bispo de Olinda e seus acusadores no Tribunal do Bom senso (1873)**, escrito pelo próprio d. Frei Vital; **Direito contra Direito ou o Estado sobre tudo. Refutação da Teoria dos Políticos na Questão Religiosa (1874)** de d. Antonio Macedo Costa.

¹³ A respeito da interpretação de José Honório Rodrigues e de indicações acerca da historiografia da questão religiosa no Brasil, ver: http://www.senado.gov.br/publicacoes/anais/pdf/ACE/ATAS10-Terceiro_Conselho_de_Estado_1875-1880.pdf.

extinto, que Joaquim Nabuco reaproximou-se da religião, à medida em que lhe crescia também o interesse pelo universo literário em detrimento dos interesses políticos.

O enfoque apenas em uma das versões teve assim sua razão de ser. Não se tratou, portanto, de proselitismo em relação à causa dos bispos, apoiados pela Igreja, ou dos maçons, apoiados pelo governo imperial. Procurou-se detectar o alcance e o significado mais profundo da Questão Religiosa a partir de sua inserção na conjuntura internacional da época, sem desprezar os seus desdobramentos no país. Esse foi o caminho através do qual foi permitido demonstrar em bases empíricas a apropriação e a resignificação do ideário iluminista e revolucionário francês para o contexto brasileiro em pauta, a partir das obras dos letrados de 1870 selecionados para esse propósito.

A percepção de que a reação ultraconservadora da Igreja Católica de meados do dezenove era contra os valores e os princípios ilustrados da sociedade liberal moderna, edificada a partir da Revolução Francesa, foi efetuada pelos próprios contemporâneos no Brasil. O combate por parte de setores ultraconservadores do clero à maçonaria, uma instituição de arraigadas tradições iluministas, e atuante no país desde os primórdios da Independência, se revelara um reflexo claro dessa postura de enfrentamento.

FONTES

BARBOSA, Rui. **O Papa e o Concílio**: a questão religiosa. Rio de Janeiro: Brown & Evaristo, 1877.

MARINHO, Joaquim Saldanha. **A Igreja e o Estado**. Rio de Janeiro: J. C. de Villeneuve, 1873, 570 p. Artigos que aparecerão na imprensa periódica sob o pseudônimo de Ganganelli.

NABUCO, Joaquim. **A invasão ultramontana**. Discurso pronunciado no Grande Oriente Unido do Brasil no dia 20 de maio de 1873. Rio de Janeiro: Typographia Franco-Americana, rua da Ajuda, 18., 1873.

_____. **Joaquim Nabuco** / textos de Munhoz da Rocha Netto e Gilberto Freire e seleção de discursos de Gilberto Freire. 2. ed., ampl. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010.

_____. **Minha Formação**; introdução de Gilberto Freyre. Brasília: Senado Federal, 1998

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

REFERÊNCIAS

CASALECCHI, José Ênio. **A proclamação da república**. Ed. 5. SP: Editora Brasiliense, 1992.

ELLIS, Myriam [et al.]. **O Brasil Monárquico: declínio e queda do Imperador**. Introdução Geral de Sérgio Buarque de Holanda. 6. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, t. 2, v. 6,

TEIXEIRA, Faustino Luís Couto. **A gênese das CEBs no Brasil: elementos explicativos**. São Paulo: Ed. Paulinas, 1988.

VITAL, Dievani Lopes. **Iluminismo e Revolução nas ideias e nas práticas políticas da “Ilustração” Brasileira**. 2015. 219p. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2015

Entre Representações e Requerimentos: O Poder Político Provincial de Minas Gerais e a construção dos cemitérios extramuros

Pâmela Campos Ferreira

Resumo:

A cultura funerária brasileira tributária da tradição secular dos enterros intramuros passa a partir do século XIX por um processo de dessacralização da morte, num contexto em que a criação dos cemitérios (Lei de 1º de Outubro de 1828) passa a fazer parte da pauta de Instituições Políticas, onde tal questão é debatida não só por conselheiros, mas por vereadores e membros da Assembleia Provincial.

Palavras-chave: Conselho, Instituições Políticas, Assembleia Provincial, Cemitério Extramuro.

Abstract:

Tax Brazilian funerary culture of the secular tradition of intramural burials passes will from the nineteenth century by a death desecration process, in a context where the creation of cemeteries (Law of 1 October 1828) becomes part of the agenda of Political institutions, where this issue is discussed not only by directors but by councilors and members of the Provincial Assembly.

Keywords: Advice, Political Institutions, Provincial Assembly, cemetery outside the walls.

“Quanto é indecente revolver-se á terras muitas vezes fétidas dentro dos templos dedicados ao Culto Divino [...], [uma vez que] já se conhece os males que se originam do ar mefítico exalado nos Templos fechados em grande parte do dia e toda a noite e abertos ao ato de entrada das pessoas”¹

“... é contra a decência que os Templos sejam depósitos de cadáveres, é repugnante entrar em uma Igreja para fazer oração ou cumprir outros deveres da nossa religião, e ter

¹Fala do Conselheiro Manuel Ignácio de Melo e Souza, em Sessão do **Conselho Geral** no ano de 1830.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.

“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”, Juiz de Fora, 2017, 1554p.

ISSN: 2317-0468

17 a 21 de outubro de 2016

de sofrer os efeitos da podridão, ou de sair dali para não se expor á um contágio”²

Proponho uma análise da problemática acarretada em virtude da Lei de 1º de Outubro de 1828, constando no Título III das Posturas Policiais, no Artigo 66, parágrafo II, que versa “Sobre o estabelecimento de cemitérios fora do recinto dos Templos, conferindo á esse fim com a principal Autoridade Eclesiástica do lugar [...]”.³

Com o advento da Lei de 1º de Outubro de 1828, verificamos uma tensão entre os poderes locais representados pelas Câmaras Municipais com o poder provincial (Conselho Geral da Província), no que tange a execução da Lei, uma vez que a esfera tradicional dos mineiros do oitocentos, os lembravam da importância da crença do “bem morrer”, e o sepultamento intramuro era fundamental para que a alma alcançasse um bom lugar após a morte.

A Lei de 1828, por outro lado, expressava a necessidade do estabelecimento de cemitérios extramuros, pautada na ideia de salubridade, observamos assim, a existência de todo um imaginário pós morte, no qual o enterro intramuro deve ser realizado para o bem da alma, e um discurso médico preocupado com a saúde da população. Essas tensões se expressam não só, nos campos da tradição e política, como no campo econômico, pois a Lei aponta que a construção do cemitério passa a fazer parte das atribuições das Câmaras Municipais junto a Autoridade Eclesiástica Local, e para tanto, elas deveriam ter recursos financeiros para tal empreitada.

Observamos a preocupação da dita Lei com a salubridade na Província, pois no mesmo parágrafo em que trata sobre a construção de cemitérios, ela fala “sobre o esgotamento de pântanos, e qualquer estagnação de águas infectas; sobre a economia e asseio dos curraes, e matadouros públicos, sobre a collocação de cortumes, sobre os depósitos de imundices, e quanto possa alterar, e corromper a salubridade da atmosfera”.⁴

²Fala do Presidente da Província de Minas Gerais, Francisco José de Souza Soares Andreia, no ano de 1844 na **Assembleia Legislativa Provincial**.

³BRASIL. Constituição Política do Império do Brasil de 1824. **Coleção das Leis do Império do Brasil de 1824**. Typografia Nacional, 1874.

⁴BRASIL. Constituição Política do Império do Brasil de 1824. **Coleção das Leis do Império do Brasil de 1824**. Typografia Nacional, 1874.

No entanto, a Lei aponta a necessidade da construção de cemitérios extramuros, por outro lado, não diz que deva haver a proibição do enterro intramuro.

A pauta sobre as construções dos cemitérios foi recorrente nas discussões do Conselho Geral, que a partir da Lei de 1º de Outubro de 1828, ficou encarregado de aprovar as posturas municipais aprovadas pelas Câmaras, dentre elas a questão dos cemitérios.

A Lei suscitou diversas interpretações sobre a construção do cemitério, e a permanência ou não dos cemitérios particulares (pertencentes às Irmandades). Por outro lado, tem-se a questão da salubridade, que alertava para os perigos das sepulturas no interior dos Templos religiosos, num momento em que a Teoria dos Miasmas adverte para o odor melífico que sairia dos corpos em decomposição avançada, observamos o discurso de um saber científico em oposição a tradição cultural embasada na crença da importância dos ritos fúnebres e do sepultamento intramuro.

A discussão sobre o Artigo 66 da Lei de 1828 aparece de forma substancial em uma importante instituição – O Conselho Geral de Província. Estabelecido pela Constituição do Império do Brasil de 1824, o Conselho Geral “representa um espaço privilegiado para análise das disputas entre interesses e projetos políticos que mobilizaram diferentes setores sociais”. Como previa a Constituição no que tange ao estabelecimento do Conselho Geral, todo cidadão tem direito de intervir, nos negócios relativos á sua Província, e á seus interesses, tendo como meio para tal propósito, as Câmaras e Conselhos Gerais. Os objetivos do Conselho seriam “propor, discutir e deliberar sobre os negócios mais interessantes das suas Províncias, formando projetos peculiares, e acomodados á suas localidades e urgências.”⁵ As Câmaras Municipais deveriam prestar contas ao Conselho Geral, que passaria á fiscalizar a sua atuação, e a partir de 1834, as Municipalidades deveriam responder á Assembleia Legislativa Provincial. (FERNANDES, 2014)

Entre as pautas discutidas no Conselho Geral de Minas Gerais, está a que se refere á Salubridade na Província, que entre outras coisas, versa sobre a importância da criação de cemitérios, obedecendo a Lei de 1828. Muitas vezes, verificamos que o Conselho se

⁵ BRASIL. Constituição Política do Império do Brasil de 1824. **Coleção das Leis do Império do Brasil de 1824**. Typografia Nacional, 1874.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

converte em um palco de discussões ao abordar essa questão. Observamos Representações que Câmaras Municipais oficiam ao Conselho, afirmando haver obstáculos para que se cumpra o Artigo 66 das Posturas. Para exemplificar o que acima foi colocado, citamos o caso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário do Arraial de Santa Luzia de Sabará, que informava que não poderia concorrer com a cota para a instalação do cemitério na dita Vila, pois no ano anterior teve grande gasto com o reparo de sua Igreja, e o dinheiro que ainda tinha no cofre, daria apenas para pagar o capelão, ajudante e sacristão.⁶

A proposta do presente projeto é a análise da discussão em virtude da Lei de 1828, as Representações e Requerimentos remetidos ao Conselho Geral e a Assembleia Legislativa Provincial, e a própria discussão e oposição de opiniões dos homens que compunham essas Instituições em relação ao gasto com os funerais, e em relação á contínua prorrogação da construção dos cemitérios. O que se apresenta é um problema de ordem político-administrativa, as discussões entre Conselho e Câmara, e mais tarde essa discussão na Assembleia Legislativa Provincial, se apresentam enquanto sendo o objeto de pesquisa, para melhor compreender qual era o caráter das tensões entre as Câmaras e o Conselho oriundas em virtude da dita Lei.

A segunda Instituição política, que se apresenta enquanto um espaço para embates de projetos políticos, e que teremos como foco de pesquisa é a Assembleia Legislativa Provincial. Ela é estabelecida através da Lei de 12 de Agosto de 1834, tinha como atribuição a formulação de Leis, e guardava em seu bojo um principio de Autonomia Regional, de modo que todas as Resoluções que devessem ser tomadas no interior da Província eram efetivamente realizadas pela Assembleia, ou seja, ela encerrava o processo em si mesmo, não havendo mais toda uma burocracia, para que se efetivasse a Lei (DOLHNIKOFF, 1990: 77).

Essa mesma discussão aparece de forma latente na Imprensa Periódica mineira, que entre os anos de 1830 á 1849 discute sobre a Lei de 1828. A Imprensa torna-se assim, um palco onde os mais variados agentes atuam no que tange á questão dos cemitérios, na maioria das vezes imbuídos de um discurso que defende a salubridade como “arma” para se combater a ignorância e as trevas dos menos esclarecidos. A Imprensa Periódica

⁶SCGP³Cx.05doc.17.pág.46.(1116). Sessão do dia 03/02/1832.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

produzida no Brasil pode ser caracterizada como um forte agente histórico, que não se representava enquanto “um mero veículo, mas mecanismo de participação política, espaço de produção de referências e campo de embates políticos” (MOREL, 2012).

A Lei de 1º de Outubro de 1828 versa sobre o estabelecimento de cemitérios fora do Recinto dos Templos, além de outras diversas questões que passariam a fazer parte das atribuições das Câmaras Municipais. Na discussão acerca da salubridade na Província, no interior do Conselho Geral de Minas Gerais, na Assembleia Legislativa Provincial, e nos Periódicos, observamos conflitos entre os homens que integravam essas Instituições no que tange a questão da criação dos cemitérios, atritos inclusive, com as Irmandades e Ordens Terceiras, pois estas possuíam lucro providenciando os sepultamentos de seus filiados em seus cemitérios particulares, ou nos Templos Religiosos, e com o advento da Lei, as Irmandades perderiam o monopólio dos enterros. É possível problematizar os diferenciados interesses que moviam os segmentos que representavam a essas instituições, na maioria das vezes argumentando em favor da prorrogação da construção dos Cemitérios. Quais motivos os impulsionavam a dirigir representações questionando a implementação do que determinava a Lei de 1828? Seria o peso da tradição cultural do sepultamento intramuro? Ou é uma questão financeira em que as Câmaras não puderam arcar com as despesas, mesmo que o façam junto à Autoridade Eclesiástica local? Enfim, essas questões precisam ser mais bem analisadas.

Essa problematização é viável na medida em que se evidencia o quão é recorrente a pauta sobre cemitérios, nas Sessões do Conselho Geral, Câmara Municipal, e mais tarde na Assembleia Legislativa Provincial, bem como nos Periódicos aqui propostos, aparecendo como um problema que já foi por demais adiado, e que precisa de uma solução dentro dos parâmetros da Lei.

A própria questão referente ao cemitério particular das Irmandades, torna-se um problema em potencial, uma vez que a Lei de 1828 versa apenas pelo estabelecimento dos cemitérios fora do Templo, mas não indica nada sobre os cemitérios particulares das Irmandades e Ordens, ou seja, esses lugares poderiam ou não continuar enterrando seus filiados?

Essa discussão aparece de forma clara em Sessões da Câmara de Ouro Preto, onde Irmandades solicitavam para que continuassem a praticar os sepultamentos em seus

cemitérios.⁷ Toda a discussão é remetida então, ao Conselho Geral, e em um segundo momento á Assembleia, locais que se configuram enquanto espaços para os embates desses projetos. Assim é possível tratar da complexidade dos diferentes interesses que representam ás Instituições acima colocadas, procurando compreender como a administração provincial negociou com os segmentos sociais (diferenciados), a fim de procurar uma solução para essa pauta. Em um momento em que a medicina social avança, alertando sobre os perigos provenientes da sepultura muitas vezes aberta, para que novo sepultamento tivesse lugar, observamos como passa á ocorrer uma mudança no discurso, que cada vez mais tem um cuidado em apontar o enterro intramuro como resultado das trevas da ignorância.

O interesse em desenvolver uma pesquisa acerca da Lei de 1828, que versa sobre o estabelecimento de cemitérios fora do recinto dos Templos entre outras questões referentes á salubridade na Província, teve inicio durante o período em que fui bolsista de iniciação científica do Projeto “Política Provincial e a Construção do Estado Nacional” (2013), coordenado pelo Professor Doutor Alexandre Mansur Barata. O Projeto analisa a dinâmica política da Província de Minas Gerais no momento posterior á Independência, problematizando as relações entre a elite local e a autoridade central, havendo a análise das seguintes instituições provinciais: O Conselho Geral e o Conselho do Governo.

Nesse projeto tive contato com a documentação do Conselho Geral de Província, uma instituição á nível provincial, e analisando as questões que estavam em pauta nas discussões desses Conselheiros, me deparei com a questão que trata sobre a criação de cemitérios, tal como a Lei de 1828 assim versa. Diversas Representações e Requerimentos remetidos de todas as partes da Província de Minas Gerais, cujo tema central era os enterros intramuros, uns solicitando a prorrogação da construção dos cemitérios, Irmandades pedindo para que continuar a enterrar em seus cemitérios particulares, membros do Clero interpretando a Lei de acordo com seus próprios interesses, enfim, são diversas questões, mas todas fazendo referência a Lei de 1828.

Ao falarmos sobre a historiografia que trata o assunto, devemos sem dúvida, evocar o nome de João José Reis, célebre por sua obra “A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX”. Reis é um dos principais estudiosos de uma

⁷ CMOP 3/1 – CX.02 **Arquivo Público Mineiro.**

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

historiografia dos micro poderes no cotidiano colonial. O objeto central do livro é a revolta popular ocorrida em 25 de Outubro de 1836, na cidade de Salvador. Nesse período a multidão destruiu o cemitério de Campo Santo, inaugurado três dias antes. A revolta foi composta por grande parte da população, tendo a complacência da polícia local. Algumas perguntas como: Quais foram os interesses envolvidos? O que impulsionou esta manifestação massiva? Vão sendo respondidas ao longo da narrativa do autor.

Reis reconstrói a “Cemiterada” – como ficou conhecido o levante – indicando que é na trama dos interesses econômicos e no confronto de mentalidades que podemos perceber as tensões sociais em jogo na resistência contra o cemitério.

Outro nome que citaremos é o de Cláudia Rodrigues, autora de obras como “Lugares dos Mortos na Cidade dos Vivos” e “Nas fronteiras do além: A secularização da morte no Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)”. Na primeira obra a autora expõem que as mudanças nos costumes fúnebres fizeram parte das transformações que a cidade do Rio de Janeiro passou no decorrer do século XIX, no que tange a atitudes da população em relação a morte. A autora faz usos de fontes plurais e diversificadas para pensar nas tradições fúnebres e nas transformações de atitudes perante a morte.

Na segunda obra a autora acompanha os deslocamentos ocorridos na compreensão da morte e do morrer, tendo como base a leitura dos testamentos do setecentos e oitocentos, Cláudia Rodrigues mostra o quanto os habitantes do Rio de Janeiro haviam introjetado práticas e representações católicas da morte e do morrer, durante sua obra verificamos a maneira como o posicionamento das pessoas vai se transformando, a partir de questões como o fim do sepultamento nas Igrejas, o discurso médico, a medicalização da sociedade, a Lei do cemitério público e etc

. Alguns questionamentos podem ser levantados a partir da historiografia que estuda o tema, como por exemplo, no caso da Bahia que João José Reis estuda, houve o levante “A Cemiterada” da população que destruiu o cemitério recém inaugurado, no caso da Província Mineira, não observamos um levante como o que ocorreu em Salvador, mas por não ter havido uma revolta popular, a resistência a construção do cemitério não aconteceu? Ou foi uma resistência silenciosa, que ocorreu de outra maneira?

Este é um ponto que levanta a questão sobre qual seria o caráter da resistência a construção dos cemitérios em Minas Gerais, uma vez que não verificamos uma

mobilização social como a que aconteceu na Bahia, e no entanto, isso não quer dizer que não tenha ocorrido resistência ao cemitérios extramuros.

Verificamos que a historiografia acima colocada, aborda a temática da morte dando relevância as transformações das atitudes do homem diante da morte, as mudanças dos ritos fúnebres em virtude da Lei de 1828, dispondo de um grande número de fontes primárias, entre testamentos e fontes legislativas. A proposição do presente projeto é de conceder uma maior relevância a fontes oficiais, partindo da discussão sobre a Lei de 1828, presentes nas Atas do Conselho Geral e nos Anais da Assembleia Provincial, analisando também como essa pauta é debatida na imprensa, nunca deixando de lado a esfera mental e social dessa discussão, embora o ponto de partida seja dado na documentação oficial do Governo.

O trabalho se justifica pelo fato de recuperar uma importante discussão no âmbito político e legislativo, especificamente no Conselho Geral da Província, e a partir de 1834 na Assembleia Legislativa Provincial. Os conflitos aparecem em diversas frentes, clérigos, Ordens, Irmandades, moradores das Vilas, Vereadores a favor da construção do cemitério, e os que protelam a criação, não havendo um consenso claro entre as autoridades administrativas.

FONTES

ANAIS da Assembleia Provincial de Minas Gerais (1835-1889). Disponível em **BIBLIOTECA DIGITAL ALMG.**

ANAIS da Assembleia Provincial de Minas Gerais (1835-1889). Disponível em **BIBLIOTECA DIGITAL ALMG.**

BRASIL. Constituição Política do Império do Brasil de 1824.

COLEÇÃO de leis do Império do Brasil. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio>.

ATAS do Conselho Geral de Província – 1830- 1834. In: **Revista do Arquivo Público Mineiro.** Vol. XVIII, 1912.

Arquivo Público Mineiro. Fundo do Conselho Geral da Província (1830- 1834).

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

EDIÇÕES do Periódico O Astro de Minas – 1830-1839. In: **Hemeroteca Digital Brasileira**.

EDIÇÕES do Periódico O Universal – 1830-1839. In: **Hemeroteca Digital Brasileira**.

EDIÇÕES do Livro da Lei Mineira – 1840-1849. In: **Hemeroteca Digital Brasileira**.

EDIÇÕES do Periódico O Mercantil – 1840-1849. In: **Hemeroteca Digital Brasileira**.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCASTRO, Luiz Felipe. **História da Vida Privada no Brasil império: a corte e a modernidade**. Vol. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

COE, A. J. H. **A morte no século XIX e a transferência dos enterros das igrejas para os cemitérios em São Luís**, 2005.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem Médica e Ordem Familiar**. 3ª ed. Rio de Janeiro, Graal, 1989.

DOLHNIKOFF, Miriam. O Poder Provincial: Política e Historiografia. **R. História**, São Paulo, n° 122, p. 71 – 95 jan./jul. 1990.

FERNANDES, Renata Silva. **O Governo das Províncias do Império do Brasil: OS Conselhos de Governo e os Conselhos Gerais de Província nos Debates Parlamentares (1823-1834)**. Dissertação de Mestrado. UFJF. Juiz de Fora, 2014.

FILHO, Melo Moraes. **O Dia de Finados**. In: **Festas e Tradições Populares do Brasil**. São Paulo: Ediouro, 2005, p.134-137.

GOUVÊA, M. de F. S. Política provincial na formação da monarquia constitucional brasileira. **Almanackbraziliense**, n. 7, maio 2008. p. 119-137.

_____. **O Império das Províncias: Rio de Janeiro, 1822-1889**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2008.

HESPANHA, A. M. **História das instituições: épocas medieval e moderna**. Coimbra: Almedina, 1982.

LEME, M. S. Dinâmicas centrípetas e centrífugas na formação do Estado monárquico no Brasil: o papel do Conselho Geral da Província de São Paulo. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 28, n° 55, 2008. p. 197- 215.

MOREL, Marco. **As Transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840)**. Rio de Janeiro: Hucitec, 2006.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

_____ Os Primeiros Passos da Palavra Impressa. Em: MARTINS, Ana Luíza e DE LUCA, Tânia Regina. **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

NASCIMENTO, Antônio da Conceição. **O fim dos enterramentos na Igreja, e a construção de cemitérios: mudanças na cultura funerária em Maragogipe-BA**. Natal, RN, 2013.

REIS, João José. **A Morte é uma Festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

REZENDE, Irene Nogueira de. **O Universal: Um Jornal Mineiro no Tempo da Regência (1825-1842)**.

RODRIGUES, Cláudia. **Lugares dos mortos na cidade dos vivos: tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro** / Cláudia Rodrigues. - Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1997.

_____ **Nas fronteiras do Além: A secularização da morte no Rio de Janeiro Séculos XVIII e XIX**. Presidência da República, Arquivo Nacional, 2005.

SANTOS, Georgina. Quaresma a moda: Nem privação, nem recolhimento. A Quaresma na Colônia era marcada por festejos e procissões. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, vol.3, 2009, p.24-29.

TORRES, W. C. A redescoberta da morte. In: GUEDES, W. G; TORRES, R. C; _____ (Orgs). **A Psicologia e a morte**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1983.

VILAR, M. **Luto e Morte: uma pequena revisão bibliográfica**. João Pessoa, 2000.

Simpósio Temático 11: “Por outras dimensões do Brasil Oitocentistas: instituições, poder e elites locais”.

Coordenadores: Luiza Coutinho Ottero (mestranda pela UFJF) & Raissa Gabrielle Vieira Cirino (Doutoranda pela UFJF)

**O surgimento da Sociedade Defensora e da Guarda Nacional em Pouso Alegre
(1831)**

Alex Lombello Amaral

Resumo:

O objetivo desse artigo é discutir a atuação das elites políticas de Pouso Alegre, destacadamente na criação da Guarda Nacional e da Sociedade Defensora. A principal fonte utilizada é o periódico *Pregoeiro Constitucional*, primeiro periódico que circulou no Sul de Minas, redigido pelos padres Quadros Aranha e Bento, sendo esse último o deputado geral que propôs a lei de criação da Guarda Nacional aprovada em Agosto de 1831. Como crítica a nossa fonte, nós a fizemos de objeto de estudos, ou seja, tentamos escrever um pouco de sua história. Além de debater a criação da Sociedade Defensora e da Guarda Nacional em Pouso Alegre tratamos das interessantes posições do *Pregoeiro* sobre a escravidão, as mulheres e os regimes políticos, além de sua atuação no sentido de derrubar Pedro I.

Palavras chave: Sociedade Defensora, Guarda Nacional, Imprensa, Sociedades secretas.

Abstract:

The purpose of this article is to debate the action of Pouso Alegre political elites, principally in creation of the National Guard and of the “Sociedade Defensora” (Defender Society). The main source utilized was the newspaper *Pregoeiro Constitucional*, first newspaper circulated in southern Minas Gerais, written by priests Quadros Aranha and Bento. The latter was the deputy who proposed the law of creation of the National Guard approved in August 1831. We study our sources as objects, try to write a bit of its history. The *Pregoeiro Constitucional* had interesting views on slavery, woman and political regimes.

Keywords: Defender Society, National Guard, Press, Secret Societies.

O *Pregoeiro Constitucional* surgiu no arraial de Pouso Alegre, bem próximo de Campanha, então sede do município, em 7 de Setembro de 1830. É importante que se saiba que além de ser uma fonte, ele foi um instrumento instigador tanto da Sociedade

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
 “O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
 ISSN: 2317-0468
 17 a 21 de outubro de 2016

Defensora, que segundo Holanda (1978, p.13.) foi um “*Estado dentro do Estado*”, quanto da Guarda Nacional.

Os redatores do *Pregoeiro Constitucional* eram o padre José Bento (BLAKE, 1898, p.338) (SISSON, 1999, p.424.) e o padre Quadros Aranha (AZEVEDO org; VEIGA, 2000, p.166). Ambos foram deputados provinciais e gerais, além de vereadores. O padre Bento, mais velho, foi ainda membro da Junta de Governo de Minas Gerais eleita em 1821, do Conselho Geral da Província, senador, e um dos maiores líderes políticos de seu tempo. A influencia desses padres, sobretudo José Bento, em Pouso Alegre foi considerável. Lemos em S. A. Sisson que:

A povoação do Mandu, sede da nova freguesia, constava então de meia dúzia de casas de aparência miserável. O padre José Bento apenas tomou posse da freguesia, meditou fundar uma povoação importante nas belas margens do Sapucaí. Atraiu pra aí muitos amigos e parentes e lançou os fundamentos da cidade de Pouso Alegre, uma das mais importantes povoações do sul da província de Minas. (1999, p.423.)

O padre Bento não só mudou a cidade de lugar como:

O alinhamento das ruas, a disposição das habitações, tudo que interessava à beleza e aformoseamento da nova povoação foi planejado e dirigido imediatamente pelo vigário. (idem.)

A alegria desses chefes políticos era a alegria do arraial. Quando Cipriano Barata foi absolvido pela Relação da Bahia os habitantes de Pouso Alegre “*iluminaram espontaneamente a frente de suas casas: uma banda de música acompanhada dos melhores Cidadãos percorreu as ruas...*” (20 de Outubro de 1830).

Deve-se saber que esses padres eram do tipo que escreviam que “*Ótima coisa se nos apresenta um rei Constitucional, um ser neutro. Doce é esta ilusão, mas ela é tão real como padres celibatários...*” (PREGOEIRO, 25 de Maio de 1831), e que “*...os bispos excetuados alguns, são os mais inimigos da perfeição social...*” (PREGOEIRO, 1 de Dezembro de 1830).

O *Pregoeiro* fez oposição a Pedro I, e foi mesmo no calor dessa luta que surgiram a Guarda Nacional e a Sociedade Defensora no sul das Minas. Tendo nascido em um 7 de Setembro de 1830, o *Pregoeiro* publicou um grande artigo sobre a independência

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
 “O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
 Juiz de Fora, 2017, 1554p.
 ISSN: 2317-0468
 17 a 21 de outubro de 2016

conseguindo não citar Pedro I nenhuma vez. No número seguinte explicou que a independência fora feita pelo povo com a “...coadjuvação do Grande Pedro, que por seu mérito pessoal foi por nós aclamado Imperador;” (PREGOEIRO, 11 de Setembro de 1830)

Quando caiu o Ministério do Marquez de Barbacena o *Pregoeiro* faz eco às denúncias desse mineiro dizendo que “*Causa lástima que homens ignorantes, e imorais, influam na política do Brasil, e quase desespera o ver-se que esta influencia chegue ao ponto de derrubar um Ministério...*” (10 de Novembro de 1830). E citou no mesmo artigo que os ignorantes e imorais a que se referia eram o Chalaça e Rocha Pinto. Pouco tempo depois publicaria uma “máxima” do redator da *Nova Luz Brasileira* em que a imoralidade do Chalaça atingia o Imperador, “*Pode-se julgar do caráter de um soberano pelo dos indivíduos, com quem vive.*” (PREGOEIRO, 29 de Dezembro de 1830)

Em 17 de Novembro de 1830 o *Pregoeiro* usou pela primeira vez o termo “S.M.I. e C.”, Sua Majestade Imperial enquanto Constitucional! Claramente uma ameaça, que se repetiu em vários artigos, e que seria usada novamente às vésperas da rebelião de 1842. Dia 4 de Dezembro de 1830, o *Pregoeiro* noticiou o assassinato de Líbero Badaró. A partir daí a ruptura com o governo é mais clara. No mesmo número é publicado um artigo em que se diz que a Bíblia é anti-monárquica: “*Ela mesmo que nos afiança ter primeiro o gentilismo endeusado homens com o título de senhores absolutos, essa homenagem só devida ao Onipotente*”, já “*os filhos de Israel só o imitaram quase três mil anos depois da criação do mundo, depois de corrompidos...*” E para afirmar o contrário “*tem-se com habilidade buscado outras passagens da Escritura*” (PREGOEIRO, 4 de Dezembro de 1830). Em seu último número, o *Pregoeiro* chegaria a defender que cidades com nomes monárquicos, como Campanha da Princesa, São João Del Rei e Vila do Príncipe mudassem de nome (4 de Junho de 1831).

O *Pregoeiro* não deixaria que seus leitores se esquecessem de Libero Badaró! E não estava sozinho nessa campanha. No mesmo número em que publica que “*Ontem terça-feira 14 do corrente teve lugar nesta Paróquia o funeral feito à Ilustre vítima o Sr. Doutor João Baptista Badaró...*” republica um soneto do *Manual das Brasileiras* em homenagem ao mártir (PREGOEIRO, 15 de Dezembro de 1830). Toda a imprensa de oposição a Pedro I estava em campanha. No dia 29 de Dezembro denunciou que o suposto

mandante do assassinato de Líbero Badaró, Japi Assu, já estaria livre e deixara São Paulo. Em 26 de Janeiro republicou nota da *Astréa* denunciando que Japi Assu estaria tendo privilégios na cadeia no Rio. No suplemento do número de 5 de Janeiro republicou um artigo da *Astréa* sobre Badaró, e um mês depois denunciou que Japi Assu estava saindo da cadeia para participar das reuniões do Gabinete Secreto com Pedro I (PREGOEIRO, 5 de Fevereiro de 1831). Ainda às vésperas da queda de Pedro I denunciou que “*A súcia telegráfica fez que a exéquias destinadas a BADARÓ não tivessem efeito em Ouro Preto...*” (PREGOEIRO, 30 de Março de 1831). Em cada arraial, vila ou cidade a oposição a Pedro I estava fazendo funerais para Líbero Badaró, nesse caso já citado pelo jornal em caixa alta, e os apoiadores de Pedro I eram chamados de “telegráficos” porque eram seguidores do jornal *O Telegrafo*, de Ouro Preto.

Quando se anunciou a viagem de Pedro I às Minas aconselhou que “*Cada um pode com o seu chapéu fazer quantas cortesias queira, mas nada tem com o dos outros...*” (PREGOEIRO, 22 de Dezembro de 1830), ou seja, era um visitante comum, ao qual ninguém devia respeito especial. No mesmo número, logo depois do artigo em que falava da viagem, republicou mais um artigo, do *Farol Paulistano*, sobre Líbero Badaró e seu assassinato.

O *Pregoeiro* não parou de agitar! No número de 5 de Janeiro de 1831 orientou seus leitores a usarem o laço nacional, que “*caiu por algum tempo em desuso*” (...) “*por manobras do servilismo, sempre pronto a aniquilar os símbolos da nossa regeneração política e apagar toda a idéia do Liberalismo*”. Já era capaz de frases como “*...governo desleal não se atura, uns dias mais experimentemo-lo*” (PREGOEIRO, 22 de Dezembro de 1830) ou “*O dia da queda de um déspota, é dia de contentamento geral da Nação*” (PREGOEIRO, 22 de Janeiro de 1831).

Então o *Pregoeiro* começou a denunciar que o governo estaria se preparando para usar a força bruta contra os opositoristas:

Para que mandou Clemente Pereira buscar ocultamente armamento para dez mil homens a Inglaterra? Para que querem tropas estrangeiras, e para que alistaram Alemães que vinham aliás com o pretexto de colonos? (PREGOEIRO, 15 de Janeiro de 1831)

É nesse clima, de medo da chegada de tropas estrangeiras, que a Câmara de Campanha criou Guardas Nacionais. A proposta foi feita pelo padre Quadros Aranha, que sabemos que também era redator do *Pregoeiro*. A notícia foi publicada dia 22 de Janeiro de 1831, em um artigo que diz que uma das mais importantes leis aprovadas pela Câmara de Campanha “...foi a criação de Guardas Nacionais, verdadeiros sustentáculos de um Povo livre, contra os assaltos da tirania, esse meio fácil que leva todo o cidadão a ser soldado da Pátria.” Viriam substituir “as antigas Guardas Cívicas, de quem o governo soube dar cabo...” (PREGOEIRO, 22 de Janeiro de 1831). Infelizmente o *Pregoeiro* não diz mais nada sobre essas Guardas Cívicas.

Talvez o objetivo inicial fosse criar a Guarda Nacional de baixo para cima, como um movimento cívico, mas fato é que as outras Câmaras não imitaram a Câmara de Campanha, e nem sabemos mesmo se esses Guardas Nacionais campanhenses chegaram de fato a serem organizados. Serviram, por certo, de propaganda, tanto contra Pedro I, pois era o anúncio da criação de uma tropa cidadã fora do comando do governo, quanto da própria criação da Guarda Nacional no resto do país. O *Pregoeiro* passou então a pregar a necessidade da Guarda Nacional por meio de lei. Diz que “algumas Câmaras de S. Paulo, e desta província o tem requisitado”. (PREGOEIRO, 27 de Abril de 1831).

Como se sabe, o deputado que propôs, ainda nesse ano de 1831, a criação da Guarda Nacional, que foi aprovada em Agosto, foi o padre José Bento, um dos redatores do *Pregoeiro*. Então é interessante saber que para o *Pregoeiro*, “O projeto que em 1791 primeiro organizou na França essas Guardas nos parece ótimo...” O modelo francês deveria ser seguido com uma única exceção, “o seu fardamento, ou distintivo (diferente do aparatoso da França uma Nação amante da glória marcial) deverão ser os mais simples, e econômicos...” (PREGOEIRO, 27 de Abril de 1831)

Também era importante convencer os cidadãos de que a Guarda Nacional não seria incomoda ou autoritária, e portanto era necessário diferenciá-la das ordenanças e das milícias:

...elas não tem nada de comum com as odiosas ordenanças, essa classe de estropiados dirigidos por capitães mores, nossos pequenos déspotas; nem com as milícias, esse instrumento com que até hoje se inquieta os pacíficos agricultores, artistas, e negociantes; que para se evadirem da 1ª Linha sujeitavam-se a um enorme dispêndio de fardamentos, chibatadas de Majores,

e Coronéis pagos, freqüentes paradas, e mesmo o serviço de guardas...
(PREGOEIRO, 27 de Abril de 1831)

Uma das maiores diferenças seriam “...os chefes filhos da sua escolha...”, ou seja, eleitos. Ademais, “...as suas reuniões deverão ser mui raras, e unicamente nos seus distritos, fora dos quais só o perigo da Pátria os chamará.” (Idem.)

Enquanto defendia a criação da Guarda Nacional, o *Pregoeiro* continuava combatendo Pedro I, cada dia com mais virulência. Republicou um artigo do *Repúblico* em que praticamente ofereceu dinheiro para Pedro I deixar o Brasil – o povo brasileiro não se importaria em “...dar-lhe ou uma pensão anual, ou vinte ou trinta milhões de cruzados, com tanto que os deixem em paz, e se obriguem a morrer, caso outra vez pisem nas terras do seu reinado.” (PREGOEIRO, 5 de Fevereiro de 1831)

Em 12 de Março de 1831, o *Pregoeiro* fala de “Batalhões enviados para a nossa província”, pelo governo que “assassina a Brasileiros”. (PREGOEIRO, 26 de Março de 1831) Depois que Pedro I fez sua segunda e última viagem às Minas, o *Pregoeiro* denunciou que em Ouro Preto “S.M. retirou-se, e os Constitucionais ficaram ameaçados de morrer, ou mudar de opinião. Arranjaram-se listas de vítimas proscritas.” (PREGOEIRO, 30 de Março de 1831) Um dos marcados para morrer teria sido inclusive atacado:

...foi acometido o Padre Jardim, mas escapou porque mostrou-se decidido a repelir a força com a força; e um pobre moço, vítima do engano telegráfico aqui jaz com um braço quebrado. (PREGOEIRO, 30 de Março de 1831)

O clima político já estava pesado, portanto, quando chegam notícias das Noites das Garrafadas e o *Pregoeiro* lançou um número especial com o título “Rio de Janeiro” em letra garrafais. Tem a data de 14 de Março, mas essa data é a data em que as notícias saíram do Rio, pois esse especial está guardado como anexo do exemplar do dia 30 de Março, mesmo dia em que Pouso Alegre se levantou em armas (PREGOEIRO, 9 de Abril de 1831). Dia 2 de Abril saiu outro *Pregoeiro*, com 6 páginas ao invés das 4 habituais. Ele denuncia que o “...partido recolonizador e absolutista levantando o colo metralhou, espancou, e cutilou aos inocentes Brasileiros. Ah! o sangue Brasileiro correu...” (PREGOEIRO, 2 de Abril de 1831)

Acabou-se a paz! O *Pregoeiro* passou a pregar e organizar a luta armada. Ele diz que “...o brioso Povo Mineiro se prepara com a maior coragem e patriotismo para sustentar a Constituição...” e “...todos se armam nas Vilas, nos Arraiais e nas próprias Roças para a defesa da Pátria, da Constituição e da Independência Nacional...”, nas maiores municipalidades há dias de viagem de Pouso Alegre, “...S. João, Baependi, e Campanha todos se armam para defender a Constituição, e a Liberdade, e Independência.” (PREGOEIRO, 2 de Abril de 1831) Mesmo quando Pedro I chamou ao poder o Ministério que depois seria conhecido como “dos Brasileiros”, o *Pregoeiro* insistiu nas armas: “sois atraíçoados, não vos deixeis iludir pelo infame governo da boa vista, às Armas, e sempre com elas alerta até que a honra Nacional seja legalmente desagravada.” O governo de Pedro I não era mais reconhecido: “Brasileiros, nós não temos mais governo...” (*Pregoeiro Constitucional*, 13/04/1831). Mas não nos adiantemos. No final do *Pregoeiro* de 2 de Abril lemos esse anúncio:

Instalou-se hoje nesta Freguesia uma sociedade intitulada dos – Defensores da Liberdade e Independência Nacional – e já tem concorrido não pequeno número de assinaturas. Os sócios se obrigam com juramento a defender estes dois sagrados objetos à custa das próprias vidas, pelos meios legais. (PREGOEIRO, 2 de Abril de 1831)

Portanto dois dias antes da Sociedade dos Defensores surgir em Santos. Essa descoberta chamou a atenção, pois segundo os clássicos e mesmo documentos oficiais a Sociedade santista teria sido a inspiradora das demais. Mas pesquisas mais recentes trouxeram novidades. A mais recente síntese sobre o surgimento da Sociedade Defensora, ou dos Defensores, que pudemos encontrar, está no artigo de Marcilaine Inácio e Merileide Santos (2009), publicado nos anais do V Congresso de Ensino e Pesquisa de História da Educação em Minas Gerais. Em carta o presidente da Província de São Paulo, Aureliano Coutinho, para o Ministro do Império informou que a Sociedade dos Defensores foi criada dia 29 de Março, e o *Farol Paulistano* noticiou sua criação no dia 31 de Março, como decorrência da chegada das notícias das Noites das Garrafadas. A morte de Badaró, em 21 de Novembro, só foi noticiada pelo *Pregoeiro* de 4 de Dezembro, então as notícias de São Paulo a Pouso Alegre não podiam correr tão rápido que a fundação da Sociedade dos Defensores dia 29 de Março em São Paulo inspirasse a criação de uma sociedade com o mesmo nome dia 2 de Abril em Pouso Alegre. De fato a

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.

ISSN: 2317-0468

17 a 21 de outubro de 2016

Defensora de São Paulo foi noticiada pelo *Pregoeiro* somente no dia 9 de Abril. Um nome tão extenso também não pode ser coincidência. Voltemos então ao Rio de Janeiro. A data apontada como da fundação da Defensora do Rio de Janeiro por Lúcia Guimarães (1990) e pelo fundador Borges da Fonseca é 10 de Maio, e seus estatutos são de 28 de Abril. Borges da Fonseca e Lúcia Guimarães ainda afirmam que a Defensora do Rio surgiu inspirada nas paulistas. Mais detalhadamente, Borges da Fonseca afirmava que inspirada na de Santos, que nasceu dia 4 de Abril. Borges da Fonseca não disse isso em memórias, mas n’*O Republico* de 28 de Abril de 1831. Marco Morel (2005, p.277), porém, apesar de concordar com a inspiração paulista, e de afirmar mesmo que a primeira Defensora foi a de Santos, dá a data de 13 de Março, coincidindo com as Garrafadas, como de criação da Defensora no Rio, em discordância com os fundadores (INÀCIO & SANTOS, 2009, p.2-3.). Para complicar as coisas, Octávio Tarquínio de Sousa (1988, p.107) dá para a Defensora do Rio a data de 19 de Março, o que nos parece um erro de digitação, mas ele também confirma a inspiração santista. Mais um detalhe, a Sociedade carioca se denomina “Defensora”, e não “dos Defensores”, e sabe-se que isso gerou algum debate entre os fundadores, uma “*relutância tenaz de Borges da Fonseca que queria que se conservasse o mesmo nome da organização-modelo de Santos*” (HOLANDA,1978, p.13.).

A data de Tarquínio também gera uma impossibilidade. Seria anterior às de São Paulo e Pouso Alegre mas as notícias não poderiam chegar a essas cidades tão rápido que as inspirasse. Mas a data de Marco Morel, sim, abre uma possibilidade. Tanto em Pouso Alegre, quanto em São Paulo, a Sociedade dos Defensores foi criada logo que chegaram as notícias da Noite das Garrafadas! Contudo, como se nota nos documentos, a Sociedade no Rio só terá diretoria, estatutos, assinantes bem depois dessa data. Aliás, mesmo seu nome já será debatido levando em conta o nome da Sociedade instalada em Santos! Como isso é possível? Como as pessoas podem ter fundado uma sociedade e se esquecido a ponto de rediscutir o nome?

Só existe uma possibilidade. O que aconteceu dia 13 de Março no Rio de Janeiro não foi exatamente a fundação da Defensora, mas a decisão de criá-la, tomada por políticos mineiros, paulistas e fluminenses, em decorrência das lutas de rua conhecidas como Noite das Garrafadas. Do Rio de Janeiro partiram então, junto com as notícias das

Garrafadas, instruções para se criar em cada cidade ou vila uma Sociedade dos Defensores da Liberdade e Independência Nacional. Essa decisão tomada no Rio de Janeiro só pode ter sido secreta ou como se dizia na época, em um club, primeiro porque ninguém a confessou, preferindo antes afirmar que se inspirava nessa ou naquela Sociedade que teria surgido espontaneamente, segundo porque a mudança de nome indica a participação de pessoas que não participaram da decisão inicial, e para as quais não se podia alegar que o nome já estava decidido. A resistência de Borges da Fonseca em manter “dos Defensores” é típica de quem está cumprindo instruções combinadas previamente. Ele saberia que outras estavam surgindo e desejaria uma uniformidade de nomes. As instruções partiram do Rio de Janeiro, mas no Rio de Janeiro o cumprimento delas teria sido mais demorado e ainda fugido a esse detalhe, o nome, do combinado. De resto, até o fato de terem Diretórios, com esse nome, exatamente de 5 membros só pode ter sido previamente decidido, visto que se repete para todo lado.

O fato da Defensora de Pouso Alegre ter surgido tão cedo se deve à força política dos padres Bento e Aranha nesse Arraial. Logo no primeiro Diretório de cinco membros encontramos o padre Aranha, redator do *Pregoeiro* e criador da primeira Guarda Nacional (PREGOEIRO, 6 de Abril de 1831). Mas ao contrário da Guarda Nacional, que só vai vingar por lei geral, a Sociedade Defensora se espalhou, talvez exatamente porque previamente combinada por chefes respeitados em suas bases. Logo surgiu em Campanha, “...a exemplo desta Freguesia de Pouso Alegre criou-se uma Sociedade defensora da Independência e Liberdade Nacional...” (PREGOEIRO, 9 de Abril de 1831), e ela fez o papel que os padres Bento e Aranha provavelmente queriam para seus Guardas Nacionais, pois “*fabricam-se armas, dispõe-se munições, e já a Sociedade dos defensores da Liberdade e Independência Nacional deliberava sobre os meios de defesa...*” Já seriam 161 homens em armas! (PREGOEIRO, 18 de Maio de 1831)

Dia 13, sem saber que Pedro I já tinha abdicado, o *Pregoeiro* republicou artigo do *Observador Constitucional* cuja primeira frase é “*Brasileiro às armas, sois traídos!*” Mas sabia que no Rio as coisas já teriam se decidido, tanto que afirma:

Se ai tivermos vencido, nossos Irmãos, e a Liberdade agradecerão nossos esforços: e se tivermos perdido, armados aqui os animaremos a combater, iremos mesmo em seu socorro, se a luta for prolongada, e a vitória estiver duvidosa. (PREGOEIRO, 13 de Abril de 1831)

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
 “O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
 Juiz de Fora, 2017, 1554p.
 ISSN: 2317-0468
 17 a 21 de outubro de 2016

O 7 de Abril chegou em Pouso Alegre entre o dia 20 e o dia 23 de Abril, quando foi noticiado pelo *Pregoeiro*. Então “*homens e Sras. seguiram ao templo do altíssimo a dar-lhe graças já ornados do fumo e café distintivo de seu Brazilianismo.*” (PREGOEIRO, 18 de Maio de 1831) Com o café e o fumo os sulmineiros faziam o verde e amarelo, cores do laço nacional que vimos acima defendido pelo *Pregoeiro*. A Defensora já tinha então 284 sócios, sendo os dois primeiros assinantes os padres José Bento e Quadros Aranha.

E como uma folha que defendera a república de forma tão aberta se comportou perante os resultados do 7 de Abril? Ela ainda insistia na “*...impossibilidade de existir um bom rei...*”, mas logo adiante ressaltava que uma monarquia constitucional poderia ser tão boa quanto uma república, se o Imperador fosse submetido a “*...uma limitação de poderes tão bem regulada, que lhe deixe todas as armas para fazer bem, e nenhuma para fazer mal*” (PREGOEIRO, 30 de Abril de 1831). Ou seja, o republicanismo dessa folha não era petrificado, tinha como objetivos “liberdades públicas” e não um designer específico de regime político. Semanas depois o *Pregoeiro* acrescentaria o seguinte raciocínio:

Se por acaso nestes doze anos o Brasil se conhecer com robustez Republicana, e não quiser outra vez tentar fortuna, não precisará muita bulha para dar a este mocinho um patrimônio de que viva e despedi-lo a viver onde nos não faça mal. (PREGOEIRO, 25 de Maio de 1831)

Em seus últimos meses o *Pregoeiro* aderiu à propaganda federalista, e nos parece que também era uma saída para seu republicanismo coroadado:

Eis cada província cuidando em seus próprios interesses sem dependência de um corpo Legislativo, e de um governo colocado a tantas léguas de distância: eis cada uma podendo nomear seus presidentes, e demais autoridades... (PREGOEIRO, 28 de Maio de 1831)

Como se sabe, os padres Bento e Aranha teriam que se conformar com bem menos que isso, e o fariam em nome da unidade das forças que combateram Pedro I. É necessário dizer mais algumas palavras sobre o *Pregoeiro*, para entendermos melhor esses homens que do então arraial de Pouso Alegre tiveram tanta influencia sobre os destinos do Brasil.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
 ISSN: 2317-0468
 17 a 21 de outubro de 2016

Primeiro, que em relação às mulheres eram muito avançados, sobretudo tratando-se de padres. Existem inúmeros exemplos, mas o que combate o tabu da perda da virgindade nos parece suficiente:

A donzela, que teve a desgraça de cegar-se com a sedução habilmente manejada pela astúcia, tem de sofrer irrevogavelmente a infâmia, a penúria, e todos os males anexos a sua eterna degradação; entretanto que uma sabia Legislação, e uma Opinião Pública mais esclarecida podiam remediar a sua desventura... (PREGOEIRO, 13 de Outubro de 1830)

Também suas opiniões sobre a escravidão são atípicas para os anos 1830, quanto mais para senhores de escravos, membros de famílias de senhores de escravos. Denuncia os “*brutais castigos, nudez, e falta de sustento*”, o “*descuido de promover o matrimônio*”, a “*falta de método em educar os recém nascidos*”, isso dada a “*lembrança de que o serviço de três, ou quatro anos seria suficiente para indenizar o despendido...*” (PREGOEIRO, 2 de Outubro de 1830), mas isso não era assim tão raro de se ler. Defende que “*...a natureza proclamou a igualdade entre os homens, e nem em tempo algum criou raças de homens para serem escravos...*” (Idem), no que também não estava sozinho na imprensa da época. Também era possível encontrar outros afirmando que a escravidão “*...fomenta a imoralidade, e atrasa a nossa população...*” (Idem). Para essa folha o direito de propriedade dos escravos seria “*precário*”, “*nominal*” (PREGOEIRO, 27 de Outubro de 1830). Coragem enorme para uma folha encravada no então Arraial de Pouso Alegre. Ademais, a escravidão para ele seria “*um sorvedouro de nossos capitais*” (PREGOEIRO, 2 de Outubro de 1830). Defendem, como exemplo dos EUA, escolas para libertos (PREGOEIRO, 1 de Dezembro de 1830). Mas o que realmente o destaca mesmo das folhas que contava como aliadas é que ele não era contra simplesmente o tráfico, como era comum entre folhas de seu campo político na época, mas defendia mesmo a “*...emancipação dos escravos (embora lenta)...*” (PREGOEIRO, 20 de Novembro de 1830). O *Pregoeiro* não publicou nem um só anúncio de fuga de escravos, ao contrário do que faziam folhas das quais era aliado, como *O Universal* e *O Astro de Minas*.

O último número que temos do *Pregoeiro* é de 4 de Junho de 1831. Os padres Bento e Aranha, que muito já defendiam como vital a unidade das forças que combateram Pedro I e se autodenominavam Liberais, acabaram cedendo em inúmeros dos seus pontos de vista em nome dessa unidade. Mas o *Pregoeiro* não cedeu, antes deixou de circular.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
 ISSN: 2317-0468
 17 a 21 de outubro de 2016

Bibliografia:

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario Bibliográfico Brasileiro*. 4º Volume. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1898.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Em nome da ordem e da moderação: A trajetória da Sociedade Defensora da Liberdade e da Independência Nacional do Rio de Janeiro (1831-1835)*. 1999. 278f. Dissertação (Mestrado em história) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ, Rio de Janeiro, 1990.

HOLANDA, Sérgio Buarque. *O Brasil Monárquico*. 2º Vol. *Dispersão e Unidade*. Tomo II. 4ª Edição. São Paulo: DIFEL. 1978.

INÁCIO, Marcilaine Soares; SANTOS, Marileide Lopes dos. *Spirito Patriótico e sentimento filantrópico: as associações mineiras e seus estatutos na década de 1830*. In: Anais do V Congresso de Ensino e Pesquisa de História da Educação em Minas Gerais. Unimontes. 2009.

MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos*. Imprensa. Atores Políticos, e Sociabilidade na Cidade Imperial (1820-1840). São Paulo: Hucitec, 2005.

SISSON, S. A. *Galeria dos Brasileiros Ilustres*. Brasília: Senado Federal. 1999.

SOUSA, Octávio Tarquínio. *Evaristo da Veiga*. Belo Horizonte: Itatiaia. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 1988.

VEIGA, José Pedro Xavier da. A imprensa em Minas Gerais (1807-1897). In: AZEVEDO, Djalma Alves de. *A imprensa do Brasil nasceu em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Armazém de Ideias. 2000.

Fontes:

Pregoeiro Constitucional. Pouso Alegre. 1830-1831. Biblioteca Nacional.

Simpósio Temático 12: “Formação e ocupação do território de Minas Gerais: Espaços, paisagem, justiça – séculos XVIII e XIX”.

Coordenadores: Patrícia Vargas Lopes de Araujo (Prof^a UFV/pós-doutra em História UFMG) & Edna Mara Ferreira da Silva (Prof^a UEMG/Doutoranda pela UFRJ)

Estado, Igreja e irmandades na organização da caridade na sociedade mineradora do Setecentos

Manoela Vieira Alves de Araújo¹

Resumo:

Nas Minas Gerais do século XVIII as associações religiosas, além de refletirem a organização da sociedade, pois nelas estavam representados todos os grupos sociais, realizavam atividades que se convergiam para o culto a um santo padroeiro, assistência aos irmãos na vida e na morte através de rezas por intenção da alma de seus associados, amparo nas dificuldades cotidianas como viuvez, prisão, doença, falência e garantia de funeral e sepultura. Dessa forma, pertencer a uma ou mais irmandades era necessidade tanto de vida como de morte. É dentro dessa perspectiva que analisaremos em especial as irmandades de São Miguel e Almas do período colonial mineiro, confraria dedicada à salvação das Almas do Purgatório e que se propunha a desempenhar o papel caritativo das Santas Casas de Misericórdia nas localidades onde esta estivesse ausente.

Palavras-chave: irmandades; caridade; São Miguel e Almas; Misericórdia; Minas Gerais.

Abstract:

In Minas Gerais of the eighteenth century religious associations, as well as reflect the organization of society, for in them were represented all social groups, performed activities that converged on the worship of a patron saint, assist the brothers in life and death through prayer intention for the soul of its members, support the daily difficulties as widowhood, prison, illness, bankruptcy, and funeral and burial guarantee. Thus, belonging to one or more Brotherhoods was need both life and death. It is within this perspective that we will analyze in particular the brotherhoods of St. Michael and Souls mining colonial period, brotherhood dedicated to the salvation of souls in Purgatory and that it intended to play the role of charitable Holy Houses of Mercy in the locations where it was absent.

Keywords: brotherhoods; charity; St. Michael and Souls; Mercy; Minas Gerais.

¹ Doutoranda em História pela UFJF

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

A descoberta das Minas do ouro e a organização das irmandades

As associações confraternais portuguesas, disseminadas a partir da Baixa Idade Média, serviram de modelo para a criação das diversas congregações de homens leigos que foram erigidas no Brasil durante o período colonial. Com a expansão marítima, que propiciou a criação do Império ultramarino português, ocorreu a difusão da religião e das formas de organização ibéricas pelos quatro cantos do mundo (BOXER, 2002).

O povoamento do território mineiro partiu de grandes levadas migratórias proveniente de regiões diversas: Portugal, especificamente das regiões do Minho e Douro, no norte do país; colonos vindos de outras capitanias do Brasil; como também de africanos e seus descendentes. Como dizia Antonil, “a sede insaciável do ouro estimulou a tantos a deixarem suas terras, e a meterem-se por caminhos tão ásperos, como são os das minas, que dificilmente se poderá dar conta do número de pessoas que atualmente lá estão” (ANDREONI, 1967: p.72).

A região mineradora foi se desenvolvendo e, aos poucos o caráter provisório dos acampamentos de bandeirantes e seus os primeiros arraiais foram se transformando em freguesias e vilas. Em 1709, a área foi desmembrada da capitania do Rio de Janeiro, tornando-se a Capitania de São Paulo e Minas do Ouro. A criação da nova capitania pela Coroa tinha o objetivo restabelecer a ordem após a Guerra dos Emboabas e, instituir um maior controle sobre a região (MORAES, 2007: p.76.).

É importante ressaltar que, o crescimento e desenvolvimento das Minas não estiveram ligados exclusivamente à produção aurífera, apesar da descoberta do ouro ter desencadeado um forte o desenvolvimento das demais atividades. Estudos recentes têm demonstrado que, a partir da exploração aurífera surgiu uma diversidade de atividades econômicas e, que seriam estas atividades que permitiram que a as Minas não definhassem com a queda da extração do ouro (MORAES, 2007: p.66).

A evolução econômica e social da Capitania pode ser observada através da análise dos oragos das associações religiosas. Nas palavras de Caio Boschi:

Acompanhe-se, por exemplo, a evolução das ereções das irmandades do Santíssimo Sacramento e, automaticamente, se estará a perceber a evolução e a polarização urbanas da Capitania, pois essas associações, por uma disposição legal, só poderiam ser constituídas canonicamente em igrejas paroquiais. Por

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

outro lado, enquanto não se estratificou a sociedade mineira, praticamente inexistiram irmandades sob a invocação de São Gonçalo e/ou São Gonçalo Garcia, protetor dos homens pardos. O mesmo sucedeu com o surgimento das ordens terceiras, instituídas basicamente por comerciantes, funcionários graduados, militares e intelectuais, que também só se organizaram em meados da centúria. Enquanto os músicos não se constituíram como grupo atuante e com voz ativa no conjunto social, inexistiu uma irmandade de Santa Cecília na Capitania de Minas. Embora já se constatasse a existência de devotos em meados do século anterior, somente no início do oitocentos é que ela se constituiu formalmente. Nos momentos em o militarismo e a opressão repressiva foram mais efetivos, não foi por acaso que surgiram irmandades do Senhor dos Passos. Quando se desenvolveu um surto artístico, não deve causar estranheza o advento de irmandades de São José, protetor dos artífices. Se, num primeiro momento, o que importava ao negro era encontrar consolo num santo ao qual se transmitissem as lamúrias das pesadas jornadas de trabalho, determinando a proliferação de irmandades de Nossa senhora do Rosário, com o correr do século o interesse voltou-se para Nossa Senhora das Mercês, cujo orago identifica-se com a redenção dos cativos, a quem, inclusive oficialmente, se delegavam poderes de resgatar irmãos cativos. Se, no entanto, o imediatismo da escolha do orago não é tamanho, explica-se que as irmandades que buscavam celebrar o resgate das almas do purgatório, por elas mesmas e por seu guardião, São Miguel, tenham surgido ao longo de todo o período. Se, além disso, se quiser identificar a procedência de certos conjuntos de pessoas para o povoamento da região, apele-se para invocações como as de Nossa Senhora da Conceição, padroeira do Reino, ou do Senhor Bom Jesus de Matosinhos, santo característico do norte português e de rara invocação no litoral da Colônia. (BOSCHI, 1986: p.25)

Como se pode perceber, as associações religiosas, de certa forma, espelhavam a organização da sociedade, pois nelas estavam representados todos os grupos sociais.

Na administração da América portuguesa os poderes civil e religioso eram convergentes, unindo-se através do regime do Padroado. O Padroado foi uma instituição tipicamente ibérica, e pode ser definido como um conjunto de direitos, deveres e privilégios, concedidos pelo papa aos reis portugueses que tornaram-se administradores com plenos poderes dos territórios recém-descobertos, para neles implantarem a fé cristã, acumulando, assim, as funções de chefe de Estado e da Igreja nas terras d'além-mar. Mediante essa titulação, a coroa lusitana podia criar novas dioceses e indicar os bispos e vigários, como também arbitrar os litígios no seio da esfera eclesiástica e entre a esfera eclesiástica e a civil assim como cobrar o dízimo eclesiástico que era incorporado ao Erário Régio. Em contrapartida, os reis tinham o dever de prover as missões dos eclesiásticos seculares e regulares, construir e manter os templos religiosos provendo-os dos materiais necessários para a execução do culto religioso (ZANON, 1999: 24-26).

Contudo, a maioria dos templos na América portuguesa foi construída pelas irmandades religiosas e fregueses, sem a ajuda de custo garantida pelo padroado. Em Minas Gerais, a maioria do clero secular era composta de vigários encomendados e não recebia cômguas da Real Fazenda, sustentando-se dos valores pagos pelos fregueses pelos serviços religiosos (PRECIOSO, 2014: p.13).

Na primeira década do século XVIII, a administração portuguesa procurando controlar a região de Minas, promulgou legislação limitando a circulação de eclesiásticos e proibindo o estabelecimento de ordens primeiras no território, o que garantiu uma certa particularidade às associações mineiras e nos permite entender o grande envolvimento dos leigos nos assuntos religiosos e na promoção dos cultos. Além do intuito de controlar o contrabando, considerava-se os eclesiásticos como desestabilizadores do sistema por seu envolvimento em rebeliões, além da inconveniência do clero regular não se subordinar ao Estado, mas à sua própria hierarquia, o que levou a Coroa a decretar uma série de medidas, visando manter afastado de Minas o clero regular. Embora essas restrições se dirigissem principalmente às ordens primeiras, não deixava de lado o clero secular que, para se estabelecer na Capitania, precisava de uma licença de permanência para celebrar os cultos do calendário litúrgico. Diante desse quadro, em Minas Gerais, foi o clero secular que marcou sua presença atuando com as confrarias na promoção dos cultos católicos (BOSCHI, 1986b: p.58).

Portanto, na América, a instituição do Padroado² favoreceu a criação de associações leigas, pois homens comuns tomaram para si muitas das funções que deveriam desempenhar o Estado português e a Igreja, principalmente em Minas Gerais, onde a Coroa Portuguesa procurou proibir a livre circulação de religiosos, considerados suspeitos de contrabando do ouro (BOSCHI, 1986b). Dessa forma, eram as confrarias as

² O Padroado foi uma instituição tipicamente ibérica, e pode ser definido como um conjunto de direitos, deveres e privilégios, concedidos pelo papa aos reis portugueses que tornaram-se administradores com plenos poderes dos territórios recém-descobertos, para neles implantarem a fé cristã, acumulando, assim, as funções de chefe de Estado e da Igreja nas terras d'além-mar. Mediante essa titulação, a coroa lusitana podia criar novas dioceses e indicar os bispos e vigários, como também arbitrar os litígios no seio da esfera eclesiástica e entre a esfera eclesiástica e a civil assim como cobrar o dízimo eclesiástico que era incorporado ao Erário Régio. Em contrapartida, os reis tinham o dever de prover as missões dos eclesiásticos seculares e regulares, construir e manter os templos religiosos provendo-os dos materiais necessários para a execução do culto religioso. Cf. BOXER, Charles. *O Império Marítimo Português 1415-1825*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

principais responsáveis por zelar pelos atos litúrgicos, por difundir as devoções e por atender espiritualmente os fiéis.

Assim, limitadas as ações da Igreja Católica pela Coroa portuguesa, e isolada das ordens regulares, que realizaram todo o trabalho de catequese no litoral, a população mineira, através das associações religiosas de leigos, afirmou-se como a principal promotora dos cultos religiosos, dentro e fora dos templos, também por elas edificados e mantidos (BOSCHI, 1986b). Naquela sociedade do Antigo Regime, os portugueses necessitavam da religião católica para justificar e amparar suas ações e, assim, os colonos buscaram dar continuidade a suas crenças, construindo igrejas e capelas, mesmo sem o financiamento real, custeando clérigos que não tinham o apoio financeiro da monarquia e fundando associações leigas.

As práticas de benemerência caritativa nas Minas Gerais: o caso das irmandades de São Miguel e Almas

Em sua ofensiva contra as ideias protestantes que se alastravam pela Europa, a Igreja católica enfatizava o esforço do homem para cooperar com a graça divina para obter a salvação de sua alma, tendo triunfado em Trento uma espiritualidade ativa, uma cristandade que se dedicava ao mundo (DAVIDSON, 1991: p.36-37). Assim, a caridade e a piedade se complementavam.

Para desempenhar essa missão, o surgimento de novas ordens religiosas, como é o caso da Companhia de Jesus, aprovada em 1540, teve um importante papel. Estas novas ordens tinham uma organização e estrutura que, ao dispensar as regras tradicionais de clausura das ordens mais antigas, capacitava seus membros a interagirem com o mundo (DAVIDSON, 1991: p.36). Além destas ordens, os organismos de carácter associativista, como as Misericórdias e as demais confrarias que, mesmo anteriores a Trento, também foram um veículo da expressão reformista ao dinamizarem, entre os leigos, as devoções ao Rosário, às almas do Purgatório e ao Santíssimo Sacramento; as peregrinações; os cultos; as devoções; as festas e muitas outras temáticas que são vertentes que, com maior ou menor êxito, se tornaram um meio do desenvolvimento da atividade reformadora. Daí

se explica o grande sucesso da devoção às almas do Purgatório disseminadas pelas irmandades de São Miguel e Almas (ARAÚJO, 2013: p.43).

Por ocasião do concílio de Trento, o culto foi reavivado reiterando-se a devoção aos coros angélicos e às almas do Purgatório. Na colônia divulgaram-se as deliberações tridentinas: “encomendamos muito que tratem desta devoção das confrarias e de servirem e venerarem nelas aos Santos, principalmente a do Santíssimo, e do nome de Jesus, a de N. Senhora, e das almas do purgatório, [...] porque estas confrarias é bem as haja em todas as igrejas” (VIDE, Tít. LX, n.869, p.452).

Ao longo do período colonial, a capitania de Minas Gerais possuiu mais de 230 irmandades religiosas, cerca de 50 associações de Ordens Terceiras e Irmandades do Santíssimo Sacramento, constituídas em mais de 90 igrejas e capelas (FONSECA, 2011: p.400-401). O historiador Caio Boschi identifica, só na Capitania de Minas, o montante de trinta e cinco irmandades sob a invocação de São Miguel e Almas, o que confere a esta instituição a classificação do terceiro lugar em aspectos vocacionais, sendo sobrepujada primeiramente pelas irmandades do Rosário dos Pretos e, em segundo, pelas do Santíssimo Sacramento (1986: p.189).

O assistencialismo adquire formas e roupagens peculiares às épocas históricas e aos contextos nos quais se insere. O desenvolvimento das confrarias foi a expressão mais inovadora da aspiração dos leigos a uma vida religiosa mais ativa e autônoma. Durante a época moderna, embora a Igreja liderasse a atuação caritativa na Europa, cada vez mais as autoridades laicas e os leigos, reunidos em corporações ou em confrarias, se envolviam mais diretamente na proveniência material e nos custos da assistência (SÁ, 1997: p.11).

A ideologia caritativa, tanto a individual como a praticada através de instituições, sempre esteve intimamente ligada à dualidade entre pobre e rico, ou seja, entre aquele que recebe, devendo, portanto, se mostrar agradecido pela melhoria de suas condições de vida, e aquele que doa, reafirmando o seu poder em relação aos seus dependentes mas, ao mesmo tempo, revelando também a sua dependência em relação aos pobres para alcançar a salvação, uma vez que a prática das boas *obras* era considerada fundamental no Dia do Juízo (LE GOFF, 1995: p.86-89). Assim o confirma o Evangelho de São Mateus: “É mais fácil passar um camelo pelo fundo de uma agulha, do que um rico entrar no Reino do Céu” (Mt 19, 24).

Contudo, importa ressaltarmos que para o período aqui estudado, o assistencialismo não se apresenta como fator de transformação social, mas sim como simples forma de prestar um suporte aos mais necessitados de proteção e apoio, procurando aliviar suas agruras. Conforme destacou Boschi,

é irretorquível a sua conotação ideológica, ou seja, o seu caráter de mantenedor do status quo, ao contrário do moderno Serviço Social. (...) Com isso, as classes dominantes se antecipam ao advento de atitudes e manifestações coletivas contestatórias dos menos favorecidos (1984: p.25-26).

Assim, o estudo da assistência aos pobres no Antigo Regime deve ser analisado de acordo com a própria ótica daquela sociedade, a qual é muito diferente dos nossos conceitos atuais. De acordo com Isabel dos Guimarães Sá, no Antigo Regime, a caridade não se orientava pela ideia de que os indivíduos têm direitos materiais básicos a determinadas condições de existência, nem mesmo pela ideia de que os ricos é que deveriam provê-las aos pobres. Nas palavras da autora, o ato de dar

Fazia parte de uma relação tripartida, que envolvia os doadores, os receptores e Deus. Quem dava considerava-se, por mais rico e poderoso que fosse, como pobre aos olhos de Deus a quem teria inevitavelmente de prestar contas. (...) Na sociedade do dom, dar era um ato acessível a todos, e não envolvia apenas bens materiais mas sobretudo serviço (...) e era comum a todos, ricos e pobres. O ato de dar não se regia por critérios econômicos uma vez que não era forçosamente proporcional aos meios de fortuna do doador. O ato de receber, por outro lado, também não se pautava necessariamente pela pobreza do receptor: aceitava-se ajuda em nome de um estatuto social perdido ou em nome de valores como a honra no caso de mulheres³ (1997: p.16-17).

Nesse sentido, os beneficiários da assistência no período moderno formavam uma gama variada de assistidos, que iam desde os doentes pobres, peregrinos e mendigos⁴,

³ Para mais sobre a “economia do dom” ver: XAVIER, Ângela Barreto; HESPANHA, António Manuel. As redes clientelares. In: HESPANHA, António Manuel. *O Antigo Regime (1620-1807)*, vol.4. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.

⁴ Nesse período, as distinções entre mendigos e peregrinos eram muitas vezes inexistentes, embora houvesse um certo esboço de “preocupação de distinguir os que merecem esmolas entre a massa dos pedintes, mediante a autorização para mendigar”. Cf. SÁ, Isabel dos G. *Quando o rico se faz pobre: Misericórdias, caridade e poder no império português, 1500-1800*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997, p.29.

presos pobres e cativos, viúvas e donzelas pobres, até os chamados pobres envergonhados⁵ (SÁ, 1997: p.26-29).

As várias associações religiosas desempenharam um papel fundamental na vida social, política e religiosa da Colônia e, em Minas, a atuação leiga no âmbito da religião foi favorecida pela fusão entre Igreja e Estado instituída pelo Padroado. Nas palavras de Caio Boschi: “em Minas Gerais, no século XVIII, era impossível viver ou morrer à margem das irmandades” (1986b: p.63).

De fato, estimulando a criação das irmandades, a Coroa se eximia de arcar com os custos da construção, da ornamentação e da manutenção das igrejas, como também se via livre dos encargos da assistência social à população, os quais também ficavam sob a responsabilidade das confrarias (SALLES, 2007: p.23). Compartilhando expectativas afetivas, materiais e espirituais em torno de uma mesma devoção religiosa, aos se associarem em uma confraria, os indivíduos obtinham a garantia de receberem auxílio nos momentos de doença, ruína financeira, prisão, viuvez; amparo espiritual nos últimos momentos de vida como também após a morte, garantindo o sepultamento digno em território sagrado e assegurando, através dos sufrágios, a rápida passagem da alma pelo Purgatório em direção ao Paraíso (SALLES, 2007: p.22).

Auxiliadas ou não pelo Estado, as irmandades religiosas permaneceriam, em toda a cristandade do período moderno, com seu ideal de auxílio ao pobre e, conforme os objetivos e capacidades de cada uma, a administração da caridade poderia ocorrer internamente e/ou externamente à irmandade. Diferentemente do que acontecia nas Misericórdias, foi o modelo de estrutura confrarial baseado na solidariedade restrita entre os membros que acabaria por prevalecer entre as demais confrarias portuguesas, tendo se estendido ao império ultramarino (BOSCHI: 1984; 1986a; 1986b).

No entanto, no caso de algumas irmandades de São Miguel e Almas, as práticas caritativas se estenderam para além dos limites internos da confraria, tendo estas desempenhado o papel caritativo das irmandades da Misericórdia nos locais onde estas ainda não haviam se estabelecido.

⁵ De acordo com Isabel dos G. Sá, nas sociedades em que o estatuto social tinha primazia sobre a riqueza como critério de afirmação social, os indivíduos que tinham decaído na escala social, chamados de “pobres envergonhados”, costumavam ser ajudados, de maneira geralmente discreta e sigilosa, por pessoas poderosas, em respeito à hierarquia social. Cf. SÁ, Isabel dos G. *op.cit.*, 1997, p.26.

Surgidas em um contexto de profunda renovação espiritual, a irmandade da Virgem Maria da Misericórdia, criada em Lisboa em 1498 e conhecida popularmente como Santa Casa da Misericórdia, espalhou-se por todo o espaço português, e tornaram-se as principais instituições locais de assistência à população e atribuíram importante significação à prática de enterrar os mortos e à oração pelos vivos e defuntos (SÁ, 1997).

O indivíduo, composto de corpo e alma, dava um grande valor à segunda, devido à sua eternidade. Dessa forma, acreditava-se estarem os aspectos relacionados com a salvação da alma estreitamente vinculados ao corpo, ou seja, seriam condizentes com o bem-estar material (ARAÚJO, 1997). Nesse sentido, as irmandades da Misericórdia estabeleciam em seus estatutos quatorze obras a serem praticadas, sendo sete corporais e sete espirituais. As sete obras espirituais eram: ensinar os ignorantes; dar bom conselho; punir os transgressores com compreensão; consolar os infelizes; perdoar as injúrias recebidas; suportar as deficiências do próximo; rogar a Deus pelos vivos e defuntos. Já as obras Corporais eram as seguintes: resgatar cativos e visitar prisioneiros; tratar dos doentes; vestir os nus (VIDE, 2010, Tít. XXXII, n.574). Como se pode perceber, o lugar ocupado pelos rituais fúnebres nestas instituições era especialmente importante, pois perpassava duas obras de misericórdia: uma espiritual – “rogar a Deus pelos vivos e defuntos” – e outra corporal – “sepultar os mortos”.

Em algumas dessas confrarias os irmãos chegaram a declarar o enterro dos mortos como a sua principal função, como a cláusula expressa no compromisso de 1618 da Misericórdia de Lisboa, que afirmava ser esta “uma das principais obras de misericórdia” (ARAÚJO, 2007, p.8). Maria Marta Lobo de Araújo afirma ainda que “esses rituais de solidariedade estavam associados ao princípio de que a boa morte nunca seria um ato solitário e precisava do auxílio de todos, ajudando a alma a se fortalecer diante de Deus” (ARAÚJO, 2007, p.5). A preocupação com a vida eterna criava laços entre os indivíduos que se prolongavam para além da morte corporal, uma vez que cabia aos vivos rezar pelos mortos (SÁ, 1997, p.34).

Essa relação com a morte estabelece uma importante ligação com a irmandade de São Miguel e Almas pois, no catolicismo, São Miguel é tido como o arcanjo protetor das almas do Purgatório. Assim, estas associações se dedicaram a aliviar e abreviar as penas purgatórias sofridas tanto por seus membros quanto pelas almas em geral, através da

prática dos sufrágios, ou seja, a prática da intervenção dos vivos no destino dos mortos. Representado como o chefe das milícias celestes, o arcanjo São Miguel era tido como o grande responsável por combater o demônio e aplicar a justiça divina, importante símbolo de um contexto em que a Igreja enfrentava o avanço protestante na Europa, sinal de referência para os cultos e devoções católicos pós Concílio de Trento.

Os Compromissos das irmandades das Almas instituíaam sufrágios para as almas do Purgatório em geral, ou seja, não se restringia o benefício aos próprios membros, para o que reservavam todas as segundas-feiras para pedir esmolas para as almas, o que era conhecido como “bacia das almas”. A irmandade de São José Del Rei estipulava em seu Compromisso, feito em 1724, a eleição de dois capelães, um para dizer missas às segundas feiras em benefício dos irmãos vivos e defuntos, mas também outro que “*dirá missa todos os domingos e dias santos pela manhã cedo para benefício dos escravos e viandantes e não percam tão santo exercício*”⁶. Assim, a irmandade se preocupava também com aqueles que, muitas vezes, não tinham condições de deixarem quantias destinadas para a celebração de missas pelas próprias almas, como era o caso dos escravos, realizando então um ato de caridade para com eles, que se inseriam no conjunto das almas do Purgatório beneficiadas pela confraria.

A irmandade de São João Del Rei também estendia a sua atuação para além dos seus membros, equiparando-se à função prestada pelas Misericórdias em Portugal e outras partes da Colônia. Era através dos alvarás régios que se constituíaam as competências e exclusivos das Misericórdias, como o privilégio de enterrar os mortos⁷, e também uma relação preferencial no que concerne à assistência aos presos pobres e a capacidade de recolher as ossadas dos condenados. Como afirma Isabel dos G. Sá,

entrar nas cadeias, limpá-las, dar de comer e tratar na doença os presos pobres, zelar para que fossem rapidamente processados e condenados e assegurar a execução rápida do transporte para o degredo foram obrigações das misericórdias desde o início da sua fundação (SÁ, 2002, p.37).

⁶ AEDSJDR - Livro de Compromisso da Irmandade de São Miguel e Almas, da Freguesia de Santo Antônio, da vila de São José, 1727, cx.01, n.01.

⁷ A partir de 1593, por alvará do arquiduque Alberto da Áustria, as Santas Casas passaram a gozar do importante privilégio de enterrar os mortos em suas tumbas. De acordo com Marta Lobo, as exceções contidas no alvará diziam respeito apenas às confrarias dos italianos e dos alemães sediadas em Lisboa, as quais apenas poderiam enterrar comas as suas tumbas os seus membros. ARAÚJO, Maria Marta Lobo de. *op. cit.*, 2007, p.6.

Assim, desde os mais antigos alvarás emitidos pela Coroa portuguesa a favor da Misericórdia de Lisboa, evidenciava-se a preocupação com os presos e condenados à morte, e autorizavam a confraria a retirar estes últimos da forca, quer logo depois da execução (para os não condenados para sempre), quer no Dia de Todos os Santos ou de Finados (para os de danação eterna) (SÁ, 2002, p.23). Dessa forma, cumprindo as obrigações da Misericórdia a que se destinava, a irmandade das Almas de São José Del Rei realizou, durante vários anos, a da Procissão dos Ossos, ou, como era por eles denominada, a cerimônia de “trasladação dos ossos”, no dia de Todos os Santos (1º de novembro), ou no dia dos Fiéis Defuntos (2 de novembro)⁸.

Em Portugal, a Procissão dos Ossos integrava-se no conjunto de atuação das misericórdias a favor da assistência aos presos pobres, que procurava, desde a sua fundação em 1498, garantir a entrada dos irmãos nas cadeias e o rápido encaminhamento dos presos para o seu “livramento”. Isabel dos Guimarães Sá destaca que estas preocupações não se abrandariam com o decorrer do século XVI, e chega também a indicar que elas “prendiam-se com as fases de um reordenamento que tinha como *pivot* o exercício da justiça pelo rei. Decalcada em moldes escatológicos, esta era entendida em termos de punição-perdão, ou seja, justiça-misericórdia” (SÁ, 2002: p.40).

Seguindo também o exercício da caridade em benefício da salvação da alma, que era característico das misericórdias, a irmandade das Almas de São João Del Rei, em 1804, reiterava em seu Compromisso a necessidade de contratar sacerdotes para dizer missa aos presos nos domingos e dias santos na Capela que a irmandade tinha em frente à cadeia, que é a Capela de Nossa Senhora da Piedade, além de lhes prestar auxílio na doença e, em caso de morte, cuidar da sua mortalha e féretro. Acrescente-se ainda que elas também estendiam sua caridade para com os pobres. Nesse mesmo compromisso, de 1804, a irmandade assim determinava:

Ordenamos que esta Irmandade, seguindo a ordem da caridade a que é dirigida, assista com o necessário para a sustentação do miseráveis pobres, e também os

⁸ AEDSJDR - Livro de Eleição da Irmandade de São Miguel e Almas, da Freguesia de Santo Antônio, da vila de São José, 1729-1821, cx.02, n.04. / AEDSJDR - Livro de Eleição, Posse e Deliberações de Mesa da Irmandade de São Miguel e Almas, freguesia de Nossa Senhora do Pilar, da vila de São João Del Rei, 1775-1828, cx.01, n.05.

presos, que estiverem enfermos dando-lhes mortalhas, e enterrando os para cuja despesa se aplica o rendimento da Tumba⁹.

Em São João Del Rei, mesmo após a instalação de uma Casa de Caridade – fundada em 1782 por Manoel de Jesus Fortes¹⁰ e que viria a se tornar, em 1816, uma Santa Casa de Misericórdia –, os irmãos continuaram desenvolvendo as atividades caritativas que eram comumente atribuídas às Misericórdias. Já em São José Del Rei (atual Tiradentes), por exemplo, não se fundou uma irmandade da Misericórdia, mas seu Compromisso confirma que “é estilo nestas Minas suprir a nossa confraria as obrigações da dita Irmandade [as Santas Casas de Misericórdia]”¹¹.

A irmandade das Almas de Barbacena também afirma em seu compromisso de 1785 que “nestas Minas faz esta nossa irmandade a esmola e vezes de Misericórdia, dando tumba e acompanhamento aos fiéis pobres”.¹² Na reforma de seu compromisso em 1760, a irmandade das Almas de Guarapiranga afirma que “terá esta santa irmandade uma tumba para os irmãos que falecerem, e se algum que não for irmão quiser que o acompanhe a irmandade com a tumba só dará quatro oitavas, e se for pobre que não tenha com que pagar, o acompanhará pelo amor de Deus”.¹³

Apesar de ser costume as irmandades de outras invocações também garantirem esse mesmo tipo de auxílio aos irmãos que caíssem na pobreza, ou que fossem presos, como já dissemos, nelas esses benefícios eram restritos aos membros, diferente do que acontecia nas irmandades de São Miguel e Almas.

Conclusão

Em síntese, as irmandades coloniais mineiras incorporavam às necessidades do espírito as necessidades do corpo, tanto através do assistencialismo espiritual quanto

⁹ AEDSJDR - Livro de Compromisso da Irmandade de São Miguel e Almas, da freguesia de Nossa Senhora do Pilar, da vila de São João Del Rei, 1804, cx. 01, n.02.

¹⁰ Cf. AHU-Minas Gerais, cx. 123, doc. 8; AHU-Minas Gerais, cx. 123, doc. 9.

¹¹ AEDSJDR – Livro de Compromisso da Irmandade de São Miguel e Almas, da freguesia de Nossa Senhora do Pilar, da vila de São João Del Rei, 1804, cx. 01, n.02.

¹² Compromisso da Irmandade de São Miguel e Almas de Barbacena . AEAM – 1785, Arm. 8, Prat.1, n° 27.

¹³ Grifo nosso. Compromisso da Irmandade de São Miguel Almas de Guarapiranga. AEAM – 1760, Arm.8, prat.1, n° 20.

material, podendo esta assistência se restringir a seus membros, sob um caráter mutualístico, ou se estender aos demais necessitados, como no caso das irmandades da Misericórdia e, como vimos, as de São Miguel e Almas.

Como tentamos demonstrar, no que tange à Capitania de Minas, inseridas em um contexto onde cabia aos leigos a garantia da assistência aos mais necessitados, diferentemente das outras confrarias que limitavam seus benefícios apenas aos que estivessem a elas filiados (BOSCHI: 1986a, p.123), as irmandades de São Miguel e Almas estendiam suas práticas caritativas também aos não membros, ampliando-as para além dos limites internos da confraria, desempenhando claramente o papel caritativo das irmandades da Misericórdia.

Referências

Fontes Manuscritas

Arquivo Eclesiástico da Diocese de São João Del Rei (AEDSJDR)

Livro de Compromisso da Irmandade de São Miguel e Almas, da freguesia de Nossa Senhora do Pilar, da vila de São João Del Rei, 1804, cx. 01, n.02.

Livro de Compromisso da Irmandade de São Miguel e Almas, da Freguesia de Santo Antônio, da vila de São José, 1727, cx.01, n.01.

Livro de Eleição da Irmandade de São Miguel e Almas, da Freguesia de Santo Antônio, da vila de São José, 1729-1821, cx.02, n.04.

Livro de Eleição, Posse e Deliberações de Mesa da Irmandade de São Miguel e Almas, freguesia de Nossa Senhora do Pilar, da vila de São João Del Rei, 1775-1828, cx.01, n.05.

Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana (AEAM)

Compromisso da Irmandade de São Miguel e Almas de Barbacena . AEAM – 1785, Arm. 8, Prat.1, nº 27.

Compromisso da Irmandade de São Miguel Almas de Guarapiranga. AEAM – 1760, Arm.8, prat.1, nº 20

Arquivo Histórico Ultramarino (AHU)

AHU-Minas Gerais, cx. 123, doc. 8;

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

AHU-Minas Gerais, cx. 123, doc. 9.

Livros, artigos e teses

ANDREONI, João Antônio. (André João Antonil), *Cultura e opulência do Brasil*, São Paulo, Companhia Editorial Nacional, 1967.

ARAÚJO, Manoela Vieira Alves de. *Em busca da salvação: vivência da fé e vida cotidiana entre os irmãos de São Miguel e Almas. São João e São José Del Rei (1716-1804)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Juiz de Fora, 2013.

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de. Rituais fúnebres nas Misericórdias portuguesas do Setecentos. Universidade do Minho. Conselho Cultural. *FORUM-41*, pp.5-22, jan. – jun. 2007.

BOSCHI, Caio César. O Assistencialismo na Capitania do Ouro. In: *Revista de História*. São Paulo, n.116, 1984.

_____. Os históricos compromissos mineiros: riqueza e potencialidade de uma espécie documental. In: *Acervo*. Rio de Janeiro: Revista do Arquivo Nacional v.1, n.1, pp. 81-62, jan.-jun. 1986a.

_____. *Os leigos e o poder: irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo: Ática, 1986b.

CAMPOS, Adalgisa A. *A Terceira Devoção do Setecentos Mineiro: o culto a São Miguel e Almas*. Tese (Doutorado em História). São Paulo, USP, 1994.

DAVIDSON, N. S. *A Contra-Reforma*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

FRANCO, Renato. *Pobreza e caridade leiga – as Santas Casas de Misericórdia na América Portuguesa*. Tese de doutorado. USP, 2011.

FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e Vilas D’El rei. Espaço e poder nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2011.

LE GOFF, Jacques. *O nascimento do Purgatório*. Lisboa: Estampa, 1995.

MORAES, Fernanda Borges de. De arraiais, vilas e caminhos: a rede urbana das Minas coloniais. In: VILLALTA, Luiz Carlos e LAGE, Maria Efigênia Rezende (orgs.). *História de Minas Gerais. As minas setecentistas*. Belo Horizonte: Companhia do tempo, Autêntica, 2007.

PRECIOSO, Daniel. *Terceiros de cor: pardos e crioulos em Ordens Terceiras e arquiconfrarias (Minas Gerais, 1760-1808)*. 2014, 356f. Tese (Doutorado em História)

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
 “O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
 Juiz de Fora, 2017, 1554p.
 ISSN: 2317-0468
 17 a 21 de outubro de 2016

– Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ.

SÁ, Isabel dos Guimarães. *Quando o rico se faz pobre: Misericórdias, caridade e poder no império português, 1500-1800*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997.

SALLES, Fritz Teixeira de. *Associações religiosas no ciclo do ouro: introdução ao estudo do comportamento social das Irmandades de Minas no século XVIII*. 2. ed.. São Paulo: Perspectiva, 2007.

XAVIER, Ângela Barreto; HESPANHA, António Manuel. As redes clientelares. In: HESPANHA, António Manuel. *O Antigo Regime (1620-1807)*, vol.4. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.

ZANON, Dalila. *A Ação dos Bispos e a Orientação Tridentina em São Paulo (1745-1796)*. Dissertação de Mestrado. Campinas: Unicamp/IFCH, 1999.

Simpósio Temático 13: “Biografias e trajetórias na escrita da História”

Coordenadores: Priscila Musquim Alcântara (Mestre em História UFJF / Doutoranda em História UFJF) & Esther Itaborahy Costa (Mestre em História UFJF / Doutoranda em História UFJF)

TRAMAS DO PODER E REDES FAMILIARES: A TRAJETÓRIA DE JOÃO BORREGO EM CAPOEIRAS-PE

Luís Gustavo de Azevedo Macêdo¹

Resumo:

Este artigo objetiva apresentar e debater algumas questões que emergiram com a pesquisa sobre a trajetória de João Alves de Siqueira (João Borrego, 1885-1961) em Capoeiras-PE, tomando como referencial a ideia de que as peculiaridades da vida desse comerciante, fazendeiro e chefe político possibilitam entender melhor os múltiplos aspectos relacionados ao contexto do qual fazia parte. O texto está dividido em três momentos. No primeiro, busca-se expor como a vida de João Borrego contribui para se conhecer a história do atual município de Capoeiras. Logo após, a discussão segue pelas particularidades da dinâmica das relações familiares e políticas em São Bento do Una. Por fim, discute-se a partir das nuances apresentadas o conceito e o fenômeno do Coronelismo em Pernambuco.

Palavras-chave: Capoeiras; Coronelismo; João Borrego; Redes familiares;

Résumé:

Cet article tien pour objectif présenter une discussion sur quelques questions émergent dans une recherche sur la trajectoire de João Alves Siqueira (João Borrego, 1885-1961) dans la ville de Capoeiras – PE. Pour nous, la particularité de la vie de cette commerçant, fermier et chef politique nous a donne une bonne compréhension du contexte sur lequel il était insère. Le texte se coule en trois parties. Premièrement on parle de la vie de João Borrego e comme sa vie contribue pour connaître l'histoire de la ville de Capoeiras. Après la discussion passe par les particularités de la dynamique dans les relations familières et politiques en São Bento do Una. À la fin, on fait une discussion sur le concept et le phénomène e la politique de colonels sur Pernambuco.

Mots-clés: Capoeiras; Coronelismo; João Borrego; Relations familières.

¹ Discente do Mestrado em História e bolsista CNPq na Universidade Federal de Pernambuco, sob orientação do Prof. Dr. Cristiano Luís Christillino.

INTRODUÇÃO

Em 3 de julho de 1961, na vila de Capoeiras, no Agreste de Pernambuco, faleceu João Alves de Siqueira, mais conhecido por João Borrego, alguns meses antes de completar 76 anos de idade. Acometido por complicações derivadas de um câncer de pulmão, faleceu no início da noite em sua fazenda, de nome Independência, que, segundo relatos de pessoas que o conheceram e tiveram suas vidas direta ou indiretamente afetadas por ele, era uma das maiores da região na qual residia. Seu registro de óbito informa ainda que “deixou bens a inventariar e cinco filhos maiores”, que já eram órfãos também de mãe: Heronides, Alice, Eurídice, Neusa e João². Ainda segundo relatos, nem sempre João Borrego dispôs de tantos bens ao longo de sua vida, tendo em vista que começou a adquirir propriedades de terra e gado já depois de algum tempo exercendo uma modesta atividade de comerciante na então vila de Capoeiras, distrito de São Bento do Una.

Investigar a vida de João Borrego possibilita adentrar por nuances que, apesar de diversas, têm nessa personagem um vértice que as interliga e impede que sejam entendidas isoladamente. Para além da dicotomia mais corrente do campo historiográfico para as biografias, isto é, a divisão de que, por um lado, essas pesquisas dão atenção para os modelos de conduta (ou o seu contrário) e, por outro, há o interesse por aspectos não revelados ou “verdades” de personagens por vezes já bastante conhecidas (SCHMIDT, 2012: 187), atentamos aqui para a ideia de que a partir da trajetória desse indivíduo de origem humilde, praticamente analfabeto, mas que fez fortuna e se tornou um dos maiores comerciantes e fazendeiros de sua época nas adjacências de onde vivia, os questionamentos que surgem são esclarecedores de questões que perpassam por sua vida em particular e pela dinâmica da sociedade de que fazia parte. Nosso escopo é, portanto, entender o contexto geral e os agenciamentos que influenciaram direta e indiretamente a vida da personagem retratada e daqueles que a ela estiveram ligados.

² Brasil, Pernambuco, Registro Civil, Capoeiras - Óbitos. (Volume 9; Janeiro, 1961 – Julho, 1967). Disponível em:

<<https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HT-6224-9MX?wc=31C4-T3R%3A1053350001%2C1053350002%2C1053422701%3Fcc%3D2016195&cc=2016195>>. Acesso em: 10 set. 2016

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

JOÃO BORREGO E O CRESCIMENTO DE CAPOEIRAS

A vila de Capoeiras foi criada em 1901, se tornando o 3º distrito de São Bento³ e apenas em 1963 se desmembraria deste para se tornar município. Fica localizado na Mesorregião do Agreste de Pernambuco, esta caracterizando-se por ser uma faixa intermediária entre Zona da Mata e Sertão. José Soares de Almeida Filho (conhecido como Zezinho Borrego, por ter se casado com uma neta de João Borrego), antigo político que exerceu vários mandatos de vereador e prefeito de Capoeiras, ao falar sobre a ligação desta com São Bento, destaca: “Nós éramos distrito de São Bento, mas num havia um entrelaçamento maior não porque a... o comércio daqui era com Garanhuns, por ser mais perto”⁴. A partir disso, é possível pensar numa dupla dinâmica de relações: administrativamente Capoeiras estava ligada a São Bento. Porém, economicamente ficava mais interligada ao município de Garanhuns, tendo em vista que estava “situada nas margens da estrada que liga Garanhuns a Pesqueira e outras cidades sertanejas”⁵ (Ver Figura 1).

O alto fluxo de pessoas e mercadorias chegando dessas localidades favoreceu o crescimento do comércio na feira semanal, que desde essa época acontecia nas sextas-feiras, e da vila como um todo. Em particular, a localização geográfica acabou por favorecer também o crescimento econômico de João Borrego. A senhora Vilma Siqueira⁶, falando sobre seu bisavô, relata que

Ele chegou, se instalou ali naquele riacho ainda menino com a família, a mãe e os irmãos, botou uma bodeguinha pra vender cachaça e charque aos tropeiros que iam botar o gado lá pra comer, que ali, como era uma várzea, tinha capim o ano todo, que era um riacho ali perene e vinha gente de todo canto ali quando, na seca botar o gado ali ou era uma passagem também pra Pesqueira, pra... passava por ali com o gado. Aí

³ Além de Capoeiras e do distrito sede, São Bento, que posteriormente viria a se chamar São Bento do Una, contava também com o distrito de Cachoeirinha. Essas informações podem ser encontradas em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=260380&search=|info%El%Ficos%F3rico>>. Acesso em: 11 set. 2016.

⁴ José Soares de Almeida Filho, 91 anos. Entrevista realizada pelo autor em 18 de julho de 2015, em Capoeiras.

⁵ Almanak Laemmert para 1921-22. Rio de Janeiro: Typographia do Annuario do Brasil. (vol. III – Estados do Norte) p. 3868.

⁶ Vilma Viviane Siqueira de Arruda, 65 anos, bisneta de João Borrego, filha de José Soares de Almeida Filho (Zezinho Borrego). Entrevista realizada pelo autor em 24 de setembro de 2015, em Recife.

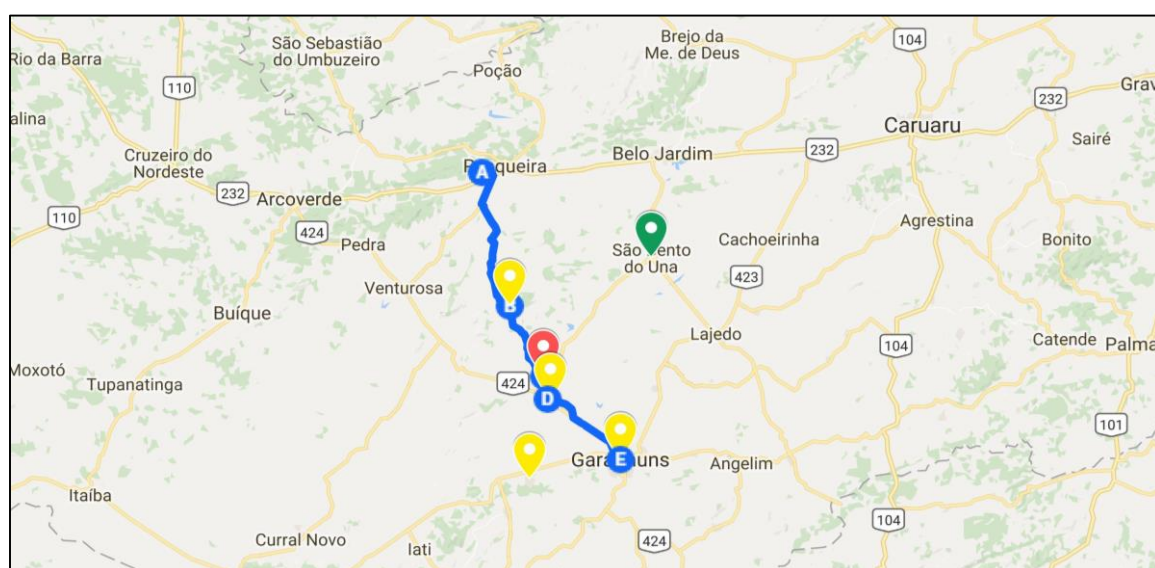
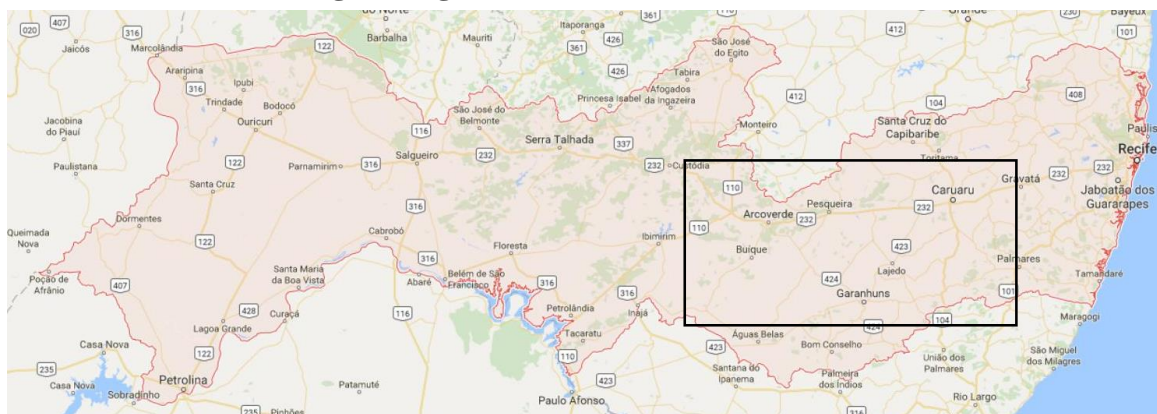
eles se instalaram ali vendendo essas coisas. E ele ia pra Garanhuns comprar... a pé, uma cabaça na cabeça... Foi daí que começou tudo, como eu disse a você.

A fala de Vilma permite pensar sobre duas questões importantes a respeito desses aspectos geográficos. Primeiro, a existência desses dois elementos (um riacho perene e a vegetação própria para alimentação de gado) fazia com que a vila de Capoeiras pudesse ser tomada como lugar de repouso e alimentação tanto dos viajantes que transportavam mercadorias e animais, como também do próprio rebanho, que ali dispunha de comida e água em abundância. Em segundo lugar, pela fala podemos entender que Capoeiras seria também um refúgio para aqueles que migravam dos lugares assolados pela seca para localidades mais prósperas e férteis. Conforme nos relatou também o senhor Eraldo⁷, filho de um fazendeiro que teve alguns conflitos com o biografado, esse parece ter sido o caso da família de João Borrego:

Ele era de Princesa, na Paraíba. Heronides dizia direto aqui que ele era de lá. Aí pegou um tempo de seca e ele, o pai, a mãe, os irmão vieram simhora. Saíram de lá e tavam indo pra o sul. Quando chegaram aqui, se instalaram. Daí ele começou rapazin novo a vender umas besteira a quem passava... Que ele ia comprar em Garanhuns, de pé, e trazia pra vender aqui e em Salobro, que ele tinha loja lá também

⁷ José Eraldo de Macêdo, 65 anos. Entrevista realizada pelo autor em 07 de dezembro de 2014, em Capoeiras.

Figura 1 - Rota Pesqueira-Garanhuns e demarcação dos principais lugares de comércio de João Borrego no Agreste



Antiga rota Pesqueira-Garanhuns (76,6 km)*

- A** Pesqueira
- B** Salobro
- C** Capoeiras
- D** Caetés
- E** Garanhuns

São Bento do Una

Cidades e vilas com lojas de João Borrego

- Capoeiras
- Salobro
- Caetés
- Garanhuns
- Paratama

Fonte: Google My Maps. Imagem elaborada pelo autor do texto.

*Cálculo conforme o Google Maps.

O fluxo de pessoas e mercadorias dessas localidades contribuiu para o processo de intensificação do comércio de Capoeiras, sobretudo se se leva em consideração que

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.

ISSN: 2317-0468

17 a 21 de outubro de 2016

em 1921 a vila já possuía pouco mais de 500 habitantes¹. No entanto, cabe perguntar que fatores singulares podem ter influenciado para que João Borrego prosperasse bem mais que os outros comerciantes de Capoeiras. Giovanni Levi em texto bastante conhecido é referência importante para esse tipo de busca. Encontra-se um primeiro passo direcionador quando ele afirma que, independentemente da originalidade que a vida do biografado pareça apresentar, o que houver de singular na sua trajetória “ocorre em um contexto histórico que o justifica” (2006: 176). Contexto este que precisa ser amplamente investigado.

O principal relato que faz alusão sobre uma das possíveis explicações do espocar de João Borrego em meio aos demais comerciantes e moradores de Capoeiras tem um caráter bem atípico e quase anedótico. O caso, que foi relatado também pelo senhor Eraldo, foi contado por Dona Vilma da seguinte forma:

Ele foi pra Garanhuns e quando chegou na Rua da Areia [Av. Sátiro Ivo], um carro buzinou, ele nunca tinha ouvido a buzina e se assustou e derrubou a cabaça. Aí seu Antônio, que era, Diletieri, que era comerciante de tecido em Garanhuns, que é... vinha dirigindo. Aí parou o carro e perguntou por que ele tava chorando, aí ele explicou que era o apurado da semana, que tinha de comprar a cachaça pra vender nas Capoeiras [...] aí ele [Antônio] disse “Por que você não compra um burro?” Ele [João Borrego] disse “porque não tenho dinheiro”. Ele tirou o dinheiro e disse: “Compre o burro e quando você apurar o dinheiro”, porque aí no burro ele levava mais cachaça, né... Aí ele “Você vai me pagar em tal lugar”. Aí ele passou um tempo, ele foi lá pagar. Aí ele [Antônio] deu mais dinheiro, disse “compre dois”. Aí depois “compre três”, “compre quatro”².

O que mais chama a atenção nessa fala é que o encontro entre os indivíduos que depois se tornariam amigos pode ser interpretado como aquilo que Benito Schmidt chamaria de “caráter dramático” da existência (2012: 199). O caso ocorrido evidencia o âmbito do “fazer-se” do indivíduo, isto é, o aspecto da vida permeado por dúvidas, imprevistos, decepções, lamentações etc., fatores que enriquecem o trabalho por distanciarem a biografia de uma ideia que consideramos reduzida: tratar a vida do

¹ Almanak Laemmert para 1921-22. Rio de Janeiro: Typographia do Annuario do Brasil. (vol. III – Estados do Norte) p. 3868.

² Vilma Viviane Siqueira de Arruda. Entrevista realizada pelo autor em 24 de setembro de 2015, em Recife.

indivíduo como linear e racional em todo o seu curso. Foi graças a esse episódio que, com essa ajuda do comerciante de Garanhuns, João Borrego obteve um auxílio significativo para que transportasse um número maior de mercadorias para Capoeiras e pudesse vendê-las tanto em sua bodega, como nos sítios pelos quais transitava. Ao ser questionada sobre os produtos que a personagem vendia, Dona Vilma afirmou também que João Borrego também se tornaria um grande comerciante de tecidos anos depois desse episódio.

Na vila Capoeiras, Quitéria Alves Vilela, com quem o comerciante casou em 1906, fabricava chapéus de palha para complementar a renda de que necessitavam. Com o passar dos anos, João Borrego conseguiu também adquirir uma propriedade de terra no lugar denominado Salgado³. Apesar da vida financeira sacrificada, mas com indícios de melhoramentos, tornar-se proprietário de terras era interpretado como uma elevação simbólica de status social, sobretudo porque não era da terra, da propriedade rural, que João Borrego tirava seu sustento. Victor Nunes Leal identificou esse status simbólico em seu clássico estudo. Ainda que estivesse se referindo sobre as grandes propriedades rurais e os poderosos coronéis, cabe citá-lo. Leal aponta que, como o coronel “costuma ‘passar bem de boca’ [...] e tem na sede da fazenda um conforto primário, mas inacessível ao trabalhador do eito”, acaba sendo visto por este como “um homem rico, ainda que não o seja” (LEAL, 2012: 46).

Nas entrevistas com Zezinho Borrego e Vilma Siqueira, ambos falaram sobre os avanços econômicos citados e sobre a expansão das casas comerciais de João Borrego, que chegou a ter a matriz em Capoeiras e filiais em Caetés, Garanhuns (de nome “A Preferida”) e Serrinha, atual Paranatama (Figura 1). Na década de 1930, ele “comunica ao commercio e aos Bancos que tendo associado seu filho Heronides Alves de Siqueira, em sua casa comercial denominada ‘CASA BURREGO’, passa de agora por diante a sua firma a ser JOÃO BURREGO & FILHO [...]”⁴. Este era um indício de que sua fortuna atingira níveis vultosos, pois o aviso é direcionado inclusive aos bancos.

Porém essa atitude teria sido também um primeiro passo na direção da escolha de um sucessor que ficaria responsável por manter o poder econômico e político que fora

³ Relação dos proprietários dos estabelecimentos ruraes recenseados no estado de Pernambuco em 1920. Disponível em: <<https://ia600309.us.archive.org/33/items/recenseamento1920pe/Pernambuco.pdf>>. Acesso em: 23 ago. 2016.

⁴ **Ao commercio.** Diário de Pernambuco. 09 de julho de 1936, n. 160, p. 9.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

adquirido ao longo dos anos? Até o momento, foram destacados os elementos de ordem econômica, de origem e ascensão social. O que evidenciaria, então, a efetiva participação política de João Borrego naquele lugar? Qual o particular *modus operandi* desse já reconhecido homem de fortuna? Mesmo sendo uma personagem escassa em termos de fontes historiográficas, seria possível, independentemente da forma, perceber esse reconhecimento na sociedade em que vivia? Essas são parte das questões a serem discutidas no segundo momento deste trabalho, que tratará da dimensão política e das relações entre famílias.

JOÃO BORREGO E A POLÍTICA EM CAPOEIRAS E SÃO BENTO DO UNA

Foram muito poucos os cargos oficiais que João Borrego exerceu. Até o momento, as fontes de que dispomos apontam apenas que em 1915 ele iniciou no cargo de 1º suplente do 3º distrito de São Bento (Capoeiras)⁵. Em 1922 concorreu ao cargo de subprefeito nas eleições daquele ano, na chapa de oposição ao governo de Adalberto de Oliveira Paiva, então prefeito de São Bento. Compunham a chapa de que fazia parte Eurico Guilherme de Azevedo, para Prefeito, e, para Conselheiros, coronel Joaquim Manso da Silva Sobrinho, José Joaquim de Oliveira, Odilon Cordeiro de Farias, Celso Crespo Costa, Manoel Marques de Barros, Manoel Alves dos Santos e José Bellarmino Teixeira⁶. A oposição, no entanto, não venceu o pleito, assumindo como prefeito José Tiburcio Pacheco, apoiado pela situação. À exceção do cargo ligado à segurança pública em 1915, portanto, a candidatura em 1922 foi o mais próximo que João Borrego chegou de um cargo oficial.

Isto não quer dizer que essa ausência de cargos públicos tenha sido um impeditivo para que exercesse poder de influência com uma significativa magnitude. Se a centralidade do comércio e da propriedade rural eram fatores importantes para a aquisição e manutenção do poder, acrescenta-se a isso as relações familiares. Importante ressaltar que essas relações, que Maria Isaura Pereira de Queiroz trata como relações de parentela em sua breve análise sociológica sobre o fenômeno do Coronelismo, geralmente são

⁵ **Governo do Estado**. A Província. 17 de maio de 1915, n. 133, p. 2.

⁶ **As eleições municipais, hoje**. A Província. 09 de setembro de 1922, n. 209, p. 3.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

analisadas de baixo para cima e tomadas como impulsionadoras da trajetória do indivíduo. Para o caso de João Borrego interessa mais o caminho inverso, pois não foi o casamento o fator preponderante para aquisição de todos os bens que dispôs. Ao contrário, as ligações familiares contribuíram para a manutenção e a estabilidade do poder. Algumas notícias dos jornais e o relato de Dona Vilma Siqueira deixam as explicações mais nítidas. Em 24 de junho de 1937 o jornal *Diário da Manhã* noticiou que o diretório do Partido Social Democrático (PSD) de Pernambuco se reuniu no dia anterior, com a presença do governador Carlos de Lima Cavalcanti, presidente, para que fossem organizados os diretórios de alguns municípios. Dentre eles, estava o de São Bento, que ficou organizado com José de Almeida Calado (que se casou com Alice Alves de Siqueira, filha de João Borrego⁷, e seria eleito prefeito de São Bento do Una no mandato 1951-1955), João Alves de Siqueira (João Borrego), Liberato Augusto de Siqueira, João Honorato da Fonseca e Abdon Jordão⁸. Além do genro casado com sua filha mais velha, João Borrego contava no PSD também com o apoio de Heronides.

Uma segunda notícia data de 1959, dois anos antes do falecimento de João Borrego. Trata-se da vitória de Osvaldo Celso Maciel (casado com Eurídice, também filha de João Borrego), candidato a prefeito de São Bento do Una pela UDN. O *Diário de Pernambuco* destacou que a vitória causou surpresa, pois São Bento do Una era um “re e que a “família Burrego, partidária do candidato vitorioso, festejou a vitória largando nas ruas da cidade mil burregos”⁹.

Na terceira passagem que damos destaque, Dona Vilma Siqueira nos conta que a terceira filha de João Borrego, Neusa, casou-se com um famoso médico da época chamado Alfredo Leite, que se tornaria também político. Sobre essa eleição, ela nos diz que

Ele foi deputado por Capoeiras. Meu avô elegeu Alfredo. Alfredo num tinha nada de político. Era o cara mais pacato... E era completamente, a linha dele

⁷ Brasil, Pernambuco, Registro Civil, Capoeiras - Matrimônios. (Agosto, 1925 – Setembro, 1953). Disponível em: <<https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HY-DT4Q-DS1?wc=31CG-MNP%3A1053350001%2C1053350002>

%2C1053390201%3Fcc%3D2016195&cc=2016195>. Acesso em: 10 set. 2016.

⁸ **Partido Social Democrático.** *Diário da Manhã*. 24 de junho de 1937, n. 3057, p. 3.

⁹ **Política. Em São Bento do Una.** *Diário de Pernambuco*. 08 de agosto de 1959, n. 178, p. 12.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

era completamente diferente do meu bisavô, que Alfredo era comunista declarado. E, mesmo assim, padrinho fez dele deputado.¹⁰

As três notícias evidenciam como as relações familiares tiveram relevância no jogo político da época por performances distintas. João Borrego, que desde os anos 1920 atuava no comércio e nas propriedades rurais, tinha seu poder ainda mais fortalecido graças a esses laços. Quando da participação como membro do PSD, estava mais próximo de seu genro José de Almeida Calado (José Cadete), que em 1951 se tornaria prefeito de São Bento do Una. Já no final da década de 1950, apoiava seu genro Osvaldo Maciel, que fazia oposição ao PSD, representado por Lívio Valença, em São Bento do Una. E houve ainda o caso do Dr. Alfredo Leite, um comunista, de linha ideológica adversa. Três genros de três diferentes posicionamentos políticos, provavelmente até rivais, no caso entre José Cadete e Osvaldo Maciel, mas que tinham no sogro um ponto de tangência e de seguridade no poder. Para um período de destacada e difícil redemocratização e redefinição da ordem política, caracterizada, inclusive, por uma amplitude da abrangência dos partidos políticos no Brasil (DELGADO, 2003), ainda era possível perceber que certas estruturas, no caso, a familiar, permaneciam fortes e, quando abaladas, bem capazes de tergiversar obstáculos e se adequar à nova ordem. Tudo leva a crer que nessa época João Borrego não teve maiores problemas no campo da política.

Em específico, cabe também uma breve consideração sobre a atuação efetiva de João Borrego, o que o aproxima das definições clássicas de “coronel”. O senhor João Godoi¹¹, filho de um dos muitos que trabalharam na fazenda de João Borrego, definiu a atuação do chefe político em pleitos eleitorais da seguinte forma:

João Borrego quando era político, ele fazia disso. Chegava na casa dum: “a eleição é tal dia...” Meu pai chamava Godoy. Ele era o chefe ali da... aquela vizinhança todinha gostava, né. Num ia na casa de seu ninguém. “A eleição é tal dia e você vota em fulano de tal”. Pronto. Papai avisava a todo mundo.

¹⁰ Vilma Viviane Siqueira de Arruda. Entrevista realizada pelo autor em 24 de setembro de 2015, em Recife. O termo “padrinho”, segundo a própria entrevistada, é referente também ao João Borrego.

¹¹ João Godoi Vilela, atualmente com 88 anos. Entrevista realizada pelo autor em 04 de setembro de 2014, em Capoeiras.

Quando o entrevistado nos diz que João Borrego “Num ia na casa de seu ninguém”, percebemos com clareza o poder que ele exercia naquela sociedade, de tal modo que em períodos eleitorais não se fazia necessária a prática de “ir de porta em porta”, cooptando o apoio dos eleitores. O método era simples e eficaz: era imposta a uma pequena liderança local, patriarca da família, a sua escolha de voto e logo essa liderança tratava de espalhar a recomendação orientada, tratava de arregimentar mais votantes para o candidato do coronel. Era quase natural que a centralidade de comerciante e fazendeiro próspero culminasse na participação no poder político. Se é ponderável afirmar que seu cosmopolitismo foi significativo para suas relações no meio urbano, no ambiente rural suas posses e sua posição de empregador e benfeitor de um sem número de funcionários fazia com que muitos deles ficassem quase que totalmente dependentes de seus desígnios.

Não obstante todas essas questões, João Borrego deixou “herdeiros” de seu poder de outra forma. Um deles era o próprio filho Heronides, que apesar de ter se filiado ao PSD por um certo tempo, não quis atuar como político, como nos relatou Dona Vilma Siqueira e Zezinho Borrego. Acabou por se tornar em 1959 comissário de polícia¹². Na política, o próprio Zezinho Borrego seria o sucessor de ordem política: Em 1947, aos 22 anos, foi eleito subprefeito do distrito de Capoeiras, indicado por João Borrego, conforme nos relatou. Ao ser questionado sobre os motivos de sua escolha, ele nos respondeu:

Porque na época quem mandava na política aqui era João Borrego [...]. João Borrego e o filho, Heronides. Eles eram proprietários, fazendeiros e comerciantes. Então na política na época quem mandava era eles e como passou um tempão sem eleição, quando vieram as eleições, eles eram os preferidos do governo do estado, né? Agora a minha escolha é que eu não sei porque... Porque eu era funcionário de João Borrego. Trabalhava na loja de João Borrego.¹³

Aparentemente não havia nenhuma razão para que Zezinho Borrego (que ainda não tinha esse apelido) fosse escolhido para ser subprefeito, pois ele mesmo relatou que “Num entendia nada de política, nunca tinha visto falar de política”. O prestígio de João Borrego é que permitiu que escolhesse aquele que posteriormente se tornaria vereador,

¹² Diário de Pernambuco. 06 de fevereiro de 1959, n. 31, p. 106.

¹³ José Soares de Almeida Filho, 91 anos. Entrevista realizada pelo autor em 18 de julho de 2015, em Capoeiras.

presidente de Câmara e prefeito em Capoeiras algumas vezes. Não resta dúvida da herança de poder que João Borrego deixou através dos laços e das redes de família que se constituíram em seu entorno. Foi graças a essa correlação que os indivíduos citados conseguiram mais prestígio, cargos e poderes na sociedade de São Bento do Una.

JOÃO BORREGO E O CORONELISMO

A terceira temática que pode ser abordada tomando a vida de João Borrego como fio condutor diz respeito ao fenômeno do Coronelismo. Interpretado por cientistas políticos, sociólogos e historiadores, esse fenômeno tem apresentado algumas divergências de opiniões, sobretudo no que diz respeito ao seu fim. As colocações perpassam por essas e outras questões que se tangenciam com as singularidades da vida do que podemos chamar de “coronel” João Borrego e o que dela se pode depreender para entender o fenômeno tal como foi pensado.

A literatura do tema é vasta, mas o já citado Victor Nunes Leal (2012) persiste como a maior referência do tema. Leal aponta aspectos relevantes no que se refere ao efetivo exercício do fenômeno coronelista, como a condução de votos de cabresto, mas fala também de uma decadência dos proprietários de terra já presente na Primeira República e que se reforça nas décadas seguintes. O caso de João Borrego, no entanto, mesmo levando-se em consideração os riscos existentes de se analisar apenas um caso, não refuta totalmente essa ideia de Leal, mas possibilita o surgimento e a pertinência da dúvida com relação a isso. A análise de Leal parece se encaixar melhor com o sul e sudeste do país, ainda que não disponhamos de dados que comprovem essa assertiva. O caso de João Borrego e de outros coronéis, como os analisados por Roberto Albuquerque e Marcos Vilaça (2006), e também por Márcio Vilela (2014), revelam a atuação de outros coronéis para além do período da Primeira República e permitem que se questione a decadência dos senhores de terra e se a estrutura coronelista de fato foi extinta com o governo de Getúlio Vargas, tal como foi apontado por José Murilo de Carvalho (1997). O fato do jogo político conseguir se adequar de diferentes formas e papéis, contornando posturas e até regimentos faz pensar na possibilidade de coexistência entre estruturas antigas e recentes, se adequando uma à outra através de acordos. É bem possível pensar isso para o fenômeno do Coronelismo.

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016*

CONCLUSÃO

“A biografia não poderia ser útil para evidenciar a multiplicidade que se esconde por detrás das categorias aparentemente homogêneas?” (SCHMIDT, 2012). O caso de João Borrego é um exemplo de como a investigação particular e mais detalhada revela nuances que passam ao largo quando são feitas observações mais conjunturais. A atuação do homem público, comerciante e chefe político na antiga vila de Capoeiras, hoje município, no Agreste de Pernambuco, apesar de ser escassa no que se refere a fontes historiográficas, permite que outros escopos sejam tentados a fim de se analisar o que de particular pode ser visto em sua trajetória. De fato, mesmo se tratando já da primeira metade do século XX, ser comerciante, num primeiro momento, e, depois, grande fazendeiro numa pequena vila podem ser as duas faces de uma mesma moeda que podemos definir como sendo o poder local. A figura 2 mostra a foto de João Borrego pela qual foi feito o seu busto (figura 3), que fica localizado no centro da praça principal, que leva seu nome, da cidade de Capoeiras.

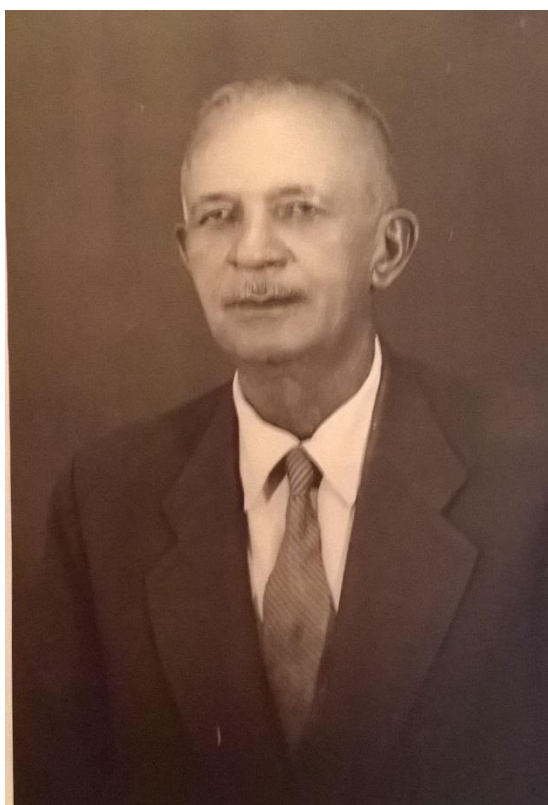


Figura 2 – foto de João Borrego



Figura 3 - Busto de João Borrego

A foto escolhida é estratégica no sentido de apresentá-lo bem vestido, em postura séria, procurando passar a imagem de poder e altivez, aspecto típico para personagens representadas em estátuas e bustos. Esse tipo de “congelamento”, no entanto, deixa de lado todas as nuances envolvidas do fazer-se do indivíduo. E esse é um traço bastante característico e generalizado quando se trata de figuras que exerceram influência na época em que viveram. Assim como as imagens, a conceituação ou titulação de Coronel também reduz todo um amálgama de circunstâncias que foram determinantes para ascensão do indivíduo. O discurso mais predominante é aquele que apresenta o Coronel já com o poder consolidado e influência garantida. No entanto, são essas circunstâncias que não se apresentam que se configuram como objeto mais valioso para a busca de se fazer uma biografia histórica desses indivíduos.

FONTES E REFERÊNCIAS

Arquivo pessoal

Arquivo pessoal de Vilma Viviane Siqueira de Arruda.

Acervo Digital

BRASIL. Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio: Directoria Geral de Estatistica. **Recenseamento do Brazil de 1920**. Rio de Janeiro: Typographia da Estatistica, 1925. Disponível em: <<https://ia600309.us.archive.org/33/items/recenseamento1920pe/Pernambuco.pdf>>. Acesso em: 23 ago. 2016.

Hemeroteca digital

- **Jornais**

A Província (1915, 1922)

Diário de Pernambuco (1936, 1959)

Diário da Manhã (1937)

- **Anuário**

Almanak Laemmert para 1921-22. Rio de Janeiro: Typographia do Anuario do Brasil. (vol. III – Estados do Norte) p. 3868.

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016*

Fontes orais

João Godoi Vilela, atualmente com 88 anos. Entrevista realizada pelo autor em 04 de setembro de 2014, em Capoeiras.

José Eraldo de Macêdo, 65 anos. Entrevista realizada pelo autor em 07 de dezembro de 2014, em Capoeiras

José Soares de Almeida Filho, 91 anos. Entrevista realizada pelo autor em 18 de julho de 2015, em Capoeiras.

Vilma Viviane Siqueira de Arruda. Entrevista realizada pelo autor em 24 de setembro de 2015, em Recife.

Sites

www.familysearch.org

Bibliografia

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: uma discussão conceitual. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581997000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 set. 2016

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). **O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (Col. O Brasil Republicano; vol. 3)

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 7.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. **Usos e abusos da história oral**. 8.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: CARDOSO, Fernando Henrique et al. **O Brasil republicano**. 8.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. (História Geral da Civilização Brasileira, t. 3, v. 8)

SCHMIDT, Benito Bisso. História e Biografia. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Novos domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012

VILAÇA, Marcos Vinicos. ALBUQUERQUE, **Coronel, Coronéis: Apogeu e declínio do coronelismo no Nordeste**. 5.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

VILELA, Márcio Ananias Ferreira. **A trajetória política de Francisco Heráclio do Rêgo**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2014.

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016*

**De bancário a aspirante à presidência: análise da trajetória de Magalhães Pinto
como homem público e político a partir da UDN.**

Esther Itaborahy Costa¹

Resumo:

Esta comunicação pretende analisar a trajetória de José de Magalhães Pinto, político da UDN que aspirava à presidência da República nas eleições de 1965. Objetivamos compreender, a partir da análise da trajetória política de Magalhães e levando em conta as redes na qual estabeleceu relações, como, um banqueiro de Minas Gerais ligado às elites do Estado foi um dos fundadores da UDN e um dos principais líderes do Golpe Civil-Militar de 31 de março de 1964. Para tanto, analisaremos a participação de Magalhães como signatário do Manifesto dos Mineiros (1943) contra o governo de Vargas, como secretário de Finanças de Milton Campos (1947-1950), como deputado federal por 3 mandatos consecutivos pela UDN (1950, 1954, 1958), como governador de Minas Gerais (1960) e mais uma vez como deputado federal (1978, 1982) – pelo PDS (Partido Democrático Social). Objetivamos, dessa maneira, revelar um importante personagem histórico, até então, pouco estudado pela historiografia.

Palavras-chave: Magalhães Pinto; UDN; trajetória.

Abstract:

This communication intends to analyze José de Magalhães Pinto's trajectory, UDN politician who aspired the Presidential chair in 1965. We aim to understand, from the analysis of José de Magalhães Pinto's political trajectory and taking account the networks in which he set up, how, a Minas Gerais' banker linked to state elites was one of the founders of UDN – the Vargas opposition party – and one of the main leaders of Brazilian 1964 Coup in March, 31. To this end, we'll analyze his participation in Manifesto dos Mineiros (1943) against Vargas, in the Milton Campos' Financial Secretary (1947-1950), in three consecutive terms as Congressman through the UDN (1950, 1954, 1958), as Minas Gerais' Governor (1960) and one more time as Congressman (1978, 1982) – through PDS. That way, we intend to reveal an important historical character, until now, a few studied by the historiography.

Keywords: Magalhães Pinto; UDN; trajectory.

Biografia na História

Vários são os estudos sobre o surgimento do uso da biografia na História. Peter Burke, ao se deparar com tal questão afirma que, o uso do termo remete-se à Grécia Antiga e à ideia de 'escrever vidas' – tanto no âmbito privado quanto no público - utilizada pelos europeus a partir do século XVII (BURKE, 1997: 7). Contudo, Arnaldo

¹ Mestre em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (2014). Doutoranda em História pela mesma Universidade (2015). Bolsista Capes/DS.

Momigliano afirma que o surgimento do termo biografia remete-se à Pérsia a partir das inscrições que o rei Dario teria feito de si a fim de se glorificar perante os deuses. Para o autor, a historiografia grega foi influenciada pela historiografia persa no tocante aos usos dos documentos e das autobiografias (MOMIGLIANO, 2004: 34).

No século XIX a escrita de biografias sobre os grandes homens eram aceitas já que, segundo Leopold Von Ranke, para ser interessante a biografia deveria narrar a existência individual de alguém que tivesse atingido uma existência universal e que, segundo Thomas Carlyle, encarnassem o pensamento universal (LORIGA, 1998: 233-237). Assim, lançamos o questionamento: o que vem a ser o gênero biográfico?

Pierre Bourdieu, em *A ilusão biográfica*, afirma que a noção do senso comum sobre o que seria uma biografia adentrou o mundo científico e pode ser entendida como “[...] o conjunto dos acontecimentos de uma existência individual concebida como uma história e o relato dessa história” (BOURDIEU, 2005: 183). Neste sentido, entende-se que uma história de vida acontece de forma linear onde o indivíduo nasce, cresce, se desenvolve e morre, e toda sua existência se resume a acontecimentos organizados de forma cronológica, ou seja, sua história seria uma reunião de eventos estáveis onde seu fim seria predestinado. Para Bourdieu, essa seria a *ilusão biográfica*.

No campo historiográfico a crítica documental é a grande arma de trabalho. É através dela que, especificamente quando se trabalha com o gênero biográfico, somos capazes de criar uma razoável verdade histórica onde a realidade é fragmentada e permeada de contradições. Para Giovanni Levi, a realidade não tem estabilidade. A liberdade individual se dá devido a uma correlação desigual de forças que, por serem instáveis e contraditórias, geram desequilíbrios e permitem a ação do sujeito (LEVI, 2005).

Caminhando neste sentido, Bourdieu enfatiza a necessidade de contextualizar o sujeito para que se compreenda essa realidade trabalhada por Levi. Segundo o autor, ao se fazer uma história de vida é necessário levar em consideração todos os elementos sociais que agem sobre o indivíduo nos diversos campos sociais que está inserido. Assim, afirma que o sujeito não é passível de ser analisado de forma coerente, pois apresenta diversas formas de atuação nos diferentes campos, que também são mutáveis (BOURDIEU, *Op. Cit*).

Contudo, Bourdieu afirma que a única constância da vida é o nome, pois é através dele que se cria uma “identidade social constante e durável” (*Idem*: 186), ou seja, para o autor, a vida não pode ser vista como uma sucessão de acontecimentos lineares vinculados somente ao indivíduo. As ações individuais devem ser analisadas para que se represente as múltiplas possibilidades de ação nos diferentes campos sociais.

(...) A biografia assume assim uma função a meio caminho entre o particular e o coletivo, configurando-se como um exercício adequado para identificar uma figura num determinado meio, analisar as relações entre a intenção pessoal e forças convergentes ou concorrentes, ou ainda dar um balanço entre o herdado e o adquirido (LEVILLAIN, 2003: 165).

O sujeito, a sociedade e as redes

Presenciamos nas últimas décadas um esforço no sentido de trazer o indivíduo para o centro das análises. Seja na história, na antropologia ou na sociologia, as ações, representações e estratégias individuais tornam-se cada vez mais foco de discussão (BOURDIEU; CHARTIER, 2011: 45). Neste sentido, as análises das trajetórias individuais inserem-se nesse esforço.

Para tanto, encontramos em Norbert Elias nosso suporte teórico e metodológico quando este analisa a relação indissociável entre indivíduo e sociedade. Elias, afirma que é preciso romper a dualidade que separa as análises individuais das análises da sociedade, pois uma sociedade é uma sociedade de indivíduos ao mesmo tempo em que os indivíduos formam uma sociedade, ou seja, para Elias, os indivíduos dependem de maneira funcional de outros indivíduos (ELIAS, 1994: 13). Cada indivíduo representa um elo em relação a outras pessoas, direta ou indiretamente, essa dependência nos prende a outras pessoas. São cadeias mutáveis e variáveis, embora não visíveis, mas que são reais e fortes. Essa é a rede de funções que as pessoas desempenham uma em relação a outra. Isso é o que Elias define como sociedade (*Idem*: 23).

Tal relação é de suma importância para a análise das trajetórias individuais, pois nos afasta da ideia de analisar o indivíduo fora de sua inserção social como se este vagasse sozinho pelo tempo e espaço. Assim, afirma Pierre Bourdieu

[...] é impossível compreender uma trajetória (isto é, o *envelhecimento social* que, embora o acompanhe de forma inevitável, é independente do

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

envelhecimento biológico) sem que tenhamos previamente construído os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou e, logo, no conjunto das relações objetivas que uniram o agente considerado - pelo menos em certo número de estados pertinentes - ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo e confrontados com o mesmo espaço dos possíveis. Essa construção prévia também é a condição de qualquer avaliação rigorosa do que podemos chamar de superfície social, como descrição rigorosa da personalidade designada pelo nome próprio, isto é, o conjunto das posições simultaneamente ocupadas num dado momento por uma individualidade biológica socialmente instituída e que age como suporte de um conjunto de atributos e atribuições que lhe permite intervir como agente eficiente em diferentes campos (BOURDIEU, *op. Cit*: 190).

Para compreendermos melhor essa relação entre indivíduo e sociedade, o conceito de redes sociais nos é caro neste estudo. Análises em torno das redes sociais (*social network analysis*) nos permite entender como se formam as cadeias de relações entre os indivíduos por meio de interações. Tal metodologia consente que observemos as dinâmicas sociais estabelecidas entre os grupos, como amigos ou familiares. Utilizado a partir dos anos 1960 por antropólogos e sociológicos, tal perspectiva de análise teórica e metodológica busca compreender os tipos e formas de relacionamentos mantidos pelas unidades de análise, sejam elas uma empresa, um grupo familiar, uma vila².

Segundo Elizabeth Bott, o conceito de rede é fundamental em situações em que a categoria grupo não dá conta da complexidade das relações sociais mantidas entre os sujeitos e por isso afirma que as redes atravessam todos os campos sociais. A autora ressalta que a utilização do conceito de redes sociais nos estudos sobre as relações, mais especificamente sobre o indivíduo em seu meio social, não tem como finalidade compreendê-lo enquanto tal, em seu aspecto psicológico, muitas vezes o foco está nas amizades ou nas relações de parentesco enquanto tais (BOTT, 1976: 303-306).

O debate sobre redes gira em torno de questões relativas à medida, forma como a rede potencial é de fato, aproveitada, a intensidade das relações envolvidas em sua estrutura e à sua manutenção no tempo. Esse conjunto consiste nas formas de classificar os agentes, que propiciariam ao pesquisador identificar os grupos com um relativo grau

² Segundo leituras preliminares, podemos indicar como trabalhos pioneiros as seguintes publicações: BARNES, J. A. Networks and Political Process. In *Social Networks in Urban Situations: Analysis of Personel Relationships in Central Africa Towns*, edited by J. Clyde MITCHELL. Manchester: The University Press, 1969; BOISSEVAIN, Jeremy. *Network Analysis: a reappraisal*. Current Anthropology. vol. 20. Nº2 (Jun. 1979) 392-394. BOTT, Elizabeth. *Família e Rede Social. Papéis, Normas E Relacionamentos Externos Em Famílias Urbanas Comuns*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

de clareza e a partir de então, destacar mediadores, que atuam como conectores de grupos diferentes em diversos ambientes. A metodologia é associada a pesquisas realizadas de forma direta com informantes, por meio da aplicação de questionários padronizados que posteriormente, são quantificados. Tiago Luís Gil afirma que embora a adoção dessa metodologia, tal como pensada por Barnes, não pareça aplicável a uma pesquisa em história em uma circunstância onde não se possa contar com uma quantidade homogênea de fontes para um mesmo grupo a ser identificado ou sem fontes preparadas de maneira exclusiva para a pesquisa, é interessante aplicá-la sem valer-se de medições precisas, em uma tentativa de avaliar o impacto dos laços sociais na vida das pessoas (GIL, 2011).

Os anos 1940 e a fundação da UDN

O quadro político-partidário desse período teve suas origens ainda na primeira metade da década de 1940: o referencial histórico inicial é o *Manifesto dos Mineiros*, de outubro de 1943, que desembocaria na formação da UDN, que segundo Benevides é a pedra fundamental para a história da UDN. A mesma autora afirma que o mesmo *tratava-se de uma resposta à espoliação do poder político de Minas Gerais a partir da ascensão de Getúlio Vargas [que] traíra a Aliança Liberal*. Contudo, a motivação política mais profunda em torno do lançamento do manifesto, objetivava que Minas Gerais recuperasse a iniciativa perante as pretensões democratizantes de Vargas, que começavam a mudar com a possibilidade da vitória dos Aliados contra o Eixo (BENEVIDES, 1981: 35).

O manifesto foi um instrumento de luta pelo poder. De um lado, defendia todas as liberdades individuais e a instauração de um estado de bem-estar social e, de outro, reivindicava maior participação política e econômica para as elites, pois segundo a UDN o autoritarismo e o centralismo do regime teriam prejudicado o processo de crescimento econômico (DULCI, 1999: 134). O excerto a seguir ilustra tal afirmação

“[...] Queremos alguma coisa além das franquias fundamentais, de direito de voto e dos habeas-corpus. Nossas aspirações fundam-se no estabelecimento de garantias constitucionais, que se traduzam em efetiva segurança econômica e bem-estar para todos os brasileiros, não só das capitais, mas de todo o território nacional. Queremos espaço realmente aberto para os moços, oriundos de todos os horizontes sociais, a fim de que a Nação se enriqueça de homens experimentados e eficientes, inclusive de homens públicos, dentre os quais venham a surgir, no contínuo concurso das atividades políticas, os fadados a

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
 ISSN: 2317-0468
 17 a 21 de outubro de 2016

governá-la e enaltecê-la no concerto das grandes potências, para o qual rapidamente caminha. Queremos liberdade de pensamento, sobretudo de pensamento político [...]” (DRUMMOND; MELO, 1994: 270).

Conforme Skidmore a divisão da política brasileira no início de 1945 opunha “os de dentro” e os “de fora”. Os “de dentro” eram o PSD e o PTB, os que se achavam “de fora” eram representados de maneira mais incisiva pela UDN, enquanto o PCB até a cassação do registro do Partido ficava em posição ambígua, com uma parcela apoiando Vargas e disputando o espaço do PTB com o operariado (SKIDMORE, 2003: 80). Dessa forma, pode-se observar que o cenário político-partidário do período 1946-1964 terá uma predominância dos denominados “grandes partidos”: PSD e UDN.

Em seu estudo sobre a política econômica em Minas Gerais, Dulci afirma que a elite, em especial, a mineira, bifurcou entre os dois maiores partidos do período. Segundo ele, a partir de 1945, o PSD e a UDN polarizam a competição eleitoral, tendo o PR como fiel da balança. Tal distribuição era funcional porque permitia cobrir o espectro de interesses de modo mais eficiente, acomodando as máquinas de um *sistema* partidário, não mais em um único partido, relativamente fechado e rígido, como era o velho PRM na Primeira República (DULCI, *op. Cit.*: 135).

O antigetulismo³ era a marca da UDN, que se organizara como uma composição heterogênea, na qual de um lado havia o grupo dos que se abrigaram sob a candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes à Presidência e, de outro, aqueles que não aceitaram a Revolução de 30, ou se sentiram traídos por ela e pela ditadura do Estado Novo. Os lenços brancos eram a sua marca, simbolizando a “luta contra a corrupção” e a pureza dos ideais democráticos e liberais. Em Minas Gerais, agregou o apoio de grande parte do empresariado regional, setores da intelectualidade, do meio acadêmico e do movimento estudantil⁴.

³ Benevides (1981), discutindo a crise de 1954, após o suicídio de Getúlio Vargas, afirma que este era o “principal inimigo – mais do que inimigo, a ‘razão de ser de um partido’ fundado pelos que se lhe opunham” (p.90). Em 1955, o deputado Gabriel Passos, na Convenção Nacional da UDN, afirmou que: “Com a morte de Vargas, a UDN parecia uma polia sem correia” (p.91).

⁴ Aqui, Dulci recorre a Glaucio Soares quando este afirma que “englobar a UDN e o PSD em um só rótulo-seja ele ‘partidos conservadores’, ‘tradicionais’, ‘oligárquicos’, ou qualquer outro – não deve obliterar as diferenças entre eles. [...] Assim, se a UDN representava parte considerável das oligarquias rurais e das pequenas cidades, também representava amplas seções da classe média urbana de alguns estados” (DULCI, Otávio Soares. *Idem.* p. 266).

Em outubro de 1945, Getúlio é obrigado a renunciar. Segundo Dulci o motivo imediato de sua derrubada foi a nomeação de seu irmão, para a Chefia de Polícia do Distrito Federal, objetivando garantir as demonstrações ‘queremistas’ (DULCI, 1986: 86). Com a renúncia, toma posse o então presidente do STF e novas eleições são marcadas para dezembro e Eurico Dutra vence o ‘eterno candidato’ da UDN, Eduardo Gomes. Ao mesmo tempo, foram escolhidos os representantes à Assembleia Constituinte encarregada de elaborar a nova carta. Para a UDN, mais esta derrota de Gomes demonstrava a reiteração do poder do getulismo, consagrado em um eleitorado submetido a muitos anos de despolitização e repressão policial (*Idem*: 89)..

Com a eleição de Dutra a UDN, mesmo derrotada mais uma vez no pleito presidencial, estava estruturada e havia apresentado candidatos em todos os estados. Assim, os constituintes udenistas mantiveram uma linha de oposição ao novo governo, contudo, os mesmos não apresentavam coesão necessária para reconstruir politicamente o país pós Estado Novo, pois acabaram por *endossar uma montagem constitucional que contradizia em itens cruciais seu programa e suas inspirações originais* (*Idem*: 90-91).

Observa-se, pois, que a UDN nasceu sob o signo de uma frente ampla, reunindo, em seu interior, um leque de posicionamentos ideológicos, personagens políticos e tendências históricas diferenciadas. Conforme Benevides, *Adversários de tempos imperiais, velhos inimigos, desafetos políticos* se uniram e se abrigaram sob o “guardachuva” udenista, com o objetivo de apressar a deposição de Getúlio Vargas e a derrubada do Estado Novo. Este grupo que deu origem à UDN era formado por antigas oligarquias, alijadas do poder em 1930; ex-aliados da “primeira hora” de Vargas e “esquecidos” em 1937; membros do Estado Novo que romperam com a ditadura; liberais históricos e, inclusive, alguns integrantes da esquerda (ex-aliancistas, comunistas descontentes com a orientação do partido e intelectuais) (BENEVIDES, 1981: 29).

Segundo Fleischer *desta ampla e heterogênea frente antigetulista emergiu a União Democrática Nacional (UDN)* e surgiram as contradições que, no período 1945-1946, levaram a cisões em seu interior. A escolha do brigadeiro Eduardo Gomes como candidato à Presidência em 46 estava ainda longe de ser um consenso. E, *a esta altura, muitos dos integrantes originais da ‘frente’ haviam se retirado para organizarem seus próprios partidos* (FLEISCHER, 1981:49).

Skidmore afirma que a UDN preconizava *uma volta aos princípios do liberalismo, tanto em política quanto em economia (o ‘liberalismo’ econômico na acepção de Manchester)*. Tendo como referência uma política cautelosa de industrialização, buscava a presença do capital estrangeiro, procurava minimizar a presença do Estado na economia, recomendava o cuidado em relação ao Partido Comunista e buscava romper com o que considerava as barreiras impostas no Governo Vargas em relação ao livre curso de homens e capitais (SKIDMORE, 2003: 86).

Pode-se considerar que, nas origens da UDN, se encontram os elementos que possibilitam a compreensão das transformações pelas quais o partido passou, em pouco mais de uma década e meia. Contrária ao governo autocrático de Vargas, na metade dos anos 40, a UDN transformou-se em polo golpista nos anos 60. Benevides afirmou:

A UDN foi, de fato, um partido político. Embora tenha surgido como um movimento, a UDN organizou-se como partido, e não apenas como uma facção em luta pelo poder ou um grupo de pressão. Em termos concretos isso significa uma série de considerações sobre a “vida” da UDN. Ao contrário das facções ou claudes a UDN teve uma estrutura permanente e uma organização “burocrática” extensa da cúpula dirigente ao nível municipal em todos os estados do país. Um partido deve promover a mobilização e aspirar o [sic] apoio popular, tanto ao nível dos militares quanto dos eleitores; apesar de sua aura inofensivelmente “elitista”, a UDN, através de seus políticos, revelou pretensões expansionistas nos meios populares, conseguidas, muitas vezes, graças a malabarismos “de princípios” (BENEVIDES, 1981).

De sua fundação até a eclosão do Golpe Civil Militar de 1964 e sua extinção em 1965, a UDN manteve-se como o principal partido de oposição. Sua trajetória é marcada por contradições, pois abrigava liberais progressistas, de um lado, e reacionários antidemocráticos, de outro. Neste sentido, entendemos que Magalhães Pinto, ao longo de sua trajetória, atuou não somente como um representante do empresariado mineiro, mas também como um dos líderes da UDN – mesmo este sendo considerado o partido dos bacharéis – o que reforça a ambiguidade que marcou a trajetória udenista.

Magalhães Pinto: de bancário a aspirante à presidência

A trajetória de Magalhães como banqueiro permitiu-lhe um papel de destaque como liderança em Belo Horizonte a partir de 1935 quando foi eleito diretor do Banco da

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
 ISSN: 2317-0468
 17 a 21 de outubro de 2016

Lavoura, cargo que ocupou até 1943, quando foi afastado por ter subscrito o *Manifesto dos Mineiros* em 1943 contra o Estado Novo (1937-1945), primeira manifestação ostensiva, coletiva e assinada, organizada por membros das *elites liberais*, até então ausentes em qualquer contestação pública (BENEVIDES, 1981: 34). Em 1938 assume a presidência da Associação Comercial de Minas Gerais e, anos mais tarde, funda e preside a Federação do Comércio.

Segundo Roberto Drummond, após ser demitido do Banco da Lavoura, Magalhães não recua e passa a desenvolver a ideia de ter seu próprio banco e em 1944 funda o Banco Nacional de Minas Gerais (DRUMMOND; MELO, 1994: 145) Contudo, é no mundo político que Magalhães ganha destaque nacional. Em 1946 é eleito constituinte federal pela UDN – partido que sempre esteve ligado e que sairá somente em 1965 com a outorga do AI-2. Magalhães não era um homem de fortuna, mas após o *Manifesto dos Mineiros*, não mais abandonou a política, nem suas funções empresariais (DULCI, 2003: 163).

Participante ativo da campanha pela redemocratização e da organização da UDN, elegeu-se deputado federal constituinte em 1946. Na câmara fez parte da Comissão de Finanças e apresentou dois grandes projetos de lei para a economia mineira: o da valorização da Companhia Vale do Rio Doce e o da construção do oleoduto Rio-Belo Horizonte (MONTEIRO, 1994: 546). Com a vitória de Milton Campos para o governo do estado em 1947 é convidado para ser secretário de Finanças, licenciando-se do primeiro mandato parlamentar.

Como secretário de Finanças Magalhães revisou todo o sistema tributário mineiro, buscando atender às principais demandas das classes produtoras, quais sejam a fixação e cobrança rígidas e equânimes de impostos. De um lado, era necessário o investimento no setor de infraestrutura – produção de energia e melhoria da rede viária – e aumento da capacidade de crédito agrícola e pessoal dos bancos estaduais. Do outro era mister assegurar que o sistema tributário não afetasse os produtores rurais e nem a burguesia emergente. Assim imperava o liberalismo clássico: os impostos deviam ser mínimos, mas o serviço de cobrança e fiscalização devia ser eficaz⁵. Segundo Norma Monteiro, Minas Gerais era o estado com a menor taxa de arrecadação de impostos, tanto em termos

⁵ Milton Soares Campos. In: *Perfis Mineiros*. Disponível em: <<http://dspace.almg.gov.br/xmlui/bitstream/handle/11037/2537/2537.pdf?sequence=3>>. Acesso em: 24/10/2016.

territoriais como em renda *per capita* (MONTEIRO, *op cit*). O chefe de gabinete de Magalhães afirma que o estado estava quebrado e atrasado

Magalhães Pinto arranjava dinheiro emprestado para pagar funcionários. Também teve que bancar as chamadas requisitórias, ações de particulares ganhas contra o Estado para a indenização das depredações ocorridas em vários estabelecimentos durante a Segunda Guerra Mundial, quando Benedito Valadares era o interventor em Minas (DRUMMOND; MELO: *op. Cit*:151).

Em 1950 é eleito novamente deputado federal pela UDN – como o deputado mais votado do partido em Minas (*Idem: 153*) - nesta eleição Vargas retorna à presidência pelo PTB, mesmo sob as críticas da UDN, principalmente de Carlos Lacerda. Em 1954 reelege-se por mais um mandato como deputado federal. Em 1958 é eleito presidente da UDN em Minas e sai como candidato ao governo do estado contra Tancredo Neves do PSD. É eleito governador do estado, ao mesmo tempo em que Jânio Quadros é eleito presidente pela mesma legenda.

Como governador busca aumentar a eficiência dos órgãos governamentais a partir de um rigoroso planejamento para aplicar os recursos. Com a criação do Conselho de Desenvolvimento de Minas Gerais, Codemig, cujo principal objetivo era promover estudos sobre a economia mineira para estimular e racionalizar investimentos públicos e privados, Magalhães apoia a criação do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, BDMG, para garantir financiamento a médio e longo prazos para empreendimentos modernizantes. Monteiro define que a política econômica de Magalhães Pinto *pressupunha o fortalecimento tanto da mentalidade de planejamento público como de sistema financeiro estadual*.

Ainda como governador passa a conspirar com grupos nacionais e apoio americano. Segundo Carlos Fico existe farta documentação sobre a campanha de desestabilização do governo de João Goulart já em 1961, mas não existem evidências que comprovem que todos os envolvidos, desde o início, planejavam sua derrubada. É certo que queriam enfraquecê-lo visando as eleições gerais de 1962 e a campanha eleitoral para a escolha do novo presidente em 1965 (FICO, 2014: 32). Já o papel americano na tentativa de desestabilização veio por meio de apoio financeiro: US\$5 milhões teriam sido liberados pelos Estados Unidos para os governadores que fizessem oposição a Goulart. E nesta ‘negociação’ estava Magalhães Pinto, governador da ‘ilha de sanidade

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.

ISSN: 2317-0468

17 a 21 de outubro de 2016

administrativa' mais ativa na conspiração contra Jango, que viria em 1964 a ser um dos líderes civis do Golpe Civil-Militar de 31 de março.

Problemas econômicos herdados dos governos anteriores passam a preocupar o presidente, contudo, sua popularidade estava alta e isto lhe permitiu antecipar o plebiscito que escolheria entre o presidencialismo e o parlamentarismo. O Congresso Nacional aprovou a antecipação e em 6 de janeiro de 1963, mais de 9 milhões de brasileiros votam pelo sistema presidencialista. Segundo Fico, embora a consulta popular vencera com grande margem, contou com o apoio de diversas forças heterogêneas (empresários e candidatos que visavam as eleições de 1965).

Magalhães Pinto, apesar de fazer oposição a Goulart, era a favor do presidencialismo por considerar que somente com um executivo forte seria capaz de viabilizar as reformas de base propostas por João Goulart. Segundo Dulci, o Banco Nacional, chefiado por Magalhães foi o maior financiador da campanha do plebiscito (DULCI, 1986: 185). Vale ressaltar que, todos os aspirantes à presidência nas eleições de 1965 – Carlos Lacerda, Magalhães Pinto, Juscelino Kubitschek e Adhemar de Barros – eram favoráveis à restauração dos poderes de Jango o mais rápido possível.

Segundo Benevides (1981) e Dulci (1986), o ano de 1964 já sinalizava para a radicalização, tanto pelo lado das esquerdas, quanto pelo lado dos militares. O ponto inicial foi o Comício da Central do Brasil em 13 de março que, segundo Dulci *reuniu toda a liderança das esquerdas e grande massa popular [...] foi preparado de forma a não extravasar as fronteiras da legalidade*. Contudo, devido a alguns discursos mais inflamados e a infiltração da direita, os militares e a oposição lançaram a Frente de Defesa da Constituição, *visando aglutinar as correntes antirreformistas de todos os partidos* (Idem: 204).

Assim, intensificam-se os contatos entre os governadores de oposição Lacerda, Magalhães e Adhemar buscando coordenar a derrubada de Goulart. Magalhães lança no dia 21 de março um manifesto reafirmando a necessidade de reformas e defendia a legalidade da Constituição, contudo, no dia 31 afirma que a interferência militar é justificada *a fim de assegurar a legalidade ameaçada pelo próprio Presidente da República* (Idem: 207) e segundo Benevides, em 1976, Magalhães Pinto afirmou *Topo*

tudo, exceto que se conduza esta nação para o jogo comunista (BENEVIDES, *op. Cit:* 140).

Segundo Fico há fortes indícios de que Magalhães se comprometeu a agir de acordo com os interesses americanos. O primeiro diz respeito ao fato de que o governo dos EUA supunha, desde 1963, que se caso ocorresse a derrubada de João Goulart, um grande estado brasileiro deveria assumir um 'governo alternativo provisório', que lhe permitiria apoiar a queda de Jango com alguma constitucionalidade, caso que não era desconhecido do direito internacional, sobretudo quando um governo dito tirânico está sendo combatido internamente. Apesar de este não ser o caso, era exatamente o que os americanos necessitavam para derrubar Goulart (FICO, *op. Cit:* 70).

Outro indício nos remete à movimentação das tropas saídas de Juiz de Fora em direção ao Rio de Janeiro. Apesar da deflagração do golpe não ter dependido do apoio americano e ter sido tomado por iniciativa própria, é notável que os EUA tinha interesses em apoiar os golpistas. Magalhães, neste sentido, foi central para confirmar a influência comunista em torno de Goulart e consolidar o apoio americano a um eventual governo alternativo. Em seu manifesto dizia

Contra isso brada a formação do povo mineiro, que tem como seu ponto mais alto o amor à liberdade. Nossa atitude, neste momento histórico, não representa senão o dever de nos inclinar aos imperativos dessa vocação. E Minas se empenhará com todas as suas forças e todas as energias de seu povo para a restauração da ordem constitucional comprometida nesta hora (FICO, *op. Cit:* 72).

Magalhães é defensor da 'revolução' e da prorrogação do mandato de Castelo Branco, pois temia que, se as eleições fossem realizadas em 1965, Lacerda seria o candidato da UDN para a presidência. Com a edição do AI-2 e o fim do pluripartidarismo, transfere-se para a Arena (Aliança Renovadora Nacional) e apoia a eleição de Costa e Silva para a presidência. Vence as eleições de 1966 para deputado federal e em 1967 é convidado para ser ministro das Relações Exteriores. Segundo Drummond, Magalhães defendia a 'diplomacia para a prosperidade', ou seja, intensificou a abertura de novos mercados para atrair recursos ao desenvolvimento interno visando ampliar seu espaço no mercado internacional (DRUMMOND; MELO, . *Cit:* 171).

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
"O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História",
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

Em 1968 é um dos signatários do AI-5 e afirma que este ‘é produto de um equívoco’, ao mesmo tempo em que justifica sua posição favorável ao ato

[...] [Costa e Silva] não conseguiu superar as contradições que viriam a explodir, num espasmo de violência na decretação do AI-5, produto de um equívoco. A minha formação política me levaria, naquela hora, à ruptura com a situação que se prenunciava. Porém, mais uma cisão no esquema revolucionário seria fatal. Preferi aceitar o compromisso do Costa e Silva de que o ato autoritário teria vigência por seis ou oito meses (*Idem*: 173).

Ainda como ministro, tem papel de destaque nas negociações em torno da libertação do embaixador americano Charles Burke Elbrick e com a eleição de Médici retorna às funções de deputado federal, integrando a Comissão de Finanças, Orçamento e Economia, bem como o Conselho Interamericano de Comércio e Produção. Em 1970 é eleito senador e em 1975 é eleito por unanimidade para a presidência do Senado, conferindo-lhe a presidência do Congresso Nacional. Para o líder do MDB, Franco Montoro, a passagem de Magalhães Pinto pelo Senado coincidiu com a afirmação da Câmara Alta na política brasileira ao mesmo tempo em que surgia como o ponto de união entre diferentes tendências. Em 1978 lança-se como candidato civil à presidência da república. É apoiado por setores da Arena e do MDB que veem nele o candidato da ‘conciliação nacional’, contudo, durante dois anos fez campanhas em torno da candidatura chegando a afirmar que a revolução de 64 foi feita para assegurar que as instituições absorvessem as mudanças sociais sem provocar a ruptura da ordem, ou seja, estava buscando recolocar os princípios da democracia representativa que almejou em 64 e em outubro 1978 vê Figueiredo ser eleito pelo Congresso Nacional (*Idem*: 176).

Com a derrota, concorre novamente como deputado federal e é eleito como o mais votado em Minas. Em fins de agosto de 1981 propõe extinguir os partidos políticos e recriar a UDN. Em 1982, agora pelo PDS, é eleito para seu último mandato eletivo como deputado federal, sendo o 12º mais votado no estado. Em 1984 lança campanha em prol do restabelecimento das eleições diretas para presidente e vota em Tancredo Neves que é eleito presidente da República. Sofre um derrame e deixa a Câmara. Falece em seis de março de 1996.

Conclusões Preliminares

A ligação de Magalhães com a UDN, o apoio às Reformas de Base, a liderança em 1964, a aspiração à presidência em 1965, demandam uma análise mais ampla, pois se trata de uma trajetória que se insere em redes que incluem não só partidários udenistas, mas também membros de outros grupos – trabalhistas, comunistas – que fizeram parte do Estado a partir de 1930. A análise das relações estabelecidas por Magalhães Pinto como banqueiro e político mineiro, nos permite compreender o período pós 1930 e as transformações decorrentes dos governos de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek, bem como do Golpe Civil Militar e consequente Ditadura instaurada em 1964.

Como banqueiro, Magalhães surge como uma das lideranças das elites mineiras a partir de 1937 quando se torna líder da classe em Belo Horizonte. Já nos anos 1940 desponta como um dos signatários do Manifesto dos Mineiros (1943) contra Vargas, é obrigado a deixar o cargo de diretor do Banco da Lavoura no Rio de Janeiro e em 1944 funda seu próprio banco, o Banco Nacional de Minas Gerais. Magalhães participou de redes que atuaram de forma efetiva contra Vargas, em especial, da fundação da UDN. Atuou como porta-voz das elites mineiras, como líder da UDN e, apesar de seu banco ter financiado a campanha do Plebiscito em 1963, foi considerado um dos líderes do Golpe Civil Militar que depôs João Goulart.

O estudo de sua trajetória, além de demandar uma análise minuciosa da dinâmica de atuação das elites mineiras a partir de 1930, exige também a compreensão da dinâmica política do período e da inserção de Magalhães Pinto junto às esferas de poder. A análise dessas arenas e desses atores, pela perspectiva de uma trajetória individual, pode apresentar resultados que contribuam para o estudo do conjunto envolvido na trajetória em questão, uma vez que a metodologia de análise seguirá um enfoque mais ampliado das redes nas quais Magalhães se inseriu.

Neste sentido, recorrer aos estudos sobre biografia – ao analisar uma história de vida - nos permite identificar o indivíduo em seu lugar social, suas redes, seus grupos e as diversas instituições que este se insere a partir de suas relações com os demais.

Referências Bibliográficas

- BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *A UDN e o udenismo – ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- _____. *A União Democrática Nacional*. In: FLEISCHER, D. V. Os Partidos políticos no Brasil. Brasília, 1981a. p.91-108. (Cadernos da UnB, v.2).
- BOTT, Elizabeth. *Família e Rede Social. Papéis, Normas e Relacionamentos Externos em Famílias Urbanas Comuns*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.
- BOURDIEU, Pierre. *A ilusão biográfica*. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. AMADO, Janaína (org). Usos & abusos da História Oral. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2006.
- BOURDIEU, Pierre. CHARTIER, Roger. *O sociólogo e o historiador*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.
- BURKE, Peter. *A Escola dos Annales: a Revolução Francesa da Historiografia*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.
- DRUMMOND, Roberto; MELO, José Geraldo Bandeira. *Magalhães Pinto – Navegando contra o vento*. CEMIG, Belo Horizonte, 1994.
- DULCI, Otávio Soares. *A UDN e o anti-populismo no Brasil*. Belo Horizonte: UFMG, 1986.
- _____. *Política e recuperação econômica em Minas Gerais*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.
- ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- FICO, Carlos. *O Golpe de 1964: momentos decisivos*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.
- FLEISCHER, David. *O Bipartidarismo*. In: FLEISCHER, David V. (Org.). Os Partidos políticos no Brasil. Brasília: Editora da UnB, 1981. p.183-201. (Cadernos da UnB, v.2).
- GIL, Tiago Luís. *Elites locais e suas bases sociais na América Portuguesa: uma tentativa de aplicação das social network analysis*. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais. Vol. 3 Nº 6, 2011.
- MOMIGLIANO, A. *As raízes clássicas da historiografia moderna*. Florenzano. Bauru/SP: Edusc, 2004.
- SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.
- Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.*
 “O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
 Juiz de Fora, 2017, 1554p.
 ISSN: 2317-0468
 17 a 21 de outubro de 2016

Carlos Lacerda e suas contribuições para a literatura brasileira no século XX: Análise da sua principal obra “A casa do meu avô, 1977”

Fernanda Gallinari Machado Sathler Mussi

Resumo:

Carlos Lacerda foi um importante jornalista e político lembrado sempre por ter sido o grande inimigo de Getúlio Vargas. Dificilmente é lembrado como bom escritor literário que foi no século XX. Propomo-nos analisar sua principal obra de cunho literária, *A casa do meu avô*, lançada pela editora Nova Fronteira, em 1977. Essa obra é repleta de histórias sobre a família Lacerda, mas principalmente sobre seu querido avô Sebastião Lacerda, do qual ele retrata sempre com muito carinho. Mais importante do que essas lembranças de uma família que participou intensamente da política brasileira, interessa-nos então compreender e decifrar cada mensagem acarretada em entrelinhas que o autor quis que o leitor percebesse e que talvez tenha passado em branco que traz importantes revelações especialmente sobre a política brasileira e memórias. Além disso, ressaltar a biografia de um dos homens que marcou a história da política brasileira devido ao seu gênero forte, autoritário e seu caráter golpista. Há muito que compreender e estudar de Carlos Lacerda.

Palavras-Chave: Carlos Lacerda. “A Casa do meu avô”. Biografia.

Abstract:

Carlos Lacerda was an important journalist and politician always remembered for being the great enemy of Getúlio Vargas. Hardly remembered as a good literary writer who was in the twentieth century. We propose to analyze his main literary work, *My Grandfather's House*, published by the New Frontier in 1977. This work is full of stories about the Lacerda family, but especially about his beloved grandfather Sebastião Lacerda, which he portrays Always with much affection. More important than these memories of a family that participated intensely in Brazilian politics, we are interested in understanding and deciphering every message entailed between the lines that the author wanted the reader to perceive and that may have gone blank which brings important revelations especially about the Brazilian politics and memories. In addition, to highlight the biography of one of the men who marked the history of Brazilian politics due to its strong, authoritarian genre and its coup character. There is much to understand and study of Carlos Lacerda.

Keywords: Carlos Lacerda. My grandfather's house. Biography.

Vertentes da vida de Carlos Lacerda

Carlos Lacerda nasceu na cidade do Rio de Janeiro em 1914, mas seu pai Maurício, preferiu registra-lo em Vassouras. De acordo com John Duller (1992, p. 5) “A lealdade da família Lacerda ao município montanhoso igualava-se a lealdade que o povo de Vassoura demonstrava aos Lacerdas.” As lembranças da infância de Lacerda eram todas de lá, pois seu querido avô, Sebastião Lacerda, morava-se em um sítio com sua esposa, que faleceu muito nova deixando os filhos para ele cuidar. De acordo com Lacerda (1977) o luto de seu avô nunca acabou, vestia apenas de preto, em vez ou outra se permitia usar o terno acinzentado. Mas ele nunca escondera o eterno amor por sua querida esposa “Pequitita”.

Carlos nunca escondeu o amor pelo seu querido avô Sebastião Lacerda, confirmando-o em sua obra literária dedicada a ele. *A casa do meu avô* foi um livro elogiado por grandes escritores da época, como Glauco Carneiro, que comparou a emoção experimentada ao ler a obra, com a mesma sentida com *O Pequeno Príncipe*, referência Nacional e Internacional da época. Carlos Drummond de Andrade o elogiou dizendo:

[...] Seu livro não tem apenas o valor de refletir uma funda emoção que se enriquece de reflexão: é também um despertador de vivências brasileiras, provocando ecos, recordações e revelações em todo o leitor que também teve uma “casa do meu avô” e uma infância como parece não se usa mais, porque tudo é ou massificado ou proibido (inclusive subir na árvore). (ANDRADE, Carlos. *A casa do meu avô*. 1977).

Carlos Lacerda sempre teve uma vida conturbada, marcada por sua personalidade autoritária, migrou em vários empregos durante a vida. Teve alguns que o aproximou mais da literatura e dramaturgia como o que Carlos Alberto Nóbrega, um dos fundadores do *Diário de notícia*¹ o contratou para

¹ O Diário de notícias surgiu numa época conturbada, 1930, ano que levou Getúlio Vargas ao poder e foi acompanhado por intensas mudanças políticas. O periódico era um jornal patriota, mas, sobretudo, independente, que nunca se curvou às pressões do poder e rejeitou com dignidade ofertas de subvenções. (LACERDA, 1978 p. 45)

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
 “O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
 ISSN: 2317-0468
 17 a 21 de outubro de 2016

ajudar Cecília Meireles escrever uma coluna diária sobre educação (DULLES, 1992 p.31) com apenas 16 anos de idade. Tornaram-se grandes amigos.

Carlos encontrou maiores possibilidades para seus interesses literários depois que sua mãe o levou à Casa do Estudante do Brasil. A diretora Ana Amélia Queirós logo percebeu o dom de Carlos, e também a timidez. Mas ambos tornaram as chances daquele lugar reais. Carlos criou uma revista chamada Rumor, deu uma aparência modernista e vez dela um veículo através da quais escritores conhecidos, além de estudantes, expressavam claramente seus pontos de vista. Lacerda não poupou o catolicismo e em suas divertidas “entrevistas póstumas” com Eça de Queiroz, encantava os leitores. Escrevia sobre sua “terra quase natal”, Vassouras. Promoveu palestra com o escritor Mário de Andrade que colaborava com a revista e fez denúncias a política na qual ele não gostava. Houve divergências com os estudantes e a diretora e a revista pararam de ser publicada. (DULLES, 1992 p.32).

Em relação à obra *A casa do meu avô* (1978), além de suas demonstrações de carinho ele trás algumas importantes recordações como a de ações militares dentro da própria casa do seu avô, do Estado novo² (1937) e de como era necessário refugiar da polícia toda vez em que a liberdade era rejeitada sua família conseqüentemente era rejeitada também (LACERDA, 1978, p. 119), definições próprias sobre a democracia brasileira, palavras sobre o Partido Comunismo Brasileiro³. Recordações também sobre a Ditadura Militar período que em que foi preso e fez greve de fome. Sua saúde já não era tão forte, a diabetes o fazia ter recaídas constantes, ficar sem comer o levaria a morte, sua filha Maria Cristina Lacerda, escreveu uma carta ao presidente Artur da Costa Silva pedindo encarecidamente para libertar seu pai, que nada havia feito, pois

² O Estado novo foi à ditadura implantada por Vargas alegando que o Brasil tinha chances reais de ser tomado pelo comunismo. A implantação do Estado Novo, seguindo o modelo fascista europeu, enfatizava e confirmava a divisão há muito tempo existente entre as duas principais posições inerentes ao movimento revolucionário de 1930. (SKIDMORE, 1982 p.52)

³ O Partido Comunista Brasileiro foi fundado em 1922 depois de inúmeras tentativas insuficientes. O Partido Comunista Brasileiro constitui uma importante força política, mesmo nas piores fases de sua história. Destaca-se seu principal papel como protagonista nas lutas contra as ditaduras e pelo desenvolvimento democrático do país, o que sobrepujava qualquer disposição à reivindicação por reconhecimento e autonomia naquela época. (BRANDÃO, 1997 p. 57).

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.

“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”, Juiz de Fora, 2017, 1554p.

ISSN: 2317-0468

17 a 21 de outubro de 2016

acabaria morrendo na cadeia. Logo foi solto (1978, p. 168). No último capítulo, chamado “As aventuras de Ícaro” (1978, p.177) Lacerda acaba-se revelando um verdadeiro amante pela literatura e dramaturgia. A relação que ele fez do mito do Ícaro⁴ com as pessoas, especialmente as que lutavam pelas suas concepções como ele, torna-o realmente um grande escritor. Capítulo no qual pretendo fazer uma análise especial na dissertação pretendida.

Essas são algumas propostas que serão discutidas nessa comunicação. Tendo como principal fonte a obra proposta a ser analisada e livros de autores que propuseram também a estudar a vida de Carlos Lacerda, que é sempre discutida com muita polêmica.

Bibliografia Geral de Referência:

BARROS, José D’Assunção. *O campo da história: especificidades e abordagens*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

DULLES, John W. F. Carlos Lacerda. *A vida de um lutador*. Vols. 1 e 2. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

FONSECA, Rubem. *Agosto*. Editora Nova Fronteira - Saraiva, campanha livro de bolso, 2012.

LACERDA, Carlos. *A casa do meu avô*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

_____ *Como foi perdida a paz*. Editora: Instituto Progresso. 1947.

_____ *Depoimento*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.

_____ *Em vez*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

_____ *O Cão Negro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1971

⁴ Pai do Ícaro, Dédalo, criou para o filho um par de asas feito de penas e cera de abelha para que o filho pudesse fugir da prisão. Porém, avisou ao filho que não poderia voar muito alto pois o sol derreteria as asas. Ícaro sem dar atenção ao pai vôo o mais alto que podia, e caiu ao mar. Acabou morrendo. A queda de Ícaro é a seca advertência a toda rebeldia, a imposição do conformismo. A consagração da mediocridade como a regra de bem viver. (LACERDA, 1976 p. 184).

- _____ *O Poder das ideias*. Rio de Janeiro: Record, 1964.
- _____ *O Quilombo de Manuel Congo*. Editora Revista Acadêmica, 1935.
- _____ *Paixão e Crime*. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1965.
- _____ *Rosas e Pedras do meu caminho*. Universidade de Brasília, 2001.
- _____ *Uma Rosa é uma rosa é uma rosa*. 1965
- _____ *Xanam*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1959.
- LACERDA, Rodrigo. *A República das abelhas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- MENDONÇA, Marina Gusmão de. *O demolidor de presidentes. A trajetória política de Carlos Lacerda: 1930-1968*. São Paulo: Códex, 2002.
- NETO, João Pinheiro. *Carlos Lacerda – um raio sobre o Brasil*. Rio de Janeiro: Gryphus, 1998.
- SKIDMORE, Thomas. *Brasil: De Getúlio a Castelo*. Editora Paz e Terra.
- SOUZA, MELLO CLÁUDIO; COELHO, EDUARDO. *Carlos Lacerda: Cartas (1933-1976)*. Rio de Janeiro: Bem-te-vi, 2014.
- VINHAS, Moisés. *O Partidão: A luta por um partido de massas 1922-1974*. Editora Hucitec, São PauO, 1982.

Simpósio Temático 14: História da Arte: seus objetos, funções e sua escrita.

Coordenadores: Andreia de Freitas Rodrigues (doutoranda PPGArtes/UERJ) & Clara Habib de Salles Abreu (doutoranda PPGArtes/UERJ)

A História da Arte como o lugar do *entrevisto* nos últimos livros de Plínio, o Velho.

Antônio Leandro Barros.

Resumo:

Esticando a vertente de pesquisa iniciada em fins da década de 70, essa comunicação fundamenta-se na perspectiva de que a história da arte de Plínio, O Velho, contida nos últimos volumes da *História Natural* (77 d.C.), não é uma mera parte (destacável, ou descartável) do todo de sua enciclopédia: ao contrário, é para essa historiografia artística que o todo da vasta obra se encaminha. Todavia, estaria longe dessa historiografia ser ponto de chegada. A partir da afirmação do próprio Plínio de ter escrito simultaneamente duas obras distintas – a *História Natural* e a *História do Nosso Tempo* – essa comunicação configura-se como um pensar de sua história da arte como um lugar do *entrevisto*: um tipo de aporia entre o encaminhar-se da “história natural” com as coisas do mundo e o apontar da “história do nosso tempo” com os acontecimentos do mundo.

Palavras-chave: Plínio, o Velho; *História Natural*; *entrevisto*.

Abstract:

Stretching the research strand started in the late 70s, this communication is based on the perspective that the Pliny's the Elder art history, contained in the last volumes of his *Natural History* (77 CE), is not a mere part (detachable or disposable) of all of his encyclopedia: on the contrary, it is for this artistic historiography that the whole of the vast work is refer. However, this would be far for this historiography to be a point of arrival. From the Pliny own claim to have written simultaneously two distinct works – the *Natural History* and the *History of Our Time* – this communication is configured as a thought of his art history as a place of interview: a kind of aporia between the refer of the "natural history" with the things of the world and the dawn of the "history of our time" with the events of the world.

Key-words: Pliny, the Elder; *Natural History*; interview.

A *História Natural*, única obra realmente conhecida na era moderna da vasta produção de Plínio, o Velho (23-79), é considerada a enciclopédia do mundo antigo graças aos seus trinta e sete livros que versam sobre quase todas as matérias possíveis,

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
 ISSN: 2317-0468
 17 a 21 de outubro de 2016

desde cosmografia à história da arte, desde zoologia à medicina botânica. Trata-se, a primeira vista, de um minucioso inventário de toda informação natural disponível à época. Devido a essa fortuna de informação – o próprio Plínio diz que não se trata de um livro, mas de um “armazém” ou “cofre”: *thesauros* (pref. 18) – a *História Natural* teve larga circulação durante a antiguidade.

No entanto, segundo SORCHA CAREY (2003, pp. 9-12), foi somente a partir de uma sequência de conferências internacionais em fins da década de 70 e princípios da década de 80 que Plínio, enquanto autor da *História Natural*, finalmente se tornou foco das pesquisas acadêmicas envolvidas com a enciclopédia do mundo antigo.¹ Há uma longa história até essa verdadeira virada crítica em favor da autoria da *H.N.* possibilitando todo um novo eixo de questões a ser explorado principalmente em relação ao todo da enciclopédia como um projeto literário. Eis o curso resumido dessa história.

Conforme explana GIAN BIAGIO CONTE (1999, pp. 502-503), o sucesso literário da *H.N.* não se limitou à Roma antiga. Durante a Idade Média, ela continuou a ser fonte de consultas fundamentais nos diferentes campos do conhecimento, especialmente a medicina. Embora não fosse propriamente uma obra escolar, a *H.N.* manteve inabalada sua figura de autoridade nos diversos campos de sua abrangência enciclopédica. Continuou também com sua popularidade entre eruditos e acadêmicos durante o Renascimento, alcançando quarenta e seis edições já em 1550, e uma tradução para o italiano, em 1501, e outra para o inglês, em 1601. Todavia, exatamente pela crescente circulação da obra junto aos novos parâmetros e às novas descobertas científicas nos diversos campos de conhecimento e exploração (inclusive, destaque-se, filológicos) iniciou-se um decisivo processo de questionamento da eficácia e da veracidade das informações da *H.N.* Destacam-se nesse processo figuras cruciais da intelectualidade europeia como Francis Bacon e Denis Diderot – o primeiro pela revisão programática dos parâmetros de investigação, o segundo pelo projeto e pela realização de um novo modelo moderno de literatura enciclopédica substituindo o da enciclopédia pliniana.² Com isso,

¹ Essa série de importantes eventos teve início com a Conferência de Como (1979), terra natal do autor e em comemoração do 19º centenário de sua morte.

² Para maiores detalhes sobre as leituras e revisões que cada um desses intelectuais modernos construiu a partir da *História Natural*, e também a partir da figura do próprio Plínio, sugiro os capítulos iniciais do minucioso estudo de Aude Doody, *Pliny's Encyclopedia – The reception of the Natural History*. Ressalte-se o sincero respeito que ambos, Bacon e Diderot, tinham pela figura enciclopédica de Plínio, o Velho.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.

“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.

ISSN: 2317-0468

17 a 21 de outubro de 2016

pode-se dizer que o Iluminismo deu o golpe final na força prática da *H.N.*, que já estava em franca deterioração nos séculos anteriores.

Por conseguinte, embora não estivesse nos planos nem de Bacon nem de Diderot, afloraram-se os questionamentos da própria autoridade do trabalho de Plínio, o que nos séculos seguintes viria a se converter em um amplo descrédito até mesmo da competência de Plínio enquanto compilador. Com o fim da sua importância e utilidade acadêmica e científica estabeleceu-se uma nova perspectiva de sua leitura como documento histórico. Assim, justamente por todos os seus ditos defeitos, a *H.N.* tornou-se manancial de curiosidades da Roma antiga: um inventário dos seus erros, dos seus métodos falhos, das suas conclusões atrapalhadas. Devido ao próprio método de escrita pliniano, repleto de recorrências a outros livros e autores, a *H.N.* foi reduzida a mera compilação de informações – diga-se, de “autores melhores do que Plínio”. Assim, estabeleceu-se como eixo principal de sua pesquisa a busca fragmentária e divisionista do texto com o fim de encontrar, dentre os seus volumes, aquilo que pertenceria a outros autores, isto é, tentando devolver às reais figuras de autoridade as análises e discursos da antiga enciclopédia. Nem mesmo sua escrita saiu ilesa de comentários perniciosos. Conte lembra que para muitos críticos o latim de Plínio figura como pior já escrito (1999, p. 502) – dentre os quais Eduard Norden (GIBSON & MORELLO, 2011, p. 137).

Até que a partir da celebração organizada no último centenário de morte de Plínio, na década de 70, a fortuna crítica começou a virar. Desde então, tal reviravolta tem sido importante porque reestabelecendo a figura de autoria de Plínio confere-se à *H.N.* um caráter de totalidade literária que havia sido negligenciado, isto é, novamente ela pôde ser vista como uma obra em si e como um todo de projeto, não apenas como livro de consultas pontuais, nem como mera compilação aleatória. A partir de mais essa mudança de centro as investigações passaram a se concentrar naquilo que pertence propriamente à autoria de Plínio, às suas inquietações e propósitos, bem como ao seu contexto histórico, supondo-se determinante. Há um considerável número de importantes publicações disponíveis que comprovam a energia dessa nova perspectiva, com a devida relevância da edição Einaudi de uma nova tradução completa da *H.N.* para o idioma italiano repleta de comentários e

enriquecida por ensaios de grandes pesquisadores – dentre os quais o próprio Conte, já citado.

Esticando essa vertente de pesquisa iniciada em fins da década de 70, essa comunicação fundamenta-se, portanto, na perspectiva de que a história da arte de Plínio, contida nos últimos volumes da *H.N.*, não é uma mera parte – destacável nem descartável – do todo de sua enciclopédia. Em primeiro lugar, porque estamos já convencidos que apesar da divisão da enciclopédia em grandes temas (Cosmologia; Geografia; Antropologia; Zoologia; Botânica; Medicina, botânica e animal; e finalmente Mineralogia) o fluxo de sua narrativa enciclopédica supõe a integralidade de seus grandes temas e entrelaça por dentro todos eles. O que impõe uma visão de conjunto a qualquer destacamento da *H.N.* Em segundo lugar, por dois esclarecimentos especiais a respeito de sua história da arte. O fato dela aflorar em forma de digressões em meio ao grande tema da mineralogia não sugere, no texto pliniano, qualquer depreciação de sua relevância. Ao contrário, embora Plínio reafirme que esse assunto (a história da arte) não fosse tema da *H.N.* ele se viu impossibilitado de negligenciá-lo precisamente nesse ponto. Além disso, o fato dela aflorar justamente nos últimos livros da *H.N.* (os de número 33 a 37) também em nada caracteriza desimportância como um “assunto largado ao fim”. Ora, considerando a unidade de conjunto do todo da *H.N.* e reconhecendo a impossibilidade com que Plínio se viu de não narrar uma história da arte, é necessário que possamos encarar essa construção enciclopédica como uma questão literária decisiva. Portanto, antes de ser um ponto sem nexo e perdido na margem da vasta enciclopédia, essa história da arte parece ser mesmo o ponto mais delicado para o qual o todo da enciclopédia se encaminha e se encontra. Não está lançada ao fim, mas a *H.N.* é que está lançada até ela; somente nela a integralidade da enciclopédia enquanto construção literária pode ter fim.

No entanto, não pretendemos com isso que um ponto “que não faz parte do interesse da *H.N.*” seja entendido de forma alguma como o seu ponto de chegada. Mas sim apenas um ponto que atravessa toda a *H.N.* para na sua história da arte se condensar, precisamente enquanto um *entrevisto* de seus assuntos, como o conjunto das digressões ou suplementos que a sustentam e a empurram para adiante. Assim, compete aqui a observação de outro ponto extra-enciclopédia. Trata-se do declarado pelo próprio Plínio

no componente textual da enciclopédia que reside fora de sua “história” e que a circunscreve: o prefácio epistolar endereçado ao futuro imperador Tito.

“Vos quidem omnes, patrem, te fratremque, diximus opere iusto, temporum nostrorum historiam orsi a fine Aufidii. ubi sit ea quaeres? iam pridem peracta sancitur; et alioqui statutum erat heredi mandare, ne quid ambitioni dedisse vita iudi caretur: proinde occupantibus locum faveo, ego vero et posteris quos scio nobiscum decertaturos sicut ipsi fecimus cum prioribus.” (praef. 20)

“As for your sire, your brother and yourself, we have dealt with you all in a regular book, the History of our own Times, that begins where Aufidius's history leaves off. Where is this work? you will enquire. The draft has long been finished and in safe keeping; and in any case it was my resolve to entrust it to my heir, to prevent its being thought that my lifetime bestowed anything on ambition: accordingly I do a good turn to those who seize the vacant position, and indeed also to future generations, who I know will challenge us to battle as we ourselves have challenged our predecessors.” (PLÍNIO, 1967, p. 13-15)

Por entre todos os recursos oratórios, o que se lê neste trecho, que nunca inspirou grandes comentários, é que durante um único e mesmo período Plínio escreveu, a princípio, não apenas *uma* história de fôlego, mas sim *duas*: a *História Natural*, enciclopédia das coisas da natureza, e a “história do nosso tempo” (*temporum nostrorum historiam*), narração histórica dos eventos do império desde o fim do período de Claudio (49-54 d.C.) até a ascensão dos Flavianos (Vespasiano e Tito).

A partir desse trecho, e a despeito da própria *H.N.*, Conte (1999, p. 498) sugere que essa “segunda” história seria na verdade a obra mais ambiciosa de Plínio e que por isso ele teria determinado que ela só fosse publicada após sua morte – nas palavras do próprio autor antigo, “para que não fosse julgado por ambição em vida”.³ Apesar do curto período (aproximadamente quinze anos) desenvolvido nessa “outra história”, a obra perdida teria sido composta no extenso número de trinta e um volumes, indicando que talvez a contemporaneidade do autor aos eventos abordados poderia ter servido a esmiuçar cada um deles. Plínio, o Jovem, aprendiz íntimo de seu tio, confirma que as duas vastas obras de história de seu tio foram escritas ao mesmo tempo, durante os últimos

³ Trecho supracitado, com tradução livre.

anos do império de Nero. Contudo, contrariando a opinião moderna de Conte, o sobrinho de Plínio parece sugerir que a sua grande obra foi realmente a *H.N.*, “obra erudita tão vária quanto a própria natureza” (1915, p.197-204), não tecendo nenhum comentário sobre a outra, a críptica. Fato é que, embora somente a *H.N.* tenha sobrevivido aos séculos, não teremos nunca como ter certeza de qual obra era a decisiva ambição do autor. Todavia, cabe admirar tal ambição seja por um lado seja por outro, e cabe ainda o pensar das duas histórias plinianas como uma única história em paradoxal composição e projeto – o que colocaria a história da arte pliniana na posição de um entreposto, do entrevisto entre duas histórias. Como a passagem mesma pela qual uma história alcança a outra. Afinal, ela aflora em meio ao extremo das coisas naturais, a mineralogia, e nela se encontra o único vestígio de uma história no sentido da disciplina histórica.

Se, no entanto, é impossível conhecermos a qualidade da outra história pliniana, a “do nosso tempo”, é razoável traçar um critério literário de elaboração do conjunto dessas duas histórias. Para tanto, cabe recordar a vinculação pliniana à escola dos estóicos – conforme insiste o trabalho de Paparazzo.⁴ Essa vinculação acontece e é percebida em um sem número de recorrências que aqui, porém, se fazem impossíveis e desnecessárias de serem todas elas observadas. Interessa, pois, o entendimento do ponto de sustento, propriamente, da filosofia da *Stoa* e, segundo nos parece, de sustento da construção literária em conjunto das duas histórias de Plínio. Trata-se da teoria dos incorporais.

A disciplina lógica do estoicismo antigo separava, paradoxalmente, as causas dos efeitos através de dois níveis distintos do real. Para os estóicos “Tudo o que existe é corpo”, porém, como explica Bréhier, essa afirmação “quer dizer unicamente que a causa, tal como nós a definimos, é um corpo, e o que sofre a ação dessa causa também é um corpo” (2012, p. 23). Em outras palavras, não há então causa profunda nem superior, nem como *idea* platônica, nem como o motor imóvel aristotélico. Para os estóicos, até mesmo a alma é corpo. Assim, ao invés de colocar o incorporal na causa dos seres, eles o colocam no efeito, onde propriamente reside a metafísica da escola. O incorporal não é nem um estado, nem uma qualidade, nem uma propriedade do corpo, ele é um mero atributo, isto é, não um ser mas uma maneira de ser que se encontra sempre no limite dos corpos, na

⁴ PAPAARAZZO, Ernesto. *Philosophy and Science in the Elder Pliny's Naturalis Historia*. in.: GIBSON, Roy K. & MORELLO, Ruth (org.) *Pliny the Elder: themes and contexts*. Leiden, Boston: Brill, 2011.

suas superfícies sem nem ao menos mudar suas respectivas naturezas, pois um incorporal não é nem ativo nem passivo. Ele é o que chamaríamos modernamente de fatos ou de acontecimentos.

“As modificações de que falamos são bem diferentes: não são realidades novas, outras propriedades, mas apenas atributos. Assim, quando a navalha corta a carne, o primeiro corpo produz sobre o segundo não uma propriedade nova, mas um atributo novo, o de ser cortado. O atributo, falando propriamente, não designa nenhuma qualidade real; (...) ele não é um ser, mas uma maneira de ser. (...) Ela [a maneira de ser] é puramente e simplesmente um resultado, um efeito que não pode ser classificado entre os seres.” (BRÉHIER, 2012, p. 32)

Assim os estóicos transfiguraram a metafísica e impuseram uma nova distribuição aos seres e aos conceitos, distinguindo duas espécies de coisas:

“1)Os corpos com suas tensões, suas qualidades físicas, suas relações, suas ações e paixões e os “estados de coisas” correspondentes. Estes estados de coisas, ações e paixões, são determinados pelas misturas entre os corpos. (...) só os corpos existem no espaço e só o presente no tempo. Não há causas e efeitos entre os corpos: todos os corpos são causas, causas uns com relação aos outros, uns para os outros. A unidade das causas entre si se chama Destino na extensão do presente cósmico.

2)Todos os corpos são causas uns para os outros, uns com relação aos outros, mas de que? São causas de certas coisas de uma natureza completamente diferente. Estes efeitos não são corpos, mas, propriamente falando, “incorporais”. Não são qualidades e propriedades físicas, mas atributos lógicos ou dialéticos. Não são coisas ou estados de coisas, mas acontecimentos. Não se pode dizer que existam, mas, antes que subsistem ou insistem, tendo este mínimo de ser que convém ao que não é uma coisa, entidade não existente.” (DELEUZE, 2015, p. 5).

Portanto, tudo o que há é o corporal, o reino da existência, onde os corpos são causa uns para os outros e esse enlaçamento definitivo das causas todas reunidas, dos corpos todos, configura o próprio destino estóico; noutra nível encontra-se o incorporal ou “quase-ser”, onde tudo é efeito, onde realmente se dão os acontecimentos. E deve-se atentar, desde já, que os acontecimentos não são irrealis nessa filosofia, eles apenas não tem o estatuto de existência – o que é muito diferente. Os acontecimentos são

perfeitamente reais, porém são incorporais, são os resultados insistentes nos corpos. O exemplo de Bréhier sobre a navalha e a carne é, nesse sentido, de precisão cirúrgica.

Destarte, quanto às duas histórias plinianas sobre um mesmo plano de realização, e escritas durante o mesmo período, a formar um só paradoxo, teríamos então de um lado a história minuciosa, categórica e inventarial dos corpos, dos entes todos do mundo – a *H.N.* seria um livro enorme sobre a história puramente dos corpos, dos entes, isto é, daquilo que em si mesmo não tem história a ser narrada. Daquilo que é puro instante presente. O viés vário, confuso, lotado de coletas de informações e propósitos práticos de reconhecimento e trabalho, faria da *H.N.* um tipo estranho de romance constituído apenas de proposições, sem narração, sem eventos. Uma história, acima de tudo, de puro presente onde nada pode acontecer verdadeiramente e por isso seria preciso ter em vista a providência destinal. Nela toda narração histórica (por exemplo, sua história da arte dentre os livros de número 33 a 37) ou acontecimento (o campo próprio das maravilhas e do extraordinário enquanto atributo e critério de interpretação da natureza) são digressões, e como digressões cumprem o estatuto do incorpóreo: eis um tropo que nada mais é do que um efeito retórico, uma saída ou retirada entre um ponto e outro do texto a fim de no retorno incrementar ou mesmo transfigurar cada um dos pontos anteriores em suas maneiras de serem lidos.

Do outro lado, ou melhor, na outra ponta do paradoxo, embora não a conheçamos a sua “história do nosso tempo” é apresentada pelo próprio Plínio cercada de um paradoxo decisivo à teoria dos incorporais. O primeiro a ser observado parece ser exatamente que justo a “história do nosso tempo” possa ser publicada após a morte do autor. Contudo, se tomado com atenção, tal descompasso temporal caracteriza-se duplamente paradoxal, pois a “história do nosso tempo” também já teria sido escrita, de forma que o “nosso tempo” estaria abrigado, na verdade, no antes e no depois simultaneamente e escapando do presente. Em outras palavras, a “história do nosso tempo” está escrita antes e será pública depois “desse nosso tempo” – o tempo da epístola a Tito. E, contudo, como vimos um tal paradoxo soaria *natural* a um pensador arraigadamente estoico. Se os efeitos, isto é, os eventos e narrativas, se dão em outro nível que não o dos corpos e causas presentes, eles se dão sempre no que os antigos chamavam de *Aion* e Deleuze chamava de *devenir-louco*: passado e futuro ao mesmo tempo, sempre antes e sempre depois. Os eventos,

assim enquanto efeitos incorporais, são desde sempre passado e futuro e escapando do presente; são o devir e o porvir que garantem o sentido do presente – um tal sentido que necessariamente escapa à *H.N.*, romance de proposições puras exatamente à espera de um tal sentido. Pois a Providência (*providentia*) que por toda a enciclopédia mostra seus sinais por entre os corpos diversos garante apenas as relações de existentes entre eles mesmos e não o sentido dessas relações, isto é, no que eles nos dizem respeito. Mas, vez mais repassemos, há exceções, ou melhor, digressões onde algumas coisas acontecem, isto é, insistem no mundo não como existentes mas enquanto configuração da existência. Porque é disso que se trata. A *H.N.*, a história do puro presente, é a configuração **de** existentes, inventário das coisas todas e propriamente a produção da terra; mas a “história do nosso tempo”, isto é, dos eventos incorpóreos, passado-futuro, é a configuração **da** existência, seria propriamente a instalação de um mundo. A obra dedicada a história dos acontecimentos, não por menos, seria a história da corte imperial, dos jogos de atribuições políticas e militares, mas seria especialmente a história dos jogos de sentido, dos ditames e das transfigurações dos ditames do império para o mundo.

Desse modo, teríamos, enfim, um tipo de colossal e paradoxal romance propriamente estóico em dois conjuntos de volumes: a história dos corpos e a história dos incorpóreos; a história dos existentes, e a história dos insistentes; a história do puro presente, e a do passado-futuro; a história do visível e a história do invisível. Entre essas duas histórias, justamente, está uma história da arte que um verdadeiro entrevistado: ancorada firmemente na matéria, nos minérios, mas ao mesmo tempo sem se confundir com ela – *sive exstant sive intercidere* (quer perdurem, quer tenham se perdido),⁵ isto é, o que importa na arte não tem existência fora da matéria, mas não está nela e, logo, ter seu efeito quer sua matéria ainda exista quer ela já não exista mais. A obra de arte, nessa historiografia, é ela mesma um entrevistado nem visível nem invisível, mas o momento aparescente/desaparescente do acontecimento, isto é do sentido incorporal nos corpos. A arte aqui, e por conseguinte a sua historiografia, mantêm-se em um grau de indecibilidade: entre a matéria e o incorporal, entre a imagem e a ausência de visão, entre a conservação da memória e o descarte de todo registro, de toda ilustração, até mesmo de toda descrição

⁵ Tradução livre do trecho que abre o cânone da pintura na história da arte pliniana. (*H.N.* 35.53.)

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
 ISSN: 2317-0468
 17 a 21 de outubro de 2016

visual. Ela é o limite, a linha divisória, por entre as coisas todas, por entre as dualidades todas.

Esse limite onde se dá e que é a arte é ele mesmo exemplificado, metaforicamente, ao menos em três dos momentos-chave de sua própria história: a) no início do cânone dos pintores gregos, quando é dito que os *portões* dessa arte haviam sido abertos por Apolodoro, mas Zêuxis havia se apoderado dele (*H.N.35.61*); b) quando, após determinar que as melhores obras são as passíveis de movimentar-se por entre as coisas, Plínio situa o *limite* entre a cidade e a natureza como o lugar privilegiado dos artistas (*H.N.35.118*); c) e, finalmente, quando Plínio narra a bela história da jovem que desesperada de amor pinta a silhueta do amado direto da sombra deste em um *muro*, o que teria sido a origem da pintura (*H.N.35.151*). Segundo Nietzsche, a partir de três anedotas é possível construir o retrato de uma filosofia viva (2011: 25). No entanto, nesse caso, mais do que avaliar e analisar cada uma dessas anedotas plinianas para construir conjuntamente um retrato, seria mais direto e oportuno (devido ao contingenciamento sobre a extensão dessa comunicação) indicar a relevância e a profundidade superficiais da própria composição anedótica dessas história da arte como um todo.

Pois, todos os ditos “problemas” dessa historiografia pliniana (ausência de descrições, imparcialidade de juízo, conhecimento apenas indireto de várias obras, o desaparecimento de suas fontes, as imprecisões nominais e cronológicas) convergem para o estilo singular de sua escrita formulada em composições anedóticas. Essa formulação supõe-se indicar uma descaracterização de qualquer rigor acurado de análise e de pesquisa, sendo desprovida de imparcialidade, e não sugerindo grande zelo pela verdade efetiva das circunstâncias. Além disso, as anedotas mostram-se, objetivamente, pouco preocupadas com a realidade dos fatos ou com aspectos formais e descritivos das obras. Por isso, tal escrita histórica da arte antiga tem sido majoritariamente considerada uma construção demasiadamente literária para ser, cientificamente, examinada a sério em si mesma.

Na verdade, é difícil pensar no antigo e respeitado tropo da *écfrase* nesses livros de história da arte, pois Plínio não tem por propósito colocar nenhuma dessas pinturas “ante os nossos olhos” – tão somente embaçar o olhar. O que sua *écfrase* faz é, quase sempre, colocar ante os nossos olhos mais a perda das pinturas do que as pinturas em si.

É o “expressar com vitalidade” não a presença delas, mas o traço dessa presença, perdida ou não vista. Assim, somos levados a certo limiar entre o visível e o invisível. Diria, a *visibilidade* mesma das obras: à lógica da obra com um não-dado, apenas como um sentido que é insistente, dado a partir de um existente. O anedótico por si mesmo, isto é, o não-dado dos dados, o traço esquecido que lança todas as linhas de expressão. Um entrevisto. E, por conseguinte, sua história da arte seria o lugar do entrevisto; absolutamente o entre indefinível da impossibilidade de ver e da impossibilidade de não ver.

Dessa forma, por uma lado temos que lidar com uma conclusão estranha. Ao contrário do suposto modernamente, não cabe à história da arte o “ver bem” das obras, extraíndo delas a suas verdadeiras importâncias. Com Plínio o que fica evidenciado é que a importância de uma história da arte, entendida enquanto lugar do entrevisto, é precisamente a lição sobre os limites de um “ver bem”, de um “ver correto e absoluto” sobre as obras. Antes de tudo, o que importa é a *compreensão*, no sentido exato da palavra, da história da arte entre o visível e o invisível, entre a impossibilidade de ver e a impossibilidade de não ver. Abre-se, assim, um rico leque de relações possíveis, e por si mesmas intrigantes, de visibilidade das obras de arte: as obras que vimos muitas vezes, as que só vimos por reproduções, as que vimos rapidamente, as que só lemos sobre, as que ouvimos falar, aquelas que esquecemos que vimos, aquelas que vimos com um guia, aquelas que não vimos mas que conhecemos o artista ou o período histórico ou qualquer outra relação indireta de conhecimento, aquelas que vimos quando crianças... A lista dessas possibilidades entre o “ver perfeitamente” e o “não ter visto de maneira alguma” é quase infinita, especialmente considerando as lições de taxionomia arbitrária de Plínio: obras vistas em noite de lua cheia, vistas com os óculos sujos, vistas chorando, vistas de rabo de olho, vistas sem atenção porque ao lado da pessoa que se ama, as obras vistas em reproduções em preto e branco, as obras vistas com mau humor, as obras vistas antes e depois de um curso de história da arte, vistas ao lado do artista, aquelas vistas bebendo café, as obras sonhadas, as obras desenhadas, as cópias das obras, enfim, imagino que até as obras vistas no escuro devam ter sua possibilidade mencionada.

Essa escala vária de visibilidade de obras de arte, porém, não deve ser contemplada apenas pela rica oferta de invenção, à própria maneira, de qualquer obra que

o seja. Como se com isso se buscasse um subjetivismo crítico. O que se põe em jogo é, ao contrário, a impossibilidade de julgarmos como viável a história da arte enquanto a narrativa das apresentações artísticas, ou das presenças de obras de arte. Ao contrário, seria preciso indicar que o apagamento das obras de arte faz parte da estrutura da história da arte e não por um comprometimento histórico, mas por um comprometimento artístico. Se a obra de arte aqui (na *H.N.*) não é nunca uma presença, mas tão somente um rastro, um simulacro de sua presença e de uma ausência, uma anedota (um não-dado), enfim, um entrevisto, é porque aqui a obra de arte não é cópia fiel do real, verdadeira como o verdadeiro, mas sim a descrição de um ponto cego – o ponto em que toda a visibilidade (visível e invisível) se articula. Com o que não se tem a reprodução das coisas do mundo, nem do mundo, mas, antes e estoicamente, a descrição de um vazio de palco – conforme a outra decisiva teoria dessa antiga escola de filosofia, a teoria dos indiferentes. É, portanto, justa a recusa histórica de ver nessa história da arte uma história da arte. Trata-se, talvez, de uma história de arte que “visa” apenas o entrevisto: o fazer e o desfazer da evidência dos sentidos das coisas, o fazer e o desfazer da evidência do real. Com uma tal história – de arte – são as coisas, em sua história, que precisam ser afirmadas, e com ela a história do nosso tempo só pode permanecer em suspenso.

Referências bibliográficas:

BRÉHIER, Émile. *A teoria dos incorporais no estoicismo antigo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

CAREY, Sorcha. *Pliny's Catalogue of Culture*. New York: Oxford Univ. Press., 2003.

CONTE, Gian Biagio. *Latin Literature – A History*. Baltimore: John Hopkins Un. Press., 1999.

DELEUZE, Gilles. *A Lógica do Sentido*. São Paulo: Perspectiva, 2015.

GIBSON, Roy K. & MORELLO, Ruth (org.) *Pliny the Elder: themes and contexts*. Leiden, Boston: Brill, 2011.

PLÍNIO, o Jovem. *LETTERS. Vol I*. London: William Heinemann; New York: Macmillan Co., 1915.

PLÍNIO, o Velho. *The Natural History*. Cambridge: Harvard University Press, 1967.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
 “O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
 ISSN: 2317-0468
 17 a 21 de outubro de 2016

A nudez no retrato romano imperial na época de Augusto¹

Mayara Amaral Fernandes²

Resumo:

Augusto foi o mais importante dentre todos os imperadores romanos. Ele adotou uma linguagem pictórica conscientemente pensada para assegurar o seu governo e como um modo para mudar as ideias preconcebidas da população. Toda a produção de arte era um testemunho do poder e da autoridade do imperador. Contudo, os romanos tinham muitas ressalvas em serem vistos nus em público, e isto parece ter persistido por muito tempo. A escolha romana perante essa problemática foi o uso do manto no quadril nas esculturas, originário da Grécia, pertencente a representação de figuras com trajes militares. Uma vez que a nudez completa não foi amplamente adotada em Roma, este traje pode ter sido considerado mais alinhado com os velhos valores romanos, os quais Augusto almejou restaurar ao assumir o poder.

Palavras-chave: Augusto; nudez; retrato romano.

Abstract:

Augustus was the most important between the romans emperors. He adopted pictorial language consciously thought to ensure your government and as a way to change the preconceived ideas of the population. All art production was a testimony of the power and authority of the emperor. However, the romans had many reservations about being naked in public, and this seems to have persisted for a long time. The Roman choice towards this problem was the use of the hip mantle in the sculptures, original from Greece, belonging to the representation of figures with military costumes. Once the full nudity was not widely adopted in Rome, this costume may have been considered more in line with the old Roman values, which Augusto longed to restore when took the power.

Key words: Augustus; nudity; roman portrait.

Esta comunicação faz parte da minha pesquisa de Mestrado, finalizada recentemente, no Programa de Pós-Graduação em História da Arte da UNIFESP, sob orientação do Prof. Dr. José Geraldo Costa Grillo. Estudei o retrato de Augusto, considerando três eixos temáticos: poder, corpo e mito. Deste modo, diante das inúmeras abordagens praticadas atualmente na História da Arte, opto por aquela denominada “*arte*

¹ A presente pesquisa foi financiada pela CAPES de outubro de 2014 até maio de 2015; posteriormente o financiamento passou a ser pela no âmbito do convênio CAPES/FAPESP para a concessão de bolsas em instituições públicas e privadas sem fins lucrativos de ensino superior do Estado de São Paulo (processo nº: 2014/24244-9).

² Bacharela e Mestra em História da Arte pela EFLCH/UNIFESP, sob orientação do Prof. Dr. José Geraldo Costa Grillo. Profa. Ma. – EFLCH/UNIFESP

e contexto”, que coloca seu foco na produção, funcionamento e recepção das obras artísticas.

Segundo afirmação de Tonio Hölscher (2002), a arte romana antiga pouco corresponde à ideia moderna de arte criativa, o que demanda dos pesquisadores maior esforço para compreendê-la. Para o autor, ao passo que as representações artísticas desse período eram vistas como submissas aos modelos gregos, elas não podiam suprir o quesito da originalidade, fato que desencadeou o “*juízo negativo de Winckelmann sobre o ‘estilo imitativo’.*” (Hölscher, 2002, p. 8). Neste ponto, é importante ressaltar que o mundo conhecido, pelos povos da antiguidade, era dominado pela arte grega. Para Winckelmann, os elementos clássicos da arte romana foram tidos como marca de atraso, o qual foi reavaliado no final do século XIX, com a ênfase dada às formas romanas autônomas e criativas. Por conseguinte, Michael Squire (2015) afirma que a nossa visão, como espectadores contemporâneos, da antiguidade grega e romana é mediada através do modo de ver moderno.

É evidente que as representações artísticas romanas da antiguidade se fundem em todos os seus ramos com elementos gregos, de variadas maneiras; todavia, não é sensato considerá-las meramente como prolongamento da arte grega (Hölscher, 2002, p. 9). Deste modo, a diferenciação entre estes dois tipos de arte abre caminho para a compreensão científica das obras cujas características gregas são mais enfáticas, além do debate mais geral sobre o fenômeno do classicismo. Tonio Hölscher (2002) argumenta no sentido de que se deve fazer o exercício de não considerar a obra de arte, exclusivamente, do ponto de vista da produção, mas também da comunicação, como fator da vida social como um todo. Dentro desta perspectiva, Paul Zanker afirma que os espectadores romanos podiam apenas compreender as formas das estátuas e imagens no contexto que lhes era atribuído em suas novas funções e significados (Zanker, 2015, p. 311).

A arte romana recorreu a épocas estilísticas diversas, desde o fim do período Arcaico até o final do Helenístico. Contudo, o corpo do Doríforo (Figura 1), de Policleto, se tornou modelo desde o início da época imperial, com Augusto, até a época flaviana (Hölscher, 2002, p. 14). Tonio Hölscher apresenta a hipótese de que não se “*definia a escolha de seus modelos baseada no estilo ou gosto, ao contrário, primeiramente com base no conteúdo e no tema. De tempos em tempos pegava protótipos diferentes de*

períodos diversos da arte grega em função de âmbitos temáticos diferentes.” (Hölscher, 2002, p. 17). Além disso, o autor também chama atenção para outro fato importante: o uso dos termos “*clássico*” e “*helenístico*” traz a ideia de que os dois estilos foram criados em períodos diferentes dentro da arte grega, mas isso não significa, necessariamente, que se tratem de recursos concernentes a este ou aquele período do passado (Hölscher, 2002, p. 18).



Figura 1. Doríforo, Museu Arqueológico Nacional, Nápoles, inv. 6011³.

Augusto se apropriou e adaptou vários elementos gregos à cultura romana, os quais iam desde alguns costumes como, por exemplo, as competições por jogos sazonais, passando pelo panteão grego, o qual teve os nomes dos deuses traduzidos para o latim, chegando à arte que serviu como grande modelo em Roma. Na análise da estátua de Augusto de Prima Porta (Figura 2), Michael Squire considera que o uso da couraça é, sem dúvida, o aspecto mais ambivalente de todos, sendo a sua escolha melhor entendida dentro de uma dialética cultural do corpo no final do século I a. C.:

de um lado o interesse na nudez e a sua associação com o poder e influência masculinos, como premissa herdada de um conjunto de convenções visuais gregas; de outro, uma certa reticência, resistência e rejeição, centrada em torno da retórica romana da remoção e diferença cultural. [...] A couraça permite ao nosso Príncipe, ao mesmo tempo, vestir e despir seu traje: pela exploração da

³ Cf. <http://ancientrome.ru/art/artworken/img.htm?id=6967> .

duplicidade dinâmica de sua vestimenta, a estátua convida o espectador a ver o seu assunto tanto como um nu grego em boa forma, quanto um general romano vestido. (Squire, 2013, p. 3).

Para o autor, a couraça é classificada como um exemplar do, então, nomeado Tipo Helenístico (Squire, 2013, p. 7). Augusto está em posição de contraposto, com a maior parte de seu peso sob sua perna direita, enquanto a esquerda está relaxada, trazendo à estátua uma dinâmica diagonal.

As vestes, ou a falta delas, eram extremamente importantes para os romanos; para endossar essa afirmação, Michael Squire cita Shelley Hales: “*o poder podia ser negociado pelo ato de vestir, caimento e troca das roupas*” (Hales, 2005, *apud* Squire, 2013, p. 15). Adiante, o autor considera que Plínio, em sua obra *História Natural*, articula um dilema essencial na escultura honorífica romana, concebendo-o em torno dos polos das identidades culturais gregas e romanas. Enquanto as convenções artísticas da Grécia podiam expor a nudez masculina como uma condição imprescindível para o retrato honorífico (Squire, 2013, p. 16), os patronos e espectadores romanos pareciam ter se preocupado mais com os vieses político, social e cultural. Para ele, Plínio ajuda a descobrir como as ideologias referentes ao corpo que estava vestido influíam na significância de ser romano em oposição a ser grego (Squire, 2013, p. 16). De acordo com as convenções culturais helenísticas, a exposição da influência e poder de alguém estava lado a lado com a descoberta do corpo belo do indivíduo. Entretanto, na concepção romana, o ato de despir podia colocar em risco a imagem cultural e política (Squire, 2013, p. 16).



Figura 2. Augusto de Prima Porta, Museus do Vaticano, Roma, inv. 2290 (Fotografia da autora).

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

Os romanos, além de outros povos do mundo antigo, que possuíam contato com os gregos, tinham muitas ressalvas em serem vistos nus em público, e isto parece ter persistido por muito tempo (Hallett, 2005, p. 61). No período denominado de imperial, com o crescimento da popularidade dos banhos públicos, a nudez gradualmente se tornou mais aceitável – pelo menos para os homens e, provavelmente, apenas enquanto eles estavam dentro destes recintos. Fora dos banhos, aparecer nu em público se manteve impensável para os cidadãos respeitáveis de Roma. Dentro desta perspectiva, estar despido e exposto em público era algo condenável, aceitável apenas nas mostras de venda de escravos (Hallett, 2005, p. 61).

A escolha romana perante essa problemática com a nudez foi o uso do manto no quadril nas esculturas, o qual, segundo Christopher Hallett, é tido como uma inovação de Roma, fato que não é correto afirmar, visto que é originário da Grécia, pertencente a representação de figuras com trajes militares (Hallett, 2005, p. 123). Dentro do contexto grego, esta iconografia, do manto drapeado no quadril, inicialmente era utilizada para retratar divindades masculinas mais velhas e com barba e, posteriormente, para homens com mais idade. Além disso, este traje também foi utilizado para retratos de governantes helenísticos, como na estátua de Alexandre de Magnésia (Hallett, 2005, p. 123) (Figura 3).



Figura 3. Alexandre de Magnésia, Istambul, Museu Arqueológico, inv. 709 (fotografia oficial da instituição).

Uma vez que a nudez completa não foi amplamente adotada em Roma, este traje pode ter sido considerado mais alinhado com os velhos valores romanos (Hallett, 2005, p. 160). Deste modo, se constata a importância da representação com trajes heroicos, os quais vestiam o manto militar de maneira levemente distinta. Este drapejamento do manto era conhecido na Grécia Clássica e pode, em alguns contextos, ter sido preferido por figuras masculinas mais velhas; contudo ele parece ter sido popular no leste grego e no oeste romano também entre os homens mais jovens (Hallett, 2005, p. 160).

No que se refere a Alexandre, as obras de Augusto de Arles (Figura 4) e de Herculano (Figura 5) fazem clara referência ao modo de representar do líder. Contudo, para os romanos, a alusão a Alexandre podia ser algo ambíguo que devia ser empregada com cautela (Pollini, 2012, p. 175). Ele era tido como modelo não apenas em decorrência de sua perspicácia e sabedoria como governante, mas, também, por seus feitos militares, coragem e ousadia. Contudo, Alexandre era descrito como arrogante, cruel e imoderado (Cícero, *apud* Pollini, 2012, p. 175), considerado submisso às suas paixões. Otávio usava tais características para criticar Marco Antônio, o qual havia sido seduzido por Cleópatra, segundo a retórica usada contra eles. Neste ponto está o caráter ambíguo do uso da imagem de Alexandre nesta época, visto que Otávio usava o comportamento falho do líder na comparação a Marco Antônio, enquanto evocava Alexandre no seu programa ideológico e artístico (Pollini, 2012, p. 176). Todavia, John Pollini conclui que, para o contexto da época, o “*bom Alexandre*” era mais digno de emular, enquanto o “*mal Alexandre*” devia ser evitado. Além disso, depois de sua morte o seu império entra em caos total e guerra, fato que é criticado por Augusto, o qual se considerava melhor e maior do que Alexandre, e que alcançou algo mais importante: “*um império estável e a paz mundial*” (Pollini, 2012, p. 178).

Figura 4. Augusto de Arles⁴Figura 5. Augusto de Herculano⁵

Desde Alexandre, o mundo Helenístico passou a retratar seus líderes à maneira de Júpiter e Augusto não foi exceção; contudo, em Roma, essa iconografia foi adicionada à nova mitologia criada na época (Zanker, 1988, p. 230). Para exemplificar o uso iconográfico dos atributos de Júpiter e Alexandre no período em questão, utilizo as seguintes obras: a Gema de Augusto (Figura 6), as estátuas de Augusto como Júpiter (Figura 7) e de Herculano (Figura 5) e o Camafeu de Blacas (Figura 8). No primeiro caso, o governante aparece entronizado, seminu com manto no quadril, ao lado da deusa Roma, todavia, ao invés de um raio, ele segura um objeto típico dos sacerdotes romanos (Zanker, 1988, p. 230). No segundo exemplar, Augusto aparece da mesma maneira que na obra anterior, mas, desta vez, segurando o globo na mão direita de modo a representá-lo como governante do mundo pelo direito conquistado (Hallett, 2005, p. 163). Na terceira obra, a alusão é evidente com o raio segurado pelo Imperador na mão esquerda, o que o coloca como condutor da autoridade do deus no mundo terreno (Hallett, 2005, p. 163). Na última representação, Augusto está com a égide de Júpiter e com a faixa de um governante Helenístico em volta de sua cabeça (Hannestad, 1986, p. 82). Deste modo, a iconografia com manto nos quadris assumiu significância explícita no quesito religioso/divino, de maneira oposta às características marciais anteriores (Hallett, 2005, p. 163).

⁴ Arles, Museu Lapidaire de Arte Antiga, inv. P 215 (fotografia oficial da instituição).

⁵ Nápoles, Museu Arqueológico Nacional, inv. 5595 (fotografia Cf. Boschung, 1993).



Figura 6. Gema de Augusto, Viena, Museu de História da Arte, inv. IXa 79 (fotografia oficial da instituição).

Depois da morte de Augusto, o seu herdeiro, Tibério, também foi representado como Júpiter no Grande Camafeu da França (Figura 9) e na Espada de Augusto (Figura 10), encontrada na Alemanha (Zanker, 1988, p. 233). Nesta última, Tibério tem lugar na bainha, entronizado à maneira de Júpiter e segurando um escudo na mão esquerda com a inscrição: “*Felicitas Tiberii*”, rodeado por Marte Ultor e Vitória de Augusto. No centro da espada está um retrato de Augusto em um medalhão (Zanker, 1988, p. 232-233). É evidente que os governantes não eram vistos como Júpiter de maneira literal. Este tipo de representação possuía valor simbólico (Hannestad, 1986, p. 82) e rapidamente passou a ser dedicada em templos, santuários e galerias de estátua, não só no Leste ou no exército, mas, também, em cidades do território que hoje pertencem à Itália (Zanker, 1988, p. 233).



Figura 7. Augusto como Júpiter, São Petersburgo, Museu Hermitage, inv. GP-4191 (fotografia oficial da instituição).



Figura 8. Camafeu Blacas, Londres, Museu Britânico, inv. 1867, 0507.484 (fotografia oficial da instituição).



Figura 9. Paris, Biblioteca Nacional da França, inv. Camée 264 (fotografia oficial da instituição).



Figura 10. Espada de Augusto, Londres, Museu Britânico, inv. 1866,0806.1

As vestes representavam os vários papéis da vida de um romano: a toga, o papel de cidadão, ou magistrado público; a couraça, a função de soldado ou comandante militar; o *pallium*⁶, o papel de orador eloquente. Contudo, o *seminu* com manto no quadril, designado como traje heroico, fez algo que nenhum dos anteriores alcançou: transferiu a representação individual para além do âmbito da vida contemporânea, e para dentro do mundo do mito, da literatura e da arte, no mesmo patamar que os grandes heróis do passado, como Aquiles ou Hércules (Hallet, 2005, p. 217).

Bibliografia

- BOSCHUNG, Dietrich. *Die Bildnisse des Augustus*. Berlim: Gebr. Mann Verlag, 1993.
- HALLETT, Christopher H. *The Roman Nude: Heroic Portrait Statuary 200 BC-AD 300*. Oxford: Oxford University Press, 2005.
- HANNESTAD, Niels. *Roman Art and Imperial Policy*. Aarhus: Aarhus University Press, 1986.
- HÖLSCHER, Tonio. *Il linguaggio dell'arte romana – Un sistema semantico*. Turim: Giulio Einaudi, 2002.

⁶ Tipo de manto grego.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
 “O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
 Juiz de Fora, 2017, 1554p.
 ISSN: 2317-0468
 17 a 21 de outubro de 2016

POLLINI, John. *From the republic to empire: rhetoric, religion, and power in the visual culture of ancient Rome*. Norman: University of Oklahoma Press, 2012.

SQUIRE, Michael. Embodied Ambiguities on the Prima Porta Augustus. *Art History*, Vol. 36, p. 242–279, 2013.

_____. Theories of Reception. IN: MARCONI, Clemente (ed.). *The Oxford Handbook of Greek and Roman Art and Architecture*. Oxford: Oxford University Press, p. 637-656, 2015.

ZANKER, Paul. *The Power of Images in the Age of Augustus*. Michigan: The University of Michigan Press, 1988.

_____. The functions of Roman Art. IN: MARCONI, Clemente (ed.). *The Oxford Handbook of Greek and Roman Art and Architecture*. Oxford: Oxford University Press, p. 310-325, 2015.

Pintura como desenho em Filipe Nunes

Julia Dias Möller¹

RESUMO:

Os artistas ibéricos do século XVI moveram argumentos pela reivindicação da liberalidade da pintura. É curioso o fato de que, em Portugal, apenas os pintores habilitados na modalidade a óleo poderiam ser isentos dos encargos. Em 1615 é publicado em Lisboa um tratado intitulado *Arte da Pintura, Symmetria, e Perspectiva* cujos argumentos serviram de inspiração aos artistas portugueses em suas reivindicações. Neste artigo faz-se uma análise da definição da pintura presente neste tratado em paralelo com o panorama artístico do período das últimas décadas do século XVI e início do século XVII na Península Ibérica.

Palavras-chave: Arte da pintura; Península Ibérica; Tratado

ABSTRACT:

The XVI century Iberian artists moved arguments for the claim of freedom of painting. It is curious the fact that, in Portugal, only oil painters could be exempted of the charges. In 1615 it is published in Lisbon a treaty named *Arte da Pintura, Symmetria, e Perspectiva* which arguments lead inspiration to the Portuguese artists in their claims. In this paper we made an analysis of the definition of painting in the aforementioned treaty in parallel with the artistic panorama in the last decades of the XVI century and in the beginning of the XVII century at the Iberian Peninsula.

Keywords: The art of painting; Iberian Peninsula; Treaty.

O estudo do estatuto social da pintura envolve reflexões sobre o conceito de pintura e o fazer artístico de um determinado período histórico. Na Idade Média, pintura esteve agrupada junto das demais artes mecânicas sendo, portanto, uma atividade servil e indigna dos homens livres. Até a Idade Moderna o pintor, geralmente, recebia sua formação nas oficinas. Esta formação começava desde muito cedo entre 7 e 12 anos, a maior parte dos pintores eram filhos de artesãos e donos de oficinas², portanto uma origem não nobre (PIFANO, 2013). O mesmo processo de aprendizagem se dava em Portugal. A organização das Academias de pintura inicia-se na Itália do século XVI e ao longo do século XVII estará presente em grande parte da Europa. Entretanto, em Portugal, este tipo

¹ Universidade Federal de Juiz de Fora. Bacharel em Educação Artística. Mestranda do Programa de Pós Graduação em Artes Cultura e Linguagens da UFJF, bolsista FAPEMIG. juliadmoller@gmail.com

² Ao longo da história há muitos relatos de pintores que obtiveram grande prestígio e reconhecimento no tempo em que viveram. Entretanto, este não se configura no real cenário dos pintores.

de organização só será fundado no século XVIII.

Por volta do século XIII, muito antes do surgimento das Academias de Pintura, ocorreu um crescimento na necessidade da presença de artistas nas cortes, e, com isso, houve uma elevação status destes, suas atividades foram consideradas virtuosas e nobres.

A experiência dos pintores de corte, recebendo pagamento fixo, presentes como roupas, e não raro, títulos como o caso do pintor régio Etienne d'Auxerre, camareiro de Filipe o Belo ou do pintor Simoni Martini, cavaleiro de Roberto de Anjou, certamente repercutiu na cidade. Os privilégios obtidos pelo pintor de corte denunciavam publicamente o reconhecimento de seu ofício como um “ofício da virtude”, logo, retirando-o da condição de mero artesão. Ora, somente o trabalho nobre era fruto da virtude. (PIFANO, 2013: 140)

Victor Serrão (1983) defende que, diferente do que aconteceu na Itália humanista, os pintores ibéricos reivindicavam o status da pintura como atividade liberal, não por um idealismo intelectual, mas sim para que não fossem cobrados tributos às obras de pintura. Para o pesquisador os argumentos usados pelos artistas tinham como fonte a tratadística italiana que acentuavam “[...] o uso da Pintura por príncipes e aristocratas e, em consequência, repudiam o seu uso por ‘artesãos manuais’ [...]” (SERRÃO, 1983: 229). A reivindicação da liberalidade da pintura tomou força na Península Ibérica entre as últimas décadas do século XVI e as primeiras décadas do século XVII.

O ofício do pintor em Portugal era dividido em três categorias, pintor de douramento e de estofado, pintor de têmpera e fresco e pintor de óleo³. O pintor de douramento produziam a pintura de caixas e retábulos, também o estofamento e encarnação de peças de escultura, o pintor de têmpera executava a pintura de grotesco a fresco em pano ou tábua, mas por vezes realizava figuras, de acordo com o Regimento dos Ofícios Mecânicos da Cidade de Lisboa de 1572 e os pintores à óleo dedicavam-se a pintar imagens, a figura humana (PIFANO, 2013).

Segundo Lysie Reis, o pintor que desejasse se habilitar em alguma modalidade de pintura deveria levar no dia do exame um suporte que recebesse técnica escolhida, e assim pintasse o tema eleito pelo examinador, “[...] o anteparo podia ser qualquer um que aceitasse a técnica, mas o tema, não, deveria ser ‘figura ou lavor romano ou grotesco’”

³ Sobre a liberalidade da pintura em Portugal e o Regimento dos Ofícios, ver PIFANO (2013), SERRÃO (1983) e REIS (2005).

(REIS, 2005: 245). Poderiam habilitar-se em pintura a óleo, têmpera, afresco, ou douramento. Havia algumas vantagens em passar pelo exame e receber habilitação da atividade, entre elas o artífice poderia exercer livremente seu ofício, receber um valor um pouco maior que o não examinado e, “principalmente, ascender à categoria de mestre e ter sua própria oficina o que, além de ser mais rendoso, dava-lhe o direito de concorrer aos cargos na ‘Casa dos Vinte e Quatro’” (REIS, 2005: 246).

Apenas a modalidade de pintura a óleo recebia a isenção dos encargos. De acordo com Pifano (2013) o reconhecimento da modalidade a óleo representou um passo significativo para o status da pintura portuguesa. A pesquisadora atenta para o fato de que esse reconhecimento se deu pela técnica a qual o pintor se habilitara e não pela obra acabada. Reforçando a concepção vinda das corporações de ofício em que os agrupamentos se davam pela afinidade técnica “ignorando o dado abstrato da arte da pintura” (PIFANO, 2013: 146). É provável que, devido à exigência da reprodução da figura humana aos pintores de óleo, teriam estes, obtido o reconhecimento liberal. O domínio do desenho exigido dos pintores das modalidades óleo e têmpera poderiam ser os mesmo, entretanto, havia a possibilidade do pintor de têmpera reproduzir em seu teste de habilitação um grotesco e não uma figura. Com isso Pifano afirma que, o que confere ao pintor de óleo este status não é necessariamente seu domínio do desenho da figura humana “mas a importância do tema que parece distinguir e hierarquizar as duas modalidades, concorre para tal o fato do pintor de têmpera poder em seu exame realizar figura ou grotesco” (PIFANO, 2013: 147). Havendo, assim, uma hierarquia entre os modos da pintura, devido ao fato de que era exigida do pintor na modalidade a óleo, exclusivamente, a pintura da figura humana. Entretanto, dessa divisão hierárquica da pintura em função da técnica empregada revela uma falta de entendimento intelectual sobre o ofício, conferindo à modalidade e não a técnica o status de liberalidade.

O desenho da figura humana, na sua forma clássica, era na tradição teórica italiana a máxima expressão do talento do artista, o que se opõe ao critério de estabelecimento da superioridade da modalidade óleo sobre a têmpera baseado na hierarquia dos motivos como previsto no regimento dos ofícios mecânicos. Portanto, o aparente reconhecimento oficial da nobreza da pintura pela Câmara Municipal de Lisboa ao emancipar somente os pintores de óleo sugere não se originar do entendimento da estrutura intelectual da arte da pintura. (PIFANO, 2013: 147)

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016*

A partir destes pontos é possível questionar o porquê dessa divisão entre os três modos de pintura, o que motivou essa reivindicação entre os artistas ibéricos no sentido de elevar o status social da pintura com a finalidade de se isentarem dos encargos dos ofícios mecânicos. Em 1560, Filipe II estabelece a sede da Corte em Madrid e três anos depois começa a construção do monastério de *El Escorial*⁴. De acordo com Brown (2011) estas manobras acabam por criar um terreno fértil para a pintura na Espanha. As necessidades da Corte e a construção do monastério produziram um ambiente que atraiu muitos pintores estrangeiros, tanto quanto a promoção dos pintores locais. Entre o quadro de artistas contratados para a construção do *Escorial*, encontram-se Ticiano e Federico Zuccaro. Para Brown, a influência estrangeira na Espanha do século XVI e XVII mudou de forma significativa a produção artística, o pesquisador cita como exemplo um relato de Palomino.

Tais circunstâncias históricas são evidentes, porém suas consequências artísticas não apresentam uma clareza tão patente, como testemunha o fato de quase toda a história da Idade do Ouro da pintura, na Espanha, confinar-se ao estudo dos artistas espanhóis. O pintor Antônio Palomino, do fim do século XVII, não cometeu semelhante erro. [...] Para Palomino, testemunha ocular da época, era óbvio que nem esses nem outros artistas estrangeiros, patrocinados para dar aulas, podiam ser excluídos da história da pintura de seu país. (BROWN, 2011: 9)

O intercâmbio entre os pintores espanhóis e estrangeiros não conferiu certamente mudanças apenas na atividade prática da pintura, mas também no campo do conhecimento teórico. É possível que as reivindicações à liberalidade da pintura tenham vindo deste intercâmbio artístico. Os pintores Ibéricos, tendo obtido conhecimento da posição social dos artistas na Itália e da isenção que recebiam dos encargos de ofício, teriam assim, iniciado um sentimento de reivindicações⁵?

É possível que os reflexos da experiência espanhola tenham chegado a Portugal, fazendo mover entre os pintores o desejo de se isentarem dos encargos dos ofícios. É fato que, essa divisão hierárquica dentro da pintura causou de certa forma alguma uma indagação entre os pintores. Um exemplo é o pleito o pintor Miguel da Fonseca ao

⁴ Sobre o estabelecimento da Corte em Madri ver: BROWN (2011), CANAVAGGIO (2005).

⁵ Vale lembrar que, de acordo com Serrão (1983), a reivindicação dos pintores ibéricos se difere daquela feita pelos florentinos.

Tribunal da Relação do Porto de 1622. Fonseca havia sido excluído da lista dos pintores da cidade isentos dos encargos da Procissão de Corpus Christi pela Câmara Municipal do Porto, pois professava a pintura de *imaginária de óleo* (PIFANO, 2013). Em seu argumento Fonseca afirmou “ser pintor de óleo, têmpera, dourado e estofado, pois costume naquela cidade a prática de varias modalidades” (PIFANO, 2013: 147). De acordo com Vitor Serrão (1983) alguns dos argumentos presentes na defesa de Fonseca são retirados do tratado *Arte da Pintura, Symmetria, e Perspectiva* (1615), escrito por Filipe Nunes. Serrão (1983) afirma que os argumentos de Nunes teriam servido de estímulo para as reivindicações dos pintores da cidade do Porto.

Filipe Nunes toma parecer, dentro do espírito reivindicativo de 1612, servindo assim de estímulo para as movimentações sucedâneas dos pintores de óleo (a do Porto) e lançando nova argumentação que, no restrito quadro de difusão cultural do seu tempo, não podia deixar de ser muitíssimo válida. (SERRÃO, 1983: 233-234)

Filipe Nunes, autor de *Arte da Pintura, Symmetria, e Perspectiva* (1615); nasceu em Villa Real, provavelmente entre os anos de 1570-1575⁶. Em 1591 ingressa na ordem dos dominicanos em Lisboa, mudando seu nome para Frei Filipe das Chagas. Durante sua vida eclesiástica passa pelos mosteiros de São Domingos de Coimbra (1598 – 1599) e São Gonçalo de Amarante (1599 – 1618)⁷. Nunes publica como clérigo outros livros, no entanto todos os outros títulos tratam de assuntos espirituais, como sermões, e são todos assinados como Filipe das Chagas⁸.

O tratado de Nunes apresenta seções que podem ser agrupadas em: Elogio da pintura, conceito de pintura e modos de pintura – que é ligado ao fazer – como mistura de pigmentos e preparação da tela. O dominicano inicia o tratado com um prólogo e uma seção intitulada *Louvores da Pintura*, onde dedicou uma defesa a dignidade da pintura e a função da imagem cristã. As seções seguem com, *Princípios da Perspectiva, Arte da*

⁶ Ver: MORAIS, Renata N. G. Reflexões sobre a construção perspéctiva no tratado *Arte da Pintura, perspectiva e simetria* de Filipe Nunes. In.: MELLO, Magno Moraes (org.). *Formas, imagens, sons: o universo cultural da obra de arte*. 1 ed. Belo Horizonte: Clio Editorial, 2014. V1.

⁷ Sobre a biografia eclesiástica de Filipe Nunes, ver: GOMES, Paulo Jorge Pedrosa Santos. *Filipe Nunes, Arte Poética [1615]: Um Tratado maneirista de métrica*. Estudo introdutório, estabelecimento do texto e notas. Dissertação (Mestrado em Letras. Coimbra: FLUC, 1996.

⁸ Para saber mais sobre os demais títulos atribuídos a Filipe Nunes ver: VENTURA, Leontina. Estudo Introdutório. In: NUNES, Philippe. *Arte da Pintura e Symmetria, e Perspectiva*. Porto: Paisagem, 1982. p.15.

Pintura, Symmetria e por último os modos que são divididos em pintura a óleo, tempera, a fresco e iluminação.

É na seção intitulada *Arte da Pintura* que Nunes descreve o conceito de pintura. Nesta seção é possível observar claramente que o dominicano defende a pintura como desenho. Ele descreve que “*Pintura, como diz Plinio, he huã representação da forma de algũa cousa, lançadas certas linhas, & traças.*”(NUNES, 1982: 89), sendo a pintura, linhas e traços, o autor acaba por definir a pintura como desenho.

Na mesma seção é exposto que a pintura pode se dividir em três partes, se for tratada pelo *modo* de colorir, – “*Esta se tratarmos do modo de colorir, & tratar as cores, tem três partes*” (NUNES, 1982: 89) – seriam a pintura a óleo, têmpera e pergaminho (ou iluminura). Nota-se que o dominicano afirma a divisão da pintura pelo modo de colorir, entretanto não faz distinção entre os mesmos, pois, seguindo no texto ele afirma que o lineamento serve a todos os modos, pois guardam o mesmo desenho.

“Mas se tratarmos, quanto aos liniamêtos & traças, he hũa só cousa, porque [...] em todos estes modos se guarda o mesmo dibuxo, só varião no modo de colorir, porque nem todas as cores sevem bem a todos, nem o modo com que se acentão é comum a todos [...]” (NUNES, 1982: 89)

Em outros trechos é possível confirmar tal importância do desenho para o autor. É principalmente da figura humana como a “expressão máxima”, o tema mais importante. Primeiro observa-se que, em *Prólogo aos Pintores*, Nunes dedica seu tratado aos aprendizes – “*Quando aprendi estes principios, & pratica da Pintura, não foy minha tenção [...] ensinar a os Sabios, & peritos na Arte, mas sò a os que a aprendem, & a os curiosos dela.*” (NUNES, 1982: 69). Apesar de ser um tratado para os que estão se iniciando, o dominicano ressalta que há duas seções que podem servir aos Mestres, a perspectiva e a *symmetria*, que faltam nos *lineamentos*. Ou seja, que falta a aplicação da perspectiva e da *symmetria* – que é a métrica do corpo humano – no desenho dos mestres. Ressaltando ainda que mesmo aqueles que sabem muito bem colorir podem não saber de onde provêm as imperfeições das figuras, que provavelmente advém da falta da habilidade do desenho.

Pera os Mestres podem servir os principios da Perspectiva, por serem tão importantes para o bom uso dela, & juntamente a Symmetria de que ha tanta

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016*

falta nos liniamentos, que ainda Pintores que sabem muyto bem colorir, os não sabem, dôde vem aver tantas imperfeições nas figuras. (NUNES, 1982: 69)

E por fim, retornando a seção *Arte da Pintura*, Nunes conclui que, “*e porque dissemos, que a pintura constava de certas linhas, & traças, será bẽ dizer do liniamento de hum corpo humano, para se verificar a definição*” (NUNES, 1989: 90). A fim de comprovar sua definição de pintura como desenho, Nunes dedicou uma seção inteiramente a *symmetria* dos corpos humanos. A seção sobre *Symmetria* é a seguinte a *Arte da Pintura*. Nunes define *symmetria* como proporção conveniente (decorosa), que há nas partes e membros humanos (NUNES, 1989: 91).

Ainda não são claros os motivos pelos quais apenas um modo de pintura – a modalidade a óleo – teria sido exigido à representação da figura humana. Se haveria alguma outra justificativa que desse a especialidade à óleo tal hierarquia dentro do território português. Ainda é necessário entender muitos pontos a respeito do estatuto social da pintura em Portugal do século XVI e XVII. É ainda pouco mensurável o alcance e circulação dos tratados portugueses, como o de Filippe Nunes.

No entanto, é possível concluir que no tratado de Filippe Nunes, o desenho, e principalmente a figura humana é mais importante que a cor. O dominicano enfatizara que, mesmo um mestre, deveria se ater ao estudo da *symmetria*, pois esta falta nas pinturas. Tanto a *symmetria* quanto a perspectiva se constituem como partes mais “matemáticas” da arte da pintura e, portanto, ligadas as artes liberais. A importância do tema da figura humana é, provavelmente, como afirma Pifano (2013), o motivo pelo qual os pintores a óleo são isentos dos encargos de ofício em Portugal. Uma vez que, para se habilitarem nessa modalidade era exigida a pintura de uma figura, o que não acontecia com os pintores de douramento, e os pintores de têmpera que poderiam pintar um grotesco.

Referências bibliográficas:

BROWN, Jonathan. *Pintura Espanhola 1500-1700*. Trad. Luiz Antônio Araújo. São Paulo: Cosac & Naify. 2011.

CANAVAGGIO, Jean. O despertar para o mundo 1547-1569. In.: *Cervantes*. São Paulo: Editora 34. 2005.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
 ISSN: 2317-0468
 17 a 21 de outubro de 2016

NUNES, Philippe. *Arte da pintura e symmetria, e perspectiva*. Porto: Paisagem, 1982. (Ed. Fac-simile de 1615, com estudo introdutório de Leontina Ventura).

PIFANO, Raquel Q. Desenho e Composição em Filipe Nunes: subsídios para se definir artista colonial. In: *XXX Colóquio do Comitê Brasileiro de História da Arte*, 2011, Rio de Janeiro. Anais do XXX Colóquio do Comitê Brasileiro de História da Arte. Rio de Janeiro: CBHA, 2010. v. 01. p.p. 641-646.

PIFANO, R. Quinet. O ofício da pintura em Portugal e o projeto da Academia de Pintura. In.: *Saeculum* (UFPB) , v. 28:p. 137-154, 2013.

PORTÚS, Javier. Los orígenes: 1600-1724. In.: *El concepto de pintura española. história de un problema*. Madrid: Editora Verbum, 2011. p.p. 17-86

REIS, Lysie. Os “homens rudes e muito honrados dos mestres”. In.: Revista da Faculdade de Letras, *Ciência e Técnicas do Patrimônio*. I Série, vol. IV. Porto: Universidade do Porto, 2005. P.p. 235-259. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id04id110id2119&sum=sim>>. Acesso em 4 de outubro de 2016.

SERRÃO, Vitor. A defesa da pintura como arte liberal e nobre. In.: *O Maneirismo e o estatuto social dos pintores portugueses*. Lisboa: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1983. P.p. 229-238

**Nossa Senhora do Perpétuo Socorro – imagens de Antônio Nardi em uma igreja
do Rio de Janeiro**

Dirceu Ferreira Barbuto ¹

Resumo:

O pintor e ilustrador italiano Antônio Maria Nardi (1897-1973), chega ao Brasil em 1949 e aqui permanece durante quinze anos realizando trabalhos artísticos em templos católicos. Foi na igreja de N. S. do Perpétuo Socorro do Grajaú (RJ), que ele deixou a sua maior obra, onde deu maior expansão à sua arte pictorial. As pinturas sacras ali presentes foram executadas em uma linguagem pictórica onde se mesclam elementos neoclássicos e modernistas numa área total de 600 metros quadrados. No presente artigo, abordaremos alguns aspectos da pintura mural de Nardi, notadamente as 08 imagens que narram a origem histórica da milagrosa imagem de N. S. do Perpétuo Socorro, padroeira da Matriz do Grajaú (RJ). O nosso objetivo é apresentar e contextualizá-las, contribuindo para a História do Muralismo Sacro no Brasil.

Palavras-chave: arte sacra; pintura mural; devoção; modernismo; história cultural

Résumé:

Le peintre et illustrateur italien Antonio Maria Nardi (1897-1973), est arrivé au Brésil en 1949 et reste ici pendant quinze ans font œuvre dans les églises catholiques. Il était dans l'église de S. N. du Perpétuel Secours Grajaú (RJ), il a quitté son travail le plus grand, ce qui a donné une nouvelle expansion à son art pictural. Les présentes peintures sacrées y ont été exécutées dans un langage pictural où ils se mélangent des éléments néoclassiques et modernistes dans une superficie totale de 600 mètres carrés. Dans cet article, nous discutons de certains aspects de la peinture murale de Nardi, notamment les 08 images qui racontent l'origine historique de l'image miraculeuse de N. S. du Perpétuel Secours, Patronne de Grajaú Matrix (RJ). Notre objectif est de présenter et de contextualiser leur contribution à l'histoire du Saint-muralisme au Brésil.

Mots-clés: art sacré; murale; dévotion ; modernisme; histoire culturelle

¹ Bacharel em Direito (Instituto “Vianna Júnior”), Bacharel e Licenciado em História (UFJF), Especialização em História Econômica (UFJF). E-mail de contato: dirceubarbuto@bol.com.br

Introdução

A devoção² a Nossa Senhora do Perpétuo Socorro está vinculada ao Ícone³ milagroso que traz a representação de Maria na Paixão. O quadro de autoria desconhecida é uma pintura em têmpera⁴ sobre uma placa de madeira de lei, datado entre os séculos XII ou XIII, com 54 centímetros de altura por 41,5 de largura e com fundo folheado a ouro. Ao longo da história recebeu três títulos principais: Virgem da Paixão, Virgem de São Mateus e Nossa Senhora do Perpétuo Socorro. Pintado no estilo bizantino da Igreja Oriental, nele se enlaçam a arte e a piedade, a elegância e a simplicidade.⁵

Descrevendo o quadro, tela ou Ícone que dá origem à devoção, percebemos quatro figuras sacras: A Virgem Mãe de Deus, o Menino Jesus e os arcanjos São Miguel e São Gabriel. A aparição dos arcanjos com uma lança e a cruz mostram ao Menino Jesus os instrumentos de sua Paixão. Assustado corre aos braços da Mãe. Em função do movimento brusco desamarra a sandália. A Virgem o acolhe com ternura e lhe transmite segurança. O olhar da Virgem não se dirige ao Menino, mas a nós. Porém, sua mão direita nos aponta o Menino Jesus, o Perpétuo Socorro. As mãos do Menino estão nas mãos da Virgem. Gesto de confiança do Filho que se apóia na Mãe. Na riqueza de seus símbolos, o quadro é uma bela produção da arte bizantina (MAGALHÃES, 1962: 9-11).

O referido Ícone é venerado hoje na igreja do Santíssimo Redentor e Santo Afonso, dos Missionários Redentoristas, em Roma. No entanto, poucos, talvez

² Crença e confiança em uma figura ligada à história da Igreja Católica (bíblia e tradição). Seja à Santíssima Trindade, à Virgem (mãe de Deus), santos, anjos, etc.

³ Ícone é o nome dado a uma pintura que, não sendo apenas um quadro ou uma obra de arte, é carregada de significados sagrados e leva seu observador à oração.

⁴ A têmpera é um modo de preparação de tinta, feita de um modo em que se misturam os pigmentos com uma goma orgânica (normalmente a gema do ovo). Seu resultado consiste em um efeito brilhante e luminoso. A têmpera foi largamente utilizada desde a Antiguidade, sendo conhecida dos egípcios e fazendo parte de todas as fontes clássicas da história da pintura..

⁵ Nossa Senhora do Perpétuo Socorro. Disponível em: <http://www.a12.com/redentoristas/institucional/detalhes/nossa-senhora-do-perpetuo> Consultado em: 20/08/2016.

conheçam a prodigiosa história que este quadro de pequenas dimensões passou: roubado por um mercador do seu primeiro santuário na pequena ilha de Creta na Grécia, onde era venerado com grande devoção pelo povo cretense, pouco faltou para que na travessia para a Itália se perdesse nos abismos do mar. Em seguida, a cobiça e a dureza de consciência fecharam-no num segredo criminoso em um recinto vedado. Voltou a ser venerado, mas pelo povo de um outro país. E, só por milagre, escapou à destruição pelo fogo durante uma revolução. Foi perdido e ficou esquecido por longas décadas, até que teve seu culto público restabelecido (MAGALHÃES, 1962: 34).

Na igreja de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro do Grajaú (RJ), Brasil, o pintor Antônio Nardi baseia-se na tradição oral e na história escrita dos fatos acima descritos e em sua arte, representa a origem histórica do milagroso quadro de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro por meio de oito imagens de grandes dimensões, pintura a óleo s/alvenaria, situadas nas paredes da nave central da igreja.

O historiador Roger Chartier salienta a importância de se perceber que

as representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. (CHARTIER, 2002: 17)

Nas representações de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, estão presentes elementos da sociedade europeia do século XV ao XIX. Questões das relações Estado e Religião, Arte Sacra e Profana. A abordagem culturalista proposta por Chartier entende a cultura como sendo socialmente construída através da escolha de determinados símbolos e representações para explicar a visão de mundo, os valores, a realidade de um determinado povo situado no espaço e tempo. Tendo em vista esta definição, percebemos que a História Cultural permite a utilização de imagens como fontes históricas.

Abordaremos no presente artigo, alguns aspectos da pintura mural de Antônio Nardi, notadamente as oito imagens que retratam a origem histórica da milagrosa imagem de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro. Nosso objetivo é apresentar e

contextualizá-las, contribuindo para a História do Muralismo Sacro no Brasil. Questões que abordaremos nos parágrafos seguintes.

A pintura mural se diferencia das outras formas de arte pictórica por estar estreitamente associada à arquitetura. Nessa temática, o emprego da cor e do desenho e o tratamento temático podem alterar de forma substancial a percepção das proporções espaciais em construção. O desenvolvimento da História da Arte Mural no Brasil e sua aplicação na esfera sacra está ligada a uma série de fatores relacionados com a imigração de artistas estrangeiros e a formação de artistas brasileiros em países com um consolidado histórico nas artes plásticas.⁶

Dentre os artistas imigrantes que aqui chegaram em fins do século XIX para o XX, destaca-se a trajetória do pintor italiano Antônio Nardi. Muralista com traços neoclássicos e com a adoção das formas geométricas essenciais do modernismo brasileiro, seus desenhos valorizam volumes e destacam o colorido. Durante os quinze anos de permanência no Brasil, realizou centenas de obras-primas de toda espécie em templos católicos.

Sobre o artista

Antônio Maria Nardi nasceu em (Ostellato, Itália) em 15 de maio de 1897 e faleceu em (Bolonha, Itália) em 23 de maio de 1973. Filho de Andrea Pio Filho, empresário, e Zaira Brunori.⁷ Foi pintor e ilustrador. Frequentou a Academia de Belas Artes de Bolonha em 1911 e diplomou-se em 1916. Entre o período de 1916-1919 é convocado para lutar na 1ª Guerra Mundial. Além da pintura, ilustra livros e revistas para crianças. Recebe os prêmios da Sociedade Francesco Francia em 1917, o Prêmio Curlandese em 1928 e o 5º prêmio Cremona em 1940. Em 1924/25 dedica-se mais

⁶ Sobre o assunto destacamos o texto de FILHO, Ilton José de Cerqueira. *Interconexão entre pintura, vida e religião: a obra mural sacra moderna de Emeric Marcier*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, 2012. Disponível em: <http://www.ufjf.br/ppghistoria/files/2012/04/Ilton-Jos%C3%A9-de-Cerqueira-Filho.pdf>. Consultado em: 07/04/2015.

⁷ Dicionário Biográfico. Disponível em: [http://www.treccani.it/enciclopedia/antonio-maria-nardi_\(Dizionario-Biografico\)/](http://www.treccani.it/enciclopedia/antonio-maria-nardi_(Dizionario-Biografico)/). Consultado em: 11/08/2016.

intensamente à pintura trabalhando com temas sacros. Começa a interessar-se pela pintura mural e particularmente pelo afresco, o qual começa a estudar entre 1930 e 1931.⁸

Muda-se para o Brasil em 1949 após uma importante exposição de suas obras no Ministério da Educação e Cultura do Rio de Janeiro. Acompanhado de sua família, fixa-se em Niterói (RJ).⁹ Participou do I Salão de Belas Artes, Rio de Janeiro (1949) e do Salão Paulista de Belas Artes, São Paulo, conquistando o Prêmio Lino Morgati (1949), pequena medalha de prata (1951) e pequena medalha de ouro (1952).¹⁰

Dedica-se inicialmente, à pintura de cavalete, do tipo sacro e profano, para passar rapidamente às obras de grande empenho em numerosas igrejas com pinturas murais, retábulos, quadros e vitrais: quinze igrejas no Rio de Janeiro e outras em Niterói (RJ), Nova Friburgo (RJ), Cantagalo (RJ), Brasília (DF), Pirajuí (SP), Serra Negra (SP), Porto Ferreira (SP), Belo Horizonte (MG), Eugénópolis (MG), Porto Alegre (RS).¹¹

Após 15 anos de intensa atividade artística no âmbito religioso no Brasil, é condecorado pelo Papa Paulo VI com o título e medalha de Cavaleiro Comendador da Ordem de São Silvestro Papa, a mais alta condecoração do Vaticano no campo das Artes.¹²

Retorna à Itália em 1965 onde é eleito membro da Academia Clementina de Bolonha e além de realizar vitrais, dedica-se principalmente à pintura de naturezas-mortas e paisagens.¹³

⁸ Biografia. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa22439/antonio-maria-nardi>. Consultado em: 05/04/2015.

⁹ Dicionário Biográfico. Disponível em: [http://www.treccani.it/enciclopedia/antonio-maria-nardi_\(Dizionario-Biografico\)/](http://www.treccani.it/enciclopedia/antonio-maria-nardi_(Dizionario-Biografico)/). Consultado em: 11/08/2016.

¹⁰ CAVALCANTI, Carlos; AYALA, Waldir. *Dicionário Brasileiro de artistas plásticos*. Brasília: MEC/INL., 1973-1980. vol. 3 p. 234

¹¹ Biografia. Disponível em: <http://www.antoniomarianardi.it/cronologia.htm>. Consultado em: 05/04/2015.

¹² Idem

¹³ Idem

Na Matriz do Grajaú (RJ)

Antônio Nardi realiza na Matriz do Grajaú (RJ), entre os anos de 1951-58, uma série de trabalhos artísticos numa área total de 600 metros quadrados. Entre pinturas murais e a decoração total da igreja, destacamos 08 telas que narram a origem histórica do milagroso quadro de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, quadro de Nossa Senhora, 14 estações da Via Crucis (concluída em 1958), tela Batismo de Jesus, desenhos dos altares, sacrário, moldura de prata de Nossa Senhora, capitéis de coluna, lustres de bronze, cerâmicas de iluminação.¹⁴

O padre Alberto Teixeira Ferro, então pároco da igreja do Grajaú (RJ), nos conta como conheceu o artista:

Um belo dia apresentou-se na sacristia da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro do Grajaú um senhor simpático, aparentando uns 50 a 60 anos de idade, trazendo uma carta do cardeal D. Jaime de Barros Câmara, que me dizia ter encontrado o pintor capaz de pintar a minha igreja, conforme meu desejo. Feito os planos e acertados os primeiros passos, o professor Antônio Maria Nardi começou a decorar e a pintar a igreja a 19 de março de 1951. E aqui nos deixou esta maravilha: desenhos de um verdadeiro mestre. (...) Durante oito anos aqui permaneceu. Fomos muito amigos. Descobri nele qualidades extraordinárias de homem simples, honesto, sem pretensões e de fé viva.¹⁵

Ele ainda acrescenta:

(...) Seus desenhos são fortes e característicos, o colorido vivo é excepcional. Foi excepcional pintor figurinista, soube como poucos apresentar figuras vestidas com jogos de luz. Vale a pena visitar este monumento artístico que nos deixou o Professor Nardi. Enfim, este é um monumento artístico que podemos considerar como um verdadeiro patrimônio da nossa cidade.¹⁶

¹⁴ Cronologia da arte sacra. Disponível em: <http://www.antoniomarianardi.it/cronologia.htm>. Consultado em: 05/04/2015.

¹⁵ *O Globo*, 05 de agosto de 1973. Disponível em: <http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=197019730805>. Consultado em: 19/09/2016.

¹⁶ Idem

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

Interessante perceber que o artista Antônio Nardi já chegou na Matriz do Grajaú (RJ) com uma carta de recomendação do cardeal D. Jaime de Barros Câmara. Isto demonstra o *capital social* descrito pelo sociólogo Pierre Bourdieu¹⁷, que compreende as relações sociais que podem ser convertidas em recursos de dominação. Refere-se a um *capital simbólico*, ou seja, o que chamamos de prestígio ou honra e que permite identificar os agentes no espaço social. É o *capital simbólico* que deu mobilidade ao artista italiano. O padre Alberto Teixeira Ferro ressalta que durante o período que Nardi esteve no Rio de Janeiro, ele “fez boas amizades nos meios artísticos da nossa cidade e nela deixou traços vivos de sua alma de artista.”¹⁸

A origem histórica da milagrosa imagem de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro no olhar do artista Antônio Nardi

Em contato¹⁹ com a especialista em restauro arquitetônico Liliana Medina da Silva, que em 2013 trabalhou com a restauração da obra *Dipinti Murali Madonna, Gesù e Santi* (1957), de autoria do referido artista realizada na capela do Seminário de Eugenópolis (MG), nos fez algumas observações do trabalho de Nardi na Igreja Matriz do Grajaú (RJ). Segundo a restauradora:

Nardi em sua característica peculiar aos traços modernistas na construção das oito imagens presentes na Igreja do Grajaú, apresenta um aspecto de profundidade apesar do seu lado acadêmico bem preciso nas formas naturais. (...) O artista destaca a adoção do modernismo por meio das formas geométricas retangulares nos tecidos dos personagens e triangulares nas áreas de natureza viva, rostos e vegetais. Sua sutileza em apresentar esses aspectos tão distantes misturados nas duas técnicas de pintura evidenciadas

¹⁷ Sobre este assunto ver: BOURDIEU, Pierre. O Mercado de Bens Simbólicos. In: BOURDIEU, Pierre. *A Economia das Trocas Simbólicas*. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

¹⁸ *O Globo*, 05 de agosto de 1973. Disponível em: <http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=197019730805>. Consultado em: 19/09/2016.

¹⁹ Entrevista realizada na cidade de Itaperuna (RJ), em 01/10/2016. Vale ressaltar que a entrevista observou as recomendações dos estudos feitos por pesquisadores em História Oral. Ver: AMADO, J. & FERREIRA, M. M. (orgs.). *Usos & Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

nestes painéis de pintura a “secco”²⁰ na Igreja do Grajaú, mostra com muita abrangência sua delicadeza nas pinceladas naturalistas com as arestas do modernismo em forma redimensionada atribuída pelo efeito cubista. (...) Registro do artista marcado por cores vibrantes, destacando-se o vermelho, o verde, o azul ultramarino e variantes, castor, marrom, branco, preto e o ocre.

Embaixo das oito imagens estão números e frases que indicam o desenrolar da prodigiosa história da imagem de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, desde que saiu das sombras de sua origem, até chegar ao apogeu da sua glória. Baseado na tradição oral e na história escrita, o artista representa os fatos de uma forma direta e de fácil compreensão. Percebemos que nas imagens de número 6 e 8, Nardi utilizou-se de uma visão subjetiva para talvez, facilitar a leitura das mesmas por parte dos contempladores e fiéis. Tratamos por “visão subjetiva do autor” a menção do agostiniano Orsetti que já era falecido e surge no episódio representado por Nardi e a entrega do quadro feita por Pio IX aos missionários redentoristas, questões explicadas em outro momento do texto.

Na parede esquerda da nave central da referida igreja estão quatro imagens [Imagem 01]. São elas:

1- O mercador foge de Creta com o quadro de N. S. do Perpétuo Socorro

Em fins do século XV, certo mercador cretense, cujo nome desconhecemos, roubou de uma igreja, um quadro da Virgem que fazia muitos prodígios. Ele a trouxe às ocultas para o seu navio ancorado no porto e escondeu-o no porão, entre as diversas mercadorias de seu negócio e embarcou para o Ocidente²¹ (MAGALHÃES, 1962: 13).

²⁰ Esta é uma técnica muralista tracional bastante duradoura, de beleza comparável a do afresco. Esta técnica tende a ser solúvel em água, o que a torna, portanto, mais apropriada para interiores. Ver: MOTTA JÚNIOR, Edson. *Manual de pintura mural*. 1. ed. Rio de Janeiro: Fundação Rio, 1981.

²¹ Existe um documento em latim, escrito em pergaminho, armado sobre uma tabuleta e que estava dependurado na Igreja de São Mateus em Roma, perto do quadro milagroso. Nele conta-se que o comerciante levou o quadro de Nossa Senhora para a Itália. Entre os manuscritos da Biblioteca do Vaticano encontram-se três cópias do século XVII, as quais, no essencial, concordam entre si. Ver: SCHNEIDER, Antonio. *Nossa Senhora do Perpétuo Socorro*. Aparecida, SP: Editora Santuário, 1991. p. 35

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.

“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”, Juiz de Fora, 2017, 1554p.

ISSN: 2317-0468

17 a 21 de outubro de 2016

Na imagem 1 vemos uma representação do cais de um porto. Ela apresenta uma dramaticidade produzida pelas sombras dos barcos e pelo semblante desconfiado e assustado do mercador que está em posse do quadro roubado.

2- A Tempestade – Votos e Promessas

Durante a viagem para Roma, desencadeou-se uma tempestade. Mas, graças a Deus e à Virgem, o navio conseguiu chegar ao porto desejado. A Virgem operou mais um milagre salvando a vida de toda a tripulação, incluindo a do mercador (MAGALHÃES, 1962: 16).

Na imagem 2 vemos pessoas aflitas, ajoelhadas em oração e preces em um barco em tempestade. O quadro milagroso está à vista de todos que recorrem à proteção da Virgem. Votos e promessas são feitos por todos da tripulação.

3- O mercador morre sem cumprir a promessa

Passou um ano e o mercador chegou a Roma com o quadro. Mas ele adoeceu gravemente e procurou acolhida na casa de um amigo romano que era comerciante. Na hora da sua morte, confessou-lhe o crime cometido e pediu-lhe que colocasse o quadro em alguma igreja para que assim pudesse ser de novo publicamente venerado (MAGALHÃES, 1962: 18).

Na imagem 3 aparece o mercador em um quarto da casa do seu amigo comerciante, cercado de pessoas em seu leito de morte. O mercador está virado na direção do quadro milagroso, arrependido do crime que cometeu.

4- N. S. aparece e exige o cumprimento da promessa

Anos mais tarde, uma criança de seis anos da família do comerciante que ficou com o quadro, teve uma visão de Nossa Senhora na qual a Virgem insiste na restituição da imagem, revelando, ao mesmo tempo, a invocação sob a qual queria que a

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.

ISSN: 2317-0468

17 a 21 de outubro de 2016

venerassem num santuário público: Nossa Senhora do Perpétuo Socorro. Em outra visão indicou-lhe o santuário que Ela própria escolhera: a antiquíssima igreja de São Mateus, situada entre as basílicas de Santa Maria Maior e São João de Latrão (MAGALHÃES, 1962: 19).

Na imagem 4 vemos Nossa Senhora acompanhada da presença de dois anjos. Nossa Senhora aparece com um manto azul e conversa com a menina. O piso retangular denota as características dos traços cubistas do artista, destacando o volume e profundidade no espaço.

Já na parede direita estão as outras quatro imagens [Imagem 02]. São elas:

5- A procissão e os milagres

O quadro só foi entregue pela família do comerciante depois de muitas dúvidas e dificuldades, no dia 27 de março de 1499, na igreja de São Mateus. Desta maneira, esta antiga e milagrosa imagem de Maria recuperava, em Roma, com o seu novo título de Perpétuo Socorro, aquele culto público que havia perdido em Creta. Foi venerada nessa igreja durante 300 anos. Não se contavam os ex-votos que cobriam as paredes, nem as riquíssimas jóias e decorações que testemunhavam os milagres ali operados. Peregrinações numerosas, festas solenes, pregações pelos mais famosos oradores sacros, contribuía para tornar a igreja de São Mateus um dos mais venerados e visitados santuários de Roma (MAGALHÃES, 1962: 21-23).

Na imagem 5 vemos um ritual de uma procissão com várias freiras segurando velas acesas, coroinhas e o padre usando uma vestimenta em tom vermelho cercado por duas pessoas vestidas com túnicas de tom ocre e atrás deles, a multidão em oração e preces de agradecimento.

6- O agostiniano Orsetti entrega o quadro ao jovem Marchi

O ícone milagroso ainda passaria pela Revolução Francesa, com Napoleão Bonaparte invadindo Roma e destruindo igrejas, como aconteceu com a de São Mateus. Isto aconteceu em 1798.

Com a destruição da igreja de São Mateus, o ícone foi levado para a igreja de Santo Eusébio e mais tarde, em 1819, pelos agostinianos para a igreja de Santa Maria “in Postérula”, em Roma. Mas nessa igreja a devoção principal era Nossa Senhora das Graças e o ícone foi colocado em uma capela interna do convento, onde permaneceu quase desconhecido, a não ser para o Irmão Agostinho Orsetti, um dos jovens frades provenientes de São Mateus.

Os anos passavam e parecia que o quadro estava para cair no esquecimento. Um jovem coroinha chamado Michele Marchi frequentava a igreja de Santa Maria e tornou-se amigo do Irmão Agostinho que falava-lhe frequentemente da imagem de Nossa Senhora que estava na capela privada da Comunidade e várias vezes o levou para vê-la, repetindo com insistência que a imagem era da Virgem de São Mateus e que tinha operado muitos milagres em tempos remotos.

O Irmão Agostinho Orsetti morreu em 1853, com 86 anos, sem ter visto realizado o seu sonho de que a Virgem do Perpétuo Socorro fosse de novo exposta à veneração pública (MAGALHÃES, 1962: 26-27).

Na imagem 6 o artista retrata o Agostiniano Orsetti entregando o quadro milagroso ao jovem Marchi na capela interna do convento. Vemos o altar, o quadro de N.S. e duas janelas onde aparecem paisagens com formas geométricas triangulares. Nesta passagem percebemos uma visão subjetiva de Nardi. Como vimos, o Agostiniano Orsetti morre antes de ver o seu sonho realizado.

7- Padre Marchi Redentorista discute a volta e a posse do quadro

Em janeiro de 1855, os Missionários Redentoristas adquiriram “Villa Caserta” em Roma, fazendo dela a casa central de sua Congregação missionária, que já estava

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.

ISSN: 2317-0468

17 a 21 de outubro de 2016

implantada na Europa Ocidental e na América do Norte. Nesta mesma propriedade junto à via Merulana, estavam as ruínas da igreja e do convento de São Mateus. Sem perceber, eles tinham adquirido o terreno que, muitos anos antes, tinha sido escolhido pela Virgem para seu santuário entre Santa Maria Maior e São João de Latrão.

Começaram então a construção de uma igreja em honra do Santíssimo Redentor e dedicada a Santo Afonso Maria de Ligório, fundador da Congregação do Santíssimo Redentor. Em dezembro de 1855, um grupo de jovens começava seu noviciado na nova casa. Um deles era Michele Marchi.

Em fevereiro de 1863, os Missionários Redentoristas ficaram intrigados com os questionamentos de um pregador jesuíta, Padre Francesco Blosi, que em um sermão falou de um ícone de Maria que tinha estado na Igreja de São Mateus na via Merulana e era conhecido como a Virgem de São Mateus, ou mais corretamente a Virgem do Perpétuo Socorro.

Em outra ocasião, o cronista da Casa Santo Afonso, pesquisando autores que tratavam das antiguidades romanas, encontrou algumas notícias sobre a igreja de São Mateus. Entre outras, que naquela igreja havia uma imagem antiga da Mãe de Deus. Era muito venerada pelo povo, e tornara-se famosa pelos milagres que operou.

Nessa época, o padre redentorista Marchi, contou o que ouvira do Irmão Agostinho Orsetti. Testemunhou ainda que vira este quadro muitas vezes, e sabia muito bem onde ele estava (MAGALHÃES, 1962: 27-29).

Na imagem 7 vemos os missionários redentoristas sentados em bancos com seus hábitos pretos. O Superior Geral está com um papel na mão e o padre Marchi está contando o que sabe sobre o quadro milagroso e discute a sua volta. Ambos estão de pé. No chão o tapete vermelho contrasta com os hábitos pretos e as paredes de tom ocre.

8- Pio IX aos Redentoristas: “Fazei este quadro conhecido e amado”

O Superior Geral dos Missionários Redentoristas, Padre Nicolau Mauron, em dezembro de 1865, foi expor a sua pretensão ao Papa Pio IX. Fez-lhe o relato

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

circunstanciado da história do quadro bizantino e de todo o seguimento surpreendente de fatos que haviam levado à sua descoberta, e que pareciam designar os Padres Redentoristas da via Merulana como futuros possuidores da milagrosa imagem. O Papa sem hesitar, escreveu naquele mesmo instante, o documento que ordenava a transladação do quadro de Santa Maria “in Postérula” para a igreja de Santo Afonso. Diz a tradição oral que nesta ocasião o Papa Pio IX disse ao Superior Geral dos Missionários Redentoristas: “Fazei este quadro conhecido e amado” (MAGALHÃES, 1962: 31).

Na imagem 8 vemos os missionários redentoristas e o Superior Geral ajoelhados, segurando o quadro milagroso e o Papa Pio IX passando para os religiosos a posse definitiva do quadro. A cadeira do Papa de tom vermelho também contrasta com o ambiente de tons escuros. Aqui percebemos outra visão subjetiva do artista, pois o quadro milagroso foi entregue aos missionários redentoristas pelos agostinianos, como vimos acima.

Em seus aspectos formais, as oito imagens analisadas apresentam a permanência de técnicas neoclássicas, principalmente o Desenho. Porém, percebemos que Nardi utiliza de uma linguagem modernista por meio das formas geométricas retangulares e triangulares em forma redimensionada atribuída pelo efeito cubista.

Considerações finais

Diante do exposto, são verdadeiramente providenciais as circunstâncias que fizeram da Congregação do Santíssimo Redentor a depositária do antiquíssimo quadro bizantino. Em janeiro de 1866 os padres Michel Marchi e Ernesto Bresciani foram à igreja de Santa Maria “in Postérula” para receber a imagem de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro das mãos dos Agostinianos. No dia 26 de abril do mesmo ano, o quadro foi exposto à veneração pública na igreja de Santo Afonso de Ligório, em Roma (SCHNEIDER, 1991: 50-51).

Acreditamos que uma obra de arte traz consigo mais que uma explicação causal. Nela convergem valores religiosos, éticos, sociais e políticos, que revelam anseios do próprio artista, do contemplador e da sociedade como um todo. A partir das reflexões

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

da História Cultural de se trabalhar as imagens enquanto fonte, utilizando a obra de arte como documento para o historiador, vimos que a abordagem culturalista de Chartier nos permite fazer uma reflexão da representação da nossa cultura, do nosso pensamento ou mesmo do contexto de uma época.

Baseado na tradição oral e na história escrita, Nardi representa por meio das oito imagens a história de um artista anônimo, de um ladrão arrependido, de uma menina curiosa, de um templo destruído, de um velho religioso e de um Papa. E, de modo especial, a história do milagroso Ícone na vida apostólica dos missionários da Congregação do Santíssimo Redentor. Em nosso texto a identificação do objeto está associada à devoção de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro.

Por trás das escolhas e dos valores estéticos das imagens, foi possível desvelar também a espiritualidade do artista, o contexto histórico no qual elas foram produzidas e o seu significado/significância para os contempladores e fiéis da Igreja Matriz do Grajaú (RJ). Aqui o muralismo sacro entendido como veículo do sagrado, foi a via de comunicação da historicidade ora analisada.

A Paróquia Nossa Senhora do Perpétuo Socorro do Grajaú (RJ) foi fundada em 13/05/1942. Sua arquitetura é do estilo romano-bizantino e o seu interior é caracterizado pelas suas numerosas cúpulas e pela pintura e decoração de inspiração também bizantina realizada pelo artista Antônio Nardi. Ela está situada à Praça Edmundo Rêgo, número 27, no bairro do Grajaú (RJ), Brasil. Atualmente seu pároco chama-se Monsenhor Jorge Aziz Abrahão e está sobre a responsabilidade da Mitra Arquiepiscopal do Rio de Janeiro.

Nosso primeiro contato com a obra pictórica de Antônio Nardi, ocorreu na cidade mineira de Eugenópolis em 2014. Escrevemos um texto em coautoria com a restauradora Liliana Medina da Silva, intitulado “A pintura mural sacra de Antônio Nardi: uma análise da restauração da obra *Dipinti, Murali Madonna, Gesù e Santi (1957)*”²²,

²² Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/UFESUPEM/article/view/11759/8456>. Consultado em: 20/10/2016.

para ser apresentado como Comunicação no V Encontro Internacional de História Ufes/ *Université Paris-Est* da Universidade Federal do Espírito Santo em abril de 2015.

Continuando com nossas pesquisas, elaboramos a Comunicação “O muralismo sacro de Antônio Nardi: uma análise da obra *Dipinti Murali Madonna, Gesù e Santi* (1957)”²³, apresentado no 1º Congresso Nacional de Graduações e Pós-Graduações em Ciência (s) da (s) Religião (ões) & 4ª Semana de Ciência da Religião da UFJF em outubro de 2015.

O presente texto apresentado como Comunicação na XXXII Semana de História da UFJF em outubro de 2016, apenas um recorte entre as diversas obras sacras do artista presentes na Matriz do Grajaú (RJ), constitui-se em desdobramento do estudo.

Diversos aspectos são necessários para um estudo mais completo. Em textos posteriores teríamos de tratar de questões: 1- Linguagens artísticas, Modernismo e Muralismo, 2- As relações Igreja Católica e sociedade nos séculos XIX e XX na Europa, 3- As relações Igreja Católica e sociedade brasileira – Império e República e 4- Pós-segunda guerra – Guerra Fria, o inimigo comunista no Brasil.

Fonte

O Globo, 05 de agosto de 1973. Disponível em: <http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=197019730805>. Acesso em: 19/09/2016.

Referências Bibliográficas

AMADO, J. & FERREIRA, M. M. (orgs.). *Usos & Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

BOURDIEU, Pierre. O Mercado de Bens Simbólicos. In: BOURDIEU, Pierre. *A Economia das Trocas Simbólicas*. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

CAVALCANTI, Carlos; AYALA, Walmir. *Dicionário Brasileiro de artistas plásticos*. Brasília: MEC/INL., 1973-1980. vol. 3

²³ Disponível em: <http://www.conacir.com.br/p/anais.html>. Consultado em: 20/10/2016.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. “O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”, Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. 2. Ed. Lisboa: Difel, 2002.

FILHO, Ilton José de Cerqueira. *Interconexão entre pintura, vida e religião: a obra mural sacra moderna de Emeric Marcier*. Dissertação (Mestrado em História) – UFJF, Juiz de Fora, 2012.

MAGALHÃES, Margarida de. *Nossa Senhora do Perpétuo Socorro*. Porto: Editorial Perpétuo Socorro, 1962.

SILVA, Liliana Medina da. *Entrevista*. Entrevista concedida a Dirceu Ferreira Barbutto. Itaperuna (RJ), 2016.

MOTTA JÚNIOR, Edson. *Manual de pintura mural*. 1. ed. Rio de Janeiro: Fundação Rio, 1981.

SCHNEIDER, Antonio. *Nossa Senhora do Perpétuo Socorro*. Aparecida, SP: Editora Santuário, 1991.

Sites Pesquisados

<http://www.a12.com/redentoristas/institucional/detalhes/nossa-senhora-do-perpetuo>

[http://www.treccani.it/enciclopedia/antonio-maria-nardi_\(Dizionario-Biografico\)/](http://www.treccani.it/enciclopedia/antonio-maria-nardi_(Dizionario-Biografico)/)

<http://www.antoniomarianardi.it/cronologia.htm>

Imagens



[Imagem 01] Foto da parede esquerda da nave central da Igreja Nossa Senhora do Perpétuo Socorro do Grajaú (RJ). Acervo de Andrea Fausto Nardi.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

Embaixo das imagens há uma numeração contendo as seguintes frases: 1- O mercador foge de Creta com o quadro de N. S. do Perpétuo Socorro; 2- A Tempestade – Votos e Promessas; 3- O mercador morre sem cumprir a promessa; 4- N. S. aparece e exige o cumprimento da promessa.



PAREDE DIREITA NAVE CENTRAL As telas a óleo narram a origem histórica do milagroso quadro de N.S. do Perpétuo Socorro

p. 25

[Imagem 02] Foto da parede direita da nave central da Igreja Nossa Senhora do Perpétuo Socorro do Grajaú (RJ). Acervo de Andrea Fausto Nardi.

Embaixo das imagens há uma numeração contendo as seguintes frases: 5- A procissão e os milagres; 6. O agostiniano Orsetti entrega o quadro ao jovem Marchi; 7- Padre Marchi Redentorista discute a volta e a posse do quadro; 8- Pio IX aos Redentoristas: “Fazei este quadro conhecido e amado”.

Murilo Mendes e Guignard: relação pessoal entre retratante e retratado

Gabriele Oliveira Teodoro¹

Resumo:

O objetivo desta pesquisa é investigar como a relação de Alberto da Veiga Guignard e Murilo Mendes influenciou a forma em que o pintor retratou o poeta na obra *Retrato de Murilo Mendes*, de 1930. Essa obra, que ora tomamos como objeto de pesquisa, encontra-se no acervo do MAMM em Juiz de Fora, carecendo de maiores estudos, com os quais buscamos contribuir. Dentro das discussões que envolvem a produção retratística do modernismo brasileiro, representações de Murilo Mendes são frequentes, em virtude de sua relevância como poeta e intelectual. Murilo se tornou amigo de Guignard em 1930, mesmo ano em que foi retratado pelo amigo pintor. O retrato - interligado ao seu contexto histórico - revela indícios da relação de admiração mútua entre ambos, que se refletiu em suas obras do período estudado.

Palavras-chave: Murilo Mendes. Guignard. Retrato. MAMM.

Abstract:

The purpose of this research is to investigate how the relationship between Alberto da Veiga Guignard and Murilo Mendes influenced the way in which the painter portrayed the poet in the portrait *Retrato de Murilo Mendes*, 1930. This work, which we now take as object of research, is in the collection of the MAMM in Juiz de Fora, lacking further studies, with which we seek to contribute. In discussions on the portrayal of Brazilian modernism, representations of Murilo Mendes are frequent, due to his relevance as poet and intellectual. Murilo became Guignard's friend in 1930, the same year he was portrayed by his painter friend. The portrait - intertwined with its historical context - reveals evidence of the relationship of mutual admiration between the two, which was reflected in his works of the studied period.

Keywords: Murilo Mendes. Guignard. Portrait. MAMM.

Introdução

Durante o séc. XIX, o retrato esteve relacionado à reprodução verossímil de pessoas, frequentemente com fins de legitimação social. Representados em ambientes luxuosos, em posturas nobres e com expressão severa, os retratados não buscavam somente ser recordados, buscavam também uma exaltação de si mesmos e de seu poder (BERGER, 2000: 6).

¹ Mestranda pelo programa de Pós-Graduação em Artes, Cultura e Linguagens da Universidade Federal de Juiz de Fora. Graduada pelo Bacharelado Interdisciplinar em Artes e Design pela Universidade Federal de Juiz de Fora.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
 “O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
 ISSN: 2317-0468
 17 a 21 de outubro de 2016

No período do modernismo, o retrato deixou de ter essas relações. A função de retratar adquiriu uma dimensão intersubjetiva entre o retratante e retratado, deixando de ter exclusivamente o compromisso expresso com a verossimilhança e com a posição social como tinha anteriormente.

De acordo com West (2004), a principal ferramenta para a transformação do retrato foi a invenção da fotografia, pois ofereceu tanto um desafio quanto uma oportunidade para retratistas. Artistas que se enxergavam como parte da vanguarda moderna rejeitaram as associações que o retrato poderia ter com as representações tradicionais do passado. As profundas modificações sociais que acompanharam a modernização também inspiraram novas formas de enxergar papéis individuais na sociedade, e impactaram a maneira com que os artistas passaram a realizar retratos para representar as pessoas em seus mundos (WEST, 2004: 187).

Um dos maiores retratistas do período modernista foi Alberto da Veiga Guignard (1896-1962). Guignard trouxe referências européias para suas obras pelo fato de ter estudado dos 11 aos 33 anos na Alemanha e Itália. Quando ingressou na academia de Munique em 1917, se aproximou do pintor Hermann Groeber e ilustrador Adolpho Hengeler. Prosseguiu os estudos em Florença, onde se identificou com a obra de Alessandro Botticelli e de Raoul Dufy. Fez muitos retratos de seus amigos, intelectuais, artistas e de si mesmo em auto-retratos (estima-se o total de 300 retratos). O pintor ficou muito conhecido na historiografia brasileira pelo seu uso da cor e pela capacidade de pintar diversos gêneros da pintura.

A Alemanha foi uma importante fonte de influência para os artistas brasileiros que foram estudar no exterior, como Segall, Anita Malfatti - que estudou com Lovis Corinth, e Guignard - que estudou com Adolfo Hengeler. Alberto da Veiga Guignard, no período em que permaneceu em terras germânicas, visitou algumas exposições de arte moderna, e desde então se fascinou pelo modernismo.

Em 1929 Guignard volta para o Brasil, onde teve um choque com o ambiente artístico, que segundo o ele era bem atrasado em relação à Europa. O pintor volta da Europa e vai diretamente para o Rio. Por intermédio de Ismael Nery conhece um grupo de artistas e intelectuais no Rio de Janeiro - Cícero Dias, Emiliano Di Cavalcanti, Murilo Mendes, Antonio Bento e Mário Pedrosa entre outros (MENDES, 1996: 35). O pintor se

tornou amigo de um dos integrantes desse grupo; o poeta Murilo Mendes. No mesmo período que conviviam na casa de Nery, o retratou no cenário carioca.

O poeta nasceu em Juiz de Fora, Minas Gerais em 1901. Na década de 20, Murilo se mudou para o Rio de Janeiro para trabalhar como arquivista na Diretoria do Patrimônio Nacional. Segundo Oliveira, “sua afeição aos pintores foi uma constante de sua vida. [...] Seus livros de poesia e de prosa estão cheios de referências a pintores, de apreciações de suas obras, de louvores aos de sua admiração” (OLIVEIRA, 1991: 16).

Cenário artístico que Guignard produziu o retrato de Murilo Mendes

Para investigar o retrato que o artista plástico Guignard produziu, é importante compreendermos o percurso dessa obra no contexto da história da arte brasileira no período que abrange os anos 20/30.

Guignard retratou Mendes quando voltou da Europa para o Rio de Janeiro, em 1930 e rapidamente se integra no cenário carioca (Fig.1).

O centro do Rio de Janeiro, tendo como eixo a Avenida Rio Branco, era então reduto da boemia artística. Guignard foi um animado frequentador de clubes, festas da sociedade, concertos no Teatro Municipal e bailados Klara Korte no teatro João Caetano. A Pro-Arte, associação cultural fundada pelo alemão Theodor Heuberger, promovia, entre outros eventos, bailes carnavalescos chamados de "festas artísticas". Guignard circulava tanto pelos lugares da sociedade quanto pelas ruas, registrando os personagens e os modos de viver cariocas (FROTA, 1997: 302).



Figura.1: Grupo reunido no banquete em homenagem a Portinari. Rio de Janeiro, 1930. Fotografia

Fonte: <http://www.portinari.org.br/#/acervo/documento/6417/detalhes>

Antônio Bento relata como Guignard se inseriu no meio cultural carioca:

Pelas minhas recordações, já recuadas no tempo, embora ainda nítidas, travei conhecimento com Guignard em 1929 - faz agora precisamente meio século - através do poeta Murilo Mendes. Foi um encontro em frente ao antigo Palace Hotel, quando íamos à abertura de uma exposição de pintura lá apresentada. Ficamos amigos desde então. Muito ligado a Ismael Nery, Murilo logo levou Guignard à casa desse seu colega, o pioneiro do surrealismo no Brasil. Lembro ainda que o expressionista fluminense se mostrou interessado pelas obras de Ismael Nery. Portinari tinha partido nesse mesmo ano para a Europa, no gozo do prêmio de viagem ao estrangeiro. Só regressou ao Rio em 1931, quando Guignard o conheceu e passou a ter por ele muito apreço. Também o mestre Di Brodósqui retribuía os sentimentos de amizade e admiração por Guignard. Julgava-o, depois dele próprio, o pintor brasileiro mais importante, pela sua maestria como desenhista (DA VEIGA GUIGNARD et al., 2005: 77).

Inserido no grupo de amigos-intelectuais, Guignard além de produzir o retrato de Murilo Mendes, produziu ao mesmo tempo o retrato de Nery como forma de demonstrar seu apreço pelo amigo carioca. Murilo Mendes descreve como se deu a produção do retrato de Ismael (fig. 2):

“Guignard vinha sempre, mas apenas para conversar sobre pintura. Ismael gostava muito dele, e, quando caiu doente, em 1930, pediu-lhe para fazer seu

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

retrato. É um dos melhores retratos pintados por Guignard” (MENDES, 1996: 37).

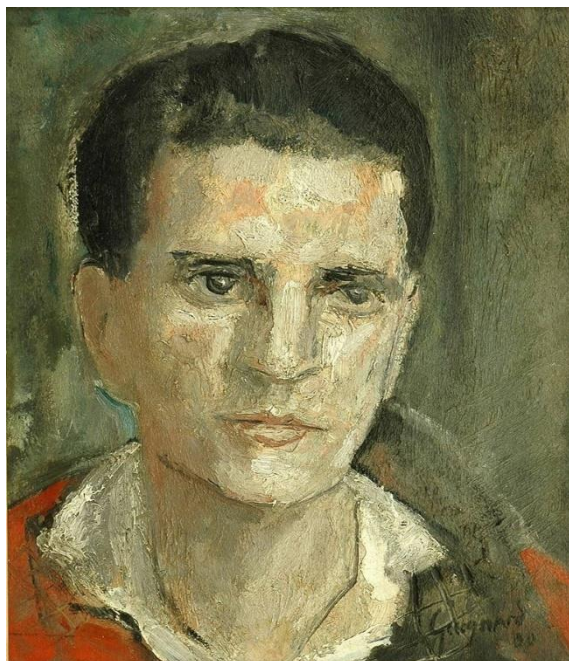


Figura 2: *Retrato de Ismael Nery* por Guignard, óleo sobre o cartão prensado, 34,7 x 26,8 cm, 1930.

Fonte: <https://www.algosobre.com.br/biografias/ismael-nery.html>

Obra “Retrato de Murilo Mendes” como testemunho de apreço mútuo

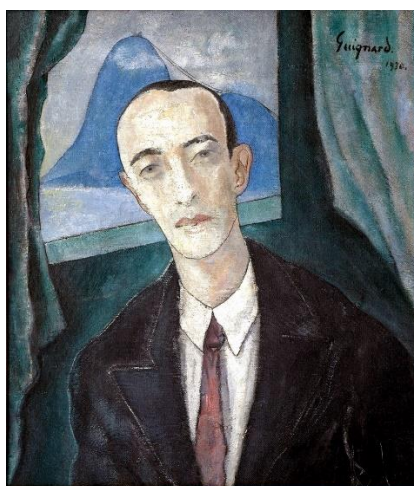


Figura 3: Murilo Mendes - *Retrato de Murilo Mendes* por Guignard, óleo sobre a tela, 60,5 X 52 cm, 1930

Fonte: <http://www.museudeartemurilomendes.com.br/index.php>

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
 ISSN: 2317-0468
 17 a 21 de outubro de 2016

Na obra a ser analisada (fig.3) o personagem central é o poeta Murilo Mendes. O retrato pertence hoje ao acervo do Museu de Arte Murilo Mendes da UFJF, que possui reconhecido valor nacional e internacional. Sua coleção de artes plásticas destaca-se não apenas pelo valor financeiro e artístico das obras, mas por estar intimamente ligada à vida intelectual do poeta, permitindo mapear as relações de sociabilidade mantidas entre Murilo Mendes e diversos artistas e intelectuais. Este fato é documentado pelas dedicatórias dos autores nas obras doadas a Murilo, que constituem a maior parte do acervo. Já um pequeno número de obras foi comprado pelo poeta, segundo Arlindo Daibert autor do projeto de aquisição da coleção de artes plásticas do poeta pela UFJF (DAIBERT, 1995: 110).

Habitualmente um colecionador convencional encomenda um retrato de si mesmo para ocupar um lugar privilegiado na coleção. Mas os colecionadores-artistas - como Murilo - têm sempre vários retratos feitos de si, já que a função do retrato nesse caso é justamente a de servir de presente (ELEOTERIO, 2001: 31).

No retrato, a paisagem se localiza a esquerda com uma linha vertical que separa o exterior e interior e a imagem do poeta ao centro. A desproporção sugere a intersecção dos planos e mantém um fundo que nega a perspectiva geométrica tradicional. As linhas comprimem os volumes das coisas e dos corpos. A tonalidade sombria do interior da cena é interrompida pela luz que emana da pele e da roupa do poeta. As cores são usadas em tons frios para pintar céu, mar e morros. A tinta é usada de forma diluída, com a pincelada fluida pela obra.

Na obra, as cortinas são verdes com muitas sombras escuras e contrastes com branco. O cenário parece ser um quarto com uma janela muito grande. Há algumas entradas de luz que iluminam a indumentária do personagem destacando-se pela suavidade das cores de sua vestimenta: camisa branca sobreposta por um paletó escuro e gravata colorida - que contrasta com o escuro do fundo e os detalhes da janela.

Murilo Mendes é visto por Guignard como um poeta intelectual. O esforço do retratista em representar os traços fisionômicos de Mendes, particularmente no que se refere ao caimento dos ombros, à redução do volume do cabelo e ao alongamento da testa e do pescoço, conferem à sua imagem um aspecto respeitável e senhoril. Os olhos delineados de modo tênue, como que ausentes ou em devaneio, talvez prenunciem o

futuro epíteto de “poeta visionário”. A cabeça avantajada demonstraria a forma que Guignard enxerga Murilo – um homem inteligente e intelectual. Já a indumentária, mesmo simples e algo despojada – paletó preto sobre camisa branca, com o adereço da gravata ocre avermelhada, ao contrário de denunciar as dificuldades materiais do retratado neste período carioca, indiciam a sua ousadia tipicamente moderna. A década de 1930 começa com o reflexo da crise mundial financeira de 29. Muitas pessoas ficaram pobres, empresas faliram e o desemprego imperava. Historicamente, em épocas de crise, a moda se torna menos ousada. Naquele momento, homens e mulheres tinham visual sóbrio, com aparência adulta, porém sofisticada, como revela a indumentária de Murilo.

Atrás de Murilo há elementos que chamam atenção: o mar e o morro do Pão de Açúcar, cenário clássico da cidade do Rio de Janeiro. É possível encontrar representações do local por Guignard e Ismael Nery (fig. 4 e 5), no mesmo período, mostrando assim, que o morro era um tema comum entre o grupo de amigos que freqüentavam a casa de Nery.

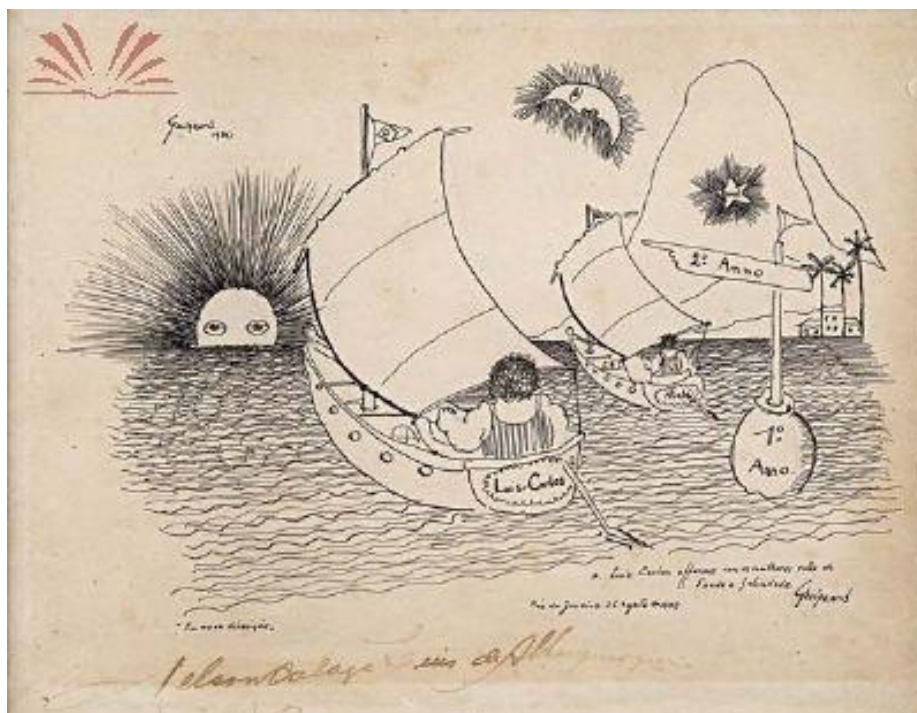


Figura 4: Alberto da Veiga Guignard, Rio de Janeiro, 1930. Desenho à nanquim. Dim. 19,5 x 26 cm
 Fonte: [http://www.catalogodasartes.com.br/Lista_Obras_Biografia_Artista.asp?idArtista=180&txtArtista=](http://www.catalogodasartes.com.br/Lista_Obras_Biografia_Artista.asp?idArtista=180&txtArtista=Alberto+Guignard+-+Alberto+da+Veiga+Guignard)

Alberto+Guignard+-+Alberto+da+Veiga+Guignard

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.

ISSN: 2317-0468

17 a 21 de outubro de 2016



Figura 5: Ismael Nery, Rio de Janeiro, 1926. Aquarela/papel. Foto: Pedro Oswaldo Cruz.
 Fonte: <http://www.robertomarinho.com.br/vida/arte-e-cultura/obras-de-arte/ismael-nery.htm>

Murilo em 1954 publica *Contemplanção de Ouro Preto*, após uma viagem para Ouro Preto na mesma época que Guignard residia na cidade mineira. Mendes escreve o poema *Acalanto de Ouro Preto*, um retrato literário dedicado ao amigo Guignard.

“Dorme, Ouro Preto,
 dorme
 Teu sono de solidão.
 Dorme, Ouro Preto,
 dorme
 O sono da mineração.
 Encobre, Ouro Preto,
 encobre
 Teus espectros familiares,
 Tuas pobres almas
 penadas,
 No centro da cerração
 [...]
 Dorme, dorme,
 inconfidente
 – Ouro Preto inconfidente
 –
 Na paz íntima de Deus
 Dorme o silêncio da cruz.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

Dorme, Ouro Preto
 sombria,
 Para sempre dorme,
 dorme,
 Na tua pátina paciente,
 No teu frio e escuridão,
 Nas tuas igrejas perenes,
 Nas tuas pedras solenes,
 Nos teus terraços desertos
 Iluminados somente
 Por fogos-fátuos errantes,
 Com teus pobres
 vagabundos,
 Com tuas almas penadas,
 Com teus santos, com teus
 poetas,
 Barrocos, alucinados,
 Teus leprosos, teus
 doentes,
 Teus doidos, teus
 enforcados,
 Refeitos na eternidade,
 Remidos na tradição,
 Dorme, Ouro Preto
 reclusa,
 Dorme, trágica Ouro
 Preto,
 Dorme, Ouro Preto
 assombrada,
 O sono da libertação”
 (MENDES, 1959: 445)

Considerações finais

Na arte moderna brasileira, o retrato deixou de ter função somente de registro visual. A função de retratar adquiriu uma dimensão intersubjetiva, onde é possível refletir através dos retratos pintados as referências sentimentais do pintor e do modelo.

Analisando a obra e contexto onde a mesma esta inserida, conseguimos investigar os aspectos estéticos e culturais do período. O modernismo carioca foi marcado pela boemia e pelo circulo de sociabilidade entre os artistas-intelectuais.

Afinidade de Murilo e Guignard em conversar sobre pintura e o lirismo implícito nas obras ajudam a construir uma narrativa e um ponto de ligação entre essas dois artistas. A obra *Retrato de Murilo Mendes* e o poema *Acalanto de Ouro Preto* corroboram a amizade de ambos, sendo possível assim, nas duas obras identificar características da poética Guignardiana e da poética Muriliana. Para o historiador da arte pensar o retrato

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

moderno é perceber como as formas de representar a figura humana através dos retratos se transformaram ao longo do tempo.

Referências Bibliográficas

ALBERTO DA VEIGA GUIGNARD, 1896-1962. Rio de Janeiro: Edições Pinakothek, 2005. Catálogo de Exposição. Max Perlingeiro (Apresentação). Pinakothek (Organização).

BERGER, John; BLOMBERG, Sven; FOX, Chris. **Modos de ver**. Barcelona: Gustavo Gili, 2000.

DAIBERT, Arlindo. **Caderno de escritos**. GUIMARÃES, Júlio Castañon (Org.), Rio de Janeiro, Sette Letras, 1995.

ELEOTÉRIO, Maria de Lourdes. Murilo Mendes, Colecionador. **Remate de Males**, Departamento de Teoria literária IEL/UNICAMP, Campinas: UNICAMP, no. 21, 2001.

FROTA, Lélia Coelho. **Guignard: arte, vida**. Rio de Janeiro: Campos Gerais, 1997.

MENDES, Murilo. **Poesias**, 1925/1955. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1959.

OLIVEIRA, Caetano. **Murilo Mendes Por Flávio de Carvalho**. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/ppghistoria/files/2012/04/Renata-Oliveira-Caetano1.pdf>> Acesso em: ago. 2016.

Fontes:

Figura 1: Foto do grupo reunido no banquete em homenagem a Portinari. Rio de Janeiro, 1930. Fotografia. Disponível em: <<http://www.portinari.org.br/#/acervo/documento/6417/detalhes>>. Acesso em: out. 2016.

Figura 2: **Retrato de Ismael Nery** por Guignard, óleo sobre o cartão prensado, 34,7 x 26,8 cm, 1930. Disponível em: <<https://www.algosobre.com.br/biografias/ismael-nery.html>> . Acesso em: set. 2016.

Figura 3: **Retrato de Murilo Mendes** por Guignard, óleo sobre a tela, 60,5 X 52 cm, 1930. Disponível em: < <http://www.museudeartemurilomendes.com.br/index.php>>. Acesso em: out. 2016.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

Figura 4: Alberto da Veiga Guignard, Rio de Janeiro, 1930. Desenho à nanquim. Dim. 19,5 x 26 cm. Disponível em: <http://www.catalogodasartes.com.br/Lista_Obras_Biografia_Artista.asp?idArtista=180&txtArtista=Alberto+Guignard+-+Alberto+da+Veiga+Guignard>. Acesso em: out. 2016.

Figura 5: Ismael Nery, Rio de Janeiro, 1926. Aquarela/papel. Foto: Pedro Oswaldo Cruz. Disponível em: <<http://www.robertomarinho.com.br/vida/arte-e-cultura/obras-de-arte/ismael-nery.htm>>. Acesso em: out. 2016.

Homenagem a Oswaldo Goeldi

Tammy Senra Fernandes Genú¹

RESUMO:

A História da Arte Brasileira, principalmente no século XX, foi escrita por profissionais de áreas diversas, muitas vezes com pouca ou nenhuma formação em história, preocupados em analisar o que acontecia em termos de arte no país naquele momento. Dentre as diversas visões deste período da história da arte brasileira, criada por jornalistas, artistas, poetas e outros profissionais em geral, não pode ser esquecida a atuação de Murilo Mendes.

Iniciando sua trajetória como crítico ainda cedo, no Rio de Janeiro, Mendes interessado pela linguagem da arte, escrevia críticas que, de acordo com Giulio Carlo Argan, era um nexos das relações entre imagens visíveis e imagens fonéticas, sendo portanto, uma crítica de caráter experimental. Um exemplo de crítica criada pelo poeta é o poema “Homenagem a Oswaldo Goeldi”, dedicado ao gravador brasileiro.

Palavras-Chave: Arte Moderna; Crítica de Arte; Murilo Mendes; Oswaldo Goeldi.

ABSTRACT:

The Brazilian History of Art, specially in the 20th century, was written by professionals from many different fields, who had a few or did not have any graduation in History, but were concerned in analyzing what was happening in terms of art that moment in the country. Among different views of that historical moment for the Brazilian arts, created by journalists, artists, poets and other professionals, we cannot forget the work of Murilo Mendes.

Starting his trajectory early as an art critic, in Rio de Janeiro, Mendes, who was interested by the language of art, used to write critics that, according to Giulio Carlo Argan, were a nexus between the visible and phonetic images, therefore a criticism full of experimental features. One example of criticism written by the poet is the poem “Homenagem a Oswaldo Goeldi”, dedicated to the Brazilian engraver.

Key-Words: Modern Art; Art Critics; Murilo Mendes; Oswaldo Goeldi.

Murilo Mendes nasceu na cidade de Juiz de Fora, Minas Gerais, no ano de 1901 e desde muito jovem o ato de ver foi de suma importância a seu ofício como poeta. O primeiro relato deste ato se dá no ano de 1910, com a passagem do cometa Halley pela

¹Tammy Senra Fernandes Genu

Mestranda em Artes, Cultura e Linguagens pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Dedicou-se a estudar as relações entre Oswaldo Goeldi e Murilo Mendes.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

Terra. Esta passagem impactou-o profundamente, deslumbrando-o² por completo e sendo o primeiro momento em que Murilo se vê atraído por cores, movimentos e arte em si. Como veremos mais adiante, o poeta possuía íntima relação com as artes plásticas, música, literatura e teatro, sendo tais expressões artísticas fundamentais a seu ofício.

Outra revelação foi ver o bailarino Nijinsk dançar. Então com 16 anos, Murilo fugiu do internato onde vivia em Niterói para assistir ao espetáculo do bailarino russo. Em “O Olho Precoce”, o poeta reafirma a importância do ver para sua existência:

O prazer, a sabedoria do ver, chegavam a justificar minha existência. Uma curiosidade inextinguível pelas formas me assaltava e assalta sempre. Ver coisas, ver pessoas na sua diversidade, ver, rever, ver, rever. O Olho Armado me dava força para vida. (MENDES, Murilo, 2014).

Este “Olho Armado” do qual o poeta fala, para ele, nada mais era que: a capacidade de perceber poeticamente o mundo através da visão. O trecho citado acima, segundo Arlindo Daibert (1995), fornece a chave para ler a coleção de artes plásticas muriliana: “É a atualização deste conceito de “olho armado” – algo entre a visão crítica e o exercício do prazer – o instrumento mais eficiente para a leitura da coleção de arte reunida por Murilo Mendes ao longo de sua vida.” (DAIBERT, Arlindo, 1995). Mas não somente da sua coleção como também da leitura de sua poesia. O recurso da visualidade acompanha toda escrita poética de Murilo Mendes. Seu profundo interesse pelas artes visuais é atestado não somente pela coleção de arte que compôs durante sua vida como também pela sua escrita a respeito de arte.

De fato, a crítica de arte feita por Murilo Mendes, não pode ser classificada como crítica tradicional, aos moldes das que eram feitas a respeito da arte acadêmica e moderna no Brasil. Suas escolhas a respeito daqueles que seriam objeto de sua escrita e a maneira como fazia sua crítica em si, baseava-se em critérios que iam além do gosto pessoal ou da possibilidade de inserir tais artistas na História da Arte, e sim, por critérios guiados pela afinidade, admiração e principalmente amizade entre estes artistas pelo poeta.

² “Mas ainda hoje, a visão do cometa Halley é uma das impressões mais fortes que guardo. Nunca vi coisa mais bela que aquele corpo luminoso, com sua enorme cauda resplandecente de estrelas, passeando por minha cidade natal. Durante as três noites em que apareceu, não dormi um minuto sequer e talvez tenha sido o primeiro momento em que me senti tocado pela Poesia”. (MENDES, Murilo in GUIMARÃES, Julio Castañon, 1986).

Murilo, ao se mudar para o Rio de Janeiro, em 1920, através de seu trabalho conhece o então pintor e arquiteto Ismael Nery, o qual irá influenciar diretamente seu trabalho e sendo através dele que também se dará a amizade do poeta com outros importantes artistas do período. Assim sendo, Murilo entra em contato com outros artistas, criando um grande círculo de amizades entre si. São estas amizades que servirão de matéria para sua produção poética, prosa e crítica, assim como a poesia de Murilo será, por sua vez, matéria de produção estética destes amigos. Dentre este grupo de amigos-artistas estão Jorge de Lima, Di Cavalcanti, Portinari, Flávio de Carvalho, Guignard, Maria Helena Vieira da Silva e Arpad Szenes, além de importantes críticos da época como Mário Pedrosa.

Foi através deste contato com amigos que Murilo começou sua coleção de artes plásticas. Diferentemente de colecionadores tradicionais que se orientam por um certo método de aquisição de obras, a coleção muriliana constituiu-se como uma forma de apreço entre amigos (ELEOTÉRIO, 2001), ou seja, ao invés de obras compradas, estas eram em sua maioria presenteadas ao poeta em ocasiões especiais, em agradecimento a um texto crítico ou mesmo em circunstâncias mais informais. Este apreço é confirmado através de dedicatórias³ existentes em muitas obras de seu acervo, assim como escritos do próprio poeta, que numa forma própria de catalogação, não raro datava o momento do recebimento, além da ocasião.

A coleção do poeta, que contém obras de Magnelli, Picasso, Miró, Ensor, Leger, Vieira da Silva, Di Cavalcanti, Flávio de Carvalho, Guignard, Oswaldo Goeldi, dentre outros artistas, além de ser um meio pelo qual podemos observar o panorama das artes plásticas no período em que o poeta viveu – muitos dos artistas encontrados na coleção de Murilo haviam iniciado suas trajetórias artísticas há pouco tempo, coincidindo com o próprio processo de criação do poeta - também é considerada uma maneira que o poeta teve de pesquisar, aprender e construir um olhar a respeito de seu próprio fazer. Sua coleção coloca-se como um laboratório a seu ofício de poeta, sendo fundamental para a construção de suas críticas, abrigando obras do modernismo brasileiro e abstracionismo europeu, em sua maioria.

³ “A coleção de Murilo Mendes tem uma tela da série Conceito espacial: a espera de 1953, de Capogrossi, que deixa a figuração para pesquisar a serialidade, como vemos no óleo sobre tela dedicado “a Murilo Mendes com *ammirazione e afeto il sua Capogrossi*. “ (ELEOTÉRIO, 2001).

Com este caráter específico a respeito da crítica muriliana em mente, o historiador e teórico Giulio Carlo Argan, com quem o poeta conviveu enquanto residiu em Roma, discorre que Murilo se interessava pela linguagem da arte, considerando as relações e associações entre imagens visíveis e imagens fonéticas, daí sua crítica seria umnexo entre estas duas versões. (ARGAN, 1991). O historiador da arte chamou a atenção para ausência de juízos na crítica muriliana, que, segundo ele, não se configuraria como crítica de arte tradicional, mas “essencialmente experimental”, uma vez que seu interesse era decifrar os nexos entre a imagem verbal e a visual.

Mendes escreveu críticas de arte no Suplemento Dominical Letras e Artes do Jornal “A manhã”, porém grande parte de seus textos críticos em poesia, podem ser encontrados em livros como “Convergência”, no qual através de poesias que denominou de “Murilograma”, trata poeticamente a respeito de diversos artistas que admirava. Além, também é possível encontrar em sua escrita crítica em prosa, textos denominados “Retratos-Relâmpagos”. Através destes últimos, Murilo Mendes, não só tratava a respeito das obras de determinados artistas, como também se preocupava em analisar, primeiramente personalidade do artista, além de por vezes, revelar por meio destes textos, visitas feitas aos ateliês dos mesmos, hábito que possuía aqui no Brasil e que, quando se mudou para Europa manteve.

Um dos exemplos que ilustra estes caracteres peculiares destes textos é o retrato-relâmpago feito ao artista plástico e escultor suíço Alberto Giacometti. Murilo inicia seu texto dizendo: “Giacometti, moreno, cara de índio quíchua ou maya; falante, agradável, hospitaleiro, consegue ser nestes duros tempos um técnico da conversa fiada.” (MENDES, 1994). O trecho, além de revelar o caráter e a personalidade de Giacometti, revela algo ainda maior: provavelmente, Murilo Mendes também possuía certa intimidade para com o escultor, conhecendo-o de maneira a poder tratá-lo por palavras informais e amigáveis. Mais adiante, o poeta continua “Seu estúdio parisiense da *Rue Hippolyte Maindron* é território da desordem, da poeira, o antípoda de Max Bill. Além das esculturas, a única decoração consiste numa enorme lâmpada elétrica, que incide violentamente sobre as magras figuras, quase anulando-as.” (MENDES, 1994). Tal passagem demonstra que, Murilo, então em visita a Paris, teve a possibilidade de visitar

o ateliê do artista suíço, conhecendo não só as obras do artista, mas também a maneira como este trabalhava e as produzia.

Há um momento em que Mendes trata especificamente da obra do artista, mas não as descrevendo e as classificando entre boas ou ruins, adequadas ou não adequadas a seu tempo, como um crítico tradicional o faria, mas sim, apresentando-as a seu leitor por meio de uma linguagem poética. Ele denomina as esculturas de Giacometti como “figuras-varetas, corpos-linhas e corpos-pontos de interrogação”, como uma maneira de descrever como eram os formatos das esculturas feitas pelo suíço, que geralmente esculpia figuras magras, com corpos bastante alongados.

Além desta maneira de crítica em prosa, também podemos classificar algumas das poesias feitas por Murilo Mendes como críticas de arte. Como já afirmado por Argan, a crítica muriliana não se desassocia de sua produção poética, o que nos faz classificar tais textos como críticas de arte. Um dos maiores exemplos desta maneira muriliana de tratar a respeito de arte é o poema escrito por ele, que foi publicado na série “Parábola” e que hoje se encontra no livro *Poemas – 1925-1955, Homenagem a Oswaldo Goeldi*:

Oswaldo Gravas,
 A ti mesmo fiel, ao teu ofício,
 Gravas a pobreza, o vento, a dissonância,
 A rude comunhão dos homens no trabalho.
 Gravas o abandonado, o triste, o único,
 O peixe que te mira quase humano –
 É hora de morrer –
 No preto e branco, no vermelho e verde.
 Qualquer traço perdido.
 A casa que espia pelo olho-de-boi
 Testemunha de drama anônimo,
 Gravas a nuvem, o balaio,
 O geleiro e seus estilhaços,
 O choque em diagonal de guarda-chuvas,
 Tudo que é rejeitado, elementos marginais

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

A metade dum astro que se despe
 Armado só do penúltimo vadio.
 Oswaldo Gravas,
 Gravas qualquer solidão.
 Os peixeiros que partilham peixe e onda,
 Pássaros de solidões de água e mato,
 O sinaleiro do temporal próximo,
 A barca puxada pela sirga,
 O bêbado e seu solilóquio,
 A chuva e seus túneis,
 O mergulho em tesoura da gaivota,
 És do sol posto, da esquina,
 Do Leblon e do uivo da noite.
 Não sujeitas o desenho a gravação:
 Liberaste as duas forças,
 Atingindo agora toda a unidade,
 Pela natureza visionária
 E pelo seu severo ofício
 A tortura dominando,
 Silêncio e Solidão,
 Oswaldo Gravas.
 (MENDES, 1994).

O que percebemos ao ler este poema é que Murilo Mendes não trata a respeito de uma única obra de Oswaldo Goeldi e em maioria de seus textos críticos, seja em prosa ou poesia é geralmente assim que o poeta irá agir: dando aos seus leitores uma visualização das obras do artista em seu todo, assim como o processo de criação do mesmo. Neste poema, em específico, Mendes intercala elementos temáticos da obra de Goeldi, apresentando figuras que geralmente eram retratadas pelo gravador (“Os peixeiros que partilham peixe e onda; Pássaros de solidões de água e mato; O choque em diagonal de guarda-chuvas; O mergulho em tesoura da gaivota”), com elementos estéticos, aludindo

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

principalmente as cores utilizadas pelo artista (“No preto, no branco, no vermelho, no verde.”). Sendo assim, mesmo que o leitor não conheça de maneira aprofundada a obra goeldiana, é possível compreender seus principais elementos através deste poema.

No verso “Não sujeitas o desenho a gravação”, Murilo Mendes, chama atenção ao processo de gravação de Oswaldo Goeldi. Este artista não iniciou seu ofício diretamente na gravura, mas sim através de ilustrações. O hábito de ilustrar de Goeldi não foi abandonado por ele a partir do momento em que começou a fazer xilogravuras, “fiel a teu ofício”, o artista não talhava diretamente na madeira, mas sim ilustrava muito, as vezes por anos a fio para enfim ter uma base do que gostaria de passar para a placa. Tal hábito foi revelado a Ferreira Gullar, em entrevista, no ano de 1951: “Toda minha gravura é desenhada muitas vezes, tomo apontamentos e só depois, as vezes anos, nasce a gravura.” (GULLAR, 1957). Através desta passagem em poema, concluímos que Mendes conhecia este hábito do gravador.

Além destes aspectos, o poema ainda consegue retratar os sentimentos que já eram caros a obra de Goeldi: Solidão, Abandono e Incomunicabilidade. Tais aspectos podem ser encontrados nos versos: “Gravas o abandonado, o triste, o único”, “Oswaldo Gravas, gravas qualquer solidão.”

De acordo com Lorenzo Mammi (2012), este poema dedicado a Goeldi também marca uma nova postura crítica por parte do poeta:

(...) Enquanto Homenagem a Oswaldo Goeldi é o poema de Mendes em que pela primeira vez pode se detectar uma mudança de postura crítica (por parte do poeta): ao poeta não interessa apenas o repertório de imagens, mas a praxe criativa do artista (...) E sem nenhuma referência iconográfica, os versos tem a dureza enxuta da incisão de Goeldi (...) (MAMMI, 2012).

Além de “Homenagem”, há outro poema de Mendes, no qual, embora não esteja claro que se trata a respeito de imagens goeldiana, pode-se perceber evidências as obras do gravador e que demonstra ainda mais a poesia em forma de crítica de arte feita pelo poeta. O poema chama-se “Estudo quase patético”:

O vento em ré maior
Prepara o temporal
Desfolha as estátuas,

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016*

Parte as hélices dos anjos
 Ah! Quem é que namora
 As filhas dos açougueiros?
 Sempre que passo
 Diante de algum açougue
 Veja a filha do açougueiro
 De olhos baixos, tão tristes

O temporal arranca os postes do lugar
 Os peixes pulam a atmosfera
 A luz elétrica protesta no caos
 As ondas com o trabalho
 Avançam contra o farol,
 Os quatro elementos em itálico,
 Anunciam a vinda do Anticristo
 - Um som de piano
 Se mantêm na desordem –
 Em do reclamo KODAK
 Se lê JUÍZO FINAL,
 Mas eu não posso esquecer
 As filhas dos açougueiros
 (MENDES, 1941).

Neste poema, embora a referência goeldiana não esteja clara, ainda assim é perceptível em alguns versos, como: “O temporal arranca os postes do lugar”. A referência vai além. De acordo com Mammi (2012), a palavra ‘postes’, no verso acima referido, teria sido incluída *a posteriori* em uma nova edição do poema, substituindo a palavra “táxis”, como se Murilo buscasse dar um aspecto goeldiano ao texto.

Através de ambos poemas é possível dizer que Murilo possuía grande interesse pela obra de Goeldi, de forma a entendê-la a partir de pontos específicos, além de admirá-lo como artista, já que, como especificado, o poeta, em sua grande maioria, somente

escrevia textos àqueles caros a sua admiração. E, de fato, Mendes e Goeldi se conheciam, já que o gravador também trabalhou para o Jornal A Manhã e pela existência de fotografias de ambos artistas juntos, em reportagens do Jornal Correio da Manhã. Além, o poema “Homenagem”, na maneira como foi escrito, a partir de versos curtos que apontam elementos opostos (“Preto, Branco”), assemelha-se a uma ode, na qual Murilo celebra a arte e o processo criativo do gravador.

Tais exemplos, demonstram a importância que Murilo Mendes, poeta e crítico de arte, teve não somente para a preservação da Arte Moderna – através de sua própria coleção – mas também a análise crítica da arte brasileira durante o período e que por vezes é esquecido pela História da Arte. Murilo, criou uma crítica de arte moderna, utilizando seu ofício e a própria arte como uma maneira de analisar obras de outros artistas, a sutileza e irreverência de seu trabalho como crítico não deve ser esquecida, já que nos permite ter uma outra visão do que ocorria, tanto no Brasil, como no exterior, em termos de arte moderna. Sua obra e seus textos críticos, porém, ainda precisam ter seus estudos aprofundados.

Referências Bibliográficas

AMOROSO, Maria Betânia. *Murilo Mendes: o poeta brasileiro em Roma*. São Paulo: Editora da Unesp; Juiz de Fora: Museu de Artes Murilo Mendes, 2013.

ARGAN, Giulio Carlo. *Arte Moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

_____. *O Olho do poeta ou les éventails de Murilo Mendes*. Tradução de Murilo Marcondes Moura. Folha de São Paulo, São Paulo, 11 de mai. 1991, caderno Letras, pág. 6.

BRAGA, Rubem. *Goeldi, etc*. Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 6 de março de 1955.

DAIBERT, Arlindo. Caderno de escritos. GUIMARÃES, Julio Castañon (Org.), Rio de Janeiro, Sette Letras, 1995.

ELEOTÉRIO, Maria de Lourdes. *Murilo Mendes, Colecionador*. Remate de Males, Departamento de Teoria literária IEL/UNICAMP, Campinas: UNICAMP, no. 21, 2001.

GULLAR, Ferreira. *Artes Plásticas. Jornal do Brasil*, Suplemento Dominical. Rio de Janeiro: 12 de Janeiro de 1957. Disponível em: <
http://www.centrovirtualgoeldi.com/paginas.aspx?Menu=biografia_entrevista&opcao=EN&pagina=0&iditem=40> . Data de Acesso: 23 de setembro de 2014.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

GUIMARÃES, Julio Castañon. *Murilo Mendes*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. *Territórios e Conjunções: Poesia e prosa críticas de Murilo Mendes*. Rio de Janeiro: Imago, 1993.

MAMMI, Lorenzo. *Murilo Mendes, crítico de arte*. Campinas-SP, (32.1): pp. 81-93, Jan./Jun. 2012

MAURÍCIO, Jayme. *O Itinerário das Artes Plásticas*. O Correio da Manhã, 25 de Outubro de 1955.

MENDES, Murilo. *Convergência*, São Paulo: Cosac Naify, 2014.

_____. *A idade do serrote*. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

_____. *Antologia Poética*. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

_____. *Poesia completa e prosa*. Luciana Stegagno Picchio (Org.). Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.

NEHRING, Marta Moraes. *Murilo Mendes crítico de arte - a invenção do finito*. São Paulo: Nankin Editorial, 2002

A BENGALA DO MUSEU MARIANO PROCÓPIO

Igor Sanches Marini ¹

Ludmila Cristina Silveira¹

Resumo:

Este artigo tem como intenção estudar uma das bengalas encontradas no acervo do Museu Mariano Procópio (MMP), localizado em Juiz de Fora, Minas Gerais. Para isso, propõe-se uma investigação por meio da análise imagética, e da busca em meios como catálogos, artigos, internet e livros, levantando assim, hipóteses pertinentes sobre o artefato. Mediante aos dados encontrados no Catálogo MAPRO e no Catálogo de Objetos Pessoais do MMP tem-se os pontos de partida: a imagem da bengala em questão, a qual possui, em sua extensão, a efígie de Dom Pedro II; e as duas inscrições gravadas no objeto. Deste modo, indica-se o possível emprego da bengala como um método de preservar a figura de Dom Pedro II, e apresenta-se suposições quanto às inscrições achadas no objeto, relacionando-as com o botânico João Barbosa Rodrigues, o município de Lambari/MG, e com o Imperador.

Palavras-chave: Museu Mariano Procópio. Bengala. Dom Pedro II. João Barbosa Rodrigues.

Abstract:

This article intends to study one of the walking sticks found in Mariano Procópio Museum's (MMP) collection, located in Juiz de Fora, Minas Gerais. For this purpose, an investigation is proposed based on image analysis and a search of catalogs, articles, internet and books. Thus, formulating hypothesis pertinent to the artifact. The starting point is obtained through data found in MAPRO Catalog and Personal Objects of MMP Catalog which is: the walking stick in question, which has the effigy of Dom Pedro II in its entirety, and two inscriptions engraved on the object. Thereby, it shows the possible use of the walking stick as a method of preserving the image of Dom Pedro II, and assumptions are made regarding the inscriptions found on the object connecting them to the botanist João Barbosa Rodrigues, Lambari town/State of Minas Gerais and the Emperor.

Keywords: Mariano Procópio Museum. Walking stick. Dom Pedro II. João Barbosa Rodrigues.

Dentre as muitas pinturas, esculturas e objetos do Museu Mariano Procópio (MMP), a curiosa bengala, entre outras encontradas no catálogo MAPRO do Banco Safra, chama a atenção. O interesse surge, não só por essa peça fazer parte do vasto acervo do

¹ Graduando do Bacharelado Interdisciplinar em Artes e Design do Instituto de Artes e Design da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Museu e não possuir muitas informações, mas também por demonstrar uma aparência menos rebuscada em comparação às outras, e conter um detalhe atípico: a efígie de Dom Pedro II em sua extensão.



Figura 1 - Imagem das quatro bengalas pertencentes ao acervo do Museu Mariano Procópio, encontradas no catálogo MAPRO. Da esquerda para a direita, a terceira foi a escolha de objeto de estudo deste artigo.

Fonte: Catálogo MAPRO, Banco Safra, 2006: 284.

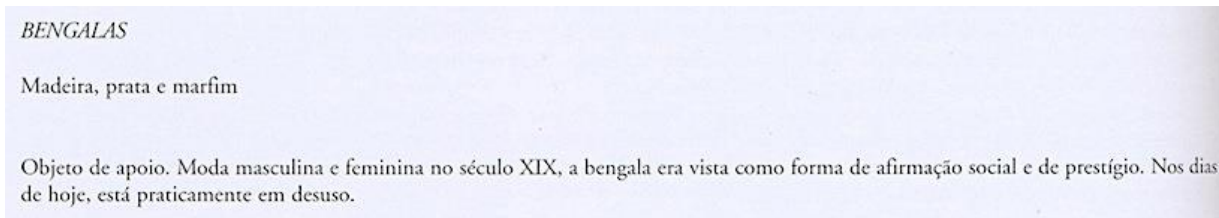


Figura 2 - Breve e única informação que acompanha a imagem das bengalas.

Fonte: Catálogo MAPRO, Banco Safra, 2006: 284.

Sem pistas sobre os motivos e caminhos que teriam levado esse artefato ao Museu, a pesquisa identifica que a bengala de 94 cm, feita de madeira pintada e envernizada,

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

contém ainda, abaixo da efígie, duas inscrições²; à esquerda: “Águas Virtuosas. J. Barb. Rod. Irmãos” que seria a marca; e à direita a frase: “O immortal D. Pedro II”. Essas inscrições nortearam grande parte da pesquisa e foram pontos de partida para o levantamento de várias e relevantes hipóteses.



Figura 3 - Detalhe das inscrições na bengala, as quais se localizam logo abaixo da efígie.

Fonte: Fotos cedidas pelo Museu Mariano Procópio.

O immortal D. Pedro II

Tanto a inscrição – ao lado esquerdo da bengala –, quanto a efígie de Dom Pedro II, podem estar associadas à conservação da imagem do Imperador do Brasil, visto que, com o intuito de ser conhecido, reconhecido e eternizado, sua imagem era difundida e multiplicada em meio a objetos da própria corte e também da população.

² Segundo o Catálogo de Objetos Pessoais do Museu Mariano Procópio. Acessado por meio de visita técnica em 08 de julho de 2016.

A representação da monarquia encontrará, ainda, espaços inusitados para a sua difusão. Nos objetos de uso pessoal, nas peças da casa, a presença do casal imperial é uma constante. Em lençinhos, leques, jogos de baralho, broches, nas pratarias e nas louças, multiplicava-se a imagem da realeza, como se ela ganhasse o dia-a-dia e penetrasse nos locais de maior intimidade. A memória entra no cotidiano, que se vê tomado pela representação de d. Pedro: mecanismos de construção e manutenção de sua figuração pública. (SCHWARCZ, 1998: 508-509).

O livro “As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos” de Lilia Moritz Schwarcz, apresenta, entre outros objetos, a bengala estudada neste artigo como uma das peças de uso pessoal de D. Pedro, ou uma das que se difundiram pela corte e pelo país, levando as marcas do Império Brasileiro e de seu representante. Segundo a autora, não havia possibilidade de controle sob todos os elementos produzidos e reproduzidos para este fim, e deste modo, saber com certeza a quem pertenciam é uma difícil tarefa, já que, também o próprio Imperador distribuía fotos e presentes para que todos soubessem e disseminassem sua magnitude.

Se alguns objetos são de uso popular, e com certeza recriada fora do estrito controle da família imperial, outros fazem parte da coleção privada do soberano, e outros ainda consistem em presentes do monarca à sua ‘corte’. [...] O Imperador distribuía, ainda, fotos suas — em cujo verso havia dedicatórias —, broches e berloques que os agraciados consideravam talismãs. (SCHWARCZ, 1998: 515-516).

Assim sendo, a bengala, igualmente a muitos outros objetos, poderia ter sido utilizada como forma de levar a imagem, e garantir a imortalidade e glória de um grande ícone da época, o Imperador D. Pedro II.

Águas Virtuosas J. Barb. Rod. Irmãos

Concordando com o “Catálogo de objetos Pessoais do MMP”, o qual trazia a inscrição – do lado direito – como marca da bengala, partiu-se em busca de qualquer vestígio que pudesse identificar seu fabricante, e para isso, optou-se pela pesquisa na internet e fragmentação do termo, visto que, quando procurado de forma totalitária não retornava resultados significativos, e ainda que, analisando a imagem, o período “Águas Virtuosas” parece ser independente de “J. Barb. Rod. Irmãos”.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

Contudo, além do fragmento “Águas Virtuosas” não mostrar relação alguma com marca, indústria ou fabricante, descobriu-se, em consulta online ao Anuário Estatístico de Minas Gerais de 1922 a 1925 e à Biblioteca do IBGE, que até 1930, Águas Virtuosas foi nome de um município do estado de Minas Gerais, o qual, atualmente, chama-se Lambari. E assim, supõe-se que a inscrição “Águas Virtuosas” não se refira a uma marca, e sim a um município.

Desta forma, examinando mais afundo possíveis significados para a abreviação: “J. Barb. Rod. Irmãos”, identificou-se a denominação de uma figura de importante cunho social, o botânico e naturalista João Barbosa Rodrigues³. Vale ressaltar que não foram encontradas relações entre João Barbosa Rodrigues e a palavra “Irmãos”, mas a pesquisa seguiu em frente, ao passo que foram encontrados fatos que pudessem fundamentar a hipótese desse ser o nome gravado na bengala.



Figura 4 - João Barbosa Rodrigues, entre 1890 e 1909, em seu gabinete de pesquisa.

Fonte: <http://jbrj.gov.br/jardim/historia>

³ Embora não houvesse formação acadêmica, João Barbosa Rodrigues exerceu ainda as funções de engenheiro, antropólogo, etnógrafo, e arqueólogo.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

Nascido em 1842, filho de comerciante português e mãe brasileira com ascendência indígena, João Barbosa Rodrigues teria sido criado em Campanha na província de Minas Gerais⁴, município vizinho a Lambari, o qual, na época, recebia o nome de Águas Virtuosas. Segundo Santos (2016), Águas Virtuosas e Campanha tinham uma forte relação, tanto que a origem de Águas Virtuosas estaria ligada ao nascimento de Campanha. “À medida que crescia, Campanha assistiu ao surgimento, em seu território, de povoação que originaram várias cidades sul mineiras, entre elas, Lambari” (SANTOS, 2016: 272).

Observando o elo entre ambas as cidades, é possível pressupor que João Barbosa Rodrigues tenha estado em constante contato com Águas Virtuosas, ou até mais, que ele tenha nascido e/ou vivido, na verdade, em Águas Virtuosas, antes que o município se tornasse independente a Campanha e, por isso, se justificaria a dificuldade em encontrar com exatidão seu local de nascimento e criação. Fundamentando essas primeiras suspeitas, o nome “João Barbosa Rodrigues” aparece numa relação dos eleitores de Águas Virtuosas, de 1898⁵. A lista encontrada traz também a associação das profissões exercidas por cada eleitor, e nela, o nome “João Barbosa Rodrigues” aparece vinculado ao cargo de artista. Acredita-se que o botânico e o artista possam ser a mesma pessoa, pois, além de existirem diversos desenhos científicos de sua autoria – predominantemente sobre plantas –, Barbosa Rodrigues, não só, teve sua formação em Desenho no antigo Instituto Comercial do Rio de Janeiro, como também, iniciou sua carreira como professor de desenho no Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro⁶.

Portanto, a hipótese de vínculo entre Águas Virtuosas e João Barbosa estaria consolidada em argumentos pertinentes, mas qual a relação desta personalidade com D. Pedro II e/ou com uma bengala?

⁴ Segundo o documentário “Grandes cientistas brasileiros - João Barbosa Rodrigues”, exibido pelo programa Globo Ciência em 17 de novembro de 2009. E segundo a Revista Brasileira de História da Ciência v. 5, suplemento, 2012.

⁵Situada no livro “Lambari: redescobrimo a história” de Luiz Carlos R. Santos, 2016. p. 208.

⁶ Segundo a Revista Brasileira de História da Ciência v. 5, suplemento, 2012, João Barbosa teria cursado ainda Economia Política.

Juntando os fatos

A maturidade de Barbosa Rodrigues tem como coincidência o reinado de D. Pedro II⁷, comprovando que o imperador e o botânico eram contemporâneos e tiveram a oportunidade de conviver em um mesmo tempo.

Guilherme Schüch, mais conhecido como Barão de Capanema, foi um dos mentores e amigos de João Barbosa. O Barão teria sido um dos que despertaram o interesse de João Barbosa pela ciência natural, facilitando sua entrada no meio, financiando algumas de suas pesquisas, mesmo com a ausência de formação acadêmica. Ao mesmo tempo, Barão de Capanema era amigo de infância de D. Pedro II e portava de grande influência na corte, o que poderia ter ocasionado a aproximação do botânico com o Imperador.

Segundo Sá (2001), Schüch, juntamente com outros membros da comunidade científica, estaria insatisfeito com os privilégios e acesso às informações científicas retidas em instituições locais, concedidos pelo governo a estrangeiros, e com o descaso com o trabalho científico desenvolvido pelos brasileiros, e assim, apostou em João Barbosa, indicando-o para expedições na Amazônia, financiadas pelo governo com o propósito de estudar a flora, revendo, atualizando e ampliando o conhecimento das palmeiras, antes explorado e publicado por estrangeiros que lá estiveram.

Mesmo com a falta de credibilidade da comunidade científica e do governo brasileiro, aos poucos Barbosa foi ganhando reconhecimento. Em certa ocasião, segundo seu bisneto Ronaldo Pereira Rego⁸ (2009), João Barbosa teria sido chamado, a pedido de D. Pedro II e da Princesa Isabel, para intervir a favor da pacificação dos Crichanás, uma tribo indígena, que se localizava nas atuais regiões sul de Roraima e norte do Amazonas, e estaria provocando matanças em guerrilhas contra os brancos de cidades próximas, mas que graças à pacificação “acabou se civilizando e formando parte da população de Manaus” (REGO, 2009).

⁷O reinado de Dom Pedro II se dá de 1831 a 1889, enquanto João Barbosa Rodrigues nasce em 1842 e vive até 1909.

⁸ Em entrevista concedida ao documentário “Grandes cientistas brasileiros - João Barbosa Rodrigues”, exibido pelo programa Globo Ciência em 17 de novembro de 2009.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

Em 1878, João estudou sobre o curare, um poderoso veneno conhecido pelos indígenas da América do Sul, sobre o qual fez uma conferência em presença de D. Pedro II⁹.

Em 1882, por indicação do Barão de Capanema e intermediação da Princesa Isabel, foi fundado o Museu Botânico do Amazonas, em Manaus, no qual João Barbosa Rodrigues foi o primeiro e único diretor, até a sua extinção, sete anos depois.

Voltando ao Rio de Janeiro, em 1890, já com sua carreira consolidada, João Barbosa Rodrigues recebeu a nomeação de diretor do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, cargo que ocupou até sua morte, em 6 de Março de 1909, e que outrora foi preenchido pelo Barão de Capanema. Após assumir a direção, o botânico teria criado o Herbário do Jardim Botânico, o qual foi constituído inicialmente com 25.000 amostras doadas por D. Pedro II¹⁰. É dessa associação que se origina a mais evidente pista de um contato mais próximo com o Imperador: uma carta, de João Barbosa Rodrigues em resposta a Dom Pedro II¹¹, o qual já exilado, confia ao botânico os cuidados do Herbário. Nesta carta, João Barbosa escreve:

Rio de Janeiro, 13 de julho de 1891.

Venho respeitosamente cumprimentar Vossa Magestade. Se mais vezes não o faço é por me ser quasi impossivel fazer chegar às vossas Augustas Mãos minhas lettras, por falta de portador seguro. Aproveito agora a partida do Snr Conselheiro Silva Costa para se portador desta.

Devo comunicar à Vossa Magestade que me procurando o mesmo Snr para saber se eu queria tomar conta do herbário de Vossa Magestade, de todo o coração acceitei para conserva-lo com amor e cuidado.

[...]

Cumprindo as ordens de Vossa Magestade escolhi uma sala especial e biblioteca e herbario ficarão sob a denominação de Collecções de S. M. a Imperatriz D. Thereza Christina Maria. N'esta mesma sala vou collocar a effigie d'esta mesma Augusta Senhora, de saudosa memoria. Espero que este meu acto merecerá aprovação de Vossa Magestade.

[...]

Vae longa esta, Imperial Senhor, por isso me permita que para não abusar da bondade de V. M. eu ainda uma vez apresente os meus protestos de firmeza aos principios monarchicos e de fidelidade e lealdade à Augusta Familia da qual Vossa Magestade é principal representante.

[...]

J. Barbosa Rodrigues. (Revista de História da Biblioteca Nacional, 2013)

⁹ Segundo escreve seu amigo Ihefing a Revista do Museu Paulista, logo após sua morte, em 1911.

¹⁰ Coleção essa coletada e descrita pelo naturalista francês Antoine-Laurent Fée (1789-1874), adquirida por D. Pedro II na segunda metade do século XIX.

¹¹ Segundo traz o site Revista de História da Biblioteca Nacional, em seu artigo “Carta de Barbosa Rodrigues a d. Pedro II”, 2013.

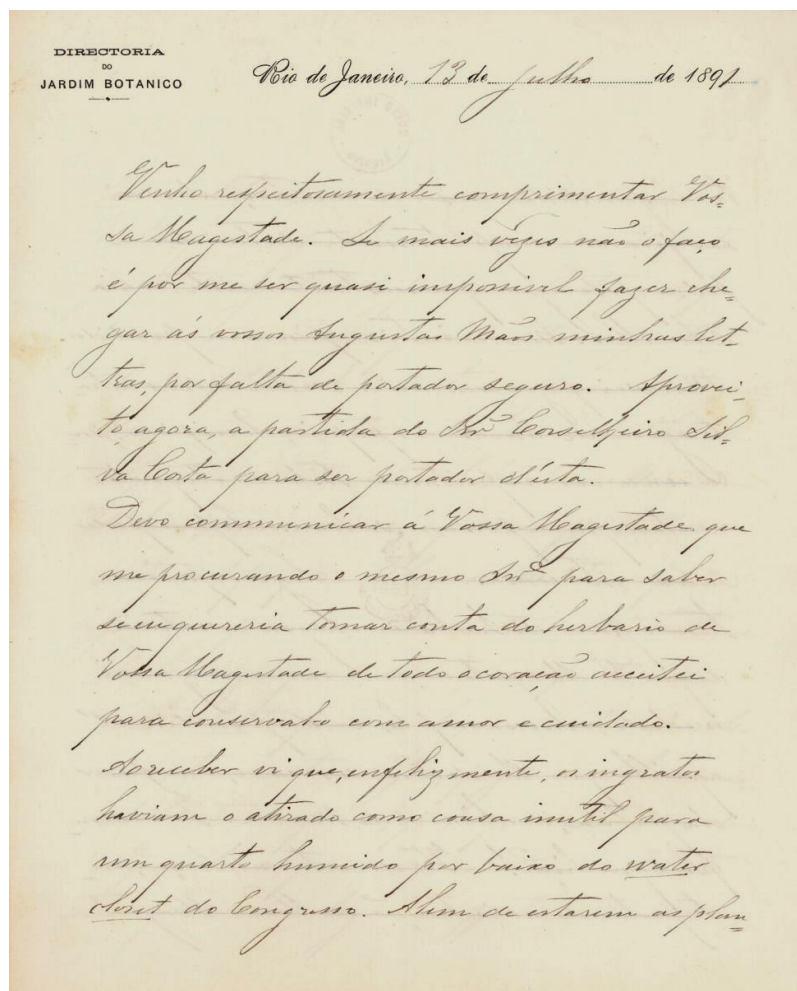


Figura 5 - A carta escrita por João Barbosa Rodrigues endereçada a D. Pedro II.

Fonte: <http://www.rhbn.com.br/secao/artigos/carta-barbosa-rodrigues>

Afirmando a veracidade da carta, no artigo “Cartas valiosas: a correspondência de Felipe Lopes Netto e João Barbosa Rodrigues para Enrico Hyllier Giglioli” de Antonio Carlos Sequeira Fernandes & Vittorio Pane, foi encontrada uma comparação entre os três timbres utilizados por João Barbosa (Figura 6); o de uso pessoal datado em 1876; o do Museu Botânico do Amazonas, em 1886; e o do Jardim Botânico do Rio de Janeiro em 1898.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
 “O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
 Juiz de Fora, 2017, 1554p.
 ISSN: 2317-0468
 17 a 21 de outubro de 2016



Figura 6 - Comparação de timbres usados por João Barbosa Rodrigues.

Fonte: FERNANDES & PANE, 2012

Ao longo de sua carreira, Barbosa Rodrigues catalogou de mais de 900 espécimes variadas ao redor do território brasileiro, criou a revista *Vellozia*, escreveu uma valiosa monografia sobre orquídeas, publicou diversos trabalhos, sendo uma de suas obras-primas o *Sertum Palmarum Brasiliensium* – o qual continha 174 figuras coloridas feitas de seu próprio punho e foi impresso na Bélgica a mando do governo brasileiro –, foi reconhecido na Europa, e homenageou grandes nomes brasileiros, dedicando-lhes alguns gêneros de orquídeas:

Barbosa Rodrigues, também reconhecido pelos favores recebidos de algumas pessoas especiais que, direta ou indiretamente, sempre o apoiaram, não se esqueceu de homenageá-las, eternizando-as na denominação de alguns gêneros de orquídeas, tais como Isabelia, em homenagem à princesa Isabel; Capanemia, dedicado ao seu mecenas barão de Capanema; Orleanesia, lembrando o nome do príncipe Gastão de Orleans, conde d'Eu, amador e protetor da floricultura no Brasil; o gênero Petronia, homenageando o imperador D. Pedro II; e Regnellia, dedicando o nome ao ilustre botânico sueco Anders Fredrick Regnell, de quem Barbosa Rodrigues recebeu grande estímulo no estudo das orquídeas. (RODRIGUES, 2012:35)

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
 “O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
 Juiz de Fora, 2017, 1554p.
 ISSN: 2317-0468
 17 a 21 de outubro de 2016

Seu trabalho como cientista botânico é referência ainda hoje, sendo base para diversos naturalistas ao redor do mundo durante os últimos 100 anos, e este fato, pode ter tornado a posse da bengala muito mais interessante aos olhos de Alfredo Ferreira Lage, visto não ser apenas um item que porta a efígie do Imperador, e sim um artefato que conta parte da História Nacional, e também da ilustre figura de João Barbosa Rodrigues.

Quanto ao motivo de todas essas informações estarem contidas em uma bengala, um singelo objeto de apoio, ainda é um enigma. Muitas especulações existem, mas nada forte o suficiente a ponto de passar das ideias para o papel.

Considerações Finais

Com a elaboração desse artigo pode-se perceber que, mesmo sem ainda ter sido finalizada, a pesquisa permitiu a abertura de inúmeras possibilidades, extraindo de um simples objeto uma parte da História de Minas Gerais e do Brasil.

Não se ater apenas aos dados coletados e partir para as suposições foi uma importante forma de construir e consolidar esse artigo, e com isso, traçar linhas interligando as informações. Deste modo, os resultados alcançados, até o momento, são de extrema importância para futuras investigações e, ainda, deixam grandes lacunas a serem preenchidas.

Fontes

Catálogo MAPRO. O Museu Mariano Procópio. São Paulo: Banco Safra, 2006.

Departamento Estadual de Estatística. **Anuário Estatístico de Minas Gerais 1922 - 1925.** Belo Horizonte, v. 2, 1922-1925. Disponível em: <http://archive.org/details/anuario1922mg>. Acessado em 04 de jul. 2016.

FERNANDES, Antonio Carlos Sequeira; PANE, Vittorio. Cartas valiosas: a correspondência de Felipe Lopes Netto e João Barbosa Rodrigues para Enrico Hyllier Giglioli. **Filosofia e História da Biologia**, v. 7, n. 2, p. 157-180, 2012. Disponível em: http://www.abfhib.org/FHB/FHB-07-2/FHB-7-2-02-Antonio-Carlos-Sequeira-Fernandes_Vittorio-Pane.pdf. Acessado em: 15 de jul. 2016.

Grandes cientistas brasileiros - João Barbosa Rodrigues. Direção: Fundação Roberto Marinho. In: **Globo Ciência 2009**. 25 min, color. Disponível em:

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

<http://redeglobo.globo.com/globocidadania/videos/v/grandes-cientistas-brasileiros-joao-barbosa-rodrigues/1498806/>. Acessado em: 10 de jul. 2016.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística| Biblioteca. **Lambari Minas Gerais - MG Histórico**. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/minasgerais/lambari.pdf>. Acessado em 04 de jul. 2016.

IHERING, Hermann von. João Barbosa. **Revista do Museu Paulista**. São Paulo, v 8. 1911. Disponível em: http://biblio.wdfiles.com/local--files/ihering-1911-barbosa/ihering_1911_barbosa.pdf. Acessado em 05 de jul. 2016.

JARDIM BOTÂNICO DO RIO DE JANEIRO. **Herbário**. Disponível em: <http://dipeq.jbrj.gov.br/estrutura-e-colecoes/herbario/>. Acessado em: 17 de jul. 2016.

MELO, Alice. **O jardim secreto do imperador**. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos-revista/o-jardim-secreto-do-imperador>. Acessado em: 15 de jul. 2016.

MUSEU MARIANO PROCÓPIO. Catálogo de Objetos Pessoais. Juiz de Fora. Acessado em: 08 de jul. 2016.

REVISTA DE HISTÓRIA DA BIBLIOTECA NACIONAL. Carta de Barbosa Rodrigues a d. Pedro II. Disponível em: <http://www.rhbn.com.br/secao/artigos/carta-barbosa-rodrigues>. Acessado em: 15 de jul. 2016.

SÁ, Magali Romero. O Botânico e o mecenas: João Barbosa e a ciência no Brasil na segunda metade do século XIX. In: **História, Ciências, Saúde**. v. 8, suplemento. Rio de Janeiro, 2001. p. 899-924. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v8s0/a06v08s0.pdf>. Acessado em: 09 de jul. 2016.

SANTOS, Luiz Carlos R. Lambari: Redescobrimo a história. **Clube de Autores**, 2016. 414 p. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=AptkDAAQBAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false>. Acessado em: 05 de jul. 2016.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE HISTÓRIA DA CIÊNCIA. **Revista Brasileira de História da Ciência**. v. 5, suplemento. Rio de Janeiro: SBHC, 2012. 128 p. Disponível em: https://www.jbrj.gov.br/sites/all/themes/corporateclean/content/publicacoes/SBHC%202012_suplemento.pdf. Acessado em: 09 de jul. 2016.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Um monarca-cidadão. In: _____. **As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 487-517. Disponível em: http://www.usp.br/cje/anexos/pierre/asbarbasdoimperador_lilia_moritz_schwarcz.pdf. Acessado em 08 de jul. 2016.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. "O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História", Juiz de Fora, 2017, 1554p. ISSN: 2317-0468 17 a 21 de outubro de 2016

Entre Aby Warburg e Walter Benjamin: uma imagem e seus movimentos

Andreia de Freitas Rodrigues¹

Resumo:

Este ensaio procura estabelecer uma compreensão sobre algumas ideias propostas por Aby Warburg e Walter Benjamin, a partir de notas e apontamentos realizados durante a leitura dos diversos textos dos pesquisadores alemães. Entendendo como tais pensamentos se entrecruzam e complementam um ao outro, o que renovou o paradigma historiográfico e crítico da História da Arte, perpassando todo século XX até a contemporaneidade, as possíveis assertivas extraídas da leitura serão cotejadas com algumas obras de arte, permitindo a prática do exercício reflexivo articulado pelos autores alemães.

Palavras Chave: Arte, ruínas, imagem.

Abstract:

This essay tries to establish an understanding about some ideas proposed by Aby Warburg and Walter Benjamin, from notes realized during the reading of the diverse texts of the German researchers. Understanding how such thoughts intersect and complement each other, which renewed the historiographic and critical paradigm of Art History, spanning all twentieth century until the present time, the possible assertions extracted from the reading will be compared with some works of art, allowing the practice of the reflexive exercise articulated by the German authors.

Keywords: Art, ruins, image.

O projeto inicial tanto de Walter Benjamin quanto de Aby Warburg, podemos dizer, *grosso modo*, esperava corrigir uma ideia universal, generalista e generalizada, desviando o conceito de História da Arte como sucessão temporal de acontecimentos lineares, reparando e minimizando, assim, distorções teóricas reconhecidas e difundidas desde o Século XIX. Ambos partem da reunião de um conjunto de fragmentos, pinçados em diferentes períodos do passado histórico, que (re) organizados e (re) trabalhados em um campo transitório, permitem inserções de fragmentos do agora (presente), metodologia de montagem de tempos heterogêneos.

Na interpretação dos autores alemães, a concepção da imagem, no campo da História da Arte, faz parte de uma experiência estética que, associada a novos dispositivos

¹ Doutoranda PPGArtes/UERJ - afreitasrodrigues@yahoo.com.br

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

técnicos, desloca o espaço crítico, reconhecendo um tempo histórico que não se submete a um ordenamento linear, mas sim a uma refinada relação entre o passado e o presente. Para Benjamin, se tratava da imagem dialética, para Warburg, de imagem sobrevivente. Consciente das devidas diferenças entre as abordagens dos autores, é possível inferir, contudo, questões que se conectam e levantam reflexões próximas, pontos de confluência entre diferentes teorias da história, do conhecimento e da imagem, encontrando então, a obra de arte (imagem) no ponto central, entre o anacronismo e a historicidade que emergem a partir da própria imagem. Assim o ato ver se abre para um espaço entrecortado por distâncias contraditórias que se experimentam dialeticamente.

A natureza anacrônica das imagens justapõe temporalidades diferentes, mitos e memórias diversas, em um fluxo atemporal, cíclico, eterno. Benjamin identifica dois momentos principais: a origem, exuberância instantânea do relâmpago, a fulguração (potencia originária do ponto que funda o acontecimento) e seu possível desdobramento crítico-teórico. Assim propôs novos modelos de tempo, de conhecimento histórico. O entendimento da imagem passa por uma interpretação do passado e presente: este determina no objeto do passado o ponto onde divergem sua história anterior e posterior. As relações entre as experiências e a construção do saber histórico instauram uma ordem de conhecimento que chega ao presente após um processo de fragmentação, entre camadas e ruínas.

Preocupação constante na obra de Benjamin, a ruína tornou-se elemento fundamental para o entendimento de seu pensamento sobre a história: escrita pelo acúmulo das experiências, interrupções, (des) continuidades que se sucedem em um processo não linear, onde “como ruína, a história se fundiu sensorialmente com o cenário” (BENJAMIN: 1984, p. 200). Benjamin recompõe e desloca o impacto causado pelas distorções conceituais históricas, demonstrando que, é no Barroco (e suas ressonâncias na modernidade) que as imagens (literárias ou plásticas) se desenvolvem em cenários fragmentados, repletos das ruínas que restaram da Antiguidade, Idade Média, do Renascimento. Benjamin presente, na arte seiscentista, a melancolia que advém da constatação dessas rupturas, da fragmentação do conhecimento. É no século XVII que o

sentimento melancólico projeta o andamento da civilização, catástrofe contínua que exhibe frações da história individual ou de um povo.

A história da arte começa na imagem (obra). O objeto histórico é a origem e o centro da reflexão, que propõe a desagregação narrativa em detrimento de uma montagem a partir de estilhaços, possibilitando várias construções, novas formas, intensidades, cortes e (re) montagens diversas. Em sua introdução ao Atlas Mnemosyne, Aby Warburg, reconhece e propõe novas formas de lidar com as imagens e fragmentos do passado:

El Atlas Mnemosyne se propone ilustrar con sus imágenes este proceso, que podría verse como un intento de reanimar valores expresivos predefinidos en la representación de la vida en movimiento. Con su copio de imágenes 'Mnemosyne' quiere ser ante todo un inventario de los modelos antiquizantes preexistentes que influyeron en la representación de la vida en movimiento y determinaron el estilo artístico en la época del Renacimiento.(WARBURG: 2010, p. 3).

Warburg opera o conceito de imagem sobrevivente: a arte morre, a arte (re) nasce (DIDI-HUBERMAN: 2013, p.13). Constatando que a tradicional história da arte parte de uma série de 'constantes' de um período ou padrão, norteado por um ideal de beleza, em modelos temporais e estéticos, Warburg propõe um deslocamento, uma desconstrução de fronteiras disciplinares, que analisam a imagem a partir daquilo é visto, um processo de empatia (também lembrado por Benjamin), um saber disciplinar em movimento, que se aproxima da imagem dialética benjaminiana. Para Warburg, o Renascimento retoma da Antiguidade o *phatos*, algo relativo à intensidade das emoções ou mímica intensificada de gestos, o que identifica como sintoma, elementos anacrônicos da cultura. E são estes elementos que estão em um fluxo constante, sincrônico e diacrônico, de 'eterno retorno', a 'massa compressora de impressões' que trazem em si uma ampla (re) configuração de formas, estéticas, poéticas, que se deixam ocultar em determinados pontos da história, para ressurgir em outros tempos.

Em 1514, Albrecht Dürer produzia sua célebre gravura *Melencolia I*. Nela, a imagem pensativa do gênio feminino alado imóvel, sentado e desolado, desnordeado, sonhando com as nuvens, em meio a uma arquitetura inacabada, que se eleva sobre um mar noturno e vazio, iluminado pela luz de um cometa, ilustra o caráter fundamentalmente

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
"O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História",
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

enigmático do humor melancólico. Enquanto tipos ardorosos, coléricos e fleumáticos continuam vivendo suas vidas, a melancolia simplesmente permanece sentada e pensando. Pensando em algo sem sentido, sem esperança, compartilhando um sentimento de tristeza e desolação, declarando ambígua e misteriosa a natureza e o sofrimento da introspecção. Está rodeada de objetos que simbolizam a busca do conhecimento, mas aos quais ela não parece dar importância, ou antes, se interroga sobre sua real utilidade. Seu rosto apoiado na mão não deixa de ser o gesto simbólico do *savant fatigué* que se pergunta para quê, afinal, serve tudo aquilo. É de resto um personagem bastante representativo de uma época em que o desenvolvimento do conhecimento é promissor, mas também confuso e que, portanto, não consegue apontar para uma direção certa e segura, não consegue mostrar sua própria utilidade, nem cumprir suas promessas, mostrando assim a impotência daquele que imaginava poder construir o novo.



Figura 01: Albrecht Dürer: *Melencolia I*, 1514
Gravura, 24 x 18,9cm

<http://www.albrecht-durer.org/>, acesso em 10/10/2016.

Na sessão 9 do texto ‘Sobre o conceito da História’, Benjamin recorre ao *Angelus Novus*, quadro de Paul Klee (1920), que mostra o anjo que sobrevoa o presente, para

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
 ISSN: 2317-0468
 17 a 21 de outubro de 2016

mostrar as ruínas que se acumulam ao longo do caminho histórico e que impotente, continua, empurrado (o anjo) pelo vento do progresso (futuro).

“Seu rosto está voltado para o passado. Onde nós percebemos uma cadeia de acontecimentos, ele vê uma catástrofe única, que mantém em meio aos escombros e atira-lo na frente de seus pés. O anjo gostaria de permanecer, despertar os mortos, e fazer todo o que foi destruído. Mas uma tempestade sopra do Paraíso; ele foi pego em suas asas com tal violência que o anjo não pode mais fechá-las. Inevitavelmente, a tempestade o arrasta para o futuro para o qual ele está de costas, enquanto o amontoado de escombros diante dele cresce em direção ao céu. Esta tempestade é o que chamamos progresso.” (BENJAMIN: 1987, p. 226).

A melancolia está inscrita na existência inevitável e inexorável, no aqui agora do presente. Tanto em Dürer (Figura 01) quanto em Klee (Figura 02), o anjo está oprimido pelo peso, imobilizado. Se a primeira figura do anjo não encara o que está à sua frente, seus olhos desviados para o lado apreciam com enorme pesar o presente, a segunda está obrigada a acompanhar, arrebatada, o esfacelamento do passado. Apenas o vazio pode ser sugerido por suas introspecções. Em meio a todos os objetos que se espalham ou se acumulam ao longo das obras, há um rastro de ruínas: toda sabedoria acumulada e conquistas desmoronam diante de incertezas.



Figura 02: Paul Klee: *Angelus Novus*, 1920
Pastel, nanquim e aquarela sobre papel, 31,8 x 24, 2cm
<http://www.paul-klee.org/angelus-novus/>, acesso em 10/10/2016.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

Considerando as atribuições cronológicas de passado, presente, futuro, a melancolia se constroem em polos que oscilam entre a nostalgia e a apatia. Para cada ponto no tempo, há uma diferença notável nas atitudes e predisposições de cada sociedade e seus objetos, suas imagens. Se o passado está dado e é conhecido, os componentes do futuro são variáveis, menos definidos. O peso e a imobilidade da figura de Dürer ou a frustrada tentativa de retorno do anjo de Klee, têm a pretensão de abandonar o sentido unidirecional do progresso, que como uma flecha, impulsiona inexoravelmente para frente, seguindo a marcha do tempo.

Em 1937, Max Ernst pintou o *L'Ange du foyer* (Figura 03): um anjo fantasmagórico, com uma cabeça animal, composto de partes sobrepostas, dança sobre um campo vazio. Werner Spies mostra que Ernst trabalha com uma reinterpretação da iconografia da acedia, mal que acometia os monges anacoretas, quando se retiravam para o deserto, local de solidão, de meditações e penitências. Diferentes aspectos da tentação de Santo Antônio (Santo Antão) são discernidos em Ernst, que atualiza as figuras bestiais que atormentam o santo, resultando em um vertiginoso deslocamento entre temas de crueldade e vitalidade, desespero e fúria, destruição e ação política, derrota e doença, razão e irracionalidade, totalitarismo e surrealismo (SPIES: 2005, p. 62). *L'Ange du foyer*, assim como outras obras da época, é decididamente marcada por regimes totalitários, exemplo da 'pintura histórica' no contexto surrealista, ponte para a modernidade, que traz na imagem um reflexo igualmente deprimido e furioso. Participam ainda deste conjunto de imagens, *La Peste*, de Arnold Böcklin, óleo em tela de 1898 e *La Guerre*, gravura de 1905, de Alfred Kubin. Nesta, a efígie mascarada e armada atravessa impetuosa, uma paisagem devastada. Naquela, a peste sobrevoa uma cidade habitada pela morte. Ambas as figuras não dirigem o olhar para trás, pois sabem que seu rastro é ruína e desolação, mas isso não impede que continuem, vigorosamente, seus caminhos de destruição. Suas armas lembram a foice, instrumento que acompanha representações tanto da morte, quanto de Saturno (Cronos), o deus do tempo, aquele que devora os próprios filhos ou o astro distante que governa os melancólicos, nascidos sob seu signo.



Figura 03: Max Ernst: *L'Ange du foyer*, 1937
Óleo sobre tela, 114 x 146cm. Coleção Privada.

<https://artblart.com/tag/max-ernst-lange-du-foyer-le-triomphe-du-surrealisme/>, acesso em 10/10/2016.

As imagens, principalmente após as devastações causadas pela guerra, argumentam não a favor do progresso, como ele se impõe. Há um ‘apagamento’ que se constitui de ruínas acumuladas, construindo outras narrativas. Qual o sentido de tudo isso? Como chegamos a este ponto? Anselm Kiefer (Figura 04) situa bem estas questões. Seu anjo, com asas de chumbo, paira sobre uma pilha de livros queimados e cadeiras dobráveis que se acomodam sobre uma base de resina impregnada de cinzas. Há uma conexão entre Dürer, Klee, Ernst e Kiefer: um futuro incerto. Para Dürer, conviver com os primórdios da reforma protestante significou um rompimento brusco com diversas questões que permeavam seu trabalho até ali, seu anjo não encara nem o passado, nem o futuro. Permanece dividido. Klee projeta seu anjo no rescaldo da primeira grande guerra. Enquanto olha para trás, está impossibilitado de ver o futuro, temeroso do rastro que o acompanha. O anjo fantasmagórico de Ernst dança sobre cadáveres e escombros. Para Kiefer, o anjo perde seu rosto diante de todos os acontecimentos passados. Não enxerga nenhum futuro depois das atrocidades.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
 Juiz de Fora, 2017, 1554p.
 ISSN: 2317-0468
 17 a 21 de outubro de 2016

A evolução tecnológica, além do progresso, também desumaniza, fragmenta uma paisagem decrépita, ecoando o aviso de Heinrich Heine: " Onde se queimam livros, acaba-se queimando pessoas."² A melancolia parece impressada entre o passado acumulado e o futuro desconhecido.



Figura 04: Anselm Kiefer: *A language of the birds*, 2013
Chumbo, metal, madeira e gesso. 325 x 474 x 150 cm. Coleção Privada. © Anselm Kiefer. Fotografia: Anselm Kiefer.
<https://www.royalacademy.org.uk/article/anselm-kiefer-a-beginners-guide>, acesso em 10/10/2016.

O humor saturnino se impõe diante da alma desolada pela inexorabilidade do destino, resultando em apatia, em sentimento de inutilidade para todo esforço do homem, desmotivando qualquer ação. Dissolve os limites entre o passado e o presente, fixando-se às matérias delinquentes, que Benjamin lê como ruína. A melancolia deixa clara a existência em desagregação, a catástrofe histórica e *Melencolia I* antecipa essa realidade, que será bem marcada a partir do Barroco. O saber não liberta, não compreende nem orienta o mundo.

Para Warburg, a melancolia não é apenas manifestação das forças mais obscuras e imobilizantes, mas também emergência da reflexão e do pensamento. A polaridade

² Comentário feito pelo poeta, referente à grande queima de livros promovida pelos nazistas em 1933.

torna-se uma categoria interpretativa de fenômenos culturais. Tudo tem uma relação bipolar: cultura antiga e moderna, cristã e pagã, pensamento mágico e lógico. Utiliza a linguagem de *pathos* heroico e teatral, expressão física intensificada: descoberta da dimensão dionisíaca do Renascimento, oposta à visão habitual de um Renascimento apolíneo onde triunfa a ordem, clareza e harmonia. Warburg atribuiu um profundo significado do humanismo italiano na obra de Dürer, como um elo na cadeia de transmissão do patético. O potencial criador humano seria a saída para vencer o potencial celeste da natureza, como a melancolia e Saturno:

“O lúgubre demônio planetário que devora seus filhos, de cuja luta cósmica com outro regente planetário depende o destino da criatura que ele ilumina, transformou-se em Dürer, por meio de uma metamorfose humanizadora, em uma encarnação plástica do trabalhador reflexivo.” (WARBURG: 2013, p. 560.)

Peter Klaus Schuster, observando a imensa fortuna crítica de *Melencolia I*, confirma que para Warburg a gravura mostra a personificação da melancolia vencendo as sombras que a habitam: loucura, aflição, perseguição, luto, superando a agonia paralisante. (SCHUSTER: 2005, p. 90 – 105).

Afinal, tanto Warburg quanto Benjamin enxergaram na interpretação dos dados históricos, imagens de reminiscências antigas, fragmentos significativos que formam a matéria da criação artística, construindo um todo novo. A noção de genialidade do artista encontra-se na articulação de elementos do passado e presente, ‘uma atividade combinatória’, mesclada por uma natureza efêmera, reconhecida pelo olhar saturnino. É no reconhecimento do declínio das experiências históricas de seu tempo que o artista (de várias épocas) se vale para a afirmação da ruína em suas obras. (BENJAMIN: 1984, p. 201). A natureza onde se imprime a imagem do fluxo histórico é uma natureza decaída, coroada por um instinto contemplativo apoteótico. Na temática barroca constata-se a inclinação alegórica do artista:

“[a]s obras típicas do Barroco não conseguem recobrir o conteúdo (das cenas retratadas) com uma forma adequada. Sua ambição, mesmo nas formas poéticas menores, é sufocante. Falta-lhes qualquer inclinação para o pequeno, para o íntimo. Procuram suprir essa lacuna, de forma tão extravagante como vã, pelo enigmático e pelo oculto. Na verdadeira obra de arte, o prazer pode ser fugaz, viver o instante, desaparecer, renovar-se. A obra de arte barroca quer

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
 “O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
 Juiz de Fora, 2017, 1554p.
 ISSN: 2317-0468
 17 a 21 de outubro de 2016

unicamente durar, e prende-se com todas as forças ao eterno.” (BENJAMIN: 1984, p.202).

A imagem (figura alada) surge como reflexo do mundo aparente, sobrevivendo na reelaboração de sua própria imagem, forma e condição de sua existência, operada por colagens, conexões e novas possibilidades de interrogações e interlocuções. As asas sugerem a mediação entre os planos celestial e terreno, aparecendo como sintoma às insurgências humanas. Se já foram seres protetores, vigias, como o deus mesopotâmico *Pazuzu*³, que era associado aos estragos da terra, também surgiram como imagem do ser decaído e desamparado, que submetido ao peso de sua consciência, está impedido de voar e libertar-se. As imagens apresentadas aqui permanecem na sua singularidade e a diferença entre elas é a pausa, o intervalo, fragmentos que trazem potências que reverberam entre si e diante de outras.

Finalmente, desaparece a beleza calma da obra de arte renascentista, afirmando na ruína barroca, moderna, contemporânea, elementos formais da obra redimida, onde a beleza que permanece é o objeto do saber: É na percepção da polissemia, característica da melancolia, que os autores evocam o humor saturnino tanto para mostrar a relação arrastada com as coisas do mundo quanto para indicar o anseio por um novo objeto, um novo mundo, um novo homem, exemplificado na montagem de fragmentos anacrônicos, sincrônicos e/ou diacrônicos do tempo histórico, lidos a partir da proposta de tempo histórico / História da Arte de Benjamin e Warburg.

Bibliografia:

BENJAMIN, Walter. Obras escolhidas. Vol1. **Magia e técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e história da cultura.** Prefácio de Jeanne Marie Gagnebin. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BENJAMIN, Walter. **Origem do drama barroco alemão.** Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1984.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **A imagem sobrevivente. História da arte e tempo dos fantasmas segundo Aby Warburg.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.

³ Sobre o deus/demônio Pazuzu, ver <https://pt.wikipedia.org/wiki/Pazuzu>, acesso em 10/10/2016 ou <http://www.louvre.fr/en/oeuvre-notices/statuette-demon-pazuzu-inscription>, acesso em 10/10/2016.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

SCHUSTER, Peter Klaus. Les enfants de Saturne. In: CLAIR, Jean (org.) *Mélancolie, génie et folie em Occident*, Paris: Réunion des Musées Nationaux/Galimard, 2005, p. 90 – 105.

SPIES, Werner. Max Ernest, L'Ange du foyer. In: CLAIR, Jean (org.) *Mélancolie, génie et folie em Occident*, Paris: Réunion des Musées Nationaux/Galimard, 2005, p. 60 – 63.

WARBURG, Aby. *A renovação da Antiguidade pagã: contribuições científico-culturais para a história do Renascimento europeu*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.

WARBURG, Aby. *Atlas Mnemosyne*. Madrid: Akal, 2010.

Simpósio Temático 15: O Brasil Republicano: entre avanços e retrocessos

Coordenadores: Antonio Gasparetto Júnior (Doutorando em História UFJF) & Allony Rezende de Carvalho Macedo (Mestre em História UFJF)

Federalismo republicano de 1891: mudanças ou permanências?

Lucas Neto Teixeira¹

Resumo:

Este artigo pretende estabelecer uma breve análise historiográfica sobre alguns pontos do federalismo, anterior a sua implementação, e posteriormente a sua prática na República. Dessa forma será realizada uma breve comparação algumas questões de ordem do federalismo já debatidas durante o segundo reinado e que tomaram sua forma final com a primeira constituição republicana de 1891. O período aqui explorado são as discussões ocorridas na constituinte de 1823, período regencial (1831-1840), passando pela Geração de 70 e por fim concluindo com constituinte republicana de 1891. A ideia de um Estado federal, de fato, foi implementada pela primeira vez na experiência norte-americana, o projeto era uma consumação da experiência de descentralização das esferas que compunham o Estado. Dessa maneira busca-se de forma comparativa um breve ensaio sobre o tema, de maneira a explorá-lo e não esgotá-lo.

Palavras-chave: Federalismo, Estado, Constituição, República e Cidadania.

Abstract:

This article intends to establish a brief historiographical analysis on some points of federalism in Brazil, previous or your implementation in practice, and then its practice in Republic. Thus a brief comparison of some of federalism issues will be held already discussed during the *segundo reinado* and a took it's a final form in the first republican constituent 1891. The period explored here are the discussions occurred in the constituent of 1823, *período regencial* (1831-1840), thought *Geração de 70*, in conclusion finally with the constituent republican of 1891. The idea on federal state, in fact, it was implemented for the first time in the experience North-American, the project it was a consummation of decentralization of states that made up the Union. Therefore, the aim is comparatively a short essay on the subject in order to explore it and not exhaust it.

Keywords: Federalism, State, Constitution, Republic and Citizenship.

¹ Graduando em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
 “O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
 ISSN: 2317-0468
 17 a 21 de outubro de 2016

Perspectiva histórica do federalismo

Pretende-se estabelecer uma breve reflexão historiográfica acerca do tema do federalismo no Brasil, conceito que passou por diversas discussões parlamentares no país desde seu primeiro aparecimento em 1822, ou seja, já denotado na primeira constituinte nacional. Esse conceito vai ser discutido novamente durante a Regência e já em fins do século XIX o ideal continuou a ser debatido pelos republicanos do período até se afirmar com a Proclamação da República em 1889 se tornando prática com a primeira Constituição Republicana de 1891.

Antes de iniciar a proposta de uma reflexão sobre o tema do Federalismo, se torna necessária uma breve análise sobre a perspectiva histórica do conceito. O Federalismo surge logo após o contexto de independência dos Estados Unidos, durante o contexto da convenção da Filadélfia de 1787 onde foram discutidas as bases do que viria ser o federalismo, importantes figuras históricas como Alexander Hamilton, James Madison, John Jay, Benjamin Franklin discutiram as bases do federalismo, novo modelo apresentado ao mundo que era diferente de todas as ideias de Estado então existentes.

O federalismo deu bases ao recém-formado Estados Unidos, que levou a Unificação das anteriores Treze Colônias no seu pós-independência, seu modelo se contrapunha o modelo colonial anterior, e aos modelos de Estado existentes na França e Inglaterra. Este novo conceito surgido na Convenção seria denominado federalismo. Posteriormente, sua implementação trouxe aos americanos estabilidade de maneira que se colocaram no federalismo as principais bases administrativas e também legislativas para o funcionamento do país.

O federalismo, como conhecemos é uma proposta de maior distribuição de poderes dentro do Estado, conceito bastante complexo devido a existência de duas esferas de poder. Sendo assim, essa nova proposta ainda não era tão bem definida, por se tratar de um novo conceito. De maneira que não se tratava de uma confederação, modelo já existente na Europa, era assim diferente do que imaginavam alguns parlamentares brasileiros. Essa confusão de conceitos irá se estender por longo tempo até sua proposta real e prática de 1891.

Além disso devemos destacar que a trajetória percorrida pelos norte-americanos, no que tange à questão de formação de uma estrutura de Estado, teve reflexos nos países sul-americanos, principalmente Argentina, Chile, México e Venezuela que após seus processos de independência no século XIX, buscaram um novo modelo organizacional que contemplasse as demandas almejadas anteriormente, como: maior equilíbrio fiscal nas esferas subnacionais e também menor controle do Estado sobre as províncias (SOARES, 1998: 4-9).

Durante a constituinte de 1823 os parlamentares buscavam maneiras para que as então províncias do primeiro reinado obtivessem maior autonomia em relação aos seus assuntos internos, no que tange, sobretudo, à expansão da cidadania nos municípios e à maior descentralização das províncias, como tentativa de incorporar no sistema alguns ideais do federalismo norte-americano. Mas, apesar do uso do termo federalismo, tal projeto na realidade apontava para uma ideia confederação:

[...] debates parlamentares ocorridos na Constituinte de 1823 apontam para o fato de que o termo federalismo era entendido como confederação, ou seja, reunião de Estados soberanos em torno de um centro comum (COSER, 2008: 941).

A emenda do deputado Antônio Ferreira França discutia que o império brasileiro deveria estabelecer e assim o Estado devia compreender *confederalmente* as províncias que formavam o antigo império português na América. O uso contínuo de dois termos confederação e federação, levou a favorecer o domínio do conteúdo da ideia confederal que predominou nas discussões, não havia também nos debates uma oposição entre federalismo/confederação, como atesta Carneiro Cunha:

[...] federação não se opõe à monarquia constitucional, como há exemplos, tanto na história antiga, como na moderna, e mesmo na Europa, [...]; podendo haver em cada uma das províncias uma primeira assembleia provincial, que tenha a iniciativa das leis regulamentares, e que informando com mais conhecimentos à assembleia dos representantes da nação tudo quanto for mister para promover a sua prosperidade, consiga-se desta sorte o bem, que todos desejamos. Considerada, e admitida por esta forma, a federação opor-se-á à integridade do Império? Não, decerto”. Carneiro Cunha, Assembleia Constituinte, 17 de setembro de 1823, pp. 152-153; ênfase do autor. (COSER, 2008: 946).

No debate não importava a forma de governo, desde que a monarquia fosse o vetor principal. O Estado, numa ótica mais correlacionada ao liberalismo, seria melhor administrado e assim com a autonomia das províncias o seu interesses estariam em primeiro plano (COSER, 2008: 948), devido às circunstâncias daquele período a outorga da constituição pelo imperador e posteriormente sua abdicação acabaram por não levar a frente o projeto federalista, mas podemos compreender que o projeto de administração federalista já estava sendo inseridos no contexto das discussões na sociedade.

O debate sobre o tema volta a ser realizado posteriormente no período da regência (1831-1840), os parlamentares chegaram a propor uma monarquia federal, já discutida na primeira constituinte. A monarquia estabelecida no país, até então, poderia ser também federalista, o que atesta que a associação hoje comum entre república e federalismo não existia nos Oitocentos. Esse projeto havia sido proposto foi colocado em pauta em 1831, durante o Ato Adicional, mas novamente não conseguiu ir adiante pelas pressões internas ocorridas no país, como as várias revoltas do período. Contudo, o tema voltou a ganhar mais força e debate com os manifestos republicanos, e já de outra forma associada a República, a descentralização e a liberdade, já no final do século XIX.

Federalismo republicano

Os republicanos brasileiros da década de 1870 lançaram manifestos que tratavam da questão do federalismo, entre eles o Manifesto do Pará, Itu e um manifesto nacional, no Rio de Janeiro, o “Manifesto Republicano”, que além de buscarem uma República como forma de governo, criticavam a postura centralista do império e deixavam claro que compartilhavam das prerrogativas de um Estado federalista². Este ideal permeava os intelectuais e os políticos brasileiros, que buscavam, além disso, a descentralização do poder, maior participação popular e a expansão da cidadania (VISCARDI, 2010: 2-3).

A Geração de 1870 mesmo que não heterogênea conseguiu firmar-se frente ao espaço público e político existente, esta não era composta somente de intelectuais como Ângela Alonso percebe em seu livro *Idéias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil Império*. A coesão de ideias da geração só foi possível devido ao desgaste político dos Partidos

² Os Manifestos estão organizados em uma coletânea: In: PESSOA, Reynaldo Xavier Carneiro (org.). *A idéia republicana no Brasil, através dos documentos*. São Paulo: Alfa-Omega, 1973.

Liberal/Conservador, a experiência e o espaço da marginalização de encontro avanço do capitalismo foram processos que levaram ao recrudescimento disputas e uma aliança que permitiu a agregação da diversidade (MAIA, 2002: 4).

Nessa medida podemos compreender através da perspectiva histórica as correntes existentes sobre o federalismo no Brasil. O modelo era visto como uma expansão do progresso sobre a barbárie, como descreve Maria Elisa Noronha de Sá (2002). Devemos destacar as transformações ocorridas em países vizinhos que levavam a crer que o modelo era tangível, sua proposta havia dado certo, por exemplo, na Argentina.

Para perceber como o federalismo foi sendo implementado durante o golpe republicano buscou-se três artigos, medidas tomadas com o golpe da Proclamação da República que nelas contêm os primeiros atos que do germe do federalismo que ficam claros nas duas primeiras posições tomadas no primeiro Decreto em 15 de novembro 1889³:

O Governo provisório [...] proclama provisoriamente e decreta como forma de governo da Nação Brasileira a *República Federativa*, e estabelece as normas pelas quais se devem reger os Estados Federais.

Art. 1º - Fica proclamada provisoriamente e decretada como a forma de governo da Nação brasileira - a *República Federativa*.

Art. 2º - As Províncias do Brasil, reunidas pelo *laço da Federação*, ficam constituindo os Estados Unidos do Brasil.

Como forma de buscar certa estabilidade e controle por parte dos republicanos do país, a ideia de laço federativo era importante para a conformação da nova república. A harmonia era necessária a construção do novo regime que com o golpe necessitava atingir à estabilidade, não só ao novo regime republicano, mas também ao resto do país impedindo qualquer reação monárquica.

Art. 3º - Cada um desses Estados, no exercício de sua legítima soberania, decretará oportunamente a sua constituição definitiva, elegendo os seus corpos deliberantes e os seus Governos locais.

A maior novidade consistente no federalismo e na Primeira República é a possibilidade de que cada estado pertencente a união possa obter constituições locais para que possa estabelecer parâmetros legais na justiça, economia e cidadania. Mas durante a

³ BRASIL, *Decreto 1º, 15 de novembro de 1889*.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
 “O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
 ISSN: 2317-0468
 17 a 21 de outubro de 2016

Primeira República isso não significou, como podemos perceber mais tardiamente, que a soberania dos estados seria maior que a do governo central ou federal.

Art. 7º - Sendo a República Federativa brasileira a forma de governo proclamada, o Governo Provisório não reconhece nem reconhecerá nenhum Governo local contrário à forma republicana, aguardando, como lhe cumpre, o pronunciamento definitivo do voto da Nação, livremente expressado pelo sufrágio popular.

No artigo 7º é colocada a força presente no Governo Provisório, o país já havia passado por tentativas separatistas nos períodos anteriores. O voto da Nação, previamente teria papel estabilizador, mas foi uma ideia que foi logo retirada, a adoção de eleição indireta para os presidentes e senadores temendo a pouca educação do povo e os tumultos que podiam ocorrer (LYNCH, 2016: 29)

Os primeiros atos deixaram claro que as ideias do federalismo haviam sido compreendidas, pelo menos no papel. Com o golpe era necessário dessa forma estabelecer uma estabilidade esta foi sendo conseguida pelos decretos provisórios, e posteriormente a constituinte 1891 que porventura veio a elucidar ainda mais a *esfera federalista*⁴ que no país iria residir, e possivelmente com a conclusão da Constituição Federal de 1891.

Sobre o processo constituinte temos que levar em consideração que alguns pontos foram alvos de disputas entre parlamentares sobre seus respectivos estados, alguns estados sentiram o peso desigual entre os entes da federação, sabemos que alguns estados-líderes⁵ dominaram a cena política na Primeira República, enquanto outros foram tratados como satélite dos demais. Formados os estados-atores os demais estados ficaram de espectadores da política nacional (VISCARDI, 2012: 32-34) devido ao fraco poder econômico frente aos estados mais pujantes.

O novo modelo institucional era baseado no norte-americano e tinha aspirações na vizinha e próspera República Argentina. Rui Barbosa foi responsável pela reforma do anteprojeto da constituição, seu anteprojeto baseava-se no modelo constitucional americano suas alterações deram mais força aos dispositivos referentes a intervenção

⁴ O poder dos novos estados e os do governo federal

⁵ Estados-líderes são: Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Pernambuco, Pará e Rio Grande do Sul, tais estados foram primordiais na ação política na Primeira República. In: VISCARDI, Cláudia. *O teatro das Oligarquias: uma revisão da "política do café com leite"*. 2ª. Ed. – Belo Horizonte: Fino Traço, 2002. p. 34

federal em que permitia que os poderes judiciário e legislativo dos estados, quando necessário, viessem a pedido de auxílio (LYNCH, 2016, 29).

Um outro ponto que é relevante na estruturação federalista do estado foi a criação do cargo de chefe do Executivo, de presidente da República e a fixação dos poderes do Judiciário que substituiria o tribunal de cassação anterior por um supremo tribunal que teria como causa a observância da constituição e que também ser o mediador de disputas entre os estados e o poder neutral diante das decisões. Sobre a presidencialismo este veio a “*substituir a monarquia parlamentar pela república presidencial estava na coligação de um governo forte e pessoal*” (LYNCH, 2016: 30-31), para Campos Sales seria a garantia de um governo forte que agiria em prol do *establishment* oligárquico.

Muitas questões que eram tidas pela Geração de 1870 como primordiais a República acabaram por serem descartadas como: a ideia de sufrágio universal, apesar de somente ser universal aos homens, o voto dos analfabetos continuou a ser excluído, tampouco todos tinham acesso ao voto. Nesse ponto o federalismo pregava a proposição de um sistema eleitoral mais aberto em que a cidadania prevalecesse, diferente do que ocorreu no país, a supressão de votos dos analfabetos e das mulheres foi alvo de discussão que não obtiveram avanços.

Sem dúvida que a onda descentralizadora permitiu e deu aos estados amplos poderes fiscais e financeiros as unidades federativas. Essa mudança de parâmetros de uma monarquia que antes centralizava os poderes para uma República federal legou aos estados fortes poderes, mas também enfraqueceu os outros estados que possuíam menos poderes econômicos, gerando a disparidade de concorrência entre os entes federados.

Devemos ainda destacar que a imagem que é passada do federalismo não pode ser a de que ele seja uma cópia do modelo institucional norte-americano. O que de fato não é. Os antecedentes nos mostram que cada país latino-americano se utilizou do modelo, assim como o Brasil, obtiveram uma capacidade de saber traduzir para uma racionalidade constitucional de maneira que o princípio norteador fundamental norte-americano serviu de fonte. Portanto, o Brasil absorveu o modelo o adequou e reinventou, dessa forma:

[...] el federalismo nos es ni copia del federalismo norteamericano ni un producto vernáculo. Más bien que podría se caracterizar como un proceso de

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

tipo interativo según cual las propuestas provenientes de otros contextos son reelaboradas a la luz de las necesidades y realidades [...] (CARMAGNANI, 1993: 397-98).

A mudança tão almejada pelos republicanos históricos não anulou alguns vícios contidos anteriormente durante o império, devemos destacar que mesmo com a criação de um corpo de justiça o comando de coronéis se ampliou consideravelmente de maneira que tais legaram a república problemas de disputas políticas internas, as elites e as oligarquias que comandaram o processo de implementação da República continuaram a se perpetuar no poder, o povo passivo diante da transição ficou excluído e marginalizado acabou por legitimar a república (LOVE, 1993: 180).

BIBLIOGRAFIA

CARMAGNANI, Marcelo. *Conclusión: el federalismo, historia de una forma de gobierno*. In: CARMAGNANI, Marcelo (org.). *Federalismos Latinoamericanos: México / Brasil/ Argentina*. Fondo de Cultura Económica, México, D.F. P. 397-416.

COSER, Ivo. *O Conceito de Federalismo e a Idéia de Interesse no Brasil do Século XIX*. DADOS-Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 51, nº4, 2008, pp. 941 a 981.

Dicionário da Elite Política Republicana (1889-1930). FRANCISCO, Henrique S. *Assembleia Nacional Constituinte*. FGV. [s/d]. Disponível em <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/ASSEMBLEIA%20NACIONAL%20CONSTITUINTE%20DE%201891.pdf> Acesso em 29/10/2016 às 9:50 hrs.

FONTE: BRASIL, *Decreto 1º, de 15 de Novembro de 1889*.

LOVE, Joseph L. *Federalismo y regionalismo em Brasil, 1889-1937*. In: CARMAGNANI, Marcelo (org.). *Federalismos Latinoamericanos: México / Brasil/ Argentina*. Fondo de Cultura Económica, México, D.F. P. 180-223.

LYNCH, Christian Edward Cyril. *O momento oligárquico: a construção institucional da república (1889-1891)*. In: VISCARDI, Cláudia M. R; ALENCAR, José Almino (org.) *A república revisitada: construção e consolidação do projeto republicano brasileiro*. – Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016. p 21-60.

MAIA, João Ehlert. Ângela Alonso. *Idéias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil Império*. São Paulo, Paz e Terra, 2002, 392 pp.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

PESSOA, Reynaldo Xavier Carneiro (org.). *A idéia republicana no Brasil, através dos documentos*. São Paulo: Alfa-Omega, 1973.

SÁ, Maria Elisa Noronha de. *Civilização e Barbárie: a construção da ideia de nação: Brasil e Argentina*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

VISCARDI, Cláudia. *O teatro das Oligarquias: uma revisão da “política do café com leite”*. 2ª. Ed. – Belo Horizonte: Fino Traço, 2002.

O Estado na Primeira República: considerações sobre a relação do Estado com os grupos médicos.

Nittina Anna A. Bianchi Botaro¹

Resumo:

Esse trabalho se propõe a estudar os grupos médicos no Brasil na Primeira República, a fim de tentar compreender como emerge as questões referentes à categoria; como autonomia médica, exclusividade da profissão e mercado de trabalho para os médicos brasileiros. Para tanto, foi preciso investigar a origem sociológica na profissão médica. Assim, o momento de inflexão dessa categoria no Brasil ocorre no início do século XX.

Palavras-chave: Saúde Pública, Primeira República, Médicos.

Abstrat:

This paper aims to study the medical groups in Brazil in the First Republic, in order to try to understand how emerging issues relating to the category; as medical autonomy, profession exclusivity and labor market to Brazilian physicians. Therefore, it was necessary to investigate the sociological origins in the medical profession. Thus, the turning point of this category in Brazil occurs in the early twentieth century.

Keys-words: Public Health, First Republic, Doctors.

1 A profissão médica: uma rápida incursão pela sua origem.

Conforme a construção de Paul Starr (1982), profissão é uma ocupação autorregulada, que exerce uma atividade especializada, fundamentada numa capacitação ou formação específica, guiada por princípios ético-profissionais deliberados por ela mesma, agindo em determinada realidade, mirando transformá-la para um determinado 'fim social'. A autorregulação e a autonomia prevalecem nesta relação, e são estes dois elementos que permitem que a profissão tenha a 'autonomia' para recriar realidades.

Em sintonia com a abstração de Starr, Maria Helena Machado (1997) afirma que nenhuma outra profissão exercita esse poder na escala em que a medicina faz, uma vez

¹Doutoranda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Email: nittina.bianchi@hotmail.com.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.

*“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.*

ISSN: 2317-0468

17 a 21 de outubro de 2016

que nenhuma outra profissão se iguala a ela no grau de autonomia ou autorregulação. Trata-se, assim, de uma profissão com alto grau de autonomia técnica e econômica.

Machado prossegue sua formulação creditando à medicina benefícios monopolistas que a diferencia da maioria das profissões que disputam o mercado do serviço especializado. Por exemplo, ela tem um projeto bem-sucedido, no qual, ao longo de sua história, fez uma aliança com o Estado e com a elite, por isso, foi-lhe concedida prerrogativas legais para seu exercício exclusivo a partir de serviços particulares a preço do mercado.

Advém daí a autonomia técnica e econômica, fundamento da prática liberal. Ter liberdade de pensar, de agir e de estipular o valor monetário de seus serviços é o preceito fundamental de uma típica atividade liberal. E a medicina se enquadra neste tipo ideal-liberal. Da mesma forma, a autoridade profissional acaba por definir a relação produtor-consumidor.

Ao se debruçarem sobre a profissão médica, Freidson(1978), Larson (1977), Starre Machado convergem seus estudos sobre a autonomia do trabalho médico, sugerindo que para o exercício da medicina é imprescindível a liberdade de ação e a autonomia de decidir a conduta técnica que melhor se adapte à necessidade do cliente. Autonomia é uma ferramenta fundamental para o entendimento da profissão médica. Quase sempre, com base na premissa de que cada caso é um caso, os médicos são levados a tomar decisões independentes, em muitos casos contrariando interesses ambientais - sejam eles institucionais ou sociais - e até mesmo interesses políticos, vinculados ao Estado.

Segundo Machado, a medicina moderna, do século XX, foi responsável por garantir aos médicos a capacidade de regular o próprio trabalho. Ainda segunda a autora, esse processo iniciou primeiramente ao produzir um crédito social, legitimando seus serviços como 'bens sociais' apropriados para gerar o desenvolvimento social da coletividade; segundo, ao basear seu conhecimento e sua prática profissional na racionalidade científica; terceiro, ao fundamentar a autoridade técnica do médico no conhecimento especializado; por fim, ao construir um forte apelo ético, alicerçado em um código de atitudes profissionais que rege o ato médico. No limite, a profissão médica produziu a padronização dos serviços como dos produtos. Formando um conhecimento

médico produzido socialmente com uma apropriação privada. Uma vez que, a profissão médica projetou estratégias profissionais a partir de elementos de antimercado, os quais atuam na proteção e na manutenção de prerrogativas monopolistas. Em outras palavras, o domínio e o monopólio desse conhecimento constituem o fundamento da autonomia das profissões e do prestígio profissional.

Para além dos elementos estruturais já elencados, esse sucesso ocorre devido a reunião de quatro fatores empíricos cruciais: primeiro, a relevância do valor para o qual os serviços médicos estão orientados; segundo, a disposição 'quase ilimitada' de expansão do mercado de serviços de saúde; terceiro, a tendência natural do Estado em oferecer infraestrutura e vantagens monopolistas a uma atividade profissional fundamental ao bem-estar dos cidadãos; e finalmente, a falta de organização da clientela.

Sendo a profissão médica uma das poucas ocupações do mundo contemporâneo que adquiriu tais privilégios de mercado, o exercício da profissão médica por pessoas não habilitadas é reconhecido pela justiça como uma prática ilegal, passível de penalidades. Além disso, a profissão médica desenvolveu mecanismos fortemente ideológicos, que fizeram com que os médicos passassem a ser considerados e reconhecidos como profissionais essenciais ao sistema de saúde. A estreita identificação e a correlação entre os médicos e o sistema de saúde responsabilizando estes profissionais pela qualidade da assistência prestada. Tal fato não resulta do imaginário popular, mas de uma complexa construção social, que delega à profissão médica o papel definidor das políticas de saúde. Conforme Mechanic(1991), ocorreu uma grande transformação na atividade médica no pós-guerra, quando a medicina se impôs como uma das atividades mais importantes da economia dos Estados Unidos. Para ele, os avanços tecnológicos ao mesmo tempo em que abriram novos mercados, inclusive novas especialidades e novas profissões, produziram também um acúmulo considerável de poder de decisão nas mãos dos médicos, da profissão médica, no que se refere à formulação de políticas de saúde.

Outra característica da profissão médica é a relação paciente-médico. Recorrendo aos textos de Max Weber (1979), é possível notar que existe entre pacientes e médicos uma relação de dominação carismática, na qual os pacientes reconhecem e aceitam a autoridade dos médicos legitimando a profissão.

O poder, para Weber, pode se consolidar a partir de três formas, uma estatuída, uma consuetudinária e outra afetiva, respectivamente as dominações: Tradicional, Legal e Carismática. A dominação Tradicional remete ao poder da tradição, da ordem social em sua mais pura forma, como, por exemplo, o patriarcalismo. A fidelidade entre a população é o elo desse poder. A dominação Legal, por sua vez, tem sua legitimidade fundada em uma regra. A burocracia é considerada o tipo mais puro dessa dominação, o princípio da legalidade em seu sentido amplo é uma forma de legitimação desse poder. Por fim, o poder carismático remete à admiração pessoal ao dominador e a seu carisma. No tema específico dessa tese, os médicos se apresentam como líderes carismáticos, que utilizam do monopólio do conhecimento da saúde e seu carisma para exercer um poder sobre os pacientes.

No limite, o sistema de dominação será tanto eficaz quanto maior a sua legitimidade. A lógica da confiança, da credibilidade ético-profissional aparece na relação paciente-médico. Num relação mais pura, o médico torna o paciente um consumidor passivo, dependente da opinião de seu médico.

Outra classificação interessante para o trabalho é a forma pela qual os médicos se inserem no mercado de trabalho. Segundo estudo de Campos (1988), a partir das definições originais de Donnangelo (1975), existem três principais formas de inserção dos médicos no mercado de trabalho: o médico liberal, o assalariado e o proprietário.

O trabalho liberal é caracterizado principalmente pela atuação dos médicos nos consultórios; a partir de dois tipos de médicos: os que possuem vínculos com convênio e os que não possuem. No primeiro caso, o médico recebe um valor predeterminado pela empresa, na medida em que presta atendimento aos pacientes credenciados a ela. A grande vantagem é a garantia ao médico de uma clientela, evitando possíveis prejuízos pela falta de rotatividade de pacientes. Já o não conveniado resguarda o direito de não se submeter aos planos de saúde, preservando sua autonomia.

O segundo tipo de trabalho trata-se do assalariado. Nesse caso há um vínculo entre hospitais e/ou ambulatorios e a força de trabalho médico. Podendo ser a partir de uma instituição pública e/ou particular. Por fim, o médico-proprietário. Também chamado de médico-empresário, é aquele que exerce tanto a função de empregador quanto a de trabalhador. Assim, pode ser considerada a forma de inserção no mercado de trabalho

médico que mais se aproxima do liberalismo profissional vigente até o início do século XX.

Ligia Bahia (2016) se debruçou na análise de formas de inserção do médico no mercado de trabalho brasileiro. A partir da década de 1980, as informações sobre esse nicho passaram a ser captadas por fontes oficiais como a Pesquisa Assistência Médico-Sanitária (AMS) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego, e o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES). Conforme, Ligia Bahia e Ronir Luiz, os dados analisados nas Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílio dos anos de 1988, 1993, 1998 e 2003 apontam que nos últimos anos houve uma descentralização do mercado de trabalho médico, com redução dos valores de remuneração proveniente do trabalho assalariado **e uma adesão dos médicos ao empreendedorismo privado no momento posterior a implantação do SUS**. Além disso, a reorganização dos serviços de saúde privado tem promovido modificações nas formas de contratação dos profissionais de saúde, com efeitos na flexibilização das regras de absorção dos trabalhadores em estabelecimentos privados de saúde, resultaram no crescimento da terceirização e das diversas formas de ocupação não regulamentadas do setor.

A pesquisa *Demografia Médica no Brasil*, organizado pelo Conselho Federal de Medicina e coordenado por Mário Scheffer (2015), indica a mesma perspectiva abordada por Bahia, qual seja, a evolução da concentração de médicos em estabelecimentos privados, considerando o tamanho da população coberta pelos planos de saúde.

Na análise de Scheffer (2015: 15)

Para um sistema de saúde público e universal pode-se dizer que é insuficiente a presença de médicos no SUS, considerando o contingente de médicos em atividade no país. Como a migração de médicos do setor privado para o público dependeria de transformações substantivas do sistema de saúde, por certo distantes, a começar pela solução do problema do subfinanciamento público e da regulação mais rigorosa do mercado de planos de saúde, em curto prazo a adoção de políticas de valorização dos profissionais de saúde, a desprecarização dos vínculos e a implementação de planos de carreira supostamente poderiam amplificar a presença, disponibilidade e a dedicação exclusiva de parte maior dos médicos atualmente vinculados ao SUS

Segundo levantamento do Conselho Federal de Medicina, no ano de 2013 somavam quase 400 mil médicos registrados em atividade no Brasil. O equivalente a 2

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
 ISSN: 2317-0468
 17 a 21 de outubro de 2016

médicos para 1000 habitantes, desse número 1,3 médicos ocupam um cargo no Sistema de Saúde Público.

Por sua vez, o número de postos de trabalho ocupados por médicos em estabelecimentos de saúde no Brasil atingia 636.017, conforme a pesquisa Assistência Médico-Sanitária, do IBGE, de 2009, ultrapassando, assim, o registro de médicos feito pelo CFM e estabelecendo uma relação de 3,3 médicos para cada 1000 habitantes. Isso porque o mesmo médico pode trabalhar em mais de um local contado pelo IBGE. A análise da distribuição dos postos de trabalho dos médicos evidencia as desigualdades regionais. A região Sudeste se destaca pela percentagem de 4,29 médicos por 1000 habitantes, as regiões Sul, Centro-oeste, Nordeste e Norte estabelecem uma relação de, respectivamente, 3,49; 3,03; 2,33 e 1,86 por 1000 habitantes.

2 Brasil

No Brasil, até o início do século XX, o exercício da profissão médica era essencialmente liberal, tinha autonomia para determinar as condições, o tempo da consulta e o valor de seu trabalho. A habilidade, a experiência e a sensibilidade eram os principais atributos do médico. O modelo hegemônico de prática médica era caracterizado por um tratamento global, que associava as condutas clínicas às morais. A habilidade e a sensibilidade eram os principais atributos para o exercício desta atividade. O clínico geral percebia o corpo do paciente como um todo indivisível.(NETO, Pereira)

Contudo, a partir do início do século XX o processo de trabalho médico estava sendo alterado nos dois elementos definidores de uma profissão: o conhecimento e o mercado; começaram a ocorrer no Brasil alterações na base do conhecimento médico e nas políticas públicas da área da saúde que interferiram na prática médica. O processo de especialização, observável em outras atividades no mundo do trabalho, fez com que o conhecimento médico passasse a ser organizado segundo a área do corpo ou o tratamento de doenças específicas. Ademais, a introdução do conhecimento tecnológico permitiu que o diagnóstico se tornasse cada vez mais preciso, aumentando os custos da produção do serviço. O Estado brasileiro, por sua vez, abandonou a postura liberal que adotava, passando a assumir, aos poucos, o papel de gerente e produtor de serviços em diversas áreas, sobretudo na saúde. Um sinal neste sentido pode ser identificado, em 1920, na

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.

ISSN: 2317-0468

17 a 21 de outubro de 2016

criação do Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP), primeira organização estatal de dimensões nacionais que contava com estrutura hierarquizada e burocratizada. Sua finalidade era atingir desde a medicina preventiva e curativa até a engenharia sanitária. O incremento da presença do Estado na área da saúde guardava expressivo potencial de promover o assalariamento médico, fundando, por sua vez, esferas públicas de atuação profissional com visíveis conotações políticas. Além disso, facultava os serviços das instituições públicas ao cliente tradicionalmente atendido em consultórios particulares. (NETO, Pereira)

Em sintonia com essa conjuntura, o mercado de trabalho médico tornou-se mais complexo com o tempo e a relação assalariada começava a ser introduzida. O espaço do médico liberal foi sendo preenchido também pelo prestígio e pelo poder do médico funcionário público. Os hospitais públicos foram deixando, por sua vez, de ser o asilo dos pobres, para tornar-se o espaço da ciência, da racionalidade, da capitalização e da recuperação para a vida. A profissão médica integrou, desta maneira, o processo de parcialização do trabalho que se desenvolvia nas demais atividades produtivas.

Nesse período, a Reforma Luis Barbosa de 1921 introduziu o complexo pronto-socorro ao sistema filantrópico liberal. Ao Estado cabia o esforço para afirmar a medicina científica frente às práticas populares e à defesa da assistência médica municipal. A reforma da década de 1920 foi baseada também nos postulados defendidos pela Fundação Rockefeller, a qual julgava ser necessário o combate à doença como pré-requisito para o desenvolvimento econômico, a associação do tratamento preventivo com o curativo e a centralização dos serviços. O Estado expandiria seu atendimento médico, mas não romperia com o modelo filantrópico-liberal, pois resguardava sua hegemonia no mercado de serviços de saúde. (NETO, Pereira)

De acordo com essas transformações, o "Congresso Nacional dos Práticos" marcou uma mudança na postura dos médicos no Brasil. A realização de Congressos era uma prática entre os médicos. Desde 1888, a Sociedade de Medicina e Cirurgia organizava encontros em diferentes cidades no Brasil para discutir questões clínicas, científicas ou higiênicas. No entanto, a primeira vez que os interesses profissionais se tornaram a preocupação central dos debates foi no Congresso Nacional dos Práticos, em 1922. Pela primeira vez a comissão responsável pela organização do evento assumiu essa

finalidade de forma pública, aceitando apenas trabalhos sobre o exercício e o ensino da medicina. O Congresso Nacional dos Práticos foi o primeiro fórum organizado pela elite médica brasileira para debater o passado, o presente e o futuro de sua profissão. Na plateia estavam presentes representantes do poder executivo e legislativo, de sociedades científicas, de associações profissionais e de faculdades de medicina.

Seu orador oficial, Oscar Silva Araújo, pontuou que o diferencial desse congresso foi os assuntos que foram discutidos: a "crise muito séria e com tendência a se agravar cada vez mais" pela qual passavam os médicos. Nas palavras de Araújo "em uma época em que os adversários da profissão são as coletividades, faz-se mister que o sindicato que se organiza contra elas sintam-se forte, coeso, capaz de agir e vencer"

O relator do Congresso Nacional dos Práticos, o Dr. Felício Torres, afirmou que: (NETO, Pereira: 50)

A profissão médica atravessa no momento atual uma crise. (...) A medicina perde aos poucos o seu caráter de profissão liberal. O velho médico vivendo exclusivamente e isoladamente da sua atividade clínica vai desaparecendo diante da burocratização profissional, promovida pelo Estado e do assalariamento pelas grandes empresas e pelos sindicatos operários

O evento transcorreu em um palco em que a elite médica dividida em Generalista, Especialista e Higienista. Nesse encontro, três temas se destacaram a ponto de apontarmos esse um momento de inflexão para a categoria médica no Brasil: prestígio, autoridade e autonomia.

Para a parcela de médicos generalistas, o importante era o contato direto com seu paciente. A prática médica era dependente da experiência do profissional e da sua sensibilidade adquiridas ao longo de anos de trabalho. No mercado de trabalho, o médico generalista não contava com auxílio nem de outro médico, nem de qualquer profissional, configurando, pois, a expressão mais precisa do produtor individual de serviços de saúde. O médico examinava, identificava a doença, receitava uma medicação ou operava sem ajuda de outros profissionais. (NETO, Pereira)

Por sua vez, o perfil do médico especialista reiterava a importância da racionalidade científica, da precisão do diagnóstico, postulando o treinamento metódico e sistemático, a observação e a experimentação. Além disso, o trabalho era visto como

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
"O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História",
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016*

atividade de equipe. Nesse caso, cada profissional, segundo sua especialidade, deteria sua parcela de responsabilidade no processo de tratamento e cura. (NETO, Pereira)

A medicina era, para ambos, uma atividade com fins exclusivamente curativos. No Congresso Nacional dos Práticos, os especialistas também afirmaram sua identidade, desqualificando as demais concepções de prática profissional. As leis em vigor coíbiam a ação dos denominados curandeiros. Nas determinações legais consta ainda que o exercício das práticas de cura deveria ser acompanhado por habilitação formal obtida nas faculdades de medicina. Assim, ficava legalmente garantido o monopólio médico neste ramo de atividade.

No processo de afirmação profissional, os médicos identificados com o perfil generalista foram capazes de propor ao Estado os limites da gratuidade no atendimento nosocomial, já que o atendimento residencial estava restrito às pessoas com alto poder aquisitivo. Com esta limitação, pretendiam garantir que semelhante clientela não se sentisse atraída por estabelecimentos públicos e continuasse a privilegiar o atendimento nos consultórios e clínicas particulares. As vítimas, no processo de afirmação da lógica de identidade dos especialistas, foram os curandeiros, portadores de terapêutica sistematicamente desqualificada por não se enquadrarem nos parâmetros da ciência alopática oficial estabelecida. No processo de afirmação dos higienistas, os inimigos foram os generalistas e os especialistas, profissionais que viviam da clínica exercida em consultório particular, portanto, da medicina curativa, e que resistiam em fazer a denominada “notificação compulsória”. (NETO, Pereira)

A notificação compulsória interferia, portanto, na autonomia do trabalho médico, pois obrigava o médico a adotar determinada conduta independente de sua vontade. Caso contrário, estaria sujeito a uma série de sanções, multas e, inclusive, à suspensão temporária do direito ao exercício profissional.

Os médicos generalistas e especialistas, inseridos de forma liberal no mercado de trabalho dependiam de seus pacientes para seu sustento e sobrevivência. Se fizessem a notificação compulsória, corriam o risco de perder a confiança que os pacientes neles depositavam. Os médicos higienistas afirmaram sua identidade por meio da desqualificação das demais. Além disso, partiram para a luta contra os médicos clínicos (generalistas e especialistas) que insistiam em não fazer a notificação compulsória.

Embora naquele momento as frentes criadas pelas parcelas de médicos não tenham chegado a um consenso de todos os temas debatidos, ficou claro que naquele Congresso foi o primeiro momento na História da medicina no Brasil em que discutiu-se sobre o monopólio do conhecimento e da prática, a garantia de elevados índices de prestígio e remuneração, a instituição de padrões de comportamento em sua relação entre pares, com a sociedade e com os concorrentes, além da criação de mecanismos de persuasão e de coerção que levem o cliente a sujeitar-se a sua autoridade cultural. Ou seja, foi a primeira vez que os representantes médicos se uniram para deliberar sobre suas principais demandas.

O diferencial desse Congresso foi unir três categorias médicas tão diferentes a favor de uma unidade profissional em comum. Generalista, especialista e higienista se juntaram para combater as práticas rudimentares que estavam sendo exercidas por curandeiras. Além disso, propuseram-se a enfrentar o Estado para continuar exercendo a medicina liberal. Embora o governo tenha tentado impor certas limitações ao exercício liberal que estava sendo praticada pelos médicos, até a criação do sistema de saúde brasileiro não houve modificações nessa dinâmica. Uma das estratégias por parte da elite profissional, resistente à ação das coletividades, manifestou-se com a criação do "Sindicato Médico Brasileiro", cinco anos mais tarde.

3 Referências Bibliográficas

BAHIA, Ligia; RONIR, Luiz. Renda e inserção profissional dos médicos brasileiros após a instituição do sistema único de saúde. **Revista de saúde pública**. v.43. n.4. Universidade de São Paulo. São Paulo. 2009. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rsp/article/view/32652>>. Acesso em: 7 jan 2016.

Demografia Médica no Brasil, v. 2 / Coordenação de Mário Scheffer; Equipe de pesquisa: Alex Cassenote, Aureliano Biancarelli. – São Paulo: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo: Conselho Federal de Medicina, 2013. p.50. Disponível em : <<http://migre.me/vidx5> >. Acesso em: 1 nov. 2015.

FREIDSON, Eliot. **La Profesión Médica. Un Estudio de Sociología del Conocimiento Aplicado**. Tradução de María Isabel Hirsch. Barcelona, Ediciones Península, 1978.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

LARSON, M. S. **The rise of professionalism: a sociological analysis**. Los Angeles: University of California Press, 1977.

MACHADO, MH., coord. **Os médicos no Brasil: um retrato da realidade**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1997.

MECHANIC, D. Sources of countervailing power in medicine. **Journal of Health Politics, Policy and Law**, 16(3):485-498, 1991.

PEREIRA NETO, A. F.,. Palavras, Intenções e Gestos. **Os Interesses Profissionais da Elite Médica**. Congresso Nacional dos Práticos (1922). Tese de Doutorado, Rio de Janeiro: Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 1997.

PEREIRA-NETO, A. F. The Medical Profession at Issue (1922): A Historical and Sociological View. **Cad. Saúde Públ.**, Rio de Janeiro, 11 (4): 600-615, Oct/Dec, 1995.

STARR, Paul. **The Social Transformation of American Medicine**. Basic Books. 1982.

WEBER, M. Die drei reinen Typen der legitimem Herrschaft. In: *Wirtschaft und Gesellschaft*, 4ª edição, organizada e revisada por Johannes Winkelmann. Tubingen, J.C. B. Mohr (Paul Siebeck), 1956. v. II, p.551-58. Trd. Por Gabriel Cohn. In WEBER, Max. **Sociologia. Coleção grandes cientistas sociais**, n. 13. São Paulo: Ática, 1979.

WEBER, Max. **Conceitos Sociológicos Fundamentais**. Tradução Artur Mourão. Covilhã: Lusofia: Press, 2010; WEBER, M. **Ensaio de sociologia**. Trad: Waltensir Dutra. 5.ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1982.

A Segunda República entre Plínio, Prestes e Vargas: conflitos entre integralistas e aliancistas e a repressão do Estado varguista

Pedro Ivo Tanagino¹

Resumo:

O presente artigo analisa as disputas travadas entre integralistas e aliancistas, e entre estes e o governo Vargas. Assim, lançamos alguns apontamentos para o estudo das relações de aproximação e conflito entre os grupos políticos de maior destaque na Segunda República (enfocando-se os anos de 1934-1937), que disputavam o Estado, defendendo três diferentes projetos de modernização nacional. Unimos aos enfoques priorizados pelo campo da História Política e Social, que acompanha a longa duração em suas rupturas e continuidades, à abordagem dos principais conceitos políticos e sociais em uso nos vocabulários políticos dos atores e grupos analisados, como sugerem Koselleck (2006) e Pocock (2003). O objetivo é compreender o golpe do Estado Novo à luz do conflito entre os grupos analisados nos anos anteriores, com ênfase no papel da AIB em um período de mudança constitucional no país.

Palavras-chave: Brasil Republicano. Segunda República. História Política.

Abstract:

This article analyzes the disputes waged between integralism and aliancism, and between them and the Vargas regime. So, we propose some notes for the study of the approaching and conflict relationship between the most prominent political groups in the Brazilian Second Republic (1934-1937), who fought for the State, defending three different projects of national modernization. We join the prioritized approaches in the field of Political and Social History, which tracks the long-term in their ruptures and continuities, to the approach of the main political and social concepts in use in political vocabularies of actors and groups analyzed, as suggested by Koselleck (2006) and Pocock (2003). The goal is to understand the Estado Novo's coup in the light of the conflict between the groups analyzed in previous years, with emphasis on the role of AIB in a period of constitutional change in the country.

Keywords: Brazil Republican. Second Republic. Political History.

Introdução

As cartas constitucionais são fontes históricas valiosas para os historiadores que se atêm às transformações na vida política e social das sociedades passadas, em seus momentos históricos de crise e transição. Nesse sentido, este trabalho busca esclarecer

¹ Mestre em História (UFJF). Doutorando em História pelo PPGH-UFJF financiado pela bolsa CAPES.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.

*“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.*

ISSN: 2317-0468

17 a 21 de outubro de 2016

alguns conceitos básicos que compuseram o texto da Constituição Federal de 1937 (CF 37), à luz dos eventos sincrônicos que delimitaram seu contexto de emergência e, conseqüentemente, a formação de seu léxico. Por outro lado, esperamos demonstrar com essa abordagem os reflexos do Entreguerras no Brasil e os caminhos autoritários abertos pelo Estado no processo de modernização nacional.

Para tanto, priorizamos uma abordagem linguística e contextualista das fontes históricas, aceitando que os conflitos sociais e políticos do passado devem ser lidos e interpretados através do horizonte conceitual existente e mutuamente compartilhado e desempenhado linguisticamente pelos atores sociais que participaram desses conflitos. Sendo assim, a escolha pelo objeto de estudo, a análise das relações entre textos e seus contextos de emergência, bem como as abordagens das fontes, privilegiam acima de tudo os usos da linguagem no artifício do mundo político e social (JASMIM; FERES JÚNIOR, 2006: 19).

Vera Alves Cepêda, relembando Gramsci, admite que, na tarefa de se construir a hegemonia de uma classe ou fração de classe sobre as demais, se faz necessária a elaboração de todo um “discurso racional” e de uma “estrutura cultural” que permita transformar o interesse desse grupo ou classe em “interesse geral da sociedade”, muitas vezes chamado também de “bem comum”. Esse processo, que pode ter seu início no campo da produção, efetiva-se e consolida-se no campo político, “especialmente na constituição de uma estrutura jurídico-institucional particular – afinal, é esta que determina tanto a gramática quanto o léxico de funcionamento da sociedade (*sub leges e per leges*)”, nos afiança a autora (CEPÊDA, 2009: 217).

As constituições são textos privilegiados que nos falam sobre os momentos de mudança em que foram criados e, simultaneamente, “*locus* de enfrentamento entre as forças sociais que disputam a direção política da sociedade através do Estado e de sua abstração máxima – a Magna Lei” (CEPÊDA, 2009: 213).

A Era Vargas, com seu marco inaugural na Revolução de 1930, é comumente definida em nossa historiografia como um período de transição de um sistema de base agroexportadora com instituições marcadas pelo pacto intraoligárquico, para outro de base urbano-industrial, sob um regime político nacional-estatista de inspiração corporativista. O governo alçava o “desenvolvimento” e a “modernização” como metas,

em torno das quais o Estado buscou construir o consenso e o consentimento diante do novo regime que ampliava a cidadania social restringindo a cidadania política. Assim, o Estado se tornava o principal agente da modernização conservadora, ou, “revolução passiva” (VIANNA, 1976; 1997), garantida com a transformação do “estado de exceção” em paradigma de governo².

A Constituição Federal de 1937 (CF 37) é introduzida por um preâmbulo que nos diz muito sobre a natureza, conteúdo e origem desse diploma, elencando três condições que deveriam tornar compreensível e justificar a sua outorga pelo presidente Getúlio Vargas em 10 de novembro de 1937. Essa carta foi imposta em caráter de “estado de exceção”, apresentando três justificativas previstas por Sainte-Bonnet: “*a infração ou a derrogação do direito normal*”, “*a referência a uma situação anormal*” e “*a previsão de uma finalidade superior a se alcançar*” (MATOS, 2012: 283-284).

Carl Schmitt reconheceu que o único elemento capaz de diferenciar a “lei normal” da “lei excepcional” é a duração. Enquanto a lei é feita para durar, a exceção responde a uma situação de emergência, sendo revogada após atingir seu objetivo. Porém, quando se pretende que esta dure não apenas indefinidamente, mas “*por todo o tempo*”, “a exceção assume o aspecto específico da lei, dando origem a um híbrido que só pode ser nomeado por meio do oxímoro *exceção permanente*: trata-se de uma *lei de exceção* e não mais da *exceção da lei*” (MATOS, 2012: 309). Parece-nos ter sido essa a trajetória política do governo Vargas, coroada com a outorga da CF 37, que aprovisionou a ditadura do Estado Novo com mecanismos de tomada de decisão e fundamento legal para que pudesse exercer um governo centralizador e autoritário o suficiente para passar por cima dos obstáculos à modernização nacional.

De acordo com Agamben, o estado de exceção é um elemento constitutivo do Estado de Direito. Sua origem estaria na Constituição Revolucionária Francesa de 1792, assumindo no mundo contemporâneo a forma de estado de exceção permanente, deixando assim de ser provisória para assumir *forma estatal autônoma*. Assim ocorreria uma transição do *estado de exceção* para o *Estado de Exceção*. Por isso, Agamben acaba por concluir que “o paradigma da modernidade é o da exceção permanente ou ‘desejada’, encontrando sua representação não mais na *polis* ou no Estado moderno, mas no campo

² Cf.: AGAMBEN, 2004: 9-51

de concentração” (MATOS, 2012: 296-298). Acreditamos que esse tenha sido o espírito da CF 37, objetivado em seu artigo 186, que decreta a vigência do “estado de emergência” em todo o país, por tempo indeterminado.

Integralismo versus aliancismo pela tomada do Estado: A crise da Segunda República

A CF 37 institucionalizou a escalada do autoritarismo estatal iniciada décadas antes, por múltiplos episódios em que foi decretado o “estado de emergência”, “estado de guerra” e “estado de sítio” durante a Primeira República. Esse processo se tornou mais acelerado a partir da revolução de 1930, mas foi após a promulgação da Constituição Federal de 1934 (CF 34), com o cenário político radicalizado que a acompanhou, que se fez possível tornar norma jurídica os princípios do autoritarismo corporativista, nacionalista e de visão orgânica da sociedade consagrados na CF 37. É sobre esse espaço de tempo, entre a Assembleia Constituinte de 1933 e sua CF 34 à outorga da CF 37, que concentramos nosso enfoque de pesquisa. A ditadura que teve início em 10 de novembro de 1937 desatou o Estado dos longos processos democráticos e de seus altos custos de transação, que impediam o Executivo federal e seus ministérios de dirigir o processo de modernização do país com maior autonomia e de sufocar grupos e indivíduos que se opusessem ao novo regime.

A CF 34 já trazia como núcleo teórico o corporativismo, baseando-se na representação profissional, o que importava a tentativa de se firmar um novo pacto que deveria extirpar o modelo liberal de representação e, assim, consistia em um esforço para dissolver os arranjos políticos típicos durante a hegemonia oligárquica, na medida em que adequava institucionalmente o Estado e suas leis ao ideal organicista que ganhou vulto no pensamento político e social brasileiro a partir da década de 1920. Dessa forma, a desarticulação do sistema agro-exportador teria aberto o caminho para uma Constituição com “feições, gramática e finalidade genuinamente modernas” (CEPÊDA, 2009: 211-212).

No entanto, a CF 34 não foi capaz de gerar um consenso entre as partes envolvidas em sua elaboração, tendo sido suprimida pela CF 37, o que torna sua antecessora a Carta

Magna mais efêmera da história brasileira. Cepêda aponta três motivos para sua brevidade: a) sua fragilidade é resultado da heterogeneidade dos grupos em disputa naquele momento, os quais ela foi incapaz de satisfazer, o que a tornou “expressão de baixa capacidade de legitimação e de funcionalidade”; b) o contexto delicado de sua convocação feita na atmosfera de tensão social gerada pela “guerra dos paulistas” de 1932; c) o hibridismo de seu texto final, que articulava contornos liberais às tendências organicistas. Para a autora, “as regras constitucionais foram mais avançadas que as forças sociais capazes de sustentá-las”, permitindo que Vargas optasse pela centralização autoritária do processo de modernização, que atingiu seus níveis mais desenvolvidos durante o Estado Novo (CEPÊDA, 2009: 231-232).

No início do preâmbulo à CF 37 já se aponta a condição de “emergência” e “excepcionalidade” em que surgiu a nova constituição, como resposta a uma situação de “crise”. Eis que se afirma sua razão, primeiramente:

ATENDENDO às legítimas aspirações do povo brasileiro à paz política e social, profundamente perturbada por conhecidos fatores de desordem, resultantes da crescente agravação dos dissídios partidários, que uma notória propaganda demagógica procura desnaturar em luta de classes, e da extremação de conflitos ideológicos, tendentes, pelo seu desenvolvimento natural, resolver-se em termos de violência, colocando a Nação sob a funesta iminência da guerra civil (BRASIL, 1937).

As ameaças à “normalidade” descritas nesse trecho são principalmente de origem interna. O cenário de instabilidade política que marcou o nascimento do Brasil moderno teve seu início na década de 1920, atingindo seus picos na onda do movimento tenentista³. Não obstante, durante a década de 1930 a crise, que trazia em si questões mal resolvidas da década anterior, atingiu seu auge. Nada menos do que uma revolução (1930), uma guerra civil (1932) uma sublevação comunista (1935) e um golpe de Estado (1937) delimitam esse período, sendo eventos precedidos e sucedidos por todos os tipos e níveis

³ Com a Revolta do Forte de Copacabana (1922), a Revolução de Isidoro (1924), a Coluna Prestes (1925-1927), e com a formação da Aliança Liberal, que liderou a derrubada da Primeira República na Revolução de 1930, declarando defender a Constituição de 1891.

de conjurações, à direita e à esquerda, empenhadas em destituir Vargas do poder e dar fim, ou redirecionamento, ao processo iniciado em outubro de 1930.

No entanto, após a guerra civil, depois chamada Revolução Constitucionalista de 1932, o cenário político interno foi de crescente radicalização, emergindo projetos, pequenos grupos a grandes organizações de nível nacional que passaram a representar um risco em potencial ao governo. Em 1931, J. Fabrino fundou em Minas Gerais a Ação Social Brasileira, logo transformada em Partido Nacional Fascista. Em fevereiro do mesmo ano, foi lançado o manifesto de um partido de tendência fascista - a Legião 3 de Outubro – no qual tomaram parte nomes como Francisco Campos, Gustavo Capanema e Amaro Lanari. Também em 1931, os tenentes Severino Sombra, Jeovah Motta e o padre Helder Câmara criaram a Legião Cearense do Trabalho. Também em 1931, o jornalista mineiro e egresso do Partido Republicano Mineiro (PRM), Olbiano de Mello, dava início à elaboração do programa do Partido Nacional Sindicalista. Outro movimento relevante no período foi o grupo formado pelos monarquistas católicos corporativistas da Ação Imperial Patrimonista, fundada em 1928 (TANAGINO, 2013: 62-64).

A maior parte desses movimentos alinhados à direita do pensamento social e político da época foram relativamente pequenos (com exceção da Legião Cearense do Trabalho), mas todos se caracterizam por representar a convergência ideológica em torno do autoritarismo corporativista nacionalista de líderes militares ou civis mantidos à margem da Revolução de 1930 e, em geral, hostis a esta, embora reconhecessem a oportunidade histórica de mudança representada pelo fim do regime oligárquico (TANAGINO, 2013: 64).

A fundação da AIB em 7 de outubro de 1932, chefiada pelo jornalista e político paulista Plínio Salgado, polarizou esses setores, se transformando rapidamente em um movimento presente em todo o país. Além de buscar simpatizantes e a base da militância entre os “inseguros” perdidos nas massas das grandes cidades, ou esquecidos nos rincões do mundo rural, o projeto apresentado com o lançamento do *Manifesto de Outubro de 1932*⁴ chamava à posição de lideranças intelectuais, artistas, profissionais liberais, políticos, trabalhadores e empresários, militares, religiosos etc. O chamado apontava para

⁴ AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA. **Manifesto de Outubro de 1932**. Secretaria Nacional de Propaganda da AIB: São Paulo, s/d.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

a ação na transformação da cultura e da política, que se daria a partir de um novo conceito de Estado (o “Estado Integral”) cuja tônica era a centralização do poder, o planejamento da economia com a adoção do sistema corporativista e a direção da revolução cultural integralista, tendo à frente do “Estado forte” um líder carismático, o Chefe Nacional da AIB Plínio Salgado. A campanha de Salgado consistia em uma noção de mobilização permanente das massas, a partir da criação de uma cultura política de “cidadãos-soldados” em torno do lema “*Deus, Pátria e Família*”.

A AIB se transformou rapidamente em uma poderosa instituição na medida em que consolidou seu caráter político, de movimento revolucionário (1932) a partido registrado (1937), ganhando as formas de um “*partido revolucionário militarizado*” de direita (PINTO, 2009). Por meio da ação de uma campanha ideológica pragmática, veiculada por jornais, revistas, rádio, cinema e muitos livros, somada a uma doutrina de formação moral, cívica e física, os integralistas apresentaram ao Brasil seu projeto de uma urgente revolução, arregimentando dezenas, talvez centenas de milhares de pessoas⁵.

A luta entre fascismo e antifascismo foi uma das mais internacionalizadas do período e uma das que mais entusiasmou a juventude e a intelectualidade ocidental. Fascismo e antifascismo já se enfrentavam no Brasil desde a década de 1920, mas foi após a fundação da AIB que os embates aumentaram, tornaram-se mais violentos e adquiriram proporções nacionais. Em 1933, a organização entre variados (e muitas vezes concorrentes) setores da esquerda no Brasil (tenentistas de esquerda, socialistas brasileiros e italianos, anarquistas, comunistas - mas não o PCB - e trotskistas) deu origem à Frente Única Antifascista (FUA), ao Comitê Antiguerrreiro, entre outras associações semelhantes (CASTRO, 2002: 354-360).

Após a promulgação da Constituição de 1934, o cenário político tornou-se ainda mais instável. Destarte, enquanto os integralistas se demonstravam dispostos a remover o governo e instituir o “Estado Integral” com a sua revolução, nas esquerdas se acreditava já estar instalado um cenário de “crise revolucionária” que exigia a criação urgente de soviets em preparo para a insurreição. Desse modo, ficou patente na época que “Setores

⁵ As cifras variam muito em relação ao número real de filiados à AIB entre 1932 e 1937. Trindade (1979) acredita terem sido cerca de 500.000, e a AIB em 1937 informava serem mais de 1.000.000, número difícil de se crer e mais ainda de se provar.

das esquerdas e das direitas esperavam a primeira oportunidade para descartar a Constituição ou, pelo menos, reformá-la”, como disse Castro (2002: 371).

Assim, a partir de 1934, os combates entre militantes da AIB e das esquerdas antifascistas tornaram-se mais frequentes, mais públicos e mais chocantes pela violência e crescente número de vítimas feridas ou mortas em acontecimentos trágicos, como a “Batalha da Praça da Sé”, ocorrida no dia 7 de outubro de 1934, na cidade de São Paulo.

Diante do avanço do integralismo, desde 1934, acompanhando a tendência internacionalmente difundida de formação de frentes amplas populares compostas por diferentes vertentes políticas, com o fim de combate ao fascismo e movimentos congêneres, setores das esquerdas no Brasil deram início aos arranjos que fundaram A Aliança Nacional Libertadora (ANL), em janeiro de 1935, elegendo Luiz Carlos Prestes (que estava na URSS) seu presidente de honra.

Seu programa, divulgado em fevereiro do ano citado, tinha como principais objetivos a suspensão do pagamento da dívida externa do país, nacionalização das empresas estrangeiras fixadas no país, reforma agrária e proteção aos pequenos e médios proprietários e garantir as “liberdades democráticas” com a implantação de um “governo popular”, sem definir exatamente por quais vias deveriam atingir tais propostas.

Em abril de 1935 Prestes havia retornado com a missão, incumbida pela Internacional Comunista, “de promover um levante armado que instaurasse no país um governo nacional-revolucionário”⁶. Assim, em novembro do mesmo ano, ocorreu uma série de levantes que foram chamados por seus detratores de a “Intentona Comunista”. Teve início em Natal, com um levante militar, que obteve adesão popular e chegou a tomar a cidade por quatro dias. Em seguida foram deflagrados levantes em Recife e no Rio de Janeiro. Dominados sem grandes dificuldades pelo governo, esses eventos acabaram ampliando o consentimento em torno das medidas repressoras do governo, que conseguiu a aprovação do “estado de guerra” em março de 1936.

⁶ Com a implantação do Estado Novo, o TSN deixou de ser subordinado ao Superior Tribunal Militar, passando a possuir jurisdição especial e autônoma, tornando-se um órgão permanente até sua extinção, com o fim do Estado Novo em 1945. Cf.: Tribunal de Segurança Nacional. Anos de Incerteza (1930-1937). In: **A Era Vargas - 1º tempo - dos anos 20 a 1945**. FGV/CPDOC, 1997. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/GolpeEstadoNovo/PlanoCohen>, consultado em 12 jan 2015.

Diante do aumento da radicalização das lutas políticas, Vargas sancionou o decreto apresentado pelo Legislativo, com o qual foi criada a lei nº 38 de 4 de abril de 1935, assim chamada “Lei de Segurança Nacional”⁷, que previa os crimes contra a ordem política e social, regulando e proibindo as práticas dos grupos em disputa que se avolumavam. Essa lei, assim, tornou possível ao governo desmobilizar a milícia integralista e fechar a ANL, enquadrando-a com base no manifesto de Prestes lido em julho de 1935.

No período de 1935 a 1937, teria se estabelecido uma sólida tradição anticomunista na sociedade brasileira, repetida nas décadas seguintes pelo Estado, pelas organizações sociais e, talvez principalmente, pelos indivíduos “cujo zelo militante levou a constituição de um conjunto de representações sobre o comunismo, um verdadeiro imaginário anticomunista” (MOTTA, 2002: XXII). Esse imaginário anticomunista foi representado ao longo da história, por meio de um vasto plantel de adjetivos negativos, que buscavam dar vivacidade à ideia de um “Perigo Vermelho”. Não por acaso, o “anticomunismo” foi o núcleo da segunda justificativa da CF 37 e, portanto, do golpe do Estado Novo, que surgiu “ATENDENDO ao estado de apreensão criado no País pela infiltração comunista, que se torna dia a dia mais extensa e mais profunda, exigindo remédios, de caráter radical e permanente” (BRASIL, 1937).

O enredo conspiratório divulgado pelo governo em setembro de 1937, conhecido como “*Plano Cohen*”, ilustra perfeitamente as palavras de Girardet (1987: 52-53) sobre a função do “mito conspiratório”. Esse documento teria sido elaborado pelo então capitão Olympio Mourão Filho⁸, chefe do serviço secreto da Ação Integralista Brasileira, para fins de um estudo estratégico em caso de uma hipotética invasão comunista no país, exclusivo ao uso interno da AIB.

Nas palavras de Miguel Reale, que na época era um dos três principais líderes da AIB, “Ninguém ignora que se tratava de solerte utilização para fins políticos, de um

⁷ Lei nº 38, de 4 de Abril de 1935 (“Lei de Segurança Nacional”). **Câmara dos Deputados**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-38-4-abril-1935-397878-republicacao-77367-pl.html>, acessado em 08 dez 2014. É bom lembrar que, desde que foi criada, a “*Lei de Segurança Nacional*” no Brasil, embora modificada, nunca mais deixou de existir. Foi repisada com a Lei 1.802 de 5 de janeiro de 1953, com o Decreto-Lei 314 de 13 de março de 1967, o Decreto-Lei 898 de 29 de setembro de 1969, a Lei 6.620 de 17 de dezembro de 1978 e, por fim, com a Lei 7.170 de 14 de dezembro de 1983, que ainda se encontra em vigor.

⁸ Oficial que ordenou o início da movimentação das tropas partindo de Juiz de Fora – MG em 31 de março de 1964, precipitando o golpe civil e militar que instalou a Ditadura.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
 “O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
 Juiz de Fora, 2017, 1554p.
 ISSN: 2317-0468
 17 a 21 de outubro de 2016

documento que, segundo me disse o capitão Olympio Mourão Filho, havia sido escrito apenas como peça integrante de um ‘exercício do Estado Maior’” (REALE, 1987: 120), sendo que, no caso, o autor se refere ao “Estado Maior” da AIB, ao qual pertencia Mourão Filho.

As memórias dos participantes do evento se confrontam, mas parece unânime que o general Góes Monteiro se apropriou do documento, que estava na posse do general Álvaro Mariante, apresentando-o em reunião da alta cúpula militar onde estavam presentes, além de Góes Monteiro, chefe do Estado-Maior do Exército, também o ministro da guerra, general Eurico G. Dutra e o chefe de polícia do Distrito Federal, Filinto Müller, como uma “evidência” apreendida pelas Forças Armadas.

O caso veio a público logo em seguida, causando uma grande onda de pânico. Em seguida, Vargas conseguiu que o Congresso aprovasse mais uma vez o decreto de “estado de guerra”, criando um espaço de consenso que possibilitou o golpe de novembro de 1937 e a implantação do Estado Novo⁹.

A política repressiva orientada pela Lei de Segurança Nacional foi reforçada, com a criação do Tribunal de Segurança Nacional (TSN), em setembro de 1936. O TSN era um tribunal de exceção, subordinado à Justiça Militar, composto por juízes militares e civis nomeados pelo próprio presidente da República, e deveria funcionar nos momentos em que o país se encontrasse em “estado de guerra”. Entre setembro de 1936 e dezembro de 1937, cerca de 1500 pessoas foram julgadas e condenadas pelo TSN, entre comunistas, integralistas e liberais opositores ao governo¹⁰. Enquanto isso, as candidaturas de Armando de Sales Oliveira, José Américo de Almeida e Plínio Salgado para as eleições presidenciais de 1938 eram esvaziadas de significado, na medida em que se construíam as bases políticas e sociais que tornaram possível o golpe de Estado em novembro de 1937.

⁹ Cf.: Plano Cohen. Anos de incerteza (1930-1937). In: **A Era Vargas - 1º tempo - dos anos 20 a 1945**. FGV/CPDOC, 1997. Disponível em:

<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/GolpeEstadoNovo/PlanoCohen>, consultado em 12 jan 2015.

¹⁰ Tribunal de Segurança Nacional. Anos de Incerteza (1930-1937). In: **A Era Vargas - 1º tempo - dos anos 20 a 1945**. FGV/CPDOC, 1997. Disponível em:

<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/GolpeEstadoNovo/PlanoCohen>, consultado em 12 jan 2015.

Embora a AIB tenha sofrido com a nova ordem inaugurada pela “Polaca”, seu papel no golpe de 1937 foi decisivo. Esse hiato entre as expectativas dos seguidores de Plínio Salgado e os interesses do governo no Estado Novo serviu de estopim para o malogrado “*putsch liberal-integralista*”, em maio de 1938, no qual Vargas poderia ter sido vitimado fatalmente. Perseguidos após esse evento, com muitas fugas e exílios de seus membros para a Europa e outros lugares, a AIB foi finalmente desarticulada, mas deixou o seu legado marcado na CF 37.

Gonçalves nos afiança que a “presença dos integralistas no processo de organização para a implantação do Estado Novo passava a ser um elemento de esperança para os camisas-verdes” (GONÇALVES, 2014: 132), esperança, no caso, de serem incorporados nos quadros do Estado pelo novo regime. Em setembro de 1937, Francisco Campos teria encontrado Plínio Salgado, em sigilo, autorizado pelo presidente Vargas, entregando ao líder integralista um original do texto final da nova constituição que seria outorgada em breve, por um golpe de Estado (SALGADO, 1950: 118). O conhecimento e participação de Salgado no golpe do Estado Novo também são mencionados por Vargas em trechos de seu *Diário* (VARGAS, 1995: 89).

Porém, talvez a maior contribuição do movimento integralista para o golpe do Estado Novo e a constituição que o fundamentou, seja, como foi descrito por Salgado em uma carta enviada a Vargas em janeiro de 1938, na qual o líder da AIB escreveu: “Não seria eu bastante sincero e honesto se pretendesse dar ao seu governo a minha colaboração pessoal, quando esta não implicasse na adesão, à minha atitude e aos objetivos de V. Exa., de mais de um milhão de brasileiros que criaram, pela doutrinação e propaganda, o clima sem o qual não se tornaria possível a transformação constitucional de 10 de novembro” (SALGADO, 1950: 111).

Conclusão

O movimento iniciado em 30 também pode ser encarado como uma “renovação”, na medida em que atendeu – e sua manutenção dependia disso – muitas demandas populares, assimilando-as, transformadas é claro, ao projeto do Estado. Entre estas demandas populares, exigiam a ampliação dos direitos civis (que na verdade foram retraídos) e

sociais (estes sim, ampliados), maior participação política e moralidade no trato com a coisa pública, interesses que acabaram envolvendo os setores urbanos e letrados da sociedade, em torno da expectativa de uma “cultura moderna”, que se traduzia pelas ideias de “unidade” nacional em termos políticos e culturais, de “centralização” e aparelhamento do Estado, que se auto-justificava pela noção de uma missão, que seria realizar a obra de “civilização” do país e “construção da nação” (LAHUERTA, 1998: 103-105).

Por outro lado, no que tange as garantias que deveriam ser asseguradas pela nova constituição, a “*autodefesa da sociedade*” está relacionada à emergência das “*políticas sociais modernas*”¹¹, ou seja, à criação de mecanismos de proteção de indivíduos e grupos atingidos pela montagem e funcionamento da sociedade de mercado capitalista, o processo histórico denominado “moinho satânico” por Polanyi em *A grande transformação* (2000), sendo o Estado Nacional moderno, historicamente, seu principal agente promotor e cenário dos “contramovimentos destinados a corrigir seus efeitos deletérios”, como diz Ignacio Delgado (2001: 31). Contudo, a emergência de um *regime ativo* na produção de políticas sociais vincula-se fundamentalmente aos processos de formação do próprio Estado Nacional e às relações de força estabelecidas entre os atores sociais relevantes no enfrentamento dos dilemas sociais que se desenvolvem a partir da emergência do mercado capitalista (DELGADO, 2001: 40).

Regimes autoritários podem dispor de uma capacidade maior do que a apresentada pelos regimes democráticos na implementação das políticas sociais. Os diferentes formatos que estas apresentaram na Alemanha e nos países comunistas indicam, entretanto, que as coalizões que dão sustentação aos regimes autoritários são decisivas para a determinação do modelo de política social implantado. No entanto, regimes democráticos, ou oligarquias liberais em processo de transição à democracia, são mais permeáveis às pressões da sociedade, o que pode gerar situações de equilíbrio desfavoráveis à operação de mudanças (DELGADO, 2001: 61).

Na historiografia brasileira são fortes as opiniões, como a de Luiz Werneck Vianna, de que esse corporativismo estatal jamais teria se realizado de forma plena, apesar

¹¹ Tomamos aqui emprestada a definição de Delgado, que entende as “*políticas sociais modernas*” como “aquelas que se associam a ações *preventivas, regulatórias, compensatórias e redistributivas* desenvolvidas pelo Estado, estabelecendo, em determinados casos, disposições obrigatórias para os atores sociais no *âmbito nacional*” (DELGADO, 2001: 16).

da sua complexa estrutura institucional posta em funcionamento (CF: VIANNA, 1978). Em outras palavras, portanto, como também admitiu Oliveira Vianna, pode-se dizer que o corporativismo se constituía numa tendência determinada pelo próprio Estado, numa perspectiva de futuro para o Brasil, mas não exatamente numa realidade política e institucional do regime de Vargas.

Nos grupos do *pensamento corporativista*, a questão da representação por classes é controversa. Aparecem quesitos como “grupos sociais”, “profissões”, “setores produtivos”, “ramos econômicos”, “trabalhadores/empresários”, dispersos ou apresentados em arranjos entre economia, níveis de administração com formas de representação (empresas/atividades, município/estados/federação, democracia direta/democracia representativa). Diante dessa gama de possibilidades, o que parece como central no conceito é a concepção da ontologia social que ele traz: “a sociedade é a composição de partes funcionais e não dos indivíduos” (CEPÊDA, 2009: 235-236), e assim, a autora conclui que:

Daí a facilidade da conseqüência do nacionalismo, de alternativas que construam a solidariedade social a *partir do Estado*. No entanto, o Estado não é aqui “oponível ao indivíduo”, mas sua própria realização. Da mesma maneira, os indivíduos também só se realizariam nas “*classes profissionais que integram*”. Como extensão possível dessa argumentação seria legítima a ação interventora do Estado em situações de interesse nacional mal compreendido, quando os grupos sociais (ou alguns deles) criassem obstáculos a esta nova e desejável situação (CEPÊDA, 2009: 236).

A busca de identidade social dos intelectuais brasileiros passava pela procura de um ponto entre “a perspectiva de renovação cultural” e as “possibilidades de reforma da sociedade”, que formavam o eixo nacionalismo - modernização. Não é por acaso, portanto, que ao longo dos anos 30 o tema que prevalece entre a intelectualidade é o da organização nacional, resultando em uma campanha modernizadora, nacionalista, que encontrou no modelo autoritário corporativista a saída para a “crise dos anos 30” (LAHUERTA, 1998: 98).

Observando atentamente as análises dos dados sincrônicos que compõem o contexto histórico da CF 37, não será difícil identificar que esta carta foi concebida e outorgada em meio ao “estado de exceção”. O estado de exceção não suspendeu leis e direitos em

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.

ISSN: 2317-0468

17 a 21 de outubro de 2016

função da escalada do autoritarismo. A escalada do autoritarismo assinala o comprometimento dos grupos no poder em dar curso a *seu* projeto de modernização, ultrapassando direitos, desejos e anseios particulares ou *minoritários* entre a população, pela suspensão da “velha” Lei e fundação da “nova”, com a refundação do próprio Estado Nacional. Sendo assim, a nossa hipótese fundamental é que, a exceção, instrumento para se conseguir governabilidade, quando o Estado atua como principal agente da modernização feita à revelia dos grupos e classes submetidos política e socialmente.

Referências Bibliográficas

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de Exceção**. Trad. Iraci D. Poleti. São Paulo: Boitempo, 2004.

CASTRO, Ricardo Figueiredo. A Frente Única Antifascista (FUA) e o antifascismo no Brasil (1933-1934). **Topoi**, Rio de Janeiro, dez 2002, p. 354-388.

CEPÊDA, Vera Alves. Contexto político e crítica à democracia liberal: a proposta de representação classista na Constituinte de 1934. **Perspectivas**, São Paulo, v. 35, p. 211-242, jan-jun 2009.

DELGADO, Ignacio Godinho. **Previdência social e mercado no Brasil**: a presença empresarial na trajetória da política social brasileira. São Paulo: LTr, 2001.

GENTILE, Emilio; DE FELICE, Renzo. **A Itália de Mussolini e a origem do fascismo**. Tradução de Fátima Conceição Murad. São Paulo: Ícone, 1988.

GIRARDET, Rauol. **Mitos e Mitologias políticas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GONÇALVES, Leandro Pereira. O Estado Novo: fim da Ação Integralista Brasileira e prisão de Plínio Salgado. In: VIANNA, Marly de Almeida Gomes; SILVA, Érica Sarmiento da; _____. (orgs.). **Presos políticos e perseguidos estrangeiros na Era Vargas**. Rio de Janeiro: Mauad X/ Faperj, 2014.

JASMIM, Marcelo Gantus; FERES JÚNIOR, João (orgs.). **História dos conceitos**: debates e perspectivas. Rio de Janeiro: PUC-Rio/Loyola/Iuperj, 2006.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio, 2006.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

LAHUERTA, Milton. Os intelectuais e os anos 20: moderno, modernista, modernização. In: DE LORENZO, Helena Carvalho; COSTA, Wilma Peres da. **A década de 20 e as origens do Brasil moderno**. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.

MATOS, Andityas Soares de Moura C. Nomos Pantokrator? Apocalipse, exceção, violência. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**. Belo Horizonte, n° 105, p. 277-342, jul/dez 2012.

POCOCK, J. G. A. **Linguagens do ideário político**. Sérgio Miceli (org.). São Paulo: Edusp, 2003.

TANAGINO, Pedro Ivo Dias. “**É Preciso Crer!**”: Contribuição para uma história do conceito de Homem Integral segundo a doutrina de Plínio Salgado (1932-1937). Dissertação de mestrado (História). Universidade Federal de Juiz de Fora, 2013.

VIANNA, Luiz Werneck. **A revolução passiva**. Rio de Janeiro: Revan, 1997.

VIANNA, Luiz Werneck. **Liberalismo e Sindicato no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

Fontes

AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA. **Manifesto de Outubro de 1932**. Secretaria Nacional de Propaganda da AIB: São Paulo, s/d.

Lei nº 38, de 4 de Abril de 1935 (“Lei de Segurança Nacional”). **Câmara dos Deputados**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-38-4-abril-1935-397878-republicacao-77367-pl.html>, acessado em 08 dez 2014.

Plano Cohen. Anos de incerteza (1930-1937). In: **A Era Vargas - 1º tempo - dos anos 20 a 1945**. FGV/CPDOC, 1997. Disponível em:

<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos3037/GolpeEstadoNovo/PlanoCohen>, consultado em 12 jan 2015.

Tribunal de Segurança Nacional. Anos de Incerteza (1930-1937). In: **A Era Vargas - 1º tempo - dos anos 20 a 1945**. FGV/CPDOC, 1997. Disponível em:

<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos3037/GolpeEstadoNovo/PlanoCohen>, consultado em 12 jan 2015.

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016*

O setor automotivo no governo JK: políticas e empresas

Fernando Marcus Nascimento Vianini*

Resumo:

No decorrer do século XX, o setor automotivo exerceu uma profunda influência na relação de poder dos Estados, principalmente devido ao seu peso econômico, refletindo na ativa participação do Estado na instalação de complexos automotivos nacionais e em políticas comerciais e barreiras para mitigar as importações. Este artigo visa analisar a inclusão do setor automotivo dentro do Plano de Metas de Juscelino Kubistchek, que levou à criação do Grupo Executivo da Indústria Automobilística (GEIA), destacar os principais pontos dos planos nacionais automobilísticos e ressaltar os prazos e as taxas mínimas de conteúdo local estabelecidas pelas políticas.

Palavras-chave: Indústria Automotiva Brasileira, GEIA

Abstract:

Throughout the twentieth century, the automotive industry had a profound influence on power relations of states, mainly due to its economic weight, reflecting the active participation of the state in the set up of national automotive complex and trade policies and barriers in order to mitigate imports. This article aims to examine the addition of the automotive sector in the “Plano de Metas” of Juscelino Kubitschek, which led to the creation of the “Grupo Executivo da Indústria Automobilística” (GEIA), highlight the main points of the automobile national plans and emphasize the deadlines and the minimum local content rates established by the policies.

Keywords: Brazilian Automotive Industry, GEIA

Introdução

Após 1945, o Brasil entrou numa nova fase democrática que se encerrou com o golpe de 1964. Neste intervalo, foram estabelecidas diversas políticas voltadas para a instalação de um setor automotivo no país, principalmente por Getúlio Vargas e por Juscelino Kubistchek, que utilizaram de estratégias como a transferência de recursos do setor agrícola para a indústria ou o oferecimento de incentivos e subsídios para as montadoras. Estas políticas se inseriam dentro do modelo nacional-desenvolvimentista,

*Doutorando pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), email de contato: fernandomvianini@gmail.com.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.

“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,

Juiz de Fora, 2017, 1554p.

ISSN: 2317-0468

17 a 21 de outubro de 2016

iniciado ainda na década de 1930, baseado na industrialização via substituição de importações e que obteve um amplo apoio social, formado por forças políticas centro-esquerda, militares, sindicalistas, intelectuais e empresários, e com respaldo na CEPAL e no ISEB (BRESSER, 2007). Apesar dos diversos obstáculos, o Estado conseguiu instalar a produção automotiva doméstica com sucesso, forçando as montadoras a investirem e trazendo benefícios tanto com a renda gerada quanto com as externalidades produzidas pela industrialização.

De acordo com boa parte da literatura especializada, como Shapiro (1994), Limonic (1997) e Latini (2007), nos governos de Getúlio Vargas foram lançadas as bases para a instalação de um setor automotivo no Brasil. Vargas conservou um caráter nacionalista, de criação e organização institucional e de fomento a indústria nacional e, apesar de não ter construído uma indústria automotiva em seus mandatos, foram neles que os quadros legais, físicos e infraestruturais foram estabelecidos, possibilitando a implantação do setor. Getúlio se utilizou das instituições existentes ou da criação de organizações totalmente novas para fomentar a industrialização, como o Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI), as Resoluções da Carteira de Exportação e Importação (Cexim), os recursos do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE) e as Instruções da Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc). Foi sobre este aparato institucional que as empresas fornecedoras de peças e componentes nacionais se organizaram e se desenvolveram e que a instalação de montadoras no país passou a ser considerada como um elemento estratégico para o desenvolvimento econômico do país durante o governo de Juscelino Kubitschek.

Sem ignorar o legado varguista, neste artigo pretendemos abordar o Plano de Metas de Juscelino Kubitschek, o estabelecimento do Grupo Executivo da Indústria Automobilística, mais conhecido como GEIA, e a instalação das montadoras de veículos no Brasil sob estas políticas. Na primeira parte deste artigo buscamos analisar a inclusão do setor automotivo dentro do Plano de Metas de Juscelino Kubitschek, que levou a criação do GEIA, instituição responsável por todos os assuntos referentes à instalação do setor no Brasil. Na segunda, procuramos destacar os principais pontos dos planos nacionais automobilísticos voltados para as diversas linhas de automóveis, ressaltando os prazos e as taxas mínimas de conteúdo local estabelecidas pelas políticas. Por fim, na

terceira seção visamos desenvolver a questão acerca da adesão das principais montadoras ao projeto de carros de passeio, destacando os casos da Simca, da Volkswagen e da Ford.

A pesquisa histórica acerca da trajetória e dos legados do setor automotivo no Brasil nos permite avaliar uma série de questões que envolvem os avanços e retrocessos nas tentativas de construção de uma indústria nacional e de um país soberano no período republicano, as relações de poder entre as diferentes instituições do Estado, como a presidência, o congresso e o GEIA e entre estas instituições e as empresas, assim como questões acerca da relação capital e trabalho, do desenvolvimento econômico e de ciência e tecnologia. Neste trabalho, foram utilizadas fontes primárias, como os dados da representante do setor automotivo, a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA), os decretos do Estado e seus planos nacionais específicos, assim como fontes secundárias de cientistas de distintas formações, como Helen Shapiro, Joel Wolfe, Bresser Pereira e Antônio Negro.

O governo JK e o Plano de Metas

Em 1955 foram realizadas as eleições para os cargos de presidente e vice-presidente do Brasil. Enquanto estava em campanha, Juscelino Kubitschek encontrou-se com Lúcio Meira, um dos idealizadores da construção de um setor automotivo no país, que convenceu JK da importância de inserir o setor no Plano de Metas (LATINI, 2007). De acordo com Shapiro (1994), a implantação do setor automotivo foi pensada inicialmente para a resolução do problema da balança de pagamentos do país. No governo Dutra (1946-1951), por exemplo, foi iniciada uma política de importação irrestrita que se esgotou na medida em que a balança de pagamentos acumulava déficits. Deste modo, as primeiras iniciativas de construção de uma política para o setor automotivo foram resultado dos problemas na balança comercial e baseados nos instrumentos existentes para a redução das importações e de seu impacto nas despesas. Os automóveis eram os itens mais importantes das importações e sua produção local seria capaz de aliviar a enorme pressão monetária, de resolver o gargalo no setor de transportes e de atrair capital e tecnologia estrangeiros para o país.

Posteriormente, no governo JK, a implantação do setor automotivo ganhou contornos mais estratégicos. O setor seria utilizado como meio para garantir uma rápida industrialização, devido aos seus efeitos de derramamento sobre os demais setores da economia. A implantação do setor automotivo ainda resolveria os dilemas acerca dos transportes e da integração física do país, trazendo o apoio da burocracia e dos militares ao projeto.¹ Por fim, num período de profunda radicalização política, a instalação do setor visava angariar o suporte da classe média ao governo, uma vez que o automóvel era o símbolo daquilo que havia de mais avançado tecnologicamente e sua instalação era voltada para atender o mercado doméstico.

Ao assumir a presidência, Juscelino Kubitschek nomeou Lúcio Meira para o cargo de Ministro de Viação e Obras Públicas e o pediu para elaborar um relatório sobre a instalação do setor automotivo no Brasil. Em maio 1956 foi entregue ao presidente o Relatório do Grupo de Trabalho Sobre Indústria Automobilística, que alertava sobre a importância da construção de uma indústria automotiva nacional, reforçando a existência de um mercado para veículos de diferentes tipos e os serviços oferecidos por veículos ao país. Segundo o Relatório, o que impedia o investimento no Brasil eram a inexistência de políticas governamentais e as oscilações nas políticas econômicas. Para contornar estes problemas, era recomendada uma política econômica assegurada por decretos do Poder Executivo, sem a participação do Poder Legislativo. Constatava-se ainda que era preciso desenvolver a indústria automotiva num curto espaço de tempo, uma vez que a troca do governo executivo poderia transformar o projeto inicial. Desta forma, era necessário forçar um grande investimento inicial por parte das empresas envolvidas, de modo a atingir um ponto de não retorno, evitando que uma troca de governo resultasse no fracasso total do plano.

Paralelamente, JK lançou o Plano de Metas, uma política com o objetivo de transformar a economia exportadora de matérias primas para manufatureira e composto

¹ De acordo com Joel Wolfe (2010), o Brasil se interiorizou de fato apenas após a instalação da indústria automotiva, já que a construção de ferrovias não servia ao interesse público e político de unificação do país, mas simplesmente ao desejo de transportar café, açúcar ou qualquer outra matéria prima do interior para os portos de exportação. Neste mesmo sentido, Helen Shapiro (1994:38) afirmou que: “Quase todas as transações comerciais entre o sul e o nordeste, e mesmo entre vizinhos próximos, era conduzida pelo mar. Durante a guerra, os ataques alemães na costa do Brasil isolou as grandes cidades costeiras uma das outras e demonstraram a vulnerabilidade das rotas de suprimento do país”.

por trinta metas de expansão para o desenvolvimento econômico e social do Brasil, focadas na superação dos pontos de estrangulamento para o desenvolvimento econômico do país. As trinta metas eram divididas entre energia (da meta 1 a 5), setor de transporte (6 a 12), alimentação (13 a 18), indústria de base (19 a 29) e educação (meta 30). A meta síntese do Plano era a construção de uma nova capital, Brasília. Das trinta metas, somente uma era destinada a um bem de consumo, a meta 27 voltada para o setor automotivo, que estabelecia como objetivos: produzir 170 mil veículos em 1960, atingir taxas de conteúdo local em peso de 90 a 95% do peso total do veículo em 1960, incumbir ao setor privado a produção, reservar ao Estado apenas a função de promotor e coordenador², permitir a constituição de empresas com capitais brasileiros, estrangeiros e mistos e enfatizar a produção de veículos de maior importância econômica, como os caminhões. De acordo com Limonic (1997), a implantação do setor automotivo ainda criaria importantes efeitos-cascata sobre diversos outros pontos do Plano de Metas, como as Metas 4, de produção de petróleo, 5, de refinamento de petróleo, 19, da siderurgia, 21, dos metais não ferrosos e 25 da borracha, e sobre todas as metas relativas a transporte, fomentando as rodovias e inibindo as ferrovias. Para coordenar a execução do Plano de Metas foi criado o Conselho do Desenvolvimento que, por seu turno, era composto por Grupos Executivos e Grupos de Estudo setoriais.

A partir do Relatório de Lúcio Meira e do Plano de Metas foi criado o decreto 39.412 de 16 de junho de 1956 (BRASIL, 1956a), que estabelecia as diretrizes básicas relativas à Indústria Automobilística Brasileira e a competência e autoridade dos órgãos executivos que se encarregariam de aplicar tais diretrizes. Ficou definido que os equipamentos utilizados na indústria automotiva eram de importância estratégica e, por este motivo, sua importação deveria ser feita de acordo com a Instrução 113 da Sumoc, que se constituía em concessão de isenção fiscal. Todavia, para obter o direito ao benefício, as fabricantes de veículos tinham que elaborar um projeto, contendo diversos pré-requisitos, como a produção de motores em instalações próprias ou de subcontratadores, o respeito aos prazos fixados e às taxas mínimas de conteúdo local. O decreto ainda previa que nenhuma distinção ou preferência seria realizada sobre o tipo de

² Através deste ponto, podemos observar que já no Plano de Metas estava excluída a intenção do governo em continuar o desenvolvimento da única iniciativa estatal no setor automotivo, a Fábrica Nacional de Motores.

motor do ponto de vista dos combustíveis utilizados e que os incentivos eram reservados aos projetos de iniciativa privada, retirando a possibilidade de estimular entidades estatais, antigas ou novas, a se dedicarem nesta atividade.

O artigo número 14 do decreto 39.412 criou o Grupo Executivo da Indústria Automobilística (GEIA), subordinado ao Conselho do Desenvolvimento, cujas funções seriam a execução e supervisão das diretrizes básicas do decreto, a formulação das recomendações de incentivo à indústria, o julgamento dos projetos apresentados pelas fabricantes de veículos, o incentivo a entrada no país de técnicos e operários especializados, o estabelecimento dos Planos Nacionais Automotivos para as várias linhas de veículos, a recomendação aos órgãos competentes sobre o provimento de créditos para os empreendimentos, a coordenação de estudos sobre revisão de tarifas e classificação de mercadorias, a normalização de materiais, o preparo de mão de obra, o suprimento de matéria prima, estatísticas, medidas tributárias e legislativas, censos, custos de produção, mostras, exposições e qualquer outro aspecto de interesse para a indústria automotiva. Por fim, o decreto definia que os membros do GEIA seriam o Ministro da Viação e Obras Públicas, ao mesmo tempo presidente do GEIA, o diretor executivo da Sumoc, o diretor superintendente do BNDE, o diretor da Cacex e o diretor da Carteira de Câmbio, excluindo a iniciativa privada e os trabalhadores da participação nos quadros da instituição (BRASIL, 1956a). Posteriormente outros representantes foram incluídos, como o Ministro da Guerra e o Conselho em Política Tarifária em 1957, e o Ministro da Agricultura em 1959. Ao juntar os diretores em uma única instância, a tomada de decisões foi acelerada, sem haver a necessidade de reportar qualquer assunto a superiores ou passar pela burocracia. Ao GEIA também foi garantido o poder executivo e sua localização na cadeia executiva o isolou, ao menos em teoria, das disputas no congresso (SHAPIRO, 1994).

Tanto o Estado, quanto as firmas tinham objetivos estratégicos além do investimento. Para JK, a instalação da indústria automotiva era um meio para o rápido desenvolvimento industrial do país e que lhe forneceria apoio político. Os tecnocratas perceberam a necessidade de desenvolver a indústria ao ponto sem retorno: no momento em que os investimentos fossem realizados e uma rede de fornecedores criada, seria difícil desmantelar a indústria tanto economicamente quanto politicamente. Por outro lado, as

empresas atrasavam os investimentos temendo reviravoltas na política econômica do país. As firmas preferiam reduzir seus riscos ao investirem menos recursos para recuperá-los o quanto antes, diminuir os custos de retirada e começar com baixos níveis de conteúdo local que gradativamente aumentariam. Todavia, o gradualismo não era bem estimado pela administração de JK, haja vista a possibilidade de alteração da política pelas administrações futuras. Coube ao GEIA moldar a estrutura de incentivos de forma a garantir altos investimentos e comprometimento por parte das firmas desde o início.

O que se constatou é que havia certa resistência das marcas internacionais em estabelecerem montadoras no Brasil. Os planejadores brasileiros concluíram então que a colaboração das corporações transnacionais jamais seria obtida a não ser por imposição. Por esta razão, o governo optou pelo fechamento do mercado doméstico às importações, oferecendo às montadoras que se instalassem no país subsídios, linhas de crédito, facilitação da importação de máquinas e equipamentos, isenções fiscais, tarifas protecionistas e acesso exclusivo ao mercado brasileiro durante um período pré-estabelecido, o que se constituiria como vantagem sobre as empresas que ficaram de fora do projeto. Como contrapartida, as empresas teriam que cumprir uma agenda de progressiva nacionalização da produção, ao mesmo tempo em que cumpriam metas de produção. Em caso de descumprimento das normas, as operações da empresa, assim como os benefícios, poderiam ser suspensas e seu capital retido no país. (SHAPIRO, 1994, NEGRO, 1997).

No princípio do projeto, a prioridade eram os veículos comerciais dado a importância do transporte de cargas no país, a economia de escala ser menos rigorosa, o padrão de qualidade menor e o mercado mais definido. A produção de carros de passeio ocorreria como estágio final do plano, para represar a demanda, garantido mais mercado para as vendedoras.

O GEIA

Em suas operações, o GEIA não possuía o poder de limitar os competidores ou de escolher campeões, desta forma, procurou criar condições de um mercado neutro, de modo a garantir o investimento das firmas, a evitar o monopólio e a não parecer a favor

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
"O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História",
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016*

do capital de uma nação em detrimento de outra. Todavia, a preferência da instituição era por firmas grandes e já conhecidas no mercado brasileiro, principalmente no setor de carros de passeio. O melhor exemplo desta postura foi a aprovação dos projetos de jipes. A Willys, a Vemag e a Rover apresentaram e tiveram aprovados seus projetos, mesmo as duas primeiras sendo compostas de capital nacional e investindo num segmento com menor mercado, elas não foram impedidas de competirem entre si, enquanto poderiam estar investindo em setores diferentes para ampliarem as áreas de atuação do capital nacional (SHAPIRO, 1994, NEGRO, 1997).

A partir da criação do GEIA, foram instituídos decretos que guiariam a implantação do setor de caminhões (decreto 39.568, julho de 1956), jipes (decreto 39.569, julho de 1956), camionetas, furgões e caminhões leves (decreto 39.676-A, julho de 1956), carros de passeio (decreto 41.018, fevereiro de 1957) e tratores agrícolas (decreto 47.473, dezembro de 1959). Os decretos efetivamente fecharam o mercado brasileiro para as importações e forçaram as firmas a aumentarem o nível de conteúdo local para receberem uma série de incentivos em contrapartida. A forma que o GEIA encontrou de regular o conteúdo local foi pelo peso total das peças, pois a estimativa do valor de cada peça iria requerer mais procedimentos de contagem, conversão, pesquisa e estudos, atrasando todo o processo de implementação do plano que deveria ser urgente. Ademais, as firmas poderiam manipular os preços

Cada decreto estabeleceu o peso máximo e mínimo dos veículos que poderiam obter o auxílio do programa, assim como definiu que qualquer componente ou parte do veículo produzido nacionalmente, escolhido de acordo com o critério da montadora, seria computado no percentual de conteúdo local. Aos projetos aprovados estava garantida a importação de equipamentos e partes complementares de acordo com o decreto 39.412. Todavia, a continuidade da concessão dos benefícios era condicionada ao cumprimento dos índices de nacionalização. Para os caminhões pesados foram definidas as taxas de conteúdo local de 35% para dezembro de 1956, 40% para julho de 1957, 65% para julho de 1958, de 75% para julho de 1959 e de 90% para 1960 (BRASIL, 1956b). Para jipes, as taxas eram de 50% para dezembro de 1956, e 60, 75, 85 e 95%, respectivamente para os meses de julho de 1957, 1958, 1959 e 1960 (BRASIL, 1956c). Para camionetas, caminhões leves e furgões, ficou estabelecida uma taxa de conteúdo local de 40% para

dezembro de 1956, gradativamente crescendo, até atingir 90% em 1960 (BRASIL, 1956d). Por fim, para os carros de passeio, o GEIA exigiu uma taxa de conteúdo local de 50% para 1957, subindo para 95% em 1960 (BRASIL, 1957).

Três anos após o estabelecimento do GEIA foi baixado o decreto 47.473 que estabelecia o Plano Nacional da Indústria de Tratores Agrícolas (BRASIL, 1959). O decreto estabelecia os mesmos mecanismos para a manutenção dos incentivos governamentais e os critérios de importação de peças e equipamentos. Obviamente, o que se alteravam eram os prazos para o cumprimento dos requisitos de conteúdo local. A partir de julho de 1960, seis meses após a promulgação do decreto, era requerida uma taxa de 70% de nacionalização. Em primeiro de janeiro de 1961, a taxa aumentava para 85%. Seis meses depois, para 90% e, por fim, em primeiro de janeiro de 1962, requeria-se uma taxa de conteúdo local em peso de 95% (BRASIL, 1959).

Dos dezoito projetos enviados ao GEIA, apenas onze foram postos em prática. A maioria das firmas produzia mais de um tipo de veículo, sendo seis produzindo caminhões, três veículos utilitários, três jipes e cinco carros de passeio. Das firmas que iniciaram a produção no Brasil dentro do programa do GEIA, três eram controladas pelo capital nacional (Willys-Overland, Vemag e FNM), duas eram *joint ventures* 50-50 entre o capital nacional e o estrangeiro (Mercedes-Benz e Simca) e seis eram controladas ou subsidiárias totalmente controladas pelo capital externo (Ford, General Motors, Volkswagen, International Harvester, Scania Vobis e Toyota). A ameaça de fechamento de mercado não foi capaz de fazer com que as “Três Grandes de Detroit” investissem no setor de carros de passeio, no qual elas dominavam o mercado e eram mais reconhecidas pelos consumidores brasileiros. A Ford e a GM enviaram projetos para caminhões leves. No setor de caminhões médios estavam a Mercedes-Benz, além da Ford e da GM. Para os caminhões pesados, os projetos implementados eram da Scania Vabis, Mercedes-Benz, FNM e International Harvester. A Mercedes-Benz ainda ficou com a produção de ônibus. Volkswagen, Willys e Vemag nos utilitários e Toyota, Vemag e Willys nos jipes. O setor de carros de passeio foi representado pela VW, Willys, Vemag, FNM e Simca.

A meta de produção de 170 mil veículos em 1960 não foi atingida, uma vez que as onze empresas montadoras conseguiram produzir apenas 133 mil veículos (ANFAVEA, 2015). Shapiro (1994) explica que um dos motivos para o não cumprimento

desta meta foi a limitação de importação de peças estrangeiras. Posteriormente, logo em 1961, as montadoras produziram quase 150 mil veículos, com cerca de 87% de taxa de conteúdo local, não em peso, mas em valor.

Como uma instituição administrativa, com pouco poder discricionário, o GEIA não tinha os meios de intervir diretamente, escolher entre os projetos ou estabelecer prioridades. O órgão não teve um desempenho extraordinário, devido tanto as suas limitações quanto às pressões do governo e das empresas transnacionais:

O GEIA muitas vezes não dispunha de autoridade política ou flexibilidade administrativa para enfrentar imprevistos, tais como as crises cambiais ou o golpe de 1964 que, sem dúvida, afetaram o plano. (...) As empresas transnacionais mostravam-se mais aptas que o GEIA para a manipulação da opinião pública e do Congresso. (...) Além disso, o fato do GEIA não ter conseguido seduzir Ford e a GM, as duas maiores fabricantes de carros com a maior experiência internacional no mercado, levanta dúvidas sobre a suficiência das políticas estatal ou do fechamento de mercado (...) para garantir a entrada das empresas no programa (SHAPIRO, 1997:73).

Entretanto, o GEIA cumpriu seu próprio cronograma e impediu sabotagens tanto de membros da oposição, quanto de empresas.

Estado e setor de carros de passeio

Quando o Brasil decidiu por implantar plantas montadoras de veículos no país, inúmeras recusas e obstáculos foram colocados pelas empresas multinacionais, como o nível de conteúdo local exigido pelo GEIA, a produção do núcleo tecnológico de seus veículos no Brasil e a necessidade de fazer grandes investimentos em um curto espaço de tempo. Em 1953, por exemplo, a Ford procurou dissuadir a comissão brasileira, liderada por Lúcio Meira, da implantação de uma montadora no Brasil, alegando que o país possuía problemas de infraestrutura e falta de mercado para a produção de caminhões.

No lançamento do Plano de Metas e do GEIA, ficou estabelecido o oferecimento de incentivos e o fechamento do mercado pelo Estado, exigindo uma série de contrapartida das empresas que aderissem ao programa. Entretanto, a ameaça de fechamento de mercado não era vista com seriedade pelas montadoras estrangeiras. A Ford manteve sua posição anterior, se opôs a produzir veículos no Brasil, mesmo quando

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016*

a Chrysler e a GM já iniciavam a produção local de carrocerias e cabines de caminhão em 1956, e protestou quando o Brasil suspendeu a importação de peças e componentes que eram produzidas no país (SHAPIRO, 1997).

Quando o decreto para automóveis foi promulgado em 1957, esperava-se uma alta taxa de adesão. Todavia, poucas empresas entregaram projetos de produção. As principais companhias europeias, como a VW e a Mercedes, quando apresentaram seus projetos, buscaram negociar melhores condições. A Toyota até enviou um projeto modesto para a produção de jipes que foi logo aprovado. As norte-americanas, quando apresentaram projetos que não cumpriam os requisitos do GEIA, resolveram se limitar a produzir veículos comerciais. JK então pressionou tanto as empresas para o envio de projetos, quanto o GEIA para a aprovação de projetos de fabricação de carros de passeio, que se mostrou forte o suficiente para declinar propostas que não atendiam às condições mínimas de nacionalização, como a de veículos de passeio da Ford.

Até dezembro de 1957, apenas a Vemag teve seu projeto aprovado. JK teve papel decisivo na entrada da joint-venture entre a italiana Alfa Romeo e a brasileira Matarazzo na produção de carros de passeio. A joint-venture, batizada de Fabral, propôs um projeto de carro de luxo que foi declinado por não seguir as linhas gerais do GEIA. Pressionado por Kubitschek, pois a ausência da Ford e da GM na produção de carros de passeio era um desastre para o plano, o GEIA aprovou este projeto. Em 1958, após o fim da sociedade entre a família Matarazzo e a Alfa Romeo, Juscelino concedeu um empréstimo à empresa estrangeira, que se associou à FNM para a fabricação do sedan, agora rebatizado de JK (SHAPIRO, 1994, LIMONCIC, 1997).

A Simca, por seu turno, possuía interesse no Brasil antes da constituição do GEIA devido às relações pessoais entre JK e a alta cúpula da empresa e uma promessa de construir sua montadora em Minas Gerais. Após a formação do GEIA, a Simca alegou que estava fora da jurisdição do GEIA, uma vez que seu projeto era anterior. A empresa planejava importar veículos semi ou completamente desmontados, utilizando conteúdo local inferior ao estabelecido pelo GEIA. Este, por seu turno, insistiu na elaboração de um projeto pela empresa, que foi apresentado posteriormente, contudo, sem cumprir as exigências de conteúdo local e uma definição mais precisa sobre o momento da realização das obras para a construção da fábrica. Após a aprovação do projeto, a Simca se instalou

em São Paulo, numa planta alugada da Studebaker, mas não cumpriu o segundo estágio dos requerimentos de conteúdo local, sendo impedida pelo GEIA de importar novas peças. Por esta razão, a planta ficou sem funcionar durante seis meses, até que os requisitos mínimos de componentes nacionais fossem empregados (LATINI, 2007).

A Volkswagen enviou um projeto para a produção de vans em 1956 e, mesmo antes do decreto para carros de passeio, tanto o GEIA, quanto JK solicitaram projetos de carros de passeio para a empresa, que se mostrou relutante em iniciar a produção nacional. A diretoria da Volkswagen do Brasil pressionou a diretoria da matriz que, enfim, enviou a proposta para a fabricação do Fusca em 1957. Todavia, a implementação do projeto enfrentou problemas devido ao financiamento. A firma já havia recebido 150 milhões de cruzeiros do BNDE para a produção da Kombi. Com o projeto do Fusca aprovado, um novo empréstimo teria de ser realizado. Neste pedido de 10.8 milhões de marcos, o banco encontrou algumas irregularidades que iam desde falhas contratuais à sobrevalorização do marco frente ao cruzeiro. Posteriormente, parte do capital foi liberado e a produção de fuscas se iniciou (SHAPIRO, 1994, LIMONCIC, 1997).

O caso da Ford é um dos mais emblemáticos. A adesão da empresa ao programa de caminhões somente se deu devido à concorrência com a GM, que acertou sua participação logo no início. Todavia, a Ford buscou investir o menor capital possível e procurar estratégias alternativas de financiamento, enquanto enviava os seus equipamentos mais antigos para o Brasil. A empresa considerava que caso nenhuma grande empresa enviasse projetos, a tentativa de fechamento do mercado brasileiro fracassaria (SHAPIRO, 1994). Durante todo o governo JK, a Ford enviou propostas para a produção de carros de passeio, todas rejeitadas devido à redução nos investimentos e ao não atendimento dos requerimentos do GEIA. Posteriormente, diante uma nova recusa no início da década de 1960, uma vez que a Ford desejava se beneficiar da Instrução 113 que expirara em 1957, a empresa afirmou que o Brasil estava lhe negando a entrada no mercado e articulou uma campanha contra o GEIA que, segundo a Ford, estava forçando os brasileiros a dirigirem carros de segunda categoria, como um Fusca. Somente com a ditadura militar que a Ford, enfim, conseguiu a aprovação de seu projeto de carros de passeio, o Galaxie 1966.

As recusas da Ford e da GM em enviarem um plano para a fabricação de carros de passeio possibilitaram a entrada de concorrentes menores no mercado brasileiro que, em um curto espaço de tempo, passaram a dominar as vendas do setor. Na ausência da Ford, o mercado de carros de passeio brasileiro foi redefinido e capturado pela VW. Outra beneficiada pela ausência da Ford e da GM foi a Willys, que prosperou entre as décadas de 1930 e 1940, com a construção de embarcações e jipes para as forças armadas dos EUA durante a Segunda Guerra Mundial. Além de abrir um centro de engenharia para trabalhos em design em veículos futuros na cidade de São Paulo, em 1959, a Willys foi responsável pela produção de 24% dos veículos no Brasil e 52% dos carros de passeio (WOLFE, 2010). Contudo, na década de 1960, quando o ambiente comercial se tornou desfavorável, as empresas com capital nacional foram gradualmente absorvidas pelas empresas multinacionais, restando apenas iniciativas nacionais no setor de peças e componentes. Em 1968, das onze empresas que iniciaram no programa do GEIA, apenas oito restaram, todas de capital transnacional. A Simca do Brasil, que possuía 50% de capital brasileiro, teve 92% das ações compradas pela Chrysler em 1966, que também comprou a planta da International Harvester. No mesmo ano, a VW comprou a Vemag, enquanto a Ford, em 1967, adquiriu a Willys-Overland. Por fim, a Alfa Romeo obteve o controle da FNM. Com a liquidação da Vemag e da Willys, a Ford e a GM finalmente entraram no mercado de carros de passeio (SHAPIRO, 1994).

Conclusão

A instalação do setor automotivo no Brasil, em especial do segmento de montadoras de veículos, talvez não fosse realizada sem o apoio do Estado. Como vimos, as montadoras estrangeiras relutaram em investir no país, enquanto o capital nacional se mostrava insuficiente para investir em montadoras, tanto devido às barreiras de entrada, quanto devido ao grau de tecnologia necessário. A política do Estado, coordenada pelo GEIA, fechou efetivamente o mercado brasileiro às importações, garantindo às empresas participantes mercado e incentivos, principalmente fiscais, ao mesmo tempo em que exigia em contrapartida a elevação dos níveis de peças e componentes adquiridas de fabricantes locais e metas de produção.

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016*

As disputas entre as instituições do Estado e as empresas evidenciam suas relações de poder. A empresa Simca, devido aos laços pessoais entre sua diretoria e o presidente JK, pensou que poderia entrar no mercado brasileiro sob suas condições, esbarrando numa postura firme do GEIA a favor da adequação do projeto às suas orientações. A direção da matriz Volkswagen, por seu turno, foi pressionada pela sua diretoria nacional, pelo presidente JK e pelo GEIA para o envio de seu projeto de carro de passeio, que enfrentou dificuldades para ser executado. A Ford procurou sabotar a implantação do projeto de nacionalização da produção, acreditando que caso nenhuma das grandes montadoras aderissem, o fechamento do mercado fracassaria e procurando entrar no mercado de carros de passeio sob seus próprios termos. O que se viu foi a resistência do GEIA frente às investidas da montadora norte-americana.

A política do Estado embora tenha sido capaz de atrair as montadoras multinacionais e fazê-las atingir taxas mínimas de conteúdo local, fracassou nas metas de produção total para 1960. Ainda que não fosse objetivo da política, muito pelo contrário, as iniciativas compostas de capital nacional receberam pouco incentivo e foram absorvidas pela concorrência. Se, no princípio, o setor possuía uma composição proprietária heterogênea, composto por empresas nacionais privadas, como a Willys, por uma empresa nacional estatal, a FNM, e por empresas multinacionais muitas das quais presentes até hoje, como a Volkswagen, logo na década de 1960, num contexto de desaquecimento da economia e de saturação do mercado interno, as empresas nacionais não sobreviveram, legando um setor altamente internacionalizado. Dilemas diferentes emergiram a partir deste ponto, como as respostas das empresas às políticas do governo, que dependem de tomadores de decisões que não se encontram no país, ou as motivações para o investimento em pesquisa e desenvolvimento no Brasil por empresas cujas sedes estão no exterior, questão central para o capitalismo contemporâneo.

Referências

ANFAVEA (2015). **Anuário da Indústria Automobilística Brasileira**. São Paulo. Disponível em: <<http://www.anfavea.com.br/anuario2015/Anuario2015.zip>>. Acesso em: 11/03/2015.

BRASIL (1956a). **Decreto nº 39.412**, de 16 de Junho de 1956. Estabelece normas diretoras para a criação da Indústria Automobilística Brasileira e institui o Grupo

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

Executivo para aplicação dessas normas. Disponível em:

<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-39412-16-junho-1956-332154-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 20/11/2014.

BRASIL (1956b). **Lei nº 39.568** de 12 de julho de 1956. Institui o Plano Nacional da Indústria Automobilística relativo a caminhões. Disponível em:

<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-39568-12-julho-1956-333904-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 08/09/2015.

BRASIL (1956c). **Lei nº 39.569** de 12 de julho de 1956. Institui o Plano Nacional da Indústria Automobilística relativo a Jipes. Disponível em:

<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-39569-12-julho-1956-333912-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 08/09/2015.

BRASIL (1956d). **Lei nº 39.676-A** de 30 de julho de 1956. Institui o Plano Nacional da Indústria automobilística relativo a camionetas, caminhões leves e furgões. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-39676-a-30-julho-1956-333960-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 08/09/2015.

BRASIL (1957). **Lei nº 41.018** de 26 de fevereiro de 1957. Institui o Plano Nacional da Indústria Automobilística relativo a automóveis de passageiros. Disponível em:

<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-41018-26-fevereiro-1957-380050-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 08/09/2015.

BRASIL (1959). **Lei nº 47.473** de 22 de dezembro de 1959. Institui o Plano Nacional da Indústria de Tratores Agrícolas. Disponível em:

<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-47473-22-dezembro-1959-379054-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 08/09/2015.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos (2007). Burocracia pública e classes dirigentes no Brasil. IN: **Rev. Sociol. Polít. Curitiba**, 28, p. 9-30.

LATINI, Sydney (2007). **A implantação da indústria automobilística no Brasil: da substituição de importações ativa à globalização passiva**. São Paulo: Alaúde Editorial.

LIMONCIC, Flávio (1997). **A civilização do automóvel: a instalação da indústria automobilística no Brasil e a via brasileira para uma improvável modernidade fordista 1956-1961**. Dissertação de Mestrado, UFRJ.

NEGRO, Antonio Luigi (1997). Servos do tempo. In: ARBIX, Glauco e ZILBOVICIUS, Mauro (orgs.) **De JK a FHC: a Reinvenção dos carros**. São Paulo: Scritta.

SHAPIRO, Helen. (1994). **Engines of growth: the state and transnational auto companies in Brazil**. Cambridge: Cambridge University Press.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

SHAPIRO, Helen. (1997). A primeira migração das montadoras: 1956-1968. In: ARBIX, Glauco e ZILBOVICIUS, Mauro (orgs.) **De JK a FHC: a Reinvenção dos carros**. São Paulo: Scritta.

WOLFE, Joel (2010). **Autos and progress: the brazilian search for modernity**. New York: Oxford University Press.

UM BELO LEGADO NO HORIZONTE? AS RELAÇÕES DE PODER EM TORNO DOS MEGAEVENTOS ESPORTIVOS (2013-2014)

Raul Castro

Resumo:

Pretendemos discutir a questão da politização dos megaeventos esportivos no Brasil, enxergados sob um contexto ímpar vivenciado recentemente pela nossa República. Para tal, examinamos os discursos políticos construídos pelo jornal "Estado de Minas" durante a Copa das Confederações (2013) e a Copa do Mundo (2014). Concentramos a nossa análise em Belo Horizonte entendendo que a região revelou-se definitivamente para o mundo. Por fim, analisamos a retórica do legado e as vertentes explicativas das relações de poder em torno do futebol, bem como a mercantilização e militarização dos torneios organizados pela FIFA.

Palavras-chave: Megaeventos esportivos. Discurso jornalístico. Politização.

Abstract:

We intend to discuss the issue about politicization of mega sports events in Brazil, which we have seen in a unique context experienced recently by our Republic. In this way, we examined the political speech constructed by the newspaper "Estado de Minas" during the Confederations Cup (2013) and World Cup (2014). We focus our analysis in Belo Horizonte understanding that the region has proved definitely to the world. Finally, we analyzed the rhetoric of legacy and aspects of power relations around the football, also the commodification and militarization of tournaments organized by FIFA.

Key words: Mega sports events. Journalistic speech. Politicization.

Introdução

Atualmente, tendo em vista a consolidação do campo de estudo da história dos esportes e a recente inserção do Brasil no circuito internacional de grandes eventos, intensificaram-se ainda mais as pesquisas acerca do fenômeno esportivo. É nítido o aumento de trabalhos em eventos científicos, grupos de pesquisa, revistas, periódicos, programas de televisão, publicações de livros e sítios eletrônicos dos mais diversos.

Ampliaram-se igualmente os temas e abordagens de investigação, pois qualquer tipo de fonte tornou-se importante, na medida em que podem revelar muito sobre as práticas corporais. Sendo assim, a partir do estudo sistemático do futebol brasileiro

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

podemos relacioná-lo a outras esferas da vida social, mesmo aquelas consideradas marginais, posto que a história é sempre polissêmica.

À vista disso, nos propomos a demonstrar neste pequeno texto como é possível a fruição da discussão política em torno do futebol a partir de outros meios, que não exclusivamente os institucionais. Optamos, então, pelos discursos ideológicos promovidos pela grande imprensa mineira, selecionando o jornal *Estado de Minas* como fonte e objeto de pesquisa, já que este periódico traduz uma tendência histórica existente em Belo Horizonte de promover a cidade e projetá-la como um local atraente para se viver e visitar. O debate em torno do cosmopolitismo da metrópole, portanto, teve o seu ápice na realização dos megaeventos esportivos de 2013 e 2014, isto é, a Copa das Confederações e a Copa do Mundo, respectivamente.

Os megaeventos esportivos enxergados sob diferentes óticas capitalistas

Inicialmente, gostaríamos de retomar a especificidade das relações de poder no capitalismo para discutir alguns aspectos da dominação na contemporaneidade e as notórias mudanças nas dinâmicas de poder. Virgínia Fontes escreve sobre o Brasil dos anos 1990, período marcado por mudanças nas formas de governança que, em certa medida, se refletem até hoje. É sabido que uma série de eventos aconteceram e começaram a transformar as instituições: argumentos, ideologias, políticas de Estado, formas de trabalho, mídias, culturas, etc. Nossa intenção é verificar os consensos que já foram estabelecidos a respeito dessas dinâmicas mais recentes de relações de poder, especificamente no que concerne à ideia de crises estruturais do capital.

Outros autores, no entanto, precisam ser colocados em relevo: Robert Kurz e István Mészáros entendem que a crise estrutural pode ser explicada pelo fato de que o sistema atingiu um ponto de não retorno e é vão esperar por um novo ciclo de crescimento. Já David Harvey parte das postulações de Marx, atualizando-as, e afirma que a partir do início da década de 1970 têm-se o surgimento de um processo de crise de superacumulação do capital. As crises, aliás, passam a ser gradativamente mais abrangentes, duras e catastróficas, atingindo mais aspectos da vida social e envolvendo

mais territórios e sociedades. Um bom exemplo são as crises de rentabilidade: há uma queda acentuada das taxas de lucro em relação ao capital investido.

Harvey retoma também a ideia de Rosa Luxemburgo, de que o capital começa a fugir do processo de acumulação expandida, buscando cada vez mais estratégias extraprodutivas. Estas passam a ser fundamentais para os grandes grupos de capital, principalmente a acumulação por desapossamento, via espoliação. Assim sendo, a rentabilização se garante menos por acumulação regular (propriedade privada) e vai atrás de outras formas.

Recuperando as noções de Marx acerca das várias formas de acumulação primitiva (por exploração), Harvey critica alguns autores adeptos do pensamento de que o capitalismo teria abolido o constrangimento ou a coação física e criado formas exclusivamente pacíficas (estritamente econômicas). Na verdade, o geógrafo britânico atesta que a coerção nunca deixou de existir, seja através da guerra, da fraude, da dívida pública, etc.

A partir do exposto, podemos considerar que o período iniciado em 1970, no qual o processo passa a depender sobretudo das estratégias de acumulação por desapossamento (criação de novos mecanismos), se estende até os nossos dias. Esse longo intervalo de tempo está sendo caracterizado por um intenso avanço do capital sobre as riquezas coletivas, mediante a prática de mecanismos coercitivos. Logo, torna-se crucial o papel do Estado para o processo de acumulação de capital.

Dada a conjuntura de crise de rentabilidade do capitalismo, em que o volume de capitais acumulados e controlados pelas grandes corporações começa a cair, investe-se, por exemplo, na financeirização. Seja custeando a produção, comprando títulos da dívida pública, adquirindo e vendendo empresas, fazendo ataques especulativos à moeda de um país, patrocinando campanhas políticas, etc. Essas grandes manobras do mercado financeiro, adotadas tanto contra capitalistas, quanto governos ou trabalhadores, passam a ser o jogo da busca por investimentos. Assim, o mercado drena para si as riquezas coletivas, ainda que isso custe conflito ou trabalho, modelo conhecido por neoliberalismo.

Indubitavelmente, em cada formação social esse processo ganha configurações específicas. Dessa forma, o neoliberalismo não é algo absoluto, mas trabalha com o possível, posto que os problemas políticos de legitimidade eventualmente aparecem (mas

não foi o caso da escolha do Brasil como sede dos megaeventos, inicialmente dotada de apoio popular). Há certas resistências em alguns setores, daí a importância dos intelectuais, aparelhos privados de hegemonia, que estabelecem os discursos para fundamentar as ações, viabilizando as estratégias de acumulação por desapossamento.

Tudo isso chega ao Brasil e confronta com um movimento popular nos anos 1980 e 1990. Por isso foi necessário um trabalho de reapropriação de discursos do campo popular: ideias como cidadania, participação e democracia foram recuperadas dentro de um outro campo semântico. Em contrapartida, ocorreu também uma despolitização, isto é, um processo de neutralização e esvaziamento dos movimentos sociais.

Interessante notar, portanto, que tais acontecimentos observados nos anos 80 e 90 voltaram à tona na Copa das Confederações em 2013 e na Copa do Mundo em 2014, evidentemente em cenários bastante diferentes daqueles. Logo, é preciso deixar claro que a Copa das Confederações e a Copa do Mundo tratam-se de eventos privados, organizados por uma entidade supranacional (FIFA), com fins lucrativos e que necessitam minimamente de uma estrutura para acontecer (intervenção nas cidades, por exemplo).

Acreditamos, portanto, que os resultados obtidos nesse estudo, ainda que restritos à capital do estado de Minas Gerais, exemplificam muito bem uma experiência histórica brasileira de oferecer aos turistas aquilo que o próprio povo não tem. Ou seja, notam-se inúmeras permanências quando o assunto é a realização de grandes eventos pelas nossas Repúblicas: têm-se a necessidade de projetar uma imagem positiva para o exterior, nem que para isso se sacrifique a população local. Em sua maioria, essas oportunidades históricas são encabeçadas pelo Estado, a fim de realizar algo que já deveria ter sido feito há mais tempo. Todavia, quando se analisa o legado deixado por eles, percebe-se que continuamos a ser um país desorganizado em inúmeras questões. Resumindo:

No primeiro ato, há empolgação, apresentação de projetos grandiosos, promessas de melhoria de vida da população em geral. No segundo, acende o sinal amarelo: há dificuldades de cumprir as metas e surgem rearranjos na programação. No terceiro, o final, há sempre prazos não cumpridos, orçamentos estourados e eventos que poderiam ter sido, mas nunca foram. De toda forma, sempre pareceu que "dava certo" (PELLI, 2014: 5).

Esta foi a segunda vez que o país organizou uma Copa do Mundo, sendo que a primeira havia sido em 1950, e sabemos que muita coisa mudou nesses sessenta e quatro anos que se passaram. Vivemos em contextos internos e externos bem diferentes daqueles, entretanto é possível estabelecermos ligações entre os dois períodos. Nesse sentido:

Parecem-nos familiares, entre outros, os atrasos nas obras para o evento; a oposição ao evento por parte de setores da opinião pública – repetia-se a pergunta: por que empenhar dinheiro público em um campeonato de futebol num país de analfabetos, com hospitais em condições lastimáveis? –; as invasões da torcida ao estádio; o emprego abusivo da força policial para dispersar a multidão; e a desorganização imperante no dia a dia dos jogos (MARQUES, 2015: 72).

Sendo assim, os interesses envolvidos nos projetos de candidatura do Brasil como sede, bem como os planejamentos mal elaborados, refletem continuidades muito fortes na nossa administração pública. Estudá-los é uma forma de entender porque ainda somos ineficientes na gestão, orçamento e execução da maioria dos planos de governo que se apresentam como inovadores, mas que na prática se refletem problemáticos, ou até mesmo catastróficos. De acordo com Rodrigo Elias:

Grandes eventos são realizados no Brasil unicamente por vontade de governantes ou de grupos econômicos muito poderosos - nos casos mais recentes, empreiteiras, conglomerados da mídia e entidades internacionais ligadas a práticas esportivas (estas últimas geralmente com enormes históricos de ilegalidades). Da primeira grande mostra da República, em 1908, à Copa de 2014, passando por demonstrações grandiloquentes de "civilização", como a exposição de 1922, a Copa de 1950, a ECO 92 e o Pan de 2007, o que se vê do outro lado da fatura, entoando um grito raramente ouvido, é o restante da sociedade: mulheres e homens que sentem diariamente a qualidade de vida nas cidades brasileiras piorar, com transportes caros e disfuncionais, sistemas de saúde e educação que não conseguem, a despeito dos crescentes gastos públicos, cumprir suas funções mais básicas (ELIAS, 2014: 4).

Posto isso, cabe salientar que a escolha do Brasil como sede ocorreu em 2007, momento considerado único para que o governo do Partido dos Trabalhadores (PT) conseguisse consolidar de vez a posição do país como uma grande potência emergente. O que muitas vezes não foi dito, porém, é que a partir do momento em que os governantes

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
 “O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
 Juiz de Fora, 2017, 1554p.
 ISSN: 2317-0468
 17 a 21 de outubro de 2016*

aceitaram receber o Mundial tiveram que assinar uma carta de encargos, composta por exigências que, inclusive, violavam a Constituição Federal.

Não obstante, para legitimar o financiamento público de um evento privado recorrem-se a uma série de discursos, conforme dissemos, tais como o da identidade nacional e a retórica do legado. Sendo assim, destacam-se dois tipos: o legado tangível (aspectos fisicamente observáveis, como as obras de mobilidade urbana e reformas de estádios) e o intangível (o que se projeta com a Copa: marketing das cidades, turismo, dentre outros, difíceis de mensurar empiricamente). Virgínia Fontes entende que:

uma sociabilidade deste tipo conserva e amplifica as contradições características do capital, modificando-se a institucionalidade que o sustenta. Precisa multiplicar atividades de convencimento, em todas as direções, desde a propaganda, passando pelo gigantismo tentacular da mídia proprietária, até as atividades culturais e associativas populares, redirecionando-as. Ao mesmo tempo, aumenta as formas de repressão, através da coerção econômica e da violência (FONTES, 2010: 298).

Enfim, certo é que vai se estabelecendo uma governança, pautada na manutenção dos lucros do grande capital especulativo e na administração do restante com o intuito de rentabilizar o capital. Prova disso é o desinteresse brasileiro pelas políticas de industrialização e o retorno a um primitivismo agrícola exportador (agronegócio). Consequentemente, abandona-se qualquer projeto de país, algo que recentemente tem evocado um grande apelo popular, haja visto as manifestações de 2013 e 2014.

Após todo esse supracitado período preparatório, iniciou-se na Copa das Confederações uma forte crítica da sociedade aos gastos que prejudicavam diretamente outros setores da economia, desencadeando nas chamadas "jornadas de junho". Inegavelmente, as reivindicações seguiram no ano seguinte, fazendo da Copa do Mundo de 2014 a mais politizada de todos os tempos. Isso porque grande parte da cobertura jornalística não se dedicou ao futebol, mas sobretudo às questões políticas, em determinados pontos estratégicos das cidades-sede, principalmente no que se referia à coerção contra os manifestantes. A este respeito, vale apresentar o debate entre Ellen Wood e Perry Anderson, iluminados pela noção gramsciana de hegemonia.

Anderson apresenta diferentes significados para o referido conceito, mas nos concentraremos em um deles de maneira especial: hegemonia como direção cultural

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

(consenso) mais coerção. Ele propõe que este último atributo está restrito somente ao Estado (noção estendida), agente do poder simbólico por excelência, para lembrarmos das palavras de Bourdieu. Por outro lado, citando o exemplo do papel crucial desempenhado pela imprensa, Wood contra-argumenta:

Um dos exemplos mais óbvios da visão distorcida produzida pela mera dicotomia entre o Estado como a sede da coação e a "sociedade civil" como o espaço livre é o grau em que as liberdades civis, como a liberdade de expressão ou de imprensa nas sociedades capitalistas, são medidas não pela variedade de opiniões e debate oferecidos pela mídia, mas pelo grau em que as empresas de comunicação são propriedade privada e o capital é livre para lucrar com elas. A imprensa é "livre" quando é privada, mesmo que seja uma "fábrica de consenso" (WOOD, 2003: 218).

Assim, gostaríamos de deixar claro que a produção jornalística esportiva está sempre aberta à imaginação, à opinião, à polêmica e ao jogo com a linguagem. Consequentemente, é impossível existir neutralidade, imparcialidade e verdade absoluta naquilo que se reporta, visto que os discursos carregam ideologias nas suas variadas maneiras de narrar, conforme atestamos nas reportagens do *Estado de Minas*.

Partindo desses pressupostos, a canadense Ellen Wood estuda a especificidade do capitalismo, do ponto de vista do materialismo histórico, e almeja renovar este último adotando uma interpretação mais histórica dos conceitos. Ela escreve na década de 1990, época do triunfo do neoliberalismo e do chamado "fim da história", em que parecia não haver mais alternativas. Entendemos que a sua grande contribuição relaciona-se à perspectiva histórica de desnaturalizar, ir contra as metafísicas, bem como a discussão acerca da renomeação das coisas (o que é político e econômico torna-se muito mais fluido, por exemplo).

Para tal, Wood acredita que as relações sociais de produção se engendram historicamente, não existindo um mundo da economia separado do social. Neste, inclusive, estão incluídas várias dimensões: política, ideológica, jurídica, espacial, esportiva, etc. Elas adquirem uma força muito importante, mas não são leis naturais, e sim encadeamentos construídos ao longo do tempo.

Logo, no capitalismo, várias instituições que eram consideradas do domínio do político se deslocam para outros campos, de sorte que a discussão futebolística em torno

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
 “O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
 Juiz de Fora, 2017, 1554p.
 ISSN: 2317-0468
 17 a 21 de outubro de 2016

dos megaeventos também aumenta o seu escopo de possibilidades analíticas. Interessante, além dos discursos oficiais, principalmente a repercussão da grande imprensa conservadora sobre os fatos ocorridos em Belo Horizonte, por exemplo.

Ao questionar a clássica metáfora de base e superestrutura, Wood aponta que houve um esvaziamento do político e se instaurou o chamado "reino do privado". A autora acredita, ainda, que é preciso tomar como político o que precisa ser tomado, a saber: o próprio processo de produção material da sociedade. Uma vez que o triunfo do capitalismo consistiu na retirada dessa atribuição do campo político, isolando-o.

Perry Anderson concorda com essa posição de Wood, corroborando a tese de que a separação entre o econômico e o político constitui o mecanismo ideológico mais poderoso que estabiliza o capitalismo. Outro ponto que salientamos do pensamento de Anderson diz respeito ao passo mais importante e difícil de ser atingido, na sua opinião. Ele confia que para a sociedade civil conseguir tomar o poder, não basta agir somente através da persuasão, da educação, mas é preciso também uma organização efetiva. É imprescindível criar práticas de autogestão coletiva e formas de representação. Um primeiro passo seria desconstruir a visão da importância excessiva atribuída à via eleitoral, ou seja, não basta sermos meros votantes, consoante bradaram os gritos das manifestações de 2013.

Além do mais, faz-se mister a criação de mecanismos de democracia dos trabalhadores, a fim de que forças externas sejam impedidas de exercerem o controle revolucionário. Somente dessa forma eles perceberão que podem ter um domínio mais efetivo sobre as suas vidas em meio a esse campo de lutas, tão pujante nos anos dos megaeventos futebolísticos brasileiros.

A esportivização dos hábitos e o campo esportivo enquanto um espaço de poder

Certamente uma das maiores contribuições na abertura de novos horizontes interpretativos sobre a história das práticas corporais institucionalizadas está relacionada à figura de Pierre Bourdieu. Elaborando uma sociologia a partir de dados empíricos, o autor também criou modelos teóricos amplamente utilizados como referenciais no estudo

dos esportes, destacando-se dois conceitos que enfocaremos sucintamente a seguir: *habitus* e campo.

Inicialmente é pertinente retomar, de maneira esquemática, o seguinte pressuposto: o capital global (junção do capital econômico e do capital cultural) fomenta os princípios geradores de práticas (*habitus*), enquanto estes estruturam as disposições (dom), que, por conseguinte, estabelecem as escolhas, gostos, julgamentos e ações dos indivíduos. Tal dimensão, quando se fala dos esportes, nos impulsiona a investigar como se estabelece a aquisição dessas práticas.

Além disso, ao tratar sobre o seu conceito clássico de poder simbólico (invisível), Bourdieu nos direciona para uma abordagem mais sociológica das relações de poder, entendida enquanto uma dimensão pré-reflexiva. Dito de outra forma, o domínio é cada vez mais eficiente na medida em que não é percebido: ninguém o vê, porém todos o reproduzem. Isso porque o *habitus* dos agentes é constituído de uma forma natural.

Vale a pena ressaltar, ainda, que os sistemas simbólicos não se esgotam na função de ideologias das classes dominantes, apesar de exercerem também essa função. É fundamental perceber que a cultura dominante une e separa ao mesmo tempo, assumindo igualmente as funções de integração e distinção social. Nas palavras de Bourdieu:

O campo de produção simbólica é um microcosmos da luta simbólica entre as classes: é ao servirem os seus interesses na luta interna do campo de produção (e só nesta medida) que os produtores servem os interesses dos grupos exteriores ao campo de produção (BOURDIEU, 2010: 12).

Neste sentido é que compreendemos o esporte na qualidade de um desses campos, assim como existem o filosófico, o artístico, o religioso, o científico, o jurídico, o político, etc., capazes de produzirem sistemas simbólicos. Assim sendo, dentro do campo esportivo coexistem diversas classes e interesses em disputa, conforme verificamos no comportamento de torcidas, jogadores, dirigentes, imprensa, etc.

À vista disso, no que concerne à gênese dos conceitos de *habitus* e campo, Bourdieu expõe qual é a função dessas formulações na sua teoria e em quais tradições ele se situa. É oportuno dizer que a definição de *habitus* surgiu a partir de tentativas de explicar situações concretas, almejando superar uma dicotomia social (entre estrutura e

ator, por exemplo). Trata-se, pois, de um senso do jogo: as práticas sociais só fluem se você é capaz de se incorporar ao fluxo.

Trazendo novamente para o nosso foco do campo esportivo, poderíamos dizer que o ato de torcer por um clube ou por uma Seleção já estaria incorporado automaticamente nos sujeitos. Ou seja, ninguém vai ao estádio e fica se policiando, refletindo sobre as regras de comportamento do que pode ou não fazer naquele ambiente. Dessa forma, entendemos melhor o motivo da grande irritação dos torcedores brasileiros perante o chamado Código de Conduta imposto pela FIFA, durante os megaeventos esportivos de 2013 e 2014. Isso porque o *habitus* normalmente vai se desenvolvendo ao curso das interações, e na maioria das vezes demanda muito tempo para ser assimilado.

De acordo com Bourdieu, as instituições (ex.: FIFA) e os hábitos (o que propicia a adesão ao jogo) que se reproduzem não são neutros, ao passo que existem dominantes e dominados. Contudo, nenhum deles enxerga isso como uma relação de poder. Dito de outra forma: o *habitus* de quem ocupa determinada função (ex.: presidente ou secretário-geral da FIFA) faz com que a pessoa exerça determinadas atitudes sem ter consciência disso.

Não obstante, assistimos à petulância de uma entidade que proibia, censurava e sugeria procedimentos absurdos a serem cumpridos rigorosamente nos moldes desejados. As insolentes exigências do Código, que prezavam pela segurança e conforto durante os espetáculos futebolísticos, revoltaram grande parcela da torcida, bem como a forte tendência de mercantilização e militarização desses eventos. A respeito do primeiro aspecto, fica claro o desejo da FIFA de proteger os seus diversos parceiros comerciais, visto que o esporte tornou-se um negócio altamente lucrativo para o mercado financeiro atual:

O futebol é um dos principais produtos da indústria do entretenimento e o objeto de diversos apelos publicitários (...) Não à toa, o Código de Conduta dirige-se aos portadores de ingressos e credenciais. É sobre a conduta desses agentes que as medidas e políticas de segurança nele descritas foram (ou deveriam ter sido) aplicadas (MARQUES, 2015: 233-234).

Ao referir-se à questão das políticas de segurança, lembramo-nos do segundo elemento citado anteriormente, relativo à militarização dos eventos. Pudemos notar pelas

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

reportagens do jornal como o governo federal usou da violência para coibir as manifestações e garantir a disputa do torneio, sem esquecermos da truculência adotada pela Polícia Militar mineira, tanto dentro quanto nos arredores do estádio Mineirão.

Alicerçadas na ampliação do consumo burguês, tais medidas promoveram uma verdadeira higienização/pasteurização do comportamento do torcedor durante os jogos. A esse respeito, é interessante observar o comentário de Euclides Couto sobre a nova configuração espacial da cidade de Belo Horizonte:

Enquanto a cidade fetichizada dos negócios, dos espetáculos e do futebol ressignifica seus espaços e seus símbolos, a cidade real, dos torcedores anônimos, reluzentemente evidenciados pelas câmeras de domingo, contraditoriamente, se digladiava, de segunda a sexta-feira, na retranca intransponível dos congestionamentos, tais como o futebol, representantes alegóricos da metrópole. Se o interesse policlassista e multiétnico despertado pelo futebol brasileiro permitiu a essa prática alcançar um nível de desenvolvimento privilegiado, o mesmo não ocorreu com o espaço urbano belo-horizontino, onde significativa parcela de seus habitantes permanece virtualmente na linha do impedimento, que demarca o direito à cidade (COUTO, 2013: 41).

É sabido que na sociedade capitalista esporte e lazer tornaram-se práticas envolventes nas horas livres. No entanto, tal excitação passou a ser regulada e apropriada pelos mesmos mecanismos de controle capitalistas. Por exemplo, as praças de diversões dos shopping centers, os teatros, os cinemas, os espetáculos musicais e os jogos esportivos. Sendo assim, tanto o trabalho quanto o ócio produzem dinheiro e contribuem para a esportivização dos hábitos.

Vale dizer, ainda, que simultaneamente à criação de espaços para a liberalização das tensões de forma controlada (esporte e lazer), a sociedade capitalista criou também espaços de descontrole, já que nem todos compreendem o verdadeiro significado da competição esportiva. Logo, a intensificação das rivalidades esportivas, aliadas a outros fenômenos sociais, podem ampliar os níveis de violência na configuração espacial.

Corroboramos, assim, a tese de Edward Soja de que não existem conflitos políticos, ideológicos, etc. sem a dimensão da espacialidade. Por isso, devemos ter em mente que no campo esportivo estamos sempre tratando de relações socioespaciais. Soja alerta, então, para uma ontologia espacializada:

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

Quer vista como a formação de uma matriz espacial, quer como uma estruturação espacial, a produção social do espaço no capitalismo, carregada de poder, não tem sido um processo sereno e automático em que a estrutura social se imprima, sem resistência ou constrangimento, na paisagem. Desde suas origens, o desenvolvimento do capitalismo industrial enraizou-se numa tentativa conflituosa de construir uma espacialidade própria, socialmente transformadora e abrangente (SOJA, 1993: 156-157).

Nesse sentido, o autor supracitado inscreve no materialismo histórico uma perspectiva geográfica. Para Soja, a metáfora arquitetônica marxista deve ser encarada de outra maneira. A base, composta pelas classes e relações de produção se ergue sobre a superestrutura (direito, política, religião, filosofia, ideias, esportes, espaço, etc.), que por sua vez também age dialeticamente com a base. Isso porque não existem relações de produção separadas de ideologia, por exemplo, ou classes desvinculadas do esporte. Ademais, as relações de propriedade se espacializam e só existem como tal em formas econômico-espaciais. Com um outro enfoque, o geógrafo Fernando Campos também descreveu brilhantemente o futebol como um espaço de representação:

Esse espaço é concebido, construído, modificado e vivenciado nas relações cotidianas, através de representações sociais (...) Assim sendo, o espaço de representação do futebol não é um conceito limitado exclusivamente para o estudo do futebol como esporte, mas como expressão social e cultural, podendo ser apropriado por qualquer estudo cujo objeto é a cultura e a sociedade em escalas mundial, nacional, regional, estadual ou municipal (...) Estas apropriações formam territorialidades essencialmente simbólicas, que se expressam através de uma rede sócio espacial (CAMPOS, 2008: 258).

A ocupação agressiva dos espaços pelo capitalismo contemporâneo, muito mais veloz e dramática, elevou o conceito de território como a bola da vez das discussões a partir dos anos 1970, tanto para os cientistas sociais quanto para os capitalistas. Na visão de Rogério Haesbaert (2007), com a globalização a questão do território teria perdido a sua importância, visto que seria inegável uma fragilização dos Estados nacionais e a consequente transnacionalização da economia. Todavia, o autor se opõe à ideia de fim dos territórios e propõe a multiterritorialidade.

Conforme já dissemos, no âmbito futebolístico é nítida uma interferência cada vez maior da FIFA, entidade supranacional que dita as regras das Copas do Mundo sem a menor preocupação em atingir diretamente a soberania dos países-sede. Os governos

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

federais aceitam prontamente tais intromissões, demonstrando enorme submissão a interesses externos esdrúxulos, que violam os direitos de ocupação dos espaços citadinos. Por exemplo, podemos citar as inviáveis parcerias público-privadas (PPP), que infelizmente se tornaram uma rotina na gestão das modernas arenas do Brasil:

O estranho modelo de privatização à brasileira funciona assim: durante o período das obras, quando só há gastos e o estádio fica fechado, a responsabilidade é do Estado. Com a inauguração – momento em que caem drasticamente os gastos e começam a entrar as receitas –, a administração passa para grupos privados: primeiro, a FIFA; depois, os consórcios encabeçados por empreiteiras (MARQUES, 2015: 45).

Encerrando, é interessante notar que também Bourdieu elaborou reflexões sobre o espaço e sua relação com o poder simbólico. Ao definir o conceito de aparelho (Estado, Igreja, escola, FIFA, CBF, etc.), visto como sujeito dotado de atividade própria, o autor evidencia que essas instituições tratam-se de verdadeiros campos de disputas, exigindo do historiador um olhar bastante atento na sua análise:

Se é verdade que a propensão para tratar um universo social como Aparelho é proporcional à distância, que condena ao objectivismo, e à ignorância, que simplifica a visão, compreende-se que os historiadores, de resto dados a desígnios teóricos menos ambiciosos, pela sua posição no espaço universitário, sejam menos levados a heroicizar entidades colectivas. A verdade é que a sua relação com o objecto determina ainda amiúde a sua visão do objecto (BOURDIEU, 2010: 77-78).

Isto posto, depreende-se a crítica de Bourdieu para o fato de que os historiadores frequentemente tem a ilusão da origem das instituições, quando na verdade elas foram criadas por meio de conflitos e processos. Nesse sentido, a História não é nem a produção de relações mecânicas, nem a realização de vontades subjetivas.

Finalizamos retomando a importância do conceito de campo, para não nos deixarmos levar nem por uma interpretação reducionista interna, nem externa:

Compreender a gênese social de um campo, e apreender aquilo que faz a necessidade específica da crença que o sustenta, do jogo de linguagem que nele se joga, das coisas materiais e simbólicas em jogo que nele se geram, é explicar, *tornar necessário*, subtrair ao absurdo do arbitrário e do não-motivado os actos dos produtores e as obras por eles produzidas e não, como geralmente se julga, reduzir ou destruir (BOURDIEU, 2010: 69).

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

Visto desta forma, entendemos que as definições sobre o que é filosofia, arte, ciência, esporte, etc. estão sendo constantemente repensadas em cada campo, certo que o representante de uma corrente de pensamento tenta impor a sua significação como a verdadeira. Por conseguinte, dessa luta resulta um conhecimento mais rigoroso, que perdurará por mais tempo.

Considerações finais

À guisa de conclusão, trabalhamos com uma noção renovada de história política, na tentativa de quebrar o exclusivismo do plano institucional. Segundo a atual corrente de pensamento, a política pode ser lida a partir de pequenos eventos, práticas sociais e outras atitudes diretivas em determinados contextos, que não aqueles ditos oficiais.

À vista disso, só é possível entender o futebol a partir das correlações políticas de cada época, medida nos esforços de longa duração para capitanear a imagem da Seleção, por exemplo. Então, aferir ganhos com o esporte representa a garantia de capital político, ainda que seja necessário travar lutas simbólicas dentro desse campo.

Todavia, observamos e sabemos que o universo esportivo, especialmente o futebol, ainda pode ser bastante explorado no que concerne às relações de poder, principalmente nesse período ímpar vivido pela nossa nação. Tais interesses e as suas implicações simbólicas mereceriam um olhar mais atento das pesquisas que envolvem a historicidade das práticas corporais institucionalizadas.

Referências bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

CAMPOS, Fernando Rosseto Gallego. "Geografia e futebol? Espaço de representação do futebol e rede sócio-espacial do futebol". Ponta Grossa, *Terra Plural*, v. 2, n. 2, jul./dez. 2008, p. 249-265.

COUTO, Euclides de Freitas. "A cidade e o futebol: encontros e desencontros entre a bola e o tecido urbano belo-horizontino". In.: OLIVEIRA, Leônidas José de (org.). *Belo Horizonte F. C. - trajetórias do futebol na capital mineira*. Belo Horizonte: Fundação Municipal de Cultura, Museu Histórico Abílio Barreto, 2013.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
"O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História",
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

ELIAS, Rodrigo. "A imagem da capa". Rio de Janeiro, *Revista de História da Biblioteca Nacional*, v. 9, n. 105, jun. 2014.

FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história*. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

FORTES, Rafael. "O Mundial de 2014 no imaginário popular brasileiro". In.: MARQUES, José Carlos (org). *A Copa das Copas? Reflexões sobre o Mundial de Futebol de 2014 no Brasil*. E-book. São Paulo: Edições Ludens, 2015.

HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

MARQUES, José Carlos (org). *A Copa das Copas? Reflexões sobre o Mundial de Futebol de 2014 no Brasil*. E-book. São Paulo: Edições Ludens, 2015.

PELLI, Ronaldo. Carta do editor. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 105, p. 5, jun. 2014.

SOJA, Edward William. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

WOOD, Ellen Meiksins. *A democracia contra o capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2003.

Fontes

PERIÓDICOS DO JORNAL ESTADO DE MINAS. Disponível em:
<http://buscaem.estaminas.com.br>.

Simpósio Temático 16: Partidos políticos, movimento sociais e mundo do trabalho no Brasil Republicano.

Coordenadoras: Camila Gonçalves Silva Figueiredo (Doutoranda em História UFJF) & Luísa de Mello Correard Pereira (Mestra em História pela UFJF)

Primeira República: Anarquismo e Movimento operário

Nilciana Alves Martins

Dalila Varela Singulane

Resumo:

O presente artigo propõe-se a compreender a influência do anarquismo no movimento operário, e conseqüentemente nos Congressos Operários, no período que concerne a Primeira República Brasileira (1889-1930), além de buscar explicar e problematizar conceitos guias da filosofia anarquista.

Primeiramente serão analisadas as especificidades do período estudado e sua possível relação para o crescimento da influência anarquista sob o movimento operário, o que possibilita a problematização de algumas teses proposta pela historiografia tradicional, principalmente no que tange o papel da imigração de mão-de-obra europeia para o caráter proeminentemente anarquista do movimento operário entre 1889 a 1930.

Sendo assim, busca-se esclarecer os conceitos guias do anarquismo e do anarcossindicalismo e a presença desses princípios na organização do movimento operário, e principalmente, nos congressos operários da primeira república.

Abstract:

This article seeks to understand the influence of anarchism in the labour movement, and consequently in the workers ' Congress, during the First Brazilian Republic (1889-1930), plus get explain and discuss concepts of anarchist philosophy guides.

First will be reviewed the specifics of the studied period and its possible relationship to the growth of the anarchist influence under the workers ' movement, which allows the questioning of some theses proposed by traditional historiography, especially regarding the role of the immigration of European labour to the character prominently the anarchist labour movement between 1889 to 1930.

Therefore, we seek to clarify the concepts of anarchism and anarcho-syndicalism guides and the presence of these principles in the Organization of the labour movement, and especially, in the first Republic workers Congress.

Introdução

O Brasil oitocentista é um período de grandes transformações na sociedade brasileira, a influência inglesa permeia desde a política até o comércio. A Revolução Industrial cria a necessidade de aumentar o consumo de manufaturados ingleses o que faz com que os países parceiros da Inglaterra se vejam obrigados a abolir a escravidão e adotar o sistema de remuneração pela venda da força de trabalho.

Um dos últimos a abolir a mão de obra escrava foi o Brasil, porém já existia em paralelo o trabalho assalariado, que aumentou depois da segunda metade do século XIX. Esse trabalho foi empregado primordialmente na indústria têxtil por configurar-se como mercadoria básica para a reprodução da força de trabalho, como mostra Foot Hardman em seu livro *“História da indústria e do trabalho no Brasil”*:

Quando foi realizada a 2ª. Exposição Nacional, em 1866, havia apenas nove fábricas de tecidos no Brasil todo. Nos dezesseis anos seguintes foram criados 36 novos estabelecimentos. Das 45 fábricas de tecidos já existentes em 1882, doze localizavam-se na Bahia, onze o Rio de Janeiro, nove em São Paulo e oito em Minas Gerais. Sobre as demais províncias são raras as informações. Registramos, até 1882, uma tecelagem no Rio Grande do Sul, fundada em Rio Grande (...) em 1874; empregava 150 operários na produção (...). Em Alagoas, a Fábrica Fernão Velho, instalada às margens da lagoa Mundaú, em 1857, era propriedade da Companhia União Mercantil. Empregava 74 operários e produzia 247.000 metros de tecido por ano. Em Pernambuco, funcionava a Fábrica Magdalena e, no Maranhão, a Maranhense de Fiação e Tecidos. (HARDMAN, 1991, p.33).

A crescente exportação do café intensificou o processo de interiorização do país e com a abolição do tráfico de escravos em 1850, houve a ampliação das ferrovias, o que favoreceu o crescimento do mercado interno.

A partir de 1885 apareceram indústrias em número cada vez maior. Apesar da precariedade dos dados fornecidos por Roberto Simonsen (assinada por F. Iglésias), afirma aquele autor que, em 1880 e 1884, foram aqui fundados 150 estabelecimentos industriais; de 1885 a 1889 esse número sobe para 248, totalizando, no ano da proclamação da República, 636 estabelecimentos no país todo. Eram aí empregados 54.169 trabalhadores. Nos cinco anos seguintes foram criados 425 estabelecimentos. Sob o termo “estabelecimentos industriais” as estatísticas da época arrolavam não só fábricas modernas, onde a produção era mecanizada e onde se empregava o vapor ou a energia hidráulica, mas também as pequenas oficinas e manufaturas. Isso torna difícil, inclusive, a diferenciação entre proletários propriamente ditos e os artesãos e semi-assalariados. (HARDMAN, 1991, p.41).

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
 ISSN: 2317-0468
 17 a 21 de outubro de 2016

Dito isso, o século XIX marca o fim da escravidão no Brasil, e simultaneamente, à entrada do país no mercado internacional do café; o desfalecer do sistema escravista fez emergir graves problemas de mão-de-obra e a solução encontrada pela elite foi à importação da força produtiva, sendo possível verificar a chegada de muitos estrangeiros no período de concerne a Primeira República Brasileira 1889-1930. Esses imigrantes já foram objeto de estudo de muitos historiadores, e parte da historiografia tradicional, acabou realizando uma análise simplista e reforçando um estereótipo em torno destes retirantes, entretanto estudos recentes já apontam para a multiplicidade étnica e ideológica dessas pessoas que chegam ao Brasil.

Na obra *“O movimento operário na Primeira República”*, Claudio Batalha evidencia que a maioria dos imigrantes que acabaram por integrar o operariado urbano no período da Primeira República provinha das áreas rurais de seus respectivos países de origem, ou seja, não possuíam experiência sindical previa. Este argumento contribui para a compreensão de que a influência que o anarquismo, e principalmente o anarcossindicalismo teve no movimento operário durante os anos de 1889 a 1930 não deve ser entendida somente pela politização previa dos imigrantes, a adoção dos trabalhadores pelo anarquismo teve uma relação direta com o contexto mundial e com a situação política da Primeira República. Entretanto é importante ressaltar que a filosofia anarquista não é restrita a trabalhadores industriais, e que os imigrantes provenientes de áreas rurais poderiam ter tido contato com o anarquismo ainda em seus países de origem, afinal alguns estrangeiros provenientes de áreas rurais já se declaravam anarquistas e posteriormente fundaram as principais colônias libertárias no Brasil.

Os imigrantes que, acabaram por integrar o proletariado urbano no Brasil, em sua maioria provinham de áreas rurais de seus países de origem, sem qualquer experiência prévia de trabalho industrial ou organização sindical; com frequência, tinham como destino inicial o trabalho na agricultura, caso das fazendas de café no estado de São Paulo. (BATALHA, 2000, p. 12 ,13)

Afinal, o que esses estudos mostraram é que a imensa maioria dos imigrantes provinha do campo e, na maioria das vezes, não tinha qualquer experiência prévia de engajamento sindical ou político. Isso, evidentemente, não quer dizer que não existissem imigrantes com experiência prévia nos seus países de origem e cuja imigração se devia não a razões de ordem econômica, mas a problemas políticos. Particularmente entre os militantes operários em São

Paulo, é possível encontrar vários casos que se encaixam nesse perfil.”
(BATALHA, 2016, p.166)

Outro fator que reforça a ideia de que a influencia que o anarquismo teve no movimento operário não pode ser entendida somente pela politização previa dos imigrantes é que a imprensa do século XIX é inédita, sendo bem mais complexa do que a dos séculos anteriores. Dito isso, estudos sobre a circulação de ideias no Brasil durante o séculos XVIII e XIX são relevantes para a compreensão da relação existente entre anarquismo/ anarcossindicalismo e o movimento operário durante a Primeira República, pois com a análise de algumas documentações da época percebe-se que já existia uma discussão em torno de algumas ideias anarquistas, o que pode ser entendido como indício de que a sociedade civil brasileira já teria tido algum contato com os princípios guias anarquista, antes mesmo da chegada dos imigrantes.

A obra *“Trabalho, lar e botequim – O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque”* é relevante para a compreensão da diversidade étnica do operariado e das características que dificultavam a organização dos trabalhadores no início do século XX. Siney Chalhoub estuda a construção da ideologia do trabalho diante do fim do tráfico negreiro, ou seja, o esforço da classe dominante em impor um caráter moral na venda da força produtiva, além de apontar para as rixas que envolvia o mundo do trabalho urbano na primeira década do século XX, esses conflitos eram estimulados por diversos fatores, entre eles, rivalidades raciais e de nacionalidade, por conflito de trabalho, pelo paternalismo na relação empregado - patrão, à diferenciação salarial entre as regiões e até mesmo há variação no poder de barganha entre trabalhador e patrão devido à especialização, e por problemas de habitação que foram agravadas pela administração do Pereira Passos, ou seja, a luta pela sobrevivência aumentava a competitividade entre os trabalhadores no período estudado.

Parece haver certo consenso entre os historiadores de que as rivalidades e conflitos raciais e nacionais se construíram num dos principais elementos limitadores da eficácia do movimento operário brasileiro na Primeira República. Sheldon Maram, por exemplo, escreve ‘ os conflitos entre brasileiros e imigrantes, e entre os próprios grupos etnicamente divididos, foram uma das principais limitações do movimento operário brasileiro’. Se isto for verdade, contudo, provavelmente refletia uma realidade experimentada pela classe trabalhadora em seu conjunto, na prática cotidiana da vida.
(CHALHOUB, 2001, p. 59,60)

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

Mesmo com todas as dificuldades apontadas na obra do Chalhoub, durante a Primeira República houve grandes mobilizações operárias e diversas tentativas de organização, por exemplo, os Congressos Operários que estudaremos adiante.

A despeito de todas as condições desfavoráveis e dos elementos de divisão e diferenciação de classe operária, a história da Primeira República permanece como um momento de extraordinária mobilização coletiva e de forte organização de classe. Mas é preciso reconhecer que, malgrado esse caráter extraordinário, a ação organizada da classe por meio de suas instituições ou de ações coletivas atingiu apenas uma minoria dos trabalhadores, entre outras razões porque nesse período 80% da população brasileira vivia no campo. (BATALHA, 2000, p. 14)

Anarcossindicalismo e os Congressos Operários Nacionais

Até meados do século XIX era comum a existência de sociedades de socorros mútuos, um tipo de associação operária de caráter beneficente, já no início do século XX observa-se o surgimento dos sindicatos, caracterizados como uma organização de resistência. Existiam três tipos de sindicatos no Brasil no período que concerne a Primeira República: as associações pluriprofissionais; sociedades por ofício e sindicatos de indústria ou ramo de atividade, sendo que estes sindicatos poderiam estar ligados a federações locais e estaduais e a confederações, entretanto essas organizações não tiveram um caráter nacional, como aponta Claudio Batalha.

No século XIX é visível o aparecimento de diversos grupos socialistas no Brasil, entretanto não foram somente as correntes socialistas que estiveram presentes no movimento operário; o positivismo, o sindicalismo cooperativista a doutrina social da Igreja Católica também disputaram espaço entre o operariado da Primeira República Brasileira. Entretanto será o sindicalismo revolucionário a corrente mais influente nos Congressos Operários.

Além das duas correntes acima mencionadas, há uma série de tendências que atuam no movimento operário, mas que acabam sendo – por diversas razões – menos visíveis. Uma delas é o positivismo (...). Uma corrente um pouco mais difícil de situar ideologicamente é o sindicalismo- cooperativista (...). Bem mais representada que o positivismo ou o cooperativismo no meio operário estava a corrente católica, através de organizações ligadas à Igreja que

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016*

buscavam subtrair o operariado da influência anarquista e socialista e da ação sindical. (BATALHA, 2000, p. 25, 26 e 27).

No final do XIX e início do século XX o anarcossindicalismo teve grande influência em centrais sindicais da França (onde ficou conhecido como sindicalismo revolucionário) e da Espanha. A Central Nacional do Trabalho Espanhola (CNT) se organizava por sindicatos de ramo e enxergavam nas assembleias a principal fonte decisória, pois assim evitavam a burocratização do sindicato; além de estipularem que os membros que exercessem funções administrativas não receberiam remuneração pela tarefa. Os sindicalistas se declaravam antiparlamentares e antimilitar, e os métodos empregados eram a ação direta, a sabotagem e a greve geral. O anarcossindicalismo, inspirado na CNT, foi à tendência majoritária no movimento operário no período da Primeira República, o que garantiu certa autonomia do sindicato ante o Estado.

No início do século XX, o anarcossindicalismo chegou a obter o controle de importantes centrais sindicais na França (Confederação Geral do Trabalho) e na Espanha (Confederação Nacional do Trabalho), organizadas de forma federativa por categorias profissionais (CGT) ou por localidades regionais (CNT) (...) é necessário ressaltar o peso que tiveram os anarcossindicalistas como parte integrante do movimento operário europeu. Na França, essa tendência ficou conhecida como *sindicalismo revolucionário*. (HARDMAN, 1991, p.262,263).

O anarco-sindicalismo obteve sucesso na França, onde a CGT foi administrada por anarquista até 1914. Houve grandes movimentos sindicalistas na Itália e na América Latina. Nos Estados Unidos, a Internacional dos Trabalhadores do Mundo (IWW) era sindicalista. Foi na Espanha que o anarco-sindicalismo, assim como o anarquismo, atingiu seu apogeu (...). Na década de 1930, no seu apogeu, a grande organização anarquista, a Confederação Nacional dos Trabalhadores (CNT), tinha mais de 2 milhões de membros. (WOODCOCK, 1977, p.42).

Princípios guias como o antiestatismo, descentralização, o federalismo e a aversão a qualquer forma de opressão e autoridade sobre o indivíduo, entre outras concepções, forjam o ideário comum existente entre a maioria dos socialistas libertários, ou seja, são à base da filosofia anarquista. O anarquismo é antidogmático em sua essência.

Quem quer que seja que ponha as mãos sobre mim, para me governar, é um usurpador, um tirano. Eu o declaro meu inimigo.” (Pierre- Joseph Proudhon).

Portanto, mesmo havendo diferentes opiniões anarquistas, existe uma filosofia definida, assim como uma tendência anarquista reconhecida. Essa filosofia envolve três elementos: uma crítica à sociedade como ela é, uma visão de uma

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

sociedade alternativa e um planejamento para pôr em prática esta transformação." (WOODCOCK, 1977, p.17).

Segundo Rudolf Rocker o anarquismo não é:

O anarquismo não é um sistema social fixo e fechado, mas uma tendência definida no desenvolvimento histórico humano, que, em contraste com a tutela intelectual de todas as instituições governamentais e clericais, luta para o livre desenvolvimento, sem qualquer bloqueio, de todas as forças individuais e sociais da vida. Mesmo a liberdade é apenas um conceito relativo, não absoluto, visto que ela tende, constantemente, a tornar-se mais ampla e afetar círculos mais extensos, das mais variadas maneiras. Para o anarquista, a liberdade não é um conceito abstrato e filosófico, mas a possibilidade concreta essencial de todo ser humano desenvolver completamente todas as faculdades, as capacidades e as habilidades com as quais a natureza o dotou, e convertê-las em valor social. Quanto menos esse desenvolvimento natural do homem for influenciado pela proteção política ou eclesiástica, mais eficiente e harmoniosa se tornará a personalidade humana, mais ela se tornará a medida da cultura intelectual da sociedade em que foi desenvolvida. (CHOMSKY, 2011, p.17).

O sindicalismo revolucionário pode ser compreendido como uma corrente, uma forma de atuação oriunda do socialismo libertário, pois possui convergências fundamentais com a filosofia anarquista, entretanto difere-se no que tange o papel do sindicato como o principal propulsor da transformação social.

O sindicalismo é, em essência, a expressão econômica do anarquismo. Esta circunstância explica a presença de tantos anarquistas no movimento sindicalista. Como o anarquismo, o sindicalismo prepara os trabalhadores ao longo de linhas econômicas diretas, bem como fatores conscientes nas grandes lutas de hoje, bem como fatores conscientes na tarefa de reconstruir a sociedade de linhas industriais autônomas, bem como contra o espírito paralisante da centralização, inerente em todos os partidos políticos. (GOLDMAN, 1913)

Os anarcossindicalistas (...) destacam o *sindicato* como *meio e fim* da ação libertária e a greve geral revolucionária como a arma decisiva, espécie de erupção vulcânica, capaz, por si só, de trazer à tona um novo mundo. (HARDMAN, 1991, p.262)

O movimento se autodenominou anarco-sindicalismo. Sua idéia essencial era que os sindicatos deveriam ser considerados não apenas instrumentos para conseguir melhores salários, mas agentes da transformação social. Os sindicatos estariam em constante luta pela mudança da sociedade através do método clássico da greve geral, tomando e administrando os meios de produção durante a revolução, para formar a infra-estrutura da nova sociedade." (WOODCOCK, 1977, p.42).

O Primeiro Congresso Operário Brasileiro ocorreu entre os dias 15-20 de abril de 1906 na cidade do Rio de Janeiro. Entre as principais resoluções está à criação da Confederação Operária Brasileira que foi diretamente inspirada na CGT francesa; sua estruturação data do ano de 1908, entretanto sua atuação mais significativa ocorre entre os anos de 1913 e 1915 realizando campanhas antimilitaristas e participando das lutas sindicais, o principal órgão utilizado pela COB era o seu jornal “*A Voz do Trabalhador*”. Outra resolução tange o caráter autônomo do movimento operário, que deveria ser constituída e sustentada pelos próprios trabalhadores o que já indica a influência e a predominância do anarcossindicalismo no congresso.

Os funcionários dos sindicatos eram operários voluntariamente eleitos pela classe que não recebiam nenhuma remuneração pelo exercício de suas funções, definidas como meramente administrativas e não diretivas. Assim, o congresso deliberou que deveriam ser excluídos dos sindicatos operários todos os mestres, contramestres, encarregados e ‘operários, enfim, que exerçam qualquer cargo de mando’. Além disso, o congresso propunha uma campanha de agitação imediata contra o militarismo e pela jornada de oito horas. Entre os meios de ação defendidos para levar adiante a resistência material e moral contra o patronato estavam incluídos: ‘a greve parcial ou geral, a boicotagem, a sabotagem, o labéu a manifestação pública, etc., variáveis, segundo as circunstâncias de lugar e de momento. O congresso manifesta-se contra a existência de ‘títulos honoríficos e de distinção na organização operária’; pela abolição do trabalho por obra (peça) ou empreitada, porque facilita a divisão de classe; pelo pagamento de salário semanal e em data certa, para evitar atrasos e calotes. Finalmente, o congresso aprovou moções específicas sobre a organização imediata dos colonos e operários agrícolas, dos trabalhadores nas minas, dos operários do Estado e das mulheres operárias. (HARDMAN, 1991, p.269).

Na tentativa de diminuir a força das características que dificultavam a organização do operariado no período estudado, o movimento operário sugeria uma postura específica em relação ao sindicato, como pode se observado no jornal gaúcho *A Luta* ainda em 1906:

Como temos procurado explicar, sempre que tratamos de sindicalismo, das associações operárias desse gênero, devem ser excluídas todas as idéias políticas, religiosas ou filosóficas, e apenas prevalecer a de uma conquista econômica pela ação direta dos indivíduos solidários e conscientes. (“Duas palavras”. *A luta*, Porto Alegre, 10 de outubro de 1906, reproduzido em Peterson e Lucas 1992, p, 143.)

O Segundo Congresso Operário Brasileiro foi realizado na cidade do Rio de Janeiro entre os dias 08 e 13 do mês de setembro de 1913, esse congresso é visto como uma resposta ao congresso de 1912, conhecido como “congresso pelego”, por ter sido influenciado diretamente, pelo então presidente da república, Hermes da Fonseca. As resoluções do congresso de 1913 continuaram a seguir as mesmas diretrizes do Primeiro Congresso Operário, são discutidos os meios de atuação para a conquista do salário mínimo, para a conquista da jornada de trabalho por oito horas, além da postura contrária a lei de expulsão e contra o serviço militar obrigatório e a adoção da greve geral revolucionária em caso de guerra externa. O congresso evidencia um momento de consolidação e vitória da força do anarcossindicalismo no movimento operário.

Foram reafirmadas as teses anarcossindicalistas que haviam predominado no Primeiro Congresso Operário: defende-se o método da ‘ação direta de pressão e resistência contra o capitalismo’. A organização sindical autônoma e federalista é ainda reafirmada como principal instrumento de combate da classe: mais uma vez, nega-se a necessidade de qualquer partido político para os trabalhadores. O Segundo Congresso manifesta-se contrário ao cooperativismo e às associações beneficentes, atacando apenas os sindicatos operários de resistência como organismos próprios de classe. Ressalta-se, também, a necessidade de organizar os trabalhadores rurais. (HARDMAN, 1991, p.273).

O período posterior ao Segundo Congresso Operário Brasileiro foi caracterizado como um contexto de crise econômica, o que proporcionou uma onda de desemprego e de desarticulação do movimento operário. Em 1916, devido a Primeira Guerra Mundial, observamos uma retomada da força sindical.

O ápice da mobilização operária durante a Primeira República deu-se nos últimos anos da década de 1910, principalmente em 1917 e 1919. A I Guerra Mundial permitiu uma recuperação da produção industrial a partir de 1916. À medida que produtos importados deixavam de chegar aos portos brasileiros, as indústrias nacionais voltaram a empregar para atender ao crescimento da demanda. Ao mesmo tempo os trabalhadores enfrentavam um escalada do custo de vida, ao passo que os salários permaneciam nos patamares anteriores à guerra. A conjuntura favorável à satisfação de reivindicações em virtude da retomada da atividade industrial conduziu – a partir de 1916, ganhando intensidade em 1917 – o movimento operário a um acelerado processo de reorganização das sociedades de resistência desarticuladas durante a crise. (BATALHA, 2000, p. 49)

Os anarcossindicalistas estiveram presentes nas mobilizações realizadas na conjuntura 1917-1920, entretanto não possuíam a direção do movimento operário. Esse

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

contexto foi marcado pela ascensão – influenciada pelas atividades dos anarcossindicalistas e pelo quadro internacional (Revolução Russa) – das lutas do operariado.

Entretanto, o Terceiro Congresso Operário ocorreu no contexto de declínios das lutas proletárias, na cidade do Rio de Janeiro, entre os dias 23 e 30 de abril de 1920.

Só que o Primeiro e Segundo Congresso haviam se realizado em meio a mobilizações; o Terceiro Congresso deu-se, porém, já no período declínio das lutas operárias, após a grande vaga dos anos de 1917-1919. No final de 1919, haviam sido deportados mais de vinte líderes operários, vários deles preparadores do Terceiro Congresso. A repressão desencadeava-se sobre associações de classe e lideranças. (HARDMAN, 1991, p.282).

O referido congresso colocou-se contra a repressão direcionada aos trabalhadores europeus, propunha a elaboração de uma Comissão Executiva para encaminhamento das resoluções e do Secretariado Geral, além de declarar apoio a Terceira Internacional de Moscou. Nesse contexto, eufóricos com a Revolução de Outubro, muitos anarcossindicalistas acabaram por integrar-se ao Partido Comunista Brasileiro, talvez seja esse o motivo do caráter anarquista do comunismo brasileiro, apontado por Sérgio Buarque de Holanda.

Ainda em relação à situação internacional, o 3º COB resolve: ‘Declarar a sua expectativa simpática em fase a Terceira Internacional de Moscou, cujos princípios gerais correspondem verdadeiramente às aspirações de liberdade e igualdade dos trabalhadores de todo mundo.’ (HARDMAN, 1991, p.283).

O PC, no Brasil, nasceria da crise do anarquismo, formado pela unificação de cerca de setenta militantes, quase todos oriundos do anarcossindicalismo, inclusive, não foram inteiramente abandonadas, nos anos iniciais de formação do PCB, cujo primeiro Comitê Central, em sua quase totalidade, era composto de quadros egressos daquela tendência.” (HARDMAN, 1991, p.283).

Tudo quanto o marxismo lhes oferece de atraente, essa tensão incoercível para um futuro ideal e necessário, a rebelião contra moral burguesa, a exploração capitalista e o imperialismo, combina-se antes com a ‘mentalidade anarquista’ de nosso comunismo.” (BUARQUE, 2014, p.223).

No decorrer dos anos 20 era visível o declínio das atividades mobilizadoras, situação agravada pelo estado de sítio e pela forte repressão do governo de Artur Bernardes, além do enfraquecimento da influência do anarcossindicalismo em relação ao movimento operário. Entretanto, em 1926 houve um reaparecimento da força do

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

anarquismo revolucionário diante o movimento proletário. Essa identidade manteria certa representatividade até 1935, com a ditadura do Estado Novo.

Considerações Finais

O presente artigo buscou apontar para o fato de que não se deve entender a predominância do anarquismo revolucionário no movimento operário da Primeira República (1889 a 1930) somente pela politização prévia dos imigrantes, além de evidenciar a diversidade desses retirantes e como ela dificultava a organização dos trabalhadores no período estudado.

Objetiva-se também esclarecer, mesmo que de uma maneira relativamente simplista, os princípios guias do Anarquismo e do Anarcossindicalismo, as convergências e divergências entre ambos.

Optou-se por não realizar um recorte mais específico, pois esse trabalho tem um caráter introdutório à temática, por esse mesmo motivo tivemos como base para nossas afirmações parte da historiografia que trabalha com o referido objeto.

Bibliografia:

BATALHA, Cláudio. **O movimento operário na primeira república**, Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008, 2ª reimpressão da 2ª ed., 2001.

CHOMSKY, Noam. **Notas sobre o anarquismo**. Hedra, 2011.

COSTA, Caio Tulio. **O que é o anarquismo**. 5. ed.. São Paulo: Brasiliense, 1981.

FERREIA, Jorge e DELGADO, Lucília N. (orgs.) **O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

GOLDMAN, Emma. **Sindicalismo: sua teoria e prática**. Tradução e Diagramação: Ateneu Diego Giménez. COB-AIT, 2010.

HARDMAN, Foot; LEONARD, Victor. **História da indústria e do trabalho no Brasil**. Editora Ática - São Paulo, 1991 - 2a. edição, 336 páginas.

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016*

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996b.

WOODCOCK, George.(org) **Os grandes escritos Anarquistas**. Porto Alegre, LP&M, 1985. 3ª.ed.

A Organização Internacional do Trabalho como Objeto de Estudo no Brasil

Denilson Gomes Barbosa¹

Resumo:

Este artigo trata da Organização Internacional do Trabalho (OIT) como objeto de estudo da história, mais especificamente, sobre os estudos de seu impacto no Brasil. A OIT completa em anos em 2019 e foi uma instituição de grande impacto no mundo do Trabalho, atuando na criação e disseminação de normas de proteção ao trabalho e na promoção do trabalho decente. Ao aproximar-se de seu centenário, é fundamental a pesquisa do impacto interno da Organização nos países membros. Neste artigo, serão discutidos alguns aspectos relevantes relacionados à pesquisa sobre a OIT, tal como trabalhos existentes, temas, fontes, metodologias e bibliografias.

Abstract:

This article is about the International Labour Organization (ILO) as an object of study in History, mainly about the studies of its impacts in Brazil. The ILO celebrates its 100th anniversary in 2019 and it has had a great impact on labour issues, by creating and disseminating rules to protect workers as well as the promotion of decent work all over the world. As the anniversary approaches, the development of studies about the internal impact of the Organization in country members become essential. In this paper, some relevant aspects will be pointed out, such as previous works on the impact of the ILO, main issues, sources, methodologies as well as bibliography.

Introdução

O objetivo deste artigo é mostrar os principais aspectos relativos à minha pesquisa de doutorado, cujo objeto de estudo é a Organização Internacional do Trabalho (OIT). Mais precisamente, o impacto e a influência que a Organização tem exercido no país, desde que o mesmo se tornou membro da OIT. Para o país, a OIT é de grande importância, uma vez que já ratificou 96 convenções, das quais 80 ainda estão em vigor, e a organização mantém representação no Brasil desde 1953. Ao se aproximar do aniversário de cem anos da OIT, foi criado o Century Project, um projeto especial cujo objetivo é facilitar o acesso aos documentos, arquivos e publicações da OIT, além de oferecer

¹ Doutorando em História pelo Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora (PPGH-UFJF), sob orientação da Profa. Dra. Valéria Marques Lobo. Contato: denilsonbarbosa.history@gmail.com

incentivo e apoio às pesquisas dedicadas ao estudo do papel da Organização pelo mundo. Mais especificamente, é sobre a importância deste projeto, seu conteúdo, temas de interesse histórico e a necessidade de estudo da OIT no Brasil que este trabalho pretende tratar.

A importância dos estudos sobre a OIT

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) foi criada em 1919 como um meio de promover o progresso social e solucionar conflitos econômicos através do diálogo e cooperação. Ao contrário dos movimentos revolucionários da época, a OIT reuniu trabalhadores, empregadores e governos em nível internacional, não em confronto, mas em busca por regras em comum, políticas e comportamentos dos quais todos poderiam se beneficiar. Os efeitos da Primeira Guerra, a mobilização de massa e a expansão da repercussão social, facilitaram a abertura de líderes políticos a mudanças fundamentais na política, economia e sociedade e, na construção de instituições internacionais que pudessem envolver todos os países em um esforço comum. A mesma abertura ocorreu depois da Segunda Guerra, levando à criação das Nações Unidas (ROGERS et al., 2009).

O Brasil está entre os membros fundadores da OIT e participa da Conferência Internacional do Trabalho desde sua primeira reunião e a OIT tem mantido representação no Brasil desde a década de 1950, com programas e atividades que refletem os objetivos da Organização ao longo de sua história. Além da promoção permanente das Normas Internacionais do Trabalho, do emprego, da melhoria das condições de trabalho e da ampliação da proteção social, a atuação da OIT no Brasil caracteriza-se, atualmente, pelo apoio ao esforço nacional de promoção do trabalho decente no tocante ao combate ao trabalho forçado, ao trabalho infantil e ao tráfico de pessoas para fins de exploração sexual e comercial, à promoção da igualdade de oportunidades e tratamento de gênero e raça no trabalho e à promoção de trabalho decente para os jovens, entre outras (OIT, 2014).

De acordo com Strang e Chang (1993), é de grande importância o papel da Organização Internacional do Trabalho na formação do Estado de Bem estar social moderno e do processo de geração de políticas públicas baseados nos Padrões

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016*

Internacionais do Trabalho tecidos pela OIT. Apontam ainda, para a importância de se explorar a interação entre ideologias externas e instituições internas em níveis nacional e internacional. Os autores argumentam que as políticas internas devem ser vistas sobre uma perspectiva mais abrangente, considerando a influência de padrões internacionais em detrimento à ideia de processos desconectos e independentes. Assim, é necessário observar o trabalho realizado em modelos externos para que possam se enquadrar às circunstâncias locais, ao invés de uma simples imitação.

Ainda no mesmo trabalho, há um enfoque no impacto da OIT na ampliação do Estado de bem estar social e aponta países desenvolvidos como exemplo. Desta forma, percebem que ações como a participação nas conferências anuais da OIT já constitui, em si, um fator estimulante para a ação do Estado. Além disso, países com maior integração na sociedade internacional tenderiam a estabelecer políticas de seguridade social mais amplas. Outros casos podem apelar para os padrões internacionais de forma a evitar restrições constitucionais internas. Assim, para que seja possível avaliar o impacto dos modelos da OIT, deve-se focar nas mudanças de políticas, no aumento do tamanho dos programas, ou também, quando os padrões da OIT reforçam os propósitos internos (STRANG; CHANG, 1993).

Existe uma vasta literatura que estuda estes aspectos em vários países do mundo. Muitos dos trabalhos foram produzidos por pesquisadores ligados de alguma forma à OIT. Com relação ao Brasil, levantamentos prévios indicam que existe uma lacuna nas pesquisas que fazem este tipo de análise no país. Por um lado, não se encontra trabalhos semelhantes entre as publicações da OIT e, por outro, no meio acadêmico nacional, encontra-se somente trabalhos restritos à área de direito e, geralmente, voltados para aspectos mais técnicos dedicados à aplicabilidade dos padrões da OIT na legislação Brasileira.

Ao se aproximar dos cem anos, a OIT criou um projeto chamado *Century Project*, cujo objetivo é ampliar e compartilhar conhecimento da história da OIT. O projeto incentiva novas perspectivas com o objetivo de complementar as tradicionais narrativas institucionais em um momento de crescente interesse acadêmico pela história transnacional, assim como da história das organizações internacionais. O projeto

pretende, ainda, expandir sua rede e incluir mais parceiros oriundos de países em desenvolvimento.

Dentre os trabalhos apoiados pelo projeto, há um único pesquisador desenvolvendo pesquisa sobre o Brasil. São dois projetos em andamento: “A Organização Internacional do Trabalho e o vínculo com Argentina e Brasil de 1930 a 1955” (*La Organización Internacional del Trabajo (OIT) y el vínculo con Argentina y Brasil de 1930 a 1955*), cujo objetivo é avaliar a política dos dois países no processo de constituição das principais instituições e leis destinadas ao setor. O outro projeto, “Trabalho análogo à escravidão no Brasil e o trabalho forçado da OIT 1970-2010” (*Trabajo análogo a la esclavitud en el Brasil y el trabajo forzado de la OIT 1970–2010*), tem como objetivo analisar a forma em que a legislação trabalhista brasileira incorporou a questão do trabalho escravo e, ao mesmo tempo, como a OIT lidou com a questão do trabalho forçado. As duas pesquisas são desenvolvidas pelo mesmo pesquisador, Norberto Osvaldo Ferreras.

No Brasil, a Organização Internacional do Trabalho é explorada basicamente pela área do direito. É possível verificar a existência de diversos trabalhos cuja característica comum é a abordagem de aspectos técnicos relativos à aplicação dos padrões internacionais, ou seja, dedicam-se à aplicação prática na lei, assim como os diversos impactos no âmbito da legislação. Como exemplo, destacam-se as obras “Direito Internacional do Trabalho” (SÜSSEKIND, 2000), “Convenções da OIT e outros tratados.” (SÜSSEKIND, 2001) e “Instituições de direito do trabalho” (SÜSSEKIND, 2007).

Outros exemplos, na mesma linha de abordagem, seriam Ariosi (2004) em seu artigo “Os efeitos das convenções e recomendações da OIT no Brasil”, Campos (2007) em “As convenções da Organização Internacional do Trabalho e o Direito Brasileiro”, Ervolino (2011) e “A Influência da Organização Internacional Do Trabalho na definição de padrões normativos no Brasil” e Meireles (2011) com “As convenções da Organização Internacional do Trabalho sobre direitos humanos fundamentais e seu status normativo.”

Outro trabalho relevante é a obra de Gunther (2013), “A OIT e o direito do trabalho no Brasil.” A obra também se dedica aos mesmos aspectos de aplicação prática tratados aqui, mas estão, assim como alguns dos demais trabalhos citados acima,

conectados com o que foi discutido anteriormente, ou seja, apontam para a questão da influência dos padrões internacionais dentro do espaço interno.

Como vimos, existem diversos trabalhos que se dedicam ao papel desenvolvido pela OIT em diversos países. Estes trabalhos são produzidos por acadêmicos de diversas partes do mundo, muitos ligados de alguma forma à OIT e outros não. No meio acadêmico brasileiro, portanto, verifica-se que, com exceção da área de direito, a investigação sobre o papel da OIT ainda é um campo pouco explorado. Uma pesquisa nos bancos de teses e periódicos da OIT, CAPES, Scielo e etc, não revela trabalhos que tratem da OIT sob um ponto de vista histórico. Obviamente, existem os casos que trabalham temas isoladamente, como por exemplo, trabalho forçado, a comparação do progresso de alguma Convenção com outros países, etc. Ou seja, são trabalhos que tratam de aspectos pontuais. Assim, tal como foi visto nos vários exemplos citados aqui, é de grande importância uma pesquisa que busque resgatar a trajetória histórica da OIT no Brasil, investigando o papel que ela desempenhou na história do país. Certamente, este é um momento bastante oportuno para o desenvolvimento de pesquisas sobre a história da OIT. Tanto pela proximidade do aniversário de cem anos da organização em 2019, como pela marcante presença da instituição e seus padrões no Brasil e a cooperação da OIT com novos projetos de pesquisa.

É necessário, portanto, pesquisas que extrapolem o campo da técnica e investiguem as motivações internas para a adoção dos padrões, o processo de implantação e os resultados obtidos ao longo do tempo. Soma-se a isso, a necessidade de se comparar estes mesmos aspectos entre os diferentes contextos históricos internos vividos no Brasil desde a ratificação da primeira convenção da OIT. Como foi destacado acima, a própria Organização incentiva a produção de novos trabalhos acadêmicos e destaca a necessidade de novas abordagens.

Questões Relevantes

Um aspecto fundamental ao estudar a OIT é compreender o seu papel ao longo do século XX no Brasil. Mais especificamente, entender os efeitos dos padrões da OIT na legislação e na prática no país. Compreender como se desenrolavam os diálogos com a

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016*

OIT; como ocorreu o processo de implementação de medidas de acordo com os diferentes governos vivenciados no Brasil. Além disso, é fundamental mensurar os resultados da implementação destes padrões para a seguridade social, a liberdade de associação e as condições dignas de trabalho. Resumindo, determinar de forma mais clara qual o impacto dos padrões internacionais para a economia, política e sociedade.

Tais questões podem ser respondidas com base nas informações oficiais reportadas pelo governo brasileiro à OIT, assim como através dos relatórios produzidos pela organização, documentos oficiais disponibilizados no arquivo histórico da OIT em Genebra e, inclusive, os artigos de época, principalmente aqueles publicados pela *International Labour Review*, que trazem discussões sobre o Brasil. Espera-se, ao responder tais perguntas, traçar uma perspectiva histórica de caráter abrangente, a exemplo dos diversos trabalhos citados anteriormente, abordando os principais temas envolvidos com as normas internacionais do trabalho, de forma que se possa, também, apontar caminhos para novas pesquisas.

Outro aspecto importante, quando há viabilidade, seria explorar as publicações e documentos que são encontrados somente na biblioteca e no arquivo histórico da sede da OIT em Genebra. Desta forma, é possível ter acesso à informações e dados de altíssimo valor para a pesquisa e que não podem ser acessados nem mesmo nos escritórios regionais em outros países. Tratam-se de documentos que estão arquivados na Sede da OIT e somente podem ser analisados na sala específica destinada a consulta.

Fontes e Abordagens

Os documentos e publicações produzidos pela OIT já eram de livre acesso ao público anteriormente à criação do *Century Project*. O projeto facilitou o acesso direto à informações e recursos tais como todas as bases de dados, as Convenções, as Recomendações, os relatórios e os artigos do periódico da OIT, *International Labour Review*.

Muitos dos documentos e dados acima podem ser acessados diretamente no *site* da OIT. Porém, quanto aos documentos da base de dados LABORDOC, existem diferentes formas para acessá-los. Se o documento está disponível em formato eletrônico,

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

basta abrir o documento. Todavia, muitos documentos só podem ser consultados na biblioteca ou arquivo histórico da OIT em Genebra. A maneira de abordar tais documentos, que constituem as principais fontes para esta pesquisa, serão tratados detalhadamente adiante. Segue abaixo uma lista com as principais bases de dados e documentos:

Bases de dados

- LABORDOC (Base de dados da biblioteca da OIT)
- LABORSTA (estatísticas ligadas a trabalho)
- NATLEX (legislação nacional sobre trabalho, seguridade social e direitos humanos)
- NORMLEX (padrões internacionais do trabalho da OIT e leis nacionais de trabalho e seguridade social)

Documentos oficiais

- Conferência Internacional do Trabalho: Resoluções
- Conferência Internacional do Trabalho: Registros de Procedimentos
- Conferência Internacional do Trabalho: Relatórios do Diretor Geral
- Conferência Internacional do Trabalho: Relatório do Comitê de Especialistas sobre a aplicação das Convenções e Recomendações
- Convenções da OIT: Série de documentos que descrevem o contexto histórico que motivou a aprovação das convenções e os trabalhos preparatórios.
- Boletim oficial da OIT
- *International Labour Review* (todos os artigos de 1921 à 2014)

Uma das bases de dados mais importantes para a pesquisa é a LABORDOC. Esta consiste em um catálogo eletrônico definido pela OIT como o acesso à literatura do mundo do trabalho. Ela é produzida e mantida por uma rede de 28 bibliotecas no mundo, sendo uma delas a biblioteca do escritório da OIT em Brasília, e cobre todos os aspectos do mundo do trabalho, tais como desenvolvimento econômico e social, direitos humanos e mudanças tecnológicas. A LABORDOC inclui todas as publicações da OIT desde 1919,

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

sejam elas produzidas em Genebra ou em outros países, publicadas eletronicamente ou em formato impresso e, em todas as línguas. Através da LABORDOC, as publicações e documentos que somente podem ser pesquisados *in loco*, na biblioteca ou arquivo histórico da OIT, podem ser localizados previamente.

Uma metodologia de trabalho adequada para pesquisa nos arquivos da OIT deveria realizar o levantamento das publicações e fontes primárias relevantes através do catálogo eletrônico LABORDOC. Uma vez consultados, deve-se realizar a leitura e fichamentos das publicações da biblioteca ou a obtenção da fotocópia do material que for permitido. Quanto aos documentos oficiais, o procedimento inicial seria, da mesma forma, a consulta na LABORDOC, seguida de visita ao arquivo para a consulta e digitalização dos documentos com câmera digital, uma vez que este é um equipamento autorizado para uso pela OIT.

Biblioteca da OIT

A Organização Internacional do Trabalho é uma instituição baseada em conhecimento. Portanto, uma de suas funções é coletar e disseminar informações sobre suas principais atribuições. Quando a OIT foi criada em 1919, como parte do Tratado de Versalhes, que pôs fim à Primeira Guerra Mundial, o artigo 396 do Tratado estipulou que uma das funções da OIT seria centralizar e distribuir informação sobre as condições dos trabalhadores e o desenvolvimento de leis trabalhistas. Este papel foi reafirmado no artigo 10 da Constituição da OIT, que determina que uma das funções do escritório internacional é a coleta e distribuição de informação sobre todos os assuntos relacionados ao ajuste internacional das condições de vida industrial e de trabalho.

A biblioteca da OIT em Genebra é o arquivo central de todas as publicações da Organização, tanto impressas quanto eletrônicas, produzidas em Genebra ou em todos os outros escritórios da OIT no mundo. A biblioteca visa coletar, organizar e preservar materiais que contenham informação sobre todos os assuntos relacionados ao mundo do trabalho, tais como meios de subsistência, aspectos relacionados ao desenvolvimento econômico e social, mudanças oriundas do desenvolvimento tecnológico e direitos humanos.

Arquivos da OIT

Os arquivos da OIT em Genebra cobrem todo o ciclo administrativo de registros. Ele serve como espaço para arquivo dos escritórios e unidades da OIT e contém correspondências e documentos administrativos. A documentação pode ser de interesse para pesquisadores externos devido ao seu valor histórico, técnico, administrativo e político. O arquivo histórico da OIT disponibiliza registros, correspondências, documentos administrativos dentre outros documentos 30 anos após sua criação, selecionados com base em seu conteúdo, que estão em depósito permanente, ou são propriedade da OIT.

Os arquivos históricos contêm 70.000 documentos anteriores à Primeira Guerra Mundial e do período entre guerras (1919 – 1947). Cerca de 200.000 documentos do período pós-guerra (1948 – 1978) e ainda um grande número de coleções especiais. Dentre estes, destaca-se as coleções dos diretores e diretores gerais. Albert Thomas (1920–1932), Harold Butler (1932–1938), John G. Winant (1939–1941), Edward Phelan (1941–1948), David A. Morse (1948–1970) and C. Wilfred Jenks (1970–1973). Também se encontram no arquivo os documentos privados de C. Wilfred Jenks (1920–1973), os registros do Escritório Internacional do Trabalho (Basel, 1890–1919) além de coleções fotográficas e audiovisuais. Estes registros representam um total de mais de 7.000 metros lineares de estantes ocupadas.

Os arquivos históricos são abertos para consulta *in loco* por qualquer pessoa em conformidade com as condições estipuladas no formulário de inscrição. Dentre as instalações para pesquisa, são oferecidos a Sala de Leitura e instalações para reprodução de documentos. Não é cobrada taxa alguma para a consulta aos arquivos. Entretanto, fotocópias e reprodução de material audiovisual são sujeitos a pagamento.

Considerações Finais

Em resumo, este artigo aborda as questões mais relevantes para a pesquisa em história, tais como temas, descrição das fontes históricas, abordagens e o papel da OIT na disseminação de normas internacionais do trabalho, assim como sua influência no Brasil. Pesquisas na área também podem contribuir para destacar o papel da OIT na formação

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

do Estado de Bem estar social moderno e do processo de geração de políticas públicas baseados nos Padrões Internacionais do Trabalho tecidos pela OIT. Desta forma, é possível buscar explicações sobre a interação entre ideologias externas e instituições internas em níveis nacional e internacional. Políticas internas, portanto, devem ser vistas sob uma perspectiva mais abrangente, considerando a influência de padrões internacionais em detrimento à ideia de processos desconectos e independentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABDELJAOUAD, A. *The influence of International Labour Conventions on Tunisian Legislation*. 1965. *International Labour Review* 91 (March 1965), 191-209.
- ARIOSI, M. F. *Os efeitos das convenções e recomendações da OIT no Brasil*. Teresina, Jus Navigandi, ano 9, n. 507, 26 nov. 2004. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/5946>>. Acesso em: 14 ago. 2014.
- BERENSTEIN, A. *The Influence of International Labour Conventions on Swiss Legislation*. *International Labour Review*, 77 (June 1958), pp. 495-518.
- CAMPOS, J. R. C. *As Convenções da Organização Internacional do Trabalho e o Direito Brasileiro*. Revista IMES – Direito – ano VIII - n. 13 – jul./dez. 2007.
- CASHIELL, M. *The Influence on Irish Law and Practise of International Labour Standards*. *International Labour Review* 106 (July 1972), pp 47-74.
- DAHL, K.N. *The influence of ILO Standards on Norwegian Legislation*. *International Labour Review* 90 (September 1964), 226-51.
- ERNEST A. L. *Implementation Procedures of the International Labor Organization*, The Symposium International Human Rights, 20 Santa Clara L. Rev. 633 (1980). Available at: <http://digitalcommons.law.scu.edu/lawreview/vol20/iss3/3>
- ERVOLINO, I. *A Influência da Organização Internacional Do Trabalho na definição de padrões normativos no Brasil*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, 2011.
- GALENSON, W. *The International Labor Organization: An American View*. 1st ed. Madison, Wisc.: University of Wisconsin Press, 1981.
- GUIMARÃES, J. R. S. *Perfil do Trabalho Decente no Brasil: um olhar sobre as Unidades da Federação*. Brasília: OIT, 2012.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
 “O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
 Juiz de Fora, 2017, 1554p.
 ISSN: 2317-0468
 17 a 21 de outubro de 2016

- GUNTHER, L. E. *A OIT e o direito do trabalho no Brasil*. Curitiba: Juruá, 2011.
- HANAMI, T. *The Influence of ILO Standards on Law and Practise in Japan*. *International Labour Review* 120 (November-December 1981), pp 765-79.
- ILO. *Applying and promoting International Labour Standards*. Disponível em: <<http://www.ilo.org/global/standards/applying-and-promoting-international-labour-standards/lang--en/index.htm>> Acesso em: 11 out. 2014.
- LAGREGEN, S. *The Influence of ILO Standards on Swedish Law and Practice*. *International Labour Review* 125 (May/June 1986), pp 305-328.
- LANDAU, C. E. *The influence of ILO standards on Australian labour law and practice*. *International Labour Review*, Vol. 126, No. 6, November-December 1987.
- LANDY, E. A. *The influence of international labour standards: possibilities and performance*. *International Labour Review* 101 (Janeiro 1970).
- LOPES, R. P. *Social Problems and Legislation in Brazil*. *International Labour Office*, v. XLIV, n. 5. 1941.
- MEIRELES, J. H. A. *As convenções da Organização Internacional do Trabalho sobre direitos humanos fundamentais e seu status normativo*. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2001.
- MENON, V. K R. *The influence of ILO Standards on Indian Labour Legislation*. 1956. *International Labour Review* 73 (June 1956), pp 551-71.
- OIT. *OIT no Brasil*. Disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br/content/oit-no-brasil>> Acesso em: 02 out. 2014.
- OLIVEIRA, M. V. C. *Social Security in Brazil*. *International Labour Office* v. XXV, n. 10, 1961.
- ROGERS, G.; Lee, E.; SWEPSTON, L.; VAN DAELE, J. *The International Labour Organization and the Quest for Social Justice, 1919-2009*. International Labour Office. Geneva: ILO, 2009.
- SCHNORR, G. *The Influence of ILO Standards on Law and Practise in the Federal Republic of Germany*. *International Labour Review* 110 (December 1974), pp 539-64.
- SEITENFUS, R. A. S. *Manual das organizações internacionais*. 4. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado Ed., 2005.
- STRANG, D.; CHANG, P. M. Y. *The International Labor Organization and the welfare state: institutional effects on national welfare spending, 1960-80*. *International Organization*, v. 47, issue 2, Spring 1993.
- Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.*
 “O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
 Juiz de Fora, 2017, 1554p.
 ISSN: 2317-0468
 17 a 21 de outubro de 2016

SÜSSEKIND, Arnaldo Lopes et al. *Instituições de direito do trabalho*. 22. ed. São Paulo: LTr, 2005.

_____. *Arnaldo Lopes. Convenções da OIT e outros tratados*. 3. ed. São Paulo: LTr, 2007.

_____. *Arnaldo Lopes. Direito internacional do trabalho*. 3. ed. São Paulo: LTR, 2000.

VALTICOS, N. *Fifty years of standard-setting activities by the International Labour Organization*. ILV, v. 100, n. 3, Geneva, 1969.

A luta dos trabalhadores metalúrgicos na década de 1950 em Juiz de Fora/MG: A corte trabalhista, o sindicato e as greves

Luisa de Mello Correard Pereira¹

Resumo:

Esse trabalho tem por objetivo apresentar os resultados de pesquisa de Mestrado, defendida em 2015 pela UFJF. A pesquisa procurou analisar a relação dos trabalhadores metalúrgicos de Juiz de Fora com as instituições do governo de relações de classe, como a Justiça do Trabalho e os sindicatos oficializados, na década de 1950. A principal tese defendida era que as presenças dessas instituições, que foram criadas pelo governo Vargas como mecanismo para arrefecer a luta de classes nas fábricas e nas ruas, não lograram êxito em desarticular o movimento operário. Pelo contrário, os trabalhadores utilizavam os novos mecanismos de reclamação, ressignificando-as dentro de suas próprias experiências, tornando-as mais uma estratégia de reivindicação de direitos já assegurados e de novos.

Palavras-chave: metalúrgicos, sindicatos, Justiça do Trabalho

Abstract:

This article means to introduce the results of my research for my Master degree, defended in 2015 for *Universidade Federal de Juiz de Fora* (Brazil). The research tried to analyze the relation between metal workers from the city of Juiz de For a, with the government institution for classes relation, such as Labor Court and the Officials Unions, in the 1950's. The principal teases we defended was: the existence of these institutions, created by the Vargas government as a mechanism to decrease the class struggle in the factories and streets, did not succeed in it purpose to break the workers movements. On the contrary, the workers used the both mechanism of claims, changing their meaning into their own experiences, making them an addition to the classics methods of claims (such as strikes) for their rights.

Keywords: metal workers, unions, Labor Court

Recentemente, tem voltado ao cenário político a discussão sobre reformas nas leis do trabalho e na previdência. Mais recentemente, introduziu-se a ideia de um plano de reforma trabalhista através de sua “flexibilização”, por meio de negociações coletivas, de modo que o negociado poderia sobrepor-se ao legislado. Também se encontra em fase de

¹ Mestra em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora, Bacharela e Licenciada pela mesma instituição, e Professora Regente de Aulas designada da Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
 ISSN: 2317-0468
 17 a 21 de outubro de 2016

construção uma proposta de reforma da previdência, acusada de ser demasiadamente onerosa aos cofres públicos².

Porém, o que está por trás dessas propostas de reformas e flexibilização é o sucateamento de leis trabalhistas e previdenciárias, que foram duramente conquistadas pelos próprios trabalhadores, em décadas de lutas e reivindicações. Nesse sentido, os estudos sobre a luta dos trabalhadores e a conquista de direitos, tanto dentro das fábricas, quanto nas instituições oficiais de resolução de conflitos, torna-se peça chave na discussão sobre a importância dos direitos trabalhistas e sua trajetória para os trabalhadores de antigamente e de hoje.

Assim, apresento resultados de minha pesquisa de Mestrado, defendida, publicada e homologada em 2015. A pesquisa teve como objetivo estudar o movimento operário à luz do movimento sindical e do recurso à Justiça do Trabalho entre 1950 e 1960, através do estudo de caso dos metalúrgicos de Juiz de Fora. A legislação trabalhista e sindical da década de 1930 foi lançada em uma tentativa, por parte do Estado, de conter a luta organizada dos trabalhadores. Pretendemos demonstrar que isto não aconteceu na prática. A principal tese defendida é que os meios reivindicatórios diretos, como greves e manifestações, não findaram com a fundação das instituições lançadas pelo Estado para conter o conflito industrial, como a Justiça do Trabalho. Estas instituições eram incorporadas ao movimento operário e utilizadas, junto com os meios diretos, como uma dupla frente de luta por direitos.

A CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) foi criada em 1943 com a finalidade de regular as relações de trabalho no Brasil; Essa legislação criaria um ambiente no qual os interesses dos trabalhadores seriam garantidos e defendidos pelo governo por meios legais, mas que limitassem e controlassem as ações dos sindicatos, e assim os movimentos operários em si (FRENCH, 2001:13).

É importante observar que os direitos essenciais do trabalho – que concernem a jornada, descanso semanal, regulamentação do trabalho da mulher e do menor, férias, as caixas de seguro, acidentes de trabalho e direito a sindicalização – foram direitos conquistados pelos trabalhadores em décadas de luta, e já existiam antes do governo pós-

² “Temer defende reforma trabalhista e diz que é saída para manter empregos”. In: *G1, Globo Comunicação e Participação Ltda.* Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/08/temer-defende-reforma-trabalhista-e-diz-que-e-saida-para-manter-empregos.html>>. Acesso em 27 de outubro de 2016.

30, estando ou não em prática (VIANNA, 1978:31-34). Na realidade, a CLT foi apenas atualização, aplicação e expansão das leis anteriormente instauradas.

A legislação fazia parte de um contexto peculiar: a construção de uma estrutura de relações de classes mediada pelo Estado, através de uma legislação específica, no governo do Estado Novo (1937-1945). Essa proposta seria voltada para uma “disciplinarização” da massa trabalhadora, com a criação da CLT e com a institucionalização dos sindicatos oficiais (GOMES, 2008:247). Houve a introdução do sistema de representação direta dos atores dentro do seio do próprio Estado, e à ele caberia a mediação dos conflitos - e não mais aos sindicatos ou os partidos (DINIZ, 1999:28). Assim, intentou-se eliminar qualquer autonomia na representação e na luta de interesses.

A Justiça do Trabalho (JT) apareceu como uma dos principais instrumentos dessa legislação. Com ela, a política varguista teria transferido o conflito entre capital e trabalho para uma esfera institucional, para o anterior de sua própria estrutura, tirando a tensão social das fábricas e das ruas (BARBOSA, 2008:7).

A Justiça do Trabalho foi instaurada no Brasil em 1941, durante o regime do Estado Novo, inicialmente como um órgão ligado ao executivo via Ministério do Trabalho. Foi com o objetivo de deslocar os conflitos industriais para a esfera institucional – e assim arrefecer a luta de classes no país.

Os primeiros estudos sobre a legislação social e suas instituições nos fazem crer em uma atuação limitada das leis trabalhistas e da JT. Sendo um órgão do governo para controlar conflitos, que deveria satisfazer as exigências das elites econômicas e, ao mesmo tempo, suavizar as reivindicações dos trabalhadores, haveria uma tendência para a conciliação dos seus processos, onde os tribunais empurrariam acordos que seriam mais favoráveis aos empregadores – uma “Justiça com desconto” como sugere French. (FRENCH, 2001:17).

Todavia, a Justiça do Trabalho criou normas favoráveis ao trabalho e representou um espaço onde os trabalhadores podiam reivindicar seus direitos. Os brasileiros aderiram em massa. A corte teria sido criada como mecanismo estratégico do governo, mas passou a ser utilizada como um instrumento de luta (BARBOSA, 2008:23). Além

disso, a criação da CLT e outros benefícios ligados a ela, incluindo os tribunais do trabalho, seriam também uma resposta à antiga luta operária.

Essa interação é importante para se compreender o movimento dos trabalhadores do período compreendido entre 1945 e 1964. Seria uma relação recíproca: ao mesmo tempo em que a institucionalização das leis trabalhistas e a legalização dos sindicatos representavam o reconhecimento pelo Estado da força de organização e contestação dos trabalhadores, também se constituía em uma estratégia de tentativa de controle dos mesmos (SILVA, 1999:51).

Em contrapartida, todas essas características da engenharia social do Estado abriam bases para conflitos. Simultaneamente, novos grupos urbanos e velhos grupos rurais – valendo-se do ambiente democrático – explodiram em movimentos, dentro e fora do sistema (SANTOS, 1994:73).

Para entendermos melhor a relação entre a luta institucionalizada (JT e sindicatos oficializados) e a luta combativa (greves, manifestações etc.), propomos o estudo do caso dos metalúrgicos de Juiz de Fora/MG na década de 1950, demonstrando como ambas as formas de reivindicações eram utilizadas pelos trabalhadores na luta por direitos e melhores condições de vida.

O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Juiz de Fora (STIM-JF)

Segundo Werneck Vianna, a ideologia do governo pós-30 teria criado uma dupla tradição na criação das leis trabalhistas: o caráter de outorga dessas leis, que teria sido uma concessão de um Estado “benevolente”; e a ideia do Estado Novo como inovador, ao trazer à tona a questão social (VIANNA, 1978:31). Porém, o real problema político foi esquecido: a nova legislação e seu caráter explícito de restrição das organizações operárias.

O processo de regulamentação dos Sindicatos através da lei da Sindicalização³ era peça importante nesse processo. O governo trabalhava, assim, o caráter burocrático das lideranças sindicais em uma tentativa de enfraquecimento da ação operária.

³ Em 1931, o Governo Provisório lançou a Lei de Sindicalização, conhecida como a “lei do sindicato único”. O Decreto n° 19.770 de 19 de março regularizou os sindicatos das classes operárias e patronais e ditou

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.

“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”, Juiz de Fora, 2017, 1554p.

ISSN: 2317-0468

17 a 21 de outubro de 2016

Entretanto, aquele não foi um processo tão simples. Como tentaremos demonstrar, os sindicatos se apropriaram dessa estrutura arquitetada pelo Estado burocratizado e altamente regulada e a transformaram em uma nova estratégia na busca por direitos.

Em Juiz de Fora, segundo Luís Eduardo Oliveira, a recepção da lei pelos trabalhadores não foi um processo tão simétrico. O momento fora marcado por “resistências, contradições e mediações” (OLIVEIRA, 2011:89).

Ainda segundo Oliveira, os trabalhadores juiz-foranos tinham uma tradição de organização em associações de categorias múltiplas. Em 1º de maio de 1932, operários de doze categorias – entre elas a metalúrgica, têxtil e construção civil – formaram em Juiz de Fora a União Trabalhista Sindical Mineira (UTSM). O intuito da instituição era de lutar conjuntamente pelos interesses dos trabalhadores da cidade, dentro da lei e das bases jurídicas. Esse apreço pela legalidade era visto como a forma mais concreta de levar suas reclamações à agenda dos poderes públicos regionais (OLIVEIRA, 2011:91). Mas, apesar disso, as demandas levadas a cabo pela instituição demonstrava um conteúdo reivindicativo amplo e conectado com a situação dos operários da cidade.

A partir da União, os trabalhadores ganharam incentivos no sentido de fundarem seus sindicatos próprios, reconhecidos dentro da lei de 1931, de modo a alcançarem mais benefícios e participação política.

O Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas de Juiz de Fora (STIM) foi inaugurado em 1932. Sua cerimônia oficial de inauguração foi em 29 de novembro, já contava com 232 associados e já se encontrava oficializada pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio desde setembro do mesmo ano⁴.

Em 1934, o Sindicato teve decretado seu primeiro Estatuto⁵. No mesmo ano, a entidade se filiou à Federação Nacional dos Metalúrgicos do Brasil e elegeu seu delegado-

uma série de regras que as instituições deviam seguir para ter direito ao imposto sindical e outros direitos. Ver: VIANNA, 1978:142.

⁴ Livro para registro dos Associados do Sindicato de Operários Metalúrgicos de Juiz de Fora, registrados e reconhecidos em 19 de setembro de 1932. Arquivo do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Juiz de Fora Departamento Administrativo. Caixa 04.

⁵ Acta da assembleia geral extraordinária para aprovação dos estatutos do Sindicato dos Operários Metalúrgicos de Juiz de Fora, realizada em 4 de setembro de 1934. Arquivo do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas. Departamento Administrativo, Caixa 04, 1p.

eleitor⁶. Em 1935, novamente tem um delegado-eleitor representando sua categoria na Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais⁷. Aos poucos, o Sindicato foi tomando corpo e aumentando sua legitimidade no contexto das leis sindicais e na política mineira. O Sindicato dos Metalúrgicos de Juiz de Fora tentou adaptar suas diretrizes para – pelo menos no papel – se adequar às exigências do Ministério do Trabalho, e assim garantir os direitos previstos para os sindicatos regularizados.

O Estado arquitetou uma estrutura de relações de classe no país, com o claro objetivo de controlar o trabalho organizado. Parte do funcionamento desta estrutura estava na forma institucionalizada de intervenção estatal diretamente nas organizações trabalhistas. (SANDOVAL, 1994:18). A interferência do Estado na vida sindical podia se concretizar, também, através da presença de um Interventor do Ministério do Trabalho dentro das entidades. No arquivo do STIM, encontramos o Relatório do interventor Martinho Lino da Fonseca, que ali trabalhou entre 1946 e 1950⁸ - ou seja, durante todo o período em que o presidente Dutra governou o país.

Fonseca assumiu o posto de Interventor na direção do Sindicato em 7 de agosto de 1946, e diz ter trabalhado para “melhorar a situação do mesmo [sindicato] e fazer todas as economias possíveis para conseguir o bom êxito dos trabalhos sindicais”. Com suas palavras, Fonseca demonstra a interpretação do papel do Interventor que o Ministério do Trabalho queria apresentar: não a do estranho que estava inserido ali para controlar e fiscalizar, mas como uma autoridade ali presente para ajudar o Sindicato e fazer o intermédio entre as classes. Seguindo com seu relatório final, Fonseca nomeia as conquistas que o Sindicato realizou no período de sua vigência como Interventor e, a partir da leitura de seu relatório, percebe-se como o Interventor tentava se identificar com a classe metalúrgica, e a partir daí, tomar para si a conquista dos trabalhadores.

No final de 1956, tomou posse como presidente do Sindicato de Juiz de Fora o metalúrgico José de Souza, um dos nomes de maior destaque da categoria no período e

⁶ Acta da assembléia geral extraordinária do Sindicato dos Operários Metalúrgicos de Juiz de Fora. 6 de junho de 1934. Arquivo do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas. Departamento Administrativo, Caixa 04, p.2.

⁷ Acta de assembleia geral extraordinaria realizada em 30 de agosto de 1935. Arquivo do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas. Departamento Administrativo, Caixa 04, 1p.

⁸ Relatório. 30 de dezembro de 1950. Arquivo do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Juiz de Fora. Departamento Administrativo, Caixa 01, 2p.

operário da maior indústria do setor na região, a Metalúrgica Santos Dumont⁹. José de Souza já havia sido eleito presidente em oportunidade anterior, em 1955, mas foi impossibilitado de tomar posse pelo então Ministro do Trabalho, Alencastro Guimarães¹⁰.

A partir da leitura dos Estatutos e do Relatório de Martinho Lino da Fonseca, e sabendo da impossibilidade da posse de José Soares na direção do Sindicato, é possível perceber como a intervenção e tentativa do controle do governo sobre as entidades de classe ainda aparecem presentes, mesmo em contextos políticos diferentes. Porém, o sindicato permaneceu ativo e em busca de melhores condições para os seus associados. Para exemplificar como os metalúrgicos utilizaram os aparatos legais em conjunto com os meios tradicionais de luta, estudaremos o caso da greve de 1954.

1954: Campanha salarial e greve

O Ministério do Trabalho João Goulart decretou a revisão do salário mínimo no Brasil em junho de 1953. Foram criadas comissões regionais para que as condições de vida de cada estado fossem avaliadas e o salário ajustado proporcionalmente.

A comissão de Minas Gerais contou com um sindicalista juiz-forano, Clodesmidt Riani, trabalhador da indústria hidroelétrica. Riani, membro da União Trabalhista Sindical Mineira, contou fortemente com o apoio de seu colega, Franklin Marques, então presidente do STIM. Toda decisão representada na comissão, foi deliberada e votada em assembleia, contando com a aprovação da maioria dos trabalhadores sindicalizados da cidade (PAULA, CAMPOS, 2005:33).

A proposta de votação, tanto de Minas Gerais como de outros grandes estados brasileiros, foi de 100% de índice de reajuste (PAULA, CAMPOS, 2005:54). O aumento salarial virou o Decreto nº 35.450, assinado pelo presidente Getúlio Vargas, implantando o aumento em primeiro de maio de 1954.

⁹ A Metalúrgica Santos Dumont SA era a maior indústria metalúrgica da Zona da Mata na década de 1950, com maior concentração de mão de obra e capitais. Também foi a empresa da categoria que mais recebeu reclamações trabalhistas na Junta local. Ver: A NOITE. 26 de julho de 1951, p. 8. Biblioteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=348970_05&pagfis=8054&pesq=&esc=s&url=http://memoria.bn.br/docreader#>. Acesso em: 12 de julho de 2014.

¹⁰ Correspondência expedida: Dr. Nelson Omegna, Ministro do Trabalho. 17 de novembro de 1955. Arquivo do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Juiz de Fora. Departamento Administrativo, Caixa 06, 1p.

A reação do patronato local foi negativa. Ameaçavam fechar todas as indústrias, ou pelo menos realizar demissões em massa. Em resposta às ameaças, os sindicalistas da cidade chamaram os trabalhadores para um comício no dia 23 de maio, para reivindicar o respeito ao novo salário mínimo e a proposta do congelamento dos preços dos alimentos. Os líderes sindicais e os membros da Comissão fizeram um trabalho de convocação dos trabalhadores à causa. Panfletos foram distribuídos nos sindicatos, e o assunto se tornou pauta das assembleias (PAULA, CAMPOS, 2005:56-57).

Os trabalhadores sabiam de seu papel na conquista do aumento salarial – que fora uma luta dos operários, e não uma concessão do governo. Uma vez que o salário mínimo era um direito dos trabalhadores, o reajuste foi justo e legítimo, decidiram que não abaixariam a guarda diante da resistência patronal.

Com a recusa dos empregadores em acatar o aumento, os trabalhadores mineiros entraram em indicativo de greve. A greve foi finalmente deflagrada no dia 16 em todo o estado de Minas Gerais. Em Juiz de Fora, foram cinco dias de greve, com a realização de piquetes. Cerca de 80% dos trabalhadores da cidade paralisaram suas atividades, incluindo os metalúrgicos e os gráficos, e também os servidores municipais, de modo que serviços de transporte coletivo, bem como todas as obras públicas e coletas de lixo ficaram paralisadas. Algumas categorias, como alimentícia, hidroelétricas e telefonia, foram impedidas de realizar a greve por serem serviços essenciais, cuja paralisação das atividades era ilegal pela CLT¹¹.

A greve findou-se em 20 de agosto, após o representante dos empregadores aceitar o acordo no Tribunal Regional do Trabalho e as empresas se comprometerem a pagar o valor fixado pelo Decreto-Lei, de Cr\$ 2.200,00. Porém, mesmo após a greve e o consequente acordo, muitos empregadores de Juiz de Fora ainda se negaram a pagar de acordo com o aumento salarial, o que gerou uma onda de processos impetrados por metalúrgicos à Junta de Conciliação e Julgamento de Juiz de Fora.

Em processo aberto em 27 de agosto de 1954 – 7 dias após a greve – um mecânico, reclamou contra o industrial Jorge Kneipp por demissão injusta, por causa da greve, além de outros direitos. O que mais se destaca no processo é o fato o Sr. Kneipp ter dispensado *todos* os empregados de sua firma, pois todos participaram da greve de agosto de 1954.

¹¹ DIÁRIO MERCANTIL. 21 de agosto de 1954.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

Em decisão proferida em novembro do mesmo ano, os juízes da JCJ proferiram:

CONSIDERANDO que a greve legítima não constitui falta grave capaz de rescisão do contrato de trabalho, ainda mais quando termina por acôrdo, já que, nesse caso, principalmente, é inadmissível a punição do empregado com base em sua ausência pelo motivo da greve geral [...] [grifo nosso].¹²

A Junta julgou a greve legal, por ter sido um movimento considerado pacífico e resolvido em dissídio coletivo na TRT, com base na CLT. Assim, uma instituição oficial do governo reconheceu a greve como uma forma de luta legítima dos trabalhadores.

A reclamação abriu precedência, de forma que, após esse processo, outros o seguem no sentido de reclamar por diferença salarial e pagamento dos dias parados durante a greve¹³. Em todos eles, a legitimidade da ação dos trabalhadores foi contestada pelas defesas, mas reafirmada pela Junta e até nas outras instâncias.

É possível então perceber como fica claro que os trabalhadores não abandonaram as greves para reivindicar seus direitos por melhores salários, ante a presença da Justiça do Trabalho. Pelo contrário, nessa mobilização específica, as duas plataformas são unidas pelos trabalhadores em prol do aumento salarial no ano de 1954. Portanto, verificamos que os trabalhadores atuavam em duas frentes: na luta direta contra o empregador e na instância onde o confronto é mediado pela Justiça do Trabalho.

A associação entre os sindicatos e a Justiça do Trabalho fora um instrumento forte em Juiz de Fora no período abordado – quase todas as ações coletivas foram via sindicato. Inclusive, houve uma reclamação aberta pelo próprio, contra várias fábricas metalúrgicas da cidade¹⁴. A ação que reivindicava o respeito a um dissídio coletivo de 1956, que o patronato da cidade não queria respeitar. O sindicato não só lançou mão da prática do dissídio junto ao TRT para obter aumento salarial para seus trabalhadores, mas também garantiu o respeito a esse aumento usando a instância local e trazendo o patronato para a Corte.

Quando os meios legais não foram suficientes para garantir os direitos dos operários, as greves e as mobilizações estavam presentes. Ao contrário do que poderia se

¹² JCJ 527/54. 27 de agosto de 1954. Junta de Conciliação e Julgamento de Juiz de Fora. Arquivo Histórico da Prefeitura de Juiz de Fora. p.1.

¹³ JCJ 536/54, JCJ 544/54, JCJ 674/54, JCJ 675/54 e JCJ 676/54. Junta de Conciliação e Julgamento de Juiz de Fora. Arquivo Histórico da Prefeitura de Juiz de Fora.

¹⁴ JCJ 308/57.

pensar – o que, na verdade, a historiografia pregou por muito tempo, quando falava de um operariado passivo diante da legislação social corporativa - o uso do processo trabalhista não impedia a realização de greves.

Assim, é constatado que, mesmo com a presença e o uso do Tribunal, os operários de Juiz de Fora não pararam de utilizar os confrontos diretos, como a greve e os piquetes, para reclamar seus antigos e novos direitos. Na cidade, as greves e os processos estão em consonância.

REFERÊNCIAS

Fontes primárias

A NOITE. 26 de julho de 1951. Biblioteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=348970_05&pagfis=8054&pesq=&esrc=s&url=http://memoria.bn.br/docreader#>. Acesso em: 12 de julho de 2014

ARQUIVO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS DE JUIZ DE FORA. Documentos de 1932 a 1960.

DIÁRIO MERCANTIL. 21 de agosto de 1954. Arquivo Histórico da Prefeitura de Juiz de Fora.

JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE JUIZ DE FORA. Processos de 1950 a 1960. Arquivo Histórico da Prefeitura de Juiz de Fora.

Bibliografia

DINIZ, Eli. Engenharia institucional e políticas públicas: dos conselhos técnicos às câmaras setoriais. In: DULCE, Pandolfi (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999. P.21-38.

FORTES, Alexandre; NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Fernando Teixeira; COSTA, Hélio; FONTES, Paulo. (Orgs). *Na Luta por Direitos: Estudos Recentes em História Social do Trabalho*. Campinas, Editora da Unicamp, 1999.

GOMES, Angela de Castro. *A Invenção do Trabalhismo*. Rio de Janeiro: editora da Fundação Getúlio Vargas, 2008.

OLIVEIRA, Luís Eduardo. Movimentações classistas e lutas por direitos na Era Vargas: As experiências sócio-políticas dos trabalhadores de Juiz de Fora entre 1930 e 1954. In: LOBO, Valéria; DELGADO, Ignacio Godinho; VISCARDI, Claudia Maria Ribeiro

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. "O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História", Juiz de Fora, 2017, 1554p. ISSN: 2317-0468 17 a 21 de outubro de 2016

(Orgs). *Trabalho, proteção e direitos: O Brasil além da Era Vargas*. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2011. p. 85-103.

PAULA, Hilda; CAMPOS, Nilo. *Clodesmidt Riani: trajetória*. Juiz de Fora: Funalfa Edições e Editora da UFJF, 2005.

SANDOVAL, Salvador. *Os trabalhadores param: Greves e mudança social no Brasil: 1945-1990*. São Paulo: Editora Ática, 1994.

SANTOS, Wanderlei Guilherme dos. *Cidadania e Justiça: A Política Social na Ordem Brasileira*. 3ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1994.

VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e Sindicato no Brasil*. 3ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

Trabalhadores e Comunistas na Saint John D'el Rey Mining Company Limited (1950-1953)

Camila Gonçalves Silva Figueiredo¹

Resumo:

Analisaremos os movimentos de caráter reivindicativo realizados pelos comunistas e trabalhadores que atuavam na companhia de extração de mineral Saint John Del Rey Mining Company Limited, nos primeiros anos da década de 1950. A referida companhia exercia suas atividades nas cidades de Nova Lima, Raposos e em algumas regiões centrais do estado de Minas Gerais. Os trabalhadores da Saint John realizaram movimentos grevistas no intuito de melhorar as condições de trabalho, bem como conquistar o abono de natal, isto é, o décimo terceiro salário. Analisaremos quais foram as estratégias adotadas pelos comunistas, que também eram funcionários da mineradora, para interagirem com os demais trabalhadores sem vínculo ideológico com o partido. Dessa forma, compreenderemos as contribuições e práticas oriundas da interação entre ambos os segmentos.

Palavras Chave: Comunistas, trabalhadores, Minas Gerais.

Abstract:

We will analyze the vindicating character movements made by the communist and workers who worked in the mineral Saint John Del Rey Mining Company Limited mining company in the early years of the decade of 1950. The said company exercised its activities in the cities of Nova Lima, Raposos and some central regions of the state of Minas Gerais. Workers of Saint John held strike movements in order to improve working conditions and win the thirteenth salary. We will analyze what were the strategies adopted by communists who were mining officials to interact with other workers without any ideological link with the party. Thus, we understand the contributions and arising from the interaction between practices both segments.

Keywords: Communist, workers, Minas Gerais.

Esta comunicação é parte integrante da pesquisa de doutorado que trata das estratégias e articulações dos membros do Partido Comunista Brasileiro/PCB junto aos trabalhadores urbanos no estado de Minas Gerais, entre os anos de 1945 a 1964. A conquista do abono de natal e o aumento de salários foram reclamações presentes em movimentos trabalhistas entre várias categorias profissionais tanto no estado quanto no país. Esta não era uma realidade da qual os comunistas estavam desvinculados. Enquanto

¹ Doutoranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora/UFJF. Orientadora: Dr. Valéria Marques Lobo. Contato: camilag@live.com.br

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

trabalhadores desejavam melhorias nas condições de trabalho e aumento de salários, além da obtenção do abono de natal, isto é, o décimo terceiro salário². No cotidiano de suas ações, os comunistas absorveram essas demandas em seus discursos, apoiaram esta causa como demanda do partido, como tática para angariar novos adeptos as suas concepções ideológicas.

Esta pesquisa tem por objetivo contribuir para a renovação dos estudos sobre o papel e *modus operandi* do PCB junto à classe trabalhadora urbana de Minas Gerais, entre os anos de 1945 a 1964. A vertente tradicional, encabeçada pelo historiador Francisco Weffort (WEFFORT, 1980) considera que no referido contexto houve parca influencia dos partidos de esquerda, em especial do PCB nos rumos da dinâmica dos trabalhadores. O historiador relativiza os resultados das ações do partido no país ao fazer menção ao largo período em que o partido operou na ilegalidade³ e, as inúmeras formas de controle social exercida pelo estado durante a experiência republicana (1945-1964). Dessa forma, para Weffort os movimentos sociais não alcançaram resultados satisfatórios e, em relação ao PCB, na seara política foram poucos os êxitos políticos. Weffort concentra sua análise no resultado final dos movimentos sociais, ou seja, se tiveram êxito ou fracasso. Sendo assim, não aprofunda no exame da complexidade das relações, nem tão pouco nas estratégias e práticas adotadas por trabalhadores e comunistas que, ao longo do seu trabalho, são tratados em suma como massa de manobra do estado. Além de Weffort,

² Este benefício passou a ser concedido aos funcionários públicos municipais e estaduais em algumas cidades no país. Este foi o caso da prefeitura de Recife, que em 1948, através da lei nº 195, concedeu o "título de abono de Natal, uma gratificação calculada sobre a importância recebida como vencimento, remuneração, salário ou provento". A temática da concessão do abono aos servidores públicos também foi foco de discussão na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, em 1949, no qual foi aprovado. Em 1949, a União aprovou a concessão do benefício a todos os funcionários públicos federais: "O abono será concedido a todo servidor público federal, civil ou militar, inclusive o do Poder Judiciário e do Legislativo, bem como aos inativos e pensionistas." BRASIL, Lei Ordinária nº 195/1948. Disponível em: < <https://www.leismunicipais.com.br/a/pe/r/recife/lei-ordinaria/1948/20/195/lei-ordinaria-n-195-1948-concede-abono-de-natal-1948-12-28-versao-original> > acesso em janeiro de 2015. SÃO PAULO, Governo do Estado. Concede abono de cr\$ 1.000,00, no exercício de 1949, aos servidores públicos que percebem até cr\$ 4.000,00 mensais (abono de natal). Disponível em: < <http://www.al.sp.gov.br/norma/?numero=571&tipo=lei&ano=1949> > acesso em janeiro de 2015. BRASIL, Governo Federal. LEI Nº 974, DE 17 DE DEZEMBRO DE 1949. Concede abono de natal aos servidores da União. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1930-1949/L0974.htm > acesso em janeiro de 2015.

³ Durante a experiência republicana correspondente aos anos de 1945-1964, o Partido Comunista Brasileiro apenas gozou da legalidade política entre os anos de 1945 a 1947. Após a tomada de poder em 1946, o presidente Eurico Gaspar Dutra, no ano seguinte relega o partido a clandestinidade. Em 1948 caça os mandatos de todos os políticos eleitos pela legenda do PCB.

outros historiadores seguiram essa perspectiva analítica, dentre os quais Sônia Regime de Mendonça (MENDONÇA, 2012) e Leôncio Rodrigues (RODRIGUES, 2009) em suas pesquisas sobre a economia brasileira e participação dos movimentos sociais no contexto de 1945-64. Estes pesquisadores consagram a vertente histórica que compreende a relação entre estado e movimentos sociais através da perspectiva do populismo.

Na contramão dessa interpretação temos a historiadora Ângela de Castro Gomes que, em sua obra, "A invenção do trabalhismo" (GOMES, 2005) compreende a relação entre classe trabalhadora e estado como atores centrais no processo de constituição dos direitos sociais e da cidadania. Ambos, trabalhadores e estado, são examinados como sujeitos atuantes no processo histórico. A autora propõe analisar historicamente o conceito de trabalhismo, com vista a refutar o termo populismo. Para ela, o conceito de populismo transmite a idéia de a classe trabalhadora como 'passiva' e sem 'consciência' do seu valor político, destinada a ser manipulada por políticos demagogos. Dessa forma, a perspectiva analítica de Gomes, compreende o trabalhador como sujeito ativo da sua história: ele luta, organiza e estabelece movimentos sociais, apesar do possível controle do governo. O historiador Marcos Aurélio Santana em "Homens Partidos: comunista e sindicatos no Brasil" (SANTANA, 2001) além de tratar desta questão, salienta as contribuições da articulação entre trabalhadores e comunistas para as dinâmicas dos movimentos sociais de ambos os seguimentos. Ao examinar as estratégias adotadas pelos membros do PCB para desenvolver suas ações apesar da ilegalidade política, o historiador propõe a compreensão da dinâmica não somente entre pecebistas e trabalhadores, mas também, compreende a complexidade de estratégias adotadas pelos movimentos sociais entre o período de 1945-1980 para participar da dinâmica política e social, apesar do controle limitado do estado. A proposta deste estudo integra a vertente histórica adotada por estes historiadores, sobretudo, no que se refere a valorização da complexidade de estratégias adotadas pelo PCB, como também pela compreensão dos movimentos sociais como sujeitos ativos dos processos históricos. Para desenvolvimento destas análises recorreremos aos documentos provenientes do Serviço de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais, disponíveis no acervo do Departamento de Ordem Política e Social e na Coleção Informante do Regime Militar. Além destas fontes, utilizaremos entrevistas

provenientes do acervo do Núcleo de História Oral da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal de Minas Gerais.⁴

A conquista pelo abono de natal e o aumento de salários foram reclamações presentes entre várias categorias profissionais no estado. Esta não era uma realidade no qual os comunistas estavam desvinculados. Entre os anos de 1952 e 1953 houve o crescimento de movimentos grevistas em torno dessas demandas mencionadas também entre os trabalhadores da empresa de mineração Saint John Del Rey Mining Company Limited⁵. Empresa de origem inglesa, que chegou ao Brasil por volta do ano de 1830, a Saint John também ficou conhecida no Brasil sob a alcunha de Morro Velho, em razão de o seu terreno ter ocupado uma antiga fazenda da região, que detinha este nome. O seu perímetro de atuação na década de 1950 correspondia às cidades de Nova Lima e Raposos, região central do estado.

Dentre as entrevistas coletadas para esta pesquisa, temos no relato de José Dazinho Gomes Pimenta e de Anélio Marques, que foram funcionários da Saint John no período examinado, informações substanciais a respeito da relação entre trabalhadores comunistas e os demais funcionários da empresa. José Dazinho Gomes Pimenta, que foi trabalhador da Morro Velho desde o ano de 1941, filiou-se ao partido apenas na década de 1950, após suas experiências no grupo Juventude Operária Comunista. De igual maneira, o mesmo revela as condições de trabalho na mineração. Em entrevista, Anélio Marques não indica de modo preciso o ano em que tornou-se filiado ao PCB. No entanto, o mesmo afirma que suas primeiras experiências como militante se deu ainda nos anos de 1930, período em que também tornou-se funcionário da Saint John. Marques participou das pioneiras experiências sindicais na empresa e, nas eleições de 1947 Marques se candidatou ao cargo de deputado estadual pelo PSD, em razão da ilegalidade do PCB. Esta foi uma estratégia para participar do jogo político apesar da ilegalidade.

Um dos fatores que impulsionou o crescimento das demandas relativas ao aumento de salário e abono de natal entre os funcionários da empresa Saint John, se deu em razão da propagação das discussões sobre essas temáticas no interior do Sindicato dos

⁴ Núcleo de História Oral está vinculado ao Centro de Estudos Mineiros da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas e reúne pesquisadores de várias unidades acadêmicas da UFMG. Disponível em: < <http://www.fafich.ufmg.br/historiaoral/> > acesso em 2014.

⁵Centro de Memória Morro Velho. Disponível em < <http://www.anglogoldashanti.com.br/Paginas/QuemSomos/Historia.aspx> > acesso em janeiro de 2015.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.

“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”, Juiz de Fora, 2017, 1554p.

ISSN: 2317-0468

17 a 21 de outubro de 2016

Trabalhadores da Indústria e Extração de Ouro e outros materiais preciosos da cidade de Nova Lima. A repercussão sobre o êxito, alcançado pelos mineiros de outras empresas de Nova Lima, em relação ao aumento de salário em meados de 1952, impulsionou na realização de reuniões, nos meses seguintes, entre os operários da Saint John, a fim de organizarem suas ações reivindicatórias. Em consulta ao jornal "Imprensa popular" foi possível apurar que a Saint John detinha aproximadamente cinco mil funcionários entre os anos de 1952 e 1953 e, as assembleias ocorreram na maior parte das vezes em Nova Lima com farta presença dos funcionários.

Estas reuniões contaram com a participação de funcionários da empresa ligados ao Partido Comunista que, viam nestas ocasiões, a oportunidade de estimularem a franca atuação dos trabalhadores em prol das suas conquistas e, ao mesmo tempo, o PCB via a oportunidade para angariar novos filiados. Isto é, integrantes do partido participaram ativamente das assembleias e reuniões dos trabalhadores, e puderam dessa forma estimulá-los e orientá-los a alcançarem melhorias. José Dazinho explica que havia trabalhadores comunistas na mineradora e que, eram estes que em maior medida coordenavam as reivindicações. Ao ser questionado sobre as condições de trabalho a que estavam submetidos e se tais condições mobilizavam reivindicações ele ressalta que a maioria dos trabalhadores preocupava-se com manutenção de seus empregos. De acordo com José Dazinho o envolvimento dos trabalhadores comunistas no sindicato não era radical. No intuito de evitar a repressão dos diretores da empresa os comunistas evitavam radicalismo em suas ações:

É... é possível que isso passasse pela cabeça de alguns trabalhadores, principalmente o pessoal mais ativo lá, que era o pessoal do Partido Comunista. Quanto nós outros, enquanto você tinha trabalho, salário e estava vivendo eu não lembro que a gente questionasse não. Pode ter sido um erro mas... (DAZINHO, Pimenta)

(...) fim de manter a... a hegemonia. Então eles pa... entravam lá eh... mascarados, não é?, e faziam parte, às vezes, da diretoria, mas nunca se apresentavam como membros do Partido Comunista e nem davam uma tônica muito pesada na diretoria, para a evitar divisão, não é?, ali no meio dos trabalhadores. Na... na... Mas eles eram muito inteligentes Hum, hum... e foram realmente os baluartes do grande sindicato que foi o Sindicato Nova...dos Trabalhadores... (PIMENTA, José Dazinho)

Sobre a participação dos trabalhadores nas ingerências sindicais que não possuíam vínculo partidário, José Dazinho afirma que, muito embora não houvesse conflitos, havia receio em participar do partido. Para ele, de modo geral, o comunismo nos anos 1940 e 1950 era conhecido mais sob a ótica do anticomunismo do que em relação a ideologia em si. Além disso, em sua concepção faltava entre os trabalhadores a formação da consciência de classe, isto é, a união em prol da luta por melhorias nas condições de salário e trabalho. José ressalta ainda que foi a partir da participação em reuniões da Juventude Operária Comunista, desde 1947, que teve a oportunidade de discutir melhor sobre as necessidades da classe trabalhadora. Esta base foi importante para que ele pudesse compreender a importância de participar ativamente nas reuniões sindicais e, posteriormente, entre os anos de 1950 e 1951 filia-se, ao PCB.

Em entrevista, Anélio Marques salienta que a orientação dos dirigentes nacionais, que, foi repassada aos pioneiros membros do PCB, funcionários na empresa Saint John, foi para criação do sindicato dos trabalhadores da mina de Morro Velho, ainda em meados dos anos de 1930. Além do sindicato, os trabalhadores vinculados ao partido também criaram jornais com intuito de difundir as concepções da agremiação.

(...) primeira coisa foi, uma das tarefas primeiras que o Partido lá, recebeu, através dele, e depois de outros companheiros, foi trabalhar para a criação do Sindicato. Tarefa do Partido era a tarefa da formação do Sindicato dos Operários da Mina de Morro Velho. Aprendi, não é? [Risos] Quer dizer, sindicato é uma organização de trabalhadores, para defender os interesses do trabalhador. Estudava livros, lia livros. Igual esse, e outros. (...) Depois, logo imediatamente começa a surgir elementos, assim, com jornais, já com alguma coisa, movimento. (...) Nós fizemos aqui um jornal nosso, "União", "Jornal União". Não sei se o Toninho chegou a ver algum "Jornal União". "Jornal União" o diretor dele era David Jardim Júnior, jornalista, filho de Diamantina, irmão de [Sérgio Alves]. Isso já foi no período de trinta e quatro, trinta e cinco, por aí. (MARQUES, ANÉLIO)

No início de 1953 os trabalhadores da Saint John, solicitaram junto a Delegacia Regional do Trabalho a realização de uma assembleia com caráter oficial, ocasião em que deveriam decidir se realizariam a greve ou se utilizariam de meios jurídicos, para obter o aumento de salário. Os trabalhadores cogitaram a possibilidade de utilizar como recurso o dissídio coletivo, ou seja, impetrar ações ajuizadas no Tribunal, direcionadas a Justiça do Trabalho, em caso de não haver diálogo entre os representantes dos trabalhadores e os

diretores da Saint John. A reunião foi realizada no dia 18 de janeiro e contou com a presença de agentes da Delegacia de Ordem Pública.

No interior da empresa, começaram a circular listas de abaixo assinado no intuito de angariar apoio para diversas reivindicações. Ademais, as agitações dos comunistas foram reforçadas com a atitude da empresa em ampliar as obrigações de trabalho de seus funcionários, sem a contrapartida de aumento do salário, por isso, foi dado início a um movimento de redução da produção entre os trabalhadores. Em assembleia realizada pelo sindicato, os trabalhadores optaram inicialmente por reivindicarem suas demandas através do dissídio coletivo, com o foco central na obtenção de 50% de aumento de salário. Todavia, em resposta, a empresa ofereceu apenas 20%. Os trabalhadores não aceitaram a oferta e deram continuidade ao processo na Justiça do Trabalho. Mas, a demora para obter uma resposta do judiciário gerou um impasse, pois os trabalhadores queriam uma decisão definitiva. Em virtude desse aspecto, um clima de desconfiança em relação ao alcance do aumento salarial desejado se instaurou entre os trabalhadores. Tais fatores, impulsionaram na eclosão da primeira greve do ano, iniciada em 2 de maio de 1953. Aderiram à greve todos os trabalhadores de ambas as cidades que a empresa Saint John operava, Nova Lima e Raposos. Com a paralisação das atividades, o movimento divulgou a pauta de reivindicações, a obtenção de 50% de aumento de salário, abono de natal, estabelecimento de taxa de insalubridade, fiscalização das leis de segurança e higiene e fixação de pagamento de salário noturno diferenciado.

De acordo com o relatório dos agentes da Delegacia de Ordem pública⁶ os elementos mais ativos no movimento grevista possuíam relação com o Partido Comunista. Para os agentes, tais indivíduos eram os principais responsáveis pela eclosão da greve, muito embora a adesão à greve tenha contado também com a parcela dos empregados que não detinham relação com o PCB. Não obstante, para o agente que estava acompanhando o movimento, a persuasão dos argumentos dos comunistas nas reuniões foi essenciais para insuflar os trabalhadores. No relatório, três nomes ligados ao PCB mineiro são mencionados como 'líderes da turma', Eugênio Monteiro, que trabalhava como fiscal da mina, Geraldo Jorge da Silva, conhecido como '34' e Gentil Lúcio, que

⁶ Problemas sociais e trabalhistas na Saint John Del Rey Mining Company Limited. Coleção Informante do Regime Militar. Arquivo Nacional. BRAR10X90ESIACL3/4 p.01

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

recebia popularmente a alcunha de o 'encarregado da turma'. Posto dessa forma, de acordo com o agente que investigava o movimento, os comunistas não apenas estimularam as ações dos grevistas, mas auxiliaram a priori na organização e, posteriormente, na execução.

Para além das informações disponíveis nos relatórios de monitoramento da polícia política, o depoimento de José Dazinho, que trabalhou nas minas de Morro Velho, esclarece outras questões. As condições de trabalho a que os funcionários da mineradora estavam submetidos sempre foi alvo de reclamações entre todos independente da relação ou vínculo partidário. José Dazinho atuou na empresa entre os anos de 1941 a 1955, neste período, a situação do trabalhador era penosa. A primeira vez que realizou a descida da mina, José relata que não havia instrumentos de segurança, o trabalhador descia apenas com a roupa do corpo, não havia sequer capacete. Dessa forma, apesar do estímulo dos comunistas para deflagrar greves a fim de reivindicar melhorias nas condições de trabalho, para José Dazinho as dificuldades do trabalho, como as altas temperaturas no subsolo e a ausência de segurança foram fundamentais para a adesão aos movimentos pelos trabalhadores que não tinham vínculo com o partido.

José Dazinho cita, ainda a silicose como uma das enfermidades que os trabalhadores da mina sofriam. Para Anélio Marques, acidentes eram recorrentes e acometiam os trabalhadores os trabalhadores com regularidade, mesmo com após criação do sindicato, que contribuiu para a organização das demandas e reivindicações. De acordo com Marques a empresa detinha um hospital para tratar dos feridos, no entanto, dada a precariedade das condições laborais doenças e acidentes eram frequentes.

Pois é, com relação a essas faltas havia muito motivo de falta no trabalho por doença... por... porque essa coisa do pulmão era gravemente afetado lá. É, mas ela... no meu caso, ela até hoje não tem... apesar de eu ter um índice grande de silicose, poeira no pulmão, não me afeta muito não, a não ser o cansaço da voz ou se eu fizer um exercício mais puxado, porque eu nunca bebi, nunca fumei, nunca fiz muita extravagância, então a... a... a progressão dela em mim foi muito lenta, tanto é que na minha idade, a maioria dos colegas lá que tiveram a vida um pouco mais desregrada já não estavam vivos ou se estava não eram nem capazes de falar assim como eu falo. (PIMENTA, Dazinho)

O problema é que não tinha segurança de trabalho. Antes do Sindicato. Depois do Sindicato é que começou a luta para mais segurança no trabalho. Operário morria, saía aos pedaços da mina, quase que diariamente, quase todos os dias tinha uma morte. Tinha um problema na Mina de Morro Velho, especialmente, em Raposos dava menos, que era raro o dia em que não saía quatro, cinco, até

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

seis macas com operários desfalecidos, de dentro da mina. Lá nós falávamos: “*Fulano saiu da mina, vai para o hospital. Ia para o hospital. Fulano saiu sambado*”. Sambado quer dizer, que é o cara que chegava lá, perdia tudo quanto era líquido que tinha no corpo, devido ao calor da mina. E a má alimentação também. (MARQUES, Anélio)

O relato do funcionário da empresa Saint Jonh é relevante por conter considerações sobre a presença do comunismo no cotidiano dos trabalhadores. Esta constatação foi expressa em diversos relatórios disponíveis no acervo do DOPS que elaborados pelos agentes de monitoramento.⁷ O funcionário Aurélio Marques Guimarães, em seu relato, cita o uso do rádio para acompanhar as informações do PCB. De acordo com a historiadora Raquel Aparecida Pereira, o uso do rádio foi fundamental para divulgação das demandas e ações sociais do partido. Muitos simpatizantes, por acompanharem as transmissões dos comunicados e discussões do partido, através do rádio, se tornaram, posteriormente, militantes. Isso porque, através do rádio tiveram a possibilidade de conhecer a dinâmica da agremiação e alguns puderam se identificar com as suas concepções.

De acordo com Pereira, o rádio foi um instrumento utilizado de modo recorrente pelos comitês municipais e pelas células como forma de instruir os militantes a partir de uma linguagem contígua a realidade do trabalhador. (PEREIRA, 2007) A adesão ao comunismo pelos trabalhadores nem sempre vinha seguida de exposição clara da filiação política partidária. Era através das relações e das experiências de luta que, progressivamente, os comunistas conseguiram obter adeptos e simpatizantes que passavam a acompanhar a rotina nacional e internacional das questões que envolviam o comunismo.

O material consultado sobre a greve não possui maiores informações a respeito do número de paralisações realizadas pelos funcionários da Saint John ao longo de 1952-1953, período em que intensificaram as ações com vistas à conquista do abono de natal. Todavia, de acordo com o as informações apresentadas pelo "Imprensa Popular", a primeira greve foi iniciada no dia 02 de maio de 1953 e teve duração de nove dias, tempo suficiente para resultar em prejuízos significativos para a empresa mineradora. Em agosto

⁷ Departamento de Ordem Política e Social. DOPS. Arquivo Público Mineiro. Disponível em: <<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/>>

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

do mesmo ano, a justiça do trabalho fixou o pagamento do valor de CR\$ 900,00 como salário mínimo, mas a empresa recorreu à determinação, recusando-se a efetuar o pagamento⁸. Nesse período, o "Imprensa Popular", que acompanhou o andamento da greve, veiculou algumas notas, nas quais informava sobre a possibilidade de uma nova greve dos trabalhadores, caso a empresa não atendesse a reivindicação de aumento salarial, conforme podemos exemplificar no fragmento adiante:

Os diretores da Saint Jonh não aceitaram conceder o aumento de salário aos funcionários e, inclusive, divulgaram informações através da imprensa, a respeito da possibilidade de cessar os trabalhos no estado, a partir do fechamento da mineradora, em razão do crescimento do movimento grevista. Neste período, a empresa contava com cerca de cinco mil trabalhadores, oriundos, principalmente, das cidades de Nova Lima, Raposos e localidades próximas. Muito embora a divulgação dessa informação tenha sido com o intuito de pressionar os trabalhadores a recuarem as ações reivindicatórias, a saída da empresa traria prejuízos econômicos significativos para a região em que operava.

Apesar da ameaça feita pela empresa, em pesquisa ao acervo do jornal 'Imprensa Popular' foi possível verificar que ocorreram outras paralisações no decurso do ano. Esta informação revela que, apesar da pressão sofrida, o movimento não se deu por vencido. Apesar da pressão dos trabalhadores, a edição do "Imprensa Popular" veiculada no dia 15 de outubro de 1953, apresentou a indicação de uma nova greve geral, em razão da negativa da empresa em conceder o aumento salarial e também como forma de reivindicar o pagamento dos salários atrasados. A Saint John alegou que os salários atrasados justificavam-se em razão das perdas econômicas sofridas pela empresa em função das paralisações dos funcionários ao longo do ano.

O uso do aparato do judiciário, através do dissídio coletivo, para solucionar os conflitos de interesse entre os diretores da empresa e trabalhadores prosseguiu sendo utilizado em consonância à realização das greves. O atraso nos salários insuflou a adesão de 5 mil funcionários das cidades de Nova Lima e Raposos, a uma paralisação em massa. Tal número revela que o movimento foi expressivo.

⁸ Jornal "Imprensa Popular". Seção: Vida sindical. 07/04/1953. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=108081&pagfis=4734&pesq=&url=http://memoria.bn.br/docreader#>

Ademais, assim como relatamos a ocorrência em outras cidades no estado, as greves eram acompanhadas de maneira contínuas pelos agentes da Delegacia de Ordem Pública. Ação reforçada na ocasião da paralisação iniciada no dia 14 de outubro, em que 200 Policiais Militares foram encaminhados em cumprimento da ordem emitida pelo governador mineiro em exercício no período, Juscelino Kubitschek. Apesar da repressão, a greve prosseguiu.

Além da demanda pelo aumento de salário e o pagamento dos atrasados no transcurso do movimento outra reivindicação ganhou força nas propostas apregoadas. Isto é, a questão da melhoria das condições de trabalho. Vários são os relatos expressos no "Imprensa popular" que descreviam as péssimas condições de trabalho e higiene a que os mineiros das minas de Saint Jonh estavam submetidos. As doenças que mais acometiam os trabalhadores eram a tuberculose e a silicose. Os relatos dão conta de que a empresa não oferecia qualquer assistência médica aos trabalhadores. Ainda podemos mencionar os relatos de ausência de equipamentos de segurança adequados as funções exercidas, sobretudo, no subsolo. José Dazinho esclarece que, dentre as reivindicações das greves realizadas na década de 1950, uma importante demanda esteve em pauta - o pagamento da taxa de insalubridade. De acordo com José, o pagamento da taxa era regulamentada pela legislação, no entanto, a empresa não efetuava o pagamento. Em 1953, por exemplo, houve uma greve que durou trinta e três dias no intuito de lutar pelo recebimento deste direito.

É, eu num... Tem muito tempo, não é? De jeito que eu não me lembro todas não. Mas me lembro, por exemplo [d'um?] em 1953 nós tivemos a luta para conquista da taxa de insalubridade, porque apesar da Companhia ser já taxada de periculosidade, por causa da poeira no pulmão dos trabalhadores, não é?, que é doença profissional que tem lá, a silicose, a empresa nunca tinha pago nem um tostão da taxa de insalubridade. E essa insalubridade estava prevista na legislação, mas ela nunca tinha pago. E o Sindicato tinha muitas lutas, não é?, e nunca tinha enveredado nesse tipo de luta de... da, da... do pagamento da taxa de insalubridade. Então nós entramos nessa luta aí e fizemos uma greve que durou 33 dias, com 90% dos trabalhadores na greve. (PIMENTA, José)

A historiadora Andrea Casa Nova Maia em seu trabalho "Outro inferno de Dante numa mina de ouro na época de Vargas" (MAIA, 2014) analisou as estratégias de monitoramento e coerção realizadas contra os trabalhadores das Minas de Morro Velho. Assim como foi feito em outras categorias profissionais, as greves realizadas pelos

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
"O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História",
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

trabalhadores da Saint Jonh foram monitoradas pela polícia política. A partir do uso de depoimentos de ex-funcionários da empresa que atuaram no decorrer das décadas de 1940 e 1950, a autora descreve as péssimas condições de trabalho e os mecanismos pelos quais a empresa utilizou para burlar os direitos trabalhistas que foram regulamentados através do decreto lei nº 5.452, relativo à Consolidação das Leis Trabalhistas⁹, durante o governo do presidente Getúlio Vargas. Nas entrevistas realizadas com os ex-funcionários da Morro Velho os mesmos afirmam que a maioria das mortes foi em razão da silicose.

Os movimentos grevistas sofriam interferência da repressão da empresa ou do monitoramento da polícia política. Além das demissões aos envolvidos, não era incomum, conforme depoimento de José Dazinho, a atuação de indivíduos ligados a empresa que, mediante o uso de ameaças tentaram minar os movimentos. No fragmento adiante, José faz menção aos 'jaguços', que eram sujeitos ligados a empresa e que oprimiam os trabalhadores envolvidos em greves. No entanto, para ele, a firmeza quanto a atuação dos líderes do sindicato da categoria foi relevante para continuidade dos movimentos.

A greve dos trabalhadores da Morro Velho abarcou todo o mês outubro de 1953. No dia 18 o sindicato realizou uma assembleia, ocasião em que os trabalhadores aprovaram a continuidade do movimento e protestaram contra a intransigência dos diretores da empresa em não cumprir com a determinação do pagamento do salário mínimo e dos atrasados. A falta de diálogo entre os representantes do sindicato e diretores somava-se a ausência de apoio do governo federal, que apenas orientava a repressão a greve. Este panorama contribuiu para a manutenção da paralisação.

Em assembleia realizada no dia 18, o movimento organizou uma passeada que deveria ser realizada no dia 31 de outubro com a presença de todos os trabalhadores da empresa. Nesta ocasião a orientação era para que todos os funcionários percorressem a pé o trajeto da cidade de Nova Lima à Belo Horizonte. Apesar de a polícia ter sido avisada com o intuito de impedir a passeada, houve apenas uma alteração na data, sendo realizada no dia 03 de novembro.

⁹ BRASIL, Decreto-Lei nº 5.452, 1943. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm > acesso em fevereiro de 2015.

De acordo com o jornal "Imprensa Popular"¹⁰ a passeata que, deveria contar com a presença dos cinco mil trabalhadores, resultou na participação de cerca de oito mil, em razão da adesão da população de Nova Lima e da capital.¹¹ Em edição publicada no dia seguinte à passeata, momento em que a greve contabilizava vinte e dois dias, o correspondente do jornal salientou a importante demonstração de apoio da população ao movimento, fortalecendo-o.

A repercussão do movimento ganhou o país, e, forçou o Ministro do Trabalho do governo Vargas, João Goulart a se oferecer enquanto mediador em uma possível conferência com os representantes dos trabalhadores e diretores da empresa a fim de chegarem a um acordo. A crise financeira abateu a empresa, e as minas da Saint John foram interditadas pela justiça até o pagamento das dívidas aos operários.¹²

De acordo com as publicações do "Impresso Popular", a empresa não cumpria com as determinações da Justiça do Trabalho, no tocante ao pagamento do salário mínimo e os atrasados, por estar respaldada pelo apoio do presidente Getúlio Vargas e pelo próprio governador de Minas, Juscelino Kubitschek. Determinações do uso do aparato policial foram emitidas pelo governador, em diversos momentos durante a greve, para encerrar o movimento. Em resposta as solicitações da justiça para que a empresa pagasse os débitos aos trabalhadores, a empresa divulgava notas na imprensa alertando que estava impossibilitada de realizar aumentos devido às perdas com a greve.

As informações obtidas através do periódico "Imprensa Popular" ressaltam que os ganhos da empresa em 1952 passaram de treze milhões de cruzeiros.¹³ Todavia,

¹⁰ Jornal 'Impresso Popular'. 18 de outubro de 1953. Matéria: Prossegue greve em Morro Velho. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=108081&pagfis=4734&pesq=&url=http://memoria.bn.br/docreader#> > acesso em 19 de janeiro de 2015.

¹¹ Jornal 'Imprensa Popular'. 31 de outubro de 1953. Matéria: No dia 03 passeata dos mineiros de Morro Velho. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=108081&pagfis=4734&pesq=&url=http://memoria.bn.br/docreader#>

¹² Jornal 'Imprensa Popular'. Matéria: Firme a greve em Morro Velho. 6 de novembro de 1953. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=108081&pagfis=4734&pesq=&url=http://memoria.bn.br/docreader#> > acesso em 2014.

¹³ Jornal 'Imprensa Popular'. Matéria: Solidariedade aos heróicos mineiros de Morro Velho. 6 novembro de 1953. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=108081&pagfis=4734&pesq=&url=http://memoria.bn.br/docreader#> > acesso em 2014.

conforme mencionamos anteriormente, a empresa alegava que, em virtude da greve, passava por dificuldades e poderia deixar da região. Não obstante, o movimento ganhou força e repercussão nacional, apoio da população e, em farta medida das esposas e dos familiares dos mineiros que realizaram várias manifestações no intuito de obter êxito nas reivindicações.

A possibilidade do fim da greve despontou ainda no dia dez de novembro de 1953, a partir da aprovação do acordo, em assembleia do Sindicato dos Mineiros, das bases para o retorno às atividades. Dentre as determinações expressas pelo documento, que continha as propostas que iriam ser encaminhadas ao representante da empresa, estava: o pagamento dos atrasados, a criação de uma constituição médica para averiguar a situação de trabalho e propor melhorias, o pagamento do abono de natal a vigorar no ano seguinte, pagamento de 80% dos dias de greve e a garantia de não punição dos grevistas e líderes do movimento. A reunião entre o representante da empresa e do Sindicato aconteceu na cidade do Rio de Janeiro e foi noticiada pelo "Imprensa Popular"

Tremem os gringos

Abalados com a firmeza dos grevistas, que não estão se deixando envolver em suas manobras, os diretores da Saint Jonh Del Rey Mining Company mandaram chamar em Londres seu superintendente geral, um tal de Mr. L.F. Langley, que era aguardado ontem à noite no Rio, onde já se encontra também o presidente do Sindicato dos mineiros, Sr. José Nilo Rosário. Mr. Langley dará a palavra oficial da empresa sobre a proposta apresentada pelos mineiros no último domingo. Em caso de assinatura do acordo nas bases desta proposta, a greve terminará hoje mesmo.¹⁴

Apesar da matéria ressaltar o receio da companhia estrangeira caso houvesse continuidade do movimento grevista, na prática, não foi isso o que aconteceu. A reunião que, foi realizada no hotel Copacana Palace resultou na exposição da contraproposta da empresa. Não houve o comprometimento do pagamento dos dias de greve, nem tão pouco a garantia de não perseguição aos grevistas. Em relação ao pagamento do aumento salário, o superintendente da empresa informou que seria pago CR\$1,000 aos

¹⁴ Jornal Imprensa Popular. Matéria: Prossegue ainda a greve dos mineiros de Morro Velho. 10 de novembro de 1953. Disponível em: <
<http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=108081&pagfis=4734&pesq=&url=http://memoria.bn.br/docreader#>> acesso em janeiro de 2015.

trabalhadores da superfície e CR\$800,00 aos trabalhadores do sub-solo. Valores que não agradaram ao Sindicato¹⁵, mas que foram encaminhados para discussão em assembleia.

Apesar de não terem obtido êxito em todas as demandas propostas pelo movimento, após a deliberação em assembleia, os trabalhadores decidiram pelo encerramento da greve e o retorno às atividades, entre os dias 11 e 12 de novembro. Durante a realização da referida assembleia, o representante do Ministério do Trabalho chegou a proferir algumas ameaças aos trabalhadores caso a greve fosse adiante. Situação que foi narrada pelo "Impresso Popular" como um caso anedótico: "(...) enviado de Jango desmaiou em pleno salão do Teatro Municipal de Nova Lima. Além de fazer inúmeras promessas aos grevistas, tais como salário família a partir do 1º de maio, (...) chegou ao ponto de anenciar uma intervenção do Ministério da Guerra".¹⁶

Houve comoção em torno dos parcos ganhos, que foi reforçada através da realização de uma nova manifestação em apoio aos trabalhadores da Saint Jonh, que contou novamente com o apoio e participação da população. Na edição do dia 15 de novembro, o "Impresso Popular", veiculou uma matéria em que destacou que, apesar do retorno as atividades, os trabalhadores saíram fortalecidos e demonstraram sua força ao percorrer a pé a cidade de Nova Lima a Belo Horizonte. De modo geral, os trabalhadores da Mina permaneceram dispostos a prosseguirem reivindicando melhorias nas condições de trabalho, conforme fragmento a seguir:

Esta semana que passou foi caracterizada por uma das mais belas demonstrações da combatividade e do espírito de decisão da classe operária: a marcha dos grevistas da Morro Velho, de Nova Lima até Belo Horizonte. 13 km a pé, escalando as serras e sob chuva, 3.000 mineiros, acompanhados de suas famílias vieram a capital do estado lançar protesto mais veemente contra a exploração de que são vítimas nas galerias e na superfície das minas de ouro dos ingleses. A polícia de Vargas e Juscelino ameaçava: não haverá passeata. Assentaram-se metralhadoras. Tudo em defesa da rapinagem dos ingleses na mina. (...) A greve obrigou Vargas e Jango, acumplicados com os imperialistas da Morro Velho a manobrar. O Ministério do Trabalho fêz propostas incluindo algumas reivindicações dos grevistas. De Londres viajou de avião para o Rio o superintendente da Companhia estrangeira. Fizeram um acôrdo para acabar

¹⁵ Jornal Imprensa Popular. Matéria. Proposta irrisória aos mineiros de morro velho. 12 de novembro de 1953. Disponível em: <
<http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=108081&pagfis=4734&pesq=&url=http://memoria.bn.br/docreader#>> acesso em 20 de janeiro de 2015.

¹⁶ Jornal Imprensa Popular. Matéria. Conclusões. 15 de novembro de 1953. Disponível em: <
<http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=108081&pagfis=4734&pesq=&url=http://memoria.bn.br/docreader#>> acesso em 20 de janeiro de 2015.

com a greve, acôrdo esse firmado no Copacabana Palace porque o patrão inglês mandou dizer que não compareceria ao Ministério do Trabalho. O governo para este acôrdo prometeu dar ainda a Companhia imperialista 10 milhões de cruzeiros.¹⁷

As ações reivindicatórias realizadas pelos trabalhadores da Saint John são um exemplo expressivo da importância da articulação dos comunistas para a constituição e realização das greves. É preciso considerar que, não consideramos apenas o trabalho dos comunistas como o único responsável pela eclosão do movimento em si. Haja vista que, vários são as razões que influenciaram os demais funcionários da mineradora a praticarem ações que pudessem pressionar a diretoria da empresa a melhorar as condições de trabalho. Os relatos de Anélio Marques, que iniciou o trabalho na mineiradora ainda nos anos de 1930 e, posteriormente de José Dazinho que trabalhou nas décadas de 1941 a 1955 revelam que, problemas como, acidentes, insalubridades foram, historicamente, uma constante na empresa. Todavia, umas das estratégias adotadas pelos comunistas consistiu na absorção das demandas dos trabalhadores como uma causa própria do partido. A nossa perspectiva analítica leva em consideração o fato de que trabalhadores comunistas e trabalhadores sem quaisquer filiação partidária se apoiaram mutuamente no sentido de alcançar os reclames trabalhistas.

As greves dos trabalhadores da Saint John realizadas no ano de 1953 apresentaram algo significativo, isto é o apoio não somente dos familiares, mas também da população de Nova Lima (mina de Morro Velho) e Raposos. Nas greves da Saint Jonh, em duas ocasiões, a população marchou junto com os trabalhadores, percorrendo o trajeto de Nova Lima a Belo Horizonte, num total de 13 quilômetros, no intuito de reforçar e contribuir com as reivindicações. Para os integrantes do Partido Comunista, a participação em um movimento onde ocorre a articulação dos trabalhadores e das pessoas sem vínculo partidário, isto é, as 'massas,' é basilar para o fortalecimento das lutas sociais.

Fonte orais:

MARQUES, Anélio. Núcleo de História Oral da FAFICH/UFMG. Acervo: História dos Partidos Políticos e Sindicatos. Fita 02. p. 6-7. Arquivo Disponível em : <

¹⁷ Jornal Imprensa Popular. 15 de novembro de 1953. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=108081&pagfis=4734&pesq=&url=http://memoria.bn.br/docreader#> > acesso em 20 de janeiro de 2015.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

<http://www.fafich.ufmg.br/his/historiaoral/index.php/por/Entrevistados/Historia-dos-Partidos-Politicos-e-Sindicatos> > acesso em 2015.

PIMENTA, José Dazinho. Núcleo de História Oral da FAFICH/UFMG. Acervo: História dos Partidos Políticos e Sindicatos. Fita 04. p. 23. Arquivo Disponível em : < <http://www.fafich.ufmg.br/his/historiaoral/index.php/por/Entrevistados/Historia-dos-Partidos-Politicos-e-Sindicatos> > acesso em 2015.

Referências:

GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: FGV, 3 ed. 2005.

MAIA, Andrea Casa Nova. *Outro inferno de Dante numa mina de ouro na época de Vargas*: Nova Lima, Minas Gerais. História, Ciências, Saúde – Manguinhos. Rio de Janeiro, v.21, n.4, out.-dez. 2014, p.1197-1214. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v21n4/0104-5970-hcsm-21-4-1197.pdf> > acesso em janeiro de 2015.

MENDONÇA, Sônia Regina de. *Estado e Economia no Brasil*: opções de desenvolvimento. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012.

PEREIRA, Raquel Aparecida. *Bandeiras Vermelhas nas ruas da cidade!* Comunismo e espaço público em Belo Horizonte (1945-1951) Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2007, 188 p.

RODRIGUES, Leôncio Martins. *Classe operária e sociedade industrial no Brasil*: Introdução. In: Trabalhadores, sindicatos e industrialização [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009, p, 88.

SANTANA, Marco Aurélio. *Homens partidos*: comunistas e sindicatos no Brasil. São Paulo, 2001.

WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Paz e Terra, 1980, 206 p.

**A “DOCILIZAÇÃO” DOS CORPOS SOB A ÓTICA DO PENSAMENTO
FOCAULTIANO, NAS RELAÇÕES DE TRABALHO: UMA ABORDAGEM
HISTÓRICA.**

Estudo de caso da Siderúrgica Mendes Junior/JF (1984-1995)

Myrtes Raposo

RESUMO:

O presente projeto de pesquisa visa esclarecer como o contexto histórico do Brasil na década de 1990 influenciou as condutas no âmbito do trabalho de empresas que utilizaram programas de qualidade total na gestão da produção. Será feita uma analogia entre as posturas adotadas pelos trabalhadores ativos do período de 1984 a 1995 da empresa Siderúrgica Mendes Júnior/ JF e a teoria da “docilização dos corpos” pelo controle disciplinar que Foucault incorporou à esfera acadêmica, através de pesquisas de investigação histórica que discorriam sobre os temas vigilância, disciplina e controle.

PALAVRAS-CHAVE: Contexto histórico, controle disciplinar, relações de trabalho.

ABSTRACT:

This research project aims to clarify how the historical context of Brazil the 90's influenced the conduct within the companies work that used Total Quality Programs in production management. An analogy between the postures adopted by active workers from 1984 to 1995 at Siderúrgica Mendes Junior / JF company and the theory of "docile bodies" will be made by the disciplinary control that Foucault entered the academic sphere, through historical research surveys discoursed on surveillance issues, discipline and control.

KEYWORDS: Historical context, disciplinary control, labor relations.

1. DELIMITAÇÃO DO TEMA E PROBLEMATIZAÇÃO

O presente projeto tem por objeto de pesquisa um estudo de caso da industrialização de Juiz de Fora, onde será feito um recorte no processo histórico da empresa Siderúrgica Mendes Junior entre 1984 a 1995, período em que a empresa foi administrada pelo Grupo Mendes Júnior que norteou sua produção (desde 1984) por Programas de Qualidade Total, característicos do modelo de produção japonesa.

Levando em consideração que o contexto histórico do Brasil, mais precisamente da cidade de Juiz de Fora na época, não era o mesmo que propiciou o sucesso da

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016*

experiência desse modelo no Japão, apresentamos o seguinte questionamento: em que medida a “adequação” de programas de qualidade (desenvolvidos em empresas japonesas, no período pós-guerra) à realidade econômica e política brasileira da década de 1990 contribuiu para controlar de forma velada as relações de trabalho, induzindo os “observados” a comportamentos nem sempre regidos por retidão, mas pela certeza de estarem sendo monitorados?

Para que possamos caracterizar melhor o objeto dessa pesquisa, é necessário entender o processo histórico da industrialização ocorrido no Japão, no Brasil e particularmente em Juiz de Fora no período da implantação do programa na referida siderúrgica.

Desde o final do século XIX e início do século XX, Juiz de Fora apresentou um grande dinamismo econômico com perspectivas de crescimento centrado na indústria têxtil. Entretanto, no final da década de 1930 a cidade vai aos poucos entrando num processo de desaceleração industrial e declínio econômico tal que, nem políticas de intervenção do Estado conseguiram modificar a tendência da perda de dinamismo do setor industrial local.

Porém, com chegada da década de 1970, a cidade consegue atrair através de negociações políticas, reforçadas por incentivos fiscais, dois investimentos de vulto do setor metalúrgico: a Companhia Paraibuna de Metais (CPM) do subsetor metalurgia dos metais não ferrosos, e a Siderúrgica Mendes Júnior (SMJ) do subsetor siderurgia, que entraram em operação em 1980 e 1984 respectivamente. Nesse momento, Juiz de Fora começa a dar sinais de sua nova composição setorial de produção e o setor metalúrgico assume lugar de destaque levando para suas fábricas um elevado contingente de mão de obra local.

Ainda que o momento histórico mundial da década de 1970, em termos de estratégias capitalistas, tenha sido marcado pelo modelo fordista de produção que apresentava como características grandes unidades produtivas integradas verticalmente, grande número de trabalhadores e produção em massa, Bastos (2004), aponta que a política de atração para as empresas (SMJ e COM), adotada em Juiz de Fora, foi uma ideia fora de seu tempo, denominada pela autora como “*disritmia temporal*” em nível de regulação da economia.

Segundo a autora, embora, no Brasil, os projetos metalúrgicos da época fossem tipicamente fordistas inseridos na política nacional de implantação do “*fordismo periférico*”¹, as empresas SMJ e CPM foram implantadas num período de crise mundial desse regime e conseqüentemente, todos os olhares se voltavam para as formas de produção inseridas no “*milagre econômico japonês*” que Segundo RATTNER (2003), foi o nome dado ao fenômeno político ocorrido no Japão, cujo crescimento econômico foi recorde após a Segunda Guerra Mundial.

Embora, o “milagre” tenha sido impulsionado primeiramente pela assistência dos Estados Unidos e consolidado pelo intervencionismo do governo japonês, alguns defensores do modelo de produção “à japonesa”, justificaram seu sucesso na gestão da produção que priorizava técnicas de redução de estoque (sistema Just in time), Programas de Qualidade Total, Zero-defeito, etc, cujos princípios enfatizam não somente a importância do oferecimento de respostas adequadas às reais necessidades do consumidor, como o oferecimento da boa qualidade de produtos e serviços, além de enfatizarem a importância da realização de um trabalho que fosse “fonte de orgulho”.

Entretanto, ainda que se proclamassem aspectos positivos no modelo de programa de qualidade para utilização em outros países e principalmente em países ocidentais, alguns autores atentam para o fato de que somente através de uma análise no contexto histórico do Japão, pode-se compreender como esta nova forma de gerenciamento se desenvolveu. E concluíram que somente uma visão global envolvendo fatores econômicos, religiosos, sociais e políticos permitiria uma real compreensão do “milagre japonês”. CORIAT (1991, apud LIMA,1994) complementa:

As circunstâncias que deram origem às formas de gerenciamentos da produção e do pessoal nas grandes empresas japonesas foram de tal forma tão específicas que seria impossível sua reprodução em qualquer outro contexto (portanto, qualquer tentativa de importação seria artificial e, necessariamente, incompleta).

¹ Tal como o fordismo, está baseado na reunião da acumulação intensiva com o crescimento dos mercados de bens finais. Mas permanece sendo “periférico”, no sentido em que, nos circuitos mundiais dos ramos produtivos, os empregos qualificados (sobretudo no domínio da engenharia) são majoritariamente exteriores a estes países.

É possível observar, portanto, que fatores étnicos e culturais permitiram a compreensão do sucesso do regime econômico japonês, visto que a partir da revolução Meiji ocorrida no século XIX, que teve como tema central a procura de bases para edificação de um Estado moderno inspirado no modelo ocidental, os governos japoneses se empenharam em uma “marcha forçada com o objetivo de superar a distância que separava o Japão dos países ocidentais sob os planos militar, científico e tecnológico” MORISHIMA (1987, apud LIMA, 1994).

A mobilização do Estado para o desenvolvimento de empresas que eram consideradas setores-chaves para concorrência com empresas ocidentais foi fundamental, ainda que, ao mesmo tempo, o Estado se mantivesse “impiedoso e inflexível” com outras empresas que não apresentavam possibilidades de concorrência.

Outra intervenção importante do Estado foi a criação de um sistema educativo mais moderno e escolarização obrigatória, com vistas a equalizar a demanda de profissional qualificado e a escassez de mão de obra nas empresas consideradas estratégicas. Segundo LIMA (1994), foram criados sistemas de formação profissional no interior das empresas escolhidas, que serviam de pontuação nos itens competência e rentabilidade que eram somados à contagem de tempo de serviço. Outro incentivo, vindo do Estado para o avanço dessas essas empresas, foi a criação do sistema vitalício que desenvolvia no empregado o sentimento de pertencer a uma empresa.

Aliado a esse pacote de benefícios criados pelo Estado Japonês, em meados de 1945, as forças de ocupação fortaleceram a recuperação japonesa no final da Segunda Guerra. A ideia inicial era tornar o Japão um país democrático. No entanto, com a proclamação da República Popular Democrática chinesa, em 1949, e com a guerra na Coreia em 1950, as forças de recuperação alteraram o “destino” do Japão, dotando o país de meios militares e econômicos próprios de uma base avançada do mundo livre anticomunista, Morishima (1997, apud Lima, 1994).

Após o período de ocupação que durou até 1952, o Japão conta com o apoio do Ministério do Comércio Internacional que além de selecionar empresas e encorajá-las, protegeu-as através do plano de limitações para importações e de taxas preferenciais para suas mercadorias. Fica evidente, portanto, diante de tais fatos, que o tão proclamado

“milagre japonês” teria outras explicações e não contou somente com as formas de gerenciamento desenvolvidas pelas grandes empresas.

A situação torna-se mais complexa com a implantação de programas de qualidade em empresas brasileiras, tendo em vista que o contexto histórico do Brasil, principalmente da década de 1990, (período em que o país começa a importar programas de qualidade total), não apresentava as mesmas características do contexto histórico que propiciou o sucesso do modelo de produção em empresas japonesas.

Embora o Brasil estivesse vivendo um período de crise econômica, resultante da ditadura militar (1964 – 1985), e posteriormente no governo Sarney (1985- 1990), diversos planos de estabilização inflacionária tenham sido criados (sem sucesso), somente a partir de 1990, durante o governo Collor, que a Qualidade Total ressurge na ordem do dia como “panaceia” universal e único caminho suscetível de abrir as portas do primeiro mundo.

O empenho para importação desse programa foi tão significativo que foram realizados estudos com intuito de pressionar as empresas brasileiras a buscarem novas formas de gestão e métodos mais eficazes de produção. Porém, em contrapartida ao incentivo para adoção desses programas, o mesmo governo implantava reformas econômicas (Plano Brasil Novo ou Plano Collor), que além de não obterem êxito, causaram profunda recessão, desemprego e insatisfação popular. E, em meio a essa crise econômica, devido ao alto custo de investimento das políticas em direção aos padrões mundiais de qualidade, o que ocorreu de fato nas empresas brasileiras foi a implantação de uma espécie de caricatura do modelo original japonês.

Segundo ANTUNES (2003), embora no discurso ensaiavam-se modalidades de desconcentração industrial, através de novos padrões de gestão da força de trabalho, tais como Círculos de Controle de Qualidade (CCQs), "gestão participativa", busca da "qualidade total", expressões visíveis não só no mundo japonês, mas em vários países industrializados de capitalismo avançado e do terceiro mundo, o que se observou foi exatamente o contrário do que foi proposto, houve perda de alguns dos ganhos conquistados anteriormente pelos trabalhadores. Nesse viés, LIMA (1994) complementa:

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

Presenciamos a superintensificação do trabalho (muitas vezes chamadas de polivalência), a exigência redobrada de produtividade e de qualidade, acompanhadas da sensível deterioração nas condições de trabalho e da desvalorização (ou mesmo ignorância) das contrapartidas oferecidas pelas grandes empresas japonesas.

Ainda segundo a autora, o que se fez, na verdade, foi uma leitura extremamente pobre do modelo, na qual grandes exigências de produção e de qualidade foram conjugadas com baixos salários, estagnação na função, atraso tecnológico, instabilidade no emprego, gerência despótica, intensificação do ritmo do trabalho, situações essas que geraram intenso sofrimento revelado pelos trabalhadores submetidos a esse processo, expresso não somente através de agudas manifestações psicossomáticas, como também expresso pelo elevado índice de acidentes de trabalho.

E é nesse contexto brasileiro da produção, que a empresa SMJ começa a operar a partir de 1984. Um cenário que, segundo ANTUNES (2003, p.23) tratava-se de formas transitórias de produção, cujos desdobramentos eram também agudos, no que diz respeito aos direitos dos trabalhadores. Tais direitos foram desregulamentados, flexibilizados, de modo a dotar o capital do instrumental necessário para adequar-se a sua nova fase. Direitos e conquistas históricas dos trabalhadores foram substituídos e eliminados do mundo da produção. Diminuiu-se ou mesclou-se, dependendo da intensidade, o despotismo taylorista, pela participação dentro da ordem e do universo da empresa, pelo envolvimento manipulatório, próprio da sociabilidade moldada contemporaneamente pelo sistema produtor de mercadorias.

Ao compararmos as posturas adotadas pelas empresas nacionais que implantaram programas de qualidade total como gestão da produção, torna-se possível perceber como tais posturas se assemelham à teoria da “docilização dos corpos” pelo controle disciplinar, que Foucault incorporou à esfera acadêmica, a partir de estudos de investigação histórica que discorriam sobre os temas vigilância, disciplina e controle.

A abordagem feita por Foucault de vigilância através de controle disciplinar baseava-se no projeto arquitetônico do edifício Panóptico, idealizado no final do século XVIII, pelo inglês Jeremy Bentham (1748- 1832) que, por sua vez, intentava a aplicação e estruturação prática de uma ideia filosoficamente constituída nos moldes da doutrina moral utilitarista clássica, que priorizava nas ações humanas, o que pudesse resultar em

maior felicidade para maior número de pessoas, pois se admitia a possibilidade de um equilíbrio racional entre os interesses individuais. (FERREIRA, 1986).

Segundo TRINDADE E NUNES (2008, snp):

O Panóptico não pode ser percebido como estando desvinculado da proposta utilitarista, ou como um aspecto de menor relevância da mesma. A estrutura panóptica deve ser entendida como a materialização das principais aspirações dos autores utilitaristas clássicos: a maximização dos benefícios gerais e a minimização de qualquer mal, tanto no âmbito individual quanto no coletivo.

O edifício panóptico tratava-se de um projeto arquitetônico de cunho coercitivo e disciplinatório, cuja forma seria um edifício construído no formato de uma arena circular composta por andares de cela que comporiam a espessura da construção; no centro, uma torre; esta seria vazada de largas janelas que se abririam para a face interna da arena. Cada cela teria duas janelas: uma para o interior, correspondendo às janelas da torre e outra para o exterior, permitindo que a luz do sol atravessasse a cela de lado a lado.

Para que se obtivesse o controle, bastaria colocar um vigia na torre central e em cada cela trancar um louco, um doente, um condenado, um operário ou um escolar onde o efeito da contraluz permitiria perceber da torre as siluetas cativas no interior das celas periféricas:

É uma máquina maravilhosa que, a partir dos desejos mais diversos, fabrica efeitos homogêneos de poder. Uma sujeição real nasce mecanicamente de uma relação fictícia. De modo que não é necessário recorrer à força para obrigar o condenado ao bom comportamento, o louco à calma, o operário ao trabalho, o escolar à aplicação, o doente à observância das receitas. FOUCAULT (1999, p.167)

Assim, o indivíduo aprisionado no panóptico era visto, mas não poderia ver o seu observador. E, a partir da consciência de vigilância constante, em não ver e ser visto, eram garantidos a manutenção do poder, a interiorização da culpa e o arrependimento do indivíduo por seus atos praticados. Nesse viés, HUMPHREY (1995, apud Paranhos, p.11) pontua que, o modelo de produção que utiliza programa de qualidade, utiliza a vigilância de forma “velada” visto que essa vigilância é adquirida

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016*

através de avaliação pessoal, da pressão exercida pelos clientes - internos e externos - e pelos sistemas eletrônicos de produção. E acrescenta:

Nesse modelo de gestão, a organização dos trabalhadores em equipes ou grupos de trabalho autônomos, bem como a inexistência ou a redução de estoques, proporcionam certa transparência nos processos o que facilita verificar e expor rapidamente a fonte dos erros e problemas. Assim, a disciplina é “individualizada”, mantida pelos próprios trabalhadores frente ao medo do desemprego e por um sistema de punições coletivo. O não cumprimento das metas estabelecidas pelos Planos de Qualidade Total por um dos participantes da equipe prejudica o trabalho de outros participantes ou de outras equipes. Dessa forma, os trabalhadores transformam-se em clientes “internos”, controlando e monitorando o desempenho dos demais. (Ibid.,1995, p.11).

As reflexões acerca de controle disciplinar presentes no pensamento focaultiano dialogam com a análise feita por DEJOURS (1992) quando este salienta que a vigilância sofrida pelo trabalhador funciona como elemento inibidor de iniciativa, e segundo o autor, o indivíduo sofre na medida em que não existe mais possibilidade de organizar o trabalho. Uma vez conseguida a desapropriação do know-how, uma vez desmantelada a coletividade operaria, uma vez quebrada a livre adaptação da organização do trabalho às necessidades do organismo, uma vez realizada a toda poderosa vigilância, não restam senão corpos isolados e dóceis, desprovidos de toda iniciativa. (Ibid.,1992, p.42).

Outro aspecto relevante apontado por HUMPHREY (1995, p. 25), sobre aspectos metodológicos da gestão da produção baseada em programas de qualidade nos remete, mais uma vez, à teoria focaultiana da “docilização dos corpos” pela disciplina, quando o autor pontua que há a necessidade de engajamento e um consentimento por parte dos trabalhadores, no momento em que, o sistema requer conformismo e um direcionamento de todos no sentido do cumprimento das metas empresariais. A promessa de promoção e de recompensas e um sistema de sanções, inclusive a possibilidade de demissão, regem o comportamento dos trabalhadores, assegurando a obediência às regras.

DEJOURS (2000 p.73) novamente acrescenta que “os próprios subordinados para alimentar a perspectiva de ascensão de nível hierárquico ou pelo menos pela necessidade de manterem-se empregados, forçosamente se tornam desleais, fazendo surgir o medo não só da perda do emprego, mas da perda da dignidade pela traição de seus próprios valores”.

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016*

Em relação a algumas pessoas, sua participação consciente em atos injustos é resultado de uma atitude calculista. Para manter seu lugar, conservar seu cargo, sua posição, seu salário, suas vantagens e não comprometer seu futuro e até sua carreira, ele precisa aceitar e ‘colaborar’. (Ibid.,2000 p.73).

Em suma, debruçados nas considerações ao longo de toda a proposta da pesquisa, pretendemos investigar, sob ótica do pensamento foucaultiano (controle disciplinar através “docilização dos corpos”) se o modelo japonês de qualidade, implantado na Siderúrgica Mendes Júnior - de forma caricata - pode ser apontado como regulador de condutas nas relações de trabalho desta empresa, tendo em vista que o contexto histórico da empresa na época da implantação do programa não era o mesmo contexto histórico que propiciou o sucesso do programa nas empresas japonesas.

2. JUSTIFICATIVA

Entendemos que a proposta de pesquisa se adéqua à linha de pesquisa “Poder Mercado e Trabalho”, do curso de PPGH, uma vez que travaremos um diálogo entre as forças produtivas e suas consequências nas relações de trabalho. E, embora exista um grande número de estudos com ênfase nas relações de trabalho, observa-se que cada área do conhecimento trata individualmente uma ou mais dimensões das relações de trabalho, mas nenhuma delas contempla sua abrangência de modo amplo.

ESTHER (1996) nos aponta alguns dos campos do conhecimento que buscaram entendimento nas relações de trabalho de maneira pontual. Por exemplo, do ponto de vista econômico, temos a contribuição de Braverman, Fleury & Vargas, que tomaram como ponto de partida a divisão do trabalho e a separação entre propriedade e direção das empresas.

No campo das ciências sociais, importantes contribuições surgiram em CHANLAT que dentro de uma visão antropológica incorporou dimensões (até então esquecidas na literatura organizacional) tais como inveja, afetividade e linguagem como elementos expressivos nas relações de trabalho.

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016*

As questões de direitos trabalhistas são trazidas a tona pelo sistema de normas legais principalmente no que concerne a organização sindical e a justiça do trabalho. Podemos destacar os trabalhos de Neder, Leite & Silva E Antunes.

Assim sendo, pontos de vistas particulares das questões do trabalho podem significar, segundo FISCHER (apud ESTHER, 1996), uma intenção ideológica de mascaramento do conflito subjacente - como exemplo - tomar as relações interpessoais como relações de trabalho, reduzindo- o a aspectos comportamentais e a diferenças individuais de caráter semipatológico. Assim como igualmente, considerar as relações de trabalho como mera luta estrutural de classes – trabalhadores e donos dos meios de produção - também pouco contribui para a compreensão das condições em que se verifica e se transforma a exploração do homem pelo homem, atitude que se limita apenas à denúncia da mesma.

As relações de trabalho se apresentam como uma das formas de relacionamento social e que, em função disso, expressam características da sociedade mais ampla. Assim, ‘os padrões que assumem em quadros históricos, conjunturais e setoriais dados são resultantes dessas características redefinidas para os contextos em que elas emergem’. (ibid, 1996)

Seguindo por esse viés, entendemos que uma abordagem que utiliza aspectos históricos como subsídios para a compreensão das relações de trabalho, é relevante, tendo em vista que tais aspectos funcionam como motriz das condutas humanas dentro e fora do trabalho.

E a partir dessa compreensão torna-se possível o desenvolvimento de debates que promovam uma articulação proveitosa entre o bem-estar de quem trabalha e os imperativos de eficiência e eficácia nos contextos de produção de mercadorias e de serviços.

3. OBJETIVOS

A pesquisa será norteada pelas narrativas de ex-funcionários do período entre 1985 a 1995 - quando a empresa foi administrada pelo Grupo Mendes Júnior – e terá

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016*

como objetivo esclarecer se a implantação do Programa de Qualidade Total utilizado pela referida siderúrgica serviu para determinar as condutas nas relações de trabalho.

Como desdobramentos do objetivo geral, procuraremos:

- Identificar, no contexto histórico do mundo do trabalho, o que determinou a mudança do modelo fordista de produção para o modelo de produção japonês.
- Apontar, com base na literatura existente, quais foram os impactos da crise capitalista no Brasil desde a década de 1970.
- Apontar possíveis relações entre o conceito de disciplina através do controle – sob a ótica do pensamento foucaultiano – e as posturas adotadas no interior da empresa analisada, tanto por parte da gerência como por parte dos trabalhadores.
- Identificar, através das narrativas dos trabalhadores da empresa analisada, qual o impacto causado nas relações de trabalho pela implantação do programa de qualidade total.

4. FONTES E METODOLOGIA

Como metodologia para o desenvolvimento do projeto, faremos uma pesquisa de abordagem qualitativa, utilizando o método da história oral temática, que segundo FREITAS (2006), consiste em um tipo de entrevista de caráter temático, realizada com um grupo de pessoas, para falarem sobre um assunto específico. Esse método não abrange necessariamente a totalidade da existência do informante. Assim, os depoimentos podem ser mais numerosos, resultando em maiores quantidades de informações, o que permite uma comparação entre eles, apontando divergências, convergências e evidências de uma memória coletiva, por exemplo. É, portanto, a reconstituição de um período ou um evento histórico por meio das pessoas envolvidas. As fontes bibliográficas serão apoiadas nos seguintes conteúdos, a seguir:

4.1 - Para se compreender a dinâmica capitalista que determinou a mudança do modelo fordista de produção para o modelo de produção japonês, serão utilizados os seguintes autores:

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016*

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1983.

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola, 1992.

MURRAY, F. **Descentralização da produção – o declínio do trabalho coletivo de massa?** In: *Capital & Class*. Londres, 1983. Mimeografado. (Tradução: Benedito R. de Moraes Neto).

ONAKA, I. & TAKEUCHI, H. **Criação de conhecimento na empresa: como as empresas japonesas geram a dinâmica da inovação**. Rio de Janeiro: Campus, UFRJ-1997.

OHNO, T. **Sistema Toyota de Produção – Além da Produção em Larga Escala**, Porto Alegre, Editora Bookman, 1997.

POCHMANN, M. **O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu**. São Paulo: Bomtempo. 2001.

SANTOS, V. C. **Da era fordista ao desemprego estrutural da força de trabalho: mudanças na organização da produção e do trabalho e seus reflexos**. VI Colóquio Internacional Marx e Engels nas seções de comunicações do Grupo Temático 9 - Trabalho e produção no capitalismo contemporâneo, no ano de 2009.

SAVIANI, Demerval. **O choque teórico da politécnica**. Rio de Janeiro: Trabalho, Educação e Saúde. Vol. 1, n.º 1, FIOCRUZ, março de 2003.

SENNETT, R. **A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Record. 2001.

4.2- Os impactos da crise capitalista no Brasil a partir de 1985 serão analisados a partir das referências a seguir:

ALCOFORADO, Fernando. **De Collor a FHC: o Brasil e a nova (des) ordem mundial**. São Paulo: Nobel, 1998.

ANTUNES, Ricardo. **A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula)**. Campinas/SP: Autores Associados, 2004.

SOUZA, D. B; SANTANA, M. A. & DELUIZ, N. **Trabalho e educação: centrais sindicais e reestruturação produtiva no Brasil**. Rio de Janeiro: Quartet. 1999.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

4.3 - A contextualização da industrialização em Juiz de Fora a partir do início do século XX será fundamentada na seguinte bibliografia:

ANDRADE, Silvia Maria Belfort Vilela de. **Classe operária em Juiz de Fora – uma história de lutas (1912-1924)**. Juiz de Fora: EDUFJF, 1987, p. 78.

BASTOS, S. A. Q. – **A implantação da Siderúrgica Mendes Júnior em Juiz de Fora- história econômica & história das empresas** XII 2 (2009), (37- 62)

GIROLETTI, D. **Industrialização de Juiz de Fora. Juiz de Fora-** 1ª Ed. EDUFJF, 1988.

4.4 - Para verificarmos as relações entre o conceito de disciplina através do controle – sob a ótica do pensamento foucaultiano - e as consequências desse controle nas relações de trabalho em empresas que utilizam programas de qualidade total, serão utilizadas as reflexões dos seguintes autores:

DEJOURS C, ABDOUCHELI E, JAYET C, organizadores. **Psicodinâmica do trabalho**. São Paulo: Atlas; 1992

DEJOURS, C. **A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho**/Christophe Dejours; tradução de Ana Isabel Paraguay e Leticia Leal Ferreira. – 5ª ed. ampliada - São Paulo : Cartaz — Obore, 1997.

_____ **A banalização da injustiça social**. Trad. Luiz Alberto Monjardim. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

FERREIRA, M.C. **A ergonomia da atividade se interessa pela qualidade de vida no trabalho? Reflexões empíricas e teóricas** - Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, 2008, vol. 11, n. 1, pp. 83-99.

FISCHER, Rosa M. **“Pondo os pingos nos is” sobre as relações de trabalho e políticas de administração de recursos humanos**. In FLEURY, Maria Tereza Leme e FISCHER, Rosa Maria. **Processo e relações de trabalho do trabalho no Brasil**. São Paulo: Atlas, 1985, p.19-50.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**. Trad. Raquel Ramalhe. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016*

GUILLANT, L. L. (Org.) ; LIMA, M. E. A. (Org.) ; CODO, Wanderlei (Org.) ; CLOT, Y. (Org.) . **Escritos de Louis Le Guillant - da ergoterapia à psicopatologia do trabalho**. 1ª. ed. Petrópolis: Vozes, 2006. v. 01. 359p .

JACQUES, Maria da Graça; CODO, Wanderley (Orgs.). **Saúde mental & trabalho: leituras**. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 130-142.

LIMA, M. E. **A Psicopatologia do Trabalho – Revista : Psicologia Ciência e Profissão**. 1998 - 10-15 –
disponível em : <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v18n2/03.pdf>

MORAES, A. SOARES, M. **Ergonomia no Brasil e no Mundo**. Rio de Janeiro: Ed. ABERGO, 2010. SCHWARTZ, Y. **Trabalho e valor**. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 1996- pg 147-158.

WISNER, A., **A Inteligência no Trabalho: textos selecionados de Ergonomia** São Paulo: FUNDACENTRO, 1994.

4.5 - Serão consultados os documentos disponíveis no Sindicato dos Trabalhadores em Indústrias Metalúrgicas de Juiz de Fora – STIM/JF, relativos à implantação do programa de qualidade total na empresa Siderúrgica Mendes Júnior.

4.6 - Instrumentos de coleta de dados:

- Para coleta de dados, serão utilizadas técnicas tais como: entrevistas abertas, entrevistas semi- estruturadas.
- Recursos eletrônicos como gravações em áudio, que auxiliarão no método de história oral.
- Segundo Nevis (apud Freitas, 2006), a utilização de recursos eletrônicos durante as entrevistas, permite que o método da história oral possa ser definido como ‘moderna história oral’.

*O que não impede de haver alterações (complementos ou substituições) ao longo do desenvolvimento da pesquisa conforme se fizer necessário.

5. BIBLIOGRAFIA

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 9ª. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

BASTOS, S. A. Q. - **Disritmia Espaço – Tempo Análise das Estratégias de Desenvolvimento adotadas em Juiz de Fora (MG), pós anos 70**. Rio de Janeiro IPPUR/UFRJ – Tese De Doutorado, 2004 – 134pg.

DEJOURS C, ABDOUCHELI E, JAYET C, organizadores. **Psicodinâmica do trabalho**. São Paulo: Atlas; 1992

_____ **A banalização da injustiça social**. Trad. Luiz Alberto Monjardim. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

ESTHER, Ângelo Brigato: **Relações de trabalho: conceitos, instâncias e condicionantes**, 1996 (versão modificada do capítulo 2 da dissertação de mestrado do autor, intitulada “Políticas e práticas de gestão da força de trabalho: estudo nas empresas de transporte coletivo urbano por ônibus de Juiz de Fora”).

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**. Trad. Raquel Ramallete. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

FERREIRA, Aurélio B. de Hollanda. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FREITAS, S. M, **História oral: Possibilidades e procedimentos**- 2ª Ed. São Paulo – Associação Editorial Humanitas , 2006

HUMPHREY, J. **O impacto das técnicas japonesas de administração sobre o trabalho industrial no Brasil**. In: CASTRO, Nadya. *A máquina e o equilibrista: inovações na indústria automobilística brasileira*, São Paulo: Paz e Terra, 1995

LIMA, M. E. A. **Impactos dos programas de Qualidade Total sobre a qualidade de vida no trabalho**. *Revistas de Administração da Usp*, São Paulo, v. 29, n.4, p. 64-72, 1994.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2007

PARANHOS, M. **A Desumanização Do Trabalho E Do Trabalhador Na Virada Século**. periódico: *Trabalho Necessário* - ano 6 – n° 6 – 2008 – ISSN: 1808-799X.

RATTNER, H. **Revisitando o “milagre” japonês**. *Revista Espaço Acadêmico*, n°28 Setembro. de 2003.

Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/028/28rattner.htm>

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. “O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”, Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016*

TRINDADE, G. e NUNES, L. In: TADEU, T. (Org.). **O Panóptico/Jeremy Bentham**.
2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008, 202 páginas

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

Simpósio Temático 17 “Patrimônio, História e memória: os desafios da interdisciplinaridade”.

Coordenadores: Carolina Martins Saporetti (mestranda em História UFJF) & Rafael de Souza Bertante (mestrando em História UFJF)

INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS EM ÁREAS PROTEGIDAS: Considerações e Contribuições Para o Patrimônio Ambiental Urbano de Mariana (MG)

Wagner Muniz¹

RESUMO:

O processo de evolução das cidades brasileiras ocorreu de modo acelerado, marcado pela adoção de medidas políticas controversas, formuladas e influenciadas pela dinâmica mercadológica. Esse fato causou externalidades negativas aos espaços urbanos, sobretudo para os que possuem centros protegidos, que devido à falta de medidas preservacionistas adequadas se tornaram vulneráveis, insalubres, degradados e/ou descaracterizados. Dado isso, passou-se a utilizar os mecanismos urbanísticos para a salvaguarda do patrimônio ambiental urbano, que apesar do amplo repertório instrumental existente, poucos são utilizados ou não são combinados com políticas voltadas para o desenvolvimento territorial. Assim, este artigo visa analisar como os instrumentos urbanísticos podem contribuir para a gestão e preservação de centros históricos protegidos, tomando a cidade de Mariana (MG) como análise de caso.

Palavras-chave: instrumentos urbanísticos, patrimônio ambiental urbano, gestão urbana, cidade de Mariana.

ABSTRACT:

The process of evolution and urbanization of Brazilian cities occurred in an accelerated fashion, marked by the adoption of policy measures, often controversial, formulated and influenced by marketing dynamics. This caused negative externalities of urban spaces, especially for those who have protected centers, due to lack of adequate preservationist measures have become vulnerable, unhealthy, degraded. Given that, it started to use the urban mechanisms for the protection of urban environmental heritage, which despite the large existing instrumental repertoire, few are used or are not combined with focused on territorial development policies. Like this, this article aims to analyze how urban instruments can contribute to the management and conservation of protected historical centers, taking the city of Mariana (MG) as case analysis

¹Mestrando em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPGDT/UFRRJ). Email: munizww@yahoo.com.br

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

Keywords: urbanistic instruments, urban environmental heritage, urban management, city of Mariana.

1 URBE BRASILEIRA, POLÍTICA URBANA E PROTEÇÃO DO AMBIENTE CONSTRUÍDO: BREVES CONSIDERAÇÕES

Após a década de 1930, as cidades brasileiras passaram por mutações em sua configuração espacial. Essas mudanças teve como fator básico o intenso processo de industrialização que foi induzido por políticas econômicas que possibilitaram a inserção do país em uma trajetória de crescimento e de notoriedade no cenário econômico internacional, agora globalizado. As cidades brasileiras cresceram rapidamente, de modo que na maioria das vezes, expandiram-se sem planejamento territorial sistematizado, com intervenções destinadas ao crescimento econômico e teve como catalisador o processo de industrialização. Também houve a abertura e a articulação da economia nacional ao capital estrangeiro, o que permitiu a ditadura de suas ordens aos espaços urbanos e ao modo como os agentes se articularam desencadeando uma série de externalidades negativas.

Nesse sentido, ROLNIK (1995, p. 13) explicou que “as cidades passam a se organizar em função do mercado, gerando um tipo de estrutura urbana que não só opera uma organização do seu espaço interno, mas também redefine todo o espaço circundante, atraindo para a cidade grandes populações”. Com isso, os processos de transformação e de acumulação do capital recaem aos espaços urbanos, de modo que:

Ao considerar a cidade como uma simples mercadoria, a sociedade capitalista produz intrinsecamente a exclusão social, a segregação espacial e a destruição do patrimônio natural e cultural da presente e das futuras gerações. (LAMORA, 2010, p.01. Grifo meu).

Também é possível observar que a carência do planejamento nos espaços urbanos brasileiros esbarra com a atuação do setor público, que ao gerir as transações de financiamento das políticas urbanas causam diversos conflitos nas cidades, visto que as ações emanadas pelo Estado não são posicionadas para favorecer o bem coletivo e tendem a privilegiar o setor privado e o setor imobiliário. A atuação frágil do Estado brasileiro

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016*

permitiu a perpetuação da elite no poder “por meio de expedientes políticos informais, personalistas, patrimonialistas e clientelistas” (MATZKIN, 2007, p. 49).

Dado isso, verifica-se que a expansão das cidades brasileiras somado à falta de planejamento urbano gerou externalidades negativas ao patrimônio ambiental construído, como: o esvaziamento de imóveis, a degradação ambiental, a subutilização dos equipamentos públicos, a alteração da paisagem, a descaracterização e, até mesmo, a perda definitiva do patrimônio arquitetônico. Além disso, ao tratar da gestão e do planejamento dos espaços urbanos que possuem sítios históricos, o ordenamento territorial raramente os articula ao restante da cidade e com as políticas setoriais que vislumbrem sua sustentabilidade.

Os centros históricos são, muitas vezes, considerados espaços simbólicos e intocáveis. Todavia, deve-se desmistificar o pensamento habitual que preservação e desenvolvimento caminham em sentidos opostos. O centro histórico deve ser tomado como um eixo estruturante, dinâmico e integrado ao planejamento territorial e às políticas setoriais. Como observado por CASTELLS & BORJA (1996), a preservação dos centros históricos pode trazer benefícios para a população no aspecto cultural, mas também no aspecto socioeconômico: ao promover a imagem da cidade nacionalmente e internacionalmente, ao atrair investidores, visitantes e demais usuários.

De acordo com BRITO (2003) “há uma série de dificuldades e carências, tanto específicas de cada caso, quanto comuns ao conjunto dessas cidades (...) no desenvolvimento das ações ligadas à preservação do patrimônio cultural no âmbito de sua gestão urbana”. Mesmo assim, algumas medidas em estratégias de planejamento foram criadas e consideram a salvaguarda dos sítios protegidos, a saber: o *tombamento* (Decreto-Lei nº25 de 1937), a exigência da elaboração dos Planos Diretores (PDs) pela Constituição Federal de 1988 (CF88), o Estatuto da Cidade (Lei Federal 10257/2001) e a criação do Ministério das Cidades (MC) em 2003.

Para CYMBALISTA & CARDOSO (2009) essa ordem jurídico-urbanística tem-se expandido com a aprovação de várias leis urbanísticas e estas apresentaram uma extensa relação de instrumentos que podem ser considerados os corretores das distorções do crescimento urbano e dos seus efeitos negativos, sendo eles: parcelamento, edificação ou utilização compulsório; IPTU progressivo no tempo; desapropriação com pagamentos em títulos; direito de superfície; direito de preempção; solo criado ou outorga onerosa do

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.

ISSN: 2317-0468

17 a 21 de outubro de 2016

direito de construir; operações urbanas consorciadas; incentivos e benefícios fiscais/financeiros; dentre outros.

Já para FÉRES (2002) os instrumentos urbanísticos voltados para captação de recursos podem ser considerados um avanço na medida em que ponderam os aspectos econômicos e compensatórios, tendo em vista a necessidade da arrecadação de fundos para a preservação e, assim, o patrimônio se torna um catalisador de investimentos. Dentre os instrumentos com essa característica, informa FÉRES (2002), tem-se: Lei Federal de Incentivo à Cultura (Lei Rouanet); Lei Estadual de Distribuição de ICMS (Lei 12040 - Lei Robin Hood); Isenção do IPTU; e outros instrumentos na esfera municipal.

Nesse sentido, é possível observar que a aplicação das propostas realizadas pelo EC pode promover um modelo de planejamento e de gestão que trate a salvaguarda do patrimônio ambiental urbano como forma de desenvolvimento. Além disso, os instrumentos urbanísticos para o eixo patrimonial urbano apresentam falhas ou precisam ser aperfeiçoados, e quando são aplicados de modo integrado entre si, podem contribuir, consideravelmente, para assegurar o desenvolvimento local, a sustentabilidade e a efetiva proteção do patrimônio ambiental urbano. Pode, até mesmo, propiciar maior competitividade aos sítios protegidos, tornando-os mais atrativos economicamente (CARSALADE, 2001).

Desse modo, após realizar breve panorama sobre a urbanização brasileira, observou-se que o crescimento urbano ocorreu atrelado ao crescimento econômico e ao processo de industrialização, o que causou externalidades negativas às cidades e ao seu patrimônio construído. Por isso, se faz necessário pensar a gestão territorial considerando os centros protegidos em sua dinâmica e mesmo que, com as lacunas existentes nas políticas públicas do setor em questão e da regulação urbanística, é trivial o uso e a aplicação dos instrumentos de gestão urbana, e assim, será realizado considerações sobre estes no seguinte tópico.

2 INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS: CONSIDERAÇÕES PARA A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO AMBIENTAL URBANO

O principal instrumento de proteção ao patrimônio ambiental urbano no Brasil é o *tombamento*, sendo que a Constituição de 1934 foi o primeiro princípio constitucional sobre a preservação e dispõe sobre a competência da União no que diz respeito à proteção do patrimônio (FÉRES, 2002). Posteriormente, a criação do SPHAN (atual IPHAN) e a promulgação do Decreto-Lei nº 25 de 1937 que assentou o tombamento como principal instrumento jurídico “(...) coloca sob tutela do poder público os bens considerados dignos de preservação, inscritos em um dos 4 Livros do Tombamento, e proíbe a demolição ou descaracterização dos mesmos” (FÉRES, 2002, p.15).

Em 1988 entrou em vigor a Constituição Federal e a exigência de que vários municípios elaborassem seus Planos Diretores. De acordo com MELO (2002) a Constituição de 1988 (CF88) realizou apontamentos sobre a política urbana: reconheceu o papel do município na determinação das políticas de ordenação territorial, determinou um novo conceito para propriedade urbana e criou novo direito coletivo (planejamento urbano). Para FÉRES (2002, p. 16) a CF88 também apresentou o “conceito de Patrimônio Cultural e estabeleceu a competência comum da União na proteção do mesmo” e que no final da década de 1980 foram criadas as primeiras leis de incentivo à cultura.

Posteriormente, em 10 de julho de 2001 entrou em vigor o Estatuto da Cidade (Lei Federal 10257/2001) que regulamenta os artigos da CF88 relativos à política urbana. FERNANDES (2013, p. 213) informou que essa lei foi “um esforço pioneiro no sentido da construção de um marco regulatório mais adequado para oferecer suporte às tentativas governamentais e sociais de promoção da reforma urbana”. O mesmo autor explicou que:

O Estatuto da Cidade regulamentou o capítulo original sobre política urbana que tinha sido aprovado pela Constituição Federal de 1988, capítulo esse que também tinha sido precedido por uma mobilização sociopolítica sem precedentes, e que se manifestou especialmente por meio da Emenda Popular pela Reforma Urbana. (FERNANDES, 2013, p. 214)

Ainda baseado em FERNANDES (2013), a Lei Federal de Política Urbana instrumentaliza o município para garantir o desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, propõe normas a serem incorporadas pelos municípios

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

em uma ação integrada das diferentes esferas do poder político e que considera a participação popular no planejamento e na gestão da cidade. Mais ainda, “(...) a *materialização efetiva desse novo marco jurídico inovador foi colocada em grande medida nas mãos das administrações municipais, especialmente por meio da formulação de Planos Diretores Municipais – PDMs*” (FERNANDES, 2013, p. 216). Os PDMs, instrumento básico da política de desenvolvimento e da expansão urbana, além de ser obrigatório para cidades com mais de 20 mil habitantes tem como objetivo orientar as ações da administração pública, ordenar o desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem estar dos seus habitantes.

Já em 2003 houve a criação do Ministério das Cidades que conjuntamente com outras medidas referentes ao tema urbano (instalação e ação do Conselho Nacional das Cidades, Plano de Aceleração de Crescimento – PAC, Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV, dentre outras) “constituem o maior investimento jamais feito na história das políticas públicas na América Latina” (FERNANDES, 2013, p. 221):

Essa ordem jurídico-urbanística tem-se expandido com a aprovação de várias leis urbanísticas (FERNANDES, 2013). Leis estas que apresentaram uma extensa relação de instrumentos de gestão urbana que podem ser considerados como os corretores das distorções negativas do crescimento das cidades, sendo eles: parcelamento, edificação ou utilização compulsório; IPTU progressivo no tempo; desapropriação com pagamentos em títulos; direito de superfície; direito de preempção; solo criado (outorga onerosa do direito de construir); operações urbanas consorciadas; incentivos e benefícios fiscais e financeiros; dentre outros.

Além desses instrumentos, os mecanismos legais de proteção são considerados por FÉRES (2002) um avanço na medida em que consideram os aspectos econômicos e compensatórios, tendo em vista a necessidade da arrecadação de recursos para a preservação e, assim, o patrimônio se transforma em um catalisador de recursos. Dentre os instrumentos com essa característica, informa a autora, tem-se: Lei federal de Incentivo à Cultura (Lei Rouanet); Lei estadual de distribuição de ICMS (Lei 12040 - Lei Robin Hood); Isenção do IPTU; dentre outros instrumentos em nível municipal.

De acordo com STEPHAN (2009), apesar do aumento na quantidade de PDs e da criação de um amplo repertório instrumental para a gestão democrática do

planejamento urbano, foram as leis de controle do uso e de ocupação do solo que obtiveram os resultados mais concretos e foram as mais utilizadas. Todavia, poucos resultados positivos foram gerados, mas para melhorá-los se faz necessário que os dirigentes públicos municipais compreendam a importância do planejamento urbano e da legislação urbanística, a ampliação da participação popular e da necessidade dos PDs apresentarem linguagem acessível para a população. Como explicado por STEPHAN (2009, p. 54) posteriormente à era do Estatuto das Cidades (EC) “vários planos diretores incluíram os instrumentos de controle do uso e ocupação do solo, entretanto o restante do conteúdo permaneceu não autoaplicável e ficando dependentes de regulamentações posteriores”. Ainda baseado em STEPHAN (2009, p. 55), houve:

(...) Produção de uma grande quantidade de planos, mas com alguns resultados positivos dispersos, e parciais, dependentes de combinações políticas e do esforço e interesse de alguns. Preponderou, em muitos casos, apenas o cumprimento de uma exigência legal em elaborar e aprovar os planos, com o fantasma do posterior esquecimento.

(...) Persiste a necessidade da compreensão, por parte dos dirigentes públicos municipais, do papel do planejamento urbano e para o papel da legislação urbanística. A aplicação dos instrumentos previstos no Estatuto da Cidade e presentes nos planos se reveste de dúvidas e exige disposição e coragem dos governantes. Há, principalmente nas cidades maiores, onde já existem as potenciais demandas, os desafios da regulamentação e aplicação do solo criado e do parcelamento, edificação e ocupação compulsórios e do IPTU progressivo no tempo.

(...) Para os municípios pouco populosos, onde não há arquiteto, nem mesmo engenheiro, onde o próprio prefeito autoriza as obras, muitas vezes inadequadas, ficarão os desafios, muito maiores que os de cidades médias, de criar e manter uma equipe técnica responsável pela implementação e o sistema de acompanhamento dos planos, ou, quem sabe, um mínimo de planejamento. Dentre os motivos alegados, um é a falta de recursos financeiros e humanos que impossibilitam incorporar o planejamento urbano, embora recursos sejam desperdiçados em gastos supérfluos e contratação de consultorias caras.

Não bastasse a aplicação pífia daquilo que é proposto pela política urbana, ou até mesmo a sua não aplicação, a difícil tarefa em gerir cidades com sítios protegidos é agravada com a ausência de integração entre planejamento territorial e políticas setoriais que consideram a inserção do eixo patrimonial e das normas urbanísticas. Por várias vezes, o referido eixo “*não recebeu atenção adequada das políticas de desenvolvimento urbano, seja pelo desconhecimento do valor dos edifícios históricos ou pela falta de instrumentos legais para preservação*” (PASSARELLI, 2007, p. 274).

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
 “O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
 Juiz de Fora, 2017, 1554p.
 ISSN: 2317-0468
 17 a 21 de outubro de 2016*

Desse modo, após analisar que para contrapor os efeitos negativos da expansão urbana brasileira houve a criação de uma série de medidas políticas voltadas para o desenvolvimento e o planejamento urbano. Apesar do extenso instrumental político instituído, se faz necessária aplicação efetiva dos instrumentos que favorecem a salvaguarda do patrimônio ambiental urbano, integrando-o como elemento estruturante das cidades e, simultaneamente, contribuir para o processo de inovação estratégica de gestão regional, sua qualidade e sua capacidade em transformar o contexto urbano. Sendo assim, será demonstrado abaixo a experiência do PD de Mariana para logo em seguida realizar algumas observações referentes aos instrumentos urbanísticos cabíveis à salvaguarda do seu patrimônio construído.

3 Mariana: contexto local e informações sobre a cidade

Mariana está localizada na região auroferrífera do estado de Minas Gerais, ou na Zona Metalúrgica de Minas Gerais (Quadrilátero Ferrífero), na vertente sul da Serra do Espinhaço, a 697 metros de altitude. Faz limite com os municípios de Ouro Preto, Barra Longa, Diogo de Vasconcelos, Acaiaca, Piranga, Catas Altas e Alvinópolis. Situa-se na Bacia do Rio Doce, banhada pelo Rio do Carmo, que possui dois afluentes: Gualaxo do Norte e Gualaxo do Sul. A altitude máxima chega a 1.772 m no Pico do Itacolomi. Dista 14 km de Ouro Preto, 110 km da capital do estado (Belo Horizonte), 415 km da cidade do Rio de Janeiro, 690 km da cidade de São Paulo (via Belo Horizonte) e 429 km de Vitória (ES). Com relevo ondulado e presença de montanhas, com clima tropical de altitude úmido, sua temperatura anual média é de 19°C.

De acordo com as informações contidas no ATLAS DIGITAL, o surgimento da cidade ocorreu a partir das expedições das bandeiras paulistas que embrenharam o sertão do Brasil em busca de minerais. A primeira cidade do estado de Minas Gerais (MG), teve seu surgimento em 16 de junho de 1696 através dos sertanistas que acamparam às margens do Ribeirão do Carmo, quando observaram veios de aluviões auríferos e ali iniciaram a mineração que expandiu-se por toda a área do ribeirão. Posterior à criação da vila de Albuquerque em 1711, seu nome foi alterado para Ribeirão do Carmo em 14 de abril de 1712 ao ser confirmado sua criação. Em 23 de abril de 1745 foi elevada

à categoria de cidade, denominada de Mariana em homenagem à rainha D. Maria Ana d'Áustria.

Em 1938 teve seu tombamento pelo SPHAN (atual IPHAN) (14 de maio de 1938, processo nº. 069-T-38, inscrição nº. 062, constando do Livro Belas Artes, v. 1, p. 12) e foi declarado como Monumento Nacional em 1945. De acordo com o ATLAS DIGITAL o “conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Mariana encontra-se em estado regular de conservação, devido ao crescimento desordenado da cidade, bem como ao constante processo de descaracterização de sua arquitetura”. Atualmente o município consta de 22 bens tombados inscritos no livro do tomo do patrimônio histórico e artístico nacional, sendo 21 bens isolados, além do seu conjunto arquitetônico urbanístico. Além dos tombamentos federais, há um bem tombado em nível estadual (Casa de rótulas em Santa Rita Durão) e há uma proposta de tombamento em nível municipal do sítio Arqueológico do Morro Santana e Santo Antônio, bem como a criação do parque que leva o mesmo nome.

A extração do minério de ferro é a principal atividade industrial do município, forte geradora de empregos e receita pública. Com PIB de R\$ 550.599.182,00 e PIB per capita de R\$ 10.984,96, possui uma posição econômica de destaque porque apresenta o maior PIB da microrregião de Ouro Preto e o 10º maior PIB de MG. Seus distritos desenvolvem atividades agropecuárias e apresentam artesanato variado, expressando a diversidade cultural de Minas Gerais. Sua população é de aproximadamente 57.639 habitantes (estimativa 2013), com uma área de 1.194,208 km² sua densidade demográfica é de 45,4 habitantes por km².

Recentemente, a cidade passou a sofrer com o adensamento urbano (causada por ampliação de projetos de mineração e pelo novo *campi* da Universidade Federal de Ouro Preto) e com a intensificação do número de veículos automotores em seu centro urbano. Além disso, a cidade passa por uma delicada situação política e econômica. No quadro político a cidade teve sete prefeitos em cinco anos. A disputa política, iniciada em 2010, não permitiu que nenhum dos prefeitos terminasse seus mandatos impedindo a continuidade administrativa. No campo econômico, houve o desastre ambiental provocado pelo rompimento da barragem da mineradora Samarco que abalou a principal fonte de renda do município.

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016*

Os fatores citados acima afetam diretamente o espaço urbano marianense e, conseqüentemente, seu centro histórico. Sobre suas políticas para ordenamento territorial, o PD de Mariana, datado de 2001, deliberou parâmetros urbanísticos para a edificação e o parcelamento do solo e, diga-se de passagem, a cidade não possuía nenhuma regulação do seu território, a não ser a da área tombada realizada pelo IPHAN.

O PD de Mariana foi elaborado em um ano e seis meses, iniciado em março de 2002 até julho de 2003 e mais cinco meses para aprovação no legislativo, de agosto de 2003 até dezembro de 2003. De acordo com CARDOSO (et. al, 2006), no processo de elaboração do PD houve articulação com os moradores, através das associações, e a preferência por um plano autoaplicável. Visto que “o principal ponto a se enfrentar era a ausência de marco regulatório municipal e um plano focado em investimentos ou que tivesse apenas diretrizes não seria capaz de produzir essa regulação” CARDOSO (et. al, 2006, p. 07).

Como informado por CARDOSO (et. al, 2006, p. 15), chama atenção o fato da cidade não possuir nenhuma regulação territorial municipal até a elaboração do PD, apenas a delimitação especificada pelo IPHAN (que cuidou da preservação do centro histórico) e a LF nº 6766/79 que regula o parcelamento do solo. Como relatado pelo autor:

Conforme explicou a consultora Cristina Simão, “a cidade de Mariana é uma cidade que nunca conviveu com nenhum tipo de regulação do seu território a não ser o IPHAN. (...) A Prefeitura e a população não têm cultura de gestão do território, foi feita uma opção por usar os instrumentos básicos de uso e ocupação”. Por esta razão, junto com a reforma administrativa, outro conteúdo central para o Plano Diretor foi a regulamentação das diretrizes e parâmetros urbanísticos para o parcelamento, uso e ocupação do solo e parâmetros de incomodidade, de forma que o município finalmente assumisse para si a regulação de seu território (CARDOSO, et. al, 2006, p. 15).

Ainda baseado em CARDOSO (et. al., 2006), quem realizou detalhadas considerações sobre o PD de Mariana, pode-se afirmar que:

(...) A discussão dos padrões para uso e ocupação do solo foi uma das temáticas prioritárias. Lembramos que até então a Prefeitura não assumia papel de regulá-los e os habitantes de Mariana, em verdade, não estavam acostumados a cumprir padrões urbanísticos. A principal resistência veio de alguns proprietários de terras e dos engenheiros do município, resistentes às mudanças nos encaminhamentos dos projetos. Para a construção dos padrões urbanísticos, trabalhou-se preferencialmente com os parâmetros tradicionais, como as taxas de ocupação e os coeficientes de aproveitamento, e não com

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

instrumentos do Estatuto da Cidade que separam direitos de propriedade e direitos construtivos, ou que induzem o cumprimento da função social da propriedade via sanções aos maus proprietários urbanos.

(...) Existiam imóveis desocupados que poderiam ser mais intensamente utilizados, este tema não foi enfrentado nas etapas posteriores da elaboração do Plano.

(...) O Plano não apresenta instrumentos como as Zonas Especiais de Interesse Social em imóveis desocupados, indicando que o plano da prefeitura para o assentamento da população de baixa renda é principalmente por meio de parcelamento do solo na periferia do município. Segundo uma consultora, os esforços quanto à política habitacional para baixa renda foram centrados na necessidade de se investir nos bairros de ocupação informal e precária.

A expectativa da consultoria é a de que os instrumentos de maior intervenção nas dinâmicas do mercado poderão ser tratadas em um momento de revisão do Plano, prevista para cinco anos após sua entrada em vigor. Não podemos, no entanto, deixar de colocar aqui que perdeu-se uma chance de debater e implementar esses instrumentos, ainda mais tendo em vista a grande mobilização popular que ocorreu em torno do Plano Diretor, que poderia abrir possibilidades para um maior apoio político à implementação desses instrumentos.

(...) A elaboração do Plano permitiu o reconhecimento de outros potenciais econômicos, representado pelos eixos turísticos, pelos pólos de desenvolvimento econômico; e, ambientais, pelo zoneamento urbano-ambiental e preocupação com a preservação do meio ambiente natural e construído (CARDOSO, et. al., 2006, p. 13-16, grifo meu).

Referente às diretrizes do PD sobre o patrimônio construído CARDOSO (et. al, 2006) analisou que:

No que diz respeito à preservação do patrimônio, uma das principais inovações do Plano foi a delimitação um perímetro claro de preservação do patrimônio na área central, chamada no Plano de *Área de Proteção Cultural Intensiva*. O perímetro foi construído em comum acordo com o IPHAN, e em seu interior todas as propostas de reformas e novas edificações devem passar pela sua apreciação, além das instâncias municipais. A delimitação do perímetro permitiu que o município assumisse definitivamente o papel de regulador do uso do solo em seu território, uma vez que esclareceu as esferas competentes para a tramitação dos processos tanto no perímetro histórico (Prefeitura e IPHAN) quanto for a dele (Prefeitura, exceto em caso de imóvel tombado por outra esfera federativa). (CARDOSO, et. al., 2006, p. 16)

Por um lado, o Plano logrou delimitar um perímetro para a área de preservação intensiva, definindo papéis e competências e eliminando a situação anterior de total ambiguidade e casuísmos na definição de atribuições de regulação do território. Por outro lado, o atrito que se verificou entre a esfera federal e a municipal é que o IPHAN acabou por se retirar das discussões referentes ao planejamento da cidade como um todo, exceto nos momentos em que a área tombada fosse discutida. Isso na prática pode reforçar a dualização da cidade entre a sua parte preservada, turística e qualificada e o restante da ocupação. (CARDOSO, et. al., 2006, p. 19).

Ainda se pode analisar que a última revisão do PD, prevista para o final de 2013, ocorreu em gabinete sem convocação popular e foi aprovada pela câmara dos vereadores em setembro de 2014. Também se chama a atenção para o fato que apesar da delimitação da Área de Proteção Cultural (APC), sua gestão ainda recai sobre o IPHAN, o PD não promulgou diretrizes para a preservação da área e as diretrizes adotadas para a APC pelo órgão federal são baseadas em relatórios e propostas de normas para preservação para sítios históricos.

Desse modo, pode-se perceber que, como analisado anteriormente, apesar do extenso instrumental urbanístico existente, se faz necessário sua aplicação efetiva. No caso de Mariana, meritório a elaboração do PD, visto a inexistência do ordenamento de seu território, mas ainda é necessário que seja aplicado de modo efetivo. Seu patrimônio ambiental urbano necessita de atenção imediata, visto que, a cidade passa por um processo de crescimento acelerado e o seu centro histórico ainda mantém sua centralidade. Assim, a inserção de novos instrumentos para gerir seu território, nas futuras revisões, pode resultar em aspectos positivos no que tange o desenvolvimento territorial e a preservação do patrimônio construído marianense.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se dizer que foi louvável a elaboração do PD para a cidade de Mariana seja pelo pioneirismo na regulação do território municipal; pelo apontamento de outros ramos econômicos em potencial; por envolver os municípios rurais e a população; pela promulgação e delimitação das APAs (áreas de proteção ambiental) e da APC.

Mesmo assim, considera-se importante a criação de uma norma instrumental objetiva para a APC e para os municípios, visto que alguns deles possuem bens tombados em nível federal e estadual. Também se considera importante e urgente norma instrumental para o sítio Arqueológico do Morro Santana e Santo Antônio já que o local, por estar próximo da área urbana, está cada vez mais deteriorado pelo crescimento da cidade, por queimadas, pelo despejo de lixo.

Visto que um grande entrave para a preservação é o fator financeiro considera-se interessante o desenvolvimento de outros instrumentos para captação de

recursos. O município, que já absorve com o ICMS cultural, pode desenvolver outros mecanismos, bem como aprimorar a captação do mesmo.

Para a área delimitada como APC, acredita-se que mecanismos como isenção de IPTU e ICM deveria ser adotados na promoção da preservação do eixo patrimonial. A isenção de IPTU poderia ser promovida para os moradores de prédios residenciais e a isenção de ICM, para edifícios comerciais, desde que, seja obrigatória aos donos dos edifícios a manutenção e a conservação dos mesmos seguindo as normas criadas para a PAC.

Acredita-se que ao realizar isenções fiscais para empresas que ocupa um edifício protegido e que siga as normas delimitadas mantendo-o conservado. A firma ao ser beneficiadas com as isenções, podem ter retorno com marketing institucional, ao mesmo tempo em que mantenham a conservação dos edifícios e continuidade do uso.

Enfim, a área protegida pode ser considerada como atrativa de investimentos e repasses, os instrumentos monetários financeiros são dignos de estudos aprofundados, bem como a metodologia de aplicação para não ocorrer efeitos contrários ao esperado.

Como observado acima, a gestão do patrimônio ambiental urbano é complexa e envolve campo de atuação interdisciplinar: direito, economia, planejamento urbano, dentre outros. A ação local com plano específica se faz importante, além que os instrumentos urbanísticos devem ser integrados e incorporados ao planejamento urbano sem desconsiderar ou segregar as áreas protegidas e de interesse cultural do restante da cidade mantendo seu uso.

Sendo assim, a inovação dos processos de gestão e de preservação do patrimônio construído e a aplicação dos instrumentos operacionais disponíveis podem contribuir e propiciar novas negociações urbanas, sendo necessário o aprofundamento de questões que dizem respeito às relações do desenvolvimento urbano conjuntamente com a preservação do patrimônio ambiental urbano de Mariana.

5 REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

BRITO, Marcelo. Pressupostos da Reabilitação Urbana de Sítios Históricos no Contexto Brasileiro. **Revista Vitruvius Arquitexto**, São Paulo, nº 033, fev. de 2003. Disponível

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

em: <http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq033/arq033_01.asp>. Acesso em: 02 set. 2015.

CARSALADE, Flávio. **Benefícios Econômicos da Preservação Histórica**. *Jornal Diário do Comércio*, Belo Horizonte, 25 abr 2001.

CARDOSO, P. de M; CYBALISTA, R.; NAKASHIMA, R. **O plano diretor de Mariana-MG: A Dificil Articulação Entre Planejamento Urbano, Patrimônio Histórico e Atores Políticos**. 2006, 22 p. Disponível em: <<http://polis.org.br/publicacoes/o-plano-diretor-de-mariana-mg-a-dificil-articulacao-entre-planejamento-urbano-patrimonio-historico-e-atores-politicos/>>. Acesso em: 20/08/2016.

CASTELLS, Manuel; BORJA, Jordi. **As Cidades Como Atores Políticos**. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, nº 45, p.152-166, 1996. disponível em: <http://novosestudios.org.br/v1/files/uploads/contents/79/20080626_as_cidades_com_o_atores.pdf>. Acesso em: 15 ago 2015.

CYMBALISTA, R.; CARDOSO, P. M. **A elaboração do Plano Diretor em uma cidade histórica: a experiência de Mariana, Minas Gerais**. In: CYMBALISTA, R.; SANTORO, P. F.; (org). *Planos Diretores: processos e aprendizados*. São Paulo: Instituto Pólis, 2009. 158p,

FÉRES, Luciana Rocha. **A evolução da Legislação Brasileira Referente à Produção do Patrimônio Cultural**. In: FERNANDES, E.; RUGANI, J. M. (Org.). *Cidade, memória e legislação: a preservação do patrimônio na perspectiva do direito urbanístico*. Belo Horizonte: Instituto dos Arquitetos do Brasil, 2002. 332 p.

FERNANDES, Edésio. **Estatuto da cidade, mais de 10 anos depois**. *Revista UFMG*, Belo Horizonte, v. 20, n.1, p.212-233, jan./jun. 2013

LA MORA, Luís de. **Produção Social do Habitat: Estratégia dos excluídos para a conquista do direito à cidade e à moradia**. In: *Novos Padrões de Acumulação Urbana na Produção do Habitat. Olhares Cruzados Brasil - França*. Editora Universitária, UFPE, 2010.

MATZKIN, Karin, Ianina. **Processo de Produção do Espaço nas Cidades Latino-Americanas Contemporâneas: Convergência ou Diversidade**. In: Gitahy, M. L. C. e Lyra, J.T.C. (orgs). *Cidade: Impasses e Perspectivas*. São Paulo: AnnaBlume/FUPAM, 2007, 320p.

MELO, Flávia Cristina Ribeiro de. **A Propriedade Urbana e o Instrumento da Transferência do Direito de Construir**. In: FERNANDES, E.; RUGANI, J. M. (Org.). *Cidade, memória e legislação: a preservação do patrimônio na perspectiva do direito urbanístico*. Belo Horizonte: Instituto dos Arquitetos do Brasil, 2002. 332 p.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
 ISSN: 2317-0468
 17 a 21 de outubro de 2016

PASSARELLI, Sílvia Helena. **Memória e identidade do bairro Estação São Bernardo: proteção da paisagem ferroviária.** In: GITAHY, M. L. C. e LYRA, J. T. C. (Orgs). Cidade: impasses e perspectivas. São Paulo: Annablume/ FUPAM, 2007, 320 p.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade.** 3ª edição. São Paulo. SP; Brasiliense, 1995. (Coleção Primeiros Passos, 203). 88 p.

STEPHAN, Ítalo I. C. **Planos Diretores em Minas Gerais: vinte anos de exigência constitucional.** Risco (São Carlos), V. 10, p. 46-56, 2009. Disponível em: <http://arquitetura.eesc.usp.br/revista_risco/Risco10-pdf/02_art05_risco10.pdf>. Acesso em 10 Nov 2015.

Web Sites:

Prefeitura de Mariana: <http://www.pmmariana.com.br>. Acesso em: 20/08/2016

Site Oficial de Turismo de Mariana: <http://mariana.org.br/> - Acesso em: 20/08/2016

ATLAS DIGITAL DOS BENS MÓVEIS E IMÓVEIS DE MG. Disponível em: <<http://www.atlasdigitalmg.com.br/>>. Acesso em: 17/08/2016.

Além de Vital Brasil e Campanha: Uma nova abordagem de Vital Brasil a partir de seu diário pessoal.

Matheus Barbosa Martins

Flavio Henrique Costa Costanti

Resumo:

Em suma, o caráter desse artigo tem como finalidade apresentar um relato da museologia brasileira e uma nova face da figura iconológica regional, adicionando uma nova camada à cultura campanhense, com este projeto buscamos o estreitamento dos laços da comunidade com a instituição, museu. Apresentando um formato possível de ver uma exposição.

Palavras Chaves: Vital Brasil, Museu-Casa, Reutilização, Iconografia Histórica, Cultura regional.

Summary:

In short, the purpose of this article is to present an account of Brazilian museology and a new face of the regional iconological figure, adding a new layer to the culture of Campanhã, with this project we seek the closer ties of the community with the institution, museum. Presenting a possible format to see an exhibition.

Keywords: Vital Brazil, Museum-House, Reuse, Historical Iconography, Regional Culture.

Projeto inicial

Considerando que o museu é essencialmente um componente fundamental na vida social, uma forma institucionalizada de transformar objetos em documentos produzindo, cultivando e analisando a memória (LIMA, Solange F) propõe-se, uma nova abordagem da trajetória de Vital Brasil.

O objeto em análise seria um fragmento de um caderno de poesias do Vital Brasil que se encontra no museu Vital Brasil na cidade de Campanha, com caligrafia de tinteiro do final do século XIX e começo do XX, carregado de um peso artístico e simbólico. Buscando assim não só uma consciência de preservação documental, como também a noção de fontes e sua importância no relato e na busca da formação da memória (LIMA, Solange F). Procurando dar uma nova face de Vital Brasil, individuo pertencente à cultura regional. Conhecido por ser médico, cientista e pioneiro no método de extração de soro antiofídico, traz para o personagem uma nova face ao apresentar suas poesias.

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
"O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História",
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016*

Trazer a luz o depositário afetivo de Vital, que atua como ícone referencial, tem como meta motivar os habitantes da cidade a apresentarem suas obras (início do século XX) de cunho sentimental e poético, que pode ter sido deixado por parentes ou conhecidos. Essas obras seriam expostas por um curto período de tempo em uma exposição de poesias e caligrafias inseridas no museu biográfico que carrega o nome de Vital Brasil.

Lidando com a afetividade dos museus, estreitando os laços da instituição com a sociedade que o rodeia reinventar esses espaços é afirmar um lugar para a cultura historiográfica de outros sujeitos históricos pertencentes ao município, conquistando um novo espaço, experimentando e inserindo sua história num lugar de memória (Georges Didi-Huberman). A chamada “cultura material que participa decisivamente na produção e reprodução social”. (MENESES. Ulpiano T. Bezerra).

A História do Museu e seu poder político

Inicialmente é importante esmiuçar e reconstruir o que é um Museu, quando trata-se de algo tão necessário como a definição do mesmo, ou a forma como foi construído, nada mais verídico e lucido do que um apanhado sobre a formação do Museu no Brasil. Temos como marco de grande importância para a formação do museu no Brasil a criação do Museu Real fundado em 1818 por Dom João VI, porém aberto ao público em 1821, e mais tarde outro fato histórico de grande relevância seria o Museu da História Nacional em 1922.

Os surgimentos de museus estão atrelados as conveniências políticas, foram sempre muito constantes na formação cultural do Brasil.

... A relação entre Estado e os museus nacionais, aos longos dos anos, suscita uma série de indagações que perpassa desde o ideal de se criar uma identidade para a nação brasileira, até a visão pessoal de cada colaborador do governo para criação de museus que buscam celebrar a nação. (MACHADO, Ana Maria Alves, Cultura, Ciência e Política: olhares sobre a história da criação dos museus no Brasil, Pág. 145).

A uma grande ligação com a criação desses museus e a influência Europeia que Portugal recebia e mais tarde no século XIX influenciou de forma direta no Brasil, colocando olhares que saiam do âmbito de gabinetes de curiosidade, trazendo um novo

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016*

valor ao museu histórico, possibilitando uma melhor entrada da filosofia iluminista em relação à nação e explorar suas outras novas funções de um objeto, lembrar o passado e comprovar fatos da história das nações.

O século XIX ficou marcado na História do Brasil e dos museus, como sendo “a era dos museus brasileiros”, devido à criação de vários museus.

Tais instituições passaram, então, a ser vistas como verdadeiros meios de ensino da história que se desejava divulgar: de visão iluminista, articulando passado, presente e futuro de forma linear em seus discursos expositivos. Isso deve-se ao fato de que suas equipes organizadoras eram compostas pelos historiadores de maior prestígio do IHGB (MACHADO, Ana Maria Alves, Cultura, Ciência e Política: olhares sobre a história da criação dos museus no Brasil, Pág. 147).

No governo de Vargas foi criado o Serviço de Patrimônio Artístico Nacional, SPAN e mais tarde SPHAM, criado em 1937, vinha como ideia reorganizar nossa memória num sistema mais conceitual, implementaria oficialmente a criação de instituições voltadas à preservação de bens culturais da história nacional, esse modelo propõem uma ideia diferente da que era usada por Gustavo Barroso, de culto ao passado exaltando seu cunho patriótico através dos feitos dos homens ilustres. Dentro desse modelo de criação que vem substituir o antigo, podemos pensar na criação de dois modelos um proposto por Mario de Andrade e o outro por Rodrigo Melo.

O modelo criado por Mario de Andrade previa que os museus deveriam expressar o valor identitário que representassem a comunidade local, o segundo advertia para o caráter nacional dessas instituições, para o Rodrigo Melo os museus teriam como finalidade serem destinados a uma elite cultural, que não necessitaria de ajuda e assim contribuiria para a formação do conhecimento de arte no Brasil. Deixando claro que a política do Estado Novo entendia o povo como massa, sem formas próprias de expressão, Mario de Andrade levantava outra teoria em seu modelo, uma postura de valorização do povo, reconhecendo a criatividade das manifestações populares à presença viva das raízes culturais.

Estando a frente do SPHAN, Rodrigo Melo Franco mantém uma postura muito semelhante entre 1936 – 1967.

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016*

O pensamento museal proposto nesse longo período pelo SPHAN sofre reveses, na década de 1970, quando os museus são utilizadas como instrumentos de veículos de discursos oficiais, com tendências a efetivação do ideal do regime militar (MACHADO, Ana Maria Alves, *Cultura, Ciência e Política: olhares sobre a história da criação dos museus no Brasil*, Pág. 154).

O Funcionamento e um novo olhar para objeto

A palavra museu traz com ela muitas associações exemplo: um espaço para guardar coisas velhas, ou também de lazer, deleite, contemplação e diversão. Para ilustrar melhor a definição podemos pensar “experiências vivenciadas se projetam para além do deleite e da diversão. Programas e projetos educativos são gerados, como base em modelos sociais e culturais.” (Marandino, Martha, *Museus de ciências como espaços de educação*, pág. 173).

O discurso museal apoia-se no objeto, na sua fonte de riqueza e de interatividade.

O papel dos objetos foi desde a época da Renascença até o um período recente, comum a escola e aos museus. Estas duas instituições conservaram uma reflexão comum sobre o interesse do objeto na aprendizagem e de sua importância... (MARANDINO, Martha, *Museus de ciências como espaços de educação*, pág. 174).

Quando colocamos o museu em pratica, “para funcionar” os olhos se voltam para as relações pedagógicas dentro dos museus, ou seja, como passar a informação e interagir com o público visitante. É necessário caracterizar especialmente o processo de transposição didática, no interior da instituição museu, na sua dimensão educação e comunicação, “tem a intenção de afirmar os espaços de museus enquanto locais onde se estabelecem relações pedagógicas próprias e que, em um determinado momento, poderão ser utilizados pela escola ou qualquer outra instituição” (MARANDINO, Martha, *Museus de ciências como espaços de educação*, pág. 180). Na constituição do discurso expositivo é desse modo, determinado pelas especificidades de tempo, espaço e objetos do museu, provocando uma linguagem específica de comunicação com o público.

Finalizando sabemos que o papel dos educadores de museus não deve apenas se reduzir a “tradução” das informações ali contidas. O trabalho interdisciplinar, embora possua em sua trajetória um difícil caminho passando desde problemas epistemológicos,

políticos e econômicos, mas que não tiram a importância de se buscar uma verdadeira comunicação e interação.

Objeto histórico e seus valores

É importante entender o que é o objeto histórico e ressaltar o valor de ordem ideológico e não cognitivo que o mesmo possui, tornando-se fontes excepcionais para se entender a sociedade que os produziu ou reproduziu enquanto objetos históricos.

Concebe-se correntemente o museu histórico como aquele que opera. Se, contudo, é a dimensão do conhecimento que sobe à tona, é preciso redificar e dizer, como vimos que o museu histórico deve operar com problemas históricos, isto é, problemas que dizem respeito à dinâmica na vida das sociedades. (MENESES, Ulpiano T. Bezerra, A exposição Museológica e o conhecimento histórico. Pág. 28).

Uma questão de grande importância seria a exposição como uma convenção, ensinar o que é um museu o que seria uma exposição e como devem ser utilizados.

Não tornar o livro de memórias um objeto de fetiche trazer este objeto para perto da população desconstruindo o valor de contemplação e surgimento dessa forma uma ruptura com o autor e os visitantes, propondo uma junção de poesias da mesma época escrita por cidadãos campanhenses.

.O museu casa biográfico situado em Campanha enaltece a história de um personagem brasileiro, revolucionário no ramo da medicina. Vital Brasil desenvolveu o método de soro antiofídico, contemporâneo de Oswaldo Cruz na época da revolta da vacina em 1904.

Tal figura iconológica é extremamente ligada afetivamente com o município, comércio e moradores. A cidade recebe nomeação de Vital Brasil em ruas, lojas, praças, escolas, rodovias e o seu Museu. A chamada “cultura material” participa decisivamente na produção e reprodução social. (FIGUEIREDO, Bethânia Gonçalves).

A idéia é abordar uma exposição no espaço musicológico regional, uma caracterização corrente que dele se fez foi fetichizar seus objetos na exposição, uma releitura de circos e zoológicos institucionalizados, um gabinete de curiosidades para entretenimento do espectador, pois o museu conta como atração cobras em vidros e peles de diversas espécies. A tarefa seria trilhar o caminho inverso da fetichilização, isto é, partindo do objeto para a sociedade.

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016*

O museu tem como acervo um objeto em questão, que seria um fragmento de um caderno de caligrafia de tinteiro, que contém poesias autênticas e outras de valor afetivo de épocas da vida de Vital, um peso artístico.

Esse objeto nos apresenta uma nova face da figura nacional, além de um médico e cientista, um poeta. Acrescentando na identidade do ícone e da sociedade que o representa.

Entre memórias e resquícios de Vital Brasil

O museu foi casa da Vital Brasil até seus 5 anos de idade, “Embora o “cenário” seja o mesmo, devido a restauração do espaço, a história será outra. Fisicamente a família não está mais lá, mas é impossível apagar sua presença. (RANGEL, Aparecida M.S. “revista museus 2007”, p.82). Os testemunhos manemômicos que ali estão, representados pelo objeto, possuem, todos eles, uma ligação com o antigo proprietário, tornando sua presença muito marcada.

Fundamentalmente dialético, o museu serve tanto como uma câmara mortuária do passado – com tudo que acarreta em termos de decadência, erosão e esquecimento -, quanto como um lugar de possíveis ressurreições, embora mediadas e contaminadas pelos olhos do espectador. (Huysen, “Vida e morte nos museus casa”, 1996. Pag. 225).

O que está sendo feito é um paralelo entre o antes e o depois: a casa cheia de vida habitada pelos moradores da casa, que se torna um museu, onde o silêncio ecoa. Transformar o museu-casa em algo que vive de novo tem o desafio de trazer certa dinamização de um espaço que não é mais residência, mas se comporta como tal. “Como um espaço e um campo para reflexões sobre a temporalidade, a subjetividade, a identidade e a alteridade (Huysen, “Vida e morte nos museus casa”, 1996, p.226)”.

Intencionalmente trazer a luz essas poesias, tanto de Vital, quanto dos cidadãos campanhenses, em projeções nas paredes. Ligando o passado com a atualidade, a caligrafia de tinteiro e a tecnologia de projeção. “O passado deixa de ser comunicado apenas como “tradição”, para se aproximar o tempo contingente das relações cotidianas”.

Objetos materiais, com valor sentimental, cedido pela família são o que nos possibilita do fazer histórico – através dos objetos que tentamos entender/conhecerem – o caderno de poesias de Vital Brasil nos possibilita entender a sociedade em que ele viveu.

Desenvolvendo uma nova exposição

A primeira etapa de apresentação será com as crianças e adolescentes do ensino fundamental e médio, somando uma característica a mais na figura histórica que possui o mesmo nome que a instituição, como forma de uma homenagem ao filho natural da terra. De uma forma mais dinâmica e horizontal, abordar esse assunto sobre memória cultural em uma roda de conversa seria o ideal, falar e ouvir o que os cidadãos têm por entendimento de Vital, que mesmo falecido, se encontra rotineiramente no cotidiano dos campanhenses.

Somando um novo aspecto a cultura regional da cidade, o museu se encarrega de trazer essa revolução na sua coleção “ao museu não compete produzir e cultivar memórias, mas analisá-las, pois elas são um componente fundamental na vida social” (FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves).

Apresentar uma nova face de Vital, para a nova face de Campanha, os alunos, a próxima geração. Com o intuito de colocar a voz dos jovens, na letra de uma figura do passado, uma ponte do passado com o presente. “Originando de uma necessidade de massa, esse fragmento de caderno tem um valor artístico, não somente uma produção individual, e sim coletiva – (Ernest Fischer)”, trazendo uma reciclagem pro personagem, para instituição museológica, para a escola e para a região. Entretanto, a sociedade se manifesta numa tendência de permanecer estável, para se transmitirem como herança de geração a geração. “As classes oprimidas nada vêem de sagrado ou moralmente superior nas formas tradicionais gastas – (Ernest Fischer, A necessidade da Arte, p.148)”. Logo o morador campanhense não entende o profundo sentimento e a real importância da figura histórica como valor cultural de sua região. A identidade de Vital que é considerada relevante para a história municipal é a figura de um médico, doutor, cientista, trazendo apenas um sentimento de desejo/motivação para realização material, uma proposta de ascensão, ligada diretamente ao modelo construído de um mito.

Temos como referencia a idéia de Fischer que coloca o elemento social como fator decisivo na formação dos estilos na arte, pois Vital Brasil só conseguiu produzir tal obra artística por pertencer a uma classe que lhe concedeu um suporte intelectual e material para que a produção artística fosse bem sucedida. No mundo burguês, a arte é vista como um “hobby” uma distração que não merece atenção de pessoas extremamente ocupadas com política e negócios. (Ernest Fischer)

O que causa uma contra censos, pois o ramo artístico é um dos mais politizados e movimentadores de um fluxo monetário altíssimo no mundo dos negócios. “Uma obra de arte é encarada não como um acontecimento efêmero, mas como uma ação cujas conseqüências alcançam muito longe: nascida no real, ela reage sobre a realidade.” (Ernest Fischer, *A necessidade da Arte* p.234).

Considerações Finais

Devemos adotar uma postura diferente ao analisar esse fragmento histórico com seu valor de obra de arte, que mesmo sendo produzido há um século, ainda tem impactos surpreendentes na história da região, trazendo um movimento para os artistas e seus talentos escondidos.

Mostrar que Vital assim como qualquer outro cidadão campanhense possuía suas anotações, de valor afetivo e histórico. Haver a possibilidade de transformar um espaço institucionalizado de memória, com poesias da figura identitária e da população “é sugerir uma consciência de preservação documental como também a noção de que história se faz com fontes e fontes desse tipo”. (LIMA, Solange F). Um objeto com a função de aproximação da figura histórica com o individuo ordinário.

Não possui o objetivo de reconfigurar a sociedade do início do século XX em campanha, sim aproximar a população e as escolas através da manifestação da arte de uma figura emblemática da cidade.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS:

Ernest Fischer, **A necessidade da Arte.**

Huyssen, **“Vida e morte nos museus casa”**, 1996.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

RANGEL, Aparecida M.S. “**revista museus**”, 2007. **Museus: dos gabinetes de curiosidades à museologia moderna / Betânia Gonçalves Figueiredo, Diana Gonçalves Vidal, organizadoras 2ª. Ed. – Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2013**

MENESES, Ulpiano T. Bezerra, A exposição Museológica e o conhecimento histórico. **Museus: dos gabinetes de curiosidades à museologia moderna / Betânia Gonçalves Figueiredo, Diana Gonçalves Vidal, organizadoras 2ª. Ed. – Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2013**

Marandino, Martha, Museus de ciências como espaços de educação. **Museus: dos gabinetes de curiosidades à museologia moderna / Betânia Gonçalves Figueiredo, Diana Gonçalves Vidal, organizadoras 2ª. Ed. – Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2013.**

MACHADO, Ana Maria Alves, Cultura, Ciência e Política: olhares sobre a história da criação dos museus no Brasil. **Museus: dos gabinetes de curiosidades à museologia moderna / Betânia Gonçalves Figueiredo, Diana Gonçalves Vidal, organizadoras 2ª. Ed. – Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2013**

Uma face da glória: os museus da Força Expedicionária Brasileira.

Humberto Ferreira Silva

Resumo:

Logo após o fim da Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945), retornava ao Brasil os combatentes da Força Expedicionária Brasileira (FEB), iniciava-se para os pracinhas um novo combate pelo reconhecimento e reintegração à sociedade. Após algumas divisões foi formada a Associação Nacional dos Veteranos da Força Expedicionária Brasileira (ANVFEB), com sua sede nacional na capital fluminense. A criação dessa entidade visava não só o amparo legal aos ex-combatentes mas também enquanto “lugar de memória”, onde os museus da FEB são instituições que demarcam a identidade cultural desse grupo. O objetivo do presente artigo será analisar a partir do Museu da FEB em Juiz de Fora – MG e a sua escrita museal da história da participação brasileira, onde o objeto é investido de significados na relação do veterano com os documentos.

Palavras-Chaves: coleção, museu, museologia, memória e patrimônio.

Abstract:

Shortly after the end of World War II (1939 - 1945), returned to Brazil fighters of the Brazilian Expeditionary Force (FEB), began to the GIs a new fight for recognition and reintegration into society. After some divisions was formed the National Association of Veterans of the Brazilian Expeditionary Force (ANVFEB), with its national headquarters in the state capital. The creation of this body aimed not only legal support to ex-combatants but also as a "place of memory", where FEB museums are institutions that mark the cultural identity of this group. The purpose of this article is to analyze from the FEB Museum in Juiz de Fora - MG and its museum written the history of Brazilian participation, where the object is invested with meaning in the veteran's relation to the documents.

Keywords: collection, museum, museology, heritage and memory.

Introdução:

“Um dia tudo isso será esquecido”, sentenciou um dos personagens do filme “A Estrada 47”. Após um ataque de pânico na linha de frente, um grupo de soldados brasileiros liderados por um tenente e Guimarães, “Piauí”, Laurindo e o jornalista e correspondente de guerra Rui, encaram uma jornada eletrizante para desarmarem um campo minado que bloqueava o acesso a estrada 47 pelos Aliados. Embora uma obra de ficção, o longa metragem do diretor Vicente Ferraz representa aspectos importantes da participação brasileira na II Guerra Mundial (1939-1945). O filme tornou-se um bom

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016*

suporte para captar algumas lembranças, exercendo um papel de formação e reorganização enquanto enquadramento da memória. Ligado não só as capacidades cognitivas, o filme testemunho e documentário pode captar as emoções, tornando se um agente em potencial para as reelaborações sucessivas da memória coletiva e através de canais televisivos da memória nacional (POLLAK, 1989: 11).

Após 70 anos do fim da guerra, o conhecimento da participação da FEB no conflito é pequeno entre os próprios brasileiros. Em uma época de conflito recordada pela barbárie, os seus líderes militares, o Holocausto, a bomba atômica e as suas conseqüências devastadoras, a memória de muitos está distante da luta de Guimarães, “Piauí”, Laurindo e outros cidadãos-soldados que foram à Europa. Talvez por ter sido uma guerra que não fora travada em nosso território mas mesmo assim não podemos falar que foi totalmente esquecida, pois em algumas conversas informais percebemos as lembranças de vizinhos que foram à guerra ou de próprios familiares. Sendo assim um dos episódios centrais do século XX pode ter ficado marcado na memória coletiva, através de músicas populares, romances, diários, feriados, nomes de lugares e instituições, como também monumentos. A guerra para o brasileiro é rememorada em publicações e pesquisas por uma época de escassez de produtos, os torpedeamentos dos navios mercantes nacionais, as políticas públicas de mobilização pelo regime Estado Novo de Getúlio Vargas (1937-1945) e o esforço coletivo de guerra para enfrentar os exércitos nazi fascistas na Itália (CYTRYNOWICZ, 201: 22). Mas como foi essa guerra enfrentada por nossos pracinhas? Por que os soldados brasileiros foram lutar em nome de uma democracia que não existia em seu próprio país? Como foi o desempenho da única tropa sul-americana contra o experiente inimigo nazista? E a vida no pós guerra?

O filme “A Estrada 47” tem o mérito de registrar o lado humano do pracinha e sua perplexidade diante de uma situação muitas vezes sem sentido. A distância de casa, as tristezas, o medo, a busca pela sobrevivência, a camaradagem com os companheiros, enfim todas as experiências dessa situação limite são transformadas em memórias traumáticas ou não. O regresso ao Brasil de forma vitoriosa em meio a festas e homenagens não revelava as dificuldades sofridas por muitos expedicionários em sua reintegração. Os laços de amizade criados na campanha da Itália e a necessidade de auxiliar os companheiros foram a semente para a criação de associações em todo o país.

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016*

Analisaremos essas agremiações enquanto locais de guarda dessa memória e salvaguarda de acervos que deram origem a museus em várias seções regionais e na sede principal, a Casa da FEB no Rio de Janeiro-RJ.

Na seqüência realizaremos um pequeno estudo do acervo do Museu da FEB da ANVFEB de Juiz de Fora-MG e sua relação com os próprios veteranos. Quais eram as narrativas encontradas desse conflito. Essa pesquisa sobre a instituição foi o resultado do trabalho de conclusão da graduação de História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e será relevante para analisarmos as potencialidades desses acervos e o seu valor social enquanto museu histórico.

As Associações de ex-combatentes: confraternização, amparo e preservação da memória.

No dia 17 de Setembro de 1945, chegava ao Brasil o navio Gen. Meighs, trazendo o 4º escalão da Força Expedicionária Brasileira, retornando do território italiano após o fim das hostilidades no continente europeu. A embarcação americana “AP – 116 Gen. Meighs” transportava 5342 homens, agora veteranos e testemunhas do maior conflito armado do Século XX; trazendo consigo todas as marcas, lembranças e a felicidade de estarem de volta ao território brasileiro e a preocupação de como seria suas vidas após a guerra. Em seu diário, o então Tenente Ruy de Oliveira Fonseca, comandante do Pelotão de Petrechos da 4ª Companhia do II Batalhão do 11º Regimento de Infantaria Expedicionária, registrou as seguintes palavras:

Prontos para desembarcar, aguardamos a hora prevista com ansiedade; recolho-me com meus pensamentos e fico imaginando o que se sucederá de agora para a frente. O Exército deverá me dispensar e, voltando à vida civil, começo a poupar-me. Será que meu emprego no Ministério do Trabalho me será restituído? Voltarei à luta no magistério, correndo colégios à procura de vaga de professor? Também não descarto a idéia de continuar no Exército, se houver oportunidade. Enfim, tudo se afigura nebuloso e me causa uma ponta de revolta íntima, pois a razão, deturpada ainda pelos percalços que sofri, sugere que tenho direitos especiais e que devo reclamá-los. O bom senso, porém, me alerta que os sofrimentos e os riscos de foram cobertos pelos vencimentos triplicados, pela boa alimentação, pelo armamento moderno e pela excepcional oportunidade de servir a pátria, que tudo me proporcionou para que eu me criasse, me educasse e me tornasse um cidadão. (FONSECA, 2002: 229)

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016*

As expectativas e temores do tenente simbolizavam os anseios de muitos expedicionários. O regresso dos soldados foi marcado por grandes festas e comemorações, seja na então capital federal, o Rio de Janeiro ou na terra natal dos pracinhas espalhadas por todo Brasil; eram saudados como heróis que colaboraram na derrota do Nazi-fascismo. Cabe ressaltar que a dissolução da FEB foi feita através do Aviso nº 217-185, de 06/07/1945, expedido pelo Ministro da Guerra, o General Eurico Gaspar Dutra, antes mesmo do 1º Escalão voltar ao solo brasileiro em 18/07/1945 (LINS, 1975: 194). Esse ato demonstrava uma ação preventiva do governo de Getúlio Vargas para enfraquecer qualquer tentativa de apropriação do prestígio das tropas brasileiras para uma possível oposição ao seu regime, tratava-se de um ato que bloqueasse os expedicionários como aliados no combate ao pacto conservador das elites políticas. Se para a maioria dos febianos as discussões sobre o governo do país eram distantes, grande número dos oficiais da FEB engrossava a oposição ao Estado Novo de Getúlio Vargas. O contexto político vivenciado pelo retorno dos expedicionários trouxe um grande dilema aos ex-combatentes: os de origem civil foram mantidos distantes de qualquer participação política e os oficiais (não-licenciados) sofreram oposições e reservas dos militares “espada-virgem” que ficaram no Brasil (FERRAZ, 2012:139). Em suma, os integrantes da FEB não receberam um programa de reintegração completo ao retornarem de um grande conflito militar como a II Guerra Mundial. Apesar de serem criadas diversas leis e benefícios, os ex-combatentes não foram apoiados com os “direitos especiais” desejados pelo Tenente Ruy em seu diário ao retornar ao país natal, saía de cena o soldado brasileiro herói dos desfiles aos rótulos de “neurótico de guerra” e os problemas com o desemprego e alcoolismo.

O retorno de uma experiência limite como a guerra resulta na formação de vínculos, laços de camaradagem criados no front que durante e após os conflitos bélicos, tornam soldados em “irmãos de armas”, expressão comum que denota a ligação criada entre esses homens e a identificação com seus respectivos distintivos. A criação de associações remonta um processo histórico, onde desde a segunda metade do século XVIII, civis eram recrutados e ao voltarem na condição de cidadãos-soldados buscavam seus direitos, através de benefícios e amparo prometidos por suas nações. A formação desses grêmios de ex-combatentes se tornou um fator de força social e política, tendo sido

grupos de destaque no período entre - guerras, no século XX. Ao ressaltarmos o impacto desses ex-combatentes em suas sociedades de origem, a I Guerra Mundial trouxe valores de combatentes patrióticos com sentido de honra e companheirismo, forjados nos campos de batalha. A influência desses homens ressoou em cada população de forma diferente: se na França incutiram a importância da paz e cidadania, na Alemanha, derrotada em 1918, ganhou espaço o revanchismo e o nacionalismo extremista. Em outros países como os Estados Unidos da América e a Inglaterra, o pós-guerra se edificou em buscas por pensões e benefícios, já na Austrália a participação na I Grande Guerra trouxe uma justificativa formada nos conflitos para a construção de uma identidade nacional. Se o primeiro conflito mundial resultou em sua maior parte em um apelo restrito aos combatentes defensores da pátria, a II Grande Guerra foi um embate total, onde foram afetadas todas as sociedades, que de alguma forma participaram da luta. O retorno desses combatentes, em análise feita pelo historiador Francisco César Ferraz, impossibilitou a tomada para si das honras e fardos da guerra, pela sua própria caracterização como “guerra total”, não diferenciando militares e civis. Segundo o pesquisador a Segunda Guerra “tornou todos um pouco vítimas e um pouco algozes na barbárie (FERRAZ, 2012: 31-37).

Ao enfocarmos o caso dos expedicionários brasileiros temos um impacto muito mais restrito em sua sociedade comparando com as grandes nações beligerantes. O envio de tropas a Itália, segundo Ferraz, nunca foi elevado a marco de referência histórico como foi nos Estados Unidos e Europa, esse fato fica exemplificado pela maioria de nossos livros didáticos e manuais que pouco citam e analisam o emprego de soldados brasileiros na II Guerra Mundial (FERRAZ, 2012: 24). Em contraponto se compararmos o número de monumentos edificadas no Brasil aos mortos na Segunda Guerra, nomes de ruas, bairros, documentários, livros, etc., tornam se um indicativo contrário, a memória da FEB entre a sociedade brasileira não se restringiu somente ao meio militar e familiar dos pracinhas e sim, ressoaram de forma a deixar registros na memória nacional e italiana, cabendo então a historiografia trazer à tona passagens, apropriações e significados sobre esse episódio recente da história brasileira (ROSENHECK, 2008: 15). Um caminho que se descortina como “lugar de memória” e investigação são as associações de ex-combatentes.

As agremiações de expedicionários no Brasil enfrentariam as mesmas dificuldades de outros grupos de veteranos espalhados pelo mundo a fora, no tocante a reintegração social. O emprego de civis incorporados à reserva pelo serviço, a relação entre o Estado Nacional com os veteranos, sua volta à vida civil, a busca por direitos, a retomada dos vínculos criados na guerra pelas Associações e suas comemorações foram questões e problemas enfrentados por ex-combatentes das guerras mundiais em várias partes do globo. Ao exaltarem as datas e comemorações como vitórias, datas marcantes como a do embarque e a do fim da guerra, os ex-combatentes demonstram sua vontade e busca pelo registro. Os expedicionários representam no pós-guerra o papel de agentes de memória, definidos como “um conjunto de cidadãos que desempenham esforços de rememoração e valorização permanente de suas ações do passado não apenas com os objetivos de comemoração dos feitos, mas como condição de sobrevivência concreta e identidade social” (FERRAZ, 2012: 31 - 37).

O retorno da guerra apresentou um novo combate aos expedicionários, os problemas, já citados, referentes à reintegração foram determinantes para criarem associações, onde poderiam buscar por seus direitos e manterem os laços de companheirismo e celebração da campanha na Itália. Sendo assim, foi fundada no dia 1º de Outubro de 1945, a Associação de Ex-Combatentes do Brasil, entidade difundida para várias cidades pelo país (LINS, 1975: 202). As associações congregavam elementos pelo local de residência de seus associados, tendo em suas seções, expedicionários dos três regimentos integrantes da 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária. A Associação dos Ex-Combatentes do Brasil (AECB) tinha como iniciativa promover a integração social entre os expedicionários vindos da guerra, representando seus interesses coletivos perante as autoridades, preservando e promovendo as conquistas dos brasileiros na Itália e prestando serviços sociais e jurídicos, tendo como princípio ser apolítica. Com sua formação, a AECB mantinha-se restrita aos ex-combatentes que integraram a FEB em solo italiano e os militares que patrulharam o litoral brasileiro, esse pré-requisito que foi “afrouxado” com o tempo e a expansão do conceito “ex-combatente” a outros tipos, como veteranos estrangeiros. As novas denominações de ex-combatente trouxeram um grande aumento ao número de não-expedicionários, que chegaram a ser predominantes em algumas seções em comparação aos integrantes da FEB. Se nos anos 1950 tivemos um acréscimo no

número dos não expedicionários, posteriormente os benefícios foram estendidos a indivíduos que não participaram de diretamente de operações de guerra, tendo os não febianos superado aqueles que tiveram em combate nos Apeninos italianos. Com o decorrer dos anos, o Conselho Nacional da AECB tomou a decisão de não diferenciar os expedicionários das outras categorias de ex-combatentes. As discordâncias com a igualdade de reconhecimento perante o Estado e a sociedade entre ex-combatentes, levou a cisão e a criação no Rio de Janeiro, grande reduto de expedicionários, do Clube dos Veteranos da Campanha da Itália, no mês de julho de 1963. Tendo como componentes expedicionários, civis e militares, o requisito preponderante para afiliação era portar a Medalha de Campanha, condecoração conferida aos militares da ativa, da reserva e assemelhados que participaram de operação de guerra definida pelo Decreto- Lei nº 6.795 de 17 de Agosto de 1944. O clube tinha sua sede localizada na Rua das Marrecas, nº 35, na cidade do Rio de Janeiro, onde passou por mudanças em seu nome: Associação dos Veteranos da Força Expedicionária Brasileira (AVFEB) em 1969 e três anos após, para a atual denominação de Associação Nacional dos Veteranos da FEB (ANVFEB). Com 41 seções em todo país, a ANVFEB dispõe de um colegiado nacional e diretoria central com sedes no Rio de Janeiro (FERRAZ, 2012: 247).

As associações mantêm se com as contribuições de seus membros e doações de instituições públicas e privadas. Com o passar do tempo, o falecimento dos veteranos e a falta de novos associados contribuíram de forma decisiva para uma crise financeira e o fechamento de algumas entidades. Esse problema pôs em risco os acervos custodiados, onde foram propostas idéias de doação à seção mais próxima. Há pouco interesse de instituições como centros de documentação e universidades por esses documentos e objetos. O desafio imposto aos pracinhas remanescentes é manterem esses acervos e museus resguardados mesmo com o fechamento das entidades. Devido ao esquecimento de boa parte da sociedade civil, o caminho natural tem sido a doação para as Forças Armadas (FERRAZ, 2012: 327 - 329).

Podemos destacar algumas instituições de destaque como o Museu do Expedicionário em Curitiba – PR, a Casa da FEB no Rio de Janeiro – RJ, o Museu da Paz em Jaraguá do Sul – SC, entre outros como os de Belo Horizonte e São João Del Rei – MG. Observa –se a existência de acervos relativos à FEB em museus municipais e do

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016*

Exército. Na Itália há espaços museais que relembram a participação dos brasileiros na luta contra as forças nazistas. Em Montese, cidade libertada pelos pracinhas, é mantido o Museu Difuso da Linha Gótica, um museu de território, com uma rede de lugares e caminhos através de vilas e bosques com monumentos dedicados às instalações históricas e à cultura local. Em meio há tantas instituições, quais as narrativas da campanha compostas pelos veteranos através desses objetos? Qual o valor desses acervos?

A escrita museal da FEB.

As fotografias, os uniformes, as cartas recebidas, agora são semióforos, não detinham mais a utilidade original para que foram fabricados mas agora eram dotados de um significado, estabelecendo uma mediação entre o visível e o invisível para aquele grupo (POMIAN, 1984: 67). Após a guerra, estes objetos históricos correspondiam a uma necessidade de um presente que demonstrava o progressivo esquecimento com a FEB. A formação de coleções sobre esse evento representa a seleção de fotos e experiências em um novo arranjo, resgatando assim a perda histórica de forma a ser guardado e lembrado (RANGEL, 2011: 4).

Os espaços museais da FEB por sua tipologia de acervo podem ser considerados museus militares, inseridos nos museus de história. A partir de pesquisas contemporâneas no campo da Museologia, um museu militar é caracterizado como uma instituição permanente, sem fins lucrativos que adquire, conserva, pesquisa, interpreta e exhibe a evidência tangível e intangível da história militar e serve a sociedade para o questionamento e exposição dos impactos de conflitos como também a perpetuação de valores pacifistas em seu meio (TEIXEIRA, 2011: 8 - 10).

O Museu da FEB em Juiz de Fora-MG: uma face da glória.

Anteriormente citamos um trecho do diário de Ruy de Oliveira Fonseca, onde em contraponto ao livro lançado pelo jornalista William Waack: *As Duas Faces da Glória*, Ruy intitulou a sua publicação como “Uma face da glória”. Talvez esse título seja representativo para a escolha daqueles testemunhos históricos e monumento como um

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016*

discurso identitário que desse aos expedicionários credibilidade junto à sociedade (CHOAY, 2006: 13). O museu é um meio de formar uma rede de receptores, mantenedores e transmissores dos feitos da FEB. Do herói que fora defender o Brasil e o mundo de seu agressor aos tempos de paz mantendo o papel de guardião da democracia, a exposição é um ato comunicativo que almeja ser elucidativo do que foi a campanha de forma a manter um vínculo sentimental e proporcionar uma identificação do grupo dos pracinhas com o público (AMARAL, 2001: 102).

O espaço proporciona um diálogo com a definição de museu memória da pesquisadora Myrian Sepúlveda dos Santos. Os objetos preservados são fragmentos do passado, símbolos daquela campanha, como citado anteriormente elas contemplam o imediato (visível) e não aquele invisível que se pretende salvaguardar (SANTOS, 2006: 27). A memória não está aprisionada naqueles objetos, sendo assim, o autêntico como substituto da experiência perdida mantêm uma ressonância à um público restrito de curiosos e entusiastas (CHAGAS, 2002: 18). Em um museu memória como esse a história da FEB está submetida ao poder mágico, simbólico e afetivo dos objetos, propondo uma interação e um estímulo à imaginação de alguns e uma recordação para outros, como observado pela historiadora Maria do Carmo Amaral sobre o Museu do Expedicionário de Curitiba – PR (AMARAL, 2001: 123).

OS VETERANOS E O MUSEU: VOZES DE UM CONFLITO

Passos vagarosos e olhar contemplativo, as fotografias e objetos parecem aproximar o passado. A relação entre o veterano, homem/sujeito e o documento/bem cultural, onde se encontra o despertar da memória, abrindo caminhos para a comunicação de idéias, sentimentos, sensações e intuições (CHAGAS, 2002: 22). Quem são esses sujeitos e quais são as reminiscências que surgem a partir dos objetos museológicos, esse é o nosso objetivo deste capítulo. Quando falamos sujeitos, nos referimos aos responsáveis diretos, como indivíduos formadores de uma identidade coletiva. O processo de pesquisa e divulgação se torna instigante com os relatos dos veteranos e a sua possibilidade de apropriação e sentido a coleção.

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016*

Quais são então as lembranças que surgem no contato do veterano, seu olhar, com a coleção exposta no museu. Tivemos uma grande oportunidade de contar com relatos de alguns associados, fato que possibilita uma maior compreensão desses objetos e documentos expostos e seu significado. Se ao museu falta um planejamento museológico, como legendas explicativas, as entrevistas constituem o espaço de um maior sentido e interpretação ao apresentar narrativas intrínsecas ao documento/bem cultural. A referência aos associados e companheiros falecidos em combate é destaque na exposição, como fora descrito. José Maria da Silva Nicodemos, nascido no distrito de Araci no município de São João Nepomuceno-MG em 26 de Setembro de 1922, integrou a FEB como Cabo apontador do morteiro 81 mm da Companhia de Petrechos Pesados do 11º RI, sediado em São João Del-Rei-MG. Ao contemplar as fotografias de seus companheiros, Zé Maria estabelece um dialogo com José Lopes de Oliveira, nascido em Tabuleiro-MG, que foi a guerra como soldado cozinheiro da Companhia de Petrechos Pesados I:

“São, de companheiros nossos que por aqui passaram... não digo a maioria, 90% deles aí serviram no 12º RI, no pré-guerra, e... alguns deles participaram da Associação, mas tem alguns também que não são daqui, que não serviram, quer dizer não participaram da Associação mas forma companheiros, ali por exemplo tem a foto do... Frei Orlando, né?! Ali a foto do Frei Orlando, ele não serviu, ele serviu no 11, mas foi um companheiro, perdeu a vida, não em combate mas num acidente. **Zé Lopes:** - Foi no campo de batalha né?! É, um acidente de arma de fogo, disparada acidentalmente que o vitimou... **Zé Lopes:** - Diz que ele foi arremessar uma pedra com o fuzil! Foi um guerrilheiro italiano, eu não lembro mais o nome do italiano não. **Humberto:** - Tem mais algum que foi companheiro de vocês? Acho que consta até mortos em combate. Sim, tem, tem si... o que mais que eu vou dizer?!... aí tem a foto de um soldado de nome Altivo, aqui de Juiz de Fora, eu recordo dele, Altivo Isidoro, eu recordo dele, recordo como funcionário do Laticínio Candido Tostes... depois da guerra, trabalhou lá... já ouvi duas ou mais vezes uma história a respeito dele... que, história essa que fala, num feito, de coragem né?! Demonstrada por ele, que ele recebeu a medalha americana chamada Silver Star, ou seja, medalha de Prata, agora com relação a isso eu fico muito preocupado, porque há vários anos, fazendo parte da Associação, junto com os demais companheiros aí, eu fui um dos que sempre, que tive contato com pessoas da família dele... eu sempre pedi, que fosse trazido aqui, pra gente tirar, eu falo cópia Xerox, porque do diploma, porque medalha sem diploma não vale nada, que pra gente também enriquecer esse pequeno museu, esse memorial aqui, mas infelizmente até agora que nós estamos conversando aqui, não valeu meu pedido não ... a Fátima nossa secretária ali, também nos ajudou muito com esse pedido,... até agora nada, é pena né?! Porque...é um feito sem similar, porque é, digamos assim, o que eu lembro da minha Companhia, do meu Batalhão, do meu Regimento, não é... nunca ouvi falar de um soldado tivesse recebido da mão do Comando americano, a medalha de Prata... entendeu... quer dizer, é uma

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

coisa extraordinária, que deveria estar aqui pras pessoas até se orgulharem de um conterrâneo que foi homenageado dessa forma...”¹

O processo de preparação e organização da FEB não passa despercebidos nas reminiscências dos veteranos, Zé Maria faz um análise crítica do sigilo do embarque ou falta do mesmo em consideração a espionagem feita por partidários do Eixo após o Brasil se posicionar ao lado dos Aliados:

“Nesses anos todos de organização e preparo, e a participação, viagem para Europa, participação no território italiano, de combates de luta armada... eu fico pensando em coisas que aconteceram no passado na preparação, por exemplo, um determinado dia de setembro de 1944... nós, quando eu falo estou referindo ao meu pelotão minha companhia mas pode-se dizer que o batalhão né?! E também o regimento, nós estávamos preparados... pouco, pouco mais de 05:00 horas da manhã.. com uma bagagem previamente organizada, descemos em direção da Estação ferroviária chamada Realengo, na região chamada Vila Militar, na cidade do Rio de Janeiro... ao chegar na estação, uma composição ferroviária composta de máquinas e vagões de passageiros, estavam a nossa disposição, a nossa espera... nós embarcamos, dali nós fomos direto para o cais do porto... no Rio de Janeiro, onde o navio transporte já nos esperava ... então eu com o passar do tempo, lembrando coisas daquela época, eu fico querendo entender porque a composição na qual eu estava, eu acredito que os outros também, as outras companhias, os outros batalhões estavam também embarcadas... porque estavam com as janelas fechadas? Porque eram muito comum, Quinta – coluna, espionagem, coisa... então eu acho que aquilo dali era pra que ninguém visse que estava um contingente militar, indo para o cais, indo para o cais do porto... Ora fazer o que no cais do porto? É até aí eu concordo, mas acontece o seguinte.. que poucos dias antes foi realizado um desfile, e ali tem uma foto, foi realizado um desfile na Avenida Rio Branco, começando no Aterro, no então Aterro do Flamengo, em direção a Avenida Rio Branco ... e após o desfile ... uma marcha forçada, até o... aquartelamento, o chamado morro do Capistrano na Vila Militar... ora, foi chamado, a imprensa publicou, fotos, foi chamado de desfile da despedida ... aí e o Quinta Coluna e espionagem, se aquilo foi chamado de desfile da despedida, despedida pra onde? Então isso pra mim é muito estranho, não consigo entender até hoje... ali tem a foto, ,desfile no Rio de Janeiro.”²

A recordação ao inimigo é recorrente, Antônio José dos Reis, natural de Sarandira-MG, também serviu no 11º RI; soldado telefonista ao manusear os antigos telefones de campanha, relembra uma passagem inusitada gravada em sua memória:

Teve uma vez, eu estava instalando uma linha telefônica, meia-noite, quando eu olho para trás, tinha um alemão, atrás de mim, com um porrete, eu virei pra ele, ele largou o porrete, eu voltei para a companhia e ele veio me

¹ Entrevistado no dia 08/11/2011.

² Entrevistado no dia 07/11/2011

acompanhando e eu entreguei ele para o Capitão, tava morrendo de fome, coitado! Pegou um pão com manteiga e comeu (COSTA, 2009).

A lembrança aos companheiros talvez esteja presente em muitas dessas narrativas ao recordarem passagens vividas no front. Se em alguns momentos algumas fotografias trazem um sentimento de inquietação, contrariedade, algumas trazem grandes emoções, principalmente aos companheiros que se foram na guerra. Chama atenção uma pintura em óleo sobre tela de um Cabo da Força Expedicionária Brasileira, em meio corpo tendo ao fundo a bandeira brasileira. Em seu uniforme contém as medalhas de Campanha, Sangue do Brasil e Cruz de Combate de 2ª Classe (Figura 5). Assinado por Cazi, provavelmente de 1962, não há mais nenhuma identificação sobre quem foi esse militar. José Maria dá o seguinte relato:

No dia 29 de novembro de 1944, aproximadamente 10 horas da noite, hora italiana, horário italiano, por uma razão qualquer que eu não recorro o Capitão comandante da minha companhia estava presente na minha posição, uma aldeia no sopé do Monte Castelo, uma aldeia chamada Bombiana. O telefone tocou, deu sinal, o soldado telefonista passou o telefone para o Capitão e esse após um momento de silêncio, desligou o aparelho, virou-se para mim e pediu que eu chamasse o Cabo José Tomás Barbosa e o Soldado Arlindo Mazzer. Isso feito, descemos nós 4, preparamos uma lona, lona essa que serviu para transporte do corpo do Cabo Hélio. Quanto o Capitão informou o que iríamos fazer, tivemos uma reação ao mesmo tempo: tristeza, mágoa e muito ódio, pode acreditar. Um companheiro super alegre, comunicativo, brincalhão e um ótimo militar...pois bem...estava morto, tínhamos que cumprir a missão de resgatar o corpo dele e assim fizemos. Chovia muito, não chuva tipo tempestade mas chuva garoa, essa chuva fininha...região montanhosa, muita lama. Depois de algumas horas de caminhada na direção daquilo que se chamava no meu entendimento era o cemitério da aldeia, dada os bombardeios sofridos na sua área...bombardeio de Artilharia, das várias armas...morteiro. Era impressionante, impressionante mesmo...esqueletos, pedaços de madeira de caixões, até que conseguimos chegar no lugar onde estava o Hélio. O ódio que eu mencionei a pouco dobrou, tenho certeza... seu cadáver estava de brucos... todo perfurado, corpo todo perfurado, o sangue ainda espalhado em torno. Fizemos, digamos assim, uma espécie de embalagem com a lona que havíamos levado, para esse fim e retornamos e conforme combinado depusemos seu cadáver, seu corpo naquilo que restava da capela católica dessa aldeia chamada Bombiana, em seguida, com todos, nós 4, professávamos a religião Católica. Fizemos uma oração, um Pai-nosso. Voltamos para posição, o Capitão tomou as providências junto ao Batalhão informando o local exato onde havia sido depositado o corpo do Cabo Hélio. Agora, eu devo dizer duas coisas, primeiro o sacrifício que nós fizemos para recuperar o corpo dele... muita lama, muito frio... um cuidado excepcional para não fazer nenhum barulho, porque praticamente estávamos na margem da chamada “terra de ninguém” e qualquer descuido de nossa parte poderia ocasionar... uma reação inimiga que seria muito difícil para nós. Bem tem duas maneiras de concluir esse relato, primeiro, o tempo gasto para que isso fosse concretizado... Humberto começamos essa, começamos essa missão 10 horas da noite, acredite-se quiser,

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

quando terminamos ou melhor quando chegamos na... naquilo que restava na capela da religião católica eram 6 horas da manhã... A outra parte é dizer que o ódio que eu já mencionei, havia tomado conta de nós, principalmente eu e o Cabo Tomás Barbosa, que persistimos na mesma missão, na mesma seção de morteiros com a missão de preparar o tiro das peças, das armas.(...)³

As coleções da FEB enquanto patrimônio nacional: tombamento e reconhecimento.

O encerramento das atividades das associações coloca em sério risco a salvaguarda do patrimônio contido nas sedes. Alguns dos principais museus da FEB como o do Rio de Janeiro e o de Curitiba, já perderam partes de seus acervos, considerados de padrão mundial (MAXIMIANO, 2010: 14). Cabe ressaltar que os objetos relativos à campanhas militares mantêm um grande mercado de colecionadores à nível mundial, sendo esses acervos alvos de especulação.

O grande marco de proteção ao patrimônio material no Brasil é o Decreto Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Em seu artigo 1º define que o patrimônio histórico e artístico nacional é o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil. Os bens selecionados receberiam a inscrição no livro de Tombo. Qual a razão desse patrimônio das associações continuarem sendo restritos apenas aos veteranos e aos entusiastas? Será que não existe um valor público?

Podemos apontar alguns fatores com as dificuldades de reintegração social, profissional de uma parcela de ex-combatentes. Somados a isso podemos notar uma desvalorização histórica e simbólica na participação brasileira na guerra. Outro aspecto essencial em nossos dias é uma ligação errônea da imagem dos ex-combatentes aos militares que participaram do golpe civil militar de 1964. Devido a essa relação, a memória febianiana foi um tema esquecido pela historiografia e quando abordado era feito de forma a questionar a contribuição da FEB para a campanha dos Aliados na Itália. Nos últimos 20 anos podemos acompanhar novas pesquisas históricas distantes de preconceitos defenderam que se a atuação brasileira não foi decisiva para a vitória dos Aliados em território italiano tampouco seu valor foi inexistente (FERRAZ, 2005: 66 - 71). O esforço atual dos pracinhas em verem seus acervos e a própria memória da FEB

³ Entrevistado no dia 11/10/2011

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

recordada e estudada ganha cada vez mais espaço no meio acadêmico, sendo assim, é imprescindível a preservação dessas coleções.

Conclusão

O espaço conquistado pelos museus na sociedade demonstra a sua democratização enquanto instrumento de trabalho a ser utilizado por diversos segmentos sociais. Sendo assim a memória, enquanto construção individual e coletiva, onde todo indivíduo ou grupo tem direito à preservação, a transmissão e a continuidade dos valores relevantes para esta comunidade (RANGEL, 2010:124). Consideramos então que o tombamento de coleções como as dos museus da FEB não devem ser um fim em si mesmo mas um caminho de reconhecimento. Os bens patrimoniais só são preservados se forem constituídos em valor, não só para os veteranos, familiares e entusiastas, mas num valor social para um povo. Só existe patrimônio enquanto houver consciência histórica. (RÚSSIO, 2010: 123).

A institucionalização desses museus enquanto espaço de participação da comunidade não representa a propagação de um ufanismo barato. Recordar a FEB traz a memória o perigo dos governos autoritários, as ideologias racistas, antissemitas e xenofóbicas que marcaram a maior barbárie da história da humanidade. A proposta do Museu da Paz em Jaraguá do Sul – SC é inspiradora ao se propor um acervo sobre a guerra para refletir e construir a paz. Ao exemplo dessa instituição podemos perceber que a preservação só acontecerá quando investirmos nessas coleções o sentido e significado necessários em uma proposta pedagógica que pode unir esses museus que representam a guerra como a profunda ausência do diálogo e respeito aos direitos humanos e a democracia. A preservação das coleções remanescentes demonstra que o sacrifício e dedicação desses brasileiros não podem ser esquecidos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Maria do Carmo. **O Museu do Expedicionário: um lugar de memórias**. 2001. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba-Paraná. 2001.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

BRUNO, M. C. O. (Coord.); ARAUJO, M. M.; COUTINHO, M. I. L. (Col.). **Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional**. São Paulo: Pinacoteca; ICOM, 2010. v. 1.

CHAGAS, Mário. Cultura, Patrimônio e memória, p. 18. In: **Ciências & Letras**. Porto Alegre: Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras, nº31, p.3-383, jan./jun 2002.

CHOAY, Françoise. **Alegoria do patrimônio**. Luciano Vieira Machado (trad.) São Paulo: Estação Liberdade: Editora UNESP, 2001.

CYTRYNOWICZ, Roney. O front é aqui. **Revista de História da Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro, nº 116, p. 20-23, 2015.

Decreto – lei nº 25 de 30 de novembro de 1937: organização e proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

FERRAZ, Francisco César. **Os Brasileiros e a Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2005.

FERRAZ, F. C. **A guerra que não acabou: A reintegração social dos veteranos da Força Expedicionária Brasileira (1945 – 2000)**. Londrina: Eduel, 2012.

FONSECA, Ruy de Oliveira. **Uma face da glória: reminiscências e diário de campanha**. Rio de Janeiro: Agora da Ilha, 2002.

LINS, Maria de Lourdes Lins. **A Força Expedicionária Brasileira: uma tentativa de interpretação**. São Paulo: Editora Unidas Ltda, 1975..

MAXIMIANO, Cesar Campiani. **Barbudos, Sujos e Fatigados: soldados brasileiros na Segunda Guerra Mundial** São Paulo: Editora Grua, 2010.

POLLAK, Michel. “Memória, esquecimento e silêncio”. In: **Estudos Históricos** nº.3. Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, 1989. p.3-16.

POMIAN, Krzysztof. **Coleção**. In: ENCICLOPEDIA Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1984, v.1, p. 51-86.

RANGEL, Marcio F. Políticas Públicas e Museus no Brasil. In: Marcus Granato, Cláudia Penha e Maria Lucia de Niemeyer Matheus Loureiro. (Org.) RANGEL, M. F. Mast Colloquia v. 12: **O Caráter Político dos Museus**. Rio de Janeiro: MAST, 2010.

RANGEL, Marcio F. A coleção do Museu de Astronomia e Ciências Afins. In: Alda Heizer; Maria Margaret Lopes. **Colecionismo, prática de campo e representações**. Campina Grande: EDUEPB, 2011.

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016*

ROSENHECK, Uri. Entre a comemoração do passado e a construção do futuro: os monumentos da FEB em seus contextos. In: **Militares e Política**, nº 3 (jul –dez. 2008), p.7-16 .

TEIXEIRA, Mariana Jacob. **A natureza e gestão das coleções dos museus militares na dependência da Direção de História e Cultura Militar (Exército)**. Dissertação – Faculdade de Letras da Universidade do Porto / Departamento de Ciências e Técnicas do Patrimônio: Porto, 2011.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **A escrita do passado em museus históricos**. Rio de Janeiro: Garamond, MinC, IPHAN, 2006. (Coleção Museu, Memória e Cidadania).

-Fontes Orais:

- Entrevistas documentadas, gravadas e transcritas, com os seguintes veteranos da Segunda Guerra Mundial que se encontram na Associação Nacional dos Veteranos da FEB - Seção Regional Juiz de Fora/MG :

José Lopes de Oliveira, soldado cozinheiro do 11ºRI

José Maria da Silva Nicodemos, cabo chefe de peça do morteiro 81mm do 11ºRI.

Nas linhas da memória: a estação ferroviária de Visconde do Rio Branco como patrimônio cultural

Priscila de Oliveira Teixeira *

Resumo:

O texto apresenta uma reflexão sobre os objetos que são constituídos como patrimônio, a partir do tombamento de um conjunto de bens selecionados na área central da cidade de Visconde do Rio Branco, Minas Gerais. Com isso, buscamos compreender como as políticas de preservação municipal do período contribuíram para a formação da dinâmica cultural do município, quais as memórias dos grupos sociais envolvidos foram levadas em consideração e como ocorreu a gestão patrimonial nesse momento.

Palavras-chave: Memória; Patrimônio; Objetos.

Abstract:

The text shows a reflection on the objects considered Cultural Heritage Site by protecting a group of goods selected in the central area in the city of Visconde do Rio Branco, Minas Gerais. Thus, we're looking forward to understand how municipal policies on protecting from the period contributed to the development of the cultural dynamics of the city, which memories of the social groups involved were taken into account and how asset management occurred at that time.

Key words: Memory; Patrimony; Objects.

INTRODUÇÃO

Os estudos relativos à memória se intensificaram nas últimas décadas do século XX, quando os historiadores ampliaram as possibilidades de novas fontes, teorias e metodologias, ocorridas, principalmente, com o desenvolvimento da Nova História Cultural, em que o conceito de representação contribuiu para a ampliação de estudos de diversas temáticas, como a música, o corpo e a memória (BURKE, 2005).

De acordo com Peter Burke, “esse interesse cada vez maior provavelmente é uma reação à aceleração das mudanças sociais e culturais que ameaçam as identidades, ao separar o que somos daquilo que fomos” (BURKE, 2005: 88). A crítica que se estabelece

* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Bolsista de Monitoria da UFJF.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. “O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”, Juiz de Fora, 2017, 1554p. ISSN: 2317-0468 17 a 21 de outubro de 2016

nesse momento, segundo Burke, se dá pelo fato do conceito de representação ter sido compreendido como uma construção da realidade e não o seu reflexo. Para ele, o ideal a ser feito pelos historiadores ao trabalharem com as representações seria fazer uma leitura nas entrelinhas do documento para sua compreensão efetiva.

Esses trabalhos relacionados à memória foram importantes para a participação de historiadores nos estudos sobre o patrimônio. As políticas de preservação, tanto de nível federal quanto estadual e municipal, contribuíram para a criação de lugares de memória, expressão utilizada por Pierre Nora, que funcionam como instrumentos de sacralização da memória que a coisa patrimonializada possui.

Os lugares de memória podem ser materiais, funcionais ou simbólicos, segundo Nora, mas é a junção das três características que permitem uma funcionalidade própria e uma aura simbólica, possibilitando que as políticas de preservação se estruturam quando não mais existe uma tradição fixa, sendo necessárias para a manutenção de uma referência cultural para a sociedade em que o patrimônio se encontra (NORA, 1993).

MEMÓRIA E HISTÓRIA

A partir da publicação da primeira edição da Revista dos *Annales* e, especialmente, nas últimas décadas do século XX, os historiadores começaram a se preocupar constantemente com os estudos relacionados à memória, buscando revelar a importância de objetos como construtores de “lugares de memória”, segundo a definição de Pierre Nora. Essa compreensão da memória nos auxilia nos estudos sobre o patrimônio, já que, ao serem identificados e selecionados, os bens considerados patrimoniais se tornam referência de um passado que deixou marcas na sociedade estudada.

Uma das grandes contribuições para o estudo da memória foi oferecida pelo sociólogo francês Maurice Halbwachs (HALBWACHS, 2005) que em seu livro estabeleceu uma relação entre a memória individual e a coletiva, buscando compreender essa última. Como Halbwachs afirma, o indivíduo deve ser compreendido na sociedade na qual se insere, observando-se seu contexto social, constituído a partir de sua experiência coletiva.

Assim acontece com a memória. Ao ser estudada como um fenômeno social e não mais individual, a memória é construída a partir da relação do indivíduo com o mundo, compreendendo-se os quadros sociais em que está inserida. Halbwachs considera que a memória individual é uma construção de experiências coletivas e, por isso, as novas experiências sociais que ressignificam a memória sobre um mesmo acontecimento só ocorrem devido às experiências com outros grupos dos quais o indivíduo faz parte.

Dessa forma, há uma construção constante da memória, sendo sempre uma recuperação do passado com fatos que se passam no presente, já que ela se organiza por intermédio de um cenário social. Na memória coletiva, o objeto não precisa ser compartilhado, mas apenas as categorias do fato social, ou seja, o objeto pode ser interpretado por diferentes visões, mas a memória coletiva construída sobre ele só é possível porque foi analisado por componentes de um mesmo quadro social.

Para que a nossa memória se auxilie com a dos outros, não basta que eles nos tragam seus depoimentos: é necessário ainda que ela não tenha cessado de concordar com suas memórias e que haja bastante *pontos de contato* entre uma e as outras para que a lembrança que nos recordam para ser reconstruída sobre um fundamento comum (HALBWACKS, 2005: 34).

Portanto, de acordo com o autor, o que afirma a veracidade de uma memória é o quadro social que ela consegue manter, estando diretamente relacionada à experiência do indivíduo. Sendo assim, ela é inteiramente coletiva, mas só se exprime de forma individual, o que justifica a existência de pontos de vista diferenciados, já que os indivíduos participam de diversos grupos sociais, sendo que eles nunca exercem a mesma função nas vivências sociais que estabelecem.

Outro autor que se empenha no estudo das memórias é Michael Pollack. Em seu texto *Memória, Esquecimento, Silêncio*, o autor concorda com Halbwachs e considera que a função da memória se resume em “manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que um grupo tem em comum, em que se inclui o território” (POLLACK, 1989: 9). Neste sentido, o que o autor coloca como fundamental na memória é o sentido de identidade individual e de grupo que ela oferece, observando como as memórias coletivas se organizam e funcionam como um ingrediente importante das estruturas institucionais de uma sociedade.

Em *Memória e Identidade Social*, Pollack identifica os elementos que constituem a memória, tanto a coletiva quanto a individual. Primeiramente,

São os *acontecimentos* vividos pessoalmente. Em segundo lugar, são os acontecimentos que eu chamaria de “vividos por tabela”, ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer [...] Se formos mais longe, a esses acontecimentos vividos por tabela vêm se juntar todos os eventos que não se situam dentro do espaço-tempo de uma pessoa ou de um grupo (POLLACK, 1992: 201).

Para que a memória se defina, Pollack considera necessária a existência de alguns componentes, como os acontecimentos, as pessoas ou personagens que participam desse processo e os lugares que, utilizando-se da expressão de Pierre Nora, “existem lugares de memória, lugares particularmente ligados a uma lembrança, que pode ser uma lembrança pessoal, mas também pode não ter apoio no tempo cronológico” (POLLACK, 1992: 202). O autor ainda compreende que a memória é seletiva, pode ser herdada e é um fenômeno construído socialmente.

Pierre Nora retoma a discussão proposta por Halbwachs e problematiza a história, fazendo um antagonismo entre ela e a memória. Para ele, os meios de memória estão em extinção, sendo sacralizados em “lugares de memória”, segundo sua própria definição. “Os lugares de memória são, antes de tudo, restos. A forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama, porque ela a ignora” (NORA, 1993).

Ou seja, os lugares de memória são manifestações concretas dos suportes físicos sobre os quais a memória se mantém, servindo como bases externas daquela que não existe mais. É nesse sentido que Nora considera a importância desses lugares, pois a memória sobre eles já não é mais viva, constituindo-se como história.

A história, segundo o autor, torna a memória um objeto de estudo e a submete à análise para se chegar a uma realidade mais próxima. A memória é viva, enquanto a história é a reconstrução sempre problemática daquilo que não existe mais. Os lugares de memória, portanto, possuem uma aura simbólica que, quando a memória não encontra mais um grupo como suporte, se externaliza e constitui mais do que lugares de memória, mas lugares de história, de acordo com o autor. São lugares ameaçados que a história trabalha para que não desapareçam, já que, com a sensação de aceleração do tempo,

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
 ISSN: 2317-0468
 17 a 21 de outubro de 2016

estudada por outros autores, há a ameaça constante do esquecimento e a necessidade obsessiva pelos registros.

Criam ritos com lugares de memórias por não terem mais ritos em sua essência. Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento de que não há mais memória espontânea, que é preciso criar arquivos, organizar celebrações e registrar tudo, pois tais coisas não são mais naturais (NORA, 1993: 13).

Na perspectiva dos lugares de memória, consideramos necessário compreendê-los dentro da lógica das políticas de preservação do patrimônio que estão ligadas, justamente, ao fato de se estruturarem a partir do momento em que a tradição não mais existe, sendo preciso constituir lugares para que a memória se perpetue e não deixe de fazer parte da sociedade que abriga.

OS OBJETOS DE MEMÓRIA

No livro de Halbwachs sobre a memória coletiva, o capítulo IV é dedicado à análise do entorno material do indivíduo e como isso contribui para a definição de objetos que fazem referência à memória do grupo no qual está incluído. Segundo o autor,

Não podemos dizer que as coisas façam parte da sociedade. Entretanto móveis, ornamentos, quadros, utensílios e bibelots circulam no interior do grupo, nele são objetos de apreciações, de comparações, descortinam a cada instante horizontes sobre as novas direções da moda e do gosto, nos lembram também os costumes e distinções sociais distintas (HALBWACHS, 2005: 132).

Ou seja, nesse momento Halbwachs procura definir os objetos como cenários do cotidiano que são formadores de uma memória, atribuindo valores e sentidos a eles que contribuem para revelar a própria categoria social do grupo que os selecionam. Neste sentido, é o indivíduo enquanto membro do grupo que se submete à influência das categorias de objetos identificados e seleciona aqueles que considera como mais relevantes para preservar a memória de sua sociedade.

Podemos tomar como exemplo o texto de Peter Stallybrass, *A vida social das coisas: roupas, memória, dor*, onde o autor busca identificar os objetos como possuidores de memória e sua preservação como algo significativo em termos simbólicos, já que os objetos, além de possuírem memória, podem produzir novas formas para que um sentido

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
 ISSN: 2317-0468
 17 a 21 de outubro de 2016

sobre eles se perpetue. No texto, a roupa possuía uma memória sobre quem a utilizou e, à medida que é passada para outras pessoas, ela adquire novos sentidos, construindo uma memória coletiva em torno do objeto utilizado.

Com isso, “em primeiro lugar, as roupas têm uma vida própria: elas são presenças materiais e, ao mesmo tempo, servem de código para outras presenças materiais e imateriais” (STALLYBRASS, 2004: 38). Ou seja, os objetos, ou mais especificamente as roupas, são coisas que se perpetuam ao longo dos anos, sendo as pessoas que as utilizam que se tornam responsáveis em dar novos significados a elas, contribuindo para que adquiram novas memórias e novas identidades.

Com relação ao sentido atribuído aos objetos, Violette Morin, em *El objeto biográfico* (MORIN, 1969), busca recorrer ao passado através dos objetos mais difundidos no mundo consumidor, revelando a importância deles no processo de constituição de memórias. Para a autora, a relação do objeto com a memória e sua inserção na sociedade é verificada pela existência de diferentes tipos, que ela classifica como protocolares ou biográficos.

O objeto biográfico corresponde ao entorno e à intimidade do indivíduo, ou seja, ele apresenta uma experiência vivida no passado ou no presente que faz parte da vida dele, desgastando-se junto com seu usuário. Já o objeto protocolar possui uma data de validade, com suas características definidas desde o momento de sua percepção, apresentando-se de uma forma universal.

Esses estudos sobre objetos que possuem memória auxiliam nosso trabalho para a compreensão das políticas de preservação do patrimônio na cidade de Visconde do Rio Branco – MG, que identificaram, selecionaram e produziram uma memória sobre alguns “objetos” para a construção de uma história da cidade na década de 1990, sendo eles alguns prédios e áreas urbanas tombados a nível municipal.

MEMÓRIA E PATRIMÔNIO

Ao buscarmos compreender a relação entre memória e patrimônio, identificamos a necessidade de recuperar as memórias que um monumento possui e o papel que ele

ocupa na sociedade em que se insere, além de analisar a reciprocidade que há entre a memória e os objetos selecionados como patrimônio.

Nesse momento, percebemos a relevância da análise de Françoise Choay sobre o patrimônio histórico, especialmente aquele que é representado pelas edificações. Em seu livro, a autora diferencia monumento de monumento histórico. Segundo ela, o primeiro se refere a tudo o que foi edificado por uma comunidade a fim de rememorar acontecimentos, sacrifícios, ritos e crenças, sendo o passado selecionado para manter a identidade daquele grupo. Já o segundo se refere a uma invenção do Ocidente, criado a posteriori pelos olhares do historiador ou de outro estudioso que seleciona aquilo que vai servir para ele como instrumento de propagação de uma ideia.

A autora faz, ainda, uma crítica ao patrimônio ao afirmar que a seleção dos bens patrimoniais já não serve mais para promover uma identidade cultural assumida de forma dinâmica, já que ele teria perdido sua função construtiva ao promover a recuperação de outra forma de identidade que estaria ameaçada de desaparecer na sociedade. Segundo Choay,

A observação e o tratamento seletivo dos bens patrimoniais já não contribuem para fundar uma identidade cultural assumida de forma dinâmica. Elas tenderiam a ser substituídas pela autocontemplação passiva e pelo culto de uma identidade genérica (CHOAY, 2001: 241).

Neste sentido, as sociedades contemporâneas lidam com uma síndrome narcisista, em que a busca pela autoimagem é a justificativa encontrada para a seleção de bens patrimoniais que funcionam como recuperação de uma identidade ameaçada, não mais sendo caracterizada como promotora de uma identidade cultural assumida de forma dinâmica.

Em nossa pesquisa de mestrado, procuramos compreender como a política de preservação do patrimônio foi promovida e implementada no município, observando os 13 monumentos inventariados pelo Conselho Consultivo Municipal na cidade de Visconde do Rio Branco, nos anos iniciais da década de 1990. Sendo assim, retomamos a expressão de Pierre Nora de *lugares de memória* e consideramos que a constituição desses lugares reforça a necessidade da criação de políticas de preservação que se estruturaram quando não mais havia uma tradição viva naquela sociedade, ou seja, ao se constituírem, os lugares tentavam definir novas referências de uma identidade cultural

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

que passou a ser vista como aquilo que representou o grupo do qual os membros faziam parte.

Na perspectiva de Pierre Nora, os lugares de memória possuem um sentido material, pois são demarcados em um espaço, formados por uma estrutura física, e um sentido funcional, já que se presta a atender a determinadas demandas. Mas, segundo o autor, a condição essencial para que um lugar seja de memória é que ele possua uma aura simbólica associada ao material e ao funcional, já que é a junção dos três aspectos que permite contribuir para dar sentido à escolha e garantir o caráter funcional.

Com isso, a proteção do patrimônio histórico e artístico de Visconde do Rio Branco, ao se instituir através do Conselho Consultivo do município, pode estar ligada ao interesse de determinados grupos que viam a necessidade de busca das identidades culturais daquela sociedade. Com isso, a memória foi responsável por atribuir valores aos objetos culturais selecionados, desenvolvendo uma política municipal de proteção desses bens que passaram a ser considerados marcos da história rio-branquense.

Em seu texto *Memória, História e Patrimônio*, Manoel Salgado Luiz Guimarães analisa a importância nos estudos relacionados ao patrimônio, que devem estar associados diretamente às problemáticas atuais que definem os interesses com relação ao passado. Para o autor, “refletir sobre o patrimônio significa igualmente pensar nas formas sociais de culturalização do tempo, próprias a toda e qualquer sociedade humana” (GUIMARÃES, 2008: 19). Segundo ele, é a partir do debate sobre o passado que a importância do patrimônio é revelada, já que é através desse movimento que se estabelecem os laços entre as gerações presentes e as que as precederam, desenvolvendo importantes contatos sociais que são necessários à coletividade da comunidade estudada.

Da mesma forma que um conjunto de documentos só poderá se transformar em fonte histórica pelo trabalho do historiador, igualmente os objetos que aprendemos a ver como patrimônio histórico só ganharam essa qualidade a partir de uma operação envolvendo diferentes esferas de produção de saberes e poderes (GUIMARÃES, 2008: 21).

O autor ainda retoma a discussão de François Hartog sobre os regimes de historicidade, em que o crescente aumento das narrativas memorialísticas, dos discursos testemunhais e da valorização do patrimônio se justificam pelo processo de mudança em

relação à noção de passagem do tempo que, segundo Hartog, está cada vez mais acelerado na sociedade contemporânea.

Por outro lado, Manoel Guimarães afirma que essa valorização não assegura a abordagem de uma visão mais crítica sobre o passado, concordando com a percepção de Françoise Choay de uma mercantilização do patrimônio, onde tudo pode ser considerado como tal sem que exista uma perspectiva crítica sobre os processos de patrimonialização.

Neste sentido, consideramos que na cidade de Visconde do Rio Branco, os bens instituídos como patrimônio histórico e artístico são atribuídos de um valor simbólico, especialmente o prédio da estação ferroviária, nosso objeto de estudo, em decorrência da função exercida pela ferrovia no período em que havia uma atividade ferroviária. Portanto, esses lugares de memória se definem como espaços constituídos para a preservação, o uso e a transmissão da herança cultural da cidade, fazendo referência à sua história e importância na sociedade.

Além disso, compreendemos como algo fundamental a democratização das políticas voltadas à preservação do patrimônio, já que a função social atribuída a eles deve levar em conta toda a sociedade, com suas memórias e sentidos que os bens representam, sendo responsáveis por transmitir conhecimentos e a identidade da comunidade com o qual interagem. Como afirma Maria Cecília Londres Fonseca, as políticas de preservação devem garantir a participação dos diversos grupos sociais por meio de suas memórias, e não apenas das elites, já que o que promove a democratização dessas políticas é o respeito à autonomia das práticas populares que estão presentes no dia a dia de cada sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos relacionados à memória e ao patrimônio nos permitem a compreensão dos processos de patrimonialização instituídos tanto em nível municipal quanto estadual ou federal. No nosso caso, as políticas voltadas à preservação do antigo prédio da estação ferroviária da cidade de Visconde do Rio Branco nos possibilitam a aproximação entre memória e patrimônio no sentido de recuperação desse monumento enquanto possuidor de memórias, já que sua seleção para o tombamento foi fruto de escolhas feitas pela

sociedade que identificavam nele uma referência para a construção da história da cidade

Além disso, o espaço ocupado por ele é consequência dos grupos sociais que o criaram para se identificarem ao lugar em que estão inseridos, ou seja, esse espaço serve para a identificação do indivíduo enquanto membro daquela sociedade, seguindo a perspectiva apresentada por Halbwachs.

Por fim, a estação ferroviária pode ser considerada como um importante objeto possuidor de memória, funcionando como um cenário do cotidiano que revela a categoria social dos grupos que convivem naquela sociedade. Os objetos selecionados pelas políticas de preservação revelam os valores atribuídos a eles, tanto para a identificação da população com sua importância para a sociedade quanto a construção de um imaginário que busca conceder a eles um status de relevância para a história da cidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHOAY, Françoise. *A Alegoria do patrimônio*. Trad. Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade/ Editora UNESP, 2001.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 2ª edição, Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MINC-IPHAN, 2005.

GUIMARÃES, Manoel Salgado Luiz. Memória, História e Patrimônio. IN: OLIVEIRA, Antônio José Barbosa de. *Universidade e lugares de memória*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Fórum de Ciência e Cultura, Sistemas de Bibliotecas e Informação, 2008.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Editora Centauro, 2005.

MORIN, Violette. L'objet biographique. In: *Communications*, 13, 1969.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo (10), dez. 1993.

POLLACK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. IN: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.2, n. 3, 1989.

POLLACK, Michael. Memória e Identidade Social. IN: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

STALLYBRASS, Peter. *O casaco de Marx: roupas, memória, dor*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. 2ª ed., 1ªreimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

O MODERNISMO E A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO: A INFLUÊNCIA DOS MODERNISTAS NA CRIAÇÃO DO SERVIÇO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (SPHAN)

Carolina Martins Saporetti

Resumo:

A partir do século XX, os modernistas passaram a buscar uma história nacional sem a distorção da visão européia. Estes pretendiam construir uma identidade para o povo brasileiro, buscavam uma cultura brasileira “pura”. Neste período se teve o interesse em preservar bens que pertenciam a essa história. Sendo assim, este artigo se propõe destacar a influência dos intelectuais modernistas na preservação do patrimônio e na criação do SPHAN.

Palavras chave: Modernismo, SPHAN, patrimônio.

Abstract:

From the twentieth century, the modernists began to seek a national history without the distortion of the European vision. They wanted to build an identity for the Brazilian people, sought a "pure" Brazilian culture. In this period we had an interest in preserving property belonging to this story. Thus, this article aims to highlight the influence of modernist intellectuals in heritage preservation and the creation of SPHAN.

Key words: Modernism, SPHAN, patrimony

História nacional, modernistas e SPHAN

A gênese da construção da memória no Brasil está ligada à formação do estado nacional no século XIX. Após a independência política do país, intelectuais assentados sobretudo no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), sob a proteção do imperador D. Pedro II, promoveram a tarefa de construir uma história nacional.

No início do século XX, essa preocupação em desenvolver um história do Brasil, que valorizasse o período colonial do país e se distanciasse da visão européia, partiu dos modernistas. Assim, os estudiosos, se preocupavam em buscar as tradições brasileiras e preservá-las. Dessa maneira, houve um reconhecimento da cultura do país.

Conforme Chuva, as representações acerca de um Brasil heróico, classificado como o Brasil colonial, constituídas pela imagem dos bandeirantes e das minas, adquiriram o domínio sobre a expressão da modernidade. Somente através destas, se

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.

ISSN: 2317-0468

17 a 21 de outubro de 2016

podia identificar um Brasil moderno, diferente daquele europeizado. Estas representações, no decorrer da década de 1920, conquistaram reconhecimento, a partir da dedicação de grupos de intelectuais paulistas, que passaram a valorizar uma "quádrupla dimensão simbólica": "distinção social, sofisticação, passado colonial e raiz cultural popular". Assim, a partir da divulgação destes aspectos, principalmente após a Semana de 22, foi gerado o modelo de "brasilidade" (CHUVA, 2009, P. 101 e 102, apud SEVCENKO, 1992, P. 244).

Em "A brasilidade modernista: sua dimensão filosófica", Eduardo Jardim de Moraes destaca a importância da publicação do Manifesto Pau Brasil, escrito por Oswald de Andrade.¹ Segundo o autor, a partir deste, desenvolveu-se uma nova perspectiva de cultura. Houve uma tentativa de romper com as soluções importadas através da valorização dos elementos nacionais. Assim, Moraes ressalta o Modernismo como a retomada de uma tradição que valoriza a brasilidade (MORAES, 1978, P. 84).

O nacionalismo apareceu neste momento da trajetória do modernismo brasileiro de forma tão acentuada, devido a influência da cultura francesa. Esta tornou-se modelo copiado por vários países, abriu-se para a expressão de outros continentes, abrigando muitos de seus artistas e incentivando-os a valorizar a própria cultura, revendo processos de colonização histórica e questionando séculos de discurso eurocêntrico.

Dessa maneira, assim, como o Manifesto Pau Brasil, Macunaíma (1928) de Mário de Andrade, obteve grande destaque neste período. Nesta obra, Andrade procurou representar a diversidade da cultura brasileira. A obra valoriza as raízes brasileiras e a linguagem dos brasileiros, buscando aproximar a língua escrita ao modo de falar paulistano.

No artigo "História e literatura na busca pela identidade na América Latina no século XX: a visão de Richard Morse", Beatriz Helena Domingues ao citar Morse, afirma que as técnicas modernistas em manifestos como o Pau-Brasil (1924) e Antropófago (1928), passaram a ser usadas para codificar mensagens direcionadas aos países metropolitanos. Uma vez que, depois de muitos anos enriquecendo o Ocidente capitalista com as exportações de pau-brasil, ouro e café, o Brasil passou a exportar poesia, a fim de

¹ Publicado em 18 de março de 1924, no Correio da Manhã, escrito por Oswald de Andrade.
Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
"O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História",
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

enriquecer e pluralizar a mentalidade e a sensibilidade dos ocidentais (DOMINGUES, 2011).

Mário de Andrade se destaca por ser um escritor que se preocupou em fazer coexistir o projeto estético e a ideologia do Modernismo, de forma equilibrada e coerente. Suas obras têm como base a crítica tanto social quanto formal. Lafetá enfatiza essa característica de Mário em sua escrita:

Mário é, de fato, (...) o esforço maior e mais bem sucedido, em grande parte vitorioso, para ajustar numa posição única e coerente os dois projetos do Modernismo, compondo na mesma linha a revolução estética e a revolução ideológica, a renovação dos procedimentos literários e a redescoberta do país, a linguagem da vanguarda e a formação de uma literatura nacional (LAFETÁ, 1974).

A preocupação com a história do Brasil e o almejo por uma identidade, pelo reconhecimento do povo brasileiro, influenciou Mário de Andrade, que nos anos 1930, tornou-se diretor fundador do Departamento de Cultura da cidade de São Paulo. Dessa forma, teve a oportunidade de transpor suas ideias sobre educação, tradições brasileiras e a relação entre a cultura popular e cultura intelectual para um programa público.

Para Morse, essa experiência possibilitou que Mário de Andrade mostrasse uma preocupação com a linguagem e a arte como contexto e fonte de coerência para o trato com a política (MORSE, 1995).

O Modernismo, portanto, possibilitou através da valorização da arte nacional, que autores brasileiros exportassem conhecimento sobre o seu país e sobre sua região e deixassem de reproduzir o conhecimento europeu sobre o Brasil e o povo brasileiro.

Na luta pela construção de uma “cultura brasileira”, artistas e estudiosos brasileiros percorreram o interior do Brasil procurando inspiração principalmente no folclore. Esses intelectuais modernistas, destaque para os que faziam parte do Grupo dos Cinco (as pintoras Tarsila do Amaral e Anita Malfatti e os escritores Mário de Andrade, Oswald de Andrade e Menotti Del Picchia). Estes foram considerados líderes do Movimento Modernista Brasileiro. Mas eles também contaram com a participação de vários pensadores e artistas, como Manuel Bandeira, Di Cavalcanti, Graça Aranha, Guilherme de Almeida, entre muitos outros, que acabaram fazendo um inventário da

cultura popular brasileira, procurando sempre a ênfase na brasilidade (MATIAS, et. al, 2014).

No processo de fortalecimento deste sentimento de identidade nacional foram criadas políticas de constituição do patrimônio histórico e cultural do Brasil. Assim, os símbolos tornaram-se relevantes para a afirmação e identificação de um povo como nação.

Ademais, os intelectuais modernistas atuaram na administração pública federal de forma efetiva após a Revolução de 30. Já no início do governo, Vargas começou a estruturar a organização do Estado, criando o Ministério da Educação e Saúde (1930), o Ministério do Trabalho (1930), o Departamento Nacional de Propaganda (1934) e o Departamento Administrativo do Serviço público – Dasp (1938). Assim, alguns modernistas assumiram cargos importantes nestes órgãos.

A partir da implantação do Estado Novo, com a instalação, mais que de um novo governo, mas de uma nova ordem política, econômica e social, o ideário do patrimônio passou a ser integrado ao projeto de construção da nação pelo Estado.

Assim sendo, Mário de Andrade além de ter construído uma importante atuação no Departamento de Cultura, foi responsável pela elaboração do anteprojeto de criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN).

Projetos que influenciaram a criação do SPHAN

Anteriormente ao anteprojeto de Andrade, analisa-se que alguns projetos em relação à preservação do patrimônio influenciaram a proposta aprovada que constituiu o SPHAN. Dentre esses se destacam os trabalhos realizados por Luis Cedro (1923), Jair Lins (1925) e o José Wanderley de Araújo Pinho (1930).

O projeto proposto pelo deputado Luis Cedro constituía na criação da Inspeção dos Monumentos Históricos:

Art. 1º - Fica criada, com sede na cidade do Rio de Janeiro, a Inspeção dos Monumentos Históricos dos Estados Unidos do Brasil, para o fim de conservar os imóveis públicos ou particulares, que no ponto de vista da história ou da arte revistam um interesse nacional (SPHAN, 1980, P.33).

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016*

Neste projeto, observa-se o aparecimento do tripé “histórico - artístico – nacional”, que se repetirá nos trabalhos posteriores, inclusive no decreto-lei nº 25/37. No artigo 5º da proposta de Cedro salienta que não será permitida a “destruição, no todo ou em parte, como ainda qualquer modificação ou restauração, sem que as suas obras sejam devidamente aprovadas pela inspetoria”. No decreto-lei citado no artigo 17º se tem:

Art. 17. As coisas tombadas não poderão, em caso nenhum ser destruídas, demolidas ou mutiladas, nem, sem prévia autorização especial do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ser reparadas, pintadas ou restauradas, sob pena de multa de cinquenta por cento do dano causado (Art. 17º Decreto-lei nº25/37).

Além dessas, existem outras semelhanças entre os dois projetos, o que faz com que se acredite que o trabalho desenvolvido por Luiz Cedro tenha influenciado o decreto-lei nº 25/37.

Uma segunda proposta que acredita-se ter contribuído na composição do decreto foi um esboço de anteprojeto de lei federal, escrito por Jair Lins. Este foi relator da Comissão designada em julho de 1925 pelo Presidente Mello Vianna, do Estado de Minas Gerais, a fim de organizar a proteção do patrimônio histórico e artístico (SPHAN, 1980, P. 35).

De acordo com Telles foram muitas contribuições, pode-se destacar: o direito de preferência; a exclusão dos bens estrangeiros da catalogação (diferente do projeto de Cedro que previa somente a classificação); os tipos de catalogação (voluntária/compulsória e definitiva/provisória); exigência de registro no Registro Geral de Hipotecas, entre outras (TELLES, 2009, P. 5).

A terceira proposta que será comparada com o decreto-lei nº 25/37 foi elaborada pelo deputado José Wanderley Pinho, em 1930. O destaque desse documento foi a condensação das contribuições anteriores, fazendo, assim, o que o decreto-lei nº 25/37 fez seis anos mais tarde: extrair o que havia nos estudos anteriores. Em função disso, este pode ser considerado, o principal antecessor do decreto de proteção ao patrimônio histórico e artístico nacional, pois reuniu boas propostas em volta de uma única lei (SPHAN, 1980, P. 46-53).

Então, previamente ao anteprojeto de Mário de Andrade, nota-se que foram escritas outras propostas (não aprovadas) e que influenciaram o documento escrito por Andrade e o decreto-lei nº 25/37.

Entretanto, além desses projetos anteriores, requer destaque a criação da Inspetoria de Monumentos Nacionais (IMN) através do Decreto nº 24.735, de 14 de julho de 1934 – assinado pelo presidente Getúlio Vargas e seu ministro da Educação e Saúde Pública, Washington Pires, que aprovou o novo regulamento do Museu Histórico Nacional (MHN). Gustavo Barroso foi nomeado Inspetor de Monumento e, naquele momento, além do novo cargo, acumulou a direção do MHN e do Curso de Museus (criado em 1932).

A IMN foi criada para restaurar monumentos históricos e atuou principalmente na cidade de Ouro Preto. Este órgão foi desativado em 1937 e substituído no mesmo ano pelo SPHAN, o que pode ser relacionado as disputas pela hegemonia do discurso preservacionista sobre o patrimônio durante o Estado Novo.

Segundo Aline Montenegro Magalhães,

Enquanto os modernistas assumiam uma postura de vanguarda na busca da identidade nacional, a partir da valorização estética do patrimônio histórico e artístico, Barroso fazia parte de uma ala mais conservadora, que se apegava aos vestígios do passado como forma de cultuar os homens ilustres e os grandes feitos da nação. Essa incompatibilidade de olhares e perspectivas sobre os monumentos nacionais levou a uma disputa pela institucionalização da preservação do patrimônio cultural brasileiro, da qual os modernistas, que acabaram por gerir o SPHAN, saíram vencedores. Com a consolidação do SPHAN, dirigido por Rodrigo Mello Franco de Andrade, iniciou-se o processo de esquecimento da Inspetoria (MAGALHÃES, 2006, P. 94-95).

Marcio Ferreira Rangel defende que a Inspetoria de Monumentos Nacionais foi um dos principais antecedentes do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Para reforçar sua ideia, ele cita Mário Chagas:

(...) a morte da Inspetoria não ocorreu por problemas técnicos de falta de especialização ou de pouca amplitude geográfica, mas por embates de poder, por disputa de projetos de memória. A corrente de pensamento e prática patrimonial que Gustavo Barroso representava foi derrotada politicamente pela corrente modernista, que tinha em Rodrigo Mello Franco de Andrade e Mário de Andrade os seus mais destacados representantes (RANGEL, 2012, P. 118 apud CHAGAS, 2009, P. 47).

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

Rangel destaca que mesmo com o fechamento da Inspetoria a ideia de musealização do patrimônio artístico não foi abandonada pelo SPHAN, visto que no decreto de criação desta instituição ficou explícito que:

O Museu Histórico Nacional, o Museu Nacional de Belas-Artes e outros museus nacionais de coisas históricas ou artísticas, que forem criados, cooperarão nas atividades do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, pela forma que for estabelecida em regulamento (Art. 46º §3º lei nº378 de 13 de janeiro de 1937).

Além da influência dos projetos apresentados anteriormente, observa-se que o SPHAN integrou as atividades da IMN, desde o funcionamento da instituição em caráter provisório, a partir do anteprojeto elaborado por Mário de Andrade.

No documento criado por Mário de Andrade, a pedido do Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema tinha como finalidade a criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional (SPAN) que tinha como objetivo “determinar, conservar, defender e propagar o patrimônio artístico nacional” (SPHAN, 1980, p. 55).

Neste programa, Andrade definiu como Patrimônio Artístico Nacional:

...todas as obras de arte aplicada, popular ou erudita, nacional ou estrangeira, pertencentes aos poderes públicos, a organismos sociais e a particulares nacionais, a particulares estrangeiras, residentes no Brasil (SPHAN, 1980, p. 55).

O SPAN possuiria quatro livros de tombamento² e quatro museus³, que compreenderiam oito categorias: arte arqueológica, arte ameríndia, arte popular, arte histórica, arte erudita nacional, arte erudita estrangeira, artes aplicadas nacionais e artes aplicadas estrangeiras (SPHAN, 1980, p. 55-59).

Os livros de tombamento serviriam para terem escritos os nomes dos artistas, as coleções públicas e particulares, as obras de arte e arquitetura, que pertenceriam oficialmente ao Patrimônio Artístico Nacional.

² Livro de Tombo Arqueológico e Etnográfico, Livro de Tombo Histórico, Livro de Tombo das Belas Artes/ Galeria Nacional de Belas Artes, Livro de Tombo das Artes Aplicadas/ Museu de Artes Aplicadas e Técnica Industrial.

³ Museu Arqueológico e Etnográfico, Museu Histórico Nacional, Galeria Nacional de Belas Artes, Museu de Artes Aplicadas e Técnica Industrial.

Segundo Mário, os museus guardariam e colocariam em exposição as obras de arte colecionadas para cultura e enriquecimento do povo brasileiro através do Governo Federal.

Mário de Andrade concluiu o anteprojeto do SPHAN, em 24 de março de 1936. A partir deste, Getúlio Vargas autorizou o funcionamento da instituição, em caráter experimental, no dia 19 de abril do mesmo ano.

Criação do SPHAN

O SPHAN teve sua criação oficializada somente na lei nº378, de janeiro de 1937. Esta lei tem o objetivo de implantar uma nova organização ao Ministério de Educação e Saúde. Então, apesar do SPHAN ter sido criado oficialmente a partir desta lei, esta não detalha a organização desta instituição. De acordo com o artigo 46º da Seção III do capítulo III da lei nº 378 de janeiro de 1937:

Art. 46. Fica criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, com a finalidade de promover, em todo o País e de modo permanente, o tombamento, a conservação, o enriquecimento e o conhecimento do patrimônio histórico e artístico nacional.

§ 1º O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional terá, além de outros órgãos que se tornarem necessários ao seu funcionamento, o Conselho Consultivo.

§ 2º O Conselho Consultivo se constituirá do diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, dos diretores dos museus nacionais de coisas históricas ou artísticas, e de mais dez membros, nomeados pelo Presidente da República.

§ 3º O Museu Histórico Nacional, o Museu Nacional de Bellas Artes e outros museus nacionais de coisas históricas ou artísticas, que forem criados, cooperarão nas atividades do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, pela forma que for estabelecida em regulamento (Art. 46 da Seção III do capítulo III da lei nº 378 de janeiro de 1937).

Em 30 de novembro do mesmo ano, o SPHAN teve sua ação de proteção foi regulamentada pelo decreto-lei nº 25. Assim, foi discriminado aquilo que deveria constituir o patrimônio histórico e artístico no Brasil, ou seja, esse decreto teve a função de organizar a proteção do patrimônio no país. (CHUVA, 2009).

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016*

O projeto que foi implantado pelo decreto-lei nº 25 de 1937 foi escrito por Rodrigo Melo Franco de Andrade. Entre os projetos de Mário e Rodrigo existem algumas semelhanças. Em geral, acredita-se que o segundo projeto foi uma adaptação do trabalho feito por Mário.

No trabalho desenvolvido Rodrigo M. F. de Andrade denomina-se o órgão preservação do patrimônio como Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ou seja, inclui a categoria histórico no nome. Porém, a ausência do termo histórico na denominação dada por Mário de Andrade não implicava na sua desvalorização, mas entendia-se que esta seria uma dentre as várias categorias por ele criadas para a obra de arte patrimonial.

Márcia Chuva utilizou o depoimento de Judith Martins, secretária de Rodrigo Melo Franco de Andrade desde 1936, para salientar sobre o projeto. Segundo o relato dissertado por Chuva, Judith afirma que o trabalho realizado por Mário de Andrade era maior do que o programa que se tem conhecimento. Também declarou que Rodrigo realizou discussões com outros intelectuais conseguindo reduzir e fazer algumas alterações chegando no decreto nº 25/1937.

Conforme Fonseca, os planos de Mário de Andrade e Rodrigo M. F. de Andrade tiveram influência em ações de preservações do patrimônio em outros países, embora ampliaram algumas concepções. Em primeiro lugar, em outros países as iniciativas voltadas para preservação de bens culturais contemplavam apenas tipos de bens isolados; já no Brasil houve a preocupação em abordar o tema de forma abrangente e articulada, além de proporem uma única instituição para proteger os bens culturais de forma geral. Em segundo lugar, se em outros países os agentes da preservação geralmente eram escolhidos entre estudiosos vistos com uma concepção passadista e conservadora de cultura, no Brasil os intelectuais que participaram do projeto do patrimônio eram aqueles que assumiam em suas respectivas áreas profissionais posturas claramente inovadoras (2005, p. 97).

É importante ressaltar que embora estivesse sendo realizadas discussões sobre a organização do SPHAN e a construção de um decreto-lei, a instituição estava em funcionamento em caráter provisório desde 1936. Assim, o decreto lei 25/37 contribuiu

para a organização e desenvolvimento de ações, limitações e procedimentos do tombamento e descrever o papel Conselho Consultivo.

O artigo 1º do decreto-lei nº 25 de 1937 estabelece como patrimônio histórico e artístico nacional:

Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

§1 - Os bens a que se refere o presente artigo só serão considerados parte integrante do patrimônio histórico e artístico nacional depois de inscritos separada ou agrupadamente num dos quatro Livros do Tombo, que trata o Artigo 4º desta lei.

§2 - Equiparam-se aos bens a que se refere o presente artigo e são também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela Natureza ou agenciados pela indústria humana.

De acordo com Chuva (2009), as funções do Conselho Consultivo do SPHAN, foram definidas no decreto-lei nº 25/37, centralizam-se na análise dos bens indicados para tombamentos contestados pelos proprietários e dos tombamentos voluntários.

O Conselho Consultivo, dessa maneira, possuía o papel de interceder nos casos de conflito entre a sociedade civil e a sociedade política, analisando as razões e contrarrazões requeridas, sendo assim, um “tribunal de segunda instância”. A sua composição contribuiu para a consolidação do SPHAN no início do funcionamento da instituição, pela participação de integrantes dos campos intelectual e político brasileiros.

No Brasil, a ideia de preservação do patrimônio veio atribuída a importância de resguardar a história, a cultura nacional. Sendo assim, com a criação do SPHAN e a institucionalização dessa preservação, primeiramente, se teve a preocupação em proteger monumentos e obras ligadas a história nacional. Observa-se que inicialmente a maioria dos bens preservados eram imóveis (CHUVA, 2009).

Dessa forma, como foi dito anteriormente, essa busca foi realizada por parte de intelectuais modernistas, estes assumiam a sua contradição essencial: embora se buscasse o novo, encontrava-se, através do velho, uma identidade genuinamente brasileira, uma

tradição brasileira. À medida que o conjunto arquitetônico barroco era valorizado, a relação dos artistas brasileiros com o modelo europeu ia sendo revista.

O barroco foi redescoberto e valorizado, uma vez que neste a arte e a história ganharam dimensão eminentemente coletiva, constituíram-se, assim, em paradigma da construção da ideia de nação enquanto civilização (SANTOS, 1992, P. 37).

As práticas de preservação e colecionamento eram vistas como um esforço de restabelecer ou defender a continuidade e a integridade do que define a identidade e a memória nacional; um esforço no sentido de transcender a inautenticidade e garantir à “autenticidade” ao restaurar e defender um evanescente “sentimento de ser”.

O primeiro diretor do SPHAN foi o escritor modernista Rodrigo Melo Franco de Andrade. Um dos objetivos de dele ao assumir este cargo era conciliar a modernidade e a tradição, procurando sempre preservar a cultura nacional. Ele permaneceu na direção da instituição de 1937 a 1967, quando se aposentou.

Além de Rodrigo, outros modernistas assumiram cargos no SPHAN, como: o escritor Mário de Andrade (assistente técnico em São Paulo), o arquiteto Renato Soeiro (desenhista, arquiteto, chefe da Divisão de Restauro e posteriormente diretor da instituição), Carlos Drummond de Andrade que ocupou alguns cargos na instituição, dentre eles Chefe da Seção de História da Divisão de Estudos e Tombamento, entre outras personalidades do Modernismo brasileiro que trabalharam no SPHAN.

O SPHAN investiu no projeto de construção da nação, autenticando-a pela materialidade de um patrimônio histórico e artístico nacional.

Conclusão

Embora seja possível constatar que no século XIX, no Brasil, já havia o interesse em construir uma história nacional, observa-se que houve uma intensificação no início do século XX, com os modernistas.

Nesse período começou a ser considerado patrimônio nacional os bens que eram vinculados a história da nação. Os modernistas atuavam na construção de uma identidade nacional e, portanto, se preocupavam com a preservação desta memória que estava sendo construída.

Deste modo, conclui-se que os modernistas influenciaram diretamente na criação do SPHAN e assumiram cargos públicos nesta instituição, atuando diretamente na política de preservação do patrimônio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Emiliano César de. Retrato paulista do Brasil: Paulo Prado, o modernismo e a semana de arte moderna de 1922. **Letras escreve**, Macapá, v. 5, n. 2, 2º semestre, 2015. < <http://periodicos.unifap.br/index.php/letras>>. Data de acesso: 21 de março de 2016 às 22 horas.

ANDRADE, Mário de. “**Cartas de Trabalho**. Correspondência com Rodrigo Mello Franco de Andrade (1936-1945)”. Brasília: Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: Fundação Pró-Memória, 1981.

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. **A lição de Rodrigo**: In-memoriám, Rodrigo Melo Franco de Andrade... homenagem dos seus amigos e dos amigos da DPHAN. Recife: Amigos da DPHAN, 1969.

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. **Rodrigo e o SPHAN**: coletânea de textos sobre o patrimônio cultural. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura/ Fundação Nacional Pró Memória, 1987.

CASTRO, Sonia Rabello de. **O Estado na preservação de bens culturais**: o tombamento. Rio de Janeiro, IPHAN, 2009.

CHUVA, Márcia. **Os arquitetos da memória**. Sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil(anos 1930-1940). Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

DOMINGUES, Beatriz Helena. História e literatura na busca pela identidade na América Latina no século XX: a visão de Richard Morse. **História da historiografia**, Ouro Preto, nº. 7, Nov/dez, 2011, p. 173-199.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 2ª edição. Rio de Janeiro, Editora UFRJ/ MinC-IPHAN, 2005.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda**: Os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro, Editora UFRJ/ IPHAN, 1996.

LAFETÁ, João Luiz. **1930: a crítica e o Modernismo** . São Paulo: Duas Cidades, 1974.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

MAGALHÃES, Aline Montenegro. **Culto da saudade na Casa do Brasil**. Gustavo Barroso e o Museu Histórico Nacional. Fortaleza: Museu do Ceará; Secretaria de Cultura e Desporto do Ceará, 2006. (Coleção Outras Histórias, 49).

MATIAS, Carlos dos Passos Paulo; CAMPOS, Juliano Bitencourt Campos; DOS SANTOS Josiel & SANTOS, Marcos César Pereira. **A Semana de Arte Moderna e a Constituição da Ideia de Patrimônio Cultural Imaterial no Brasil**. Disponível em: <http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=artigos&id=279>. Acesso em: 01/03/2016 as 14 horas e 17 minutos.

MORAES, Eduardo Jardim de. **A brasilidade modernista: sua dimensão filosófica**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

MORAES, Eduardo Jardim de. Modernismo Revisitado. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 1, nº. 2, 1988, p. 220-238. <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2165>> Data de acesso: 21 de março de 2016 às 09 horas e 37 minutos.

MORSE, Richard M. The multiverse of Latin American identity, c. 1920-c. 1970. In: BETHELL, Leslie. **Ideas and ideologies in twentieth Century Latin America: the Cambridge history of Latin America**. Vol. 10. New York: Cambridge University Press, 1995.

OLIVEIRA, Ana Cristina Audebert Ramos de. **O conservadorismo a serviço da memória: tradição, museu e patrimônio no pensamento de Gustavo Barroso**. Rio de Janeiro: PUC, Departamento de História, 2003, 119f.

RANGEL, Marcio Ferreira. Museologia e patrimônio: encontros e desencontros. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. **Cienc. Hum.**, Belém, v. 7, n. 1, p. 103-112, jan.-abr. 2012.

SANTOS, Mariza Veloso Mota. **O Tecido do Tempo: a idéia do patrimônio cultural no Brasil (1920-1970)**. Brasília: Instituto de Ciência Humanas/UnB, 1992, (tese de doutorado).

Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Proteção e revitalização do Patrimônio Cultural no Brasil: Uma trajetória. Brasília, Editora Sphan/ Pró Memória, Nº 31, 1980. Disponível em: portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=531. Acesso em: 28/07/2014 às 09 horas e 30 minutos.

TELLES, Márcio Ferreira de Pragmácio. Entre a lei e as salsichas: Análise dos antecedentes do Decreto-lei 25/37. **In: V ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura**. 27 a 29 de maio de 2009. Faculdade de Comunicação/UFBA, Salvador-Bahia-Brasil. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/enecult2009/19408.pdf>. Data de acesso: 15 de abril de 2016 as 11 horas e 56 minutos.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

Simpósio Temático 18: Impérios Ibéricos no Antigo Regime: poder, sociedade e cultura.

Coordenadores: Daniela Rabelo Costa Ribeiro Paiva (Doutorando UFRRJ) & Hugo André Flores Fernandes Araújo (Doutorando UFRJ)

O governo geral do Estado do Brasil e o provimento das serventias de ofícios militares (1648-1657)

Hugo André Flores Fernandes Araújo¹

Resumo:

Apresentaremos alguns resultados parciais de nossa análise sobre a dinâmica governativa no Estado do Brasil na segunda metade do século XVII. Concentrar-nos-emos particularmente na análise do provimento das serventias de ofícios militares, uma vez que estes tipos de ofícios representaram a maioria esmagadora daqueles que eram providos pelo governo geral do Estado do Brasil, isto é, 79% ou 150 de um total de 172 provimentos contabilizados para esse período. Além da expressiva participação no conjunto de dados, consideramos que os ofícios militares merecem uma análise particularizada uma vez que poucos estudos dedicaram-se a detalhar sua importância. Partiremos da caracterização das fontes e do tratamento dos dados a fim de indicar os limites e as possibilidades de análise. Também analisaremos o quadro geral dos provimentos, qualificando os tipos e as informações que eles nos fornecem, a fim de caracterizar e identificar padrões de provimento para as serventias dos ofícios militares.

Palavras-chave: governo-geral, provimento de ofícios, governação.

Abstract:

We will present some partial results of our analysis about the governance dynamics in the State of Brazil during the second half of the seventeenth century. We will focus particularly in the analysis of the commissioning of the military officials, once that this type of trade represented the vast majority of those that were commissioned by the General Government of the State of Brazil, i.e. 79% or 150 of a total 172 “provimentos” made for this period. Beyond the expressive participation on the data collected, we consider that the military officials deserve a more focused analysis, because few studies have dedicated to explain and explore their importance for the political relations in the State of Brazil. Our work starts from the characterization of the sources and the analysis of the data, to indicate the limits and the possibilities of analysis. We also will aim to analyze the large framework of the “provimentos”, qualifying the types and the information that they provide, aiming to ultimately characterize and identify the patterns of the commissioning of the military officials.

Keywords: general-government, commissioning of the offices, governance.

¹ Doutorando em História Social (UFRJ). Bolsista Capes (Proex). hugoaffa@hotmail.com

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.

“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”, Juiz de Fora, 2017, 1554p.

ISSN: 2317-0468

17 a 21 de outubro de 2016

1 - Introdução

O provimento de ofícios na monarquia portuguesa é uma temática que recebeu atenção de pesquisas nos últimos anos. Alguns desses estudos têm destacado a necessidade de analisar as especificidades dessas práticas a fim de construir uma compreensão mais delineada dos mecanismos de recrutamento e provimento dos ofícios. Estes estudos também têm apontado como vários ofícios possuíam grande importância e impacto nas sociedades da América portuguesa ². Neste sentido, concordamos com a constatação de Bartolomé Yun Casalilla quando este afirma que “la historia de los imperios está indisolublemente unida a la de las élites políticas, económicas y culturales de las áreas que los forman” (CASALILLA, 2009: 11).

No presente artigo buscamos apresentar uma visão geral e quantitativa sobre os provimentos de serventias militares realizadas pelos governadores-gerais. Também buscamos indicar algumas possibilidades de análise, observando como esses dados permitem compreender algumas dinâmicas de governação. Compreendemos, portanto, que a análise dos provimentos nos permite apreender aspectos fundamentais da gestão da monarquia e do funcionamento dos ofícios providos.

2- O provimento das serventias militares: aspectos gerais

Os conjuntos documentais que utilizamos para analisar o provimento de ofícios fazem parte da coleção publicada nos *Documentos Históricos da Biblioteca Nacional* ³ e dos manuscritos contidos nas *Provisões do Governo e Senado* do Arquivo Histórico

² Roberta Stumpf tem analisado as políticas de provimento de ofício do ponto de vista da monarquia, observando especificamente os casos de propriedades de ofício e discutindo a existência e as formas de venalidade de alguns desses ofícios. Cf. STUMPF, 2014; STUMPF, 2012. Análises mais específicas sobre os ofícios militares também tem ressaltado a importância desses postos para a lógica de serviço imperial e para o reconhecimento e acrescentamento social. Cf. MOREIRA, 2015; CRUZ, 2015.

³ Utilizamos os seguintes volumes da coleção: *Documentos Históricos da Biblioteca Nacional*. Vol. III. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1928; *Documentos Históricos da Biblioteca Nacional*. Vol. IV. Rio de Janeiro: Augusto Porto & Cia. 1928; *Documentos Históricos da Biblioteca Nacional*. Vol. XVIII. Rio de Janeiro: Typographia Monroe, 1930; *Documentos Históricos da Biblioteca Nacional*. Vol. XIX. Rio de Janeiro: Typographia Monroe, 1930; *Documentos Históricos da Biblioteca Nacional*. Vol. XXXI. Rio de Janeiro: Typ. Arch. De Hist. Bras., 1936.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
 “O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
 ISSN: 2317-0468
 17 a 21 de outubro de 2016

Municipal de Salvador ⁴. Na presente análise trabalharemos especificamente com as provisões de serventia dos ofícios militares, sendo assim os principais tipos documentais utilizados pelo governo-geral para nomear e prover estes oficiais eram *patentes*, *provisões*, *alvarás de reformação*, *portarias* e *vias de sucessão* (**Gráfico 1**).

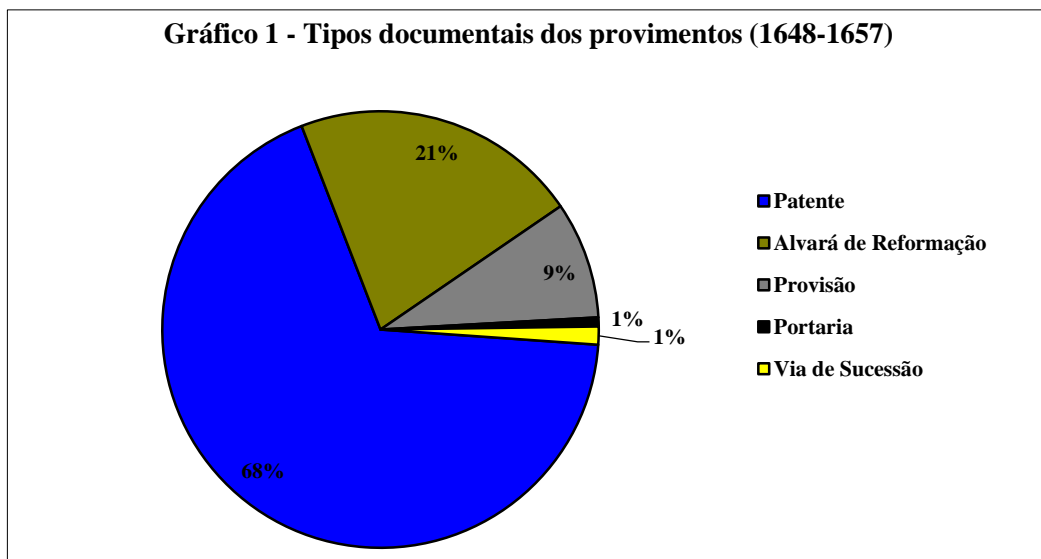
Os tipos documentais dos provimentos apresentam algumas especificidades. A *Patente* (ou Carta patente) foi o principal instrumento utilizado pelos governadores-gerais para prover oficiais subordinados. Trata-se de um tipo documental formal que apresentava “a nomeação para o cargo e a transferência de poderes” (MAGALHÃES, 2015: 32). Os *Alvarás de reformação* tinham a finalidade de reconhecer os serviços prestados e formalizar a “reformação” dos oficiais, acrescentando importância e status a sua patente ⁵. As *Provisões* representam as “resoluções dadas aos requerimentos dos particulares, ou são expedidas para participar decretos e resoluções régias” (MARTINHEIRA, 2000:17) ⁶ de modo que “em sentido restrito são as ordens expedidas pelos tribunais ou conselhos em nome do rei, em que conferiam mercês, cargos, dignidades, ofícios” (MARTINHEIRA, 2000:17). A *Via de Sucessão* era um instrumento que determinava a sucessão do comando de uma tropa no caso do falecimento do oficial encarregado, encontramos esse tipo documental especificamente para as Jornadas do Sertão. A *Portaria* também era um instrumento de governo que poderia ser utilizada para múltiplas finalidades de governo, dentre elas o provimento de ofícios⁷.

⁴ AHMS - 125.1 - Provisões do Governo e Senado (1642-1648). Vol. I. Estante 4 / Prateleira 01-02; AHMS - 125.2 - Provisões do Governo e Senado (1648-1657). Vol.II. Estante 4 / Prateleira 01-02.

⁵ Segundo D. Raphael Bluteau “Os capitães reformados assistem a pessoa do Capitão General, & são os seus Conselheyros. Em ocasião de peleja estão às ordens dos Capitães vivos. As principais cousas de que os encarregão são guardar postos com gente solta, cometter fortificações, ser Cabos de Infantaria, &c.” BLUTEAU, Vol.VII, 1712: 188.

⁶ Na definição de Bluteau: “Provisaõ. Patente, alvará, ou título, com que alguém he provido em algum Benefício, ou officio.” BLUTEAU, Vol.VI, 1712: 808.

⁷ “Portaria. Decreto, & Provisão Real. Letras patentes do Príncipe. Daqui parece veyo o nome *Portaria* neste sentido, como quem dissera, determinação do Príncipe, não sellada, & fechada, mas com porta aberta, & patente.” BLUTEAU, Vol.VI, 1712: 632.



Fonte: DHBN, Vols. III, IV, XVIII, XIX, XXXI; AHMS-PGS, Vols. I, II;

Analisamos um total de 150 provimentos de serventias de ofícios militares feitos por governadores gerais entre 1648 e 1657⁸. Este período compreende os governos de Antonio Teles de Menezes⁹, D. João Rodrigues de Vasconcelos e Souza¹⁰ e D. Jerônimo de Ataíde¹¹. Desde já é importante destacar que a série de dados apresenta lacunas significativas. Não dispomos de meios que atestem a representatividade dos dados levantados, mas uma análise da quantidade de provimentos por ano indica as irregularidades da série. Este mesmo problema foi verificado em relação às correspondências emitidas pelos governadores-gerais, como indicamos em outro estudo¹². A análise da quantitativa das serventias dos ofícios militares permite a percepção destas lacunas (**Gráfico 2**).

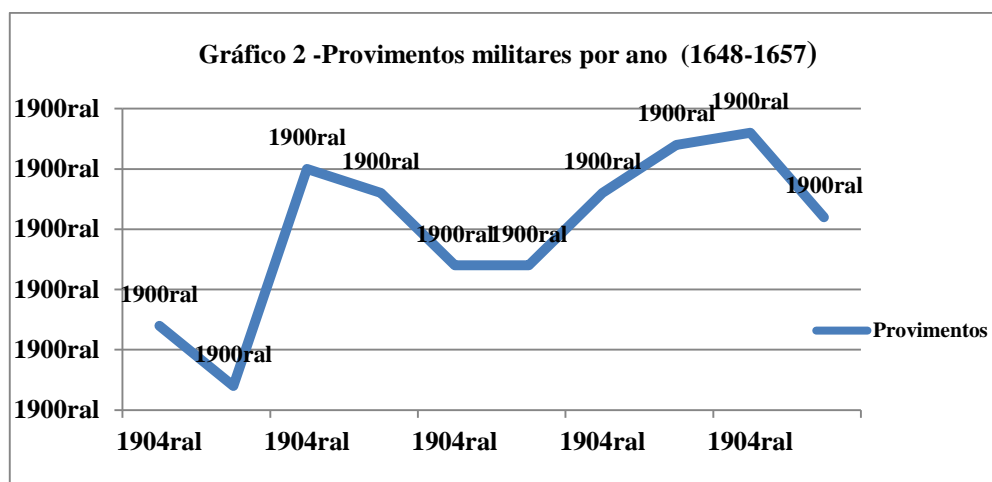
⁸ As datas extremas dos documentos que trabalhamos são 31/01/1648 e 06/06/1657.

⁹ Conde de Vila Pouca de Aguiar. Tomou posse em Salvador no dia 22/12/1647.

¹⁰ Conde de Castelo Melhor. Tomou posse em Salvador no dia 10/03/1650.

¹¹ Conde de Atouguia. Tomou posse em Salvador em 06/01/1654 e entregou o governo a Francisco Barreto em 18/06/1657.

¹² “Para o período analisado (1648-1657), contabilizamos um total de 557 cartas. Destas, 23 cartas foram emitidas pelo Conde de Vila Pouca de Aguiar (1647-1650), número absolutamente discrepante e que explicita a defasagem desta série documental para este período. Já para o governo do 2º. Conde de Castelo Melhor (1650-1654) encontramos a quantidade mais expressiva de 266 cartas, o que certamente retrata de modo mais aproximado a rotina da governação, da mesma forma encontramos 268 cartas emitidas pelo Conde de Atouguia (1654-1657).” ARAÚJO, (No prelo.) Seja como for, o volume de correspondências foi significativamente maior em relação aos provimentos pela própria natureza de sua função na dinâmica governativa, isto é, a circulação de informações e de ordens entre o governo-geral e os oficiais subordinados.



Fonte: DHBN, Vols. III, IV, XVIII, XIX, XXXI; AHMS-PGS, Vols. I, II;

Contudo, também é possível perceber a dispersão geográfica dos provimentos, fator que indica a superioridade hierárquica e jurisdicional do governo-geral do Estado do Brasil (**Quadro 1**). Nesse sentido é importante ressaltar como o provimento de ofícios em diversas capitanias, seja daquelas próximas a Salvador, seja das capitanias do Sul e do Norte, indicava uma ampla jurisdição territorial, o que se traduzia em prestígio para o ofício. Nas palavras do conde de Atouguia a “maior autoridade que [o governador-geral] tinha (...) é prover os ofícios militares”¹³. O provimento de ofícios foi uma das principais questões de governo na segunda metade do século XVII, sendo alvo de reformulações e de um fluxo intenso de discussão entre os oficiais de governo das capitanias, o governo-geral e os conselhos da Coroa¹⁴.

Devemos explicitar que existiam dois tipos de provisão de ofícios: as propriedades e as serventias. As provisões que se referem à propriedade de ofício eram concedidas apenas pelos monarcas e em geral designava “bens de raiz, com domínio, & poder absoluto para os vender, empenhar, & dispor delles”¹⁵. Contudo, “quando a provisão trata da serventia do ofício ela se refere ao uso temporário previsto na provisão” (ARAÚJO, 2013: 107), podendo ser concedida por oficiais de governo que detivessem essa prerrogativa, como os governadores-gerais do Estado do Brasil. Deste modo, devemos entender ambos tipos de provisão “como parte integrante e essencial da regalia, tendo em

¹³ DH-BN, Vol. IV, p. 265.

¹⁴ Desenvolvemos essa discussão em outro artigo. Cf. ARAÚJO, 2015a:1-21.

¹⁵ BLUTEAU, Vol. VI, 1712:786.

vista que sua prática estava assegurada no direito, além de movimentar a economia da mercê” (ARAÚJO, 2013: 107) ¹⁶.

Quadro 1- Quantidade de provimentos por capitania (1648-1657)

Capitania	Quantidade
Bahia	102
Ilhéus	16
Pernambuco	3
São Vicente	3
Sergipe del Rey	10
Espírito Santo	1
Rio de Janeiro	1
Rio de São Francisco	1
Rio Grande	1
Não informado	12
Total	150

Fonte: DHBN, Vols. III, IV, XVIII, XIX, XXXI; AHMS-PGS, Vols. I, II;

Também é possível identificar os principais tipos de ofícios militares providos pelo governo-geral. Identificamos cinco tipos de ofícios militares: *Tropa paga*, *Ordenança*, *Milícia*, *Fortificação* e *Expedição* (**Gráfico 3**).

Os oficiais que compunham a *Tropa paga* eram aqueles que “recebiam, mesmo que com atraso, soldo, fardamento, armamento, farinha, azeite, capim, cavalos e assistência médica. Eles vinculavam os soldados a longos períodos de serviço, que poderiam chegar nove anos” (IZECKSOHN, 2014:492). De um modo geral esses oficiais faziam parte de um dos terços existentes no presídio de Salvador¹⁷. As tropas de *Ordenança* eram compostas por “homens que não possuíam instrução militar sistemática nem recebiam soldos. Seu efetivo era formado pelos moradores locais não arrolados na milícia, que permaneciam em suas atividades particulares e somente eram mobilizados em caso de perturbação da ordem pública” (IZECKSOHN, 2014:493). Já aqueles que serviam na *Milícia* eram:

¹⁶Francisco Cosentino demonstrou como os “regimentos e as cartas patentes dos governadores gerais estabeleceram as regras de funcionamento dessa forma de governo e os poderes desses oficiais responsáveis. Nesses documentos estavam as orientações que estabeleciam a delegação dos poderes régios – à regalia – transferidos para os governadores.” COSENTINO, 2011: 4.

¹⁷ Os terços só foram incorporados na estrutura militar do Estado do Brasil após a retomada de Salvador em 1626, quando foi criado o primeiro terço do Presídio da Bahia, por D. Fradique de Toledo Ozório. O segundo terço, o “terço novo”, foi criado em 1631, em face da invasão holandesa em Pernambuco. Cf. SCHWARTZ; PÉCORÁ, 2002:317; MIRALES, 1900:185.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.

ISSN: 2317-0468

17 a 21 de outubro de 2016

vassalos em tempo parcial, não assalariados e arregimentados segundo seu lugar de origem, ou seja, não se locomoviam como os corpos regulares. As milícias eram organizadas em terços de base territorial – comarcas, freguesias – não remuneradas, a não ser quando em serviço ativo. Seus oficiais inferiores também eram eleitos entre os civis, com apenas algumas patentes superiores sendo designadas pelo vice-rei, procedimento que se tornaria mais comum ao fim do período pombalino. Sua organização era feita por freguesias, mas estavam divididas, principalmente, por categorias da população: brancos, ricos, comerciantes, pretos, forros, pardos, em corpos separados (IZECKSOHN, 2014:493).

Os outros tipos de ofícios apresentam em sua composição membros dos três tipos descritos acima. Contudo, optamos por classificá-los de forma diferente em razão de sua heterogeneidade e de suas especificidades. Sendo assim os oficiais de *Expedição* eram aqueles designados para atuar em situações específicas, sendo mobilizados com finalidades claras, quase sempre para situações de confronto. Esse é o caso dos capitães de Mar e guerra mobilizados para combater a presença de piratas no litoral¹⁸. Em outra frente temos o caso dos Capitães e Cabos mobilizados para Jornadas do sertão¹⁹. Da mesma forma o ofício de Capitão-mor das Entradas dos Mocambos²⁰ foi criado a pedido da Câmara de Salvador, “*com superioridade a todos os Capitães do Campo*²¹ *que havia nas freguezias do Recôncavo, para assim se extinguirem mais eficazmente as povoações dos negros fugidos*”²² tendo especificamente a “*jurisdição em seu exercício desde o Rio de São Francisco até o de Jaguaripe, e todos os Capitães do Campo, Aldeias, mestiços, e mais Índios, e gente que costuma fazer semelhantes entradas estarão às suas ordens*”

¹⁸ Em Abril de 1655 o Conde de Atouguia provê vários oficiais em respostas as atividades de corso que aconteciam na costa próxima do Recôncavo de Salvador. Patente de Antonio Pinto provido no ofício de Capitão da Gente do Mar da Nau São Braz e São Lourenço. 03/04/1655. DHBN, Vol. XXXI, p.162-163; Patente de Miguel Dantas provido no ofício de Capitão de Mar e Guerra da Nau Esperança. 04/04/1655. DHBN, Vol.XXXI, p.164-165; Patente de Afonso da Silva provido no ofício de Cabo das Naus. 06/04/1655. DHBN, Vol.XXXI, p.165-166

¹⁹ Provisão de Gaspar Rodrigues Adorno como Capitão da Jornada. 20/08/1649. AHMS-PGS-Vol.II, fl.420-422; Provisão de Simão Rodrigues como Cabo da Jornada do Sertão. 02/09/1651. DHBN, Vol.XXXI, p. 107-108. Essa é a primeira fase da *Guerra dos Bárbaros*, o que Pedro Puntoni classificou o período das Jornadas ao Sertão (entre 1651-1656) o que marcaria a o início do processo que intensificaria a punição de comunidades indígenas que não se submetessem ao controle luso-brasileiro. Cf. PUNTONI, 2002: 90-91.

²⁰ Patente de Diogo de Oliveira Serpa como Capitão-mor das Entradas dos Mocambos. 14/05/1653. DHBN, Vol.XXXI, p. 125-127.

²¹ De acordo com Stuart Schwartz a nomeação desse tipo de oficial fazia parte de um conjunto de “medidas antimocambo”. De modo que “por volta de 1625 a câmara municipal de Salvador já havia definido uma escala de recompensas para esses caçadores de escravos. O capitão-do-campo, ou capitão-do-mato, como o posto passou a se chamar, era comissionado, recebendo uma recompensa para cada fugitivo capturado”. SCHWARTZ, 2001: 229.

²² DHBN, Vol.XXXI, p. 125.

²³. Além disso, sua carta patente lhe garantia uma significável margem de autonomia e indicações para que os outros oficiais como

Capitães-mores, Capitães de Infantaria, e da Ordenança das Capitánias, postos, e freguezias a que o dito Sargento-mor for, ou por onde passar lhe dêem todo o favor, e ajuda necessária, e lhe não impidam levar todas as pessoas que lhe parecer de qualquer parte, não tendo praça sentada, para melhor effeito deste intento, e para que por nenhuma falta se impossibilite poderá o dito Sargento-mor tomar todos os mantimentos necessários na forma da ordem que lhe dará, e mando aos cabos das tropas, Capitães de Mocambos, e mais gente que aggregar a si o obedeçam, e cumpram todas suas ordens ²⁴.

No último grupo classificamos como oficiais de *Fortificação* todos aqueles que eram designados para ocupar postos de fortes, fortalezas e plataformas do sistema defensivo do Estado do Brasil. Este grupo também apresenta heterogeneidade em sua composição. Os Capitães de Plataforma em geral não recebiam soldo, em alguns casos o provimento estava condicionado ao histórico da atuação familiar na fortificação ²⁵. Já no caso dos Capitães de Forte percebemos que estes eram de modo geral oriundos da experiência militar nas tropas pagas, com listas de serviços de muitos anos ²⁶ e em geral recebiam soldo e emolumentos ²⁷.

²³ DHBN, Vol.XXXI, p. 126.

²⁴ DHBN, Vol.XXXI, p. 126. Diogo de Oliveira Serpa servia como Sargento-mor da Capitania de Sergipe de El-Rei, tendo sido recomendado ao governador-geral “por sua muita intelligencia nesta materia, e zelo com que serve a Sua Magestade em todas as que se lhe encarregaram tendo eu consideração a tudo o referido, è honrada opinião que delle tenho”. DHBN, Vol.XXXI, p. 125. Diogo de Oliveira Serpa já tinha experiências anteriores comando Jornadas ao sertão. Cf. Carta do Conde de Castelo Melhor para o Sargento-Mor de Sergipe del Rei. 22/05/1651. DHBN, Vol. 107-107; PUNTONI, 2002: 91-92.

²⁵ No caso da plataforma de São Vicente da Praia em Salvador, encontramos dois provimentos para o período. O primeiro feito na pessoa de Paulo Fontoura apresentava à justificativa de “ser neto de Vicente Alvares, que me constou havel-a fundado a sua custa”. (Patente de Paulo Fontoura de Capitão de Plataforma. 31/01/1651. DHBN, Vol.XXXI, p.83-84.) No segundo provimento, feito para Vicente Alves [ou Alvares], o moço, além das habituais justificativas de competências militares, é ressaltado o fato deste “ser filho de Vicente Alves, Capitão que foi da mesma Plataforma, a qual se fez a sua custa, por cujo respeito foi já promovido, por sua morte, no mesmo cargo, que exerceu como devia a suas obrigações”. Patente de Vicente Alves, o moço, de Capitão de Plataforma. 09/02/1651. DHBN. Vol.XXXI, p.86-87

²⁶ Encontramos para este tipo de patente referências ao tempo de serviço entre 11 e 18 anos. No caso do Capitão Manuel Lopes Cotta sua lista de serviços é e aproximadamente de 11 anos, pois “consta haver Servido a Sua Magestade em praça de Soldado, e Alferes vivo, e reformado, assim em Portugal donde se embarcou na era de quarenta e cinco, como neste Estado, donde continuou effectivamente vae em dez annos o mesmo Serviço, achando-se nas occasiões que no descurso deste tempo se offereceram, e em particular nas da eminência de Itaparica tendo ali tomado posto Sigismundo, e do Rio de Parnamerim pretendendo o tomar Vandembrande, ambos Generaes das Armadas Hollandezas”. Patente de Capitão do Forte de Santo Antonio do Carmo em Salvador.01/04/1656. DHBN, Vol.XIX, p.14-16

²⁷ O Capitão do Forte de Santo Antonio do Carmo deveria receber “dez cruzados cada mez, e bem assim os mais proes e precalços que diretamente lhe pertencerem”. 01/04/1656. DHBN, Vol.XIX, p.14-16. Luiz

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.

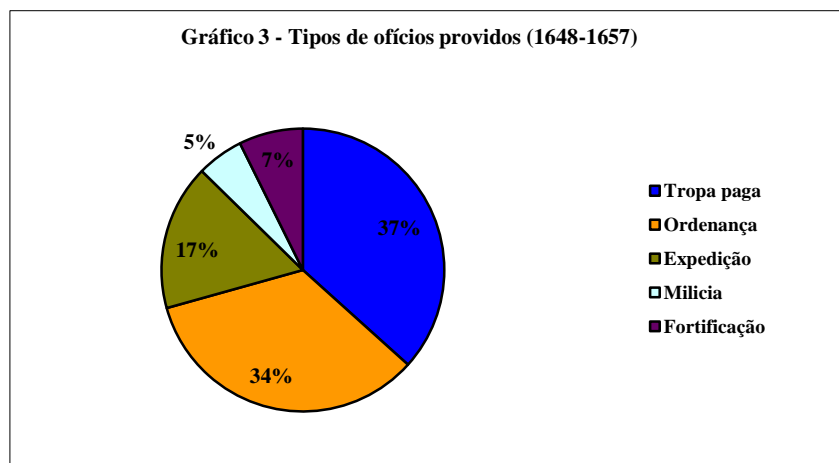
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,

Juiz de Fora, 2017, 1554p.

ISSN: 2317-0468

17 a 21 de outubro de 2016

No **Gráfico 3** indicamos de modo quantitativo os tipos de ofícios providos pelo governo-geral, onde fica evidente a predominância dos ofícios das *Tropas pagas* e de *Ordenança*.



Fonte: DHBN, Vols. III, IV, XVIII, XIX, XXXI; AHMS-PGS, Vols. I, II;

Deste modo, buscamos identificar e caracterizar os principais traços da dinâmica governativa dos provimentos militares. No tópico a seguir buscaremos relacionar essa dinâmica com a análise da governação, a fim de construir uma compreensão mais embasada das ações de governo.

3- O provimento de ofícios e a governação: interesses, estratégias e políticas.

A análise dos provimentos das serventias militares ganha maior dimensão quando esta relacionamos prática com outras dinâmicas da governação. Nesse sentido, optamos por compreender como a dinâmica de provimento se relacionava com as medidas de governo que visavam assegurar a defesa, viabilizar o comércio e garantir o sustento das localidades do recôncavo.

A “lista da mostra que se passou a toda a Infantaria dos dous Terços do Presidio e goarnição desta praça em 15 Dezembro de 1654”²⁸ indica de modo detalhado a distribuição dos soldados que pertenciam aos terço da tropa paga de Salvador.

Guilherme Scaldaferrri analisa mais detidamente o perfil e as funções dos capitães de fortaleza do Rio de Janeiro e indica como estas funções eram permeadas por significados e distinções importantes em nível local. Cf. MOREIRA, 2010.

²⁸ O documento foi produzido por Gonçalo Pinto de Freitas, escrivão da fazenda real e da matricula de gente de guerra do exercito, a pedido do Conde de Atouguia. Datado de 19/01/1655. AHU_ACL_CU_005-02, Cx.13, D. 1580.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

Sintetizamos as informações do documento no **Quadro 2** e apresentamos a representação espacial dessas informações no **Mapa 1**. Este documento apresenta uma relação detalhada por companhia, indicando o nome do capitão responsável, a qual terço pertencia, a quantidade de soldados por companhia e em quais localidades estavam alocados.

Quadro 2 - Distribuição dos soldados do terço no Recôncavo (1654)

	Salvador	Soldados doentes	F. da Barra e Itapagipe e Monserrate	Morro de São Paulo (Ilhéus)	Ilha de Itaparica	Rio de Paraguaçu	Plat. De São Francisco de Sergipe do Conde	Plat. De Matoim	Soldados de licença	Total
Valor %	87,20	2,65	1,47	3,47	1,41	0,75	0,33	0,22	2,23	100%
Valor Abs.	1608	49	27	69	26	14	6	4	41	1844

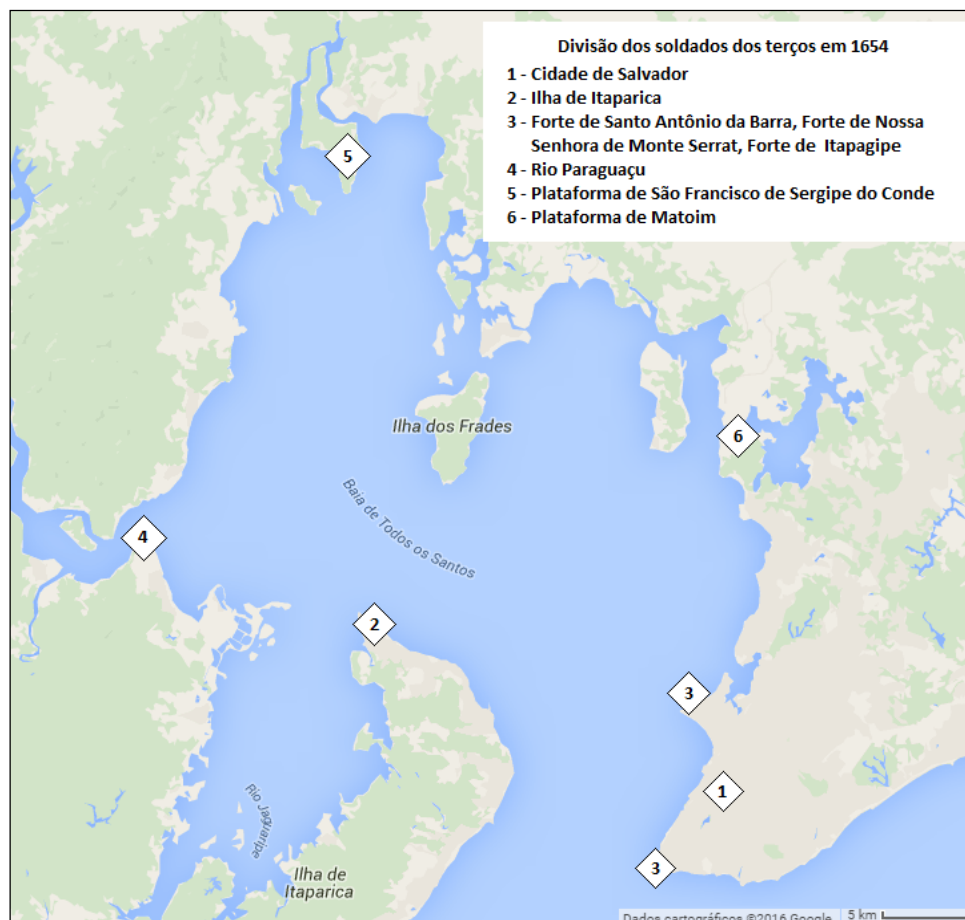
Fonte: AHU_ACL_CU_005-02, Cx.13, D. 1580.

Dentre as várias localidades listadas é importante destacar uma que não se situava no entorno da urbe soteropolitana e que possuía uma importância estratégica: a fortaleza do Morro de São Paulo, pertencente a capitania de Ilhéus ²⁹. De acordo com Marcelo Henrique Dias, desde o governo de Diogo Luis de Oliveira (1627-1635) a capitania de Ilhéus estava diretamente relacionada ao sustento do presídio de Salvador, através do “conchavo das farinhas”. O autor indica que o “conchavo”, que originalmente tinha um caráter passageiro, tornou-se indispensável e a Coroa o manteve por mais de cinquenta anos, contra toda sorte de reclamações da parte dos camaristas das vilas de baixo.” (DIAS, 2007:71). De acordo com Pedro Puntoni,

a Câmara de Salvador estabeleceu um contrato com as três vilas da capitania de Ilhéus, ao sul do Recôncavo. Este contrato estabelecia que os lavradores de Boipeba, Cairu e Camamu trabalharia para o fornecimento de farinha, principalmente para as tropas mobilizadas por conta das guerras holandesas e das guerras contra os bárbaros – obrigação que era sua (PUNTONI, 2013:159).

²⁹ A capitania de Ilhéus representa o principal destino da dinâmica interna da comunicação política do governo geral. Entre 1648 e 1657 os governadores enviaram 159 cartas para a capitania, das quais 35 eram destinadas especificamente para oficiais no Morro de São Paulo. Cf. ARAÚJO, (no prelo) - Encontramos o provimento de três oficiais das tropas pagas para esta fortaleza: DHBN, Vol.XVIII, p.455-458; DHBN, Vol.XVIII, p. 469-471; DHBN, Vol.XIX, p.114-116.

Mapa 1- Divisão dos soldados dos terços em 1654



Os pontos **1** e **3** eram os principais pólos de defesa de Salvador, concentrando 1635 de um total de 1844 soldados que pertenciam aos terços. Para a urbe soteropolitana encontramos o provimento total de 54 provimentos, dos quais 40 eram oficiais das tropas pagas, 9 oficiais de ordenança e 5 de fortificação. Estes dados também indicam que os dois terços de salvador teriam jurisdições territoriais diferentes: o terço velho do Mestre de Campo João de Araújo concentrava suas forças em Salvador e alguns soldados nos fortes da Barra e de Itapagipe, já o terço novo do Mestre de Campo Nicolau Aranha Pacheco também possuía a maior parte de seu efetivo na capital, e parte de suas forças guarneciam a Ilha de Itaparica³⁰ e as forças do Rio Paraguaçu e plataforma de São

³⁰ Encontramos duas patentes para Ilha de Itaparica, também fazendo menção ao pertencimento ao terço novo: Patente de Capitão em João Francisco. 10/10/1655. DHBN. Vol.XVIII,p.438-440.; Patente de Capitão em Felipe Ferreira da Camera. 07/03/1657. DHBN.Vol.XIX, p.127-128.

Francisco. Localidades como o Morro de São Paulo (Ilhéus) e a plataforma de Matoim eram guarnecidas por soldados de ambos os terços³¹.

Os pontos 4, 5³² e 6 indicados no mapa representam posições estratégicas para a defesa dos rios, freguesias e povoações das localidades responsáveis por remeter o açúcar do recôncavo para a urbe de Salvador. Como Stuart Schwartz indicou em seu estudo clássico a posição de ancoradouros e pequenas angras favoreciam a conexão de várias regiões produtoras, de modo que nessa “categoria estavam a foz do rio Matoim [6³³], protegida pela ilha da Maré, e a entrada do rio Paraguaçu [4³⁴]. A baía de Todos os Santos, com suas ilhas e enseadas, portos e praias, era um mar mediterrâneo que tornava possível e lucrativo um contato íntimo entre o porto de Salvador e sua hinterlândia agrícola” (SCHWARTZ, 1988: 78). A preocupação com a defesa dessas regiões era fruto das sucessivas investidas neerlandesas que assolaram as freguesias e distritos açucareiros do recôncavo. Relatos de época estimam que a incursão da armada de De With³⁵, em dezembro de 1648, foi responsável pela destruição de “vinte e dois engenhos de açúcar, roubando quanto achou no distrito deles” (SANTIAGO, 2004:529). Wanderley Pinho relaciona que as ações de Van dem Brand e Van Goch levaram ao saque e a destruição de 23 engenhos entre o final de 1648 e fevereiro de 1649 (Cf. PINHO, 1982:122)³⁶.

No **Quadro 3** indicamos a quantidade de provimentos encontrados para o recôncavo de Salvador. Estes dados nos permitem perceber como o governo-geral

³¹ O terço velho do Mestre de Campo João de Araújo contava com um efetivo de 1027, incluindo soldados e oficiais, já o terço novo do Mestre de Campo Nicolau Aranha Pacheco tinha efetivo total de 992. AHU_ACL_CU_005-02, Cx.13, D. 1580.

³² “A segunda maior concentração de engenhos situava-se nas ilhas denominadas Marapé por Soares de Sousa, as quais se tornaram mais tarde as paróquias da vila de São Francisco do Conde. Esse foi o centro da região açucareira, o ‘berço do massapé’.” (SCHWARTZ, 1988:82).

³³ “Fica patente que a maioria dos engenhos localizava-se no litoral da baía ou ao longo dos rios que nela desembocavam. Aproximadamente metade os engenhos ficavam na zona de Pirajá, Matoim, Paripe e Cotegipe, região situada em um raio de alguns quilômetros ao norte de Salvador, e que, em meados do século XVII, passaria a ser considerada área pertencente àquela municipalidade. (...) As desembocaduras dos rios Pirajá e Matoim também forneciam abrigo para os navios e sustentavam intensa atividade pesqueira.” (SCHWARTZ, 1988:82).

³⁴ “Somente às margens do Paraguaçu, o maior rio a desaguar na baía de Todos os Santos, é que novamente se encontravam solos adequados para os canaviais. O Paraguaçu muda de direção bruscamente logo acima de sua foz, formando a península de Iguape. (...) Na orla da península havia fazendas e engenhos.” (SCHWARTZ, 1988:83).

³⁵ Evaldo Cabral de Mello indica que essa armada mobilizou cerca de 2000 soldados neerlandeses para ações saque e destruição. (MELLO, 2010: 446 - 447)

³⁶ Evaldo Cabral de Mello estima que os neerlandeses apreenderam 1500 caixas de açúcar durante essas ações. (MELLO, 2007: 68)

também se relacionava com diversas localidades. A “cabeça do Estado do Brasil” respondia sozinha por 52,92 % (ou 54 provimentos), por outro lado não é menos importante perceber que praticamente metade dos provimentos eram destinados as freguesias, aldeias indígenas, distritos e outras localidades ao redor de Salvador.

Quadro 3 – Quantidade de provimentos por localidade do Recôncavo

Localidade	Quantidade
Salvador	54
Aldeia de Santo Antonio de Maragogipe	3
Aldeia de Santo Antonio de Jaguaripe	3
Freguesia de Jaguaripe	3
Freguesia de Passé	2
Freguesia de Paraguaçu	3
Freguesia de Patatiba	1
Freguesia de Santo Amaro	1
Freguesia Santo Amaro da Ipitanga	2
Ilha de Itaparica	2
Matoim	3
Nossa Senhora do Socorro	1
Expedição	17
Plataforma da Cajaiba e Barra do Rio de Sergipe do Conde	1
Plataforma da Gamboa (Districto da Patatiba)	2
Rio Real (Distritos)	3
Torre de Garcia D'Avila	1
Total	102

Fonte: DHBN, Vols. III, IV, XVIII, XIX, XXXI; AHMS-PGS, Vols. I, II;

Esses dados nos permitem identificar algumas características dos ofícios e por consequência as implicações dos governadores-gerais na intermediação de interesses. Os ofícios de Capitão de Aldeia em geral indicavam os traços dos providos nos ofícios: “ser pratico na lingua da terra e conhecendo dos Indios”³⁷, e ter a reciprocidade dos indígenas e dos moradores da localidade, “mo pedirem os Indios Principais da mesma aldeia por seo Cappitão e me offerecer huma petição firmada pelos moradores daquella parte em que também o pedião e abonavão sua pessoa e suficiencia”³⁸. Nestes casos a anuência do governador-geral e o reconhecimento e confirmação dos interesses locais poderiam gerar

³⁷ Provisão de Capitão da Aldeia de Santo Antônio de Jaguaripe em André Gonçalves Leitão. 05/02/1648. AHMS-PGS-Vol.II, fl.356v-358v

³⁸ Provisão de Capitão da Aldeia dos Índios de Maragogipe em Manoel Rodrigues. 23/0401648. AHMS-PGS-Vol.II, fl.330-331v.

satisfação e disponibilidade para situações futuras em que houvesse necessidade de mobilizar esses recursos ³⁹.

No que diz respeito às *Tropas Pagas* concordamos com as indicações de Miguel Dantas da Cruz quando afirma que “a nomeação de oficiais para a tropa regular era, em grande medida, um assunto local, à imagem do que também acontecia às ordenanças (...). Os principais governadores podiam decidir *in loco* e recrutar aqueles que combatiam na América e que mais uma vez tinham boas hipóteses de terem nascido e residirem no mesmo território” (CRUZ, 2015: 689). Encontramos dados indicam que a experiência nas guerras do Brasil se traduzia em um fator de peso. Dentre os oficiais de tropa paga com maiores lista de serviços destacamos: o Tenente de Mestre de Campo General Pedro Gomes, que em 1657 apresentava uma lista de 32 anos de serviço⁴⁰; o Ajudante de Tenente de Mestre de Campo General Antonio de Andrada, com 32 anos de serviço em 1656⁴¹; e o Capitão Felipe Coelho que listava 30 anos de serviço em 1656⁴². No caso de provimentos da *Ordenança* também era comum o provimento de vassallos que residissem nas freguesias⁴³, mas também encontramos indivíduos com longas listas de serviços: o

³⁹ A lei de 10/09/1611 estabelece que os governadores-gerais realizassem o provimento “das pessoas seculares, casados, de boa vida e costumes, que lhes parecerem mais convenientes para serem Capitães das Aldeias dos ditos Gêntio” de modo que estes viveriam com suas famílias nas aldeias para “goverarem [os índios] em sua vivenda comum, e commercio com os moradores d’aquellas partes, assistindo muito particularmente a seu governo, e tratando de tudo o que convém, assim para cultivarem a terra, como para aprenderem as artes mechanicas; e quando forem necessários para meu serviço, os apresentarem ao Governador ou Capitão-geral”. SILVA, 1854: 309-312.

⁴⁰ “me consta haver servido a Sua Magestade nas guerras deste Estado de trinta e dois annos a esta parte, em praça de Soldado, Cabo de Esquadra, Sargento, Alferes, e de Mestre de Campo, Capitão de Infantaria, Tenente de General da Artilharia, e Sargento-maior, que actualmente é do Terço do- Mestre de Campo João de Araújo, e da Infantaria da Ordenança desta Praça”. 02/02/1657. DHBN. Vol. XIX, p. 118-121.

⁴¹ “me consta haver servido a Sua Magestade de trinta e dois annos a esta parte nas Guerras deste Estado em Praça de Soldado, Alferes vivo e reformado, e Capitão de uma Companhia de Infantaria que levantou a sua custa”. 26/08/1656. DHBN. Vol. XIX, p. 68-70.

⁴² “me consta haver servido a Sua Magestade de trinta annos a esta parte nas Guerras deste Estado em praça de Soldado Alferes Ajudante supranumerário, e do numero que actualmente está exercendo no mesmo terço”. 02/02/1656. DHBN. Vol. XVIII, p. 465-468.

⁴³ Como se observa por exemplo na patente de João de Brito, capitão da infantaria da freguesia de Jaguaripe: “concorrerem todas estas partes, e qualidades na de João de Brito, morador na mesma freguezia, e ás informações que se me fizeram” 14/10/1650. DHBN. Vol. XXXI, p. 62-63

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.

“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”, Juiz de Fora, 2017, 1554p.

ISSN: 2317-0468

17 a 21 de outubro de 2016

Sargento-mor Antonio de Maldonado, com 25 anos de serviço em 1650⁴⁴; o Sargento-mor do Rio São Francisco Damião da Rocha, com cerca de 20 anos de serviço em 1650⁴⁵.

Em outro trabalho indicamos como o provimento de serventia dos ofícios dos terços poderia ocasionar diversos conflitos, sobretudo se fosse realizado em um membro externo a hierarquia do terço. Podemos argumentar que a centralidade dos provimentos na governação se devesse ao fato desses oficiais compreenderem “claramente a importância que detinham para o efetivo controle da América Portuguesa. Esses utilizaram este fator para barganhar direitos e privilégios, assegurando assim não só o serviço ao monarca, mas também, a concretização de parte de seus interesses” (ARAÚJO, 2015b: 138).

4 - Considerações finais

A análise do provimento das serventias indica como os governadores-gerais se relacionavam com vários níveis da hierarquia dos ofícios militares, assim como com diversas capitanias, reforçando a percepção da posição cimeira deste ofício na hierarquia administrativa e de gestão de ofícios.

Percebemos que relacionar os provimentos militares espacialmente, isto é atentando para as localidades e suas especificidades, nos possibilita identificar parte da trama de interesses que permeava a governação. A gestão da defesa estava intimamente associada com a segurança das regiões produtoras de açúcar e de abastecimento do recôncavo de Salvador. Do mesmo modo conjugar a dinâmica dos provimentos com outras ações nos permite observar relações de interferência, negociação e construção de alianças políticas. Inferimos que agregar esses dados com outras informações pode

⁴⁴ “me consta haver servido a sua magestade de vinte cinco annos a esta parte quaze todos em praça de Soldados, Alferes, Ajudante do número, Capitão da Infantaria vivo e reformado, e Sargento mor da mesma infantaria da ordenança desta praça, digo da ordenança desta cidade que actualmente está exercendo” 08/07/1650. AHMS-PGS-Vol.II, fl.436v-354v.

⁴⁵ “de muitos annos a esta parte, achando-se nas occasiões que se offereceram nos princípios das primeiras guerras de Pernambuco, a que acudiu com algum dispêndio de sua fazenda, e depois nas de Matta Redonda, em que mataram o Mestre de Campo General D. Luiz [Rojas y Borja] e retirando-se o nosso Exercito aquella campanha não lhe sendo possível fazel-o com sua família pelo prisionar o inimigo, continuou debaixo de suas armas e lealdade com que sempre conservou” 11/06/1650. DHBN. Vol.XXXI, p.57-60

inclusive ser um meio de identificar redes de sociabilidade que se estenderiam de Salvador ao interior do Estado do Brasil. Sugestão essa que pretendemos explorar nos trabalhos seguintes.

Fontes e obras de referência:

Arquivo Histórico Municipal de Salvador (AHMS): 125.1 - Provisões do Governo e Senado (PGS) (1642-1648). **Vol. I.** Estante 4 / Prateleira 01-02; 125.2 - Provisões do Governo e Senado (PGS) (1648-1657). **Vol.II.** Estante 4 / Prateleira 01-02.

Arquivo Histórico Ultramarino (Portugal), MARTINHEIRA, José Sintra. *Catálogo dos códices do fundo do Conselho Ultramarino relativos ao Brasil existentes no Arquivo História Ultramarino*. Rio de Janeiro: Real Gabinete Português de Leitura. 2000

Arquivo Histórico Ultramarino (Portugal): Projeto Resgate - Luiza da Fonseca: **AHU_ACL_CU_005-02, Cx.13, D. 1580**

BLUTEAU, D. Raphael. *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico...*. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712.(CD-ROM).

Documentos Históricos da Biblioteca Nacional: Vol. III. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1928; **Vol. IV.** Rio de Janeiro: Augusto Porto & Cia. 1928; **Vol. XVIII.** Rio de Janeiro: Typographia Monroe, 1930; **Vol. XIX.** Rio de Janeiro: Typographia Monroe, 1930; **Vol. XXXI.** Rio de Janeiro: Typ. Arch. De Hist. Bras., 1936.

MIRALES, D. José de. "História Militar do Brazil: Desde o anno de mil quinhentos quarenta e nove, em q' teve principio a fund.^{am.} da Cid.^{e.} de S. Savl.^{or.} Bahia de todos de todos os Santos até o de 1762". *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*. Vol. XXII, Rio de Janeiro: Typographia Leuzinger, 1900.

SANTIAGO, Diogo Lopes. *História da guerra de Pernambuco*. Recife: CEPE, 2004.

SILVA, José Justino de Andrade e. *Collecção Chronologica da Legislação Portugueza (1603-1612)*. Lisboa: Imprensa de J. J. A. Silva, 1854

Bibliografia:

ARAÚJO, Hugo André F. F. "Para se dar satisfação a justiça": provimento de ofícios e conflitos de jurisdição no Estado do Brasil no século XVII. *Revista Ultramares*. N° 3. Vol. 1. Jan-Jul. 2013.

_____. "A organização territorial dos poderes e das jurisdições: o governo-geral do Estado do Brasil na segunda metade do século XVII". *Anais da X Jornada de Estudos Históricos Professor Manoel Salgado*. (PPGHIS-UFRJ). Rio de Janeiro, Novembro de 2015a.

_____. "Autoridade e hierarquia: o governo-geral e os ofícios militares na Bahia e Pernambuco (1647-1649)". *Revista Escrita da História*. Ano II. Vol. 2, n.º 4. Set/Dez. 2015b

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
"O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História",
Juiz de Fora, 2017, 1554p.

ISSN: 2317-0468

17 a 21 de outubro de 2016

_____. “Dinâmicas governativas no Estado do Brasil: comunicação política e provimento de ofícios (1648-1657)”. Anais do VI EIHC. (No prelo.)

CASALILLA, Bartolomé Yun. “Entre el imperio colonial y la monarquía compuesta. Élités y territorios en la Monarquía Hispánica” In: CASALILLA, Bartolomé Yun (Org.). *Las Redes del Imperio: Élités sociales en la articulación de la Monarquía Hispánica, 1492-1714*. Madrid: Marcial Pons História. Universidad Pablo Olavide, 2009.

COSENTINO, Francisco. Governo geral do Estado do Brasil e Vice Reinado da Nova Espanha: comparação de poderes e influências castelhanas no império português. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, 2011, São Paulo.

CRUZ, Miguel Dantas da. “A nomeação de militares na América portuguesa: Tendências de um império negociado”. *Varia Historia*. Belo Horizonte. Vol. 31, n. 57. set/dez 2015.

DIAS, Marcelo Henrique. “A capitania de São Jorge dos Ilhéus: economia e administração”. In: DIAS, Marcelo Henrique; CARRARA, Ângelo Alves (Orgs.) *Um lugar na História: a capitania e comarca de Ilhéus antes do cacau*. Ilhéus: Editora UESC, 2007.

IZECKSOHN, Vitor. “Ordenanças, tropas de linha e auxiliares: mapeando os espaços militares luso-brasileiros”. FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. (Orgs) *O Brasil Colonial*. Vol. 3. (1720-1821). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014

MAGALHÃES, Ana Paula Moreira. *Para a conquista dos bárbaros: rede de poder e governação de Afonso Furtado de Castro do Rio Mendonça (1671-1675)*. Dissertação (Mestrado em História). Santo Antonio de Jesus, BA: UNEB, 2015.

MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda restaurada: Guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*. 3ª edição. São Paulo: Editora 34, 2007.

_____. *O Brasil holandês. (1630-1654)*. Seleção, introdução e notas de Evaldo Cabral de Mello. São Paulo: Penguin Classics, 2010.

MOREIRA, Luiz Guilherme Scaldaferrri. *Navegar, lutar, pedir e ... receber: O perfil e as concorrências dos capitães das fortalezas de Santa Cruz e de São João nas consultas ao Conselho Ultramarino, na segunda metade do XVII, no Rio de Janeiro*. Dissertação (Mestrado em História). PPFHIS/UFRJ, Rio de Janeiro. 2010.

_____. *Os ofícios superiores e inferiores da tropa paga (ou de 1ª linha) na capitania do Rio de Janeiro, 1640-1652: Lógica social, circulação e a governança da terra*. Tese (Doutorado em História). Niterói, UFF, 2015;

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

PINHO, José Wanderley de Araújo. *História de um engenho do Recôncavo*: Matoim, Novo Caboto, Freguesia. (1552-1944). 2ª. Edição, ilustrada e acrescida de um Apêndice. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1982.

PUNTONI, Pedro. *A guerra dos Bárbaros*: Povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil. (1650-1720). São Paulo: Hucitec/Edusp/Fapesp. 2002

_____. “O conchavo da farinha: espacialização do sistema econômico e o governo geral na Bahia no século XVII”. In: *O Estado do Brasil: Poder e política na Bahia colonial (1548-1700)*. São Paulo: Alameda, 2013

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos*: Engenhos e escravos na sociedade colonial (1550-1835). Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Cia das Letras, 1988.

_____. “Repensando Palmares: resistência escrava na colônia”. In: *Escravos, roceiros e rebeldes*. Trad. Jussara Simões. Bauru, SP: Edusc. 2001

SCHWARTZ, Stuart.B.; PÉCORA, Alcir. (Orgs) *As excelências do governador*: o panegírico fúnebre a D. Afonso Furtado, de Juan Lopes Sierra (Bahia, 1676). São Paulo: Companhia das Letras, 2002

STUMPF, Roberta Giannubilo. “Os Provimentos de ofícios: A questão da propriedade no Antigo Regime Português.” *Topoi*. n°. 29, v. 15, Jul-Dez, 2014;

_____. “Venalidade de Ofícios e Honras na Monarquia Portuguesa: um balanço preliminar”. In: ALMEIDA, Suely. C.C. de; SILVA, Gian. C. de M.; SILVA, Kalina V; SOUZA, George F. C. (Orgs). *Políticas e Estratégias Administrativas no Mundo Atlântico*. Recife: Editoria Universitária UFPE. 2012.

A venalidade de ofícios em Minas Gerais: uma prática presente

Rafael Jose de Paula Braga¹

RESUMO:

O objetivo principal desse trabalho é apresentar alguns aspectos da venalidade de ofícios na sociedade colonial da primeira metade do século XVIII, especialmente em Minas Gerais, através do tratamento que esse tema vem recebendo na historiografia recente. A ideia aqui é buscar fazer uma reflexão inicial acerca de uma temática que, para Portugal, foi pouco abordada, acreditando-se mesmo durante muito tempo que não acontecia ou não era relevante como em outras monarquias da época, especialmente a francesa e a espanhola. Além disso, definir essa prática passa também por um esforço de entender qual papel ela ocupava nessa cultura política de Antigo Regime, na economia do dom e na justiça distributiva representada pelas mercês. Ou seja, o meio em que tal prática pôde crescer e se desenvolver.

PALAVRAS-CHAVE: Venalidade, Ofícios, Economia do dom.

ABSTRACT:

The paper's main goal is to present some aspects concerning the venality of occupations in the colonial society of the XVIII century first half, especially in the Brazilian state of Minas Gerais, through the treatment this theme has received in the recent historiography. The idea here is search for an initial reflection about a theme that, at least about Portugal, was rarely addressed, since during a long time the common belief was that it did not happen or it was not relevant as it was in other monarchies back then, especially the French and Spanish ones. Besides, defining this practice goes also by an effort of understanding which role it occupied at this Ancien Regime political culture, at the gift economy and at the distributive justice represented by the mercies. That is, the means in which such practice could grow and develop itself.

KEY WORDS: Venality, Occupations, Gift economy.

Os estudos da prática da venalidade na monarquia portuguesa apenas começam a se fixar, sendo que durante muito tempo se acreditou que ela não havia acontecido em Portugal. Diferentemente da coroa espanhola, onde a venda de ofícios era clara e até mesmo oficial (em grande parte para financiar os vários conflitos em que a Espanha se envolveu), na metrópole lusitana a identificação dessa atividade é mais escusa. Assim, por esse motivo, a análise dessa temática se mostra de grande importância e interesse no sentido de se revelar os principais aspectos dessa prática e de trazer a luz mais um

¹ Mestrando em História. Universidade Federal de Juiz de Fora

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

elemento constitutivo dessa sociedade de Antigo Regime portuguesa. Dessa forma, apresenta-se necessário uma exposição geral do tratamento que a historiografia dispôs ao tema até o momento.

Fernando Dores Costa coloca que a ausência de sinais de compra de postos diretamente da Coroa não significa que não se realizasse essa transação através de vendedores informais na cadeia administrativa, sendo a questão chave aqui a identificação desses vendedores. Além disso, ele levanta a situação do jogo de influências no que diz respeito a nomeação de indivíduos a certos postos, em que nomes são “lembrados” para certas posições. Essas ofertas seriam apenas espontâneas e pessoais, ou haveria algo mais envolvido? (COSTA, 2012: 52-53).

São perguntas como essas que começam a movimentar esse campo de pesquisa. O próprio conceito de venalidade não é consensual, sendo questionado por diferentes autores e interferindo diretamente na frequência com a qual essa prática é encontrada em Portugal. Dores Costa, por exemplo, cita que em Portugal existe uma espécie de “compra” de postos na cavalaria em que o indivíduo que reunisse certo número de cavalos receberia uma patente de capitão de cavalos (COSTA, 2012: 53). Roberta Stumpf, por outro lado, considera que “cargos e honras teriam sido vendidos pela monarquia não somente quando esta recebia um montante de dinheiro, mas também quando oferecia tais mercês em retribuição a serviços pecuniários extraordinários” (STUMPF, 2012: 279-280). Importante destacar que esses serviços pecuniários se referem apenas a particulares que buscavam por seus próprios recursos mostrar zelo e lealdade à monarquia, e não às despesas que os oficiais régios deveriam custear no exercício diário de suas atividades. E mesmo assim, Stumpf coloca que era raro essas contribuições financeiras, vindas de distintos territórios do reino e das conquistas, serem recompensadas pelo monarca com ofícios, com as mercês solicitadas não sendo consideradas condizentes com a despesa ou esse auxílio financeiro não sendo entendido como indispensável (STUMPF, 2012: 280).

Por sua vez, quando a iniciativa partia da Coroa, sendo ela mesma a definir como o dinheiro deveria ser gasto e qual a mercê a ser concedida, a situação era outra (STUMPF, 2012: 280-281). Pode-se citar como exemplo o caso de António Barroso Borralho, que em 1717 conseguiu a propriedade do ofício de provedor da Casa de Saúde de Lisboa pela doação de 300 mil réis para uma obra na rua dos Ourives do Ouro. Nesse

exemplo a Câmara da cidade tinha um decreto real definindo exatamente o destino do dinheiro e o ofício oferecido, levando a transação a ocorrer sem maiores problemas².

Porém, Stumpf também demonstra que parecia haver certa rejeição da prática da venalidade pela alta oficialidade da monarquia portuguesa. Em 1801, o Conselho Ultramarino foi contrário a confirmação de 587 patentes militares honoríficas concedidas pelo vice-rei 2º Conde de Resende em troca de contribuições financeiras para o reparo de fortalezas e para a construção de um cais no Rio de Janeiro. Obviamente que a questão do número de patentes ser bem alto e do vice-rei ter feito a oferta por conta própria influenciou na negativa, mas havia também outros motivos em jogo. Na sua argumentação, os conselheiros repudiam a prática, considerando resultar numa diminuição do valor das honras militares e num aumento indesejado dos privilégios³. Dessa forma, se torna complicado afirmar que a Coroa portuguesa tenha se utilizado com frequência da venalidade de maneira a obter vantagens econômicas.

Aprofundando mais essa questão, Stumpf analisa a postura adotada pela monarquia portuguesa frente a momentos de grande necessidade financeira, momentos esses em que a venda de ofícios poderia ser encarada como alternativa (STUMPF, 2012: 282-283). Nessas situações, salvo alguns momentos de exceção, parece de maneira geral que a Coroa encarou a venalidade como um último recurso, um mal menor (OLIVAL, 2001: 240), e que quando as vendas de fato aconteceram, foram quase que exclusivamente realizadas para cargos referentes às conquistas ultramarinas. Assim, em 1675 o Conselho Ultramarino defendeu a venda de quatro ofícios nas capitanias americanas para levantar recursos no sentido de socorrer Angola, apesar de deixar claro que a prática era de mau exemplo e nem um pouco justa. Um desses postos foi o de provedor da fazenda da Capitania de Pernambuco, vendido a João do Rego Barros que já havia sido capitão-mor da Paraíba. Além da justificativa da necessidade, o Conselho usava também o argumento de que a prática já havia sido utilizada em outras situações pela monarquia lusitana, principalmente no Estado da Índia⁴.

² Desembargo do Paço – Repartição das Justiças e Despacho da Mesa, consultas 1717, maço 1000.

³ Arquivo Histórico Ultramarino/Rio de Janeiro/(AHU/RJ)/cx.: 209, doc.: 14567.

⁴ Arquivo Histórico Ultramarino/Pernambuco/(AHU/PE)/cx.:11, doc.: 1023.

Apesar disso, para Stumpf não há indicativos de que a Coroa portuguesa abusou excessivamente do recurso da venalidade, sendo sempre cautelosa e prudente quando tomava a decisão de usar essa prerrogativa. Assim, evitando ir contra o próprio mecanismo de provimento de ofícios, a escolha geralmente feita era a de vender poucos, mas importantes cargos, arrecadando mais dinheiro e reduzindo quantitativamente a prática. Além disso, se procurava negociar os ofícios com homens que possuíam prestígio e experiência, homens esses que poderiam muito bem ter sido providos por seus serviços e que trariam dessa maneira a garantia de que a administração nas colônias americanas continuaria sendo eficiente (STUMPF, 2012: 283).

Alguns fatores que tentam explicar os motivos pelos quais Portugal foi tão contido no que tange a venalidade, principalmente quando comparado a outras monarquias como a espanhola, podem ser levantados. Em primeiro lugar a Coroa lusitana se envolveu muito menos em conflitos e guerras (STUMPF, 2012: 283-284). As próprias receitas das conquistas são cogitadas como causas dessa situação, já que outros artifícios como a criação de impostos ou o fim da isenção daqueles que a possuíam poderiam ser utilizados (STUMPF, 2012: 284). As censuras morais, especialmente dos tratadistas (HESPANHA, 1982: 391-392), também podem ser apontadas, já que indicam uma resistência da sociedade em relação à venalidade e a força da imagem de um rei mais justo, que premiava aqueles de elevada condição. Além desse suposto dano à imagem, aliás, essas transações de ofícios em troca de dinheiro prejudicavam a própria justiça distributiva (BETHENCOURT, 1998: 248-249), tão cara na sociedade corporativa portuguesa. Diminuir o prestígio e a quantidade de mercês a serem concedidas podia acabar abalando a relação do monarca com seus vassalos, comprometendo a legitimidade advinda do ato de honrar seus compromissos. Por fim, a preocupação com a eficácia da máquina administrativa (STUMPF, 2012: 285) traz uma outra possibilidade desse comedimento português, preocupação essa que pode ser vista pelas constantes tentativas da Coroa de controlar as transmissões de ofícios em propriedade, buscando garantir que os postos fossem ocupados por pessoas com as qualidades necessárias, tais como importância social, dignidade e experiência administrativa.

Como ficou claro pelas circunstâncias descritas acima, a monarquia lusitana tomava muito cuidado nas matérias relativas a transações monetárias de ofícios, tratados

como mercadoria livremente despendida. No entanto, quando pressionada pela situação, houve uma flexibilização dessas convicções, especialmente quando estava em jogo a honra do proprietário ou de sua família. Stumpf coloca que, em alguns casos, era até permitida a negociação entre particulares, embora dificilmente se autorizasse que o valor da venda ficasse com os proprietários. Geralmente a quantia era depositada nos cofres reais ou revertida para alguma instituição religiosa (STUMPF, 2012: 288-289).

Alguns exemplos dessa questão podem ser trazidos a tona. D. Maria de Albuquerque, ao herdar de seu pai em 1699 os ofícios de tabelião e escrivão dos órfãos da Vila de Cachoeira na Bahia, conseguiu permissão para vendê-los dez anos depois por 8 mil cruzados, de maneira que “mais facilmente pudesse conseguir o estado de religiosa”⁵. Diogo da Silva Castelo, dono de um dos cargos de tabelião e escrivão do judicial da Vila de Santarém, conseguiu autorização para vender o segundo ofício, não só pelas dívidas que contraíra, mas por alegadamente ter sido roubado em setenta moedas de ouro pertencentes à Coroa⁶. Outro caso é do capitão Caeiro de Brito, proprietário do ofício de tabelião do público judicial e notas da Vila de Setúbal, que requereu ao rei a possibilidade de renunciar do posto devido aos “empenhos” que acumulou⁷. Aqui, apesar da palavra venda não ser explicitada, não existe dúvidas de que era isso que a renúncia solicitada significava, devido à menção do requerente aos “empenhos” dos quais queria se libertar.

Em relação aos ofícios providos pelas Câmaras, a Coroa lusitana também podia autorizar a venalidade quando fosse necessário encorpar as rendas desempenhadas por esses órgãos administrativos (STUMPF, 2012: 290-291). Assim, um exemplo interessante foi a requisição feita pelos camaristas de Lisboa em 1670, na qual, diante da proibição do então regente D. Pedro II de se venderem os ofícios da dita Câmara, eles argumentam lembrando que no período de D. João IV essa prática era permitida em caso de necessidade. Além disso, apontam, em tom de denúncia, que o próprio D. Pedro II consentia a alguns particulares a prerrogativa dessas vendas, sem nenhum motivo aparente além do benefício pessoal desses homens.

⁵ Arquivo Histórico Ultramarino/Bahia/(AHU/BA)/cx.:53, doc.: 4647.

⁶ Desembargo do Paço – Repartição das Justiças e Despacho da Mesa, consultas 1717, maço 1003.

⁷ Desembargo do Paço – Repartição das Justiças e Despacho da Mesa, consultas 1717, maço 1003.

Assim, de maneira geral e por uma série de motivos, alguns dos quais já apresentados, a monarquia portuguesa claramente procurou controlar a venalidade dos ofícios. Quando foi permissiva com essa prática, a justificativa utilizada foi a de situações excepcionais que colocavam em causa razões “nobres”, não exclusivamente econômicos. No caso do capitão Caeiro de Brito, por exemplo, é importante destacar que o pagamento de dívidas não era nessa sociedade um assunto estritamente financeiro, mas envolvia a dignidade e a honradez relacionadas ao empenho do nome. Quanto ao requerimento da Câmara de Lisboa, pela posição ocupada por esse órgão, sua sustentação monetária era também considerada uma questão que afetava o bem comum (STUMPF, 2012: 291).

Obviamente que, apesar de toda essa tentativa de controle por parte da Coroa, é impossível afirmar que não havia vendas entre particulares das quais ela não tomava conhecimento, ou não queria tomar. Em 1743, por exemplo, Inácio Gabriel Lopes Furtado, provedor-mor da Fazenda do Maranhão, denunciou a renúncia de um ofício feita através de falsas assinaturas, a qual o proprietário do cargo não tinha recebido a autorização para fazer. O procurador da Fazenda do Reino não tomou atitude em relação a essa denúncia, respondendo com indiferença e ordenando que se cumprisse a carta de ofício já emitida⁸. O fato já havia sido consumado e, além do mais, o excesso de zelo de Inácio Gabriel Lopes Furtado não era desejado na medida em que dava visibilidade a uma prática ilegal e expunha a incapacidade das autoridades de coibi-la completamente. Fazer vista grossa pode ser considerado mesmo, em muitos casos, como uma estratégia da monarquia exatamente no sentido de evitar demonstrar publicamente suas fragilidades nesse regime político pluralista, com inúmeras dificuldades logísticas relativas a um império tão extenso quanto o português e que acabavam concedendo uma autonomia relativamente grande no cumprimento das funções administrativas por parte dos funcionários régios (STUMPF, 2012: 292-293).

Por fim, é diante desse cenário que Roberta Stumpf busca compreender e explicar o decreto de 1741, durante o reinado de D. João V, que representa uma mudança nessa política da Coroa ao incentivar a venda régia de serventias de ofícios americanos. A autora acha difícil afirmar que a venalidade foi nesse momento legalizada e sistematizada simples e exclusivamente para arrecadar fundos à Fazenda Real, especialmente pelo fato

⁸ Arquivo Histórico Ultramarino/Maranhão/(AHU/MA)/cx.:27, doc.: 2809.

do reinado de D. João V se constituir numa fase extremamente positiva para Portugal no que tange à exploração do ouro americano. Porém, os benefícios econômicos da prática certamente parecem ter sido considerados, levando a Coroa portuguesa a lucrar com uma atividade que só era realizada por quem não tinha direito de fazê-la (STUMPF, 2012: 293-294).

Além dessas questões eminentemente econômicas, havia uma vantagem política que pode ter sido levada em consideração pela monarquia lusitana nessa mudança de direção na diretriz do provimento de ofícios. De acordo com Alberto Gallo, essa medida busca trazer para o Reino as nomeações dos funcionários régios do Ultramar, atuando no mesmo sentido que a tendência centralizadora que perpassou a política portuguesa por todo o século XVIII (GALLO, 2000: 128-130). Até então, a maior parte dos cargos na América, quando vagavam, eram preenchidos pelos governadores (e outras importantes autoridades coloniais), e principalmente pelas Câmaras, ao invés da metrópole lusitana, hipótese essa que reforça a vontade de controle desses provimentos por parte da Coroa.

Entretanto, apesar dessa vantagem, Roberta Stumpf não encontra indícios de que a velha preocupação com a qualidade e a eficiência dos homens escolhidos estivesse presente nesse momento em consonância com a venalidade. Pelo contrário, esse critério parece ter sido deixado completamente de lado, sendo mesmo a riqueza o principal atributo requerido para a ocupação desses postos na América (STUMPF, 2012: 294-295). O exemplo de António da Silva Porto é claro nesse sentido. O homem, apesar de já ter sido denunciado anteriormente por erro de ofício, quando serviu no cargo de escrivão da Ouvidoria de Vila Rica, comprou a serventia de sete cargos intermediários entre 1742 e 1747, para serem servidos cada um por três anos em duas capitanias diferentes, Minas Gerais e Rio de Janeiro⁹. Os motivos principais dessa brusca guinada, após um longo período priorizando a qualidade dos súditos, ainda fica por se explicar.

O que se sabe definitivamente é que essa alteração, por sua vez, não significou o começo de uma mudança linear e progressiva que ganhará continuidade nos reinados seguintes. No governo de D. José, a venalidade de ofícios americanos foi temporariamente interrompida por Aviso de 10 de Julho de 1757, sendo novamente

⁹ AHU/MG/cx.: 41, doc.: 25; cx.: 45, doc.: 28; AHU/RJ/cx.: 38, doc.: 2, f. 9; cx.: 38, doc.: 81; cx.: 39, doc.: 39; ANTT/HOC, letra A, maço 53.

instituída em 1758 mas com importantes transformações levadas a cabo por Pombal. Nesse momento, o ideal da qualidade e idoneidade dos postulantes a compradores dos ofícios volta a ser considerada, sendo inclusive enviado à América um representante da Coroa, e conselheiro do Conselho Ultramarino, para exercer um controle mais forte sobre essas vendas e coibir as transações de postos entre particulares (STUMPF, 2012: 296). Assim, se restabeleceram as diretrizes dessa forma de provimento que dominaram os séculos anteriores, com um adendo feito por Alberto Gallo. O autor aponta que a ideia de aptidão utilizada aqui para definir os mais capazes a servir nos ofícios da monarquia sofreu uma fundamental reconstrução. Se por um lado a dignidade continuava a ser avaliada pela importância social e pela experiência dos aspirantes, por outro a “aptidão profissional” e a riqueza cresceram substancialmente em importância (GALLO, 2000: 161).

Fernanda Olival no livro *As Ordens Militares e o Estado Moderno* também faz algumas considerações importantes sobre a prática da venalidade nessa sociedade. Apesar de seu enfoque na obra se voltar basicamente para as ordens militares, como o título sugere, ao tratar especificamente sobre a venda ligada a honrarias e mercês em Portugal a autora abrange os cargos e ofícios para mostrar a presença de tal artifício como uma possibilidade aberta aos homens daquele mundo no sentido de alcançar seus objetivos de ascensão. Para a historiadora, a venalidade, apesar de não estar escrita nem prevista em nenhum texto ou legislação, fazia parte da sociedade moderna lusitana sustentada principalmente na natureza própria da mercê. Tendo o vassalo realizado um bom serviço à Coroa, era necessário que ele recebesse uma premiação de algum tipo pela lealdade e sacrifício mostrado; o “algum tipo” sendo o aspecto essencial. Eram várias as maneiras pelas quais poderia vir esse benefício, podendo o agraciado comutar a mercê inclusive em ganhos monetários:

Do ponto de vista da economia da mercê, quem somara determinado número de anos de serviços devia vê-los recompensados. Este princípio era axial. Por isso, a pessoa que obtinha como remuneração um hábito e não o podia efectivar, fosse por falta de dinheiro, de qualidades, ou outras circunstâncias, impunham-se-lhe várias alternativas: não lograr o despacho e deixar a acção aos herdeiros; com os mesmos desempenhos pedir outro pagamento ao centro político; renunciar ou vender os serviços a outrem; ou, a título particular, converter a benesse noutra, nem que fosse em dinheiro. Se o hábito equivalia a pagamento, havia que encontrá-lo, se não no preciso instante, noutra futuro.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

A mercê correspondia também a um direito e a um valor material; não era só código de distinção. (OLIVAL, 2001: 238).

Dessa forma, Fernanda Olival apresenta a venalidade inserida dentro da lógica de funcionamento dessa sociedade de Antigo Regime. Embora tenha sido frequentemente criticada, especialmente em Portugal, e não possuir uma base que a regulamentava legalmente, a sua existência era fundada em elementos presentes na própria maneira de enxergar o mundo desses homens, no jeito com que lidavam com uma esfera público/privada ainda não nitidamente separada nos seus entendimentos cotidianos. Apesar de parecer uma prática contraditória e irremediavelmente irreconciliável com a economia do dom, a venalidade parece assim ter encontrado um modo de se conectar a essa economia, se tornando mais um elemento a ser considerado na sua caracterização.

Seguindo no texto, a autora faz alguns apontamentos interessantes. Em primeiro lugar, Olival afirma que a monarquia mesmo utilizou a venalidade em vários momentos de sua existência, mostrando uma série de exemplos que confirmam esse postulado. Na maioria dessas situações, e especialmente no que concerne aos Áustrias, a necessidade de dinheiro em momentos de conflito ou escassez levou a adoção da venda como uma alternativa de acumulação de recursos para a Coroa. Porém, mesmo posteriormente a venalidade nunca deixou de ser um mecanismo a que se pudesse voltar quando preciso fosse, apesar de, para a historiadora, isso aparentemente ocorrer em menor escala em Portugal do que em outros lugares, como França e Espanha (OLIVAL, 2001: 241). O que não significa dizer que era irrelevante, muito pelo contrário; ao que tudo indica sua frequência era muito maior em terras lusitanas do que por muito tempo se supôs.

De fato, como mostra Fernanda Olival, a venda de ofícios era proibida apenas entre particulares, com nenhum impedimento legal a que o Rei fizesse uso dela. Inclusive, havia aqueles que consideravam a prática uma prerrogativa dos monarcas, desde que a “compra fosse feita por pessoa idônea e a preço moderado” (OLIVAL, 2001: 239). Apesar disso, se não havia limitações legais, em Portugal poderiam existir obstáculos de outras ordens, como a maneira pela qual a venalidade era vista quando levada a cabo pela Coroa. A autora aponta o efeito que a “murmuração” (OLIVAL, 2001: 240) podia ter em relação às vendas, causando um impacto na sua adoção. Segundo ela, “na opinião pública, as práticas de venalidade produziam eco fácil; tendiam a ser mal recebidas” (OLIVAL,

2001: 241); e “insistia-se muito na ideia de que a possibilidade de comprar a honra destruía o esforço dos vassallos para servir com valor a *res publica*” (OLIVAL, 2001: 240). Por isso, no que se refere à monarquia lusitana, quando ocorria a transação era realizada com cautela, sem grande alarde e sem a publicação de editais, de uma maneira mais velada. Um exemplo é a menção a donativos que, como bem coloca Olival, geralmente encobria casos de venalidade (OLIVAL, 2001: 241). Entretanto, mesmo com esses limitadores, sua presença é inegável, estando esse instrumento, como já foi dito, amplamente presente nessa sociedade.

Uma última coisa importante que a autora destaca sobre a prática da venalidade se refere a uma das principais formas que ela assumiu, não só em Portugal como em outros lugares da Europa. A renúncia foi um dos artifícios mais utilizados para se realizarem transações envolvendo a venda de postos, muitas vezes escondendo o fato de que essa venda tinha acontecido:

No que respeita a ofícios – a única realidade abordada nos tratados e pelos praxistas coevos –, teoricamente, os particulares não podiam vendê-los. Os proprietários eram, contudo, autorizados pelos juristas a renunciá-los, desde que tivessem licença régia para o efeito. E esta última só os monarcas a podiam conceder. De outro modo as resignações não eram válidas. Quer isto dizer que dois particulares não podiam negociar entre si sem a convivência régia. (OLIVAL, 2001: 243).

Sobre o que foi dito, algumas considerações são necessárias. Em primeiro lugar, a necessidade de confirmação régia da renúncia colocava o monarca mais uma vez no centro da negociação. A venalidade, no caso lusitano, não poderia assim acontecer sem a autorização do Rei, o que denota um controle, ou ao menos esforço de controle, da prática por parte da Coroa, além do fato dela também lucrar com a transação em si, geralmente recebendo contrapartidas financeiras no momento de conceder a mercê que tinha previamente sido acertada entre comprador e vendedor. Em segundo lugar, como bem coloca Fernanda Olival, a aceitação das renúncias por parte da monarquia podia também ser uma maneira de não permitir muitos ofícios simultaneamente na mesma pessoa, levando a se tornar comum a presença de serventuários exercendo os cargos (OLIVAL, 2001: 245). Por fim, apesar da participação do poder central no processo e da proibição expressa dos juristas de se receber um valor monetário pela renúncia, essa restrição

praticamente não saiu do papel. A renúncia de ofícios terá sido, assim, a principal maneira pela qual os particulares, sancionados pela Coroa, encontraram para desenvolver um certo “mercado de compra e venda” (OLIVAL, 2001: 245) destes cargos, ocorrendo quase sempre a troco de pagamento ao vendedor, que renunciava em favor do comprador:

Desta forma, a figura da renúncia com toda a sua capacidade para abranger e camuflar um conjunto vasto de realidades, estava não só muito divulgada nos séculos XVII e XVIII, como era amplamente aceite e tinha vasta cobertura por parte do centro político: a Coroa também a usava; aliás, só o rei a podia conceder. (OLIVAL, 2001: 245).

Por fim, finalizando este artigo, é importante separar um espaço para se falar especificamente dos ofícios militares, que parecem, não sem controvérsias, constituir um caso a parte. Haveria venalidade na obtenção desse tipo de posto? Aqui o próprio conceito de venalidade é posto em evidência, com a resposta dessa questão dependendo da possibilidade de se considerar grandes despesas e gastos pessoais como fazendo parte da prática venal.

Fernanda Olival mostra na sua obra anteriormente mencionada como a venalidade poderia ocorrer em Portugal no que tange à obtenção de hábitos de ordens militares, mas os hábitos se ligavam mais ao caráter simbólico da posição; e a venda acontecia no momento de se requerer a habilitação, não tendo relação com o exercício dos serviços militares usados como justificativa para sua obtenção. Existem aqueles, como Fernando Dores Costa, que defendem a importância do mérito, mesmo nessas sociedades, para a ocupação de cargos dessa natureza, pelo menos no que se refere a oficiais intermediários. Os ofícios militares, como destaca o autor, não são hereditários, retornando para a Coroa livremente após o seu cumprimento, de maneira que ela possa nomear um novo ocupante para a posição (COSTA, 2012: 51). Isso poderia ser indicativo de uma maior vitalidade desses postos, agraciando aqueles com maiores qualidades pessoais. De fato, a contradição entre herança de ofícios e o comando militar é clara, uma vez que não há garantias que os filhos terão as qualidades dos pais, numa atividade que exige uma preparação e uma formação. A educação dada aos jovens membros da nobreza visava exatamente preencher esse requisito, mas ainda assim os resultados não eram certos.

Outra questão importante colocada por Dores Costa, e que pode elucidar essa temática do mérito é a hegemonia, no exército português, da primeira nobreza

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

(MONTEIRO, 1998: 540-543). Na monarquia lusitana parece haver o que o autor chama de um “apego aos postos máximos da hierarquia militar” (COSTA, 2012: 53), num contexto de uma força que é apenas periférica no cenário europeu e que não combate com frequência. A possibilidade levantada aqui reside no fato da eficácia disciplinar da tropa residir especialmente na atuação dos segundos comandantes, uma oficialidade intermediária que seria ocupada “por criados” das casas. Dessa forma, a autoridade social pertenceria à nobreza, que receberia o prestígio pelo pertencimento a uma posição superior, enquanto que o comando de fato seria atribuição desse oficial intermédio, homem comum que teria ascendido por méritos e que possuía uma relação muito próxima com os oficiais inferiores e soldados. Existe porém uma grande dificuldade de comprovação dessa questão por ser extremamente complicado encontrar informações sobre esses homens comuns e a sua efetividade no comando dessas tropas. A própria ideia de “criado” traz complicações ao estudo, uma vez que pode abarcar desde noções como protegido, até o pensamento corrente de serviçal (COSTA, 2012: 53-54).

Essa discussão que gira em torno da oposição mérito x herança veio à tona inclusive no final do século XVIII, como mostram as memórias redigidas de Vicente Antonio de Oliveira (COSTA, 1998: 969-1017), um militar muito provavelmente de origem mais humilde e que conseguiu ascender da artilharia, atividade de tradição plebéia, até postos mais altos na hierarquia (COSTA, 2012: 55). Nas suas memórias está fortemente presente a temática da transmissão hereditária dos cargos, que pare ele prejudicava o sistema na medida em que incentivava os herdeiros à inatividade, uma vez que já tinham as posições garantidas, e desencorajava os homens que queriam se destacar por seus méritos de assim o fazerem, pois só encontrariam portas fechadas. Oliveira acreditava que, num sistema baseado no mérito, a autoridade dos oficiais sobre seus soldados seria ampliada, pois veriam naqueles que os comandavam homens que haviam ascendido pelas suas próprias qualidades (COSTA, 2012: 55). Isso mostra que o debate estava presente já naquele momento.

Assim, nessa visão, apesar de todo esse sistema de mercês e da economia do dom, a atividade militar se caracterizaria por uma prevalência do mérito e da capacidade devido à importância da função para a defesa do território e pelos saberes que ela pedia, o que poderia ser um motivo para a falta da venalidade na escolha de homens capacitados para

ocuparem essas posições. A ideia de nomeações por mérito para esse tipo de sociedade, com sua cultura política e especialmente como essa palavra é entendida hoje, pode ser problemática. A própria noção diferenciada que esses homens tinham da relação público e privado, como já foi dito antes, dificulta a questão. Mas o ponto apresentado por Dores Costa é interessante para um aprofundamento e investigação mais minuciosos no futuro.

O fato é que, de maneira geral, os homens que queriam obter um posto dessa natureza apresentavam uma grande listagem de serviços anteriores, principalmente militares também, pela qual demonstravam sua lealdade e uma boa obra em nome do Rei. Os serviços de caráter militar eram inclusive usados com frequência ao se pleitearem postos de caráter diferente, o que mostra como essa sociedade valorizava feitos desse tipo, uma herança da nobreza medieval que persistiu no imaginário coletivo. Dessa forma, ao que tudo indica, sem uma extensa lista como essa era muito difícil chegar a ocupar um posto maior na hierarquia militar, de preferência denotando muito sacrifício e perda pessoal para o aspirante ao ofício.

O que leva diretamente ao próximo ponto. Uma coisa que fica clara é que a atividade militar era uma ocupação que exigia grande despesa pessoal do oficial encarregado. Poderia isso, essa iniciativa de gastar dinheiro em uma atividade e usar essa despesa para conseguir uma posição melhor, ser considerado venalidade? Para alguns autores, como Roberta Stumpf, a questão parece um tanto nebulosa. A historiadora acredita que exista venda nos casos em que a posição foi conferida como recompensa por “serviços pecuniários extraordinários” (STUMPF, 2012: 279-280), mas como definir isso? Como decidir quais despesas são referentes ao exercício da função e seriam, dessa forma, “normais”, e quais não são? E, em casos como esse, como afirmar que esse ou aquele serviço teve mais peso na escolha de um indivíduo para o posto requerido do que outros?

Pensando no que se entende por venalidade hoje, talvez fosse possível apontar como venda situações como essas. Mas na cultura política de Antigo Regime, analisando de acordo com a maneira pela qual esses homens entendiam o ordenamento da sociedade, fica muito difícil dizer que esses ofícios militares constituíam um caso de venalidade. O que eles estavam fazendo era servindo ao seu Rei, colocando suas fazendas e pessoal no serviço de um poder maior e colhendo os frutos pela sua lealdade, por se apresentarem

como bons vassallos. Até porque, nesses casos o ganho não era garantido; eles corriam um risco, calculado, mas ainda assim um risco. Podiam fazer grandes dívidas e ainda assim não serem escolhidos para o ofício pleiteado, uma vez que competiam nesse universo com outros homens que buscavam as mesmas coisas que eles. Assim, a atividade militar não parece fazer parte do universo venal.

Referências Bibliográficas

BETHENCOURT, Francisco. A América portuguesa. In: BETHENCOURT, Francisco (dir.); CHAUDHURI, Kirti (dir.). **História da expansão portuguesa**, volume 3, Lisboa, Círculo dos Leitores, 1998.

COSTA, Fernando Dóres. Observações para o estudo das nomeações dos postos militares. In: STUMPF, Roberta (Org.); CHATURVEDULA, Nandini (Org.). **Cargos e ofícios nas monarquias ibéricas: provimento, controlo e venalidade** (séculos XVII-XVIII). 1ª. ed. Lisboa: CHAM, 2012.

COSTA, Fernando Dóres. **O bom uso das paixões: caminhos militares na mudança do modo de governar**. In: *Análise Social*, XXXIII (149), 1998.

GALLO, Alberto. La venalidad de ofícios públicos durante el siglo XVIII. In: BELLINGERI, Marco (coord.). **Dinámicas de Antiguo Régimen y orden constitucional**. Representación, justicia y administración. Siglos XVIII-XIX, Otto Editore (2000).

HESPAÑA, Antonio Manuel. **História das Instituições**. Épocas medieval e moderna. Coimbra, Livraria Almedina, 1982.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo de Freitas. **O crepúsculo dos grandes – a casa e o património da aristocracia em Portugal (1750-1850)**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1998.

OLIVAL, Fernanda. **As ordens militares e o Estado moderno: Honra, mercê e venalidade: moderno (1641-1789)**, Lisboa, Coleção Thesis, 2001.

STUMPF, Roberta. Formas de venalidade de ofícios na monarquia portuguesa do século XVIII. In: STUMPF, Roberta (Org.); CHATURVEDULA, Nandini (Org.). **Cargos e ofícios nas monarquias ibéricas: provimento, controlo e venalidade** (séculos XVII-XVIII). 1ª. ed. Lisboa: CHAM, 2012.

Conflitos Político-Administrativos e ilegalidade no terceiro contrato de extração de diamantes. Arraial do Tejuco, (1748 -1753)

Joelmir Cabral Moreira¹

RESUMO:

O presente texto tem por objetivo compreender a atuação de um dos poderes locais existentes na colônia, a Ouvidoria de Comarca, representada pela figura de José Pinto de Morais Bacelar durante o terceiro contrato de extração de diamantes no Arraial do Tejuco entre 1748 a 1753. Para tanto, através da documentação avulsa do Arquivo Histórico Ultramarino, disponível em CD-ROM, referente a Capitania de Minas Gerais procuramos compreender as tentativas de controle exercidas por José Pinto de Morais Bacelar, Ouvidor da Comarca do Serro Frio, sobre os problemas relacionados ao terceiro contrato dos diamantes, ressaltando as interações que manteve com o contratador Felisberto Caldeira Brant.

Palavras-chaves: Administração colonial, Ouvidoria de Comarca, Terceiro Contrato.

ABSTRACT:

The present test aims to understand the role of one of the local powers that exists in the colony, a ouvidoria de Comarca, represented by the figure of José Pinto Morais Bacelar during the third diamond extraction contract in Arraial do Tejuco between 1748 to 1753. For both, through the single pieces of the Arquivo Histórico Ultramatino available on CD-ROM we sought to understand the attempts to aquire control exercised by José Pinto de Morais Bacelar, Omboudsman of the District of Serro Frio, on problems related to third contract diamonds, emphasizing the interactions he had with the contractor Felisberto Caldeira Brant.

Keywords: Colonial Administration, District Ombudsman, Third Contract.

O artigo discute, em linhas gerais, o terceiro contrato de extração de diamantes, exercido no Arraial do Tejuco, assinado por Felisberto Caldeira Brant, Alberto Luís Pereira e Conrado Caldeira Brant entre os anos de 1748 a 1753. Portanto, nesse trabalho foquei a figura de um agente social envolvido na administração colonial, o Ouvidor José Pinto de Morais Bacelar, destacando sua atuação neste cargo e as relações estabelecidas entre ele e a Família Caldeira Brant no que diz respeito à condução desse negócio. Mais especificamente, busquei refletir sobre a existência ou não de uma tentativa, por parte do

¹ Mestrando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. E-mail: joelmircabral@outlook.com

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

Ouvidor, de controlar ou descobrir/denunciar, um possível envolvimento da Família Caldeira Brant em atividades de contrabando. Cabe ressaltar, que a Família Caldeira Brant ocupou posição chave na sociedade em que se inseriu e dispuseram de poderes, de influência e de privilégios enquanto elite local, inacessíveis para a maioria de seus membros.

As fontes da nossa investigação consistiram no despacho de nomeação do Ouvidor da Comarca e cartas de denúncias direcionadas a Família Caldeira Brant presentes na documentação avulsa do Arquivo Histórico Ultramarino, disponível em CD-ROM, referentes a Capitania de Minas Gerais, cujo teor envolveu as tentativas de controle exercido por um membro da administração colonial, José Pinto de Moraes Bacelar, Ouvidor da Comarca do Serro Frio. Essas cartas permitiram identificar a arrematação do terceiro contrato pelos irmãos Caldeira Brant no período de 1748 a 1753.

Em um primeiro momento identificamos a falta de um aparato administrativo que tivesse suporte para defender os interesses da Coroa portuguesa na referida localidade. Consequentemente, isso levou a instalação em 1751 no Arraial do Tejuco de uma nova administração que visava, grosso modo, enfraquecer os diversos tipos de corrupção que estavam acontecendo no cotidiano da localidade, sobretudo conflitos envolvendo a Família Caldeira Brant. Posteriormente, traçamos algumas denúncias feitas pelo Ouvidor ao Governador da Capitania e ao Reino se queixando dos excessos cometidos pelos irmãos Caldeira Brant. Desse modo, refletimos sobre o modo como a Família Caldeira Brant, a extração dos diamantes influenciou no funcionamento, na organização e na política administrativa do Arraial do Tejuco nos anos do terceiro contrato, entre 1748 a 1753.

A delimitação espacial deste trabalho abarca um importante território das Minas Gerais no século XVIII: a comarca do Serro Frio, composta pelos Termos de Vila do Príncipe (atual cidade do Serro) e Arraial do Tejuco (atual cidade de Diamantina). A história da região teve sua origem ligada às atividades de exploração do ouro e de pedras preciosas. No início do século XVIII foi descoberto ouro nas cabeceiras do Rio Jequitinhonha e seus afluentes. Por conseguintes, grandes levas de pessoas se dirigiram para o local formando povoados. Em 1729 foi anunciada a descoberta de diamantes nas rochas e no leito dos rios da região do Vale do Jequitinhonha. O comunicado chegou a

Portugal em 1729, expedido pelo governador da capitania, D. Lourenço de Almeida. Com o anúncio oficial da descoberta, a coroa tratou de pôr ordem na casa: organizou a exploração dos diamantes e, claro, a cobrança dos respectivos impostos. Divulgadas as riquezas das duas localidades citadas, ambas tornaram-se o centro de convergência dos exploradores e comerciantes, atraídos pelo ouro e, sobretudo, pelos diamantes. Para elas, deslocaram-se principalmente paulistas, portugueses e negros, ao lado de outros estrangeiros em número menor.

A historiografia aponta o dito contratador, Felisberto Caldeira Brant, como um sujeito envolvido em inúmeros negócios ilegais. Ernest Pijning no artigo “Contrabando, ilegalidade e medidas políticas no Rio de Janeiro do século XVIII”, no qual estuda o contrabando no Rio de Janeiro setecentista, afirma que um dos irmãos contratadores do terceiro contrato de extração dos diamantes, Felisberto Caldeira Brant “levou suas atividades a tal ponto que nem mesmo suas relações pessoais e sua fortuna foram suficientes para protegê-lo” (PIJNING, 2001:406). O terceiro contratador “foi aprisionado e enviado de forma secreta para Lisboa, onde veio a falecer na prisão de Limoeiro” (PIJNING, 2001:406). Felisberto Caldeira Brant ficou à espera de um processo e não resistiu, sem ser acusado ou inocentado.

Pelo exposto, sabe-se o destino que tomou o terceiro contrato e o um dos irmãos Caldeira Brant. Apesar disso, faz-se necessário retomar a sua trajetória e as primeiras notícias da sua Família e o seu envolvimento na atividade ilegal. Felisberto Caldeira Brant nasceu em São João Del Rei, casou-se com Branca de Almeida Lara, de família paulista, e teve três filhos. Felisberto tinha três irmãos e era o filho mais velho de Ambrósio Caldeira Brant, português que emigrou para a capitania de Minas Gerais por volta de 1700, com Josefa, paulista (FRANCO, 1989: 85).

Felisberto Caldeira Brant pertencia a uma Família com títulos, honrarias e todo tipo de reconhecimento na localidade. Seu pai participou da guerra dos emboabas em 1709 e era considerado na região do Rio das Mortes um dos homens mais ricos, além de ilustre povoador, o que permitiu a Ambrósio alcançar postos de destaque na sociedade colonial, como o de mestre-de-campo e de juiz ordinário (FURTADO, 2009: 217-262).

Talvez a “qualidade social” da sua família permitisse que Felisberto se envolvesse em diversos conflitos e, na maioria das vezes, saísse ileso. Um desses conflitos ocorreu

em 1730. Nesse episódio Felisberto e o seu irmão Joaquim atentaram contra a vida do ouvidor do Rio das Mortes, Antônio da Cunha e Silveira. Os irmãos Caldeira Brant foram presos e processados, sendo o processo julgado na Relação da Bahia, mas no final dele foram absolvidos por falta de provas.

Após esse transtorno, em 1735, Felisberto foi para Vila Boa, na cidade de Goiás, juntamente com seus irmãos. Nas Minas de Goiás se enriqueceram e, posteriormente, em 1744, se envolveram em desavenças nessa região que ocorreram entre cobradores de quintos e a população. Mais uma vez fugindo de conflitos, os irmãos Caldeira Brant encaminharam-se para Paracatu, onde minas de ouro tinham sido recentemente descobertas, e fizeram fortuna. No entanto, como afirma Felício dos Santos, Felisberto não estava satisfeito, ambicionava maiores riquezas e veio para o Arraial do Tejuco arrematar o terceiro contrato de diamantes”. O contratador arrematou a extração dos diamantes por tempo de quatro anos, com seiscentos escravos, mediante o pagamento do imposto da capitação anual no valor de 220\$000 por cada cabeça de cativo, com as mesmas condições dos contratos anteriores, devendo, porém, “quatrocentos escravos trabalharem no distrito demarcado da Comarca do Serro Frio e duzentos no novo descoberto diamantino de Goiás” (SANTOS, 1974: 84)

(...) Rematou Felisberto Caldeira Brant a extração dos diamantes com seiscentos escravos, ficando quatrocentos nesta comarca do serro frio e duzentos em Goiás por tempo de quatro anos, que tiveram princípio em janeiro de 1749 e fim em dezembro de 1752. O trabalho nesta comarca teve princípio em janeiro do ano de 1749 e o de Goiás em 28 de julho (...) (AHU/MG/ cx.:63; doc.:29)².

O dito contratador desrespeitou algumas normas estabelecidas pelo contrato. Inicialmente, foi permitido a Caldeira Brant minerar com trezentos escravos, quantidade que depois subiu para seiscentos, mas, conforme assinalou Júnia Ferreira Furtado, alguns apontamentos indicam a utilização de aproximadamente dois mil escravos pelo contratador (FURTADO,1985:305). Neste sentido, o período inicial do contrato foi de prosperidade, talvez pela falta de controle da extração de diamantes. Como consequência

² Cabe assinalar que na transcrição de todos os documentos selecionados na pesquisa foi feita a atualização ortográfica visando facilitar o entendimento de algumas formas do português arcaico.

disso, o contratador Felisberto Caldeira Brant e sua Família assistiram ao aumento do poder e prestígio como potentados da região dos diamantes.

Como assinalou Felício dos Santos, durante o terceiro contrato o Arraial do Tejuco teve grande aumento de população, comércio e riqueza e o contratador Felisberto Caldeira Brant juntamente com os seus irmãos, diferentemente dos contratadores anteriores, não perseguia os garimpeiros (SANTOS, 1974: 84). Segundo Furtado, o contratador e os seus irmãos alcançaram “a complacência das autoridades e da população locais que teciam um complexo jogo de interesses” (FURTADO, 1985:305). Mesmo com os incentivos da Coroa para que se fizessem denúncias contra o descaminho, concedendo benefícios aos indivíduos que entregassem os descaminhadores, Felisberto e os irmãos Alberto e Conrado preferiram não se manifestar sobre essa questão.

Ademais, contribuiu para a aceitação em relação ao contrabando no período do terceiro contrato, a falta de fiscalização mais rígida por parte do Intendente dos diamantes no contexto. Cabe mencionar, que um ano antes da arrematação do terceiro contrato, isto é, em 1747, o Intendente Plácido de Almeida Moutoso adoeceu e faleceu. Seu sucessor, o Dr. Francisco Moreira de Matos, era um senhor idoso e acometido por problemas de saúde o que atrapalhava sua atuação no cargo. Essa fragilidade da fiscalização na região somada a tolerância dos Caldeira Brant em relação ao garimpo ilegal, abriu brechas para o contrabando se instaurar com maior vigor. Durante a administração dos irmãos Caldeira Brant o descaminho e a ilegalidade, como visto, se tornaram uma situação comum no cotidiano do Arraial do Tejuco.

Com a chegada do Governador da capitania de Minas Gerais, Gomes Freire de Andrade, no Arraial do Tejuco em setembro de 1751 a situação mudou. Os abusos, o contrabando exacerbado, o descontrole levou o governador a se dirigir para a região na tentativa de regularizar a desordem que se instaurara no Arraial (FURTADO, 1985: 305-306). Nesse sentido, um novo Intendente foi escolhido pelo governador, Sancho de Andrade Castro e Lanções, e também um novo Ouvidor, José Pinto de Moraes Bacelar, que “(...) Tomou posse do cargo em treze de setembro de 1751 e foi suspenso deste em doze de Janeiro de 1756 (...)”(AHU/MG/ cx.:70; doc.:54).

Segundo Felício dos Santos o Ouvidor tornou-se acérrimo perseguidor do contratador Felisberto Caldeira Brant logo que assumiu cargo, “era quem estava

encarregado de executar a ordem de El-Rei, e não podia encontrar outro melhor executor em tão inqualificável ato de arbitrariedade” (SANTOS, 1974: 95).

A nova administração implementada no Arraial, representada pelas figuras do Intendente Sancho de Andrade Castro e Lanções e do Ouvidor José Pinto de Moraes Bacelar, esta estava disposta a arruinar os procedimentos feitos por Brant. Nesse sentido, houve tentativas para pressioná-lo a diminuir a desordem na localidade.

Foi a partir da vinda do Governador da capitania de Minas Gerais em 1751, que podemos começar a identificar uma tentativa de maior controle exercido pela Coroa Portuguesa em oposição a alguns interesses da elite local presente na Comarca do Serro Frio, principalmente no Arraial do Tejuco, onde estava estabelecida a Família Caldeira Brant, arrematantes do terceiro contrato de extração de diamantes, e uma das principais nobrezas apontada como participante do comércio ilegal na localidade. O empreendimento feito pelo ouvidor da comarca foi o de identificar as falhas durante o terceiro contrato, assinado pelos irmãos Caldeira Brant de modo a remetê-las a Coroa portuguesa para que fossem tomadas as devidas providências. O clima no Arraial do Tejuco estava instável e as disputas entre os membros da elite se intensificaram de forma prejudicar o andamento do terceiro contrato de extração de diamantes.

A vulnerabilidade dos irmãos Caldeira Brant é evidente, mesmo sendo membro da elite e dispor de cabedal para se defender, nesse momento se configura uma disputa de posições de poder que ultrapassa visões esquemáticas. Os contratadores continuaram a infringir as regras e, no ano de 1753, o Ouvidor da Comarca tratou de encaminhar outra carta ao Rei informando dos excessos cometidos pelos arrematadores da extração de diamantes. Dessa forma, o Ouvidor destacou as fraudes e os descaminhos de diamantes feitos por Felisberto Caldeira Brant, Alberto Luís Pereira e Conrado Caldeira Brant, ressaltando o prejuízo que estavam dando a Real Fazenda através de suas condutas criminosas. Todas as ilegalidades foram descobertas pelo Ouvidor da Comarca, sobretudo, como destaca Furtado, “o número gigantesco de pedras que extraía ilegalmente e suas redes de contrabando para o Reino” (FURTADO, 1985: 305)

(...) Conto a Vossa Majestade dos grandes descaminhos que havia feito o contratador dos diamantes Felisberto Caldeira Brant na venda de diamantes por ele e seus sócios nas minas desta comarca do Serro Frio, e nos Rios Claro, e bens deixando de os meter no cofre contra as condições e arrematação do

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

contrato com prejuízos da Real fazenda, e de seus sócios, fiadores e credores (...). (AHU/MG/ cx.:63; doc.:28).

Foi a partir desses atos de denúncias feitas através de cartas que o Ouvidor José Pinto de Moraes Bacelar conduziu as diligências que levaram a prisão de Felisberto Caldeira Brant e de seus irmãos Alberto Luís Pereira e Conrado Caldeira Brant. Felisberto Caldeira Brant foi preso no ano de 1753. Em um primeiro momento foi levado para Vila do Príncipe, mas depois foi remetido para Ilha das Cobras no Rio de Janeiro de onde foi transferido para a prisão de Limoeiro em Lisboa, na qual veio a falecer. Logo após a prisão do contratador, o Ouvidor José Pinto de Moraes Bacelar mandou fechar sua casa, lacrando as portas, bem como o armazém pertencente ao contrato e todos os seus bens da Família foram sequestrados, avaliados e inventariados de maneira a ressarcir os prejuízos dados a Fazenda Real no período do terceiro contrato.

Pode-se afirmar que o Ouvidor, de certo modo, atingiu os objetivos que almejou desde o momento em que assumiu o cargo, ou seja, acabar com as irregularidades do terceiro contrato e perseguir Felisberto Caldeira Brant e os seus sócios, Alberto Luís Pereira e Conrado Caldeira Brant. O rigor da nova administração que se instalou no Arraial do Tejuco no ano de 1751 levou o contratador ao fracasso, essencialmente por não ter cumprido com os termos acordados com a Coroa portuguesa. Todavia, cabe destacar que essa administração jamais conseguiria ameaçar a existência do comércio ilegal, pois esse não era uma realidade apenas do terceiro contrato ou do Arraial do Tejuco, mas uma prática social que perpassava a América Portuguesa (CAVALCANTE, 2006).

Para este trabalho, centramos a análise na formação dos grupos de poder colonial, ou seja, no Ouvidor da Comarca do Serro Frio e nos irmãos Caldeira Brant, no intuito de conhecer os agentes sociais que ocupavam posições de destaque nessa sociedade de Antigo Regime. Vimos que foi a partir da vinda do Governador da Capitania de Minas Gerais em 1751 e, conseqüentemente, da implementação da nova administração no Tejuco que houve um maior controle, principalmente do terceiro contrato, a fim de levantar suspeitos e evitar o comércio ilegal na localidade, o que desencadeou o sequestro dos bens e a prisão de membros da Família Caldeira Brant.

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016*

Para encerrar, com as reflexões realizadas nesse trabalho, consideramos que ambos os membros da elite colonial analisados, o Ouvidor e os contratadores da arrematação de diamantes, buscavam em última instância permanecer no exercício dos seus cargos. A busca pela sustentação da “qualidade social” nessa sociedade de Antigo Regime era constante, pois só assim o prestígio, o *status*, a ascensão se processaria e era isso que importava nesse contexto. A pesquisa de trajetórias de homens e de Famílias que atuaram em esferas de poder local como as analisadas denota que suas atitudes oscilavam entre a contribuição para a execução da governabilidade régia em seus domínios ultramarinos e a afirmação dos seus próprios interesses, a fim de angariarem algum tipo de vantagem nas atividades que estavam envolvidos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Documentação manuscrita

Arquivo Histórico Ultramarino – Projeto Resgate – Documentação avulsa de Minas Gerais/CD-ROM.

Documentação Impressa

Códice Costa Matoso. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, vol. I e II, 1999. Coordenação-geral de Luciano Raposo de Almeida Figueiredo e Maria Verônica Campos.

FRANCO, Francisco Assis de Carvalho. *Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Limitada, 1989.

Livros, artigos, teses e dissertações

CAVALCANTE, Paulo. *Negócio de Trapaça*. Caminhos e Descaminhos na América Portuguesa (1700-1750). São Paulo: HUCITEC, 2006.

FURTADO, Júnia Ferreira. *Chica da Silva e o contratador dos diamantes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. *O livro da capa verde*. São Paulo: Annablume, 1996.

_____.(Org.). *Diálogos Oceânicos. Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do império ultramarino português*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

_____. *Homens de negócio: a interiorização da metrópole e do comércio nas minas setecentistas*. São Paulo: HUCITEC, 1999.

_____. *Labirinto da Fortuna – O contrato de Felisberto Caldeira Brant no Tejuco*. Belo Horizonte: UFMG, PRPq, 1998. FURTADO, Júnia Ferreira. Saberes e Negócios: os diamantes e o artífice da memória, Caetano Costa Matoso. *Varia História*. Belo Horizonte, UFMG, n. 1, 1985.

_____. O Labirinto da Fortuna ou os revezes na trajetória de um contratador de diamantes. *Anais do XX Simpósio Nacional da ANPUH, História: Fronteiras*. São Paulo, 1999.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MELLO, Isabele de Matos Pereira. *Administração, Justiça e Poder: Os ouvidores Gerais e sua Correições na cidade do Rio de Janeiro (1624-1696)*. Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História. Dissertação de Mestrado, 2009.

PIJNING, Ernest. Contrabando, ilegalidade e medidas políticas no Rio de Janeiro do século XVIII. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 21, nº42, 2001.

SALGADO, Graça. *Fiscais e Meirinhos: A Administração no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1985.

SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do Distrito Diamantino*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1976 [1862-68].

SOUZA, Maria Eliza de Campos. Ouvidores de comarcas nas Minas Gerais: origens do grupo, remuneração dos serviços da magistratura e as possibilidades de mobilidades e ascensão social. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo, julho, 2011.

_____. Ouvidorias de comarcas, legislação e estrutura. *Varia Historia*. Departamento de História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFMG, nº 1, 1985.

A relevância de um mito na construção do *modus operandi* do Império português

Thays Alves Rodrigues *

Resumo:

Neste trabalho nos apoiamos na relevância do mito do “Preste João” na busca por outros povos e paragens e, conseqüentemente, na mobilização de uma linguagem predominantemente política, que em última instância irá reforçar a “consciência do império” como nos afirma o historiador Giuseppe Marcocci. A partir de *A fé, a religião e os costumes da Etiópia*, do humanista Damião de Góis, e de *Verdadeira informação sobre a terra do Preste João das Índias*, do padre Francisco Álvares, nos propomos a apreender e analisar os principais conceitos presentes nas respectivas obras, a fim de recuperarmos a operacionalidade destes no âmbito de seu contexto.

Palavras-chave: Etiópia, Império Português, *Modus Operandi*.

Abstract:

In this work we rely on the relevance of the myth of "Prester John" in the search for other people and stops and consequently the mobilization of a predominantly political language, which ultimately will enhance the "conscience of the empire" as the says historian Giuseppe Marcocci. From Faith, religion and customs of Ethiopia, humanist Damiao de Gois, and true information about the land of Prester John of the Indies, Francisco Alvares Father, we intend to grasp and analyze the main concepts present in their works in order to recover the operational nature of these within its context.

Keywords: Ethiopia, Portuguese Empire, *Modus Operandi*.

Introdução

Pensando o nosso recorte espaço-temporal, o Portugal do século XVI, a associação entre a Etiópia e a habitabilidade da terra foi uma constante na cronística portuguesa referente à primeira fase expansionista, quando escritores como Pedro Margalho começaram a refletir sobre o Novo Mundo (MARGALHO, 1520, *apud* MARCOCCI, 2012).

Naquele tempo a Etiópia continuava a ser uma noção geográfica imprecisa. Durante a Idade Média, a localização da África, e conseqüentemente da Etiópia, havia oscilado entre as diversas localidades da Índia, o que se estendeu para os séculos seguintes (RICHARD, *in* MSTSUURA, 2001). Foi exatamente essa constante sobreposição – entre África e Índia - que favoreceu, ao longo do tempo, a elaboração de mitos e crenças que fizeram dos etíopes os melhores aliados do nascente império. Como nos afirma Giuseppe

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.

“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,

Juiz de Fora, 2017, 1554p.

ISSN: 2317-0468

17 a 21 de outubro de 2016

Marcocci, “O seu fascínio estava ligado à fama de ali se hospedar um reino cristão circuncidado de muçulmanos, como tinham confirmado monges e embaixadores abissínios que, intermitentemente, durante os séculos anteriores, tinham visitado a Europa”.

Em 1520, a delegação portuguesa guiada por Rodrigo de Lima, e encarregada de estabelecer contatos com o Preste João, finalmente aporta em Arquico - um dos poucos centros costeiros sob domínio direto do soberano etíope. Dela fazia parte Francisco Álvares que, em “Verdadeira Informação...” nos oferece um relato rico em detalhes do que vivenciou a partir de então, sendo por esta razão por nos estudada.

A terra alcançada pelos portugueses revelou-se diferente do mundo sonhado até então. A Etiópia apresentava uma frágil formação política, afligida por um atraso material e envolvida em contínuos conflitos militares. Contudo, não foi essa a descrição realizada pela coroa que, rapidamente decidiu apresentar o encontro com o Preste João como o término do processo de construção de um império cristão estendido até aos mais remotos confins do mundo (MARCOCCI, 2012).

No entanto, em 1527, quando Álvares regressou à Portugal, encontrou um clima diferente do que deixara quando partira, doze anos antes, como capelão de Duarte Galvão. Segundo Marcocci, “o mito deste soberano continuou vivo nas primeiras duas décadas de governo de D. João III, mas foi perdendo, à medida que os anos passavam toda a carga messiânica” (*ibidem*).

Neste contexto, também se insere a publicação de *A fé, a religião e os costumes da Etiópia* (1540) do humanista Damião de Góis. Dedicada ao papa Paulo III, tratava-se de um texto denso e complexo, onde confluíam todas as linhas que tinham dominado a reflexão sobre o império nas duas décadas precedentes. Góis recolheu cartas trocadas entre os soberanos etíopes e portugueses e os pontífices, unindo-as através da trama de uma narração histórica. A partir da primeira epístola – a dedicada ao pontífice - Góis exortava Paulo III a assumir a condução da cristandade etíope, desejoso de um apostolado universal capaz de reconduzir o mundo sob o signo de uma só fé.

A Etiópia e o Preste João tiveram, portanto, centralidade absoluta na cultura portuguesa no período compreendido entre os últimos anos do reinado de D. Manuel I e as primeiras duas décadas do reinado de D. João III, assumindo desde uma conotação

milenarista – típica de impérios em fase inicial, como nos afirma Pagden (PAGDEN, 2002) – até a categoria de terra de missões. Neste sentido, nos questionamos sobre a real relevância de um mito na construção da consciência do império.

Na busca por esclarecimento, nos debruçamos sobre as referidas fontes, *Verdadeira Informação...* e *A fé, a religião e os costumes da Etiópia*, justamente por compreenderem tema e temporalidade singular para a história de Portugal. Assim acreditamos que os eixos temáticos nelas identificados, a saber, Irenenismo e Guerra Justa, justiça e honra, e engenho, não se encontram dispostos ao acaso, antes, obedecem a uma racionalidade imposta pelo império aos seus congêneres e teóricos.

Irenismo e Guerra Justa

O irenismo, que na teologia cristã corresponde às tentativas de unificar os sistemas apologéticos cristãos utilizando a razão como um atributo essencial, contribuiu para aprofundar a consideração humanista de temas relacionados à conciliação e à paz religiosa. Erasmo de Roterdã (1466- 1536) foi quem mais contribuiu para o desenvolvimento das noções irênicas, já que o seu humanismo evangélico tentava recuperar a verdade adulterada pelos copistas de modo a retomar um catolicismo igualitário e nivelador das diferenças sociais.

Embora seja difícil mensurar, a influência das ideias de Erasmo em Portugal, elas encontram respaldo nos escritos de Damião de Góis, principalmente em *A fé, a religião e os costumes da Etiópia*. Nela, o espírito conciliador de Erasmo pode ser apreendido na descrição das práticas religiosas etíopes (ALMEIDA, 2008). Assim, enquanto observamos em Francisco Álvares manifestações de desaprovação das práticas etíopes, como a circuncisão (já que a circuncisão é uma prática judia);

E nisso chega um seu clérigo homem branco filho de Libete [...] dizendo este porque não éramos nos circuncidados pois o Cristo o fora. Eu lhe respondi que verdade era que o Cristo fora circuncidado, e que ele o quisera por cumprir a lei que neste tempo se usava, e para não ser acusado de quebrantador da lei, e logo mandara cessar a circuncisão. (ÁLVARES, I, 1989, p. 118).

Em Góis, na carta do frade Zaga-Zabo, deparamo-nos com as respectivas considerações:

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

Ora, a nossa Circuncisão não é imunda, mas lei e graça concedidas ao nosso pai Abraão, que as recebeu de Deus como sinal, não para com ela se salvar a ele e a seus filhos, mas para os filhos de Abraão se distinguirem dos demais povos (GÓIS, 1945, p. 172).

[...] como diz São Paulo, mostrando que não nos salvamos pela circuncisão, mas pela fé, pois em Cristo ela nada vale nem o prepúcio, mas só a criatura renovada. Ora, Paulo não pregou a destruição da lei mas a sua estabilização, ele que também foi circuncidado, e Timóteo, [...] (GÓIS, *ibidem*).

A filosofia religiosa adotada por Zaga-Zabo dialoga como vemos, com o Pensamento de Erasmo, ao ponto de assim como Bataillon, também nos questionarmos: “É o bispo etíope quem diz estas palavras de tolerância ou é o erasmista Damião de Góis, seu tradutor, que as escreve?” (BATAILLON, 1935, p. 40). Suprimindo as adversidades, os interlocutores do Opúsculo, organizado por Góis, conclamam com insistência a amizade e a união da cristandade etíope com a cristandade portuguesa.

Todavia, contrária a conciliação e a tolerância expressa nestas ideias, foram as associações feitas entre elas e a noção de Guerra continuada ao infiel. Em *Verdadeira informação*, os senhores locais do reino do Preste João expressavam a seguinte opinião:

Mandou outra vez o capitão-mor a ele António Saldanha e o embaixador Mateus e então concertaram que ambos abalasses, a saber, o capitão-mor e o barnagais. [...] e entre muitas coisas que falaram, principalmente era darem ambos muitas graças a Deus por seu ajuntamento, dizendo o barnagais que escrito tinham em livros que cristãos de longas terras haviam de vir àquele porto a se juntar com a gente do Preste João e que fariam um poço de água e que não haveria aí mais mouros e, pois Deus isto cumpria, que afirmassem e jurassem amizades (ÁLVARES, II, 1989, p. 11).

[...]os abexins tinham por profecia [...] que os frangues do cabo da terra viriam pelo mar e se juntariam com os abexins e destruirão Judá e o Toro e Meca [...] (ÁLVARES, II, 1989, p. 36).

Se formos às raízes desse debate, veremos que o combate ao infiel sempre foi uma constante no imaginário europeu, sendo seus conceitos elaborados pela Igreja no momento de queda do Império Romano, que se viu obrigado a conciliar o espírito pacifista do cristianismo originário com as responsabilidades seculares e políticas da Igreja Triunfante. A doutrina da guerra justa, portanto, corresponde a um conjunto de regras de conduta que justificam em quais condições a guerra é moralmente aceitável (FERNANDES, 1993).

Diversos autores teorizaram sobre o tema, como Santo Agostinho (354-430) e Santo Isidoro, bispo de Sevilha (570-636). No entanto, seria S. Tomás de Aquino (1227-1274) o responsável por estabelecer as balizas determinantes da moralidade da guerra, quais sejam (como nos demonstram Ricardo da Costa e Armando dos Santos)

- 1) Que seja declarada por um príncipe, ou seja, por uma *autoridade pública legítima*, já que não compete ao particular declarar guerra, pois tem superiores a quem recorrer para a salvaguarda de seus direitos;
- 2) Que sua causa seja justa, isto é, que seus inimigos *realmente* mereçam que se lhes declare guerra;
- 3) Que haja *reta intenção* por parte dos combatentes, de modo que o bem seja promovido e o mal evitado (COSTA; SANTOS, *in Mirabilia*, 2010, p. 152).

Ao lançarmos um olhar mais criterioso, identificaremos nos excertos apresentados as bases legais e espirituais da guerra justa contra os mouros como, o combate a injustiça, o desejo de paz, a aprovação por parte da autoridade eclesiástica, entre outras. A partir da reflexão apresentada compreendemos que, Irenismo e Guerra Justa não se configuram em noções opostas. Pelo contrário, no reinado de D. João III trata-se de uma estratégia conciliatória dos autores com seus próprios sistemas de referências - neste caso, nos referimos ao humanismo e as determinações do clero secular – e, com a política expansionista da monarquia portuguesa que, em última instância sempre fundamentou seu *modus operandi* na religião (DORÉ, *in Biblos*, 2007).

Justiça e Honra

A alteridade projetada no âmbito dos usos e dos costumes nos permite conhecer os quadros legais que vigoravam em Portugal no século XVI, já que a relação de dualidade estabelecida pela alteridade nos fornece a identidade de quem atribui significado (o português) ao outro (o etíope).

A sociedade Portuguesa e a ocidental, de forma geral, caracteriza-se pela relação entre política e religião, onde, num esforço de centralização dos poderes, o Estado procurava assumir funções “temporais”, enquanto que a igreja, não raro, tendia a se “secularizar”. O fato é que, nestes moldes o corpo místico da igreja acaba

coincidindo com o corpo social, coincidindo-se também os seus interesses (KANTOROWCZ, 1998).

Como nos sugere Rui Luis Rodrigues, neste ponto, reside a principal metáfora sobre a *respublica christiana* empregada ao longo do medievo: a figura da sociedade como corpo (RODRIGUES, 2012). Esse modo organológico de compreensão da sociedade tornou-se, a partir do século XII, de natureza corporativa. Segundo Kantorowicz observa-se neste período uma multiplicidade de *corpora*, todos eles dotados de personalidade jurídica definida, à qual correspondia uma miríade de direitos e privilégios. Por isso Antonio Manuel Hespanha discorda da Existência, em Portugal, de um Estado centralizado neste período (HESPANHA, 1994).

Guardado o “radicalismo” da tese de Hespanha, concordamos com a existência de um paradigma social corporativista. Numa sociedade composta por diversos segmentos sociais o equilíbrio social baseava-se na desigualdade das partes, com suas diferentes funções. Daí, inferimos a existência de uma orgânica de ofícios régios, sendo os referentes à justiça os que mais receberam atenção dos reis, como nos afirma Armando Luís de Carvalho Homem, no artigo “Os oficiais da justiça central régia nos finais da Idade Média portuguesa”.

Neste sentido, partindo mais uma vez do princípio da alteridade, Francisco Álvares, se preocupa com temas relacionados à justiça e à sua estrutura:

E requerendo justiça por muitas vezes, houvemos resposta que [...] ele mandaria fazer justiça e perante nós mandou vir a *justiça-mor e sua corte* ante sua tenda e lhe mandou dizer pelo cabeata, que ele fosse connosco ao mar e que prendesse a todos os mouros, turcos e rumes e cristãos que achasse que no tempo que aí mataram os homens de D. Luís de Meneses, estavam no dito lugar de Arquico (ÁLVARES, II, 1989, p. 74. Grifo meu).

E neste tempo a *justiça-mor* prendeu três ou quatro fidalgos e um xumagali sultão; xumagali quer dizer fidalgo não grande, assim como fidalgo sem terra. [...]. Tanto que a *justiça-mor* foi em corte e deu nova ao Preste como não vieram os portugueses e nós ficávamos desremediados, nos enviou logo o Preste um calacem, mandando que nos fôssemos ao lugar de Aquaxumo [...] (ÁLVARES, II, 1989, p. 79. Grifo meu).

[...] e entre estas portas, as de dentro e de fora, sempre está o seu alicaxi, que quer dizer ouvidor, ouvindo partes e fazendo justiça e, se a causa é grande, ouve as partes até estar como concluso; [então vai relatar a causa ao barnagais e ele dá sentença [...], todo o julgar, quer julgue o barnagais, quer o alicaxi, há de estar presente um homem honrado a que chamam por nome de seu ofício malaganha, que é como tabelião ou notário do Preste [...]. (ÁLVARES, I, 1989, p. 51).

Nos dois primeiro excertos observamos a existência de “um” responsável pelos assuntos e pela execução da justiça, a justiça-mor, que contava com uma estrutura auxiliar, a corte. Esta estrutura pode ser pensada em relação com o corpo de oficiais (com diferentes funções) existente em Portugal, já que no terceiro trecho Álvares faz referência ao ofício de ouvidor e de tabelião (exercido pelo alicaxi) na Etiópia, porém em um nível mais rudimentar. Isso porque, os etíopes, enquanto povo nômade revelou uma estrutura social extremamente precária, na qual nem mesmo o rei e seus auxiliares possuíam um espaço oficial, residindo em tendas, ou seja, as cortes que os acompanhavam: “Avante destas tendas da prisão há grande trato e todo em um direito estão as tendas das duas justiças-mores, cada uma de sua parte e no meio delas está uma igreja que se chama a igreja das justiças.” (ÁLVARES, II, 1989, p. 93)

Além de determinar os quadros jurídicos e legais que regulamentavam a sociedade, o modo corporativo de vê-la também resultaria na preocupação com um governo que fosse conforme às leis. Por isso, Álvares se preocupa com a ausência de leis escritas naquelas paragens. “Cá não há escrever [...] tudo é verbal” (ÁLVARES, II, 1989, p. 80), ou seja, não existia um código estabelecido que guiasse as ações das pessoas e do próprio Preste.

Ora, olhando mais detidamente para esta conjuntura, podemos inserir o esforço de burocratização do Estado no processo, que levaria segundo Paolo Prodi à formação da prática jurídica moderna. Processo este, marcado pelo dualismo entre sagrado e secular. Todavia, é preciso relativizar esta oposição apontada por Prodi, pois a própria configuração da sociedade europeia pré-moderna, da *respublica christiana*, dependia do registro religioso como “código hermenêutico fundamental”. (RODRIGUES, 2012, p. 193-194)

Mais uma vez, Tomás de Aquino forneceria as bases conceituais desse processo que conduziria ao direito moderno, possibilitando, segundo Raquel Kritsch, em *Soberania: a construção de um conceito*, que a intelectualidade medieval cogitasse a idéia de autonomia da esfera religiosa da esfera política a partir do que Aristóteles desenvolveu a respeito da autonomia da “natureza”. (KRITSCH, 2012, p.364)

Francisco Álvares, como expoente desta conjunta jurídico-religiosa que procuramos descrever, parece se embasar nas assertivas de Aquino para descrever os usos

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
 ISSN: 2317-0468
 17 a 21 de outubro de 2016

e costumes etíopes. Em relação às questões jurídicas o padre observa a ausência de leis escritas, e o fato dos julgamentos serem subjetivos, insinuando uma ausência de justiça naquela sociedade. Isto pode ser comprovado no requerimento de justiça que D. Luís faz ao Preste João, por ocasião da morte de seus homens no lugar de Arquico:

E requerendo nós esta justiça por muitas, houvemos resposta que muito lhe pesava, porque o capitão-mor D. Luís não tomara vingança [...] e, pois ele não quisera por si tomar vingança, que ele mandaria fazer justiça [...] mandou dizer pelo cabeta, que ele fosse conosco ao mar e que prendesse a todos os mouros, turcos e rumes cristãos [...] e que os entregasse a qualquer capitão-mor que viesse de Portugal e que ele matasse e fizesse justiça como lhe aprouvesse [...] (ÁLVARES, I, 1989, p. 79).

Notemos que na questão 60 da segunda seção da segunda parte da *Suma teológica*, Tomás de Aquino inicia uma análise sobre o julgamento, a fim de compreender se o julgamento é um ato de justiça, e se o julgamento deve sempre se basear em leis escritas. Sobre isso o autor nos esclarece que

Según lo dicho (a.1), el juicio no es outra cosa que cierta definición o determinación de lo que es justo; mas una cosa se hace justa de dos modos: bien por su misma naturaleza, lo que se llama derecho natural, o bien por cierta convención entre los hombres, lo cual se denomina derecho positivo, [...]. Las leyes, no obstante, se escriben para la declaración de ambos derechos, aunque de diferente manera. Pues la ley escrita contiene el derecho natural, mas no lo instituye, ya que este no toma fuerza de la ley, sino de la naturaleza; pero la escritura de la ley contiene e instituye el derecho positivo, dándole la fuerza de autoridad. Por eso es necesario que el juicio se haga según la ley escrita, pues de outro modo el juicio se apartaria ya de lo justo natural, ya de lo justo positivo (AQUINO, *III* – Parte II- II (a). 1990, p. 497).

Tomás de Aquino, portanto, compreende que o julgamento deve ser proferido segundo as leis escritas, pois elas garantem a autoridade pública dos julgamentos. Trazendo estas constatações para o espaço de atuação de Álvares, podemos acrescentar às noções jurídicas de justiça aquelas virtudes correlatas a própria categoria: como a religião, a piedade, a gratidão, a verdade, a honra. Observa-se que na sociedade etíope, que não possuía leis escritas, a justiça era exercida por pessoas tidas como "honradas".

Pousamos em uma ribeira corrente de muito boa água [...] e nos fomos ao dito lugar a ver um muito honrado fidalgo capitão do lugar. [...] E fez-nos grande gasalhado dando-nos muitas galinhas cozidas em manteiga e muito vinho de mel [...] (ÁLVARES, II, 1989, p. 18)

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
 “O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
 Juiz de Fora, 2017, 1554p.
 ISSN: 2317-0468
 17 a 21 de outubro de 2016

[...] veio a nos um frade honrado que é o segundo do Peste João, e é cabeça e capitão sobre os escrivães do Preste João [...] (ÁLVARES, I, 1989, p. 101).

Se nos voltarmos mais uma vez para o Tratado de Justiça de Tomás de Aquino, veremos que a noção de honra e virtude expressa por Francisco Álvares se harmoniza com as proposições expressas por Aquino na questão 58. Nesta seção afirma que é próprio da justiça referir-se sempre ao outro, pois é a responsável por ratificar os atos humanos.

Mas las acciones que se dirigen a outro tienen necesidad de una especial rectificaci3n, no solo por comparaci3n a quien la realiza, sino tambi3n em relaci3n a quien se dirigen. Y por esto, sobre 3stas hay una virtud especial, que es la justicia (AQUINO, *ibidem*, p. 478).

Assim, ao final da quest3o 58, em seu 12º artigo da Suma Teol3gica – Tratado de Justiça - Aquino fazendo alus3o à 3tica de Arist3teles, afirma que a justiça é a mais sublime das virtudes morais. Com o que foi exposto até aqui podemos inferir que Francisco Álvares apresenta uma concepç3o dual de justiça, ora determinada pela sua funç3o de Clérigo secular da igreja de Santa justa de Coimbra, sendo influenciado pelas ideias tomistas; ora influenciado pelos quadros mentais da estrutura social corporativa de Portugal (hierarquizada).

Em *A fé, a religi3o e os costumes da Eti3pia*, a carta do frade etíope, Zaga-Zabo, nos apresenta algumas menç3es a lei e à justiça que os Ap3stolos teriam deixado nos santos livros dos Sínodos e Cânones, chamados por eles de *Manda e Abetbiles*, cujas mensagens “no dizer de S. Paulo, nos faz ver os pecados. Essa lei só Cristo a pôde observar” (GÓIS, 1945, p. 165 e 167). Deste modo, estas seriam as únicas leis escritas encontradas na sociedade abexim e, portanto as únicas dignas de serem seguidas e preservadas.

N3o admitimos mais do que na Lei, nos Profetas, no Evangelho e nos livros dos Sínodos dos Ap3stolos se contém (GÓIS, *ibidem*, p. 170)
Portanto, meus irm3os, n3o devemos desprezar nem perseguir os nossos semelhantes, porque S. Tiago diz: <<Quem desdenha a seu irm3o, ou o julga, desdenha e julga a lei >>. S3o Paulo tamb3m nos ensina <<que mais vale cada um viver contente com as suas tradiç3es, do que discutir a lei com um seu irm3o crist3o (GÓIS, *ibidem*, p. 179).

Percebemos que mesmo se tratando de uma questão civil, como é a justiça, o encaminhamento será sempre no âmbito da religião. Mas uma vez, o esforço de Damião de Góis em demonstrar o que de fato unia os etíopes a sociedade portuguesa sobressai às alteridades.

Engenho

Veremos agora, que para além do estranhamento gerado por uma “possível” ausência de justiça, a lógica dual fornecida pela alteridade também nos permitiu apreender um segundo estranhamento por parte de nossos autores, a falta de engenho do povo etíope. Em relação ao eixo temático Moisés Massaud nos apresenta a seguinte contribuição:

Em vernáculo, o vocábulo surge não raro em conjunto com “arte”, constituindo uma expressão – “engenho e arte” – frequente no século XVI e que remonta à literatura latina (“ingenium”, “ars”). Corresponde à junção entre talento e saber, ou seja, a disposição natural, a faculdade criadora, que não pode ser substituída nem transmitida pela imitação”, é a “arte de dizer”, a eloquência, o conhecimento adquirido com os mestres ou com a experiência. O engenho pressupõe um dom, é a arte resultado do exercício, do aprendizado. [...] Já no século XVII, o vocábulo “gênio” entrou também a ser empregado no sentido de talento inato, dom que ultrapassa a medida comum [...]. E designaria, mais adiante, o escritor que o possui: “Camões era um gênio”(MASSAUD, 2004, p. 142-143).

Como podemos observar, a noção de “engenho” encontra-se atrelada à literatura latina. Segundo Paulo Martins, as práticas letradas greco-romanas pautavam-se no princípio da imitação (*mimesis*). Com efeito, não tratava-se de uma simples *imitatio*, para a literatura romana, os valores pré-existentes, gregos no geral, deveriam ser seguidos, adaptados ao seu contexto e, quando não, melhorados. Pode-se perceber, então, que no conceito de *imitatio* encontra-se a noção de superação (MARTINS, 2009, p. 26).

No Renascimento, essa mesma relação pode ser identificada não apenas entre escritores antigos e modernos como também entre a língua latina e as línguas vernáculas (tida por línguas vulgares). O latim foi a referência para a organização lexical e sintática dos novos idiomas, pois sua imitação imprimia naqueles o estatuto de língua culta. Neste contexto, o interesse pelo estudo do latim, em Portugal, encontra-se atrelado ao esforço de normalização da língua nacional, que em última instância atuava como “companheira”

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

do nascente império, que muito antes de ser marítimo, efetivou-se pela hegemonia da língua, a exemplo de Roma que, quando viu ruir o seu império, viu ruir também a sua língua, o latim ((BURKE, 2010, p. 36). Como sintetiza o gramático e lexicógrafo Elio Antonio de Nebrija (1441-1522) no prólogo de sua *Gramática castellana*: “*siempre la lengua fue compañera al imperio*” (ASENSIO, 1974, *apud* CURTO, 2009, p. 52), a tópica da língua companheira do império desenvolve-se, portanto, num quadro de exaltação das línguas vernáculas.

A língua foi companheira do império não apenas porque reforçava sua hegemonia, mas também, porque na pena dos autores portugueses funcionava como seu instrumento legitimador. Voltemos ao conceito fornecido por Massaud, nele observamos que “engenho” significa “faculdade criadora”, “dom”, “saber”, entre outras definições. Estas, quando aplicadas na descrição de povos díspares, como os etíopes, acabam fornecendo a alteridade capaz de legitimar o império. Por isso, observamos que nos escritos de Francisco Álvares, a categoria engenho aparece sempre associada à falta de capacidade inventiva dos Etíopes para caçarem suas presas, e para extraírem suas próprias riquezas vegetais e minerais:

Não se espante quem isto ouvir ou ler, como pode haver caça em terra campina e de tanta povoação, porque, como atrás disse, não matam nem sabem matar senão alguns perdizes que matam com frechas e outras muitas caças não matam porque as não comem, outras porque não sabem nem têm engenho para isso, e assim se cria porque as não matam e á toda a caça mansa, [...] (ÁLVARES, I, 1989, p. 53).

Para a parte do poente que á contra o Nilo: dizem haver grandes minas de prata, e que a não sabem tirar, nem aproveitar, por falta de engenho (ÁLVARES, II, p. 480).

Aí reside uma das contribuições da língua para o império, a possibilidade de ser instrumentalizada para a construção do seu *modus operandi*. No entanto, diferentemente de Francisco Álvares, as cartas sistematizadas por Damião de Góis nos apresentam outra opinião a respeito da engenhosidade dos etíopes, como pode ser notado na carta do frade Zaga-Zabo, que descreve a “gente” do senhor Barnagais como engenhosa “pela muita navegação e comércio terrestres que têm com aquêles povos” (os egípcios). (GÓIS, *op. cit*, p. 188)

Porém, quando se refere aos povos limítrofes dos abexins - que ficavam situados “em meio da África” -, Zaga-Zabo muda de opinião, nas palavras do mesmo:

Tem ao Sul os trogloditas, gente nua, muito negra, rude e desprovida de quási tudo o que respeita à civilização, talvez por pouco retirar do solo nesse clima tórrido. Todavia, essa gente extrai o ouro, caça o marfim e divaga com engenho pelos desertos de areia na colheita de pedras preciosas, não conhecendo outros deuses senão o Sol e a Lua, [...] (GÓIS, *ibidem*, p. 187).

Neste excerto, para além do preconceito de cor, podemos concluir que o fator determinante para a consideração dos povos do sul como não civilizados consiste no fato de não conhecerem a religião cristã, mesmo assim acaba reconhecendo a engenhosidade dos mesmos na extração de pedras preciosas. Inferimos com isso que, assim como Álvares, os etíopes, ou Damião de Góis - já que, assim como Maria da Conceição Silveira de Almeida, acreditamos que Góis se oculta por trás dos enunciadores (ALMEIDA, *op. cit*) - também utilizavam o cristianismo como critério condicionante da civilidade.

Observamos com isso, que a noção de engenho difundida na literatura do século XVI, de acordo com Massaud e com nossas observações, contribuiu para a efetivação da consciência do império ao permitir que autores como Francisco Álvares e Damião de Góis evidenciassem a engenhosidade dos portugueses para uma diversidade de aspectos, principalmente os religiosos e os bélicos, e, em contra partida, demonstrasse a falta dele naqueles povos que justamente por isso “mereciam” auxílio, e a ingerência portuguesa, como foi o caso dos etíopes.

Considerações Finais

Como podemos observar todos estes conceitos, ao menos aparentemente, foram instrumentalizados para justificar, ou apenas para reafirmar, o modo de ação do império português, que se pautava na fé cristã (a ideologia necessária) e conseqüentemente na luta contra o infiel (a guerra).

Neste sentido, em *A fé, a religião e os costumes da Etiópia* - obra densa, apesar de pequena, na qual confluíam todas as linhas de reflexão sobre o império, desde o messianismo de D. Manuel I, até o pragmatismo de D. João III - o apelo que Góis fazia sair das palavras de Zaga-Zabo, para além do objetivo de união daquela cristandade

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
 ISSN: 2317-0468
 17 a 21 de outubro de 2016

perdida com a cúria romana, oferecia um lúcido apoio ao imperialismo português endereçado então para oriente.

Na mesma linha, a insistência sobre o lendário soberano e o seu desejo de “se ajuntarem cristãos com cristãos” apresentado em *Verdadeira informação sobre a terra do Preste João das Índias*, também prestava-se a legitimação do Império. Na obra, o mito, finalmente, ganhava traços concretos nas descrições em que Álvares narrava sua chegada à presença do Preste:

e aí vimos estar o Preste João sentado em um cadafalso de 6 degraus muito ricamente concertado. Tinha na cabeça uma coroa alta de ouro e prata, a saber, uma peça de ouro e outra de prata, de alto a baixo e uma cruz de prata na mão e um tafetá azul pelo rosto, que lhe cobria a boca e a barba, e de quando em quando o abaixavam, que lhe aparecia todo o rosto, e tornavam-no a ergue. [...] Tinha o Preste vestida uma rica opa de brocado e camisas de seda de largas mangas que pareciam pelotes. Dos joelhos abaixo, um rico pano como gremial de bispo, bem estendido, e ele sentado assim como pintam Deus Padre na parede. [...] Na idade, cor e estatura é de homem mancebo não muito preto, seria de cor castanha ou de maçã baionesa, não muito parda e em sua cor bem gentil-homem, mediano de corpo. Diziam ser de idade de vinte e três anos, ele assim o parece. Tem o rosto redondo, grandes olhos, o nariz alto no meio e começa de lhe nascer a barba. Em sua presença e aparato bem parece grande senhor como o é e nós estaríamos dele espaço de duas lanças (ÁLVARES, I, 1989, p. 152-153).

A validade destas palavras residia na força da experiência. O realismo de Álvares fez com que realizasse uma descrição particularizada da fé dos etíopes, não deixando de condenar o erro dos mesmos, como vimos no presente trabalho. Por esta razão, provavelmente, não seria bem recebida pela censura inquisitorial, que poucos anos antes da aparição de *Verdadeira Informação...* se viu intensificada pelo infante D. Henrique (MARCOCCI, *op. cit.*, p. 209) .

A fé, a religião e os costumes da Etiópia também não seria bem recebida, provocando grande debate na corte, e sendo definitivamente censurada pelo tribunal do Santo Ofício em meados de 1541. Nestes anos o “Preste João sofreria os contragolpes da política apoiada pelos teólogos da corte contra Roma”, por isso, apesar de se constituir numa apologia do expansionismo português, *A fé, a Religião e os costumes da Etiópia*, assim como, *Verdadeira Informação...* dificilmente seriam bem recebidas na corte de D. João III; a primeira, devido ao desenho milenarista, e à valorização da figura do papa (do qual

a corte procurava se tornar independente); a segunda, devido a descrição de um cristianismo heterodoxo no contexto da contra-reforma (MARCOCCI, *ibidem*).

Fontes

ÁLVARES, P. Francisco. *Verdadeira Informação sobre a Terra do Preste João das Índias* (I), (II). Transcrição em português atual: Maria da Graça Pericão. Publicações Alfa, S.A., Lisboa, 1989.

AQUINO, Santo Tomás. *Suma de Teologia* (I), (II) e (III). Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1990.

GÓIS, Damião de. “A fé, a religião e os costumes da Etiópia”. In: *Opúsculos históricos*. Biblioteca Histórica de Portugal e Brasil – Série Cimélia nº 1. Livraria Civilização, Portugal, 1945.

Bibliografia

ALMEIDA, Maria da Conceição Silveira de. *Damião de Góis e seu amigo Aza-Zabo: heterogeneidade enunciativa na Fides, Religio Moresque Aethiopum*. Tese de Doutorado em Letras Clássicas, Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

BATAILLON, Marcel. *O Cosmopolitismo de Damião de Góis*. 2 ed. Trad. Castelo Branco Chaves. Lisboa: República, 1935.

BURKE, Peter. *Linguagens e comunidades nos primórdios da Europa Moderna*. São Paulo: Editora UNESP, 2010

COSTA, Ricardo da; SANTOS, Armando Alexandre dos. “O pensamento de Santo Tomás de Aquino (1225-1274) sobre a vida militar, a guerra justa e as ordens militares de cavalaria”. In: *Mirabilia*. Vitória, ES, v. 10, p. 145-157, 2010.

CURTO, Diogo Ramada. *Cultura Imperial e projetos coloniais (séculos XV a XVIII)*. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2009.

DORÉ, Andréa. “Relações entre Oriente e Ocidente (SÉC. XIII-XVII): mercadores, missionários e homens de armas”. *Biblos*, Rio Grande, 2007.

FERNADES, Mariz. *A legitimidade da Guerra na Tradição Ocidental*. Instituto da defesa Nacional, 1993. Disponível em: < <http://hdl.handle.net/10400.26/1642>>.

FONTANA, Josep. *A história dos homens*. Edusc.

KANTOROWCZ, Ernst H. *Os dois corpos do Rei: Um estudo sobre Teologia Política Medieval*. Tradução. São Paulo: companhia das letras, 1998.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
 “O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
 ISSN: 2317-0468
 17 a 21 de outubro de 2016

- KRITSCH, Raquel. *Soberania: a construção de um conceito*. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 2002.
- HESPANHA, A. M. *As vésperas do Levithan: Instituições e poder político em Portugal, século XVII*. Coimbra: Almedina, 1994.
- MARCOCCI, Giuseppe. *A Consciência de um Império: Portugal e o seu mundo (sécs. XV-XVII)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012.
- MARTINS, Paulo. *Literatura Latina*. Curitiba: IESDE Brasil S. A., 2009.
- MOISÉS, Massaud. *Dicionário de termos literários*. 12. ed. São Paulo: Cultrix, 2004.
- PAGDEN, Anthony. *Povos e impérios: Uma história de migrações e conquistas, da Grécia até a atualidade*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.
- RICHARD, Jean. *L'Extrême-Orient légendaire au Moyen Âge: Roi David et Prêtre Jean*. In: MITSUURA, Koishiro. *Les civilisations au regard de l'autre (Actes du colloque international de Paris, 13 et 14 décembre 2001)*. Paris: UNESCO, 2001.
- RODRIGUES, Rui Luis. *Entre o dito e o maldito: Humanismo erasmiano, ortodoxia e heresia nos processos de confessionalização do Ocidente, 1530-1685*. Tese de doutorado em História Social, São Paulo: USP, 2012.
- THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum: Estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Simpósio Temático 19: História e Gênero: Relações de Poder, Memórias e Identidades.

Coordenadores: Ioneide Piffano Brion (Doutora em História, Política e Bens Culturais – FGV / Doutoranda em História – UFJF) & Jéssica Costa Prazeres (Mestranda em História UFJF)

Os estudos de gênero como perspectiva metodológica para a análise da cerâmica grega¹

Michelle Borges Pedroso

Resumo:

As imagens pintadas sobre a cerâmica ática quando observadas sob as novas diretrizes metodológicas dos estudos de gênero e feministas podem apresentar informações relevantes acerca da participação e dos modelos de representações das mulheres em variados contextos. A inclusão de novas formas de pensamento as pesquisas em cerâmica visa acrescentar aos estudos histórico-artísticos maneiras e categorias mais apropriadas para falar sobre as mulheres e suas representações. Tais métodos têm se distanciado dos antigos modos de analisar a produção em cerâmica e têm tornado nosso olhar mais aproximado das mulheres e de suas questões, todavia, sem perder de vista o panorama sociocultural no qual elas se inserem.

Palavras-chave: vasos áticos; mulheres; História da Arte; estudos de gênero.

Abstract:

The images painted on Attic pottery when observed by the new methodological guidelines of the gender and feminist studies may have relevant information about the participation and models of representations of women in different contexts. The inclusion of new ways of thinking in ceramic research pretends to add to the historical-artistic studies appropriate ways and categories to talk about women and their representations. Those methods have distanced from the old ways of analyzing the production of ceramic and they approached our vision for women and their issues, however, without forget the socio-cultural aspects.

Keywords: greek vases; women; Art History; gender studies.

¹ O texto apresentado nessa comunicação faz parte da dissertação de mestrado “O feminino na Grécia Antiga a partir das pinturas de Eufrônio e seus companheiros” em desenvolvimento no Programa de Pós-graduação em História da Arte na Universidade Federal de São Paulo (PPGHA – EFLCH/UNIFESP) sob orientação do Prof. Dr. José Geraldo Costa Grillo. Agência de Fomento: Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

Introdução

As inquietações para esta pesquisa surgiram devido a pouca evidência conferida às mulheres dentro da História da Arte e a conseqüente marginalização dos seus contextos e experiências culturais e estéticas pelos estudos histórico-artísticos ocidentais. Os esforços movidos por pesquisadoras para a inclusão das mulheres e de suas questões na História da Arte são reflexos das preocupações apresentadas pelas novas políticas igualitárias de gênero.

Nas últimas décadas, paulatinamente, surgiu a necessidade da inserção de novas categorias de análise para compreender as especificidades dos sujeitos femininos desde a Antiguidade até a contemporaneidade. Assim, do mesmo modo nos propomos a incluir as questões atualmente discutidas no estudo e na reflexão sobre as imagens da cerâmica ática nas quais as mulheres figuram, procurando interpretações que abarquem a multiplicidade de dimensões sociais e individuais de cada contexto.

A invisibilidade social, política e econômica das mulheres tem refletido na forma como suas representações são analisadas pelas disciplinas que privilegiam a ação, a produção e a representação masculina no espaço e no tempo. As lutas e reivindicações dos movimentos sociais não só mudaram a forma como a política e a sociedade enxergavam as mulheres como também impulsionaram o desenvolvimento de concepções de estudo mais abrangentes interessadas agora nas questões das mulheres que foram relegadas durante muitos séculos.

Os estudos de gênero, no interior das disciplinas, têm desconstruído as hierarquias estabelecidas entre homens e mulheres, o surgimento das categorias de gênero e sexualidade estruturou um novo tipo de procedimento centrado nas experiências femininas. A teoria contemporânea vem buscando ressaltar e resgatar as mulheres nos seus contextos pensando-as como organismos ativos nas sociedades assim, “estamos escrevendo uma história que questiona as 'verdades' sedimentadas, contribuindo para uma existência menos excludente” (PEDRO, 2005, p.92).

O intuito principal é colaborar com os novos métodos de pesquisa e contribuir para o empoderamento das mulheres e retirá-las das margens dos estudos histórico-artísticos, evidenciando sua importância enquanto indivíduos produtores de história e

adentrando outros mundos nunca antes perscrutados pelo olhar masculino. Todavia, como ressalta Margareth Rago (1998), para além de apenas inserir as mulheres na história trata-se de criar linguagens e mecanismos apropriados para narrar seus contextos e experiências vividas.

As mulheres reivindicam a construção de uma nova linguagem, que revele a marca específica do olhar e da experiência cultural e historicamente constituída de si mesmas. Mais do que a inclusão das mulheres no discurso histórico, trata-se, então, de encontrar as categorias adequadas para conhecer os mundos femininos, para falar das práticas das mulheres no passado e no presente e para propor novas possíveis interpretações inimagináveis na ótica masculina (RAGO, 1998, p. 92).

As críticas, aqui levantadas, ao obliterando da autonomia das mulheres no interior História da Arte que continuamente vem objetificando-as e colocando-as numa posição de inferioridade em relação aos homens vem acompanhadas da reflexão proposta por Margaret Rago (1998) de que “a categoria do gênero não vem substituir nenhuma outra, mas atende a necessidade de ampliação de nosso vocabulário para darmos conta da multiplicidade das dimensões constitutivas das práticas sociais e individuais. Neste caso, a dimensão sexual” (RAGO, 1998, p.93).

Os estudos de gênero e suas contribuições para a pesquisa em cerâmica

As escavações arqueológicas do século XIX e as conseqüentes descobertas dos vasos acrescentaram novas fontes a cultura material das sociedades gregas. Os estudos das imagens e dos usos desses objetos possibilitaram a compreensão de outros aspectos da cultura e a percepção de esferas desconhecidas. A intensificação das descobertas a partir desse período impulsionaram as pesquisas em cerâmica que tem se mostrado cada vez mais como um profícuo campo para um entendimento mais amplo da cultura grega antiga. No entanto, apesar das particularidades que envolvem a cerâmica ela teve sua autonomia limitada por alguns pesquisadores; a importância atribuída aos textos da Antiguidade grega conferiram as imagens uma relação de dependência que as vinculava diretamente aos textos. As interpretações das pinturas dos vasos durante muito tempo partiram de uma estrita correlação com textos e por vezes desconsideravam as diferenças de linguagens, meios, públicos, produtores etc.

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016*

As interpretações sobre as mulheres nas cerâmicas foram influenciadas pelo apreço conferido a literatura grega. Os discursos contidos nos textos estiveram arraigados nos estudos dessas imagens. Desse modo, as ideias sobre as mulheres contidas na literatura foram transpostas para as interpretações das fontes iconográficas corroborando para a legitimação de estereótipos e isentando as mulheres de qualquer autonomia social.

Como observa Sian Lewis (2006), a iconografia não tem a simples função de reafirmar as ideias da literatura (LEWIS, 2006, p. 31). A literatura grega contribui para a compreensão e identificação dos mitos, ritos, etc. e sua importância para os estudos é inegável. No entanto, o que se pretende salientar é que por apresentar apenas uma visão da história da sociedade por vezes a literatura pode ser indiferente a participação feminina. Se a literatura fora moldada sobre discursos masculinos dominantes e estereótipos sociais específicos, ela não pode representar universalmente todas as mulheres gregas sem elaborar um julgamento sobre seus comportamentos. As atitudes femininas que não são condizentes com as normas estabelecidas serão sempre observadas de maneira equivocada.

Sem dúvida é de opinião geral, que na literatura grega, a mulher ocupa um papel social secundário em relação ao homem na Grécia antiga, no entanto, não se pode afirmar o mesmo da pintura em cerâmica pois, por vezes ela revela que as mulheres possuem um papel diferente, todavia, tão importante quanto o dos homens (Cf. LISSARRAGUE, 1993). As imagens podem apresentar circunstâncias nas quais as mulheres desempenhavam uma função social expressiva e de relevância para construção de algumas narrativas do mundo grego, mostrando os modos como essas mulheres atuavam socialmente. A intenção, aqui, é realizar uma breve reflexão acerca das verdades cristalizadas entorno das mulheres da Antiguidade, no entanto, sem projetar novas generalizações sobre toda a Grécia.

Os estudos ortodoxos sobre a cerâmica grega simplificaram a existência das mulheres atenienses classificando-as em “esposas” ou “prostitutas²”. Como relata Sian Lewis (2006), “muitos escritores simplesmente descreveram as mulheres representadas nas cerâmicas como 'esposas' ou 'prostitutas' de acordo com sua aparência ou atividade”

2 Denominação comumente com sentido depreciativo para os primeiros pesquisadores do século XIX.

(LEWIS, 2006, p. 24). As mulheres convencionais, segundo a literatura, eram as esposas, cuja circulação se restringia aos espaços dos gineceus, cuja sexualidade era privada, relacionada exclusivamente a reprodução de descendentes e isenta de prazer sexual. Grande parte do que fora formulado sobre elas reiterou sua inexpressividade social e inferioridade em relação aos homens. Sobre a condição das demais mulheres, pouca fora a atenção conferida porque, segundo os mesmos pesquisadores, sua atuação social se relacionava apenas a satisfação sexual masculina. A sexualidade delas pertencia aos espaços públicos visto que estavam representadas em locais aos quais, segundo as fontes, as esposas não tinham acesso permitido. Tal forma de categorização demonstra ser relevante pensar a sexualidade feminina nesses contextos uma vez que tais parâmetros definem quais são os comportamentos sexuais típicos. O comportamento sexual das mulheres sempre fora determinante para a construção de sua imagem perante inúmeras sociedades e sustentar hipóteses sobre a forma como eram representadas. Pensadas sempre a partir das descrições e estereótipos da literatura grega, as mulheres que, nos vasos, foram retratadas nuas em quaisquer contextos foram classificadas como prostitutas e assim como das esposas delas também foram extraídas qualquer autonomia e importância nos ambientes nos quais circulam.

Mais recentemente tem sido reconhecido por estudiosos clássicos que as convenções da representação artística diferem da literatura, e assim como a narrativa de gênero na arte é diferente; estudiosos aproveitaram a oportunidade para olhar no imaginário os aspectos da cultura ignorados pelas fontes literárias assim como, as relações entre mulheres, familiar e social, e educação das meninas (LEWIS, 2006, p.24).

A autonomia das imagens em relação a literatura permite explorar o potencial dos vasos e pensar na pluralidade de contextos femininos apresentados. Como descreve Lewis (2006) “os pintores trabalhavam independentemente das fontes literárias” de modo que, “as versões das histórias dos pintores são raramente tentativas de 'ilustrar' uma versão escrita conhecida e de fato as vezes indicam variações de uma história não registrada na forma literária” (LEWIS, 2006, p. 25). As tradições imagética e literatura são autônomas e possuidoras de uma lógica própria, ambas podem preservar as mesmas tradições, mas é preciso considerar que elas têm produtores (escritor e artista), meios (escrita e imagem) e públicos distintos.

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016*

As pinturas poderiam comunicar outras mensagens e falar das práticas que a literatura não se ocupou. Os pintores estavam inseridos em outro *medium* no qual a produção de vasos era destinada a distintos públicos – dentro e fora da Grécia – não apenas os letrados. Como salienta Lewis (2006):

A pesquisa das imagens demonstra também que precisamos estar atentos para o potencial das pinturas em se comunicar com diferentes públicos: vasos, ao contrário de textos, poderiam alcançar aqueles que não conheciam o grego, ou não podiam ler; eles eram vistos por homens e mulheres, escravos e não-gregos, cada um dos quais poderia elaborar sua própria interpretação das imagens. Ler as imagens com uma única ideologia dominante em mente, obviamente, limita as nossas próprias interpretações; a concepção de uma leitura “correta” do vaso é um enganado (LEWIS, 2006, p.32).

A cerâmica apresenta diferentes esquemas iconográficos para representar as mulheres que falam tanto dos mitos quanto da vida cotidiana na pólis, suas imagens possuíam uma autonomia em relação a literatura e sobre outras perspectivas podem revelar universos e práticas completamente novos. As imagens produzidas sobre a cerâmica em Atenas quando observadas à luz destas teorias podem ajudar a compreender sobre outras perspectivas como as mulheres se relacionam nesse universo cultural tão distinto quando comparado ao Ocidental. Tal como coloca Ulla Kreilinger (2006), as pinturas de mulheres – nuas ou vestidas – nos vasos áticos dos séculos 6 a.C ao 4 a.C. são muito importantes para a reconstrução da história das mulheres na Antiguidade. No entanto, essas pinturas só podem ser fontes históricas válidas quando interpretadas por estudiosos imparciais. É essencial abster-se da ideia de que as mulheres áticas só foram retratadas completamente vestidas e as mulheres nuas só podem ser prostitutas. A nudez pertencente mais ou menos à esfera dos tabus, um olhar imparcial para as representações de mulheres nuas (e homens também) só é possível quando as atitudes morais cristãs, na maioria dos casos combinadas com um certo puritanismo, são deixadas de lado (KREILINGER, 2006, p. 235).

As interpretações usuais associam todas as figuras femininas nuas nos vasos com cortesãs-prostitutas a serviço dos homens. As nossas preocupações tentam se afastar dos julgamentos morais, deste e dos séculos anteriores, que continuam a atribuir às mulheres que eram (e são) cortesãs ou prostitutas uma acepção depreciativa e perceber que o

problema, aqui, não é ser cortesã ou prostituta, mas em essa ser a única interpretação possível para explicar a presença das mulheres nesses espaços da Antiguidade.

Como observa Mark D. Stansbury-O'Donnell, “os recentes estudos de gênero e da mulher na Grécia começaram a construir um entendimento mais completo da representação da mulher e de seus contextos social, religioso e econômico” (STANSBURY-O'DONNELL, 2011, p. 181) mostrando a possibilidade de uma reinterpretação de pinturas femininas preocupada com a formação de uma rede de conhecimento muito mais complexa, considerando a mulher como sujeito principal de análise e como se dá a construção da sociedade grega sobre o seu ponto de vista.³

Estudiosas contemporâneas como Sian Lewis (2006) consideram a pesquisa de gênero sobre a cerâmica grega como um campo profícuo do qual podem emergir importantes informações sobre as mulheres que não foram descritas pelos textos literários. Para Lewis (2006),

o estudo de gênero na Antiguidade é como um campo extenso e fértil, nós temos grandes evidências sobre as relações de gênero, e milhares de imagens de mulheres deste período. Mas apesar da evidência na arte, escultura, trabalhos em metal e sobretudo na cerâmica como enorme recurso para o estudo de gênero, ela tem sido tradicionalmente ofuscada pela importância dada para os textos literários (LEWIS, 2006, p.24).

De tal forma, a inclusão dos estudos de gênero e feministas na abordagem metodológica seria um dos caminhos para acrescentar novas perspectivas as pesquisas tradicionais sobre cerâmica ática e oferecer um panorama mais amplo sobre as mulheres dessa sociedade. Entendendo as limitações culturais, históricas e teóricas que tais tentativas implicam de certo os trabalhos podem não apresentar uma visão exata das mulheres na sociedade ateniense, no entanto, eles rompem significativamente com as típicas leituras estabelecidas sobre as mulheres.

Referências Bibliográficas

BERGER, John. *Modos de Ver*. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

3 Seguindo nessa linha, ver os estudos de Grillo (2011a; 2011b) sobre a iconografia de Cassandra e de Políxena.

D'ALLEVA, Anne. *Methods and Theories of Art History*. Londres: Laurence King, 2012.

GRILLO, José Geraldo Costa. A Guerra De Tróia no Imaginário Ateniense: Sua Representação nos Vasos Áticos dos Séculos VI-V A.C. 2009. 444f. Tese (Doutorado em Arqueologia) Universidade de São Paulo, São Paulo.

GRILLO, José Geraldo Costa. Violência sexual no rapto de Cassandra: um estudo de sua iconografia nos vasos áticos (séculos VI-V a.C.). *Phoînix*, v. 17, n.1, 75-85, 2011a.

GRILLO, José Geraldo Costa. Guerra, violência e sociedade na iconografia do sacrifício de Políxena. In: GRILLO, José Geraldo Costa; GARRAFFONI, Renata; FUNARI, Pedro Paulo (orgs.). *Sexo e violência: realidades antigas e questões contemporâneas*. São Paulo: FAPESP; Annablume, 2011b. p. 59-72.

KUHRT, Amélie (eds.). *Images of Women in Antiquity*. Londres: Routledge, p. 92-106, 1993.

KREILINGER, Ulla. To Be or not to Be a Hetaira: Female Nudity in Classical Athens. In.: SCHROER, Silvia. *Images and Gender: Contributions to the Hermeneutics of Reading Ancient Art*. Friburgo: Academic Press Fribourg Vandenhoeck & Ruprecht Göttingen, 2006.

KURKE, Leslie. Inventing the “hetaira”: sex, politics, and discursive conflict in archaic Greece. *Classical Antiquity*, v. 16, n. 1, p. 106-150, 1997.

LESSA, Fábio de Souza. *O feminino em Atenas*. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2004.

LEWIS, Sian. Iconography and the Study of Gender. In.: SCHROER, Silvia. *Images and Gender: Contributions to the Hermeneutics of Reading Ancient Art*. Friburgo: Academic Press Fribourg Vandenhoeck & Ruprecht Göttingen, 2006.

LISSARRAGUE, François. A figuração das mulheres. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (orgs.). *História das Mulheres no Ocidente*, volume 1: A Antiguidade. Porto: Edições Afrontamento, 1993. p. 203-271.

NEVETT, Lisa C. *Domestic Space in Classical Antiquity*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. *História*, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 77-98, 2005.

RAGO, Luzia Margareth. Descobrimo historicamente o gênero. *Cadernos Pagu*, n. 11, p. 89-98, 1998.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
 “O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
 Juiz de Fora, 2017, 1554p.
 ISSN: 2317-0468
 17 a 21 de outubro de 2016

STANSBURY-O'DONNELL, Mark. *Looking at Greek Art*. Cambridge; Nova Ioque: Cambridge University Press, 2011.

WILLIAMS, Dyfri. Women on Athenian Vases: Problems of Interpretation. In: CAMERON, Averil; KUHRT, Amélie (eds.). *Images of Women in Antiquity*. Londres: Routledge, 1993. p. 92-106.

Sexismo e misoginia no banco dos réus: Análise do livro O Martelo das Bruxas (Malleus Maleficarum) e sua contribuição para perseguição feminina na Inquisição.

Jocilane Gonçalves Barbosa

Dalila Varela Singulane

Nilciana Alves Martins

Resumo:

O presente artigo objetiva realizar uma análise do sexismo e da misoginia presente na obra *Malleus Maleficarum*, escrita por Heinrich Kramer e James Sprenger no ano de 1484, e que foi utilizada como referência para a incriminação de milhares de mulheres pelo Santo Ofício.

Palavras-chave: Inquisição, misoginia, *Malleus Maleficarum*.

Abstract:

This article aims to carry out an analysis of sexism and misogyny present in work *Malleus Maleficarum* by Heinrich Kramer and James Sprenger in the year 1484, and which was used as a reference for the criminalization of thousands of women by the Holy Office.

Keywords: Inquisition, misogyny, *Malleus Maleficarum*.

Introdução:

No final do XV e início do século XVI mediante aos questionamentos acerca dos vários aspectos que caracterizavam a Igreja Católica, como as indulgências, as posturas inadequadas e corrupção praticada clero, o alto valor do dizimo exigido da população pobre e a condenação de práticas comerciais, criaram um contexto propício para o surgimento da Reforma Protestante. Em contrapartida a Contra Reforma surge como uma resposta da Igreja Católica à Reforma.

Posto isso, a Igreja acaba por intensificar a Inquisição direcionando-a não somente aos judeus e islâmicos, mas também aos protestantes e, sobretudo as mulheres. Sentido em detrimento de algumas práticas culturais já desenvolvidas e conhecidas pela Igreja no período anterior, acabaram por serem compreendidas como heresias e posteriormente associadas ao Sabá.

É neste contexto que 1484 a obra *Malleus Maleficarum* é escrita pelos monges Heinrich Kramer e James Sprenger, como uma espécie de resposta ao temor manifestado pela Igreja Católica mediante ao *aumento das práticas culturais pertencentes ao universo feminino e entendidas como bruxaria*. A obra é dividida em três partes e estas se subdividem em capítulos: a primeira parte ensina a identificar as bruxas, seus disfarces, artimanhas e conduta suspeitas; a segunda expõe os danos que os poderes sobrenaturais dessas mulheres poderiam causar, além de narrar sobre o método usado para reversão desses feitiços; a terceira e última parte, orienta como os inquisidores deveriam interrogá-las nos tribunais eclesiásticos e direcioná-las as instituições civis, par assim finalizar o processo.

Portanto, a obra em questão além de iniciar uma intensa perseguição contra as mulheres acusadas de bruxaria, configurou-se como uma referência de legitimidade utilizada pelos inquisidores.

A Obra:

Na introdução da versão brasileira da obra, escrita por Rose Marie Muraro, uma intelectual e feminista que se destacou no Brasil em meados dos anos 70, a escritora afirma que sempre sob a permissão de Deus, o demônio tenta fazer o máximo de mal aos homens e se apropriar de suas almas, o que se dá de forma efetiva através do corpo, porta de entrada para o maligno, como cita Muraro:

Através do corpo, único ‘lugar’ onde o demônio pode entrar, pois ‘o espírito (do homem) é governado por Deus, a vontade por um anjo e o corpo pelas estrelas’. E porque as estrelas são inferiores aos espíritos e o Demônio é um espírito superior, só lhe resta o corpo para dominar” (KRAMER, Heinrich; SPRENGER James. *Op. Cit.*, p.19)

Os autores afirmam que o demônio, sempre sob a permissão de Deus, procura tentar e fazer mal aos homens de todas as formas para se apropriarem de suas almas. Segundo Kramer e Sprenger, as forças malignas atingiam seus objetivos utilizando-se do corpo das mulheres, principalmente através da sexualidade feminina, uma vez que as

Feiticeiras teriam a capacidade de copular com o demônio, de onde emanava todos os seus poderes, como a impotência masculina, amores súbitos e incuráveis, abortos, destruição de colheitas, mortes e doenças dos animais, dentre outros.

Pode-se constatar que os cultos relativos à cultura popular, como o culto agrário a deusa Diana, realizado em favor da colheita, passam na transição do século XV para o XVI, a ser entendidos como parte constituinte do Sabá. Este entendimento começa então a ser disseminado pela Igreja e a fazer parte da mentalidade da sociedade.

Dessa maneira, crenças e práticas culturais tradicionais começaram a ser encaradas como bruxaria. Essa questão foi trabalhada na obra *“Os Andarilhos do Bem: feitiçarias e cultos agrários XVI e XVII”*, na qual Carlo Ginzburg discute a criação da imagem do Sabá e sua relação com a cultura popular, além da influência da tortura e da visão de mundo dos inquisidores sobre os depoimentos dos acusados de bruxaria. Peter Burke no livro *“Cultura Popular na Idade Moderna”*, também analisa o impacto da Reforma para a cultura popular.

A imagem do Sabá foi elaborada com base nas torturas, já que essa era tática utilizada para adaptar as falas dos acusados as respostas que os inquisidores já almejavam receber. Eles buscavam a descrição desses encontros devassos das bruxas com Satã e engendrarem a descrição e reproduzirem essa ideia, respaldados na fala de mulheres que eram coagidas a dizerem o que eles queriam ouvir, mas essa perspectiva era ignorada pela sociedade da época e as bruxas e seus poderes eram motivos de pânico entre a população.

Sexismo e Misoginia

Rose Marie Muraro, busca compreender as razões da perseguição da Igreja a mulheres, e escreve na introdução do livro *Malleu Maleficarum*:

Desde a mais remota antiguidade, as mulheres eram as curadoras populares, as parteiras, enfim, detinham saber próprio que lhes era transmitido de geração em geração. Em muitas tribos primitivas eram as xamãs. Na Idade Média, seu saber se intensifica e aprofunda. As mulheres camponesas pobres não tinham como cuidar da saúde, a não ser com outras mulheres, tão camponesas e tão pobres quanto elas. Elas (as curadoras) eram cultivadoras ancestrais de ervas que devolviam a saúde e também as melhores anatomistas do seu tempo. Eram as parteiras que viajavam de casa em casa, aldeia em aldeia, e as médicas populares para todas as doenças” (KRAMER, Heinrich; SPRENGER James. *Op. Cit.*, p.18

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
 ISSN: 2317-0468
 17 a 21 de outubro de 2016

Essas mulheres passaram a representar uma ameaça para a medicina formal que estava começando a se configurar nas universidades medievais, e também exerciam uma grande influência em suas aldeias e adjacências, o que acabou por complicar ainda mais a situação. A Igreja católica também começa a se sentir ameaçada em sua unidade e contribui de maneira única a essa perseguição. Além da cura feita por essas mulheres ter um caráter dual, já que não se sabia se os poderes de cura a ela conferidos eram obra de Deus ou do Demônio, o que complicava ainda mais a situação. Outro ponto delicado eram as crianças que nasciam mortas e muitas parteiras eram levadas aos tribunais com acusações de matarem as crianças para oferecer suas almas ao Demônio.

A obra dos monges compila os métodos de perseguição da Igreja que já acontecia na Europa para combater a heresia desde o século X, o que faz dessa obra um expoente máximo de misoginia e perseguição religiosa, e chama a atenção é o fato de somente mulheres serem acusadas e investigadas nas páginas do guia inquisitório. A obra já em seu título se refere ao gênero feminino especificamente, e ao longo das narrativas os autores explicam teologicamente porque as mulheres seriam as principais sujeitas e difusoras das práticas, uma dessas explicações é que teriam sua origem na costela torta de Adão, sendo assim não poderiam ser retas em seu comportamento, e seriam as culpadas pelo pecado capital. A obra é uma fonte histórica acima de tudo, logo que reúne aspectos da cultura popular, como o folclore e rituais de cura pagãos dos mais baixos níveis da sociedade que são criminalizados pela alta estrutura cristã, que teme a perda de poder da Igreja e disseminação das práticas pagãs.

Desta forma vai-se formando a legitimidade dos escritos Kramer e Sprenger, uma vez que a sociedade que lê a obra é fundamentada na região cristã e monopolizada pela Igreja Católica.

Assim, de várias formas as mulheres são atribuídas ao espectro mal da sociedade, a historiografia recente influenciada pelas teorias da psicanálise induz a análise mental do principal autor, o monge Kramer que desde os seus 7 anos vivia confinado em um mosteiro tendo um contato ínfimo com mulheres, possuía uma estrutura neurótica, como diz a historiadora Irene Franken:

Pode-se partir do princípio que Kramer temia as mulheres. Na qualidade de monge, ele não conhecia quase nenhuma, pois entrara para o mosteiro ainda

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

criança. No *Martelo* há repetidas alusões a fazer desaparecer os membros dos homens com um passe de mágica, a torná-los impotentes e coisas semelhantes. Pode-se, portanto, deduzir que Heinrich Kramer possuía uma estrutura fundamental neurótica.” (28 de fev de 2012, Entrevista: Laura Döing, Revisão: Roselaine Wandscheer, revista online DW)

Porém a análise psicanalítica tem suas ressalvas e tem que ser associada a história cultural e política da época para que não haja dicotomias e análises rasas acerca do tema e conseqüentemente anacronismos.

Bibliografia:

GINZBURG, Carlo. Os andarilhos do bem: feitiçaria e cultos agrários nos séculos XVI e XVII. São Paulo: Companhia das Letras, 1988;
<http://www.dw.com/pt-br/martelo-das-bruxas-orientou-s%C3%A9culos-de-persegui%C3%A7%C3%A3o-%C3%A0s-mulheres/a-15769462>;

KRAMER, Heinrich; SPRENGER James; tradução Paulo Fróes. O martelo das feiticeiras. 1.ed., Rio de Janeiro: BestBolso, 2015.

Fontes:

GINZBURG, Carlo. História noturna: decifrando o sabá. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

**“Século Cristão no Japão” ou “Século das mulheres cristãs no Japão”? O jardim
nipônico de Agostinho de Santa Maria**

Luciana Nogueira da Silva¹

Resumo:

O presente trabalho destaca as relações de gênero e poder no contexto da missionação cristã no Japão a partir da análise do livro religioso *Rosas do Japam [...]*², do ano de 1709. Exploramos uma reflexão acerca da imagem elogiosa do ideal de mulher recolhida, ascética, penitente, casta construída pelo autor, mas que ao mesmo tempo negligencia o lado missionário destas “japonesas” convertidas ao cristianismo, que por sua vez trabalharam junto ao povo, ao lado dos missionários, desenvolvendo práticas da pregação, atuando em conversões e inclusive batizando.

Palavras-chave: Rosas do Japam [...]; Agostinho de Santa Maria; Missão no Japão

Abstract:

This study highlights the relations of gender and power in the context of Christian mission in Japan from the religious book analysis *Roses Japan [...]*, in the year 1709. We explore a reflection on the complimentary image of the ideal woman pickup, asceticism, penitent, caste built by the author, but at the same time overlooking the missionary side of these "Japanese" converted to Christianity, which in turn worked with the people, alongside the missionaries, developing practices predict, acting in conversions and including baptizing.

Keywords: Rosas do Japam [...], Agostinho de Santa Maria; mission in Japan

A Europa da Idade Moderna assistiu a uma proliferação das produções de cunho devoto, cujas obras voltadas ao elogio da espiritualidade feminina representaram número significativo. Inserido nesse bojo *Rosas do Japam [...]*, dedica-se ao relato sobre vidas e experiências espirituais de mulheres “japonesas” convertidas ao cristianismo católico em meados do século XVI e acompanha suas trajetórias até a data de suas mortes, ocorridas no

¹Mestranda PPHR/UFRRJ – Bolsista CAPES. luciananogueira1@hotmail.com

² Como comum as obras coevas de cunho religioso *Rosas do Japam [...]* possui título extenso como pode ser verificado na íntegra no campo **Fonte Impressa** deste trabalho. No corpo do texto, para facilitar a leitura, optamos por indicar a obra apenas como *Rosas do Japam [...]*. Nas citações optamos por indicar o nome do autor, ano e a página a que nos referimos.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

exílio em Manila, nas Filipinas, nas primeiras décadas do XVII, após o banimento da religião cristã do território japonês.

Atribuída a frei Agostinho de Santa Maria (1642-1728), religioso professo na Congregação da Observância dos agostinhos descalços de Portugal, a obra articula relações de vida, hagiografia e tratado espiritual a uma perspectiva histórica sobre a missionação cristã católica no Japão. Na introdução do livro, Agostinho de Santa Maria informa ao seu público leitor o contexto do Japão durante o período de permanência dos missionários cristãos no arquipélago. Começa pelo relato da chegada de Francisco Xavier ao país, em meados do século XVI, e segue enumerando os sucessos e malogros da “empresa da fé” durante os governos dos *daimyōs*³ Oda Nobunaga (1534-1582), Toyotomi Hideyoshi (1536-1598) e Tokugawa Ieyasu (1543-1616).

Conforme já apontado pela historiografia, a relação entre os líderes japoneses e os missionários cristãos foi pautada ora pela aproximação, ora pela desconfiança. Ao longo do período da presença missionária em território nipônico foram expedidos muitos éditos contra o cristianismo como, por exemplo, o que foi assinado pelo *daimyō* Toyotomi Hideyoshi, em 1587. Esse édito suspendia a autorização para a missionação e determinava a expulsão dos padres jesuítas do território japonês, porém concretamente, o édito só foi colocado em prática quando Tokugawa Ieyasu o reeditou em 1614⁴, medida que influenciou diretamente as “vidas” das mulheres “japonesas” representadas por Agostinho de Santa Maria, em *Rosas do Japam [...]*.

Em princípios de 1600, uma viúva, que Santa Maria nomeia como Julia Nayto, fundou com mais cinco “japonesas” um recolhimento para mulheres cristãs, na então capital do arquipélago nipônico, *Meaco*.⁵ Essas mulheres deixaram suas famílias biológicas e formaram essa comunidade católica, sob orientação jesuíta, na qual passaram a viver um

³ O termo significa literalmente “grande nome”. Essa palavra designava aqueles que tinham poder e influência sobre parte do território japonês. A historiografia tende a usar o termo senhor feudal para explicá-los, uma vez que a organização política e econômica do Japão deste período assemelhava-se ao feudalismo europeu sob certos aspectos. Ver: AMESEN, P. J. *The medieval japanese daimyō (The Ōuchi family's rule of Suō and Nagato)*, New Haven, 1979.

⁴ Ver: João Paulo Oliveira Costa, 1998, *O cristianismo no Japão e o episcopado de D. João Cerqueira*; Alexandra Curvelo e Ana Fernandes Pinto, 2009, *O martírio de cristãos no Japão, uma estratégia dos Tokugawa*; Yuri Socrates Saleh Hichmeh, 2014, *O cristianismo no Japão: do proselitismo jesuíta à expulsão da Igreja*.

⁵ Meaco/Miyako significa em japonês, literalmente, capital. Pode-se encontrar referências a Miyako também como “velha capital” ou “cidade dos samurais”.

“apostolado” ativo, exercendo também funções que eram tidas como de responsabilidade masculina, como a prediga e o batismo.

A historiografia que trata sobre a missionação cristã no Oriente, comumente privilegia figuras masculinas como as principais agentes da evangelização. Francisco Xavier, Alessandro Valignano, Matteo Ricci, Francisco de Pina e tantos outros são nomes frequentemente lembrados, mas *Rosas do Japam* [...] nos permite acesso à ações de algumas mulheres que participaram da atividade missinária no Japão nesse período.

Segundo Agostinho de Santa Maria, o recolhimento fundado em *Meaco* tinha a pretensão de se tornar um convento, no entanto, nunca obteve esse reconhecimento por parte da Santa Sé. O que na opinião do autor, não passava de uma mera formalidade já que do seu ponto de vista o recolhimento fundado por Julia “em nada se diferenciava dos conventos mais reformados da Europa”.

O não reconhecimento por parte de Roma localiza o recolhimento na condição de um beatério, no qual as recolhidas faziam seus votos (Pobreza, Obediência e Castidade) e vestiam o hábito preto apenas prometendo obediência aos seus confessores e orientadores espirituais. É possível que por isso não se tenha cobrado dessas mulheres a obrigatoriedade da clausura - que após Trento (1545-1563) se acentuou na intenção de prezar por um maior isolamento e afastamento do mundo secular - proporcionando às beatas de *Meaco* uma vida missionária mais ativa.

Apesar de reconhecer o espírito missionário dessas mulheres, o exemplo que Santa Maria extrai de suas vidas diz respeito a qualidades como caridade, humildade, silêncio e obediência. Santa Maria destaca na vida dessas mulheres “japonesas”, o respeito pelas hierarquias e a submissão aos desígnios de Deus e ressalta que na busca pela garantia de uma “vida celeste” essas mulheres eram dadas a ascese e mortificação diária de seus corpos, pois o que enfraquecia o corpo fortalecia a alma.

Santa Maria destaca também a castidade dessas mulheres “japonesas” como uma marca de “virtude celestial” que se refletia em uma vida honesta e prodigiosa. De acordo com Leila Algranti, a castidade e a virgindade assumiu, desde o início da vida religiosa feminina, um papel de destaque como símbolo de pureza não apenas do corpo, mas também da alma e durante muito tempo a honra feminina esteve ligada ao pecado da luxúria e suas

derivações como o pecado contra a castidade ou a infidelidade no casamento. (ALGRANTI, 2004, p. 24)

Um dos meios mais eficazes que as famílias encontraram para proteger suas mulheres da “desonra” foi enviá-las para os conventos. Esses espaços abrigavam não apenas as religiosas e futuras professoras, mas também as órfãs, viúvas e até mesmo mulheres casadas na ausência de seus maridos. Os beatérios também constituíram espaços alternativos para aquelas que não desejavam a clausura ou não fossem aceitas em conventos, devido principalmente a questões socioeconômicas, como fidalguia ou valor do dote. A aceitação de moças sem vocação resultava em religiosas descontentes e desobedientes, um problema que as diretrizes trentinas, expostas na sua 25ª sessão, tentou coibir ao proibir que mulheres fossem obrigadas a entrar para a vida religiosa por decisão de suas famílias.

Para Santa Maria, a falta de vocação não fazia parte da realidade das beatas de *Meaco*. Essas mulheres eram, para o autor, “*notáveis vocacionadas que atenderam ao chamamento à vida perfeita*” (SANTA MARIA, 1709, p. 33). No entanto, enquanto as famílias ocidentais enviavam suas filhas para a clausura percebendo o local como um garantidor de status dentro da sociedade, no Japão a decisão dessas mulheres em recolherem-se em uma comunidade cristã foi vista como um desacato às tradições e políticas vigentes no período e o fato do Japão nunca ter se tornado uma colônia portuguesa - mantendo-se sempre autônomo tanto política quanto militarmente - contribuiu para que o número de cristãos fosse sempre menor do que o número de praticantes da religião oficial local, o que tornou a decisão dessas mulheres muito mais ousada.

O Jardim Nipônico de Agostinho de Santa Maria

A primeira “vida” relatada em *Rosas do Japam [...]* é a da japonesa Julia Nayto. De acordo com Santa Maria, Julia foi casada e enviuvou aos vinte e dois anos quando ainda era “gentia”. Segundo o autor, teria sido a própria Julia quem percebeu que a salvação não poderia estar na “seita” que observava e por isso buscou ouvir a “verdadeira Lei” pregada pelos jesuítas e para “recompensar em breve tempo” os muitos anos perdidos no serviço de falsos deuses, pediu a Deus que a coroasse com o martírio. Após 20 anos de vida dedicada ao serviço do “Verdadeiro Deus”, faleceu aos 62 anos, no exílio em Manila.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

O relato da segunda “Vida” traz a trajetória de Luzia da Cruz, filha de pais “japoneses cristãos e nobres”. Como nasceu em uma família cristã, recebeu no nascimento o nome de Luzia em homenagem à santa homônima do período medieval. Segundo Santa Maria, Luzia tinha muitas visões e dialogava de forma direta com Jesus, com Maria e até mesmo com alguns padres jesuítas que já haviam falecido. Via luzes e ouvia vozes que saíam da hóstia consagrada, de imagens de santos e crucifixos. Faleceu aos 76 anos, também no exílio em Manila, com “fama de santidade” e causando grande comoção popular.

A terceira “Vida” que Santa Maria nos traz pertence à beata Thecla Ignacia. A exemplo do que conta sobre Luzia, também para Thecla, filha de pais “nobilísimos, ainda que gentios”, perdeu o pai aos três anos de idade e sua mãe, viúva aos 33 anos, não quis se casar novamente “*e se deu por todo ao culto de seus falsos Deoses*” certa de que por este meio alcançaria a salvação. Thecla foi abandonada pela família quando se tornou cristã, mas segundo Santa Maria, não desistiu de sua mãe e após um ano de intensas orações e pedidos também a converteu ao cristianismo.

D. Magdalena Nacaxima, é o quarto nome que Santa Maria traz em *Rosas do Japam [...]*. Prima de Julia, foi a segunda a entrar para o beatério e segundo o autor, assim que foi aceita “*esta serva do senhor offereceo a D. Julia tudo quanto tinha, para que se gastasse no aumento da Congregação, & no sustento, & amparo dos pobres*” (SANTA MARIA, 1709, p. 145). De acordo com Santa Maria, Magdalena sempre foi preocupada com a “necessidade espiritual de seus próximos” e fez grandes coisas por eles. Morreu em 1622, deixando “uma grande opinião de santidade”.

Maria Iga, quinto nome de *Rosas do Japam [...]*, foi convertida pela própria Julia Nayto e batizada pelo padre jesuíta Alexandre Valignano⁶. Segundo Santa Maria, quando ainda “gentia”, Maria Iga já era amante da honestidade e das virtudes morais e quando recebeu o batismo passou a se preocupar com a salvação dos seus próximos. Com menos de vinte anos de idade se ocupou de catequizar os “gentios” explicando como deveriam se

⁶ Nascido em 1539, na atual cidade italiana de Nápoles, Alexandre Valignano entrou para a Companhia de Jesus em 1566. Mas foi na Ásia portuguesa que o jesuíta trilhou uma carreira longa e brilhante. O padre chegou ao Oriente em 1573 com a atribuição de visitador daquelas partes. Antes do Japão, Valignano esteve na Índia e chegou a Macau em 578. Com experiência a experiência, difundiu o modelo de conversão baseado nas estratégias de acomodação. Para Valignano, antes de qualquer coisa todo jesuíta deveria aprender a lidar com a realidade da civilização do qual pretendesse converter. Em 1579 chegou ao Japão trazendo o método da acomodação. Foi um grande incentivador de um clero nativo.

portar os novos cristãos principalmente na hora da confissão e da comunhão. Entregou todos os seus bens materiais nas mãos de Julia Nayto para que fossem repartidos entre os pobres e na obra de edificação do beatério.

Sobre a beata japonesa Mecia, sexto nome de *Rosas do Japam [...]*, Santa Maria reafirma as tópicas vigentes a época sobre a visão da fragilidade feminina: “*A vida desta prodigiosa mulher, é uma claríssima em que se ostentou poderosa a Divina graça, valendo-se da fragilidade, & fraqueza do mais delicado sexo, para triunfar das astucias, & soberba dos demônios*”. (SANTA MARIA, 1709, p.160, grifos meus). Filha de pais nobres e segundo Santa Maria, provavelmente cristãos. Foi batizada aos 15 anos quando recebeu o nome de Mecia. Na velhice, as doenças pelas quais passou foram consideradas como provações de Deus. Morreu aos 77 anos, em Manila, e seu corpo foi considerado com sinais de santidade devido a “formosura” em que se encontrava.

Marina Mançu, sétimo nome de *Rosas do Japam [...]*, é a única beata proveniente da Coréia. De família muito nobre, segundo o autor, converteu-se a fé católica em 1606 e poucos anos depois da conversão pediu para ser aceita no beatério de *Meaco*. Marina também entregou os seus bens para que fossem empregados no sustento da casa e no remédio dos pobres. Faleceu aos sessenta e quatro anos, em Manila, e na hora da morte teve visão da já falecida Julia Nayto e de anjos que a vinham buscar.

Maria Muni é oitava e última beata abordada por Santa Maria. Ficou viúva aos trinta e três anos e como Julia não quis contrair novas núpcias, entregando-se ao culto dos seus “fofoques e camis”. Dezesete meses após convertida e aceita no recolhimento foram expedidos os éditos de expulsão e perseguição aos cristãos no Japão.

“Século das mulheres cristãs no Japão”

Quando os primeiros portugueses chegaram ao Japão em 1543, encontraram o país em uma fase turbulenta da sua história. Desde a segunda metade do século XV, o poder central vinha enfraquecendo mediante sucessivas lutas envolvendo shōguns⁷ e daimyōs que

⁷ No período “feudal” japonês o termo Shōgum foi utilizado para designar os grandes possuidores de terras, mas a partir do século XII, o termo passou a denominar título e distinção militar concedido diretamente pelo imperador. Na prática os shōguns foram os verdadeiros governantes do Japão entre os séculos XII e XIX, acumulando os poderes administrativos e militares.

questionavam o poder central, enquanto samurais guerreavam entre si, fazendo e desfazendo acordos em busca de sobrevivência. Totalmente desintegrado, o Japão mergulhou em um caos social que durou até fins do século XVI, quando se deu o início de uma política de centralização de Estado.

Esse período da história do Japão estabeleceu um sistema de governo pautado pelo controle militar do Estado. Neste sistema onde o poder bélico e a força militar eram privilegiados, as mulheres foram entendidas como seres inferiores. Filhas perderam o direito de herdar, privilégio que passou a pertencer apenas ao filho varão. A mulher casada era absolutamente submetida ao marido ou ao sogro e na medida em que o poder do homem ia se consolidando como chefe de família, a mulher passava a ser vista como uma mera propriedade (OKAMURA, 1995, p. 615).

Takiko Okamuro nos alerta para o problema de ver de forma estereotipada a imagem da mulher japonesa deste período, tendendo a colocá-la como vítima do casamento político. A autora nos lembra que em todos os tempos e lugares o casamento político foi muito comum e talvez a experiência japonesa se diferencie das demais por ter sido vista como uma via de amizade e paz com o adversário. Segundo Okamuro, filhas, irmãs e até mães eram oferecidas aos inimigos ou superiores que ameaçavam atacar seus domínios. Essas mulheres constituíam uma espécie de reféns e uma vez quebrada a paz suas vidas estavam ameaçadas. Ainda de acordo com Okamuro, muitas dessas mulheres, depois de casadas eram obrigadas a se divorciarem contra a sua vontade para se casarem pela segunda, terceira ou quarta vez por razões políticas.

Apesar da sociedade japonesa deste período tradicionalmente limitar o campo de ação feminino, o Japão, sobre o qual escreve Santa Maria, conheceu mulheres donas de espíritos ousados, algumas se associaram ao cristianismo como forma de autonomizar-se enquanto outras ganharam destaque dentro da sociedade nipônica justamente por combatê-lo.

Segundo aponta a historiografia, a religião oficial vigente no Japão durante o “século cristão”, para fazer uso da bela expressão de Charles Boxer⁸, era o *Shintō-Budismo*,

⁸ A expressão “Século Cristão no Japão” foi cunhada pelo historiador britânico Ralph Charles Boxer que em 1951 publicou o trabalho *The Christian Century of Japan, 1549-1659* que se tornou uma referência para os estudos relacionados à presença jesuíta no Japão.

um tipo de “sincretismo” entre as religiões Budista, que chegou ao Japão vinda da China, em 538, e o Shinto, religião nativa do Japão, que passaram a ser entendidas não como rivais, mas como complementares.⁹

Em geral no *Shintō-Budismo* a participação das mulheres era prejudicada por uma posição discriminatória. Todas as escolas ofereciam pouca esperança de salvação para as mulheres no pós morte. Por causa da impureza do sangue menstrual e do parto, todas deveriam sofrer no “lago de sangue” após a morte. Somente se o primogênito recitasse o *ketsubonkyo* - um sutra, escritura canônica, composto na China entre os séculos XII e XIII - pelas suas mães, as mesmas seriam resgatadas deste sofrimento.

No século XVI, o Cristianismo chegou ao Japão trazendo uma alternativa religiosa, que assegurava às almas das mulheres, assim como a de seus entes queridos, uma salvação mais autônoma, conquistada através de orações e boas ações. Entretanto, apesar do atrativo da autonomia na busca pela salvação, confessar-se publicamente cristã em uma sociedade na qual a opinião feminina pouco importava significava assumir o risco e as consequências de uma decisão pessoal que conflitava com a manutenção do poder de governantes, pais, irmãos mais velhos e filhos. O Cristianismo permitiu que essas mulheres escolhessem entre a vida celibatária ou a escolha de um marido dentro da comunidade cristã, fato percebido pelos japoneses como uma insubordinação aos costumes nativos.

A recém-criada comunidade cristã trouxe novas oportunidades para que essas mulheres exercessem funções de liderança nos ministérios de ensino, persuasão, pregação e nos trabalhos de misericórdia. Segundo a pesquisadora Haruko Nawata Ward, há uma ligação direta entre a proliferação de mulheres cristãs e a radicalização da política ideológica de perseguição ao Cristianismo no Japão da primeira metade do século XVII. Ao adotar, em 1607, o neoconfucionismo como ideologia de Estado, o shogunato Tokugawa estabeleceu uma sociedade com classes rigorosamente estratificadas e com segregação de gênero.

Ao tornarem-se ministras da conversão, fazerem voto de virgindade perpétua e formarem comunidades religiosas essa mulheres tornaram-se deliberadamente opositoras

⁹Ver: Jorge Henrique Cardoso Leão, 2010, *A Arte de Evangelizar: jesuítas, dojukus e mediação culturais no Japão (1549-1587)*; também Yuri Sócrates Saleh Hichmeh, 2014, *O cristianismo no Japão: do proselitismo jesuíta a construção ideológica da perseguição (1549-1640)*

da política oficial do shōgum, transgrediram as fronteiras reservadas as mulheres pelo neconfucionismo e representaram um grande revés para a realização do plano de governo. Ainda de acordo com Ward, o governo ficou tão alarmado que em 1614, deportaram as beatas de *Meaco* para Manila como “perigosas adversárias políticas”.

Mulheres que foram consideradas fracas pela sociedade nipônica ignoraram a proibição do cristianismo, resistiram a perseguição e suportaram torturas. Em 1619, vinte seis mulheres japonesas estavam entre os 56 cristãos mortos no grande martírio de Kyoto. A partir desta data, incontáveis mulheres escolheram morrer pela mão do Estado como criminosas do que renunciar a religião.

A participação feminina na missão japonesa tem pouco destaque na historiografia. De acordo com Ward, alega-se a escassez de fontes primárias e o desafio de reconstruir as vozes femininas a partir dos escritos do sexo masculino. Das mulheres que falaram ou escreveram seus pensamentos e experiências religiosas, poucos escritos se preservaram, em parte porque eram produções femininas e em parte por causa da campanha de eliminação dos vestígios cristãos durante os anos de perseguição. Os poucos registros que sobreviveram são fragmentos de cartas, poemas e discursos presentes nas crônicas, principalmente jesuítas. A maioria das palavras dessas mulheres foram usadas pelos cronistas como maneira de manifestar a fidelidade dos novos convertidos, a eficácia da missão jesuíta e da difusão do cristianismo entre os pagãos.

No entanto, a leitura de *Rosas do Japam [...] deixa claro que a participação feminina ia além de testemunhar a eficácia da missão. Segundo Santa Maria, Julia Nayto e Maria Iga, que fizeram parte do recolhimento de Meaco, “catequizaram o gentio”. Através de textos produzidos pelos jesuítas, como manuais, essas mulheres aprofundaram a sua própria espiritualidade e promoveram missões evangélicas. Ensinarão, pregaram, persuadirão, batizaram, catequizaram os neófitos na fé e principalmente atenderam outras mulheres impedidas de ir à igreja.*

De acordo com Santa Maria, as mulheres que optaram por viver no recolhimento de *Meaco* “pertenciam a nobreza”, ou seja, a elite local. A leitura de *História do Japão* do jesuíta Luis Fróis corrobora a informação de Santa Maria ao dizer que Julia Naytō pertencia a alta classe de daimyōs. Para Santa Maria, a condição de nobreza de Julia foi essencial para

que ela tivesse acesso às cortes e às casas mais importantes do Japão, sobretudo aos redutos femininos onde os missionários jesuítas não podiam entrar. De acordo com o autor:

Nos Reinos do Japão é costume, que as grandes senhoras, e suas filhas não se deixem ver, nem tratar de homens, ainda que sejam Religiosos; e porque com este meio tinha o demônio fechadas as portas à conversão destas almas, tomou Deus por instrumento a Venerável D. Julia para lhas abrir: ia a visitá-las, e como era pessoa tão ilustre, era bem recebida delas. Na conversação metia logo discretamente a prática da lei do verdadeiro Deus, & Redentor dos homens Jesus Cristo, e com grande destreza, facilidade, e eficacia; lhes fazia demonstração da falsidade das seitas do Japão, dos enganos e embustes de Seus Bonzos, & da verdade de nossa Santa Fé[...] (SANTA MARIA, 1709, pp.20-21)

Dada a comprovada participação feminina na expansão do cristianismo no Japão e sua ausência, enquanto agentes ativas, nos trabalhos historiográficos sobre a própria missão, faz-se necessário estabelecer a sua importância e dotá-la do seu significado histórico manifestando um rompimento com as definições tradicionais que de acordo com uma ideologia masculinista transformam os missionários homens nos principais, senão únicos, responsáveis pelas conversões dos cristãos nipônicos.

De acordo com Pauline Pantel há três conceitos fundamentais para o desenvolvimento de uma perspectiva de gênero: assimetria sexual, responsável pela disparidade entre o poder e o valor atribuídos a cada um dos sexos; as relações sociais de sexo, que diz respeito à construção das relações sociais; e o conceito de gênero, referindo-se à existência de homens e mulheres e a divisão do mundo entre masculino e feminino em uma divisão sexual ou sexuada.¹⁰

Em *Rosas do Japam* [...], as mulheres não estavam completamente destituídas de poder, encontraram na religião, seja ela a nativa ou a estrangeira, maneiras de galgar posições dentro da sociedade a qual pertenciam. Enquanto Julia Naitō e suas companheiras eram vistas por Santa Maria como exemplos de virtude, defensoras e mártires do cristianismo, outra mulher japonesa é citada na obra como uma “Jezabel” justamente por ser uma líder anticristã.

Assim como os nomes japoneses das beatas de *Meaco* não são mencionados por Santa Maria, também não há em *Rosas do Japão* [...] referência ao nome japonês de Jezabel.

¹⁰Silvia Liebel, *Demonização da mulher, a construção do discurso misógino do Malleus Maleficarum*.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.

“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.

ISSN: 2317-0468

17 a 21 de outubro de 2016

Obviamente este nome não lhe foi imposto após batismo cristão, mas um “apelido” dado pelos jesuítas a esta ferrenha adversária do cristianismo em alusão a Jezabel personagem bíblico do livro 1 Reis, que ofendeu Javé instaurando o culto ao deus Baal. Santa Maria não dá grande ênfase a história da “Jezabel japonesa”. No entanto, em Luís de Fróis, “Jezabel” que é chamada de *Otomo-Nata Jezebel*, tornou-se adversária declarada do cristianismo quando o seu marido o *daimyō* Otomo Yoshishige Sōrin converteu-se à fé católica. É importante destacar que mesmo divorciada do marido, “Jezabel” manteve posição de destaque dentro da sociedade nipônica como líder shinto-budista e opositora do cristianismo.

A leitura de *Rosas do Japam* [...] nos permite perceber que o lugar reservado a essas mulheres esta relacionado as visões masculinas a seu respeito e não aos seus lugares de fala, ação e pensamento. Suas ações estão sempre permeadas e interpretadas pelo olhar masculino, independente da posição favorável ou contrária dessas mulheres ao cristianismo. Desse ponto de vista é essencial filtrarmos esse olhar masculino que nos trazem a experiência feminina japonesa na missionação cristã e entendermos que essas mulheres, apesar da coerção social e cultural na qual estavam inseridas, foram autônomas nas suas escolhas.

Lembremos que o outro, a alteridade, sempre foi um desafio. Em *Rosas do Japam* [...], além de ser o “outro”, esse sujeito ainda é feminino, é mulher, tornando a experiência muito específica. Segundo Bordier, a dominação masculina constitui o paradigma de toda dominação,¹¹ dessa sentença podemos inferir as especificidades das redes de dependência entre dominado e dominante e a arbitrariedade das construções sociais misóginas. Apesar da notória participação feminina na conversão de muitos cristãos japoneses o lugar dessas mulheres é condicionado a tópica corrente do cristianismo que as coloca como “mantenedoras” da fé, mas não como transformadoras de opiniões.

De acordo com Liebel, o mundo social imprime no corpo dos sujeitos esquemas de percepção e ação que funcionam como uma segunda natureza, instituindo a diferença biológica entre os sexos em termos desiguais e discriminatórios, produto de uma relação arbitrária de dominação, fundamentada na manutenção da ordem social. A mulher

¹¹Pierre Bordieu, A dominação masculina. Educação e Realidade, [Porto Alegre], v. 20, n.2, jul./dez. 1995. p. 176.

constituiria, portanto uma entidade negativa pelo defeito da ausência das propriedades masculinas, imputando diferenças sociais historicamente instituídas a uma natureza biológica funcionando como uma essência de onde se deduzem implacavelmente todos os atos da existência.

O discurso eclesiástico que perpetua a inferioridade do feminino cumpre uma função externa de legitimação da ordem estabelecida na medida em que a manutenção da ordem simbólica contribui diretamente para a manutenção da ordem política.

Como bem disse Lucien Febvre, o individuo é sempre o que lhe permite ser sua época e o seu meio social. Na modernidade, como uma continuidade da época anterior, a mulher viveu sob o estigma da inferioridade, considerada como culpada pelas mazelas dos homens devido ao estigma de Eva.

Agostinho de Santa Maria como eclesiástico percebe na mãe de Jesus, a Eva transformada em Ave, o modelo por excelência a ser seguido. Como corrente em sua época vê na mulher o elo fraco da humanidade. Mais suscetível ao pecado e as “sugestões malignas” a mulher precisaria ser investida de uma força “varonil” para que pudesse então vencer as batalhas contra a sua fraqueza inata. Para tal a vida recolhida, a oração contínua, a prática da ascese seriam fundamentais. Nesse contexto, as ações das mulheres “japonesas” usadas como exemplos são significativas, para o autor, apenas enquanto cumpridoras desse modelo pré-estabelecido. Suas vozes, mesmo mescladas a de seus confessores e biógrafos, são apenas reflexos das interpretações masculinas dominantes. Na perspectiva de Joan Scott, aqui por nós adotada, não basta apenas dar visibilidade a participação dessas mulheres na missão japonesa, mas estabelecer uma reflexão sobre as estratégias dessas mulheres no âmbito político e social sem perder de vista uma conjunção de igualdade nas quais se incluiriam sexo, classe e raça.

Fonte Impressa:

SANTA MARIA, Frei Agostinho de. *Rosas do Japam, cândidas açucenas, e Ramallete de fragrantas, & peregrinas flores, colhidas no Jardim do Japão, sem que os espinhos da infidelidade, & idolatria as pudessem murchar, em as vidas das muyto Illustres Senhoras, D. Julia Nayto, D. Luzia da Cruz, ou Caraviaxi, & D. Thecla Ignacia, ou Muni, & de suas companheiras, Congregadas em o Santorecolhimento da Imperial cidade de Meaco, Corte dos Emperadores do Japam, aonde forão prezas, & padeceão pela Fé muytos*

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
 “O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.

ISSN: 2317-0468

17 a 21 de outubro de 2016

tormentos em odio della; & de donde forão lançadas, & desterradas para a Cidade de Manila em Filipinas. Lisboa: Officina Antonio Pedrozo Galvão, 1709.

Referências Bibliográficas:

ALGRANTI, Leila Mezan. *Livros de devoção atos de censura: ensaios de História do livro da leitura na América Portuguesa. (1750-1821).* São Paulo. Hucitec: Fapesp, 2004.

BORDIER, Pierre. A dominação masculina. *Educação e realidade* [Porto Alegre], v. 20, n.2. jul/dez. 1995.

BOXER, Charles Ralph. *The Christian century in Japan, 1549-1650.* Califórnia: University of California Press, 1951.

COSTA, João Paulo A. Oliveira. *O Cristianismo no Japão e o Episcopado de D. Luis Cerqueira.* Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1998.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre praticas e representações.* Lisboa: DIFEL, 1990.

CURVELO, Alexandra; PINTO, Ana Fernandes. O martírio de cristãos no Japão – uma estratégia dos Tokugawa. *Revista Lusófona de Ciência das Religiões*, n.15, 2009.

FLECK, Eliane; TAVARES, Mauro. Morta de amor por Deus: a vida exemplar de Dona Thomazia, uma mulher letrada e devota que morreu em Lisboa no ano do terremoto (1755). *Estud. Hist. (Rio J.)* [online]. 2015, vol.28, n.55, pp.27-50.

FERNANDES Maria de Lurdes Correia. Recordar os “santos vivos”: Leituras e práticas devotas nas primeiras décadas do século XVII em Portugal. *Via Spiritus*, vol.1, 1994, pp.133-155.

GONÇALVES, Margareth de Almeida. Entre “heróicas virtudes” e a história: a escrita de frei Agostinho de Santa Maria e a sacralização da vida conventual de mulheres na Ásia portuguesa no limiar do século XVIII. In: GANDELMAN, Luciana Mendes, GONÇALVES, Margareth de Almeida, FARIA, Patrícia Souza de. (orgs). *Religião e linguagem nos mundos ibéricos: identidades, vínculos sociais e instituições.* Seropédica/Rio de Janeiro: EDUR, 2015, pp. 17-48.

HICHMECH, Yuri Sócrates Saleh. O cristianismo no Japão: do proselitismo jesuíta à construção da ideológica da perseguição (1549-1640). Dissertação de mestrado (UFPR), 141f. 2014.

LEÃO, Jorge Henrique Cardoso. *A arte de Evangelizar: jesuítas, dokujus e mediações culturais no Japão (1549-1587).* Dissertação de Mestrado. São Gonçalo, Universidade do estado do rio de Janeiro, 2010.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
 ISSN: 2317-0468
 17 a 21 de outubro de 2016

LIEBEL, Silvia. *Demonização da Mulher: a construção do discurso misógino no Malleus Maleficarum*. 78f. (monografia de conclusão de curso). Departamento de História. UFPR, Curitiba, 2004.

LIMA, Raquel dos Santos Souza. *Santidade feminina e gênero: reflexões acerca do discurso religioso sobre Santa Rita de Cássia*. Londrina: ANPUH, 2005.

OLIVEIRA, Amanda Dias. As constituições dos Conventos Femininos de Clarissas e Concepcionistas do período moderno. In: XV Encontro regional de história ofício do historiador ensino e pesquisa, 2012, São Gonçalo. Anais do XV encontro regional de história da ANPUH-RIO. Rio de Janeiro: ANPUH, 2013. v.15

OLIVAL, Fernanda. Rigor e interesses: os estatutos de limpeza de sangue em Portugal. *Cadernos de Estudos Sefardistas*: Lisboa, nº4, 2004. pp. 151-182.

OKAMURA, Takiko. As mulheres japonesas na época da expansão portuguesa. In: *O rosto feminino da expansão portuguesa*. Lisboa: Comissão para a igualdade e para os Direitos das mulheres, 1995.

PANTEL, Pauline. A história da mulher na história da antiguidade, hoje. In: DUBY, G.; PERROT, M. (org). *História das mulheres no Ocidente*. Porto: Edições Afrontamento, São Paulo: EBRASIL, 1994, v.1: A Antiguidade.

SCOTT, Joan. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*. Porto Alegre, vol. 20, nº2, jul./dez. 1995. pp.77-256.

WARD, Haruko Nawata. *Women religious learders in Japan's Christian century, 1549-1650*. Farnham, Surrey: Ashgate, 2009.

MARIA QUITÉRIA: APROPRIAÇÕES E REPRESENTAÇÕES NA CONSTRUÇÃO DE UM MITO

Claudius Gomes de Aragão Viana¹

Resumo:

Há quase duzentos anos, a “Guerra da Independência” brasileira envolveu patriotas e tropas portuguesas fortificadas em Salvador. Às forças patriotas se uniu como voluntária a baiana Maria Quitéria de Jesus (1792-1853), cuja história, ao longo dos anos, adquiriu um caráter mítico. Contribuíram para essa transformação desde homenagens cívicas e militares até recentes produções acadêmicas, que assimilaram e reforçaram variados discursos, usos sociais e políticos da representação histórica da personagem. As referências à Quitéria nos debates atuais sobre a inclusão de gêneros nas Forças Armadas parecem ser a atualização dessa representação. A pesquisa apresenta uma análise da historiografia e das fontes sobre o assunto, encontrando imprecisões nas diversas abordagens.

Palavras-chave: História e Gênero; Memórias; Identidades.

Abstract:

For almost two hundred years, the "War of Independence" Brazilian involved patriots and fortified Portuguese troops in Salvador. The patriotic forces joined as a volunteer the Bahian Maria Quitéria de Jesus (1792-1853), whose history over the years, acquired a mythical character. Contributed to this transformation from civic honors and military to recent academic productions, who have assimilated and strengthened various speeches, social and political uses Pageant character. References to Quiteria in the current debates on the inclusion of gender in the military seem to be updating this representation. The research presents an analysis of historiography and sources on the subject, finding inaccuracies in the various approaches.

Keywords: History and Gender; Memoirs; Identities.

Apresentação

Este texto, destinado aos anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora, foi desenvolvido a partir do macro tema proposto pelo encontro: *O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História*; tema que, como os organizadores apontaram na convocação para o evento, abre um leque de

¹ (PPHPBC-CPDOC-FGV)

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
 ISSN: 2317-0468
 17 a 21 de outubro de 2016

possibilidades para a abordagem das diversas faces do historiador enquanto indivíduo social.

Em um recorte mais específico, recordamos que esta pesquisa foi apresentada no simpósio temático *História e Gênero: Relações de Poder, Memórias e Identidades*, cuja chamada visava a reunião de análises sobre História e gênero articuladas com outros marcadores sociais. Assim, em coerência com a proposta dos organizadores da mesa, este trabalho descreve o processo de construção discursiva de uma identidade feminina, mas também trata do modo como historiadores (em sentido *lato*, aqueles que escrevem e interpretam a História) se apropriaram do perfil biográfico de uma personagem e teceram, a partir daquele perfil, narrativas convenientes à sustentação de suas hipóteses e argumentos, forjando nesse processo um verdadeiro “mito acadêmico”.

Cabe, desde já, explicar o sentido em que são utilizados dois conceitos presentes neste artigo. *Representação* é um termo da Psicologia Social, e, basicamente, se refere ao “processo de classificação e nomeação, um método de estabelecer relações entre categorias e rótulos” (MOSCOVICI, 2011: 193). “Representar” algo ou alguém equivale a estabelecer uma relação entre uma abstração presente na mente e um objeto externo, seja um evento ou um personagem – e comunicá-la a outrem. Adoto também a seguinte definição de *mito*: “uma estória contada e um esquema lógico que o homem cria para resolver problemas que se apresentam sob planos diferentes, integrando-os numa construção sistemática” (LÉVI-STRAUSS, 1970: 140). Obviamente, não me refiro ao mítico como equivalente do falso ou irreal. Antes, alinho-me com Arnáiz (2016), que discorda da concepção pejorativa do termo, assinalando que o mito supõe um entendimento do mundo simbólico que é próprio do homem de todas as épocas, constituindo um sistema de elementos que permite o conhecimento e a compreensão simbólica da realidade que nos rodeia e de nós mesmos, e que não se opõe ao racional - mas que o complementa.

Escassas fontes

No curso de uma pesquisa sobre a presença feminina em organizações militares, analisávamos um extenso *corpus* documental composto por artigos, monografias, dissertações e teses relacionados à questão da inserção de gêneros nas Forças Armadas.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

Nesse material, chamavam a atenção as insistentes citações e a unanimidade a respeito de determinada personagem, à qual era atribuído – sem ressalvas – o pioneirismo como *primeira mulher a incorporar em uma unidade do Exército Brasileiro, e por conseguinte, em uma instituição militar brasileira*. Com essa afirmativa, os autores procuravam estabelecer um paralelo entre um fato ocorrido à quase duzentos anos e a admissão de mulheres nas Forças Armadas brasileiras na década de 1980. Tratava-se de Maria Quitéria de Jesus:

Nasceu em 1792, em São José de Itaporocas/Bahia, tendo participado, naquela então Província, da Guerra da Independência do Brasil. Assentou praça em um Regimento de Artilharia, disfarçada de homem, com as roupas de seu cunhado José Medeiros, incorporando-se à Unidade com o nome de “soldado Medeiros”, pelo que a chamam, indevidamente, de Maria Quitéria de Jesus Medeiros. É transferida, já reconhecida como mulher, para o “Batalhão de Voluntários do Príncipe D. Pedro” ou “Batalhão de Periquitos” (assim cognominado pela cor verde das golas e punhos da farda de seus componentes). Aquela humilde sertaneja recebeu do Imperador D. Pedro I, as honras de 1º Cadete, o soldo de Alferes-de-Linha e as comendas da Ordem Imperial e do Cruzeiro, mercê de seu destemor e heroísmo durante a Campanha da Independência. A História lhe conferiu o honroso epíteto de “Insigne Patriota e Heroína da Independência do Brasil”. É a Patrono do Quadro Complementar de Oficiais – QCO (Decreto de 28 de junho de 1996). Faleceu em 21 de agosto de 1853, na Bahia.

O trecho acima, extraído da página eletrônica do Departamento-Geral do Pessoal do Exército, é uma versão da biografia de Maria Quitéria aceita oficialmente por aquela instituição. A heroína passou a ser cultuada nas Forças Armadas em 1953, quando o Ministério da Guerra determinou a cunhagem de uma medalha por ocasião do primeiro centenário de sua morte, além de expedir uma resolução para que seu retrato fosse inaugurado em todos os estabelecimentos, repartições e unidades do Exército. Além disso, Quitéria atingiria, em 1996, o *status* de “patrono” do Quadro Complementar de Oficiais, deferência que, ainda segundo a página do Exército Brasileiro na *internet*, se constituiria na “mais autêntica homenagem que se pode prestar aos grandes vultos da Pátria”, que seria “manter viva a lembrança de seus feitos, interpretar os acontecimentos de que participaram e recolher os dignos exemplos que nos legaram”, pois as “magistrais lições que emanam de suas incomuns existências constituem a imortal seiva que robustece crenças, revigora forças para a travessia do presente e inspira a busca do futuro”.

Mas as referências à Quitéria não se resumem às homenagens castrenses. Aliás, é notável a frequência com que a mesma representação da personagem divulgada pelo

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
 ISSN: 2317-0468
 17 a 21 de outubro de 2016

Exército é encontrada nos estudos acadêmicos, constituindo um caso raro de superação das diferenças de visão geralmente existentes entre a academia e a caserna no que se refere à exaltação de personalidades da história militar.

Podemos citar alguns exemplos dessa afirmativa. Uma pesquisa que lista “casos pioneiros de mulheres brasileiras com o militarismo”, sustenta que “a mais famosa foi Maria Quitéria de Jesus Medeiros”, que “em 1823, integrou o Batalhão dos Voluntários de D. Pedro I, tornando-se, assim, oficialmente, a primeira mulher do Brasil a assentar praça em uma unidade militar” (SILVA, 2007: 1).

Também encontramos, em um estudo sobre a inserção das mulheres nas instituições militares, uma “linha do tempo” que possui como primeiro item o ano de 1823, quando “Maria Quitéria de Jesus Medeiros integrou o Batalhão dos Periquitos na luta contra os portugueses por ocasião da luta pela independência da (*sic*) Bahia” (LOMBARDI, BRUSCHINI e MERCADO, 2009: 23).

As autoras de um artigo mais recente, pomposamente intitulado *A mulher militar brasileira: conquistando mares, alçando voos e desbravando terras*, afirmam que procuraram “compreender a evolução histórica da mulher brasileira no cenário militar, pontuando seu percurso nas forças navais, aérea e terrestre, de sua origem até os dias de hoje” (ROVINA & SOUZA, 2014: 1). Para isso, traçaram um panorama da participação feminina em conflitos, destacando a atuação das primeiras mulheres em combate. Recorrendo também à história de Quitéria, acrescentam que a heroína teria pedido “ao pai autorização para se alistar, mas como teve seu pedido negado, fugiu de casa, cortou os cabelos, vestiu-se como um homem e se alistou usando o nome de Medeiros” (ROVINA & SOUZA, 2014: 8).

A unanimidade na apresentação de Quitéria como marco histórico da presença feminina nas Forças Armadas deveria desencorajar a adoção de qualquer posição contrária à esse entendimento. Uma lista de trabalhos acadêmicos que adotam essa perspectiva prosseguiria com Prado (2000); Fázio (2003); Rodrigues (2004); Vassoler (2004); Chambouleyron & Resende (2006); Almeida (2007); Silva (2007); Almeida (2008); Krolop *et al* (2008); Jacomel (2008); Bastos (2009); Loiola (2009); Oliveira (2009); Santos (2009); Oliveira (2010); Rocha (2011); Schactae (2011); Sell (2012); Oliveira *et al* (2013); Pontes & Pereira (2014); Filho (2015); Silvana (2015); Schactae (2016); Schwether (2016).

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
 ISSN: 2317-0468
 17 a 21 de outubro de 2016

A falta de variações na descrição das ações de Quitéria ou de uma revisão acadêmica atualizada de sua biografia se deve, provavelmente, à escassez de fontes sobre sua vida e sua história. Dentro da bibliografia disponível a coleção documental mais consistente é, provavelmente, a apresentada por Pereira Reis Jr (1953), que reuniu em *Maria Quitéria* cópias de anotações de nascimentos, batismos, casamentos, óbitos, autos de inventários, etc., que permitem determinar com relativa segurança algumas datas e eventos da vida da personagem. Assim, sabemos que seu nascimento ocorreu em 1792, em São José das Itaporocas, povoado da Vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira, na Bahia, sendo filha do primeiro casamento do fazendeiro Gonçalo de Jesus com Quitéria Maria de Jesus. Viúvo por duas vezes, Gonçalo casou-se outras duas, mudando-se com a família para a Serra da Agulha, nas proximidades do atual município de Tanquinho, a cento e cinquenta quilômetros de Salvador (REIS JR, 1953).

Em 1822, Quitéria era solteira e contava trinta anos de idade. Em meados daquele ano os integrantes da Câmara Municipal de Cachoeira realizaram uma aclamação à D. Pedro I, apoiando a construção de um governo autônomo e a ruptura definitiva com Lisboa. Com o suporte de alguns senhores de engenho do recôncavo açucareiro de Salvador, a Câmara nomeou uma *Junta Interina Conciliatória e de Defesa* e organizou batalhões patrióticos, formados por voluntários sem treinamento adequado e com poucas armas. Iniciadas as escaramuças contra as tropas portuguesas fortificadas na capital baiana, representantes dos “revolucionários”, passaram a percorrer as propriedades da região em busca de ajuda financeira e logística. Para ampará-los, Pedro enviou o general francês Pierre Labatut (1776-1849) para assumir o comando das forças patriotas em seu nome, somando à tropa um pequeno contingente de milicianos do Rio de Janeiro e de Pernambuco. Em janeiro de 1823, o Batalhão do Imperador, com um efetivo de 800 homens, também chegou do Rio de Janeiro e se juntou aos patriotas (KRAAY, 2002).

Foi a uma dessas unidades que Quitéria se apresentou como voluntária, segundo o relato que fez em um encontro posterior com a inglesa Maria Graham (1785-1842), registrado no *Journal of a voyage to Brazil and residence there during part of the years 1821, 1822, 1823*. Em duas páginas e meia de seu diário, a inglesa, preceptora da filha do Imperador, produziu uma das raras narrativas originais sobre o feito da baiana. Por meio dessas páginas, sabemos que um emissário dos revolucionários esteve na propriedade de

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

Gonçalo a fim de recrutar voluntários para o contingente patriota, discorrendo sobre a tirania portuguesa e tecendo elogios aos serviços de D. Pedro ao Brasil. Como resposta, o fazendeiro teria afirmado que estava velho para se juntar ao exército; que não possuía um filho para enviar em seu lugar; e que também não cederia escravos, por acreditar que lhes faltasse interesse em lutar pela independência (GRAHAM, 1824: 293).

Mas a causa entusiasmou Quitéria. “*I felt my heart burning in my breast*”, foi a expressão, segundo o registro de Maria Graham, utilizada pela baiana para descrever sua reação após ouvir o discurso do emissário. O estímulo para a união aos voluntários, ainda segundo Graham, foi reforçado pela irmã, a quem Quitéria repetiu o que ouvira não casa do pai, acrescentando que se uniria aos patriotas, caso fosse homem. “Se não tivesse um marido e filhos, por metade do que você disse eu me juntaria às fileiras do Imperador”, ouviu em resposta (GRAHAM, 1824: 293).

Sobre essa curta narrativa se assentam as mais diversas interpretações da motivação de Quitéria para se unir ao contingente patriota. Um autor contemporâneo afirmará que sua atitude representa as “forças emblemáticas que enfatizaram o problema da posição social da mulher nos diferentes regimes políticos” (JACOMEL, 2008: 26), revelando a “face da mulher brasileira como guerrilheira e militante” (idem). Também há quem entenda o comportamento da baiana como um exemplo do rompimento com “a cisão ilegítima da desigualdade, (que) sobreleva a alteridade e defende a integridade de grupos historicamente privados do compartilhamento social” (ROCHA, 2011: 164). Ou ainda, como indicação do desejo feminino de “ter sido combatente, ter subido em muralhas, vestido fardas, portado medalhas, manejado espadas ou fuzis” (OLIVEIRA *et al*, 2013: 640). Ou seja: apesar do estreito alicerce, o edifício simbólico construído sobre o breve registro do diário de Graham é consideravelmente amplo. A própria tradução da expressão registrada pela inglesa parece sofrer modificações conforme a conveniência do argumento que se pretende desenvolver. Em um ensaio sobre a participação de mulheres nas lutas pela independência dos países latino-americanos, é dito que Quitéria se uniu ao exército revolucionário porque sentiu “seu coração arder *de amor à pátria*” (PRADO, 2000: 35, grifo meu). Todas essas apropriações mereceriam ressalvas, posto que geradas a partir de questões e conceitos atuais e projetadas em fatos e em um personagem de outro tempo histórico.

Outras ressalvas também poderiam ser aplicadas à tão generalizada apresentação de Quitéria como modelo nas discussões sobre a *inserção de gêneros na profissão militar*. Ao menos, porque seria realista considerar que os voluntários patriotas dificilmente se conceberiam como *militares*, mormente *profissionais*, no sentido atribuído hoje a essa expressão. De fato, as tropas revolucionárias eram compostas por uma mescla dos corpos de linha (ou seja, o exército regular), milícias, homens de cor libertos e escravos confiscados de senhores-de-engenho portugueses, além de escravos voluntários movidos pela promessa de alforria após a participação na campanha. O próprio “Batalhão dos Periquitos” foi caracterizado por um cronista da época como "composto pela maior parte de libertos e outras pessoas de classes heterogêneas" (KRAAY, 2002: 119). Seus integrantes, provavelmente, possuíam motivações bastante diversas, inclusive de natureza coercitiva como no caso dos escravos confiscados, daquelas que atualmente atraem homens e mulheres para o ingresso nas Forças Armadas brasileiras, uma instituição muitas vezes encarada pelo viés da possibilidade de desenvolvimento de uma carreira pública, aí inclusos o retorno financeiro, a estabilidade, promoções e outros benefícios absolutamente ausentes naquela oportunidade.

Por fim, a impressão de se tratar de uma “oficial do exército” é reforçada na literatura pela anteposição do “posto militar” ao seu nome: tenente/alferes/cadete Quitéria. Cabe esclarecer que a baiana não possuía o posto de tenente ou mesmo de seu subalterno imediato, alferes; de fato, foi somente durante uma visita posterior à Corte que o imperador mandou “conceder-lhe o *soldo* de alferes de linha, em retribuição aos seus feitos heróicos” (REIS JR., 1953: 57, grifo meu). O título de cadete, mais exato em sua aplicação, foi-lhe conferido em virtude da posição social de sua família, fator determinante na distribuição de postos hierárquicos nos batalhões de voluntários.

Não nos estenderemos sobre as ações de Quitéria durante sua participação de 11 meses (entre 7 de agosto de 1822 e 2 de julho de 1823) na campanha da Independência; mas é útil assinalar como seus feitos chegaram ao conhecimento da Corte e do público. Ao final da mobilização, Quitéria teria manifestado ao general José Joaquim de Lima e Silva, sucessor de Labatut no comando do Exército Pacificador, o desejo de beijar a mão do Imperador, obtendo para isso a autorização do Ministro da Guerra, João Vieira de Carvalho. Seguiu então para o Rio de Janeiro, aonde chegou em 19 de agosto de 1823, sendo recebida

pelo Imperador no dia seguinte. Na audiência, foi condecorada com a insígnia de Cavaleiro da Ordem Imperial do Cruzeiro, emblema que D. Pedro I lhe entregou proferindo: “*queremos conceder a dona Maria Quitéria de Jesus um distintivo que assinale os serviços militares que, com denodo, raro entre os mais do seu sexo, prestara à causa da Independência deste Império, na porfiosa restauração da capital da Bahia*”. (REIS JR, 1953). Dez dias depois uma pequena nota no Diário do Governo, de 30 de agosto de 1823, registrou uma exposição na qual Lima e Silva informava que Labatut havia conferido à Quitéria “honras de 1º Cadete” e que “como tal tem sido considerada”. A nota, que fazia referências ao seu “invisível valor”, “intrepidez” e “heroísmo”, foi reproduzida com algumas poucas modificações em outros jornais da época.

Para custear sua viagem de volta, o Imperador mandou adiantar dois meses do soldo de alferes. Quitéria retornou a Salvador em setembro de 1823 e de lá seguiu para Cachoeira, voltando para a fazenda da Serra da Agulha. Dali atendeu pedidos de visitas a Coração de Maria, Pedrão, Lustosa, Iará e outros povoados da região, sendo objeto de atração como heroína (REIS JR, 1953).

Ainda durante a contenda, a baiana havia se casado com o furriel João José Luis, precocemente falecido. Registros cartoriais apontam que realizou uma segunda união com o lavrador Gabriel Pereira de Brito, recebendo como dote o valor de 100 mil réis em espécie, além de um escravo de nome Antônio, um cavalo e uma novilha. Outro registro, datado de 22 de agosto de 1835, informa que após a morte do pai, ocorrida em 1834, Quitéria reivindicou junto ao Cartório de Feira de Santana a parte da herança que considerava seu direito como filha legítima de Gonçalo. A viúva Maria de Britto, herdeira principal do legado, se contrapôs e iniciou um processo judicial que durou quase 15 anos para ser concluído. Finda a questão, em 1850, os bens já tinham se dissipado, os escravos desaparecidos, e Quitéria, novamente viúva, mudou-se para Salvador juntamente com uma filha, passando a viver no distrito de Santana com o soldo de alferes (REIS JR, 1953).

A heroína faleceu em 21 de agosto de 1853, aos 61 anos. O presidente da Província, Alvaro Tibério de Moncorvo e Lima, comunicou a morte ao Ministro da Guerra, Manuel Felizardo de Souza e Melo, para que fosse providenciada a extinção do seu soldo.

A construção do mito

El ser humano del siglo XXI parece tener todavía una relación conflictiva con el mito: por una parte, no dejamos de utilizar el término en un sentido peyorativo; por otra, cada vez se hace más evidente que somos una sociedad que se sustenta en gran parte sobre construcciones míticas, esto es, que se entiende y se comprende a través de mitos. (ARNÁIZ, 2016).

A partir da segunda metade do século XIX, a história de Quitéria será muitas vezes recontada e reinterpretada. Progressivamente, uma rede de manifestações culturais tecida a partir de fontes primárias esparsas, da tradição oral e de algumas notas na imprensa evocará o caráter patriótico das suas ações, incluindo-a como heroína nas comemorações oficiais do “2 de julho”, data instituída como marco da “Independência da Bahia”.

Quitéria logo alcançaria os livros didáticos. Já em 1878, Joaquim Manuel de Macedo (1820-1882) a fará constar nas *Efemérides históricas do Brasil e mulheres célebres*, destacando a “illustre e benemerita patriota”, que movida por “ardente impulso raro em seu sexo mimoso, e por entusiasmo esplendido” havia participado da “guerra porfiada e gloriosa na Província da Bahia” (MACEDO, 1878: 489 e segs.). Macedo, professor do principal colégio do Império, foi também autor de compêndios de História do Brasil que fixariam para sucessivas gerações valores e imagens que cumpriam o papel de legitimar a ordem vigente, pondo o Brasil entre as “nações civilizadas” e destacando a “boa sociedade” no conjunto da sociedade imperial, visando a construção de uma identidade nacional (MATOS, 1993).

Ainda que se tratasse de uma heroína do Império, a apropriação pedagógica da história de Quitéria se manteria com a República, sendo recontada nas primeiras décadas do novo regime em duas obras que, apesar de distantes trinta anos entre si, compartilhavam o mesmo espírito. Nas *Ephemerides Cachoeiranas*, de 1899, Aristides Milton convidará seus leitores a “comemorar as façanhas de D. Maria Quitéria de Jesus Medeiros, tão valente quanto honesta senhora, que muito trabalhou, e muito mais obteve, para honra e fama do nome bahiano” (MILTON, 1899: 364, grifo meu). Como sempre, o contexto importa: as *Ephemerides* foram publicadas na revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, cujos membros se encontravam preocupados com a revitalização do patriotismo e o resgate da memória, recorrendo à apresentação de fatos e personagens que inspirassem virtudes

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
 ISSN: 2317-0468
 17 a 21 de outubro de 2016

cívicas e morais baseadas nos bons costumes e na religiosidade, com a intenção de inflamar na sociedade baiana um sentimento de orgulho de sua terra, desprestigiada no cenário nacional no início da República (LOPES & SILVA, 2014: 10). Aparentemente, tais preocupações perduraram por quase quatro décadas, pois em 1936, Bernardino José de Souza, também membro do IGHB, recontaria a história de Quitéria em *Heroínas Bahianas*, reafirmando seu papel de símbolo do ideal patriótico.

Não só as narrativas da vida de Quitéria, mas mesmo suas imagens conhecidas são permeadas com alegorias destinadas a exaltação, mas que extrapolam a fidelidade histórica. A primeira é uma gravura de autoria de Augustus Earle (1793-1838) e Edward Finden (1791-1857) que ilustra a passagem da *Viagem ao Brasil* na qual Maria Graham narra seu encontro com a baiana (GRAHAM, 1824: 292). A segunda é uma pintura encomendada por Afonso de Escragnolle Taunay ao pintor Domenico Failluti, para ornamentação do Museu Paulista da Universidade de São Paulo, por ocasião dos festejos do centenário da Independência, já na década de 1920 (MIYOKO, 2003). A esse respeito, cabem duas observações. A primeira é que Failluti se inspirou na imagem da narrativa de Graham, que por sua vez também foi produzida por artistas que não tiveram contato pessoal com a personagem retratada. O segundo ponto a ser assinalado é que o “retrato oficial”, destinado a ornamentar as repartições militares, foi de fato um recorte dessas pinturas, reduzida à face e ao busto da personagem e emoldurado em um padrão ornamental que confere a (falsa) impressão de se tratar de um retrato clássico, como os normalmente produzidos para autoridades da época.

A sequência de obras seminais se completaria com *Maria Quitéria*, de Pereira Reis Jr (1953) e com *A incrível Maria Quitéria*, de João Francisco de Lima (1976), ambas produzidas em tempos de estímulo à exaltação cívica, a primeira no contexto do governo Vargas e a segunda no regime militar. De qualquer modo, Quitéria já se encontrava consolidada como personagem dos livros didáticos, uma figura histórica disseminada nos relatos da Independência. Apenas cabe observar que 1953, ano do lançamento do livro de Reis Jr e do centenário da morte da baiana, é, como já dissemos, o mesmo ano em que o Exército Brasileiro se apropria da heroína e inicia suas homenagens a ela.

Por fim, seu novo (e atual) papel surgiria no contexto da abertura de postos de trabalho para as mulheres nas Forças Armadas. Mais uma vez, haverá não apenas

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

sincronicidade entre a academia e a caserna (em 1996, Quitéria foi consagrada pelo Exército como “patrona” do Quadro Complementar de Oficiais, primeira especialidade da Força a admitir mulheres, e do mesmo período datam as primeiras pesquisas nacionais sobre gênero e Forças Armadas), mas também uma notável correspondência entre a apropriação de Quitéria como uma “oficial do exército que participou da guerra da independência”, proposta no meio militar, e as representações aceitas pela academia. Como vimos acima, não foram poucos os cientistas sociais e historiadores que defenderam a ideia que a presença da mulher na esfera militar não constituiria um fato novo, recorrendo ao exemplo da atuação de Maria Quitéria junto às forças combatentes na Bahia para sustentar essa afirmação.

Essa nossa última afirmativa encontra respaldo no levantamento das referências constantes na bibliografia que adota tal perspectiva. Esse levantamento também permite a extração de alguns dados interessantes. Analisando a rede de citações, observa-se, por exemplo, que os autores atuais, ao citar a biografia de Quitéria, preterem a exploração da documentação histórica e sustentam suas referências nas citações de obras contemporâneas. O rastreamento dessas citações evidencia um parco intercâmbio entre os autores, concentrado nas duas últimas décadas e feito por vezes de forma parcial e seletiva, ou seja: ao citar Quitéria nas discussões “gênero e Forças Armadas”, os autores buscam referências em obras que citam Quitéria – em outras discussões sobre “gênero e Forças Armadas”. Isso faz com que a assimilação de dados seja realizada dentro de um restrito círculo de referências, potencializando a reprodução de omissões e incorreções. Desse modo, as citações assumem a forma de fragmentos descontextualizados, reforçando discursos, usos sociais e políticos da representação histórica da personagem, em detrimento da fidelidade histórica.

Afinal, o descuido na apuração das fontes pode levar a situações inusitadas. Vassoler (2004), Chambouleyron & Resende (2006), Almeida (2008), Krolop *et al* (2008) e Schwether (2016) reproduzem em suas pesquisas trechos atribuídos a Hélio Pólvora, contista baiano falecido em 2015. Pólvora produziu uma coletânea de contos reunidos sob o título *A guerra dos foguetões machos*, editada em Portugal em 2000. Disponível na internet, trata-se de uma peça ficcional na qual o escritor narra trechos em primeira pessoa, atribuindo-os à Maria Quitéria:

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

Eu gostaria de entrar nua no rio, caso estivesse no sítio do meu pai. Mas estou aqui entre homens, somos todos soldados, e o banho no Paraguaçu é forçado.

(...)

Estou guerreando, sim, para libertar Maria Quitéria de Jesus Medeiros da tirania paterna, dos sofridos afazeres domésticos, da vida insossa.

(...)

“Ah, eu combato, com água no nível dos peitos, pela libertação da Mulher, pela nova Mulher que haverá de surgir.”

(...)

Um toque frio, desagradável. Com o calor da luta, tornou-se morno. E houve um instante em que eu tinha água pelos seios. Senti que os mamilos se enrijeciam sob a túnica. Pensei outra vez no sítio, na rede em que costumava embalar-me. Ali tudo era cálido, os panos convidavam ao sono. Aqui, luta-se pela vida, pela nossa Cachoeira, pela Pátria. (PÓLVORA, 2000)

A crítica desses trechos, criados pela imaginação do escritor, pertenceria ao domínio dos literários. Mas podemos nos manifestar sobre sua apropriação e apresentação em trabalhos científicos, qualificando-a como, no mínimo, equivocada. É uma situação inusitada: a confusão dos autores, seduzidos talvez pela facilidade de acesso ao texto de Pólvora, mas descuidados na seleção e na análise da fonte, confere veracidade a uma narrativa ficcional e termina por atestar que os trechos transcritos são reais, quando na realidade não o são. Em contrapartida, observe-se que Hélio Pólvora também incorpora à sua ficção conceitos presentes em discussões de gênero que só surgiram em períodos recentes.

Arnáiz (2016) prevê tal interação entre a cultura popular e a produção científica, explicando que os mitos se constituem em sistemas de elementos, construídos a partir de um substrato materializado na produção discursiva, artística ou não, de cada sociedade. A autora justifica: afinal, os temas enfrentados em ambas instâncias dizem respeito às mesmas problemáticas humanas (a morte, o amor, a amizade, a construção do eu, a luta do bem contra o mal, etc.). Para compreendê-los, podemos recorrer aos mitos tradicionais, que oferecem explicações em suas próprias coordenadas espaço-temporais, ou criar novos mitos a partir de elementos já existentes. E conclui: se estabelece aí um diálogo entre o presente e o passado, que nos fala de uma continuidade do humano, seus problemas e suas representações, mas que também fala da unidade do sujeito de cada momento histórico.

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
 “O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
 Juiz de Fora, 2017, 1554p.
 ISSN: 2317-0468
 17 a 21 de outubro de 2016*

Conclusões

Maria Quitéria de Jesus, nascida em 1792, em São José de Itapororocas, na Bahia, participou das contendas entre forças patriotas e portuguesas pela Independência do Brasil. A sertaneja recebeu o título de cadete, o soldo de alferes e as comendas da Ordem Imperial e do Cruzeiro. A análise da historiografia e das fontes aponta que ao longo do tempo as representações a seu respeito assimilaram e reforçaram variados discursos, usos sociais e políticos. As referências à Quitéria nos debates e discussões atuais sobre a inclusão de gêneros nas Forças Armadas parecem ser uma atualização dessas representações.

Existe um conjunto de manifestações culturais em torno da personagem mítica em que Quitéria se transformou: homenagens cívicas e militares, comendas, festejos e monumentos. Este conjunto também abriga obras didáticas e pesquisas acadêmicas, das quais alguns exemplos foram citados neste artigo, que cumprem o papel de legitimar as demais representações, atendendo a um pressuposto da criação mítica: o seu caráter sistêmico.

Tudo isso confere uma curiosa característica à história de Quitéria: há menos a dizer a respeito dela e de suas ações do que sobre aquilo que, a *posteriori*, foi dito sobre ela. Talvez essa condição tenha possibilitado o surgimento de tantas interpretações a seu respeito - por vezes especulativas e anacrônicas - que constituíram os pilares de sua transformação em um mito. Não desejo conferir a essa observação um caráter depreciativo, mas convidar à reflexão sobre a necessidade de identificar valores, estereótipos e conceitos ideológicos que por vezes se incorporam à pesquisa científica – o que, afinal, constitui um desafio para a escrita da História.

Bibliografia

ALMEIDA, A.R. *A representação da mulher em “a Judia Rachel”*: um romance do século XIX. 2007. 90 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Vale do Rio Verde de Três Corações, Três Corações. 2007.

ALMEIDA, M.R.D’A. De. *Batalhas culturais de gênero: a dinâmica das relações de poder no campo militar naval*. 2008. 146 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) - Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói. 2008.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
 ISSN: 2317-0468
 17 a 21 de outubro de 2016

ARNÁIZ, S.M. *Mitologías en la cultura popular actual*. Disponível em <http://www.elfuturodelpasado.com/ojs/index.php/FdP/pages/view/next>. Acesso em 13 out. 2016.

BASTOS, M.L.C. *Formação de identidade da mulher militar: análise do caso do Serviço de Saúde do Exército Brasileiro*. 2009. 56 f. Monografia (Curso de Formação de Oficiais do Serviço de Saúde) - Escola de Saúde do Exército, Rio de Janeiro. 2009.

CHAMBOULEYRON, I.C.; RESENDE, E.S.A. Duque de Caxias e Maria Quitéria na mesma trincheira: o questionamento das representações do masculino e feminino pela mulher combatente. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPOCS, 30., 2006, Caxambu, *Anais...*, Caxambu, 2006. p. 2-24.

FÁZIO, E. *A presença feminina no Exército e na Aeronáutica do Brasil*. CDROM do Center for Hemispheric Defense Studies, Washington-D.C./ E.U.A., 2003.

FILHO, G.I.G. *Mudança na cultura do Exército Brasileiro: um estudo de caso sobre a percepção de oficiais integrantes do Comando Militar do Nordeste*. 2015. 102 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Empresarial) - Centro de Pesquisa e Pós-Graduação em Administração, Faculdades Boa Viagem / Devry, Recife. 2015.

GRAHAM, M.D. *Journal of a voyage to Brazil and residence there during the years 1821, 1822, 1823*. Londres: A. & R. Spottiswoo, 1824, 378 p.

JACOMEL, M.C.W. *Na contramão da ordem vigente: a mulher no contexto da ditadura militar em tropical sol da liberdade, de Ana Maria Machado*. 2008. 196 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Estadual de Maringá. Maringá. 2008.

KRAAY, H. Em outra coisa não falavam os pardos, cabras, e crioulos: o "recrutamento" de escravos na guerra da Independência na Bahia. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 22, n. 43, p. 109-126, 2002.

_____. A Independência no palco: o teatro histórico nacional na Bahia, 1857-1861. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL INDEPENDÊNCIA NAS AMÉRICAS: 190 ANOS DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL NA BAHIA, 2014, Salvador, *Anais...* Salvador: Fundação Pedro Calmon, 2014. p. 221-243.

_____. A Independência delas. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 117, p. 12 15, 01 jun. 2015.

KROLOP, C.A.A. et al. *Projeto Maria Quitéria – Um instrumento de comunicação para divulgação institucional da Escola de Administração do Exército*. 2008. 76 f. Projeto Interdisciplinar (Especialização em Aplicações Complementares às Ciências Militares) - Divisão de Ensino, Escola de Administração do Exército. 2008.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
 ISSN: 2317-0468
 17 a 21 de outubro de 2016

- LÉVI-STRAUSS, C. (Org.). *Mito e linguagem social: ensaios de Antropologia Estrutural*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1970. 146 p.
- LIMA, J.F. *A Incrível Maria Quitéria*. São Paulo: Nova Época, 1976.
- LOIOLA, G. As mulheres no Quadro Combatente da PMES: 25 anos de participação. *Revista Preleção*. Vitória, n. 5. p. 11-36, 2009.
- LOMBARDI, M.R.; BRUSCHINI, C.; MERCADO, C.M. *As mulheres nas Forças Armadas brasileiras: a Marinha do Brasil 1980-2008*. São Paulo: FCC/DPE, 2009.
- LOPES, G.A.S.S.; SILVA, M.O.S. “Heroínas bahianas”: personagens femininas nas comemorações do 2 de julho. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA: CULTURA, SOCIEDADE E PODER, 4. 2014, Jataí, *Resumo...* Jataí, 2014. p. 9-10.
- MATTOS, S.R. *Brasil em lições: a história do ensino de História do Brasil no Império através dos manuais de Joaquim Manoel de Macedo*. 1993. 162 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Instituto de Estudos Avançados em Educação, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro. 1993.
- MILTON, A.A. Ephemerides Cachoeiranas. *Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia*. Salvador, v. 6, n. 19, p. 363-396, 1899.
- MIYOKO, M. Ornamentação do Museu Paulista para o Primeiro Centenário: construção de identidade nacional na década de 1920. *Anais do Museu Paulista*, v. 10/11, p. 167-195, 2003.
- MOSCOVICI, S. *O fenômeno das representações sociais*. Petrópolis: Vozes, 2011. 408 p.
- OLIVEIRA, A.B. *Enfermeiras da Força Expedicionária Brasileira no front do pós-guerra: o processo de reinclusão no Serviço Militar Ativo do Exército (1945-1957)*. 2010. 299 f. Tese (Doutorado em Enfermagem). Escola de Enfermagem Anna Nery, Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2010.
- OLIVEIRA, A.B.; SANTOS, T.C.F; PADILHA, M.I.C.S.; OLIVEIRA, A.R.P., PERES, M.A.A.; CESARIO, M.B. "No front dos sexos": a marcha de enfermeiras brasileiras para a conquista do serviço militar. *Revista Eletrônica de Enfermagem*, 15(3), p. 638-647, 2013.
- OLIVEIRA, O.J.R. *Turismo, Cultura e Meio Ambiente: estudo de caso da Lagoa do Abaeté em Salvador - Bahia*. 2009. 136 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) - Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília. 2009.

- PONTES, V.S.; PEREIRA, E.G.B. Sob rédeas curtas, de cabelos longos: reflexões sobre mulheres no hipismo. *Movimento*. Porto Alegre, v. 20, n. 3, p. 1197-1222, jul./set. de 2014. 2014.
- PRADO, M.L.C. *América Latina no século XIX. Tramas, telas e textos*. São Paulo: Edusp, 2000. 228 p.
- ROCHA, M.E.G.T. Iguais, mas Separados. Os Homossexuais e as Forças Armadas. *Revista Brasileira de Direito Constitucional*. n. 17. jan./jun. 2011.
- RODRIGUES, M.S. *Mulheres sertanejas na Guerra do Paraguai*. 2004. Disponível em: <http://www.anphlac.org/periodicos/anais/encontro6/marcelo_rodrigues.pdf> Acesso em: 10 out. 2016.
- ROVINA, D.P.M.; SOUZA, N.L.F. *A mulher militar brasileira: conquistando mares, alçando voos e desbravando terras*. 2014. <http://www.esg.br/images/Laboratorio/publicacoes/Artigo_ESG_BRASIL_Livro_Mulher_FFAA_24_ABR_NEYD E_DENISE.pdf>
- SANTOS, L.R.A. Participação da Mulheres nas Forças Armadas Brasileiras: um debate contemporâneo. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DE DEFESA, 3. 2009, Londrina. *Anais...* Londrina, 2009. p. 1-14.
- SCHACTAE, A.M. *Farda e batom, arma e saia: a construção da polícia militar feminina no Paraná (1977-2000)*. 2011. 282 f. Dissertação (Mestrado em História) - Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba. 2011.
- _____. “Mulheres Guerreiras” e o(s) feminino(s) nas instituições armadas na América Latina. *Dimensões*, v. 36, jan.-jun. 2016, p. 82-101.
- SCHWETHER, N.D. *Agora é que são elas: desvendando o processo de incorporação das mulheres nas Forças Armadas de Brasil e Argentina*. 2016. 180 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Centro Sócio-Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2016.
- SELL, C.T. *A enfermeira na Marinha do Brasil: a historiografia do Corpo Auxiliar Feminino da Reserva da Marinha (1980 a 1997)*. 2012. 171 f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) - Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2012.
- SILVA, C.R. Masculinidades e Feminilidades nas Forças Armadas: uma etnografia do ser militar, sendo mulher. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DE DEFESA, 1. 2007, São Carlos. *Anais...* São Carlos, 2007. p. 1-16.

SILVANA, S.K.M. *Mulheres policiais: um estudo sobre a presença feminina na Polícia Militar do Amapá*. 2015. 118 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Universidade Federal do Amapá, Macapá. 2015.

SOUZA, B.J. *Heroínas Bahianas: Joanna Angelica, Maria Quitéria, Anna Nery*. Rio de Janeiro: Paralelo, 1972. 163 p.

VASSOLER, I. *A Woman on the Front-Lines Against the Last Bastion of Colonialism in Brazil*. *MIDDLE ATLANTIC COUNCIL OF LATIN AMERICAN STUDIES*, 25. 2004, Allentown, *Anais...* Allentown, 2004. p. 39-54.

**Os desígnios de Dona Anna Rosa Roberta de Vasconcellos, seus bens e herdeiros –
Itaguaí (1830-1856)**

Joyce Cristina Machado Figueiredo¹

Resumo:

O intuito deste trabalho é contribuir para o estudo da história das mulheres, pensando especificamente sobre uma, a proprietária de terras e homens, Dona Anna Rosa Roberta de Vasconcellos. No ano era 1848, na Vila de São Francisco Xavier de Itaguaí, província do Rio de Janeiro, falecia a dita Dona. Vimos seu nome em uma tabela que continha os nomes dos grandes proprietários da região da “grande Itaguaí”, territórios dos municípios de: Seropédica, Itaguaí, Paracambi e trechos de Nova Iguaçu e Mangaratiba. Posteriormente, constatamos sua presença maciça entre os proprietários com escravos batizados em Itaguaí, e em seu inventário, contabilizamos a posse de 44 cativos. Associado com os registros paroquiais de batismo de livres e o de escravos, além de registros paroquiais de terras, começamos a nos interessar pela família de Sá Freire, cuja matriarca é Anna. Por isso, buscamos também pensar sobre as relações entre os membros dessa família e de seus vizinhos, vislumbradas nestas fontes. O plano de fundo para tais relações é justamente o papel social que era imposto as mulheres pela sociedade oitocentista. Assim, as mulheres eram instruídas a serem mães e boas esposas, proibindo o trabalho das de família abastada; e o magistério era permitido para as mais pobres. Portanto, nossa pesquisa deseja verificar esse papel dito como masculino desempenhado pela viúva Anna, ao chefiar a sua família.

Palavras-chaves: Itaguaí; século XIX; inventário; proprietária.

Abstract:

The intention of this work is to contribute to the study of the women’s history, thinking specially about one owning land and men, “Dona” Anna Rosa Roberta de Vasconcellos. In the year of 1848, at the town of *São Francisco Xavier of Itaguaí*, located in Rio de Janeiro province, died the same. We saw her name on an index contained the names of the great landowners of the region of the “*Grande Itaguaí*”, that englobes the nowadays territories of *Seropédica*, *Itaguaí*, *Paracambi*, and parts of *Nova Iguaçu* and of *Mangaratiba*. Posteriorly, we found her massive presence among the slave owners baptized in *Itaguaí*, and in her inventory, we count the possession of 44 captives. Associated with this, parochial registers of baptism of slaves and free people, in addition to parochial of registers of land, took us to an interest for the family “*de Sá Freire*”, whose matriarch is Anna. Due to this, we also look to think about the relationship between members of this family and of their neighbors into these historical sources. The background for those relationships is just the social paper that was imposed for women in the nineteenth-century society. Thus, women were instructed to be mothers and good wives, working was prohibited for the women of wealthy families; while being a teacher was allowed for the poorest. Therefore, our research wants to check this paper performed by the widow Anna and considered to be masculine, which is to lead her family.

Keyword: Itaguaí; Nineteenth Century; inventory; landowners.

¹ Mestranda/PPHR/UFRRJ.

O intuito deste trabalho é contribuir para o estudo da história das mulheres, pensando especificamente sobre uma, a proprietária de terras e homens, Dona Anna Rosa Roberta de Vasconcellos. No ano era 1848, na Vila de São Francisco Xavier de Itaguaí, província do Rio de Janeiro, falecia a dita Dona. Vimos seu nome em uma tabela que continha os nomes dos grandes proprietários da região da “grande Itaguaí”, territórios dos municípios de: Seropédica, Itaguaí, Paracambi e trechos de Nova Iguaçu e Mangaratiba.

Todavia, o fato de dona Anna Rosa Roberta de Vasconcellos ser proprietária de escravos e ter uma fazenda não era uma excepcionalidade, pois, há trabalhos sobre a trajetória de mulheres que detinham ambas as “mercadorias”. Então, por que escolhemos a dita senhora? Em uma palestra, ministrada pelo grupo **Programa de Educação Tutorial - PET-História “Práticas de História: dos arquivos a sala de aula”**², ela foi listada como a quinta maior proprietária da região estudada, com 13 cativos. E a então tutora Prof^a. Dr^a. Margareth de Almeida Gonçalves (DHRI/ICHS/UFRRJ) solicitou aos “petianos”, como são conhecidos os bolsistas, que prestassem atenção quando aparecesse o nome de Dona Anna nos bancos de dados feitos pelo grupo a partir de fotografia dos livros paroquiais de batismo, de casamentos e de óbitos, sistematizados em planilhas do *excell*, tanto de livres quanto de escravos. Assim o fiz, e enquanto bolsista notei como o nome dela aparecia mais, em contraste com o rarefeito contingente feminino no papel de proprietárias de escravos.

Em outra atividade do mesmo grupo, foi ministrada uma oficina sobre história e direito, ao se analisar o Almanak Laemmert, pelo Prof. Dr. João Luís Ribeiro, além do dito objetivo, sobrando alguns minutos, o palestrante resolveu ensinar a pesquisar na base de dados *on line* do Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Nele, colocamos as datas limites para a pesquisa na comarca itaguaiense, diante de diversos nomes com os quais estava familiarizada por constarem nos registros paroquiais, identifiquei o inventário de Dona Anna Rosa Roberta de Vasconcellos. Este documento, que será o motriz da nossa dissertação, verifiquei que há duas partes: a primeira tem o testamento, com a relação dos filhos e netos herdeiros, posteriormente, há o inventário, com a lista e avaliações dos bens, as dívidas a serem pagas e as quantias a serem recebidas.

²Para maiores informações sobre o PET-História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRRJ), visite o site: <http://r1.ufrj.br/graduacao/PETHistoria/index.htm>

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

Decidi fotografar o mesmo com um intuito de fomentar um trabalho na Jornada de Iniciação Científica da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, salientando que ainda constatamos sua presença maciça entre os proprietários com escravos batizados em Itaguaí, e em seu inventário, contabilizamos a posse de 44 cativos. Associado com os registros paroquiais de batismo de livres e o de escravos, além de registros paroquiais de terras, nos quais são mencionados os membros dos “**de Sá Freire**”, então, comecei a me interessar pela família de Sá Freire, cuja matriarca é Anna.

Neste trabalho, iremos retratar como se encontra o campo historiográfico acerca do nosso recorte espacial, a Vila de São Francisco Xavier de Itaguaí, na então província do Rio de Janeiro, no Império do Brasil; até para o leitor entender tanto a localidade estudada, quanto a inserção do nosso trabalho neste campo. Em seguida, será apresentado o nosso *corpus documental*, com as concepções teóricas que nos norteiam durante a pesquisa. Por último, iremos esmiuçar três livros e uma dissertação que nos ajudam a entender o papel esperado das mulheres por aquela sociedade brasileira oitocentista.

Antes de tudo, decidimos expor alguns dados sobre a região a qual estudamos, atualmente partes dessa constitui o município de Itaguaí; não obstante, a antiga vila de São Francisco Xavier de Itaguaí é fundada em 05 de julho de 1820, através da outorgação do alvará assinado por D. João VI, em 1818, conseqüentemente, levou-se 2 anos para que a Vila fosse oficializada. Informamos ainda a existência de 3 trabalhos acadêmicos cujos recortes especiais é o mesmo que o nosso, e cujos os recortes temporais também são próximos. Há outros trabalhos que citam a região, ou que falam sobre a Jesuítica, Real e Imperial de Fazenda de Santa Cruz, da qual Itaguaí fizera parte. E neste instante, decidimos vislumbrar os percursos que aqueles trabalhos fizeram, para que possamos pensar sobre a contribuição que a nossa pesquisa trará.

Destacamos o trabalho pioneiro feito por Ricardo Muniz de Ruiz, ao analisar o sistema agrário itaguense, associado com a demografia que faz sobre a escravidão existente em tal sistema, além de visualizar a configuração da família escrava, e entender como estes fatores interveriam naquela localidade, assim como para dimensionar os números

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

encontrados para Itaguaí, o autor lança mão de dados obtidos por diversos trabalhos acerca de diversas regiões próximas a Itaguaí. O autor deseja fazer um estudo de “*média duração*”, em que pretendia se dedicar a 50 décadas, entre os anos de 1820 a 1870. Entretanto, ele opta por ampliar em dois anos, para inserir no seu *corpus* documental o censo imperial de 1872. Voltando a falar sobre o sistema agrário, a partir da demografia histórica, e usando tabelas contendo números totais e porcentagens, Ruiz demonstra que o contingente de escravos diminui drasticamente, ocasionando falta de mão-de-obra cativa. Assim, o sistema agrário começa a se desgastar antes do fim da Lei do Tráfico Atlântico (RUIZ, 1997: 15; 96).

Destarte, Ruiz ainda traça uma tipologia, tomando como base os inventários, nos quais identificou “*sete tipos de família escrava: 1) nucleares com filhos; 2) nucleares sem filhos; 3) as matrifocais; 4) as patrifocais; 5) os fraternos; 6) extensas e 7) a família solitária, ou seja, de apenas um membro*”. Tal pesquisa permite refutar de vez a concepção que advoga a inexistência da família escrava, por sua vez a historiografia que sucedeu estes estudiosos da família escrava, buscou estudar a estabilidade desta. Ressalta ainda que, o parentesco fictício, ou seja, sem que haja consanguinidade, através do compadrio, aumentava “*o círculo de alianças parientais*” entre os escravos. Para tanto, precisaria coletar dados nos registros de batismo, pois estes seriam as fontes em que identificaria tais relações, mas não o fez porque estava fora de seu propósito de examinar a estabilidade da família escrava. Dedicou-se, então, aos inventários, uma vez que ao se analisar a partilha, conseguiria identificar a “*permanência ou não da família no mesmo plantel*”. (RUIZ, 1997: 97-99).

Oito anos depois, em 2005, é defendida a dissertação de Gustavo Alves Cardoso Moreira, cuja pesquisa tem como fio condutor a delimitação da trajetória de uma família, os Cardoso de Itaguaí, entre anos de 1830 a 1870, acompanhando desde a ascensão até a decadência da família estudada. O objetivo era entender de que forma eles construíram a base de seu poder, assim como identificar os mecanismos que atrelaram tal família ao domínio econômico local, articulando este ao aparato estatal. Moreira identificou que, além de se destacarem nas atividades econômicas de Itaguaí, a família também integrava cargos da administração municipal/provinciana, sejam os conquistados por meio de eleição, sejam os que conseguiam a partir de nomeação. E para o autor, a sua hegemonia local foi tão

perene, justamente por este controle tanto da economia, quanto setores administrativos, mas também políticos. (MOREIRA, 2005: 9-17).

A última dissertação elaborada sobre Itaguaí é datada de 2015, e defendida por Max Fabiano Rodrigues Oliveira. O objetivo do autor é dedicar-se a investigação dos elementos da crise agrária que teria ocorrido após a década de 1840; especialmente os da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Bananal (atual Seropédica), como já mencionado, integrava a Vila de São Francisco Xavier de Itaguaí; nela tal crise é resultante da queda demográfica dos cativos, anterior a Lei de 1850 (proibição do tráfico atlântico), mas também pelo remanejamento da mão de obra, sobretudo para a região do Vale do Paraíba. Ressaltando que Oliveira buscou articular a tais fontes, os Registros de Terras da sobredita Vila, com especial destaque para os da referida freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Bananal (atual Seropédica).

De acordo com o que foi exposto, o nosso trabalho será o primeiro com a temática que abarca a história das mulheres, a partir do caso de Dona Anna Rosa Roberta de Vasconcellos, não só em Itaguaí, mas também irá reacender tal pesquisa para a província do Rio de Janeiro, porque encontramos apenas um livro, intitulado “Mulheres de ontem? Rio de Janeiro – Século XIX”, cuja autoria é de Maria Thereza Caiuby Crescenti Bernardes; escrito em fins da década de 1980, que se aventura a analisar as mulheres. Ressaltamos que o mesmo ainda será lido para a pesquisa.

As nossas fontes suscitam algumas reflexões, e para ponto de partida escolhemos a seguinte indagação: Como um simples papel se torna um meio de regulamentar a transmissão de bens materiais, na sociedade em estudo? Em nosso entendimento, tal função nasce no aparato jurídico, estabelecida no momento em que este se institucionaliza, pois, a partir dela é difundido um certo prestígio a este papel, a saber testamentos e inventários, forjado dentro de um imaginário social que cria, propaga e legitima o valor atribuído. Então, é imprescindível percebemos todo o simbolismo que perpassa este tipo de fonte, lembrando que este mesmo simbolismo se constrói por meio de outros já existentes, e, esse engendra

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016*

as estruturas sociais vigentes numa determinada sociedade. (CASTORIADIS, 1982, p. 143-145).

Além do simbolismo devemos pensar que esta documentação é produzida por uma sociedade que em alguns setores, principalmente o administrativo, era pautada pela religiosidade, e, neste sentido, embora a Igreja católica desejasse ser hegemônica, convivia com diversas crenças, concepções de mundo, e com religiões de matriz africana, além das heterodoxias presentes na própria Igreja Católica. Um bom exemplo desta tentativa de torna-la mais ortodoxa, foi o implemento dos métodos inquisitoriais, porquanto, havia outras práticas religiosas que disputavam lugar com a Igreja, entretanto, no século XIX, a Inquisição perde a sua força coercitiva, mas a “pedagogia do medo” continua reverberando no seio da sociedade brasileira. (VAINFAS, 2007: 221-244).

Ainda sobre as fontes, se faz necessário engendramos um cruzamento entre as mesmas, para complementar e problematizar os dados obtidos até momento a partir da leitura do inventário *post mortem* de Dona Anna, para que possamos alcançar os objetivos estabelecidos para a dissertação: o principal é pensarmos os anseios expressos por Anna: quem ela beneficia? Quem é o inventariante? O que deixou e para quem? Além disso, também buscamos fazer um panorama da idealização da mulher feita pela sociedade oitocentista, portanto, estudar o caso de Anna nos ajudará a entender este papel social enquanto chefe de família desempenhado por ela em Itaguaí.

Buscamos também pensar sobre as relações entre os membros dessa família e de seus vizinhos, vislumbradas nessas fontes. No que tange aos aspectos metodológicos, estamos transcrevendo o inventário com auxílio do estudo de Levi no Piemonte. Nele buscamos nos ater sobre as riquezas transmitidas, identificando o hall dos herdeiros e o que cada um herdou. Mas também, acreditamos que é importante perceber a caracterização que o autor faz acerca da constituição e funcionamento da família, pensando suas estratégias de resistência e sobrevivência diante do que era imposto pelas autoridades locais. (LEVI, 2000: 45-97).

Ademais, voltando a pensar no testamento/inventário, Júnia Ferreira Furtado afirma que era costumeiro o testamento ser transcrito antes do inventário, porém, o último pode ser feito sem a presença do primeiro (FURTADO, 2011: 92-118). Também existe o potencial dos testamentos e inventários para retratar a vida, por isso, como o seu título expressa, essas

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

fontes são “*a morte como testemunha da vida*”. Ela ainda retrata algumas temáticas em que tais fontes seriam cruciais, são elas: Economia, Escravidão, Morte, Família, entre outras. Além disso, a autora expressa que estas fontes são amostras da vontade do testador em momentos terminais, enquanto o inventário era um processo pelo qual se dava o início da partilha, sendo que o inventário é obrigatório quando se tem herdeiros menores e órfãos, como foi o caso dos filhos de João Luiz de Sá Freire, e esses eram netos de Dona Anna, em nossa fonte. (FURTADO, 2011: 107-114).

O século XIX trouxe muitas modificações a sociedade brasileira, sobretudo no que dizia respeito ao estímulo para se adotar o modelo francês de comportamento e cultura, fomentado pela vinda da família real portuguesa a Colônia. E estas mudanças atingiram o que se esperava tanto ao comportamento de homens, quanto no das mulheres, pois, havia o desejo de civilizar os modos dos colonos brasileiros, tal ideal é mantido quando da Independência, posteriormente, será um dos pilares para a construção de uma identidade nacional que alicerça o Segundo Império. Neste momento, diversos setores sociais, como médicos, jornalistas e juristas, defendiam a instrução como forma de propiciar o ideal civilizatório a toda a sociedade. (VERONA, 2007: 16-20). Apesar das modificações, há outros valores que permaneceram naquela sociedade, um exemplo claro de continuidade é a economia baseada numa “*confiança mútua*”, em que integrantes da família, seja sanguíneo seja os por relações maritais, participavam dos negócios, para que o chefe familiar fiscalize as atividades, com o intuito de ampliar/consolidar/manter os cabedais. (MOREIRA, 2005: 17-18).

Então, a imprensa se torna uma das principais defensoras da instrução para atingir a civilidade nos moldes europeus, surgindo diversos periódicos que buscavam orientar as mulheres em sua conduta, orientados pela ideia de que as mulheres instruídas contribuiriam para erradicar os vícios e defender a moral da nação. Progressivamente difunde-se a ideia de que a mulher honrada deveria ficar dentro de casa, cuidando dos filhos e do marido. Para tanto, as mulheres não teriam acesso às profissões, ficando dependente de seus maridos. No entanto, uma das poucas profissões aceitas para as mulheres das classes intermediárias eram

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

o magistério e a enfermagem, até porque a principal profissão da maioria delas, especialmente as de família abastada, “era ser mãe”. (VERONA, 2007: 30-45).

Além disso, ainda segundo Elisa Verona os argumentos de que as mulheres seriam o “sexo frágil”, necessitando da tutela tanto de pais quanto dos maridos, foram legitimados e produzidos por artigos/tese/manuais escritos por médicos, que ao longo do século XIX estavam empenhados em higienizar a sociedade, posto que consideravam que as doenças eram causadas majoritariamente pela moral do que pelos aspectos físicos. (VERONA, 2007: 48-53). Contudo, segundo Teixeira, texto que será melhor analisado abaixo, a configuração familiar, e nela temos a atuação feminina, ao menos em solo campinense, tem muita influência da Coroa e também da Igreja, a primeira ao incentivar o ingresso de mulheres brancas para barrar as relações maritais entre homens brancos e mulheres índias e negras, enquanto a última buscava evitar o concubinato, pensando na manutenção das famílias, assim como pretendiam colocar o matrimônio como alicerce da pretensa família. (TEIXEIRA, 2004: 27-49). Consequentemente, teremos de nos aventurar a pensar sobre o papel da Igreja na delimitação do “ser” feminino na sociedade oitocentista, que estudamos.

Não obstante, para além desta idealização do que deveria ser e/ou se comportar mulher oitocentista, consideramos nevrálgico dialogar com obras que tentam codificar a vida dessas mulheres, e essas pesquisas aqui serão retratadas. A primeira retrata a urbanização paulista é contada pela atuação feminina como quitandeiras e lavadeiras, que foram atingidas em cheio por esta urbanização, uma vez que elas foram empurradas para as zonas menos prestigiadas e bem-frequentadas da cidade. Destarte, elas ficavam longe dos olhos dos estrangeiros e dos membros das classes dirigentes, entretanto, continuavam a andar pelo centro da cidade oferecendo seus serviços e vendendo seus quitutes. E muitas dessas mulheres passam se tornam chefes de família durante esse processo urbanizador. (DIAS, 1984, p. 12-35).

Assim sendo, trabalhando com a Demografia Histórica através de censos de recenseamento populacionais, investigando a organização dos domicílios, construindo a primeira parte do trabalho; posteriormente, pensa a atuação da mulher no ambiente familiar, especialmente, no casamento e divórcio. Utilizou-se da categorização das famílias feitas por intelectuais de Cambridge, porém a autora teve de adequar a mesma as realidades brasílicas; em seguida, vislumbra as estratégias familiares feitas na acumulação e transmissão das

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016*

riquezas. A autora crítica a concepção³ de que a família extensa seria um sinônimo de família brasileira, neste sentido, um de seus objetivos é complexificar e problematizar tal engodo interpretativo. Pois, ela alega que esses modelos são aplicáveis em algumas realidades, como por exemplo, as áreas canavieiras do que viria a ser o Nordeste brasileiro. Ademais, é importante vislumbrarmos a taxionomia das diferentes configurações das famílias feita pela autora, a partir de Peter Laslett, Michael Anderson e Lutz Berkner, conforme já foi mencionado, ela faz uma adequação deste modelo para dar conta da realidade brasileira. (SAMARA, 1889, p. 10-27). Vejamos:

“Quadro 4 – Estrutura das Famílias e Domicílios: Categorias e Classes

Categorias	Classes
1) Singulares	1) indivíduo só
2) Desconexas	2a) indivíduo com escravos, agregados e outros ou composições várias com esses elementos. 2b) casal (idem). 2c) fogos com chefe definido mas ausente (idem)
3) Nucleares	3a) casal 3b) casal com filhos, netos ou comparações várias com esses elementos. 3c) indivíduo (idem).
4) Extensas	4a) idem 3a, 3b e 3c mais parentes 5a) indivíduo (com filhos, netos ou parentes), mais agregados, e outros ou composições várias com esses elementos, desde que incluíssem parte das primeiras categorias e um ou mais das últimas
5) Aumentadas	5b) casal (idem).
6) Fraternos	6a) domicílios sem chefe com vários elementos parentes ou não. 6b) idem mais escravos agregados ou qualquer uma dessas categorias.”

Fonte: (SAMARA, 1989, p. 27)

Nota-se que as famílias extensas não são questionadas quanto a sua configuração e existência, apenas é inserido uma vasta gama de famílias existentes naquela sociedade oitocentista, que passaram despercebida por diversos autores signatários de Oliveira Vianna e Gilberto Freyre. E a partir daí ela traça uma discussão sobre essas esferas familiares (SAMARA, 1989, p. 28-30).

³ Ainda segundo a autora, esta concepção é forjada a partir de modelos analíticos criados por liberto Freyre e Oliveira Vianna.

Enquanto isso, Paulo Eduardo Teixeira, inserindo-se na história das mulheres, nos adverte que é imprescindível lermos os livros acima citados de Eni de Mesquita Samara e Maria Odila Leite da Silva Dias. Assim como as autoras anteriores, Teixeira analisa a vida das mulheres, na província de São Paulo, além de focar nas mulheres chefes de domicílio também, utilizando a mesma metodologia, a demografia histórica, Paulo Teixeira direciona seu estudo a região de Campinas, depois de lermos isto, fica evidente que o objetivo dele é investigar os aspectos que se relacionavam ao problema do povoamento engendrado na capitania de São Paulo, enfatizando os dados sobre as estruturas dos domicílios e a vivência das mulheres enquanto chefes de família. (TEIXEIRA, 2004: 7-20).

Em Campinas, o povoamento foi engendrado pelo governo português, como forma de estimular a ida de famílias para aquela localidade, como uma solução para dois obstáculos: o primeiro era o grande despovoamento campinense, enquanto o segundo era a defesa daquele território, que passaria a ser feito por essas mesmas famílias. Todavia, estas deveriam ser legítimas, ou seja, formadas através do matrimônio celebrado pela Igreja Católica, que também combatia os adultérios para que continuassem a integrar o modelo ideal de família. Por conseguinte, cabe ressaltar o papel da Igreja e da Coroa como indispensável para o processo de colonização brasileiro, até por isso que estas duas esferas elaboraram o seu conceito de família legal. (TEIXEIRA, 2004: 27-49).

Por fim, Daniela Fernanda Sbravati, em sua dissertação de mestrado pesquisou a condição de mulheres solteiras e viúvas, proprietárias de escravos em Desterro (atual Florianópolis/SC), no século XIX, por meio de inventários. Essas mulheres, a quem faltava o elemento masculino em seus lares enfrentavam dificuldades para manter o status social, e, conseqüentemente, as finanças. Como vimos anteriormente o acesso das mulheres ao mercado de trabalho era restrito (VERONA, 2007: 33). Contudo, em 1850, tráfico de escravos é proibido⁴, intensificando o tráfico interprovincial, gerando oportunidade para a luta dos escravos por sua liberdade, e seus interesses e negociações interferem nas relações de trabalho. Desterro era uma ilha, e devido a isto muitos homens trabalhavam em seu porto, estando fora de casa por muito tempo. Alguns não regressavam, deixando o caminho livre para uma maior atuação feminina. No entanto, as mulheres de “incerta” condição

⁴Esta é a segunda lei que visava a proibição do tráfico Atlântico. A primeira data de 1831, amplamente desrespeitada por comerciantes de grosso trato.

precisavam tecer relações sociais ambíguas de dependência mútua com seus cativos, na cidade de Desterro (atual Florianópolis/SC). (SBRAVATI, 2008: 1-8).

Ela também nos informa que a historiografia catarinense não atentou para a participação das mulheres enquanto senhora de escravos. Todavia, através dos documentos por ela analisados, pode perceber o papel ativo desempenhado por mulheres nessa sociedade desigual, demonstrando a relevância da propriedade escrava para as estratégias de sobrevivência delas. Uma vez que essas mulheres não dispunham de um homem que se responsabilizasse por elas, associavam-se aos “homens de bem” de Desterro, por um lado, e utilizavam a alforria para que os escravos continuassem a lhes servir, por outro. Devido à sua posição, tinham que negociar com os escravos mais do que os proprietários homens faziam, permitindo que trabalhassem ao ganho para seu sustento e, através do acúmulo de seus “jornais”⁵, os escravos e escravas utilizavam seu pecúlio para conseguir a liberdade. Até 1871, a alforria podia ser revogada pelas senhoras e senhores, garantindo assim a obediência em prol da concretização da alforria (SBRAVATI, 2008: 13-20).

Consequentemente, após tudo o que fora escrito, notamos que as mulheres eram instruídas a serem mães e boas esposas, proibindo o trabalho das de família abastada; e o magistério era permitido para as mais pobres. Portanto, a nossa inventariada é uma mulher que conjunturalmente teve que assumir o papel que antes seria do seu marido, chefiando a sua família, tomando decisões que interferiam na vida cotidiana da sua família, e, pela conjuntura de ser uma viúva, foi adotando táticas ante aos desafios das artes de se fazer do/no cotidiano (CERTEAU, 1994, p. 92-106). Portanto, sendo que Daniela Fernanda Sbravati alega que as anteriormente citadas, no presente trabalho, Eni de Mesquita Samara e Maria Odila Leite da Silva Dias, junto a outros pesquisadores, decidem dar protagonismo as mulheres como forma importante para se entender a sociedade oitocentista. (SBRAVATI, 2008: 18; 23). Por conseguinte, temos a pretensão de contribuir para tal elucidação para o que diz respeito à Itaguaí, província do Rio de Janeiro.

⁵Os escravos, especialmente os urbanos, que recebiam pelos serviços prestados a terceiros, e, em contrapartida pagavam uma parte aos seus donos.

FONTES

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Livro de Registros Paroquiais de Terras de São Francisco Xavier de Itaguaí, 1856 - declaração de José Tibúrcio de Sá Freire.

Inventário de Anna Rosa Roberta de Vasconcellos. Acervo do Museu da Justiça do Rio de Janeiro - 1848.

Livro Paroquial de Batismo: Livro 1 – Batismo de pessoas escravas de Itaguaí (1832-1842). Acervo da Cúria de São Francisco Xavier de Itaguaí, folhas diversas.

Livro Paroquial de Batismo: Livro 4 – Batismo de pessoas livres de Itaguaí (1848-1865). Acervo da Cúria de São Francisco Xavier de Itaguaí, folhas diversas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASTORIADIS, Cornelius. “**A instituição e o imaginário: primeira abordagem**” In: *A instituição imaginária da sociedade*. São Paulo: Paz e terra, 1982. (p. 139-197).

CERTEAU, Michel de. “**Artes de fazer**” In: *A invenção do cotidiano*. Nova edição, estabelecida e apresentada por Luce Giard. Artes de Fazer. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 33-106; 318-329 (notas).

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. “**Introdução**” e “**O mito da dona ausente**” In: “*Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX*”; Prefácio Eclea Bosí. – 2 ed. rev. São Paulo: Brasiliense, 1995. (p. 13-53; 90-116).

FURTADO, Júnia Ferreira. “Testamentos e Inventários: a morte como testemunha da vida”; LUCA, Tania Regina. PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs.). “*O historiador e suas fontes*”. 1ª ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Editora Contexto, 2011. (p. 92-118).

LEVI, Giovanni. “**Herança Imaterial: Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII**”. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
 “O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
 ISSN: 2317-0468
 17 a 21 de outubro de 2016

MOREIRA, Gustavo Alves Cardoso. “Uma família no Império do Brasil: os Cardoso de Itaguaí (um estudo sobre economia e poder)”. Dissertação (mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005, 236 f.

OLIVEIRA, Max Fabiano Rodrigues de. “**Do café à policultura: fazendeiros, lavradores foreiros e as transformações na estrutura fundiária de São Francisco Xavier de Itaguaí (1850-1900)**”. 2015. 119 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica. 2015.

RUIZ, Ricardo Muniz. “Sistema agrário da escravidão e família escrava em Itaguaí- séc. XIX (1820-1872)”. Dissertação (mestrado) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1997. 165 f.

SAMARA, Eni de Mesquita. “**As Mulheres, o Poder e a Família: São Paulo, século XIX**”. 2ª ed. São Paulo: Marco Zero e Secretária de Estado da Cultura de São Paulo, 1995.

TEIXEIRA, Paulo Eduardo. **Introdução; Capítulo 1 – Povoamento, economia e sociedades; Mulheres chefes de família** In: “*O Outro Lado da Família brasileira: Mulheres Chefes de Família 1765-1850*”. Campinas: Unicamp, 2004. (p. 27-34; 35-62).

VERONA, Elisa Maria. “Da feminilidade oitocentista”. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita - UNESP, Franca, 2007, 116 f.

De Pemberly a Netherfield: A vida em sociedade da mulher inglesa do século XIX¹

Laura Silva Dulci²

Resumo:

Este trabalho pretende fazer um paralelo histórico-literário entre a realidade inglesa do início século XIX e o romance ‘Orgulho e Preconceito’, da autora inglesa Jane Austen, levando em conta a realidade das personagens apresentadas na obra e com um enfoque nas mulheres e sua rotina, abordando a questão do casamento e como a obra explica esta necessidade tão presente na vida destas mulheres.

Palavras-chave: Romantismo, Inglaterra, Mulher, Orgulho e Preconceito

Abstract:

This paper intends to draw a historic-literary parallel between the English reality of the beginning of the 19th century and the novel “Pride and Prejudice”, by the English author Jane Austen, taking into account the reality of the characters presented in the book, with a special view on the women and their routine, approaching the matter of marriage and how the novel explains this need so strong on the life of these women.

Key words: Romanticism, England, Woman, Pride and Prejudice

“É uma verdade universalmente conhecida que um homem na posse de uma grande fortuna deve estar à procura de uma esposa.”³ (AUSTEN, 1813).

O romance mais famoso da inglesa Jane Austen, Orgulho e Preconceito⁴, publicado em 1813 conta a história da família Bennet e suas cinco filhas, onde vemos uma busca constante por casamentos vantajosos para todas, visto que o único homem da família era o pai, Sr. Bennet, e, portanto, com a sua morte, a casa da família iria para as mãos de um primo e as filhas ficariam sem um lar. Baseado neste princípio que vemos o desenrolar da história e o aparecimento de diversos pretendentes. Temos como personagem principal do

¹ Trabalho apresentado no Simpósio Temático 19 – História e Gênero: Relações de Poder, Memórias e Identidades, na XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.

² Graduada em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Email: laura_s_dulci@yahoo.com.br

³ “It is a truth universally acknowledged that a single man in possession of a good fortune must be in want of a wife.” P. 5

⁴ Acredita-se que a novela teria sido uma versão reescrita da sua primeira obra, ‘*First Impressions*’, rejeitada em 1797.

romance Elizabeth Bennet, a segunda filha da família, e um enfoque no desenvolvimento do seu relacionamento com Fitzwilliam Darcy.

Jane Austen (1775-1817) é considerada até os dias de hoje, com seus seis romances completos, a maior romancista inglesa e seus romances são ainda de grande influência para adaptações modernas⁵ Segundo os autores G. C. Thornley e Gwyneth Roberts, a autora britânica conseguiu passar em seus romances um clima de serenidade diferente da realidade vivida no final do século XVIII e início do século XIX na Inglaterra. Temos, no período, diversos movimentos de tentativa de mudança da ordem, como a Revolução Francesa e a Revolução Industrial, momentos que fizeram parte da construção do mundo moderno que vemos hoje.

Podemos observar nas obras da autora, de uma forma geral, um perfeito quadro do que era o ambiente doméstico e as relações familiares do período, além da sua importância nas questões humanas. Ainda segundo os autores, encontramos retratados nos seus romances o mais alto ponto de perfeição do retrato da vida familiar. Seu trabalho permanecia intocável pelo mundo externo.

É importante também uma atenção para a própria Jane Austen, enquanto escritora mulher de um período onde a prosa romântica ainda ganhava força. (WILLIAMS, 1983)⁶. Sabemos muito pouco da vida da autora, visto que a família preferiu manter sua vida pessoal o mais privada possível e só em 1869, 52 anos após a sua morte, seu sobrinho mais velho publicou um *Memoir*, onde, segundo B.C. Southan, a autora é descrita como uma perfeita mulher vitoriana, que vivia para o lar e que, apenas nos horários livres se dedicava à escrita.

Além da questão da obra em si, temos o contexto de representação da mulher no século XIX. No sexto capítulo da obra, “Homem e mulher – Imagens da esquerda”, o historiador Eric Hobsbawm trabalha com a representação de ambos os sexos nas iconografias revolucionárias dos séculos XIX e XX. Para o autor, estas imagens não tinham

⁵ Várias adaptações do romance ‘Orgulho e Preconceito’ foram feitas ao longo de dois séculos. Podemos citar a minissérie homônima de 1995; o filme, também homônimo, de 2005; uma visão moderna na websérie ‘*The Lizzie Bennet Diaries*’, e uma adaptação livre na comédia romântica ‘O diário de Bridget Jones’, de 2004. Além da paródia ‘Orgulho, preconceito e zumbis’, de 2009, com uma recente adaptação cinematográfica.

⁶ Não é interessante para nós imergirmos muito nas questões técnicas da escola romântica do século XIX, no entanto Raymond Williams afirma que a prosa romântica ganhou força a partir da década de 1830 e que, antes disso, cita como grandes romancistas Jane Austen e Walter Scott “figuras relativamente isoladas ao lado de duas gerações de poetas românticos”. P.98

a obrigação de representar a sociedade da qual faziam parte, no entanto, deveriam seguir um certo limite de credibilidade.

O último ponto abordado é a questão da escola romântica, em vigor no início do século XIX. Entender o papel do romantismo não apenas como movimento histórico, mas também político, é de demasiada importância para a estruturação do conceito de uso da literatura como fonte histórica.

Quem estuda as manifestações artísticas e as ideias que as alimentaram ou cercaram, sobretudo nos séculos XIX e XX, depara-se imediatamente com a palavra “romantismo”. É como se tudo o que foi criado nos últimos duzentos anos (...) houvesse surgido do confronto e da união com este “espírito” mágico que, buscando as esferas mais profundas do homem, reptou o consagrado, o estabelecido, o modelado aparentemente desde e para todo o sempre, efetuando uma revolução fundamental na conceituação e na realização de todas as artes, mesmo daquelas que não sentiram ou expressaram de modo imediato ou feliz os efeitos da fermentação romântica (Guinsburg: p. 13).

Segunda a historiadora Sandra Pasavento, encontramos dentro da história cultural um grande debate sobre o uso da Literatura como fonte histórica. A autora, da mesma forma que outros autores que serão discutidos neste trabalho, acredita que, usada da forma correta, a Literatura trás uma grande fonte de informação para o estudo histórico⁷. Um dos pontos de apoio da utilização da Literatura enquanto fonte histórica é o fato da mesma servir não apenas para entender o cotidiano das pessoas em uma determinada época, valores e sentimentos que moviam determinada sociedade⁸, afinal “cada vida é uma vida, não podemos imaginar a tipicidade de uma época” (LEVI: p. 1), como também para compreender o pensamento da mesma voltada tanto para o passado quanto para o futuro.

⁷ É importante ressaltar que o historiador Hayden White possui um discurso que difere claramente dos outros autores aqui apresentados e, portanto, não fará parte da construção deste trabalho, recebendo apenas esta nota para deixar clara a existência de uma linha de pensamento oposta às apresentadas, o que não é do interesse deste artigo se aprofundar. *“Where the aim in view is the telling of a story, the problem of narrativity turns on the issue whether historical events can be truthfully represented as manifesting the structures and processes of those met with more commonly in certain kinds of ‘imaginative’ discourses. (...) This means that what distinguishes ‘historical’ from ‘fictional’ stories is first and foremost their contents rather than their form.”* (WHITE, 1984)

⁸ Inclusive, é importante ressaltar que não apenas o conteúdo, mas também a forma de determinada obra pode servir para fazer esta leitura. Pasavento escreve sobre o que ela chama de romances que não pertenciam à Alta Literatura, os romances “vulgares” e como eles podem ser usados para entender no que a grande massa de leitores estava interessada em determinado momento da história. (PESAVENTO, 2003)

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.

“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,

Juiz de Fora, 2017, 1554p.

ISSN: 2317-0468

17 a 21 de outubro de 2016

Podemos fazer esta leitura ao estudar um romance histórico, por exemplo, no século XIX sobre a Idade Média e entender assim a visão do momento sobre o período medieval. Além disto, é interessante também abordar os pensamentos futurísticos envolvendo as obras de ficção científica, como os romances do francês Jules Verne⁹, para entender como as pessoas imaginavam seu futuro. É possível, da mesma forma, usar a obra de Austen para uma leitura mais íntima da sociedade inglesa na qual estava inserida. Usar as motivações e o comportamento de suas personagens para entender o interior comumente esquecido do ambiente doméstico da sociedade.

Segundo Ribeiro, “A literatura é a expressão da índole, do caráter, da inteligência social de um povo ou de uma época.”. Sendo assim, é possível, através dos romances, fazer leituras de uma determinada época ou grupo, de uma forma mais profunda até do que através da historiografia (RIBEIRO: 1996). Giovanni Levi afirma inclusive, que a História faz uma leitura geral de uma época, e que o geral “sempre configura como perguntas, não como respostas.” (LEVI: 2014). Além deste ponto, Levi ainda afirma que a maior diferença entre História e Literatura é que a História sempre se reescreve, procurando abordar o que ainda não foi abordado, enquanto “as novelas são únicas”. (LEVI: 2014).

Nesta linha de pensamento, Chartier também faz um paralelo entre História e Literatura, afirmando que esta muitas vezes leva mão do passado para a construção da sua narrativa, utilizando, por exemplo, personagens e cenários existentes. O autor afirma ainda que a diferença entre as duas narrativas vem se tornando cada vez menor, uma vez que a “força das representações do passado propostas pela literatura” vem se tornando cada vez maior. (CHARTIER: 1945).

Tendo em mãos o trabalho de três historiadores sobre o uso da Literatura no estudo histórico, vamos observar o caso específico da mulher do início do século XIX para então chegarmos à heroína de Austen. Pesavento mostra como a figura da mulher é apresentada nos romances e como é *permitido* uma transfiguração da imagem esperada desta mesma.

Seu nome é sexualidade, sem dúvida, neste mundo vitoriano que reprime tudo, mas não as linguagens alegóricas da escrita, que pela metáfora expõe aquilo que não se ousa dizer. (...) Sexualidade esta que coloca em cena a mulher como ator principal de todos os enredos (...) a mostrar que o feminino tem lugar na história,

⁹ Podemos citar aqui os dois clássicos ‘Volta ao mundo em 80 dias’ e ‘Viagem ao centro da Terra’.

que este feminino abriga o perigo maior que é a traição ou a subversão da ordem social, e que, isto acontecido, sobrevém o castigo inexorável (Pesavento: s/d).

O historiador Eric Hobsbawm afirma que a representação da mulher não era, até o século XX, uma forma de ilustrar a sociedade, mesmo que seguissem um certo limite de credibilidade¹⁰. Inclusive, o historiador mostra como o aumento da participação da mulher nos movimentos revolucionários do século XIX¹¹ influencia para que as representações das mesmas se tornem algo menos alegórico e endeusado, tornando-se algo mais próximo do real. Pretendemos, portanto, entender qual seria o papel da mulher neste mundo de repressão aparente¹² e a sua representação idealizada por meio desta obra literária produzida durante a escola romântica¹³.

Sendo assim, como usar o romance ‘Orgulho e Preconceito’ para entender o ambiente doméstico no qual suas personagens estavam inseridas e ainda a sociedade em seu entorno? Um debate pertinente na obra é a questão da mulher “prendada” e os atributos que esta deve possuir para receber tal alcunha. Para abrir caminho para a interpretação na obra, façamos um paralelo com a obra ‘Helena’, do escritor brasileiro Machado de Assis. . O trecho abaixo pode ser usado para entender a posição da mulher em uma sociedade que pedia dela apenas atributos considerados promissores para um casamento lucrativo, não necessariamente relativo a dinheiro, para ambas as partes.

Além das qualidades naturais, possuía Helena algumas prendas de sociedade, que a tornavam aceita a todos, e mudaram em parte o teor da vida da família. (...) Era pianista distinta, sabia desenho, falava correntemente a língua francesa, um pouco a inglesa e a italiana. Entendia de costura e bordados e de toda sorte de

¹⁰ A ideia de que, por mais idealizada que a imagem da mulher fosse, ela se assemelhava distantemente da mulher real. É importante ressaltar aqui que o período trabalhado por Hobsbawm representava a mulher apenas como um ser etéreo, longe do real.

¹¹ O autor trabalha com uma relação entre a participação das mulheres durante a Comuna de Paris e a representação da mesma nas obras de arte do período. Um dos exemplos usados pelo autor é a obra ‘A Liberdade guiando o povo’, do francês Delacroix.

¹² É sempre importante lembrar que a repressão da mulher é uma verdade, no entanto, encontramos diversos autores que trabalham com a resistência da mulher, por menor que esta seja, a uma vida de submissão. “For to say that women were legally or economically marginal or even that they were characteristically relegated to the object term of cultural grammar is not to say that they were denied all forms of power.” (POOVEY, p. XI).

¹³ O Romantismo, como conceito histórico, é um dos melhor definidos na história da literatura: um movimento que surgiu a Alemanha por volta de 1800, conquistou logo a Inglaterra e, a partir de 1920, a França; depois, todas as literaturas europeias e americanas; e acabou nas tempestades das Revoluções de 1848. (GUINSBURG, 1978).

trabalhos feminis. Conversava com graça e lia admiravelmente (ASSIS: s/d, cap. IV).

Seguindo esta ideia de uma mulher que se adequa perfeitamente a uma sociedade que exige dela apenas atributos fúteis que possam vir a trazer um bom casamento, podemos citar o seguinte trecho na obra da inglesa Jane Austen, ‘Orgulho e Preconceito’. A situação ocorre durante uma reunião entre algumas personagens que, durante uma conversa simples, passam a discutir sobre a questão de ‘*accomplished women*’¹⁴. Iniciam um argumento a personagem principal, Elizabeth Bennet, e seu ‘par romântico’, Fitzwilliam Darcy. Sr. Darcy afirma não conhecer mais do que meia dúzia de ‘*accomplished women*’.

Uma mulher deve ter um grande conhecimento de música, canções, desenho, dança, línguas modernas, para receber esse título (*accomplished women*). Além disso, ela deve possuir algo nas suas maneiras e andar, seu tom de voz e expressão. Ou o título será apenas merecido em parte. No mais”, acrescentou Darcy, “ela deve melhorar seu pensamento com leituras constantes.”. “Eu não estou mais surpresa que você conheça apenas seis dessas mulheres. Me surpreende que conheço alguma.”. “Você é tão severa sobre seu próprio sexo para duvidar desta possibilidade?”. “Eu nunca vi tal mulher. Nunca vi tal capacidade, ou gosto ou elegância como você descreveu, reunidas em apenas uma mulher (AUSTEN: s/d, cap. XVIII. Tradução livre).

As personagens de Austen, mesmo que blindadas da realidade, não deixavam de ser verdadeiras e profundas. Principalmente suas mulheres, visto que os homens eram os personagens menos atrativos de seus romances. (THORNLEY, ROBERTS, 1984). Além do mais, não podemos esquecer que segundo Mary Poovey, mesmo que a mulher do século XIX estivesse marginalizada legalmente e economicamente, ela não estava sem formas de poder.¹⁵

É importante também observar a questão da dependência feminina em relação ao representante masculino da família. Todo o enredo do romance gira em torno da necessidade da matriarca dos Bennet de encontrar futuros sólidos para as suas filhas, no caso da morte

¹⁴ Podemos aqui traduzir o termo livremente com a expressão relativamente popular ‘prendada’ ou no sentido de uma mulher completa ou realizada.

¹⁵ É sempre importante lembrar que a repressão da mulher é uma verdade, no entanto, encontramos diversos autores que trabalham com a resistência da mulher, por menor que esta seja, a uma vida de submissão. “For to say that women were legally or economically marginal or even that they were characteristically relegated to the object term of cultural grammar is not to say that they were denied all forms of power.” (POOVEY, p. XI).

do pai. Este contexto de quase desespero mostra o medo que rodeava as mulheres do período e suas restrições. Sobre os laços que ligam homens e mulheres, Simone de Beauvoir afirma:

O laço que a une [a mulher] a seus opressores [os homens] não é comparável a nenhum outro. A divisão dos sexos é, com efeito, um dado biológico e não um momento da história humana. (...) Ora, a mulher sempre foi, senão a escrava do homem, ao menos sua vassala, os dois sexos nunca partilharam o mundo em igualdade de condições (...).

Simone de Beauvoir

Um exemplo interessante para mostrar a necessidade imposta pela sociedade de um casamento bem sucedido é a amiga da protagonista, Charlotte Lucas. Sendo um pouco mais velha do que a média preparada para o casamento, Charlotte acaba aceitando o pedido de casamento do Sr. Collins, primo da família Bennet que já havia pensado em se casar com a mais velha, Jane, e que chegou a propor casamento para Elizabeth. Ao receber a notícia, Elizabeth confronta Charlotte, afirmando que o futuro marido não era adequado para ela, ao que esta responde que já estava velha e vemos como ela trata o casamento com Collins como uma última opção.

Sendo assim, podemos perceber que a literatura é “sempre um registro – privilegiado – de seu tempo”. Sabemos também que a literatura não é uma fonte histórica confiável para datas, por exemplo, mas caso o historiador esteja a procura do íntimo de uma sociedade, seu valores e sentimentos, “a literatura se torna uma fonte muito especial para seu trabalho”:

Um mundo que se parece, este do imaginário e da Literatura, com o que o historiador pode, também, fazer a sua história. Isto, naturalmente, se ele estiver interessado em resgatar estas sensibilidades, estas razões, emoções e sentimento que os homens – quem sabe? – experimentaram e viveram em um outro tempo (PESAVENTO, 2003, p. 39-40).

Bibliografia:

ASSIS, Machado de. **Helena**. Rio de Janeiro: Globo, 1997.

AUSTEN, Jane. **Pride and Prejudice**. Inglaterra: Penguin Popular Classics, 1994.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Século**. 4. ed. Paris: Librairie Gallimard, 1970

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

CHARTIER, Roger. **A história cultural** – entre práticas e representações. Difusão Editorial, S.A. 2002.

GUINSBURG, J. **O Romantismo**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978.

HOBSBAWM, Eric. **Mundos do Trabalho**. São Paulo: Paz e Terra, 1984.

LEVI, Giovanni. **O trabalho do historiador**: pesquisar, resumir, comunicar. Revista Tempo 20 (2014): 1-20.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & Literatura**: uma velha-nova história. Nuevo Mundo Mundos Nuevos 6-2006 (2006)

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O mundo como texto**: leituras da História e da Literatura. History of Education Journal 7.14 (2003): 31-41.

POOVEY, Mary. **The proper lady and the woman writer**: Ideology as style in the works of Mary Wollstonecraft, Mary Shelley, and Jane Austen. University of Chicago Press, 1985.

RIBEIRO, Luis Filipe. **Mulheres de papel**: um estudo imaginário de José de Alencar e Machado de Assis. Rio de Janeiro: Ed. UFF, 1996

SOUTHAM, B. C. (Ed.). **Jane Austen**: The Critical Heritage. Volume 2 1870-1940. Routledge, 2012.

WILLIAMS, Raymond. **A Produção Social da Escrita**. Tradução André Glaser. 1ª. Ed. São Paulo: Editora Unesp, 2014. 357 p.

WHITE, Hayden. **The question of narrative in Contemporary Historical theory**. History and Theory, Vol.23, No 1 (Feb, 1984) 1-33.

THORNLEY, G. C. ROBERTS, Gwyneth. **An Outline of English Literature**. England: Longman Group 1984.

Desafios e possibilidades em análises sobre operárias têxteis do Distrito Federal do início do século XX

Isabelle Cristina da S. Pires¹

Resumo:

Durante as primeiras décadas da Primeira República, as mulheres das classes populares foram, consideravelmente, incorporadas em ocupações do trabalho produtivo, sobretudo, nas fábricas de tecidos. Assim, procuro destacar alguns posicionamentos de militantes operários acerca do trabalho feminino têxtil, bem como, questões de gênero e trabalho a partir da perspectiva feminina nas primeiras décadas do século XX no Distrito Federal.

Palavras-chave: Relações de gênero; imprensa; militantes operários; fábricas de tecidos.

Abstract:

During the first decades of First Republic, women from popular classes were, considerably, incorporated into occupations of productive work, especially in textile mills. Thus, I'll highlight some positions of labor activists about the textile women's work, as well as gender and labor relations from the female perspective in the first decades of the twentieth century in the Federal District.

Keywords: Gender relations; press; labor activists; textile mills.

Introdução

Esta pesquisa procura analisar posicionamentos de militantes operários acerca do trabalho feminino em fábricas de tecidos do Distrito Federal no início do século XX, buscando evidenciar as relações de gênero presentes nesses discursos, bem como, ressaltar algumas vozes femininas acerca de questões e gênero e trabalho. Apresenta-se como objetivo ressaltar os desafios e as possibilidades de se desenvolver tal estudo utilizando-se, sobretudo, periódicos.

Em relação à composição da força de trabalho, de acordo com o Censo de 1920, as mulheres representavam 52,4% da força de trabalho nas fábricas de tecidos de algodão no

¹ Mestranda em História, Política e Bens Culturais pelo Programa de Pós-graduação do Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da FGV. Bolsista CPDOC. Membro do Laboratório de Estudos dos Mundos do Trabalho e Movimentos Sociais.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

Brasil². No entanto, em alguns dos principais estabelecimentos têxteis do Distrito Federal, as mulheres, apesar de estarem em número considerável, não representavam a maioria da força de trabalho. Na Companhia de Fiação e Tecidos Confiança Industrial, que se localizava no bairro de Vila Isabel, por exemplo, o trabalho feminino adulto representava cerca de 32,7% da mão de obra empregada em 1913³.

Contudo, ao tentarmos perseguir suas agências e atuações por meio de jornais, mesmo os periódicos operários, encontramos as trabalhadoras têxteis, muitas vezes, através das vozes masculinas e sendo representadas por eles. Segundo Margareth Rago, “lidamos muito mais com a construção masculina da identidade das mulheres trabalhadoras do que com sua própria percepção de sua condição social, sexual e individual”(RAGO, 2007: 579).

Nesse sentido, buscarei analisar questões referentes ao trabalho feminino têxtil a partir da perspectiva de militantes operários, mas também, evidenciar modos de agência dessas trabalhadoras, procurando expor os desafios, por meio de jornais como: *A Epoca*, *A Razão*, *A Voz do Trabalhador*, *Arquivo Vermelho*, *Brazil Operario* e *Gazeta Operaria*.

Os desafios e as possibilidades em análises sobre operárias têxteis

Rachel Soihet em “Mulheres pobres e violência no Brasil urbano”, capítulo do livro *História das mulheres no Brasil*, aborda as dificuldades de analisar a história das mulheres, sobretudo as das classes populares, visto que estas não deixaram vestígios de suas vidas cotidianas. A autora, então, elege como fonte privilegiada a documentação policial e judiciária, em decorrência de que, a partir desse material é possível ler relatos acerca do cotidiano de homens e mulheres das classes populares, episódios envolvendo questões de trabalho, relações amorosas, relações extraconjugais, casos de defesa da honra, conflitos e solidariedades, entre outros temas. Soihet destaca que é possível perceber, na análise dessas fontes, as regras que norteavam as vidas dessas pessoas e configuravam sua cultura.

² *Recenseamento do Brasil*. Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio. 1920. p. 78.

³ Segundo consta no livro *Impressões do Brasil no século vinte*, em 1913, o estabelecimento possuía uma força de trabalho de 1.450 pessoas, sendo: 558 homens, 475 mulheres e 417 menores. In: *Impressões do Brasil no século vinte: sua historia, seu povo, commercio, industrias e recursos*. Londres: Lloyd's Greater Britain Publishing Company, Ltd, 1913, p. 386.

As fontes criminais apresentam-se como importante documentação para análise da vida cotidiana das mulheres pobres, muitas vezes analfabetas, que não deixaram registros escritos. No entanto, como o objeto dessa pesquisa são as mulheres trabalhadoras de fábricas de tecidos, procurando ressaltar as relações de gênero e trabalho, entendo que a imprensa, sobretudo a operária, cumpre bem a função de levar ao conhecimento do público situações, conflitos e desabafos próprios dos mundos do trabalho e, a partir desses relatos, podemos perceber as relações de gênero presentes nos discursos dessa imprensa, ainda muito masculina.

É possível perceber que, ao se sentirem ameaçados com a presença das mulheres ocupando postos de trabalhos “masculinos”, os articulistas dos jornais operários, em nome dos trabalhadores ressaltavam a “fragilidade” e “debilidade física” como características supostamente naturais das mulheres, que prejudicariam a execução do trabalho. Vejamos um trecho do jornal *A Voz do Trabalhador* de 1º de julho de 1908 que aborda a desaprovação dos homens em relação ao trabalho fabril feminino:

Não se trabalha como homens, trabalha-se como bestas de carga, sem *descanço*, mal alojados e mal alimentados, pois ate nisto são roubados, são *explorados* miseravelmente. Verdadeiros presídios, de lá nada transpira. Ninguém cá fora sabe que pouco a pouco **a gerencia das fabricas de tecidos vai substituindo os homens por mulheres**. Iguamente se ignora que além de ser esse trabalho fatigante e aniquilador para a **constituição debil da mulher**, é retribuido com um salario irrisorio, inferior ao do homem. Ha mais, creanças de 8 a 14 anos, as dezenas trabalham sem *descanço*, desde os alvares da manhã ate que o crepúsculo se anuncia *espostas* a mil perigos que a infancia justifica.⁴(grifos meus).

Nesse trecho, identifico que os operários julgavam que o trabalho fabril já era desgastante e exaustivo para eles, quanto mais para as mulheres consideradas mais débeis fisicamente. Como consequência da leitura desse artigo publicado em um jornal operário já no final da primeira década do século XX, concordo com o que defendem Maria Izilda Matos e Andrea Borelli de que mesmo na imprensa operária, que se definia como protetora do operariado, as trabalhadoras eram retratadas como pessoas “frágeis e indefesas”, “passivas” e “carentes de consciência política”(MATOS; BORELLI, 2013:128).

⁴ A VOZ DO TRABALHADOR. 01/07/1908.

Assim, devemos estar atentos (as) às representações femininas apresentadas na imprensa, visto que são elaboradas, majoritariamente, pelas vozes masculinas, mas a partir dos relatos nos periódicos é possível contrapor aos comportamentos e aos posicionamentos femininos com o que a medicina social atribuía como características das mulheres.

Segundo Rachel Soihet, a medicina social conferia perfis bem definidos para homens e mulheres. Assim, a autora aponta que:

A medicina social assegurava como características femininas, por razões biológicas: a fragilidade, o recato, o predomínio das faculdades afetivas sobre as intelectuais, a subordinação da sexualidade à vocação maternal. Em oposição, o homem conjugava à sua força física uma natureza autoritária, empreendedora, racional e uma sexualidade sem freios. As características atribuídas às mulheres eram suficientes para justificar que se exigisse delas uma atitude de submissão, um comportamento que não maculasse sua honra. (SOIHET, 2007: 363).

Nesse sentido, a partir da análise de relatos contidos em periódicos operários e “burgueses”, procuraremos entender se as operárias têxteis do Distrito Federal se enquadravam nesses estereótipos de gênero traçados pela medicina social.

É importante ressaltar também que em algumas situações, como em momentos de greve, torna-se necessário que façamos uma leitura a contrapelo para identificar a presença feminina nesses ambientes. Em pesquisa anterior (PIRES, 2016: 437-466), analisei a participação dos operários e operárias da Companhia de Fiação e Tecidos Aliança na greve geral de 1903 no Rio de Janeiro. O operariado dessa fábrica têxtil aderiu à greve iniciada pela Fábrica Cruzeiro, entre outros motivos, por exigir a readmissão de uma operária que havia engravidado de um mestre e sido demitida ao tentar retomar o trabalho. A partir da cobertura diária do jornal *O Paiz*, não conseguimos perceber a atuação feminina na paralisação, devido à utilização de palavras como “grevistas”, “operários” e “trabalhadores” para se referir aos que ainda se encontravam em greve, o que apagou a participação feminina e dificultou percebermos se as mulheres estavam entre os que resistiram em paralisação. No entanto, pudemos conjecturar que operárias lutaram ao lado dos homens até o fim da greve, pois quando a Federação dos Operários e Operárias em Fábricas de Tecidos convocou o operariado que os industriais não queriam readmitir, em virtude de não terem voltado ao trabalho quando eles instituíram o retorno, havia mulheres entre os demitidos. Ainda, é possível que tenham apoiado a readmissão da operária despedida, pois estas se encontravam

em posição semelhante à desta, uma vez que também estavam sujeitas a abusos sexuais e injustiças por parte de mestres e contramestres.

Perspectivas acerca do trabalho feminino têxtil no Distrito Federal do início do século XX

Todos sabemos que a mulher tem muito menos resistencia física que o homem. Pois bem, na sociedade moderna a mulher está sujeita aos menos trabalhos físicos, com o mesmo número de horas e menor salário que o homem.

[...]

O desperdício das energias físicas femininas estende-se nos seus estragos irreparáveis, às gerações futuras, porque a hereditariedade não perdôa. Um organismo descelulado produzirá outro organismo descelulado, mormente si as condições da vida do progenitor permanecem inalteradas para o progenie.

A mulher é a maior vítima porque sobre ela peçam todas as conseqüências das derrotas. Subordinada ao pai, sujeita ao marido, mais fraca que o homem ela sofre os contragolpes todos das desventuras deles. E, si entra entra na luta, tendo o seu organismo de rezistir às violencias dos embates, ou se depauperara, ou recua com imensas perdas.

Os fragmentos de texto acima foram retirados de uma coluna intitulada “O desperdício da energia feminina” em que José Oiticica, um militante anarquista, procura relatar as condições de vida das mulheres do início do século XX. Oiticica considerava que as mulheres, de um modo geral, eram vítimas, por estarem presas às amarras sociais. No entanto, entendia que o desperdício de suas energias apresentava contornos socioeconômicos distintos: as mulheres pobres sofreriam com a exploração, o excesso de trabalho e más remunerações; já as burguesas aproveitariam mal suas energias, pois “vivem nos passeios, ou cuidam, por distração, de obras de caridade e de recepções”.

A presente pesquisa foca um segmento específico das mulheres (as trabalhadoras em fábricas de tecidos), diferente da análise proposta por Oiticica, que procura tratar das questões sociais referentes às mulheres proletárias, burguesas e de classe alta. Contudo, acredito que os trechos destacados representem bons exemplos para entendermos um pouco sobre as visões e preocupações de alguns homens em relação às mulheres, enquanto seres sociais e enquanto trabalhadoras. Pois, se por um lado, Oiticica denuncia que as mulheres viviam em constante controle por parte dos homens, por outro, ressalta uma certa fragilidade feminina e a importância da mulher no papel da reprodução. Tanto essas, como outras questões, serão abordadas nessa etapa da pesquisa.

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016*

A indústria têxtil no final do século XIX e início do século XX foi um ramo que incorporou um considerável número de mulheres e crianças em seus postos de trabalho. Em algumas seções da produção de tecidos, como beneficiamento do fio, tecelagem e bordado na Fábrica Cruzeiro, por exemplo, as mulheres eram a maioria da mão de obra empregada (WEID; BASTOS, 1986: 216.). Nesse sentido, entendo como essencial analisar as relações de gênero que permeavam o trabalho produtivo, em um período em que, segundo a ordem burguesa e a “divisão natural do trabalho” (GAZZOLA; AZAMBUJA, 2000, p. 34), a atribuição do trabalho produtivo ainda era masculina e o espaço feminino era o doméstico (STOLCKE, 1980; GAZZOLA; AZAMBUJA, 2000). Assim, é possível perceber no discurso de militantes operários a preocupação com as baixas remunerações atribuídas aos trabalhadores e que, por conta disso, as mulheres e as crianças deveriam se inserir no mercado produtivo para complementarem a renda familiar. A seguir destaco um trecho de um artigo assinado por Albino Moreira publicado no jornal *A Voz do Trabalhador*:

Direis vós que não póde ser de outra forma porque o ordenado que vos pagam não chega para sustentar a família; [...] chegareis á concluzão de que é melhor, mais digno, mais humano exigir do patrão um ordenado suficiente para sustentar a família do que trabalharem mulher e filhos para o proprio sustento e ainda assim comendo mal, ou para melhor dizer, não comendo, pois o que comem e nada é a mesma couza.⁵

Ou seja, o trabalho feminino e de menores tornava-se necessário como uma forma de ajuda para o sustento da família, isto é, um salário complementar. Nesse sentido, a necessidade de que as mulheres ingressassem no mercado produtivo de trabalho estava diretamente relacionada às baixas remunerações atribuídas aos homens e não, precisamente, com uma idéia de emancipação feminina.

Contudo, podemos entender também que essa inserção em postos de trabalho, com as fábricas de tecidos, dava às mulheres das classes populares uma certa independência e lhes proporcionava alterar suas normas de conduta. Em decorrência de andar pelas ruas desacompanhadas, muitas vezes, à noite, trabalhar fora de casa em um ambiente fechado, lidar com a presença masculina ao longo do dia de trabalho, ser alvo de abusos sexuais de mestres e contramestres, as operárias ampliaram suas noções de padrões de comportamento

⁵ A VOZ DO TRABALHADOR. 15/03/1913.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
 ISSN: 2317-0468
 17 a 21 de outubro de 2016

social e até mesmo sexual perante o que era estabelecido para mulheres nesse período. Até mesmo porque, como mostrou Sidney Chalhoub, por serem possuidoras de uma renda, as mulheres tinham mais liberdade para dar fim a relações indesejadas (CHALHOUB, 2012: 210).

Mais uma vez apresento um discurso em que é possível perceber um incômodo com a expansão da mão de obra feminina nas fábricas de tecidos e uma idéia de que os industriais estavam substituindo a força de trabalho masculina pela feminina e infantil. Vejamos como o militante Mariano Garcia tratou essas questões:

É urgente que no occupemos deste momentoso assumpto, agora que se cogita a organização do *quatro congresso operario brasileiro*, para que seja esse assumpto discutido com acerto e em alguma coisa possamos contribuir para minorar a situação miserissima da mulher e da creança proletaria. **O industrialismo explorador moderno**, na sua incansável sede de grandes e fabulosos lucros, **nos ultimos anos tem procurado afastar das industrias os operarios para serem substituidos pelas mulheres e creanças, aproveitando-se para isso de lhes ser fácil, graças aos modernos inventos mecanicos.** Ora, quem conhece a organização social actual, em toda parte do mundo, sabe que por esse meio ganham os capitalistas muito mais dinheiro, porque pagam menos ao trabalho das mulheres e creanças, e **põem os operarios em disponibilidade forçada, tornando-se por esse afastamento do homem das fabricas, mais fácil o encaminhamento das operarias para a prostituição.** Em geral é isso que se observa em todas as industrias modernas, para onde são essas pobres mulheres e creanças arrastadas, afim de irem ajudar seus paes e esposos a sustentar a lueta pela vida.⁶ (grifos meus)

No primeiro trecho em negrito, Garcia justifica que, em decorrência da modernização do maquinário, que facilitaria a feitura da produção, as mulheres e as crianças estariam ocupando postos de trabalho dos homens e estes sendo afastados desses espaços de trabalho. No entanto, tomando o exemplo da Fábrica Cruzeiro, que se localizava no Andaraí e era propriedade da Companhia América Fabril, Elisabeth von der Weid e Ana Marta Bastos elucidam que o trabalho feminino representou 33% (1/3) da mão de obra empregada na fábrica e era geralmente designado às seções de trabalho que não eram focado na força física, semiqualficado ou que não exigia qualificação, como as áreas de preparação do fio, beneficiamento do fio, tecelagem, inspeção de pano, complementação, assistência e, maciçamente concentrada nas áreas de trama e de bordado. As mulheres se desenvolviam, sobretudo, na seção complementar à produção e em funções ligadas à assistência, como a

⁶ A EPOCA. 11/09/1912.

escola, a farmácia e a creche. Exceto no caso da área de tecelagem, que era o centro da produção e exigia qualificação (WEID; BASTOS, 1986: 221).

Mas, se por um lado, o trabalho feminino se concentrava em determinadas áreas, de outro, era excluído (ou praticamente) de seções vinculadas à produção têxtil, tais como, a atividade mecânica, a metalúrgica, a conservação da fábrica (obras) e os serviços; e ainda dos setores que exigiam alto nível de qualificação como a administração, fabricação das máquinas e no auxílio à estamperia. Ou seja, ocupações atribuídas aos homens.

Assim, a partir do exemplo da Fábrica Cruzeiro, compreendemos que os homens não estariam, necessariamente, sendo excluídos do trabalho nas fábricas de tecidos, mas sendo retirados dos setores que não exigiam qualificação, setores estes que foram inundados pela mão de obra feminina e infantil, enquanto a força de trabalho masculina foi sendo concentrada nas áreas mais especializadas.

No segundo trecho grifado, Mariano Garcia associa o afastamento dos homens das fábricas aos abusos sexuais em relação às mulheres por parte de funcionários superiores (mestres e contramestres), ou seja, por estarem sem uma figura masculina para proteção. Percebo que a preocupação com a honra feminina e a moralidade era uma pauta presente nos discursos masculinos. Destaco outros exemplos:

As operarias da fabrica velha [da Companhia Alliança], inclusive raparigas menores vivem envergonhadas porque os contra-mestres dissem-lhes liberdades, chegando mesmo – dizem os queixosos – a confundirem-nas com meretrizes.⁷
O trabalho feminino é muito mal pago: as horas de trabalho são muitas: alem disso, não raras vezes, esses *burguezes miseraveis* que lhes usufruem o trabalho, ainda a seduzem para *arrastal-as* a prostituição.⁸

Sueann Caulfield analisou, em seu livro “Em defesa da honra”, casos de crimes sexuais e defloramentos no Rio de Janeiro entre as décadas de 1920 e 1940 para discutir os vários sentidos atribuídos à honra sexual pelos diversos agentes históricos. A autora procura entender o papel das autoridades jurídicas, médicas e do Estado na construção das noções de honra, moralidade e modernidade.

⁷ A RAZÃO. 26/07/1917.

⁸ GAZETA OPERARIA. 14/12/1902.

Segundo Caulfield, o discurso das autoridades médicas e psiquiátricas, assim como o dos juristas, elaborou conclusões bem distintas a respeito das características femininas e masculinas e aos espaços que ocupavam nas esferas pública e privada, expostas a seguir:

O instinto maternal e a inibição sexual inata faziam com que a mulher “normal” fosse submissa e casta, ao passo que a fragilidade física e psíquica a tornava suscetível à contaminação física e moral. As mulheres eram naturalmente feitas para a vida doméstica, na qual constituíam a força moralizadora. O espaço público era domínio dos homens, mais agressivos por natureza. O instinto sexual mais desenvolvido e o fraco senso de pudor justificavam sua liberdade sexual. (CAULFIELD, 2000: 120).

É possível encontrar muitas semelhanças no conteúdo desse trecho com os fragmentos destacados de militantes operários como José Oiticica, Albino Moreira e Mariano Garcia, no tocante a suas preocupações com o trabalho feminino, ou seja, um discurso voltado para que as mulheres pudessem retornar à esfera doméstica, atenção à moralidade, cuidado com uma “contaminação física da mulher” em virtude das longas horas ao lado dos homens nos espaços de trabalho. Assim, como essas profissões expunham as mulheres aos espaços públicos, havia a preocupação de que o contato com homens, fora do âmbito familiar, alterasse suas noções de comportamento social e até mesmo sexual previstos para mulheres. Daí a preocupação apresentada por Mariano Garcia e outros operários, que expuseram suas reivindicações nos jornais, de que o trabalho feminino nesses ambientes poderia levar essas mulheres à prostituição.

No entanto, também pude perceber que as mulheres dialogaram com essas noções de gênero e de honra. Assim como Caulfield apresenta casos de moças que se utilizaram de denúncias de crimes de defloramento para oficializar seus casamentos, ressalto um caso de um artigo publicado no jornal *Arquivo Vermelho*, assinado pelo nome Milce, no qual a autora⁹ procura discutir questões de honra (e de gênero) a respeito de uma tecelã de nome Anna Ramirez que teria matado o homem que a desonrou e difamou. Vejamos:

O crime da tecelã

A organização burguesa que admite, que exige mesmo o desforço sangrento dos maridos iludidos pelas esposas, que não censura e, sim, applaude o marido que mata a esposa adúltera, ou seu cúmplice, quando não trucidada ambos, que atitude

⁹ Apesar do nome Milce não definir gênero de maneira clara, acredito que a autora seja uma mulher em virtude da postura que toma no artigo.

poderá tomar deante de uma mulher, de uma jovem que mata, ou tenta matar o autor de sua deshonra, porque este se recusa a cumprir as promessas mediante as quaes ella se entregou antes da sancção legal, que é o casamento?

[...]

Para ser logica, para ser coherente, a opinião publica deveis absolver e applaudir as donzellas que, a tiros de revolver, se vingassem de seus seductores, mórmente quando estes, depois de saciados se houverem tornado diffamadores da sua victima e pregoeiros da sua quéda.

A questão gyra toda dentro de velhos preconceitos sociaes, petrificados pelos seculos.

[...]

Em face dos preconceitos, á donzella illudida assiste o direito de um desforço violento, quando do mesmo não se incumbem os parentes. Morto o seductor poderão parodiar a gauleza historica, asseverando que não existem homens que as tenham possuido. Tornam-se como que viuvas, podendo, por isso, sem desdouro social para o homem, casar-se.

[...]

Fóra dos preconceitos sociaes é uma criminosa, como criminoso é o marido que mata a esposa adúltera, surprehendida, ou não em flagrante. Num, ou noutro caso, o matador não age em legitima defesa de sua vida, bens ou dignidade, porque é absurdo suppôr que ser uma pessoa illudida por outra é caso que infame e nodôe. Emquanto, porém, uma educação baseada em novas idéias não desconstruir os preconceitos, refazendo a mentalidade das massas, e a sua consciencia, é uma injustiça condemnar os Othellos e um verdadeiro crime qualquer castigo applicado ás donzellas que se vingam de seus seductores, quando estes, sem motivos justos, deixam de cumprir promessas importantes que hajam feito.¹⁰

No artigo em destaque, Milce argumenta que a noção de honra permeia tanto o universo masculino quanto o feminino e, nesse sentido, se é aceito socialmente que um homem execute sua esposa adúltera para defender sua honra, por que então condenar uma jovem moça que atirou contra seu sedutor e difamador? A autora entende qual julgamento só ocorre por conta de “preconceitos sociais”. O que Milce chamou em seu artigo de “preconceitos sociais”, denominamos atualmente de questões de gênero. E tais questões que evidenciam desigualdade entre os gêneros atravessam todo o texto de Milce.

Essa comparação entre o marido traído que defende sua honra e a moça iludida por um sedutor que procura fazer o mesmo é o argumento central de Milce para que a jovem Anna Ramirez não fosse condenada como criminosa. E seu ponto de defesa está muito bem situado em uma sociedade que, como vimos, preza por princípios morais e de honra. A autora procura encaixar Anna Ramirez no estereótipo proposto para as mulheres: inocente, inibida sexualmente, preocupada com conceitos morais e orientada para o casamento. No trecho “Fóra dos preconceitos sociaes é uma criminosa, como criminoso é o marido que

¹⁰ ARCHIVO VERMELHO. 25/01/1920.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
 ISSN: 2317-0468
 17 a 21 de outubro de 2016

mata a esposa adúltera, surpreendida, ou não em flagrante”, Milce argumenta que se não fosse a himenolatria¹¹ e as noções de honra e moralidade atribuídas às mulheres, Anna Ramirez poderia ser considerada criminosa. Mas em uma sociedade em que uma jovem que não é mais virgem tornava-se impura para o casamento e não era mais vista como decente em seu convívio social, matar quem lhe seduziu e não cumpriu suas promessas de casamento seria uma forma de defender sua honra, assim como eram vistos os maridos traídos.

Ao tratar de “preconceitos sociais”, Milce argumenta que “defender sua honra” seria uma forma da mulher iludida ter uma nova chance nessa sociedade fortemente marcada pela moralidade e pelos distintos papéis de gênero, assim como aponta Rachel Soihet, “mulheres solteiras que se deixavam desvirginar perdiam o direito a qualquer consideração e, no caso de uma relação ilegítima, não se sentiam os homens responsabilizados por sua atuação, devendo àquelas arcar com o peso das conseqüências de seu ‘erro’ (SOIHET, 2005: 598).

Nos fragmentos destacados, a ocupação como tecelã de Anna Ramirez aparece apenas no título, mas no artigo completo a referência à jovem é feita mais pela profissão como “tecelã” do que pelo seu nome. Qual seria o intuito de ressaltar a ocupação de tecelã se o fato não ocorreu em uma fábrica de tecidos? O que estaria por trás da ideia de ressaltar a ocupação de tecelã? Qual seria a imagem atribuída a uma operária tecelã? Podemos conjecturar que seria a imagem construída tanto por autoridades médicas e jurídicas quanto por militantes operários a respeito das trabalhadoras das classes populares: mulheres pobres que ingressavam no trabalho das fábricas para ajudar a complementar a renda familiar, submissas, inocentes, exploradas e suscetíveis a abusos sexuais nesses espaços de trabalho, visto que é recorrente encontrar em jornais denúncias de operários preocupados com investidas contra a honra feminina em fábricas de tecidos. Assim, ao que parece, evidenciar que Anna era tecelã poderia ser uma forma de apresentá-la como trabalhadora, honesta e participante de um ambiente de trabalho em que as mulheres seriam vítimas.

Ainda, encontro um artigo de Mariano Garcia que, por defender melhores salários para os tecelões com o intuito de que as mulheres pudessem se dedicar apenas à esfera

¹¹ Ver o conceito de “himenolatria” em CAULFIELD, Sueann. A honra sexual e a Lei Republicana. *Em defesa da honra. moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2000. pp. 51-57.

doméstica, tentou chamar atenção para as formas com que os industriais possibilitavam o trabalho feminino nas fábricas de tecidos. Assim, destaco um trecho em que o militante critica a criação de creches:

As grandes fabricas de tecidos onde se explora impiedosamente o trabalho das mulheres e creanças, [...] se estabeleceram as crèches como uma “prova” dessa philamthropia que concorre para reter no trabalho durante doze horas, uma pobre mãe de filhos que devia estar o dia inteiro a seu lado.¹²

Em um período em que o discurso das autoridades médicas e jurídicas defendia a esfera doméstica como a propícia para a mulher, Mariano Garcia entende que essas estratégias para possibilitar o trabalho feminino só proporcionavam o maior afastamento das mulheres de seu lugar natural.

Com uma mão de obra consideravelmente feminina, tornou-se interesse para os industriais a criação de meios para a fixação das mulheres ao trabalho durante todo o dia. Assim, a Companhia de Fiação e Tecidos Corcovado, localizada no Jardim Botânico, criou em 1899 a primeira creche para filhos de operários da qual se tem conhecimento (JUNIOR, 1991: 18). A Fábrica Cruzeiro também possuía creche e escola e a Associação dos Operários da América Fabril, sociedade patronal criada em 1919, concedia licença de parto com auxílio para que as operárias que fossem dar a luz tivessem uma assistência financeira e mantivessem o vínculo com o trabalho¹³.

Contudo, apesar dos artigos e notícias serem escritos, majoritariamente, por homens, é possível observar abertura de espaços para estímulos e apoio às reivindicações femininas e às lutas propostas por elas em textos assinados por mulheres. Chegamos a tomar conhecimento de um artigo escrito por uma operária chamada Elvira de Vilela Carvalho, incentivando as mulheres a ingressarem em associações operárias femininas:

Companheiras, dia a dia se torna mais urgente a organização de uma Associação para tratar dos nossos interesses.
Companheiras, vamos pôr de parte essa vergonha, esse acanhamento que nos domina e sigamos de mãos dadas a imitar os nossos companheiros; vamos abrir esse caminho que ainda não foi aberto para nos, porque se ha duas ou tres que querem imitar (a esse bravos lutadores que já se acham em meio de uma estrada

¹² A EPOCA. 23/01/1913.

¹³ *Livro I da Associação dos Operarios da America Fabril*. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. 1926-1929.

que para *elles* foi, ao principio de espinhos, espinhos esses que por meio de sacrifícios tornam-se flores) a maior parte não se move pela falta de propaganda da parte *daquelles* que julgam que a mulher é um *objecto* de luxo, ou que a mulher só serve para criar os filhos e os serviços domésticos; [x] somos as mais escravizadas e humilhadas pelos homens e pelos *industriaes* que exploram vergonhosamente o trabalho da mulher!

Companheiras, fui convidada pelo nosso companheiro Silva Neves, muito digno associado da Liga dos Artistas Alfaiates, para conferenciar com algumas companheiras mais, afim de ser organizada uma associação operária feminina, e faço votos para que nesse dia marcado não faltem não só as que querem *organizar-a*, como também *aquellas* que perderam o seu precioso tempo em lerem estas linhas, feitas a ultima hora.

Companheiras, a união faz a força!¹⁴

Tal artigo apresenta-se como uma das poucas oportunidades que temos de reconhecer vozes femininas (de mulheres das classes populares) na imprensa. Diferente dos militantes operários mencionados anteriormente, Elvira procura ampliar os horizontes femininos para além da esfera doméstica e, para isso, tenta incentivar a organização das trabalhadoras em uma associação feminina, pois ninguém melhor do que elas próprias poderiam conhecer suas demandas específicas e reivindicar condições mais favoráveis para o trabalho feminino.

Considerações finais

Percebemos que em virtude de um discurso de defesa do trabalho masculino como o “legítimo” e de melhores salários para os homens com o intuito de que as mulheres pudessem se dedicar exclusivamente à esfera doméstica, alguns militantes operários e articulistas de jornais justificavam que o trabalho nas fábricas de trabalho não seria propício para as mulheres baseando-se em características supostamente femininas como “fragilidade física” e maternidade como prioridade, bem como, pautando-se em um discurso de moralidade.

No entanto, apesar da dificuldade de localizar vozes femininas das classes populares na imprensa, é possível encontrar alguns discursos de mulheres que dialogaram com questões e papéis de gênero propostos, bem como, defenderam suas posições no trabalho produtivo e incentivaram a criação de associações operárias femininas.

¹⁴ BRAZIL OPERARIO. 1ª quinzena de agosto de 1903.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
 ISSN: 2317-0468
 17 a 21 de outubro de 2016

Referências

Fontes

Impressões do Brasil no século vinte: sua historia, seu povo, commercio, industrias e recursos. Londres: Lloyd's Greater Britain Publishing Company, Ltd, 1913.

Livro I da Associação dos Operarios da America Fabril. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. 1926-1929.

Recenseamento do Brazil. Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio. 1920.

Jornais:

A EPOCA. Rio de Janeiro. 1912-1913.

A RAZÃO. Rio de Janeiro. 1917.

A VOZ DO TRABALHADOR. Rio de Janeiro. 1908/1913.

ARCHIVO VERMELHO. Rio de Janeiro. 1920.

BRAZIL OPERARIO. Rio de Janeiro. 1903.

GAZETA OPERARIA. Rio de Janeiro. 1902.

Bibliografia

CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940).* Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2000.

CHALHOURB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque.* 3ª Edição. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

GAZZOLA, Tranquillo; AZAMBUJA, Maria Lúcia Franco. “A mulher e o processo produtivo”. *Publicatio UEPG – Ciências Humanas*, nº 8, 31-49, 2000.

JUNIOR, Moysés Kuhlmann. Instituições pré-escolares assistencialistas no Brasil (1899-1922). *Cad. Pesq.*, São Paulo, nº 77, 1991.

MATOS, Maria Izilda; BORELLI, Andrea. Espaço feminino no mercado produtivo. In: PINSKY, Carla Bassnezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs). *Nova História das Mulheres no Brasil.* São Paulo: Editora contexto, 2013.

PIRES, Isabelle C. S.. Luta operária: Trabalhadores (as) da Companhia de Fiação e Tecidos Alliança na “Greve Geral” de 1903. *Revista Espaço Plural.* Ano XVII, nº 34, 2016.

RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In: PRIORE, Mary Del (Org.). *História das mulheres no Brasil.* UNESP, 2007.

SOIHET, Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: PRIORE, Mary Del (Org.). *História das mulheres no Brasil.* UNESP, 2007.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

_____. Zombaria como arma antifeminista: instrumento conservador entre libertários. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 13(3): 320, setemebro-dezembro/2005.

STOLCKE, Verena. “Mulher e trabalho”. São Paulo, *Estudos Cebrap*, nº 26. pp. 81-117, 1980.

WEID, Elisabeth von der; BASTOS, Ana Marta Rodrigues. *O fio da meada: estratégia de expansão de uma indústria têxtil: Companhia América Fabril: 1878-1930*. Rio de Janeiro, Fundação Casa Rui Barbosa, Confederação Nacional da Indústria, 1986.

RELAÇÕES DE GÊNERO NA FÁBRICA DE TECIDOS DO BIRIBIRI (1920 – 1940)

Kátia Franciele Corrêa Borges*

Resumo

A indústria têxtil é caracterizada por ter um fluxo constante de produção de mercadorias esta empregou, sobretudo, mão de obra feminina. A Fábrica de Tecidos do Biribiri, situada na região de Diamantina/MG, foi um exemplo dessa prática, quanto fundada, em 1876, empregou 63 operários, sendo 36 moças, 18 meninos e 09 homens e, dez anos depois, este número subiu para 210 operários(as) sendo 180 do sexo feminino. Nos períodos de 1920 a 1940 o número de mulheres empregadas continuou superior ao número de homens. Enquanto elas ocupavam funções de tecelãs e fiadoras os homens ocupavam cargos ligados as funções de chefias. Assim este artigo faz parte de um recorte de um projeto de doutorado, que se encontra em andamento e seu objetivo é compreender como estavam estabelecidas as relações de gênero nesse espaço fabril. Para tanto, analisou-se fontes primárias manuscritas e impressas como: Jornal Estrela Pollar (27/08/1903); Jornal Sete Setembro (05/02/1887); Petição ao Glorioso Santo Antônio (10/01/1929); e, Caderno de atas das reuniões da associação filhas de Maria (1930.1941). Portanto, a abordagem foi qualitativa. O resultado parcial mostra que ocorreu influências dos discursos da Igreja Católica na construção das relações de gênero nessa fábrica.

Palavras-chave: indústria têxtil, mulheres e relações de gênero.

Abstract:

The textile industry is characterized by a constant flow of commodity production, which is mainly used by female labor. The Fabric Factory of Biribiri, located in the Diamantina / MG region, was an example of this practice. In 1876, it employed 63 workers, including 36 girls, 18 boys and 09 men, and ten years later this number rose to 210 workers were 180 female. In the periods of 1920 to 1940 the number of women employed continued higher than the number of men. While they occupied roles as weavers and guarantors, men held positions of leadership. Thus this article is part of a cut of a doctoral project, which is in progress and its objective is to understand how the gender relations in this manufacturing space were established. For that, we analyzed primary sources handwritten and printed as: Jornal Estrela Pollar (08/27/1903); Journal Sete Setembro (05/02/1887); Petition to the Glorious Saint Anthony (10/01/1929); And, Notebook of meetings of the Daughters of Mary Association (1930.1941). Therefore, the approach was qualitative. The partial result shows that there were influences of the Catholic Church's discourses in the construction of gender relations in this factory.

Keywords: textile industry, women and gender relations.

* Doutoranda do Programa em História da Universidade Federal de Juiz de Fora/UFJF (Bolsista Capes DS). Mestre em Desenvolvimento Social e Graduada em História pela Universidade Estadual de Montes Claros/ Unimontes.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
 ISSN: 2317-0468
 17 a 21 de outubro de 2016

Introdução

A indústria têxtil foi responsável pela Revolução Industrial como também produziu o próprio movimento trabalhista¹. Caracterizada por ter um fluxo constante de produção de mercadorias esta empregou, sobretudo, mão de obra feminina. A Fábrica de Tecidos do Biribiri foi fundada, em 1876, pelo primeiro bispo residente em Diamantina, Dom João Antonio dos Santos e sua família adotando como razão social o nome Santos & Cia. No início contava com “63 operários, sendo 36 moças, 18 meninos e 09 homens”². Dez anos depois este número subiu para 210 operários(as) sendo 180 do sexo feminino³.

Em 1908 a fábrica foi tomada pelo Banco Hipotecário do Brasil como pagamento de dívidas contraídas pelos proprietários da empresa. E, após passar por um período de estagnação, a fábrica foi comprada do referido banco no ano 1922 pelos irmãos comerciantes Algemiro Pompoloni e João Gerundino Duarte adotando a princípio a razão social de Duarte & Irmão⁴ e mais tarde Duarte S/A (1930/1940).

Não obstante, este artigo faz parte de um recorte de um projeto de doutoramento, iniciado em março de 2015, intitulado Mulheres operárias: gênero, poder, disciplina e trabalho na Fábrica de Tecidos do Biribiri - Diamantina/MG (1920-1940). Portanto, o exercício que se pretende desenvolver aqui é questionar como estavam estabelecidas as relações de gênero e disciplina neste espaço fabril.

Alguns olhares sobre o gênero

Nos estudos históricos, desde a década de 1970 a categoria gênero vem sendo utilizada para compreender a importância dos sexos e seu constructo social⁵. Pesquisadoras como Helena Hirata, Daniele Kergoat, Nicole-Claude Mathieu, entre outras, tem revisitado as análises de Joan Scott do gênero enquanto categoria útil para análise histórica e, a partir daí, dado suas contribuições nas discussões acerca do sexo e gênero e da divisão sexual do

¹ THOMPSON (2011).

² ARMONIMO e NEVES (2007, p.98).

³ FERNANDES (2005, p. 130).

⁴ Segundo Marcos Lobato Martins estes irmãos fizeram fortuna “combinando lucro mercantil, negócios imobiliários e empréstimo de dinheiro” (2014, p.122).

⁵ SCOTT, Joan. Gênero uma categoria útil para análise histórica.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
 ISSN: 2317-0468
 17 a 21 de outubro de 2016

trabalho. H. Hirata e D. Kergoat criticam a conceitualização marxista de classes sociais, uma vez que, foi elaborada sem levar em conta as diferenças sexuais presentes nas fábricas e, propõem o conceito de classe e gênero. Ou seja, para as autoras “as mulheres em O Capital não tem existência enquanto sexo social, mas fazem parte com outras categorias sociais do exército de reserva industrial”⁶.

Nicole-Claude Mathieu a partir do questionamento do que vem a ser uma mulher, explica que há discussões entre inclinações no interior do movimento de mulheres que propagam pensamentos subjacentes da relação entre sexo e gênero. No caso francês, por exemplo:

Uma tendência francesa, inspirada numa dada corrente da Psicanálise, está associada ao primeiro modo de pensamento, baseado no sexo: Homens e mulheres são diferentes; o problema é que nossa sociedade não permitiu que a mulher “chegasse” psicológica e socialmente à sua especificidade. Mas opções, mais comuns estão no segundo modo de pensamento, que abre espaço para a ambiguidade entre sexo e gênero: elas abordam as modalidades de construção do gênero, concebido como elaboração cultural da diferença sexual, analisando e denunciando as desigualdades entre os sexos a fim de rearranjar equitativamente os conteúdos dos dois gêneros. Finalmente, uma terceira corrente conceitual da relação entre sexo e gênero [...] considera que os sexos não são simples categorias biosociais, mas classes (no sentido marxista) constituídas por e na relação de poder dos homens sobre as mulheres, que é o próprio eixo da definição de gênero (e de sua primazia sobre o sexo): o gênero constrói o sexo⁷

A terceira corrente defendida por Nicole-Claude Mathieu acima, pode ser mais apropriada para se compreender as relações de gênero estabelecidas no espaço fabril. Ou seja, a visão dos sexos não como simples categorias, mas classes num sentido marxista que se formaram “por” e “na” relação de poder dos homens sobre as mulheres. E se o gênero constrói o sexo ele constrói também as relações trabalhistas que determinam os trabalhos desenvolvidos por mulheres e os trabalhos desenvolvidos por homens. Para Daniele Kergoat o gênero determina a divisão sexual do trabalho⁸.

Joan Sott ao analisar a importância dos sexos dos grupos de gênero no passado histórico propõe que os historiadores se atentem para à “amplitude dos papéis sexuais e do simbolismo sexual nas várias sociedades e épocas, achar qual o seu sentido e como

⁶ HIRATA; KERGOAT (1994).

⁷ MATHIEU (2009, p.226).

⁸ KERGOAT (2009).

funcionavam para manter a ordem social e para mudá-la”⁹. Ao propor estudar as operárias da Fábrica de tecidos do Biribiri dos períodos e 1920 a 1940 pretende-se fazer este exercício, ou seja, compreender os simbolismos, as relações sociais entre os sexos, as ideias de comportamento, disciplina, etc. Sobretudo, pretende-se entender os constructos sociais dos perfis de operárias, em outras palavras: as relações de gênero.

Michelle Perrot afirma que “o gênero designa as relações dos sexos construídas pela cultura e pela história”¹⁰. A Fábrica de Tecidos do Biribiri produziu relações de paternalismo disciplinador¹¹ cujos instrumentos e recursos utilizados variavam de premiações por comportamento; participação das operárias em associações católicas de culto mariano; e, controle da disciplina na vila operária, sobretudo, na moradia para as moças¹². Assim três questões norteiam esta pesquisa. A primeira é: qual o contexto de trabalho em Diamantina no momento de fundação desta fábrica? A segunda, qual a origem social das operárias? E a terceira, qual idade média delas quando ingressavam no trabalho?

A Fábrica de Tecidos do Biribiri e o contexto da sua fundação (1876 -1900)

A fábrica de Tecidos do Biribiri foi fundada em 1876 pelo Bispo Dom João Antonio dos Santos e sua família (Empresa Santos & Cia). Relatos demonstram que o religioso era um articulador de campanhas abolicionistas, fundou obras beneficentes como o Colégio Nossa Senhora das Dores e o Seminário. E, depois disso ainda se preocupou com a formação moral das pessoas¹³.

Não obstante, no momento de fundação da fábrica, o Brasil estava atravessando a transição do trabalho livre para o trabalho escravo¹⁴. Diamantina, cidade que tinha como principal produto o diamante, atravessava uma crise econômica no mercado internacional, o que ocasionou a diversificação econômica da região¹⁵. Neste cenário fundou-se a Fábrica de Tecidos do Biribiri, situada a aproximadamente 12 km da cidade. O terreno pertencia à

⁹ SCOTT (1989).

¹⁰ PERROT (2009).

¹¹ Conceito de PERROT (2011).

¹² Expressão utilizada por Fernandes (2005) e Martins & Martins (1993) para se referirem as mulheres solteiras e virgens.

¹³ FERNANDES(2005); OLIVEIRA (2011).

¹⁴ LIBBY (2006).

¹⁵ MARTINS (2014).

família de Dom João Antonio dos Santos e, no lugar, existia uma cachoeira que serviu de força motriz para o empreendimento. Em sua volta ergueu-se uma vila operária, nos moldes do modelo inglês e francês, contendo: pensionato para moças – chamado de Convento; casas para os operários casados; casa da gerência; armazém, igreja e uma praça.

O memorialista Aires da Mata Machado Filho afirmou que a fundação dessa fábrica tinha como objetivo “beneficiar moças e meninos”¹⁶. A questão é: como seria esse benefício? Seria gerando emprego e renda para os ociosos? Ou tirando do centro da cidade aquelas pessoas consideradas impróprias para o discurso de cidade da época? Para James Willian Goodwim Júnior ao final do século XIX circulavam no Brasil ideias de adequação das cidades a um determinado padrão de ideias sobre o urbano. Tal movimento partiu da Europa e adentrou a província de Minas Gerais chegando a Diamantina e sendo propagado pelos homens de imprensa que almejavam contribuir para o progresso da cidade¹⁷. Já Marcos Lobato Martins afirmou que Diamantina viveu uma euforia urbana e comercial na qual pode ser chamada de Bele Epoque diamantinense¹⁸.

Outro elemento que sustentaria a ideia de isolamento das pessoas consideradas impróprias foi o discurso do trabalho, não como sofrimento, mas como algo que enobrece o homem. Ou seja, o momento era de transição do trabalho livre para o trabalho escravo, então se na escravidão o trabalho era castigo a partir do século XIX ele seria uma dádiva. Observe o trecho a seguir retirado do jornal diamantinense da época:

O trabalho é uma lei ditacta ao homem pelo Author da natureza – Da terra tirarás o teu sustento com muito suor até que voltes para Ella – Deus viu que além da punição do homem, não era bom estar ocioso [...]. O trabalho em vez de ser um mal, pelo contrário, dá sande ao corpo, tranqüilidade ao espírito, e enfim torna o homem feliz [...]¹⁹.

De acordo com Sidney Chalhoub essa nova ideologia de trabalho primava pelo controle social da classe trabalhadora em “todas as esferas da vida, todas as situações possíveis do cotidiano”²⁰. Para James Goodwim Junior no Brasil a política de controle social

¹⁶ MACHADO FILHO (1909;1980, p.194).

¹⁷ GOODWIM JÚNIOR (2015).

¹⁸ MARTINS (2014).

¹⁹ SETE DE SETEMBRO, 5 de Fevereiro de 1887.

²⁰ CHALHOUB (2001, p. 51).

se ampliou sobre as “emergentes classes populares, especialmente negros e mestiços”²¹. Tal controle evidentemente ocorreria por meio da expropriação, da vigilância e da disciplinarização do novo trabalhador. Desse modo, o uso do tempo se tornou um conflito para o empregador ninguém mais poderia passar o tempo, agora ele seria gasto²². Na vila operária esse tempo seria controlado das mais variáveis formas. A jovem Helena Morley (Pseudônimo de Alice Dayrell Caldeira Brant) em visita a mesma vila no final do século XIX escreveu o seguinte:

Quarta feira, 17 de maio de 1889
 Chegamos hoje a Biribiri, onde passamos três dias de gozo completo. Eu não teria pressa de ir para o céu se morasse no Biribiri. Não acredito que no céu se possa ter melhor vida do que ali. Quando eu volto de lá fico com o lugar e as pessoas na cabeça muito tempo. Estivemos conversando na mesa sobre a felicidade que Dona Mariana e o Major Antonio Felício conseguiram na terra. Eles são os donos da fábrica e a família toda é empregada ali. Matam boi de manhã e os pedaços melhores vão para as casas dos filhos e a casa-grande, que é onde mora Dona Mariana. O resto vai para o pessoal da fábrica. O lugar é lindíssimo. A casa-grande de Dona Mariana é cercada de árvores frondosas. Ela vive com a casa sempre cheia de hospedes e todos muito bem tratados. A mesa é muito grande e cheia de comidas. Senhor Bispo fica na cabeceira de cabeça baixa e Guily pondo as coisas no prato dele. Ele não conversa nem pede nada. Nos outros lugares ficam a família e os hospedes. De noite as moças da fábrica brincam de roda e de tudo que querem. O lugar onde elas dormem é uma casa comprida chamada de Convento²³.

Quando escreveu esse texto, Helena Morley (Alice Dayrell Caldeira Brant) tinha aproximadamente nove para dez anos de idade. O seu olhar observador atenta-se para aspectos culturais da época como: o fato de toda a família assumir uma função no empreendimento; a figura do senhor bispo na cabeceira demonstrando sua superioridade no comando daquela família; e, até mesmo o olhar atento para as brincadeiras de roda das operárias. Isto nos chamou atenção, operárias que brincavam? Seria isto mesmo? Qual média de idade delas?

Outro ponto o fato que nos chamam foi a questão das partes do boi as melhores iriam para a família e o resto para os operários. Como assim? Seria isto uma continuidade de práticas inerentes da escravidão? Para John French o Brasil moderno incorporou falsas

²¹ GOODWIM JÚNIOR (2015, p.54).

²² THOMPSON (1998).

²³ MORLEY (1998, p.54/55).

dicotomias entre escravidão e liberdade, continuidades e rupturas na sua formação política e social mediante uma prática legitimada da “autoridade, hierarquias de status profundamente arraigadas e modelos de governança que mantiveram sua influencia mesmo após seu fim”²⁴. Percebe-se, dessa forma, tais características no relato de Helena Morley (Alice Dayrell Caldeira Brant).

Contudo, uma fábrica criada para beneficiar moças e meninos remete a ideia de um discurso paternalista. De acordo com Sidney Chalhoub:

na ideologia do paternalismo tomada em seus próprios termos, de modo transparente, é central o sentido de encobrimento de interesses e solidariedades horizontais entre os “dominados”, “subordinados”, “dependentes” – ou sei lá o que mais, e cada um escolha a expressão que lhe aprouver²⁵

Assim o bispo ao fundar a fábrica produziu laços de dependências com as moças, meninos e homens beneficiados pelo ato benevolente do religioso. Ou seja, concedeu práticas autônomas instituindo o trabalho livre na Fábrica de Tecidos do Biribiri agregando neste espaço pessoas que necessitavam da sua proteção. Assim no cenário de Diamantina a modernidade se manifestou através da fábrica e das relações de trabalho livre. Mas, quem estava por trás dela era ordem antiga no papel da Igreja Católica e dos antigos senhores de escravos. Não é a toa que Marcos Lemos escreveu que “ao som da cachoeira nasceu uma indústria e um vilarejo com aspecto de presépio”²⁶. No entanto, as práticas do paternalismo também estiveram presente nos períodos 1920 a 1940.

Operárias do Biribiri: fé, devoção e trabalho (1922-1941)

Petição ao Glorioso Santo Antônio

Oh: meu glorioso Santo Antônio, nós miseráveis pecadores, necessitando de vosso auxílio e proteção, vimos a vossa presença pedir-vos que nos conceda a grande graça de vendermos durante este anno toda a produção da Fábrica do Biribiry, com bom resultado inclusive o que está fabricado na Fábrica e aqui, sem ficar fasenda alguma nos depósitos de um anno para o outro; se vós nos

²⁴ FRENCH (2006,p.78).

²⁵ CHALHOUB (2003, p.61).

²⁶ LEMOS (1991, p. 41).

concederes esta graça vos daremos no fim do anno a quantia de R\$ 70\$000rs para o pão dos pobres [...] (VOSSOS HUMILDES SERVOS)²⁷ .

A epigrafe acima trata-se de um trecho de uma petição a Santo Antonio composta por cinco parágrafos tendo em todos eles negociações com o referido santo para outras graças também, como por exemplo: de fazer os teares produzirem 150 metros de pano por ano e se for atendido doaria duzentos conto de réis; ou se caso não tenha nenhum acidente seria doado sessenta conto de réis; inclusive pede pela previsão de enchentes e catástrofes naturais que causam prejuízo a produção da fabrica assim doaria 30 contos de réis; e, por aí vai. O texto é encerrado com as seguintes palavras “se vendermos annualmente aqui na loja “R\$ 60\$000\$000rs , vos daremos R\$ 30\$000rs no fim do anno.²⁸”.

Diante disso é possível observar que a fé católica estava presente nos negócios da Fábrica de Tecidos do Biribiri, inclusive na administração da família Duarte. Além das orações também existia festas religiosas como mostra o texto a seguir:

No Beribery²⁹

Desde que fundou-se aquele importante estabelecimento, industrial, que demora a 12 kilometros dessa cidade, allí se tem sempre celebrado entre outras, a festa de Nossa senhora das Mercês tendo se effectuado a mesma este anno, a 23 do mez em que vamos. Constou-se de véspera festiva, no Sabbado, e missa cantada no Domingo, sendo celebrante desta Revm, Padre João Benjamim, com assistência do Exm. Sr. Bispo Diocesano. A tardinha desfilou pelo circuito da capella a procissão da Senhora, acompanhada de bom número de fieis e duas extensas alas virgens que lembravam dois cândidos flocos de neve em movimento á flor da terra por onde se estendiam [...]. Ao recolher da procissão houve bençam do S.s. Sacramento dada pelo Exm. Sr. Bispo [...]. Funcionou em todos aquelles actos o côro composto por cantoras operárias do estabelecimento, acompanhando a harmonia com correção e expressão igualmente admiráveis D. Amélia dos Santos, tocando tão bem o mavioso instrumento e interpretando os textos musicaes, como melhor não fariam as suas inteligentes antecessoras no cargo de organistas, quaes foram D. Guilhermina Chaves (hoje, Irmã de Caridade) e D. Maria José, actualmente residente em Mendes, no E. do Rio de Janeiro. O dia que allí passamos, foi um dia cheios das melhores emoções do espírito, dando-nos sentir que confirme a palavra de Deus, o homem não vive só de pão, porem muito mais do lhe fala á alma é ao coração³⁰.

²⁷ MANUSCRITO - PETIÇÃO AO GLORIOSO SANTO ANTÔNIO (DIAMANTINA 10/01/1929). Transcrito respeitando o texto do documento e vocabulário do período. Este texto foi encontrado solto dentro de uma ata de reunião da Associação das Filhas de Maria (1930-1941).

²⁸ MANUSCRITO - PETIÇÃO AO GLORIOSO SANTO ANTÔNIO (DIAMANTINA 10/01/1929).

²⁹ Encontramos documentos que o nome Biribiri aparece escrito como Beribery e Biribiry. Assim sempre que formos usar documentos faremos uso da forma escrita original.

³⁰JORNAL ESTRELA POLLAR, p. 03, Edição nº25, Anno 1, 27/08/1903.

De acordo com Natalie Zemon Davis “a vida festiva pode, por um lado, perpetuar certos valores da comunidade”³¹. Assim, no Biribiri, a festa de Nossa Senhora das Mercês, como outras, conforme informa o excerto, fez perpetuar os valores culturais daquela região. Não obstante, as operárias da fábrica faziam parte de uma associação denominada Filhas de Maria. Estas, pelo que informa os cadernos de atas³² a que tivemos acesso, reuniam mensalmente junto com o padre para orar e definir funções para a paróquia local. Conforme exemplo a seguir:

Agosto de 1935

Acta da reunião mensal em Biribiry das Filhas de Maria sob a proteção da Virgem Marthyr Santa Inez. Como de costume logo após os atos religiosos da Capela do S. C. de Jesus, as nove e meia e dezoito deste mez foi aberta a sessão, sob a presidência do Revmo. Mons. Antonio Pinheiro, a diretoria, as associadas e algumas Filhas da Imaculada.[...] o Revmo Mos. Pinheiro comessou a sessão relembrando-nos os assumptos da acta anterior falando que a Filha de Maria deve ser um bom espelho de na sociedade, com seus bons exemplos, e ella a auxiliar os Padres, e seguir todos os passos de sua mãe santíssima e virtudes; principalmente a humildade; pedir a Nosso Senhor fortaleza nos trabalhos e sofrimentos dessa vida, ter muita confiança em sua mãe no céu. Aconselhou-nos a não perdermos nosso tempo, empregá-lo em boas obras, que todas nós devemos ter um bom livro, bem como a imitação de Jesus Christo, que esse livro é de muita apreciação para almas piedosas [...]. Aconselhou-nos a que devem quando reunirmos umas duas ou mais para fazer uma leitura em um bom livro, em vez de estarmos encomodada com a vida de outros. Além desses conselhos deu-nos muitos outros salutaes e instrutivos. Não havendo mais nada a tratar encerrou-se a sessão com as orações próprias, depois entoamos o hynno a Nossa Senhora. Lavrei esta para constar, e ser assignada se mereceres aprovação. Biribiry, 20 de outubro de 1935³³.

Ser espelho da Virgem Maria soaria bem peculiar numa vila católica. Todavia, Michela de Giorgio informa que esta representação da mulher como espelho da virgem foi propagada em diversos manuais católicos. A autora informa que no final do século XIX, a Igreja propôs reconstruir “uma genealogia vigorosa sustentada pelas virtudes morais da mulher”³⁴. Estas virtudes visavam uma unificação comportamental feminina e tomariam

³¹ DAVIS (1990, p.87).

³² MANUSCRITOS GERAIS (ALMANAQUES, LIVROS DE PIEDADE, ATAS DE REUNIÕES ASSOCIAÇÃO FILHAS DE MARIA DA SANTA IGREJA DO BIRIBIRY, (1930 A 1940) – Arquivo morto da Fábrica.

³³ Caderno de atas das reuniões da associação filhas de Maria 1930.1941. p.07/08. Acervo particular de Edvaldo Nascimento – Chefe de Departamento na Empresa Estamparia S/A-Diamantina/MG.

³⁴ GIORGIO (1991, p.199).

como modelos os exemplos de vida de mulheres tidas como santas. Ora tal unificação é perceptível na fala do Monsenhor Pinheiro. Ao que tudo indica as associadas, em sua maioria funcionárias da fábrica, deveriam se comportar de acordo com as virtudes marianas.

Contudo, com Carlo Ginzburg compreende-se que o uso da palavra cultura foi empregado para “definir o conjunto de atitudes, crenças, códigos de comportamentos próprios das classes subalternas num certo período histórico”³⁵. Desse modo, pode-se constatar que a oração para Santo Antonio, a festa para Nossa Senhora das Mercês e as reuniões mensais das Filhas de Maria foram expressões culturais da religião Católica.

A influência cultural do catolicismo estava presente também na habitação das operárias que era chamada de Convento. Estudos de Michele Perrot mostraram que, ainda na França do século XIX, as incipientes fábricas de Lyon denominavam os dormitórios destinados as operárias de Convento³⁶. Domingos Girolletti, ao pesquisar as primeiras fábricas de tecidos em Minas Gerais, também notou que nome Convento foi utilizado para os locais onde habitavam as operárias solteiras. Contudo, este autor ainda informa que este nome se deve ao fato de que o local ficava sobre o comando de uma senhora religiosa³⁷.

Não obstante, Michel Foucault informa que, na Europa, a prática de recorrer aos orfanatos para adquirir operários(as) foi um ato recorrente dos industriais por que queriam corpos dóceis e úteis. Assim sendo, como a maioria destas instituições pertencia a ordens religiosas católicas, parte dos industriais acabavam fazendo uso dos seus valores culturais e disciplinares para manter a ordem e controle sobre seu operariado³⁸. Assim o nome Convento para moradia para moças é utilizado para reforçar a ideia de um local sagrado e disciplinado.

Diante do exposto, percebe-se que tendo sido a Fábrica de Tecidos do Biribiri, fundada por um Bispo, o nome Convento, poderia passar a ideia de uma ordem disciplinar. As administrações que vieram após a saída do Dom João Antonio Felício dos Santos do negócio também estimularam a prática da religião católica e a continuidade do nome da moradia das moças de Convento. Esta nomenclatura só mudaria a partir da segunda metade do século XX, momento em que o nome Convento passou a ser denominado de Pensionato.

³⁵ GINZBURG (1939, 2006, P.12).

³⁶ PERROT (2011).

³⁷ GIROLLETTI (1991).

³⁸ FOUCAULT (1987).

Considerações Finais

A Fábrica de Tecidos do Biribiri fundada em 1876 pelo Bispo de Diamantina e sua família teve como objetivo beneficiar moças e meninos. Partindo da premissa de que o espaço fabril contribuiu para a formação de papéis sociais constata-se que nesta fábrica relações de gêneros foram moldadas mediante a representação da operária santa.

Fontes

CADERNO DE ATAS DAS REUNIÕES DA ASSOCIAÇÃO FILHAS DE MARIA 1930-1941. p.07/08. Acervo particular de Edvaldo Nascimento – Chefe de Departamento na Empresa Estamparia S/A- Diamantina/MG.

Jornal SETE DE SETEMBRO, 5 de Fevereiro de 1887.

Jornal ESTRELA POLLAR, p. 03, Edição nº25, Anno 1, 27/08/1903

MANUSCRITO - PETIÇÃO AO GLORIOSO SANTO ANTÔNIO (Diamantina 10/01/1929).

Referências

ARMONIMO, Luciana, NEVES, Osias Ribeiro. *Tecendo memórias: a história da Estamparia*. Belo Horizonte: Escritório de Histórias, 2007.

CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis Historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

CHALLOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. 2º ed. – Campinas/SP: Editora da Unicamp, 1999.

DAVIS, Natalie Zemon. *Culturas do povo: Sociedade e cultura no início da França moderna: oito ensaios*. Tradução Mariza Corrêa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

DULCI, Otávio Soares. A indústria mineira no século XIX. In: RESENDE, Maria Efigenica Lage e VILLALTA, Luiz Carlos (Org.). *A Província de Minas*. – Belo Horizonte: Autêntica Editora; Companhia do Tempo, 2013.

FERNANDES, Antônio Carlos. *O turíbulo e a chaminé: A ação do bispado no processo de constituição da Modernidade em Diamantina (1864-1917)*. Dissertação de Mestrado

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
 ISSN: 2317-0468
 17 a 21 de outubro de 2016

apresentado ao Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais/Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2005.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, Vozes, 1987.

FRENCH, John. As falsas dicotomias entre escravidão e liberdade: Continuidades e rupturas na formação política e social do Brasil moderno. In: LIBBY, Douglas Colle e FURTADO, Junia Ferreira, Orgs. *Trabalho livre, trabalho escravo: Brasil e Europa, séculos XVII e XIX*. São Paulo: Annablume, 2006, p. 97 a 110.

GIORGIO, Michela. O modelo Católico. In: Duby, Georges; PERROT, Michele. *História das mulheres no Ocidente: O século XIX*. Trad. COELHO, Maria Helena da Cruz; et. al. Porto/Portugal: Edições Afrontamento; São Paulo/Brasil: EBRADIL, 1991. V.4 pp 199-237.

GIROLETTI, Domingos. *Fábrica, convento e disciplina*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991.

GIZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Cia. das Letras, 2006.

GOODWIN JÚNIOR, James William. *Cidades de papel: imprensa, progresso e tradição: Diamantina e Juiz de Fora, MG (1884-1914)*. Belo Horizonte, Fino Traço, 2015.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Daniele. *A classe operária tem dois sexos*. Estudos Feministas, número 1, 1994. Disponível em <
<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16291>>. Acesso 20/07/2016.

KERGOAT, Daniele. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. HIRATA, Helena et al. (orgs.) *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo Editora UNESP, 2009. p. 67-75.

LEMOS, Marcos. *O grande Tecelão*. Editora Gráfica O Lutador, 1999.

LIBBY, Douglas C. FURTADO, Júnia Ferreira. Trabalho livre, trabalho escravo: perspectivas de comparação. In: LIBBY, Douglas C. FURTADO, Júnia Ferreira (Org.). *Trabalho livre, trabalho escravo: Brasil e Europa nos séculos XVII e XIX*. – São Paulo: Annablume, 2006. p.11 a 18.

MACHADO FILHO, Aires da Mata (1909). *Arraial do Tijuco, cidade de Diamantina*. 3 ed. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1980.

MARTINS, Marcos Lobato. *Breviário de Diamantina: uma história do garimpo de diamantes em Minas Gerais (Século XIX)*. 1. ed. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2014.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

MARTINS, Marcos Lobato. *A presença da fábrica no grande empório do Norte: surto industrial em Diamantina entre 1870 e 1930*. In: IX Seminário sobre a Economia Mineira. Diamantina: CEDEPLAR/UFMG, 2000. Anais, V. 2.

MARTINS, Júnia M. Lopes; MARTINS Marcos Lobato. *O Colégio Nossa Senhora das Dores de Diamantina e a educação feminina no norte/nordeste mineiro (1860-1940)*. In: Revista Educação. Belo Horizonte: s/e, nº17, junho, 1993.

MATHIEU, Nicole-Claude. Sexo e Gênero. In: HIRATA, Helena et al. (orgs.) *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo Editora UNESP, 2009. p. 222- 231.

MORLEY, Helena [Alice Dayrell Caldeira Brant]. *Minha vida de menina*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

OLIVEIRA, Livia Gabriele. *A presença da igreja nas ações abolicionistas do norte mineiro: o caso do bispado de Diamantina 1864-1888*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Departamento de História. Programa de Pós Graduação em História, 2011.

PERROT, Michelle. *História dos quartos*. Tradução Alcida Brant. São Paulo Paz e Terra, 2011.

PERROT, Michelle. História (sexuação da). In: HIRATA, Helena et al. (orgs.) *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo Editora UNESP, 2009. p.111- 116

SCOTT, J. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Educação e Realidade. V. 20, nº2, julho-dezembro, 1989, p. 71-100.

THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária*. Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

THOMPSON, Edward P. *Costumes em comum*. Revisão técnica Antonio Negro, Cristina Meneguello, Paulo Fontes. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

O discurso da Igreja Católica perante o papel das mulheres nas famílias brasileiras (1930-1945)

Mônica Euzébio da Costa¹

Resumo:

O presente artigo tem por escopo, fazer um estudo sobre a construção social, acerca do papel definido para as mulheres nas famílias brasileiras, através do discurso empreendido pela Igreja Católica. A análise dessa temática tem por espaço temporal o período de 1930 á 1945, uma vez que, este trabalho visa discutir a relação entre poder temporal e espiritual no que concerne ao modelo ideal de família.

Palavras- chave: Igreja Católica, Mulheres, Família.

Abstract:

This article is scope, a study about the social construction on the role defined for women in Brazilian families, through speech undertaken by the Catholic Church. The theme of this analysis is the timeline between 1930 and 1945 since, the article discusses the relationship between temporal and spiritual power in relation to the ideal model of family.

Keywords: Catholic Church, Women, Family.

Introdução

O presente artigo tem por finalidade fazer uma discussão acerca do papel destinado às mulheres na sociedade brasileira, a partir principalmente do discurso da Igreja Católica, no período de 1930 á 1945. No referido período, nós podemos observar que a Igreja Católica tentou normatizar a sociedade de acordo com seus preceitos, mesmo nosso país já vivenciando um regime republicano, dito laico.

Em meio a um processo de mudanças socioeconômicas que estavam ocorrendo em nosso país, assim como o processo de urbanização e o advento da industrialização, processo este que fez com que as famílias tivessem suas estruturas modificadas, bem como a saída das mulheres para trabalharem fora do ambiente doméstico, algo que era veementemente criticado pela Igreja Católica, uma vez que, essa instituição religiosa acreditava que as

¹ Graduada em História pelo Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora, especialista em Ciência da Religião pela Universidade Federal de Juiz de Fora e mestranda em História pela Universidade Federal de Ouro Preto.

mulheres não deveriam exercer atividades fora do ambiente doméstico, à mesma irá empreender um discurso de valorização do trabalho feminino no lar, advertindo que o trabalho fora do ambiente doméstico não era adequado as fragilidades das mulheres.

No primeiro tópico, faremos um esboço acerca do discurso higienista e jurista que embasaram o discurso da Igreja Católica, acerca do papel das mulheres em nossa sociedade, que por sua vez, levou a uma promoção da construção social da divisão entre os sexos. Logo, poderemos observar como socialmente foi construído e como diria Pierre Bourdieu “naturalizado” o discurso da mulher submissa. Assim, será analisado como foi construído esse discurso, em que se enfatizavam essas rígidas regras comportamentais para as mulheres, criando dessa forma uma representação para estas de rainha do lar. Será possível observar que a Igreja Católica irá dar grande destaque a essa nobre missão das mulheres nas famílias, e criticar veementemente o trabalho fora de casa para estas, portanto definindo o espaço público como exclusivamente masculino e o espaço privado do lar exclusivamente feminino.

No segundo tópico, teremos por finalidade fazer uma análise acerca do papel do Estado perante a essa política conservadora da Igreja Católica sobre a conduta das mulheres. Desse modo, será destacado como o Estado de certa maneira cooperou com a Igreja Católica perante as suas políticas normatizadoras. Pois, de acordo com a historiografia presente, o governo de Getúlio Vargas, contribuiu muito para com essa ideologia Católica de moralização das famílias brasileiras.

1.1- A definição de espaço público para os homens e do espaço privado para as mulheres: um discurso religioso, médico e jurista.

Em uma sociedade como a nossa marcadamente religiosa, a Igreja Católica fez uso de sua influência, para demarcar os espaços destinados aos homens e as mulheres. Ainda com o apoio do discurso médico e jurídico, a Igreja Católica teve certa facilidade em disseminar seus preceitos perante a sociedade brasileira.

Durante o século XIX, a sociedade brasileira passou por grandes transformações, assim como, a consolidação do capitalismo, a crescente urbanização das cidades e também a ascensão da burguesia, que por sua vez, começou a ditar normas comportamentais para as

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016*

famílias. De acordo com essa classe social, seria valorizada a importância da maternidade, ou seja, os cuidados que as mulheres deveriam ter com seus filhos, e para tal as mulheres deviam se dedicar exclusivamente ao trabalho do ambiente doméstico.²

Logo, com a ascensão da burguesia, começa a surgir um discurso médico higienista, acerca das normas comportamentais, tanto para homens quanto para mulheres, lembrando que esse discurso era muito mais rígido com relação à postura das mulheres. Assim perante a esse discurso temos a inferiorização das mulheres em relação aos homens, como destaca Jurandir Freire, “[...] Difundiram, simultaneamente, o preconceito de que o cérebro do homem capacitava-o para as profissões intelectuais, enquanto o da mulher só lhe permitia exercer atividades domésticas” (COSTA, 1999:14).

A partir do trabalho de Sidney Chalhoub, no qual o mesmo faz menção à pesquisa realizada por Jurandir Freire, aquele enfatiza, que baseado em Foucault, Freire argumenta que a educação higienista propunha o reforço da ideia de dominação e manutenção da ordem burguesa, que enfatizava a divisão entre os sexos, e modelos idéias de mulheres e homens.³

Assim, a partir desse discurso é possível observar, como as mulheres eram inferiorizadas perante aos homens, uma vez que, o discurso higienista propunha a divisão entre os sexos, pautado em uma hierarquia, na qual as mulheres eram sempre inferiorizadas perante aos homens. A Igreja Católica também enfatizava essa inferioridade da mulher, “Considerando a mulher como um ser incapaz de se autogovernar, os prelados atribuíam a si a tarefa e a missão de orientar - lá em sua vida particular e social” (AZZI, GRIPJ, 2008:129). Desse modo, como as mulheres eram consideradas seres incapazes, sua vocação natural estava condicionada a ser mãe, esposa e dona de casa, já aos homens era atribuído o dever de prover e proteger sua família. De acordo com Margareth Rago, “[...] Por caminhos sofisticados e sinuosos se forja uma representação simbólica da mulher, a esposa-mãe-dona-de-casa [...]” (RAGO, 1985:62).

Outro discurso que vai reafirmar a inferioridade das mulheres será o discurso jurista, que vai enfatizar a inferioridade das mulheres, definindo-as como incapazes. No código civil de 1916, apesar das tentativas de Clóvis Bevilacqua que foi o responsável pela

² D' INCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. In: PRIORE, Mary Del (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2009.p.223

³ CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**. Campinas: Ed. Unicamp, 2001.p.177.

elaboração do código, de dar certa autonomia as mulheres, foram reafirmadas a incapacidade das mulheres e sua submissão aos homens, pois de acordo com o código as mulheres eram definidas como incapazes e os homens como capazes.⁴

Assim, os preceitos do Código Civil de 1916, reafirmaram o discurso vigente, no qual as mulheres continuavam a ser inferiores perante aos homens, ou seja, sacramentou o discurso burguês e religioso fazendo das mulheres um ser condicionado à incapacidade e tendo de ser regulada por seu marido ou quando não era casada, regulada por seu pai. Logo, o Código Civil, legalizou um discurso, em que as mulheres eram totalmente subordinadas aos homens. Desse modo, é possível observar como o meio jurídico ajudou no discurso da Igreja Católica perante as mulheres, uma vez que, as leis referentes à família reproduziam o discurso no qual as mulheres eram consideradas seres inferiores e deviam obediência a seu cônjuge.

[...] Os maridos deviam ser o cabeça do casal não só na prática decidindo, inclusive, onde suas mulheres e filhos iriam viver se iriam trabalhar e como seus bens seriam administrados – como também perante a justiça, tendo o poder de representar a todos. As mulheres casadas, assim, permaneciam incapazes, como o eram deficientes mentais, mendigos, menores e indígenas (GRINBERG, 2001: 45).

Assim, como destaca Marina e Maria Lúcia, esse discurso ideológico, surge em nossa sociedade com o único intuito de fazer das mulheres seres inferiores, desumaniza-las como seres históricos, uma vez que, estavam totalmente sobre o domínio masculino, tanto perante a religião, quanto perante o discurso burguês e jurídico, que enfatizaram esse discurso de dominação criando papéis distintos para homens e mulheres, e fazendo surgir na sociedade essa representação de mulher que estava destinada a ser rainha do lar, sustentada pelo tripé mãe, esposa e dona de casa.⁵

Outra questão de suma importância é a questão do trabalho feminino, que era veementemente criticado pela Igreja Católica, uma vez que, para a mesma as mulheres deveriam ser essencialmente, mãe, esposa e dona de casa exemplar, e desse modo exercer

⁴ GRINBERG, Keila. **Código civil e cidadania**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.p.45

⁵ MALUF, Marina; MOTT, Maria Lúcia. Recônditos do mundo feminino. In: NOVAIS, F. (ORG.). **História da vida privada no Brasil**.v.3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.p.373.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

sua vocação natural de rainha do lar. Assim, a Igreja aconselhava aos homens que estes fossem o provedor da família e que as mulheres ficassem condicionadas ao ambiente doméstico. Esses preceitos enfatizavam como a Igreja Católica definia os espaços condizentes de acordo com o sexo, assim definia o espaço público do trabalho para os homens e o ambiente privado do lar para as mulheres. “[...] ser mãe, mais do que nunca, tornou-se a principal missão da mulher, num mundo em que se procura estabelecer rígidas fronteiras entre a esfera pública e privada” (RAGO, 2009: 591).

Podemos entender que esse discurso de valorização do trabalho doméstico para as mulheres, nada mais é que uma tentativa da Igreja Católica de preservar suas doutrinas, pois caso as mulheres fossem trabalhar fora do ambiente doméstico, primeiro que elas estariam deixando o ambiente sagrado do lar, e assim segundo os preceitos dessa instituição religiosa, as mulheres estariam deixando de lado sua vocação natural de ser mãe, esposa e dona de casa, e segundo que ao sair para trabalharem fora de casa essas mulheres seriam independentes financeiramente perante o seu cônjuge. Desse modo, o mito da mulher submissa cairia por terra, pois ela seria independente para fazer suas próprias escolhas. Por essas razões que a Igreja Católica pautada, tanto no discurso médico quanto no discurso jurista, enfatizou a importância do trabalho feminino no lar, para que a divisão de papéis imposta para os sexos continuassem sem nenhum tipo de alteração.

O que nós temos então é uma representação simbólica das mulheres, que assim como Bourdieu enfatiza, é automaticamente justificada pela sociedade e legitimada pela mesma. Assim, as mulheres estão condicionadas a seguir regras morais consideradas como ideais para elas. Até, porque caso as mulheres trabalhassem fora do ambiente doméstico, conseguiriam ser independentes financeiramente de seu cônjuge. Assim a soberania masculina perante as mulheres cairia por terra. Por isso, que foi reforçado o valor do trabalho doméstico das mulheres e considerado sua vocação natural, pois assim, a partir desse modelo de mulher ideal, esta sempre estaria condicionada ao ambiente privado.

A força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificção: a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem a legitimá-la. A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre qual se alicerça – a estrutura do espaço, o mercado reservado aos homens e a casa reservada as mulheres (BOURDIEU, 2014: 18)

Todavia, por mais que nosso objetivo seja analisar o discurso da Igreja Católica perante as mulheres, não é possível esquecer que em boa medida esse discurso coube as mulheres burguesas, uma vez que as mulheres pobres, devido as suas condições de vida tiveram que trabalhar para sustentar sua família, e às vezes também foram as chefes das mesmas, “A organização familiar dos populares assumia uma multiplicidade de formas, sendo inúmeras as famílias chefiadas por mulheres sós” (SOIHET, 2009: 362). Assim, por mais que a rua fosse considerada um lugar impuro para as mulheres, um lugar de desvio, muitas tiveram de trabalhar para sustentar as suas famílias.

Por isso, assim como destaca Cláudia Fonseca, as mulheres das camadas populares, tinham uma realidade muito diferente, desse discurso moralizante, uma vez que, seus maridos por vezes não conseguiam trazer dinheiro suficiente para o sustento da família e desse modo as mulheres não tinham alternativa se não trabalhar. Assim, para não sofrer com as penúrias da miséria, as mulheres tinham de trabalhar, e em uma sociedade marcada por rígidas regras comportamentais para elas, e estas das camadas mais populares tinham de conviver com o estigma da mulher pública.⁶Desse modo, o trabalho vai ser associado à moralidade das mulheres, uma vez que, pelo fato desta ser considerada como incapaz e indefesa o ambiente de trabalho vai ser considerado um lugar perigoso para sua integridade física e moral.

Assim, é possível observar como o discurso da época, enfatizava o papel das mulheres no ambiente doméstico, uma vez que, considerava a rua um lugar muito perigoso para as mulheres. “[...] Enquanto o mundo do trabalho era representado pela metáfora do cabaré, o lar era valorizado como o ninho sagrado que abrigava a rainha do lar e o reizinho da família [...]” (RAGO, 2009: 588). Por isso, de acordo com o discurso da Igreja Católica, que também era embasado pelo discurso médico e jurista, o lugar das mulheres era no lar, no qual tinha de se dedicar para ser uma boa esposa, mãe e exemplar dona de casa. No discurso médico podemos evidenciar uma análise pautada na vocação natural das mulheres em serem donas de casa.

⁶ FONSECA, Cláudia. Ser mulher, mãe e pobre. In: PRIORE, Mary Del (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2009.p.516.

[...] A medicina fundamentava essas concepções em bases científicas, mostrando que o crânio feminino, assim como toda a sua constituição biológica, fixava o destino da mulher: ser mãe e viver no lar, abnegadamente cuidando da família [...] (RAGO, 2009: 592).

Mediante, a essa representação simbólica das mulheres, como mães, esposas e donas de casa, é possível observar a partir dos preceitos de Pierre Bourdieu, como a dominação masculina era imposta as mulheres, uma vez que, de acordo com esse teórico, o que nós temos é uma dominação simbólica, haja vista, que esses discursos moralizantes, são imputados na sociedade de modo, a fazer com que as mulheres também disseminem esse tipo de ideologia, “exercida em nome de um princípio simbólico conhecido e reconhecido tanto pelo dominante quanto pelo dominado” (BOURDIEU, 2014: 7). Assim, podemos dizer que o discurso médico, jurista e religioso não se sustentariam sozinhos, ou seja, sem a contribuição das mulheres, uma vez que, as mesmas naturalizavam esse discurso.

Na pastoral de 1939, Dom Mauricio, irá enfatizar que os principais males da sociedade moderna consiste na saída das mulheres para trabalhar fora do ambiente doméstico, uma vez que, estes empregos não condizem com sua realidade e nobre missão de esposas e mães.⁷ Ainda em 1939, será criada por Dom Mauricio da Rocha a Liga em defesa da família, que terá por principais pontos defendidos pela Igreja Católica: a indissolubilidade do matrimônio, família numerosa, mulher enclausurada no lar, submissão dos filhos, alerta contra a educação física e veto a educação sexual, saudosismo do passado e denúncia do mundo moderno. Portanto, dentro desse discurso será enfatizado que para que a família tenha um modelo ideal, dependerá exclusivamente das mulheres, ou seja, de sua total subordinação aos seus maridos.⁸

Como regra geral, a Igreja continuou a defender nesse período uma nítida divisão de funções para o homem e a mulher. Enquanto ao primeiro competia, fundamentalmente, a sustentação econômica da família, mediante o trabalho profissional fora de casa, a tarefa específica da mulher era a educação dos filhos menores, com atividades restritas âmbito do lar (AZZI, 1933: 103).

⁷ AZZI, Riolando; GRIPJ, Klaus van der. **História da Igreja no Brasil**: ensaio de interpretação a partir do povo: tomo II/ 3-2: terceira época: 1930-1964. Petrópolis/RJ: Vozes, 2008.p.131.

⁸ AZZI, Riolando; GRIPJ, Klaus van der. **História da Igreja no Brasil**: ensaio de interpretação a partir do povo: tomo II/ 3-2: terceira época: 1930-1964. Petrópolis/RJ: Vozes, 2008.p.145-146.

A Igreja Católica, sempre enfatizou a importância do trabalho das mulheres em seus respectivos lares, destacando como sua vocação natural de ser a rainha do lar, e desqualificando qualquer oportunidade de trabalho fora do ambiente doméstico, uma vez que, ao sair de seu lar as mulheres estariam desprezando sua família. Numa carta pastoral de Dom Carlos Duarte Costa, é possível observar essa definição de espaços de acordo com o sexo.

Ao sexo forte pertencerá a ação ministerial propriamente dita, o serviço superior e externo, ao sexo fraco, o trabalho interior e o serviço doméstico, de tal maneira se estabelecem, entre todos, uma divisão natural de ação e de deveres (AZZI,GRIPJ, 2008: 130).

A partir do discurso da Igreja Católica, médico e jurista é possível verificar, uma naturalização entre homens e mulheres com relação à disposição de espaços definidos para estes. Para Bourdieu, essa naturalização está enraizada na sociedade, uma vez que, essas questões são assimiladas de forma natural tanto para os homens quando para as mulheres que são inferiorizadas. Bourdieu enfatiza que essas divisões são construídas socialmente e são legitimadas pelos sexos.⁹

Logo, por mais que assim como foi citado, tenhamos mulheres que irão sair de seus lares para trabalhar devido as suas condições financeiras, estas vão ser estigmatizadas perante a sociedade e em certa medida perante a elas mesmas, pois sabem que o discurso vigente seria o correto a ser seguido por mais que suas condições não permitam, uma vez que, os agentes proliferadores de discursos normatizantes assim como a Igreja Católica, tinham muita influência perante a sociedade, e fazem de seus discursos algo sem questionamentos uma vez que são naturalizados.

É na lógica da economia de trocas simbólicas – e, mais precisamente, na construção social das relações de parentesco e do casamento em que se determina às mulheres seu estatuto social de objetos de troca definidos segundo os interesses masculinos, e destinados assim a contribuir para a reprodução do capital simbólico dos homens – que reside a explicação do primado concedido à masculinidade nas taxionias culturais (BOURDIEU, 2014: 56)

Logo, o que nós temos é uma construção social do que é ser mulher, haja vista, que são definidas regidas regras com relação ao comportamento feminino. Portanto, a Igreja

⁹ BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.p.17.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
 ISSN: 2317-0468
 17 a 21 de outubro de 2016

Católica fez uso do discurso médico e jurídico, para reafirmar a submissão das mulheres perante aos homens, enfatizando assim a construção social da divisão entre os sexos, que condicionaria aos homens, a estar no ambiente público, ou seja, trabalhando para sustentar sua família, e para as mulheres estaria reservado o ambiente privado, no qual esta teria a nobre missão de ser rainha do lar. Desse modo, temos uma representação das mulheres que irá se basear, em que elas estão condicionadas a ser mãe, esposa e dona de casa.

1.2 – A relação entre poder temporal e espiritual: um debate acerca da família brasileira.

Igreja e Estado, poder espiritual e poder temporal, instituição eclesiástica e instituição civil, comunidade religiosa e comunidade política são termos de binômio que através dos séculos vem desafiando, em seu relacionamento, fórmula e receitas pré – fabricadas e mecanicamente aplicadas (LUSTOSA, 1991: 7).

Com o advento do regime republicano, a Igreja Católica teve de se adaptar a esse novo contexto, visto que, com o início da República, temos o fim do regime de Padroado, este por sua vez, consistia em uma união entre poder espiritual e temporal, no qual a Igreja Católica detinha grande poder e influência perante o Estado. No regime de Padroado, a Igreja Católica era responsável por vários aspectos da sociedade, visto que, quando uma pessoa nascia, o registro era realizado por essa instituição religiosa, quando a pessoa iria se casar, o casamento era de incumbência da Igreja, e por fim quando a pessoa morria, o atesto de óbito também era feito pela Igreja Católica. Agora, com o advento do regime republicano, todas essas questões, ficam a cargo do poder civil.

Durante todo o período colonial (1500-1822) e durante toda a fase imperial (1822-1889), a Igreja Católica no Brasil viveu, do ponto de vista político, um processo de estabilidade e segurança em razão de sua dependência total do Estado, dotado de institutos jurídicos cuja prática ou aplicação, às vezes abusiva, prejudicava o programa de tarefas pastorais da comunidade eclesial. Por bem ou por mal, a República, proclamada em 1889, rompeu com esse esquema, tornando-se constitucionalmente neutra em matéria religiosa. A Igreja Católica perdeu o encosto e o apoio oficiais do poder civil (LUSTOSA, 1991: 15).

Assim, com o regime republicano a Igreja Católica, perdeu um pouco de poder, todavia fez de tudo para conseguir manter sua influência perante a sociedade. Desse modo, o poder eclesiástico encontrou seus dias de glória no governo de Getúlio Vargas, haja vista,

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

que a Igreja tinha uma enorme preocupação com a moralidade das famílias brasileiras e vai encontrar grandes oportunidades de pregar seus preceitos neste governo que também tinha grande preocupação com a moral e a manutenção da ordem.

A Revolução de 1930 foi sem dúvida alguma um marco histórico para a sociedade brasileira, pois a partir desse momento vamos observar o grande desenvolvimento industrial e a crescente urbanização das cidades, “Getúlio Vargas tinha como meta principal superar o atraso e transformar o Brasil num país desenvolvido do ponto de vista econômico [...]” (CAPELATO, 2012: 119).

Getúlio Vargas tinha por característica um governo centralizador, “O Governo Provisório deu início a uma política centralizadora que acabava com a autonomia dos Estados [...]” (CAPELATO, 2012:114), desse modo estava muito atento a todos os aspectos da sociedade, bem como as famílias. A manutenção da ordem na sociedade era de suma importância para esse governo, haja vista, que sem a ordem seria quase impossível a manutenção do regime provisório.

Para conseguir esse objetivo, o governo de Vargas, contou com uma grande aliada, sendo ela a Igreja Católica. De acordo com a historiografia, essa reaproximação da Igreja Católica com o poder temporal não era tão nova assim, já havia começado no governo de Artur Bernardes. Contudo, um marco simbólico vai definir essa reaproximação, que vai ser a inauguração da estátua do Cristo Redentor no Rio de Janeiro, em 12 de outubro de 1931. Getúlio Vargas esteve presente nesta inauguração, e contou com o apoio dos cardeais envolvidos na cerimônia, que fizeram com que seus adeptos apoiassem o governo vigente.¹⁰

Em 1939, realizou-se no Rio de Janeiro o Primeiro Concílio Plenário Brasileiro, neste evento a partir da fala do presidente Getúlio Vargas podemos observar a estreita relação do governo vigente com a Igreja Católica:

O Estado deixando à Igreja ampla liberdade de pregação, assegura-lhe ambiente propício a expandir-se e a ampliar o seu domínio sobre as almas, os sacerdotes e missionários colaboraram com o Estado, timbrando em ser bons cidadãos, obedientes a lei civil, compreendendo que sem ela – sem ordem e disciplina, portanto – os costumes se corrompem, o sentido da dignidade humana se apaga e toda a vida espiritual se estanca- O lugar da Igreja Católica está marcado em destaque, como o fator preponderante na formação espiritual da raça, e a sua

¹⁰ FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2009.p.333.

doutrina e ensinamentos constituem as bases da organização da família e da sociedade (AZZI, GRIPJ, 2008: 233).

Então, a partir dessa fala de Getúlio Vargas, podemos compreender como a relação entre o poder espiritual e poder temporal estavam bem próximas, visto que, o próprio presidente dá total liberdade para que a Igreja Católica discipline a sociedade de acordo com seus preceitos. Assim, também é possível enfatizar o quão preocupado com a ordem e a disciplina das famílias estava o governo varguista.

Como já mencionado no tópico anterior, a Igreja Católica, sempre teve muita preocupação com as famílias, e o papel destinado a cada membro da mesma. Logo, lembremos que esta instituição religiosa muito preocupada com a honra das famílias brasileiras definiu rígidas fronteiras perante os papéis destinados aos homens e as mulheres. Portanto, definiu que o espaço público deveria ser um lugar exclusivamente masculino, no qual este deveria trabalhar para levar o sustento de sua casa, enquanto para as mulheres a Igreja Católica afirmava que esta tinha por dever e vocação natural o ambiente privado, ou seja, as tarefas condicionadas ao ambiente doméstico.

Sueann Caufield salienta que a noção de honra da família foi mantida na legislação do século XX e ganhou mais destaque depois de 1937, com a consolidação do governo de Getúlio Vargas, pois segundo Sueann, o atual governo teve como premissa fazer grandes esforços com relação ao zelo pela moral pública, e pelos valores da família, fazendo desse modo um vínculo entre a honra das famílias e a honra nacional.¹¹

Desse modo, o que nós podemos perceber, e que tanto o governo vigente, quanto o poder eclesiástico tiveram os mesmos objetivos com relação às famílias brasileiras. Podemos dizer que o princípio básico de ambos os poderes está condicionado à manutenção da disciplina e da ordem das famílias. E que para esse objetivo, por mais que estejamos em um regime republicano dito laico, o governo vigente terá como base de apoio a Igreja Católica.

Bem se pode adiantar que entre Estado e Igreja vai desenvolver-se uma Aliança Implícita na qual os termos e alcance do relacionamento mútuo não são discutidos, mas as duas intuições sabem exatamente o que desejam e o que pretendem. E mais ainda: uma e outra têm consciência de que são necessárias

¹¹ CAULFIELD, Sueann. **Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)**. Campinas: Ed. Unicamp, 2000.p.27

negociações e concessões recíprocas na tentativa de conseguir os seus objetivos (LUSTOSA, 1991: 49).

Ainda no que tange a essa estreita relação entre o governo vigente e a Igreja Católica, nós temos a fundação da Liga Eleitoral Católica (LEC). “A Igreja, com o objetivo de mobilizar o eleitorado católico, criou a Liga Eleitoral Católica, que, independentemente da filiação partidária, pedia votos, para os candidatos comprometidos com a sua doutrina social [...]” (PANDOLFI, 2012: 28). Essa liga foi iniciada com o intuito de interferir na promulgação da Constituição de 1934, por sua vez, a LEC, queria ter controle acerca dos candidatos e partidos políticos que estavam envolvidos na feitura dessa nova Constituição brasileira. Dom Justino em 1936 na data de 07 de março divulga as diretrizes dessa liga, a saber: se os candidatos são bons católicos, se caso haja políticos que sejam contrários as regras da Igreja Católica, os párocos seriam instruídos a instruírem que esses políticos não participassem da realização da Constituição de 1934. Assim, essa fiscalização dos políticos, envolvia puramente a sua postura com a relação à Igreja Católica, com a pura finalidade de implantar uma Constituição com doutrinas religiosas.¹²

[...] A fim de controlar, de cima, os eleitores e os partidos é que o grupo de católicos do Rio, com a entusiástica aprovação e apoio do cardeal Leme, instalou a Liga Eleitoral Católica, a LEC, que havia de conduzir, como grupo de pressão, e em nível de exigências religiosas, os destinos das eleições de 1933, e as linhas de ação da Assembléia Constituinte de 1934. A Igreja, através da LEC, colocou no congresso um conjunto de representantes que, no final das contas, elaborou um estatuto e ou diploma legal para o país, cobrindo e preenchendo todos os postulados de comunidade eclesial católica (LUSTOSA, 1991: 53).

Então, o que nós podemos perceber, é que a Igreja Católica tentou de todas as maneiras, fazer valer sua influência perante o governo vigente, e que de certa forma essa instituição religiosa, obteve grande sucesso nesta tarefa, visto que, se apoiando na influência da Igreja Católica e seu prestígio, o governo varguista apoiou a continuidade da interferência religiosa na vida da população brasileira, pois neste período é possível dizer que, “[...] A Igreja Católica teve ganhos importantes, como o direito á educação confessional nas escolas públicas [...]” (PANDOLFI, 2012: 29).

¹² AZZI, Riolando .**Sob o báculo episcopal**: A Igreja Católica em Juiz de Fora 1850-1950. Juiz de Fora: Centro da Memória da Igreja de Juiz de Fora, 2000. P.215.

Desse modo é possível afirmar que neste período, por mais que estejamos em um regime republicano de caráter laico, a Igreja Católica conseguiu normatizar as relações familiares e definir papéis exclusivos para as mulheres e para os homens, muito em função do apoio do governo de Getúlio Vargas. E a partir dessa aliança entre poder temporal e poder espiritual, temos uma construção social dos deveres das mulheres em nossa sociedade.

Considerações finais

Na passagem do século XIX para o XX, nós temos grandes transformações socioeconômicas ocorrendo no Brasil. Dentre a essas transformações a ascensão da burguesia, essa nova classe social que emerge no Brasil com a ascensão das indústrias, começará a ditar as normas comportamentais em nossa sociedade, realizando assim, uma divisão entre os sexos.

As regras comportamentais inseridas em nossa sociedade, por meio da burguesia, tiveram por base o discurso médico higienista, que foi fortemente introduzido em nossa sociedade e auxiliado também pelo discurso jurista. Em ambos os discursos, será enfatizado que as mulheres devem ser submissas aos seus respectivos esposos, por sua condição de “incapaz”, e que o melhor lugar de atuação considerado até mesmo como seu lugar natural será o lar. Logo, esses discursos irão enfatizar que o lugar das mulheres esta condicionado ao ambiente privado, que seria os trabalhos que envolviam tarefas domésticas, já para os homens estava definido os lugares públicos, ou seja, o trabalho fora de casa para o sustento de sua família.

Tendo por base tanto discurso médico quanto o discurso jurista, a Igreja Católica irá apregoar na sociedade os seus preceitos de família, que estavam baseados em rígidas regras comportamentais para as mulheres que deveriam ser boas esposas, donas de casa e mães exemplares. A Igreja Católica fazia questão de demonstrar como o trabalho no lar era importante, colocando nas mulheres o título de rainha do lar.

Entretanto, cabe ressaltar que em pleno regime republicano a Igreja Católica continuou a doutrinar a sociedade brasileira de acordo com suas ideologias, pois de acordo com estudos historiográficos, principalmente no governo de Getúlio Vargas, que tinha

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016*

muita preocupação com a manutenção da ordem, a Igreja Católica continuou a difundir seus preceitos moralizantes perante as famílias brasileiras com o apoio desse governo.

Assim, é possível concluir que em pleno regime republicano, este por sua vez em vigor a mais de quarenta anos e dito laico, a Igreja Católica continuou a ditar normas comportamentais tendo por base tanto o discurso médico quanto o jurista, e fazendo com que as mulheres em nossa sociedade fossem relegadas a guardiã do lar, e tendo isso como uma vocação natural. Todavia, por mais que esse discurso fosse difícil de ser seguido à risca por todas as mulheres, visto que como foi mencionado anteriormente, muitas mulheres tiveram de trabalhar para sustentar sua família, a até mesmo chegaram a ser chefes da mesma, esse era um discurso para ser seguido por todas as mulheres, pois aquelas que trabalhavam fora do ambiente doméstico tinham que conviver com o pejo da mulher pública, ou seja, sem honra e moral perante a sociedade.

Logo, o que temos é um discurso naturalizado pela sociedade e que fez uma representação das mulheres, sendo estas relegadas, a ser mãe, esposa e dona de casa, e esse discurso fez com que isso seja uma função natural das mulheres. Por fim, partindo dos pressupostos de Pierre Bourdieu, o que nós temos é uma construção social do que é ser mulher, e essa construção é naturalizada por boa parte da sociedade.

Referência bibliográfica

AZZI, Riolando; GRIPJ, Klaus van der. **História da Igreja no Brasil**: ensaio de interpretação a partir do povo: tomo II/ 3-2: terceira época: 1930-1964. Petrópolis/RJ: Vozes, 2008.

_____. Família, mulher e sexualidade na Igreja do Brasil (1930-1964). In: MARCÍLIO, Maria Luiza (org.). **Família, Mulher, Sexualidade e Igreja na História do Brasil**. São Paulo: Edições Loyola, 1993.p.101-134.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo?. In: DELGADO, Lucilia de Almeida; FERREIRA, Jorge (orgs.). **O Brasil republicano**: o tempo do nacional-estadismo. v.2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 107- 143.

CAULFIELD, Sueann. **Em defesa da honra**: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940). Campinas: Ed. Unicamp, 2000.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

- CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**. Campinas: Ed. Unicamp, 2001.
- COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.
- D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. In: PRIORE, Mary Del (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2009.p. 223-277.
- FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2009.
- FONSECA, Cláudia. Ser mulher, mãe e pobre. In: PRIORE, Mary Del (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2009.p.510.553.
- GRINBERG, Keila. **Código civil e cidadania**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- LUSTOSA, Oscar F. **A Igreja católica no Brasil república**. São Paulo: Edições Paulinas, 1991.
- MALUF, Marina; MOTT, Maria Lúcia. Recônditos do mundo feminino. In: NOVAIS, F. (ORG.). **História da vida privada no Brasil**.v.3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. P. 368-431.
- PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos 1930: as incertezas do regime. In:DELGADO, Lucília de Almeida; FERREIRA, Jorge (orgs.). **O Brasil republicano: o tempo do nacional-estadismo**. V.2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. P 13 – 35.
- RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar, Brasil 1890-1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- _____. Trabalho feminino e sexualidade. In: PRIORE, Mary Del (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2009.p. 578-606.
- SOIHET, Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: PRIORE, Mary Del (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2009.p. 362- 400.

Simpósio Temático 20: Memórias da cidade – O patrimônio cultural urbano como fonte para o historiador.

Coordenadores: Jéssica Rossone (Mestranda em Ambiente Construído PPGARQ/UFJF) & Leandro Silva (Doutorando em História Social/UFRJ)

Entre os espaços que habitam a cidade contemporânea: o que há entre o sujeito e o muro?

Maria Fernanda Bertholdo

Resumo:

O trabalho intitulado “Entre os espaços que habitam a cidade contemporânea: o que há entre o sujeito e o muro?” Busca compreender as relações de domínio simbólico da arte urbana, analisando como a arte de rua reflete na cultura brasileira, instrumentalizando a busca por maneiras de inserir na escola e no ensino de história um lugar de reflexão e integração. A marginalidade e a transgressão tornam-se visíveis no espaço urbano, inserindo uma nova perspectiva da relação do sujeito e o espaço, que agora transita em uma recente codificação simbólica. A partir disso, a arte de grafitar e pixar se transformam num importante veículo de comunicação urbana, concretizando assim um novo espaço de manifestações de vozes antes caladas, de outros sujeitos históricos que participam da cidade mas que por vezes foram silenciados.

Palavras-chaves: cidade , grafite , pichação , simbólico , visual

Abstract:

The work entitled "Between the spaces they inhabit the contemporary city: what the walls can tell me? Tries to understand the symbolic domain relationships of urban art, analyzing how the street art reflects in brazilian culture, by actually Instrumenting the search for ways to enter school and teaching of history as a place of reflection and integration. Marginality and transgression become visible in the urban space, inserting a new perspective on the relationship between the subject and the space, which now moves in a recent symbolic encoding. From this, the art of graffiti and pixar becomes an important vehicle of communication, establishing a new urban space of demonstrations of voices before quiet, other historical subjects participating in the city but that sometimes were silenced.

Key-words: City, graffiti, pixo, symbolic, visual

1-Introdução

A edificação da cidade se dá por processos projetados por urbanistas. Mas a construção também é possível através da visualidade, e como elemento principal de tal formação, está a arte urbana, denominada e difundida segundo a ideia de J. Ruskin, mas com uma perspectiva contemporânea. Essa ação parte de indivíduos que se preocupam com as cores e formas, lugares, sentimentos e visão social, por meio de comunicações urbanas, e conexões de coletivos e pensamentos ideológicos a fim. Através de conversas e diálogos com esses grupos, buscamos compreender como a cidade pode ter um significado simbólico, pensando o aspecto apresentado por Bourdieu (1998) no livro “O poder do simbólico”, que abrange um conceito muito maior que apenas o estilo arquitetônico ou o referencial histórico, a cidade por si cria uma identidade que interage e é modificada pelo nosso exercício sobre o tempo. Um pixador que atua nas ruas de Pernambuco, mas que não quis se identificar, define os territórios da pixação e do grafite: “Não reconhecemos as cercas ou as propriedades como privadas, pois o que está nas ruas é de todos. Nós somos os artistas livres, ninguém entra na casa de ninguém, queremos a fachada.”

Com isso podemos entender como a arte urbana é uma peça da rede de conexões físicas e pessoais que configuram a cidade. Essa análise cabe a estrutura do processo partindo de uma visão externa, através do contato direto com os agentes do processo é possível notar que há relações e vínculos para além dos traços, palavras, cores ou formas, é o fazer e o ocupar humano.

A escola e o de história pode usar da arte urbana em sua composição e reflexão? O ambiente escolar apresenta diálogos com a rua? De que maneira o ensino de história pode dar voz a sujeitos históricos ativos que convivem e conecta uma cidade edificada e simbólica.

Na primeira etapa, realizamos neste trabalho uma pesquisa sobre a construção do espaço urbano por meio da arte de rua, contextualizando o processo de consolidação do grafite e a pixação, na configuração estética do centro urbano de São Paulo, Pernambuco e Rio de Janeiro. Na segunda etapa, selecionamos as fontes, e para uma relação mais direta, consideramos assim depoimentos pessoais e entrevistas permitindo um contato com grafiteiros, pixadores e projetos sociais que utilizam do grafite para fins pedagógicos. Para

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016*

além dos depoimentos, foi necessária uma análise iconográfica do objeto, através do uso de imagens já disponíveis na rede, possibilitando uma seleção fundamental para compreensão da arte de urbana.

2- O Pixar é Humano

A expressão urbana existe desde as pinturas rupestres nas paredes das cavernas para representar sua vida e seu cotidiano. Já trazendo essa ideia de construção da arte através da intervenção do espaço. Com o passar do tempo a humanidade passou instrumentalizar estas formas de expressão para defender suas idéias fazer propaganda e até mesmo ofender seus inimigos um exemplo de cidade da antiguidade em que podemos observar esses precursores do grafite é Pompéia que foi outrora uma antiga cidade do Império Romano. Os resíduos das foram encontrados no Vulcão de Vesúvio.

A erupção do vulcão provocou uma chuva de cinzas que matou a cidade, que se manteve oculta por 1600 anos antes de ser reencontrada por acaso. Desde então, as escavações proporcionaram um sítio arqueológico, possibilitando uma visão detalhada na vida de uma cidade dos tempos da Roma Antiga vale salientar que é possível observar até mesmo pichações feitas nas paredes das casas.

Nas ruas para além das visões do público, os moradores, há um vínculo estabelecido através de relações sociais entre os grupos praticantes da arte de rua. Há um fenômeno que denominado “atropelar” que ocorre quando há uma tentativa de cobrir o grafite ou o picho alheio, colocando uma marca ou até mesmo uma simples tarja, demonstrando um desprezo ou pela arte ou pelo artista. Em ambas esferas isso é visto com maus olhos, e caso haja a assinatura da *Grife* ou *tag* (nome dos grupos ou do autor) pode haver desentendimentos e a violência torna-se eminente.

Na entrevista publicada no “Caderno B” do Jornal do Brasil, Ziraldo, como entrevistador, pergunta ao grafiteiro “Toz” do grupo *Fleshbeck Crew*, da zona sul do Rio de Janeiro: “Se qualquer um pode chegar, como impedem que um pinte em cima do outro?”. A resposta do grafiteiro: “Há um consenso entre os grafiteiros: não é permitido entre a gente um cobrir o outro. A não ser que tenha autorização do próprio. O pichador não. Quando fazemos um graffiti na rua, tiramos logo a foto, porque sabemos que no próximo dia estará

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

pichado”. A pichação é usualmente associada ao discurso norteado pelas noções de vandalismo, s grepresálias sociais, delinqüência e poluição visual. O que é um erro, mesmo tratando-se de uma modalidade criminalizada pela lei brasileira que trata a mesma como depredação do patrimônio.

Devemos entender a conceitualização antropológica por trás os dos riscos e rabiscos. As relações da pichação ultrapassam a visualidade , e torna-se uma ferramenta de comunicação urbana , estabelecendo uma linguagem direta entre o artista e o público , tornando a cidade um lugar repleto de codificações visuais e linguísticas. Já o graffiti está vinculado ao discurso de conscientização, de salvação ou libertação dos jovens da delinqüência através da arte. Grafiteiros, comprometidos com as artes plásticas ou com um movimento social como o hip-hop, muitas vezes são ex-pichadores instrumentalizando e elaborado discursos contrários à pichação. Devemos buscar compreender essa manifestação humana. E entender que há na pichação uma ferramenta de manifestação democrática, e territorial.



Muro em São Paulo, SP (Fonte : www.streetartutopia.com)

4- O Grafite e o espaço urbano : na selva de concreto, eis que surgem as cores.

O Grafite é uma arte que tem início nos anos 70, acontecendo de maneira simultânea em vários lugares do mundo. E no Brasil em meio uma conjuntura histórica conturbada, onde havia discussões acerca dos direitos civis e em específico sobre a “regência” da Ditadura Militar. O grafite e a pichação logo foram classificados como vandalismo até a década de 90. Quando aos poucos a arte urbana começou a tornar-se um importante elemento da configuração do espaço urbano metropolitano no mundo. São Paulo contemporânea não seria o mesmo espaço urbano dialógico sem os grafites e os pixos. Retira-se tais elementos do espaço , e o lugar torna-se um outro espaço citadino.

Quando a Street Art (Arte de rua) deixou de ser associada somente à práticas de jovens delinquentes e sem finalidade, conquistou um espaço conceitual e mercadológico como manifestação artística, não apenas se consolidando na nova vertente vanguardista da decoração de interiores, e de estabelecimento de circuitos artísticos, caracterizando assim um novo espaço, como museus e galerias. Mas o grafite quando se desloca das ruas, têm perdas conceituais? Para essa questão o grafiteiro Derlon Almeida responde em uma entrevista no livro “ Da rua:que pintura é essa?”

Eu olho assim: quem está no mercado é o artista grafiteiro, não o grafite. O grafite está na rua. Naturalmente, quando ele fizer outra coisa, vai parecer que aprendeu pintando a rua, sua influência, porque sempre vai ter isso no sangue. O traço a forma de pintar. Mas isso não quer dizer que aquilo vai ser grafite. (Derlon Almeida, 2009, p.35)

A configuração e disseminação da arte urbana está em evidência. Nas ruas ou fora delas, essa modalidade artística contemporânea, dita experimental participa de um momento singular: uma gama enorme de novos artistas com diferentes técnicas, público admirador crescente, pesquisadores no entorno, publicidade interessada nos traços e na linguagem estética, museus e exposições, legitimando um valor mercadológico das obras, além de galerias e fóruns. Os grafiteiros passaram a receber demandas para pintar cenários interiores. Os artistas geralmente criam formas de associação com base em laços anteriores, principalmente territoriais. No Rio de Janeiro os grupos que fazem os tramos¹ são

¹ Trabalho de pichação , ou apenas trabalho.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

conhecidas como crews. As equipes geralmente não são numerosas, tendo em sua maioria de quatro a cinco integrantes.

A *Fleshbeck Crew* é uma das mais divulgada equipe carioca de graffiti, concretizada por moradores da zona sul e com atuação concentrada na mesma região, a marca contempla inclusive uma lojas com produtos inspirados na arte de rua, e também latas de tinta e telas de seus artistas. Mostrando uma tendência de mercado da arte, visto que há uma ampliação dos feitos para o mercado artístico e pessoal. Além da *Fleshbeck*, outras equipes – como a *Santa Crew*, composta por grafiteiros do bairro de Santa Teresa, o *TPM Crew*, um coletivo com três meninas denominado o *Nação Crew*, e de grafiteiros da Baixada Fluminense integra a cena do Rio de Janeiro. Em cidades como o São Paulo ou Rio de Janeiro, é possível identificar as modalidades de intervenção e provocações na estética limpa que preza por uma ordenação de cores e estilos sem muitas cores ou formas exuberantes.

O chamado “pós-graffiti” é um fenômeno mais recente, surgido no início dos anos 2000, no espaço vago da legitimação e da concepção de arte de rua como elemento forte de identificação estética das metrópoles, cujo pioneirismo se atribui aos grafiteiros e se refuta aos pichadores. “A *street art* é uma evolução do grafite. As trocas conceituais ao designar a pixação e graffiti é recorrente. Na episteme das diferenças entre essas duas modalidades consiste em que a pixação, prática direcionada por intervenções na forma de assinaturas monocromáticas (*tags*) em tinta spray, advém da escrita e do registro de ideias e provocações sociais, enquanto o graffiti está diretamente relacionado às artes plásticas, à pintura, à gravura e ao embelezamento do espaço urbano.

Dentre essas diferenças surge a modalidade do *Grápixo*, que é uma pixação com preocupação formal e com uso de cores e acabamentos que antes pertenciam apenas ao grafite, em Nova Iorque essa modalidade é conhecida como *Mash*. Em relação à dicotomia pichação-graffiti, pode-se dizer que nas regiões metropolitanas das capitais brasileiras não é percebido a importância da pixação e a atribuição artística que também é natural da mesma. É a dita cuja estética do sujo, da provocação da ordem e estabelecimento da normalidade do conveniente padrão urbano. “

5- Entre marginalidade, transgressão e estética

A lei (artigo [65](#) da Lei nº [9.605/1998](#)), proíbe a prática do grafite e pichação nos espaços públicos do Brasil. Mas a arte surge e se reafirma de acordo com a própria condição de ilegalidade. O não cumprimento das normas estéticas e comportamentais. Uma espécie de poesia urbana e uma arte que não é domesticada, das margens para o centro em um fluxo direto e por diversas vezes violento.

Segundo Juneco um dos primeiros pichadores do espaço urbano de São Paulo dos anos 90, em um documentário denominado Pixo ação (2010) “A pichação é uma mídia muito forte, e democrática.” completando “O muro está vulnerável a qualquer tipo de reação, o muro provoca.” A legislação brasileira que trata da aplicação de sanções penais e administrativas em decorrência de atividades nocivas ao meio ambiente pune aquele que “pichar, grafitar ou, por outro meio, conspurcar edificação ou monumento urbano. A pena é de três meses a um ano e aumenta de seis meses a um ano se o ato for praticado contra monumento ou patrimônio tombado em virtude de seu valor artístico, arqueológico ou histórico.

Tanto a pichação como o grafite foram repreendidos nos espaços públicos e considerados condutas passíveis de pena e reprovação pelos danos que causam ao ambiente, em razão de uma “poluição visual”. Que tem como necessidade a manutenção de uma estética urbana sem interferências, ou intervenções.

Essas intervenções na esfera do espaço público são difíceis de serem analisadas, os territórios da cidade ocupados e a carga de conteúdos ideológicos diversos das expressões, quanto o contato com seus emissores têm um acesso restrito perante a própria ilegalidade. Quando as expressões se dão em espaços públicos de maneira democrática as manifestações tornam-se transcurtural, especialmente o contato do dominado e os dominantes, que por vezes na ânsia de eliminar as críticas a seu sistema, determinam a retirada das intervenções. Foi o que ocorreu em São Paulo, no período de de Jânio Quadros em 1961, quando a prefeitura em nome da “limpeza do espaço público”, apagava os desenhos e frases, mas a censura durava pouco, visto que é um processo instantâneo e rápido. A cidade torna-se uma mídia intensa e de grande alcance.

A pichação recusa qualquer referência artística e, inerente à sua vocação clandestina, invade as ruas com palavras e símbolos agressivos visualmente e de uma cultura da transgressão. A arte da grafiteagem, é estruturada por coletivos comprometidos com uma arte, busca o espaço urbano para trabalhar com sua tinta spray e a perspectiva de criação de paisagens, gravuras e painéis harmônicos, com excesso de cores. Para entender essa gama de conexões e comunicação urbana que se torna legítima a partir da própria proibição, é uma forma interessante de se pensar os muros sociais e barreiras invisíveis no cotidiano aplicado ao território.

A junção de culturas e formas híbrida da cidade nos leva a interpretar a ação de intervenção visual como uma ferramenta de exposição de um grupo ou coletivo que se enxerga à margem do centro, mas que também reivindica seu papel enquanto agente histórico ativo.

Quanto ao perfil dos agentes, a maioria vive em uma situação socioeconômica desigual, e esse contraste entre os papéis sociais ideologicamente valorizados e as reais condições para atingi-los demarca um contexto que pode intensificar uma determinada forma de crise de identidade social. É visível a procedência das artes de rua, na periferia. Mesmo havendo essa manifestação partindo de outras situações sociais. A recorrência é da periferia para o centro.

Em relação à escolaridade, 19 (59,3%) tinham nível fundamental incompleto, 10 (31,3%) tinham nível médio incompleto e três (9,4%) tinham completado ensino fundamental. Em relação a estarem estudando ou não, 19 (59,3%) ainda estudavam e 13 (40,6%) tinham interrompido os estudos, sendo que todos que interromperam os estudos o fizeram no nível fundamental. Os motivos alegados para a interrupção dos estudos foram: ter cometido algum ato infracional e/ou ter sido detido (18,7%), necessidade de trabalhar (9,3%) e, finalmente, não apresentaram motivos (9,3%).” (Alex de Toledo Ceará; Paulo Dalgalarond, 2008, p.28)

6- Pensando o ensino de História e o ambiente escolar

A História como disciplina escolar tem como seu maior objetivo a consciência histórica segundo Selva Guimarães, é na escola e no ensino de História que é possível reafirmar a presença e as ações dos sujeitos históricos perante o tempo e o espaço. “Além disso, a escola se mantém como local para convívio multidisciplinar em torno dos saberes, garantindo oportunidades para a exposição e a solução de dúvidas, assim como para a

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
 “O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
 Juiz de Fora, 2017, 1554p.
 ISSN: 2317-0468
 17 a 21 de outubro de 2016*

apresentação de conquistas alcançadas por professores e alunos” (Selva; Fonseca, 2007) Por vezes a escola e o ensino de História não incluem o sujeito como participante do processo educativo, refletindo apenas a posição de receptor, no entanto através do contato com a *Street Art* é possível mostrar a importância de um espaço livre nas escolas, onde haja liberdade de expressão e artísticas. Nas Universidades isso já real e funcionam através de salas de espaço discente como Centros Acadêmicos onde é permitido, pichar e desenhar nas paredes. Mas qual a importância desse espaço? A escola é uma extensão do ambiente social, é múltipla e transcultural , quando há uma repressão na forma de expressão pessoal, o ambiente torna-se desagradável e nada interativo.

Nas escolas públicas têm sido comum o uso de projetos educacionais que utilizam do grafite para a construção visual da escola, um caso que foi possível observar ocorreu na Escola Vital Brasil em Campanha, Minas Gerais a partir de um projeto de ambientação das salas de aula, idealizado pelos próprios alunos usando a arte urbana e seus conceitos na criação dos novos ambientes. Em conversa com os estudantes a maioria descreveu o projeto como uma ferramenta de tornar o ambiente jovem e ao mesmo tempo pessoal, visto que todo o processo construtivo foi realizado pelos alunos.

Esse espaço que antes era um espaço de repressão e silêncios, agora tem um novo significado simbólico e atende melhor a perspectiva estética e de espaço dos jovens. Esse tipo de projeto pedagógico também ocorre em oficinas de grafite nas escolas públicas de todo Brasil, mesmo que ainda de maneira sutil atinja na maior parte apenas os muros externos da escola. A criação de um ambiente livre e social dentro da escola é uma forma de (re) significação do ambiente cotidiano dos jovens, eles modificam a estética da cidade e por vezes de maneira nociva como no caso as pichações. Esses ambientes livres ajudam a romper com a necessidade de se expressar publicamente de maneira ilegal. O ambiente escolar produz um espaço de sociabilidade e ensino, mas é notável que os formatos deste ambiente não reproduzem a cultura e o ambiente do público que frequenta, não mantém diálogo com as ruas.

As fronteiras entre a arte, a cultura e as pessoas que a produzem são novamente questionadas [...] *A arte é, doravante, entendida como um sistema entre outros de compreensão e de reprodução simbólica do mundo* [...] Vencer a fronteira entre a Arte e seu "pano de fundo" social e cultural requer instrumentos diferentes e objetivos de interpretações diversos. (Hans Belting, 1985, p.16)

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

7- Conclusão

A arte urbana está nas ruas, nos becos e vielas, no centro ou na periferia, ela está nas cidades e reflete os sujeitos históricos que participam da mesma. A pichação é uma manifestação antiga e sobre tudo humana. Às vezes invasiva, quando utiliza dos prédios e espaços comerciais, ou não, quando utiliza espaços desativados. Mas ainda sim configura um elemento imprescindível na análise social contemporânea. No centro de São Paulo, geralmente quinta-feira a noite, jovens de diversos bairros periféricos de São Paulo se encontram e articulam um espaço de trocas de saberes pautado pelas regras e código da pichação. As problemáticas para o uso do conceito de periferia é comum, no qual ora os atores sociais assumem a cultura como elemento de afirmação e resistência, ao mesmo tempo em que a discussão desse conceito é feita pelos antropólogos. O discurso escrito e denunciado pelo *rap* sobre a periferia demonstra a importância do espaço para os jovens periféricos. Ao se reconhecerem como moradores das quebradas, os pixadores por vezes acabam diminuindo a distância entre eles, o que propicia contato e trocas dos saberes e das condições artísticas. A periferia ultrapassa a referência territorial, torna-se uma maneira de proceder nas cidades.

Os muros e portas podem nos transmitir muito mais que mera poluição visual. O jovem está ali nas caligrafias desajustadas ou erros gramáticos, no amor ou no ódio, na política ou mera comunicação cômica. A arte de grafitar por vezes carrega seu sentido profissional e artístico, a preocupação estética do jovem, as cores e as formas admiradas por eles.

Se considerarmos a comunicação do ponto de vista privilegiado da linguagem, vamos descobrir que a imagem visual é sem igual no que diz respeito a sua capacidade de despertar, que sua utilização para fins expressivos é problemática e que, reduzida a si mesma, a possibilidade de se igualar à função enunciativa da linguagem lhe falta radicalmente. (Ernst Gombrich, 1983 p.323)

Já no trecho de Pixadores 2, do *rapper* Nocivo Shomon é possível notar a percepção de rua para os pichadores afirmam e valorizam uma estética negada pela convenção geral. Relacionando a pichação aos vícios e mostrando em forma de música, a voz dos atores.

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016*

*“Se essa rua, se essa rua fosse minha
 Eu pixava, eu pixava sem parar
 Decorando com inscrita a cidade
 Sou mais um viciado em foscar
 [...]
 Contem na pichação
 Onde se compra a lei
 Escalei representei
 Deixei a city mais bela
 Condomínio favela, o muro é nossa tela
 Meu crime virou arte, poesia basquiat
 Inexplicável minha mania de pixar! ”*
(Pixadores 2 - Nocivo Shomon)

A transformação não se dá apenas na estética da letra grafitada ou no uso de cores, tridimensionalidade, mas, principalmente, na intenção de se fazer determinada intervenção visual. A mensagem é passada sem perder essencialmente a pretensão de marcar, ser orgânica e estetizar, mostrando às cidades o inesperado e o instantâneo. No entanto, é certo que a sociedade de maneira geral, e também a figura do Estado, tenta melhorar a idéia estética sobre as obras produzidas por grafiteiros, mesmo mantendo o repúdio a pichação, visto que não valorizam o caráter estético, formativo e histórico do símbolo exposto na parede. O grafite e a pichação demonstram conflitos e dualidades, na estética, o sujo e o limpo, nas relações sociais, o centro e a periferia, na escolha artística, o simples e o robusto. A arte de rua é um instrumento para entender as formações da cidade através da visualidade, e como os sujeitos que transitam por esses espaços codificados e de construção simbólica se coloca perante o sistema que os “regem” remetendo a crítica e o pensamento dos jovens presentes e participantes da cidade e do ambiente urbano. O estudo buscou através de esta compreensão adequar e questionar qual o papel da educação e da escola como instituição neste processo de liberdade de expressão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BELTING, Hans. **O fim da história da arte: uma revisão dez anos depois**. São Paulo: Cosac Naify, 2006

BOURDIEU, Pierre **O poder do simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro, 1998.

Da rua: que pintura é essa? / Organização Luiza Interlenghi, Raquel Dias Teixeira-Rio de Janeiro; São Paulo: FUNARTE, 2009

ETIENNE, Samain, « Antropologia, imagens e arte. Um percurso reflexivo a partir de Georges Didi-Huberman », *Cadernos de Arte e Antropologia*, Vol. 3, No 2 | -1, 47-55.

GOMBRICH, Ernst. “L’image visuelle”,.In: **L’écologie des images**. Paris: Flammarion, 1983. p.323-349, aqui, p. 323.

HOUBERMAN, **Ce que nous voyons, ce qui nous regrade**, Ed. de Minuit, 1992.

HUSKIN,Jonh, **Lectures on Architecture and Painting**. Ediburg,1853.

LE GOFF, **Por amor às cidades**. São Paulo Editora Unesp, 1998.

MAFFESOLI, M. 2001. **Sobre o nomadismo**: vagabundagens pós-modernas. Rio de Janeiro: Record.

MAGNANI, J. G. 2000. "Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole". In: MAGNANI, J. G. C.; TORRES, L. L. (horas.). **Na metrópole**. São Paulo: Edusp/Fapesp.

NASCIMENTO, E. P. 2006. **Literatura marginal**: os escritores da periferia entram em cena. Dissertação de mestrado em Antropologia. São Paulo: FFLCH-USP.

PEREIRA, A. B. 2005. **De rolê pela cidade**: os pixadores da cidade de São Paulo. Dissertação de mestrado em Antropologia. São Paulo: FFLCH-USP.

SILVA, M.; FONSECA, S. G. **Ensinar História no século XXI**: em busca do tempo entendido. Campinas: Papyrus, 2007

SHOMON, Nocivo. **“Pixadores 2”**, Single, São Paulo, 2016.

**O CINEMA NO INTERIOR: REFLEXÕES ACERCA DA SOCIABILIDADE E A
SIMBOLOGIA DO CINE-THEATRO DE VISCONDE DO RIO BRANCO/MG
(1915-1960)**

Aline da Fonseca Campos *

Resumo:

O artigo tem por objetivo apresentar as discussões iniciais da pesquisa sobre o Cine-Theatro de Visconde do Rio Branco, entre os anos de 1915 a 1960, tendo em vista a consideração deste como um componente de uma cidade, dita do interior, em um dado período histórico. Nesse sentido, refletir sobre o que é cidade, amparado por estudos dessa temática, e como o cinema se inseriu na modernidade e, por fim, apontar algumas questões introdutórias para pensar o sentido do Cine-Theatro dentro do recorte temporal selecionado para a pesquisa.

Palavras-chave: Cinema; cidade; modernidade.

Abstract:

The article aims to present the initial discussions of research on Cine-Theatre in Visconde do Rio Branco, between the years 1915-1960, considering it as a component of a city, said a countryside village, in a historical period. In these terms, reflect on what a city is, on the basis of research on this topic, and how the movies were introduced into modernity and, finally, to point out some introductory question to think on the meaning of the Cine-Theatre within the temporal cut selected for searching.

Keywords: Movie theater; modernity; city.

Introdução

Pesquisar sobre cinema é muito além de pensar a produção fílmica, as vertentes cinematográficas, mas é, antes disso, refletir sobre a rede de sociabilidade constituída em seu entorno. É considerar os motivos que levam as pessoas a irem a esse local e como isso interfere em suas visões de mundo. E, assim, instaura-se o trabalho pretendido no mestrado, com o intuito de tentar ampliar a noção de cinema e interligá-lo com espaço que esteja inserido.

O cinema, como uma mídia e mercadoria, surgiu com as experiências dos irmãos Lumière, em 1895, ao criarem uma máquina para projetar imagens em movimento. A marca

* Mestranda do Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania da Universidade Federal de Viçosa.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

do sucesso desses irmãos, a julgar que não foram os primeiros inventores desse tipo de tecnologia e de produção de filmes, deve-se o *designer* do cinematógrafo e o *marketing* que fizeram sobre o mesmo.¹ Além disso, consolidaram locais para a apresentação de seus filmes de pequena duração,² revelando que tais seriam parte do êxito do cinema. (COSTA, 1996: 19)

Posterior às primeiras experiências, no qual aquele se transformou em um meio de comunicação de massa tendo por característica principal o entretenimento, criaram-se discussões para pensar a sua posição dentro da sociedade. Com Adorno e Horkheimer, nos anos 40, pelo que ressalta Fressato (2009), ele era visto como um instrumento para disseminar à ideologia capitalista, pois teria perdido o seu caráter artístico e a possibilidade de representar as várias vivências existentes. Por outro lado, Benjamin vislumbrava pontos positivos com a transformação do cinema em mercadoria, no que toca às críticas feitas as contradições da sociedade vigente. (FRESSATO, 2009: 94; 96)

Percebe-se que, já nos primeiros anos desse meio de lazer, há um debate sobre a sua intervenção nos meios sociais e até que ponto poderia ser aproveitado para construção de conhecimentos que fossem capazes de questionar e transformar o mundo. Nesse sentido, surgiu várias correntes que percebia o cinema como uma arte, nas quais pode-se citar à *Nouvelle Vague* e o *Neo-realismo* Italiano. E foram essas novas formas de fazer e pensar o cinema, com a preocupação de discutir a realidade e a história, que permitiu a sua inserção como saber científico nas academias. (NÓVOA, 2009: 164)

Através dessa aceitação de utilizar o cinema como fonte histórica, consolidada com Marc Ferro nos anos 70, que, hoje, se tem a possibilidade de refletir sobre o processo de elaboração de um filme - desde os envolvidos com seu investimento até a finalização de sua narrativa - e a sua apresentação dentro de um certo lugar. Esta premissa é que se pretende realizar no mestrado, focalizando o cinema como um objeto urbano que pode intervir nas práticas sociais. E nessa linha de pensamento, que o artigo foi elaborado, com vista a refletir

¹Thomas A. Edison foi um dos primeiros a realizar a projeção de imagens em movimentos por meio seu Kinetoscópio, nos Estados Unidos. Em 1993, ele registrou a patente deste invento. Em relação à exibição paga de filmes, em novembro de 1895, um mês antes da exibição do cinematógrafo dos irmãos Lumière na França, foi apresentado no teatro de Vaudeville em Berlim, o bioscópio dos irmãos Max e Emil Skladanowsky.

² Como a primeira demonstração do cinematógrafo, a máquina de projetar imagens em movimento dos irmãos Lumière, no Grand Café de Paris em 1895. Para saber mais sobre assunto, consulte o texto *Primeiro Cinema*, de Flávia Cesarino Costa.

sobre o que é cidade, destacando certas perspectivas, e considerando o cinema como um de seus elementos que surgiu com os tempos modernos, e por último apontar algumas observações sobre o sentido do Cine-Theatro para seu público.

A cidade enquanto produto humano: os aspectos materiais e subjetivos como parte deste espaço simbólico

A cidade, como objeto de estudo, começou a ser considerada devido as transformações sociais e das técnicas iniciadas no decorrer do século XVIII. Com um novo cenário estabelecido, foram constituídos novos meios de pensar a rede urbana e o seu planejamento a fim de manter o equilíbrio social e promover à modernização. Maria Bresciani (2002: 19) buscou desconstruir essa ideia de causa-efeito em torno da disciplina urbanismo, consolidada no século XX. Para autora, houve não só um começo, e sim vários para tratar sobre a questão da cidade e os seus emblemas, o que a leva a defender essa área como interdisciplinar.

A industrialização foi um dos motivos para mudanças de perspectivas em relação a esse artefato de estudo, coadunando a isso, houve a contribuição de saberes de campos diversos comprometidos com o debate político da época. Foi na conjunção entre a medicina, a política, a economia e a engenharia que o saber urbano começou a ser elaborado (BRESCIANI, 2002: 22; 23). Por esse viés, Bresciani (1993: 12;13) elenca sete conceitos ou “portas” com intuito de ampliar a noção de cidade e mostrar as causas de instauração de uma disciplina para refletir sobre esse fenômeno, sendo interessante para discussão neste trabalho, dois conceitos abordados por ela – a cidade enquanto técnicas e como território da subjetividade - que estão nas pautas de pesquisas de outros autores.³

A cidade é analisada por sua materialidade, mas também como ela é sentida e apropriada pelos indivíduos, sendo uma produção humana, ela é um espaço simbólico. Bresciani (1993: 16) menciona que com a instauração de maquinários e de técnicas formou-se uma nova conjuntura urbana na modernidade, esta, então, passa a ser vista como um laboratório para intervenção social. As técnicas foram elaboradas para o controle

³Maria Bresciani trabalha outros cinco conceitos entendendo a cidade como: questão social; espaço de formação de novas identidades sociais; formadora de uma nova sensibilidade; progresso e cultura.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

populacional, foi devido à preocupação com as epidemias que se começou a pensar, no século XIX, sobre uma ideia sanitária e planejar o mesmo modelo de vida para a multidão.

Dessa forma, percebe, já nesse momento, a utilização das técnicas, ou melhor, dos procedimentos materiais para lidar com as novas experiências sociais e para construção de possíveis representações das cidades. De acordo com Milton Santos (2002: 21), a técnica, como elemento urbano, é fundamental para entender as mudanças de um dado espaço e tempo. Por ela, se pode identificar os tempos das cidades, ou seja, a sua História. Assim, ele afirma:

Então, a cidade nos traz, através de sua materialidade, que é um dado fundamental da compreensão do espaço, essa presença dos tempos que se foram e que permanecem através das formas e objetos que são representativos de técnicas. É nesse sentido que eu falei que a técnica é sinônimo de tempo: cada técnica representa um momento das possibilidades de realização humana e é por isso que as técnicas têm um papel tão importantes na preocupação de interpretação histórica do espaço. (SANTOS, 2002: 21)

Através desse pressuposto, entende-se que pela materialidade é possível analisar a cidade, seja no tempo presente, seja no tempo passado. Isto é, cada categoria estética e os seus mecanismos de intervenção, em um dado espaço, oferecem meios de entender a sociedade, na medida que esta os produzem e os utilizam. Em alguns casos, determinados grupos ou planejadores urbanos, preservam esses dados visuais, como pontos de referências de memórias, que serão interpretados e ressignificados por gerações futuras.⁴

No entanto, nem sempre os grupos que precederam tiveram o intuito de construir e produzir técnicas para a posteriori. Se estes são preservados, é por causa do interesse da sociedade vigente, e não de um projeto anterior (ARGAN, 2014: 226). E são os valores dados a esses elementos materiais que lhes tornam significativos, sem as pessoas, não existem cidades. Estas “dizia Marsilio Ficino, ‘não é feita de pedras, mas de homens.’ São os homens que atribuem um valor às pedras [...]. Devemos, portanto, levar em conta, não o valor em si, mas a atribuição de valor [...]” (ARGAN, 2014: 228)

Por esse pressuposto, é necessário pensar uma das outras características do setor urbano, que está presente em uma das sete “portas” pontuadas por Bresciani (1993: 13), o

⁴ Os pontos de referências de memória é um tema discutido por Michael Pollak em *Memória, esquecimento e silêncio*. Neste, ele apresenta que determinados objetos tangíveis e intangíveis são suportes de memória que fortalecem a identidade de um grupo e os diferenciam de um outro.

aspecto subjetivo da cidade. As experiências humanas, o sentir e o estar na cidade são fundamentais para a compreensão de suas partes e de todo o conjunto. Por fim, a cidade é a conjunção do tangível, a forma, com o intangível, não tem como interferir em um, sem implicar na mudança do outro.

Sendo lugar de tensão, não há leis naturais para a sua construção e sua modificação, esta conjuntura resulta das disputas sociais causadas por interesses subjetivos. A cidade é um constructo humano, noção exposta por Rykwert (2004: 5), que, por isso, produz relações de sentimentos. Nesta fala, o autor amplia essa sua reflexão:

Mesmo com as instituições públicas distanciadas, a sensação da cidade e o seu tecido físico estão sempre presentes para os habitantes e visitantes. Apreciado, visto, tocado, cheirado, adentrado, consciente ou inconscientemente, esse tecido é uma representação tangível daquela coisa intangível, a sociedade que ali vive e suas aspirações. Uma representação, uma figuração- mas não, insisto, uma expressão. (RYKWERT, 2004: 7)

Nessa acepção, a cidade segue lógicas diversas, uma delas, é a representação humana que também é constituidora de sua identidade. Dessa forma, ela é fragmentada, possui territórios em que as práticas sociais se modificam, repetem e diferenciam (BRESCIANI, 1993: 13). Por essa configuração social, pode existir várias cidades em uma só, e isso tem que ser considerado nos estudos e nos planejamentos urbanos.

A história cultural, segundo Sandra Pesavento (1995), é um paradigma para tratar da cidade além do seu espaço. Nesta corrente, há teorias e metodologias que consideram a imaginação como um elemento social, tendo, por isso, a capacidade de desvendar os códigos culturais. É pela atribuição de valor a algo ausente - a representação - que se pode analisar a realidade de um determinado lugar, como em uma cidade. Ou seja, identificar a rede de significados construídos socialmente na área urbana pela conjunção entre a materialidade e a subjetividade. (PESAVENTO, 1995: 285)

A cidade é um produto humano que está sempre em processo de reconstrução pela ação e pelo pensamento, são “sonhadas, temidas, odiadas; cidades inalcançáveis ou terrivelmente reais, mas que possuem essa força do imaginário de qualificar o mundo. [...] o que chamamos de ‘mundo real’ é aquele trazido por nossos sentidos [...]” (PESAVENTO, 2007: 11)

À vista disso, esses componentes têm que ser considerados para um melhor entendimento da cidade. Antes de ser uma “selva de pedra”, ela é um ambiente simbólico e político de desenvolvimento das experiências sociais, que como um livro, deixa-se ler. Dessa forma, a apresentação, realizada neste item, teve por objetivo mostrar umas das possibilidades de pensar e construir uma cidade, ao levar em conta a sua interligação com a ação humana e seus anseios.

O cinema: uma nova experiência social na modernidade

A conjuntura sociocultural do século XIX, foi fundamental para a instauração do cinema e a criação de seu público. Em um momento de transformação do setor produtivo, dos comportamentos e pensamentos surge, nas cidades, este novo produto que propiciaria à ilusão da realidade e o entretenimento, questões estas impostas em outras atividades preexistentes.⁵

Foi no chamado período moderno, contexto do fugido e da fragmentação,⁶ que a burguesia, segundo Jean-Claude Bernardet (1980: 15), inventa a sua arte, ou seja, o cinema. Para ele, essa nova expressão urbana seria “Uma arte que se apoiava na máquina [...]. Juntava-se a técnica e a arte para realizar o sonho de reproduzir a realidade.”

Dessa forma, pensar sobre modernidade é essencial para compreensão do sucesso do cinema. Foi pelo surgimento de uma multidão nesse período, na qual formaram-se seus espectadores, e por sua capacidade de aproximar à vida com a arte, que houve a sua consolidação como elemento urbano nos fins do século XIX.

O projeto de modernidade, de acordo com Harvey (1985; 23), foi organizado, a partir do século XVIII, pelos pensadores iluministas que engajaram-se na ideia de progresso pautado na razão e no afastamento da tradição. Além disso, havia uma crença que os conhecimentos científicos e as leis universais seriam capazes de promover à vida humana e

⁵ Vanessa R. Schwartz, em *O espectador cinematográfico antes do aparato do cinema: o gosto do público pela realidade na Paris fim-de-século*, mostra que antes da instauração do cinema, os panoramas, os museus de cera e os necrotérios eram locais representativos da busca pela realidade do público francês, no século XIX, motivados pelas narrativas contadas nos jornais populares.

⁶ David Harvey ao utilizar de certos autores, como Berman e Frisby, para discutir a condição moderna, destaca que havia uma sensibilidade contemporânea entre os escritores da época de considerar a modernidade como um tempo efêmero e fragmentário, e que o único aspecto seguro, seria a insegurança.

libertar o mundo de seus infortúnios. Entretanto, o mesmo autor, salienta que esse projeto entrou em crise, com o prelúdio do século XX, pela faculdade da humanidade produzir mecanismos que possibilitaria a sua própria destruição:

O século XX – com seus campos de concentração e esquadrões da morte, seu militarismo e duas guerras mundiais, sua ameaça de aniquilação nuclear e sua experiência de Hiroshima e Nagasaki – certamente deitou por terra esse otimismo. Pior ainda, há a suspeita de que o projeto Iluminismo estava fadado a voltar-se contra si mesmo e transformar a busca de emancipação humana num sistema de opressão universal em nome de libertação humana. (HARVEY, 1989: 23)

Esta reflexão se aproxima do debate elaborado por Berman (1986) sobre este contexto histórico.⁷ Para ele, com a emergência do século XIX as pessoas começaram a adentrar nesse universo moderno, mas foi no século XX que este foi sentido mais profundamente e percebido nas várias formas de expressão humana, especialmente na utilização da arte para entender e questionar esse ambiente de desintegração contínua, onde “tudo o que é sólido desmancha no ar.” (BERMAN, 1986, 15)

Assim, a ideia de modernidade conquista sua sensibilidade com o florescer do século XIX, em que novas problematizações foram elaboradas com intuito de compreender esse novo ambiente e seus ritmos, que estavam em constantes mudanças. Nesse momento, novas mídias são criadas, como o cinema, expandindo os níveis de comunicação.

Apoiado nisto, busca-se atrelar a criação do cinema enquanto um produto desse novo contexto, em que a cidade começa a ser pensada como espaço de intervenção. Sendo que a demanda de novos locais de sociabilidade foi gerada por essa transformação nos códigos culturais, e também por uma vida urbana pautada no desejo pelo espetáculo e pelo ver. (SCHWARTZ, 2001: 337)

Essa nova experiência de vida, no qual o cinema se inseriu, caracterizava pela sua dinâmica, pelo surgimento de novos produtos que prometia à realização individual e pela

⁷ Marshall Berman percebe três momentos da modernidade: o primeira refere-se a um período, entre os séculos XVI e XVIII, em que a população não tinha consciência das mudanças culturais que estavam acontecendo; o segundo é um contexto de transformação mais acentuada, que adquire forma a partir do século XVIII, no qual a ideia de progresso estava em pauta e tem-se a emergência de uma vida mais acelerada, tendo alguns autores, como Marx e Nietzsche, constituidores de pensamentos sobre a dialética desse período, onde a própria modernidade se contradiz. E por terceira, compreende o século XX, em que a produção modernista se intensifica e atinge todo o mundo.

reorganização do espaço urbano, mas, ao mesmo tempo, era um momento paradoxo que ameaçava destruir tudo o que se sabia e se tinha. (BERMAN, 1986: 15).

O cinema, mais que uma tecnologia, deve ser entendido como elemento da modernidade, em que a sua capacidade de contar histórias teve grande impacto sobre as práticas e a imaginação de seu público. Tornou-se intermediário entre as pessoas e o mundo a sua volta, possibilitando um outro modo de circulação das informações e dos sentimentos. Sobre esta característica, Tom Gunning (2001) explica que:

Em todos esses novos sistemas de circulação, delineia-se o drama da modernidade: um colapso das experiências anteriores de espaço e de tempo por meio da velocidade. [...] O cinema instala-se nessa rede de circulação como tecnologia e indústria e também como uma nova experiência. Como uma indústria de entretenimento produzida em massa [...]. (GUNNING, 2001: 34)

Portanto, entende-se, neste artigo, que o cinema foi uma experiência social da modernidade por ter permitido e contribuído para novas formas de comunicação entre as pessoas, que estava de acordo com as exigências desse mundo moderno. Uma conjuntura em que a velocidade dá tom ao ritmo de vida e os produtos tinham que estar em consonância com essa configuração, oferecendo parâmetros de comportamentos e diversão em meio a um turbilhão de novidades e desenraizamento dos ambientes locais.

Considerações iniciais acerca da significação social do Cine-Theatro

O Cine-Theatro, também conhecido como Cinema Brasil, localizado na Zona da Mata mineira, foi inaugurado em 1915 pela Empresa Theatral Rio-Branquense S/A.⁸ Durante a sua vigência, propiciou a apresentação de vários tipos de espetáculos e teve a presença de companhias teatrais e musicais de outras partes do Brasil, no entanto, teve as suas atividades finalizadas na segunda metade do século XX, sendo, hoje, um ponto comercial. Após a sua desativação, tornou-se um patrimônio cultural, em nível municipal,

⁸ Segundo Oíliam José, em *Visconde do Rio Branco: terra, povo e história*, Diogo Fernandes Braga, Luis Fernandes Braga, Joaquim Honório Ferreira, José Adriano Mesquita Telles formaram a Empresa Theatral Rio-Branquense S/A. Em seu texto, o autor não dispôs dados relevantes sobre a inserção do cinema no período e nem sobre essas pessoas, no entanto, acredita-se, nesta pesquisa, que eles eram moradores da cidade e tinham algum poder aquisitivo, pois José Adriano Telles era um dos proprietários da Casa Telles, uma das principais casas de comércio da região no período.

no ano de 1993, o que mostra a sua identificação, como um componente da história da cidade, pelos grupos envolvidos com os processos de tombamentos nesse período.⁹

Através dessa constatação, partiu-se do presente, já que o historiador produz seu conhecimento do local em que se encontra e por meio de seus anseios (LOWENTHAL, 1998: 114), para buscar entender o sentido social de tal cinema, com a consideração deste como um espaço produtor de sociabilidade. Nesse sentido, o entende como uma das expressões de uma cidade do interior,¹⁰ inserida nos tempos modernos. Um tempo de insegurança, em que as coisas davam à sensação de um eterno vir-a-ser, ou seja, de transformação contínua devido a exigência desse período fluido e ávido por novidades. (BERMAN, 1986: 16)

Sendo a cidade um constructo humano (RYKWERT, 2004: 5), ela se forma e se modifica por meio das ações de seus habitantes ou por quem a transita. Essas intervenções partem de interesses subjetivos que poderão impactar na aparência física da cidade, o que permite a conclusão que esses meios de modificações confluem. Desse modo, ao considerar o Cine-Theatro como um dos constituintes da cidade de Visconde do Rio Branco no século XX, será focalizado os seus pontos intangíveis, pois somente pela investigação de seu “espírito”, tem-se a oportunidade de problematizar a sua interferência na vida de seu antigo público e perceber o interesse destes de o terem frequentado.

Nesta questão, aproxima-se das observações trazidas por Bresciani (2002: 29) para pensar o sentido do cinema na cidade, já que autora apresenta esta enquanto um receptáculo de memória que é visto entre seus vários elementos:

[...] memórias contidas em suas bibliotecas, monumentos, estabelecimentos [...]. A cidade coloca o mundo na *história* e traz para o presente o legado das gerações mortas e de suas heranças imortais. Na cidade, *a história se constrói no espaço e no edifício público*; nesses espaços, instauram-se possibilidades de ação pela presença coletiva dos atores sociais e pelo registro dessa presença dramatizada em espetáculo. (BRESCIANI, 2002: 29; 30)

⁹ Hoje o Cine-Theatro é um bem tombado na esfera municipal. Com apoio dos técnicos do IEFHA, ele foi institucionalizado em 1993, período de tombamento de outros bens na cidade. Atualmente seu espaço é utilizado para atender à atividade comercial, o que faz questionar o sentido e os usos de tal bem para a população.

¹⁰ Ao usar essa expressão, no trabalho, não se tem a pretensão de definir um conceito, e sim utilizá-lo para ajudar pensar o modo de vida de uma população que habita e produz um pequeno espaço. Pois a cidade é um modo de viver, pensar e também sentir.

Por conseguinte, para a construção do conhecimento sobre o Cine-Theatro será avaliado à memória que foi produzido em seu ambiente, tendo em vista que esta é uma produção psíquica que efetua-se por meio das experiências sociais (HALBWACHS, 2005: 26), pois os indivíduos precisam um dos outros para lembrar de fatos do passado que são constituidores de sua identidade e de seu bem-estar.

Reforçando esta reflexão em torno da memória, Candau (2010: 47) argumenta que ela intensifica à crença na continuidade social e na existência de uma identidade coletiva. Com isso, explicita que “A memória pode, assim, ser assimilada a essa faculdade constituinte da identidade pessoal que permite aos sujeitos de se pensar detentor de uma essência que permanece estável no tempo, ou de pensar que o grupo ao qual pertence é detentor de uma essência tendo a mesma propriedade.” Isto é, esses conceitos são construções sociais que permitem os indivíduos acreditarem em sua existência e na perpetuação de sua natureza.

A investigação da memória sobre o cinema será fundamental para obter informações de sua vigência e sua correlação com o seu público, isso será realizado, em outra fase da pesquisa, através da adoção da metodologia da História Oral, com entrevistas semiestruturadas, oportunizando, assim, conhecimento de sua história por meio de memórias não oficiais.¹¹

Nas primeiras pesquisas efetuadas no Museu Municipal, foram encontrados nos jornais, Visconde do Rio Branco e Minas Jornal, vestígios sobre o funcionamento do cinema e os meios de participação da população em sua administração.¹² Estas fontes, oferecem detalhes sobre as atrações e algumas observações a respeito do comportamento esperado dentro deste local. O que permite a compreensão da existência de certas regras de condutas que deveriam ser respeitadas para o oferecimento de um bom ambiente a todos.

Desse modo, a sala do cinema era capaz de ser uma extensão da vida social, mas também ser um local que colocava limites as condutas de seus frequentadores. Para elucidar esta observação, havia notícias, recorrentes, da proibição de fumar durante às sessões, sendo

¹¹ Entrevista semiestruturada, de acordo com Boni e Quaresma (2005: 75), é uma combinação de perguntas abertas e fechadas. O entrevistador segue uma lista preestabelecida e tem a oportunidade de adicionar outras para que os seus objetivos sejam alcançados, e que as informações desejadas fiquem mais claras.

¹² Jornal Minas Jornal (1922 -1945) e o Jornal Visconde do Rio Branco (1946-1980) foram periódicos locais que estão depositados no Museu Municipal de Visconde do Rio Branco.

ênfatisado que até o auxílio policial seria utilizado, caso fosse necessário.¹³ Isso mostra que os jornais fortaleciam as regras da sala, bem como exaltava as atrações apresentadas e o benefício deste local à população, especialmente quando se realizavam festivais beneficentes. Exemplo disto, é uma nota do dia 10 de fevereiro de 1940:

Um grupo de senhoritas da nossa sociedade realizará hoje à noite, no Cine-Brasil, um festival artístico em benefício dos festejos da Semana Santa. Nesse festival tomarão parte as famosas artistas irmãs farias, já muito conhecidas do nosso público. Na tela será exibido um esplendido film. [...].¹⁴

Além desses tipos de atrações, a sala era aproveitada para a realização de atividades escolares e das formaturas no fim de cada ano letivo; para deliberações de grupos com interesses específicos e sobre pautas políticas.¹⁵ O que permite acreditar que ela detinha um caráter público, oferecendo aos seus frequentadores diversos meios para a sua apropriação.

Nesse viés, faz-se uma inflexão com os argumentos de Thompson (1998: 42;45), quando este afirma que o consumo das informações oferecidas pelas mídias interfere na constituição dos sujeitos. Assim, o Cine-Theatro, provavelmente, influenciava as pessoas pelas atrações exibidas - facilitando a criação de novos hábitos pelas histórias contadas nos filmes ou pelos grupo teatrais que ali se apresentavam - e pelos agrupamentos constituídos por objetivos diversos, como já pontuados.

Vale destacar que a recepção desses produtos simbólicos diferenciam entre os indivíduos por causa de suas experiências de vida e pelo contexto cultural específico que cada um está inserido. Coadunando a isso, há impactos diversos sobre sujeitos pelo poder que detêm sobre as mensagens vinculadas, tendo, assim, escolhas sobre aquilo que interpretam e como isso pode ser posto em prática em seu cotidiano. (THOMPSON, 1998: 45)

Assim, através das primeiras análises das fontes adotadas para construção da dissertação no mestrado, concebe que o cinema era intermediador nas relações sociais,

¹³ *Minas Jornal*. 1942. Nº 43. P.4.

¹⁴ *Minas Jornal*. 1940. Nº 7. P. 4.

¹⁵ Em 19 de abril de 1941, na primeira página do *Minas Jornal*, foi encontrada uma notícia convocando os lavradores de Rio Branco, São Geraldo e Barroso para uma reunião com intuito de fundar o Centro de Lavradores de Rio Branco. Já em uma nota, de 1945, do mesmo periódico, é citada uma reunião na sala do cinema que teve o objetivo de homenagear o Doutor Celso Machado pela sua investidura no governo mineiro. O que mostra as várias possibilidades de apropriação da sala, sendo, provavelmente, um dos motivos para sua importância social no período.

favorecendo a sociabilidade e permitindo trocas de informações que estavam na pauta do cenário da cidade. Tendo implicação sobre o cotidiano dos indivíduos e de seus grupos à medida que dava sentido algumas de suas ações e apresentava regras de “civilidades”. A ressonância do cinema estava para além de seu aspecto de entretenimento, pois contribua para as pessoas perceberem a cidade em que estavam inseridas, como seus valores e sentidos. Devendo a isto, a sua ressignificação no presente em vista de ser um patrimônio cultural.

Conclusão

O artigo buscou mencionar algumas problematizações que serão elencadas na dissertação do mestrado. A partir da premissa do que é uma cidade, focalizando no caráter material e imaterial, e como Visconde do Rio Branco estava estruturada na primeira metade do século XX, que se identificará, na pesquisa, a inserção do cinema e sua relação com essa sociedade.

Ademais, verificar quais os motivos que fizeram o cinema ser propício às reuniões sociais possibilitará a compreensão do seu sentido, ao partir da ideia que ele também fazia à cidade devido a sua edificação e seu favorecimento às imaginações e às representações. Aliado a isso, será certificado se os jornais locais evidenciavam o que estava acontecendo na cidade, principalmente no que refere ao cinema, considerado, neste trabalho, como uma expressão da modernidade.

Por estas questões que permeiam a organização da pesquisa, teve-se a pretensão de discutir no artigo como foi a instauração do cinema no final do século XIX, e o que se pode entender como modernidade. Baseado em autores que pensam sobre essas temáticas, compreende que existia uma estrutura cultural e social que contribui para a aceitação do cinema. Havia um grupo interessado em controlar este código cultural, isto é, os burgueses; um público já acostumado com entretenimento e desejosos pelo olhar e pela ilusão da realidade; e um tempo de transformação contínua que exigia novos meios de comunicação, não somente pautados na interação pessoal.

Conforme estas elucidações, o Cine-Theatro deveria estar em consonância com essa conjuntura, oferecendo ao seu público possibilidades de interação onde estavam imersos e

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016*

interferindo na constituição de suas identidades. É nesse ponto que se tem a pretensão de focalizar o estudo, para assim reconhecer o significado social daquele e como se configura como um lugar de memória.

Como enfatiza Bresciani (2002:29;30), as edificações ao serem modificadas por atores sociais, obtêm marcas dessas ações e vivências, tornando-se, então, suportes de memórias. Considerando que a memória é viva, está sempre em modificação e intermeia entre as lembranças e o esquecimentos, ela cria sentimentos de pertencimento e reconhecimento dos indivíduos e de seus grupos, existindo, assim, várias memórias que se convergem ou não. Sendo que os lugares de memórias emergem a partir do momento de inexistência de uma memória espontânea, com o objetivo de ser ao mesmo tempo “material, simbólico e funcional (NORA, 1993: 9; 13; 21)

O cinema, dessa forma, como lugar de memória, contribuiria para que as pessoas percebessem-se na cidade, tendo em vista que esta seria sentida e imaginada por eles de formas diferenciadas conforme as suas experiências. Pelas investigações iniciais, de acordo que foi discutido no terceiro item, o cinema é identificado como fortalecedor das práticas sociais, em consequência, produtor de lembranças e formador da identidade dos sujeitos. Dessa forma, estas problematizações serão continuadas com avançar dos estudos, tendo o intuito de correlacionar o cinema com o seu tempo, este caracterizado pela dinâmica e fragmentação.

Referências Bibliográficas

ARGAN, Giulio Carlo. **A história da Arte como História da Cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das letras. 1986.

BERNARDET, Jean Claude. **O que é cinema**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**. Vol. 2 nº 1 (3), janeiro-julho/2005, p. 68-80.

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016*

BRESCIANI, Maria Stella Martins. Cidade e História. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org.). **Cidade: História e Desafios**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2002.

_____. Permanência e ruptura no estudo da cidade. In: LEME, Maria Cristina da Silva; CYMBALISTA, Renato (org.). **Anais do Seminário de História do Urbanismo e da Cidade**, v. 2, n. 1, 1993.

CANDAU, Joël. Bases antropológicas e expressões mundanas da busca patrimonial: memória, tradição e identidade. **Revista Memória em Rede**, Pelotas (RS), V. 1, N. 1, P. 43-58, dez. 2009-mar.2010.

COSTA, Flávia Cesarino. Primeiro Cinema. In: MASCARELLO, Fernando (org.). **História do cinema mundial**. Campinas: Papyrus, 2006.

FRESSATO, Soleni Biscouto. Cinematógrafo: Pastor de Almas ou o Diabo em pessoa? Tênu limite entre liberdade e alienação pela crítica da Escola de Frankfurt. In: NÓVOA, Jorge; FRESSATO, Soleni Biscouto; FEIGELSON, Kristian (org.). **Cinematógrafo: um olhar sobre a história**. Salvador: EDUFBA; São Paulo: Editora da UNESP, 2009.

GUNNING, Tom. O retrato do corpo humano: a fotografia, os detetives e os primórdios do cinema. In: CHARNEY, Leo; SCHWARTZ, Vanessa R. (org.). **O cinema e a invenção da vida moderna**. São Paulo: Cosac & Naif, 2001.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva e a memória individual. In: HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Editora Centauro, 2005.

HARVEY, David. **A condição Pós-Moderna**: Uma pequena pesquisa sobre as origens da mudança cultural. Editora Loyola: São Paulo, 1989.

JOSÉ, Oíliam. **Visconde do Rio Branco**: terra, povo e história. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1982.

LOWENTHAL, David. Como Conhecemos o Passado. **Projeto História**, São Paulo, no. 17, nov.1998. p.63-201. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11110>>. Acesso em: 5 de outubro de 2016.

NORA, Pierre. Entre memória e História: A problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo (10), dez. 1993.

NÓVOA, Jorge. Cinematógrafo. Laboratório da razão poética e do novo pensamento. In: NÓVOA, Jorge; FRESSATO, Soleni Biscouto; FEIGELSON, Kristian (org.). **Cinematógrafo: um olhar sobre a história**. Salvador: EDUFBA; São Paulo: Editora da UNESP, 2009.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Abertura. **Revista Brasileira de História**, vol, 27, n. 53. Junho de 2007.

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016*

_____. Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 8, nº 16, 1995, p. 279-290.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, 1989.

RYKWERT, Joseph. **A sedução do lugar**. A história e o futuro da cidade. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SANTOS, Milton. O tempo nas cidades. **Cienc. Cult.** São Paulo, vol.54, n.2, p. 21-22, Out. /Dez. 2002. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252002000200020&script=sci_arttext>. Acesso em: 6 de outubro de 2016.

SCHWARTZ, Vanessa R. O espectador cinematográfico antes do aparato do cinema: o gosto do público pela realidade na Paris fim-de-século. In: CHARNEY, Leo; SCHWARTZ, Vanessa R. (org.). **O cinema e a invenção da vida moderna**. São Paulo: Cosac & Naif, 2001.

THOMPSON, John B. **A mídia e a Modernidade**- Uma teoria social da mídia. Tradução de Wagner Oliveira Brandão; revisão da tradução Leonardo Avritzer. 7º Ed. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 1998.

Fontes

Jornal Visconde do Rio Branco-1946-1980- Documento depositado no Museu Municipal de Visconde do Rio Branco.

Jornal Minas Jornal- 1922 -1945. Documento depositado no Museu Municipal de Visconde do Rio Branco.

O Palácio do Catete como fonte para a história do Rio de Janeiro do século XIX

Marcus Vinícius Macri Rodrigues¹

Resumo:

O objetivo desse trabalho é mostrar as possibilidades de uso do Palácio do Catete — construído em meados do século XIX e, originalmente, a residência do Barão de Nova Friburgo — como fonte para estudos do Rio de Janeiro desse período. Pretende-se, a partir do conceito de Invenção das Tradições (HOBSBAWN, 1984), analisar o neoclassicismo no contexto do Brasil daquele século e também investigar como sua construção servia para seu proprietário como afirmação na corte brasileira, construindo um palacete que recebeu inúmeras referências literárias e jornalísticas que ressaltavam sua presença na paisagem da cidade.

Palavras-chave: Museu da República; Palácio do Catete; Brasil Império

Abstract:

The aim of this work is to show the possibilities of use of the Catete's Palace — built in the mid 19th century and, originally, the residence of the Barão de Nova Friburgo — as a source for studies in Rio de Janeiro. It is intended, from the concept of Invention of traditions (HOBSBAWM, 1984), analyze the neoclassicism in the context of Brazil that century and also investigate how its construction to its owner as a statement on the Brazilian Court, building a Villa that has received numerous literary and journalistic references that period emphasized their presence in the landscape of the city.

Keywords: Republic's Museum; Catete's Palace; Brasil Empire

Introdução

O Palácio do Catete, antigo Palácio Nova Friburgo, atual sede do Museu da República, foi construído entre 1858 e 1867². Originalmente, foi a residência de Antônio Clemente Pinto³, o Barão de Nova Friburgo, antes de tornar-se a sede do Poder Executivo

¹ Mestre em História Comparada - PPGHC / UFRJ e pesquisador do Museu da República / IBRAM

² Herculano Gomes Mathias afirma que as obras começaram em 1858 e se prolongaram até 1867, baseando-se no início do pagamento da décima urbana, que venceria em março daquele ano. Segundo informação apurada no antigo Departamento de História e Documentação do Estado da Guanabara, o imóvel foi ocupado a partir de 1º de julho de 1866 (nota 126, fls. 151-v – ano 1866). Os serviços executados a partir desta última data foram apenas de acabamento. (MATHIAS, 1965: 31).

³ Antonio Clemente Pinto, nasceu em 6 de janeiro de 1795 (ALMEIDA, 1994: 13) ou 6 de fevereiro daquele mesmo ano (MATHIAS, 1965: 30), na freguesia de Ovelha do Matão, em Portugal. Casou-se no Brasil com

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
 ISSN: 2317-0468
 17 a 21 de outubro de 2016

Federal no período de 1897 a 1960. O edifício foi idealizado para servir como residência digna da posição do Barão, que, apesar da origem humilde de imigrante português, conseguiu criar fortuna com comércio de café e escravos no interior fluminense, chegando a ser considerado o homem mais rico do Império Brasileiro por autores como J. J. Von Tschudi (ALMEIDA, 1994: 13). Projetado pelo arquiteto prussiano Gustav Waehneltdt, o Palácio chamou a atenção pela imponência e pelo requinte de detalhes em sua construção, sendo apreciado por brasileiros e estrangeiros que visitaram o país como uma das mais belas construções da cidade do Rio de Janeiro.

Como fonte de pesquisa, oferece uma ampla gama de temáticas possíveis de serem trabalhadas para o estudo da história do Rio de Janeiro do século XIX. Citarei algumas possibilidades utilizadas em minha dissertação de mestrado⁴, usando como base o conceito de *Invenção das Tradições* de Eric Hobsbawm (1984).

História do bairro do Catete

Uma das possíveis utilizações do Palácio como fonte é estudar a história do bairro do Catete, zona sul do Rio de Janeiro, área da cidade considerada nobre no século XIX, tendo em vista ser uma das mais antigas construções do bairro ainda de pé.

O termo *Catete* tem sua origem no tupi-guarani *caá-etê* e significa "mato escondido", "mato cerrado". A origem do *Caminho do Catete*, que deu origem à atual rua do Catete, remonta aos tempos anteriores à conquista portuguesa: era utilizado por índios para buscar água no braço esquerdo do rio Carioca. Com a ocupação portuguesa, o caminho recebeu diversos melhoramentos para interligar engenhos de açúcar construídos na região conhecida hoje como Zona Sul, como o Engenho D'el Rey, ao restante da cidade. A partir do século XVII, a região recebeu diversos melhoramentos, visando maior proteção da ligação dos fortes construídos para a defesa contra incursões de corsários franceses na

Laura Clementina da Silva Pinto e, com a ajuda do Barão de Ubá, a quem supostamente ajudou em um acidente, construiu sua fortuna (*Ibid*: 29).

⁴ RODRIGUES, Marcus V. M. Salão de Banquetes do Palácio do Catete: a invenção de uma tradição clássica nos trópicos. História Comparada entre as representações imagéticas de Pompeia e as do Palácio do Catete. Rio de Janeiro, 2016. 132 f.

cidade. No século XVIII, a área recebeu o Chafariz da Glória como parte das obras de melhoramento do abastecimento de água, que culminaram na construção do aqueduto da Lapa. Nesse período, chácaras começaram a surgir na localidade. Um grande motivador da ocupação desse espaço foi a vinda da Família Real Portuguesa para o Brasil, em 1808. Muitos representantes de nações estrangeiras buscaram estabelecer-se no bairro, que começava a se desenhar a partir do parcelamento das antigas propriedades.

Em sua primeira viagem ao Brasil, em 1822, Maria Graham⁵ ficou hospedada no Catete. Deixou um relato em seu diário sobre o local onde se hospedou:

Segunda-feira, 17 [de dezembro] — Com o auxílio de alguns amigos de terra, obtivemos uma casa confortável num dos subúrbios do Rio, chamado Catete, do nome de um rio que corre por ele até o mar. (GRAHAM, 175-176)

A inglesa fez outra descrição da Rua do Catete, dias depois, ao se deslocar para o centro da cidade:

Segunda-feira, 31 de dezembro de 1822 — Fui à cidade pela primeira vez. O caminho segue através do subúrbio do Catete cerca de meia milha. Há algumas boas casas de ambos os lados. Os intervalos são preenchidos por lojas e pequenas casas habitadas pelas famílias dos lojistas da cidade. Chegamos então ao outeiro chamado da Glória, do nome da igreja dedicada a Nossa Senhora da Glória, na eminência que domina o mar próximo. (*Ibid.*: 183-184)

Durante o século XIX, houve desenvolvimento significativo da ocupação na região, com grandes chácaras, palácios e residências de elite sendo construídas ali, sem contar as sociedades dançantes, o Hotel dos Estrangeiros, os diversos *clubs* que ali se instalaram e que fizeram da região uma das mais dinâmicas da cidade no século XIX⁶. A partir de meados da década de 1860, o bairro recebe grandes melhoramentos, como o esgotamento feito pela *Rio de Janeiro City Improvements* e as linhas de bondes da *Botanical Garden Railroad*

⁵ Britânica (1785-1842), foi tradutora, revisora, pintora, estudiosa das ciências naturais e ficou mais conhecida por seus relatos de viagem e por ter sido preceptora da princesa Maria da Glória, filha de D. Pedro I, que posteriormente foi rainha de Portugal.

⁶ Para mais informações sobre atividades relacionadas a esporte e lazer na região, durante o século XIX, ver MELO, V. A. de. *Educação do corpo – bailes no Rio de Janeiro do século XIX: o olhar de Paranhos*. Educação e Pesquisa, São Paulo, disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ep/2014nahead/aop1410.pdf>, e MELO, V. A. de; PERES, F. de F. *A gymnastica nos tempos do Império*. Rio de Janeiro, 7 Letras/Faperj, 2014.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
 “O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
 ISSN: 2317-0468
 17 a 21 de outubro de 2016

Company, inicialmente de tração animal, mas eletrificadas em 1892⁷. Nesse período o Palácio foi construído, entre 1858 e 1867, sendo ocupado pelo Barão de Nova Friburgo em 1866, com as obras em andamento. No entanto, o Barão de Nova Friburgo aproveitou pouco sua nova residência. Faleceu em 4 de outubro de 1869. Pouco tempo depois, em 9 de janeiro de 1870, morreu a Baronesa de Nova Friburgo. O Palácio foi herdado pelo primogênito do casal, Antônio Clemente Pinto Filho, o Conde de São Clemente (ALMEIDA, 1994: 26).

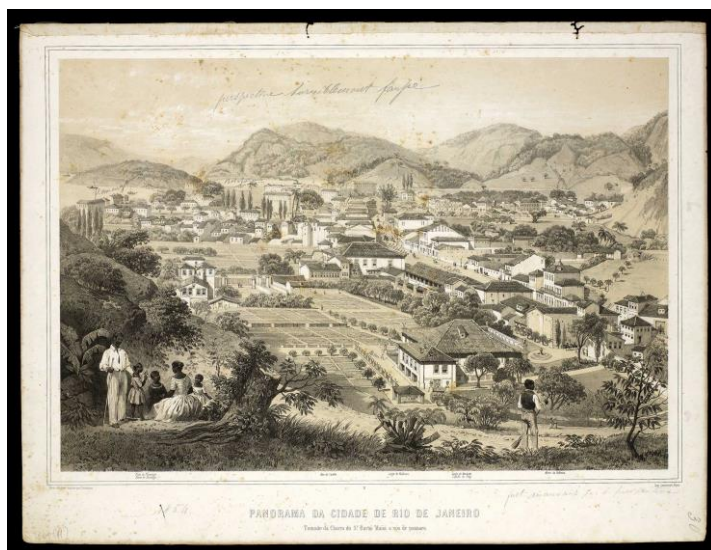


Vue de la Montagne de Corecovado et du Fauborg de Cadete. Vista da montanha do corcovado e do bairro do Catete: tomada da pedreira, de autoria de Rugendas, Deroy e Engelmann (1835).

Acervo da Fundação Biblioteca Nacional - Brasil

⁷ Para informações sobre o histórico da região, ver PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO, Área de Proteção do Ambiente Cultural – APAC – Catete. Disponível em: http://www0.rio.rj.gov.br/patrimonio/apac/anexos/catete_textos.pdf

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
 ISSN: 2317-0468
 17 a 21 de outubro de 2016



Panorama da cidade de Rio de Janeiro: Tomada da Chacra do Sr. Barão Maia a vôo de passaro (sic). Detalhe para a Rua do Catete e o largo do Valdetaro antes da construção do Palácio. Desmons, Iluchar, 1854. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional - Brasil



O Palácio do Catete em meados do século XIX. Leuzinger, Georges. *Catete e Entrada*. Instituto Moreira Sales. <http://brasilianafotografica.bn.br/brasiana/handle/bras/2301>

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. "O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História", Juiz de Fora, 2017, 1554p. ISSN: 2317-0468 17 a 21 de outubro de 2016



Foto de Marc Ferrez, cerca de 1880 do Catete e seus arredores. Detalhe para o jardim original e as palmeiras já razoavelmente crescidas. Nessa foto vemos a praia do Flamengo antes de todos os aterros feitos no século XX. Destaque para as águias originais, muito menores que as atuais. Instituto Moreira Sales.

<http://brasilianafotografica.bn.br/brasiana/handle/bras/1881>

Em 1889, o Conde de São Clemente vendeu o Palácio para a Companhia do Grande Hotel Internacional, que desejava transformá-lo em hotel de luxo. Porém, o projeto fracassou e Francisco de Paula Mayrink comprou as cotas dos demais acionistas. Utilizou-se do Palácio para dar festas e receber parentes e amigos. Como enfrentasse problemas financeiros, vendeu o prédio ao Governo Federal em 1896. Este desejava encontrar um local para sua sede menos vulnerável às pressões populares, tão fortes enquanto a Presidência esteve localizada no Palácio Itamaraty.

A vinda da Presidência da República para o Catete, em 1897, trouxe um novo fôlego para a região. Políticos começaram a se instalar ali. Hotéis foram construídos nos arredores e, aqueles que já desfrutavam de prestígio, como o Hotel dos Estrangeiros, tornaram-se sede de articulações políticas famosas. No entanto, o bairro, assim como a cidade do Rio de Janeiro, sofreu grande esvaziamento com a mudança da capital para Brasília; com a construção de grandes edifícios residenciais e do metrô, em meados da década de 70 até o início da década de 80, o bairro sofreu forte decadência, em razão da "divisão" que as obras trouxeram para a localidade. O próprio palácio teve que ser reformado devido a abalos em suas fundações, permanecendo fechado no período de 1984 a 1989.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016



Palácio do Catete, 1897. Marc Ferrez. Coleção Gilberto Ferrez.

Afirmção social entre as elites no século XIX

Pode-se também, a partir do Palácio, estudar as tradições que estabelecem ou simbolizam coesão social ou condições para a admissão em grupos sociais. Mostraremos a importância da construção de imponentes residências como afirmação social no Brasil do século XIX e como a estrutura da domus romana também serviu aos propósitos de diferenciação social para os construtores do Palácio do Catete.

Para a imensa maioria da sociedade da época, ter um palácio “quase romano”, lembrando as palavras de Koseritz, era um sinal de bom gosto e de alinhamento ao mundo civilizado. Os espaços do Palácio do Catete não foram construídos apenas para o deleite de seus residentes. Eram locais onde uma imagem de poder foi estabelecida, onde os pares do Barão de Nova Friburgo reconheceriam os símbolos de uma cultura condizente com o projeto de civilização do Império Brasileiro, bem como os sinais típicos de uma etiqueta própria da elite social do país. Cada recinto tinha seu uso apropriado, definindo locais onde os criados ficavam, onde se tratava de negócios, onde visitantes eram recepcionados e onde

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016*

bailes e banquetes eram oferecidos para a sociedade, reforçando os laços por meio da comensalidade entre os membros da nobreza e da elite brasileira.

Hobsbawm (1984: 17) afirma que alguns tipos de tradições inventadas estabelecem condições para a admissão em grupos sociais, estabelecendo e legitimando instituições ou status. Para o Barão de Nova Friburgo, construir um palácio desse requinte no Município Neutro era, para um nobre de origem simples, um discurso de afirmação frente a um grupo seletivo na Corte e da sociedade imperial.

No que tange ao contexto do Brasil Imperial, Schwarcz (2000) argumenta não ter existido uma aristocracia no seu sentido mais tradicional. Frente ao aburguesamento, em que a virtualidade e a ascensão pessoal eram qualidades fundamentais, surgiu uma aristocracia que se afirmava por seus feitos particulares, inscritos nos brasões, nos títulos e grandezas (Ibid: 299). Ainda, segundo a autora, a tradição, a etiqueta e até mesmo a heráldica sofreram adaptações na recém-criada nobreza brasileira. A monarquia brasileira reinventou sua simbologia com base no padrão europeu, mas revestida de cores, símbolos nacionais. O Barão de Nova Friburgo teve a preocupação de divulgar seus feitos particulares, seja através das construções de suas sedes de fazendas, das suas estradas de ferro ou mesmo do Palácio que ergueu no Catete.

O fato de o Palácio estar na esquina de duas das vias mais importantes da capital do Império, a Rua do Catete e a Rua do Príncipe, atual Silveira Martins, já indica o desejo do Barão de Nova Friburgo de destacar sua residência no espaço da cidade. Diversos autores fizeram referência à localização do Palácio, de frente para a rua e não no meio do enorme terreno⁸. Esse fato gerou uma anedota, registrada por Brasil Gerson (2015: 293) em *Histórias das Ruas do Rio*, sobre as supostas palavras da Baronesa de Nova Friburgo exigindo a mudança da localização do palácio durante sua construção:

Ó Barão, se pensas que vou descer lá da fazenda, no meio do mato, para viver aqui cercada de mato também? Quero a casa dando janelas para a rua!

O impacto da construção de um palácio como o do Catete na sociedade fica claro nas numerosas citações feitas a ele pelos mais diversos cronistas, viajantes, escritores e

⁸ Originalmente, os seguintes imóveis: 1) Rua do Catete, 159 e Praia do Flamengo, 18-a, de propriedade de Da. Violante Ribeiro da Fonseca; 2) Rua do Catete, 161 e 163, de Ana de Jesus Maria de Lacerda.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
 ISSN: 2317-0468
 17 a 21 de outubro de 2016

jornalistas da época, que descreveram tanto a construção quanto eventos sociais ocorridos ali até o final do século XIX.

Logo após a morte do Barão, o Conselheiro Saraiva fez um discurso no Senado questionando a encampação da estrada União e Indústria pelo governo brasileiro; ele fez referência ao custo da construção do Palácio, ressaltando o fato de ter sido edificado com os recursos próprios do Barão:

Concebe-se que o Barão de Nova Friburgo gaste rios de dinheiro em um palácio igual aos melhores de outros países. O dinheiro era seu. Mas que uma companhia faça obras esplêndidas, palácios e jardins magníficos é o que se não compreende, e muito principalmente quando Ella faz bancarrota, e vem pedir ao Estado que a idemrise dos dinheiros tão desastradamente desprendidos. (Diário do Rio de Janeiro. 13/10/1869: 2)

J. J. Von Tschudi, em seu relato de viagem pelas províncias de Rio de Janeiro e São Paulo, faz mais uma observação:

Um dos brasileiros mais ricos, o Barão de Nova Friburgo, mandou construir recentemente, na mais bonita e mais larga rua da cidade nova, a Rua do Catete, a caminho de Botafogo, um palácio de cantaria, a custo muito elevado, projeto de um engenheiro alemão. (Tschudi *apud* ALMEIDA, 1994: 20)

Joaquim Nabuco faz referências ao Palácio no relato do baile oferecido em ocasião do aniversário do Conde de São Clemente, em 19/09/1875:

(...) eu quero crer que o Rio de Janeiro havia de ver uma festa como na Europa não se poderia dar mais esplêndida. Quem possui um palácio desses tem em suas mãos o meio de viver com ele. Qualquer que seja a sorte de um tal edifício, durante os séculos que ele conservar-se de pé, a tradição virá recolher, sobretudo, a lembrança dos que primeiro o habitaram; a Baronesa de S. Clemente tem o privilégio de saber hoje que dentro de alguns trezentos anos seus gostos, seu caráter, seu espírito, serão objetos dos estudos do cronista de seu atual palácio. (O Globo, 19/9/1875⁹)

Marg. Saint Chic, na seção “A Vida Elegante”, da *Revista Illustrada*, relata o casamento do segundo Barão de São Clemente no Palácio do Catete em julho de 1883:

Um verdadeiro buquê de formosuras reuniu na terça-feira nos seus salões o senhor Visconde de São Clemente, em honra aos recém-casados, o senhor

⁹ Jornal de circulação do século XIX. Não confundir com o atual *O Globo*, fundado em 1925.

Antônio Clemente Pinto e a exma. Senhora D. Georgina Faro. Toda a nata da sociedade fluminense conhece o suntuoso palácio do senhor Visconde de São Clemente, as suas admiráveis escadarias de mármore branco, o seu esplêndido salão vermelho, tão rico e brilhante, o seu Bueno retiro, bem disposto à conversação e convidando ao marinvadage galante, e o seu magnífico salão mourisco, onde é tão doce, à luz enternecida, repousar do brilho dos outros salões. (...) dançou-se com grande alegria. E depois de um perfeito ágape, cotohinou-se até as quatro da manhã. (Revista Illustrada, 14/07/1883: 2-3)

Outro relato, com as descrições dos aposentos e até mesmo dos cardápios de recepções realizadas, como a do casamento da filha do Visconde de São Clemente, constam na *Gazeta de Notícias* de 28 de outubro de 1883:

Casou-se hontem, na capella do palacete Nova-Friburgo, no Cattete, o Sr. Conselheiro Rodolpho Dantas com a Exma. Sra. D. Alice Pinto, filha do Sr. Visconde de São Clemente.

(...) A cerimônia religiosa realizou-se cerca das 11 horas, sendo celebrante o Sr. Cônego Honorato, tocando por essa ocasião o órgão da capella e a banda de música do arsenal de guerra, que se achava n'uma sala do palácio.

Este estava franqueado a todos os convidados, que eram numerosíssimos e que tiveram occasião de aproveitar tudo quanto há de rico e de opulento n'aquela morada principesca.

(...) Depois do Banquete, o Sr. Conselheiro Rodolpho Dantas e sua Exma. Esposa seguiram para Petrópolis, sendo acompanhados até Mauá por alguns amigos íntimos e pessoas da família. (Gazeta de Notícias, 28/10/1883)

Machado de Assis, em *Esau e Jacó*, menciona o Palácio no capítulo IX, quando o personagem Santos o admira:

(...) Ao passar pelo Palácio Nova Friburgo, levantou os olhos para ele com o desejo do costume, uma cobiça de possuí-lo, sem prever os altos destinos que o palácio viria a ter na República; mas quem então previa nada? Quem prevê coisa nenhuma? Para Santos a questão era só possuí-lo, dar ali grandes festas únicas, celebradas nas gazetas, narradas na cidade entre amigos e inimigos, cheios de admiração, de rancor ou de inveja. Não pensava nas saudades que as matronas futuras contariam às suas netas, menos ainda nos livros de crônicas, escritos e impressos neste outro século. Santos não tinha a imaginação da posteridade. Via o presente e suas maravilhas.

Já lhe não bastava o que era. A casa de Botafogo, posto que bela, não era um palácio, e depois, não estava tão exposta como aqui no Catete, passagem obrigada de toda a gente, que olharia para as grandes janelas, as grandes portas, as grandes águias no alto, de asas abertas. Quem viesse pelo lado do mar, veria as costas do palácio, os jardins e os lagos... Oh! gozo infinito! Santos imaginava os bronzes, mármore, luzes, flores, danças, carruagens, músicas, ceias... Tudo isso foi pensado depressa, porque a vitória, embora não corresse (os cavalos tinham ordem de moderar a andadura), todavia, não atrasava as rodas para que os sonhos de Santos acabassem (Assis: 13-14)

Carl Von Koseritz, muito impressionado com a simplicidade de D. Pedro II na mente dos brasileiros, faz uma referência à construção do Palácio Nova Friburgo, em contraposição aos palácios do Imperador¹⁰:

(...) Passa-se uma coisa rara, na situação do Imperador: ele não possui nenhuma fortuna pessoal e a sua lista civil, já de si insuficiente, vai na maior parte para as obras de beneficência, de modo que ele não pode manter nenhuma pompa na corte, nem pode fazer nada para dar brilho às suas residências. Um Nova Friburgo, (rico plantador brasileiro), constrói para si um palácio por 8.000 contos, (16.000.000 de marcos), verdadeiro palácio de fadas, e d. Pedro II vive num par de casas velhas... Sem dúvida isto é muito honroso para o homem, mas contribui pouco para dar o necessário prestígio ao Imperador. (KOSERITZ, 1980: 43)

O embaixador Vicente Quesada (1907), em missão perante o governo do Brasil no período de 1883-1885, descreve o Palácio do Visconde de São Clemente, então famoso pelos bailes que ali se davam. Apesar de localizar o Palácio em Botafogo e reparar na pobreza do mobiliário, o embaixador descreve maravilhado o edifício:

(...);Que palácio! ¡Que esplendor! Anoche estuve en la celebrada y famosa residencia del vizconde de San Clemente, y puedo decirte – escribía á mi hijo – que sólo recuerdo el palácio del príncipe Giovannelli em Venecia, que pudiera servir de comparacion. (QUESADA: 190-191)

O Palácio, apesar das grandes reformas que sofreu ao longo da sua história, manteve boa parte da decoração original no segundo pavimento, o andar nobre. Na proximidade da sua reinauguração, agora como sede da Presidência da República, o Jornal do Commercio registrou em uma grande reportagem as alterações e as permanências na estrutura e na decoração do edifício. Além disso, há descrição detalhada de todos os seus cômodos, destacando-se a inovação das instalações elétricas.

Toda a população desta Capital conhece o tradicional Palácio Friburgo, na Rua do Catete, esquina de Silveira Martins, edificado pelo Barão de Nova Friburgo, augmentado por seu filho o Visconde de São Clemente, mais tarde vendido a um sindicato do qual era o maior acionista o senhor Conselheiro Mairink, que o adquiriu e depois o hypotecou ao Banco da República. Por encontro de contas a este Banco, foi o grande imóvel vendido ao Governo para Palácio Presidencial. Devendo este Palácio ser inaugurado por estes dias mais próximos, é nosso intuito

¹⁰ Devemos levar em consideração que o papel de Koseritz como jornalista levou-o a adotar certo grau de licença em seus relatos, como exagerar a simplicidade das residências do Imperador para enfatizar a riqueza do palácio Nova Friburgo, ou nas diferentes cifras anotadas referentes ao custo da construção do Palácio.

apresentar uma notícia tão completa do edifício agora reformado. (JORNAL DO COMMERCIO, 20/02/1897).¹¹

Escragnolle Doria, em artigo da *Revista da Semana* de 14 de janeiro de 1928, descreveu o Palácio Nova Friburgo e seu papel na cidade do século XIX, afirmando que o edifício era “a maior e mais suntuosa das casas particulares cariocas”.

Herculano Gomes Mathias (1965: 38) apresenta diversos autores que analisaram o impacto da construção do Palácio depois de pronto. Dentre eles, Noronha Santos, que afirmou:

(...) para a velha cidade, com seus casarões inestéticos e sombrios, constituiu decerto grande acontecimento a ereção desse palácio que destoava da pesada e rotineira visão dos mestres de obras da época.

Neoclassicismo

Outra abordagem possível é utilizar o Palácio como fonte para o estudo do neoclassicismo, principal modelo artístico e arquitetônico do Brasil do século XIX, mostrando que a adoção desse estilo no país não atendeu apenas a uma necessidade estética: Rocha-Peixoto (2000: 29) afirma que a arquitetura neoclássica foi um veículo comunicador. A rigorosa disciplina, a nobreza austera e pomposa de sua aparência exterior deveria permitir aos cariocas a leitura do programa civilizador da monarquia. O Neoclassicismo expressaria a ordem civilizadora e a unidade nacional (*Ibid.*: 33).

Hobsbawm (1984: 22) afirma que toda a tradição inventada utiliza, na medida do possível, a História como legitimadora das ações e como cimento da coesão grupal. Um dos propósitos das tradições seria legitimar os Estados em formação com base numa suposta ligação com uma tradição estabelecida num passado remoto. Durante o século XIX, vemos a preocupação de uma busca por uma identidade nacional baseada na tradição clássica, que influenciou as artes, a ciência e a arquitetura do Império Brasileiro. Ainda que elementos nativos estejam presentes, normalmente de forma periférica, a estrutura da arquitetura, das artes e da política continuava sendo guiada por padrões europeus na sua essência. A preocupação em vincular-se com a cultura clássica refletiu-se fortemente em construções

¹¹ Mantivemos a grafia original das fontes jornalísticas citadas neste trabalho.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
 ISSN: 2317-0468
 17 a 21 de outubro de 2016

do período, em que o estilo neoclássico predominou em boa parte dos prédios públicos, bem como em edificações particulares, em especial, as da elite, que não ficaram imunes ao esforço da construção da nacionalidade brasileira. O autor ressalta a utilização de elementos antigos, como religião, folclore, pompa principesca, na invenção das tradições com fins que ele chama de bastante originais, em relação ao contexto das tradições que serviram como inspiração (*Ibid.*: 14). Muitas vezes, instituições políticas ou grupos perceberam ser necessária a invenção de uma continuidade histórica para se legitimarem (*Ibid.*: 15).

O Brasil, no século XIX, passou por um processo civilizatório imposto inicialmente pelo poder real português e, posteriormente, pelo Império Brasileiro, quando a necessidade de mostrar-se como uma nação civilizada para o restante da comunidade internacional impôs a adoção de estéticas, ideologias, historiografia e costumes modelados pelo padrão europeu, especialmente no caso francês, pelo governo e pelas elites do país.

Conclusão

Em 1938, o Palácio do Catete e seu respectivo parque são tombados pelo recém-criado Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN. A preocupação em proteger a então sede do Poder Executivo insere-se numa conjuntura em que esforços para preservar o patrimônio histórico e artístico do Brasil começam a ser concretizados. Com o tempo, o conceito original foi ampliado para o de "patrimônio cultural", e, dessa forma, as formas de compreender os bens tombados também se ampliou, buscando olhar os bens patrimonializados para “além da pedra e cal” (FONSECA, 2003).

Esse trabalho buscou explorar as possibilidades de se utilizar um desses bens, o Palácio do Catete, como fonte para diversos estudos de história, levando em consideração os diferentes campos da história que podem ser estudado e a ampliação do conceito de fontes para o estudo da História.

Bibliografia

Fontes:

Palácio do Catete

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

Fontes manuscritas

Arquivo Barão de Nova Friburgo – Museu da República, IBRAM/MINC

Inventário do Barão de Nova Friburgo – Arquivo Nacional

Periódicos

DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. **Corpo Legislativo**. Diário do Rio de Janeiro. 13/10/1869, p.2

DORIA, Escragnole. **O Palacete Nova Friburgo**. Revista da Semana. Rio de Janeiro. 14/1/1928. p. 14

SAINT-CHIC, M. **A Vida Elegante**. Revista Ilustrada. Rio de Janeiro, 14/07/1883. p. 2-3

GAZETA DE NOTÍCIAS. **Polícia da Corte**. Gazeta de Notícias. Rio de Janeiro. 28/10/1883. p. 1

JORNAL DO COMMERCIO. **O Palácio do Catete**. Jornal do Commercio, 20/02/1897. p.1

NABUCO, Joaquim. **O Palacete Nova Friburgo**. O Globo, 19/09/1875. p.1

Livros de referência

Alegrio, Leila Vilela. **Os Clemente Pinto. Importantes cafeicultores do Sertão do Leste Fluminense**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

ALMEIDA, Cícero A. F. **Catete: Memórias de um Palácio**. Museu da República, Rio de Janeiro. 1994.

GERSON, Brasil. **Histórias das Ruas do Rio**. Rio de Janeiro: Bem Te Vi, , 2015.

GRAHAM, Maria. **Diário de uma viagem ao Brasil: e de uma estada neste país durante parte dos anos de 1821, 1822 e 1823**. Tradução e notas de Américo Jacobina Lacombe. São Paulo:Companhia Editora Nacional, 1956.

HOBSBAWN, Eric. Introdução: A Invenção das Tradições. In: HOBSBAWN, E., ANGER, T. (Org.). **A Invenção das Tradições**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.

MATHIAS, Herculano Gomes. O Palácio do Catete. In: **Anais do Museu Histórico Nacional. v. XV. Rio de Janeiro**. Imprensa Nacional, 1965.

MELO, V. A. de. **Educação do corpo – bailes no Rio de Janeiro do século XIX: o olhar de Paranhos**. Educação e Pesquisa, São Paulo, 2014. disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ep/2014nahead/aop1410.pdf/>.

MELO, V. A. de; Peres, F. de F. **A gymnastica nos tempos do Império**. Rio de Janeiro, 7 Letras/Faperj, 2014.

MUSEU DA REPÚBLICA. São Paulo: Banco Safra, 2011.

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016*

PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO, **Área de Proteção do Ambiente Cultural - APAC - Catete**. Disponível em: http://www0.rio.rj.gov.br/patrimonio/apac/anexos/catete_textos.pdf/.

PROURB, FAU-UFRJ (professores e alunos). **Um Palácio na Cidade**.

<http://www.fau.ufrj.br/prourb/catete>. Acesso em 21/01/2015.

ROCHA-PEIXOTO, Gustavo. Introdução ao neoclassicismo na arquitetura do Rio de Janeiro. In: CZAJKOWSKI, Jorge (Org.). **Guia da arquitetura colonial, neoclássica e romântica no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2000.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As barbas do Imperador: Dom Pedro II, um monarca nos trópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

ASSIS, Machado. **Esau e Jacó**. Domínio Público. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000030.pdf>. p. 13-14.

KOSERITZ, C. Von. **Imagens do Brasil**. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo, EDUSP, 1980.

QUESADA, Vicente G. **Mis memorias diplomaticas. Misión ante el gobierno del Brasil**. Buenos Aires: Imprenta de Coni Hermanos, 1907. Disponível em <https://ia700407.us.archive.org/25/items/mismemoriasdipl00quesgoog/mismemoriasdipl00quesgoog.pdf>. Acesso em 09/11/2015.

LOCAIS DE REMEMORAÇÃO E CONVÍVIO URBANO: UMA ANÁLISE DOS JARDINS PÚBLICOS

Guilherme Nogueira Ragone¹

RESUMO:

O artigo contextualiza a evolução histórica dos jardins públicos, e abrange o papel dos mesmos como expressão de um ambiente natural produzido pelo homem servindo de local de rememoração para a sociedade, gerando local lúdico e rico para convívio urbano. Analisa essa categoria dos jardins que agem como documento cultural renovador, que ao ter sua apropriação descomprometida, um risco ao testemunho futuro. Aborda a questão da memória e sua produção ligada aos jardins, tendo em vista sua presença marcante na sociedade. Assim, obteve-se como resultado a compreensão do público sobre a história concisa do tema e todas as premissas que levaram a tal escolha, e a posterior afirmação que os jardins se colocam como local de memória de valor inestimável para a sociedade. Por fim, o objetivo do artigo é trazer material rico para debates sobre o tema.

Palavras chave: jardim público, patrimônio, memória, paisagismo, preservação.

ABSTRACT:

The article analyzes the historical evolution of public gardens, and includes the role of the same as the expression of a natural environment produced by man serving as a remembrance site for the company, generating playful and rich place to urban life. Analyzes this category of gardens that act as cultural renewal document, to have their uncompromised appropriation, a risk to future testimony. It addresses the issue of memory and its output connected to the gardens, given its strong presence in society. Thus was obtained as a result of the public's understanding of the concise history of the subject and all assumptions that led to this choice, and the subsequent affirmation that the gardens themselves as priceless memory location to society. Finally, the objective of this article is to bring rich material for debates on the topic.

Keywords: public garden, heritage, memory, landscaping, preservation.

1. INTRODUÇÃO.

As potencialidades do desenvolvimento turístico de um local são em síntese, um somatório dos recursos disponíveis com a capacidade de valorização e da criação de fatores de atração de um recurso, seja local, região ou cidade. Desse modo, segundo Cunha (2008), cada localidade ou cada recurso dispõe de um potencial que difere de outros em vários

¹ Mestrando em Ambiente Construído – UFJF. guilhermeragone@hotmail.com

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

aspectos que necessitam de avaliação específica, bem como de um programa que reconheça, otimize e divulgue essa capacidade, atraindo turismo e renda para a localidade.

Os estudos voltados ao paisagismo e à preservação, gestão, proteção e potencialidades turísticas dos jardins históricos ou jardins de interesse histórico, bem como a tendência recente da busca de memória de nossa própria história têm avançado nos últimos anos no Brasil. Essa questão justifica-se de acordo com preceitos baseados em sua importância histórica e artística e em sua significação cultural, que tem por função contribuir para o fortalecimento da memória e da identidade de um local, bem como na qualificação da cidade com sua inserção no cenário turístico regional e nacional. Segundo Inês El-Jaick Andrade (2008), o jardim histórico destaca-se, entre as demais categorias do patrimônio cultural, por apresentar ligações com o patrimônio natural, sem intervenção humana e por sua ligação com a qualidade de vida na cidade.

Nesse cenário atual, de escassez de áreas verdes, para Cunha (2008), os atrativos turísticos baseiam-se fundamentalmente na natureza, na história e na cultura, porém se tem os elementos naturais que, principalmente, originam a estruturação e organização da maior parte dos destinos turísticos. Assim os jardins históricos entram com papel fundamental na valorização cultural da localidade. À medida, contudo, que o turismo foi evoluindo, estes elementos não perderam nem o seu significado nem a sua capacidade de atração, mas surgiram sim, novos atrativos e sucederam transformações em elementos existentes, sem qualquer ligação ao turismo, com o fim de dar resposta as novas solicitações da procura por novos locais, pela criação de locais de memória, além da necessidade crescente em gerar história e cultura para as gerações futuras.

Segundo Nora (1993), essa memória é sempre parcial, descontínua e vulnerável a todas as utilizações e manipulações. Assim entra o importante papel dos agentes sociais na promoção sociocultural do bem para conduzir e servir de estímulo de memória, que segundo Molard apud Cochete Filho (2008), identificam-se quatro atuantes sociais: os que decidem (estado, empresas privadas), os que criam (arquitetos, estudiosos, pesquisadores), os que criticam (crítica, mídia) e os que recebem as produções geradas (público e usuários). Todos trabalhando de forma integrada para promover e valorizar o bem histórico natural ou não. Essa complexa relação entre jardim histórico, memória, turismo e sociedade é o foco do artigo proposto, que tem por objetivo elucidar a importância dos jardins para sociedade, sua

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016*

função sociocultural, patrimonial, além de traçar um paralelo com a memória e sua força significativa, bem como seu potencial turístico e suas possibilidades de valorização futuras. Para tanto, esse estudo tem por metodologia a identificação dos pontos importantes inerentes às temáticas iniciais, através de uma pesquisa exploratória de caráter de revisão bibliográfico, bem como sua comparação e posterior análise dos resultados.

2. O JARDIM NA SOCIEDADE.

Seguindo o pensamento de Durante apud Angelis e Neto (2004), temos que os jardins históricos constituem-se a expressão da cultura e do modo de entender e manipular a natureza própria do projetista e de seu tempo, mas são também composições de elementos naturais em eterno equilíbrio dinâmico, em constante transformação e evolução. Deve ser entendida como composição arquitetônica predominantemente vegetal.

Do ponto de vista histórico e artístico apresenta interesse cultural, e deve ser entendido como monumento. Françoise Choay (2001) aborda os conceitos de monumento e monumento histórico, enquanto “monumentos vivos” que agem como documentos culturais que se renovam e se deterioram constantemente, tendo assim, sua apropriação descomprometida, um risco ao testemunho futuro.

Imagem: a evolução paisagística do Passeio Público no Rio de Janeiro – 1779 / 1860 /



Fonte: Disponível em:

<<http://ashistoriasdosmonumentosdorio.blogspot.com.br/2011/12/o-passeio-publico-do-rio-de-janeiro.html>>. Acesso em: 30, out. 2016.

Ainda de acordo com Choay, outra definição importante do tema que entra na esfera contemporânea de monumentos e produtos:

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

Por sua vez, os monumentos e o patrimônio histórico adquirem dupla função – obras propiciam saber e prazer, postas à disposição de todos, mas também produtos culturais, fabricados, empacotados e distribuídos para serem consumidos. (CHOAY, 2001)

Segundo pensamento de Gastal e Da Silva (2015), dessa maneira, quando museologizados – o jardim histórico como espaço museológico –, e incorporados como patrimônio e monumento, os jardins são por si mesmos locais atrativos, e a atenção para o apelo turístico foi algo natural a partir dos anos 1990 no Brasil, tendo esse segmento de turismo denominado: turismo de jardim - *garden tourism*. Para Cunha (2008), a democratização do turismo, o alargamento da base motivacional das deslocamentos turísticos, bem como a segmentação da procura turística e a criação de meios artificiais que pelas suas características, grandiosidade ou diferenciação, despertam a curiosidade, modificam os atrativos que originam as correntes turísticas. Assim temos, que deste modo qualquer local ou região pode ser dotado de recursos ou atividades susceptíveis de serem tratados como atração turística permitindo o seu desenvolvimento.

Com o porvir dos anos e a necessidade de um aprofundamento temático, a criação de uma ordem que balizasse o conteúdo dos jardins históricos, se estabeleceu metodologias para determinar o valor artístico, histórico e cultural desses espaços: as ditas cartas patrimoniais.

Em 1981, na Carta de Florença (1981), após anos de estudos e tentativas de uma institucionalização do tema, elevou-se a primeira terminologia, ainda utilizada nos dias de hoje: jardim histórico. Este tem por definição seu caráter de interesse histórico e não por suas peculiaridades estilísticas, dimensionais ou tipológicas: “A denominação jardim histórico aplica-se tanto aos jardins modestos quanto aos parques ordenados ou paisagísticos” (Carta de Florença, 1981, art. 6). Adiante tem-se a Carta dos Jardins Históricos (2010) que define aspectos ligados à proteção, preservação, conservação e manutenção além da gestão dos mesmos. Abarcando, assim, a totalidade temática dos jardins históricos.

O jardim é composto predominantemente de matéria vegetal e possui relação estreita com a arquitetônica, não significa, porém, que sendo a vegetação o elemento mais exigente e mutável, releguem-se em segundo plano os demais componentes do mesmo. Em geral, os

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

jardins históricos comportam obras de arte (esculturas, edificações, pavilhões, pontes, chafarizes, etc) as quais, com a vegetação, compõem o conjunto desses espaços e os dão significados, tendo às vezes o seu significado tendo sentido justamente pela inserção dessa matéria não natural. Não há assim, como dissociar um elemento do outro. É essa preservação e a associação de ambos, em uma simbiose equilibrada e harmoniosa que fazem de um jardim histórico um bem de tamanha relevância cultural e turística.

3. JARDIM E TURISMO.

Para Cunha (2008), a atividade turística tem por base os recursos turísticos que se definem simplificadaamente como todos os elementos naturais ou atividades humanas que dão origem à deslocação de visitantes. Assim, continuando com o mesmo autor (2008), o património turístico constitui o elemento fundamental que o homem transforma em recursos turísticos utilizando meios técnicos, humanos e financeiros. Esses recursos são então constituídos pelo património turístico que mediante uma intervenção, se transforma em património com potencial de utilização, gerador de renda e difusor de cultura. Temos para Cruz (2012), que o termo cultura, é entendido como circulação e consumo de significados e de sentidos, isso assim significa que ela mesma se refaz todos os dias, no cotidiano das relações sociais, na luta pela sobrevivência, seja pelo trabalho, pela festa, ou pelos encontros, revelando assim distintas espacialidades.

Para Cunha (2008), tal como são oferecidos - de forma natural, os recursos naturais são insuficientes para garantir a permanência dos visitantes. Torna-se, então, necessária a construção de equipamentos que permitam a deslocação do turista, como questões de acessibilidade e facilidade de deslocamento, e por outro, assegurem a permanência desse visitante, seja com alojamentos e restaurantes, requerendo assim, a construção de infraestruturas necessárias à visitação. Com a ausência desses equipamentos não existirá atividade turística, embora possam existir essas deslocações sem gerar algum tipo de renda ou propaganda positiva para o local.

Temos que no turismo de jardins, a procura por paisagens ou eventos por eles tematizados têm de levar a participação dos visitantes além do contemplativo e do desfrute do puro lazer, pelo fato de reunir aficionados e praticantes da jardinagem. Nos jardins

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
"O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História",
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016*

históricos, a atenção aos mesmos não seria regida apenas por seu tamanho ou por suas particularidades de estilo, mas pela forte presença do interesse histórico a eles associado, conforme notado na Carta de Florença (1981).

Segundo Cruz (2012), são grandes as críticas ao papel do turismo como elemento desvirtualizador dos sentidos do patrimônio cultural. A criação de cenários, a espetacularização, mercantilização, comercialização, compõem o conteúdo de boa parte dessas críticas. As estratégias públicas e privadas de realce da dimensão imagética, da difusão de clichês e da criação de novas funções dos bens culturais levam a determinados modos de apreensão estética e a certas formas de uso exclusivamente voltadas para o atendimento do turismo. Gerando uma cultura banalizada pelo mercado, excluindo as experiências sociais de sua concepção original.

O turismo se apropria dos lugares, valorizando-os como um produto de consumo cuja qualidade deve ser percebida, de imediato, pelo olhar. Os espaços de simulação criados nas cidades atraem os turistas. Esses cenários imaginários e imaginados, uma vez postos nos espaços das cidades, iniciam um processo de estabelecimento de conexões entre o turista e o lugar, que culminam em uma relação de consumo. O patrimônio, a arte e a cultura são “comprados” pelo visitante do lugar, como uma mercadoria. (PEREIRA E SPOLON, 2007)

4. RELAÇÕES JARDINS E ESPAÇOS DE MEMÓRIA.

De forma a contextualizar a abordagem proposta, entende-se de acordo com Abreu (1998) por analogia urbana, a seguinte passagem:

A valorização do passado das cidades é uma característica comum às sociedades desta virada de milênio. No que se diz respeito a “países novos”, como no Brasil, essa tendência é inédita e reflete uma mudança significativa nos valores e atitudes sociais até agora predominantes. Depois de um longo período em que só se cultuava o que era novo período em que se resultou num ataque constante e sistemático às heranças vindas de tempos antigos, eis que atualmente o cotidiano urbano brasileiro vê-se invadido por discursos e projetos que pregam a restauração, a preservação ou a revalorização dos mais diversos vestígios do passado. A justificativa apresentada é invariavelmente a necessidade de preservar a “memória urbana”. (ABREU, 1998)

É necessário entender a valorização do passado, a busca identitária, como algo generalizado e em constante crescimento no mundo, principalmente no Brasil devido a fatores como pouca idade e a sua história recente. Algumas explicações para esses fatores

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

são advindos da época do renascimento, aonde podemos nos basear nas palavras de LeGoff (1990), desde a época citada até meados do século XVIII nós temos a saudação ao passado “como uma época de inocência e felicidade”, sendo produto de uma filosofia reacionária da história. Nos séculos XVIII e XIX, com o advento do Iluminismo, observou-se um revés nos conceitos de passado e futuro, em função dos trabalhos da ciência, literatura e arte. Era para o futuro que o mundo deveria caminhar.

Chegado o século XX, continuando com as ideias de Le Goff (1990), temos os acontecimentos que serviram para minar a fé e a crença nesse futuro ilimitado. O advento das guerras mundiais, o holocausto e a fome, temas correntes a um passado que deveria ser esquecido, essa memória, se tornou cada vez mais forte e presente, trazendo consigo a descrença no futuro e apologia ao passado. Os dias atuais tratam-se de “momentos de ruptura da continuidade histórica” como aborda Buvignaud apud Abreu (1998). É o momento da globalização, momento em que temos a força instantânea das informações, a homogeneização dos espaços globais, contribuindo assim para que todos os espaços sejam bastante parecidos, fazendo com que o lugar seja impreciso e não singular.

Será abordado o caso brasileiro, tratando-se de um país com pouco mais de meio século, possuindo uma história recente com poucos vestígios de nossa história arquitetônica e paisagística nas nossas cidades, dessa forma, identifica-se a necessidade de preservação dos locais ainda existentes, dotados de significativo valor cultural.

Em suma, não é muito comum encontrarem-se vestígios materiais do passado nas cidades brasileiras, mesmo naquelas que já existem há bastante tempo. Existe, entretanto, algo novo acontecendo em todas elas. Independente de qual tenha sido o estoque de materialidades históricas que tenham conseguido salvar da destruição, as cidades do país vêm hoje engajando-se decisivamente num movimento de preservação do que sobrou de seu passado, numa indicação flagrante de que muita coisa mudou na forma como a sociedade brasileira se relaciona com suas memórias. (ABREU, 1998)

A memória individual é de extrema valia para o presente estudo, pois a partir dela, podemos caminhar pelas lembranças unitárias e atingir momentos históricos já passados, fazendo a rememoração e pertencendo a memória coletiva – uma memória social que transcende o indivíduo. Essa memória é mutável e volátil, pode ser moldada, simplesmente devido ao fato dos indivíduos que a preservavam, já desapareceram. Surge, então, a questão do armazenamento da memória, dos locais que guardam e evocam essas memórias, do

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

estoque de lembranças abordado por Choay (2001) e prosseguindo ainda em Abreu (1998), temos a eternização, o registro, transformando em “memória histórica”. Segundo o autor, esse estoque de lembranças, eternizadas na paisagem, tornam objetos de reapropriação por parte da sociedade. Em resumo, temos a partir do século XIX, os jardins, como elementos fundamentais na constituição do ideal de Urbano. Nas atuais décadas iniciais do século XXI, o jardim histórico é monumento vivo e museologizado, reforçando assim, com sua presença, a função de local de memória associada à cidade.

5. CONCLUSÕES.

Como conclusão acerca da questão dos jardins históricos como bem patrimonial, associados e memória de um lugar, foi explicitado que esses espaços de contemplação, mas também abertos à prática de atividades lúdicas, podem ainda contribuir para que moradores e visitantes vivenciem a natureza e os auxiliem a compreendam melhor a sociedade que os recebe e influencia. Considerar esses jardins como fragmentos de patrimônio cultural espalhados no tecido urbano leva a entendê-los como uma construção de sentidos que insere outras considerações, como a relação entre fixos e fluxos presentes no seu próprio espaço. Entendendo que por fixos, se têm a própria natureza e sua simbologia cultural, associando seus fluxos, sua história mutável e corrente, bem como das pessoas que dela participam, afetam e a absorvem. (GASTAL, 2006).

Esse processo, como analisado anteriormente, segundo Abreu (2008), vem da memória histórica, desse estoque de lembranças eternizadas na paisagem, se tornando objetos de reapropriação por parte da sociedade.

O reconhecimento do carácter patrimonial dos jardins históricos foi lento e gradual encontrando várias resistências e até mesmo dificuldades concretas. No entanto, valeu a determinação e a argumentação sólida de um conjunto de personalidades e instituições que traçaram um novo rumo e atitude perante este tipo particular de patrimônio, tão rico, mas tão vulnerável. Atitude, esta, corporizada na Carta de Florença, que constitui ainda, aos dias de hoje, o principal documento orientador com relação aos jardins históricos. Contudo, no que a este patrimônio diz respeito, nem tudo está conquistado, tratando-se por isso de uma luta diária, constante e persistente. (SILVA, 2013)

Retomando ao tratado nas páginas precedentes, a riqueza dos jardins, em especial dos históricos, os transforma em riquezas para o turismo. A atual tendência de consumo desses bens, além do interesse pela questão sustentável e preservacionista corrente no país, nos trás pessoas cada vez mais interessadas pelo tema, mas ainda seriam poucos os destinos a construir políticas de turismo em relação aos mesmos. Para Gastal e Da Silva (2015), na maioria dos casos, os jardins históricos aparecem em atrativos das cidades, ainda sim em ofertas avulsas e isoladas.

Para finalizar o estudo, enquanto que para os grupos sociais que conceberam os jardins para seus mais diversos fins originais, e ao passar do tempo e da carga de importância dada, receberam a denominação: histórico. E assim permitiram a permanência desse bem ao longo do tempo. Devido à especulação turística, esses espaços são relegados a “meras paisagens”, causando assim uma nova relação jardins histórico, turismo e memória.

6. REFERÊNCIAS.

ABREU, Maurício de Almeida. **Sobre a memória das cidades**. Revista da Faculdade de Letras: Geografia, Porto, v. 14, n. 1, p.19-39, jan. 1998.

ANDRADE, Inês El-Jaick. **Construção e desconstrução do conceito de jardim histórico**. Revista de pesquisa em arquitetura e urbanismo, programa de pós-graduação do departamento de arquitetura e urbanismo, EESC-USP p.138-144, ago. 2008.

ANGELIS, Bruno Luiz Domingos De.; NETO, Generoso De Angelis. **Jardins históricos – introduzindo a questão**. Paisagem Ambiente: ensaios - n. 19 - São Paulo - p. 31 - 48 – 2004

CARTA DE FLORENÇA (1981). Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Florenc%CC%A7a%201981.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2016.

CARTA DOS JARDINS HISTÓRICOS BRASILEIROS, DITA CARTA DE JUIZ DE FORA (2010). Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20dos%20Jardins%20Historicos.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2016.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Estação Liberdade. São Paulo. 2001

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

CUNHA, Licínio. Avaliação do potencial turístico. In: **Cogitour**: jornal of turism studies. Portugal: ulusofona, v. 1, n. 1, 2008.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. “Patrimonialização do patrimônio”: ensaio sobre a relação entre turismo, “patrimônio cultural” e produção do espaço In: GEOUSP: **Espaço e tempo**, São Paulo, n. 31, p. 95-194, 2012.

FILHO, Antonio Colchete. **Praça XV**: projetos do espaço público. Rio de Janeiro, 7 letras, p.30 e 31. 2008.

GASTAL, Susana de Araújo. **Alegorias urbanas**: o passado como subterfúgio. Campinas,SP: Papyrus, 2006.

GASTAL, Susana de Araújo; DA SILVA, Aline Valéria Fagundes. Jardins e jardim histórico: espaços de memória e possibilidades para o turismo. In: **Revista Iberoamericana de Turismo** - RITUR, Penedo, Número Especial, p. 63-85, out. 2015.

GOFF, Jaques Le. **História e memória**. 1924. Tradução Bernardo Leitão... [et al.] Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990.

NORA, Pierre. Entre mémoire et histoire. 1984. Tradução Yara Aun Khoury. In: **Proj. História**. São Paulo (10), dez. 1993.

SILVA, Suzana Maria Pereira. A dimensão patrimonial e o potencial turístico dos jardins históricos: o caso de Portugal. In: **Revista bibliográfica de geografia y ciencias sociales**. Barcelona: Universidad de Barcelona, Vol. XVIII, n. 1053. 2013. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/b3w-1053.htm>>. Acesso em: 13 maio, 2016.

PEREIRA, Paulo César Xavier; SPOLON, Ana Paula Garcia. Turismo, hotelaria e imagem urbana: a construção e o consumo de espaços de simulação. In: **Revista electrónica de geografía y ciencias sociales**. Barcelona, ES. Scripta Nova: Universidad de Barcelona: Vol. XI, n. 245 (59), ago. 2007. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-24559.htm>>. Acesso em: 12 de jul. 2016.

**A Paisagem em Movimento: Aulas de Campo e a Ressignificação de Conceitos
através da Educação Patrimonial***

Edylane Eiterer¹

Joel dos Santos Pereira²

RESUMO:

Esse artigo constitui uma proposta de educação patrimonial a ser desenvolvida em escolas, através da (re)leitura de suas paisagens urbanas, sugerindo a criação de um *Circuito de Memória*, como estratégia para introduzir nos ambientes escolares, os conceitos de paisagem e patrimônio cultural, apoiando-se nas “aulas-passeio” de Celestin Freinet. O *Circuito de Memória* seria a elaboração de uma “rota de memória” a luz dos elementos materiais e imateriais presentes na paisagem mediante um diálogo educativo entre alunos e professores, a respeito dos conceitos de paisagem e patrimônio cultural. A criação do *Circuito de Memória* é uma forma de ressignificar o estudo da paisagem urbana e do patrimônio cultural, na educação básica fomentando uma atividade prática, e contribuindo para que o discente tenha uma visão mais crítica do espaço em que vive.

Palavras-chave: Educação Patrimonial – Paisagem – Memória

ABSTRACT:

This article is a proposal for heritage education to be developed in schools, through the (new) reading of his cityscapes, suggesting the creation of a *memory circuit*, namely, conducting classes outside formal educational environments as a strategy to introduce in the school environment, the landscape and cultural heritage concepts, relying on "lessons-drive" of Celestin Freinet. The *memory circuit* would be the development of a "memory route" considering the material and immaterial elements present in the landscape through an educational dialogue between students and teachers, about the landscape and cultural heritage concepts. The creation of the *memory circuit* is a way to reframe the study of the urban landscape and cultural heritage, in basic education fostering a practical activity, and helping the students to have a more critical view of the space in which he lives.

Key words: heritage education – landscape – memory

* Artigo enviado para a XXXII Semana de História da UFJF (2016) - Simpósio Temático 20 - Memórias da Cidade – O Patrimônio Cultural Urbano como Fonte para o Historiador.

¹ Edylane Eiterer é historiadora (UFJF), pós-graduada em Gestão do Patrimônio Cultural (Instituto Metodista Granbery/PEMEAR) e mestre em Educação com ênfase em Políticas Públicas e Movimentos Instituintes: Identidade, Memória, Cultura, Educação Patrimonial e Patrimônio Cultural. Mestranda em Patrimônio Cultural, Paisagem e Cidadania (UFV). edylaneeiterer@yahoo.com.br

² Joel dos Santos Pereira é geógrafo (UNILESTE) e pós-graduado em Educação Ambiental (UNILESTE). Mestrando em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania (UFV). Atua como professor de Geografia na cidade João Monlevade-MG. É vice-diretor na rede estadual de ensino de Minas Gerais. joelpereirageo@gmail.com

1. A linguagem da Paisagem e suas (re)significações

A simbologia presente nos lugares requer um pensamento mais crítico em relação aquilo que observamos e vemos. No mundo contemporâneo, o processo da globalização, talvez, tenha provocado uma abstração das singularidades dos lugares, tanto, que o antropólogo francês Marc Augé, em seu livro *Não Lugares*, relata que um “não lugar” seria um “espaço que não pode ser definido como relacional ou histórico, ou que se relacione com a identidade”, e em sua perspectiva, esses lugares seriam vazios de emoção e memória. (AUGÉ, 1995:77)

Em *A identidade cultural na pós-modernidade*, o sociólogo jamaicano Stuart Hall afirma “o que é importante para nosso argumento quanto ao impacto da globalização sobre a identidade é que o tempo e o espaço são também as coordenadas básicas de todos os sistemas de representação” (HALL, 2006:70) indicando que as relações espaço-tempo impactam nas identidades e em suas representações.

Hall então considera que as formas simbólicas são representações da realidade de forma que significados são criados e comunicados. Ao caminharmos pela cidade, nos deparamos com inúmeros objetos nas paisagens, como as praças, as igrejas, as escolas, os jardins, os parques e os monumentos que carregam consigo simbolismos fixos espaciais, ao mesmo tempo, que podemos encontrar festas religiosas, ritos populares, movimentos sociais que ilustram o que denominamos de itinerários simbólicos, que Geertz³ trata como inscrições espaciais de significados.

No âmbito de uma Geografia Cultural, percebemos que ao analisar as paisagens do nosso entorno, é possível estabelecer uma relação entre a paisagem e significados percebendo a paisagem como portadora de crenças, valores e utopias e, portanto, apresentando diversas simbologias. O geógrafo Denis Cosgrove afirma que

Todas as paisagens possuem significados simbólicos porque são produtos da apropriação e transformação do meio ambiente pelo homem. O simbolismo é mais facilmente apreendido nas paisagens mais elaboradas – a cidade, o parque e o jardim – e através da representação da paisagem na pintura, poesia e outras artes. Mas pode ser lida nas paisagens rurais e mesmo nas mais aparentemente

³ GEERTZ, Clifford. **O saber local**: novos ensaios em antropologia interpretativa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

não-humanizadas paisagens do meio ambiente natural. Estas últimas são, frequentemente, símbolos poderosos em si mesmas. (COSGROVE, 1998:108)

A complexidade da paisagem e seus significados culturais descortina uma análise apenas no âmbito da estética, indicando que a percepção da paisagem transcenda o mero olhar. Entendendo que a paisagem é um signo, que se trata então de aprender a decifrar, num esforço de conhecimento, que vai além da fruição e da emoção (BESSE, 2014:64), percebe-se que o conceito de paisagem não se reduz apenas a um de nossos sentidos, nesse caso a visão, mas também por aquilo que ouvimos, percebemos e sentimos, ou seja, a mediação entre o mundo interior e exterior.

Segundo Dora Corrêa alguns intelectuais ao alegar que a paisagem não pode ser reduzida ao visualizado, referenciam que a exterioridade concreta está na sua base (CORRÊA, 2015:270), nesse caso Besse afirma que a “paisagem é um produto objetivo, do qual a percepção humana só capta, de início o aspecto exterior” (BESSE, 2014:65), reiterando que “a intenção e a esperança científicas do geógrafo consistem em tentar ultrapassar esta superfície, esta exterioridade, para captar a ‘verdade’ da paisagem” (BESSE, 2014:65).

A concepção perceptiva da paisagem, e retratada por Augustin Berque⁴ define que a paisagem é uma marca e uma matriz. Essa definição de marca e matriz é esclarecida por Puntel da seguinte forma

Como marca, a paisagem pode e/ou deve ser descritiva e inventariada. Para isso, dispõe-se de numerosos instrumentos metodológicos, como, por exemplo, a semiótica dos lugares [...] A paisagem também é matriz, porque participa dos esquemas de percepção, de concepção e de ação, que canalizam, de certa forma, a relação de uma sociedade com o espaço e com a natureza. (PUNTEL, 2012:29)

Diante do esclarecimento de Puntel, com relação a paisagem inventariada, recorremos a autora Anne Cauquelin que afirma que embora alguns autores situam o “nascimento” da paisagem em 1415, o que segundo ela é aceitável, do ponto de vista da

⁴ BERQUE, Augustin. Paisagem-Marca, Paisagem-Matriz: Elementos da Problemática para Geografia Cultural. IN: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDHAL, Zeny (Org.). **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
 ISSN: 2317-0468
 17 a 21 de outubro de 2016

pintura, entretanto, a autora alerta que a “invenção da perspectiva é justamente o nó da questão” (CAUQUELIN, 2007:36).

Cauquelin ainda afirma que

Uma dupla operação se manifesta aqui: de um lado, restituir a paisagem à natureza como a única forma de torná-la visível (logo, de transformá-la por intermédio do trabalho paisagístico); de outro lado, desdobrá-la em direção do princípio inalterável da natureza, apagando então a ideia de sua possível construção. (...) Pois os mesmos que querem salvar a naturalidade da paisagem como dado primitivo se dedicam também a proteger “sítios” depositários de uma certa memória, história e cultural. (CAUQUELIN, 2007:40)

Por essa passagem, compreendemos que para a existência da paisagem não é condição *sine qua non* a existência do mundo natural, já que ela é pensada, interpretada e organizada pelo homem, enfim, pela sociedade. Maria Melendi afirma que “a paisagem questiona o lugar do homem dentro da natureza” (MELENDI, 2010:198). A autora ainda reitera

Sendo a paisagem uma narrativa alinhavada através de uma soma incompleta de saudades próprias ou alheias, de memórias e de perdas, de iluminações e apagamentos, essa ficção – paisagem – tornaria a separação entre o homem e a natureza ambígua, imprecisa, porém, aceitável, pois, o que vemos não se basta apenas em vermos.

Ao tratarmos a paisagem como matriz, é necessário ressaltar as abordagens do geógrafo sino-americano Yi-Fuan Tuan ao afirmar que “a maioria das pessoas durante suas vidas fazem pouco uso de seus poderes perceptivos” (TUAN, 1980:284), ainda, que as pessoas vivam experiências similares no mesmo espaço a “visão que cada pessoa tem do mundo é única e de nenhuma maneira é fútil” (TUAN, 1980:285).

Portanto, retoma-se a ideia de que a paisagem passou a ser considerada não como uma expressão de uma cultura acessível, estreitamente, ligada à materialidade, mas percebida e dotada de subjetividade e significados que podem ser apreendidos através das vivências e de métodos de outras ciências como a Antropologia e a História da Arte. Os métodos utilizados por essas ciências vêm sendo utilizados para o estudo das representações das paisagens. (PANITZ, 2012:150-151)

Ao considerarmos as representações das paisagens é importante percebermos a noção de representação enquanto instrumento teórico-metodológico de análise da história cultural.

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. (...) As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Por isso esta investigação sobre as representações supõe nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e dominação. As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são seus, e o seu domínio. (CHARTIER, 1998:17)

Chartier ao tratar da internalização simbólica das lutas pelo poder e dominação entre os grupos, nos permite mencionar o geógrafo James Duncan que considerando a proposição da paisagem como texto no reino de Kandy no Sri Lanka conseguiu compreender que a paisagem expressava uma forma de legitimar o poder do rei como poder divino. (PANITZ, 2012:157)

Panitz ainda destaca que

Ler a paisagem nos termos de Duncan pressupõe ler na paisagem a organização do espaço e os símbolos que atuam como um discurso que legitima um poder e reafirma uma ordem social, assim como também ler as manifestações que se opõe a esse poder. (PANITZ, 2012:157)

Ao relacionar cultura e poder é importante compreender os símbolos presentes nas paisagens, pois, eles refletem e reproduzem a cultura de uma sociedade, e conseqüentemente, as relações de poder ali existentes. Cosgrove destaca que “todas as paisagens são simbólicas, apesar da ligação entre o símbolo e o que ela representa (seu referente) poder parecer muito tênue” (COSGROVE, 1998:106).

Cosgrove ainda afirma que “o texto de uma interpretação geográfica da paisagem é o meio através do qual transmitimos seu significado simbólico, através dos quais *representamos* esses significados” (COSGROVE, 1998:110) Ribeiro, então completa que

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

“a interpretação da paisagem torna-se algo muito próximo da hermenêutica e o trabalho do geógrafo transforma-se em um esforço de interpretação limitado, na medida que o próprio geógrafo também lê a paisagem segundo suas próprias simbologias” (RIBEIRO, 2007:26).

Portanto, as inflexões feitas até aqui a respeito da simbologia presente nas paisagens nos levam a compreensão de que “a paisagem não reside somente no objeto nem somente no sujeito, mas na interação complexa dos dois” (RIBEIRO, 2007:30).

2. A cidade e o patrimônio: quando a história e a memória se refletem no espaço cidadão

Pensar na reconstrução do passado da cidade, significa lidar com diversos tempos: o da cidade vista e percebida, o da cidade vista e não percebida, o da cidade real, o da cidade anônima, e que não quer ser lembrada, despertando nos estudiosos da cidade o interesse em se questionar os silêncios e as memórias esquecidas, buscando problematizar as razões dessa “ausência” de lembranças nos espaços da cidade.

É desse modo que poderemos tentar ultrapassar o mistério das formas, e buscar a construção do método, através da escolha da fenomenologia a adotar, a contextualização, a reconstrução dos cenários de uma realidade que em parte se esvaiu, a busca do significado e da memória que, através desse enfoque histórico, vamos encontrar expungida a máximo filtros. Assim, nos é permitido dirigir perguntas à cidade, indagando a respeito de sua formação, já que a história da cidade é a história de sua produção continuada. (SANTOS, 2008:35)

Para Maria Stella Bresciani cada representação da cidade é uma escolha e que “para se viver nas cidades seria necessário desenvolver *uma nova sensibilidade*: educar o olhar, a audição, o olfato, esses sentidos que nos orientam meio à ‘selva urbana’ e sua ‘fauna’.” (BRESCIANI, 2002:28)

Ainda a respeito dessa forma de percepção da cidade, Lynch ressalta que os elementos citadinos são tão relevantes quanto seus atores sociais e que eles não são só meros observadores, mas também construtores desse espaço. Ele ainda esclarece que

A cada instante, há mais do que o olho pode ver, mais do que o ouvido pode perceber, um cenário ou uma paisagem esperando para serem explorados.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

Nada é vivenciado em si mesmo, mas sempre em relação aos seus arredores, às sequências de elementos que a ele conduzem, à lembrança de experiências passadas. (LYNCH, 1997:01)

Milton Santos afirma que há um tempo nas cidades, que nos permite pensar na existência de gerações urbanas, em cidades que se sucederam e que foram construídas por diferentes materiais e ideologias (SANTOS, 2002:21). Ele ainda alega que na cidade atual essa ideia é ainda presente, haja vista, que o espaço é produto, principalmente, das relações sociais e das suas materialidades.

A materialidade, que é uma adição do passado e do presente, porque está presente diante de nós, mas nos traz o passado através das formas: basta passear por uma cidade, qualquer que seja, e nos defrontarmos nela, em sua paisagem, com aspectos que foram criados, que foram estabelecidos em momentos que não estão mais presentes, que foram presentes no passado, portanto atuais naquele passado, e com o presente do presente, nos edifícios que acabam de ser concluídos, esse presente que escapa de nossas mãos. Na realidade, a paisagem é toda ela passado, porque o presente que escapa de nossas mãos, já é passado também. (SANTOS, 2002:21)

Diante de tal a partir da ideia de paisagem como palimpsesto, ou seja, resultado de uma acumulação, na qual construções permanecem intactas ou modificadas, significa que a paisagem da cidade ao longo da sua história somatizam diversas marcas, sejam, visíveis ou invisíveis, que a memória coletiva as legitima a partir dos elementos presentes nas paisagens urbanas. Simon Schama destaca que a paisagem é constituída pela percepção humana e pelas lembranças.

Pois, conquanto estejamos habituados a situar a natureza e a percepção humana em dois campos distintos, na verdade eles são inseparáveis. Antes de poder ser um repouso para os sentidos, a paisagem é obra da mente. Compõe-se tanto de camada de lembranças quanto de estratos de rochas. (SCHAMA, 1996:17).

Portanto, fica claro que a cidade por meio das suas paisagens urbanas é uma espécie de reservatórios de memórias acumuladas, nem todas elas fruto das experiências vividas pelos seus atores sociais, mas provenientes de uma superposição de transmissão de memórias, esquecimentos ou de lembranças de outrem.

É importante ressaltar que memória se opõe à história, e dentro dessa perspectiva, destacamos as contribuições de Le Goff⁵ e Maurice Halbwachs⁶ a respeito dos estudos sobre a memória, segundo este não há apenas uma memória coletiva, mas sim várias memórias, alertando que essas memórias coletivas só podem acionar o passado até certo ponto, impactando em uma visão incompleta dos fatos.

Nora destaca que a memória é “um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente” (NORA, 1993:9), podendo ser contraditória, construída por lembranças vagas e ainda que apoiada em documentos, essa análise, pode acontecer de forma acrítica. Para a Nora, a história, por sua vez, “é reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais” (NORA, 1993:9).

Assim, depreendemos que a história, marcada pela sua intelectualidade, busca uma crítica ao passado e a memória, que pode ser considerada uma fonte histórica, ajuda a compreender o passado, sendo possível perceber seus conflitos e analisar os jogos de poder, que muitas vezes, legitimam uma única memória coletiva.

Nesse contexto, Burke nos afirma que

dado que a memória social, tal como a memória individual, é seletiva, precisamos identificar os princípios de seleção e observar a maneira como variam de lugar para lugar, ou de um grupo para outro, bem como a forma como se modificam ao longo do tempo. (BURKE, 1992:238)

A cidade, portanto, é vista como um lugar de memória coletiva, e entendida como um palimpsesto de memórias estratificadas. (PORTAS *et al.*, 2003:50). Segundo Nora “os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea” (NORA, 1993:13). Esse jogo de memórias é imprescindível para compreender a forma como os atores sociais formam e compartilham suas memórias, ressaltando que a memória se constrói na lembrança, no esquecimento e no silêncio. Assim, nas cidades acabam construindo um discurso de exaltação e valorização de monumentos, praças, festas, escolhidas pelas memórias de um grupo ou até mesmo pelo Estado, que acabam impondo o que deve ser lembrado e de certa forma ocultando e esquecendo outras memórias.

⁵ LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: Ed. Unicamp, 1996.

⁶ HALBAWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

Embora na maioria das vezes esteja ligada a fenômenos de dominação, a clivagem entre memória oficial e dominante e memórias subterrâneas, assim como a significação do silêncio sobre o passado, não remete forçosamente à oposição entre Estado dominador e sociedade civil. Encontramos com mais frequência esse problema nas relações entre grupos minoritários e sociedade englobante. (POLLACK, 1989:15)

Ao considerarmos o patrimônio cultural presente nas cidades, há de se salientar que ele também pode ser alvo dessa seleção memorial, pelos grupos dominantes, a fim de tombar, salvaguardar e indicar quais são os patrimônios culturais dos indivíduos, da sociedade civil, muitas vezes, indissociáveis à identidade do grupo que se impõe o reconhecimento daquele patrimônio. Portanto, “reduzir o patrimônio cultural de uma sociedade às expressões de apenas algumas de suas matrizes culturais [...] é tão problemático quanto reduzir a função do patrimônio à proteção física do bem” (FONSECA, 2003:65)

Dessa forma, a escolha dos bens que devem ser patrimonializados devem ser realizadas de maneira bem democrática, de forma a envolver diferentes segmentos da sociedade, em prol de uma identificação patrimonial que amplie as noções de cidadania.

Fonseca alerta que essas escolhas

Encontram-se fundamentadas em critérios não apenas técnicos, mas também políticos, visto que a “representatividade” dos bens, em termos de diversidade social e cultural do país, é essencial para que a função de patrimônio realize-se, no sentido de que os diferentes grupos sociais possam se reconhecer nesse repertório. (FONSECA, 2003:65)

É importante que os órgãos governamentais, ligados ao patrimônio, como outros envolvidos na questão patrimonial, crie momentos para que a sociedade civil possa discutir e participar do “processo de construção e de apropriação do seu patrimônio cultural” (FONSECA, 2003:65) evitando uma atribuição autoritária e às vezes até legítima com relação ao processo de tombamento e salvaguarda do patrimônio cultural.

Por outro lado, Jeudy nos chama a atenção com relação às práticas simbólicas das cidades contemporâneas, que ele denomina de espetacularização das cidades. O autor reitera que as cidades vivem um momento de maquinaria patrimonial, com excesso de preservação do passado, tornando um museu de si mesma, e alega que “a identidade

cultural não tem necessidade de ser representada ou reivindicada, ela está lá, e manifesta de maneira soberana” (JEUDY, 2005:22).

Ele, ainda, destaca a necessidade de se fazer questionamentos mais críticos com relação às práticas de intervenção urbanas com efeitos relacionados ao reconhecimento do patrimônio cultural, indicando que essas ações muitas vezes atendem às exigências do mercado turístico impondo grandes sacrifícios à população. Um desses casos é o de revitalização do Centro Histórico de Salvador, o “Pelourinho”, que por meio do processo de gentrificação afastou os habitantes locais de suas atividades cotidianas e populares, tornando o espaço do “Pelourinho” um produto cultural para turistas, vendendo uma ideia de “identidade” cultural singular da primeira capital do país, criando de fato, um Centro Histórico cenográfico.

A transparência do que é transmissível anula a possibilidade de imaginar o que poderia até ser ocultado da memória. A criança se torna o receptáculo desse fenômeno automático da transmissão. A conservação patrimonial lhe dá a certeza de uma ordem do mundo e de uma organização do sentido. [...] As imagens estereotipadas de um mundo passado, que a criança não pode ter conhecido, são-lhe apresentadas como um outro mundo, da mesma maneira que o mundo futuro e desconhecido é para ela o objeto de ficção. (JEUDY, 2005:17)

Diante do exposto por Jeudy, a introdução de uma Educação Patrimonial onde a criança é protagonista torna-se cada vez mais necessário, e é isso que discutiremos a seguir.

3. A Educação Patrimonial e os espaços de vivência: nossas memórias, nossos lugares

Por mais que não seja inovadora a ideia de que o Patrimônio Cultural seja uma ferramenta capaz de proporcionar meios de trabalho que sejam conscientizadores e atentem para a preservação e a conservação dos bens culturais materiais e imateriais e das memórias em âmbitos diversos parece ser consenso. As suas práticas, porém, ainda são pouco divulgadas e/ou valorizadas nos espaços fora das academias. Pouco se vê, por exemplo, nas escolas, sobre o desenvolvimento de projetos em Educação Patrimonial.

As documentações oficiais que regulamentam e norteiam a educação brasileira, tratam da questão da pluralidade cultural. Nesse interim, a Educação Patrimonial,

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016*

enquanto metodologia de ensino é uma alternativa que pode ser aliada ao processo formativo dos alunos enquanto cidadãos, especialmente ao observarmos o artigo 1º (*caput*) da Lei de Diretrizes e Bases – LDB:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1996).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) afirmam que “a ampla gama de conhecimentos construídos no ambiente escolar ganham sentido quando há interação contínua e permanente entre o saber escolar e os demais saberes, entre que o aluno aprende na escola e o que ele traz para a escola.” (BRASIL, 1998:43)

Quando também são observados os temas transversais propostos nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e as orientações do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) para o trabalho com a Educação Patrimonial, seja no Guia Básico, de 1999, ou em publicações mais recentes⁷ que tratam de conceitos e aplicações das metodologias, percebe-se que, além de desenvolver um papel formativo histórico e cultural, a Educação Patrimonial pode ser uma ferramenta de inclusão social dos alunos em espaços que eles se sentem pertencentes.

Enquanto membros de uma comunidade, é certo que “reconhecer o passado cultural de que somos herdeiros dá-nos a garantia do equilíbrio de nossa identidade cultural, possibilitando-nos os meios de um bom relacionamento com o nosso presente e uma melhor perspectiva do nosso futuro” (HORTA, apostila I, s/d:02).

Fosse apenas pela curiosidade, a História, por si só, já teria lugar cativo entre as preferências das pessoas. Todos os indivíduos anseiam em conhecer as suas raízes, o seu passado e, quando há a possibilidade de fazer essa busca fundamentada em elementos que fazem parte do cotidiano, da paisagem diária, esse exercício pode se tornar também científico, sem perder o caráter prazeroso da investigação e descoberta.

⁷ Sobre as publicações mais recentes feitas pelo IPHAN e que auxiliam na formação conceitual e metodológica acerca da Educação Patrimonial, seguem alguns títulos disponíveis *on line*: FLORÊNCIO, Sônia Rampim. CLEROT, Pedro. BEZERRA, Juliana. RAMASSOTE, Rodrigo. **Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos**. Brasília: IPHAN, 2014.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

Ora, aqui somos levados diretamente a observar o que está ao nosso redor, as marcas deixadas pelos antepassados, de modo que nos aproximamos estreitamente da Geografia e seus estudos sobre a paisagem.

Se, por um lado, estamos lidando com duas disciplinas escolares, História e Geografia, por outro, ao mencionar a paisagem e as marcas da história que lhes está impressa pelo tempo, nos colocamos em uma perspectiva de ensino-aprendizagem que extrapola as paredes da sala de aula.

Para que essa relação História-Geografia-meio seja eficaz, propomos uma vivência com o Patrimônio Cultural através de uma construção do saber que envolve as práticas pedagógicas de Celestin Freinet⁸ e a metodologia de Educação Patrimonial, valorizando a História local e a imersão nas paisagens, desenvolvendo nos alunos uma capacidade de leitura do mundo, da compreensão do processo de elaboração simbólica dos elementos que compõem a cidade e seus bens patrimoniais e que, direciona as discussões para os campos das identidades e das memórias.

Nossa proposta seria a elaboração de um *Circuito de Memória* que toma como ponto de partida a busca pelas raízes dos alunos, da compreensão de seu passado tendo como objeto a paisagem na qual estão habituados, mas preparando-os para que

O objeto não escape de ser apreendido pelo esquema conceitual da disciplina formadora de nossa maneira de ver a realidade. Esse esquema conceitual [...] funciona como uma espécie de prisma por meio do qual a realidade observada sofre um processo de refração (OLIVEIRA, 2000:19).

Através da proposta interdisciplinar, pela inserção em campo, os alunos construirão suas próprias definições de Patrimônio Cultural pelo viés da observação, discussão e registro de suas vivências e práticas.

É nesse contexto, que propomos a realização o *Circuito de Memória*, no qual alunos e professores e membros da comunidade escolar, elaboram a “rota de memória” no entorno da escola e no espaço de vivência dos alunos, como produto de uma prática da educação patrimonial, tendo em vista os elementos materiais e imateriais presentes na

⁸ FREINET, Célestin. **As Técnicas Freinet da Escola Moderna**. Lisboa: Editorial Estampa, 1975.

paisagem, como os conjuntos arquitetônicos, as festas, rituais, feiras, resultado de um amplo diálogo educativo, ocorrido nas aulas teóricas.

Consideramos que, para esse extrapolar da sala de aula, um trabalho anterior de debates teóricos e conceituais seja feito de modo a subsidiar as discussões ao longo da elaboração do *Circuito de Memória*. O que buscamos aqui é um processo democrático e amplo para elencar os bens culturais materiais ou imateriais os quais os envolvidos se sintam realmente representados, ou seja, que fomentem suas definições de identidade.

Essas características comuns ao grupo, que assinalam para a unidade, são construídas em um acordo comum que “nunca estará livre da memória das lutas passadas e das escolhas feitas no curso dela. [...] Nunca será imune à reflexão, contestação e discussão; quando muito atingirá o *status* de um ‘contrato preliminar’, um acordo que precisa ser periodicamente renovado” (BAUMAN, 2003:19). Essas relações de escolhas e negações que compõem a identidade de um grupo é que ganha força para ser discutida em uma atividade como a proposta.

O exercício coloca o aluno de frente a dois sentidos da história: ela enquanto experiência, ligando-se às memórias, e enquanto saber escolar, ligando-se às atividades acadêmicas. Quando relacionadas à Geografia e seus olhares sobre a paisagem, estendemos a necessidade de um olhar mais plural, de modo a desenvolver as habilidades de leitura de mundo.

Partir para a imersão na história local, através das observações das paisagens, justifica-se, então porque o local de interação social intensa, de proximidades, de manutenção de continuidades e discussão de rupturas, de modo que a comunidade seja um celeiro fértil de produção de cultura.

Do ponto de vista pedagógico, o *Circuito de Memória* se apresenta como uma metodologia dinâmica e exitosa para promover a educação patrimonial dentro dos propósitos do Guia Básico da Educação Patrimonial, elaborado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), que elenca como passos metodológicos, a observação, o registro, a exploração e a apropriação dos espaços de vivência dos alunos.

A construção de um *Circuito de Memória* se mostra como uma alternativa prática e relevante para o desenvolvimento da educação patrimonial em escolas, já que se baseia

na proposta da percepção da paisagem urbana como memória, ou seja, na relação identitária do sujeito, tendo como objeto as paisagens presentes no espaço de vivência dos alunos.

Na maioria das vezes, ignora-se os lugares singelos, por não possuir o status de monumento, embora o simbólico esteja presente expressando um conteúdo social e quase sempre não represente uma materialidade. Entretanto, essa materialidade surge através das relações de sociabilidade que irão desempenhar um papel fundamental para a representação do sujeito que integra o lugar. (COSTA, 2008:155)

Trabalhar com a Educação Patrimonial em um viés interdisciplinar possibilita aos alunos desenvolver “as várias formas de apreensão sensível da cidade que são relegadas a uma função bem específica, que é a de demonstrar que uma comunidade está em condições de ‘viver a cidade’ tal como ela se apresenta, tal como se torna” (JEUDY, 2005:83).

Sair da escola é promover descobertas e valorizar as pluralidades culturais e metodológicas para o ensino que precisa se adequar às demandas sociais dos alunos da contemporaneidade e, fazer não só um trabalho de cunho conteudista, mas cultural e social que propicie aos alunos habilidades para ler o mundo. A relação entre os saberes se dá quando construímos pontes com a bagagem que já se tem, como apontam Franco *et al* (2007:79), “O objetivo do pedagógico se configura na relação entre elementos da prática educativa: o sujeito que se educa, o educador, o saber e os contextos em que ocorre a educação”. E, pelo viés da Educação Patrimonial, o caminho parece ficar mais prazeroso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUGÉ, Marc. **Non-places**: introduction to na antheopology of super modernity. London/New York: Verso, p.75-115, 1995.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade**. A busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

BERQUE, Augustin. Paisagem-Marca, Paisagem-Matriz: Elementos da Problemática para Geografia Cultural. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDHAL, Zeny (Org.). **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

BESSE, Jean-Marc. **Ver a terra**: seis ensaios sobre a paisagem e a geografia. Tradução Vladimir Bartalini. São Paulo: Perspectiva, 2014.

Brasil. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental**: introdução parâmetros curriculares aos nacionais / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Presidência da República. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** - Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. Cidade e História. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org). **Cidade: História e Desafios**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2002.

BURKE, Peter. A história como memória social. **O mundo como teatro**. Lisboa: Difel, 1992.

CAUQUELIN, Anne. **A invenção da paisagem**. Tradução: Marcos Marcionilo. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Trad.de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difusão Editora, 1988.

CORRÊA, Dora Shellard. Paisagens através de outros olhares. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, PR, vol.20, n. 2, p.252-276, 2015.

COSGROVE, Denis. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas: In: CORRÊA, R.L.A. **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

COSTA, Otávio. Memória e paisagem: em busca dos simbólicos dos lugares. **Espaço e Cultura**, UERJ, Rio de Janeiro, Edição Comemorativa, p.149-156,1993-2008.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da *pedra* e *cal*: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**, Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

FRANCO, Maria Amélia Santoro; LIBÂNEO, José Carlos; PIMENTA, Selma Garrido. Elementos Vivências: para a Formulação de Diretrizes Curriculares para Cursos de Pedagogia. Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 130, p.63-97, jan./abr. 2007.

FREINET, C. **As técnicas Freinet da escola moderna**. Lisboa: Estampa, 1975.

GEERTZ, Clifford. **O saber local**: novos ensaios em antropologia interpretativa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A Editores, 2006.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. **Educação Patrimonial**. v. I e II. Mimeo s/r.

_____, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília: IPHAN, 1999.

JEUDY, Henri-Pierre. **Espelho das cidades**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: Ed. Unicamp, 1996.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. Trad. Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins, Fontes, 1997.

MELENDI, Maria Angélica. Entre jardins e pântanos: paisagens alteradas. In: BULHÕES, Maria Amélia, KERN, Maria Lucia Bastos (Org.). **Paisagem: desdobramentos e perspectivas contemporâneas**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. In: **Projeto História**. São Paulo: PUC, n. 10, p. 07-28, dezembro de 1993.

PANITZ, Lucas Manassi. O estudo das paisagens e suas representações a partir de produtos culturais. In: **Paisagem: leituras, significados e transformações**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

POLLACK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p. 3-15. 1989.

PORTAS, N. *et al.* **Políticas urbanas**. Tendências, estratégias e oportunidades. Lisboa: F. Calouste Gulbenkian, 2003.

PUNTEL, Geovane Aparecida. O estudo da paisagem no Ensino Fundamental e Médio. In: **Paisagem: leituras, significados e transformações**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

RIBEIRO, Rafael Winter. **Paisagem Cultural e Patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2007.

SANTOS, Milton. O tempo nas cidades. **Ciência e Cultura**. vol.54 n.2. p.21-22, São Paulo Oct./Dec.2002.

_____, Milton. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional**. São Paulo: EDUSP, 2008.

SCHAMA, Simon. **Paisagem e memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia:** Um estudo da Percepção, Atitudes e Valores do Meio Ambiente. São Paulo, Difel, 1980.

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016*

**Memória e patrimônio: a azulejaria empregada na arte tumular do
cemitério de Nossa Senhora das Dores, em Juiz de Fora¹**

Aline Medeiros de Vasconcellos²

Maciel Antonio Silveira Fonseca³

Resumo:

Este trabalho tem por objetivo uma apresentação da arte tumular representada através de azulejos no cemitério de Nossa Senhora das Dores, localizado no município de Juiz de Fora, e, que teve maior repercussão no terceiro quartel do século XX. Seja por motivações de uma prática coletiva, por fatores estéticos, sanitários, pela devoção no intangível ou para conservar a memória do morto juntamente com a sua identidade, o azulejo, elemento abundante e oriundo da arte portuguesa, passa desempenhar papel fundamental na consolidação do cemitério como um espaço de memória. Esta prática movimentou um mercado alimentado pelo luto e o pesar, mas que deixou para terceiros um legado patrimonial de ricas significações e ressignificações que se encontravam imersos no campo da arte.

Palavras-chave: Morrer, Artistas, Arte Funerária, Azulejos.

Abstract:

This work aims at a presentation of the funerary art represented by tiles in the cemetery of Our Lady of Sorrows, located in Juiz de Fora city, and had the greatest impact in the third quarter of the twentieth century. Whether for reasons of a collective practice for aesthetic factors, health, devotion in intangible assets or to preserve the dead man's memory along with your identity, tile, abundant element and derived from the Portuguese art, passes play a key role in the consolidation of the cemetery as a memory space. This practice handled a market fueled by grief and sorrow, but left to third parties a heritage legacy of rich meanings and new meanings that were immersed in art.

Keywords: Die, Artists, Funerary Art, Tiles.

INTODUÇÃO

Os modelos de cemitérios no Brasil, que tem como base a configuração do modelo francês da transição do século XVIII para o XIX, teve caráter fundamental o

¹ Trabalho apresentado na XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. 19 de outubro de 2016.

² Licenciada em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Orientadora: Maraliz de Castro Vieira Christo. Email: aline.bmed@gmail.com

³ Mestrando do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Email: maciel.s.fonseca@gmail.com

sanitarismo que se pautava na idéia da teoria miasmática, que segundo a tradição, os mortos emanavam miasmas que contaminavam a população através das vias respiratórias. Esta questão se dava por conta do embate entre a crescente aderência dos médicos franceses na chamada teoria do contágio, que cada vez mais consolidava posição determinante no campo médico-científico, tornando a teoria miasmática obsoleta.⁴

Esta relação que se estabelecia com o morrer e com os mortos destoava daquela comumente apresentada no período colonial. Neste a relação que se estabelecia com o sepultamento dos mortos estava atrelados ao caráter devocional do grupo social, no qual pratica-se os enterros nas adjacências das igrejas ou nos interiores de algumas irmandades religiosas (SILVA, 2014:1), nas quais os irmãos estabeleciam a ajuda mútua para que houvesse a possibilidade de ser enterrado de forma digna.

Neste cenário ocorre a implementação sistemática destes espaços dos mortos, havendo grande demanda para a readequação destes ambientes para que melhor atendesse a população em seu luto, ao passo que estabelecesse uma relação de poder simbólico decorrente da contratação de artistas para a construção de seus monumentos e, por fim, se enquadrar nos padrões da medicina social que se tornava abrangente na medida em que grandes epidemias eclodiam nos centros urbanos. A partir de então, surgirão os mais adequados para dar o devido fim aos mortos, observando-se que a morte encontraria um novo sentido. Adotou-se, então, o caráter de exaltação dos mortos e a arte serviu de suporte para esse novo significado dado ao morrer (ARIÈS, 1989: 43-57).

Deste modo, a arte funerária corresponde a um memorial social, à medida que representa para as pessoas o conjunto de idéias pertencentes a uma determinada sociedade, ou seja: a arte tumular é o produto de uma expressão coletiva, realizada por meio dos sinais e da circunstância da morte. Este conjunto de idéias passou a movimentar

⁴ Para entender melhor a relação entre os discursos e conflitos das teorias mencionadas, ver: ROSEN, G. **Uma história da saúde pública**. São Paulo/Rio de Janeiro, Hucitec/ UNESP-ABRASCO, 1994; CZERESNIA, D. **Do contágio à transmissão: ciência e cultura na gênese do conhecimento epidemiológico**. Rio de Janeiro, FIOCRUZ, 1997; CASTELLANOS, B. E. P.; BERTOLOZZI, M. R. **A questão das teorias interpretativas da "saúde" e da "doença"**. São Paulo, 1991. /mimeografado/ e ANDERY, M.A. et al. **Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica**. Rio de Janeiro, EDUC-Espaço e Tempo, 1988.

um amplo mercado da morte, conferindo caráter comercial ao fato fúnebre a partir da externalização do luto, que agia como principal combustível para este crescente mercado que envolvia desde floristas à grandes marmoristas que esculpiam grandiosas composições artísticas que exprimiam o pesar dos vivos, os quais buscavam nestas ações transpor seus sentimentos àqueles que vislumbravam a obra (SILVA, 2014:2).

Não fugindo a esta regra, temos como objeto o cemitério de Nossa Senhora das Dores, no Bairro Grama, em Juiz de Fora. Este cemitério datado no terceiro quartel do século XIX preenche às características de cemitério sanitaria, a priori por ser localizado a quilômetros de distância do centro da cidade e também por estar ligado à um centro rural bastante consolidado entre famílias e grupos locais, cujo prestígio e poder se intensificaram quando a Estrada de Ferro Leopoldina passou a cortar a localidade por se tratar de um caminho entre o município de Piau e Juiz de Fora.

Contudo, nesse cemitério a arte em azulejos começou a partir da década de 1970. Até então era comum adotar a prática dos cemitérios jardins, com túmulos diretamente localizados no chão e o espaço totalmente arborizado, com flora variada seguindo o padrão da vegetação local (FONTES, 2015a). Não se sabe ao certo o que levou a população a adotar esta forma de ornamentação em seus túmulos, mas começou a predominar a utilização de figuras de caráter religioso para a composição dos túmulos com certa linearidade nas obras.

OS PAINÉIS DO CEMITÉRIO DE GRAMA:

É importante observar que cada cemitério tem suas particularidades, sobretudo quanto ao uso da arte funerária na construção das memórias das famílias. Ao se pensar no caso dos cemitérios de Juiz de Fora, desde sua formação havia a presença de uma forte identidade religiosa com caráter católico-devocional, como podia ser visto nos cemitérios Nossa Senhora da Glória, com a divisão de duas alas entre católicos e protestantes, e o cemitério Nossa Senhora Aparecida, cemitério municipal mas com grande apelo ao catolicismo, uma vez que era administrado pelo padre Thiago Mendes Ribeiro, primeiro vigário de Juiz de Fora e membro ativo na comunidade (COSTA, 2007: 43-69).

Esta religiosidade é observada nos painéis do Cemitério Nossa Senhora das Dores, que são formados por azulejos pintados com estampas de imagens sacras, que, segundo informações do administrador local, o Sr. Joaquim Soares Ferreira, que há mais de 30 anos presta serviços de sepultamento e manutenção do cemitério, uma única peça foi escolhido pelo dono do túmulo antes de sua morte, que as demais foram escolha de seus respectivos que encomendavam, com a finalidade de ornamentar sua sepultura. Segundo o Sr. Joaquim, em geral, o santo escolhido, correspondia à devoção dessas pessoas (FONTES, 2016a).



Figura 1. Imagem do painel de Nossa Senhora Aparecida, no cemitério Nossa Senhora das Dores. Como figura de devoção nacional, é possível encontrar três painéis com a mesma atribuição. Fonte: os autores, 2016.

No total, o Cemitério Nossa Senhora das Dores possui dez painéis, referentes às seguintes imagens: painel de Nossa Senhora das Dores, localizado no pórtico do cemitério, Jesus no Getsêmani (Jardim das Oliveiras), Sagrado Coração de Jesus, Jesus, o Bom Pastor, três figuras de Nossa Senhora Aparecida, São Pedro, São João Batista e Jesus no Santo Sepulcro.



Figura 2. Painel do pórtico do cemitério de Nossa Senhora das Dores, com a representação da referida invocação. Fontes: os autores, 2016.

O ATELIÊ:

Os painéis de azulejos do Cemitério Nossa Senhora das Dores foram confeccionados pelo Ateliê Santana⁵, que existiu de 1964 a 1988, no bairro Monte Castelo, em Juiz de Fora. Este ateliê seguia a tradição de artistas portugueses que trabalhavam a arte nos azulejos, através de técnicas de aplicação da pigmentação sobre o material em elevadas temperaturas (FONTES, 2015b).

Aparentemente, o ateliê Santana é o único que se tem notícia, que produzia este tipo de arte na cidade, naquele período. Além da produção de painéis de azulejos para Juiz de Fora, muitos outros painéis foram produzidos para outras cidades, principalmente para o Rio de Janeiro. O ateliê também confeccionava painéis com temas e dimensões variáveis, alguns ocupavam uma parede inteira, de residências ou de estabelecimentos comerciais.

⁵Todas as informações sobre o Ateliê Santana, ou seja, todo este tópico, foram concedidas pela Sra. Leda Santana, esposa de José Santana.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

O artista e proprietário do Ateliê era o Sr. José Santana, que nasceu em 1937, no município de Aracitaba, microrregião de Juiz de Fora. Começou a sua carreira profissional trabalhando na fábrica de tecelagem Ferreira Guimarães entre 1951 e 1954. Por questões de saúde, deixou a fábrica de tecelagem, tendo seus primeiros contatos com a confecção de cerâmicas a partir de sua admissão na fábrica "Artes Decorativas", no bairro Cerâmica, em Juiz de Fora, em 1954.

Em 1955, José Santana seguiu viagem para o Rio de Janeiro, para trabalhar em uma fábrica de cerâmica de proprietários portugueses. Casou-se com Leda Santana. Por lá continuaram os dois anos seguintes, até que, em 1964, retornaram a Juiz de Fora, para que ele começasse a trabalhar por conta própria, na confecção de azulejos pintados.

Utilizava como modelo revistas e gravuras correntes no período, em sua grande maioria valorizando a paisagens naturais, com rica flora e conjuntos de montanhas. Demonstrando grande versatilidade, a partir de então, começou a desenvolver o trabalho para túmulos, sob encomenda do falecido ou da família do mesmo, executando trabalhos referentes à devoção individual ou familiar, ou referente a algum tema bíblico, ao qual a família se amparava como consolo.

Criando ou reproduzindo variadas estampas e temas, José Santana demonstrava um grande talento para a pintura, que descobriu e desenvolveu como autodidata. Segundo sua esposa, a Sra. Leda Santana, o artista plástico Dnar Rocha sempre insistia para que ele fosse lecionar na Sociedade de Belas Artes Antônio Parreiras, mas ele nunca aceitou, sempre dizia que preferia continuar pintando em seu ateliê.

De acordo com sua esposa, a vida de José Santana era totalmente dedicada à pintura, mas era difícil sobreviver só com a atividade artística, por isto, ele também possuía um estabelecimento comercial no bairro Monte Castelo, onde trabalhavam sua esposa e alguns filhos. Segundo dona Leda, as encomendas de pintura em azulejos, eram feitas por pessoas da elite, que possuíam boa condição financeira. Portanto, não era um trabalho muito popularizado, além disto, era um trabalho lento, complexo e minucioso. Não era possível desenvolver uma produção em série. O artista faleceu no dia 19 de agosto de 1988, em decorrência de um infarto do miocárdio. A esposa atribui o incidente ao alto teor tóxico das tintas empregadas no processo de confecção das pinturas.

O CEMITÉRIO NOSSA SENHORA DAS DORES

Em 1876 o senhor José Maria dos Santos doou do terreno para a construção do Cemitério Nossa Senhora das Dores, o que poderia nos indicar o período de início do povoamento do bairro Grama. Além disto, esta data também nos indica a necessidade de construção de um cemitério, devido à enorme distância entre a região e o centro de Juiz de Fora. Esta realidade era muito comum no século XIX, quando a locomoção e os meios de transporte eram extremamente precários, dificultando o acesso aos outros bairros e cemitérios, o que explica a existência de cerca de quinze cemitérios na cidade (FONTES, 2016b).

A transição para a República possibilitou a implantação de um projeto sanitário, em Juiz de Fora, que vinha sendo esboçado, desde o Império, sendo que, no final do século XIX, essa política sanitária se fortaleceu. A criação da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora (SMCJF), consolidou a relação entre Medicina e sanitário na cidade. O problema de saneamento e as epidemias eram objeto das discussões, estudos e ações da SMCJF (LANA, 2016: 12-23).

Antes que tais discussões e mudanças fossem implantadas, mais precisamente, devido ao isolamento da região e à precariedade dos transportes, foi construído o cemitério do bairro Grama. Esse cemitério foi construído para os moradores do bairro e dos arredores. Trata-se de um cemitério pequeno, com túmulos simples, que não possuem grandes obras de arte sacra. De forma geral existem os seguintes elementos nos túmulos: cruzeiros (na grande maioria dos túmulos); alças; fotografias e painéis em azulejos (em nove túmulos). Dentre os elementos ornamentais, destacam-se os painéis de azulejos, contendo pinturas de santos, que foram confeccionados pelo Ateliê Santana, o mesmo ateliê responsável pelo painel do pórtico de entrada do cemitério.

Apesar de sua simplicidade, o Cemitério Nossa Senhora das Dores destaca-se na paisagem do bairro e chama a atenção de quem passa pela estrada. Ele também contrasta com a sofisticação de outros cemitérios do centro de Juiz de Fora, já que cada cemitério tem suas particularidades quanto ao uso da arte funerária, na construção das memórias das famílias.

O administrador do cemitério, Sr. Joaquim Soares Ferreira, iniciou seu trabalho voluntário no local, em 1985. Em entrevista, ele conta que havia muitas reclamações da comunidade à Cúria Metropolitana de Juiz de Fora, quanto ao descaso em relação ao cemitério. O Sr. Joaquim, então fora convidado pelo padre Marinho, responsável pela igreja de Grama, para cuidar do cemitério (FONTES, 2016a).

O cemitério possui na sua parte frontal, uma grade que cobre toda a sua extensão, essa grade, segundo o Sr. Joaquim, teria pertencido ao Parque Halfeld e quando foi retirada, parte dela foi para o Cemitério Nossa Senhora das Dores. O administrador do cemitério diz que ouviu esta história de seu pai, mas não possui nenhuma comprovação. De acordo com o Sr. Joaquim, o muro e o pórtico do cemitério eram bem mais altos, pois quando levantaram a estrada de rodagem, tiveram que aterrar o local, assim, várias casas ficaram abaixo do nível da rua (FONTES, 2016a).

CONCLUSÃO:

A arte funerária, no caso juiz-forano, surgiu como uma ressignificação do morrer e estava à luz do que acontecia por todo Império. Antes do surgimento dos cemitérios, os mortos eram entregues à Igreja e cabia a ela dar-lhes o devido fim, o que não dava de modo geral espaço para individualização da sepultura. No século XIX, os mortos ganharam um papel na cidade que nunca tiveram. As visitas ao espaço fúnebre se tornariam rotina, principalmente em datas comemorativas, como Finados.

A marca de um catolicismo devocional em Juiz de Fora pode ser observada em uma relação muito próxima que as famílias detinham com seus santos de devoção, os consideravam como seus protetores, e estavam presentes dentro das casas em oratórios representados por imagens e logo foram representados nas sepulturas de seus familiares como forma de proteção aos mortos.

Por meio desta prática pluralizada foi possível singularizar a memória do indivíduo, estabelecendo um locus no qual sagrado e profano desempenham um papel museológico, não mais dispendo como atribuição a especificidade de espaço de culto aos mortos, como também incorporando e conferindo ao ambiente o caráter de lugar de expressão sociocultural. Para chegar a tal conclusão, foi feito um levantamento

quantitativo a partir da seleção dos painéis de azulejo que ornaram os túmulos do cemitério, localizando o artista/ateliê responsável pela execução da obra a partir de uma periodicidade cronológica. Por meio de uma pesquisa à bibliografia sobre a aplicação do azulejo na arte tumular e sobre a arte tumular em geral, buscamos entender a motivação das escolhas de determinadas iconografias, que de forma sólida permeou o espaço fúnebre. Concluímos que a morte e seu espaço reforçava a cultura de uma determinada coletividade, que buscava pertencimento e destaque naquele meio.

REFERÊNCIAS

- ARIÈS, P. **O homem diante da morte**. Vol. I. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989, 2v.
- COSTA, F. M. M. **A morte e o morrer em Juiz de Fora: Transformação nos costumes fúnebres (1851-1890)**. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2007.
- FONTES. **Entrevista concedida à Maciel Antonio Silveira Fonseca por Ângela Procópio do Valle**. Juiz de Fora, 10 de novembro de 2015a.
- FONTES. **Entrevista concedida à Maciel Antonio Silveira Fonseca por Leda Santana**. Juiz de Fora, 18 de novembro de 2015b.
- FONTES. **Entrevista concedida à Aline Medeiros de Vasconcellos por Joaquim Soares Ferreira**. Juiz de Fora, 20 de maio de 2016a.
- FONTES. **Entrevista concedida à Aline Medeiros de Vasconcellos por Antônio Luiz da Fonseca**. Juiz de Fora, 07 de agosto de 2016b.
- LANA, V. Uma associação científica no "interior das Gerais": A Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora (SMCJF) - 1889 - 1908. 2006. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) - Casa de Oswaldo Cruz/ FIOCRUZ. Rio de Janeiro, 2006.
- SILVA, L. G. A.; CERQUEIRA, F. V.. **As pranteadoras no túmulo da família Tostes**. Revista XIII Seminário de História da Arte, UFPel n.14. Pelotas, 2014.

**Memórias Tangíveis na afirmação e desconstrução da identidade alemã entre
Católicos e Luteranos no Cemitério Nossa Senhora da Glória¹.**

Max A. Mendes Lira²

Resumo:

O presente trabalho objetiva analisar algumas expressões tumulares do Cemitério Nossa Senhora da Glória mediante a afirmação da identidade alemã na ala da Comunidade Evangélica de Confissão Luterana e a desconstrução do passado daquele povo refletida na ala Católica, tendo em vista o cemitério como Lugar de Memória e os fatores da memória – idioma, religiosidade e expressões literais e alegóricas; que possibilitam estabelecer afastamentos e similaridades, caracterizando suas histórias e experiências através de uma forma específica de representação.

Palavras-chave: Memória; Identidade alemã; Católicos; Luteranos; Cemitério.

Abstract:

This work aims to analyze some the tomb expressions Cemetery Our Lady of Glory by the statement of the German identity in the wing of the Evangelical Fellowship of Lutheran Confession and the deconstruction of the past that reflected people in the Catholic wing , given the cemetery as a place of memory and the factors of memory - language , religious and allegorical and literal expressions; enabling clearances and establish similarities , featuring their stories and experiences through a specific form of representation .

Keywords: Memory; Germany-identity; Catholics; Lutherans; Cemetery.

O Conceito de Memória na temática Tumular.

(...) Memória é um dado antropológico intimamente ligado às formações culturais e o lugar dela em determinada cultura envolve fatores rituais, míticos, históricos, políticos e psicológicos. (ALBANO, 2008: 17)

Com base na citação acima, podemos observar que a memória se apresenta como um lugar não só de leitura de identidades, mas também de um tempo. Com isso, compreende-se o processo de escrita da memória, por assim dizer, como uma ferramenta

¹ Trabalho apresentado na XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Outubro de 2016.

² Graduado em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Email: jf.max@hotmail.com

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016*

de exercício revelador e transformador de uma determinada visão de mundo somada às suas relações históricas e culturais.

Para Jacques Le Goff, a memória se apresenta como sendo a propriedade de se conservar certas informações e seu aspecto social um dos meios mais importantes de se abordar a problemática temporal da História (LE GOFF, 1994: 430). Desta forma se é essencial ressaltar que as categorias de memória e autobiografia são consideradas de caráter uniforme, uma vez que a vida individual e a formação de identidade e personalidade do sujeito serão sempre permeadas pela vivência cotidiana, dados os seus fatores externos. O ato de rememorar explicita então a busca deste sujeito por algo que lhe permita exercer uma reflexão de si próprio, ou seja, o sentido da própria existência imersa no passado, presente e futuro e da sociedade a qual ele está inserido, traduzindo-se no gênero literal, o aspecto coletivo da memória.

Segundo Maurice Halbwachs, a Memória Coletiva é composta pelas lembranças vividas pelo indivíduo ou que lhe foram repassadas, mas que não lhe pertencem somente, e são compreendidas como propriedade de uma comunidade, um grupo. Além disso, a memória coletiva fundamenta a própria identidade do grupo ou comunidade, mas normalmente tende a apegar-se a um acontecimento considerado fundador, simplificando todo o restante do passado.

Por conseguinte, há segundo ele, uma distinção entre memória coletiva e memória histórica, pois a História representa fatos distantes, registros de acontecimentos sistemáticos colocados para e pela sociedade, enquanto que para a memória, o preponderante se revela na reação que o fato causa no indivíduo. Ela recupera o que está submerso, seja do indivíduo ou do grupo. A memória age sobre o que foi vivido (SILVA, 2006: 1).

Ainda que, considerando a coletividade proposta por Halbwachs, Michael Pollack, sociólogo e historiador austríaco, aborda a temática da memória como sendo esta um “fenômeno individual, algo relativamente íntimo, próprio da pessoa”, apontando elementos constitutivos da memória que relacionam seu aspecto singular e o seu aspecto coletivo na esfera da identidade social. A saber:

Os acontecimentos vividos pessoalmente, [...] os acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer, [...] e

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

acontecimentos regionais que traumatizaram tanto uma região ou um grupo, que sua memória pode ser transmitida ao longo dos séculos com altíssimo grau de identificação (POLLAK, 1992: 201).

Há de se ressaltar ainda a diferenciação que Le Goff faz das sociedades de Memória Oral com as chamadas sociedades de memória escrita. Para o historiador francês, a memória coletiva é característica dos povos sem escrita. Com a finalidade de reforçar tal tese, o americano Alex Haley, em seu trabalho com as ancestralidades, definiu que estas remontam necessariamente a um tempo em que a escrita não existia, sendo a memória a única ferramenta para se informar sobre o passado. A escrita da memória, portanto, transformou a memória coletiva, possibilitando o processo de registro da história por meio de documentos. Sendo assim, a elaboração memorialista contrapõe o testemunho individual ao discurso coletivo, o qual historicamente a sociedade trouxe a público referente a um determinado período histórico. Portanto, a desconstrução de uma historiografia convencional, em outras palavras, à qual é considerada como o verso vigente e hegemônico, se dá através das negociações entre as memórias das experiências individuais que contribuíram para a formação do sujeito e da sociedade.

Em suma, a presente proposta objetiva analisar as expressões tumulares do Cemitério da Glória mediante a afirmação da identidade alemã na ala da Comunidade Evangélica de Confissão Luterana e a desconstrução do passado daquele povo refletida na ala Católica, tendo em vista os fatores que possibilitam estabelecer afastamentos e similaridades, caracterizando suas histórias e suas experiências através de uma forma específica de escrita. Com base em tais fatores, no que diz respeito à religiosidade, ambas as expressões do cristianismo (católico e luterano), constituem-se segundo Jacques Le Goff, fundamentalmente de memória, pois são originários de princípios judaicos os quais as recordações compõem parte intrínseca do imaginário coletivo de salvação da humanidade (LE GOFF, 1994: p.438). É, pois, neste quesito que a memória se apresenta como ferramenta extremamente importante para a formação de uma identidade religiosa, pelas analogias das Sagradas Escrituras com experiências individuais de vida. No entanto, para Peter Berger, mesmo o cristianismo ocidental sendo atingido por consideráveis mudanças históricas, como o advento do Protestantismo, suas estruturas mantiveram-se erguidas e solidificadas em sua visão de mundo (BERGER, 1985: 135).

Comumente encontram-se de forma impressa nas lápides, pequenos trechos contendo versículos bíblicos com os quais identificam a trajetória de vida do que ali jaz. Tal processo de caracterização visava um determinado reconhecimento para a elucidação de um outrem, ou seja, para uma leitura do sujeito através de si mesmo. Segundo Adriana Albano, a presente conduta denota certa heterogeneidade do sujeito, produzindo uma instabilidade interna da constituição psíquica (ALBANO, 2008: 33). Em outras palavras, além de permitir um diálogo interior, o exercício biográfico possibilita uma descrição metafórica e até mesmo comparativa, dificultando a substância de originalidade do eu.

Outro viés importante na tocante análise está voltado para a ação de um segundo eu pela qual é traçado o perfil do defunto, possibilitando o surgimento do que segundo Freud conhece-se por “ilusão do reconhecimento”, mediante as características por ele destacadas e definidas posteriormente nas inscrições. Ainda, durante o ato contínuo de rememoração, ou seja, pensar sobre suas vivências refletindo-as nas Sagradas Escrituras e imortalizando-as no mármore, a memória é transformada então, em narrativa poética.



**Figura 3: Lápide em alemão no mausoléu da Família Krambeck.
Fotografia tirada pelo autor em 10/10/2016.**

O Cemitério como Lugar de Memória

O Historiador francês Pierre Nora, influenciado em sua formação pela corrente historiográfica da Nova Escola, forja o conceito Lugares de Memória inspirado pelos trabalhos em torno da memória e identidade nacional da França entre 1978 e 1981, com o intuito de gerenciar os lugares onde se era possível encontrar resquícios desta memória – por vezes desaparecida; mas presente nos mais deslumbrantes símbolos: festas,

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016*

emblemas, monumentos e comemorações, mas também elogios, dicionários e museus (NORA, 1993: 07-28).

Por conseguinte, o conceito “lugares de memória” é referenciado desde o objeto material e concreto ao mais abstrato, simbólico e funcional. No entanto, tais elementos devem possuir o que o autor denomina de “vontade de memória”, ou seja, deve conter em sua gênese uma intenção memorialista que explicita sua identidade.

Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe de aura simbólica. Mesmo um lugar puramente funcional, como um manual de aula, um testamento, uma associação de antigos combatentes, só entra na categoria se for objeto de um ritual. Mesmo um minuto de silêncio, que parece o extremo de uma significação simbólica, é, ao mesmo tempo, um corte material de uma unidade temporal e serve, periodicamente, a um lembrete concentrado de lembrar. Os três aspectos coexistem sempre (...). É material por seu conteúdo demográfico; funcional por hipótese, pois garante ao mesmo tempo a cristalização da lembrança e sua transmissão; mas simbólica por definição visto que caracteriza por um acontecimento ou uma experiência vivida por pequeno número uma maioria que deles não participou (NORA, 1993:9).

Em síntese, lugares de memória são materiais e imateriais, onde se cristaliza a memória de uma sociedade, de uma nação. São locais de autoconhecimento e identificação de grupos ou povos que permitem criar um sentimento de formação da identidade e de pertencimento.

Sendo assim, o Cemitério se caracteriza, por assim dizer, como um lugar de memória por excelência. Não só o espaço físico de modo geral, mas, também tudo o que o compõe como os jazigos, lápides e capelas mortuárias. Tais elementos atuam na perpetuação do que se restou de um outro tempo, bem como na transmissão de ritualismos, além de garantir a cristalização da lembrança por seu aspecto funcional e simbólico e por transparecer a experiência da morte vivida por determinados grupos.

Análises tumulares

Como vimos então, memória se configura pela ocupação de leitura de identidades e também de um tempo. A memória somada às suas implicações históricas e culturais se revela pelo exercício da escrita, um importante meio de transformação e revelação de uma determinada visão de mundo. Este é o plano de fundo em que serão traçadas as análises

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016*

tumulares do presente trabalho. Sendo assim, tentarei estabelecer as aproximações e afastamentos memorialísticos mediante a esta forma particular de representação.

O ecletismo marcara as tendências arquitetônicas no início do século XX e o Cemitério da Glória transpõe esta marca em alguns jazigos. A destacar-se dos demais, está o mausoléu da Família Krambeck, majestosamente localizado na Ala da Comunidade Evangélica de Confissão Luterana.

Dentre os mais variados jazigos presentes ainda na Ala da Comunidade Evangélica de Confissão Luterana, encontram-se também as mais variadas formas de expressão, sendo as mais latentes de cunho religioso, como no caso do jazigo do Pastor **Johannes Gasper Schmierer** e sua esposa, a Sra. **Wilhelmine Kolsch**, que contém gravado em seu túmulo, sobre pedras de mármore negro os dizeres em alemão: “**Sie ruhen sanft in Ihrem Erlöser**”, que traduzindo significa: “*Eles descansam suavemente em seu Redentor*”, seguida da segunda carta de São Paulo a Timóteo, capítulo 4, versículos de 7 a 8 também em alemão, como se vê:



Figura 2: Jazigo da Família do Pastor Schmierer com a seguinte inscrição:

“Hier ruht Pastor J. G. Schmierer”
 “Aqui descansa Pastor J. C. Schmierer”

“Geboren den 31. März 1848.”
 “Nascido em 31 de Março de 1848.”

“Gestorben den 9. März 1896.”
 “Morreu em 9 de Março de 1896.”

Fotografia tirada pelo autor em 06/09/2015.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016



Figura 3: Jazigo da Família do Pastor

Schmierer com a seguinte inscrição:

“Und Seine erste Gattin”

“E sua primeira esposa”

“WILHELMINE KOLSCH” “Guilhermina Kolsch”

“Sie ruhen sanft in Ihrem Erlöser.”

“Eles descansam suavemente em seu Redentor”.

Fotografia tirada pelo autor em 06/09/2015.

Portanto, além do permanente uso do idioma, o gênero textual compreende através do processo de rememoração, a racionalização da particular existência do indivíduo. Podemos também, através de tais marcas observar e traçar parâmetros de domínio do sujeito, bem como sua inserção em determinado meio social.

Quando o autor decide narrar a sua vida, o que se coloca primeiramente em tal campo formado pela heterogeneidade não é o passado constituído, ou aquele ser que vivenciou tais experiências, mas sim sua relação com o nome próprio, com o nome que lhe é dado (ALBANO, 2008: 32).

Da mesma forma ao analisar os elementos contidos na Ala Católica do Cemitério da Glória, nota-se um reflexo não só de distanciamento mas de singularidades com a Ala da Comunidade Evangélica de Confissão Luterana.



Figura 4: Lápide no Jazigo da Família Kelmer, Cemitério da Glória - Ala Católica.
Fotografia tirada pelo autor em 20/10/2015.

A iminente ideia de salvação presente em ambas as linhagens do cristianismo são plano de fundo que permeiam as expressões mortuárias de cada qual. Característica esta que no catolicismo é marcada pela presença contínua de imagens. As imagens constituem um modelo importante para os católicos no exercício contemplativo e na transmissão da mensagem evangélica. Por outro lado, dificilmente encontra-se expressões verbais – além de sobrenomes, que retratam a origem germânica ou mesmo bíblica daquele povo. Os fatores preponderantes na leitura destas fontes vêm do próprio catolicismo, obtendo os sacerdotes como exclusivos detentores das Sagradas Escrituras, bem como a predominância do latim como língua oficial da Igreja nas manifestações litúrgicas, contrastando às características consequentes da Reforma Protestante, que trouxe consigo a impressão gráfica da Bíblia e a vernacularização da mesma, facilitando o acesso dos fiéis aos textos sagrados.

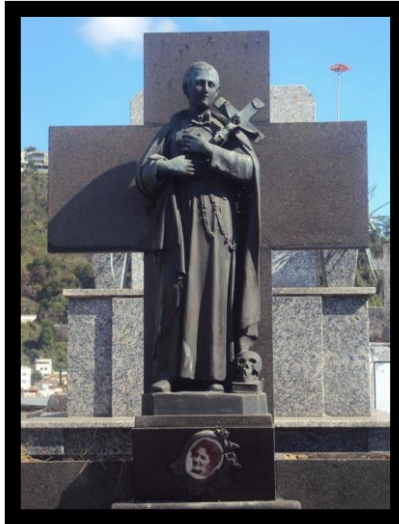


Figura 5: Jazigo da Família Vieira, Cemitério da Glória – Ala Católica.
Fotografia tirada Pelo autor em 06/09/2015



Figura 6: Jazigo da Família Machado –
Cemitério da Glória – Ala Católica
Fotografia tirada Pelo autor em 06/09/2015

De tal modo é importante ressaltar a chegada dos padres missionários Redentoristas à Juiz de Fora, no findar do século XIX, mais precisamente no ano de 1893. O evento histórico merece destaque neste estudo por contribuir diretamente para o

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016*

processo de desaparecimento do idioma alemão entre as famílias da Colônia Alemã, como veremos a seguir.

A Ação Holandesa na Desconstrução do Passado

“[...] Desde que assumiram o curato da Glória surgiram desentendimentos entre os redentoristas holandeses e os colonos alemães, estando subjacente a questão da nacionalidade. [...] (AZZI, 2000: 148)”

Juiz de Fora recebera em seus primórdios, mais precisamente no ano de 1858, uma maciça leva de imigrantes alemães, das mais diversas regiões. O que nos leva a observar - apesar do enfraquecimento da economia com as guerras napoleônicas; certa autonomia do poder político de cada uma delas, configurando-se em pequenos reinos e ducados, uma vez que a configuração geográfica de unificação dessas regiões se deu posteriormente em 1871 com a proclamação de Wilhelm I (Guilherme I) da Prússia, Imperador da nova administração dos Estados, agora constituídos em uma organização federada.

Sendo assim, afim de não cometer anacronismos, devo ressaltar que entre tais imigrantes, os originários do Tirol Austríaco formaram um grupo à parte, como nos aponta Rita Couto, em suas vivências quotidianas quer seja por laços constituídos em matrimônios, quer seja por participações em eventos culturais.

O tirolês manteve suas esperanças, seguiu em seu trabalho como pedreiro e formou uma nova família aos 56 anos de idade, ao se casar em 1882 com a jovem Josefa Larcher, de 20 anos. Apesar de todos os sofrimentos, ele não permitiu que a amargura prevalecesse em sua vida. Prova disso é a sua presença e de sua esposa no espetáculo teatral “O Imperador José II e a filha do sapateiro”, apresentado pela “Sociedade Dramática Alemã”.[...] É interessante salientar que o hino nacional austríaco foi executado antes e depois da apresentação, que foi feita em língua alemã, o que demonstra o amor que os imigrantes, mesmo no Brasil, dedicavam à terra natal (COUTO, 2016:22).

No entanto, apesar deste regionalismo presente na definição da identidade de grupo entre esses germânicos, ambos – tanto tirolezes quanto alemães, que chegaram em Juiz de Fora em meados do século XIX, serão aqui considerados todos alemães sem receios de cometer anacronismos, pois o que contribuiu primordialmente para a unificação da identidade destes povos e que será levado em conta neste trabalho é o fato de serem eles, falantes do mesmo idioma. Assim sendo, a sociabilidade destes europeus

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016*

nos primeiros 50 anos com os brasileiros se apresentava com bastantes limitações, paralelamente no campo da religiosidade.

Os católicos serviam-se de sacerdotes conterrâneos, até o ano de 1893, o que os aproximava não só religiosamente, isto é, com o culto divino, mas, afetuosamente em uma relação mais pessoal entre fiéis e sacerdote. Podemos observar tais elementos descritos na carta do Padre holandês Mathias Tulkens, C.Ss.R., datada de 1894:

Em Juiz de Fora vai ser tudo diferente. Parece ser a cidade mais civilizada e mais próspera do Brasil. Os alemães construíram com os próprios meios uma Igreja e tinham um vigário próprio também alemão. Faz 4 meses que ele faleceu e os alemães ficaram sem vigário (TULKENS, 1894).

Com a morte do Padre Adolph Januschka em 19 de Fevereiro de 1893, sucedeu-se uma etapa diferente na religiosidade católica dos alemães. A temática da chegada dos Redentoristas holandeses em Juiz de Fora apresenta divergências na historiografia local, porém, denota pequenos aspectos de similaridades presentes nas obras de Riolando Azzi e Luciano Dutra Neto.

A visão mais popular entre os pesquisadores da Igreja local é tangenciada pelo aspecto da romanização, presente na mentalidade do episcopado da época. Azzi aponta o bispo de Mariana, Dom Antônio Ferreira Viçoso como sendo um nome de expressão no que diz respeito à promoção do movimento reformista que buscava estreitar os laços com a Sé Romana, quando da criação da Paróquia de Santo Antônio do Paraibuna, na Vila de mesmo nome, ainda durante o regime do padroado.

Compreende-se por regime do padroado o período em que a Igreja se submetia ao Império e a religiosidade era marcada pelo devocionalismo popular exacerbado, pouco condizente com o modelo tridentino de Igreja almejado pelos quais, o que Azzi chama de “bispos reformadores”(AZZI, 2000: 18).

Buscando conter o catolicismo caracterizado pela ignorância e superstição, o episcopado buscou estimular o auxílio de fatores externos, isto é, solicitando a colaboração de ordens religiosas europeias a fim de atuarem nas áreas relativas às dioceses, mais precisamente a de Mariana, a qual se refere este estudo.

Apesar do núcleo de sua tese divergir da análise indicada, Luciano Dutra denota os mesmos aspectos que Azzi ao prefigurar a chegada dos neerlandeses, recorrendo às recomendações feitas por Dom Viçoso ao Imperador:

Peço a V. Majestade remédio pelo amor de Deus. Lembro um remédio que me parece eficaz e fácil a V. Majestade. Há em Nápoles uma respeitável comunidade que vem a ser os Filhos de Santo Afonso Maria de Ligório, há pouco canonizado. – 1839 – Uma palavra sua a S. Majestade o Rei de Nápoles, seu cunhado, fará vir para Minas seis Ligoristas, Teólogos, Missionários, que me ajudem no Santo Ministério, por alguns anos, ficando a meu cargo sua viagem e manutenção (ANUÁRIO IMPERIAL, 1969:261).

Ambos os autores convergem para a falta de instrução do clero e a não observância dos preceitos católicos entre os fiéis, como a frequência sacramental. No entanto, para Riolando Azzi, as reais intenções do episcopado não se restringiam tão somente para a atuação sacerdotal dos Missionários europeus, mas na tentativa de impor aos fiéis uma maneira diferente de vivência religiosa, paralelamente afirmando sua influência local.

Por outro lado, Luciano Dutra o contradiz em sua obra, desconstruindo quaisquer críticas de rotulação dos padres holandeses como “agentes da romanização” ao citar um trecho da carta do Provincial Pe. Meeuwissen, C. Ss. R. à Dom Silvério, bispo sucessor à cátedra ocupada por Dom Viçoso.

Ao aceitar a missão não tenho nem eu nem os meus súditos outra intenção senão que o nosso instituto se estabeleça aí de acordo com as orientações da mente e do espírito de Santo Afonso, isto é, que os padres possam, sem escolas, sem seminários, sem cuidados paroquiais, ministrar ao povo as santas missões e exercer o sagrado ministério numa igreja própria (DUTRA NETO, 2007:100),.

Missionários Holandeses e os Conflitos Linguísticos

Quando assumiram os primeiros trabalhos no continente americano, constituindo a Vice-Província do Suriname em 1866, certamente levaram o aspecto linguístico em consideração, atuando no Suriname, então colônia holandesa, onde se fluía o idioma comum. Ainda sob o episcopado de D. Viçoso, já em sua segunda tentativa de trazer os Redentoristas à sua diocese, o bispo direciona no ano de 1857, uma correspondência ao Superior Geral da Congregação do Santíssimo Redentor, Pe. Nicolau Mauron, C. Ss.R.,

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

ofertando suas disposições para tal empreitada. Ironicamente um dos argumentos para negativar a resposta do padre Superior fora o desconhecimento da língua portuguesa

O Superior Geral e seus conselheiros recusaram a oferta alegando falta de pessoal, desconhecimento da língua e distância da fundação numa época em que a Congregação começava a se consolidar na Europa. As razões fundavam-se no pouco conhecimento da realidade brasileira e pela quase inexistente comunidade de língua portuguesa (DUTRA NETO, 2007:93).

Dutra expõe em seu trabalho a trajetória dos pioneiros, Pe. Mathias Tulkens, C.Ss.R. e Pe. Francisco Lohmeijer, C.Ss.R. desde a chegada ao porto do Rio de Janeiro em 2 de Julho de 1893. Desde então, ao que indica nas cartas do Arquivo da Província do Rio escritas por Pe. Mathias Tulkens, C.Ss.R., o idioma não lhe pareceu tão empecilho, já que: “[...] avistamos, ao longe, um padre lazarista num bote. Foi enviado pelo bispo de Mariana, a quem enviei um telegrama da Bahia avisando que íamos chegar no Domingo ao Rio. O bispo mandou nos receber. (OOSTERON, s/d: 102-103)”

É notória a compreensão da correspondência por Dom Silvério, então bispo de Mariana, uma vez que este dera a incumbência ao Reverendíssimo Padre Fernando Taddei de recepção-los. Este Padre lazarista – falante apenas de francês e português, que veio ao encontro dos dois, junto dele uma recomendação importante de Dom Silvério referindo-se ao surto de febre amarela, a qual ganhou destaque em sua narrativa:

Lá encontramos o dinheiro para a viagem a Mariana com uma carta do bispo pedindo-nos para viajar o quanto antes mais ainda porque no Rio havia malária e febre amarela, muito perigosas especialmente para estrangeiros. (TULKENS1893/OOSTERON,s/d:103).

Também é de igual conhecimento a seguida recepção da dupla de missionários no convento das irmãs de São Vicente de Paulo, próximo à Santa Casa de Misericórdia no Rio de Janeiro. Durante a pequena estadia, Pe. Mathias, C. Ss.R. analisa as características de funcionamento do hospital denotando certo domínio da língua portuguesa como ele próprio descreve:

No relatório do ano passado leio: atenderam 23.140 doentes. Foram atendidos 130. 798 pobres pelos melhores médicos, de graça! Distribuíram 156.366 medicamentos, de graça! Sustentaram 262 viúvas pobres; 11 recém-nascidos abandonados foram recolhidos; 16. 700 funerais para indigentes, 3. 180.410

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

pães distribuídos, 294. 018 quilos de carne 49. 906 litros de vinho, 85. 080 quilos de açúcar, etc. O tratamento médico é feito por 105 médicos, todos remunerados pela Santa Casa. Há 896 empregados, inclusive as irmãs, além de 65 carregadores. É uma pequena cidade e pode servir de exemplo. (TULKENS 1893 / OOSTERON, s/d: 103).

Os indícios presentes até então, leva-nos a concluir que ao aceitarem a missão de embarcar em terras tupiniquins, os holandeses trouxeram consigo um conhecimento prévio da língua e a disposição de substituí-la, desfazendo-se da prática do holandês publicamente, uma vez que utilizariam o latim nas celebrações litúrgicas e o português para se comunicarem com os fiéis estando no Brasil. Esses dois aspectos são de extrema relevância para a compreensão de como esses missionários contribuíram diretamente no desaparecimento do alemão entre os colonos da Colônia Agrícola D. Pedro II, onde a ala do cemitério por eles administradas reflete.

Mas Dom Silvério veio com mais uma proposta. Primeiro perguntou se nós poderíamos pregar uma missão em alemão para a colônia alemã em Juiz de Fora. Isso não aceitei porque meu companheiro disse que não pregaria em alemão(TULKENS,1893).

Se por um lado a disposição de se aperfeiçoarem no idioma local era notória e necessária, como fizeram ainda nos primeiros dias no Seminário em Mariana, o diálogo com o bispo em exercício também se apresentava demasiado esclarecedor do ponto de vista linguístico e refletia as disponibilidades negativas destes holandeses em perseverarem o alemão dos colonos católicos como se concretizou:

Nos primeiros anos, havia o costume das pregações em português e alemão, mas em 1897 os redentoristas decidiram abolir os sermões em língua germânica, com protesto de muitos colonos, amparados pela comissão do Culto Católico, alegando que os mais velhos não compreendiam ainda o português (AZZI, 2000: 149).

Conclusão

Conclui-se, pois, através do estudo realizado nesta pesquisa, que o cemitério pode ser compreendido dentro do conceito de “lugar de memória”, forjado pelo historiador francês Pierre Nora, uma vez que, além de objetivar a aquisição de experiências memorialistas, tais experiências tornam-se passíveis de concretude. O Cemitério ainda abrange uma gama de aura simbólica, no que tange à religiosidade, crenças e ritualismos

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

fúnebres, bem como seu aspecto funcional, capaz de cristalizar a memória de uma sociedade. O Cemitério da Glória como lugar de memória, atua diretamente na transmissão da lembrança, explicitando a presença dos imigrantes alemães (alemães e austríacos) em Juiz de Fora, contratados pela extinta Companhia União e Indústria no ano de 1858. O espaço é composto ainda de uma série de elementos que caracterizam a identidade daquele povo. A saber pelas lápides grafadas com textos bíblicos na língua materna, alegorias e a relação com o próprio nome. No entanto, o cemitério da Glória possibilita estabelecer aproximações e afastamentos no que tange à cultura de ambas as tradições do cristianismo. A divisão espacial das alas Católica e Luterana é marco revelador de distintos processos históricos, os quais culminaram na preservação dos símbolos característicos e originários daqueles imigrantes europeus na Ala da Comunidade Evangélica de Confissão Luterana e a descaracterização de sua identidade na Ala Católica pela ação inicial dos missionários redentoristas holandeses a partir do final do século XIX.

Figuras:

Figura 1: Lápide no mausoléu da Família Krambeck com a seguinte inscrição em alemão: *“Christi Blut und Gerechtheit, das ist mein Schmuck und Ehrenkleid, damit will ich vor Gott bestehn, wenn ich zum Himmel werd eingehn”* que significa: *“O sangue de Cristo e sua justiça são minha jóia e meu manto. Com isso quero apresentar-me diante de Deus quando ascender ao céu. Ademais contém grafadas o nome dos que ali jazem. São eles: Andreas Nicolaus Krambeck, Lucia Krambeck, Detlef Krambeck e sua esposa Johanna C. E. Krambeck. Detlef professava a fé luterana, e mostrou-se participativo como membro da Comunidade Evangélica. Foi ele o responsável junto à uma Comissão por elaborar o projeto arquitetônico e gerenciar a construção do templo denominado “Casa de Oração”. (KAPPEL, 2002: 40)*

Figura 2: Lápide no Jazigo da Família do Pastor Schmierer.

Figura 3: Lápide no Jazigo da Família do Pastor Schmierer.

Figura 4: A lápide no Jazigo da Família Kelmer, denuncia o que ali jaz: Joseph Kelmer II, imigrante tirolês, nascido em Taur e advindo da cidade de Volders – Tirol.

Joseph chega ao Brasil com 22 anos, a bordo da barca Gundela - a terceira a transportar os imigrantes contratados em 1858. Ficou conhecido por construir o famoso chalé onde hoje funciona a boate Privilège, na Estr. Eng. Gentil Forn, 1000 - São Pedro. Podemos através de tais marcas e traçar parâmetros de domínio do sujeito. O que se coloca aqui é o passado constituído, ou aquele ser que vivenciou determinadas experiências, juntamente de sua relação com o nome próprio, com o nome que lhe é dado.

Figura 5: O Cristo agonizante no Horto das Oliveiras reflete o prenúncio de sua Paixão e Morte. A passagem contida nos Evangelhos de São Lucas 22, 39-46; São Mateus 26, 36-46 e São Marcos 14, 32-42 se apresenta de forma icônica na imagem produzida em cobre.

Figura 6: Com a chegada de redentoristas em 1893, as ditas devoções populares típicas do regime do Padroado foram perdendo espaço e dando lugar às devoções características de seu instituto. Neste jazigo percebemos a Imagem de São Geraldo, canonizado em 1904 pelo Papa Pio X.

Referências Bibliográficas

ALBANO, Adriana Helena de O. **Rastros de Memória**. Juiz de Fora: Funalfa edições, 2008.

AZZI, Riolando. **Sob O Báculo Episcopal: a Igreja católica em Juiz de Fora (1850-1950)**. Juiz de Fora: Centro da Memória da Igreja de Juiz de Fora, 2000.

BENJAMIN, Walter. O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: _____ . Sobre o conceito de História. In: BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. 7ª. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1994, pp. 222– 234.

BRION, Ioneide Piffano. **Ação Reformadora e Romanizadora na Igreja Católica de Juiz de Fora (1890-1924)**. 1ª Ed., Juiz de Fora: DI Gráfica e Editora LTDA, 2008.

COUTO, Rita. **Santana: uma capela tirolesa na colônia alemã de Juiz de Fora/ Rita Couto** – 1. Ed. – Juiz de Fora: Edição do Autor, 2016.

DUTRA, Luciano Neto. **Das Terras Baixas da Holanda às Montanhas de Minas: uma contribuição à história e as missões redentoristas, durante os primeiros trinta anos de trabalho em Minas Gerais**. Rio de Janeiro: Edições Galo Branco, 2007.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

FERENZINI, Valéria Leão. **Reforma e Normatização:** Os Redentoristas Holandeses em Juiz de Fora. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro – APERJ: Anpuh Rio de Janeiro, 2006.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Centauro, 2004.

KAPPEL, Oscar. Comunidade Evangélica de Confissão Luterana em Juiz de Fora – 140 anos de História. Editar, Juiz de Fora, 2002.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória, História e memória.** Campinas: Ed. Unicamp, 1994.
Dicionário de Conceitos Históricos - Kalina Vanderlei Silva e Maciel Henrique Silva – Ed. Contexto – São Paulo; 2006.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. In: **Projeto História.** São Paulo: PUC, n. 10, pp. 07-28, dezembro de 1993.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social.** Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992. Disponível em:
<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941/1080>.
_____. **Memória, esquecimento, silêncio.** Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em:
<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278/1417>.

STEHLLING, Luiz José. **A Companhia União e Indústria e os Alemães.** Juiz de Fora: Prefeitura Municipal de Juiz de Fora, 1979.

Oh! Minas Gerais: Um Matuto na cidade e o hino que o Estado escolheu

Fabricio da Silva Fernandes¹

Taís Daiele Alves²

Resumo:

O artigo “Oh! Minas Gerais: Um Matuto na cidade e o hino que o Estado escolheu” trata-se de um levantamento feito pela equipe da Divisão de Patrimônio Cultural, da Prefeitura de Juiz de Fora sobre e o Hino “Oh! Minas Gerais”, conhecido nacionalmente e acolhido pela população de Minas Gerais, como um hino extraoficial. Essa forma de expressão da cultura foi composta por José Duduca de Moraes - compositor, cantor e violinista, conhecido como “De Moraes”, em parceria com o Manuel Pereira de Araújo – “Manezinho Araújo”. A canção faz parte da memória de um grande público, e em função da ligação de De Moraes, com a cidade de Juiz de Fora, em 2012 foi aberto um processo de registro de bem imaterial, tendo como objeto a canção “Oh! Minas Gerais”.

Abstract:

The article “Oh! Minas Gerais: Um Matuto na cidade e o hino que o Estado escolheu” this is a survey done by the staff of Divisão de Patrimônio Cultural of Juiz de Fora City Hall about the song “Oh! Minas Gerais”, nationally known and accepted by de population of Minas Gerais as an unofficial anthem. This form of expression. Of the culture was composed by José Duduca de Moraes – composer, singer and violinist, know as “De Moraes”, in partnership with Manuel Pereira de Araújo – “Manezinho Araújo”. The song is part of the memory of a many people, and your conecting with the Juiz de Fora City resulted in studies as a record intangible heritage, started in 2012 about the song.

Introdução

Este trabalho refere-se ao bem imaterial denominado Hino “Minas Gerais”, que homenageia o Estado de mesmo nome e é considerado por muitos, como seu hino extraoficial. O artigo é resultado de uma pesquisa realizada no ano de 2012 na Divisão de Patrimônio Cultural – DIPAC, da Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lage –

¹ Licenciado em Historia pelo Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora - CESJF. Especialista em Gestão do Patrimônio Histórico e Cultural pelo Centro Universitário de Belo Horizonte – UNIBH, graduando no Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF.

² Licenciada em Historia pelo Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora – CESJF. Especialista em educação no Ensino Fundamental, e pós graduanda em religiões e religiosidades afro-brasileiras pela Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF.

FUNALFA, onde os pesquisadores realizaram a análise, para o processo de registro da canção como patrimônio imaterial de Juiz de Fora.

A canção é conhecida nacionalmente, e acolhida pela população de Minas Gerais como hino. Foi composta por José Duduca de Moraes - compositor, cantor e violinista, conhecido como De Moraes -, em parceria com o pernambucano Manuel Pereira de Araújo – Manezinho Araújo. A versão foi composta em 1942, a partir da melodia de uma valsa italiana, “Viene Sul Mar”.

De Moraes nasceu em Santa Maria do Itabira, em 1912 e faleceu em 25 de novembro de 2002, em Juiz de Fora. Sua vida foi intensamente dedicada à música, tendo como principal veículo de atuação, o rádio, em sua fase áurea. Neste sentido, sua carreira desenvolveu-se especialmente em rádios do Rio de Janeiro e Belo Horizonte, expressando-se também em gravações em discos; apresentações em locais variados; além da criação e atuação no programa de rádio “A Hora Sertaneja”; e alguma atuação no cinema, através das chanchadas brasileiras.

Em Juiz de Fora, De Moraes viveu a última fase de sua vida, ao lado de sua esposa Norberta Nobre de Moraes, passando por momentos de dificuldade financeira e problemas de saúde, já que, apesar da grande popularidade de seu trabalho, nos anos 30 e 40, e do grande sucesso de “Minas Gerais”, o artista foi mais uma das inúmeras vítimas da injusta arrecadação de direitos autorais no Brasil.

Nesses últimos anos, as dificuldades do casal foram amenizadas por algumas pequenas iniciativas: ajuda de amigos; um plano de saúde da Santa Casa de Misericórdia; uma cesta básica mensal da prefeitura. E em homenagem ao seu talento e à sua importância para a cultura brasileira, em **1998**, o então vereador Flávio Checker, indicou De Moraes para o título de Cidadão Honorário de Juiz de Fora. Em 13 de maio de 2010, o acervo de De Moraes foi doado à Divisão de Memória da Funalfa, compreendendo materiais como discos, partituras, cartas, recortes de jornais, fotografias, violão e certificados.

José Duduca de Moraes: Música, Rádio e meio artístico.

De Moraes passou sua infância em sua terra natal. De acordo com sua esposa, Norberta Nobre de Moraes, atualmente com 96 anos de idade, ele aprendeu a tocar violão sozinho e desde muito jovem começou a tocar viola em todas as festas locais de sua terra. Ele aproveitava os momentos de distração e saída dos irmãos e pegava o violão escondido, quando a família percebeu, ele já tocava melhor que os irmãos mais velhos passando a fazer apresentações na região e grande sucesso entre as garotas de sua cidade (MORAES, Norberta, 2012, p.16).

No ano de 1928, com dezesseis anos de idade, De Moraes mudou-se para Sabará, onde trabalhou como laminador na Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira, onde também se apresentava cantando e tocando violão no Clube Cravo Vermelho, uma instituição recreativa para os funcionários da siderúrgica. Nesta época, integrou também a rádio regional do clube e devido ao sucesso nesta, foi contratado como diretor musical. (SANGLARD, 2012). A história de José Duduca de Moraes se confunde com a história do rádio e da música brasileira, onde teve uma participação relevante, acompanhando o período áureo do rádio, quando De Moraes foi reconhecido como um expoente importante, atuando como um talentoso compositor, violonista, e cantor. Caracterizado pela versatilidade, cantava músicas caipiras, emboladas, sambas, choros, entre outros gêneros musicais.

De Moraes e a era de ouro do rádio no Brasil

Há divergências com relação à primeira transmissão radiofônica do país, o livro de Magaly Prado traz a versão da teórica Gisela Ortriwano, na qual declara que a primeira rádio brasileira surgiu no Recife, no dia 6 de abril de 1919, com a inauguração da rádio Clube Pernambuco a partir de um transmissor trazido da França. Já de acordo com Lia Calabre (2004), a primeira transmissão radiofônica ocorrida no Brasil foi durante a Exposição Nacional de 1922 em comemoração ao Centenário da Independência Brasileira, o rádio levou curiosidade e espanto entre os presentes. A transmissão foi realizada no pavilhão principal, onde pode ser ouvido o discurso do presidente da

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016*

república Epitácio Pessoa e trechos da ópera de Carlos Gomes, *O Guarany*, que estava sendo executada no Teatro Municipal.

A transmissão radiofônica foi um grande sucesso, dando origem, em 1923 à primeira rádio carioca, com o nome Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, organizada por Roquette Pinto e Henrique Morize, com pretensões programáticas voltadas para a educação e cultura (CALABRE, 2004).

Os primeiros anos da implantação do rádio no Brasil estiveram cercados de dificuldades, muitas rádios abriam e fechavam rapidamente, a fórmula encontrada para quem pretendia instalar uma emissora eram as rádio-sociedades. As pretensões de encontrar patrocinadores para rádio eram muitas vezes desapontadas por falta de interessados no investimento devido á instabilidade do setor, “predominava um sentimento de descrédito quanto á eficácia do rádio como veículo capaz de estimular o crescimento do consumo e de atrair novos clientes” (CALABRE, 2004, p. 10).

A situação das rádios brasileiras só foi totalmente revertida com a chegada das multinacionais no país, e os investimentos que elas faziam com os anúncios nas rádios nacionais, tipo de divulgação muito difundida e utilizada pelos Estados Unidos. Outro fator que prejudicou o avanço do setor durante a década de 1930, foi à instabilidade política. O rádio era visto como um veículo perigoso, por divulgar acontecimentos e notícias, que poderiam depor contra o regime vigente.

A década de 30 tornou-se um marco radiofônico, foi a partir deste período que diversas emissoras surgiram pelo país, destacando-se entre elas a Rádio Nacional, e que o rádio começa a ter um caráter mais parecido com o que conhecemos hoje, profissionalizando-se, e passando a divulgar anúncios e a estruturar-se como empresas. De acordo com a opinião de Renato Murce, é nessa década que se instala a chamada época de ouro do rádio. (PRADO, 2012, p. 69). Os programas tornaram-se mais populares, dinâmicos e divertidos, devido aos sucessos carnavalescos e aos programas humorísticos, visando toda a classe popular brasileira e focando na audiência.

Durante o ano de 1932 as rádios de diversos Estados ficam ainda mais em evidência, passando a sofrer maior vigilância e censura do governo, devido a Revolução Constitucionalista de São Paulo. Mesmo assim, a partir de 1932 e até 1934 “foram lançados no Rio de Janeiro inúmeros grandes cantores entre eles: Araci de Almeida,

Manezinho Araújo, Joel e Gaúcho, Zezé Fonseca, Luis Barbosa, Olga Nobre, Hervê Clodovil, entre outros” (PRADO, 2012, p.74).

O rádio se difundiu por diversas regiões do país ao mesmo tempo, contudo, as rádios cariocas e paulistas se destacaram no cenário nacional, as rádios Mayrink Veiga, Tupi e Tamoio, junto com a Nacional, eram as que mais obtinham os maiores índices de audiência. O rádio se tornou uma importante ferramenta de comunicação e integração dentro da sociedade, sendo o primeiro veículo de comunicação a tratar os ouvintes individualmente, e proporcionar uma rápida divulgação das notícias revolucionando e criando uma interação entre os indivíduos e a sociedade.

Com essa popularização do rádio e a importância que ele passou a ter na vida das pessoas, acabou tornando-se um artigo de primeira necessidade nos lares brasileiros, sendo também um objeto de legitimação da política vigente, o Estado Novo, onde assumiu o papel de veículo de comunicação entre o Estado e os trabalhadores, principalmente no período da implantação da CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas), no qual os próprios trabalhadores desconheciam a legislação social, outorgada de cima para baixo, pelo chefe do Estado (CAPELATO, 1999, p.171).

Em 1939 quando o DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) reestruturou o programa “Hora do Brasil”, existente desde 1931, o uso político do rádio tinha por finalidade informar, difundir cultura e o civismo, divulgando discursos oficiais e atos do governo, estimulando o gosto pelas artes populares, e promovendo o patriotismo. O DIP controlava assim toda a programação do rádio.

Mesmo dentro do governo estado-novista, havia divergências de opiniões em relação à utilização do rádio. Enquanto um grupo era a favor da transformação do rádio num instrumento de educação e cultura com vistas à integração nacional, tendo como principal defensor desta proposta Roquette Pinto. Outra proposta era a “utilização maciça do rádio como veículo de propaganda do regime” (CAPELATO, 1999, p.176-177). O resultado entre os divergentes projetos foi um composto de ambos, em que o Estado passou a controlar as atividades executadas, e a iniciativa privada continuou a explorar o veículo de comunicação. O governo receava utilizar o rádio de forma massiva, preferindo fragmentar os programas e sua utilização, não exercendo assim um controle tão rígido sobre o veículo.

A era de ouro do rádio se consolida a partir dos anos 40, tornando-se mais presente na vida dos cidadãos. O rádio toma um impulso em questão de sucesso, os programas de auditório começam a ficar lotados, e o campo musical explode. Surgiram inúmeros sucessos artísticos e apareceram diversas vozes que marcaram a história do rádio.

A atuação musical de De Moraes teve início juntamente com o momento áureo da história do rádio, e devido a este contexto, foi influenciado e influenciou muitos outros artistas. O cantor, caracterizado por grande versatilidade e tendências musicais variadas, soube inserir-se no meio musical do período, cantando diversos estilos: músicas caipiras, choros, sambas e emboladas, destacando-se entre os artistas da época, e sabendo galgar seu espaço entre os seletos cantores do período com talento e personalidade.

Em fins dos anos 30 mudou-se para Belo Horizonte e passou a dirigir o departamento artístico da Rádio Mineira PRC-7, sendo apelidado de “*De Moraes o Marechal das emboladas*”, devido à sua notável capacidade de improviso. Em uma entrevista concedida ao jornal Tabu, a reportagem deixa claro que ele, De Moraes, já tinha conquistado um grande espaço em Minas Gerais e assim foi tentar a sorte na capital.

Um dia, De Moraes viu que seu grande Estado de Minas Gerais já estava totalmente tomado pela força extraordinária do seu talento, arrumou a sua mala, juntamente com sua viola, deu adeus a Minas Gerais e veio para o Rio de Janeiro³.

Segundo Norberta, a seguir, em 1939, De Moraes foi para o Rio de Janeiro sozinho e sofreu muito na cidade devido à solidão. Nessa época, De Moraes já não tinha família e apesar de fazer muitos amigos na capital, sentia falta de uma pessoa mais próxima, morou na casa de uma família que o considerava como filho, contudo, passou dificuldades financeiras no começo da carreira, que foram amenizadas somente quando ele foi trabalhar na Rádio Tupi (MORAES, Norberta. 2012, p. 16).

Com a sua transferência para o Rio de Janeiro em 1939, deu sequência à sua carreira na Rádio Tupi, animando o programa “Noite na Roça”, com Antenógenes Silva, um dos seus constantes parceiros musicais. Posteriormente, nos anos 40, começou a apresentar-se com grande destaque na Rádio Tamoio, onde atuou durante seis anos, à frente do programa “Hora Sertaneja”, com seu quadro “Rancho dos violeiros”. Neste

³Jornal “Tabu”, s/data. Extraído do caderno de recortes elaborado por De Moraes. p.1.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
 “O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
 Juiz de Fora, 2017, 1554p.
 ISSN: 2317-0468
 17 a 21 de outubro de 2016

mesmo período lançou suas primeiras gravações, cantando acompanhado de seu fiel companheiro Antenógenes Silva ao acordeom, as seguintes músicas: a marcha “Moda da cidade” e a rancheira “Arrasta o pé meu bem”, ambas de Antenógenes. No ano seguinte, acompanhado novamente de Antenógenes e cantando com Nair Rodrigues, gravou a valsa “Partida cruel” e a composição “Passa pro lado de cá”, as duas em parceria com o compositor. Seu primeiro grande sucesso foi gravado com Nair Rodrigues, a música “Adeus porteira velha”, composição de Antenógenes Silva, que os acompanhou novamente ao acordeom (SANGLARD, 2012).

O papel do hino na sociedade: Oh! Minas Gerais.

Em 1942, De Moraes compôs junto com o pernambucano Manoel Pereira de Araújo, o Manezinho Araújo, a letra da música “Minas Gerais”, tendo como base, a melodia da valsa italiana “Viene Sul Mar”. A composição, em homenagem à sua saudosa terra natal, ficou conhecida como a valsa “Oh! Minas Gerais” e se tornou um grande sucesso popular, sendo uma das músicas mais executadas do país e o grande sucesso do cantor, passando a ser adotada e reconhecida como o “Hino popular mineiro”, ainda que não oficialmente.

Segundo o portal *conheça minas*⁴, O Estado de Minas Gerais não possui um hino oficial, e de algum modo várias composições dedicadas ao Estado já foram indicadas como cumpridoras desse papel. Uma delas é o “Hino a Minas” com letra de João Lúcio Brandão, e melodia do padre João Lehmann. Apesar de não se constituir em um hino oficial, a composição foi muito utilizada nas escolas fazendo parte do hinário dos estabelecimentos educacionais. No entanto, a composição que obteve grande prestígio, alcançando popularidade dentro e fora do Estado mineiro foi a canção “Oh, Minas Gerais” adaptada por De Moraes e Manezinho Araújo. A canção reconhecida como “hino popular mineiro”, já foi gravada diversas vezes ao longo dos anos, por renomados cantores do Estado, fazendo parte também do repertório de diversos corais e grupos de serestas.

4 “Disponível em:” <http://www.mg.gov.br/governomg/portal/c/governomg/conheca-minas/5661-nossos-simbolos/7901-hino/5146/5044>. “Acesso em:” 22/06/16.

O encontro com Dona Norberta e as memórias sobre De Moraes

A entrevista concedida por Norberta Nobre de Moraes, esposa de De Moraes, permitiu recolher informações muito relevantes, ampliando o conhecimento sobre a vida pessoal desse grande artista mineiro. Extremamente lúcida, alegre e simpática, em alguns momentos, ela demonstrava dúvidas sobre certos acontecimentos e datas, justificando-se e desculpando-se pela idade avançada.

De acordo com seu depoimento, eles se conheceram durante o lançamento de um disco, em uma loja no Rio de Janeiro, quando o cantor já estava atuando em carreira solo. Norberta conta que foi até a loja para comprar um (sic) CD do cantor e quando chegou lá, comentou que gostava muito das músicas dele e tinha muita vontade de conhecê-lo. Nesta época, a maioria da população brasileira não tinha acesso à televisão, devido a seu alto custo, a população dessa forma admirava os cantores e artistas, muitas vezes apenas pela voz, pela música, não conhecendo e nunca tendo visto os seus ídolos, a não ser através das fotos de revistas.

Devido a isso, Norberta nunca imaginaria que a pessoa com quem ela conversava na loja, era o cantor que ela tanto admirava. Naquela ocasião, quando ela disse que tinha vontade de conhecê-lo, ele disse: “sendo assim eu também já estava com vontade de conhecer você”. Segundo ela, foi uma surpresa e uma coincidência muito feliz, ela jamais imaginava ter a possibilidade de conhecer o artista, pessoalmente. Norberta o convidou para almoçar em sua casa e ele muito simpático, respondeu que um cafezinho já estava bom, mas ela insistiu no convite e ele aceitou. Ela quase não acreditou que ele tinha aceitado o convite para almoçar em sua casa, o que demonstrava que ele era um artista muito simples e simpático. Norberta conta que sua mãe ficou encantada quando o conheceu (MORAES, Norberta, 2012, p.1).

De Moraes e Norberta começaram a namorar e ele passou a morar com ela e sua mãe. A respeito de sua mãe, Norberta conta que ele a ajudou muito quando ela já se encontrava idosa, e que ela era “doida com o cantor”, e que os dois tiveram uma convivência maravilhosa; Que ele “foi um genro pra ninguém botar defeito, muito bom mesmo, porque se fosse ruim eu falava, porque eu gosto muito da verdade” (MORAES, Norberta, 2012, p.8).

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016*

De Moraes e Dona Norberta continuaram a morar no Rio de Janeiro, durante algum tempo. Posteriormente, nos anos de 1960, mudaram-se para Juiz de Fora, pois de acordo com ela, era um lugar que já conheciam. De Moraes já havia feito algumas apresentações na cidade, tendo um efetivo prestígio e sucesso entre a população local. O casal também se mudou porque há algum tempo, De Moraes cogitava sobre a possibilidade de voltar para Minas Gerais, pois sentia saudades de sua terra (MORAES, Norberta, 2012, p.24).

O artista era uma pessoa muito tímida e reservada em relação à sua vida pessoal. Muito caseiro, tentava manter sua privacidade. Quando se casou com Norberta, não convidou ninguém do meio artístico para comparecer à cerimônia, pois de acordo com as palavras dela, “ele não gostava de aparecer, não queria que ninguém soubesse quem ele era”; ele também já não tinha família, pois seus pais já haviam falecido. Casaram-se na Igreja de Benfica e no Cartório de Benfica, em Juiz de Fora, apenas com a presença das testemunhas, e um almoço simples e discreto, que se seguiu à cerimônia. Dois ou três anos depois, mudaram-se de Benfica para o bairro Santo Antônio (MORAES, Norberta, 2012, p.7-10).

Segundo ela, como todo casal, De Moraes e Norberta tinham horas boas e ruins, sendo o ciúme uma das questões, que às vezes pesava a relação. Ciúme de ambas as partes, entretanto, Dona Norberta confessa que ela era mais ciumenta: “não, mais eu não prendia ele não, eu só ficava brava, quando ele falava na Doquinha, eu ficava brava”. Mas apesar dessas questões o casal vivia muito bem, o cantor era muito caseiro e esse fator facilitava a convivência, ela diz. Durante um momento de descontração da entrevista, ela comentou uma das frases marcantes que ele sempre dizia a ela. Segundo Norberta, quando ela brigava com ele, ele dizia: “boba, marido não gosta de mulher mansa não, e é por isso que eu só gosto de você, porque você é brava” (MORAES, Norberta, 2012, p.10).

Norberta, durante a entrevista, deixou transparecer que De Moraes, antes de se casar com ela, teve uma relação amorosa com Doquinha, sua parceira musical. Em alguns momentos, ela deixou bem claro essa relação, pois, quando o cantor resolveu se casar com ela, comunicou a decisão à antiga parceira. E durante o depoimento, ela explicou que: “ele era solteiro, a que foi amiga dele era casada e eu era viúva”. Ela também contou que depois de algum tempo surgiram boatos de que De Moraes teria tido uma filha com

a antiga parceira musical, entretanto, de fato não se sabe se a história é verídica, pois, mesmo depois de sua morte a suposta “herdeira”, nunca apareceu (MORAES, Norberta, 2012, p. 35).

De Moraes era uma pessoa muito discreta e tinha se aposentado pouco tempo antes de se casar com Norberta, em casa não abandonou a música e o violão, tocava para a sua esposa e os dois cantavam juntos, lembrando os grandes sucessos de sua carreira, tocava vários gêneros musicais, mas o seu favorito, sempre foi a música sertaneja. Sua distração eram as conversas com os amigos no Parque Halfeld, e sua companhia predileta, era o violão, fez algumas apresentações em Juiz de Fora, depois que se mudou para a cidade. E de forma geral, tocou durante muitos anos em casa, depois que se aposentou.

Sua simplicidade também se manifestava em termos de alimentação, pois ele gostava de comida simples e caseira: arroz, feijão, salada, carne. Segundo Norberta, ele sempre elogiava a comida dela: “e ele lambia os beiços... gostosa... Eu falava: ah! você já acostumou a falar que é gostosa, nunca botou defeito na minha comida!” (MORAES, Norberta, 2012, p.10). Um fato curioso comentado por Norberta, é que ele, José Duduca de Moraes, teve uma rádio pirata, no período que morou no Rio de Janeiro. Contudo, Norberta não mencionou maiores detalhes sobre a rádio, mas este fato reforça a grande ligação que o cantor tinha com todo o contexto ao qual nos referimos.

Ele não frequentava igrejas, mas dizia-se evangélico, o que de certa forma se comprova por seu comportamento cotidiano, comentado pela esposa: “Ele não bebia, não jogava, não era farrista. Muito caseiro, ele saía, passeava e na hora do almoço certinho, ele ‘tava’ aqui”. Gostava muito de ouvir rádio, principalmente música sertaneja. José Duduca de Moraes era uma pessoa muito simples, que não se engrandecia nos momentos de entrevista. Ele aceitava ser entrevistado, mas não achava ruim nem bom, apenas aceitava, não ficava tímido e se sentia bem à vontade para realizá-las. Ainda de acordo com Norberta ele não queria ser artista, ele se escondia da mídia (MORAES, Norberta, 2012, p.12).

O fim da carreira artística: a mudança para Juiz de Fora

Com a vinda do casal para Juiz de Fora e a decisão de José Duduca de não gravar mais discos e largar a vida artística, o artista ficou esquecido, passando a viver no anonimato. Neuza, ajudante e amiga da família, relata que ninguém no bairro Santo Antônio sabia do passado artístico de De Moraes, nem mesmo ela, que tinha mais contado e amizade com a família, não fazia ideia do seu passado ligado à música popular brasileira. Essa informação só veio a público quando um jornalista apareceu na casa do casal, anos depois, perguntando se era naquele endereço que morava o cantor De Moraes. Sobre isto, transcrevemos abaixo o relato de Norberta:

Aí chegou pra entrevistar ele, aí ele falou, ele perguntou aqui é que mora o De Moraes, aí eu falei, é. Aí ele falou: e porque que ele está se escondendo? Aí eu falei: eu não sei. Ele está se escondendo ou o povo que se escondeu dele? Aí eles fizeram homenagem aqui, vinham sempre aqui (MORAES, Norberta, 2012, p. 19).

Foi um repórter que procurou o artista. De Moraes era muito tímido e humilde e tinha ficado esquecido pela população. Em 1998, a partir de um projeto denominado “Projeto Oh! Minas Gerais” foi lançado um CD resgatando 14 das músicas mais marcantes do seu grande repertório. No mesmo período, como parte do resgate de sua obra e em homenagem à sua importância para a música brasileira, o cantor foi homenageado na Câmara Municipal de Juiz de Fora, recebendo o título de Cidadão Honorário e a Comenda Henrique Halfeld, por sua importância como artista mineiro.

Em março de 2002, a sua principal obra, “Minas Gerais”, completou 60 anos de existência, contudo, o cantor permaneceu recebendo uma quantia insignificante em direitos autorais. De Moraes e Norberta passaram grandes dificuldades financeiras, necessitando alugar a própria casa no Bairro Santo Antônio para aumentar a renda familiar, passando a morar nos fundos do imóvel.

De Moraes faleceu na noite de 25 de novembro de 2002, de insuficiência cardiorrespiratória. José Duduca de Moraes já enfrentava problemas de saúde há algum tempo e recebia o auxílio da mulher em seu dia a dia. Seu corpo foi velado na Câmara Municipal de Juiz de Fora e percorreu as ruas da cidade em carro aberto do Corpo de Bombeiros, sendo sepultado no Cemitério Parque da Saudade, em Juiz de Fora. Com o

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.*

ISSN: 2317-0468

17 a 21 de outubro de 2016

seu falecimento Norberta não conseguiu continuar morando na casa em que viveram durante tantos anos, eram muitas recordações, assim ela se mudou do bairro Santo Antônio, alugando um apartamento no bairro Poço Rico e vivendo lá durante alguns anos, retornando posteriormente.

A valorização do hino “Óh! Minas Gerais” como símbolo da cultura mineira.

O Hino Popular “Minas Gerais”, ficou conhecido em todo o Estado e pelo Brasil inteiro e é motivo de orgulho para os mineiros e para o compositor. Entretanto sua importância para a população brasileira, não foi suficiente para garantir uma velhice digna e respeitosa ao seu compositor. O fim da vida de De Moraes foi difícil, o artista passou por diversas dificuldades financeiras, passando a depender da ajuda de terceiros. Quando foi redescoberto, em Juiz de Fora, o cantor passou a ganhar uma cesta básica da prefeitura municipal e um plano de saúde da Santa Casa de Misericórdia.

Em 1998, o vereador Flávio Checker indicou De Moraes para receber o título de Cidadão Honorário de Juiz de Fora, e após a morte do compositor, o vereador ressaltou que a situação na qual ele se encontrava, era motivo de reflexões devido à incompatibilidade entre a grande contribuição cultural realizada por ele para todo o país, e a situação precária que o artista se encontrava no fim da vida.⁵

Bruno Siqueira, vereador naquele período, representou o governador Itamar Franco no funeral de De Moraes. Na ocasião, o governador divulgou uma nota oficial do Governo de Minas Gerais sobre a grande perda:

Devemos a ele a criação de “Minas Gerais”, hino do Estado pela vontade popular. Desde que foi gravada pela primeira vez, a canção passou a ser entoada em louvor a Minas. Ele será sempre lembrado por ter dado aos mineiros o mais querido símbolo sonoro das Minas Gerais (SANGLARD, 2012).

De Moraes passou a fazer parte do “Dicionário Cravo Albin da Música Popular Brasileira”, coordenado pelo jornalista e pesquisador Ricardo Cravo Albin.

⁵ Lei 9237: Dispõe sobre concessão de Título Honorífico. Disponível em: <http://www.flaviochecker.com.br/lei-9237-de-20-03-1998> Acessado em: 23/06/2015

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. “O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”, Juiz de Fora, 2017, 1554p. ISSN: 2317-0468 17 a 21 de outubro de 2016

Norberta sempre incentivou De Moraes. Quando ele foi redescoberto pela imprensa na periferia de Juiz de Fora, ela procurou ajudá-lo cantando com ele os antigos sucessos de sua carreira. De Moraes era uma pessoa muito simples e tímida, e com a idade avançada, precisava de ajuda para recordar os seus versos. Por isso, ela procurava ajudar, conforme as suas próprias palavras: “Eu não, quando eles vinham fazer entrevista, eles falavam, Dona Norberta é que fala muito” (MORAES, Norberta, 2012, p. 23).

Salvaguarda: a destinação do acervo sobre De Moraes, documentos históricos e o papel do registro como forma de expressão.

A viúva de De Moraes, Norberta Nobre de Moraes, doou no dia 13 de maio de 2010, todo o acervo particular do artista à Funalfa. O acervo se constitui de discos, partituras, fotografias, violão e certificados que estão sob a guarda da Divisão de Memória, que elaborou um inventário das peças, que estão disponíveis para consulta. Dona Norberta, ao ser indagada sobre a razão do porquê fez a doação do acervo pessoal do seu esposo à Divisão de Memória da Fundação Alfredo Ferreira Lage, disse: “É porque eu imaginei, eu não só, eu não vou durar toda a vida, se eu ficasse com o retrato dele aqui, às vezes com o tempo, ia pro lixo né? Eu achei melhor doar” (MORAES, Norberta, 2012, p. 35).

Algumas das informações, principalmente referentes a datas, conseguidas através da entrevista concedida por Norberta Nobre de Moraes, contradizem informações anteriormente obtidas. É muito difícil precisar datas e informações, pois as fontes são muito escassas e o material se contradiz. A trajetória musical de José Duduca de Moraes evidencia sua importante participação na Música Popular Brasileira, o compositor foi reconhecido por todo o país, seu maior sucesso o “Oh Minas Gerais”, visto como hino popular, divulgou o amor por Minas Gerais, todo o seu encanto e belezas naturais, engrandecendo-o nacionalmente.

Em 2012 foi aberto o processo 3410 na Prefeitura de Juiz de Fora, que dispõe sobre o registro de bem imaterial do hino Oh! Minas Gerais. O processo contém depoimentos, além de alguns documentos administrativos e históricos. O acautelamento do bem através do poder público confere ao bem uma requalificação simbólica, que busca

através dessa forma de reconhecimento, garantir a dinamização e continuidade de sua tradição.

O registro de bem imaterial destaca sua ligação entre o bem e a sociedade, dando a devida importância ao seu papel de formador de uma memória coletiva ao povo mineiro. A canção conhecida como “Oh! Minas Gerais” já faz parte do imaginário e foi identificada como Hino do Estado, pela espontaneidade popular. A lei municipal da cidade que destaca essa forma de proteção, lei 10.777 de julho de 2004 segue os termos do decreto federal 3551/2000 sobre o que se entende como patrimônio imaterial no Brasil, e tem como referência a continuidade histórica do bem e sua relevância para a memória, a identidade, e a formação da sociedade⁶.

A formalização do registro da canção como um bem imaterial do município de Juiz de Fora contribuirá para a manutenção da identidade mineira e para garantir o papel de uma bela herança de nossas antigas tradições, pouco lembrada na sociedade atual. A valorização dessa forma de expressão destacaria sua ligação intrínseca entre o bem e a sociedade, dando a devida importância a seu papel de formador de memória ao povo mineiro, garantindo a documentação de suas transformações.

Bibliografia.

CALABRE, Lia. A era do Rádio – Descobrimo o Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas:** o imaginário da republica no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras , 2003, p.109.

CAPELATO, Maria Helena. Propaganda política e controle dos meios de comunicação. In: PANDOLFI, Dulce (org.). **Repensando o Estado Novo.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999. p. 171.

LENHARO, Alcir. **A trajetória de Nora Ney e Jorge Goulart e o meio artístico de seu tempo.** Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1995.

NAPOLITANO, Marcos. Cultura brasileira: utopia e massificação (1950-1980). São Paulo: Contexto, 2001.

⁶ Artigos 22-24. **Lei 10.777:** Dispõe sobre o matrimônio cultural do município de Juiz de Fora e dá outras providências. Disponível em:

http://www.jflegis.pjf.mg.gov.br/c_norma.php?chave=0000024593

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

PANDOLFI, Dulce Org. Repensando o Estado Novo. Rio de Janeiro: Editora FGV,1999.

PRADO, Magaly. História do Rádio no Brasil. São Paulo: Editora Livros de Safra, 2012

Jornais

Tribuna de Minas. Juiz de Fora, sábado, 5 de janeiro de 2008.

Sites

Conheça Minas: Disponível em:

<http://www.mg.gov.br/governomg/portal/c/governomg/conheca-minas/5661-nossos-simbolos/7901-hino/5146/5044>. “Acesso em:” 14/02/16.

Lei 9237: Dispõe sobre concessão de Título Honorífico. Disponível em:

<http://www.flaviochequer.com.br/lei-9237-de-20-03-1998>

Acessado em: 23/06/2016

Lei 10777: Dispõe sobre a proteção do patrimônio cultural de Juiz de Fora e da outras providências., Disponível em:

http://www.jflegis.pjf.mg.gov.br/c_norma.php?chave=0000024593

SANGLARD, Jorge. **De Moraes:** 100 anos do autor do hino *Minas Gerais*. Cronópios. n.8. “Disponível em:”

<http://www.cronopios.com.br/site/artigos.asp?id=5345>. Acesso em: 22/05/2015

Vídeo no Canal Youtube:

Oh Minas Gerais Legendado:

<https://www.youtube.com/watch?v=F-RsyFaSC2w>

Entrevistas

MORAES, Norberta Nobre. Entrevista concedida a Janice Norberto Furtado, Valéria Leão Ferenzini e Taís Daele Alves. Juiz de Fora 27 de Abril. 2012.

Outros Materiais

Livro de recortes sobre a vida e a carreira de De Moraes, produzido pelo mesmo, composto de coleções de fotografias, negativos, capa e selos (contendo informações do LP, tais como nome da musica e sua duração) de discos com algum tipo de participação de De Moraes, artigos de jornais e revistas, anúncios e programação de shows (36x56cm; 13 páginas) .

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

**Uma história ritmada: Sociedade Musical de Beneficência e Cultura 22 de Maio -
Ubá/ MG**

Thamyres Alves Rodrigues*

Resumo:

Este artigo apresenta uma discussão sobre o surgimento de bandas civis no Brasil e, em particular, em Minas Gerais, estado que tem o maior número de pais das Bandas. Sendo considerado como um dos únicos meios de entretenimento dos centros urbanos, desempenhou um papel importante na sociedade, mantendo-se vivo até hoje, além da grande hibridação cultural existente nesse ambiente, onde podemos ver a influência de diferentes culturas dentro o mesmo. Analisamos as práticas musicais e sociais da Sociedade e Cultura Musical de Caridade em 22 de maio, com sede na cidade de Ubá, na Zona da Mata Mineira, em 1898, como uma abordagem específica deste artigo.

Palavras- chave: Banda, Minas Gerais, música, cultura.

Abstract:

This paper presents a discussion of the emergence of civil bands in Brazil, and in particular Minas Gerais, a state that has the largest number of parents of the Bands. Being considered as one of the only means of entertainment of the inner cities, it played an important role in society, remaining alive to the present day, besides the great cultural hybridity existing in that environment, where we can see the influence of different cultures within the same. We analyze the musical and social practices of the Charitable Musical Society and Culture May 22, based in the city of Ubá in the Zona da Mata Mineira in 1898 as a specific approach of this article.

Keywords: Band, Minas Gerais, music, culture.

1. Introdução

Pretendemos com esse artigo, realizar o estudo da conformação das bandas de música no Brasil e sua disseminação em Minas Gerais, levando em consideração o fato dessas terem desempenhado o papel de um dos únicos meios de manifestações culturais de cidades interioranas. Como exemplo dessa importante função ocupada nos meios sociais e culturais, voltaremos para a análise da Sociedade Musical de Beneficência e Cultura 22 de maio, localizada na cidade de Ubá na Zona da Mata Mineira, fundada no dia 22 de maio de maio, por João Ernesto e um grupo de imigrantes italianos.

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016*

Carecemos antes de mais nada, ressaltar que as fontes aqui utilizadas, são partituras, atas, fotografias e registros dos primeiros anos de formação da instituição encontrados na sede da instituição em análise. Estes documentos contem informações importantes, sobre a fundação da banda, o estilo musical predominante, as pessoas que pertenciam ao corpo musical, como a presença de músicos mulatos, dentre outros aspectos importantes para a compreensão da importância das bandas para a sociedade.

Devemos ressaltar que esses documentos devem ser utilizados com cautela, devido ao período em que foram produzidos. É necessário recorrer a diferentes fontes da mesma instituição, na tentativa de preencher as diversas lacunas encontradas nos documentos, que na maioria das vezes podemos encontrá-las de maneira indireta nos demais. Fornecendo uma visão mais ampla, considerando que um dos preceitos centrais do historiador é a forma com que se deve utilizar os documentos. Ressaltamos que estes não nos revelam a "verdade" dos fatos, mas apenas olhares sobre os quais nos debruçamos a fim de entender melhor esses conteúdos, conforme o pensamento de Koselleck (KOSELLECK, 2006).

Por muito tempo, a historiografia praticamente excluiu assuntos relacionados a música, e quando se abordava estava sempre atrelada a música erudita, contudo nos últimas décadas, esse panorama vem se modificando, servindo esse campo do conhecimento como um importante ponto de informação, principalmente quando se trata da história cultural. Os acervos documentais encontrados nas sedes das bandas civis, ocupa um importante papel para a sociedade, contudo ainda há muito o que se fazer no âmbito dos estudos referentes a essas matérias de extrema riqueza para a história cultural, social, abrangendo aspectos políticos e econômicos.

Como já dito, o objetivo desse trabalho é de demonstrar o hibridismo cultural¹ que ocorre dentro desses meios, sendo as bandas influenciadas pela presença de diversas culturas. Assim como Néstor Garcia Canclini, entendemos por cultura híbrida os “processos socioculturais nos quais estruturas ou práticas discretas que existiam de forma separada, se combinam para gerar novas estruturas objetos e práticas”(CANCLINI, 1997 p. XIX). Além da realização de uma análise do papel desempenhado pela Sociedade Musical de Beneficência e Cultura 22 de Maio, na sociedade ubaense, como também na

região da Zona da Mata Mineira. Contribuindo para a ampliação do conhecimento historiográfico da Zona da Mata Mineira, em particular aquele referente à sua memória cultural, já que a banda tenha permanecido em funcionamento até os dias atuais, sendo considerada Patrimônio Cultural imaterial do município de Ubá, compreendemos que a mesma apresenta pouca expressividade não apenas no cenário regional, mais principalmente no cenário local.

2.Bandas de musica

Antes de adentrarmos na contextualização histórica da formação das bandas no Brasil, é necessário, ressaltamos o conceito da palavra banda no contexto em análise, uma vez que possuem diversos tipos de grupos musicais presentes na sociedade. A palavra "banda" que significa conjunto musical, é uma expressão de origem latina medieval, *bandum*- estandarte; a bandeira sob a qual marchavam os soldados. (SADIE, 1994). A origem do significado da palavra nos fazem pensar nas bandas militares, contudo, devemos trazer o termo "banda" para os dias atuais, onde também se encontram inclusas com essa mesma nomenclatura, grupos de rock, axé, dentre outros ritmos musicais. Afim de delinear, nosso tema de interesse sumariamente, banda é um conjunto musical, formado por instrumentos de sopro e percussão.

De acordo com o dicionário Grove de Música define se “Banda” como um “conjunto instrumental”, destacando os diversos tipos de conjuntos musicais aos quais o termo pode se referir” (SADIE, 1994. P.71). Conforme os instrumentos empregados, poderá tratar-se de “banda de metais”, “de trompas”, ou ainda “banda militar” ou “civil” conforme a finalidade a que se preste.

Na historiografia musical brasileira, predomina uma classificação que diferencia as bandas civis das bandas militares - sendo a *Sociedade Musical de Beneficência e Cultura 22 de Maio*, considerada uma instituição civil. Alguns autores convergem com essa ideia, que segundo Fernando Binder é uma conceitualização genuinamente funcionalista, contudo devemos elencar que este, assim como outros autores por vezes ignorou outros aspectos históricos e sociológicos das práticas musicais, não existindo um critério estabelecido nessa área, prejudicando aos pesquisadores desse campo de

conhecimento, por não ser possível entrever os múltiplos tipos de grupos aos quais essa classificação pode ser considerada arbitrária. Nas palavras, de Binder “é comum colocar-se sob um mesmo ‘guarda-chuva’ desde conjuntos de chameleiros setecentistas até bandas militares republicanas” (BINDER,2009,p.155).

Outros autores, dividem as bandas de musica em mais grupos, como é o caso de Marcos Botelho, que as divide em três grupos: o das bandas militares; o das bandas sociedades musicais, e o das pertencentes a uma instituição. (BOTELHO, 2009,p.155)² As bandas militares como o próprio nome indica, são aquelas pertencentes a instituições militares, sendo consideradas profissionais. As sociedades musicais seriam aquelas mantidas e custeadas por um determinado número de sócios, como é o caso do nosso objeto de estudo. Já as bandas pertencentes a uma instituição seriam aquelas mantidas pela igreja, fábrica, escola, dentre outras instituições e entidades. Devemos ressaltar que esses dois últimos grupos de banda são considerados civis, possuindo entre seus membros músicos de camadas economicamente inferiores.

2.1.A banda de musica no Brasil e sua disseminação em Minas Gerais.

Os primeiros grupos musicais no Brasil, teve seu inicio em meados Do Setecentos, com as bandas de musica das fazendas e com as musicas de barbeiros, e com as de porta de igreja. As bandas de musica de fazenda foi uma expressão utilizada por José Ramos Tinhorão, e muito criticada por alguns autores. Fernando Pereira Binder salienta que essa expressão não se encaixa no contexto de bandas, pois além dos instrumentos de sopro e percussão, contavam também com instrumentistas de cordas e cantores. Tinhorão ainda destaca que os senhores de escravos aproveitaram do talento musical dos africanos que aqui se encontravam para formarem grupos musicais, preenchendo assim um vazio cultural que existia nas áreas rurais, tendo em vista a distancia das cidades, e o grande numero populacional que se formava em torno das fazendas. Com o passar do tempo, ter uma banda de negros era símbolo de poder dos fazendeiros. Constituíam os únicos músicos capazes de animarem as festas do calendário profano-religioso

Em um período em que existia pouca especialização na área musical, o escravo músico passou a ser uma fonte de renda para os fazendeiros, através da quantia cobrada pelas apresentações. Podemos confirmar essa afirmação através dos anúncios em jornais, noticiando a venda ou a fuga de negros músicos, e também nos relatos de viajantes. As bandas de fazenda esteve presente na vida cultural dos latifúndios, até o final da escravidão no Brasil, tendo esses músicos aderido aos grupos de músicos de festas folclóricas, bandas militares, serenatas e grupos de choro.

Já as músicas de barbeiros eram produzidas por homens (geralmente negros e escravos), barbeiros, que dedicavam um tempo a música. Esse grupo de músicos perdurou por muito tempo na sociedade, mesmo depois da chegada da Família Real, e a criação das bandas militares no Brasil.

Mais para muitos autores, o ponto fundamental para o estudo da formação das bandas de música brasileira, está atrelada a vinda da Corte portuguesa para o Brasil em 1808. Por decreto de 27 de Março de 1810, os regimentos militares passariam a incorporar o ensino e a prática musicais em seus moldes mais modernos. A existência das bandas de música no Brasil anteriormente a esse período por muito tempo foi questionada ou mesmo ignorada.

Contudo muitos autores, demonstram que não podemos excluir os primeiros grupos formados, que foram de grande importância para os posteriores. Como já foi dito anteriormente José Ramos Tinhorão afirma que grupos de música instrumental começaram a surgir no Brasil durante os setecentos. Podemos perceber que a música sempre esteve presente no Brasil, levando a formação das bandas de música de fazenda, como sendo um dos primeiros, grupos estes formados por sua maioria escravos. Os escravos músicos passaram a ser uma fonte de renda para seus senhores, que recebiam um valor por cada tocada em festas religiosas e profanas.

Contudo esse quadro vai se modificando, com o adensamento do quadro urbano, surgindo a necessidade de grupos musicais para as festas públicas populares, que apresentassem um repertório que se adequasse mais ao cotidiano daquela população, se afastando um pouco das músicas religiosas e eruditas, surgindo assim a música de barbeiros:

“O barbeiro, pela brevidade mesma do serviço (fazer barba ou aparar cabelos era questão de minutos), sempre acumulara outras atividades compatíveis, com sua necessária habilidade manual, e que era representada pela função de arrancar dentes e aplicar bichas (sanguessugas). Essa especialidades, sempre praticadas em publico, situavam os barbeiros numa posição toda especial em relação às profissões mecânicas, ou demais profissões de caráter puramente artesanal. E como seus serviços em tal atividade liberal lhe permitiam tempo vago entre um freguês e outro, os barbeiros puderam aproveitar esse lazer para o acrescentamento de outra arte não mecânica ao quadro de suas habilidades: a atividade musical” TINHORÃO,1998,p.169.)

Os barbeiros desempenharam um importante papel no desenvolvimento da música popular, pois contribuíram para o surgimento de novos ritmos musicais, como o maxixe, devido à mistura cultural dos brancos (europeus - portugueses, em particular) e dos negros. Segundo Santiago (1998), esses músicos foram os grandes incentivadores e influenciadores do choro , samba e outros gêneros musicais brasileiros. Além disso, contribuíram para a propagação de gêneros musicais tais como: a polka , a valse , a mazurka , e a quadrille , que chegavam ao Brasil pelo porto do Rio de Janeiro, imprimindo características nativas do Brasil a esses gêneros. Essas bandas funcionavam como escolas de musicas livres.

Como já elencado acima, a presença das bandas de música no Brasil antes da chegada da Corte, foi por muito tempo questionada por vários estudiosos. Fernando Pereira Binder, esclarece de uma maneira clara esses pontos, ao analisar documentos que dizem respeito à anterioridade das bandas de música nos ambientes militares brasileiros, em relação à vinda da Coroa portuguesa. De acordo com Binder, o mal entendido criado em torno do termo “banda”, estar ligado as diferentes expressões utilizadas pelos pesquisadores para denominar os grupos musicais presentes no Brasil antes da chegada da Família Real. Devido a esse mal entendido ocorrido na historiografia brasileira, ou melhor dizendo, devido a esses vários termos utilizados, chegamos a conclusão de que existiam sim formações musicais no Brasil, ao período anterior a chegada da Corte Portuguesa

Contudo alguns autores, como Vicente Salles, insistem em afirmar que a formação das bandas modernas no Brasil, começaram a surgir somente a partir de 1808. Essa ideia de que diversos setores da sociedade brasileira, só começaram a ter seus primeiros passos com a vinda da Corte, pode ser observada na obra de Mauricio Monteiro, intitulada de A construção do gosto: musica e sociedade na Corte do Rio de Janeiro - 1808- 1821,

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

argumentando que em decorrência da vinda da Família Real para o Brasil, ocorrem diversas mudanças no meios, sociais, econômicos, e culturais, influenciando de forma direta nos hábitos e costumes da população brasileira.

Devemos elencar que com a vinda da Corte, houve uma grande contribuição no aumento de partituras e instrumentos europeus presentes nas bandas brasileiras, sendo um ponto positivo para o melhoramento profissional das bandas. Esses grupos também sofreram influencia de imigrantes italianos, como é o caso da Sociedade Musical de Beneficência e Cultura 22 de Maio. Porém do estudo e copia de peças europeias, os músicos brasileiros começaram a partir para a composição própria.

De acordo com Tinhorão os grupos formados por tocadores de charamelas, caixas e trombetas do período colonial, foram sendo substituídas por bandas de Regimento de Primeira Linha, que foram ganhando mais atenção, ocupando o papel de instituição responsável em produzir musica oficial, contudo essa função vai desaparecer com a criação da Guarda Nacional. Em 1831, foi criada a Guarda Nacional, iniciando se os concertos públicos, onde foram incluídos no repertorio, trechos de musicas populares e eruditas como valsa, polcas, maxixes, dentre outras. Essas bandas contribuíram para o abrasileiramento dos gêneros estrangeiros, tendo ocorrido de pouco a pouco, uma miscelânea de estilos musicais, tendo a presença de dobrados e marchas, mais ao estilo brasileiro.

Diversos autores vincula o surgimento das bandas civis à formação das bandas militares. No inicio do século XIX começam a surgir nos centros urbanos as bandas civis que realizavam suas apresentações em festas religiosas e profanas, sendo um dos únicos meios de entretenimento cultural das cidades. Na medida em que a cultura é sempre dinâmica, existiram vários tipos de agrupamentos musicais que ao longo da história concorreram para a consolidação do que hoje entende-se por banda civil.

As bandas civis de música foram uma das manifestações musicais mais presentes no Brasil nos séculos XIX e XX, transformaram-se em uma das mais populares manifestações da cultura nacional. É assim que, elas estavam presentes em quase todos os eventos sociais, tanto sacros, quanto profanos. Ainda hoje notamos a presença delas nas festividades de nossas cidades, porém muitas das vezes militarizadas.

2.2. Bandas em Minas Gerais

Sendo considerado o Estado com o maior número de manifestações musicais, de acordo com os dados da Funarte, Minas Gerais se destaca por ser a região com o maior número de bandas e músicos do Brasil, de a Por este grande destaque, as bandas de música estão estritamente ligadas a cultura da sociedade.

Durante o período de formação da sociedade mineira, que teve seu auge no século XVIII com a mineração, a prática musical estava atrelada ao desenvolvimento da música religiosa e erudita na região, dando seus primeiros passos com os ritos católicos, porém começou a definir-se nesse mesmo período um calendário de festas profanas.

Segundo Francisco Curt Lange, a música religiosa teve grande destaque por motivos históricos já conhecidos, como o ensino musical pelos jesuítas, mais devemos ainda atentar para os contratos realizados por parte de Irmandades e Câmaras Municipais, sendo esses grupos musicais compostos em sua grande maioria por mulatos e negros (LANGE, 1979).

Podemos citar diversos fatores que contribuíram para Minas Gerais ser o Estado com o maior número de bandas, uma delas é devido ao grande número de escravos e mulatos presentes em Minas Gerais no período de surgimento das bandas, ocorrendo um grande envolvimento desse grupo na área da música. Por meio da música o mulato, conseguia ampliar seus contatos nos meios sociais, obtendo sua ascensão social, como nos relata Raymundo Faoro (FAORO, 1979).

A grande participação de africanos e descendentes nos grupos musicais, se tornou uma prática comum e fundamental, o que leva alguns especialistas a utilizarem o termo "mulatismo artístico", como forma de afirmarem serem os mulatos que mais contribuíram para a música em Minas Gerais (LANGE, 1979). Com as atividades de mineração, ocorreram um rápido crescimento urbano, sendo a música um meio de entretenimento para a população em dias de descanso e festas.

Apesar da grande influência de negros e mestiços na música em Minas Gerais, não podemos esquecer as importantes contribuições que foram adequadas a este meio com a vinda da família Real para o Brasil. Sergio Buarque de Holanda retrata as grandes transformações que ocorreram no quadro musical durante o século XIX, com grupos de

artistas, cientistas e viajantes que desembarcaram em território brasileiro cheios de concepções musicais advindas de varias partes do continente europeu (HOLANDA, 1976).

Além da importante contribuição musical que ocorreu com a instalação da corte no Brasil, os diversos outros fatores históricos, como a o desenvolvimento tecnológico e econômico tiveram importante papel nesse cenário que ainda se encontrava em construção, como podemos observar no fragmento abaixo:

Novas condições econômicas impuseram profunda transformação no amor do mineiro pela banda de musica. Com o advento do século XIX, formaram se as bandas cuja dupla função, apresentado musica religiosa nos templos e musica profana na Vilas, não pode evitar que se infiltrassem novos instrumentos nos conjuntos. Fagotes, oboés e trompa serão substituídos por oficleides, trombones e tubas. A melodia fácil da opera teve rápida penetração na musica religiosa ; as composições do século XVIII foram cada vez mais abandonadas, tornando- se vitimas das traças nas estantes dos arquivos onde jaziam condenados ao esquecimento (Ibidem, p.139).

Outro aspecto que podemos elencar é o grande numero de imigrantes italianos que vieram para a região em busca de emprego nas plantações de café, comercio, e demais funções. Esse italianos contribuíram para a formação de vários grupos, além de importantes aspectos culturais na área da musica. Essa participação italiana pode ser fortemente percebida na banda em analise a *Sociedade Musical de Beneficência e Cultura 22 de Maio*, onde encontramos varias musicas que provenientes da cultura italiana.

Igualmente ao que ocorreu na Europa e no Brasil, Minas Gerais possuía muitas bandas voltadas para a elite e a igreja, o que foi se modificando com o passar dos anos. Apesar das diversas modificações ocorridas, como a adaptação de musicas profanas, proporcionando musica e diversão para toda população. De acordo com as pesquisas de Curt Lange, realizadas nas cidades de Mariana, Belo Horizonte, Cachoeira do Campo, Sabará, dentre outras cidades, as bandas foram adquirindo com o tempo casas para suas respectivas sedes, onde organizavam seus acervos musicais, tendo uma grande quantidade de peças de musicas sacras.

Podemos perceber o importante papel ocupado pelas bandas nos meio cultural e social da sociedade mineira, sendo um dos únicos meios de manifestação cultural das cidades interioranas, além do forte hibridismo cultural existente dentro das bandas de musica. A Banda 22 de Maio situada na cidade de Ubá na Zona da Mata Mineira, que

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

será analisada no próximo item se trata de um caso singular por esta razão: por conter um acervo documental riquíssimo, que nos permitiu confirmar certos fatos e hipóteses referentes a história da formação de bandas civis.

3. Sociedade Musical de Beneficência e Cultura 22 de maio

No dia 22 de maio de 1898, João Ernesto fundou em Ubá, com auxílio de alguns companheiros a “Banda 22 de Maio”, mais tarde denominada “*Sociedade Musical de Beneficência e Cultura 22 de Maio*”. Muitos integrantes dessa Sociedade tiveram papel importante na história local, dentre eles alguns dos primeiros imigrantes italianos que chegaram à cidade, como Francisco Lauria, primeiro agente consular da Itália na cidade.³

A “Banda 22 de Maio” conforme é comumente chamada, foi fundada em um momento de profusão das bandas musicais pelo Brasil e possui páginas esparsas no que tange à sua trajetória, localizadas essas em diferentes locais e sob condições diversas. O livro já citado “Ubá – Cidade Carinho” traz pequeno excerto contando sua história, destacando-a como “uma das maiores tradições da cidade de Ubá”. Além deste, o livreto ‘História da “22 de Maio”’⁴, traz o relato de José Gonçalves Solléro, que discorre sobre a importância da instituição. Informa também Solléro um pouco de suas lembranças em relação ao primeiro regente e fundador, caracterizando bem seu comprometimento em sustentar a banda nos seus primeiros anos, assim como seu notável talento como podemos ver na seguinte fala de Sollero:

"Ficava bem longe para João Ernesto as músicas com duetos e repetições constantes, de arranjos instrumentais pobres e descoloridos, até porque não é possível produzir-se melhor, na orquestração, face a esses duetos horríveis e maçantes.

Chamava-se a atenção, a memória e a facilidade com que ele instrumentava uma música para a 22, sem uma partitura, sem um condutor, apenas servindo-se de sua memória retrospectiva. Afeiçoei-me ao mestre e comecei a admirar-lhe a figura humilde de um artista provinciano que nunca sairia de Ubá, que mal fizera seu curso escolar com humilde mestre-escola local, que não possuía

³Vida e Ação da Colônia Italiana no Município de Ubá - 1888 – 1988. Ubá: Academia Ubaense de Letras, 1988. Disponível na Biblioteca Pública Municipal de Ubá – MG.

⁴ História da “22 de Maio”. Livreto com apresentação de Antonio Solléro de Março de 2010. Contém depoimento de José Gonçalves Solléro de 1954.

um livro especializado, que manejava com alguma facilidade o vernáculo, tudo aprendido com o seu próprio esforço"⁵

Embora não seja o principal objetivo do trabalho, consideramos pertinente ao menos uma breve informação biográfica do Maestro que deu início às atividades da banda, tendo em vista seu grande destaque no meio cultural e social de Ubá. João Ernesto nasceu sob a lei do ventre livre, no ano de 1873⁶, na cidade de Ubá, filho de escrava (ex escrava), foi criado pelos seus pais adotivos após a morte da mãe. De acordo com o I livro de Batismo da Paróquia de São Januário em Ubá o registro referente a João, filho natural de Maria da Conceição. O título de “filho natural” é comum aos filhos das escravas ou dos nascimentos ocorridos fora do casamento naquele período:

Consta que João Ernesto possuiu uma boa educação, sendo instruído por professores e pessoas capacitadas em sua juventude. Dentre esses o professor de língua francesa Emílio Brandão e o Dr. Francisco Carneiro Monteiro de Salles. Contudo devemos questionar estas informações, por terem sido encontradas em um texto sem a identificação do autor, encontrados na sede da banda. Podemos aqui levantar algumas hipóteses, como a possível ligação com os imigrantes italianos estarem atrelados a seus professores que eram italianos.

Nas fontes analisadas, podemos encontrar diversos trabalhos exercidos por João Ernesto, entre elas podemos elencar a função de telegrafista, guarda-livros, maestro, arranjador e copista musical. No entanto, João Ernesto, negro, nascido sob a lei do ventre livre, não alcançou notoriedade maior devido à sua posição social e sobretudo pelos seus ideais de vida, como militante do espiritismo na região, fez experimentar repúdio por parte de uma parcela da sociedade. Algumas de suas peças, escritas para Banda, trazem o cunho de sua luta no campo cultural e ideológico, como por exemplo, a marcha “Vitória dos perseguidos” tida como sua última composição, escrita em ocasião na qual a “Banda 22 de Maio” experimentava certa hostilidade por parte do Vigário da cidade.

Varias de suas composições receberam datas como títulos, ocasiões estas que estão atreladas a importantes fatos ocorridos na sociedade de forma geral. Se paramos

⁵ *História da “22 de Maio”*. Livreto com apresentação de Antonio Solléro de Março de 2010. Contém depoimento de José Gonçalves Solléro de 1954.

⁶ I Livro de Registro de Batismo da Paróquia de São Januário de Ubá.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
 ISSN: 2317-0468
 17 a 21 de outubro de 2016

para refletir, o próprio nome da banda está atrelado a data da missa campal em ação de graças para celebrar e comemorar a lei áurea; além do falecimento de Victor Hugo, que foi um escritor Frances, defensor do espiritismo e da liberdade. A peça denominada 23 de abril nos remete para vários episódios, como o nascimento de Ruggero Leoncavallo, um importante compositor italiano E, 13 de maio, data marcada pela assinatura da lei áurea, abolindo a escravidão no Brasil. Podemos considerar a hipótese de que através dessas partituras, João Ernesto demonstrava sua posição no campo ideológico, cultural e social.

Devemos ainda destacar a importante presença de imigrantes italianos na fundação da *Sociedade Musical de Beneficência e Cultura 22 de Maio*. É pertinente observamos que a participação de italianos na formação e influencia da banda, não é uma característica particular da sociedade musical em análise, encontramos a participação direta ou indiretamente desses colonos em diversas outras, como nos demonstra Conceição Rezende(REZENDE, 1982) .

Neste sentido, nos século XIX e XX, mais especificamente entre os anos de 1880 e 1930, período do ápice da imigração Italiana para o Brasil, é que nos deparamos com um maior número de registros de associações e bandas nas cidades da Zona da Mata; já que a Itália (e também a Alemanha) é tradicionalmente veiculada às bandas de música. É fundamental termos uma perspectiva histórica da presença do imigrante italiano no Brasil, notadamente na região da Zona da Mata mineira, já que ela apresenta grande presença de bandas musicais civis, como é o caso de Ubá.

O elemento italiano em sua evolução construtiva foi fator preponderante na cidade de Ubá, na formação política, econômica e social. Devemos ainda ressaltar que a imigração no município foi dividida em duas fases: a primeira espontânea na metade do século XIX, a segunda com a abolição da escravidão.

Dessa primeira fase podemos destacar tendo participação na fundação da Banda 22 de Maio, Francisco Lauria, pessoa astuta, se tornando o primeiro agente consular de nomeação da Itália que Ubá teve. A segunda fase de imigração que teve início em 1888, era formada por italianos camponeses do norte do país europeu. A Presença dos imigrantes da segunda fase na fundação da sociedade musical, foi de maior destaque, contando com a participação de Jose Miotto, Camilo dos Santos, Francisco Musitano,

Eduardo Marcato. Podemos dizer que os italianos chegaram ao Brasil, trazendo sua mão de obra e a mente repleta de idéias que contribuíram de maneira positiva, introduzindo elementos culturais na sociedade brasileira.

Com essa breve contextualização da formação da Sociedade Musical de Beneficência e Cultura 22 de Maio, podemos observar, características singulares da sociedade local. Contudo devemos ter em mente que temos um longo caminho a percorrer através das análises das fontes encontradas na sede da instituição, para assim compreendemos fatos riquíssimos que ocorrem dentro da banda, como a participação de mulheres no quadro de sócios, o que representa um grande passo para o pensamento da época.

4. Considerações Finais.

Procuramos nesse trabalho, demonstrar o papel ocupado pelas bandas de música na sociedade brasileira e em particular, Minas Gerais, onde estas instituições ganharam maior destaque, seja através das bandas militares, civis, sinfônicas, filarmônica. Através da história de formação dessas instituições musicais, podemos perceber o hibridismo cultural que ocorreu nesse campo, tendo a influencia de europeus, africanos e mestiços. Nos apoiamos também nas diversas controversas presentes na historiografia da música brasileira, demonstrando as diversas abordagens.

Utilizamos para a realização deste trabalho, as fontes encontradas na *Sociedade Musical de Beneficência e Cultura 22 de Maio*, localizada na cidade de Ubá, como recorte e exemplo das formações das bandas civis que tiveram seu maior destaque durante o século XIX. Com a análise dos primeiros anos de formação da "banda 22 de maio", como é comumente chamada pela população local, podemos observar vários aspectos que estão presentes no contexto de formação dessas instituições no Brasil, notamos com as atas, registros, cartas e fotografias a presença do negro João Ernesto, mulatos e um grupo de imigrantes italianos. Através das partituras podemos também observar a presença de um hibridismo cultural, estando presente músicas pertencentes a cultura italiana, assim como as de cunho social, tendo um teor de luta e indignação, que

estavam atreladas a cultura "popular"⁷ brasileira. Cultura popular é considerada um conceito erudito. (CHARTIER. 1995).

Dado que as bandas como espaço de manifestação artística e cultural, têm muito a nos dizer sobre nosso passado, pois nos oferece um discurso simbólico construído por uma determinada realidade social e cultural. o presente trabalho teve a intenção de demonstrar e levantar algumas hipóteses de uma pequena, mais importante parte da história, que esteve silenciadas por muito tempo pelos historiadores. Afinal claves de sol e fás sustenido não compuseram só as partituras dos Maestros João Ernesto e José Sollero, mas também a identidade dos músicos de Ubá, como o de varias outras instituições que se encontram presentes no Brasil até os dias atuais.

Fontes:

Atas de fundação da Sociedade Musical de Beneficência e Cultura 22 de Maio, da cidade de Ubá/MG.

I Livro de Registro de Batismo da Paróquia de São Januário de Ubá.

Partituras manuscritas e impressas. Acervo da “Sociedade Musical de Beneficência e Cultura 22 de Maio”:

Fotografias dos primeiros anos de formação. Acervo da “Sociedade Musical de Beneficência e Cultura 22 de Maio”

Bibliografia

ALVIM, Zuleika Maria Forcione. O Brasil italiano (1880-1920). In: FAUSTO, Boris (Org.) *Fazer a América: a imigração em massa para a América Latina*, 1999.

ANDRADE, Mário de. *Dicionário musical brasileiro*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1989.

BINDER, Fernando Pereira. *Bandas militares no Brasil: difusão e organização entre 1808-1889*. 2006. 132 f. Dissertação (Mestrado em Música) – Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2006.

BOTELHO, Marcos, apud, SILVA, Lelio Eduardo Alves da. "As bandas de musica e seus mestres". In: *Cadernos do coloquio*. 2009,

BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. "Imigração e família em Minas Gerais no final do século XIX". *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.27, n.54, 2007. p. 157.

BURKE, Peter. *Hibridismo Cultural*. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2006.
_____. *O que é história cultural?* Trad. Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.t.

CANCLINI, Néstor García. "Introdução", IN: *Culturas Híbridas - estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: EDUSP, 1997

CASTAGNA, Paulo (org.). *Anais do VI Encontro de Musicologia Histórica*, Juiz de Fora, 22 a 25 de julho de 2004. Juiz de Fora: Centro Cultural Pró-Música, 2006.

CERTEAU, Michel de. *A cultura no plural*. Campinas: Papiros, 1995.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1990.

_____. "*Cultura popular*": Revisitando um conceito historiográfico. 1995

FAORO, Raymundo. Traços gerais da organização administrativa, social, econômica e financeira da Colônia. In: _____. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 5ª ed. Porto Alegre: Editora Globo, 1979. pp. 171-239, v.2

GRUZINSKI, Serge. *O pensamento mestiço*. Trad. Rosa Freire Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

HOLANDA, Sérgio Buarque de et al. *História Geral da Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro/São Paulo: Diefel, 1976. v.2, v.3.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: Contribuição a semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed:PUC-Rio, 2006 p. 188

LANGE, Francisco Curt. A música do período colonial em Minas Gerais. In: *Seminário sobre a cultura mineira no Período Colonial*. Belo Horizonte: Conselho Estadual de Cultura Mineira no Período Colonial, 1979.

_____. A música na Irmandade de São Jose dos Homens Pardos ou Bem Casados, *Anuário do Museu da Inconfidência*. Ouro Preto: Ministério da Educação e Saúde/DPHAN, ano III, 1979

REZENDE, Conceição. A música integrada no fenômeno social do século XIX. In: *III Seminário sobre a cultura mineira do século XIX*. Belo Horizonte: Conselho Estadual de Cultura de Minas Gerais. Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1982

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
"O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História",
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

SADIE, Stanley. (editor). *Dicionário Grove de Música*. Trad. de Eduardo Francisco Alves. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

SALLES, Vicente. *Sociedade de Euterpe: as bandas de música no Grão-Pará*. Brasília: Edição do Autor, 1985.

Schwarcz, Lilia Moritz. *As barbas do imperador : D. Pedro II, um monarca nos trópicos / Lilia Moritz Schwarcz*. — São Paulo :Companhia das Letras, 1998.

TINHORÃO, José Ramos. *História social da música popular brasileira*. São Paulo: Editora 34, 1998

TINHORÃO, José Ramos. *Música popular de índios, negros e mestiços*. Petrópolis: Vozes, 1972.

Simpósio Temático 21: Autoritarismos e democracia no Brasil Republicano.

Coordenadores: Juliana Martins Alves (Doutora USP) & Flávia Ferro (Doutoranda UFJF)

**ALÉM DO ESTADO NOVO: “DEMOCRACIA SUBSTANTIVA”
(CORPORATIVA, SOCIAL E SINDICAL) NOS ANOS 1950**

Juliana Martins Alves**

Resumo:

Este texto objetiva identificar os significados atribuídos ao conceito de “democracia substantiva” (econômica, corporativa, social e sindical), sob a ótica dos defensores do trabalhismo, durante o segundo governo presidencial de Getúlio Vargas (1951-1954). Construída durante o Estado Novo, essa definição vinculou-se aos direitos sociais do trabalho e à organização sindical corporativa dos trabalhadores e demais grupos econômicos, dissociada dos direitos políticos, abolidos em 1937. No contexto da liberal-democracia dos anos 1950, ela foi ressignificada e *atualizada*, juntamente com os valores do trabalhismo (com seus referentes institucionais) durante o segundo governo Vargas.

Palavras-chave: “democracia substantiva”, trabalhismo, segundo governo Vargas.

Résumé:

Ce texte a pour but les signifiés attribués au concept de “démocratie substantive” (économique, corporative, sociale et syndicale), sous l’optique des défenseurs du travaillisme, pendant le second gouvernement présidentiel de Getúlio Vargas (1951-1954). Construite pendant l’Etat Nouveau, cette definition s’est liée aux droits sociaux du travail et à l’organisation syndicale corporative des travailleurs et d’autres groupes économiques, dissociée des droits politiques, supprimés en 1937. Dans le contexte de la démocratie libérale des années 1950, elle a repris sa signification et a été mise à jour, avec les valeurs du travaillisme (avec ses référés institutionnels) pendant le second gouvernement Vargas.

Mots-clés: “démocratie substantive”, travaillisme, second gouvernement Vargas.

** Doutora pelo Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade de São Paulo (USP).

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
 ISSN: 2317-0468
 17 a 21 de outubro de 2016

Introdução

Durante o Estado Novo (1937-1945) foi construído um novo conceito de democracia, definida como “substantiva” (corporativa, econômica, social e sindical), dissociada dos direitos políticos, abolidos em 1937.¹ Essa definição vinculou-se a aspectos fundamentais da política trabalhista, entre eles:

a) aos direitos sociais do trabalho, implementados entre 1930-1945, tão demandados pelo operariado desde princípios do regime republicano; e à organização sindical corporativa dos trabalhadores e demais grupos econômicos (VARGAS, 1950; OLIVEIRA VIANNA, 1951);

b) a um formato de participação das camadas operárias urbanas no sistema político: como *coletividade heterogênea, socialmente hierarquizada e organizada* via arcabouço sindical, sendo a participação popular somente legitimada uma vez reduzida à instância corporativa dos sindicatos – após a instituição do Ministério do Trabalho (o chamado “Ministério da Revolução”) e a Lei de Sindicalização de 1931 (GOMES, 1988; MARTINHO, 2016);

c) à definição do sindicato como “órgão de colaboração com o poder público” e *lócus* privilegiado para o exercício da cidadania social, obtida pelo operariado, baseada na legislação trabalhista e sindical, sistematizada pela CLT em 1943 (VARGAS, 1950: 38-39, 53; 56, 28);

d) à edificação de uma estrutura corporativa de representação de interesses dos diferentes grupos, com a implantação de sindicatos, federações, confederações, além de outros órgãos, destinados à introjeção de suas demandas para dentro do aparelho burocrático estatal. Todavia, às elites econômicas era permitida a “duplicidade” ou “dualidade organizativa”, por meio

¹ - A esse respeito, são clássicas algumas proposições de Vargas. Em discurso proferido em 1º de Maio de 1944, no Estádio do Pacaembu, em São Paulo, ao justificar a abolição dos direitos políticos e as bases “democráticas” (!) do Estado Novo, afirmava o presidente: “Sem independência econômica [a liberdade política] converte-se quase sempre em licenciosidade e ludíbrio para o Povo, que não mata a fome com direito de voto, nem educa os filhos com direito de reunião”. (VARGAS, 1944, Vol. 10: 287-293). Em um dos vetos baixados pelo DIP no período, lia-se: “Proibidas quaisquer alusões ao regime brasileiro anterior a 10 de novembro de 1937, sem prejuízo de referências à democracia, pois o regime atual é também uma democracia” (ALVES, 2002: 36).

de suas associações “estatais” e civis, sendo esse direito negado aos trabalhadores (DINIZ e BOSCHI, 1991: 19).²

Caracterizado por sua dupla dimensão, corporativa e social, esse novo conceito de “democracia” significou: de um lado, a organização corporativa da classe trabalhadora via estrutura sindical; e de outro, a instauração da “equidade” e da “justiça social”, corporificada nos direitos do trabalho e nos diversos órgãos incumbidos de sua aplicação (os mecanismos “operacionais” da política trabalhista), concebidos como meta e finalidade do poder público.

Para Oliveira Vianna, a “democracia social”, em sua dimensão corporativa, estabelecia a “medida exata da participação e presença do povo no governo”. Dessa forma, o sociólogo fluminense e consultor jurídico do Ministério do Trabalho de 1932 a 1940, preconizava a excelência do sindicalismo corporativo como “técnica de organização do povo”, por meio das organizações sindicais. Estas últimas eram traduzidas dentro da “democracia substantiva” como “verdadeiras escolas de educação moral e cívica”, visto que, segundo o autor, “as duas formas de organização do povo – a profissional e a partidária – caminham separadas e distintas” (OLIVEIRA VIANNA, 1951: 88, 92-96, 79-84).

Dessa maneira, estavam lançadas as bases da separação entre a “verdadeira democracia” – substantiva, corporativa e social – e a democracia política. Essa dicotomia permaneceria inarredável da política trabalhista nos dois governos presidenciais de Getúlio Vargas.

Como parte do ideário do trabalhismo e do processo de institucionalização do mundo do trabalho durante o primeiro governo Vargas, a noção de “democracia substantiva” favoreceu a criação de um espaço público e institucional: de um lado, para a formulação das leis sociais, atributo exclusivo do Estado, dentro de um modelo legislado e não contratual, que nega aos agentes privados da produção o poder de produzir regulação sobre o mercado de trabalho e fazê-la valer (CARDOSO e LAGE, 2007: 14). E de outro, para o exercício da cidadania das classes trabalhadoras dentro dos sindicatos oficiais

² - Uma importante e atualizada discussão sobre o corporativismo, reunindo pesquisadores de diferentes instituições e orientações teóricas, encontra-se no último *dossiê*, dedicado ao tema, da revista *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 42, n. 2, maio-agosto 2016.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

– a “cidadania corporativista” – configurando um projeto de construção de uma identidade operária, reapropriada e, permanentemente, ressignificada pelos trabalhadores em suas relações com o Estado nos diferentes espaços oficiais de representação de interesses (FORTES et alii, 1999).³

Essa nova definição de democracia, estabelecida em torno da legislação trabalhista e sindical, foi formulada juntamente com uma concepção revolucionária da forma institucional (GOMES, 1988: 207; CAPELATO, 1998: 150); por extensão, associada aos organismos destinados a colocar em prática a política social-sindical do Estado e aplicar as leis.

Rogério Dutra dos Santos identifica a origem do conceito de “democracia substantiva” no pensamento do jurista alemão Carl Schmitt (1888-1985) o qual, segundo argumenta o autor, “foi o responsável pelo modelo teórico de um ‘Estado antiliberal’, fundando-o na “ideia de uma democracia substancial, que acabou por transformar-se no paradigma jurídico constitucional das ditaduras ocidentais do século XX”, tendo grande influência no Brasil (SANTOS, 2006: 3).

Partindo de argumentos contrários ao liberalismo econômico e político vigente nos 40 anos da Primeira República – relacionado à “anarquia”, à “desordem” e à incapacidade do poder público em equacionar a questão social e intervir nas relações capital-trabalho, com o fim de evitar que as demandas trabalhadoras tivessem um curso “explosivo” – as propostas trabalhista e corporativista, colocadas nos anos 1930, apresentaram-se como capazes de edificar uma nova arquitetura jurídico-institucional estatal, de feição corporativo e intervencionista, vinculada aos ideais de “progresso das instituições” e “modernidade do Estado” (LIMONCIC e MARTINHO, 2010). Elas foram também consideradas expressões de uma “forma superior de Estado” e, por conseguinte, de “democracia”, porque fundada na “justiça social” (VARGAS, 1938: 135; VARGAS, 1951). À “democracia substantiva” foram acoplados os direitos políticos ao final do Estado Novo, com o restabelecimento dos partidos e a fundação do PSD e PTB, em 1945, pelo próprio presidente Vargas.

³ - Sobre a atuação do movimento operário-sindical na Justiça do Trabalho e em outros espaços oficiais de representação de interesses após 1946, superando, por diversas vezes, os limites impostos pelo corporativismo estatal consultar: SILVA, 2016 e CORRÊA, 2016: 500-526.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

Entretanto, cabe lembrar que o conjunto dessas reformas político-institucionais e as leis trabalhistas não se dirigem a trabalhadores “passivos”, desprovidos da consciência de seus interesses ou que desconhecessem formas de associação ou de luta por direitos. Uma luta sistemática pela efetivação e ampliação dos direitos do trabalho no Brasil vinha sendo travada desde a Primeira República. Conforme mostraram vários estudos, a adesão do operariado ao sindicalismo corporativista, sob a tutela do Ministério do Trabalho, nas décadas de 1930-40 (buscando “apropriar-se” da estrutura sindical, como espaço de luta) representou um movimento de defesa dos trabalhadores contra os abusos, violências patronais e boicote aos direitos do trabalho (GOMES, 2001; FORTES et alii, 1999; SILVA e COSTA, 2001: 241, 232). Sob esse prisma, a nova historiografia brasileira tem demonstrado que a disputa entre capital e trabalho pela efetivação da legislação trabalhista foi parte constitutiva da própria identidade coletiva dos trabalhadores e de sua consciência de classe ao longo da história.

Assim, além de uma proposta política – que expressou uma dada concepção de Estado corporativo, um corpo de ideias relativas à organização do mundo capital/trabalho e das relações de produção, subordinado aos ideais de “progresso econômico” – o trabalhismo foi, a meu ver, um amálgama de normas e princípios articulados, que se traduziu em um conjunto empiricamente identificável de estruturas (institucionais) e práticas (governamentais). Todos, histórica e socialmente, referentes. Assentada na progressiva institucionalização, da qual extrairia o seu elemento principal, inscrita na estrutura material, corporativa, do Estado brasileiro após 1930 e, permanentemente, associada ao arcabouço jurídico-estatal e aos marcos institucionais que lhe deram sustentação – a proposta trabalhista foi atualizada durante o segundo governo Vargas (ALVES, 2010, 2016). E com ela: os preceitos da “democracia substantiva”, ajustados às regras do sistema democrático-representativo, definidas pela Constituição de 1946 (POMAR, 2002).

Partindo desse quadro de referências, este texto objetiva refletir sobre os significados atribuídos à “democracia substantiva” (econômica, corporativa, social e sindical), sob a ótica dos defensores do trabalhismo, entre 1951-1954. Ele visa a identificar, no contexto da liberal-democracia dos anos 1950, a forma como o conceito, de matriz autoritária, foi ressignificado e atualizado, juntamente com os valores do trabalhismo (com seus referentes institucionais) durante o segundo governo de Getúlio Vargas.

“Democracia substantiva”: entre o passado e o presente

Comemorando a vitória de Vargas nas eleições presidenciais de 1950, afirmava a revista *Mundo Trabalhista*, publicada pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, em 1951: “Esse Brasil que precisa de justiça”, de “brasilidade” e “patriotismo”... que “pode desejar, nesse momento, uma terra que se chamou um dia Terra de Santa Cruz?”. Senão “paz”, “preservação dos direitos” trabalhistas, “harmonia social” e “respeito às tradições sadias do povo brasileiro”?! A eleição de Vargas representaria a “concretização [dessas] ideias”.⁴ Ou, nas palavras de Alberto Pasqualini, quando o trabalhismo se transforma em uma “nova política social”: é “o triunfo da ideia e não dos homens”. Política aquela reiniciada a partir de 1951, que conduziria “ao mundo da verdadeira... democracia social”; não à mera “democracia política” (formal, liberal, dos partidos), que o “insigne sociólogo Oliveira Vianna chamou de ‘generalidade sonora”.⁵ Dessa forma, em 1950, Getúlio Vargas seria “novamente chamado” para implementar a “democracia social”, corporificada na “essência do trabalhismo”, em sua “segunda etapa”.⁶

⁴ - *Mundo Trabalhista. Órgão Técnico Especializado em Legislação Fiscal Trabalhista*. Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Rio de Janeiro, ano II, n. 8, janeiro-fevereiro, 1951, p. 3.

⁵ - VARGAS, 1950: 134; Idem, 1951: 218, 42; 236; *Diretriz Trabalhista*. Rio de Janeiro: Diretriz Trabalhista Ltda., ano I, n. II, abril de 1952, p. 11. Esta revista estava ligada ao PTB.

⁶ - *Mundo Trabalhista*, ano II, n. 8, janeiro-fevereiro, 1951, p. 3; *Índice do Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*. Serviço de Documentação. Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Rio de Janeiro, v. I, 1950, p. 111; *Revista Trabalhista. A Revista dos Trabalhadores*. Rio de Janeiro, ano 1, n. 3, agosto de 1950, p. 16.

A articulação entre trabalhismo e corporativismo, enquanto “invenções”, partes de um mesmo projeto, construído nas décadas de 1930-1940, ou reinvenções durante o segundo governo Vargas, capazes de se articular à vigência da liberal-democracia foi analisada em alguns estudos (GOMES: 1988; ALVES: 2010, 2016).

Nos anos 1950, a “democracia substantiva” seria relacionada não somente às transformações operadas pela legislação trabalhista e órgãos incumbidos de sua aplicação, nos planos econômico, político, social, cultural e jurídico-institucional (materializadas na estrutura do Estado brasileiro após 1930); mas também a uma “nova etapa” do trabalhismo – defendendo-se o seu “aprimoramento” no segundo período governamental de Vargas. Nessa perspectiva, a compatibilidade entre a renovação dos princípios da “democracia social e sindical” e o ordenamento democrático, estabelecido pela Constituição de 1946, estaria na própria ampliação do “sentido de democracia”, baseada na “ordem”, “na paz social”, na “disciplina e organização do trabalho”; este último redefinido como “dever social”.⁷

“Uma democracia que preze a si própria, fundada na Justiça Social” – lecionava Vargas – “não está apenas no papel para uso exclusivo de alguns”, mas na “conciliação humana entre o capital e o trabalho.” (GV. Ce 1950/08/09-0020: 2). Sem esses valores, não haveria “instituições seguras, não há democracia [política] que resista”. Por certo, afirma ele: “os equívocos sobre a democracia sempre existiram. Trata-se de uma palavra que... muitos pronunciam, mas não [a] praticam”. Enquanto outros, “viciados em confundir democracia com interesse pessoal” e com o “individualismo [liberal] egoísta”, estranharão que seus interesses estejam “hoje [subordinados] ao bem público” (GV Ce 1950. 08/09. 00/20: 3-4; VARGAS, 1950: 38-39, 53).

Em vista disso, a retomada dos princípios e valores do trabalhismo representaria a “CONSOLIDAÇÃO DA DEMOCRACIA BRASILEIRA [sic] – a verdadeira”. Isto porque, corroborava a *Revista Trabalhista*: foi entre os anos

⁷ - *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*. Nova Série. Serviço de Documentação. Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Rio de Janeiro, ano II, n. 1, janeiro-março de 1952, p. 46.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.

“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.

ISSN: 2317-0468

17 a 21 de outubro de 2016

1930-1945 que se “talhou” uma certa “visão da causa pública”, tendo todas as iniciativas governamentais um sentido: o de “amparar o trabalhador e elevá-lo, na sociedade, à categoria humana que lhe pertence, por justiça”. (Agosto de 1950: 15). Também sob o governo Vargas, quando o trabalho não mais será visto como “atividade aviltante”, é que as organizações sindicais fariam parte da grande “obra de dignificação do trabalhador” nacional.⁸

Não casualmente, em novembro de 1950, após o anúncio da vitória de Vargas nas eleições presidenciais, contra a tese da maioria absoluta defendida pela União Democrática Nacional (UDN), foi lançado o *Índice do Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (BMTIC)*, com a compilação de toda a matéria dos volumes anteriores. O *Boletim do Ministério do Trabalho* foi criado em 1934 e circulou até outubro de 1945, quando teve a sua periodicidade interrompida, após a queda do Estado Novo e durante a administração Dutra. A publicação do *Índice* antecede à nova série do *BMTIC*.

Em 1951, já em sua edição inaugural o boletim estampa a cópia fotostática do decreto de criação do Ministério do Trabalho, em cujas bases estavam “as raízes da política trabalhista”, com a assinatura de vários participantes da revolução de 1930. Integrando em um mesmo significado – o de equacionamento da “questão social” – os dois acontecimentos (a Revolução de 1930 e o ato de criação do Ministério do Trabalho) e elegendo-os como divisor temporal da “história dos direitos sociais do trabalho”, o órgão do qual emanaram as leis trabalhistas e sindicais é apontado como o grande marco da “democracia social”.⁹

Contudo, é importante ressaltar, se o trabalhismo varguista retoma os marcos da “democracia substantiva” e várias concepções que nortearam a política estatal entre 1930-1945, como o retorno à “nova cultura’ política e social”

⁸ - *Mundo Trabalhista. Órgão Técnico Especializado em Legislação Fiscal Trabalhista*. Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Rio de Janeiro, ano II, v. 2, setembro-outubro de 1951, p. 1. Consultar ainda: *BMTIC. Nova Série*, ano I, n. 3, julho-setembro de 1951, p. 9 e seguintes. “Relações de raça e cultura no Brasil”, por Manuel Diegues Júnior, diretor da Biblioteca do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; além de SEGADAS VIANNA, 1943: 20, 47.

⁹ - *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Nova Série*. Serviço de Documentação do Ministério do Trabalho. Rio de Janeiro, ano I, n. 1, janeiro-março de 1951, p. 111-113.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.

“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.

ISSN: 2317-0468

17 a 21 de outubro de 2016

por ele inaugurada (VARGAS, 1951: 28), sua agenda político-administrativa apresenta-se modificada em 1950. Além de colocar o voto das camadas operárias no centro de suas atenções, inserindo-se em outra realidade histórica, o projeto trabalhista e a proposta corporativa de Estado por ele representada conviverão ou terão que se “ajustar” às instituições fundamentais do sistema representativo, como o Congresso e os partidos políticos.

Em face disso, elencando as “deficiências” do sistema liberal, o presidente requalifica o conceito de democracia, adequando-o às funções do Estado: “A democracia moderna não pode ficar alheia aos problemas do trabalho e da produção. Antes, é esse um dos seus objetivos, pela importância que dá à economia em seus reflexos sociais”. Portanto, afirma Vargas: o “velho equívoco do ‘Estado inoperante’... é um mito que a realidade da vida contemporânea há muito desfez”. (VARGAS, 1951: 444-445; 1969: 220, 221).

Afora isso, argumentavam os defensores da política estatal: haveria “presentemente, na sociedade, uma tendência irresistível para o deslocamento da base da ordem legal, da propriedade para o trabalho [grifos do original]”, com o fim de converter o “cidadão-trabalhador” no “centro de gravidade de todo o sistema jurídico”. Sem negar a justa “retribuição do capital”, justificando “a própria designação, [o trabalhismo] faz do trabalho o centro”, o fulcro de “gravitação de todos os interesses” e “recompensas humanas”, erigindo-o como “dever social”.¹⁰ Já às classes sociais, preceituava o Boletim do Ministério do Trabalho, caberia a disposição de colaborarem todas, efetivamente, para a “implantação da paz social”. Nesse aspecto, “cumprindo, aliás, um ‘dever legal”, conforme determinava a Consolidação das Leis do Trabalho (art. 514), “adequada a conciliar os interesses, tanto de empregadores, quanto de empregados”.¹¹

Quanto ao reforço ao sindicalismo estatal, este estaria justificado por seu caráter, essencialmente, “democrático”, sendo os sindicatos definidos como pontos “nucleares” de organização/representação de interesses e “unidades de

¹⁰ - Arquivo GV 1950.08/09.00/44, p. 2.

¹¹ - *BMTIC. Nova Série*, ano I, n. 3, julho-setembro de 1951, p. 42.

democracia”, “corporativa e social”. Nessa perspectiva, liberdade e autonomia sindicais eram, radicalmente, contrárias a estes princípios, vistas como “desagregadoras”. Para “manter o equilíbrio” entre capital/trabalho, disporia ainda “o Estado de sua Justiça Social por meio da qual procura evitar desigualdades e lutas entre classes”.¹²

Esse seria o sentido da “democracia sindical” e de sua *atualidade* nos anos 1950. Todavia, cumpre salientar, o reforço ao sindicalismo estatal e aos vínculos entre sindicatos-Estado, combinado às campanhas de sindicalização promovidas pelo governo, prendiam-se tanto ao aumento da mão de obra assalariada e das demandas trabalhadoras, quanto aos avanços do movimento operário-sindical entre 1951-1954.

Resgatando os “marcos” da “democracia social e sindical” nos anos 1950

Durante o segundo governo Vargas, contando com defensores, ideólogos e assessores técnicos da maior relevância, além de publicações, direta ou indiretamente, vinculadas ao Ministério do Trabalho e a outros órgãos oficiais, os princípios do trabalhismo e da “democracia social” (substantiva) foram então recuperados e vivificados. Esses princípios basearam-se:

a) na intervenção do Estado nas esferas econômica e social (nesse ponto, contrariando a tendência anti-intervencionista que ganhou impulso ao final da Segunda Guerra Mundial);

b) no reforço ao sindicalismo estatal, sendo os sindicatos redefinidos como “espaços legítimos” para a manifestação das reivindicações trabalhadoras, além de “núcleos”/unidades da “democracia (corporativa) sindical” (SEGADAS VIANNA, 1953: 29, 79; VARGAS, 1951:444-445);¹³

¹² - SEGADAS VIANNA, 1953: 57; *Mundo Trabalhista*, Rio de Janeiro, ano III, n. 17, 1953.

¹³ - Nos anos 1950, embora Vargas não negasse, evidentemente, a validade da participação dos trabalhadores no PTB, chegando a sugeri-la em diversas ocasiões, os sindicatos permanecem definidos como organismos “legítimos” de participação dos trabalhadores e “espaços” privilegiados para o exercício da cidadania por eles conquistada, baseada nas leis sociais e sindicais.

e c) no papel ampliado da Justiça do Trabalho, vista como instrumento privilegiado para dirimir as disputas entre capital/trabalho e conduzir a uma solução “acordada” dos conflitos sociais, com o fim de evitar as greves. Estas, apesar de admitidas pela Constituição de 1946, eram consideradas pelos defensores e executores da política trabalhista durante o segundo governo Vargas como um “equivoco” e um “antidireito” (ALVES, 2015).

Contrapondo o tratamento dado à “questão social” durante a “República ‘Velha’” como um “caso de polícia” – agravado pelas mazelas do liberalismo, do federalismo extremado e da “livre concorrência sem peias” (esquecidos dos “deveres para com a coletividade”) aos quais o governo do pós-1930 buscou por “cobro e freios” – às conquistas da “democracia social” em seu primeiro governo, argumentava Getúlio: “não se poderia fazer a história voltar ao passado”.¹⁴ A filosofia liberal, (“ultrapassada” pela “democracia substantiva”, sob o governo Vargas), preceituava a *Revista do Direito do Trabalho*, além de ferir e contrariar a “natureza e o destino do homem”, nada mais significava que a “liberdade dos fortes” “explorarem os fracos”.¹⁵

Com as devidas ressalvas à noção das demandas trabalhadoras serem tratadas como “caso de polícia” na “República ‘Velha’”,¹⁶ o fato é que a publicização dessa versão tornar-se-ia um dado importante: tanto para a reafirmação dos marcos da “democracia social” e legitimação da política trabalhista após-1930; quanto para a definição da concepção de Estado (corporativo), de seu papel e atribuições, cujas funções serão, sistematicamente,

¹⁴ - Arquivo GV. Ce 1950/08/09-0020, 08 e 09 de 1950: 68, 255; VARGAS, 1950.

¹⁵ - *Revista de Direito do Trabalho. Periódico de Doutrina, Jurisprudência e Legislação Trabalhista*, janeiro de 1951, p. 1. Nesse sentido, o discurso oficial contrariava, uma vez mais, a tendência anti-intervencionista que ganhou impulso ao final da Segunda Guerra Mundial.

¹⁶ - Contrariando essa versão, diversas análises ressaltam que os primeiros experimentos no âmbito da legislação social datam da Primeira República, não obstante o fato de essas medidas “progressistas” sofrerem fortes bloqueios. Entre tais iniciativas estariam: a criação do Departamento Nacional do Trabalho em 1918; a aprovação no Congresso da Lei de Acidentes de Trabalho; a aprovação da lei do deputado paulista Eloy Chaves, criando a Caixa de Aposentadorias e Pensões dos Ferrovários (dec. 4.682). Além destas, a criação do Conselho Nacional do Trabalho em 1923 (dec.16.027), cujos objetivos são considerados, no entanto, pouco relevantes, exceto no que diz respeito à reformulação da Lei de Acidentes do Trabalho de 1919 (dec. 3.724). Contudo, é importante frisar que das contendas entre patrões e empregados incumbia-se a Justiça comum, na qual o princípio da “igualdade de direitos” não passava de mera “ficção legal”. (SANTOS, 1994).

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.

“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”, Juiz de Fora, 2017, 1554p.

ISSN: 2317-0468

17 a 21 de outubro de 2016

reafirmadas durante todo o segundo período governamental de Vargas (ALVES, 2010). Já acerca da denominação pejorativa “República ‘Velha” (ao que se supõe, construída pelo próprio Vargas) pode-se observar que tal designação implicaria no alijamento, silenciamento e desqualificação de um todo um conjunto de experiências, vivências e práticas de atores políticos e sociais, instituições, projetos de identidade coletiva, movimentos associativos e culturais ocorridos na Primeira República (1889-1930), sendo objeto de revisões e discussões (GOMES e ABREU, 2009).

Assim, sob o prisma do trabalhismo, teria sido entre 1930-1945 – com o advento das leis sociais e sindicais, sistematizadas na CLT (*Consolidação das Leis Trabalhistas*) em 1943 – que os trabalhadores passaram de “proscritos” a “cidadãos” da “democracia social” (VARGAS, 1950: 38-39, 53).

Dessa maneira, eram revisitados, nas diversas publicações vinculadas ao Ministério do Trabalho, as medidas sociais e os marcos da “democracia substantiva” desde a Revolução de 1930 e o Estado Novo – fundado em 1937, no encaixo do “marco revolucionário” da primeira – até o segundo governo Vargas.

Em 1951, eram anunciadas as publicações de “UM ESBOÇO HISTÓRICO DO M.T.I.C [sic]”, que já se encontrava redigido, de uma “BIBLIOGRAFIA BRASILEIRA DO DIREITO DO TRABALHO” e de uma “CARTILHA DO OPERÁRIO” [sic].¹⁷ Dois anos depois, o Serviço de Documentação do Ministério do Trabalho divulga a edição da obra: *“Principais Leis Trabalhistas de 1938 a 1952”*. Na mesma ocasião, ampliando as pesquisas até 1930, o boletim publica, em destaque: *“Leis Trabalhistas Brasileiras de 1930 a 1952 – Ementário e apreciação”*. Nesta matéria, o conjunto das leis sociais e sindicais era dividido em quatro períodos: primeiro, de 1930 a 1934; segundo, de 1935 a 1937; terceiro, de 1937 a 1946 e quarto, de 1946 a 1953.¹⁸

¹⁷ - BMTIC. *Nova Série*, ano I, n. 3, julho-setembro de 1951, p. 82. A Seção de Publicações era subordinada ao Serviço de Documentação do Ministério do Trabalho. Seu acervo era constituído de documentos escritos, fotografias, filмотeca e discoteca trabalhista.

¹⁸ - BMTIC. *Nova Série*, julho-setembro de 1953, p. 112-114.

Cabe observar, esse resgate e publicização das leis sociais, bem como a retomada do papel “pedagógico” e doutrinário da política trabalhista, após a eleição de Vargas em 1950, tinha em mira dois objetivos. De um lado, a busca de consenso dos diferentes grupos e consentimento das classes trabalhadoras em torno da proposta governamental; de outro, a formação “social e sindical” continuada do “cidadão trabalhador”, estreitamente relacionada à reafirmação das bases do sindicalismo corporativista.

Entre diversas outras medidas, relativas à sindicalização dos trabalhadores – as quais eram amplamente divulgadas e contavam com seções específicas nas publicações oficiais, a exemplo da seção “*No mundo da sindicalização*”, contida na revista *Mundo Trabalhista* – cumpre ressaltar que, em maio de 1951, o Projeto de Lei No. 368-1951: “Cria Escolas Sindicais em todo o território nacional”. O projeto prendeu-se a duas iniciativas governamentais: 1ª.) à campanha de sindicalização, lançada pelo governo em 1951; e 2ª.) à reorientação dos trabalhos da Comissão Técnica de Orientação Sindical (CTOS). Criada em janeiro de 1943, a CTOS teve entre seus encargos, vários mantidos no segundo governo Vargas: “transformar a cena sindical do país”; promover o desenvolvimento do espírito sindical, fazendo com que o número de sindicalizados abarcasse a totalidade dos trabalhadores, cuja profissão a lei reconhecesse; divulgar as orientações do governo, com relação à vida sindical e difundir a legislação social e sindical. A Comissão tinha também a função de organizar cursos de preparação para administração sindical, “colaborando com o governo” para suprir as necessidades dos sindicatos (ALVES, 2010: 254).¹⁹

Dessa maneira, face aos avanços do movimento operário-sindical entre 1951-1954, das ideologias consideradas “subversivas” (comunistas), que procuravam penetrar no seio do operariado e das organizações sindicais, a reafirmação dos marcos da “democracia social e sindical” era apresentada como uma espécie de salvaguarda das próprias instituições do regime democrático. Em 1953, publicava a *Revista de Direito do Trabalho*:

¹⁹ - No segundo semestre de 1943, ainda no governo estado-novista, a CTOS foi responsável pela organização de um Curso de Orientação Sindical, tendo, como público-alvo, dirigentes sindicais. (PARANHOS, 1999: 193).

BRASILEIRO ! TRABALHADOR ! PENSE SÓ O QUE VOCÊ PERDERÁ SE O COMUNISMO TRIUNFAR. VOCÊ NÃO PODERÁ ASSEGURAR O FUTURO DA SUA FAMÍLIA... NÃO PODERÁ REZAR NA SUA IGREJA... NÃO PODERÁ DISCUTIR AS SUAS IDEIAS POLÍTICAS... NÃO PODERÁ TRABALHAR NO LUGAR, NEM DO MODO QUE QUISER... VOCÊ NÃO PODERÁ VIVER COMO HOMEM LIVRE. O COMUNISMO PODE E AINDA ACABARÁ POR DESTRUIR TODAS ESSAS LIBERDADES, SE NÃO PENSARMOS E TRABALHARMOS BEM UNIDOS (...).²⁰

Dessa forma, no contexto em que os Serviços de Estatística do Ministério do Trabalho acusavam a enorme elevação do contingente de operários, estes eram identificados como a “nova força” social que precisava ser “amparada, organizada”, “educada” (dentro das organizações sindicais) pelos “modernos princípios do Trabalhismo”.²¹ Daí decorrendo o contínuo processo de publicização e resgate dos marcos da “cidadania corporativista”, obtida pelos trabalhadores entre 1930-1945, associada a um projeto de “boa sociedade”.

Para finalizar, importa ressaltar que essas iniciativas ocorreram em um contexto: tanto de recrudescimento do movimento operário e sindical, com suas novas e ampliadas demandas, muitas vezes, extrapolando os limites da organização sindical corporativa; como das diferentes formas de “apropriação” pelos trabalhadores dos sindicatos, enquanto instrumentos de luta, para fazer valer seus interesses. Em vista disso, tratava-se não de negar as conquistas da “democracia substantiva”, mas de sistematicamente reafirmá-las mesmo em um ordenamento político não mais autoritário.

Bibliografia

ALVES, Juliana Martins. *Trabalhismo e oposição no Segundo Governo Vargas (1950-1954)*. Tese de Doutorado em História Social. Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2010.

²⁰ - *Revista de Direito do Trabalho*. Rio de Janeiro, ano VI, n. 70, outubro de 1953, sem ref. de pág.

²¹ - *Consultor das Leis do Trabalho*. Rio de Janeiro, ano III, n. 6, abril-junho de 1951; *Diretriz Trabalhista*, ano I, n. IV, junho de 1951, p. 21-22.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. “O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”, Juiz de Fora, 2017, 1554p. ISSN: 2317-0468 17 a 21 de outubro de 2016

_____. “Trabalho e trabalhadores no segundo governo Vargas: as greves como um ‘antidireito”. *Revista de História*. USP, São Paulo, n. 172, jan.-jun., 2015, p. 367-396.

_____. A “reinvenção do trabalhismo”: leis sociais e sindicais em revista no segundo governo Vargas (1951-1954), 2016, mimeo. (Publicação prevista para fev. 2017).

_____. *Entre as trincheiras da oposição: o trabalhismo varguista (1943-1945)*. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2002.

BOSÍLIO, Carlos Eduardo. “Justiça do Trabalho e política do trabalho no Brasil”. In: GOMES, Ângela de Castro (org.). *Trabalho e Previdência: sessenta anos em debate*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1991.

CAPELATO, Maria Helena R. *Multidões em Cena. (Propaganda política no varguismo e no peronismo)*. São Paulo: Papirus/FAPESP, 1998.

CARDOSO, Adalberto e LAGE, Telma. *As normas e os fatos: desenho e efetividade das instituições de regulação do mercado de trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

DINIZ, Eli e BOSCHI, Renato. “O corporativismo na construção do espaço público”. In: BOSCHI, Renato (org.). *Corporativismo e desigualdade – a construção do espaço público no Brasil*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1991.

CORRÊA, Larissa Rosa. “[O corporativismo dos trabalhadores: leis e direitos na Justiça do Trabalho entre os regimes democrático e ditatorial militar no Brasil \(1953-1978\)](#)”. *Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre, v. 42, n. 2, maio-agosto 2016, p. 500-526.

FORTES, Alexandre; NEGRO, Antônio Luigi; SILVA, Fernando Teixeira da; COSTA, Hélio da e FONTES, Paulo. *Na luta por direitos: estudos recentes em História Social do Trabalho*. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 1999.

GOMES, Ângela de Castro e ABREU, Martha. *Dossiê. Revista Tempo*. Departamento de História da Universidade Federal Fluminense. (26). Vol. 13, Niterói, RJ., 2009.

GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. São Paulo/Rio de Janeiro: Vértice/IUPERJ, 1988.

_____. *Cidadania e direitos do trabalho*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
 “O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
 Juiz de Fora, 2017, 1554p.
 ISSN: 2317-0468
 17 a 21 de outubro de 2016

LIMONCIC, Flávio e MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (org.). *Os intelectuais do antiliberalismo: projetos e políticas para outras modernidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. “Elites políticas e intelectuais e o Ministério do Trabalho – 1931/1945. *Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre, v. 42, n. 2, maio-agosto 2016, p. 454-470.

OLIVEIRA VIANNA, Francisco José de. *Direito do Trabalho e Democracia Social. (O problema da incorporação dos trabalhadores no Estado)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1951.

PARANHOS, A. *O roubo da fala – origens da ideologia do trabalhismo no Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

POMAR, Pedro Estevam da Rocha. *A democracia Intolerante – Dutra, Adhemar e a repressão ao partido comunista (1946-1950)*. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.

SANTOS, Rogério Dutra dos. *O Constitucionalismo Antiliberal no Brasil: Cesarismo, positivismo e corporativismo na formação do Estado Novo*. Tese de Doutorado em Ciência Política, IUPERJ, Rio de Janeiro, 2006.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Cidadania e Justiça. (A política social na ordem brasileira)*. Rio de Janeiro: Campus, 1994.

SEGADAS VIANNA, José de. *Organização Sindical Brasileira*. Rio de Janeiro: Empresa gráfica “O Cruzeiro”, 1943.

_____. *O Sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro, 1953.

SILVA, Fernando Teixeira da. *A Mística da Greve e a Soberania da Justiça: Trabalhadores e Tribunais em São Paulo às vésperas do Golpe de 1964*. Campinas: Unicamp, 2016, mimeo.

SILVA, Fernando Teixeira da e COSTA, Hélio da. “Trabalhadores urbanos e populismo: um balanço dos estudos recentes”. In: FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história. Debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

VARGAS, Getúlio. *A política trabalhista no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1950-1969, 5 v.

_____. *A nova política do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1938, v. 5; 1944, v. 10.

_____. *A Campanha presidencial (Discursos)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1951.

Fontes

Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Nova Série. Serviço de Documentação do Ministério do Trabalho. Rio de Janeiro, 1951-1953.

Consultor das Leis do Trabalho. Rio de Janeiro, 1951.

Diretriz Trabalhista. Rio de Janeiro: Editora Diretriz Trabalhista Ltda, 1951.

Índice do Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Serviço de Documentação. Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Rio de Janeiro, 1950.

Justiça do Trabalho. Prática das Leis Trabalhistas. Informação, doutrina, jurisprudência, legislação. Rio de Janeiro, 1951.

Mundo Trabalhista. Órgão Técnico Especializado em Legislação Fiscal Trabalhista. Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Rio de Janeiro, 1951-1953.

Revista de Direito do Trabalho. Periódico de Doutrina, Jurisprudência e Legislação Trabalhista, 1951.

Revista Trabalhista. A revista dos trabalhadores. Rio de Janeiro, 1950.

Arquivo

Arquivo Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, FGV/CPDOC. Pastas GV Ce 1950.08/09.

O “populismo udenista”: a campanha eleitoral de 1958

Ramonn Rodrigues Magri¹

Resumo:

O trabalho analisa a mudança de estratégia dos candidatos da UDN para as eleições legislativas de 1958. Agora “realistas”, os dirigentes do partido resolveram se aproximar do eleitor. Tal movimento, porém, não ocorreu sem dificuldades. Baseados em parte da cobertura jornalística da época, bem como nas memórias do então deputado Afonso Arinos, enfatizamos o trajeto deste rumo ao Senado. Apesar de seu estilo bacharelesco, o político teve de se adequar, forçosamente, à campanha “populista” da agremiação. A bem-sucedida experiência abriu caminho para a UDN alçar um voo mais alto. Eleito senador, Arinos passou a atuar como elo do partido junto ao movimento que levou Jânio Quadros à presidência da República.

Palavras-chave: Afonso Arinos; UDN; udenismo.

Abstract:

The paper analyzes the change of candidates UDN strategy for the parliamentary elections of 1958. Now "realistic", the party leaders decided to approach the voter. Such a move, however, was not without difficulties. Based in part on news coverage at the time, and then the memories of Afonso Arinos, we emphasize the path of this course to the Senate. Despite his bacharelesco style, the politician had to suit, perforce, the campaign "populist" of the club. The successful experience paved the way for the UDN raise a higher flight. Elected senator, Arinos started to act as the party's link with the movement that led Quadros the presidency.

Keywords: Afonso Arinos; UDN; udenismo.

Realismo

No início de 1957, a UDN realizou uma convenção nacional para escolher a sua nova direção. Juraci Magalhães substituiu Milton Campos à frente da agremiação. O representante da Bahia derrotou Odilon Braga, candidato dos “bacharéis”, e Prado Kelly, dos “brigadeiristas”, propondo uma “modernização” do partido. Sugeriu uma atitude menos combativa e, portanto, com mais possibilidades de ganhos políticos. Queria lançar campanhas populares, as “Caravanas da Liberdade”. O intuito, segundo o próprio

¹ Mestre em História pela Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). E-mail: ramonnrm@gmail.com.

Magalhães, era “crescer para vencer”, encerrando, com isso, um ciclo de “derrotas gloriosas”. (BENEVIDES, 1981: 103-105)

Mas o “realismo” não foi bem aceito em todas as bancadas. Quadros de MG, DF, RS e SP, principais representantes dos “históricos” da UDN, resistiram às mudanças. Porém a luta contra a cassação do deputado Carlos Lacerda, naqueles dias, evitou que os conflitos internos aumentassem. Os udenistas em geral se uniram em torno do problema. Na segunda metade de 1957 o grupo de Juraci conseguiu mais um êxito. Aprovaram um programa que consolidava as mudanças que vinham acontecendo. Em geral, reviam-se os métodos políticos. Tratava-se da maior alteração da UDN em relação a seu liberalismo original. Mesmo com a manutenção do ideário privatista, surgiram posições nacionalistas. Bandeiras como as do trabalhismo, por exemplo, antigo tabu, e a política econômica de JK, relativamente bem-sucedida, entraram em pauta. A aceitação, porém, não foi unânime. Os liberais ortodoxos resistiram. No entanto, as inovações programáticas já tinham seduzido a maioria. O que se esperava, com isso, a despeito da rejeição ao “legado ideológico”, era crescimento nas urnas. (DULCI, 1986: 149-151)

O falso populista

Inclinado a deixar a vida parlamentar após doze anos, Arinos reconsiderou a ideia. Para a eleição de 1958, começou a pensar em se candidatar a uma vaga no Senado. Outra campanha em Minas Gerais, entretanto, não lhe atraía. O Distrito Federal, então, aparecia como opção mais natural. Sua atuação no Rio de Janeiro lhe conferiu notoriedade. Mas, àquela altura, quem dominava a UDN carioca era Carlos Lacerda, figura de quem o bacharel até poucos meses antes queria distância. Contrariando suas impressões anteriores, Arinos quis lançar seu nome ao Senado pelo Distrito Federal. O primeiro a tomar conhecimento da sua intenção foi o amigo Mário Martins, que iniciou as “sondagens necessárias”. (ARINOS, 1965: 444)

Mais alguns dias e veio o convite do próprio Lacerda, que, devido à importante atuação de Arinos em favor de seu mandato no ano anterior, estava em “ótimos termos” com o colega. Pregava que Afonso Arinos era o nome ideal para unir o partido no Rio de Janeiro, uma vez que outros dois disputavam o posto: Adauto Cardoso e Aliomar

Baleeiro. Como era líder na Câmara, tinha prioridade. (CAMARGO, 1983: 154) Salientando, não sem falsa modéstia, as dificuldades da empreitada (eleição majoritária, custo econômico, adversários favoritos...), o bacharel sustenta que a aceitou por conta da UDN e da maneira como queria encerrar sua carreira:

Era a saída que eu almejava, saída digna, porque representava um serviço ao partido, a oportunidade de uma bela campanha, sem sacrifícios financeiros, e o coroamento da minha fase parlamentar. Lembro-me de que disse a Carlos: “Neste caso aceito”. E ajuntei: “Vamos fazer na cidade uma campanha parecida com a de Teófilo Otoni, há quase um século”. (ARINOS, 1965:445)

Quando soube que Arinos concorreria ao Senado, o brigadeiro Eduardo Gomes tentou dissuadi-lo. Considerou um desperdício. Não acreditava na eleição do colega. Este deveria continuar na Câmara Federal, onde sempre esteve. Mas o bacharel não seguiu o conselho do “eterno candidato udenista”. Continuava animado com a possibilidade de mais uma “campanha do lenço branco” – referência ao movimento de Teófilo Otoni, no Império. (CAMARGO, 1983: 154-155) Porém tal símbolo era incompatível com as novas diretrizes do partido. Tinha que ser algo mais próximo da população, mais “real”. Foi então que seu maior correligionário na UDN carioca teve mais uma das suas “intuições extraordinárias”. Lacerda sugeriu que saíssem num caminhão pela cidade. O candidato gostou da ideia:

Aderi desde logo à sugestão, que me pareceu ótima. Carlos contagiou-se com meu entusiasmo, a ponto de que, tendo começado a conversa com recomendação de sigilo, passou logo a contar o que planejávamos fazer. O “Caminhão do Povo”, tripulado por Carlos [candidato a deputado], por Brunini [Raul, a vereador] e por mim, foi, de fato, uma descoberta formidável. (ARINOS, 1965:446)

A partir daí, os udenistas saíram numa estratégia de campanha até então inédita para eles. Atravessavam o Rio de bairro em bairro, da zona sul ao subúrbio. Falavam muitas vezes, de forma breve, nas paradas e sempre discursavam longamente num comício principal. O bacharel relata sua experiência naquela inovadora e, segundo ele, “memorável campanha popular”, entre diversas anedotas. Deixa a impressão de que esteve à vontade. Para um político como Arinos, todavia, era, de fato, um momento extraordinário. A respeito do “corpo a corpo” que viveu junto aos colegas afirma:

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016*

Nos bairros populares falávamos a linguagem adequada, e nunca fomos mal recebidos. Claro que havia elementos hostis, provocadores e até agressivos [...] Carlos era o mais visado por esses atos de hostilidade, mas respondia com a sua costumeira eloquência. Confundia facilmente os provocadores. Lembro-me da espécie de diálogo oratório que ele travou em frente ao cinema da Lapa, com um interruptor visivelmente comunista, Carlos no caminhão e o homem na calçada. Carlos paralisou-o, ao conduzir o rápido debate até o ponto em que o outro não o queria acompanhar, para não se desmascarar. (ARINOS, 1965: 447-448)

Questionado sobre como se sentiu inserido naquele “jogo populista”, até então exclusivo de seus adversários políticos, Arinos garante ter sido uma das maiores alegrias que teve na vida. Uma coisa “estimulante”, “fantástica”. Além disso, divertiu-se muito: “Uma vez um sujeito me jogou uma banana, tentando me injuriar. Descasquei a banana e comi, fazendo grande sucesso”. (CAMARGO, 1983: 156) Quem também se divertiu com a campanha do bacharel foi a imprensa opositora da UDN. O jornal *Última Hora* fez uma série de charges zombando do que chamou de “candidato da aristocracia” e “falso populista”.



Abaixo da manchete “Afonso Arinos (com o rei e toda a corte na barriga) define o povo: manada de irracionais que devem ser tangidos por homens de elite!”, o periódico apresenta o “ideário político e filosófico do candidato da aristocracia”, composto de três “princípios”: “1) povos atrasados como o nosso, sem capacidade de defesa ou de reação, sem livre arbítrio, tomam o destino que lhes indicam aqueles que possuem a única força ativa da sociedade, que é a força espiritual; 2) pode-se concordar com o grande chefe fascista (Mussolini), no que se refere aos abusos da liberdade de imprensa. Nós, principalmente, no Brasil,

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

somos duramente atingidos por ela; 3) democracia moderna é a tirania do maior número sobre o menor número, e não existe nenhuma razão filosófica que assegure ao maior número o privilégio de proceder com acerto”. As três passagens foram tiradas de *Introdução à Realidade Brasileira*, ensaio que Arinos escreveu nos anos 1930, muito antes de entrar na política. 24/09/58, p. 1 e 3.



“O Brasil não pode hesitar na escolha entre os candidatos nacionalistas e os ‘testas de ferro’ dos grandes monopólios internacionais. Porque não pode ‘vender seu futuro’”. 25/09/58.



“Afonso Arinos: guarde o ‘Cadillac’, que eu vou dar uma volta no caminhão!” 26/09/58.



“Afonso Arinos: – Como, querida? Você não acha essa combinação muito escandalosa? UDN – Não se preocupe, Afonsinho. No Rio eu troco de roupa...”, brinca o jornal referindo-se às coligações udenistas. 30/09/58.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016



“Afonso Arinos: – felizmente a gente só vai ter contato com o povo até 3 de outubro...” 02/10/58.

Alguns veículos mais próximos do partido, entretanto, também criticaram o candidato. O *Diário Carioca*, por exemplo, atacou os métodos da campanha. A publicação chegou a denunciar, em editorial, o “populismo udenista”, condenando especialmente a suposta incompatibilidade entre veículo e personagem: “Nenhum udenista sincero pode sentir-se bem vindo mal equilibrado na dura carroçaria o ilustre Sr. Afonso Arinos, acadêmico, estudioso de política internacional, biógrafo...”. O colunista Danton Jobim também repudiou a inovação:

O Sr. Afonso Arinos, feito candidato a senador pelo Distrito Federal, já está sendo visto de gravata frouxa e sem seu inseparável colete. Caiu, pois, no valeduto, pensando que é este o caminho mais curto para o Monroe.²

² *Diário Carioca*, 21/08/58, p. 2; 24/08/58, capa.

Numa cobertura favorável à campanha, porém, destacaram-se a exaltação aos dois principais candidatos da UDN e a boa relação entre eles. Se, por um lado, Lacerda dizia que Arinos era “o homem que leva o povo para a Academia e a Academia para o povo. Não tem votos dos comunistas nem dos reacionários, e é por isso que os democratas votarão nele para o Senado”; o bacharel, por outro lado, rebatia: “Precisamos trazer Lacerda ‘na cabeça’ da votação do Distrito Federal”. As dificuldades da campanha, pelo visto, uniram os candidatos. Lacerda e Arinos chegaram a gravar dois discos com os seus discursos e com os de personagens históricos. Com o dinheiro arrecadado a partir da comercialização de “A voz do silêncio”, pagaram as inserções udenistas no rádio e na TV.³

A performance discursiva de Arinos foi colocada à prova no caminhão. Tendo que atacar os rivais e, ao mesmo tempo, defender-se a queima-roupa do eleitor, o bacharel foi obrigado a exibir suas habilidades retóricas. No entanto uma análise criteriosa de certas afirmações que ele fez evidencia certos “deslizes”. Em dado momento da campanha, por exemplo, Arinos criticou o nacionalismo do PTB, como lhe era oportuno, exibindo, inclusive, parte dos anais do Congresso a fim de mostrar que a Petrobrás era estatal por iniciativa da UDN – muito embora o bacharel tenha se mantido, na época, praticamente alheio a essa discussão, como ele próprio assumiu. Num comício na Tijuca, após elencar vários tujucanos famosos, alegou que ele, então “acusado de reacionário pelos comunistas, foi uma das vozes mais veementes que os defendeu, quando da cassação dos seus mandatos”.⁴ Tal defesa, entretanto, não foi muito além das formalidades numa questão em que seu partido, aliás, estava absolutamente dividido. Já nos momentos finais da campanha, em entrevista à TV Tupi, Arinos sustentou que, se eleitos, os udenistas transformariam o Brasil em uma “democracia vigilante”. Otimista, afirmou:

Nós conquistamos as massas populares para a renovação das práticas, num movimento de ascensão para a liberdade, pois conseguimos mostrar ao povo que ele estava servindo de massa de manobra para o enriquecimento ilícito de demagogos, gatunos e canalhas que exploram o povo.⁵

³ *Tribuna da Imprensa*, 19/08/58, p. 3; 25/09/58, p. 3; 26/09/58, p. 2. No segundo disco, especificamente, havia trechos de discursos de José Bonifácio, “o moço”, Joaquim Nabuco e Rui Barbosa. Além disso, também o pronunciamento de Arinos, na Câmara, em 11 de novembro de 1955, contra o “contragolpe” do Marechal Lott.

⁴ *Tribuna da Imprensa*, 23/09/58, p. 3; 24/09/58, p. 3.

⁵ *Ibid.*, 28/09/58, p. 3.

Revelador do profundo elitismo do candidato, bem como do de seu partido, o trecho anterior também coincide com a maneira como aquele período histórico foi explicado durante muito tempo. O povo, segundo alguns teóricos do “populismo”, era enganado e doutrinado por “oportunistas”. Presumia-se, assim, que os indivíduos eram passivos e irracionais. Suas tradições, crenças, experiências e valores pouco ou nada valiam frente às “classes dominantes”. O avanço da historiografia nos últimos anos, porém, mostrou que essas teses são insustentáveis. Compreendendo os interesses, escolhas e interpretações das “massas”, os pesquisadores comprovaram que elas não se deixavam iludir. Isso evidenciou que, além de os populares não aceitarem mecanicamente as “demagogias”, os “dispositivos ideológicos” também não eram tão fortes como se presumiu. (FERREIRA, 2013: 97-104)

Embora o relato do udenista tente criar a sensação de que ele sempre esteve à vontade, num clima leve, também deixa pistas dos “incômodos” que viveu. Um dos principais diz respeito à sua tradicional compostura. No último discurso como candidato, Arinos foi chamado, após um comício no “Caminhão do Povo”, para se manifestar na televisão. Dizia-se suado, cansado, sem gravata, enfim, “descomposto”. Por isso, relutou em ir para a frente das câmeras: “Eu não queria falar em manga de camisa, como qualquer ademar (sic)”, justifica. Então, um técnico da TV o ajudou. Forneceu-lhe trajes e acessórios: paletó alinhado, gravata e pente. Aí sim o convidado pôde sentar à mesa do estúdio. Tudo graças ao técnico. “Até hoje lhe agradeço”, destaca o elegante bacharel. (ARINOS, 1965: 450)

Durante a campanha, a UDN intensificou os ataques ao governo Kubitscheck. Além dos escândalos políticos, a economia também era um dos principais alvos. As gestões dos ministros da Fazenda, principalmente a de José Maria Alkimin, sofreram críticas em função dos elevados custos do Plano de Metas. O tema do confisco cambial, nesse sentido, foi explorado ao máximo. Todavia a oposição udenista não era só acusatória. Mostrava-se, também, obstrucionista. (BENEVIDES, 1981: 103) Os projetos de interesse da situação tinham dificuldade para andar. Brasília, de longe o maior deles, foi um dos mais visados. JK se empenhou desde o início de seu mandato para inaugurar a nova capital dentro do prazo estipulado. Cercadas de denúncias de irregularidades, as obras seguiam a toque de caixa. (DULCI, 1986: 148) Impossibilitados de conter, no

Congresso, o que chamavam de “aventura prejudicial e desnecessária” do governo, os udenistas a combatiam através de uma vigorosa campanha na imprensa, contrapondo ao menos a propaganda dos meios oficiais.

Mas não havia unanimidade sobre isso na agremiação. Convencidas de que Brasília era fundamental para levar desenvolvimento ao interior, as bancadas dos estados do centro geográfico do país defendiam o projeto. Os representantes goianos, principalmente, de todas as legendas, se uniram desde o primeiro momento. Porém a conta dos gastos chegou rápido, antes mesmo de a obra ser inaugurada. Os impactos econômicos das extravagâncias do governo provocaram descontentamento popular. Sentimento que se refletiu nas urnas. (DULCI, 1986: 149)

O pleito de 1958, que elegeu 11 governadores, 1/3 do Senado e 362 deputados federais, revelou a tendência pró-oposição dos eleitores. A UDN, com isso, elevou seus números nas eleições majoritárias, “conduto por excelência da opção político-ideológica do eleitorado”, e em alianças contrárias ao governo federal. (DULCI, 1986: 152) Sua nova política, mais flexível, de acordos e coligações nos estados deu frutos. Nas disputas proporcionais, entretanto, o desempenho não foi o mesmo. Foram três governadores eleitos, outros três em coalizão e setenta deputados federais. No Rio de Janeiro, Lacerda reelegeu-se com enorme votação. Mais expressiva, no entanto, foi a vitória de Afonso Arinos. Com 400 mil votos, o bacharel superou Lutero Vargas (PTB), filho de Getúlio, pela cadeira no Senado. (DULCI, 1986: 153-155) “Antes de mim, nenhum candidato a mandato legislativo ou executivo atingira tal cifra, no Império ou na República”, lembra. (ARINOS, 1965: 451)

A consolidação com o fenômeno Jânio

Desde o fim de 1958 havia uma grande divisão na UDN. Juraci Magalhães desejava ser o candidato do partido em 1960. O êxito de seu programa “realista” o credenciava e receberia, possivelmente, o apoio do PSD. Os “ortodoxos”, por outro lado, queriam Jânio. As discussões internas e o clima de impasse transcorreram até novembro de 1959, quando a candidatura foi oficializada. Ainda em março, porém, Juraci deu lugar a Magalhães Pinto na presidência da agremiação. A partir daí, suas chances diminuíram.

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016*

As pretensões do militar se chocavam não apenas com as do novo mandatário da UDN, mas também com as de um adversário virulento. Inicialmente pró-Juraci, Carlos Lacerda agora defendia Quadros. Houve intensos debates entre o jornalista e Magalhães. As divergências se multiplicavam. No fim, entretanto, os lacerdistas, aliados aos “históricos”, saíram vitoriosos. (DULCI, 1986: 155-159)

A respeito da escolha de Jânio, Arinos dá respostas precisas. Afirma que sua chegada à presidência da República era evidente. E o mesmo se poderia dizer acerca da impossibilidade de Juraci alcançar o mesmo objetivo. Tal candidatura manteria o partido rachado, enquanto a de Quadros tinha a adesão da maioria. Perguntado, entretanto, se o caminho “populista” representava, após várias derrotas, a ânsia do partido de chegar ao poder, Arinos é dúbio: “Era uma forma de populismo que não chocava a tradição antigetulista da UDN. O Jânio foi um fenômeno muito estranho. Muito complexo”, diz. (CAMARGO, 1983: 161) A referência ao populismo, aqui, é como um rótulo pejorativo. Mas nem sempre foi assim.⁶ Além disso, Quadros não era um antigetulista por excelência.⁷

Indicado para a comissão de campanha, Arinos acompanhou o candidato de perto nos meses que antecederam a eleição. Falava em reuniões e atendia a imprensa. Seguir aquele *outsider* na política lhe rendeu dissabores, mas também um prognóstico favorável. Poucos dias após o lançamento da candidatura, repreendeu Jânio por conta de declarações acerca das Forças Armadas. Ele pareceu acatar a “sugestão”. Pouco depois, entretanto, simplesmente renunciou e pediu que Arinos comunicasse a decisão no Senado. Furioso, o bacharel se recusou. A novidade caiu feito uma bomba entre os udenistas, que se referiram a Jânio nos maiores impropérios. Enquanto discutiam o que fazer, Quadros telefonou. Pediu que Arinos endossasse a candidatura no plenário. Novamente, o bacharel

⁶ A categoria sequer existia na política brasileira até o início dos anos 1950. Quando começou a circular, na imprensa e na academia, ou tinha significado positivo, ou ambíguo. A conotação negativa do populismo viria a se consolidar apenas no discurso político veiculado após 1964. Já na década de 1980, momento em que Arinos é entrevistado, o termo deixava de ser empregado como recurso explicativo por conta da banalização. FERREIRA, 2013: 59-124.

⁷ Durante a sua carreira, adotou posicionamentos diferentes em relação a Vargas e seus herdeiros políticos. Com Getúlio, diretamente, não era claro. Mas foi pivô, em 1955, da troca de ministros da Fazenda de Café Filho: Eugênio Gudin por José Maria Whitaker; e rechaçou, pouco depois, a tentativa de Carlos Luz estabelecer um governo em Santos, após o “contragolpe” de Lott. Verbete biográfico de Jânio Quadros. cf. Alzira Alves de ABREU et. al. (coords.). *Dicionário Histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. In: <<http://cpdoc.fgv.br>>. Acesso em: 18/11/15.

não atendeu. “Aquele estilo me entediava mais do que me irritava”, desabafa. (ARINOS, 1965: 460) Em março, foram a Cuba. Jânio dominou o ambiente impressionando governantes e seduzindo populares. Além disso, administrava bem os membros da comitiva. Não se deixava influenciar pelas “surdas competições (algumas grotescas) que se denunciavam entre certos elementos”. Ainda segundo Arinos, foi nessa ocasião que ganhou de vez a confiança de seu candidato: “Tive a impressão segura de que Jânio me convidaria para o Itamarati”, adianta. (ARINOS, 1965: 464)

O sucesso de Quadros foi irresistível. Tanto por sua capacidade de mobilização como pela debilidade dos adversários. De sua parte, ele e os udenistas fizeram uma campanha popular. A candidatura teve grande apelo, contando com milhares de propagandistas voluntários. Embora tentasse, desde o início de sua rápida e vitoriosa carreira, se colocar acima de partidos, Jânio tinha afinidades com a UDN. O discurso moralista era o que mais os aproximava. Mesmo que fosse, de certo modo, contraproducente. Tanto para ele como para os udenistas, inclusive Arinos.

No debate sobre o moralismo embutia-se um forte grau de elitismo, no sentido de que o poder corrompe. E, em função disto, torna-se a UDN responsável, em grande parte, pelo crescente e perigoso desprestígio da atividade política. A ação política desprestigiada concorre para o desinteresse de imensos segmentos da sociedade pela atividade política e o resultado desta postura é, pelo menos, imputar ao político, muitas vezes erroneamente, as culpas pelas condições a que o país chegou dentro das opções que, adequada ou inadequadamente, escolheu. (BARROS, 1989: 415)

O grande slogan eleitoral dos janistas foi “limpar” o cenário político. Queriam varrer a corrupção do Brasil. Houve, por outro lado, uma série de desacertos entre os situacionistas. Apesar de terem contribuído para a estabilidade do governo Kubitscheck, PSD (“rebeldes”, “maquises”, “ala moça”) e PTB (“radicais”, “fisiológicos”, “teóricos”) tinham cisões internas que dificultavam a sustentação da aliança. A progressiva radicalização dos trabalhistas também concorreu para isso. Acabaram lançando o general Henrique Lott, que não empolgou o eleitorado. Para piorar, alguns comitês do PTB ainda enalteceram a campanha “Jan-Jan”. Rejeitavam o candidato à presidência da coligação em favor do dos oposicionistas, mantendo a campanha apenas pelo vice, João Goulart. (BENEVIDES, 1976: 122-128)

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016*

Jânio venceu o pleito (cerca de 48% dos votos), seguido de Lott (28%) e Adhemar de Barros (23%). Bem mais apertada foi a disputa pelo vice. Jango superou o bacharel Milton Campos por pouco. Como nas eleições anteriores, portanto, o presidente eleito não alcançou a maioria absoluta. (SKIDMORE, 2010: 233) Dessa vez, porém, a UDN não questionou o resultado das urnas... O fato é que o partido chegou ao poder. Para isso, contudo, adotou o tom “realista”. Exibiu sua “face conciliatória”. Com um nome favorito, apostou na legalidade das instituições e, sobretudo, numa estratégia política inovadora, mas que já tinha se mostrado promissora nas eleições de 1958. (BENEVIDES, 1981: 107) Realistas e lacerdistas haviam chegado para ficar. A influência desses dois grupos superou a dos antigos líderes do partido, os “bacharéis” ou “históricos”. Desde 1945, era a primeira vez que a oposição vencida. Houve, de fato, não uma “modernização”, como dizia Juraci Magalhães, mas uma rearticulação de forças na UDN. “O partido ganhou maior agilidade e presença política mais articulada em sua disputa com as até então invencíveis forças da maioria”. (DULCI, 1986:162)

Percebendo o cenário que se desenhava, Afonso Arinos teve que rever alguns posicionamentos a fim de assegurar sua sobrevivência política. Depois de uma série de aborrecimentos com Lacerda, em especial, reaproximou-se do político carioca. Com efeito, entendeu que essa era, talvez, a única alternativa para obter êxito na eleição seguinte. Foi às ruas, se aproximou do eleitor, tentou falar a “língua do povo”. Alterou somente nuances de seu comportamento, é verdade, mas o suficiente para torná-lo mais pragmático e competitivo eleitoralmente.

Referências

Fontes:

Depoimentos

CAMARGO, Aspásia et al. (Orgs.). *O intelectual e o político: encontros com Afonso Arinos*. Brasília: Senado Federal/ CPDOC-FGV/ Dom Quixote, 1983.

Memórias

ARINOS, Afonso. *A Escalada*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1965.

Periódicos

Diário Carioca, Rio de Janeiro.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
 “O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
 ISSN: 2317-0468
 17 a 21 de outubro de 2016

Tribuna da Imprensa, Rio de Janeiro.
Última Hora, Rio de Janeiro.

Bibliografia:

BARROS, Reynaldo. A formação do pessedismo e do udenismo no ciclo da reconstitucionalização do pós-guerra. In: BARRETO, Vicente; PAIM, Antonio (orgs.). *Evolução do Pensamento Político Brasileiro*. São Paulo: USP, 1989, p. 393-417.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *A UDN e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____. *O governo Kubitscheck: desenvolvimento econômico e estabilidade política, 1956-1961*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

DULCI, Otávio Soares. *A UDN e o anti-populismo no Brasil*. Belo Horizonte: UFMG, 1986.

FERREIRA, Jorge. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. In: _____ (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, p. 59-124.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castello (1930-1964)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

A ditadura civil-militar brasileira: debates e contribuições em torno do IHGB

Daniela de Miranda dos Santos¹

Resumo:

O principal objetivo deste artigo é apresentar as discussões historiográficas recentes sobre a ditadura no Brasil, a partir da proposta da pesquisa de mestrado, cujo interesse central é compreender como o *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (IHGB) se relacionou com o regime autoritário entre o período de 1964 a 1979. A pesquisa, dessa forma, procura dialogar com uma vertente historiográfica atual que entende a ditadura a partir do apoio de determinados segmentos da sociedade, considerando-a como civil-militar. A pretensão para este artigo, portanto, é apresentar e inserir a pesquisa no debate atual de reflexões a respeito da ditadura e demonstrar alguns dos resultados iniciais obtidos.

Palavras-chave: Ditadura civil-militar; IHGB; Historiografia.

Abstract:

The main purpose of this article is to present the recent historiographical discussion of the dictatorship in Brazil, from the master's research proposal, whose main interest is to understand how the Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, IHGB, was related to the authoritarian regime of the period from 1964 to 1979. The research thus seeks dialogue with a current historiographical trend that understands the dictatorship from the support of certain segments of society, considering it as civil- military. The intention for this article, therefore, is to present and put the research in the current debate of reflections on the dictatorship and demonstrate some of the preliminary results.

Keywords: Civil-military dictatorship; IHGB; Historiography.

O presente trabalho está inserido no debate sobre a ditadura no Brasil ao procurar compreender o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, IHGB, nesse momento autoritário do país. Mais precisamente a intenção é estudar os membros da diretoria do IHGB com o objetivo de apurar possíveis relações entre esses indivíduos ligados ao instituto e o regime instalado no país, ou seja, a investigação, de modo geral, se consiste em apurar a forma como esses sujeitos lidaram e se relacionaram com a ditadura logo após o golpe e nos anos posteriores. Assim, uma questão central orienta essa pesquisa: em que medida o IHGB e sua diretoria serviram como instrumentos para a ditadura?

¹ Mestranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora, com financiamento da Capes.

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, embora seja uma instituição particular criada sob os auspícios da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e por grupo de políticos e intelectuais da Corte do Rio de Janeiro, só floresceu a partir do amparo direto de D. Pedro II, durante o Segundo Reinado. Com o fim do Império e chegado o período republicano, o instituto de imediato sofreu impactos e decaiu por um breve período. Mas, foi se reabilitando com a volta das oligarquias ao poder (GUIMARÃES, 2007:29). De acordo com Lúcia Guimarães (2007) houve uma aliança entre a direção do IHGB e os governantes da nação – Imperador e Presidentes – do período Imperial à Getúlio Vargas. Com relação ao período do Estado Novo a historiadora afirma o seguinte:

O certo é que se estabeleceu uma aliança harmoniosa e fecunda. De um lado, o Silogeu colaborava com o Atelier do Catete, na modelagem de uma política cultural, que seria implantada no Estado Novo (1937-1945), voltada para (...) o esforço permanente de construção-legitimação de uma consciência nacional do país. De outro, Vargas concedia favores e conferia à instituição uma posição de destaque no panorama intelectual brasileiro, cuja magnitude só pode ser comparada com a reputação que desfrutara no Segundo Reinado (GUIMARÃES, 2007: 37).

Torna-se, portanto, fundamental compreender o papel do IHGB no período da ditadura civil-militar a partir de análises que elucidam a continuidade ou ruptura com essa tradição de alianças com o governo.

Dessa forma, o objetivo deste artigo é apresentar os estudos que inspiraram a pesquisa e que se tornaram fios condutores para ela, que são trabalhos que se dedicam a pensar a ditadura, a sua legitimidade e o que fez com ela se tornasse possível no nosso país, bem como inserir de alguma forma a pesquisa neste cenário de reflexões e apresentar os resultados preliminares.

A presente pesquisa dialoga com trabalhos que tratam da ditadura a partir do apoio de determinados segmentos da sociedade e procura articular a investigação proposta e o debate. Assim, um dos trabalhos utilizados é do historiador Daniel Aarão Reis, que compreende a ditadura como civil-militar e não apenas como militar. De acordo com ele, este regime autoritário brasileiro conseguiu se manter ao longo dos anos devido ao apoio que recebeu de setores expressivos da sociedade e das brechas que a ditadura abriu para a presença e a participação de grupos civis (REIS, 2000).

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

A proposta de Aarão ganhou contornos cada vez mais consistentes com o aparecimento de várias pesquisas seguindo essa linha, como o livro organizado por Denise Rollemberg e Samantha Quadrat, *A construção social dos regimes autoritários*, que trata-se de uma obra compilada de vários artigos que buscam explicitar como regimes autoritários e ditatoriais obtiveram apoio e legitimidade na sociedade, mostrando assim, que a ditadura foi antes resultado da própria construção social (ROLLEMBERG; QUADRAT, 2011), bem como o livro de Tatyana Amaral Maia a respeito do Conselho Federal de Cultura, que é um órgão vinculado ao Ministério da Educação e Cultura criado no período autoritário que contou com a participação de alguns importantes intelectuais brasileiros, inclusive alguns que ocupavam a diretoria do IHGB no período (MAIA, 2012).

Estes são trabalhos que procuram destacar o esforço e mesmo a capacidade do regime autoritário de incorporar setores variados da sociedade brasileira, fugindo da chave da manipulação, do controle e da cooptação. É dentro desta linha de reflexão que esta pesquisa procura se enquadrar, ressaltando a presença de intelectuais na vida pública *por dentro do Estado*, inaugurada nos anos 1930 e que se manteve ao longo dos anos seguintes (MICELI, 1979).

Esta forma de olhar para a ditadura certamente não é a única. Assim, existem outras correntes historiográficas que procuram enxergar esse regime a partir de diferentes percepções. Um dos historiadores à frente de críticas da proposta de ditadura civil-militar, sobre esse revisionismo, é o Demian Melo. Segundo ele, essa nova mirada implica olhar para os eventos traumáticos de forma mais amena, como se Daniel Aarão e outros tentassem culpabilizar de forma homogênea a esquerda e a direita, como se todos fossem culpados - como se os que deram o golpe e os que foram golpeados fossem igualmente responsáveis. Então, essa é uma corrente historiográfica que critica trabalhos como os de Jorge Ferreira, Daniel Aarão, o jornalista Elio Gaspari e Marco Antonio Villa. Demian Melo defende trabalhos recentes que recolocam o capitalismo como centro da reflexão e sustenta que o regime foi uma ditadura empresarial-militar e não civil-militar (MELO, 2014: 157-188).

Compreender a ditadura como civil-militar não quer dizer que todos os civis colaboraram com a presença dos militares no controle do poder Executivo e nesse

momento autoritário do país. Mas, ressalta a relação muitas vezes ambígua entre civis e militares gerando em alguns momentos uma relação de proximidade e de legitimidade e em outros, uma clara oposição. Assim, esta pesquisa traz contribuições. Entretanto, isoladamente não consegue sustentar essa proposição de ditadura civil-militar. Mas, em conjunto com outros trabalhos é possível perceber e ratificar que houve certo alinhamento de intelectuais, políticos e de setores da população com os projetos da ditadura. Várias instituições já estão se tornando objetos de estudo, como a Associação Brasileira de Imprensa e a OAB (ROLLEMBERG, 2011), a Academia Brasileira de Letras (CUNHA, 2014), o Conselho Federal de Cultura (MAIA, 2012) e o Ministério das Relações Exteriores (PENNA FILHO, 2009).

Para estudar o IHGB e os membros da diretoria no período da ditadura, as fontes privilegiadas são documentos oficiais e a própria *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, que possui além de textos históricos, publicações de atas de assembleias e noticiários. Para complementar, são utilizados também manuscritos e correspondências dos indivíduos que estiveram à frente da diretoria do IHGB no período. Assim, para este artigo, serão mobilizadas para reflexão algumas publicações da revista e alguns convites e cerimônias para a presidência de honra no interior do Instituto.

A posse de um Presidente de Honra é uma cerimônia de grande evidência para o Instituto. O artigo 7º dos Estatutos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro exigia que sócios honorários poderiam ser apenas pessoas de alta representação social ou que manifestassem competência especial em matéria de História e Geografia, de Etnografia ou Arqueologia. Posteriormente, com modificações, o artigo 4º do Estatuto, registrado em fevereiro de 1965, assinalava:

O título de Presidente Honorário somente será concedido por deliberação de Assembleia Geral, em escrutínio secreto, a chefe de Estado ou a ex-presidente do Instituto, sendo favorável quatro quintos dos votos apurados (RIHGB, v. 266, 1965: 292).

Assim, o Imperador foi Presidente de Honra do IHGB e todos os Presidentes da República do período estudado também, com exceção de João Goulart. Esse fato nos chama atenção. É significativa a ausência de João Goulart no quadro de Presidente

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

Honorário e a presença de todos os presidentes do período ditatorial no Brasil: Castelo Branco, Costa e Silva, Médici, Geisel e Figueiredo.

O procedimento para escolha de Presidente de Honra passava, como é assinalado no Estatuto, por votação em Assembleia, onde alguns nomes eram propostos, de acordo com o número de vagas disponíveis, conforme o número de Presidentes de Honra permitido, estabelecido também no Estatuto, que totalizavam quarenta. Assim, boa parte dos Presidentes do Brasil eram indicados. A Assembleia Geral contava com a presença da administração do IHGB, que compete a uma diretoria de cinco membros: Presidente, 1º Secretário, 2º Secretário, Orador e Tesoureiro. Há também três vice-presidentes que podem participar da reunião de diretoria e assim, são votados os Presidentes de Honra. Dessa forma, o título de Presidente honorário somente é concedido por deliberação da Assembleia-geral².

No dia 25 de agosto de 1961 o presidente do Congresso Nacional recebeu uma carta de renúncia do então presidente Jânio Quadros. Nesse momento, João Goulart, seu vice-presidente, estava chefiando uma comitiva na União Soviética e na China. A renúncia de Jânio abriu uma crise política para as instituições democráticas e gerou atitudes que indicavam um golpe de Estado, com a Junta Militar que se opunha frontalmente à posse do vice-presidente legitimamente eleito. A saída encontrada para que a Junta Militar aceitasse e que Jango pudesse tomar posse foi a proposta de implantação de um regime parlamentarista. A possibilidade iminente de uma guerra civil fez com que ele aceitasse a proposta, mesmo a contragosto. Assim, Goulart tomou posse como presidente legítimo com a presença de um primeiro-ministro que governaria de fato, no dia 7 de setembro de 1961 (FERREIRA; GOMES, 2014).

Em 1961, logo após a renúncia de Jânio Quadros e a posse do João Goulart, o IHGB realizou uma Assembleia Geral no dia 27 de setembro de 1961, para tratar da integração de novos sócios, pois havia vaga para sócio honorário. A partir da Ata da Assembleia é possível verificar que não foi cogitado em nenhum momento a possibilidade de convidar o João Goulart, então Presidente, para Presidente de Honra do IHGB. Bem como não foi inserido em nenhuma Ata de Assembleia Geral dos anos posteriores.

² Essas informações foram retiradas do Estatuto do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, que pode ser encontrado na Revista do Instituto (RIHGB). *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, vol. 266, p. 291, 1965.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

Dois meses após toda essa agitação política, mais precisamente no dia 14 de novembro de 1961, José Augusto Bezerra de Medeiros, um dos fundadores da UDN e então orador do IHGB, proferiu uma conferência intitulada *Presidencialismo ou parlamentarismo? Aspectos históricos do problema no Brasil*³. Neste artigo Medeiros expressa sua opinião acerca dos tipos de organizações democráticas (presidencialismo e parlamentarismo), expondo claramente sua posição negativa sobre o presidencialismo e o apoio à decisão recente da implementação do parlamentarismo no país. Assim, entre outras palavras, diz:

O Brasil já conheceu os dois sistemas – o parlamentarista nos seus mais de 40 anos de prática na fase monárquica, no reinado de Pedro II, que foi muito bem qualificado como uma democracia coroada, e o presidencial que, há 70 anos, desde a Constituição republicana de 1891, rege os nossos destinos políticos. Pelo chamado Ato Adicional de 2 de setembro deste ano, votado pelo Congresso Nacional em momento de uma das muitas crises políticas que têm atormentado a nossa Pátria nestes sete decênios, retornamos ao parlamentarismo, abandonando as vestes presidencialistas que parece nunca se haverem ajustado bem ao nosso organismo institucional. [...] o presidencialismo tem sido não direi o único, mas o nosso principal fator de desordem econômica e de degradação financeira. [grifo meu]

Em 1963 o então Governador do Estado da Guanabara, Carlos Lacerda, que foi um dos líderes civis do Golpe de 1964, concedeu auxílio financeiro ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. O Instituto, diante da demora no andamento do projeto apresentado à Câmara Federal, recorreu ao Governo do Estado, que atendeu solicitamente, colocando à disposição vinte milhões de cruzeiros (Cr\$ 20.000.000,00)⁴.

Castelo Branco tomou posse em abril de 1964 e em Assembleia Geral do mês de setembro o então presidente do IHGB, José Carlos de Macedo Soares propôs o nome do Marechal Castelo Branco para presidente de Honra do instituto, que foi votado em Assembleia e deliberado com unanimidade. A revista do IHGB na edição de outubro a dezembro dedicou páginas de saudação ao Presidente da República Castelo Branco, bem

³ O texto da conferência foi publicado na Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, vol. 253, p. 101-151, 1961.

⁴ Correspondências datadas de 30 de janeiro de 1963 e 11 de fevereiro de 1963 entre o Governador da Guanabara, Carlos Lacerda e o Presidente do IHGB, José Carlos de Macedo Soares elucidam essa informação. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, vol. 259, p. 375-376, 1963.

como cedeu páginas para publicação de seu discurso agradecendo a concessão do título de Presidente de Honra. Da mesma forma foi feito com os outros presidentes militares.

Neste momento inicial da ditadura, o presidente do IHGB era José Carlos de Macedo Soares que já estava com seus 80 anos. Ele era formado em Direito, como a maior parte da diretoria do IHGB no período, filho de um homem empresário e professor e descendente de família de tradição na vida política e cultural do país. Era membro de várias outras academias e institutos. Dedicou boa parte de sua vida como professor, inclusive em faculdades do Rio de Janeiro. Foi Ministro da Justiça no governo de Vargas, Ministro das Relações Exteriores e depois Ministro da Justiça no governo de JK. José Carlos de Macedo Soares faleceu em 1967 e quem assumiu a presidência do IHGB foi Pedro Calmon.

Pedro Calmon, também formado em direito, no momento do Golpe era reitor da Universidade do Brasil (hoje UFRJ) e logo depois, assumiu a presidência do IHGB no momento de enrijecimento da ditadura com o governo de Costa e Silva e o AI-5 e permaneceu todo o período do regime na presidência.

Alguns membros da diretoria do IHGB, como Pedro Calmon, Américo Jacobina Lacombe e Arthur César Ferreira Reis, fizeram parte da criação no período da ditadura, do projeto do Conselho Federal de Cultura, CFC, embora posteriormente muitos deles escondam essa atuação, porque os projetos desse conselho era muito alinhados com as propostas da ditadura. O CFC tinha como campo de atuação:

[...] orientação das políticas culturais, a proteção e a divulgação do patrimônio cultural, reformas estruturais de prédios e edifícios históricos, defesa do patrimônio arquitetônico, recuperação de arquivos documentais e bibliotecas, criação de centros culturais nos pequenos e médios municípios, publicação de obras de caráter literário ou histórico que destacavam a *verdadeira* cultura nacional (MAIA, 2012: 18).

Então, compreender quem eram os sujeitos que estavam a frente do IHGB naquele contexto e analisar a atuação e posicionamento desses homens é fundamental para a presente pesquisa, a partir da concepção de que não formam um grupo homogêneo e que é possível a existência de áreas de conflitos entre eles. Ou seja, eram sujeitos que, embora tivessem o projeto do IHGB em comum, possuíam suas individualidades. São indivíduos plurais. Dessa forma, é um estudo que envolve muitos elementos complexos, mas que

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

procura, de alguma maneira, contribuir para o entendimento desse período autoritário do nosso país.

Sendo assim, a pesquisa proposta, ao investigar as relações existentes entre o IHGB e a ditadura civil-militar, procura colaborar preenchendo lacunas sobre o instituto, além de contribuir para uma importante necessidade teórica recente de compreender as agências da sociedade civil que cooperaram direta ou indiretamente para que o projeto do regime, marcado pelo autoritarismo no jogo político, fosse possível. Além disso, este tema integra-se à reflexão atual de revitalização da história política e do reconhecimento da história do tempo presente como um período fundamental de análise do historiador, ressaltando sua importância para a compreensão do todo social.

Fonte

IHGB. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, 1964-1979.

Referências Bibliográficas

CUNHA, Diogo. *Intelectuais conservadores, sociabilidade e práticas da imortalidade: a Academia Brasileira de Letras durante a ditadura militar (1964 – 1979)*. História Unisinos, São Leopoldo, v. 18, n. 3, 2014.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. *1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FICO, Carlos. *Versões e Controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 24, nº 47, p. 29-60, 2004.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Da Escola Palatina ao Silogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938)*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2007.

MAIA, Tatyana de Amaral. *Os cardeais da cultura nacional: o Conselho Federal de Cultura na ditadura civil-militar (1967-1975)*. São Paulo: Itaú Cultural : Iluminuras, 2012.

MELO, Demian Bezerra de (org.). *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

MICELI, Sergio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo: Difel, 1979.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
 “O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
 Juiz de Fora, 2017, 1554p.
 ISSN: 2317-0468
 17 a 21 de outubro de 2016

PENNA FILHO, Pio. *O Itamaraty nos anos de chumbo: o Centro de Informações do Exterior (CIEEX) e a repressão no Cone Sul (1966-1979)*. *Revista Brasileira de Política Internacional*. Rio de Janeiro, v. 52, n. 2, p-43-62, 2009.

REIS, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

_____. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

_____. *Ditadura, anistia e reconciliação*. *Est. Hist.*, Rio de Janeiro, vol. 23, nº 45, p. 171-186, janeiro-junho de 2010.

RÉMOND, René. *Por uma história política*. 2ªed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz. (orgs.). *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

O papel da imprensa conservadora de Diamantina na ditadura civil-militar brasileira

Kamila Nunes da Silva*

RESUMO:

A presente pesquisa tem como objetivo apontar os processos de construção do consenso social em torno da ditadura civil-militar brasileira, a partir da representação que o jornal *A Estrela Polar* desenvolveu acerca das tensões políticas e sociais que ocorreram, entre janeiro a abril de 1964. Uma rica produção bibliográfica, fundamentada em meticulosas pesquisas empíricas, tem chamado a atenção para a relevância da participação da sociedade, ou de parcela significativa da mesma, tanto na operação do golpe de Estado, quanto na instauração da ditadura. A utilização de jornais como fonte de pesquisa é de grande relevância, pois, expressam ideologias políticas que seus editores pretendem que sejam partilhadas pelos leitores.

Palavras chave: Ditadura civil-militar. Consenso. Imprensa conservadora.

ABSTRACT:

This research aims to show the construction process of social consensus about the Brazilian civil-military dictatorship, through the representations presented in the pages of *A Estrela Polar's* newspaper, that wrote about political and social tensions occurred between January and April 1964. A rich bibliographic production, based on meticulous empirical research, has drawn the attention for the importance of the role of society, or a significant portion from it, at the agency of the coup, as in the establishment of the dictatorship. The use of newspapers as a source for the research has great importance, because it express political ideologies from their publishers shared for their readers.

Keywords: Civil-military Dictatorship. Consensus. Conservative press.

Introdução

Ao analisar a historiografia sobre o golpe de 1964 e o regime ditatorial, é possível identificar, ao longo da última década, o que poderíamos chamar de uma revisão historiográfica¹. Estudos recentes passaram a abordar uma dimensão, até então,

*Mestranda em História pelo Programa de Pós-graduação da Universidade Federal de São João Del Rei. Bolsista Capes. E-mail: kamilans@hotmail.com

¹ Para exemplos de trabalhos que procuram defender essa perspectiva ver: CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *A ditadura dos empreiteiros: as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro, 1964-1985*. Rio de Janeiro, 2012. Tese - Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (UFF); CORDEIRO, Janaína Martins. *Direitas em movimento: a Campanha da Mulher pela Democracia e a Ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro. Editora FGV. 2009; CORDEIRO, Janaina Martins. *Lembrar o passado, festejar o presente: as comemorações do Sesquicentenário da Independência entre consenso e consentimento (1972)*. Rio de

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.

“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”, Juiz de Fora, 2017, 1554p.

ISSN: 2317-0468

17 a 21 de outubro de 2016

marginalizada nas interpretações historiográficas, considerando a participação dos civis no golpe e na legitimação e manutenção dos militares no poder. Cabe ressaltar, que existe também na historiografia brasileira um desequilíbrio entre a quantidade de estudos consagrados às esquerdas em detrimento daqueles, escassos, voltados aos setores conservadores da sociedade.

O início de 1964 marcou o auge das manifestações tanto da direita quanto da esquerda da sociedade brasileira, este período foi o ponto alto da mobilização dos grupos reformistas e conservadores, cujo desdobramento, no mês de abril de 1964, fora o Golpe de Estado que pôs fim ao governo de João Goulart. Dado que este trabalho consiste em analisar um periódico de cunho conservador, para executá-lo foi indispensável entender o anticomunismo, pois esse tipo de manifestação, teve papel marcante na história política brasileira, visto que a “ameaça comunista” serviu como pretexto para justificar o golpe autoritário e reprimir os movimentos populares.

Desse modo, com base nas observações acima e tendo como pano de fundo esse clima de disputas que marcaram contexto anterior ao golpe, o presente trabalho objetiva analisar os processos de construção do consenso social em torno da ditadura civil-militar brasileira, a partir da representação do jornal *A Estrela Polar*, de propriedade da Mitra Arquidiocesana de Diamantina. Para isso analisamos as tensões políticas e sociais ocorridas entre janeiro e abril de 1964, que foram noticiadas no jornal. Quanto à escolha do periódico *A Estrela Polar*, podemos justificá-la devido ao fato de ser uma riquíssima fonte de investigação, principalmente por ter posicionamentos políticos de cunho conservador. O jornal *A Estrela Polar*, bem como outros vários setores conservadores da época, acabou por apresentar e representar os atores engajados nas disputas por reformas, como “comunistas”, e mais, criava e difundia um imaginário de que o país, sob a liderança de João Goulart, marchava para o “socialismo ateu e degenerado”.

Janeiro, 2012. Tese - Programa de Pós Graduação de História da Universidade Federal Fluminense (UFF); DREIFUSS, René Armand. *1964, a conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981; AARÃO REIS, Daniel. “A revolução e o socialismo em Cuba: ditadura revolucionária e construção do consenso”. In: Denise Rollemberg e Samantha Viz Quadrat. (orgs.). *A construção social dos regimes autoritários*. Legitimidade, consenso e consentimento no Século XX. v. 2: Brasil e América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010; AARÃO REIS, Daniel. Ditadura anistia e reconciliação. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 23, nº 45, p. 171-186, janeiro-junho de 2010; ROLLEMBERG, Denise e QUADRAT, Samantha Viz (orgs.). *A construção social dos regimes autoritários*. Legitimidade, consenso e consentimento no Século XX. Vol. 1: Europa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.

“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.

ISSN: 2317-0468

17 a 21 de outubro de 2016

No Brasil, as pesquisas historiográficas que utilizam o jornal como fonte de investigação se consolidaram a partir da década de 1970, pois, até então, havia certa relutância em sua utilização como fonte histórica. Assim, superada essa resistência, o uso do jornal como fonte para a escrita da história tem crescido de forma considerável nas últimas décadas. Sob essa perspectiva, pretendemos trabalhar, tomando os jornais como objeto de análise.

Nesse sentido, como já explicitado, buscaremos analisar o jornal *A Estrela Polar*, em um contexto marcado por uma polarização política na sociedade brasileira. Com isso, procuramos entender o posicionamento do jornal, bem como as ideias que veiculava, destacando as representações criadas a fim de se legitimar o ponto de vista de seus editores.

Antecedentes do Golpe civil-militar: momentos finais do Governo de João Goulart

O governo João Goulart durou de setembro de 1961 a março de 1964, neste curto período, um novo contexto político-social emergiu no país. Uma rápida evolução de acontecimentos produziu a intensificação da crise e o surgimento de um quadro propício à solidificação da frente anticomunista. O alerta para que se estreitasse a convergência dos movimentos anticomunistas, foi dado quando o presidente João Goulart começou a sinalizar que, finalmente, abandonara a política de negociações e fizera uma escolha de enfrentamento em favor das reformas de base.

No final do mês de janeiro de 1964 a polarização se acirrou e a tensão atingiu níveis elevados. Conforme destaca Sá Motta, “o anticomunismo tornou-se um movimento forte, envolvendo expressivos segmentos do mundo social e político, abarcando um arco muito mais amplo que os tradicionais grupos da direita radical” (SÁ MOTTA, 2000: 320). Neste sentido, os setores de esquerda aumentaram as mobilizações para fazer frente à ofensiva conservadora. Trabalharemos agora com uma sucessão de eventos conflituosos e manifestações de radicalismo de ambas as partes, numa escala crescente do final de janeiro ao final de março.

Por volta de 20 de janeiro teve início uma importante ofensiva do anticomunismo, um protesto contra o Congresso da Central Única dos Trabalhadores da América Latina

(CUTAL). Na primeira página do jornal *A Estrela Polar* foi publicado um artigo intitulado *Minas ao Brasil*, o qual trazia o seguinte conteúdo:

Do alto das montanhas de Minas partiu mais uma vez o grito da liberdade. O Governador Magalhães Pinto interpretou fielmente o pensamento de Minas, dispostos à luta em defesa das instituições livres contra o golpe daqueles que pretendem comunizar a nossa pátria. Foi a palavra de ordem que todos nós esperávamos. A atitude do Governador foi um verdadeiro desafio para os mineiros acostumados a ver a sua terra sempre a frente dos movimentos históricos. Minas devia se definir, e a fala do Governador foi na realidade, um “pronunciamento do povo de Minas”. E ela há de ficar na história, terá certamente a mais ampla repercussão em todo o país.

“Minas quer impedir o caos a que estamos sendo arrastados. Juntos lutemos pela paz” disse o Sr. Magalhães Pinto.

E continuou: “O povo não reconhece autenticidade nos que, apresentando-se como donos das reformas delas se utilizam como pretexto para agitação, visando perpetuar grupos ou pessoas no poder”.

“Estamos dispostos a lutar contra o golpe de Estado”.

“Já não há lugar para a reprodução de sistemas ditadores arquivado em nossa história”.

“Juntos digamos ao Brasil, que Minas esta determinada a preservar a democracia e a tradição cristã.”

Estas e outras palavras foram aplaudidíssimas. E deram um novo alento aos mineiros e ao Brasil².

Optamos por reproduzir um fragmento extenso do artigo, pois seu conteúdo é bastante significativo para compreendermos a dimensão assumida pelo anticomunismo em Minas Gerais. O encontro da CUTAL estava programado para ocorrer em Belo Horizonte, de 24 a 28 de janeiro. No entanto, uma série de protestos envolvendo Igreja, políticos e organizações anticomunistas, que não aceitavam a realização do evento de cunho “comunista”, convenceram o governador Magalhães Pinto a transferir o Congresso para Brasília.

De acordo com Janaína Cordeiro, no início da década de 1960, por todo o país surgiram entidades cívicas femininas, através das quais as mulheres se apresentavam publicamente como mães, esposas e donas de casa, investindo-se de uma forte retórica conservadora e anticomunista, com o objetivo de “alertar a opinião pública para a pressão que as famílias brasileiras estavam sofrendo e, ao mesmo tempo, revigorar princípios e ideias sempre defendidos no Brasil cristão e democrático” (CORDEIRO, 2009: 43). Foi neste contexto que, durante as manifestações do início de 1964, consolidou-se a entidade

² A ESTRELA POLAR. Diamantina, 29 de março de 1964, p. 1.

feminina anticomunista Liga da Mulher Democrática (LIMDE), na cidade de Belo Horizonte, desempenhando papel de destaque nos acontecimentos. A vitória da mobilização anticomunista no episódio de impedimento do encontro da CUTAL teve marcante efeito, dando ânimo aos grupos anticomunistas de todo o Brasil.

No dia 25 de fevereiro, a cidade de Belo Horizonte daria lugar a um comício organizado pelos grupos de esquerda, com Leonel Brizola à frente. O evento aconteceria na Secretaria da Saúde da capital mineira, porém não chegou a ocorrer, foi impedido por uma bem articulada mobilização dos setores conservadores. No entanto, o acontecimento foi estampado no jornal *A Estrela Polar* sob o título de *Uma brizolada infeliz* editado por Paulo Kruger Correa Mourão:

Belo Horizonte está mais uma vez de parabéns. Sinto-me ufano de estar escrevendo a história desta bela Capital. É sem dúvida a cidade eucarística, profundamente católica, tradicional e reacionário, no bom sentido deste termo. Depois de escaramuçar os comunistas internacionais da CUTAL, Belo Horizonte repele figuras malfazejas de um Leonel Brizola, de um Paulo Tarso, de um Almiro Afonso e de toda a caterva que nos quer escravizar a Moscou. Mas desta vez a coisa não correu platônica. Foi heroica mesmo. No duro! Homens e senhoras enfrentaram a cavalaria agressiva e a brutalidade de policiais.

É muito curiosa a noção que certas pessoas tem de democracia. Achem que estão agindo democraticamente ao ferir uma maioria com cassetetes espadas e patas de cavalo, para permitir uma minoria, pregar contra o regime vigente e a Constituição! Entranha concepção!

Não houve comício pela famigerada reforma de base. Fracassou irremediavelmente. Mas isto serviu de lição para a turma: não volta em Belo Horizonte, nem Brizola, nem Paulo Tarso e nem outros. Para comício não.

No meio dessa confusão, **nós diamantinenses reacionários** (que título honroso) temos de nos ufanar de um ato heroico de um distinto sacerdote que exerce seu elevado mister na “Atenas do Norte”!

Refiro-me a Padre Caio, Ele esteve magnífico. No meio do caos do pretendido comício. Padre Caio tomou a iniciativa de tirar o terço que foi acompanhado por piedosas senhoras. Ele não tripudiu. Levou a oração onde deveria imperar a pregação satânica. Parabéns Padre Caio³.

A ênfase dada pelo jornal ao objetivo do movimento de impedir um comício da esquerda conotava defesa dos interesses de conservadores que defendiam a nação, este propósito garantia, para eles, a legitimidade da manifestação. Sobre esse episódio, Heloisa Starling afirma que, as mulheres da LIMDE organizaram uma manifestação pela qual ocuparam maciçamente as cadeiras do auditório da Secretaria da Saúde, onde

³ A ESTRELA POLAR. Diamantina, 8 de março de 1964, p. 1. Grifos nossos.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
 ISSN: 2317-0468
 17 a 21 de outubro de 2016

gritavam slogans anticomunistas e antibrizolistas. Após a chegada de Brizola, a situação agravou-se, pois, com o rosário nas mãos as mulheres transformaram o palco em altar. O conflito se tornou incontrolável quando os organizadores do evento resolveram, assim mesmo, ocupar a mesa do auditório. As senhoras reagiram com mesas e cadeiras, dando início a um confronto que acabou se estendendo por toda a plateia e impedindo que o comício acontecesse (STARLING, 1986 apud CORDEIRO, 2009: 66). E mesmo a disputa tendo degenerado grande confronto, as forças conservadoras se vangloriam por impedir o comício.

Ainda sobre esse episódio o jornal lançou outra reportagem intitulada *Minas, Bicampeã da liberdade*, assinada por Neylor Tonin.

O Brasil estava à espera de uma voz que agrupasse para o combate, de uma espada que lhe rasgasse uma senda de reconquista através da confusão e da desordem. Essa voz em tempo se levantou em Minas e a espada foi empunhada pelo civismo da mulher mineira. O Brasil não mais morrerá por falta de exemplo. Minas levantou o farol cívico da resistência e de punhos cerrados e mãos postas em oração desmascarou as insolências dos demagogos e disse um “basta!” a ousadia dos profissionais da desordem.

O povo mineiro bem compreendeu que as pretensas reformas de base não passavam de meio pretexto para pôr em andamento planos revolucionários. As apressadas reformas já tinham posto as claras a cor de seus pregoeiros. E o mineiro reagiu e foi coerente suas atitudes: após ter escorraçado o congresso filocomunista da CUTAL, não lhe convinha outra resolução se não esta, de impedir que em sua terra tivesse vez um comício de esquerdistas.

O Brasil todo agradece e enaltece a edição tomada. Bem fez a mulher mineira quando deixou o homem na defesa do lar para sair ela à defesa da democracia. Salve, Minas Bicampeã dará um dia que nas ruas de Belo Horizonte e na fortaleza da mulher mineira teve o nascedouro e salvação a liberdade de nossa Pátria democrática e cristã (A ESTRELA POLAR, 1964: 1).

De acordo com as notícias do jornal *A Estrela Polar*, o estado de Minas Gerais se destacou com a tomada de ações de diversos segmentos anticomunistas, cabendo maior destaque às mulheres comandadas pela LIMDE. Com rosários à mão, para invocar a proteção divina contra os “inimigos da religião”, as senhoras ocuparam o auditórios e ruas de Belo Horizonte dispostas a não permitir que os “comunistas” utilizassem da cidade para propagar suas doutrinas. Cabe destacar que, as reformas de base eram consideradas arauto de tais doutrinas, por isso, caberia impedir sua aprovação no Congresso. Sendo assim, as páginas do jornal diamantinense regozijavam-se com o feito da “mulher mineira”, apresentando a disposição de luta das mesmas como um modelo a ser seguido.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
 ISSN: 2317-0468
 17 a 21 de outubro de 2016

Conforme já destacamos, a conjuntura social e política do Brasil nos anos de 1960 era terreno fértil para a difusão dos princípios comunistas. Os partidos políticos estavam divididos, as lutas sociais fervilhavam e a esquerda, de certa forma, conseguia consolidar seu espaço na sociedade. Esse panorama reuniria motivos para que se articulasse o golpe. A sensação de perigo que contaminou parte da sociedade brasileira criou condições para várias manifestações e propagandas contra o governo de Goulart; e o jornal diamantinense ajudou a difundir a imagem de um presidente esquerdista e comunista, sem capacidade política para governar.

A radicalização da luta política

De acordo com Sá Motta, a partir de março de 1964 o centro da crise se deslocou para o Rio de Janeiro, dado que o Presidente resolveu tomar uma iniciativa, e escolheu a cidade para marcar o começo de uma nova fase do governo. Como observa o autor, “o grupo palaciano preparou a realização de um grande comício, um ato político cujo sentido era lançar uma ofensiva pública a favor da realização das reformas de base” (SÁ MOTTA, 2000: 323). Desta forma, Goulart demonstraria sua disposição de afinar-se com os grupos esquerdistas na luta em prol do programa reformista, ao mesmo tempo em que fazia pressão contra a mobilização conservadora. A ideia era reunir os grupos populares solícitos à causa nacional-reformista, dando uma demonstração de força aos conservadores e aos setores majoritários do Congresso, opostos às mudanças constitucionais.

No entanto, a Presot chama atenção para o fato de que “o constante esforço de conciliação das demandas dos setores conservadores e nacionalistas levaria o presidente, em pouco tempo, ao isolamento político” (PRESOT, 2010: 75). Os setores de direita temiam a suposta tendência “esquerdista” de Goulart, enquanto as esquerdas passavam a identificar suas propostas com mero exercício de retórica.

O primeiro comício de João Goulart foi realizado na Central do Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, em 13 de março de 1964 e, conforme Aarão Reis, “cerca de 300 mil pessoas aplaudiram discursos com ânimo ofensivo” (AARÃO REIS, 2014: 81). As forças governistas esperavam daquela noite de sexta-feira, a difícil tarefa de unir suas bases, que se chocavam mais violentamente a cada dia.

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016*

O comício, organizado pela Confederação Geral dos Trabalhadores CGT, durou cerca de oito horas, período durante o qual discursaram líderes estudantis, como o presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), José Serra, o governador de Pernambuco, Miguel Arraes, Lindolfo Silva, presidente da Confederação dos Trabalhadores Rurais, além do líder nacionalista Leonel Brizola. Segundo Presot, a presença do ministro da Justiça, Abelardo Jurema, bem como militares e entre eles o ministro de Guerra, Jair Dantas Ribeiro, tinha importante significado, era uma clara tentativa de demonstração do comprometimento das Forças Armadas com a legalidade (PRESOT, 2010).

O comício da Central do Brasil contou com a presença das principais lideranças de esquerda. Em seu discurso, Goulart proclamou a necessidade de mudar a Constituição e anunciou a adoção de importantes medidas, através da assinatura de dois decretos: o da encampação das refinarias de petróleo particulares e o da Supra, este último, já preparado desde dezembro, tornava passível de desapropriação todas as propriedades valorizadas por investimentos públicos. Goulart anunciou ainda, outras áreas nas quais estava planejando a promulgação de novos decretos, como o controle de aluguéis, e o envio ao Congresso de mensagem presidencial pedindo a emenda do artigo da Constituição que previa indenização prévia e em dinheiro para as desapropriações de terra, retirando a indenização.

De acordo com Jorge Ferreira, a realização do comício significou o estabelecimento da aliança do presidente da República com o movimento sindical e as esquerdas que integravam a Frente de Mobilização Popular (FMP). No dia seguinte ao comício, havia entre os diversos grupos de esquerda a sensação de que acabara a política de conciliação e que, finalmente, o PSD não mais faria parte dos planos de Goulart. O presidente governaria exclusivamente para as forças da FPM, desconhecendo outras representações políticas, compensando assim, a falta de base parlamentar no Congresso Nacional.

Ainda de acordo com o autor, a FPM incentivaria ações de rua em ritmo crescente, com greves, manifestações e comícios. O último comício seria realizado em 1º de maio na cidade de São Paulo, e esperava-se, para esse evento, 1 milhão de pessoas. Nesse dia seria deflagrada uma greve geral dos trabalhadores. Com tamanha mobilização, a FPM

esperava pressionar o Congresso Nacional para que aprovasse a reforma de base. Caso contrário, estaria comprovado que este se tratava de instituição reacionária e conservadora, distante dos anseios do povo (FERREIRA, 2009).

Sá Motta, afirma que para o campo conservador o comício foi recebido com alarde, o fato do evento ter sido organizado, em grande parte, pela liderança sindical comunista, já era motivo suficiente para causar temor. A presença de numerosas bandeiras ostentando a “foice e martelo”, somada ao tom violento de muitos dos discursos, deu aos conservadores a certeza de que a revolução estava sendo preparada rapidamente. Entre as diversas personalidades a fazer uso do microfone, um dos mais radicais foi Brizola. O deputado gaúcho fez ameaças ao Congresso, instituição conservadora que ele desejava ver substituída por uma Assembleia Constituinte de caráter popular. O discurso de Goulart foi bem mais ameno; ainda assim, ele continha críticas ao “arcaísmo da Constituição” e pressionava o Congresso a ir “ao encontro das reivindicações populares” (SÁ MOTTA: 2000: 35).

Indispensável para este trabalho é ressaltar que, em relação ao comício de João Goulart na Central do Brasil, no dia 13 de março, o jornal *A Estrela Polar* se absteve de fazer uma reportagem, bem como noticiou todos os eventos promovidos pela direita na luta anticomunista, isso deixa evidente a postura dos editores em mostrar apenas o que seria “interessante” segundo os grupos conservadores da Arquidiocese de Diamantina.

A respeito do comício, *A Estrela Polar* trouxe uma reportagem apresentando um balanço sobre *Os acontecimentos de março*, para citar o título da matéria:

Ao entrar em 1964 o poder executivo julgou chegada a hora de um amplo movimento de esquerda capaz de empolgar a nação e vencer as resistências democráticas. Programou-se para a capital de Minas Gerais um congresso da CUTAL, comunista, mas o povo mineiro impediu sua realização, que teve de fazer-se em Brasília.

De novo escolheram os esquerdistas de Belo Horizonte para a conferência do deputado Leonel Brizola, cunhado do presidente, mas quando os promotores da manifestação chegaram ao recinto que o governo estadual cedera para esse fim, encontraram-no literalmente ocupado por senhoras que rezavam o rosário. E nem mesmo as metralhadoras dos fuzileiros navais que protegiam os esquerdistas, conseguiram remover dali as mulheres mineiras. **Essa humilhação que os pequeninos infligiram aos poderosos parece ter exacerbado o ânimo dos grupos totalitários, que realizaram grande comício no dia 13 de março, no Rio, onde entre outras coisas, o rosário foi vilipendiado**, mas no dia 19 as mulheres paulistas reuniram na Praça da Sé em São Paulo, uma multidão pelo menos duas vezes maior que a do dia 13 e em

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
 “O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
 Juiz de Fora, 2017, 1554p.
 ISSN: 2317-0468
 17 a 21 de outubro de 2016

várias cidades do Brasil, repetem-se manifestações desse tipo⁴.

Mais uma vez optaram por destacar os episódios de embate em Belo Horizonte, no qual as frentes de esquerda não conseguiram realizar o congresso da CUTAL e o comício encabeçado por de Leonel Brizola. Optaram por reduzir o motivo da realização do comício, do dia 13 de março na Central do Brasil, a uma resposta por terem ficado “extremantes insatisfeitos” com os acontecimentos na cidade de Belo Horizonte. No mais, sobre o conteúdo do comício se abstêm de falar.

Por outro lado, fazem questão de mencionar o rosário afirmando que, o mesmo, foi “vilipendiado”, ou seja, alvo de ofensa e injúria por parte de João Goulart. Para compreender melhor o significado de terem dado ênfase ao rosário, recorreremos aos estudos de Janaína Cordeiro sobre a atuação de grupos femininos, na luta contra o comunismo (CORDEIRO, 2009: 62). A autora afirma que um trecho em particular do discurso de Jango deixou esses grupos alarmados, qual seja:

Ameaça à democracia é empulhar o povo brasileiro, é explorar os seus sentimentos cristãos, na mistificação de uma indústria do anticomunismo [...] O cristianismo nunca foi escudo para privilégios condenados para o Santo Padre, **nem também, brasileiros, os rosários podem ser levantados contra a vontade do povo**, que tem fé numa justiça social mais humana e na dignidade das suas esperanças. **Os rosários não podem ter erguidos contra aqueles que reclamam a discriminação da propriedade da terra**, hoje ainda em mãos de tão poucos, de tão pequena maioria⁵.

Para Janaína Cordeiro, a provável ofensa de Goulart ao terço motivou os grupos femininos, inicialmente em São Paulo e, posteriormente, em todo o país, a se articularem em um “movimento de desagravo ao rosário”. Neste sentido, de um inicial movimento de desagravo ao rosário, nascia a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, que entraria para a história como umas das maiores, senão a maior, manifestação contra o comunismo na década de 1960.

No fragmento extraído do jornal *A Estrela Polar*, fica evidente também os acontecimentos de outras cidades do Brasil, demonstrando o quanto os setores da direita estavam organizados contra os “esquerdistas”. Por conseguinte, sabendo se antecipar em

⁴ A ESTRELA POLAR. Diamantina, 19 de abril de 1964, p. 4. [Grifos nossos]

⁵ Discurso do presidente João Goulart no Comício da Central do Brasil em 13 de março de 1964, apud CORDEIRO, 2009. p. 62. [grifos da autora].

torno de determinadas demandas e sendo capazes de realizar frentes de embate, contra o “comunismo”.

Importante também é a ênfase que dão ao dizer que mesmo sendo poucas mulheres, garantiram através da resistência que os “grupos totalitários” não cumprissem seus objetivos. Desta maneira, adjetivou o comício de totalitário, ou seja, contrário à democracia, à liberdade e à Constituição, por conseguinte Goulart estaria impondo um terror ideológico.

O comício de Goulart na Central do Brasil provocou a consolidação das mobilizações anticomunistas. Setores sociais importantes, que até então se mantinham em expectativa, alinharam-se ao lado da direita e dos conservadores, sob a bandeira do anticomunismo. Para Sá Motta, “o processo de formação da “união sagrada” contra o comunismo se consumou, reunindo as elites empresariais, militares, políticas, religiosas e as “classes médias”, todos amedrontados ante a possibilidade de uma suposta ruptura revolucionária” (SÁ MOTTA, 200: 326). Como destacamos anteriormente, o discurso do presidente Goulart foi o bastante para que seus adversários se organizassem numa “ação grandiosa”, a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, realizada sob o argumento de que era um movimento contrário ao desagravo ao rosário, provocado por João Goulart.

No dia 19 de março, dia de São José, o padroeiro da família, uma multidão de 500 mil pessoas saiu às ruas de São Paulo para protestar contra o Comício da Central do Brasil, e contra as intensões de Jango em “comunizar” o país. A “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” se constituiu como um evento altamente impactante no que tange à mobilização anticomunista. Sua preparação reuniu a elite paulistana em verdadeira frente anticomunista, conseguindo levar para a região da Praça da Sé, em São Paulo, um expressivo número de pessoas. A marcha foi organizada pelas militantes da “União Cívica Feminina” (UCF) de São Paulo, e reuniu 112 entidades civis do estado, além de delegação de outras regiões de todo país. Contou, também, com a presença de políticos expressivos, como Adhemar de Barros, Carlos Lacerda e Auro de Moura Andrade” (CORDEIRO, 2009: 64).

Somados aos acontecimentos anteriores, o episódio conhecido como “Revolta dos Marinheiros”, serviu para aumentar as críticas ao presidente Goulart. Nas páginas do jornal *A Estrela Polar*, a notícia sobre a revolta se deu da seguinte maneira:

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016*

A crise acelerou-se com o movimento de rebeldia dos marinheiros do Rio de Janeiro que o governo federal não soube ou não quis reprimir. Estavam quebradas a ordem, a disciplina e a lei fora destruída. O que se segue foi mera consequência dessa triste acumulação de agravos⁶.

A notícia relata a existência de uma crise no governo de João Goulart, e pondera que ela se intensificou após os acontecimentos no Rio de Janeiro. Com isso, aproveitaram para criticarem a postura do presidente em não reprimir os revoltosos. Os acontecimentos que marcaram a revolta tiveram início no dia 25 de março, quando um grupo de marinheiros e fuzileiros navais, liderados pelo cabo José Anselmo dos Santos, contrariando a proibição do Ministério da Marinha, compareceu a uma reunião no Sindicato dos Metalúrgicos, no Rio de Janeiro. A reunião era comemorativa da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais, entidade criada para reivindicar e defender os direitos da categoria. Considerando esse ato como uma subversão da hierarquia militar, o Ministro da Marinha emitiu ordem de prisão contra os principais organizadores do evento. Contando com o apoio de seu comandante, o vice-almirante Cândido Aragão, os fuzileiros que deveriam prender os revoltosos aderiram ao levante. Contudo, foram libertados por ordem do general Assis Brasil e, posteriormente, anistiados por Goulart.

Diante disso, as direitas viram no episódio um esboço de aliança revolucionária entre marinheiros e operários. Criou-se uma atmosfera de enfrentamento, contornada por uma proposta de conciliação, arbitrada por Goulart. Segundo Aarão Reis, “a jogada foi considerada humilhante por setores importantes da alta oficialidade e exasperou as direitas radicais, mas a correlação de forças parecia muito equilibrada e o famoso desfecho, que parecia inevitável, imprevisível” (AARÃO REIS, 2014:82).

Mesmo diante destas circunstâncias, Goulart na noite do dia 30 de março, participou de festividade organizada por uma associação de sargentos, na sede do Automóvel Club, Rio de Janeiro. Prestigiando com sua presença um ato político de militares de baixa patente, Goulart oferecia um argumento adicional em prol da tese subversiva, e terminava de selar seu destino. Fez ali um discurso em que alternou, como de costume, moderação e radicalismo, enfatizando a posição dos sargentos como um elo

⁶ A ESTRELA POLAR. Diamantina, 19 de abril de 1964, p. 4.

dos mais expressivos entre as Forças Armadas e o povo, denunciou as campanhas difamatórias e as dificuldades criadas por seus adversários.

A solidariedade de Goulart para com os subalternos rebelados foi considerada prova cabal da existência de uma marcha rumo à revolução. Diante disso, até mesmo alguns elementos simpáticos às reformas sociais e a favor da tese da legalidade, começaram a considerar aceitável uma intervenção contra o governo. Como observou Sá Motta, “os oficiais sentiram-se ameaçados e vislumbraram o risco, denunciado há anos pelos anticomunistas, de verem as instituições militares soçobrar ante os golpes dos vermelhos” (SÁ MOTTA, 2000: 331). De acordo com esta visão, o objetivo dos comunistas era minar as Forças Armadas pela base, destruindo os elos da cadeia de comando que compunham a corporação, tornando-a incapaz de reagir contra a revolução. Esse episódio foi a gota d’água para a eclosão do Golpe que depôs o presidente João Goulart.

Um dia antes de irromper o movimento de Golpe de Estado, considerado por seus percursores de “Revolução”, Dom Sigaud⁷ emitiu o seguinte manifesto, que transcreveremos na íntegra a seguir:

Mineiros, Brasileiros, que credes em Deus e detestais o comunismo. Após dois anos e meio de sofrimento e sobressaltos, a Nação Brasileira verificou estarrecida, que quem ocupa a Presidência da República é um criminoso que, para perpetuar no poder não trepida em entregar o Brasil às hordas vermelhas do comunismo e trazer para nossa pátria católica os gemidos dos campos de concentração ou silêncio da escravidão que reinam na Rússia, China, Hungria e Cuba. Dia a dia vemos o governo Federal entregar postos chaves aos lacaios de Moscou. Dia a dia vemos pelegos brasileiros bastardos, ao serviço da Rússia, se apoderarem das alavancas do País. Vemos estarrecidos o próprio presidente da república promover a rebelião dos sargentos vermelhos de Brasília e apoiar a mazurca de um grupo tresloucado de fuzileiros e marujos, há pouco Rio de Janeiro. Vemos o ministério da justiça garrotear a liberdade dos Jornais, das Rádio e das Televisões e o Ministério da Educação transforma-se em instrumento do comunismo. Ouvimos energúmenos, como Leonel Brizola tripudiar sobre a honra do Congresso e convidar o povo à anarquia. Vemos o Presidente da República lançar o povo na miséria através da pior administração que o Brasil já teve

⁷ Signatário das matérias anticomunistas no jornal da Arquidiocese, Dom Geraldo Sigaud Proença⁷, era partidário de um catolicismo ultraconservador e foi arcebispo de Diamantina, entre 1961 e 1980. Ele ficou muito conhecido por suas denúncias contra aqueles que supunha estarem influenciados pelo comunismo, incluindo membros do episcopado. Foi um dos fundadores da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP), organização conservadora criada em 1960, que se fundamenta nos tradicionais valores católicos.

promovendo a mais desenfreada inflação, para levar o povo ao desespero, afim de entregar o Brasil ao tirano russo, Kruchev.

Por isto, antes que nossos lares sejam profanados, nossas mães, irmãs e filhas sejam violadas, nossos pais irmãos e filhos sejam levados ao paredão, nossas igrejas transformadas em cachoeiras. Levantai-vos, Brasileiro dos demais estados! Levantai-vos enquanto é tempo e Salvai o Brasil das garras da Rússia! Salvai o Brasil do comunismo! Mulheres brasileiras de Terço na Mão rezai pela pátria e trabalhai para nossas tropas! Homens na linha de frente de fuzil na mão, ou nos postos da retaguarda, levantai-vos para defesa da liberdade e de religião!

Abaixo os lacaios de Moscou!

Senhora Aparecida, protegei nossos Soldados e Salvai o Brasil do comunismo. Soldados e civis! Homens e mulheres!

Por Cristo e por Maria!⁸

Neste manifesto, bem como em outras notícias do jornal, Dom Sigaud revela uma intensificação das críticas a João Goulart e a suas propostas políticas, anunciadas justamente no período que cobre a tendência do presidente da República a uma posição mais de esquerda, acusando-o de entregar o Brasil aos comunistas. Em um contexto mundial de bipolaridade entre o capitalismo e o comunismo, deixa claro a repulsa aos países de cunho socialista.

Manifesta repúdio ao apoio dado a “Revolta dos Marinheiros” e afirma que os meios de comunicação foram entregues ao comunismo. Os “vermelhos” seriam responsáveis por estimular a corrupção, pois através deste recurso aliciariam para o seu lado os políticos descomprometido com a moral e o civismo. Desta maneira, levando o país à miséria por uma má administração. Mais uma vez, a dimensão seria decisiva, pois convoca as mulheres brasileiras, com o terço nas mãos, a juntarem suas tropas e lutarem contra o comunismo.

Somados, todos esses acontecimentos, diante de uma “indústria anticomunista” que fez espalhar o medo do comunismo, a ameaça do nivelamento social, da desestruturação da ordem, configuraram-se como elementos chaves para a deposição do presidente, através de um golpe civil-militar. Como salienta Aarão Reis, “dado em defesa da democracia, do cristianismo, da família, das hierarquias tradicionais, da honestidade no trato do dinheiro público, contra baderna. Não se fez o Golpe para instaurar uma ditadura, mas para salvar a democracia” (AARÃO REIS, 2014:86). Assim, utilizaram-se da justificativa de defesa da democracia para realizar o Golpe de Estado.

⁸ A ESTRELA POLAR. Diamantina, 12 de abril de 1964, p. 2.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
 ISSN: 2317-0468
 17 a 21 de outubro de 2016

Na madrugada de 31 de março, o general Olímpio Mourão Filho, comandante da 4ª Região Militar, sediada em Juiz de Fora, Minas Gerais, sob a liderança política do governador Magalhães Pinto, iniciou a movimentação de tropas em direção ao Rio de Janeiro. Deflagrada a sublevação, os principais comandos militares se articularam para dar seu apoio à ofensiva de Minas Gerais.

O Golpe que eclodiu em 31 de março foi provocado, segundo os participantes e apoiadores, por uma reação contra o comunismo. O dispositivo militar do governo agiu com uma facilidade desconcertante, à medida que unidades legalistas aderiam à “revolução” e se voltavam contra Goulart. De maneira que, para todos os envolvidos, o conflito foi resolvido sem que uma guerra civil ensanguentasse o país. Foi dado o golpe, que terminaria com a silenciosa queda de Goulart e dos movimentos de esquerda no país.

A repercussão no jornal *A Estrela Polar* dos últimos acontecimentos que culminaram no golpe de 1964 foi encaminhada de forma a justificar a intervenção militar no governo Goulart. A imagem do presidente foi amplamente desgastada, ele foi rotulado de pactuante com comunistas, incapaz de governar o país e acusado de abalar a disciplina nas Forças Armadas. Fica evidente também, a atuação dos mais variados setores da sociedade civil em demandar uma intervenção militar, em defesa da constituição e da democracia.

Considerações finais

Como vimos ao longo deste trabalho, o clima político e social dos primeiros meses da década de 1960 foi bastante tenso e marcado por grandes disputas políticas, fomentadas por questões sociais. Este clima de tensão e disputas chegou a todas as regiões do Brasil, envolvendo grandes passeatas e comícios, perpassando vários âmbitos da cultura política e social do país.

Ao trabalhar com discursos jornalísticos, foi possível perceber o quanto este tipo de análise é pertinente, principalmente quando se leva em consideração o importante papel que os meios de comunicação social têm desempenhado ao longo da história política brasileira, influenciando decisões políticas e, muitas vezes, a opinião pública. No caso do jornal *A Estrela Polar*, ficou nítida a contribuição de seus editoriais na

justificação sobre a necessidade de um golpe de Estado e, mais ainda, na divulgação de ideias que legitimavam o regime civil-militar.

Como pudemos verificar, o jornal *A Estrela Polar* a partir de um discurso conservador, mas utilizando a ideia de “democracia”, defendeu a ofensiva contra os supostos subversivos da ordem e das instituições democráticas, quais sejam, os comunistas, assim, foi a favor de uma intervenção militar para o afastamento do presidente da República, João Goulart. Sendo assim, o jornal, ajudou, portanto, na difusão e propagação de uma imagem do presidente caracterizada pela subversão, pelo rompimento da ordem, e enfatizou a proximidade dele com os comunistas, concedendo legitimidade ao afastamento de Goulart da presidência da República. Contudo, as notícias do jornal, nos permitiu observar alguns aspectos importantes para a formação do consenso social em torno do regime, sobretudo, evidenciando a participação de diversos setores da sociedade civil na condução e efetivação do golpe civil-militar de 1964.

Fontes

A ESTRELA POLAR. Diamantina, 8 de março de 1964, p. 1.

A ESTRELA POLAR. Diamantina, 29 de março de 1964, p. 1.

A ESTRELA POLAR. Diamantina, 12 de abril de 1964, p. 2.

A ESTRELA POLAR. Diamantina, 19 de abril de 1964, p. 4.

A ESTRELA POLAR. Diamantina, 19 de abril de 1964, p. 4.

Referências Bibliográficas

AARÃO REIS, Daniel . “A revolução e o socialismo em Cuba: ditadura revolucionária e construção do consenso”. In: Denise Rollemberg e Samantha Viz Quadrat. (orgs.). *A construção social dos regimes autoritários*. Legitimidade, consenso e consentimento no Século XX. v. 2: Brasil e América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

_____. Ditadura anistia e reconciliação. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 23, nº 45, p. 171-186, janeiro-junho de 2010

_____. Entre ditadura e democracia – da modernização conservadora ao reformismo moderado, 1960-2010. In: SCHWARCZ, Lilia Mooritz (coord.) *História do Brasil Nação 1808-2010*. V.5, SP, Objetiva, 2014.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
 “O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
 ISSN: 2317-0468
 17 a 21 de outubro de 2016

ROLLEMBERG, Denise e QUADRAT, Samantha Viz (orgs.). *A construção social dos regimes autoritários*. Legitimidade, consenso e consentimento no Século XX. Vol. 1: Europa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *A ditadura dos empreiteiros: as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro, 1964-1985*. Rio de Janeiro, 2012. Tese - Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (UFF).

CORDEIRO, Janaína Martins. *Direitas em movimento: a Campanha da Mulher pela Democracia e a Ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro. Editora FGV. 2009.

_____. *Lembrar o passado, festejar o presente: as comemorações do Sesquicentenário da Independência entre consenso e consentimento (1972)*. Rio de Janeiro, 2012. Tese - Programa de Pós Graduação de História da Universidade Federal Fluminense (UFF).

DREIFUSS, René Armand. *1964, a conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981.

FERREIRA, Jorge. Entre o comício e a mensagem: o presidente Goulart, as esquerdas e a crise política de março de 1964. In: AZEVEDO, et all. *Cultura Política: memória e historiografia*. RJ: FGV. 2009.

PRESOT, Aline. Celebrando a “Revolução”: as Marchas da Família com Deus pela Liberdade e o Golpe de 1964. In: Denise Rollemberg e Samantha Viz Quadrat (orgs.). *A construção social dos regimes autoritários*. Legitimidade, consenso e consentimento no Século XX. Vol. 2: Brasil e América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

SÁ MOTTA, Rodrigo Patto. *Em guarda contra o perigo vermelho: O anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: USP. 2000. Tese (Doutorado) Programa de Pós-graduação em História Econômica, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.

Simpósio Temático 22: O “mundo português” nas malhas do Tribunal do Santo Ofício: fontes, personagens e possibilidades de pesquisa.

Coordenadores: Natália Ribeiro (Mestre em História – UFJF / Doutoranda em História Social da Cultura – UFMG) & Marcus Vinicius Reis (Mestre em História – UERJ / Doutorando em História Social da Cultura – UFMG)

O "EFEITO LÚCIFER" DURANTE A INQUISIÇÃO CATÓLICA

Melquisedeque Oliveira de Castro

RESUMO:

O presente artigo visa analisar, dentro da linha da sociopsicologia, as bases institucionais do movimento religioso que ficou conhecido historicamente como a "Inquisição Católica". O objetivo é analisar, dentro dos referenciais teóricos utilizados, os principais fatores sociais e institucionais que favoreceram a manutenção deste sistema político-religioso que durou por aproximadamente três séculos. Para isto, utilizou-se da teoria do "Efeito Lúcifer", de Philip Zimbardo, de alguns textos e livros históricos sobre a Inquisição além das reflexões propostas por Bauman e Hannah Arendt a fim de realizarmos uma análise bibliográfica, deste movimento Católico. Concluiu-se que alguns dos fatores da teoria Zimbardiana puderam ser encontrados na bibliografia histórica, analisada, ainda que com algumas limitações.

Palavras Chave: Inquisição; Efeito Lúcifer; fatores institucionais; tortura

ABSTRACT:

The present article aims to analyze, within the line of sociopsychology, the institutional bases of the religious movement that became known historically as the "Catholic Inquisition". The objective is to analyze, within the theoretical references used, the main social and institutional factors that favored the maintenance of this political-religious system that lasted for approximately three centuries. For this was used the Philip Zimbardo's theory of the "Lucifer Effect", some historical texts and books on the Inquisition, besides the reflections proposed by Bauman and Hannah Arendt in order to carry out a bibliographical analysis of this Catholic movement. It was concluded that some of the factors of the Zimbardian theory could be found in the historical bibliography analyzed, although with some limitations.

Key words: Inquisition, Lucifer Effect, torture

1- INTRODUÇÃO

Esta trabalho faz parte dos resultados parciais de uma pesquisa bibliográfica mais extensa, que tem como objetivo buscar um referencial teórico e acadêmico, que vise responder a seguinte questão: como foi possível que a Igreja Católica, mesmo pregando as boas ações, a moral e a bondade, criar um movimento tão destrutivo, que gerou a tortura degradante de pelo menos 60.000 pessoas sendo eles, tanto seus próprios fiéis quanto de membros de outras religiões.

Sabe-se que atualmente, podemos contar com uma boa produção acadêmica dentro do que concerne ao tema da maldade humana. Portanto, o principal referencial teórico desta pesquisa, será a Psicologia Social a partir da linha sociopsicológica. Dentro desta linha, a principal referência será o livro do psicólogo norte-americano Philip Zimbardo denominado “O Efeito Lúcifer nas religiões”. Nele, o autor se baseia em seu próprio experimento na Universidade de Stanford além de outros referenciais teóricos da Psicologia Social para tentar explicar como é possível pessoas boas, morais e éticas virem a fazerem atos maldosos, cruéis e criminosos. Outras obras, como a da filósofa Hanna Arendt, que discute a banalidade do mal, a teoria de Alfred Bandura a respeito do desengajamento moral e as ideias de Steven Pinker, fornecidas no livro "Os bons anjos de nossa natureza" fornecerão o complemento teórico necessário dentro desta abordagem. As razões para a escolha desta bibliografia está ampla abrangência teórica que estes autores trazem para as suas respectivas áreas e que permitem dialogar com a teoria do Efeito Lúcifer de Philip Zimbardo.

Como referencias bibliográficas para a esta teorização do movimento católico da Inquisição, por hora, temos dois livros: o primeiro, é o "Malleus Malleficarum" de tradução para o português "Martelo das Feiticeiras". É um livro, escrito no ano de 1474, por Heinrich Kramer e James Sprenger, destinado aos juizes inquisidores da época e que viria a se tornar um manual para estes sobre como reconhecer, capturar, interrogar, torturar e condenar as mulheres, que eram consideradas bruxas naquela época. O segundo, se refere ao livro do importante historiador Toby Green, denominado "Inquisição; o reinado do medo" um texto onde ele se propõe a retomar os acontecimentos históricos da época da inquisição, desde o seu começo na Espanha e Portugal no século XVI, sua

extensão para a África e América, bem como a perseguição, tortura e condenação dos principais inimigos da Igreja, na época.

Como bibliografia complementar, serão consultados artigos referente ao tema, dentro de algumas bases de dados como a Scielo, a Web of Science e o SciVerse Corpus.

2 - A TEORIA DO "EFEITO LÚCIFER"

A teoria do Efeito Lúcifer é uma proposta teórica do renomado psicólogo social, Philip Zimbardo onde, através dela, ele busca uma proposta teórica sobre o porquê de pessoas consideradas moralmente boa e mentalmente sãs, podem, por vezes, cometerem atrocidades e atos criminosos.

Em sua teoria, recorrendo à linha sóciopsicológica da análise da violência social, Zimbardo propõe que a principal razão está nos fatores sociais, presentes no meio externo, os quais, quando encontrados em conjunto, exercem grande pressão sobre o indivíduo tornando-o mais vulnerável à prática de tais atos criminosos (ZIMBARDO,2012: 24).

Estes fatores de risco, estão também e conseqüentemente, relacionados com as instituições sociais e políticas, as quais o indivíduo serve, de forma que elas, ao criarem estas situações que contenham estes fatores, apresentam uma grande probabilidade de vencerem as barreiras morais de seus agentes e deixá-los vulneráveis à cometerem tais práticas (ZIMBARDO,2012: 345).

Estes fatores de risco, de acordo com a teoria são: a desumanização (tendências da atribuição de características não humanas à indivíduos humanos); a desindividuação / anonimato (tendência em dar uma característica de anonimato ao agente agressor, de forma que normalmente ele tem a sensação de que não será punido por seus atos); a obediência às normas grupais e aos líderes de grupos ou instituições; a transferência da responsabilidade pessoal para as outras pessoas do mesmo grupo ou para o líder do mesmo; a dissonância Cognitiva (tendência da mente humana em justificar atos e ações dissonantes da própria pessoa); a justificação moral (tendência em tornar moral ações e atos considerados socialmente e culturalmente imorais); a banalidade do mal (conceito arendtiano de naturalização da violência e não questionamento dos próprios atos) e mal da inação (tendência dos demais sujeitos neutros e observadores em não interferir nas

ações violentas e criminosas dos outros)

Portanto, de acordo com esta perspectiva Zimbardiana, se uma instituição (neste contexto, a Igreja Católica) reunir estes nove fatores de risco em um ambiente já projetado para a aniquilação de rivais e inimigos, terá, conseqüentemente, uma chance maior não apenas de convencer seus funcionários a cometer atos consideravelmente imorais, mas também, de levá-lo a acreditarem que eles estão, de fato, agindo com a máxima da moral e garantindo assim, uma suposta propagação do "bem".

3 - A INQUISIÇÃO CATÓLICA

Considerada a maior de todas as igrejas, a Igreja Católica é sempre lembrada nos livros de história por sua participação em Movimentos Religiosos de grande impacto para a história da civilização ocidental. Um desses movimentos ficou conhecido como a Inquisição Católica, ocorrida em grande parte da Europa e nas colônias da América e África (GREEN,2011: 39). De acordo com alguns historiadores, ela foi iniciada por motivações políticas (e não apenas religiosas), durou por quase trezentos anos e propiciou a morte de aproximadamente 40.000 pessoas (GREEN,2011: 40).

A fim de conseguir as confissões de seus réus, o método mais conhecido tanto popularmente, quanto academicamente foi a tortura. Quando conseguiam as informações, em geral, o prisioneiro que antes era considerado como um "suspeito grave" passava a ser culpado de suas acusações e, como mandava o protocolo, eram entregues às autoridades seculares para serem executados (GREEN, 2011: 88)

Fazendo uma análise mais apurada do modelos sistemático em que a Inquisição estava institucionalizada, podemos perceber o quão tendencioso eram suas estruturas rigidamente montadas.

Tudo começava com os Papas, que lideravam a igreja e como tal, utilizavam-se da Inquisição como poder político. Eles nomeavam seus inquisidores, que tinham o dever não apenas de administrar as suas paróquias locais, mas também de manter os bons costumes e padrões da fé católica da época, além de erradicar todas as formas de heresia, bruxarias ou práticas religiosas/sociais que não eram aprovadas por suas doutrinas católicas. Aos seus comandos estavam os "oficiais" que recebiam suas ordens e

auxiliavam nas torturas. Além destes, haviam também os chamados "familiares" que eram os cidadãos "de boa reputação" encarregados de espionar a população e denunciar todos aqueles que estivessem em alguma atividade suspeita (GRENN, 2011: 211-213).

Ainda em uma análise sistemática, em um dos manuais burocráticos mais conhecidos de hoje em dia e muito utilizado na época da inquisição, Krammer em "O Martelo das Feiticeiras" deixa ordens claras sobre como os inquisidores deveriam proceder com a vítima em uma sessão de interrogatório. Em geral, a acusada (já que a maioria das prisioneiras eram mulheres e acusadas de bruxarias) era despida com o pretexto da procura de sinais visíveis de bruxaria, seus cabelos e demais pelos corporais eram removidos pelo mesmo motivo e então, caso não concordasse em confessar a sua culpa de bom grado ao juiz, era submetida a vários aparelhos de tortura, com a intenção de que ela assim, finalmente confessaria suas supostas práticas de bruxaria. (MALLEUS,1484: 383). Cabe aqui ressaltar que todo este aparato judicial, tinha pouca preocupação em buscar a evidências dos fatos e denúncias à acusada, mas sim, a de conseguir sua confissão (PIRES, 2013: 7). A confissão imediata era a prova da culpa da acusada; em contrapartida, a recusa desta, nem sempre era considerada uma prova da inocência (na realidade, nunca era. Em geral, a crença mais comum entre os inquisidores era apenas a de que os juízes não haviam utilizado o aparelho de tortura correta ou que era apenas o Diabo, que devido à ausência de alguma ação do juiz eclesiástico durante o seu tratamento para com a acusada, ou por qualquer outro motivo, a fez suportar o processo da tortura (MALLEUS,1484: 388).

Além do mais, os funcionários eram submetidos à treinamentos para se manter imparciais frente ao apelo de suas vítimas (GREEN,2011: 109). Curiosamente, esta foi uma prática muito comum em outros sistemas políticos que se utilizavam da tortura em eventos posteriores, pensando por exemplo, nas reflexões que Hannah Arendt traz em "Eichmann em Jerusalem".

Isto sem mencionar o enorme poder político que a Igreja Católica e a Inquisição detinham nesta época, capazes de estabelecer quem eram as pessoas respeitáveis, quem eram os réus, e aqueles que questionassem suas ideias, poderiam ser condenados à morte por crime de heresia, fato este que a permitia governar através do medo (GREEN, 2011: 21).

4 – DISCUSSÃO

Uma vez agora expostas a teoria do “Efeito Lúcifer” de Philip Zimbardo e traçado este breve percurso histórico sobre a Inquisição e sua organização sistêmica de perpetuação da tortura, podemos começar a elaborar alguns possíveis paralelos entre o referencial histórico e a teoria Zimbardiana com o intuito de buscar a compreensão sobre como foi possível a institucionalização e razoável aceitação da Inquisição.

Inicialmente é digno de nota ressaltar que o método de tortura da Inquisição não foi uma inovação para réus naquela época e nem estava isolada de seu contexto histórico. Em oposição à tendência de alguns autores de falarem que os métodos de tortura inquisitórios foram exagerados, podemos pensar no fato de que as torturas já eram empregadas nas cortes criminais na cidade de Castela, na Espanha, e em Portugal (GREEN, 2011: 97). Não havia a noção humanitária de direitos humanos que temos hoje, naquela época e a política sistêmica das punições públicas como um meio de dissuasão da criminalidade era amplamente empregada em boa parte dos países europeus. Elas só viriam a ser abolidas no século XVIII. (PINKER, 2013: 415) Portanto, não era nenhuma novidade para a população europeia desta época assistir às execuções públicas. Ao contrário, neste contexto, as condenações dos réus à morte na fogueira por heresia e bruxaria, além dos métodos de tortura, não foram questionados por um longo tempo (GREEN, 2011: 98). Isto fica claro nas artes pintadas nesta época. A naturalização com que a população via tais métodos inquisitórios fica evidente principalmente em quadros que retratavam os autos de fé católicos. Não é difícil perceber a naturalização, o olhar sereno dos oficiais e um ar de justiça e contemplação da população espectadora, o que nos dá entender que estas práticas eram consideradas tão cotidianas, quanto hoje ao depararmos com a notícia de que algum criminoso foi preso. Hanna Arendt, chamaria todo este clima de naturalização e não questionamento das torturas e execuções de “banalidade do mal”.

Com a leitura de “Martelo das Feiticeiras”, pode-se perceber a partir da terceira parte do livro, que havia toda uma estrutura sistêmica que instrua de que modo os inquisidores deveriam proceder em todos os tipos de condenações de heresias e bruxarias. Para as consideradas mais leves, havia a chance de absolvição mediante a purgação do

ato. No entanto, para os/as reincidentes e para os/as que tinham sido flagrados(as) no ato ou haviam graves suspeitas para deste crime, eram reservadas as celas das prisões e as torturas com a finalidade de se chegar a “obtenção da verdade”. Esta "obtenção da verdade", na prática, era um meio de se transformar um réu considerado como suspeito em um culpado pela própria confissão e merecedor da pena capital.

Como dito acima, toda esta institucionalização era mantida e perpetuada em uma rígida hierarquia, montada de cima para baixo, onde basicamente papas, inquisidores e oficiais de justiça compunham toda a ordem deste sistema, cabendo aos primeiros a estruturação básica desta política inquisitória e a manutenção do controle e governo da população, institucionalizando suas doutrinas. Aos oficiais e auxiliares, a missão era apenas seguir as ordens do Inquisidor e auxiliá-lo nesta busca desenfreada pela confissão. Toby Green ressalta ainda que estes oficiais eram treinados para não se envolverem empaticamente diante dos apelos das vítimas torturadas, um meio este que também seria utilizado mais tarde, de acordo com autores como Bauman e Hanna Arendt, em oficiais do partido Nazista, dentro dos campos de concentração judeus

Dentro da teoria do Efeito Lúcifer, o principal fator com um extremo poder de cometer e manter a perpetuação de atos violentos e no caso específico desta pesquisa, de convencer pessoas mentalmente saldáveis e moralmente boas a torturarem os/as reus/rés condenados/as através de aparelhos e métodos horrendos de suplicios, está na estruturação sistemática das instituições. No caso desta pesquisa bibliográfica, o treinamento dado aos oficiais, juntamente com esta hierarquia sistematizada, a qual não permitia o questionamento de nenhum dos membros de denominações mais baixas em relação aos seus superiores contribuíam de forma significativa para que eles pudessem cometer tais atos. Hanna Arendt descreveu este mesmo problema ao analisar Adolf Eichman, ao relatar que uma vez inserido em um sistema como este, não tinha como haver a tal "voz da consciência" dizendo para que ele não matasse os judeus, uma vez que o sistema tornou o inaceitável em aceitável. O mandamento "não matarás" passou a ser "matarás". Logo não havia culpa em seu julgamento pessoal. O próprio Eichman, mais tarde, viria a se defender durante o julgamento dizendo que "só estava cumprindo ordens". Todo este processo Arendt virá chamar de "banalidade do mal"

Voltando à leitura de Toby Green

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

(...) se o prisioneiro morrer, quebrar algum membro ou perder algum sentido, a culpa será sua, e não dos ministros do Santo Ofício, pois ele voluntariamente se expõe ao perigo que pode evitar, confessando suas culpas (...).

Estas palavras, faziam parte de uma oração que os oficiais de justiça, eram instruídos a fazerem antes do início de uma sessão de tortura aos condenados. Desta forma, a instituição também contribuía para formar e tornar evidente um dos mecanismos clássicos de toda teoria sociopsicológica que aborda a questão da maldade humana. A "justificação moral." Com este jogo, além de retirar dos oficiais, toda a responsabilidade pelas ações danosas de seus atos, ela irá instruir também, de acordo com Green, que os oficiais torturadores usem um capuz em seus rostos antes de começarem a prática. O ato de cobrir o rosto com um capuz, Zimbardo irá identificar como o mecanismo da desindividuação, uma vez que passa uma maior noção de anonimato ao torturador.

Além desta citação, ainda há outra passagem onde a justificação moral aparece. Logo em uma outra parte do seu livro, Green descreve algumas das palavras de um Inquisidor nomeado em Solibera, em 1484. No meio de seu discurso inaugural de posse, segundo o historiador, ele disse estas palavras:

Nosso objetivo, é cuidar da vinha da Igreja, como sentinelas atentas, separando as heresias do trigo da religião (...) caso se considere atentamente, ver-se que tudo isto, que a primeira vista parece horrível, não passa de misericórdia (...) Quem duvida que aquilo que neste tribunal parece severidade da justiça não passa de remédio, ministrado pela misericórdia, para a saúde dos delinquentes?

Além da clara justificativa moral dos atos horríveis da Inquisição que o líder inicialmente pareceu admitir, encontra-se também outro fator social da teoria; a Dissonância cognitiva, uma vez que ele justifica um ato moralmente inaceitável, tornando-o aceitável através das palavras eufêmicas como “misericórdia” e “remédios” ao se referir as práticas do sistema. Eufemismo, que por sinal, são uma parte vital para a manipulação do sistema para tornar suas atitudes moralmente inaceitáveis e toleráveis. (Bandura,)

Há ainda, dentro da teoria de Zimbardo, outros fatores de riscos que auxiliam neste processo, tais como a desumanização, a transferência de responsabilidade pessoal, a

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
 “O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
 Juiz de Fora, 2017, 1554p.
 ISSN: 2317-0468
 17 a 21 de outubro de 2016*

obediência grupal e o "mal da inação". Até o presente momento, não foram encontrados ainda evidências destes fatores nas nossas bibliografias consultadas.

5 – CONCLUSÃO

Até o momento da presente pesquisa, foram verificadas algumas das variáveis sistêmicas, proposta pela teoria Zimbardiana na literatura de Toby Green e no *Malleus Maleficarum*. No entanto, devido esta ser uma pesquisa ainda em andamento, há algumas limitações claras até o presente momento deste artigo, como por exemplo, definir em que país serão analisados os processos institucionais da Inquisição. Até o presente momento, foi feita uma leitura mais generalizada do tema, mas estas por si só, não servirão de uma base confiável para poder analisar bibliograficamente a teoria.

6 – BIBLIOGRAFIA

ARENDDT, Hanna. **Eichmann em Jerusalém**: um relato sobre a banalidade do mal. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e Holocausto**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1998

GREEN, Toby . **Inquisição** O reinado do medo. Rio de Janeiro Objetiva, 2011

KRAMER, Heinrich; Sprenger, James. **Malleus Maleficarum**. Rio de Janeiro: BestBolso. 2015

PINKER, Steven. **Os Bons Anjos da nossa natureza**: Porque a violência diminuiu. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

PIRES, João Davi Avelar. **A inquisição e a feitiçaria**: A ritualização do interrogatório e da tortura. Revista História e Cultura, p 560-573, 2013

ZIMBARDO, Phillip. **O Efeito Lúcifer**: Como pessoas boas se tornam más. Rio de Janeiro: Record. 2012

RESISTÊNCIA E SINCRETISMO RELIGIOSO: A SANTIDADE DE JAQUARIPE NO TRIBUNAL INQUISITORIAL

Willian Dias da Silva¹

Letícia Maia Dias²

RESUMO:

Este trabalho busca traçar uma reflexão acerca dos aspectos híbridos que integraram o culto indígena, em detrimento do processo de catequização jesuítica. Através da imposição, assimilação e incorporação das práticas católicas, a cultura indígena foi a primeira a compor o que se denomina como “Matriz da Religiosidade Brasileira”, resultante de uma amalgama com a religião católica dos colonizadores europeus. Este sincretismo ultrapassou o caráter religioso, tornando-se um fenômeno social, antropológico e histórico, responsável por originar vários movimentos de resistência indígena como o da "Santidade de Jaguaripe", que emergiu por volta de 1580 na região ao sul do recôncavo baiano e que foi a causa de vários processos no Tribunal do Santo Ofício.

PALAVRAS-CHAVE: Sincretismo, Santidade , Santo Ofício.

ABSTRACT:

This article seeks to outline a reflection about aspects hybrids integrated the cult indigenous, to detriment of the jesuitical catechesis. Through the imposition, assimilation and incorporation of catholic practices, the indigenous culture was the first to compose what is known as the "matrix of Brazilian religiosity", resulting from a mixture with the catholic religion of the European colonizers. This syncretism surpassed the religious character, becoming a social phenomenon, anthropology and history, responsible for causing several movements of indigenous resistance as the "Sanctity of Jaguaripe", which emerged around 1580 in the region south of the Reconcavo Baiano and that was the cause of processes at the Court of the Holy Office

Keywords: syncretism, Jaguaripe, Holiness, Court, Holy Office.

INTRODUÇÃO:

O movimento denominado de "Santidade de Jaguaripe", tinha como objetivo estabelecer uma rebelião armada contra a escravidão e as práticas catequéticas impostas

¹ Graduando em Ciências Humanas/UFJF .Email: wlwl@ig.com.br

² Graduanda em História /UFJF.Email: leticiamaiadias@hotmail.com

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

pelos portugueses. Contudo, desde o início, o mesmo possuía um caráter heterogêneo, já que era composto por integrantes não só indígenas, mas de vários segmentos como mamelucos, escravos negros vindos da Guiné e brancos (pobres e possuidores de terras).

Mediante sua abrangência popular, o culto a Santidade de Jaguaripe gerou uma grande apreensão por parte das autoridades governamentais, de alguns colonos, religiosos e principalmente do Império Português. Ademais, mesmo após seu término, o movimento foi referenciado inúmeras vezes nos processos de denúncias, sentenças e execuções de penas inquisitoriais, que hoje estão localizadas no Arquivo da Torre do Tombo em Lisboa.

O PROCESSO DE CATEQUIZAÇÃO JESUÍTICA

O século XVI evidenciou a emergência da Reforma e dos movimentos protestantes. Neste contexto, a Companhia de Jesus também conhecida como Ordem dos Jesuítas, fundada em 1534 por Inácio de Loyola e reconhecida por intermédio de uma bula papal em 1540, consolida-se enquanto um instrumento missionário de educação e transmissão doutrinária da Igreja Católica.

A Ordem se expandiu para além das fronteiras do continente europeu, e se instalou também no "Novo Mundo". Posto isto, os jesuítas acreditavam que nas Américas poderiam efetivamente realizar sua missão de salvação e evangelização, uma vez que através dos índios poderiam levar mais almas para Deus, impedindo assim, o avanço do protestantismo.

Por outro lado, é preciso considerar o movimento missionário jesuítico em escala ampliada, envolvendo as atividades da "Missão de Assistência de Portugal" que tinha o papel estratégico de atender, no âmbito espiritual, os interesses de difusão da fé católica no mundo português do século XVI, que abarcava territórios em diversos continentes. Esse movimento iniciou no Brasil em 1549 com o envio de Nóbrega, que se tornaria o primeiro provincial no Brasil enquanto Francisco Xavier seria nomeado no mesmo ano, como primeiro provincial da Índia (ANDRADE, 2002: 51).

Os jesuítas catequizavam e organizavam os nativos a partir dos aldeamentos. Na maioria dos casos, povos inteiros de diferentes etnias, eram transferidos de suas terras para estas aldeias, onde estudavam as doutrinas católicas, eram batizados e ganhavam

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

nome de santos e santas, tornando-se “civilizados”. Porém a tentativa destes religiosos de impor o cristianismo também evidenciou certos limites no que se refere principalmente a forma como estas práticas e tradições católicas se interiorizaram na realidade indígena.

A comunicação entre nativos e religiosos que falavam línguas distintas configurou-se como uma das maiores dificuldades criadas em detrimento das atividades catequéticas. No entanto, esta dificuldade marcou de maneira significativa a realidade colonial e as relações sociais estabelecidas, explicando o caráter sincrético e híbrido que o movimento de "Santidade de Jaguaripe" assumiu.

Viu-se que foi nos aldeamentos da Companhia de Jesus que padres e índios construíram a base da idolatria ameríndia. Construíram-na por meio de traduções do catolicismo para o tupi e vice-versa; por meio das circularidades entre os símbolos culturais cristãos e os indígenas(VAINFAS, 1995: 150).

Portanto, em decorrência desta dificuldade e como uma estratégia de catequização, os padres abandonaram o latim oficial e buscaram aprender a língua nativa, empregando-a nas celebrações, músicas e nas encenações teatrais, como forma de inculturação dos nativos aos rituais católicos. Apesar disso, os padres perceberam que o trabalho missionário seria árduo e perigoso (VAINFAS; SOUZA, 2000), já que o cristianismo que se desenvolveu baseou-se na assimilação e incorporação das práticas pertencentes ao universo religioso indígena.

O MOVIMENTO "SANTIDADE DE JAGUARIFE"

A “santidade de Jaguaripe” configura-se como o movimento de resistência indígena mais conhecido no decorrer de toda a história do século XVI.

Na verdade, "santidade" era um termo genérico utilizado pelos jesuítas para denominar certos rituais ou festas tupis que ocorriam tempos em tempos, reunindo um número considerável de índios. Porém o movimento religioso que será objeto de exame em seguida tem características particulares e foi alvo de interpelações do Santo, tornando-se conhecido pelo nome de "Santidade de Jaguaripe". (ANDRADE, 2002: 65)

Em 1591, em decorrência da visita do inquisidor Heitor Furtado de Mendonça, o movimento foi documentado inúmeras vezes nas crônicas europeias, correspondências

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

jesuíticas, documentos da governança colonial, e principalmente nos arquivos do Tribunal do Santo Ofício, que constituem um importante dossiê inquisitorial composto de confissões, denúncias e dezenas de processos manuscritos encontrados no Arquivo da Torre do Tombo em Lisboa.

Os estudos desenvolvidos acerca deste movimento religioso tupinambá e de suas especificidades, bem como das demais santidades ameríndias é pouco abordado entre os historiadores, contudo, entre os etnólogos e antropólogos é muito frequente.

Neste sentido, buscamos ao longo deste artigo, trabalhar e compreender este movimento como um acontecimento essencialmente cultural, marcado sobretudo por um forte sincretismo religioso. Este sincretismo torna-se então um elemento presente não apenas nesta santidade, mas em toda a sociedade que se desenvolveu nos primórdios do período colonial.

OS CARAÍBAS

No que se refere a "Santidade de Jaguaripe" torna-se essencial entender a função exercida pelos índios denominados de "Caraíbas". Estes, eram homens de prestígio entre os nativos, que percorriam as aldeias pregando uma mensagem profética sobre a existência de um paraíso onde se encontravam os ancestrais e não havia escravidão.

Pregavam em transe, após sorverem a fumaça de certas ervas, e de conversar baixinho com suas cabaças mágicas, todas enfeitadas de penas, pintadas com olhos, nariz e boca, pois eram elas afinal que alojavam o espírito dos deuses (...) (VAINFAS, 1995: 13).

Os jesuítas denominaram estes caraíbas e seus rituais de santidades, fato que acabou por gerar uma grande confusão dado que a afirmação de que os índios não possuíam religião era frequente nas narrativas de viajantes e religiosos. A partir da década de 1580, estes rituais começaram a se mostrar cada vez mais presentes, despertando assim, um certo desconforto e receio por parte dos missionários, autoridades e proprietários de terras, que interpretavam estas manifestações como cerimônias e idolatrias demoníacas, e deste modo, "passaram da perplexidade ao medo, do desconhecimento ao pânico" (VAINFAS, 1995:14).

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
"O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História",
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016*

O MOVIMENTO

É dentro deste contexto que em 1580, o movimento surge no sul do Recôncavo Baiano revelando desde o começo seu aspecto sincrético. Enquanto a mais significativa revolta ameríndia do período do Brasil Colonial, a " Santidade de Jaguaripe" foi liderada pelo índio caraíba e batizado como Antônio , que tinha conhecimento dos ensinamentos tanto da religião católica como da indígena.

Antônio teria fugido de seu aldeamento e a partir daí muitos seguidores não só indígenas, mas pertencentes a outros segmentos como mamelucos, escravos negros vindos da Guiné e brancos (pobres e possuidores de terras) aderiram ao movimento, que acabou por intensificar as fugas dos nativos escravizados, os incêndios nas propriedades de terra e assassinatos dos senhores de engenho.

Além disso, o movimento encontrou na figura controversa do senhor de engenho Fernão Cabral de Taíde, um grande apoio e proteção. Fidalgo nascido no sul de Portugal, e segundo alguns estudiosos detentor de uma relação de parentesco direta com Pedro Álvares Cabra. Taíde abrigou em suas terras o movimento, permitindo até mesmo a construção de uma igreja pelos próprios índios.

A atuação e as motivações que levaram de Fernão de Cabral a aderir ao movimento desperta muitas hipóteses entre os estudiosos. As mais frequentes referem-se a possibilidade que o senhor de engenho teria de, ao apoiar o movimento, conseguir maior contingente de mão-de-obra ao seu dispor. Entretanto, Vainfas (1995) acredita que ele vivia num contínuo dilema, caracterizado pela ambição de conseguir cada vez mais índios para posteriormente explorá-los e a necessidade de cultuar a santidade, fazendo com que os índios continuassem acreditando que sua fazenda era o paraíso que tanto procuravam.

Entretanto :

É possível que, caso o restante da santidade viesse a ter mesmo a seu engenho, Fernão Cabral, com o tempo, destruísse a seita e cativasse todos os índios: os seguidores da santidade, os escravos alheios, os forros das missões, todos os nativos, enfim, que se aglomeravam em Jaguaripe. O certo porém é que perdeu completamente o controle da situação: multiplicavam-se as fileiras de adeptos em seus domínios, e ele, ao invés de explorá-los como supostamente desejava, só fazia adular o clero indígena e render culto ao seu ídolo(VAINFAS, 1995: 98).

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
 "O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História",
 Juiz de Fora, 2017, 1554p.
 ISSN: 2317-0468
 17 a 21 de outubro de 2016*

Posto isto, trabalhamos com a hipótese também sustentada por Vainfas, de que o próprio senhor de engenho acabou por aderir ao movimento, mediante a aspiração de se tornar o maior e mais poderoso senhor de escravos da Bahia.

O FIM DA SANTIDADE DE JAGUARIBE

O Governador Geral Manuel Teles Barreto após uma grande pressão dos colonos, dos senhores de engenho e dos Jesuítas, que ficaram muito apreensivos devido ao crescimento do movimento, determinou uma primeira expedição sob o comando de Álvaro Rodrigues, com a finalidade de combater o movimento da Santidade.

Porém persuadido pelo Senhor de Engenho Fernão Cabral de Ataíde para trocar de estratégia no combate, o Governador nomeia o próprio Cabral para combater o movimento. Todavia, Cabral passa a proteger a Santidade, o que atrai a ira do Governador que nomeia Bernaldim Ribeiro, para derrotar de vez a Santidade.

Em 1585, a expedição obtém êxito e não encontra nenhuma reação por parte dos índios e tão pouco por Fernão Cabral. Segundo Vainfas (1995), o ídolo e objetos de culto construídos confiscados, a igreja construída foi incendiada, os índios foram novamente escravizados e devolvidos aos antigos senhores ou aos jesuítas, sendo seus principais líderes aprisionados, com exceção de Antônio, que desaparecera sem deixar rastro.

Sendo assim, tanto os índios como o senhor de engenho tiveram seus sonhos destruídos com o fim do movimento. Os índios não tinham mais um lugar onde poderiam viver com tranquilidade, longe da dominação colonial, e Fernão Cabral por sua vez, não tinha mais uma grande quantidade de pessoas que posteriormente poderia trabalhar em suas terras, aumentando sua influência e poder. Enfim, os índios perderam o sonho de não serem dominados e Fernão de dominar (RAMOS; MORAIS, 2010).

SINCRETISMO COMO PRINCIPAL CARACTERÍSTICA DO MOVIMENTO

Serge Gruzinski³ trabalha com a perspectiva de um processo de cristianização que se deu através da religião, e embora seu recorte de pesquisa seja dedicado a colonização espanhola no México, podemos usar suas análises também para compreender como este processo se deu na colonização portuguesa no Brasil.

A denominada "realidade" colonial transcorria em um tempo e espaço distinto, e era pautada em princípios sociais e de poder, onde cada indivíduo teria sua própria percepção acerca do divino, do real e do além. Este distanciamento existente entre os sistemas de representação ou de poder estaria então diretamente vinculado a maneira com que as sociedades em questão "percebiam, memorizavam e comunicavam aquilo que concebiam como realidade, ou melhor, como a sua realidade" (GRUZINSKI, 2003: 271).

Por conseguinte, ao empreenderem sua missão evangelizadora, os colonizadores almejavam algo que Gruzinski afirma ser simultaneamente fácil e impossível: a incorporação do sobrenatural cristão na realidade exótica dos índios. A facilidade se dava porque mesmo havendo uma distância entre estas sociedades, as duas enalteciam o aspecto surreal concebendo-o enquanto realidade essencial e indiscutível do ordenamento das coisas. Todavia, impossível devido a forma como o concebiam, que era totalmente diferente, o que acabou por causar um desentendimento geral.

Estes aspectos também podem ser verificados no contexto colonial brasileiro, dado que, tanto os portugueses- principalmente os jesuítas - como os índios passaram a projetar sobre a "realidade" do outro seus costumes, práticas e representações culturais. Os índios passaram a interpretar este universo cristão enquanto um elemento novo e

³ Historiador, arquivista e paleontólogo nascido na França em 1949. Pertencente ao ramo da história das mentalidades e se dedica ao estudo sobretudo de questões latino-americanas. Diretor do núcleo de pesquisas no Centre National de la Recherche Scientifique e professor na École de Hautes Études em Sciences Sociales. Em 2015, se tornou o primeiro historiador a receber o Prêmio Internacional de História, considerado como o prêmio Nobel da História.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

complementar a sua própria religiosidade, adotando assim, alguns rituais, objetos e personagens pertencentes e essenciais para a fé católica.

Os portugueses também fizeram suas projeções em relação a realidade nativa. Entretanto, estas projeções em sua maioria, inferiorizavam e desconsideravam a cultura indígena, por exemplo ao compreenderem seus diversos deuses enquanto manifestações do demônio, responsabilizados por incentivar os índios a se revoltarem e pelo não cumprimento das normas do cristianismo:

(...) os jesuítas também pensaram que os nativos da costa brasílica "não tinham fé, nem lei, nem rei", fórmula usada por vários cronistas do primeiro século para descrever os Tupinambá. O próprio Nóbrega, primeiro provincial dos inacianos no Brasil, chegou a escrever, em uma de suas cartas, que os " índios eram como papel em branco onde se poderia escrever à vontade" (...) O costume da antropofagia - a vingança ritual que conferia lógica à guerra entre os Tupinambá - era o exemplo principal de que, na verdade, longe de serem *tabula rasa*, poderiam estar governados pelo demônio. Seria preciso domestica-los, "pacifica-los" (...) Em certos documentos, vemos os padres tentando desmerecer os que chamavam "feiticeiros", os pajés da cultura tupi, que agiam como curandeiros ou presidiam grandes cerimônias de comunhão com os ancestrais mortos. E faziam-no dizendo que eram eles, padres, os verdadeiros pajés (VAINFAS; SOUZA, 2000: 12-13).

Destarte, esta tentativa de promover e impor uma "cristianização" a cultura e sobretudo a religiosidade nativa ,acabou por desencadear uma complexidade as relações sociais que se desenvolveram, condicionando a existência de uma nova cultura religiosa, sendo o sincretismo seu elemento central.

A comunidade tupi do litoral no século XVI sob o domínio lusitano enfrentou nos primeiros passos do projeto português relativa superioridade dos armamentos bélicos, perplexidade e o medo provocado pelo desconhecido, além da prática do cerco, queima das aldeias e destruição das roças. Para, além disso , elementos novos foram sendo introduzido na esfera colonial (...) Os traumas psicológicos e as práticas de dominação sofridas por esses povos fez emergir um sentimento de perplexidade e de desposseção dado a destruição do seu mundo clássico e da sua autoimagem positiva a partir do momento em que se estabeleciam novas formas de relação hierarquizadas, para tanto, o processo serviu de guia para que os povos ameríndios buscassem novas formas de relacionamento e reorientarem novos paradigmas (JESUS, 2013: 4).

Deste modo, o sincretismo também constitui-se como característica central da "Santidade de Jaguaripe", e se manifesta no discurso usado, nos elementos e objetos

empregados no culto, na sua própria constituição e em seus principais personagens, o índio caraíba Antônio e o senhor de engenho português Fernão Cabral de Taíde .

O índio Antônio enquanto líder da "Santidade de Jaguaripe " , empregou um discurso milenarista em que se autodenominava "Tamanduaire", que na mitologia indígena era um dos mais importantes ancestrais do povo tupinambá. No entanto, por ter sido catequizado pelos jesuítas, Antônio acabou assimilando os valores cristãos , incorporando-os aos indígenas, fato que reforçou o cunho sincrético do movimento .

Antônio se considerava o herói indígena, mas simultaneamente, dizia ser também o Papa, nomeando outros índios como bispos, e batizando -os com nome de santos. Logo, faziam uso de alguns objetos e rituais sagrados do cristianismo como a oração do rosário e adoração as cruzes e também de objetos indígenas como os maracás e o culto ao ídolo de pedra denominado "Tupanaçu" que localizava-se no centro da igreja construída nas terras de Fernão Cabral.

De acordo com Vainfas (1995), além de atribuir nomes de santos aos demais integrantes do movimento, Antônio teria designado o nome de Santa Maria Mãe de Deus a própria mulher, e assim o clero que constituía a "Santidade de Jaguaripe" configurava-se como um verdadeira corte celeste católica.

Neste sentido, é interessante notar como a celebrações batismais realizadas pelo líder caraíba, podem ser entendidas enquanto um maneira de resistência ao batismo cristão imposto pelos jesuítas ou de afirmação da prática católica. Contudo, a perspectiva do batismo como resistência ao catolicismo figura-se como a explicação mais adequada, dado que os índios acreditavam que conduzia a morte, e o rebatismo pela santidade significaria a vida eterna (VAINFAS, 1995: 121).

Elementos mais genuinamente indígenas, nós encontramos na virtude do caraíba de falar com os espíritos, na separação entre homens, mulheres e crianças, durante os cortejos que seguiam o líder, nos bailes, no uso da erva-santa, nas possessões, nos cantos e nas defumações. Sobre esses componentes não há equívoco quanto a sua origem nativa(SILVA, 1995: .66).

Mediante ao contexto de um movimento marcado significativamente pelo sincretismo, a religião torna-se elemento crucial, visto que a dominação colonial portuguesa contou com o apoio dos missionários jesuítas para interiorizar-se, mesmo que

através da violência e da imposição na realidade indígena. Deste modo, a emergência do movimento se deu como uma resposta a esta dominação.

Convém assinalar a propósito, que embora sua mensagem anticolonialista possuísse forte conotação étnica e social — pois pregava a morte ou a escravização da "gente branca" —, era no domínio religioso que a rebelião afirmava sua identidade construindo-a por oposição à Igreja católica. Utilizava-se, pois, um rito católico — o batismo — para invertê-lo e neutralizá-lo. Se o batismo dos jesuítas simbolizava o ingresso dos índios na comunidade cristã, o rebatismo da santidade procurava anular aquele trânsito cultural, limpando os neófitos da nódoa mortal do sacramento cristão (VAINFAS, 1995: 121).

Através da imposição, assimilação e incorporação das práticas católicas, a cultura indígena foi a primeira a compor o que se denomina como “Matriz da Religiosidade Brasileira”, resultante de uma amalgama com a religião católica dos colonizadores europeus. Conseqüentemente, a constituição desta matriz no Brasil teve como resultado o sincretismo religioso, que até os dias atuais caracteriza fortemente a realidade histórica e identitária brasileira.

A ATUAÇÃO DO TRIBUNAL DO SANTO OFÍCIO NO CASO DA SANTIDADE DE JAGUARIBE.

O Tribunal do Santo Ofício, instituição eclesiástica de personalidade judicial, era um instrumento de centralização política. Estava sob as ordens do Rei e do Papa. A função principal do Tribunal era zelar pela doutrina da Igreja Católica, combater as heresias, o judaísmo, o protestantismo e as feitiçarias, além de punir e castigar os hereges. O método de atuação inquisitorial era baseado na denúncia e no segredo e o processo era aberto mantendo o acusador desconhecido e às vezes até mesmo a acusação.

O Tribunal do Santo Ofício Português foi instituído pelo Papa Paulo III, através da bula "Cum ad Niil magis" de 23 de maio de 1536 ao Rei D. João III, tendo sua atuação até 1821. A Inquisição de Lisboa realizou a primeira visita oficial do Tribunal ao Brasil em 29 de julho de 1591 na Bahia, enviando o inquisidor Heitor Furtado de Mendonça, que permaneceu em terras brasileiras até 1593. O Brasil não teve um tribunal próprio, mas como colônia estava submetido ao Tribunal de Lisboa, que além do Brasil, era

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

responsável pelas ilhas do Atlântico e pelos territórios da coroa portuguesa da costa ocidental da África.

A notícia da atuação do tribunal em determinada região causava pânico, mas ao mesmo tempo era uma festa solene, onde todos eram obrigados a participar demonstrando respeito ao Tribunal e na Bahia não foi diferente.

A primeira providência tomada pelo Visitador Furtado de Mendonça na cidade da Bahia foi obrigar a todas autoridades eclesiásticas e civis a curvarem-se obedientes à autoridade maior do Santo Ofício: o próprio Bispo da Bahia, o cisterciense Dom Antônio Barreiros, (1575-1600), o terceiro da diocese e único dos Brasis, foi incumbido de ler publicamente a Provisão da Visita, beijando o manuscrito e colocando-o por sobre sua cabeça em sinal de respeito e obediência. É contudo aos 28 de julho deste mesmo ano do Senhor de 1591, domingo da Oitava de Pentecostes, que tem lugar o primeiro Auto-de-Fé que se celebrou no Brasil: fora previamente preparado, pois em todas as mais de sessenta igrejas e capelarias espalhadas pelo recôncavo baiano, os párocos haviam estimulado previamente aos fiéis que se dirigissem a Salvador naquele domingo fatídico, a fim de com suas presenças, demonstrarem o respeito que tributavam à Santa Inquisição. De fato, a pequenina capital da América Portuguesa nunca presenciara tamanha aglomeração humana e tanta pompa como naquele domingo invernosso (MOTT,2010: .19) .

ALGUNS PROCESSOS RELACIONADOS À SANTIDADE DE JAGUARIBE

Os processos da Inquisição de Lisboa referentes ao movimento da "Santidade de Jaguaribe" se encontram no Arquivo Nacional da Torre do Tombo em Lisboa. Estes vários processos contribuíram como fontes riquíssimas de estudo sobre o movimento e sobre o sincretismo religioso das décadas finais do século XVI. Entre os vários processos destacamos os de Cristovão Fernandes e Pantalhão Ribeiro cristãos velho, Cristóvão de Bulhões, Simão Dias e Tomás Ferreira, mamelucos e os dois processos mais volumosos pertencentes ao cristão velho e senhor de engenho Fernão Cabral de Ataíde.

No processo de [Cristóvão Fernandes](#) encontra-se na identificação as seguintes anotações :

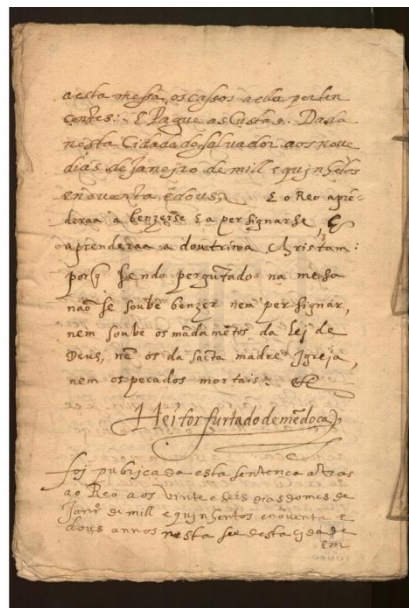
Estatuto social: cristão-velho. Crime/Acusação: dar fuga a um homiziado do Santo Ofício .Cargos, funções, actividades: pescador .Naturalidade: Porto. Morada: Freguesia de Jaguaripé, Brasil..
 Datas 1591-09-09 - 1592-01-26
 Código de referência PT/TT/TSO-IL/028/07949
 Cota atual Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, processo 07949.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

Data da prisão: 17/12/1591
 Sentença: 09/01/1592. Pagamento de dez cruzados para despesas do santo
 officio, não reincidir, pagamento de custas, ser instruído na doutrina cristã⁴.

Na última folha do processo, o Inquisidor Heitor Furtado de Mendonça, relata sobre o réu que "(...) sendo perguntado não soube benzer-se, não soube os mandamentos da lei de Deus, nem os da Santa Madre Igreja, nem os pecados mortais."

Última folha do Processo nº 7949 de Cristóvão Fernandes, .⁵



Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Tribunal do Santo Ofício (F), Inquisição de Lisboa (SF), processo de Cristóvão Fernandes Andrade, código de referência PT/TT/TSO-IL/028/07949

O processo de Fernão Cabral de Ataíde foi instaurado pelo Tribunal do Santo Ofício depois de alguns anos da derrota do movimento e da reconciliação de Cabral com o Governador Teles Barreto. Cabral foi denunciado, preso e processado por causa do seu comportamento durante o período em que o movimento esteve localizado em suas terras. Na identificação dos seus processos constam estes registros :

⁴ Arquivo Nacional Torre do Tombo, Tribunal do Santo Ofício (F), Inquisição de Lisboa (SF), processo de Cristóvão Fernandes, (código de referência: PT/TT/TSO-IL/028/07949). Disponível em <<http://digitarq.arquivos.pt/details?id=2308044>> .Acesso em 10/09/2016

⁵ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Tribunal do Santo Ofício (F), Inquisição de Lisboa (SF), processo de Cristóvão Fernandes Andrade, código de referência PT/TT/TSO-IL/028/07949. Disponível em <<http://digitarq.arquivos.pt/details?id=2308044>>. Acesso em 10/09/2016

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.

*“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
 Juiz de Fora, 2017, 1554p.*

ISSN: 2317-0468

17 a 21 de outubro de 2016

Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 14635 (38 folhas)
 Datas 1591-07-30 - 1591-09-19
 Estatuto social: cristão-velho Idade: 50 anos
 Crime/Acusação: heresia
 Naturalidade: Silves, Algarve Morada: Jaguaripe, capitania da Baía, Brasil
 Pai: Diogo Fernandes Cabral Mãe: D. Ana de ...
 Data da prisão: 19/09/1591.⁶

Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 17065 (476 Folhas)
 Datas 1591-09-05 - 1593-04-13
 Estatuto social: cristão-velho Idade: 50 anos
 Crime/Acusação: heresia
 Naturalidade: Silves, Algarve Morada: Jaguaripe, capitania da Baía, Brasil Pai:
 Diogo Fernandes Cabral Mãe: D. Ana de Almada. Estado civil: casado
 Cônjuge: D. Margarida da Costa, cristã-velha.
 Data da prisão: 19/09/1591
 Sentença: [auto-da-fé privado] de 23/08/1592. Abjuração de leve, penitências
 espirituais, pagamento de mil cruzados para despesas do Santo ofício,
 degredado para fóra do Brasil .Preso no cárcere do Santo Ofício. Este processo
 é todo ele do trâmite da Inquisição em Salvador da Baía."⁷

Nos autos inquisitoriais do processo número 11036, de Pantalião Ribeiro, encontram depoimentos relacionados aos rituais da “Santidade” que acontecia nas terras de Fernão Cabral:

(...) denunciando disse que houvera quatro ou cinco anos que Domingos Fernandes Nobre casado com Isabel Beliaga o qual é língua dos gentios e chamam lhe Tomacauna disse a ela denunciante que no sertão adorava o ídolo dos gentios e que chamam Santidade e se pusera de joelhos três vezes diante dele ele ofertara facas e anzóis e que o rebatizara o gentio a que chamam Papa ele pusera nome Luis e lhe disse mais que divina e humanamente se podia conversar aquele negro chamado papa, porque trazia contas e adorou as cruzes e assim lhe disse mais que o dito chamado papa rebatizara também o Patalião Ribeiro e a outros, e denunciando mais disse que dona Margarida mulher do dito Fernão Cabral no tempo que na sua fazenda estava a dita chamada Santidade dos gentios indo lhe a gentia a que chamavam mãe de Deus pedir licença para ela batizar outra índia da terra já cristã lhe concedeu a dita licença, e ela denunciante que presente estava repreendeu daquilo..⁸

⁶Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Tribunal do Santo Ofício (F), Inquisição de Lisboa (SF), processo de Fernão Cabral de Ataíde, (código de referência: PT-TT-TSO/IL/28/14635). Disponível em: <<http://digitarq.arquivos.pt/details?id=2314786>>. Acesso em: 28/09/2016.

⁷Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Tribunal do Santo Ofício (F), Inquisição de Lisboa (SF), processo de Fernão Cabral de Ataíde, (código de referência: PT-TT-TSO/IL/28/17065). Disponível em <<http://digitarq.arquivos.pt/details?id=2317069>>. Acesso em: 28/09/2016.

⁸Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Tribunal do Santo Ofício (F), Inquisição de Lisboa (SF), processo de Pantalião Ribeiro nº 11036, Fólios 2-3

CONCLUSÃO

Posto isto, podemos compreender a "Santidade de Jaguaripe " e seu aspecto sincrético enquanto uma resistência sócio cultural, já que, ao mesmo tempo utilizava costumes do contexto cristão e indígena, atribuindo-lhes novos significados. Como exemplo podemos citar o fato do líder se considerar papa e assim, denominar alguns índios como santos e a idolatria a Tupanaçu, uma imagem feita de pedra.

Portanto, mesmo com o extermínio do movimento em 1595, e as posteriores sentenças atribuídas a alguns de seus integrantes pelo Tribunal do Santo Ofício, a Santidade de Jaguaripe evidencia-se enquanto uma forma expressiva de resistência ao qual os índios recorreram no sentido de lidar com o domínio dos colonizadores portugueses , através do aparato religioso.

Por conseguinte, este catolicismo a maneira indígena, destacou a complexidade existente no âmbito da sociedade colonial, onde a convivência e assimilação cultural faziam-se profundamente presentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS :

ANDRADE. Maristela Oliveira de. **500 anos de catolicismos e sincretismos no Brasil**. João Pessoa. Editora Universitária, 2002.

ANTT, **Inquisição em Lisboa processos n°s 07949,11068,14635,17065**.Disponível em <http://digitalq.arquivos.pt>.2016

GRUZINSKI, Serge. **A Cristianização do Imaginário**. In: A Colonização do Imaginário : sociedades indígenas e ocidentalização no México espanhol. Séculos: XVI-XVIII. São Paulo : Companhia das Letras, 2003, p. 271-294.

JESUS, Edvaldo Nascimento de. **Antagonismo Colonial : A santidade de Jaguaripe e a Construção da liberdade no século XVI no recôncavo baiano**. In: II Simpósio Internacional de Estudos Inquisitoriais :2013,UFRB. Salvador. Disponível em : http://www3.ufrb.edu.br/simposioinquisicao/wp-content/uploads/2014/02/2013-Texto_Edvaldo_Nascimento.pdf. Acesso em: 23/08/2016

MOTT, Luiz Roberto de Barros. **Bahia Inquisição e Sociedade**. Salvador: EDUFBA, 2010.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

RAMOS, Fábio Pestana; MORAIS, Marcus Vinícius. **Eles formaram o Brasil**. São Paulo : Contexto, 2010.

SILVA, Isabelle Braz Peixoto do. A santidade de Jaguaripe, pp.65- 70. **Revista de Ciências Sociais**, nº: 1-2, v. 26, 1995, p. 65-70.

VAINFAS, Ronaldo. **A heresia dos índios : catolicismo e rebeldia no Brasil Colonial**. São Paulo : Companhia das Letras, 1995.

VAINFAS, Ronaldo. SOUZA, Juliana Beatriz de. **Brasil de todos os Santos**. 1ª edição . Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FONTES:

ABREU, Capistrano de . **Capítulos de história colonial (1500-1800): os caminhos antigos e o povoamento do Brasil**. 5ª edição . Rio de Janeiro : Sociedade Capistrano de Abreu , 1969 .

FILHO, José Bittencourt . **Matriz Religiosa Brasileira: Religiosidade e Mudança Social**. Editora Vozes: Petrópolis, RJ , 2003.

GINZBURG, Carlo. **O Inquisidor como Antropólogo** In: A micro-história e outros ensaios. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

MASSIMI, Marina. **A psicologia dos jesuítas: uma contribuição à história das ideias psicológicas**. Psicologia: Reflexão e Crítica, v. 14, n. 3, p. 625-633, 2001.

NOVINSKY, Anita. **A Inquisição**. 2ª edição. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1983.

SIQUEIRA, Sônia Aparecida de. **A inquisição portuguesa e a sociedade colonial**. São Paulo: Ed. Ática, 1978.

SOUZA, Laura de Mello e. **O Diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

VAINFAS, Ronaldo (org.). **Santo Ofício da Inquisição de Lisboa: Confissões da Bahia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997

O caso de relapsia do cristão-novo Félix Nunes de Miranda

Daniela Cristina Nalon

Resumo:

O presente trabalho traz algumas considerações sobre dados coletados nos processos analisados do cristão-novo Félix Nunes de Miranda, preso e processado pelos Tribunais do Santo Ofício de Llerena e Lisboa em duas situações e períodos distintos. Essas análises são frutos da pesquisa e reflexão que irá compor a dissertação de mestrado, cujo objeto de estudo é a trajetória e práticas religiosas do próprio personagem. Neste artigo em especial, serão abordados alguns pontos importantes da vida, família e práticas que o levaram a ser julgado e condenado pelas Inquisições que o consideraram um judaizante em potencial.

Palavras-chave: Cristão-novo; Inquisição; Práticas religiosas.

Résumé:

Le travail présent apporte quelques considerations à propos des données relevées dans les processus analysés du Nouveau Chrétien Félix Nunes de Miranda, en prison et traité par les tribunaux du Saint-Office de Llerena et Lisbonne en deux moments et périodes distincts. Ces analyses sont le résultat de la recherche et de la réflexion qui fera partie de la dissertation du Master dont l'objet est la trajectoire et les pratiques religieuses du propre personnage. Dans cet article, en particulier, seront abordés quelques points importants de la vie, de la famille et des pratiques qui ont été la cause de son jugement et de sa condamnation par les inquisitions qui l'ont considéré un judaïsante potentiel.

Mots-clés: Nouveau Chrétien; Inquisition; Pratiques religieuses.

Félix Nunes de Miranda, personagem principal que compõe o objeto desse estudo, foi processado pelo Tribunal do Santo Ofício em dois momentos de vida diferentes, a primeira com 26 anos e a segunda aos 59. A possibilidade de estudar um mesmo homem em períodos distintos traz consigo a responsabilidade intrínseca ao ofício do historiador, aquele que analisa suas fontes com cuidado e tira delas aquilo que elas têm a oferecer.

Essa fonte faz-se interessante pela trajetória de vida que esse cristão-novo foi tecendo ao longo de sua existência e as relações que estabeleceu. Além da diferença de tempo entre os dois processos instaurados, eles também ocorreram em instituições diferentes. O primeiro se desenrolou na Inquisição de Llerena, na Espanha em 1696 e trinta e três anos após essa primeira experiência como réu acusado de crime de judaísmo, foi preso e processado novamente, dessa vez pela Inquisição de Lisboa no ano de 1729.

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016*

Neste artigo, objetivou-se trazer alguns dos dados presentes nos processos de Félix em articulação com os de outros cristãos-novos com quem manteve relações sejam familiares, comerciais e/ou cotidianas.

Os membros da família Nunes de Miranda ilustram bem o intenso fluxo de pessoas e mercadorias que existia nas vilas da fronteira dos Reinos de Portugal e Espanha. Esse trânsito contínuo e principalmente as práticas que essas pessoas realizavam chegavam aos conhecimentos dos Tribunais do Santo Ofício e mesmo sendo oriundos de outras localidades, eram processados na Inquisição das redondezas de onde estavam. O que as levava a serem punidos e processados não era a mobilidade e sim os comportamentos ditos judaizantes. Um dos motivos pelos quais muitos portugueses foram processados em Tribunais espanhóis.

Filho de Manuel Nunes de Almeida e Leonor Rodrigues e nascido nas proximidades do ano de 1670 na Vila de Almeida, Bispado de Lamego no Reino de Portugal, Félix fazia parte da quinta geração da família dos Nunes de Miranda (SEVERS, 2000:152), na qual muitos dos seus membros foram presos e apresentados em Inquisições Portuguesas e Espanholas.

Em junho do ano de 1695, Félix trabalhava junto com seus tios Simón Nunes, Antônio Nunes e Francisco Nunes de Miranda e morava em San Felices de Los Gallegos, no Reino da Espanha. Francisco exercia a profissão de médico na Vila (ANTT, IL, pc. 01292), os outros dois irmãos eram comerciantes, enquanto que Félix trabalhava com os tios e os auxiliava no transporte de mercadorias para outras cidades.

Apontado como mentor do crime, Simón Nunes juntamente aos 2 irmãos Antônio Nunes e Francisco Nunes de Miranda e 2 sobrinhos, Félix Nunes de Miranda e Francisco de Miranda Henriques roubaram algumas lâmpadas, castiçais e peças em prata da Igreja de Nossa Senhora do Porto da cidade de Plasência. Todos foram presos pela justiça da cidade e ficaram encarcerados aguardando a pena (ANTT, IL, pc. 02293). Simón foi sentenciado ao enforcamento, pena exemplar, uma vez que já havia sobre ele a acusação de um assassinato em Portugal (SEVERS, 2002: 152).

Temendo o mesmo fim, os demais presos fugiram com o auxílio de outros cristãos-novos. Félix não conseguiu escapar e confessou à justiça ter praticado alguns ritos comuns aos observantes da Lei de Moisés. Apesar de se entregar, Félix afirmava em

todo momento que somente realizou tais cerimônias e jejuns por estar sendo ameaçado e coagido por seus tios a fazê-los. A partir dessa confissão seu caso foi relaxado e o processo se desenvolveu na Inquisição de Llerena.

No dia 5 de maio de 1697 começaram as indagações e o réu desde o início confessou os atos que cometeu, sempre frisando que os tios Simón e Antônio Nunes o ameaçavam se não os praticasse, além de dizerem que a observância da Lei de Moisés salvaria sua alma.

O inquisidor Francisco Montero del Obregon presidiu a maior parte das nove audiências e foi durante a terceira, realizada em 18 de maio de 1697, que o réu explicou o motivo da acusação de ter praticado o crime de judaísmo.

Disse que entre os anos de 1694 e 1695, morou em San Felices de los Gallegos com os tios Simón Nunes e Antônio Nunes, mercadores de açúcar que sempre iam à Salamanca na casa de três amigos, Diego de Carbajal, Manuel Blanco e Juan Sanches. Disse também que um dia, estando os cinco na vila de San Felices de los Gallegos, eles o persuadiram e ameaçaram para que seguisse a lei de Moisés que ela lhe salvaria a alma.

Félix afirmou que sempre acreditou na Lei de Nosso Senhor Jesus Cristo, mas que temendo o que pudesse lhe acontecer, resolveu seguir a tal lei na presença de seus tios. Em seu processo o Santo Ofício afirmou que “foi confessado ser observante da Lei de Moisés (ANTT, IL, pc. 02293).”

E a partir de agosto de 1694, chegando à Salamanca todos os três, Diego de Carbajal, Manuel Blanco e Juan Sanches, rezaram por 15 dias o rosário sem dizer Ave Maria nem Amem Jesus na oração do Pai Nosso. Afirmou também que:

certo dia do mês de setembro deste ano, e dos demais lhe havia de santificar e guardar festa muito solene da Lei de Moisés e que outro dia de setembro de cada ano havia de jejuar de estrela a estrela, que se estendia desde primeiro do dia antecedente até a mesma hora do dia seguinte (ANTT, IL, pc. 02293).

Os inquisidores levaram em consideração o fato de Félix ter confessado suas faltas e a sentença proferida foi jejum às sextas-feiras durante um ano a pão e água e que se confessasse e comungasse todos os meses do ano (ANTT, IL, pc. 02293). Além disso, foi reincorporado ao Grêmio da Santa Madre Igreja Católica e restituído a participar dos sacramentos. Ao final dessa sentença, o D. Miguel Antônio Troncoso Comais afirmou

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

que se o réu for “tido por impenitente, relapso, promete a correção e gravidade das sacros cânones” (ANTT, IL, pc. 02293-1).

No intervalo de mais de 30 anos entre primeira e a segunda prisão, Félix se casou com a também cristã-nova Grácia Rodrigues e foram morar na Bahia, como muitos dos seus familiares.

Muitos dos neoconvertos que desembarcavam no Brasil sentiram-se relativamente livres para professar sua fé com tranquilidade e sem o receio que imperava em Portugal de serem perseguidos e alcançados a qualquer momento (NOVINSKY, 1986:58). Isso em muito se devia à forte influência econômica que possuíam e à falta de um controle religioso e político efetivo na sociedade colonial se comparado ao quadro vivenciado na metrópole.

Já no outro lado do Atlântico, Félix e a mulher foram morar na freguesia de Campos da Cachoeira localizada no Recôncavo Baiano. “O Recôncavo continuou no século XVIII a manter satisfatória a agroindústria do açúcar e do tabaco, produtos essenciais ao comércio transatlântico (SEVERS, 1999:474).”

Na Bahia, Félix trabalhava como comerciante em duas vendas de óleo de azeite de peixe, combustível utilizado à época. Ele e a esposa tiveram 9 filhos, Miguel Nunes de Miranda, Manoel Nunes, Michael Nunes de Almeida, Francisco Nunes, Raphael, Leonor de Miranda, Francisca, Teodora e Grácia (ANTT, IL, pc. 02293-1).

Grande parte dos Nunes de Miranda atuavam em atividades ligadas ao comércio e lavouras e outros eram navegadores para as Minas. Os ligados a lavoura, em média eram os que possuíam maior poder aquisitivo, uma vez que o escoamento desses produtos, em especial o tabaco, podiam ser vendidos tanto dentro do território, quanto no comércio internacional, “bastante apreciado pela nobreza da África Ocidental e com baixo custo de produção, era um tabaco acessível em termos de fabrico” (MARTINS, 2015:92).

Na ocasião de sua segunda detenção, um de seus filhos também já havia sido preso pelo Santo Ofício de Lisboa. Miguel Nunes de Miranda de 24 anos foi preso em 2 de novembro de 1729 por crimes de judaísmo e na sentença em auto-da-fé de 6 de julho de 1732 foi abjurado em forma, com penas e penitências espirituais (ANTT, IL, pc. 09248).

Michael Nunes de Miranda foi denunciado pelo pai, Félix, na última de suas confissões. Nela, Félix afirma que seu filho, juntamente com a mãe, Grácia Rodrigues,

praticavam ritos e cerimônias características da Lei de Moisés. Nessa confissão, ele declara que seu filho não possuía ofício. Suzana Santos afirma em seu trabalho que muitas vezes os cristãos-novos se autodeclaravam (ou terceiros o faziam por eles), para que se condenados a pena de confisco de bens, não sofressem perdas, funcionando assim como uma espécie de proteção (SEVERS, 2002: 160).

Nessa última confissão, Félix entregou também sua filha, Leonor de Miranda e o genro Manoel Furtado. Ele afirmou que viu o casal entre os anos de 1722 e 1723 praticarem ações próprias dos observantes da Lei de Moisés.

Denunciou também sua esposa e afirmou que haverá 30 anos que descobriu que:

estando ambos sós entre práticas se declararam por crentes e observantes da lei de Moisés para salvação de suas almas e por sua observância fazia os jejuns do dia grande e da Rainha Esther e guardavam os sábados de trabalho como se fossem dias santos e rezava oração do Padre Nosso sem dizer Jesus no fim (ANTT, IL, pc. 02293-1).

É certo que em 10 de abril do ano de 1728 o mandado de prisão de Félix foi expedido e em 7 de janeiro de 1729 ele estava nos cárceres do Tribunal do Santo Ofício de Lisboa. Essa segunda experiência em muito se diferencia da primeira, uma vez que o peso do crime de relapsia em judaísmo já lhe recaía sobre os ombros.

Um dado interessante para ser analisado é que Félix Nunes não foi o único membro da família a ser sentenciado duas vezes pelo Santo Ofício. Três de seus primos também passaram por essa experiência, são eles, os irmãos Pedro Nunes de Miranda e Ana Bernal de Miranda e David de Miranda.

O lavrador de milho Pedro Nunes de Miranda foi preso pelo Santo Ofício de Lisboa pelo crime de judaísmo (FERNANDES, 2000:92), respectivamente em 22/10/1714 e 1731. Em sua primeira detenção, ficou preso por 1 ano e 4 meses e em sentença em auto-da-fé de 16/02/1716 sua pena foi abjuração em forma, penas e penitencias espirituais, confisco de todos os bens para o Fisco Real da Câmara Real (ANTT, IL, pc. 09001). Na segunda prisão, Pedro já não morava mais no Rio das Mortes, Rio de Janeiro, mas havia se mudado para o Sítio dos Campinhos na Bahia.

Pedro foi acusado pela segunda vez de cometer crimes de judaísmo e obteve as mesmas penas da primeira vez. Isso em muito se justifica pelo fato de não ter cumprido corretamente a primeira pena e voltar para o Brasil, sendo assim, essa segunda experiência

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.

ISSN: 2317-0468

17 a 21 de outubro de 2016

no Santo Ofício diz mais a respeito do primeiro delito do que configurava um segundo. O auto-da-fé público foi “celebrado na Igreja de São Domingos desta cidade [*Lisboa*] em 6 de julho de 1732” (ANTT, IL, pc. 09001-1).

Ana Bernal de Miranda, filha do médico Francisco Nunes de Miranda, era casada com Joseph da Costa, importante capitão de navio que buscava negros na Costa da Mina e Angola e os distribuía no Rio de Janeiro e Bahia. Ana foi presa aos 30 e 43 anos de idade e as duas detenções ocorreram por iniciativa do Santo Ofício de Lisboa.

Acusada de judaísmo por vários membros da família, que passavam também por interrogatórios, entre eles Félix que acusou não somente a prima como também Joseph da Costa de manterem práticas por repetidas ocasiões em 1719 e que haviam declarado que criam e viviam na Lei de Moisés realizando todos os ritos e cerimônias para salvação de suas almas.

Presa aos 30 anos, Ana foi acusada em sessão do dia 5 de fevereiro de 1726 de “praticar o jejum do Capitão, aquele que vem antes do Dia Grande do mês de setembro e não comer carne de porco” (ANTT, IL, pc. 02424). Recebeu a sentença em auto-da-fé de 25 de julho de 1728, e entre suas penas estavam o confisco dos bens pelo Fisco Real, penas espirituais e instrução na fé católica. Após receber sua pena, ao que tudo indica, voltou para a Bahia e aos 5 dias do mês de outubro de 1737 foi chamada e presa novamente pelo Santo Ofício de Lisboa acusada de cometer os mesmos crimes de anos anteriores.

Apesar de receber sua nova sentença em 18 de junho de 1741, não pode cumpri-la. Entre suas penas estava o degredo para a Ilha do Cabo Verde por 6 anos, pagamento de custos e penitências espirituais (ANTT, IL, pc. 02424-1). A ré acabou cumprindo seu degredo, de acordo com Suzana Santos, em casa de seu fiador em Lisboa, pois acometida de doença não apresentou condições para se deslocar e viver em outro lugar (SEVERS, 2002: 167).

O terceiro primo preso e condenado por duas vezes pela também Inquisição de Lisboa foi David de Miranda aos 28 e 43 anos. Entre a primeira e a segunda prisões, David morou no “Ribeirão do Carmo, hoje Mariana, em Minas Gerais, durante os anos de 1721 a 1724, foi importador de tecidos de Lisboa” (FERNANDES, 2000:96). Nos

dois processos recebeu penas consideradas leves, como penitências espirituais, hábito penitencial perpétuo e pagamento de custas (ANTT, IL, pc. 07489).

Denúncias contra Félix

No caso de Félix, o segundo processo já lhe foi atribuído o crime de relapsia em judaísmo. Esse processo inicia-se com denúncia de um primo e três conhecidos da cidade da Bahia que lhe atribuíam culpas de como o réu e a esposa Grácia Rodrigues, “criam e viviam na Lei de Moisés para salvação de suas almas e por observância da mesma tiveram jejum de 24 horas sem comer, sem beber senão a noite em que eram peixe e coisas que não eram de carne” (ANTT, IL, pc. 07489-1).

João Gomes de Carvalho, também cristão-novo preso pelo Santo Ofício de Lisboa em 1725 (ANTT, IL, pc. 08764), fez a mesma denúncia de David de Miranda. Afirmou que “havendo 6 anos na cidade da Bahia em casa de Félix Nunes de Miranda (...) estando ambos entre práticas que juraram não declarar e deram conta como acreditavam e viviam na Lei de Moisés por salvação de suas almas” (ANTT, IL, pc. 02293-1).

Outro morador da Bahia preso pela Inquisição de Lisboa a delatar Félix, foi Miguel Mendonça de Valladolid, que afirmou as mesmas coisas que os colegas anteriormente citados, e acrescentou que faziam o jejum da do Dia Grande e da Rainha Esther (ANTT, IL, pc. 09973).

E o último conhecido da Bahia também detido nos cárceres era Antônio Lopes da Costa. Este entregou não somente Félix mas muitos cristãos-novos que o próprio personagem deste estudo delata em sua confissão (tais como Gaspar Lopes Pereira, Francisco Rodrigues Pereira, Félix e sua esposa e Michael Nunes de Almeida. Antônio Lopes da Costa). Afirmou que o réu fazia o jejum do Dia Grande e acreditava que seguir as práticas comuns a Lei de Moisés salvaria sua alma (ANTT, IL, pc. 06540).

Logo após essas denúncias serem apresentadas no processo inicia-se aos nove dias do mês de junho de 1729 o primeiro dos 8 jejuns que Félix realizou enquanto estava preso nos cárceres de Lisboa. Para atestar cada um desses jejuns foram chamados os vigias dos cárceres a fim de confirmar tais atos praticados, sendo um total de 24 vigias.

Para cada dia em abstinência da refeição oferecida, o Santo Ofício considerou um jejum. Sendo assim, durante os dias 17 a 19 de maio de 1729 foram realizados três jejun. Em seguida nos dias 23 a 25 do mesmo mês e em 2 e 6 de junho, configurando assim os oito jejun.

Félix dividia o cárcere com outro preso denominado como sendo o da veste encarnada e ele era o da veste parda. Durante as arguições feitas aos vigias, estes foram unânimes ao dizer que:

desde as quatro horas da manhã em que principiara a vigiar até aquela em que se largava a vigia não havia comido nem bebido coisa alguma e que o pedaço de carne que lhe haviam dado, comera o companheiro preso, e guardara na canastra e que o dito companheiro que tem a veste encarnada nem vira que o preso da veste parda não comera nem bebera no jantar coisa alguma (ANTT, IL, pc. 02293-1).

Nas audiências em que essas arguições com os vigias aconteciam, eram feitas as mesmas perguntas para cada um deles. Todos disseram que Félix não comeu e nem bebeu nada enquanto estiveram de guarda. Percebendo que o tal preso poderia estar praticando jejum, os vigias davam carnes diferenciadas para os presos e ficavam atentos se seriam ou não consumidas. Nesses dias foram dadas carne e almeijoas cozidas, pedaços de peixe, carneiro e de vaca.

O vigia Domingos Teixeira Chaves revelou em seu depoimento que os presos passavam a maior parte do tempo escrevendo em livrinhos que possuíam e “lendo alguns versos que estavam escritos na parede do cárcere” (ANTT, IL, pc. 2293-1). Passeavam também pela cela conversando coisas que os vigias não conseguiam escutar e também rezavam escorrendo pelos dedos as contas.

Manoel da Silva Ribeiro, também vigia, afirmou que o preso calvo (Félix Nunes) não comia senão à noite, indo primeiro ver as estrelas. Entendia portanto, que praticava o jejum judaico e que o companheiro da veste encarnada viu as ações que ele realizava e não o delatou por também seguir a tal Lei de Moisés. E que em certo dia ouviu o “réu ensinar o dito companheiro orações judaicas e que lhe dizia, se os inquisidores soubessem o que eles faziam os haviam de queimar” (ANTT, IL, pc. 2293-1).

E Ignácio Pereira, em uma guarda noturna, pelas nove da noite observou que Félix se benzeu sentado à mesa e o companheiro da veste encarnada lhe desejou bom apetite e

“ceou estando aquele tempo sem comer nem beber coisa alguma” (ANTT, IL, pc. 2293-1).

Os inquisidores perguntaram para cada um dos vigias se viram Félix tomar alguma atitude própria da Fé Católica. Todos responderam que não viram, porém ao mesmo tempo, alguns lembraram que quando era tocada a Ave Maria ele ajoelhava e se benzia e fazia essas ações também antes das refeições.

Aos 7 dias do mês de setembro de 1730, o Santo Ofício reuniu os vigias para o Termo de Reconhecimento Geral em que colocaram Félix por entre cortinas para que pudessem reconhecê-lo como o mesmo homem da veste parda; todos responderam que sim.

O julgamento do segundo lapso

Com o término dos depoimentos dos familiares do Santo Ofício, iniciaram-se as inquirições diretas com o réu. Entre as questões colocadas, foi-lhe perguntado se depois de sua reconciliação voltou a praticar ritos próprios da Lei de Moisés. Félix então respondeu que:

nem antes da dita abjuração se apartara da Nossa Santa Fé Católica, porque sempre vivera na Lei de Cristo Senhor Nosso, e ainda que confessara na dita inquirição de Llerena, que tinha vivido na Lei de Moisés, contudo, confirma fora falsa, e que confessara a culpa para ver se assim livrava seus tios e primos do castigo, que temiam pela culpa de Sacrilégio porque estavam presos pela Justiça Secular (ANTT, IL, pc. 2293-1).

Para as outras perguntas as respostas sempre eram negativas, uma vez que as questões estavam relacionadas à prática do jejum do Dia Grande e da Rainha Esther, guarda dos sábados, o consumo do Pão Ázimo, a reza dos salmos de David e o Pai Nosso sem dizer Jesus no fim.

No decorrer do processo os inquisidores mostravam sua incredulidade quanto à inocência de Félix Nunes de Miranda e no dia 15 de junho de 1731, o réu foi chamado para a Confissão de Mãos Atadas. Nela, o réu pediu misericórdia pelo seu caso e informações do andamento de seu processo.

Como resposta, o inquisidor Antônio Ribeiro de Abreu lhe disse que era considerado e julgado como herege, apóstata da Santa Fé Católica, pertinaz e relapso, e que para seu bem espiritual era aconselhado que aproveitasse ali seu tempo para dizer o fosse necessário e disse que:

ele antes e depois da sua reconciliação na Inquisição de Llerena viveu sempre na Lei de Moisés até a hora presente esperando salvar-se nela porque todos lhe diziam que só nela havia salvação e assim deixou de crer sempre e até agora no mistério da Santíssima Trindade, nem em Cristo Senhor Nosso e o não tinha por Deus verdadeiro, nem cria nos Sacramentos da Santa Madre Igreja nem os tinha por bons e necessários para a salvação porque só cria na Lei de Moisés, e nela esperava salvar a sua alma, e ainda que bem via os mandamentos da Lei de Deus eram comuns a ambas as leis, bem sabia que, para diante crê em Jesus Cristo, e nela quer viver e morrer e que quer salvar sua alma, e fica crendo no mistério da Santíssima Trindade, e em Cristo Senhor Nosso nos Sacramentos da Igreja, e em tudo o que a Santa Madre Igreja Romana manda crer, a cujo Grêmio e união se quer tornar como filho perdido que aqui andou. (ANTT, IL, pc. 02293-1).

E depois dessa confissão, Félix entregou outros cristãos-novos em práticas judaizantes entre eles, David de Miranda. Entre os denunciados, todos moravam no Brasil sendo que a maioria na Bahia e os demais, Minas e Rio de Janeiro. O que chama atenção é o volumoso teor de suas denúncias, atingindo principalmente membros de sua família, tais como, Manuel Nunes Bernal, Anna Bernal de Miranda, Joseph da Costa, Maria de Miranda, João da Cruz de Mendonça, todos primos do réu.

A esposa Grácia Rodrigues e os filhos Michael Nunes e Leonor de Miranda também foram acusados, assim como os primos, de acreditar na salvação de suas almas pela Lei de Moisés e praticar ritos e cerimônias próprios da mesma.

O inquisidor Antônio Ribeiro de Abreu fez crítica à Inquisição de Llerena por considerar que agiram com muita misericórdia em um caso que exigia da instituição mais severidade e por consequência, penas mais rígidas, uma vez que ele havia confessado a prática de atos que caracterizavam heresia frente à Igreja Católica.

A sentença proferida contra Félix Nunes de Miranda foi de excomunhão maior, confisco de todos os bens para o fisco da Câmara Real e a pena de morte em auto-de-fé que aconteceu em 16 de junho de 1731.

Félix foi o único dos primos a morrer nos braços da inquisição com uma pena considerada exemplar. “Quais motivos que o levaram a deixar-se conduzir às chamas?”

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

(...) Já que conhecia os procedimentos para sair com vida do cárcere, por que se deixou morrer?” (SEVERS, 2002:168).

Essa, como a autora afirma, é uma pergunta cuja resposta correta somente Félix a teria, mas podemos inferir através de seu processo e até mesmo da conjuntura algumas hipóteses.

Talvez por ser um dos familiares menos abastados, em contraponto a outros de grande poder e influência, servindo ao Santo Ofício como uma espécie de válvula de escape, uma maneira de punir os delitos familiares sem causar maiores prejuízos a nenhuma das partes. Ou de fato somente pelas confissões contundentes feitas à Mesa dos Inquisidores e a certeza que possuíam de que só a morte feita pelos braços da Igreja seria capaz de salvá-lo da herética crença na Lei de Moisés. Seja uma dessas causas ou nenhuma delas, como afirmado por Suzana Severs, a realidade dos fatos do que realmente aconteceu naquele 16 de junho jamais saberemos.

Essas são algumas considerações feitas amparadas nas fontes e em textos que trabalham mais proximamente a família Nunes de Miranda. Como ainda há muito trabalho e análises pela frente, concluo reiterando com Pierre Norra, sobre a importância desses resgates de histórias e trajetórias individuais que mesmo jamais sendo cem por cento fidedignas com a realidade que Félix Nunes de Miranda viveu, através de seus processos temos a possibilidade de resgatar, recontar e aprender sempre um pouco mais. “A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos, estando em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento” (NORA, 1993:12).

Fontes do Tribunal do Santo Ofício de Lisboa (TSO-IL):

- Nº 01292, Processo de Francisco Nunes de Miranda.
- Nº 02293, Processo de Félix Nunes de Miranda.
- Nº 02293-1, Segundo processo de Félix Nunes de Miranda.
- Nº 02424, Processo de Ana Bernal de Miranda.
- Nº 02424-1, Segundo processo de Ana Bernal de Miranda.
- Nº 06540, Processo de Antônio Lopes da Costa.
- Nº 07489, Processo de David de Miranda.
- Nº 07489-1, Segundo processo de David de Miranda.
- Nº 08764, Processo de João Gomes de Carvalho.
- Nº 09001, Processo de Pedro Nunes de Miranda.
- Nº 09001-1, Segundo processo de Pedro Nunes de Miranda.
- Nº 09248, Processo de Miguel Nunes de Miranda.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

Nº 09973, Processo de Miguel de Mendonça Valadolid.

Bibliografia

FERNANDES, Neusa. **Inquisição Em Minas Gerais No Século XVIII**. 3. ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014.

MARTINS, Natália Ribeiro. **De Portugal às Minas do Ouro: a trajetória do cristão-novo Diogo Nunes Henriques (1670-1729)**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós Graduação em História, 2015. Disponível em: http://www.ufjf.br/ppghistoria/files/2015/08/DISSERTA%C3%87%C3%83O_De-Portugal-as-Minas-do-Ouro_Natalia-R-Martins_VFinal-1.pdf. Acesso em: 23 maio 2016.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo: PUC-SP, nº10, 1993.

NOVINSKY, Anita Waingort. **A Inquisição**. 4ªed. Editora brasiliense, 1986.

SEVERS, Suzana Maria de Sousa Santos. Um Perfil Socioeconômico dos Cristãos Novos da Bahia Presos pela Inquisição. In: IV Congresso de História da Bahia: Salvador, 2001, Salvador: **Anais do IV Congresso de História da Bahia: Salvador, 450 anos**. Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia/Fundação Gregório de Matos, 1999.

SEVERS, Suzana Maria de Sousa Santos. Uma família cristã-nova portuguesa na Bahia setecentista. In: GORENSTEIN, Lina; CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (orgs.). **Ensaios sobre a intolerância: Inquisição, Marranismo e Anti-semitismo**. São Paulo: Humanitas, 2002.

A DEMONIZAÇÃO FEMININA: UM RETRATO INQUISITORIAL EM TERRAS LUSO-AMERICANAS (1591-1595)

Aieska Pandolfi Monfardini¹

Resumo:

O presente trabalho tem como objetivo apresentar uma proposta de pesquisa usando como fonte os processos inquisitoriais referentes a primeira visitação do Tribunal do Santo Ofício português na América lusitana. A pesquisa propõe o uso dos processos para o estudo de gênero no Brasil-colônia, onde o uso de tais fontes vai além das acusações de *feiticeira* e a punição dada por este crime, mas mira entendimento do comportamento feminino que levou a tais acusações. Neste trabalho focaremos na problematização ao redor do tema e na proposta de uso dos processos inquisitoriais de Violante Carneira e Felícia Tourinho como fonte de pesquisa.

Palavras-chave: Tribunal do Santo Ofício, Inquisição, Feiticeira, Mulher, Feminino, Demonização.

Abstract: This paper aims to present a research proposal using as source the inquisitorial processes related to the first visitation of the Holy Office of portuguese Inquisition in Lusitanian America. The research proposes the use of processes for the study of gender in colonial Brazil, where the use of such sources goes beyond the *witchcraft* accusations and punishment given for this crime, but aim the understanding of female behavior that led to these charges. This paper will focus on the problematisation surrounding the theme and the proposal of the use of Violante Carneira's and Felícia Tourinho's processes as a source of research.

Keywords: Holy Office, Inquisition, Witchcraft, Woman, Feminine, Demonization.

As reflexões acerca de tudo que abrange o feminino datam de muito antes da fundação da instituição da Igreja Romana, entretanto, as ligações feitas entre a mulher e o maligno atingem seu ápice juntamente com as transformações culturais que ocorreram na Europa entre o período medieval e o início do moderno. No medievo, assim como no início da Idade Moderna, as Escrituras Sagradas eram principal fonte de consulta do cotidiano, também como no âmbito jurídico, uma vez que o monarca regia de forma abrangente, mas a ele também eram atribuídas características sagradas. Sendo o limite entre a religião e a lei algo praticamente inexistente, o comodismo e a ordem social eram

¹ Licenciada em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

ditados pela fé e, uma vez que sua paz era perturbada, as consequências ultrapassavam muito mais do que apenas penitências religiosas, mas sim, atingiam o campo da lei civil e régia.

Com a mulher no centro do escrutínio social, – social este que estava diretamente ligado ao religioso – sua figura passa a ser alvo da perseguição, tanto na sociedade, quanto no clero, - que é representado mais tarde pelo Tribunal do Santo Ofício da Inquisição. Devido à expansão marítima entre os séculos XV e XVI, a mentalidade adquirida sobre a mulher deixa de ocupar somente as terras cristãs do Velho-Mundo e passa a ser reproduzida também nas colônias e nas novas terras.

A imagem feminina, seguindo a noção patrística do pecado original, é culpada e associada diretamente com a fragilidade humana que afetava diretamente a condição sexual e mortal do homem. (SILVA, 2011, p. 37)

Pois ela [Eva] pecou duplamente, contra Deus e contra o homem. Também foi duplamente punida, não apenas por Adão, pela dor física, mas pela sujeição ao poder masculino. É por isso que, depois da queda, a mulher deve ocultar apenas o sexo como também faz o homem, mas tampem a sua cabeça, apregoando duplamente a vergonha dos ardores de seu ventre e de sua “temeridade impiedosa”. Neste comentário a leitura dos versículos de Gêneses desemboca em uma peça de acusação contra os defeitos da natureza feminina, esses vícios cujas vítimas são os homens. (DUBY, 2001, p.56)

A mulher baseada em Eva era ameaça para a salvação do homem, sendo assim, as acusações feitas contra ela eram encaradas de forma mais rigorosa até do que crime grave, como assassinato ou roubo, uma vez que o que estaria em jogo seria mais que o físico humano: sua alma imortal. A gravidade do crime cometido também dependia, principalmente, do grau de desconforto social provocado. Desta forma, os crimes ligados à imagem feminina – aqueles principalmente que eram responsáveis pela danação eterna masculina – podiam receber séria punição.

Se a prática sexual era considerada “o pecado por excelência” e a mulher, sua principal agente – por despertar a busca da autonomia e do prazer individual em detrimento de uma vida comunitária e obediente no Jardim de Éden -, qualquer desvio relacionado a essa esfera estava associado diretamente ao feminino, visto como uma grande ameaça ao ordenamento e à identidade da sociedade cristã. (SILVA, 2011, p.39)

Uma outra questão que torna a mulher suscetível à carne é o argumento clérigo, utilizando o livro de Gênesis, de que a mesma teria vindo da carne, uma vez que Eva teria sido criada da costela de Adão, costela esta curva, que também seria a razão pela qual espírito e comportamento feminino são perversos. Porém, o homem, sendo imagem e semelhança de Deus, não teria tais características. (LIEBEL, 2004, p.10)

Com a vinda europeia para a América, pensando especificamente em Portugal, a cultura lusitana, moldada nos dogmas da Igreja Romana, trouxe consigo o estigma da imagem feminina medieval. Entretanto, o cerne da preocupação régia no Brasil-Colônia não era “a mulher desviante” (SILVA, 2011, p. 35), e sim a falta de controle da Coroa, que ameaçava a autoridade Real e a do Clero.

Segundo Francisco Bethencourt, é possível entender o Santo Ofício português como um tribunal régio, uma vez que o mesmo e a Coroa comungavam das mesmas interpretações referentes a vários delitos, principalmente em relação a crimes predominantemente femininos como a feitiçaria. Tendo em mente esta semelhança, podemos acreditar em ambos os tribunais como sendo apenas um. Desta forma, com a visita feita em 1591 pelo Tribunal do Santo Ofício a terras luso-americanas, tanto o clero quanto o Rei buscavam controle das terras coloniais. (SCUDELER, 2011, p. 2)

Laura de Mello e Souza, por sua vez, em *Diabo e a Terra de Santa Cruz*, argumenta que o papel do Santo Ofício lusitano, mediante crescente conquista de terras, se transforma em algo maior, passando de um Estado dentro de outro Estado para “um Estado acima do Estado. O auxiliar tornava-se, assim, mais poderoso que o principal”. (SOUZA, 1986, p. 285). De todas as formas, tanto Bethencourt quanto Souza acreditam que a Inquisição portuguesa tinha em vista o controle. Souza ainda completa que a caça aos hereges feita pelo Santo Ofício, tem seu principal motivo no controle colonial, uma vez que o poder régio não chegava com intensidade no Novo Mundo. (SOUZA, 1986, p. 278)

Com a chegada de Heitor Furtador de Mendonça, visitador do Santo Ofício na colônia, em 1591, visita esta causada pelo grande número de cristãos-novos presentes nas novas terras, a condição desviada feminina entra em foco novamente. Apesar dos crimes ligados à imagem da mulher não serem o cerne da preocupação inquisitorial, a visitação toma novos rumos no desenrolar da sua estadia. Heresias e desvios, assim como erros de

doutrina, se tornam alvos da autoridade religiosa presente e a feitiçaria se torna um dos focos que integram a investigação do Visitador do Tribunal do Santo Ofício. O medo se torna presente na vida dos colonos e, uma vez que as denúncias começam a ser feitas e incentivadas, a imagem satânica anexada ao feminino se aflora e a estigma do estereótipo pesa nos relatos, aguçando o faro inquisitorial.

Contudo para que esse processo interpretativo se iniciasse entre as autoridades do Santo Ofício, era necessário o mecanismo de delação, alimentado, pela iniciativa de muitos indivíduos em externar à Inquisição o perfil de bons fiéis e eliminar, assim, quaisquer desconfianças para com eles. (...). Para os sentenciados, as saídas eram mais complicadas, já que geralmente prevalecia o processo de ajustamento dos episódios relatados aos estereótipos inquisitoriais do pacto diabólico. (REIS, 2014, p. 63-65)

Segundo Ronaldo Vainfas, em *Trópico dos Pecados*, o século XVI é marcado por ser um “tempo de Reformas”, as quais concernem principalmente a religião, tendo como alvo a Igreja Católica que, ao ser bombardeada por crítica e desafios que impactam o funcionamento da sociedade, principalmente a colonial, se vê então em necessidade de afirmar seu controle sobre a população.

A necessidade de silenciar o estrato cultural popular, que antes se manifestava sem temor, emerge a partir do momento em que o controle ultramar é ameaçado. De início, como já mencionado, a intenção de homogeneizar a fé vem da presença judaizante na colônia. Porém, após observar que a superstição e as práticas mágico-religiosas estariam se infiltrando e “contaminando” a fé católica, foi preciso mudar as prioridades das investigações.

Segundo Michelle Perrot, as mulheres foram confinadas ao silêncio, uma vez que sua visibilidade era algo inexistente. Justificando seu confinamento, era dito que a mulher era a portadora da desordem social, por isso, seu confinamento à casa e aos assuntos relacionados à casa. Perrot escreve que, na sociedade, a aparição feminina em grupo causa medo, retirando a tranquilidade urbana preterida. (PERROT, 2007, p. 16)

O medo, grande motor da sociedade medieval e moderna, aparece como motivador de repressão que cai sobre as mulheres de forma mais intensa nessa época. A historiadora Iza Gomes de Cunha Chain, em sua tese *O Diabo Nos Porões das Caravelas* coloca que o medo é diretamente ligado à mulher, uma vez que as mulheres eram tidas

para a Igreja como “agentes das forças de oposição”, entretanto, a autora explica que o medo da figura da mulher vem de antes da cultura cristã.

Assim, não se pode dizer que o medo da mulher tenha sido uma invenção ascetas dos cristãos, como também não se pode delimitar a ligação das mulheres aos processos curativos, ao nascimento e a morte de crianças, aos ritos funerários, aos conhecimentos ocultos, ao dom de profetizar e à produção de bebidas e perfumes inebriantes aos séculos XVI e XVII. Estas associações não seriam, sequer, peculiares à Europa ocidental que presenciou a chegada dos tempos modernos, mas estariam presentes desde tempos imemoriais nas sociedades marcadamente patriarcais, remontando mesmo aos primórdios da humanidade. (CHAIN, 1998, p.47)

Entretanto, a partir do século XII, com as transformações no cenário medieval europeu, tal medo se transforma em motivo para que a Igreja busque dominação, demonização e repressão de seus atos. A cultura dirigente denominada em grande parte pelos clérigos – pregadores, teólogos e inquisidores - não poupou esforços para denigrir a imagem das mulheres. No decorrer dos séculos XVI e XVII as litâneas de caráter marcadamente antifeminista eram comuns nos púlpitos de toda Europa, sendo que a maioria de processos contra a fé cristã recaía sobre o “sexo frágil”. (...). Os sermões de então, ferramentas eficazes da cristianização desde o século XIII, saíram do âmbito monástico e ganharam o corpo de audiências e advertências públicas graças ao impulso dado pela imprensa, chegando à Renascença com o objetivo de perpetuar nas mentalidades o medo e a inquietação coletiva em relação a mulher. (CHAIN, 1998, p. 48)

No período permanecido na Bahia, o Visitador recebeu 31 denúncias para investigação. Dentre estas, 25 eram contra mulheres (REIS, 2014, p. 109). De acordo com Marcus Reis, não devemos desconsiderar que essas mulheres tinham consciência do contexto misógino em que viviam, porém, como já mencionado, as denúncias vinham com a intenção de mostrar fidelidade à Igreja e a seus dogmas. Desta forma, o feminino se tornou alvo comum novamente.

Ambos os processos que nos proporemos a analisar neste trabalho são contra mulheres. Tanto Felícia Tourinho quanto Violante Carneira tinham características além do seu gênero que as transformaram em alvos de investigação. Porém, em ambos os casos, o peso do estereótipo fez seu trabalho. Felícia Tourinho foi acusada de superstição, feitiçaria e pacto com o demônio. Tourinho era filha de mãe preta e forra, junto com um

cristão-velho, branco e clérigo. A acusada foi sentenciada a “abjuração de leve, penitências espirituais, repreendida e admoestada a não reincidir. Condenada a dez cruzados e pagamento de custas.” (DGA/TT. Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, Processo nº 01268.), sendo escusada de penitência pública. Já Violante Carneira foi acusada de feitiçaria, entretanto, diferente de Felícia, era cristã-velha. Viúva, Carneira teria se casado com um cristão-novo e em sua condenação foi ir “ao auto-da-fé com vela acesa na mão, degredada por quatro anos para fora da capitania da Baía de Todos os Santos, penitências espirituais, pagamento de custas (...). Por despacho de 25/01/1594, foi-lhe comutada a restante pena de cárcere em penitências espirituais.” (DGA/TT. Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, Processo nº 012925).

Tanto Felícia Tourinho quanto Violante Carneira teriam sofrido mais do que as condições de seus nascimentos as fariam alvo, entretanto, ao analisarmos esses processos, nosso objetivo será descobrir o quanto o peso causado pelo rótulo do gênero teria afetado suas vidas na colônia portuguesa na América e até quão firme a mão da Igreja apertou para conseguir o controle colonial.

A análise do papel feminino na história acaba se centrando nas visões a seu respeito, e não no seu agir e pensar, passando por um filtro masculino, detentor do poder de contar tal história. De acordo com Pierre Bourdieu “A dominação masculina constitui o paradigma (e frequentemente o modelo e o parâmetro) de toda a dominação.” (BOURDIEU, 1995, p. 176). A partir de tal afirmativa, podemos entender a importância do estudo da mulher, focando não apenas em sua imagem demonizada, mas também nos fatos que levaram a tal desenho.

Segundo Michelle Perrot, a imagem feminina é generalizada e feita a partir do olhar masculino e isso se dá principalmente devido ao controle sobre as fontes escassas existente sobre a história da mulher. Era comum que a mulher queimasse os vestígios de si no fim da vida, sendo eles qualquer coisa que pudesse ser memória dela, uma vez que, em seu entendimento, ela não passava de uma mulher e a doutrinação sobre sua inferioridade era feita de forma incisiva. (PERROT, 2007, p.17)

Caroline Bynum, em estudo sobre a presença feminina no campo religioso, medieval e moderno, chama atenção para o processo misógino que começa a se compor nesse recorte histórico. Bynum também destaca a necessidade de focar nos

comportamentos e ideias religiosas da época para se entender melhor a noção de gênero, principalmente feminino, da época. Caroline Bynum chega à conclusão de que o entendimento sobre o feminino perpassava pelo entendimento cristão e que a mulher seria apenas mais uma criação de Deus (BYNUM, 1992, p. 214). Voltamos então à questão patrística da figura feminina que é ligada diretamente ao pecado e à queda do homem.

Pode-se perceber, nas leituras sobre a mulher, tanto no medievo quanto na modernidade, que sua imagem está sempre presente no contexto religioso, principalmente no lado “desviante” da prática da fé ou como “agente das forças opostas”. Entretanto, ainda é um desafio falar sobre a presença feminina no Brasil Colonial português, uma vez que a dominação sobre as fontes é, quase exclusivamente, masculina e fortemente presente, principalmente na escrita dos processos inquisitoriais aqui usados. Para Perrot, o silêncio relativo às fontes femininas se dá devido à desvalorização feminina sobre si mesma. (PERROT, 2007, p. 17)

É nosso objetivo propor a análise dos documentos processuais contra Felícia Tourinho e Violante Carneira, com um olhar que lhes confira mais que um papel de submissão, uma vez que a história inquisitorial já está saturada de retratos femininos submissos. As mulheres neste trabalho teriam o papel principal, já que a análise quer revelar como sua força e “rebeldia” levaram-nas até as malhas do Santo Ofício

FONTES

Processo digitalizado do Tribunal do Santo Ofício contra Felícia Tourinho: ANTT. Inquisição de Lisboa, proc. nº 01268.

Processo digitalizado do Tribunal do Santo Ofício contra Violante Carneira: ANTT. Inquisição de Lisboa, proc. nº 012925.

REFERÊNCIAS

BETHENCOURT, Francisco. **O imaginário da magia: feiticeiras, adivinhos e curandeiros em Portugal no século XVI**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BURKE, Peter. **Cultura Popular na Idade Moderna**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

BYNUM, Caroline Walker. **Fragmentation and Redemption. Essays on Gender and Human Body in Medieval Religion.** New York: Zone Books, 1992.

CHAIN, Iza Gomes da Cunha. **O Diabo nos Porões das Caravelas: mentalidades, colonialismo e reflexos da constituição da religiosidade brasileira nos séculos XVI e XVII.** 1998. 207 f. Tese. História. Pós-Graduação em Ciência da Religião, Instituto de Ciências Humanas e Letas, Universidade Federal de Juiz de Fora. 1998.

DUBY, Georges. **Eva e os padres.** São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

GINZBURG, Carlo. **História Noturna.** – São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: O cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição.** São Paulo: Companhia de Bolso, 2006.

GREEN, Toby. **Inquisição: o reinado do medo.** – Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

LIEBEL, Silvia. **Demonização da mulher: A construção do discurso misógino no *Mallus Maleficarum*.** 2014. 74 f. Monografia. História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná. 2004.

MARCOCCI, Giusepe; PAIVA, José Pedro. **História da Inquisição portuguesa: 1536-1821.** Lisboa: A esfera dos Livros, 2013.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres.** – São Paulo: Contexto, 2007.

REIS, Marcus Vinícius. **O processo inquisitorial de Felícia Tourinho: A religiosidade colonial no século XVI entre mágicas e feitiçarias.** In: Simpósio Internacional de Estudos Inquisitoriais. Salvador, agosto de 2011.

REIS, Marcus Vinícius. **Descendentes de Eva: religiosidade colonial e condição feminina na Primeira Visitação do Santo Ofício à América portuguesa.** 2014. 220 f. Dissertação. História Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2014.

SILVA, Edlene Oliveira. **As filhas de Eva: religião e relações de gênero na justiça medieval portuguesa.** Florianópolis, Revista Feminista, janeiro-abril/2011.

SILVA, Maria Carolina Scudeler. **O Tribunal do Santo Ofício e a busca pela uniformidade da fé.** In: Simpósio Internacional de Estudos Inquisitoriais. Salvador, agosto de 2011.

SOUZA, Laura de Mello e. **O diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial.** – São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

VAINFAS, Ronaldo. **Trópico dos Pecados: Moral, Sexualidade e Inquisição no Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

Simpósio Temático 23: História da Arte / História das imagens: a construção histórica pelas imagens.

Coordenadores: Martinho Alves da Costa Junior (professor PPG/ICH – Laboratório de História da Arte/UFJF) & João Brancato (mestrando PPG/ICH – Laboratório de História da Arte/UFJF)

O conto de fadas da princesa dos trópicos

Aline Medeiros de Vasconcellos*

RESUMO:

Neste artigo vou apresentar o Estudo para o casamento da Princesa Isabel, de Victor Meirelles. Assim como a obra, a cerimônia contém aspectos que merecem atenção, como a Igreja de Nossa Senhora do Carmo da Antiga Sé, que foi cenário de outras cerimônias reais. Além de Meirelles, Pedro Américo também se dedicou ao estudo desta cerimônia. Pretendo realizar uma comparação entre os dois estudos, assim como outras obras referentes a cerimônias ligadas a D. Pedro I e II.

Palavras-chave: Princesa Isabel, conde d’Eu, Victor Meirelles, casamento.

ABSTRACT:

In this article I will present the Study for the wedding of Princess Isabel, Victor Meirelles. Just as the work, the ceremony contains aspects that need attention, as the Church Nossa Senhora do Carmo da Antiga Sé, that was the scene of other royal ceremonies. In addition to Meirelles, Pedro Americo also dedicated to the study of this ceremony. I intend to make a comparison between the two studies, as well as other works related to ceremonies related to D. Pedro I and II.

Keywords: Princess Isabel, Count d’Eu, Victor Meirelles, marriage.

INTRODUÇÃO

A influência dos imaginários sociais sobre a mentalidade de uma população depende diretamente da sua capacidade de difusão, visto que, a cultura e a memória podem ser consideradas um dos principais fatores de coesão e identidade de um povo e

* Graduada na faculdade de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
 ISSN: 2317-0468
 17 a 21 de outubro de 2016

são primordiais para a constituição da noção de cidadania. No Brasil não é diferente no que se refere ao processo de legitimação do Estado e a criação da nação. Esses contextos encontraram seu lugar de solidificação através do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e da Academia Imperial de Belas Artes (AIBA). Segundo essa linha, a função primordial da arte “acadêmica” no Brasil teria sido de dar sustentação ideológica ao sistema imperial, principalmente no sentido de criar símbolos e imagens capazes de dar forma à identidade nacional e de representar a grandeza do Império.

Neste artigo, vou apresentar a análise da obra de Victor Meirelles, *Estudo para o casamento da Princesa Isabel*, de 1864. Victor Meirelles de Lima (1832-1903) era um importante artista da corte que marcou sua presença na arte brasileira do século XIX, principalmente pelas grandes telas que exaltam fatos da história do Brasil (BIELINSKI, 2009: 79). Meirelles desenvolveu diversas pinturas envolvendo a família imperial, das quais destaco o objeto deste artigo. Para este trabalho ele elaborou uma série de desenhos, esboços e até um esboço definitivo em cartão, quase do tamanho da pintura final em óleo (COLI; XEXÉO, 2004: 57).

Em 1862 Meirelles foi nomeado professor de pintura histórica da AIBA. Sua atuação como professor foi intensa, e tem-se o conhecimento que ele foi o mestre de pintura da Princesa Isabel (ARGON, 2009: 95). D. Pedro II fez questão que a educação da princesa herdeira do trono fosse a mesma destinada aos homens daquela época, porém aliada à das mulheres, que compreendia desde atividades domésticas até bom comportamento. A educação formal da princesa Isabel foi encerrada logo após seu casamento, mas tanto seu pai como o seu marido acharam necessário continuar um investimento em sua formação com vistas a prepará-la para o desempenho da futura função de imperatriz (ARGON, 2009: 102).

Isabel Cristina Leopoldina Augusta Micaela Gabriela Rafaela Gonzaga de Bragança e Bourbon, a princesa Isabel, nasceu em 29 de julho de 1846, no Palácio de São Cristóvão, no Rio de Janeiro e faleceu em 14 de novembro de 1921 em Eu, na França. Filha do Imperador D. Pedro II e da Imperatriz Dona Teresa Cristina, a princesa Isabel exerceu a regência do Império do Brasil durante três períodos.

Sabe-se que o relacionamento entre a princesa Isabel e o pai era complexo. “Por um lado, discutiam com frequência, e ela o desafiava com uma audácia que encantava o

imperador, já que de todos os demais ele podia esperar obediência e respeito”, já por outro, “ele sabia que numa situação de confronto, ela acabaria por ceder e obedecer.” (BARMAN, 2012:1). D. Isabel era direta e enfática, e, sem dúvida, ela sabia o que queria e não tinha medo de expressar suas opiniões. Mesmo seu casamento sendo arranjado pelo pai, ela casou-se com o conde d’Eu por sua vontade.

Em 18 de setembro de 1864, o príncipe francês, Luís Filipe Maria Fernando Gastão de Orléans, o conde d’Eu, pediu a mão da herdeira do Império do Brasil. O casamento foi celebrado no Rio de Janeiro, a 15 de outubro daquele ano.

1. O encontro da princesa Isabel com o conde d’Eu

A escolha de um marido para Isabel, não foi uma tarefa fácil para D. Pedro II, foram necessárias inúmeras negociações com as dinastias europeias, através de correspondências. D. Pedro II cuidou de tomar algumas informações sobre os possíveis pretendentes à mão de suas filhas. Ele recorreu à irmã D. Francisca de Bragança, casada com Francisco de Orléans, o príncipe de Joinville (filho de Luís Filipe I, rei da França) (ECHEVERRIA, 2014:61).

Logo, o príncipe de Joinville chama a atenção do imperador para seu sobrinho, Augusto de Saxe (filho de sua irmã Clementina) para a herdeira do trono, e para a princesa Leopoldina indica seu outro sobrinho, Gastão de Orléans, o conde d’Eu, o filho de seu irmão Némours (LACOMBE, 1989: 66): Depois de inúmeras correspondências e cansativas negociações, Francisco de Orléans envia ao Brasil o retrato dos príncipes para apreciação do imperador e de suas filhas. No dia vinte e sete de agosto de 1864, os príncipes acompanhados de General Cristiano Dumas chegam ao território brasileiro, e no dia dois de setembro são recebidos na Quinta da Boa Vista, no Rio de Janeiro (VIEIRA, 1990: 37 e 39).

Após alguns dias em contato, logo foi percebido a inclinação de Isabel por Gastão e vice-versa, e de Leopoldina por Augusto, que por sua vez a preferiu. Formaram então os dois pares de namorados. Então, Gastão recebe de seu pai uma correspondência autorizando seu casamento com Isabel, assim como Augusto recebeu o esperado consentimento para desposar Leopoldina. Com o casamento concedido, dia onze de

outubro de 1864 aconteceu a assinatura do contrato antenupcial de Isabel e Gastão, onde o regime adotado foi o de separação de bens. Neste momento Isabel ganhou de seu noivo belíssimos brincos de pérolas (VIEIRA, 1990: 40-42).

A cerimônia ocorreu seis semanas após o primeiro encontro dos dois, dia 15 de outubro de 1864, na Igreja de Nossa Senhora do Carmo da Antiga Sé¹, no Rio de Janeiro. O casamento imperial teve com toda pompa e foi divulgado por meio de uma grande circulação de folhetos celebrativos, que destacavam as conquistas do Segundo Reinado (SILVA; CHAVES, 2014: 50).

2. *Estudo para o casamento da Princesa Isabel, por Victor Meirelles, 1864: A obra*

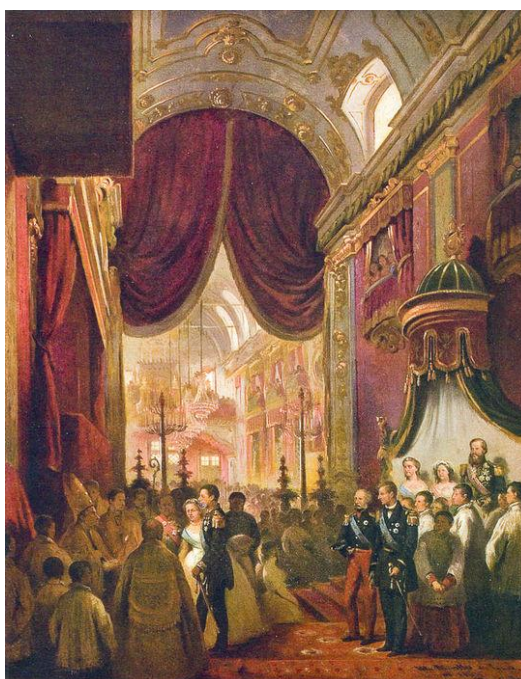


Imagem 1: *Estudo para o casamento da Princesa Isabel*, 1864, óleo sobre cartão colado em madeira. 50,3 x 39 cm. Sem assinatura. Acervo Museu Nacional de Belas Artes. Rio de Janeiro – RJ. Foto disponível em: <http://museuvictormeirelles.museus.gov.br/acervos/colecao-victor-meirelles/attachment/mvm-033/> Acesso em: 15/03/2015.

¹ A Igreja de Nossa Senhora do Carmo da Antiga Sé foi catedral até a década de 1970. Durante o Império de D. João VI, foi a Capela Real e, nos Impérios de D. Pedro I e D. Pedro II, tornou-se Capela Imperial. Após a proclamação da República, em 1º de maio de 1900, a igreja foi remodelada pelo Cardeal D. Joaquim Arcoverde e inaugurada como Catedral Metropolitana. Uma das mudanças sofridas pela capela foi a retirada do trono imperial de dentro do edifício. As informações sobre a igreja estão disponíveis em: <http://www.antigase.com/a-igreja/> Acesso em 16/05/2015.

O *Estudo para o casamento da Princesa Isabel*, óleo sobre cartão colado em madeira, 50,3 x 39 cm, sem assinatura, pertence ao acervo Museu Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro, RJ. Vê-se o interior da Capela Imperial do Rio de Janeiro, tomado do altar-mor. A cena apresenta o momento em que os noivos, se deslocam na direção do arcebispo.

O lugar de onde o artista retrata a cena, o altar-mor, funciona como uma espécie de ponto de observação, a partir do qual Meirelles organiza grupos de personagens, que recebem maior ou menor destaque, no interior da composição, segundo sua importância na narrativa.

Observamos que a obra possui três grupos principais: ao lado esquerdo, os monsenhores e os cônegos, onde cinco deles estão de costas para o espectador da tela. De frente para os noivos, ainda do lado direito no sólio ao lado da epístola, tem-se o vice-capelão-mor, o arcebispo da Bahia, Dom Manoel Joaquim da Silveira, e ainda neste grupo do lado esquerdo do arcebispo, encontramos outros três personagens que provavelmente pertencem à nobreza. Todos os personagens deste grupo olham na direção dos protagonistas da cena, que estão no centro da imagem - A princesa Isabel e o conde d'Eu.

A noiva traça um vestido branco com uma faixa azul e uma grinalda de flores. Já o noivo, em farda de Marechal, trazia consigo comendas e insígnias, além de um florete na mão esquerda. A posição das pernas do noivo, e a impressão que a noiva está segurando o vestido, permite pensar que eles estão em movimento. À direita da tela, encontram-se a família real: Imperador D. Pedro II (em um patamar mais alto), a Imperatriz Dona Teresa Cristina e a Princesa Leopoldina. Logo abaixo da família imperial estão o príncipe D. Augusto de Saxe-Coburgo-Gotha (Duque de Saxe – noivo da princesa Leopoldina) e outro personagem que está ao lado do príncipe que parece ser o General conde Dumas, representante do pai do noivo, o Duque Némours. Junto deles existem personagens da igreja que como não estão iluminadas, aparecem desfocadas na cena.

A família imperial encontra-se embaixo de um dossel, nas cores verde, vermelho e dourado, onde está o trono imperial. Notamos que em segundo plano, à direita, encontra-se camarotes onde pessoas assistem à cerimônia. Ao fundo da pintura, em perspectiva, uma pesada cortina carmim emoldura a cena, seguindo uma multidão que

acompanha a cerimônia real e a belíssima estrutura da igreja, com seus ornamentos (inclusive os luxuosos lustres de cristal).

Para equilibrar a cena, o artista escolheu colocar o ponto de luz principal na parte superior à direita da tela, onde se encontra uma janela, e esta luz destaca o foco principal da pintura, a Princesa Isabel, que está localizado exatamente do lado oposto do ponto de luz. E esta luz nos permite ver os detalhes da noiva e do noivo.

Quanto à iluminação do grupo, onde se encontra a família Imperial, provavelmente existe um janela oposta à que ilumina a noiva, dando simetria a edificação e valorizando os rostos dos membros da família imperial, que encontram-se de frente para a cena.

A paleta usada pelo artista foi predominantemente de cores quentes. A cor que predomina na obra, é o carmim, outros tons de vermelho, rosa, verde e o dourado. O chão da igreja aparece em primeiro plano, onde percebe-se um lindo tapete vermelho. Este chão aparente também ajuda a destacar os noivos, deixando espaço livre entre os noivos, o grupo da direita e a multidão ao fundo da cena.

3. O programa do casamento²

De acordo com o “Programa do préstito e ceremonias do casamento de sua Alteza Imperial sereníssima princesa D. Izabel com sua Alteza Real o senhor Conde d’Eu”, um desfile de dez carruagens saiu do Paço da Boa Vista, às nove horas da manhã, do dia 15 de outubro de 1864. Em certa altura do desfile, a guarda de arqueiros fez alas às carruagens da família imperial. Chegando à Capela Imperial, um mestre-sala encaminharia os ilustres convidados aos seus lugares.

De acordo com Priore, o vestido da noiva foi confeccionado em filó branco, ela também usava um véu de rendas de Bruxelas, grinalda de flores de laranjeiras e ramos das mesmas laranjeiras apanhando o vestido do lado esquerdo. Já o conde d’Eu, em seu uniforme de marechal, sustentava a comenda da Ordem do Mérito Militar de Espanha, a

² Todas as informações do programa do casamento foram retiradas do *Programa do préstito e ceremonias do casamento de sua Alteza Imperial sereníssima princesa D. Izabel com sua Alteza Real o senhor Conde d’Eu*. Museu D. João VI. Disponível em: <<file:///C:/Users/Casa/Downloads/Arquivo.pdf>> Acesso em: 05/06/2015.

comenda da Ordem da Casa de Saxe e a medalha da campanha do Marrocos (DEL PRIORE, 2013: 63).

Chegando à capela, seguiu o préstito imperial pela seguinte forma: inicialmente, os porteiros da Câmara e da maça. Seguindo os oficiais da casa, médicos, guardas roupas, moços fidalgos e titulares com o tratamento de senhoria. O porteiro da imperial Câmara segue com um moço fidalgo a sua direita, levando uma salva de ouro, sobre almofada de veludo bordado com as condecorações que Sua Majestade o Imperador designar; e, ao seu lado esquerdo, outro moço fidalgo levando, do mesmo modo, os aneis nupciais e dois cartões, onde estarão escritas as palavras canônicas, que suas altezas têm de dizer no ato do casamento.

Depois virão os grandes do Império, os camaristas, os vereadores e o general conde Dumas, representante do senhor duque de Némours, pai do noivo. Logo entrará o príncipe duque de Saxe, seguido do seu primo, o príncipe conde d'Eu, estando à esquerda de sua noiva, a princesa Isabel.

O Imperador entra com a Imperatriz, vindo a sua direita, e sua filha a princesa Leopoldina. Fechará o préstito o mordomo-mor, com o camarista, ajudantes de campo, damas e vereadores da semana e do serviço de SS. AA. os príncipes, o guarda-roupa e o médico da semana. Ao chegar à capela SS. MM. e SS. AA. imperiais e reais serão recebidos pelo arcebispo. Dirigindo-se à capela do Santíssimo sacramento para fazer a oração, subirão para a capela-mor, ficando o arcebispo no sólio ao lado da epístola e SS. MM. e AA. no trono que se encontra do lado direito.

Os monsenhores e cônegos estarão do lado esquerdo; os marqueses, a condessa de Barral, as senhoras princesas, as damas de serviço, o camarista, vereadores, o mestre-sala e os porta-insígnias estarão no centro da quadratura e bem assim as testemunhas.

Quando tudo estiver pronto, o Imperador dará a ordem para o início das cerimônias. D. Pedro II entregará a mão direita da princesa ao noivo e eles descerão os degraus do trono. Os noivos farão uma profunda reverência aos SS. MM. II, depois subirão ao presbitério com o mestre-sala, as testemunhas, a condessa de Barral, as damas de serviço e o potra-aneis.

Aproximando-se os noivos ao arcebispo, este lhes dirigirá as perguntas canônicas, e fazendo SS. AA. uma reverência a S. M. o Imperador para pedirem o seu consentimento,

repetirão as respostas escritas nos cartões que lhes serão apresentados pelo mestre-sala. Tendo logo o arcebispo tenha benzido os anéis nupciais que lhes serão apresentados pelo monsenhor Diácono, entregará ao conde d'Eu o anel da princesa Isabel, e este o colocará no dedo anular da princesa, recebendo depois o seu. Concluída a cerimônia, os guarda-tapeçarias estenderão no altar-mor uma rica colcha bordada a ouro, e oferecendo aos vereadores as almofadas, estes as colocarão no chão para os noivos se ajoelharem e receber as bênçãos nupciais.

Findas estas, se levantarão e estando o príncipe à direita de sua noiva, descerão do presbitério e ficarão de frente a SS. MM. II. lhes fazendo reverências. Logo, subirá a princesa Isabel ao seu lugar junto ao trono, depois de ter beijado as mãos de seus pais. O príncipe subirá em frente ao Imperador receberá de suas mãos as condecorações destinadas por S.M.I. que serão apresentadas pelo mordomo-mor. Lançadas as ordens, o Imperador de dignará a dar-lhe um ósculo paternal, abraçando-o com o público de testemunho da aceitação do príncipe na família imperial.

Depois, o Ministro do Império receberá do porta-insígnias o auto do casamento, colocando-se em frente ao imperador para ler em voz alta. Concluída a leitura, uma salva de artilharia postada no Largo do Paço, e correspondida pelas fortalezas e embarcações de guerra, anunciará aos habitantes da corte estar concluída a cerimônia do casamento. SS. MM. e AA. imperiais e reais receberão das janelas do Paço as continências militares e salvas.

SS. MM. e SS. AA., subindo ao trono, receberão o cortejo ficando o príncipe conde d'Eu à esquerda da princesa D. Leopoldina e o príncipe duque de Saxe ficará à direita de S. M. o Imperador, do lado de fora do trono. Depois do cortejo, receberão SS. MM. e SS. AA., na sala imediata ao trono as senhoras do corpo diplomático e as outras senhoras na sala do Grandes.

4. Outras representações do matrimônio

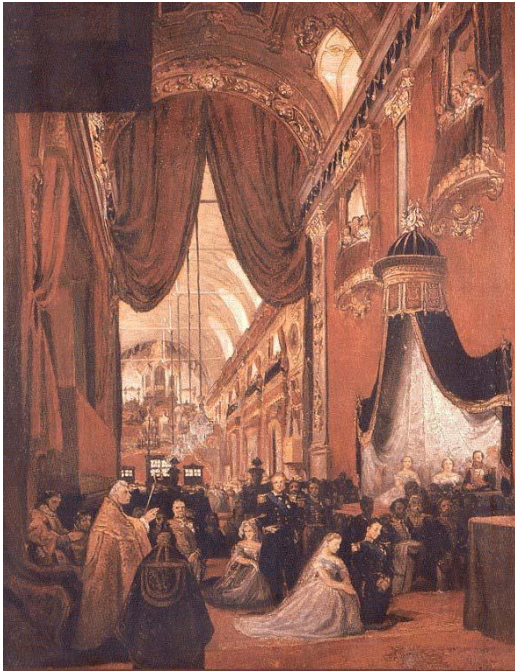


Imagem 2: Pedro Américo. Estudo para *O casamento da Princesa Isabel*, 1864, acervo Museu Imperial. Petrópolis- RJ. Foto disponível em: http://veja.abril.com.br/historia/republica/trama-vitoria-era-republicana.shtml Acesso em: 02/04/2015.

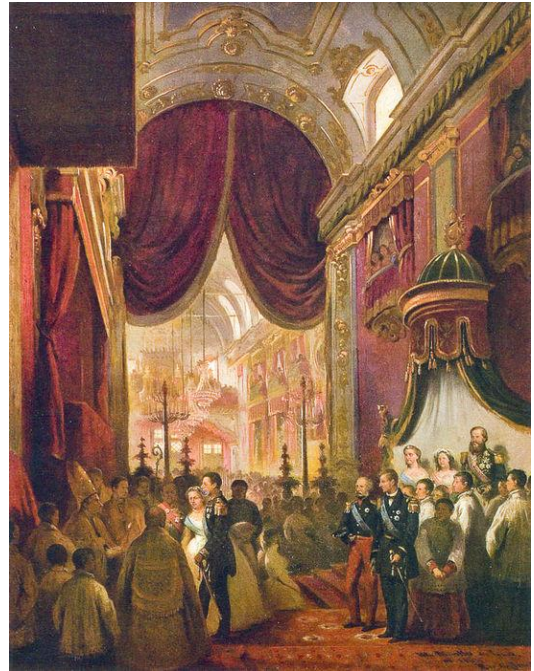


Imagem 3: Victor Meielles. *Estudo para o casamento da Princesa Isabel*.

Ao pesquisar pinturas históricas para realizar este artigo, me deparei com outro estudo à óleo sobre o casamento da princesa Isabel (Figura 2), produzido por Pedro Américo, com grande semelhança ao estudo de Meirelles, porém, com expressivas diferenças.

Com o conhecimento deste outro estudo, de um outro grande pintor oficial da corte, surgiu a necessidade de investigar mais sobre esta cerimônia. Assim, um convite deste casamento feito pela família imperial aos artistas da AIBA, que pertence ao acervo do Museu D. João VI do Rio de Janeiro, me indicou a presença dos artistas no matrimônio. O convite dizia:

Rio de Janeiro - Ministério dos Negócios do Império em 11 de outubro de 1864
Sua Majestade o Imperador ha por bem que o Sr. Ditecor e demais membros da Congregação da Academia das Belas Artes assistir, em grande gala, no dia 15 do corrente mes, pelas 10 horas da manhã, na Imperial Capela, ao Acto solene do feliz consorcio de Sua Alteza a senhora D. Izabel com Sua Alteza Real o Senhor Conde d'Eu, depois do qual haverá cortejo. José Liberato Barroso

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

Victor Meirelles e Pedro Américo, neste período eram professores da academia, portanto estavam entre os convidados, e este pode ser um dos motivos das semelhanças entre os estudos. Não se sabe ao certo se houve algum pedido do Imperador para tal obra, mas existe a possibilidade de ter havido um concurso.

No estudo de Pedro Américo, ele utiliza do mesmo ponto de vista de Meirelles para realizar seu trabalho, ou seja, do altar-mor da igreja, para fora. Pedro Américo faz uma escolha um pouco diferente da obra de Meirelles, a organização espacial está dividida em dois grupos, do lado direito no trono da capela o artista dá o devido destaque à família imperial. Logo abaixo da família imperial encontramos, mantidos sob penumbra, personalidades da corte e militares.

Os noivos, em primeiro plano, encontram-se ajoelhados voltados para o altar-mor da igreja, dando a cena uma impressão de rigidez. Atrás dos noivos, em pé temos o Duque de Saxe. Segundo o programa do casamento, Américo escolheu para registrar, o momento em que concluída a cerimônia, os guarda-tapeçarias estenderam no altar-mor uma rica colcha bordada a ouro, e oferecendo aos vereadores as almofadas, estes as colocarão no chão para os noivos se ajoelharem e receber as bênçãos nupciais.

Ao contrário de Meirelles, que usou a luz para destacar os noivos, Américo usou o rico tapete vermelho. Desta forma ele consegue isolar a imagem da princesa Isabel e do conde d'Eu dos dois grupos, mesmo os noivos compondo a harmonia do lado direito da tela. Outro destaque é o ponto de luz que Meirelles usa para destacar a princesa, nesta versão o autor usa para destacar o arcebispo.

Ao lado esquerdo em pé, cercado pelos assistentes ao sólio, vê-se D. Manuel Joaquim da Silveira, arcebispo da Bahia, que ergue as mãos em atitude de benção aos noivos. Os clérigos possuem as mesmas posições e composições de indumentária do quadro de Meirelles, salvo o arcebispo, que no quadro do Pedro Américo está usando um solidéu ao invés da mitra.

Igualmente ao estudo de Meirelles, Américo também apresenta personagens nos camarotes à direita acima da cena, quanto a arquitetura da igreja, em ambas as telas, são muito parecidas, com todo seu luxo e esplendor que pertence a uma capela imperial. Neste estudo também está presente a cortina carmim que emoldura a cena, assim como o dossel

que se parece com o trono real que abriga a família da noiva. Quanto à paleta de Pedro Américo, ele utiliza de tons vermelhos, mas, um pouco mais escuro, dando um aspecto de penumbra a um ambiente iluminado à vela ou à óleo.

Seguindo minhas pesquisas, deparei com outra versão artística do casamento, uma fotografia de Revert Henrique Klumb (183? - 1886). A fotografia (Figura 4) é, na realidade, a reprodução de um desenho, e não diretamente tirada no evento original. É possível que ele tenha se aproveitado de algumas tiragens imprecisas, que lhe foi possível obter no dia do evento, e as tenha usado como base para uma fotopintura, que depois teria sido fotografada (LARGO, 2012: 76). A imagem de Klumb demonstra as restrições técnicas que ainda prevaleciam na década de 1860 e “prejudicavam o registro de um evento iluminado com velas ou a gás em grandes interiores fechados e na presença de multidões” (LARGO, 2012: 76).



Imagem 4: Klumb. Fotografia do casamento da Princesa Isabel, 1864. LARGO, Pedro e Bia Corrêa do. *Coleção Princesa Isabel – Fotografia do século XIX*. Editora: Capivara, 2012, p. 76.

Com o produto final em mãos, era então comercializado e oferecido ao público como um relato visual deste importante evento, “o melhor que a técnica da época permitia” (LARGO, 2012: 76).

Comparando com os estudos de Meirelles e Américo, esta fotografia apresenta um ponto de vista vertical da cerimônia, da entrada da capela para dentro. Podemos apontar algumas semelhanças, como o trono em que a família imperial se encontra do lado direito e os camarotes com pessoas testemunhando o casamento. Os belíssimos lustres e a cortina também são peças que aparecem nos estudos dos dois professores da AIBA.

4.1. Outros objetos que representam o casamento principesco

Uma importante litografia realizada para comemorar os casamentos das princesas Isabel e Leopoldina pertence ao acervo do Museu Mariano Procópio, localizado em Juiz de Fora, MG. Trata-se da litografia *Alegoria e Retrato da Família Real* (1864) de Henrique Fleiuss (Figura 5), fundador da publicação *Semana Illustrada*. Esta litografia foi produzida e divulgada em 10 de novembro de 1864. De acordo com Silva e Assis, “Trata-se de uma representação da família imperial, em meio a alegorias que remetem ao período de prosperidade vivido pela nação” (SILVA; CHAVES, 2014: 49).

Segundo Schwarcz, “A representação da monarquia encontrará, ainda, espaços inusitados para a sua difusão. Nos objetos de uso pessoal, nas peças da casa, a presença do casal imperial é uma constante. Em lencinhos, leques, jogos de baralho, broches, nas pratarias e nas louças” (SCHWARCZ, 1998: 508-509).

Sobre o casamento foi produzido também um broche de prata apresentando o brasão dos Bragança e dos Orléans sobrepostos sob a coroa imperial (4,5 x 3,5 cm), significando a união da princesa Isabel, da casa dos Bragança, com o conde D’Eu, da casa Orléans (Figura 6).



Imagem 5: Henrique Fleiuss. *Alegoria e Retrato da Família Real* (1864). Litografia, 32 cm x 48,5 cm. Acervo Museu Mariano Procópio, Juiz de Fora – MG. Foto disponível em: SILVA, Amanda de Assis e; CHAVES, Mariana Guimarães. Op. Cit., p. 49.



Imagem 6: Broche de prata apresentando o brasão dos Bragança e dos Orléans sobrepostos sob a coroa imperial. Foto disponível em: <http://www.dutraleiloes.com.br/2008/1105/images/lot_e098.jpg> Acesso em: 02/04/2015.

5. Outros matrimônios reais: D. Pedro I e D. Pedro II

Após a morte de sua primeira esposa, a arquiduquesa austríaca Maria Leopoldina, em dezembro de 1826, Pedro I incumbiu o Marquês de Barbacena de buscar na Europa uma segunda esposa. Depois de uma longa procura, surgiu enfim Amélia como uma boa possibilidade. Em 30 de julho daquele ano, foi confirmado, no Brasil, o tratado do casamento de Sua Majestade com Amélia.

O matrimônio de D. Pedro I com D. Amélia foi representado na tela de Jean-Baptiste Debret: *Segundo casamento de D. Pedro I*, 1829, óleo sobre tela, 45 x 72 cm, São Paulo, acervo coleção Itaú (Figura 7).

A cena também se passa na Igreja de Nossa Senhora do Carmo da Antiga Sé. Nesta obra, Debret escolheu o mesmo ponto de vista de Victor Meirelles e Pedro Américo, porém os noivos estão à direita, em cima da escada onde nas telas de Américo e Meireles encontram-se a família imperial. O momento da cerimônia escolhido para ser representado foi o instante em que o imperador coloca a aliança na noiva. O noivo está trajando sua indumentária militar e botas e a noiva está com um vestido branco de renda, grinalda e véu também brancos.

O foco principal de Debret são os noivos, pois a luz que invade a igreja está incidindo diretamente sobre eles, principalmente sobre D. Pedro I, que está representado de frente para o espectador, enquanto D. Amélia encontra-se de perfil. Outro ponto em comum com a obra Victor Meirelles foi a paleta de cores, predominantemente vermelha.

Existe ainda outra diferença em relação às obras de Meirelles e Américo. A cena se passa na horizontal, como um friso, seguindo uma composição muito utilizada por Debret. Victor Meirelles e Pedro Américo também fazem isso, mas valorizam a perspectiva da igreja. Em segundo plano, encontramos a corte testemunhando a cerimônia, em uma luz mais fraca.

Seguindo a cronologia de casamentos dos imperadores do Brasil, sigo com D. Pedro II e D. Teresa Cristina. Este casamento, por procuração, ocorreu com a Imperatriz D. Tereza Cristina, na Capela Real Palatina em Nápoles, pelas 10 horas da manhã do dia 30 de maio de 1843 (LIMA, 2010: 667). Esta cena foi documentada pelo artista Alessandro Ciccarelli (Figura 8) através da pintura a óleo *Casamento por procuração de*

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
 “O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
 Juiz de Fora, 2017, 1554p.
 ISSN: 2317-0468
 17 a 21 de outubro de 2016

S. M. Dona Teresa Cristina, 194 x 264 cm, que pertence ao acervo do Museu Imperial de Petrópolis desde 1964, por meio de uma doação do Loide Brasileiro, em Paris (LIMA, 2010: 658).

De acordo com Lima, a cena apresenta o momento em que Dona Teresa Cristina de Bourbon caminha em direção ao altar da capela acompanhada por seu irmão, o príncipe Leopoldo, na qualidade de procurador de D. Pedro II. O celebrante, no centro do altar, é o Arcebispo de Nápoles e capelão-mor da Capela Palatina, Monsenhor Celestino M. Coche. Seguindo as análises de Lima:

A tela divide-se em três partes, identificadas entre as pesadas colunas toscanas do interior da capela. [...] Na parte central, numa leitura sugerida pelo arranjo entre claros e escuros na composição, percebemos as duas figuras femininas, que parecem unir-se à figura de Dona Teresa Cristina pela forte luminosidade que as caracteriza. [...] Por fim, entre o grupo que pertence à terceira divisão da tela, identificamos algumas presenças masculinas que, de certa forma, antecipam e apresentam uma personagem feminina destacada pela luz que incide sobre ela diagonalmente. (LIMA, 2010: 659)



Imagem 7: Jean-Baptiste Debret: *Segundo casamento de D. Pedro I*, 1829. Óleo sobre tela, 45 x 72 cm. São Paulo, Coleção Itaú. Foto disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa18749/debret> Acesso em: 02/04/2015.

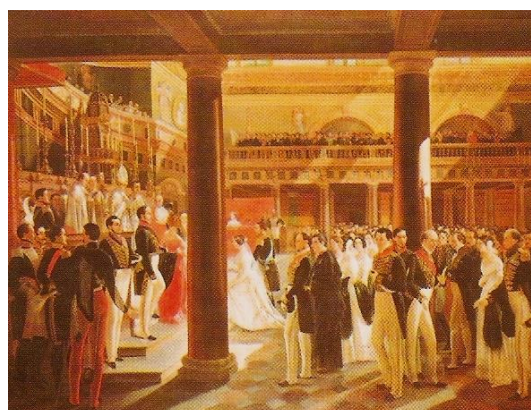


Imagem 8: Alessandro Ciccarelli. *Casamento por procuração de S. M. Dona Teresa Cristina*, 1846. Óleo sobre tela, 194 x 264 cm. Petrópolis/RJ, Museu Imperial de Petrópolis. Foto disponível em: <http://aumagic.blogspot.com.br/2013/11/simbolos-e-emblemas-do-segundo-reinado.html> Acesso em: 02/04/2015.

CONCLUSÃO

Sabe-se que era grande a satisfação do Imperador e da Imperatriz quanto ao casamento de Isabel. Neste artigo, ao detalhar o estudo de Victor Meirelles, fazendo a comparação com outros trabalhos sobre o casamento da princesa, possibilita compreender a importância deste evento através da narrativa das obras, afinal, as fontes sobre este tema ainda são escassas. O uso dos quadros como fontes para análise do matrimônio da princesa se justifica, pois, durante o império, as Belas Artes eram instrumento de civilização tendo o poder de contribuir para a educação dos cidadãos. O conceito da arte ligada à pedagogia e à civilização estava consoante com o projeto civilizatório da jovem nação independente.

O resultado final dos dois estudos, de Meirelles e Pedro Américo, apesar de todas as semelhanças indicadas, aponta para opções estilísticas distintas. O arranjo cenográfico e dramático da cena do casamento suas paletas de sombra e luz colabora para dar à cena uma vivacidade que um casamento principesco merece.

Podemos concluir que as pinturas de Meirelles e Américo, tem o firme propósito de constituir um registro do evento, revelando a preocupação documental da imagem do Segundo Reinado. Relacionando as pinturas dos artistas brasileiros com as obras de Debret e Ciccarelli, ajuda a compreender o desejo da nação em desfazer a imagem de uma terra exótica e estagnada, mostrando o desejo do país de ser moderno e de participar da trajetória do progresso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARGON, Maria de Fátima Moraes. *O mestre de pintura da princesa regente*. In: *Victor Meirelles – novas leituras*. Maria Inez Turazzi org; Lourdes Rosseto coord. Florianópolis, SC: Museu Victor Meirelles / IBRAM / MinC; São Paulo; Studio Nobel, 2009.

BARMAN, Roderick J. *Redentora e prisioneira*. Revista de História. 2012. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/dossieimigracaoitaliana/redentoraeprioseira> Acesso em: 16/04/2015.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

COLI, Jorge; XEXÉO, Mônica F. Braunscheweiger. *Vitor Meireles, um artista do império*. Rio de Janeiro: MNBA, MON, 2004.

DEL PRIORE, Mary. *O Castelo de Papel: uma história de Isabel de Bragança, princesa imperial do Brasil, e Gastão de Órleans, conde d'Eu*. Rio de Janeiro: Rocco, 2013.

ECHEVERRIA, Regina. *A história da Princesa Isabel: amor, liberdade e exílio*. Rio de Janeiro: Versal, 2014. 1. Ed.

Fotografias: Colção D. Thereza Christina Maria / Biblioteca Nacional - Rio de Janeiro: A Biblioteca, 1987. PDF.

LACOMBE, Lourenço Luiz. *Isabel: A Redentora. (Biografia baseada em documentação inédita)*. Petrópolis, Rio de Janeiro, Instituto Histórico de Petrópolis., 1989.

LARGO, Pedro e Bia Corrêa do. *Coleção Princesa Isabel – Fotografia do século XIX*. Editora: Capivara, 2012.

LIMA, Valéria. *Alessandro Ciccarelli e a tela “Casamento por procuração da Imperatriz D. Teresa Cristina” : um ensaio interpretativo*. In: *Oitocentos - Arte Brasileira do Império à República - Tomo 2. / Organização Arthur Valle, Camila Dazzi*. - Rio de Janeiro: EDUR-UFRRJ/DezenoveVinte, 2010. PDF.

Nossa Senhora do Carmo da Antiga Sé. Disponível em: <<http://www.antigase.com/a-igreja/>> Acesso em 16/05/2015.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, Amanda de Assis e; CHAVES, Mariana Guimarães. *O fulgor do império: estudo do folheto celebrativo em homenagem ao casamento das princesas imperiais*. In: *Anais do Museu Mariano Procópio / Fundação Museu Mariano Procópio – Vol. 1*. Juiz de Fora: Fundação Museu Mariano Procópio, 2014.

VIEIRA, Hermes. *Princesa Isabel uma vida de luzes e sombras*. São Paulo: Edições GDR, 1990.

Fontes:

Programa do préstito e ceremonias do casamento de sua Alteza Imperial sereníssima princesa D. Izabel com sua Alteza Real o senhor Conde d'Eu. Museu D. João VI. Disponível em: <file:///C:/Users/Casa/Downloads/Arquivo.pdf> Acesso em: 05/06/2015. PDF.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. “O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”, Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

A Rendição de Uruguaiana, de Pedro Américo, e as litografias na Guerra do Paraguai

Álvaro Saluan da Cunha¹

RESUMO:

O projeto visa estudar a litografia baseada na pintura histórica de Pedro Américo, *A Rendição de Uruguaiana*, sobre episódio homônimo ocorrido na Guerra do Paraguai. A obra original foi destruída, restando apenas suas variadas reproduções litográficas. A análise busca a compreensão iconográfica e iconológica da obra e, além disso, perceber de que maneira ela dialoga com outras gravuras referentes à Guerra do Paraguai, presentes em dois acervos litográficos específicos, encontrados na Biblioteca Nacional: o da oficina litográfica *Vida Fluminense* e do jornal *Suplemento da Semana Illustrada*. Objetiva-se através do estudo da obra contribuir para o entendimento da produção, circulação e consumo das imagens litográficas da Guerra do Paraguai.

Palavras-chave: Guerra do Paraguai, Pedro Américo, litografia, pintura histórica.

ABSTRACT

The project intends to study the lithograph based on history painting of Pedro Américo, *The Surrender of Uruguaiana*, on the homonymous episode occurred in the Paraguayan War. The original work has been destroyed, leaving only its various lithographic reproductions. The analysis seeks iconographic and iconological understanding of the work and, moreover, see how it interacts with other pictures related to the Paraguayan War, present in two specific lithographic collections found in the National Library: the lithographic workshop *Vida Fluminense* and newspaper *Suplemento da Semana Illustrada*. The purpose is through the work of the study contribute to the understanding of the production, circulation and consumption of lithographic images of the Paraguayan War.

Keywords: Paraguayan War, Pedro Américo, lithography, history painting.

1. DELIMITAÇÃO TEMÁTICA

A Rendição de Uruguaiana consiste em um quadro pintado por Pedro Américo², de 1871 a 1873, por decisão própria³, na cidade de Florença (MELLO JÚNIOR, 1983),

¹ Graduado em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora, graduando em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: asaluan@hotmail.com.

² Pedro Américo de Figueiredo e Melo (Areia, Paraíba, 28 abr. 1843 – Florença, Itália, 07. out. 1905).

³ Ou seja, não era uma encomenda do Estado, como as endereçadas a Victor Meirelles, pintor oficial do Estado, cargo que posteriormente também seria dado a Pedro Américo.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
 ISSN: 2317-0468
 17 a 21 de outubro de 2016

Itália. Em 1871, com 25 anos, o autor aproveitando-se da ascensão patriótica advinda da vitória brasileira da Guerra do Paraguai, havia pintado a *Batalha do Campo Grande*, obra que lhe gerou grande reconhecimento como pintor no Brasil, sendo constantemente citado nos periódicos. Tanto prestígio rendeu-lhe o título de Pintor Histórico da Imperial Câmara (ZACCARA, 2011). Ele retornou à Florença no mesmo ano e deu início à produção da obra, que é objeto desta pesquisa, concluindo-a em 1873. Em 1874, deu início à confecção da *A Batalha do Avaí* tida com uma de suas principais obras, sendo concluída em 1877, ano em que regressou ao Brasil.



MELO, Pedro Américo de Figueiredo e. **A Rendição de Uruguayana**, 1873. Litografia por Vida Fluminense Of. Litogr., (????). Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

A obra tem como base um episódio da Guerra do Paraguai (1864-1870), o cerco da cidade de Uruguaiana, ocorrido entre 16 de julho a 18 de setembro de 1865 (DORATIOTO, 1996) quando tropas da Tríplice Aliança retomavam a cidade de Uruguaiana-RS do domínio paraguaio ao renderem o coronel Estigarribia e seus homens, após longo período de sítio, em que o inimigo se encontrava sem recursos e assombrado

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
 “O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
 Juiz de Fora, 2017, 1554p.
 ISSN: 2317-0468
 17 a 21 de outubro de 2016

pela fome. A vitória da Tríplice Aliança frustrou os planos de uma ofensiva em território brasileiro, planejada pelo presidente Solano López.

O episódio deu origem à duas importantes representações: a pintura de Pedro Américo e a escultura de Manoel Chaves Pinheiro intitulada *Estátua equestre de sua majestade o Imperador em Uruguaiana*, realizada em tamanho natural. Executado em 1866, o gesso foi apresentado na Exposição Universal de 1867, em Paris, e na XXI Exposição Geral de Belas Artes, de 1870, pertencendo hoje ao Museu Histórico Nacional, sem nunca ter sido fundido em bronze.

A pintura histórica de Pedro Américo demonstra a rendição do general paraguaio e seus homens diante do imperador D. Pedro II e dos generais das repúblicas argentina e uruguaia. Faz-se importante ressaltar a presença do imperador brasileiro em um episódio da guerra, deslocando-se da distante capital da corte até a região Sul do país. Nota-se em seus variados personagens duas expressões distintas: a postura dos paraguaios, derrotados, cabisbaixos, em que o padre Ignacio Duarte encontra-se de joelhos pedindo clemência; enquanto os vencedores situam-se em um plano elevado, montados em seus cavalos, transmitindo a ideia de superioridade diante de seus inimigos⁴. Pode-se analisar em sua composição um eixo diagonal que dá maior ênfase à dicotomia retratada. Percebemos, assim, o elemento antitético e tradicional com que o artista constrói sua composição, opondo através de seu gestual os vencedores e os vencidos.

Não se tem nenhum registro de que a obra tenha sido exposta nas Exposições Gerais⁵ do período, embora Gonzaga Duque em *Mocidade Morta* (ESTRADA, 1995), romance de teor autobiográfico escrito em 1899, descreva uma possível exposição em que “Telésforo de Andrade”, *alter ego* geralmente associado pela crítica a Pedro Américo, em que se “(...) expunha à admiração patricia o seu novo quadro, um vasto painel estendido por 14 metros, contando 12 de altura (...) Olhos fixavam, parvamente, na tarja baixa da moldura, um círculo de louros entrelaçados ao redor do dístico: *Rendição de Uruguaiana*”. Tal fato sugere a possibilidade de a obra ter sido exposta ao público de

⁴ Aqui faz-se necessário citar todos os personagens que se encontram na obra. Ao fundo: a cidade de Uruguaiana. No plano principal: o padre Ignacio Duarte, o coronel Estigarribia, o conselheiro Angelo Muniz, o imperador D. Pedro II, o general Venâncio Flores, o general Bartolomeu Mitre, o Conde D’Eu, o Duque de Caxias e o Conde de Porto Alegre. Sabe-se disso pois, abaixo da litografia, encontram-se estes nomes.

⁵ Entre 1840 e 1884 a Academia Imperial de Belas Artes organizou 26 Exposições Gerais de Belas Artes.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.

“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,

Juiz de Fora, 2017, 1554p.

ISSN: 2317-0468

17 a 21 de outubro de 2016

outra forma, como ele mesmo havia feito com *A Batalha de Avaí*, em 1877, em uma construção de madeira fabricada especialmente para a ocasião na Praça Pedro II, no Rio de Janeiro (ZACCARA, 2011: 111-112), criando uma espécie de salão itinerante. Entretanto, para atestarem-se tais possibilidades torna-se necessária uma pesquisa mais aprofundada nos arquivos históricos da cidade do Rio de Janeiro.

A pintura histórica é um gênero de obra de arte comumente criado sob encomenda, evidenciando um tipo de produção plástica comprometida com a tematização da nação e da política. Ou seja, é criada para exaltar realizações do Estado, buscando uma imagem positiva sobre seus feitos. No Segundo Reinado ela buscou esboçar traços de uma identidade nacional, sendo um importante instrumento dos “valores nacionais”. Porém, como a bibliografia mostra, Pedro Américo iniciou suas primeiras obras por conta própria.

Após a expulsão da Família Imperial do país, com a Proclamação da República, em 1889, parte dos bens deixados no interior do palácio de São Cristóvão foram leiloados. Segundo o *Anuário do Museu Imperial* (SANTOS, 1940: 151-316), a pintura original do episódio foi atirada no pátio da Quinta da Boa Vista e partida em quatro pedaços, juntamente com sua rica moldura. A obra deveria seguir para a França, como desejava D. Pedro II, não ficando para o Leilão do Paço, mas acabou sendo destruída. Porém, graças aos registros litográficos do período, a reprodução da obra encontra-se sob a tutela de diversos museus e instituições, tais como o Museu Mariano Procópio, em Juiz de Fora, e a Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro.

Nesse sentido, os acervos da Biblioteca Nacional se configuram como lócus privilegiado para os estudos sobre a *Rendição de Uruguaiana*, seu autor e o papel da litografia no período da Guerra do Paraguai. Na Biblioteca Nacional localiza-se o acervo do jornal *Suplemento da Semana Illustrada* e da *Vida Fluminense*, assim como, outros acervos depositados no mesmo lote, não especificados pela ficha técnica disponibilizada. Esses acervos constituem-se de conjuntos de litografias referentes à guerra, incluindo ilustrações e reproduções de pintura histórica. A *Rendição de Uruguaiana* encontra-se juntamente a esses dois acervos.

A *Semana Illustrada* foi um periódico criado por Henrique Fleiuss, em dezembro de 1860. Era um jornal de oito páginas, sendo um dos principais periódicos da época na

produção de imagens e charges que abordavam os relatos da guerra (Secretaria Especial de Comunicação Social, 2007). Veiculava gravuras, além de suplementos ilustrados em série – como é o caso do presente objeto de estudo. Nesses suplementos encontravam-se diversas imagens da Guerra do Paraguai.

A oficina litográfica *Vida Fluminense* tinha uma revista ilustrada de mesmo nome, lançada no dia 4 de janeiro de 1868 pelo italiano Angelo Agostini, circulando até 1875. Seu criador pretendia concorrer com a *Semana Illustrada*, atacando a qualidade de suas imagens – já que Agostini era melhor desenhista que Fleiuss – e as fontes em que o periódico *A Semana* se embasava para a confecção das litografias sobre os episódios da Guerra do Paraguai (LAVARDA, 2009).

Os “Quadros Históricos da Guerra do Paraguai”, série da *Vida Fluminense*, reúnem em nove partes um breve histórico dos episódios da guerra. São eles: “I. *Introdução*, sem indicação de autor; II. *A Rendição de Uruguaiana*, sem indicação de autor; III. *O ataque da ilha da Cabrita ou da Redenção*, pelo Dr. Pinheiros Guimarães; IV. *A passagem de Curuzu*, sem indicação de autor; V. *A passagem de Humaitá*, por O. P.; VI. *A tomada de Curuzu*, sem indicação de autor; VII. *O reconhecimento de Humaitá*, por F. Ferreira; VIII. *A passagem do Passo da Pátria*, sem indicação de autor; IX. *A tomada do forte Establecimiento*, sem indicação de autor”.

Ao falar da litografia no cenário brasileiro do século XIX torna-se importante contextualizar seu papel político, social e artístico. Destacam-se aspectos de suma importância para a compreensão da evolução da gravura, não apenas no cenário brasileiro, mas mundial (IPANEMA, 2007)⁶. Segundo Rogéria de Ipanema, faz-se necessário analisar todo o panorama das gravuras desde o Renascimento até sua vinda, juntamente com a corte portuguesa, para o território brasileiro⁷, em 1808. A autora realça também a questão da autoria das obras e do seu papel reprodutivo, lembrando Platão: “A gravura não é a cópia da cópia da ideia”, como afirma o filósofo, “ela é a instituição

⁶ Para maior compreensão do histórico da litografia no Brasil e no mundo, ver mais em: IPANEMA, Rogéria Moreira de. **A arte da imagem impressa: a contribuição da ordem autoral e a gravura no Brasil do século XIX**. Tese de doutoramento. Niterói: UFF, 2007.

⁷ Considera-se em termos oficiais a cidade do Rio de Janeiro como sede da corte a partir do “*Manifesto, ou exposição fundada, e justificativa do procedimento da corte de Portugal a respeito da França...*”, em 1º de maio de 1808. CABRAL, Alfredo do Vale. **Anais da Imprensa Nacional do Rio de Janeiro 1808-1822**. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1881. verbete n. 15, p. 6.

intelectualizada da arte, com o projeto da multiplicação” (IPANEMA, 2007: 147). Na perspectiva desta pesquisa, a gravura de reprodução tem ampla função além da mera repetição: tem o papel de difundir uma imagem em larga escala, com o intuito de disseminar para além de onde se encontra a pintura, seja como produção estilística decorativa, seja como um meio de apresentar ao público uma obra que não se encontra em exposição.

Minimiza-se a arte litográfica caracterizando-a como meramente mecânica, mas esquece-se do processo de criação da matriz, que pode envolver inúmeros artistas especializados em variados aspectos como: a elaboração da paisagem, personagens, animais, etc. Além disso, cada matriz levava os respectivos nomes da oficina onde fora criada, do litógrafo que a concebeu e do pintor da obra reproduzida, ou seja, a obra geralmente não é recriada e tampouco divulgada sem o conhecimento de seu autor. No contexto da guerra, a litografia tornava-se importante para a ilustração do que ocorria no cenário distante do conflito, além da difusão das obras em escala mais abrangente. A *Rendição de Uruguaiana* remete a uma passagem vitoriosa no Império brasileiro, que, a partir das imagens, construía seu próprio significado. Estreitava-se a partir daí os laços entre a imprensa ilustrada e a arte.

O Brasil vivenciava um momento histórico conturbado, tanto pela questão da guerra quanto pela questão escravocrata. Na imprensa periódica, as caricaturas de teor crítico tomavam maiores proporções, colocando nomes de importantes políticos do período em xeque diante da população, muitas vezes insatisfeita com as posturas do Império. Além disso, a imprensa teve papel importante para a difusão da arte que, no período, inspirava-se no conflito armado, sendo fundamental no que diz respeito à cobertura da guerra, tanto na difusão de notícias, quanto de imagens. O cenário artístico voltava-se em grande parte para o conflito, produzindo uma série de gravuras. A partir desse cenário, a imprensa tornava-se cada vez mais ilustrada (SALLES, 2003).

Por meio das imagens, a guerra teve uma produção dupla: ao mesmo tempo em que relatava os fatos da guerra e divulgava imagens positivas, como reproduções de pinturas históricas que valorizavam as vitórias e o Império, fazia-se também o uso da crítica por meio de caricaturas e releituras de outras obras. Personagens do período, como

Solano López e até mesmo D. Pedro II, foram figuras constantemente criticadas e retratadas de forma satírica.

Jorge Coli, diz que “(...) a arte se instala em nosso mundo por meio do aparato cultural que envolve os objetos: o discurso, o local, as atitudes de admiração, etc.” (COLI, 1995: 11). Partindo desse pressuposto pode-se notar que, com o pequeno espaço aberto para as gravuras nas Exposições Gerais da Academia Imperial de Belas Artes, as mesmas tomaram uma considerável proporção artística, embora ainda fossem vistas pela Academia como arte “menor”.

Segundo Rogéria de Ipanema, a musealização das gravuras é algo que remete ao século XVII quando se arregimentavam em gabinetes e museus volantes, sendo expostas à parte, longe das obras de arte. Ressalta também a importância da reprodução dos quadros em pranchas impressas, o que garantiria a visibilidade da obra, identificada com os dados do original, utilizada para o manuseio prático das belas artes. Tornava-se aí a imagem impressa um objeto de valor próprio e distinto, além do valor artístico que fora constituído no mundo das coleções (IPANEMA, 2007: 54-57).

No que tange à imprensa – uma das fontes utilizadas neste trabalho – as gravuras, sobretudo as caricatas, ganharam o espaço devido ao seu papel crítico no cenário político, em que o regime imperial se deparava com o debate criado em torno da questão do elemento servil e com a crise econômica gerada pela guerra. Em contrapartida, por meio das litografias de pinturas históricas veiculadas em jornais, fazia-se a propaganda estadista de um império forte e vitorioso, em busca de uma identidade nacional.

O presente trabalho funda-se então nestes dados. Busca-se compreender a litografia baseada na pintura de Pedro Américo a partir de um estudo descritivo da representação de seus símbolos, dialogando com o período, analisando o seu papel dentro dos acervos encontrados na Biblioteca Nacional e contextualizando sua importância no cenário político e artístico da Guerra do Paraguai. É necessário entender o processo de criação da obra de Pedro Américo para, a partir disso, compreenderem-se as diversas reproduções litográficas e também a sua pintura.

2. PROBLEMATIZAÇÃO

Quais possíveis mensagens Pedro Américo quer passar com a obra? Qual o papel da litografia da *Rendição de Uruguaiana* dentro dos acervos citados da Biblioteca Nacional? Há um diálogo entre essas gravuras ou estão unidas apenas pelo fato de representarem o período histórico da Guerra do Paraguai? Como ocorreu a produção, circulação e consumo das imagens litografadas da Guerra do Paraguai? Estes são os principais problemas para os quais a presente pesquisa busca respostas. Crê-se que eles possam ser respondidos através de uma análise iconográfica e iconológica mais densa das obras citadas, auxiliada pela bibliografia de referência possibilitando maior conhecimento do período, dos personagens históricos – tanto o autor quanto os retratados na obra –, do gênero de pintura histórica, da produção litográfica no Brasil e sua divulgação por meio de oficinas litográficas e periódicos. Isso torna mais fácil e palpável a realização da pesquisa, além de um melhor aprofundamento nos temas secundários, que se fazem necessários para a contextualização da obra.

3. JUSTIFICATIVA

O projeto é importante para o conhecimento do período, pois busca, a partir das fontes, contextualizar o papel das litografias na divulgação e percepção dos episódios da Guerra do Paraguai, particularmente da Rendição de Uruguaiana seja por meio da imprensa ou das casas litográficas.

Também se colocará em evidência a pintura de Pedro Américo, *Rendição de Uruguaiana*, obra pouco conhecida devido ao seu destino trágico, porém registrada graças às reproduções litográficas que resistiram ao tempo e tornaram-se objeto de estudo desta pesquisa, permitindo uma maior compreensão da produção do artista sobre o tema, reaproximando a obra de suas congêneres: *A Batalha do Campo Grande*⁸, *A Batalha do Avaí*⁹ e a *Passagem do Charco*¹⁰.

⁸ MELO, Pedro Américo de Figueiredo e. **Bataille de Campo Grande**, 1871. Óleo sobre tela, 530x332 cm, Museu Imperial de Petrópolis.

⁹ Idem. **A batalha do Avaí**, 1877. Óleo sobre tela, 600x1100 cm, Museu Nacional de Belas Artes.

¹⁰ Idem. **Passagem do Chaco**, 1871. Óleo sobre tela, 198x240 cm. Museu Histórico Nacional.

Os estudos sobre a pintura histórica no Brasil, particularmente referentes à Guerra do Paraguai, ainda não se detiveram no processo de circulação das imagens, por intermédio de cópias litográficas que as divulgavam. Grande parte da eficácia pedagógica da pintura histórica dependia, exatamente, de sua circulação pelos meios mais variados possível.

Sabe-se que a *Rendição de Uruguaiana* circulava de duas formas específicas: por jornais e seus suplementos ou por meio de impressões em papel vendidas em casas litográficas, tendo tanto valor informativo quanto valor estético, decorativo e intelectual. Assim, a obra enaltece as glórias do império, a expansão da arte brasileira e uma nova fase na imprensa ilustrada.

4. OBJETIVOS

Sabe-se que a veiculação de imagens sobre a guerra foi de extrema importância para o crescimento da litografia no país e, além disso, para o comércio de gravuras por meio das oficinas litográficas (IPANEMA, 2007), sendo esse fenômeno semelhante ao ocorrido anteriormente na França, mantendo vivas diversas pinturas perdidas (BANN, PACCOUD, 2014).

Dadas tantas questões, criam-se objetivos específicos para a presente pesquisa, dentre os quais:

- Fazer uma análise iconográfica e iconológica da obra de Pedro Américo e contextualizá-la com o período da Guerra do Paraguai em seu contexto histórico e artístico, buscando compreender qual mensagem o autor quer passar;
- Pesquisar os acervos do *Suplemento da Semana Illustrada* e outros e da *Vida Fluminense*, ambos situados na Biblioteca Nacional, e compreender sua conjuntura, por que estão reunidas da forma em que se encontram;
- Compreender o papel da litografia na difusão da pintura histórica, a partir de um caso específico;
- Explicitar, ao longo da redação da pesquisa, a conjuntura do cenário político, social e artístico, bem como compreender de que maneira se consolidava a

imprensa no período imperial, com as novas abordagens críticas na defesa ou na oposição do regime monárquico.

5. FONTES E METODOLOGIA

5.1. Recorte temporal e estudo de contexto histórico

O recorte temporal da pesquisa abrange da segunda metade do século XIX, englobando assim a Guerra do Paraguai e os anos posteriores à proclamação da República, em 1889.

Inicialmente, é necessária a inserção de *A Rendição de Uruguaiana* no conjunto da produção artística de Pedro Américo, relativa à Guerra do Paraguai, cientes de estar-se não diante da obra em si, mas de sua cópia litográfica. Nesse sentido, será importante o diálogo com os estudos de Jorge Coli (COLI, 2005) e Maraliz Christo (CHRISTO, 2005) relativos à temática para a compreensão do papel da pintura histórica brasileira no período.

Ainda quanto à construção da imagem por Pedro Américo, a narrativa da rendição assemelha-se muito às rendições retratadas das Guerras Napoleônicas, obras que se tornaram importantes na construção do imaginário do povo francês, fenômeno semelhante ao ocorrido com as pinturas históricas no Brasil (LEITE, 2011). Sendo assim, é necessário se comparar *A Rendição de Uruguaiana* com a produção internacional sobre o tema “rendições”.

5.2. Objeto de estudo

O objeto desta pesquisa é a reprodução litográfica da obra destruída de Pedro Américo, *A Rendição de Uruguaiana* e sua circulação nos jornais *Suplemento da Semana Illustrada* e *Vida Fluminense*, ambos situados na capital da corte, o Rio de Janeiro.

A partir das fontes encontradas na Biblioteca Nacional pode-se dizer que a litografia da obra de Pedro Américo havia sido divulgada em boletins do período e, além disso, comercializada por oficinas litográficas, como a própria *Vida Fluminense*, uma das fontes utilizadas. A partir das obras consultadas, pode-se atestar que a litografia se difundia não só pela imprensa, mas pelo mercado das gravuras sendo sua venda

amplamente divulgada nos folhetins, em que se tem como exemplo o *Suplemento da Semana Illustrada*.

Aqui é necessário pesquisar a *Vida Fluminense* e *Semana Illustrada*, principalmente seu papel na divulgação do desenrolar da Guerra do Paraguai; assim como, estudar a feitura das litografias (buscando identificar, se possível, os profissionais envolvidos), sua forma de distribuição e recepção. É importante localizar-se o maior número possível das cópias litográficas d'A *Rendição de Uruguaiana*, para que seja possível identificar suas variações. Assim como analisar sua posição no conjunto das imagens litografadas da Guerra do Paraguai, distribuídas pela *Vida Fluminense* e *Semana Illustrada*.

Em síntese, *A rendição de Uruguaiana* será estudada em três situações: primeiro como vestígio da pintura original, identificando-se o seu processo de construção iconográfica e iconológica, inserindo-a no conjunto da produção de Pedro Américo sobre o tema. Além disso, comparando-a com o subgênero da pintura histórica, com as representações de rendições, identificando semelhanças e especificidades com a produção internacional. Segundo, como cópia litográfica, buscando identificar sua forma de produção. Terceiro, como integrante do conjunto de imagens da Guerra do Paraguai litografadas e distribuídas pela *Vida Fluminense* e *Semana Illustrada*.

5.3. Análise iconográfica e contextual da obra

Ao estudar-se a iconografia e iconologia da obra, se tomará como base a metodologia do autor Erwin Panofski (PANOFSKI, 1976: 47-87), que divide o estudo de uma obra de arte em três extratos. O primeiro é uma descrição pré-iconográfica, em que se constitui o tema primário ou natural. A partir da primeira análise, pode-se reconhecer os motivos da obra, estabelecendo os significados factuais e expressionais – a litografia baseada na obra somada ao conhecimento de seu contexto dá a entender assim diversos aspectos. Com base no primeiro extrato é possível então compreender que o objeto estudado é uma representação, uma imagem e a partir disso se investigará as alegorias formuladas através de um estudo iconográfico – o segundo extrato. No terceiro extrato, percebe-se o conteúdo da obra, o efeito de uma interpretação iconológica. Sua natureza essencial se dá de forma isolada, isto é, ela só pode ser o que é por conta das condições

na qual foi feita. Porém, só se conseguirá compreender de fato o que a obra remete se for considerado o contexto em que ela fora criada. Ou seja, o estudo iconológico é algo que está na obra, porém não se limita a ela. A visão de Panofsky dialoga diretamente com o que se busca na pesquisa: compreender a temática, as alegorias, o que o autor busca exprimir dentro de sua criação e como tudo isso dialoga com o período histórico.

O autor Michael Baxandall (BAXANDALL, 1991) é uma das referências para o desenvolvimento desta pesquisa. Embora seus estudos sejam voltados para a pintura na Renascença, busca-se utilizar sua metodologia no estudo da litografia da obra de Pedro Américo, *A Rendição de Uruguaiana*, e sua divulgação. O espaço ocupado pelas gravuras eram as páginas de periódicos e o mercado de gravuras, permitindo sua rápida exposição ao público em geral. Em sua análise, Baxandall diz que uma obra é impactada pelas diferentes formas interpretativas de seu público e sua carga cultural, que será determinante na sua compreensão da obra. Sendo assim, o artista buscaria se ater à sociedade e seus valores, devendo se apoiar também na capacidade visual de seu público.

Ao se pesquisar em bases *on-line*, foram encontrados diferentes formatos da mesma obra, seja em coloração diferente, bem como a imagem espelhada, apresentando assim a Tríplice Aliança à esquerda e os paraguaios à direita. Tais obras encontradas virtualmente carecem de maiores informações.

O trabalho com as fontes primárias torna-se viável graças aos esforços da Divisão de Iconografia da Biblioteca Nacional, que possibilita a reprodução de tais obras para estudo aprofundado. No livro do historiador Ricardo Salles intitulado *Guerra do Paraguai: memórias e imagens* (SALLES, 2003), também pode-se encontrar diversas dessas litografias situadas em ambos acervos aqui citados.

6. BIBLIOGRAFIA

BANN, Stephen; PACCOUD, Stéphane (Dir.). **L'ivention du passé: Histoires de coeur et d'épée em Europe, 1802-1850**. Paris: Hazan, Musée de Beaux-Arts de Lyon, 2014, v. 2.

CABRAL, Alfredo do Vale. **Anais da Imprensa Nacional do Rio de Janeiro 1808-1822**. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1881

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
 “O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
 Juiz de Fora, 2017, 1554p.
 ISSN: 2317-0468
 17 a 21 de outubro de 2016

CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. **Pintura, história e heróis no século XIX: Pedro Américo e “Tiradentes Esquartejado”**. Campinas: UNICAMP, 2005.

COLI, Jorge. **O que é arte**. 15ª ed.. São Paulo: Brasiliense, 1995

COLI, Jorge. **O sentido da batalha: Avahy de Pedro Américo**. Projeto História, São Paulo, (24), jun. 2002.

DORATIOTO, Francisco. **O conflito com o Paraguai: a grande guerra do Brasil**. São Paulo: Ática, 1996.

ESTRADA, Luís Gonzaga Duque. **Mocidade Morta**. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1995.

IPANEMA, Rogéria Moreira de. **A arte da imagem impressa: a contribuição da ordem autoral e a gravura no Brasil do século XIX**. Tese de doutoramento. Niterói: UFF, 2007.

LAVARDA, Marcos Túlio Borowiski. **A iconografia da Guerra do Paraguai e o periódico Semana Ilustrada – 1865-1870: um discurso visual**. Dourados: UFGD, 2009.

LEITE, Beatriz Westin de Cerqueira. **A arte como expressão da glória: Napoleão Bonaparte**. São Paulo: Altamira, 2011.

MELLO JÚNIOR, Donato. **Pedro Américo de Figueiredo e Melo 1843-1905**. São Paulo: Pinakotheke. 1983.

PANOFSKY, Erwin. **Significado nas artes visuais**. São Paulo: Perspectiva, 1976.

SALLES, Ricardo. **Guerra do Paraguai: memórias e imagens**. São Paulo: Miguel de Cervantes, 2003.

SANTOS, Francisco Marques. **O leilão do paço imperial**. Anuário do Museu Imperial. Petrópolis: 1940, v. 1, p. 151-316.

SANTOS, Renata. **A Imagem Gravada: A gravura no Rio de Janeiro entre 1808 e 1853**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra. 2008.

TORAL, André. **Imagens em desordem: a iconografia da Guerra do Paraguai (1864-1870)**. São Paulo: USP/FFLCH, 2002.

ZACCARA, Madalena. **Pedro Américo: Um artista brasileiro do século XIX**. Recife: Universitária UFPE, 2011.

7. FONTES

GUERRA DO PARAGUAI, 1684-1870 – ILUSTRAÇÕES. Guerra do Paraguay [Album de litografias contemporâneas da Guerra do Paraguai, segundo os desenhos de diversos artistas e publicadas no “Suplemento da Semana Illustrada” e outros jornais da época] [s.n.t.]. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

GUERRA DO PARAGUAI, 1864-1870. Vida Fluminense Of. Litogr. “A Rendição de Uruguaiana”. Litogr. seg. quadro de Pedro Américo. Nº 2 dos “Quadros históricos da Guerra do Paraguai”. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

Dança Mexicana e a vida cotidiana

Bárbara Silva Borges¹

Resumo:

O presente artigo possui como objetivo a análise da obra *Dança Mexicana* de Félix Bernardelli, presente no acervo do Museu Mariano Procópio (MMP). A intenção é buscar estudar a cena representada, seus sentidos e significados, o possível período em que foi confeccionada, sua relação com o pintor e a época em que foi produzida. Outro objetivo é investigar sobre sua presença no acervo do MMP, e seu possível diálogo com outras obras do mesmo artista e do mesmo período. Além disso, o trabalho buscará despertar um olhar mais cuidadoso sobre Félix Bernardelli, bem como sua participação no mundo artístico, possibilitando a valorização do artista.

Palavras-chave: Dança Mexicana. Félix Bernardelli. Museu Mariano Procópio.

Abstract:

This article has the objective of analyze the Mexican Dance work by Félix Bernardelli, which is present on the Mariano Procópio Museum collection (MMP). It seeks to study the represented scene, it meanings and feelings, the possible period in which it was made, its relationship with the painter and the time it was produced. Another objective is to seek about its presence on the MMP, and its connection with other works by the same artist and period. In addition, the work will awake a more sensitive look about Félix Bernardelli, as well as his participation on the art world, enabling the artist's appreciation.

Keywords: Mexican Dance. Félix Bernardelli. Mariano Procópio Museum.

1. Introdução

No acervo do Museu Mariano Procópio, encontramos diversas obras dos irmãos Rodolpho, Henrique e Félix Bernardelli. Porém, ao contrário de seus irmãos, Henrique e Rodolfo Bernardelli, que contam com grande reconhecimento no campo das artes no Brasil e possuem grande expressividade no acervo do Museu Mariano Procópio, Félix Bernardelli ainda é um artista pouco valorizado no Brasil e possui apenas três trabalhos presentes no acervo do Museu Mariano Procópio, entre elas está *Dança Mexicana*, a obra que será estudada no presente artigo.

¹ Graduanda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

A obra é considerada uma pintura de gênero, e representa uma típica dança do México, como o próprio nome da obra evidencia.

A obra é um óleo sobre a tela, de dimensões de 54x78 cm, e não temos informações sobre a data específica em que foi pintada, sendo possível apenas especulações. Atualmente, encontra-se no acervo do Museu Mariano Procópio.

Na cena representada na pintura, vemos um casal ao centro dançando com várias pessoas ao redor olhando e outras tocando instrumentos musicais. A partir da dessa representação, com o casal em destaque, as roupas usadas pelas pessoas e os instrumentos tocados, como a harpa e o violino, tudo leva a crer que a dança referida na imagem é a mais representativa do México: o Jarabe Tapatio, ou também conhecida como Dança Mexicana do Chapéu.



Imagem 1: Félix Bernardelli, *Dança Mexicana*. Óleo s/tela, 54x78 cm., s.d. Museu Mariano Procópio

A pintura possui ainda uma tendência “realista-cotidiana”, uma vez que representa uma cena real e cotidiana, no caso uma dança do México, e os rostos das pessoas são bem definidos e delineados.

Podemos destacar também a pincelada solta do artista e a utilização livre da cor. A pincelada solta refere-se à espontaneidade da pincelada. Essa espontaneidade provavelmente foi adquirida por Félix Bernardelli em seus estudos na Europa, onde estava em voga o Impressionismo. A utilização livre da cor, por sua vez, vem

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.

ISSN: 2317-0468

17 a 21 de outubro de 2016

provavelmente do conhecimento que Félix possuía das aquarelas e do próprio Impressionismo, o que lhe forneceu liberdade para usar cores diferentes e fortes, principalmente no que se refere às paisagens pintadas. A relação das cores com o corpo dos personagens representados e os efeitos cromáticos utilizados também são fatores de relevância.

2. Félix Bernardelli e sua família

Félix Bernardelli, o pintor que deu vida à Dança Mexicana, veio de uma família de artistas. Seu pai, Oscar Bernardelli, era violinista, e sua mãe, Celestina Thierry, uma bailarina. Após se casarem, Oscar e Celestina realizaram inúmeras viagens artísticas, passando, inclusive, por Guadalajara, no México, onde nasceram dois de seus quatro filhos: Rodolpho, em 1852, e Fanny, em 1853.

Devido ao trabalho, os Bernardelli deveriam continuar suas viagens artísticas pela América do Sul. Porém, como Fanny ainda estava muito nova, decidiram deixá-la com seus padrinhos em Guadalajara, perdendo contato com a filha. Alguns anos depois, nasce Henrique Bernardelli, no Chile, em 1857.

Após tantas viagens, a família Bernardelli começa a passar dificuldades, e resolve, assim, voltar para o Brasil. Nesse momento, e a família já no Brasil, nasce Félix, em 8 de outubro de 1862, no Rio Grande do Sul. Logo depois, os Bernardelli são convidados para trabalhar para o Imperador D. Pedro II.

Rodolpho consegue ajuda do Imperador para estudar arte em Roma, uma vez que apresentava grande talento para a escultura. Já estabelecido em Roma, Rodolpho chama seu irmão, Henrique, para dar continuidade a seus estudos de pintura na Europa. Félix, por sua vez, estuda pintura e música no Brasil.

Em 1886, por uma eventualidade, a família Bernardelli recebe as primeiras notícias de Fanny. Félix e sua mãe, Celestina, viajam para Guadalajara a fim de encontrar Fanny. Félix permanece em Guadalajara pouco tempo, uma vez que viaja para a Europa para prosseguir com seus estudos artísticos.

Apenas em 1892 que Félix retorna à Guadalajara a fim de fixar residência, desenvolvendo seu trabalho na cidade e tonando-se uma referência para os artistas

mexicanos da época. Em 1896, Félix Bernardelli inaugura seu ateliê em Guadalajara, na casa de sua irmã Fanny. E em 1908, o artista falece vítima de erisipela, uma inflamação na pele. (MATUTE; LOZANO, 1996: 24).

3. Contexto da obra: México e a Pintura Costumbrista

A partir do século XVII, desenvolveu-se no México uma pintura voltada para o cotidiano e para os costumes da sociedade mexicana. A essa pintura, denominamos de “costumbrista”. Na segunda metade do século XVIII, com a propagação das ideias liberais no México, a pintura costumbrista irá ganhar grande força, dilatando-se pelos séculos XIX e XX. Entre os variados temas que a pintura costumbrista representou, podemos destacar a religiosidade, as diversões públicas, os bailes, os passeios, os jogos, o campo, o trabalho, a religião e a morte. É relevante notar que, no século XIX e XX, mesma época de ebulição da pintura costumbrista, Guadalajara mostrou-se como uma cidade de grande relevância cultural, sendo considerada uma “Atenas Mexicana”, o que nos revela a importância que a arte assumia na cidade. Félix irá produzir a obra “Dança Mexicana” nesse contexto de potencialização da arte costumbrista e de efervescência cultural na cidade de Guadalajara.

4. Dança Mexicana do Chapéu

A Dança Mexicana do Chapéu, dança símbolo do México, conta a história de um casal, em que o homem dança em torno da mulher até que em determinado momento joga seu chapéu ao chão, e a mulher para mostrar que aceita as investidas do rapaz, recolhe o chapéu e o coloca em sua cabeça. A dança termina com o casal agora namorando, indo embora alegres. Dessa forma, seria essa história representada na pintura *Dança Mexicana*: o início do cortejo, em que o homem ainda se encontra com o chapéu na cabeça.

A vegetação, o piso batido, a cerca e montanhas ao fundo, mostram-nos que a cena representada se passa, claramente, em um lugar de caráter rural. Há também, indícios de ancestralidade, uma vez que a Dança do Chapéu surgiu no século XVII, e o

quadro fora pintado no período do final do século XIX e do início do século XX (período de vida do pintor). Outro indício de ancestralidade seriam os próprios instrumentos de corda, já que na época, os estudos musicais eram muito caros, e como a cena passa-se em um local simples, podemos deduzir que o aprendizado musical veio por integrantes mais velhos das famílias ou por conhecidos dos próprios músicos.

O artista apresenta um ambiente de harmonia, com aparente tranquilidade. Esse aspecto fica nítido nas expressões faciais das pessoas, além da própria dança, que sugere um local de festa. Os signos de identidade também são igualmente notórios: as roupas típicas do México, tanto para os homens quanto para as mulheres, e os próprios chapéus mexicanos, símbolo do país.

5. Ano de produção e chegada ao Museu Mariano Procópio

Como já citado anteriormente, o ano de produção da obra *Dança Mexicana* é desconhecida. Porém, como sabemos que Félix Bernardelli chega a Guadalajara em 1892 e falece em 1908, podemos concluir com exatidão que a obra foi pintada nesse intervalo de 16 anos.

Entretanto, durante a pesquisa em um livro², deparei-me com o relato de um jornalista que contava sobre a abertura do ateliê de Bernardelli em Guadalajara em 1896. Transcrevo o relato a seguir: “Essas mãos que parecem que se desprenderam da tela, esses olhos que vêm como se a pupila fosse de verdade, essa pele que tem a frescura da de um ser de carne e osso, [...] e vestidos em que parece que se sente o cetim farfalhar.”³

Nesse relato, fica nítido que o jornalista em sua visita ao ateliê de Félix, encontrou quadros com uma tendência realista, e que representavam mulheres com vestidos, provavelmente, mexicanos.

O mais interessante desse relato, é que no livro em que foi encontrado, estava seguido por uma imagem de Félix segurando uma paleta em frente a um cavalete, que sustentava o quadro *Dança Mexicana*. Até que ponto essa imagem ilustra o relato de abertura do ateliê de Félix, não podemos saber, mas nos confirma a afirmação de que a

² Félix Bernardelli y su taller. Instituto Cultural Cabañas, Guadalajara, março – maio de 1996. Museu Nacional de São Carlos, Cidade do México, junho – agosto de 1996.

³ Amteur, “Una visita AL taller de Bernardelli”, *Diario de Jalisco*, Guadalajara, 28 de abril de 1895, p.2.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.

“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.

ISSN: 2317-0468

17 a 21 de outubro de 2016

pintura estudada foi produzida posteriormente a chegada de Félix em Guadalajara. A imagem encontrada no livro está representada abaixo.



Imagem 2: Fotografia do estúdio de Félix Bernardelli na casa de sua irmã Fanny. Guadalajara. Arquivo Félix Bernardelli. Col. Família Bernardelli

Quanto à chegada de *Dança Mexicana* ao acervo do Museu Mariano Procópio, também não se tem informações. O mais provável seja que devido à amizade dos irmãos Rodolpho e Henrique Bernardelli com Maria Pardos⁴, companheira de Alfredo Ferreira Lage, criador do MMP, a obra tenha vindo para o Museu por meio de doação dos irmãos ou comprada por Alfredo, após a morte de Félix. A estreita relação entre Alfredo e Rodolpho e Henrique Bernardelli fica nítida nas inúmeras obras que o acervo do Museu Mariano Procópio possui dos irmãos Bernardelli.

6. Diálogo com outras obras

É interessante notar que dentro de uma mesma época ocorre o diálogo entre *Dança Mexicana* e obras de outros artistas, o mesmo diálogo acontece entre *Dança Mexicana* e outras obras do próprio Félix Bernardelli.

⁴ Para saber mais sobre a trajetória de Maria Pardos - Ler (FASOLATO, 2014).

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
 “O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
 Juiz de Fora, 2017, 1554p.
 ISSN: 2317-0468
 17 a 21 de outubro de 2016

Para fins de estudo, duas obras que de certa forma dialogam com *Dança Mexicana* foram escolhidas. A primeira, do próprio Félix Bernardelli, é denominada de *Pareja Campesina*. A segunda, *El Jarabe*, foi pintada por Édouard Pingret.

A obra *Pareja Campesina*, uma aquarela de 16x23 cm, pintada também por Bernardelli, retrata um casal de camponeses, como o próprio nome nos fala, em um ambiente rural, em frente a uma casa muito simples. Essa imagem faz uma retratação da vida campesina e de sua tranquilidade, assim como ocorre em *Dança Mexicana*. Outro fator de semelhança entre as obras é a temática mexicana, com destaque para as pessoas e os gestos locais.

Assim como *Dança Mexicana*, *Pareja Campesina* não possui uma data específica para o seu término. Porém, suas características fazem com que ela esteja no mesmo contexto de *Dança Mexicana*: finais do século XIX e início do século XX, o que reforça ainda mais a semelhança entre as obras.

Porém, também há diferenças: *Dança Mexicana* retrata uma cena coletiva, pública e alegre, enquanto *Pareja Campesina* é a cena da intimidade de um casal, apesar de representar o exterior de uma casa.



Imagem 3: Félix Bernardelli, *Pareja campesina*. Aquarela/papel, 16 x 23cm., s.d. Col. Particular

Já a obra *El Jarabe*, um óleo sobre a tela de 76x61 cm, pintado por Édouard Pingret em 1852, retrata a mesma dança representada em *Dança Mexicana*: o Jarabe Tapatio. Entretanto, a tela de Pingret foi pintada, aproximadamente, 50 anos antes da de Bernardelli, o que mostra o grande alcance da pintura costumbrista no México.

As semelhanças entre essas duas obras são mais nítidas ainda: os trajes que as pessoas usam são muito parecidos, os instrumentos musicais são os mesmos, no vestido da mulher do centro destaca-se a cor vermelha, o homem central veste marrom, as pessoas sentam-se no chão e acompanham a dança, e, por fim, o ambiente é de tranquilidade e festividade.

A semelhança entre *El Jarabe* e *Dança Mexicana* também foi um fator decisivo para que se chegasse à conclusão de que a dança representada no quadro estudado de Félix Bernardelli seria o Jarabe Tapatio.

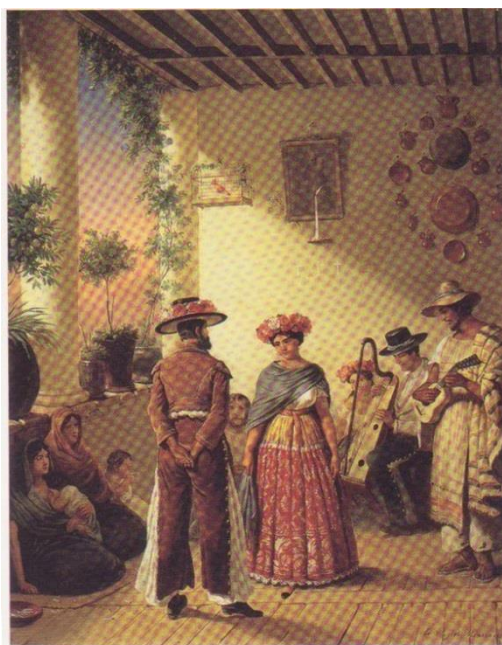


Imagem 4: Édouard Pingret, *El Jarabe*, 1852. Óleo s/tela, 73 x 61cm., Col. Particular

O estudo realizado nesse texto procurou uma análise da obra *Dança Mexicana*, bem como valorizar seu pintor, Félix Bernardelli.

Por mais que não tenhamos encontrado a data específica de seu término e a exata procedência de seu pertencimento ao acervo do Museu Mariano Procópio, fomos capazes de levantar observações pertinentes sobre o assunto.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

Buscou-se analisar as características mais marcantes da tela e suas relações com o período em que foi pintada no México, sendo uma expressão da Pintura Costumbrista mexicana.

Referências bibliográficas:

MATURE, L. González; LOZANO, L.M.. *Félix Bernardelli y su taller*. Instituto Cultural Cabañas, Guadalajara, março – maio de 1996. Museu Nacional de São Carlos, Cidade do México, junho – agosto de 1996.

Fontes:

CURRIEL, G.; RAMIREZ, F.; RUBIAL, A.; VELÁZQUEZ, A. *Pintura y Vida Cotidiana em México 1650-1950*. Colonia Centro, México: Fomento Cultural Banamax, A.C., 1990.

BALDASARRE, María Isabel. Los estudios del arte del siglo XIX em América Latina. *Caiana Revista de Historia del Arte y Cultura Visual del Centro Argentino de Investigadores de Arte CAIA*. Buenos Aires, v.3, 2013. Disponível em: <http://caiana.caia.org.ar/template/caiana.php?pag=articles/article_2.php&obj=131&vol=3>. Acesso em: 17/10/2016

ENCICLOPÉDIA ITAÚ CULTURAL. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoas23071/felix-bernardelli>>. Acesso em: 17/10/2016.

FERRAZ, Rosane Carmanini. *A formação da coleção de fotografias oitocentistas no acervo do Museu Mariano Procópio*. In: Simpósio Internacional de História Pública. São Paulo, 2012. Anais do Simpósio Internacional de História Pública: a história e seus públicos. São Paulo, 2012, v.01, p.30-41.

GUADARRAMA, Angélica Velázquez. La pintura costumbrista mexicana: notas de modernidade y nacionalismo. *Caiana Revista de Historia del Arte y Cultura Visual del Centro Argentino de Investigadores de Arte CAIA*. Buenos Aires, v.3, 2013. Disponível em: <http://caiana.caia.org.ar/template/caiana.php?pag=articles/article_1.php&obj=113&vol=3>. Acesso em: 17/10/2016

VALLE, Vanda Arantes do. *Iconografia nacional, artes plásticas brasileiras, 1870-1930*. Museu Mariano Procópio. Juiz de Fora: FAPEMIG/UFJF, s/d. (CD).

A estatuária de Mathurin Moreau no Passeio Público e na Praça Tiradentes: A indústria e a arte do ferro das *fonderies du Val d’Osne* no Rio de Janeiro

Antonio Ferreira Colchete Filho¹

Camila Caixeta Gonçalves²

RESUMO:

Dentre tantas mudanças ocorridas após a Revolução Industrial, a relação do artista e da arte também foi afetada como bem assinalou Walter Benjamin (1975). A produção artística reproduzida em série, passa a ser comum, sendo inclusive, estimulada pelas feiras industriais e exposições mundiais. Neste contexto, as fundições francesas do *Val d’Osne* foram pioneiras no processo de reprodução de esculturas e mobiliário urbano em ferro fundido. No Brasil, notoriamente na cidade do Rio de Janeiro, foram importadas muitas peças para incorporarem os espaços livres públicos. Este trabalho tem por finalidade discutir o processo de reprodução e importação dessas esculturas no século XIX no Brasil e identificar e conhecer as obras alegóricas de Mathurin Moreau: as Quatro Estações e as virtudes das Nações modernas, instaladas respectivamente no passeio público e na praça Tiradentes.

Palavras-chave: Esculturas de ferro; Val d’Osne; Patrimônio da industrialização; Espaço Público; Paisagem.

RÉSUMÉ:

Parmi les nombreux changements après la révolution industrielle, la relation de l'artiste et de l'art a également été affectée aussi bien noté par Walter Benjamin (1975). La production artistique reproduite en série, il devient commune, y compris être stimulé par les foires et l'expositions industrielles du monde. Dans ce contexte, les fonderies françaises du Val d'Osne ont été les pionniers dans le processus de reproduction de sculptures et de mobilier urbain. Au Brésil, notamment dans la ville de Rio de Janeiro, de nombreuses régions ont été importées d'intégrer les espaces publics ouverts. Cette étude a pour but discuter les processus de la reproduction et l'importation de sculptures du XIXe siècle au Brésil et d'identifier et de comprendre les œuvres allégoriques de Mathurin Moreau: les Quatre Saisons et les Vertus des Nations modernes, respectivement installés sur le Passeio Público et la praça Tiradentes.

Mots-clés: Sculptures en fer; Val d'Osne; Patrimoine de l'industrialisation; Espace public; Paysage.

¹ Professor Doutor, UFJF – Programa de Pós-graduação em Ambiente Construído, arqfilho@globocom

² Mestranda, UFJF – Programa de Pós-graduação em Ambiente Construído, camilagcaixeta@gmail.com

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.

“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”, Juiz de Fora, 2017, 1554p.

ISSN: 2317-0468

17 a 21 de outubro de 2016

1. INTRODUÇÃO

O mundo moderno e o desenvolvimento ocorrido principalmente como consequência da Revolução Industrial transformaram o modo de produção possibilitando uma maior produtividade em menor tempo. O ferro passa a ser o material mais usado substituindo os outros existentes até então como, por exemplo, o bronze, o ferro forjado, a pedra e a madeira (Robert-Dehault,1997). O processo de criação artística também entrou nesse processo de industrialização e as fundições passaram a fazer não somente peças utilitárias como tubulações, vasos, placas, mas também reproduzir peças artísticas em ferro fundido. As fundições pioneiras no desenvolvimento de reprodução de obras de arte foram as francesas, sendo a mais conhecida a chamada “*Société Anonyme des Hauts-Forneaux et Fonderies du Val d’Osne*”. Desse modo, o século XIX trouxe grandes inovações para as técnicas de fundição e para o desenvolvimento artístico do ferro, e, a partir de então, grandes artistas aderiram a ideia de produção de arte de maneira industrial como Jean-Jacques Pradier, Albert-Ernest Carrier-Belleuse, Henri Alfred Jacquemart, Pierre Louis Rouillard e o escultor mais conhecido das *Fonderies du Val d’Osne*: Mathurin Moreau.

No Brasil, com a chegada da família Real em 1808, a cidade do Rio de Janeiro teve que se transformar para se adequar às novas necessidades. “Em 1815, Rio de Janeiro foi elevada à condição de capital do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarve. Tornou-se necessário dotar a nova metrópole de instituições e monumentos desta extraordinária promoção política” (COUSTET, 1996:75), portanto, em 1816 a Missão Artística Francesa foi contratada para documentação e definição de diretrizes artísticas da cidade e tinha Paris como modelo ideal para a nova capital. Dessa maneira, os espaços públicos do Rio de Janeiro do século XIX foram influenciados pela estética parisiense, como exemplo a utilização de fontes e chafarizes de ferro fundido até 1870 para o abastecimento de água que mais tarde deixaram sua função principal para se tornarem ornamento.

A cidade do Rio de Janeiro possui em seus espaços públicos diversos exemplares das esculturas originárias das fundições francesas do *Val d’Osne*. São peças em ferro fundido que eram adquiridas em todo o mundo através de catálogos luxuosos que continham o nome de cada peça, o desenho, suas dimensões e autoria. Os modelos eram muito variados chegando a 40.000 exemplares que iam desde chafarizes, mobiliário urbano, postes de iluminação até esculturas monumentais.

Com a produção em grande escala os preços se tornaram acessíveis atraindo muitos países à novidade da época, como por exemplo, os da América do Sul. A experiência da modernidade e o encurtamento das distâncias proporcionaram que fossem trazidas para o Brasil, principalmente para a capital do Império, esculturas e outras peças decorativas com o objetivo de complementar a paisagem de diversos espaços públicos simbolizando prestígio. A

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

globalização é explorada por Berman (1982:15), que se concentra nas questões sobre os tempos modernos e na condição humana diante dos novos conhecimentos. Portanto, o autor afirma que “a experiência ambiental da modernidade anula todas as fronteiras geográficas e raciais, de classe e nacionalidade, de religião e ideologia: nesse sentido, pode-se dizer que a modernidade une a espécie humana”.

Mathurin Moreau é o artista das fundições do Val d’Osne que possui mais obras espalhadas pela cidade do Rio de Janeiro. Nascido em 1821 em Dijon, filho do escultor Jean-Baptiste Moreau, estudou na *École des beaux-arts* de Paris e de acordo com Junqueira (2005) a mulher era o tema central nas produções do artista. Robert-Dehault (1997) enfatiza a presença do artista na cidade e cita que o nascimento de Vênus é uma peça que inspirou vários artistas. Florença possui a obra de Botticelli e o Rio de Janeiro possui a Vênus de Mathurin Moreau.

Foram inúmeros espaços públicos que receberam as obras do artista francês, porém o presente trabalho se restringe a investigar apenas dois conjuntos escultóricos localizados em dois espaços públicos emblemáticos da cidade: as virtudes das Nações Modernas, localizadas na Praça Tiradentes e as quatro estações no Passeio Público. Ambos conjuntos são figuras alegóricas, ou seja, utilizam uma forma simbólica para expressar uma ideia e representar algo.

2. As FUNDIÇÕES artísticas DO VAL D’OSNE e o patrimônio industrial

A fundição artística francesa se iniciou com um saber-fazer industrial para finalidades diversas e por volta de 1830 passou a se apropriar do ferro artisticamente. Robert-Dehault (1997:s/p) comenta que “A história da fundição artística é, antes de tudo, a história da fundição de ferro, material fetiche de um século XIX cuja palavra-chave era o progresso”. O ferro fundido era então o material que marcou a arquitetura e urbanismo europeu desde o século XIV com o surgimento dos altos-fornos, porém, é a partir de 1830 que os franceses começam a utilização desse material para a construção civil e transforma o urbanismo e a arquitetura da época com a construção de pontes e toda sorte de estruturas. O ferro fundido é um material moldável e, portanto, utilizado enormemente em peças com adornos como mobiliário urbano, peças decorativas, chafarizes e grades. Essas peças passaram então a fazer parte da paisagem dos espaços públicos europeus do século XIX e logo depois se tornaram referência para outros países, fazendo com que as peças artísticas produzidas nas *fonderies* fossem exportadas para todos os lugares do mundo, inclusive o Brasil que estava em fase de intensa urbanização.

O *Val d’Osne* foi onde começou a produção artística em ferro fundido como esclarece a autora Robert-Dehault (1997), sendo a fundição mais conhecida criada em 1836, por Jean Pierre Victor André e em menos de dez anos a sua fundição já contava com mais de duzentos operários atingindo em 1870 o auge da sua produção com o nome “*Société Anonyme de*

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

Fonderies d'Art du Val d'Osne". Segundo Junqueira (2005), o neoclassicismo se desenvolveu quase que paralelamente a Revolução Industrial, e a técnica artesanal foi substituída pela produção em série e isso afetou o campo artístico.

Com sua história e tradição, as obras produzidas pelas fundições francesas, podem, sem dúvida, serem classificadas como patrimônio da industrialização como define a carta patrimonial de Nizhni Tagil (2003:3):

O patrimônio industrial compreende os vestígios da cultura industrial que possuem valor histórico, tecnológico, social, arquitetônico ou científico. Estes vestígios englobam edifícios e maquinaria, oficinas, fábricas, minas e locais de processamento e de refinação, entrepostos e armazéns, centros de produção, transmissão e utilização de energia, meios de transporte e todas as suas estruturas e infraestruturas, assim como os locais onde se desenvolveram atividades sociais relacionadas com a indústria, tais como habitações, locais de culto ou de educação.

Muitas esculturas espalhadas pelo mundo são exemplares da cultura industrial do século XIX e XX, fizeram com que a arte fosse difundida pelo mundo e acessível a todos, por isso, Benajmin (1975:168) sustenta que de um modo generalista pode-se dizer que a "técnica da reprodução destaca do domínio da tradição o objeto reproduzido". Esse tipo de reprodução em massa abalou a tradição e demonstrou o relacionamento da arte com o momento histórico da humanidade. Logo, muitas das esculturas de ferro fundido que vemos são, por exemplo, cópias de obras expostas no museu do Louvre e a maioria das obras são criações de artistas franceses renomados como Mathurin Moreau, Liénard, Pradier, Carrier-Belleuse, Jacquemart, Isidore Bonheur, Delaplanche, Rouillard e Gautherin.

No Rio de Janeiro, as esculturas estão expostas durante tantos anos, tanto em espaços públicos como em propriedades particulares, porém, somente a partir de 1992 as peças começaram a ser catalogadas pela *Association pour la Sauvegard et la Promotion du Patrimoine Metallurgique Haut-Marnais* com o intuito de identificação das obras produzidas pelas fundições francesas do Val d'Osne. De acordo com Junqueira (2005) no ano 2000 a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro tombou o conjunto de peças de arte de ferro fundido na cidade do Rio de Janeiro.

3. O passeio público e as quatro estações

A intervenção do paisagista francês Auguste Glaziou no passeio público, marca a adoção de princípios do jardim paisagista moderno nos espaços públicos brasileiros, deixando para trás o desenho clássico de Mestre Valentim (DOURADO, 2008). Glaziou estava articulado com os ideais paisagistas nos espaços públicos parisienses, portanto, experimentava no Brasil as novas ideias. Com isso, percebe-se a ampla utilização das peças importadas do Val d'Osne para adequar os espaços públicos existentes aos padrões europeus. Tais peças foram escolhidas

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
"O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História",
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

para ornamentar o passeio público devido ao preço competitivo e a alta qualidade. De acordo com Colchete (2008:141) “Glaziou foi um fervoroso adepto do uso de peças em ferro fundido para ornamentar seus projetos, como no Passeio Público, popularizando a prática e o gosto pela cidade”. As quatro estações, conjunto escultórico em ferro fundido, idealizado pelo artista Mathurin Moreau, foram encomendadas por Glaziou para serem instaladas no Passeio Público em 1862. O conjunto escultórico trata-se de duas figuras masculinas, o *Verão* e o *Outono* e duas femininas, o *Inverno* e a *Primavera*. Há uma dúvida sobre a instalação da escultura o *Inverno* no Passeio Público, pois como ressalta Junqueira (2005:94) “ Em 1962, logo depois da inauguração do parque, uma foto de Augusto Stahl mostra a estátua Diana de Gabies no jardim, em frente a uma ponte, um dos locais assinalados no desenho. O Inverno não estava lá”. De acordo com a autora, há o registro iconográfico das outras três esculturas, porém de *O Inverno* não se encontra nenhuma foto.



Figura 4: Imagem das Quatro Estações no catálogo número 2 das fundições do Val D’Osne

Disponível em: <<http://www.fontesdart.org/bibliotheque/catalogues-de-fonte-d-art/994-visionnez-lalbum-du-val-dosne-nd2.html>>, acesso em 15 ago 2015.

Junqueira (2015) revela a possibilidade de haverem trazidos para o Brasil dois conjuntos de Quatro Estações, pois foi encontrado a escultura *O Inverno* no jardim de uma antiga residência no bairro de Santa Teresa, no Rio de Janeiro, e, há outras esculturas separadas como por exemplo, *O Verão*, que se encontra no Quartel do Corpo de Bombeiros, em Vila Isabel. A autora coloca, porém, a dúvida se o *O Inverno* encontrado em Santa Teresa é o mesmo do Passeio Público ou se é um outro exemplar.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

4. Os símbolos da nação moderna na praça tiradentes

Na Praça Tiradentes encontra-se um conjunto escultórico de quatro alegorias representando as virtudes das nações modernas, orientando o comportamento humano na vida em sociedade. São elas *A União*, *A Liberdade*, *A Fidelidade* e *A Justiça*. As alegorias, de autoria de Mathurin Monroe, foram encomendadas para serem instaladas na praça Tiradentes juntamente com o monumento a Dom Pedro I, porém devido a um atraso na entrega as esculturas chegaram em 1963, um ano após a inauguração da estátua equestre. As esculturas em estilo neoclássico foram implantadas nas quatro extremidades da praça dando o lugar do centro para o imperador. Estão posicionadas de forma a ficarem de frente para o monumento de Dom Pedro I, dando ênfase para o poder em centralidade.

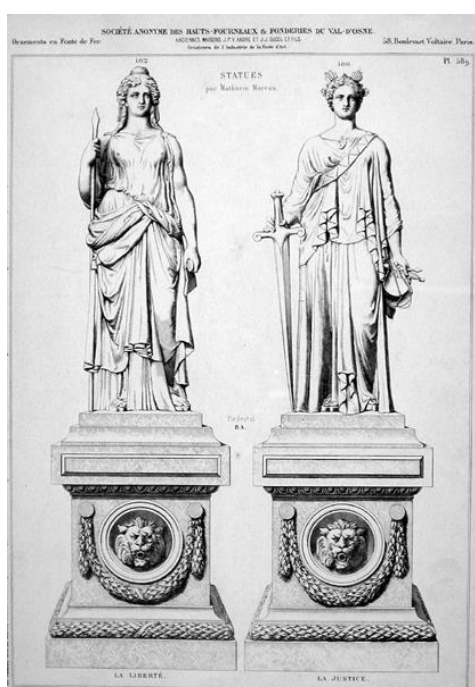


Figura 5: Imagem das virtudes das Nações modernas no catálogo número 2 das fundições do Val D'Osne

Disponível em:

<<http://www.fontesdart.org/bibliotheque/catalogues-de-fonte-d-art/994-visionnez-lalbum-du-val-dosne-nd2.html>>, acesso em 15 ago 2015.



Figura 6: Imagem das virtudes das Nações modernas no catálogo número 2 das fundições do Val D'Osne

Disponível em:

<<http://www.fontesdart.org/bibliotheque/catalogues-de-fonte-d-art/994-visionnez-lalbum-du-val-dosne-nd2.html>>, acesso em 15 ago 2015.

As virtudes, desde que chegaram no Rio de Janeiro, foram relocadas diversas vezes. Foram levadas para São Cristóvão, Parque Noronha Santos e para Praça Nossa Senhora da Paz onde ficou até 2005 antes de serem levadas novamente para a Praça Tiradentes. A autora

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

descreve que “nessas andanças, desde que as quatro estátuas chegaram à cidade em 1865, *A Fidelidade* perdeu a coroa de flores que trazia na mão esquerda” (JUNQUEIRA, 2005:92). Essa mudança de locação das obras de arte é vista por Benjamin (1975:173) como um desprendimento de seu uso ritualístico, onde a peça pode ser deslocada pela cidade, ao contrário de estátuas que necessitam de um lugar fixo, portanto “à medida que as obras de arte se emancipam do seu uso ritual, aumentam as ocasiões para que elas sejam expostas”. Dessa maneira, no processo de reurbanização de diversos locais do Rio de Janeiro os chafarizes, fontes, elementos e como no caso desse estudo, as estatuárias, começaram a se deslocar para outros espaços públicos quando não eram simplesmente subtraídas do seu local de origem. Junqueira (2005) relata que nesses deslocamentos feitos sem o cuidado necessário, muitas peças foram danificadas ou até mesmo perderam alguns elementos de sua composição, isso demonstra a importância dada aos registros iconográficos para tentar resgatar a história das peças.

5. CONCLUSÕES

Para concluir o presente trabalho, resta mencionar que essa pesquisa pretende estimular a reflexão sobre uma cidade mais sensível para a paisagem urbana e para o patrimônio da industrialização. As *fontes d'art* (termo francês para as peças artísticas em ferro fundido) espalham-se por entre os espaços públicos e fazem a arte acessível a todos os pedestres e usuários da urbe. As esculturas de ferro fundido de Mathurin Moreau cumpriram e ainda cumprem o seu papel de embelezamento da paisagem da cidade.

Os conjuntos escultóricos, tanto da Praça Tiradentes (Virtudes das Nações Modernas) quanto do Passeio Público (Quatro Estações), estão protegidas por decreto da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. No entanto o tombamento é somente mais uma ferramenta para a preservação das obras em ferro fundido, se faz necessário o conhecimento real das obras pelos cidadãos brasileiros do patrimônio histórico e artístico que possuímos e passar a entendê-los não somente como embelezamento da paisagem, mas como representantes de técnica, materiais e saber-fazer da era industrial. “Sem a recuperação da produção material das sociedades do passado, não é possível resgatar as âncoras espaciais que deram suporte à constituição das memórias coletivas, das memórias das cidades” (ARGAN, 2011:35). Por isso, se faz necessário compreender a história urbana dessa área, seu patrimônio histórico e artístico e os agentes sociais que compõe esse espaço público para que as camadas históricas sejam reveladas.

Referências bibliográficas sintéticas

ARGAN, G-C. **História da arte como história da cidade**. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora Ltda, 1992.

BENJAMIN, Walter. **A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica**. Col. “Os Pensadores”. São Paulo: Abril Cultural, 1975.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha pelo ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das letras, 1982.

CARTA DE NIZHNY TAGIL SOBRE O PATRIMÔNIO INDUSTRIAL. The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage (TICCIH). Nizhny Tagil, 2003.

COLCHETE FILHO, Antonio Ferreira. **A praça XV como lugar central da cidade: o projeto do espaço público através da imaginária urbana (1789,1894 e 1999)**. Rio de Janeiro: UERJ, 2003.

COUSTEL, Robert. A missão francesa do Brasil. **Revista da História da Arte e Arqueologia**. Unicamp, agosto 2000.

DOURADO, Guilherme Mazza. **Belle époque dos jardins: da França ao Brasil do século XIX e início do XX**. 2008. Tese (Doutorado – Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo). Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, 2008.

JUNQUEIRA, Eulalia. **Arte francesa do ferro no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Memória Brasil, 2005.

L'album n° 2 des Fontes d'art du Val d'Osne : un catalogue de référence

disponível em: <<http://www.fontesdart.org/bibliotheque/catalogues-de-fonte-d-art/994-visionnez-lalbum-du-val-dosne-nd2.html>>, acesso em 15 ago 2015.

ROBERT-DEHAULT, Elisabeth. As fundições artísticas: sua história e seus escultores. In: FUNDAÇÃO PARQUES E JARDINS (org.). **Obras de arte em ferro fundido – técnicas de conservação e restauro**. Rio de Janeiro: Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, 1997.

Disponível em: <http://www.easylines.com.br/francis/fontrio/p3po_bas.htm>, acesso em 18 ago 2015.

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016*

O legado da pedagogia visual, nas representações pictóricas de São Francisco de Assis, na idade média e moderna

Aline Hübner Freitas ¹

Resumo:

O artigo tem como objetivo apresentar uma reflexão sobre a imagem e a história da arte, relacionando diferentes períodos temporais, contexto social, histórico, político e cultural. Aborda os conceitos sobre o local de memória, imagens agentes e pedagogia visual. Para isso, tem como objeto as representações de pinturas da arte sacra sobre a vida de São Francisco de Assis, realizadas no período da arte medieval, renascentista e moderna. Os artistas escolhidos nesses períodos foram: Boaventura Berlinghieri, Giotto, Benozzo Gozzoli e El Greco. Contrapondo com a representação dos painéis interno e externo de Candido Portinari, na igreja São Francisco de Assis em Belo Horizonte. Com isso, foram analisadas a iconografia de São Francisco e influências da igreja Católica na criação pictórica desses períodos.

Palavras-chave: imagem, história da arte, local de memória, pedagogia visual, iconografia.

Abstract:

The paper aims to present a reflection on the history of art and image, relating different time periods, social, historical, political and cultural contexts. It addresses the concepts about the memory place, agent images and visual pedagogy. Thus, the object is representations of sacred art paintings on the life of St. Francis of Assisi, in the periods of medieval, Renaissance and modern art. The artists chosen from these periods were Bonaventura Berlinghieri, Giotto, Benozzo Gozzoli and El Greco. They contrasted with the representation of the inner and outer panels of Candido Portinari at St. Francis of Assisi Church, in Belo Horizonte. Therefore, it was possible to analyze the St. Francis iconography and influences of the Catholic Church in the pictorial creation of these periods.

Keywords: image, art history, memory location, visual pedagogy, iconography.

Introdução

Ao longo da história da arte, as representações sacras e o uso das imagens nas igrejas Católicas eram muito frequentes. As técnicas de memorização através da retórica e as encomendas religiosas inseridas no templo foram uma das formas de educar a população através dos ensinamentos cristãos.

¹Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais, da Universidade do Estado de Santa Catarina.

Esses pensamentos possibilitaram a pesquisar, qual o papel das imagens na igreja Católica (referindo-se como uma casa mental, um local de memória), utilizando associações de seus ideais com as imagens representadas no seu interior.

Por tanto, é importante relatar a vida de Santo Agostinho e suas contribuições que deixou para a igreja Católica no período Medieval. O autor Varazze, relata sobre sua vida:

Nasceu na Província da África, na cidade de Cartago, de pais muitos honrados. Seu pai chamava-se Patrício e sua mãe Mônica. Ele foi muito instruído nas artes liberais – nome genérico que se dava ao conjunto de matérias ao qual se deveriam dedicar os homens livres, era composto pelo *trivium* (Gramática, Retórica, Lógica) e *quadrvium* (Aritmética, Geometria, Música, Astronomia) – o bastante para ser visto como grande filósofo e brilhante retórico. Leu e entendeu sozinho os livros de Aristóteles e todos os livros das artes liberais que teve em seu poder (VARAZZE, 2003:107).

Esse pensador foi um dos primeiros filósofos do cristianismo e um dos mais importantes padres da igreja Católica no conjunto de acontecimentos da decadência do Império Romano, possibilitando uma formação para homens de sua época.

Utilizando conhecimentos de retórica, filosofia, teologia, conseguiu contribuir com a educação para organizar uma sociedade dentro dos princípios do cristianismo, compreendendo a base da pedagogia decorrente da estrutura social e não como um simples sistema de ideias.

Segundo o autor Ciro Flamarion Cardoso (2013), demonstra que o pensamento de Santo Agostinho é fruto das relações historicamente específicas, debatidas entre indivíduos reais, que no fim da Antiguidade estavam lutando para definirem sua própria educação-religiosa. No entanto, a representação da arte sacra, as passagens da vida dos santos (a partir dos tratados medievais), foram transformadas em imagens. Sendo assim, é possível ressaltar o pensamento pedagógico enquanto produto humano, perante o contexto histórico, social e cultural.

Os autores (PIRATELI, PEREIRA, 2013:5) abordam que o pensamento agostiniano “configurou-se em uma nova proposta ao elaborar o seu conceito de universalidade da igreja, fundamental para o cristianismo em seu processo de consolidação no fim do mundo antigo e início da idade média”.

Dentro desse contexto, Santo Agostinho no volume “Confissões de Magistro”, livro X, com o título “O encontro com Deus”, relata o palácio da memória. Segundo o

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

autor é o lugar de memória que ele mesmo criou para encontrar Deus, utilizando-a como faculdade espiritual. Nesta citação, podemos perceber como é esta casa mental e suas associações:

Quando lá entro mando comparecer diante de mim todas as imagens que quero. Umás apresentam-se imediatamente, outras fazem-me esperar por mais tempo, até serem extraídas, por assim dizer, de certos receptáculos ainda mais recônditos. Outras irrompem aos turbilhões e, quando se pede e se procura uma outra, saltam para o meio, como que a dizerem: “Não seremos nós?” Eu, então com a mão do espírito, afasto-as do rosto da memória, até que se desanuvie o que eu quero e do seu esconderijo a imagem apareça à vista. [...] O grande receptáculo da memória – sinuosidades secretas e inefáveis, onde tudo se entra pelas portas respectivas e se aloja sem confusão – recebe todas essas impressões, para recordar e revistar quando for necessário. Todavia, não são os próprios objetos que entram, mas as suas imagens: imagens das coisas sensíveis, sempre prestes a oferecer – se ao pensamento que as recorda (AGOSTINHO, 1984: 176-177).

Nessa citação, o local de memória seja real ou imaginário, está relacionado com o poder da pedagogia das imagens e as escolhas das mesmas. Aproximando-se da igreja Católica, representada através de imagens sensíveis, memória e pensamentos.

Sendo assim, serão consideradas as pinturas sacras da vida de São Francisco de Assis, estabelecidas como fonte de imagem agente, analisando a pedagogia visual e as diferentes iconografias dos períodos apresentados.

Portanto, Yates (2007), explica que imagens agentes são aquelas que impressionam, marcam, se fixam na memória e têm a finalidade de lembrar o indivíduo seja de um texto, de uma frase ou de uma virtude, essas imagens podem ser imaginárias ou reais.

A criação de imagens agentes, que carregam um conjunto de ideias, respondia a uma pedagogia da igreja Católica muito anterior à criação de congregações e até mesmo a um uso católico. A autora descreveu a passagem da memória como parte da retórica, utilizada como técnica para a memorização (mnemotécnica), para a memória como parte da Prudência, portanto, com fins morais. Os pontos de maior importância para esta autora são às reflexões sobre a memória produzidas por Alberto Magno e Tomás de Aquino, ambos dominicanos.

Apresenta que a arte da memória teria vindo da Idade Média com uma origem obscura anteriormente:

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

De tais origens ela se propagou pelos séculos seguintes, ostentando a marca de um fervor religioso. O *Ad Herenium* (texto anônimo atribuído a Cícero, na idade média, tanto por Magno quanto por Aquino), compõe as cinco partes da retórica (inventio, dispositivo, elocutio, memória, pronuntiatio). Nesse tratado são apresentados dois tipos de memória: a natural e a artificial. Esta última se fundamenta em lugares (loci) e imagens. Para memorizar, o primeiro passo era imprimir na memória uma série de loci, lugares (YATES, 2007:19).

Dessa forma, o que prescreviam os tratados era que essas imagens deveriam ser impressionantes, a fim de serem retidas pela memória. Essas imagens denominadas “imagens agentes” eram posicionadas estrategicamente, em série, em um lugar específico. Essas observações remetem diretamente aos sermões dos padres.

A autora Frances Yates (2007:22) mostra que “de fato, este foi um dos usos da técnica proposto por Tomás de Aquino. No púlpito, a técnica poderia servir tanto para que o padre memorizasse seu discurso quanto para imprimir na memória dos fiéis”. Sendo assim, retoma que às imagens impressionantes carregavam consigo uma finalidade moral e educativa.

No entanto, a partir dessas considerações de imagem, memória e pedagogia visual, busco identificar a iconografia de São Francisco de Assis nas pinturas dos artistas Boaventura Berlinghieri, Giotto, Benozzo Gozzoli e El Greco. Após analisar os painéis realizados por Candido Portinari em 1944-1945, na igreja São Francisco de Assis em Belo Horizonte.

Nesse artigo o foco das imagens refere-se a iconografia do santo, que será ressaltada perante a composição das passagens de sua vida. Portanto, é importante retomar brevemente sua biografia, relacionando com as pinturas apresentadas.

São Francisco nasceu em 1181, em Assis, falecendo em 1226, segundo Adalgisa Campos (2011:63), “foi o fundador da Ordem dos Frades Menores e das Clarissas, contemporâneo de São Domingos, fundador da ordem Dominicana (falecido em 1221), de Santo Antônio de Pádua (falecido em 1223) e de São Boaventura (falecido em 1274)”. Francisco viveu em um período repleto de mudanças sociais com incremento das ações monetárias, de empréstimos, a juros, da cidade como fonte de poder, bem como o êxodo rural crescente.

Segundo Jacopo de Varazze (2003:63), sua juventude foi marcada por busca de títulos, honras, em busca de batalhas “consumiu seu tempo vivendo na vaidade até quase

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

os vinte anos.” Após esse período, enfrentou uma grave enfermidade, a partir disso tornou-se um grande homem e começou a manifestar a profecia. Porém Le Goff (2001) descreve a conversão de Francisco após sua doença, renunciando a riquezas, privilégios, partindo em peregrinação para pregar o Evangelho.

Um contraponto desse contexto da vida de São Francisco de Assis é a escrita da sua biografia, na idade média por São Boaventura. O autor Alex Silva Costa (2011: 1), relata que “o Capítulo Geral dos Frades Menores reunido em Narbonne, em 1260 confiou a São Boaventura, ministro - geral da Ordem, o cuidado de escrever a vida *oficial* de São Francisco, ou seja, a redação de uma “boa” vida de Francisco que substituirá todas as outras”.

Portanto, a Ordem consideraria essa biografia como a única a descrever a vida do santo. Essa vida foi aprovada pelo capítulo geral de 1263, e o de 1266 tomou a decisão de proibir que os frades lessem daí em diante qualquer outra vida de São Francisco e lhes ordenou que destruíssem todos os escritos anteriores relativos ao santo, ou seja, as biografias anteriores.

A vida de autoria de São Boaventura foi imposta como única vida canônica. Uma complexa decisão, ditada pelo desejo de pôr fim às divisões internas, porém contrária ao que o Santo tinha deixado redigido em textos autênticos. O autor considera que o objetivo dessa medida era impedir que os frades não tivessem outra referência bibliográfica a não ser a de São Boaventura sobre a vida do peregrino de Assis.

Le Goff (2001) descreve que há vários problemas com as biografias de São Francisco porque deveriam ser suficientes, para responder e completar a leitura das obras com o exame da vida. No entanto, a partir de suas referências bibliográficas a dificuldade fica maior.

Ele afirma que os desentendimentos dentro da Ordem dos Frades Menores no século XIII acabaram, afinal, por nos privar de fontes dignas de total confiança sobre a vida do fundador da Ordem:

Essas dissensões começaram entre os frades menores ainda em vida de São Francisco, e por causa delas é que ele voltou da Terra Santa em 1220, para redigir em 1221 uma nova Regra, que afinal logo alteraria, e por causa delas deixou a direção da ordem desde 1220 com Pietro Cattani e em seguida, depois da morte deste, em 1221, com Frei Elias (LE GOFF, 2001:49).

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

O que se pode observar é que São Boaventura escreve levando em consideração os preceitos da Ordem dos Frades Menores, a partir da mentalidade medieval que valoriza as linguagens teológicas e o imaginário cristão medieval, segundo os relatos do autor.

Segundo Le Goff (2001) a *Legenda* escrita por São Boaventura deve ser controlada por documentos mais seguros. São Boaventura, realizou uma obra que parcialmente ignora as exigências da ciência histórica moderna, pelo fato de prevalecer suas tendências e colocar o seu ponto de vista como veracidade dos fatos. Utilizando as representações das imagens de São Francisco em nome do poder da igreja e pedagogia visual que as imagens agentes representavam.

As imagens e a iconografia de São Francisco de Assis em períodos distintos

A partir dos relatos da vida de São Francisco, é relevante observar como o santo é representado em diferentes períodos da Idade Média comparando com os painéis da igreja da Pampulha, construídos na década de 40.

Analisando as pinturas, a primeira representação do santo na figura 1, realizada pelo artista Boaventura Berlinghieri, podemos observar São Francisco no centro da composição, com vestes tradicionais utilizando o hábito franciscano, um livro na mão (possivelmente simbolizando a vaidade do conhecimento), a auréola e marcas dos estigmas que recebeu em suas mãos. Ao fundo da imagem cenas que representam a passagem de sua vida.



Fig. 1 - Boaventura Berlinghieri. São Francisco. Têmpera sobre Madeira, sem informações sobre as dimensões. Igreja de São Francisco, Pescia, Itália, 1235.

Na figura 2, o santo é representado com vestes tradicionais, sua imagem está relacionada com a pedagogia visual do ensinamento da caridade, diante das curas que ele fez auxiliando leprosos e paralíticos.

Analisando a pintura sobre a cura do paralítico Bartolomeu (que remete aos tratados medievais e os conceitos de imagem agente), observamos um homem que não consegue andar, carregando consigo um suporte para auxiliá-lo na locomoção. Este flexiona a perna esquerda, estende a direita para São Francisco realizar a cura. O santo está representado com auréola, sua veste é um hábito primitivo de capuz pontiagudo. Ele está descalço, curvado em direção à perna do doente que segura com a mão esquerda, enquanto abençoa com a outra mão. A seguir, Bartolomeu saindo da provável representação da água, consegue andar sem o auxílio dos suportes, carregando-os sobre o ombro.



Fig.2 - Capela Bardi (Basílica de Santa Croce, em Florença), autor desconhecido, dimensões desconhecidas. Cura do paralítico Bartolomeu, 1254-1257.

Na figura 3 realizada pelo artista Giotto, com a temática homenagem de um homem simples, observamos Francisco ainda jovem com trajés nobres e auréola. Seu olhar está voltado a um homem que estende o manto para que ele passe.

Relacionando com a pedagogia visual, é possível perceber um Francisco gentil, que volta seu olhar para esse homem, demonstrando os ensinamentos de humildade e gentileza, representados na composição.

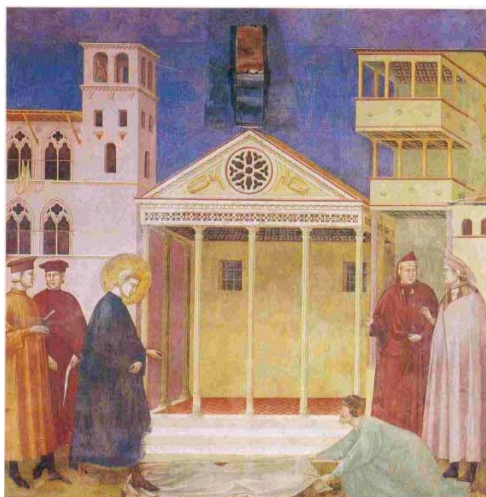


Fig. 3 - Giotto, Bas. Superior e Assis - Homenagem de um homem simples a Francisco, 270 X 230 cm, igreja São Francisco de Assis, Assis, Itália, 1300.

Na figura 4, é apresentado novamente, um afresco de Giotto. É possível observar a temática da renúncia dos bens terrenos, descrita pelos tratados medievais que tem como referência São Boaventura e Tomás de Celano. É importante lembrar, que Candido Portinari representou no painel interno da igreja São Francisco de Assis, popularmente conhecida como igreja da Pampulha, uma passagem semelhante da vida do santo. Em um dos seus projetos assinado por ele, possui a descrição “S. Francisco se despindo das vestes”.

A partir dessas considerações Giotto Di Bondone possibilita na leitura da imagem, observar os três representantes que formam o grupo religioso. Esse grupo está representado por um homem com mais idade, comparado com os outros dois jovens, possivelmente o bispo, que utiliza a mitra na cabeça (símbolo utilizado por cardeais, bispos e papas na igreja católica) e a Manteleta (capa violácea com abertura frontal usada por alguns monsenhores).

Diante do numeroso grupo representado possivelmente por Pedro Bernardone (comerciante de tecidos e pai de Francisco de Assis) que segura às vestes de seu filho. Esse ato pode estar relacionado com o enfraquecimento da igreja provocado pelas mudanças sociais que colocou em questionamento a sua ação, este local de memória precisava de um novo direcionamento, que seria Francisco de Assis. O meio dos dois grupos é representado por um vazio que pode ser entendido possivelmente, como a representação do rompimento de Francisco com a sociedade. Entretanto, esse aparente

vazio é marcado pela autoridade divina, pois no alto desse espaço podemos observar a mão de Deus em posição de bênção que se direciona a Francisco, o qual recebe a bênção estendendo suas mãos ao auto. Giotto representa o santo com auréola, suas vestes estão na cintura, são seguradas pelas mãos do provável bispo da igreja. A expressão de São Francisco é serena, o desenho realizado pelo artista, segue os cânones tradicionais. Com essa composição da pintura, é possível associar a pedagogia da imagem com a passagem da vida de Francisco utilizada sobre a renovação e o novo direcionamento que a igreja estava buscando.



Fig. 4- Giotto, Bas Renuncia dos bens terrenos, 270 X 230 cm, igreja São Francisco de Assis, Assis, Itália, 1300.

Na figura 5, Bernardo Gozzoli representa duas importantes passagens da vida de Francisco. No primeiro plano, percebemos quatro homens ajoelhados. O homem da frente está vestindo um hábito franciscano. Sobre a sua cabeça há uma inscrição de M. MARCUS. Esse homem com aparência de um senhor, segura a mitra de um bispo em suas mãos. Então, São Francisco realiza a bênção do Montefalco na Umbria. A vista de Assis e a paisagem local formam o fundo. No lado esquerdo do espectador, outra passagem da vida do santo é representada, a Pregação aos pássaros. Na pregação, o santo volta o olhar para as diferentes aves e abençoa. A árvore é outro elemento recorrente na representação dessa passagem. Do lado do santo, um franciscano acompanha Francisco na bênção e pregação. As representações do santo possuem aureóla e vestes tradicionais.

É possível que Portinari, tenha representado essa passagem da pregação dos pássaros ou das aves, no quarto arco do painel externo da igreja da Pampulha.



Fig. 5 - Benozzo Gozzoli, Pregando aos pássaros e Bênção Montefalco. 1452. Afresco. 270 x 220 cm. San Francesco, Montefalco, Itália.

Na figura 6, de El Greco, o santo está representado com suas vestes tradicionais, recebendo os estigmas. Suas mãos estão perfuradas, ele olha para o céu (em tons de cinza), e mantém seu olhar distante. Próximo ao braço esquerdo está representado o crânio, elemento iconográfico que simboliza a lembrança da morte.



Fig. 6 - El Greco (Doménikos Theotokópoulos). São Francisco recebendo o estigma, c. 1585-1590. Óleo sobre tela, 105 x 80 cm. Coleção privada.

A partir dessas pinturas analisadas, os elementos iconográficos mais comumente representados nessas cenas, segundo Adalgisa Campos (2011:64) relata que a maioria

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

deles, “lembram o quanto a vida e os bens terrenos são efêmeros, como as representações do livro, a flor os instrumentos, espelho e ampulheta”, os quais, continuam aparecendo, sofrendo algumas alterações na maneira como são figurados. Por outro lado, um novo elemento iconográfico passa a ser representado, o crânio. Sendo assim a autora conceitua que:

A espiritualidade franciscana ressalta atributos, os quais, expressam a solução para a salvação da alma, sendo o crânio que representa a lembrança da morte, o rosário necessidade de oração contínua, o sílicio, a cruz e os martírios do Cristo como necessidade de penitência. (CAMPOS, 2011:64).

Portanto, podemos entender como a imagem desses atributos e as pinturas interferem na educação dos fiéis que frequentam a igreja. Sendo esta, o local da memória com todas essas imagens e simbologias inseridas em seu interior.

Esses elementos iconográficos remetem a pedagogia visual, aquilo que a imagem ensina e o significado dos símbolos que estão naquela pintura. A partir dessas imagens, a iconografia do santo sofre pequenas alterações da sua fisionomia. Porém suas vestes são representadas da mesma forma, desde as primeiras pinturas realizadas após a sua morte.

Aproximações da imagem com a igreja da Pampulha

Portanto, o artigo busca contrapor as representações analisadas nesse artigo do período da idade média, sobre a temática da vida de São Francisco de Assis com as pinturas que o artista brasileiro Portinari realizou na década de 40, na igreja da Pampulha em Belo Horizonte.

Os projetos da representação de São Francisco de Assis dessa igreja foram realizados pelo artista Cândido Portinari, a pedido do prefeito da cidade de Belo Horizonte na época, Juscelino Kubitschek após várias negociações. O artista plástico realizou vários projetos, buscando a melhor composição para representar passagens da vida de São Francisco de Assis.

Documentos assinado por ele, revelam que no painel interno está representado São Francisco despindo suas vestes, conforme registros em seus croquis. Muitas passagens da vida de São Francisco são ilustradas por numerosos milagres, essas

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016*

temáticas estão representadas nos painéis externo e interno, projetados por Candido Portinari. Porém, o que dificulta a leitura dessas imagens são os poucos documentos encontrados, com descrições dos temas apresentados nos painéis. Além disso, de o artista não seguir a ordem cronológica da biografia de Francisco.

Além das representações dos painéis realizados, a construção da igreja contou com a colaboração de outros profissionais.

Foram convidados para redesenhar as aspirações da população em relação a Pampulha, Oscar Niemeyer que teve a colaboração do engenheiro de estruturas, e poeta, Joaquim Cardoso, Paulo Werneck e o paisagista Burle Marx, que projetou os jardins externos.

A década de 1940, contexto da construção da igreja, marcou para Minas Gerais um ponto culminante na introdução do modernismo e o conjunto da Pampulha significou uma etapa importante deste processo.

A igreja de São Francisco traz à tona um caminho de encomenda religiosa no período onde vemos encenado um empreendimento caracterizado por um mecenato de Estado, idealizado por Juscelino Kubitschek na época prefeito da cidade. Esta encomenda mais tarde, entrou em colisão com o clero. As questões de ser uma encomenda religiosa, as aprovações das imagens perante as leis da igreja, representação fiel dos moldes iconográficos, a criação do artista (os quais eram convidados pela alta classe da sociedade por trás de um conjunto político), requer conhecimento do contexto histórico da política e sociedade que se transformaram ao longo dos tempos.

O autor Ochsé (1960:90), relata sobre o apego da representação da imagem tradicional versus a arte moderna, no século XX, citando o cânon 1279, a norma da igreja Católica que diz “Não é permitido ninguém pôr nas igrejas ou outros lugares santos, nenhuma imagem insólita, se não for aprovada pelo bispo do lugar.”.

Porém os tradicionalistas não deixam de contestar que a igreja do século XX luta contra um novo paganismo, que não representaria a divindade de Cristo em sua imagem, desumanizando a civilização cristã.

Relacionando esse período com a arte moderna segundo a visão católica, a representação da imagem sofreu uma crise, a arte moderna era considerada como impura e inadaptada aos valores cristãos devido a nova forma de representação da imagem sem

obedecer o rigor tradicional. A sociedade e a política influenciam nesse contexto, que perpetua entre esses períodos. Buscando novos ideais na arquitetura, literatura, artes, ressaltando um fato importante dessa transição: a Semana de Arte Moderna.

Relacionando o contexto tradicional versus moderno, a história de São Francisco de Assis foi representada pelo artista brasileiro Candido Portinari, após realizar diversos projetos, que equilibravam entre as leis da representação da iconografia religiosa e sua criação. Primeiramente, o painel externo da igreja foi construído a partir da história das passagens da vida do santo, o grande questionamento que Luiz Gonzaga Teixeira realiza em sua análise coloca (2008:14), “é de analisar a representação das passagens da vida de São Francisco, criadas pelo artista Portinari dialogando entre o tradicional e o moderno”.

A partir dos croquis do artista disponíveis pelo Projeto Portinari, é importante visualizar o processo desse trabalho, após onze estudos realizados para os painéis da igreja da Pampulha. Frente ao exposto, viso analisar a representação iconográfica de São Francisco, comparando com as pinturas apresentadas anteriormente.

Alguns estudos sobre a iconografia das cenas representadas nos painéis de Portinari, foram realizados pelos autores Luiz Gonzaga Teixeira, Anna Paola Baptista e Rodrigo Vivas.

No entanto, algumas aproximações imagéticas ficam esclarecidas e podem ser aproximadas das representações de Portinari. Porém, outras passagens da vida de São Francisco apresentam divergências sobre a representação de personagens e temas. Nesse caso, não será estudado essas representações e comparações, apenas a iconografia de Francisco.

Na análise do painel externo, observamos que é composto por quatro curvas, feito de azulejos, com vários tons de azul. O autor Rodrigo Vivas (2011:110) apresenta que mede em torno de “23,03 metros de largura, a curva mais alta corresponde a 7,5 metros”. A partir do primeiro projeto que Portinari realizou (fig.7), é possível observar semelhanças com as pinturas de Giotto.

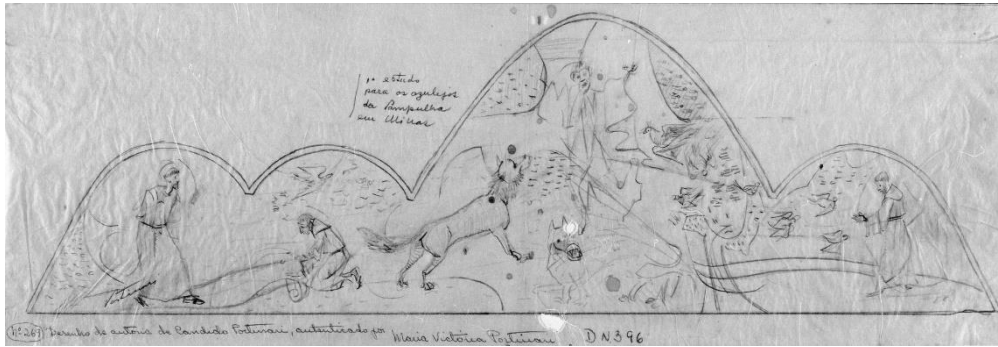


Fig.7- Candido Portinari. São Francisco. 1944. Estudo 1- desenho a grafite e papel vegetal. 17 X 42 cm Fonte: Projeto Portinari.



Fig.8- Candido Portinari. São Francisco de Assis 1944. Painel externo. Técnica azulejos, suporte técnico e suporte combinados, 750 X 2120 cm Tema religioso/natureza. Fonte: Projeto Portinari.

O autor relata sobre a análise do primeiro arco situado a esquerda, é possível observar a passagem da vida de São Francisco, que após comparar a iconografia, poderá ser a representação da Homenagem ao homem simples. Essa temática foi representada por Giotto.

No segundo arco, Rodrigo Vivas descreve que está representação está mais difícil de analisar sua iconografia. O autor relata que para Teixeira (2008) essa composição estaria representando a expulsão dos demônios em Arezzo. Essa análise iconográfica está publicada em seu livro e nos folders da Arquidiocese de BH, distribuídos para a população.

Porém, Rodrigo Vivas (2011:111) explica que “uma hipótese possível para a figura, na qual se assemelha a uma criança, é que esta poderia se referir ao milagre da criança ressuscitada por São Francisco e posteriormente representada por Taddeo Gaddi”. Outra aproximação, é sobre o lobo que está na parte inferior desse arco, pode remeter a passagem do lobo de Gubbio, conforme os tratados medievais descrevem.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

Portinari provavelmente representa no último arco a “Pregação dos pássaros” ou a pregação das aves. Pela análise dos estudos é possível aproximar com pinturas Giotto assim como Benozzo Gozzoli.

Porém no painel interno, em Julho de 1945, Portinari retratou em têmpera sobre argamassa na parede do fundo da igreja (acompanhando a forma do arco da capela-mor), o São Francisco se despojando das vestes (único projeto assinado por ele). Entre os personagens, estão grupos de homens e mulheres em torno da representação de São Francisco de Assis (este ao centro do painel). No lado direito inferior, apresenta-se um cachorro (único animal nesta pintura), realizado após a representação do lobo, ser substituído. Essa substituição contou com muitas críticas do Bispo, sobre os painéis e a arquitetura. Esse foi um dos motivos considerados para a igreja não ser consagrada.

O atual prefeito de Belo Horizonte, Juscelino Kubitschek realizou um comentário sobre a representação do cachorro que foi alvo de duras críticas:

Portinari não utilizou o lobo - tradicional alvo de afeição do poverello de Assis - para simbolizar a identificação do santo com os animais. Como o lobo não é um animal popular no Brasil, o irmão lobo foi substituído pelo irmão cão e, ao fazer essa transposição, valeu-se de um cachorro bem brasileiro, um vira-lata de rua (KUBITSCHECK, 2000:38).

Portanto, o painel interno da igreja foi realizado com essa substituição na representação da passagem da vida do santo. Porém as vestes de Francisco e sua iconografia são tradicionais, conforme os estudos que o artista realiza.



Fig.9- Candido Portinari. São Francisco 1944. Desenho, grafite e papel, 58 X 90 cm, Tema religioso/figura humana. Fonte: Projeto Portinari.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016



Fig.10- Candido Portinari. São Francisco de Assis 1945. Painel interno. São Francisco se despojando das vestes, pintura mural à têmpera, 750 x 1060 cm Foto: Cristiane Leite.

Embora Portinari criasse suas pinturas buscando a originalidade além da expressividade brasileira, incorporando novos personagens nos painéis e realizando algumas atualizações na representação dos temas, a imagem de São Francisco continua representada tradicionalmente. Nas imagens é possível perceber esse pensamento através das passagens da vida do santo. Os milagres que Francisco realizou a pregação aos animais, a renúncia ao despir suas vestes, retomam o sentido pedagógico da humildade e caridade estabelecido nos painéis modernos.

Portanto, é importante perceber a tradição da pedagogia visual presente, mesmo na arte moderna, em que o artista poderia renunciar os moldes tradicionais de representação do santo em busca de um novo modelo de criação.

Enfim, ao longo dos séculos a arte da memória fica impregnada nas gerações anteriores assim como nas futuras, decorrentes de pensamentos tradicionais. Sendo assim, a pedagogia visual ainda fala mais alto na educação, poder e política inseridas em nossa sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGOSTINHO, Santo, 354-430. Confissões: De magistro. 3ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

BAPTISTA, Anna Paola. O Eterno ao Moderno: arte sacra católica no Brasil, anos 40-50. Rio de Janeiro: Tese de Doutorado em História Social, UFRJ, 2002.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

CAMPOS, A. Adalgisa. Arte Sacra no Brasil Colonial. Belo Horizonte, C/Arte, 2011.

CARDOSO, Ciro Flamarion. Um historiador fala de teoria e metodologia: ensaios. Bauru, SP: Edusc, 2005. (Coleção História).

COSTA, Alex Silva, Revista Anagrama: Revista Científica Interdisciplinar da Graduação Ano 5 - Edição 1 – Setembro-Novembro de 2011, A Fundação da Ordem dos Frades Menores no Séc.XIII: a ordem mendicante de São Francisco de Assis e suas influências na Idade Média Central, a escolha por São Boaventura, 2011.

JACOPO, de Varazze, ca.1229-129, Legenda Áurea : vidas de santos/ Jacopo de Varazze; tradução do latim, apresentação, notas e seleção iconográfica Hilário Franco Júnior, São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

KUBITSCHECK, Juscelino. Por que construí Brasília. Senado Federal, Conselho Editorial, Coleção Brasil 500 anos, 2000.

LE GOFF, Jacques. *São Francisco de Assis*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

LEONARDI, Paula. Construção da memória em congregações católicas: práticas e imagens agentes. São Paulo. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, Tese de Doutorado, 2013.

LÓDE NUNES, Meire Aparecida, OLIVEIRA, Terezinha. São Francisco de Assis de Giotto: uma possibilidade de reflexão acerca da influência intelectual no *trecento* italiano. Anais da revista Programa de Pós-Graduação em Educação - UEM Universidade Estadual de Maringá –Paraná, 2012.

OCHSÉ, Madeleine. Uma arte sacra para o nosso tempo. São Paulo: Flamboyant, 1960.

PIRATELI, Marcos Roberto; PEREIRA MELO, José Joaquim. Agostinho e a igreja como espaço de formação no fim da antiguidade. Anais da revista Programa de Pós-Graduação em Educação - UEM Universidade Estadual de Maringá –Paraná, 2013.

YATES, Frances A. A Arte da Memória, São Paulo, Editora UNICAMP, 2007.

TEIXEIRA, Luis Gonzaga. Igreja São Francisco de Assis Pampulha. Memorial da Arquidiocese de Belo Horizonte inventário do patrimônio cultural. Belo Horizonte, PUC Minas, 2008.

VIVAS, Rodrigo; GUEDES, Gisele. Revista Imagem Brasileira, número 6, ano 2011. Iconografia. A igreja São Francisco de Assis, 2011.

O tarô Visconti-Sforza como espaço de relações e transferências no século XV italiano

Ligia Balestra Vasconcelos¹

Resumo:

O trabalho apresentado a seguir tem como objetivo trazer o desenvolvimento de nossa pesquisa em História da Arte sobre o baralho de tarô Visconti-Sforza e a circulação de imagens que contribuiu para sua criação. Em busca sobre novas perspectivas que abarquem objetos artísticos diferentes daqueles abordados frequentemente pela História da arte, os objetivos dessa pesquisa visam inserir nos estudos objetos de uso cotidiano, gravuras e demais imagens que não estão relacionadas ao propósito cristão. Através da análise das cartas do tarô realizado durante o século XV para a corte de Milão, é proposta uma reflexão acerca do movimento entre artistas, comitentes e quaisquer personagens que contribuíram para a produção cultural da região da lombardia no Quattrocento.

Palavras chave: Tarô Visconti-Sforza; Transferências e Circulações; Arte Tardo-Medieval; Arte Italiana Século XV.

Abstract:

The following work presented aims to bring the development of our research in Art History about Visconti-Sforza tarot deck and circulation of images that contributed to its creation. In search of new insights that cover different artistic objects of those often approached by Art History, the goals of this research aim to enter the studies everyday objects, prints and other images that are not related to the christian purpose. Through analysis of tarot cards, produced during the fifteenth century to the court of the Milan, its proposes a reflection about the movement of artists, principals and any characters who contributed to the cultural production of Lombardy region in Quattrocento.

Key words: Tarot Visconti-Sforza; Transfers and circulations; late Medieval Art; Italian Art of fifteenth century.

Ao longo do desenvolvimento da História da Arte, diferentes preocupações fizeram parte do repertório teórico e metodológico da disciplina, mas que, em sua maioria, se referiram apenas à arte produzida pelas Belas Artes², desconsiderando as produções artísticas oriundas de outras esferas sociais. As classificações culturais tendem a seguir

1 Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História da Arte pela Universidade Federal de São Paulo. E-mail: libalestra@gmail.com

2 As Belas Artes devem ser entendidas aqui como a produção de obras de arte ocidentais legitimadas pelo mercado de arte e por instituições que definem o que é ou não arte e que, portanto, são necessariamente produzidas por artistas.

uma hierarquia social privilegiando a arte produzida pela e para a elite. À partir dessa hierarquia, a arte ocidental é entendida como legítima e superior às artes não ocidentais. Para Carlo Ginzburg “o simbolismo da ‘alteza’ está profundamente ligado, como se prevê ainda hoje pelas línguas indo-europeias, ao poder político” (GINZBURG, 1986: 98), e a arte reforça esse poder quando é considerada de acordo com sua posição social e não pela sua potencialidade artística. O que veremos aqui, seguirá como uma forma de reconhecimento aos demais objetos que outrora foram esquecidos pela História da Arte por não fazerem parte das produções das Belas Artes, mas que, através das novas diretrizes, começaram a ganhar espaço ao lado de produções já conhecidas. Outro fator importante e que vem ganhando destaque nos estudos das artes é a questão da imagem, assim como sua percepção e sua circulação. Por isso, é proposto aqui um estudo sobre as artes enquanto imagens, mesmo quando produzidas em diferentes suportes.

O conjunto de maços de tarô Visconti-Sforza, objeto principal dos nossos estudos³, ainda que produzido para a elite, nos serve como tentativa de ressaltar a relevância das investigações acerca de produções culturais não estabelecidas dentro dos padrões estéticos e normativos da arte ocidental. Produzido durante o século XV para a corte de Milão, tal conjunto pode ser encontrado em diferentes lugares. O primeiro maço, de aproximadamente 1428, faz parte do acervo da Yale University Library (ITA 109), em New Haven e, com 67 cartas é o tarô mais antigo preservado. O segundo maço foi produzido em 1442 e possui 48 cartas localizadas na Pinacoteca di Brera, em Milão (número de tombamento não encontrado). O terceiro e último maço foi realizado aproximadamente em 1450, das 74 cartas preservadas, 35 delas fazem parte do acervo da The Pierpont Morgan Library (M.630), em Nova Iorque, 26 estão na Accademia Carrara (06AC00889), em Bérghamo e 13 fazem parte de uma coleção particular.

Para entendermos as imagens das cartas devemos levar em consideração alguns pontos essenciais do contexto em que foram produzidas. O século XV europeu foi um momento marcado por uma efervescência cultural impulsionada por transformações sociais, como novas organizações políticas, e por novas ideias intelectuais. Com a expansão do comércio, a mobilidade das mercadorias junto a de pessoas se intensificou e

3 O estudo em questão está sendo desenvolvido por mim junto a orientação de Flavia Tatsch no curso de mestrado do departamento de História da Arte oferecido pela Universidade Federal de São Paulo e, portanto, este artigo reúne ideias de trabalhos elaborados, até então, pelas disciplinas cursadas.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

contribuiu para a circulação e transferência de objetos artísticos e, sobretudo, de imagens. Além disso, a transição do período Medieval para o Moderno aconteceu através de um fluxo de elementos tanto antigos, como modelos iconográficos seculares, quanto novos, como à questão da perspectiva e outras características procedentes do renascimento. Isso significa que apesar de os artistas estarem em busca de novos modos de representação, características da arte e cultura tardo-medieval ainda eram presentes nos repertórios iconográficos utilizados em séculos anteriores.

Nesse momento, imagens de variados tipos e finalidades eram criadas e circulavam em diferentes esferas sociais, como as gravuras dos panfletos de santos, as miniaturas dos romances de cavalaria, sátiras políticas, e os objetos de uso cotidiano de luxo ou não, como pentes e espelhos. Esse fato, por si só, já nos permite observar que a circulação de diferentes imagens era algo comum em diferentes esferas sociais e fazia parte do repertório visual dos artistas e suas oficinas, assim como cita Peter Burke e Asa Briggs em um de seus trabalhos:

Os assuntos mais comuns eram as vidas de santos e romances de cavalaria, levando alguns historiadores à conclusão de que a literatura era escapista, ou mesmo uma forma de anestesia, além de representar um modo de difundir entre as camadas mais baixas de artesãos e camponeses os modelos culturais criados por e para o clero e a nobreza. (BRIGGS E BURKE, 2004: 28-29)

Outro fato importante para considerarmos sobre esse período é o desenvolvimento da prensa móvel de Gutenberg. Através da técnica que utiliza os tipos móveis junto às xilogravuras, variados textos passaram a ser ilustrados e tiveram sua produção ampliada pela facilidade oferecida e pelo baixo custo em comparação aos manuscritos realizados pelos copistas e miniaturistas. Podemos notar que a imagem, graças a imprensa, circulou em variadas esferas sociais e, de certa maneira, tornou popular o conhecimento sobre afrescos e pinturas características do clero e da nobreza, “o crescimento da figura impressa foi a mudança mais profunda da comunicação visual de todo aquele período, pois permitia, como nunca, que as imagens fossem disponíveis para difusão” (BRIGGS E BURKE, 2004: 47). Além disso, a diversificação de suportes em que a imprensa e as gravuras eram utilizadas fez com que modelos iconográficos seculares se adaptassem às novas materialidades. Desse modo, Flavia Tatsch comenta que:

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016*

as gravuras marcaram presença no cotidiano dos habitantes das cidades e do campo, circulando em frontispícios de panfletos e folhas volantes ou, então, afixadas nas portas das casas, com o objetivo de proteger seus moradores contra doenças, praga, morte, fogo, furto ou invasões. Assim como sob a forma de imagens votivas, cujo uso poderia se dar tanto no espaço privado das casas quanto no espaço público das procissões ao ar livre. (TATSCH, 2013: 13)

O universo da nobreza do século XV era repleto de objetos cotidianos e de luxo, como os pentes e caixas de espelhos, isso não era diferente com a corte de Milão. Esses objetos eram valiosos por serem produzidos especificamente para os nobres, mas antes disso, por terem como suporte alguns materiais que, por si só, já apresentavam elevado valor econômico. No caso dos pentes e caixas de espelhos, este material era o marfim. Por sua característica física de fácil entalhe e longa durabilidade, o marfim era uma matéria cobiçada para a realização de objetos de uso cotidiano, porém, de luxo. De maneira semelhante, os maços do tarô Visconti Sforza podem ser inseridos nesse grupo de objetos por terem como suporte o papel. Sabe-se que no século XIV da Europa Ocidental, o papel era produzido em menores quantidades, aumentando seu valor no mercado e, conseqüentemente, agregando valor aos objetos produzidos com ele⁴. A criação das miniaturas também contribuía para que as cartas do tarô fossem, à princípio, um objeto de elite. As representações que podemos observar nas cartas eram feitas à mão com folhas de outro, material de elevado valor, possivelmente pelas mesmas oficinas de artistas que eram responsáveis pela realização de outros trabalhos, como afrescos, miniaturas de romances de cavalaria, entre outras imagens, ou seja, o fato de serem únicas e exclusivas, as posicionavam como algo exclusivo da corte.

Nas cortes da região da lombarda, na Itália, os baralhos comuns, aqueles com cartas numeradas e com naipes, eram utilizados frequentemente como jogos de passa-tempo e como uma atividade social em que membros da elite se reuniam para jogar. Os tarôs desse período, devem ser entendidos também como jogos de passa-tempo, e não como um jogo de adivinhação. Devido à inexistência de documentos que comprovem tal uso no século XV, os tarôs só podem ser reconhecidos por seu uso como adivinhação do futuro à partir do século XVIII através do trabalho “Le monde primitif” de 1781 do pastor

4 Recentemente, Castelfranchi Vegas apontou para a importância do papel das artes menores durante o medievo. CASTELFRANCHI VEGAS, Liana e PIGLIONE, Cinzia. *Arti minori*. Enciclopedia temática aberta, volume 24. Milão: Editoriale Jaca Book, 2000.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

e ocultista francês Antoine Court de Gébelin. Provavelmente, as cartas chegaram na França através da ocupação de Milão pelos franceses na primeira metade do século XV e para Gébelin, as cartas teriam sua origem no Egito com o propósito de usos religiosos, o que caracteriza o uso das cartas ainda hoje.



Figura 7: Jogo de tarô. Afresco. Palazzo Borromeo. 1445-50. Imagem disponível em: <http://www.storiadimilano.it/Arte/giochiborromeo/giochiborromeo.htm>

no norte da Itália se deu por diferentes maneiras de se jogar as cartas. A ordem dos *trionfi* era estabelecida em cada cidade por sequências distintas e as formas de representação também não eram as mesmas. (DUMMET, 1986: 5-6). Um exemplo da frequente utilização do tarô pelas cortes é afresco localizado no Palazzo Borromeo, produzido entre 1445 e 1450, em Milão [fig 1].

No afresco notamos que mulheres e homens reunidos ao redor de uma mesa seguram em suas mãos cartas que parecem fazer parte de um jogo de baralho. As vestimentas das figuras representadas indicam que estas fazem parte da nobreza, evidenciando o jogo como característico do cotidiano da corte no século XV. Através deste afresco também fica clara a circulação de modelos iconográficos como é o caso da

No Quattrocento e nas cortes de Milão, Bolonha e Ferrara, o tarô era um jogo de cartas diferenciado porque apresentava em sua composição cartas específicas que não eram encontradas em outros baralhos. Estas cartas são conhecidas hoje como arcanos maiores⁵, entretanto, para os nobres do norte da Itália eram apontadas como *trionfo* e o próprio jogo era chamado de *carte da trionfi*⁶. A popularidade do tarô no

5 O termo Arcano origina do latim, *arcanus*, e significa misterioso, algo oculto ou não explícito. Para o tarô contemporâneo, a distinção das cartas entre Arcanos Maiores e Menores é relacionada também às figuras simbólicas que representam nos Arcanos Maiores etapas da vida de uma pessoa. No contexto pretendido nesse projeto, o termo Arcano será utilizado principalmente como referência ao grupo de cartas abordado.

6 A palavra *tarô* vem de *tarocco* (singular) e *tarocchi* (plural), e passaram a ser utilizados para designar o jogo de cartas no século XVI.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. "O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História", Juiz de Fora, 2017, 1554p.

ISSN: 2317-0468

17 a 21 de outubro de 2016

representação das roupas. Algumas das figuras femininas do tarô aparecem vestidas de maneira semelhante, com ornamentos da cabeça muito próximos aos do afresco, como a carta do cavaleiro feminino [fig. 2]. Não devemos desconsiderar que as representações nas imagens não são idênticas e que foram produzidas por artistas diferentes, mas o nos interessa aqui a transferência de um modelo iconográfico entre suportes variados. Um mesmo modelo poderia ser utilizado em diversos trabalhos e possivelmente adaptado às técnicas e ao estilo do artista, configurando uma nova imagem.



Figura 2: Cavaleiro Feminino de espadas. 1428-47. Cary Yale University Library. Imagem disponível em: <http://brbl-dl.library.yale.edu/vufind/Record/3432570>

O conjunto de tarô Visconti-Sforza foi produzido especialmente para a corte de Milão que esteve no poder nesse período. A dinastia dos Visconti se iniciou ainda no final no século XIV. No início da segunda década do século seguinte Filippo Maria Visconti (1392 –1447) assume o poder e se mantém nesta posição até sua morte em 1447. Prevendo o fim da dinastia dos Visconti, o duque casou sua única filha, Bianca Maria (1425 –1468) com o mercenário do ducado Francesco Sforza (1401 –1466), unindo as famílias em um ducado que transcorreu por três séculos.

Ao que tudo indica, o primeiro maço do tarô foi encomendado por Filippo Maria como presente de casamento para sua esposa Maria de Savoia (1411 – 1469). Segundo Deborah Krohn (KROHN, 2008: 140), estudos apontam que o casamento arranjado entre Maria e Filippo não foi uma união feliz e que a carta dos Enamorados deste primeiro maço teria também a função de amuleto da sorte. O momento em que este e o segundo maço foram produzidos é marcado por importantes acontecimentos pessoais vividos pelo duque e por isso Helen Farley acredita que a construção do tarô serve como alegoria para sua vida, transparecendo as chances e os riscos calculados característicos dos jogos que tanto gostava (FARLEY, 2009: 51).

A família Visconti, ao longo de seu ducado, possibilitou a criação de variadas produções culturais, desde manuscritos até edifícios, como é o caso do Duomo di Milano, tendo sua construção iniciada em 1386. Outra amostra disso é a ampla coleção de livros existente antes mesmo de Filippo ascender ao poder. A corte dos Visconti abrigava no Castello di Pavia uma biblioteca repleta de manuscritos ricamente ornamentados e coloridos, como o livro de orações de Bianca di Savoia (1331 - 1387), esposa de Galeazzo Visconti (1320 - 1378), localizado em Mônaco na Bayerische Staatsbibliothek (cod. lat. mon. 23215) (TOESCA, 1912: 278-279). Filippo Maria, personagem de expressiva importância como membro da corte, transitou entre crenças pagãs e a cultura erudita e, “ao mesmo tempo em que crê nos astros e na necessidade cega, ora também para todos os santos salvadores; lê autores da Antiguidade e romances franceses de cavalaria” (BURCKHARDT, 2009: 46). A ligação do duque com a Antiguidade nos dá indícios de uma permanência de características da cultura clássica, não apenas na literatura, mas também com a astrologia e suas representações, engendrando uma união com as novas diretrizes do Renascimento. Aby Warburg em um de seus estudos aponta como a astrologia da antiguidade permaneceu inserida na iconografia medieval:

Acreditava-se que os sete planetas governavam, em todas as fases do ano solar, os meses, dias e horas do destino humano de acordo com as leis pseudomatemáticas. A mais manejável dessas teorias, a doutrina do governo dos meses, ofereceu aos deuses no exílio um refúgio seguro nos calendários dos livros medievais, que, no início do século XV, eram produzidos por artistas do sul da Alemanha. (WARBURG. 2013: 454)

Por isso também podemos reconhecer o período em questão como espaço de fusão entre culturas diferentes, mas que, em muitos casos, não foi considerada pela História da Arte devido a esta seguir, de maneira geral, os propósitos cristãos. O tarô Visconti-Sforza como objeto de estudos faz emergir reflexões sobre as produções artísticas que foram marginalizadas por não fazerem parte de uma produção religiosa, intensamente presente na historiografia da História da Arte.

Voltando à corte de Milão, Filippo Maria manteve ativa a produção cultural, através de encomendas para diferentes artistas, além da encomenda do tarô, possuía interesse por livros iluminados, afrescos decorativos e requisitou a construção de um castelo real, entre outros edifícios, para abrigar sua corte em que, possivelmente foram

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016*



Figura 8: Página 9, manuscrito Paulatino 556 - Storia di Lancelotto del Lago. Biblioteca Nazionale Centrale di Firenze. 1446. Imagem disponível em: http://www.bncf.firenze.sbn.it/Bib_digitale/Manoscritti/Pal_556/main.htm

Tristão e Isolda, entre outros, foram compilados em diversos manuscritos cujo repertório iconográfico circulou, por exemplo, entre afrescos e fachadas de igrejas. Posteriormente, os romances se adaptaram às novas tecnologias e passaram a circular através de gravuras feitas pelos tipos móveis – a popularização dos jogos de tarô também se intensificou através da facilidade em produzir gravuras que os tipos móveis ofereciam.

Em 1446 foi elaborado o manuscrito “Storia di Lancelotto del Lago” provavelmente pelo copista Zuliano degli Anzoli e pelo artista Bonifacio Bembo (ativo entre 1420 – 1482), localizado no acervo da Biblioteca Nazionale Centrale de Florença (ms. Palat. 566). O manuscrito apresenta passagens características dos romances de cavalaria, como as aventuras amorosas de Artur, ilustradas com 289 figuras que se assemelham às do tarô [fig. 3]. Vale comentar que além de Filippo Maria ser o comitente deste livro, Bonifacio Bembo provavelmente também foi o autor das cartas do tarô.

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
 “O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
 Juiz de Fora, 2017, 1554p.
 ISSN: 2317-0468
 17 a 21 de outubro de 2016*

solicitadas sugestões à Filippo Brunelleschi (1377 - 1446) – o castelo original foi destruído após a morte de Filippo Maria e reconstruído posteriormente por Francesco Sforza (BUZANGA, 2015: 250).

Vimos até agora que a criação do tarô Visconti-Sforza contou com um crescente fluxo de imagens que contribuiu para a realização das miniaturas das cartas e que Entre o Trecento e o Quattrocento, os romances de cavalaria fizeram expressivo sucesso entre a nobreza. A divulgação dessas histórias foi facilitada, entre outros motivos, pelas traduções de obras do norte dos Alpes e também pela interface linguística entre franceses e italianos nas regiões do norte da Itália. O ciclo arturiano e as histórias do Graal, Percival, Lancelot,

A atribuição da autoria das cartas tem sido debatida por historiadores da arte desde o começo do século XX e suas teorias divergem sobre quem teria feito o jogo. Pietro Toesca, em 1912 comenta em um de seus trabalhos que as cartas teriam sido resultado dos trabalhos de dois artistas ou oficinas diferentes. Para ele os irmãos Zavattari (ativos entre os anos de 1404 e 1459) produziram as cartas junto à Antonio Cicognara de Cremona (ativo entre 1469 e 1500) (TOESCA, 1912: 522-527). Posteriormente, Van Marle, atribui às cartas apenas a autoria dos Zavattari, sobretudo pelas características góticas, tão presentes nos trabalhos dos irmãos que circulavam na Lombardia (VAN MARLE, 1926: 170-174). Na década de 1980, Giuliana Algeri parece seguir a teoria de Van Marle, e mantém a atribuição do jogo aos Zavattari (ALGERI, 1987: 67). Os mais recentes estudos como o que resultou na exposição “The world in play: luxury cards, 1430 – 1540” realizada entre janeiro e abril de 2016 no Metropolitan Museum, em Nova Iorque, assim como os de Francesco Malaguzzi Valeri, anteriores aos de Toesca (MALAGUZZI VALERI, 1902: 98), indicam que as cartas teriam uma aproximação aos trabalhos de Bonifacio Bembo.

Se pensarmos que as oficinas, muito provavelmente, produziam não somente um tipo de material, mas sim uma variação de objetos, como calendários, panfletos políticos, livretos, e até mesmo afrescos, não é difícil identificar a oficina responsável pela criação do manuscrito como também responsável pelo tarô e, portanto, Bonifacio Bembo como autor.

Notamos que a corte dos Visconti era cercada por variados elementos da cultura de sua época. O interesse de Filippo Maria pela cultura erudita e as imagens que o cercavam junto ao repertório visual do artista, resultou nas representações que encontramos nas cartas do tarô Visconti-Sforza. A diversidade artística referente aos últimos séculos da Idade Média contou com a expressiva circulação dos manuscritos e suas miniauras, e também, outros objetos na região entre a França e o norte a Itália. Dentro dessas variadas formas de arte o amor cortês surge na literatura em forma de poemas e romances de cavalaria, se estendendo-se para todo o universo da corte. Assim como na literatura, os modelos iconográficos apresentavam cenas de amor cortês, cujas formas e simbologias transitaram entre os mais diversos suportes como decorações de quarto e pentes de marfim. Podemos supor que o tema do amor cortês faz parte de uma circulação

onde é possível a comunicação entre as imagens⁷, evidenciando elementos que indicam modelos iconográficos pré-estabelecidos. Segundo Hans Belting,

A questão das imagens dilui as fronteiras que separam as épocas e as culturas umas das outras, porque só para além de tais fronteiras se encontram as respostas adequadas. A marca histórica das imagens lê-se nos meios e nas técnicas com que surgem em cada época e, no entanto, são produzidas e geradas por temas tão intemporais como morte, corpo e tempo. Destinam-se a representar a experiência do mundo, de modo que sob as mesmas pesa o condicionalismo da repetição. (BELTING, 2014: 36-37)

No tarô Visconti-Sforza, o amor cortês está presente primeiramente pelo fato de ser um objeto dado à uma mulher como presente de casamento, sem nos esquecermos da especificamente da carta dos enamorados. Sabe-se que durante o período tardo-medieval a figura masculina oferecia à sua amada pequenos presentes a fim de conquistá-la. O casamento era tido como um contrato entre famílias para manter, fortalecer e ascender de posição social. Para Farley, “sem dúvida, raramente o amor entrou nos casamentos contratuais dos Visconti; ao contrário, o casamento era um meio seguro de riqueza, poder ou fidelidade militar” (FARLEY. 2009: 59) [tradução nossa]⁸. Nas cartas do maço mais antigo podemos encontrar elementos que representam a corte de Milão, como a Cruz de Savoia, relacionada a Maria e pintada como ornamento do baldaquino na carta do amor. Outro detalhe fundamental para a confirmação dessa teoria é que esse mesmo maço, para Krohn, teria sido realizado para uma mulher da corte por apresentar duas cartas da nobreza a mais do que nos demais baralhos – as figuras comuns são: rei/rainha, valete masculino, cavaleiro masculino – o valete e o cavaleiro femininos [fig. 2] (KROHN, 2008:139).

A carta dos enamorados [fig 4], e igualmente as demais deste mesmo maço, é cuidadosamente ornamentada. O fundo dourado com folhas de ouro sobre um tom de vermelho nos revela o requinte e o refinamento do tarô inserido em um universo de objetos cotidianos de luxo. Sobre o dourado observamos padrões possivelmente específicos da corte. No baldaquino, podemos notar a presença de uma serpente enrolada e da cruz de savoia, caracterizando os símbolos, respectivamente das famílias Visconti e

7 As imagens podem ser tratadas como agentes sociais, que dão continuidade à existência humana e que tem o poder de se comunicar entre si, gerando mais imagens. Ver Hans Belting, “Antropologia da Imagem”, 2014.

8 Trecho original: “Without a doubt, love rarely entered into the contractual marriages of the Viscontis; instead marriage was a means of securing wealth, power or military loyalty.”

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.

ISSN: 2317-0468

17 a 21 de outubro de 2016

Savoia. Comparando-a com a mesma carta do terceiro maço [fig 4], notamos que nesta, a ausência do baldaquino abre espaço para um cupido maior e verticalizado, atraindo a atenção do observador à ele. Voltando para o baldaquino da carta do primeiro maço, podemos ver a palavra “Amor” escrita em dourado, como um reforço a alegoria. Logo abaixo, no chapéu da figura masculina que representa Felippo Maria, encontramos a frase “A bon droyt” (de forma justa), expressão francesa símbolo da corte dos Visconti presente também em pinturas decorativas dos ambientes que restaram do castelo de Abbiategrasso, em Milão (BUZANGA, 2015:253). Isso ressalta o fato de que nesse período havia um intenso deslocamento de pessoas e objetos entre o norte da Itália e a França e que proporcionou a compilação de manuscritos famosos, como aqueles já citados aqui, e suas miniaturas.

No topo da carta, a figura popular do cupido faz parte do conjunto de símbolos que identificamos como sendo do amor cortês. O cupido era frequentemente utilizado nos mais diversos objetos artísticos próprios à cultura visual aristocrática. Um deles era a pintura decorativa, comum nos quartos femininos dos palácios do norte da Itália. Em maioria, a figura do cupido, dividia espaço com figuras humanas e outros representações que compunham a cena de amor. Um dos principais detalhes relacionados ao cupido, é a venda sobre seus olhos. Essa forma de representar o cupido pode ser específico desse período. É possível notá-lo na carta dos enamorados e em pinturas de parede como as da Camera de amor do castelo Sabbionara d’Avio, em Trentino. A autora Anne Dunlop, em um de seus trabalhos comenta sobre a utilização do cupido vendado:

Ainda no Duecento e no Trecento, artistas e escritores adotaram a imagem clássica – o menino nu com asas, arco e flechas, permanece familiar para nós. Os olhos do Amor foram cobertos, a cegueira alinha Eros com os males da



Figura 9: Enamorados. 1450-80.The Pierpont Morgan Library. Imagem disponível em: <http://www.themorgan.org/collection/tarot-cards/love>

morte e do diabo. Para Panofsky a ligação que faltava era um híbrido medieval, ‘um monstrinho’ (DUNLOP2012:156,157. Tradução nossa)

Podemos pensar, então, que a figura de Eros, deus do Amor e representante de uma cultura não cristã, revelada pelo cupido, é associada a males e pecados originários da Igreja. Arelada a estes mesmos males e pecados, o amor cortês assume caráter carnal, ao que se refere aos desejos sexuais envolvidos nas cenas de amor junto ao ideal de amor platônico do plano das almas. Ainda assim, observamos que elementos desta cultura antiga permaneceram em uso na esfera artística se mesclando a temas pertinentes à arte tardo-medieval e renascentista e outros tipos de representação. Mais uma vez, fica claro que há a necessidade de pesquisas na História da Arte que deem conta dos objetos artísticos que transparecem em sua criação, de forma material ou imaterial, a questão do profano.

Voltando para a carta dos enamorados, vemos representações de Filippo Maria e Maria di Savoia ao centro da imagem. A cena de cortejo mostra o casal se encontrando



Figura 10: Pente de marfim Amantes no Jardim.1320. Victoria and Albert Museum. Imagem disponível em: <http://collections.vam.ac.uk/item/O72949/lovers-in-a-garden->

embaixo de uma tenda e revelando certa intimidade através do toque das mãos. Entre o casal na parte inferior da carta, a figura de um cão completa a imagem. Cenas semelhantes foram produzidas em pentes de marfim do século anterior, como é o caso do pente pertencente ao Victoria and Albert Museum, em Londres (A.560-1910) [fig. 5]. O cortejo entalhado em uma das faces do pente nos

mostra a importância do contato físico entre o casal e sua relação com o desejo carnal, além de também conter em seu cenário a figura de um cão.

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
 “O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
 Juiz de Fora, 2017, 1554p.
 ISSN: 2317-0468
 17 a 21 de outubro de 2016*

Em outro objeto, a caixa de espelhos localizada hoje no acervo do The Cleveland Museum, em Cleveland [fig.6], a cena de amor é entalhada com elementos próximos aos da carta dos enamorados. O baldaquino no objeto de marfim, assim como na carta do primeiro maço, contém uma haste que divide a cena em duas partes. De um lado há a



Figura 11: Caixa de espelho. Casal jogando xadrez. Século XIV. The Cleveland Museum. Imagem disponível em:

http://www.clevelandart.org/art/1940.1200?collection_search_query=ivory++mirror&op=search&form_build_id=form-zz62mbC8MS9hO2B9efcDPIIHcQ-tVgWM-DHUIhP5I0&form_id=clevelandart_collection_arch_form

presença da figura feminina, de outro a figura masculina, interagindo entre si e jogando xadrez. Novamente aqui, como anteriormente com a comparação das cartas feita ao afresco do Palazzo Borromeo, não podemos dizer que as imagens são idênticas. Elas são trabalhos de artistas diferentes, cujo repertório visual é formado por modelos iconográficos também diferentes. Além disso, a diferenciação entre os materiais, da carta e da caixa de espelho, proporciona também representações diferentes do mesmo tema.

O que tem sido proposto através da pesquisa apresentada aqui é a elucidar a mobilidade das imagens no século XV lombardo, fazendo emergir questões pertinentes à escolha dos objetos e ao modo como a História da Arte os tem abordado. A circulação das imagens é um fator determinante para a construção dos objetos artísticos, não somente nesse período, mas ainda hoje. Abordar essa circulação é promover uma reflexão sobre as imagens e sua percepção no período tardo-medieval, mas também, é propor uma interdisciplinaridade que dê conta de compreender o complexo contexto sociocultural em que as cartas do tarô Visconti-Sforza foram produzidas. Essas imagens estavam presentes no imaginário das personagens envolvidas na criação do tarô. Elas faziam parte do cotidiano dos nobres através de variadas materialidades. Por isso, o

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016*

intuito aqui, ainda que de forma breve, foi tentar indicar por meio da comparação de imagens a existência dessas circulações e seu poder em construir novas imagens à partir de um mesmo repertório iconográfico. O tarô ainda reflete a necessidade de tais modelos na construção da imagem da corte e sua afirmação enquanto autoridade ao passo que representa em símbolos e personagens, importantes agentes sociais que contribuíram com as diretrizes de sua história.

Referências bibliográficas

- ALGERI, Giuliana. “La pittura in Lombardia nel primo Quattrocento”. In: Zeni, Federico. *La pittura in Italia. Il Quattrocento*. Milão, Electa, 1987. Vol 2, parte 1, p. 53-71.
- BELTING, Hans. *Antropologia da Imagem*. Lisboa: KKYM. 2014.
- BRIGGS, Asa e BURKE, Peter. *Uma história social da mídia: de Gutenberg à Internet*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor. 2004.
- BURCKHARDT, Jacob. *A cultura do Renascimento na Itália*. São Paulo, Companhia das Letras. 2009.
- BUZANGA, Stefania. “Note su Filippo Maria Visconti committente d’arte”. In: CENGARLE, Federica; COVINI, Maria Nadia. *Il ducato di Felippo Maria Visconti, 1412-1447*. Economia, política, cultura. Firenze University Press. 2015.
- CASTELFRANCHI VEGAS, Liana e PIGLIONE, Cinzia. Arti minori. *Enciclopedia temática aperta*. Milão, Editoriale Jaca Book. 2000, Vol. 24.
- DUNLOP, Anne. “The Look of Love”. In: BOURDUA, Louise; GIBBS, Robert. *A Wider Trecento. Studies in 13th and 14th-Century European Art*. Leiden/Boston. Brill, 2012, p. 154-165.
- DUMMET, Michael. *The Visconti-Sforza tarot cards*. George Braziller. Nova Iorque. 1986.
- FARLEY, Helen. *Cultural History of tarot: From entertainment to esotericism*. Londres, I. B. Tauris. 2009.
- GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais. Morfologia e história*. São Paulo, Companhia as Letras. 1986.

KROHN, Deborah. "Manuscripts and books and the rituals of love and marriage" In: BAYER, Andrea [ed]. *Art and love in Renaissance Italy*. Catálogo. Nova Iorque, Metropolitan Museum of Art. 2008, p. 60-176.

MALAGUZZI VALERI, Francesco. *Pittori Lombardi*. Milão, L.F. Coglate. 1902.

TATSCH, Flavia. "Gravuras no cotidiano europeu: séculos XV e XVI". In: *Museion*. Nº 15. 2013

TOESCA, Pietro. *La pittura e la miniature nella lombardia*. Milão, Editore libraio della real casa. 1912.

VAN MARLE, Raimond. *The development of the Italian schools of painting*. The Hague. Martinus Nyjhoff. 1926, Vol. 2.

WARBURG, Aby. *O renascimento da antiguidade pagã*. Rio de Janeiro, Contraponto. 2013.

**A humanidade das personagens negras nas aquarelas brasileiras de
Paul Harro-Harring**

Leonardo Campos Gomes
Vitória dos Santos Acerbi¹

Resumo:

Este artigo busca analisar a humanidade das personagens negras retratadas nas aquarelas brasileiras do teuto-dinamarquês Paul Harro-Harring, feitas quando de sua viagem ao Brasil em 1840 no intuito de produzir registros sobre a escravidão no país para o jornal abolicionista inglês *The African Colonizer* – publicação que, por razão desconhecida, foi anunciada mas não ocorreu. A coleção de aquarelas denominada *Tropical Sketches from Brazil*, contudo, sobreviveu, e pertence, desde 1965, ao acervo do Instituto Moreira Salles.

Palavras-Chave: negros; Paul Harro-Harring; artistas-viajantes.

Abstract:

This article aims to analyse the humanity of the black characters in Frisian Paul Harro-Harring's Brazilian watercolours, made when he was in Brazil in 1840 in order to produce records of slavery for the English abolitionist newspaper *The African Colonizer*. Such a publication, for unknown reason, was announced but did not occur. The collection of watercolors called *Tropical Sketches from Brazil*, however, survived, and belongs to the Moreira Salles Institute since 1965.

Key-words: Black characters; Paul Harro-Harring; traveling-artists.

O artista

Debret. Francês. Aluno de David, o expoente do neoclassicismo no país. Membro da missão artística francesa. Professor e mais tarde diretor da Academia Imperial de Belas Artes.

Rugendas. Alemão. Representante da sétima geração de tradicional família de artistas de Augsburgo. Aluno da Academia de Belas Artes de Munique. Contratado pela missão do Barão de Langsdorff para ilustrar o interior do Brasil que percorreram.

Thomas Ender. Austríaco. Formado na Academia de Artes Sant'Anna, na Áustria. Apontado pelo príncipe para integrar a missão científica austro-bávara para conhecer e registrar algo do Brasil, capitaneada por Von Martius. Membro da Academia de Belas

¹ Graduando em História na Universidade Federal de Juiz de Fora

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

Artes de Viena, agraciado com bolsa de estudos em Roma, acompanha e ilustra viagens de nobres austríacos por toda a sua vida.

Dentre eles, um ponto fora da curva. Muito menos um artista-viajante que um artista-revolucionário, Paul Harro-Harring destoa do perfil mais comum daqueles que vieram produzir trabalhos artísticos sobre o Brasil na primeira metade do século XIX. Inclusive, os motivos para tal vinda são distintos daqueles que trouxeram os citados artistas e seus semelhantes para cá. Nascido na Dinamarca em 1798 ou em 1800 – algumas fontes divergem² - filho de um fazendeiro nobre e liberal engajado na política local, Harro-Harring se torna filho único, pelas mortes de seus irmãos, e fica órfão de pai muito cedo. Com a morte de seu pai, os opositores políticos deste conseguem destituir a família de sua tradicional propriedade e Harro e sua mãe são lançados no mundo sem renda alguma ou o anterior lugar social. Essa circunstância lhe reservou a necessidade do trabalho para próprio sustento, e esse trabalho lhe ampliou o universo e colocou em contato com pessoas que fomentaram sua curiosidade e incentivaram sua educação.

Tendo trabalhado por anos, Harro pôde custear seus próprios estudos na Academia de Belas-Artes de Copenhague – projeto que era muito caro ao rapaz que vinha ensaiando desenhos, pinturas e versos desde tenra idade. Em Copenhague, ele fez um círculo constituído de muitos jovens de sua idade, interesses e inclinações, dentre eles Wilhem Bissen, importante escultor de seu tempo. Porém, sua estadia na capital é curta, e de lá ele logo parte a Dresden, onde também se faz aluno da Academia de Belas-Artes e faz alguns conhecimentos que marcarão mais profundamente sua trajetória: o príncipe da Dinamarca, presidente da anterior instituição em que nosso personagem estudava, procura-o e lhe concede seu apoio, financiando seus estudos e suas demais despesas e introduzindo-lhe à corte.

² BARTS, Henry. Harro Haring – the dream and the man. *Frisian roundtable for preservation of the Frisian legacy; by and for Frisians and friends of Friesland*. New York, NY Ketelsen. 1977. vol 1, n 7. pp. 75-77, 83-84, 85-88. Disponível em: <<http://passo-eservense/deptss/archive/pdfs/Frisian%20Roundtable%20%201975%20-%201986.pdf>> Acesso em: 18 mai. 2016

É também em Dresden que ele tem contato com a obra daquele que vem a ser uma das maiores influências de seus trabalhos na terceira arte: Caspar David Friedrich, um dos mais proeminentes pintores do romantismo alemão, foi professor na Academia de Dresden por volta dos anos em que Harro a frequentou (MACEDO, 2012: 42). Em suas pinturas, Friedrich evoca a força da natureza, em seu mais puro estado, e transmite-a quase sempre em tons de azul – coloração que vemos também destacadamente presente nas aquarelas brasileiras de Paul Harro-Harring. Podemos rastrear o uso deste elemento no simbolismo alemão, que levava muito a sério os significados das cores (REYNOLDS, 1986: 64), sofrendo influência da *Doutrina das Cores*, de Goethe. Vejamos o que ele nos diz acerca do azul:

779 Essa cor produz um efeito especial quase indescritível. Como cor, é uma energia, mas está do lado negativo e, na sua mais alta pureza, é por assim dizer um nada estimulante. Ela pode ser vista como uma contradição entre estímulo e repouso. 780 Do mesmo modo que o céu, as montanhas distantes parecem azuis, uma superfície azul também parece recuar diante de nós. [...] 782 O Azul nos dá uma sensação de frio, assim como nos faz lembrar a sombra. Já se sabe como é deduzido do preto. (GOETHE, 1993: 132 apud MACEDO, 2012)

Não nos admira, portanto, que possamos ver tanto azul nas aquarelas de Paul Harro-Harring. Bem como fazia seu mestre, Friedrich, ele traz a cor para afastar a paisagem, torná-la mais gélida e por isso mesmo mais intensa. Não só na natureza, porém, Harro o emprega. Nas personagens humanas presentes nas imagens e em muitas cenas de interior, também, curiosamente, onde não há elemento compositivo nenhum que remeta a um cenário natural, essa aura azulada persiste. Pensamos que esse azul sobre as figuras humanas no interior possa significar justamente, como nos indica Goethe e a pintura romântica alemã, um sentimento de melancolia. Faz-se assim o jogo entre a realidade concreta externa que se vê e a interioridade subjetiva que se expressa, o sentimento veiculado pela cor. Veremos mais adiante que essa é uma marca de nosso artista-revolucionário: Harro não se esconde detrás da pretensão de registro neutro para produzir suas aquarelas. Pelo contrário, ele coloca nelas todo o sentimento que a cena retratada lhe desperta e faz com que elas reflitam suas concepções político-ideológicas.

O revolucionário

Tendo examinado a formação e principal influência de Paul Harro-Harring enquanto artista, partiremos agora para a análise de sua face revolucionária. Pausamos abruptamente a análise desta faceta porque, de fato, na vida dele, ela entra em longo hiato assim também abruptamente. É de suscitar mesmo estranheza que uma carreira tão promissora na seara das belas-artes tenha sido suspensa ainda em sua fase embrionária, a ponto de nem fazer mencionar nos manuais de arte referentes a esse período ou de notáveis ex-alunos das academias dinamarquesas, o nome de Paul Harro Harring. Perguntamo-nos, portanto: o que houve para mudar tão radicalmente o rumo de nosso estudado? A resposta está bem explicitada na cronologia da história ocidental referentes à época pós-Revolução Francesa. O século XIX assistiu, pois, na Europa, a levantes que sacudiram intensamente vários pontos do continente no período. Eram os Estados nacionais que nasciam sobre os resquícios ainda resistentes do absolutismo e expansionismo territorial do *Anciën Regime*. A juventude romântica de então sente seu chamado. E Paul Harro-Harring – que participava dos braços da *Burschenschaft* (corporação estudantil que se organizava em torno de princípios liberais e nacionais) das universidades por onde passou, e cuja família já tinha um histórico de participação política ativa e de cunho liberal/republicano³ – não foi exceção. Movido por tal *ethos*, portanto, Harro-Harring deixa de atender às classes nas Academias de Belas Artes e às cortes e se move ativo pela Europa, continuamente vigiado e engajado em ligas que planejavam a libertação de regiões sob o jugo de monarquias despóticas – ligas cujas ações, em sua maioria, foram sufocadas pelas forças governamentais (HOBSBAWM, 1996: 69). Harro vai à Grécia, onde é ferido em batalha contra o domínio turco-otomano. Mais tarde, juntamente a Garibaldi e Mazzini, participa da invasão da Savóia, uma inicial expressão no nacionalismo italiano. Também com o segundo revolucionário italiano,

³ EVERETT, Alexander H. **Harro Harring - A Biographical Sketch**. In: New York: Henry G. Langley, 8 Astor House *Journals: The United States Democratic Review (1837 - 1859)* Volume 15 Issue 77 (November 1844) pp. 462-475. Disponível em <http://memory.loc.gov:8081/ammem/ndlpcoop/moahtml/title/lists/usde_V15I77.html> Acesso em: 04 jun. 2016

participa da *Jovem Europa*, liga fundada logo após a citada falha invasão, reunindo o espírito das anteriores *Jovem França*, *Jovem Alemanha*, *Jovem Itália*. Como enviado de tal liga encarregado de estabelecer um de seus braços no país – além de como refugiado político que já não era recebido senão pela polícia e o exército em várias localidades do continente, inclusive na sua própria pátria – Harro-Harring se dirige à Inglaterra.

É em Londres que a jornada que traz o nosso estudado ao Brasil tem início: em 1840, ele é convidado pelo periódico abolicionista inglês *The African Colonizer* para passar um tempo na capital do Império do Brasil, o Rio de Janeiro, e observar e registrar a condição dos escravos ali. Essa estadia, que dura três meses apenas, entre maio e agosto de 1840, gera uma série de 24 aquarelas, retratando paisagens cariocas e cenas cotidianas protagonizadas por negros. Embora tenha sido anunciada no referido jornal – ganhado um adiantamento com *A negra acusada de roubo* e os apontamentos do artista sobre ela – esses trabalhos não foram publicados. Inclusive de acordo com o biógrafo de nosso personagem aqui citado, eles constam na verdade de dois volumes manuscritos, ilustrados por trinta desenhos⁴. Não conhecemos o texto desse manuscrito, nem tampouco quais são essas seis imagens ausentes na coleção Moreira Salles e porque não foram incorporadas a ela.

A representação dos negros – as imagens

Pode-se inquirir, dado o título deste trabalho, por que tanto esmero na reconstituição da trajetória do revolucionário Harro-Harring, se o objeto de estudo é seu conjunto de aquarelas brasileiras e a representação das personagens negras nelas. Ora, como já adiantado, uma imagem é um texto do qual emana uma gama vasta de significados e, para decodificá-los e compreendê-los, é preciso não só fazer carinhoso exercício de olhar, mas também rastrear as influências que misturaram-se e culminaram

⁴ EVERETT, Alexander H. **Harro Harring - A Biographical Sketch**. In: New York: Henry G. Langley, 8 Astor House *Journals: The United States Democratic Review (1837 - 1859)* Volume 15, Issue 76 October 1844. Pp. 337-347. Disponível em: <http://memory.loc.gov:8081/ammem/ndlpcoop/oahtml/title/lists/usde_V15I76.html> Acesso em: 04 jun. 2016

na sua feitura, o contexto dessa produção, sua intencionalidade, a bagagem do artista nesse momento. Além disso, no caso particular de Harro, a eloquência de suas crenças é expressa em toda a sua obra, tanto verbal quanto visual, e, portanto, carece entendermos essa expressão convictamente subjetiva para fazermos leitura acertada dos textos e das imagens que ele nos legou.

Como alguém que acreditava no direito de soberania e autodeterminação dos povos, na invalidez de qualquer imposição de um povo sobre o outro, alguém que várias vezes pegou em armas e foi ferido em defesa desse ideal, ele não poderia mesmo aceitar a escravidão. O mal-estar que esta lhe causa, inclusive, está bem registrado na única fatia que temos do texto escrito que acompanharia suas aquarelas no periódico abolicionista que os encomendou.

Essa porção escrita fez dupla à já mencionada imagem *A negra acusada de roubo* (fig. 1), cena presenciada por Harro na qual uma jovem negra cuja alforria havia sido acertada pela protetora mais velha há poucos minutos com o senhor é convocada de volta da rua para dentro da hospedaria porque este, não suportando a liberdade recém-conquistada, reclama que havia sido roubado pela jovem e, portanto, não poderia deixá-la ir. Ela mostra todos os seus pertences, provando sua inocência, provocando acre atmosfera na sala de café, onde os presentes assistiram a tudo atônitos e tensos. Vejamos um pouco do que nos diz Paul Harro-Harring:

A negra mais jovem estava descalça, sinalizando sua condição servil. No mais, mostrava-se bem vestida. **Vale dizer que roupas limpas e asseio pessoal são características dos negros do Brasil.** [...]

O peito ofegante da negra jovem traía sua funda emoção. [...] Quando a escrita terminou, a negra mais velha colocou sobre a mesa um grosso maço de notas, sem dizer nenhuma palavra.

Nesse momento, a jovem soltou um longo suspiro que pareceu fazer estremecer cada parte de seu corpo, embora ela nem saísse do lugar onde se encontrava.

A serenidade e a profunda tranquilidade expressas em seu rosto eram indescritíveis. Seus olhos tornaram-se esgazeados e estava tão absorta no que acontecia ao seu redor, que se mostrou surpreendida com a torrente de lágrimas que a acometeu. [...]

O indiscutível caráter da acusada, que ganhou nossa admiração, obrigou o brasileiro a reconhecer **sua mais completa honestidade.** Achei provável que, neste caso, como em muitos outros que ouvi, o espírito de vingança agiu sobre o homem branco, contra **uma pobre jovem que lhe rejeitara os avanços infames.**

Voltei para o meu ar europeu e a minha solidão, tão logo os negócios que me levaram ao Rio de Janeiro o permitiram, mas ainda refletindo sobre o ocorrido. Tudo era novidade para mim e serviu para revelar-me **alguns**

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.

ISSN: 2317-0468

17 a 21 de outubro de 2016

traços daquela raça oprimida, que me encheram de surpresa e respeito. Não conseguia retomar meus afazeres normais. Era como se a mão de um pintor se visse impedida de trabalhar, em virtude de suas amargas lembranças. O duro destino **do povo negro**, eternamente exposto ao extremo insulto e à baixaza dos brancos, me perseguia, conquanto este mesmo sentimento era aliviado pelo contraste representado pelos **bons e nobres atos daquela irmandade negra.** (FRANCESCHI, 2001: 11-15) (grifos nossos)



Figura 1 - Paul Harro-Harring. *A negra acusada de roubo*. 1840. Nanquim, aquarela e guache sobre papel. 20 x 32 cm. I.M.S. Rio de Janeiro.

Além do desconforto que a escravidão lhe despertava, podemos perceber no trecho os atributos humanos que ele confere às personagens negras da cena quando as descreve. Elas sentem-se *emocionadas*, o que é fruto de uma dimensão avançada de humanidade que é normalmente negada aos negros nesse período. Suas emoções não se resumem a espasmos nervosos e irrupções de ira, como as únicas expressões de espírito que vemos associadas aos negros, mas incluem *serenidade* e *tranquilidade*, emoções delicadas usualmente reservadas à sensibilidade “mais apurada” dos brancos.

Ademais, ele se refere ao *caráter da acusada*, e não à falta dele. Ela é honesta. Ela é também capaz de agir, de fazer escolhas e não está condenada a *sofrer* os acontecimentos que lhe acontecem e o destino decidido a ela por seus senhores – o que podemos verificar no trecho em que nosso observador aventava a hipótese de sua *recusa* aos avanços infames do senhor ser a causa do ressentimento deste e da vingança que ele

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

tenta perpetrar ao acusá-la de roubo. Tal caracterização de personagens negras não pode ser descrita senão como absolutamente extraordinária, ímpar, singular. Para os padrões de 1840, dos relatos de artistas-viajantes europeus de passagem pelo Brasil bem como de demais observadores, a profundidade com a qual ele apresenta os negros é praticamente *sui generis*. Tomemos como exemplo descrições de seus “pares”:

Quem chega convencido de encontrar esta parte do mundo descoberta só desde três séculos, com sua natureza inteiramente rude, violenta e invicta, poder-se-ia julgar, ao menos aqui na capital do Brasil, fora dela; tanto fez a influência da civilização e cultura da velha e educada Europa para remover deste ponto da colônia os característicos da selvajaria americana, e dar-lhe cunho de civilização avançada. [...] O que, entretanto, logo lembra ao viajante que ele se acha num estranho continente do mundo, é sobretudo **a turba variegada de negros e mulatos**, a classe operária com que ele topa por toda a parte, assim que põe o pé em terra. **Esse aspecto foi-nos mais de surpresa do que de agrado. A natureza inferior, bruta, desses homens importunos, seminus, fere a sensibilidade do europeu** que acaba de deixar os costumes delicados e as fórmulas obsequiosas de sua pátria. (grifos nossos) (SPIX & MARTIUS, 1981: 90)

Examinando-se as proporções da cabeça, encontra-se uma face excessivamente desenvolvida em comparação com **o estreitamento do crânio, em geral um nono menor do que o do europeu, diferença que se verifica enchendo-se ambos de um líquido e que explicaria a inferioridade de suas faculdades mentais** reconhecida entre nós. A fisiologia atribui à espessura da medula espinhal do negro sua extrema predisposição para sensações e excitações nervosas, flagelo a mais na sua escravidão." [...]

Em resumo, os sábios naturalistas concordam em que **o negro é uma espécie à parte da raça humana e destinada, por sua apatia, à escravidão**, mesmo em sua pátria.(grifos nossos) (DEBRET, 1982: 530)

É prescindível delongarmo-nos nas caracterizações trazidas acima. Ao negro é rejeitada nelas humanidade plena, como em Harro-Harring. Fisiológica, anatômica, comportamental e espiritualmente, ele é comparado ao branco somente em indiscutível inferioridade. Ele não é dotado de qualidades iguais às do branco. Nosso estudado teuto-dinamarquês, assim, tem mesmo perspectiva diferenciada acerca do negro. Ele os inclui na categoria de *povo*, que nesse tempo não era estendida aos negros, povo que tinha o natural direito de determinar seu próprio destino e de não ter nenhum outro acima de si presumindo-se seu senhor ou dono.

Nas imagens assim como nos textos podemos perceber tais aspectos. Trabalharemos aqui com as aquarelas de Harro-Harring que visualmente produziram sobre nós maior impacto. Para começar, destacaremos imagens que nos trazem o negro livre inserido no cotidiano da cidade (fig. 2 e 3).

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016



Figura 2 - Paul Harro-Harring. *Brasileiro acreditando ter encontrado sua escrava fugida*. 1840. Nanquim, aquarela e guache sobre papel. 32 x 21 cm. I.M.S. Rio de Janeiro

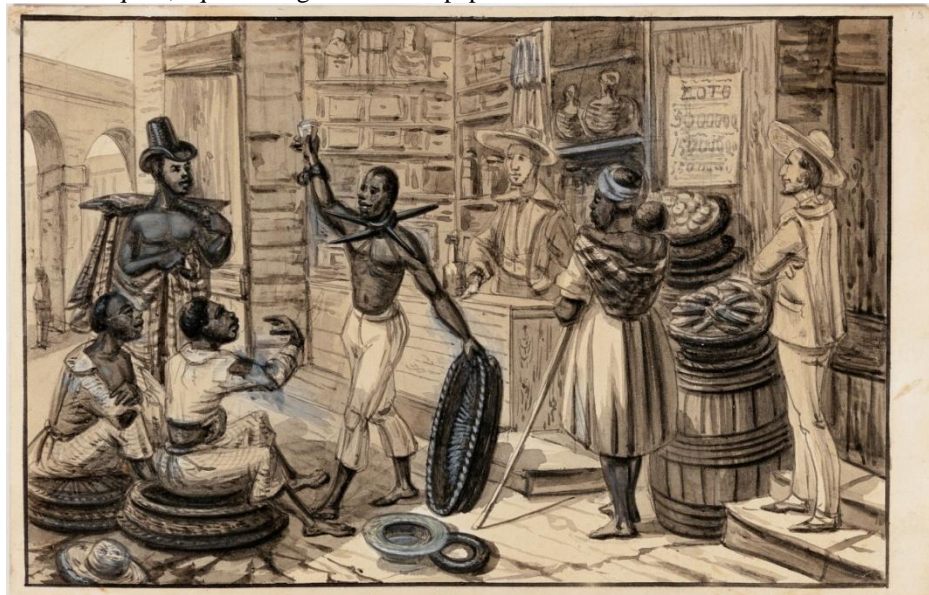


Figura 3 - Paul Harro Harring. *Cena no pé da Colina de Sta. Tereza. Parte do aqueduto de Rio Janeiro. Negro liberto dando de beber aos seus compatriotas escravos*. 1840. I.M.S. Rio de Janeiro.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.

ISSN: 2317-0468

17 a 21 de outubro de 2016

Não nos é difícil atentar para o que há de excepcional nessas representações. Em ambas, vemos negros livres colocados em posição de hombridade, dignidade e autonomia, em oposição ao padrão de subserviência ou malandragem que percebemos nas representações de negros desse período. A primeira imagem nos traz um casal de negros livres tendo seu passeio tranquilo interrompido no momento em que são abordados por um homem branco que aponta para a mulher pensando ser ela sua escrava fugida. O homem negro traça um chapéu e tem uma bengala, signos da indumentária que denotam importância, riqueza, autoridade social, e que são mais comuns acompanhando representações de dândis e homens elegantes do século XIX do que escravos forros. Sua postura altiva, seu olhar nivelado ao do homem branco, sua altura parelha à dele e sua expressão de inabalável serenidade mostram como ele em nada se intimida pela presença e acusação do outro.

A mulher, por seu turno, embora tenha postura e traje elegante, tem a fisionomia assustada, surpreendida desagradavelmente, bem como as mãos tocando o par como quem pede proteção e ao mesmo tempo implora que tenha calma. Digna de nota também é a disposição geral da cena, os olhares de todos os demais presentes que convergem para os três personagens envolvidos no momento de tensão, espiando e esperando retesados e curiosos seu desenrolar, e a centralidade do casal negro livre da imagem e de suas figuras alongadas e, principalmente a masculina, transmitindo firmeza e assertividade.

A segunda imagem, por sua vez, traz episódio similarmente inusitado. No que parece ser uma pequena venda às margens da rua, vemos um homem negro em postura alterosa e expansiva segurando um copo na mão elevada, parecendo dar vivas a aquele à sua direita, vestido com todos os paramentos da fidalguia e, como nos norteia o título, dando de beber aos seus compatriotas escravos. Aqui também, é o negro que rouba a cena, é ele a personagem ao qual nosso olhar direciona-se de imediato e o qual todos os demais personagens observam.

Em ambas as imagens, o negro liberto ocupa um lugar na cena retratada de centralidade em relação ao branco, que ocupa as margens da construção imagética. Além disso, o negro liberto está engajado em ocupações socialmente reservadas às pessoas brancas, à melhor sociedade: eles estão se *divertindo*, bebendo e prosiando em um armazém, passeando despreocupadamente em ambiente elegante. A decisão de Harro de

retratá-los em tais situações – excluindo de todo o mundo do trabalho, no qual o negro tendia a permanecer, na realidade e nas representações, mesmo depois de liberto – é, no mínimo, rara e audaz.

Tomemos uma imagem similar em temática e espaço para termos melhor parâmetro:



Figura 4 - J.B. Debret. *Negras livres, uma quitandeira e as outras operárias nos magazins franceses*. 1827. Aquarela sobre papel, 16 x 21,8 cm. Museu Castro Maya, Rio de Janeiro.

Negros livres na cidade do Rio de Janeiro representados pelos olhares estrangeiros: é esse o tema básico das imagens que as une e nos permite compará-las. Contudo, muito mais diferentes que semelhantes elas se mostram a zeloso olhar. Na obra de Paul Harro-Harring, o protagonismo das personagens negras em cenas que incluem personagens brancas e se passam em espaço usualmente privativo destas. Em Debret, mulheres negras libertas, caracterizadas com apuro em orgulhosos e destacados sapatos e vestidos de senhoras, brincos e xales e capas, mas ainda ocupando um espaço predominado pela população escrava negra e engajada na ocupação costumeira e “natural” deles: o trabalho. No centro da imagem, duas mulheres conversam e uma delas carrega algo na cabeça: mesmo sendo livre, ela não se difere senão no trajar do homem atrás dela que parece ser seu escravo e também traz frutas numa larga cesta equilibrada na cabeça. Não há aqui inversão de posição senhoril-servil, nem o deslocamento das personagens negras para um enredor que não associamos inicialmente a elas. O

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

protagonismo negro aqui reveste-se ainda do manto do trabalho que, pensava-se, era melhor vestido pelo negro do que pelo branco, e toma lugar em uma comunidade marcadamente negra.

Passando adiante, volvemos nosso exame a uma imagem que muito nos intrigou:

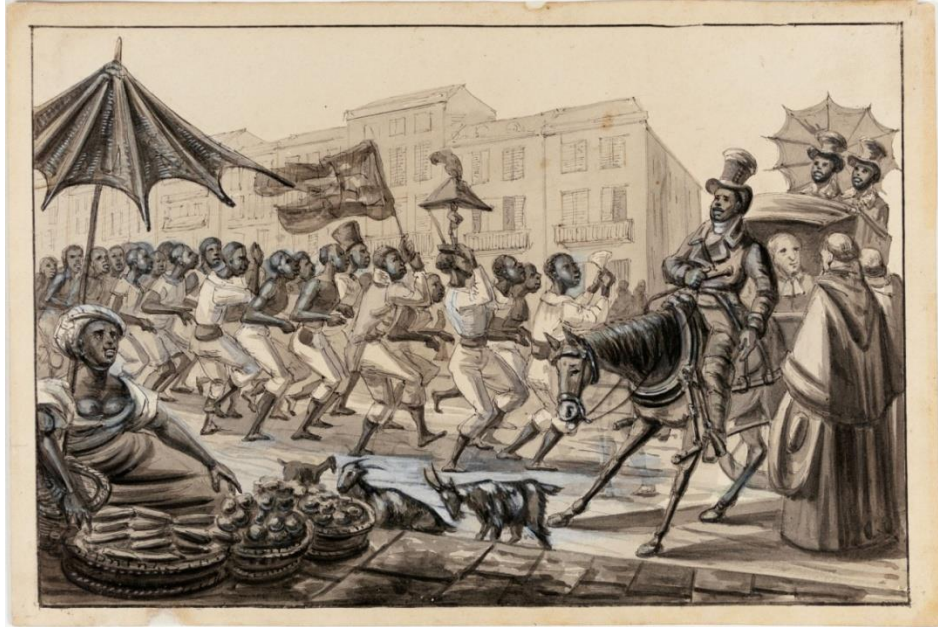


Figura 5 - Paul Harro Harring. *Negros carregadores de café indo receber o pagamento de seu dia. Negra vendendo bananas e laranjas. Eclesiástico em cabriolé se entretendo com dois irmãos de Santo Antônio.* 1840. I.M.S. Rio de Janeiro.

Caso seja olhada a aquarela antes de conhecida sua legenda, muito provavelmente o observador terá a sensação de que está diante de uma cena de manifestação, revolta ou motim. A comitiva negra está coesa e unida, marcha para frente decidida e cheia de força. A cena tem movimento e vibração. No entanto, alguns senões fazem esmaecer essa possibilidade de leitura amotinada, a começar pelo título da ilustração. A tranquilidade da negra no primeiro plano sentada na calçada a vender suas frutas e a passagem corriqueira de um eclesiástico com seu cocheiro e escravos também suavizam a sugestão de uma manifestação negra.

Além disso, alguns elementos presentes na imagem, tais quais a bandeira que tremula ao centro próxima a um objeto que parece uma imagem de santo, nos levam a pensar que o título possa ser descabido e a aquarela retratar, na verdade, uma procissão festiva, um cortejo religioso – o que não era incomum realização pelas irmandades negras. De todo modo, seja ela uma procissão ou uma comitiva de negros indo receber seu

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

pagamento, não se pode discutir quão notável é a construção da imagem, que retrata pessoas negras juntas num único propósito, em organizada coletividade, com grande atitude, consciência de si mesmos e confiança.

Por último, nos voltaremos a uma das aquarelas de Harro que retratam momento algo conhecido da trajetória dos escravos ao Brasil: a viagem até aqui, a chegada dos barcos à costa:



Figura 6 - Paul Harro Haring. *Viagem na água da Baía de Rio de Janeiro. Um escravo negro do Congo contando sua história. Escravagista recém-chegado da África.* 1840. I.M.S Rio de Janeiro

Mais uma vez, Harro produz imagem em pujante oposição àquelas mais comumente feitas no tocante a esse tema. Em conhecido fundo da baía do Rio de Janeiro, preenchido por navios recortando-se ao longe junto ao relevo carioca, temos um barco em primeiro plano saculejando com as ondas do mar. Este barco tem quatro ocupantes humanos: dois brancos – um dos quais se infere que é o próprio Paul Harro-Haring, pela presença do cachorro Fingal que identifica sua real presença nas cenas (FRANCESCHI, 2001: 30) – e dois negros, um sentado a ouvir o outro de pé, com chapéu na cabeça, braço estendido e postura altiva, contando sua história. Não só toda a estrutura compositiva da imagem coloca esse personagem no centro da imagem, com os personagens brancos abaixo dele, olhando-o e ouvindo-o, como ele está *contando sua história*. Por mais banal

que isso nos pareça, uma pessoa contando uma história, ação realizada por homens em grupo desde tempos imemoriais, essa imagem tal qual a vemos não o é.

Como já discutimos, o pensamento predominante do século em que pinta Harro não admitia ao negro uma humanidade equivalente a do branco. Aquele estaria em naturalmente inferior condição, porque ocupava um degrau muito atrasado na escala evolutiva da história universal, degrau este que a “civilização branca” já havia deixado há séculos. Assim, o negro não teria religião, deus, consciência de si mesmo ou história (HEGEL, 1946: 183-203). Teria somente o mito, o misticismo, o fetiche, uma consciência deturpada e animalesca de sua existência. Harro-Harring, portanto, vai de encontro a tal concepção fazendo afirmação chocante com sua aquarela: sim, o negro tem história, tem consciência dela e poder de contá-la – inclusive a ponto de fazer homens brancos pararem para ouvi-la.

Por fim, trazemos novamente uma representação com parentesco temático às duas últimas aquarelas de Paul Harro-Harring analisadas a fim de verificar, com a comparação, sua singularidade.



Figura 7 - Johann Moritz Rugendas. *Desembarque de negros no porto do rio de Janeiro*. 1833.

Este trabalho de Rugendas está em maior conformidade com o que se espera de uma representação da chegada de escravos ao Rio de Janeiro no século XIX: os negros são parte da cena, não o maior foco dela. Eles compõem a imagem, juntamente aos comerciantes brancos nas balsas, aos militares e alfandegários que vigiam e registram a entrada da mão-de-obra. Não há protagonismo negro, nem sequer um destaque deles na

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

construção imagética. Pelo contrário: podemos ver uma estrutura piramidal na obra, conduzindo nosso olhar até a mais elevada posição dos homens brancos que fazem a gestão do desembarque. Tal pirâmide parte, de um lado, do escravo de gorro cor-de-rosa mais á direita na ponta do barco e, do outro, dos comerciantes no barco à esquerda, passando pela corda que segura o barco ao cais.

Principalmente, pode-se dizer, há uma inversão da relação sujeito-objeto dos negros no que tange às ações realizadas, se comparada esta imagem àquelas de Harro-Harring. Pois, em nosso artista-revolucionário dinamarquês, os negros são sujeitos. Estão realizando uma ação, contando histórias, mirando o seu entorno. Em Rugendas, os negros estão sofrendo uma ação: *estão sendo desembarcados*. Como mercadorias, os escravos tomam a direção dada a eles por seus condutores, o que está mais alinhado com a mentalidade do século de sua humanidade debilitada e seu estatuto de escravos.

Conclusão

Sendo assim, só nos resta terminar explicitando o que chega à vista, através de imagens e palavras: Paul Harro-Harring, um ilustre teuto-dinamarquês obscurecido, deixou-nos trabalhos artísticos ímpares da realidade brasileira do século XIX. A sua ótica política transpôs-se da realidade dos domínios e conflitos entre povos europeus para os domínios e conflitos entre senhores e escravos nas terras tropicais. A sua militância fez parte de suas aquarelas tanto quanto sua formação artística.

REFERÊNCIAS:

DEBRET, Jean Baptiste. **Viagem pitoresca e histórica ao Brasil**. São Paulo: Círculo do Livro, 1982. 2 v.

FRANCESCHI, Fernando de. **Paul Harro-Harring: Esboços tropicais do Brasil**. São Paulo: IMS, 2001.

GOETHE, Johann Wolfgang von. **Doutrina das Cores**. São Paulo: Nova Alexandria, 1993.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Lecciones sobre la filosofia de la historia universal**. 3. ed. Buenos Aires: Revista de Occidente, 1946.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

HOBBSAWM, Eric John Ernest. **A era das revoluções**. 9. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MACEDO, Rafael Gonzaga de. Usos e funções da imagem: as aquarelas brasileiras de Paul Harro-Harring. **Revista Eletrônica Cadernos de História**, Ouro Preto, v. 9, n. 1, p.40-65, abr. 2012.

REYNOLDS, Donald. **História da Arte da Universidade de Cambridge**: a arte do século XIX. Rio de Janeiro: Círculo do Livro, 1986.

SPIX, Johann Baptiste von; MARTIUS, Carl Friedich Phillipp Von. **Viagem pelo Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1981.

A impossibilidade cronológica da escultura contemporânea – uma abordagem pós-histórica

Henrique Grimaldi Figueredo¹

Resumo:

O suporte escultórico vem sofrendo, principalmente nas últimas décadas, uma intensa remodelação material e conceitual, vistas como reminiscências de sua longa trajetória moderna. A partir da década de 1960 ocorre um esgotamento ideológico do formato de pensamento modernista diante dos questionamentos filosóficos e estéticos, apontando para o nascimento de uma nova arte. A crise do modernismo culmina com a gênese de um novo modelo de pensamento, pós-moderno, e simultaneamente com a inserção de novas investigações de cunho pós-estético e pós-histórico. A escultura contemporânea não comporta-se mais como fato histórico e estético.

Palavras-chave: Escultura contemporânea. Pós-história. Pós-estética.

Abstract:

The sculpture has suffered, especially in recent decades, an intense material and conceptual remodeling, seen as reminiscences of its long modern history. From the 1960s there was an ideological exhaustion of modernist thinking on the philosophical and aesthetic questions, pointing to the birth of a new art. The crisis of modernism led to the genesis of a new model of thought, postmodern, and simultaneously with the insertion of new investigations post-aesthetic and post-historical nature. The contemporary sculpture not behave more like historical and aesthetic facts.

Keywords: Contemporary sculpture. Post-history. Post-aesthetic.

Introdução

A escultura contemporânea – principalmente a produzida nas últimas três décadas e em vigorosa circulação nos meios reconhecidos – apresenta alguns pontos sintomáticos que em certos momentos tornam-se obscuros e de difícil reflexão. Seu espraiamento conceitual, abarcando as mais diversas abordagens, atua em um reposicionamento complexo do suporte, que reivindica à escultura uma auto existência, deslocando-a das considerações tradicionais ao campo artístico para inseri-la em uma lógica própria.

A produção escultórica na contemporaneidade cria e executa suas próprias leis em um espasmo voluntário de confronto e ressignificação. Ao existir dentro de um universo específico e em vigente formação garante possibilidades quase infinitas de

¹ Arquiteto e Urbanista pelo CES/JF – PUC MINAS, atua como curador independente e designer de exposições, com projetos assinados em Juiz de Fora, Rio de Janeiro, Buenos Aires e Roma.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

comunicação e fruição. Contudo, tal ganho conceitual – que se desdobra em sua expressão quanto ideia ou matéria – apenas se viabilizou devido a um longo e tortuoso processo de experimentação e libertação dos cânones teóricos já reconhecidos.

Durante a década de 1960, os intuitivos e anti-intelectuais processos de criação artística começam a ceder espaço a uma arte ultraconceitual que centra-se quase que exclusivamente no processo de pensamento. A transferência da produção do objeto de arte para um artífice profissional reitera a presença do objeto como mero produto final e reconhece a ideia conceptiva da arte como ponto crucial da operação artística. Tal fenômeno além de reposicionar o espaço do ateliê – até então ligado ao processo construtivo da obra de arte e agora transformado em ambiente de estudo – aponta para um vigoroso momento de desmaterialização do objeto e em alguns casos para sua obsolescência (LIPPARD, CHANDLER, 2013).

A introdução do questionamento mais visceral da sacralidade do objeto de arte data das experimentações estéticas da Por-Art americana: foi Warhol o responsável por ratificar a sublimação do toque do artista, afastando o objeto de sua função estética de contribuição do artista à uma cultura visual. Esta execução que pretende-se uma não-execução bebe imperativamente de um reposicionamento duchampiano de arte, e no caso específico de Warhol, até mesmo de um polimento objetual brancusiano, em que o item de arte, mesmo que tenha contado com a intervenção manufaturada do artista é radicalmente limpo de qualquer traço visível de sua contribuição, fornecendo à cultura um objeto que parece auto-executado, uma experiência que aparentemente satisfaz-se em si e não necessita de mediações, um fazer-se que se encerra de forma hermética em sua própria execução.

Ao pontuar sobre as transformações reativas impetradas pelas experimentações da cultura visual de massa na produção Pop, Argan indica que,

A Pop-Art, em suma, assinala o ponto de chegada do processo de degradação e dissolução do objeto enquanto termo individualizado num dualismo cognitivo, em que o outro termo é o sujeito, a pessoa; (...) Visto que o objeto é sempre um “distinto” no contexto real, a regressão do objeto a coisa comporta uma condição de indistinção e, portanto, a regressão da noção distinta de espaço à noção indistinta de ambiente (ARGAN, 1992: 579).

Assim, a crise do objeto coincide com o encerramento do ciclo histórico da arte em que a ideia de que o item constitua um valor é superada, Era de certo modo inevitável que a arte como criadora de objetos-valor findasse simultaneamente ao momento em que a sociedade deixava de identificar o valor no objeto individualizante, substituindo-o rapidamente pelo produto padronizado, industrial, alienante.

Será o crítico e teórico de arte norte-americano Arthur Danto (e posteriormente Belting, ao revisar sua teoria), a identificar neste período a morte da arte como a decadência consumada de um conjunto de técnicas artesanais, não mais coordenadas com o sistema de produção industrial, e a inserção de um vazio cultural transdisciplinar. A arte supera suas tentativas de enquadramento como ciência – vide as investidas neoimpressionistas de Seurat e Signac de circunscrever a arte sob as leis óticas da visão – para postular-se como anticiência, uma antiestética, uma arte anti-artística que expressa-se tediosamente diante da estética como conhecida (DANTO, 2006; BELTING, 2012).

O fim de um esquema sintético-estético, isto é, de caminhos conhecidos perscrutáveis indiciam o meio artístico a uma evidente e necessária reformulação, buscando não mais dentro de uma história hermética os motivos de reinvenção, mas pinçando de todos os meios, de todas as poéticas, os elementos motivadores de sua pesquisa. Para Lippard,

Se o trabalho de arte completamente conceitual, no qual o objeto é apenas um epílogo para o conceito plenamente desenvolvido, parece excluir o *objet d'art*, o mesmo ocorre com a força primitivizadora de identificação sensual e envolvimento em um trabalho tão expandido, que é inseparável de seus contextos não artísticos (LIPPARD, CHANDLER, 2013: 152).

Deste modo, uma arte ultraconceitual expressa como arte rejeitiva – no sentido de negação de arte como pura experiência plástica, e que se exaure em sua própria procura – desconcerta profundamente porque não há o suficiente para ser visto, e quando há, existe o risco de um trabalho ainda em descoberta, um trabalho em plena execução. *One and Three Chairs* (1965) de Joseph Kosuth representa bem este interlúdio entre o fim do modernismo e a inauguração de uma lógica pós-moderna. Para Kosuth, a única coisa que o artista pode fazer é refletir sobre o conceito de arte, uma vez que a linguagem já não é o fator unificante utilizado por todas as disciplinas, assim, a arte se auto-analisa e se enuncia com seus próprios meios e não os da linguagem.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

Para Archer, ao pensar sobre o jogo intrínseco entre ideia, realidade e representação de Kosuth neste trabalho (que traz uma cadeira de madeira – empréstimo tangenciador do ready-made duchampiano – uma fotografia em preto e branco da cadeira e a definição dicionarizada da palavra cadeira), afirma que

Usualmente os dois elementos fixados na parede seriam vistos como fatos secundários, apoiando e descrevendo o objeto principal, a cadeira. O que a peça pergunta, no entanto, é se podemos nos dar por satisfeitos com isso, ou se, de fato, a fotografia e o texto fotocopiado não existem, como cadeiras (ARCHER, 2001: 82)

A dilatação das investigações artísticas e a corrente sublimação dos suportes como usualmente conhecidos se torna algo banalizado no universo da arte a partir de tais experimentações. A exigência de uma arte que se basta como existência, indiferente a uma expressão material e que independe de meios externos para se analisar, ratifica como apontado por Oliva (OLIVA, 1982: 27) a inexistência de uma “história da arte linear”, em detrimento de uma multiplicidade de atitudes e abordagens que exigem nossa atenção. Diferente do tradicional desenvolvimento cronológico da arte vivenciado até então, em vez de desenvolver um estilo atual avançando o período anterior, a “transvanguarda” – como chamada por Oliva – podia citar o que desejasse.

Nesse ínterim, esta pesquisa propõe a partir de uma revisão bibliográfica e uma reflexão analítica e crítica demonstrar os caminhos percorridos pela arte contemporânea, tendo como foco o suporte escultórico, na introdução de um novo formato estético que é simultaneamente pós-moderno e pós-histórico em sua expressão plástica e funcionamento interno, respectivamente. Ao longo do texto exemplos de trabalhos que realizam um esforço pela desconstrução deste caráter cronológico, apontando para uma atualização reflexiva e crítica da escultura, serão citados como exemplos comprobatórios demonstrando a pertinência e atualidade desta investigação. Uma ponderação que nos permitirá visualizar as alterações da escultura contemporânea como uma necessidade particular de atualização da própria cultura.

Mutações e Absorções da escultura moderna

Até o início dos anos 1960 era possível pensar nas obras de arte como pertencentes a duas grandes categorias: pintura e escultura. Entretanto, as colagens cubistas, as experimentações performáticas do futurismo italiano e os eventos dadaístas já haviam começado a desafiar este duopólio, aparentemente congelado em si, mas que demonstrava sinais de esfacelamento. É importante salientar que a prática escultórica moderna iniciada ainda no final do século XIX desafia a lógica associativa que tornava a escultura indissociável da lógica do monumento.

Logo, anteriormente aos questionamentos modernos, a escultura costurava-se à sua composição memorial ao ser separada do espaço expositivo pelo pedestal e definindo a partir de sua temática e técnicas classicizantes uma existência de caráter monumental, contemplativa e afastada do observador por registrar-se mnemonicamente. Uma lembrança fria, encarcerada em sua própria narrativa, assumindo ora função moral ora função didática. O rompimento categórico com o *situ* de instalação talvez tenha sido a primeira possibilidade libertária da escultura proto-moderna e pode ser vislumbrada na obra final do francês Auguste Rodin com suas grandes estruturas que, apesar de serem criadas para atender a demanda de um local específico, adquirem ao longo de sua execução, caráter tão significativo e de tal poder comunicacional e reflexivo que adquirem função própria e não mais ornamental. É o caso de sua *Porta do Inferno*, executada entre 1880 e 1917, trazendo narrativas tão suficientes que, figuras de sua composição são reproduzidas de forma independente, assumindo narrações figuradas por si (KRAUSS, 1984).

Ao fetichizar a base, a escultura absorve o pedestal para si, retirando-o de seu lugar, e ao representar de forma crua seus materiais e seus processos de construção, assume sua autonomia. Não mais encontra-se separada do público, assume em certo grau uma consciência – ainda em sua condição de objeto – de um limiar tênue entre repouso e movimento. O objeto isolado que antes ocupava um ponto central de destaque na sala expositiva, vai lentamente pulverizando-se e apropriando-se parcialmente ou integralmente do espaço, e permitindo assim uma compreensão mais elástica das propriedades internas do suporte (KRAUSS, 2007).

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

Um dos primeiros esforços relevantes de atualização da escultura, o *Merzbau*² de Kurt Schwitters surge extremamente relevante neste processo ao tensionar a ideia do acúmulo e do deslocamento de objetos úteis de seu contexto real para uma situação artificial, ensaiada. Tal concepção será retomada posteriormente pelo primeiro Rauschenberg e também de forma mais integral pelo trabalho *O Armazém (1961)* de Claes Oldenburg. Nestas situações, ensaios poéticos do que viria a ser a arte de instalação, constata-se mais um processo inicial de esgotamento da pintura do que uma proposta realmente nova da prática escultórica, sendo contudo extremamente significativas para um reposicionamento do objeto de arte (ARCHER, 2001).

Do impressionismo iniciado ainda no final do século XIX na França, passando pela pesquisa da estrutura funcional do quadro no cubismo, as investigações cromáticas de Matisse, o neoplasticismo ortogonal de Piet Mondrian, até o expressionismo abstrato das *action paintings* americanas, a pintura experimenta profundas transformações, uma realização crítica e reflexiva das qualidades essenciais ao suporte. Assume na abstração um domínio de sua qualidade estética, afastando-se de uma realidade comprometida e firmando-se como a auto-realização do modernismo. Assim, após alcançar uma realização de suas qualidades primordiais o que lhe resta é estender-se para a terceira dimensão, algo até então encarado como propriedade exclusiva da escultura (ARGAN, 1992).

Datam deste período as esculturas abstratas de Anthony Caro que, apesar de não abandonar um figurativismo parcialmente anacrônico, o tensiona até sua total transformação em um elemento meramente alusivo. Sua produção compartilha com a arte minimalista, contemporânea à ela, o ato de apoiar-se diretamente sobre o piso resignificando o ato frutivo. A produção escultural minimalista pode ser, deste modo, compreendida pelo menos parcialmente, como uma continuação da pintura em outros meios.

O efusivo processo de espraiamento da atividade escultórica em fins dos anos 1960 e início dos anos 1970 caminha paralelamente à evolução da fenomenologia dentro das poéticas filosóficas, contribuindo através de uma apreensão espacial, deslocada da

² O Merzbau constitui um projeto contínuo do artista alemão Kurt Schwitters, um misto entre escultura e instalação – antes mesmo do termo ser aplicado – e caracterizava-se por um processo compositivo-acumulativo experimentado no celeiro da casa de seus pais em Hanover, entre 1923 e 1936

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

metafísica (espaço-revelação), com o novo formato compositivo da arte minimalista. Em sua fenomenologia da percepção, Merlau-Ponty reivindica o espaço não como cenário (real ou lógico) em que as coisas são dispostas, mas o meio possibilitador da posição das coisas: é esta revisão do conceito filosófico do espaço que fornece os subsídios conceituais para as esculturas caminháveis de Carl André (MERLEAU-PONTY, 2011).

O minimalismo como prática artística buscou um esvaziamento de todas as suas funções metafóricas, daí o infindável número de obras “Sem título” – uma vez que ao nomear algo, este algo submete-se a um valor pré-julgado, é o afastamento das poéticas literárias de Mallarmé em que a palavra só é válida quando geradora de imagem – e o uso real da cor nos objetos fundidos (como em Doandl Judd e Sol Le Witt), isto é, os objetos artísticos não são pintados depois de finalizados, sua variação cromática encontra-se integrada à matéria, por isso o caráter de prática pictórica associa-se confortavelmente a escultura minimal.

Os esforços do mercado em integrar este novo formato escultórico nos eixos de comercialização artística dá-se de forma harmoniosa, abarcando toda uma construção crítica e curatorial que facilita a absorção da escultura minimalista – mesmo sendo esta crítica ao sistema – à imperatividade capitalista. Contudo, a insatisfação diante dos espasmos mercadológicos que insistem em atribuir valor a toda ação estética artística culmina com experiências ainda mais extremas, expressando uma visível vontade dos artistas de significarem seus trabalhos além de suas cifras capitais. Em Michelangelo Pistoletto e Jannis Kouellis – representantes da Arte Povera italiana – vê-se um bruto processo de contestação, para eles, “não se deve fazer a obra de arte porque a obra de arte é objeto; numa sociedade neocapitalista o objeto é mercadoria, a mercadoria é riqueza, e riqueza é poder” (ARGAN, 1992: 584).

Superado integralmente a concepção do objeto de arte como necessidade de objeção à equação “artista-marchand-galeria-museu” e valendo-se dos desejos de se explorar a verdade física dos materiais, como já visto em André, os artistas voltam-se para ambientes que demandam uma interpretação, um esforço aplicativo. Contudo, como o ambiente constituído em objeto logo passa a ser mercantilizado, alguns artistas iniciam suas operações diretamente sobre a paisagem, iniciando a corrente estética da *Land Art*.

A *Land Art* foi, em certo grau, a primeira corrente artística a implementar ações tão grandiosas em sua fuga eminente da inserção de valor e juízo financeiro sobre a obra de arte, inaugurando a era dos projetos passíveis de uma libertação total do sistema matemático das artes, incontidas pelas paredes das galerias e museus. As *Wrapped Structures* da dupla Christo e Jeanne-Claude, os grandes movimentos de terra empregados por Michael Haizer, as mega esculturas de Robert Smithson (lembrando aqui de sua *Spiral Jetty* de 1970) e as drásticas transformações ambientais de Walter de Maria como em seu polêmico *Lightning Field* (1977), contribuía grandiosamente para a posterior evolução e ratificação do valor artístico das esculturas públicas, lançando uma real atenção também para as possibilidades de obras espacialmente complexas, passíveis de englobarem seus observadores em seu processo frutivo (ARCHER, 2001).

Assim, lentamente a escultura vai galgando dentro dos movimentos modernos liberdades e coexistências anteriormente impensáveis: da escultura contemplativa fixa ao pedestal até as interpretações ambientais da *Land Art*, uma rota tortuosa e repleta de reentrâncias foi percorrida, garantindo, a cada passo caminhado, novas possibilidades interpretativas e comunicacionais à escultura. Da cultura Pop e do movimento Dada provêm a concepção do apagamento da mão do artista; do conceitualismo, a possibilidade de sua prática quanto ideia pura e potente; do minimalismo, o seu funcionamento como campo pictórico expandido; do Novo Realismo francês, os complexos processos de acumulação e justaposição; da Arte Povera, o seu fazer como expressão contra-cultural; da *Land Art*, seu funcionamento duplo negativo (uma não-paisagem e uma não arquitetura): o que deseja-se pontuar aqui é exatamente o fato de que um esgotamento experimental do suporte - que do final do século XIX até a década de 1970, sai de um ponto opaco e enrijecido da apreensão de escultura classicizante para sua quase completa desapareção - parecia iminente.

Fagocitoses múltiplas: a escultura não-cronológica da pós-história

A escultura em fins dos anos 1970 e início da década de 1980 encontra-se distendida de tal maneira que há, neste período de transição, um revival da prática manufaturada da pintura – principalmente a de grande formato – como escape messiânico

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

da prática artística. Esse retorno à necessidade de uma manufatura direta da arte advém da tensão ideológica de um sofrimento inventivo, uma tentativa de autenticidade da arte em uma era em que tudo parecia já ter sido realizado, concluído. A arte, e principalmente a escultura, só atinge um real valor estético nesta transição quando o impulso criacional do modernismo vai sendo substituído pela aceitação de um programa pós-moderno, uma cultura não mais de invenção mas sim de citação.

Para Archer, a arte só volta a florescer de forma autêntica neste período quando aceita sua não autenticidade, isto é, não há mais a ideia de originalidade, “tudo já havia sido feito; o que nos restava era juntar fragmentos, combiná-los e recombiná-los de maneiras significativas. A cultura pós-moderna era de citações, vendo o mundo como um simulacro” (ARCHER, 2001: 156).

A inserção quase cirúrgica de um formato de pensamento pós-moderno ratifica a ideia de liquefação cultural de Bauman, uma vez que, o humano desaprende a se comportar de maneira linearmente cronológica, adaptando-se qual como o líquido, as mais diversas situações. É a ideia de um *INTERREGNO*, em que a antiga maneira de agir não funciona mais, e novos modelos de agir ainda não foram inventados (BAUMAN, 2000).

A cultura adaptativa da realidade líquida redefine a prática artística ao libertá-la de uma obrigação ético-moral de revisitação histórica, a arte pós-moderna existe em si, revisita, critica, e interpõe o passado, mas sem qualquer subjugação teórica diante de seus efeitos. Correspondem assim a um conjunto de tendências, de pensamentos expressos materialmente em arte, sem conexões evidentemente visíveis e fechadas: o pluralismo do pós-modernismo proibia algo corrente como um movimento. Esta transitoriedade significativa da produção pós-moderna encontra-se subsidiada em uma reflexão pós-existencialista, uma reencarnação da ideologia artística como prática do eu, e portanto, intercambiável e mutável. Assim,

Se a vida pré-moderna era uma encenação diária da infinita duração de todas as coisas, exceto a vida mortal, a vida líquido-moderna é uma encenação diária da transitoriedade universal. O que os cidadãos do mundo líquido-moderno logo descobrem é que nada nesse mundo se destina a durar, que dirá para sempre... Tudo que nasce ou é feito, humano ou não, é dispensável até segunda ordem (BAUMAN, 2013: 22).

Ao fenômeno da liquefação moderna da comunidade expressa como prática sócio-cultural, surgem paralelamente dois outros significativos fatores intrinsecamente ligados ao exercício escultórico contemporâneo. Primeiramente o empreendimento quase contínuo de dilatação do suporte escultórico, reverberando na elaboração de esculturas cada vez mais incontidas, mais apropriadoras do espaço. Para Flüsser, este fenômeno decorre de uma reconfiguração da compreensão humana de história: o *télos* expresso como o ponto ou estado para o qual se move a realidade, objetivamente almejando uma narração, é substituído por um funcionamento não-linear, operando metaforicamente como uma teia (*web*) em que diferentes realidades e contextos interligam-se como subconjuntos de um conjunto maior, integrador. Esta sublimação do caráter telológico do tempo, rompido como linearidade lógica está diretamente interligado a cultura pós-moderna da citação, da não necessidade de se continuar uma narrativa histórica e torna-se imperativa na arte a partir da década de 1980 (FLÜSSER, 2011).

Logo, a incapacidade cronológica da escultura contemporânea dá-se principalmente pelo fato desta não desenhar-se como resposta estética/crítica aos movimentos anteriores; uma vez rompido o laço temporal passa a operar em uma concepção mais complexa, pós-histórica. Deste modo, ao aglutinar conceitos sem efetivamente contestá-los ou negá-los, a escultura contemporânea torna-se mais acumulativa do que reativa, e ao operar fora dos padrões reconhecíveis torna-se histórica e esteticamente inclassificável.

Desta reconfiguração como fato histórico provém o segundo fenômeno: a operação escultórica como fato pós-estético. Lippard e Chandler ao revisitar os escritos do cubista norte-americano Joseph Schillinger, identificam esta nova arte que começa a se desenhar na década de 1960 mas que matura-se apenas em meados de 1980, como uma expressão pós-estética. Ao opor-se como fato histórico, a escultura contemporânea não pode mais ser analisada segundo uma realidade centrada em princípios tradicionais estéticos, nela, até a retórica do gosto kantiano é inoperável em certos pontos, é a escultura que será caracterizada pela “fusão das formas artísticas e materiais e, finalmente, uma desintegração da arte, a abstração e a liberdade da ideia” (LIPPARD, CHANDLER, 2013: 153).

A escultura contemporânea como tem sido exercida nega-se como referencial histórico para existir quanto obra hermética, enclausurada dentro de sua própria operação estética (lê-se aqui, pós-estética); uma obra que distancia-se, pelo menos até o momento, de uma historiografia da arte, como usualmente é exercida, circunscrevendo-se como pura teoria. Assim, ao considerarmos a expansão irremediável da escultura para inúmeros campos disciplinares, torna-se mais seguro estudá-la a partir da construção de seus eixos temáticos comuns, garantindo um afastamento histórico necessário que futuramente pode desdobrar-se em uma classificação mais palatável e compreensiva, o que no presente momento é algo arriscado ou ingênuo a se fazer. A tese da escultura contemporânea como expressão estruturalmente e funcionalmente temática é encontrada nas reflexões da pesquisadora Anna Moszynska.

Ao buscar uma apreensão mais dinâmica do funcionamento escultural na atualidade, Moszynska depara-se com algumas situações características que numericamente evocam uma tendência comum. Obviamente a classificação da escultura contemporânea quanto aos seus eixos temáticos é algo complexo a se realizar, primeiramente devido a uma produção extensa e parcamente mapeada, mas também pela possibilidade de desdobramentos conceituais em subtemáticas tão válidas quanto os eixos principais ou mais volumosos (MOSZYNSKA, 2013).

Dentro das poéticas contemporâneas alguns pontos tornam-se recorrentes, indicando de certo modo um questionamento pulsante ainda em fase de investigação, um fazer escultórico que materializa uma não-resposta objetivando um esclarecimento processual de suas perguntas. O **CORPO** assume assim esse primeiro eixo temático na investigação atual. O que pode-se vislumbrar ao se analisar a produção contemporânea é que, o corpo, como surge em *Another Place (1997)* de Antony Gormley e em *Tragic Anatomies (1996)* de Jake e Dino Chapman, ou ainda no constrangedor *Self (2006)* de Marc Quinn, denota uma superação da presença do artista – em um sentido performático de participação da obra – para centrar-se na matéria que compõe este corpo e como sua disposição espacial ratifica uma ressignificação das ambiências, não mais um corpo artístico ativo e efêmero que expressa na performance a insatisfação e o esgotamento dos outros suportes, mas um corpo que ao ser exposto busca encontrar nos estrados mentais subjetivos de seu observador um significativo comum, Gormley dentre os três, ainda

trabalha um reposicionamento destes entes escultóricos na malha urbana, exigindo uma reflexão do homem como ser que habita e transforma socialmente a cidade (MOSZYNSKA, 2013).

O corpo na escultura contemporânea não pretende-se contemplativo, e principalmente, não encontra-se separado de seus observadores. Assim, a poética do corpo que propõem-se a torna-lo banal, irrompe em duas outras poéticas dialéticas entre si: o **COTIDIANO** e o **MANUFATURADO**. Para Daval e Duby, as poéticas do cotidiano são resquícios pós-modernos da poética duchampiana do ready-made, isto é, da possibilidade de se fornecer valor estético a um objeto não através de uma operação técnica, mas sim de um ato mental arbitrário e consciente. Contudo, há uma problemática além da apropriação objetual, o ready-made contemporâneo é o resultado de uma réplica industrial de um objeto existente, podendo assim sofrer alterações quanto à sua escala e matéria. Em *Balloon Dog (1994-2000)* de Jeff Koons e *Cuddly Wall, Nike, Evian, Kelly Bag (1998)* de Sylvie Fleury os objetos remasterizados como esculturas não são somente reposicionados dentro de um novo contexto estético que estabelece a ponte transformadora entre objeto de consumo/arte, mas são replicados industrialmente e por artífices contratados pelos artistas para parecerem-se com os objetos originais, e perdem nesse processo características primordiais de identificação, como cor, textura e tamanho. É uma operação mais próxima à criação das *Brillo Box* de Warhol do que o processo crítico duchampiano de designação dos objetos quanto arte (DAVAL, DUBY, 2013).

Em oposição, a poética do manufaturado corresponde a criação manual, intrincada, desgastante do artista de itens que ora relembram objetos domésticos ora são abstraídos a tal ponto que sua imagem é menos significativa do que seu processo. Vemos esta contraposição por exemplo, ao aproximarmos *Cocoon 2 (2011)* de Sopheap Pich com *Embajada Rusa (2003)* da dupla cubana Los Carpinteros. No primeiro caso a imagem orgânica do coco tradicional na realidade de Camboja – país de Pich – torna-se apenas um referencial formal para a execução do trabalho, que uma vez finalizado, expressa mais o esforço manual do artista em distender os significados de um objeto cultural comum do que executar em precisão mnemônica a imagem do coco. Já a dupla cubana fornece ao observador um primoroso trabalho de carpintaria, um móvel que seria usual se não fosse poético. Apesar desta condição oposta, a poética do manufaturado é posta como antítese

superficial à tendência industrializada das poéticas do cotidiano, que pinçam de uma realidade social os objetos que serão trabalhados em sua investigação visual.

Paralelamente verifica-se um esforço da escultura, remanescente de suas primeiras experimentações espaciais, lê-se aqui o *Merzbau* de Schiwwitters ou as esculturas minimalistas de piso, em pulverizar-se; desconstruindo a ideia do objeto isolado, acumulado de valor artístico e às vezes simbólico, tornando-se **INSTALAÇÃO**. Na tendência contemporânea da instalação há essa busca pela fragmentação do valor artístico em diferentes partes, criando ora obras que apesar de fragmentadas continuam com seu valor intacto, ora obras que uma vez fragmentadas vão sendo esvaziadas a partir do contato com o público. Em *Cosmic Thing (2002)* de Damián Ortega vemos a primeira tendência da poética das instalações: apesar de dinamizar o objeto ao fragmentá-lo em diversas partes, este continua intacto, encarcerado dentro de uma hipotética figura geométrica imperceptível que anula seus esforços. Por outro lado, *Obra de arte em cinco vias e um contrato (2012)* do brasileiro Marcius Galan, apesar de pontuar-se como instalação apresenta um potencial frutivo que baseia-se em sua desconstrução, isto é, a obra atinge seu ápice a partir do momento que os observadores, aqui transmutados em observadores-participadores (herança neoconcreta na arte brasileira de Oiticica e das Lygias, Pape e Clark), vão descamando o trabalho, levando para casa uma das vias do contrato em exibição. Com a arte de instalação, a escultura contemporânea atinge uma consciência de sua função espacial e de suas possibilidades frutivas, mas atém-se em contrapartida às realidades museais ou de meios tradicionais na exibição da obra de arte (MOSZYNSKA, 2013)

Ao libertar-se do espaço expositivo museológico e buscar novas possibilidades comunicacionais, a escultura contemporânea encontra mais uma de suas poéticas imperativas, o **SÍTIO**, expresso aqui como *situ*, ou seja, local específico da instalação da obra de arte. Kwon, ao final da década de 1960, já apontava para esta relocação do espaço público da arte, salientando seu caráter *site-specific* e as suas alternativas frutivas, direcionadas a um público muito mais amplo e mais dinâmico do que o público museológico. Assim, a arte *site-specificity*, como Kwon prefere chamar, “quer interruptiva ou assimilativa, desistiu de si própria por seu contexto ambiental, sendo formalmente determinada ou dirigida por ele” (KWON, 1997: 167). *Sky Mirror (2006)*

do indiano Anish Kapoor e *La Carosse* (2009) de Xavier Veilhan, ou ainda *Cloud Gate* (2006), alcunhada de *Electric Bean*, também de Kappor (locada no centro de Chicago nos Estados Unidos), são exemplos bastante elucidativos desta arte que irrompe a parede da galeria transformando a cidade em um novo museu.

A dialética museu-espço público incorpora também as duas últimas tendências identificadas por Moszynska, a saber, **LUZ E SOM** e **NATUREZA E ECOLOGIA**. Os trabalhos escultóricos que discutem tais poéticas na contemporaneidade têm em certo grau sua base formativa na escultura luminotécnica de Dan Flavin e nas experimentações ambientais e no crescente interesse pelo tema ecológico da *Land Art*, respectivamente. Entretanto, na atualidade tais obras atingem um novo estágio de expressão formal, sendo as duas correntes mais ligadas à ideia de desmaterialização completa da arte e de sua manifestação sinestésica. *Difuse Eintränge* (2007) de Tue Greenfort representa os extremos criacionais das poéticas ecológicas na arte contemporânea: um caminhão-tanque projeta um jato de água dentro de um lago situado em um parque público, a ação ocorre ininterruptamente até o fim da reserva do tanque. Neste trabalho Greenfort identifica o potencial escultórico de dois elementos, um material e outro efêmero, o primeiro, o caminhão tomado como empréstimo operacional e ativado como arte apenas durante a execução da obra; o segundo, o jato d'água explorado plasticamente. A escultura ecológica da atualidade traz à tona outro fator importante: a temporalidade da obra. Ao lidar em inúmeras ocasiões com elementos perecíveis ou mutáveis diante de diferentes condições climáticas ou ambientais, o fazer escultórico aqui torna-se uma ação, uma expressão findável da escultura, válida mais como processo do que como resultado (MOSZYNSKA, 2013).

As obras que utilizam o fator sonoro e luminotécnico ratificam a intenção insubstancial da escultura contemporânea ao, em inúmeras ocasiões intentarem um processo de desmaterialização do objeto em si e a ativação do espaço como experiência plástica, destacando o potencial escultórico de aspectos intrínsecos ao próprio edifício ou da sala expositiva (DAVAL, DUBY, 2013).

Ao assumir-se pós-histórica e pós-estética, a escultura contemporânea afirma-se como construção legítima de uma pesquisa centrada em eixos temáticos recorrentes. Esta existência temática corresponde às fagocitoses múltiplas do suporte escultórico, isto é,

um funcionamento artístico que transcende as barreiras e leis próprias da arte para exercer-se de modo transdisciplinar, fagocitando, englobando, assumindo realidades antes irreconciliáveis com a expressão artística quanto linguagem. É impossível não lembramos de *Alba (2000)* do artista brasileiro Eduardo Kac, em que, através da bioengenharia cria-se um coelho geneticamente modificado com pelagem fluorescente. Este é apenas um dos muitos exemplos de um fazer escultórico que problematiza-se na contemporaneidade, assumindo fatores disciplinares ainda parcamente reconhecidos dentro do universo artístico e expressando-se além de uma materialidade fixa, compreensível. Ao criar *Alba*, Kac ratifica a ideia de uma desmaterialização e nova postulação do suporte, que caminha de modo paralelo e intrinsecamente ligado à uma tendência de desmaterialização e liquefação da própria cultura como fator social.

Considerações Finais

A tríade das três PÓS (pós-modernidade, pós-história e pós-estética), passam assim, a imperar a partir dos anos 1980 sobre a execução artística em uma cultura de citações em que a reivindicação de originalidade torna-se obsoleta em detrimento de uma arte de combinações visuais possíveis. A escultura contemporânea é assim uma escultura da negação: nega-se como expressão de originalidade, nega-se como fato histórico – ao existir dentro de suas próprias leis, evitando a revisão e a superação plástica dos períodos anteriores – e nega-se como material estético clássico, inscrevendo-se numa realidade onde por nada ser realmente útil, tudo pode ser estético.

A incapacidade cronológica da escultura contemporânea, existe deste modo, dentro de uma realidade extremamente complexa e que encontra-se em vertiginosa evolução, sendo ingenuidade o fato de se postulá-la a partir de seus fatores já conhecidos, correndo-se o risco de evidenciá-la através de verdades axiomáticas anacrônicas. O que pode ser feito é uma observação atenta de seus desdobramentos, buscando um mapeamento analítico de tais tendências garantindo assim uma compreensão mais dinâmica da contemporaneidade, fugindo à necessidade utópica de enquadramento da prática artística no interior de um movimento conformado. A escultura contemporânea encontra-se em evidente processo de auto-conhecimento, apontando de forma pungente

para uma necessidade de atualização da própria cultura, uma mudança de perspectiva, em que o fato estético é rascunho de uma nova realidade existencial.

Referências Bibliográficas

- ARCHER, Michael. **Arte Contemporânea: uma história concisa**. São Paulo: Martins Fontes, 2013
- ARGAN, Giulio Carlo. **Arte Moderna**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. São Paulo: Zahar, 2000
- BAUMAN, Zygmunt. **Sobre educação e juventude: conversas com Riccardo Mazzeo**. São Paulo: Zahar, 2013
- BELTING, Hans. **O fim da história da arte**. São Paulo: Cosac Naïf, 2012
- DANTO, Arthur. **Após o fim da arte**. São Paulo: Odysseus, 2006
- DAVAL, Jean-Luc; DUBY, Georges. **Sculpture: from antiquity to the present day**. Köln: Taschen, 2013
- FLÜSSER, Vilém. **Pós-História: vinte instantâneos e um modo de usar**. São Paulo: Anna Blume, 2011
- KWON, Miwon. **Um lugar após o outro: anotações sobre site-specificity**. October, n. 80, p.85-110, 1997
- LIPPARD, Lucy; CHADLER, John. **A desmaterialização da arte**. Revista Arte & Ensaios, PPGAV/EBA UFRJ, n.25, 2013
- MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da Percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 2011
- MOSZYNSKA, Anna. **Sculpture Now**. Londres: Thames & Hudson, 2013
- OLIVA, Achille Bonito. **Trans avant garde internacional**. Milão: Giancarlo Polete Editore, 1982

MADAME X: Considerações de um escândalo

Eponina Castor de Mello Monteiro¹

RESUMO:

No presente artigo, abordaremos algumas questões sobre a famosa obra de John Sargent e o contexto de tal obra. A repercussão da obra nos intriga e nos faz questionar a razão dessa repercussão, o porquê de um retrato ser largamente rejeitado por – teoricamente – um detalhe como a alça de um vestido. Pensamos que a história deve ser bem mais atraente do que uma simples alça, e é isso que nos propomos: a busca por contextualização que nos ajude a compreender tal episódio, e a busca por compreensão de como mudamos o olhar para o corpo feminino de acordo com o contexto, isto é, tempo, classe social, entre outros fatores.

PALAVRAS-CHAVE: John Sargent, Madame X, retrato, século XIX.

ABSTRACT:

In the present article, we will approach some points about the famous John Sargent's work and the context about this piece of art. The repercussion of the portrait instigate us and makes us question the reason of this negative rebound and why the portrait was intensively rejected for – theoretically – a small detail as a string in a dress. We think that the story behind this piece of art must be much more attractive than a simple string, and that is what we propose to ourselves: the ressearch for the context that can help us to understand this episode in art history, and the search for the understanding of how we change our way of looking to the female body according to the context, time in history, social class etc.

KEYWORDS: John Sargent, Madame X, portrait, XIX century.

Esse retrato é simplesmente ofensivo, é insolente, feio e desafiador de todas as regras da arte.... O desenho é ruim, a cor atroz, o ideal artístico inferior, toda a proposta do retrato é, não uma artística e sensacional “tour de force” ainda que dentro dos limites da verdadeira arte, como tem sido até então as obras do Sargent no Salão, mas um exagero intencional de cada uma das suas viciosas excentricidades, simplesmente pela finalidade de ser comentado e provocar discussões.” (HERDRICH; WEINBERG, 2000, p.18, tradução nossa).²

¹ Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF e pós graduada em Gestão do Patrimônio Cultural pela Faculdade Metodista Granbery.

Contato: nina.cmmonteiro@gmail.com

² “This portrait is simply offensive in its insolente ugliness and defiance of every rule of art....The drawing is bad, the color atrocious the artistic ideal low, the whole purpose of the Picture being, not an artistic and sensacional “tour de force” still within the limits of true art, as Sargent's Salon pictures have hitherto been, but a wilful exaggeration of every one of his vicious eccentricities, simply for the purpose of being talked about and provoking argument.” (p. 18)

Como um retrato que nada mostra além dos braços, o colo e o rosto – obviamente -, pode ter guiado a carreira de um artista valoroso em seu domínio de retratista? Como bem nos mostra a crítica acima, a recepção foi desastrosa. É óbvio que as concepções e as formas de compreender e ver o mundo mudam. O mais interessante nesse processo é ver como mudam e como isso ocorreu. E por que uma alça de um vestido no século XIX mudaria o curso da carreira de um renomado retratista?

Ao olharmos para história da arte, veremos que a imagem de um ombro não é intrinsecamente um problema ou um motivo de censura por si só. *A Origem do Mundo*, de Courbet, foi concebida quase 15 anos antes, e como podemos ver, nada a respeito desse quadro teve que ser refeito por pressão social. Mas não temos um rosto aí. Não é um retrato. Não foi exposto logo que foi concebido, e antes de ter seu lugar em grandes exposições, foi exposto apenas para um grupo pequeno de pessoas e um público seletivo.

No quadro *O sono*, também de Courbet, vemos duas mulheres nuas, com curvas abundantes, em uma situação de pleno prazer, e, ainda assim, não foi um divisor de águas para a carreira de Courbet, fazendo-o se isolar e refugiar-se em Londres. Courbet não era um pintor convencional, questionava certas regras sociais, tanto dentro quanto fora de sua tela. Os seus temas usualmente são um incômodo tanto para a comunidade artística quanto para seu público, há sempre um estranhamento. Assim como sua realidade fora das telas, quando recusa-se a expor em muitos salões, tentando sempre manter a liberdade de um artista – ou ao menos, até aonde o patronato permitia. Porém, podemos considerar que Sargent também extrapola certas convenções: se aproxima dos impressionistas, traz a pincelada aparente para alguns retratos, e, quando possível, conecta ainda mais os Estados Unidos ao Impressionismo, mesmo que ao longo do tempo se transforme e passe então a carregar mais na pincelada, tornando-a mais firme e definida, e também que passe a intensificar mais a luz, trazendo de volta o *chiaroscuro* de um Velàzquez clássico.

É possível questionar ainda que as obras de Courbet com temas femininos não são retratos, e de fato não se encaixam no gênero “retrato”. Ainda assim, trazem à tona a sexualidade do corpo feminino, à qual o homem não tem acesso, uma sexualidade misteriosa e passiva, guardada apenas para os seus pares, e “é evidente que existe aqui um prazer puramente feminino, porque homossexual, do qual conseqüentemente o homem não participa: a ele é permitido apenas contemplar” (COLI, p. 183). E novamente

nós voltamos à questão de como um quadro como *O sono* tem um impacto relativamente menor na vida de seu criador do que um retrato em que os seios estão totalmente cobertos e o fator sexual é consideravelmente menor do que nas peças de Courbet, como temos a impressão do *Madame X*. Ora, no caso de Courbet, na maioria das vezes, suas modelos não são nomes da alta sociedade francesa ou americana.

E pode-se ainda argumentar que as comparações entre essas duas obras são díspares e improváveis, mas ainda sim, compõem um ponto instigante. Madame X – ou Virginie Amélie Avegno Gautreau, ou ainda, Madame Gautreau – era um nome expoente da sociedade francesa, vinda dos Estados Unidos, quando ela e sua mãe decidem reconstruir o prestígio social enfraquecido com a morte de seu pai, casando Madame Gautreau com um banqueiro francês. A estrutura social que permeia Madame Gautreau certamente é bem diferente da das mulheres sonolentas de Courbet.

Ao voltarmos a nossa atenção para a categoria “retrato”, contudo, veremos que Madame X estica esse conceito ao máximo: uma imagem de corpo inteiro, de uma mulher com um longo vestido preto, que não nos olha de frente, com feições e linhas bem definidas. Ao termos como base outros retratos do próprio Sargent, vemos semelhanças e discrepâncias. Se fosse possível dispormos todos os trabalhos de Sargent com um alinhamento tal que pudéssemos ver todos ao mesmo instante, as cores escolhidas para *Madame X* logo nos saltariam aos olhos.

Vale lembrar que, assim como as pinturas impressionistas, *Madame X* é melhor avaliado se apreciado de longe. A cor de sua pele, alvíssima, contrasta com o negro do vestido, que por sua vez contrasta com a luz que a envolve. Outros retratos de John Sargent apresentam cores mais diluídas, mais amenas, com um contraste bem mais sutil. Ao analisarmos um outro retrato do John Sargent da mesma Madame X, *Madame Gautreau Drinking a Toast*, também de 1882, vemos cores mais pálidas (ainda que com certo contraste de cores com o fundo), formas menos bem definidas, pinceladas mais aparentes e formas mais discretas. O cabelo se prende, mas não sabemos bem como. Sua mão direita, a mão da aliança, está escondida. Não há acessórios. O vestido, um vestido simples quase da cor da pele de Madame Gautreau, não tem uma forma bem definida e muito menos delinea a silhueta de Gautreau. Gautreau faz um brinde junto às flores –

lírios talvez. Sua boca bem menos marcada do quem em *Madame X* – que aparenta estar tingida – a faz bem menos sensual aos olhos do espectador.

Já se compararmos a outros retratos, veremos também algumas discrepâncias. Em *Morning Walk* ou *Two Girls with Parasols* vemos que o artista possui um arcabouço imagético impressionista forte, mesmo que esses traços não componham uma linha escolástica forte para Sargent. Os vestidos bufantes tão recorrentes nos retratos claros vão deixar claro a suntuosidade sexual do vestido preto com caimento justo de *Madame X*. Entretanto, se escolhermos obras como *Lizzie B. Dewey*, *Margareth Louisa Vanderbilt* ou ainda *Miss Eden*, é inegável o peso do vermelho tanto das roupas quanto da pele rosada, ausente em *Madame X*, que apresenta uma pele extremamente pálida e conflitante com as cores escuras à sua volta. Ainda nesses retratos citados acima, vemos um fundo marrom-avermelhado, enfatizando o vermelho das referências flamencas de John Sargent que se tornam ainda mais intensas, como em *El Jaleo*. Interessante notar que em *El Jaleo*, obra de 1882, o fator vermelho está presente, porém não é foco. O foco, assim como em *Madame X*, são a paleta mais fria, o contraste das cores claras e escuras e o jogo de luz ressaltando as cores claras, assim como o colo de *Madame Gautreau*.

Outro fator a ser levado em conta nessa tentativa de entender tal repercussão, é o famoso retrato *Dr. Pozzi at Home*. Ao olharmos os retratos masculinos de Sargent, veremos que, normalmente, o enquadramento escolhido é a compreensão do busto e do rosto. Quando retratados de corpo inteiro, não raramente, suas vestimentas não são reveladoras, consideradas respeitadas, sejam as vestimentas militares ou apenas as vestimentas usuais, mas que quase sempre demonstram prestígio e emanam certo poder. Não é o caso do Dr. Pozzi. Dr. Pozzi, um médico, bem prestigiado na sociedade francesa, é retratado de corpo inteiro, em seu roupão vermelho. O quadro com contrastes não tão intensos, com um fundo avermelhado, nos envolve em um ambiente luxurioso com um galante homem. A pose de Dr. Pozzi convida o olhar do espectador para especular o que ele esconde, as mãos permeiam o roupão como quem provoca e tensiona uma possível nudez. Dr. Pozzi era ginecologista e muitos atribuem a vermelhidão do quadro à sua profissão: ginecologista. Corretos ou não, vimos que Sargent sempre lançou mão de vários tons de vermelhos.

Também vale lembrar que Dr. Pozzi ficou famoso por seus casos extraconjugais, especialmente com Sarah Bernhardt e Emma Fischof. Mas ainda assim, com tantos aspectos envolvendo sua vida sexual, esse retrato, de 1881, notoriamente mais sensual do que os outros retratos de Sargent, não foi motivo de escárnio ou de mudança para Inglaterra. Temos aí alguns pontos a considerar. O ponto mais óbvio: Madame X é uma mulher. Outro ponto é a vida privada e sexual de Madame Gautreau, apesar de notória, não é nem de perto famosa como a de Dr. Pozzi, que até rendeu um livro de cartas com sua amiga/amante Sarah Bernhardt. No retrato de Pozzi, nada ali insinua que ele é casado; mesmo com as mãos à mostra, não vemos aliança. Dr. Pozzi era casado, com uma mulher que, aparentemente, se recusava a dar-lhe o divórcio. Em *Madame X*, além da sensualidade, da roupa bem marcada, temos também a aliança. E como uma mulher casada, “bem” casada muitos diriam, pode ser retratada daquela forma? Mas que forma é essa? E *Madame X* foi exposta no Grande Salão da França.

Sobre outra obra de John Sargent, *Mrs. Hugh Hammersley*, podemos analisar o vermelho como cor principal novamente. Mrs. Hammersley apresenta um colo desnudo, envolto em um belo vestido magenta com detalhes bufantes no colar, uma cintura bem definida, e acessórios exuberantes, incluindo um belo anel nada discreto, e, como o próprio nome nos mostra, casada. Talvez por uma influência do impressionismo, Mrs. Hammersley é apresentada com certo movimento, se apoia na cadeira de um jeito informal, quase como se fosse levantar ou pegar algo em uma mesinha à sua frente. Traz um leve sorriso, um gesto facial como quem vai dizer algo. Esse movimento é quase nulo em *Madame X*, ela olha fixamente um ponto ao lado, não olha para o pintor/espectador, nos ignora com certa convicção.

Apesar de não ter gerado tal comoção nos espectadores e na comunidade artística, vale lembrar que em comparação a um outro quadro *Lady Agnew of Lochnaw*, em que uma mulher é apresentada com um bufante vestido lavanda, sentada em uma cadeira, com um olhar inerte, passivo. Tal quadro teve críticas como “sólido, convincente e duradouro”, diferentemente de Mrs. Hammersley em que “Críticos desprezaram o retrato de Mrs. Hammersley como chique, instigante, não convencional, realista, bizarro e

ousado, qualidades que podem ser admiráveis ou lamentáveis, dependendo do crítico.”³ (HERDRICH; WEIBERG, 2000, p. 23, tradução nossa). Interessante reparar que a linguagem corporal de Mrs. Hammersley mostra alguma ousadia, iniciativa e proatividade, com cores exuberantes e acessórios luxuosos, já com *Lady Agnew of Lochnaw*, cores em tons pastéis, um torpor recai sobre o corpo, como quem não tem forças para mais nada. Madame X, ao ostentar certos acessórios, ao não olhar para o espectador e ignorá-lo totalmente, assim como Mrs. Hammersley elas tomam atitude perante o público, enquanto que *Lady Agnew of Lochnaw* apenas se deixa retratar.

Já no *Mr. And Mrs. I. N Phelps Stokes*, John Sargent, evoca novamente uma imagem de mulher mais ativa e obstinada. Claramente, no quadro percebemos o destaque dado à Mrs. Phelps Stokes: ela ocupa boa parte do quadro, com uma atitude corporal confiante, entusiástica, com roupas levemente masculinizadas, demonstra ainda um certo prazer em seu rosto. Sua saia branca e seu rosto também alvo recebem quase toda a luz disponível, dando ênfase e poder a esses detalhes. Surge então “uma emblemática ‘nova mulher’, encorajada e não dominada por seu marido, que parece ter passado no estúdio e tomado folêgo instantes antes de Sargent representá-la em sua tela.” (HERDRICH; WEIBERG, 2000, p 28, tradução nossa).⁴

Seu marido, Mr. Phelps Stokes, no entanto, tem uma postura desconfortável, um tanto impotente e seu terno ainda que branco não recebe nenhuma luz, aliás, Mr. Phelps Stokes – que estava substituindo um cão – não recebe luz alguma. Mr. Stokes em uma fala curta, porém precisa, demonstra exatamente seu papel no retrato: “eu ofereci para substituir o papel do Great Dane no retrato. Sargent estava encantado, e aceitou prontamente a proposta... Ele me pintou em três posições – puramente como um acessório” (HERDRICH; WEIBERG, 2000, p 28, tradução nossa).⁵

³ “Critics described the picture of Mrs. Hammersley as chic, clever, unconventional, realistic, daring, bizarre, and bold, qualities that were admirable or lamentable, depending on the writer”, (HERDRICH; WEIBERG, 2000, p. 23)

⁴ “An emblematic “new woman,” encouraged but not dominated by her husband, seems to have stopped by the studio and caught her breath only an instant before Sargent snapped her image onto the canvas.”. (HERDRICH; WEIBERG, 2000, p. 28)

⁵ “[I was] offered to assume the role of the Great Dane in the picture. Sargent was delighted, and accepted the proposal at once.... He painted me in three standings purely as an accessory.” (HERDRICH; WEIBERG, 2000, p 28)

É comum vermos algumas comparações entre a *Olímpia*, de Édouard Manet e a *Madame X*. Além, é claro, da amizade que os dois artistas travavam, é difícil imaginar que essas bagagens imagéticas não tenham se cruzado. Ao contemplarmos a *Olímpia*, de Manet, veremos mais uma vez que um corpo nu não é, a priori, motivo de censura. *Olímpia* era, antes de mais nada, uma alegoria. Uma alegoria capenga e frágil, como muitas outras alegorias que são realizadas para expor a sexualidade reprimida socialmente, mas ainda assim uma alegoria. E talvez, justamente por ser uma alegoria que *Olímpia* tenha causado um inquietamento, mas não só: ao colocar o espectador no lugar do “lugar do cliente”, ou ainda ao apresentar o corpo de *Olímpia* de forma estranha, longilínea e desproporcional, a forma como *Olímpia* nos olha, um olhar de negócios, já que tomamos ali o “lugar do cliente”, Manet consegue, mesmo que não intencionalmente, criar um constrangimento ao espectador.

As cores claras do corpo de *Olímpia* contrastantes com o fundo preto da cor negra da criada ao lado, lembra em algum grau o contraste criado por Sargent em *Madame X*. *Olímpia* coloca sua mão obstinadamente sobre seu sexo, assim como Madame Gautreau intencionalmente não nos olha. As duas mulheres tomam iniciativa e conduzem o espectador, seja um cliente ou um retratista, são mulheres não mais passivas, ainda que não agressivas. Também, a luz direcionada ao corpo exposto das mulheres revela a pele alva em ambas as obras, traz mais um fator sexual: a pele desnuda em exaltação.

Em *O balcão* (1868-9), Manet também nos apresenta um forte confronto de cores, principalmente com o branco das mulheres e o preto do fundo, mas também com o verde luminoso da bancada e das portas. Interessante ver também que *A História da Arte* de Gombrich traz como referências de Manet, Velázquez e Goya, assim como uma aproximação de Frans Hals. Já o *Dicionário Benezit*, no verbete relacionado à John Sargent, apresenta claramente Manet como uma influência para Sargent, mas também Frans Hals e Velázquez como seus pontos referenciais.⁶

John Sargent nascido em Florença, como muitos outros pintores, vem de uma família abastada nos Estados Unidos. Sua conexão com os Estados Unidos, assim como a de Madame Gautreau, cremos, não possa ser ignorada. A diferença social e cultural do

⁶ “In Spain in 1879 he [John Sargent] produced Works in the style of Velásquez, and the following year in Holland painted in the style of Frans Hals [...] The influence of Manet’s Olympia is clear”. [BENEZIT, 2006, p. 419]

lugar da mulher em diferentes sociedades é de profunda importância para nós aqui. No Salão, numa comunidade francesa ainda agitada com os Impressionistas, tentando, de forma geral, se agarrar às velhas formas, se escandaliza com um retrato de uma mulher casada, em um vestido tão contrastante e justo, que nem se dá ao trabalho de encarar o espectador.

Nascido francês, com pais americanos e morando boa parte da sua vida na Inglaterra, John Sargent com certeza apresenta vários marcos referenciais. A ousadia e a robustez americana com certeza estão presentes, assim como o ar blasé tipicamente francês, uma indiferença sutil, também é visível. Nos seus últimos trabalhos, com grande parte de seu patronato sendo inglês, ele se volta para um ambiente mais aristocrático. Diferentemente de Courbet, que era um inegavelmente avesso às convenções sociais, Sargent parece estar menos avesso às condições europeias e mais conectado à realidade americana.

Madame Gautreau, conhecida por sua tentativa bem-sucedida de escalada social e famosa por sua beleza, traz à tona aspectos um tanto rasos, como o fato de ela usar pó para parecer ainda mais pálida e branca que de costume. Sabemos também que Madame Gautreau não concedia sessões regulares para Sargent, o que dificultou todo o processo. Seria possível uma voluntariedade? Sendo criada nos Estados Unidos, podemos afirmar com razoável razão, que sua relação com seu próprio corpo, com o seu lugar social no mundo, era um tanto dispare do comum até então.

O premiado seriado da ITV, *Downton Abbey*, elucida bem essa questão. Martha Levinson (Shirley MacLaine), é uma americana mãe de Cora Crawley (Elizabeth McGovern), imperiosa, não muito pudica e menos preocupada com as etiquetas do que com seus desejos, deixa Lady Violet Crawley (Maggie Smith), inglesa e sogra de Cora, desconfortável e intimidada diversas vezes, trazendo uma frase sobre Martha Levinson que se tornará célebre nos lábios de Maggie Smith “She [Martha] is a reminded of the virtues of the English.”. Essa frase demonstra bem o desconforto que as sociedades europeias sentiam com a sociedade americana, principalmente em relação as mulheres, já que estas, aparentemente, conquistaram uma liberdade que as mulheres europeias só iriam desfrutar mais tardiamente.

Em um ensaio para a revista Vogue, com clara referência à *Madame X*, Nicole Kidman – que não é americana, mas famosa por filmes americanos -, com sua pele extremamente alva, posa para uma foto com um longo vestido preto, e um cabelo marrom-acobreado preso em um elegante coque. Assim como na famosa obra, a pele de Kidman destoa do escuro ambiente e do negro vestido. Kidman, diferentemente de Madame Gautreau, apresenta uma coloração nos lábios e um decote levemente menor. Ainda assim, é possível perceber maior voluntariedade no retrato de Gautreau do que no de Kidman: os braços de Kidman estão menos rígidos, mais pendidos sem uma rigidez muscular.

Em um outro ensaio, dessa vez da revista Harper's Bazaar, também traz uma Julianne Moore travestida de personagens de grandes obras e, entre eles, *Madame X*. Com um olhar mais resoluto, mais firme, com um vestido mais provocante, e uma composição corporal um pouco mais confiante e provocativa do que sua amiga de profissão, Nicole Kidman, traz os mesmos elementos já tão comentados, uma pele alva em contraste com o negro vestido e com um fundo escuro. Percebemos, porém, que a luz não enfatiza tanto o colo e a pele de Moore, fazendo com que perca um pouco da sua dramaticidade e sensualidade – compensada talvez pelo vestido provocante.

Nicole Kidman e Julianne Morre, duas mulheres com ativa participação em produções americanas, mulheres independentes, premiadas e competentes no seu campo de atuação. Aqui, nem mesmo uma aliança, nem uma menção à figura masculina é permitida: as mulheres são agentes de seu próprio caminhar. Vemos que muito do desconforto com o *Madame X* é pautado no papel social que a mulher ocupa, e no corpo enquanto ferramenta e lugar social.

Interessante perceber que pequenas e grandes ações, são também uma forma de controle social do corpo. Uma forma específica de olhar, de posar, de pousar a mão diz, socialmente, muito sobre as pessoas, já que essas pequenas formas de controle são profundas e eficazes. O corpo agente, principalmente um corpo feminino, que exclui a ação do homem, é um corpo mal visto. Um corpo senhor de si mesmo, que não necessita auxílios e ou muletas para se firmar, socialmente, ainda é estranhado, no século XIX, com certeza seria censurado. Um corpo de uma prostitua ou de pessoas anônimas podem causar estranhamento, mas nada quando se tem uma vida pública e exposta.

Madame Gautreau posou algumas outras vezes para John Sargent, resultando em outros retratos seus. Sabemos também que para retratos pictóricos são realizados em algumas sessões. É possível então presumir que Madame Gautreau sabia o caminho que Sargent estava percorrendo e como seria um possível resultado. Madame Gautreau depois do escândalo de seu retrato, se retira temporariamente da vida social francesa. Mas então, por que deixar Sargent tomar o caminho que tomou se isso seria uma afronta à sua dignidade? Com tantas sessões realizadas, o drama já não era previsto? Madame Gautreau era americana, e, talvez, assim como Sargent, tivesse um olhar diferenciado do papel da mulher na sociedade. Talvez encarasse a estrutura social de forma distinta e permeável, em que a mulher tivesse mais poder e decisão sobre seu próprio corpo. Nos questionamos se Madame Gautreau e John Sargent pensaram que uma alça seria motivo para estardalhaço; pensamos que não, uma vez que “a alça” de um vestido determinou o resto de suas vidas.

IMAGENS DE REFERÊNCIA



1. Gustave Courbet, *A Origem do Mundo*, 1866, óleo sobre tela, 46x55cm, Museu de Orsay,
Paris



2. Gustave Courbet, *O sono*, 1866, óleo sobre tela, 135x200 cm, Musée du Petit Palais,
Paris



3. John Sargent, *Madame X*, 1883, óleo sobre tela, 208,6x109,9 cm. Metropolitan Museum of Art, New York



4. John Sargent, *Madame Gautreau Drinking a Toast*, 1882, óleo sobre madeira, 32x41cm, Isabella Stewart Gardner Museum Boston



5. John Sargent, *El Jaleo*, 1882, óleo sobre tela, 237x352cm, Isabella Stewart Gardner



6. John Sargent, *Dr. Samuel Jean Pozzi at Home*. 1881, óleo sobre tela, 202.9x102.2 cm, Armand Hammer Museum of Art. Los Angeles.



7. John Sargent, *Mrs. Hugh Hammersley*. 1892, óleo sobre tela, 205.7x115.6cm, Metropolitan Museum of Art, New York



8. John Sargent, *Portrait of Lady Agnew of Lochnaw*. 1892, óleo sobre tela 127x101cm Scottish National Gallery Edinburgh



9. John Sargent, *Mr and Mrs. I. N. Phelps Stokes*. 1897, óleo sobre tela 214x101cm, Metropolitan Museum of Art, New York.



10. Édouard Manet, *Olympia*. 1863, óleo sobre tela, 130x190cm. Museu de Orsav. Paris.



11. Édouard Manet, *O balcão*. 1868-9, óleo sobre tela, 169x125cm. Museu de Orsav. Paris.



12. Nicole Kidman por Steven Miesel, para *Vogue*, 1999



13. Julianne Moore para Haper's *Bazaar*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALLARD, Sebastien. (ORG.) **Portraits publics, portraits privés**, 1770-1830. Paris: 2006.

BENEZIT, Emmanuel. **Dictionary of artists**. Vol 12. Paris: 2006.

COLI, Jorge. **O Corpo da Liberdade**. São Paulo: Cosac Naify. 2010.

_____. Exposição, Ocultação, Contemplação: o olhar e o sexo feminino. In. **Revista de História da Arte e Arqueologia**. Nº 16. Campinas: 2011.

COSTA, Caroline.; MILLER, Francesca. **The Diva and Doctor God** - Letters from Sarah Bernhardt to Doctor Samuel Pozzi. New York: Xlibris Corporation. 2010.

FARAGO, Jason. Who was the mysterious Madame X in Sargent's portrait?. **BBC**. 02 Jan. 2015. Disponível em: <http://www.bbc.com/culture/story/20141222-who-was-the-mysterious-madame-x> . Acesso em: 09 mar.2016.

GOMBRICH, E. H. **A história da arte**. Rio de Janeiro: LTC. 2012.

HERDRICH, Stephanie L.; WEINBERG, Barbara. John Singer Sargent in The Metropolitan Museum of Art. **The Metropolitan Museum of Art Bulletin**. New York, MET, v. 57, n. 4, primavera/2000

JONES, Jonathan. Madame XXX. **The Guardian**. 01 de Fev. de 2006. Disponível em: <http://www.theguardian.com/culture/2006/feb/01/3> . Acesso em 09 mar. 2016.

JSS Virtual Gallery. Disponível em: <http://www.jssgallery.org/> . Acesso em: 31 de mar. 2016

Metropolitan Museum of Art. Disponível em: <http://www.metmuseum.org/art/collection/search/12127>> . Acesso em: 10 mar de 2016.
SARGENT, John Singer. Letters. 1887-1922. **Archives of American Art, Smithsonian Institution**. Disponível em: <http://www.aaa.si.edu/collections/john-singer-sargent-letters-9061/more>. Acesso em: 10 de abr 2016.

The complete Works. Disponível em: <http://www.johnsingersargent.org/>. Acesso em: 10 abr. 2016.

De modelo a artista: diálogos acerca do posicionamento feminino nas artes

Caroline Farias Alves

Resumo:

Com o crescente avanço das posições sociais ocupadas pelas mulheres, as representações femininas do século XIX ganham mais autonomia e acompanham a gradativa passagem do particular ao público. A mulher ocupando a posição de artista introduz novas questões práticas relacionadas ao universo cultural que, como descreve Nochlin, era demasiadamente masculino e ocidentalizado. Cabe refletir como esses aspectos interferem na forma como essas mulheres, não mais na posição de modelo, eram retratadas por seus colegas de profissão e como eram suas escolhas para as auto-representações.

Palavras-chave: Arte; gênero; representação; Abigail de Andrade.

Abstract:

With the increasing advancement of the social positions occupied by women, the female representations on nineteenth-century gain more autonomy and follow the gradual transition from private to public. The woman occupying the position of artist introduces new practical questions related to the cultural universe which, as Nochlin describes, was too masculine and westernized.

It is worth reflecting how these aspects interfere in the way these women, no more in the position of model, were portrayed by their colleagues of profession and as were their choices for the self-representations.

Keywords: Art; gender; representation; Abigail de Andrade.

Gênero e representação

Durante um longo período até o século XX, a produção realizada por mulheres artistas era definida como “arte feminina”. Esse conceito se relacionava muito mais as questões de gênero do que as qualidades técnicas e artísticas dessas mulheres que decidiam se profissionalizar em um meio artístico ainda masculinizado.

Linda Nochlin através de seu artigo “*Porque não existem grandes artistas mulheres?*”, problematiza o que antes era chamado de “arte feminina”. A autora se preocupa em pensar os amplos aspectos que cercam a prática e a sociabilidade artística (NOCHLIN, 1971). A prática no sentido do que estava sendo produzido por essas artistas, aplicando uma análise formal de suas obras e a sociabilidade artística a partir da busca de

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

motivos para exclusão. Nochlin retorna o discurso que foi durante muito tempo propagado. Acreditava-se na incapacidade de alcance da grandeza por parte das mulheres artistas, que no campo acadêmico em geral tinham uma posição reconhecida como intrusa. Também era presente a ideia de que artistas mulheres possuíam condições físicas e incorpóreas limitadas em comparação ao sexo oposto.

Com base nessas reflexões surgem os questionamentos principais desse ensaio, que pretendem discutir a partir das obras e de uma bibliografia específica, como as artistas eram representadas pelos seus colegas de profissão e como elas se auto representavam.

Segundo Tamar Garb, duas obras são precursoras no que os historiadores da arte consideram como quase “registros” ou “documentos” dos círculos artísticos da França no final do século XIX. Duas representações tradicionais de atelier, produzidas por Henri Fantin Latour e Bazille. Ambos retratam o ambiente de trabalho do artista (GARB, 1998). No primeiro caso, o historiador John Rewald enfatiza a ausência de artistas como Cézanne e Pissarro no retrato (REWALD, 1991), não achando necessário explicar a ausência de Berthe Morisot, por exemplo, assim como não é mencionado o fato de mostrar uma reunião somente masculina.

Entretanto, a ausência de mulheres de verdade representadas nesses quadros, não significa que não exista neles nenhuma representação da “mulher”. Em Fantin Latour, ela está como uma pequena figura clássica sobre a mesa, repleta de associações a mulher como ideal abstrato ou musa. Não menos simbólicas, estão as figuras femininas expostas nas paredes do atelier de Bazille. Ainda segundo Garb, a exclusão feminina da esfera pública era acompanhada da sua exclusão da concepção de “artista”.



Henri Fantin Latour, L'atelier aux batignolles, 1870, óleo sobre tela, 173 x 208cm. Musée d'Orsay, Paris



Jean-Frédéric Bazille, L'atelier d'artiste, 9 rue de la condamine, 1870, óleo sobre tela, 98 x 129cm. Musée d'Orsay, Paris

Um século antes, o consagrado pintor alemão Johann Zoffany (1733-1810), que trabalhou durante algum tempo na Inglaterra, produziu no ano de 1772 um retrato coletivo do grupo de artistas estudantes da tradicional Real Academia de Artes em Londres, a qual ele também fez parte. Envolto por esculturas clássicas e modelos despidos, dois retratos dispostos na parede a direita do observador chamam atenção por estarem entre as poucas representações femininas no atelier.



Johann Zoffany, The Academicians of the Royal Academy 1771-2, oil on canvas, The Royal Collection

Diferente das representações de Bazille e Fantin Latour, a presença feminina na obra de Zoffany se refere a mulheres reais. As representadas são Angélica Kauffmann e

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

Mary Moser, também artistas e estudantes da Real Academia, no entanto, diferente dos outros artistas que interagem casualmente como personagens na obra, essas artistas são representadas como “pinturas” na tela de Zoffany. Inseridas em um espaço público, o lugar destinado as mulheres artistas era frequentemente limitado a representação como objetos de contemplação. Tamar Garb aponta para a hipótese de que se as mulheres fossem mostradas como artistas reais em agrupamentos representativos, poderiam perturbar o potencial da mulher como símbolo abstrato.

Independente de análise depreciativa ou não dessa forma de representação para mulheres artistas, é fato que estamos nos referindo ao século XVIII e mencionando uma instituição oficial de ensino que não incentivava a presença de mulheres em um meio artístico masculinizado. Além disso, existem modelos aparentemente nus no atelier pintado por Zoffany sendo necessário lembrar que o estudo e ensino de modelos nus para as mulheres passa a ser visto como algo menos imoral no século XIX.

Somente dois dos 36 membros fundadores da Academia Real Inglesa eram mulheres: Angelika Kauffmann e Mary Moser. Por muito tempo elas foram as únicas mulheres admitidas na instituição. A primeira artista, Mary Moser, nasceu na Inglaterra no ano de 1744. Como as outras pintoras desse período, Mary começou seus estudos em casa orientada pelo pai. A artista conquistou seu primeiro prêmio aos 14 anos, pela Sociedade de Artes Inglesa e logo, seu talento em pintar flores e natureza morta foi notado fazendo com que, em 1790, fosse contratada pela Rainha Charlotte para projetar em seu palácio de Berkshire, um esquema decorativo floral. Seus arranjos florais, são geralmente constituídos por variedades de espécies de flores e misturas entre tons brancos iluminados e tonalidades saturadas.

Em 1770, George Romney produziu um retrato de Mary Moser. Dessa vez, em uma postura mais ativa, a artista foi retratada produzindo uma natureza morta. No caso de Moser, o gênero da obra é coerente com o repertório imagético produzido pela artista. Vale lembrar que é recorrente a representação de mulheres artistas pintando natureza morta e flores, já que tais gêneros eram relacionados pela crítica e público como mais “delicados e femininos”, logo, muitas pintoras se dedicavam a eles como meio de inserção no mercado artístico. Eva Gonzales, discípula de Manet, produziu um enorme número de

pinturas de cenas do cotidiano e representações femininas. Ainda assim, em seu retrato mais conhecido a artista é vista pintando um vaso de flores.



George Romney. Retrato de Mary Moser, 1770-1771, óleo sobre tela.



Edouard Manet. Eva Gonzales, 1870, óleo sobre tela, 191.1 x 133.4 cm

A outra artista representada na obra de Zoffany, é Angelica Kauffmann. Kauffmann nasceu na Suíça em 1741. Desde a infância se dedicou a estudos de música e pintura, sendo constantemente procurada para encomendas de retratos da aristocracia. Além de trabalhar na Suíça, a artista viajou pela Itália e Inglaterra, neste último foi fundadora da Academia Real ao lado de Moser e mais 34 artistas do sexo masculino. Em seus autorretratos, Angelica não omite seu ofício, sempre se posicionando pintando em atelier ou esboçando estudos.



Angelica Kauffman, autorretrato, 1770-1775, óleo sobre tela, 737 mm x 610 mm (National Portrait Gallery)

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

Nathaniel Hone é pivô de um dos mais polêmicos quadros envolvendo Kauffmann e a Academia Real. O esboço¹ enviado para os membros fundadores da Academia que aguardava a aprovação para a exposição, precisou ser refeito após as diversas reclamações escritas em cartas por Angelica Kauffmann sobre as imoralidades da obra. Documentos do Museu Nacional de Arte Moderna do Reino Unido apontam para dois pontos centrais de crítica. O primeiro era a relação entre a criança e o idoso, sendo a criança uma referência a Angelica Kauffmann e o idoso, a Joshua Reynolds, ridicularizando o possível relacionamento amoroso entre os artistas. A segunda crítica se refere a mulher de meias pretas dançando em torno da Catedral de São Paulo de Londres.

Se faltaram representações produzidas por artistas que enfatizassem, realmente, o profissionalismo feminino, o mesmo não pode-se dizer das produções feitas pelas próprias artistas, que ora representavam mais seriamente suas colegas de profissão, ora se auto retratavam no ambiente de trabalho.

A partir do século XIX e acompanhando as conquistas femininas por espaços e direitos na sociedade, a representação das mulheres artistas ganha uma nova conotação. Rosa Bonheur é uma artista que se enquadra perfeitamente nos questionamentos sobre as mudanças de representação feminina em atelier. Considerada uma das pintoras mais famosas do século XIX, Rosa já desenhava antes mesmo de começar a falar. A artista começou seus estudos em casa. Segundo biógrafos, ao notar a grande dificuldade em aprender a ler e escrever, sua mãe pedia que ela escolhesse e desenhasse um animal diferente para cada letra do alfabeto. Hoje, Rosa é conhecida como a grande pintora de animais da França².

Bonheur iniciou a sua formação pela cópia de desenhos de livros e esboçando modelos de gesso. Depois de algum tempo, a artista se dedicou a estudos de animais domesticados, incluindo vacas, cavalos, ovelhas e outros animais dos arredores de Paris. Em seus retratos, a artista aparece em atelier, ao lado de suas obras ou acompanhada de seus objetos de estudo.

¹ O esboço citado pode ser visto em: <http://www.tate.org.uk/art/artworks/hone-sketch-for-the-conjuror-t00938>

² Informações sobre Rosa Bonheur podem ser encontradas na *Encyclopædia Britannica Eleventh Edition* escrita entre 1910 e 1911, além do portal *online*: <http://www.rosabonheur.fr/>.



Anna Klumpke, retrato de Rosa Bonheur, 1898, óleo sobre tela, 117.2 x 98.1 cm. Metropolitan Museum of Art.



Edouard Louis Dubufe, retrato de Rosa Bonheur, 1857.

Abigail de Andrade e a representação feminina no Brasil oitocentista

Pensando em um panorama brasileiro, na década de 1880 e 1890 existe uma grande produção das cenas de atelier. Nesse contexto duas telas de um mesmo artista se destacam, por apresentarem a partir do ambiente de trabalho do pintor, uma nova conotação para a representação feminina. *Descanso do modelo* de 1882 pertence hoje, ao acervo do Museu Nacional de Belas Artes (MNBA) no Rio de Janeiro, integrando a galeria de arte brasileira do século XIX. Pintada por Almeida Junior (1850-1899), a obra foi concebida em Paris, durante sua primeira estada na Europa. Recém-formado na Academia Imperial de Belas Artes e financiado pelo Império, Almeida Junior estudou na École des Beaux-Arts de Paris e participou quatro vezes do Salon oficial francês em seus seis anos de pensionato.

As cenas de atelier geralmente realçam uma situação atípica, expondo publicamente a intimidade do espaço privado podendo estar em discordância das normas convencionais de convivência respeitável entre os sexos (CARDOSO, 2008: 474). Pensando nessa questão moral e exposição do privado em um meio público, temos um bom exemplo na recepção da obra *Almoço na Relva*, pintada por Manet em 1863.

Tendo raramente acesso as aulas de modelo nu, as artistas mulheres do século XIX geralmente trabalhavam com modelos infantis que mantinham as genitais cobertas. No entre séculos XIX e XX e aliado a popularização de um novo tipo de pintura, surgem obras de artistas brasileiros onde o gênero é invertido e a mulher é representada como pintora.

A *Moça Pintando* (1894) também de Almeida Júnior, possibilita observar uma jovem se dedicando a produção de uma pintura de paisagem. Nesse período diversas telas retratam a “economia de trocas simbólicas” (POLLOCK, 2003) em que a mulher antes limitada a musa inspiradora passa a ser vista como profissional artista.

As mulheres que buscavam profissionalização no campo das artes brasileiras, por não terem o direito de estudo na Academia Imperial de Bellas Artes, eram direcionadas ao Liceu de Artes e Ofícios ou a ateliers particulares de professores da Academia. Torna-se importante falar dos meios institucionais porque estes eram facilitadores de acesso dos artistas as exposições, viagens e vendas de obras. Diferentemente de outros países, no Brasil, não existia nenhum impedimento legal que proibisse a participação das mulheres artistas nas Exposições Gerais de Belas Artes.

Abigail de Andrade é considerada pela historiografia brasileira uma das primeiras mulheres profissionais no campo das artes. A artista que nasceu em Vassouras no ano de 1864, teve uma boa formação educacional graças a estabilidade financeira de seus pais. Abigail parte para o Rio de Janeiro, onde estuda com o professor Angelo Agostini. Abigail e Agostini compartilham uma parceria profissional e amorosa, mantendo uma relação afetiva durante onze anos, embora Agostini fosse casado, pai de uma filha, e vinte e um anos mais velho que Abigail. Segundo Cláudia de Oliveira:

Repelidos pela sociedade carioca da época, eles deixam o Brasil em 1888 - já que Abigail dera a luz a uma filha de Agostini - a futura pintora Angelina Agostini. O casal parte para Paris, cidade que Abigail de Andrade veio a falecer de tuberculose dois anos depois, em 1891, com apenas 27 anos de idade, deixando ainda, um segundo filho, que também veio a falecer logo após a sua morte e da mesma doença. (OLIVEIRA, 2011)

Em 1884 foi promovido o último Salão do regime monárquico que contou com inúmeros nomes reconhecidos pela história da arte brasileira como os pintores Almeida Júnior, Rodolfo Amoedo e Belmiro de Almeida. Nesse mesmo ano e salão, Abigail se

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

consagra como uma das mais importantes pintoras de seu tempo conquistando a Primeira Medalha de Ouro, por duas de suas obras *O Cesto de Compras* e *Um Canto no meu atelier* (SOUZA, 2013: 34).

Entre as outras obras da artista, se encontra *Estendendo Roupa*, datada de 1888. A obra marca uma nova forma de representação dentro do repertório de Abigail de Andrade. As pinturas antes, mais intimistas, do interior do lar que descreviam com detalhes o mobiliário e os objetos artísticos, cedem espaço para as cenas do cotidiano direcionadas ao quintal de casa ou as ruas.

A mulher estendendo roupa trabalha, no centro da composição, cercada pelas crianças. A casa simples e os pés descalços, além da própria atividade de lavar e estender as roupas, apontam para a simplicidade da família. O bebê se diverte com a água que lava a roupa enquanto o outro menino descansa na sombra após aparentemente ter preparado a lenha para a família. A luz do sol que irá secar as roupas, preenche e ilumina a tela assim como em *A Hora do Pão*.

Marcada também pelo cotidiano, a obra apresenta uma tradição que estava sendo extinta no início da República. O vendedor ambulante é cercado de crianças que interrompem as brincadeiras de rua para observar a venda do pão. Dentre os personagens da obra, um negro descalço apoiado na grade também observa a movimentação, enquanto uma mãe segurando um bebê na porta do sobrado, aguarda a criança subir às escadas com o pacote. Ainda na janela, uma senhora acena em desespero, pois por pouco perde *A Hora do Pão*.



Abigail de Andrade. Estendendo roupa, 1888. Óleo sobre tela, 44x56 cm. Coleção Sérgio e Hecilda Fadel, Rio de Janeiro



Abigail de Andrade. A hora do pão, 1889. Óleo sobre tela – 70x50 cm. Coleção Sérgio e Hecilda Fadel, Rio de Janeiro

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
 “O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
 Juiz de Fora, 2017, 1554p.
 ISSN: 2317-0468
 17 a 21 de outubro de 2016*

Referências bibliográficas:

CARDOSO, Rafael. Intimidade e reflexão: repensando a década de 1890. In.: CAVALCANTI, Ana; DAZZI, Camila; VALLE, Arthur (org.). Oitocentos – Arte Brasileira do Império à Primeira República. Rio de Janeiro: EBA-UFRJ/Dezenovevinte, 2008, p.470-476.

GARB, Tamar. “Gênero e Representação”. Modernidade e Modernismo. A Pintura Francesa no Século XIX uesa: o lugar das artistas . SP: Cosac & Naif, 1998.

NOCHLIN, Linda. *Why there be no great women artists?* In: Art and sexual politics. 2. Ed. (1971, 1 ed.) New York: Macmillan Publishing Co., 1973.

OLIVEIRA, Cláudia de. Cultura, história e gênero: a pintora Abigail de Andrade e a geração artística carioca de 1880. 19&20, Rio de Janeiro, v. VI, n. 3, jul./set. 2011. Disponível em: <http://www.dezenovevinte.net/artistas/co_abigail.htm>.

POLLOCK, Griselda. *Vision and Difference: feminism, femininity and the histories of art*. London: Routledge Classics, 2003.

REWALD, John. História do impressionismo. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

SOUZA, Viviane Viana de. *Artistas no feminino: a atuação de Abigail de Andrade e Julieta de França no Rio de Janeiro no entre séculos XIX-XX* / Viviane Viana de Souza. Rio de Janeiro: UFRJ / EBA, 2013. (Dissertação)

Simpósio Temático 25: Imagens, História e Política.

Coordenadores: Juliana Muylaert Mager (Doutoranda em História PPH/UFF) & Wallace Andrioli Guedes (Doutor em História PPG/UFF)

CHARGE, HISTÓRIA E POLÍTICA: TEORIA E MÉTODO

Marcelo Almeida Silva*

RESUMO:

Charges e caricaturas constituem-se como realidade incontestável na imprensa brasileira desde a segunda metade do século XIX, acompanhando de perto os principais acontecimentos e mudanças políticas e sociais no país. Entretanto, seu estudo enquanto fonte primária na estruturação da reflexão histórica constituiu-se tardiamente. O presente trabalho pretende, além de ser uma apologia ao uso da charge como fonte histórica, prestar contribuição teórico-metodológica às reflexões que envolvem tal escolha empírica. Charges e caricaturas, desenhos de humor que estruturam sua linguagem como reflexão e crítica social, são elementos repletos de historicidade, o que faz jus à necessidade da construção progressiva de um consistente aparato metodológico que permita ao pesquisador ter um olhar mais profundo e perspicaz, indo além da superficialidade da anedota.

ABSTRACT:

Charges and caricatures constitute an indisputable reality in the Brazilian press since the second half of the nineteenth century, following closely the main events and political and social changes in the country. However, his study as a primary source in the structuring of historical reflection constituted late. The present work intends, besides being an apology to the use of the charge as historical source, to provide theoretical-methodological contribution to the reflections that involve such empirical choice. Charges and caricatures, humorous drawings that structure their language as reflection and social criticism, are elements full of historicity, which justifies the necessity of the progressive construction of a consistent methodological apparatus that allows the researcher to have a deeper and more perspicacious look Beyond the superficiality of the anecdote.

Em janeiro de 2015, o mundo assistiu estarecido a um atentado terrorista conduzido por dois irmãos franceses contra a sede do jornal de viés satírico Charlie Hebdo, em Paris. A autoria dos ataques foi reivindicada pela Al-Qaeda no Iêmen, que agiu motivada por um intenso ódio pelos caricaturistas do periódico. Desde 2006, o jornal vinha exibindo em suas capas charges sobre Maomé, um gesto por si só ofensivo para os

* Universidade Federal de Juiz de Fora, aluno doutorando do PPG História da UFJF; bolsista CAPES/CNPq.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.

“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,

Juiz de Fora, 2017, 1554p.

ISSN: 2317-0468

17 a 21 de outubro de 2016

muçulmanos, que muitas vezes também se viram depreciados nas caricaturas. O escárnio não foi perdoado e o massacre deixou doze pessoas mortas e várias outras feridas, provocou uma reação global de repúdio ao terrorismo e acendeu debates acerca da liberdade de imprensa e da xenofobia que paira sobre os imigrantes na Europa.

Este foi um episódio singular, em que discursos de charges levaram a uma consequência extrema – no caso, a brutal aniquilação do emissor. Em outro episódio levou apenas a acusações gratuitas, como quando Goebbels levou para uma de suas alocações pela Rádio de Berlim um maço de caricaturas e bradou que o desenhista atacava o nazismo porque era muito bem pago pelos aliados. Tratava-se do brasileiro Belmonte, artista que, impedido pela censura do DIP de abordar temas nacionais, fizera de Hitler seu grande alvo (BELMONTE, 1982: 3). Vale citar o conhecido caso de Philipon, que caricaturou o rei Luís Felipe de França, transformando seu rosto em uma pera - *poire*, que quer dizer tolo. Por isso, Philipon foi processado e obrigado a pagar multa, paga com a venda das cópias do desenho (GAWRYSZEWSKI, 2008: 19). Getúlio Vargas, que gostava de medir sua popularidade pelas charges cariocas, não poupou os caricaturistas da censura durante o Estado Novo, e consta que os jacobinos franceses, se por um lado censuravam as sátiras de caráter oposicionista, por outro estimulavam as caricaturas contra seus adversários (MOTTA, 2006: 17).

A preocupação do poder com charges e caricaturas revela que, em última análise, longe de serem imagens ingênuas e despreziosas, são poderosas armas políticas, um arsenal eficaz que ao mesmo tempo que diverte, informa, denuncia e critica. São linguagens práticas, de fácil disseminação, carregadas de parcialidade e que têm como principal função significar as realidades sob uma perspectiva claramente determinada.

Charges e caricaturas, objetos revestidos de historicidade, constituem-se plenamente como instrumentos de reflexão e fonte de pesquisa: são produtos culturais produzidos sob condições históricas definidas, num tempo e espaço socialmente determinados (TEIXEIRA, 2005: 12), e que, para além de sua dimensão plástica – por si só rica e estimulante – nos colocam em contato com os sistemas de significação, estruturas mentais e níveis de tolerância das sociedades. Vinícius Liebel pondera que, inseridas em veículos de comunicação – elementos característicos de grupos sociais e formadores de opinião pública –, charges, enquanto produto desse meio, contribuem para a formação e

difusão de representações e visões de mundo que refletem, mas também ajudam a moldar, a cultura política de um grupo social ancorado diretamente a um ou a um conjunto de veículos de comunicação. Com a peculiar característica de, na grande maioria das vezes, unir humor e imagem, a charge acaba por se mostrar um espelho mais direto da visão de mundo dominante no veículo de comunicação, e é a partir dessa premissa que ela se torna fonte legítima para o entendimento da dinâmica do grupo produtor e receptor de sua mensagem (LIEBEL, 2014: 4).

No Brasil, tal campo de pesquisa é notadamente interessante, dada a precoce instalação deste gênero de narrativa na imprensa brasileira. Já na segunda metade do século XIX, o ainda provinciano Rio de Janeiro viu-se inundado pelas Revistas Ilustradas, fontes de entretenimento que tinham a sátira como veículo privilegiado de sua comunicação e que, ao abordarem temas políticos em suas ilustrações, assumiam importante papel na moldagem das consciências, já que era através de suas charges que circulava a “opinião” dos mais cultos a respeito de fatos e personagens da política imperial, sem a verborrágica e maçante seriedade dos jornais de então (TEIXEIRA, 2001: 7).

É preciso destacar ainda o pioneirismo brasileiro nas HQ's, com a fundação, em 1860, da revista *Semana Ilustrada* por Henrique Fleiuss, criador das personagens Dr. Semana e seu companheiro Moleque. Entretanto, tal pioneirismo tem sido precariamente reconhecido, quando não totalmente negligenciado pelos estudiosos do gênero, que o atribuem aos norte-americanos e ignoram os trabalhos realizados no Brasil. De fato, circularam no Rio de Janeiro mais de sessenta Revistas Ilustradas com HQs, que permanecem ignoradas no exterior e esquecidas aqui (TEIXEIRA, 2001: 2). Desenvolvendo a linguagem específica de seu traço e amadurecendo sua estrutura interna, as charges se diferenciaram dos quadrinhos e acompanharam de perto o cotidiano sociopolítico brasileiro e internacional por todos esses anos, constituindo-se como realidade inquestionável no universo da comunicação. Dada tamanha riqueza e variedade de material, embora na década de 90 e na seguinte tenha havido um aumento significativo de estudos nos diversos ramos do saber – História, Comunicação, Letras, Educação, etc (GAWRYSZEWSKI, 2008: 8) – é de surpreender que tão poucos trabalhos tenham reconhecido seu valor historiográfico, não como meras ilustrações, mas como fonte

primária de reflexões e análise.

Nesse contexto, este texto pretende, além de ser uma apologia ao uso da charge como fonte histórica, ser esclarecedor quanto a alguns pontos teóricos – como a questão conceitual, ainda objeto de divergências – e apontar uma alternativa metodológica que conduza o analista a um olhar não-inocente sobre seu objeto de estudo: o Método Documentário de Interpretação, desenvolvido pelo sociólogo alemão Ralf Bohnsack e ainda pouco conhecido no Brasil.

No princípio, o termo caricatura era abrangente e designava um campo geral do humor gráfico (SILVA, 2008: 89). Alberto Gawryszewski (2008), em um valioso artigo no qual tece um debate específico sobre os conceitos de charge e caricatura baseado em sua pesquisa com trabalhos acadêmicos e dicionários comuns e técnicos, com pouca dificuldade chegou à conclusão de que em muitos estudos vale-se dos termos sem discriminá-los, e de que entre os próprios estudiosos existe pouco consenso quanto aos dois conceitos. Gawryszewski conseguiu mostrar uma espécie de “evolução” no conceito de caricatura, que abarcaria outros subgêneros como caricatura política, de costumes, pessoal, entre outras, o que já proporcionaria avanços no sentido de facilitar ao estudioso da imagem caricatural uma visão mais clara de seu objeto de análise. Entre as propostas elencadas por Gawryszewski para o debate, destacou-se a de Camilo Riani para a definição das diversas formas de desenhos de humor:

Caricatura – desenho humorístico que prioriza a distorção anatômica, geralmente com ênfase no rosto e/ou em partes marcantes/diferenciadas do corpo do retratado, revelando também, implícita ou explicitamente, traços de sua personalidade;

Charge – desenho humorístico sobre fato real ocorrido recentemente na política, economia, sociedade, esportes etc. Caracteriza-se pelo aspecto temporal (atual) e crítico; (RIANI apud GAWRYSZEWSKI, 2008: 11)

As definições de Riani, que se caracterizam pelo caráter pessoal na caricatura e situacional na charge, trazem em comum a presença do humor como base, com a diferença de que a charge tem um aspecto crítico definido. Para Gawryszewski, no entanto (opinião que partilhamos), quando se trata das subcategorias *caricatura política* e *charge política*, a presença do humor torna-se facultativa, assumindo a reflexão e a tomada de consciência o lugar de destaque. Embora a grande maioria de charges e caricaturas

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

políticas carreguem consigo um forte apelo humorístico e façam dele o artifício pelo qual emitir seu discurso de apoio ou condenação, o humor não é condição *sine qua non* para sua eficácia, de modo que seria incorreto defini-las como desenhos *sempre* cômicos. Como na maioria dos casos os historiadores se debruçam sobre charges e caricaturas políticas, este adendo conceitual é importante. O certo é que a caricatura política ou social raramente pode levar ao riso despreocupado, como acontece com o desenho humorístico (LIMA, 1963: 26).

Mais que o riso, charges e caricaturas políticas têm objetivos ideológicos, e por isso podem tanto não conter o viés cômico como chocar o leitor, não arrancando-lhe sequer um sorriso amarelo. Como salientou corretamente Carmona, a caricatura política visa destruir simbolicamente a imagem do inimigo (CARMONA, 2003: 38): muitas vezes através do humor, já que a comicidade também está ligada a uma operação mental de rebaixamento do que se ri, razão pela qual o riso causa tanto desconforto (MOTTA, 2006: 21); muitas vezes, mas não sempre. Por sua função *conscientizadora*, podem tanto provocar um riso de cumplicidade como um desconforto ou até estranhamento, pois agem despertando olhares sobre o político ou o social até então não experimentados, desvendando uma realidade conhecida, ainda que oculta na banalidade do real.

Uma solução teórica pertinente apresentada por Gawryszewski é enxergar os conceitos através de um prisma ideológico, que proporcionaria um panorama mais completo. Assim sendo, a *caricatura ideológica* fica pelo autor definida como:

Imagem de personagem política, podendo abranger também fato político envolvido na questão proposta na ilustração, com a agressividade como essência. O humor não é seu objetivo final, mas pode existir de forma irônica visando denunciar o caráter do retratado. O uso do grotesco, da zoomorfia, da busca da equivalência com uso de símbolos políticos é uma de suas possibilidades. (GAWRYSZEWSKI, 2008: 24)

O mesmo seria válido para as *charges ideológicas*, que se dirigem, ao contrário, a situações ou fatos políticos, destacando-se o uso de símbolos. Importa ressaltar, contudo, que imagens dessa natureza não possuem apenas o citado poder corrosivo. Podem tanto arruinar quanto promover, tanto defender quanto atacar um ideário político ou o próprio poder. Baseando-se na valorização de elementos constitutivos de cada conjuntura, o trabalho do chargista, que molda todo o discurso da imagem, consiste em escolher quais pontos realçar e com isso quais tons assumirão a mensagem.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

Se considerarmos as charges como elementos discursivos equivalentes a outros tipos de discursos políticos, seu sentido passa a ser significativo para uma abordagem Cultural da Política, que leva em conta que as linguagens políticas permitem um acesso direto a conflitos políticos e a tomadas de posição, a pressupostos pré-existentes a respeito da política, e ainda a objetivos e a utopias políticas (MERGEL, 2011: 6). Essa mesma História Cultural da Política pressupõe o homem como um ser que produz e interpreta símbolos, e que todo tipo de ação social é uma ação simbólica. Símbolos, por sua vez, não são sinais inequívocos, e sempre indicam para correlações com vários significados. Por isso, tanto “objetos” simbólicos quanto ações simbólicas sempre exigem uma interpretação – fato que constitui a base para o conceito de comunicação utilizado pela História Cultural (MERGEL, 2011: 5). Como a comunicação não se vale apenas de palavras, as imagens – entre elas também as charges – receberam atenção especial como formas da representação e do olhar na política, e sua análise levou ao desenvolvimento de metodologias que permitissem ao pesquisador um mergulho para além da superficialidade da imagem, acessando seus conteúdos e as estruturas mentais as quais refletem e ao mesmo tempo ajudam a criar/consolidar.

Como já dito, os estudos que se baseiam em charges como fontes privilegiadas são ainda pouco numerosos no Brasil, do que decorre uma espécie de carência de metodologias específicas capazes de ir além de uma descrição simplista da imagem. De fato, para um leitor comum familiarizado com o contexto de produção da charge – uma vez que, ao contrário, se não conhecer os símbolos, os personagens e os fatos nada entenderá do desenho ou poderá ter uma visão diferente da proposta do autor (GAWRYSZEWSKI, 2008: 11) – não é difícil captar sua mensagem nem é necessário, para isso, aplicar alguma metodologia. Essa é, aliás, uma característica fundamental das charges, que as definem como uma maneira prática e assimilável de se resumir artigos inteiros, facilitando sua compreensão e atingindo um maior número de pessoas (MOTTA, 2006: 17). Justamente por serem simples, têm um grande alcance popular, constituindo-se em uma linguagem mobilizada para a extensão do debate público. No entanto, academicamente, não basta descrever as charges e seu contexto de produção para extrair delas todo o conteúdo existente por trás de sua elaboração: é necessário um corpo metodológico mais sólido. Nesse sentido, importante contribuição prestou o alemão Ralf

Bohnsak ao desenvolver um método próprio das Ciências Sociais, o método documentário de interpretação, fundamentado sobre a tradição da Sociologia do Conhecimento de Karl Mannheim e na Sociologia Praxiológica de Pierre Bourdieu, e aplicado pelo pesquisador Vinicius Liebel no estudo de charges.

A metodologia proposta pelo alemão atua sobre os chamados níveis de sentido: a interpretação dos signos é feita pela decomposição da imagem e reconstrução de seus variados sentidos (LIEBEL, 2011: 173). A ideia é que passemos de uma postura interpretativa imanente, ou seja, a compreensão intuitiva que desenvolvemos no cotidiano (WELLER, 2005:263), para uma postura sociogenética, através de uma mudança na formulação da pergunta: ao invés de questionar o que (*was*) são fenômenos ou fatos sociais, o pesquisador deve dirigir suas atenções para a compreensão de como (*wie*) estes são constituídos (BOHNSAK, 2007: 290). Segundo Mannheim, no processo de interpretação existem três “níveis de sentido” a serem diferenciados:

- um nível objetivo ou imanente, dado naturalmente (por exemplo, num gesto, num símbolo ou ainda na forma de uma obra de arte);
- um nível expressivo, que é transmitido através das palavras ou das ações (por exemplo, como expressão de ou como reação a algo);
- e um nível documentário, ou seja, como documento de uma ação prática; (WELLER, 2005: 263)

Todo produto cultural apresenta em sua totalidade os três níveis distintos de significação, passíveis de serem revelados pelas análises científicas. Esses níveis são atingidos no método documentário de interpretação através de duas etapas: a Interpretação Formulada e a Interpretação Refletida. Na *Interpretação Formulada*, a primeira etapa, os sentidos inerentes à imagem são apreendidos através de dois passos, a fase Pré-iconográfica e a fase Iconográfica. A Pré-iconográfica caracteriza-se pela pergunta “o que” é a imagem, que é respondida pela simples descrição dos objetos, fenômenos e ambientes contidos nela. Já na etapa Iconográfica ocorre busca de um sentido pela interpretação das ações e gestos encontrados no primeiro passo, baseada no senso comum. A diferença prática entre as duas etapas pode ser ilustrada com a situação de um cumprimento com chapéu: na análise pré-iconográfica, a situação seria descrita como “a retirada do chapéu da cabeça”, enquanto no nível iconográfico tal gesto é tido como uma “saudação”. Nessa fase encontra-se ainda a interpretação de símbolos,

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

arquétipos e outras interpretações estilísticas de senso comum (LIEBEL, 2011: 175).

A segunda grande fase, a *Interpretação Refletida*, em contraposição à Iconográfica, é marcada pela ruptura com o senso comum (BOURDIEU, 1996: 269) e pela passagem do enfoque do “o que” para o do “como”, ou seja, do *modus operandi* da produção (BOHNSAK, 2007: 291). Aqui, como salienta Vinicius Liebel, a Iconologia de Erwin Panofsky é parte central da análise, interpretando a imagem através do estudo de sua singularidade enquanto fonte histórica e social (LIEBEL, 2011: 175). De acordo com Panofsky, o sentido iconológico “pode ser apreendido desvelando-se todo e qualquer princípio constituído como base de uma nação, de uma época, de uma classe, de uma crença religiosa ou filosófica, modificado por uma personalidade e condensado em uma única obra” (PANOFSKY *apud* BOHNSAK, 2007: 292). Esse passo compreenderá, portanto, a caracterização de elementos fundamentais no reconhecimento de elementos coletivos, bem como religiões, ideologias e visões de mundo, e do *habitus* da sociedade ou grupo em questão.

A Iconologia de Panofsky recebe, no método documentário, a complementaridade do método Icônico, desenvolvido por Max Imdahl. O alemão propõe em seu método a análise de outros elementos relacionados às técnicas da arte, como o papel desempenhado pelas cores, luzes, linhas e formas na interpretação das imagens, encarando-as como “um sistema evidente na construção de suas normas imanentes e em sua autonomia” (IMDAHL *apud* BOHNSAK, 2007: 300). A busca pela questão do “como” no método icônico é direcionada para natureza da imagem, para sua constituição formal, e essa interpretação pode manter-se em grande parte separada do conhecimento iconográfico prévio, isto é, da atribuição de sentido iconográfico.

A Interpretação Refletida (análise iconológica-icônica) é, portanto, um instrumento que possibilita acesso ao(s) *habitus* dos produtores da imagem e à maneira pela qual a realidade é por eles percebida, revelando as estruturas e as disposições que permeiam e definem a sociedade em que ela foi produzida (LIEBEL, 2011: 180). Juntas, as duas fases dão conta dos diferentes níveis de significado que uma imagem encerra, e fazem do método documentário uma importante ferramenta a ser mobilizada para um trabalho mais maduro com este tipo de fontes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BELMONTE. **Caricatura dos Tempos**. São Paulo: Melhoramentos, 1982.
- BOHNSAK, Ralf. A interpretação de imagens e o método documentário. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 18, jul.-dec. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n18/n18a13.pdf> . Acesso em 10/07/2016.
- BOURDIEU, Pierre. A prática da antropologia reflexiva. In: BOURDIEU, Pierre; WACQUANT, Loïc. **Antropologia reflexiva**. Frankfurt: Suhrkamp, 1996.
- CARMONA, Rubén Dário Acevedo. **Política y caudillos colombianos en la caricatura editorial (1920-1950)**. Programa de Doctorado: Universidad de Huelva, Espanha, 2003.
- GAWRYSZEWSKI, Alberto. Conceito de caricatura: não tem graça nenhuma. **Domínios da Imagem**, Londrina, ano I, n. 2, maio 2008
- LIEBEL, Vinícius. **Charges como documentos históricos: teoria e método** [mimeo]. São Paulo: Universidade de São Paulo (USP), 2014.
- _____. Entre sentidos e interpretações: apontamentos sobre análise documentária de imagens. **Educação Temática Digital**. Campinas, v. 12, n. 2, p. 172-189, jan./jun. 2011.
- LIMA, Herman. **História da caricatura no Brasil**. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1963. Vol.01.
- MERGEL, Thomas. **História Cultural da Política**. Tradução de René Gertz. Docupedia-Zeitgeschichte. Fev. 2011. Título original: Kulturgeschichte der Politik. Disponível em: https://docupedia.de/zg/kulturgeschichte_der_Politik?oldid=75525. Acesso em 18/06/2016
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Jango e o golpe de 1964 na caricatura**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.
- TEIXEIRA, Luiz Guilherme Sodré. **O traço como texto: A história da charge no Rio de Janeiro de 1860 a 1930**. Papéis Avulsos, Rio de Janeiro, 2001, n. 38.
- _____. **Sentidos do humor, trapaças da razão, a charge**. Rio de Janeiro: Fundação casa de Rui Barbosa, 2005.
- SILVA, Ivam Cabral da. **Humor gráfico: o sorriso pensante e a formação do leitor**. Natal: UFRN/RN. Dissertação de Mestrado, 2008.
- WELLER, Wivian. A contribuição de Karl Mannheim para a pesquisa qualitativa: aspectos teóricos e metodológicos. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 13, jan.-jun. 2005.
- Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. "O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História", Juiz de Fora, 2017, 1554p. ISSN: 2317-0468 17 a 21 de outubro de 2016*

**A fotografia da menina que não cumprimentou João Figueiredo: apontamentos
sobre a memória da Ditadura Civil-Militar¹**

Natália Aparecida Godoy da Silva

RESUMO:

O presente artigo pretende analisar a recepção da fotografia que registrou o momento no qual Rachel Clemens Coelho se negou a cumprimentar o presidente João Figueiredo na edição de setembro de 1979 da Revista *Veja*. A fotografia pertence ao fotógrafo Guinaldo Nicolaevsky. As disputas de memória em torno da Ditadura Civil-Militar e a noção de resistência serão abordadas. A experiência fotográfica será considerada em sua dimensão pública.

Palavras-Chave: Ditadura Civil-Militar, resistência, memória coletiva, Rachel Clemens Coelho, Guinaldo Nicolaevsky.

ABSTRACT:

This article aims to analyze the photo reception which recorded the moment in which Rachel Clemens Coelho refused to greet President Joao Figueiredo in the September issue 1979 of *Veja* magazine. The photograph belongs to photojournalist Guinaldo Nicolaevsky. The memory of disputes around the Civil-Military Dictatorship and the notion of resistance will be addressed. The photographic experience will be considered in its public dimension.

Keywords: Civil-Military Dictatorship, Resistance, collective memory, Rachel Clemens Coelho, Guinaldo Nicolaevsky.

Em 2011, Rachel Clemens Coelho procurou a imprensa e se identificou como a menina conhecida por ter se negado a estender a mão ao presidente João Baptista Figueiredo. Na ocasião ela afirmou que não quis cumprimentar aquele porque seus pais queriam obriga-la a cumprimenta-lo, mas ela não gostava de receber ordens. Três anos depois, notícias divulgavam a precoce morte de Rachel em decorrência de um infarto.²

¹Este artigo é um recorte de uma pesquisa desenvolvida pela autora, na qual se pretende investigar a recepção da fotografia em questão em impressos de 1979 e dos anos 2000. A autora é graduanda em História na Universidade Federal de Juiz de Fora. nataliajfm@gmail.com.

² Mulher que se recusou a cumprimentar Figueiredo quando menina revela que agiu por birra. *Estado de Minas*. Disponível em: << http://www.em.com.br/app/noticia/politica/2011/06/14/interna_politica,233825/mulher-que-se-recusou-a-cumprimentar-figueiredo-quando-menina-revela-que-agiu-por-pirraça.shtml >>. Acesso em novembro de 2014.

CHEREM, Carlos Eduardo. Morre mulher cuja imagem virou símbolo da luta contra a Ditadura Militar. UOL Notícias. Disponível em << <http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2015/04/14/morre-mulher-cuja-imagem-virou-simbolo-da-luta-contraditadura-militar.htm#fotoNav=13> >>. Acesso em 27 jul 2015.

O episódio sobre o qual as reportagens fazem referência ocorreu em 1979, durante uma visita de João Figueiredo a Belo Horizonte, no Palácio da Liberdade. Rachel Clemens ao se encontrar com o presidente se negou a estendê-lo a mão. O gesto foi registrado pelo fotógrafo Guinaldo Nicolaevsky e a fotografia foi publicada na Revista *Veja*. Guinaldo Nicolaevsky, falecido em 2009, desejava reencontrar Rachel Clemens e, para isso, um grupo de amigos promoveu uma campanha na internet no ano anterior a sua morte. Rachel Clemens ficou sabendo da campanha em 2011 e procurou a imprensa.

As notícias de ambos os momentos (2011 e 2015) mencionam que o gesto de Rachel Clemens adquiriu, em 1979, a conotação de resistência à Ditadura Civil-Militar³. Tal qualificação de resistência pode ser relacionada com a memória coletiva sobre a Ditadura Civil-Militar configurada durante a abertura política. De acordo com essa memória, a sociedade brasileira foi uma vítima dos militares que implantaram uma ditadura sem o consentimento da mesma e, durante esse regime, a sociedade em peso foi insatisfeita com o mesmo e resistiu quando pode.⁴ Além disso, há uma naturalização da noção de resistência que costuma ser presente na legitimação de determinadas memórias de sociedades que foram governadas por regimes autoritários⁵. Ambas as premissas serão discutidas nesse trabalho.

A fotografia de Guinaldo Nicolaevsky nas páginas da *Veja*

Em março de 1979, João Baptista Figueiredo assumiu a presidência com o intuito de prosseguir o processo de abertura política iniciado por Ernesto Geisel, seu antecessor. Neste momento, diversos setores que apoiaram o regime estavam revendo suas posições, como a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), a ABI (Associação Brasileira de Imprensa) e alguns setores

³ Entretanto, não foram encontradas até o presente momento materiais jornalísticos de 1979 que demonstrem adotar exclusivamente tal interpretação.

⁴ ROLLEMBERG, Denise. "Esquecimento das Memórias". *Núcleo de Estudos Contemporâneos*. Universidade Federal Fluminense. Disponível em << <http://www.historia.uff.br/nec/esquecimento-das-memorias>>>. Acesso em 3 agosto de 2016.p.1-11.

⁵ ROLLEMBERG, Denise. "Definir o conceito de Resistência: dilemas, reflexões, possibilidades". In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha(org.). *História e memória de ditaduras do século XX*. Rio de Janeiro, FGV: 2015.p.78-95.

empresariais⁶. Visando reconquistar o apoio destes setores e da sociedade como um todo, Figueiredo adotou uma política de conciliação, a chamada *mão estendida em conciliação*⁷. Entretanto, conforme destacado por Marcos Napolitano tal política foi adotada sem abandonar os valores e princípios que orientavam a Ditadura Civil-Militar, como a Doutrina de Segurança Nacional.⁸ No início do ano, os atos institucionais foram revogados e havia certa liberdade de expressão na imprensa.⁹

Marcos Napolitano também destaca que a anistia era uma das metas do mandato de Figueiredo visando, principalmente, o esvaziamento dos movimentos que exigiam a aprovação de uma lei de Anistia que punisse os militares. Em agosto deste ano foi aprovada a Lei de Anistia nº 6.683, que anistiou os militares e os militantes políticos. Entretanto, os militantes de esquerda que se envolveram na luta armada, acusados de "crimes de sangue" não foram anistiados e os presos políticos remanescentes saíram da prisão através de outros recursos jurídicos, como a revisão de pena.¹⁰ Conforme apontado por Carlos Fico, a Lei de Anistia foi uma espécie de pacto “segundo o qual a anistia aos exilados políticos era concedida em troca do perdão aos crimes da repressão.”¹¹

Em setembro deste ano, durante uma visita de Figueiredo a Belo Horizonte, Rachel Clemens Coelho, então com cinco anos, se negou a estender a mão a este. O momento foi registrado por Guinaldo Nicolaevsky e a foto foi publicada na edição nº 575 da Revista *Veja*, em 12 de setembro de 1979. A edição se dedicou a analisar o panorama político do momento, destacando o retorno de ex-exilados políticos como Leonel Brizola e Fernando Gabeira e a política de conciliação almejada por Figueiredo.

Em *A chance da conciliação*, uma das reportagens presentes na edição, argumenta-se que os militares- denominados “conservadores” e “vencedores de 1964”- retomaram a lógica da conciliação adotada por Dutra no final dos anos 1940. O texto

⁶ REIS FILHO, Daniel Aarão. “Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória”. In: ____ REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). *O golpe e a ditadura militar: anos depois* (1964-2004). Bauru, SP:Edusc, 2004.p.44.

⁷ NAPOLITANO, Marcos. “Tempos de caos e esperança”. In: ____ 1964 :*História do Regime Militar Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.p.282.

⁸ *Ibidem* p.283.

⁹ REIS FILHO, Daniel Aarão. “A vida política”. In: ____ Modernização, Ditadura e Democracia. 1964-2010. *Coleção História do Brasil Nação 1808-2010*. Rio de Janeiro: Objetiva: 2014. Vol. 5.p.103.

¹⁰ *Idem*.

¹¹ FICO, Carlos. “Violência, trauma e frustração no Brasil e na Argentina: o papel do historiador.” *Topoi*. 2013, vol.14, n.27, p.246.

acrescenta que a conciliação de Figueiredo se dirigia a todos, inclusive às lideranças políticas de 1964 contrárias ao golpe, chamadas de “adversários de 1964.”

Esta reportagem aponta que a passagem de João Figueiredo a Belo Horizonte tinha o intuito de promover sua popularidade e prestigiar o governador mineiro Francelino Pereira. Durante a visita, Figueiredo foi recebido por populares, crianças e prefeitos de municípios mineiros. O texto menciona que a visita ocorreu na Semana da Pátria, mas não expôs sua data precisa.

Ainda sobre a temática da conciliação, a reportagem aponta que João Figueiredo discursou em Belo Horizonte reforçando a necessidade de conciliação:

[...]“Para nós brasileiros, a esperança reside na ideia de união, de coesão”, disse o presidente, depois de ter defendido a anistia e disparado uma certa advertência “aos que estão empenhados em voltar para trás as páginas do livro da História”. Este aviso simpático foi precedido de outros, sem dúvida mais úteis. [...].

Retirado de “Brizola chega ao Brasil, com o seu PTB. Conciliação ou Confronto.” *Revista Veja*. n.575.12 set 1979.p.22.

Em meio a essa discussão, é exposta a fotografia de Guinaldo Nicolaevsky seguida da legenda “Figueiredo em Minas: aviso simpático”:



Retiradas de “Brizola chega ao Brasil, com o seu PTB. Conciliação ou Confronto.” *Revista Veja*.n.575.12 set 1979.p.22.

Percebe-se que a atitude de Rachel Clemens em não estender a mão a João Figueiredo, registrada na fotografia acima, foi encarada pela revista como uma representação de todos aqueles que relutavam em se inserir na política de conciliação governamental, mostrando os limites desta. Pode-se considerar que a reportagem atribuiu uma conotação de desobediência a atitude de Rachel, mas não propriamente de resistência. Esta desobediência somente possui um sentido político se a fotografia for entendida como a representação de todos aqueles que não queriam se conciliar com Figueiredo, conforme descrito acima. Sem essa interpretação, o gesto de Rachel Clemens não pode ser entendido como desobediência no sentido político, mas como um comportamento típico de uma criança.

Logo, a conotação de resistência atribuída à atitude de Rachel Clemens foi posterior à publicação desta reportagem. Esta conotação, conforme mencionado anteriormente, é apontada em reportagens de 2011 e 2015 que mencionam, respectivamente, a identificação de Rachel como “a menina da foto” e a sua morte, mas não é mencionada de maneira naturalizada. Pode-se propor que a qualificação da atitude de Rachel Clemens como resistente está relacionada com a memória pública que se têm a respeito do período da Ditadura Civil-Militar que entende este período a partir da dicotomia militares opressores e sociedade oprimida, assunto a ser discutido no próximo item.

Antes de avançar para a discussão sobre memória, é importante discorrer sobre a dimensão política da experiência fotográfica que pode ser identificada a partir do conceito de *fotografia pública*. Por fotografia pública entendem-se as fotografias divulgadas por instituições dedicadas a formação de uma opinião pública, como meios de comunicação e o Estado¹². A fotografia pública também cumpre o papel de registrar uma memória sobre os acontecimentos.

Segundo Ana Maria Mauad, as fotografias no Brasil adquiriram um caráter público na imprensa ilustrada, na primeira metade do século XX, que se dedicava a divulgar fotos de bens de consumo, numa tentativa de incentivá-lo.¹³ Mauad acrescenta

¹² MAUAD Ana Maria. “Fotografia pública e cultura do visual, em perspectiva histórica”. *Revista Brasileira de História da Mídia*. vol.2, n.2, jul/2013 - dez/2013.p.11-20. Disponível em <<<http://www.unicentro.br/rbhm/ed04/dossie.asp>>>. Acesso em 6 set 2015.

¹³ MAUAD, Ana Maria: Op.cit.p.17.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

que, a partir de meados do século XX, as fotografias também adquirem a função de documentar acontecimentos em resposta ao surgimento de revistas e jornais que visavam fazer tais registros utilizando textos e imagens. Neste caso, a fotografia é pública porque

[...] agencia os sentidos que podem ser atribuídos aos acontecimentos vividos no espaço público como veicula imagens de fatos que foram avaliados pelos editores da revista como de interesse do grande público. (MAUAD:2013,18).

Assim, se vê nas páginas daquela edição da Revista *Veja* a importância atribuída à fotografia como um elemento também constituinte da notícia e dotado de um significado político. Além disso, se usarmos o conceito de Fotografia Pública, podemos argumentar que o fato de Rachel Clemens não cumprimentar o presidente Figueiredo foi considerado pelo corpo editorial um assunto de grande relevância pública. Logo, a Revista *Veja* cumpriu o papel de tornar pública a fotografia de Guinaldo Nicolaevsky.

Ditadura brasileira: entre a memória o esquecimento

Conforme destacado por Carlos Fico, os historiadores a partir das duas últimas décadas do século XX tem se dedicado a estudar eventos violentos que marcaram tal século- como o Holocausto e as ditaduras latino-americanas- também conhecidos como *eventos traumáticos*.¹⁴ Fico também observa que o estudo destes começou a se desenvolver mais intensamente em um momento marcado por “grande instabilidade e angústia diante de mudanças demasiado aceleradas”,¹⁵ acompanhada de um desejo público do esquecimento do passado que, por sua vez, gerou a necessidade de rememoração deste através da valorização da memória dos indivíduos que presenciaram ou participaram dos eventos em questão. A rememoração desses eventos apontou o historiador, era uma forma de evitar a sua repetição.

Portanto, um número significativo de historiadores, a partir desse momento, se dedicou a estudar eventos traumáticos utilizando, diversas vezes, a memória daqueles que presenciaram tais eventos. A memória, em tais estudos, se apresenta como uma fonte

¹⁴ FICO, Carlos. “História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro”. *Varia História*, v.28, p.43-59, 2012.p.50.

¹⁵ *Ibidem*.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
 “O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
 ISSN: 2317-0468
 17 a 21 de outubro de 2016

importante de entendimento do passado traumático devido a sua capacidade de rememorar eventos passados e atualizá-los constantemente no tempo presente.

Henry Rousso salienta que o passado rememorado não se refere somente à experiência de um indivíduo, mas a experiência adquirida por este nos “espaços familiar, social e nacional.”¹⁶ Portanto, as memórias individuais apresentam um caráter coletivo que Maurice Halbwachs denominou de “Memória coletiva”.¹⁷ Tais memórias, conforme apontado por Henry Rousso garantem a identidade de um determinado grupo e são uma forma de resistir à passagem do tempo. Segundo Michael Pollack, ao invés de serem impostas, são construídas através da “adesão efetiva ao grupo” e reforçam a coesão social.¹⁸ Portanto, também podem ser denominadas por *Memórias Públicas*.

Entretanto, Henry Rousso aponta que não se pode afirmar que a memória coletiva sobre um determinado evento é compartilhada por todos os indivíduos da mesma forma. O intelectual descreveu que os historiadores

[...] admitem, de maneira mais ou menos declarada, que as representações do passado observadas em determinada época e em determinado lugar-contando que apresentam um caráter recorrente e repetitivo, que digam respeito a um grupo significativo e que tenham aceitação nesse grupo ou fora dele-constituem a manifestação mais clara de uma memória coletiva.(ROUSSO:2001,95).

Segundo Denise Rollemberg,¹⁹ a memória coletiva sobre a Ditadura Civil-Militar brasileira (1964-1985) se estruturou na oposição sociedade oprimida e militares opressores, ou seja, de acordo com essa representação do passado, os militares impuseram um regime ditatorial sem o consentimento da mesma. Segundo Daniel Aarão Reis, essa memória também carrega a versão de que a sociedade brasileira foi insatisfeita com o regime militar durante os seus vinte e um anos e encontrou diversas formas de resistir ao mesmo.²⁰ Essa versão omite a sustentação que alguns setores civis deram a Ditadura, que ficam delegadas ao plano das memórias periféricas.

¹⁶ ROUSSO, Henry. “A memória não é mais o que era”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (orgs.). Usos & abusos da história oral. 1a edição 1996. Rio de Janeiro: FGV, 2001.p.94.

¹⁷ HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

¹⁸ POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”. Estudos Históricos, vol. 2, nº 3. 1989, p. 3.

¹⁹ Rollemberg, Denise. Op.cit.p.8.

²⁰ REIS FILHO, Daniel Aarão. “Ditadura no Brasil:uma incômoda e contraditória memória”. In: *Ditadura e democracia no Brasil*. Do golpe de 1964 à constituição de 1988.Rio de Janeiro:Zahar, 2014.p.8.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.

ISSN: 2317-0468

17 a 21 de outubro de 2016

De acordo com Denise Rollemberg, as memórias marginais ou periféricas da Ditadura são rememorações desse passado compartilhadas por alguns indivíduos, mas que não apresentam um conhecimento expressivo capaz de promover sua inserção na memória coletiva. A participação de setores da sociedade no golpe de 1964 e o financiamento da repressão por empresários, entre outros exemplos, são memórias marginais.

A pesquisadora destaca que a memória coletiva sobre a Ditadura foi se construindo durante a transição democrática (1979-1985) em um momento no qual os militares sugeriam o esquecimento do passado e a esquerda apresentava uma necessidade de falar deste. Entretanto para a esquerda armada, falar sobre o passado implicava uma autorreflexão sobre este que, por sua vez, implicava em admitir o apoio de parcela da sociedade ao golpe e á Ditadura, algo que a esquerda armada não concebia nas décadas de 1960 e 1970. Durante estas duas décadas, a esquerda armada acreditava na alienação da sociedade em relação aos militares. Frente a esse dilema, conforme descrito pela autora a memória da sociedade como vítima da ditadura foi a escolhida para compor a memória coletiva.

Daniel Aarão Reis observa que outros setores da sociedade também apresentavam dificuldades em falar sobre o passado recente, pois “[...] Desapareceram as pontes e as cumplicidades tecidas ao longo dos anos 1970 e que, no limite, construíram fundamentos do próprio processo de distensão, lento, seguro e gradativo [...]”. (REIS FILHO: 2014,135).

Portanto, a qualificação de resistência atribuída a Rachel Clemens é um reflexo da memória coletiva da Ditadura que se consolidou ao longo dos anos da abertura e permanece ainda hoje. Assim, a Ditadura Civil-Militar por essa memória é entendida e lembrada pelo viés da *resistência*, seja ela armada ou não.

REIS FILHO, Daniel Aarão. “A transição democrática (1979-1988)”. In: _____ *Ditadura e democracia no Brasil. Do golpe de 1964 à constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p.135-136.

Considerações a respeito do conceito de resistência

Conforme apresentado acima, o termo *resistência* é bastante utilizado para definir o comportamento da sociedade brasileira durante a Ditadura Civil-Militar. Segundo Denise Rollemberg²¹, a noção de resistência foi utilizada para se falar sobre a Segunda Guerra Mundial e posteriormente foi adotada para designar outros conflitos que marcaram o século XX, como os combates às ditaduras latino-americanas e os conflitos de libertação nacional nos países africanos e asiáticos. Portanto, o conceito se estendeu adaptando-se a diferentes realidades e, ao mesmo tempo, foi utilizado na construção de mitos de resistência sobre aqueles conflitos.

Conforme discutido anteriormente, a qualificação da atitude de Rachel Clemens em não estender a mão a João Figueiredo como resistente pode ser relacionada à presença de uma memória sobre a Ditadura Civil-Militar sustentada na dicotomia sociedade oprimida e militares opressores. Assim, há uma naturalização desta memória e da noção de resistência a Ditadura Civil-Militar. É como se a sociedade brasileira tivesse se mostrado contrária a ditadura, desde a sua implantação em 1964, resistindo de diversas formas.²²

A naturalização da noção de resistência a Ditadura Civil-Militar, segundo Rollemberg²³ impede a compreensão das relações que a sociedade estabeleceu com o regime além da colaboração e da resistência, ou seja, “[...] as posições e os comportamentos ambivalentes de maior parte da sociedade [...]”, também chamadas de *zona cinzenta*, termo usado por Pierre Laborie.

Segundo Denise Rollemberg, durante muito tempo, a historiografia francesa estudou a resistência à ocupação nazista, mas não se preocupava em conceituar o termo. Tal conceituação começou a ser presente nos trabalhos a partir dos anos 1990. Jacques Sémelin e Pierre Laborie são alguns dos intelectuais que apresentaram definições para a

²¹ ROLLEMBERG, Denise. “Definir o conceito de Resistência: dilemas, reflexões, possibilidades”.

In: __ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha(org.). *História e memória de ditaduras do século XX*. Rio de Janeiro, FGV: 2015.p.92.

²² REIS FILHO, Daniel Aarão. Op.cit.p.8;135-136.

²³ ROLLEMBERG, Denise. “Definir o conceito de Resistência: dilemas, reflexões, possibilidades”.

In: __ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha(org.). *História e memória de ditaduras do século XX*. Rio de Janeiro, FGV: 2015.p.92

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.

“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.

ISSN: 2317-0468

17 a 21 de outubro de 2016

resistência francesa durante a ocupação nazista. Alguns dos pressupostos presentes nas análises de ambos contribuem para problematizar a qualificação de resistência delegada à Rachel Clemens Coelho.

Segundo Jacques Sémelin, a resistência, apesar de partir de inquietações individuais, se exprime somente de forma coletiva. O intelectual destaca que ações individuais podem ser denominadas por *desobediências* ou *dissidências*. Para o autor, a resistência é a fase avançada de uma “oposição social e política que teve sucesso em se organizar e fixar objetivos” (SÉMELIN apud ROLLEMBERG: 2015,86).

Pierre Laborie afirma que uma ação somente pode ser considerada de resistência se for movida por essa intenção. Portanto, conforme exposto pelo autor, o movimento de resistência precisa ser entendido na “[...] coerência da relação entre engajamento, intenções e consequências [...]” e é um ato intencional e obrigatoriamente transgressor. Deve ser movido pela vontade de prejudicar um inimigo e por uma atitude responsável, espontânea. (LABORIE apud ROLLEMBERG: 2015,88-89).

Assim, Rachel Clemens não pode ser considerada resistente quando não estendeu a mão a João Figueiredo porque sua atitude não foi responsável, intencional e engajada. E, conforme defendido por Jacques Sémelin, a resistência é um ato coletivo, resultado da soma de ações de resistência individuais. Como Rachel afirmou em público que a sua atitude foi uma forma de contrariar o pedido de seus pais que ela cumprimentasse o presidente, sua atitude também não pode ser considerada uma desobediência ou dissidência, seguindo a conceituação de Sémelin.

Dessa forma, o mito da resistência da sociedade brasileira durante a Ditadura contribuiu para legitimar a ideia de que Rachel Clemens foi resistente à Ditadura.

Considerações finais

Ao longo deste trabalho se discorreu sobre a recepção da fotografia que registrou o momento no qual Rachel Clemens se recusou a cumprimentar João Figueiredo na Revista *Veja*, em setembro de 1979, expondo que neste veículo a atitude de Rachel Clemens foi interpretada como uma representação daqueles que não queriam fazer parte

da política de conciliação defendida por Figueiredo. Assim, essa representação carrega um sentido político de desobediência, mas não necessariamente de resistência.

A atitude de Rachel Clemens, sem essa representação, pode ser compreendida como uma desobediência típica de uma criança. O depoimento de Rachel Clemens ao telejornal *Jornal da Globo* no qual ela diz que não cumprimentou Figueiredo com o intuito de contrariar a vontade de seus pais, nos permite sustentar essa premissa.

Portanto, conforme argumentado ao longo do trabalho, a conotação de resistência delegada à atitude de Rachel Clemens foi atribuída em um momento posterior ao registro da foto. Esta interpretação está relacionada com a memória oficial sobre a Ditadura Civil-Militar construída sobre a dicotomia militares opressores e sociedade oprimida na qual se insere a ideia de que a sociedade brasileira foi resistente a esse regime durante toda a sua existência.

Por fim, pode-se reforçar que considerar Rachel Clemens uma resistente revela a naturalização da noção de resistência, conforme apontado pela historiadora Denise Rollemberg.²⁴ Assim, essa naturalização é uma ferramenta para a legitimação da memória coletiva sobre a Ditadura e impede a compreensão de comportamentos além da resistência e da colaboração que muitas vezes permanecem localizados no campo das memórias periféricas, desconhecidos do grande público, portanto.

REFERÊNCIAS:

- FICO, Carlos. “História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro”. *Varia História*, v.28, p.43-59, 2012.
- FICO, Carlos. “Violência, trauma e frustração no Brasil e na Argentina: o papel do historiador.” *Topoi*. 2013, vol.14, n.27, pp. 239-261.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.
- KNAUSS, Paulo. “O desafio de fazer Histórias com imagens: arte e cultura visua”l. *Revista ArtCultura*. .8. n.12. Uberlândia. 2006. p.97-115.
- MAUAD Ana Maria. “Fotografia pública e cultura do visual, em perspectiva histórica”. *Revista Brasileira de História da Mídia*. vol.2, n.2, jul/2013 - dez/2013.p.11-20. Disponível em << <http://www.unicentro.br/rbhm/ed04/dossie.asp>>>. Acesso em 6 set 2015.

²⁴ *Ibidem*.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
 “O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
 ISSN: 2317-0468
 17 a 21 de outubro de 2016

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. “Fontes visuais, cultura visual, História Visual: balanço provisório, propostas cautelares”. *Revista brasileira de História*. Vol. 23. São Paulo:2003. p. 11-36.

NAPOLITANO, Marcos. “Tempos de caos e esperança”. In: _____ *1964 :História do Regime Militar Brasileiro*. São Paulo : Contexto, 2014.

POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”. *Estudos Históricos*, vol. 2, nº 3. 1989.

PORTELLI, Alessandro. “O massacre de Civittella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (orgs.). *Usos & abusos da história oral*. 1a edição 1996. Rio de Janeiro: FGV, 2001, p. 103-130.

REIS FILHO, Daniel Aarão .“Ditadura no Brasil:uma incômoda e contraditória memória”. In: *Ditadura e democracia no Brasil*. Do golpe de 1964 à constituição de 1988.Rio de Janeiro:Zahar, 2014.p.7-16.

REIS FILHO, Daniel Aarão. “A transição democrática (1979-1988)”. In: _____*Ditadura e democracia no Brasil*.Do golpe de 1964 à constituição de 1988.Rio de Janeiro:Zahar, 2014.p.125-148.

REIS FILHO, Daniel Aarão. “A vida política”. In: __ *Modernização, Ditadura e Democracia. 1964-2010. Coleção História do Brasil Nação 1808-2010*. Rio de Janeiro: Objetiva: 2014. Vol. 5.

REIS FILHO, Daniel Aarão. “Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória”. In: _____REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). *O golpe e a ditadura militar: anos depois (1964-2004)*. Bauru, SP:Edusc, 2004.p.29-50.

ROLLEMBERG, Denise. “Definir o conceito de Resistência: dilemas, reflexões, possibilidades” .In: __ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha(org.).*História e memória de ditaduras do século XX*. Rio de Janeiro, FGV: 2015.p.78-95.

ROLLEMBERG, Denise. ”Esquecimento das Memórias”. *Núcleo de Estudos Contemporâneos*. Universidade Federal Fluminense. Disponível em << <http://www.historia.uff.br/nec/esquecimento-das-memorias>>>. Acesso em 3 agosto de 2016.p.1-11.

ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha. “Memória, História e Autoritarismos”. In: __ *A construção social dos regimes autoritários*. Legitimidade, consenso e consentimento no século XX. Brasil e América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.p.12-32.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

ROUSSO, Henry. “A memória não é mais o que era”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (orgs.). *Usos & abusos da história oral*. 1a edição 1996. Rio de Janeiro: FGV, 2001, p.94-101.

FONTES:

Brizola chega ao Brasil, com o seu PTB. Conciliação ou Confronto. *Revista Veja*.n.575.12 set 1979.

CHEREM, Carlos Eduardo. Morre mulher cuja imagem virou símbolo da luta contra a Ditadura Militar. *UOL Notícias*. Disponível em <<
<http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2015/04/14/morre-mulher-cuja-imagem-virou-simbolo-da-luta-contraditadura-militar.htm#fotoNav=13>. Acesso em 27 jul 2015.

GRACIO, Dino. Guinaldo Nicolaevsky fotografou e procura quem, garota, negou cumprimento a Figueiredo. Disponível em <<
<http://dodinogracio.blogspot.com.br/2008/03/guinaldo-nicolaevsky-fotografou-e.html>>>. Acesso em 23 jan 2016.

Encontrada menina da foto que virou símbolo do desgaste da Ditadura Militar. *Jornal da Globo*. 10 jun. de 2011. Disponível em :<<<http://g1.globo.com/jornal-da-globo/noticia/2011/06/encontrada-menina-da-foto-que-virou-simbolo-de-desgaste-da-ditadura.html>>>. Acesso em nov. de 2014.

NASSIF, Luiz. *A menina que se recusou a cumprimentar Figueiredo*. *GGN*. Disponível em << <http://jornalggm.com.br/blog/luisnassif/a-menina-que-se-recusou-a-cumprimentar-figueiredo>>> Acesso em 2 dez 2014.

PPS-ES fará homenagem póstuma ao jornalista e fotógrafo Guinaldo Nicolaevsky. Disponível em << <http://portal.pps.org.br/helper/printData/96868>>>. Acesso em 15 jun 2015

.Relato da Rachel Coelho, a menina rebelde que não apertou a mão de Figueiredo. *Revista Forum* Disponível em: <<
<http://www.revistaforum.com.br/mariafro/2011/06/11/relato-da-rachel-coelho-a-menina-rebelde-que-nao-apertou-a-mao-de-figueiredo/>>>. Acesso em nov de 2014.

A representação do homossexual e do desejo homossexual na pornochanchada

Nelson C. Neto¹

Resumo:

O objetivo deste artigo é analisar como o indivíduo homossexual e o desejo homossexual em si foram representados no ciclo da pornochanchada, gênero de cinema que combinava erotismo com comédia, e foi bastante popular no Brasil durante as décadas de 1970 e 1980. Tendo como fontes, os filmes *Corpo Devasso*, dirigido por Alfredo Sternheim e *Giselle*, dirigido por Victor di Mello, ambos de 1980. Nossa metodologia se centrará na observância das representações dos homossexuais em tais filmes a partir dos personagens Serginho, representada por Ricardo Faria em *Giselle* e Beto, interpretado por David Cardoso em *Corpo Devasso*.

Palavras-chaves: Pornochanchada, Desejo, Homossexualidade, Representação.

Abstract:

The objective of this article is to analyze as the individual homosexual and the desire homosexual in it self were represented in the cycle of the *pornochanchada*, that was a movies gender gender that combined eroticism whit comedy, and it was popular in Brazil during the decades of 1970 and 1980. Tend as sources , the films *Dissolute Body*, directed by Alfredo Sternheim and *Giselle*, directed by Victor di Mello, both of 1980. Our methodology will be centered of the representations of the homosexuals in such films starting from the characters *Serginho*, acted by Ricardo Faria in *Giselle* and *Beto*, interpreted by David Cardoso in *Dissolute Body*.

Keywords: Pornochanchada, Desire, Homosexuality, Representation.

Introdução

Desde de sua origem o cinema, como prática social, foi um espaço promissor para encontros. Apesar das mudanças ocorridas, ainda hoje o cinema, continua a ser um espaço de encontros amorosos, afetivos e mesmo sexuais. Ainda assim, alinhando-se com o pensamento de Guacira Lopes Louro a forma mais “significativa e persistente” da combinação entre cinema e sexualidade é através dos filmes, seja através da mensagem por eles expressas, seja pelas “pedagogias culturais que eles exercitam”. Para Guacira, os filmes “exerceram e exercem (com grande poder de sedução e autoridade) pedagogias da sexualidade sobre suas plateias” (LOURO, 2008: 82). Ou seja, os filmes influenciam nos conceitos e opiniões do público, nesse caso nos conceitos sobre sexualidade. Ainda

¹ Graduando do Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). E-mail: nelsonnetho@gmail.com

alinhado com o pensamento de Guacira Lopes Louro, neste trabalho pensa-se a sexualidade não como um dado da natureza, mas sim como um dispositivo histórico, conforme pensou Michel Foucault. Conforme Guacira a sexualidade trata-se de uma construção cultural² “(...)em que se arranjam linguagens, corpos, gestos e rituais (...)” (LOURO, 2008: 82).

Com esse conceito de sexualidade norteando esse estudo, a proposta aqui é a partir dos filmes *Corpo Devasso*³, dirigido por Alfredo Sternheim e *Giselle*⁴, dirigido por Victor di Mello ambos de 1980, fazer uma breve análise de como o indivíduo homossexual e o desejo homossexual em si foram representados nessas duas produções que integram o ciclo da pornochanchada. Em *Corpo Devasso*, as considerações se deterão na personagem Raul, interpretada por Arlindo Barreto. As considerações sobre *Giselle*, vão ocupar-se principalmente da personagem Serginho, representada por Ricardo Faria.

Norteiam essas reflexões os trabalhos de G. L. Louro (2008), I. Simões (2007), V. V. Sales Filhos (1995,1997), C. Kessler (2009), M. A. Freitas (2004), L. Nazário (2007), A. C. Rhoden (2012) e C. G. Tavares e M.D.A.S Reboredo (2013). Posto a noção de sexualidade que orienta essa análise, seu objetivo e suas bases teóricas, cabe esclarecer um pouco sobre o que foi esse período do cinema brasileiro chamado de pornochanchada.

Revolução sexual à brasileira? Apontamentos sobre a pornochanchada

A pornochanchada, foi um gênero de cinema, que tornou-se popular no Brasil durante a década de 1970 até meados da década de 1980, que ganhou esse nome pois

² A autora complementa que os significados que “se atribuem as identidades, jogos e parcerias sexuais são situados e disputados historicamente e, ao longo dos tempos, nos filmes, posições-de-sujeitos e práticas sexuais e de gênero vêm sendo representadas como legítimas, modernas, patológicas, normais, desviantes, sadias, impróprias, perigosas, fatais, etc. Ainda que tais marcações sociais sejam transitórias ou, eventualmente, contraditórias, seus resíduos e vestígios persistem, algumas vezes por muito tempo. Reiteradas e ampliadas por outras instâncias, tais marcações podem assumir significativos efeitos de verdade” (LOURO, 2008: 82).

³ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=SkF2VyoaZl> Acesso em: 06 fev. 2016.

⁴ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LGMXbFn4ymY> Acesso em: 06 fev. 2016.

combinava erotismo com comédia (FREITAS, 2004). A pornochanchada foi herdeira das chanchadas que dominaram a década de 1950, bem como herdeira do AI-5, de 1964. Devido as medidas autoritárias tomadas pela Ditadura Civil-Militar, como a obrigatoriedade de exibição de filmes brasileiros (que variou de 56 dias de exibição em 1967 a 112 dias em 1975), a obrigatoriedade de cópiagem de filmes estrangeiros em laboratórios nacionais, a introdução do controle centralizado de vendas de ingressos e outras, a pornochanchada beneficiou-se de tais medidas, mas seu crescimento deu-se as margens das políticas do regime civil-militar (SALE FILHO, 1995).

As produções da pornochanchada foi “um gênero bem mais atrevido e extravagante de cinema” alavancado principalmente com a liberação do corpo e da “mente” e também pela repressão do regime militar (FREITAS, 2004). Os temas que mais eram retratados nessas produções relacionavam-se com a malandragem, o adultério, o travestismo, a homossexualidade (*entendida como o papel passivo*), o tráfico de drogas, a bissexualidade feminina e se valendo de uma linguagem que, ia do besteirol, passando pela malícia e chegando até a jargões sexuais explícitos (FREITAS, 2004). Tais produções, iam de encontro com as buscas do público, que estava passando por mudanças comportamentais, fruto da liberação dos costumes. Dessa forma, segundo Kessler “(...)O novo ciclo do cinema viria a ser uma espécie de “revolução sexual à brasileira” (Parga, 2008: 91), em tom de deboche, recheada de personagens caricatos e situações divertidas (...)” (KESSLER, 2009: 14).

A pornochanchada não foi um movimento organizado. Entre seus inúmeros organizadores, nenhum traçou um programa comum ou possuía o objetivo de estabelecer-se como oposição ao regime. O sucesso desse gênero cinematográfico reside no fato dele ter mexido com o imaginário do brasileiro, ou seja, houve uma identificação do desejo coletivo do público com o que era reproduzido nas telas do cinema⁵ (SALES FILHO, 1997).

⁵ “O efeito psicológico da Pornochanchada era atingir diretamente as fantasias e despertar os mecanismos projetivos dos espectadores. As mulheres extremamente maquiadas e ‘liberadas’ mexiam diretamente com o sonho erótico do homem médio brasileiro. Havia também um segundo processo psíquico, ou seja, levava a uma identificação direta daquele indivíduo submisso, pobre e sem perspectivas com os galãs – grande parte canastrões e carregados no gestual – valentes, audazes e sexualmente predadores. No que respeita à comédia, na Pornochanchada o homem médio ria de situações com as quais já vivera ou presenciara diretamente: um marido traído, um conquistador piegas, uma mulher atirada, um rapaz que fica impotente no momento da relação, uma aventura homossexual esporádica”. (FREITAS, 2004: 6).

Esse gênero de cinema recheado de machismo, racismo e “outros ismos”, como coloca Freitas, pode ser entendido como um retrato fiel da sexualidade brasileira. No tocante as “aventuras homossexuais esporádicas”, nos filmes da Pornochanchada e mesmo nos filmes eróticos dos anos 1980, a presença de relações sexuais entre homens e entre homens e travestis (geralmente assumindo o papel de passivas) e a bissexualidade feminina estavam sempre presentes. A pornochanchada, além de mais realista ao abordar o cenário sexual brasileiro efetivo, não sendo hipócrita omitindo o trânsito dos homens pela sexualidade com outros homens, como se isso fosse algo incomum e específico (FREITAS, 2004).

Ao se afirmar isso, é importante ressaltar, que os filmes da pornochanchada não tinham um caráter de contestação ou o objetivo de efetuarem uma análise crítica sobre a banalização da sexualidade, a exploração do corpo feminino, o machismo e dos outros “ismos”. Essas produções só evidenciavam, de forma ostensiva, o que seriam as mazelas da cultura brasileira (SALES FILHO, 1995).

Os estudos acadêmicos sobre a pornochanchada tendem a rotular as produções desse gênero como despolitizadoras, sustentando a tese de que regime incentivava tais produções, pois elas desviavam o olhar da situação política do país. No entanto, pensa-se nesse trabalho em concordância com Sales Filho, que a indústria cultural, inserida na sociedade, é dela que retirará os elementos para suas produções. Logo, “(...) Para considerar os produtos da indústria cultural como documentos históricos é necessário inicialmente descartar a ótica funcionalista e as hipóteses simplificadoras de alienação e passividade (...)” (SALES FILHO, 1997: 131). Ainda acompanhando o pensamento de Sales Filho, ao invés de ser desprezada, a pornochanchada deve ser observada em relação ao falso moralismo e ao conservadorismo da sociedade brasileira (SALES FILHO, 1995).

A pornochanchada vê seu declínio no início da década de 1980, devido à crise econômica mundial, que acaba por afastar o público do cinema, junto com o esgotamento do tema e a chegada dos filmes com sexo explícito no Brasil, o chamado *cinema hardcore*. Nesse cenário, os estúdios que integravam a Boca do Lixo, passaram a extremar na exibição de sexo (KESSLER, 2009). Todavia, no contexto da

pornochanchada, como se deu a representação do indivíduo e do desejo homosexual? A partir dos filmes *Corpo devasso* e *Giselle*, ambos de 1980, busca-se tecer considerações a esse respeito.

Corpo devasso: entre a submissão, o fetiche e a infelicidade

Em *Corpo Devasso*, vão aparecer uma série de personagens homossexuais, em sua boa parte como figurantes e/ou coadjuvantes, somente para darem o desenvolvimento da trama, seja para demonstrar que Beto (David Cardoso) tinha transformado-se em garoto de programa, seja para voltar a reviver esse passado que ele tenta esquecer, mas que conforme insinua a cena final

do filme ele não conseguirá. No entanto, há em *Corpo Devasso* uma personagem homossexual que será o foco de nossas considerações Raul, vivido por Arlindo Barreto.

Logo nas primeiras cenas do filme após chegar do interior Beto conhecerá Chico (Armando Tirabosqui), que vai induzi-lo após um dia de procura em vão por emprego, ter ganhado um cartão de Lúcia (Neide Ribeiro), que ele a procure. Dessa procura ele acaba tendo um relacionamento com ela, obtendo vantagens financeiras. Quando Lúcia o troca por outro rapaz, ao retornar a pensão, Chico propõe a Beto que ingresse na vida de garoto de programa, apresentando-a como vantajosa.

Decidindo-se por ingressar na vida de garoto de programa, em nenhum momento Beto vai ser abordado por mulheres, mas sim por homens homossexuais, onde os mais velhos são representados como indivíduos, alguns com trejeitos, outros com a ausência destes e os mais novos (adolescente /pré adultos) vão ser sempre representados como bastante afeminados, com bastante trejeitos, com um comportamento abusado com relação aos michês que encontram pelo caminho e se tornam alvo de seus desejos. Após uma sequência de cenas mostrando os programas de Beto, entra ele e Chico em cena, que o convida para um “programa duplo”, dizendo que dá mais dinheiro. Chama a atenção o termo que Chico usa para referir-se a esse tipo de programa: “Tem uns caras aí que gostam de *coisa estranha*...”. Logo em seguida a cena que entra é justamente a desse programa duplo, onde a “coisa estranha” a que

Chico referiu-se é representada por uma cena sadomasoquista. O sadomasoquismo, era até então, visto somente nos filmes produzidos nos EUA e Europa (SIMÕES, 2007).

O que desse primeiro momento de *Corpo Devasso* pode-se dizer com relação a representação da homossexualidade e do homossexual, é que este vai ser sempre entendido como aquele indivíduo fragilizado, sempre próximo a figura feminina e com sede desenfreada de sexo (conforme pode ver-se na cena do grupinho de jovens que passa e ficam olhando para Beto), sempre representados como personagens caricatas e estereotipadas. Não somente isso, mas o indivíduo gay vai ser entendido como inferior, sempre representado na condição passiva nas relações, um indivíduo que deixa ser dominado. E isso pode ser visto também pela posição que Beto e Chico são gravados quando estão próximos a personagens homossexuais: sempre mais alto que os seus clientes, sempre filmados em um degrau. Nas cenas de programa de Beto, ele sempre fica por cima, e na mínima expressão do parceiro de tentar conduzir a situação, ele logo torna-se dominador e vem para primeiro plano, para cima. A homossexualidade por sua vez, nesse primeiro momento, vai ser representado como algo completamente desviante, que se desvia do “natural” e que está intrinsecamente ligada a fetiches (*ménage à trois*, sadomasoquismo, etc.) e a promiscuidade.

Talvez pelo momento que o filme é produzido, no início da epidemia de AIDS e do registro do primeiro caso do Brasil, a doença sendo extremamente ligada aos homossexuais e seu estilo de vida “promíscuo” (logo chamada de “peste gay”), é que realmente ele queira passar essa imagem tanto do indivíduo, quanto do desejo homossexual como algo desviado, anormal e fonte de doenças. Querendo valorizar, de certa forma, o relacionamento monogâmico (reconhecido pelo Estado e pela religião) e heterossexual. Conforme já salientou-se nesse trabalho os filmes desse gênero não tinha por objetivo problematizar tais questões e pensa-las de forma crítica, não era objetivo dos filmes da pornochanchada serem subversivos, tanto com relação ao Regime Civil-Militar como as questões ligadas a gênero e sexualidade⁶.

⁶ Para Kessler “(...)diferentes autores concordam com o fato de que os filmes não eram, em sua essência, subversivos. Ao contrário, estariam apenas reafirmando os valores morais vigentes ao colocar em relevo as interdições, o machismo e a banalização do corpo feminino sem, no entanto, adotar uma postura crítica ou mesmo problematizar tais aspectos (...)” (KESSLER, 2009: 18. Grifo meu.).

Analisando a personagem Raul, ele vai ser representado com características como sempre ter gostado de estudar, sensível, que se apaixona facilmente (por isso estaria saindo com garotos de programa, para tentar, em vão, não se apaixonar), romântico (ele vai convidar e vai preparar um jantar para Beto) tímido, reservado, levemente afetado. Mas tanto esteticamente como suas qualidades vão ser sempre muito próximas do que a sociedade espera do comportamento de uma mulher. Seus traços são de certa forma exaltados por Beto. O que evidencia-se na figura de Raul, que logicamente nas cenas de sexo assume o papel passivo, é uma representação do homossexual sempre próxima do feminino, do delicado. O indivíduo homossexual vai ser representado sempre com ares caricatos.

Ainda assim, o que deve-se notar é que Raul é representado como um indivíduo extremamente frustrado sentimentalmente, frágil não somente física, mas também emocionalmente e que após Beto terminar com ele para ficar com Mônica (Patrícia Scalvi), acaba se envolvendo com pessoas “meio barra pesada”, nos dizeres de seu irmão interpretado por Carlos Milani, passando a não ouvir os conselhos de ninguém. Essa situação culmina com seu suicídio, e um bilhete que diz: “A vida já me humilhou bastante. Chega!”. Parece estar por trás dessa narrativa da personagem Raul, uma tentativa de caracterizar a homossexualidade como algo carregado de sofrimento, que não pode levar o indivíduo a felicidade plena e que inadiavelmente conduz a frustração, já que está subentendido a impossibilidade do amor entre dois homens, e a um caminho sem volta. Conforme Luiz Nazário nas representações cinematográficas de homossexuais “(...) era impossível ser, ao mesmo tempo, homossexual e feliz” (NAZÁRIO, 2007: 101). O próprio suicídio de Raul, parece ser uma espécie de castigo dado a ele devido a sua condição sexual e modos frágeis. Não só o suicídio, sua própria personalidade romântica, carente e todo o histórico de relacionamentos frustrados sugeridos pela desilusão e frustração que ele demonstra em seus diálogos com Beto, apontam que toda a sua vida foi um castigo, devido sua condição sexual e seus modos, e o clímax (ou libertação) desse castigo foi seu suicídio.

Fetichismo, promiscuidade e trejeitos: desejo e identidade em *Giselle*

No filme *Giselle*, o tom da representação do homossexual parece ser outro. Aqui, o ser homossexual não aparecerá ligado a frustrações e sofrimento, mas sim a alegria e liberalidade. Isso fica evidente logo nos primeiros minutos do filme, quando a câmera foca na personagem Serginho (Ricardo Faria), e ele aparece extremamente risonho, descontraído. E é ainda nesses primeiros minutos, nessa primeira cena, é que também vai ficar evidente que o indivíduo gay vai ser representado de maneira afetada, caricata. A pose de Serginho na foto é o que dá margem a essa hipótese, confirmada no decorrer do filme com o comportamento afetado e caricato do mesmo.

Algo interessante no filme de Victor di Mello, é que Serginho vai ser situado fora do contexto rural, onde se passa boa parte da trama, ele vai ser visto como um indivíduo da cidade, das praias cariocas, como indicam sua pele levemente bronzeada e a marca evidente de sunga. Conclui-se com isso pelo menos duas coisas que o filme quer passar: 1) a zona urbana como um local de vanguarda, onde os “valores tradicionais” estão em declínio e a zona rural, como um local conservador (o que posteriormente o filme vai desconstruir); e 2) Dissociar a homossexualidade do meio rural, colocando o meio rural como um ambiente de virilidade, de normatividade até.

Aqui em *Giselle*, ser homossexual é representado como algo ligado a extravagância, ao gosto por roupas. Pois na noite anterior a chegada de Serginho a fazenda, Luccini (Nildo Parente), padrasto de Serginho, avisa a Ângelo (Carlo Mossy) que o garoto viria com muitas malas”, dando uma impressão de que ele viria com mais coisas do que o necessário para um homem passar um tempo na fazenda. E também, o homossexual vai ser representado como malicioso, com a libido a flor da pele. Isso fica muito evidente, com os olhares lascivos que Serginho lança sobre Ângelo já na estação de trem e depois no carro, durante a ida para a fazenda.

Como já citado, Serginho é representado de maneira caricata e afetada. Na cena em que estão todos na varanda, e Ângelo chega para perguntar se Haydée iria andar a cavalo no outro dia, diante da negativa desta, Giselle (Alba Valeria) responde entusiasmada para que ele se le um cavalo manso. Serginho por sua vez, responde de forma extremamente afetada, com uma expressão facial caricata, que Ângelo “selasse

um bem mansinho”. Após a briga de Ângelo com outros três homens em um bar, Ângelo pede que Serginho passe remédio nas suas costas. Este atende solícito, mas a forma com que ele passa o remédio demonstra certo tom provocante, ao mesmo tempo que deixa a mostra toda a feminilidade que Serginho carrega em si, especialmente quando Ângelo sente dor e ele tenta aliviá-la.

Além de ser representado de forma caricata, parece ter uma intenção de afastar de Serginho qualquer sombra de masculinidade. Quando eles entram no bar, e lá estão três bêbados, Serginho já os olha com cara de repúdio, que percebendo a homossexualidade dele, começam a debochar. Já antes da briga, Ângelo é colocado em uma posição um pouco à frente de Serginho, como se o defendesse. Além disso Ângelo é representa muito especialmente nessa cena como um indivíduo másculo e viril, enquanto que Serginho é representado como um indivíduo delicado e frágil. Quando um dos bêbados aproxima-se de Serginho, esse o repudia de forma afetada, o que faz o bêbado debochar ainda mais, Ângelo parte para cima dele, e a câmera foca na expressão de Serginho. Apesar da cena dar ênfase aos sons da briga, parece que Serginho grita desesperado, com cara de assustado, atitude tida como feminina. Mais tarde, a sós com Ângelo, ele reconhecerá ter sido covarde, afirmando não estar acostumado com brigas e de nunca ter brigado (ou seja, não ter na sua vida nenhuma experiência que o remeta ao “mundo masculino”), e na única tentativa de brigar ele reconhece ter apanhado e que ela, o conduziu a sua primeira experiência homoerótica. Alguns minutos a frente no filme, Ângelo, Serginho, Giselle e Haydée serão atacados por esses três bêbados no retorno à fazenda. Ângelo, aqui, é espancado quase até a inconsciência. Enquanto que Giselle, Serginho e Haydée serão estuprados pelos bêbados. Aqui, fica bastante clara a representação da homossexualidade como um desvio da masculinidade. Enquanto que Giselle e Haydée apesar de gritarem, mantem-se de certa forma contidas, Serginho grita desesperadamente, e não reage com socos e outros tipos de agressões, como dentro do senso comum se esperaria que um homem reagisse. Ele simplesmente tenta afastar o estuprador com tapas. Seu modo feminino e carinhoso será elogiado por Ângelo, que quando Serginho passa remédio em suas costas, diz, em tom meio debochado, que ele tem “mãos de veludo”.

Apesar dessa representação de Serginho como um indivíduo alegre, afeminado e dissociado do universo masculino, em *Giselle* parece que há uma intenção de colocar certa culpabilidade na homossexualidade. Quando Serginho passa remédio em Ângelo, percebendo a oportunidade, ou seja, entende-se que o homossexual está sempre à espreita esperando a oportunidade para o ato sexual, ele acaba falando da sua primeira experiência homoerótica, ainda no internato, e a sua expressão facial e entonação da voz deixam transparecer a excitação que o momento e a lembrança da sua experiência despertam nele, e ele e Ângelo acabam se beijando e indo para o ato sexual. Mas Giselle chega e os pega transando, Ângelo não se abala, no entanto com o “Quem diria, você hein Serginho?”, risonho, disparado por Giselle, a expressão de Serginho deixa evidente sua vergonha por ser homossexual e por ser pego na consumação de seus desejos e logicamente por sua posição passiva ser descoberta pela protagonista. Logo depois, Giselle o tranquiliza, ela tira a roupa e junta-se aos dois. O que essa cena de *Giselle* mostra, é que a homossexualidade, enquanto manifestação sexual não-normativa, é vista como aceitável e prazerosa no âmbito privado, na clandestinidade. Quando ela é descoberta, em especial quando os atos homogenitais e as posições sexuais desempenhadas, especialmente a passiva, ela torna-se fonte de vergonha, de humilhação e mesmo de auto-rejeição, que é o a expressão de Serginho chega a indicar.

Serginho que desaparece do meio do filme, para dar lugar ao enredo de Giselle com Ana (Monique Lafond), reaparece agora no Rio de Janeiro, ao encontrar Ângelo e Giselle em uma praia carioca. A promessa de Serginho na praia, é levar os dois a um “lugar fora de série”. Tal lugar é uma boate, com performances de mulheres nuas, insinuando relações lésbicas. O que fica evidente aqui é a relação da identidade homossexual com locais de sexo fácil e drogas. Após essa cena os três vão para o apartamento de Serginho, e lá encontram Jorge, que parece ser um parceiro sexual de Serginho e acabam realizando sexo grupal. Em *Giselle* a questão do sexo grupal e do sadomasoquismo vão vir à tona novamente, como em *Corpo Devasso*. Jorge é amarrado a cama, e enquanto Ângelo se droga, Giselle bate nele com um chicote. Quando Ângelo junta-se a eles novamente, bate em Giselle e em Serginho, que através de palavras demonstra a excitação que tal fetiche lhe provoca. Essa cena representa o homossexual como um indivíduo ligado a promiscuidade, ou a práticas sexuais e eróticas que

subvertem o padrão monogâmico, ao mesmo tempo que o coloca como um indivíduo portador de uma sexualidade completamente desviante, e anormal. E o fato de Ângelo estar de drogando, quer representar a homossexualidade e o homossexual como ligados a permissividade e ao submundo.

O filme encerra-se com a completa desagregação do núcleo familiar de Giselle, em um jantar promovido por Luccini, que bêbado, faz um discurso dizendo que a partir dali cada um seguiria “sendo e fazendo aquilo que queria”. Seu discurso é intercalado com o rumo que a vida das personagens tomaram. O desfecho de Serginho, é reafirmando a homossexualidade como desligada da masculinidade, insinuando no indivíduo homossexual uma vontade latente de ser mulher, visto que Serginho termina como uma transformista.

Conforme salientou-se nesse trabalho, em outro momento, a representação da homossexualidade na pornochanchada (e no cinema em geral daquele período) era cravejada de estereótipos e o homossexual é sempre entendido como aquele que adota a posição passiva nas relações sexuais.

Considerações finais

A identidade e o desejo homossexual percorreram, nas telas do cinema mundial, um longo caminho até chegarem a produções como *Praia do Futuro* (2014), dirigido por Karim Aïnouz, com cenas de sexo explícito, e com os indivíduos e o desejo homossexual representados livre de estereótipos e onde o afeto entre dois homens não é encarado como algo que fere, diminui a masculinidade mas sim como algo natural de um relacionamento. Ou em produções como o filme de Daniel Ribeiro, *Hoje eu quero voltar sozinho* (2014) que aborda a homossexualidade de dois adolescente, um deles deficiente visual. Essa homossexualidade apresentada com naturalidade, logicamente os conflitos que o descobrir-se homossexual causa são ali retratados, mas sem estereótipos, trejeitos, e associações da identidade e do desejo gay a promiscuidade e a permissividade.

No entanto, reconhece-se que a pornochanchada, com todos os “ismos” que suas produções possuem (FREITAS, 2004), retirou a homossexualidade do armário e a colocou em cena. A pornochanchada abordou sem hipocrisias o cenário sexual do

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

Brasil, como aponta Freitas, logo pode-se entender as produções desse gênero como verdadeiros reflexos da sociedade brasileira, colocando na tela os temas que estavam (e estão) vivos no imaginário brasileiro sobre o sexo (TAVARES e REBOREDO, 2013).

Esse trabalho teve como finalidade, a partir dos filmes *Giselle* e *Corpo Devasso*, refletir como a homossexualidade e o desejo gay foram representados nesse gênero cinematográfico. No contexto geral, os indivíduos homossexuais foram retratados sempre no papel passivo, de forma satírica e/ou inferior. E o desejo homossexual sempre como algo pervertido. No entanto, que particularidades guardam *Corpo Devasso* e *Giselle*?

Em *Corpo Devasso*, a homossexualidade e o desejo por indivíduos do mesmo sexo é representado como algo ligado ao atrevimento, a promiscuidade, aos fetiches, aos trejeitos e modos afetados. Já em um segundo momento na personagem Raul, a homossexualidade e o desejo gay são focados como coisas negativas, que geram complexos e infelicidades, e que culminam no suicídio da personagem para livrar-se dessa “carga”. O homossexual está sempre próximo do ideal esperado das mulheres. Raul é representado como tímido, recatado, com gosto pelos estudos, romântico, idealistas e que devido a sua sexualidade desviante acaba entrando em um caminho sem volta, que culmina com sua morte.

Giselle, por sua vez, vai representar a homossexualidade como algo de fora do contexto rural, que vai ser muito associado com a virilidade, tanto é que logo no início do filme é apresentada a cópula de equinos, símbolos da virilidade. A homossexualidade é algo da “cidade grande”. Ser homossexual, conforme personificado em Serginho, é ser completamente alheio ao mundo comumente masculino, é não saber brigar, é ser afeminado, ter gosto por moda, é ser violentado (física ou psicologicamente) e conservar-se submisso. Em *Giselle*, ser homossexual implica em um desejo latente de ser mulher, que no fim da trama ganha expressividade, quando Serginho torna-se uma transformista. Mas não só isso: nesse filme ser homossexual é ser ávido por prazer, e estar sempre atento, as oportunidades de consumir esse desejo com os objetos de desejo. O desejo gay nessa produção está intimamente ligado a questão do fetiche, representado na cena do sadomasoquismo, e mesmo no relato de Serginho sobre sua

primeira experiência homoerótica/homogenital que apesar de ser um contexto de violência, ele fala carregado de prazer. E também como um desejo impuro, anormal, aceitável somente se praticado as escondidas, no completo anonimato. Quando esse desejo (e sua consumação) saem da clandestinidade, ele é fonte de vergonha, de constrangimento. Até mesmo porque a posição passiva, implica no senso comum, esse constrangimento, essa vergonha.

Em *Corpo Devasso*, a homossexualidade e o desejo por indivíduos do mesmo sexo é representado como algo ligado ao atrevimento, a promiscuidade, aos fetiches, aos trejeitos e modos afetados. Já em um segundo momento na personagem Raul, a homossexualidade e o desejo gay são focados como coisas negativas, que geram complexos e infelicidades, e que culminam no suicídio da personagem para livrar-se dessa “carga”. O homossexual está sempre próximo do ideal esperado das mulheres. Raul é representado como tímido, recatado, com gosto pelos estudos, romântico, idealistas e que devido a sua sexualidade desviante acaba entrando em um caminho sem volta, que culmina com sua morte.

Giselle, por sua vez, vai representar a homossexualidade como algo de fora do contexto rural, que vai ser muito associado com a virilidade, tanto é que logo no início do filme é apresentada a cópula de equinos, símbolos da virilidade. A homossexualidade é algo da “cidade grande”. Ser homossexual, conforme personificado em Serginho, é ser completamente alheio ao mundo comumente masculino, é não saber brigar, é ser afeminado, ter gosto por moda, é ser violentado (física ou psicologicamente) e conservar-se submisso. Em *Giselle*, ser homossexual implica em um desejo latente de ser mulher, que no fim da trama ganha expressividade, quando Serginho torna-se uma transformista. Mas não só isso: nesse filme ser homossexual é ser ávido por prazer, e estar sempre atento, as oportunidades de consumir esse desejo com os objetos de desejo. O desejo gay nessa produção está intimamente ligado a questão do fetiche, representado na cena do sadomasoquismo, e mesmo no relato de Serginho sobre sua primeira experiência homoerótica/homogenital que apesar de ser um contexto de violência, ele fala carregado de prazer. E também como um desejo impuro, anormal, aceitável somente se praticado as escondidas, no completo anonimato. Quando esse desejo (e sua consumação) saem da clandestinidade, ele é fonte de vergonha, de

constrangimento. Até mesmo porque a posição passiva, implica no senso comum, esse constrangimento, essa vergonha.

Embora em ambos os filmes o indivíduo homossexual sempre é entendido como o indivíduo passivo, os modelos de masculinidade de ambas as tramas (que assumem o papel de ativos nas relações) estão cercados de indagações sobre suas sexualidades. Enquanto Ângelo, de *Giselle*, vive uma sexualidade mais livre, em *Corpo Devasso*, Beto, vive uma sexualidade engessada, cheia de padrões de masculinidade. Ambas as personagens estão no limite entre a sexualidade normativa e a sexualidade desviante. Esteticamente são representados dentro da norma, no entanto, seus desejos ora estão no desvio, ora estão na norma. Ângelo não está preocupado com isso, antes parece mais preocupado em dar/receber prazer. Enquanto que Beto, parece negar para si seus sentimentos por Raul.

No cinema proliferam inúmeras possibilidades de se pensar o sujeito e suas práticas, e isso fica evidente quando nesse trabalho buscou-se pensar a identidade e o desejo homossexual na pornochanchada. E Louro salienta, que essas inúmeras possibilidades de representação do sujeito, de suas práticas e desejos fazem proliferar também questões. Não era, nem poderia, ser objetivo desse trabalho esgotar essas questões e suas possibilidades de abordagem.

No entanto, pensa-se que a pornochanchada foi muito além de ser uma distração para o povo. Ela, ainda que não fosse sua proposta, serviu para sacudir as hipocrisias sociais, retirando a homossexualidade da ilegalidade e dando, ainda que caricatamente, voz ao indivíduo homossexual e visibilidade ao desejo homossexual. Dessas conclusões, nascem novas questões, que em trabalhos futuros, não esgotarão, no entanto podem contribuir muito para o entendimento desse tema pouco ou nada explorado pelos pesquisadores do cinema nacional, que é a homossexualidade e o desejo gay no ciclo da pornochanchada.

BIBLIOGRAFIA

FREITAS, Marcel de Almeida. Entre estereótipos, transgressões e lugares comuns: notas sobre a pornochanchada no cinema brasileiro. In: **Intexto**, Porto Alegre: UFRGS, v. 1, n. 10, p. 1-

26, janeiro/junho 2004. Disponível em:

<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/intexto/article/view/3639/4440> Acesso em: 29 fev. 2016.

KESSLER, Cristina. Erotismo à brasileira: o ciclo da pornochanchada. In.: **Sessões do Imaginário**. Ano 14, n. 22 (2009). Disponível

em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/famecos/article/view/6468> Acesso em: 19 jan. 2016.

LOURO, G. L. Cinema e Sexualidade. In.: **Educação e Realidade**, v. 33, p. 81-97, 2008. Disponível

em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/6688/4001> Acesso em: 19 jan. 2016.

NAZARIO, Luiz. O outro cinema. **Aletria** (UFMG), v. 16, p. 94-109, 2007. Disponível

em: <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/aletria/article/view/1408> Acesso em: 19 jan. 2016.

RHODEN, Annelise Carolina. **A formação da identidade homossexual no cinema: “café com leite” e a quebra de paradigmas**. Trabalho de Conclusão de Curso.

(Graduação em Comunicação Social - Publicidade e Propaganda) - Faculdade Assis Gurgacz. 2012. Disponível em:

<http://www.adverbio.fag.edu.br/ojs/index.php/RA/article/view/63/pdf> Acesso em: 29 dez. 2015.

SALES FILHO, V. V. Pornochanchada: Doce Sabor da Transgressão. In. **Comunicação e Educação** (USP), v. 1, p. 67-70, 1995. Disponível em:

<http://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/36159/38879> Acesso em: 28 fev. 2016.

SALES FILHO, V. V. Representação de Preconceitos e Exclusão Social na Pornochanchada. In: **InterCom**: revista brasileira de ciências da comunicação, v. 20, p. 125-137, 1997. Disponível em:

<http://www.portcom.intercom.org.br/revistas/index.php/revistaintercom/article/viewFile/932/835> Acesso em: 29 fev. 2016

SIMÕES, Inamá. Sexo à brasileira. In.: **ALCEU** - v.8 - n.15 - p. 185-195- jul./dez.

2007. Disponível em: http://revistaalceu.com.puc-rio.br/media/Alceu_n15_Simoes.pdf Acesso em 06 mar. 2016.

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016*

TAVARES, C. G.; REBOREDO, M.D.A.S. **Filmes da pornochanchada: um possível Reflexo da sociedade brasileira?** #10.art, v. 12, p. 1. 2013. Disponível em: <https://art.medialab.ufg.br/up/779/o/CarlosGon%C3%A7alvesMarcusDiego.pdf> Acesso em: 10 jan. 2016.

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016*

Imagens e representações críticas à ditadura militar contidas na telenovela “O Bem-Amado” (1973)

Emilla Grizende Garcia¹

RESUMO:

Ao dotar de historicidade os produtos televisivos, encontramos subsídios que possibilitam a abertura de perspectivas para a compreensão histórica de comportamentos, valores, identidades, ideologias e representações lançadas sobre a estrutura e a dinâmica social, política e cultural de uma dada sociedade, em determinado período. O presente trabalho se propõe investigar as imagens e representações encetadas pela telenovela “O Bem-Amado”, de autoria de Dias Gomes que foram críticas aos pilares estruturantes do regime militar brasileiro. Exibida em 1973, na Rede Globo de TV, às 22 horas, “O Bem-Amado” acabou por enfeixar direta ou indiretamente elementos derivados da posição ideológica de esquerda de seu autor. Ao analisar o audiovisual desta telenovela foi possível ter a percepção que representações críticas de parte da sociedade e da política brasileiras veiculadas pela obra foram possíveis, ainda que sob o auge de um regime de exceção e de monitoramento político-cultural exercido pela Censura Federal.

PALAVRAS-CHAVE: Ditadura; Política; Representação Social; Telenovela; “O Bem-Amado”.

ABSTRACT:

By providing historicity the television products, we find grants that enable the opening prospects for the historical understanding of behaviors, values, identities, ideologies and representations launched on the structure and social dynamics, political and cultural development of a given society, in a given period. This study aims to investigate the images and representations undertaken by the telenovela "O Bem-Amado," Dias Gomes authored that were critical to the structural pillars of the Brazilian military regime. Displayed in 1973 in network TV Globo, to 22 hours, "O Bem-Amado" eventually bundling directly or indirectly derived from elements of the ideological position of the left of its author. By analyzing the audiovisual this telenovela was possible to have the perception that critical representations of the society and the Brazilian policy carried by the work were possible, even at the height of a regime and political-cultural monitoring exercised by the Federal Censorship.

KEY-WORDS: Dictatorship; Policy; Social representation; Telenovela; “O Bem-Amado”.

¹ Mestre em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho – Unesp/ Campus Assis. Contato: milla_grizende@hotmail.com.

Introdução

Ainda cedo, já nos primeiros anos da televisão no país, a telenovela emergiu na qualidade de principal produto televisivo brasileiro e, desde então, tem se destacado como um notável emissor de imagens e representações sobre a realidade nacional, passando a influenciar diretamente na formação de opiniões entre diversos segmentos do público, tornando-se um dos mais importantes mediadores socioculturais do país. Presente na memória social brasileira, a telenovela constitui-se como elemento de fundamental importância para a reflexão histórica de comportamentos, identidades, perspectivas, ideologias, representações lançadas sobre a dinâmica sociocultural de uma dada sociedade, em um determinado período. Este trabalho apresenta algumas das reflexões contidas em minha dissertação teve como objetivo central o estudo histórico da telenovela “O Bem-Amado” exibida pela Rede Globo, às 22 horas, em 1973, período mais repressivo da ditadura militar brasileira².

Durante a vigência da ditadura militar, a telenovela se encontrava em um processo cultural permeado pelos influxos modernizadores empenhados e promovidos pelo regime militar. Entre 1969 e 1973, o Brasil vivenciara o chamado “milagre econômico”, com o qual atingiu índices de crescimento jamais vistos. A televisão somente se configurou como indústria cultural, e mais especificadamente a Rede Globo, devido aos marcantes investimentos do governo em infraestrutura de telecomunicação para o meio. Uma das razões que levaram a estes investimentos reside no fato de que a TV passou a ser observada pelos governos militares como um veículo de comunicação de massa que possibilitaria criar certa unidade imagética condizente aos projetos de desenvolvimento, segurança, integração e, porque não dizer, de soberania nacional.

Todavia, buscando formatar criações artísticas inovadoras, a Rede Globo contratou profissionais capazes de levar a cabo seus ousados projetos, mesmo que alguns destes profissionais fossem ideologicamente identificados com a esquerda. Assim, foi arrematada uma equipe de expressão no meio artístico/cultural que, como

² A dissertação intitulada “Isto deve ser obra da esquerda comunista, marronzista e baderna” – sociedade e política na telenovela “O Bem-Amado” que teve como objetivo central o estudo histórico desta telenovela, buscando conhecer e compreender as imagens representações presentes nesta obra referentes aos elementos estruturais e da dinâmica da vida política e social brasileira que historicamente persistiam, ao contrário do pretendido processo modernizador do regime militar, ou foram alteradas em decorrência daquele regime.

característica comum, detinha capital simbólico nos meios teatral, cinematográfico e jornalístico. Dentre estes profissionais destacava-se Dias Gomes, o qual transportou temas, personagens e histórias do teatro politicamente engajado para as telas da TV. Suas obras continham temáticas associadas à ideologia nacional-popular compartilhada, nas décadas de 1950 e 1960, com artistas e intelectuais vinculados ao PCB.

No entanto, a produção destes artistas sofreu restrições em relação ao conteúdo e horário de exibição. Assim, à revelia do desejo da Rede Globo foi estabelecido pela Divisão de Censura de Diversões Públicas, o horário das 22 horas para telenovelas, como último refúgio antes de uma obra ser totalmente vetada (MATTELART, 1989: 117). Este espaço foi ocupado, essencialmente, por produções de autores que eram visados por suas posições políticas notadamente de esquerda. Entre as telenovelas veiculadas neste horário, o folhetim eletrônico que alcançou maior repercussão junto ao público, no início dos anos de 1970, foi “O Bem-Amado”.

Objetivaremos neste trabalho analisar as imagens e representações encetadas por esta telenovela que foram críticas direta ou indiretamente aos pilares estruturantes do regime militar brasileiro, seja em termos de moral e comportamento seja em termos políticos. Estas representações foram ao ar, mesmo sob o auge de um regime de exceção e de monitoramento político-cultural exercido pela Censura Federal. Isto se deveu em virtude da convergência de críticas a certos posicionamentos do regime militar oriundas de visões sociais do mundo antagônicas, distinguidas pela adesão, de um lado, a elementos centrais propagados pela esquerda comunista – Dias Gomes, e, de outro, a aspectos basilares do ideário liberal – Rede Globo; porém, naquele momento, ambas engrossando, cada qual à sua maneira, a luta pelo retorno do regime democrático.

Empregaremos como referencial teórico os conceitos de apropriação e de representação formulados por Roger Chartier (1990). Chartier entende ‘apropriação’ como uma prática de produção de sentido para o discurso, uma história social das interpretações, que se formata a partir das relações estabelecidas entre texto, impressão e leitura (CHARTIER, 1990:26). Segundo o autor, a representação funciona como um “instrumento de um conhecimento mediato que faz ver um objeto ausente através de sua substituição por uma “imagem” capaz de o reconstituírem memória e de o figurar tal como ele é” (CHARTIER, 1990:18).

Dias Gomes: um artista engajado

As obras televisivas de dias gomes podem ser observadas como um reflexo de um discurso ideológico mais amplo, com as conexões com o seu próprio momento histórico. dias gomes buscou manter uma unidade ideológica em suas obras ao incorporar temas vinculados ao nacional-popular buscando a conscientização das massas. a formação de dias gomes como intelectual comunista ocorreu de forma simultânea a sua constituição como profissional midiático, visto que, na medida em que estreava em sua carreira como dramaturgo, iniciava a sua militância no pcb, que se deu entre os anos de 1945 a 1973 quando se desvincula definitivamente do partido. a atuação de dias gomes nos órgãos e organizações do pcb e nos campos midiáticos se efetivou em um processo concomitante, o que desfaz a percepção que dias gomes foi um dramaturgo comunista e, depois, um teledramaturgo (sacramento, 2012: 3).

O artista engajado exerce a liberação contínua. e a exerce de maneira integral, como artista e como homem. ao contrário do que pensam alguns, o engajamento não constitui um obstáculo na busca da verdade, mas uma condição para que possamos conhecê-la em toda sua plenitude e expressá-la esteticamente (gomes, 1990: 560).

Ao longo da carreira de dias gomes, a produção artística engajada pôde ser convertida em capital simbólico, o que lhe permitiu maior ou menor autoridade, prestígio e autonomia. dias gomes foi condensando, ao longo do tempo, capital específico como intelectual comunista, ou, mais amplamente, como artista de esquerda identificado com a realidade político-social brasileira. nesse sentido, pode-se notar que suas obras são regadas com sátiras políticas, comédia de costumes, realismo crítico podendo ser mesclado com o realismo fantástico, com o épico brechtiano e até mesmo, com o melodrama (sacramento, 2012: 463).

Uma das especificidades de sua produção artística para a tv é o fato de ter sido embasada em suas peças que exploravam o painel da realidade brasileira (gomes, 1990: 563). ao ser convidado para escrever telenovelas, dias gomes afirmou que precisava encontrar uma linguagem própria, para um novo gênero, que ainda não possuía nem teoria, nem passado e, para tanto:

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016*

Precisava de um seguro contra acidentes, e esse seguro era minha temática, pensei. arrebanhei minhas personagens, meu pequeno universo e, como quem muda de casa, mas conserva a mobília, lancei-me a aventura (gomes, 1998: 256).

Sacramento (2011: 14) evidencia que dias gomes buscava em suas produções televisivas uma constância, tendo uma modalidade de escrita própria, que fosse reconhecida na linearidade da continuidade, mesmo em diferentes suportes midiáticos. sendo assim, independentemente das mudanças e determinações socioculturais, as obras de dias gomes manteriam a autenticidade continuidade de si mesmo como sujeito e autor capaz de mudar de mídia, mas conservando seu conteúdo político social. tanto em suas peças teatrais quanto em suas produções televisivas pode-se notar uma coerência ideológica, uma unidade estilística que, apesar das mudanças históricas, mantiveram-se constante. “concebe-se, assim, o engajamento crítico como imanente à dias gomes” (sacramento, 2012: 23).

Adaptada da peça teatral *Odorico, O Bem-Amado e os mistérios do amor e da morte*, também da autoria de Dias Gomes, escrita em 1962, a telenovela “O Bem-Amado” tem sua trama conduzida por uma apropriação de fatos presentes no contexto sociopolítico do período em que suas obras foram produzidas. Focalizando a realidade nacional através de situações cotidianas, Dias Gomes buscou representar “elementos do absurdo dentro da realidade, com uma dose muito grande de cultura popular” (GOMES, 1990: 563). Dias Gomes detinha uma preocupação constante em imprimir à sua produção cultural um tom de crítica política e sátira social, o que permitiu com que o autor desenvolvesse uma linguagem especial ancorada no cômico, cuja sutileza possibilitasse driblar a censura e, ao mesmo tempo, representar criticamente a realidade. Ao analisar a estrutura da narrativa desta telenovela, Denise Rollemberg (2009) afirma que:

O Bem Amado parece escrito sob medida para afrontar a ditadura. As situações e os personagens desafiam, com ironia, deboche e humor, a imagem de país e povo que o regime pretendeu veicular através do seu órgão de propaganda: prosperidade, grandeza, desenvolvimento, união, ordem, harmonia (ROLLEMBERG, 2009: 7).

Representações crítica na telenovela “O Bem-Amado”

A trama de “O Bem-Amado” é regida pelas estratégias de um político populista – Odorico Paraguaçu (papel representado por Paulo Gracindo), que fez do cemitério a bandeira de sua eleição na pequena cidade veraneio do litoral baiano – Sucupira. Com o *slogan* “Vote em um homem sério e ganhe um cemitério” o personagem usa toda sua influência socioeconômica, atrelada à demagogia, para se candidatar e cumprir sua principal promessa de campanha. Todavia, a obra prioritária do seu governo não pôde ser inaugurada devido à escassez “defuntícia”³. Assim, o prefeito desencadeia uma série de estratégias e ações políticas visando solucionar esta “problemática defuntícia”. E foi em torno das ações do personagem Odorico Paraguaçu que Dias Gomes construiu o eixo condutor de toda a trama.

O próprio eixo condutor da narrativa estabelecia analogias ao contexto sociopolítico de 1973. Na ficcional Sucupira, ninguém morria. Até o índice de mortalidade infantil era zero, fato que contrastava e muito com a realidade brasileira, no início da década de 1970. Sobre a falta de defuntos para inaugurar o cemitério, Medeiros (2001: 105) comenta que Dias Gomes, por meio da linguagem, utilizou do absurdo para retratar a realidade do país. Absurdo quando comparado aos baixos índices de expectativa de vida, principalmente nas cidades nordestinas, além das elevadas estimativas de mortalidade infantil que, neste período, alcançavam aproximadamente 83 por mil nascimentos (KLEIN; LUNA, 2014: 34).

Outra questão que merece destaque é a obra prioritária do governo de Odorico, o cemitério, considerado pela oposição “o elefante branco” de sua administração. Ao abordar como bandeira de campanha, a construção de obras públicas sem utilidade, Dias Gomes ultrapassa a esfera da ficção e remete-nos diretamente à conjuntura nacional. Naquele momento, o regime militar que seguia a proposta desenvolvimentista, validada pela propaganda ufanista do “Brasil Grande” e, para tanto, investiu em construções faraônicas financiadas com o capital externo. Mas a ideologia do “Brasil Potência” teve percalços com projetos de infraestrutura polêmicos, como por exemplo: a Usina Nuclear de Angra I (1972); a Hidrelétrica de Balbina (1973); a Rodovia Transamazônica e a

³ O uso das aspas serve para indicar os vocábulos e expressões criados por Dias Gomes para o personagem Odorico Paraguaçu.

Perimetral Norte⁴. Em todas estas obras de infraestrutura, o alto custo de investimento não alcançou o retorno esperado, pois juntamente com a crise do petróleo, em 1973, veio à estagnação econômica, a dívida externa, a falta de investimentos e os pesados impactos ambientais. Indiretamente, utilizando como escudo a ficção, Dias Gomes percorre temas sensíveis ao regime ditatorial.

No entanto, não foi somente a escolha da temática que permitiu ao autor tecer sátiras e críticas indiretas ao regime militar. A própria representação do personagem Odorico Paraguaçu transcendeu o arquétipo do coronel nordestino, visto que, por meio da análise de suas falas e ações é possível perceber um sensível alinhamento com as principais premissas defendidas pelo regime militar, como a moral e os bons costumes conjugada à defesa da propriedade privada.

A fim de que seja possível observar que imagens e representações críticas ao regime militar foram veiculadas em “O Bem-Amado” selecionamos algumas cenas e diálogos que abarcam temáticas como: a organização de uma manifestação “espontânea”, a destruição de redação de jornal, uma investida policial, a instalação de sistemas de escutas.

No decorrer da trama, o cemitério vai se tornando uma obra cada vez mais incômoda para o prefeito e, um prato cheio para a oposição. Uma alternativa empregada para fortalecer a imagem do governo de Odorico, que estava muito desgastada, foi organização de uma “manifestação espontânea”⁵. Esta manifestação organizada pelo prefeito e seus aliados políticos era muito próxima às marchas organizadas por setores conservadores representados por militares, elite empresarial e industrial, Igreja Católica e ramificações protestantes e classe média, que visavam impedir o avanço do “perigo vermelho”. Manifestações que ocorreram pré e após o golpe de 1964 – tais como a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” e a “Marcha da Vitória” – foram

⁴ A Usina Nuclear de Angra I teve sua construção iniciada em 1972 e gerou grande impacto ecológico e baixa produtividade energética. A Hidrelétrica de Balbina (1973), com o custo de US\$ 1 bilhão, inundou 2,36 mil km² de florestas nativas e teve um potencial energético 56 vezes menor que Itaipu. A Rodovia Transamazônica (BR-230), criada durante o governo Médici (1968-1974), com extensão de 4.223 km, até os dias de hoje não foi totalmente pavimentada. Em 1973, a Perimetral Norte (BR-210), tal como a Transamazônica, ocasionou grande impacto ambiental, além de dizimar milhares de índios em decorrência de epidemias de sarampo, gripe e tuberculose.

⁵ O BEM-AMADO, Autoria: Dias Gomes, Direção: Régis Cardoso, Supervisão: Daniel Filho. Rio de Janeiro: Globo Marcas, 2012, 10 DVDs. Cena disponível DVD 05, Capítulo 05, em 01:29:30 segundos.

planejadas com o auxílio do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes)⁶ (WANDERLEY, 2005: 12). O IPES participava diretamente na divulgação, organização e financiamento das manifestações, com o intuito de difundir no imaginário coletivo o ideal anti-comunista juntamente com seus maiores símbolos: Deus, Família e a Propriedade Privada. Guiado por esta tríade, Odorico discursa em sua “manifestação espontânea”:

E como disse Vitor Hugo, figura basilar da literatura francesa que disse que o progresso é obtido à custa da ousadia. É a ousadia que empurra o mundo pra frente. **E é prafrentemente, ousadisticamente, que eu tô empurrando o progresso pra dentro desse município!** [Aplausos]. Nos tempos de prastramente, isso aqui era uma escandalice. Prastramente, aqui nesse município, era tudo desapetrechado, até mesmo de vergonha na cara dos políticos. Mas **agoramente, nós temos o prazer de viver no imperialismo dos bons costumes, da moral, da defesa da família e da propriedade privada!** (grifos meus)⁷.

Como se pode perceber no trecho destacado, o discurso de Odorico Paraguaçu estabelece uma analogia direta às premissas estruturantes do regime militar, seja em termos econômicos, seja relacionado às formas de sociabilidade desejadas.

Outra questão que foi representada na telenovela remete a repressão direcionada a imprensa. O jornal da cidade “A Trombeta”, conduzido pelo jornalista Neco Pedreira (interpretado por Carlos Eduardo Dolabela) denominado por Odorico Paraguaçu como “marronzista”, “esquerdista”, “desigiênico” e “patifento” - denunciava a gestão e às arbitrariedades cometidas pelo prefeito, a quem se refere como demagogo e esbanjador de dinheiro público. Após a publicação de uma matéria crítica, Odorico ordena aos seus jagunços a destruírem a redação do periódico⁸. Estes danificam todo o maquinário de impressão e roubam os exemplares impressos. Observa-se que é uma clara referência de Dias Gomes aos métodos aplicados, com base na Doutrina de Segurança Nacional, às redações dos jornais que veiculavam notícias contrárias ao regime militar brasileiro. Na cena subsequente, o jornalista Neco Pedreira invade o gabinete do prefeito:

⁶ O Ipes criado em 1961 produziu as campanhas publicitárias organizadas que objetivavam integrar os diversos movimentos sociais de direita constituindo as bases de uma oposição que pudesse deter o “avanço do comunismo”

⁷ O BEM-AMADO, 2012. Transcrição de diálogo disponível em DVD 05, Capítulo 05, em 01:44:38 a 01:45:10 segundos.

⁸ Cena disponível DVD 06 Capítulo 09, em 03:06:46 segundos.

ODORICO: É costume das pessoas educadas, pedir licença para entrar.
 NECO: **O seus jagunços também não pediram licença para entrar na redação de meu jornal e quebrar tudo.**
 ODORICO: Jagunço? Que isso? Nunca precisei de jagunço.
 NECO: Não sei que nome o senhor dá a aqueles bandidos que foram lá com ordem de quebrar tudo, ou quem sabe até de me matar.
 ODORICO: Não dei ordem nenhuma.
 NECO: Ah, não me diga que não sabe nada, que é inocente?
 ODORICO: Mas inocente de quê? De que o Senhor está me acusando. Tá acusando de alguma coisa. Ainda tem coragem tem essa topetice depois de escrever aquele descaluniamiento na sua **gazeta marronzista?**
 NECO: **Vai lá ver em que estado seus jagunços deixaram minha redação e oficina, vai lá ver! [...]**
 ODORICO: **As minhas ordens foram só para apreender toda a edição.** Agora, se os rapazes se excederam foi por conta deles. Mas eu vou mandar abrir um rigoroso inquérito, apurar e punir os excessos. [...]
 ODORICO: **Olha seu Neco, eu já disse que não mandei ninguém expandegar seu jornal. Isso seria contra o meu democratismo militante.**⁹ (grifos meus).

Por meio dos dizeres “Isso seria contra o meu democratismo militante” verifica-se a compatibilidade entre o discurso do personagem e do discurso veiculado pelo regime, o qual empregava, recorrentemente, frases de efeito como “Defesa da Democracia”. Visto que o golpe de 1964 fora justificado em nome da democracia, a fim de extirpar da pátria os subversivos e corruptos (REIS, 2014: 86).

Outra representação crítica às práticas da polícia política pode ser observada em uma cena de ação que representa uma investida policial, muito próxima às empreendidas pelos DOI-Codis¹⁰, na qual o jornalista Neco Pedreira é preso sob a suspeita de tráfico de drogas¹¹. Todavia, esta ação não passaria pela tesoura dos censores se caso não contivesse uma mensagem própria do regime militar – o combate ao tráfico de drogas. Na delegacia, Neco é conduzido a um interrogatório onde o delegado exige que o jornalista diga “os nomes”. Em seguida, o delegado pede para que seja realizada uma revista no “intelectual” (termo utilizado em cena). A cena representa a violência e ao desrespeito aos direitos individuais, aos quais as pessoas estavam expostas, principalmente as que se encaixavam no perfil de “intelectuais”, termo usado em cena, vistos como potenciais subversivos, devido o seu posicionamento crítico.

⁹ Transcrição do diálogo disponível no DVD 06, Capítulo 10, em 03:10:15 a 03:12:40 segundos.

¹⁰ Destacamentos de Operações e informações submetidos aos Centros de Operação de Defesa Interna.

¹¹ O BEM-AMADO, 2012. Cena descrita esta disponível no DVD 05, Capítulo 06, em 01:59:00 a 02:05:20 segundos.

No entanto, Dias Gomes foi mais longe ao relacionar a política internacional aos elementos subjacentes à realidade sociopolítica brasileira. O prefeito Odorico Paraguaçu a fim de descobrir as articulações da oposição instala sistemas de escutas o confessionário na Igreja de Sucupira¹². Ao direcionar a ação para o espaço do confessionário, no qual o personagem principal buscou extrair os segredos confessionais Dias Gomes expõe, de forma sutil, a busca incessante por informações presentes no contexto internacional – Guerra Fria e caso Watergate - quanto no contexto nacional – os anos mais repressivos da ditadura militar. Extrair a confissão - seja instalando sistemas de escuta no confessionário, seja por meio da tortura - era uma questão indispensável para manutenção do poder, tanto na ficcional Sucupira, quanto na realidade política brasileira dos anos de chumbo. Ao estabelecer uma correlação com o caso Watergate, Dias Gomes não só apresenta de forma cômica o caso mais emblemático de corrupção na política norte-americana, mas também a lança luz ao bastidor político nacional da época, que era imerso por operações ilegais.

Considerações Finais

A análise histórica da telenovela “O Bem-Amado”, de Dias Gomes, permitiu a percepção de que imagens e representações críticas de parte da sociedade e da política brasileiras veiculadas pela obra foram possíveis ainda que sob o auge de um regime de exceção e de monitoramento político-cultural exercido pela Censura Federal. Isto se deveu em virtude da convergência de críticas a certos posicionamentos do regime militar oriundas de visões sociais do mundo antagônicas, distinguidas pela adesão, de um lado, a elementos centrais propagados pela esquerda comunista, e, de outro, a aspectos basilares do ideário liberal; porém, naquele momento, ambas engrossando, cada qual à sua maneira, a luta pelo retorno do regime democrático.

Para além da censura sofrida pela telenovela “O Bem Amado”, nota-se, através da análise de cenas dela, que representações críticas da política brasileira do período encetadas pela telenovela foram possíveis. Na ficcional Sucupira, os índices de

¹² O BEM-AMADO, 2012, DVD 09, Capítulo 03, em 0:00:54 segundos.

mortalidade chegavam a zero, fato este que contrastava com contexto do início da década de 1970, principalmente, do nordeste brasileiro. Outra questão que merece destaque é a construção do cemitério, considerado pela oposição o “elefante branco” municipal, o qual absorveu verbas públicas destinadas às áreas como a educação e a saúde. Ao abordar a construção de obras públicas sem utilidade, juntamente com a corrupção e desvio de verbas de setores considerados estratégicos, Dias Gomes ultrapassa a esfera da ficção e remetendo-nos diretamente à conjuntura nacional. Dias Gomes expõe de forma crítica e cômica algumas características que podem ser observadas no governo Médici, ao tratar na trama a corrupção, a busca incessante por informações, a instalação de escutas a fim de extrair a confissão, chegando ao ponto de invadir o espaço mais íntimo e sagrado tal como o confessionário.

Utilizando como escudo a ficção, Dias Gomes percorre temas sensíveis ao regime ditatorial análise das cenas de “O Bem-Amado” obter um olhar sobre a dinâmica histórica e o processo de ressignificação do passado uma vez que estas imagens contêm enunciados ideológicos, representações e práticas sociais, nas quais os personagens podem ser entendidos como alegorias de seu próprio tempo.

Referências Bibliográficas

CHATIER, Roger. *História cultural: entre práticas e representações*. Petrópolis: Vozes, 1994.

GOMES, Dias. Nota do autor. In: MERCADO, Antônio (coord.). *Coleção Dias Gomes: os falsos mitos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

_____. *Apenas um subversivo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

HAMBURGUER, Esther. *O Brasil antenado: a sociedade da novela*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

KLEIN, Hebert; LUNA, Francisco. População e sociedade. In: REIS, Daniel Aarão (Coord.). *Modernização, ditadura e democracia 1964-2010*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.

MATTELART, Armand e Michèle. *O carnaval das imagens*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

MEDEIROS, Ana Maria de. *Uma metáfora do Brasil: O Bem Amado e a teledramaturgia de Dias Gomes*. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política). Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Santa Catarina, 2001.

REIS, Daniel Aarão (Org.) *Modernização, ditadura e democracia: 1964-2010*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.

RIDENTI, Marcelo. Cultura e política: os anos de 1960-1970 e sua herança. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília (Orgs.). *O Brasil republicano: o tempo da ditadura regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

_____. *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV*. São Paulo: Unesp, 2014.

ROLLEMBERG, Denise. Ditadura, Intelectuais e Sociedade: *O Bem Amado* de Dias Gomes. In: Azevedo, Cecília (Org.). *Cultura política, Memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2009.

SACRAMENTO, Igor. Dias Gomes, do PC à TV: questões para uma análise histórica. In: *XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (INTERCOM)*, 2008.

_____. *Nos tempos de Dias Gomes: a trajetória de um intelectual comunista nas tramas comunicacionais*. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2012.

WANDERLEY, Sônia. *Cultura, política e televisão: entre a massa e o popular*. Tese (Doutorado em História Social). Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, 2005.

COMUNICAÇÕES LIVRES

O QUE HÁ EM COMUM ENTRE ISLAMISMO E CRISTIANISMO?

Roberto Dutra Nogueira¹

RESUMO:

Através de leitura, de análise e de identificação de determinados pontos que pareceram convergir para os muçulmanos e para os cristãos, apresento os pontos convergentes entre essas crenças de maneira que nosso conhecimento sobre suas práticas religiosas sejam entendidas em seus contextos culturais. Pode-se notar a relação com os mortos, a crença nos anjos, a hora da oração, o rosário de orações, o jejum, a esmola e a peregrinação. Alguns são ênfases promovidas pela Igreja Católica Romana, outros se originam desde a religião judia. Algumas dessas práticas foram mantidas pelos Evangélicos históricos até os dias atuais. Como referencial teórico, partiremos da teoria mimética desenvolvida por René Girard, segundo a qual o ser humano é fundamentalmente mimético ou imitativo.

Palavras-chave: islamismo, cristianismo, mimetismo.

ABSTRACT:

This paper identifies common points between Muslims and Christians, by readings, intending to understand their religious practices amidst their cultural settings. As examples of such practices we may refer to relationship with the dead, believing in angels, time for prayer, rosary for prayers, fasting, almsgiving and pilgrimages. Some of these practices are promoted by the Roman Catholic Church, whilst other originated from Judaism. Historical evangelical denominations have preserved some of these practices to nowadays. AS theoretical framework we start from René Girard's mimetic theory, according to which human being is fundamentally mimetic or imitative.

Keywords: Islamism, Christianity, mimetism

1 - INTRODUÇÃO

Judeus, cristãos e muçulmanos possuem mais em comum do que imaginamos e suas interações são cada vez mais perceptíveis através da pesquisa realizada.

¹ Roberto Dutra Nogueira é formado em Letras – Português/Árabe (UFRJ), foi professor de Língua Portuguesa na Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro e é bacharelado de Teologia na Faculdade Teológica Batista de São Paulo. Correio eletrônico: rob.dutra@yahoo.com.br

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
 ISSN: 2317-0468
 17 a 21 de outubro de 2016

Para além de serem religiões monoteístas, elas são fatores importantes nas sociedades tanto do ponto de vista de suas práticas religiosas quanto como elementos consolidantes de identidades por meio de suas manifestações culturais.

Uma ampla discussão é necessária para aproximarmos essas três realidades e entendermos não só as suas origens, mas também suas organizações e estruturas religiosas, culturais e sociais, que permeiam os Estados, as relações internacionais, a música, a literatura, a arte e a (con)vivência entre elas.

Eles existem hoje, podem até conviver, mas na sua essência não o são. Em tese, pode-se compreender que o islamismo, por ser mais recente, apresenta a forma acabada do monoteísmo, mas tanto para o judaísmo, quanto para o cristianismo a Revelação e o cânon das Escrituras² foram considerados fechados antes mesmo do aparecimento do islamismo, que desde então, se torna para eles enigmático.

Através de leitura, de análise e de identificação de determinados pontos que pareceram convergir para os muçulmanos e para os cristãos, apresento os pontos convergentes entre essas crenças de maneira que nosso conhecimento sobre suas práticas religiosas sejam entendidas em seus contextos culturais. Essa identificação proporciona um conhecimento mais profundo sobre os hábitos das duas religiões com o maior número de fiéis do mundo.

Como referencial teórico, partiremos da teoria mimética desenvolvida por René Girard. Conforme Girard (2011, apud PAGANELLI, 2015), o ser humano é fundamentalmente mimético ou imitativo. O seu desejo é derivado do desejo do outro, que ele adota como modelo para si. Assim, a mimese possui um caráter de aquisição. Partindo desses aspectos, pesquisaremos quais hábitos religiosos estão mimetizados entre o Islamismo e o Cristianismo. “... o reordenamento da sociedade ocorre em decorrência das instituições humanas religiosas e seus mecanismos que religam a sociedade que estava ameaçada de desagregação pela crise mimética” (GIRARD, 2011 apud PAGANELLI, 2015).

² Cânon são os livros recebidos na lista dos textos considerados pela comunidade como “sagrados”, divinamente inspirados e fidedignos para a instrução dos fiéis. O primeiro catálogo oficial conforme o uso cristão foi promulgada no Concílio regional de Hipona em 393. No entanto, o Concílio de Trento decidiu o cânon uma vez por todas, em 1546, promulgando oficialmente e sob pena de excomunhão, o cânon da atual Bíblia católica. Sobre o Novo Testamento, não existe nenhuma divergência entre católicos, protestantes e ortodoxos. (KONINGS, 1998:168)

Diante disso, a pesquisa visa encontrar eixos em comum entre as duas maiores religiões monoteístas nas suas práticas. A abordagem é de enfoque teológico, elaborada sobre uma base histórica e cultural das duas religiões.

2 - O ISLÃ

Como religião, o Islã é, sob todos os aspectos, muito mais próximo da tradição judaico-cristã do que qualquer uma das grandes religiões da Ásia. O judaísmo e o Islã têm em comum a crença em uma lei divina que regula todos os aspectos da atividade humana, incluindo até mesmo comida e bebida. Segundo Lewis (2004: 26),

em contraste com as outras religiões, incluindo o judaísmo, [os muçulmanos] acreditam que são os únicos afortunados a receber e guardar a mensagem final de Deus para a humanidade, sendo sua obrigação levá-la ao resto do mundo. Comparadas com as mais antigas religiões orientais, todas as três religiões do Oriente Médio – judaísmo, cristianismo e islamismo – estão intimamente relacionadas a aparecerem, de fato, como variantes da mesma tradição religiosa.

Portanto, a cristandade e o Islã são, de várias maneiras, civilizações derivadas de uma mesma herança e nutridas pelas imemoriais tradições do Oriente Médio antigo.

3 - TRADIÇÕES DIVERSAS

Entre os pontos convergentes, pode-se notar a relação com os mortos, a crença nos anjos, a hora da oração, o rosário de orações, o jejum, a esmola e a peregrinação. Alguns são ênfases promovidas pela Igreja Católica Romana, outros se originam desde a religião judia. Algumas dessas práticas foram mantidas pelos Evangélicos históricos até os dias atuais. Vejamos os detalhes dos pontos citados.

3.1 - A questão dos mortos

A ressurreição pós-morte é uma crença em comum nos três monoteísmos. Este é um dos principais textos do Antigo Testamento sobre a ressurreição da carne no livro de

Daniel capítulo 12, versículo 2: “E muitos dos que dormem no solo poeirento acordarão, uns para a vida eterna e outros para o opróbrio, para o horror eterno”.

O cristianismo começou como um movimento de ressurreição. Não há evidência de uma forma de cristianismo primitivo na qual a ressurreição não fosse a crença central, como se fosse acrescentada ao cristianismo à força. A ressurreição era a força motora central, dando forma ao movimento inteiro. Em especial, podemos ver entretecida na teologia cristã mais antiga que temos – a de Paulo, – a crença de que a ressurreição tinha em princípio acontecido e que os seguidores de Jesus tinham de reordenar suas vidas, suas narrativas, seus símbolos e sua práxis. (WRIGHT, 1998) Paulo cita em Romanos 6:8-9 “Mas se morremos com Cristo, temos fé que também viveremos com ele, sabendo que Cristo, uma vez ressuscitado dentre os mortos, já não morre, a morte não tem mais domínio sobre ele.”

A doutrina islâmica mantém que a existência humana continua após a morte do corpo humano na forma de ressurreição física e espiritual:

E nos propõe comparações e esquece a sua própria criação, dizendo: Quem poderá recompor os ossos, quando já estiverem decompostos? Dize: Recompô-los-á Quem os criou da primeira vez, porque é Conhecedor de todas as criações (SURATA 36: 78-79).

Há um costume islâmico praticado quando um dos seus fieis está enfermo e à morte. Baseado nas palavras do profeta Muhammad, fazem estas orações “*Lá iláha illal láh*³ pois se forem estas suas últimas palavras, entrará no paraíso. Nesses momentos deve-se permanecer junto aos agonizantes mais chegados” (FARES, apud ABDALLA, 1996:55). Lógico que não se admitiria ser isto uma espécie de extrema unção como a Igreja Católica Romana realiza, mas deve-se questionar o que está atrás disto tudo. Que influência teria recebido o profeta? Que tipo de revelação, de costumes da época? Além de pronunciarem essas palavras, no islamismo também há oração pelo falecido depois da morte (ABDALLA, 1996:55) tal qual a Igreja Católica Romana.

³ *Lá iláha ilaláh Muhammad Raçullul Iáh* – Não há divindade além de Allah e Muhammad é o seu mensageiro.

3.2 – A crença nos anjos

Não é de se estranhar encontrar muçulmanos em países do Ocidente à procura de cartomantes, adivinhadores, espiritistas para resolução de seus problemas, por crerem em espíritos bons e maus (ABDALLA, 1996:53). A maioria das mulheres muçulmanas geralmente não lê ou estuda o Corão (ABDALLA, 1996:54). Elas são mais informadas sobre práticas mágicas e espíritos maus.

O cristianismo também é permeado por mistérios e acontecimentos sobrenaturais. Ambos creem em espíritos bons e ruins. Para o cristão, o espírito bom é chamado de Espírito Santo compondo a trindade com Deus e Jesus. O espírito ruim é liderado pelo anjo Lúcifer. As duas religiões creem que Satanás é um anjo caído do céu. A história é assim relatada no Corão:

Criamo-vos e vos demos configuração, então dissemos aos anjos: Prostrais-vos ante Adão! E todos se prostraram, menos Lúcifer, que se recusou a ser dos prostrados. Perguntou-lhe (Alah): Que foi que te impediu de prostrar-te, embora to tivéssemos ordenado? Respondeu: Sou superior a ele; a mim criaste do fogo, e a ele do barro. Disse-lhe: Desce daqui (do Paraíso), porque aqui não é permitido te ensoberbeceres. Vai-te daqui, porque és um dos abjetos! (SURATA 7:11-13).

3.3 - A hora da oração

A ideia do orar ou rezar não é originária do cristianismo. O povo do Antigo Testamento orava e rezava. Os budistas, xintoístas, ou seja, em todas as formas de religiões não cristãs, se ora e reza (BOEING, 2003:9). O orar ou rezar é por excelência um gesto ou atitude própria e exclusiva do ser humano. Desde os primórdios, o ser humano sentiu a necessidade, e pôs em prática, o diálogo com seu Deus.

Pela leitura de textos considerados sagrados, constata-se que, entre o povo de Israel, a oração ocupa um espaço privilegiado, sendo que “considera-se a Bíblia, história de Israel, o livro de oração por excelência”.

A oração judaica pressupõe a história religiosa de seu povo. Israel reza, meditando sempre a sua história. *Iahweh* é o mistério de sua eleição e história, é o diálogo com seu povo ao qual se revela e em cujo meio permanece, e é quem age prodigiosa e silenciosamente com suas intervenções. A oração de Israel, podemos afirmar, jamais interrompe o ritmo de sua história, porque sua história é a história de sua oração, não se pode entender essa sem aquela. (CANALS apud BOENING, 2003:10).

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016*

Os apóstolos e a comunidade apostólica continuavam observando as horas de oração dos judeus, porém com um novo espírito trazido por Jesus. Além de observarem os antigos usos e costumes judaicos, os cristãos primitivos também mantiveram o costume do divino mestre de orar nas horas estabelecidas pelo costume judaico, orando também em outros momentos do dia. (BOEING, 2003:13)

Tudo faz crer que os apóstolos e os primeiros cristãos se mantinham fiéis à prática de orações estabelecidas no costume judaico. “Recitavam duas vezes ao dia a profissão de fé, o Shemá, e três vezes as Dezoito Bênçãos” (CANALS apud BOENING, 2003:14), pois na verdade estavam acostumados, conforme se constata no texto bíblico de Atos 3.13; 4.24; 14.15; 17.24. Segundo a Didaché⁴, “muito cedo este costume foi abandonado e a fórmula judaica foi substituída pela oração do Pai-Nosso” (MARTIMORT apud BOENING, 2003:14).

A Liturgia das Horas tem sua origem no ideal espiritual proposto pelo Novo Testamento: a oração incessante. A forma deste rito e seu ritmo de celebração, no que se refere à sua efetivação em determinadas horas ou momentos do dia, originam-se nos costumes judaicos. Este tipo de oração se fundamentou no exemplo de Jesus e da comunidade apostólica.

Pode-se afirmar que, desde o início do cristianismo, com base na tradição judaica, dois eram os tempos precisos de oração: pela manhã, ao raiar do dia (aurora) e à noite, ao findar o dia. Estas eram as orações feitas pela comunidade reunida. Conforme afirmado, já entre o povo judeu existiam outros momentos ou horas de oração, que aconteciam no templo. (BOEING, 2003:23)

Segundo James F. White, Martin Luther, em 1523 e 1526, propôs a volta de duas celebrações diárias: *Matinas* e *Vesperas* a serem feitas nos dias comuns, não festivos. Elas deveriam compreender leituras bíblicas, salmos, cânticos, hinos, Pai-Nosso, orações de coleta, credo e pregação. Na verdade, a oração pública diária sobreviveu nos círculos

⁴ A Didaché reflete experiências, tradições diversas e comuns no judaísmo antigo e contemporâneo à era cristã. De certa forma, reflete também práticas e normas já vivenciadas ou observadas. Seus ensinamentos irão orientar e dirigir o caminho das comunidades cristãs primitivas e apresentarão um horizonte de ensinamentos muito amplo no “caminho da justiça e retidão” para toda a humanidade. O escrito designado brevemente como Didaché ou Doutrina dos Apóstolos foi descoberto em 1873 por Ph. Bryennios na Biblioteca Constantinopolitana do patriarca grego de Jerusalém, em um manuscrito do ano 1056 (agora códice 54, na Biblioteca Jerosolimitana do patriarca grego). (IZIDORO, 2007:91)

luteranos até o final do séc. XVII e, em meios luteranos da Romênia, até o séc. XX (WHITE apud BOENING, 2003:23).

Nos dias de hoje, entre os muçulmanos, existe o costume de orarem de joelhos a cada três horas voltados para Meca todos os dias. Porém, deve ser observado o detalhe que a oração da manhã não se dê no momento em que o sol está surgindo e, à noite, na hora que o sol está se pondo, para não dar a conotação de um momento de devoção ou oração ao sol. (BOENING, 2003:24)

Segundo consta da tradição islâmica (ABDALLA 1996:65), a ordenança de cinco orações diárias para cada muçulmano foi revelada a Muhammad quando da sua experiência de ascensão que teve em Jerusalém. A recitação das orações segue um ritual em certo sentido até mesmo rígido, principalmente quanto a horário e direção da oração. Em várias partes do mundo, o muçulmano tem uma bússola especial para saber exatamente a direção de Meca, o local sagrado. Esta bússola vem acompanhada de um manual para saber a direção certa para se ajoelhar e orar.

As orações, em linhas gerais devem seguir o seguinte critério: antes de sair o sol, ao meio do dia, antes do pôr do sol, depois dele, quando é noite.

3.4 - Rosário de orações

Muitas tradições utilizam contas para auxiliar na concentração e na contagem durante as orações, exercícios espirituais, meditações e pedidos de auxílio. Os nomes variam: *masbaha* para muçulmanos, rosário ou terço para os católicos. O número de contas também varia: 33 saudações de fé à Virgem Maria e para os anos de vida de Jesus Cristo. O *masbaha* é um instrumento que ajuda na repetição dos 99 nomes de Allah ou das palavras mais queridas para Allah.

O fato de carregar ostensivamente o *masbaha* pode ir contra os ensinamentos de modéstia e discrição, então alguns líderes da mesquita dizem que é melhor não usá-la, mas não a proibem. Outro fator é que algumas pessoas contam o *masbaha* enquanto seu olhar se distrai, o que não é apropriado para a concentração esperada para a repetição. Estes cordões são também vistos por vários povos orientais como acumuladores e transmissores de energias positivas, além de eliminadores da tensão nervosa. Por esta razão, é comum ver árabes usarem o *masbaha* apenas para descontraír, relaxar a tensão

ou passar o tempo. Ficam num bolso, com suas contas à espera de serem manipuladas pelos dedos do dono. Neste caso, existem as prediletas, e também o material e a cor preferidos para cada ocasião, as mais sofisticadas e as para o dia a dia. Existe também o *masbaha* usado como enfeite na casa que costuma ser feito com pedras grandes e fica exposto, bem à vista de todos (WHITE apud BOENING, 2003).

A devoção ao terço foi se desenvolvendo lentamente à sombra dos mosteiros. O terço é uma oração constituída pela recitação de 50 até 200 Ave-Marias, em grupos de dez, cada grupo precedido por um Pai-Nosso e concluído com um ‘Glória’. Durante o rosário, medita-se sobre os mistérios da vida de Cristo e da sua Mãe.

Ainda que não se saiba exatamente qual é a história do início do terço, o padre Etienne Richer explica, em "Mariology", que no final do século XI, “já se conhecia e praticava uma devoção mariana caracterizada por numerosas Ave-Marias, com prostrações rítmicas em honra de Nossa Senhora, primeiro em comemoração das suas alegrias, depois dos seus sofrimentos”. O nome “rosário” começou associado a esta prática.

Desde o século XII, a Igreja intensificou a oração do terço nos momentos de dificuldade e tribulação. Em 1569, São Pio V consagrou oficialmente o terço, atribuindo à sua recitação a destruição da heresia e a conversão de muitos pecadores. Pediu aos fiéis que rezassem o terço naquela época “de tantas heresias, gravemente perturbada e aflita por tantas guerras e pela depravação moral dos homens”. (RICHTER et al., 2008)

Também se falou sobre a eficácia e poder do terço na histórica batalha de Lepanto, entre as forças cristãs e muçulmanas, em 1521. As forças islâmicas haviam avançado rumo à Espanha e, quando estavam a ponto de superar as cristãs, o Papa Pio V fez um apelo aos fiéis para que rezassem o terço. Os cristãos ganharam e, como homenagem por esta vitória, o papa declarou Maria como Senhora da Vitória, estabelecendo sua festa no dia 7 de outubro, dia do santo terço. (SWANSON, 2014).

3.5 O jejum e as esmolas

Segundo o sociólogo Mohamed El-Moubaraki (2008, p.42),

o costume do jejum parece ter sua origem na vida dos nômades. A aridez do solo e a falta de víveres levavam os beduínos a se privar de comida. Para lutar

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

contra a fome, eles tinham o hábito de amarrar uma pedra com uma corda contra o abdome, a fim de reduzir o volume do estômago. Muhammad, por ter passado vários anos à frente de caravanas em travessia no deserto, adotava essa prática. Com frequência, por causa da falta de alimento, os beduínos sacrificavam os recém-nascidos, enterrando-os vivos. As principais vítimas eram as meninas, que, para as famílias mais modestas, representavam pesado fardo.

Na época de Muhammad, as tribos árabes pré-islâmicas da península Arábica conviviam com comunidades judaicas e cristãs. Assim, em Medina, a 350 quilômetros de Meca havia uma grande comunidade de judeus. Estes jejuavam o Yom Kippur, o Dia do Perdão. Historiadores fizeram um paralelo entre a primeira revelação feita a Muhammad, ocorrida no mês de Ramadã, e os Dez Mandamentos. Além disso, a comunidade cristã católica romana observa, tradicionalmente, um jejum anual, na Sexta-feira Santa. A origem do jejum no Ramadã se insere, portanto, em uma continuidade histórica. Para El-Moubaraki (2008:41), o profeta “não pretendia abolir a tradição de Israel, mas atualizá-la conforme aos novos decretos divinos, dos quais era o depositário”.

Já o Tempo Quaresmal é, então, principalmente o tempo de preparação para a Páscoa. Um período privilegiado que leva o cristão a penetrar fundo no sentido de sua condição de filho de Deus, destinado a uma eternidade repleta de felicidade na Casa do Pai, pois foi resgatado pelo Sangue de Cristo. A Quaresma começa na quarta-feira de cinzas e termina no sábado de Aleluia, anterior ao domingo de Páscoa: ao total são 46 dias, da quarta-feira ao sábado. Durante esses dias que precedem a Semana Santa e a Páscoa, os cristãos dedicam-se à reflexão e à conversão espiritual, e se recolhem em oração e penitência, para lembrar não só os 40 dias no deserto como também os sofrimentos que Jesus suportou na cruz. O jejum é prescrito para a quarta-feira de cinzas e a sexta-feira da Paixão, no espírito de penitência próprio da Quaresma: fome e sede de Deus. Recentemente, a Igreja Romana orienta jejuar dos programas de TV que promovem a prostituição, o adultério e o homossexualismo. Oração, penitência, jejum e esmola são meios para se alcançar os objetivos da Quaresma. Essa três formas de penitência são um remédio para o combate das doenças espirituais, sendo que a oração auxilia no combate ao orgulho; o jejum, no combate à gula e à soberba; a esmola, no combate à avareza. (LEANDRO, 2016)

Os muçulmanos também fazem penitência e doam esmolas no período de jejum. Em árabe, az-zakat, “significa pagamento, purificação e aumento, uma vez que há, mediante o pagamento de uma taxa fixa ao estado, para ser usada em prol dos pobres e necessitados”. (HAYEK, 2007:12)

3.6 Peregrinações

É esperado que cada muçulmano, pelo menos uma vez na vida viaje a Meca, na Arábia Saudita, numa peregrinação conhecida por Hajj ou Hégira⁵. É tida como o ponto alto da vida espiritual da vida dele. Cada um que consegue ir sente-se realizado como um bom muçulmano. Quando de lá retorna, recebe o título honorário de Hajj.

Muitos muçulmanos peregrinam para Meca, mas esta peregrinação específica ocorre uma vez ao ano, na comemoração do sacrifício que Abraão fez de seu filho Ismael – e não Isaque como está na Bíblia. A data do Hajj é exatamente dois meses e dez dias após o Ramadã. (ABDALLA, 1996:77)

Nas outras tradições religiosas ocorrem romarias e peregrinações. Jerusalém, desde os primórdios do cristianismo, foi polo religioso que atraía multidões de peregrinos. Com o tempo, as peregrinações foram criando, ao longo de seu trajeto, hospitais, hospedarias e transportes para os romeiros. No universo católico, além da Terra Santa – Israel, os maiores centros de peregrinação são a cidade de Roma e o Vaticano; os grandes Santuários marianos de Lourdes, na França; Fátima em Portugal e a casa da Sagrada Família em Loreto, na Itália, transportada miraculosamente por anjos. (BRITO FILHO, 1998).

⁵ Hégira em árabe, ou migração, aconteceu no verão de 622. Os muçulmanos datam sua história a partir desse evento, pois acreditam que o Islã começou de fato quando Muhammad e seus seguidores estabeleceram sua comunidade em Medina quando saíram de Meca. (MILLER, 2013:49). Outro significado é a interpretação ou representação desse evento com significado espiritual, atualizado, que transmite a ideia de “passagem” ou “partida” para dias melhores, mundo melhor. O Corão deu à prática maior ênfase e um foco mais específico, sendo que o próprio Muhammad estabeleceu os rituais específicos a serem realizados pelos peregrinos. A descrição oficial da Hajj é encontrada na Surata 2. (FRY e KING, 2013:127)

4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo foi dedicado à comparação entre elementos comuns do islamismo e do cristianismo. O que pode ser resumido em termos de resultado?

Desde o início estamos conscientes de que

o islamismo surgiu num ambiente cultural diverso do ambiente do mediterrâneo, dotado de leis e costumes que continuaram a influir naqueles que aderiram a ele. Algo semelhante vale para o cristianismo nascente e o ambiente cultural greco-romano.

Havia comunidades judaicas na Arábia, principalmente na região de Yatrib, Medina. Também houve comunidades cristãs, mas não é possível assegurar em que extensão e número. (GNILKA, 2006)

Portanto, vejamos os pontos convergentes entre o islamismo e o cristianismo. Ambas representam uma religião de revelação. Isso significa que o conhecimento definitivo de Deus somente se tornou possível pelo fato de Deus se revelar e se manifestar, pelo fato de ter falado aos seres humanos. Representam religiões monoteístas. Isso significa que Deus é único. Rejeita-se o politeísmo, a proliferação de deuses.

Dessa forma, a relação com a questão dos mortos, a crença nos anjos, a hora da oração, o rosário de orações, o jejum, a esmola e a peregrinação estão intrinsecamente próximos entre muçulmanos e parte da comunidade cristã. Estes elementos são alguns dos pontos miméticos proposto por Girard como base do pensamento humano, ou seja, o seu desejo é derivado do desejo do outro que ele adota como modelo para si obedecendo às devidas proporções.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABDALA, Rachid K. **Conhecendo o Islamismo**. Curitiba: A D Santos Editora, 1996.

BÍBLIA, Português. **A Bíblia de Jerusalém**. Nova edição rev. e ampl. São Paulo: Paulus, 2011.

BOENING, Harry Raul. **Liturgia das Horas**. 2003. 55 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Teologia, Escola Superior de Teologia, São Leopoldo, 2003.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

BRITO FILHO, Paulo Corrêa de. **Catolicismo: Revista de Cultura e Atualidades**. São Paulo, ago. 1998. Disponível em: <http://catolicismo.com.br/materia/materia.cfm/idmat/B5B4D0FC-3048-560B-1C41E7890DB8BF7B/mes/Agosto1998>. Acesso em: 29 ago. 2016.

EL-HAYEK, Samir. **Tradução do sentido do nobre alcorão para a língua portuguesa**. São Paulo: Federação das Associações Muçulmanas do Brasil, 2007.

EL-MOUBARAKI, Mohamed. Ramadã, o mês sagrado. **História Viva Grandes Religiões: Islamismo - Viver pela vontade de Deus**. São Paulo: Duetto, v. 4, p.42-44, jan. 2008.

FRY, C. George; KING, James R.. Práticas religiosas islâmicas: os pilares da fé. In: SWARTLEY, Keith E.. **Descobrimo o mundo do Islã**. Curitiba: Editora Esperança, 2013. p. 119-131.

GNILKA, Joachim. **Bíblia e Alcorão: o que os une, o que os separa**. São Paulo: Loyola, 2006.

IZIDORO, José Luiz. Didaché: doutrina dos doze apóstolos. **Oráculo**. São Bernardo do Campo, n. 3.6, p.91-113, 2007. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/oracula/article/download/5885/4757>. Acesso em: 29 ago. 2016.

KONINGS, Johan. **A Bíblia nas suas origens e hoje**. Petrópolis: Vozes, 1998.

LEANDRO, Alirio. **Significado e importância da Quaresma**. Disponível em: <http://www.ofielcatolico.com.br/2005/02/significado-e-importancia-da-quaresma.html>. Acesso em: 29 ago. 2016.

LEWIS, Bernard. **A crise do Islã: guerra santa e terror profano**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2004.

MILLER, William. Como o Islã começou. In: SWARTLEY, Keith E.. **Descobrimo o mundo do Islã**. Curitiba: Editora Esperança, 2013. p. 41-58

PAGANELLI, Magno. **O Corão, a violência e a interpretação do Hamas**. Edição do autor. São Paulo, 2015.

RAHME, Claudinha. **O Masbaha**. Disponível em: <http://www.gazetadebeirute.com/2013/04/o-masbaha.html>. Acesso em: 29 ago. 2016.

RICHTER, Etienne. Marian Devotion, the Rosary and the Scapular. In: MIRAVALLE, Mark I.. **Mariology: A Guide for Priests, Deacons, Seminarians, and Consecrated Persons**. Goleta, Estados Unidos: Queenship Publishing, 2007. p. 667-679.

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016*

SWANSON, Karna. **Por que os católicos rezam o terço?** Disponível em: <http://pt.aleteia.org/2014/01/27/por-que-os-catolicos-rezam-o-terco/>. Acesso em: 29 ago. 2016.

WRIGHT, N. T. **As Origens Cristãs e a Ressurreição de Jesus: A Ressurreição de Jesus como um Problema Histórico.** Sewanee, Estados Unidos: Sewanee Theological Review 41.2, 1998.

Surrealismo literário e pauta social nas *Declamationes maiores* (XIV-XV): magia, prostituição e persuasão

Beatriz Rezende Lara Pinton

Resumo:

Este artigo é resultado de um primeiro levantamento de dados para um futuro projeto de pesquisa interdisciplinar entre História Antiga e Letras Clássicas sobre as *Declamationes maiores* do pseudo-Quintiliano, que englobará não apenas a tradução para o português dos casos XIV e XV da obra, mas também o estudo aprofundado do contexto em que tal literatura, assim como a análise dos elementos místicos e das questões sociais encontradas no texto.

Palavras chaves: Pseudo-Quintiliano; retórica; misticismo; pautas sociais

Abstract:

This article is the result of a first data gathering for a future interdisciplinary research project between Ancient History and Classical Languages about the *Declamationes maiores* by pseudo-Quintilian. This will include not only the translation to Portuguese of the cases XIV and XV, but also the detailed study of the context in which such literature was born, as well as an analysis of the mystical elements and the social issues found in the text.

Key words: Pseudo-Quintilian; rethoric; mysticism; social matters

As *Declamationes maiores* são um compêndio de dezenove discursos de caráter judicial, comumente atribuídos a Marco Fábio Quintiliano (30 – 96 e.c. ¹) ou a discípulos de sua escola de oratória. Quintiliano foi o mais importante orador, gramático e professor de retórica no período imperial romano. Por volta do ano 71 da era comum, durante o governo de Vespasiano, os melhores mestres de retórica começaram a ser remunerados com um salário de cem mil sestércios ao ano – assim, Quintiliano tornou-se, também, o primeiro professor da história ocidental a ser pago com recursos públicos (Paratore, 1987, p. 699). Sua obra mais famosa, a *Institutio oratoria* (*Educação oratória*, publicada entre os anos 94 e 95 d.C.), é referida por muitos estudiosos – cf. Laing, 1920, p. 518 e Mommsen, 1856, p. 70, por exemplo – como um dos melhores escritos que possuímos da Antiguidade romana. “Estamos diante de uma verdadeira enciclopédia, uma grande ‘suma’ que sua época produziu para muito além do âmbito da eloquência”, afirma Pereira (2000, p. 25), reconhecendo a vasta gama de assuntos abordados pelo autor da *Educação*

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.

“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.

ISSN: 2317-0468

17 a 21 de outubro de 2016

oratória. Com os doze livros que compõem a obra, Quintiliano busca produzir não um simples tratado retórico, mas um estudo sobre todo o processo de formação do orador – desde a primeira infância até o afastamento da vida pública.

A arte retórica ocupava lugar proeminente na educação romana porque a capacidade de se posicionar e discursar de maneira convincente nas assembleias públicas era uma prerrogativa básica para o pleno exercício da cidadania. Sabe-se que rétores gregos e seus pupilos praticaram exercícios retóricos sobre temas judiciais e deliberativos por séculos antes de Marco Aneu Sêneca (54 a.e.c.-39 e.c.) testemunhar que havia visto nascer o gênero das controvérsias declamatórias (*rem post me natam, Contr.* 1 pr. 12). É notório que tais exercícios já fizessem parte do curriculum escolar latino no tempo de Cícero (106-43 a.C.), porém, é bem provável que a prática de adultos amadores declamarem publicamente só tenha se tornado rotina durante a vida de Sêneca, o velho (Fairweather, 1984, p. 543-4).

O gênero das *Declamationes maiores*, como é possível inferir a partir do próprio título, é a declamação e consiste, em termos gerais, na apresentação de um tema conflitante e de argumentos de acusação e defesa. A tradição retórica manda que a estrutura convencional seja composta pelo *proemium* (a introdução), a *narratio* (uma narração direta e precisa dos fatos), a *refutatio* (refutação do argumento contrário), e a *peroratio* (conclusão), em geral permeada de apelos emocionais.

1 e.c.: era comum

Cícero, Sêneca, o velho, e Suetônio fazem referência a um tipo específico de declamação, as *controuersias*, que eram voltadas para o exercício dos jovens alunos nas escolas de retórica, ou seja, tratavam-se de peças fictícias propositalmente polêmicas, cujo objetivo era levar pupilos e oradores já formados a aprimorar as técnicas oratórias. Neste exercício, segundo Sussman (1987, p. i), “o professor designava um caso de tribunal hipotético envolvendo uma ou duas leis e uma situação específica, levando em conta uma suposta violação e requisitava que o estudante elaborasse e, após revisão adequada, entregasse um discurso completo de uma das partes do caso”. É na categoria de *controuersias*, portanto, que as *Declamationes maiores* se encontrarão lugar.

Para além do gênero literário, a obra nos coloca a questão da autoria. Estudiosos atualmente acreditam que não se pode atribuir – pelo menos não inteiramente – a autoria das dezenove peças a Quintiliano, mas sim a seus seguidores. Segundo Shackleton Bailey

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.

“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,

Juiz de Fora, 2017, 1554p.

ISSN: 2317-0468

17 a 21 de outubro de 2016

(2006), “não é inconcebível que algumas das declamações talvez tenham sido trabalho dos pupilos, preservadas pelo professor junto com as suas próprias [declamações]”. Essa hipótese também é levantada por Anthony Corbeill (2015), que ressalta o caráter didático da *opus magnum* de Quintiliano, a *Institutio oratoria*, e entende o compêndio de declamações (*maiores et minores*) como a interface prática dos ensinamentos teóricos encontrados em seu manual de formação do orador. As *Declamationes maiores* provavelmente foram escritas em diferentes momentos, tendo em consideração a hipótese de autoria coletiva, mais aceita modernamente. É evidente que não se pode perder de vista a precariedade do sistema de coleta e aproximação de informações para definir as datas de obras antigas. Stramaglia informa que devem ter sido escritas certamente entre os séculos I a IV e.c.. A primeira data toma como base o fato de que as referências à *Institutio oratoria* (94-95 e.c.) são claras e a última é fixada por uma citação das *Declamationes maiores*, feitas por Jerônimo, ao final do século IV. Os pesquisadores, no entanto, ainda divergem quanto à atribuição de uma data mais específica de composição desta obra.

É importante também situarmos em qual contexto histórico essas declamações foram escritas e “encenadas”. Sabe-se, sem dúvida, que se inserem no período imperial romano. Na República da época de Cícero, a boa oratória era primordial para o exercício de cidadania, porque os discursos eram feitos nos tribunais para defender posições políticas e influenciar nas questões de Estado, contando com a participação dos senadores nas votações. Com a transição da República para o Império e o poder concentrado nas mãos do imperador, houve um esvaziamento da função política da retórica, em virtude do enfraquecimento da figura da aristocracia romana na tomada de decisões, embora seja importante ressaltar que esta elite não perdeu o seu prestígio social, nem a sua posição nesta hierarquia. A boa formação e o domínio da retórica continuaram a ser fundamentais para os jovens aristocratas. Albrecht resume a questão (1999, p. 833):

Com a evolução para a monarquia a oratoria política perde importância. A eloquência se refugia nas salas de declamação; converte-se, por assim dizer, em artigo de antiquário. Já não se admiram os oradores políticos, mas os rétores e declamadores brilhantes. Ao invés de influir publicamente sobre grandes grupos humanos, a oratória se converte, no melhor dos casos, em meio de educação e de autoeducação, e no pior, em um lugar de recreação para os virtuosos. Nasce toda uma literatura sobre as causas da decadência da eloquência (Petrônio, Quintiliano, Tácito). A declamação, originalmente um exercício de escola,

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

influi sobre outros gêneros literários. Os escritos filosóficos tratam então – à diferença das obras ciceronianas análogas – de atuar diretamente sobre a vontade dos leitores.

A partir desta análise contextual, pode-se pensar sobre os temas escolhidos para as declamações, que beiram o surreal, como casos de fantasmas, poções de ódio e uma cidade inteira se rendendo ao canibalismo. De acordo com Sussman (1987), quanto à escolha de temas, Quintiliano recomenda que tenham maior proximidade com situações reais, mas ao mesmo tempo abre a possibilidade de se defender qualquer tema, advertindo sobre o esforço maior exigido se a situação se afastasse demais da realidade. Pode-se levantar a hipótese de que a fuga para temas desta natureza, para além das questões implícitas ao gênero declamatório, espelhasse certa tensão social oriunda do período pós-Nero, no qual, inclusive, poderia ser perigoso debater questões políticas que culminassem em qualquer crítica ao imperador.

No entanto, que tipo de ensinamento a retórica, repleta de exageros e de excessos de efeito performático, poderia oferecer aos jovens alunos da aristocracia que provavelmente escreveram e tiveram contato com as *Declamationes maiores*? As hipórbolas discursivas, o apelo exagerado às emoções, a mimetização de gestos femininos (CONNOLLY, 2015), todos elementos geralmente evitados na performance oratória, estão todos presentes nesta obra. No texto das declamações, também são flagrantes alguns efeitos de estilo, como a presença de marcações de *performance*, figuras de linguagem tipicamente poéticas (como assonâncias e aliterações) e, sobretudo, conteúdos que desafiam, de certa maneira, o *status quo*, ao propor temas chocantes como canibalismo, magia, incesto e, ao mesmo tempo, dar voz às figuras historicamente marginalizadas, como homens pobres e prostitutas. Quais foram as condições que propiciaram o desenvolvimento de uma literatura voltada para os personagens e temas que representam tudo aquilo que a sociedade romana, à luz do dia, repudia veementemente? Ana Alexandra Sousa (2011, p. 20) descreve, assim como Albrecht, a prática da retórica dentro deste contexto de domínio imperial e constata a aproximação destes temas voltados para o sobrenatural, que buscamos investigar:

Dá-se início ao chamado período argênteo, no qual se verifica uma profunda transformação da sensibilidade artística, pois o peso crescente da retórica na formação dos jovens criou novas modas literárias e modificou os cânones estéticos. Apesar de a retórica

ter tido sempre importância na educação romana, esta época viu aumentar o número de escolas orientadas por retores e a declamação (*declamatio*) tornou-se um fim em si mesma, desligando-se de uma prática exterior concreta. Muitos acusavam estas escolas de não prepararem os oradores para as carreiras públicas, exercitando temas fictícios, distantes da vida real. O próprio Sêneca foi iniciado na retórica pelo pai, que escreveu para os filhos as famosas *Controvérsias* e *Suasórias*, ficando, por isso, conhecido como Sêneca o Retor. Nesta obra são reunidos e comentados, com fins didáticos, vários discursos dos oradores romanos. Além da retórica, um certo gosto pela visualização e exploração do macabro e da violência que se cruza com uma forte atração pela magia e feitiçaria marca de forma especial esta literatura.

A pesquisa sobre as *Declamationes maiores* é inédita no Brasil e o interesse por este tipo de literatura latina é relativamente recente na área de Estudos Clássicos. Trata-se de uma obra nunca traduzida para a língua portuguesa e sistematicamente negligenciada pela tradição dos Estudos Clássicos, talvez porque as dúvidas sobre a autoria ainda desencorajem pesquisadores, talvez porque a magnitude da *Institutio oratoria* coloque qualquer outro trabalho relacionado ao autor em posição secundária. Há, por exemplo, uma visível discordância quanto à função educativa dessas declamações. Connolly (2015) acredita que as questões-chave são a inserção dos conceitos de “empatia” e “sofrimento” e que esta nova ficção quase surrealista teria como objetivo ensinar aos jovens sobre estes sentimentos, o que explicaria os excessos e arroubos de emoção nos discursos. Neil Bernstein (2015), por outro lado, aposta numa função mais prática e política destas declamações, que se voltavam para a análise de casos fictícios, sendo alguns deles passíveis de acontecerem na vida real. Alguns dos casos contêm um teor claramente subversivo, como o que o próprio Bernstein examina mais a fundo, sobre o apedrejamento do filho de um homem rico, incitado por um homem pobre. Não é possível ignorar o viés social e muitas vezes político destes casos, o que leva Bernstein a concluir que, para os jovens da elite, poderia significar um exercício útil para conjunturas em que houvesse agitação popular, uma forma de ensiná-los a estarem prevenidos para situações de risco.

O objetivo principal deste projeto volta-se para a tradução, análise e reflexão de um caso específico das *Declamationes maiores*, denominado “O caso da poção de ódio da prostituta”, que se desdobra em acusação e defesa, constituindo os casos XIV e XV da obra. É válido salientar quanto é incomum encontrar um caso “completo”, ou seja, que apresente tanto o discurso de acusação como o de defesa: na obra de nosso interesse há apenas mais um caso, as declamações XVIII e XIX, sobre incesto entre mãe e filho. O

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
 “O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
 Juiz de Fora, 2017, 1554p.
 ISSN: 2317-0468
 17 a 21 de outubro de 2016

mais frequente era que o aluno se dedicasse à composição de apenas um dos lados da situação apresentada. Dispondo então destas duas partes, entendemos que podemos ter acesso a mecanismos de análise especialmente privilegiados. Os questionamentos que nortearão a nossa pesquisa são os seguintes:

1) As *declamationes* são uma total fuga da realidade, uma imersão no surrealismo para evitar a discussão política (tendo em mente inclusive que Quintiliano, como mestre de retórica e tutor, era financiado pelo imperador Domiciano) e, conseqüentemente, afastar o perigo da censura; ou seria uma estratégia para falar dos problemas incômodos que surgiam e inquietavam a sociedade como um todo (ricos e pobres), em tempos de crise? Por que a escolha, neste momento, da aproximação de temas considerados próprios das classes “inferiores”, inclusive com a concessão jurídica de voz a estes personagens? Que tipo de voz lhes é dada? Qual o tipo de defesa elaborada e qual o seu teor (especialmente no caso da prostituta e a poção de ódio)?

2) Qual seria a provável função didática destes exercícios? Qual seria a aplicação prática na vida destes indivíduos? Buscaremos um diálogo com os artigos de Joy Connolly e Neil Bernstein, recuperando os pontos de suas hipóteses que mais se aproximarem das nossas conclusões, tiradas através da tradução do texto latino.

3) Como se articula a questão específica da mulher e da prostituta na sociedade, os estereótipos, a associação com a figura da feiticeira, da mulher vil, maléfica?

A partir daí, podemos nos ater ao caso específico, objeto de nosso interesse. A ação é movida por um homem que deixa claro o seu status social, alertando que não dispõe de grandes riquezas. Ele acusa uma prostituta de ministrar-lhe uma poção de ódio, sem o seu consentimento, com a intenção de que ele deixasse de amá-la. Em seu discurso, o principal argumento é de que ela, desta forma, o condenou a uma vida de tortura, uma vez que ele não deixou de amá-la de forma natural e isto causa conflitos internos, porque o amor e o ódio (sentimentos naturais), quando são forçados (através de uma poção, por exemplo) podem ter conseqüências letais sobre a mente e o corpo da vítima. Desta forma, a prostituta fez com que o homem jamais se visse livre da sua lembrança. Amor e ódio, nesta concepção, não são exatamente sentimentos opostos, mas facetas contíguas de uma mesma emoção. Ele alega, ademais, que ela pode também ter o domínio sobre o amor e seu discurso reproduz tudo aquilo que se encontra na tradição literária sobre as prostitutas:

mulheres repletas de artimanhas, hábeis na arte da sedução e sempre prontas a extorquir os clientes, obtendo deles o máximo de vantagens materiais.

Em oposição a este modelo de mulher, está a esposa, casta e submissa, reclusa aos assuntos do lar, nunca desacompanhada nos espaços públicos. A segunda parte, a defesa da prostituta, é palco para discussões ainda mais controversas. Alguém fala em seu nome, confirmando a noção de que a mulher não teria voz no tribunal porque não pode exercer cidadania. O primeiro passo da defesa consiste na confirmação do ato criminoso, ou seja, o defensor não nega que a prostituta de fato tenha ministrado a poção. A defesa constrói seus argumentos no sentido de justificar o ato, como uma ação de misericórdia, necessária para resgatar a honra do cidadão, que havia se resumido a um homem infeliz, obsessivo e sem perspectivas. Sua paixão havia se tornado doentia e exigia medidas drásticas para ser curada. A defesa aponta também que o cliente estaria incomodando a prostituta, com suas investidas constantes e que a poção teria sido o último recurso para contê-lo. A honra da prostituta também é colocada em pauta. Alega-se que ela não extorquiou o cliente, porque quando a conheceu, ele já não dispunha de riqueza alguma. Assim, atendo-nos especificamente ao caso, propomos ainda outras questões que nos parecem de todo relevantes e que procuraremos responder ao longo da nossa pesquisa:

1) Como se estabelece a relação deste caso com a magia e a representação da mulher feiticeira? Dado que a poção aparece no texto como um elemento naturalizado, sem qualquer problematização de ordem jurídica, pode-se considerar se a) a relação com a magia estava de fato presente no dia-a-dia do indivíduo romano (ou ao menos em alguns grupos específicos); se b) a magia aparece como um elemento desta literatura “surrealista”, com cunho meramente fictício; ou ainda se c) pode representar uma alegoria para o tratamento de temas mais profundos, como os sentimentos de amor e ódio.

2) Quais são os personagens que constituem o caso, quais são os pontos principais que articulam em seus discursos e a que mecanismos retóricos recorrem para a construção da sua argumentação?

3) Quem são estes sujeitos, como estão inseridos na dinâmica da sociedade e a que espaços de influência pertencem e, por fim, quais são as relações de poder implícitas no discurso?

Referências Bibliográficas

- BERNSTEIN, Neil. “Omnibus patemus insidiis: elite vulnerability in Major Declamations”. In: DINTER, Martin; GUÉRIN, Charles; MARTINHO, Marcos (Eds.). *Reading Roman Declamation: The Declamations Ascribed to Quintilian*. Berlin; New York: de Gruyter, 2015 (Beiträge zur Altertumskunde).
- CONNOLLY, Joy. “Imaginative fiction beyond social and moral norms”. In: DINTER, Martin; GUÉRIN, Charles; MARTINHO, Marcos (Eds.). *Reading Roman Declamation: The Declamations Ascribed to Quintilian*. Berlin; New York: de Gruyter, 2015 (Beiträge zur Altertumskunde).
- FAIRWEATHER, J. *The Elder Seneca and Declamation*. ANRW. Berlin, II, v. 32, 1, p. 515-56, 1984.
- LAING, Gordon J. “Quintilian, the Schoolmaster”. *The Classical Journal* 15.9 (1920): p. 515-34.
- MIOTTI, Charlene Martins. *Ridentem dicere uerum: o humor retórico de Quintiliano e seu diálogo com Cícero, Catulo e Horácio*. 2010. 224 f. Tese (Doutorado) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.
Disponível em:
<<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000772890>>. Acesso em: 07 maio 2016.
- MOMMSEN, T. *Römische geschichte*. Berlin: Weidmannsche Buchhandlung, v. 5, 1856.
- OXFORD LATIN DICTIONARY, 2a ed. Oxford: 2012.
- PARATORE, E. *História da literatura latina*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1987.
- PEREIRA, M. A. *Quintiliano gramático: o papel do mestre de gramática na Institutio oratoria*. São Paulo: Humanitas, 2000.
- SARAIVA, F. R. S. *Novíssimo dicionário latino-português*. 10 ed. Rio de Janeiro: Garnier, 1993.
- SOUSA, Ana Alexandra Alves de. *Medeia de Séneca (tradução, introdução e notas)*. Coimbra: Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos, 2011.
- SHACKLETON BAILEY, D. R. *Quintilian: The Lesser Declamations*. 2 v. Loeb Classical Library. Cambridge, MA, and London: Harvard University Press, 2006.
- STRAMAGLIA, A. *La città che si cibò dei suoi cadaveri (Declamazioni maggiori, 12)*. Cassino: Edizioni dell'Università degli Studi di Cassino, 2002, p.13-30.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
 ISSN: 2317-0468
 17 a 21 de outubro de 2016

Edições das *Declamationes maiores*

LEHNERT, Georgius. *Quintiliani quae feruntur declamationes XIX maiores*. Lipsiae in aedibus B. G. Teubneri, 1905.

RITTER, C. *Die quintilianischen Declamationen. Untersuchung über Art und Herkunft derselben*. Freiburg i. Br. und Tübingen: Georg Olms Verlagsbuchhandlung Hildesheim, 1881.

SUSSMAN, Lewis A. *The major declamations ascribed to Quintilian: a translation*. Frankfurt am Maim: Verlag Peter Lang GmbH, 1987.

WARR, J. *The declamations of Quintilian, being an exercitation or praxis of upon his XII books, concerning the institution of an orator*. London: John

Imaginários de uma era romantizada: Sengoku Jidai

Petrus Lucchesi Moreira

RESUMO:

O presente artigo tem como objetivo analisar o tradicional imaginário japonês acerca de uma das mais importantes personagens do *Sengoku Jidai* – A era dos Estados em guerra - a saber *Oda Nobunaga* - essencial para a reunificação do país e para o fim do período de guerras. De acordo com as histórias da época e da era posterior, pretende-se introduzir uma pesquisa com vistas ao conhecimento mais detalhado sobre este personagem através do estudo comparativo com a bibliografia mais atual. Quando pensamos em cultura japonesa, logo vem à mente grupos familiares de *samurai* se enfrentando em batalhas visando o interesse próprio, mas nunca compreendemos o “quando, onde e por que” destes eventos de uma cultura tão distante, mas ainda assim, tão próxima de nós através de clássicos do cinema, desenhos animados e *videogame*.

PALAVRAS-CHAVE: História do Japão; Japão feudal; Período Sengoku; Oda Nobunaga.

ABSTRACT:

This article’s objective is to analyze the Japanese traditional imaginary around one of the most important figures of the *Sengoku Jidai* – The warring States period – Oda Nobunaga – essential to the reunification of the country and to the end of the wars period. According to the posterior era’s stories, we intend to introduce a research based on the more detailed knowledge about this figure through the comparative study with the actual bibliography. When we think about Japanese culture, we think about samurai families battling to own achievement, but we never understand the “when, where and why” questions of these events of a culture so distant, yet so close to us by the classic movies, animes and videogames.

KEYWORDS: History of Japan; Feudal Japan; Sengoku Period; Oda Nobunaga.

Introdução:

Quando pensamos em samurais, ninjas e guerras, por interesses familiares, no Japão “feudal”, é no *Sengoku Jidai* que estamos pensando. Durante o xogunato *Muramochi*, uma guerra se disseminou por todo o país, o que acabou por enfraquecer o poder político do *bakufu* (xogunato) e por criar a emancipação política de vários *daymio* (podem ser relacionados à senhores feudais) pelo Japão. Assim, o país se dividiu em vários Estados menores que frequentemente guerreavam entre si para o crescimento de seus domínios, o que nomeou o período *Sengoku Jidai* ou a era dos Estados em guerra. O Imperador e o Xogum ainda existiam, porém não representavam autoridade política nem

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
 “O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.

ISSN: 2317-0468

17 a 21 de outubro de 2016

militar; era um tempo de guerra civil entre vários poderes locais, o que ocasionava a falta de mão de obra, a devastação dos campos (por guerrilha ou saque), a fome e a miséria. Lutas internas também eram frequentes; filhos matavam pais que assassinavam irmãos e destronavam avôs.

Mas a crise parecia ter um fim iminente quando em 1568, *Oda Nobunaga* marchou até Quioto para destituir o Xogum *Ashikaga Yoshiaki*, que ele mesmo havia ajudado a ascender ao poder. Com toda essa demonstração de poder, ficava claro que a geopolítica do país estava mudando, e o sonho de unificação parecia mais concreto.

Nobunaga é considerado um tirano pela população japonesa ainda nos dias de hoje e é comumente representado na cultura popular como um líder cruel e todo tipo de lenda corre através da sua figura, como histórias de que bebia saque no crânio de seus maiores inimigos que sucumbiram sob sua força. Ele é comumente associado a figura do tigre, pelos aspectos da força, astúcia e seus atos impulsivos e recebeu vários títulos como *Dairokuten Mao'ō* (Demonio Rei dos Seis Paraísos).

A vida de *Oda Nobunaga*

Oda Nobunaga era filho de *Oda Nobuhide* um *shugo* (governador militar) de uma região da província de *Owari*, no Japão central. Pouco se sabe de sua infância, além de seu nome infantil (Kipposhi, 吉法師) e do fato de ser considerado uma criança “rebelde” na tradição japonesa. Seu pai unificara a província sob seu comando e com sua morte em 1551, o irmão de *Nobunaga*, *Nobuyuki*, passa a receber significativo apoio da elite local, ameaçando a legitimidade de *Nobunaga* como sucessor de seu pai. O *Meishogonkoroku* conta que durante o funeral de seu antecessor, *Nobunaga* teria atirado incensos no túmulo durante um acesso de raiva, o que havia lhe concedido uma extrema má fama, que levou inclusive, seu tutor, *Hirate Masahide* a cometer *seppuku* (suicídio ritual), evento esse que teria chocado *Nobunaga*, que, posteriormente, construíra um templo em sua homenagem.

Nobunaga era considerado fraco e indisciplinado, recebeu o apelido de *Owari no Ootsuke* (Tolo de Owari, 尾張の大うつけ), ele era conhecido por adorar as artes tradicionais, e frequentemente dançar perante sua corte, para ser apreciado pelos seus

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
 “O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
 Juiz de Fora, 2017, 1554p.
 ISSN: 2317-0468
 17 a 21 de outubro de 2016

vassalos. A província estava dividida e em pé de guerra; um de seus tios desafiava seu poder através da autoridade de um *shugo* que era controlado por ele, mas esse parente, *Nobutomo*, foi detido por *Nobunaga* que assegurou a aliança do irmão mais novo do usurpador, *Nobumitsu*, também seu tio. Apoiando um novo *shugo*, *Shiba Yoshikane*, na região recentemente liberada de seus rivais, *Nobunaga* chega à fronteira com os domínios do clã *Imagawa*, uma casa rival originária da província de *Suruga*. Para evitar uma guerra com outro clã, é proposto uma aliança à família *Imagawa*. A aliança é aceita e assim, a fronteira leste de *Owari* fica protegida de invasão.

No norte, no entanto, a província de *Mino* era controlada por antigos rivais dos *Oda*; os *Saito*, que haviam cessado as hostilidades ainda durante o governo do pai de *Nobunaga*, através do casamento de *Nobunaga* com *Nohime*. *Saito Dosan*, foi traído por um de seus filhos, *Saito Yoshitatsu*, e honrando seu casamento, *Nobunaga* mobilizou suas forças para ajudar seu sogro. A campanha foi desastrosa para a família *Oda* e, principalmente, para a família *Saito*, que perdeu muito durante a guerra civil. A partir desse momento, com a morte de *Saito Dosan* e o cunhado odiado de *Nobunaga* no controle da província vizinha, as tensões aumentavam no interior da família.

Não muito tempo depois da derrota sofrida pelo clã, os conspiradores se levantaram contra o governante de direito. Na batalha de *Inoo*, os rebeldes foram derrotados e durante o julgamento, libertados pela piedade de *Tsuchida Gozen*, a mãe dos irmãos *Oda*. Mesmo assim, a astúcia de *Nobunaga* fez com que ele pudesse assassinar seu irmão, fingindo-se de doente e organizando uma reunião com o traidor. Assim, *Nobunaga* suprimia todas as forças contrárias a ele em sua província.

Na fronteira leste, as tensões voltavam a surgir. *Mikawa* era controlada pelo clã *Imagawa* e um de seus vassalos, *Suzuki Shigeteru*, senhor do castelo de *Terabe*, abandonara seus laços com o antigo senhor para favorecer uma aliança com *Oda*. Com a descoberta de que *Shiba Yoshikane*, apoiado pela família *Oda*, conspirava com os *Imagawa*, *Oda Nobunaga* o exilou, rompendo assim a aliança com os vizinhos.

No ano de 1560, com a intenção de estender seus domínios até a capital (Quioto) para ganhar as graças do *bakufu Ashikaga*, a família *Imagawa* reuniu um exército de quarenta mil homens, segundo *Takeuchi Rizo* (1989, p. 233) e, em resposta a isso, *Nobunaga* havia levantado cerca de dois mil soldados de acordo com *Stephen Turnbull*

(1987, p. 37). O clã *Oda* que mesmo unido não era tão forte nesse período, acreditava que poderia vencer apenas quando os rivais entrassem em seus domínios, o que possibilitaria empreender uma série de ataques de guerrilha e fugir para a proteção dos castelos situados nas montanhas para evitar o confronto direto. A situação era desesperadora, mas como diz a lenda, enquanto os oficiais pensavam em se trancar dentro dos castelos, *Nobunaga* havia convencido todos de que a melhor defesa era uma grande ofensiva. Os batedores do exército de *Nobunaga* garantiram que o inimigo acampava numa floresta e com sua vitória quase certa, eles celebravam bebendo saquê e tinham poucos vigilantes. Na manhã seguinte à decisão do líder, *Nobunaga* ordenou que içassem bandeiras em seu castelo, passando a impressão ao inimigo de ainda estar trancafiados na segurança e seguiu para perto do acampamento adversário. No caminho juntou guerreiros (*samurai*) e milícias (*ashigaru*) até que parou no santuário de *Atsuta*, onde os monges relataram a ocasião caracterizando-o como uma pessoa bem calma e centrada durante um momento tão difícil.

A partir do momento que encontrou os *Imagawa*, *Nobunaga* ordenou que seus homens se espalhassem de maneira a cercar o acampamento. Para sua sorte, uma tempestade começou no momento, o que encobriu o barulho do movimento de suas tropas. Assim que a chuva passou, a ordem foi dada e o exército *Oda* rapidamente tomou o acampamento. Em meio ao caos, os *Imagawa* não entendiam o que estava acontecendo e mal conseguiram reagir. Seus números não significavam mais nada, os guerreiros de *Oda* entravam nas tendas e matavam os inimigos enquanto eles se embriagavam, fato que aconteceu com o próprio líder rival, *Imagawa Yoshimoto*. O evento deixou de ser uma batalha e se tornou uma caça aos inimigos que tentavam fugir pela floresta. Algumas horas depois, a vitória estava assegurada para *Nobunaga* e para seus homens. Sabendo do que havia acontecendo, um dos mais importantes vassallos dos *Imagawa*, *Tokugawa Ieyasu* (nesse período chamado *Matsudaira Motoyasu*), desistiu da campanha e retornou para *Mikawa*. Esta batalha ficou conhecida na história como a batalha de *Okehazama*, nome de uma vila próxima.

O clã *Oda* era bem fraco nesse momento; havia acabado de sair de uma guerra civil e era apenas uma pequena província no centro do país. Em contrapartida, o clã *Imagawa* controlava três províncias: *Totomi*, *Suruga* e *Mikawa*, tinha importantes vassallos como o clã *Tokugawa* (*Matsudaira*), um considerável excedente populacional e

um grande poderio econômico. A vitória de Nobunaga não foi um evento qualquer, tendo repercussões em todo o país.

Durante sete anos desde a gloriosa vitória de *Nobunaga* contra seu rival *Yoshimoto*, ele se voltou para questões internas, como reconstruir dois castelos perdidos durante a invasão e reerguer a infraestrutura da província. Até que *Saito Yoshitatsu* faleceu, passando o comando da província de *Mino* para seu filho, *Tatsuoki*, que acabou por ser vencido pelo clã *Oda*, que se aproveitara da situação para subornar vassalos leais a família *Saito* e assim, entrar na província. É nesse momento que acontece a famosa tomada do castelo de *Inabayama* (atualmente castelo de *Gifu*) onde tradicionalmente é contada a história de que *Hashiba Hideyoshi* (mais tarde *Toyotomi Hideyoshi*) havia se esgueirado até entrar no castelo e causado uma distração para que o exército pudesse entrar e tomar a fortaleza (SANSOM, George, 1961, p. 278).

A partir da anexação de *Mino*, *Nobunaga* adota um lema para sua família: *Tenka Fubu* (天下布武), que pode ser traduzido como “a terra unida pela espada”.

Com novas aquisições, *Nobunaga* enfrentou novos problemas. A província de *Omi*, à leste de *Mino*, era controlada pela família *Asai*, que acreditava ser dona de parte *Mino*. Para aliviar as tensões, *Nobunaga* se reuniu com o líder dos *Asai*, *Asai Nagamassa*, que ainda era jovem e não era casado. Através de vários termos, ambos os clãs firmaram uma aliança durante o casamento de *Nagamassa* com a irmã de *Nobunaga*, *Oichi*.

Em 1565, os clãs *Miyoshi* e *Matsunaga* conspiraram contra o xogum *Ashikaga Yoshiteru*, colocando em seu lugar *Yoshihide*, seu primo. Assim, a coalisão destes clãs controlava a capital e detinha o poder de fato sobre *bakufu*, um recurso muito importante para a dominação do país. O irmão do falecido xogum, *Yoshiaki*, sabendo do atentado, abandonou sua vida de monge e seguiu atrás de um poderoso *daymio* para lhe ajudar a restaurar seu poder de direito e a ordem no Japão central. O primeiro a lhe ajudar foi *Asakura Yoshikage* de *Echizen* (próximo à *Omi* e *Mino*), mas este acabou desistindo, por achar inviável arriscar tanto nesse empreendimento, o que levou *Yoshikage* ao castelo de *Gifu*, para se encontrar com *Nobunaga*, que não hesitou em aceitar sua proposta.

Em pouco tempo, o clã *Oda* havia derrotado o único obstáculo entre eles e a capital: o clã *Rokkaku*. Quioto foi tomada e *Yoshiaki* se tornou xogum. No entanto, *Nobunaga* fez o possível para limitar os poderes do xogum e apenas usá-lo como um

legitimador de seu poder. Descontente, *Yoshiaki* contactou outros senhores da região para se voltarem contra a família *Oda* (SAITO, 1912: 130)

Nobunaga parecia não se importar com títulos ou cargos importantes. Ele recusou o cargo de *kanrei* (segundo em comando no xogunato) que lhe foi oferecido por *Yoshiaki* e o próprio Imperador *Ôgimachi*. *Nobunaga* poderia ter se tornado o próprio xogum, retirando *Yoshiaki* de seu caminho ao entrar na capital e utilizando da sua força para receber o apoio da família real. Ele parecia preferir manter o poder *de facto* nas suas mãos, porém, sem ocupar nenhuma posição de destaque, utilizando aqueles que as ocupassem como fantoches.

Asakura Yoshikage não era apoiador de *Nobunaga* em Quioto, o que o levou a contestar cada vez mais a posição do clã *Oda* na capital. A posição de *Nobunaga* era essencial para a unificação, algo que parecia não ser o foco da maioria dos *daymio* da época, com exceção, talvez de *Nobunaga* e alguns outros. Aqueles *Myiوشي*, *Matsunaga*, *Hatakeyama* e outros que permeavam a capital há cerca de 60 anos com seus esquemas e traições já eram tão comuns, a ponto de serem aceitos pelos demais. Mas *Nobunaga* era novo e mais poderoso que todos esses anteriores.

Por recusar o convite feito por *Nobunaga* de visitar a capital, *Yoshikage* havia atraído a ira do protetor de Quioto, que levantara um exército para invadir *Echizen* ao norte. Com o apoio de *Tokugawa*, a invasão foi relativamente fácil para *Oda*. No entanto, o clã *Asakura* era um antigo aliado de seus vizinhos do sudeste, o clã *Azai* de *Omi*, cujo líder estava ligado por casamento com *Nobunaga*. O clã *Oda* foi intensamente atacado por uma anti-propaganda pela traição. Agora que *Oichi* era casada com *Nagamasa*, este era como um irmão para *Nobunaga* e ao declarar guerra contra *Yoshikage*, ele também declarava guerra à seus aliados da família *Azai*. A resposta foi rápida e o clã *Oda* alegou que através da ligação de sangue entre ambos os líderes, eles também eram aliados; e, assim, *Azai* deveria apoiar *Oda* contra *Asakura*, mas *Azai* optou por apoiar *Asakura*, portanto, eles eram os traidores.

A coalisão *Oda-Tokugawa* venceu a batalha no rio de *Anegawa*, forçando os inimigos a recuarem para seu castelo. A defesa não foi eficaz e o castelo de *Odani* sucumbiu, e sem chance de vitória, *Nagamasa* cometeu *seppuku*, provavelmente para mostrar que ainda tinha honra e rebater a propaganda difamatória de *Oda*. *Oichi* havia

sido devolvida a sua família antes do ataque ao castelo se iniciar, para que ela não sofresse nenhum dano e a reputação de *Nagamasa* não sofresse com isso. Hoje, *Nagamasa* é considerado, na cultura popular, um herói honrado e cavalheiresco, comumente representado como um jovem nobre e dedicado; e seu casamento é tratado como uma história de amor entre ele e *Oichi*.

A luta contra esses dois clãs não foi fácil. *Nobunaga* perdeu um de seus irmãos (*Nobuharu*) e sofreu sucessivas derrotas, além de sua infâmia se espalhar pelo país e unir vários de seus inimigos, o que poderia justificar a brutalidade de *Nobunaga* com esses rivais. Ele capturou o filho de *Nagamasa* com *Oichi*, cortou sua cabeça e a empalou em praça pública, pondo um fim à família *Asai* em 1573, mesmo ano da derrota definitiva de *Yoshikage* e *Nagamasa*.

Nesse mesmo momento, o clã se deparou com uma intensa resistência vinda de monges. Os monges no Japão não são apenas monges que meditam e peregrinam; eles também lutam, e são considerados uns dos melhores guerreiros que já existiram. Havia desde o final do século anterior, um movimento acontecendo no centro-norte do país que envolvia monges, civis e até alguns nobres e *ronins* (samurai sem mestre) guiados por uma fé do segmento *Jodo Shinshu* (浄土真宗, ensinamentos da verdadeira terra pura) do budismo. Esse movimento ficou conhecido como *Ikko-Ikki* e seus ideais eram espalhar a escola de pensamento e se opor a situação política do país, alegando que algo melhor era possível. Os monges guerreiros eram chamados *sohei* e se opunham ao poder de *Nobunaga* apoiando os clãs *Asai*, *Asakura* e *Miyoshi*, o que atraiu as forças de *Oda* para um de seus templos no monte *Hiei*, o templo de *Enryaku-ji* durante a guerra, em 1571.

Outro irmão de *Nobunaga* havia morrido durante uma luta nessa guerra, dessa vez foi *Nobuoki*, que foi derrotado pelos *sohei*. Durante a invasão do templo, foi ordenado às tropas de *Oda* que massacrasse qualquer um ali, monges e camponeses refugiados, como homens, mulheres, crianças, idosos (SAMSON, George, 1961, p.276). Nesse ponto, a infâmia de *Nobunaga* atinge um novo nível e, além de traidor e indisciplinado, ele era também um assassino de civis.

Nagashima também era controlada pelos *sohei* e foi o segundo alvo de *Nobunaga* durante sua campanha contra os monges. A fortaleza veio a cair apenas em 1574, na terceira tentativa do clã *Oda* de destruí-la.

Não se sabe até onde iam os esquemas do xogum contra *Nobunaga*, mas acredita-se que ele organizava toda a resistência de dentro de Quioto, contatando até mesmo os maiores *dayimio* do Japão para intervirem, como *Takeda Shingen* e *Uesugui Kenshin*. Enquanto *Nobunaga* lutava contra os *Ikko Ikki* e os *Asai* e *Asakura*, o clã *Takeda* de *Kai*, no leste, já havia chegado a *Suruga*, província vizinha dos domínios de *Tokugawa* e em 1572 eles entraram nas terras de *Ieyasu*, que pediu auxílio a *Nobunaga*. O clã *Tokugawa* havia prestado considerável ajuda ao clã *Oda* durante a guerra contra a coalisão *Asai-Asakura*, e ainda assim, *Nobunaga* recusou o pedido de ajuda de seu aliado. Com a ameaça de dar salvo conduto ao clã *Takeda* para que este entrasse em *Owari*, sem resistência em *Mikawa*, *Ieyasu* conseguiu garantir a promessa de ajuda de *Nobunaga*, apesar de não ser imediata e tão efetiva.

Com o avanço de *Takeda*, o clã *Oda* perdeu a fortaleza de *Iwamura* em *Mino*, o que parecia ser uma gigantesca ameaça para *Oda*, já que a fortaleza estava pouco ao norte de sua terra natal *Owari*. No entanto, em 1573, logo depois da grande derrota sofrida por *Tokugawa* em *Mikatagahara*, *Shingen*, o Tigre de *Kai*, que parecia ser o único com poder suficiente parar *Nobunaga*, morreu aos 49 anos de idade. Não se sabe ao certo porque *Shingen* veio a falecer, mas existem histórias de que um *sniper* teria lhe atingido e a ferida tornou-se uma infecção que não teve cura (TAKEUCHI, 1985: 204)

Aproveitando o impasse no clã *Takeda*, *Nobunaga* se volta ao próprio xogum, que negocia termos de um cessar de hostilidades com o intermédio do próprio imperador. Assim, *Nobunaga* tenta atacar a fortaleza de *Nagashima* pela segunda vez e é derrotado, enquanto isso, o xogum se esconde em uma fortaleza, onde *Nobunaga* o vence de vez e declara o exílio de *Yoshiaki*, o ultimo xogum do *bakufu Ashikaga*.

No próximo ano, com o clã *Takeda* agindo timidamente nas fronteiras, a coalisão *Asai-Asakura* destruída e os monges *Ikko-Ikki* enfraquecidos, *Nobunaga* lança um último e decisivo ataque à fortaleza de *Nagashima*. Dessa vez, usando os navios da família *Kuki*, liderados pelo famoso almirante *Kuki Yoshitaka*, *Nobunaga* bombardeou a fortaleza com canhões e flechas flamejantes, queimando as defesas da fortaleza o que lhe permitiu tomar o controle dos fortes ao redor do castelo. Enquanto *Nobunaga* fazia os monges e civis de *Nagashima* morrerem de fome, seus homens construía uma muralha improvisada em torno das fortificações, unindo os fortes que havia tomado. Quando a construção se

concluiu, *Nobunaga* ordenou que incendiassem toda a fortaleza e matassem todos que tentassem fugir. (TURNBULL, 2000: 221). Novamente, *Nobunaga* ordenou um massacre, que chocara o país e o tornara mais odiado e temido do que antes, atraindo a atenção do clã *Mori* que passou a auxiliar os *sohei*.

Sem o xogum em Quioto, *Nobunaga* muda sua estratégia de controle político. Ele sai do seu limbo político e passa a exercer cargos oficiais, fazendo parte da corte imperial e ainda possuindo o poder de julgar disputas da nobreza da capital. *Nobunaga* parecia valorizar as alianças com os nobres da região; concedeu-lhes o direito a terras daquela redondeza (para todos aqueles cujas famílias já estavam presentes na capital há cem anos), aumentando assim a confiança de tais nobres. No entanto, *Nobunaga* nunca veio a ser o xogum. Este era tradicionalmente alguém dependente da família *Minamoto*, a família que venceu as guerras *Gampe* e estabeleceu o xogunato no século XII. Além disso, *Oda* era um apoiador da família *Taira*, rival dos *Minamoto* durante as guerras daquele tempo. Em 1582 a corte imperial sugeriu que *Nobunaga* fosse escolhido pelo imperador para ser o novo xogum, porém, *Nobunaga* morreu antes de dar uma resposta.

A morte de *Shingen* foi de extrema importância para *Nobunaga*. Com sua morte, as forças de *Oda* puderam lidar com outros inimigos, aliviando suas fronteiras. Apenas dois anos depois da morte do líder de *Takeda*, *Nobunaga* se voltou com força total contra eles. O filho de *Shingen*, *Katsuyori*, herdou a liderança do pai e tentou entrar nas terras inimigas pelo sul, através do castelo de *Hamamatsu*, controlado pelo clã *Tokugawa*. *Katsuyori* subornou um servo de *Tokugawa* para que ele encobrisse o avanço do exército *Takeda* e assegurasse que os portões estivessem abertos. *Tokugawa Ieyasu* descobriu a traição e se preparou para o pior, inclusive mandou uma mensagem para *Katsuyori*, avisando-o que seu esquema não funcionaria. Foi então que o líder *Takeda* decidiu ir ao castelo de *Nagashino*, uma fortaleza controlada por um vassalo de *Ieyasu*. *Katsuyori* montou acampamento e deu início ao cerco.

Um soldado da guarnição do castelo de *Nagashino* conseguiu furar o bloqueio e ir até *Ieyasu* entregar a notícia do cerco. Assim, o líder *Tokugawa* enviou a notícia para *Nobunaga*, que novamente hesitou em retirar tantos de seus homens da capital. Mais uma vez, *Tokugawa* chantageou *Oda*, alegando dar salvo conduto à *Katsuyori* para que ele

pudesse atravessar *Mikawa* sem resistência e mais uma vez, *Nobunaga* enviou seus homens.

Quando *Nobunaga* e *Ieyasu* ainda eram crianças, um navio chinês com portugueses (não se sabe muito sobre essa história, algumas fontes falam em três portugueses, mas uma específica fala em um quarto tripulante luso) chegou à *Tanegashima*. Na ilha, um dos portugueses teria atirado em um pato com seu arcabuz, como conta a lenda, e isso havia impressionado o *daimyo* local *Tanegashima Tokitaka*, que comprara a arma e ordenara um ferreiro que estudasse e reproduzisse a arma. O ferreiro a reproduziu sem dificuldades, e logo, a pólvora mudaria o campo de batalha japonês. (LIDIN, 2002: 142)

Nobunaga era impressionado pelo o que a arma era capaz de fazer: uma explosão que disparava um projétil capaz de perfurar armadura e atravessar pessoas. Uma geração depois da chegada das armas, o clã *Oda* já estava equipado com elas, conhecidas no Japão como *tanegashima*, devido seu local de entrada.

A família *Takeda* era muito famosa pela sua cavalaria. Eles praticamente reinventaram o uso da investida de guerreiros montados no campo de batalha japonês. Em *Mikatagahara*, essa cavalaria se provou letal para os samurai de *Mikawa* e tendo isto em vista, os oficiais de *Oda* preparam-se para lidar com a cavalaria inimiga.

Enquanto o cerco acontecia em *Nagashino*, *Ieyasu* movia seu pequeno número de tropas para o castelo, afim de aliviar a guarnição. Enquanto isso, *Nobunaga* prometeu lidar com as forças montadas do inimigo. O *Shincho-ki* (uma versão pouco mais nova do *Shincho-koki*, escrita por *Oze Hoan*, um confucionista), detalha como aconteceu a batalha em *Nagashino*. O texto é muito romantizado, por tanto é difícil se ter certeza sobre algum desses acontecimentos durante o evento.

Nobunaga havia disposto seus homens atrás de um rio que corta a região. Ali, paliçadas foram erguidas e os arcabuzeiros estacionados atrás delas. Os oficiais de *Takeda* aconselharam *Katsuyori* que fugisse ou tentasse, mais uma vez, entrar no castelo e usar suas muralhas como proteção. *Katsuyori* decidiu lutar dos três lados, contra *Oda*, *Tokugawa* e a guarnição do castelo. No dia seguinte da chegada da coalisão ao campo de batalha, *Katsuyori* ordenou que seus homens atacassem. Passando por terreno acidentado, depois de dias exaustos por sucessivas tentativas de entrar no castelo, a infantaria e a cavalaria de *Takeda* investiu contra os arcabuzeiros de *Oda*, que disparavam e revezavam

entre si os postos para recarregar as armas, visando menor intervalo de tempo entre os disparos.

Como muitas coisas na tradição japonesa, a batalha também era um ritual. Antes de uma batalha entre dois exércitos, ou até mesmo antes de um duelo entre dois *bushi* (guerreiros samurai), havia uma apresentação dos líderes e de importantes guerreiros nos exércitos. Era comum que antes de as forças se engajarem em combate, o melhor guerreiro de cada lado se apresentava em frente as forças inimigas e lutavam entre si, até a morte. Nobunaga acabou com esse ritual com a introdução da arma de fogo no campo de batalha. O problema não era a possibilidade de atacar à distância, porque o arco e a flecha, por exemplo, eram usados no Japão desde o período compreendido como “pré-história” (na caça) até em períodos posteriores ao *Sengoku Jidai*, o arco inclusive é mais antigo que as famosas espadas japonesas. A arma de fogo não era tão precisa quanto o arco nem era tão fácil de atirar, mas sua grande vantagem era a maior facilidade de matar um oponente. Se o tiro acertasse, as chances do alvo sucumbir eram muito grandes, mesmo que atingindo armadura de aço, já que a força do projétil era suficiente para perfurar a armadura. Nobunaga aproveitou isso para não realizar o ritual e atacar o inimigo enquanto este o realizava, inviabilizando assim, a permanência dessa tradição. Nobunaga foi por isso considerado um oponente traiçoeiro, um rival que aproveitaria qualquer oportunidade, sem respeito às tradições do *bushido* (武士道, Caminho do guerreiro, código de honra dos samurai).

A batalha foi vencida pela coalisão *Oda-Tokugawa* sem muitas dificuldades, houveram confrontos de infantaria e cavalaria, mas o ponto principal, que torna a batalha uma das maiores conquistas militares de Nobunaga, foi, sem dúvida, a utilização das *tanegashima*. *Katsuyori* fugiu, agora sem exército, e posteriormente incomodou um pouco o clã *Tokugawa*, mas sem causar grandes problemas, como seu pai havia feito em *Mikatagahara*.

Com mais uma ameaça neutralizada, Nobunaga podia se voltar a última fortaleza *Ikko-Ikki*. O templo de *Ishyama Hongan-ji*. Um dos vassallos de Nobunaga havia perdido a vida tentando tomar o templo, além dos vários soldados mortos, o que levou o próprio Nobunaga à empreender uma nova campanha, na qual ele foi ferido, depois de vencer algumas pequenas escaramuças. Tendo em vista a dificuldade e o custo da campanha,

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

Nobunaga continuou o cerco, porém se voltou para outros monges, que estavam em outras regiões e o clã *Saiga*, de *Kii*. Dois dos maiores clãs apoiavam *Hongan-ji*; *Uesugi* de *Echigo* (leste) e *Mori* de *Aki* (oeste). O cerco do templo de *Ishiyama Hongan-ji* foi um dos mais longos da história do Japão, tendo durado de 1570 até 1580, tendo se intensificado a partir de 1576.

Os *Uesugi* durante muito tempo foram os maiores rivais dos *Takeda*. A província de *Kai* não tem contato com o mar, por isso, dependiam do sal que vinha dos seus aliados no sul, os *Hojo*. Quando estes resolveram boicotar o clã *Takeda*, a região entrou em uma grave crise de abastecimento. Não haviam mais suprimentos para os soldados e os camponeses morriam de fome, no norte o inimigo se aproximava, o sul se voltou contra eles, e uma rebelião interna estava eclodindo. O clã parecia estar à beira da destruição, quando uma caravana carregada de comida chegara do norte da província portando as bandeiras de *Uesugi*. *Uesugi Kenshin*, o líder do clã, quando deu as ordens de enviar este apoio para seu maior inimigo, foi confrontado por seus vassalos. Conta a história que ele teria dito que guerras não são vencidas com sal e arroz, mas com lanças e espadas. (SATO, 1995, p. 210-213). Essa história é conhecida até hoje no Japão como um exemplo de ética, e ilustra muito bem a imagem que se tem do personagem em questão.

O clã *Uesugi* também era famoso por sua devoção aos deuses, sendo o próprio *Kenshin*, considerado avatar de Bishamonten, o deus da guerra. Utilizavam os *sohei* nas guerras e seu líder era considerado tão hábil como o rival *Takeda*.

Os clãs *Oda* e *Uesugi* eram aliados durante os confrontos de *Oda* contra *Takeda*, porém, com as guerras de *Nobunaga* com os *sohei*, ele expandira cada vez mais seu comando na região de *Hokuriku* (centro-norte), região que a família *Uesugi* considerava como sua. As tensões começaram a crescer entre os dois clãs, até que *Nobunaga* decidiu construir o maior castelo do país. A obra era mirabolante e apareceu como uma surpresa para seus vassalos. Era a maneira de *Nobunaga* mostrar quem comandava o país; quem iria unificá-lo.

O castelo *Azuchi* impediria a entrada de exércitos vindos do norte, ao mesmo tempo que serviria uma estratégica base militar para *Nobunaga* invadir o norte. Isso foi o estopim para *Kenshin*, que em 1577 invadira a província de *Noto*, controlada por aliados de *Nobunaga*. *Oda* levantou um exército e marchou até *Kaga*, onde *Kenshin* marchava

com seus homens. Os dois exércitos se encontraram separados pelo rio *Tedori* e durante a noite, *Kenshin* fingiu um ataque, o que levou as tropas de *Oda* a avançarem rio adentro. O avanço imprudente causou a derrota para *Nobunaga*; enquanto seus homens atravessavam com dificuldades o rio, lutando contra correnteza e sem ver o que havia a frente, o clã *Uesugi* atirava flechas nos inimigos, que quando chegaram do outro lado do rio, muitos já haviam morrido e estavam exaustos, mas continuavam em frente, já que não enxergavam o que estava acontecendo. A pouca infantaria que atravessou o rio foi rapidamente derrotada pelos soldados de *Uesugi*, o que obrigou *Nobunaga* a retornar para o sul.

Kenshin retornou para sua província natal para reagrupar e no próximo ano dar continuidade à campanha contra *Nobunaga*. No entanto, *Kenshin* veio a falecer no ano seguinte, antes de continuar a campanha. Muitos acusaram *Nobunaga* de assassinato, mas isso não é comprovado. Há uma lenda de que *Nobunaga* teria enviado um ninja que se escondera na latrina de *Kenshin*, perfurando-o por baixo no momento oportuno, porém nada comprova isso, e de acordo com os registros da família, *Kenshin* já reclamava de dores no abdômen desde antes de seu embate com *Nobunaga*, o que nos leva a acreditar que a causa de sua morte teria sido câncer, provavelmente no fígado, pelo consumo exagerado de álcool. (TURBULL, Stephen, 2012, p. 54-58)

Com a morte do líder do clã *Uesugi*, a família se viu afundando em uma guerra civil, oportunidade que *Nobunaga* usou para enviar oficiais liderando exércitos para assegurar as regiões mais próximas de sua fronteira que estavam anteriormente, sob domínio *Uesugi*.

O clã *Mori*, que controlava a maior parte da região de *Chugoku*, era outra forte ameaça à *Nobunaga*. *Mori Motonari*, o líder do clã que deu início a uma forte campanha de expansão, já se opunha a *Nobunaga* desde os incidentes na capital, e seu filho, *Mori Terumoto*, herdou de seu pai ano apenas o comando do clã, mas sua forte aversão a casa *Oda* e viu uma oportunidade de agir contra *Nobunaga* no cerco de *Ishiyama Hongan-ji*. O clã *Mori* era famoso pela sua frota, liderada pela família *Murakami*, uma família que ganhou seu lugar na geopolítica japonesa através de seus atos de pirataria no mar do Japão, e esta era sua maior arma contra *Nobunaga*. *Ishiyama Hongan-ji* estava cercada pela terra e pelo mar, para que não recebesse suprimentos e seus defensores morressem

de subnutrição e foi nesse momento que a frota de Mori entrou em choque com a frota de Oda, quando os maiores almirantes japoneses, *Kuki* e *Murakami* se enfrentaram. *Murakami* saiu vitorioso, e assim, a família Mori começou a apoiar o templo sitiado enviando recursos para sua sobrevivência, o que tornava o cerco inútil e prolongaria o conflito ainda mais. Dois anos depois *Kuki* retornou com navios modernos, equipados com canhões e placas de aço no casco, uma frota que arrasaria seu maior rival e tornaria possível reaver o bloqueio de *Hongan-ji*. Dessa vez, o clã Mori não conseguiu destruir o bloqueio e precisou se preocupar com questões em seu próprio território: *Hashiba Hideyoshi* cercava os castelos que protegiam o interior das províncias controladas por *Mori* e *Akechi Mitsuhide* (vassalo de *Nobunaga*) invadia *Tamba*.

Com a conquista de *Nobunaga* continuando cada vez mais forte e sem inimigos a altura para contesta-lo, em 1580, dez anos depois do início do confronto em *Hongan-ji*, *Nobunaga* tenta fazer os monges se renderem, algo que de fato parecia funcionar, devido ao já enorme número de baixas e a escassez de suprimentos. Ele usou o poder da corte imperial para que negociasse termos de rendição com os defensores do templo que aceitaram e abriram seus portões, temendo o pior. O que aconteceu a seguir foi surpreendente: *Nobunaga* nem ao menos tocou naqueles que se trancaram na fortaleza e todos aqueles monges e camponeses voltaram a suas vidas normais.

Com a rebelião *Ikko-Ikki* terminada, *Nobunaga* parecia estar se movendo para o poder nacional. Leste e oeste aos poucos sucumbiam ao poder de *Nobunaga*. Terminada a conquista das terras do clã *Takeda*, que já estava fraco demais para ser alguma ameaça, *Nobunaga* retornou a capital. No oeste, *Hashiba Hideyoshi* se confrontava com a guarnição do castelo de *Takamatsu*, e a poucos dias de distância, estava a principal força de *Mori*. *Hideyoshi* então pediu reforços para *Nobunaga*, que lhe enviou suas próprias tropas. No dia seguinte de despachar os reforços para *Hideyoshi*, o templo de *Honno-ji*, em Quioto, onde *Nobunaga* descansava depois de sua campanha em Kai, todo o templo estava cercado pelas forças de *Akechi Mitsuhide*, um dos últimos de seus vassallos a entrar em seu círculo mais íntimo.

Mitsuhide levantou um exército para ajudar *Hideyoshi*, que estava encurralado pelas forças de *Mori*. No entanto, ele desviou o curso para *Honno-ji* e lá, ordenou que *Nobunaga* fosse morto. *Oda Nobunaga*, com apenas sua guarda pessoal não tinha muito

o que fazer, mas resistiu. Houve um pequeno confronto no templo no qual Nobunaga morreu. Durante a luta, o complexo foi incendiado, e por isso, não se sabe o que aconteceu com o corpo de *Nobunaga*, é dito que ele teria cometido *sepukku* com seus homens de maior confiança enquanto os demais seguram as tropas de *Akechi*, ou então que tenha morrido asfixiado pelas chamas ou que o teto tenha desabado sobre sua cabeça. De qualquer forma, ali *Nobunaga* foi traído e não chegou a concluir sua ambição, apesar de dar o empurrão inicial.

Nobunaga não tratava bem seus vassallos, não concedia muitas recompensas nem aceitava qualquer um para seu círculo íntimo. Existe uma discussão a respeito do que havia acontecido entre ele e *Mitsuhide* para que eu vassallo o tenha traído. A causa mais plausível, mas ainda assim, difícil de acreditar, principalmente pela falta de fontes que falem sobre o ocorrido, é uma lenda que conta que a mãe de *Akechi* fora assassinada por rivais do clã *Hatano*, cujos líderes foram executados a mando de *Nobunaga* e a responsabilidade disso recaiu sobre *Mitsuhide*.

O filho de *Nobunaga*, *Oda Hidetada* também foi assassinado, e seus parentes mais próximos estavam incapazes de fazer algo a respeito. Nesse momento, *Hideyoshi* negocia uma trégua com o clã *Mori*, e se dirige ao encontro de *Mitsuhide* em *Yamazaki*, na província de *Settsu*, onde eles se confrontam e *Hideyoshi* sai vitorioso e dá início a uma campanha de sucessão do seu senhor, lutando com vários de seus vassallos e aliados.

Políticas

Nobunaga também foi um grande líder no que diz respeito a administração. Como já abordado, nas questões militares ele reformulou a maneira de se fazer guerra no país, incrementando o uso em larga escala das *tanegashima* e utilizando as lanças (*yari*) de maior tamanho, como aprendera com seu sogro. Sua política de implementação mais efetiva da logística militar também foi muito importante, construindo e reconstruindo castelos por todas as terras que controlava, aumentando estradas para que seus exércitos se movimentassem com maior agilidade e destruindo grupos de fora da lei que se estabeleciam no campo.

Essa infraestrutura também consolidou o funcionamento de uma rede de conexão pelo país, antes quase inexistente em decorrência das guerras. *Nobunaga* instituiu também leis que proibiam o monopólio e abriam rotas antes exclusivas à uniões de comércio (semelhantes às guildas), incentivando o livre comércio, principalmente com os portugueses que chegavam ao sul do país, com suas muito lucrativas mercadorias. Os castelos protegiam o campo e as estradas que ligavam as cidades às zonas rurais, o banditismo institucionalizado teve um grande declínio (principalmente na região da capital) e houve um significativo crescimento de um setor urbano que incentivava as manufaturas e a prestação de serviços, algo que vai se consolidar no período Edo, durante o regime do *bakufu Tokugawa*. (TOKUGAWA, Tsuneari, 2009)

Como um grande apreciador das artes, *Nobunaga* incentivou a cultura urbana que florescia no período como o teatro *kabuki* e popularizou a cerimônia do chá, que surgia nesse período como maneira de discutir política com outros *daymio*. Em suas obras, não estava presente apenas o aspecto militar, mas também o artístico. Seus castelos, apesar de grandes fortalezas estrategicamente construídas para a guerra, também são famosos pelos seus grandes jardins e decorações como estatuas e pinturas nas paredes, o maior exemplo disso é o castelo *Azuchi*, o maior castelo japonês.

Nobunaga não tinha problemas com o cristianismo. O aspecto de religiosidade oriental era (e ainda é) muito diferente do ocidental, por exemplo, muitos deuses japoneses tem origens no hinduísmo ou no taoísmo e vice-versa. O cristianismo se apresentava como uma parcela da cultura estrangeira que *Nobunaga* tanto queria conhecer, permitindo a construção da primeira igreja em Quioto. É dito que ele colecionava armas e armaduras europeias, tendo sido um dos primeiros japoneses a usar roupas europeias. Por mais que essa relação dos jesuítas com os japoneses fosse amistosa de início, isso veio a gerar muitos problemas, levando os líderes *Toyotomi Hideyoshi* e *Tokugawa Ieyasu* (e os sucessores de *Tokugawa*) à medidas drásticas, tais como expulsar todos os cristãos portugueses do país e aqueles que os seguissem (mantendo os comerciantes holandeses, que eram protestantes e não tinham interesses religiosos no país).

Conclusão

As lendas e os imaginários por trás da figura de *Nobunaga* condizem com as características mais marcantes deixadas pela personagem durante sua passagem pela história. Pode-se facilmente notar os motivos da crença da crueldade de Nobunaga, mas ainda assim, é difícil identificar ao certo se ele era de fato cruel ou talvez apenas maquiavélico, como exemplo, temos a luta contra os monges, onde ele massacra populações inteiras que apoiam esses rebeldes, mas no fim da luta, tendo vencido, ele simplesmente deixa-os ir, sem nenhum tipo de retaliação. A cultura popular o trata como alguém que traria caos ao mundo, como o “demônio rei”, como foi chamado pela população, no entanto, ele não parecia a encarnação do mal no que diz respeito a sua administração; pelo contrário, Nobunaga parecia valorizar a ordem acima de tudo e a união de seu país.

Toda a imagem criada de Nobunaga é plausível e não necessariamente maléfica, a história do país se lembra de Nobunaga como um promotor da guerra, e de fato, ele era um, mas sua contribuição foi tamanha, que seus feitos se refletem no país até os dias de hoje.

Referência Bibliográfica:

- HENSHALL, Kenneth. *A History of Japan*. St. Martin's Press, New York 1999.
- JANSEN, Marius. *The Making of Modern Japan*. Harvard University Press, Cambridge 2000.
- BEASLEY, William. *The Unifiers*. University of California Press, Rio de Janeiro 2000.
- TAKEUCHI, Riso. *Nihonshi shojiten*. Yamakawa Shuppansha, Tóquio 1959.
- TURNBULL, Stephen. *Ninja 1460-1650*. Osprey Publishing, London 2012.
- TOKUGAWA, Tsuneari. *The Edo Inheritance*. International House of Japan, New York 2009.
- LIDIN, Olaf. *Tanegashima – The Arrival of Europe in Japan*. NIAS Press, Copenhagen 2002

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
 “O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
 Juiz de Fora, 2017, 1554p.
 ISSN: 2317-0468
 17 a 21 de outubro de 2016

TURNBULL, Stephen. *Nagashino 1575*. Osprey Publishing, London 2000.

TURNBULL, Stephen. *Battles of the Samurai*. Arms and Armor Press, London 2000.

TURNBULL, Stephen. *The Samurai: A Military History*. MacMillan Publishing, New York 1977.

TURNBULL, Stephen. *The Samurai Sourcebook*. Cassel and Co., London 1998.

Novo narrador em um mundo globalizado: Autres Brésils e a missão de fomentar a desconstrução um imaginário clichê e estreito do Brasil na França

Janaína Cardoso da Silva¹

Resumo:

O estudo apresenta a atuação de uma associação franco-brasileira, *Autres Brésils*, criada em Paris, em 2002, com a missão de disseminar uma outra imagem do Brasil, na França. Despontando como um novo narrador num mundo globalizado, onde as contradições entre a mensagem homogeneizada capitalista e a preservação de identidades nacionais está em pauta, a ONG promove a discussão e um novo olhar sobre a identidade brasileira contruída por séculos de consumo de narrativas culturais e midiáticas hegemônicas. O artigo aborda questões históricas sobre a consolidação desta visão estereotipada do Brasil na França e analisa a 10ª edição (2014) do festival de cinema documentário que a *Autres Brésils* realiza em Paris, debatendo questões políticas-socio-ambientais atuais de um Brasil criativo, plural e complexo.

Palavras-chave: Identidade, Estereótipo; Imaginário; Autres Brésils; França.

Resumé :

L'étude présente le travail d'une association franco-brésilienne Autres Brésils, créé à Paris en 2002 avec la mission de diffuser une autre image du Brésil en France. Émergeant comme un nouveau narrateur dans un monde globalisé, où les contradictions entre le message homogénéisé capitaliste et la préservation des identités nationales sont à l'ordre du jour, l'ONG favorise la discussion et le nouveau regard sur l'identité brésilienne construite par des siècles de consommation de récits culturels et médiatiques hégémoniques. L'article traite des questions historiques sur la consolidation de cette vision stéréotypée du Brésil en France et analyse la 10e édition (2014) du festival des films documentaires qui Autres Brésils réalise à Paris, en discutant des questions politico-socio-environnementales actuelles dans un Brésil créatif, pluriel complexe.

Palavras-chave: Identité, Stéréotype; Imaginaire; Autres Brésils; France.

1 – A globalização, a desconstrução das culturas nacionais e o fortalecimento da interculturalidade.

As culturas nacionais são formadas por tradições, mitos fundacionais, eventos históricos, além do sentimento de pertencimento e de origem, do desejo de viver em

¹ Mestranda em comunicação social Janaína Cardoso da Silva, integrante do PPGCOM, UFJF.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. "O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História", Juiz de Fora, 2017, 1554p. ISSN: 2317-0468 17 a 21 de outubro de 2016

conjunto e da perpetuação hereditária de costumes, consolidando nas pessoas uma idéia de identidade cultural única. Mesmo que os integrantes de um grupo sejam diferentes em gênero, raça ou classe social, uma identidade nacional vai sempre vislumbrar um sentimento único de pertencimento a uma mesma “família nacional” (HALL, 2001,p.59). O sociólogo Stuart Hall (2001) esclarece que, ao considerar ideias de passado e presente, os elementos que se constituem o que se entende como nação, habitam o imaginário de cada povo. Contudo, a tentativa de unificação e pureza das culturas nacionais é criticada pelo próprio autor, através de reflexões sobre sua constituição. “A maioria das nações consiste de culturas separadas que só foram unificadas por um longo processo de conquista violenta – isto é, pela supressão forçada da diferença cultural” (HALL, 2001, p.59). As nações ocidentais modernas exerceram grandes influências no período colonialista, forçando uma hegemonia cultural própria sobre os povos colonizados. “Em vez de pensar em culturas nacionais como unificadas, deveríamos pensá-las como constituindo um dispositivo discursivo que representa a diferença como unidade identitária” (HALL, 2001, p.62). Ao incluir a diferença na unidade, Hall (2001) descortina dentro de cada cultura o mito do intocável, abrindo o pensamento para uma possível flexibilidade de encontros e influências constantes de umas sobre as outras. “As nações modernas são todas, híbridos culturais” (HALL, 2001,P.62)

E foi exatamente na modernidade tardia que essa avalanche de influências foi potencializada pela globalização, movimento econômico-social que aproximou pessoas de diferentes culturas, abrindo possibilidades de intercâmbios culturais, de experimentações, de contato com novas narrativas midiáticas e culturais. Apesar da constante luta travada entre o global e o local, fomentada pela homogeneização de mercado imposta pela globalização, segundo Nestor García Canclini (2007), quando se trata de diferenças singulares de cada cultura, a globalização parece prezar pela sua manutenção e existência. “Existem razões socioeconômicas pelas quais o global não pode prescindir do local, nem o local ou nacional pode se expandir, ou até sobreviver, desligado dos movimentos globalizadores” (CANCLINI, 2007, p.47). Para o autor, o capitalismo mesmo desenvolvendo seu processo homegeinizador, necessita da mutiplicidade. “Há em nosso futuro muito mais oportunidades do que a opção entre Macdonald’s e Macondo” (CANCLINI, 2007, p.47).

Ao avaliar processos globalizadores, deve-se levar em consideração que a mudança do espaço-tempo ocasionado, sobretudo, pelos avanços tecnológicos e o afrouxamento de fronteiras, facilitou e incentivou o tráfego ainda maior de pessoas ao redor do globo. Hall (2001) afirma que na era pós moderna, as pessoas têm a sensação de que o mundo encolheu. Não há distância que não possa ser percorrida e com isso, as identidades vão migrando para um espaço tempo simbólicos. Essa troca cultural constante de pessoas que migram, viajam, que não vivem onde nasceram, que compram mercadorias, conversam com pessoas distantes e que assistem cinema e televisão de outros países frutos da globalização, devem ser consideradas e refletidas . “A globalização sem a interculturalidade é um *OCNI*, um Objeto Cultural Não Identificado” (CANCLINI, 2007, p.46).

Hall (2001) acredita que as influências sofridas pelas culturas nacionais neste novo cenário de trocas mundiais pode enfraquecê-las em seu caráter intacto, mas ao mesmo tempo, expandem as “oportunidades de identidades partilhadas que vão consumir os mesmos produtos e serviços, mensagens e imagens, que vão chegar a pessoas completamente distantes no tempo e no espaço” (HALL, 2001, p.74). A globalização permite que não apenas o dinheiro transite entre fronteiras, mas também relatos de um país para o outro, ampliando horizontes nacionais e criando rituais compartilhados na definição de Cancline (2007). Para ele é preciso “repensar as culturas como locais de residência e de viagem” (CLIFFORD, 1999 apud CANCLINI, 2007). As identidades na era pós moderna estão sendo afetadas pela tensão constante entre o local e global.

A definição de cultura até os anos 1990 como “processo de produção, circulação e consumo da significação na vida social” (CANCLINI, 2007, p.57) sofreu evoluções por teóricos como Appadurai, citado por Canclini, que optou por defini-la como “diferenças, contrastes e comparações” (APPADURAI, 1997 apud CANCLINI, 2007). Para Frederic Jameson, também citado por Canclini, “ a cultura, portanto, deve ser apreciada como um veículo ou meio pelo qual a relação entre os grupos se efetua” (JAMESON, 1993 apud CANCLINI, 2007). O autor destaca ainda sob esta ótica, o papel que o imaginário passa a exercer no cultural.

O cultural abrange o conjunto de processos mediante os quais representamos e instituímos imaginariamente o social, concebemos e administramos as relações

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

com os outros, ou seja, as diferenças, ordenamos sua dispersão e sua incomensurabilidade por meio de uma delimitação que flutua entre a ordem que possibilita o funcionamento da sociedade (local e global) e os atores que a abrem ao possível (CANCLINI, 2007, p.57).

Se cultura representa um mecanismo de troca e administração de diferenças, sejam elas internas ou externas, é no mundo globalizado, que abraça a ideologia capitalista de homogeneização de produtos e mensagens que uma nova tensão intercultural será deflagrada.

É da indústria cultural a missão de desconstruir o endógeno, homogeneizando estilos, mensagens e narrativas. Neste novo projeto, fruto da globalização, as culturas nacionais e suas regionalidades só são difundidas por meio de empresas transnacionais. Canclini (2007) enfatiza que, em termos culturais é, sobretudo, na música, no cinema, na televisão e na informática, que a globalização exerce reordenações que geram tensões entre a homogeneização e as diferenças culturais entre países e regiões. Para o autor, as iniciativas de integração entre culturas e construção de imaginários supranacionais formatados pela globalização não são suficientes para que os cidadãos sintam essa identificação compartilhada e interiorizem essa nova escala do social. “O imaginário de um futuro econômico próspero suscitado pelos processos de globalização e integração regional é muito frágil se não leva em conta a unidade ou diversidade de línguas, comportamentos e bens culturais que dão sentido à continuidade das relações sociais” (CANCLINI, 2001, p. 24). A tensão da oposição entre local e global nasce dessa dicotomia entre aceitar o mundial e conviver com o regional, o identitário, o nacional. Para o autor, se faz necessário elaborar conceitos novos que analisem a redistribuição do que é próprio e do que é alheio, da maneira de se comunicar com o diferente e as mudanças na forma de se fazer cultura no mundo moderno.

Não penso que, hoje, a opção central seja entre defender a identidade ou nos globalizar. Os estudos mais esclarecedores do processo globalizador não são os que apontam para uma revisão de questões identitárias isoladas, mas os que propiciam a compreensão do que podemos fazer e ser com os outros, de como encarar a heterogeneidade, a diferença e a desigualdade. (CANCLINI, 2007, p.28)

A negociação de diversidades é uma opção que vem sendo testada por circuitos internacionais de agências de notícias, galerias de arte, museus, editoras que atuam em

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016*

vários continentes e ONGs que interligam movimentos locais distantes. Redes que, ao invés de contraporem o local e o global, ensaiam novos caminhos criando oportunidades de integrações culturais e de diferente visão e exposição da alteridade. Organizações não governamentais já experimentam projetar as perspectivas periféricas em escala transnacionais.

Ao não se acomodarem no discurso homogeneizador da globalização e se aventurarem a atravessar fronteiras se despindo da máscara do estereótipo, alguns atores sociais começam a reescrever a multiculturalidade no século XXI. “Há que elaborar construções logicamente consistentes que possam ser contrastadas com as maneiras como o global estaciona em cada cultura e com os modos como o local se reestrutura para sobreviver e, talvez tirar algum proveito das trocas que se globalizam”. (CANCLINI, 2007, p.33).

2 – *Autres Brésils* e a iniciativa de relatar um outro Brasil na França, rompendo o paradigma histórico de cinco séculos

“Se a nação é uma comunidade imaginada, o que será uma nação ensinada à outra?” (De LA CAMPA, 1995 apud CANCLINI, 2007). A indagação se refere à disputa atual entre América Latina, Europa e Estados Unidos pela maneira de narrar diferenças e encontros na lógica globalizante. Num momento em que a tv e a internet democratizam a informação e a visão pessoal sobre o outro, evoluem não apenas as narrativas, mas também o narrador. Escolas, museus e livros continuam construindo olhares sobre o outro, contudo, “a interculturalidade hoje se produz mais por meios de comunicações midiáticas que por movimentos migratórios” (CANCLINI, 2007, p.73). Basta um clique para que se consiga ultrapassar fronteiras viajando virtualmente para qualquer lugar do planeta. A comunicação eletrônica e audiovisual rompeu barreiras e abriu novas possibilidades de convergência cultural.

E foi com o objetivo de se configurar em um novo narrador com visão mais realista, social e menos alarmista e estereotipa sobre o do Brasil, na França que a Associação Franco-Brasileira *Autres Brésils* foi criada em 2002, por iniciativa da

jornalista brasileira Érika Campelo², que emigrou para a França em 1997. Nos cinco anos que compreendem a chegada de Campelo³ e a criação da associação, a jornalista identificou que as informações sobre o Brasil divulgadas na França não abrangiam a real diversidade cultural do país e muito menos aspectos que dizem respeito ao trabalho de movimentos sociais, projetos humanitários de ONGs brasileiras e as contradições socioculturais do país. Mesma observação do ex embaixador do Brasil na França, nos anos 70, Aurélio Lyra Tavares que relatou em livro reflexões pessoais sobre a cobertura da mídia francesa à respeito do Brasil na época: “versões de uma total ignorância do nosso país, da sua história, dos seus problemas e do grau de cultura do povo” (TAVARES, 1979).

Para contrapor essa realidade estreita de divulgação e conhecimento superficial e *clichê* do Brasil na França, o lado do amigo francês, professor de matemática do ensino fundamental, Jorge da Costa⁴, Erika Campelo (2014) elaborou e lançou um site⁵ para divulgação semanal de traduções de notícias, ensaios, análises de conjuntura de jornais e revistas brasileiras com posicionamento de esquerda. Os textos, elaborados por jornalistas e intelectuais de diversos setores da sociedade organizada brasileira e veículos alternativos à grande mídia, abordam as tensões sociais e políticas, as iniciativas de desenvolvimento social de um Brasil repleto de desigualdades, mas também rico e criativo como frisa Costa⁶ (2015). “A ideia era veicular uma outra visão sobre o Brasil, longe dos clichês, de um país que sempre aguçou a curiosidade dos franceses”, explica Campelo (2014).

O contato dos franceses com outros povos sempre marcou a história da França, sobretudo, em sua relação com o Brasil. A França nunca reconheceu oficialmente o Tratado de Tordesilhas, que dividia o Novo Mundo entre Espanha e Portugal assinado em 1494, como afirma o historiador de engenharia militar, ex embaixador do Brasil na França, A. Lyra Tavares (1979). A ambição pela exploração do pau-brasil lançou os

² Erika Campelo é mestre em ciências políticas pela Universidade da Sorbonne, na França e hoje é chefe do setor digital e de parcerias internacionais da *ONG RITMO*.

³ Erika Campelo foi entrevistada pela autora deste trabalho por e-mail em junho de 2014 e pessoalmente em maio de 2015

⁴ Jorge da Costa é atualmente doutor e professor de literatura portuguesa na Universidade de Caen, na França.

⁵ <http://www.autresbresils.net/>

⁶ Jorge da Costa foi entrevistado pela autora deste trabalho por e-mail, em julho de 2015.

franceses pelo Atlântico rumo a terras recém descobertas ao sul, ainda em 1503. Partindo do Porto de *Honfleur*, perto de *Le Havre*, na Normandia, os franceses começaram uma longa relação histórica com o Brasil.

O Brasil era então, uma terra sem dono. Um mundo que se abria à curiosidade e às ambições comerciais dos armadores franceses. Uma civilização em estado natural que inspirava os louvores dos grandes analistas e críticos da sociedade em que vivia a França, como recurso mais prudente e menos arriscado para atacá-la nas suas frivolidades e no seu convencionalismo autoritário (TAVARES, 1979, p. 28).

A França renascentista enxergava nos índios uma civilização compatível com a da filosofia pregada pelo humanismo. “O selvagem com seus defeitos e virtudes, era muito mais livre e, invejavelmente mais feliz” (TAVARES, 1979, p.31). Essa vida sem convenções, liberta do pecado, em harmonia com a natureza fez surgir a “lenda do bom selvagem” (TAVARES, 1979, p.30) que despertava a fascinação dos intelectuais, de acordo com Tavares (1979), e se traduziu na primeira versão do Brasil difundida no imaginário francês. Os primeiros relatos já eram repletos de “exageros e excentricidades” (TAVARES, 1979, p.41). Em 1504, segundo o autor, dois jovens índios carijós foram levados para exibição na França, um deles, filho de cacique. Houve grande interesse dos pensadores franceses pela vida dos índios brasileiros utilizada para criticar a civilização convencional europeia em seus valores morais, políticos e religiosos.

A partir da consolidação de intercâmbios comerciais, culturais e intelectuais que invadiram os dois lados do oceano Atlântico e da tentativa de se fundar uma França nos trópicos, liderada pelo vice-almirante da Bretanha, Nicolas Durand de Villegaignon⁷ em 1555, no Rio de Janeiro, até a chegada da corte portuguesa no Rio de Janeiro em 1808,

⁷ França Antártica foi uma missão dirigida pelo almirante francês Villegaignon e patrocinada pelo Rei da França, Henrique II, cansado das sucessivas e isoladas tentativas de conquista de parte do território brasileiro conduzidas por seu país. A expedição tinha como objetivo não o de fundar uma cidade ou uma praça, mas uma França nos trópicos, como afirma Lyra Tavares (1979). A colônia, instalada em uma ilha da Baía de Guanabara, nas proximidades do que hoje é a cidade do Rio de Janeiro, deveria servir de refúgio para calvinistas perseguidos pela intolerância de católicos europeus, além de marco militar da presença da França no Brasil. Visava ainda, como descreve Tavares (1979), estabelecer aliança com indígenas para conquistar novos territórios. Tavares (1979) relata que a França Antártica se manteve por 10 anos, de 1555 a 1565, quando, enfraquecida por conflitos religiosos internos, foi dominada pelos portugueses que acabaram por expulsar os franceses que tomaram o rumo do Nordeste.

símbolos, relatos e descobertas incríveis deste enorme território exótico denominado Brasil foram sendo formatados nos imaginários europeus.

A relação entre os dois países potencializou-se ainda mais com a abertura dos portos em 1808 por D. João VI, que liberou a realização de expedições europeias ao interior do país, como relata o jornalista e pesquisador Maurício Assumpção (2014). “O Brasil se tornara uma fonte inesgotável de histórias fantásticas, com sua flora e fauna jamais vistas, que fascinavam leitores de folhetins” (ASSUMPÇÃO, 2014, p.49). A missão artística francesa em 1816, trouxe ao país artistas franceses como Jean Baptiste Debret que permaneceu 15 anos no país, desenhando, pintando e relatando detalhadamente a vida no Império, o que viria a integrar a obra *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*⁸. A visão dos franceses sobre o Brasil foi evoluindo à medida que os imperadores D. Pedro I e D. Pedro II passaram a frequentar a Europa e sobretudo, Paris. Assumpção (2014) afirma que a presença em território francês, dos imperadores, seja na busca por aliados políticos e apoio financeiros para guerras de interesses absolutistas, caso de D. Pedro I⁹, tanto para lazer intelectual, motivação de D. Pedro II, suscitou a disseminação de notícias periódicas sobre o Brasil na França.

Em sua primeira visita a Paris, em 1877, D. Pedro II, “aquele rei exótico brasileiro” (ASSUMPÇÃO, 2014, p.117) oferecia, todos os dias das 17h às 18h, nos salões do Grand Hotel, onde se hospedava, audiências a pessoas de diferentes linhas de pensamento e conhecimento. Desde filósofos, artistas e escritores até pessoas comuns que o abordavam com vários interesses, todos eram atendidos pelo imperador. De acordo com Assumpção (2014), a imprensa estacionada dia e noite, na porta do hotel, ajudou a disseminar uma imagem positiva de Dom Pedro II como um imperador de atitudes simples e ao mesmo tempo muito erudito. “A imprensa e a população em geral, apesar do fervor republicano (a França estava em sua Terceira República¹⁰), viam em Dom Pedro II um monarca de

⁸ Voyage pittoresque et historique au Brésil, 1834.

⁹ Em busca de apoio moral e financeiro das monarquias constitucionais de França e Inglaterra para derrubar o irmão, o absolutista D. Miguel, que havia dado um golpe em Portugal e usurpado a coroa da sobrinha, a rainha Maria II, filha de Dom Pedro, e instaurado um reino de tirania e terror. D Pedro I, segundo relata Assumpção, aproveitou a onda liberal que invadia a França e Inglaterra nesta época e desembarcou em junho de 1831, na França.

¹⁰ A Terceira República, como relata Assumpção (2014), foi proclamada ainda em 1870, após a derrota da França na guerra Franco-Prussiana (1870-1871), que derrubou o Imperador Napoleão III, sobrinho neto

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.

ISSN: 2317-0468

17 a 21 de outubro de 2016

profunda distinção” (ASSUMPÇÃO, 2014, P.114). Um mandatário simpático à causa abolicionista e republicana. O que ajudou a propagar uma imagem mais favorável do brasileiro que, até então, era o cara que conseguia “comprar duzentos amigos” (ASSUMPÇÃO, 2014, p.122).

Na segunda metade do século XIX, perdurando até o começo do século XX, a imagem que se fazia do brasileiro em Paris não era das melhores. Em geral, eram vistos como fazendeiros escravagistas, novos ricos, com muito dinheiro e pouca sofisticação (...) eram barões do café, notabilizados pelo próprio D. Pedro II, que, assim, tentava criar uma classe aristocrática que legitimasse sua realeza (...) a imagem desse novo rico brasileiro, barão provinciano era tão forte na cultura popular francesa que a famosa dupla de autores teatrais, Henri Meilhac e Ludovic Halévy, se baseou nela para criar o personagem cômico *le Brésilien*, inserido na ópera bufa, *La vie parisienne*, de 1866. (ASSUMPÇÃO, 2014, p. 120).

O personagem era a síntese de um Brasil escravagista, enormemente desigual, cheio de nobres que a tudo podiam comprar, desde seus títulos de nobreza, a pessoas que favoreciam seus interesses econômicos ou pessoais. Uma imagem que foi sendo transformada após a abolição da escravatura e com a proclamação da República brasileira como assinala Tavares (1979).

A uma espécie de imagem figurativa e simplista sobretudo da grande mídia francesa, segundo observação de Campelo (2015), que apenas exaltava alguns aspectos da cultura brasileira como a pobreza, o factual de violência, a natureza tropical, o futebol campeão, o carnaval espetáculo, que a Associação *Autres Brésils* voltou suas atenções.

Nossa intenção era transcender essa visão estreita propagada pelos meios tradicionais de comunicação, os quais sempre acompanhei na França, mostrando um Brasil enquanto laboratório de movimentos sociais, políticos, organizações não governamentais e projetos ambientais. Divulgar o que a sociedade brasileira civil organizada constrói de inovador e transformador. Propagar a imagem de um país imenso no sentido geográfico e cultural, que consegue, muitas vezes, sair na frente no combate a mazelas que assolam o mundo contemporâneo. Um país que começa a trocar o papel de vítima, para o de ator de sua própria história. (CAMPELO, 2015, entrevista)

Campelo (2015) lembra que o Brasil é um dos criadores do Fórum Social Mundial, um dos países do mundo que largaram na frente em temas de economia social e solidária,

de Napoleão Bonaparte. A Terceira República foi assumida pelo monarquista Adolphe Tiers que, para evitar conflito, se dizia republicano.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
 ISSN: 2317-0468
 17 a 21 de outubro de 2016

o país que fundou um dos maiores movimentos sociais do mundo, o MST (Movimento dos Sem Terra) e que possui iniciativas premiadas que visam frear o êxodo rural responsável pelo estabelecimento de bolsões de pobreza nos grandes centros urbanos, em favelas. “Nossa ideia sempre foi compartilhar as boas práticas brasileiras e reflexões sociais que nunca ou raramente estiveram na pauta da grande imprensa sobre o Brasil, na França”, afirma Campelo (2015). Contudo, a mídia tradicional não se constitui num disseminador exclusivo dessa imagem eurocêntrica, ao mesmo tempo negativa e clichê do Brasil, na França em tempos de globalização. A pesquisa realizada pelo professor doutor em geografia, Leonardo Ulhôa, em sua tese de doutorado “Imagens e estereótipos do Brasil nos Livros Didáticos Franceses”¹¹, relatada em reportagem pela jornalista Thais Paiva (2015), analisou 445 imagens e textos de 64 livros didáticos franceses da década de 1990, constatando que, em sua maioria, as escolas francesas difundiam um Brasil de “cenários de mendicância, urbanização sem controle, descaso do poder público, desmatamento ilegal, e tantos outros problemas característicos de uma nação periférica (...) formando um discurso único e pejorativo sobre a realidade do país” (ULHÔA, apud PAIVA, 2015). Segundo Paiva (2015), Ulhôa acredita que essas são representações apocalípticas, fruto de uma lógica verticalizada do não civilizado, solidificando a imagem de uma sociedade atrasada e periférica.

As imagens estereotipadas do Brasil também são resultado de uma idolatria que as têm transformado em mito. E o mito banaliza a realidade, uma vez que veicula os fatos considerados excepcionais, espetaculares ou caricaturais como se fossem representativos de toda uma sociedade, muitas vezes, destituídas de complexidade. (ULHÔA apud PAIVA, 2015, meio digital).

Hoje, 14 anos após sua criação, a *Autres Brésils* se mantém firme no ideal de lutar contra essa percepção estreita da realidade brasileira, desmistificando estereótipos e lutando contra a imagem homogeneizada e fragmentada que sufoca a percepção plural da cultura e sociedade brasileiras. Atualmente, a associação conta, segundo Campelo (2015), com a colaboração voluntária de 25 tradutores português-francês e um comitê editorial composto por cinco pessoas entre franceses e brasileiros. Em 2005, a associação criou o

¹¹ Matéria de Thaís Paiva sobre a tese de Leonardo Ulhôa divulgada na edição 97. Disponível em: <www.cartanaescola.com.br> Acesso em julho, 2015.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

BEM (*Brésil en Mouvements*), uma mostra de cinema documentário brasileiro que exhibe temáticas atuais e discute a diversidade cultural do país. Aproveitando que 2005 era o Ano do Brasil na França, quando diversos eventos sobre o país iriam ser realizados em várias cidades francesas, Campelo (2015) e os integrantes da associação identificaram que as atrações previstas não privilegiavam um programa que contemplasse o Brasil dos movimentos sociais, ambientais, políticos e ONGs. Foi então que *Autres Brésils* propôs e conseguiu lançar o festival de cinema, o BEM (*Brésil en Mouvements*). “Uma mostra cinematográfica que pretende retratar esse país em constante movimento e transformação, que se reinventa a cada dia, rompendo obstáculos históricos, sociais e econômicos imensos”, acrescenta Campelo (2015).

3 – *Brésil en Mouvements* e a difusão de uma imagem BEM mais real do Brasil na França

Desde sua criação em 2005, o BEM (*Brésil en Mouvements*) exibiu mais de 200¹² documentários de diretores brasileiros em dez edições, a um público total de mais de 11.000 pessoas, em sua grande maioria, franceses, promovendo espaço para debates entre o público, os realizadores, representantes de ONGs e movimentos sociais do Brasil e da França, além de acadêmicos franceses, especialistas em Brasil. “L’objectif est de donner un aperçu des réalités sociales au Brésil et de créer ainsi un espace propice aux échanges entre les deux pays, et de contribuer à assurer la diversité cinématographique et culturelle en France et au Brésil”¹³. Desde a primeira edição do festival em 2005, o comitê editorial da associação optou pela exibição exclusiva de obras cinematográficas documentais que, além de originais e bem dirigidas, contam com nenhum ou reduzido espaço nas salas brasileiras e estrangeiras, justifica Campelo (2015).

Além da decisão pela narrativa documental e seu compromisso com a verdade, vínculo com valores políticos e reflexão social, a escolha dos títulos a serem exibidos no

¹² Dados fornecidos através de relatório enviado pela Associação *Autres Brésils*.

¹³ “O objetivo é oferecer uma percepção das realidades sociais no Brasil, criando assim espaço propício para trocas entre os dois países e contribuir para assegurar a diversidade cinematográfica e cultural na França e Brasil” (tradução nossa). Texto retirado do relatório sobre o BEM 2014, enviado para a autora deste trabalho pela Associação *Autres Brésils*, em julho, 2015.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
 ISSN: 2317-0468
 17 a 21 de outubro de 2016

BEM seguem critérios que avaliam a relevância, a atualidade da temática e o paralelo que inspire discussões acerca da realidade francesa. “Num mundo globalizado, em que países se tornaram interdependentes em questões financeiras e climáticas, por exemplo, os debates que seguem as projeções do festival visam fomentar as discussões sobre os dois países, numa constante troca de ideias, ideologias, realidades e inspirações” (CAMPELO, 2015). A força do festival está exatamente em praticar a interculturalidade, à medida em que se utiliza de temáticas brasileiras para discutir suas diferenças ou suas adaptações à cultura francesa. Lança uma nova ótica ao local, refletindo o global.

Em sua 10ª edição, realizada entre os dias 08 e 12 de outubro de 2014, no Cinema La Clef¹⁴, em Paris, o público francês, sobretudo formado por estudantes¹⁵ e pesquisadores, pode se aproximar e discutir temáticas atuais sobre o Brasil em sua vertente social sem deixar de refletir a França.

De acordo com a programação do festival, na sessão de abertura, dia 08 de outubro, o filme *Hautes Terres* propôs uma discussão sobre a questão do acesso à terra, tema crucial para se compreender a construção da sociedade brasileira. No dia 9 outubro, a programação se debruçou sobre a temática indígena com a exibição de dois longas metragens : “[As Hiper Mulheres](#)” e “[O mestre e o Divino](#)”, seguido do debate *Indiens, Images et (auto)Représentations* que contou com a participação de Divino Tserewahú, cineasta indígena e protagonista do filme “O mestre e o Divino”. No dia 10 de outubro, dois filmes trataram do golpe militar de 1964 que completou 50 anos em 2014, “Setenta” e “Os Dias com Ele”. Dois longas metragens com abordagens singulares sobre o período da ditadura no Brasil, que discutem questões de memória e o legado deste período histórico para as novas gerações de brasileiros. As projeções foram seguidas pelo debate “Memórias e Impressões da Ditadura” que contou com a presença da diretora Emília Silveira. Quatro curtas metragens abriram a programação do dia 11 de outubro, traçando um panorama atual e diverso sobre cultura e sociedade urbana brasileira. “Caixa d’água Qui-lombo é esse?” *que mostra a importância da cultura negra transmitida pelos descendentes de escravos de um bairro de Maceió, capital do estado de Alagoas, que foi*

¹⁴ Cinema La Clef, 34 rue Daubenton, 75005 Paris. Metro Censier-Daubenton (ligne 7)

¹⁵ De acordo com a pesquisa de perfil de público realizada pela associação durante o festival de 2014 com amostragem de 113 questionários, 20% do público é composto por estudantes, seguido por 15% de pesquisadores acadêmicos.

um antigo quilombo. “Desterro”, um documentário sobre a memória de duas testemunhas de uma das maiores intervenções da história do estado brasileiro na atual capital do estado de Santa Catarina; “Memória de Rio”, uma *viagem desde a nascente do rio Tiête até a travessia de uma São Paulo urbanizada, cheia de contradições*; “E”, uma reflexão sobre a palavra latina estacionamento e seus significados ocultos e metafóricos . Os longas metragens, exibidos também no dia 11 de outubro, abordaram o processo de urbanização no Brasil e o nível de envolvimento relegado à população nas decisões de política urbana. O primeiro longa metragem exibido foi “Casas Marcadas”¹⁶, que relata a expulsão dos moradores da mais antiga favela do Brasil, o Morro da Providência, na cidade do Rio de Janeiro . Logo em seguida, o público pode conferir o documentário “A Cidade é uma só”, um filme que exprime o processo permanente de exclusão da população periférica da capital do Brasil, Brasília. E, para dar continuidade ao tema proposto, o terceiro longa metragem, “Em Busca de um Lugar Comum”, abordou o turismo nas favelas do Rio de Janeiro. Os três filmes foram seguidos do debate “Urbanização, jogos políticos”. No último dia, para encerrar o evento, o tema escolhido foram as manifestações de rua que marcaram o Brasil em 2013. Uma reflexão sobre as mobilizações sociais e suas ligações com o momento eleitoral brasileiro. As sessões do último dia de festival exibiram *Occupyng Brazil*, sobre a ocupação de imóveis vazios no centro de São Paulo como alternativa à vida nas ruas e *We don't Like Samba*, recorte de cenas das mobilizações de ruas de junho de 2013. Para comemorar os dez anos de festival, a programação privilegiou a exibição de sete curtas metragens que constituíram uma respectiva panorâmica diversificada dos temas já apresentados pelo BEM em dez anos de existência. E, para o encerramento oficial, a associação selecionou o filme “Damas do Samba”, um documentário que lança um olhar singular sobre a importância da participação das mulheres neste ritmo brasileiro que se tornou também um movimento de resistência sócio cultural.

4 – Conclusão

Em cinco séculos de relações econômico-culturais, a França manteve uma visão mitológica e estereotipada do Brasil. Nascida de símbolos solidificados por uma distância oceânica, manipulada pela globalização e mantida pela curiosidade e fascinação pelo diferente, a imagem propagada do Brasil na França, antes da evolução tecnológica, sempre privilegiaram o exótico, alguns símbolos nacionais e o periférico. Contudo, no mundo contemporâneo em que fronteiras são rompidas com a velocidade instantânea de um clique e em que as narrativas são plurais e os narradores não mais reféns da grande mídia, iniciativas como a Associação *Autres Brésils* na França, conseguem, aos poucos, sobrepujar um paradigma secular. Ao se posicionar como alternativa à hegemonia de uma mensagem oficial estreita que não traduz a real diversidade cultural e social do Brasil, a associação conseguiu em mais dez anos, através do site e do festival de cinema, disseminar uma visão mais realista e complexa de um país gigante, vítima de sua história, mas que luta, cria, reflete, transforma e se movimenta diariamente para transpor as desigualdades e problemas sociais. E, ao refletir a sociedade brasileira sobre um ponto de vista alternativo, os franceses, refletem também sua própria realidade.

5 - Referências Bibliográficas

A Cidade é uma só, QUEIRÓS, Ardiley. Brasil: 2012. 80 minutos.

As Hiper Mulheres, FAUSTO, Carlos; SETTE, Leonardo; KUIKUR, Takumã. Brasil: 2011. 80 minutos.

ASSUMPÇÃO M. T. *A História do Brasil nas ruas de Paris*. 1.ed. Rio de Janeiro: Editora Casa da Palavra, 2014.

BAER A. *El Testimonio Audiovisual*. 1 ed. Madrid: Siglo XX De España Editores S. A., 2005.

BRÉSILS EM MOUVEMENTS: *Brésils em Mouvements 2014*, programmation.

Disponível em <http://bresilenmouvements.org/bresil-en-mouvements-2014/programmation/>> Acesso em: jul. 2015.

Caixa d'água Qui-lombo é esse?, MORAES, Everlaine. Brasil: 2012. 15 minutos.

CANCLINI N. G. *A globalização imaginada*. tradução Sérgio Molina. São Paulo: Editora Iluminuras, 2017.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
 ISSN: 2317-0468
 17 a 21 de outubro de 2016

Casas Marcadas, BARRADAS, Adriana; SCHIMITE, Alessandra; CHEQUETTI, Ana Clara; MOREIRA, Carlos; OLIVEIRA, Éthel; LIZERAY, Juliette. Brasil: 2012. 10 minutos.

Damas do Samba, LIRA, Susanna. Brasil: 2013. 75 minutos.

Desterro, HUGUES, Marília; MARQUES, Cláudio. Brasil: 2012. 14 minutos.

E, WAHRHAFTIG, Alexandre; UNGARETTI, Helena; ANTUNES, Miguel. Brasil: 2014. 17 minutos.

Em Busca de um Lugar Comum, BRANDÃO, Jonas. Brasil: 2012. 80 minutos

HALL S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. tradução Tomás Tadeu da Silva e Guaraciara Lopes Louro. 5 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

Hautes Terres. BRETAS, Marie Pierre. França: 2013. 97 minutos

Memória de Rio, FREITAS, Roney. Brasil: 2012. 14 minutos.

O Mestre e o Divino, CAMPOS, Tiago. Brasil: 2013. 85 minutos.

Occupying Brazil, RUBIO, Daniel. Brasil: 2014. 24 minutos.

Os Dias com Ele, ESCOBAR, Maria Clara. Brasil: 2013. 107 minutos

PAIVA T. *O Brasil pelos franceses*. Disponível em <www.cartanaescola.com.br/single/show/528> Acesso em: jul. 2015.

Setenta, SILVEIRA, Emília. Brasil: 2013. 96 minutos.

TAVARES A. L. *Brasil França ao longo de cinco séculos*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1979.

We Don't like samba, BERLIM, Cis. Alemanha: 2014. 41 minutos.

**PARA ALÉM DE SIMPLES “REPRESENTAÇÕES ESPELHADAS” OU
MEROS “JOGOS DE FANTOCHES”: GEORG SIMMEL E A IDEIA DE
COMPREENSÃO HISTÓRICA**

Edmo Videira Neto¹

Resumo:

É possível representar um passado, tal como ele realmente foi? Esta questão está no centro do debate estabelecido por Simmel em torno da maneira como o historiador compreende e representa as atividades humanas pretéritas. O trabalho de reconstruir pessoas mentalmente mortas a muito tempo, talvez seja o maior telos do historiador, e a maneira com que este procedimento deve, ou deveria ser realizado é a principal questão abordada por Simmel. Leis Históricas gerais funcionariam como mecanismos interpretativos para a história? Seria possível a formulação de uma “História Universal”? Qual seria o objetivo do conhecimento histórico? São estas e outras questões que tentarei solucionar no transcórrer deste artigo, onde as ideias de compreensão histórica elaboradas por Simmel serão utilizadas como um fio condutor. Pretendo ainda, estabelecer um debate a partir dos conceitos historiográficos presentes nas obras do autor sobre a concepção de um possível estatuto científico da História na virada oitocentista. Portanto, o tema do artigo é expor as ideias referentes ao conceito de compreensão histórica de Georg Simmel elaborado na Alemanha durante a virada do século XVIII para o século XIX, período este em que se situa a produção intelectual do autor. No que se refere a utilização de fontes, trabalharemos principalmente com dois livros publicados por Simmel: Ensaio sobre teoria da história e Problemas de Filosofia de la Historia.

Abstract:

Is it possible to represent a past, just as it really was? This issue is at the heart of the debate established by Simmel on the way in which the historian understands and represents the past human activities. The work of reconstructing people who have been mentally dead for a long time may be the historian's greatest telos, and the manner in which this procedure should, or should be, carried out is the main issue addressed by Simmel. Would general historical laws function as interpretive mechanisms for history? Is it possible to formulate a "Universal History"? What is the purpose of historical knowledge? It is these and other questions that I will try to solve in the course of this article, where the ideas of historical understanding elaborated by Simmel will be used as a guiding thread. I also intend to establish a debate based on the historiographic concepts present in the author's works on the conception of a possible scientific status of history in the nineteenth century. Thus, the theme of the article is to present the ideas concerning the concept of historical understanding of Georg Simmel elaborated in Germany during the turn of the 18th century to the 19th century, the period in which the intellectual production of the author is located. Regarding the use of sources, we will work mainly with two books published by Simmel: *Essays on history theory* and *Problems of Philosophy of History*.

¹ Graduando em História – Universidade Federal de Juiz de Fora

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

Metodologia e Fontes

A metodologia utilizada na elaboração desta pesquisa é a leitura e a interpretação das fontes, que são os livros escritos por Simmel, além de textos e livros de apoio sobre a questão do debate historiográfico a despeito do realismo e conhecimento histórico. Se aproximando muito de uma espécie de “história psíquica”, ou como enuncia o termo que ficou famoso em meados do século XX, “História das mentalidades”, a obra de Simmel requer uma leitura com tal percepção psicológica. De fato, compreender a história para o autor alemão é entender os processos anímicos, fato este que não deve ser diferente para o leitor de sua obra. Portanto, entendê-lo em seu contexto de produção é de fundamental importância para alcançarmos os objetivos finais desta pesquisa.

Também dentro de uma produção do que se pode chamar história intelectual, ou história da historiografia, o historiador se encontra frente a escolhas, como nos aponta Marc Bloch: “face à imensa e confusa realidade, o historiador é necessariamente levado a nela recortar o ponto de aplicação particular de suas ferramentas; em consequência, a nela fazer uma escolha”². Portanto o mecanismo de recorte e escolha metodológicos fazem-se presentes também neste trabalho, onde foram selecionadas as fontes em que Simmel trabalha diretamente a questão da teoria da história. Utilizaremos então, duas fontes principais na elaboração deste trabalho: o livro escrito entre 1916 e 1918 chamado pelo autor de Ensaio sobre teoria da história – traduzido para o português pela editora Contraponto no ano de 2011 - e o livro Problemas de Filosofia de la Historia, em sua segunda edição publicada em 1905 – traduzida para o espanhol pela Editorial Nova Buenos Aires.

Introdução

É possível representar um passado, tal como ele realmente foi? Esta pergunta intriga grande parte dos historiadores, fato este que não é diferente na obra de Simmel. Autor multifacetado como foi o alemão, dedicou parte de sua produção para pensar qual seria a função da história, e como o historiador deveria representar as atividades humanas

² BLOCH, Marc. Apologia da História ou o ofício do historiador. Editora Zahar, Rio de Janeiro 2004, p.52.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.

*“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.*

ISSN: 2317-0468

17 a 21 de outubro de 2016

pretéritas. Associado ao movimento neo-kantino surgido na Alemanha durante finais do século XIX, Simmel juntamente com outros pensadores como Dilthey, Rickert e Wildenband, estabeleceram uma nova concepção, para aquilo que Dilthey iria chamar de “Ciências do Espírito”. As ciências humanas e conseqüentemente a História, não estariam mais fadadas a interpretações positivistas, cujas quais tinham suas bases diretamente ligadas as ciências naturais. O contexto era portanto, de repensar tanto a compreensão quanto a representação de um passado que, se não mais estava submetido ao mecanicismo oitocentista, deveria buscar novas formas de se entender a História. Vale resaltar que nesta análise, pretendemos nos focar em torno da ampla questão da compreensão histórica na obra de Simmel, além de mais duas questões que se mostram recorrente no pensamento do autor: a “criação” de uma totalidade histórica e a noção de um possível realismo histórico. Também se torna importante problematizar a questão do estatuto científico da história através de seus objetos de conhecimento e noções de realismo e ficcionismo.

A Compreensão Histórica e a questão da Totalidade

Sobre a ideia de compreensão histórica, Simmel nos apresenta a seguinte indagação: Onde eu iria buscar, a não ser em minha alma, a matéria que me possibilita conhecer e compreender outra pessoa, já que esta não se apresenta de forma legível para mim ?³. Esta indagação está no cerne da crítica do autor ao que ele chama de problema da compreensão histórica, pois ao transpor seus anseios e desejos, amores e ódios contemporâneos para o passado estudado, o historiador tende a entender os seres pretéritos através da sua mesma ótica. De que maneira portanto, o historiador deveria realizar a sua compreensão do passado? Simmel não refuta neste ponto, e acredita na ideia de uma psicologia histórica ou em processos anímicos⁴. A história teria um relacionamento extremamente próximo com a psicologia, onde o objetivo final da compreensão seria a vida cotidiana das pessoas através de meios psíquicos. Simmel definiu assim a compreensão histórica: “para definir de maneira mais profunda a exata noção de compreensão histórica de uma realidade psíquica particular, pode-se dizer que

³ SIMMEL, Georg. Ensaio sobre teoria da história. Editora Contraponto, 2011, p. 30.

⁴ Em tradução livre se refere a algo semelhante com processos mentais, contudo preferi manter o original para não descaracterizar o conceito.

ela significa compreender essa realidade particular a partir da totalidade vital de seu portador”⁵. Portanto, o trabalho, ou a tarefa do historiador segundo Simmel é a de reconstruir mentalmente pessoas mortas a muito tempo. Dentro deste sentido, podemos entender que o autor pressupõe a história como sendo um entendimento do individual.

Percebemos então que, ao contrário dos métodos totalizantes e positivistas de se compreender a história reinantes no século XIX, Simmel rejeita a noção de uma história universal, pois a compreensão do passado através de uma ótica contemporânea, faz com que nossas almas perdidas longinquamente no emaranhado temporal, recebam um caráter homogeneizante. Sobre esta história universal, Simmel salienta:

História universal é uma expressão infeliz, não só porque sugere uma extensão de conhecimentos que não podemos ter, mas porque proclama que as imagens particulares desembocam numa imagem unitária que tampouco podemos formar, pois isso suporia que podemos formar uma imagem da vida que cria as espécies e os indivíduos, precisamente o que não podemos fazer. [...] só há histórias particulares.⁶

Se para Simmel, a compreensão histórica é a compreensão dos movimentos anímicos da vida dos indivíduos, por conseguinte, não há espaços para interpretações universalizantes e exclusoras dos movimentos autônomos dos “sujeitos históricos”⁷.

Enquanto que a crítica de Simmel faz-se majoritariamente em torno da ideia de uma história universal que dissolvesse o indivíduo em um todo – da mesma maneira com que Deus é dissolvido em vários panteões de fé -, o mesmo estabelece uma “nova” concepção de História universal, onde a compreensão dos sujeitos serviria de fio condutor para se pensar aspectos totalizantes:

Na medida em que a compreensão histórica, em geral, só modifica a compreensão simultânea e atual, a transmissão de uma obra ou um discurso, de uma ação ou de um efeito produzido por um personagem do passado, contém efetivamente esse personagem e o oferece à nossa percepção também global; tudo o que o homem manifesta de particular é representativo da totalidade.⁸

⁵ SIMMEL, Georg. Ensaio sobre teoria da história. Editora Contraponto, 2011, p. 41.

⁶ SIMMEL, Georg. Ensaio sobre teoria da história. Editora Contraponto, 2011, p. 60.

⁷ Expressão esta aqui entendida como sendo as ações anímicas dos indivíduos, e não uma ideia positivista onde a história seria contada e realizada através dos grandes homens.

⁸ SIMMEL, Georg. Ensaio sobre teoria da história. Editora Contraponto, 2011, p. 33

Temos portanto uma espécie de relação dúbia entre o indivíduo e a totalidade, que também pode ser expressa pela dualidade humana que insiste em separar o sujeito em corpo e alma. Através de um meio interpretativo das ideias de Simmel, podemos entender o corpo deste indivíduo como sendo uma espécie de representação metafórica da totalidade histórica, universalizante e homogeneizante. Entretanto, para continuar utilizando a metáfora citada, temos que, o interesse da história, dá-se em cima da alma do sujeito, das pequenas relações que este tece com a sociedade, ou seja, dos processos anímicos individualizadores. Mas ainda para Simmel, continuamos a entender o homem como um todo: “Estou convencido, ao contrário, de que percebemos o homem como um todo, e só por uma abstração efetuada a posteriori isolamos o que nele é corpo”.⁹ Legitimando, ou nos ajudando a entender esta concepção de interpretação do individual em “detrimento”¹⁰ do universal, Gadamer resalta: “O que interessa ao conhecimento histórico não é saber como os homens, os povos, os Estados se desenvolvem em geral mas, ao contrário, como este homem, este povo, este Estado veio a ser o que é”.¹¹ Temos portanto nesta frase, uma caracterização contrária ao positivismo reinante na época de Simmel, estabelecendo uma margem hermenêutica para o entendimento histórico.

A representação do passado histórico

Retomando à pergunta elucidada acima, seria possível representar um passado tal como ele realmente foi? Responder que sim, ou assumir a concepção de que existe um realismo histórico a ser representado é mera ingenuidade. Simmel se situa também dentro desta crítica ao positivismo alemão que buscava narrar as verdadeiras ações passadas e representar a imagem dos grandes líderes e homens que mudaram o “curso da História”. Contrário a estas explicações mecanicistas, Simmel propõe justamente a compreensão dos processos anímicos:

⁹ SIMMEL, Georg. *Ensaio sobre teoria da história*. Editora Contraponto, 2011, p. 32

¹⁰ Conceito entendido neste contexto como “deixar de lado” e não enquanto uma perspectiva terminológica exclusiva.

¹¹ GADAMER, Hans-Georg. *O problema da consciência histórica*. FGV, 3ª edição, Rio de Janeiro, 2006, p. 24.

Para que a História não seja um jogo de fantoches, tem que ser a história dos processos anímicos, e todos os acontecimentos exteriores que ela relata não são mais que pontes tendidas entre impulsos e atos volicionais por uma parte, e por outra, reflexos sentimentais provocados por aqueles acontecimentos exteriores.¹²

Portanto, entender a história como meras representações espelhadas remete-nos a um processo mecanicista, onde as realidades psíquicas dos sujeitos históricos são dissolvidas em constituições homogeneizantes. É justamente a singularidade de cada indivíduo histórico que transmite a ideia de que não é possível representar um passado inteiramente, pois o historiador é quem atribui valor histórico aos acontecimentos pretéritos, e é justamente ele quem, deliberadamente escolhe linhas de abordagens tanto narrativas quanto documentais para reconstituir psicologicamente um determinado evento histórico. Portanto, a história para Simmel, estaria mais próxima da arte do que da ciência, como citam os autores do livro “Georg Simmel civilización y diferenciación social”: “Como a realidade individual é inacessível e as leis traduzem conceitualmente os processos reais, a ciência histórica está mais perto da maneira de representar algo da arte do que da ciência”¹³. Dentro desta perspectiva portanto, podemos entender o historiador como um artista, e seu trabalho final, sua narrativa histórica, como um quadro pintado à mão. Pois assim como o pintor escolhe suas tintas, suas telas e seus objetos representativos, o historiador também não foge desta equação; ele escolhe o que é um evento histórico, onde ele está situado e como representar todo este contexto. A diferença talvez resida no fato de que para o historiador, algumas formas e figuras já estão “dadas” a priori em seu quadro, pois são remanescentes da época em que este busca “reconstituir” ou pintar em sua totalidade. Sobre estas “formas remanescentes”, ou como denomina Simmel, os “fragmentos descontínuos”, o autor “define” o que seria a História:

¹² Traduzido livremente do original: “para que la historia no sea un juego de títeres tiene que ser historia de procesos anímicos y todos los acontecimientos exteriores que relata no son más que puentes tendidos entre impulsos y actos volitivos por una parte, y por otra, reflejos sentimentales provocados por aquellos sucesos exteriores”. SIMMEL, Georg. Problemas de Filosofía de la Historia. Editorial Nova Buenos Aires, p.13.

¹³ Traduzido livremente do original: “como la realidad individual es inaccesible y las leyes traducen conceptualmente los procesos reales, la ciencia historica se acerca más al modo de presentar algo del arte que la ciencia”. FLAMARIQUE, L; KROKER, R; MUGÍCA, F. Georg Simmel: Civilización y diferenciación social (I). Cuadernos de Anuario Filosófico, 2003, p. 118.

A história não é o passado, o qual, a rigor, só nos é dado imediatamente no formato de fragmentos descontínuos; ela é uma forma ou uma soma de formas pelas quais os espíritos, por meio da observação e da síntese, domina a matéria e percebe seu sentido¹⁴

Por conseguinte, torna-se uma tarefa quase impossível restituir todos estes fragmentos descontínuos objetivando uma representação fidedigna de um passado que já passou a muito tempo, mas que insiste em assombrar os seres do presente. Logo, o historiador não deve cair no que Simmel chama de “caos obscuro”¹⁵, que emerge graças a uma tentativa de representar a totalidade da matéria histórica tal como ela realmente foi, e que mergulha as almas – estas que são o objetivo da história – em um rio tão obscuro quanto o caos descrito pelo autor.

O “realismo histórico” e os debates em torno de um estatuto científico da História

Estaria a história independente de qualquer realismo ? Sobre esta questão, Ginzburg, com uma produção historiográfica posterior a de Simmel, nos apresenta a seguinte afirmação: “os afrescos historiográficos que procuram comunicar o leitor, com expedientes muitas vezes medíocres, a ilusão de uma realidade extinta, removem tacitamente esse limite constitutivo do ofício do historiador”.¹⁶ Percebemos claramente que o autor não nega a existência de uma realidade histórica. Ao contrário destes pensamentos que buscam uma cientificidade dentro do conhecimento histórico, Simmel no início do século XX, alerta para o que chama de realismo ingênuo: “o realismo do conhecimento que considera a verdade como a correspondência do pensamento, no sentido de uma imagem refletida, com o objetivo exterior a ele em sentido absoluto, fica reservado as ciências naturais”.¹⁷ Temos portanto, a clara posição de Simmel, que restringe um realismo, uma objetividade epistemológica, apenas às ciências naturais. Está posto portanto um debate que transcende as épocas historiográficas, a despeito de

¹⁴ SIMMEL, Georg. Ensaio sobre teoria da história. Editora Contraponto, 2011, p. 40

¹⁵ SIMMEL, Georg. Ensaio sobre teoria da história. Editora Contraponto, 2011, p. 28

¹⁶ GINZBURG, Carlo. O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício. Companhia das Letras, 2007. P. 271.

¹⁷ Traduzido livremente do original: “el realismo del conocimiento que considera a la verdad como la correspondencia del pensamiento, en el sentido de una imagen reflejada, con el objeto exterior a él en sentido absoluto, queda reservado a las ciencias naturales”. SIMMEL, Georg. Problemas de Filosofía de la Historia. Editorial Nova Buenos Aires, p.53.

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.*

ISSN: 2317-0468

17 a 21 de outubro de 2016

um possível estatuto científico da história. Para Ranke, tido por muitos como o exemplo de positivista alemão do século XIX, a história se situaria entre a arte e a ciência, mas é claro, tendo como objeto final a verdade dos fatos tal como eles ocorreram. Podemos considerar então, Simmel como um opositor a este conceito? A obra historiográfica simmeliana foca-se justamente na desnaturalização desta ideia de cientificidade e coloca, sem exatidão, a história como sendo arte. Se, como nos fala Simmel, a História é formada por processos mentais, seu interesse passar a ser, portanto, nas almas dos sujeitos que, de uma maneira ou de outra, encontram-se “perdidas” em um realismo pretérito fictício e obscuro. A verdade histórica encontra-se, por conseguinte, encrostada em uma atividade espiritual, que deve ser “acessada” ou “interpretada”, pelas ciências do espírito; alcançando assim o conhecimento histórico, a um plano quase que metafísico.

Conclusão

Apresentar a contribuição de Simmel para a historiografia moderna é justamente contribuir para o debate em torno do conhecimento histórico e de suas práticas e pesquisas, pois sua produção encontra-se em um momento único para a historiografia. Enquanto as várias linhas de pensamento das ciências humanas em geral, durante o século XIX, focavam-se em torno de um positivismo com bases naturalistas, visando uma pretensa epistemologia humana, Simmel – e em geral o movimento neo-kantiano – apresentava uma concepção diferente a despeito das “Ciências do Espírito”. Considero portanto que, entender o conceito simmeliano de compreensão histórica, nos transpõe para um debate muito mais amplo, que diz respeito a possibilidade de um realismo histórico, além de nos ajudar a problematizar o estatuto científico da História. Antes de nos debruçarmos, enquanto historiadores, em arquivos repletos de fontes primárias, creio que seja necessário conceitualizarmos melhor qual é o ofício do historiador, para quem ele trabalha e a quem a história serve. Para além disso é nosso dever desnaturalizar a concepção social, que de uma maneira ou de outra ainda se encontra presa ao positivismo alemão, de que a história é a rememoração de datas, herois e eventos marcantes. Contudo, para conseguirmos atingir a grande massa, esse debate sobre as “formas” da história deve começar pela academia, e sem conceituações pré concebidas a despeito do que seria

uma verdade ou uma mentira. Acredito portanto que, ao analisar e estudar a obra de Simmel, a contribuição em torno das questões supracitadas é imensa, pois o autor fala dentro de um contexto que aspirava mudanças conceituais, assim como acredito eu, seja o nosso contexto contemporâneo

Referências Bibliográficas

Artigos:

JESUS, Anni Marcelli S. de ; A Sociologia Filosófica de Georg Simmel e o problema do tempo histórico. **Revista Elaborar** , v. 2, p. 7-17-17, 2015.

REIS, J. C. . O Historicismo, a Redescoberta da História. **Locus** (Juiz de Fora) UFJF - Juiz de Fora, v. 8, n.1, p. 9-28, 2002.

TEDESCO, João Carlos . Georg Simmel: modernidade e filosofia da história. **Métis** (UCS), Universidade de Caxias do Sul, p. 137 - 156, 06 abr. 2009.

Livros

CERTEAU, Michel. **A Escrita da História**. Forense Universitária, 3ª edição, 2011.

FLAMARIQUE, L; KROKER, R; MUGÍCA, F. Georg Simmel: Civilización y diferenciación social (I). **Cuadernos de Anuario Filosófico**, 2003.

GADAMER, Hans-Georg. **O problema da consciência histórica**. FGV, 3ª edição, Rio de Janeiro, 2006.

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício**. Companhia das Letras, 2007.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício do historiador**. Editora Zahar, Rio de Janeiro 2004.

SIMMEL, Georg. **Religião: ensaios volume 1/2** – Georg Simmel – São Paulo. Olho d'Água, 2009.

_____. **Religião: ensaios volume 2/2** – Georg Simmel – São Paulo. Olho d'Água, 2011

WAIZBORT, Leopoldo. **As aventuras de Georg Simmel**. Editora 34, 1ª edição, São Paulo, 2000.

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
 “O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
 Juiz de Fora, 2017, 1554p.
 ISSN: 2317-0468
 17 a 21 de outubro de 2016*

**AS POSSIBILIDADES E DESAFIOS DO USO DE TECNOLOGIAS DIGITAIS
COMO INSTRUMENTO DE SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO
HISTÓRICO CULTURAL EDIFICADO**

Jéssica de Fatima Rossone Alves¹

Claudia dos Reis Paiva²

RESUMO:

O presente artigo tematiza a preservação, manutenção, e restauração da memória arquitetônica e urbana através das possibilidades do uso da tecnologia digital, representando, armazenando e disponibilizando informações dos núcleos de interesse histórico, acrescentando facilidade de acesso e melhor compreensão dos objetos edificados aos profissionais multidisciplinares que lidam com essas e a sociedade, estendendo o conhecimento construído a respeito os bens culturais. Questiona-se melhores formas de gerir e disseminar informações sobre as edificações, conjuntos e núcleos históricos arquitetônicos usando como comparativos, a tecnologia digital no âmbito institucional, desde a organização documental em sistemas não computadorizados, até a estruturação de bases informatizadas. A atualização da forma de organização e acesso as informações com relação ao patrimônio da cidade permite que as intervenções aconteçam de forma consciente e o entendimento da cidade aconteça de forma articulada, o que possibilita melhor gestão de ações e investimentos, assim como corrobora na educação patrimonial.

Palavras-Chave: Tecnologia, Salvaguarda, Patrimônio, Preservação Digital.

ABSTRACT:

This article thematizes the preservation, maintenance, and restoration of architectural and urban memory through the possibilities of using digital technology, representing, storing and providing information of the heart of historical interest, adding accessibility and better understanding of the built objects to the multidisciplinary professionals dealing with these and society by extending the knowledge built about cultural heritage. Questions were better ways to manage and disseminate information about the buildings, collections and architectural historic centers using as comparative, digital technology at the institutional level, since the documentary organization not computerized systems to the structure of computerized databases. The updated form of organization and access to information regarding the city's heritage allows interventions happen consciously and understanding of the city happen in a coordinated way, allowing better management of stocks and investments, as well as supports in heritage education .

Keywords: Technology, heritage, protection, digital preservation

¹ Arquiteta e Urbanista, Mestranda no Programa de Pós-graduação em Ambiente Construído, Faculdade de Engenharia da UFJF. jessica_rossone@hotmail.com

² Arquiteta e Urbanista, Mestranda no Programa de Pós-graduação em Ambiente Construído, Faculdade de Engenharia da UFJF. claudiareis_paiva@hotmail.com

INTRODUÇÃO

O registro documental é fonte fundamental na salvaguarda do patrimônio arquitetônico nacional. Nesse sentido, os museus, arquivos históricos, entidades, ONG's e quaisquer organizações que possuam e disponibilizem material documental e iconográfico que narre aspectos importantes da história e cultura de determinada sociedade exercem a função de preservar a memória coletiva, que se estende, segundo Halbwachs, “ate onde atinge a memória dos grupos de que ela se compõe” (HALBWACHS, 2006, p. 105).

As técnicas adequadas de preservação documental, quando comprometidas, geram uma perda em si da matéria física que suporta as determinadas informações e, ainda de forma mais agravante, gera danos à preservação do patrimônio histórico cultural, assim como compromete a educação patrimonial de toda uma sociedade. Para a correta preservação documental é necessário o emprego de técnicas tanto na coleta quanto no armazenamento do material, assim como em sua manutenção e manuseio.

Braga & Campello (2010, p.606) explicam que são necessários locais com as condicionantes adequadas de iluminação, controle de umidade e mobiliário além de serem fundamentais os profissionais especialistas que detenham conhecimento em restauro.

As ações que dizem respeito à salvaguarda da memória incorporada no patrimônio histórico e arquitetônico são realizadas por três principais linhas, sendo elas a proteção, a conservação e por fim a promoção, o conceito central de patrimônio cultural que, segundo Carsalade (2001, p.1-2), deve ser entendido no âmbito de responsabilidade entre governo nos níveis municipal, estadual e nacional, com o envolvimento da população.

Aliando as características atuais de vivência social a necessidade de armazenar e dispor os documentos que transmitem os valores históricos culturais, nos deparamos com o cotidiano da sociedade contemporânea, intimamente ligado a dinâmica com o meio eletrônico, e é dessa intimidade que a relação da preservação do patrimônio pela estrutura digital aparece nas discussões em âmbito muito mais intensamente da promoção, que da proteção e conservação do patrimônio cultural.

As novas tecnologias surgidas na segunda metade do século XX, que iriam culminar na estabilização da Internet como principal meio de armazenamento e compartilhamento de

informações, permitiram a partir de então, um olhar mais dinâmico sobre o patrimônio, com mais possibilidades de difusão e interpretação, em oposição às práticas de salvaguarda empregadas até o momento.

A digitalização bem como a disponibilização online de acervos de bibliotecas, de arquivos, assim como de todos os formatos de centros de memória, logo obtém tratamento como método de preservação documental, também como forma precursora de realizar as premissas de educação patrimonial, nos quesitos de vinculação e difusão, quando na condição de que os bancos de dados possuam acesso público aberto.

O uso das tecnologias na disseminação e preservação dos conteúdos originariamente contidos em suportes materiais implica inicialmente, em tratar o novo suporte da mesma forma que os conteúdos originais são tidos, ou seja, como documentos. Posterior a isso, existe a problemática dos sistemas informatizados se tornarem obsoletos e, possivelmente, tornar as informações irrecuperáveis.

Além desses aspectos, uma característica da informatização dos documentos é a articulação que as plataformas online passam a possibilitar, tornando o acesso, uso, legibilidade e incorporação no cotidiano dos profissionais ligados a documentação histórica assim como da população facilitado e constante, trazendo esses arquivos para uma dimensão atual e dinâmica, retirando-os da ideia de documentos que pertencem ao passado.

Ambas as perspectivas dependem da atuação institucional nas dimensões pública e privada na função de assegurar a preservação da memória em meios digitais com foco de “apropriação dispersa dos conteúdos localmente produzidos e de redefinição dos padrões, valores e ordenamentos socioculturais que no passado vinculavam memória e identidade” (TAVARES, 2002, p.1), sem que essa mudança infira apropriação da população e na evidenciação da importância do patrimônio construído para memória da cidade, já que “os quadros coletivos da memória não se resumem em datas, nomes e fórmulas, que eles representam correntes de pensamento e de experiência onde reencontramos nosso passado porque este foi atravessado por isso tudo” (HALBWACHS, 2006, p.71).

Da mesma maneira, ainda é preciso atentar para a ideia de sociedade da informação como uma redução ao conceito de infraestrutura digital, aquela valorizada

enquanto inovação, influenciando diretamente na apropriação dos conteúdos culturais a partir da grande oferta propiciada pelo meio digital.

Por outro lado, a adoção de novas tecnologias pode possibilitar a implementação das políticas de preservação e proteção de acervos, principalmente no que se refere aos itens que se encontram mais sujeitos à deterioração, devido ao constante manuseio.

A TECNOLOGIA EMPREGADA EM ACERVOS PATRIMONIAIS EM ÂMBITO NACIONAL

Existem diversas iniciativas que testemunham a iminência desta prática em âmbito nacional, como o Acervo Digital do IPHAN; a Biblioteca Digital da Fundação Getúlio Vargas - FGV; o acervo da Fundação Joaquim Nabuco; o acervo digital do Museu Imperial, entre outras; todas com objetivos de contribuir para a preservação do acervo documental, facilitando o acesso ao patrimônio histórico-cultural.

Um exemplo bem sucedido é a Biblioteca Nacional Digital - BNDigital - que completa dez anos de existência em 2016. Neste sistema, a preservação da memória documental nacional, como na demonstração da figura 01, é um dos objetivos, porém não é o único. A ampliação e democratização do acesso da população aos documentos que compõem o Acervo Memória Nacional é uma das características pertinentes ao desenvolvimento do mesmo.



Imagem 01: Exemplo de jornal histórico da cidade de Juiz de Fora, disponível no acervo digitalizado online da Biblioteca Nacional Digital. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervodigital>. Acesso: Julho 2016.

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
 “O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
 Juiz de Fora, 2017, 1554p.
 ISSN: 2317-0468
 17 a 21 de outubro de 2016*

A captura e armazenagem de acervos digitais, o tratamento técnico, a publicação de acervos digitais e os programas e projetos de digitalização e divulgação são as etapas exploradas pela equipe interdisciplinar envolvida.

As coleções disponibilizadas na plataforma vinham sendo digitalizadas desde 2001 visando à participação em exposições e projetos temáticos, porém somente anos mais tarde o projeto recebeu aporte financeiro do Ministério da Cultura - MinC. Na visão do projeto, este sistema é indispensável pois comporta mais cuidados do que aqueles normalmente privilegiados pelas políticas tecnocientíficas da memória.

Nesse sentido, surge o Projeto DAMI - Projeto de Digitalização do Acervo do Museu Imperial, durante a gestão 2010-2013. Com o intuito de disponibilizar todo o acervo do Museu Imperial na Internet por meio do desenvolvimento de uma base de dados, o projeto ainda se encontra no início, porém com boa parte de seu acervo na rede, com imagens e conteúdo detalhado sobre as mesmas.

Foi prevista a necessidade de, no mínimo, dez anos para a digitalização completa dos documentos, livros, periódicos e demais objetos do acervo. Apresenta-se no site do projeto os documentos da primeira etapa que foi financiada através da Lei de Incentivo à Cultura pela empresa IBM, com a disponibilização de sete coleções ou arquivos que, somados totalizam 746 itens, com 16.908 imagens. Atualmente, o projeto é financiado pela Sociedade de Amigos do Museu Imperial.

Um diferencial deste projeto é a constante atualização das coleções da base de dados na Internet, que objetiva “tornar sempre agradável e inovadora a visita dos usuários ao novo portal” (Projeto DAMI, 2016). A ideia é ofertar um número superior a 360 mil itens distribuídos entre peças de natureza arquivística, bibliográfica e museológica.

A DOCUMENTAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL EM JUIZ DE FORA

As práticas de preservação de bens culturais brasileiros tiveram como marco de seu início a criação do IPHAN, em 1937, pelo então ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema e aliados na causa. Nesse momento os intelectuais buscavam uma expressão capaz de traduzir a identidade nacional, ficando o esforço de reconhecimento mais ligado às manifestações arquitetônicas do colonial. A partir daí, o campo patrimonial

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016*

no Brasil tem passado por sucessivas revisões do pensamento a respeito da atribuição do valor de patrimônio nacional aos bens culturais, e como consequência, sobre as práticas de preservação e valorização destes bens.

Juiz de Fora é uma cidade mineira do séc. XIX, que se destacou com grade produção cafeeira, recepção de imigrantes de diversas origens, sobretudo italiano, sírios, libaneses, portugueses e alemães, entre outros, e posteriormente, e devido à incorporação dos avanços tecnológicos dessas diversas nacionalidades, se elevou como importante ligação de Minas Gerais com o Rio De Janeiro e arrojou-se industrialmente, sobretudo entre 1870 e 1930. Esses elementos juntamente a uma intensa atividade cultural com cinemas, teatros e orquestras renderam-lhe atribuições como Manchester Mineira e Atenas Mineira.

Surgida no início do século, Juiz de Fora ficou à margem da concepção de patrimônio adotada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN – sendo as manifestações estilísticas locais mais ligadas ao modernismo, sendo entre elas o art dèco, o eclético, o art nouveau, entre outros que caracterizaram a cidade e a sociedade como voltada em função do futuro, com sua tendência desenvolvimentista que gerou a paisagem atual carregada do simbolismo progressista e moderno.

Segundo REIS (2014, p.01), de forma independente do que acontecia no cenário nacional, gerou-se no município, assim como em diferentes intensidades nas diversas cidades do país, uma demanda pela proteção de seu passado nos fins da década de 1970. A Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lage - Funalfa, é o órgão responsável pela política cultural de Juiz de Fora, foi instituída pela Lei 5.471, em 14 de setembro de 1978, passou a ser a primeira fundação em âmbito municipal a se responsabilizar por cultura, criada no Estado de Minas Gerais e foi regulamentada em 14 de dezembro de 1978. Efetivamente, começou a atuar em 1º de janeiro de 1979 (FUNALFA, 2016).

Em meados dos anos 1970, intelectuais do município e região passaram a se reunir na defesa dos bens culturais e deste movimento foi gerado de forma favorável um ambiente político de apoio. Promulgada em Juiz de Fora em 1982 a Lei nº 6108, que propiciava ao município o instrumento jurídico do tombamento ainda criando a Comissão Permanente Técnico Cultural, cuja finalidade segundo a própria lei, é “exercer a proteção dos bens culturais, móveis e imóveis de propriedade do município ou particular que forem

tombados na forma desta lei, bem como atuar integrado com os setores competentes que planejam e legislam sobre o uso do solo e edificações” (REIS, 2014).

Com essa lei, após os 34 anos de sua implantação, Juiz de Fora conta com um acervo de mais de 150 bens tombados, sendo grande parte destes conjuntos localizados no centro de formação da cidade.

Segundo o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural (Comppac), em 2004, foi proposta uma Lei inovadora, que propunha divergentes ações no âmbito do pensamento do patrimônio juiz-forano, sendo o principal a sua definição textual, que aborda os “bens materiais–imóveis, móveis e integrados, públicos ou privados e bens imateriais existentes em seu território” (Lei 10777 de 2004).

Divisão De Patrimônio Cultural Da Prefeitura De Juiz De Fora (DIPAC – PJF)

No Departamento De Cultura, é que se estabelece a DIPAC - Divisão De Patrimônio Cultural – onde são armazenadas e disponibilizadas para consulta as pastas que organizam os materiais iconográficos e documentais sobre as edificações tombadas com afirmação de valor histórico cultural. As dependências físicas do departamento se encontram no prédio representante do ecletismo na cidade, na Avenida Barão do Rio Branco, centro de Juiz de Fora, onde estão todos os departamentos da FUNALFA, ladeado pelo espaço verde público de maior relevância para a região, o parque Halfeld.

A organização do material que diz respeito aos bens tombados é sistematizada por suportes físicos. Cada imóvel possui uma pasta, exemplificada na Figura 2.a, de armazenamento dos dados pertinentes ao seu histórico. O material vai desde documentos de inventários, imagens, plantas, dossiês, relatórios de obras e processos de tombamento, além de rica documentação iconográfica e cartográfica. As plantas da concepção dos imóveis, as plantas de intervenções, como no exemplo da imagem 2.b, que vem acontecendo através de aprovação de projeto pelo Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural – COMPPAC, também ficam dispostas nesses arquivos, sendo dobradas e geralmente, com muitas marcas e danos no papel que inpedem a leitura por completo dos desenhos.



Imagem 02: A) Exemplo de Pasta de armazenamento iconográfica e documental de edificações de interesse histórico patrimonial – DIPAC. B) Arquivos armazenados nas pastas, dobrados, sendo desde projetos originais das edificações a todas as intervenções aprovadas. Fonte: Autoras. 2016

A consulta nesse órgão é feita por profissionais que atuam com intervenções em bens tombados, estudantes de arquitetura, artes, história, jornalismo e outras áreas de conhecimento, além de advogados, proprietários e, de forma mais tímida, população da cidade e região em busca de documentos capazes de lhes preencher fatos relacionados a memória e história da região.

A cidade conta também com o Acervo Histórico Municipal, com o Departamento de Comunicação – DICOM – com o setor de memória da Biblioteca Murilo Mendes, com acervos diversos acessíveis no Museu Murilo Mendes e com coleções particulares.

O acesso aos órgãos de gestão municipal é feito apenas pessoalmente, com necessidade, em muitos casos, de ser agendada a intenção das visitas para que os funcionários possam localizar as informações desejadas, ou ao menos direcionarem as buscas. Assim, a lida com a informação é feita diretamente nas pastas, e essas são manipuladas indiscriminadamente todas as vezes em que se fizer necessário consulta-las, nesse sentido, além dos danos de manipulação, ainda existe a perda e extravio de documentos, assim como a dificuldade em buscar informações precisas em tempo hábil.

Em contrapartida as dificuldades de utilização dos acervos municipais em relação a sistematização da organização e acesso, alguns suportes de memória tem se tornado popular na cidade, através de compartilhamento de material iconográfico por meio de domínios de internet e redes sociais, fotos antigas, documentos são encontrados em

arquivos como Maria do Resguardo³, ou o Acervo de Mauricio Lima Correa⁴ que funciona através da colaboração da população em incrementar o acervo.

Rede De Arquivos IPHAN

Segundo o próprio site da instituição, a rede de Arquivos Iphan é um banco de dados digitalizados onde estão integrado os materiais feitos pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, reunidos em mais de 8 décadas de políticas preservacionistas, que na época atual se encontram distribuídas em mais de 50 cidades, entre 60 unidades da instituição. Dentro desse arquivo, se encontram uma variedade de documentações inventariadas, ações de tombamentos, fotografias, desenhos de edificações, dossiês, relatórios de obras, inclusive valiosos documentos de iconografia e cartografia. Usando dados como o nome do bem, o local, tipo de documento, o sistema permite que se façam buscas sem o comprometimento da integridade da documentação ou desmembramento dos acervos físicos.



Imagem 03: Exemplo de planta de edifício de interesse patrimonial armazenado por digitalização no banco de dados do IPHAN. <<http://acervodigital.iphan.gov.br>>

Estão disponíveis para acesso mais de 500 processos de tombamento de bens culturais do Brasil, em formato digitalizado pelo Arquivo Central do Iphan, no sediado no Rio de Janeiro. A instituição planeja que nas próximas etapas do projeto, o banco de

³ O blog <www.mariadoresguardo.com.br> é uma organização que conta com a contribuição da população para doação de imagens, pinturas, fotos e suportes de memórias que possam ser digitalizados e disponibilizados na internet.

⁴ Acervo de Mauricio Lima Correa, personalidade Juizforana, responsável por grupo em rede social que disponibiliza iconografia de Juiz de Fora no passado.

dados será incrementado com os conteúdos produzidos pelas demais unidades, que estão sendo tratados para inserção nessa plataforma. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) promoveu e tem desenvolvido apoio ao projeto de preservação desse acervo desde 2010.

ABRANTES (2014, p. 155), aponta para a intercomunicação entre as diversas unidades de funcionamento da instituição, e pontua que atualmente “podemos encontrar muita informação a respeito de um bem, dispostas em diferentes formatos e distintos suportes, em vários arquivos nas unidades institucionais, distantes fisicamente, mas complementares com relação aos acervos que contêm”, e isso além de dar clareza nas pesquisas, nos coloca diante de uma integração de gestão política dos acervos, que passa a ser colaborativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os acervos com os quais a cidade de Juiz de Fora conta são organizados e constituem importantes fontes de memória municipal e da sociedade. Os problemas com relação ao suporte de acesso a esses dados se dão no âmbito de torná-los disponíveis com maior facilidade de busca e sem que os documentos fiquem comprometidos com o manuseio e, eliminando as grandes chances de extravio.

A falta de controle não acarreta apenas nos extravios feitos pelos usuários, mas dificuldade dos próprios funcionários que lidam com a grande demanda de busca em contrapartida a dificuldade em localizar a informação pertinente a cada usuário. Os exemplos de bancos de dados online que mantêm constante atualização de documentos através da digitalização são oportunidades de confrontar a realidade da cidade e como os métodos de informação digital podem melhorar as práticas de pesquisa e de armazenamento dos acervos, com a função de busca por palavras-chave, método que já é comum na lida com ambientes digitais.

Propõe-se como método a digitalização do acervo para além de dar facilidade aos pesquisadores e interessados em consultar os materiais, qualidade na leitura, já que as resoluções e manipulação de imagem ajudam a driblar o comprometimento por deterioração física que os documentos possuem. Assim, as próprias entidades podem

ganhar maior autonomia de ordenação do acervo, mais liberdade de funcionamento, retirando a necessidade de buscas físicas constantes pelos funcionários, que podem se preocupar em lidar com outras demandas que certamente continuaram fluidas nas dependências físicas dos acervos.

As tecnologias digitais apresentam muitos aspectos positivos e apesar disso trazem consigo muitos desafios que não devem ser encarados como desvantagens, essa possibilidade não pode ser tida como solução rápida e fácil para tudo, porém as possibilidades que esta oferece não devem ser ignoradas num campo de conhecimento tão emergente de soluções capazes de mitigar as perdas que a passagem do tempo trazem aos acervos.

A possibilidade de os sistemas digitalizados se tornarem antiquados e gerarem perda de dados, atualmente é uma realidade pouco palpável, os sistemas desenvolvidos são altamente interativos entre si, e a capacidade de leitura em diferentes plataformas possibilita backups e garantem diversificadas formas de proteção a esses arquivos, além do fato principal de que a digitalização e disponibilização facilitada não invalida a existência dos suportes físicos desses documentos, sendo que estes estarão apenas mais preservados e sempre passíveis para consulta, independente de terem suas informações disponíveis online.

A realidade das vantagens do patrimônio digitalizado e disponível são palpáveis, resta-nos a questão de como serão administradas a manutenção desses acervos, assim como dos acervos físicos, que apesar dos séculos de existência ainda sofrem com as consequências das tentativas ineficientes em tratá-los.

REFERÊNCIAS:

BRAGA, Raquel Dias Vieira; CAMPELLO, Mauro Santoro, Documentación y Sistematización de los Datos de la Arquitectura Moderna en Juiz de Fora - Instrumento para Apoyo a la Protección del Patrimonio Arquitectónico. In: Cicop - Centro Internacional Para La Conservación Del Patrimonio, 2010, Santiago De Chile. **X Congreso Internacional Cicop Chile**. Santiago De Chile: Cicop Chile, 2010. P. 602-608.

CARSALADE, Flavio de Lemos. Patrimônio Histórico: Sustentabilidade e sustentação. **Arquitextos**. v. 02, 013.10, jun 2001. Disponível em

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

<<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/02.013/885>> Acesso em: 01 ago 2016.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. **BNDigital**. Disponível em:
<<https://bndigital.bn.br/>> Acesso em 01 ago 2016.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

MUSEU IMPERIAL. **Projeto DAMI**. Disponível em
<<http://www.museuimperial.gov.br/dami/>> Acesso em 01 ago 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA. **Lei 6108**. Juiz de Fora: Prefeitura Municipal, 1982. Disponível em:
http://www.jflegis.pjf.mg.gov.br/c_norma.php?chave=0000017606 Acesso em: 01 de agosto de 2016.

_____. **Lei 10777**. Juiz de Fora: Prefeitura Municipal, 2004. Disponível em:
<http://www.jflegis.pjf.mg.gov.br/c_norma.php?chave=0000024593> Acesso em: 01 de agosto de 2016.

REIS, Daniel. **Cidade Imaterial Novas(?)** Configurações sobre o patrimônio na Cidade De Juiz De Fora/Mg. V Seminário Internacional – Políticas Culturais. 2014. Setor de Políticas Culturais – Fundação Casa de Rui Barbosa – Rio de Janeiro – Brasil

VALE, Vanda Arantes. **Juiz de Fora “Manchester Mineira”**. Cambridge. III Encontro da Associação de Estudos Brazilianistas, 1996.

ABRANTES, Andreza Riso. **Tecnologias Digitais como instrumentos de preservação do patrimônio urbano edificado**. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro. 2014.

**Práticas corporais esportivas e de lazer através do Jornal Boletim Informativo:
uma análise do cotidiano**

Priscila Gonçalves Soares

Willian dos Santos Bento

Roberta Trindade Vieira

Resumo:

A pesquisa histórica é o desafio deste trabalho, enveredamos por trilhos históricos que nos levaram a investigar o cotidiano do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de Rio Pomba/MG, nas décadas de 1990 e 2000 em busca de melhor compreensão de como se constituiu a cultura de esporte e lazer nesta Instituição. Esta pesquisa é de caráter inédito e visa buscar, informações sobre quais eram os jornais internos que circulavam na Instituição. Durante os estudos foram encontrados dois jornais que circulavam e retratavam o cotidiano do Instituto o “Boletim Informativo” e “100% Informação”. Foram encontradas matérias que focavam o esporte e o lazer na Instituição entre as décadas de 1990 e 2000 focalizando a importante presença destes no cotidiano escolar podendo ser identificada através das matérias publicadas nestes jornais.

Palavras-chave: Lazer. Esporte. Educação Física Escolar. Jornais.

Abstract:

The historical research is the challenge of this work, we embarked on historic trails that led us to investigate the daily lives of the Federal Institute of Science and Rio Technology Rio Pomba / MG, in the 1990s and 2000s in search of better understanding how to set up the sports culture and leisure in this institution. This research is unprecedented nature and aims to seek information on what were the internal newspapers circulating in the institution. During the studies it was found two newspapers circulating and portrayed the Institute of daily life the 'Boletim Informativo' and '100% Informação'. Materials were found that focused sport and leisure in the institution between the decades of 1990 and 2000 focusing on the important presence of these in school life may be identified through the articles published in these newspapers.

Keywords: Leisure. Sport. School Physical Education. Newspapers

Introdução

O presente trabalho se inicia em julho de 2016, num tempo muito recente para a pesquisa histórica. Esta primeira experiência acadêmica se iniciou a partir da disciplina de História da Educação Física cursada no primeiro período da graduação em Licenciatura em Educação Física.

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016*

Tivemos os primeiros contatos com as pesquisas históricas e conhecemos o Grupo de Estudos de História e Memória da Educação Física (GEHMEF) coordenado pela professora Priscila Gonçalves Soares no Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Campus Rio Pomba; neste grupo a proposta era investigar as práticas corporais que aconteciam neste Instituto ao longo dos anos.

Dialogamos com a coordenadora e demonstramos nosso interesse em participar dessa pesquisa. Assim, iniciou-se a aproximação teórica com textos da área da História, da Educação Física; sobre imprensa, fontes históricas entre muitos outros.

Ao ampliar a leitura no campo da história, começamos a compreender melhor a busca pelos indícios históricos que nos permitiriam identificar as práticas corporais que aconteciam no Instituto Campus Rio Pomba/MG.

Neste sentido, identificamos alguns jornais que circularam no campus e os definimos como fontes para esta pesquisa, estes são o “Boletim Informativo” e “100% Informação”, que são as fontes principais do nosso trabalho.

Desta forma, esta pesquisa trilha as transformações relacionadas há essas décadas (1990 e 2000), com o intuito de analisar esses dois jornais que circularam nesta Instituição em busca de compreender melhor as práticas corporais que eram veiculadas pelos jornais citados. Segundo Maria Helena Bastos (2002, p.152)

a imprensa cria um espaço público através do seu discurso – social e simbólico - agindo como mediador cultural e ideológico privilegiando entre o público e o privado, fixa sentidos, organiza relações e disciplina conflitos. Como um discurso carregado de intenções, constitui verdades, ao incorporar e promover práticas que legitimam e privilegiam alguns conhecimentos em detrimento de outros, produz e divulga saberes que homogeneízam, modelam e disciplinam seu público-leitor.

Nesta trajetória, traçamos como estratégia a investigação inicial da pesquisa a melhor compreender a história da constituição do Campus Rio Pomba e, assim identificamos que em 29 de dezembro de 1956 é criada a Escola Agrícola de Rio Pomba, pela Lei nº 3.092 sendo inaugurada em 16 de agosto de 1962, ficando subordinada primeiramente ao Ministério da Agricultura, em 1967 foi transferida para o Ministério da Educação e Cultura. Criada durante o governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira (JK), período em que se criou o Plano de Metas, que tinha como principal objetivo fazer

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016*

com que o Brasil crescesse “cinquenta anos em cinco”. Esta instituição passou por muitas mudanças até o momento atual.

No dia 29 de fevereiro de 2008 a Lei nº 11892 instituiu a rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais (IFET/SEMG), por meio da integração do Centro Federal de Educação Tecnologia de Rio Pomba/MG, as Escola Agrotécnicas Federal de Barbacena e do Colégio Técnico Universitário de Juiz de Fora/MG. O Centro Federal de Educação Tecnológica de Rio Pomba passa a ser um Campus deste Instituto; configuração atual da Instituição.

Metodologia

Como metodologia, o primeiro passo foi encontrar as cópias dos jornais, sabíamos que existia um pequeno arquivo não organizado e nem sistematizado com um servidor da Instituição. Não foi fácil conseguir acesso aos jornais, entretanto, diante da justificativa da realização da pesquisa conseguimos acesso aos poucos jornais que estavam arquivados com este servidor.

De posse destes jornais coletados, iniciamos um processo de leitura extenuante no qual tínhamos o objetivo de identificar matérias que se relacionassem à pesquisa, após esta etapa agrupamos as matérias em categorias para que pudéssemos iniciar as análises de acordo com a proposta de Bardin (1994) de análise de conteúdo.

Vale citar que buscamos informações sobre pessoas que participaram do momento histórico e viveram o efervescer destes jornais no Instituto. Conseguimos conversar com algumas pessoas de forma informal, até o fechamento deste texto ainda não havíamos conseguido formalizar uma entrevista nos moldes científicos. De qualquer forma, as informações conseguidas nas conversas informais também nos auxiliaram nas análises e busca de dados.

Reiteramos que a escolha de um jornal como objeto de estudo justifica-se por entender-se a imprensa fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social; nega-se, pois, aqui, aquelas perspectivas que a tomam como mero “veículo de informações”, transmissor imparcial e neutro dos

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016*

acontecimentos, nível isolado da realidade político-social na qual se insere. (LUCA apud CAPELATO, 1980).

Análise dos dados

Mediante ao cruzamento de informações identificou-se que os jornais serviam como mais um meio comunicação contribuindo para a redução dos distanciamentos dos espaços físicos do instituto, e aproximando as pessoas e também os setores num momento em que a internet era pouco difundida, e acredita-se que este seja o maior desafio naquele momento: a comunicação.

O jornal “Boletim Informativo” foi o primeiro jornal que surgiu na Instituição, identificamos que as informações eram mais ligadas aos acontecimentos locais com informações que se vinculavam ao próprio Campus. Acreditamos que este foi criado com a função de diminuir a distância física entre os setores do Campus e auxiliar no compartilhamento de informações já que o Instituto apresenta uma grande extensão territorial.

Ao analisar as práticas corporais neste período de 1990 e 2000 no jornal “Boletim Informativo”, identificamos eventos esportivos das diferentes formas e a realização dos jogos estudantis. Havia na Instituição a realização dos JEARES (Jogos Estudantis Agrotécnicos da Região Sudeste), acompanhamos a criação de um grupo de capoeira e o treinamento esportivo das equipes da escola nas modalidades: futsal, vôlei, basquete, futebol e handebol. Havia vários festivais que envolvia os esportes.

Desta forma, identificamos que no jornal “Boletim Informativo” algumas das práticas corporais que estavam presentes neste momento histórico e no cotidiano do Campus Rio Pomba/MG.

Com intenção de compreender mais sobre esta História, pesquisamos outro jornal que foi instituído como substituto do “Boletim Informativo” quando este parou de ser editado e relataremos a seguir como foi à criação do “100% Informação”

O jornal “100% Informação”, com intuito de dar continuidade ao processo de comunicação mantém o propósito de diminuir o espaço entre os setores da Instituição,

mas destaca-se neste uma maior interação entre os professores-alunos e alunos-professores.

Com uma maior abertura esse novo jornal permite a contribuição da comunidade externa ao Campus, assim o jornal caiu na ‘graça’ das pessoas, pois era uma combinação de informação ao leitor, mas também tinha suas colunas de interação e divertimento, com piadas, poesias, notícias, os aniversários eram divulgados, enfim os conteúdos eram muito diversificados.

A ampliação do conceito em relação ao jornal anterior foi bem ampla, a mudança no layout, na distribuição das notícias em cada sessão, identificamos uma padronização mais acirrada nas edições; nos parece que este foi um jornal mais elaborado apresentando, inclusive, um sumário para orientação para o leitor.

Um diferencial muito interessante neste jornal era a participação dos alunos, esses gostavam de colaborar, ajudavam na elaboração do jornal e o utilizavam para mandar recados para os professores, fazer caricaturas dos mesmos e, também mandavam recados entre alunos. Sem perder o foco nas práticas corporais, analisamos que neste período ela foi mais desenvolvida em relação a momentos anteriores.

No que visa nosso objetivo de pesquisa, analisamos uma diversidade muito grande de práticas corporais no Campus e na cidade, foi instituído naquele momento em agosto de 1998, o Setor de Esporte, Lazer e Artes (SELA), sendo uma incorporação do setor de atividades artísticas e culturais (SAAC), ao setor de esporte e lazer. É nessa nova configuração do Campus, naquele momento em escola Agrotécnica Federal, que nos permite identificar a ênfase nas práticas corporais das décadas em questão, era uma variedade esplendida de atividades.

Com a criação do SELA (Setor de Esporte, Lazer e Artes), todas essas informações ficaram mais acessíveis aos alunos, professores e funcionários, pois todo evento de ‘natureza corporal’ eram publicados nessa seção, sendo assim, todos já tinham um segmento quando o interesse no jornal era as práticas corporais.

Com a junção entre os setores, veio à criação de um Grupo de Pagode, que realizava apresentações por toda cidade e, em eventos esportivos realizados na Escola Agrotécnica.

Neste contexto, valoriza-se mais praticas como o Torneio Intercalasse e Interseries nas modalidades esportivas, xadrez, futebol de campo, futsal, handebol, basquete, entre outras.

Chamou nossa atenção durante a pesquisa as práticas corporais no “100% Informação”, a participação da equipe de futsal da Escola Agrotécnica na Copa Panorama de Futsal no ano de 2000. A equipe foi convidada para representar a cidade na competição, com uma equipe pouca experiente realizou vários jogos amistosos de preparação para o torneio. A equipe de futsal, já havia conquistado anos antes em outubro de 1998, na cidade de Belo Horizonte os títulos de Campeão Regional e Vicecampeã Nacional na categoria juvenil, mostrando que tinha todos os seus méritos para ser uma equipe escolhida para representar o seu município.

Considerações Finais

Com um layout mais caracterizado, o jornal “Boletim Informativo” tinha o padrão mais formal se comparado com “100 Informação”, as informações divulgadas versavam sobre o cotidiano escolar, afastamento de professores, mudanças de departamentos, entre outras.

Esta pesquisa procurou identificar, através dos jornais “Boletim Informativo” e “100% Informação” as práticas corporais que fizeram parte do cotidiano do Campus Rio Pomna/MG entre as décadas de 1990 a 2000.

Nossa pesquisa, portanto, de caráter inédito, procurou buscar informações exclusivamente através desses jornais, por serem os meios de comunicação vigente no Campus no momento histórico investigado.

Consideramos que as práticas corporais eram peças chaves dessa Instituição no que se refere aos achados nos jornais, tanto em volume quanto em significância, caracterizado por práticas esportivas, de lazer, de cultura e de entretenimento que cerceavam o cotidiano escolar.

Referências

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1994.

BASTOS, Maria Helena Câmara. *Espelho de papel: a imprensa e a história da educação*. In: Novos temas em história da educação brasileira. Instituições escolares e educação na imprensa. Campinas/Uberlândia. Autores Associados/ EDUFU, 2002.

FARIA FILHO, Luciano Mendes. *O jornal e outras fontes para a história da educação mineira do século XIX: uma introdução*. In: Novos temas em história da educação brasileira. Instituições escolares e educação na imprensa. Campinas/Uberlândia. Autores Associados/ EDUFU, 2002.

Instituto Federal de Ciência e Tecnologia Campus Rio Pomba. Disponível em <http://www.riopomba.ifsudestemg.edu.br/portal/index.php> . Acesso em 22 de Out. 2016.

LUCA, Tânia Regina de. *História dos, nos e por meio dos periódicos*. In: PINSKY, C. B. (Org.). Fontes Históricas, 2 ed. São Paulo: Contexto, 2006.

SOARES, Priscila Gonçalves; CUNHA JUNIOR Carlos F. F. *As práticas corporais no contexto da modernidade em Juiz de Fora/MG (1880-1930)*. In: Anais do V Congresso Brasileiro de História da Educação. Universidade Federal de Sergipe, Aracajú, p.209. 2008.

SOARES, Priscila Gonçalves. *Práticas Corporais e Diversão em Juiz de Fora/MG: O discurso do Jornal O Pharol (1876 – 1915)*. 2010. 135f. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora/MG. 2010

Terrorismo no século XXI: um marco para a nova história mundial

Jéssica Castro¹

“O tempo não espera por ninguém.
Ontem é história.
O amanhã é um mistério, o hoje é uma dádiva,
por isso é chamado de presente”.
(Adalberto Godoy)

Resumo:

O presente artigo tem como objetivo analisar a “era do terrorismo” iniciada no século XXI e que tem marcado a nova conjuntura mundial. Posteriormente, discutiremos sobre a origem do termo terrorismo, e as suas ocorrências ao longo da história, demonstrando que não é um fato iniciado e exclusivo da atualidade. Destacaremos, em seguida, o marco traumático tomando como referência a essa nova “era do terrorismo”, o atentado realizado no Estados Unidos da América em 11 de setembro de 2001, na torres gêmeas de World Trade Center. Apontando para a atual situação do terrorismo no Oriente Médio e Europa e as imigrações que tem modificado a geografia mundial, e poderá causar mudanças significativas no futuro. Por fim, à guisa de conclusão, apontaremos que essa onda terrorista é um marco fundamental para uma “história do tempo presente” que vem sendo negligenciada por parte dos historiadores.

Palavras-chave: Terrorismo, “11 de setembro”, História, “tempo presente”, memória.

Abstract:

This article aims to analyze the "age of terror" started in the twenty-first century and that has marked the new world situation. Later, we will discuss about the origin of the term terrorism, and its occurrences throughout history, demonstrating that it is not a fact initiated and current unique. Highlight, then the traumatic March with reference to this new "age of terrorism", the attack carried out in the United States on September 11, 2001, the twin towers of World Trade Center. Pointing to the current terrorism situation in the Middle East and Europe and the immigration that has changed the world geography, and can cause significant changes in the future. Finally, in conclusion, we will point out that this terrorist wave is a key milestone for a "history of the present time" that has been neglected by historians.

Keywords: Terrorism, "September 11," History, "this time," memory.

Introdução:

Escrever a história do seu próprio tempo sempre foi vista com desconfiança por parte dos historiadores. Apesar dessa suspeita ter sido reduzida nas últimas décadas, ela

¹ Graduanda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), e bolsista de Iniciação Científica pelo Cnpq, analisando as origens do nacionalismo na República brasileira (1922-1937).

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

ainda se mantém forte, relegando a “história do tempo presente” como algo secundário. Não é difícil a um estudante da graduação, ver seus sonhos frustrados ao querer escrever a história do Século XX, pelo simples motivo de não ser considerado História. Quem decide que História seria só do século XIX para trás? Então, o campo da História se constitui somente no passado? Essas questões precisam ser revisadas e realocadas, uma vez que, as demandas sociais estão gritando, e cabe ao historiador assumir o seu papel, deixando de estar em uma caixinha dos sonhos do passado e se envolver em questões do seu próprio presente.

A História do Tempo Presente é uma subdivisão da História Contemporânea que abrange os períodos mais recentes. Esse desdém pela escrita da história do presente advém da consolidação da história como disciplina científica no século XIX, com a necessidade de garantir o campo de trabalho por parte dos historiadores há uma ruptura entre passado e presente, a função da História passa a ser de uma interprete do passado, como destacado por Marieta Ferreira:

Assim, só o recuo no tempo poderia garantir uma distância crítica, se acredita que a competência do historiador devia-se ao fato de que somente ele poderia interpretar os traços materiais do passado, seu trabalho não poderia começar verdadeiramente se não existisse testemunhos vivos dos mundos estudados. (FERREIRA, 2000, p. 2)

Escrever a história do presente é considerado um ato perigoso, pois esbarramos com a ausência de um recuo temporal que iria nos garantir certa imparcialidade sobre o fato. Porém, Hobsbawm (1995) alerta que por mais longo que seja o recuo temporal do historiador ele ainda sim vai ter o olhar focado no seu tempo, a própria vivência pessoal molda a forma com que vemos o mundo.

No início do século XX presenciou-se uma grande mudança historiográfica com a Escola dos Annales em 1929, questionando a hegemonia da história política, a valorização do social e econômico, o estudo das estruturas e da longa duração, com novos temas e novas fontes, acabou por desqualificando as iniciativas individuais e os relatos pessoais. Segundo Ferreira (2000) essa nova forma de fazer história não alterou a relação com a história do tempo presente, o contemporâneo continuava a ser visto como matéria das ciências sociais ou de outras áreas da humanas, mas não da história, a história do tempo presente continuava a sofrer questionamentos acerca da sua legitimidade.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

Entretanto, com novos avanços realizados na historiografia nos anos de 1970, com a expansão e os debates a cerca da memória, a valorização dos testemunhos diretos, da história oral e das experiências individuais, acabaram por criar uma atmosfera nova para os estudos dos períodos recentes. Quebrando cada vez mais as antigas resistências e preconceitos por esse tipo de escrita da história. Para Chaveu e Tétart (1990) foram três os fatores que contribuíram para a expansão do tempo presente: primeiro, o retorno de uma nova roupagem da história política. Segundo, teria sido o impacto de uma nova geração, e por fim, a demanda social após a Segunda Grande Guerra. A história sobre o presente tem sido cada vez mais visitada, pelo reconhecimento de sua importância na atualidade e principalmente com a abertura de novos arquivos (FICO, 2012). Sem dúvida nenhuma, ainda existem uma série de preconceitos sobre esse tipo de escrita, que vem sendo quebrado gradualmente.

O trabalho do historiador do presente não deixa de ser exercido com menos rigor que o trabalho do historiador que se volta para o passado. É importante termos essas questões em mente para a possibilidade cada vez maior do diálogo com a história do tempo presente. O apego a marcos histórico tem sido cada vez mais questionado nessa escrita. Afinal de contas tudo é válido? Posso escrever sobre o que aconteceu ontem como uma análise histórica? Outro problema enfrentado é sobre a documentação, temos um imenso repertório para ser utilizado, dificultando a escolha e seleção do historiador. A meu ver, como em qualquer outra historiografia irá existir lacunas e problemas, cabe a nós, enquanto historiadores enfrenta-los e nos propor as demandas sociais e os desafios, a guardar nossos preconceitos sobre a escrita do que nos é contemporâneo.

Dessa fora, o presente artigo procura inserir-se nesse arcabouço teórico, analisando se de fato 11 de setembro de 2001, iniciou uma nova era, e um marco na memória da sociedade. Faz-se necessário analisar após 15 anos desse acontecimento, para refletirmos com maior clareza sobre seu significado e suas consequências para entendemos uma onda terrorista que tem assolado os primeiros anos do século XXI e as transformações mundiais para a história do “tempo presente”. Visando a realização desta reflexão, pretendemos realizar uma contextualização sobre esse evento traumático, o terrorismo e apontar para seu surgimento histórico e sua implicância nos dias atuais.

1) O Terrorismo na História

Ao analisarmos o conceito de terrorismo nos deparamos com um problema, o que pensamos quando falamos em terrorismo? São homens orientais ameaçando a paz e a ordem do ocidente? Um fundamentalismo religioso centrado no Islã? Infelizmente temos uma visão muito estereotipada, e uma falta de definição precisa do termo. Assim, entendemos a necessidade de conceituarmos o terrorismo na sua complexidade e ambiguidade de formas, com um discurso crítico que possa contribuir para problematizar um pensamento dicotômico de Ocidente versus Oriente, cristãos versus muçulmanos, bem versus o mal ou justo versus injusto.

Portelli (2006) defende que o papel do historiador diante desses eventos é o cuidado para não entrar na dramaticidade dos acontecimentos, o pesquisador deve investigar as chamadas áreas cinzentas² da história, não sendo o dualismo entre bem e mal, vilões e mocinhos. Seria um jogo muito mais complexo, cabendo ao historiador parar, respirar fundo e voltar a pensar, para aí sim, contribuir para uma análise mais refinada sobre o debate.

Pensando sobre essa perspectiva a contextualização do que seria o terrorismo se torna crucial em nossa análise. Deparamo-nos diariamente com uma série de bombardeios de notícias sobre ataques terroristas em varias regiões do mundo. A sensação é que o século XXI será marcado por uma “era do terror”, aumentado à insegurança da população e o sentimento de vulnerabilidade. Contudo, Mazetto³ defende que atos de terror estão presentes desde o inicio da história, com a fundação do Império Romano, na Santa Inquisição da Idade Média, no “descobrimento” das Américas, até o assassinato de líderes no decorrer do século XX. Carvalho⁴ argumenta que o terrorismo se originou no século I

² Termo usado originalmente como “Zona cinzenta” em: LEVI, Primo. *Os afogados e os sobreviventes: os delitos, os castigos, as penas, as impunidades*. Ed. 3. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016. Exemplificando que a história é mais complexa do que a simples dicotomia entre o bem e o mal, que existe áreas cinzentas que cabe ao historiador investigar.

³ MAZETTO, Francisco de Assis Penteado. O Terrorismo na História. Professor adjunto do Departamento de Geociências, Instituto de Ciências Humanas e Letras- UFJF. *Defesa UFJF*. Disponível em: <<http://www.ecsbdefesa.com.br/fts/Terrorismo.pdf>>. Acesso em: 24 jun. 2016.

⁴CARVALHO, Leandro. Origens do Terrorismo. *Brasil Escola*. Disponível em <<http://brasilecola.uol.com.br/historia/terrorismo.htm>>. Acesso em 22 de jun. 2016.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
 ISSN: 2317-0468
 17 a 21 de outubro de 2016

d. C com registros de judeus radicais que atacavam cidadãos considerados a favor do domínio romano.

O conceito de terrorismo no sentido que entendemos nos dias atuais, surgiu com a Revolução Francesa, caracterizando pela violência e as execuções realizadas pelos revolucionários para enfrentar o sistema vigente. Segundo Coggiola⁵ o termo apareceu pela primeira vez em 1798 no Dicionário da Academia Francesa para caracterizar o extermínio de pessoas de oposição ao regime e a violência promovida pelo governo. O terrorismo moderno tem sua origem no século XX com grupos anarquistas que viam no Estado seu principal inimigo. Assim, houve uma expansão de grupos que optaram pelo terrorismo como uma forma de luta.

Podemos identificar como principal época em que e vigorou o terror no mundo contemporâneo as duas grandes guerras mundiais. Em 1914 o mundo assistiu estupefata a eclosão de uma guerra que acabou por evidenciar o terror na população e um começo de uma nova era, com o fim da Belle époque e da crença de um modelo europeu. Com a segunda Guerra mundial o terror teve um espaço muito mais amplo de atuação, o nazifascismo europeu acabou por colocar em evidência uma ação terrorista de perseguição em massa. Na própria Rússia comunista um sistema muito bem arquitetado de terror foi montado pelos poderes governantes. No Brasil, temos o exemplo da ditadura civil militar, que acabou por aterrorizar a população com seus meios nada tradicionais de repressão. Isso evidencia que o terrorismo parte não só de indivíduos ou grupos, ele parte e tem se caracterizado como um domínio do Estado.

Em um levantamento realizado na cidade de Juiz de Fora, com pessoas entre 20 a 45 anos de idade, cursando o ensino superior, perguntamos se elas sabiam o que seria terrorismo e como elas próprias o definiam. 6 % dos entrevistados responderam que não sabiam, 62 % dos entrevistados definiram terrorismo como um atentado de grupos extremistas ligados a violência e ao terror, principalmente por motivos políticos, 24 % responderam que terrorismo estava vinculado a questões puramente religiosas e a grupos extremistas, palavras como intolerância ao próximo, medo, terror tanto social como psicológico, e islamismo apareceu com certa frequência ao longo da entrevista. Apenas 8

⁵COGGIOLA, Osvaldo. Dois séculos de terrorismo. *História Viva*. Disponível em: < http://www2.uol.com.br/historiaviva/reportagens/dois_seculos_de_terrorismo_imprimir.html >. Acesso em: 22 jun. 2016.

% dos entrevistados responderam que terrorismo pode ser praticado pelo Estado e não somente por grupos extremistas.

Outra pergunta foi sobre qual seria o atentado terrorista que elas tinham conhecimento, sendo que 100% dos entrevistados responderam sobre o atentado de 11 de setembro de 2001 no EUA. Número significativo dos entrevistados fez menção aos atentados realizados recentemente na Europa, como os ocorridos na cidade de Paris e do jornal francês [Charlie Hebdo](#), 10% dos entrevistados ligaram a atentados islâmicos, 8% mencionaram os atentados realizados na África, 50% destacam os atentados em outras regiões do mundo como na Bélgica, Canadá, Madri e Bruxelas. Apareceram respostas como a Ditadura Civil-Militar brasileira, a inquisição e o extermínio de povos indígenas, essas em menor numero. Somente uma pessoa entre os entrevistados respondeu sobre o ataque as cidades de Hiroshima Nagasaki na Segunda Guerra Mundial.

Sobre esses dados cabem algumas constatações. De acordo com as estatísticas oficiais o numero de mortos nos ataques de 11 de setembro é de 3278 pessoas⁶. Em contrapartida o ato terrorista inédito em 6 de agosto de 1945, com o bombardeio norte-americano sobre a cidade japonesa de Hiroshima lançou a primeira bomba atômica da história, que matou de imediato 140 mil pessoas e continua tendo consequências desastrosas para a população até os dias atuais. Oficialmente um total de 242437 mortos são apontados devido ao atentado norte-americano em Hiroshima, na cidade de Nagasaki o numero de mortos é de cerca de 140 mil. Atentado que não possui nenhuma ligação com fanatismo do islamismo. É curioso pensarmos nessas características uma vez que os atentados com as bombas atômicas foram mencionados na entrevista por somente uma pessoa. Não é nosso objetivo relativizar a importância de um número de mortos em relação ao outro, toda forma de atentado é horrível e isso é um fato. Mas, chamamos a atenção como o conceito de terrorismo foi vulgarizado, muito pela mídia, que ajudou a propugnar o conceito ao “outro”, a grupos militares irregulares e não ao Estado.

Coggiola⁷ entende que o terrorismo de hoje atua em um sentido muito mais amplo do que ocorria no passado, fato preocupante é o acesso desses terroristas a armas de

⁶ Dados extraídos: REUTERS. Número de mortos nos ataques de 11 de setembro é de 3.278. *Folha Online-UOL*. Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/folha/reuters/ult112u9396.shtml>. Acesso 22 jun.2016.

⁷ COGGIOLA, Osvaldo. Dois séculos de terrorismo. *História Viva*. Disponível em: <http://www2.uol.com.br/historiaviva/reportagens/dois_seculos_de_terrorismo_imprimir.html>. Acesso em: 22 jun. 2016.

destruição em massa. O autor destaca que nos últimos anos foram listados diversos movimentos terroristas, tanto fruto de disputas separatistas, religiosas, geográficas e por outras motivações. O terrorismo escolhe suas vítimas por alguma característica específica como religião, cor, etnia. Ou pode simplesmente realizar uma seleção sistemática dos inocentes, visando alcançar a maior visibilidade possível. (Saint-Pierre, 2015, p. 7).

Seixas (2008) caracteriza esse novo terrorismo, como “terrorismo transnacional” onde a tecnologia está colocada nas mãos de poderes destrutivos, que usa a internet como meio de comunicação e arma de combate. Para a autora a ligação do terrorismo a um viés religioso tem a ver com as representações do Ocidente a uma ligação do terrorismo do Islã. Não podemos e nem devemos realizar uma ligação do terrorismo ao um simples teor religioso, existem vários tipos de terrorismo seja cristão, islâmico, hindu, sionista, estalinista e neoliberal.

1.2) Em busca de uma definição de terrorismo

Podemos perceber durante a realização desse trabalho que várias são as definições que aparecem sobre o conceito de terrorismo, o que mostra uma multiplicidade de análises e uma dificuldade de encontrar uma definição universal do que seria esse extremismo. No dicionário Aurélio terrorismo aparece como “um modo de coagir, ameaçar, influenciar outras pessoas, ou impor-lhe a vontade pelo uso sistemático do terror”, como uma “forma de ação política que combate o poder estabelecido mediante o emprego da violência”. Alguns pesquisadores como Laqueur (1999) considera que o terrorismo é o uso da violência por um grupo para alcançar fins políticos, normalmente contra um governo, raça, classe, religião ou movimento político. Para Saint-Pierre (2015) o terrorismo seria uma forma de violência, visando alcançar o âmbito psicológico do indivíduo, tendo por objetivo produzir uma reação de pavor, terror e medo, um ato social de relação de força. Seixas (2008) acredita no terrorismo como uma construção social, que é sempre socialmente situada e politicamente motivada.

A origem da palavra terrorismo está ligada com as palavras tremer e amedrontar. Vem sendo popularmente definida como um ato criminoso que faz uso da violência. Entretanto, o conceito vem sendo impreciso e não engloba as especificidades do termo. O perigo está

em definir qualquer ato como terrorismo, entrando em um emaranhado sem volta. Para Saint-Pierre (2015) acabamos por trivializar e vulgarizar o conceito de terrorismo, sendo rotulado para classificar qualquer oposição adversa. O que presenciamos nos dias atuais é uma impossibilidade de uma definição universal e satisfatória sobre o tema. Defendemos que por essa abrangência do termo o terrorismo possui uma multiplicidade de formas e uma série de características seja no nível tático, estratégico, político, individual, grupal, estatal, nacional, transnacional, sistemático, aleatório, que se organiza no âmbito do Estado ou de grupos organizados.

O objetivo visado pelas ações terroristas seria de provocar o maior dano possível, de promover terror, pavor, medo e sensação extrema de vulnerabilidade. Seu objetivo político segundo Saint-Pierre, seria a desestabilização do poder amedrontando a população e não a sua tomada, pois tais grupos sabem da inviabilidade de tal fato. Suas vítimas seriam tanto as que tiveram a sua vida usurpada pela ação, como aqueles indivíduos que sobreviveram ao atentado. A imposição desse terror sobre a população passou a ser um recurso não somente de grupos radicais, mas também de governos para fins de seus objetivos políticos.

Outra dificuldade que encontramos de definir de maneira satisfatória o conceito de terrorismo é o sentido pejorativo que vem sendo acompanhado por um julgamento de valor, o terrorista é sempre o “outro”. (Saint-Pierre, 2015). É preciso refinar cada vez mais o debate acerca da ação do terrorismo, concordamos com os debates que o aponta como com uma forma de violência, visando alcançar o âmbito psicológico do indivíduo, tendo por objetivo produzir uma reação de pavor, uma construção social motivada prioritariamente por motivos políticos, que ocorrem tanto no âmbito do Estado, grupos organizados e indivíduos. O terrorismo surge na intolerância, na diferença com o “outro” do não conhecer e o não respeitar. De uma forma deturpada de conseguir seus objetivos pela vida do próximo.

2) **“11 de setembro: um marco na história, um marco na memória”**

O “11 de setembro” foi como ficou conhecido o ataque às torres gêmeas em Nova Iorque no Estados Unidos da América, em 11 de setembro de 2001. O atentado iniciou-se com o

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016*

sequestro de quatro aviões comerciais de grande porte, que foram conduzidos a alvos específicos. Porém, um dos aviões não conseguiu alcançar a missão, que seria lançado em algum ponto de Washington, possivelmente a Casa Branca. Os alvos dos ataques foram o prédio do Pentágono e o complexo predial World Trade Center. De acordo com estatísticas oficiais os números de mortos e desaparecidos chegaram a 3278 pessoas. A responsabilidade dos atentados terroristas foram direcionados a organização terrorista internacional **Al-Qaeda**, à época sob liderança do saudita Osama Bin Laden. O “11 de setembro” significou um evento altamente simbólico e um novo rumo para o mundo de uma forma geral.

Frente a tais acontecimentos, a resposta do governo norte-americano através do Presidente Republicano George W. Bush pautou-se pela chamada “Doutrina Bush”, que propugnava uma postura externa ofensiva, com o uso da força de forma preventiva para neutralizar ameaças futuras. Com a fatídica frase escarrada ao mundo: “a guerra contra o terrorismo” “aquele país que não se comprometera com essa guerra será considerado inimigo e combatido até a morte”.

Para Coggiola⁸ após o fim da União Soviética e do “comunismo” o EUA acabou por visualizar o ataque de 11 de setembro como a chance de um novo perigo global que justificasse seu intervencionismo global, foi a manutenção dos “policias do mundo”. Seixas (2008), afirma que cabe ao ocidente não se envergar a uma leitura monolítica do terrorismo, do poder hegemônico das superpotências que se asseguram em uma posição central na geopolítica. As ações dos norte-americanos assim como as da mídia acabaram por vulgarizar o conceito de terrorismo que foi empregado como rótulo a qualquer posição adversa e contrária aos interesses do Estados Unidos. (Sainte-Pierre, 2015)

Entendemos que enquanto historiadores é importante olharmos para qualquer história, seja dos vencidos ou dos vencedores, não de forma acrítica, com a naturalização dos testemunhos como se representassem uma “verdade absoluta”. O cuidado tem que ser redobrado com um discurso que aponta os EUA como única vítima do ataque terrorista do “11 de setembro”. Ou com visões estereotipadas que explica a origem do terrorismo em um fundamentalismo islâmico, não entendemos a cultura do “outro” e achamos viável

⁸ COGGIOLA, Osvaldo. Dois séculos de terrorismo. *História Viva*. Disponível em: < http://www2.uol.com.br/historiaviva/reportagens/dois_seculos_de_terrorismo_imprimir.html >. Acesso em: 22 jun. 2016.

o julgamento, ao invés de promover uma discussão e refinar o debate sobre um possível encontro entre o oriente e o ocidente. Infelizmente Árabe virou sinônimos de terrorista, oriente um campo minado de homens bombas irracionais que fazem isso por uma crença. Mas, não nos preocupamos que crença é essa, se esse ato possui mesmo um viés religioso ou não, optamos por julgar. Em reconhecer no “outro” o terrorista.

Carlos Fico (2013) defende que há uma série de dificuldades enfrentada pelo historiador em relação a eventos traumáticos, questões extremamente delicadas como o do tratamento das memórias daqueles que vivenciaram tal acontecimento. A própria proximidade dos acontecimentos narrados com o historiador torna-se motivo de contestação, por uma falta de recuo temporal e um suposto julgamento de valor que inflamaria a mente do pesquisador. Para Fico, a história não seria necessariamente capaz de elaborar a solução do trauma, esse papel está posto sobre a memória, esses eventos ligados ao trauma teriam essa missão de constante rememoração através da memória. Entendemos que compreender o passado não significa justificá-lo e sim compreendê-lo.

Assegurar o passado não se torna menos arriscado do que assegurar o futuro, em tempos que o clamor midiático constrói, desfaz e remodela as memórias da sociedade. Esses meios de comunicação não são neutros e cabe ao pesquisador criar um discurso em torno de determinadas notícias e acontecimentos. No dia 11 de setembro de 2001, a programação da televisão simplesmente parou, todos os canais noticiavam o ato de terror que parou o mundo. “Tinha seis anos na época, estava sentada na sala brincando de lego, minha mãe parada na frente do sofá com a mão no coração horrorizada, pela minha pouca idade não tinha uma compreensão do que aquilo significava, mas quando olhei para a TV e vi as imagens do avião colidindo com aqueles prédios enormes, sabia que era algo importante”.

Desde então nunca esqueci aquele dia, e não sou a única, em um levantamento rápido com 50 pessoas de diferentes idades, quando se realiza a pergunta: “Você se lembra do que estava fazendo quando recebeu a notícia dos atentados do dia 11 de setembro de 2001?” As repostas são quase unânimes, as descrições vem recheadas de detalhes, exemplifica um entrevistado: “ Eu trabalhava em uma multinacional americana, e quando estava acontecendo o ataque, vimos nas televisões da empresa o segundo avião chocando com a torre.” Outro entrevistado que tinha apenas 5 anos na época ressalta; “Eu estava

assistindo a transformação do Goku em super saiyan 3, logo após veio o plantão da globo, interrompendo a transmissão, fiquei triste na hora, mas foi pelo episódio que parou de passar, felizmente ele foi transmitido no outro dia. Hoje já tenho noção do que houve naquele dia, lamento por todas as vítimas e familiares.” Não podemos negar que de uma forma até complexa esse dia marcou cada indivíduo de uma forma estranha.

Para o historiador Henry Rousso (2006) memória é uma construção social que embora vivenciada por uma coletividade, cada um apropria-se da sua maneira. “A memória é sempre transitória, notoriamente não confiável e passível de esquecimento; em suma, ela é humana e social”⁹. Nas últimas décadas tivemos cada vez mais uma emergência em torno da memória, apontamos dois motivos fundamentais para tal fato: primeiro, uma constante rememoração midiática sobre determinados temas, estampados nas capas de revistas e jornais diariamente em detrimento de outros. Segundo, um anseio por uma rememoração total da própria sociedade, que por medo de que determinados acontecimentos caiam no esquecimento anseiam nunca esquecer. A sociedade deseja cada vez mais a memória de Funnes como descrito por Jorge Luiz Borges, mas esquecem de teorizar sobre aquilo que estão lembrando.

A memória em torno do “11 de setembro”, será como já é, um campo de disputa de memórias, tanto do governo do Estados Unidos, dos familiares das vítimas que tiveram seus entes queridos arrancados de forma dolorosa, dos cidadãos americanos que presenciaram os acontecimentos de forma estarecida e ao resto do mundo, que viu “a potência” sendo atacada. Podemos discorrer que talvez esse dia em específico tenha ficado na memória das pessoas por além de ser um acontecimento traumático, que o trauma e a violência ganharam prepotência, por ser no Estados Unidos, até então algo inquestionável. O traço marcante da memória dia 11 de setembro de 2001, não é simplesmente o trauma e a violência, pois já presenciamos outros acontecimentos com maiores magnitudes em número de vítimas. Mas a frustração de esperanças, de desamparo, de vulnerabilidade da superpotência mundial não poder proteger seus cidadãos dentro de suas próprias fronteiras. “A vítima estratégica não são os três ou quatro mil mortos caídos

⁹ HUYSSSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000. p. 37.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

no atentado, mais os milhões de norte americanos que ficaram vivos e aterrorizados”¹⁰. O terrorismo teria alcançado seu objetivo de desestabilização, porém a um custo altíssimo.

3) O Terrorismo e as Migrações

Sem dúvida nenhuma o “Fim da História” foi diagnosticado de maneira um tanto prematura. O século XXI logo em seu primeiro ano presenciou um acontecimento que acabou por definir os anos posteriores do novo século. O terrorismo é uma realidade, e uma realidade bem triste que vem afligindo a população de diversas regiões do mundo. O Ocidente parece renegar sua parcela de culpa e ver no “outro” o inimigo terrorista independente do que isso signifique. O Oriente por sua vez, diz que as causas são muito mais políticas do que religiosas. Que esse extremismo religioso não condiz com suas crenças, mas ao mesmo tempo renega de certa forma uma solução viável.

Com os atentados de 11 de setembro as migrações passaram a ser vistas com um olhar de insegurança principalmente por causa do terrorismo, basta observar as modificações e as novas formas de restrições impostas como, por exemplo, no Estados Unidos que reformulou seu sistema de segurança em aeroportos de todo o país, motivados segundo um discurso de proteger o país de novos ataques. Mas, quantas legítimas defesas poderemos alegar na história?

Recentemente a crise dos refugiados na Europa tornou-se um exemplo clássico dos efeitos dessa migração, entre os vários motivos que levaram a saída dessas pessoas de seus países, como a pobreza, repressão política e religiosa, guerra, ou mesmo por uma melhor oportunidade de vida em países mais desenvolvidos, o terrorismo possa ser visto como chave nessa situação. Mesmo com as condições econômicas da Europa não estar passando pelos seus melhores momentos, muitas pessoas resolveram arriscar suas vidas.

Os principais motores dessas imigrações podem ser relacionados às conjunturas internas dos países de origem dessas pessoas. A Síria sofre uma guerra civil lastimável

¹⁰ SAINT-PIERRE, Héctor Luís. 11 de setembro: do terror à injustificada arbitrariedade e o terrorismo de Estado. *SciELO*. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782015000100009> Acesso em: 24 jun. 2016. p. 12

que matou mais de 250 mil pessoas além do presente envolvimento do Estado Islâmico. O Afeganistão foi invadido após os atentados de 2001, antes disso, o país encontrava-se sob o domínio do grupo radical denominado Talibã, que lutou constantemente ao longo dos anos contra tropas americanas. Desde então mais de 150 mil pessoas morreram. O Iraque também foi alvo de invasão dos americanos, sob a acusação de possuírem armas de destruição em massa. O embate entre os xiitas e sunitas acabou criando uma marginalização que fez com que parte dos sunitas iraquianos começasse a se aproximar do Estado Islâmico. O país já registrou quase um terço de todos os mortos do mundo em atentados terroristas. Na Líbia, houve o levante popular conhecido como “Primavera árabe” que depôs o ditador Muamma Kadhafi que estava no controle do governo há 42 anos, desde então o país sofre uma forte instabilidade. Com essa brecha de instabilidade o Estado Islâmico se apoderou de vastos territórios, assumindo uma série de ataques e abusos incluindo a decapitação de cristãos.

Os principais destinos dos imigrantes são Alemanha, Suécia, França e Inglaterra, de acordo com o relatório da ONU, no ano de 2015 a Europa recebeu mais de um milhão de refugiados imigrantes. Centenas de pessoas morreram tentando realizar a travessia clandestina, traficantes de pessoas chegam a cobrar um preço absurdo para realizar a viagem pelo mar em condições precárias. Não é surpresa noticiários de TV trazendo os naufrágios frequentes da tentativa de chegar a Europa. De acordo com dados da ONU o número de mortos já chega a 3 mil pessoas. Essa migração desenfreada não pode ser vista como um simples problema da Europa, mas sim, um problema do mundo todo.

Vivemos no contato direto com um aglomerado de informações e notícias sobre catástrofes humanitárias distantes. A mídia o tempo todo traz informações sobre atentados em várias partes do mundo e o que no vem à cabeça é a fatídica frase “mais um atentado na Síria”. Entretanto, nem todas as imagens são iguais, algumas ficam guardadas na memória e tocam o expectador de uma forma expressiva. Acaba por individualizar a tragédia em um único acontecimento. É o caso da foto do menino sírio de três anos Aylan Kurdi que morreu afogado no mediterrâneo e foi encontrado na costa da Turquia, que acabou por provocar reações de emoções intensas e mudar o debate político em torno da política de refugiados na Europa. Peters (2016) defende que a agenda jornalística e os telespectadores cujas sensibilidades foram moldadas por tal agenda, parecem sofrer de

episódios localizados. Quando se fala que mais de 3 mil pessoas morreram tentando chegar na Europa, são números que pouco tocam o espectador por ser diariamente exposto a esse tipo de notícia. Mas, quando a onda de refugiados ganha uma história pessoal, as pessoas se identificam e acabam se colocando no lugar do outro: “poderia ser meu filho”, “poderia ser meu irmão”.

Segundo Costa (2015), em boa medida o Ocidente está colhendo o que plantou, para ele, o mundo está apenas começando a sentir uma das maiores catástrofes do século XXI. O pesquisador argumenta:

Os 70 mil a cruzar o Mediterrâneo em 2013 saltaram para 219 mil em 2014, sem contar os 3 mil mortos na travessia e 533,6 mil de janeiro a 1º de outubro de 2015, com mais 2,9 mil vidas perdidas. Continuam a chegar ao ritmo de 4 mil a 6 mil por dia, que pode levar o total de 2015 para mais de 1 milhão. (Costa, 2015. p. 7).

Para Costa criou-se um patético jogo de empurra desses refugiados entre os países europeus. Em meio a esse aglomerado de acontecimentos ocorreu o aumento da radicalização dos imigrantes mulçumanos graças á presença de redes extremistas que acabaram por entrar no continente europeu desde a Segunda Guerra mundial, que encontraram um ambiente de liberdade religiosa e estabeleceram as primeiras ramificações de organizações radicais.

Poderíamos citar dezenas de outros casos de terrorismo como os atentando em Paris no dia 15 de novembro de 2015 nas imediações do Stade de France, no qual ocorria uma partida de futebol, ocasionando na morte de 89 pessoas. Além do relato de tiroteios em diferentes regiões da cidade. Ou os ataques no aeroporto e metro em Bruxelas em 22 de março de 2016, que estilhaçou a vida de inúmeras pessoas. E vários outros atentados que não conseguimos acompanhar devido a um banho midiático de notícias. De acordo com Costa (2015), esses ataques são a continuação de um processo maior iniciado em 11 de setembro de 2001.

Costa defende que o que temos que ter em mente, principalmente os que defendem uma política anti-imigração é que há uma diferença entre islamistas e islâmicos. Não podemos cair no erro da generalização e olhar para a cultura do Oriente como sinônimo de terrorismo. Esses atentados além de terem um teor trágico matando inocentes que nada tem a ver com as disputas que estão em jogo. São em grande parte consequências de uma

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016*

política má sucedida e incapaz de lidar com as diferenças culturais do outro. Não excluimos o extremismo e o radicalismo de algumas vertentes islâmicas, nosso papel em frente a essas demandas é problematizar para refinar o debate em torno de tais questões.

Considerações finais:

Á partir dessa análise, podemos concluir que a definição de terrorismo ainda é algo impreciso. A dificuldade de uma definição satisfatória se deve ao fato do próprio conceito ter ganhado um teor pejorativo e julgamento de valor, sendo terrorista sempre o “outro”. Conforme analisamos anteriormente compreendemos que o terrorismo se caracteriza como uma forma de violência, visando alcançar o âmbito psicológico do individuo, tendo por objetivo produzir uma reação de pavor, uma construção social motivada prioritariamente por motivos políticos, que ocorrem tanto no âmbito do Estado, grupos organizados e indivíduos. O terrorismo surge na intolerância, na diferença com o “outro” do não conhecer e o não respeitar. De uma forma deturpada de conseguir seus objetivos pela vida do próximo.

Entendemos a necessidade de conceituarmos o terrorismo na sua complexidade e ambiguidade de formas, sendo necessário um discurso crítico que possa contribuir para problematizar um pensamento dicotômico e simplista de bem versus o mal. Enfatizamos que o papel do historiador diante desses eventos é extremamente complicado, devendo ter sempre o cuidado para não entrar na dramaticidade dos acontecimentos. Não podemos e nem devemos realizar uma ligação do terrorismo ao um simples teor religioso.

Não há como negar que a memória em torno do “11 de setembro”, se constitui um campo de disputa de memórias. Um evento traumático que iniciou uma nova era mundial, um marco tanto na historia como na memória das pessoas que presenciaram direto ou indiretamente aquele fatídico dia. Com os atentados de 11 de setembro as migrações passaram a ser vistas com um olhar de insegurança principalmente por causa do terrorismo. Recentemente a crise dos refugiados na Europa tornou-se um exemplo clássico dos efeitos dessa migração, criando um jogo de empurra entre os países europeus. Como mencionado não excluimos o extremismo e o radicalismo de algumas vertentes

islâmicas. Mas, alertamos para o cuidado de generalização de olhar para a cultura do Oriente como sinônimo de terrorismo.

Este contexto contribui, por conseguinte, para corroborar nossa tese acerca da centralidade do “11 de setembro” e da nova onda terrorista que tem assolado o mundo como um marco fundamental para análise da “História do Tempo Presente”. Exemplo são as dezenas de noticiários que retratam diariamente casos de terrorismo, são tantos atentados que ao longo do desenvolvimento desse trabalho não tivemos oportunidade de catalogar. Defendemos a importância da escrita do que nos é contemporâneo, é preciso o historiador se envolver em tais questões para refinarmos cada vez mais o debate. Quando se olha para o passado a história parece muito certinha, já é algo supostamente dado, já no presente é tudo muito conturbado e desconhecido. Entretanto, é necessário um esforço por parte do pesquisador, mesmo sabendo que seu papel frente a disputas de memórias e a questões tão delicadas não se caracteriza como algo fácil. Como lembrado por Peter Burke, é uma tarefa necessária, mesmo se função do historiador for lembrar à sociedade aquilo que ela quer esquecer.

Referências Bibliográficas:

CARVALHO, Leandro. Origens do Terrorismo. *Brasil Escola*. Disponível em <<http://brasilecola.uol.com.br/historia/terrorismo.htm>>. Acesso em 22 de jun. 2016.

CHAUVEAU, Agnès; TÉTART, Philippe. *Questões para a história do presente*. Bauru: EDUSC, 1999.

COGGIOLA, Osvaldo. Dois séculos de terrorismo. *História Viva*. Disponível em: <http://www2.uol.com.br/historiaviva/reportagens/dois_seculos_de_terrorismo_imprimir.html>. Acesso em: 22 jun. 2016.

COSTA, Luiz M.C Antônio. Refugiados: o êxodo do século XXI. 2015. *Carta Capital*. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/revista/871/o-exodo-do-seculo-xxi-3395.html>>. Acesso em 24 jun. 2016.

DELFINO, Silas do Carmo. Migrações islâmicas após o 11 de setembro. *Revista Nures*, v. 14, 2010. Disponível em: <[http://www.pucsp.br/revistanures/revista14/Nures14_docar mo.pdf](http://www.pucsp.br/revistanures/revista14/Nures14_docar%20mo.pdf)>. Acesso em: 24 jun.2016.

Entenda a situação de países de onde saem milhares de imigrantes à Europa. 2015. *G1*. São Paulo. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/08/entenda>

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
 “O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
 ISSN: 2317-0468
 17 a 21 de outubro de 2016

situacao-de-paises-de-onde-saem-milhares-de-imigrantes-europa.html>. Acesso em: 25 jun. 2016.

FERREIRA, Carlos Henrique Ruiz. Entre o terrorismo e as imigrações. Carta Capital. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/blogs/blog-do-grri/entre-o-terrorismo-e-as-migracoes>>. Acesso em 25 jun.2016.

FERREIRA, Marieta de Moraes. *História do Tempo Presente: desafios*. Cultura Vozes, v.94, n.3, p.111-124, jun. 2000.

FICO, Carlos. *História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro*. Varia História, v.28, p.43-59, 2012.

FICO, Carlos. *Violência, Trauma e frustração no Brasil e na Argentina: o papel do historiador*. Topoi. v. 14, p. 239-261, 2013.

HOBBSAWM, Eric J. O Presente como História: escrever história de seu próprio tempo. *Novos Estudos*. 1995. Disponível em: <http://novosestudos.org.br/v1/files/uploads/conte%20nts/77/20080626_o_presente_como_historia.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2016.

HOLANDA, Aurélio Buarque de. *Novo Dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1986.

HUYSSSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000. p. 37.

LEVI, Primo. *Os afogados e os sobreviventes: os delitos, os castigos, as penas, as impunidades*. Ed. 3. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

MAZETTO, Francisco de Assis Penteado. O Terrorismo na História. Professor adjunto do Departamento de Geociências, Instituto de Ciências Humanas e Letras- UFJF. *Defesa UFJF*. Disponível em: <<http://www.ecsbdefesa.com.br/fts/Terrorismo.pdf>>. Acesso em: 24 jun. 2016.

PETERS, Gabriel. Da banalidade do mal à banalidade da tragédia. [O próximo distante: dilemas éticos na era do sofrimento como espetáculo](https://revistaescuta.wordpress.com/2016/06/30/o-proximo-distante-dilemas-eticos-na-era-do-sofrimento-como-espetaculo/). *Revista Escuta*. Disponível em: <<https://revistaescuta.wordpress.com/2016/06/30/o-proximo-distante-dilemas-eticos-na-era-do-sofrimento-como-espetaculo/>>. Acesso em: 07 jul. 2016.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e censo comum. In: _____ FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos e abusos da História oral*. Ed. 8. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: _____ FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos e abusos da História oral*. Ed. 8. Rio de Janeiro: Editora SAINT-PIERRE, Héctor Luís. 11 de setembro: do terror à injustificada arbitrariedade e o terrorismo de Estado. *SciELO*. Disponível

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
 “O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
 Juiz de Fora, 2017, 1554p.
 ISSN: 2317-0468
 17 a 21 de outubro de 2016

em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782015000100009> Acesso em: 24 jun. 2016.

SEIXAS, Eunice Castro. “Terrorismo”; uma exploração conceitual. *Scielo*. Revista de sociologia e política. Vol. 16, Curitiba: 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-44782008000300002&script=sciabstract&tlng=pt>>. Acesso em: 24 jun. 2016.

João Batista da Costa e o Nu Feminino no Museu Mariano Procópio

Thiago Rodrigues Tavares¹

RESUMO:

A coleção de obras de artes visuais montada por Alfredo Ferreira Lage no decurso de sua vida compõe, nos dias de hoje, o acervo do Museu Mariano Procópio, em Juiz de Fora, Minas Gerais. Abrange praticamente todos os gêneros da pintura, perpassando pelos mais diversos e importantes artistas brasileiros do século XIX e meados do século XX. Dentre as obras desses grandes artistas, presentes no Museu, selecionamos para análise o estudo intitulado “Nu Feminino” de João Batista da Costa. Esse artigo tem como objetivo analisar a obra citada, apontando para o fato da qualidade técnica do referido artista, mostrando que é um pintor além dos olhares da crítica, que muitas vezes destacou apenas suas pinturas de paisagem. Além da análise do “Nu Feminino”, exploraremos também desdobramentos desse estudo em outras duas pinturas de nu, do mesmo pintor.

Palavras-chave: João Batista da Costa. Nu feminino. Banhistas.

ABSTRACT:

The collection of visual arts works of Alfredo Ferreira Lage, which currently make up the collection of the Museum Mariano Procópio, in the city Juiz de Fora, Minas Gerais, Brazil, covers virtually all painting genres, passing by most diverse and important works of brazilian artists of the nineteenth and mid-twentieth century. Among the works of these great artists present in the Museum, this paper analyzes the study entitled "Female Nude" of João Batista da Costa. The goal is to analyze the cited work, pointing to the fact that the technical quality of Batista da Costa shows that he is a painter beyond the looks of the critiques, which often only highlighted his landscape paintings. In addition to the analysis of the "Female Nude", this paper will explore the developments this study in two other nude paintings, of the same painter.

Keywords: João Batista da Costa. Female nude. Bathers.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo analisar o estudo “Nu Feminino”, pintado por João Batista da Costa, a pintura compõe a coleção do Museu Mariano Procópio, em Juiz de Fora, Minas Gerais². Consequentemente esse artigo também analisará o desdobramento desse estudo do nu, destacando outras duas obras do mesmo autor. Inicialmente, a pintura “Banhistas: Paisagens com Árvores, Lago e Nus Femininos” que

¹ Mestre em Ciência da Religião pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Contato: thiagor.tavares@yahoo.com.br

² Agradecimentos ao Museu Mariano Procópio e a professora doutora Maraliz Christo.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

pertence a uma coleção particular, no Rio de Janeiro e em seguida “Nu” o qual faz parte do acervo do Museu de Arte Contemporânea de Pernambuco, em Olinda.

João Batista da Costa (1865 - 1926), um dos grandes pintores brasileiros, produziu no final do século XIX e início do século XX. Sua trajetória artística inicia-se em 1885 quando matricula-se na Academia Imperial de Belas Artes. Em 1892 realiza sua primeira exposição individual, nas dependências da Escola Nacional de Belas Artes, sucessora da Academia Imperial. No ano de 1894, com a tela “Em Repouso”, Batista da Costa conquista o prêmio de viagem ao estrangeiro. Em 1900 conquista, na Exposição Geral de Belas Artes, a medalha de ouro de segunda classe, com a pintura “Transe Doloroso”. No ano de 1904 obtém a medalha de ouro de primeira classe, com a pintura “Fim da Jornada”. Em 1906 é nomeado professor de pintura na Escola Nacional de Belas Artes. No ano de 1908 triunfa novamente, recebe a grande medalha de ouro na Exposição Nacional. Em 1915 é premiado com a medalha de honra do Salão Nacional, com “Manhã, Alto da Serra”. Também em 1915, Batista da Costa assumi o cargo de diretor da Escola de Belas Artes, cargo que ocupa até a data de sua morte, em abril de 1926 (FRANCISCO, 1984).

Descrição da Obra

No estudo “Nu Feminino” [figura 1], observamos que o pintor dá completa atenção para a pintura da modelo, que está em primeiro plano. O fundo da tela é feito com traços rápidos e escuros, com poucos detalhes, o qual fazem que os olhos do observador voltem-se para a imagem central, da jovem nua.

A pintura nos mostra uma mulher completamente nua, jovem, branca, de cabelos curtos ou presos que aproximam-se do pescoço, mas não ultrapassando a nuca. O cabelo é ondulado e de cor castanha. A modelo encontra-se em pé, fazendo uma pose, a mão esquerda aparenta estar escorada em alguma estrutura, o braço direito está flexionado, aparentemente apoiando o cotovelo em outra estrutura, facilitando para que a mão direita sustente o rosto³ Dentre os dedos da mão o que aperce com mais precisão é o polegar

3 Segundo Nascimento (2011), era comum os modelos-vivos terem alguns objetos de apoio para que pudessem permanecer em poses estáticas por longos períodos. São utilizados bancos e cadeiras; apoios altos; ganchos que seguravam o braço estendido por mais tempo; além de bolas, bastões e almofadas.

esquerdo, no qual podemos notar até mesmo o traçado da unha, enquanto os dedos da mão direita estão encobertos pelo seu rosto e cabelo.

Os olhos e o rosto estão inclinados para a direita, o contorno dos olhos, das sombrancelhas e da boca fazem com que a modelo aprente serenidade, tranquilidade e até mesmo uma aparência blasé. Excetuando o cabelo e as sombrancelhas a figura feminina não apresenta outros pelos pelo corpo.

As pernas aparecem bem próximas devido a pose, sendo que a perna direita está esticada com a sola do pé direito tocando completamente o chão, já o pé esquerdo aparece levemente erguido, com o joelho esquerdo flexiondo, sobrepondo, um pouco, o joelho direito. Ao observar os dedos do pé, veremos mais detalhes nos dedos maiores, sendo que os dedos menores do pé esquerdo estão muito próximos, como se estivessem colados.



Figura 1. João Batista da Costa. Nu. s/d.
Óleo sobre tela, 79 x 57,5 cm. Acervo da Fundação Museu Mariano Procópio, Juiz de Fora, Minas Gerais.
Fotografia: reprodução do livro de LINS, Roberto Hugo da Costa. *João Batista da Costa: cento e vinte pinturas selecionadas*, Rio de Janeiro: Editora do autor. 2012. p. 138.

Traços delicados com grandes detalhes são visualizados por todo o corpo, podemos observar no rosto, um queixo um pouco pretuberante com um pequeno furo, a jovem é relativamente magra, assim o osso da clavícula se sobressai próximo ao pescoço. Os seios são pequenos e delicados, com os mamilos levemente rosados. Abaixo do seio há detalhes da costela e a barriga apresenta arredondamentos naturais. Por fim, é válido

destacar que a pintura apresenta a assinatura de Batista da Costa, localizada no canto inferior da tela, no lado direito.

As obras de João Batista da Costa no Museu Mariano Procópio

Com a morte de Batista da Costa em 1926, as obras que eram da sua posse ficaram para seus descendentes, em 1936 parte do espólio do artista foi adquirido por Alfredo Ferreira Lage⁴, além do estudo “Nu Feminino” foram incorporadas ao acervo do Museu Mariano Procópio outras seis obras – Sem título (Estudo para Ciclo do gado), “Marinha”, “Esboço de exterior”(Estudo para decoração da casa de Oswaldo Cruz) “Mulher Pintando”, “Paisagem” e “Pensativa”.

Os desdobramentos do estudo e outras obras de nu produzidas por Batista da Costa

As pintura de paisagem eram temas recorrentes nas obras de João Batista da Costa, o pintor foi considerado pela crítica da época, como um dos maiores artistas desse gênero, ao lado de Antônio Parreiras (FRANCISCO, 1984). Porém muitas vezes quando os críticos enfatizam por demais uma determinada qualidade do artista, acabam por limitar todo um trabalho e uma técnica apurada – como tinha Batista da Costa –, para outras temáticas e outros gêneros. O artista demonstrou ser um excelente retratista ao retratar Oswaldo Cruz, Dom Pedro II ou ainda ao pintar seu auto retrato em “O Paisagista”.

Ao observarmos suas obras sobre o gênero do nu, notamos que Batista da Costa demonstra grande domínio da técnica. Conforme observa Rubens (1947) Batista da Costa demonstrou que podia pintar qualquer gênero sem temor. Assim fez o retrato, o nu, o quadro de costumes, evidenciando em todos eles a qualidade rara de um grande pintor e artista. Rubens (1947, p.71) prosegue e destaca que “isoladamente, cada trabalho podia revelar um pintor exclusivamente de nu de retrato ou de gênero. E fazia tudo isso sem prejudicar sua fama de paisagista. Era mestre no gênero e no retrato”.

4 Essas obras foram adquiridas naquela que é considerada a “era do ouro” do Museu Mariano Procópio, até o ano de 1944, quando a instituição recebe, além das obras de Batista da Costa, a coleção da Viscondessa de Cavalcanti e obras provenientes do espólio de Henrique Bernardelli (FASOLATO, 2014).

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.

ISSN: 2317-0468

17 a 21 de outubro de 2016

Além da obra “Nu feminino” presente no Museu Mariano Procópio, identifiquei ao menos mais onze pinturas do mesmo gênero produzidas por Batista da Costa. As primeiras sete obras foram realizadas enquanto o artista era aluno da Escola Imperial de Belas Artes – atualmente compõem o acervo do Museu Dom João VI, no Rio de Janeiro –, as obras datam por volta dos anos 1889 e 1890, são as seguintes: “Nu de menino” 64,7 x 44,0 cm, olho sobre tela de 1889; “Nu masculino de pé” 81,0 x 49,8 cm, óleo sobre tela sem data; “Nu masculino de costas” 67,5 x 41,5 cm, óleo sobre tela, sem data; “Nu masculino” 68,3 x 60 cm, óleo sobre tela de 1889; “Nu feminino de pé” 81,0 x 44,0 cm, óleo sobre tela, sem data; “Nu masculino de pé” 84,5 x 49,0 cm, óleo sobre tela, sem data; “Nu masculino de frente” 81,0 x 44,0 cm, óleo sobre tela de 1890⁵. Outras obras encontradas foram: “Nu feminino” 66,0 x 93,0, óleo sobre tela, cerca de 1905, coleção particular, São Paulo⁶; “Marabá” (1922)⁷; “Banhistas: Paisagens com Árvores, Lago e Nus Femininos” 126,0 x 155,0 cm, óleo sobre tela, sem data, coleção particular, no Rio de Janeiro⁸ e “Nu” 45,0 x 56,0 cm, óleo sobre madeira de 1915, acervo do Museu de Arte Contemporânea de Pernambuco, em Olinda⁹.

É importante destacar as duas últimas obras citadas, “Banhistas: Paisagens com Árvores, Lago e Nus Femininos” (figura 2) e “Nu” (figura 3). São pinturas que trazem em sua composição a jovem mulher nua, estudo de nu presente no Museu Mariano Procópio.

“Banhistas: Paisagens com Árvores, Lago e Nus Femininos” é reproduzida no livro de Lins (2012, p. 150), o autor descreve a tela como “pintura inacabada, para cuja figura principal existe excelente estudo detalhado e completo”. Nessa obra vemos duas figuras femininas, a primeira em pé, no centro da composição, em frente a uma árvore – a qual substitui os objetos de apoio utilizados pela modelo durante a pintura –, nessa tela, vemos que a mulher nua utiliza a árvore e seus galhos como apoio para a mão direita e o

5 Disponível em: <<http://www.museu.eba.ufrj.br/>>. Acesso em 26 de junho de 2015.

6 FRANCISCO, Nagib. *João Batista da Costa: 1865-1926*. Rio de Janeiro: Pinakothek, 1984.

7 Disponível em: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Jo%C3%A3o_Batista_da_Costa_-_Marab%C3%A1.JPG>. Acesso em 04 de maio de 2015.

8 LINS, Roberto Hugo da Costa. *João Batista da Costa: cento e vinte pinturas selecionadas*, Rio de Janeiro: Editora do autor. 2012.

9 Disponível em: <http://mambahia.com/wp-content/uploads/2013/11/EducativoMAC_completo.pdf>. Acesso em 04 de maio 2015.

braço/cotovelo esquerdo, essa mulher é a mesma do estudo de nu presente no Museu Mariano Procópio.



Figura 2. João Batista da Costa. Banhista: Paisagem com árvores, lago e nus femininos. s/d. Óleo sobre tela 126,0 x 155,0 cm. coleção particular, Rio de Janeiro. Fotografia: reprodução do livro de LINS, Roberto Hugo da Costa. *João Batista da Costa: cento e vinte pinturas selecionadas*, Rio de Janeiro: Editora do autor. 2012. p.139.

Do lado direito, ao fundo da tela, vemos outra figura feminina, ela está de costas para o público, observando o lago e possivelmente o pôr do sol, a mão esquerda está apoiada ao chão, enquanto o braço direito se repousa sobre as pernas. O corpo dessa mulher sentada é um pouco disforme, com poucos detalhes, sendo que as pernas parecem se confundir com o solo. O solo é formado por uma vegetação parte verde e marrom. As árvores são de tronco marrom escuro, com troncos e galhos tortos e sinuosos. A folhagem dessas árvores apresentam diferentes tons de verde, uns mais claros e outros mais escuros, assim como tons amarronzados. As folhas da árvore, que está primeiro plano, são mais detalhadas, enquanto a folhagem das árvores ao fundo foram feitas, aparentemente, com leves pinceladas. Apesar dos poucos detalhes, o toque do artista faz com que as folhas pareçam estar em movimento, como se recebecem o sopro do vento. A paisagem que completa o fundo da composição é um pouco confusa, sendo difícil de definir se são montanhas ou árvores que circulam a lagoa.

A tela “Nu” (figura 3) pertenceu a coleção de Assis Chateaubriand, e hoje, juntamente com outras obras do colecionador, fazem parte do Museu de Arte Contemporânea de Pernambuco. Na obra podemos ver uma composição muito

semelhante a descrita anteriormente. Porém essa foi feita em óleo sobre madeira, enquanto a anterior em óleo sobre tela.



Figura 3. João Batista da Costa. *Nu*. 1915.
Óleo sobre madeira 45 x 56 cm

Acervo da Fundação Museu de Arte Contemporânea de Pernambuco, Recife.

Fotografia: reprodução do livro *Acervo Educativo*. 2013. p.16 Disponível em: <http://mambahia.com/wp-content/uploads/2013/11/EducativoMAC_completo.pdf>. Acesso em 04 de mai 2015.

Outra diferença está na composição das mulheres, aqui temos em primeiro plano, do lado direito da tela, a mulher nua em pé encostada na árvore. E em segundo plano, do lado esquerdo da tela, a mulher nua sentada. As mulheres da obra “Nu” apresentam uma tintura mais amarelada, diferente da cor da pele. A árvore em primeiro plano é muito densa, com troncos e galhos muito próximos, a cor aproxima-se de um tom marrom escuro com alguns pontos de verde. Um galho comprido e esticado passa na frente da mulher sentada, a separando do lago. O lago é cercado por árvores com folhagens verdes, acima dessa árvores vemos a luminosidade do sol. O solo é esverdeado, como se fosse uma fina grama. No canto inferior da tela, do lado direito, temos assinatura do autor.

Escolha temática

Como dito anteriormente, Batista da Costa é um pintor reconhecido por suas obras de paisagem, porém essa “taxação” de paisagista, não pode e não deve, limitar a capacidade e qualidade do artista. Ao verificar as datas das obras de nu, encontradas e citadas nesse artigo, veremos que aquelas presentes no Museu Dom João VI, são telas pintadas enquanto o pintor ainda era estudante da Escola Imperial de Belas Artes, no

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

momento da sua formação o pintor era treinado a pintar os mais diversos gêneros – pinturas históricas, mitológicas ou religiosas; retratos; paisagens e naturezas-mortas, mas o artista só estaria pronto a pintar todos esses gêneros quando dominasse completamente a representação do corpo. A partir de aulas com modelos-vivos, os pintores aprendiam sobre anatomia e técnicas detalhistas (NASCIMENTO, 2011)¹⁰.

Indo além do ensino acadêmico, notamos que Batista da Costa produz outras obras de nu, em diferentes momentos da sua vida, mostrando o interesse do autor, que pinta esses nus compondo paisagens, assim como nas obras aqui analisadas ou mesmo para pintar o indianismo, como em “Marabá”. Segundo Rubens (1947) um dos últimos trabalhos de Batista da Costa, antes de sua morte, foi um nu que o pintor não chegou a terminar.

Batista da Costa estudou e aprendeu com artistas nacionais e estrangeiros que mais desenvolveram a figura do que a paisagem, assim o artista mostrou que podia tentar qualquer outro gênero – nu, retrato, quadro de costumes – sem receios de decepções (RUBENS, 1947).

Iconografia sobre o tema

Na tradição artística ocidental, o corpo feminino constitui um tópos valorizado, segundo Simioni (2014) sua importância se fez ainda mais notável ao longo do século XIX, período no qual esse gênero adquiriu grande centralidade tornando-se tema relevante de diversos artistas das mais distintas orientações, escolas e nacionalidades¹¹. A autora ainda destaca que o nu feminino pode ser interpretado não apenas como simples reflexo das realidades históricas vivenciadas pelas mulheres do passado, mas sobretudo como discursos sociais fundamentais, promotores ativos na construção das clivagens

10 De acordo com Nascimento (2011, p.15), “no currículo das academias de belas artes os alunos começavam, de grosso modo, copiando gravuras, estampas e desenhos de outros artistas, depois realizava cópias de esculturas e relevos em gessos e, por fim, desenhava corpos a partir de sessões de modelo-vivo. Os primeiros desenhos se concentravam em partes do corpo – cabeça, mãos e pés –, para que depois composições mais complexas fossem desenvolvidas”.

11 Tido como forma ideal de arte, o corpo humano exerceu, assim, uma centralidade na arte do Ocidente. O conhecimento da anatomia humana, dentro dos valores difundidos pela academia francesa – e também a brasileira –, era entendido como etapa primordial na formação dos aspirantes à carreira artística (LIMA JUNIOR, 2014)

entre os sexos. Nessa imagens vemos expectativas sociais generalizadas acerca de, valores, comportamentos, gestos, hábitos, condutas, atividades e espaços vistos como apropriados às mulheres, em contraposição, explícita ou velada, aos dos homens (SIMIONI, 2014). A partir de obras que retratam o corpo nu da mulher é possível dar visibilidade e também conceder sentido às diferenças entre os gêneros — dicotomia esta que gradativamente tornou-se um dos principais fundamentos da sociedade moderna.

A figuração feminina como objeto expressivo possui presença reiterada nos campos artísticos ao longo do século XIX e início do século XX (SIMIONI, 2014), a reprodução do nu na arte traz como tema central a representação do ser humano, que pode ser representado de forma estilizada ou realista. O nu compõe as obras, basicamente, de todo o período da história da arte, desde a antiguidade até os dias atuais. Inicialmente prevalecendo a arte figurativa, que não retratava mulheres comuns expondo seus corpos. Os corpos aparecem compondo um discurso alegórico, sendo essas mulheres, muitas vezes, ninfas e deusas. O corpo feminino enquanto exposição da sua sexualidade tem destaque em obras de meados do século XIX, usando como subterfúgio, mulheres pintadas na relva, ou pintadas como banhistas, aproveitando da beleza da natureza, compondo telas com banheiras, piscinas; ou mesmo; árvores, rios, lagos e cachoeiras.

Os artistas escolhem, muitas vezes, a cena do tomar banho, uma ação básica do ser humano, representada no toque do corpo com um elemento líquido, em princípio, a água. Nessas telas vemos um certo erotismo, devido a presença conjunta de mulheres, frequentemente jovens e nuas ou semi-nuas (BONNET, 2006).

Dentre os artistas que pintaram mulheres nuas em composições como o nu na relva ou banhistas, podemos destacar dois pintores franceses Édouard Manet (1832-1883) e Gustave Courbet (1819-1877).

Manet em “*Dejeuner sur l’herbe – O Pequeno almoço na Relva*”, 1863, coleção Museu de Orsay, Paris. O pintor rompe com o conservadorismo e pinta um momento da vida cotidiana, considerado ainda, tabu. A crítica censura a obra do pintor, que em seguida, a expõe no Salão dos Recusados – uma contra-manifestação idealizada para se opor ao academicismo do Salão oficial –, Manet choca a sociedade burguesa ao pintar uma mulher nua juntamente com homens vestidos em um parque, a imagem retrataria um momento contemporâneo aos espectadores da época, que não podiam aceitar uma naturalização da

nudez feminina dentro daquela sociedade. Tal tabu, se confirma na passagem citada por Tuffelli (1999, p.16) “não podemos achar que sentar debaixo das ramadas uma rapariga vestida apenas pela sombra das folhagens, rodeada de estudantes de boina e casaca, seja uma obra completamente inocente”.

Muitas das obras de Gustave Courbet são dedicadas a pinturas sobre nudez, o pintor apresenta belas telas em que mulheres nuas aparecem no momento do banho diante a natureza. Em “*Les Baigneuses – As Banhistas*” do ano de 1853, situada na coleção do Museu Fabre Montpellier. Courbet provoca a crítica ao expor a nudez em oposição ao cânone oficial, o artista coloca em contraponto o realismo do nu e o cenário clássico (Tuffelli, 1999). Em “*A Jovem Banhista*” de 1866, Courbet nos mostra uma mulher nua, em uma pose sensual, segurando com a mão esquerda o galho de uma árvore, enquanto a mão direita segura os cabelos, como se estivesse tirando o cabelo do rosto, a mulher molha levemente os dedos do pé esquerdo nas águas de um rio. O pintor explora a sensualidade do corpo feminino, em um ambiente natural, como se somente existisse naquele momento a mulher e a natureza, se deliciando com o toque da água, se preparando para um banho de rio.

São a essas obras que o quadro de Batista da Costa se aproxima e dialoga, ao expor suas banhista, os pintores buscam expressar o momento bucólico e sublime da natureza, com a exposição do corpo nu da mulher, que naquele contexto, longe dos olhares críticos da cidade, e mesmo da sociedade, pode se dispor, se banhar e se relacionar naturalmente com a natureza.

Considerações finais

Como proposto, esse artigo buscou apresentar um pouco mais da obra de Batista da Costa, um pintor fundamental para aqueles que buscam conhecer sobre a formação artística brasileira do século XIX e XX. Destacando que aqui, buscamos enfatizar um qualidade do pintor que não foi muito explorada por críticos de arte, ou mesmo, por pesquisadores. Voltamos nosso trabalho para as práticas e técnicas da pintura de gênero nu. Ao analisar o estudo “*Nu feminino*” notamos a qualidade técnica do artista, apontando para o fato de suas telas não se limitarem a pinturas de paisagem.

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016*

Ao levantar as obras de Batista da Costa percebemos que o pintor dedicou diferentes momentos de sua vida para a produção de quadros de nu, momento que envolveram sua formação acadêmica e posteriormente seus trabalhos em seu ateliê. É importante ressaltar que muitas das obras de Batista da Costa se encontram em coleções privadas, ficando como projeto futuro, para continuidade dessa pesquisa, encontrar novos trabalhos com a mesma temática e realizados pelo mesmo pintor.

Notamos também que a nudez e o corpo feminino fazem parte do cenário da história da arte mundial, e que quadros expondo mulheres nuas, saindo ou entrando em seus banhos, eram forma de driblar os aspectos tradicionais ou mesmo conservadores, da época em que se inserem os quadros. Por fim, é importante ressaltar que não foi intenção desse artigo analisar a qual escola ou a qual corrente pertenceu Batista da Costa, compartilhamos aqui da posição explanada no livro de Francisco (1984) segundo consta no livro “Batista da Costa era de tal maneira, pessoal na sua expressão artística, tinha tamanha identidade com a natureza, tão brasileiros ambos, que não podia escravizar-se a nenhuma escola. Não é puramente clássico, nem impressionista, nem expressionista, nem louco ou modernista” (RUBENS apud FRANCISCO, 1984, p.30).

BIBLIOGRAFIA

Acervo Educativo. Coleção Assis Chateaubriand do MAC/PE. Projeto Cultural Jogando com a Arte. 2013. Disponível em:

<http://mambahia.com/wp-content/uploads/2013/11/EducativoMAC_completo.pdf>.

Acesso em 04 de mai 2015.

ANAIS MUSEU MARIANO PROCÓPIO. Fundação Museu Mariano Procópio. Juiz de Fora, v.1, nº1, 2014.

BONNET, Jacques. *Femes. Du voyeurisme dans la peinture occidentale au bain*. Paris: Hazan, 2006.

COLEÇÕES EM DIÁLOGO: Museu Mariano Procópio e Pinacoteca de São Paulo. São Paulo: Pinacoteca do Estado, 2014.

LIMA JUNIOR, Carlos. *Folhas de outono, de Horácio Hora, e A Noite, de Oscar Pereira da Silva: acerca de duas pinturas alegóricas do Museu Mariano Procópio*. In: *COLEÇÕES EM DIÁLOGO: Museu Mariano Procópio e Pinacoteca de São Paulo*. São Paulo: Pinacoteca do Estado, 2014.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. “O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”, Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

FASOLATO, Douglas. *Destaques do Museu Mariano Procópio*. In: *COLEÇÕES EM DIÁLOGO: Museu Mariano Procópio e Pinacoteca de São Paulo*. São Paulo: Pinacoteca do Estado, 2014.

LINS, Roberto Hugo da Costa. *João Batista da Costa: cento e vinte pinturas selecionadas*, Rio de Janeiro: Editora do autor, 2012.

NASCIMENTO, Ana Paula. *O nu além das academias*. São Paulo: Pinacoteca do Estado, 2011.

FRANCISCO, Nagib. *João Batista da Costa: 1865-1926*. Rio de Janeiro: Pinakotheke, 1984.

RUBENS, Carlos. *Vida e glória de Baptista da Costa*. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Belas Artes, 1947.

SIMIONI, Ana Paula Cavalcanti. O feminino na arte. In: *COLEÇÕES EM DIÁLOGO: Museu Mariano Procópio e Pinacoteca de São Paulo*. São Paulo: Pinacoteca do Estado, 2014.

TUFFELLI, Nicole. *A Arte no século XX*. Lisboa: Edições 70, 1999.

As primeiras conquistas trabalhistas e sua memória: a possibilidade de desregulamentação dos Direitos Trabalhistas no atual cenário político brasileiro

Paulo Henrique Silveira Damião¹

RESUMO:

Tendo em vista o atual cenário político brasileiro, no qual se percebe uma clara tendência à desregulamentação das leis trabalhistas, encabeçada por políticos dos ditos partidos tradicionais e pelas instituições que se privilegiariam com tal desmonte, como é o caso da Confederação Nacional da Indústria – CNI, que será abordada no decorrer deste estudo, o presente artigo tem por objetivo descrever o período em que tal legislação teve seu momento inicial de conquista, os primeiros direitos conseguidos, as disputas que se fizeram e outros aspectos relevantes, a fim de percebermos, a luz do tempo presente, o quanto é ruim para os trabalhadores a perda destes direitos conquistados a duras lutas. Como sabemos, a Primeira República tem sido tratada por historiadores como sendo um marco no que diz respeito ao direito trabalhista. Essa argumentação é embasada devido ao surgimento das primeiras conquistas, ainda que esparsas, de leis regulamentadoras do trabalho, decorrentes de lutas e manifestações dos trabalhadores. Já na Era Vargas percebemos uma atuação mais forte do Estado em relação as políticas sociais, sobretudo no que diz respeito aos direitos trabalhistas, tendo maior destaque a criação e regulamentação da Justiça do Trabalho.

Serão utilizados estudos sobre o movimento trabalhista e sindical na Primeira República, os quais descrevem as primeiras conquistas trabalhistas e como elas se deram, os estudos sobre a Justiça do Trabalho, principalmente no período de sua criação, além de artigos e notícias sobre o atual cenário político brasileiro, com intuito de alcançarmos o objetivo proposto pelo artigo.

Palavras-chave: Legislação Trabalhista, Justiça do Trabalho, Direitos trabalhistas.

ABSTRACT:

Given the current Brazilian political scenario, there is no clear trend towards the deregulation of labor laws, the discussion about legislative processes and judicial processes favored as a dismantling, as is the case of the National Confederation of Industry (CNI), which Should be addressed in this study, the purpose of this article is to describe the period in which time has its initial moment of conquest, Light of the present time, how much is bad for workers a loss these rights won and hard fights.

As we know, the First Republic has been treated by historians as a milestone with respect to labor right. This argumentation is made due to the emergence of first, though sparse, achievements of labor regulatory laws, derivations, and workers' manifestations. In the Era Vargas, we perceive a stronger performance of the State in relation to social policies, especially with regard to labor rights, with more emphasis on the creation and regulation of Labor Justice.

Study series on the labor and trade union movement in the First Republic, which describe, as the first labor achievements and how they came about, studies on Labor Justice,

¹ Licenciado em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

especially in the period of creation, as well as articles and news on the Brazilian Political scenario, in order to reach the objective proposed by the article.

Keywords: Labor Legislation, Labor Justice, Labor Rights.

INTRODUÇÃO:

O presente artigo surge do ofício que nós, historiadores, temos perante a sociedade, pois estamos incumbidos, entre outras “funções”, de refinar o debate público, principalmente em torno das disputas sobre as memórias, visto que a memória é tida pelos historiadores como sendo incontestavelmente da atualidade.

A história da memória constitui enfim um elemento doravante essencial na análise das culturas política [...]. Portanto a história da memória é um excelente exercício crítico – e um exercício permanente – sobre o próprio ofício do historiador [...] reconhecendo que nenhum historiador jamais escapa às indagações de seu tempo [...](ROUSSO: 2006, p. 96-98).

Como podemos perceber, a memória está intrinsecamente ligada ao tempo presente, ou seja, a um campo da história denominado História do Tempo Presente. “[...] como afirma Hobsbawm, o tempo presente é o período durante a qual se produzem eventos que pressionam o historiador a revisar a significação que ele dá ao passado, a rever as perspectivas [...]” (FERREIRA: 2000, p.9).

O tempo presente nos exige uma intensa reflexão sobre a sociedade. Nas palavras de René Rémond:

A atualidade nos persegue, não nos poupa: há uma demanda social [...]. Tudo isso nos convida a uma profunda reflexão sobre os limites de nosso poder, sobre a relatividade das conclusões às quais chegamos, sobre a exigência de verdade, sobre nossa responsabilidade social (RÉMOND: 2006, p. 206).

A atual conjuntura política a qual o Brasil vem passando nos suscita uma série de questionamentos e reflexões sobre determinados assuntos, principalmente no que diz respeito aos direitos trabalhistas. Percebe-se uma clara tendência à desregulamentação das leis trabalhistas, encabeçada por políticos dos ditos partidos tradicionais e pelas instituições que se privilegiariam com tal desmonte, como é o caso da Confederação Nacional da Indústria – CNI.

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016*

O presidente da CNI, Robson Braga, em reunião com o presidente interino do Brasil, disse que o Brasil precisará realizar mudanças duras tanto na Previdência Social, quanto nas leis trabalhistas, a fim de melhorar a situação fiscal do país. O empresário argumentou que:

Vimos agora o governo francês, sem enviar ao Congresso Nacional, tomar decisões com relação às questões trabalhistas. No Brasil, temos 44 horas de trabalho semanal. As centrais sindicais tentam passar esse número para 40. A França, que tem 36, passou para a possibilidade de até 80 horas de trabalho semanal e até 12 horas diárias de trabalho [na verdade, são 60 horas semanais]. A razão disso é muito simples. A França perdeu a competitividade de sua indústria com relação aos demais países da Europa. Agora, está revertendo e revendo suas medidas, para criar competitividade. O mundo é assim e temos de estar aberto para fazer essas mudanças. Ficamos ansiosos para que essas mudanças sejam apresentadas no menor tempo possível².

Robson defendeu também a implementação de reformas trabalhistas, afirmando que o empresário está ansioso por tais mudanças, buscando uma melhora para o cenário econômico, melhora essa que só seria percebida pelos próprios empresários. Para os trabalhadores, como veremos em diante, seria um grande retrocesso em termos trabalhistas.

O presidente interino do Brasil já demonstrou também seu interesse em realizar mudanças na Previdência e também em flexibilizar a legislação trabalhista. O cientista político Guilherme Simões Reis descreve que:

Temer já deixou claro que sua prioridade é a economia, e o diagnóstico é o da necessidade de realizar nova reforma da previdência – aumentando ainda mais a idade de aposentadoria – e adotar políticas de austeridade, isto é, agradar ao mercado financeiro (provavelmente aumentando os juros), reduzir o poder de compra dos trabalhadores e aposentados e cortar gastos sociais [...]. Os objetivos são aumentar o ajuste fiscal, desvalorizar as pensões e o salário mínimo, flexibilizar o trabalho, privatizar o que ainda é público³.

² Agência Brasil. Presidente da CNI defende mudanças previdenciárias e nas leis trabalhistas. **Agência Brasil – EBC**, Brasília, 2016. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2016-07/cni-defende-carga-de-80-horas-semanais-para-trabalhador-brasileiro>>. Acesso em: 30 de julho de 2016.

³ REIS, Guilherme Simões. O que Temer. **Revista Escuta**. Juiz de Fora, 14 de junho de 2016. Disponível em: <<https://revistaescuta.wordpress.com/2016/06/14/escuta-especial-conjuntura-o-pos-golpe-o-que-temer/>>. Acesso em: 28 de agosto de 2016.

A historiadora Valéria Marques Lobo fazendo um estudo sobre a década de 90 percebe, já em 2006, a presença da vontade em desregulamentar a legislação trabalhista, algo que percebemos atualmente. Em suas palavras:

No Brasil, dada a configuração do sistema de relações de trabalho, o tema da “desregulamentação” adquire centralidade. Nos anos 90, ganham proeminência as discussões em torno da subtração da presença do Estado nas esferas relacionadas ao Capital e ao Trabalho (LOBO: 2006, p. 118).

AS PRIMEIRAS CONQUISTAS:

A Primeira República tem sido tratada por historiadores como sendo um marco no que diz respeito ao direito trabalhista. Essa argumentação é embasada devido ao surgimento das primeiras conquistas, ainda que esparsas, de leis regulamentadoras do trabalho, decorrentes de lutas e manifestações dos trabalhadores (BARBOSA: 2011, p22). Percebemos entre elas a lei de proteção ao trabalho menor em 1891; a lei que regulou a sindicalização de todas as profissões em 1907; o primeiro projeto de Código do Trabalho em 1917⁴; e, a lei sobre acidentes de trabalho em 1919. De acordo com Denílson Barbosa:

Apesar dessas manifestações na Primeira República ainda não constituírem uma tentativa de trazer para o âmbito do Estado as relações de classe travadas no país, já havia certos indícios de implantação de normas destinadas à proteção ao trabalhador, em sua maioria, oriundas da pressão exercida pelas organizações operárias, movimento sindical e greves. Tal pressão foi permitida diante da expansão urbana e da diversificação das atividades econômicas, requisitos mínimos para a constituição de algum tipo de movimento operário (BARBOSA: 2011, p. 23).

Como sabemos, a Primeira República caracteriza-se por um sistema político oligárquico, pelo predomínio das relações de trabalho no segmento agrícola e por uma industrialização que começava a dar seus primeiros sinais. Desse modo, a política oligárquica não tinha interesse, tampouco preocupação, com a situação da massa operária urbana que começava a surgir. No período percebemos a ausência de políticas sociais voltadas, principalmente, para os trabalhadores. Ainda de acordo com Denílson Barbosa:

⁴ Tentativa malsucedida de reunir e sistematizar a legislação pertinente elaborada por Mauricio de Lacerda.

As elites da época, compostas por detentores de terras e de indústrias, estavam preocupadas, sobretudo, com a manutenção do status quo, interessadas em ditar as próprias normas no âmbito de suas terras ou empresas. Em função disso, a implantação de uma legislação trabalhista esbarrava em entraves tanto de caráter social como de caráter ideológico. A questão ideológica, por sua vez, girava em torno do debate do liberalismo [...] (BARBOSA: 2011, p. 23).

Devido à ausência de políticas sociais, fazia-se necessário que o trabalhador fizesse parte de alguma associação de ajuda mútua ou que contribuísse para algum fundo beneficente, com intuito de que conseguisse certo auxílio em determinadas situações. De acordo com Claudio Batalha:

No caso de doença, invalidez ou desemprego, o trabalhador que não contasse com um fundo beneficente da empresa, ou que não contribuísse por sua própria iniciativa para alguma forma de sociedade que fornecesse auxílios, via-se inteiramente desassistido e tinha sua sobrevivência ameaçada em virtude da completa ausência de políticas sociais (BATALHA: 2000, p. 11).

No contexto liberal da Primeira República, qualquer tipo de intervenção do Estado se caracterizava como medida antiliberal. Sendo assim, políticas sociais e a criação de leis e direitos aos trabalhadores não estavam evidentes na agenda política do período. Leis e direitos dos trabalhadores deveriam ser regulados pelo próprio funcionamento do mercado e não a partir da atuação estatal. O liberalismo, junto com a descentralização política regional característica do período, impossibilitava ainda mais o surgimento de leis trabalhistas. Ficava claro, então, que não havia uma atuação legislativa por parte do Estado que favorecesse a questão social.

Contudo, o cientista social Luiz Werneck Vianna destaca que intervencionismo e leis trabalhistas estiveram juntos no período da Primeira República, mas devido às peculiaridades do período, tal intervenção é vista de forma discreta, o que difere do contexto posterior, quando a intervenção estatal passa a ser mais aguda, já sob o Governo Vargas (VIANNA: 1999, p. 60).

Entre os finais do século XIX e início do século XX notamos o surgimento de um tipo de associação voltada para os trabalhadores, com ação econômica: o sindicato operário. Tal associação foi proposta para enfrentar questões como a jornada e as condições de trabalho, os salários, a forma de pagamento, dentre outras. Durante a Primeira República existiram três tipos de sindicatos: as associações pluriprofissionais,

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016*

reunindo operários de diferentes ofícios e diferentes ramos industriais; as sociedades por ofício, reunindo unicamente operários de determinado ofício e, quando muito, de alguns ofícios similares; e, por último, os sindicatos de indústria ou ramo de atividade (BATALHA: 2000, p. 16).

Existiu também apenas uma legislação que era especificamente voltada para os sindicatos: o decreto 1.637 de 5 de janeiro de 1907, que dispunha sobre os sindicatos profissionais e cooperativas. Contudo, nas palavras de Batalha:

Essa legislação criava uma série de restrições práticas ao enquadramento das sociedades operárias existentes, estipulando, por exemplo, que apenas ofícios similares poderiam fazer parte de um mesmo sindicato – o que excluiria as associações pluriprofissionais – e, ainda, que apenas brasileiros ou estrangeiros com mais de cinco anos de residência no Brasil pudessem fazer parte de suas direções (BATALHA: 2000, p. 20-21).

Devido a essas restrições impostas notamos que grande parte do movimento operário optou por ignorar a nova legislação.

Mesmo as greves e manifestações operárias, ainda que sob o sindicalismo existente na época, não produziam efeitos. “A ação organizada da classe por meio de suas instituições ou de ações coletivas atingiu apenas uma minoria dos trabalhadores, entre outras razões porque nesse período 80% da população brasileira vivia no campo” (BATALHA: 2000, p.14).

Quando os trabalhadores conseguiam algum direito logo era perdido, pois não era assegurado pela lei. Essa situação vem a sofrer mudança apenas na década de 20, quando surgem as leis de amparo ao trabalhador. No entanto, devido à fragilidade do sistema em fiscalizar o cumprimento das leis, estas eram, na maioria das vezes, ignoradas, tornando ineficientes as conquistas operárias (BARBOSA: 2011, p. 26). Werneck Vianna discorda da afirmação que seriam direitos sem vigência prática por descumprimento da lei e ausência de fiscalização ao relatar que:

Sua aplicação [dos direitos] certamente não era nem nacional e nem generalizada a todos os setores assalariados da população, mas era conhecida nos polos dominantes do sistema – São Paulo e Distrito Federal – e nesses principalmente às categorias mais influentes como os ferroviários portuários e marítimos (VIANNA: 1999, p. 59).

Entretanto, evidencia-se a partir dessas leis que o governo começava a dar atenção à obrigação em regular as relações de trabalho. O movimento operário passava agora a atuar no campo da política, diferente do período anterior à década de 20, em busca da ampliação dos direitos de cidadania da classe operária (WERNECK VIANNA: 1999b, p. 66 apud BARBOSA: 2011, p. 26). O ápice do movimento operário, de acordo com Claudio Batalha, foi entre 1917 e 1919.

Não é atoa que em 1917 temos a greve geral, tida por muitos historiadores como revolucionária. Porém, o caráter revolucionário é contestado no que tange a pauta reivindicatória. Na visão de Claudio Batalha, o significado revolucionário só poderia ser utilizado quando referido ao movimento grevista, sua dimensão e implicações, visto que foi uma greve geral, algo raro na Primeira República, e não por suas reivindicações (BATALHA: 2000, p. 54).

O período de ápice da mobilização operária também foi o período em que se inicia um processo de ‘criminalização’ do movimento operário por parte do Estado, com intuito de dificultar as reivindicações operárias. Tal criminalização contribuiu para que ocorresse a crise do movimento, a partir de 1920, sendo retomado apenas em 1926, perdurando até o fatídico ano de 1930,

Do ponto de vista político, percebe-se mais claramente a mudança no comportamento do governo, principalmente, com o fim da Primeira Guerra Mundial. O governo de Artur Bernardes, por exemplo, chegou a tomar algumas medidas voltadas para os trabalhadores.

Notamos o surgimento de uma nova ordem chamada de corporativismo, posta como forma alternativa e oposta ao liberalismo. Maria Celina D’Araujo que o corporativismo veio como proposta intermediária entre o capitalismo e o socialismo, no qual se buscava manter as hierarquias, ao mesmo tempo em que buscava reduzir as desigualdades sociais, com intuito de evitar conflitos, banir a luta de classe, gerar harmonia social, progresso, desenvolvimento e paz. Em tal proposta caberia ao Estado definir novas formas de organização e de participação através de sua elite dirigente (D’ARAUJO: s/d, p. 217-218).

Devido à crise liberal europeia, surgiram correntes intelectuais antiliberais, que mostravam preocupação com a questão social e a eclosão de revoluções socialistas.

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016*

A I Guerra Mundial permitiu uma recuperação da produção industrial a partir de 1916. À medida que produtos importados deixavam de chegar aos portos brasileiros, as indústrias nacionais voltaram a empregar para atender ao crescimento da demanda. Ao mesmo tempo os trabalhadores enfrentavam uma escalada do curso de vida, ao passo que os salários permaneciam nos patamares anteriores à guerra (BATALHA: 2000, p. 49).

Para esses intelectuais a solução para as questões sociais colocadas em evidência no período seria a partir do controle social através de um Estado forte. Temos como exemplos o Fascismo na Itália e o Nazismo na Alemanha.

Surgia neste contexto, a corrente autoritária no Brasil, assumindo a perspectiva do que se convencionou chamar de modernização conservadora. Para esta corrente, o Brasil era um país completamente desarticulado, cuja organização da Nação, para promover dentro da ordem o desenvolvimento econômico e o bem-estar social, caberia ao Estado. O Estado autoritário, portanto, se engajaria na tarefa de por fim aos conflitos sociais que só serviam para enfraquecer o país (FAUTOS: 2002, p. 195-196 apud BARBOSA: 2011, p. 27).

Como poderemos perceber, a Primeira República foi marcada pela mobilização operária, decisiva para a conquista dos primeiros direitos para os trabalhadores, mesmo que incipientes e esparsos. Porém, não podemos deixar de destacar que “a República não fora uma revolução social, e não promovera a libertação do ‘quarto estado’, o proletariado, como haviam almejado os trabalhadores envolvidos no movimento republicano” (BATALHA: 2000, p. 38).

A JUSTIÇA DO TRABALHO:

O período seguinte à Primeira República, 1930-1945, é marcado por uma forte atuação do Estado, encabeçado pela figura de Getúlio Vargas, avançando nas questões sociais. Neste período vemos, por exemplo, a criação da Justiça do Trabalho em 1934 e a Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT. Um período que dá início a generalização do Direito do Trabalho em oposição ao período anterior, porém restrito às cidades, o que caracteriza a continuação de uma clássica tendência do período anterior de exclusão social, visto que tais avanços não chegavam ao campo, população majoritária do Brasil na época (DELGADO: 2005, p. 130). O governo Vargas foi muito destacado pela

*Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016*

historiografia por suas políticas sociais e, principalmente, pelos direitos trabalhistas adquiridos pelos trabalhadores no período. De acordo com Morel e Pessanha:

A Revolução de 1930 acelera o processo de regulação e de montagem de uma nova estrutura para gerir as relações trabalhistas. [...] A Constituição de 1934 finalmente institui a Justiça do Trabalho (título IV, art. 122) ‘para dirimir questões entre empregadores e empregados, regidas pela legislação social’ (MOREL & PESSANHA: 2007, p. 89).

Um anteprojeto de organização da Justiça do Trabalho, elaborado por técnicos do Ministério do Trabalho, pelo seu consultor jurídico, Oliveira Viana, e pela Procuradoria do Trabalho, já havia sido enviado por Vargas ao Poder Legislativo. Percebem-se a partir de então “fortes disputas políticas e ideológicas em torno do caráter da instituição, tanto dos interesses conflitantes em jogo, como de adesões a seus pressupostos e objetivos” (MOREL & PESSANHA: 2007, p. 89-90).

É possível perceber, de um lado, o modelo Varguista de relações de trabalho, caracterizado não só pelas respostas as demandas sociais existentes, mas também pelo consenso antiliberal, com apoio de outras correntes ideológicas, tais como socialistas, católicos e corporativistas, todos comprometidos, embora com objetivos e estratégias diferenciados, com o fim das desigualdades sociais, originadas pela ordem capitalista, por meio da ação do Estado. De outro lado percebemos uma forte reação liberal à proposta apresentada:

Os liberais não queriam uma justiça federal – tão distante e acima dos interesses locais bem sedimentados [...]. Não aceitavam, na verdade, a existência de sujeitos e direitos coletivos, e não queriam uma Justiça do Trabalho com o que consideravam o poder de legislar: eram frontalmente contra o poder normativo. Somente após 1937, já no Estado Novo de Vargas, o conflito foi decidido, e com isso implantou-se o modelo de relações de trabalho que, embora com algumas e profundas alterações, está aí até hoje, e que tem na Justiça do Trabalho um de seus pontos de sustentação fundamentais (MOREL & PESSANHA: 2007, p. 90).

Como visto, a Justiça do Trabalho e seus direitos não foram outorgados. Existiam demandas sociais, nas quais o Estado atendeu. O modelo varguista acreditava que precisava existir um órgão para mediar a relação, ou seja, deveria haver a intervenção do Estado. Já a parcela liberal não queria a existência de direitos e sujeitos coletivos e nem uma Justiça do Trabalho com poder de legislar

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

Defensores da Justiça do Trabalho alegavam que o trabalhador brasileiro sempre foi desprotegido e que assim conseguiriam manter seus direitos. Alegavam também que a Justiça do Trabalho agilizaria os processos, visto que a Justiça comum era muito lenta, e nesses casos precisavam de certa urgência. Assim se veicula a Justiça do Trabalho como canal de defesa dos direitos do trabalhador.

A historiadora Maria Celina D'Araujo relata os objetivos da criação da Justiça do Trabalho:

A Justiça do Trabalho [...] visava a criar um fórum especial para que patrões e empregados resolvessem suas disputas na presença mediadora do poder público. Através de uma justiça especial, procurava-se atender aos interesses de trabalhadores e patrões de forma a evitar conflitos e greves (D'ARAÚJO: s/d, p. 233).

A Justiça do Trabalho, dentro da estrutura do Ministério do Trabalho como justiça administrativa, ficou organizada em três instâncias:

Na base, as Juntas de Conciliação e Julgamento (JCs), que mantiveram o nome e a composição, com a diferença de que seu presidente passava a ser um juiz de direito ou bacharel nomeado pelo presidente da República para mandato de dois anos. Atuavam também os chamados juízes classistas, representantes de trabalhadores e patrões. Os 'classistas' eram indicados pelos sindicatos, para mandatos também de dois anos. Em nível intermediário, os Conselhos Regionais do Trabalho, com a função de deliberar sobre recursos. E, em nível superior, o Conselho Nacional do Trabalho, integrado por dezenove membros nomeados pelo presidente da República para mandatos de dois anos, permitida a recondução, e assim distribuídos: quatro representantes de empregados, quatro de empregadores, quatro funcionários do Ministério do Trabalho e das instituições de seguro social, e sete pessoas de reconhecido saber, das quais quatro formadas em direito (MOREL & PESSANHA: 2007, p. 90).

Na conjuntura de criação da legislação trabalhista no Brasil no Governo Vargas muito se discutiu na historiografia a postura manipuladora do governo, na qual a classe trabalhadora seria submetida às suas ações, postura essa denominada como Populista. Porém, recentemente tem se rediscutido essa interpretação:

Afastar essa abordagem implicava discutir seus postulados e, em particular, considerar que os trabalhadores também tinham uma posição política ativa, ainda que sem recusar a força do Estado que sobre eles se abatia. [...] Dessa forma, considerar os trabalhadores interlocutores do Estado era reconhecer um diálogo entre atores com recursos de poder diferenciados, mas igualmente

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”,
Juiz de Fora, 2017, 1554p.
ISSN: 2317-0468
17 a 21 de outubro de 2016

capazes de se apropriar e reler as propostas políticas um do outro (GOMES: 2011, p. 59-61).

Propõe-se assim uma construção de um pacto político coma participação desses dois atores, percebida através de uma via de mão dupla, na qual tanto Estado, quanto trabalhadores tinham vozes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Como pudemos perceber a Primeira República e a Era Vargas foram cruciais para criação e consolidação da legislação trabalhista, tendo sido conquistados inúmeros direitos. A maioria dos direitos que temos hoje é fruto dessa época e a desregulamentação tão em voga no cenário atual, de certa forma, romperia com o legado de Getúlio Vargas. Valéria Lobo destaca que:

O que se observa é, pois, que, para além de implicações materiais da desregulamentação, os aspectos simbólicos que envolve tendem a constituir razão relevante da resistência de uma parcela significativa do movimento sindical à sua efetivação, tendo em vista a importância histórica da ação estatal na fundação da estrutura sindical e na promoção da legislação que atribui aos trabalhadores uma série de benefícios, como aqueles que encontram-se reunidos na CLT (LOBO: 2006, p. 119).

Dessa forma, os trabalhadores seriam os grandes perdedores caso essa agenda política se consolide, um verdadeiro retrocesso, sendo os representantes do capital, como é o caso da CNI, muito favorecidos.

BIBLIOGRAFIA:

Agência Brasil. Presidente da CNI defende mudanças previdenciárias e nas leis trabalhistas. **Agência Brasil – EBC**, Brasília, 2016. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2016-07/cni-defende-carga-de-80-horas-semanais-para-trabalhador-brasileiro>>. Acesso em: 30 de julho de 2016.

BARBOSA, Denílson Gomes. **Movimento operário e uso da Justiça do Trabalho: o caso de Juiz de Fora (1944-1954)**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2011.

Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. "O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História", Juiz de Fora, 2017, 1554p. ISSN: 2317-0468 17 a 21 de outubro de 2016

- BATALHA, Claudio Henrique de Moraes. **O movimento operário na Primeira República**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2000.
- D'ARAUJO, Maria Celina. Estado, classe trabalhadora e políticas sociais. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida (orgs.). **O Brasil Republicano: O tempo do nacional-estatismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 213-239.
- DELGADO, Maurício Godinho. **Capitalismo, trabalho e emprego: Entre o paradigma da destruição e os caminhos de reconstrução**. São Paulo: LTR, 2005.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. História do tempo presente: desafios. **Cultura Vozes: Petrópolis**, v.94, nº 3, maio-jun, 2000, p. 111-124.
- GOMES, Angela de Castro. Estado Novo: ambiguidades e heranças do autoritarismo no Brasil. In: ROLLEMBERG, Denise & QUADRAT, Samantha Viz (Orgs.). **A construção social dos regimes autoritários: Legitimidade, consenso e consentimento no século XX, Brasil e América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, v. 2, p. 35-70.
- LOBO, Valéria Marques. Estado, Sindicatos e Direito do Trabalho no Brasil. **Locus: revista de história, Juiz de Fora**, v. 12, n. 2, p. 117-135, 2006.
- MOREL, Regina Lucia M. & PESSANHA, Elina G. da Fonte. A Justiça do Trabalho. **Tempo Social: São Paulo**, v. 19, n. 2, p. 87-109, novembro 2007.
- REIS, Guilherme Simões. O que Temer. **Revista Escuta: Juiz de Fora**, 14 de junho de 2016. Disponível em: <<https://revistaescuta.wordpress.com/2016/06/14/escuta-especial-conjuntura-o-pos-golpe-o-que-temer/>>. Acesso em: 28 de agosto de 2016.
- RÉMOND, René. Algumas questões de alcance geral à guisa de introdução. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína (orgs.). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 203-209.
- ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína (orgs.). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 93-101.
- VIANNA, Luiz Werneck. **Liberalismo e Sindicato no Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.